

---



**V** Congresso Internacional da  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE**  
**L I N G Ü Í S T I C A**

Caderno de Resumos

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2007

# Apresentação

Prezados Congressistas,

É com grande satisfação que lhes apresentamos o Caderno de Resumos do V Congresso Internacional da ABRALIN. Neste volume estão incluídos todos os resumos de trabalhos a serem apresentados entre de 28 de fevereiro a 3 de março de 2007, ao longo da realização do evento. Para a seleção dos resumos contamos com a inestimável ajuda do Comitê Científico, que congregou pesquisadores de todo o país, sob a coordenação de um pesquisador bolsista de produtividade científica do CNPq para sub-áreas de conhecimento da Lingüística. Gostaríamos de deixar aqui registrado o nosso muito obrigada a todos que tão arduamente trabalharam para selecionar os trabalhos que comporão as mesas-redondas, sessões de comunicações coordenadas, sessões de comunicações individuais e sessões de pôsteres.

Gostaríamos de observar que os resumos aqui aparecem assim como submetidos por seus autores; sem um trabalho de revisão que ultrapasse a correção de pontuação, citação de autores não presentes nas referências bibliográficas mencionadas e erros de digitação. São, então, os autores dos resumos, os responsáveis pelo conteúdo formal e científico de seu texto.

Esperamos que este Caderno de Resumos lhes seja útil e, efetivamente, represente um panorama do conhecimento científico em Lingüística produzido no Brasil, de forma a tornar-se um referencial para o seu leitor.

Atenciosamente,

Thaís Cristófaró Silva e Heliana Mello  
Organizadoras

# Sumário

<b>1</b>	<b>Apresentação</b>	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>Conferências</b>	<b>19</b>
2.1	.....	19
2.1.1	.....	19
	Por uma descrição gramatical mais concreta: as funções sintáticas	19
	The bipartite structure of verbs cross-linguistically	19
	The effect of prosodic complexity on phonological processing: evidence from acquisition and impairment	20
	How might a rapid serial visual presentation of text affect the prosody projected implicitly during silent reading?	21
	Phonological templates in early words	22
	Reflexos segmentais da organização rítmica do português do Brasil	23
	A enunciação aforizante	24
	A hipótese Tupi-Karib	24
	Language as a biocultural niche	27
	A dança das linguagens na web: critérios para a definição de hipertexto	28
	C-ORAL-ROM - Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages. Corpus and Research	29
<b>3</b>	<b>Artigos</b>	<b>31</b>
3.1	Alfabetização e Letramento	31
3.1.1	Comunicações Coordenadas	31
	<b>O professor: um sujeito “em letramento”</b>	31
3.1.2	Comunicações Individuais	34
	<b>Textos multimodais e letramento: um estudo sobre a leitura de gráficos integrados a notícias</b>	34
	<b>Será que um bom material didático pode substituir um bom professor? Reflexões sobre um tipo de fracasso escolar.</b>	35
	<b>A leitura nas séries finais do Ensino Fundamental</b>	36
	<b>O “fenômeno da recorrência” como efeito do processo metafórico em manuscritos grafados em contexto familiar</b>	37
	<b>O tratamento dispensado ao interlocutor em cartas produzidas por jovens e adultos em processo de escolarização</b>	38
	<b>Letramento digital: um tema em gêneros efêmeros</b>	39
	<b>Uma reflexão sobre regras variáveis do português brasileiro no processo de formação continuada de professores tutores do estado do Maranhão</b>	40
	<b>Planos de realidade em letramento: a leitura em questão</b>	41
	<b>A escrita acadêmica: um estudo das representações dos alunos em curso de formação de professores</b>	42
	<b>O contexto de produção da coerência textual em gêneros escolares</b>	43
	<b>História de letramento e de alfabetização: os movimentos de ingresso no mundo da leitura e da escrita</b>	44

## SUMÁRIO

---

	Aprendizagem da Estrutura Silábica CCV: oralidade e escrita . . . . .	45
	Continuidade Temática e Progressão Textual em Livros Didáticos: o caso da 8 <sup>a</sup> série . . . . .	46
3.1.3	Mesas-redondas . . . . .	47
	A Contribuição da Sociolingüística à Educação Básica no século XXI . . . . .	47
	Definições em rede: a controvérsia sobre o conceito de "hipertexto" . . . . .	50
3.1.4	Pôsteres . . . . .	53
	Do letramento à construção da identidade: uma análise de memoriais de professores em formação inicial . . . . .	53
3.2	Análise do Texto e do Discurso . . . . .	54
3.2.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	54
	Linguagem, cognição e processamento discursivo: um olhar sobre a contrafactualidade, a metalinguagem e a intertextualidade . . . . .	54
	Discurso e memória . . . . .	57
	Alguns giros no tratamento da alteridade: mito, inconsciente e ideologia na fundamentação do sujeito do discurso . . . . .	60
	As formações discursiva da/na instituição escolar . . . . .	64
	Polêmica e polifonia: a negação e suas tonalidades dialógicas . . . . .	68
	Análise do discurso e literatura . . . . .	72
	Construção de identidades em contexto institucional . . . . .	75
	Trabalho docente e produção de subjetividade: fazendo ressoar saberes e experiências . . . . .	79
	Representações de gênero: o masculino e o feminino em diferentes discursos pela perspectiva sistêmico-funcional . . . . .	83
	Apontamentos sobre indícios de estilo em diferentes gêneros do discurso . . . . .	86
	Discurso, memória e política . . . . .	89
	Materialidades discursiva: mídia, política, história . . . . .	92
	O discurso pedagógico: referenciação e posicionamento enunciativo . . . . .	95
	Avaliatividade . . . . .	98
	Análise de atividades escolares no ensino médio: enunciados e intertexto . . . . .	100
	O sujeito discursivo professor e o discurso docente (re)velado em gêneros textuais . . . . .	104
3.2.2	Comunicações Individuais . . . . .	108
	Humor e acontecimento . . . . .	108
	As representações sob a estratégia da descrição em publicidades impressas . . . . .	108
	Articulações entre plano da expressão e plano do conteúdo . . . . .	109
	Análise de cadeias lexicais como estratégia metacognitiva . . . . .	110
	O papel dos links representados por anáforas indiretas na construção da continuidade de sentidos na leitura de hipertextos . . . . .	111
	Uma flânerie pela Terra Ideal . . . . .	113
	Catáfora: uma análise do núcleo dessas expressões . . . . .	113
	A defesa patriótica da ortografia brasileira . . . . .	114
	As mulheres de Chico Buarque: análise da complexidade discursiva de canções produzidas no período da Ditadura Militar . . . . .	117
	Léxico, ideologia e argumentação no texto religioso . . . . .	118
	O poder da palavra em "Vila Real" . . . . .	118
	Os operadores modais no discurso do raizeiro: a avaliação na construção da identidade . . . . .	119
	Imagens de si e do outro no discurso da mídia sobre a escola e o ensino de línguas . . . . .	121
	As formas da canção nas diversas esferas discursivas da comunicação . . . . .	122
	Imagens de si e do outro no discurso de imigrantes: questões de sujeito e identidade . . . . .	122
	Uma aproximação sócio-discursiva do gênero "Peça publicitária de medicamento" . . . . .	123
	Uma abordagem sociocomunicativa do discurso jurídico . . . . .	124
	O discurso da mulher esclarecida na produção jornalística de Clarice Lispector: o caso Feira de utilidades . . . . .	126

Integração conceitual e vozes narrativas em língua de sinais brasileira . . . . .	127
O nível discursivo em A Jangada de Pedra, de José Saramago . . . . .	128
Funções textuais da repetição lexical em narrativas infantis . . . . .	129
A serviço da virtualidade: uma análise semiótica da telenovela “Belíssima”, de Sílvio de Abreu . . . . .	129
Texto escrito e imagem fotográfica: os processos de produção e de interpretação numa abordagem transdisciplinar . . . . .	130
Balanceamento do explícito/implícito em “Minha História” de Chico Buarque de Holanda . . . . .	131
Hipertextos na área de engenharia e procedimentos textuais e discursivos de lincagem . . . . .	132
“A favor do internetês”: visões da língua(gem) no orkut . . . . .	133
Paratopia, descentramento e alteridade em “The Flying Fish” de D.H. Lawrence	134
Análise da organização tópica de um discurso jornalístico: uma abordagem modular	135
A circulação do texto de gênero escolar na WEB e ensino da língua . . . . .	136
A representação social do conhecimento sobre “planta transgênica” na mídia impressa: a denominação como estratégia divulgativa . . . . .	137
O uso de metáforas em uma interação etnográfica no movimento nacional de meninos de rua: uma análise discursiva crítica . . . . .	138
Discurso, língua e identidade: imagens de si e do outro em discursos sobre a língua inglesa . . . . .	139
A dimensão cultural do discurso publicitário: um estudo das representações . . .	140
Cidadania: uma história em dicionário . . . . .	141
Interação virtual e uso de estratégias de leitura na aprendizagem de inglês como língua estrangeira . . . . .	142
Interaction between metaphor in language an in thought in Edgar Allan Poe’s The Tell Tale Heart . . . . .	143
Do interagir na argumentação: uma abordagem sobre a produção escrita no contexto avaliativo do vestibular . . . . .	143
“Eu procurei, na medida do possível, atender a todos”: uma abordagem sócio- interacional da narrativa de uma professora alfabetizadora na análise crítica da (re)construção de sua identidade discursiva em tempos de mudanças. . . . .	144
Polêmica no Discurso Jurídico: a neutralidade institucionalizada . . . . .	145
A tradução da paródia; tradução de tradução . . . . .	146
A formação da identidade do profissional do direito: discurso e poder . . . . .	147
A atuação dos conectores em artigos de opinião: um estudo sobre a importância dessas marcas lingüísticas na articulação do discurso . . . . .	148
Estratégias discursivas numa homilia da igreja católica . . . . .	149
Discurso, gênero e representações na mídia impressa . . . . .	150
Questões de autoria em contextos de ensino/aprendizagem de língua estrangeira mediados por computador . . . . .	151
O fracasso escolar e sua repercussão no discurso político através da análise do discurso jurídico da LDB, PCNs e CBC-MG. . . . .	152
Propósitos comunicativos nas cartas e e-mails de um programa de rádio . . . . .	153
Eleições presidenciais e Copa do Mundo: os processos de identificação nacional no discurso jornalístico brasileiro . . . . .	154
Palavras em operação: um dizer como trabalho, no trabalho e sobre o trabalho .	156
A universidade por ela mesma: a leitura e a escrita na esfera acadêmica numa perspectiva mestiça . . . . .	157
Democracia racial brasileira: percursos e percalços . . . . .	158
A evidencialidade nas diferentes seções dos artigos científicos primários . . . . .	159
Análise do discurso filosófico em uma perspectiva semiolingüística . . . . .	160
Parábolas como “side stories” nos livros de auto-ajuda . . . . .	161

Do trabalho científico ao trabalho pedagógico: marcas de re-configuração esta prática . . . . .	162
A constituição do ethos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios	163
Análise retórico-crítica do gênero midiático opinativo no jornalismo impresso . . .	163
Estratégias de balanceamento do implícito e explícito na produção de editorial: uma perspectiva de análise . . . . .	165
A inscrição das afetividades no discurso produzido nas interações em sala de aula	165
A metáfora no processo de construção do texto publicitário . . . . .	166
Análise interacional do discurso e comunicação profissional-cliente em contextos de saúde: quando a conversa é parte da cura. . . . .	167
Na relação do sujeito-aprendiz de língua estrangeira: questões de cultura e de identidade . . . . .	168
Desejo de completude e a língua do outro: representações de língua estrangeira e concepções de conhecimento em professores de inglês não-proficientes .	169
As relações textuais-discursivas e suas marcações (ou não): algumas abordagens .	170
O canto do Patativa: relação interdiscursiva na construção dos sentidos da poesia	172
A referenciação nos textos jornalísticos oralizados do telejornal: um estudo com diferentes jornais. . . . .	172
Uma viagem pelo discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar . . . . .	173
Notícia em jornal impresso: discurso, atividade e efeitos de sentido . . . . .	174
O preço da longevidade: inserção do idoso na sociedade hodierna . . . . .	176
Marcadores discursivos e articulação tópica . . . . .	177
O ato de fala pergunta nos livros didáticos . . . . .	178
Uma abordagem lingüístico-discursiva da subjetividade . . . . .	179
A produção de efeitos de sentido nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho” . . . . .	180
O cenário da forma-ação discursiva no editorial da/na Revista Nova Escola . . . . .	181
A questão da referência: uma interlocução (in)esperada . . . . .	182
A pertinência dos enunciados na representação da crise política do Brasil . . . . .	182
O ethos do enunciador dos romances de Machado de Assis . . . . .	183
Sequências de perguntas e sua função na mediação . . . . .	184
Sujeito, lingüística e psicanálise . . . . .	185
O processo de identificação no discurso político eleitoral . . . . .	186
O discurso oral no gênero Assembléia Departamental: o mundo criado, a presença de nominalizações e a influência do contexto. . . . .	187
O espaço ficcional e a experiência subjetiva: uma análise enunciativa de A Metamorfose . . . . .	188
O cidadão comum e a linguagem: o peso do efeito ideológico elementar nos processos discursivos . . . . .	189
A resistência na literatura: cordel . . . . .	191
Memória e interdiscurso: usos e conceitos . . . . .	192
O poder no discurso: lugares e movimentos do sujeito . . . . .	193
Imprensa e saber lingüístico: o dizer sobre a língua nos jornais . . . . .	194
Livros didáticos de português para estrangeiros: efeitos imaginários, política lingüística e processos de subjetivação . . . . .	194
O esperado e o inesperado: duas estratégias de manipulação no texto publicitário	196
Dove hidratação fresca: anúncio virtual x anúncio impresso . . . . .	197
Questão de tempo: a temporalidade como fator de balanceamento do explícito e implícito na charge jornalística impressa . . . . .	198
As repetições nos discursos de propaganda político-eleitoral sob um olhar funcional-cognitivo . . . . .	199
A metadiscursividade na mudança de footing . . . . .	200

Discursos jornalístico e memorialístico sobre trabalhadores rurais: relações entre o inter e o intradiscorso no depoimento memorialístico de Lyndolpho Silva e em matérias da Folha de S. Paulo e do Estado de Minas . . . . .	201
Marcadores discursivos: aspectos teóricos e traços definidores . . . . .	202
Proposta para maior compreensão do sincretismo de linguagens . . . . .	203
O sujeito surdo e o real da língua . . . . .	204
Análise das seqüências textuais em Acórdão: com atenção especial para os dêiticos discursivos . . . . .	205
A construção de uma autoridade lingüística: o uso do “sic” em textos escritos . .	205
Um perfil do gênero editorial: analisando a multimodalidade . . . . .	207
Expressões nominais referenciais em narrativas intantis . . . . .	208
A metáfora conceptual no discurso musical: um estudo de caso . . . . .	209
Uma abordagem enunciativa da constituição do sujeito autor no gênero discursivo aula . . . . .	210
Sentence topic, discourse topic, or cognitive topic? A crosslinguistic analysis, a universal account . . . . .	211
O consumo “politicamente correto”: mecanismos e efeitos da certificação das empresas e dos produtos . . . . .	212
Estratégias argumentativas e expressão das emoções no discurso político . . . . .	213
O modo de enunciar no discurso de divulgação científica . . . . .	214
Os movimentos discursivos do leitor e a construção da leitura na escola . . . . .	215
O olhar do delegado em um processo penal: Imagens de si e do outro . . . . .	216
Escrita acadêmica e identidade: equivocidade constitutiva da subjetividade . . . .	217
Questões metodológicas sobre gêneros digitais: construindo unidades de análise para investigar a interação na internet . . . . .	218
A informação no meio infanto-juvenil: um mundo a ser descoberto . . . . .	219
Vozes idiolectais do discurso nemesiano em Mau Tempo no Canal . . . . .	219
Uma língua aos pedaços: a formação de professores de E/LE na fronteira Brasil/Argentina/Paraguai . . . . .	220
Slogans de propaganda de brinquedo: possibilidade de renovação de sentidos ou movimentos parafrástico . . . . .	221
A mulher no discurso de revistas femininas no Brasil na primeira metade do século XX . . . . .	222
A criação do “extranjero” no universo hispânico: entre o visível e o dizível . . . .	223
A defesa do discurso – formas de resistência no discurso do réu . . . . .	224
O papel das bibliotecas públicas na produção dos sentidos de língua e leitura no Brasil do século XIX . . . . .	224
Uma análise greimasiana do jogo de oposições semânticas na pintura de mestre Ataíde . . . . .	226
3.2.3 Mesas-redondas . . . . .	227
Práticas de linguagem e subjetividade . . . . .	227
O sujeito e o autor: (des)encontros . . . . .	231
Sentidos de “trabalho” em diferentes produções discursivas . . . . .	235
Gêneros midiáticos e o processo de construção textual . . . . .	239
Discurso, gêneros e ensino . . . . .	243
Sujeito e ações de linguagem, o sujeito nas ações de linguagem . . . . .	246
Alterações neurológicas e linguagem: discurso, experiência e subjetividade em pacientes . . . . .	249
Gêneros do discurso e transgressão . . . . .	253
“Análise de Gêneros Hoje”: contribuições para a compreensão dos gêneros como elementos constitutivos das práticas sociais . . . . .	256
Língua e história. colonização, memória e institucionalização. . . . .	260
Oralidade e escrita em espaços enunciativos contemporâneos . . . . .	263
História das idéias lingüísticas: institucionalização e disciplinarização . . . . .	267

## SUMÁRIO

---

3.2.4	Pôsteres . . . . .	270
	“Desencanto” e “Os Sapos”: dois momentos na poética de Manuel Bandeira . . . . .	270
	Análise de Discurso de Sujeitos Disfônicos . . . . .	271
	A escrita da divulgação científica: imbricação entre discursos . . . . .	271
	Identidade e representação social no discurso do idoso . . . . .	272
3.3	Ensino de língua(s) . . . . .	272
3.3.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	272
	Oralidade e conhecimento na aquisição de uma língua estrangeira (LE) . . . . .	272
	Didatização em língua portuguesa: diferentes espaços, diferentes urgências . . . . .	277
	Breve olhar sobre livros didáticos à luz dos estudos lingüísticos . . . . .	281
	A produção escrita na escola: novos conceitos e práticas tradicionais . . . . .	283
	A dimensão da identificação na constituição da enunciação em ILE (Inglês como língua estrangeira) de alunos de Letras . . . . .	286
	A leitura, a reescritura e a pontuação: procedimentos relevantes para a produção textual . . . . .	289
	Os processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e a formação de professores no mundo globalizado: representações, novas tecnologias e diálogo cooperativo . . . . .	292
3.3.2	Comunicações Individuais . . . . .	296
	Abordagens da gramática no ensino médio: reflexões e propostas . . . . .	296
	Orkut: uma nova aliada ao ensino da linguagem? . . . . .	297
	Articulação língua e uso na disciplina de língua portuguesa: o que diz os PCNEM . . . . .	298
	Estudos lingüísticos e oralidade: uma visão do objeto de estudo e de ensino em cursos de Letras da Paraíba . . . . .	298
	Critérios para a avaliação do livro didático (LD) de língua estrangeira (LE) . . . . .	299
	Letramento crítico e formação de professor . . . . .	300
	Trabalhando o gênero resenha acadêmica no terceiro grau . . . . .	301
	O bilingüismo e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil . . . . .	302
	Produção de uma tarefa de escrita em língua estrangeira via gêneros textuais . . . . .	303
	Livro didático e conexão textual: um estudo dos recursos lingüísticos sinalizadores da inter-relação entre os elementos do (no) texto ou o uso do texto como pretexto? . . . . .	304
	Gêneros do discurso na escola: do real ao virtual no ensino de leitura e produção escrita . . . . .	305
	Heterogeneidade lingüística: sua valorização no ensino de língua portuguesa . . . . .	306
	Produção e avaliação da escrita no livro didático de Língua Portuguesa . . . . .	307
	O uso do dicionário nas aulas de inglês no Ensino Fundamental: entre a competência léxica ideal e o consulente real . . . . .	308
	Formação do leitor e do produtor de textos: implicações metodológicas. . . . .	309
	Funções e propriedades gramaticais do sinal “com” em libras . . . . .	310
	Reading engagement with adolescent student . . . . .	311
	Discursos hegemônicos e ensino de língua inglesa . . . . .	312
	A construção da continuidade temática no SAEB e em livros didáticos analisados pelo PNLD . . . . .	313
	O trabalho com a conexão nos livros didáticos . . . . .	314
3.3.3	Mesas-redondas . . . . .	315
	Mediações na aprendizagem de línguas . . . . .	315
	A avaliação da proficiência em língua portuguesa . . . . .	318
	Competências semióticas de leitura e escrita . . . . .	321
3.3.4	Pôsteres . . . . .	324
	A internet: uma hipótese sociocognitiva para aprendizagem de língua estrangeira (LE) . . . . .	324
3.4	Fonética e Fonologia . . . . .	325
3.4.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	325



	Variação fonológica pela TO Estocástica . . . . .	325
	Análises acústicas dos róticos do português brasileiro e do espanhol . . . . .	329
	Investigações fonético-acústicas de aspectos segmentais do PB . . . . .	333
	Modelos fonológicos não-transformacionais: pela quebra das fronteiras entre fonética e fonologia . . . . .	336
	Investigações fonético-acústicas de aspectos segmentais do PB . . . . .	339
3.4.2	Comunicações Individuais . . . . .	343
	O efeito da familiaridade do ouvinte na inteligibilidade da pronúncia de aprendizes brasileiros de Inglês Língua Estrangeira . . . . .	343
	Fala e escrita à luz da Teoria da Otimidade: dados preliminares . . . . .	344
	O papel da sufixação na aquisição do acento primário em inglês como LE: um estudo via fonologia métrica . . . . .	345
	Variação fonológica na aquisição desviante: uma análise baseada na Teoria da Otimidade . . . . .	346
	O processo de palatalização e a ocorrência de seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar no dialeto de Belo Horizonte . . . . .	347
	Relação entre freqüência de ocorrência e efeitos de coprodução V-V nas vogais médias do PB em posição acentual . . . . .	348
	Aquisição dos onsets complexos: sílaba, segmentos e freqüência . . . . .	349
	Introdução ao estudo das realizações do /s/ implosivo no corpus do Atlas Lingüístico do Acre . . . . .	350
	As vogais médias pretônicas no dialeto de Belo Horizonte . . . . .	351
	A interferência da “LE” no processo de aquisição da “LM” . . . . .	352
	Variação lingüística e traço: estudo de alguns casos em línguas naturais . . . . .	353
	Efeitos de freqüência nas representações mentais . . . . .	354
	Vogal de Apoio em Grupos Consonantais CCV no Português Brasileiro . . . . .	355
3.4.3	Pôsteres . . . . .	356
	A emergência de [ti,di] no português de Belo Horizonte . . . . .	356
	Habilidade de processamento auditivo e aquisição do sistema fonológico do português brasileiro. . . . .	357
	Relevância do contexto fonético e morfológico na interpretação segmental . . . . .	357
	Qualidade vocálica na metafonia verbal do português de Belo Horizonte . . . . .	358
	Alternância de vogais médias em formas de plural no português brasileiro . . . . .	358
	A representação fonológica do grafema <x> no português brasileiro . . . . .	359
	Vogais baixas em contexto pré-nasal: um padrão vocálico emergente no português de Belo Horizonte . . . . .	359
3.5	Lingüística Histórica . . . . .	360
3.5.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	360
	Análise multissistêmica de verbos . . . . .	360
	Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua . . . . .	363
	Estudos do léxico do português arcaico . . . . .	367
	A língua portuguesa na Bahia no século XIX: a escrita de negros e a questão da escolarização . . . . .	370
3.5.2	Comunicações Individuais . . . . .	372
	Possíveis justificativas para o emprego do não como prefixo . . . . .	372
	Bases da Gramaticografia Brasileira no Século XIX . . . . .	373
	Das cadências musicais para o ritmo lingüístico: uma análise do ritmo lingüístico do Português Arcaico, a partir da notação musical das Cantigas de Santa Maria . . . . .	374
	Procedimentos de definição em dicionários da Língua Portuguesa nos séculos XVIII e XIX: Bluteau, Morais e Vieira . . . . .	375
	Libro llamado Abbat Ysach (1489): aragonês e/ou castelhano? . . . . .	376
	Gramaticalização de coordenadores adversativos . . . . .	377
	A categoria “pronome” na construção da metalinguagem no português . . . . .	378

A trajetória do futuro perifrástico na língua portuguesa: séculos XVIII, XIX e XX	379
Italiano dos séculos XIV e XVI: variações no emprego de formas apocopadas em dois testemunhos do "Livro de Isaac"	380
Uma reflexão sobre a constituição discursiva de textos jornalísticos formadores de opinião que retratam a temática discurso político-eleitoral	381
Aspectos lexicais da linguagem de marinharia no manuscrito "Notícia do Brasil" de Gabriel Soares de Sousa	382
A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão da hipótese	383
O apagamento de pronomes clíticos de forma reflexiva em cartas de leitores de jornais cariocas do século XIX	385
Um texto exortatório da primeira idade média	386
Contribuição para o estudo diacrônico das formas "mas", "pero" e "porém" no português	386
O paralelismo e a colocação de clíticos nas orações coordenadas no corpus histórico do português Tycho Brahe	387
A relação língua - sociedade em textos dramáticos: em busca da variação e da mudança lingüísticas	389
Reconstrução do Proto-Tupari: revisão e ampliação	390
Por onde anda o tu?	391
Variantes textuais no manuscrito grego da Bíblia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	392
Gramaticalização e lexicalização das lexias complexas no português arcaico	393
Complementos oracionais introduzidos por "se": forma e função em diferentes sincronias do português	394
As reformas ortográficas da língua portuguesa: história e perspectivas	395
Uma abordagem diacrônica da função pragmática tema no português	396
Dois mudanças lingüísticas em documentos brasileiros datados entre 1809–1904	397
Complementação de verbos causativos na diacronia do português do Brasil	398
Astrologia e judaísmo nos manuscritos medievais	399
A natureza V2 das estruturas de topicalização e tópico pendente do português clássico	400
3.5.3 Mesas-redondas	401
História social do português caipira	401
Mudança gramatical no português caipira	404
Estudos da fala rural: a neutralização rural/urbano	407
3.5.4 Pôsteres	410
O nível fonético na construção do texto do autor: uma análise filológica	410
Gramaticalização de "lá", "aqui" e "aí"	410
3.6 Lingüística de Corpus e Computacional	411
3.6.1 Comunicações Coordenadas	411
Lingüística Sistemico-Funcional e Lingüística de Corpus	411
Semântica computacional e o sintagma nominal	414
3.6.2 Comunicações Individuais	418
Informatização e padronização de dados de línguas sinalizadas	418
Lingüística de corpus e metáfora	418
A leitura hipertextual na bíblia	420
Um olhar cognitivista e interacional sobre a gramática da língua de sinais brasileira	421
Distribuição do verbo assistir com sentido de "ver" quanto a sua regência	422
A linguagem do meio ambiente numa perspectiva sistêmico-funcional	423
O uso do hipertexto como recurso pedagógico em escolas da rede privada de ensino de Belo Horizonte	424
Projeto e-Labore: a relevância da construção de um corpus da linguagem infantil escrita	424

3.6.3	Mesas-redondas . . . . .	425
	<b>Linguística de corpus e história da língua portuguesa: propostas, resultados e desafios.</b> . . . . .	425
3.6.4	Pôsteres . . . . .	431
	<b>Formação de corpus de narrativas no português brasileiro e no alemão com vistas à análise de verbos de movimento</b> . . . . .	431
	<b>Formação de corpus e transcrição de narrativas orais em português brasileiro</b> . . . . .	432
	<b>Formas referenciais em português brasileiro: uma análise de corpus</b> . . . . .	432
	<b>Gênero e registro numa estrutura de hipertexto</b> . . . . .	433
3.7	Línguas Indígenas . . . . .	433
3.7.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	433
	<b>Contribuições para o conhecimento linguístico das expressões de categorias gramaticais em duas línguas Tupí-Guaraní setentrionais: Tenetehára e Ka'apór</b> . . . . .	433
	<b>Reconstrução linguística e cultural do Proto-Tupí</b> . . . . .	437
3.7.2	Comunicações Individuais . . . . .	440
	<b>Ressignificando o silêncio: povo e língua Chiquitano do Brasil</b> . . . . .	440
	<b>Morfemas categorizadores em Xavante</b> . . . . .	442
	<b>Movimento: direção e modo do movimento em Amondawa</b> . . . . .	443
	<b>Time in the Amondawa language and culture</b> . . . . .	444
	<b>Marcação de caso em Waimiri Atroari</b> . . . . .	445
	<b>Tipos de predicado na língua Guajá</b> . . . . .	447
	<b>A flexão relacional na classe dos nomes em Xetá</b> . . . . .	448
	<b>Processos morfofonêmicos em Mehináku (Aruák)</b> . . . . .	449
	<b>Mudança de valência e formação das classes verbais nas línguas Karíb</b> . . . . .	450
	<b>Introdução às novas tecnologias aplicadas à documentação de línguas em perigo</b> . . . . .	451
	<b>Relação de determinação nominal em Akuntsú</b> . . . . .	452
	<b>Agricultura Tupí pré-histórica na Amazônia</b> . . . . .	453
	<b>As distintas realizações do fonema /a/ em Wapixana</b> . . . . .	454
	<b>O sufixo -har como diagnóstico de inacusatividade em Tenetehára</b> . . . . .	454
	<b>Retomada anafórica versus concordância em Mundurukú (Tupí)</b> . . . . .	456
	<b>O comportamento fonológico das consoantes nas línguas indígenas brasileiras</b> . . . . .	457
	<b>Prefixos Relacionais em Anambé</b> . . . . .	458
	<b>Fonologia da Língua Paresi-Haliti (Arawak): Primeiros Resultados</b> . . . . .	459
3.7.3	Pôsteres . . . . .	460
	<b>Tipos de predicados em Suruí (Paitér) da família Mondé</b> . . . . .	460
	<b>Sobre a determinação nominal em Xavante</b> . . . . .	461
	<b>A posição da língua Apiaká na família Tupí-Guaraní</b> . . . . .	462
	<b>Advérbios e categorias funcionais em Karajá</b> . . . . .	462
3.8	Morfologia e Sintaxe . . . . .	463
3.8.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	463
	<b>Construções “desgarradas”, apositivas e de gerúndio no português do Brasil</b> . . . . .	463
	<b>O morfema <i>que</i> em variação e mudança de estruturas morfológicas e sintáticas</b> . . . . .	467
	<b>Subordinação e correlação</b> . . . . .	470
	<b>A sintaxe do português rural</b> . . . . .	474
	<b>Análise cognitivo-funcionalista de procedimentos discursivos: correlações entre funções e formas</b> . . . . .	478
	<b>“Vocês são muito jovens. Vocês acham que vocês podem mudar o mundo”: a mudança na marcação do parâmetro do sujeito nulo em português brasileiro</b> . . . . .	481
	<b>Gramática das construções e descrição do português</b> . . . . .	485
	<b>Pronomes e seus traços</b> . . . . .	488
	<b>Estruturas sintáticas “All The Way Down”: morfologia distribuída</b> . . . . .	493
	<b>Discurso &gt; Gramática &gt; Texto</b> . . . . .	496
3.8.2	Comunicações Individuais . . . . .	499

The relativized opacity principle . . . . .	499
Dois pretéritos . . . . .	500
Pronomes possessivos: aspectos teóricos e descritivos . . . . .	501
Os múltiplos sintagmas nominativos -GA na língua japonesa e a relação com o foco da sentença . . . . .	502
Morfologia distribuída e a construção de mudança de estado em português . . . .	503
O desenvolvimento sintático, semântico e pragmático das orações subjetivas na história do português . . . . .	504
Focalizando a morfologia improdutiva: um estudo sobre siglas . . . . .	505
A estrutura argumental dos nominais deverbais: uma análise fundamentada no modelo da morfologia distribuída . . . . .	506
Plurais irregulares do português brasileiro: palavras ou regras? . . . . .	507
A combinação de orações no discurso relatado na língua portuguesa em uso . . . .	508
Os direcionais na família Pano . . . . .	510
Controle com orações encaixadas com verbos flexionados . . . . .	510
Sintaxe dos verbos de movimento em português: uma aplicação da teoria cognitivista dos esquemas de imagem . . . . .	511
Formações em X-logo e X-grafo: uma análise derivacional . . . . .	512
Sobre extração de genitivos e dativos em DPS . . . . .	513
[SPEC, VP] para inacusativos: uma proposta para o efeito de definitude no português brasileiro . . . . .	514
A concomitância de sujeito e objeto direto no SN . . . . .	516
A interação da marcação de caso e a definitude no armênio . . . . .	517
Um confronto entre o português e o espanhol à luz do parâmetro do sujeito nulo	518
Aspectos da morfologia lexical: processo derivacional e pejoratividade . . . . .	519
Sobre o estatuto dos complementizadores preposicionais do português . . . . .	520
Sobre orações relativas livres em posição de adjunto: considerações sintático- semânticas acerca das construções com quando e onde . . . . .	521
Algumas notas acerca do comportamento sintático dos clíticos e dos advérbios monossilábicos: uma análise comparativa entre o PB e o PE . . . . .	522
Prototipicidade e integração clausal: completiva preposicionada ligada a verbo cognitivo . . . . .	523
A complementação dos verbos auxiliares aspectuais no português brasileiro . . . .	524
Object shift restrito no PB . . . . .	525
Orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo . . . . .	526
Descrição de marcadores discursivos no modelo da gramática funcional do discurso	527
A relevância da natureza semântica do antecedente para o preenchimento ou não do objeto direto: um estudo sincrônico no português brasileiro culto falado	528
O papel da negação na seleção do modo verbal em orações completivas na fala de João Pessoa . . . . .	529
Novas observações sobre a entoação de sentenças com ordem SV . . . . .	530
Revisando a estrutura argumental e sintática das construções resultativas do português brasileiro . . . . .	531
Ordem e gramaticalização de advérbios pronominais locativos em perspectiva histórica . . . . .	532
Processo de gramaticalização em libras . . . . .	533
O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais em português . . . . .	534
3.8.3 Mesas-redondas . . . . .	535
Restaurar dá restaurante? Analisando a persistência da morfologia no acesso lexical	535
Universalidade e variação interlingüística: a questão das categorias funcionais . .	539
Estratégias para promoção argumental nas sentenças do português brasileiro . . .	542
A neologia lexical em diferentes perspectivas de análise . . . . .	545
3.9 Práticas Sociais da Linguagem . . . . .	549

3.9.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	549
	Polidez, intertextualidade e modos de recepção em gêneros da esfera acadêmica. . . . .	549
	A leitura e a escrita na educação superior . . . . .	552
	Identidade na controvérsia . . . . .	554
	A dimensão multimodal da interação em grupos de sujeitos adultos (de afásicos e de jovens infratores) . . . . .	557
	Três objetos de ensino em livros didáticos de português (LDPs): análise lingüística, produção escrita e oralidade . . . . .	562
3.9.2	Comunicações Individuais . . . . .	566
	A negociação de propostas em audiências de conciliação no PROCON . . . . .	566
	Identidades sociais e lingüística de corpus: um estudo de três contextos . . . . .	567
	O que provam as provas: habilidades de leitura em avaliações sistêmicas X habilidades de leitura em livro didático . . . . .	568
	A construção da autoria no espaço da sala de aula . . . . .	569
	Mitos e ritos da cultura popular: a Folia de Reis em cena . . . . .	570
	Funções da linguagem numa comparação cultural . . . . .	571
	Os gêneros textuais no contexto digital: uma análise de sites de ensino para professores de língua inglesa em formação ou em serviço . . . . .	572
	Narrativa e identidade de profissionais de saúde em reuniões de trabalho . . . . .	573
	Narrativas fictivas: experiência, comunidade e argumentação na fala de profissionais de uma empresa em processo de mudança . . . . .	574
	Construção de sentido na interface de usuário do computador: limites e possibilidades . . . . .	575
	Os sujeitos do discurso e as forças ilocucional e perlocucional nos rituais de iniciação do Candomblé: um estudo de caso no Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon (Itabuna-BA) . . . . .	576
	A representação de eventos sociais e construções de raça no gênero editorial de jornal impresso brasileiro . . . . .	577
	Pedido de desculpas em contextos de mídia impressa . . . . .	578
	A argumentação num processo direcionado de ensino/aprendizagem para a constituição de um sujeito relativamente autônomo . . . . .	579
	Leitura de críticas cinematográficas por estudantes universitários . . . . .	580
	A produção de parafasias em testes metalingüísticos e em situações dialógicas: reflexão a partir dos estudos sobre referenciação . . . . .	581
	Narrativa em ambiente informatizado: análise de atividade proposta no CD-ROM (Compact Disc Reading Only Memory) “Recontando histórias” . . . . .	582
	O burocratês - análise à luz de uma gramática retórica. . . . .	583
	A construção de identidade profissional em reuniões empresariais: o foco no gerente de vendas . . . . .	584
	Entre o rezar e o festejar: práticas discursivo-religiosas da cultura rural no sudeste goiano . . . . .	585
	Rastros de cultura em narrativas orais catalanas: estudo de léxico e memória . . . . .	586
3.9.3	Mesas-redondas . . . . .	587
	Desafios teórico-metodológicos no campo aplicado dos estudos da linguagem . . . . .	587
	O local de origem e de moradia no léxico da canção de consumo: aspectos ideológicos. . . . .	590
3.9.4	Pôsteres . . . . .	593
	(Re) dimensionamento do brincar na clínica fonoaudiológica . . . . .	593
	Uma escola diferente: o que está nas entrelinhas? . . . . .	594
3.10	Psicolingüística e Aquisição da Linguagem . . . . .	595
3.10.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	595
	Abordagem conexionista nos estudos processuais sobre a leitura, a escrita e a tradução . . . . .	595
	Aspectos da afiliação da lingüística cognitiva à psicologia da Gestalt . . . . .	598

	Custo computacional e autonomia do processador sintático à luz de um modelo da computação on-line sob a ótica do programa Minimalista . . . . .	602
	Aquisição de linguagem, déficit especificamente lingüístico e agramatismo: perspectivas e fronteiras no diálogo com a teoria lingüística e modelos de processamento . . . . .	606
	Aquisição e fonologia: interfaces . . . . .	611
3.10.2	Comunicações Individuais . . . . .	615
	Gramáticas infantis na aquisição do objeto . . . . .	615
	Uma abordagem cognitiva à interação de crianças sem oralidade . . . . .	616
	A relevância da frequência na aquisição da preposição “DE” em L1 . . . . .	617
	Aquisição de aspectos morfossintáticos da flexão verbal na interlíngua do inglês como L2 . . . . .	618
	Aspectos da aquisição de verbos ( semi- )auxiliares no português europeu . . . . .	619
	Anáfora conceitual . . . . .	620
	Domínio da base alfabética do sistema de escrita do português brasileiro e sensibilidade às rimas . . . . .	621
	Déficits lingüísticos na síndrome de down: retrospectos e prospectos em uma neurociência cognitiva da linguagem . . . . .	622
	Animacidade e paralelismo no processamento da co-referência . . . . .	623
	Language mode and bilingual’s phonological categorization . . . . .	624
	Papel do input na aquisição da linguagem . . . . .	626
	A avaliação da compreensão leitora em língua materna e estrangeira . . . . .	627
	Redação cooperativa: potencial didático da interação . . . . .	628
	Sobre a aquisição de africadas alveopalatais no português brasileiro . . . . .	629
	Efeitos de sentidos na escrita infantil - argumentação e interdiscurso . . . . .	630
	A atenção ao input - sintático e fonético-fonológico - na aquisição da L2 . . . . .	631
	Pistas morfológicas e sintáticas na delimitação de adjetivos em relações predicativas e de adjunção na aquisição do português do Brasil . . . . .	632
	Aquisição do PB como L2: o sujeito nulo . . . . .	633
	Processamento anafórico em portadores de TDAH (Transtorno do déficit de atenção/hiperatividade) . . . . .	634
	O conhecimento da ortografia no português brasileiro à luz da hipótese do duplo-déficit: um estudo exploratório . . . . .	635
	Processamento da co-referência pronominal anafórica na aquisição de português brasileiro e de espanhol rio-platense . . . . .	636
	O jogo de ficção como instrumento de avaliação de aquisição de categorias pragmático-lingüísticas por crianças. . . . .	637
	O tratamento dado ao interlocutor em cartas: considerações acerca dos papéis sociais assumidos e do propósito comunicativo. . . . .	638
	Investigação sobre a epêntese vocálica perceptual: um estudo interlingüístico . . . . .	639
	Discussão: prosódia implícita e processamento de frases . . . . .	640
	Percebendo a aposição de atributos a diferentes SNs por meio de pistas prosódicas . . . . .	640
	Efeitos do status argumental e de segmentação no processamento de sintagmas preposicionais em português brasileiro . . . . .	641
3.10.3	Mesas-redondas . . . . .	642
	Processamento lingüístico: contribuições de estudos com experimentos psicolingüísticos e com neuroimagem . . . . .	642
3.10.4	Pôsteres . . . . .	646
	Aspectos prosódicos do Qu in-situ no português brasileiro . . . . .	646
	Processamento da concordância na leitura auto-monitorada de orações relativas por crianças disléxicas . . . . .	647
	Processamento de leitura em crianças com dislexia fonológica . . . . .	648
	Tempo de processamento de anáforas nominais em português brasileiro . . . . .	648

	O efeito da frequência de ocorrência dos bigramas e da sílaba inicial no reconhecimento visual de palavras no português do Brasil . . . . .	649
	O que é agramatismo? Uma avaliação dos critérios de seleção de informantes em estudos sobre a produção agramática. . . . .	650
	A seleção de informantes em estudos sobre a compreensão de afásicos de Broca: o que saber e como fazer . . . . .	650
3.11	Semântica e Pragmática . . . . .	651
3.11.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	651
	Entre o dito, o não-dito e o interdito: estudos sociocognitivistas . . . . .	651
	Identidade e exclusão . . . . .	654
	Estudos sobre quantificação e domínios quantitativos . . . . .	657
	Alternâncias verbais no PB: a interface sintaxe semântica lexical . . . . .	661
	A interação entre os níveis de representação na Gramática Discursivo-Funcional . . . . .	665
	Plural de argumentos e eventos em duas famílias do tronco Tupi . . . . .	668
	Propriedades semânticas dos sintagmas nominais . . . . .	672
3.11.2	Comunicações Individuais . . . . .	676
	Construindo sem tijolos: a relevância da perspectivização na produção do sentido . . . . .	676
	Fatores “Histórico-ocasionais” de geração de sentidos . . . . .	677
	A linguagem publicitária junto aos processos ambíguos na formação persuasiva das publicidades de cerveja . . . . .	678
	A flexibilidade dos predicados adjuntos: orientação para o evento ou participante . . . . .	679
	A composicionalidade do significado de expressões idiomáticas do português brasileiro . . . . .	680
	O ciberespaço e os gêneros . . . . .	681
	Colour labelling: the influence of culture and perception on linguistics . . . . .	682
	Uma visão retórico-pragmática da tríade retórica na argumentação . . . . .	683
	As operações meta-enunciativas na interpretação e manipulação de expressões formulaicas por afásicos: uma competência relativamente à linguagem . . . . .	684
	O processamento de estratégias argumentativas no modelo da integração conceptual em textos publicitários . . . . .	685
	A representação do tempo para os idosos institucionalizados . . . . .	686
	Marcadores de conclusão no PB falado . . . . .	687
	O papel dos dêiticos aqui e aí na configuração da cena comunicativa . . . . .	689
	O aspecto pragmático da linguagem: elemento precípua para o desenvolvimento da competência comunicativa do discente . . . . .	690
	Notas sobre polaridade negativa . . . . .	691
	O tratamento de expressões lexicalizadas dar + SN em algumas obras Lexicográficas . . . . .	692
	Competência semântica e comunicacional na sociolinguística interacionista . . . . .	693
	Em que a semântica pode contribuir para o estudo da aquisição do aspecto? . . . . .	694
	Quando os contextos lingüístico e situacional não resolvem a relação pronomes / charge / reportagem . . . . .	695
	“A expressividade em aulas para os ensino médio e superior” . . . . .	696
	Nomes próprios modificados: análise preliminar de antropônimos do espanhol escrito . . . . .	698
	Um estudo sobre a identidade do transexual a partir da argumentação no texto jurídico . . . . .	699
	Análise das funções semânticas das formações dar uma x-da no português do Brasil. . . . .	700
	Discriminação, pressuposição e MCIs . . . . .	701
	A metáfora da escala na polissemia do até. Um estudo sócio-cognitivo dos operadores escalares. . . . .	702
	A organização informacional de narrativas orais no português brasileiro . . . . .	703
	A (des)construção do adjetivo em uma perspectiva enunciativa . . . . .	704
	Os verbos relativos ao combate em crônicas de Fernão Lopes: uma abordagem semântica . . . . .	705

	A semântica na falta do evento: a eletrofisiologia da derivação de verbo leve . . .	706
	Analizando mal-entendidos na relação consultor organizacional-cliente à luz da teoria dos atos de fala . . . . .	707
	A evidencialidade em diferentes tipos de discursos . . . . .	708
	O problema da referência nos estudos sintáticos . . . . .	709
	O lugar de sujeito gramatical: investigando a sua especificidade enunciativa . . . .	710
	French free choice items and discourse semantics . . . . .	711
3.11.3	Mesas-redondas . . . . .	712
	Linguística e cognição: processos metafóricos e metonímicos . . . . .	712
3.12	Sociolinguística e Dialectologia . . . . .	715
3.12.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	715
	Contato linguístico e línguas de imigração no Brasil . . . . .	715
	A emergência de padrões fonológicos e morfológicos variáveis na aquisição do PB	719
	Variação e mudança: atuação lexical . . . . .	722
	Línguas em contato: novos caminhos . . . . .	725
	Estudo diacrônico da inversão sujeito-verbo no PB: fenômenos correlacionados . .	729
	Geo-sociolinguística no estado do Pará: variação fonética e mapeamento digital .	732
	Processos de gramaticalização / sintaticização de construções em uma perspectiva de análise linguística centrada no uso . . . . .	735
	Análise multissistêmica de advérbios . . . . .	740
	Análise multissistêmica de estruturas complexas . . . . .	742
	Estudos sociolinguísticos do tratamento “você”: uma questão de interação social	745
	Variação sintática em Minas Gerais . . . . .	748
3.12.2	Comunicações Individuais . . . . .	752
	Sobre a variação na ordem dos adjetivos: fala e escrita . . . . .	753
	Você, tu, nós e a gente em Santo Antônio de Jesus . . . . .	754
	A influência de fatores linguísticos no uso das formas de indeterminação do sujeito em comunidades rurais da Bahia . . . . .	755
	Percurso do artigo definido diante de N próprio na fala de crianças em fase de aquisição . . . . .	756
	‘Recapitulando experiências’: estórias co-construídas em entrevistas psiquiátricas	757
	Registro cartográfico da divisão dialetal de Antenor Nascentes . . . . .	758
	Mobilidade e focalização do conector “por exemplo” . . . . .	759
	História e variação linguística: um estudo em tempo real do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica . . . . .	760
	A etnia, o contacto entre línguas e a variação no inglês de Toronto . . . . .	761
	O ensino de línguas estrangeiras no Estado do Rio de Janeiro: uma questão de política pública e linguística . . . . .	762
	A Realização do pronome “eles” no PB: um novo recurso de indeterminação do sujeito. . . . .	763
	Variação linguística e liderança na comunidade . . . . .	764
	Cartas fonéticas do ALMS: estudos sociolinguísticos . . . . .	765
	A variável social gênero condicionando a ocorrência do sujeito pronominal nulo em dados de fala de uma comunidade linguística . . . . .	766
	O léxico do município de Águas Vermelhas - Norte de Minas . . . . .	767
	A variação nós e a gente no dialeto mineiro: investigando a transição . . . . .	768
	Trajetória de gramaticalização do item AGORA nas interações do personagem Gatão de meia idade . . . . .	769
	Variação na expressão do passado imperfectivo no português falado: pretérito imperfeito do indicativo e passado progressivo . . . . .	770
	Formas predicantes simples ou complexas? . . . . .	771
	A toponímia sul-mato-grossense: um estudo dos nomes de fazendas . . . . .	772
	Fatos e boatos sobre o gerundismo . . . . .	773



	Investigação sobre o comportamento das vogais pretônicas médias nas variedades brasileira e portuguesa . . . . .	774
	Breve análise do processo de ditongação na fala soteropolitana . . . . .	775
	A língua portuguesa nas comunidades quilombolas norte-mineiras . . . . .	776
	Inacusatividade, ordem e concordância verbal . . . . .	777
	A linguagem criptológica dos “Laranjas” em Foz do Iguaçu, fronteira: Brasil - Paraguai - Argentina . . . . .	778
	Varição em coda silábica na fala popular fluminense . . . . .	779
	Prestígio e estigmatização da fala na RCI . . . . .	780
	Família e identidade social: construções identitárias de um casal de imigrantes mineiros de retorno dos Estados Unidos . . . . .	781
	A indeterminação do sujeito no português falado em comunidades rurais baianas . . . . .	783
	Processo de padronização lingüística no Brasil: enfoque sociolingüístico . . . . .	784
	O estatuto do tu no português do Brasil . . . . .	785
	O estatuto de cê como clítico fonológico . . . . .	785
	Varição no indivíduo e na comunidade: o caso da concordância verbal no português brasileiro . . . . .	786
	Atlas lingüístico do espírito santo: resultados parciais . . . . .	788
	O uso da língua no cotidiano e o bilingüismo entre pomeranos . . . . .	789
	Atlas lingüístico do município de Ponta Porã - MS (ALIPP): variações lexicais numa região de fronteira . . . . .	790
3.12.3	Mesas-redondas . . . . .	791
	Falares regionais: estudos fonéticos e fonológicos . . . . .	791
	Uma descrição geo-sociolingüística do português brasileiro: o Projeto ALiB . . . . .	795
	Gramática do português afro-brasileiro: universais, contato e aquisição . . . . .	799
	Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história . . . . .	802
	Varição lingüística no português da região Sul . . . . .	804
3.12.4	Pôsteres . . . . .	808
	A variação semântico-lexical no português do Brasil: as denominações para arco-íris nos dados do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB). . . . .	808
	Um relato sobre a construção mesoclítica em textos acadêmicos . . . . .	809
	Análise sociolingüística da colocação dos clíticos pronominais no português europeu no decorrer dos séculos XIX e XX . . . . .	809
	A variação fonética no português do Brasil: diferenças diatópicas na realização do /S/ em coda silábica, em três capitais do Nordeste, a partir dos dados do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB) . . . . .	810
	O evento da variação no fenômeno da ordem dos clíticos pronominais do PB escrito nos séculos XIX e XX . . . . .	810
	Para expressar tempo decorrido: a variação de haver, fazer e ter . . . . .	811
	Para o estudo de perífrases com os verbos-suporte dar, fazer e levar: testes de avaliação subjetiva . . . . .	811
	O uso do tu no português brasiliense falado . . . . .	812
	Estudo sociolingüístico sobre a recepção de raps de protesto . . . . .	813
	The sociolinguistic aspects of assibilated rhotics in Piripiri, Piauí . . . . .	813
3.13	Terminologia . . . . .	814
3.13.1	Comunicações Individuais . . . . .	814
	Terminografia de gestão ambiental: critérios e problemas de seleção terminológica . . . . .	814
	A terminologia da culinária moçambicana como prática sócio-histórica . . . . .	815
	Termos eponímicos do domínio da dermatologia: características e polêmica sobre o uso . . . . .	816
	Glossário de gestão ambiental: questões de equivalência . . . . .	817
	O binômio representação/recuperação da informação em interface com a teoria da terminologia - TCT . . . . .	818

	“O perfil terminológico dos textos especializados da área da aviação: subsídios para o ensino de ESP” . . . . .	819
	Uma palmeira em muitos termos: a terminologia do coco de babaçu . . . . .	820
	Verbos modais em manuais da Boeing: uma abordagem baseada em corpus . . . . .	821
	Novas propostas de definições oracionais em dicionários escolares . . . . .	822
	A redação da definição terminológica para dicionários especializados . . . . .	823
	Os termos técnico-científicos do meio ambiente em dicionários gerais . . . . .	824
	Variação terminológica e modalidades de tradução em textos de língua alemã e portuguesa na área da tecnologia ambiental . . . . .	826
3.13.2	Mesas-redondas . . . . .	826
	Atlas Toponímico do Brasil: recortes regionais . . . . .	826
3.14	Tradução . . . . .	829
3.14.1	Comunicações Coordenadas . . . . .	829
	Tradução, cognição e tecnologia . . . . .	829
	Tradução e descrição lingüística . . . . .	833
	Conhecimento experto em tradução . . . . .	837
3.14.2	Comunicações Individuais . . . . .	841
	O efeito da pressão de tempo na realização de tarefas de tradução: uma análise processual sobre o desempenho de tradutores em formação . . . . .	841
	Recursos de avaliação em um corpus paralelo trilíngüe . . . . .	843
	Análise da tradução de unidades fraseológicas especializadas presentes em contratos sociais . . . . .	844
	A interdisciplinaridade em um estudo de corpora de traduções médicas . . . . .	845
	A influência do fator gênero no estudo da mudança lingüística . . . . .	846
3.14.3	Mesas-redondas . . . . .	847
	Contribuições da lingüística computacional, lingüística de corpus e terminologia para os estudos da tradução . . . . .	847
	Modelagem do conhecimento experto em tradução . . . . .	851
3.14.4	Pôsteres . . . . .	856
	O uso de sistemas de memória de tradução e sua influência no desempenho de tradutores expertos . . . . .	856



## Conferências

### 2.1.1

#### Por uma descrição gramatical mais concreta: as funções sintáticas

Mário A. PERINI

PUC - Minas Gerais

Culicover e Jackendoff (2005: 5), dando expressão a uma idéia que circula há mais de uma década entre os lingüistas, formularam a Hipótese da Sintaxe Simples (HSS):

**A teoria sintática mais explicativa é a que atribui o mínimo de estrutura necessário para exprimir a mediação entre fonologia e significado.**

A motivação para essa hipótese vem da seguinte observação: o lingüista, em seu trabalho descritivo, lida com duas categorias de fatos, os fonéticos e os semânticos. Para dar um exemplo simples, a forma fonética *cheguei* tem duas sílabas, começa com uma fricativa palatal etc.; e seu valor semântico é o de se referir ao final de um deslocamento (real ou metafórico). Isso são **fatos**, e nenhuma análise da língua pode passar sem eles: uma análise do português que deixe de exprimi-los é inevitavelmente incorreta, ou pelo menos incompleta.

Por outro lado, há outras afirmações que geralmente se fazem sobre a palavra *cheguei*: trata-se de um verbo, é da segunda conjugação, é regular, pode ocupar a função de núcleo do predicado etc. Essas afirmações não se referem a fatos, mas antes a hipóteses: pode-se conceber uma análise do português que classifique *cheguei* junto com as palavras que chamamos de “adjetivos” (isso foi feito nos anos 60 e 70, por lingüistas que trabalhavam segundo a teoria denominada, na época, “semântica gerativa”). Pode-se igualmente imaginar uma outra organização morfológica dos verbos que não a em conjugações, e assim por diante.

O que mostrei acima é a distinção entre, de um lado, coisas que o lingüista precisa inevitavelmente incluir em sua análise do português e, de outro lado, coisas que dependem da teoria que ele adota, das conveniências descritivas que ele reconhece, e até de sua imaginação. Essa distinção é metodologicamente básica, e é o que motiva a formulação da

HSS.

É para dirigir o pesquisador em suas escolhas (de hipóteses, nunca de fatos!) que se elaboram as teorias lingüísticas. A HSS faz isso minimizando o conteúdo hipotético das análises – não negando a necessidade de hipóteses, mas, digamos, colocando-as em seu devido lugar, que é o menor possível. Com isso, a hipótese permite evitar duplicações: descrições sintáticas ou morfológicas que simplesmente replicam informações disponíveis na sintaxe e na semântica.

Neste trabalho aplico a HSS a algumas relações abstratas comuns em gramática, a saber, as chamadas **funções sintáticas**, em especial as de **sujeito** e **objeto direto**. Mostro que a função de sujeito (provavelmente) e a de objeto direto (certamente) podem ser reduzidas a relações concretas de ordenação, ou seja, em vez de serem postuladas como relações sintáticas (e, portanto, hipotéticas), podem ser definidas em termos de ordem de constituintes – uma relação redutível a fatos fonéticos, que são concretos, e portanto inevitáveis em qualquer análise do português.

Para isso, discuto alguns pontos básicos de teoria gramatical que não têm recebido a atenção devida na literatura atual: (1) para que se definem as funções sintáticas? (2) qual é realmente a diferença entre o sujeito e todos os outros complementos? (3) o que é um “erro de concordância”? (4) em que casos se pode dispensar a noção de “função sintática” em favor de relações de natureza mais concreta? Mostro que o exame dessas questões leva a uma concepção da estrutura do período que se opõe de maneira bastante radical à concepção comum que é adotada tanto pela gramática tradicional quanto pela maioria dos modelos de análise atualmente disponíveis. Essa reformulação acarreta, entre outras coisas, uma diminuição da importância a ser atribuída à geometria da estrutura sintática, levando a uma análise sintática mais simples, embora tendo que reconhecer uma complicação no plano da semântica.

CULICOVER, Peter W. e JACKENDOFF, Ray (2005) *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press.

#### The bipartite structure of verbs cross-linguistically

Heidi Harley

hharley@u.arizona.edu  
University of Arizona

In recent years, morphological, syntactic, and semantic evidence has converged to suggest that verbs, previously



analyzed as single syntactic terminals which relate in a straightforward way to a verb phrase, are actually composed of several parts which make separate syntactic and semantic contributions to a complex structure which is the true underlying shape of the verb phrase. Many separate strands of evidence have led to this conclusion. In this talk, several arguments in favor of a complex verb structure will be reviewed, and the approach will be shown to allow some analytic progress with respect to several problems, including the famous 'manner-of-motion' restriction on verb meaning in Romance languages (and within the Romance vocabulary of English), and the problem of the morphological constraints on verbs in resultatives, double object constructions and verb-particle constructions in the English vocabulary.

Some kinds of evidence for a bipartite structure include the classic causative/inchoative alternations, with or without morphological correlations. I will argue that for Japanese, at least, the morphological evidence suggests that neither the causative nor the inchoative form of a verb is derived from the other, since in different classes of alternating verbs, different forms are morphologically more or less marked than the alternant. I suggest that this is true cross-linguistically, and the frustrating and persistent debate in the literature about whether inchoatives are derived from underlyingly causative verbs or vice versa has been somewhat counterproductive.

Other kinds of evidence for a bipartite structure include the verb-particle constructions of Germanic, the syntactic behavior of applicative constructions in (among others) Hiaki (Yaqui), the morphologically complex structure of many Romance verbs, and the theory-internal arguments that syntactic structure is binary branching and that phrase-structure bar-levels are not syntactic primitives derived from iterations of Merge. I will exhibit these and show, for each in turn, how and why they converge on a syntactically complex picture of the verb phrase and argument structure.

In this view, the semantic and thematic properties of external arguments depend on the top portion of the verbal projection, called the vP (headed by 'little v'), and alternations that affect those properties, such as voice marking, agent vs. stimulus readings, and of course the causative/inchoative alternation, depend on the properties of v<sup>0</sup>. The semantic and thematic properties associated with the direct object are more directly dependent on the verb root, and on additional secondary predicates that may supplant or alter the verb root in the lower projection, such as particles or resultatives. I will conclude by presenting a morphosyntactic analysis of the famous problem within English syntax, namely the ban on double object constructions with ditransitive verbs borrowed from Latin or one of its daughter Romance languages. *Mary showed her paintings to John* alternates with *Mary showed John her paintings*, just fine, but *Mary displayed her paintings to John* does not have a variant *\*Mary displayed John her paintings*. A bipartite analysis of these Romance verbs, which dissects them into an incorporated particle such as *dis-* and a verb root such as *-play*, each heading its own syntactic projection, will be shown to allow an independently motivated account of this otherwise puzzling restriction, which otherwise does not admit of a non-stipulative linguistic description. I will show that this analysis extends to the ban on Romance verbs in verb-particle constructions – I showed the paintings off, but *\*I exhibited the paintings off* – and in resultative constructions – I hammered the metal flat but *\*I depressed the metal flat*.

## The effect of prosodic complexity on phonological processing: evidence from acquisition and impairment

*John Harris*

johnh@ling.ucl.ac.uk  
University College London

Intuitively at least, the relative complexity of a phonological representation can be thought of in terms of the number of entities it contains: the number of segments in a string, feature specifications in a segment, daughter nodes in a constituent, etc. In feature theory, there is a long tradition of linking representational complexity with markedness, culminating in the proposal that the more marked a segment is the greater the number of feature specifications or geometric nodes it contains. The marked nature of more complex representational entities is often assumed to correlate with some notion of functional complexity or difficulty, placing an increased burden on articulatory effort, auditory perception or phonological processing.

A simple comparison shows that this take on complexity and markedness does not obviously carry over into prosodic structure. A binary branching onset is both more marked and more representationally complex than a non-branching onset. On the other hand, a binary branching foot is less marked than a degenerate foot.

Unmarked binarity can plausibly be linked to constraints on the canonical prosodic shapes of different types of morpheme. One of these constraints requires lexical heads to branch, with the result that words are minimally bimoraic or bisyllabic. In many languages (including English), this minimal structure coincides with the stress foot. What contributes to metrical complexity in these languages is any structure that augments this minimal shape, for example through the adjunction of unfooted syllables to word edges.

The paper reports the results of an English non-word repetition experiment designed to illuminate the influence of prosodic complexity on phonological processing. The subjects fall into three groups: one showing evidence of specific language impairment (SLI) and two age-matched control groups of typically developing children. The SLI group had previously been identified as presenting with a deficit in processing complex morphosyntactic structures. One goal of the study was to determine whether this deficit extended to the processing of prosodic complexity.

Stimuli used in previous non-word repetition studies of SLI are constructed on a notion of complexity defined in terms of a raw count of segments or syllables. The present study employs stimuli that are systematically varied along three syllabic and two metrical parameters, each representing a binary opposition between an unmarked and a marked structure: branching vs. non-branching onset; open vs. closed rime; word-final V vs. C; presence vs. absence of a left-adjoined unfooted syllable; presence vs. absence of a right-adjoined unfooted syllable.

The main results can be summarised as follows. Unlike the two control groups, the SLI group showed an incremental decrease in the number of correct responses as the number of marked prosodic structures per non-word increased.



Increasing metrical complexity had a greater negative effect on overall performance than increasing syllabic complexity, particularly for the SLI group. While some of the errors triggered by metrical complexity affected metrical structure itself (in the form of weak-syllable omission), the bulk involved inaccurate renditions of the syllabic and/or segmental content of the relevant stimuli. The results support the conclusion that prosodic complexity can affect non-word repetition accuracy independently of string length.

---

## How might a rapid serial visual presentation of text affect the prosody projected implicitly during silent reading?

*Eva M. Fernández*

eva.fernandez@qc.cuny.edu  
University of New York

Prosody exerts a force on the process of computing the syntactic structure of a string of words, not only when it is available as part of the signal (Carlson, Clifton & Frazier, 2001, among others), but also when it is only projected mentally during silent reading (Fodor, 2002). I will discuss how the visual presentation of text might affect the prosodic structure projected during silent reading, by examining evidence on how differently timed visual presentations modulate the interpretation of ambiguous relative clauses (RCs). I will argue that such effects are best understood as linked to prosody, and I will identify properties of the data which help rule out alternative explanations.

The experimental series focuses on how globally ambiguous strings like (1a) and (1b) are interpreted by native speakers of American English.

1. (a) The judge telephoned the trainer of the gymnast who was sick.
- (b) The judge telephone the trainer of the gymnast who was sick during the opening ceremonies.
- (c) Who was sick? the trainer, the gymnast

In such sentences, the RC who was sick can permissibly refer to either trainer (N1) or gymnast (N2). In all experiments, target materials contained either short (1a) or long (1b) RCs. Interpretation was measured systematically by asking participants questions like (1c) for both short and long versions of the sentence, in a forcedchoice task presented as a test of reading comprehension. For all experiments, participant- and item-based mean percent N1 responses (“N1 attachment rates”) were used in the analyses. Target materials were interspersed among distractors representing a variety of constructions, and for which the question had only one correct answer.

Experiment 1 emulated standard questionnaire tasks. Sentences appeared on a single line centered on a computer screen and were followed “upon the participant’s request” by the comprehension question plus its two potential answers. N1 attachment rates were modulated by the length of the RC: 53.1% for short, 58.4% for long. Experiment 2 employed a rapid serial visual presentation (RSVP) technique: sentences appeared word-by-word, at an invariant rate of 500 ms per word. In Experiment 2, no length effect was observed, and N1 attachment rates decreased reliably: 43.9% for short, 44.4% for long.

The length effect observed in Experiment 1 is most parsimoniously interpreted as linked to prosody. During close to normal silent reading conditions, the prosodic structure projected may include a phrasal break before the RC, a break that is more likely, on

prosodic grounds, before a long than a short RC (Bradley, Fernández & Taylor, 2003). Such a break encourages interpretation of the RC as referring to N1 (Fodor, 2002). In contrast, the invariant rate of the RSVP presentation used Experiment 2 likely disrupts the

projection of implicit prosody, as in articulatory suppression tasks (Slowiaczek & Clifton, 1980); if a prosodic structure cannot be built, interpretation of the RC will be dictated by the parser’s built-in preference to attach locally, to N2.

The combined findings of Experiments 1 and 2 are difficult to reconcile with models that invoke information structure as driving length effects on attachment preferences (e.g., Hemforth & Konieczny, 2002), since the information weight difference between short and

long RCs is present in Experiment 2, but the length effect is absent. Models which link variation in interpretation to the lexical properties of the host nouns (e.g., Desmet, De Baecke, Drieghe, Brysbaert & Vonk, 2006) also cannot account for these data: the same

lexical material is present in Experiments 1 and 2, yet attachment preferences differ.

Experiments 3 and 4 were designed to further examine the stipulation that the RSVP presentation of Experiment 2 disrupted the projection of a prosodic structure. The presentation was also RSVP, but the word-by-word timing was variable: 225 ms per word plus 20 ms per character. This presentation rate is within the range of eye fixation rates during normal reading, as well as within the range of speeded presentation rates yielding accurate reading comprehension (Juola, Ward & MacNamara, 1982). In both Experiments 3 and 4, the variable presentation rate restored the length effect: Experiment 3, 50.0% short, 54.2% long; Experiment 4, 48.0% short, 51.5% long. Arguably, the variable rate presentation of Experiments 3 and 4 did not disrupt the projection of an implicit prosody as much as the invariant rate of Experiment 2.

Experiment 3 additionally examined materials in which either N1 or N2 remained on the screen three times longer than based on its length in characters, a manipulation simulating increases in duration resulting from producing N1 or N2 with a pitch accent

denoting focus (Schafer, Carter, Clifton & Frazier, 1996). Experiment 4 included materials containing a blank screen following N1 or N2, 675 ms in duration (three times the base rate of 225 ms per word), to produce an effect of phrasal breaks that either encourage

interpretations of the RC as referring to N1 (phrasal break after N2) or to N2 (phrasal break after N1).

For materials with short RCs, those additional manipulations



## CAPÍTULO 2. CONFERÊNCIAS

affected interpretation of the ambiguous RC. In Experiment 3, increasing the time N2 remained on the screen reliably decreased N1 attachment rates, to 43.1%. Increasing the time N1 remained on the screen also decreased N1 attachment rates, to 44.4%, though this did not differ reliably from the baseline materials in which neither N1 nor N2 remained on the screen longer. In Experiment 4, inserting a blank screen after N1 decreased N1 attachment rates to 45.1%, while inserting a blank screen after N2 increased N1 attachment rates to 52.1%. I will argue that these findings reflect the operation of prosodic phrasing, although working memory limitations need to be considered to explain why these manipulations only affected materials with short RCs. A final Experiment 5, currently underway, employs stimuli consisting of recorded utterances produced with the phrasing manipulations of Experiment 4: no breaks, one break after N1, one break after N2.

- BRADLEY, D., FERNÁNDEZ, E. M. & TAYLOR, D. *Prosodic weight versus information load in the RC attachment*. 2003. ambiguity. Paper presented at the 16th Annual CUNY Conference on Human Sentence Processing, Cambridge, MA.
- CARLSON, K., CLIFTON, C. & FRAZIER, L. Prosodic boundaries in adjunct attachment. *Journal of Memory and Language*, 45, 51–81. 2001.
- DESMET, T., de BAECCKE, C., DRIEGHE, D., BRYLSBAERT, M. & VONK, W. RC attachment in Dutch: On-line comprehension corresponds to corpus frequencies when lexical variables are taken into account. *Language and Cognitive Processes*, 21, 4, 453–485. 2006.
- FODOR, J.D. Psycholinguistics cannot escape prosody. In: *textitProceedings of the 1st International Conference on Speech Prosody*. pp. 83–88). Université de Provence, 2002.
- HEMFORTH, B. & KONIECZNY, L. Where pronouns and RCs differ: Information structure and binding preferences. Paper presented at the *15th Annual CUNY Conference on Human Sentence Processing*, March 21-23, New York, NY, 2002.
- JUOLA, J.F., WARD, N.J., & MCNAMARA, T. Visual search and reading of rapid serial presentations of letter strings, words, and text. *Journal of Experimental Psychology: General*, 111, 208–227. 1982.
- SCHAFFER, A., CARTER, J., CLIFTON, C. & FRAZIER, L. Focus in RC construal. *Language and Cognitive Processes*, 11, 135–163. 1996.

### Phonological templates in early words

Marilyn Vihman

University of Bangor / York  
m.vihman@bangor.ac.uk

The field of language acquisition must ultimately find a way to account for the developmental source of linguistic system. Dynamic systems theory (Thelen & Smith, 1994), with its emphasis on the deep interconnectedness of learning in action and perception, on the independent emergence of related skills as a self-organizing catalyst for behavioral change, and on the role of variability in developmental

advance, with a consequent emphasis on the intensive study of individuals, offers a highly promising perspective on early speech development, despite the fact that these ideas have not as yet been tested in any detail in the area of language.

This talk will draw on dynamic systems theory in proposing an emergentist account of phonological development.

One long-standing approach to phonological development – “whole word phonology” – takes the position that the first words are represented holistically (Waterson, 1971; Menn, 1971, 1983; Ferguson & Farwell, 1975; Beckman & Edwards, 2000). Arguably, the very first words, typically produced in contexts that provide strong situational priming, are based on an implicit match between the child’s well-practiced vocal patterns or “Vocal Motor Schemes” (VMS: the result of production practice) and frequent input forms (i.e., on distributional analysis based on repeated hearing of closely similar speech sequences). Once a small production lexicon has begun to be

established in this way, children can be seen to develop one or more systematic word production routines or “templates”, based on the experience of saying many words in a particular way and hearing both self and others produce those same words, which have become salient also by repetition.

he projection of the template onto less similar adult word targets leads to an increase in the numbers of words attempted while at the same time limiting the range of phonological patterns produced (and thus permitting the child to expand his or her phonetic repertoire only very gradually). However, that process also leads to regression with respect to accuracy in relation to the adult target form: The template typically reflects the child’s restricted phonetic resources, both as regards prosodic structure (e.g., one or two syllables in length, maintenance of a single consonant type across syllable positions, onset and coda, or across onsets in disyllables) and segments (stops, nasals and glides are the most common early consonant types, crosslinguistically). Such templates, or early word patterns, are used both to produce target words similar to the template, suggesting lexical “selection” for the phonetic match to the child’s pattern, and “adapted” words, which reflect more radical changes as the child fits a somewhat less similar target form into the pattern (see Table 1). Although use of a template does not lead directly to more accurate production, it does speed word learning and it can be thought to represent a first step in phonological organization or systematicity.

Among the empirical questions that may be asked regarding the word templates we will focus here on the most basic: To what extent can the notion be considered to apply to all children? Analysis of the word forms produced late in the single word period by each of 34 children acquiring one of five different languages has revealed a degree of patterning in all cases, but with a relationship between (a) extent of reliance on templates and (b) extent of phonetic diversity, indexed by scoring consonant use, which has been established as the best predictor of phonological advance (Stoel- Gammon, 1992).

From a dynamic systems perspective we see phonetic diversity and emergent systematicity as independent variables whose interaction differs by individual child and determines rate and type of phonological development. (1) A child with no consistent production patterns – no VMS – is not ready to enter into word production. In contrast, (2) a child with a small range of often used segments or longer patterns may induce from those well-practiced units a template which



facilitates the representation of novel word forms; the wider range of targets should, in turn, lead to later phonetic diversity. On the other hand, (3) a child with sufficient phonetic resources to begin word production but who fails to be sensitive to the latent patterning of her early words may slowly continue to learn unrelated adult words, increasing phonetic diversity without yet developing a phonological system.

Table 1. *Noël (French child), aged 17 months; N word shapes in session = 31.*

Left-most columns show three relatively accurate “selected” word forms, each exhibiting the same simple CVN structure, a template for this child.

Right-most columns show three words onto which the template has been “projected”, despite the distance between adult form and child pattern. The first two, *ballon* and *peinture*, require “adaptation” by the specific phonological processes listed on the far right. Alternatively, the <CVN> template can be seen to be applied as a whole to these words, two of which invite such application by having a nasal vowel while the third, *poire*, is swept into the pattern under the pressure exerted by the several other [pVn] monosyllables produced.

selected			adapted			adaptation
target word	target form	child form	target word	target form	child form	
<CVN>						
<i>dome</i>	[dɔ̃n]	[dɔ̃n]	<i>ballon</i> 'ball'	[balɔ̃]	[βan]	Change nasal V into V+ n; merge syllables
<i>pomme</i> 'apple'	[pɔ̃m]	[pam]	<i>peinture</i> 'painting'	[pɛ̃tyʁ]	[pan]	Change nasal V into V+ n; omit 2d syllable
<i>poum</i> 'boom'	[pum]	[pam]	<i>poire</i>	[pwaʁ]	[pœn]	Create V+n syllable

## Reflexos segmentais da organização rítmica do português do Brasil

Maria Bernadete Marques Abaurre

babaurre@matrix.com.br  
Instituto de Estudos da Linguagem

Apresentaremos, nesta palestra, alguns resultados das investigações sobre a organização rítmica do português brasileiro que vêm sendo conduzidas no âmbito do Projeto Temático Interdisciplinar FAPESP / PRONEX no. 03/09930-9, Comportamento estocástico, fenômenos críticos e identificação de padrões rítmicos nas línguas naturais.

O objetivo do projeto Temático, que conta com a participação de pesquisadores de diferentes áreas, é formular e tratar, de forma sistemática, com base na Teoria dos

Processos Estocásticos, os seguintes problemas centrais da Linguística: 1) a questão da existência ou não de padrões rítmicos nas línguas naturais; 2) a existência de uma tipologia discreta caracterizada por pontos críticos bem definidos, em oposição a um contínuo rítmico; 3) a existência de marcas do ritmo no sinal acústico e em textos escritos.

Tomaremos como foco desta apresentação a possível relação entre a ocorrência de processos segmentais que afetam vogais pretônicas no português do Brasil e a implementação de uma determinada organização rítmica decorrente da localização de acentos secundários em palavras com duas ou mais sílabas antecedendo o acento lexical. Essa questão relaciona-se diretamente à busca de marcas do ritmo no sinal acústico, objeto da terceira grande pergunta levantada pelo Projeto Temático, que vem sendo investigada pelos pesquisadores do módulo de Fonologia.

O português brasileiro (PB) é uma língua que apresenta um acento secundário atribuído pós-lexicalmente. A maneira como essa proeminência secundária é implementada determina a organização rítmica da língua, diferenciando-a da organização rítmica do português europeu (D'Andrade, E. & S. B. Laks, 199; Castelo, 2004). O acento secundário tem sido estudado em PB no quadro da Fonologia Métrica (Collischon, 1993) ou da Teoria da Otimalidade (Sandalot et alii, 2006).

Serão aqui apresentados e analisados os dados obtidos a partir da leitura de uma crônica publicada em uma revista semanal, por dezessete informantes de PB do estado de São Paulo, com o objetivo de descrever a maneira como foram implementadas as proeminências secundárias, bem como sua relação com a configuração rítmica do texto. A partir do levantamento das ocorrências das proeminências secundárias, identificadas perceptualmente por três juizes, foram tabuladas as ocorrências dos acentos secundários para cada um dos dezessete informantes, com o objetivo de verificar as semelhanças e diferenças na atribuição desse acento em todas as palavras que apresentam contexto para sua implementação, ou seja, em todas as palavras prosódicas que apresentam duas ou mais sílabas pretônicas.

Além da identificação da ocorrência dos acentos secundários, foi feito também um levantamento sistemático das ocorrências de reduções/apagamentos segmentais afetando as sílabas pretônicas e os segmentos em junção de palavra (processos de sândi vocálico como elisões, degeminações e ditongações, e também haplogias). Esses processos, por hipótese, estão relacionados à atribuição dos acentos secundários e, por consequência, à implementação de um determinado ritmo. Os dados obtidos a partir desse levantamento serão aqui utilizados para introduzir a discussão a respeito da relação entre a aplicação dos referidos processos segmentais e a implementação/manutenção de um determinado padrão de organização rítmica em PB.

Um dos fatos observados que tem relação direta com a questão abordada nesta palestra diz respeito à ocorrência de reduções/apagamentos de vogal em palavras como *com(pu)tador*, em que a primeira sílaba porta acento secundário e a vogal da segunda sílaba é eliminada, o que garante a implementação de um ritmo binário com redução da vogal, uma vez que a escolha foi pela colocação do acento na primeira sílaba da palavra prosódica. Tal tipo de redução manifestou-se em todos os informantes do *corpus* estudado.

CASTELO, M.A.F. *A proeminência secundária no português europeu*. Dissertação de mestrado em Linguística. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2004



## CAPÍTULO 2. CONFERÊNCIAS

COLLISCHONN, G. *Um estudo do acento secundário em português*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

SANDALO, F, ABAURRE, M.B.M., A. MANDEL & C. GALVES. Secondary stress in two varieties of Portuguese and the Sotaq optimality based program. Em: *Probus: International Journal of Latin and Romance Linguistics*, 18, number 1. 2006. (pp. 97-125).

### A enunciação aforizante

*Dominique Maingueneau*

maingueneau@univ-paris12.fr  
Université de Paris XII

Pretendemos, nesta conferência, abordar um tema que envolve fatores tais como a enunciação e os enunciados que, por falta de termo melhor, serão aqui chamados de “destacados”.

Em nossa sociedade circulam, quer sob a forma oral, quer sob a forma escrita, um grande número desses enunciados. Expliquemos melhor: estamos aqui nos referindo aos enunciados curtos, representados, na maior parte dos casos, por uma única frase, quando são retirados de seu contexto original ou, em outras palavras, quando são descontextualizados. Tais enunciados são normalmente atribuídos a uma fonte autorizada (que pode ser representada por um indivíduo ou por uma entidade abstrata, tal como, por exemplo, “a sabedoria popular”). Isso acontece, principalmente, no caso específico dos enunciados que compõem os provérbios. Entre esses enunciados, existem alguns que já se mostram, de modo natural, “destacados”, ou seja, são enunciados que foram assim concebidos desde sua origem. Vamos incluir nesse caso as máximas, os provérbios e as divisas, entre tantos outros. Aliás, devemos lembrar que os lingüistas têm geralmente mostrado um grande interesse pelo estudo desse tipo de enunciado. Porém, existe um outro tipo de enunciado “destacado”: aqueles que foram isolados ou retirados de um determinado texto pela ação de um ou de vários agentes. Tais enunciados seriam correspondentes às citações, no sentido tradicional que a palavra carrega.

Em relação a esse último tipo de “destacamento”, a atenção do analista vai-se voltar, de modo natural, para a “destacabilidade”, ou seja, para os procedimentos de “destacamento” dos enunciados em pauta. Ora, o “destacamento” não acontece, necessariamente, sem a intervenção do autor do texto original, fenômeno que aparece, com relativa freqüência, graças à ajuda de procedimentos ligados a diversos domínios, tais como os sintáticos, os prosódicos, os semânticos, os tipográficos etc. Esses procedimentos são convocados pelo autor, que parece assinalar, dessa forma, o fato de que certos fragmentos de seu texto são suscetíveis à operação de “destacamento”. Propusemos, num primeiro momento, que esse fenômeno fosse chamado de “sobreasserção”.

No entanto, vemos agora que a noção de sobreasserção não é suficiente para operar a descrição do funcionamento efetivo dos enunciados “destacados”. Devemos considerar, na verdade, que um grande número dentre eles não se refere a simples fragmentos que passaram pelo dito processo, ou seja, pela sobreasserção e, além disso, que quase todos sofreram

transformações no momento de seu “destacamento”. Introduziremos, pois, aqui um novo conceito, que chamaremos de “aforização”. A aforização designará o regime enunciativo específico dos chamados “enunciados destacados”. Desse modo, cortamos o elo entre a sobreasserção e o enunciado “destacado” propriamente dito. Nosso interesse será, assim, deslocado para o estudo das propriedades lingüísticas – podemos citar, nesse caso, as propriedades enunciativas, as propriedades pragmáticas e mesmo as propriedades antropolingüísticas – de uma enunciação aforizante. Não se trata aqui de questionar se o enunciado “original” foi alterado pela operação de “destacamento” ou se aquele que destaca esse enunciado está respeitando ou não as intenções do autor; trata-se, sim, de considerar tudo aquilo que implica a descontextualização de tais enunciados.

Após ter mencionado os traços gerais dessa problemática, buscaremos dar uma atenção particular às diversas dimensões da noção de aforização, que, queremos crer, não foi ainda estudada ou analisada de modo preciso. O fato é que tal noção envolve problemas de ordem modal, de ordem referencial, de ordem textual e até mesmo de ordem hermenêutica e genérica.

No que diz respeito a esse último aspecto, a questão que se coloca é a de saber se, como tem sido normalmente admitido, toda enunciação deverá inscrever-se no horizonte de um gênero do discurso. É bem verdade que toda enunciação aforizante intervém no interior de uma configuração textual; no entanto, a pretensão pragmática dessa enunciação consiste justamente em ignorar tal necessida-

### A hipótese Tupi-Karib

A Associação Brasileira de Lingüística programou como parte da programação do V Congresso Internacional da ABRALIN, uma mesa redonda com o objetivo de examinar uma proposta bastante ousada: a da conexão Tupi-Karib. Os participantes desta mesa são a Profa. Yonne de Freitas Leite, Aryon Dall’Igna Rodrigues e Sérgio Meira. A Profa. Yonne de Freitas Leite, coordenadora da Mesa, é pesquisadora do CNPq e Professora do Setor de Lingüística do Museu Nacional do Rio de Janeiro atuando em várias áreas da lingüística, tendo destaque a área de línguas indígenas brasileiras com inúmeros artigos publicados e várias dissertações e teses orientadas. O Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues é professor titular, da Universidade de Brasília, Doutor em Lingüística pela Universidade de Hamburgo, Alemanha com a tese intitulada A fonologia da língua Tupinambá, autor de uma longa bibliografia sobre línguas indígenas brasileiras, principalmente das línguas tupi. O Prof. Sérgio Meira da Santa Cruz de Oliveira, doutor em Teoria e análise Lingüística pela Rice University, Estados Unidos da América com a tese A Grammar of Tiriyo, que recebeu o prêmio anual Mary Haas de melhor tese sobre línguas indígenas do ano, pós-doutorado no Instituto de Psicolingüística Max Planck, Alemanha, especialista em línguas Karib, com um número significativo de artigos publicados entre os quais se inclui a reconstrução da fonologia segmental do proto Karib (Oliveira e Franchetto, 2005). Portanto, sob a coordenação da Profa. Yonne Leite a mesa pretende discutir a conexão das línguas Tupi-Karib. Nas palavras da Profa. Yonne Leite





podemos dizer que a “escolha do tema não é de interesse apenas dos especialistas em línguas indígenas. Trata-se de uma questão de âmbito muito maior que pode lançar luzes sobre a pergunta que perdura na humanidade por séculos e séculos: quem somos, de onde viemos”.

## Novas considerações sobre relações lingüísticas Tupi-Karíb

*Aryon Dall'Igna Rodrigues*

aryon@unb.br  
Universidade de Brasília

Há mais de 30 anos, impressionado com as semelhanças que então percebia entre línguas de nítida filiação Karíb e línguas do tronco Tupí e mais particularmente da família Tupí-Guaraní, empreendi um estudo comparativo, cujos resultados apresentei em reunião da American Anthropological Association em Los Angeles em 1977. O trabalho foi acolhido e publicado no volume *South American Indian languages: retrospect and prospect*, organizado por Harriet Klein e Luisa Stark (Austin: University of Texas Press, 1985). Nessas duas décadas poucas reações houve ao artigo. As duas principais foram as de Desmond Derbyshire e de Spike Gildea, ambas apresentadas no Congresso Internacional de Americanistas de 1991, ao qual eu não pude comparecer. Derbyshire consubstanciou, com dados das línguas Karíb, cinco semelhanças gramaticais acrescidas às que eu tinha referido (Derbyshire 1994) e Gildea fez o mesmo com respeito a um caso específico de nominalização (Gildea 1994). Essas foram, portanto, reações positivas, tendentes a reforçar a hipótese de parentesco genético entre os dois grandes grupos de línguas com base no avanço que se dava no conhecimento da família Karíb. Há poucos anos, meus colegas da UNICAMP promoveram a tradução para o Português daquele meu artigo para incluí-lo no volume comemorativo dos 30 anos do Instituto de Estudos da Linguagem intitulado *Saudades da Língua* (Rodrigues 2003:393-410).

No artigo eu distinguia três conjuntos de semelhanças: (A) um conjunto de elementos lexicais, em sua maioria de vocabulário básico, e alguns morfemas gramaticais, comuns a toda a família Karíb e a todo o tronco Tupí (e não apenas à família Tupí-Guaraní), (B) apreciável número de elementos lexicais, em sua maioria nomes de espécies animais e vegetais, comuns às línguas da família Tupí-Guaraní e a línguas norte-amazônicas da família Karíb e (C) palavras comuns a algumas línguas Tupí-Guaraní e algumas línguas Karíb em situação de proximidade geográfica. Para o conjunto (A) foi possível estabelecer correspondências fonológicas regulares, que, associadas à natureza semântica da grande maioria desses elementos, menos sujeitos ao empréstimo de língua a língua, contribuem para sustentar a hipótese de remota origem comum para as línguas do tronco Tupí e da família Karíb, portanto uma hipótese de parentesco genético. O conjunto (B), ao contrário, é constituído por palavras cujos conceitos, ligados ao meio ambiente, podem ter passado por empréstimo de uma língua a outra, mas, como são comuns a toda a família Tupí-Guaraní e ao grande conjunto de línguas Karíb do norte amazônico, colocam outro problema histórico muito interessante: onde e quando pode

ter-se dado o contacto, visto que a família Tupí-Guaraní se situa tipicamente ao sul do rio Amazonas e as línguas Karíb sul-amazônicas não participam do conjunto (B)? A propósito desse conjunto assinalo que ainda não era possível determinar a direção dos empréstimos (se Tupí-Guaraní para o Karíb ou o contrário), tendo observado, entretanto, que uma parte das palavras em questão era fonologicamente atípica em Tupí-Guaraní. O conjunto (C) reflete situações específicas de contacto relativamente recente entre certas populações de língua Karíb com certas populações de línguas da família Tupí-Guaraní.

Nos últimos vinte anos aumentou o número de estudos e de estudos tanto para o tronco Tupí quanto para a família Karíb. Para esta desenvolveu Gildea estudos tipológico-comparativos voltados para a reconstrução de propriedades gramaticais do Proto-Karíb (Gildea 1992, 1998) e recentemente Meira e Franchetto publicaram uma comparação lexical das línguas Karíb sul-amazônicas com as norte-amazônicas (Meira e Franchetto 2005). Para o tronco Tupí, com base em novos dados descritivos, passei a consolidar a comparação entre as dez famílias lingüísticas que o integram e a reconstrução fonológica do Proto-Tupí (Rodrigues 2004 e 2005) e, nos últimos anos, em colaboração com Ana Suely Arruda Câmara Cabral, a trabalhar na reconstrução gramatical (Cabral 2001, Cabral e Rodrigues 2005a, 2005b, Rodrigues e Cabral 2002).

Hoje já há condições para retomar-se a comparação lexical com base muito mais ampla tanto do lado Tupí como do lado Karíb e estender (e eventualmente corrigir) o conjunto A (é verdade, entretanto, que a grande carência de documentação lexical que dificultava o estudo comparativo há quarenta anos ainda continua sendo um fator fortemente restritivo de ambos os lados). Há também melhores condições para expandir e aprofundar as comparações gramaticais, as quais se basearão nas descrições já produzidas, dependerão muito menos da falta de dicionários e poderão beneficiar-se dos estudos reconstrutivos em ambos os grupos lingüísticos. A avaliação histórica dos achados tem de distinguir pelo menos três tempos e diferentes cenários. Se admitida origem comum para Tupí e Karíb, a cisão que os separou deve ter precedido o desmembramento do tronco Tupí nas dez famílias que hoje o integram e, como eu havia proposto em minha comunicação ao Congresso Internacional de Americanistas de 1956, esse desmembramento teria começado a dar-se mais provavelmente na bacia do rio Madeira (Rodrigues 1958), uma proposta que tem tido aceitação geral por lingüistas e antropólogos. O conjunto B também pode ser expandido, tanto no número de elementos lexicais, quanto no número de línguas Karíb norte-amazônicas, e pode-se verificar melhor se realmente aqueles elementos lexicais estão presentes, em parte pelo menos, em todas essas línguas. Com respeito a esse conjunto B cumpre verificar sua ausência nas línguas Karíb sul-amazônicas, tanto o Kuikúro, como o Bakairí, o Ikpéng e o Arara. Algumas palavras do Tupí-Guaraní devem ser retiradas desse conjunto, pois já verificamos que estão presentes também em outras famílias do tronco Tupí, sendo reconstruíveis para o Proto-Tupí e devendo passar, portanto, para o conjunto A (é o caso das palavras para “cipó” e “cupim”).



## CAPÍTULO 2. CONFERÊNCIAS

### Relações tupi-karib: estado atual da questão

Sérgio Meira

s.meira@let.leidenuniv.nl  
Leiden University

As famílias linguísticas Tupi e Caribe (Karíb), duas das maiores da América do Sul, cujos contatos com Europeus datam dos primeiros contatos com os descobridores europeus, deram ensejo já desde o início do século passado (Koch-Grünberg 1908, de Goeje 1909) a hipóteses sobre possíveis relações genéticas. Koch-Grünberg mencionou “muitas relações” entre os substantivos de línguas Karíb e Tupi, exemplificando-as com uma lista de 19 palavras; de Goeje perguntou-se se estas famílias (incluindo-se também o Arawak) teriam formado parte de uma só família maior, baseando-se em uma lista com mais de trinta palavras comparadas. Nos dois casos, contudo, os dados apresentados eram bastante criticáveis, e a relação parecia no máximo bastante tênue. O primeiro trabalho publicado a dar uma base científica apreciável a esta hipótese foi Evidence for Tupi-Cariban relationship, do prof. Aryon Rodrigues (1985), o qual apresentou uma quantidade considerável de possíveis cognatos (incluindo-se termos do vocabulário básico e elementos gramaticais), divididos em três grupos principais, segundo o grau de parentesco que pareciam indicar.

1. Empréstimos relativamente recentes, resultantes dos contatos entre o Wayãpi (Tupi) e o Wayana (Karíb), ambos falados na Guiana Francesa;
2. Empréstimos mais antigos, aparentemente indicativos de um contato pré-histórico entre falantes de um sub-grupo tupi (provavelmente do Proto-Tupi-Guarani) e falantes de proto-Karíb. Rodrigues sugeriu a hipótese de que este encontro se teria dado ao sul do Amazonas, apoiando-se na idéia de que falantes de Proto-Tupi-Guarani teriam deixado Rondônia, dirigindo-se para o leste, e na hipótese (proposta por Steinen) de que falantes de línguas Karíb, provenientes do sul, migraram para o norte.
3. cognatos aparentemente mais antigos, possíveis indicadores de parentesco genético (incluindo: prefixos de pessoa, de valência verbal, a “flexão relacional”, termos de parentesco, partes do corpo, alguns itens da cultura material, etc.).

Nesta apresentação, examinar-se-ão em detalhe os elementos das categorias (b) e (c). No caso da categoria (b), argumentar-se-á que um encontro pré-histórico entre falantes de uma proto-língua tupi e de uma proto-língua karib teria mais provavelmente ocorrido ao longo da costa norte da América do Sul (note-se que o estudo de Meira e Franchetto 2005 tende a diminuir a possibilidade de que os falantes de proto-Karíb tenham vindo do Brasil central - o que seria necessário para um encontro ao sul do Amazonas). Idéias sobre contatos importantes ao longo da costa das Guianas e da Venezuela parecem concordar com teorias arqueológicas sobre o desenvolvimento da região, embora não esteja bem claro o motivo para a origem tupi dos empréstimos (os

grupos numericamente dominantes na área eram das famílias Karíb e Arawak).

No caso de categoria (c), discutir-se-ão os cognatos mais e menos prováveis, à luz de reconstruções mais recentes das proto-línguas das duas famílias, bem como caminhos prometedores para comparações (p.ex., o uso de elementos submorfêmicos - “formativos” - como comparanda). Os resultados são bastante animadores, e, embora não conclusivos, tendem a apoiar uma hipótese Karíb-Tupi ou “Ka-Tu”. Casos de parentesco longínquo são freqüentemente difíceis de se comprovar convincentemente; uma breve discussão do que torna críveis (ou não) tais relações longínquas, bem como do nível de dúvida com que podem ser propostas, servirá como conclusão.

de GOEJE, Claudius H. 1909. *Études linguistiques caraïbes*. Verhandelingen der Koninklijke Akademie van Wetenschappen, afdeling letterkunde, nieuwe reeks, deel X, no. 3. Amsterdam: Johannes Müller.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. 1908. Die Hianákoto-Umáua. *Anthropos International Review of Ethnology and Linguistics*, vol. 3, pp. 83-124, 297-335, 952-982.

MEIRA, S., FRANCHETTO B. 2005. The Southern Cariban languages and the Cariban family. *International Journal of American Linguistics* 71: pp. 127-192.

RODRIGUES, A.D. 1985. Evidence for Tupi-Cariban relationships. *South American Indian languages: retrospect and prospect*, ed. por In H.E.M. KLEIN and L.R. STARK, pp. 371-404.

STEINEN, Karl von den. 1894. *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*. Reise-schildrung und Ergebnisse der zweiten Schingú-Expedition. Berlin: Dietrich Reimer.

### A hipótese Tupi-Karib: uma apresentação

Yonne Leite

yfleite@domain.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro -  
Universidade Gama Filho

O estudo das línguas tupi tem um longo percurso, que se inicia com a Gramática da língua mais usada na costa do Brasil do Pe. José de Anchieta, publicada em 1595, um dos primeiros documentos sobre as línguas do Novo Mundo, precedido, na América do Sul, pela *Arte de la lengua general de los indios de los Reynos del Peru e o Lexicon o Vocabulario de la lengua general del Peru, llamada Quichua*, ambos de autoria do dominicano Frei Domingo de Santo Tomás e publicados em Valladolid, em 1560 e, nas Américas, pela *Arte de la lengua mexicana* (1547), na qual o padre franciscano Andrés de Olmos descreve o Nahuatl.

É também das línguas Tupi a classificação em que se usa, pela primeira vez no País, o método léxico-estatístico, proposto por Morris Swadesh (1952) que possibilita pelo percentual de cognatos oriundos do vocabulário nuclear permite precisar os graus de parentesco linguístico entre línguas que se sabe aparentadas. Os seguintes graus são propostos: Família: mais de 36% de cognatos; Tronco, de 36% a 12 % de cognatos, Micro filo: de 14% a 4% de cognatos; Mesofilo 4% a 1% de cognatos; Macrofilo : menos de 1% de cognatos. Com base nessa metodologia, Rodrigues



(1964), acrescentando uma categoria de subfamília, propõe um tronco Tupi formado de 07(sete) famílias: (1). Família Tupi-Guarani (com a subfamília Tupi e a subfamília Guarani); (2) Família Juruna; (3) Família Juruna; (4) Família Arikem; (5) Família Tupari; (6) Família Ramarama; (7) Família Mondé; Família Puruborá. A Família Tupi-Guarani é a que contém o maior número de línguas. A proposta foi sendo reformulada e mesmo abandonada por descrédito do método e devido ao avanço da documentação, produzida depois do advento da pós-graduação, mas tem assim mesmo um valor histórico significativo. A família Tupi-Guarani, além de ser a mais estudada, uma vez que na listagem de teses e dissertações defendidas até o ano 2000, organizada por Lucy Seki e reproduzida por Leite e Franchetto (2006), são arroladas 16 (dezesseis) línguas da família Tupi-Guarani, em contraposição às 08 (oito) da família Karibe, é a que dispõe não só do estudo glotocronológico, mas também de uma reconstrução de um proto-sistema fonológico e de uma classificação genética fundamentada em mudanças compartilhadas. (Lemle, 1971). A classificação proposta por Lemle, bastante citada, divide a família tupi em dois grupos: o grupo A, composto do Asurini, /Guajajara, Parintintin e Urubu e o grupo B composto do Guarani, Guarayo, Sirionó, Kokama e Tupinambá. O grupo A se distingue do grupo B pela mudança compartilhada \*pyç ce e o Asurini e Guajajara se distingue do Parintintin, Kamayurá e Urubu pela perda da nasalidade vocálica e mudança do sistema fonológico. Assim as únicas mudanças compartilhadas pelo Parintintin, Guarani e Urubu são as que separam o grupo A do Grupo B. No grupo B, o Guarani, Guarayo e Sirionó, línguas Guarani têm as mudanças compartilhadas de perda da consoante final e tiçci, si. A fragilidade da metodologia adotada por Lemle vem do fato de que o Tapirapé, embora partilhando das mudanças que separam o grupo A do B e tenha também um sistema em que ocorre a mudança do \*a, o que o aproxima do Asurini e Guajajara, não pode ser incluído nessa classificação por manter a nasalidade, diferentemente do Asurini, Guajajara que a perdem. Além disso também tem a mudança característica do subgrupo B de fricativização do \*ti. Além disso, Soares (1979) demonstra que a perda da nasalidade não é uma mudança compartilhada, uma vez que documentos históricos demonstram que a desnasalização ocorreu em tempos diferentes nas duas línguas.

Há assim na literatura várias propostas e tentativas mal sucedidas de uma classificação genética da família Tupi. O primeiro contato do Tupinambá com os europeus se deu no se deu no início do século XVI, o Karib cuja colonização se inicia nas pequenas Antilhas da Venezuela e nas Guianas, 100 anos mais tarde, no século XVII. Sua documentação mais extensa é do Pe. Pierre Pelleprat sobre a língua Galibi das Guianas (1653?). Considerando-se o rio Amazonas como um ponto de referência os Karib, estão divididos como Karib do Norte que compreende os grupos situados ao norte do Rio Amazonas e Karib do sul, que se refere aos grupos situados ao sul. Esta divisão geográfica é mantida na classificação mais conhecida das línguas Karib, a de Marshall Durbin (1985). A família Karib foi considerada uma família isolada, sem relação com nenhuma outra. A primeira proposta de relação genética com outras famílias foi a de Joseph Greenberg que reúne as famílias Jê, Karib e Pano num filo considerando que cada um deles constitui um bloco: Macro Jê constituído da família Jê, do Kaingang, do Karajá, do Botocudo), Macro Karib e Macro Pano. Greenberg, porém não apresenta evidências robustas para sua proposta, que tem recebido várias críticas.

A Associação Brasileira de Linguística programou como mesa redonda o exame de uma nova proposta bem ousada: a da conexão Tupi-Karib, iniciativa mais uma vez do sempre inovador Aryon Dall'Ígna Rodrigues, professor titular, sem ônus, da Universidade de Brasília, Doutor em Linguística pela Universidade de Hamburgo, Alemanha com a tese intitulada *A fonologia da língua Tupinambá*, autor de uma longa bibliografia sobre línguas indígenas brasileiras, principalmente das línguas tupi e Sergio Meira da Santa Cruz de Oliveira, doutor em Teoria e análise Linguística pela Rice University, Estados Unidos da América com a tese *A Grammar of Tiriyo*, que recebeu o prêmio anual Mary Haas de melhor tese sobre línguas indígenas do ano, pós-doutorado no Instituto de Psicolinguística Max Planck, Alemanha, especialista em línguas Karib, com um número significativo de artigos publicados entre os quais se inclui a reconstrução da fonologia segmental do proto Karib (Oliveira e Franchetto, 2005)

A escolha do tema não é de interesse apenas dos especialistas em línguas indígenas. Trata-se de uma questão de âmbito muito maior que pode lançar luzes sobre a pergunta que perdura na humanidade por séculos e séculos: *quem somos, de onde viemos*

DURBIN, Marshall. A survey of Carib Languages. In Harriet E. Manelis Klein e Louise R. Stark (eds) *South American Indian Languages*. Austin: The University of Texas Press, pp. 325-370. 1985.

LEMLE, Miriam. Internal classification of the Tupi Guarani linguistic family. In: David Bendor Samuel, (Ed.). *Tupi studies I*. Norman: University of Oklahoma: Summer Institute of Linguistics, pp. 107-129. 1971.

OLIVEIRA, Sergio de Santa Cruz de e FRANCHETTO, Bruna. The Southern Cariban Languages and the Cariban Family. *International Journal of American Linguistics*, v. 71: 127-192. 2005.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. A classificação do tronco lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia* vol 12, nos.1 e 2: 99-104. 1964.

## Language as a biocultural niche

Chris Sinha

chris.sinha@port.ac.uk  
University of Portsmouth

How can culture be conceptualized from an evolutionary and ecological point of view, what are the relations between biology and culture, and how do theories of biology and culture bear upon theories of language? Culture can minimally be defined as the existence of intra-species group differences in behavioural patterns and repertoires, which are not directly determined by ecological circumstances (such as the availability of particular resources employed in the differing behavioural repertoires), and which are learned and transmitted across generations. On this definition, there is ample evidence of cultural differences in foraging strategies, tool use and social behaviours in chimpanzees. Such a definition will also qualify, for example, epigenetically learned intra-species



## CAPÍTULO 2. CONFERÊNCIAS

dialect differences between songbird communities as cultural and culturally transmitted behaviour.

Some biologists have argued on this basis for the reduction of culture to the mere expression of biology. Other biologists, however, increasingly acknowledge the role of culture in shaping the evolutionary process at the genetic level, by the construction of new selective environments (Laland, Odling-Smee and Feldman, 2000). Laland et al. (2000:132) criticize the “human-centred” perspective of many accounts of gene-culture coevolution, pointing out that many non-human species behaviourally co-direct genetic evolution through niche construction. This perspective situates the role of culture in human evolution within a wider class of processes involving adaptation to behaviourally induced changes in selective environments (niches or “artifacts” such as nests, dams, mounds and burrows). A particular role is played in the theory advanced by Laland et al. (2000:144) by genotype/niche combinations labeled by “phenogenotypes”, which they propose as replicators functionally equivalent to organisms: a phenogenotype is a class of organisms in a bound (though not genetically determined) relationship with some aspect of a self constructed (including culturally constructed) environmental niche.

Although Laland et al.’s model is a general one, not confined to human culture and evolution, they acknowledge that humans are “unique in their extraordinary capacity for culture” (p. 133). I interpret this to mean primarily that human cultures are unique in some fundamental respect, that is they are different (perhaps discontinuously) from the cultures of other species; and secondarily that the capacity for creating, acquiring and transmitting cultural forms is uniquely developed (though clearly not unique) in humans. Cultural acquisition and transmission is mediated in humans by the human language capacity. The nativist modular account of this capacity proposes its inscription in the human genotype. An alternative account, along the lines of the co-evolutionary theory of Laland et al. (2000), would view the human language capacity as phenogenotypic. Language, in this account, is an artifact/niche, and the capacity to acquire and use it involves the evolution and replication of a phenogenotypic “biocultural complex” (Laland et al. 2000: 144).

Such an account does not require the organism to possess an internal model of the grammar of a language to account for language acquisition and use, any more than the building of a nest requires an internal model of the nest. The grammar of the language is in the language, just as the structure of the nest is in the nest. The capacity for language is thus a cognitive-behavioural relationship between language user and the constituents of language, just as the capacity for building a nest is a cognitive-behavioural relationship between the builder and the constituents of the nest; and it is this relationship that, in each case, has been selected for in evolution. This account is thus compatible with usage-based, cognitive functional theories of language.

The language artifact/niche is culturally situated, that is, dynamically embedded within a semiotic network which includes other symbolic and non-symbolic artifacts. The class of organisms with the language capacity (normally developing humans) is thus a phenogenotypic replicator systemically associated with a wider biocultural complex of symbolic and constructive cognitive capacities, also of a phenogenotypic nature; and individual language acquisition and use is situated in the contexts of actuation of these inter-related capacities. This account accords with the

view what makes humans unique is not an innate language acquisition device plus a variety of other species-specific innate cognitive modules, but a generalized semiotic or symbolic capacity, epigenetically developed from a suite of cognitive capacities largely shared with other species, but attaining higher levels of organization in humans (Zlatev et al. 2006). It is my contention, then, that contemporary developments in evolutionary biological science can be adduced in support of a semiotically and socio-culturally situated approach to language and mind (see also Sinha, 1988).

LALAND, Kevin N., ODLING-SMEE, John and FELDMAN, Marcus W. Niche construction, biological evolution, and cultural change. *Behavioral and Brain Sciences* 23, 131–175. 2000.

SINHA, C. *Language and Representation: A Socio-Naturalistic Approach to Human Development*. Hemel Hempstead: Harvester-Wheatsheaf. 1988.

SINHA, C. Epigenesis, semiotics and the mysteries of the organism. *Biological Theory* 1(2) 1-4. 2006.

ZLATEV, J. and the SEDSU Project Stages in the evolution and development of sign use (SEDSU. Paper presented to the 6th *International Conference on the Evolution of Language*, Rome, April, 2006.

---

### A dança das linguagens na web: critérios para a definição de hipertexto

Antonio Carlos Xavier

Universidade Federal de Pernambuco

Sabe-se que a Internet não é só a mais nova mídia figurando entre as demais já criadas e em funcionamento ao longo da história da inteligência humana, mas é também a mais revolucionária invenção dentre a avalanche de inovações tecnológicas dos últimos trinta anos. Enquanto rede de computadores interligados, ela esteve restrita a alguns poucos experts em informática, que trocavam mensagens e compartilhavam informações de modo muito particular. Só a partir da década de 1990 é que foram criados os protocolos de marcação e transferência de dados de forma acessível e fácil a não iniciados em telemática. Os chamados navegadores (browsers) permitiram que pudesse vir à tona toda a potencialidade comunicativa e interacional da rede a partir de então disponível a um grande número de pessoas. Entretanto, tais programas de navegação, utilizando códigos e algoritmos próprios, geraram a possibilidade de mesclar as três principais linguagens desenvolvidas pela humanidade para expressar-se, a saber, a oral, a visual e a sonora. Na tela do computador, é possível acessar não apenas textos verbais, mas também informações em imagens estáticas e dinâmicas e ouvir, por meio de caixas de som acopladas, a sonoridade que foi ali ancorada na “página digital”. Tanto essa “página digital” conhecida hoje, quanto a idéia inicial de construir um lugar ou uma máquina capaz de armazenar todo o conhecimento produzido pela humanidade da invenção da escrita até o presente momento e que também permitisse o compartilhamento desse saberes para uma quantidade infinita de habitantes - elaborada



nos anos 1945 com Vannevar Bush e reativada na década de 1960 por Theodore Nelson - têm recebido o nome de HIPERTEXTO. Aliás, termo oportunamente cunhado por Nelson para exprimir a dimensão de sua idéia de locus onde textos poderiam ser reunidos e lidos por quaisquer pessoas. Há definições do termo em vários domínios do saber, mas interessa defini-lo em dois grandes setores: um estritamente técnico-informático e outro mais teórico e bastante utilizado em pesquisas acadêmicas. Mas, seja pela perspectiva cibernética dos técnicos construtores dos sistemas lógico-matemáticos que sustentam a complexidade da sintaxe dos códigos intrincados que fazem o hipertexto funcionar com certa magia no mundo virtual, seja pelo olhar dos estudiosos que visam entendê-lo e aplica-los à vida real, é necessário estabelecer o escopo do hipertexto. Principalmente nessa segunda perspectiva, convém estabelecer os critérios para a definição de hipertexto. O objetivo, portanto, deste ensaio é discutir um conjunto razoável de parâmetros para classificar o hipertexto a fim de evitar as confusões terminológicas que têm surgido ultimamente em alguns trabalhos publicados em revistas e livros brasileiros. Todo hipertexto pode ser textualizado, mas nem todo texto é um hipertexto. Pelo menos na definição de hipertexto on-line que estou adotando neste e em vários outros trabalhos que tenho publicado. O equívoco tem se instaurado, geralmente, por algumas razões, entre elas, a confusão que alguns têm feito entre o conceito de hipertextualidade com o de intertextualidade, e também pelo superdimensionamento da deslinearidade conferida ao hipertexto, como se essa fosse uma de suas características exclusivas e não um fenômeno intrínseco ao processamento da leitura. No primeiro caso, não se trata necessariamente dos mesmos fenômenos, e, no segundo, o raciocínio deslinear é próprio do sujeito-leitor e não do modo enunciativo em que o sujeito-autor escolhe para se expressar. Porém, antes de expor os argumentos para explicitar sistematicamente esses equívocos, será necessário apontar as características do hipertexto e apresentar seu status teórico em relação às demais mídias, impressa e eletrônica, para evidenciar suas singularidades e traços diferenciais. Toda essa reflexão pretende, em última análise, defender a natureza enunciativa híbrida e, por isso, inédita do hipertexto. Certamente, essa proposta de mesclar tecnicamente recursos semiolinguísticos sob a mesma superfície de percepção - a tela do computador - deve exigir de seu usuário um outro comportamento cognitivo. Diante de tantas possibilidades de caminhos a explorar e de tanta riqueza informacional à disposição do usuário da rede, é esperado que haja um estranhamento logo em sua estréia para uma posterior e paulatina familiarização com esse novo ambiente de interação e acesso a dados. No salão virtual da dança das linguagens, é importante aprender a “dançar” para não patinar no labirinto hipertextual da web.

## C-ORAL-ROM - Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages. Corpus and Research

*Emanuela Cresti*

University of Florence

The C-ORAL-ROM multilingual resource provides a comparable set of corpora of spontaneous spoken language of the main romance languages, namely French, Italian, Portuguese and Spanish. The resource is the result of the C-ORAL-ROM project, which has been undertaken by an European consortium co-ordinated by the University of Florence, (University of Florence, Université de Provence; Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL); Universidad Autónoma de Madrid) and funded within the 5th EU framework program.

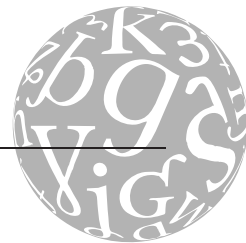
C-ORAL-ROM consists of 772 spoken texts and 123:27:35 hours of speech. Four comparable recording collections of Italian, French, Portuguese and Spanish spontaneous speech sessions (roughly 300,000 words for each Language) Each recorded session of the corpus is associate to the following main annotations:

1. Session metadata (in CHAT and IMDI format)
2. The orthographic transcription, (in CHAT format; Mac Whinney, 1994) <http://childes.psy.cmu.edu/manuals/CHAT.pdf>, enriched by the tagging of terminal and non terminal prosodic breaks and simultaneously (in txt files)
3. The text-to-speech synchronization, based on the alignment to the acoustic source of each transcribed utterance, in .xml files.
4. Textual resource with Part of Speech (PoS) and lemma tagging of each form

The collection of files is conceived to allow maximum and easy exploitation of the linguistic information recorded in the corpus. Special attention is devoted to the annotation of the reference units of analysis for spontaneous speech (utterance) and to the synchronization of the transcripts to the acoustic source.

C-ORAL-ROM is available in two multimedia editions:

1. Through the ELDA Catalogue in 9 DVDs where files are non-compressed and non-encrypted. This form is devoted to speech laboratories. (<http://www.elda.org/catalogue/en/speech/S0172.html>)
2. Through Benjamins Publishing company, which presents the resource in compressed and encrypted format in only one DVD accompanied by an explicative book. This form, that does not allow copying, is designed for wide distribution in the linguistic community.



### Main topics of the presentation

The main C-ORAL-ROM objective is to allow Linguistic Studies and Natural Language technologies to face challenging LRs which represent spontaneous speech in real environment. To this end C-ORAL-ROM “aims to represent the variety of speech acts performed in everyday language and to enable the induction of prosodic and syntactic structures in the four romance languages, from a quantitative and qualitative point of view”. This task is very ambitious and requires an adequate representation of both the spoken universe (Corpus design), and a linguistic annotation that is also adequate to speech.

The presentation will focus on the corpus design structure of the C-ORAL-ROM resource and will briefly present the annotation strategy chosen in C-ORAL-ROM for what concerns the main unit of analysis of spontaneous speech. The validity of the C-ORAL-ROM assumptions at both levels will be supported showing the generalizations that have been obtained through the early cross-linguistic studies accomplished on the C-ORAL-ROM corpus.

The corpus design structure of the resource and the parameters chosen to allow the comparability of the four language will be presented making reference to other large spoken corpora initiatives (CoSIH, Dutch Corpus). According to the tradition of socio-linguistic studies (see Berruto 1987; Biber 1988; Biber et al. 1998; Gadet 1996, De Mauro et Al. 1993) that highlight the significance of the sociological and contextual parameters in the definition of speech qualities C-ORAL-ROM records spoken romance languages in a huge variety of contexts. Its design (like the Dutch Corpus) is primarily based on contextual traits (diaphasic variation) and adopts a set of new solutions for the representation of spontaneous speech in the formal and informal contexts.

The unit of reference for spontaneous speech performance is defined as the utterance (Cresti 2000 - Quirk et al 1985); i.e. the linguistic entity which copes with a speech act (Austin 1962). The utterance can be identified in speech by its terminal prosodic break. All the romance corpus has been tagged by terminal prosodic breaks and all the utterances, so devised, have been aligned with their acoustic counterpart. The definition of the utterance boundaries through its prosodic properties allows a proper analysis of the four spoken romance corpora and permit to carry out their general comparison from a linguistic point of view (Cresti & Moneglia (2005). The validity of the corpus design and the relevance of corpus annotation will be tested presenting the results of some comparative studies accomplished on the four romance languages.

Three kinds of basic cross-linguistic measurements of speech show regular and sensible context-bound variations. Such measurements regard: a) the distribution of Part of Speech in the speech performance; b) the weight of the utterance, in terms of length and speed and their correlations with the weight of the dialogic turn; c) the main structural strategies used by speakers to build up the utterance in spoken language.

The presentation will show that in all language corpora such general linguistic properties co-vary in connection with the contextual variations of the corpus design. This leads to the conclusion that crucial spoken language behaviors are required by contextual

features and that therefore the representation of spoken language activity calls for an adequate representation of contextual variation, as proposed by C-ORAL-ROM and other large spoken corpora initiatives in order to capture

relevant qualities of language use.

AUSTIN, L.J. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press. 1962.

BERRUTO, G. *Sociolinguistica dell'Italiano Contemporaneo*. Roma: La Nuova Italia Scientifica. 1987.

BIBER, D. *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press. 1988.

BIBER, D., Conrad, S. and Reppen, R. *Corpus Linguistics: Investigating Language Structure and Use*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

*British National Corpus* <http://www.natcorp.ox.ac.uk/>

*CoSIH CORPUS* <http://www.tau.ac.il/humanities/semitic/cosih.html>

CRESTI, E. *Corpus di Italiano Parlato*, voll. I-II, CD-ROM. Firenze: Accademia della Crusca. 2000.

CRESTI, E. & MONEGLIA, M. (eds.). *C-ORAL-ROM Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins. 2005.

de MAURO, T., MANCINI, F., VEDOVELLI, M. and VOGHERA, M. *Lessico di Frequenza dell'Italiano Parlato*. Milano: ETAS. 1993.

*Dutch Corpus* [http://lands.let.kun.nl/cgn/doc/English/topics/project/pro\\_info.htm](http://lands.let.kun.nl/cgn/doc/English/topics/project/pro_info.htm)

GADET, F. “Variabilité, variation, variété”. *Journal of French Language Studies* 1: 75–98. 1996.

HALLIDAY, M.A.K. *Spoken and Written Languages*. Oxford: Oxford University Press. 1989.

IZRE'EL, S. *Intonation Units and the Structure of Spontaneous Spoken Language: A view from Hebrew*. Ms. Tel-Aviv University. 2006.

IZRE'EL, S., HARY, B. and RAHAV, G. “Designing CoSIH: The corpus of spoken Israeli Hebrew”. *International Journal of Corpus Linguistics* 6: 171-197. 2001.

LEECH, G., RAYSON, P. & WILSON, A. *Word Frequencies in Written and Spoken English*, London: Longman. 2001.

KARCEVSKY, S. “Sur la phonologie de la phrase”. *Travaux du Cercle Linguistique de Prague* IV: 188–228. 1931.

MACWHINNEY, B. *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 1994.

MASSIMO, M. “Measurements of Spoken Language Variability in a Multilingual Corpus. Predictable Aspects” in M.T LINO, M.F. XAVIER, F. FERRAIRA, R. COSTA, R. SILVA (eds) *Proceeding of the 4th LREC Conference*, ELRA, Paris, vol 4 pp 1419–1422. 2004.

MONEGLIA, M. *Specifications of the C-ORAL-ROM corpus*. ELRA, Paris. 2004.

MONEGLIA, M. (to appear) Units of Analysis of Spontaneous Speech and Speech Variation in a Cross-linguistic Perspective. To appear in KAWAGUCHI et al. *Usage Based Linguistic Informatics* 4, Benjamins

QUIRK, R. S. GREENBAUM, G. LEECH and J. SVARTVIK. 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman.



# Artigos

## Alfabetização e Letramento

### 3.1.1 Comunicações Coordenadas

#### O professor: um sujeito “em letramento”

O objetivo geral desta sessão é discutir como os professores se constituem sujeitos letrados na esfera acadêmica, especialmente no curso de Letras e na esfera de trabalho, na qual elegemos a escola pública e, nesta, determinadas práticas de leitura e escrita, crenças e valores que têm contribuído para a constituição desses sujeitos. O enfoque na leitura e na escrita, que se apresenta neste trabalho, encontra lugar nas discussões mais amplas do letramento. Este é compreendido a partir de uma perspectiva sócio-cultural, reforçando que ler e escrever são meios para se interagir em diferentes esferas sociais e não apenas a reunião de determinadas habilidades cognitivas (cf. Barton, Hamilton e Ivanic, 2000; Comber e Cormack, 1997; Dionísio, 2006; Gee, 1999). Essa afiliação teórica, que orientará as análises de dados, indica que o letramento é construído social e culturalmente; é uma atividade situada e representa um conjunto de práticas sociais, que podem ser inferidas de eventos, os quais são mediados por textos. Para além de fazer referência à linguagem verbal, esse fenômeno complexo do letramento inclui maneiras de se comportar e valores que as pessoas revelam no uso da linguagem, no decorrer de um *continuum* com marcas particulares de desenvolvimento. Com o apoio desse quadro teórico, acredita-se que, ao se referir à formação e atuação do professor em contextos acadêmicos e profissionais, não se pode distanciar-lo da 'história de sua inserção em certas práticas sociais' (Corrêa, 2004, p. 237), da natureza de que é parte – de estruturas sociais, da política, da cultura (Freire, 1991). É através da voz (cf. Bakhtin, 2003) do professor que a história de constituição dele, como sujeito letrado, torna-se mais significativa e encontra forças para se discutir e até superar o discurso acusatório e deficitário que a ele tem se instaurado ao longo dos anos. Diante do objetivo dessa sessão e do quadro teórico explicitado, aproximaram-se três pesquisas que se apóiam em dizeres de sujeitos que foram convidados a refletir sobre suas práticas de leitura e escrita. Em 'Ser letrado... uma questão de perspectiva', foca-se a constituição de sujeitos letrados no meio acadêmico, através de análises das vozes de alunos do quarto ano de um curso de Letras da Universidade do Minho (Portugal). Essas análises contribuem para a discussão da formação inicial de professores de língua materna, seja no Brasil ou em Portugal, apontando dados que não se distanciam, apesar de se tratar de dois países em continentes distantes. Já, 'Revisitando

práticas de leitura e escrita no processo de formação', embora também dirija o olhar para o meio acadêmico, visa compreender como o professor de língua materna vem desenvolvendo o ensino e promovendo a aprendizagem da leitura e da escrita. Ambas as pesquisas, como destacado, têm como sujeitos acadêmicos de cursos de Letras: na primeira, portugueses e, na segunda, brasileiros. Completando o olhar, traz-se 'O letramento nos dizeres da prática: com a palavra, as professoras das séries iniciais', que visa a refletir sobre questões de interação em sala de aula e sua relação com a dimensão sócio-histórica, tendo como ponto de partida e de chegada as práticas sociais de leitura e de escrita.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 4.ed. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. *Situated literacies*. Reading and writing in context. London: Routledge, 2000.

COMBER, Barbara; CORMACK, Phil. Looking beyond 'skills' and 'processes': literacy as social and cultural practices in classrooms. *Reading*, Oxford, v. 31, n. 3, p. 22-29, 1997.

CORRÊA, Manoel L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes. *Educação e literacias*. Relatório para professor associado do grupo disciplinar de Metodologias da Educação, do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2006.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

GEE, J. Paul. *Social linguistics and literacies: ideology in Discourses*. 2.ed. London: The Farmer Press, 1999.

#### Revisitando práticas de leitura e escrita no processo de formação

Otilia Lizete de Oliveira Martins Heinig

otilia@furb.br  
FURB

A formação do professor, sujeito em contínua prática de leitura e escrita, é um tema que requer um olhar contínuo para as relações que se dão entre a instituição formadora e o espaço de atuação do professor. O objetivo principal, aqui, é apresentar e discutir os resultados provenientes do subprojeto *O ensino da língua materna sob o ponto de vista do professor formado pela Furb: novos olhares*. Nele, o foco foi verificar como o professor de língua materna vem sendo formado para o ensino da língua, especialmente no tocante à leitura e escritura de textos. A leitura atenta de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

pesquisas na área e dos dizeres dos sujeitos aponta para um aluno formando que está em conflito entre a base teórica e a sua atuação em sala de aula, seja apenas na experiência do estágio supervisionado, seja na docência propriamente dita. Olhar a formação em serviço é um passo fundamental para repensar a organização curricular e, sobretudo, a aproximação do espaço da prática pedagógica e da universidade, algumas vezes vivendo em conflito. Isso se faz entender, provavelmente, pelo período de transformações que a prática pedagógica vem sofrendo, advinda das bases teóricas que fundamentam tanto a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina como os PCN. Nesses documentos, circula uma concepção de linguagem como prática social, mas ainda não há uma compreensão, por parte dos professores, de como a teoria pode ser transposta para a prática de sala de aula. Poder-se-ia afirmar que há cursos de formação de professores que discutem a base teórica e até apresentam sugestões de práticas, entretanto, o sujeito é atravessado por outros discursos que não aqueles que têm origem nos formadores. Há toda uma formação discursiva própria da escola, enquanto instituição, o que favorece a manutenção de uma determinada maneira de compreender qual é o papel do professor e como se deve ensinar língua materna. Os discursos dos egressos do curso de Letras (Heinig, Steuck, 2005; Heinig, 2006) sinalizam para uma série de aspectos de sua formação, o que também é assinalado por Hoff (2001, p. 99). Para ela, o sujeito-professor faz emergir vozes que provêm de diferentes situações e de diferentes concepções de professor, uma vez que foram institucionalizados, em diferentes períodos de formação. Ao repensar a concepção de linguagem, surgem implicações diretamente ligadas à prática pedagógica. Diante desse quadro, a pesquisa, foco desta comunicação, foi guiada pela seguinte questão: como o professor de língua materna vem desenvolvendo o ensino e promovendo a aprendizagem da leitura e da escrita? Quanto à metodologia, a pesquisa constituiu-se do recolhimento de dados dos formandos de 2006/I do curso de Letras da Universidade Regional de Blumenau, o que se deu na forma de memoriais. Solicitou-se aos nove sujeitos que elaborassem o seu memorial, contando um pouco sobre as práticas de leitura e escrita durante o curso. Segundo Souza (2006), o uso de memoriais como instrumento de coleta de dados possibilita narrar e refletir acerca do estágio supervisionado e, em nosso caso, sobre a formação, que é um dos aspectos relevantes para a compreensão da educação como iniciação. Podemos também, a partir da leitura de Tardif (2002), apontar para os saberes da experiência como aqueles que constituem o professor, atuando sobre a sua formação, uma vez que os saberes são sociais. A compreensão dessa realidade é relevante para que se possa aproximar os dizeres dos professores do que circula teoricamente acerca de sua formação e atuação em sala de aula. Compreender os saberes docentes é fundamental para depreender a imagem do que é ser professor e isso se dá pela linguagem. Nessa perspectiva, ela é fundamentalmente dialógica e aponta para sentidos que se constroem na interação com o outro. Bakhtin (1992) ressalta a importância da palavra em função do interlocutor, tendo em vista que esta comporta *duas faces*. Dessa forma, é na relação entre quem diz e quem com ele faz a interlocução que os sentidos são construídos. A metáfora da ponte, proposta pelo autor, mostra os pontos que se ligam, locutor e interlocutor, no território comum que é a palavra. Pensar em pessoas em interação remete à situação social. Assim, o letramento, como prática social, também precisa ser compreendido, no espaço de formação do professor,

levando-se em consideração valores, crenças, hierarquias de poder. É nesse espaço e a partir dele que emergem os dados aqui em análise. Os memoriais apontam para um sujeito mais autônomo, capaz de guiar-se por suas próprias idéias, sem depender tanto que alguém lhe diga como fazer. Os sujeitos assinalam a importância de desenvolver a escrita e a leitura em seus alunos de uma maneira mais dinâmica e criativa, sem inseri-los em contextos muito distantes de sua vida cotidiana. É a perspectiva social do letramento que começa a ser vislumbrada e a fazer sentido nas ações e interações dos alunos em formação ou atuais professores.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec, 1992  
HOFF, B. M. E. *O dizer da prática na formação do professor*. Chapecó: Argos, 2002.

HEINIG, O. L. O. M. Dizeres de professores de língua portuguesa sobre sua formação e atuação em sala de aula. In: XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), 2006, Recife. *Anais...* v. 1. Recife: Lapa, p. 1-8. CD-ROM.

HEINIG, O. L. O. M.; STEUCK, H. O ensino da língua materna sob o ponto de vista do professor formado pela FURB. Blumenau, 2005. Relatório.

\_\_\_\_\_. O ensino da língua materna sob o ponto de vista do professor formado pela furb: novos olhares. Blumenau: Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, 2006. Projeto de pesquisa.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

SOUZA, E. Viver, narrar e refletir: história de vida, estágio supervisionado e formação docente. In: XIII ENDIPE, 2006, Recife. *Anais...* v. 1. Recife: Lapa. p. 1-8, 2006. CD-ROM.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

### O letramento nos dizeres da prática: com a palavra, as professoras das séries iniciais

Nice Ewald Lenzi

llenzi@tpa.com.br  
FURB

Esta investigação tem como discussão temática o letramento, a partir das vozes de oito professoras das séries iniciais, tendo, então, como objeto de estudo, os seus discursos. Situa-se na Linha de Discurso e Práticas Educativas do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação da FURB. De abordagem qualitativa, com viés discursivo, tanto na metodologia quanto na análise dos dados, procura promover um diálogo entre a universidade e a escola, construindo alguns sentidos relativos aos processos escolares de letramento, norteados pela seguinte questão: A didatização dos gêneros orais e escritos leva em consideração a prática social da leitura e da escrita, promovendo o encontro de interlocutores e situações reais de comunicação? Pensando nisso, ouviremos as vozes dos sujeitos, que conversam conosco sobre o seu trabalho com a leitura e a escrita em sala de aula. Essas professoras são de oito escolas públicas, da rede municipal, todas localizadas em municípios diferentes, na região do Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina.





Através de entrevistas semi-estruturadas, procuramos compreender como as professoras revelam discursivamente sua prática pedagógica, com um olhar voltado à noção de letramento, preconizada nos documentos oficiais de educação: Parâmetros Curriculares Nacionais e Proposta Curricular de Santa Catarina. Além das entrevistas, os registros do diário de campo e a leitura atenta dos documentos já referenciados também nos serviram como instrumentos de pesquisa, oferecendo elementos importantes para a compreensão do contexto no qual os discursos foram realizados, essenciais para analisar a linguagem numa concepção bakhtiniana, ou seja, considerando o outro e o contexto do evento discursivo. A pesquisa aponta também para a importância de compreender como as crianças são introduzidas nas práticas socioculturais de uma sociedade letrada, e também como os professores lidam com esse desafio. É nesse sentido que esta investigação pretende contribuir e refletir sobre questões de interação em sala de aula e sua relação com a dimensão sócio-histórica, tendo como ponto de partida e de chegada as práticas sociais de leitura e de escrita. Dentro desse contexto, o letramento tem um espaço de discussão considerável, tanto na esfera acadêmica quanto na escolar e torna-se, portanto, indispensável, observando principalmente três aspectos: os interlocutores, a situação imediata da enunciação e o contexto mais amplo do acontecimento discursivo. Dentro deste cenário é que apontaremos os pressupostos teóricos, baseados primeiramente em Bakhtin (1992), no que diz respeito à concepção de linguagem, à interação verbal e à importância do outro na interlocução. Ao pensarmos nos gêneros orais e escritos na esfera escolar, estaremos nos apoiando nos estudos de Schneuwly e Dolz (2004), que trazem a teoria bakhtiniana para o mundo da sala de aula, enquanto que as questões do letramento terão as contribuições de Soares (1998), principalmente. Partindo dos dizeres e também dos silêncios das professoras, podemos, numa primeira leitura, perceber que há uma tensão entre a escolarização da leitura e da escrita e a sua função social. Quanto à discussão de como as professoras lidam e/ou compreendem os novos sentidos de aprendizagens propostos na perspectiva do letramento, nos apoiamos em Kleiman e Signorini (2000). A leitura atenta dos dizeres das professoras, de modo geral, traz à tona a importância de se investigar quais os discursos que estão sendo construídos sobre a formação desses sujeitos e sobre como os saberes 'lingüísticos' sobre o letramento, nesse caso, chegam aos professores, além de como os saberes da prática se articulam com a teoria. Parece que os sujeitos da pesquisa fazem discursivamente uma crítica velada às formações de professores que se negam a teorizar a prática, e isso reflete diretamente na temática do letramento, pois além dos saberes específicos do tema, é necessária uma reflexão das implicações pedagógicas do trabalho voltado para essa perspectiva. Dessa forma, os dados deste trabalho suscitam uma discussão sobre como o discurso do professor é atravessado pelos dizeres dos formadores e dos documentos, fontes legitimadas de saber, além de reforçar o quanto uma prática fundamentada e teorizada é relevante para o trabalho docente.

BAKHTIN, Mikhail M.; VOLOSHINOV, N.V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL, S.E.F. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental; Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Orgs.). *O ensino e a formação do professor*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

KLEIMAN, A. B. Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho? In: KLEIMAN, Angela (Org.). *Formação do professor: Perspectivas da Linguística Aplicada*. Campinas: 2001. p. 95-114.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares*. Florianópolis: COGEN, 1998.

SCHNEUWLY, B. DOLZ, J. e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

### Ser letrado....uma questão de perspectiva

Adriana Fischer

adrifischer@terra.com.br  
UFSC

A constituição de sujeitos letrados no meio acadêmico é foco deste trabalho, o qual foi realizado entre maio e junho de 2006, na Universidade do Minho, Portugal, como parte integrante da pesquisa de doutorado em andamento desde 2004. Os dados, que integram as análises aqui apresentadas, advêm de entrevistas orais semi-estruturadas realizadas com alunos do quarto ano do curso de Letras. São selecionadas as falas de duas alunas, a fim de se proceder com discussões específicas e coerentes ao objetivo proposto: analisar como alunos – professores em formação – do quarto ano de Letras da Universidade do Minho vão se constituindo sujeitos letrados no meio acadêmico. Conforme Street (2003), antes de fazer julgamentos sobre as práticas de letramento de determinados grupos sociais, a opção é questionar de que contextos sociais a leitura, a escrita, os valores, as crenças, as estruturas de poder e as formas de ser e de agir derivam seus sentidos. Começar a falar com as pessoas, ouvi-las, associar as experiências imediatas a outras ações que possam estar ou estavam fazendo, de acordo com esse autor, é ponto de partida para se compreender a constituição letrada das pessoas. Ser letrado, nessa direção, é inserir-se em práticas de letramento, que pressupõem o uso e o domínio da linguagem socialmente situada (cf. Gee, 1999; Barton, Hamilton e Ivanic, 2000). É importante destacar que, segundo Comber e Cormack (1997), o que conta como letramento varia de acordo com fatores como lugar, instituição, proposta, período da história, cultura, circunstâncias econômicas e relações de poder. Na perspectiva das duas alunas – sujeitos da pesquisa –, experiências anteriores ao ingresso no curso de Letras e, principalmente, as diversas formas de interação no meio acadêmico interferem no uso, no domínio da linguagem e na formação como professoras. Os dados de falas apontam que as relações com pares – pais e amigos – foram grandes incentivadoras para atividades de leitura, especialmente, as de gêneros literários. A participação em eventos de letramento, em âmbito escolar, ora se apresenta como produtiva, em meio a elogios a professores que conseguiram orientar a realização de ações significativas com leitura e produção escrita, ora como desmotivadora, apontando a presença constante de fichas de leitura, a ocorrência de testes, de resumos e da



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

falta de produções escritas situadas socialmente. Essas experiências parecem aproximar ou distanciar, por vezes, essas alunas de determinadas práticas no curso de Letras. A constante reclamação de professores nesse curso, acerca da forma de trabalho dos alunos, parece inibir as alunas e ainda as fazem assumir a voz desses profissionais: 'temos ouvido tanto que não sabemos fazer as coisas. Isto entra mesmo na cabeça'. Essa 'naturalização dos problemas de letramento' (Gee, 1999) desestimula as alunas e até inibe as produções, como se evidencia em uma fala: 'Tenho sentido mesmo isso, de pegar num texto e não saber'. Para além desse entrave, a preocupação dessas alunas aumenta quando o enfoque recai sobre a atuação profissional: 'Chegamos ao quarto ano, agora, finalmente, nós temos a noção do que vamos passar para o ano, isto é, nós vamos passar, como se costuma dizer aqui, 'as passas do Algarve', porque nós não temos bases para dar aulas. Ao fim de quatro anos, nós não temos bases nenhuma para dar aulas! Temos o que nós pronto, temos literatura! Isso temos Temos muita literatura! Agora gramática, pedagogia isso nós não temos nada! Principalmente pedagogia, nós temos muito pouco'. A tensão criada entre ser aluno e ser professor indica, nas vozes dessas alunas, uma constituição letrada em conflito. Motivo que explique esse cenário parcial de desencontros é a não inserção dessas alunas em práticas significativas, capazes de desenvolver nelas identidades socialmente situadas (cf. Gee, 2001). Corroborando esse dado, Paulo Freire (1991) já esclarecia 'a gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática' (p. 58). A reflexão sobre o fazer pedagógico integrou a formação das alunas, também, com apoio de 'professores que são mesmo exemplos', na voz de uma delas. A produção de portfólios reflexivos, de blogs, de relatórios e de resumos críticos e a leitura e discussão coletiva de artigos ajudaram essas alunas a melhor interagirem com esse meio acadêmico e com os conhecimentos que nele circulam. Para além desses dados, a perspectiva das alunas sobre o funcionamento do curso de Letras na Universidade do Minho e sobre a sua própria constituição como sujeitos letrados faz emergir outros enfoques: o papel das interações professor-aluno, dos conteúdos ao longo dos quatro anos, o ser professor no Ensino Superior, o gosto ou não pela escrita e pela leitura e as mudanças propostas para o curso. Na voz de uma das alunas 'o ensino universitário precisava de uma mudança rápida... rapidamente e profunda'. A necessidade de mudança, presente na proposta da aluna, parece encontrar lugar na defesa de Benson et al. (1994): o importante aos alunos não é apenas saber conteúdos, escrever claramente sobre eles, mas também refletir sobre o próprio aprendizado, compreenderem-se como seres sociais, históricos, valorizar as experiências de cada um, ter confiança nas próprias vozes e ensinar aos professores, assim como esses os ensinam. Propostas como essas de Benson et al. (1994) podem contribuir muito para reconduzir práticas de letramento e, talvez, até mudar as concepções dos alunos de Letras sobre o que é ser letrado no meio acadêmico e profissional. O que se faz necessário é que esses alunos tenham voz, que participem das orientações letradas nesse meio, a fim de não se moldarem, apenas, aos interesses particulares daqueles que exercem influência sobre o que é ensinado como letramento.

BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. *Situated literacies*. Reading and writing in context. London: Routledge, 2000.

BENSON et al. The place of academic writing in whole life

writing. In: HAMILTON, Mary; BARTON, David; IVANIC, Roz. *Worlds of literacy*. Toronto: Multilingual Matters. p. 52-72.

COMBER, Barbara; CORMACK, Phil. Looking beyond 'skills' and 'processes': literacy as social and cultural practices in classrooms. *Reading*, Oxford, v. 31, n. 3, p. 22-29, 1997.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

GEE, J. Paul. *Social linguistics and literacies*. Ideology in Discourses. 2. ed. London: The Farmer Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Reading as situated language: a sociocognitive perspective. *Journal of adolescent & adult literacy*, n. 44, v.8, p. 714-725, 2001.

STREET, Brian. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. In: TELECONFERÊNCIA UNESCO BRASIL SOBRE LETRAMENTO E DIVERSIDADE, 2003. Disponível em: <http://telecongresso.sesi.org.br/templates/header/index.php?language=pt&modo=biblioteca&act=categoria&cdcategoria=22j>. Acesso em: 10 nov. 2003.

### 3.1.2 Comunicações Individuais

#### Textos multimodais e letramento: um estudo sobre a leitura de gráficos integrados a notícias

Viviane Martins Duarte

viviane.martins@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

A multimodalidade compreende as diferentes modalidades de configuração dos significados. Objeto da semiótica social, o fenômeno se expressa nos diversos gêneros textuais que circulam em diversos meios em uma sociedade e acarretam a necessidade de desenvolver o letramento multimodal (Cf. JEWITT; KRESS, 2003). Entende-se letramento como "uma variável contínua e não discreta ou dicotômica; refere-se a uma multiplicidade de habilidades de leitura e de escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita" (SOARES, 1999, p. 112). Verifica-se a multimodalidade também no uso de gêneros que se valem de diferentes linguagens e se integram numa única atividade sociodiscursiva, como se pode observar na página de um jornal impresso, por exemplo. Basta observarmos que junto a notícias há fotografias, gráficos, infográficos, mapas, tabelas, que funcionam como verdadeiros *links* no texto verbal noticioso a fim de tornar a informação a mais clara e atrativa possível, com a contribuição de técnicas da computação. Monteiro (1998) observa que: "Quando inserido no contexto de determinada reportagem, o gráfico pode constituir-se num instrumento das intenções de quem organiza as informações, seja para encobrir ou realçar determinados aspectos da notícia." No entanto, de um modo geral, há uma discrepância entre a realidade escolar e a social com relação ao gráfico, que constatamos em uma sondagem junto a 55 informantes, sendo 26 universitários do curso de letras da UFMG e 29 estudantes no final do Ensino Médio. Verificou-se que, na escola, os alunos conhecem apenas os gráficos de livros didáticos das disciplinas que veiculam conteúdos específicos (geografia, história, matemática, etc.). Pode haver, nesse contexto, gráficos que apresentam funções



diversas em textos verbais, mas o reconhecimento destas faria parte de um trabalho de “metalinguagem” não muito comum fora da disciplina português, citada por apenas 3 informantes como uma daquelas em que se realizou a leitura de gráficos. Para que a escola possa fazer um trabalho com o letramento em uma cultura que busca cada vez mais tornar visível o que se diz é preciso ampliar nossos conhecimentos sobre textos que se constituem de signos de naturezas distintas (imagens, números, formas geométricas, palavras). Urge investigá-los enquanto semiotizações de atividades sociodiscursivas e discutir a pertinência de atribuir-lhes o caráter de gêneros textuais integrados a outros gêneros. Ler gráficos, mais do que decodificar informações estatísticas, é tarefa importante do dia-a-dia do sujeito letrado, haja vista a enorme carga de informações visuais e quantitativas que circula com frequência na mídia, enfatizando, resumindo, comprovando ou até substituindo o que seria expresso em conteúdo verbal. Este projeto dedica-se ao estudo da leitura dos gráficos vinculados a notícias de jornal impresso e procura responder as seguintes perguntas: (I) os sujeitos da pesquisa (alunos no final do Ensino Médio) têm conhecimento da função dos gráficos nas notícias que lêem? (II) Quais habilidades e estratégias são utilizadas pelos leitores para construir sentidos a partir de informações verbais e não-verbais dos gráficos? (III) Deslocar o gráfico do gênero ao qual ele se relaciona, apresentando-o individualmente, como ocorre em diversas situações avaliativas, influencia a produção de inferências por parte do leitor? A realização desse estudo justifica-se pela necessidade de formadores de professores e autores de livros didáticos de português promoverem o letramento multimodal, e tem como objetivo levá-los a estimular os aprendizes a refletir sobre o uso que se faz dos gráficos na mídia impressa e a construírem uma postura crítica de leitura. Nosso suporte teórico-metodológico baseia-se no interacionismo sócio-discursivo (BRONCKART, 1999; SHENEVLY *et al*, 2004), que relaciona os gêneros de texto a domínios discursivos, os quais designam uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. As habilidades e estratégias de leitura (KLEIMAN, 2001; VAN DIJK, 1992), os descritores do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), bem como um modelo de leitura de gráficos (PINKER, 1990) e o modelo reestruturado de leitura (COSCARRELLI, 1999) subsidiarão a elaboração do experimento de leitura e as análises dos resultados.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.  
COSCARRELLI, Carla Viana. *Leitura em ambiente multimídia e a produção de inferências*. Tese de Doutorado. UFMG: Belo Horizonte, 1999.  
JEWITT, C.; KRESS, G. R. *Multimodal Literacie*. New York: Peter Lang, 2003.  
KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. São Paulo: Pontes, 2002.  
MONTEIRO, C. E. F. *Interpretação de gráficos sobre economia veiculados pela mídia impressa*. Dissertação de Mestrado. UFPE: Recife, 1998.  
PINKER, S. A theory of graph comprehension. In: FREEDLE, R. (Ed.), *Artificial intelligence and the future of testing*, (p. 73-126). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1990.  
SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. IN: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glais (Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de letras, 2004.  
SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo

Horizonte: Autêntica, 1999.

VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. (Org. e apresentação de Ingedore V. Koch). São Paulo: Contexto, 1992.

### Será que um bom material didático pode substituir um bom professor? Reflexões sobre um tipo de fracasso escolar.

Luiz Carlos Cagliari

lccagliari@vivax.com.br  
UNESP / FCL-AR

Uma questão crucial na história da educação é a indagação das grandes mudanças que ocorreram, juntamente com um estudo adequado das circunstâncias e conseqüências de tais transformações. Esta comunicação vai pôr em discussão um fato que tem sido difundido na imprensa nos dois últimos anos, fruto dos exames oficiais para medir índices de qualidade da aprendizagem nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Esse fato é a afirmação de que os alunos chegam às séries mais avançadas sem saber ler nem escrever (como desejado). Diante de um fracasso dessa natureza, procura-se a causa dessa situação. É comum que ela seja atribuída às deficiências mentais e sócio-econômicas dos alunos ou à má formação dos professores e, mais remotamente, pelo descaso da família. Porém, a causa principal, talvez, esteja em outro lugar. A queda no índice de qualidade das primeiras séries é, até certo ponto, uma surpresa nas proporções que tem sido anunciada. Ao investigar as muitas causas desse fracasso, talvez a mais importante tenha sido menos considerada pelos educadores. Para entendê-la, precisamos rever um pouco da história recente por que passou a Educação no país. A partir da metade do século passado, surgiram muitos programas de ensino/aprendizagem, oriundos das universidades, direta ou indiretamente. São programas baseados em teorias da Psicologia, da Linguística, além da Pedagogia. Desde as ações de Lourenço Filho até as de Emília Ferreiro, somando-se a elas as ações de educadores e lingüistas, como Paulo Freire, Magda Soares e outros, os professores alfabetizadores (e outros) se viram diante de uma situação nova: o que tinham aprendido e praticavam precisava de um novo suporte teórico, trazido das universidades. Com as teorias vieram novas práticas. Como acontecia com as cartilhas, novos projetos pedagógicos procuraram incorporar à teoria uma prática detalhada, linear, com etapas bem definidas, para garantir passo a passo o sucesso da teoria na prática, ou do método no desempenho dos alunos. Aos poucos, a partir da década de 80 do século passado, alguns professores alfabetizadores, de modo especial os recém-formados, começaram a não ter uma voz ativa em sala de aula, ficaram sem as cartilhas e começaram a receber um novo tipo de material didático: apostilas mais ou menos detalhadas ou novos livros didáticos no formato de apostilas. Ao mesmo tempo, surgiram várias iniciativas pedagógicas e editoriais no sentido de suprir o mercado escolar com sistemas específicos, fechados e completos de ensino, atendendo às exigências dos tempos modernos, das orientações dos órgãos governamentais e da falta de formação dos educadores para as novidades do



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

momento (cf. Pitágoras). Algumas escolas particulares (cf. COC, por exemplo) construíram seu material didático e passaram a fazer propaganda de suas atividades com base neles. O governo preferiu ficar nas diretrizes (PCNs, etc.) e em projetos de reciclagem dos professores. Porém, também na rede pública surgiram materiais pré-elaborados de uso geral, como o organizado por Telma Weiss para o Estado de São Paulo.

Por outro lado, a Educação sentiu que o professor, que era o dono absoluto do processo de ensino, que sabia o que deveria fazer, quando e como, que tinha claro que cada aluno e cada classe têm problemas específicos, começou a ser colocado de lado, tornando-se um simples aplicador de métodos, um 'mediador', um aplicador de ações determinadas nos materiais didáticos. Trata-se aqui não de seguir uma teoria, mas um roteiro pré-determinando de atividades (cf. as ações recentes do construtivismo e do método fônico). As lições passaram a ser essenciais, assim como seguir o programa integral, passo a passo, até o fim do ano. Essa retomada do material didático em substituição à competência e à experiência do professor alfabetizador, assim como tinha acontecido com as cartilhas, tem se mostrado a grande causa do fracasso escolar atual. Tal situação pode ser mais bem compreendida quando comparada com a história das cartilhas. Métodos rigorosos, baseados em atividades pré-programadas dão a falsa idéia de que os acertos representam aprendizagens bem sucedidas. Quando o controle do material deixa de existir, e o aluno tem que agir por iniciativa própria, aparecem todos os tipos de problemas que sobram em sua formação. A deficiência na formação dos alunos não aparece no momento junto com as atividades desses materiais de suporte educacional, mas mais tarde, quando o aluno tem que usar os conhecimentos para sobreviver na escola e na vida.

O objetivo desta comunicação não é acabar com o material didático de apoio a programas de ensino/aprendizagem, mas alertar para um uso adequado. Por outro lado, é necessário alertar para a presença ativa, criativa e instrucional do professor, o que será possível se ele tiver liberdade de ação e contar com uma formação adequada, com destaque especial para os conteúdos das matérias que leciona e das habilidades que deve desenvolver em seus alunos alfabetizando. Serão discutidos alguns exemplos e resultados, tendo em vista a realidade de hoje do processo de alfabetização. Também serão discutidos alguns procedimentos escolares como a promoção automática e os critérios de avaliação, em função dos problemas levantados e discutidos. Por fim, a presente comunicação baseia-se em considerações gerais, cujo objetivo é entender uma situação de ensino/aprendizagem no processo de alfabetização dos últimos 25 anos.

### A leitura nas séries finais do Ensino Fundamental

Rosângela Gabriel

rgabriel@unisc.br  
Universidade de Santa Cruz do Sul

A pesquisa<sup>1</sup> a ser relatada na presente comunicação tenta responder a dois questionamentos: (a) Quais são

os processos utilizados de fato pelos professores das séries finais do Ensino Fundamental na compreensão de diferentes tipologias e gêneros textuais? e (b) Que estratégias cognitivas e metacognitivas são necessárias para que os professores das séries finais do Ensino Fundamental possam mediar a leitura de diferentes tipologias e gêneros textuais? Partindo dessas questões, são os seguintes os objetivos propostos para a pesquisa: i) Caracterizar os processos utilizados pelos professores (sujeitos dessa pesquisa) na compreensão de diferentes tipologias e gêneros textuais e ii) Investigar quais são as estratégias (meta)cognitivas mais relevantes para que os professores sejam capazes de mediar a compreensão de textos em sala-de-aula, buscando formar leitores competentes. Perseguindo esses objetivos, acreditamos estar colaborando para o debate atual sobre questões de alfabetização e letramento.

De acordo com Vygotsky (1984, 1987), há um imbricamento, desde o início da vida, entre a aprendizagem e o desenvolvimento, isto é, embora o percurso de desenvolvimento do ser humano seja, em parte, definido pelos processos de maturação do organismo individual, é a aprendizagem que possibilita a construção dos processos internos de desenvolvimento. Para o autor, o conhecimento se constrói, num primeiro momento, de forma inter-subjetiva (entre pessoas) e, num segundo momento, de forma intra-subjetiva (no interior do sujeito). O sujeito interage com o mundo através da mediação feita por outros sujeitos.

Para Vygotsky, a relação ensino-aprendizagem compreende duas faces de uma mesma moeda. Em primeiro lugar, esse processo não se refere necessariamente a situações em que haja um educador fisicamente presente, pois o processo de ensino-aprendizagem ocorre às vezes de maneira informal, por meio da imersão do sujeito em situações da vida cultural. Em segundo lugar, quando a aprendizagem é um resultado desejável de um processo explícito e intencional, ela acontece de forma deliberada, pela ação clara e voluntária de um educador que dirige esse processo. Embora processos de aprendizagem ocorram constantemente na relação do indivíduo com o meio, quando existe a intervenção intencional de um outro ser social nesse processo, ensino e aprendizagem passam a fazer parte de um todo único, indissociável, envolvendo quem ensina, quem aprende e a relação entre essas pessoas. Portanto, a escola é o lugar por excelência do processo ensino-aprendizagem: ela é a instituição criada pela sociedade letrada para transmitir determinados conhecimentos e formas de ação no mundo. Sua finalidade envolve, por definição, processos de intervenção que conduzam à aprendizagem.

No transcorrer da interação social, a linguagem assume papel de destaque na construção de conhecimentos, pois funciona como um instrumento organizador do pensamento. Levando em consideração as principais contribuições de Vygotsky relativas à linguagem e à aprendizagem, pode-se concluir que a linguagem é o instrumento *per se* da comunicação, construção e veiculação de conhecimento e, como tal, constitui-se num substrato fundamental para todos os campos do conhecimento humano. Na escola, tradicionalmente, devido à compartimentalização do conhecimento humano, a prática e o ensino da língua, da escrita e da leitura se viram confinados aos limites da aula de Língua Portuguesa. Entretanto, como o legado cultural das várias áreas de conhecimento é acessado prioritariamente através da leitura, é necessário que os professores das diversas disciplinas se sintam igualmente responsáveis pela formação de leitores proficientes. Para isso, é preciso que a escola se debruce sobre a leitura de



modo inovador e contributivo na criação de novas realidades. Uma pedagogia permeada pela crítica através de uma leitura consciente e conscientizadora é indispensável num projeto voltado à educação, que tem como um de seus objetivos desenvolver as habilidades necessárias para a fruição e a compreensão do texto.

Partindo da concepção teórica acima delineada, a metodologia de pesquisa adotada previu a seleção de 30 sujeitos atuando em escolas públicas – professores de qualquer disciplina de 4ª a 8ª série do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio na região de abrangência da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS, que tenham concluído um curso de Licenciatura. A seleção foi feita com base no equilíbrio entre duas grandes áreas de atuação: humanas ou científicas. Os professores selecionados realizaram pré e pós-testes sobre compreensão textual e estratégias (meta)cognitivas de leitura e participaram de oficinas quinzenais de 3h45min de duração, as quais foram gravadas em áudio e vídeo. As oficinas tematizaram a leitura de textos narrativos, argumentativos, de divulgação científica e poéticos. Os dados coletados estão sendo transcritos e analisados com base nos objetivos propostos.

<sup>1</sup> A pesquisa aqui referida vem sendo desenvolvida em conjunto pelos Grupos de Pesquisa “Linguagem e Cognição” e “Leitura, Literatura e Cognição”

VYGOTSKY, Lev. *Thinking And Speech - The Collected Works Of L. S. Vygotsky*. [v. I: Problems Of General Psychology]. [Rieber, R.; Carton, A. (Eds.)] New York: Plenum Press, 1987.

VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

## O “fenômeno da recorrência” como efeito do processo metafórico em manuscritos grafados em contexto familiar

Eduardo Calil

eduardocalil@hotmail.com  
Universidade Federal de Alagoas

Muitas das práticas escolares atuais têm enriquecido o universo dos textos a serem ofertados aos alunos em processo de alfabetização, não mais se restringindo às atividades que enfatizam letras e sílabas, mas promovendo o acesso a um amplo conjunto de textos impressos dos mais diversos gêneros (de cantigas de roda, trava-línguas, parlendas aos contos populares, contos de fada, histórias em quadrinhos, etc). Além dessa gama de textos que são lidos e circulam em salas de aula de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, a escrita dos alunos, mesmo antes que dominem o sistema alfabético, também passa a ser validada e interpretada como “texto”, significando o ato de escritura como elemento essencial para seu aprendizado e para a constituição de um aluno “produtor de texto”. De modo mais restrito que as propostas de leitura, as práticas de produção de texto compõem um leque de atividades que têm na escola seu lugar de legitimação, na medida em que ela se autoriza neste espaço social, enquanto que os atos de leitura

se difundem e se disseminam tanto dentro da escola quanto fora dela.

Naquilo que diz respeito às práticas de produção de texto efetivadas em sala de aula e influenciadas pelos estudos sobre “letramento emergente” (Purcell-Gates, 2003; Taylor, 1985; Rojo, 1998; dentre muitos outros), a escola passa a considerar, no processo escritural do aluno, a necessidade de se garantir as condições efetivas de uso, buscando preservar as características dos “gêneros discursivos”, entendidos aqui conforme define Bakhtin (1992). Todavia, ainda que algumas práticas de produção na escola estejam incorporando significativas mudanças qualitativas, a posição institucional ocupada pelo professor sustenta-se, por sua vez, em padrões de avaliação e correção determinados por conteúdos e orientações estabelecidos por matrizes curriculares, livros didáticos e seus respectivos manuais. Estas práticas sociais próprias das instituições escolares interferem tanto nas possibilidades de os alunos escolherem sobre o que escrever, quanto nas convenções e normas que devem seguir e se apropriar ao produzirem seus textos.

Relacionado a este processo de “escolha” do que escrever e do como escrever, estudos desenvolvidos por Abaurre et alli (1997) sobre a constituição do “estilo” em textos produzidos desde um momento anterior à alfabetização até a adolescência têm procurado mostrar a “singularidade estilística” e as marcas de refacção deixadas ao longo de suas escritas.

Partindo da hipótese de que a cultura letrada e escolar que se constitui ao redor da criança em processo de alfabetização pode interferir significativamente nos textos que escreve, mas tratando a questão do “estilo” como parte do funcionamento do registro imaginário (Lacan, 1998), que enlaça sujeito e sentido, este trabalho irá discutir, a partir de uma perspectiva lingüístico-discursiva (Lemos, 1998), manuscritos efetivados fora do contexto escolar. O que apresentaremos faz parte de um estudo maior sobre o processo de subjetivação (Lemos, 2000) e constituição de autoria (Calil, 2004) em manuscritos produzidos em contexto familiar. Nosso *corpus* conta com 61 manuscritos distribuídos em 3 cadernos de Nara e 65 manuscritos em 3 cadernos de Isabel, duas meninas de 6 anos que estudavam, durante os anos de 1991 e 1992, na mesma sala de aula de uma escola particular da cidade de São Paulo. Neste trabalho, apresentaremos a análise efetivada sobre os cadernos de Isabel.

Apesar da análise dos manuscritos de Isabel – escritos ao longo destes dois anos, em contexto familiar – não sofrerem a influência direta da ação pedagógica e das restrições próprias deste espaço, isto não significa, certamente, que sua escrita não traga efeitos dos dizeres que circulam em sala de aula. Em seus manuscritos, pudemos descrever um fenômeno que parece atuar como condição para se fazer texto, a saber, o “fenômeno da recorrência” entendido enquanto formas significantes que retornam e se repetem nos manuscritos, produzindo pontos de identificação entre eles e, ao mesmo tempo, constituindo sua própria singularidade. Há, ao longo de seus escritos, a repetição de enunciados, temas, personagens, fórmulas e estruturas lingüísticas advindos de contos de fada, mas combinados com fragmentos de outros textos. O pivô deste fenômeno parece estar relacionado ao predomínio das articulações metafóricas que cristalizam o movimento dos significantes nos manuscritos, apesar de não apagar a dimensão equívoca da língua (Milner, 1987), mas permitindo o estabelecimento do modo de inscrição desta criança no funcionamento lingüístico-discursivo. Esta “recorrência”, efeito de um processo imaginário de identificação, marca a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

amarração subjetiva entre a posição ocupada por aquele que escreve e seu próprio manuscrito.

Se as práticas letradas interferem nos processos de letramento que envolvem a criança e, em nosso caso, nas possibilidades de escritura destes manuscritos, permitindo significar as relações entre aquele que escreve e seu texto, há algo que se singulariza neste processo, que vai além destas práticas, de caráter pragmático e intencional. Os manuscritos grafados fora do contexto escolar podem nos ajudar a entender como se opera esta relação sujeito, língua e sentido, dando ao texto escrito um lugar de estabilização formatado pelas vias dos processos metafóricos e metonímicos e pela posição subjetiva daquele que escreve.

ABAURRE, Maria Bernadete Marques; FIAD, Raquel S.; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura (Orgs.) *Cenas de Aquisição da escrita: o sujeito e o trabalho com o texto*. Campinas: Associação de Letras do Brasil (ALB)/ Mercado de Letras, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do Discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CALIL, Eduardo. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2004.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LEMOS, C. T. G. Os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança. *Substratum: temas fundamentais em Psicologia e Educação, mecanismos de mudanças lingüísticas e cognitivas*. v.1, n.3. p. 151 – 172. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LEMOS, Claudia T. G. de. Desenvolvimento da linguagem e processo de subjetivação. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*; v.10, n.5, p.53-72, jul./dez. 2000.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PURCELL-GATES, Victoria. A alfabetização familiar: coordenação entre as aprendizagens da escola e as de casa. In: TEBEROSKY, A. et alli (Orgs.) *Contextos de Alfabetização Inicial*. Porto Alegre: ArtMed, 2003. p 29-40.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. O letramento na ontogênese: uma perspectiva socioconstrutivista. In: ROJO, R. H. R. (Org.) *Alfabetização e Letramento: perspectivas lingüísticas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 121-171.

TAYLOR, D. *Family Literacy: Children learning to read and write*. Exeter: Heinemann, 1985.

### O tratamento dispensado ao interlocutor em cartas produzidas por jovens e adultos em processo de escolarização

Bárbara Olímpia Ramos de Melo

barbaraolimpia@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Piauí - Universidade Federal do Ceará

Maria Elias Soares

O presente estudo faz um levantamento do tratamento dispensado ao interlocutor, em cartas produzidas por alunos da Educação de Jovens e Adultos. No período de agosto de 2000 a março de 2002, coordenamos um projeto de alfabetização de jovens e adultos, fruto de uma parceria da Universidade Federal do Piauí com Secretaria Municipal

de Educação de Teresina. Nesse período, recebemos várias cartas escritas pelos alunos do projeto. Eles mandavam cartas para nós, da equipe pedagógica do projeto – como interlocutores –, para o secretário municipal de educação e para o prefeito. Selecionamos, para compor o *corpus* desta pesquisa, tanto cartas dirigidas aos membros da equipe pedagógica, quanto cartas dirigidas ao prefeito. No gênero carta, podemos observar, com certa clareza, a presença das formas mais elementares da comunicação verbal. Afinal, segundo Bakhtin, “o primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a possibilidade de responder – mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele (por exemplo, executar uma ordem)” (2000: 299). Outra característica fundamental do enunciado, conforme Bakhtin (2000), é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para um destinatário. Uma consequência desse fato é que “cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero” (Bakhtin, 2000: 321). Acerca da interação, conforme Garcez (1998: 62), o outro, ou seja, o interlocutor tem os seguintes papéis:

1. é parceiro no diálogo (mesmo à distância), e assim determina sua configuração;

2. permite que o ‘eu’ se constitua como enunciativo e compreenda sua própria enunciação, a partir da possibilidade de compreensão do outro;

3. é o fornecedor da matéria prima do discurso: qualquer discurso tem, na sua origem, outras palavras e outras vezes que não apenas a do locutor.

É na relação dialógica dos interlocutores que as significações são produzidas/atualizadas. Para Bakhtin (2000), os enunciados produzidos nessas situações enunciativas, por isso, concretos, levam o *acento do locutor* (*apreciações valorativas*), que os torna únicos e irrepetíveis, e são constituídos na forma do que definiu como *gêneros do discurso* – formas de uso da língua. São, portanto, modos de interação verbal criados no âmbito das diversas esferas de atividade humana, constituídas sócio-historicamente; e cada qual reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das suas esferas de origem, através de seu *tema*, de seu *estilo verbal* (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e de sua *construção composicional*. Já as marcas de interatividade, presentes em todos os gêneros, são definidas por Marcuschi (1999: 143), como “o movimento típico e explícito do escrevente direcionado a um leitor pretendido”. Desse modo, as marcas de interatividade são constituídas por expressões ou formas lingüísticas que subentendem a presença de um leitor, a quem o escrevente se refere de modo claro e sem qualquer ambigüidade, em determinado contexto situacional. Tal uso faz parte de um movimento próprio do processo de textualização, cuja presença do interlocutor evidencia-se na própria construção textual. As cartas são casos típicos de textos que permitem um uso intenso de marcas de interação, mas isso não quer dizer que outros gêneros não o permitam. Muitas marcas lingüísticas, selecionadas para efetivar os atos de interatividade, podem ser vistas como formas através das quais são atualizadas estratégias de polidez, ou seja, procedimentos discursivos e interativos que, estrategicamente, são mobilizados para manter o equilíbrio interpessoal da interação.

A polidez tem sido abordada a partir de múltiplas perspectivas e, embora não haja uma definição conceitual a respeito, concordamos com Brown e Levinson (1978), apud Silva (2002), sobre que a polidez envolve o uso de estratégias verbais e não-verbais a fim de manter a interação. No caso



particular dessa pesquisa com o gênero carta, iremos nos deter na formas de polidez verbalizadas. Como objetivo inicial da interação, as estratégias ligadas à polidez visam transmitir uma imagem positiva do usuário a fim de obter um retorno favorável para o propósito em questão. Há uma expectativa por parte do interlocutor de que as ações do “outro” sejam polidas, e essa motivação tem uma base social, cultural e, principalmente, política. É preciso cuidado para que a associação da polidez com as ações discursivas não se resumam às qualidades abstratas que se fixam em enunciados específicos, itens lexicais ou morfemas, sem considerações às condições particulares que regem o seu uso. Leech (1983) considera que a polidez está relacionada à interação de dois participantes, sendo que esses podem ainda demonstrar polidez por uma terceira pessoa do discurso. Silva (2002: 164-165), sobre as estratégias de polidez nas cartas, coloca-se da seguinte maneira: “o destinatário, enunciativamente, instala-se no próprio movimento da produção do texto, na medida em que o escrevente o interpela, incita-o, convoca-o, orienta-o, monitora sua atenção, pressupõe um compartilhamento de informações e negocia saberes. Em outros termos, há aí sinalizações de procedimentos discursivos e interativos que podem afigurar-se fortes estratégias interativas que compreendem rotinas de polidez”. Nas cartas, espera-se que o escrevente seja um produtor que esteja atento ao seu destinatário, mobilizando uma série de estratégias de modo que torne possível e facilite a construção de um diálogo. As rotinas de polidez estão dentre essas estratégias. A nossa hipótese é a de que o tratamento dispensado ao interlocutor varia tanto em função do papel social assumido, quanto em função do propósito comunicativo da carta.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

GARCEZ, L.H.C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: UNB, 1998.

MARCUSCHI, L. A. Marcas de interatividade no processo de textualização da escrita. In: RODRIGUES, A. C. S.; ALVES, I. M.; GOLDSTEIN, N. S. *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, p.139-156. 1999.

LEECH, Geoffrey N. *Principles of Pragmatics*. Longman, 1983.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *Um estudo sobre carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade*. Tese (Doutorado) – FAE, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

de leitura, não encontra homogeneidade e estabilidade. São várias as obras que problematizam o conceito e é impossível estudar o tema sem percorrer uma trajetória que inclui pensadores e pesquisadores como Magda Becker Soares (especialmente 2004), Ângela Kleiman (1995), Vera Masagão Ribeiro (2003), entre outros que têm refletido sobre o assunto. A obra *Letramento no Brasil* (Ribeiro, 2003), por exemplo, aponta uma série de posicionamentos teóricos que terminam por comprometer a abordagem dos problemas de pesquisa e de reflexão que têm como objeto o estudo da relação que as pessoas/comunidades/sociedades têm com a escrita. Na mesma obra, os dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF, 2001) também sugerem certos aspectos do letramento com relação a novas tecnologias, tais como o uso da Internet como fonte de leitura. Com os novos meios de comunicação e as novas tecnologias de leitura e escrita, outras formas de travar contato ou de interagir com e por meio da escrita surgiram e foram apropriadas por muitas pessoas, que se tornaram leitores de telas e escritores com acesso a meios de publicação sem, ou quase sem, mediação (vide o funcionamento de fóruns, chats, blogs e a participação extrema no *participatory journalism* ou no que se convencionou chamar de Web 2.0). Outra parte da população, ainda sem acesso à World Wide Web ou ao computador, passou a se relacionar com esse mundo de novas possibilidades, mesmo sem acessá-lo. Os “excluídos digitais” passaram a sofrer a pressão de “ter que” empregar as novas tecnologias, já que não basta mais ter competência apenas na lida com o impresso. Um outro grupo de pessoas que mal tivera acesso ao letramento no impresso passou a ser duplamente excluído, já que as possibilidades tecnológicas aumentam, mas as respostas sociais e políticas não acontecem nesse mesmo ritmo. A essa apropriação gradativa dos novos meios pelas pessoas deu-se o nome de “letramento digital”. É interessante considerar, também, que não apenas os computadores dão acesso ao mundo digital da informação, mas as mídias móveis (aparelhos celulares e outros minidispositivos) também deixaram de ser apenas objetos para a comunicação ponto a ponto (caso do telefone fixo) e se tornaram mídias, já que também servem para obter notícias, propaganda, livros feitos para minitelas, etc. Este trabalho traz um breve histórico do conceito de “letramento” e tem como objetivo central problematizar o conceito de “letramento digital”, com base nos trabalhos de Coscarelli (2002), Araújo e Biasi-Rodrigues (2005) e Coscarelli e Ribeiro (2005). A discussão que se propõe sobre o conceito passa pela necessidade de se compreender melhor o que significa considerar um usuário/leitor competente, por exemplo, na leitura em tela, na “navegação”, na produção de sentido em interfaces e ambientes digitais. Quais habilidades um leitor deve ter para ler textos na tela? Essas habilidades são muito diversas daquelas desenvolvidas e empregadas para a leitura e a escrita em materiais impressos? Estes são questionamentos que disparam uma série de propostas para o “letramento digital”. O tratamento do tema é parte do trabalho de doutorado intitulado “Trajetos do leitor no papel e na tela - Letramentos, reconfigurações e práticas da leitura em interfaces hipertextuais impressas e digitais”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG. A pesquisa, que trabalha com os conceitos de “letramento”, “letramento digital” e “hipertexto”, tem interfaces com a História Cultural, a Usabilidade (Ciência da Computação) e o Jornalismo (Comunicação Social), além da Linguística Textual.

## Letramento digital: um tema em gêneros efêmeros

Ana Elisa Ribeiro

anadigital@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O conceito de “letramento” (ou “literacia” ou “alfabetismo”), bastante difundido no meio acadêmico brasileiro, mesmo sendo empregado em inúmeros trabalhos, especialmente naqueles que tratam da educação e das práticas



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ARAÚJO, Júlio; BIASI-RODRIGUES, Bernadete (Orgs.). *Interação na Internet*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

COSCARELLI, Carla V. (Org.) *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

COSCARELLI, Carla V.; RIBEIRO, Ana Elisa. *Letramento digital*. Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KLEIMAN, Ângela (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

SOARES, Magda B. *Letramento*. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

### Uma reflexão sobre regras variáveis do português brasileiro no processo de formação continuada de professores tutores do estado do Maranhão

Ana Dilma de Almeida Pereira

anadilma.almeida@globo.com  
Universidade de Brasília

Pretendo apresentar algumas análises de atividades de reflexão lingüística com regras variáveis freqüentes em nossas comunidades de fala, realizada por Professores Tutores do Programa Pró-Letramento no estado do Maranhão, participantes de um processo de formação continuada em Alfabetização e Linguagem. Esse trabalho compõe uma pesquisa qualitativa de natureza etnográfica e colaborativa, (sócio) lingüísticamente orientada, desenvolvida em um curso de formação continuada de Professores da Educação Básica. Nosso objetivo é verificar como os responsáveis pelo processo de formação de professores da Educação Básica reconhecem a importância dos conhecimentos (sócio) lingüísticos, ampliam suas concepções e modificam sua agenda na formação de Professores na área de Alfabetização e Linguagem. Observando a realidade na qual estão inseridos os Tutores do Programa Pró-Letramento, tenho conduzido minha pesquisa de acordo com os pressupostos de Bortoni-Ricardo (2005a, p.144):

As escolas de zona rural ou de periferia atendem a uma clientela com características socioculturais específicas, que se distinguem das características da clientela das escolas urbanas dos bairros de classe média, principalmente no que se refere ao repertório lingüístico. Estas especificidades não são devidamente contempladas nos livros didáticos nem tampouco nas propostas curriculares... Alguns desses professores são membros da comunidade onde trabalham, outros são 'forasteiros', com *background* cultural diferente. Tanto uns quanto outros, porém, precisam aprender a identificar as características sociolingüísticas e culturais de seus alunos, de forma sistemática. Esta identificação é pré-requisito para a implementação de estratégias pedagógicas e interacionais que sejam sensíveis aos traços culturais

dos alunos e proporcionem melhores resultados de aprendizagem.

Nesse sentido, a adoção de uma pedagogia culturalmente sensível é essencial no processo da educação em língua materna.

Da perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não-padrão pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença (Bortoni-Ricardo, 2004a, p.42).

E várias pesquisas lingüísticas comprovam que, de fato, o professor não sabe lidar especialmente com os problemas advindos das produções textuais escritas de seus alunos, em especial, os problemas ortográficos. Bortoni-Ricardo (2004b) considera:

Na modalidade escrita a variação não está prevista quando uma língua já venceu os estágios históricos da sua codificação. A uniformidade de que a ortografia se reveste garante sua funcionalidade. Toda variação fonológica de um discurso oral (inclusive e principalmente a de natureza regional) se reduz a uma ortografia fixa e invariável, cuja transgressão não é uma opção aberta para o usuário da língua. Assim, o texto escrito pode ser lido e entendido por falantes com os mais diferentes antecedentes regionais. Estamos pois diante de dois estatutos bem distintos. Ensinamos nossos alunos a usar os recursos da variação oral para tornar sua fala mais competente, preservando contudo suas características sociodemográficas, e ensinamos nossos alunos a usar a ortografia: a grafia normatizada, fixada, canônica.

Bortoni-Ricardo (2004b) ainda destaca que o professor alfabetizador precisa "fazer a distinção entre problemas na escrita e na leitura que decorrem da interferência de regras fonológicas variáveis e outros que se explicam simplesmente pela falta de familiaridade do alfabetizando com as convenções da língua escrita".

Dessa forma, durante a pesquisa, os Tutores do Pró-Letramento, provenientes de São Luís e mais onze municípios do interior do Maranhão, analisaram com propriedade os fenômenos lingüísticos presentes em diversos textos de circulação social, confirmando que "os chamados 'erros' que nossos alunos cometem têm uma explicação no próprio sistema da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados por meio de uma abordagem sistêmica" (Bortoni-Ricardo, 2004a, p.100). Ao considerar que as duas características principais das línguas são a variação e a mudança, o professor terá condições de promover a educação em língua materna, especialmente nas séries iniciais, com vistas a *alfabetizar letrando* ou *letrar alfabetizando* (Soares, 2004). Assim, foi possível verificar nesta investigação que os Professores Tutores mesmo ainda não tendo total domínio da metalinguagem utilizada para análise dos fenômenos lingüísticos, já têm consciência das seguintes categorias de erros postuladas por Bortoni-Ricardo (2005b, p.54):





1. Erros decorrentes da própria natureza arbitrária do sistema de convenções da escrita	
2. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas categóricas no dialeto estudado.	Erros decorrentes da transposição dos hábitos da fala para a escrita.
3. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis graduais.	
4. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis descontinuas.	

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

\_\_\_\_\_. *O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita*. Texto veiculado (via e-mail) no Laboratório de Sociolinguística I – LIV/UnB, coordenado por Stella Maris Bortoni-Ricardo. Brasília: UnB, 2004b.

\_\_\_\_\_. Tem a sociolinguística efetiva contribuição a dar à educação. In: *Nós chegemos na escola, e agora?* Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005a, p.127-146.

\_\_\_\_\_. Análise e diagnose de erros no ensino da língua materna. In: *Nós chegemos na escola, e agora?* Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005b, p.53-59.

SOARES, M.. Alfabetização e letramento: caminhos e desaminhos. *Pátio, revista pedagógica*. Ano VIII, n. 29, p. 18-22, fev/abril 2004.

## Planos de realidade em letramento: a leitura em questão

Ana Flávia Lopes Magela Gerhardt  
gm@superonda.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Priscila Moret Pio Maciel  
Fernanda Magalhães de Araújo

A literatura que discute as questões relacionadas ao ensino no Brasil tem definido o letramento como condição do indivíduo capaz de utilizar as suas habilidades de leitura e escrita em função de demandas pessoais, profissionais e sociais, ou seja, a pessoa letrada é hábil para construir a sua cidadania através do saber sobre a linguagem em suas diversas modalidades. Tal habilidade é avaliada a partir da capacidade de ler textos, esquemas, tabelas, etc., percebendo a conexão e integração entre os conteúdos, refletindo e tirando conclusões a partir dessa integração e diferenciando informações mais e menos importantes. Assim, a noção de letramento compreenderá uma abrangência maior dos horizontes de transformação trazidos pela apropriação do código escrito nas sociedades ditas modernas, considerando as suas práticas sociais mais elementares. A partir dessa noção, por exemplo, deixa de existir a pessoa analfabeta, que não decodifica um determinado sistema, e se passa a considerar o indivíduo não-letrado, “aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, [...] que a sociedade marginaliza, [...] que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas e, mais que isso, grafocêntricas” (SOARES, 2002, p. 20).

Esta acepção de letramento passa necessariamente pela

inserção da pessoa que semiotiza em práticas sociais em dimensão macro e microsociais – tal propriedade o define como aquisição e prática sócio-cognitiva (SALOMÃO, 1999). É assim que o letramento será basicamente assumido nesse trabalho e é através dessa acepção que poderemos perscrutar as bases primordiais de ancoragem e produção dos significados via linguagem escrita nos termos de uma cognição situada, interativa e perspectival (SINHA, 1999; TOMASELLO; RAKOCZY, 2003; TOMASELLO *et al.*, 2005). Em específico, busca-se reconhecer em que bases se funda o letramento no contexto escolar, porque nem todos os conhecimentos são escolarizáveis e escolarizados; os que não se enquadram na moldura escolar (que por si só significa), e tornam-se, assim, contidos. Nesse sentido, pode-se assumir a escola como um plano de realidade particularizado diante dos outros universos de experiência, configurados externamente aos muros escolares, e, neste plano, as informações e os conceitos devem ser tomados em conta relativamente à sua validação em termos de aula, de avaliação, de aprovação, etc., que são valores pertencentes à episteme escolar.

Na investigação da existência de diferentes planos de realidade e semiotização como uma variável determinante da cognição e, conseqüentemente, do letramento, as situações de sala de aula, em especial as aulas de leitura, podem evidenciar que as dificuldades enfrentadas por professores e alunos na discussão dos conteúdos em jogo se relacionam aos diferentes planos de realidade em que se encontram os sujeitos na interação de sala de aula, quando se defrontam, e muitas vezes se sobrepõem, o plano de realidade escolar, onde os conhecimentos transformam-se em conteúdos, e o plano de realidade social, onde os conhecimentos prestam-se às tarefas, reflexões e problematizações cotidianas. Dois estudos de caso em que há uma discrepância entre os planos de realidade em que se encontram alunos e professor são efetuados para que visualizemos de que forma se pode dialogar acerca do letramento em termos sociocognitivos.

O primeiro estudo de caso observa as discrepâncias existentes entre as respostas dadas pelos alunos em uma questão do ENEM 2005 e o gabarito oficial do exame. A partir dos *feedbacks* dos participantes obtidos por meio do *corpus* do ENEM, o qual é um modelo de avaliação escolar composto essencialmente por questões interpretativas, hipotetiza-se, na questão escolhida, que os candidatos que forneceram respostas contrárias às oficiais realizaram processos cognitivos idênticos aos dos que se igualaram ao padrão institucional, mas enquadrados em diferentes epistemes. Isso é um indicativo de que esses processos se configuram através das interações intersubjetivas de fundo sociocultural, em que os conceitos de *certo* e *errado* representam valores institucionais, validados pela moldura comunicativa da aula. Tal constatação também leva a concluir que, longe de terem elaborado raciocínios equivocados, os alunos, em suas diversificadas soluções, efetuaram processos cognitivos deslocados do plano de realidade escolar em que tinham de se colocar para responder a questão. Daí igualmente se pode conjecturar que há mais de uma resposta possível para uma mesma questão, chegando-se ao questionamento do que levaria a resposta do gabarito oficial a ser tida como “certa” e por que o grande número de não coincidências com esse gabarito oficializado.

O segundo estudo de caso busca observar como se apresentam, nos livros didáticos do português de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, as atividades de interpretação de texto, verificando a natureza semântico-epistêmica das atividades



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

realizadas antes e depois da leitura dos textos mediante o que é proposto pelos livros didáticos, na visualização da forma como os conhecimentos do aluno se redescrevem (KARMILOFF-SMITH, 1992) no sentido de tornarem-se conteúdos, agora, neste caso, como procedimentos utilizados para compreender os textos dos livros didáticos. Para tanto, interessou em particular detectar as formas de estímulo para que os alunos realizem ações metacognitivas de leitura – a saber, o levantamento de hipóteses sobre o texto e o estabelecimento de objetivos para lê-lo. Procura-se definir os aspectos sociocognitivos da construção de significado dos alunos em suas atividades escolares, quando eles respondem às perguntas de interpretação de texto dos livros didáticos a partir do que estes oferecem como pistas semânticas, com o objetivo de verificar quais são as fontes e pistas de construção de significado que os livros didáticos fornecem aos alunos para que eles possam, com base nelas, elaborar processos cognitivos, ou seja, cognizar acerca do texto. Aqui também se tem a preocupação de ressaltar, em especial, quando os alunos supostamente “acertam” as perguntas, e também quando supostamente as “erram”, já que se propõe que toda forma de resposta lingüística à questão de leitura resulta de elaboração cognitiva e que diferentes respostas podem ser representativas de inserção das pessoas que as responderam em diferentes planos de realidade.

Como reflexão final sobre a produção dos alunos nas atividades de leitura em sala de aula, assumindo-se que o letramento, como inserção em novas epistemes, não é uma evolução cognitivamente qualitativa, pode-se afirmar que as informações transmitidas na escola não apresentam qualquer traço de superioridade em relação aos outros conhecimentos. Diante disso, pensa-se que a aquisição dos saberes escolares, assim como a aquisição de qualquer outro conhecimento, não melhora, não afeta transformativamente a cognição; é apenas uma forma específica que ela pode assumir, na medida em que se constitui como um novo espaço em que o ser humano pode cognizar. Reconhecer o processo do letramento como inserção em um novo plano de realidade pode contribuir para uma observação mais fidedigna sobre os desenvolvimentos e capacidades dos alunos em termos de leitura e compreensão de textos e de conteúdos escolares.

KARMILOFF-SMITH, Annette. *Beyond modularity: a developmental perspective on cognitive science*. Cambridge: The MIT Press, 1992.

KLEIMAN, Angela. Schooling literacy and social change: elements for a critical approach to the study of literacy. In: OLIVEIRA, Marta Kohl; VALSINER, Jean (Ed.). *Literacy in human development*. Stamford, CT: Ablex Publishing Corporation, 1998.

\_\_\_\_\_. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In: BUNZEN, Clécio; MIRANDA, Márcia (Ed.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

OLSON, David R.; ASTINGTON, Janet. Talking about text: how literacy contributes to thought. *Journal of Pragmatics*, 14, 1990.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a agenda dos estudos da linguagem. In: *Veredas: revista de estudos lingüísticos*. Juiz de Fora: v. 3, n. 1, p. 61/79, 1999.

SINHA, Chris. Situated Selves: learning to be a learner. In: BLISS, Joan; SÁLJÓ, Roger; LIGHT, Paul (Ed.) *Learning Sites: Social and Technological Resources for Learning*. Oxford: Pergamon, 1999. p. 32-48.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo:

Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Letramento e escolarização [Literacy and scholarship]. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Ed.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

TOMASELLO, Michael; RAKOCZY, Hannes. What makes human cognition unique? From individual to shared to collective intentionality. *Mind and language*, v. 18, n. 2, p. 121-147, 2003.

TOMASELLO, Michael *et al.* Understanding and sharing emotions: the origins of cultural cognition. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, p. 675-735, 2005.

### A escrita acadêmica: um estudo das representações dos alunos em curso de formação de professores

Daniella Lopes Dias  
nica.bh@zaz.com.br  
PUC – Minas Gerais

Jeter Jaci Neves

Um dos maiores problemas do ensino de uso da língua materna está relacionado às habilidades de leitura e escrita dos alunos em diferentes níveis de escolaridade. No âmbito da Universidade, a essas dificuldades acrescentam-se enormes desafios representados pela produção de gêneros textuais do domínio acadêmico-científico. Particularmente, no que se refere aos alunos dos cursos de Letras, futuros professores, a dificuldade de produção e leitura de textos – tais como resumo, resenha, projeto de pesquisa, artigo científico, etc. – é um fato. Essa questão vem sendo objeto de investigação nas duas últimas décadas, materializada em diversos estudos, dentre os quais se pode destacar aquele desenvolvido por um grupo de pesquisa que vem se dedicando à compreensão do processo de inserção de professores em formação nas práticas de leitura e escrita acadêmicas. O objetivo geral do atual projeto<sup>1</sup> desse grupo é “estudar a textualização e a retextualização de textos acadêmicos em situações de ensino e de aprendizagem que visem à formação inicial do professor, focalizando-se as ações de avaliação do professor-formador em relação aos textos acadêmicos de seus alunos (correção, apreciação, análise) e suas repercussões no processo de letramento em curso”. A comunicação ora proposta dá prosseguimento aos estudos desse grupo de pesquisa, o qual orienta-se por uma abordagem interacionista sociodiscursiva da linguagem, que entende que as representações são construídas por sujeitos históricos e se definem como modelos de atividades e de textos (BRONCKART, 2006) vivenciados pelos falantes. À luz dessa perspectiva, o trabalho que ora se apresenta tem como objetivo examinar as marcas lingüístico-discursivas que indiciam as representações que os alunos têm da escrita acadêmica, a fim de contribuir para sua formação enquanto: i) produtor/consumidor de gêneros acadêmicos; ii) profissional do ensino; iii) pesquisador. A hipótese que orienta o estudo é a de que essas representações vão se alterando – a fim de atingir os modos do *dizer* acadêmico – com as intervenções do professor e isso se traduz nos textos reescritos pelos alunos. Tal alteração demonstra a necessidade de se refletir, sobretudo, sobre os diferentes fatores das condições de produção (papéis assumidos por



autor/leitor, objetivos comunicativos, imagens recíprocas, etc.) que envolvem a escrita acadêmica, pois se acredita que um estudo sistematizado das condições de produção dos textos que circulam no domínio acadêmico contribui para a compreensão dos modos do dizer científico, o que, conseqüentemente, coopera para o letramento do aluno universitário. Os pressupostos teóricos gerais que orientam o estudo se baseiam em: i) Boch (2005), a qual postula a existência de representações equivocadas sobre a escrita acadêmica que, segundo a autora, interferem na reescrita do aluno, como, por exemplo, o posicionamento enunciativo que se deve assumir para garantir a legitimidade e validade dos argumentos utilizados e ii) Bronckart (1999, 2006), o qual oferece um quadro de análise textual que visa à compreensão, dentre outros aspectos, dos mecanismos enunciativos que “contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, explicitando de um lado, as diversas avaliações que podem ser formuladas a respeito de um ou outro aspecto do conteúdo temático e, de outro, as próprias fontes dessas avaliações”. O *corpus* é constituído por textos pertencentes aos gêneros resenha e resumo, produzidos por alunos graduandos em Letras e Comunicação Social de uma Universidade privada de Belo Horizonte e coletados em aulas de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos, a partir da atividade de retextualização, que implica a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base e envolve, tanto relações entre gêneros e textos (intertextualidade), quanto entre discursos (interdiscursividade) (MATENCIO, 2002).

<sup>1</sup> *Os gêneros acadêmicos na formação inicial de professores: dos movimentos de apropriação dos conhecimentos sobre a configuração e funcionamento dos textos aos movimentos de construção de identidade profissional e de autoria*, projeto financiado pela Fapemig, processo SHA198/04.

BOCH, F. L'apprentissage de l'écrit à l'école évolution des représentations en didactique de la langue maternelle. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRÁTICAS ESCRITAS NA ESCOLA : LETRAMENTO E REPRESENTAÇÕES, 1. FFLCH, São Paulo, 2005.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução de A. R. Machado e P. Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

MATENCIO, M. L. M. Atividades de retextualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2002.

## O contexto de produção da coerência textual em gêneros escolares

Edilaine Buin

edilainebuin@gmail.com  
UNICAMP

Este trabalho analisa as estratégias usadas pelos sujeitos para construir o sentido de seu texto, tais como as escolhas

lexicais, o uso de estruturas parentéticas, a escolha das expressões referenciais (KOCH, 1997). No caso destas últimas, sua função não é apenas a de referir – elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas (KOCH, 2002), etc. A referenciação, a partir das reflexões que os dados inspiram, constitui-se em um processo importante e determinante da construção da coerência textual. Os referentes são aqui tomados como *objetos do discurso* (MONDADA; DUBOIS, 1995), e não como *objetos do mundo*, como considera uma concepção tradicional de referência. Tal concepção teórica torna visível a possibilidade de o professor entrar no universo do aluno e usar as referências do próprio aluno, como ponto de partida para intervir positivamente no desenvolvimento da coerência textual. Não se trata mais de decidir se o aluno está representando de forma equivocada ou não os *objetos do mundo* – trata-se de descobrir o que existe para o aluno, cognitivamente, como referente, e mobilizar recursos para que ele prossiga no mesmo caminho, ou vá para outro, de acordo com a necessidade e os objetivos educacionais da disciplina.

Para isso, focaliza-se a análise em momentos diferentes do percurso escolar de três alunos, nomeados por Marina, Renato e Júlio, que pertenciam à mesma turma, que se conservou por todo Ensino Fundamental e Médio, de uma escola particular de Campinas-SP. Os dados exemplificam uma situação em que o gênero nasce de dentro da escola, a qual funciona como o próprio lugar de comunicação (SCHNEUWLY, 2004). São resgatadas, a partir da análise de uma narrativa de Marina (7ª série do Fundamental), uma narrativa e uma dissertação de Renato (7ª série e 1ª série do Ensino Médio, respectivamente) e uma dissertação de Júlio (1ª série do Ensino Médio), eventos lingüísticos significativos, reveladores do trabalho do sujeito na construção da coerência textual do seu texto, aliado aos *outros* que com ele interagem. Todas as análises estão centradas em situações de aprendizagem, nas quais se entende o texto como um ponto de uma teia de relações que interferem na construção de sua coerência. Outros pontos formam essa mesma teia, tais como a proposta de produção textual, a situação socioeconômica e cultural dos alunos, a relação que estabelecem com os colegas de classe e professores, a relação individual entre o sujeito que escreve e a escrita. Não seria possível resgatar todos os pontos, no entanto, os textos dos alunos citados, qualitativamente selecionados, permitem a formulação de hipóteses sobre alguns desses pontos, que interferem diretamente na construção da coerência textual.

Como vemos, além das estratégias individuais de construção do sentido, leva-se em conta a situação interacional a partir da qual o texto é produzido, tendo como base o pressuposto de que a coerência textual, na situação de aprendizagem, constrói-se em uma situação de interlocução. A dinâmica social, da qual os alunos fazem parte e que envolve a interdisciplinaridade, contribuiu para que os textos fossem coerentes para a/naquela comunidade, firmando-se, portanto, como gêneros escolares. No caso das narrativas, por exemplo, os alunos desenvolviam um trabalho interdisciplinar que envolvia a xilogravura, em Artes, e a produção de texto, em Língua Portuguesa – aliavam a linguagem verbal e a linguagem visual, a serviço de organizar uma coletânea de textos a ser impressa e distribuída para a comunidade. Tal episódio leva ao reforço da necessidade de se promover situações (i) em que a escrita tenha um significado, ainda que seja uma tarefa escolar, e (ii) em que a interlocução se crie de fato e seja orientadora do processo de desenvolvimento da escrita.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Os dados indicam que a situação de interlocução é permeada por diversas leituras e situações significativas nas inter-relações. Assim, é possível visualizar, através das análises lingüísticas e do resgate das propostas de produção textual, que leitura e escrita não se separam e a construção de sentido relaciona-se à intertextualidade e à interdisciplinaridade. Tudo leva a crer, inclusive, que a polifonia (BAKHTIN, 1997), que perpassa a escrita dos alunos, contribui essencialmente para a construção de textos considerados coerentes na situação analisada.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

GERADI, W. *Alteridades: espaços e tempos de instabilidades*. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (Org.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. *Language in Society*, 11, p. 49-76, 1982.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (Org.) *Os Significados do Letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de réferentiation. In: BERRENDONNER; REICHLER-NEVES, M. H. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995. p. 273-305.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J; ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

SCHNEUWLY, B; DOLZ, J; ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

---

### História de letramento e de alfabetização: os movimentos de ingresso no mundo da leitura e da escrita

Hilario Inacio Bohn

hbohn@terra.com.br

Universidade Católica de Pelotas

Um dos desafios da educação nacional é superar o baixo desempenho dos alunos brasileiros nas habilidades de leitura e escrita. Entre as causas aponta-se a precariedade da escola brasileira, que se manifesta na formação inadequada dos docentes, nos materiais didáticos inadequados, nas concepções e definições da linguagem obsoletas e talvez não compreendidas ou aplicadas pelos professores em sua ação pedagógica. As indagações e a procura das soluções têm surgido de diferentes áreas do conhecimento, da Lingüística,

da Psicologia, da Pedagogia-Educação e até de áreas afins, como a dos Estudos Culturais e da Sociologia. No entanto, o problema muitas vezes não é tratado dentro desta interdisciplinaridade e de modo integrado, talvez uma das razões por que chegamos ao século XXI sem os profissionais da área conseguirem oferecer uma solução ao problema. Pode-se afirmar que, apesar da complexidade da tarefa, o professor de alfabetização continua não tendo uma formação específica e adequada nas escolas de Pedagogia ou nos departamentos de Letras das universidades brasileiras, em que se certificam os docentes que atuam nas salas de aula de alfabetização. O ingresso no mundo simbólico da leitura e da escrita é um processo complexo, em que habilidades lingüísticas orais e escritas precisam ser articuladas, processo necessariamente mediado (SOARES, 2001, 2003). Esta mediação parece exigir profissionais capazes de criar ecologias cognitivas e sócio-interativas propícias ao domínio das tecnologias necessárias (SCLiar-CABRAL, 2003) para esta aprendizagem. Neste texto, procura-se discutir um aspecto do letramento e da alfabetização poucas vezes desenvolvido nas pesquisas da área. Faz-se um contraponto do papel da escola com outros atores sociais no processo do letramento e da alfabetização. Os dados da análise são 22 relatos sobre o letramento e a alfabetização de um grupo de alunos de um Curso de Letras de uma Universidade particular do interior do RS. Os alunos foram convidados a escrever um relato sobre o seu ingresso no mundo simbólico da leitura e da escrita. O texto foi elaborado em casa e os alunos tiveram uma semana para a realização da tarefa. O convite incluía a sugestão de que o relato tivesse pelo menos 500 palavras. A grande maioria dos textos foi entregue com um número de palavras superior a 700, alguns chegando a 1700. Na análise aqui apresentada, faz-se um recorte dos conteúdos dos textos e procura-se compreender o papel da escola e do ambiente familiar e social no processo do letramento e da alfabetização. Parte-se do princípio de que a criança inicia o seu letramento ainda no seio da mãe, familiarizando-se com os sons e a melodia da língua em que estará inserida após o nascimento. A análise é feita dentro uma perspectiva interpretativista, em que a linguagem é definida como um processo complexo de produção de sentidos. O analista procura, pois, compreender os sentidos que se produzem nos relatos dentro de uma visão dialética da linguagem em que escritores e leitores se constituem na história (BAKHTIN, 1999). Os resultados da análise mostram uma fascinação, quase mítica, dos sujeitos com as letras. Esta magia é expressa 27 vezes nos textos dos escritores. Por outro lado, aparece com muita saliência o papel da família e do ambiente social no processo mediador. A motivação para ler e escrever parece nascer no ambiente familiar, presença da mãe, tia, tio, avó (mencionados 20 vezes) e, de maneira muito secundária, na escola, a professora sendo citada por apenas 4 escritores. Um terceiro motivador do ingresso no simbólico é a presença de objetos relacionados com a alfabetização e letramento, tais como livros, outros portadores de texto, lápis, canetas e máquina de escrever. Os alunos também reclamam de ausências: a falta da leitura e da escrita no processo de alfabetização, a ausência das histórias infantis na sala de aula; a falta de bibliotecas na escola e na comunidade, a ausência da poesia durante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Os sujeitos manifestam uma forte rejeição às leituras obrigatórias. Os textos também falam das agressões pedagógicas, dos sofrimentos relacionados com o processo de alfabetização. Conclui-se que parece haver, tanto no letramento como na alfabetização, momentos mágicos em que o alfabetizando des-



cobre o valor quase mítico da linguagem, inserindo-se através destes processos na quase infindável criação de sentidos, nunca inteiramente estabelecidos, móveis (BAKHTIN, 1999), sempre no devir, próprio do ser humano. Pode-se também afirmar que o processo vitalício do letramento e o momento significativo da alfabetização precisam, antes de tudo, de atitudes apropriadas, de interlocuções, de aproximações, o aluno sentindo-se enunciador; criando-se condições para a produção de sentidos. Não há criança que resista à magia do convite de significar, usar a linguagem nas práticas sociais, negociar os sentidos escondidos nas palavras dos outros, nos textos, e formular convites para a interpretação.

BAKHTIN, Michael (VOLOCHINOV, V. N.). *Marrismo e filosofia da linguagem*. Tradução de M. Lahud e Yara F. Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

GONTIJO, Cláudia M. M. *O processo de alfabetização: novas contribuições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

## Aprendizagem da Estrutura Silábica CCV: oralidade e escrita

Edir Ramos de Freitas

edir-freitas@uol.com.br  
Faculdade de Sabará

Este trabalho tem por objetivo investigar, em nominais, o processo de apropriação ortográfica, em encontros consonantais tautossilábicos, por crianças em fase de alfabetização. Os encontros consonantais tautossilábicos apresentam seqüências (Consoante + Consoante + Vogal), como nas palavras *bruxa* e *globo*, em que as duas consoantes ocorrem na mesma sílaba. Neste caso, há sempre uma seqüência de (Consoante Obstruente + Consoante Líquida). O enfoque é dado ao cancelamento de consoante líquida e ao tipo de líquida (vibrante e lateral), em encontros consonantais tautossilábicos na escrita. Procuramos investigar em que medida a fala exerce influência sobre o cancelamento de consoante líquida na escrita. Para isso, foram considerados os fatores estrutural (acento) e não-estruturais (grupo social, sexo, escolaridade, estilo de fala, tipo de escola, tipo de líquida e a palavra individual como fator independente). Para verificarmos a influência destes fatores, levantamos a seguinte hipótese: a) os desvios da norma ortográfica em padrões CCV são decorrentes da interferência da fala sobre a escrita. Por exemplo, fala-se “bigadeiro” e escreve-se “bigadeiro”. b) Se, realmente, há interferência da oralidade sobre a escrita nestes casos de desvio, deve-se explicar se o fenômeno é regulado por regra ou é imprevisível. Para avaliar até que ponto esses fatores influenciam independentemente a grafia de palavras envolvendo estruturas silábicas CCV, foram analisadas as variações na escrita em um *corpus* resultante da aplicação de quatro experimentos em classes

de alfabetização. Os resultados da pesquisa indicam que tais variações acontecem em função da ocorrência de um conjunto de fatores: seletividade lexical, escolaridade e acento. Além disso, os números fornecem evidências de que os fatores mencionados exercem influência significativa sobre o cancelamento de consoante líquida em estruturas silábicas CCV na escrita. Nosso principal interesse em realizar a presente pesquisa deve-se à necessidade de compreender melhor o desempenho ortográfico das crianças em fase de alfabetização. O freqüente contato com as produções escritas dos alunos, realizadas em sala de aula, foi a “mola propulsora” dessa investigação. Acrescenta-se a isso os itens explicitados a seguir: o preenchimento de uma lacuna existente nos estudos que investigam a aquisição da ortografia, nos quais os grupos consonantais foram tratados sem especificidade e sem correlação com a fala; a atitude coerciva dos professores diante de certas formas selecionadas pelos falantes, como, por exemplo, [vr]ido/vi[dr]o; o valor social dispensado à norma culta e a indicação de princípios norteadores para uma metodologia mais eficiente no processo de aquisição da ortografia. Estas são as razões principais que nos levaram a desenvolver a presente pesquisa. Para a realização deste estudo, foram coletados dados orais e escritos de 64 crianças em processo de alfabetização. Quatro escolas, localizadas na Região Centro-Sul de Belo Horizonte foram selecionadas. Os objetivos desta pesquisa são: Geral: investigar os registros ortográficos de seqüências ortográficas do tipo CCV no processo de alfabetização. Secundário: buscar recursos metodológicos que possam contribuir para a melhoria da apropriação da ortografia. Específicos: a - identificar as variações possíveis em sílabas CCV. b - Avaliar quantitativamente e qualitativamente tais variações. c - Buscar compreender os desvios ortográficos em padrões CCV. d - Identificar aspectos que expliquem tais variações. e - Buscar recursos pedagógicos para a alfabetização. Quanto ao referencial teórico, este trabalho se enquadra no modelo da difusão lexical. Os defensores deste paradigma estudaram, a partir da década de setenta, a evolução dos dialetos chineses, apresentando evidências que contrariavam os postulados da regularidade neogramática, surgindo, então, a teoria da difusão lexical. De acordo com essa teoria, o *locus* da mudança seria a palavra, e não o som. Assim sendo, as irregularidades resultam de duas mudanças simultâneas, cada uma delas atingindo um grupo diferente de palavras. As mudanças são consideradas foneticamente abruptas e lexicalmente graduais. As exceções se devem não à analogia, mas a mudanças regulares em competição. Além disso, há fatores que não os fonéticos envolvidos na mudança (campo semântico, traços do item léxico, etc.). Concluindo, propomos que a variação na escrita em encontros consonantais tautossilábicos seja tratada a partir da correlação com a fala. Além disso, sugerimos que devemos tratar a variação na escrita como propriedades semelhantes àquelas sugeridas para a variação na fala, dentro da perspectiva difusionista. A razão principal desta sugestão reside no fato de que o cancelamento de líquida e do tipo de líquida (vibrante e lateral) não pode ser explicado como um processo controlado por fatores fonéticos. Tal cancelamento é regido pela escolha lexical do falante. O cancelamento ocorre em qualquer contexto fonético (átono, tônico, em posição inicial, medial e final de palavras). Portanto, esta investigação sobre o cancelamento de consoante líquida em encontros consonantais na escrita pode ser explicada a partir do modelo difusionista.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt, 1933.
- CHEN, Matthew Y.; WANG, William S-Y. Sound change: actuation and implementation. *Language*. v. 51, p. 255-81, 1975.
- CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. *Sobre a quebra de encontros consonantais no Português Brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999a. p. 1-2. Mimeografado.
- KHRISHNAMURTI, B. H. *Areal and lexical diffusion of sound change*. Hyderabad: Osmania University, 1978. p. 1-20.
- LABOV, William. Resolving the Neogrammarian controversy. *Language*, v. 57, n. 2, p. 267-308, 1981.
- LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. 14. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- OLIVEIRA, Marco Antônio. The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, v. 89, p. 93-105, 1991.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da difusão lexical. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 1, p. 31-41, 1992.
- \_\_\_\_\_. O Léxico como controlador de mudanças sonoras. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 4, p. 75-92, 1995.
- PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. 1988.

### Continuidade Temática e Progressão Textual em Livros Didáticos: o caso da 8ª série

Thati Ane Ribas

thatianeribas@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Esta pesquisa toma como objeto de análise uma das coleções aprovadas no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) que é bastante aceita entre os professores de Português, tanto da rede pública de educação, quanto da privada. Mais especificamente, usa-se como *corpus* duas edições de um livro destinado a alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, aprovadas pelo PNLD/2005 e pelo PNLD/2007. Tal volume da coleção foi escolhido para uma análise pormenorizada por dois motivos: primeiramente, por esta ser a série de finalização do Ensino Fundamental, pelo que se acredita que o livro terá por objetivo sistematizar os conteúdos necessários para o bom desempenho dos alunos no Ensino Médio; além disso, o livro da 8ª série apresenta, em um dos seus capítulos, uma seção destinada ao estudo da continuidade temática e da progressão textual, o que não acontece em nenhum dos outros volumes da coleção.

Este trabalho surgiu de uma pesquisa mais ampla, denominada *Habilidades de leitura no PNLD e no SAEB: a construção de relações de continuidade temática por alunos do ensino fundamental*, desenvolvida na Faculdade de Letras da UFMG, que visa a analisar os livros didáticos (LDs) aprovados pelo PNLD, com objetivo de verificar como e o quanto os livros aprovados nesse programa têm explorado os elementos de retomada das cadeias referenciais nos textos trabalhados ao longo de suas unidades, já que os resultados alcançados pelos alunos no SAEB não são satisfatórios, no que tange à percepção da cadeia referencial anafórica.

Com base em Bakhtin (1953, 1979), Cafeiro (2002), Cafeiro (2004), Costa Val (2004), Koch (2005) e Marcuschi e Koch (1998), são discutidas as concepções de língua e linguagem nas quais a coleção se apóia, bem como a maneira como a

mesma lida com o processo anafórico e o processo de construção de referentes. Para tal, são apresentadas e discutidas atividades presentes na coleção que visam a desenvolver no aluno a habilidade de estabelecer relações de continuidade temática, (re)construindo as cadeias referenciais dos textos. Especificamente, procura-se verificar até que ponto a coleção trabalha com os elementos de retomada, que contribuem para a construção da coerência na leitura. Isto é, busca-se verificar se os exercícios e atividades que o livro didático apresenta exploram os pronomes e as expressões nominais definidas e indefinidas, elementos que servem de instruções para o leitor construir a continuidade do texto, e, quando os exploram, como isso é feito. Percebendo a importância da concepção de língua e linguagem adotada em um material didático como eixo norteador do trabalho em sala de aula, o objetivo desta pesquisa é investigar a maneira como a coleção didática *Português: Linguagens* tem explorado os elementos de retomada, partindo das seguintes perguntas:

- Como e em que quantidade a coleção didática explora a cadeia referencial dos seus textos?
- Até que ponto as atividades com elementos da cadeia referencial contemplam o nível discursivo?
- Qual concepção de língua e linguagem é adotada pela coleção na abordagem desse tópico?

Para fazer tal análise, foram analisadas as atividades propostas pela coleção, principalmente as de leitura, com o objetivo de observar, dentre estas, o tratamento dado aos elementos anafóricos formadores das cadeias referenciais dos textos explorados nos LDs. Buscando realizar uma análise quantitativa e qualitativa que contemplasse o tratamento dos elementos de retomada na coleção em enfoque, foi feito um levantamento de todos os exercícios, nela contidos, que exploravam os elementos anafóricos e, em uma tabela, foram registradas e categorizadas estas atividades. Também nessa tabela, registrou-se (quando havia) o título do texto que servia de apoio para o exercício, o gênero textual ao qual ele pertencia e a página de onde ele e a atividade foram retirados, para eventual consulta. A partir desse registro, pôde-se verificar se as anáforas estavam sendo exploradas num nível frasal/interfrasal ou discursivo.

A partir dos resultados obtidos, serão discutidas as questões que devem ser levadas em consideração ao selecionar um determinado material didático para ser utilizado em sala de aula, pensando nas conseqüências dessa escolha.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. 29. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

CAFIERO, Delaine. *A construção da continuidade temática por crianças e adultos: compreensão de descrições definidas e de anáforas associativas*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.

\_\_\_\_\_. *A construção da continuidade temática em livros didáticos do ensino fundamental*. In.: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUISTICA APLICADA. 2004. São Paulo. *Anais do VII CBLA*. São Paulo: USP, 2004. CD-ROM.

COSTA VAL, Maria da Graça. Texto, textualidade, textualização. In.: CECCANTINI, J. L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa*. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria



de Graduação, 2004. p. 113-128. v. 1.  
GEBRIM, Nabíha (Coord.). *Guia de Livros Didáticos 2005*.  
Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Infantil  
e Fundamental, 2004. v. 2.  
KRAUSE, Gustavo Bernardo. *Redação Inquieta*. 2. ed. Porto  
Alegre, Rio de Janeiro: Globo, 1986.  
KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*.  
4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

### 3.1.3 Mesas-redondas

#### A Contribuição da Sociolinguística à Educação Básica no século XXI

A mesa-redonda enfocará historicamente a contribuição da Sociolinguística à educação, a partir dos anos 60 nos EUA e dos anos 70 no Brasil, discutindo a visão mais realista da Sociolinguística Educacional contemporânea. Comporão a Mesa os seguintes pesquisadores: Prof.<sup>a</sup> Stella Maris Bortoni-Ricardo/UnB (coordenadora); Prof.<sup>a</sup> Maria Cecília Mollica/UFRJ e Prof. Dermeval da Hora/UFPB.

A Prof.<sup>a</sup> Stella Maris discutirá o conceito de Relativismo Cultural, desde sua postulação no início do século XX, por Franz Boas, quando esse lingüista e seus contemporâneos travaram conhecimento com as línguas ameríndias e se viram diante de um dilema: as diferenças entre essas línguas e as línguas européias colocavam as primeiras em uma situação de línguas primitivas em relação às últimas? No trabalho, discute-se a operacionalização do conceito de Relativismo Cultural aplicado à análise da situação sociolinguística brasileira, visando a responder à seguinte questão em sala de aula do ensino fundamental: Por que certas variedades do nosso português têm aceitação mais ampla na sociedade brasileira que outras? A discussão é ilustrada com um episódio de sala de aula em que os alunos conversam sobre a fala do personagem Chico Bento de Maurício de Sousa com a sua professora.

O Prof. Dermeval da Hora reflete sobre a relação entre fala e leitura, aqui vista, esta última, como ato de ler ou de decodificar. Considerando que a Lingüística tem um importante papel no levantamento dos níveis de leitura de crianças do ensino fundamental e também de adultos da educação solidária, há boas razões para acreditar que traços específicos da estrutura da língua têm a ver com os problemas encontrados no ato de ler. A análise lingüística dos erros de leitura mostra que a dificuldade na decodificação está diretamente relacionada a alguns processos fonológicos e ainda que o problema da decodificação está inversamente relacionado com o grau de correspondência entre a estrutura de superfície da língua falada e da língua escrita.

Sua hipótese é a de que os erros de leitura dos alunos observados são formas previsíveis ligadas a sua experiência diária, e que os métodos de leitura que levam em conta essas diferenças serão mais bem sucedidos.

A Prof.<sup>a</sup> Cecília Mollica apresenta propostas pedagógicas decorrentes de uma experiência de quase dois anos com EJA na UFRJ. Seu objetivo é proporcionar ao alfabetizador suporte adequado para o trabalho com o alunado de jovens e adultos e oferecer subsídios para o desenvolvimento de experimentos longitudinais dimensionando a eficácia dessas estratégias em relação às que são praticadas no atual sistema

escolar.

#### A relação entre fala e leitura

Dermeval da Hora Oliveira

ho\_ra@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba

Temos desenvolvido alguns trabalhos que ratificam a idéia de que os alunos do ensino fundamental transferem para a escrita sua forma de falar. Processos fonológicos como ditongação (faz > f[a]z) , monotongação (touro > t[o]ro) , elevação de vogais médias pretônicas (m[e]nino > m[i]nino), apagamento de /d/ no grupo -ndo (falando > falan[ ]o), apagamento da vogal postônica não-final (música > mus[ ]ca), para citar alguns, facilmente são encontrados nos textos produzidos pelos escolares. Interessante observar que os professores que atuam nesse nível buscam incessantemente corrigir tais produções, mas pouco conscientes são de que estão diante de processos variáveis, talvez aí esteja a dificuldade de saná-las.

Ainda relacionado com a fala, enfrentamos outra situação, presente, principalmente em escolares de classes sociais menos favorecidas. E agora a relação é entre fala e leitura, aqui vista, esta última, como ato de ler ou de decodificar. Nessa perspectiva, foram desenvolvidos trabalhos, nos Estados Unidos (LABOV; BAKER; BULLOCK; BROWN, 1998), procurando analisar erros de leitura encontrados entre crianças que falam o Inglês Vernacular Americano Africano (AAVE).

Nas contribuições que a sociolinguística variacionista liderada por William Labov tem feito à pedagogia do ensino da leitura e da escrita, enfatiza-se muito que os professores têm de aprender a fazer distinção, na leitura das crianças, entre problemas de decodificação, em geral, e a transferência para a leitura de regras fonológicas próprias do vernáculo da criança, especialmente no caso dos falantes da variedade afro-americana nos Estados Unidos (Cf. BORTONI-RICARDO, 1997). Pesquisando as fontes dos problemas na leitura de crianças afro-americanas em escolas da Filadélfia, Labov et alii (1998) dão prioridade à análise da habilidade que os alunos demonstram no reconhecimento da correspondência som/letra, ao identificar palavras que fazem parte de sua competência para ouvir e falar.

Considerando que a Lingüística tem um importante papel no levantamento dos níveis de leitura de crianças do ensino fundamental e também de adultos da educação solidária, há boas razões para acreditar que traços específicos da estrutura da língua têm a ver com os problemas encontrados no ato de ler. A análise lingüística dos erros de leitura mostra que a dificuldade na decodificação está diretamente relacionada a alguns processos fonológicos e ainda que o problema da decodificação está inversamente relacionado com o grau de correspondência entre a estrutura de superfície da língua falada e da língua escrita.

Nossa hipótese é a de que os erros de leitura dos alunos observados são formas previsíveis ligadas a sua experiência diária, e que os métodos de leitura que levam em conta essas diferenças serão mais bem sucedidos.

Entre os traços do Português falado em comunidades de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

falantes menos favorecidos que podem afetar a leitura estão aqueles mesmos que contribuem para marcar a distância entre a forma falada e a forma escrita e já mencionados acima. Assim, a partir de um exercício de leitura de crianças das séries 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> e também de adultos da Educação Solidária, procuramos verificar como as marcas dialetais da comunidade estão presentes no ato de ler. Apresentar tais resultados é o nosso objetivo nesta proposta, procurando traçar um paralelo entre leitura e escrita vs. fala, com base no conhecimento que temos dos processos fonológicos que imperam na comunidade de João Pessoa, cujas análises já foram realizadas em dissertações já defendidas (HORA, 2003).

HORA, Dermeval. *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. Santa Maria: Pallotti, 2003.

LABOV, W. et al. *A graphemic-phonemic analysis of the reading errors of inner city children*. University of Pennsylvania, 1998, draft.

\_\_\_\_\_; BAKER, Bettina. *Testing the effectiveness of an individualized reading program for african-american, euro-american and latino inner city children*. Washington, 2001, draft.

### O tratamento do conceito de relativismo cultural nas séries iniciais da escolarização

*Stella Maris Bortoni-Rcardo*

stellamb@terra.com.br  
Universidade de Brasília

Não é tarefa fácil operacionalizar o conceito de Relativismo Cultural, aplicando-o à situação sociolinguística brasileira com vistas a esclarecer, em salas de aula do Ensino Fundamental, por que certas variedades do nosso português têm aceitação mais ampla que outras. É o caso, por exemplo, de se explicar a alunos de séries iniciais por que a fala de personagens de ficção, nascidos e criados no campo, em particular a do Chico Bento com a qual eles estão familiarizados, é recebida com reservas nas comunidades urbanas ou até mesmo com franco preconceito.

Neste artigo, examino os esforços de uma professora para levar seus pequenos alunos a receberem com naturalidade as diferenças linguísticas com que a equipe de Maurício de Sousa marca o repertório de fala do personagem Chico Bento, seus familiares e amigos. A discussão se vale de dados coletados em um episódio de sala de aula de 1<sup>a</sup> série em uma escola pública na cidade de Taguatinga-DF em 2003. Trata-se de uma conversa entre a professora e alunos depois que eles assistiram a um vídeo do personagem Chico Bento de Maurício de Sousa.

O episódio revela a competência comunicativa dos alunos e suas habilidades de tecer comentários pertinentes sobre o filme a que assistiram e de dar respostas adequadas à professora. Observe-se que essas crianças de primeira série, cuja idade varia entre 7 e 8 anos, já são capazes de discernir sobre as peculiaridades da vida no campo e da vida na cidade. Para interpretar as características sociodemográficas do personagem Chico Bento, que representa a cultura rural, eles as associam a experiências com chácaras, caseiros e festas juninas, pois não têm uma experiência efetiva com

a vida rural. Também já são capazes de perceber que há diferenças nos modos de falar no campo e na cidade. Os estudos de atitudes linguísticas desenvolvidos por Lambert e seus associados na Universidade de McGill mostraram que crianças de 10 anos ainda não haviam desenvolvido uma postura negativa ou preconceituosa em relação a grupos minoritários (ANISFELD; LAMBERT, 1964). Por volta dos 12 anos, esse sentimento negativo começa a aparecer e tende a manter-se durante toda a adolescência (LAMBERT; FRANKEL; TUCKER, 1966). Esses psicólogos sociais apontam que o período crucial no desenvolvimento de atitudes linguísticas que refletem preconceitos étnicos é a pré-adolescência.

Há que se notar que os alunos do nosso episódio criam várias hipóteses sobre a fala de Chico Bento e, em seus enunciados, revelam uma atitude negativa em relação à fala do personagem. A Professora vai acatando as hipóteses e apresentando perguntas que os levam a evoluir o raciocínio. Aos poucos, as crianças substituem os primeiros enunciados em que se pode perceber certa desqualificação da fala de Chico Bento por outros que já se alinham com uma visão mais relativista.

Há duas interpretações mais comuns desse conceito. A primeira é mais radical; a segunda, mais realista. No texto discutimos ambas, com base em Franz Boas, Dell Hymes e outros pioneiros da ciência linguística. Ao final, mostramos como o conceito de relativismo cultural pode ser transposto para uma sala de aula e sugerimos os pontos que deverão ser contemplados nessa transposição didática.

1. Há muitas diferenças entre os modos de falar nas cidades e os modos de falar de pessoas, como o Chico Bento, que nasceram e vivem no campo.

2. Muitas das diferenças entre os modos de falar na cidade e no campo se relacionam ao vocabulário empregado em cada uma dessas áreas. No campo, por exemplo, os falantes dispõem de vocabulário mais específico relacionado às plantas medicinais, às árvores, à criação de animais; à alimentação, etc. Nas cidades, os falantes dispõem de vocabulários específicos relacionados às atividades urbanas, em especial às atividades tecnológicas e científicas, como a informática, as artes plásticas, a medicina, a ecologia; a engenharia e tantas outras.

3. As pessoas que vivem em áreas rurais têm mais oportunidade de envolver-se em práticas sociais de oralidade; os residentes em áreas urbanas, por sua vez, têm mais oportunidade de participar de práticas sociais mediadas pela língua escrita, ou seja, práticas sociais letradas.

4. A participação efetiva em práticas sociais letradas está diretamente relacionada ao grau de alfabetismo funcional do indivíduo.<sup>1</sup>

5. Essas diferenças não impedem que pessoas da cidade e de áreas rurais possam conversar entre si, sem problemas. Por isso é que vemos o Chico conversando com seu primo que vive na cidade. Há países em que as diferenças nos modos de falar de uma região para outra são tão grandes que às vezes impedem ou dificultam a comunicação.

6. Não podemos nos esquecer, porém, de que as diferenças nos modos de falar entre as comunidades do campo e as da cidade podem criar problemas de compreensão para os habitantes das áreas rurais, que muitas vezes não conseguem compreender bem um jornal televisivo ou uma entrevista na televisão ou no rádio, por exemplo.

7. É freqüente ouvirmos pessoas nas cidades criticando os modos de falar e os modos de viver das populações rurais.





Essa é uma postura que se implantou no Brasil, desde o começo de sua história, à medida que as cidades passaram a ter mais prestígio que as áreas rurais.

8. A atitude negativa em relação à cultura e aos modos de falar de Chico Bento e sua família reflete um preconceito, que devemos aprender a evitar (Cf. BAGNO, 1999).

9. Como qualquer preconceito, o estigma relacionado à cultura rural no Brasil não se apóia em evidências científicas.

10. Podemos dizer que a variedade lingüística empregada nas áreas rurais ou semi-rurais ('rurbanas') no Brasil é funcionalmente equivalente às variedades empregadas nas cidades, pelas pessoas escolarizadas, porque a variedade usada na roça pelos grupos sociais, como a comunidade em que vive o Chico Bento, é perfeitamente adequada para que as pessoas que lá vivem se comuniquem, realizando todas as tarefas comunicativas que têm de realizar. Usando essa variedade, interação na família, no trabalho, rezam, engajam-se em uma rica cultura musical, etc. Da mesma forma, a variedade usada nas áreas urbanas é adequada a todas as necessidades comunicativas de seus usuários.

11. Se o próprio Chico Bento decidir vir morar numa cidade, freqüentar escola, fazer vestibular e seguir uma carreira, seus modos de falar vão-se ajustar às novas necessidades. Ele vai aprender palavras novas e vai modificar em alguns pontos a sua pronúncia. Vai também acostumar-se a participar de práticas sociais letradas na cultura urbana.

12. Da mesma forma, se um indivíduo nascido e criado na cidade for viver numa comunidade rural ou rurbana, terá de aprender palavras específicas da fala rural e a participar de práticas sociais próprias da cultura onde passou a conviver. (Cf. BORTONI-RICARDO, 1985).

13. Tanto em um caso como em outro vai ocorrer um processo de acomodação, por meio do qual os falantes tendem a alterar sua fala e suas práticas interacionais, tomando como modelo as pessoas que os cercam e com as quais convivem ou, em algum momento de suas vidas, passaram a conviver.

<sup>1</sup>Para mais informações sobre alfabetismo funcional ver: [www.acaoeducativa.org.br](http://www.acaoeducativa.org.br) e [www.ipm.org.br](http://www.ipm.org.br).

### Modos de acesso a variantes de prestígio

*Maria Cecília de Magalhães Mollica*

[ceciliamollica@terra.com.br](mailto:ceciliamollica@terra.com.br)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O trabalho consiste em apresentar modos de acesso a variantes de prestígio, entendendo-as como parte importante do capital social do falante. O domínio de variedades padrão, ainda que se trate de formas antigas ou em mudança, só pode vir a acrescentar-se ao acervo lingüístico do indivíduo, permitindo-lhe maior trânsito verbal, tanto na fala quanto na escrita, em gêneros e estilos diferenciados de épocas distintas da língua. Experimentos lúdicos são então expostos, por meio do livro-jogo *Brinca- Palavra Campeonato de Letras e Números* (LEAL; MOLLICA, 2006) e através do *CD-ROM* intitulado *Da fala para o teclado* (MOLLICA, 2007), com vistas a oferecer estratégias de sensibilização, conscientização e efetivo uso de construções canônicas na fala e na escrita.

O *Brinca- Palavra Campeonato de Letras e Números* possui

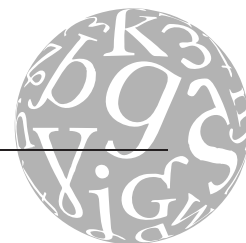
um tabuleiro dividido em duas equipes – vermelha e amarela – de 6 jogadores numerados de 1 a 6. O livro-jogo divide-se em duas partes: a de português propõe treinar a concordância verbal e nominal, especialmente nas categorias de gênero, número e pessoa; a de matemática propõe exercitar conhecimentos referentes ao cálculo mental nas operações de adição e subtração. Pode ser jogado por um par de jogadores ou por um grupo de jogadores em rodízio. Há uma bola para cada equipe, sendo que a cor da camisa dos jogadores de uma equipe deve ser diferente da cor da bola. No jogo de português, há três tipos de cartelas – verde, azul e vermelha – de respostas. Para tocar na bola, a equipe deverá completar uma frase com uma palavra que exista nas cartelas de resposta e a sentença deve resultar numa cadeia de acordo com a norma standard. Nos dois jogos, se os jogadores errarem duas vezes consecutivas, a equipe recebe uma advertência, através de cartão amarelo e ganhará um cartão vermelho, já tendo recebido dois cartões amarelos. Caso isso ocorra, o jogador estará fora do jogo. O objetivo das equipes é alcançar o placar previamente definido pelos jogadores.

Já o *CD-ROM* oferece construções lingüísticas de fala e escrita com relação a alguns processos dinâmicos, que têm repercussões ortográficas e gramaticais nos letramentos, através de exercícios digitais interativos, que buscam estimular o jogador a identificar e a fazer uso de estruturas standard. Os dados de análise são provenientes da aplicação dos jogos, em alunos de diferentes turmas do Programa EJA da UFRJ.

A faixa etária dos alunos do primeiro experimento situou-se entre 15-33 anos; o nível de letramento também variou: uns não sabiam ler quando entraram no projeto, outros liam com dificuldade e outros já entraram no Programa com um grau razoável de proficiência na leitura, porém com muitos anos sem estudar e com pouco contato sistemático (presume-se) com as variedades lingüísticas de prestígio. A faixa etária dos alunos que utilizaram o *CD-ROM* gira em torno dos 30 anos, seja apresentando proficiência na leitura seja possuindo muita dificuldade. O *CD-ROM Da fala para o teclado* deve ser jogado por um jogador de cada vez. O exercício escolhido para este experimento foi o de número dois. O exercício dá duas, três e às vezes quatro opções de palavras para o aluno escolher cuja opção desejada contém a grafia oficial.

Os resultados das brincadeiras (todos filmados) demonstram que os indivíduos passam a compreender melhor a relação entre oralidade e escrita, mas nem sempre escolhem a opção canônica. A pesquisa propõe um acompanhamento longitudinal dos grupos que se submeteram às atividades lúdicas em comparação aos que não tiveram acesso aos materiais instrucionais aqui inventariados. Assim, busca confirmar a hipótese segundo a qual as práticas oferecidas são estratégias realmente eficientes em comparação às que já vêm sendo implementadas.

Creemos que, desse modo, o alfabetizador passe a contar com material dirigido especificamente para o trabalho com o universo variacional da língua, distinguindo empregos lingüísticos quanto aos aspectos relativos à avaliação das variantes prestigiadas e não prestigiadas por parte da sociedade letrada. Destaque-se, por exemplo, a proposta do *CD-ROM*, já mencionado, que inclui 20 exercícios, tanto de identificação quanto de escritura de diferentes opções de variantes, muitas delas produtivas à comunidade do falante. Esse material permite o professor trabalhar a ortografia oficial, em contraste com a pronúncia dos alunos que, via de regra, tendem a representar ortograficamente a variante



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

não-standard. Esse experimento constatou que o aluno tem dificuldade de diferenciar a ortografia vigente daquela que reproduz a variante mais usada, tal como *idiota* versus *indíota*, *lagartixa* versus *largatixa*, *falar* versus *fala* ou *bicicleta* versus *bicicreta*, dado que *indíota*, *bicicreta*, *largatixa* e *fala* parecem melhor representar as formas mais próximas ao seu dialeto. O experimento do *CD-ROM* baseia-se em traços da oralidade que migram para a escrita. Pode-se dizer, de acordo com Callou; Leite (2002, p. 112), que um indivíduo está alfabetizado quando ele entende que, em um sistema de escrita, existe relação som/letra e suas funções. Nos resultados, percebe-se que o indivíduo compreende essa relação, por isso escolhe a opção mais próxima da oralidade. Comprova-se, então, que é necessário insistir em práticas, de preferência inovadoras, para que a aprendizagem da língua padrão, na fala e na escrita, venha a ocorrer (Cf. MOLLICA, 2000, 2006, 2007), com o fito de incluir os cidadãos numa cultura marcadamente grafocêntrica e complexa em que a linguagem é moeda de troca.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à Fonética e à Fonologia*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEAL, Marisa; MOLLICA, Cecília. *Brinca-Palavra Campeonato de Letras e Números*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2006.

MOLLICA, Maria Cecília. *Influência da fala na Alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *Da Linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da Fala ao Teclado, CD 1: Brincando e aprendendo – ortografia*. Contexto, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Fala, letramento e inclusão social: algumas questões da Sociolinguística Aplicada*. Contexto, São Paulo, 2007.

## Do que se diz sobre o hipertexto

Carla Viana Coscarelli

ccoscarelli@letras.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Ao hipertexto, têm sido dadas muitas características sobre as quais precisamos refletir antes de aceitá-las como definidoras dessa noção. Entre essas características podemos citar a não-linearidade, a co-autoria e maior atividade requerida do leitor, a incorporação de outras linguagens além da lingüística, a dialogia e a polifonia, o rompimento das barreiras de tempo e espaço, a desorientação do leitor e o fato de o hipertexto refletir a atividade cognitiva.

O leitor do hipertexto tem sido considerado co-autor, porque ele poderia interferir no texto e teria mais liberdade de escolha no seu percurso de leitura do que o leitor do texto impresso. A intervenção do leitor no hipertexto não nos parece tão diferente daquelas do texto impresso. Raramente o leitor do hipertexto pode de fato, como no caso das Wikipédias, interferir no texto disponibilizado.

Precisamos ponderar também sobre o grau de atividade do leitor durante a leitura, ou seja, se o leitor é mais ativo quando lê um hipertexto digital, se se envolve mais com o texto, e se busca compreender mais os efeitos de sentido provocados pelas escolhas do autor do que quando lê um texto impresso. O grau de envolvimento do leitor com o texto não nos parece função apenas do formato mas, sobretudo, da curiosidade, do interesse pelo tópico do texto, dos seus objetivos de leitura, da sua capacidade de lidar com aquele gênero textual, entre outros aspectos que não estão relacionados com o formato hipertextual do texto.

Ao hipertexto digital, tem sido dada a característica de romper com a forma, incorporando outras linguagens como o som e as imagens. O hipertexto amplia os recursos do texto, possibilitando acesso rápido e direto aos links. O que não se pode afirmar, no entanto, é que, com o advento do hipertexto digital, a imagem e o som passaram a fazer parte do texto, e que o vínculo entre a palavra escrita e as ilustrações aumentou.

O hipertexto já foi considerado uma ruptura do monologismo, por ser uma reunião de várias vozes, por não ser um texto isolado e por contar com a participação do leitor como condição de sua existência. No entanto, se todo texto é um ato comunicativo, social e historicamente construído, não podemos dizer que há texto monológico. Os textos são sempre dialógicos e polifônicos, ou seja, não há texto produzido sem que um interlocutor seja, pelo menos, imaginado, e sem que outras vozes e outras mãos façam parte dele. Textos não são nunca isolados e monológicos.

É comum ouvirmos dizer que o leitor do hipertexto digital fica perdido mais facilmente que o leitor de um texto impresso. É possível que a possibilidade de ele se perder no hipertexto seja maior, caso não seja disciplinado ou não tenha um objetivo claro de leitura. Por outro lado, podemos nos perder na leitura de textos impressos a ponto de termos a necessidade de recuperar a estrutura do texto consultando títulos e subtítulos, índices, entre outros elementos que ajudam a marcar a organização. Essa não parece ser uma característica apenas do hipertexto.

Até que ponto o hipertexto é realmente digno de todos esses rótulos? Defendemos que o hipertexto não traz muitas

## Definições em rede: a controvérsia sobre o conceito de "hipertexto"

A presente mesa visa integrar a fala de pesquisadores preocupados com a multiplicidade de recortes e definições que tem sido dada na literatura para o termo "hipertexto". Buscando explicitar o debate, as comunicações refletem diferentes olhares sobre as definições apresentadas, contrastando: posições que questionam as diferenças extremas entre a escrita tradicional e a digital; posições que defendem a noção de modalidade digital e a necessidade de contrastes teóricos mais claramente marcados para tipificar diferentes materialidades textuais; e posições que entendem o hipertexto como um modo de enunciação no domínio discursivo digital. Tendo como referência diferentes preocupações empíricas – leitura e interpretação, produção de material para ensino em rede, e interação síncrona –, as três falas buscam fornecer elementos para a reflexão e o debate sobre o conceito de hipertexto em geral.



novidades em relação aos textos impressos (e nem tão pouco se considerarmos também outras mídias como a radiofônica, a televisiva e a cinematográfica), pois acreditamos que nenhum texto é linear, uma vez que a linearidade não pode se justificar apenas porque as palavras se apresentam no papel uma após a outra. Sabemos que existem inúmeras marcas no texto que sinalizam a hierarquia das idéias apresentadas, como títulos e subtítulos, tamanho, cor e/ou formato das fontes, recursos de topicalização, mecanismos de continuidade e itens lexicais e recursos morfo-sintáticos, entre outros, que marcam o grau de saliência de determinadas partes do texto.

Defendemos também que nenhuma leitura é linear, uma vez que a construção de sentido requer a ativação de diversos domínios cognitivos que realizam inúmeras habilidades envolvidas na construção do sentido. Na construção dos significados, o leitor precisa realizar algumas operações como: identificar, a partir da análise do suporte e da superestrutura, o gênero discursivo em questão, além de reconhecer e perceber como se articulam as seqüências tipológicas que compõem o texto; reconhecer as escolhas lexicais e de expressões usadas no texto, estabelecendo relações sintáticas e semânticas, construindo a coerência local que se realiza, dentre outros modos, nas marcas lingüísticas que sinalizam as relações temporais, espaciais e referenciais que vão servir de base à construção global do sentido e que vão ajudar o leitor a perceber a organização macroproposicional no texto, ou seja, a recuperar idéias propostas em cada parte do texto, estabelecendo relações lógico-discursivas sinalizadas ou dedutíveis e ir construindo com elas um sentido global, recuperando as prováveis intenções comunicativas do autor. Tudo isso é feito considerando-se a situação de comunicação, do contexto comunicativo, trazendo à baila conhecimentos prévios do leitor e seus objetivos de leitura que, por sua vez, encaminham a leitura, a construção de sentido.

Precisamos refletir também sobre o que significa pensar a nossa atividade cognitiva como sendo hipertextual. Várias teorias como a teoria dos esquemas (RUMELHART, 1980), a teoria dos espaços mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2005) e teorias de base conexionista endossam a metáfora da cognição como um processo hipertextual; isso, no entanto, não pode ser entendido como um retrato das atividades mentais realizadas no cérebro.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think*. Cambridge University Press, 2002.

RUMELHART, D. E. SCHEMATA: The building blocks of cognition. In: SPIRO, R. J.; BRUCE, B. C.; BREWER, W. F. *Theoretical issues in reading comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, p. 33-58, 1980.

## Hipertextualidade na constelação dos gêneros chats

Júlio César Araújo

julcra@uol.com.br  
Universidade Federal do Ceará

Já pode ser considerado um truísmo afirmar que a Internet provocou muitas mudanças nas práticas de comunicação, fazendo surgir novos gêneros e, a reboque, suscitando um

novo letramento, mas não o é dizer que ainda há muito para se fazer na busca da compreensão dos fenômenos de linguagem ambientados nessa grande esfera de comunicação. Conscientes disso, os estudiosos da linguagem tentam elaborar categorias teóricas que os ajudem na tarefa de conhecer e compreender tais fenômenos. Do emaranhado de temas discutidos hoje, emerge uma categoria que ainda provoca muita controvérsia entre os pesquisadores: trata-se do conceito de hipertexto para o qual lançarei um olhar especial nesta comunicação, pois entendo que ele encerra a característica mais saliente da esfera discursiva digital.

É verdade que a categoria anunciada ainda está em discussão e, por isso, anda longe de ser um consenso entre os pesquisadores. Isso fica evidente na literatura que vem se formando sobre o assunto, sobretudo na que se refere aos estudos da linguagem e da educação, pela qual é possível observar, pelo menos, a existência de dois modos de conceber tal noção. De um lado, há quem defenda que o hipertexto não traz em si nenhuma novidade, por isso, no fundo, todo texto é um hipertexto (Cf. KOCH, 2002; POSSENTI, 2002, entre outros) e de outro, há quem estuda e defende o hipertexto como uma nova realidade lingüístico-textual que amplia as possibilidades das práticas discursivas, gerando “novos” gêneros do discurso e reclamando um novo tipo de letramento: o chamado letramento digital (Cf. XAVIER, 2002; BRAGA, 2003; 2004).

Entre as noções de hipertextualidade acima, interessa-me a segunda na medida em que, por ela, o hipertexto passa a ser visto como um modo próprio de enunciação no domínio discursivo digital e não somente como uma mera “materialidade” de um novo tipo de textualização. Assim, é natural que este modo de enunciação suscite gêneros que dêem sustentação à comunicação humana que se ambienta na esfera eletrônica. Em função de minha pesquisa (ARAÚJO, 2006), entre esses gêneros, destaco os *chats* para os quais reivindico a natureza hipertextual porque, além de reunirem em sua textura linguagens como a imagem, o som e a escrita, e apresentarem *links*, é inegável o fato de eles estarem imersos em um modo digital de enunciação.

Dessa maneira, é razoável pôr em questão o fato de alguns autores construírem suas definições de hipertexto baseados na eleição de algum traço como o principal eixo definidor da hipertextualidade. Isso se justifica porque tem sido comum encontrarmos trabalhos em que o *link* e a não-linearidade, por exemplo, presentes nas *homepages* são postos como suficientes para compor uma definição de hipertexto. Ao contrário disso, sugiro que a hipertextualidade se manifesta através de inúmeros recursos em todo os gêneros intertextuais, acrescentando ainda que essa manifestação ocorre, porém, em graus diferentes.

Segundo o ponto de vista aqui defendido, a minha comunicação vai mostrar que o hipertexto não pode ser reduzido à manifestação de *links* dentro de uma página eletrônica qualquer, embora seja possível admitir que neste gênero a manifestação hipertextual parece se realizar de modo mais intenso. Por este prisma, talvez não seja demais sugerir que uma *homepage* se constitua um dos espaços mais privilegiados para se flagrar os recursos da hipertextualidade, mas definitivamente não é o único, pois os chats, por exemplo, possuem uma natureza hipertextual bastante acentuada, uma vez que me foi possível identificar a distribuição das marcas hipertextuais dentro da constelação desses gêneros. Sendo assim, caracterizar a hipertextualidade dentro da constelação dos gêneros *chats* é, antes de tudo, compreender que tais gêneros são hipertextuais porque se configuram como



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ferramentas semióticas que materializam a enunciação digital feita por um sujeito cujo lugar de fala permite-lhe enunciar digitalmente, com todas as características hipertextuais que esta ambiência proporciona. Convém, desta maneira, que se observe como tais características se distribuem pela constelação, não bastando apenas mapeá-las, mas procurando compreender as razões de natureza social, técnica e discursiva dessa distribuição. Neste sentido, parafraseio Fraga & Flores (2005) para dizer que os usuários desses gêneros “influenciados pela ambiência hipertextual, *desenvolvem uma competência lingüística nova*” (p. 116 [itálicos no original]).

ARAÚJO, J. C. *Os chats: uma constelação de gêneros na Internet*. Tese (Doutorado em Lingüística). Fortaleza: PPGL-UFC, 2006.

BRAGA, D. B. A comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 144-162.

BRAGA, D. B. A natureza do hipertexto e suas implicações para a liberdade do leitor e o controle do autor nas interações em ambiente de hipermídia. *Revista da ANPOLL*. n. 15, jul./dez. 2003, p. 65-85.

FRAGA, D.; FLORES, T. Hipertexto: que texto é esse? *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas, 44 (1). jan/jun. 2005, p. 115-132.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

POSSENTI, S. Notas um pouco céticas sobre hipertexto e construção do sentido. In: POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002. p. 205-222.

XAVIER, A. C. *O hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital*. Tese (Doutorado em Lingüística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2002.

### Na busca de definições e alternativas: o uso de hipertexto para o ensino

Denise Bértoli Braga

denisebb@iel.unicamp.br  
UNICAMP

Nenhuma linguagem ou prática letrada se constrói totalmente desvinculada das linguagens e práticas que a antecederam (MANOVICH, 2001). Esse processo fica mais evidente quando consideramos a passagem do letramento tradicional para o letramento digital. Várias habilidades desenvolvidas no processo de escrita e leitura para o meio impresso podem ser identificadas na recepção ou produção mediadas por computador, uma questão que vem sendo apontada por alguns teóricos. No entanto, alguns autores defendem que tais habilidades, ao migrarem para esse novo meio ganham características ou funções particulares, devido aos limites que o meio impõe e recursos que ele oferece. Outra questão a ser considerada, é que as mudanças nas normas que orientam a produção e a recepção ocorrem de forma gradativa, aproximando, em um primeiro momento, a natureza lingüística dos textos produzidos pelas diferentes modalidades. Isso é possível ser constatado nos primórdios da escrita, em que os textos eram registros de produções

orais, e tal processo também é evidente nos diferentes usos da linguagem digital escrita digital. A título de exemplo, considerando-se o material disponibilizado para consulta na Internet, é possível perceber que grande parte desses materiais não se organiza a partir da estrutura em rede, que possibilita múltiplos arranjos durante a leitura, tão discutida na teoria sobre hipertexto (WALTON, 2004).

Além disso, entender os usos comunicativos de hipertextos pode ser particularmente dificultado pelo fato de buscamos descrever essa nova realidade usando categorias criadas para a escrita tradicional – como “texto”, por exemplo – que talvez sejam limitadas para descrever a comunicação no meio digital (LANDOW, 1997). Assim, na ausência de categorias mais específicas, a literatura tem utilizado o termo hipertexto de uma forma mais abrangente (SNYDER, 1996), a qual inclui realidades textuais bastante distintas: textos isolados construídos de forma não linear, redes fechadas e abertas de textos e hipertextos, construções centradas na linguagem alfabética ou produções que integram múltiplas modalidades semióticas. O termo hipertexto também é empregado para definir textos disponibilizados só para leitura ou textos disponibilizados em plataformas técnicas – como a Wiki, por exemplo – que são abertos para a interferência e alterações feitas pelos leitores. Nessas situações de interação, os limites que tradicionalmente definiam categorias como autor/ leitor ou produto/processo de escrita ficam minimamente difusos.

A preocupação com questões de ensino traz para primeiro plano a necessidade de refletirmos de forma mais aprofundada sobre o conceito de hipertexto. Do ponto de vista de formação para o letramento digital, uma melhor compreensão sobre o tema pode ser útil para professores interessados em explorar de forma pedagógica as diferentes práticas letradas que hoje ocorrem na Internet, ou que buscam preparar os alunos para a interação neste meio, desenvolvendo ou expandindo as habilidades necessárias para práticas digitais específicas. Para os construtores de materiais pedagógicos, essa discussão teórica também é necessária, já que a criação de materiais para o meio digital precisa encontrar formas eficientes para contornar as dificuldades e explorar os novos recursos disponibilizados pela tecnologia digital para divulgação de informação. As dificuldades encontradas podem variar dependendo do tipo de hipertexto a ser construído.

Tendo as questões do ensino através de hipertextos como preocupação norteadora, a presente comunicação inicialmente discutirá as diferentes materialidades textuais abarcadas pelo termo “hipertexto”. Posteriormente, defendendo a posição de que o letramento no contexto digital tem características particulares que afetam o processo de produção e leitura, a discussão apontará algumas dificuldades pedagógicas que precisam ser levadas em consideração por construtores de materiais e professores que exploram os recursos do hipertexto na situação de ensino. Essa discussão enfocará a construção de hipertextos fechados (BRAGA; BUSNADO, 2004; BRAGA; RICARTE, 2005; BRAGA, 2005). Algumas questões de interação com material hipertextual serão discutidas tendo como referência os parâmetros adotados durante o processo de geração de hipertextos.

BRAGA, D. B. A construção de sentido em hipertextos questões de autoria e leitura relevantes para a interação crítica com hipertextos. In: FREIRE, M. M., ABRAHÃO M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (Org.) *Lingüística Aplicada e Contemporaneidade*. Campinas: Pontes, 2005.

BRAGA, D. B.; RICARTE L. M. I. Letramento na era digital: construindo sentidos através de hipertextos. *Revista da Anpoll*,



18, p. 59-82, 2005.

BURBULES, N. C. E.; CALLISTER, T. A. Jr. Hypertext: Knowledge at the Crossroads. In: *Watch It: The Risks and Promises of Information Technologies for Education*. Oxford: Westview Press, 2000.

LANDOW, G. P. *Hypertext 2.0: The convergence of contemporary critical theory and technology*. Baltimore, London: University Press, 1997.

MANOVICH, L. *The Language of the New Media*. Cambridge, Mass. and London: The MIT Press, 2001.

SNYDER, I. *Hypertext: The electronic labyrinth*. New York: University Press, 1996.

WALTON, M. Behind the Screen: The language of web-design. In: SNYDER, I. E.; BEAVIS, C (Ed.) *Doing Literacy Online: Teaching, Learning and Playing in an Electronic World Cresskill*, New Jersey: Hampton Press, Inc., 2004.

### 3.1.4 Pôsteres

#### Do letramento à construção da identidade: uma análise de memoriais de professores em formação inicial

Renata Oliveira Marques

renatamarquesgomide@gmail.com  
PUC - Minas Gerais

Este trabalho consistiu na investigação das relações entre o processo de letramento e a construção da identidade de professores em formação inicial. Com base em memoriais<sup>1</sup> produzidos por alunos do 1º período do Curso de Letras da PUC Minas, foi possível refletir como os estudantes, ao agenciarem suas representações de letramento e seus conceitos sobre a própria aprendizagem da leitura e da escrita, constroem e reconstróem discursivamente suas identidades. Os memoriais tomados por objeto de estudo têm como objetivo fazer com que os alunos reflitam criticamente sobre o próprio processo de educação escolar. Além disso, tais textos possibilitam que os professores conheçam melhor a trajetória educacional de cada aluno, bem como de que 'lugar letrado' vem esse sujeito.

Este trabalho pretendeu, pois, sublinhar, não só a atuação decisiva das práticas de letramento sobre o processo de socialização dos alunos, mas, principalmente, observar como esses alunos, ao operarem com a materialidade discursiva de suas memórias em torno das práticas de letramento, agenciam suas identidades em função das condições de produção de seus textos. Uma vez que tal situação atua nas representações que os participantes do jogo interlocutivo fazem de si e do outro, esta pesquisa buscou analisar como o letramento, a identidade e o sujeito estão articulados no âmbito acadêmico.

As práticas de letramento interferem na socialização e na construção da identidade dos sujeitos. Os memoriais em estudo possibilitaram perceber como os sujeitos vão se constituindo no discurso, construindo suas identidades na medida em que refletem sobre o modo como foram inseridos no universo da linguagem. A pesquisa aqui descrita

considerou o letramento como um processo que envolve diferentes habilidades, capacidades, conhecimentos, valores, usos e funções sociais da linguagem, levando em consideração as práticas situadas de letramento, que envolvem, tanto a produção, quanto a interpretação de textos de forma eficiente. Alfabetização e letramento remontam a processos semelhantes, em parte, mas são essencialmente distintos com relação às práticas discursivas que atualizam.

O fato de professores em formação relatarem suas trajetórias escolares permite compreender como as concepções de letramento são indissociáveis dos modos pelos quais o sujeito constrói discursivamente sua identidade: em sociedades letradas, a relação do sujeito com as atividades sociais de linguagem está diretamente relacionada a seu posicionamento diante do outro e diante de si mesmo. Por outro lado, a análise dos memoriais constitui uma forma de compreender melhor o contexto educacional de nosso tempo, uma vez que permite sondar não só as individualidades de cada sujeito, mas, também, valores e conceitos referentes à educação fortemente instaurados em nossa sociedade.

A contribuição desta pesquisa, portanto, está na tentativa de uma conciliação teórica entre os estudos sobre a relação entre letramento e identidade a partir de reflexões acerca das noções de letramento, alfabetização, oralidade, escrita e construção identitária nos memoriais. A análise dos memoriais, mais do que sublinhar a importância do processo de letramento na formação de professores, constitui uma maneira de avaliar como as práticas acadêmico-científicas, longe de implicarem a dissolução dos sujeitos, instauram novas perspectivas identitárias para sua abordagem.

<sup>1</sup> O corpus é constituído por vinte e sete memoriais produzidos no início do segundo semestre de 2005.

KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p. 23-50.

SILVA, Jane Quintiliano G.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Referência pessoal e jogo interlocutivo: efeitos identitários. In: KLEIMAN, Ângela B; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (Org.) *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. p. 245-266.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.



## Análise do Texto e do Discurso

### 3.2.1 Comunicações Coordenadas

#### Linguagem, cognição e processamento discursivo: um olhar sobre a contrafactualidade, a metalinguagem e a intertextualidade

A presente sessão coordenada visa a compartilhar resultados de pesquisa relativos à investigação de estratégias e mecanismos sócio-cognitivos subjacentes à manifestação de três fenômenos da linguagem humana – a Contrafactualidade, a Metalinguagem e a Intertextualidade –, o que é possível somente por haver uma convergência teórica que trata a linguagem a partir do uso. As diferentes abordagens desses fenômenos se articulam por assumirem, essencialmente, os seguintes pressupostos: (i) a linguagem é compreendida como atividade sócio-cognitiva, contextualmente configurada, isto é, sensível aos contextos de uso, às tecnologias disponíveis, ao momento histórico-cultural e às intenções dos interlocutores no processo de encenação discursiva; (ii) a cognição, como atividade mental parametrizada pelas experiências corpóreas multiperceptuais da espécie humana e indissociada das experiências sócio-culturais e históricas e (iii) o processamento discursivo, como o ato mesmo de colocar a linguagem em funcionamento na forma de textos dos mais diversos gêneros (tipos e funções).

As investigações em questão se instituem, portanto, no âmbito da explicitação de operações, estratégias e mecanismos sócio-cognitivos subjacentes aos fenômenos da Contrafactualidade, da Metalinguagem e da Intertextualidade, a partir dos fundamentos teóricos da Linguística Cognitiva, mais especificamente, à luz dos pressupostos das Teorias da Mesclagem Conceptual (Fauconnier e Turner, 2002) e da Gramática Cognitiva (Langacker, 2004). Os trabalhos apresentam em comum, também, a tentativa de estabelecer um diálogo entre esses fundamentos e aqueles propostos por diferentes quadros teóricos, entre os quais, a Teoria da Enunciação (Benveniste, 1995), a Filosofia da Linguagem (Bakhtin, 2003) e a Linguística Textual (Koch e Marcuschi, 1998). Em termos metodológicos, os três trabalhos são desenvolvidos a partir de paradigmas da pesquisa qualitativa, sendo o *corpus* constituído de textos verbais, publicados recentemente em veículos impressos e/ou eletrônicos da mídia brasileira.

A relevância desta sessão coordenada se justifica uma vez que possibilita tomar, como objeto de análise, o processamento discursivo, a partir do diálogo potencial que os três trabalhos permitem estabelecer entre a Linguística Cognitiva e outros aportes teóricos que enfatizam a necessidade de se investigar a linguagem considerando-se o processo de encenação discursiva.

ALLEN, Graham. *Intertextuality*. New York: Routledge, 2003.  
 BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio á edição francesa por Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal)  
 BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução

de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

KOCH, Ingedore; MARCUSCHI, L. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.14, n.esp., p.169-190, 1998.

LANGACKER, Ronald W. *A Course in Cognitive Grammar: Discourse in Cognitive Grammar*. Partial Preliminary Draft. University of California. San Diego, 2004. p. 1-33.

SALOMÃO, Margarida. Gramática e Interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, v.1, n. 2, p. 23-39, 1997.

\_\_\_\_\_. A questão da construção do Sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: XAVIER, Antônio Carlos; MARCUSCHI, Luiz Antônio (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 170-180.

#### Cognição e metalinguagem nas interações mediadas por computador

Mauriceia Silva de Paula Vieira

mauriceivieira@hotmail.com  
 Universidade Federal de Minas Gerais

O computador e a internet fazem parte das novas tecnologias presentes na sociedade e colocam alguns questionamentos: como essas tecnologias influenciam na comunicação humana? Até que ponto a comunicação mediada pelo computador se difere da interlocução face a face e da interação mediada pelo texto escrito? O certo é que as inovações tecnológicas trouxeram, em seu bojo, uma série de transformações lingüísticas e sociais e diversos pesquisadores voltam seus olhares para essa nova possibilidade de comunicação, focalizando não só aspectos estruturais dos novos gêneros emergentes, como também as modificações no âmbito da textualidade. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é investigar as estratégias de referenciação metalingüística nas interações assíncronas mediadas pelo computador, a partir da análise de textos escritos, produzidos em fóruns de discussão. São esses os pressupostos: (i) a linguagem pode ser entendida como uma forma de ação no mundo e a língua como um fenômeno natural – com uma base biológica e cognitiva – sensível aos contextos de uso, às tecnologias disponíveis, ao momento sócio-histórico-cultural e às intenções dos participantes, instituídos como interlocutores no processamento discursivo; (ii) a cognição é fundada na percepção e na experiência corpórea, e os sujeitos, seres multiperceptuais, são dotados de um aparato biológico e de uma história de desenvolvimento que lhes permitem interagir com o outro e com o meio ambiente e, a partir das experiências vivenciadas, constroem seu conhecimento; (iii) há uma inter-relação entre linguagem, cultura e cognição: aspectos ontogenéticos e filogenéticos devem ser considerados em uma abordagem sócio-interativa que procura investigar o processamento discursivo e (iv) a referenciação é uma



atividade cognitivo-interacional praticada por sujeitos sociais em eventos de interação.

Nesta investigação, entende-se que a metalinguagem pode ser considerada como uma modalidade de referenciação, cuja propriedade básica diz respeito ao seu caráter auto-reflexivo. Em outros termos, trata-se de um fenômeno de auto-referenciação da língua. Palavras e/ou expressões são empregadas para se referirem à própria atividade discursiva, considerando-se não só a língua enquanto sistematização estruturada nos planos gramatical, semântico-cognitivo e discursivo, mas também quanto à sua ativação em uma situação de interação. Propõe-se, nesta abordagem, uma integração entre os conceitos de metalinguagem e de metadiscursividade, pois se entende que uma distinção, na verdade, poderia reforçar uma visão dicotômica de língua que secciona o que é dito com o ato de dizer.

Na construção do quadro teórico, adota-se a noção de Espaço Discursivo Corrente, um 'espaço mental que compreende elementos e relações de conhecimento construídas e compartilhadas pelo falante e ouvinte como uma base para a comunicação em um dado momento no fluxo discursivo'. A adoção desse constructo, proposto por Langacker (2004), se justifica uma vez que o Espaço Discursivo Corrente integra, de forma dinâmica, fatores pragmáticos, cognitivos e interacionais. Sua aplicação na análise da referenciação metalingüística permite considerar uma série de estratégias numa modalidade de interação que mescla recursos da oralidade e da escrita, ou seja, permite embasar reflexões que consideram a análise da língua nas situações reais de uso, nos eventos de interação. Assim, no processamento discursivo, entendido como o ato de colocar em funcionamento a língua, os interlocutores focalizam a atenção em determinados aspectos do discurso, em detrimento de outros e, juntos, negociam significados com base no contexto físico, lingüístico, social e a partir de suas experiências e conhecimentos culturalmente compartilhados. Desse modo, não há sentido dado, mas sentidos passíveis de serem construídos em um evento discursivo. Na análise do fenômeno, parte-se dos seguintes princípios: (i) a referenciação metalingüística pode ser compreendida como um fenômeno sócio-cognitivo, portanto, explicitada a partir dos processos cognitivos de perspectivação, ponto de vista, focalização, gerenciamento de atenção e proeminência, e (ii) tal estratégia é relevante no processamento de textos mediados por computador, uma vez que possibilita assegurar a interação. Procura-se identificar quais estratégias sócio-cognitivas discursivas estão subjacentes no processo de referenciação metalingüística. A pesquisa é desenvolvida a partir de uma abordagem que privilegia a metodologia qualitativa na análise dos dados, coletados através de interações em fóruns de discussão mediados pelo suporte computador. A relevância da pesquisa pode ser justificada pela necessidade de se investigar a comunicação mediada pelo computador como nova possibilidade de uso da língua, em virtude das tecnologias disponíveis. O aparato teórico advém da Lingüística Cognitiva langackeriana, em diálogo com a Lingüística Textual.

KOCH, Ingedore; MARCUSCHI, L. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.14, n.esp., p.169-190, 1998.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v.1.

\_\_\_\_\_. *A course in cognitive grammar*. Preliminares: Discourse in Cognitive Grammar. San Diego: University of California, 2004.

MONDADA, Lorenza. Pour une approche conversationnelle des

objets de discours. *Boletim da ABRALIN*, v. 26, n.esp., p. 66-70, 2001.

SOUZA, Ricardo Augusto. Comunicação mediada pelo computador: o caso do chat. In: COSCARELLI, Carla Viana. *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.111-118.

TOMASELLO, Michel. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VARELA, Francisco J. et al. *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: XAVIER, Antônio Carlos; MARCUSCHI, Luiz Antônio (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 170-180.

### A contrafactualidade e a configuração de estratégias argumentativas em discursos políticos

Renata Amaral Teixeira

re.amaral@terra.com.br

Puc - Minas Gerais

O objeto de estudo deste trabalho de pesquisa se circunscreve no âmbito da construção e utilização de estratégias argumentativas e de suas modalidades, na argumentação, à luz do fenômeno da contrafactualidade. Nesta perspectiva, enfocamos, no desenvolvimento deste estudo, as estratégias de argumentação efetivadas sintático-discursivamente, manifestas na configuração das redes referenciais, no processamento de textos do domínio político. Isso se justifica por pressupormos que a contrafactualidade é uma propriedade básica das operações mentais responsáveis pela implementação e gestão do processamento discursivo, estando, conseqüentemente, envolvida na produção e recepção de todo e qualquer texto. Além disso, acresça-se o pressuposto de que a contrafactualidade é uma propriedade básica e determinante das estratégias persuasivas implementadas na argumentação no e pelo referido domínio discursivo. No âmbito desse estudo, não adotamos a visão arrolada pela tradição gramatical, a qual enquadra a estrutura argumentativa em um esquema sintático formal que tem, como ponto de partida, a oração, pois, neste estudo, consideramos o texto. Também não consideramos a concepção tradicional acerca dos argumentos, a qual considera como estratégias de argumentação, como argumentos, cada um dos termos requeridos por uma palavra que exerce predicação, em relação à sua função sintática; haja vista que essas concepções contrariam os princípios desta pesquisa, uma vez que aqui as estratégias de argumentação são consideradas como recursos recorrentes no uso da linguagem, e, por conseguinte, do discurso, que assumimos ser a própria atividade de linguagem.

Posto isso, presumimos que a configuração de estratégias argumentativas indicia uma operação mental que visa a engajar o interlocutor e a conduzi-lo a uma determinada conclusão. Dessa forma, nosso interesse, nesta pesquisa, consiste em analisar o processamento dessas estratégias e seus efeitos, no âmbito do discurso político. No que se refere aos 'discursos políticos', assumimos, com Osakabe (2002: 106), a existência de duas categorias: o discurso Político-Teórico e o Político-Militante. O primeiro, o



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

discurso político-teórico, fica no plano da convicção; e o segundo, o político-militante, visa alcançar no ouvinte não simplesmente a adesão a uma posição, mas, ainda, a sua participação. Nesse contexto, considera-se que o homem público, ao dirigir-se ao seu ouvinte, confere à sua fala uma força persuasiva que visa a instaurar um processo de fascínio eficaz, podendo ser acrescido do fator sedução, que, por meio de certas construções, visa a surpreender os interlocutores. Esta forma de argumentação (a do discurso político), segundo alguns autores, aproxima-se do discurso publicitário em geral, cujo principal objetivo é o de vender o produto, o que no, presente caso, é a idéia, com o objetivo específico de conseguir o voto. Neste trabalho, no entanto, não nos atemos à classificação dos referidos tipos de discursos políticos, mas, tão somente, ao estudo das operações mentais que estão envolvidas na configuração das estratégias argumentativas que os constituem.

O estudo proposto é desenvolvido a partir da adoção de uma concepção de linguagem como atividade sócio-interativa, contextualmente configurada, que tem como uma de suas propriedades definitórias a argumentatividade. Consideramos que, nesta atividade sócio-interativa, os interlocutores, na produção e recepção de textos, instituem-se como enunciatóres e enunciatários, em um determinado tempo e espaço discursivos, no e pelo estabelecimento de uma relação com o mundo e com o outro, conforme postula Benveniste (1989, 1995). Além disso, para abordarmos o papel da contrafactualidade na configuração de redes referenciais no processamento de textos do domínio político, com vistas à compreensão de como se configuram mentalmente as estratégias de argumentação, faz-se necessária a articulação de diferentes teorias, o que acarreta a construção do quadro de referência teórico-metodológica adotado no curso do trabalho. Assim, estabelecemos uma interface teórica entre a Teoria da Integração Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002), a Teoria da Enunciação, de Benveniste (1989, 1995) e as Teorias da Argumentação, na perspectiva de Aristóteles (1959), Perelman (2002), Osakabe (2002) e Toulmin (2001), o que consideramos possível somente pelo fato de todas elas tomarem a linguagem como atividade discursiva. No entanto, é importante ressaltarmos que, nesta articulação, nem todos os elementos constitutivos dessas teorias serão considerados como relevantes na constituição do quadro teórico específico deste trabalho.

À luz dos pressupostos teórico-metodológicos adotados na condução desta pesquisa, verificamos a hipótese segundo a qual os mecanismos e/ou princípios léxico-sintático-discursivos básicos, envolvidos na configuração de estratégias persuasivas implementadas na argumentação, caracterizam-se por instanciar, de forma determinante, a propriedade da contrafactualidade. Para checarmos essa hipótese, utilizamos, como *corpus*, textos produzidos e veiculados no domínio dos discursos políticos, por serem essencialmente argumentativos e caracterizados pela recorrência da utilização de estratégias de argumentação, o que contribuiu positivamente para o desenvolvimento do estudo que ora delineamos. Desta forma, visando à comprovação de nossa hipótese, selecionamos, no domínio dos discursos políticos, textos verbais divulgados na imprensa nacional por meio de veículos impressos e/ou eletrônicos. Dos textos coletados, selecionamos, na íntegra, dois discursos políticos referentes ao lançamento da campanha eleitoral à Presidência da República do ano de 2006, sendo um o discurso do candidato à reeleição, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o outro, de seu adversário, Geraldo Alckmin. Assumimos que

esses discursos são textos escritos, os quais foram oralizados pelos referidos candidatos, ao proferirem seus discursos. É relevante ressaltar que a seleção do *corpus* deste trabalho se deu por amostragem.

Com tudo isso, esta pesquisa pretende, ainda que modestamente, trazer alguma contribuição aos estudos lingüísticos, de maneira que, cada vez mais, se estude a língua como elemento fundamental do processamento discursivo.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. São Paulo: Clássicos Garnier, 1959.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al.. Campinas: Pontes, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. São Paulo: Martins fontes, 2002.

### Intertextualidade e Cognição: um estudo sobre processos sócio-cognitivos subjacentes à produção de crônicas jornalísticas

Sandra Maria Silva Cavalcante

scavalcante@pucminas.br

Puc - Minas Gerais / Universidade Federal de Minas Gerais

O conceito de intertextualidade, inicialmente abordado e descrito com base em perspectivas lingüístico-filosóficas (Bakhtin, Barthes) e estético-literárias (Kristeva, Genette, Rifaterre), vem sendo flagrantemente adotado e discutido em estudos contemporâneos da Linguagem e da Literatura. A noção de Intertextualidade introduzida por Kristeva (1974) para o estudo da literatura chamava atenção para o fato de que a produtividade da escritura literária redistribui e dissemina textos anteriores em um texto atual. Uma vez que todo texto literário apresenta como característica uma relação, implícita ou explicitamente marcada, com textos que lhe são anteriores, essa concepção permite tomar o texto literário como o lugar do 'intertexto' por excelência. Essas relações, quando explicitadas, identificam-se de diferentes formas. Em uma perspectiva estruturalista, Genette (1982) preferiu falar de transtextualidade, conferindo, dessa forma, um valor mais restrito à intertextualidade. Sua tipologia das relações transtextuais distingue: a intertextualidade, que supõe a presença de um texto em outro (por citação, alusão etc.); a paratextualidade, que diz respeito ao entorno do texto propriamente dito, sua periferia (títulos, prefácios, ilustrações, encarte etc.); a arquitextualidade, que põe um texto em relação com as diversas classes às quais ele pertence (um poema de Vinícius de Moraes estaria em relação de





arquitecturalidade com a classe das obras líricas, com a classe dos sonetos, com a de outras obras modernistas, etc.) e, por fim, a hipertextualidade, que recobre fenômenos como a paródia e o pastiche, por exemplo. Esse tipo de abordagem nos permite constatar que, sendo tradicionalmente focalizada no âmbito da literatura, a intertextualidade, vem sendo, historicamente, compreendida como uma propriedade constitutiva do texto, como o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos. Apesar de potencializado no fazer estético, criativo, em função das habilidades cognitivas humanas responsáveis pela imaginação, o fenômeno da intertextualidade, obviamente, não se restringe ao universo da literatura e das artes, mas se identifica todo tempo, nas diversas situações de uso da linguagem.

Neste trabalho, advogamos a tese de que a intertextualidade é um fenômeno que merece investigação, não apenas como um problema característico da natureza do 'texto' em que se inscreve, mas como um problema que indicia a natureza da própria linguagem humana. Dessa forma, o fenômeno da intertextualidade é compreendido em termos de uma estratégia, um procedimento discursivo que indicia, no texto, o caráter eminentemente dialógico da linguagem. Partimos da premissa de que, no processamento discursivo, no ato mesmo de colocar a linguagem em funcionamento na forma de textos dos mais diversos gêneros (tipos e funções), o ser humano cria, polifonicamente, um complexo 'cenário', a partir de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras. Com base em uma concepção de que o texto se institui, permanentemente, em sua relação com outros textos, sócio-historicamente compartilhados, corroboramos a tese bakhtiniana de que, em um cenário discursivo, o aspecto intertextual, o diálogo – consoante ou dissonante – entre textos, entre diferentes vozes enunciativas já indicadas no *continuum* discursivo em que estamos inseridos, explicita o dialogismo como um princípio definatório da cognição e, portanto, da linguagem humana.

Com base nessa premissa, propomos uma análise que permite descrever, à luz de um aporte teórico constituído no âmbito de uma abordagem sócio-cognitiva da linguagem humana (Salomão, 1997, 1999), princípios, operações e mecanismos sócio-cognitivos subjacentes ao processo de produção de cenários discursivos intertextuais, indiciado, implícita ou explicitamente, em textos do gênero crônica jornalística.

À luz dos pressupostos teóricos em que se baseia a Linguística Cognitiva, pretendemos compartilhar resultados de pesquisa sobre o fenômeno da intertextualidade, focalizando, portanto, o princípio do dialogismo associado às operações cognitivas básicas de Perspectivação Linguística (Langacker, 2004) e de Mesclagem Conceptual (Turner, 1996, Fauconier e Turner, 2002). Dessa forma, propomos uma análise dos mecanismos e operações sócio-cognitivos subjacentes aos processos de encenação discursiva intertextual, com base na explicitação de mecanismos cognitivos próprios dos processos de perspectivação (ponto de vista, focalização e gerenciamento de atenção, proeminência) e de mesclagem (redes de integração conceptual).

Neste contexto, justificamos a necessidade e apontamos para a possibilidade de que um novo ponto de vista sobre o fenômeno da intertextualidade, ainda não privilegiado em estudos anteriores, seja adotado. Isso se torna possível à medida que investigamos processos de encenação discursiva intertextual à luz de uma pesquisa teórica que, de maneira dialética, partindo de princípios, noções e conceitos teóricos identificados entre as já reconhecidas abordagens estético-

filosóficas e linguístico-discursivas, propõe um novo modelo de compreensão e descrição do fenômeno à luz de uma abordagem sócio-cognitiva.

- ALLEN, Graham. *Intertextuality*. New York: Routledge, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa por Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal)
- BARTHES, R. *Theorie du Texte*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- GENETTE, G. *Palimpseste*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- KRISTEVA, J. *Introdução à Semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LANGACKER, Ronald W. *A Course in Cognitive Grammar: Discourse in Cognitive Grammar*. Partial Preliminary Draft. University of California. San Diego, 2004. p. 1-33.
- SALOMÃO, Margarida. Gramática e Interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, v.1, n. 2, p. 23-39, 1997.
- \_\_\_\_\_. A questão da construção do Sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.
- TURNER, Mark. *The Literary Mind: The origins of thought and language*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

## Discurso e memória

Esta comunicação coordenada intenta discutir, à luz da Análise do Discurso de matriz francesa, como o sujeito percorre e produz sentidos em narrativas que circulam nos textos midiáticos, nos portais de informação *on-line*, na telenovela e nos relatos jornalísticos. Também buscamos flagrar, na materialidade linguística, as marcas indiciárias da memória e da sua atualização, compreendendo, assim, os processos de constituição do sujeito e do sentido.

- COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. L. C. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- ORLANDI, E.P. *Terra à vista: discurso do confronto velho e novo mundo*. Campinas: Cortez & Editora da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1969.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura* (Tradução de Bethânia Mariani et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. (Org.). *Papel da memória*. (Tradução de José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.
- ROBIN, R. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix. 1977.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Da notícia ao discurso jornalístico: a tentativa de silenciar a heterogeneidade

Lucília Maria Sousa Romão

tantpalavras@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

Partindo da assertiva de que o discurso jornalístico é composto por várias vozes e constituído pela heterogeneidade, conceito desenhado por Jacqueline Authier-Revuz, esse trabalho analisa, à luz da Análise do Discurso de matriz francesa, uma textualização do jornal Folha de S.Paulo, marcando como a primeira página, que, por ser o rosto do jornal, é o lugar privilegiado de escuta dessas várias vozes, ancoradas em redes de memória e já-ditos. Buscamos analisar a heterogeneidade que engendra o texto jornalístico, especialmente da primeira página do jornal a Folha de S.Paulo, pontuando como, a partir do interdiscurso que ancora cada notícia desta/nesta página, é possível interpretar novos sentidos que instauram uma luta de vozes que não poderia ser interpretada se cada texto fosse lido isoladamente, no espaço que lhe cabe nas folhas ao longo do jornal. O espaço destinado às notícias, às letras, às fotos superpostas, o tamanho e o destaque que elas recebem, constroem, no intradiscurso, uma outra narrativa, além daquela que sustenta cada texto, separadamente. Ainda que a ilusão de unidade e da homogeneidade seja vendida, pontuamos que tensão, confronto e movimentação de sentidos não deixam de falar e circular, provocando deslocamentos; manifestando desordem no lugar que se buscava colocar em circulação uma estabilidade e, por fim, fazendo esburacar brechas de uma ou de outra voz no relato, que se pretendia estruturado monofonicamente. O dizer dos entrevistados, do que pautou a reportagem, do repórter ou jornalista na rua, do fotógrafo, do editor criam uma longa cadeia discursiva (FURTADO, 2000), em que a heterogeneidade enunciativa, às vezes está mostrada de modo explícito; em outras, apagada, mas constitutiva. A respeito disso, poderíamos lançar diversas perguntas: o que merece, de fato, lugar na primeira página de um jornal de circulação nacional? Discursivamente, como e quais regiões de poder, saber e dizer estão em jogo no portal de abertura de uma edição? Onde estão materializadas as notícias na primeira página e nos cadernos, isto é, ao lado de quais outras notícias? Os processos dessa distribuição seriam neutros, ditados por normas objetivas, ou seriam afetados e determinados por interesses de poder? Como o rosto do jornal direciona regiões de saber a que o leitor terá ou não acesso e, estará ou, não autorizado a ler? Tais questões nos indicam que existe uma heterogeneidade mostrada e, também, uma heterogeneidade constitutiva perpassando as páginas jornalísticas, sustentando sentidos legitimados pela classe dominante – lembrando que os veículos de comunicação estão a serviço da classe dominante –, fazendo circular os sentidos que podem e devem ser lidos, estabelecendo relações implícitas entre textos que, para muitos leitores, passarão despercebidas ou serão interpretadas como naturais. Isso significa que, para nós, as páginas do jornal não são formadas por vários textos, mas sim, por um único texto construído a partir de uma heterogeneidade de vozes e, portanto, para que a leitura não seja ingênua, o texto deve ser lido como tal. Com um corpus lingüístico formado por três legendas fotográficas, sustentamos que a construção de sentidos,

nessa página do jornal, tenta conter a heterogeneidade, marcando uma diretividade de sentidos, condensando-os e fechando-os sob uma suposta ilusão de unidade. Procuramos, também, desconstruir o efeito da informatividade e da neutralidade jornalísticas, escutando outros efeitos que não aqueles manifestos nos relatos de acontecimentos, pontuando que todo enunciado encerra apenas uma maneira de dizer e é sustentado pelo interdiscurso. Os elementos dessas três fotografias nos remetem a três sujeitos sociais que muito sofrem com as condições de desigualdade social e violências: crianças/presos, negros e mulheres. Com diferentes gradações e em intensidade também variáveis, eles não são discursivizados em suas histórias de abusos sofridos, de cidadania negada e de direitos sabotados. Ao contrário disso, são narrados pela condição de suposto incômodo, iminente perigo e ameaça que instalam, a saber, crime, droga e transtorno na cidade. O mal virtualmente atribuído a eles, não tem raízes históricas nem causas sociais, mas aparece como algo desligado da estrutura de classes vigente no país e completamente alheio às condições materiais da conjuntura atual. Com essa análise, buscamos sustentar que o discurso jornalístico faz circular um sentido dominante, inscrito por uma voz (editor) que se sobrepõe a tantas outras vozes (fotógrafo, repórter, entrevistados etc.). Ainda que apagadas e silenciadas, elas não deixam de existir e irrompem por vezes de modo incontrollável, instalando lugares discursivamente marcados pela denúncia e reivindicação. Outras vezes, essas vozes aparecem na tessitura textual, marcadas em uma fotografia, faixa, placa, como parte da reportagem e da notícia, e, nesses casos, nem damos conta delas. Mesmo sem darmos conta delas, sempre estão presentes, marcadas ou não, a nos dizer que o relato jornalístico é recorte de uma narrativa e, como tal, não pode ser tomado como retrato fiel da realidade. Antes disso, precisa ser considerado como uma voz que produz efeitos de sentido, a partir de um lugar, em que várias vozes são emendadas, apagadas ou dilatadas.

ARBEX, José. *Showalismo - a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AULTHER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos Lingüísticos*, n. 19, Unicamp, 1990.

FURTADO, Thaís Helena. *As lacunas de sentido no discurso jornalístico: do repórter ao editor da Revista Veja*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 132p. (Dissertação de Mestrado), 2000.

GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARÃES, E (Org.). *Produção e circulação do conhecimento - Estado, mídia, sociedade*. Campinas: Pontes, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. (Trad. Freda Indursky). Pontes: Campinas, 1993.

MORAES, Dênis de. *Planeta Mídia - tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra livre, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

PÉCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.



## O sujeito e os sentidos no discurso jornalístico

Ludmila Ferrarezi

mila\_fer2003@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o modo como a Análise do Discurso (AD) de matriz francesa concebe o sujeito na sua relação com a língua, marcando o processo ideológico de produção de evidências no discurso jornalístico, processo este que faz parecer óbvio um determinado sentido como se ele fosse a única maneira de dizer e apagando outros. Consideramos que os sentidos não circulam livremente na imprensa, isto é, estão atrelados a certos modos de representar as relações de poder, embora, em geral, sejam tratados como registro fiel da realidade e nomeados como fruto de um trabalho objetivo e incansável de narrar os fatos puros. Para interpretar o discurso jornalístico, julgamos ser necessária a mobilização de alguns conceitos da teoria do discurso, a saber, sujeito, ideologia e memória. O sujeito é uma posição discursiva, isto é, um efeito do discurso: ao postular assim, a AD descarta a noção de indivíduo ou pessoa, passível de categorização, de estudos observáveis e de generalização, e estabelece um sujeito polifônico, heterogêneo, cindido e inscrito a partir de duas ilusões (1997), a primeira diz respeito à condição de sujeito ser a origem dos sentidos, acreditando que os dizeres e as palavras brotam nele. A segunda diz respeito a outro esquecimento: o sujeito confia na existência de uma relação termo a termo entre o seu pensamento e a sua palavra, apagando outros modos de dizer. Assim, o sujeito é constituído como uma posição dentre outras, movendo-se e deslocando-se por entre palavras que não são suas, mas aquelas disponibilizadas pela memória discursiva a partir da posição social que ele ocupa e pelo modo como a ideologia o interpela. Isso o coloca em um lugar teórico diferente daquele em que as ciências positivistas ou exatas o concebem, ou seja, temos que o sujeito interpelado em sujeito (PÊCHEUX, 1969), assujeitado pela ideologia, mecanismo que naturaliza certas zonas de sentido como permitidas, produzindo um efeito de evidência e literalidade e, ao mesmo tempo, interdito outros sentidos, apagados ou proibidos de circular. Tal noção implica o reconhecimento de que o lugar, em que o sujeito se reconhece livre, é justamente aquele em que ele apresenta-se submisso; de que, quando acredita tudo poder dizer, é submetido à ideologia e inconsciente que limitam a sua potência e, por fim, de que nas palavras que acredita morar a completude do sentido, é que existe finitude, fragmentação e opacidade. Tudo isso tem relação com o objeto do nosso estudo, visto que a mídia funciona discursivamente assumindo uma posição de voz livre e independente (liberdade de imprensa já se transformou em um jargão bastante conhecido), de suposta verdade e completude, virtualmente buscando apagar outros modos de relatar os fatos e estabelecendo um sentido único, dominante. Assim, temos um outro conceito importante para a teoria do discurso, a noção de efeitos de sentido (PÊCHEUX, 1997), que burla a inteireza do sentido único e postula que “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.” (ORLANDI, 2003, p. 42-43). E se temos muitos sentidos,

ao invés de um só, vale considerar que apenas um deles se torna dominante dadas as condições de produção e o contexto sócio-histórico-ideológico; o que nos permite inferir que as palavras significam diferentemente, dependendo das condições sócio-históricas em que são produzidas, e que estão atreladas a redes de memória na qual ancoram-se e a partir da qual se organizam. Torna-se fundamental, assim, relacionar o conceito de formação discursiva, que é “o lugar da constituição do sentido” (PÊCHEUX, 1997, p. 162) e que corresponde a “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. (*Op. cit.*, p. 160) com a definição de interdiscurso, que representa o já-dito que se constitui à revelia do sujeito e que se apresenta como uma superfície discursiva e ideológica, na qual se desdobram as FDs em função de relações de dominação, subordinação e contradição (MALDIDIER, 2003). Considerando que o mecanismo ideológico naturaliza sentidos e faz com que eles pareçam evidentes para o sujeito em determinada situação, existe uma relação de permanente jogo entre o ato de dizer, o interdiscurso, a formação discursiva e a formação ideológica, que corresponde ao sempre-já-aí, ao “traço, no próprio discurso, de discursos anteriores que fornecem como que a matéria-prima da formação discursiva, à qual se cola, para o sujeito, um efeito de evidência” (PÊCHEUX, 1997, p. 39-40). Ele “fornece a ancoragem lingüística da tomada do interdiscurso” (*Op. cit.*, p. 34), pois é através do pré-construído que “um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente”, afirma Pêcheux (1997, p. 156). Na contramão de aceitar o sentido dominante como efeito de evidência, tomamos a teoria do discurso, fundada por Michel Pêcheux (1969), para analisar a textualização do jornal Folha de S. Paulo sobre o assassinato da missionária americana Dorothy Stang, em que o discurso jornalístico constrói uma narrativa denunciando o crime, mas apagando as questões sociais relacionadas a ele, a saber, a morosidade da reforma agrária, a ação de madeireiros na floresta dentre outras. Ao ser narrada como a mártir da floresta, a vítima da violência, a estrangeira morta covardemente, muitos outros sentidos sobre Stang ficam silenciados, principalmente aqueles que fazem falar a ligação dela com os sem-terra e com os que denunciam a concentração de terra no país.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998, 256 p.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ROMÃO, L. M. S. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. 2002. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### As redes de memória e o discurso de/sobre sujeitos homossexuais

Carla Krauss Lima

carlakrauss@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

O presente trabalho discute como a questão da homossexualidade é discursivizada em uma telenovela veiculada pela Rede Globo em horário nobre e em cadeia nacional, inscrevendo, a partir de diálogos entre personagens ficcionais, um conjunto de representações e dizeres sobre o gay. Recuperando alguns sentidos dados pelo interdiscurso (PÊCHEUX, 1999) sobre a homossexualidade, encontramos que, de acordo com estudos antropológicos, em sociedades pré-históricas, as relações homossexuais existiam e eram fundamentais em rituais de passagem masculinos. Já Na Grécia, o “amor grego” era um ideal, um espaço privilegiado da homossexualidade. Só a partir do século 19, o heteroerotismo monogâmico tornou-se obrigatório e as práticas que fugissem a esse padrão eram condenadas. Dessa forma, o homossexual tornou-se um desviante (FOUCAULT, 1988). O sentido de desvio manteve-se dominante como única forma de expressão da homossexualidade e, apenas em 1980, ele deixou de ser falado como uma doença pela Associação Psiquiátrica Americana. Nessa mesma década, o advento da AIDS deu visibilidade à questão da homossexualidade, mas o discurso médico não permitia que ela ocupasse outro lugar senão aquele relacionado à doença, marcando, assim, uma outra forma de sustentar o efeito de erro, agora engendrado como distanciamento da saúde e da vida saudável. A prática homossexual era tomada como doença por ser relacionada à AIDS, considerada “a peste gay” (SOUZA, 1997), doença essa manifesta não apenas no corpo, mas também reforçada pelo discurso católico, diga-se de passagem, que faz falar os efeitos de pecado e culpa como uma outra forma de nomear o afastamento da “normalidade”. Assim, o silenciamento do sujeito homossexual é histórico (SOARES, 2006). É-lhe negada a liberdade de ser e de falar, de ocupar uma posição-sujeito, visto que ele só pode ocupar a posição-sujeito que outros atribuem a ele, já que sua voz de sujeito homossexual é e está interdita. De acordo com Soares (2006), “o sujeito homossexual não tem direito de falar de uma outra formação discursiva, pois ela encontra-se censurada, por conta dessa política de silenciamento, ele não é, seu lugar é o que o Outro lhe designa”, por isso, falta, na rede de filiação dos sentidos, uma formação discursiva em que a homossexualidade possa falar de si, significar sua história, ancorar-se para produzir sentidos. Assim, existe uma historicidade da homossexualidade em que a formação discursiva do homossexual está interdita, sendo dita apenas a partir de um movimento parafrástico de substituições repetitórias do sentido de desvio para o de doença. Considerando que a censura é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas e também o impedimento de que “haja trabalho histórico do sentido e, consequentemente da identidade dos sujeitos” (ORLANDI, 2002, p. 145), é possível inferir que a identidade do sujeito homossexual tem como marca o silenciamento de sua sexualidade e a interdição do seu desejo (TREVISAN, 2000). Supostamente quebrando esse silêncio, a Rede Globo exibiu telenovelas com personagens homossexuais por três anos seguidos, não mais como há dez

anos, quando as tais personagens ficavam escondidas na trama, coadjuvantes que apareciam veladamente e que não diziam de sua opção. Na novela “América”, os gays ocupam posições discursivas assumindo outros sentidos sobre a sua escolha sexual, sentidos estes diferentes daqueles legitimados pelos discursos médico e religioso. Tais tramas despertam o interesse do público espectador, ocupam espaços importantes na mídia impressa, televisiva e eletrônica e fazem emergir outros modos de falar da sexualidade. O grande destaque do personagem Júnior e os desdobramentos da narrativa televisiva nos jornais, revistas, em comunidades eletrônicas e salas de bate-papo são indícios fortes de que o sentido da homossexualidade circulou mobilizando redes de filiação da memória discursiva, deslocando alguns fios do já lá e fazendo os sentidos legitimados serem desvestidos da transparência, da evidência e da naturalidade que a ideologia dominante os revestia e reveste. Assim, buscamos percorrer e vasculhar, à luz da Análise do Discurso de filiação francesa, a produção dos sentidos de/ sobre as personagens homossexuais nas telenovelas globais, pontuando o modo como o interdiscurso, sustentador dos atos de linguagem, é atualizado pelo sujeito e como essa atualização faz retornar sentidos de interdição e silenciamento do desejo e do prazer, instalando efeitos de doença, castigo, depravação, anormalidade dentre outros.

- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: P. Achard (Org.). *Papel da memória*. (Tradução de José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.
- SOARES, A.S.F. *A homossexualidade e a aids no imaginário das revistas semanais*. Tese de Doutorado. Letras-UFF, 2006.
- SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne*. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

### Alguns giros no tratamento da alteridade: mito, inconsciente e ideologia na fundamentação do sujeito do discurso

O retorno a Freud, empreendido por Lacan (1998), permitiu que a noção de sujeito trazida por este último autor considerasse a determinação do inconsciente na caracterização do imaginário, em seu atributo de ilusão da realidade, e do simbólico na submissão do sujeito à linguagem. Acerca do simbólico, podemos considerar tanto aquilo que do sujeito o submete ao código da língua, por exemplo, quanto, e sobretudo, às marcas, pistas que se sustentam em fissuras, em lacunas de sua constituição opaca e incompleta diante da linguagem, uma vez que mantidas sob enigma e testemunha do Outro. Concomitantemente, essas marcas fornecem-lhe aberturas restritas de sentidos na linguagem, porque o sujeito emerge apenas entre alguns significantes primordiais



vindos do Outro, que são recuperados somente em partes e *a posteriori*, uma vez que a constituição desses sentidos da linguagem se constitui sob alienação ao Outro. Isto demonstra que os sentidos já são marcas do que é o sujeito na sua submissão ao simbólico, mas também o submete às ilusões do imaginário, como a de que se separa subjetividade e objetividade. Assim, algumas marcas significantes, que são caras ao sujeito, articulam sua alienação não à tentativa em se atribuir significados aos significantes do Outro, uma vez que esta atribuição alimenta o caráter ilusório do imaginário, mas, contrariamente, em alinhavar sentidos que testemunham sua relação singular e verdadeira em relação à linguagem. Nesta comunicação coordenada, esta noção do sujeito da psicanálise lacaniana articula-se àquela da Análise do Discurso francesa (AD), que implica o sujeito à noção de ideologia, que, por sua vez, está atrelada à imprecisão entre o âmbito restrito e amplo do que deixou de ser dito, ligado à memória sócio-histórica do dizer (PÊCHEUX, 1988). Essa imprecisão é vista em partes, quando das tentativas de formatação do discurso em aparente unidade e do controle na sua condução, donde o sujeito tem que lidar com os diversos efeitos de sentidos. Em todos os trabalhos aqui apresentados, os autores consideram essa implicação entre as noções de sujeito do inconsciente e de sujeito do discurso, tratando deste último sob o prisma da ideologia, o que leva a considerar a evidência da transparência do sentido na linguagem, bem como, além disso, também considerar as possíveis transformações envolvendo a disputa dos sentidos, que se articula às diversas formas do dizer. Com a delimitação deste referencial, pertinente aos três trabalhos, a presente comunicação coordenada levanta a questão do tratamento da alteridade. No primeiro, vemos a contraposição entre o mito individual do neurótico (LACAN, 1978), posicionado pelo discurso da escrita, ao sujeito letrado, considerando-se o atravessamento deste último pela heterogeneidade das práticas letradas. No segundo trabalho, a investigação se atém à análise do texto de Schreber “Memórias de um doente dos nervos”, apresentado por Freud (1911/1996). O trabalho articula o efeito da posição de autoria frente à suplência para a ausência do significante do Nome-do-Pai, apontando que o enlace à posição de autor é o que autoriza alguma separação do sujeito de sua alienação ao Outro. Por fim, o terceiro trabalho analisa os mecanismos ideológicos, que sustentam os diversos efeitos da produção do conhecimento técnico, sistematizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no processo de adoecimento de trabalhadores da área da saúde. Aponta também movimentos de transformações dos sentidos instalados pelo caráter simbólico da Lei, mais destituída de sua circulação como sustentação do simbólico e circulação de possíveis sentidos, uma vez que alienada ao funcionamento do discurso hegemônico vigente. Em suma, todos os trabalhos tratam a questão da separação e da alienação ao Outro, pelas vias do discurso, entendido enquanto efeito ideológico, visualizado pelas repetições e transformações dos diversos sentidos dispostos na linguagem.

FREUD, S. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. 1911. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol XII, 1996.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

## Uma análise da atuação do inconsciente e da ideologia no processo de adoecimento em trabalhadores da saúde

Alessandra Moreno Maestrelli

lemoreno@usp.br

Faculdade de Filosofia

O objetivo deste trabalho é investigar a conexão entre o inconsciente, um dos conceitos fundantes da psicanálise lacaniana e a ideologia, conceito introduzido em Análise do Discurso francesa, por Pêcheux. Essa investigação dar-se-á a partir da análise dos modos de produção do conhecimento de trabalhadores da área da saúde, que, por sua vez, refletem no seu processo de adoecimento. Nos últimos 15 anos, esses trabalhadores estiveram envolvidos com sua própria capacitação profissional, além de sua manutenção nos serviços públicos de saúde em função das novas diretrizes para a consolidação do Sistema Único de Saúde, o SUS. As tentativas de construção do sistema público de saúde têm passado por várias reformas, entre elas, a criação dos Programas de Saúde da Família. Nota-se que, ao se inserir o profissional de saúde da família no contexto da saúde da comunidade, espera-se que, este, seja a redenção das esferas governamentais; assegurando a saúde pública e a manutenção de um sistema eficiente de atenção à saúde. No entanto, o que se tem é um crescimento de frustrações e sobrecarga de trabalho, o que acaba por produzir os mais diferentes sentidos sobre o sujeito, sobre o trabalho e o si mesmo. Aparentemente importa, para o sistema (SUS), que os trabalhadores tenham envolvimento pessoal e compromisso com o trabalho e com os usuários dos serviços. A esse respeito, é válido, no entanto, lembrar o que Lacan (1985, p. 41) aponta sobre as relações pessoais. Para ele, trata-se de considerar laços sociais e, portanto, políticos, que, ao se estreitarem para consolidar uma política que se diz apartidária, produzem outros sentidos que não exclusivamente os esperados. Com o amparo da noção de ideologia em Pêcheux, podemos supor a delegação das responsabilidades governamentais para com a Saúde aos Pólos de Educação Permanente em Saúde, trabalhadores e usuários dos serviços, como “desculpabilização” ou isenção. Na seqüência desta análise inicial do *corpus*, a noção de Transferência em Lacan (1995) compõe o arcabouço teórico inicial de análise como uma tentativa de ouvir as diferentes vozes do discurso hegemônico e as várias posições sujeito ocupadas e alternadas na relação de poder. Somado a isto, o conceito Posição sujeito norteia a compreensão das convergências discursivas e dissonâncias nas formações sociais e, portanto, ideológicas, bem como o mecanismo do discurso pedagógico. Como sabemos, este último esconde, apaga as polissemias inerentes à linguagem. Tanto para a Análise de Discurso quanto para a Psicanálise francesa, a superfície lingüística é opaca, o que se vê, são marcas, pistas, que, para serem interpretadas, requerem que se atinjam seus modos de funcionamento. O ponto de partida é sempre considerar que existe uma heterogeneidade de formações discursivas, que, são determinadas por formações ideológicas, as quais, por sua vez, estão embebidas em uma formação social. O sujeito do discurso é considerado como efeito, que emerge em alguma posição que lhe permita produzir alguns sentidos, enquanto está assujeitado à interdição de outros. Temos assim uma conexão entre o inconsciente psicanalítico e o inconsciente da



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ideologia; encontramos atos falhos, metáforas, metonímias e outras formações, que poderão nos indiciar o apagamento da condição social dos sujeitos trabalhadores da saúde, na luta de classes. Os vários *corpora* deste trabalho irão favorecer as análises discursivas que nos permitirão capturar um “naco” de Real no discurso produzido pelos sujeitos envolvidos e o contraponto com as leis e o discurso hegemônico vigente; fazem parte deles alguns documentos oficiais públicos, tais como a portaria nº 198 de Março de 1993, as Diretrizes do Sistema Único de Saúde, redigido pelo Ministério da Saúde, além da produção textual de 16 alunos do curso de facilitadores em educação permanente em saúde dos quais fui tutora no período de Março de 2005 a Janeiro de 2006; o curso foi promovido pelo Ministério da Saúde e realizado pela FIOCRUZ em parceria com os municípios e os pólos de educação permanente em saúde.

A análise indiciária, à qual nos filiamos, faz-se a partir de gestos de interpretação por parte do analista, dos quais se fará possível atingir algumas das peculiaridades nas manifestações da ideologia e do inconsciente, que, a qualquer momento, emergem como falta. O conhecimento não vem da observação direta da língua ou da linguagem, e, sim, da junção de aspectos teóricos da internalização da história e da cultura por parte dos sujeitos. Há, portanto, uma mudança no modelo de análise que não responde pela ideologia institucional, indicando um imbricamento do analista com seu *corpus* de análise, o que nos remete novamente aos conceitos de inconsciente, ideologia e transferência. (TFOUNI, 1992). A partir da determinação histórica dos processos de significação, reconhecemos o “apagamento” de sentidos, próprio do discurso político, definido por Pêcheux (1990), como sendo da ordem do mecanismo do funcionamento da memória discursiva. A análise discursiva seguirá em busca dos apagamentos lingüísticos, percorrendo as formações ideológicas nos discursos dos sujeitos até que, os encontrarmos nas várias posições sujeito que ocupam em seus discursos e em seus papéis. Ao estabelecerem relações distribuídas ideologicamente de modo a suprimir as situações de classes, poderemos fazer os destaques e recortes no discurso hegemônico no que concerne à formação pedagógica e ao desenvolvimento de “habilidades necessárias ao trabalhador da saúde” associadas ao seu processo de adoecimento mental, acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e óbitos.

ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. 71 p.

COSTA, Humberto. *Portaria nº 198 GM/MS de 13 de Fevereiro de 1994*. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como Estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Ministério de Estado da Saúde, 2004. 05 p.

LACAN, Jacques. *A relação de Objeto*. Seminário livro 4. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. 456 p.

\_\_\_\_\_. *Análise e Verdade ou o Fechamento do Inconsciente*. In: *O Seminário Livro XI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 432 p.*

LOS: Lei Orgânica da Saúde. *Lei Federal 8.080 (19/07/1990)*, que constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) quando dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990. 68 p.

POLIGNANO, C. *História da Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde/ FIOCRUZ, 2003. 84 p.

RIBEIRO, E.C.O., MOTTA, J. I. J. *Educação Permanente como Estratégia na Reorganização dos Serviços de Saúde*. Rio de Janeiro: Saúde Para Debate. Nº. 12, Julho/1996. p. 39-44.

TFOUNI, L. V. O dado como índice e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem. D.E.L.T.A, volume 08, nº 02, 1992.

### Autoria na psicose: uma suplência possível?

*Eduardo Benedicto*

dubenedicto@usp.br  
Faculdade de Filosofia

O presente trabalho pretende articular o efeito da posição de autoria num sujeito psicótico, enquanto uma possibilidade de suplência para a ausência do significante do Nome-do-Pai. Ao ocupar essa posição de autor, o sujeito consegue alguma amarração significante diante do Desejo Materno, o que lhe permite inscrever sua singularidade e fazer um enlace com o mundo. O mito é a “tentativa de dar forma épica ao que se opera na estrutura” (LACAN, 1960). O inconsciente, que é estruturado como uma linguagem, toma do Édipo as bases para sua estruturação simbólica. O sujeito, para a psicanálise, é aquele constituído a partir da nomeação do Outro, do significante que representa o sujeito para outro significante. No primeiro tempo lógico do Édipo, a criança é identificada ao objeto de desejo materno. Tal construção lógica se faz possível a partir da equação simbólica que equivale bebê e falo. A identificação ao falo é constitutiva do sujeito, neste primeiro tempo, o que faz com este fique assujeitado ao desejo materno, ao objeto que poderia responder à falta da mãe. A instância paterna, enquanto metáfora significante, vai aparecer num segundo momento lógico enquanto uma proibição, um *não* à identificação do sujeito ao significante primeiro do desejo materno. O Nome-do-Pai (N.P.) é o que permite ao sujeito dialetizar a tirania do Desejo Materno (D.M.), sob o preço de se ficar alienado à significação fálica, o que coloca tal sujeito num eterno deslizamento, repetitivo, em busca de um significante que pudesse responder à incógnita do D.M. Da operação de metaforização do D.M. pelo N.P. resulta o aparecimento de um sujeito desejante, que substitui a crença em “ser” o falo materno, objeto que poderia completar este Outro, para a possibilidade de “ter” este falo, o que implica em sua castração e em uma posição de falta-a-ser diante do Outro. A significação fálica é o que permitirá ao sujeito atribuir sentido a seus significantes, articulados numa cadeia metafórica, que é inscrita na ordem simbólica com a perspectiva de completar, encontrar um significante que pudesse tamponar, nomear esta falta no Outro. Na psicose, o sujeito acaba não pagando o preço desta castração, ou seja, a não incidência do N.P. no campo do Outro têm como conseqüência lógica o fracasso da metáfora paterna. Assim, em função desta forclusão do N.P., o sujeito vai ficar em posição de objeto de um gozo enigmático diante do Outro, o que trará sérios problemas quanto à sustentação de uma posição de alteridade, visto estar este sujeito completamente atrelado/ alienado a um significante não dialetizável. Ao não dispor de um significante-segundo que poderia representar o sujeito para um significante-primeiro, via retroação, o



Outro do psicótico apresenta-se como absoluto e gozador, destituído dessa lei fálica que orienta as escolhas do sujeito. Este fica, então, numa deriva de significantes e sem a possibilidade de uma amarração metafórica. Fica submetido a um enxame de palavras sem sentido e que não se articulam umas as outras, impossibilitando o surgimento de um sujeito dividido, desejante, aparecendo, neste lugar, um sujeito que conta com a certeza de estar em posição de objeto gozado pelo Outro. A autoria, segundo Tfouni (2001) é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. É uma posição que o sujeito do discurso pode assumir, quando consegue lidar com a *dispersão* que ameaça a estabilidade do texto, seja ele oral ou escrito, e aceita a *deriva* de sentidos que continuamente se instala no trabalho de articulação e produção deste texto. Quando o sujeito se dá conta, entretanto, de que as palavras não recobrem totalmente o mundo, há uma queda em sua posição de autor, o que o faz refugiar-se no Outro do sentido, desenvolvendo estratégias de aproximação em relação a significantes já ditos/escritos, que funcionam como uma ancoragem, um ponto de estofa, em relação ao texto. Um gesto de autoria, entretanto, para além deste retorno ao Outro, estaria calcado na alteridade, no saber-fazer com o *nonsense*: “*um nódulo de real que surge na realidade*”, segundo Tfouni (2003). No texto de Freud (1911) sobre “Memórias de um Doente dos Nervos” de Schreber podemos observar como o dito doente dos nervos torna-se absolutamente singular na sua relação com o Outro. Freud aí já nos dá os elementos de uma posição inovadora, interessando-se pelo que se revela de fundamental na relação do homem com o significante. É através do discurso de Schreber, na sua relação com a palavra e com a produção de sua obra, que podemos entrever uma possível suplência para a ausência do significante do N.P., via constituição de uma metáfora delirante sustentada no desenvolvimento de seu livro. É ao aceder a uma posição de autor, concluindo e inscrevendo essa obra singular, que o sujeito vai poder alcançar alguma separação do Outro, um movimento de alteridade escrito/inscrito no campo do social, o que permitiu a Schreber fazer um laço, ainda que efêmero, com o mundo e sair da posição de doente manicomial/ rebotalho da sociedade.

FREUD, S. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. 1911. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol XII, 1996.

LACAN, J. De Uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose. 1949. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

\_\_\_\_\_. Subversão do Sujeito e a Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano 1960. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

\_\_\_\_\_. *O seminário-livro 3: as psicoses*. 1955. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

QUINET, A. *Teoria e clínica da Psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

TFOUNI, F. E. V. *A fantasia capitalista do sujeito centrado e o desmentido fetichista*. 2003. (não publicado)

TFOUNI, L.V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, S.P, Mercado de Letras, 2001.

## Mito da escrita e sujeito do letramento

Anderson de Carvalho Pereira

underper@usp.br

Faculdade de Filosofia

O objetivo deste trabalho é fazer um retrospecto de alguns conceitos da psicanálise de orientação lacaniana – mito individual e imaginário – e da Análise do Discurso francesa (AD) – memória e ideologia – para discutir teoricamente a posição do sujeito letrado. Contrapomos o mito individual do neurótico – aqui articulado à ilusão da posição do sujeito da escrita em controlar os sentidos pela escolha da palavra ideal para designá-lo – ao sujeito letrado, obrigatoriamente, comprometido à heterogeneidade das práticas letradas. Para Lacan (1978), a crença individual (mito do neurótico), cujo empreendimento resulta em dar formas objetivas às verdades subjetivas, se sustenta no próprio engano (logro imaginário) desta distinção entre subjetividade e objetividade. É ainda Lacan (1998) quem aponta que o sujeito emerge entre significantes e, neste caso, consideramos sua tentativa em encontrar a palavra ideal para designá-lo, comprometida a sua relação ao Outro. A perspectiva teórica da AD, atravessada por esta concepção do sujeito, permite entender essa relação de alteridade pelo movimento de abertura, ao mesmo tempo em que de aparente fechamento dos sentidos constituintes do interdiscurso, e alocados à memória do dizer. Tal movimento se articula tanto pelas evidências subjetivas e ideológicas que lhe dão forma e aparência de exterioridade, quanto permite entrever a atividade interpretativa pela qual emerge o sujeito do discurso. Consideramos ainda enquanto pressuposto, envolvido ao aparato teórico da AD, a proposição de Pêcheux (1988) de que não existem práticas de um sujeito, mas implicações das posições-sujeito em diversas práticas sociais, aqui denominadas práticas letradas, por conta do atravessamento de diversos lugares discursivos, que se configuram como códigos da escrita. Articulada à consideração das diversas formas da heterogeneidade, ou das não-coincidências do dizer, conforme proposto por Authier-Revuz (1998), está a consideração da heterogeneidade dos diversos dizeres que atravessam e são atravessados pelas práticas sociais, aqui entendidas, pela teoria de letramento de Tfouni (1992, 2006), como práticas letradas. Essa teoria de letramento considera a escrita obrigatoriamente envolvida nos aspectos sócio-históricos de suas condições de produção, porque se posiciona na contrapartida das concepções que associam a escrita ao desenvolvimento cognitivo e ao progresso social e, com isso, desvalorizam produções orais. Nesta mesma proposta teórica, admite-se ainda um *continuum* entre formas orais e escritas da língua, as quais mantêm relações imprecisas com as formas do discurso da escrita e da oralidade. Essa imprecisão permite considerar a posição de autoria em textos orais. Temos, como aparece no *corpus* deste trabalho, efeitos de sentido que sustentam formas discursivas da escrita, em usos orais da língua. Essa discussão é levada a cabo pela análise de uma narrativa oral produzida por uma mulher não-alfabetizada. Nela, vemos a substituição de significantes, que, pela AD, pode ser entendida pelas determinações do inconsciente, da História e da ideologia na circulação dos sentidos alocados nas redes de memória e no aparecimento do sujeito. A análise, sendo assim conduzida, aponta para a consideração da tomada de posição do sujeito letrado



no seu trabalho interpretativo. Isto leva a considerar o confronto desse trabalho em lidar com o efeito imaginário (completude) da escrita (evidência subjetiva e ideológica), frente ao aspecto sobre-determinado por marcas do simbólico, que denunciam o alto preço da “seleção” dos significantes. Essa formatação da escrita carrega sua dupla implicação. Primeira, do cerceamento dos significantes, pela “seleção” da palavra ideal, que, diante da dispersão inerente ao sujeito se apresenta como lugar fundante da alteridade entre a dispersão da oralidade e a contenção da escrita. Segunda, da circulação dos significantes, que também é cara às aparições do sujeito da escrita. Isto porque essa implicação se enquadra na consideração do conceito laciano de imaginário. Isto demonstra que essa sobre-determinação obriga a articular o vacilo na “seleção” da palavra ideal para tentar controlar o efeito de completude. A análise ainda aponta para uma retomada das discussões teóricas envolvidas com o conceito de autoria, principalmente, como vem sendo discutido por Tfouni (2003, 2005, 2006). Com essa discussão, pretendemos fortalecer a aposta em se considerar efeitos do imaginário na contenção aparente do sujeito da escrita, confrontados com a dispersão e com suas marcas simbólicas, onde predomina o ato interpretativo. Contrariando assim o valor que a domina em universos estáveis, que, como denuncia Pêcheux (1997), preconizam uma higiene pedagógica do pensamento, nos quais predominam predicados de uma tecnologia supostamente neutra e mais aprimorada da escrita diante da oralidade. Articulando esses pressupostos, consideramos a maneira de a escrita encorpar-se (formatar-se) numa unidade imaginária, obrigatoriamente entendida como parte retomada, ao mesmo tempo, que em falta do sujeito frente à linguagem, o que faz da interpretação incessante uma busca ao preenchimento de uma constituição lacunar. Essas considerações teóricas e também trazidas pela análise do *corpus* permitem tratar a escrita enquanto produto cultural, e também como processo, o que abre possibilidades para sua maior circulação em meio às diversas práticas sociais. (FAPESP).

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Ed. da UNICAMP. 1998.

LACAN, J. *Le mythe individuel du névrosé ou poésie et vérité dans la névrose. Ornicar?*, no. 17-18, Paris: Seuil, p. 290-307, 1978.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. 1998.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1988.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes. 1997.

TFOUNI, L. V. *Letramento e analfabetismo*. Tese de Livre-Docência. FFCLRP/USP. Ribeirão Preto/SP. 1992.

TFOUNI, L. V. O autor como intérprete – as fronteiras entre a Análise do Discurso e a Psicanálise laciana. Comunicação oral apresentada no II *Congreso e V Colóquio de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, México. 2003.

TFOUNI, L. V. Letramento e autoria: uma proposta para contornar a dicotomia oral e escrita. In: *Revista da ANPOLL*, nº 18, 127-141. Campinas, SP. 2005.

TFOUNI, L. V. *Letramento e Alfabetização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

### As formações discursiva da/na instituição escolar

A presente comunicação coordenada tem por objetivo apresentar três trabalhos: o primeiro traz alguns dos resultados obtidos a partir de uma tese de doutorado (ASSOLINI, 2003), o segundo e o terceiro trazem resultados preliminares de dissertações de mestrado, ainda em desenvolvimento. As três pesquisas têm elementos e aspectos afins: a questão do discurso pedagógico escolar e suas formações discursivas. O primeiro trabalho: “O discurso pedagógico escolar: gestos de interpretação, gestos de autoria e formações discursivas” busca verificar se as produções linguísticas (orais e escritas) de alunos da quarta-série do ensino fundamental são caracterizadas pela presença da criatividade e da posição-autor. Objetiva-se também estabelecer uma relação histórica entre estes acontecimentos discursivos e a posição-intérprete. O segundo faz uma análise discursiva que envolve a relação entre “educação e sucesso social”. São investigados os sentidos veiculados por expressões genéricas, tais como “*tem de estudar para ser alguém na vida*”, enunciadas no espaço institucional da escola pública e os efeitos que estas produzem na subjetividade do aluno enunciativo. A terceira pesquisa, “*Ciclo escolar e Letramento*”, tem como propósito verificar se as diferenças entre as classes de recuperação de ciclo e as que não são de recuperação de ciclo são factuais ou não. Investigam-se quais papéis são alocados para os alunos de recuperação “especial” da 8ª série de Recuperação de Ciclo II, em comparação com outros adolescentes da 8ª série considerada normal. Analisa-se também se produções escritas dos alunos alocados em classes de recuperação podem ser avaliadas discursivamente como insuficientes e também se as redações dos alunos de classe “regulares” são superiores às dos primeiros. Os três trabalhos estão fundamentados na Análise do Discurso de “linha” francesa – A.D. O princípio teórico fundamental para a A.D. é a consideração de que há uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva. Outros conceitos fundamentais para a A.D., que se ocupa da determinação histórica dos processos de significação, são os de sentido e sujeito. Assim como o discurso, os sujeitos e os sentidos são sempre incompletos. O entendimento discursivo do conceito de ideologia mostra-nos que é a ideologia que nos dá a ilusão da “naturalização” dos sentidos, ou seja, tomamos como evidentes, óbvios, os sentidos que são historicamente determinados. O *corpus* de cada uma das pesquisas é analisado à luz dos postulados teórico-metodológicos da A.D. Assim, tendo em vista a questão da materialidade dos sentidos, procuramos detectar e rastrear marcas e propriedades que nos levem ao processo discursivo e possibilitem-nos explicar o funcionamento do discurso e a relação entre esse funcionamento e as formações discursivas que, por sua vez, remetem-se a diferentes formações ideológicas. A abordagem sócio-histórica do letramento, tal como é postulada por Tfouni (1992, 1995, 2001), fundamenta também duas das pesquisas realizadas. Segundo esta autora, o letramento é um fenômeno de natureza social que abrange não apenas o sujeito que sabe ler e escrever, mas todos aqueles que sofrem direta ou indiretamente a influência da escrita, em uma sociedade que é largamente letrada.

COURTINE, J. J. *Analyse du discours politique*. In: *Language*, 62: Larousse, Paris, 1981.

MAINGUENEAU, D. *Gênese du discours*. Bruxelas: Mardaga, 1984.

FOUCAULT, M. *O que é o autor?* LISBOA, Portugal: Passagens, 1969.





LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sônia Goldfeder. São Paulo, SP: Ática, 1997.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

TFOUNI, L. V. *Letramento e analfabetismo*. Tese de Livre Docência. USP – Ribeirão Preto, SP: 1992.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria de letramento. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral escrita e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

### Tem que estudar para ser alguém na vida: os genéricos sobre a educação enunciados por alunos de uma escola pública

Fernando Silva Paula

fernandopsico@hotmail.com  
Universidade de São Paulo

Este trabalho consiste em uma análise de um discurso sobre a relação entre Educação e sucesso social, assim como Educação e Trabalho que perpassa a fala de alunos do Ensino Médio de uma escola Pública da cidade de Uberlândia-MG. Este discurso, que tomamos como nosso objeto, vem sendo (re)produzido na fala desses estudantes através de uma expressão genérica muito empregada em nossa sociedade: “tem que estudar para ser alguém na vida”. Foi a grande “naturalidade” e freqüência com a qual essa expressão foi (e continua sendo) enunciada pelos estudantes de Ensino Médio dessa escola que nos chamou mais atenção. Por que seria tão “lógica” a relação entre estudar e ser alguém na vida? E o que significaria, exatamente, para esse grupo, essa expressão “ser alguém na vida”? Nesta pesquisa, estamos investigando os sentidos veiculados por essas expressões genéricas enunciatas no espaço institucional da Escola Pública e os efeitos que estas produzem na subjetividade do aluno enunciador. Esta pesquisa está sendo realizada adotando-se como referencial teórico e metodológico a Análise de Discurso de filiação francesa (ora em diante AD). A AD toma como seu objeto o Discurso e suas condições de produção, mas vale ressaltar, que para esta área do conhecimento, o discurso é concebido com sendo um efeito de sentido entre interlocutores, o que é diferente do “dizer” (o significante em sua literalidade). A AD procura analisar a relação estabelecida pela língua com os sujeitos falantes e as situações em que se produz o dizer, dando uma atenção especial aos gestos de interpretação e aos processos de significação. Para desenvolvermos esta pesquisa, elaboramos um roteiro de entrevista semi-estruturado com questões sobre o sentido da Educação e da Escola. As entrevistas foram realizadas com 10 estudantes de Ensino Médio, de ambos os sexos, em um espaço fornecido pela escola. Todas as entrevistas foram gravadas em fita K7 e transcritas, buscando-se manter os aspectos fonéticos e o

ritmo de cada fala, já que a AD privilegia os significantes lingüísticos e as formas do dizer. Os enunciados das entrevistas compõem o *corpus* sobre o qual estão sendo realizados os sucessivos recortes e análises desta pesquisa. O trabalho de análise ainda está na fase inicial, mas uma análise preliminar de alguns recortes que foram efetuados sobre o *corpus* da pesquisa aponta algumas importantes considerações sobre esse discurso que estamos investigando. Quais sejam: identificamos, nesse acontecimento discursivo em que uma mesma fala foi repetida por vários sujeitos, o uso de fórmulas genéricas, cuja finalidade resume-se a veicular um sentido único, fechando o campo para outros pontos de vista e para outras interpretações. O genérico possui uma estrutura sintática com sujeito indeterminado que lhe confere um caráter anônimo, ele se encontra no espaço do repetível, faz parte do interdiscurso e, nesse caso, devido ao seu funcionamento discursivo, está a favor da manutenção de formulações ideológicas dominantes. Quando os alunos enunciam: “tem que estudar para ser alguém na vida”, a frase parece-lhes tão óbvia, tão certa, que não importa de onde ela tenha surgido. A ocultação do sujeito enunciador, nesse caso, contraditoriamente, fortalece a evidência do sentido, transmitindo a ilusão da eternidade do sentido, assim como ocorre, por exemplo, nas doutrinas religiosas. Encontramos na fala desses estudantes formulações genéricas que ocultam uma lógica subjacente do capital, lógica essa que produz uma relação necessária e suficiente entre estudar e ser alguém na vida, nesse sentido, segue-se que a única formação discursiva disponível em nossa sociedade seria: “se fulano estudar, então ele (a) será alguém na vida”. Ora, tal formulação oculta a questão do fracasso escolar e das políticas educacionais brasileiras. Pode-se observar neste aspecto, portanto, um não-dito que é recalcado pela formulação do genérico. Podemos apontar ainda neste ponto, um deslocamento da relação constitutiva ensino-conhecimento para a relação ensino trabalho, o que também pode ser encontrado nas concepções de Educação descritas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a qual, postula que a finalidade específica do Ensino Médio é a preparação básica para o trabalho e para a cidadania. Vê-se aí, portanto, um atravessamento do discurso sobre o Trabalho no discurso da Educação e a construção de elementos do imaginário social sobre estas instituições. Nossa pesquisa prossegue investigando a forma como esse imaginário social materializa-se discursivamente.

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In.: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>. Acesso em: 29. Jul.2005.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PATTO, M. H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 107-121, 1992.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In.: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

óbvio. Campinas: Unicamp, 1997.

TFOUNI, L. V. *Letramento e Alfabetização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47).

TFOUNI, L. V. Letramento e autoria – uma proposta para contornar a questão da dicotomia oral/escrito. *Rev. ANPOLL*, n. 18, p. 127-141, jan./jun. 2005.

TFOUNI, L. V.; PANTONI, R. V. Sobre a ideologia e o efeito de evidência na teoria da análise do discurso francesa. *Revista de Ciência Política*. n. 25, set./out. 2005. Disponível em: <http://www.achegas.net>. Acesso em: 05 jan. 2006.

### O discurso pedagógico escolar: gestos de interpretação, gestos de autoria e formações

Filomena Elaine Paiva Assolini

elainesol@netsite.com.br  
Universidade de São Paulo

Buscou-se verificar, neste trabalho, se as produções linguísticas (orais e escritas) de alunos da quarta-série do Ensino Fundamental são caracterizadas pela presença da criatividade e da posição-autor. Objetivou-se também estabelecer uma relação histórica entre esses acontecimentos e a posição-intérprete. Para tanto, mobilizamos os postulados teórico-metodológicos da Análise do Discurso de “linha” francesa e a abordagem discursiva de letramento, tal qual é proposta por Tfouni (1992, 1995, 2001). A A.D., à qual nos filiamos, ocupa-se da determinação histórica dos processos de significação e entende que o discurso é sempre incompleto, assim como são incompletos os sujeitos e sentidos. Os sentidos, por sua vez, não estão soltos, livres. Historicamente produzidos, eles são administrados, gerenciados (PÉCHEUX, 1982). De acordo com a A.D., ideologia é interpretação de sentido em certa direção, que é determinada pela relação da língua com a história. É a ideologia que nos dá a ilusão de “naturalização” dos sentidos, ou seja, tomamos como “evidentes”, “óbvios”, os sentidos que são historicamente determinados. A perspectiva discursiva estabelece que os sujeitos estão condenados a interpretar, pois diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito tem a necessidade de “dar sentido”. (ORLANDI, 1996). O homem não pode, portanto, esquivar-se da interpretação, evitá-la ou ser indiferente a ela. As maneiras como a instituição escolar regula os gestos de interpretação, definindo o quê se interpreta, como se interpreta, em que condições, e as formações discursivas por onde os alunos devem circular, mostram-nos que o processo de emergência da autoria é afetado negativamente, assim como o da criatividade, que, no enfoque da A.D., é entendida como ruptura no processo dominante de produção de sentidos (ORLANDI, 1996, 1999). Os postulados de Tfouni (1995, 2001) distinguem letramento de alfabetização. De acordo com a proposta do “*continuum*”, podemos falar em níveis de letramento, inclusive sem a presença da alfabetização. A abordagem discursiva de letramento, construída pela autora (1995, 2001) amplia a noção de autoria trazida por Foucault (1969) e Orlandi; Guimarães (1988). Para Foucault (1969), o autor é considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade de origem de suas significações, como centro de sua coerência. Entretanto, de acordo com

este teórico, o princípio de autoria não vale para tudo, nem de forma constante, o que quer dizer, em outras palavras, que há discursos, como, por exemplo, conversas, decretos e contratos, que necessitam de quem os assine, mas não de autores. Orlandi; Guimarães (1988), diferentemente de Foucault (*Op. cit.*) consideram que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria. Dessa maneira, Orlandi; Guimarães (1988) especificam que o princípio da autoria é necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. Segundo a concepção defendida pelos autores, um texto pode até não ter autor específico, mas, pela função-autor, sempre se lhes imputa uma autoria. A autoria do discurso, segundo Tfouni (1995, 2001), não se limita apenas ao discurso escrito. A autora, com quem concordamos, mostra que tanto pode haver características orais no discurso escrito quanto traços da escrita no discurso oral. É importante assinalar que a fundamentação teórico-metodológica deste trabalho, a A.D. e a teoria discursiva do letramento, inscrevem-se em um paradigma de ciência específica. Não se trata do paradigma galileano, que rege a ciência positivista e busca resultados generalizáveis. É um paradigma fundamentado na interpretação, que leva à questão do real e da exterioridade. Dessa forma, na perspectiva discursiva, só podemos falar em “*corpus*” a partir de um “recorte” de dados determinados pelas condições de produção. Entendemos recorte enquanto uma unidade discursiva; fragmento correlacionado que abrange a linguagem e a situação (ORLANDI, 1987). Os dados, por sua vez, são entendidos aqui como elementos indiciários de um modo de funcionamento discursivo (TFOUNI, 1992). Tendo em vista a questão da materialidade dos sentidos, procuramos detectar e rastrear marcas e propriedades que nos levaram ao processo discursivo e possibilitaram-nos explicar o funcionamento do discurso e a relação entre esse funcionamento e as formações discursivas que, por sua vez, remeteram-se a diferentes formações ideológicas. Vale salientar que, no em foque discursivo, as mais variadas espécies de material linguístico concorrem para a criação de efeitos de sentido. Assim sendo, as marcas podem se constituir em elementos lexicais, morfológicos, sintáticos e não se restringem, portanto, a uma única espécie de material. Procuramos trabalhar o nosso objeto (o discurso), buscando nas marcas linguísticas as marcas das contradições ideológicas e da historicidade. Sendo assim, a partir do amplo espaço discursivo que constitui o *corpus* selecionado para análise (MAINGUENEAU, 1984), neste caso formado por gravações em áudio, feitas em salas de aula de quarta-série do Ensino Fundamental da rede pública do estado de São Paulo, pelo material didático utilizado pelos professores para o preparo de suas aulas de língua portuguesa e pelas produções linguísticas (orais e escritas) de alunos desta série, procedemos a alguns recortes e selecionamos algumas *seqüências discursivas de referência* (S.D.R.) (COURTINE, 1981), que constituíram os recortes discursivos analisados. Com base nas análises realizadas, podemos afirmar que o discurso pedagógico escolar, D.P.E., nem sempre permite ao educando ocupar o lugar de intérprete, condição essencial para que ele possa produzir textos caracterizados pela criatividade e pela autoria. Assujeitados os alunos permanecem amarrados à posição de sujeitos enunciadore de discursos que não os afetam e não lhes fazem sentido. As práticas pedagógicas relacionadas a um trabalho com a produção textual pouco diferem das práticas da Idade Média. Entretanto, nas situações de ensino-aprendizagem em que não há interdição à interpretação, o processo polissêmico



de linguagem pode se estabelecer. Condições de produção favoráveis para o trabalho com a produção textual, como as que rompem com o silenciamento (censura), permitindo ao sujeito circular por diferentes formações discursivas, mostram que é possível constatar gestos de interpretação e de autoria em produções lingüísticas orais e escritas. Entendemos que um trabalho pedagógico que conduzisse o aluno a compreender o funcionamento ideológico da linguagem poderia levá-lo a deslocar-se da posição de “escrevente” para a posição de “intérprete”. A abordagem sócio-histórica do letramento pode contribuir com os educadores, no sentido de levá-los a compreender que não existe grau zero de alfabetização. É importante também que os professores se vejam como profissionais capazes de ocupar posições a partir das quais possam romper o silêncio dos sentidos aos quais também são submetidos.

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. In: *Language*, 62: Larouse, Paris, 1981.

MAINGUENEAU, D. *Gênese du discours*. Bruxelas: Mardaga: 1984.

FOUCAULT, M. *O que é o autor?* Lisboa, Portugal: Passagens, 1969.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: *Cadernos PUC-31*, São Paulo, SP: EDC, 1988.

ORLANDI, E. P. *Interpretação e autoria: leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1996.

PÉCHEUX, M. *Lire l'archive aujourd'hui*. *Archives et documents de la Société d'histoire e d'épistémologie des sciences du langage* (Saint Cloud), 1982: 2, p. 35-45.

TFOUNI, L. V. *Letramento e analfabetismo*. Tese de livre docência. USP – Ribeirão Preto, SP: 1992.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

TFOUNI, L.V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria de letramento. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

## Ciclo escolar e letramento

Alessandra Adorni

alessandra.adorni@terra.com.br  
Universidade de São Paulo

Este trabalho tem como objetivo principal constatar se as diferenças entre as classes de recuperação e as que não são de recuperação, instituídas pelo próprio sistema de ensino, são factuais ou não. Visa investigar ainda quais papéis são alocados para os alunos de recuperação “especial”, da 8ª série da Recuperação de Ciclo II, em comparação com outros adolescentes da 8ª série considerada “normal”. Por último, nosso objetivo é verificar se as produções escritas desses alunos colocados em classes de recuperação podem ser avaliadas discursivamente como insuficientes, e também se as redações dos alunos de classes “regulares” são superiores às dos primeiros. Utilizamos as redações do SARESP

(Sistema de Avaliação e Rendimento das Escolas de São Paulo), referentes ao ano de 2005, escritas por alunos da oitava série, tanto de classes “normais” quanto de classes de “recuperação”. As redações da classe de recuperação em questão correspondem a um total de dez, as outras redações da oitava série regular somam aproximadamente quarenta. Os alunos que fizeram parte dessa classe de Recuperação de Ciclo II são adolescentes na faixa etária entre 15 e 17 anos. Esses alunos, segundo o critério adotado para montar a classe, possuem baixo rendimento escolar. Já a classe regular foi composta por alunos com idade entre 13 e 16 anos, assíduos e considerados com bom rendimento escolar. A escola sobre a qual apresentaremos nosso projeto é estadual situada num bairro periférico de Ribeirão Preto. Com esse estudo, é possível verificar que essas maneiras de conduzir os alunos ou não para a etapa seguinte de sua vida escolar são pedagogicamente falhas, e politicamente inadequadas, centralizando em excesso, amarrando a escola, sufocando o projeto pedagógico, podendo trazer conseqüências desastrosas ao processo educacional, visto que é possível constatar que os alunos considerados com baixo rendimento escolar, os da classe de recuperação, mostram igual ou maior discernimento, em relação aos alunos das classes normais, em trechos dos textos analisados. Para a realização do presente trabalho, nossa abordagem teórico-metodológica segue o que preconiza a Teoria Discursiva do Letramento (TFOUNI, 1995). O letramento é um fenômeno de cunho social que salienta as características sócio-históricas ao se adquirir um sistema de escrita por um grupo social, é o estado em que vive não apenas o sujeito que sabe ler e escrever, mas todos os indivíduos que vivem na sociedade que é largamente letrada. Dentro da perspectiva sócio-histórica, argumenta a autora, o que existe de fato nas sociedades industriais são graus de letramento, o que significa que o iletrado não existe em tais sociedades que se organizam fundamentalmente por meio de práticas escritas. É preciso trocar iletrado por “mais” ou “menos” letrado, visto que todos são letrados; o que varia é o grau de letramento. Os estudos sobre o letramento, deste modo, não se restringem somente àquelas pessoas que adquiriram a escrita, isto é, aos alfabetizados. Buscam investigar também as conseqüências da ausência da escrita em nível individual, mas sempre remetendo ao social mais amplo, isto é, procurando, entre outras coisas, ver quais características da estrutura social têm relação com os fatos postos. De acordo com os estudos da autora, os não-alfabetizados têm sim capacidade para descentrar seu raciocínio e resolver conflitos e contradições que se estabelecem no plano da dialogia. Vamos falar sobre algumas noções de texto destacando a perspectiva da Análise do Discurso (A.D.), que tem como fundamentação teórica: a Lingüística (como possibilidade e base sistemática), o Materialismo Histórico (como base da inscrição material da história na língua) e a Psicanálise (como referencial para a noção de sujeito) A A.D. não trata da língua, da gramática. Como seu próprio nome pressupõe, ela se encarrega de trabalhar com a palavra em movimento, ou seja, com a prática da linguagem: o estudo do discurso observa o homem falando (dentro de uma determinada conjuntura sócio-histórica). O princípio teórico fundamental para a A.D. é a consideração de que há uma relação entre linguagem e exterioridade, que é constitutiva. É importante notar que o objeto de estudo da A.D. é o discurso. Entretanto, é preciso esclarecer que, na perspectiva discursiva, o discurso é um objeto teórico, e não empírico. É por esse motivo que ele é entendido,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

primeiramente, como lugar de reflexão. Outros conceitos fundamentais para a A.D. são os de sentido e sujeito. Tais conceitos não podem ser pensados separadamente, pois, de acordo com a perspectiva discursiva, os sentidos não são algo que se dá independentemente do sujeito (PÊCHEUX, 1997). Dessa forma, no interior de uma instituição escolar há o “lugar” do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais. É com base na A.D. que faremos uma análise discursiva dos dados coletados. Por essa prática equivocada que há, em relação aos alunos serem colocados em classes “especiais” para recuperação, como foi dito, o conhecimento letrado (prévio) do aluno não é considerado nesse processo. O processo discursivo pedagógico torna-se autoritário e, em função disso, estabelece uma relação de dominação exacerbada sobre a fala do aluno e de exagerada posse de conteúdo por parte do professor, que, sustentado pela metalinguagem e pela apropriação do cientista feita por ele, transmite – reproduz saberes científicos institucionalizados que, muitas vezes são inacessíveis, incompreensíveis e sem sentido para o aluno. (ORLANDI, 1987). Como conseqüência disso, ele, o educando, cala-se e recolhe-se ao lugar em que, a nosso ver, a instituição escolar insiste em colocá-lo: o de mero copiador. O professor (o sistema, na verdade) age como se o sujeito estivesse num grau zero de letramento. Estas são algumas das conclusões preliminares a que chegamos a partir da análise de alguns dados. Podemos dizer que investigar o que ocorre nessas classes “especiais”, de uma forma aprofundada, é de extrema importância para o esclarecimento de algumas das preocupações modernas com relação ao ensino seriado, agora dividido em ciclos I e II. Acreditamos que uma prática pedagógica fundamentada na perspectiva de linguagem da A.D. poderia contribuir com os educadores e com os educandos, no sentido de levá-los a saírem das posições que os mantêm amarrados a formações discursivas (impostas pela instituição escolar) que entendem a linguagem como literal, com os sentidos colados às palavras e como veículo transmissor de verdades únicas e unívocas. Concordamos com Assolini (2003) e acreditamos que, se considerarmos que o educando vive em uma sociedade permeada por um sistema de escrita cujo uso é amplo e generalizado, e, portanto, sofre a influência (mesmo que indireta) do código escrito, certamente, não o representariamos como um aluno que chega à escola, desprovido de qualquer conhecimento acerca da linguagem escrita, sem história(s) de letramento(s) alguma(s), sem história(s) de leitura(s), enfim. Dentro desse contexto, cumpre ressaltar que a autora considera fundamental que mostremos aos alunos para que fins a escrita serve, bem como a utilidade social e prática da leitura.

- ASSOLINI, F. E. P. *Tese de Doutorado*. FFCLRP- USP, 2003
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, SP: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- TFOUNI, L. V. *Adultos não-alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Unicamp, 1986.
- TFOUNI, L. V. *A escrita – remédio ou veneno?* In: M. A. AZEVEDO; M. L. MARQUES. (Org.). *Alfabetização hoje*. São Paulo: Cortez, 1994.
- TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.
- TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização: colocações para uma reflexão sobre distúrbios de aprendizagem*. *Revista Psicopedagoga*,

1996.

TFOUNI, L. V. O dado como indício e a contextualização do (a) pesquisador (a) nos estudos sobre a compreensão da linguagem. *D.E.L.T.A.*, 1992.

### Polêmica e polifonia: a negação e suas tonalidades dialógicas

As comunicações que integram esta sessão, com base num referencial teórico de Análise do Discurso de base enunciativa, têm por objetivo discutir como discursos que representam situações de polêmica fazem circular determinados sentidos. O primeiro trabalho focaliza os recentes debates em educação bilíngüe para surdos no Brasil, procurando mostrar um deslocamento do tradicional embate entre uso e interdição da língua de sinais em espaços escolares, para o confronto entre perfis de profissionais que se ocupam dessa proposta educacional. O segundo trabalho aborda dicas oferecidas a professores por *site* da Internet, com o objetivo de aconselhar sua prática profissional, com destaque para o fato de esses conselhos centrarem-se no que não deve ser feito. O terceiro trabalho apresenta controvérsias entre defensores e críticos do RPG (*Role Playing Game*), que procuram demarcar as fronteiras da conveniência ou não da prática desses jogos em nossa sociedade.

O ponto de partida dessas pesquisas está na concepção dialógica de que toda organização discursiva pressupõe uma certa forma de se relacionar com a palavra do *outro*. Quando um enunciador mobiliza enunciados produzidos por outros enunciadores, ele estabelece relações específicas de similaridade e/ou de divergência com esses. No caso, interessa aqui refletir sobre as relações que se constroem sobre divergências e o fato de elas se instaurarem não entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeitos que põem em confronto determinadas práticas discursivas.

O efeito de polêmica parece caracterizar discursos que tomam outros como adversários, ou concorrentes que precisam ser desqualificados, manifestando um *dialogismo polêmico*. Será privilegiada na condução dessas análises a marca do *não* polêmico, conforme definido por Ducrot (1987) ao esboçar sua teoria polifônica da enunciação. Nessa obra, além de reformular concepções expostas em obras anteriores (DUCROT, 1972, 1973, 1980), esse autor apresenta sua tese de que há uma dissimetria entre enunciados afirmativos e negativos, reafirmando que a presença de um enunciador que se confronta com um locutor que assume um enunciado negativo está marcada na frase – trata-se de um fato da língua recuperado no enunciado. Esse fenômeno se enquadra dentro do que Ducrot chama de *negação polêmica*, aquela destinada a opor-se a uma opinião inversa afirmativa.

Ducrot apresenta sua tese da negação polêmica, mas não faz parte do escopo de sua teoria aprofundar a análise sobre um caráter discursivo dos enunciadores antagônicos, o que é feito pela Análise do Discurso ao retomar o trabalho desse autor. E aqui está o interesse especial em trabalhar com a negação polêmica e seus sentidos: a possibilidade de identificar duas “vozes” distintas que encenam um embate de posicionamentos em relação a um dado tema, uma polarização de pontos de vista. Dito de outra forma, a rejeição de um determinado ponto de vista que ocorre de forma concomitante à apresentação do próprio ponto



de vista, marcando a presença de *um outro* no discurso e remetendo à discussão da heterogeneidade discursiva.

Assim, com base na análise dos três *corpora* distintos referidos, pretende-se com esta sessão refletir sobre sentidos que circulam em discursos polêmicos, a partir de um *redimensionamento* para o campo dos estudos discursivos de considerações que Ducrot faz em sua tese sobre negação polêmica.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19. Campinas, SP: Unicamp, jul./dez., 1990.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

ROCHA, Décio. Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer não. *Revista Delta*. v. 14, n. 1. São Paulo: Educ, 1998.

## Educação bilíngüe para surdos: polêmica e atuação profissional

Isabel Cristina Rodrigues

icr@click21.com.br  
UERJ

A perspectiva de ensino bilíngüe para surdos no Brasil – em que língua portuguesa e língua de sinais simultaneamente fazem parte de projetos pedagógicos – pode ser considerada uma 'novidade' e se inscreve, atualmente, no âmbito das políticas públicas da chamada educação inclusiva. Tal perspectiva de ensino é um capítulo relativamente recente, como em outras partes do mundo, de uma história de muitas controvérsias, sendo a controvérsia clássica aquela referente ao papel e ao *status* das línguas orais e das línguas de sinais na vida das pessoas surdas. Na pesquisa que ora apresentamos, tivemos como interesse justamente observar como essas controvérsias estariam se atualizando no país no momento em que essa nova proposta educacional começava a ganhar visibilidade social.

Quando decidimos analisar discursos sobre educação bilíngüe para surdos, optamos por pesquisar publicações do Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines, pelo papel de destaque que essa instituição tem na história da educação de surdos no Brasil e por ela ser, desde 1996, considerada oficialmente Centro de Referência na Área da Surdez. Registre-se que o Ines foi fundado em 1856. Como o debate sobre educação bilíngüe começa a assumir visibilidade no final da década de 1980/início da de 1990, procuramos material desse momento histórico específico e encontramos um periódico cujas edições se iniciam justamente em 1990. Trata-se da revista *Espaço*, de publicação semestral, que se autocalifica como um informativo técnico-científico destinado aos profissionais da área da surdez. Pesquisamos todas as edições de 1990 a 2001, com o objetivo de privilegiar essa primeira década de debate sobre o tema e encontramos oito artigos que remetiam em seu título à questão da educação bilíngüe.

Entendendo discurso como uma atividade de sujeitos inscritos em contextos históricos e sociais determinados, uma atividade que revela, portanto, um modo de apropriação da linguagem socialmente constituído, consideramos que o sujeito se inscreve de maneira indissociável em processos de organização social e textual.

Os estudos de Bakhtin (1992) e seu círculo puseram em cena um conceito que tem se mostrado fundamental à compreensão dos funcionamentos discursivos: trata-se da dimensão dialógica das produções de linguagem. O dialogismo refere-se à relação que cada discurso mantém, obrigatoriamente, com outros discursos. Essa relação constitutiva, em que todo discurso é atravessado pelos discursos de outros, é um dos aspectos essenciais reveladores do caráter heterogêneo de qualquer discurso.

Como nosso interesse era investigar como os discursos sobre educação bilíngüe para surdos estavam se construindo, partindo da hipótese de que tais discursos continuariam encenando controvérsias clássicas da área, ao mesmo tempo que tentavam construir uma prática discursiva nova referente ao processo educacional de pessoas surdas, buscamos entradas de análise que permitissem reunir três elementos:

- (1) pontos de controvérsia nos discursos;
  - (2) enunciadore presentes no debate;
  - (3) pistas lingüísticas relevantes em função do quadro teórico.
- Reconhecemos na marca lingüística de negação *não*, quando caracterizava o fenômeno da negação polêmica descrito por Ducrot (1987), a entrada lingüística de análise que permitia identificar e reunir esses três elementos que priorizamos. Procedemos então à identificação de todos os enunciados negativos que manifestavam o fenômeno da negação polêmica. O conjunto desses enunciados representou o nosso *corpus* final de análise.

A AD retoma o trabalho de Ducrot, assinalando o fato de que, nas investigações sobre os sujeitos dos discursos, não é a relação *eu-tu* que está em jogo, mas a relação *identidade-alteridade*. Os discursos se revestem de uma unidade textual, de uma homogeneidade, que neutraliza a dispersão do sujeito em suas várias posições enunciativas, dispersão que configura a heterogeneidade que o constitui. Essa heterogeneidade pode estar mais ou menos marcada/visível na superfície lingüística. Identificar processos de inscrição de outras vozes no discurso, ou seja, formas de representação da alteridade, remete à possibilidade de depreender enunciadores e suas respectivas posições enunciativas.

Segundo Ducrot, o locutor que assume a responsabilidade do enunciado *A educação bilíngüe não privilegia uma língua* coloca em cena concomitantemente dois enunciadores: o que sustenta o enunciado negativo (assimilado normalmente pelo locutor) e o que sustentaria uma afirmativa subjacente, a de que *A educação bilíngüe privilegia uma língua*. Assim, a negação polêmica promoveria um choque entre atitudes antagônicas de dois enunciadores.

Para Bakhtin, todo enunciado provoca uma 'atitude responsiva ativa'; toda obra visa à resposta do outro e predetermina posições responsivas. Com muita frequência, então, a expressividade de um enunciado é determinada não só pelo teor do objeto do nosso enunciado, mas também pelos enunciados dos outros sobre o mesmo tema.

Assim, a análise de cada enunciado negativo, depreendendo suas afirmativas subjacentes, foi, para esta pesquisa, um modo de tornar visível um diálogo sub-reptício no interior do nosso *corpus*. Os enunciados negativos são plenamente assumidos por um locutor ao longo dos oito artigos. Restava-nos saber que enunciadores assumiam as afirmativas



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

subjacentes. Esses enunciadores estavam sendo trazidos para o discurso como vozes de alteridade, como pontos de vista pertencentes a outros discursos. Os pontos de vista sustentados nas afirmativas subjacentes são justamente aquilo de que a prática de linguagem instaurada no nosso corpus desqualifica, rejeita.

Após a apreensão de cada afirmativa, concluímos que as vozes recuperadas poderiam ser agrupadas em quatro categorias/perfis de enunciadores que consideramos mais visíveis – os enunciadores reducionista, equivocado, desinformado e reacionário. Além desses quatro perfis, deparamo-nos com dois outros perfis menos visíveis, que nos colocaram diante de impasses teórico-metodológicos.

O primeiro perfil menos visível é o do enunciador que denominamos 'interlocutor'. Alguns enunciados negativos não permitiam a apreensão de uma afirmativa subjacente, mas sim de uma interrogativa subjacente, o que não é previsto na descrição de Ducrot. O segundo perfil menos visível foi o apreendido a partir de três enunciados negativos que apresentavam, como afirmativas subjacentes, pontos de vista qualificados pelo locutor, o que também não é previsto na descrição de Ducrot. Denominamos esse perfil, em função da análise, de enunciador crítico.

A apreensão desses seis perfis nos possibilitou refletir sobre um outro perfil: o da comunidade discursiva presente na revista *Espaço*, comunidade que discute o tema *educação bilíngüe para surdos no Brasil*. Trata-se de uma comunidade cuja autoridade para se pronunciar sobre o tema é bem definida por *Espaço*.

Portanto, o gênero de discurso instaurado na revista confere ao locutor dos enunciados negativos, nesse *corpus*, a autoridade para negar posições enunciativas que dificultam a instauração de uma nova prática educativa, seja por revelarem compreensão estreita ou enganosa do tema (caso, respectivamente, dos enunciadores reducionista e equivocado), desinformação a respeito do universo onde viriam a se consolidar (caso do enunciador desinformado), por se fixarem em concepções frustrantes do passado (caso do enunciador reacionário) ou por manifestarem um questionamento advindo de uma dessas posições anteriores (caso do enunciador interlocutor). Negar tais posições enunciativas parece-nos, assim, uma necessidade do gênero, o que estaria estreitamente relacionado com o leitor privilegiado de *Espaço*: profissionais da área, sobretudo professores, cujo acesso à revista pode ser considerado um meio de formação profissional.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas, as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Cortez, 1992.

CALVET, Louis-Jean. *Les politiques linguistiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil. In: *DELTA*, Abralín, 1999.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1993.

ROCHA, Décio. Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer não. *Revista Delta*, v. 14, n. 1. São Paulo: Educ, 1998.

ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.

SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas:

Mercado das Letras, 1998.

SKLIAR, Carlos (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. v. 1 e 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.

### (Não) Faça isso: o embate polêmico na construção do trabalho do professor em dicas da Internet

Charlene Cidríni Ferreira

charlenecidrin@hotmail.com  
UERJ

A tecnologia digital tem evoluído tão rapidamente que, para grande parte das profissões, vem se tornando uma ferramenta de trabalho cotidiano. Com o profissional professor não acontece diferente, pois a utilização da rede já vem fazendo parte do seu dia-a-dia. O avanço da tecnologia tem permitido a circulação rápida de informações, uma vez que a rede mundial de computadores, *plugados* mundialmente, possibilita ao usuário entrar em contato com informações do mundo todo. Dessa maneira, o desenvolvimento e a utilização da Internet indicam que um grande número de pessoas, a todo instante, tem acesso aos discursos em circulação na rede, estabelecendo trocas, armazenando e obtendo informações.

Juntamente com a chegada das novas tecnologias, observamos a proliferação de sites produzidos com o objetivo de aprimorar diversas atividades profissionais por meio de dicas que desejam oferecer de maneira 'imediate' e prática o segredo do sucesso. Isso se deve ao fato de que os indivíduos inseridos na sociedade contemporânea buscam cada vez mais o aperfeiçoamento e, no caso do professor, orientações para sua prática docente. Como já pudemos observar, o uso do computador é um grande meio de circulação de informação da atualidade, fazendo parte também da vida de muitos professores.

Sabendo que a Internet ocupa uma posição de poder privilegiada na construção dos sentidos que circulam atualmente na sociedade, e que o *ciberespaço* aceita qualquer grupo ou indivíduo que queira difundir informações por conta própria, seja qual for sua origem geográfica e social, bastando possuir um mínimo de competências técnicas, esta comunicação tem o objetivo de analisar dicas direcionadas ao professor, retiradas da Internet, a fim de verificar qual imagem discursiva do trabalho desse profissional está sendo construída.

Dentre os *sites* voltados para o professor existentes na rede, importou para este trabalho o *site Profissão Mestre*, que, como ele mesmo se apresenta, 'é especialmente voltado para os profissionais de Educação'. É importante esclarecer que o site escolhido não é assinado por órgãos responsáveis pelas leis que regem o trabalho do professor. Ele é produzido por uma equipe da *Humana Editorial*, coordenada pelo editor-responsável, que é sócio e fundador dessa editora. Destacamos, entre as diversas seções disponibilizadas pelo *site*, a presença de uma cujo nome é *Novo professor*, que apresenta dicas de 'Como ser um melhor professor e crescer como profissional'. Dessa maneira, decidimos selecionar como fonte do nosso corpus de análise textos da citada seção. Verificamos que, muitas vezes, a orientação das dicas ao professor do que se deve fazer se manifesta a partir de



enunciados negativos contrários a pontos de vista de 'um outro'. Dizer *não* significa negar o conteúdo que o ponto de vista que um outro poderia assumir. Por isso, para chegar ao objetivo desta pesquisa, realizamos nossa análise com base no *não* polêmico, definido por Ducrot (1987), ao esboçar sua teoria polifônica da enunciação, estabelecendo um diálogo com a teoria da Análise do Discurso de orientação enunciativa, que nos possibilita identificar um embate de 'vozes' na construção dos sentidos em circulação, ao retomar a noção proposta por esse autor.

Em todas as incidências de negação polêmica em nosso *corpus*, temos observado duas vozes distintas encenando um embate de posicionamentos em relação ao trabalho do *professor*, determinado pelo que é 'bom' ou 'ruim' na polarização dos pontos de vista. O ponto de vista 'bom' é o adotado pelos enunciados marcados pelo 'não'. Ou seja, a imagem de professor que se quer construir tem origem na voz que nega os pontos de vista adotados pelo enunciador das afirmativas subjacentes, pois estas são exatamente aquilo de que a prática docente deveria se afastar, de acordo com o *site*.

É nesse contexto que nossa pesquisa, ainda em andamento, insere-se, com o objetivo de analisar cada afirmativa subjacente compreendida a partir dos enunciados negativos e de configurar o perfil de professor proposto pelo *site* e seu vínculo com outras práticas docentes disseminadas.

AMIGUES, René. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, A. R. (Org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. EDUEL, 2004. p. 35-54.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FREIRE, Paulo *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2006 [1996].

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A. C. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ORLANDI, E. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P. e RODRIGUES, S. L. (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

RODRIGUES, Isabel C. *Debates em educação bilíngüe para surdos: vozes que habitam o dizer não*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SANT'ANNA, Vera Lucia de A. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul*. Heterogeneidade enunciativa e noção de objetivid

## A polêmica em torno ao RPG: uma análise lingüístico-discursiva

Fabio Sampaio de Almeida

fabioesp@hotmail.com  
UERJ/CAPEs

Atualmente, o RPG (*Role Playing Game*), também conhecido como jogo de interpretação de personagens, tem sido foco de diferentes discursos. O jogo tem ocupado espaço na mídia, em programas e noticiários de televisão e de rádio,

em manchetes de jornais e páginas na internet, nos quais sua prática é associada a incidentes violentos ocorridos em cidades brasileiras, possivelmente envolvendo alguns de seus jogadores.

O debate sobre o assunto instaurou-se em diversas esferas da sociedade, dentre as quais podemos citar a política, a escolar e a religiosa, culminando com a possibilidade de se implantar uma lei que proibiria a venda e a exposição de qualquer material relacionado ao jogo em um dos Estados brasileiros, cenário de um dos incidentes mencionados. Com isso, grupos de adeptos do *hobby* mobilizaram-se e, com apoio de educadores e políticos, lutam para que a lei não seja implantada. É nesse contexto que esta pesquisa se insere.

O objetivo deste trabalho é identificar, no âmbito desse debate, possíveis vozes que atacam ou defendem o RPG e sua associação a determinadas formações discursivas (MAIN-GUENEAU, 1997), instauradas pela polêmica do embate. Seguindo o referencial teórico da Análise do Discurso de base enunciativa, tomamos como preceitos norteadores a noção de polifonia instituída por Bakhtin (2000) e os estudos de Ducrot (1987), em seu esboço de uma teoria polifônica da enunciação, a qual considera que nenhum discurso é constituído por uma única voz – ainda que seja assumido por um único locutor, todo discurso faz ouvir várias vozes simultaneamente. Essas diversas vozes fazem circular discursos vários, apontando para a discussão a respeito do primado do interdiscurso sobre o discurso.

Acreditamos que ao identificar tais vozes poderemos compreender que sentidos o tema do RPG faz circular em nossa sociedade. A captação dessas vozes se dá por intermédio da operacionalização do conceito de negação polêmica desenvolvido por Ducrot (1987), entendido aqui como forma marcada de heterogeneidade enunciativa mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1998). Para o autor, a negação polêmica é aquela destinada a opor-se a uma opinião inversa afirmativa, e a rejeição de um determinado ponto de vista ocorre concomitantemente à apresentação do próprio ponto de vista. Dessa forma, a negação polêmica nos permite, em nível discursivo, a possibilidade de identificação de duas 'vozes' distintas, que encenam um embate antagônico de posicionamentos em relação a um dado tema, no caso desta pesquisa, o RPG.

Nosso *corpus*, em fase de constituição, é formado a partir da matéria intitulada *O que é RPG?*, publicada na revista *Dragão Brasil*, número 109, onde se apresenta um conjunto de explicações sobre o jogo. A seleção dessa revista como fonte para o *corpus* considera três critérios: a) trata-se da publicação especializada mais antiga sobre RPG e de maior tempo no mercado editorial brasileiro; b) sua circulação é de âmbito nacional; e c) a matéria escolhida aborda diretamente o tema do jogo, na tentativa de explicá-lo ao leitor. Observando o texto da matéria, percebemos uma grande recorrência de enunciados que apresentam a negação de caráter polêmico.

A partir da análise desses enunciados marcados lingüisticamente pelo 'não', identificamos enunciados afirmativos subjacentes. O agrupamento desses enunciados tem-nos possibilitado chegar a blocos de crenças sobre o RPG, sustentados por enunciadores que falam em nome de discursos da ordem do religioso, do psicológico, do mitológico e do pedagógico. Identificamos vozes que relacionam o RPG a práticas de seitas pagãs, procurando estabelecer uma estreita ligação entre o jogo e a religião; outras que incluem o jogo em um grupo de práticas determinadas que influenciariam o praticante do jogo a ter atitudes e comportamentos fora



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

dos padrões preconizados pela sociedade, como a violência; outras ainda que buscam legitimar potencialidades benéficas do jogo e o defendem como ferramenta pedagógica a ser usada na prática docente.

Destacamos que os resultados apresentados são parciais, visto que a pesquisa ainda encontra-se em andamento. O que aqui se expõe são reflexões de uma investigação prévia desenvolvida para compor nossa dissertação de mestrado.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

ROCHA, Décio. *Produção de subjetividade: para uma cartografia dos discursos das publicações sobre videogames*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1997.

RODRIGUES, Isabel C. *Debates em educação bilíngüe para surdos: vozes que habitam o dizer não*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

### Análise do discurso e literatura

Esta sessão se dedica especificamente às pesquisas feitas nas confluências entre Lingüística e Literatura. Temos, nos últimos anos, produzido várias pesquisas nas quais renova-se a percepção do texto literário, a apreensão do fato e do fazer literário, considerado em sua diversidade histórica, geográfica e social como discurso. Essa abordagem discursiva da Literatura tem sua origem na construção de interfaces que leva em consideração elementos conceituais da Sociocrítica, da Psicanálise, da Teoria da Literatura, da Crítica Literária e também de elementos conceituais advindos de várias teorias lingüísticas. Acreditamos ser conveniente explicitar o contexto de discussão acadêmica no qual aparece o tema abordado nesta sessão.

A Análise do Discurso e a Literatura se vêem, aqui, numa relação de interface, de confluência. Análise do Discurso enquanto disciplina que enxerga a Literatura como uma manifestação da linguagem e que a trata como tal. Linguagem, evidentemente, distinguível da linguagem usada para outros fins. Mesmo consciente de que Literatura é também linguagem que coloca em primeiro plano a própria linguagem, isso pode provocar algumas reações contrárias àqueles que defendem uma separação clara de ambas. Esta atitude é vista com preocupação por certos pesquisadores, como, por exemplo, Machado (2003, p. 83-84), que pensa que “*As relações entre o texto de ficção e a AD provocam, ainda hoje, dúvidas ou discussões em certos meios onde a Literatura sofre o peso de uma tradição cultural elitista que insiste em não aceitar nenhum tipo de abordagem que tenha suas bases na lingüística.*”

Nesse sentido, buscamos uma pesquisa como mais uma possibilidade de abordar textos literários com conceitos e ferramentas que, até provem o contrário, servem para

todo e qualquer tipo de discurso e de texto, inclusive, evidentemente, o discurso e o texto literário. Literatura e Lingüística parece que sempre estiveram juntas e nunca se deram muito bem. Talvez por uma questão de território, talvez por uma questão de método: “*quando se trata de analisar textos, os lingüistas se interessam mais pelos fatos da língua, os estudiosos da Literatura mais à estrutura e ao sentido de uma obra.*” (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

Essa situação, segundo o autor, não é de hoje. Na verdade, no passado, quando ainda não falávamos de Lingüística, as explicações literárias se valiam das noções de estilística (sobretudo para os textos poéticos) e os gramáticos ou estudiosos da Estilística se valiam de exemplos emprestados dos textos literários. Entretanto, os dois domínios não se confundiam. Depois veio a Lingüística Estrutural e, com ela, a Semiótica Literária. Novos combates surgiram; para ficarmos somente com um exemplo, a polêmica entre Roland Barthes e Jean-Pierre Richard a propósito da análise dos textos de Racine. Vários literatos se apropriaram de certas noções de lingüística e de semiótica (por exemplo, a noção de “actante”), enquanto que os lingüistas descobriam a necessidade de trabalhar com textos não literários, o que finalmente criava um tipo de *gentleman agreement* entre os representantes dessas duas disciplinas.

Hoje parece haver um reconhecimento recíproco por parte de cada um desses parceiros pela disciplina do outro. São duas disciplinas que visam à análise dos textos. Hoje há também uma conscientização que quanto mais a análise dos textos literários tomar de empréstimo noções e procedimentos de várias disciplinas, mais ela será apurada. A análise dos textos literários torna-se, felizmente, cada vez mais pluridisciplinar. Nem os estudos literários nem a Análise do Discurso podem, nos dias de hoje, acreditar-se toda poderosa. Entramos na era de uma interdisciplinaridade fecunda.

CHARAUDEAU, P. Prefácio. In: MELLO, R. *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, 2005.

MACHADO, I. L. In: *Análise do Discurso em Perspectiva*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, 2003. p. 83-84.

MELLO, R. *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, 2005.

### Entre “confesso que vi” e “confesso que escrevi”: encenações ficcionais no discurso literário

Emilia Mendes

emilia\_ml20@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O objetivo desta apresentação é analisar um fenômeno que aqui denominaremos: ficcionalização da situação de comunicação e das identidades sociais e discursivas no Discurso Literário. Do ponto de vista da Análise do Discurso, conforme Maingueneau (2004), a literatura é uma instituição que produz um discurso passível de ser estudado pelos estudos da linguagem, assim como quaisquer outros discursos provenientes de outras instituições. Dessa maneira, já partimos do pressuposto de que a interface entre Literatura e Análise do Discurso seja uma realidade.

Dentre o que nomeamos acima “encenações ficcionais”,





podemos distinguir três cenas que se diferenciam por sua posição no mundo da linguagem:

(a) Cena Externa – neste espaço, a encenação se dá na simulação de um autor possível para a obra, há a simulação da própria identidade social do sujeito comunicante – trata-se dos casos de livros cuja autoria é incerta ou em que são usados pseudônimos para esconder o verdadeiro autor. Como exemplo, podemos citar: os heterônimos de Fernando Pessoa, Susana Flag, pseudônimo de Nelson Rodrigues, o personagem-escritor-árabe Malba Tahan, encarnado pelo brasileiro Júlio César de Mello e Souza, dentre outros. No caso específico desta apresentação, escolhemos as *Cartas Portuguesas* (1669), imputadas a Sórora Mariana de Alconforado, mas cuja autoria chegou mesmo a ser relacionada a vários escritores como Louise Labé, Racine, dentre outros. Atualmente acredita-se que as referidas cartas foram escritas por Gabriel-Joseph de Lavargne, Comte de Guilleragues. Desde a sua primeira publicação na França, de Guilleragues apresenta a “tradução francesa” para o público da época.

(b) Cena Intermediária – nesta composição, a identidade social “real” do escritor é legítima, mas paira certa incerteza sobre a autenticidade da obra em si mesma. Em geral, identificamos estas especificidades em paratextos ou em estudos posteriores. Existe a estratégia de se dizer em prefácios, posfácios, notas asseverando que a obra em questão foi encontrada/deixada em um lugar específico, que foi “reencontrada” por alguém de prestígio, que se trata de uma obra verdadeira, uma história verídica, um caso exemplar, e assim por diante. Para ilustrar, podemos citar nota de abertura do livro *A Casa dos Budas Ditosos*, de João Ubaldo Ribeiro, a “advertência do editor” e o “prefácio do redator” do romance epistolar *Ligações Perigosas* (1782) de Laclos; “a vida de Bilitis”, biografia ficcional criada por Pierre Louÿs para suas pretensas traduções desta poetiza grega em *As canções de Bilitis* (1894). Para aqueles que desconhecem o referido autor, Louÿs diz ter “encontrado” tais canções que remontam à Grécia Antiga, mas na verdade ele mesmo as escreveu, fato este revelado somente 30 anos após a publicação das Canções e que acarretou a exclusão de sua obra do cânone literário francês. Para o presente trabalho, analisaremos alguns fragmentos de Laclos e de Louÿs.

(c) e finalmente, uma Cena Interna na qual, já no nível do discurso, há uma encenação de “verdade”, ou do que poderemos denominar aqui de efeito de real (CHARAUDEAU, 1983). Existe uma preocupação, por parte de um narrador, em fazer com que o leitor creia estar lendo uma obra “real” e não “ficcional”. Trata-se somente de um efeito, pois o contrato situacional da obra é ser uma simulação de um mundo possível, ou seja, uma ficção. A identidade discursiva do sujeito comunicante busca credibilidade para endossar seu discurso. Genericamente falando, argumentos de autoridade, referências a fatos históricos (reais ou simulados), lugares, dentre outros, são marcas da ficcionalização desta cena interna. Algumas vezes, percebemos o uso do modo de organização argumentativo do discurso justamente para que se estabeleça um interdiscurso com o saber das ciências, o que respaldaria este efeito de real. Podemos dizer que a obra de Jorge Luis Borges, em geral, ilustra esse tipo de cena. Sem dúvidas, há um sem número de exemplos a serem discutidos aqui, no entanto, nos ateremos ao estudo de tais efeitos nas obras acima citadas: *Ligações Perigosas* e *As canções de Bilitis*.

Diante da descrição que acabamos de fazer, podemos nos perguntar: De que maneira a Análise do discurso pode lidar

com tais fenômenos? Se a situação de produção do discurso é simulada, ficcionalizada, como podemos descrevê-la? Tendo em vista que a autenticidade das identidades sociais e discursivas são colocadas em questão, não seria contraditório identificá-las no centro produtor de um discurso? Como analisar o fato de que um escritor pode “criar/forjar” um discurso sobre si mesmo ou sobre sua obra?

Pretendemos dar respostas a estas questões com categorias de análise oriundas da Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau (1983, 2001, 2004) e também a partir das reflexões sobre a relação entre Análise do Discurso e Discurso Literário estabelecidas por Maingueneau (2003, 2004).

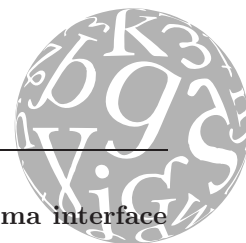
CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.  
CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI; MACHADO; MELLO (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. BH, NAD/FALE/UFMG, 2001, p. 23-38.  
CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.  
MAINGUENEAU, D. Le discours littéraire contre la littérature en soi. In: MARI, H. et Alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 17-32.  
MAINGUENEAU, D. Diversidade dos gêneros de discurso In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 43-58.

### Aspectos lingüísticos do discurso literário: os casos de *Germinal*, *Morro velho* e *Sul*

Antônio Augusto Moreira de Faria

defaria@netuno.lcc.ufmg.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Neste trabalho, pretendemos apresentar algumas contribuições que a análise do discurso – literário, mas não só ele – pode receber de um conjunto mais amplo de estudos lingüísticos anteriores ao estabelecimento dos estudos discursivos. Algumas dessas contribuições proporcionam aportes à análise do intradiscurso; outras, à das relações entre o intra e o interdiscurso. Em nosso método, as principais categorias analíticas são: para o intradiscurso, a de percurso semântico, que engloba os conceitos greimasianos de percurso temático e de percurso figurativo; para o interdiscurso, a categoria de oposição - que, embora conhecida há muito pelos estudos lingüísticos, não tem sido trabalhada sistematicamente em análise do discurso. Nosso método consiste em, dado um conjunto de textos, identificar os percursos semânticos do intradiscurso, primeiramente; em seguida, a partir dos traços distintivos subjacentes aos percursos semânticos intradiscursivos, identificar as correspondentes oposições constitutivas do interdiscurso; e, finalmente, estabelecer as relações entre os percursos semânticos intradiscursivos e as oposições interdiscursivas. No presente trabalho, outro aspecto metodológico relevante é o *corpus*, formado por textos literários que têm trabalhadores em minas como personagens principais: os romances *Germinal*, do francês Émile Zola, *Morro Velho* e *Sul*, dos brasileiros Avelino



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Fóscolo e Guilhermino César. Nos três textos literários, os protagonistas são trabalhadores em minas – de carvão, no norte da França, em *Germinal*; de ouro, na região central de Minas Gerais, em *Morro Velho* e em *Sul*. A partir do método acima delineado, identificamos, no plano do enunciado, um aspecto intradiscursivo comum aos três romances: o percurso semântico figurativo do trabalho, para o qual postulamos /produção/ como traço distintivo subjacente. O percurso semântico do trabalho é um aspecto intradiscursivo relacionado a uma oposição interdiscursiva, o antagonismo capital x trabalho, o qual opõe os textos (literários ou não) que defendem o pólo do trabalho, como os três romances em exame, aos que defendem o pólo do capital. Quanto a este pólo discursivo, postulamos /apropriação/ como traço distintivo subjacente ao percurso semântico da acumulação. A oposição /produção/ x /apropriação/ relaciona-se ao antagonismo interdiscursivo, mencionado acima, que contrapõe, por um lado, os discursos que defendem os trabalhadores, os quais produzem as riquezas, e, por outro lado, os discursos que defendem os empresários, que se apropriam da riqueza produzida pelos trabalhadores. Além disso, identificamos em *Germinal*, mas não em *Sul* ou em *Morro Velho*, um segundo percurso semântico intradiscursivo – o da luta operária – relacionado à oposição interdiscursiva capital x trabalho. Postulamos /dinâmico/ como seu traço distintivo subjacente, assim como postulamos /estático/ como traço distintivo subjacente ao discurso empresarial, em seu percurso semântico figurativo da luta patronal. A oposição /dinâmico/ x /estático/ relaciona-se ao antagonismo interdiscursivo que dispõe, em um pólo, os discursos que defendem a luta dos trabalhadores pela mudança das relações socioeconômicas vigentes, e, em outro pólo, os discursos que defendem a luta dos empresários pela manutenção das relações socioeconômicas. *Germinal* é o único dos três romances que defende a luta dos operários não só por melhores condições de vida, mas também pela própria mudança das relações capital x trabalho, com o fim da hegemonia daquele sobre este. Em *Sul* e *Morro Velho* identificamos o percurso semântico figurativo do inconformismo, em que há um protesto contra a exploração do trabalho pelo capital, sendo desenvolvida ficcionalmente uma descrição das precárias condições de trabalho e outros aspectos da vida operária; esse inconformismo não chega a se manifestar como enfrentamento do próprio sistema capitalista, diferentemente do que ocorre em *Germinal*. Postulamos /inaceitação/ como traço distintivo subjacente ao percurso semântico do inconformismo, em oposição a /aceitação/, traço subjacente ao percurso semântico do conformismo, nos discursos segundo os quais os trabalhadores devem conformar-se às relações socioeconômicas vigentes. A partir desses aspectos intra e interdiscursivos, sustentamos que no plano do enunciado há tanto em *Sul* quanto em *Morro Velho* um discurso inconformista, ao passo que em *Germinal* há mais do que isso, há um discurso socialista. Estas são algumas das características com as quais os três textos literários tematizam um aspecto tão conhecido quanto relevante das relações sociais contemporâneas: o surgimento dos trabalhadores como protagonistas.

## Análise do Discurso e Literatura: uma interface real

Renato de Mello

renato@letras.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Análise do Discurso e Literatura. Hoje, uma interface não só possível mas real. Ainda assim, discute-se, atualmente, se a Análise do Discurso (AD) poderia/deveria abordar textos literários, se ela poderia/deveria, com seu próprio instrumental teórico e a sua própria história, transpor o que seria a existência de uma fronteira entre a Literatura e a Lingüística. E, sobretudo, uma fronteira disciplinar criada no âmbito acadêmico. Se conceitos “próprios” da Lingüística e da disciplina *Análise do Discurso* são aplicados a diversos e diferentes objetos sociais resultantes da interação linguageira, não seria possível pensar que essa disciplina não iria se interessar pela análise dos resultados de uma prática discursiva das mais antigas do mundo: a literária. Vemos que há um interesse crescente dos pesquisadores da AD em trabalhar com manifestações desse tipo de linguagem, numa perspectiva que não exclua a absorção recíproca de ambas as disciplinas.

Não é minha intenção, nesta sessão, fazer um estudo detalhado da história da Lingüística, da AD e tampouco da Literatura, da Crítica Literária ou da Teoria da Literatura. Meu objetivo é simplesmente esboçar, ainda que superficialmente, o percurso da Lingüística contemporânea no século XX, apresentando aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram e ainda contribuem para a confluência entre os estudos lingüísticos e literários, mostrando o surgimento e os caminhos tomados do diálogo entre AD e Literatura.

Começamos por Saussure a quem, para Benveniste, há quase um século, não há lingüista que não lhe deva algo. Saussure estabelece a “Lingüística da Língua”, com a distinção entre Língua e Fala. Este gesto é um gesto fundador para a Lingüística e também, de certa forma, para a Literatura.

Chomsky estabelece a “Lingüística da competência” na qual a Língua passa a ser vista não como produto, mas como competência. O autor critica aqueles que levam em conta uma característica essencial da linguagem: a criatividade.

A “Lingüística da Enunciação” teve como expoentes Bakhtin, Jakobson e Benveniste. A linguagem, na perspectiva dessa Teoria, deixa de ser vista apenas como instrumento externo de comunicação e de transmissão de informação, para ser vista como uma forma de atividade entre os protagonistas do discurso. Bakhtin questiona uma lingüística preocupada com os fatos da língua em detrimento da atividade da linguagem que envolve indissolivelmente os falantes. O autor vê a enunciação como o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados: o locutor e o alocutário. A linguagem e o sujeito passam da unidade para a multiplicidade. As “Funções da Linguagem”, de Jakobson representaram, segundo Barthes, “... um belíssimo presente à literatura: a lingüística.” Jakobson foi um pesquisador consciente da interface entre Lingüística e Literatura.

A lingüística da enunciação tem suas origens na análise dos *shiffters* (Jakobson), dos performativos (Austin) e da categoria de pessoa (Benveniste). As análises destes teóricos mostram domínios em que é impossível dissociar da língua a atividade do falante, e, assim, a língua deixa de ser vista



como instrumento externo de comunicação, de transmissão de informação, para ser vista como uma forma de atividade, entre dois protagonistas.

A atividade do sujeito não se dá apenas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintático e semântico. É nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por esta atividade. Ao analisar o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto de um enunciado, Benveniste introduz nos estudos lingüísticos a noção de subjetividade, buscando as características formais da enunciação. A situação de diálogo é, como mostrou Benveniste, constitutiva do sujeito lingüístico. Na enunciação, o sujeito mostra sua identidade, sua subjetividade. Subjetividade que se mostra na linguagem, que é constitutiva da linguagem.

Ducrot, retomando o conceito de diálogo de Bakhtin e trazendo-o para o campo da lingüística vai mostrar, segundo a perspectiva da Semântica da Enunciação, como, num mesmo enunciado isolado, é possível detectar mais de uma voz. Seu objetivo fundamental é contestar a idéia da unicidade do sujeito falante e propor uma versão polifônica da enunciação.

Hoje, assistimos a um movimento dentro dos estudos da linguagem que consiste em um “deslizamento” dentro da Lingüística da Enunciação para a Análise Literária, a qual, além de se preocupar com a materialidade do texto, o faz levando em conta categorias teóricas tais como as de sujeitos da linguagem, discurso, enunciação, interdiscurso, contrato, gênero e espaço, e com a experiência de uma disciplina que, depois de influenciar outras ciências sociais durante o auge do Estruturalismo, deixa-se cada vez mais influenciar por essas mesmas ciências sociais.

Compagnon resume o discurso sobre a Literatura a algumas grandes questões, ou seja, a um exame de seus pressupostos relativos a um pequeno número de noções fundamentais: a definição do objeto (o que é Literatura?), a relação desse objeto com os sujeitos (autor, leitor), com a realidade (universo social, contexto) e com a linguagem (universo discursivo, textual). Esses pontos fundamentais de que fala Compagnon têm sido exatamente o que os estudos da AD têm buscado tratar.

Abordar o texto literário a partir de pontos de vista dos estudos da AD e tecer considerações sobre especificidades do texto literário pode parecer, para alguns, um despropósito. Entretanto, temos certeza que esses pontos de vista poderão nos ajudar a construir nosso raciocínio sobre a obra literária. Fazer crítica literária ou fazer análise do discurso literário depende da possibilidade ou impossibilidade de conciliar esse paradoxo. Espero que, com essa reflexão, se possa abrir caminhos para novas pesquisas que aproximem a Literatura e a Análise do Discurso, universos que convergem para um mesmo ponto, o ponto da letra, da palavra e do sujeito da linguagem.

---

### Construção de identidades em contexto institucional

Os três trabalhos desta sessão têm em comum o aparato teórico e metodológico da *Sociolingüística Interacional* e da *Análise da Conversa*. Trata-se de pressupostos de um campo interdisciplinar de estudos lingüísticos que recebe

contribuições da Antropologia e da Sociologia. Estudos dentro dessas linhas teóricas compartilham a concepção de que significado, estrutura e uso da linguagem são determinados social e culturalmente (SCHIFFRIN, 1994). Por meio da linguagem, construímos não somente nossas identidades sociais e culturais, mas também quem somos, de onde falamos, o que queremos comunicar e como fazemos. Desse modo, o tema da identidade se faz relevante dentro dessa área de pesquisa, já que é através de interações cotidianas que somos tipificados e tipificamos as pessoas. Estudar identidade na conversa consiste na adoção de uma concepção dinâmica do termo, significa compreender como os atores sociais *fabricam um mundo social* no dia-a-dia. Não se trata de um conceito essencialista e passivo de identidade, mas pretende-se, nesses trabalhos, verificar como as pessoas constroem determinada identidade em interação com o outro. Segundo Littlejohn (1982), interlocutores empenhados em uma interação face a face estabelecem e mantêm uma relação definida por percepções mútuas em um processo de interdependência comunicativa. Segundo Goffman (1999), as pessoas se apresentam às outras manobrando impressões, a fim de manterem determinada face, isto é, sustentam, em cada contato social, determinada linha, por meio de um padrão de atos verbais e não-verbais, através dos quais expressam sua visão da situação, dos participantes da interação e de si. Interlocutores em uma comunicação indicam o que dizem ou fazem, bem como interpretam o que é dito e feito, por meio de enquadres da mensagem e da situação. Conforme Goffman (1974), esses enquadres sinalizam o que está acontecendo em determinado encontro. Desse modo, os participantes de uma interação introduzem e mantêm enquadres que organizam o discurso e os orientam para que eles possam se posicionar em relação à situação interacional. Como desdobramento do conceito de enquadre, Goffman (1981) formula a idéia de *footing*, que indica o posicionamento ou alinhamento de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção. Nas situações face a face, os alinhamentos dos participantes indicam como eles gerenciam a produção e a recepção de um enunciado, de modo dinâmico, podendo ser introduzidos, negociados, modificados, co-sustentados na interação (RIBEIRO e GARCEZ, 1998). Os posicionamentos dos interagentes podem, assim, refletir identidades oriundas de características pessoais ou de papéis sociais assumidos em determinado contexto. Os participantes identificam e se posicionam em um determinado enquadre por meio de *pistas de contextualização* (GUMPERZ, 1982 a) que são sugeridas pelo cenário da ação, pelos participantes, bem como pela natureza da atividade em andamento. Esses pressupostos têm conduzido à observação empírica de que atividades de fala executadas em um contexto institucional restringem as possibilidades de escolhas discursivas dos seus interlocutores em relação à estruturação da conversa cotidiana. Assim, a fala-em-interação em locais de trabalho apresenta formas restritas de troca de turnos, bem como direitos e obrigações diferenciados entre os participantes (DREW e HERITAGE, 1992). No momento em que as pessoas entram em um encontro institucional, elas têm expectativas de participação que influenciam, por exemplo, quem seria o membro com o direito de perguntar e quem deve responder, contar uma história ou se justificar. Dessa forma, os trabalhos desta sessão mostram como identidades emergem, transformam-se e tornam-se relevantes em três contextos institucionais distintos: uma empresa, um Procon e um Juizado Especial.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- ANTAKI, C.; WIDDICOMBRE, S. *Identities in Talk*. London: Sage, 1998.
- DREW, P.; HERITAGE, J. *Talk at Work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GOFFMAN, E. *A representação do Eu na Vida Cotidiana*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Frame Analysis*. New York: Harper & Row, 1974.
- \_\_\_\_\_. Footing. In: *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.
- \_\_\_\_\_. On face-work. In: GOFFMAN, E. *Interactional Ritual*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.
- GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- LITTLEJOHN, S. W. *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHIFFRIN, D. *Approaches to Discourse*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

### “Você é uma mulher, mas é uma pessoa”: emergência e gerenciamento de sub-identidades em uma situação de conflito

Raquel Brigatte

rbrigatte@yahoo.com  
PUC - Rio de Janeiro

Na área de estudos lingüísticos, a preocupação com as questões identitárias é crescente, sobretudo em meio a uma concepção de linguagem que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto específico. Dessa forma, todo discurso provém de alguém com marcas identitárias singulares, marcas essas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso. Os outros, em um dado instante, reconhecem aquele participante como agindo e interagindo como um *tipo específico de pessoa*, com características que podem, no entanto, mudar de momento em momento na interação, de contexto para contexto. Logo, o *eu* é construído em discursos e a seguir re-experimentado, reposicionado ou transformado, revelando seu lado instável e por vezes ambíguo (GEE, 2001). Adota-se, por conseguinte, uma perspectiva anti-essencialista das identidades, a qual não aceita rotulações de categorias com traços imutáveis e unificados. Na verdade, as identidades sociais, construídas dialogicamente, a partir dos contextos interacionais, devem ser entendidas como um feixe de traços identitários que coexistem na construção das diferenças de que somos feitos (MOITA LOPES, 2003). Sob tal viés, o presente estudo objetiva investigar os processos de (re)construção das identidades em uma interação bastante específica, as audiências de conciliação no Procon. Participam da atividade de fala o reclamante, o reclamado e o mediador, sendo que este último tem suas práticas discursivas orientadas para a resolução dos conflitos. A figura institucional pode impor restrições que operam e regulam os comportamentos verbais e não-verbais, o que revela a característica assimétrica das audiências. Tal encontro de natureza institucional apresenta características muito singulares no que se refere a sua estrutura de participação e organização interacional. As audiências, reguladas por processos contestatórios abertos, têm como meta principal o estabelecimento da *verdade dos*

*atos*, a qual deverá emergir através do confronto entre as partes divergentes, ou seja, o reclamante e o reclamado, mediado por um representante da instituição. A linguagem desempenha, então, um papel central, já que o poder do reclamado e do reclamante na busca de um acordo se instaura via argumentação. Principalmente na segunda fase, denominada fase de argumentação, ocorre uma intensa negociação (FIRTH, 1995) dos diferentes pontos de vista e alinhamentos (GOFFMAN, 1981). O consumidor precisa apresentar evidências que justifiquem sua reivindicação para que seja considerado merecedor do reparo pleiteado. Por sua vez, o reclamado, geralmente representante da empresa, procura eximir-se da obrigação de ressarcir o consumidor pelos danos causados. Para consubstanciar sua argumentação, recorre, com frequência, à estratégia de transferir a responsabilidade pelo prejuízo para terceiros ou para o próprio consumidor (SILVEIRA, 2000).

Nessa interação, caracterizada como conflituosa, devido à divergência de interesses, cada participante procura construir uma auto-identidade, revestida de atributos socialmente aceitos como positivos, considerando que tais projeções do *eu* são atualizadas no discurso, sinalizando a relação do participante consigo mesmo, com o outro e com aquilo que é dito. Tal construção é freqüentemente realizada em paralelo a uma apresentação negativa do outro (SARANGI e ROBERTS, 1999). O sentido de *one-ness* é ancorado em atributos/experiências reais ou imaginários em relação ou em contraste com um *outro*. No caso específico das audiências, as partes procuram a todo instante sinais de distância com o oponente, na maioria das vezes, não demonstrando preocupação com a face alheia. Aliás, o uso da impolidez é muito recorrente nesse contexto, enquanto estratégia orientada pelo desprezo/agravamento da face do outro, principalmente quando o mediador não se posiciona como figura institucional legitimada. Soma-se a isso o fato de que, principalmente na segunda fase, os participantes direcionam as acusações entre si, o que facilitaria a produção de desacordos e a maximização dos conflitos. Esse movimento de identificar opositores é constitutivo do processo de construção de identidades. Cada uma das partes estabelece o tipo de *eu* que é apresentado, ao mesmo tempo em que redefine as identidades projetadas pelo *outro*. Pelo fato de a audiência ser uma situação de conflito, por vezes aberto, as formas como as partes se posicionam e são posicionadas podem ser totalmente divergentes, estabelecendo-se assim categorizações binárias.

Considerando-se o princípio da relevância (SCHEGLOFF, 1991) e buscando-se articular os níveis micro e macro do discurso (ARMINEN, 2000), investigar-se-á o complexo de identidades desempenhadas na co-construção discursiva, verificando principalmente o contraste entre os atributos identitários que cada participante constrói para si e aqueles projetados pelo outro. Sob o arcabouço teórico-metodológico da Sociolingüística Interacional, busca-se analisar de que forma reclamante e reclamado gerenciam a co-construção e as constantes redefinições dessas múltiplas facetas identitárias, por vezes contraditórias e muitas vezes ameaçadoras às faces na dinâmica do discurso.

- ARMINEN, I. On the context sensitivity of institutional interaction. *Discourse & Society*. London: Sage Publications, 2000.
- FIRTH, A. (Ed.). *The Discourse of Negotiation*. Studies of Language in the Workplace. New York: Elsevier, 1995.
- GEE, J. P. Identity as an analytic lens for research in education. *Review of Research in Education*. v. 25. 2001.



GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: Age Editora, 1998 [1981].

MOITA LOPES, L. P. *Discursos de Identidades*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

SARANGI, S. e ROBERTS, C. The dynamics of interactional and institutional orders in work-related settings. In: SARANGI, S. e ROBERTS, C. (Eds.). *Talk, work and institutional order*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1999. p.1-57.

SCHEGLOFF, E. Reflections on talk and social structure. In: BODEN, Deirdre & ZIMMERMAN, Don E. (Eds.). *Talk and social structure: Studies in ethnomethodology and conversation analysis*. Cambridge: Polity Press, 1991. p. 44-70.

SILVEIRA, S. B. *Trabalhos de face em acareações*. Gelne. Salvador, Bahia, 2000.

### A construção de múltiplas identidades de mediador em audiências de conciliação de um juizado especial cível

Wânia Terezinha Ladeira

wladeira@hotmail.com

Universidade Federal de Ouro Preto

A pesquisa da fala-em-interação em contexto institucional, oriunda de vertentes teóricas e metodológicas da Análise da Conversa e da Sociolinguística Interacional, tem observado certas características específicas nesse tipo de encontro. A fala produzida em locais de trabalho, com o objetivo de executar certas tarefas, parece conter uma organização interacional particular e estruturas de participação próprias. Assim, a fala-em-interação em locais de trabalho, se comparada com a conversa cotidiana, apresenta formas restritas de troca de turnos, bem como direitos e obrigações diferenciados entre os participantes. No momento em que as pessoas entram em um encontro institucional, elas têm expectativas de participação que influenciam, por exemplo, quem seria o membro com o direito de perguntar e quem deve responder, contar uma história ou se justificar (DREW & HERITAGE, 1992). Tendo em vista as sugestões e resultados de estudos recentes sobre contextos institucionais (OLIVEIRA e BARBOSA, 2002) e a relevância da contribuição comunicativa do mediador em uma audiência de conciliação (SILVEIRA, 2004), partimos dos seguintes objetivos para nortear a pesquisa: (i) observar como o papel/identidade do mediador se manifesta e influencia os processos de construção da história do conflito e de sua negociação em audiências de conciliação de um Juizado Especial de Relações de Consumo; (ii) verificar como o mandato institucional (MAYNARD, 1984) pode definir a organização interacional de uma audiência, moldando seu formato de produção e estrutura de participação (GOFFMAN, 1981). A partir das técnicas de gravação em áudio e transcrição, segundo tabela de convenção da *Análise da Conversa* (SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G., 1974), escolhemos três audiências, entre dezessete gravadas, e analisamos estratégias discursivas de mediação, com o enfoque na identidade/papel profissional do mediador nessas sessões mediadas.

A resolução institucional de conflitos difere da disputa informal, segundo Garcia (1991), por contar com uma autoridade superior às duas partes. Os procedimentos insti-

tucionais definem os papéis específicos de cada participante, destacando o papel de autoridade do mediador, assim como as expectativas de normas, a seqüência de procedimentos e uma organização interacional própria. A mediação seria, então, uma modalidade de resolução de conflitos que implementa uma organização interacional, cujo resultado é a restrição das probabilidades de apresentação de acusações e réplicas diretas e adjacentes. Desse modo, os adversários em uma mediação negociam o acordo através de uma terceira parte, que enfatiza a cooperação e o compromisso, tirando de foco a natureza adversa da disputa. Os mediadores solicitam histórias detalhadas dos participantes e coordenam a discussão (COBB, 1994), evitando o escalonamento de conflito e a impossibilidade do acordo. Eles implementam também um processo de negociação que procura reenquadrar a situação de conflito, através da definição dos tópicos e de oscilações de alinhamento do mediador entre reclamado e reclamante.

Durante o processo narrativo, o mediador se retrata como co-construtor da história do consumidor. À medida que o reclamante faz o seu relato, o mediador faz perguntas do tipo QU, que têm a função pragmática de buscar informações e esclarecimentos, e perguntas do tipo sim/não com a função de pedir confirmação. Essas perguntas co-construem a história do consumidor, destacando pontos importantes, por meio da insistência em determinados tópicos que são usados na fase de negociação como argumentos favoráveis à negociação e ao acordo. Outra estratégia de co-construção da história são as formulações. A formulação da história do reclamante teria a função de obter a aceitação, por parte dos adversários, de uma versão da história do conflito. Assim, as formulações e as perguntas do mediador dão credibilidade à história dominante e restringem as opções de construção de uma segunda versão. Essa conduta estratégica do mediador demonstra o seu alinhamento majoritário com o consumidor durante o relato da história do conflito, a fim de fortalecer uma versão coerente da narrativa do conflito (LADEIRA, 2005).

No processo de negociação (FIRTH, 1995), o papel do mediador é de negociador. Como estratégias coerentes com esse papel, ele conduz à mudança de tópico quando prevê um assunto que vai gerar impasse, faz propostas e pede comprometimento com a proposta acertada em audiência. Nota-se, então, que o mediador tenta influenciar as partes à negociação a fim de obter acordo. Conclui-se que as estratégias de mediação observadas nas audiências de conciliação se manifestam como tentativas de re-definição da situação de conflito. Desse modo, o mediador inicialmente define a audiência de conciliação como ocasião que tem o objetivo de chegar a um acordo. Outra estratégia de enquadre ou definição da situação da audiência é o estabelecimento e nomeação do culpado na fase de relato da história do conflito, através de perguntas que pré-alocam a responsabilidade e de formulações, de modo que uma contestação da primeira versão seja limitada. O mediador oscila entre vários alinhamentos no decorrer da audiência. Ele se alinha, inicialmente, com o consumidor, e muda o seu alinhamento na fase de negociação se o reclamado fizer alguma proposta de ressarcimento. Quando há uma proposta de negociação, o mediador se alinha com o reclamado a fim de convencer o consumidor a aceitar tal proposta. Dessa forma, o mediador faz propostas e contrapropostas, e tenta convencer reclamado e reclamante a aceitarem uma posição satisfatória para ambas as partes. Os movimentos estratégicos do mediador parecem estar direcionados, portanto,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

para o mandato institucional de promover a negociação e conciliação entre as partes. O mandato institucional do mediador direciona os enunciados dos adversários para si, e não uns para os outros. Embora todos os participantes sejam receptores da reclamação, essa atividade de fala não é direcionada ao co-participante, que não têm o direito de responder imediatamente às acusações. É também o mediador que define quem e quando deve participar das atividades de relato e de negociação. Os ouvintes endereçados e a seleção de falantes são definidos pelo mediador, e subversões dessa ordem são reprimidas se não obedecem ao mandato institucional. A cooperação do reclamado com a meta-fim da audiência aumenta os seus direitos de participação no encontro. O mandato institucional do mediador, portanto, produz uma estrutura de participação e um formato de produção específicos, no qual o mediador gerencia a troca de turnos e as obrigações e direitos de participação dos adversários com o objetivo de aumentar a probabilidade de acordo (LADEIRA, 2005).

As estratégias discursivas do mediador durante a audiência de conciliação têm como meta-fim, portanto, a obtenção de acordo. Isso significa que suas estratégias de condução das audiências não são rígidas, e o aproximam do papel/identidade de um orquestrador, que indica o tempo de fala de cada participante e controla os tópicos de acordo com o que é considerado relevante para a discussão em andamento.

COBB, Sara. A narrative perspective on mediation: toward the materialization of storytelling metaphor. In: FOLDER, J. P.; JONES, T. S. (Eds.). *New Directions in Mediation: communication research and perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994. p.48-63.

DREW, P.; HERITAGE, J. *Talk at Work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FIRTH, A. *The Discourse of Negotiation*. New York: Pergamon, 1995.

GARCIA, A. Dispute resolution without disputing: how the international organization of mediation hearings minimizes argument. *American Sociological Review*, v. 56. 1991. p. 818-835.

GOFFMAN, E. *Footing*. In: GOFFMAN, E. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

LADEIRA, W. T. *O Papel do Mediador no Gerenciamento e Negociação de Conflitos em Audiências de Conciliação*. Tese de Doutorado em Letras. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2005.

MAYNARD, D. W. *Inside Plea Bargaining: the language of negotiation*. New York: Plenum, 1984.

OLIVEIRA, M. do C. L.; BARBOSA, B. T. Novas Tecnologias e Novos Padrões de Interação: um estudo da fala em uma central de atendimento telefônico. *Palavra*, v. 8. 2002. p. 155-168.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language*, v.50. 1974. p.696-735.

SILVEIRA, S. B. Discurso e Identidade em Audiências de Conciliação no PROCON. In: XIX Encontro Nacional da Anpoll. *Boletim Informativo da Anpoll*, n.32. Maceió, 2004. p. 412.

## Construção e negociação de identidade profissional nos procedimentos de auto-reparo na fala de um executivo

Amitza Torres Vieira

amitzatv@yahoo.com.br

PUC - Rio de Janeiro

O mapeamento do comportamento verbal em conversas cotidianas, oferecido pela *Análise da Conversa*, tem constituído parâmetro para frutíferas análises que, embora recobrando contextos diversos daqueles tradicionalmente eleitos pelos analistas da conversa, fundamentam-se nos dois sistemas de organização da conversa descritos por Schegloff *et al.* (1974, 1977): o sistema de tomada de turno e o sistema de reparo. Este último, definido como “um mecanismo conversacional pelo qual um falante interrompe a seqüência de fala para lidar com problemas de escuta, produção e compreensão da fala” (cf. SCHEGLOFF *et al.*, 1977, p. 363), tem sido visto mais recentemente em sua relação com a interação, em análises que buscam vincular a produção do reparo na fala a aspectos em jogo no processo interativo (ARMINEN, 1996; Barbosa, 1999). Esses estudos, focados em interações institucionalizadas, procuram demonstrar de que modo especificidades contextuais orientam a atividade de (re)formulação da fala, revelando, por exemplo, os processos de construção de identidades dos participantes nos eventos investigados. Nosso estudo alia-se a esses trabalhos no intuito de analisar as operações de reparo intraturno, envolvidas na atividade de produção da fala, no contexto de uma entrevista de pesquisa que tematiza a qualidade da comunicação em uma grande empresa brasileira do setor de serviços de infra-estrutura, na área de energia, aqui denominada SERV, por razões éticas. Essa instituição empresarial, anteriormente estatal, foi privatizada há cerca de dez anos, quando um grupo empreendedor europeu assumiu sua gestão. A partir daí, a empresa tem passado por reformulações organizacionais que afetaram seu quadro de pessoal, estando os funcionários vivendo momentos diferentes de experiência de afiliação. A pesquisa foi realizada em meados de 2002, cerca de seis anos após a privatização da SERV, a qual foi adquirida por um consórcio de diferentes empresas privadas e estatais, nacionais e estrangeiras. Como principal acionista e empresa com maior experiência no tipo de atividade, entre os parceiros do consórcio, a X-Energia, um grupo europeu já com ampla atuação em outros países da América Latina, assumiu a gestão da SERV. Na entrevista analisada no presente trabalho, o entrevistado é diretor técnico do setor industrial da X-Energia, área responsável pela manufatura do gás natural, setor da empresa em processo de extinção, já que a diretoria europeia pretende, num futuro próximo, interromper a produção de gás manufaturado, com a intenção de comercializar apenas gás natural. Nesse contexto, elegemos como objeto de análise a fala do entrevistado, por esta resultar na produção de turnos longos, organização formal que acomoda privilegiadamente procedimentos de auto-reparo. Tendo em vista também as especificidades contextuais mais gerais da fala-em-interação, tais como a agenda do encontro, a identidade dos participantes e seus objetivos comunicativos, indagamos: de que modo os auto-reparos efetuados pelo entrevistado, na entrevista aqui investigada, atuam na construção e na negociação de



sua identidade profissional? Ao responder a essa questão, esperamos colaborar para os estudos conversacionais sobre a atuação dos auto-reparos como estratégia de construção e negociação de identidade, temática que desperta atualmente grande interesse no mundo acadêmico e fora dele, bem como para a percepção da importância de se aliar o desenho do texto conversacional a aspectos vários do contexto geral de produção da fala. Por envolver o *locus* de uma grande organização empresarial, pretendemos contribuir também para a compreensão da prática discursiva em contexto de trabalho, mais especificamente para o estudo da identidade profissional na sociedade industrial moderna, na tentativa de desvendar os problemas identitários por que passam os profissionais na modernidade. Nesse sentido, recorreremos à noção de *comunidade de prática* cujas três dimensões apontadas por Wenger (2001, p. 73) – o mútuo engajamento dos participantes, a negociação do empreendimento em conjunto que define o pertencimento, o repertório compartilhado dos recursos da comunidade – exibem características inerentes às organizações empresariais. De acordo com Wenger (2001, p. 145), “construir uma identidade consiste na negociação dos significados de nossa experiência de sermos membros de comunidades sociais”. É a partir dessa perspectiva que estamos considerando a empresa como uma fonte de identificação, que se constrói tanto por um processo de reificação – que faz com que o grupo seja *identificado como* alguma coisa ou alguém – quanto pelo processo de participação, através do qual as pessoas *se identificam com* alguma coisa ou alguém (cf. WENGER, 2001, p.191). Dessa forma, a experiência afiliativa está aqui sendo considerada como construída pelo conhecimento da prática e pela participação na prática. Considerando a X-Energia como uma comunidade de prática, julgamos interessante investigar, então, como as operações de auto-reparo na fala do executivo poderiam estar orientadas para a negociação do significado de sua existência de ser membro de uma grande empresa, que ele anteriormente vivenciara como estatal. A análise dos auto-reparos na fala do entrevistado possibilitou-nos desvelar tanto a construção como a negociação de sua identidade de pertencimento à nova gestão da X-Energia. A partir das operações de auto-reparo, o executivo argumenta a favor de uma imagem profissional, retifica sua identificação com a empresa ou atenua o sentimento de não pertencimento à X-Energia, negociando uma identidade afiliativa à empresa. Dado nosso *background* quanto aos aspectos do contexto maior de produção da fala-em-interação aqui investigada, parece-nos possível interpretar que as elocuições do entrevistado refletem um sentimento de instabilidade nas suas relações profissionais dentro da X-Energia. Em outras palavras, é como se o executivo, *perdido* entre dois modelos de gestão – um antigo, estatal, e o outro novo, privado –, buscasse (re)definir sua identidade de pertencimento ao novo modelo gerencial da empresa, apresentando-se na entrevista como um indivíduo engajado e alinhado às práticas de trabalho da nova X-Energia, ainda que deixe entrever em suas elocuições uma crise identitária em relação à incerteza quanto às perspectivas profissionais advindas da gestão européia. Dessa forma, embora os auto-reparos efetuados pelo entrevistado constituam uma tentativa de construir uma imagem de competência e alinhamento à atual diretoria, ao mesmo tempo refletem sua preocupação com o fim do setor que coordena e sua orientação para uma (re)definição identitária de pertencimento ao novo modelo empresarial implantado pela corporação européia.

- ARMINEN, I. On the moral and interactional relevancy of self-repairs for life stories of members of Alcoholics Anonymous. *Text*, 16(4). 1996. p. 449-480.
- BARBOSA, B. T. *Reparo textual e identidade comunicativa: um estudo sócio-cognitivo do discurso conversacional*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora / Departamento de Letras. Juiz de Fora: UFJF, 1999.
- SCHEGLOFF, E. A.; SACKS, H.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, 50. 1974. p. 696-735.
- \_\_\_\_\_. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language*, 53. 1977. p. 361-382.
- WENGER, E. *Communities of practice*. Learning, meaning, and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

### Trabalho docente e produção de subjetividade: fazendo ressoar saberes e experiências

A presente sessão coordenada reúne comunicações que, pelo viés da Análise do Discurso de base enunciativa, tematizam o trabalho docente, sob uma ótica discursiva, visando a avançar nas reflexões teóricas de questões que relacionem *mundo do trabalho e práticas de linguagem* em diferentes contextos institucionais. Nosso principal foco de interesse recai sobre o magistério, costumeiramente tratado como atividade educacional e não como trabalho.

Apresentamos a seguir cada uma das comunicações aqui reunidas. A primeira, intitulada 'Professor em seleção profissional: imagens discursivas', discute, a partir de diálogos com os documentos que integram processo de seleção para o magistério, o perfil de professor de língua estrangeira que neles se constrói discursivamente, com ênfase para os saberes ali privilegiados. A segunda, intitulada 'Análise linguístico-discursiva de relatos de professores de Espanhol LE: reflexões sobre uma memória de ensino', busca reconstruir a trajetória do ensino de Espanhol como língua estrangeira no estado do Rio de Janeiro, com base nos relatos de professores em situação de entrevista. A terceira, intitulada 'Saberes do trabalho docente: uma análise discursiva a partir da categoria discurso relatado', problematiza a produção / circulação de saberes pressupostos sobre a prática docente, a partir da análise de textos que circulam na sala de professores.

As três comunicações reunidas nesta sessão, além de compartilhar de um quadro teórico centrado nas reflexões da Análise do Discurso de base enunciativa, aproximam-se também na preocupação relativa ao trabalho docente. As diversas transformações por que passou a legislação educacional no país nos últimos anos evidencia a necessidade de mudanças efetivas no campo da Educação. Temas como financiamento, gestão democrática e formação têm sido recorrente nas tentativas de elaboração de respostas que deem conta dos desafios colocados.

Com efeito, os trabalhos aqui reunidos dialogam com esse cenário, contribuindo com reflexões que apontam no sentido da desnaturalização de saberes, valores e práticas instituídos, enfocando a complexidade constitutiva da atividade docente. Trabalhar, sob o ponto de vista assumido pelos pesquisadores que integram esta sessão, envolve agenciamento de saberes e práticas diversas, que não se restringem ao cumprimento de programas escolares ou legislações vigentes. Esse agenciamento aponta para uma compreensão do trabalho como



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

atividade sócio-historicamente situada, que sempre se renova. Desse modo, ao elegerem como quadro teórico as reflexões da Análise do Discurso de base enunciativa, as comunicações aqui reunidas colaboram na compreensão do papel da linguagem nas atividades de trabalho. Assim, por mais solitárias que possam parecer certas atividades inerentes ao fazer docente, tais como a correção de provas, por exemplo, a opção teórica aqui manifestada permite compreendê-las como práticas eminentemente polifônicas. Dialoga-se não só com os interlocutores mais imediatos, no exemplo dado, os alunos que responderam às provas, mas com uma série de outros discursos, que se cristalizaram como saberes e valores socialmente reconhecidos.

Ao atentar para o trabalho docente por um viés discursivo, os pesquisadores integrantes da presente sessão pretendem valorizar os diferentes fazeres e as experiências constitutivas das práticas laborais. Acreditamos ser este um tema pouco abordado, ainda, no meio acadêmico, porém de extrema relevância para a formação e atuação de futuros profissionais. Consideramos que analisar práticas discursivas relacionadas ao mundo do trabalhador da Educação, de alguma forma, nos permitirá uma maior visibilidade sobre a complexidade do trabalho do professor, assim como acerca do atual momento e da trajetória na qual esse trabalho se ancora.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução a partir do francês por Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Décio; DAHER, M. del Carmen F. G.; SANT'ANNA, Vera L. de A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; FAÏTA, Daniel (Orgs.). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Revista Polifonia*, Cuiabá, v. 8, p. 161-180, 2004.

### Seleção docente: imagens discursivas de professor de LE

Maria Cristina Giorgi

cristinagiorgi@terra.com.br  
CEFET- Rio de Janeiro

Pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação na área de educação apontam para uma série de problemas que vêm se reproduzindo nas últimas décadas – 'evasão de alunos', 'fracasso escolar', 'má qualidade do ensino', 'má formação de professores' etc. –, em geral, atribuídos a professores mal preparados. Entretanto, quando voltamos nosso olhar para a rede pública de ensino, verificamos que existe um processo que assevera que o docente está apto a dar aulas: a seleção via concurso público. Dessa forma, a partir da contradição entre o professor habilitado pela seleção e o professor 'responsabilizado pelos problemas da educação', chegamos à hipótese de que esse profissional selecionado não atende às necessidades da rede pública de ensino. Surge daí a relevância da análise dos documentos

que integram tal processo, uma vez que esses registram o que vem sendo valorizado na formação de profissionais no contexto atual de nossa realidade educacional.

Tal estudo faz-se relevante, visto que, mesmo que muito se discuta sobre o 'papel do professor', poucos ainda são os estudos sobre os mecanismos que o selecionam. Pensamos, pois, que esta pesquisa justifica-se por apresentar proposta de estudo e de discussão sobre gêneros discursivos tão pouco conhecidos teoricamente. Acreditamos, assim, que, abordando esse tema a partir da perspectiva do gênero de discurso (Bakhtin, 1979), estaremos contribuindo para um debate sobre o processo de seleção de docentes, aqui compreendido como uma prática discursiva circunscrita a um determinado contexto sócio-histórico. Imaginamos que entender tal processo é caminhar em direção às expectativas da rede pública e, conseqüentemente, ao que é privilegiado na formação do professor, ou seja, o que se espera do professor que estaria apto a trabalhar numa sala de aula do ensino básico. Dessa forma, o estudo desses documentos aponta para reflexão sobre saberes valorizados institucionalmente, em detrimento de outros que também fazem parte da história, tornando presente um acervo das concepções de língua e ensino representantes de crenças, que se perpetuam no âmbito do ensino de língua e indicando um paradigma que compreende homem, conhecimento e transmissão do saber desde uma determinada perspectiva. Buscamos compreender as partes que compõem o processo que seleciona o docente, 'desnaturalizando-as', visando a entender por que essas são legitimadas, por que fazem parte do nosso universo incondicionalmente, por que são incontestáveis.

Dessa forma, temos como objetivo neste trabalho, identificar perfis de professor de língua estrangeira construídos discursivamente no processo seletivo de ingresso ao magistério público do Rio de Janeiro, a partir da análise dos documentos que o integram. Para tal, procuramos relacionar os saberes privilegiados no Edital, no Manual do Candidato e nas provas de língua estrangeira dos exames de seleção realizados pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro em 2004.

Com relação à linguagem, seguimos as noções de gênero de discurso e de polifonia (Bakhtin, 1929, 1979) e as propostas da Análise de discurso (AD) de base enunciativa (Maingueneau, 2001).

Nossa fundamentação teórica considera os estudos que envolvem a relação sujeito-linguagem numa determinada situação de comunicação. Seguindo orientação bakhtiniana (1929, 1979), remetemo-nos aqui a suas reflexões sobre o princípio dialógico – o diálogo entre interlocutores e entre os discursos –, fundamentais para qualquer estudo sobre a enunciação, dado que compreendem a interação como ação intrínseca à natureza humana, situada em determinado contexto social, ou seja, submetida a coerções de diversas naturezas.

Aliamos às reflexões de Bakhtin conceitos advindos da Análise de discurso de base enunciativa, por entendermos que é a enunciação quem permite a encenação discursiva daqueles acontecimentos únicos construídos em tempo e espaços discursivos (Maingueneau, 2001). Longe da idéia de que discurso e realidade são exteriores um ao outro, esta perspectiva entende que o discurso não traduz passivamente uma dada conjuntura, mas é forma de ação produzida por um sujeito em espaço e tempo determinados.

Nossa pesquisa propõe-se, assim, a abordar e discutir: (a) características genéricas dos textos vinculados aos exames de seleção – edital, manual e provas –, tendo em vista que





cada um deles implica determinados usos da linguagem, relacionados a sua produção e circulação (Bakhtin, 1979; Maingueneau, 1996) e (b) perfis de profissional que se constroem discursivamente nesse conjunto de textos (Maingueneau, 2001).

Os resultados alcançados permitem-nos, com efeito, não apenas aprofundar os debates sobre o instrumento 'seleção de docentes', a partir da noção de gênero de discurso, mas também identificar que perfil de professor de língua é construído discursivamente nesse dispositivo privilegiado de interação verbal entre candidatos e banca examinadora, representada pela seleção para o magistério. Oferecem-se ainda, como resultados, o conjunto de competências/saberes privilegiados nesse processo e uma avaliação de até que ponto é permitido ao professor-candidato demonstrar algum conhecimento específico sobre seu próprio trabalho.

AROUCA, M. *Do discurso à Educação no Brasil: uma interlocução com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

CARVALHO FILHO, J. *Manual do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

CELANI, M. Alba.; COLLINS, Heloísa. Formação contínua de professores em contexto presencial e à distância: respondendo aos desafios. In: CELANI, M (Org.). *Reflexão e ações no ensino e aprendizagem de línguas*. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

DAHER, M.; SANT'ANNA, V. Reflexiones acerca de la noción de competencia lectora: aportes enunciativos e interculturales. In: GUBERMAN, M. (Org.). *20 años de APEERJ - El español: un idioma universal - 1981-2001*. Rio de Janeiro: APEERJ, 2002.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

## Saberes do trabalho docente

*Bruno Rego Deusdara Rodrigues*

brunodeusdara@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Esta comunicação tem como objetivo problematizar a produção / circulação de saberes pressupostos do trabalho docente, a partir da discussão relativa a critérios metodológicos de identificação da categoria 'discurso relatado'. Tais discussões integram pesquisa que vimos realizando no PPG em Letras / UERJ, cujo percurso centra-se em uma abordagem enunciativa da produção de subjetividade engendrada no trabalho docente.

A motivação para a referida pesquisa emerge de nossa prática profissional, a partir de observações que vimos realizando no cotidiano escolar, em que nos deparamos com profissionais angustiados com jornadas de trabalho que se prolongam por uma série de atividades, tais como elaboração

de material didático, formulação de projetos supostamente interdisciplinares e comparecimento a reuniões pedagógicas e com os responsáveis pelos(as) alunos(as), a festas e outras atividades previstas no calendário escolar. Em todas essas atividades, pressupõe-se o envolvimento dos profissionais, sem que se considerem tais atividades necessariamente com trabalho, não havendo assim a contrapartida da remuneração. A separação entre algumas atividades, que seriam remuneradas, e outras não produz uma certa hierarquia entre elas. Assim sendo, ao tomar como referencial o tempo de trabalho do professor em sala de aula, a remuneração do magistério, por exemplo, parece apontar para imagens classicamente identificadas com o trabalho docente, quais sejam as interações entre professor / aluno em sala de aula. Essa hierarquização entre atividades que seriam inerentes ao trabalho docente (e, portanto, deveriam ser remuneradas) e outras supostamente secundárias constitui-se em uma das questões propostas pela referida pesquisa. Nossa hipótese de pesquisa questionava o fato de que, embora apenas algumas atividades se mostrem como efetivamente essenciais ao trabalho docente, há outras atividades inerentes à nossa prática profissional, que acabam por se apresentar como secundárias.

Como quadro teórico, fundamentamo-nos no dialogismo bakhtiniano (Bakhtin, 2000), entendendo o sentido como efeito que se produz na relação texto / contexto. Segundo o referido autor, o sentido é instável, sempre em transformação e luta com outros sentidos. As práticas de linguagem se instituem na interação entre os co-enunciadores (Maingueneau, 2001), obedecendo a coerções de ordens diversas. Essas coerções remetem a um outro conceito importante, o de gêneros do discurso, ou seja, 'tipos relativamente estáveis de enunciados' (Bakhtin, 2000).

Associamos essas questões relativas ao quadro teórico da Análise do Discurso, de base enunciativa, à reflexão acerca da relação poder-saber, proposta por Foucault (2004). De acordo com o esse autor, o poder não apenas reprime ou impede, mas produz realidade. O exercício do poder, conforme propõe Foucault, não se estabelece somente na relação entre a direção da escola e os professores, impedindo-os de realizar suas atividades de outra maneira. O poder se capilariza, toma formas variadas, produz certos regimes de verdade (Foucault, 2002).

No sentido de contribuir com a superação de imagens classicamente identificadas com o trabalho docente e, assim, desnaturalizar a hierarquização das atividades inerentes à prática docente, tal como dissemos acima, elaboramos alguns encaminhamentos, que passamos a descrever brevemente. Optamos, inicialmente, por uma observação empírica na sala dos professores de uma escola pública da rede estadual do Rio de Janeiro. Com isso, pretendíamos nos aproximar de certos modos de produção / circulação de discurso no / sobre o trabalho docente, que fossem além da sala de aula como referencial. Sustentamos nossa opção pela sala de professores, recorrendo ainda à noção ampliada de situação de trabalho proposta por Rocha, Daher e Sant'Anna (2002), que nos permite compreender a situação de trabalho não apenas como o local em que se realiza uma dada atividade, mas a partir de uma rede de discursos que se responsabiliza pela produção / circulação de sentidos. Percebemos, assim, que a sala de professores da escola observada não se restringe a um espaço em que o profissional descansa entre uma aula e outra; é antes espaço de produção de combinados de trabalho entre disciplinas, correção de provas e testes, reuniões administrativas, sindicais etc. Trata-se de espaço em que



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

não só se fala sobre o trabalho, mas também se desenvolvem certas atividades, como as descritas anteriormente.

Notamos, durante nossa observação, que as interações que circulam no suporte oral se articulam com suporte quadromural, de maneira complementar. Assim, o quadro-mural não possui caráter apenas informativo; os textos afixados nele suscitam polêmicas, tensionamentos. Esses aspectos nos levaram a optar pelo quadro-mural como fonte dos textos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa.

Ao longo dos oito meses de observação, identificamos a ocorrência de dez gêneros do discurso – a saber, mapa de controle de frequência, versículo bíblico, notícia de jornal, cartaz publicitário, circular, bilhete, poema, nota informativa e panfleto. Nesta apresentação, no entanto, centraremos nossas reflexões no gênero *circular*. Esse gênero caracteriza-se por uma enunciação entre a direção da escola e os professores, com temporalidade regular. No início de cada bimestre, uma nova circular é emitida, estabelecendo o calendário de provas, de entrega de notas e de conselho de classe, além de outras informações que se fizerem necessárias. Na análise desse material, recorreremos à categoria discurso relatado. Ao falar de discurso relatado, inevitavelmente nos referimos a autores como Authier-Revuz (1990) e Sant'Anna (2004). Authier-Revuz, partindo da tese do dialogismo bakhtiniano, define dois “níveis” de heterogeneidade enunciativa – a constitutiva e a mostrada –, que se articulam nas práticas de linguagem. O discurso relatado insere-se no ‘nível’ da heterogeneidade mostrada, na medida em que, ao se mostrar dando a voz a um outro enunciador, o discurso cria a ilusão de que apenas naquele ponto residira a presença da alteridade; em todo o restoalaria um sujeito uno e consciente. O discurso relatado se deixa ver, portanto, como uma forma de agenciar a presença do outro, produzindo a ilusão de que o sujeito da linguagem é dono de suas próprias palavras.

Entre as ocorrências de discurso relatado identificadas, o discurso narrativizado mostrou-se não só mais recorrente quantitativamente, como também produtivo, na possibilidade de fazer ver certos saberes sobre o trabalho docente pressupostos nas ‘informações’ aparentemente breves.

Com efeito, as análises propostas nos permitiram discutir estratégias de poder, materializadas no funcionamento discursivo, de naturalização de certos sentidos sobre o trabalho docente, bem como problematizar os modos de produção / circulação de saberes do trabalho docente.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, 19, julho-dezembro, 1990.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução a partir do francês por Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento das prisões*. 29. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIORGI, Maria Cristina. *Seleção para a rede pública estadual de ensino: o que se espera do professor de língua estrangeira?* Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, UERJ, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Décio; DAHER, M. del Carmen F G.; SANT'ANNA, Vera L. de A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; FAÏTA, Daniel (Orgs.). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de*

*análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.

### Análise lingüístico-discursiva de relatos de professores de espanhol LE: reflexões sobre uma memória de ensino

Maria Cecília N. Bevilaqua

cecilia\_bevilaqua@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A recente aprovação da Lei nº 11.161, de 05/08/2005, que torna a oferta do espanhol obrigatória em todas as escolas do país e a faculta no ensino fundamental, atesta o crescente interesse pelo ensino do idioma no Brasil, o que se costuma atribuir a questões de caráter econômico e político, além de razões culturais.

Inseridos nesse contexto, nos questionamos sobre o modo como se caracterizava o ensino de espanhol (E/LE) no passado e sobre a relação entre esse quadro anterior e a atual prática docente do idioma. Tais questionamentos nos motivaram à realização da presente pesquisa, considerando o propósito de compreender, sob uma ótica retrospectiva, o que mudou e o que ainda permanece nesse campo educacional, do ponto de vista das idéias e das práticas.

Nosso interesse considera, além de nossa formação na área, a constatação de que o ensino de espanhol no Rio de Janeiro apresenta uma trajetória peculiar, em relação ao ensino dos demais idiomas. Seu trajeto se inicia oficialmente em 1942, quando se integra ao currículo oficial das escolas de todo o país, e se interrompe no período compreendido entre 1961 e 1985. Assim, após vinte anos de práticas, resultam outros vinte e cinco de distanciamento do espanhol do ensino básico, quando permanece unicamente em cursos superiores e livres. Frente a esse longo espaço de distanciamento, procuramos realizar uma pesquisa que possibilitasse o alcance de uma maior visibilidade sobre a trajetória do ensino de espanhol no Rio de Janeiro. Consideramos, para tanto, a necessidade que se destaca cada vez mais no campo da educação de buscar outras informações importantes no passado, além das apresentadas em livros didáticos e em textos oficiais. Assim, voltamos nosso olhar para discursos produzidos em situação de entrevista por professores universitários do idioma que atuam e/ou atuaram no estado, formando docentes. Ao provocar, junto a esses professores, a criação de novos textos referentes a suas respectivas trajetórias profissionais, privilegiamos o resgate de uma memória de ensino construída discursivamente, sob a perspectiva dos próprios sujeitos que atuaram nesse percurso.

Desse modo, buscamos caracterizar, a partir desses enunciados, a trajetória do ensino de espanhol no estado, bem como melhor compreender a complexidade da atividade do professor que atua nessa área. Na análise desses discursos, direcionamos nosso olhar para referências a processos de formação e prática docente em diferentes contextos históricos, a fim de perceber mudanças e permanências nesse percurso. Nosso *corpus* é composto por entrevistas realizadas com três professores, cuja formação ocorre nas décadas de 60, 70 e 80, respectivamente. Considerando que as mudanças insti-



tucionais que marcaram o percurso do espanhol repercutem na prática docente do idioma, buscamos, a partir da análise proposta, alcançar uma maior visibilidade sobre o trajeto do espanhol em diferentes contextos, principalmente no período em que é retirado oficialmente dos currículos escolares.

A principal questão que orienta nossa reflexão é: Como o professor universitário de espanhol caracteriza diferentes aspectos da trajetória do idioma? Diretamente relacionada a essa questão está a pergunta: Como o entrevistado situa seu discurso com relação a outras vozes que são trazidas para sua fala?

Nosso enquadramento teórico-lingüístico segue propostas da Análise do Discurso de base enunciativa, a partir dos estudos de Maingueneau (2002), e considerações acerca da noção de heterogeneidade discursiva, de Bakhtin (2003). Sob esse ponto de vista, compreendemos que os enunciados dos professores não se constroem de forma isolada, mas a partir de outros discursos, caracterizando textos singulares diretamente relacionados a determinado contexto de interação verbal, nesse caso específico, ao contexto de entrevista.

Considerando a especificidade do resgate e da análise de entrevistas temáticas realizadas com professores, recorremos, ainda, a pressupostos da História Oral de Thompson (1998). Sob essa perspectiva de reconstrução histórica, compreendemos o objetivo de ouvir sujeitos como um esforço, no sentido de trazer à luz conhecimentos sobre a prática docente do idioma em diferentes contextos, dando prioridade à pluralidade da história. Desse modo, não objetivamos chegar a um consenso ou a uma 'verdade', mas provocar aquela posta em evidência, em discursos que se baseiam em diferentes pontos de vista e que circulam em diferentes espaços educacionais.

No que diz respeito ao instrumento de entrevista em situação de pesquisa acadêmica, consideramos a metodologia proposta por Daher (1998), que prescreve passos para a construção do roteiro de entrevista, e o estudo de Rocha, Daher e Sant'Anna (2004), que orienta nossa compreensão da entrevista não como simples ferramenta ou técnica, mas como um gênero de discurso.

Na análise dos relatos obtidos, refletimos sobre o modo como os entrevistados, baseados em sua experiência como alunos e como professores de espanhol, manifestam opiniões e juízos de valor acerca do ensino do idioma, em diferentes momentos de sua trajetória. Para tanto, consideramos as reflexões de Kerbrat-Orecioni (1980) a respeito dos 'modalizadores'. Segundo a autora, esses elementos, em nível lexical, remetem aos processos que indicam o 'grau de adesão' (forte/fraco; correto/incorrecto; apoio/rejeição) do enunciador diante dos conteúdos enunciados. A partir dessas considerações, optamos por analisar, neste trabalho, adjetivos e advérbios, bem como alguns grupos nominais considerados relevantes na observação da caracterização do ensino de espanhol por parte dos entrevistados.

Na observação dessas marcas lingüísticas nos textos analisados, verificamos que muitas delas se atribuem a outras vozes inseridas nos enunciados dos professores. Por isso, recorremos aos estudos de Oswald Ducrot (1987) a respeito da noção de polifonia, que se define como a incorporação feita pelo locutor de asserções de outros enunciadores. Dentre os elementos que impõem uma leitura polifônica, destacados por Ducrot, privilegiamos o emprego do conectivo 'mas', devido à sua grande incidência no *corpus*, assinalando a presença de diferentes pontos de vista.

Em nossas reflexões, verificamos como a inscrição da subjetividade dos professores, expressa por meio de elementos

avaliativos, apresenta-se nos enunciados de forma explícita ou implícita e os efeitos de sentido decorrentes dessas manifestações. Destacamos a relevância dessas reflexões para o alcance de uma maior visibilidade, tanto sobre aspectos que marcaram o ensino de espanhol no passado como sobre questões que incidem na atual prática docente do idioma, que dialoga com um contexto histórico anterior.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHAGAS, R. Valmir C. *Didática especial de línguas modernas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

DAHER, M. Del C.F.G. Quando informar é gerenciar conflitos: a entrevista como estratégia metodológica. *The ESpecialist*, São Paulo, v.19, n. especial, p. 287-303, 1998.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'enonciation*. Paris: Armand Colin, 1980.

LEFFA, V.J. O Ensino de Línguas Estrangeiras no Contexto Nacional. *Revista Contexturas – Ensino Crítico de Língua Inglesa*, São Paulo, v. 4, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

PICANÇO, D.C. de L. *História, memória e ensino de espanhol (1942-1990)*. Curitiba: UFPR, 2003.

ROCHA, D.; DAHER, D. C.; SANT'ANNA, V.L. A. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Revista Polifonia*, Cuiabá, 8, p. 161-180, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

---

### Representações de gênero: o masculino e o feminino em diferentes discursos pela perspectiva sistêmico-funcional

O objetivo dos trabalhos reunidos neste grupo é apresentar pesquisas que ilustrem práticas sociais diversas e que discutam a maneira como são organizadas lingüisticamente as representações sobre o masculino e sobre o feminino na área jornalística e na área de ensino de línguas.

Pretende-se, a partir de tais análises, verificar como as representações sobre o masculino e o feminino são construídas a partir de uma perspectiva lingüística. A teoria de base é a lingüística sistêmico-funcional de Halliday (1985, 1994), que vislumbra a linguagem como um sistema de escolhas à disposição dos usuários, os quais, ao fazerem uso do sistema lingüístico, operam, simultaneamente, três tipos de significados: ideacionais, pois expressam suas idéias, desejos, vontades e representações; interpessoais, pois trocam tais significados em contextos sociais específicos na interação com outros produtores de textos; e textuais, pois, ao interagirem, organizam suas mensagens de acordo com os elementos do contexto de cultura e do contexto de situação em que estão inseridos.

As pesquisas utilizam-se, ainda, do programa computacional WordSmith Tools (SCOTT, 2004), que permite o manuseio de grande quantidade de textos, facilitando, assim o processo de análise e a localização de itens léxico-gramaticais, bem como suas frequências, posições e distribuição nos textos.

A partir da análise das representações, temos acesso a práticas sociais e discursivas que permitem considerações



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

sobre o contexto sócio-histórico e, ao mesmo tempo, fornece elementos para uma consideração mais ampla de tais práticas e dos discursos que circulam nesses contextos, fazendo emergir, daí, resultados que podem ser utilizados com diversas finalidades, tanto para os estudos lingüísticos quanto para os estudos sociológicos e culturais.

### A representação da mulher profissional em artigos publicados em revistas e jornais da imprensa brasileira e norte-americana

Márcia Assumpção

marcia@piccomunicacao.com.br  
PUC - São Paulo

Este trabalho tem como objetivo identificar as representações que a imprensa escrita constrói sobre a mulher profissional, através da análise de artigos sobre mulher publicados em jornais e revistas brasileiros e norte-americanos de grande circulação.

Nas últimas décadas, a mulher tem conquistado um espaço mais atuante na sociedade e no mercado de trabalho. O número de estudos sobre o feminismo e, no campo do discurso, sobre o discurso feminista, tem crescido e se consolidado no Brasil nos últimos anos. A produção acadêmica brasileira nesse campo tem trazido uma grande contribuição teórica com temas abrangentes e um diálogo transdisciplinar fértil.

A imprensa retrata o que se passa na sociedade; portanto, a maneira pela qual as mulheres são representadas nestes veículos de grande circulação mostra como a mulher é vista na sociedade no mundo de hoje. Ao retratar a sociedade, a imprensa age sobre ela ao mesmo tempo. Isto afeta essas mulheres, suas identidades e seus cotidianos. As escolhas lexicais utilizadas em um artigo que é publicado na grande imprensa não são feitas arbitrariamente e carregam informações a respeito da identidade dos falantes/escritores, que, ao escolherem um item léxico-gramatical em detrimento de outro, estão deixando marcada a sua visão de mundo. Ao selecionar um item dentro de uma série de opções possíveis no sistema lingüístico, estamos desprezando outros itens que também poderiam ter sido selecionados; portanto, tanto uma análise lexical como uma análise da organização do texto pode identificar estas representações na medida em que deixa transparecer essas escolhas. Compreender melhor este discurso e estas representações é fundamental, pois torna possível um processo de reflexão sobre o mundo em que vivemos e sobre quem somos na vida social.

Para poder identificar as representações que a grande imprensa brasileira e americana fazem sobre a mulher, este estudo pretende usar como teoria de base a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESEN, 2004), que é uma teoria da linguagem e um método de análise de textos em seus contextos de uso. A Gramática Sistêmico-Funcional procura explicar como os indivíduos usam a linguagem e como a linguagem é estruturada em seus diferentes usos (EGGINS, 2004). É pela linguagem que o indivíduo revela seus valores e suas representações, transformando-as em ações. Qualquer item

léxico-gramatical selecionado tem pelo menos uma função na construção do significado, servindo tanto para nomear algum objeto ou ação quanto para garantir a interação entre os participantes ou mesmo para estruturar a mensagem de forma a torná-la compreensível. Para Halliday, a organização dos significados produzidos está organizada em três grandes metafunções: ideacional, que trata da representação lingüística da realidade; interpessoal, que diz respeito à interação entre os participantes; e textual, que se refere à organização e à coesão interna do texto. A análise desses significados é indissociável do contexto em que os textos estão inseridos, formando, segundo Halliday, um todo significativo.

Com base nessas premissas, serão analisados 122 artigos da imprensa escrita brasileira, retirados dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e das revistas *IstoÉ*, *Veja*, *Época*, *Exame*, além de 60 artigos da imprensa escrita norte-americana, retirados dos jornais *The New York Times*, *USA Today*, *Washington Post* e da revista *Newsweek*. Os artigos brasileiros e americanos foram coletados entre 2004 e 2006. Estes artigos serão submetidos a um tratamento computacional, usando o conjunto de ferramentas disponíveis no programa WordSmith Tools (SCOTT, 1999), dentre elas, a lista de palavras, palavra-chave e concordanceador.

Os artigos revelam características das posições que as mulheres estão ocupando e de como chegam a elas ou não, de como conseguem alcançá-las, as dificuldades que enfrentam em diferentes grupos e países e em diferentes áreas da vida social, de acordo com a visão de cada veículo. Os artigos revelam também diferenças entre as mulheres brasileiras e americanas.

### A representação da mulher da área política brasileira em artigos de revistas de circulação nacional: um estudo sob a perspectiva Sistêmico-Funcional

Fernanda Beatriz Caricari de Moraes

caricari@terra.com.br  
PUC - São Paulo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a representação do feminino na mídia impressa, através da análise de artigos publicados em cinco revistas de circulação nacional: *Época*, *Isto É*, *Veja*, *Caros Amigos* e *Carta Capital*, no período de 2002 a 2006. Embora haja uma série de publicações e trabalhos sobre o feminino, não foi encontrada nenhuma pesquisa sobre a representação da imagem da mulher na área política em artigos de revistas de circulação nacional. O escopo do trabalho está delimitado ao discurso sobre a mulher profissional que atua na vida política, com o objetivo de analisar a forma como a mídia jornalística representa a mulher e como as escolhas lingüísticas feitas são responsáveis por essa representação. Além de verificar se há semelhanças e/ou diferenças na representação, dependendo da profissional enfocada, enfatizará também alguns fatores socioculturais de nossa sociedade presentes no discurso jornalístico que faz referência à mulher da área política brasileira. A fundamentação teórica utilizada é a proposta pela Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday (1994, 2004) e Eggins



(1994) que vêem a língua como um sistema semiótico, o que permite que esta seja estruturada para produzir mais de um significado ao mesmo tempo e porque é organizada como um conjunto de escolhas. Distingue-se de outros sistemas semióticos pois cada escolha no sistema adquire seu significado quando se coloca em relação de oposição com outras escolhas que poderiam ser feitas (EGGINS, 1994). O uso da linguagem será influenciado pelas posições ideológicas, valores, preconceitos e perspectivas dos falantes. Adotar uma abordagem sistêmico-funcional da linguagem envolve investigar como as pessoas usam a linguagem em diferentes contextos e como a linguagem é estruturada para o uso, descobrir “o que se quer dizer”, quais as escolhas lingüísticas potenciais, e “o que se diz”, as escolhas lingüísticas reais. O conceito de escolha é de fundamental importância, pois sustenta o pressuposto de que os textos analisados são produtos derivados de escolhas feitas pelos autores, que dentro de inúmeras opções da língua, fazem determinada escolha lingüística para transmitir determinada mensagem. Para complementar, será utilizada a proposta de Van Dijk (1997, 1998, 2001) para quem a persuasão da mídia é capaz de controlar e formar opiniões dos leitores. Esse poder também remete ao seu abuso, à manipulação como forma de estabelecê-lo, podendo ser analisado negativamente, pois as informações muitas vezes são preconcebidas, “desviando” assim o conhecimento e a crença do público. A mídia permite ainda observar alguns processos de mudanças na ideologia de nossa sociedade e como o controle de opinião envolve também representações mentais, cognição social, opiniões e ideologias partilhadas por grupos de leitores, de acordo com Van Dijk (1997). A análise é baseada na Lingüística de Corpus que, segundo Berber-Sardinha (2004), permite uma visão probabilística da linguagem. Através de ferramentas computacionais, como o programa utilitário WordSmith Tools 4.0 (SCOTT, 2004), é possível realizar o levantamento das escolhas lexicais ligadas à representação da mulher profissional, pois o programa permite a análise de vários aspectos da linguagem através de listas de palavras, sua frequência e contextos em que são utilizadas, entre outros recursos disponíveis que permitem entender a composição lexical, sua organização, a temática de textos selecionados, e a organização retórica e composicional dos textos e do seu conjunto. A análise preliminar permite observar que em diferentes momentos a mídia, em especial a impressa, tem representado a mulher profissional enfatizando alguns aspectos femininos, como beleza física, formas de se vestir, bem como comportamento, atitudes e até mesmo o uso de nomes de seus maridos, sendo que pouca referência é feita à mulher como profissional, sua importância no cenário político brasileiro, sua capacidade e desempenho intelectuais na vida política. Espera-se que o trabalho contribua para o melhor entendimento das práticas discursivas que (re) posicionam a mulher na sociedade brasileira.

### **Representações do masculino no discurso de professores de inglês como língua estrangeira**

*Orlando Vian Jr*

orlandovianjr@uol.com.br  
Universidade Federal de São Paulo

As relações sociais são materializadas lingüisticamente em contextos sociais específicos e com base nas relações estabelecidas entre os interactantes em cada troca comunicativa. Ao utilizar a linguagem para expressar seus pensamentos, desejos, vontades, emoções e representações, estabelece-se aí uma relação dialética entre linguagem e contexto, dado ao fato de a linguagem tanto moldar quanto ser moldada pelo contexto: fala-se/escreve-se o que se fala/escreve em função do contexto em que se está inserido e com base nas relações que se estabelecem entre os participantes das interações. Torna-se relevante, a partir desse pressuposto, conhecer de que forma são organizadas lingüisticamente as representações construídas pelos usuários nos mais diversos contextos.

O campo de ensino de inglês como língua estrangeira é marcado pela presença quase maciça de mulheres atuando como professoras, com diversos trabalhos sobre análise de discursos, sobre reflexão e sobre formação de professores analisando discursos que tratam da mulher atuando como professora nos mais diversos níveis e contextos.

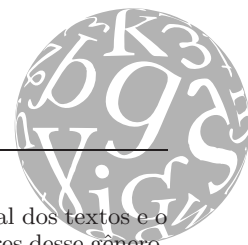
Pouco se conhece, entretanto, acerca das representações sobre o masculino na área de ensino de inglês como língua estrangeira, principalmente a partir das representações construídas pelos próprios professores e como são manifestadas, do ponto de vista lingüístico, tais escolhas, não apenas baseada em temas ou narrativas.

A pesquisa autobiográfica tem revelado alguns estudos nesse campo, como, por exemplo, o trabalho de Catani; Bueno; Sousa (1998), que, através de narrativas de professores, busca compreender como se arquetem as narrativas masculinas, bem como elementos nelas presentes e a proximidade de tais narrativas com outras produzidas por mulheres. O estudo, no entanto, em função da característica da abordagem utilizada, a pesquisa autobiográfica, não revela aspectos léxico-gramaticais das escolhas feitas pelos produtores de tais textos.

A partir desse panorama, este trabalho pretende mostrar como se organizam tais narrativas de seu prisma léxico-gramatical, levantando as escolhas mais comuns e, com base nelas, as representações construídas.

Adota-se, para tais análises, uma perspectiva sistêmico-funcional (HALLIDAY, 1985, 1994) e parte-se do pressuposto de que a estrutura gramatical da língua reflete o contexto social em que o texto é produzido. Toma-se como ponto de referência, ainda, a seleção que os usuários fazem dentro das opções à sua disposição no sistema lingüístico e, ao utilizarem a língua, tais escolhas serão influenciadas pelas variáveis do contexto: o campo do discurso, ou seja, qual a finalidade da interação e com que objetivo a linguagem está sendo usada; as relações entre os interactantes, relacionadas aos papéis sociais desempenhados, assim como relações de hierarquia, afeto, distância social, dentre outras; e o modo como a mensagem é veiculada.

A linguagem, dessa forma, é estruturada para o uso com base nas relações sociais, de forma a expressar as atitudes, emoções e pensamentos dos falantes. Em termos sistêmico-funcionais, portanto, a linguagem está estruturada de forma a transmitir, simultaneamente, três tipos de significados: ideacionais, interpessoais e textuais. Os significados ideacionais dizem respeito à oração como representação, pois é através dela que o produtor de textos expressa seus desejos, representações e vontades; os significados interpessoais dizem respeito às interações estabelecidas entre os usuários e os significados textuais dizem respeito à organização da mensagem. As metafunções (ideacional, interpessoal, textual), portanto,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

são a realização léxico-gramatical das variáveis de contexto (campo, relações, modo), com base na seguinte relação: a metafunção ideacional realiza léxico-gramaticalmente os elementos de contexto da variável campo, a metafunção interpessoal, da variável relações e a metafunção textual, da variável modo, reforçando ainda mais a relação texto-contexto. Como nosso foco é na experiência de vida do indivíduo, é necessário que se entenda que esta é organizada para ser veiculada pela linguagem em forma de participantes, processos e circunstâncias e o sistema da transitividade constrói a realidade dos mundos mental e material que experienciamos pela linguagem. Além disso, a gramática da experiência classifica o mundo em domínios de experiência, tais como processos de consciência, acontecimentos, atos materiais relacionados ao fazer, atos relacionados ao ser e relacionados à existência, ou seja, as nossas representações são construídas a partir do social com base em nossas relações.

A partir dessa perspectiva lingüística, portanto, este trabalho analisa as representações sobre o masculino expressadas por professores de inglês participantes de dois cursos de especialização em língua inglesa e como estes constroem suas masculinidades no discurso em uma área predominantemente feminina.

indícios de estilo, a configuração composicional dos textos e o processo discursivo organizado pelos produtores desse gênero.

BAKHTIN, M./Volochinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1929].

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Bernardini et alli. 4. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998 [1934-1935].

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal* (2003 [1920-1923] [1952-1953]). Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POSSENTI, S. Enunciação, autoria e estilo. *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 10, n. 15, jan./jun, 2001.

### Uma proposta de análise discursiva das melhores redações do Vestibular Unicamp

Lucas Vinício de Carvalho Maciel

lucasvcmaciel@yahoo.com.br  
UNICAMP

### Apontamentos sobre indícios de estilo em diferentes gêneros do discurso

A presente comunicação coordenada reúne trabalhos que partem dos mesmos pressupostos teóricos e metodológicos para a análise de diferentes produções escritas. Tomando a linguagem como um trabalho, como um lugar de interação em que sujeito e linguagem mantêm uma relação dinâmica e constitutiva, esses trabalhos procuram olhar para diferentes histórias individuais de envolvimento com a linguagem e buscar nessas histórias traços que as singularizem, que indiquem *marcas do trabalho desses sujeitos* com a linguagem, podendo, portanto, serem tomadas como indícios de *estilo* (Cf. POSSENTI, 1988).

Para fundamentar tal análise, os trabalhos baseiam-se no Paradigma Indiciário de Investigação, que, conforme definido por Ginzburg (1986), é um método pautado na observação de pistas, sinais, indícios, que possam indicar caminhos reveladores na formulação de hipóteses explicativas para processos aos quais não se tem acesso direto, nesse caso, o processo de produção de diferentes gêneros do discurso por diferentes sujeitos.

A primeira comunicação parte de um acompanhamento longitudinal do processo de aquisição da escrita de um sujeito, para observar marcas de seu trabalho individual com a escrita e com o desenho que possam ser tomadas como indícios de um estilo em construção; a segunda, toma como objeto de análise publicações com as melhores redações do vestibular Unicamp e analisa os conceitos de gênero do discurso, estilo do gênero e estilo individual (Cf. BAKHTIN, 1979 [1929] e 2003 [1952-1953]) podem fornecer elementos para entender porque foram atribuídas a essas redações as melhores notas e, a última comunicação, busca compreender o gênero “memorial de formação”, produzido em algumas instituições de ensino superior de nosso país, tomando como objeto de estudo os

Nesta comunicação, exponho algumas das reflexões suscitadas durante o desenvolvimento de meu projeto de mestrado em que analiso redações do vestibular Unicamp selecionadas como as melhores e publicadas, desde 1999, em coletâneas pela Comissão Permanente para os Vestibulares Unicamp (Comvest).

Nessa análise, observo como os conceitos de gênero do discurso, estilo do gênero e estilo individual, conforme postulados por Bakhtin (1979 [1929], 2003 [1952-1953]), podem ajudar a entender porque foram atribuídas a essas redações as melhores notas.

Antes de iniciar a análise das redações, realizei uma discussão teórica desses conceitos – gênero, estilo do gênero e estilo individual – com base nas obras de Bakhtin e de seus comentadores, entre os quais, por exemplo, Faraco (2003) e Brait (1997). Também foram pesquisados materiais da Comvest – manuais do vestibulando, prefácios das coletâneas de redações, entre outros –, a partir dos quais busquei depreender o que a Comvest espera em cada um dos três gêneros (dissertação, narração e carta argumentativa) que compõem a primeira fase do vestibular Unicamp. Esse primeiro momento de reflexão teórica e pesquisa dos textos da Comvest foi importante, na medida em que possibilitou analisar as redações com base em conceitos mais sólidos, o que não significa dizer que esses conceitos sejam imutáveis ou fixos.

Na análise propriamente dita das redações, me interessou observar aspectos de ordem discursiva, já que suponho que essas redações desenvolvem adequadamente aspectos de ordem textual – como, por exemplo, coesão, coerência, organização textual e adequação à modalidade escrita. Certamente a adequação a esses aspectos textuais contribuiu para que essas redações fossem bem avaliadas, agora resta saber se aspectos discursivos – aparentemente não contemplados, pelo



menos não diretamente, pela grade de correção do vestibular – contribuem também para a excelente classificação dessas redações.

Na análise desses aspectos de ordem discursiva, interessam-me especialmente os seguintes aspectos: 1. a adequação ao gênero do discurso em que as redações se realizam; 2. o estilo individual desses escreventes vestibulandos.

A concepção de gênero discursivo adotada, como dito anteriormente, é a esboçada por Bakhtin (2003 [1952-1953]) que julga que a linguagem só será adequadamente compreendida na medida em que os estudos lingüísticos se voltarem para a análise dos enunciados concretos e reais, em oposição a uma lingüística pautada pelo *objetivismo abstrato* ou pelo *subjetivismo idealista*. Na abordagem lingüística proposta por Bakhtin, é imprescindível a compreensão dos gêneros dos discursos, já que qualquer enunciado se realiza necessariamente num gênero. Neste estudo, é importante considerar o contexto sócio-histórico, as *esferas de comunicação*, que definem a maneira como esses gêneros se concretizam, não só em relação (i) ao conteúdo (temático) e (ii) ao estilo – a materialização em nível fraseológico –, mas principalmente em relação (iii) à estrutura composicional desses gêneros. Esses três elementos estão diretamente relacionados e compõem os *tipos relativamente estáveis* de enunciados, aos quais Bakhtin denomina *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, *Op. cit.*).

Assim, umas das primeiras tentativas que realizei é a caracterização dos gêneros dissertação, narração e carta argumentativa com base nos três elementos destacados por Bakhtin: conteúdo (temático), estrutura composicional e estilo; antecipando que se trata de uma caracterização flexível dada a própria natureza, relativamente estável, dos gêneros.

Ao lado dessa caracterização dos gêneros, procuro marcas que me permitam formular hipóteses sobre o estilo individual dos escreventes. Essas marcas são buscadas com base no paradigma indiciário, que, conforme definido por Ginzburg (1986), é um método que busca indícios, marcas, pegadas – mesmo que aparentemente marginais, residuais ou sem importância – que possam indicar caminhos reveladores na formulação de hipóteses explicativas para processos aos quais não se tem acesso direto. Ou seja, através de marcas no texto escrito, talvez seja possível, num procedimento abduutivo, formular hipóteses que possam explicar o processo de confecção de um texto, processo ao qual não se tem acesso direto. Desta forma, olhando marcas lingüísticas expressas na materialidade das redações – ou seja, marcas da escrita dos vestibulandos –, pretendo esboçar hipóteses acerca da constituição do estilo desses escreventes.

É válido notar que a concepção de estilo adotada neste trabalho não é aquela herdeira em grande medida da tradição literária romântica, comum e intuitivamente assumida como “inspiração” ou “desvio da norma”, mas uma noção de “estilo” como trabalho de escolha. Para Possenti (1988), o estilo deve ser entendido como trabalho, consciente ou não, que o sujeito realiza com a linguagem. Assim, há uma expansão da noção de estilo, pois este não mais é visto como próprio dos grandes escritos, mas como algo que está presente na escrita de qualquer escrevente, ainda que nem sempre este estilo seja facilmente reconhecível ou esteja explicitamente marcado. Em minha pesquisa, então, busco, a partir do paradigma indiciário, marcas que possam ser tomadas como indícios do estilo, de um trabalho de escolha, dos escreventes.

Essas duas abordagens – a da configuração dos estilos dos

gêneros e a da busca de estilos individuais de escrita – casam-se num terceiro momento da pesquisa em que se procura relacionar o estilo dos gêneros e o estilo individual dos escreventes, pois uma de minhas hipóteses é a de que os estilos individuais se expressam de forma diferente nos diferentes gêneros do discurso. Isso não implica assumir que o estilo do gênero impõe um estilo individual ao escrevente, mas que o escrevente tende a exprimir seu estilo individual – o que é possível, já que os gêneros são flexíveis – de maneira diferente em determinados gêneros – já que estes também guardam regularidades.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979 [1929].

BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952-1953].

BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo*. As idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

GINZBURG, C. *Mitti Emblemì Spie*: Morfologia e Storia. Torino: Einaudi. Tradução Brasileira: Mitos Emblemas Sinais: Morfologia e História. F. Carotti (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

POSSENTI, S. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1988.

## Apontamentos sobre indícios de estilo em diferentes gêneros do discurso

Adriane Teresinha Sartori

adriane.sartori@terra.com.br  
UNICAMP

Se a verdadeira substância da língua é a interação verbal (BAKHTIN, [1929]/1986), o texto escrito traz as marcas singulares de um processo discursivo que se estabelece numa determinada esfera de produção e circulação de conhecimento. Há, então, a impossibilidade de desvincular a linguagem das atividades humanas realizadas. Tendo por base esse pressuposto, a presente comunicação pretende relatar os resultados parciais de um estudo em andamento, cujo objetivo é buscar compreender um “novo” gênero discursivo que vem sendo produzido em algumas instituições de ensino superior de nosso país. Trata-se do memorial de formação. Tal gênero está sendo utilizado como instrumento pedagógico por propiciar a formação de um profissional reflexivo. Inscrito no conjunto de trabalhos que tem a pesquisa (auto)biográfica como foco, esse gênero caracteriza-se fundamentalmente por exigir do professor-aluno a articulação entre as experiências profissionais e as experiências do curso de formação.

Para o referido estudo, estão em análise vinte memoriais de formação, elaborados pelos discentes do Proesf (Programa Especial para Formação de Professores em Exercício na Rede de Educação Infantil e Primeiras Séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas). Esse programa é coordenado e desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, e o memorial de formação é um dos requisitos para a obtenção do diploma de graduação do curso



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

de Pedagogia. Os primeiros memoriais foram entregues em julho de 2005, data da conclusão da primeira turma. Na nossa pesquisa, organizamos dois grupos de textos, um de 2005 e outro de 2006, estes últimos entregues pela segunda turma.

A análise sustenta-se nos aportes sobre interação verbal e gêneros discursivos propostos por Bakhtin/Volochinov (1986 [1929]), Bakhtin (1998 [1934-1935] e 2003 [1920-1923] [1952-1953]) e a discussão apontada por Bazerman (2005) sobre a relação entre gêneros em um sistema de atividades, além da utilização do Paradigma Indiciário de Investigação, definido por Ginzburg (1986).

Para compreender o gênero em questão, especificamos alguns tópicos como objeto de estudo: indícios de estilo; configuração composicional do texto; o processo discursivo organizado pelos professores-alunos, através do agenciamento de vozes ao articular as experiências de formação e as experiências do curso de graduação; tudo isso sem perder de vista o fato de relações dialógicas perpassarem todo o processo de elaboração do texto.

Resultados preliminares demonstram que as marcas singulares de estilo – os estudos de Possenti (1988, 2001) têm sido importantes nesse ponto – são parte do trabalho que o sujeito realiza com a linguagem, já que a escrita em textos autobiográficos é permeada de grande subjetividade e põe em cena a atuação de um sujeito que reflete sobre si e sobre o seu próprio processo de subjetivação. Em relação à configuração composicional, os memoriais produzidos são bastante heterogêneos e apresentam uma intercalação de gêneros diversos, especialmente os do grupo de 2005. No entanto, se comparados os dois grupos de memoriais, são notáveis as mudanças na apresentação dos gêneros intercalados, resultantes das diversas interlocuções construídas entre instituição e professores-alunos durante o processo de produção do texto. É possível verificar também que o processo discursivo dos memoriais apresenta um constante movimento entre dois tempos: o passado e o presente. O passado representado na narrativa das memórias da prática profissional, e o presente, nas experiências significativas do curso de formação. Entretanto, há marcas singulares significativas que nos permitem concluir que os dois tempos não podem ser analisados de forma estanque. O agenciamento de vozes realizado pelos professores-alunos através de estratégias textual-discursivas variadas revela o tipo de engajamento que o sujeito cria com o seu próprio dizer e com o dizer de outrem.

A análise de todos esses aspectos está-nos auxiliando a compreender o memorial de formação como gênero discursivo produzido na esfera acadêmica e, como tal, verificar seu potencial na formação de professores.

BAKHTIN, M./Volochinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1929].

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Bernardini et alii. 4. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998 [1934-1935].

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal* (2003 [1920-1923] [1952-1953]) Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONISIO, Â.; HOFFNAGEL, J. (Org.). Tradução de Judith Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras,

1986.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POSSENTI, S. Enunciação, autoria e estilo. *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 10, n. 15, jan./jun, 2001.

### Considerações sobre o desenho e a escrita de um sujeito: uma análise de dados longitudinais

Adriana de Paula

paula@iel.unicamp.br  
UNICAMP

Grande parte da bibliografia sobre o desenho infantil (MERÉDIEU, 1979 [1974]; LUQUET, 1981 [1927]; LOWENFELD; BRITTAIN, 1977 [1947]; COX, 2000 e GREIG, 2004) afirma que as produções infantis começam por volta dos 18 meses de idade, momento em que a criança já tem um bom desenvolvimento das funções sensório-motoras. A maioria desses trabalhos considera que o desenho infantil evolui à medida que evoluem essas funções, e é justamente essa evolução que eles se propõem analisar, tomando como foco a maneira como a criança representa a realidade à sua volta. Desse modo, os autores desses trabalhos defendem a idéia de que toda criança percorrerá praticamente as mesmas etapas ao longo de seu processo de desenvolvimento.

Analisando pesquisas desse tipo, percebemos que elas tomam como objeto de estudo sujeitos idealizados, com percursos que correspondem exatamente ao que pretendem verificar, desconsiderando as histórias individuais desses sujeitos e a interferência das relações histórico-sociais ao longo desses percursos.

Diante dessa constatação, o objetivo desse trabalho é, a partir da análise de dados de um *corpus* longitudinal composto por centenas de desenhos e textos escritos, traçar considerações sobre o papel do desenho no processo de aquisição da linguagem escrita do sujeito M.L. e, através desse acompanhamento longitudinal, observar marcas de seu trabalho individual com a escrita e com o desenho que possam ser tomadas como indícios de um estilo em construção.

Considerando a aquisição da escrita como *um momento particular de um processo mais geral de aquisição da linguagem*, acreditamos que ao entrar em contato com a *representação escrita da língua que fala, o sujeito reconstrói a história de sua relação com a linguagem* (ABAURRE et alii, 1997, p. 22), chegando, inclusive, a manipular conscientemente essa linguagem, de um modo diferente daquele que manipula a fala. No caso dos dados aqui analisados, veremos que não só o contato com a escrita permitiu a construção de uma relação individual com a linguagem, como também o desenho foi uma forma de deixar expresso o *querer-dizer* desse sujeito, que muito mais do que simplesmente representar a realidade que o circunda, usou tanto o desenho quanto a escrita para analisar e criticar essa realidade ou para criar novas realidades, de acordo com aquilo que pretendesse dizer.

A análise dos dados foi baseada no paradigma indiciário de investigação (Cf. GINZBURG, 1986, ABAURRE et alii, 1992, 1997) e na concepção de estilo defendida por Possenti (1988), bem como na teoria dos gêneros do discurso de





Bakhtin (1953/1979) e possibilitou-nos observar o caminho percorrido por M.L. até atingir um grau de letramento que lhe permitiu produzir textos capazes de manifestar de forma precisa questões de seu interesse, podendo utilizar apenas a escrita para atingir o efeito desejado. Através desse acompanhamento, foi possível observar também a emergência e a manutenção de alguns temas e recursos de linguagem ao longo de sua produção, como, por exemplo, as questões sociais, as narrativas de caráter *nonsense* e a produção de um efeito irônico, mostrando as escolhas que M.L. fez em seu trabalho com a linguagem, o que lhe permitiu desenvolver um estilo próprio através do qual pôde imprimir uma marca pessoal a suas produções.

O desenho e a escrita foram espaços importantes na manifestação do *querer-dizer* de M.L. e foi através dessas duas linguagens que seu estilo foi sendo constituído, permitindo-lhe deixar marcas subjetivas em suas produções. Os dados analisados mostram como M.L. vai constituindo a sua subjetividade ao longo de suas produções, explorando em cada uma delas as questões que lhe chamam a atenção naquele momento, desse modo, através da manipulação dos discursos que circulam ao seu redor, vai construindo seu próprio discurso, marcando sua própria posição e construindo, assim, significados para aquilo que produz.

Através da análise longitudinal, pudemos verificar a evolução do desenho e da escrita de M.L., uma evolução que está intimamente relacionada ao seu investimento nessas duas linguagens e na necessidade de dizer, assim, à medida que a escrita por si só passa a dar conta de expressar aquilo que M.L. pretende, a quantidade de desenhos vai diminuindo e a função desses desenhos vai se modificando.

Quanto aos gêneros explorados, percebemos que inicialmente o desenho ilustra e/ou desencadeia textos narrativos, mas será através de gêneros cujo desenho faz parte de sua forma composicional, como histórias em quadrinhos e charges, que M.L. encontrará o espaço mais produtivo para aliar desenho e escrita. Ainda com relação ao gênero, é importante dizer que embora existam aqueles que são mais propícios para que M.L. expresse sua visão crítica acerca da sociedade em que vive, os dados analisados permitem-nos dizer que há marcas de seu estilo individual que são transgênicas e que, portanto, serão exploradas mesmo em gêneros em que normalmente a crítica não apareceria.

À medida que a linguagem e a escrita de M.L. vão evoluindo, seus desenhos também vão sofrendo alterações, não só em relação aos traços mas também em relação à função que desempenham em suas produções. Se inicialmente era o desenho o principal espaço de elaboração de seu *querer-dizer*, num segundo momento, há um imbricamento dessas duas linguagens e é através da exploração conjunta de desenho e escrita que M.L. vai se manifestar para, num momento posterior, expressar predominantemente através da escrita, aquilo que há muito já vinha dizendo com o auxílio de seus desenhos.

É importante ressaltar que, ao longo de todo esse processo, o que está em jogo é a vontade discursiva de M.L., ou seja, a relação entre escrita e desenho em sua produção está atrelada à sua necessidade de se expressar, desse modo, a autonomia da escrita ocorrerá quando aquilo que ela pretende dizer já não pode mais ser dito através de desenhos, à medida que seu olhar vai se tornando cada vez mais crítico e sua escrita vai se sofisticando, é a escrita que passará a ser sua principal forma de manifestação.

A partir dessas observações, torna-se possível afirmar que o desenho infantil pode ter mais do que a intenção de figurar

a realidade que rodeia uma criança. As produções de M.L. mostram que, mais do que figurar, seus desenhos têm como função expressar suas idéias, provocar, brincar, manifestar suas escolhas, marcar sua posições. Seus desenhos, enfim, assim como seus textos escritos, são um espaço no interior do qual M.L. se constitui como sujeito de sua linguagem.

Olhar para o desenho como um lugar a partir do qual a criança se constitui como sujeito de sua linguagem parece ser, portanto, um dos grandes desafios dos trabalhos sobre o desenho infantil.

ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. *Cenas de Aquisição da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, 1997.

BAKHTIN, M. (1953/1979). *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COX, M. *Desenho da criança*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GREIG, Philippe. *A criança e seu desenho: o nascimento da arte e da escrita*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOWENFELD, Viktor; BRITAIN, W. Lambert. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

LUQUET, G. H. *O desenho infantil*. Barcelos: Minho, 1969.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

### Discurso, memória e política

A opção pela proposta emerge de pesquisas do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (Gpel-Uesb). Esta sessão de comunicação coordenada reúne três trabalhos que, tomando como base teórico-metodológica postulados da Análise de Discurso, iniciada por Pêcheux e da arqueogenealogia do sujeito de Foucault ou postulados teóricos de Bakhtin, entre outros, problematizam, cada um a seu modo, a relação entre discurso, memória e política. Os trabalhos discutem como os sentidos são constituídos historicamente, nas redes em que sujeito e memória se engendram. Interessa a linguagem (verbal e não-verbal) como lugar sócio-histórico de produção, representação e circulação de sentidos, ou seja, como lugar de memória constitutiva e de memória representada. Dessa forma, as condições de produção de narração da memória em sua relação com o político e com a política são investigadas e analisadas em seus movimentos de permanência, transformação, esquecimentos, retornos e atualização dos discursos na dinâmica social em diferentes narrativas midiáticas ou não.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Relação entre memória e discurso do Partido dos Trabalhadores

Edvania Gomes da Silva

edvania\_g@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Inserido no âmbito dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (Gpad), este projeto de pesquisa tem como objetivo discutir a relação entre memória e discurso político, mais precisamente, discutir a relação entre memória e o discurso materializado nos textos produzidos no âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT) no ano de 2006. Trata-se, portanto, de analisar diferentes formulações elaboradas no âmbito do PT e publicadas em diferentes mídias, a fim de identificar traços de um funcionamento da memória discursiva. O eixo norteador das discussões que empreendemos está centrado, principalmente, na noção de interdiscurso. Para tanto, tomamos como principal fonte teórica o trabalho de Courtine (1981) que diz respeito à análise dos discursos políticos. Para esse autor, a relação entre língua e história, no interior da AD, pode ser explicada por meio da diferenciação entre o nível do enunciado (ou interdiscurso) e o nível da formulação (ou intradiscurso). O interdiscurso é a instância de formação/repetição/transformação dos elementos de saber de uma Formação Discursiva, sendo, portanto, responsável pelo deslocamento das fronteiras dessa FD (Cf. COURTINE, 1981, p. 49). E é no interior do interdiscurso que é possível identificar o *domínio de memória* de uma Formação Discursiva. Isto significa que é por meio do estudo da relação entre discursos que o analista pode identificar as formulações que um determinado posicionamento repete, refuta, transforma e também aquelas que ele denega. O intradiscurso diz respeito à(s) seqüência(s) discursiva(s) de referência e, conseqüentemente, ao ato de enunciação. Além do trabalho de Courtine, procuramos analisar a relação entre memória e interdiscurso com base nos trabalhos desenvolvidos por Maingueneau (1984) que também propõe relacionar língua e história, afirmando não querer sacrificar nenhum desses dois aspectos (materialidade lingüística e processos históricos) que constituem todo e qualquer discurso. Para o autor, o interdiscurso não deve ser visto apenas como exterioridade constitutiva, mas como lugar da gênese de todo e qualquer discurso. Trata-se, principalmente, de considerar a relação inextricável entre o Mesmo do discurso e seu Outro (MAINGUENEAU, 1984, p. 33). Tanto Courtine (1981) quanto Maingueneau (1984) criticam os métodos de análise de discursos que supõem a existência de um discurso homogêneo, reduzindo a diversidade das estruturas sintáticas a esquemas elementares. Nessa perspectiva, ao analisar as formulações do PT, buscamos identificar as relações de sentido que se estabelecem no interior do interdiscurso no qual o discurso petista se constitui. Salientamos que a análise dos discursos ligados ao campo político é, entre outras coisas, uma forma de compreender melhor a questão das mudanças sociais, pois, assim como todas as práticas discursivas ideologicamente marcadas, o discurso político funciona como uma espécie de elemento “mensurador” das relações sociais. Por tudo isso, analisar o discurso político a partir do estudo da relação interdiscursiva é uma forma de problematizar noções de prática discursiva e mudança

social. O *corpus* deste trabalho é constituído por diferentes formulações produzidas por enunciadores ligados ao discurso petista. Os dados foram coletados em jornais e revistas de circulação nacional e regional, no período de janeiro a dezembro de 2006. Isso nos levou, obrigatoriamente, a selecionar, na sua maioria, formulações que fazem referência às Eleições de 2006. Embora ainda parciais, os resultados das primeiras análises do corpus indicam que a memória discursiva do Partido dos Trabalhadores está em consonância com as supostas mudanças pelas quais o referido partido vem passando nos últimos anos. Assim, as formulações em análise materializam discursos estabelecidos, esquecidos e modificados no âmbito da memória do Partido dos Trabalhadores. No sentido de Pêcheux (1983), podemos postular que o discurso petista é constantemente transformado, denegado e atualizado cada vez que a memória faz irrupção sobre o acontecimento.

COURTINE, J-J. Analyse du discours politique. In: *Langages*, n. 64. Préface de Michel Pêcheux. Paris, Larousse, 1981.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba, Criar Edições, 2005. Edição Original: 1984.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

### Sobre memória discursiva e espetacularização midiática da corrupção no Brasil: primeiros resultados da pesquisa

Maria da Conceição Fonseca Silva

con.fonseca@uol.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

No mundo contemporâneo, a mídia pode ser definida como um lugar em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. Podemos dizer que funciona como um lugar de memória discursiva e como instrumento de espetacularização ou de celebrações espetaculares da vida, do cotidiano e de projetos políticos. O espetáculo, antes da existência de uma sociedade ambientada pela mídia, tinha sua produção associada quase sempre à política e/ou à religião. Na modernidade, o espetáculo se autonomiza e passa a ser produzido com inscrição nos campos cultural e/ou da mídia, assimilada como momento do movimento de autonomização de esferas sociais. Na contemporaneidade, as mídias tornam-se o lugar primordial de fabricação do espetacular e a relação entre mídia e espetáculo recobre, como programação, a fabricação e veiculação de espetáculos políticos e de outros tipos forjados por diferentes entes sociais. O surgimento e desenvolvimento de modalidade de comunicação midiática e a conformação de uma sociedade estruturada e ambientada pela mídia recolocam em intensa evidência a temática do relacionamento entre política e comunicação. Podemos observar que uma significativa parcela da atividade política hoje se realiza na dimensão pública instituída pela rede de mídias, seja na televisão, seja no rádio, seja na Internet, seja em outros ambientes midiáticos, a exemplo das revistas de informação. A política desenrola-se tendo como pano de fundo *sociedades espetacularizadas* ou



até mesmo *estados espetacularizados*. Defendemos que a política midiática espetacular tem um caráter “escandaloso” e que os espetáculos e os procedimentos que os sustentam são campos de disputa discursivos significativos. Dessa forma, na perspectiva da Análise de Discurso, não nos interessa como se realiza uma possível intervenção da *mídia* no comportamento das pessoas. Interessa-nos analisar os processos de discursivização desses meios e identificar quais os sentidos *como efeitos* de são mobilizados na espetacularização da *mídia* no seu papel de *lócus* de memória e de realização da política. E, em consequência, as posições de sujeito como lugares de saber-poder às quais os indivíduos são chamados a se identificar para se constituírem como sujeitos que tomam decisões, principalmente no tocante à crise política brasileira, detonada pelas denúncias de corrupção presentes em várias esferas da administração pública, que envolvem senadores, secretários de governos e políticos de modo geral. Isso justifica o motivo pelo qual, neste trabalho, ligado ao projeto temático “Mídia e memória: constituição e discursivização no Brasil”, buscamos analisar o funcionamento da espetacularização midiática da corrupção na política brasileira e analisar o modo pelo qual a memória irrompe reatualizando os sentidos sobre a corrupção. Para tanto, escolhemos as revistas *Veja*, lançada em 1968 pela Editora Abril e considerada um dos meios de comunicação que mais se destaca na imprensa brasileira, a mais comprada, a maior em assinaturas e em tiragem de exemplares (nacionalmente) e a quinta revista de informação de maior circulação no mundo; e *IstoÉ* que, lançada em 1976 pela Editora Três, ocupa, ao lado da revista *Época*, a segunda posição de revista de informação mais lida no país. Para além de outras questões que indicam que as revistas de informação são pontuadas pela lógica da Indústria Cultural, como já assinalamos em Fonseca-Silva (2003), trabalhamos, aqui, com a hipótese de que *Veja* e *IstoÉ*, nas suas formas de representar a realidade, constituí-la e refleti-la, funcionam como um dos lugares de memória discursiva e de espetacularização midiática da corrupção no Brasil. Para tentar comprovar (ou não) a hipótese levantada, procedemos ao levantamento, classificação e categorização das capas de *Veja* e *IstoÉ* pela temática, pelo tipo e ano de circulação; catalogação, em fichas elaboradas nos programas do Excel e do Word, das revistas *Veja* e *IstoÉ*; identificação, classificação, categorização e quantificação das capas de *Veja* e *IstoÉ* pela temática corrupção; escaneamento das capas das edições selecionadas, com o objetivo de preservar os originais, manter o material em arquivo e facilitar o trabalho de análise. Objetivando construir um *corpus* específico de análise ligado à discursividade sobre a corrupção na chamada nova democracia brasileira, construímos um arquivo específico, selecionando as edições sobre as quais incidiu o recorte das seqüências discursivas submetidas à análise. Definimos três conjuntos de seqüências discursivas, a saber: a) seqüências discursivas sobre a corrupção no governo de Fernando Collor; b) seqüências discursivas sobre a corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso; c) seqüências discursivas sobre a corrupção no governo de Luiz Inácio da Silva. No processo de análise das seqüências discursivas, levamos em conta que o domínio da memória discursiva interfere no domínio da atualidade enquanto reorganização de filiações históricas, ou seja, enquanto reconfiguração ou estabilização dos sentidos. Mobilizamos postulados do quadro teórico da Análise de Discurso, inaugurado por Pêcheux, e do quadro teórico da arqueogenealogia do sujeito, de Foucault. Além disso,

mobilizamos, quando necessário, categorias de outras áreas do conhecimento, tentando ressignificá-las dentro da prática de análise de discurso que empreendemos. Entre outros, mobilizamos os seguintes autores: Coutine (1982), Debord (2000); Fonseca-Silva (2003), Foucault (1969, 1971); Pêcheux (1983a, 1983b); Schwartzberg (1978); Gregolin (2003); Nora (1984).

COURTINE, Jean-Jacques. Definition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, 9, n. 2, p. 339-264. Paris, 1982.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo. In: \_\_\_\_\_. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 199-209, 2000.

FONSECA-SILVA, Ma. da C. *Os discursos do cuidado de si e da sexualidade em Claudia, Nova e Playboy*. 2003, 378 págs. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du Discours. Leçon Inaugurale du Collège de France, 2 décembre 1970*. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Paris, Gallimard, 1969.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990. Edição Original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição Original: 1983b.

SCHWARTZENBERG, R. G. *O estado espetáculo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos - SP: Editora Claraluz, 2003.

NORA, Pierre Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: *Les Lieux de Mémoire, La République*. Paris, v. 1:, p. 23-43, 1984.

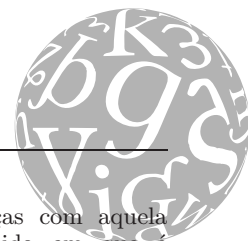
## Memória e política no Almanaque de Canudos

Elmo José dos Santos

elmo@uesb.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

O interesse pelos estudos do discurso tem nos colocado diante de um conjunto de textos que têm em comum um componente político e polêmico, traduzível por um conhecimento que prevê a primazia dos estudos da linguagem, destacando o elemento discursivo, com as contribuições necessárias de outros campos das ciências humanas para a constituição do objeto. A questão geradora deste estudo está ligada à busca de algumas especificidades discursivas da comunidade de Canudos, hoje, relacionadas a uma certa memória política e discursiva. O interesse é analisar textos enquadrados no gênero político, buscando determinar algumas regularidades que marcam o diálogo que os atravessa, e problematizar a troca verbal entre os diversos interlocutores. O objetivo é, pois, verificar alguns elementos da produção textual sobre o sertão. Diante de tal preocupação, nada mais adequado que a abordagem do objeto discurso atraia a história e a política, a memória e a cultura e se imponha, como tarefa, a definição do relacionamento com esses objetos, cuja melhor formulação é apresentada por suas disciplinas específicas, por



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

autores como Foucault, Le Goff, Bordieu, Bhabha e outros. Além das questões postas, tratamos de questões próprias do campo específico da linguagem, que se apresentam pelas relações língua-texto-discurso e que recuperam os estudos da lingüística, da análise de discurso e das demais correntes semióticas, em autores como Saussure, Ducrot, Pêcheux, Peirce e Lotman. Problematizar o campo conceptual pode apresentar vantagens na orientação do tratamento adequado a uma materialidade verbal, definir teorizações coerentes com o trabalho que se deseja desenvolver e alternativas de leituras. Em meio a preocupações de ordem teóricas, epistemológicas e metodológicas é que surge a possibilidade de um estudo sobre elementos discursivos de um determinado arquivo constituído por textos literários e não-literários, cuja referência temática é o sertão nordestino, a região do semi-árido, a caatinga. O discurso, o sertão e seus outros, apresentam a perspectiva de destacar o político que constitui a fala coletiva, cuja circulação se dá por meio do texto impreso, sempre numa tentativa de compreender e discutir alguns aspectos da vida social, na atualidade. Trata-se de uma proposta que se fundamenta na obra de Bakhtin e do Círculo, principalmente no respeitante ao intrinsecamente dialógico do enunciado concreto, discussão que parece sintetizar as suas teorizações e apontar alternativas para o tratamento de textos verbais do gênero polêmico. Referir-se às relações dialógicas subentende tentativas de aprofundamento no todo essencial do Círculo, no qual os conceitos encontram-se integrados não porque constituam uma sistemática, mas porque se fundam em um signo ideológico, em um dialogismo que pressupõe sempre o outro aparente sempre o mesmo. É assim que se pode partir de um enunciado concreto que incorpora conceitos como signo, enunciação, tema, significação, polifonia, polêmica e outros, constituídos ao longo das teorizações de Bakhtin. Subjaz, pois, a essa proposta, um estudo criterioso sobre a interação verbal, conforme formulada pelos estudiosos do Círculo. Por meio das elaborações do Círculo é possível verificar as vozes presentes nos textos publicados no *Almanaque de Canudos*, publicações do Instituto Popular Memorial de Canudos, e como desse jogo enunciativo se constituem os sentidos, ou seja, como são constituídos e o que os discursos constituem. Destaquem-se, também questões de gêneros, cenografias, aspectos politicológicos, elos de memória, a atualidade dos discursos. Nessa verificação das relações entre o *Almanaque* e outros textos, são surpreendidas regularidades discursivas de gênero político e polêmico, em enunciações coletivas que dialogam com outros temas e contextos e estabelecem trocas culturais. Por meio desse diálogo, são verificáveis possibilidades de produtividade de algumas categorias, a discursivização e a bivocalidade, o tema político em análise e a memória; enfim, elementos que se constituem e se deixam ler como contribuições para os estudos sobre a sociedade.

### Materialidades discursiva: mídia, política, história

Na abordagem dos diversos temas de interesse de uma sociedade, sobretudo aqueles que dizem respeito a questões políticas, sociais e culturais, os textos de grande circulação midiática evidenciam o trabalho de uma escrita da história

do tempo presente, que guarda semelhanças com aquela realizada pelo discurso histórico, na medida em que é promovida uma espécie de historicização do passado, pela retomada de personalidades e acontecimentos históricos. Esses textos constituem-se, dessa forma, em um espaço de enunciação propício para o pesquisador verificar a inscrição da memória mítica, social e histórica, o seu movimento na dialética lembrança e esquecimento e o papel que ela exerce na constituição identitária e na abordagem de temas de cunho político e social, pois as constantes retomadas de aspectos do passado contribuem, muitas vezes, para reforçar os laços que unem os sujeitos, para rever o passado e para produzir, então, uma história do tempo presente; além disso, tais retomadas podem projetar outros olhares sobre aquilo que nos identifica e nos distancia de outros. Em vista disso, nos textos resultantes dessas práticas discursivas midiáticas verifica-se o retorno de um tema constante em outros segmentos sociais: a reflexão sobre a identidade política e cultural brasileira, calcada no par memória e esquecimento. Inseridos nessa problemática e tomando como suporte teórico-metodológico a *Análise do Discurso* francesa, sobretudo na fase em que ela se aproxima das teses de Michel Foucault (1972, 1984) e de autores da Nova História (DE CERTEAU, 1982; NORA, 1985), o objetivo geral dos três trabalhos desta sessão coordenada é analisar a constituição de uma “história do presente” em revistas impressas, em músicas da MPB e em textos do folheto de cordel, buscando compreender, na tensão entre descrição e interpretação, os efeitos de sentidos que resultam do sincretismo dessas materialidades (verbal, visual e sonora) e o modo como essas discursividades trabalham os acontecimentos, (re)significando-os para uma dada comunidade de leitores e ouvintes. Em vista dessa perspectiva aqui assumida, as discussões a serem realizadas, embora tomem como objeto de investigação materialidades distintas, giram em torno de um fio condutor que considera que: 1) os discursos em foco (a mídia impressa, as canções e os folhetos de cordel) constituem-se em *lugares de memória*; 2) nessa produção, há vestígios de uma *operação historiográfica*; 3) na série enunciativa recortada desse arquivo, há a emergência de *acontecimentos discursivos*. Pedro Navarro analisa um conjunto de enunciados que circula em revistas impressas sobre *a nova imagem do homem frente às conquistas femininas na política e na economia do país. A partir dessa série enunciativa, procura evidenciar traços da produção de uma história de curta duração cuja escrita se dá pela retomada de elementos do arquivo que, ao longo dos tempos, foi se constituindo sobre o que é ser homem e mulher na sociedade atual*. As reflexões a serem realizadas por João Marcos Mateus Kogawa partem da consideração de que algumas canções de Chico Buarque, produzidas nas décadas de 60/70, podem ser vistas como acontecimento discursivo, pois propõem uma leitura a respeito da “história do presente” brasileira que se configurava no período dos anos de ferro no Brasil. Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro elege como objeto de investigação os mecanismos de constituição do discurso político, mais particularmente, os efeitos de sentido de “verdade” que se verificam no folheto de cordel “Engana-me que eu gosto”, que circulou em Juazeiro do Norte-CE, durante o pleito eleitoral de 2000.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro,



1972.  
FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.  
NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1985.

### Mídia, discurso e história: notas sobre a história de curta duração em torno da identidade masculina e feminina

Pedro Luis Navarro Barbosa

plnavarro@uol.com.br  
Universidade Estadual de Maringá

Para as reflexões a serem realizadas nesta sessão coordenada, pauto-me nas noções de “operação historiográfica” (DE CERTEAU, 1982), “acontecimento discursivo” e “processos de subjetivação” (FOUCAULT, 1972, 1984), com a finalidade de traçar uma analogia entre o discurso da história e o discurso da mídia no que diz respeito à escrita histórico-midiática de curta duração sobre a(s) identidade(s) masculina e feminina. Minha proposta é analisar textos da mídia impressa que produzem sentidos sobre os novos papéis assumidos pelo homem e pela mulher na contemporaneidade, efeitos de sentido acerca da identidade masculina frente às conquistas femininas e sobre a presença da mulher na política e na economia do país. Tais análises têm apontando que essas práticas discursivas identitárias emergem em meio a um campo associado que retoma e/ou desloca traços do arquivo que, ao longo dos tempos, foi se constituindo sobre o que é ser homem e mulher na sociedade atual. Para tanto, proponho um percurso analítico que começa pelo entendimento da noção de “operação historiográfica”, passando por uma discussão acerca da relação entre discurso da mídia e escrita histórica do presente, estendendo essa reflexão à produção da identidade como um acontecimento inserido na História, finalizando com a consideração do papel exercido pelo enunciador midiático nessa escrita da história. Em relação à operação historiográfica, De Certeau analisa que as condições de existência do discurso histórico provêm das determinações de um lugar, de uma prática e de uma escrita, elementos caracterizadores do exercício de uma escrita da história. Dentre as especificidades dessa operação, destaca-se o fato de a escrita histórica introduzir no discurso “uma população de mortos” (personagens, mentalidades etc.), possibilitando à sociedade situar-se a partir desse passado historicizado. Sobre o discurso da mídia e escrita da história do presente, a analogia entre essas duas práticas não é tão tranquila, sobretudo se considerarmos a vertente tradicional da histórica, que, projetando seu olhar aos períodos de longa duração, procura expurgar da narrativa que constrói os mitos e as lendas que a memória ressuscita. Neste trabalho, entretanto, a analogia é estabelecida com outra prática histórica cujo desenvolvimento se deve ao que Nora (1995) denomina “retorno do fato”. De acordo com esse autor, o crescente interesse pelo evento, como um dos novos problemas da história, fez reaparecer a chamada história-testemunho, cujo nascimento está estritamente relacionado ao surgimento dos jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da história imediata. É nesse ponto que procuramos estabelecer uma aproximação entre a mídia e história, uma vez que o

presente, e não os períodos de longa duração, constitui-se em objeto de seus discursos. O passado que interessa à história do tempo presente é heterogêneo, constituído da mistura das lembranças, bem ou mal assumidas, mas certamente vivas. Em vista disso, a função dessa prática histórica é a de restaurar vários acontecimentos ou mitos fundadores, que variam conforme as gerações, mas que permitem analisar diferentemente o tempo. Em relação à mídia impressa e a escrita do acontecimento entre a história, a memória e o esquecimento, o motor propulsor dessa operação historiográfica não é somente o passado, tampouco se restringe ao presente. Como bem observa Nora, nossa época, como nenhuma outra, tem vivido seu presente de tal modo que um sentido histórico a ele já se encontra vinculado. Essa aceleração do presente histórico concorreu para o estabelecimento de uma democratização da história, uma circulação generalizada de sua percepção, que culmina num fenômeno novo: o retorno do acontecimento, elemento esse que constitui aquilo que mobiliza um determinado tipo de operação historiográfica realizado pela mídia. O retorno do acontecimento, uma vez filtrado pela mídia, colore o passado e o presente de sentido. Considerando que a memória histórica pode incluir a “memória coletiva” (HALBWACHS, 1988) como um dos seus componentes, o jornalismo contemporâneo surge como um lugar privilegiado e legitimado em que se entremeiam ou se sobrepõem essas duas modalidades de memória, ou seja, um lugar onde se entrecruzam tradição e narrativa mítica com o universo de significados conferidos por essa operação historiográfica. Assim, para discutir o papel do jornalista como um homem-memória, apoio-me nas reflexões de Nora para esboçar uma distinção entre o fazer jornalístico e o fazer histórico, no que concerne ao trabalho de reconstrução do passado que essas duas práticas realizam em seus discursos. O historiador distingue-se do jornalista pelo modo como faz referência ao passado. A operação que o primeiro realiza desencadeia estratégias de historicização do passado que vinculam o discurso à realidade representada. O historiador visa reconstruir o passado por intermédio de uma operação que, no discurso, deixa marcas indelévels de uma estratégia de representação, de reflexão crítica do vivido e da tradição. Quando ele toma por objeto aqueles constituídos pela tradição, a reconstrução que faz de seus mitos e de suas interpretações cria o efeito de um distanciamento e de uma não-identificação com a memória. No fazer jornalístico, o referente do lembrar também não é uma lembrança fortuita. É preciso que esteja vinculado à realidade, caso contrário a enunciação midiática deixaria de se enquadrar entre os chamados discursos realistas, aqueles que se proclamam comprometidos com a informação, com a apuração dos fatos e com a “verdade”. No discurso da mídia, o registro buscado no passado existe somente no momento em que o presente se torna reconhecido como tal. Esse reconhecimento, no entanto, realiza-se por meio de testemunhos, de olhares pessoais, de versões distintas dos acontecimentos que constituem o cotidiano, que é, a nosso ver, o lugar de onde podemos viver a história. Não obstante, como a prática discursiva jornalística opera com a diversidade de tempos sociais e com a diversidade de memórias coletivas, ocorre uma descontinuidade entre o discurso entre o presente construído pela mídia – com os recortes que realiza da memória e da realidade – e o conjunto de enunciações dispersas, heterogêneas e atemporais (o arquivo) que forma o saber histórico de uma sociedade sobre aquilo que a constitui e a diferencia de outras. Retomando a analogia entre o discurso da história e o discurso da mídia, acrescida das



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

reflexões realizadas até aqui, podemos formular essa questão nos seguintes termos: 1) ao se aproximar do trabalho do historiador, o jornalista também exerce o ofício de lembrar. Sua prática revela, nesse exercício, o fazer da memória, o que lhe confere o estatuto de ser um profissional da memória, qualificação que lhe é dada por Le Goff (1996); 2) em vista desse ofício, a mídia apresenta-se como um suporte material, funcional e simbólico, que promove um enquadramento da memória social coletiva e da memória histórica, cuja função é realizar uma reflexão sobre os mecanismos de escrita da história do tempo presente. Desse modo, a memória acionada no discurso da mídia não desempenha somente a função de reviver o passado. Ela pode também revisar e, até mesmo, negar um mito para a recitação de outro, que atenda às estratégias argumentativas do discurso; 3) nessa perspectiva, memória coletiva e memória histórica são acionadas ora para representar um passado descontínuo, ora para recuperar a continuidade de origens perdidas, mas incessantemente revitalizadas. Elas se constituem, nesse sentido, em indispensável mecanismo de elaboração textual e da produção dos efeitos de sentido.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

HALBWACHS, M. *Mémoires collectives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988/

LE GOFF, J. *História e memória*, 4. ed. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193.

### A “besta-fera”, a verdade e a política na xilogravura de cordel

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro

claudiarejanne@yahoo.com.br  
URCA/PPG-UNESP/FCLAR

O presente trabalho é parte integrante na nossa tese de doutoramento, ainda em processo de escrita, intitulada “O discurso político no (do) folheto de cordel”. Nosso referencial teórico pauta-se, principalmente, na articulação entre as questões encetadas por Foucault (1972), cujas preocupações apontavam para a relação entre os poderes/saberes, responsáveis, principalmente pela produção das subjetividades contemporâneas, e os postulados do “grupo em torno de Michel Pêcheux”, o qual considerava as identidades sociais não como elementos estanques, dadas *a priori*, mas antes de tudo como “processos identitários”, constituídos nos e pelos discursos. Partindo de tais pressupostos, discutimos a construção dos processos veridictórios a partir de Nietzsche. Para o autor, a verdade surge a partir da linguagem e se impõe como verdadeira de fato a partir do esquecimento. As convenções originais que criaram a linguagem e a verdade estão relacionadas a necessidades de convívio coletivo e

sobrevivência, e o que de fato o ser humano abomina não é a inverdade ou a mentira, mas a possibilidade de ter prejuízos com a quebra das convenções sobre o verdadeiro e o falso. Para Nietzsche (1998), a verdade é uma multidão movente de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, ou seja, ilusões que nós esquecemos que o são, metáforas que foram usadas e que perderam a sua força sensível, moedas que perderam o seu cunho e que, a partir de então, entram em consideração, já não como moeda, mas apenas como metal. Michel Foucault (1979, 1998), em sua fase chamada de genealógica, aprofunda a visão “discursiva” de Nietzsche sobre a questão da verdade, na perspectiva do que vai denominar “vontade de verdade”. Para esse autor, o par opositivo “verdadeiro/falso” de um discurso é determinado pelas formas do dizível, ou seja, pelas formas de como a verdade circula em determinada sociedade, o que envolve necessariamente questões concernentes à legitimidade do dizer. Quem pode dizer, o que se pode dizer e para quem são questões abordadas por Foucault que tocam diretamente na relação do sujeito com o seu discurso, o qual se constitui em si mesmo como efeitos de poder, ou seja, o próprio discurso é portador de poder. Tais pressupostos levam o filósofo a afirmar que não existe verdade dissociada do poder de representar tal ou qual conjunto de metáforas como verdade. Assim, neste trabalho, trabalhamos, pois, com a análise dos mecanismos de constituição da verdade no discurso político. De acordo com Bonnafoous et al. (1985), a política pode ser definida como um espaço mediador entre o barulho da violência e o mutismo da obediência, espaço público onde se fala ou de onde se fala. Ela começa onde as armas acabam, à medida que a fala substitui as armas, ou melhor, à medida que se transforma ela mesma numa arma. Os autores consideram, pois, o discurso sócio-político e suas palavras como as armas que existem antes de se transformar em linguagem, armas diferenciadas, o que faz com que definam a ação política como uma luta pela apropriação de *signos-poder*. Assim, para Foucault, não existe verdade *a priori*. O objetivo do analista não é, pois, contrastar o discurso com “a realidade”, com a verdade, mas compreender como o discurso constrói essas verdades, através de um jogo de esconde/desvela, como num teatro de sombras e de máscaras. O trabalho consta, pois, de uma análise dos mecanismos de constituição do discurso político, particularmente, dos efeitos de sentido de “verdade” nesse tipo de discurso, verificando como esse teatro de sombras de “verdade/mentira” produz a(s) identidade(s) do(s) Sujeito(s) político(s). Para tanto, procedemos à análise da xilogravura da capa do folheto intitulado “Engana-me que eu gosto”, que circulou em Juazeiro do Norte, CE, por ocasião das eleições para prefeito desta cidade no ano 2000.

BONNAFOOUS, S; HONORE, J. P; TOURNIER, M. *Lé vocabulaire du pouvoir*. In: ANTOINE, G; MARTIN, R. (Dir). *Histoire de la langue française*. Paris: CNRS, 1985.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC/RJ, 1979.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Adalberto de O. Souza. Série Apontamentos nº 29. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1995.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. Uma Polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



## Por uma história do presente a partir do acontecimento-circulação das canções de Chico Buarque

João Marcos Mateus Kogawa

joao\_bakhtin@ig.com.br  
Universidade Estadual Paulista

Nosso trabalho tem por objetivo empreender uma leitura a respeito da produção de alguns discursos-canções de Chico Buarque nas décadas de 60/70, no Brasil. Apoiamo-nos, para isso, em alguns postulados de Michel Foucault (1972) concernentes à “história do presente”, à sua concepção de crítica e à noção de acontecimento discursivo. Nesse ínterim, tais canções são entendidas como acontecimento discursivo que nos permite empreender uma leitura a respeito da “história do presente” brasileira que se configurava no período dos anos de ferro no Brasil. Mais que isso, essas canções são entendidas como posicionamento crítico-discursivo que representavam um ponto de resistência ao regime governamental brasileiro daquele momento. Se pensarmos, por exemplo, em canções como “Roda viva” e “Apesar de você”, podemos entender tais discursos-enunciados-canções como representantes significativos de certo posicionamento crítico frente à repressão político-social. Assim, acreditamos que pensar o discurso de Chico Buarque como acontecimento é entendê-lo como diferença que permite refletir sobre como se davam algumas relações no quadro brasileiro das décadas supracitadas (relação Estado/produção cultural; mídia/produção cultural; Estado/artistas/mídia/produção cultural). Sob esse prisma, entendemos que algumas regras se impunham à produção cultural no Brasil daquele período. Havia certos dispositivos específicos para controlar (interditar) a circulação de determinados enunciados naquele momento histórico. Destacamos, nesse sentido, a censura cultural vigente nas épocas de ditadura militar que servia para garantir o lugar de determinados sujeitos. O sistema ditatorial era constituído por um tipo de poder que anulava fortemente as contraposições. Não era um mecanismo apenas de invalidação do que era dito, mas de impedimento do dito contrário ou subversivo. No entanto, nesse mesmo período, é importante pensarmos, a partir de Foucault, na presença das resistências, ou seja, nos discursos que, apesar de todo impedimento, eram veiculados e que se contrapunham a determinadas regras do sistema militar. A partir dessa resistência, acreditamos que seja possível uma reflexão sobre aspectos da própria constituição do poder militar enquanto estratégia garantida consideravelmente por dispositivos repressivos. É nessa perspectiva que entendemos o que Foucault propõe como uma “história do presente”, ou seja, pensar determinada conjuntura a partir das lutas e das diferenças. No entanto, para que essa diferença possa ser pensada, é preciso considerar que o discurso buarqueano ocupou determinado lugar no quadro social da época qual seja, o lugar, ainda que relativo, da crítica político-social. Pensamos aqui no texto em que Foucault propõe seu conceito de crítica (“O que é a crítica”). Sob essa ótica, entendemos o discurso de Chico como acontecimento que se liga a certa legitimidade institucional. Referimo-nos aqui à importância que tinham os *mass media* na divulgação dos discursos canções de Chico o que, de certa forma, permitia ao compositor – por meio de produção do discurso sincrético-musical – constituir o que

seria um “ideal identitário-comportamental” para o Brasil, ou seja, um ideal de Brasil. A crítica realizada por Chico Buarque, então, só se torna possível na medida em que esse sujeito entra nas “regras do jogo” para, a partir delas, construir sua contraposição a esse jogo. A expressão “regras do jogo” refere-se ao fato de que a produção de Chico, para que fosse contemplada como crítica, devia passar, dentre outras coisas, pelo crivo da indústria fonográfica e pela instituição midiática. Dessa forma, constitui-se um paradoxo importante: ao mesmo tempo em que Chico problematiza e critica a organização militar, ele re-afirma a força dessa instituição na medida em que é admitida a necessidade de pertencimento a esse sistema para que a crítica seja construída e, juntamente com ela, uma história do presente. Assim, por meio da produção buarqueana divulgada pela mídia (rádio e TV), acreditamos que seja possível refletir sobre a circulação de certos enunciados e, desse modo, pensar alguns aspectos constitutivos do arquivo da época, ou seja, do presente da época.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

## O discurso pedagógico: referência e posicionamento enunciativo

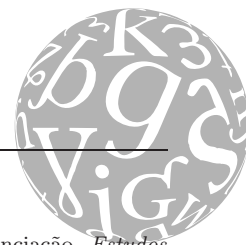
Nesta sessão, examinam-se dois estudos envolvendo o discurso pedagógico da formação de professores do 8º período do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, MG. O primeiro deles focaliza a polaridade dos advérbios axiais *aqui* (espaço de formação) e *lá* espaço profissional e/ou de estágio (a vida lá fora) em gravações em vídeo e em depoimentos escritos, e apresenta uma análise da codificação da gestualidade como semiose concorrente emoldurando a dêixis ostensiva, apontadora. O segundo analisa os posicionamentos avaliativos e subjetivos dos professores e alunos, demonstrando que os posicionamentos dos professores tendem a refletir uma opinião definitiva e definitiva, em função da assimetria dos papéis sociais do professor e do aluno no discurso pedagógico. O terceiro estudo, com base em dados da escrita, analisa as funções semânticas dos conectores na interpretação aspectual e na organização textual-interativa.

## A dêixis espacial no discurso pedagógico da formação de professores

Maria da Penha Ferreira de Assis

peassis@uai.com.br  
Universidade Federal Fluminense

Esta apresentação é síntese de dissertação inserida nos estudos sobre referência, em que se investiga a correlação entre a dêixis espacial/textual e o discurso dos alunos, objetivando observar em que sentido a dêixis espacial (uso dos dêiticos *aqui*, *aí*, *ali*, *lá*, *este*, *esse*, *aquele* *aquilo*, *isso* e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

*cá*) sinaliza atitudes dos alunos (sistema de crenças e expectativas) diante do seu espaço sócio-institucional bipartido: FAFILE *aquí* (local de formação); vs *lá* (escolas da Rede Pública e Particular (espaço de atuação e/ou estágio). Nessa dissertação, conjugam-se questões didático-pedagógicas e lingüístico-discursivas, uma vez que se associa a prática docente de formação de professores de língua materna à análise dos dêixicos encontrados nos *corpora* oral e escrito. O exame do discurso pedagógico da formação de professores do 8º período do Curso de Letras da FAFILE (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, MG) visa, pois, examinar um aspecto bastante pontual: a análise da dêixis espacial como elemento sinalizador de um dos elementos que, segundo Orlandi (1996), tipifica o discurso pedagógico: a metalinguagem da Imagem do Referente (Ciência/Fato), analisada em termos da polaridade observada no discurso pedagógico desses alunos, no que diz respeito à distinção entre Ciência (Escola)/ Fato (fora da Escola). A partir da perspectiva dos teóricos que concebem a referenciação como atividade cognitivo-discursiva (Cf., entre outros, KOCH; MARCUSCHI, 1988) e da instabilidade constitutiva das categorias cognitivas e lingüísticas (Cf., entre outros, MONDADA; DUBOIS, 2003), examina-se o comportamento funcional das categorias dêixicas dos localizadores espaciais (Cf. CARDOSO, 1999; CORACINI, 2000). A partir de *corpora* oral (gravações em vídeo) e de depoimentos escritos (extraídos de um questionário de atitudes), identificam-se os tipos de dêixis espacial presentes no discurso dos sujeitos dessa pesquisa. Os dados lingüísticos e quantitativos confirmam a predominância dos advérbios axiais *aí* e *esse*, relativos ao eixo da enunciação (Cf. FIORIN, 1999, 2002), no *corpus* oral. Os achados do *corpus* oral confirmam a hipótese da díade: *lá* como o *lócus* da atuação, relativamente a *aquí*, registra equivalência estatística entre os índices do *lócus* da formação e aqueles sem essa polaridade. No entanto, os resultados complementares do levantamento do léxico pedagógico, extraídos dos testes de atitudes, confirmam tal polaridade nos *corpora* da fala e da escrita: *aquí* espaço de formação (espaço de sala de aula) e *lá* espaço profissional e/ou de estágio (a vida lá fora). O estudo explora, ainda, uma outra vertente de pesquisa: a codificação da gestualidade enquanto semiose concorrente (Cf. RECTOR, 1976; LEVINSON, 2003), observando a natureza dos atos cinésicos que emolduram ostensivamente (a modo de dêixis apontadora) o deslocamento e a movimentação corporal da dêixis espacial, com base em dois eixos: movimentação e deslocamento, a partir dos quais foram levantadas as ocorrências da gestualidade no *corpus* oral gravado em vídeo, com diferentes graus de aproximação e afastamento do *origo*. O advérbio com maior índice de gestualidade é *aquí* codificando a movimentação não icônica; *lá* aparece em terceira posição; o índice de menor gestualidade é o do *demonstrativo recognitivo aquele*, que exige ativação da experiência e/ou memória episódica pelos interlocutores. Por fim, os dados registram, ainda, casos de gestualidade icônica com relação ao emprego de formas verbais. As ocorrências de gestualidade no *corpus* examinado foram computadas em um contexto específico: o da dêixis espacial. No que tange à análise do *corpus* da escrita, observou-se que, embora os advérbios axiais predominem, é o emprego de *este* que se faz destacar, com índice superior a 50%; em suma, corrobora-se o uso de *esse* na fala e, *este*, na escrita. O confronto entre os dados dos *corpora* oral e escrito, além de detectar o predomínio de usos de advérbios axiais, demonstrou que há maior variação de tipos de dêixis espacial na fala.

FIORIN, José Luiz. Discurso e categorias da enunciação. *Estudos Lingüísticos*, v. 28, p. 16-29, 1999.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação* – as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, v. 14, p. 169-190, 1998.

LEVINSON, Stephen C. *Space in language and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (Org.). *Referenciação*, São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 15-38.

RECTOR, Mônica. A linguagem gestual e teoria lingüística. In: I CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDO DE LINGÜÍSTICA E LITERATURA, 1976, Anais... Rio de Janeiro: Editora Corujinha/SUAN, 1976, p. 65-38.

### Seqüências avaliativas no discurso pedagógico de formação de professores

Ivete Monteiro de Azevedo

lpive@globlo.com

Universidade Federal Fluminense

Esta apresentação, síntese de dissertação em que se conjugam questões didático-pedagógicas e lingüístico-discursivas, examina as seqüências avaliativas no discurso pedagógico de formação de professores de língua portuguesa em turmas do oitavo período do Curso de Letras da FAFILE (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, MG), estabelecendo uma correlação entre marcas lingüísticas e grau de força argumentativa.

Visa observar em que medida, no discurso pedagógico, instância de dizer institucionalizado atravessado por uma multiplicidade de vozes (Cf. CARDOSO, 1999; CORACINI, 2000), em que os papéis de interlocução do professor e do aluno estão previamente definidos, os posicionamentos avaliativos do professor, em contraposição aos posicionamentos avaliativos de seus alunos, procedem de uma voz enunciativa autoritária, correspondente àquela do participante mais autorizado e mais ratificado (Cf. BARBOSA, 1999), e refletem uma opinião definitiva e definitiva (Cf. ORLANDI, 1996), uma vez que os papéis sociais do professor e do aluno têm estatutos diferentes.

Os objetivos são, portanto, dimensionados em uma via dupla: por parte do professor, analisam-se as marcas enunciativas de cunho avaliativo-argumentativo de que este se utiliza ao discutir os relatos da prática pedagógica de seu aluno; por parte do aluno, analisam-se as marcas enunciativas de que este se utiliza para expressar atitudes subjetivas relativas à sua própria prática pedagógica.

A database consiste de 4 gravações em áudio e vídeo que registram discussões sobre a prática docente, a partir de textos motivadores sobre o ensino/aprendizagem da língua portuguesa. Os alunos das turmas de formação de professores responderam a um questionário de atitudes. A análise quantitativa e qualitativa permite um confronto entre as





seqüências avaliativas dos professores e de seus alunos.

O levantamento dos dados considerou os seguintes grupos de fatores: natureza da seqüência avaliativa (Cf. HATTNER *et al.*, 2001); tipo de adjetivação (subjativa, intersubjetiva, identificadora e informacional, Cf. PAULIOKONIS, 2003); polarização da adjetivação (negativa e positiva); tipo de modalização (alética, epistêmica, deôntica e bulomaica, Cf. SILVA, 2002; NEVES, 1996); tipos de verbos de atitude proposicional e tipos de verbos performativos.

Os dados quantitativos confirmam que, no discurso pedagógico, as seqüências avaliativas inscritas nas vozes enunciativas do professor e do aluno são preferencialmente codificadas através da modalização e não de seqüências parentéticas, resultados estes que parecem corroborar a tendência de essas seqüências ocorrerem no próprio desenvolvimento do tópico e não como comentários marginais ou à parte no fluxo discursivo. Os resultados destacam que: (i) no discurso pedagógico, a codificação das seqüências avaliativas se dá, em primeiro lugar, através da modalização, denunciando o grau de comprometimento com relação às proposições enunciadas; (ii) a modalização mais freqüente é a epistêmica, situada no eixo da crença, do grau de certeza e da probabilidade; (iii) a modalização deôntica é categórica no discurso do professor, situando-o autoritariamente no domínio do dever; (iv) a adjetivação subjativa é o segundo grupo de fator mais atuante; (v) tanto o aluno quanto o professor, ao contrário do que se esperava, se valem da qualificação subjativa, sinalizando um alinhamento da voz enunciativa com uma postura de positividade, de valorização e não de desvalorização de práticas pedagógicas; (vi) o emprego de seqüências parentéticas, elementos que funcionam sintaticamente como um satélite, constitui o mecanismo menos empregado; (vii) o confronto entre os *corpora* oral e escrita revela que, no *corpus* escrito, a modalidade mais freqüente é a alética; (viii) no oral, a modalização epistêmica é codificada através de *achar*, satélite parentético, em oração absoluta; no escrito, é categoricamente codificada através do verbo *acreditar* em orações subordinadas; (ix) a escola se caracteriza por ser um espaço em que professor e aluno têm seus papéis previamente definidos: o discurso pedagógico ali veiculado é de cunho avaliativo assimétrico e autoritário.

BARBOSA, Begma Tavares. *Reparo textual e identidade comunicativa: um estudo sócio-cognitivo do discurso conversacional*. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. 1999.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CORACINI, Maria José R. Faria. Subjetividade e identidade do professor de Português. *Trab. Ling. Apl.*, Campinas, n. 36, p. 147-158, jul/dez. 2000.

HATTNER, Marize Matos Dall'aglio *et al.* Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. de Moura (Org.). *Descrição do português falado: definindo rumos de pesquisas*. Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 105-140.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*, v. 6. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 163-199.

PAULIOKONIS, Maria Aparecida Lino. *Processos de discursivização: da língua ao discurso. Caracterizações genéricas e específicas do texto argumentativo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Mimeografado.

SILVA, Ademar da. A sobreposição modal em IR+ INFINITIVO.

In: ABAURRE, M. B. R.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). *Gramática do português falado*, v. 8. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 479-497.

## Os conectores na interpretação aspectual

Fabiane A. Monteiro Pereira

fabiane@ig.com.br

Universidade Federal Fluminense

Na língua portuguesa, é à categoria de tempo que se atribui maior importância na categorização do verbo, ficando a categoria de aspecto em segundo plano. O aspecto se refere aos diferentes modos de se observar a constituição temporal interna de uma ação, expressando idéias de duração ou de desenvolvimento. Como uma propriedade de predicação, o aspecto verbal representa os graus de desenvolvimento de um estado-de-coisas, ou seja, as fases em que ele pode compreender (Cf. CASTILHO, 2002, p. 83). O aspecto é, pois, a representação espacial do processo: o aspecto diz respeito ao contorno ou delimitação do tempo interno de um acontecimento ou estado-de-coisas e não à sua localização no tempo. O aspecto é uma categoria que representa a estrutura temporal do evento, independente de sua localização na linha do tempo.

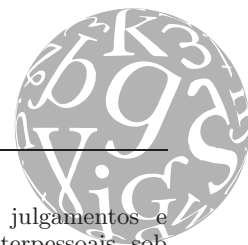
Contudo, conforme salienta Ilari (2001, p. 20), outros concorrem na interpretação aspectual: a flexão, a presença de auxiliares, a complementação verbal (Spreps locativos e temporais) e os conectores, fator este aqui explorado.

O objetivo desta apresentação é descrever o papel de conectores subordinativos temporais na caracterização do aspecto verbal das orações em que se inserem, observando a relação entre a presença desse elemento relacional e a caracterização do aspecto verbal.

A partir do quadro conceitual da organização discursivo-textual (Cf. TRAVAGLIA, 1994; KOCH; ELIAS, 2006), no que tange às relações expressas pelos conectores e, assim também, do estudo de Mattar (1979) sobre classificação aspectual e caracterização da noção de tempo, fornecemos evidências de que os conectores subordinativos temporais contribuem para a caracterização da noção aspectual, visto que tais elementos são portadores da noção semântica de duração e estão intrinsecamente relacionados à noção de tempo e aspecto.

O procedimento metodológico adotado consistiu no levantamento de períodos complexos, constituídos por uma oração matriz e uma introduzida pelo conector subordinativo temporal. Os conectores foram analisados em termos do conteúdo semântico por eles expresso (simultaneidade, anterioridade, posterioridade, repetição e término). Os resultados indicam que a co-ocorrência dos conectores nas orações subordinadas possibilita não somente perceber sua importância relacional, mas, também, semântica, já que o aspecto verbal se refere ao tempo interno da ação e os conectores subordinativos cooperam para a referência a esta constituição temporal interna. É nos conectores introdutórios de orações subordinadas adverbiais temporais em que se concentra a noção semântica do tempo inerente à ação ou ao processo, como ilustrado a seguir:

- *tempo simultâneo*: Os alunos levantam quando o diretor



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

entra na sala.

- *simultaneidade com duração*: O menino brinca enquanto o irmão dorme.

- *tempo anterior*: A professora recolhe os cadernos antes que os alunos saiam.

- *tempo posterior*: João levanta depois que o despertador toca.

- *posterioridade com duração a partir de um ponto dado*: Paulo briga com os irmãos desde que chega em casa.

- *repetição*: Maria chora sempre que o marido viaja.

- *término*: As crianças brincam até que os adultos cheguem.

Com base nessas relações de tempo, é, então, possível analisar a configuração aspectual das orações introduzidas por conectores temporais. No caso dos conectores, objeto de análise deste trabalho, a marca aspectual está inserida na própria conjunção e esta se torna presente não só na oração subordinada como também na matriz. No que concerne à configuração aspectual, os conectores foram analisados não só pelo seu conteúdo aspectual intrínseco, mas também pelo valor aspectual que conferem à forma verbal com que co-ocorrem ou à frase em que se inserem. Os resultados sugerem, ainda, que, com relação aos conectores, o subordinativo temporal é fator determinante para a caracterização do aspecto na oração, atuando no nível das submodalidades aspectuais do perfectivo (pontual, resultativo, iterativo, cessativo) e do imperfectivo (inceptivo, cursivo, iterativo, terminativo).

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, Ângela, C.S. (Org.). *Gramática do português falado*, v. viii. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 83-121.

CORÓIA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do português*. São Paulo: Parábola, 2005.

COSTA, Sônia Bastos Borba. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 2002.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender – os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTAR, Kátia Chalita. *Os conectivos subordinativos temporais na determinação do aspecto verbal*, 1979. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, PUC-RJ, 1979.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 3 ed. Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

### Avaliatividade

Muitos estudiosos investigam aspectos da avaliação na perspectiva lingüística, mais especificamente no âmbito do discurso, dentre eles James Martin e o grupo da Universidade de Sydney (Martin, 2000; Martin e Rose, 2003; Martin e White, 2005; White, 2004), que se concentrou no estudo da Avaliatividade (*Appraisal*), tendo, como base teórica, os princípios da Lingüística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994/2004). Para Martin (2000:145), Avaliatividade é entendida como um recurso semântico utilizado pelos

falantes/escritores para negociar emoções, julgamentos e avaliações, interpretando os significados interpessoais sob três domínios interacionais: atitude (*attitude*), engajamento (*engagement*) e graduação (*graduation*). Nesse sentido, esta sessão coordenada se propõe a apresentar pesquisas que abordam a Avaliatividade no discurso escrito e falado, em contextos diferentes: um trabalho analisa o discurso docente falado na universidade, outro discute o discurso escrito de críticos literários e, por fim, o terceiro analisa o discurso de fóruns virtuais. Todos visam propiciar a discussão de resultados e contribuições da Avaliatividade na investigação de questionamentos acerca da linguagem, mais especificamente, na análise do discurso. Os pesquisadores fazem parte de um mesmo grupo, cuja filiação é o programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUC/SP, onde se reúnem e estudam a gramática sistêmico-funcional.

### Análise comparativa de críticas literárias numa perspectiva sistêmico-funcional: um estudo de atitude

Juliana Sayao

jusayao@gmail.com  
PUC – São Paulo

O presente trabalho faz parte de um projeto de iniciação científica que ainda está em andamento. Esse projeto está inserido no Direct, um grupo de estudos cuja linha de pesquisa é a linguagem do trabalho. Como estudante de graduação de jornalismo, optei por um objeto de estudo que unisse o meu gosto pela literatura com interesses profissionais. A proposta dessa apresentação é analisar duas críticas literárias da revista Bravo, em relação à forma com que são avaliados os livros, os escritores, as narrativas e as personagens. Já que os textos utilizados são da mesma revista, uma das questões observadas no trabalho é a forma como variam as avaliações nas críticas literárias. Para isso, serão seguidas as categorias de Atitude (Afeto, Apreciação e Julgamento), descritas principalmente por James Martin (2000). A abordagem tem como base a Análise do Discurso, a Lingüística Sistêmico-Funcional e a teoria de Avaliatividade (*Appraisal*). A análise foi feita com o auxílio da ferramenta computacional Word-Smith Tools. Os textos foram extraídos de um conjunto de CDs lançado pela Editora Abril em 2005, em que constavam digitalizadas todas as publicações da revista, desde seu lançamento, em 1997, até 2004. Ambos foram categorizados como críticas literárias pela própria revista. A primeira crítica, intitulada “O curandeiro da anemia dos desejos”, trata do livro “Seda”, de Alessandro Baricco. Já o segundo texto, “O tradutor de um país polifônico”, é sobre a autobiografia de Caetano Veloso, “Verdade Tropical”. Uma diferença significativa na avaliação dos livros deve-se ao fato de Caetano Veloso ser uma figura pública amplamente conhecida no Brasil e Alessandro Baricco ser um escritor italiano, a princípio, distante do público brasileiro. Tendo em vista que foram escritos por diferentes autores e para um determinado tipo de público, serão analisados, também, alguns aspectos das relações estabelecidas entre o escritor da crítica, a linguagem



e o leitor da revista. Os escritores das críticas apresentam algumas diferenças nos textos, tendo em vista que o seu conhecimento de mundo se traduz na linguagem. Outro ponto a ser discutido é a relação entre a linguagem e os leitores. Levando em consideração que a revista *Bravo* é uma revista brasileira mensal de assuntos culturais, parte-se do pressuposto de que as críticas literárias aqui analisadas são direcionadas para um público específico, que tenha interesse no assunto e conheça um pouco de literatura. Dessa forma, algumas características dos livros ressaltadas pelos críticos, como, por exemplo, as apreciações quanto aos gêneros literários das narrativas, seriam índices de que os gostos do público são considerados e, além disso, já são consolidados. Ou seja, o fato de os críticos citarem os gêneros literários dos livros possivelmente simboliza que o público já tem conhecimento desses conceitos e, a partir deles, decide se o livro resenhado interessa ou não. Ambos os textos apresentam todas as categorias de atitude em avaliações positivas, embora a forma com que cada uma das categorias é utilizada apresente diferenças significativas. A categoria de Afeto é utilizada na crítica sobre Alessandro Baricco, como uma tentativa de estabelecer uma identificação entre os gostos dos leitores da revista e as narrativas, enquanto na crítica sobre “Verdade Tropical” a afetividade está relacionada aos gostos e sentimentos de Caetano Veloso. O Julgamento está relacionado aos trabalhos desenvolvidos por ambos os escritores, além de tratar das personagens de “Seda” em “O curandeiro da anemia dos desejos” e da cultura brasileira em “O tradutor de um país polifônico”. A Apreciação está relacionada aos gêneros literários, que são referências mais frequentes no primeiro texto, e às reações dos leitores. Há, também, avaliações quanto ao estilo de Caetano Veloso, enquanto escritor, menos recorrentes quando se trata de Alessandro Baricco, embora o italiano seja apreciado por ter ganho prêmios de literatura por outros livros.

### A interação em cursos a distância: uma análise das categorias de appraisal

*Célia Maria Macedo de Macedo*

cmmacedo@ufpa.br  
Universidade Federal do Pará

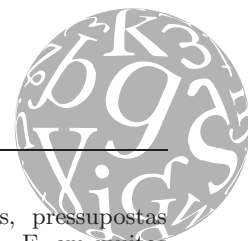
Este trabalho toma por base a visão sistêmico-funcional da linguagem de Michael Halliday (1994) e seus seguidores (Eggins, 1994; Thompson, 1996), que concebe a linguagem como uma forma de ação sobre a realidade, por meio da qual o falante comunica três grupos de significados: ideacional, interpessoal e textual. Dessas metafunções, interessa a este trabalho a metafunção interpessoal, porque, por meio dela, é possível mostrar como os participantes de uma interação se posicionam frente a sua mensagem, ao seu interlocutor e ao assunto tratado, e como as relações são construídas e mantidas.

A metafunção interpessoal é dividida por Thompson em dois componentes: o pessoal, que considera a modalidade e a avaliação como intervenções pessoais do falante; e o interativo, que abarca os papéis desempenhados, ou funções de fala, e os papéis projetados, considerados por Thompson como dirigidos à interação entre falante e ouvinte.

Dos dois componentes da metafunção interpessoal, este trabalho focaliza o componente pessoal, mais especificamente, os elementos avaliativos presentes no *corpus* objeto de estudo deste trabalho. Portanto, busca também apoio teórico nos lingüistas sistêmicos que tratam da teoria da avaliatividade (Hunston & Thompson, 2000; Martin, 2000; Martin & Rose, 2003; Martin & White 2005), mostrando a importância que elementos avaliativos exercem na construção textual, por meio das três funções da avaliação sugeridas em Thompson (2000:06): a) expressar a opinião do escritor e mostrar como o texto reflete o seu sistema de valor e o de sua comunidade; b) construir e manter relações entre escritor e leitor; c) e organizar o discurso.

O *corpus* do trabalho é constituído de mensagens, geralmente reflexões sobre o material lido ou sobre algumas das reflexões já postadas, trocadas em fóruns de discussão criados para sediar as interações de cursos a distância de curta e média duração. Este trabalho analisa as escolhas lexicais presentes nas mensagens, com o objetivo de caracterizar o gênero textual ‘e-mail educacional’, dos pontos de vista lingüístico e funcional. Busca mostrar como os participantes dessa interação se posicionam frente às coisas, pessoas e idéias sobre as quais versa o material por eles lido durante um curso a distância. Pretende, assim, desvendar os significados atitudinais presentes na interação professor-aluno e aluno-aluno, analisando as escolhas feitas no que tange às três categorias atitudinais propostas em Martin (2000) e Martin e Rose (2003): apreciação, julgamento e afeto.

Os dados foram coletados no período de um ano em que os cursos foram ministrados. As mensagens foram agrupadas em mensagens dirigidas a um participante (professor ou aluno) e mensagens dirigidas ao grupo, para que fosse verificado se essa variável implicaria em diferentes escolhas. Como procedimentos analíticos, foram primeiramente marcadas todas as escolhas lexicais atitudinais; em seguida, essas escolhas foram agrupadas nas três categorias atitudinais, para que fosse verificado qual a categoria mais recorrente; em cada categoria, foi então levantada a classe gramatical mais utilizada para a expressão dos significados pretendidos. Percebe-se que os elementos lingüísticos atitudinais referem-se ao texto lido, ao assunto tratado em cada texto, às intervenções dos participantes e à auto-avaliação, e que são escolhas lingüísticas que permitem que os participantes alcancem diferentes efeitos comunicativos. Em uma análise ainda preliminar, das três categorias atitudinais, as mais recorrentes parecem ser a apreciação, no momento em que os alunos se manifestam sobre conteúdos e idéias presentes nos textos lidos, e o afeto, quando eles manifestam seu agrado ou desagrado sobre o material lido. Nas mensagens, não foram encontradas ocorrências da categoria julgamento. É possível que os assuntos tratados e a relação existente entre os participantes, no tipo de interação analisada, não ensejem esse tipo de categoria avaliativa atitudinal.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Discurso docente: uma análise de Avaliatividade

Fabiola Ap. Sartin Dutra Parreira Almeida

fabiolasartin@top.com.br

PUC - São Paulo/Universidade do Estado de Mato Grosso

O conceito de avaliação está presente em muitos setores da investigação científica e é utilizado na discussão de pesquisas, tanto no campo educacional quanto no estudo da linguagem. Muito se tem discutido sobre o posicionamento das pessoas, opiniões e, portanto, avaliações sobre acontecimentos do mundo a nossa volta. Talvez essa seja a razão pela qual a “avaliação” foi e continua sendo abordada nas diversas áreas do conhecimento. Na minha pesquisa, particularmente, abordo a avaliação sob a perspectiva da linguagem: como ela é apresentada no discurso e quais as implicações das categorias avaliativas na interação entre professor-aluno na universidade. O contexto da pesquisa, ou seja, os dois cursos, Letras e Direito, foram selecionados por apresentarem naturezas interacionais distintas, e os participantes foram selecionados a partir de uma avaliação institucional, na qual os alunos avaliam a atuação de seus professores em sala de aula. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de gravação e transcrição das aulas e de entrevistas com os professores, e será apresentado apenas um recorte da tese de doutorado em desenvolvimento, cujo foco é o estudo de avaliatividade no discurso falado. Estudos sobre avaliação no âmbito lingüístico já datam de muito tempo. Um dos seus iniciadores foi William Labov (1967, 1972), ao abordar a avaliação na estrutura da narrativa; posteriormente, muitos estudiosos investigaram aspectos da avaliação no âmbito do discurso, dentre eles, James Martin e o grupo da Universidade de Sydney (Martin, 2000; Martin e Rose, 2003; Martin e White, 2005; White, 2004), que se concentrou no estudo da Avaliatividade (*Appraisal*), tendo como base teórica aos princípios da Lingüística Sistemico-Funcional (Halliday, 1994/2004). Para Martin (2000:145), Avaliatividade é entendida como um recurso semântico utilizado pelos falantes/escritores para negociar emoções, julgamentos e avaliações, interpretando os significados interpessoais sob três domínios interacionais: atitude (*attitude*), engajamento (*engagement*) e gradação (*graduation*). Atitude é um sistema que envolve três regiões semânticas que cobrem a emoção, a ética e a estética: 1) categoria de afeto = a emoção relacionada aos sentimentos do coração visto que são sentimentos com os quais nascemos; 2) categoria de julgamento = atitudes relacionadas ao comportamento, que admiramos ou criticamos, aplaudimos ou condenamos; 3) categoria de apreciação = avaliações que envolvem fenômenos naturais ou semióticos, de acordo com os valores a eles atribuídos (Martin, 2000). O engajamento (*engagement*) trata das fontes atitudinais e o papel das vozes sobre as opiniões no discurso. A gradação (*graduation*) se refere ao fenômeno gradativo no qual os sentimentos são ampliados (Martin e White, 2005:35). Segundo White (2004), a avaliatividade é vista como uma abordagem específica que explora, descreve e explica a forma pela qual a língua é utilizada para avaliar, adotar uma postura, construir *persona* textuais e lidar com posicionamentos interpessoais. Atitudes, julgamentos e respostas emotivas são explicitados nos textos orais ou

escritos, sendo indiretamente subentendidas, pressupostas ou assumidas pelos participantes do discurso. E, em muitos casos, são cuidadosamente administrados, levando em conta a possibilidade sempre presente de desafio ou contradição por parte daqueles que possuem visões diferentes. É nesse enfoque que se enquadra este estudo: será apresentada uma análise das categorias de avaliatividade (afeto, julgamento e apreciação), presentes no discurso falado de dois professores universitários atuando em cursos distintos (Letras e Direito) na mesma universidade. O conceito de avaliatividade baseia-se nos pressupostos da lingüística sistemico-funcional Halliday (2004:23), que, por sua vez, concebe a linguagem como sendo um “recurso para fazer significados e significados residem em modelos sistêmicos de escolha”. Para a gramática sistemico-funcional, cada escolha no sistema adquire seu significado, quando se coloca em relação de oposição com outras escolhas que poderiam ter sido feitas. Eggins (1994) ressalta que a diferença da abordagem sistemica de análise lingüística das demais abordagens é o fato desta perspectiva procurar desenvolver uma teoria sobre a linguagem como processo social, mas também propor uma metodologia analítica que permite uma descrição detalhada e sistemática dos padrões lingüísticos. Portanto, na análise que será apresentada nessa comunicação, serão destacadas as escolhas lingüísticas utilizadas pelos professores ao expressar a avaliatividade, bem como uma leitura comparativa dessas categorias evidenciadas nos dois cursos, a fim de discutir como os participantes expressam a avaliatividade no seu discurso e as implicações dessas ocorrências no processo de interação professor-aluno na universidade. A partir de análise do discurso dos participantes, verificou-se diferença nas formas que os dois professores expressam avaliatividade. O professor do Curso de Letras expressa mais a avaliação em si mesmo, concentrando os sentimentos mais nos processos, enquanto o professor do Curso de Direito expressa a avaliatividade nos epítetos e atributos.

### Análise de atividades escolares no ensino médio: enunciados e intertexto

Estudos realizados sobre formação docente apontam a elaboração de atividades didáticas como um item relevante na constituição das competências do professor, dentre as quais se destaca a de construção de instrumentos de avaliação da aprendizagem (PERRENOUD, 1999). Essa reflexão vem marcando com intensidade essa área da Lingüística Aplicada, com estudos situados no paradigma da avaliação como um processo que visa à formação dos alunos, em detrimento da classificação, que típica o processo seletivo. De acordo com esse paradigma, elaborar atividades de avaliação significa verificar conhecimentos, competências e habilidades dos alunos, com o objetivo de, se necessário, reorientar-se o trabalho escolar tendo em vista a aprendizagem desses alunos.

Neste contexto de interesses teóricos e aplicados, esta sessão coordenada reúne resultados de pesquisas em andamento referentes a atividades escolares no ensino médio, desenvolvidas em duas instituições e ensino superior. Seu objetivo é analisar, em instrumentos para avaliação da aprendizagem, o que e como é solicitado ao aluno. Para isso, a primeira



comunicação investiga a presença/ausência de influências do modo atual de pensar a abordagem dos conhecimentos lingüísticos nas práticas de avaliação de aprendizagem da disciplina Língua Portuguesa no terceiro ano do Ensino Médio. A segunda comunicação procura estudar questões discursivas, com o objetivo de descrever suas características. Os dados de sustentação empírica da pesquisa constituem-se de provas e exercícios referentes às disciplinas Literatura Brasileira, História e Geografia da 3ª série do Ensino Médio, recolhidos em quatro escolas – duas públicas e duas privadas. A terceira comunicação tematiza a investigação como se manifesta a intertextualidade entre gêneros verbais e pictoriais na construção de exercícios de fixação de conteúdo em materiais didáticos de diferentes áreas de conhecimentos para o Ensino Médio.

### Intertextualidade na testagem de conhecimento

Ângela Paiva Dionísio

angela\_dionisio@uol.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

Ao processarmos um texto verbal ou pictorial, sempre recorremos a outros textos, fazendo referência, por exemplo, ao seu conteúdo, ao seu estilo, a sua forma estrutural, com os mais variados propósitos discursivos. A intertextualidade é um dos grandes temas de investigação da Lingüística Textual, mas também deve se configurar como um dos grandes temas de interesse dos professores de todas as disciplinas, nas situações de leitura e de escrita, em que se queira perceber como os alunos se apropriam das várias fontes de pesquisa e as transpõem para a produção de seus textos. Cabe, portanto, aos professores de todas as áreas preocupar-se com a atividade de análise de intertextualidade. Com isso, amplia-se o campo de investigação das relações intertextuais, rompendo-se as fronteiras do texto literário e das paredes das salas de aulas de língua portuguesa. Nesta perspectiva, atrela-se ao conceito de intertextualidade, o de cientificidade. O discurso científico, geralmente, comporta no interior de sua escrita, textos visuais, fórmulas matemáticas, por exemplo. Tais textos não funcionam como mera ilustração, mas sim, no mínimo, como complementos do texto verbal. Não são raros os casos em que os textos visuais são responsáveis pela sistematização de informações não contidas no texto escrito ou pelo menos superficialmente mencionadas no texto escrito. Desta forma, o letramento científico significa familiaridade com fatos e concepções científicas básicos, bem como habilidade para ler e escrever representações complexas de descobertas científicas. Na representação dessas concepções e desses fatos, a noção de contínuo da informatividade visual dos textos é de extrema relevância, uma vez que gêneros visualmente informativos como diagramas, tabelas, gráficos, desenhos anatômicos, mapas, entre outros, levam em consideração no seu processamento várias estratégias de controle retórico. Em outras palavras, pode-se falar na existência de um contínuo informativo visual dos gêneros textuais escritos que vai do menos *visualmente informativo* ao mais *visualmente informativo*. A título de ilustração, num breve histórico da multimodalidade na escrita matemática, destaque que, no início da Renascença, o desenho de corpo

humano, experiência sensual e aspectos circunstanciais propiciavam o contexto para a formação de conceitos matemáticos. Tais ilustrações visavam ao desenvolvimento das teorias em si. É notório que esse tipo de ilustração matemática ainda permeia os nossos livros didáticos. Claro que estilisticamente modernizado. Outra diferença reside na função atribuída à ilustração na matemática moderna: contextualizar a teoria matemática estudada no capítulo do livro ou integrar um exercício de aplicação dessa teoria. Busca-se, portanto, neste trabalho, investigar como se manifesta a intertextualidade entre gêneros verbais e pictoriais na construção de exercícios de fixação de conteúdo em materiais didáticos de diferentes áreas de conhecimentos para o ensino médio. Numa análise prévia de alguns manuais didáticos, observamos diferentes usos do princípio da intertextualidade tanto na construção dos capítulos em si como na construção dos exercícios de verificação de aprendizagem, basicamente nas seguintes funções discursivas: (1) recorrência ao intertexto que estabelece uma função discursiva com a disciplina e com o conteúdo explicitado na proposição da atividade, (2) uso de intertexto com uma função discursiva superficial na construção do conteúdo explicitado na proposição da atividade, (3) utilização do intertexto meramente com cunho figurativo, se o professor não tomar para si a tarefa de explorar tais vozes e (4) seleção de alguns termos dos enunciados dos exercícios, seguida de um intertexto sobre eles, na maioria das vezes, escrito pelo próprio autor do livro, em prol da interdisciplinaridade. *Infográfico, gráfico, notícia, tela de pintura, verbete, fotografia, mapa*, entre outros, foram alguns dos gêneros textuais utilizados como intertextos no gênero *exercício escolar*. Há, portanto, uma variedade de gêneros que se entrecruzam e tecem um outro gênero! Todo esse processo de construção exige de leitor/aluno uma competência metagenérica.

### Descrição de atividades escolares: “questões discursivas” para verificação de aprendizagem no ensino Médio

Maria Auxiliadora Bezerra

cidabezerra@uol.com.br  
Universidade Federal de Campina Grande

Na área de Lingüística Aplicada, estudos sobre avaliação vêm-se desenvolvendo com intensidade, desde o final do século XX, visto que seu conceito se fundamenta em um outro paradigma, qual seja, o de um processo que visa à formação dos alunos, logo, não se restringindo a hierarquizá-los numa escala que vai do superior ao inferior. Assim, avaliar remete a julgar procedimentos, conceitos e atitudes, procurando-se verificar conhecimentos, competências e habilidades dos alunos, a fim de, se necessário, reorientar-se o trabalho escolar com vistas à aprendizagem desses alunos. Segundo Moretto (2005), é fundamental na avaliação escolar que ela seja eficaz e eficiente: eficaz, quando atinge seu objetivo; e eficiente, quando esse objetivo é alcançado por meio de processos pertinentes. Em outras palavras, “a avaliação é eficiente quando o objetivo proposto é relevante e o processo para alcançá-lo é racional, econômico e útil.” (p. 100). Dessa



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

forma, os estudos realizados sobre esse tema contribuirão para analisarem-se tipos de avaliação e procurar-se verificar como tornar os testes cada vez mais eficientes para avaliar alunos competentes, ou possibilitar-lhes essa competência.

Considerando a variedade de questões que constituem um exame (teste, prova...), esta comunicação procura estudar questões discursivas, com o objetivo de descrever suas características. O interesse por esse tipo de questão vem do fato de que suas respostas devem ser apresentadas por escrito, pelos alunos, demonstrando o procedimento como as obtiveram ou os argumentos em que elas se fundamentam. Este estudo dá seqüência a pesquisas anteriores, em que se analisam questões discursivas de provas de vestibulares e de exercícios escolares (BEZERRA, 2004, 2006a e b) das diversas disciplinas que compõem o currículo do Ensino Médio.

Os dados de sustentação empírica da pesquisa constituem-se de provas e exercícios referentes às disciplinas Literatura Brasileira, História e Geografia da 3ª série do Ensino Médio, recolhidos em quatro escolas de Campina Grande (Paraíba) – duas públicas e duas privadas (ver quadro) – no período de setembro a dezembro de 2005, por meio de observação de aulas e de solicitação a professores e alunos de uma cópia desse material. Foram observadas 12 aulas de cada disciplina e recolhidos 10 produtos (entre provas e exercícios) de cada uma delas.

Escola	Perfil			
	Modalidade	Bairro	Tamanho	Classe social
A	Privada	Centro	Grande porte	Alta e média-alta
B	Privada	Liberdade	Médio porte	Média baixa
C	Pública	Prata	Grande porte	Média baixa
D	Pública	Centro	Médio porte	Média baixa e baixa

Quadro 1 – Descrição das escolas visitadas

A análise desse material fundamenta-se em Chartrand (2002), que estuda atividades e tarefas escolares, Moretto (2002), que analisa provas e exercícios, em Bloom (1973), com uma análise de questões de avaliação, e Marcuschi (1998), com sua proposta de classificação de perguntas de compreensão, entre outros.

### Referencial teórico

Avaliação da aprendizagem pressupõe a elaboração de trabalhos diversificados, principalmente, se a concepção de ensino que o professor defende é sócio-interacionista, promovendo a construção do conhecimento entre os atores escolares – professor e alunos. Pode-se entender por trabalhos escolares todo e qualquer trabalho desenvolvido pelos alunos sob a orientação do professor: fichas de registro individual ou de grupo (para registrar comportamentos e atitudes dos alunos, tais como cumprimento das tarefas, pontualidade, participação nas atividades, desempenho na apresentação oral de trabalhos); trabalhos práticos, exercícios, exposições orais, relatórios (formas diferentes de verificar o grau de alcance dos objetivos e detectar dificuldades relativas tanto ao processo de aprendizagem quanto ao ensino); provas com questões abertas e fechadas, testes, exames escritos e orais, entre outros. Trata-se de propostas que integram a avaliação e que devem ser elaboradas com cuidado, de forma a conter questões que levem o aluno a dar suas respostas não exclusivamente memorizadas ou copiadas de fontes consultadas.

As atividades escolares referentes aos conhecimentos conceituais (ZABALA, 1998) incluem (ou deveriam incluir) situações desafiadoras para os alunos resolverem, de acordo com seu nível de aprendizagem, envolvendo questões de

(re)conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e julgamento (BLOOM, 1973; MORATTO, *Op. cit.*). Essa variedade de questões não despreza a memorização, mais enfatizada nas questões de (re)conhecimento. Elas estariam agregadas a um problema para ser solucionado, de tal forma que informações memorizadas seriam evocadas para orientar o procedimento do aluno.

Em se tratando de questões discursivas, sua elaboração exige atenção especial. O seu enunciado precisa estar suficientemente explícito, para que os alunos saibam o que devem responder e como, evitando-se respostas superficiais ou com digressões – o que não contribui para verificar-se a sua aprendizagem. Para isso, elas são elaboradas com contextualização, são operatórias (ou seja, exigem operações mentais compatíveis com o desenvolvimento do aluno) contêm critérios claros de correção e exploram a capacidade de leitura e de escrita do aluno.

Elaborar questões com essas características exige, então, do professor um procedimento que relaciona ensino/aprendizagem como um processo ativo, metodologia como um fazer dinâmico, operacional e uma avaliação como um processo formativo.

Retomando Bloom (*Op. cit.*), Moretto defende que as provas sejam elaboradas com questões de reconhecimento (evocação ou conhecimento memorizado); de compreensão (entendimento do conteúdo transmitido e utilização dos materiais ou idéias abrangidos numa comunicação) e de aplicação (utilização dos princípios, métodos, teorias apropriados para a solução de um problema, sem que tenham sido sugeridos, nem tenha sido ensinado como usá-los numa determinada situação). Essa classificação pode ser associada à de Marcuschi (1996), que se restringe ao estudo do texto, quando constata, analisando livros didáticos de português, questões de identificação, inferência e avaliação (ao lado de outras que fogem ao propósito de compreensão do texto).

Os estudos sobre atividades escolares, sobretudo os de língua francesa, definem de formas diferentes ‘atividades’ e ‘tarefas’ escolares, conceitos em que esta pesquisa se baseia: aquelas correspondem a tudo o que é realizado pelos alunos, em situação de ensino-aprendizagem (atividade de leitura, de escrita, de reflexão gramatical, de cálculo...); essas são ações prescritas também aos alunos (de forma explícita ou não), em grande parte observáveis, cujos procedimentos e resultados são avaliáveis, principalmente numa avaliação formativa (estabelecer um objetivo, determinar um ponto de vista a adotar, assegurar a continuidade do texto...) (CHARTRAND, 2002).

### Análise preliminar

Considerando os dados de análise, observa-se que seus comandos apresentam, muitas vezes, de maneira vaga, as tarefas a serem cumpridas, o que leva o aluno a perguntar ao professor o que deve ser feito ou como ele quer que seja respondido, e de forma menos recorrente tarefas detalhadas, que resultam em comandos extensos. Encontram-se também tarefas implícitas nos enunciados, às quais os alunos respondem, por conhecerem as regras da cultura escolar. Ou seja, por vivenciarem os procedimentos da escola, os alunos inferem o que deve ser dito ou realizado nos comandos de questões discursivas.

Além disso, identificam-se questões elaboradas por meio de uma simples interrogativa, questões que exigem enumeração e citação, cujas respostas são dadas de forma memorizada (questões de reconhecimento), ao lado de outras que esperam compreensão do aluno, devendo fazer inferências, interpretações, inter-relação de conhecimentos (questões de



compreensão). Em geral, não são contextualizadas, não exigem dos alunos resolução de situações-problema, que é uma característica de questões de aplicação.

Pode-se encerrar, afirmando-se que as questões discursivas em análise têm um comando pouco esclarecedor das tarefas a serem feitas, enfatizam as atividades de leitura e escrita de textos e são perguntas centradas nos conteúdos específicos das disciplinas, enfatizando, assim, saberes científicos.

ANDRÉ, Marli; PASSOS, L. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, A.; CARVALHO, A. M. *Ensinar a ensinar*. São Paulo: Pioneira/Thomson, 2002, p. 177-194.

BEZERRA, Ma. A. Regionalismo lingüístico e literário: sobreposição de conceitos direcionando a leitura de questões discursivas. *Anais da XX Jornada do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste*, João Pessoa, 2004.

BEZERRA, Ma. A. Habilidades de leitura requeridas e demonstradas em provas de vestibular. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, 2006a (no prelo).

BEZERRA, Ma. A. Características de questões discursivas presentes no vestibular da UFCG. *Anais da XXI Jornada do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste*, João Pessoa, 2006b.

BLOOM, Benjamin. *Taxionomia de objetivos educacionais*. Porto Alegre: Globo, 1973.

CHARTRAND, Suzanne-G. Analyse comparative d'activités et de tâches prescrites pour l'écriture de textes argumentatifs au secondaire. *Actes de VIIIe. Colloque de l'Association Internationale pour le développement de la recherche en Didactique du Français Langue Maternelle*. Genève, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino da língua? *Em Aberto*, Brasília, n. 69, p. 64-82, 1996.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

TRAVASSOS, Ralline de A. *Questões discursivas em atividades escolares do ensino médio*. Relatório final de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/CNPq-UFCG), Campina Grande, UFCG, agosto de 2006 (inédito).

### As dimensões analíticas presentes em tarefas relativas a conhecimentos lingüísticos no ensino médio

Maria Augusta Gonçalves de Macedo Reinaldo

freinaldo@uol.com.br

Universidade Federal de Campina Grande

O ensino de Português sempre foi orientado pela tradição de se pensar a língua como sistema de formas (hoje conhecidas como fonemas, morfemas, sintagmas, orações) e a gramática como construto teórico que identifica essas unidades formais e descreve as relações entre elas e suas possibilidades de combinação no interior do sistema. Os estudos lingüísticos teóricos e aplicados produzidos nas duas últimas décadas têm mostrado, a partir de novas concepções de língua e de gramática, que o conhecimento gramatical (também chamado de conhecimento lingüístico), por ser constitutivo do ler e do escrever, não se reduz ao domínio de regras gramaticais descontextualizadas. Esse novo modo de pensar a língua e a gramática já se encontra oficializado nos documentos parametrizadores para o ensino de Português

no País, nos programas de avaliação de sistemas de ensino e de livros didáticos, bem como em iniciativas de formação de professores. Esse quadro justifica relevância de pesquisas que diagnosticam as influências da oficialização do novo paradigma do ensino gramatical nas diversas instâncias de ensino. Esta comunicação apresenta os resultados de uma investigação sobre a presença/ausência desse novo modo de pensar a abordagem do conhecimento gramatical nas práticas de avaliação de aprendizagem de conhecimentos lingüísticos no ensino médio da cidade de Campina Grande. Este estudo dá continuidade a estudos anteriores, em que são analisadas questões objetivas de múltipla escolha em provas de vestibulares e em exercícios escolares (REINALDO, 2006a, b). O referencial teórico é formado de reflexões construídas pelos estudos didáticos sobre o ensino do francês, com a noção de *tarefa* como elemento que atualiza uma atividade, e que permite o confronto do aluno com os saberes no quadro da aprendizagem de uma disciplina (JAUBERT; RABIÈRE, 2002); pelos estudos lingüísticos sobre língua e gramática como objeto de conhecimento e ensino, contemplando as dimensões discursivo-pragmática, semântica e textual (TRAVAGLIA, 1996; 2004; NEVES, 2000; 2003), bem como pelos estudos aplicados sobre efeito retroativo no ensino de língua (SCARAMUCCI, 2004). A pesquisa classifica-se como descritiva, de cunho interpretativo. Os dados para análise estão constituídos de atividades (provas e exercícios) destinadas à verificação da aprendizagem da disciplina Língua Portuguesa do 3º ano do ensino Médio, recolhidos em 8 escolas da cidade de Campina Grande (Paraíba) – quatro da rede pública e quatro da rede privada e de entrevistas com professores dessas mesmas escolas. O foco da observação recaiu sobre a natureza da reflexão lingüística e sobre as dimensões da análise lingüística. Quanto à natureza da reflexão lingüística, as questões foram agrupadas em três tipos: a) reflexão sobre o uso lingüístico, situação que requer do aprendiz a capacidade de refletir sobre o uso de construções lingüístico-enunciativas aplicadas em situações particulares; b) reflexão sobre a metalinguagem, situação que requer do aprendiz a capacidade de descrição e sistematização dos conhecimentos lingüísticos, utilizando-se de nomenclaturas para a apreensão do fenômeno lingüístico. Os resultados revelam que a influência da abordagem de conhecimentos lingüísticos recomendada nos documentos parametrizadores e utilizada nos instrumentos de avaliação do sistema de ensino, e já presentes em alguns dos livros didáticos do ensino fundamental e médio, ainda é muito tênue na rotina do ensino médio da cidade. As poucas ocorrências do enfoque atual, registradas nas atividades das escolas particulares e públicas, se encontram nos exemplos extraídos de provas de vestibulares nacionais que são inseridos em livros didáticos de ensino médio. Esse fato atesta que os modelos de avaliação adotados no processo seletivo ao ensino superior são determinantes das orientações curriculares da escola de ensino médio. Quando não se recorre a essas fontes, as tarefas, via de regra, apresentam baixo nível de complexidade, já que tendem a privilegiar a reflexão metalingüística com foco na identificação e classificação do fato lingüístico contemplando apenas uma dimensão analítica da palavra e da frase freqüentemente dissociada de um contexto de uso. Esses resultados apontam para os entraves à inovação no ensino: de um lado, as crenças e a formação do professor interferem diretamente em sua prática pedagógica; de outro, as restrições do sistema escolar impõem organização curricular e ações de ensino de língua que não dá conta do aprendizado das normas de comportamento



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

lingüístico que regem a vida dos diversos grupos sociais, cada vez mais amplos e variados, em que o indivíduo vai ser chamado a se inserir.

BRASIL/SEMTEC. PCN+ *ensino médio*: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume *Linguagens: códigos e suas tecnologias*. Brasília: Mec / Semtec, 2002.

BRASIL/SEMTEC. *Orientações Curriculares do Ensino Médio*. Brasília: Mec/Semtec, 2004.

BRASIL/SEMTEC. *Orientações Curriculares para o ensino Médio*. Mec/Semtec, 2006.

JAUBERT, Martine; REBIÈRE, Maryse. *Tâche d'écriture, grille et illusions perdues*. 2002.

REINALDO, M. A. Conhecimentos lingüísticos em enunciados de provas de português: do objeto de referência científica ao objeto de ensino. *Revista Intercâmbio*. São Paulo: PUC/SP, 2006 a (no prelo)

REINALDO, M. A. Abordagem lingüística na prova do vestibular UFCG e em exercícios escolares do ensino médio. *Anais da XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos (GELNE)*. João Pessoa: UFPB, 2006 b.

MELO, Kelly da S. Gramática e análise lingüística. Relatório final (Pibic / CNPq -UFCG). Campina Grande: UFCG, agosto de 2006 (inédito).

SCARAMUCCI, Matilde.V. R. Efeito retroativo da avaliação no ensino/aprendizagem de línguas: o estado da arte. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas, 43 (2): 203-226. jul./dez, 2004.

TRAVAGLIA, L. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.

configuração do(s) gêneros, mas também, e principalmente, constatar que a(s) imagem(ns) do sujeito discursivo professor que se projeta(m) é(são) afetada(s) pelas condições de produção (as circunstâncias de enunciação e o contexto sócio-histórico) de tais gêneros. Há de se considerar também que é do imbricamento do que dizem os professores, do modo como dizem e da situação enunciativa geradora desse dizer que chegamos ao modo como o professor representa a si mesmo, a seus pares, a seus alunos e à escola. Representação discursiva que nos leva a melhor compreender e explicar o trabalho do professor, uma vez que é desse jogo de projeções e construções de objetos de discurso que o professor deixa entrever as representações sociais que orientam o seu agir nas práticas discursivas que (re)constroem o discurso docente.

AMOSSY (Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. feita do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo-SP, Martins Fontes, 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. A. Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo: EDUC, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Análise do discurso: controvérsias e perspectivas*. In: MARI, Hugo et al (Org.) *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFGM, 1999. p. 27-43.

DUBOIS; MONDADA. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referênciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. 249p.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FUCHS, C.; M. PÊCHEUX. *A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas*. 1975. Trad. Péricles Cunha. Em F. GAdet & T. Hak (Org.) *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.

### O sujeito discursivo professor e o discurso docente (re)velado em gêneros textuais

Nesta comunicação coordenada, assumimos como eixo de trabalho que é por meio do fazer-docente enquadrado em práticas de linguagem estabilizadas (aqui pensadas como gêneros textuais) e ainda das vozes e discursos que circulam na escola, sobre a escola e sobre o professor que emerge o discurso docente. Nessa direção, acreditamos que estudos que elegem o dizer do professor (sujeito discursivo) como *corpus* de análise podem indicar caminhos de ou para intervenções no universo da formação desses profissionais, seja ela inicial ou continuada. Os exemplares de análise selecionados para a comunicação são resultado de diferentes processos e estágios de geração de dados, quais sejam: i) nos dizeres de professores materializados ii) nos gêneros textuais memorial e entrevista e iii) em práticas de análise de textos que contenham elementos verbais e não verbais na sua materialidade. É, pois, deste engendramento: da análise do dizer do professor gerado por certos gêneros textuais é que chegamos ao que acreditamos atualizar o discurso docente. Esse, por sua vez, é tomado na perspectiva da Análise do Discurso Francesa, da Teoria das Representações Sociais e/ou do Interacionismo Sociodiscursivo. A assunção desse quadro teórico permitiu-nos não apenas compreender a

### O gênero memorial como ponto de partida para a análise do discurso docente

*Pollyanne Bicalho Ribeiro Ziviani*

pollyanne\_br@yahoo.com.br  
PUC - Minas Gerais

Este trabalho se relaciona à pesquisa de doutoramento que realizo<sup>1</sup> que tem como objetivo examinar o discurso docente (re)velado no gênero memorial. Para a viabilização desse propósito, considero para a análise os recursos lingüísticos, textuais e discursivos evidenciados na materialidade dos memoriais, buscando não só a compreensão de seus aspectos constitutivos, como também, e principalmente, a relação entre os elementos de sua organização, as condições de produção (as circunstâncias de enunciação e seu contexto sócio-histórico) e os sujeitos sociais participantes do processo discursivo em questão. O interesse em pesquisar a referida temática provém do trabalho de tutoria desenvolvido por mim no Projeto Veredas<sup>2</sup>. Neste projeto, os professores-cursistas deveriam elaborar um memorial relatando toda





sua trajetória (aspectos pessoais e profissionais) ao longo da sua formação. Quando os professores-cursistas começaram a escrita dos memoriais, vários questionamentos surgiram a respeito da elaboração do trabalho requerido. Com o objetivo de minimizar os questionamentos quanto a sua produção, os tutores assim como os professores-cursistas buscaram orientações nos guias do Projeto Veredas; todavia, depararam com informações vagas, imprecisas, incompletas acerca do gênero em questão. Ademais, no processo de escrita, outras dificuldades vieram à tona nos encontros presenciais com os tutores<sup>3</sup>; entre elas destaca-se a preocupação por parte dos professores-cursistas em usar a linguagem de forma a retratar a realidade vivenciada, reavaliando suas experiências, sem distanciar-se, portanto, da subjetividade na escrita; mas conscientes de que iria se tratar de um texto acadêmico, que, durante a escrita, deveria passar pelo crivo da instituição de ensino a qual estavam vinculados. Cada vez que me propunha a ler os memoriais, percebia a presença de um discurso, de uma certa forma, velado, subjacente, mas latente, que era composto pelas vozes dos professores-cursistas do Projeto Veredas. Ressalto aqui o fato de que esse discurso não se limita aos participantes do referido projeto, pois, considerando-se que algumas questões elucidadas nos memoriais estão presentes em qualquer instância educacional, pode-se inferir que percorrem o discurso docente de modo geral. Partindo, então, desse pressuposto, acredito que, dando voz aos sujeitos docentes envolvidos no fazer docente, revelando suas formações, crenças, frustrações, desejos, perfis, talvez possa identificar melhor esse grupo social e, portanto, compreender o funcionamento do discurso docente, o que pode contribuir para análises relacionadas ao funcionamento do discurso e das práticas pedagógicas. Assim, para que se atingisse o objetivo traçado para a pesquisa – analisar o discurso docente – identifiquei como via de entrada a análise de gêneros, particularmente nesta pesquisa, a análise do gênero memorial. Marcuschi (2002, p. 35), ao elucidar a relevância de trabalhos lingüísticos realizados sob o viés dos gêneros, menciona que se trata de “*uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia-a-dia. Pois nada do que fizermos lingüisticamente estará fora de ser feito em algum gênero*”. Isto posto, pode-se defender que a análise do gênero como ponto de partida para a análise do discurso é um meio de acesso válido, já que, em se tratando de qualquer atividade languageira construída em uma determinada prática social, só se pode compreendê-la através de um ou outro gênero. Também, nesse sentido, Charaudeau (1996, p. 40) propõe o seguinte questionamento: “*frequentemente se diz análise de discurso de um texto; convém, então, precisar se o texto constitui um fim em si ou se se trata de um simples pretexto*”. Talvez seja importante esclarecer, ao trazer o excerto explicitado acima, que, quando o autor sugere que o texto possa ser um simples pretexto para a análise de discurso, não se trata de desqualificar o papel do texto, mas de dizer que para determinados objetivos lingüísticos/discursivos ele se apresenta como um meio, um recurso imprescindível para que se possa identificar e, por conseguinte, analisar o discurso. Acredito que a análise do gênero memorial proporcione uma série de elementos que permitirão um entendimento mais consistente acerca do “discurso docente”. Ademais, defendo que a análise de gêneros possa contribuir para a compreensão do funcionamento da língua em práticas sociais, especialmente, em práticas reguladas/ritualizadas por instituições de ensino. A proposta da elaboração dos memoriais implicava um processo

de escrita e reescrita que instaurava também a reflexão do ser docente, do agir docente; o que acabava por evidenciar o caráter avaliativo/ auto-avaliativo do gênero memorial, assim como um importante mediador para a promoção de (trans)formações dos sujeitos sociais participantes desta prática. Koll (1995, p. 26) menciona, ao referir-se à mediação anunciada por Vygotsky, que “*mediação, em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento*”. De acordo com a premissa de que o gênero memorial deva ser visto como mediador da formação dos professores-cursistas, claro que sem dispensar outros elementos mediadores (guias de estudos, discussões com os tutores, avaliações formais...), e, pensando que essa formação não se restringe tão-somente ao âmbito profissional, mas também abarca o pessoal; o memorial nos permite identificar e, conseqüentemente, analisar o entrecruzamento da subjetivação/objetivação do sujeito docente que enuncia, assim como trazer à tona aspectos da esfera privada e pública calcados em práticas nas quais o sujeito da pesquisa experencia. Tais fatores interessaram para o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo, para verificar como eles se sobrepuseram na construção discursiva. Sustento que a análise pretendida na pesquisa possa contribuir sobremaneira para a retomada, sob o prisma lingüístico/discursivo, das relações estabelecidas no contexto escolar, especificamente, no que pese ao fazer docente. Para a validação desse argumento, destaco Machado (2004, p. 135) quando a autora enuncia que a situação de trabalho educacional se configura através de uma rede de discursos proferidos, assim, a análise dessa rede pode permitir uma efetiva compreensão das relações linguagem/trabalho estabelecidas nas instituições de ensino. Ainda para essa autora, os estudos acerca de projetos educacionais “*podem trazer-nos nova compreensão sobre o trabalho do professor, tanto em relação a alguns dos aspectos das representações que socialmente se constroem sobre ele*”. Sobre a necessidade de se desenvolverem estudos relacionados à formação de professores que permitam a reflexão/avaliação sobre as ações dos sujeitos sociais em determinadas práticas, Matencio (2001, p. 206) salienta que essa formação, em diferentes áreas, parece “*passar por um momento que impulsionará grandes mudanças, já que o mercado tem demandado um profissional que conheça tecnicamente sua área e saiba aprender para ensinar e ensinar para aprender*”. Através da análise da emergência do gênero memorial no contexto da pesquisa, entendo que se possa refletir acerca dos processos identitários dos sujeitos do discurso; das relações sociais estabelecidas no contexto escolar; de concepções de ensino e de aprendizagem que aí vigoram; de limitações e possibilidades do trabalho docente; enfim, acredito que, através do entrecruzamento desses aspectos, desvelados na análise do gênero memorial, seja possível identificar e, por conseguinte, analisar o discurso docente.

<sup>1</sup> Ingressei no programa de pós-graduação Língua Portuguesa (Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em fevereiro de 2005.<sup>2</sup> Tratou-se de um projeto-piloto em educação à distância (2002-2005), coordenado pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que contou com a colaboração de 18 instituições, públicas e privadas, de ensino superior, para o seu desenvolvimento.<sup>3</sup> Havia um encontro mensal presencial entre os tutores e o grupo de professores-cursistas com a finalidade de discutir questões teóricas dos guias de estudo, correção de avaliações, orientação da prática pedagógica, dos memoriais e das monografias.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. 1996, p. 5-41.
- MACHADO, Anna Raquel. O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina: Eduel, 2004.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva *et al.* (Org.) *Gêneros Textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. O estudo dos gêneros do discurso: notas sobre as contribuições do interacionismo. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NADE/FALE/UFMG, 2004.
- MINAS GERAIS/SEC. Veredas - Formação Superior de Professores – Manual do Tutor. Belo Horizonte. 2002.
- MINAS GERAIS/SEC. Veredas - Formação Superior de Professores – Guia Geral. Belo Horizonte. 2002.
- MINAS GERAIS/SEC. Veredas - Formação Superior de Professores – Manual da Agência de Formação. Belo Horizonte. 2002.
- ZIVIANI, Pollyanne. O papel do tutor na educação à distância. 2004. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Marcos.

### O sujeito discursivo professor: ressonâncias de vozes e formações discursivas

Fernanda de Castro Batista Coelho

ferbcoelhoupuc@yahoo.com.br  
PUC - Minas Gerais

Interessa-me, nesta comunicação, relatar algumas descobertas (relativas ao meu trabalho de mestrado intitulado “O discurso didático e o seu funcionamento ressonâncias de vozes e formações discursivas”) acerca do engendramento do discurso do professor, focalizando as representações que professores brasileiros de diferentes disciplinas<sup>1</sup> e provenientes de diversas partes do país têm de si mesmos e do grupo do qual fazem parte. Investiguei tais dizeres à luz de conceitos da Análise do Discurso Francesa e da Teoria das Representações Sociais, focalizando índices lingüísticos relativos ao dito (portanto, ao posto), ao não-dito e ao pressuposto, que propiciaram que as representações sociais fossem acessadas e que, assim, me fosse possível reconhecer e mapear os *lugares* de onde os sujeitos enunciam. A percepção desses lugares, posição(ões)-sujeito foi, de início, estabelecida em função do modo como os sujeitos interpretaram as questões propostas nos instrumentos da pesquisa, o que permitiu perceber, a partir do que se disse ou se deixou de dizer, do como se disse e do por que se disse, o lugar social de onde o sujeito enunciava. As respostas aos instrumentos da pesquisa foram, desse modo, consideradas como um gesto de interpretação dos sujeitos, o qual permitiu que se percebessem *estratégias de dominação e estratégias de resistência* (FOUCAULT, 1999) desse grupo marcadas pela apropriação de discursos já estabilizados. Eleger o quadro teórico-metodológico da AD não se deu evidentemente de forma aleatória. À proporção que noções como as de sujeito e sentido iam sendo por mim estudadas e eu ia compreendendo como diferentes teorias lingüísticas iam concebendo tais

noções, alinhei-me à AD, assumindo: i) a incompletude como inerente à linguagem, ii) a opacidade da língua e, ainda, iii) o de-centramento do sujeito. Demonstrarei que – em função do modo como o professor se mostra por meio da referência pessoal e se representa discursivamente em relação aos pares, ao aluno e à escola e como, desse jogo de projeções – o sujeito da pesquisa deixa entrever o funcionamento do discurso docente e as representações que orientam o seu agir nas práticas discursivas que (re)constroem os discursos relacionados à escola. Quanto a esses discursos, proponho uma rápida explicação da tipologia dos discursos didático, docente, pedagógico e professoral (por mim construída) a fim de demonstrar que esses discursos consolidam práticas discursivas responsáveis por ressoar e ecoar dizeres acerca da escola e daqueles que lá ocupam posições, em especial, alunos e professores. Assim, cada dizer analisado ao longo do trabalho foi pensado como um acontecimento discursivo que me revelou acontecimentos de uma outra natureza por meio da percepção das posições assumidas e projeções dessas posições que, por sua vez, me conduziram a perceber re(l)ações mediante outros posicionamentos, outras posições. Confrontos... conflitos... lutas... atitudes responsivas... resistências... o “eu”, tão fragmentado, o “você”, às vezes, um “nós”. O “ele”, por vezes o marginalizado, por outras o exemplo e o “a gente”? O “a gente” é agente? Em cada dizer, uma “peça” de análise, debrucei-me num microcosmo que ecoava um macrocosmo que encadeando já-ditos (em cada microcosmo redito) estabelecia novos elos, novas cadeias, novas facetas de análise. Experimentar e praticar a análise de dizeres dos professores implica necessariamente uma atitude política que visa uma intervenção no universo da formação do professor e, assim, dos discursos e práticas que a posição sujeito professor faz movimentar. Movimento que pode se alterar se se percebem os efeitos (Perversos? De exclusão? De acomodação?) de seu dizer para o domínio discursivo da escola. Trata-se, sobretudo, de “tocar”, de perceber nesses dizeres aquilo que subjaz, aquilo que orienta o dizer, aquilo que “escapa”, aquilo que é a representação social. Na pesquisa de mestrado, não cheguei propriamente às representações sociais e à constituição discursiva delas, mas aprendi a como chegar a essas representações. Isso já é suficientemente engratecedor. Não posso, contudo, deixar de materializar meu interesse em perseguir a constituição discursiva das representações e os enredados e complexos sistemas de crenças que orientam as representações por meio de (des)estabilizações. Não seria a aprendizagem esse processo de (alter)ação?

<sup>1</sup> Acredita-se que professores de diferentes disciplinas possam fornecer mais indícios, no que concorre à compreensão do engendramento de vozes e discursos que movimentam o funcionamento do discurso didático.

ACHARD, P. *et alii*. *Papel da memória*. Campinas, Pontes, 1999.

COELHO, Fernanda de Castro Batista. O gênero textual entrevista como uma entre-vida. In: KLEIMAN, Ângela; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

COELHO, Fernanda de Castro Batista. *O discurso didático e o seu funcionamento: ressonâncias de vozes e ressonâncias discursivas*. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Gareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Editora Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et alii. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

### A produção de efeitos de sentido pelo sujeito-professor e sujeito-aluno a partir de textos que contêm recursos verbais e não verbais na sua materialidade

Anneliese Maria Bento de Carvalho

annebcarvalho@gmail.com  
PUC - Minas Gerais

Na cultura humana, os signos verbais e não-verbais se manifestam como formas de representação dos conceitos elaborados por um determinado grupo de indivíduos. Para sua realização, um signo necessita ser reconhecido como a (re)apresentação do conceito a que se refere, dentro de um sistema maior que o inclui. Esse reconhecimento pressupõe a participação do homem como sujeito sócio-histórico-discursivo. Através da linguagem, o homem produz sentidos, significa, referencia, interpreta. Ou seja, como um ser de linguagem, é possível a ele estabelecer relações, fazer analogias, criar metáforas, enfim, produzir sentidos a partir da integração de suas representações individuais e coletivas, os quais resultam de atividades discursivas, dinâmicas e dialógicas (Cf. BRONCKART, 1999). Assim, em uma dada situação enunciativa, a construção da referenciação e a produção de efeitos de sentidos ocorrem, por parte dos sujeitos envolvidos, a partir do lugar social onde esses sujeitos se encontram. Localizar esses lugares significa investigar a formação discursiva que “*determina os modos de dizer e aquilo que se pode e se deve dizer em certa época*” (FOUCAULT, 1986 *apud* GREGOLIN, 2003). Entretanto, as formações discursivas não são totalmente estáveis, elas recebem a influência de outras formações discursivas, “*sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos*” (PÊCHEUX, 1995). Pode-se dizer, então, que o processo de referenciação e produção de sentido constituem-se em um fenômeno de natureza essencialmente interativa e que o ato de referir pode ser definido como um ato inserido em um contexto de ações linguageiras, sócio-historicamente situadas. Isso porque, além dos elementos linguageiros existentes na materialidade textual, a construção dos referentes também conta com a experiência individual e o arcabouço discursivo, e conceitual de cada um dos interactantes (Cf. MAINGUENEAU, 2002), bem como com os elementos lingüísticos e/ ou não-lingüísticos constitutivos da situação de enunciação. Dessa forma, levando-se em consideração a natureza dialógica e interativa de todo acontecimento discursivo, o caráter sócio-histórico-discursivo do processo de referenciação realizado pelos sujeitos envolvidos e o fato de que a produção de efeitos de sentidos se define a partir do lugar social e ideológico em que se encontram os indivíduos, almeja-se, neste trabalho, estudar a atuação

dos sujeitos interpretantes professor e aluno, em situações de leitura de textos constituídos de palavras e imagens, observando-se a constatação ou não dessas considerações acerca do processo de referenciação e produção de efeitos de sentido. Nesse intuito, pretende-se estudar, à luz das práticas e formações discursivas, a atuação dos sujeitos-interpretantes (TUIs): professor e aluno(s), no processo de construção da referenciação e produção de sentidos em atividades de leitura de textos, constituídos de imagens e palavras, em situações de aula de língua materna (português e francês) no Brasil (Belo Horizonte) e na Suíça (Genebra), realizando-se a comparação entre os “*fazeres dos professores e alunos*” dos dois países, observando as regularidades das atitudes didáticas e discursivas dos professores brasileiros e suíços, buscando traçar o perfil do professor de língua materna brasileiro e estrangeiro, quando diante de textos constituídos de recursos lingüísticos e não-lingüísticos. Com a realização do estudo a partir da análise das ações de leitura e interpretação do professor e do aluno, pretende-se verificar que “*os sentidos não estão evidentes, prontos no texto para serem apreendidos pelo leitor, porque eles remetem sempre a um já-dito a que estão afiliados*” (Cf. LEITE, 2003, p. 105). Ao se fazer uma análise comparativa entre as ações discursivas do professor e aluno dos dois países, confirmar-se-á ou não a hipótese de que tanto a interpretação dos sujeitos interpretantes brasileiros, quanto a dos sujeitos interpretantes suíços são atravessadas por ideologias e discursos nem sempre correspondentes, a depender do lugar social e das formações discursivas a que cada um pertence.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. feita do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo-SP, Martins Fontes, 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. A. Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHO, Anneliese Maria Bento de. *Linguagem verbal e não verbal no texto publicitário: construção da referenciação e produção de sentido*. 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do Discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Carneiro (Org.). *O discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo et al (Org.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFGM, 1999. p. 27-43.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Sentido, sujeito e memória: como sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosário et al (Org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2003. p. 47-60.

LEITE, Maria Regina Baracuhy. Bombril e ratinho: as vozes da sedução. In: GREGOLIN, Maria do Rosário et al (Org.) *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2003. p. 99-112.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha*. In: ANAIS do III Congresso Internacional da ABRALIN. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.



### 3.2.2 Comunicações Individuais

#### Humor e acontecimento

Sírio Possenti

siriop@terra.com.br  
UNICAMP

Os estudos sobre textos humorísticos têm aumentado exponencialmente nos últimos anos, em diversos campos de pesquisa (estudos “culturais”, história, sociologia, psicanálise, psicologia), e os estudos de linguagem não têm sido indiferentes ao tema. Muitos trabalhos têm sido apresentados e publicados, realizados a partir de diferentes quadros teóricos. Talvez se possa dizer que certos ingredientes dos “textos” humorísticos, pelas relações peculiares que mantêm com várias questões de ordem propriamente lingüística, em primeiro lugar, mas também pragmáticas, textuais, discursivas, cognitivas, históricas, têm chamado a atenção dos estudiosos para os diversos gêneros do campo. Tem sido percebido que se trata de *corpus* privilegiado para uma espécie de “teste” de diversas teorias – ou de práticas, como a da leitura.

Neste trabalho, o objetivo fundamental é relacionar diferentes questões típicas dos textos humorísticos com conceitos históricos, em especial o de acontecimento. Foucault define vários tipos de acontecimento de interesse da história, desde os visíveis e observáveis, que são de curta ou mesmo de curtíssima duração (como um navio sendo carregado em um porto), até os que devem ser reconstruídos pelos historiadores, e que não são, em geral, facilmente observáveis, por serem de longa duração (como o aumento da expectativa de vida ou a manutenção de hábitos alimentares e de técnicas agrícolas em determinados períodos da história).

Os “textos” humorísticos, embora, evidentemente, não sejam sempre “referenciais”, guardam algum tipo de relação (a ser explicitada, já que humor não é sociologia, nem história) com os diversos tipos de acontecimento. As charges, por exemplo, são tipicamente relativas a fatos “do dia” – eventualmente, mas raramente, têm, como pano de fundo, acontecimentos menos instantâneos, como uma campanha eleitoral. Textos (piadas ou charges) ditos de humor negro são produzidos em grande quantidade após acontecimentos breves, além de tipicamente classificáveis no rol das “desgraças” (morte de Ayrton Senna, queda das Torres etc.). Outros tipos de textos humorísticos recobrem espaços de média duração (um governo, um regime, o tempo de destaque de uma personalidade – como um mandato governamental, o que explica as caricaturas etc.). Outros, finalmente, parecem imemoriais, quase naturais, isto é, aparentemente não relacionados a acontecimentos, como as piadas sobre corrupção política, ou sobre certas profissões, ou sobre certos aspectos da sexualidade, como a infidelidade conjugal etc.

A presente comunicação, que faz parte de um projeto que discute temas e técnicas do humor com base em proposições teóricas da Análise do Discurso, cujo postulado básico é que há relações determinadas entre linguagem e história, e que são essas relações que explicam o surgimento, a circulação e a interpretação dos textos, tentará estabelecer conexões explícitas entre humor e acontecimentos. Basicamente,

tentará mostrar que há, por um lado, momentos de grande proliferação de textos humorísticos e que, neste caso, a interpretação dos textos depende, em boa medida, de um saber relativo a tais acontecimentos bastante precisos; por outro lado, outros tipos de textos humorísticos independem, para sua produção, desses acontecimentos “visíveis” e, conseqüentemente, sua interpretação mobiliza fatores de outra natureza e outras ordens de memória, não relacionadas a acontecimentos de curta duração.

Além disso, os lugares de circulação de tais textos não são indiferentes. Por exemplo, as charges, sendo relativas a acontecimentos “visíveis”, estão basicamente em jornais, noticiários da TV e programas de humor que incluem piadas sobre os últimos acontecimentos. Já, para mencionar apenas outro exemplo, “as piadas da Playboy”, publicadas na última página da revista do mesmo nome, além de versarem tipicamente sobre temas sexuais, referem-se a qualquer época (ou não se referem a períodos especificáveis) e, assim, as cenas invocadas são imemoriais (a traição, a falha de um homem, uma relação patrão/secretária, a maior ou menor inteligência das loiras...); seus protagonistas não são personalidades, mas tipos comuns (um homem, uma mulher, uma pessoa casada, um professor) e recebem nomes “neutros” (Maria, José, p. ex., nunca Ronaldo ou Lula). Para sua interpretação, invocam uma memória relativa a costumes bastante gerais, e, eventualmente, que o leitor perceba um certo jogo de linguagem (um duplo sentido, um deslocamento etc.). Serão apresentadas análises de textos diversos.

#### As representações sob a estratégia da descrição em publicidades impressas

Cristia Rodrigues Miranda

cristiamiranda@gmail.com  
Universidade Federal de São João del-Rei

Como objetivo deste trabalho, proporemos uma análise da representação discursiva das identidades em um *corpus* formado por publicidades impressas, da Revista Cláudia, de novembro de 2005. Pretendemos identificar a representação discursiva das identidades pelo viés da configuração descritiva do discurso proposta por Charaudeau (1992).

Inicialmente, faremos algumas considerações importantes acerca do termo “identidade” e sua vinculação com a *alteridade* ou com a *diferença*, conforme as proposições de Hall (2003). Segundo tal autor, as concepções que compõem, na contemporaneidade, as definições identitárias na pós-modernidade, se inserem na imbricação de pólos anteriormente antagônicos e opostos: global e local, transnacional/ nacional, hegemônico e subalterno, o dentro e o fora, público e privado, etc. Essas categorias, agora imbricadas pela visão pós-moderna ou pela modernidade tardia, permitem que o termo “identidade” seja considerado como uma forma de narrar a contemporaneidade, construindo discursiva e simbolicamente o mundo. Ora se as identidades remetem os sujeitos a determinados grupos e sistemas de pertencimento só podemos imaginar que as identidades são constituídas pelo discurso que, pelo ineditismo e ato da linguagem fazem



com que os sujeitos se reconheçam e se interpretam pelos discursos que os mesmos reproduzem configurando traços de regularidade ou dispersão dos sistemas de identificação modernos.

Em seguida discutiremos como as páginas publicitárias assumem uma dimensão de objeto cultural de que a sociedade dispõe e como elas contribuem, simbolicamente, para a representação (significação) e a perpetuação de certos *topoi* e padrões identitários. Entendemos que os estereótipos são discursos que circulam socialmente, ativam a doxa e remetem ao *pré construído* reforçando os sistemas de pertencimento a um grupo social ou a uma comunidade partilhada. Os *topoi* -convencionalmente conhecido como elemento retórico devido a sua propriedade de estruturar pensamento - remete os sujeitos discursivos a determinados lugares sociais que por sua vez também reforçam os sistemas de pertencimento a determinadas comunidades. Para tanto, analisaremos os elementos icônicos e verbais que a publicidade lança mão, recursos que constroem uma representação discursiva de aspectos culturais relevantes, como é o caso das identidades. As publicidades - sob o âmbito das representações - reproduzem por estratégias diversas procedimentos discursivos capazes de encenar pela linguagem a interação social, através da interpenetração do real/imaginário. Ao compor uma encenação linguageira que visa a convencer o público alvo a consumir determinado produto, as peças publicitárias se valem de recursos como a descrição para compor a *mise en scène* discursiva. Veremos que tal descrição ora incide sobre determinadas representações do público alvo, ora incide sobre a representação do produto. Perfilamos que ao descrever o suposto consumidor ou o público alvo, as páginas publicitárias abrem um espaço para análise da descrição como estratégia discursiva que remete à subjetividade do ser descrito, além de remeter, reforçar ou difundir os sistemas de pertencimentos sociais (comunidades imaginadas).

Finalmente, faremos uma análise dos procedimentos descritivos das publicidades impressas, através do modelo proposto por Charaudeau (1992), modelo no qual a descrição se constitui como uma estratégia organizacional do discurso composta pelo ato de nomear, localizar-situar e qualificar descritivo. O ato de nomear é uma forma de dar existência (aquilo que se atribui às classes semânticas) através da dupla operação: perceber uma diferença em relação ao *continuum do universo* e ao mesmo tempo, reportar essa diferença a uma semelhança que se constitui em um princípio de classificação (a percepção e a classificação dependem do sujeito que nomeia). O ato de localizar-situar determina o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo, compreendendo as características que definirá a existência pela posição espaço-temporal dos seres descritos.

Buscamos compreender de que maneira o sujeito anunciante (o sujeito descritor) intervém de maneira mais ou menos explícita, produzindo, conscientemente ou não, certos efeitos de sentidos: efeito de saber e efeito de confiança (CHARAUDEAU, 1992). Tais efeitos acabam por produzir uma orientação argumentativa nas publicidades que, por sua vez, criam uma representação discursiva de identidades culturais vigentes e importantes na contemporaneidade, reproduzindo certos padrões de semelhança ou diferença.

## Articulações entre plano da expressão e plano do conteúdo

Mônica Cristina Vital dos Santos

shalomonica@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho analisa as relações entre o plano da expressão e o plano do conteúdo presentes na letra de música intitulada *Miséria*, composta por Arnaldo Antunes, Sérgio Britto e Paulo Miklos, integrantes da Banda *Titãs*, coletada do encarte do CD *ô blésq blom*, gravado em 1989. Concentraremos a análise nas relações entre os planos de expressão e conteúdo tendo em vista o sincretismo de duas linguagens presentes no texto: a verbal e a plástica, além de esboçar traços do sistema semi-simbólico, pautada na teoria semiótica greimasiana. Podemos dizer que se trata de um esboço de contribuições advindas da aplicação do modelo de análise semiótico na apreensão do sentido, que, no texto em questão, traz ampliações, dada a relevância do plano de expressão manifesta pelo sincretismo.

Ao proceder uma análise discursiva do texto, no plano do conteúdo, percebe-se uma orientação do discurso, desde o título do poema, em torno do lexema “miséria”, que já no primeiro verso, recebe uma conceituação tautológica, pois afirma “miséria é miséria” e esse conceito está determinado por um adjunto adverbial de lugar, “em qualquer canto”. Porém, a “miséria” também é definida paralelamente pelo seu oposto “riquezas”, que, por sua vez, é definido pelo adjetivo “diferentes”. Além disso, enquanto o lexema “miséria” é marcado pelo traço da singularidade, o lexema “riquezas” é marcado pelo da pluralidade, expresso na presença do morfema *-s*. Em suma, a “miséria” é conceituada como aquela que apresenta sempre a mesma característica, enquanto “riquezas” é conceituado pela possibilidade de diversificação em suas formas de manifestação. Podemos, portanto, inferir que há uma relação semântica em torno do conceito que pode ser ilustrada pela categoria /conservação/ vs. /mudança/, respectivamente. Esses dois versos constituem pólos contrários que sustentarão a temática da desigualdade social permeada no texto e desenvolvida através da figurativização que versa ora sobre “miséria”, ora sobre “riquezas”, ou ainda, que podem representar tanto um quanto o outro.

No plano de expressão, a forma de apresentação visual do texto poético, *Miséria*, no encarte do CD, interpela-nos por suas características que o diferenciam de um texto escrito comum. Ele é escrito com todas as letras em caixa alta; justificado num retângulo, *bloco*, simétrico e utiliza espaçamento variado entre as letras em cada verso do poema. Essas características também estão presentes em outros textos poéticos do encarte, sugerindo assim o uso de recursos estéticos, característicos da linguagem plástica. Percebemos, assim, que essa utilização do espaço do papel ultrapassa as normas da linguagem verbal escrita (LARA; MATTE, 2005, p. 358-360). Desse modo, a função contrastiva entre letras maiúsculas e minúsculas, que é a de iniciar frases, nomes próprios, etc, é neutralizada, já que todas se apresentam em maiúscula; os espaços, determinantes do final de uma palavra e início de outra, são também utilizados entre os caracteres da palavra de modo variado; os sinais de pontuação, que indicam fronteiras fortes e fracas, são inutilizados e, em seu lugar, usam-se espaços; os textos em poesia, geralmente, são organizados em estrofes e cada linha – ou verso – é bem



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

menor do que o espaço regular do retângulo das margens e podem localizar-se no centro do retângulo ou iniciar na margem esquerda, porém, no texto em questão, há uma só estrofe com 24 versos distribuídos de modo que ocupem o espaço de um retângulo simétrico. Essa articulação entre duas linguagens, a verbal e a plástica, constitui o que a semiótica chama de sincretismo.

Partindo para a análise da forma de expressão presente nas relações entre a linguagem verbal e a plástica, observaremos alguns efeitos de sentido decorrentes dessa disposição dos versos no papel.

O único verso que não apresenta espaçamento entre os caracteres da palavra e possui a maior extensão é “miséria é miséria em qualquer canto”, verso que carrega o conteúdo fundamental do poema, sendo que o verso menos extenso e com maior espaçamento entre os caracteres é “riquezas são diferentes”, que apresenta oposição semântica ao primeiro. Assim poderíamos postular uma correlação entre as categorias da expressão /espaçamento/ vs /não-espaçamento/ e as categorias do conteúdo /mudança/ vs /conservação/, já que o /espaçamento/ constitui uma mudança no uso da linguagem verbal escrita e o /não-espaçamento/ é uma conservação das normas da escrita. Assim, essas correlações entre categorias do plano da expressão e do conteúdo, explicitam o uso de uma linguagem semi-simbólica.

Procedendo com a análise de características observadas nesse texto, percebemos assim que os efeitos de sentido são amplificados devido à relevância dada à forma de expressão visual nesse texto poético, o que explicita o sincretismo das linguagens plástica e verbal.

FIORIN, José Luiz. Três questões sobre a relação entre expressão e conteúdo. *Revista de literatura Itinerários*. n. especial. p. 77-89. 2003.

GREIMAS, A. J.; COURTES, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.

LARA, Gláucia M. P.; MATTE, Ana Cristina F. Vinicius de Moraes e o plano da expressão na poesia. In: MELO, Renato de. (Org.). *Análise do discurso e literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005.

PIETROFORTE, Antonio V. *Semiótica visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2004.

---

### Análise de cadeias lexicais como estratégia metacognitiva

Marco A. R. Vieira

marcorvieira@terra.com.br

Universidade Federal de Viçosa

Carla Simone Soder Kroth

Este trabalho faz uma análise da compreensão de textos através de testes de perguntas e respostas, percepção e interpretação da forma como se organizam em cadeias lexicais e da produção de resumos. Os testes foram realizados por 4 turmas do ensino fundamental (5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série) em textos narrativos e de divulgação científica. Para descrever as cadeias semânticas quando usadas para executar tarefas comuns e rotineiras como determinar com mais precisão

palavras-chaves de um texto, e também outras mais complexas, como elaborar resumos, pretende-se, neste trabalho, usar de três modelos. O primeiro modelo (DICK; KINTISCH, 1983) estabelece que a macroestrutura, o resumo do texto, se constrói pela junção de macroproposições, cuja descrição se assenta na análise de componentes microestruturais, aí compreendida a coesão lexical (HALLIDAY; HASAN, 1976). O segundo modelo é o da harmonia coesiva (HASAN, 1984, HALLIDAY; HASAN, 1985, MARTIN, 2001), conceito derivado da coesão. Mais recentemente estas tarefas passaram a ser descritas através da computação de cadeias lexicais (MORRIS; HIRST, 1991; BOGURAEV; NEFF, 2001). O terceiro é denominado de frame. Neste modelo, a partir de itens lexicais, geramos um frame que é uma estrutura de conhecimento organizada a partir dos conceitos gerados por esses itens num determinado contexto (BARSALOU, 1989). No entanto, a geração de frames envolve uma série de conhecimentos e um deles é o de estabelecer as conexões no texto. Assim, o modelo pressupõe que o escritor cria uma rede de significado textual basicamente através de uma escolha lexical e cabe ao leitor reconstruí-la, através daquilo que se denomina coesão e particularmente da coesão lexical. Desta forma, pode-se afirmar que a compreensão de um texto é algo com certo grau de subjetividade porque implica uma série de conhecimentos envolvendo constante interação entre os conhecimentos de leitores e de escritores. Dessa forma, se poderia dizer que graus de compreensão estariam relacionados a graus de subjetividade de percepção e interpretação das cadeias lexicais que formam blocos de sentido construídos com base em cadeias lexicais usadas nas múltiplas aplicações do processamento linguístico. Para demonstrar este ponto de vista, tomou-se como ponto de partida que a capacidade de estabelecer relações semânticas através de cadeias lexicais de um texto é uma estratégia metacognitiva anterior à elaboração de um resumo. Espera-se pois que quanto maior o domínio em estabelecer relações léxicas num texto melhor será a habilidade de construir resumos coesos e coerentes. Para comprovar a hipótese, foram criadas duas tarefas. Na primeira, testou-se de forma canônica a compreensão textual. Nela, os alunos responderam a 10 questões de múltipla escolha, 5 discursivas e fizeram a reprodução textual. A segunda tarefa se propunha a testar a percepção e a identificação da rede lexical do texto, desmembrada em várias etapas, executadas em sala de aula, em dias e momentos diferentes, tanto para o texto narrativo quanto para o de divulgação científica. Os alunos, inicialmente, identificaram as palavras-chave, sublinhando-as no texto, para, em seguida, agrupá-las em blocos do mesmo campo semântico que deveriam ser identificados por um item lexical generalizador. Através destes blocos semânticos, fizeram a montagem de um Mapa Conceitual, criando uma imagem visual da rede de cadeias léxicas que comporiam a essência do texto. Por fim, baseados no mapa conceitual, elaboraram o resumo. Os resultados dos testes aplicados em oito aulas durante um mês letivo foram analisados tanto de forma quantitativa quanto qualitativa. Os testes sobre compreensão mostram que, de maneira geral, os alunos compreendem os textos de divulgação científica diferente do narrativo, pois o desempenho deles é acima da média no texto narrativo, o que não ocorre com o de divulgação científica, principalmente nas questões abertas e na reprodução. Se aceitarmos que os testes de perguntas fechadas, abertas e reprodução são capazes de medir o desempenho em leitura, somos obrigados, de acordo com os dados, a aceitar que os alunos de todas as séries compreenderam o



texto narrativo, mas não o de divulgação científica, cujo desempenho ficou abaixo da média. Pressupõe-se então que as cadeias que organizam os textos serão reconhecidas e descritas de maneira diferenciada para os dois gêneros. Para resolver a tarefa, o aluno deve ser capaz de usar tanto a estratégia de leitura descendente quanto a ascendente, numa total interação com a organização do significado do texto, mostrando a capacidade de estabelecer generalizações de significado com a construção de blocos semânticos. O aluno portanto é chamado a demonstrar não só que compreendeu o texto, mas também que é capaz de explicitar a organização do seu significado, pressupondo uma série de estratégias metacognitivas, entre elas, de fundamental importância, a capacidade de perceber e estabelecer conexões textuais. Os dados mostram que os alunos não são capazes de reconstruir a rede de significado textual, que poderia ser denominada de coesão lexical. Pode-se então afirmar que as tarefas propostas ultrapassam os limites da simples compreensão, tal qual formulada pela escola, através das atividades clássicas de perguntas e respostas. Admite-se portanto que ler é uma atividade que requer uma orquestração de uma grande variedade de habilidades cognitivas para decodificar, compreender e aprender com o texto. Neste caso, quando o aluno é capaz de explicitar como o texto é organizado em termos de significado, postula-se que ele vai além de simplesmente entender o texto, mostrando-se também capaz de aprender com ele. Porém, dependendo do emprego de estratégias de interpretação, conhecimento diferenciado, ou objetivos, diferentes leitores podem construir interpretações diferentes para o texto. Assim, de um ponto de vista teórico, cabe a um modelo de análise textual especificar não só os princípios gerais seguidos pelos interlocutores no processo de entender os significados globais de um texto, mas também mostrar como percepções diferentes individuais devem pressupor suficiente informação comum para se ter uma compreensão adequada. De um ponto de vista pragmático, pode-se afirmar que os alunos sujeitos deste trabalho podem até ter compreendido o texto narrativo, mas foram incapazes de aprender através dele. Cabe então à escola não simplesmente fazer com que o aluno aprenda a entender um texto, mas principalmente que aprenda a aprender através dele. Portanto, tudo indica que o direcionamento das atividades de leitura devem ser modificadas. Principalmente, se a disciplina Língua Portuguesa quiser ser útil às outras pelas quais os alunos aprendem através da leitura de textos.

BARSALOU, L. W. Frames, concepts, and concepts fields. In: LEHERER, A; KITTAY, E. F. (Ed.) *Frames, fields and contrasts*. Hillsdale: Erlbaum, 1992. p. 21-74.

BOGURAEV, B. K. ; NEFF, M. S. *Lexical cohesion, discourse segmentation document summarization*. 2001. <http://citeseer.ist.psu.edu.ca>.

DIJK, T. A. van; KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. London: Academic. Press., 1983.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in social-semiotic perspective*. Victoria: Deakin University Press, 1985. p. 70-95.

HASAN, R. Coherence and harmony cohesive. In: FLOOD, J. (Ed.) *Understanding reading comprehension*. Newark: Ablex, 1984.

HOEY, M. *Patterns of lexis in text*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

MARTIN, J. R. Cohesion and texture. In: SCHIFFRIN, D.;

TANNEM, D.; HAMILTON, H. *The handbook of discourse analysis*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 35-53.

MORRIS, Jane; HIRST, G. Lexical Cohesion, the Thesaurus, and the Structure of Text. *Computational Linguistics*, v. 17, n. 1, março, 1991, p. 211-232.

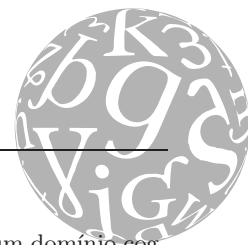
MORRIS, Jane; HIRST, G. The Subjectivity of Lexical Cohesion in Text. *American Association for Artificial Intelligence*, 2004 ([www.aaai.org](http://www.aaai.org)).

### O papel dos links representados por anáforas indiretas na construção da continuidade de sentidos na leitura de hipertextos

Ilza Maria Tavares Gualberto

ilza@vespanet.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Os avanços tecnológicos, observados nas últimas décadas, favoreceram o surgimento uma grande diversidade de formas de comunicação, ampliando consideravelmente as possibilidades de interação entre as pessoas. Dentre essas novas alternativas, destaco o hipertexto digital que facilitou a conexão entre textos, uma vez que, propôs novas disposições para os textos e ofereceu novos recursos como, por exemplo, o acesso a outros textos por meio de links. Os links podem ser vistos como dispositivos que permitem o acesso a outros textos ou espaços com apenas um click sobre a materialidade lingüística que o representa. Acredito que a forma lingüística, ou seja, o termo que está representado no link, poderá estimular ou inibir a navegação ou acesso do usuário a determinados blocos informacionais, produzindo assim interferências na construção da continuidade de sentidos na leitura de um hipertexto. Através de navegação por site de pesquisas escolares, pude constatar que as formas lingüísticas, materializadas nos links, costumam ser formas nominais que mantêm algum tipo de relação com o tópico central. No entanto, alguns links, representados por essas formas nominais, podem direcionar para blocos que não correspondem à expectativa do leitor e, possivelmente, afetar a construção de sentidos. Ao apontar estas formas nominais e suas implicações na construção de sentidos, é necessário considerar o conceito de referenciação, uma vez que, segundo KOCH (2005), a referenciação é uma atividade discursiva que resulta da operação que realizamos quando para designar, representar ou sugerir algo usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos do discurso e não como objetos do mundo. Esses objetos do discurso são dinâmicos, pois são introduzidos, modificados e desativados, se realizam e se completam discursivamente. Koch enfatiza que esses objetos do discurso não devem ser entendidos como as “coisas” do mundo real, mas representações de ordem cognitivo-discursiva. A referenciação se realiza por meio de diferentes estratégias que vão permitir a renovação das condições de textualização e a conseqüente produção de sentidos. Essas estratégias são apontadas por Koch (2005) e consistem em pronomes ou elipses; expressões nominais definidas e expressões nominais indefinidas.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Destaco neste trabalho, as formas nominais definidas que são responsáveis pelos processos de construção textual, tanto de retroação quanto de prospecção, através da seleção de descrições definidas que são possíveis através da seleção de características ou traços do referente ou ainda por meio de certas nominalizações. Dentre as formas nominais existentes na literatura lingüística, faço opção pela anáfora indireta que de acordo com Koch, são formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento e são ativadas por processos cognitivos inferenciais. Essas anáforas são responsáveis por dois processos na progressão textual. Primeiramente, elas permitem a introdução de novos referentes, um processo de ativação que viabiliza a ampliação do modelo mental ao inserir novos nódulos informacionais. Em segundo lugar, permitem a retomada ou a reativação, pois estabelecem uma remissão constante ao domínio de referência.

De acordo com Marcuschi (2005), as anáforas indiretas não retomam um referente, mas ativam novos referentes e possuem uma motivação ou ancoragem no universo textual. Segundo o autor há algo similar a uma ativação-reativação na continuidade do domínio referencial. Schwarz 2000 (apud MARCUSCHI, 2005), apresenta quatro características básicas das anáforas indiretas. Primeiramente, destaca a inexistência de uma expressão antecedente ou conseqüente, o que existe são âncoras que vão sustentar ou permitir a continuidade referencial. Em segundo, afirma que não há correferência entre âncora e anáfora indireta. Em terceiro, enfatiza que a anáfora indireta é um novo referente e em quarto que ela se realiza por elementos não pronominais. Tendo em vista essas características apresentadas por Schwarz, é possível considerar que uma anáfora indireta pode funcionar como um link em um hipertexto e dessa forma contribuir para a construção da continuidade de sentidos na leitura de um hipertexto.

Ao pensar na construção da continuidade de sentidos, verifica-se que o hipertexto constitui-se em um espaço de desafio onde o leitor deve realizar articulações de forma adequada e pertinente a seus objetivos para que a construção da continuidade de sentidos seja produtiva. No entanto, essa produtividade só vai se efetivar, se houver elementos na superfície do texto que apontem adequadamente as possibilidades que o levem a atingir seu objetivo.

Estudar esses elementos será uma grande contribuição para compreender o processo de leitura, pois Marcuschi (2005, p. 54) destaca que “a anáfora indireta é um caso de referência textual, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local. Uma análise detida das características centrais da anáfora indireta mostra que ela não depende de uma congruência morfosintática nem da necessidade de reativar referentes já explicitados”.

Tudo isso instiga uma pesquisa sobre a anáfora indireta na leitura de hipertextos digitais, cujos links propiciam uma análise em uma perspectiva de ancorar e servir de âncora para novos hipertextos.

O objetivo central desta pesquisa é verificar em que medida os links representados por anáforas indiretas interferem na construção da continuidade de sentidos do hipertexto, monitorando, inibindo ou estimulando o leitor. Essas expressões nominais se realizam através de recursos lingüísticos específicos, que são co-construídos a partir do acesso, ou da navegabilidade diante do hipertexto e permitirá ao leitor

produzir uma configuração cognitiva.

Tal configuração pode ser considerada como um domínio cognitivo que ativa, organiza e gerencia significações através de complexas operações. Para analisar esses aspectos cognitivos, que são proporcionados por referentes lingüísticos, pretendo utilizar a Teoria dos Espaços Mentais de Fauconnier; Turner (2002, p. 6) uma vez que afirmam: “O que está por trás das formas é, sobretudo, a capacidade do ser humano de construir significados”. Portanto consideram tanto os aspectos lingüísticos quanto os cognitivos. Os autores adotam uma noção de referência como um processo que é desencadeado a partir de expressões lingüísticas que são utilizadas nas atividades realizadas pelos sujeitos na medida em que ocorre o processamento de um texto. Assim o processo de referenciação é co-construído. Autores como Koch (2002, 2005), Marcuschi (2005), Mondada; Dubois (2003), serão considerados no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que compartilham da mesma concepção que Fauconnier e Turner em relação ao processo de referenciação.

Com o objetivo de investigar como os links, representados por anáforas indiretas, interferem na construção da continuidade de sentidos no hipertexto, serão propostas duas tarefas: a produção de um texto a partir de uma pesquisa no site, cuja navegação será monitorada por um programa específico e em seguida a realização de um protocolo retrospectivo, tendo como suporte o programa que foi utilizado para mapear o trajeto de leitura do participante .

Para realização da pesquisa, serão utilizados dois temas que serão apresentados em três versões cujos links terão papéis distintos. Os textos foram retirados e adaptados do site da Wikipédia para atender à finalidade desta pesquisa

Ao analisar o texto produzido pelo aluno buscarei através da materialidade lingüística, indícios das conexões que foram elaboradas pelos participantes, ou seja, as representações que foram construídas e verificar em que medida elas permitem inferir os processos e estratégias que geraram essas representações. Essa análise se somará à análise do protocolo retrospectivo para uma possível comparação.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way we Think. Conceptual Blending and the Mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à Lingüística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: 34, 1993.

MARCUSCHI, Luiz A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.) *Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 87-111.

MARCUSCHI, Luiz A. Anáfora Indireta: O barco textual e suas âncoras. IN: KOCH, Ingedore G. Villaça; MORATO; Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.p. 53-101.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação IN: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.p 17-52.





## Uma flânerie pela Terra Ideal

Helder Rodrigues Pereira

rodrigueshelder@msn.com  
Universidade do Estado de Minas Gerais

Pretendo, com a presente comunicação, fazer uma compreensão do espaço urbano pelo instrumental teórico da Análise do Discurso. Para tal, utilizo como elemento figurativo o *flâneur* – aquele que faz sua trajetória pela cidade sobre ela tecendo outros significados, abandonando-se à impressão e ao espetáculo do momento. É certo que, do ponto de vista do imaginário, a cidade se quer compreender como *topos* privilegiado de civilização, lugar da realização do ideal do exercício político da realização democrática. Todavia, como demonstro adiante, para além de tal configuração, a cidade se revela como palco de contendas pelas quais um jogo de oposições pode ser encontrado sob o ponto de vista simbólico. Assim, espero que, com o instrumental da Análise do Discurso, tal jogo de oposição possa ser mais bem compreendido a partir das formas sob as quais a cidade se representa a si mesma. Essa representação encontro-a no gênero teatral chamado Teatro de Revista, cuja função era levar aos palcos a própria cidade representada a partir de uma revisão (revista) do ano anterior. Este gênero dispõe de algumas características próprias, dentre as quais destaco: o aspecto cômico (pois a cidade era sempre retratada a partir da sátira) e o fio condutor (que mantinha a atenção da platéia sobre a cidade, já que várias cenas se intercalavam). O cômico e o condutor, chamado compadre (*compère*) tecem um significado sobre a cidade. Considero, pois, que o gênero teatral aqui enfocado se apresenta também como um gênero discursivo, cuja função era interpelar a platéia que, por sua vez, reconhecia-se em tal representação. A categoria de análise que adoto é o silenciamento, tendo em vista que o cômico silencia o trágico, além do que as falas das personagens só se tornam risíveis em função de utilizarem sob a forma de chistes o que não é dizível, mas encontra significação nas entrelinhas – e, por isto, a cidade ri de si mesma. Com a finalidade de melhor explicitar meu trabalho, analiso a peça *Terra Ideal*, de autoria de Tancredo Braga, encenada na cidade de São João Del Rei (MG) nos anos de 1916, 1917 e 1919, cujo acesso foi possível a partir do arquivo do Grupo de Pesquisa em Artes Cênicas, vinculado à Universidade Federal de São João Del Rei. A análise discursiva aqui proposta pretende evidenciar algumas características do gênero teatral e discursivo, além de compreender o espaço urbano como o lugar simbólico das significações. O recurso ao *flâneur*, aqui comparado ao *compère* é uma forma de propor uma entrada na cidade a partir dos seus elementos cômicos, pois as regras sempre se apresentaram quais novas muralhas a afastar aquele que poderia colocar em risco o cotidiano (Pesavento, 2002). As cidades mineiras se caracterizaram (no século XIX) por uma prática obsessiva de controle dos comportamentos, devida talvez à rigidez imposta pela própria Coroa desde a época da mineração atrelada ao pacto colonial. Esta prática, chamada por Duarte (1995) de *obsessão esquadrihadora*, encontrou seu oposto, dentre outras práticas, nas chamadas

revistas de ano. Segundo Mencarelli (1999), a fórmula particular de tal gênero, construída através da costura de episódios fragmentados, permitia a construção por exposição e comentários dos acontecimentos urbanos mais significativos do ano anterior. O Rio de Janeiro aparecia como a cidade na qual o gênero se estabeleceu e se expandiu, chegando enfim a várias cidades do país a partir da década de oitenta daquele século. Na peça de minha análise, a cidade de São João Del Rei é comparada ao Rio de Janeiro, mas acaba sendo recuperada simbolicamente como a *Terra Ideal*, afinal, mais do que se remeter à corte como ideal de urbanismo (Süssekind, 1986), tal revista mineira orientava-se pela carência provinciana compensada pelas outras vantagens próprias das pequenas cidades. Na *Terra Ideal*, o olhar do *compère* (que, no caso, são três: o doutor, o roceiro e o policial), apresenta a cidade ao espectador sob a visão da metrópole, do matuto e da lei. Nenhum deles, todavia, está livre do cômico, que os envolve na ordem do discurso que só é dizível por se encontrar no verdadeiro (Foucault, 2003) da sátira de uma representação contrária ao lírico, tão afeito à classe que nele se conhecia. A análise de *Terra Ideal*, portanto, apresenta um silenciamento do teatro lírico – também existente – e, com isto, silencia também as classes nele representadas, inserindo-as na representação cômica do popular, que se apodera de tais figuras com o insulto do riso, o que revela o caráter polifônico do gênero ora estudado e apresentado para discussão.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no Século XIX. Campinas: EDUNICAMP, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003a.

MENCARELLI, Fernando Antônio. *Cena aberta*: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo. Campinas: EDUNICAMP/Centro de Pesquisa de História Social da Cultura, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Casa Rui Barbosa, 1986.

## Catáfora: uma análise do núcleo dessas expressões

Walleska Bernardino Silva

walleskabs@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Uberlândia

É sabido que movimentos prospectivos e retrospectivos são fundamentais para a configuração de um texto, sendo este entendido como uma unidade produtora de sentido via interação em contextos estabelecidos. A partir desses movimentos, o arranjo sintático se organiza a fim de viabilizar uma mensagem de modo que os interlocutores num evento



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

comunicativo consigam comunicar-se. Isso significa dizer que os textos produzidos tanto pela modalidade oral quanto escrita da língua necessitam de uma organização interna capaz de permitir que a informação se processe da melhor forma possível para que consiga atingir o interlocutor e dar crédito à intenção da linguagem: estabelecer a comunicação. Pensando nisso, esse estudo refere-se a um desses movimentos informacionais: o prospectivo, mais especificamente, a catafóra textual, entendida como um recurso de coesão e progressão textual.

Processar o sentido de um texto, ou entendê-lo como bem formado, requer a ativação de vários fatores, posto que a depreciação do sentido constitui-se à medida que a interação ocorre. Nesse ínterim, a capacidade do ser humano em utilizar a linguagem para referir-se ao mundo é de fundamental relevância para a tessitura textual. Nosso estudo, para tratar da referência, utiliza-se dos pressupostos de Mondada & Dubois (1995) que acreditam que a correspondência entre as palavras e as coisas não se dá por meio de uma ligação direta, ou seja, as estudiosas negam que exista *um mundo autônomo já discretizado em objetos ou 'entidades' independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele*, mas elas consideram que a representação do mundo, via linguagem, deve ser encarada a partir dos contextos sócio-cognitivos que permeiam os participantes do processo comunicativo. Com isso, ao se pensar na referência, é impossível não considerá-la enquanto um processo, visto que a construção de sentidos se estabelecerá na interação.

Dentro desse paradigma, selecionamos os movimentos projetivos que fazem parte do processamento textual para tentar identificar se as ocorrências catafóricas, na revista *Veja*, configuram-se na sua estrutura morfológica predominantemente por nomes – substantivos – ou pronomes e qual a implicação desse resultado para a tessitura do texto. Em outras palavras, buscamos evidenciar a configuração estrutural desses movimentos a partir do núcleo das expressões catafóricas. Para o *corpus*, foram selecionados 30 trechos retirados da revista *Veja* das edições dos dias 17, 24 e 31 do mês de maio, do ano de 2006, e que sob nossa visão constituem-se por movimentos projetivos.

Para procedermos a essa análise, primeiramente, partimos de uma concepção do que entendemos por catafóra e chegamos à conclusão de que este termo refere-se a todos os movimentos empreendidos no texto que obrigam o receptor textual a lançar um 'olhar à frente' na busca pelo referente de uma expressão já posta. Essa noção será considerada apenas endoforicamente, ou seja, a partir dos constituintes materializados no texto ou co-texto. Com a forma remissiva precedendo o referente, pudemos constatar que essa relação vai ser calcada por um grau de dependência semântica, uma vez que o sentido, nesse processo, só será construído a partir da identificação de um elemento textual específico expresso no texto situado posteriormente à sua forma remissiva. Portanto, o entendimento será posto em função da relação semântica estabelecida entre marcas distintas expressas materialmente no texto.

Verificamos ao longo da classificação morfológica das catafóras e remetendo a nossa atenção para o núcleo dessas expressões que os movimentos projetivos, dentro da nossa proposta de pesquisa, apresentam-se em sua maioria com o núcleo composto por um substantivo. Isso nos leva a acreditar que tais movimentos têm por função, na maioria das vezes, encapsular uma informação que será detalhada ao longo do texto de modo que esse encapsulamento consiga reorganizar o que ainda será enunciado numa expressão cujo

núcleo é um nome; por isso a pertinência de tratá-las como expressões nominais. Logo, nessa perspectiva, por meio da análise do nosso *corpus*, pudemos acreditar e confirmar o critério que Francis ([1994] 2003, p. 201) postula para os rótulos: *qualquer nome pode ser o nome nuclear de um rótulo desde que seja inespecífico e requeira realização lexical em seu contexto imediato, anterior ou posterior*. Ou seja, a proposição só terá seu sentido completo se se levar em consideração o referente a posteriori da forma remissiva. A lexicalização, nesse caso, refere-se, então, à capacidade que a expressão catafórica, entendida como rótulo prospectivo, tem em dizer ao leitor o que esperar.

Outra importante constatação foi a de que a maior ocorrência morfológica, dentre os grupos nominais catafóricos analisados, deu-se por artigo indefinido mais substantivo, o que reforça a hipótese da inespecificidade dos rótulos prospectivos chunhada por Francis.

Assim, percebemos que na revista *Veja* as expressões nominais catafóricas são compostas, em sua grande maioria, por núcleos nominais capazes de organizar o discurso de modo a pedir do leitor uma projeção na busca pelo sentido e ao mesmo tempo evidenciar uma orientação argumentativa que surge das escolhas dos modificadores, determinantes e nomes que compõem o sintagma. Entendemos, dessa forma, que a recorrência desse tipo de catafóra composta nuclear e morfológica por um nome só contribui para um viés argumentativo que caracteriza, *lato sensu*, a revista pesquisada.

CARVALHO, M. A.F. de. *O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião*. Tese de Doutorado – UNICAMP – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191-228.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 7-10; 33-52.

\_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MONDADA; L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MÔNICA, M. C. Anáforas encapsuladoras – traços peculiares aos rótulos. In: *Revista do GT – Lingüística de Texto e Análise da Conversação* – jun/2006 [Fórum de Debates].

REVISTA VEJA. 1956,1957,1958 ed., ano 39. São Paulo: Abril, 2006.

### A defesa patriótica da ortografia brasileira

*Christianne de Menezes Gally*

chrisfreitasgally@yahoo.com.br  
Universidade Tiradentes- UNIT



Várias foram as reformas ortográficas propostas para a língua portuguesa. Depois de passar pela fase conhecida como sônica ou fonética, escrita característica do período medieval, a língua portuguesa inaugura uma outra forma de representação a partir da publicação de *Os Lusíadas* (1572): a fase pseudo-etimológica. Foi assim chamada porque, na maioria dos casos, buscavam-se explicações etimológicas mirabolantes para justificar a escrita de algumas palavras (Cf. Ilari e Basso, 2006). Em 1911, porém, a ortografia muda de perspectiva. Desde o século XIX, escritores como Almeida Garret, gramáticos, como Castilho e dicionaristas como Antonio de Moraes e Silva (1877), reclamavam por uma escrita fixa com a qual pudessem estabelecer uma relação menos conflitante.

O certo é que em 1904, Gonçalves Viana – filólogo, foneticista e lexicólogo português – apresentou uma proposta de simplificação ortográfica em *Ortografia Nacional. Simplificação e unificação sistemática das Ortografias portuguesas* (1904) (cf. Cagliari, 1994). Além de valorizar alguns aspectos da fala, Viana acreditava que a escrita etimológica só afastava as pessoas comuns do reconhecimento de sua própria língua, pois que privilegiava a Antiguidade clássica. Assim também pensava Carolina Michaëlis, que, diante da proposta de Viana, participou, juntamente com outros filólogos portugueses, do movimento em prol da simplificação da língua. Para ela, tanto do ponto de vista científico, quanto do estético e pedagógico, fazia-se urgente uma reforma que uniformizasse a língua. Finalmente, em 1911, oficializou-se, em Portugal, o novo sistema ortográfico que previa algumas simplificações e regularizações. (cf. Vasconcelos, s/d).

No Brasil, Medeiros e Albuquerque, ainda em 1907, propôs uma reformulação ortográfica em 12 regras na tentativa de simplificar a escrita. Para Elis Cardoso, o Brasil, nesse sentido, se antecipou a Portugal em termos de modernização. Mas, os debates na Academia Brasileira de Letras eram acirrados e após inúmeras sessões, aprovaram o projeto de Albuquerque. Apesar de aprovada, a reforma não fora oficializada, uma vez que não tivera o respaldo nem do governo, nem da imprensa, nem dos literatos. (cf. Cardoso, 2003)

Até 1931 – ano em que se assinou um acordo entre Brasil e Portugal, oficializando, no Brasil, o sistema ortográfico português de 1911 –, as lutas por um sistema simplificado da escrita foram inglórias (cf. Rodrigues, 2003). De um lado, havia os que lutavam pela simplicidade da escrita e acatavam, às vezes com pequenas restrições, o Acordo firmado; de outro lado, havia os inconformados com tamanho desrespeito, principalmente, às origens da língua materna.

Nos jornais, entre 1931 e 1933 – tempo concedido institucionalmente para a adoção efetiva da nova escrita –, vêem-se artigos inúmeros que proclamavam a falta de seriedade com que o acordo fora feito, além da falta de respeito para com professores, jornalistas, escritores, ou melhor, com aqueles que usavam a palavra como objeto de trabalho. Simplificar a grafia seria, no mínimo, um transtorno para todos eles.

Mas, afinal, quais eram os argumentos utilizados a fim de confrontar tal acordo? De onde emanavam e por quem foram construídos? Estas questões, primordialmente, nortearam este trabalho que tem o objetivo de apontar os argumentos dados por um capitão de Mar e Guerra (e não um filólogo, ou um lingüista ou um gramático, pessoas legitimadas...), Alexandre Messeder, contra o referido acordo através da publicação *A língua e a nacionalidade*, editada em 1935.

Levado pelo patriotismo, levanta Messeder a bandeira contra a simplificação ortográfica uma vez que esta desconhece a

origem ou a genealogia da palavra, provocando, assim, o caos lexical. Os argumentos apresentados, portanto, transitam entre aqueles respaldados pelo conhecimento gramatical e etimológico e aqueles construídos pelo afã patriótico, que justifica, inclusive, a publicação da obra. Além disso, a tese defendida pelo autor segue três caminhos: a defesa da escrita como a alavanca da instrução que tem como ponto de apoio o léxico e a gramática; a defesa da ortografia baseada na etimologia da palavra e, o mais importante em todo o texto, o patriotismo que se cristaliza na língua.

Mas, esses argumentos que sustentam essas teses só poderão ser entendidos considerando o contexto histórico-social no qual estão inseridos. São as condições de produção apreendidas a partir do lugar em que se encontra o sujeito do discurso em questão. Como referido anteriormente, Alexandre Messeder é um militar que escreve sobre a defesa da nacionalidade em relação às insanidades cometidas pela Academia: ‘E d’est’arte, como explicar a actuação da Academia? A que atribuir sua insânia tentando subverter leis consagradas pela experiência, consolidadas pela acção dos séculos, comprovadas pela sciencia e pela evolução histórica da humanidade? D’onde esta persistência no erro, esta cegueira deante dos factos concretos que atestam a ruína da língua? D’onde esta insensibilidade perante o desmoronamento da nacionalidade?’ (Messeder, 1935:71)

Considerando a Formação Discursiva como um conjunto de regras anônimas que determina o que pode ou o que deve ser dito a partir de um determinado lugar social (cf. Foucault apud Mussalin, 2003), este trabalho analisa os argumentos oferecidos pelo militar Messeder que estava a serviço da ditadura de Vargas, a fim de perceber a constituição das imagens do sujeito que permeiam a obra. É na exterioridade da lingüística, no social, que se verificam as posições divergentes através da coexistência de diferentes discursos, o que implica ‘diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos e grupos sociais em uma mesma sociedade, daí os conflitos, as contradições, pois o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço sócio-ideológico e não em outros...’ (Fernandes: 2004, 120).

Para desconstruir o Acordo sob o ponto de vista etimológico/lingüístico, Messeder usa principalmente a ironia, revelando, de maneira marcada, a heterogeneidade que constitui o discurso. Além disso, a imagem que ele, ao enunciar seu discurso, faz do lugar que ocupa e do próprio discurso que constrói (cf. Pêcheux, 1997) estabelece o lugar que ocupa e as representações que faz em relação ao Acordo Ortográfico de 1931.

CAGLIARI, L. C. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da Língua Portuguesa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. p. 103-11. 1994.

CARDOSO, Elis de Almeida. Ortografia virou ortografia. In: *Revista Língua Portuguesa*. n. 11.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Os sujeitos e os discursos na história. In: Fernandes, Cleudemar Alves et al (Orgs.) *Sujeito, identidade e memória*. EDUFU, 2004.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: contexto, 2006.

MESEDER, Alexandre C. *A Língua e a nacionalidade*. Rio de Janeiro: Apollo, 1935.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### A construção do brasileiro no discurso publicitário: silêncio, identificação e alteridade

Rosane da Conceição Pereira

amenin@ig.com.br  
Universidade Federal Fluminense

O processo de formação da identificação brasileira dá-se pelo olhar do outro, cujo saber parece nos enquadrar como exóticos em um ideal de submissão ou assujeitamento histórico. Discursos fundadores, como a carta de Pero Vaz de Caminha (ORLANDI, 2001, p. 12), teriam essa função de projetar um imaginário que perdura nos dias de hoje, aquele do país pródigo em riquezas, terra fértil, oportunidades e pontos turísticos; com um povo alegre, gentil, religioso etc. É possível dizer que uma política do silêncio, sobre outros sentidos quaisquer, constitui-nos por aspectos que seriam tomados como se fossem evidentes para nós e os outros. Este trabalho é uma crítica ao discurso fundador sobre a publicidade brasileira, instaurada a partir da Imprensa Régia de Portugal (1808), e se dá a partir da abordagem de Michel Pêcheux (1990). Contesta a inauguração do nosso discurso publicitário relacionado historicamente à escrita e à imprensa européias, antes que à oralidade, com processos de identificação e alteridade que nos constituem no/pelo olhar do outro estrangeiro. Nas propagandas, os sentidos circulam de modo que veiculamos o que pressupomos ser visto do lugar que ocupamos, para dizer/mostrar o que é possível no jogo de nossas identificações, como sujeitos.

Trata-se aqui de *processos de identificação* para não se admitir a identificação de algo como uma completude constitutiva, em termos de linguagem, consciência, atos etc. Eses elementos constituem uma fenda cultural e subjetiva no dizer de Silvana Serrani-Infante (1994, p. 79-90). A *alteridade*, como heterogeneidade enunciativa, remete ao discurso-outro simbólico, conforme Authier-Revuz (1990, p. 26): é heterogeneidade mostrada (discurso do outro encenado pelo enunciador e do sujeito encenado como de um outro) e é heterogeneidade constitutiva (discurso do sujeito a quem deste, que o desestabiliza, lhe escapa ao controle consciente). Diversos livros adotados em Publicidade costumam conter subdivisões da história da publicidade brasileira em três fases da atividade. É o que faz Jorge S. Martins (1997, p. 31), professor, mestre em Linguística e Semiologia pela PUC de Campinas e publicitário. Martins caracteriza uma primeira fase desde a introdução da imprensa e a assimilação de técnicas da arte impressionista francesa com Toulouse-Lautrec e o cartazismo (1808 a 1891). A segunda fase, segundo ele, está fundamentada na relação dos intelectuais brasileiros com a mídia impressa e eletrônica (1891 até a primeira metade do século XX). Por fim, ele cita uma terceira e última fase, na qual os profissionais estão em face da legitimação do saber e do campo de atuação, terceirizado em serviços e assessorias (gerenciamento de atividades meio), e quarteirizado (gerenciamento de contratos) quanto à administração burocrática de documentos feita pelo antigo tráfico, na era informatizada (segunda metade do século XX em diante). Um recorte possível, distinto desse, pode ser pensar a publicidade no Brasil até o advento da imprensa (1808), uma vez que antes já se vendiam produtos (madeiras, frutas, tecidos, negros etc.) no país.

Em relação ao *silêncio* (SOUZA, 2000, p. 139-157), importa

o que não é dito, mas possível de ser imaginado na relação com o visto, entre outras imagens igualmente possíveis de serem relacionadas nas propagandas. Já no que se refere ao *implícito* (SOUZA, 1997, p. 6), importa o que não é visto, mas pode ser inferido na relação com o dito. Para Souza (1997, p. 6-7), a imagem signfica e o texto verbal fala. Acerca da publicidade, então, é possível dizer que a imagem não fala de si por palavras, à diferença do texto escrito ou oral. São as formas de discursividade (*complementação* e *dissensão*), na relação texto/imagem, que podem determinar os efeitos de sentidos marcados ideologicamente, historicamente, nas propagandas. Outro trabalho de análise do discurso, referente à publicidade, é o de Brandão (1998, p. 158-159), o qual permite depreender que o “gênero discursivo da propaganda” (prática discursiva como a propaganda institucional e a comercial) pode ser analisado em dois momentos: no “tempo curto da atualidade”, em seu processo discursivo-ideológico, e no “tempo longo da memória” (BRANDÃO, 1998, p. 24-25), que enlaça a fundação do processo anterior.

A ambigüidade do discurso da propaganda (BRANDÃO, 1998, p. 161) entre a força parafrástica do eu, que tenta circunscrever sua formação discursiva e a fecha, e a força polissêmica dos outros, que abre a formação do discurso para o “exterior” constitui outra tensão, a formação do sujeito dividido. Não se pode esquecer, senão de direito (imaginariamente), da ilusão quanto ao *eu* (origem ou posse do sentido) e quanto ao *outro* (calá-lo por denegação ou silenciar a história, com o mesmo, a homogeneização de idéias), uma vez que a onipotência discursiva do sujeito é de fato imaginária, falha e incompleta.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos Linguísticos 19*. Campinas: Unicamp, 1990.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Subjetividade, argumentação, polifonia*. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MARTINS, Jorge S. *Redação publicitária: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001c.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (Orgs.). *Caderno de Estudos Linguísticos 19*. O discurso e suas análises. Campinas: IEL, 1990.

SERRANI-INFANTE, Silvana. Análise de ressonâncias discursivas em micro-cenas para estudo da identidade lingüístico-cultural. In: *Trabalhos de Lingüística Aplicada 24*. Campinas: Unicamp, Jul./Dez. de 1994.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. Carnaval e Memória: das imagens e dos discursos. In: *CONTRACAMPO 5*: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2000.

\_\_\_\_\_. *Discurso e imagem*, texto apostila utilizado no curso “Análise dos sistemas visuais”, do Instituto de Arte e Comunicação Social, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 24 de março a 16 de junho de 1997.



## As mulheres de Chico Buarque: análise da complexidade discursiva de canções produzidas no período da Ditadura Militar

Janaina de Assis Rufino

jana.assis@hotmail.com  
Universidade do Estado de Minas Gerais

Este trabalho tem por objetivo analisar, em canções produzidas no período da Ditadura Militar, as marcas e as estratégias discursivas, usadas por Chico Buarque, para burlar os censores e contextualizar o momento histórico. O ponto de partida é a hipótese de que as canções populares produzidas durante o Regime Militar veiculam um discurso específico de contestação e de mobilização que muitas vezes precisava ser disfarçado dos censores. O suporte teórico-metodológico adotado é o Modelo de Análise Modular (MAM) desenvolvido na Universidade de Genebra pelo professor Eddy Roulet e equipe. O MAM nasce da interseção de diversas pesquisas e trabalhos com o objetivo de conciliar as três dimensões do discurso (lingüístico, textual e situacional) em uma perspectiva sócio-cognitivo-interacionista. Roulet ao propor o modelo concebe a análise do discurso por módulos, uma vez que o discurso pode ser decomposto em sistemas de informações que, por sua vez, podem ser descritos independentemente. Além disso, as informações obtidas de cada módulo podem ser relacionadas. A análise do discurso, sob a perspectiva do MAM, é proposta em duas etapas: 1) decomposição: fase que consiste na descrição das dimensões do discurso que intervêm no fenômeno analisado, a partir de sistemas de informações simples reunidos em torno dos componentes lingüístico, textual e situacional; 2) composição: fase que consiste no exame da forma na qual os sistemas de informação combinam-se discursivamente. A organização do discurso é descrita passando-se sucessivamente da 'descrição das dimensões modulares à descrição das formas de organização elementares, seguindo-se à descrição das formas de organização complexas, antes de abordar o estudo das inter-relações significativas que se podem observar entre as formas de organização complexas', conforme Roulet (1999, p. 148). O MAM, em sua versão atual, apresenta módulos que definem cinco tipos de informações básicas: os módulos *lexical* e *sintático*, que contemplam a dimensão lingüística, o *hierárquico*, que contempla a dimensão textual, e os módulos *referencial* e *interacional*, que contemplam a dimensão situacional. O MAM define que os módulos são considerados sistemas de informação de base que têm origem nos três componentes do discurso. As formas de organização surgem da acoplagem entre informações nascidas dos módulos e/ou de formas de organização. O modelo genebrino distingue dois tipos de formas de organização: as elementares e as complexas. As formas de organização elementares *fono-prosódica*, *semântica*, *relacional*, *informacional*, *enunciativa*, *seqüencial* e *operacional* necessitam de uma articulação entre os módulos para serem descritas. Já as formas de organização *periódica*, *tópica*, *polifônica*, *composicional* e *estratégica* são consideradas complexas por surgirem da combinação de informações oriundas dos módulos e das formas de organização elementares. Propomos, diante do objeto, da hipótese e do referencial teórico-metodológico escolhido analisar doze canções, que representam o total das canções produzidas por Chico Buarque no período de 1964 a 1979, que se apresentam com nomes próprios

femininos, focalizando os módulos e formas de organização que possibilitem detectar estratégias nelas utilizadas que visem a burlar a censura. E, além disso, evidenciar o caráter sócio-histórico das canções. Dessa forma, examinaremos os módulos interacional, referencial, hierárquico, a organização elementar enunciativa e a organização complexa polifônica. Nosso percurso privilegiará a dimensão situacional, por tratar seus dois componentes modulares (módulos interacional e referencial). A dimensão textual será investigada ao tratarmos do módulo hierárquico. A dimensão lingüística será abordada quando passarmos à acoplagem das informações de origem modular e alcançarmos a descrição das formas de organização elementar (enunciativa) e complexa (polifônica). Tal percurso constituirá nossa hipótese metodológica para que possamos analisar especificamente: as relações que a produção languageira mantém com a situação na qual ocorreu, a fim de compreender as relações entre as canções e o mundo em que foram compostas; a estrutura interacional das canções, a fim de compreender como ela interfere nas interpretações possíveis das canções; a dinâmica hierárquico-textual das canções, suas recorrências e influências na leitura das canções; e a presença de vozes marcadas ou não-marcadas nas canções, a fim de compreender como se origina e qual a finalidade da polifonia nas canções. A adoção desse percurso nos permitirá evidenciar o caráter sócio-histórico das canções e, além disso, detectar estratégias nelas utilizadas que visem a burlar a censura.

BAKTHIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *O funcionamento Discursivo do Item 'onde': uma abordagem modular*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *Um estudo das manobras discursivas realizadas por participantes de um Reality Show*. Texto apresentado em mesa redonda no 1º Encontro Mineiro de Análise do Discurso realizado na UFMG em 22 a 24/06/2005.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso*. Revista ANPOL 16. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. p.75-100. 2004.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *A organização relacional do discurso*. Cadernos de Pesquisa, n. 41. abr. 2003. NAPq: FALE - BH. | disponível em [www.lettras.ufmg.br/napq](http://www.lettras.ufmg.br/napq). |

PIRES, Sueli; ROULET, Eddy. Uma visão modular da complexidade discursiva. In: MARI, Hugo et al. (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso- FALE/UFMG, 2001.

ROULET, FILLIETTAZ, e GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne:Lang, 2001.

ROULET, Eddy. *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1999.

ROULET, Eddy. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: MARI et al. (Org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte. NAD/FALE/UFMG, 1999. p. 63-91.

RUFINO, J.A. & BRUNETTI, R.V. A organização enunciativa/polifônica em Uma História Distraída, de Cida Chaves. In: MELLO, R. *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte, NAD/FALE/UFMG. 2005. p. 309-320.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Léxico, ideologia e argumentação no texto religioso

Jaciara ornélia Nogueira de Oliveira

jaciaraoliveira@oi.com.br  
Universidade do Estado da Bahia - Universidade  
Católica do Salvador

Sabemos que a índole própria de um texto depende, entre outras coisas, do léxico do qual o autor dispõe, desse modo entendemos que a seleção do léxico, a predileção por determinadas palavras e, até, por determinadas categorias de palavras pode nos conduzir à compreensão dos principais relevos do texto e à caracterização da obra. Um olhar sobre o léxico nos sermões *In laudibus Virginis Matris*, nos quais Bernardo desenvolve a perícopes da Anunciação em Lucas, tecendo louvores à Virgem Maria, poderá nos fazer adentrar no universo do discurso religioso e descobrir como a escolha de determinadas palavras pode ser uma marca reveladora do próprio cristianismo. Poderemos ainda explicar como Bernardo constrói o sentido de seu discurso articulando o léxico como fonte de argumentação para reforçar as verdades do Evangelho e ratificar a ideologia cristã que envolve a Virgem Maria no mistério da encarnação. Ao comentar, nos sermões *In laudibus virginis matris* a perícopes da Anunciação em Lucas, Bernardo de Claraaval enfatiza o mistério que envolve as palavras quando diz: *‘Plenna quippe sunt omnia supernis mysteriis, ac caelesti singula dulcedine redundantia’*. ‘Na verdade, todas essas palavras estão cheias de profundos mistérios e cada uma delas derrama celeste doçura’. Essa afirmação nos sugere serem as palavras passíveis de variadas conotações semânticas, e nos conduz a perceber no léxico uma fonte inesgotável para a argumentação. Ora, sabemos, também, que o discurso religioso é aquele em que fala a voz de Deus por meio de seus representantes autorizados; esse discurso estabelece, através da palavra, a relação entre dois mundos: o temporal/material e o espiritual. Assim, o presente trabalho, inscrito no campo da investigação do projeto individual intitulado ‘estudo da argumentação nos sermões *In laudibus Virginis matris*’ que estamos desenvolvendo no Colegiado de Letras do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, visa, a partir dos postulados teóricos da Nova Retórica inaugurados por Perelman com incursões na análise do discurso da linha francesa, observar a adequação do léxico à ideologia cristã, sobretudo no que diz respeito ao dogma que reveste a concepção de Maria com o mistério da virgindade. O *corpus* para essa pesquisa é, pois, o texto em latim dos sermões *In laudibus Virginis Matris*, escritos por Bernardo, o abade de Claraaval, datados do século XII e sua respectiva tradução para a língua portuguesa contemporânea feita por Ari Pintarelli, editada por vezes em 1999. Esses sermões também conhecidos como ‘*Super Missus*’, ‘sobre o enviado’, por causa das primeiras palavras do Evangelho: ‘*Missus est angelus Gabriel a Deo*’, ‘O anjo Gabriel foi enviado por Deus’, é considerado por Thomas Merton (1958, p. 44) como uma das mais belas páginas saídas da pena de Bernardo. Trata-se de quatro homilias, precedidas de um prefácio e arrematadas com um epílogo que podem ser consideradas um breve e juvenil tratado de mariologia bernardina. Sabemos que a cultura da Idade Média era substancialmente eclesial, marcada profundamente pelo cristianismo e o latim da Igreja é já um latim modificado

sob influência popular; porém, se perde, por um lado, as sutilezas do classicismo aproximando-se da estrutura lingüística popular, por outro ele se conserva mais rico, tanto no léxico como na estrutura gramatical. É evidente que a Igreja do ponto de vista lingüístico e ideológico exerceu uma função centralizadora e unificadora e que Bernardo, Padre e Doutor da Igreja, exerceu grande influência do ponto de vista político-eclesial, cultural, religioso e literário na Idade Média, constituindo-se em um marco do século XII, acertadamente chamado ‘O século de São Bernardo’. O monge de Claraaval não se limitou ao testemunho silencioso, mas falou, pregou e escreveu abundantemente. Com seu estilo, ao mesmo tempo doce e ardente, que lhe valeu o título de *Doctor Mellifluus*, faz das palavras a sua melhor forma de argumentação e da sua frase verdadeiras máximas da vida cristã.

BERNARDO DE CLARAVAL, (São). *Sermões para as festas de Nossa Senhora*. Introdução, tredução e notas de frei Ary Pintarelli. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: UNICAMP, 1995.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. Tradução. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec, 1996.

EGGER, Wilhelm. *Metodologia do novo testamento: introdução aos métodos lingüísticos e histórico-críticos*. Trad. Johan Konings e Inês Borges. São Paulo: Loyola, 1994.

GILBERT, Paul. *Introdução à teologia medieval*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 1999.

MERTON, Thomas. *Bernardo de Claraaval: o último dos padres da Igreja e a encíclica ‘Doctor Mellifluus’*. Petrópolis: Vozes, 1958.

OBRAS COMPLETAS DE SÃO BERNARDO. Edición bilingüe, preparada por los monjes cistercienses de España. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1983.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm. *O império retórico: retórica e argumentação*. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. 2. ed. Porto: Asa, 1999.

### O poder da palavra em “Vila Real”

Denise Salim Santos

d.salim@globo.com  
FACHA - Universidade Iguazu

Esta pesquisa ressalta a importância da seleção lexical no trabalho de construção de sentidos no romance ‘Vila Real’, de João Ubaldo Ribeiro. Sem desconhecer que a palavra isolada nem sempre é bastante para tornar plena uma determinada mensagem pensada por um emissor e endereçada a um leitor ou mais leitores, vemos na escolha de cada uma dessas unidades lexicais, implícita ou explicitamente, um artifício empregado eficientemente na arte de esconder, camuflar, corromper ou revelar aos leitores as trilhas de sentido



traçadas pelo escritor através das vozes de suas personagens e do próprio narrador.

Nas entrelinhas do dizer, fixa-se o não-dito. Na incapacidade da personagem dizer as palavras adequadas, deflagram-se sentimentos, conflitos interiores, reflexões e ações, que desnudam ideologias, pois através de palavras estas circulam. E o interlocutor arguto, que se solidariza com tal artimanha, aceita a 'trapaça lingüística' para o jogo com os efeitos de verdade. Assim, torna-se o texto literário muitas vezes desconstrutor de uma ordem socialmente instituída, sem sofrer sanções, pois se concretiza 'apenas' no espaço da ficcionalidade.

A escolha do romance 'Vila Real' deve-se ao fato de ser um dos romances mais impregnados de sentimento religioso, marcado pela presença da fé popular e também pela participação política dos representantes da Igreja. Conseqüentemente, o repertório lexical relacionado a esse campo é significativamente mais relevante. Sua temática trata do problema da dominação do homem nordestino (poderia ser o homem de qualquer região), expulso de sua terra pelo poder internacional, representado ali pela companhia mineradora, a que o escritor denominou 'Caravana Misteriosa'. O grupo dos *desterrados* tem apoio de dois representantes da igreja, padre Bartolomeu e padre Benedito, que tentaram intermediar as negociações entre a gente de Argemiro, 'aquele que tinha vergonha de não saber falar sua língua' e do 'homem estrangeiro de fala estranha'. O insucesso das negociações vai instaurar um ambiente de enfrentamento entre os mineiros e os desterrados da vila.

Neste trabalho busca-se, ainda que brevemente, relacionar as interfaces do discurso literário, das variações lingüísticas, dos papéis sociais dos interactantes e o léxico na materialização do discurso literário de João Ubaldo Ribeiro, observando as constelações léxico-semânticas que desenham a importância da religiosidade em 'Vila Real'. A fé popular e o espírito religioso oficial dos representantes da igreja mesclam-se e redefinem-se ao sabor da narrativa. Ali são encontradas passagens bíblicas, orações, louvações - as 'fórmulas religiosas', segundo Maingueneau - ao lado de fortes imprecisões, na íntegra ou fragmentadas ou ainda desmistificadas pela interferência do escritor que, substituindo as formas consagradas por outras, imprevistas, dá novo sentido e nova função ao texto religioso. Privilegiou-se nessa pesquisa, também, o levantamento dos lexemas segundo algumas classes gramaticais mais recorrentes: substantivos, adjetivos e verbos. Em alguns momentos da narrativa, identificou-se o uso de pronomes pessoais e possessivos como importantíssimo na transformação das 'fórmulas religiosas' em discurso profano. O processo de cumplicidade que se dá na interação texto-leitor, na qual o produtor aposta que o leitor usará o mesmo filtro ideológico para perceber que o discurso por ele elaborado traz marcas de um determinado momento histórico, cultural e social. A religiosidade combativa presente no romance, que chega a lembrar Canudos, tem, portanto, o seu léxico específico distribuído por todo o romance. Argemiro, o líder dos sem-terra, Alarico 'aquele que vive para matar e morrer na luta', padre Bartolomeu, o 'abatinado', vão-se adonando de discursos religiosos para, 'neobarrocammente', apresentarem o conflito entre espírito e razão que percorre toda a narrativa. Nesse momento, o discurso literário e sua liberdade de dizer abrem espaço para unidades lexicais transgressoras.

Embora a garimpagem seletiva das palavras possa levantar a hipótese de ter sido construído um discurso artificial, porque resultado de escolhas ou sensibilidade tão própria de

João Ubaldo Ribeiro, vê-se que a seleção lexical adequada ao contexto, as intenções discursivas, a ideologia, a cultura presente neste cenário ficcional constroem um texto literário de grande riqueza, que pode ser a ser explorado em aulas de língua e literatura brasileira, e prazerosamente, desfrutado por seus leitores.

AZEREDO, J.C. de. *Texto, sentido e ensino de português*. In HENRIQUEZ, C.C. e SIMÕES, D. (Orgs). *Língua e cidadania. Novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2004. p 139-156.

BARBIERI, T. *Ficção impura. Prosa brasileira dos anos 70, 80 e 90*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos comunicacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NUNES, J.H. e PETTIER. *A história do saber lexical e a construção de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Pontes, 2002.

PRETTI, D. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica. Linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RIBEIRO, J.U. *Vila Real*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

VIEGAS, A.C.C. *Literatura e consumo: o caso Rubem Fonseca*. Rio de Janeiro: Agora da Ilha, 2002.

## Os operadores modais no discurso do raizeiro: a avaliação na construção da identidade

Jones Ferreira Vicente

joferre4.0@hotmail.com  
PUC - São Paulo

Neste trabalho vou analisar alguns fragmentos do discurso de um raizeiro situado na praça da Sé em São Paulo - SP.. Tenho como objetivo entender como esse raizeiro, ao falar sobre seu trabalho, se descreve, e, como ele se compromete com os efeitos das ervas medicinais e das garrafadas feitas com raizadas que vende. Para o caso de pesquisa proposto aqui, a língua será abordada numa perspectiva sóciosemiótica, partindo da afirmação de Halliday (2001, p. 26), de que o potencial lingüístico de um indivíduo se interpreta como o meio pelo qual se estabelecem, se desenvolvem e se mantêm as diversas relações sociais em que participa. Nesse sentido, teremos as metafunções e os processos como fundamentos para nossa análise, com maior ênfase na *metafunção interpessoal*, pois diz respeito à interação entre os participantes de um evento comunicativo, e, no discurso do raizeiro, veremos a partir do sistema de modalidades da *Lingüística Sistemico-Funcional*, que os operadores modais presentes no discurso do raizeiro além de constituírem um lugar de avaliação constroem sua identidade. Segundo EGGINS (2002, p. 275) a modalidade expressa a atitude do falante em respeito ao que está dizendo. É a forma que o falante tem para expressar seu juízo em relação à certeza, à probabilidade, à frequência em que algo se dá ou acontece. Já Halliday (1978) apresenta três aspectos que são lingüisticamente relevantes para interpretar o contexto social de um texto, o ambiente no qual os significados estão



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

sendo trocados que são: campo, relações e modo. Essas três variáveis são chamadas de variáveis de registro e descrevem o contexto imediato da situação na qual o texto foi produzido. O discurso do raizeiro apresenta muitas asserções, entretanto, veremos que somente essa constatação seria ingênua. Segundo Kress e Hodge (1981, p. 05), a linguagem tem um papel vital na 'construção social de realidade'. A linguagem cria um mundo mais estável e coerente em relação ao que nós vemos ou do que acontece em nossa consciência. A linguagem é uma percepção e uma avaliação constante entre o mundo real e o mundo socialmente construído, ou seja, línguas são sistemas de categorias e regras baseadas em princípios fundamentais e suposições sobre o mundo, e o sistema de modalidade evidencia a responsabilidade do falante sobre sua mensagem, considerando o seu contexto e papel social. Para Halliday (2001, p. 25) <sup>1</sup>, uma sociedade não consiste de participantes e sim de relações, e, são essas relações que definem os papéis sociais, ou seja, ser membro de uma sociedade significa desempenhar um papel social, e a língua é a condição necessária para isso. São esses princípios teóricos que norteiam a concepção de língua adotada nesta pesquisa. O corpus está constituído pela transcrição de uma entrevista com o Sr. Nivaldo Dutra do Nascimento – raizeiro na Praça da Sé em São Paulo há vinte e cinco anos. Tem uma banca de ervas medicinais com o nome de Banca do Índio, no calçadão da Rua Quintino Bocaiuva, próximo à Praça da Sé. É pertinente explicitar que o participante faz questão de que seu nome seja apresentado. Foi a condição colocada para conceder a entrevista e participar desta pesquisa. Segundo ele, ao usarmos um pseudônimo, não estaríamos confiando em suas palavras quando afirma que: '*... muito vendedor de erva existe ... agora raizeiros é muito pouco ... tem raizeiros aí que se você perguntá pra que serve uma pranta difíci ele não sabe te expricá porque ele num tem cunhecimento ... ele sabe comprá e sabe vendê ... agora não sabe a autoridade ... não sabe cumé qui usa ... a quantidade qui deve usá ... então isso aí é que é o importante no raizeiro ... não é pegá e vendê ... então a pessoa tem que sabê ... pra que ela serve ... a utilidade ... a quantidade que usa pra fazê o chá ... e o modo de tumá ... isso é muito importante ...*'. Então, considerando as asserções feitas por esse raizeiro, como no exemplo acima, pautamos nossas análises a partir dos Adjuntos de Modo que, segundo Halliday (1994, p. 82), são assim chamados porque estão intimamente associados aos significados construídos no sistema de modo: de polaridade, modalidade, temporalidade e modo. Pela mesma razão, eles tendem a ocorrer na oração perto do operador verbal Finito. Quanto ao Finito, ele é expresso por meio de um operador verbal que é temporal ou modal. Mas Segundo Halliday há uma outra característica que é um concomitante essencial do Finito, é a *Polaridade*, que é a escolha entre positivo e negativo. Para algo ser objeto de discussão, precisa ser especificado em termos de polaridade: ou ele é assim, ou não é assim. Então, além de expressar tempo primário ou modalidade, o elemento Finito também realiza a feição da polaridade. Cada um dos operadores aparece tanto na forma positiva quanto na negativa. Assim, pelo que vimos até aqui nas análises, as asserções no discurso do raizeiro se dão com polaridade negativa sobre o vendedor de ervas, então, o raizeiro é identificado muito mais pela polaridade negativa sobre o vendedor de ervas do que com polaridade positiva sobre si mesmo, ou seja, o vendedor de ervas '*... não sabe explicar ... não tem conhecimento ... não tem autoridade ... não sabe como usa ... não sabe a quantidade ...*', o contrário

dessas asserções se dão com polaridades positivas, onde a identidade do raizeiro é construída. Segundo Halliday (2001, p. 33), a linguagem tem que expressar nossa participação, como falantes, na situação de discurso; os papéis que assumimos e que impomos aos outros; nossos desejos, nossos sentimentos, nossas atitudes e nossos valores. Como os operadores modais expressam o julgamento do falante sobre as probabilidades, ou as obrigações, envolvidas no que ele está dizendo. Uma proposição pode se tornar objeto de discussão ao ser apresentada como provável ou não, desejável ou não, e, sua relevância se dá pelo contexto social do falante. Segundo Thompson (1990, p. 150), 'o contexto social envolve dimensões espaço-temporais constituintes de ações e interações. O tempo e o espaço determinam que certas ações e modos de interação sejam mais adequados e possíveis que outros'. Já Malinowski (1946, p. 306) afirma que é necessário que o investigador compreenda o contexto cultural em que o falante usa a língua. Vimos em Halliday (2001, p. 148), que a linguagem se estrutura para construir simultaneamente três classes diferentes de significados, experienciais, interpessoais e textuais. São os modos de significações presentes em toda utilização da linguagem em todo contexto social. A linguagem segundo a Gramática Sistemico-Funcional de Halliday, é constituída de sistemas ligados em redes mapeadas por escolhas obrigatórias e opcionais de unidades lingüísticas. A necessidade de escolher uma unidade, dentre um leque de opções, é obrigatória, mas o tipo de escolha feita por um falante é opcional e relativa a fatores psicológicos e sociais, portanto, refletem características da constituição da identidade do sujeito. Assim, entendo que o que chamamos ou acreditamos ser então a verdade é que constitui a identidade, que por sua vez, está ligada às crenças do falante, e, no caso proposto aqui, essas crenças se apresentam como um processo de avaliação do raizeiro em seu discurso.

EGGINS, S. *Introducción a la lingüística sistémica*. S. Eggins; traducción, prólogo y glosario de F. Alcántara. Logroño: Universidad de La Rioja, 2002.

HALLIDAY, M.A.K. *Language as social semiotic - the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

\_\_\_\_\_. *El lenguaje como semiótica social - la interpretación social del lenguaje y del significado*, México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

\_\_\_\_\_. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

KRESS, Gunther and HODGE, Robert, *Language as Ideology*, London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1981.

LEEUWEN, Van Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-CHOULTHARD, C.R. & COULTHARD, M. *Texts and practices - readings in Critical Discourse Analysis*. London & New York: Routledge, 1996.

MALINOWSKI, B., *The problem of meaning in primitive languages*, supplement 1 to CK Ogden and I.A. Richards the meaning of meaning, 8 th, London: Kegan Paul, 1946.

THOMPSON, J.B., *Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity Press, 1990.

WHITE, P.R.R., Valoração – A linguagem da avaliação e da perspectiva, In: CALDAS-COULTHARD & FIGUEREDO (Orgs.) *Linguagem em discurso*. Tubarão-SC: Editora Unisul. v. 4. 2004.





## Imagens de si e do outro no discurso da mídia sobre a escola e o ensino de línguas

Anna Maria Grammatico Carmagnani

amcarmag@usp.br  
Universidade de São Paulo

O discurso da mídia, como já constatado por vários autores (Fowler, 1991; Marcondes Filho, 1993; Herman & Chomsky, 1994), apropria-se de diversos meios para homogeneizar sentidos, estabelecer verdade(s) e manter e/ou criar um consenso, que é necessário para atestar a sintonia de interesses e a união de pessoas ou instituições em torno de uma comunidade ou nação. Busca-se, assim, evitar conflitos que implicam vários redimensionamentos das relações de poder num dado contexto político-social. A representação das personagens da notícia, no caso da mídia impressa, também busca se adequar ao consenso mencionado e está sujeita aos mesmos critérios estabelecidos para a seleção de notícias ou seus atributos de relevância. No estudo aqui empreendido, buscamos compreender as formas de representação do professor, do aluno, da escola e do ensino de língua estrangeira na mídia impressa, partindo do pressuposto que o discurso da mídia ao representar o outro funciona como “dispositivo de controle” (cf. Foucault) para assegurar a manutenção do consenso e fixar uma identidade que num dado momento político-social, numa dada sociedade, atende a interesses político-econômicos, portanto, ideológicos. As perguntas de pesquisa que nortearam a análise são as seguintes: a) como a mídia (jornais e revistas) constrói subjetividade(s) através de representações da escola, do professor, do aluno e do ensino de línguas estrangeiras? e b) como essas representações se manifestam pela linguagem? Com relação à noção de “identidade”, utilizamos neste trabalho a visão da psicanálise, por entendermos que o termo “identidade” está ligado à idéia de unicidade e estabilidade. Os conceitos da psicanálise (privilegiando-se os estudos feitos por Lacan) colaboram para nos fazer compreender os paradoxos, o multi-facetamento do sujeito e dos discursos que produz e a contingência, partindo do princípio de que nossa relação com o *real* se dá através do *simbólico* e do *imaginário*, colaborando para a construção de uma imagem ilusória de unidade. É a partir dessa concepção que entendemos o que seja identidade, ou melhor, identificação: um processo de construção ininterrupto, heterogêneo, contraditório, fragmentado, inacabado e, do ponto de vista psicanalítico, inconsciente, recuperado através de atos falhos e de manifestações indiretas que irrompem na materialidade lingüística e que podem ser indicativas de sua constituição. Numa visão discursiva que inclui a concepção de sujeito psicanalítico, a identidade está ligada a sistemas de representação e às relações de poder, considerando-se que o sujeito ocupa lugares sociais específicos, constituído pelas representações construídas num dado contexto político, econômico e social. Nessa perspectiva, o sujeito aqui abordado é o sujeito que ocupa diversas posições em formações discursivas diferentes e que, via simbólico e imaginário, colabora na construção de representações e é por elas afetado. Assim, entendemos que a análise do discurso produzido pela mídia permite-nos recuperar, mesmo que parcialmente, que representações são construídas sobre a escola, a aprendizagem em geral e a de línguas estrangeiras, num dado momento histórico. Nesse sentido, pode-se depreender que identidades estão sendo

construídas ou silenciadas, que discursos são legitimados e que regiões do interdiscurso colaboram para a produção desses sentidos. Entendemos, também, que um discurso jamais se completa em si próprio; ele sempre remeterá a outros discursos, apresentando-se como essencial para a própria definição das formações discursivas e, ao mesmo tempo, para a “eficácia do discurso”. Disso decorre que um discurso (no presente caso, o da mídia), mesmo que se apresente enquanto homogeneidade, é constituído por enunciados de outros discursos, não havendo isolamento possível, apenas dissimulação, como apontam Pêcheux e Fuchs (1975). Para os autores, “o próprio de toda formação discursiva é o de dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que ‘isso fala’ (*ça parle*) sempre antes, alhures e independentemente”. Em outras palavras, o interdiscurso é o domínio do dizível, é o exterior que constitui o formulável em toda formação discursiva, constituindo-se na memória do dizer. O corpus analisado cobriu o período de 2004 a 2006 e agrupou artigos e reportagens coletados em jornais e revistas de grande circulação na cidade de São Paulo. No período em questão, as avaliações negativas da Educação em geral, do ensino público, em particular, e dos professores é uma constante no material coletado. Num primeiro momento (2004-2005), o novo governo busca destacar sua *luta pela educação* e, num segundo momento (2006), após sua fragilização política e, possivelmente preocupado com a sua reeleição, transforma a sua *luta* por um discurso de *cura da educação*, conforme apreendemos da análise. Com relação ao ensino de língua estrangeira na escola, sobretudo a língua inglesa, constatamos um número reduzido e, em algumas fontes, nulo de menções ao seu ensino, resultante, possivelmente, de um discurso anterior que deslocou a tarefa para escolas particulares. Ao mesmo tempo, uma nova regulamentação é aprovada nesse período: a inclusão de uma língua próxima – o espanhol – como língua estrangeira obrigatória nas escolas. As formas de implementação do ensino de espanhol, contudo, possuem a mesma limitação que as anteriores ligadas à língua inglesa: o desconhecimento do que está envolvido no ensino e aprendizagem de línguas (materna e estrangeira). As conclusões preliminares nos permitem constatar que os dizeres sobre o professor e a escola, assim como os dizeres sobre o ensinar e aprender uma língua estrangeira criam novas formas de subjetivação e novos mecanismos de controle que precisam ser problematizados para uma maior compreensão e atuação por parte dos especialistas, no caso específico, os estudiosos da linguagem e as instituições que formam professores de línguas.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. Technologies of the Self. In: MARTIN, L.H. et al. (eds.) *Technologies of the Self: a seminar with Michel Foucault*. London: Tavistock, p.16-49, 1988.

FOWLER, R. *Language in the News: discourse and ideology in the press*. London: Routledge, 1991.

HERMAN, E.S. & CHOMSKY, N. *Manufacturing Consent*. Great Britain: Vintage, 1994.

LACAN, J. *L'Identification* (Séminaire de 1961-2). Document interne à l'Association Freudienne Internationale, 1996.

LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.

MARCONDES FILHO, C. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo:



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Página Aberta, 1993.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages* 37. Paris: Didier-Larousse, 1975.

### As formas da canção nas diversas esferas discursivas da comunicação

Álvaro Antônio Caretta

alcaretta@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

A fim de estudar o gênero da canção, tomando como fundamentação teórica as propostas da Análise do Discurso – pesquisa à qual nos dedicamos atualmente – cremos ser de fundamental importância conceber as características desse gênero, tendo em vista a esfera discursiva da comunicação social em que ele atua. Dessa forma, este trabalho pretende demonstrar o comportamento da canção, compreendida como a relação entre letra e melodia, em diversas esferas discursivas, e identificar as características particulares que esse gênero adquire em função das coerções determinadas pela própria esfera, pelas finalidades comunicativas e pela pressuposição do co-enunciador. Com esse propósito, estudaremos o comportamento de aspectos relativos ao tema, ao estilo e à forma composicional que determinam esse gênero nas esferas artística, publicitária, religiosa, didática e esportiva. Além de investigar esses três aspectos constituintes do gênero dentro de cada uma dessas esferas discursivas, pretendemos ainda observar o dialogismo entre as esferas, procurando identificar as adaptações e os empréstimos realizados nos processos de intertextualidade.

A partir das propostas do pensador russo Mikhail Bakhtin sobre os gêneros discursivos, trataremos inicialmente a canção na esfera artística, onde ela é mais atuante e se apresenta sob sua forma genérica mais conhecida: a canção popular. Porém, sabemos que a canção concebida em sua característica mais fundamental, na relação entre letra e melodia, não atua somente nessa esfera. Um campo em que a forma canção é bastante utilizada é o publicitário, onde recebe a denominação “jingle”. Nessa esfera, ocorre ainda a relação dialógica com a esfera política, possibilitando ainda a sub-divisão do “jingle” em político e publicitário. Nesses campos, a canção adquire características composicionais particulares, principalmente no que se refere à finalidade, ao tempo de duração e ao modo de veiculação do enunciado, todavia, mantendo a unidade composicional e estilística do gênero canção, apresentando, por exemplo, rimas e refrões. Além das esferas artística e publicitária, de grande atuação em nossa comunicação cotidiana, identificamos a atuação do gênero canção em muitos outros campos. Na esfera religiosa, o gênero cânticos religiosos apresenta aspectos da canção, porém com um tratamento temático, estilístico e composicional bastante peculiar. Na esfera esportiva, os cantos de guerra das torcidas também se fundamentam no princípio genérico da canção. Temos ainda a canção tratada na esfera didática, quando esse gênero é utilizado para a transmissão de conteúdos de outras esferas do conhecimento. Não só é importante investigar as características genéricas da

canção nas diversas esferas discursivas, mas também observar a utilização dos enunciados da canção popular como matriz de enunciados em outras esferas, fenômeno discursivo que revela o processo dialógico da intertextualidade. Nesse caso, podemos citar a esfera publicitária, onde uma determinada canção popular é parodiada para a venda de um produto, e a esfera didática, quando a letra de uma canção é adaptada com a finalidade de se memorizar determinado conteúdo. Outro aspecto dessa migração do gênero canção entre as esferas é a transformação dos cânticos religiosos influenciados pela esfera da música popular, por exemplo, pelo rock, MPB etc.

Para estudarmos esses fenômenos discursivos apresentados acima, trabalharemos com as propostas sobre os gêneros discursivos de Mikhail Bakhtin e de seu círculo. Investigando o gênero da canção a partir de seus três elementos fundamentais – o tema, o estilo e a forma composicional –, relacionaremos as teorias do grande pensador russo com as propostas de Dominique Maingueneau sobre a constituição da cena da enunciação, enfocando aspectos da cenografia, da cena genérica e das cenas validadas, além das transformações do *ethos*. Dessa forma, poderemos compreender a constituição genérica da canção nas diversas esferas discursivas e as transformações dos enunciados na sua reutilização em outras esferas.

A pertinência de nossa pesquisa sobre esses aspectos discursivos da canção se justifica, no contexto dos estudos sobre o discurso, pela necessidade de se obter uma visão do seu comportamento em diversas áreas de atuação social, empreitada que contribui para a investigação científica desse gênero tão importante e ativo da comunicação cotidiana.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_ (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_ *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_ *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_ *Gênese do discurso*. São Paulo: Criar Edições, 2005.

TATIT, Luiz. *O Cancionista*. São Paulo: USP, 1996.

\_\_\_\_ *O Século da canção*. Cotia: Ateliê, 2004.

### Imagens de si e do outro no discurso de imigrantes: questões de sujeito e identidade

Maria José Rodrigues Faria Coracini

mjfcoracini@uol.com.br  
Universidade Estadual de Campinas

Partindo da hipótese de que é preciso fazer o luto da própria língua para inscrever-se (*in-scribere*) na língua e, conseqüentemente, na cultura do outro, investigamos o



discurso de oito imigrantes provenientes de diferentes países (Chile, Uruguai, Argentina, França, Estados Unidos), narrando sua história a respeito de como e por que “escolheram” (nem sempre por livre e espontânea vontade) o Brasil para morar. Pretendemos rastrear as imagens de si e do outro (língua e cultura), que vai se tornando pouco a pouco o outro de si, no discurso em que o sujeito fala de si ao falar do outro e fala do outro ao falar de si. A base teórica desta pesquisa parte de um projeto mais amplo, apoiado pelo CNPq, a respeito do ser/estar entre línguas, e situa-se na encruzilhada, tempestuosa mas fértil, dos estudos foucaultianos, derrideanos e lacanianos, que consideram o sujeito como uma construção ao mesmo tempo social e singular, na medida em que cada qual organiza o que recebe do outro (outro que o investe, que o inscreve na memória discursiva, no mundo, na sociedade, que o faz sujeito da linguagem) de forma muito particular, a partir da própria história de vida, das experiências e, sobretudo, diria a psicanálise, dos traços primários, marcas da subjetividade que, de certa forma, definem identificações importantes e parte do que o sujeito vai considerar, ainda que ilusoriamente, a sua identidade. Os traços primários, aos quais se sobrepõem outros e mais outros, deixam marcas em nosso corpo, em nossa aparência física, ainda que essa aparência nos torne semelhantes aos de nossa geração, aos que conosco convivem, na historicidade compartilhada. A noção de luto, proveniente da psicanálise freudiana, encontra rastros em Derrida, cujos estudos não prescindiram de um olhar psicanalítico (o mesmo, aliás, acontece com Foucault, sobretudo em *História da Sexualidade*, apesar das críticas ferozes anteriormente dirigidas à psicanálise): o trabalho de luto pretende – quase sempre de forma inconsciente – assegurar-se de que o morto não volte, de que seu cadáver permaneça localizável, em lugar seguro para poder ser controlado, em decomposição, exatamente onde foi colocado (Derrida, *Espectros de Marx*, 1993), de que sua memória se apague ou reste apenas como arquivo morto, fechado, acabado, esquecido, finalizado. Mas a memória é constituída de um sem-número de espectros, de fantasmas, de espíritos, se assim quisermos, de fragmentos de sujeitos que atravessa(ra)m nossa existência e que vão constituindo arquivos, ora mais, ora menos organizados, segundo a função que desempenha(ra)m na vida de cada um. Na maior parte das vezes, esses arquivos se misturam, se combinam, se (con)fundem, constituem uma rede, fios emaranhados cuja origem heterogênea e híbrida permanece, desconhecida, no inconsciente. São alguns desses fios que emergem pela linguagem que perseguimos nos relatos analisados. Estes apontam para caminhos diversos, por vezes, opostos: em alguns, é o próprio sujeito que deseja o luto, que deseja enterrar a língua – e com ela a cultura – chamada materna, embora não consiga realizar tal intento, porque o morto permanece na memória, no inconsciente, mais vivo do que nunca, emergindo, cá e lá, no próprio discurso daquele que deseja eliminá-lo. Em outros, o trabalho de luto está no outro que o acolhe e só o faz à condição tácita, é bem verdade, de que o luto aconteça, de que as diferenças se apaguem, ou se diluam, sobretudo aquelas que perturbam o bem-estar daquele que se considera nativo, uno, inteiro, completo. No discurso destes, a saúde e a necessidade de falar a “sua” língua com alguém que também a fale e que, portanto, a compreenda e apreenda o que é dito revelam a resistência necessária à própria sobrevivência. No discurso dos outros, o sotaque, o vocabulário, a mistura das línguas (numa única palavra, numa frase ou num conjunto de enunciados) constituem alguns indícios da presença do

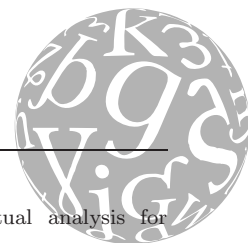
morto. Irrompem imagens conflitantes de si como “fácil de se adaptar” e do outro como “aquele que discrimina” ou, ainda, de si como “alguém que gosta de experiências desafiadoras” e do outro, brasileiro, como “acolhedor”. Como é possível se adaptar facilmente se o outro discrimina ou como é possível gostar de desafios se o outro é acolhedor e, portanto, reduz ou até anula as experiências desafiadoras? São algumas perguntas que permanecem como consequência da análise discursiva empreendida e que apontam para a heterogeneidade e para o conflito, constitutivos do sujeito e da identidade. Compreender melhor a configuração imaginária de imigrantes permite-nos, de um lado, problematizar nossa própria identidade como brasileiros e, de outro, melhor entender nossa relação com nossa própria língua e com o outro, com a língua do outro que aprendemos e que passa a nos constituir sem que o saibamos, criando em nós conflitos e contradições nem sempre fáceis de superar. Nesse sentido, esta pesquisa pode trazer subsídios para a formação do professor de línguas, que raras vezes se questiona sobre o que significa colocar-se em relação com uma língua estrangeira ou com o outro, que o incomoda e desestabiliza.

### Uma aproximação sócio-discursiva do gênero “Peça publicitária de medicamento”

Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho

vivi@unb.br  
Universidade de Brasília

Este trabalho, fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) (Fairclough, 1995, 2003; Chouliaraki & Fairclough, 1999), da Nova Retórica (NR) (Freedman & Medway, 1994; Miller, 1984; Bazerman, 2005) e da Teoria da Estruturação (Giddens, 2003), é parte de uma pesquisa de doutorado em curso que pretende investigar aspectos da composição, produção e recepção do gênero ‘peça publicitária de medicamento’, no contexto brasileiro de regulação da prática promocional de medicamentos. Para efeitos desta pesquisa, consideram-se gêneros “tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular” (Chouliaraki & Fairclough (1999: 63) ou “ações retóricas tipificadas, baseadas em situações recorrentes” (Miller, 1984: 159). Partindo dessa noção de gênero como ação social, sustentada tanto pela ADC quanto pela NR, muito embora em perspectivas diferentes, o objetivo desta pesquisa é, além de aproximar as duas propostas para estudos da linguagem como prática social, investigar padrões do gênero ‘peça publicitária de medicamento’ segundo “uma compreensão social e cultural mais ampla de linguagem em uso” (Freedman & Medway, 1994: 1), nos termos da NR. Ou, nos termos da ADC, relacionar mudanças no discurso com explicações teóricas sobre mudanças sociais, principalmente acerca do uso da linguagem na modernidade tardia, incluindo questões sobre a “comodificação” do discurso (Fairclough, 1995), bem como acerca da regulação da prática de promoção de medicamentos. Sobre processos de comodificação do discurso, Fairclough (1995: 138) explica que, na cultura contemporânea, caracterizada como “promocional” ou “de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

consumo”, discursos tendem a quase generalizadamente servirem de “veículo para a ‘venda’ de bens de consumo, serviços, organizações, idéias e pessoas”. Sobre a atividade de regulação da promoção de medicamentos no Brasil, que representa uma das mudanças sociais em foco, a revisão bibliográfica indica que a atividade passou a ser exercida efetivamente em 2002. Desde a publicação da Resolução de Diretoria Colegiada nº 102, em de 30 de novembro de 2000, (RDC 102/2000), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), uma das atribuições da Agência consiste na regulação de “propagandas, mensagens publicitárias e promocionais e outras práticas cujo objeto seja a divulgação, promoção e/ou comercialização de medicamentos (...)” (Brasil, 2005). Caso sejam detectadas irregularidades à RDC/102/2000, a Anvisa deve aplicar, respectivamente, advertência, proibição da propaganda, suspensão da propaganda, suspensão de venda, imposição de mensagem retificadora, multa e, em última instância, cancelamento de registro do medicamento divulgado na peça publicitária autuada. Tendo em vista tal restrição social que pesa sobre essa prática publicitária, essencialmente discursiva, investigam-se possíveis impactos da atividade reguladora sobre a composição, produção e recepção do gênero em foco. Para além do levantamento de conjuntos de traços textuais que definem o gênero em estudo, buscam-se contemplar, nos termos de Bazerman (2005: 31), “diferenças de percepção e compreensão, o uso criativo da comunicação para satisfazer novas necessidades percebidas em novas circunstâncias e a mudança no modo de compreender o gênero com o decorrer do tempo”. No caso específico deste trabalho, a discussão sobre o tema é orientada pela análise empírica de um exemplar do gênero ‘peça publicitária de medicamento’, que compõe o *corpus* principal da pesquisa, segundo três categorias analíticas: estrutura genérica (Charaudeau, 1983; Fairclough, 2003), modo verbal e transitividade (Halliday & Matthiessen, 2004). Os primeiros resultados desta investigação sugerem que a capacidade ilimitada – tanto semiótica quanto social – da linguagem para a construção de significados possibilita a criação de híbridos discursivos capazes de ludibriar a prática da regulação, contribuindo para a circulação de sentidos potencialmente capazes de instaurar ou sustentar relações assimétricas de poder. Assim sendo, este trabalho apresenta os resultados iniciais de um mapeamento de conexões entre linguagem e sociedade cuja intenção é, primeiramente, localizar mecanismos discursivos e suas causas e efeitos em práticas sociais, para, em seguida, suscitar possíveis maneiras de superar relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas por sentidos potencialmente ideológicos presentes em peças publicitárias de medicamento.

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.) *Gênero, Agência e Escrita de Charles Bazerman*. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Resolução RDC nº 102, de 30 de novembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 dez. 2000. Disponível em: <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=11079>. Acesso em 10 jan. 2005.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours: elements de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.

CHOUILARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity. rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: papers in the critical study of language*. New York: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. Locating genre studies: antecedents and prospects. In: FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. (ed.). *Genre and the New Rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994, p. 1-22.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. & MATTHIESSEN, C. M; I. M.: *An introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, 2004.

MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, 70:151-167, 1984.

### Uma abordagem sociocomunicativa do discurso jurídico

Estael Aparecida Pereira

estaelpereira@yahoo.com.br

Universidade Federal de São João del Rei

Problematizar a instituição do direito dentro da sociedade, por meio de um trabalho sobre a prática da linguagem, é fazer vir à tona questões de ordenamento social e, sobretudo, de valores que circulam na sociedade. Isso porque o direito envolve todo um regulamento de normas supostamente aceitas pelos membros de um grupo social e formuladas para promover o equilíbrio e a justiça nas resoluções dos conflitos. Focalizaremos, neste trabalho, mecanismos discursivos postos em movimento na vida cotidiana da práxis jurídica, com a finalidade de descrever a instância do poder judiciário, que é reconhecido como um lugar de posições já demarcadas, no qual as práticas produzidas remetem a um “consenso” social sobre a questão da autoridade institucional. Essa autoridade instituída tem a função de ordenar e resolver os conflitos a partir do reconhecimento de seu estatuto de verdade e equidade.

No entanto, a autoridade do dizer e do fazer jurídico se fundam num discurso do ordenamento social, a partir da estruturação de um espaço discursivo de reivindicação de direitos sociais, organizado por sujeitos de um determinado meio social que atuam conforme objetivo comunicativo determinado. E a linguagem, ao ser utilizada por esse grupo, instaura intercâmbios e possibilita interações entre tais sujeitos sociais de forma a evidenciar sua dimensão de prática discursiva no instante em que se torna o objeto e o resultado da interação entre esses sujeitos. Neste sentido, o campo jurídico revela representações dos atores sociais e se configura como um suporte de sustentação e disseminação de certas regras institucionalmente instituídas.

A instância jurídica, considerada como um lugar da autoridade social e responsável pela manutenção da ordem e da justiça, revela a constituição dos papéis sociais, a regulação exercida pela circulação de enunciados socialmente estabelecidos e a articulação discursiva de valores e crenças partilhadas coletivamente. Nessa perspectiva, o presente trabalho propõe-se a descrever o funcionamento do discurso jurídico em termos de organização comunicativa, a partir da noção de *contrato de comunicação* proposta por Patrick Charaudeau.



O objeto de estudo desta pesquisa é uma peça de reconhecimento de paternidade na qual a requerente (a mãe) expõe os motivos que justificam a ação e solicita que o requerido (o pai) assuma a paternidade. Geralmente uma peça de reconhecimento de paternidade é composta de um agrupamento de textos que se encontram divididos em petições, apelações, contestações, alegações finais, sentenças, recursos e relatórios de revisão, dentre outros. Optamos por analisar, especificamente, os textos de contestação, que se constituem da exposição das contra-razões em que se contesta o pedido da inicial com o objetivo de tornar a ação improcedente. Trata-se de textos essencialmente argumentativos que apresentam uma organização comunicativa condizente com o objetivo deste trabalho.

Patrick Charaudeau, ao conceber o discurso como um conjunto de saberes partilhados e construídos por indivíduos de um grupo social, considera que os discursos são testemunhos das práticas sociais e dos valores do grupo, conforme a seguinte citação:

*O discurso pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social. Os discursos sociais (ou imaginários sociais) mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto sócio-cultural e como são racionalizadas em termos de valor. (2001, p.26)*

Se o discurso é uma prática social desenvolvida pelos sujeitos históricos envolvidos no processo de comunicação, ele deve ser entendido na sua relação com o contexto social. Assim, o domínio da interação social surge como um determinante da natureza comunicacional do discurso e dos discursos suscetíveis de serem produzidos no espaço do judiciário. A própria estruturação discursiva das reivindicações de direitos, a forma de organização dos processos que oficializam essas reivindicações e a maneira ritualizada de atuação dos envolvidos no espaço de comunicação do judiciário delimitam os papéis e os roteiros dos atores envolvidos na comunicação judiciária.

Em sua teoria, Patrick Charaudeau postula que toda vez que um indivíduo fala está condicionado a normas sociais. O contrato de comunicação seria exercido pelos parceiros que estão sujeitos a certas condições discursivas – comportamentos ritualizados prescritos por uma dada sociedade. Nesse quadro ritualizado, a identidade dos parceiros seria vinculada ao espaço externo da configuração do ato de linguagem. Quem se dirige a quem? A legitimidade é conferida pela identidade sócio-institucional e a credibilidade se dará pela capitalização da autoridade caracterizada pela utilização de informação que confere veracidade ao discurso.

Para Charaudeau (1996), todo ato comunicativo pressupõe um contrato de comunicação. Nesse contrato os interlocutores “conhecem”, ainda que de forma inconsciente, as “regras” que regem o processo comunicativo e as respeitam, enquanto parceiros do intercâmbio pré-estabelecido. Tais regras compreendem o espaço discursivo em que o processo de comunicação será estabelecido. No âmbito do discurso jurídico, esse espaço será limitado, sobretudo pela autoridade do dizer, pois apenas certos sujeitos estão autorizados a integrar com legitimidade esse espaço. Isso quer dizer que há, de antemão, comportamentos prescritos cuja não observância pode comprometer a própria interação. As ações dos operadores de direito são condicionadas por esse quadro

maior de atuação previamente determinado.

Observamos que a instância jurídica é um espaço de prática social que regula e condiciona a produção de discursos, no sentido de que o domínio jurídico orienta a natureza dos discursos suscetíveis de serem produzidos no espaço do judiciário, determinando, também, os roteiros e os papéis a serem representados pelos atores envolvidos na comunicação judiciária.

Dentro do ordenamento jurídico, há uma estruturação da norma jurídica pautada nos valores sociais, no compartilhamento das idéias que se repetem na formulação dos discursos durante a aplicação da mesma, em um determinado momento enunciativo. As fontes de sua estruturação se pautam pelo reconhecimento e pela aceitação dos parceiros do processo comunicativo em uma situação enunciativa.

As práticas sociais de ordenamento jurídico são constituídas pela articulação de argumentos regulados dentro de um certo campo de conhecimento, e a instância jurídica é um local privilegiado de determinadas práticas sociais. Tais práticas podem ser articuladas a partir de comportamentos, conhecimentos e crenças socialmente compartilhadas por uma coletividade. Essas crenças, idéias e valores são apreendidos e adquiridos no curso do desenvolvimento da linguagem e do processo de socialização dos membros de um grupo. É a partir da articulação entre os saberes partilhados e o reconhecimento dos parceiros no processo de comunicação que o contrato comunicativo se efetiva e se processa.

A partir dessas considerações, alguns questionamentos podem ser levantados: Quais postulações e implicações reaparecem nos dizeres dos enunciados jurídicos? O que dizia no que estava dito? Os retomam e o que excluem no momento de sua manifestação? O campo discursivo determina as condições de existência, fixa os limites e estabelece as correlações de um enunciado com os outros enunciados a que pode estar ligado, marca os lugares dos sujeitos enunciativos. O enunciado pode ser assim descrito como o objeto que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem e, eventualmente, destroem.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias Carneiro. *O Discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 5-43

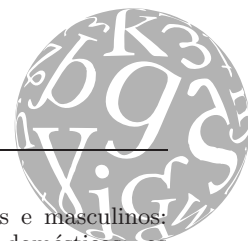
CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MACHADO I. L.; MARI, H.; MELLO, R. (Orgs.) *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 9 ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2003.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LYSARDO-DIAS, Dylia. A argumentação em sala de aula: uma abordagem discursiva. In: MACHADO I. L.; MARI, H.; MELLO, R. (Orgs.) *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2002.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### O discurso da mulher esclarecida na produção jornalística de Clarice Lispector: o caso Feira de utilidades

Luiz André Neves de Brito

lanebrit@yahoo.com  
Universidade de São Paulo

Neste trabalho, queremos convidá-los a conhecer uma Clarice jornalista, pois poucos têm conhecimento da sua vasta contribuição à nossa imprensa escrita. Clarice escreveu para vários jornais e revistas, dentre eles: *Pan* (1940, Rio de Janeiro); *Vamos Ler* (1940/1941, Rio de Janeiro); *Folha de Minas* (1944, Belo Horizonte); *Comício* (1952, Rio de Janeiro); *Correio da Manhã* (1959/1961, Rio de Janeiro); *Diário da Noite* (1960/1961, Rio de Janeiro); *Senhor* (1959/1964, Rio de Janeiro); *Manchete* (1968/1969, Rio de Janeiro); *Fatos e Fotos* (1976/1977, Brasília); *Jornal do Brasil* (1967/1973, Rio de Janeiro). Na imprensa escrita, seu trabalho foi marcado pela heterogeneidade das funções que desempenhou (colaborando com crônicas, entrevistas e artigos para páginas/colunas femininas), executando tarefas que, *a priori*, não se identificavam com o fazer do texto literário. Dentre essas funções, uma nos chamou a atenção: uma Clarice que escrevia artigos para páginas/colunas femininas de três jornais: *Comício*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*. Um fato interessante era que, ao confeccionar tais páginas, Clarice se assinava com os seguintes pseudônimos, respectivamente: Teresa Quadros, Helen Palmer e Ilka Soares. Mas foi o texto intitulado “Uma mulher esclarecida”, publicado no *Correio da Manhã* em 21 de agosto de 1959, que impulsionou essa pesquisa e delineou seu *arquivo*, composto por noventa e seis colunas publicadas no *Correio da Manhã* entre agosto de 1959 e fevereiro de 1961. Tomando como base de trabalho um gênero de discurso – a coluna feminina –, o *corpus* foi construído por formulações inseridas na coluna que pudessem mostrar a estabilidade de uma cena genérica e as constâncias do *discurso da mulher esclarecida*.

A coluna intitulada *Feira de utilidades* surge em 21 de agosto de 1959 e consolida, no matutino *Correio da Manhã*, um novo espaço destinado aos “assuntos femininos”. Publicada às quartas e sextas-feiras na quinta página do segundo caderno, a coluna surge numa época em que a classe média ascende; em que o país assiste a um momento de otimismo e crescimento econômico; em que é possível observar um aumento das possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres; em que a imprensa feminina, influenciada pelas campanhas estrangeiras, pregava a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade. Na ideologia das páginas de revistas e de jornais destinadas ao público feminino, a mulher ideal, segundo Bassanezi (2002), era definida a partir da “verdadeira” essência feminina – maternidade, casamento e dedicação ao lar. Essa vontade de “verdade” exerce sobre *Feira de utilidades* uma espécie de pressão, isto é, um poder de coerção. Isso leva a refletir sobre a maneira como *Feira de utilidades* está vinculada à atividade dessa imprensa feminina dos anos 50.

Adotada a perspectiva teórica de Maingueneau, inserida no território da Análise de Discurso de linha francesa (AD), a imprensa feminina é vista como “cena englobante” que controla a produção dos textos que circulam sob o seu domínio. Estando *Feira de utilidades* sob coerção dessa “cena englobante”, é visível observar na discursividade da

coluna a distinção entre os papéis femininos e masculinos: as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas; os homens são responsáveis pelo sustento do lar. Retomando Foucault (2002a: 9), “sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Mas, ao produzir um espaço onde se desdobra uma “voz” da mulher *além do lar*, da *mulher esclarecida*, o enunciador cria tensões com a “voz” da mulher *do lar* presente em outros textos veiculados pela coluna. Nesse jogo entre o outro e o mesmo, o enunciador da coluna aponta a constituição de uma posição de sujeito que indica uma moral em que as mulheres não sejam escravas do lar, do seu companheiro, da arte de embelezar-se; em que a mulher saiba que ela não está mais no tempo em que sua única finalidade seria arranjar marido; em que a mulher deixa de ocupar um espaço submisso. Uma moral que sofre influência das mudanças de comportamento decorrente do aumento das possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres, conforme aponta Bassanezi (2002).

Nosso objetivo é mostrar como o gênero coluna feminina, enquanto prática discursiva, é um ritual convencional socialmente e submetido a um critério de êxito, que envolve elementos de ordem textual e não textual: *uma finalidade reconhecida; o estatuto de parceiros legítimos; o lugar e o momento legítimos; um suporte material; uma organização textual*. No *curso* dos pressupostos teóricos de Maingueneau, não vamos conferir a essa problemática um estatuto formal, mas um estatuto que se estabelece na relação entre o conjunto de propriedades mais convencionais/ritualizadas (cena genérica) e a cenografia, ou seja, nossa análise do gênero *instituído – coluna feminina* – põe em foco essa relação entre cena genérica e cenografia.

Como gênero *instituído*, a coluna feminina *Feira de utilidades* agrupa traços autorais e rotineiros. A coluna é um gênero determinado por quem a edita e os indícios autorais aparecem justamente no modo como os temas rotineiros (maternidade, casamento, cuidado de si), comumente associados a essa prática discursiva, são tratados. A nosso ver, os parâmetros que constituem o gênero *coluna feminina* não são frutos apenas de uma atividade verbal ritualizada em uma determinada situação social, mas uma prática resultada, também, de variações individuais, ou seja, a prática desse gênero não pode ser definida como totalmente ritualizada, porque no seu interior podemos observar traços de singularidades que revelam um modo de enunciar, uma tomada de posição num discurso.

Segundo Maingueneau (2005), a noção de prática discursiva faz aparecer uma imbricação entre ambiente enunciativo imediato e ambiente institucional através de um sistema de restrições semânticas comuns. É nessa imbricação que os gêneros são produzidos e se fazem circular. Para observar essa imbricação que constitui *Feira de utilidades*, elegemos o *estatuto de parceiros legítimos* para nossa análise, pois cada gênero define “o *estatuto* que o enunciador deve conferir-se e o que conferir a seu destinatário para legitimar o seu dizer”. Considerando que *Feira de utilidade* funciona como prática discursiva, é insuficiente ver a instância subjetiva somente associada a um *estatuto de parceiros legítimos*. Faz-se necessário observar como se dá a adesão dos sujeitos a uma posição discursiva, marcada por características amplamente históricas.

Para refletir sobre esse imbricamento entre o modo de enunciação e o lugar histórico de onde emerge essa enunciação,



recorremos à noção de *ethos*, postulada por Maingueneau, que entende a instância subjetiva como “voz” e “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente.

Os pressupostos acima nos levam a pensar a noção de *ethos* em estreita ligação com a noção de gêneros do discurso, pois, conforme Maingueneau, “o simples fato de um texto pertencer a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*” (2005: 71). Entendendo *ethos* como uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, tentamos mostrar como a *Feira de utilidades*, no processo de sua constituição, legitima a discursividade da *mulher esclarecida*; como *Feira de utilidades* materializa em suas formulações esse discurso em que se desdobra a “voz” da *mulher esclarecida*. Ou melhor, o modo como a “voz” da *mulher esclarecida* evoca, acolhe, absorve e reconfigura os temas da “verdadeira” essência feminina: casamento, maternidade, cuidados com o lar, beleza, moda.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. *História das mulheres do Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2002. p. 607-639

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUITONI, D. S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1980.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2002a.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Tradução de Thereza da C. de Albuquerque. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002b.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar edições, 2005.

\_\_\_\_\_. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 43-57.

\_\_\_\_\_. *Análise dos textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Ethos, scénografie, incorporation. In: AMOSSY, Ruth. *Images de soi dans le discours*. La construction de l'éthos. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999. p. 75-100.

\_\_\_\_\_. Présentation. *Langages*. Paris: Larousse, n. 117, p. 5-11, mars. 1995.

fenômenos não tão bem compreendidos, como o discurso indireto livre, são meios de explicitamente inserir outras vozes em uma narrativa emoldurada pela voz do narrador. Esses fenômenos têm sido basicamente investigados a partir de textos literários, mesmo quando as investigações focalizam características lingüísticas, como a dêixis, por exemplo (Shlenker, 2004; Sharvit, 2004). Desse modo, são raros os estudos sobre o intrincado sistema de integração de vozes em discurso não-escrito.

Este estudo tem o objetivo de descrever e analisar a sobreposição e a marcação de vozes narrativas na língua de sinais brasileira (LSB ou libras), a partir de narrativas feitas por surdos adultos fluentes e gravadas em vídeo. Essas narrativas foram eliciadas a partir de um filme sem fala, intitulado “A História da Pêra”, concebido e produzido nos anos 70, na Universidade da Califórnia, em Berkeley, por um grupo de pesquisa liderado por Wallace Chafe, especificamente para o fim de servir de base para a produção de narrativas em várias línguas, possibilitando estudos translingüísticos e interculturais (Chafe 1980).

Este estudo se insere no âmbito da lingüística cognitiva e toma por base a literatura sobre espaços mentais e sua integração (*blending*) (Fauconnier, 1994; Fauconnier; Turner 2002). Sempre que possível, procuramos fazer paralelos entre nossa proposta e a de outros estudos sobre a integração de espaços narrativos em línguas orais (Herman, 1999) e em outras línguas sinalizadas. Valendo-nos da análise de Liddell sobre a integração de espaços em língua de sinais americana (ASL) (Liddell, 2003), vamos explorar, em detalhes, o fato de que, diferentemente do que ocorre em línguas orais, nas línguas de sinais, a modalidade visual/gestual permite que diferentes vozes sejam realizadas simultaneamente, por meio de sinais manuais e por meio de movimentos ou postura corporal, em um espaço integrado sub-rogado. Desse modo, esse espaço integrado sub-rogado permite que o sinalizador exerça, com as mãos, a voz do narrador, explicando a história. Ao mesmo tempo, seu corpo se posiciona e se move de tal maneira que se pode acompanhar a ação dos personagens da história. A marcação da mudança de voz é feita, parcialmente, pela mudança na direção do olhar do sinalizador, e parcialmente pela mudança da postura de seu corpo. Em termos da teoria de espaços mentais e sua integração, a mudança na direção do olhar e na postura do corpo podem ser considerados construtores de espaços (*space builders*), ou seja, é por meio deles que o sinalizador cria espaços para os personagens e para o narrador.

Esses recursos das línguas de sinais para a marcação e a sobreposição de vozes narrativas têm a função de manipular e explicitar mudanças de perspectiva ao longo da contação da história. Deste modo, esta análise deve se tornar a base de uma investigação teórica mais profunda sobre a relação entre o mecanismo de debreagem, como proposto pela semiótica greimasiana (Fiorin, 1997), e os conceitos de ancoragem (*grounding*), arranjos perspectivais (*viewing arrangement*) e subjetividade/objetividade propostos por Langacker (Langacker, 2000).

Desse modo, o estudo de vozes narrativas em línguas de sinais pode vir a contribuir não só para uma melhor compreensão da gramática e da pragmática das línguas de sinais, mas também para os debates sobre questões teóricas que têm se verificado nos estudos da semiótica das línguas orais, enriquecendo abordagens que parecem complementares em vários aspectos.

Chafe, W.L. *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic*

## Integração conceitual e vozes narrativas em língua de sinais brasileira

Leland Emerson McCleary

mccleary@usp.br

Universidade de São Paulo

Evani de Carvalho Viotti

De um ponto de vista teórico, a marcação das vozes narrativas é estudada, quase que exclusivamente, no âmbito de disciplinas como a narratologia e a semiótica (Fludernik, 2003). De maneira geral, o assunto recebe pouca atenção da área da lingüística propriamente dita, mais especificamente nas áreas da gramática e da pragmática. Fenômenos já bem estudados, como o discurso direto e o discurso indireto, e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

aspects of narrative production. Norwood: Ablex, 1980.

Fauconnier, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Fauconnier, G.; Turner, M. *The way we think*. Basic Books, 2002.

Fiorin, J.L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1997.

Fludernik, M. Chronology, time, tense and experientiality in narrative. *Language and Literature*, v. 12, n. 2, p. 117-134, 2003.

Herman, V. Deictic projection and conceptual blending in epistolarity. *Poetics Today*, v. 20, n. 3, p. 523-541, 1999.

Langacker, R. *Grammar and Conceptualization*. Mouton de Gruyter, 2000.

Liddell, S. *Grammar, gesture, and meaning in American sign language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Sharvit, Y. Free indirect discourse and 'de re' pronouns. *Workshop on Indexicals, Logophors and Speech Acts*, Harvard University, Saturday, November 20, 2004. Available at: <http://www.fas.harvard.edu/~lingdept/IndexicalityWorkshop/sharvit04.pdf>, 2004.

Schlenker, P. Context of thought and context of utterance: a note on free indirect discourse and the historical present. *Mind and Language*, v. 19, n. 3, p. 279-304, 2004.

### O nível discursivo em *A Jangada de Pedra*, de José Saramago

Maria Alzira de Carvalho Santos  
alzira@rantac.net  
Universidade Estadual de Londrina

Loredana Limoli

Neste trabalho, tratamos dos conhecidos e persistentes problemas que, com muita frequência, acompanham o estudante de ensino médio e que estão relacionados à leitura do texto literário. Com o objetivo de auxiliar na solução desses problemas, escolhemos a obra *A Jangada de Pedra*, de autoria de José Saramago, e a analisamos com a sustentação da teoria semiótica greimasiana. Esta teoria, que se constitui também num modelo de análise, permite-nos buscar a significação do texto a partir da observação de três níveis de produção de sentido, os níveis fundamental, narrativo e discursivo. Cada um desses níveis, por seu turno, apresenta sua sintaxe e sua semântica. Assim, observamos, de forma mais específica, as categorias tempo e espaço no nível discursivo semântico. Verificamos no romance as situações temporais e espaciais geradas pela ruptura da Península Ibérica, pela viagem que esta irrompe mar afora e a conseqüente delimitação de novos espaços e de novos tempos. Através de levantamentos de campos lexicais, verificamos os percursos figurativos e a forma como esses percursos exteriorizam os temas relacionados a essas categorias discursivas. Optamos por agrupar os diversos trechos com os respectivos levantamentos de campos lexicais, conforme o desenrolar da narrativa, ou seja, dividimos o romance em três partes: 1) situação inicial, com a apresentação dos atores isolados um do outro, o espaço que ocupam, suas perspectivas, a desintegração; 2) situação de transformação, com os atores se encontrando, se conhecendo, a integração e 3) situação final, com os atores buscando seus respectivos destinos. Chamam-nos a atenção as mudanças espaciais ocorridas após a ruptura peninsular. Valendo-nos do que foi abordado em

torno da observação do objeto estético proposta por Greimas em sua obra *Da Imperfeição*, lembramos que, para garantir a separação da Península Ibérica do resto da Europa, temos a estetização do espaço da seguinte forma: o espaço *demarcado* por Joana Carda, com o uso da vara de negrilho para riscar o chão; o espaço *empurrado* por Joaquim Sassa, que atira a pedra ao mar; o espaço *sacudido* por Pedro Orce, que sente a terra tremer; o espaço *alado* de José Anaiço, sempre acompanhado pelos pássaros; e o espaço labiríntico, porém *conduzido* por Maria Guavaira, com o uso do fio de lã azul. Estes espaços, "carregados" pelos atores, vão se juntando ao longo do romance e, em conseqüência, ao longo do tempo, no sentido de criar uma nova geografia e uma nova ordem social. "A fratura tem pois como conseqüência paradoxal a junção das personagens, que, tal como o título, são a grande preocupação deste caderno". (Seixo, 1999a, p.318). Com o objetivo de resgatar nosso propósito de atingir um público jovem, que é a maioria formadora das salas em escolas de ensino médio, tratamos também de temas (e de suas respectivas figurativizações) que consideramos de grande valor para o jovem ainda em formação, como a amizade, o amor, o trabalho e a família. Faz parte também de nossos estudos o fenômeno da intertextualidade, de grande importância para os estudos semióticos, pois integra ao texto sob verificação valores ideológicos para lhe dar maior sentido. Quanto ao intertexto em obras de José Saramago, lembramos que, para Calbucci (1999, p. 105), "de todas as características da obra de Saramago, a mais importante, por ser a mais renitente, é a intertextualidade, baseada no uso repetido da paródia. Vários nomes da literatura portuguesa desfilam entre as frases dos romances estudados, criando um discurso polifônico". Esses são nomes não só da literatura portuguesa, mas também, como veremos a seguir, nomes da história da humanidade, como Galileu Galilei; da literatura francesa, como Júlio Verne; da literatura espanhola, como Cervantes, e outros mais. Silva (1999, p. 250), em estudo que dedica ao intertexto na obra de Saramago, faz a seguinte afirmação: "um caminho possível para a leitura dos romances de José Saramago parte da sua condição de leitor da tradição cultural portuguesa, ibérica, ocidental, cuja escrita é fundamentalmente um lugar de memória, facto que o conjunto da obra não cessa de repetir". Em outras palavras, esse "lugar de memória" a que a autora se refere vê-se preenchido muitas vezes com discursos históricos, discursos relacionados a outras manifestações literárias, discursos bíblicos e religiosos, discursos mitológicos, dentre outros. Discutimos passagens intertextuais que nos chamaram a atenção de forma especial quanto ao contexto interno, entre as obras de Saramago, e quanto ao contexto externo, entre as obras do escritor e outras manifestações culturais. Retomando os argumentos de Calbucci (1999) e de Silva (1999), que vêem na intertextualidade uma característica predominante nas obras de Saramago, e pelo que podemos levantar, só podemos reafirmar tal característica, conscientes de que o levantamento não pretende esgotar o manancial de intertextos utilizado pelo autor em *A Jangada de Pedra*.

CALBUCCI, Eduardo. *Saramago: um roteiro para os romances*. Cotia: Ateliê, 1999.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker, 2002.

SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEIXO, Maria Alzira. *Derivas: notas para uma leitura do caderno de apontamentos sobre a composição de A jangada de pedra*.





Colóquio Letras, Lisboa, n. 151-152, p. 311-319, jan-jun. 1999a.  
SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. Do labirinto textual ou da escrita como lugar de memória. *Colóquio Letras*, Lisboa, n. 151-152, p. 249-266, jan-jun. 1999.

## Funções textuais da repetição lexical em narrativas infantis

Marlene da Rocha Tunes

mtunes@uneb.br

Universidade do Estado da Bahia

O espaço privilegiado para a repetição, e de certa forma reconhecido, é o texto falado, de sorte que os estudos sobre o uso desse recurso na língua escrita ainda são escassos, sobretudo os que se voltam para os textos infantis. Nos textos orais e, em particular, na conversação, tem-se ressaltado o papel da repetição como mecanismo de interação, como o fazem Ramos (1983) e Marcuschi (1992), dentre outros. Nos textos escritos, a repetição tem sido destacada como mecanismo de coesão do texto, a exemplo do trabalho pioneiro de Halliday e Hasan (1976) e, no Brasil, os de Bessa Neto (1991) e Antunes (1996). Embora o fenômeno tenha sido abordado a partir de recortes diferentes, os estudos procuram definir os tipos de repetição segundo a sua constituição formal e, principalmente, segundo as funções que ela desempenha, quer na interação verbal, quer na composição do texto. No âmbito escolar, a repetição nos textos escritos tem sido submetida a exigências normativas e convencionais, sendo muitas vezes controlada por regras coercitivas de proibição, sobretudo a repetição lexical, em detrimento de outros tipos que se julgam aceitáveis e adequados. De maneira equivocada, costuma-se atribuir as construções com a repetição lexical tão-somente à influência da língua falada (como se esta fosse incorreta e permissiva) e à imaturidade cognitiva do produtor do texto para lidar com as formas-padrão da língua escrita. Essas considerações não significam, porém, que o sistema lingüístico não reconheça a repetição como um mecanismo legítimo para o estabelecimento da referência no texto. A reiteração de um item lexical, mesmo a imediata, como admitem os autores citados, exerce função coesiva tanto em textos falados como em textos escritos. Desse modo, procura-se enxergar a repetição "com os olhos do produtor do texto", como sugerem Ferreiro *et al.* (1996:158), e tenta-se dar um enfoque mais propriamente textual ao fenômeno, analisando-se as funções que esse recurso pode cumprir nos textos infantis, tendo em vista a continuidade e a organização textual. O corpus analisado consta de 60 narrativas escritas por alunos das 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries do ensino fundamental de duas escolas públicas de Salvador. Nesta análise, segue-se a proposta de Bessa Neto (1991) e observa-se a natureza coesiva da repetição lexical no nível microestrutural e macroestrutural dos textos. O nível microestrutural diz respeito à estrutura local das narrativas, ou seja, a sua organização interna. Nesse nível, a coesão é exercida primordialmente pela função *desdobramento*, que fornece itens lexicais repetidos a duas ou mais orações contíguas ou bastante próximas e atua a serviço da unidade formal e semântica do texto. O nível

macroestrutural concerne às relações entre porções maiores do texto, tendo em vista a sua organização como um todo integrado. Nesse nível, a coesão é desempenhada pelas funções *finalização*, *indiciação* e *tematização*. A função *finalização* dos itens repetidos concorre para a definição dos segmentos temáticos da narrativa, na medida em que instala esses itens nas orações ou em enunciados que iniciam e finalizam os segmentos. A função *indiciação* da repetição lexical fortalece as relações de sentido entre os diferentes segmentos temáticos ao identificar os referentes que são comuns a determinado universo narrativo. As repetições que trabalham em favor da função *tematização* concorrem para a conexão dos fatos narrados, interligando-os ao longo da narrativa. Constatou-se, assim, que a repetição lexical atua como um recurso coesivo de extrema importância para a construção das narrativas. Ela constitui, sem dúvida, um indício do desenvolvimento da habilidade lingüística e cognitiva da criança para produzir um texto coeso, e não um mero reflexo especular de um recurso típico da oralidade, do qual a criança deve desprender-se para aceder ao "padrão escrito" da língua.

ANTUNES, Maria Irlandé Costa Morais. *Aspectos da coesão no texto* (uma análise em editoriais jornalísticos). Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

BESSA NETO, Regina. *A repetição lexical em textos narrativos orais e escritos*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1991.

FERREIRO, Emilia et al. *Chapeuzinho Vermelho aprende a escrever*. Estudos psicolingüísticos comparativos em três línguas. São Paulo: Ática, 1996.

HALLIDAY, Michael Alexander K.; HASAN, Ruqaya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *A repetição na língua falada: formas e funções: formas e funções normais*. Tese (Concurso de Professor Titular). Recife: UFPE, 1992.

RAMOS, Jânia Martins. *Hipóteses para uma taxonomia das repetições no estilo falado*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1984.

## A serviço da virtualidade: uma análise semiótica da telenovela "Belíssima", de Sílvia de Abreu

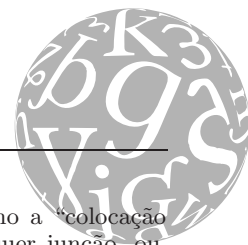
Loredana Limoli

anaderol@sercomtel.com.br

Universidade Estadual de Londrina

Ana Paula Ferreira de Mendonça

A telenovela é um gênero ficcional que coloca em funcionamento diversas estratégias persuasivas, com o fim de conquistar a adesão do espectador-enunciário. Dentre os meios de manipulação mais utilizados, destacam-se o cenário, a composição temático-figurativa das personagens (atores), a gestualidade, a trilha sonora e o figurino. Todos esses elementos agem em conjunto, muitas vezes de forma redundante, para gerar efeitos de sentido previstos pela própria organização seqüencial e seriada da novela. Assim, por exemplo, no caso analisado, o ingresso em cena da personagem Bia Falcão, vivida por Fernanda Montenegro, é acompanhado por uma série de elementos caracterizadores



da “maldade” inerente à função temática que ela parece desempenhar na novela: roupas que denotam padrão social elevado, unhas pintadas de vermelho-vivo, sons ou ausência de sons – indicadores de suspense –, gestos que sugerem altivez e sarcasmo, tom de voz irônico, discursos carregados de imperativos verbais etc. Tudo isso ajuda a caracterizar a personagem Bia como uma mulher poderosa, manipuladora e inescrupulosa, capaz das mais altas trapaças para conseguir manter sua influência sobre a família e outras pessoas que lhe são subordinadas, mesmo sem possuir as famosas ações, que lhe garantiriam um poder legítimo na direção da empresa. Bia, na maior parte do tempo da novela, *é e parece* malvada. Está, portanto, inscrita no quadrado da veridicção, sob o ponto de vista do enunciatório, e, em relação à maldade, como estado/verdadeiro. Essa composição da personagem insere, inclusive, um aspecto muito pouco explorado na caracterização habitual e estereotipada da personagem de ficção novelística: Bia é uma *avó*-malvada, situação, no mínimo, surpreendente, num universo ficcional marcado pela mesmice. Daí, eventualmente, a necessidade de se introduzir no texto todo esse conjunto de elementos de desambigüização, tais como a cor do esmalte, por exemplo, para impedir que Bia Falcão seja confundida com uma “vovozinha” comum, de hábitos simples, bondosa e prendada – o que combinaria com outra cor de esmalte, ou com sua ausência. Mas não: Bia Falcão é má, e seus papéis actanciais são bem definidos nos programas narrativos que compõem os percursos da vilania. Mas, se nas performances realizadas ou atualizadas, os papéis actanciais não deixam dúvidas quanto à função predominante de antagonista desempenhada por Bia, há momentos no texto televisivo em que se abrem, ao contrário, programas virtuais que indicam mudança de comportamento, ou, melhor dizendo, inclusão de novos papéis. Bia não é a única personagem de *Belíssima* a manter essa característica de personalidade dúbia: o suspense criado em torno de um possível plano maquiavélico elaborado no passado, sabe-se lá porquê e por quem, gerará inúmeros programas virtuais que não se realizarão jamais na novela, mas serão mantidos como possibilidade narrativa durante alguns dias ou semanas nos lares dos milhares de brasileiros que aderem àquela ficção. A necessidade que a emissora tem de manter a audiência e de adicionar, eventualmente, alguns capítulos, a fim de prolongar o suspense, faz com que muitas vezes as personagens sejam envolvidas em situações que parecem contrárias ao que seria supostamente esperado, tendo em vista a argumentação construída pelo enunciador. Há, por exemplo, uma tentativa de obscurecimento da argumentação, com o intuito de negar as possíveis inferências do telespectador em relação aos programas narrativos já atualizados. E aí entram em cena os elementos teoricamente acessórios na caracterização das personagens, para funcionar como componentes fundamentais da manipulação enunciativa. No caso flagrante de Bia, a música “As aparências enganam”, na voz melodiosa de Elis Regina, interfere na avaliação do destinador-julgador (enunciativo), que passa a entender como possível um estado de *ilusão* (soma do *parecer* e *não-ser*), em substituição a um estado anteriormente percebido como *verdadeiro*. Imediatamente, abrem-se novos programas virtuais, capazes de explicar um ou outro ponto porventura incoerente no imbricamento das seqüências narrativas. A retroleitura do telespectador vai, em seguida, selecionar os elementos participantes do novo arranjo sintagmático. Entrarão para reforçar os novos sentidos os elementos gestuais, a trilha sonora, os recursos de imagem e luz, o cenário etc., que muitas vezes funcionam, tal como um reflexo do plano das ações,

nos limites da ambigüidade. Entendida como a “colocação dos sujeitos e objetos anteriormente a qualquer junção, ou, inversamente, a supressão pura e simples dessa relação” (Greimas, 1979:421), a virtualização torna-se um ingrediente básico da manipulação exercida sobre o enunciatório, mesmo com o custo alto de possíveis “vácuos” de sentido. Apontar e analisar alguns desses momentos em que imagem, som e discurso unem-se na telenovela *Belíssima* para gerar novas possibilidades narrativas e persuadir o telespectador-leitor a aceitar um novo contrato enunciativo é o objetivo principal deste trabalho.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Sémiotique – dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Tome 1. Paris : Hachette Université, 1979.

### Texto escrito e imagem fotográfica: os processos de produção e de interpretação numa abordagem transdisciplinar

Maria Magda de Lima Santiago

magdasant@ig.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

A interpretação de um texto escrito e de uma fotografia é fenômeno inserido nos domínios do leitor, cuja elaboração advém da inter-relação indivíduo-coletivo, num processo móvel, em construção, que se delineia a partir de um ambiente espaço-temporal determinado, ou contexto, que nela se reflete produzindo sentidos – e significações – por meio de cada discurso. A identidade desse leitor e os espaços pelos quais se movimenta se traduzem nos percursos de construção de sentido estabelecidos pelo entrelace de “processos de subjetivação” (Guattari, 1992), que convivem numa mesma época, em dado território e em relação ao global.

Este trabalho toma como objeto de reflexão algumas teorias sobre os processos de produção e recepção no texto escrito e no texto fotográfico, tendo como objetivo indicar a possibilidade de aplicação dos conceitos e seu emprego em ambos os campos. Propõe uma análise conjugada sobre a atuação do leitor e do autor, enriquecida pela inter-relação das teorias lingüística e fotográfica sobre a recepção e a produção. As incertezas da construção teórica sobre o território da interpretação o tornam receptível, segundo Mari (2002), a categorias que possam representar esclarecimentos na área e que sirvam de instrumental para esse campo.

A confluência dos textos escrito e imagético fica clara na proposta da *visibilidade* descrita por Calvino (1990), que relaciona a intencionalidade do pensamento discursivo com a geração espontânea de imagens, no processo de produção do texto. As imagens criadas pelos leitores do texto escrito se apresentam a partir das imagens selecionadas e colocadas em discurso pelo autor, em dois tipos de processos imaginativos. Na produção do texto, parte-se da imagem visiva para se chegar à expressão verbal; na interpretação, a palavra é o ponto de partida para a imagem visiva.

Nesse percurso, o preenchimento dos espaços vagos ou não descritos pelo autor se estabelece como construção subjetiva, mas cujas variações de sentido não são aleatórias, estando



inscritas nos discursos como possibilidades de compreensão. Como afirma Compagnon (2003), a liberdade concedida ao leitor está na verdade restrita aos pontos de indeterminação do texto, entre os lugares plenos que o autor determinou. Não só o leitor do texto escrito constrói a interpretação nos limites e espaços estabelecidos pelo autor; o leitor da imagem orienta-se de forma semelhante, preenchendo, durante a leitura, as brechas do texto fotográfico. A leitura procede efetuando revisões contínuas, pesquisas de sentido, que garantem uma significação totalizante, numa virtualidade dinâmica, que se movimenta entre os pontos de vista inscritos no texto e o leitor.

Barthes (1984) representa as sensações do leitor fotográfico através do termo *punctum*. O conceito de *punctum* é criado para relatar a comoção do leitor de fotografias. *Punctum* pode ser descrito como atração, abalo, incômodo, descoberta, ou as significâncias contidas no processo de interpretação que são pouco explicáveis, inerentes e originais em cada sujeito. O que propomos, neste trabalho, é que essa noção também seja utilizada para nos referirmos ao processo de interpretação na literatura. Os momentos de confirmação, de acréscimo, de embaraço e muitos outros experimentados na leitura de um livro podem ser descritos como formas de *punctum*, um conceito criado para o leitor da imagem fotográfica.

Ao campo dos sentidos compartilhados Barthes denomina *studium*, ou seja, a compreensão ordinária dos elementos apresentados, atrelada a significados gerados culturalmente e orientados nos espaços de convivência; os significantes que produzem significados comuns a todos, integrantes de uma memória coletiva. Em outra obra (1990), estabelece níveis de sentido para o interpretante: o nível informativo, o simbólico e o terceiro sentido. O *nível simbólico* é chamado *óbvio*, relativo à significação; o *terceiro sentido* é o *obtusos*, relativo à significância. O simbólico apresenta uma mensagem conotada ou codificada, que comporta o processo de significação; constitui-se dos significados estéticos e ideológicos propostos pelo autor-fotógrafo – o *óbvio*, o sentido comum. O terceiro sentido está na interpretação. Tem conceito mais profundo, navega fora das convenções, sem limites; enfim, é único e individual, abstrato e se nega a descrições ou definições.

Tanto a fotografia quanto o texto escrito são compostos do campo do *óbvio*, que corresponde ao *studium* – quando o leitor reconhece e relaciona elementos da imagem de acordo com um discurso social estabelecido. Quando, na leitura, surge outro campo mais sutil, nomeado *obtusos*, é como o *punctum*, baseado na sensação e não no intelecto. Relacionando com a literatura, os termos ‘óbvio’ e ‘obtusos’ podem nomear, de acordo com a definição de Barthes, como se dá a leitura dos espaços preenchidos e vagos de um texto. Os significados facilmente extraídos e as sensações abstratas e subjetivas são atualizados nesse processo.

Kossoy (2002), outro estudioso da linguagem fotográfica, descreve três realidades relativas à produção e recepção da imagem. A *primeira realidade* é o referente fotográfico em si, literalmente o que se retrata. A *segunda realidade* é representação da primeira, ou do referente, é a fotografia, uma realidade palpável, semelhante, mas nunca igual à primeira. Uma escultura ou um livro também estão na segunda realidade enquanto formas de representação. Em seguida, vem a etapa da *pós-produção* - presente, por exemplo, nas imagens midiáticas ou nas formas de editoração de um livro, após a produção do autor. E, por último, o processo de interpretação, localizado na *terceira realidade*.

Como na produção fotográfica, o autor-narrador exprime um

conteúdo por meio do discurso, escolhendo os elementos que apresenta para conduzir a recepção. O autor tem, em si, o poder de tentar delinear, estabelecer, impor o percurso ao leitor. Machado (1984), em referência ao signo fotográfico, analisa que ele é arbitrário, porque a informação de luz que penetra na lente é refratada pelos meios codificadores (que são dominados pelo autor da imagem): perspectiva, enquadramento, profundidade de campo e demais elementos constitutivos do código fotográfico, que os convertem em fatos da cultura, ou seja, em signos ideológicos. No trabalho de produção do texto, o autor representa os signos de acordo com uma “matriz de sentido”, e nesse ponto as definições de Machado e Mari (1991) se aproximam, quando Mari relata que o usuário-suporte procede a um trabalho de seleção, entre unidades concorrentes, daquela que melhor cobre os efeitos de sentido pretendidos.

Indo além da proposta de Kossoy, a *segunda realidade* pode ser um conto, uma reportagem jornalística, uma história de ficção ou qualquer outro gênero literário. É *segunda* pelo fato de ter passado por escolhas objetivas e subjetivas em sua produção, das palavras de uma carta ao ângulo de tomada de uma fotografia. A *terceira realidade* é a construção do interpretante, mediada pelas seleções do autor e pela intervenção da programação visual e de outras formas de editoração, na imagem ou na narrativa - uma *pós-produção* (expressão estética direcionada, notadamente na imprensa e na publicidade). Ao leitor cabe olhar, pela janela do recorte, do retângulo do visor ou da página do livro, e ler a composição resultante, que mostra e esconde, que diz até onde deve ou quer dizer da forma que elegeu para dizer, dela filtrando suas próprias configurações.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. *O óbvio e obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria – literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

GUATTARI, Félix. *Caosmose, um novo paradigma estético*. São Paulo: 34, 1992.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MARI, Hugo. Os lugares do sentido. *Cadernos de Pesquisa*, Belo Horizonte, v. 1, 1991.

\_\_\_\_\_. Percepção do sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MACHADO, I.L. et al. *Ensaios em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

## Balanceamento do explícito/implícito em “Minha História” de Chico Buarque de Holanda

Cristiane Aparecida da Costa

guapelara@yahoo.com.br  
Universidade de Franca



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

O gênero abordado é a canção, “Minha História”, de Chico Buarque. Segundo Costa (2002), “a canção é um gênero híbrido, de caráter intersemiótico, pois é resultado da conjugação de dois tipos de linguagens, a verbal e a musical (ritmo e melodia)”. Neste trabalho, o foco será apenas a análise da letra da canção. O gênero textual a ser analisado é do tipo de discurso relato-interativo, de acordo com Bronckart (1999), e o tipo de seqüência é a narrativa. Fala-se de relato-interativo quando se constrói um mundo discursivo que implica os parâmetros da ação da linguagem, e de narração quando se constrói um mundo autônomo em relação a esses mesmos parâmetros. Os tipos de discurso são formas lingüísticas identificáveis no texto e traduzem a criação de mundos discursivos específicos. O relato-interativo é um tipo de discurso, em princípio monologado, que se desenvolve em uma situação de interação que pode ser real ou posta em cena; esse caráter monologado se traduz pela ausência de frases não declarativas (Bronckart, 1999).

O objetivo deste trabalho é analisar o balanceamento do explícito/implícito no texto da canção “Minha História”, versão de Chico Buarque, e as estratégias de construção de sentido desse gênero; e assim, colaborar no processo de ensino/aprendizagem, no que diz respeito à compreensão e interpretação textual. Para tanto, pretende-se analisar as estratégias de textualização sob a perspectiva da Lingüística Textual e verificar como o balanceamento do explícito/implícito ajuda na construção do sentido de um texto.

“A linguagem será vista em uma concepção sociointeracional, lugar de interação entre sujeitos sociais, isto é, sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa”. Assim, há, em qualquer texto, implícitos variados que são detectáveis pela mobilização do contexto sociocognitivo no qual se movem os atores sociais (Koch, 2006). A construção do sentido de um texto é feita pelo leitor ao utilizar-se de estratégias lingüísticas e cognitivas para validar a mensagem transmitida pelo autor; dessa forma, o produtor do texto pressupõe conhecimentos contextuais, situacionais ou enciclopédicos por parte do interlocutor, de maneira que algumas informações consideradas redundantes são implicitadas. O que está explícito pode ser inferido a partir da simples leitura do texto, e o que está implícito pode ser descoberto por meio de conhecimentos lingüísticos, enciclopédicos e interacionais do leitor/ouvinte. A partir de estratégias de balanceamento do explícito/implícito, o leitor/ouvinte tem à sua disposição pistas que o texto oferece para construir um sentido coerente com a proposta apresentada pelo produtor.

A metodologia utilizada envolve a construção de pressupostos teóricos, a fim de conceituar e apresentar os elementos básicos do gênero narrativo “canção”. Todo texto é formado de seqüências, esquemas lingüísticos básicos que entram na constituição dos diversos gêneros e variam menos em função das circunstâncias sociais; “cabe ao produtor escolher a seqüência disponível que lhe parecer mais adequada, tendo em vista os objetivos visados, o lugar social e os papéis dos participantes, ou seja, os parâmetros da situação” (Adam, 1991). Logo após, busca-se explicitar as estratégias de textualização, segundo a Lingüística Textual, tomando como base Koch (2006) e Bronckart (1999). E então analisa-se a letra de “Minha História”, versão que Chico Buarque fez da canção “Gesú bambino”, da autoria de Dalla e Palotino. Com base na análise, conclui-se que as estratégias de balanceamento do explícito/implícito são recursos utilizados por produtores e leitores de textos, na construção do sentido, mesmo que inconscientemente, sendo hábeis ou não em seu

manejo. Apesar disso, é um assunto novo, especialmente em relação ao gênero canção, que é visto por muitos como simples forma de entretenimento. Deve-se, pois, pensar produtor e leitor/ouvinte como estrategistas na construção do sentido do texto e na sua interação para que esse sentido seja processado com sucesso. “O sentido de um texto é resultado da interação texto-sujeitos e não algo que preexistia a essa interação”; a coerência, mera propriedade ou qualidade do texto, passa a dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sócio-cognitivo mobilizados na interlocução, vêm a constituir, em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos (Koch, 2005).

BRONCKART, Jean-Paul. Os tipos de discurso. In: BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo discursivo*. Tradução de A.R. Machado e P. Cunha. São Paulo: Educ, 1999.

COSTA, Nelson Barros da. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: DIONISIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FÁVERO, L. Leonor; KOCH, G. V. Ingedore. *Lingüística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L, Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATENCO, Maria de Lourdes, M. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

---

## Hipertextos na área de engenharia e procedimentos textuais e discursivos de lincagem

Ana Maria Nápoles Villela

anapoles@uol.com.br

Centro Federal de Educação Tecnológica

Sabe-se que o uso da internet exige do leitor habilidades particulares, principalmente quando se passa da simples leitura para a procura de informações. Com efeito, a busca de informações é uma atividade estratégica que requer um bom nível de controle metacognitivo: saber avaliar seus conhecimentos e a necessidade de se informar em função de um objetivo, controlar a qualidade e a quantidade de informação, verificar se ela é relevante, tomar decisões acertadas em caso de dificuldade. Por essa razão, uma questão pertinente é: em que condições as tecnologias de informação podem efetivamente facilitar a aprendizagem? Não basta multiplicar as fontes de informação, é preciso também refletir cuidadosamente sobre a coerência e a



complementariedade na transmissão de uma mensagem complexa. É importante que o leitor perceba e estabeleça a pertinência da relação entre os *links*.

Há inúmeras pesquisas dedicadas aos aspectos cognitivos da leitura e da produção escrita informatizada, sobretudo a respeito da organização do conhecimento e da seleção de informações nas tarefas de pesquisa documentária em suporte eletrônico. Acredito que os mecanismos de conexão utilizados na linguagem digital são também um dos aspectos importantes a ser observado.

Considerando o hipertexto como uma tecnologia eletrônica de processamento, armazenamento e de cruzamento de informações, seu título como macroinformação e os *links* como blocos de informação, nesta pesquisa, em andamento, tenho como objetivos levantar as marcas lingüísticas mais comumente utilizadas para estabelecer a relação entre *links* de textos informativos e acadêmicos da área de engenharia, contribuir para a melhoria da leitura e produção de textos de alunos de nível superior e também contribuir para o aprofundamento dos estudos das questões lingüísticas referentes a essa modalidade textual

Assim sendo, neste trabalho, serão considerados os mecanismos utilizados para atar os *hiperlinks*. Além de entrelaçar discursos no ciberespaço, os *hiperlinks* têm a função de “amarrar as informações de modo a permitir que os leitores extraíam delas um conhecimento real e conclusões relativamente seguras, ‘soldando’ as peças esparsas de forma coerente, combinando adequadamente as pedras do mosaico” (Koch, 2002, p.65).

Ainda de acordo com essa autora, “como a Lingüística até agora se ocupou de textos singulares, seria interessante ver como os leitores operam com textos múltiplos”. Tendo em vista o postulado que a Lingüística Textual vem seguindo há mais de uma década, a autora insiste em que “todo texto constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um único sentido e que todo e qualquer texto é plurinear na sua construção (...) por isso mesmo, a Lingüística Textual pode auxiliar eficazmente na compreensão do funcionamento do hipertexto” (Koch, 2002, p.67). O *hipertexto* deve, assim, ser submetido às mesmas condições básicas da textualidade e, entre os princípios de acesso, destacam-se a informatividade e a relevância, pois os *hiperlinks* devem contribuir para fazer convergir, em torno de um texto eletrônico, dados e informações complementares e ampliadoras e acrescentar aspectos que não tenha sido possível acondicionar na mesma superfície virtual, pela falta de espaço na janela do cristal líquido.

É sabido que o suporte textual proporciona maior interação, pois, em vários sites, entre estes a Wikipédia, os produtores da informação digital – os programadores – dão espaço aos usuários para adicionarem conhecimentos e opiniões sob a forma de novos *links*.

Acredito que o estudo das marcas lingüísticas utilizadas para conectar blocos de informação hipertextuais, seguido de uma análise de seus efeitos sobre o processo de compreensão, poderá aumentar a sensibilidade lingüística dos alunos e propiciar a produção de textos opinativos e técnico-científicos mais coerentes e coesos. Aumentando a percepção lingüística dos alunos, pode-se melhorar a legibilidade desse gênero textual, em virtude da interação leitura/produção de textos. Para tratamento dos dados, será adotada uma metodologia descritiva. A partir da seleção dos sites que se ocupam de temas relacionados à engenharia, será feito levantamento dos itens lexicais de conexão, utilizando o programa de lista de frequência de palavras pelo site

[www.lexicaly.net/worsmith/index.html/](http://www.lexicaly.net/worsmith/index.html/).

Em seguida, será feita a tipologia dos tipos de *hiperlinks*, considerando o seu conteúdo e sua finalidade em relação ao sintagma ponto de partida, aquele que deu origem ao *link*. Para tanto, será feito o levantamento do conjunto de traços básicos, ou seja, das características e propriedades compatíveis a determinados *links* para, em seguida, traçar uma representação prototípica para cada tipo de “lincagem” observada.

Por último pretendo avaliar o processo de compreensão, por parte dos alunos de engenharia, dos tipos de *links* levantados.

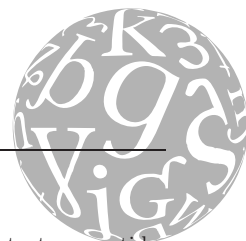
KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

## “A favor do internetês”: visões da língua(gem) no orkut

Fabiana Cristina Komesu

komesu@ibilce.unesp.br  
Universidade Estadual Paulista

Do ponto de vista teórico, meu trabalho situa-se no âmbito dos estudos da Enunciação, dos da Escrita e dos da Análise do Discurso de linha francesa. Busco investigar determinada(s) concepção(ões) de língua(gem) decorrente de práticas textuais-discursivas em circulação no *orkut*. Criada em 2004 por um engenheiro filiado à empresa norte-americana *Google*, a função explícita dessa rede social é auxiliar seus membros a fortalecer relacionamentos e a criar novos vínculos de amizade via internet. O usuário pode se ligar a outro ou a uma comunidade temática por critério de afinidade. O resultado são novos usuários e novas comunidades ligados ao sistema principal. Atualmente, segundo a enciclopédia virtual *Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org/wiki/>), o *orkut* tem mais de 28 (vinte e oito) milhões de usuários cadastrados (dados de setembro de 2006). O Brasil é o país que figura, de modo oficial, com o maior número de participantes, aproximadamente 65% dessa rede, equivalente a 18 (dezoito) milhões de usuários. O número expressivo confere ao *orkut* lugar de destaque dentre as redes sociais existentes e é indicador, para o estudioso em Ciências da Linguagem, de material a ser investigado. As comunidades virtuais apresentam temas tão distintos quanto os interesses humanos; não raro, os títulos das comunidades encontram-se divididos entre os que “amam” e os que “odeiam” determinado assunto. Meu trabalho propõe a discussão de concepção(ões) de língua(gem) a partir da investigação de comentários veiculados de maneira pública em comunidades virtuais do *orkut*, as quais discutem o uso da Língua Portuguesa na internet. Interessa-me o debate sobre o chamado “internetês”, forma grafolingüística que se difundiu tanto em textos digitais de redes de relacionamento, como em *chats* e em *blogs* (Marconato, 2006). De maneira popular, o internetês é conhecido como o português escrito na internet, caracterizado por simplificações de palavras que levariam em consideração, para sua composição, a modalidade falada (em sua vertente popular e estigmatizada) da língua, em detrimento da modalidade escrita



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(em sua vertente culta e prestigiada). Mais particularmente, procuro examinar os comentários de sujeitos que se declaram adeptos ou simpatizantes dessa prática de escrita virtual, em comunidades como *A favor do Internetês!* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=6251447>), *Eu falo internetês* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=4586798>), *Eu iscrevu em internetês!* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=6217367>), *Eu uso a Linguagem Internetes* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=6242558>), *Internetês - Letras* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=679680>) e *Quero internetês no Dicionário* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=8990342>) e também em outras comunidades virtuais, cujos participantes tornam público odiar aquele tipo de registro de escrita. De modo geral, pode-se dizer que é comum, em comunidades virtuais como *Internet deixa mais burro* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=4621195>) e *OdEiu qUem Iscrevi aXim* (<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=90244>), encontrar a participação de membros contrários aos ideais propagados pela comunidade, os quais se dispõem a responder ao *simulacro* (Maingueneau, 2005) de determinada imagem do opositor nos tópicos lançados em rede. Em análise preliminar, observei que os principais argumentos de adeptos e de simpatizantes do internetês estão fundados em: (i) argumento da eficácia da comunicação via internet: “nossa intenção [...] é ser rápido e objetivo por isso fazemos palavras diferentes” (J., Comunidade *Internet deixa mais burro*, 17 mar. 2006); (ii) argumento da liberdade: “Acho que é positiva (a evolução da linguagem por meio do internetês), porque através dele (do internetês) há total liberdade para escrever” (J., Comunidade *Internetês - Letras*, 04 nov. 2004); (iii) argumento da modernidade: “Eh um tipo d linguagem moderna [...]” (M., Comunidade *Quero internetês no dicionário*, 25 fev. 2006); (iv) argumento das mudanças linguísticas: “A língua está em constante transformação, é importante que cada setor ou segmento da sociedade desenvolva novas formas de interagir, na internet não poderia ser diferente” (V., Comunidade *Internetês - Letras*, 16 jul. 2005). Meu esforço teórico visa, pois, a classificar e a analisar os argumentos que fundam as concepções de língua e de linguagem que são colocadas em circulação, de maneira dialógica, na rede pelos escreventes digitais. Proponho observar que o internetês não é resultante, apenas, de um suporte material que permite a eficácia, a rapidez ou a agilidade da comunicação, ou o qual possibilita a emergência de uma suposta liberdade de expressão dos escreventes. Acredito que a prática do internetês pode ser avaliada segundo o *modo heterogêneo de constituição da escrita* (Corrêa, 2004), ou seja, “como encontro entre práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito, considerada a dialogia com o já-falado/escrito e ouvido/lido” (Corrêa, 2004, p.9), modo de restabelecer no estudo do processo de produção escrita a *complexidade enunciativa* da qual é efeito.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas, 19, p. 25-42, jul./dez., 1990.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.277-326.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *O texto na sala de aula*. 3.ed. São Paulo: Ática,

2004. p.39-46.

KOCH, I. G. V. Concepções de língua, sujeito, texto e sentido. In: \_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002. p.13-20.

KOMESU, F. Internetês para interneteiros: (velhas) questões sobre escrita. In: *54º Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*. Araraquara (SP), Universidade Paulista, 27 a 29 jul. 2006. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Visões da língua(gem) em comentários sobre *Internetês não é Língua Portuguesa*. In: *II Simpósio Internacional sobre Práticas Escritas na Escola: letramento e representação*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 07 a 09 ago. 2006. Mimeografado.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARCONATO, S. A revolução do internetês. *Revista Língua Portuguesa*, v.1, n. 5, 2006.

YAGUELLO, M. *Catalogues des idées reçues sur la langue*. Paris: Seuil, 1988.

### Paratopia, descentramento e alteridade em “The Flying Fish” de D.H. Lawrence

Cláudio Humberto Lessa

claudio-lessa@ig.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

A *paratopia*, segundo Maingueneau (1995), refere-se a “uma pertença paradoxal (...) ao mesmo tempo a condição e o motor da criação e da enunciação (...) aquilo que dá a possibilidade de aceder a um lugar (literário, utópico) e o que interdiz toda pertença”. Esse conceito designa, primeiramente, a relação de inclusão/exclusão que o escritor mantém com o mundo em que vive e com o campo literário; “alimenta sua obra com o caráter radicalmente problemático de sua própria pertinência ao campo literário e à sociedade”. A escrita literária inscreve-se em um espaço social, em um momento histórico, mas, ao mesmo tempo, os transcende, relaciona-se ao campo literário, a uma de suas *tribos*, que legitima sua enunciação. O escritor está assim, ausente e presente no mundo onde vive. Pode representar em sua obra fronteiras entre centro e periferia, sociedade organizada e crime, sagrado e profano. Maingueneau cita os “Boêmios em viagem” baudelarianos, a contracultura carnavalesca, o etnólogo de La Bruyère.

Maingueneau (1995:174-175) distingue três tipos de *paratopia* (a de *identidade* - familiar, sexual ou social, que assume todas as figuras da dissidência e da marginalidade; a *espacial*, que se relaciona às figuras do exílio e a *temporal* - associada a um anacronismo, assumindo formas de arcaísmo ou de antecipação) e define ainda *personagem paratópica* (personagem cuja pertinência à sociedade é problemática), que se movimenta também em um *espaço paratópico* (local subtraído em certa medida das injunções da sociedade “comum”).

Neste trabalho, objetivo mostrar como as categorias de *personagem* e *espaço paratópicos* podem ser índices da situação paratópica pela qual se define o autor. Segundo informações *para* e *metatextuais* que acompanham a coletânea *The Fox*



and Other Stories, da série Penguin Books, o conto *The Flying Fish (O peixe alado)*, escrito em 1925, permaneceu inacabado. Nesse ano, Lawrence quase morre de malária durante sua segunda estadia no México antes de retornar à Europa. A cronologia do conjunto vida/obra deste autor nos revela que ele escreveu em constante exílio: após a primeira guerra, ele e a esposa Frieda, de origem alemã, viveram na Itália, Sri Lanka, Austrália, Novo México e México.

Os críticos Ronald Carter e John McRae (1995) afirmam que esse afastamento se deve ao fato de Lawrence ter tido muitas de suas obras censuradas e de ter sido expulso de Cornwall (ele e a esposa foram acusados de serem espiões alemães). Esses críticos também afirmam que Lawrence “era sempre um *outsider*, primeiro devido à sua classe (ele descendia de uma família de mineradores) e, depois, por ter se casado com uma alemã”.

Em *The Flying Fish*, acredito que Lawrence fala ao seu leitor do lugar de um *outsider*. Encena personagem e espaço *paratópicos*, que nos permitem ver o que Maingueneau (1995:174) chama de *embregem paratópica*, “uma espécie de embregem do texto sobre a situação paratópica do autor”. O texto nos remete assim, segundo Maingueneau, a “elementos de ordem variadas que participam ao mesmo tempo do mundo representado pela obra e da situação paratópica através da qual se define o autor que constrói esse mundo”. Através dessa encenação, acredito que Lawrence convida o leitor a refletir sobre o descentramento e, a partir daí, observar atentamente uma alteridade denegada e subjugada pelo processo colonizador e capitalista, alteridade que, ao mesmo tempo em que se ressentida, recusa e resiste a sucumbir-se, mesmo apresentando traços que denunciam seu desenraizamento cultural.

Tento descrever, nesta análise, de que maneira essa dupla *paratopia*:

- i) indicia um contrato de leitura, cuja intenção comunicativa seria convidar o leitor a refletir sobre o descentramento e sobre a necessidade de valorizar uma alteridade denegada e subjugada pelo processo colonizador;
- ii) sinaliza um posicionamento discursivo, no campo literário, que poderia ser associado a uma estética pós-colonial e
- iii) caracteriza-se pela convocação de representações sociais associadas ao contraste: natureza *versus* civilização.

Procurou demonstrar de que maneira essa intenção se materializa:

- i) no agenciamento dos processos narrativo e descritivo - suas operações de referenciação/predicação e os jogos metafóricos aí inscritos e
- ii) nas descrições das cenas de enunciação representadas (discurso direto/indireto/indireto livre).

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et Discours: Éléments de sémiolinguistique (Théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1984.

CARTER, Ronald; McRAE, John. *The Penguin Guide to English Literature: Britain and Ireland*. London: Penguin, 1995.

LAWRENCE, D.H. *The Flying fish*. In: *The Fox and Other Stories*. London: Penguin, 2001. p. 123-144.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

OUSBY, Ian. *Companion to Literature in English*. Hertfordshire: Wordsworth, 1994.

## Análise da organização tópica de um discurso jornalístico: uma abordagem modular

Gustavo Ximenes Cunha

ximenescunha@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Dos estudos em lingüística que contemplam o plano de organização tópica do discurso, são muitos os que reduzem esse plano de organização ao estudo da organização informacional do discurso, ou seja, ao estudo do encadeamento entre as informações que são ativadas pelos enunciados de um texto, como ocorre nos trabalhos desenvolvidos no quadro da Escola de Praga (cf. Roulet, 1996). Entretanto, estudos mais recentes têm mostrado que a análise da organização tópica do discurso não se limita à simples descrição do encadeamento das informações do texto, uma vez que, para eles, a essa descrição devem ser somadas informações de outros domínios componentes do discurso. A razão disso é que, para esses estudos, muitos dos quais desenvolvidos no quadro da Escola de Genebra, a análise da organização tópica visa a desenvolver a descrição do encadeamento informacional com a utilização de informações de ordem textual e referencial, para dar conta da forma como acontece a gestão dinâmica dos objetos de discurso nas interações (Marinho, 2004).

O trabalho “Análise da organização tópica de um discurso jornalístico: uma abordagem modular”, que se inscreve no quadro dos estudos genebrinos, apresenta um estudo da forma de organização tópica de um discurso jornalístico, pertencente ao gênero reportagem, com o objetivo de observar como se dão: a hierarquia dos objetos de discurso mobilizados pelo autor e os elos de derivação que permitem o encadeamento desses objetos de discurso.

Para o modelo que adotamos – o Modelo de Análise Modular do Discurso –, a organização tópica é descrita como uma forma de organização complexa, porque resulta da combinação ou acoplagem de informações de diferentes domínios específicos da organização discursiva, que são os módulos, e de diferentes planos do discurso, que resultam da acoplagem de informações dos módulos, que são as formas de organização do discurso. A necessidade de se buscar a acoplagem de diferentes módulos e formas de organização para se descrever a organização tópica deve-se ao fato de que o estudo desse plano do discurso tem como objetivo “desenvolver a análise estática da organização informacional, completando-a com a análise dinâmica da maneira como os interlocutores geram a escolha e o encadeamento dos objetos de discurso (ou propósitos) no desenvolvimento da interação” (Marinho, 2002, p. 251). Com o estudo dessa forma de organização, o Modelo de Análise Modular busca, portanto, ultrapassar a separação entre as abordagens frásticas e discursivas, com o objetivo de articular essas duas perspectivas no seio de uma mesma análise (Roulet, Fillietaz e Grobet, 2001), o que requer a participação de outras informações componentes do discurso, além daquelas de ordem informacional.

No nosso trabalho, os módulos, cujas informações empregamos para a descrição da forma de organização tópica do discurso jornalístico, foram o lexical, responsável por indicar o conteúdo das palavras de natureza conceitual e as instruções das palavras de natureza procedural, o hierárquico, responsável por definir os constituintes de base do texto e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

por definir as regras que permitem gerar a sua estrutura hierárquica, e o referencial, responsável pelas relações entre as produções verbais e o mundo em que são enunciadas, bem como entre as produções verbais e o mundo que representam. E as formas de organização cujas informações empregamos foram a informacional, responsável por descrever a continuidade do fluxo informacional, ou seja, os encadeamentos entre as informações que são ativadas sucessivamente no texto, e a relacional, responsável pelo estudo das relações entre os constituintes do texto e informações estocadas na memória discursiva.

A abordagem modular que adotamos nos permitiu realizar o trabalho em duas etapas. Na primeira, foram descritas de maneira separada as estruturas hierárquica, relacional, informacional e referencial do texto escolhido. E, na segunda, foi feita a acoplagem entre as estruturas hierárquica, relacional e informacional, a fim de se indicar quais objetos de discurso são principais e quais são subordinados na hierarquia dos objetos de discurso mobilizados pelo autor, e foi feita a acoplagem entre as estruturas informacional e referencial, a fim de se explicar o encadeamento dos objetos de discurso que o autor mobilizou, por meio dos elos de derivação existentes entre eles.

MARINHO, J.H.C. *O funcionamento Discursivo do Item "Onde": uma abordagem modular*. Tese (Doutorado em Linguística) – FALE, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MARINHO, J.H.C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. In: *Revista da Anpoll*, São Paulo, v. 16, p. 75-100, jan./jun. 2004.

ROULET, E. Une description modulaire de l'organisation topicale d'un fragment d'entretien. *Cahiers de linguistique française*, 18, p. 11-32, 1996.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

### A circulação do texto de gênero escolar na WEB e ensino da língua

Siumara Aparecida de Lima

siumara@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Mônica Hoeldtke Pietruchinski

A finalidade dessa discussão não é a apresentação de uma metodologia, mas um estudo de uma ação escolar para a constatação das relações entre o que se propõe nos PCNs, no que diz respeito ao ensino de linguagens, e o que se faz. O aporte teórico que servirá de fio condutor da discussão será um conjunto de textos de Scheneuwly e Dolz (2004), apresentados no primeiro capítulo, nos quais se enfatizam os gêneros do discurso na escola; também, na perspectiva do gênero observado em situação escolar, tomaremos o artigo de Costa (2005). Além desses, tomar-se-á por base outros que versem sobre a produção e a circulação social dos textos e sua relação com atividades humanas diversificadas, dentre os quais, Bakhtin (1992), Bronchart (1999) e Marcuschi (2003). O trabalho que servirá de base para análise é a criação de uma página na web, realizado

por alunos do 3º ano do Ensino Médio da UTFPR, sob a orientação das professoras de Língua Portuguesa e de Informática. Ao todo, foram utilizadas 12 aulas (duas para a produção de um texto narrativo, quatro para produção de dois textos dissertativos, quatro para reescrita e duas para a produção da página) – tempo em que cada aluno produziu três textos. As instruções para a narrativa foram as seguintes:

*“Em grupos com quatro alunos, componham quatro textos (cada um o seu) seguindo as seguintes instruções:*

*- Criem quatro personagens (nomes, características etc.);*

*- Cada um produzirá o seu texto sob o ponto de vista de um dos personagens;*

*- Vocês são quatro amigos que conviveram na infância;*

*- Agora, 10 anos mais tarde, encontraram-se e contam sua história um ao outro;*

*- A forma e/ou local onde se encontram é por conta de sua criatividade.*

*Obs.: Ao se referirem uns aos outros, as informações devem coincidir.”*

E as instruções para os textos dissertativos, já pensando no hipertexto, foram:

#### *“ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE TEXTOS/HIPERTEXTOS*

*Criar dois textos dissertativos que possam ser gerados como um link de alguma idéia ou palavra do texto base (a narrativa dos personagens que foram criados em equipe).*

##### *Dissertação 1*

*Tema: um aspecto que afete o comportamento humano (saúde, diferenças culturais, discriminação, violência, racismo...).*

*A respeito desse tema, criar uma dissertação que tenha um ou dois tipos de argumentos dos apresentados abaixo:*

*a) Argumento baseado em fato real;*

*b) Argumento baseado em fato histórico;*

*c) Argumento de autoridade (citação de personalidade que tenha conhecimento específico da área que envolve o assunto tratado no texto).*

##### *Dissertação 2*

*Tema: um aspecto que diga respeito à política adotada por nosso sistema que interfere nas ações de uma pessoa ou dos grupos sociais (reformas, salários, sistema de saúde, emprego do dinheiro público, segurança...).*

*A respeito desse tema, criar uma dissertação que tenha um ou dois tipos de argumentos e use, como base, a idéia passada pela citação:*

*‘Tudo vale a pena, se a alma não é pequena.’, Fernando Pessoa.*

*Após escritos esses textos, criar uma introdução e uma conclusão à narrativa dos três personagens.*

*Para a criação do hipertexto, programar:*

*- disposição das informações (texto base, links);*

*- imagens (Opcional);*

*- cores.”*

As instruções feitas pelo professor antes da reescrita dos textos versaram sobre questões gramaticais como acentuação,





ortografia, uso da crase, regência, concordância; sobre a caracterização dos elementos da narrativa (personagens, tempo, espaço); sobre a utilização de tipos variados de discurso; sobre a adequação de argumentos e o que mais se detectou pela correção dos textos. A correção foi feita através de uma tabela com código numérico representativo dos tipos de “erros”. Nos textos em que se criou personagem que se caracterizasse pelo uso de uma linguagem que não a padrão, esse uso não foi considerado “erro”.

Depois de todos os textos prontos e previamente digitados (trazidos em disquete ou via *e-mail*), no laboratório de informática, a professora de informática orientou os alunos para a composição da página (inclusão dos textos, criação dos *links*, inserção de imagens, cor das páginas e letras etc.). Devido ao fato de ser a Internet um meio de comunicação muito utilizado pelos alunos, seja através do *e-mail*, de *sites* de convivência como o “Orkut”, ou ainda nas buscas por informações para a realização de seus trabalhos acadêmicos, e ainda por ser um provedor de conteúdo, optou-se pela publicação dos trabalhos na *web*.

Para esta atividade, não foi preciso ensiná-los a utilizar nenhum *software* novo ou especial; utilizou-se o mesmo *software* processador de texto com o qual os alunos haviam produzido seus textos anteriormente. O objetivo era demonstrar que não há, atualmente, nenhuma necessidade de se conhecer programas complicados ou especiais para produzir material que possa ser divulgado na Internet. O único conceito novo que precisavam conhecer era o conceito de arquivo *hipertexto*. Os arquivos que circulam na *web* têm o formato HTML (Hypertext Markup Language – Linguagem de Marcação de Hipertexto), que são arquivos com uma linguagem especial, própria para publicação na *web*. Atualmente, esse tipo de formato pode ser gerado pelos processadores de texto de forma transparente, bastando para isto apenas mandar salvar o arquivo/documento no formato HTML.

Como resultado final, os arquivos com os textos foram convertidos, gerando-se um conjunto de páginas, que foram interligadas a partir de uma página principal, depositada no site da instituição. A página pode ser acessada pelo endereço [www.pg.cefetpr/coeme/lplb/index.htm](http://www.pg.cefetpr/coeme/lplb/index.htm), com o título “Produzindo textos que possam ser apreciados fora da sala de aula”, ou, ainda, a partir de um ícone na página do Ensino Médio. Esses textos, além de estarem disponíveis para leitura da comunidade em geral, também podem utilizados para outras reflexões sobre linguagem em sala de aula. Esse foi um trabalho-piloto, que resultará em outras atividades que envolvam conhecimentos de informática e produções textuais de variadas disciplinas.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da educação média e tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias, v.2, 1999.

BRONCKARTT, Jean Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos*: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

COSTA, Iara Bemquerer. *Gêneros textuais e tradição escolar*. Revista Letras, Curitiba, n. 66, p. 177-189, Maio/Agosto, 2005.

MARCUSHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: CARVOSKI, Acir Mário; GAY-DECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Orgs.). *Gêneros Textuais reflexão e ensino*. Palmas, União da Vitória: Kaygangue, 2005.

MORAN, José Manuel. *Mudar a forma de ensinar com a Internet*. 2001.

Disponível em: <http://www.proinfo.gov.br/txtmudar.htm>

RAMALHO, José Antonio Alves. *Iniciando em HTML*. São Paulo: Makron Book, 1996.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. A teoria dos gêneros em Bakhtin: Construindo uma perspectiva enunciativa para o ensino de compreensão e produção de textos na escola. In: BRAIT, B. (Org). *Estudos enunciativos no Brasil – História e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001. p. 163-186.

CHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares – Das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução de Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

## A representação social do conhecimento sobre “planta transgênica” na mídia impressa: a denominação como estratégia divulgativa

Cristiane Cataldi

cristiane.cataldi@ufv.br  
Universidade Federal de Viçosa

No âmbito referente à biotecnologia vegetal, o conhecimento que tem suscitado grande interesse e expectativa na sociedade nos últimos anos refere-se aos organismos transgênicos. Estes organismos foram alterados mediante engenharia genética com mescla de DNA de outros organismos em seus genes para lograr novas propriedades. A primeira planta transgênica, modificada a partir da introdução de um gene bacteriano, foi obtida em 1983. Tendo como marco este importante acontecimento científico, os meios de comunicação, dentre eles a imprensa escrita diária, têm se comprometido a informar o público sobre as investigações relacionadas com as plantas transgênicas e suas aplicações em distintas áreas, como os cultivos, os medicamentos e a alimentação. Assim, observa-se, por um lado, importantes avanços científicos relacionados à obtenção de novas variedades de plantas transgênicas e, por outro, uma grande discussão sobre as implicações ecológicas da liberação de sementes modificadas geneticamente no meio ambiente, como também sobre as conseqüências para a saúde, ao incorporar os produtos transgênicos na cadeia alimentar. Em função de um intenso e controvertido debate social, verifica-se a existência de um conjunto significativo de informações sobre plantas, cultivos e alimentos transgênicos nos jornais nacionais e internacionais. Na perspectiva lingüístico-discursiva, a atividade de divulgar informações de caráter científico na mídia impressa apresenta-se a partir de *estratégias comunicativas*, que são diferentes tipos de recursos relacionados à seleção da informação, organização da mesma e reformulação discursiva, permitindo observar o tratamento dado pelo jornalista à informação científica enfocada. Os procedimentos de reformulação discursiva estão condicionados por cada contexto comunicativo e compreendem vários recursos, como: definição, metáfora, paráfrase, denominação, exemplificação, analogia, etc. Cada procedimento discursivo contribui de forma específica à representação e difusão da informação de caráter científico. Considerando-se os textos jornalísticos de divulgação científica, o presente trabalho tem



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

por objetivo analisar a *denominação*, a partir da perspectiva da Análise do Discurso da Divulgação Científica (Calsamiglia et al., 2001; Calsamiglia, 1997, 2000, 2001, 2003; Cassany et al., 2000; Cataldi, 2003; Moirand, 1997, 2000 e 2001; Reboul-Touré, 2000 e van Dijk, 1990, 2000 e 2003). Como parte da metodologia, foi realizada uma busca nos 248 textos que compõem o *corpus* de análise, procedentes dos jornais espanhóis *El País* e *La Vanguardia*, no decorrer dos anos de 1999 e 2000, com o objetivo de identificar as diversas *denominações* utilizadas para representar e divulgar o conhecimento sobre 'planta transgênica'. A *denominação*, que se caracteriza como uma estratégia léxico-semântica utilizada para se referir ao término divulgado, ocorre nos textos jornalísticos em função da relação entre o âmbito de procedência da informação (científico, econômico, jurídico e geográfico) e a representação social do conhecimento sobre 'planta transgênica'. Em cada um desses âmbitos, o sentido se reorganiza, possibilitando uma exposição orientada por propósitos e atores distintos, colocados em cena pelos jornais. O uso das denominações não é arbitrário, mas, sim, dependente do contexto de procedência da informação. Assim, os textos jornalísticos, além de informar, transmitem um ponto de vista, que pode orientar a interpretação do público a partir de uma perspectiva positiva ou negativa com relação às plantas, cultivos e alimentos transgênicos. Essa realidade comunicativa revela a existência de uma intensa *divulgação debate*, onde cada âmbito manifesta seus interesses, suas preocupações e seu ponto de vista a respeito do conhecimento em questão. A existência de uma intensa *divulgação debate* tem gerado um *discurso midiático plurilógico*, onde se observa a intervenção de distintos atores sociais, relacionados com o desenvolvimento da biotecnologia vegetal em suas respectivas atividades: científicas, acadêmicas, políticas, agrícolas, jurídicas, industriais, comerciais, meio-ambientais, entre outras. Em função do caráter polêmico e controverso das informações sobre 'planta transgênica' e das especificidades discursivas de caráter divulgativo e persuasivo com que se manifesta este conhecimento nos jornais, pode-se afirmar que a *denominação* se apresenta como uma *estratégia divulgativa prototípica* na representação e difusão do conhecimento científico em questão.

### O uso de metáforas em uma interação etnográfica no movimento nacional de meninos de rua: uma análise discursiva crítica

Viviane de Melo Resende

vivianemelo@unb.br  
Universidade de Brasília

A Teoria Social do Discurso (TSD) é uma perspectiva teórica para o estudo da linguagem na Modernidade Tardia, que busca conceitos e categorias na Ciência Social Crítica (CSC). A partir de uma abordagem da vida social como um sistema aberto composto de práticas e redes de práticas sociais, a TSD entende o discurso como uma dimensão das práticas sociais ao lado de outras dimensões de caráter não-semiótico (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

De acordo com esses pressupostos, a Análise de Discurso Crítica (ADC) configura-se um método para análise de dados lingüístico-discursivos capaz de mapear conexões entre escolhas lingüísticas de atores sociais e relações de poder que atravessam a sociedade.

Essa perspectiva do discurso na sociedade serve, no trabalho ora apresentado, como referencial teórico e metodológico para a análise de dados coletados por meio de um grupo focal, um dos métodos etnográficos para a coleta de dados no projeto de doutoramento "Exclusão social e protagonismo juvenil no contexto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma investigação etnográfico-discursiva". Neste trabalho, apresento uma análise de dados iniciais da referida pesquisa, conduzida junto ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é uma organização não-governamental que busca a garantia de direitos assegurados, tendo como foco de ação crianças e adolescentes vítimas de exclusão social, que se encontram em situação de risco, devido a sua localização desprivilegiada na distribuição de recursos materiais e simbólicos na sociedade. O conceito de 'meninos e meninas de rua', adotado pelo Movimento, então, é amplo: ultrapassa o senso comum de que pertencem a essa categoria apenas crianças e jovens que vivem nas ruas ou tiram dela seu sustento, para abarcar também crianças e jovens de famílias sócio-economicamente excluídas.

A organização e a formação de meninos e meninas nessas condições é o projeto essencial do MNMMR. O centro da proposta, pautada no conceito de 'protagonismo juvenil', é que, por meio da participação ativa, o adolescente possa envolver-se na solução de problemas reais na comunidade e na sociedade. O que caracteriza o protagonismo juvenil é que o/a jovem emerge como fonte de iniciativa, na medida em que é dele que parte a ação; de liberdade, uma vez que na raiz de suas ações está uma decisão consciente; e de compromisso, manifesto em sua disposição de responder por seus atos (Costa, 1998).

No Distrito Federal, o MNMMR atua em quatro Núcleos de Base, localizados em quatro cidades satélites de Brasília, onde a carência de investimento público é notória. Em cada um desses Núcleos de Base, o Movimento mantém oficinas de conscientização acerca dos direitos que a Lei lhes assegura, procurando favorecer o pensamento crítico e o protagonismo juvenil. Essas oficinas são organizadas e dirigidas por jovens engajadas com o Movimento, e que foram atendidas pelo MNMMR durante sua infância e adolescência, tendo se tornado líderes de núcleo na juventude.

Os dados aqui analisados foram coletados por meio de um grupo focal, técnica de pesquisa que diz respeito à "coleta de dados por meio de interação grupal sobre um tópico determinado pelo pesquisador" (Morgan, 1996: 130). O método de grupo focal, então, localiza a interação em uma discussão em grupo, que é a fonte dos dados. A vantagem do grupo focal sobre a entrevista individual é justamente a interação: por meio do grupo de discussão, é possível captar pontos de instabilidade e discórdância, negociação de significados, liderança. O grupo focal foi realizado em 07 de abril de 2006, na sede do MNMMR. Participaram do grupo focal dois "ex-meninos" e duas "ex-meninas" do Movimento, jovens que, na infância e/ou adolescência, foram atendidos/as pelo MNMMR e que hoje mantêm algum tipo de contato com a entidade. O trecho selecionado para este recorte concentra-se nas falas das duas "ex-meninas", pois o foco é em sua atuação como protagonistas em suas



comunidades – ambas tornaram-se líderes comunitárias e organizam os Núcleos de Base de suas cidades, na periferia de Brasília. O recorte é analisado a partir da ADC, com base no significado identificacional na amostra, de acordo com a proposta de Fairclough (2003) para a análise textual. A categoria selecionada para a análise é a metáfora (Lakoff e Johnson, 2002).

Quanto às principais metáforas localizadas na matriz discursiva em análise, há uma metáfora baseada na relação doença/ cura, uma metáfora de construção e uma metáfora de guerra. Neste trabalho, os três mapeamentos metafóricos são exemplificados e discutidos, com base no referencial analítico da ADC.

A análise sugere que as duas jovens identificam-se como representantes em suas comunidades, assumem a liderança – de acordo com o ‘protagonismo juvenil’ trabalhado no espaço do Movimento –, mas não encontram sustentação para a sua ação: o MNMMR promove a construção de identidades de resistência/ projeto, mas não dá suporte para as jovens lidarem com isso.

De acordo com a TSD, a dialética assegura que hegemonias são articulações em relativa permanência. Os atores sociais, então, não são apenas pré-posicionados pelas estruturas, mas são capazes de relativa autonomia na realização de sua ação social, de modo que a ação social é constringida por estruturas, mas pode também transformar estruturas, incluídas as identidades e relações sociais. A possibilidade de ação de atores sociais, entretanto, depende de uma série de recursos – materiais e simbólicos – que sustentem a sua ação, de modo que uma ação social transformadora de estruturas é tanto mais difícil quanto menos disponíveis são os recursos para a ação.

No caso pesquisado, o MNMMR constitui um recurso para a construção de identidades de projeto (Castells, 1999) para seus membros, de acordo com a representação do Movimento pelas jovens protagonistas. O discurso do protagonismo juvenil representa a ação das jovens em suas comunidades e resulta em sua identificação como protagonistas. Isso evidencia a dialética entre os três tipos de significado propostos por Fairclough (2003) – acional, representacional e identificacional –, uma vez que o discurso do protagonismo orienta sua ação e identificação. A carência de recursos materiais disponíveis para a ação do Movimento e das jovens líderes comunitárias, contudo, representa um obstáculo material para sua ação social. Embora construam para si identidades de resistência e projeto, as jovens expressam conflito na materialização de seus projetos de mudança social. O discurso do protagonismo juvenil é internalizado pelas jovens na construção ativa de suas identidades, mas a transformação de relações sociais hegemônicas é um desafio que lhes parece utópico. A análise do recorte da transcrição do grupo focal sinaliza um conflito entre o desejo de ação social e a possibilidade de realização desse desejo.

Há, na matriz discursiva analisada, duas delimitações de espaço-tempo: uma divisão temporal entre o período anterior e o período posterior ao engajamento das jovens com o MNMMR e a identificação de dois ‘espaços’ em oposição, o espaço da comunidade (da miséria e da estrutura) e o espaço do Movimento (da mudança e da ação). A consciência da desigualdade e do desrespeito aos direitos assegurados torna-se fonte de conflito quando se comparam os espaços de ação do Movimento com o espaço da comunidade.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, A.C.G. *Protagonismo juvenil*. Salvador: Fundação Odebrecht, 1998. Mimeografado.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

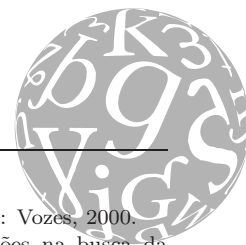
MORGAN, D. Focus groups. *Annual Review of Sociology*. v. 22, p. 129-52, 1996.

## Discurso, língua e identidade: imagens de si e do outro em discursos sobre a língua inglesa

Marisa Grigoletto

mgrigol@usp.br  
Universidade de São Paulo

Esta comunicação é parte de um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq, que investiga o lugar específico do brasileiro no tocante à sua relação simbólica com a língua inglesa e à conseqüente construção de imagens de si e do outro estrangeiro, vistas a partir de uma perspectiva discursiva e histórica. Com esse projeto, busca-se compreender tanto uma das facetas dos discursos que nos “moldam” historicamente como brasileiros, sobretudo no que se refere aos sujeitos diretamente envolvidos com a língua inglesa, dentre esses, professores e aprendizes, assim como os efeitos desses discursos sobre a representação imaginária de língua nacional no Brasil. Nesta apresentação, pretende-se divulgar resultados da análise discursiva das imagens de si (brasileiro), do outro (estrangeiro, falante de língua inglesa) e da própria língua inglesa, a partir de um *corpus* composto de documentos político-educacionais (resoluções, propostas pedagógicas, parâmetros curriculares e livros de didática sobre ensino de línguas estrangeiras) e de artigos da imprensa escrita brasileira contemporânea sobre a língua inglesa (em assuntos tais como ensino e aprendizagem, negócios, turismo e tendências de mercado no ensino). A análise está fundamentada na perspectiva teórica de uma vertente de análise do discurso para a qual sentidos e sujeitos são produzidos discursivamente na história, dispersos em discursos heterogêneos e atravessados por uma memória do dizer (PÊCHEUX, 1990; ORLANDI, 1999, entre outros). O espaço da memória do dizer, ou interdiscurso, é definido como lugar de constituição dos sentidos, o que quer dizer que, no processo de construção dos sentidos, um discurso específico entra em relação com diferentes regiões do interdiscurso e é esse o movimento da significação. Adota-se também uma concepção teórica de identidade e identificação segundo a qual as identidades são processos de produção, resultantes de práticas sociais (incluindo-se aí as práticas discursivas), mediante marcações simbólicas, e dos quais só se podem entrever algumas identificações (SILVA *et al.*, 2000; SOUZA, 1994). Nessa perspectiva, a ligação entre discurso e identidade é determinante, podendo-se afirmar que assumimos posições identitárias – que são, na verdade, fruto de movimentos de identificação, sempre instáveis e incompletos – pelo trabalho



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

dos discursos sobre nós. A análise incide sobre enunciados extraídos dos textos que constituem o *corpus*, que deixam entrever imagens da língua inglesa, do ensino dessa língua, do lugar do brasileiro frente a ela e de povos falantes de língua inglesa. Os enunciados constituem a materialidade lingüística por intermédio da qual é possível aceder ao modo de funcionamento do discurso analisado e aos seus efeitos de sentido. Com isso, pretende-se discutir o papel dos discursos sobre a língua inglesa na construção da identidade nacional do brasileiro, no que se refere a posições imaginárias construídas ou reforçadas, nesses discursos, sobre língua nacional e estrangeira. Os resultados mostram sentidos que vão se modificando historicamente, mas que reverberam no presente: desde a ênfase, no discurso político-educacional de ensino de línguas estrangeiras, produzido na primeira metade do século XX, na comparação com outros povos, construídos discursivamente como detentores de cultura e civilização mais avançadas, num movimento discursivo que instaura a comparação como mecanismo de subjetivação, até, nos últimos vinte anos, sentidos para a língua inglesa que a constroem como língua de absoluta necessidade, para a inserção no mundo “globalizado” e a ascensão profissional. O discurso da mídia impressa “ressignifica” esse sentido da necessidade, produzindo um discurso dicotômico entre inclusão (os que sabem a língua estrangeira) e exclusão (os que só conhecem uma língua). Os sentidos de necessidade e de inclusão/exclusão significam discursivamente na medida em que são atravessados pelo discurso da falta – a falta de civilização ou de cultura do brasileiro; a falta de domínio ou conhecimento da língua estrangeira, a insuficiência da língua nacional do Brasil – e que, juntos, constroem para o brasileiro um lugar discursivo e uma posição de identificação de insuficiência e inadequação. Dessa forma, o brasileiro é discursivamente colocado em uma posição identitária conflituosa *entre línguas* (entre a língua nacional, não suficiente, e a língua estrangeira, que pode ainda não dominar) e *entre tempos* (entre um presente real de inserção insuficiente no mundo desenvolvido e um futuro ideal de desenvolvimento, para o qual a língua inglesa é apontada como imperativa). Assumindo o pressuposto teórico de que os discursos levam os indivíduos a ocuparem determinadas posições identitárias, a investigação dos discursos sobre a língua inglesa, sob o viés das imagens da própria língua estrangeira, de brasileiro e de estrangeiro falante de língua inglesa, é relevante para a compreensão da forma como a língua inglesa funciona na construção tanto de um imaginário sobre a identidade brasileira, quanto de língua nacional: identidades e língua projetadas sempre na falta, na insuficiência e na inadequação. Compreender os discursos sobre línguas e seus efeitos na constituição identitária de sujeitos afetados por eles pode ampliar nosso entendimento sobre a relação complexa entre sujeito e línguas e contribuir para a reflexão de pesquisadores e professores envolvidos em contextos de formação de professores de línguas ou de pesquisas sociais que estudam a relação entre língua e identidade.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990. Título original: *Discourse: structure or event?*, 1988.

SILVA, T. T. da (org.); HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a*

perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.  
SOUZA, O. *Fantasia de Brasil – as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta, 1994.

### A dimensão cultural do discurso publicitário: um estudo das representações

Dylia Lysardo-Dias

dylia@ufsj.edu.br

Universidade Federal de São João del-Rei

Já faz algum tempo que a publicidade tem sido objeto de pesquisas na área da Análise do Discurso devido à sua dimensão de fenômeno cultural e de acontecimento ideológico. Isso significa que o papel estritamente comercial que está na origem da publicidade cedeu lugar a uma função sócio-cultural, pois ela reflete, ao mesmo tempo em que difunde, formas de agir e pensar coletivamente estabelecidas e vivenciadas. Sob essa perspectiva, o interesse na análise desse tipo de discurso social não reside no que ela nos revela em termos de conteúdos, nem em termos de intenção dos agentes produtores, os publicitários. Tal interesse se concentra no que esse estudo evidencia em termos de imaginários sócio-culturais próprios a uma comunidade.

O anúncio publicitário é um gênero no interior de um tipo de discurso, o discurso publicitário, que emerge da associação entre uma estrutura institucional (a agência de publicidade) e relações sociais de oferta/procura de um determinado produto. Quando veiculado em revistas informativas, esse anúncio encontra-se inserido em meio a textos jornalísticos cujo objetivo comunicacional é a transmissão de conteúdos informativos. Essas revistas apresentam um número considerável de publicidades que, em princípio, não constituem o foco de atenção maior do sujeito leitor-consumidor da revista. Supostamente ávido por informação, esse sujeito precisa ser então, de alguma forma, seduzido pelo anúncio publicitário, para que se interesse por ele, se detenha nele e possa ser convencido a consumir a mercadoria que ele oferece. Essa sedução reside tanto naquilo que é explicitado pelos elementos verbais e icônicos do anúncio publicitário, quanto no que é simbolicamente evocado e sugerido através da articulação desses elementos.

Isso quer dizer que, na tentativa de promover a venda de uma mercadoria (objeto ou serviço), a publicidade “vende”, paralelamente, uma imagem do objeto, do consumidor e do próprio ato de consumo. Dessa maneira, o discurso publicitário assume uma conotação cultural, mobilizando valores sociais e re-significando identidades.

Portanto, se, por um lado, a publicidade pode fazer apelo a argumentos racionais, por outro, ela pode utilizar uma “linguagem figurativa” pautada em imagens já estabilizadas em um grupo social. Em ambos os casos, ela atua como um vetor que reproduz e institui visões da realidade que se tornam coletivas; de alguma forma, a publicidade reconstitui momentos da vida social e/ou cotidiana a partir de universos de referência pré-existentes que correspondem a representações sociais que, por sua vez, indicam como uma dada cultura se estrutura.



O objetivo dessa comunicação é analisar um *corpus* formado por diferentes anúncios publicitários impressos que foram veiculados na revista informativa semanal *Veja* para identificar e analisar as representações sociais por eles mobilizadas. Pretendemos relacionar tais representações aos universos de referência e a valores culturais socialmente estabelecidos, considerando que as estratégias publicitárias estão, hoje, voltadas para o inconsciente do público destinatário. Assim, o valor do produto ultrapassa seu papel utilitário, pois ele é apresentado como capaz de satisfazer desejos do consumidor. Nosso estudo prevê uma discussão sobre a noção de representações sociais e a importância do seu estudo para a Análise do Discurso (AD). Interessa-nos indicar como a AD encontra-se inserida em uma problemática representacional diretamente vinculada à dimensão ideológica da linguagem. Na seqüência, apresentaremos uma caracterização do discurso publicitário no que se refere à maneira como ele explora imagens e valores socialmente partilhados de forma a evidenciar como participa da construção de uma identidade coletiva.

Após tal caracterização, analisaremos os anúncios publicitários que compõem o nosso *corpus* no que se refere às representações mobilizadas e à maneira como são integradas à “encenação publicitária”. Essa análise contemplará tanto o nível verbal, quanto o nível icônico e levará em conta a questão da legibilidade da página publicitária: toda leitura se processa a partir de um mínimo cultural comum, primeiro instrumento de construção de sentido. Portanto, todo texto, inclusive o publicitário, só existe em relação a outros textos, seja em conformidade, seja em oposição a um já-dito e encontra-se inscrito em um horizonte de expectativas a partir dos conhecimentos próprios de um grupo social.

Finalmente, teceremos algumas considerações sobre o fato de as representações sociais funcionarem como um conhecimento imprescindível para a interação verbal, sinalizando como a mensagem publicitária lança mão de “automatismos culturais”, instaurando identidades e reforçando modelos pré-existentes.

## Cidadania: uma história em dicionário

Sheila Elias de Oliveira

sheilaelias@yahoo.com  
UNICENTRO

A palavra *cidadania*, tão em voga nos dias de hoje, tem seus sentidos freqüentemente associados aos do étimo *cidadão*. No entanto, *cidadão* consta da língua portuguesa desde os seus primeiros registros escritos, no século XIII, e *cidadania* tem seu primeiro registro em 1913, em um dicionário lusitano, que a marca como “neologismo brasileiro”. Esses fatos nos levaram a perguntar o que explica a distância temporal entre o aparecimento de *cidadão* e de *cidadania* e por que essa palavra, presente não só no português, mas nas línguas do Ocidente, teria surgido antes no Brasil do que em Portugal. Essas perguntas conduziram a um interesse mais amplo e deram início à pesquisa aqui apresentada, sobre a história da palavra *cidadania*.

O *corpus* utilizado foi um conjunto de dicionários brasileiros dos séculos XX e XXI e lusitanos dos séculos XVIII e XIX que fazem parte da história da lexicografia no Brasil. As análises se fundamentam na Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002) e no trabalho desenvolvido no projeto *História das Idéias Lingüísticas*, o qual se insere na linha de investigação sobre a constituição de um léxico brasileiro. Tomar como *corpus* o dicionário, assumindo que a história da palavra se constitui como a história de suas enunciações, é tomar um dizer que tem a particularidade de se pretender um não-lugar enunciativo, no qual a língua aconteceria sem a interferência dos sujeitos, como sua representante universal. Lá onde o efeito referencial da linguagem é mais forte, a posição materialista da Semântica do Acontecimento permitiu observar as divisões políticas no embate dos sentidos da palavra, suas mudanças e sua especificidade em relação ao seu núcleo irradiador: a palavra francesa *citoyenneté*, criada na França na Idade Moderna.

Na perspectiva semântica adotada, o dicionário foi tratado como um texto, e a textualidade como um presente determinado por uma memória, o interdiscurso, a partir da qual se organizam e projetam relações de interpretação. O dizer inscreve em si um passado de enunciações (os memoráveis) que seleciona no seu presente. Presente e passado se unem, projetando as possibilidades de interpretação do texto. Nas cenas enunciativas dos verbetes analisados, os memoráveis trazidos pelas acepções e os exemplos nos mostraram a falha na universalidade em pontos de equívoco nos quais se inscreve a polissemia, produzindo movimentos nos espaços de enunciação da palavra e, assim, conduzindo à mudança.

As análises foram norteadas por duas perguntas. No primeiro período, que compreende os séculos XVIII e XIX, a pergunta foi: como o dicionário designa a “condição de cidadão”, tomada como paráfrase de *cidadania*? Foram analisados o verbe *cidadão* e outros para os quais este apontou. Esse momento permitiu compreender a mudança semântica em *cidadão*, que possibilita o surgimento de *cidadania*. O segundo momento, no qual *cidadania* aparece como entrada em dicionários brasileiros, se divide em dois períodos: os séculos XX e XXI. A pergunta então foi: o que *cidadania* designa? Os verbetes analisados foram *cidadania* e *cidadão*. Durante o século XX, os sentidos de *cidadania* permanecem dependentes da definição da entrada *cidadão*, apagando-se a especificidade semântica da qual deriva *cidadania*. É nos dicionários mais recentes, do século XXI, que se realiza uma especialização entre *cidadania* e seu étimo, o que sinaliza um processo de mudança em curso.

As análises dão visibilidade ao lugar do dicionário de língua nacional como observatório da história da língua e nos fazem percorrer um caminho de mudanças sociais inscritas, pelo trabalho do político, na história da palavra. Assim, compreendemos que *cidadania* é irradiada no Ocidente a partir dos sentidos modernos da França Revolucionária, mas a palavra no português não apenas reproduz o seu equivalente francês *citoyenneté*, mas o ressignifica na relação com os falantes e a sociedade que ela simboliza. A história da palavra, então, é aqui pensada diretamente na relação com a história dos seus falantes e com os falantes e as línguas que se inscrevem no seu espaço de enunciação.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Interação virtual e uso de estratégias de leitura na aprendizagem de inglês como língua estrangeira

Marcel Bittencourt Tavares

marceltavares@hotmail.com  
Universidade Federal Fluminense

Baseado na análise de gênero textual e na concepção de leitura como processo interativo, este trabalho discute os resultados de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq-Brasil, cujo objetivo é verificar a eficácia do uso de estratégias de leitura em inglês como língua estrangeira (ILE) no meio eletrônico por parte de alunos do ensino médio de uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro.

Dentre a vasta literatura existente sobre a potencialidade da Internet para promover a aprendizagem de inglês, trabalhos como Warschauer (2000) compartilham a visão de que a utilização do meio eletrônico em sala de aula gera um processo de aprendizagem mais flexível, participativo e igualitário, incentivando o professor a inseri-lo no seu fazer pedagógico. Assim, a partir de uma reflexão do pesquisador sobre sua prática docente no que se refere a fatores estruturais e pedagógicos que dificultam sobremaneira o processo de ensino e aprendizagem na escola pública, esta pesquisa investiga como o aprendiz de ILE tenta superar as barreiras impostas pela falta de vocabulário, estruturas gramaticais desconhecidas e pouca experiência com o meio eletrônico para construir significados e produzir conhecimento. De fato, levando em conta a ênfase na leitura proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1999, p. 20) e a necessidade de um programa efetivo para o desenvolvimento do letramento digital dos alunos da rede pública, esta pesquisa está voltada para uma abordagem de ensino que promova a criação de ambientes de aprendizagem mediada por computador, em que aprendizes de ILE possam superar os entraves impostos pelas deficiências em seu aprendizado e assim construir sentido a partir da interação com o hipertexto.

Com efeito, este estudo parte do pressuposto de que é a partir da sua interação com o texto que o aprendiz de ILE passa a construir significado. Dessa maneira, ao invés de considerar o texto como forma e conteúdo a serem aprendidos pelos alunos e então avaliados por testes, a pesquisa em questão privilegia o diálogo do aluno-leitor com o texto, a troca de experiências, o conhecimento prévio do assunto, diferenças de opinião e o foco na leitura na Internet por se tratar de uma atividade fundamental para a aprendizagem não só da língua inglesa, mas também de outras disciplinas com vistas a proporcionar a inclusão digital desses alunos. Assim sendo, o arcabouço teórico sobre leitura que fornece a base para esta pesquisa é constituído por Wallace (1992), Nuttall (1982), pelo modelo lingüístico de Goodman (1967) e pela hipótese interacional de aquisição de L2 de Ellis (1999) os quais, de forma geral, consideram a utilização de estratégias (OXFORD, 1990) como forma de atingir os objetivos do processo de leitura ao ativar a capacidade mental dos alunos de interagir com o texto.

De acordo com os PCNs, o ensino médio possui um compromisso com a educação para o trabalho. Assim, considerando a crescente valorização da Internet como requisito para entrada no mercado de trabalho e a proximidade de seus

alunos do mesmo, investigar o processo de interação e leitura em ILE de um gênero digital nessa fase da educação básica representa aqui uma forma de verificar se esses alunos estão sendo orientados para uma leitura autônoma, participativa e avaliar se eles estão realmente preparados para ingressar no mesmo. De acordo com Marcuschi (2002 : 19), com a criação da Internet e das inovações tecnológicas resultantes da mesma e introduzidas na sociedade, há o surgimento de novos gêneros e novas formas de comunicação. De fato, a comunicação mediada por computador traz, no seu bojo, uma série de transformações e comportamentos sociais e, portanto, inovações lingüísticas tais como gêneros digitais (*e-mail*, *Chat*, etc.) naturalmente maleáveis, plásticos, dinâmicos e marcados por nuances sócio-comunicativas e funcionais. Levando em consideração que esses gêneros emergentes têm adquirido grande relevância para o processo de ensino-aprendizagem de ILE nas escolas, esta pesquisa se concentra no estudo das estratégias de aprendizagem de alunos do ensino público com um deles - o *blog* - um diário com suporte digital que, além de abranger uma infinidade de assuntos, é formado por diversos *links* que motivam a co-participação on-line desses alunos, já que eles podem comentar os temas abordados pelo texto motivador e as eventuais contestações feitas por outros participantes, promovendo assim uma maior interação do aprendiz de ILE com o texto virtual. Nesse caso, tal estudo reconhece que o professor seria levado a repensar as relações entre o ensino tradicional de inglês e a utilização dessa nova linguagem como mediadora do conhecimento a ser construído pelo aprendiz e a analisar como tal gênero digital interage nas práticas de leitura em ILE na sala de aula da escola pública, ainda que grande parte de seus alunos não tenha acesso à Internet.

Desse modo, após analisar o gênero digital denominado *blog*, segundo os elementos organizacionais e padrões retóricos presentes na abordagem de Swales (1990), esta pesquisa verifica quais estratégias de leitura um grupo de alunos do ensino médio de uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro, previamente selecionados, utilizaram durante uma atividade de compreensão textual em inglês na Internet. Assim, através do procedimento de triangulação de Cohen & Manion (1990), dos instrumentos de coleta de dados representados pelo auto-relato dos participantes, entrevista semi-estruturada com os mesmos e observação anotada pelo pesquisador, este trabalho apresenta as constatações e conclusões decorrentes dos questionamentos feitos e analisa as possíveis implicações e desdobramentos da investigação na preparação de materiais para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de ILE no setor público.

COHEN, L. & MANION, L. *Research Methods in Education*. London: Routledge, 1990.

ELLIS, R.. *Learning a second language through interaction*. Amsterdam: Benjamins, 1999.

GOODMAN, K. S.. Reading: A Psycholinguistic Guessing Game. In: SINGER, H. & RUDDER, R.B. (Org.) *Theoretical Models and Processes of Reading*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967. p. 497-509.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, P.R. & BEZERRA, M.A. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.



## Interaction between metaphor in language and thought in Edgar Allan Poe's *The Tell Tale Heart*

Veronica Lucy Coutinho Lage

profaveronica@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Juiz de Fora

What I am going to try to make clear is the possibility of revealing an interaction between metaphor in language and metaphor in thought when dealing with literary works. With this mind, I've picked out one of Edgar Allan Poe's tales, *The Tell Tale Heart*, as I believe it to be a good example for my purposes. The similes and metaphors created by Poe can be seen as a result of an inter-instigation of the verbal and visual semiotic fields and their symbolic and iconic unfoldings, to make his reader wholly engaged in his a process of making-up a fantastic narrative.

I am going to start with the definition of metaphor in order to analyze and think of this intriguing title of the tale. Taken as it is, I want to go even further and detach the evocation of the reader's interaction from the very moment he picks up the tale to read. This interaction takes place based on at least three important presuppositions: *first*, the reader is believed to be a potential one; *second*, the sharing of certain assumptions about the world, the way it works, including the more intangible things; *third*, the unshared things like individual experiences and knowledge that can contribute to the understanding of the message.

Another essential aspect to be observed that I will put into relief is the fact of *The Tell tale Heart* being a tale belonging to the Fantastic "genre". Once having put forth this idea, I'd also like to briefly highlight the *genre* Fantastic and some of its intriguing features, as these are also evident in the tale, besides being one of the most adequate and widest for comparison language. Most of the theoretical concepts approached along our analysis will be mainly based on Todorov's studies.

Some other elements to be found in this *genre* making-up are its syntax, its enunciation and its semantic field. The syntax is composed following logical, temporal and spatial relations which, in turn, are a consequence of its syntagmatic relation, even if ruptures take place and the explanations of the facts sound illogical at first.

Concerning its enunciation, the narrative comes in the first person, in an interlocutory language in order to imply a conversational tone and to allow a closer identification between the reader and the narrator-protagonist, who is unnamed, contributing this way to make him interact and partake of his reasons and justifications for his murder.

In the semantic field, there is a relationship between signs and symbols and what they represent in terms of closeness of the elements. In the analysis of the tale, the comparison language is built up from a very careful lexicon selection, emphasized by the use of consonantal clusters, to compose the similes and metaphors, as a sign of the writer's expertise to achieve his aim: to make up a fantastic tale with all its implications in the reader.

Finally, two other important themes generally found in the Fantastic *genre*: the *I* theme and the *You* theme. Within the *I* theme, we find, among several features, the interpenetration of the physical (natural) and spiritual (supernatural) worlds together with the presence of man's psychoses and flaws through his ego and the external world

disturbance suffered by him. When it comes to the *You* theme, the presence of man's neuroses as a result of his *ego* and *id* conflicts is among many of its specifications. All considerations made up to this point will be supported by quotations and exemplifications along the presentation of my studies and analyses.

---

## Do interagir na argumentação: uma abordagem sobre a produção escrita no contexto avaliativo do vestibular

Joelma Rezende Xavier

joelmaxavier@yahoo.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

A prática de análise do texto escrito em contextos avaliativos tem-se norteado, ao longo dos últimos anos, por diversas perspectivas teóricas que visam, indiscutivelmente, a ampliar os horizontes de intervenção do avaliador e, sobretudo, de aprimoramento da escrita. No campo da linguagem, as influências do *sócio-interacionismo discursivo* – proposto por Bronckart (1999), sobretudo sob influências de Bakhtin e Vigotski – demarcam importante referencial para o estudo do *texto*, uma vez que as bases epistemológicas dessa perspectiva teórica consideram o texto como um produto sócio-histórico em constante interação com a realidade subjetiva (marcas do agente-produtor), com os gêneros de textos disponíveis historicamente no *intertexto* e com o contexto em que se insere a ação de linguagem. Esta última define-se como uma *base de orientação* a partir da qual o agente-produtor deve tomar um conjunto de decisões, dentre as quais está a escolha do gênero e/ou do tipo textual pertinente à situação comunicativa.

Em relação aos critérios necessários à identificação de *tipos* e *gêneros* – especificamente dentro de uma abordagem teórica sobre gêneros, por exemplo –, Bronckart salienta que as regras e as propriedades constituintes dos tipos podem ser heterogêneas e que se deve, antes da identificação de eventuais tipos, realizar uma comparação das características contextuais – situação específica em que se encontra toda a produção textual – com as características propriamente lingüísticas de diferentes gêneros empíricos num dado estado da língua. A partir daí, constrói-se um *modelo teórico* no qual – de uma forma desafiadora – se estabeleça uma hierarquia de diferentes critérios potenciais, a saber: *critérios propriamente psicológicos* – que dizem respeito ao tipo de ação engajada e ao tipo de processos cognitivos mobilizados; *critérios linguageiros* – que dizem respeito às decisões que todo locutor deve tomar para realizar um ato de produção verbal e os *critérios lingüísticos* – que dizem respeito às decisões a serem tomadas para realizar concretamente um texto no quadro das restrições de uma dada língua natural (BRONCKART, 2003, p. 56).

A partir desse referencial teórico sócio-interacionista, pretendo, neste trabalho, que se insere em minha pesquisa de Mestrado, discutir alguns aspectos relacionados à *construção da eficácia* nos textos-resposta produzidos na prova de Redação do vestibular UFMG. Em primeiro lugar, ressalta-se



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que o termo eficácia diz respeito, neste estudo, à abordagem textual cuja estrutura e composição temática possibilitam a realização da ação de linguagem intencionada numa dada situação comunicativa. Em segundo lugar, observa-se que a relação entre estrutura e temática, configurada nesse objeto de estudo, tem a ver com as condições previamente estabelecidas na situação avaliativa do vestibular. Desse modo, a configuração de análise deu-se na seguinte representação: o candidato ao vestibular é o agente-produtor/agente-singular do texto empírico; este último é considerado como uma seqüência de comportamentos verbais-escritos que, no caso, configura-se como o texto-resposta produzido pelo candidato e, por fim, o processo seletivo do vestibular UFMG é o contexto determinado da ação de linguagem.

Explicitarei o processo de análise dos textos, no qual foram considerados aspectos metodológicos ligados à infra-estrutura geral do texto; aos mecanismos de textualização e aos mecanismos enunciativos, visando a contemplar os modos de articulação desses aspectos na elaboração da seqüência argumentativa. Especificamente, consideraram-se, nesta análise, os aspectos ligados à abordagem argumentativa, devido ao enfoque dado na questão proposta da prova e ao caráter de interação verbal que a prática argumentativa exige em sua natureza. Em linhas gerais, a análise na perspectiva da infra-estrutura geral do texto explorou a constitutividade do conteúdo temático; em seguida, observaram-se os tipos de discurso que o texto-resposta comportava, sobretudo por meio da construção de seqüências textuais. Na fase de análise dos mecanismos de textualização, analisou-se a utilização das formas de conexão típicas da argumentação. Assim, optou-se por analisar, sobretudo, o uso de conjunções como as adversativas e as concessivas, responsáveis por demarcar contrastes no texto. Na última fase desse estudo, análise dos mecanismos enunciativos, focalizou-se, especificamente o uso de modalizações no corpo do texto, como uma estratégia de argumentação. De acordo com a perspectiva teórica, consideraram-se as modalizações lógicas, as deônticas, as apreciativas e as pragmáticas.

Desse modo, por meio da utilização dos procedimentos de caráter teórico-metodológico, explorados nesta pesquisa, procurarei refletir sobre as peculiaridades do texto escrito no contexto de avaliação e sobre a importância de uma abordagem em torno dos elementos constituintes da interação verbal e sua influência na produção escrita em qualquer contexto.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 111-136.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso e O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. p. 261-335.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um Interacionismo Sócio-Discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999. 356 p.

COSTA VAL, Maria da Graça. In: *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 134p.

\_\_\_\_\_. Texto, textualidade e textualização. In: CECCANTINI, J. L. T.; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa*. v. 1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p.113-128.

OSAKABE, Haqaira. *Argumentação e discurso político* – 2. ed – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÉCORA, Alcir. *Problemas de Redação*. São Paulo: Martins

Fontes, 1983.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: A nova Retórica*. Tradução de Maria Ermentina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 1-125.

SOUZA, Eliane A. de. *As dimensões discursivas do texto escrito: Análise de fatores Interacionais Argumentativos e enunciativos constituintes de textos-resposta a questões do vestibular*. Dissertação de Mestrado em Análise do Discurso – Programa de Pós Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG. Belo Horizonte, UFMG, 2001. 313p.

SUASSUNA, Débora. *Padrões de textualidade em textos dissertativos de vestibulandos*. Recife: Bagaço, 2004. 192p.

### **“Eu procurei, na medida do possível, atender a todos”: uma abordagem sócio-interacional da narrativa de uma professora alfabetizadora na análise crítica da (re)construção de sua identidade discursiva em tempos de mudanças.**

*Renata Gaspar Nascimento*

renata.professora@bol.com.br

PUC – Rio de Janeiro

Professores(as) são constantemente seduzidos e interpe-lados por discursos que lhes apresentam formas prontas de como agir e pensar no exercício de seu ofício. Esses discursos buscam defini-los(as) em determinado momento histórico, bem como o projeto pedagógico que instituições educacionais e seu corpo docente devem implementar frente aos desafios da sociedade contemporânea. Tais fatos participam no processo de construção da identidade profissional docente, aqui entendida como uma série de posições de sujeito que são atribuídas aos professores(as) no exercício de sua função de trabalho, por discursos de diferentes atores sociais. Frente ao quadro complexo que caracteriza o tema e o cenário histórico atual, é essencial a concentração de esforços no sentido de produzir estudos que funcionem como ferramentas políticas de leitura (interpretação) e intervenção, possibilitando ao professor a compreensão de seu papel como sujeito ativo e reflexivo, não submetido às tentativas de controle de sua história, bem como da ‘fabricação’ de sua identidade. Com base nessas reflexões, este trabalho tem como objetivo relatar os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga a relação entre mudanças discursivas e mudanças sociais na contemporaneidade, focando o processo de (re)construção da identidade do(a) professor(a). O trabalho, nessa perspectiva, concretiza-se, portanto, na produção de elementos teóricos e análises discursivo-interacionais que forneçam formas de compreender as ações e o papel social do professor. Com isso, espero dar voz ao(a) professor(a), tantas vezes silenciado nas tentativas de explicar e solucionar os problemas relacionados à Educação, bem como abrir caminho para uma compreensão mais ampla de sua participação e de seu papel na nova ordem que ora se instala em nossa sociedade. Para tanto, são adotados como pressupostos teórico-metodológicos a Análise Crítica do Discurso, conforme proposta de Fairclough (1992) para uma análise tridimensional de eventos discursivos,





bem como a abordagem Socioconstrucionista da Construção de Identidades, Shotter & Gergen (1989), Hall (1996), Moita Lopes (2002). Neste momento, pretendemos, pois, apresentar as análises iniciais de um dos três *corpora* que comporão o objeto de análise da tese de doutorado, *corpora* esses aqui representados pela narrativa de uma professora alfabetizadora e que se somará a outras narrativas, posteriormente coletadas. Em sua análise lingüístico-discursiva, assumimos como base teórica a Sociolingüística Interacional (GUMPERZ, 1982; SCHIFFRIN 1994, 1996; GOFFMAN, 1974, 2002), mobilizando como categorias de análise os conceitos de 'enquadre'; 'alinhamento' e 'esquemas de conhecimento'. Buscando atingir os objetivos definidos e respeitando o alcance e limites que caracterizam o estudo que ora se apresenta, utilizou-se como material de análise apenas os trechos das transcrições das narrativas que oferecem conteúdo mais adequado para a aplicação das categorias de análise selecionadas. Além disso, a fim de contribuir para a compreensão das diferentes nuances do processo de construção da identidade do professor, explorar-se-ão três circunstâncias fundamentais do seu fazer pedagógico que são: *a experiência de sucesso; o ato de ser professor e a experiência de fracasso*, cujas análises serão apresentadas respeitando essa mesma seqüência. Tais análises, embora representem um momento inicial no processo de investigação, revelaram pistas valiosas acerca do processo de (re)construção da identidade do(a) professor(a). Dentre outros aspectos, essas primeiras observações sinalizam uma série de questões que precisam ser consideradas se o que se pretende é compreender a construção que o(a) professor(a) faz de si na negociação com o(s) outro(s), a fim de que ele(a) ocupe o lugar que lhe é de direito, a partir de um exercício crítico da forma como ele(a) mesmo(a) se constrói e da relação dialética com os diversos discursos que o circulam e que fazem parte desse processo. Os relatos da professora que aqui se apresenta demonstraram, nas mudanças constantes de seus alinhamentos, que, como qualquer indivíduo, o(a) professor(a) está sujeito a uma série de expectativas acerca de sua atuação por parte da sociedade, ao mesmo tempo em que essa mesma atuação se encontra regulada pela organização político-hierárquica do sistema do qual ele(a) faz parte. É marcante na fala da professora, sua preocupação em demonstrar conhecimento teórico das questões relacionadas à sua área profissional, revelando com isso sua consciência de que, muitas vezes, a falência do sistema educacional é tributada a má formação dos profissionais que nela atuam. Da mesma forma, muitos dos diversos fatores constantemente citados como causas dos problemas que afligem a Educação também aparecem na fala da professora que, quase sempre assumindo uma postura defensiva, ora se alinha como professora competente e capaz de lidar com a situação, ora como funcionária do sistema que nada pode fazer, a não ser obedecê-lo, na tentativa de justificar suas experiências mal sucedidas. A relação conflitante entre os interesses políticos, os critérios de nomeações para cargos de chefia em escola e escolha de material didático aparecem, às vezes, de forma explícita, outras, implícita, ilustrando o sentimento de angústia da professora diante das decisões que precisam ser tomadas em sua sala de aula e que dependem de uma aprovação externa de quem pouco vivencia a realidade de cada professor(a). Diante disso, é possível perceber que são complexos e variados os fatores que contribuem para a construção de identidade do professor. No cenário de sua atuação profissional, são diversas as relações que se estabelecem - com o Estado, com a sociedade, com a direção da instituição, com os demais colegas e funcionários

que nela atuam, com as famílias, com os alunos etc. - e cada uma dessas relações atua como traço constitutivo da identidade do professor que se atenua ou se intensifica de acordo com o momento vivido.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social changes*. Cambridge: Polity Press, 1992.

GOFFMAN, E. *Frame Analysis*. New York: Harper and Row, 1974.

\_\_\_\_\_. Footing. In: *Sociolingüística Interacional*. Porto Alegre: Age Editora, 2002. p. 107 - 148.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. Convenções de contextualização. In: B. T. Ribeiro & P. M. Garcez (Orgs.). *Sociolingüística Interacional*. Porto Alegre: Age Editora, 2002. p.149 - 182.

HALL, S. Who needs identity? In: HALL, S. & DU GAY, P. (Eds.). *Questions of cultural identity*. London: Sage, 1996.

## Polêmica no Discurso Jurídico: a neutralidade institucionalizada

Jorge Viana Santos

jvsphoto@uol.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

No âmbito do estudo do Direito, concordando com autores como Ferraz Jr. (1973), Reale (1973), Akamine Jr. (2002), nota-se que falar em discurso, antes de tudo, consiste em falar em discussão. Isso porque, no mais das vezes, o termo discurso é ali referido, de um ponto de vista pragmático, como sinônimo de *pôr a língua em ação sobretudo com objetivo de convencer alguém*. Não obstante, dada a polissemia do termo, tão bem discutida em Maingueneau (1976, p.11-16), o que significa então falar em um Discurso Jurídico? Simplesmente pensar numa forma especial de discussão mediada pela lei? Ou, quem sabe, admitir tratar-se tão somente de uma forma requintada de retórica? Não, a questão parece mais complexa. Mas, se colocarmos-nos na perspectiva da Escola Francesa de Análise do Discurso (AD), para entender discurso como "(...) uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas" (MAINGUENEAU, 1984, p.15), parece possível dizer que o adjetivo "jurídico", nesse caso, remete ao fato de que o chamado Discurso Jurídico apresenta-se, em sua materialidade, em textos com três características fundamentais. Em primeiro lugar, se nele há, como é normal, dois locutores dialogando, eles o fazem, via de regra, em torno de um tema conflitivo, com vistas a convencer não só um ao outro, mas, sobretudo, a um terceiro locutor, a quem cabe, por regra, o poder de decisão. Em segundo lugar, a discussão assim empreendida torna-se, para usar um termo jurídico, fundamentalmente, ou seja, se faz seguindo a "(...) regra do dever de prova que obriga aquele que fala a dar razões do seu falar" (FERRAZ JR., 1973 p.xii). E, em terceiro lugar, tal discurso marca-se pela normatividade: é legitimado por tal ou qual instância de poder instituído, o que faz dele próprio, o Discurso Jurídico, uma espécie de instituição que, como tal, tem um componente ideológico,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

como afirmam Akamine Jr. (2002) e Lagazzi (1995). Ora, dessas três características fundamentais resulta a aparência de um discurso que, sendo normativo, postula a possibilidade de decidir conflitos enfatizando, para tanto, o papel de um terceiro *locutor* no diálogo – o juiz – que, em tese, equivaleria à “(...) figura do árbitro, do neutro, da instância que não é nem um nem outro (...)” (MAINGUENEAU, 1984, p.115), e que, por isso mesmo, estaria apto a decidir entre o justo e o injusto reclamados por partes litigantes. Se por um lado tal fato, de imediato, leva-nos a lembrar do Discurso Jurídico como sendo “naturalmente” polêmico, na medida em que exige a discussão (uma parte é obrigada a discutir com a outra) e, com normas explícitas, a organiza em busca de uma decisão, por outro, deixa uma indagação: Como se caracteriza a polêmica, no sentido do termo para Maingueneau (1984), em textos do Discurso Jurídico produzidos por juízes na tentativa de solução de conflito causado, em princípio, pela interpretação de uma dada norma? Para ensaiar uma resposta, neste trabalho, situando-nos no quadro teórico da AD (MAINGUENEAU, 1994; POSSENTI, 2002; SILVA, 2004, dentre outros), e recorrendo ao referencial da ciência e filosofia do Direito (GRAU, 2002; VIGO, 2005, para citar apenas dois), postulamos que, por um lado, no Discurso Jurídico, a polêmica, como a conceitua Maingueneau (1984), ocorre normalmente através da relação polêmica, constitutiva e explícita, entre dois discursos acerca do modo de interpretação e aplicação da norma – *Discurso Dogmático* (“conservador”, inflexível quanto à interpretação da lei) e *Discurso das Novas perspectivas interpretativas* (“inovador”, tendente à flexibilidade interpretativa da lei). Mas, por outro lado, ela se singulariza na medida em que, ao contrário do que possa parecer, não ocorre isolada, mas dependente, fundamentada por dois aspectos ligados à norma e, por extensão, ao caráter normativo do Direito, a saber: a aceitação axiomática da existência de dois modos de discussão: um, *dialógico*, outro, *monológico*; e a institucionalização do processo de discussão. Assim, como *corpus*, analisamos acórdãos do Superior Tribunal Federal nos quais se decide acerca da inconstitucionalidade ou não de leis governamentais. Em tais tipos de textos, tipicamente, explicitou-se o modo como o juiz, tido no Direito como uma espécie de *locutor* neutro, alinha-se com um dos discursos no momento de interpretar/aplicar a lei, fato que tanto o leva a retomar, na materialidade textual-discursiva, o Outro como simulacro; quanto o apresenta como uma figura revestida do poder de usar um discurso *monológico* porque institucionalizado.

AKAMINE Jr. O. *Considerações sobre o direito como instrumento ideológico: uma perspectiva do discurso jurídico*. Dissertação de Mestrado em Filosofia do Direito. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo/USP, (2002).

FERRAZ Jr., T. S. *Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1973.

GRAU, R. G. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/ aplicação do direito*. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

LAGAZZI, S.M. *O juridismo marcando as palavras: uma análise do discurso cotidiano*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Criar, 2005 [1984].

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições,

2002.

REALE, M. *Lições preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2000 [1973].

SILVA, E. G. *Mudança ou continuidade? A polêmica na seção tendências/debates da Folha de S. Paulo*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas: UNICAMP, 2004.

VIGO, R. L. *Interpretação jurídica: do modelo juspositivista-legalista do século XIX às novas perspectivas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

### A tradução da paródia; tradução de tradução

*Eliana Amarante de Mendonça Mendes*

mendes@ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Nesta comunicação, pretendo apresentar uma pesquisa de caráter interdisciplinar que venho desenvolvendo e onde pretendo aliar a Análise do Discurso, da vertente francesa, aos Estudos da Tradução, buscando, principalmente na Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, subsídios para o desenvolvimento de estudos sobre a avaliação de traduções e, nos Estudos da Tradução, subsídios para o entendimento de alguns gêneros discursivos como processos tradutórios intralinguais.

Por ora nos restringiremos a considerações sobre o gênero *paródia*, incluído por Gérard Genette em um dos tipos de transtextualidade. Genette esclarece que seu conceito de transtextualidade engloba “tudo o que coloca (um texto) em relação, manifesta ou secreta, com outros textos” (GENETTE, 1982, p.35), ou seja, aquilo a que ele chama de relações transtextuais, e inclui a Intertextualidade, a Paratextualidade, a Metatextualidade, a Arquitextualidade e a Hipertextualidade.

Na paródia, segundo esse autor, temos um caso de hipertextualidade, por ele definida como toda relação que une um texto (texto A' – hipertexto) a outro texto (texto A – hipotexto). Hipertexto, portanto, é todo texto derivado de um outro texto – que lhe é anterior – por transformação simples, direta, ou, de forma indireta, por imitação e hipotexto é o texto primeiro que dá origem a seu derivado. Para Genette, a hipertextualidade é um aspecto universal da literaridade: não há obra literária que não evoque, minimamente, outra obra. Assim, todas as obras seriam hipertextuais, mas algumas, como por exemplo a paródia, são explicitamente a retomada de outras.

Embora esse autor não se refira em momento algum à tradução, a sua definição de hipertextualidade, é óbvio, inclui necessariamente a tradução. Pode-se então dizer que uma *tradução* é um hipertexto de um texto anterior, de um *original*, seu hipotexto. E, além disso, conseqüentemente, pode-se entender que uma paródia é uma tradução intralingual, com uma intenção específica, de um original.

O que é, então, a tradução interlingual de uma paródia? É tradução de tradução: a paródia traduzida é um hipertexto A" de um hipotexto A' que, por sua vez, é hipertexto de um hipotexto A. Isso leva a crer que a tradução interlingual de textos paródicos é muito mais complexa do que a tradução



de outros gêneros não hipertextuais. A comunicação paródica só se efetua se os parceiros partilharem um mínimo de conhecimentos sobre o mundo e sobre os sistemas de crenças e valores de dada cultura. O leitor da paródia, para fazer uma leitura adequada da mesma, precisa conhecer o hipotexto que lhe deu origem. E o tradutor, para ser capaz de traduzir uma paródia para outra língua, deve ter não só conhecimentos das línguas envolvidas no processo, mas também, sobretudo, conhecimentos bastante profundos e afinidades com as culturas envolvidas e, de preferência, conhecer o hipotexto dessa paródia.

Já tive a oportunidade de constatar na literatura da área da tradução e em minhas próprias pesquisas que um dos problemas recorrentes na tradução é a manutenção do gênero do original. A minha hipótese, portanto, é de que, na tradução do gênero paródia, perde-se mais do que na tradução de outros gêneros, porque a própria paródia já é uma tradução – de um texto parodiante para um texto parodiado.

De fato, pretendo mostrar, através da análise de exemplos extraídos de um *corpus* por mim estabelecido, constituído de textos paródicos originais em língua portuguesa e de suas respectivas traduções para o francês e o alemão, que na tradução de paródias ocorrem inúmeros problemas de tradução. Pretende-se mostrar a gênese dessas paródias e apontar os desvios que ocorrem nas traduções para outra língua.

A partir dessas análises, espera-se chegar a um maior esclarecimento sobre o gênero paródia, visto aqui também sob a perspectiva de tradução intralingual, bem como sobre a tradução interlingual da paródia, como uma contribuição para os estudos sobre a avaliação da tradução.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestes*. Paris: Seuil, 1982.

## A formação da identidade do profissional do direito: discurso e poder

*Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento*

celinasn@terra.com.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Esta pesquisa objetiva refletir e discutir sobre a formação da identidade, subjetividade e poder enquanto representação no imaginário do profissional do Direito. Nosso trabalho, inserido na Análise do Discurso de linha francesa, tem como base teórica, principalmente, Orlandi (1999) e Foucault (1971; 1987), que reconhecem a AD como marco na história das idéias linguísticas em mudança, que trata da distinção entre história e historicidade. A concepção de história, adotada aqui, não é a de “História com H maiúsculo”, ou seja, a ciência em si mesma, uma vez que essa ciência não existe na acepção habitual dada a essa palavra. Temos, portanto, a história das ciências humanas e sociais. Nessa ótica, envolvemos a discussão sobre a historicidade – entendida como constitutiva – e, as questões identitárias que envolvem o discurso jurídico inserido no contexto de uma sociedade marcada pelo modelo econômico neoliberal, que supervaloriza o lucro, a produtividade, o consumo e a eficiência. Trata-se

de uma pesquisa de cunho qualitativo em que recorreremos à discussão sobre os conceitos de identidade e subjetividade para a análise e interpretação de processos jurídicos. A partir da visão de sujeito descentrado, heterogêneo, perpassado por vozes, que possui várias identificações, é que abordamos a questão da identidade do profissional do direito, a fim de refletir sobre a inscrição desses sujeitos no seu discurso e sobre as representações imaginárias que eles fazem da identidade. Considerando que Foucault (1971) define o discurso como um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva, para ele, essa formação discursiva consiste na descrição dos enunciados que a compõem, historicamente, determinados. Aborda ainda, em a *Ordem do Discurso*, que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, de modo a conjugar poderes e saberes, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade, sendo notório, na sociedade, o procedimento da exclusão e da proibição de certos direitos, em que não se pode dizer o que se pensa, sobre qualquer coisa e em qualquer circunstância, e esse jogo de interdições é ainda, mais acirrado nas áreas da “sexualidade” e da “política” (p. 9). O Interesse pelo discurso, identidade e poder se justifica pelo fato de que, no campo da AD, além da apreensão da linguagem como “instância que materializa o contato entre o lingüístico” (regras e categorias), analisa-se também o “não-lingüístico” (lugar de investimentos sociais, históricos, psíquicos), no propósito de “desvendar e desmistificar para a transformação da sociedade” (BRANDÃO, 1993). Quanto à identidade, essa tem sido um tema bastante debatido na teoria social, em virtude do argumento de que “as velhas identidades estão em declínio”, surgindo novas identidades, que estariam “fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2005, p. 7). A fim de explorar o conceito de Identidade, abordaremos sobre as três concepções de identidade propostas por Hall (2005, p. 10-13). A primeira é a do sujeito do Iluminismo, é o sujeito centrado unificado, dotado de razão, de consciência e de ação, em que identidade permanece sendo o “centro essencial do eu”. A segunda concepção é a de um sujeito sociológico, já é uma concepção “interativa”, mais evoluída, em que o sujeito deixa de ser auto-suficiente e vai formar-se na interação entre o eu e a sociedade. Assim, seu mundo interior é modificado por intermédio das relações com os *exteriores*. A partir do momento em que o sujeito tem consciência de que ele não é único, mas sim, interpelado por várias identidades, chega-se ao conflito, o que vai produzir o sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade “fixa”, “essencial” ou “permanente”, ou seja, não é definido biologicamente, mas historicamente, formando assim, uma “rede de identidades contraditórias e deslocadas”. Segundo Coracini (2003, p. 240-241), a segunda metade do século XX, conhecida como pós-modernidade, caracterizava-se pela “desagregação e pelo deslocamento do sujeito moderno, que permanece centrado, capaz de conscientemente transformar o mundo e as pessoas que o rodeiam”. Portanto, é fundamentado nessa visão de sujeito descentrado, heterogêneo, perpassado por vozes, que possui várias identificações, que abordaremos a questão da identidade do profissional do direito (promotores, juizes, defensores públicos e advogados). Para tanto, elegemos os conceitos da Análise do Discurso de linha francesa (AD) que trazem de outras áreas de saber, como a psicanálise, o marxismo, a lingüística e o materialismo histórico, o quadro teórico de que precisamos, cujos construtos, ao se integrarem ao corpo teórico do discurso, deixam de ser noções com os sentidos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

estritos originais e se ajustam à especificidade e à ordem própria da rede discursiva. Tendo em vista que o quadro teórico-epistemológico da AD é complexo, entendemos que a cada atividade de análise se põe em questão a natureza de certos conceitos e se redefinem seus limites.

BRANDÃO, M. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

CORACINI, M. J. F. (Org.). *Identidade & Discurso: (dê)sconstruindo subjetividades*. Campinas: Ed. da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

FOCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. Laura F. A. Sampaio. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. de A. Sampaio. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1971.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

INDURSKY, Freda & FERREIRA, M. Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

RAJAGOPALAN, K. A construção de identidades e a política de representação. In: SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

### A atuação dos conectores em artigos de opinião: um estudo sobre a importância dessas marcas lingüísticas na articulação do discurso

Rejane Júlia Duarte

rejanejd@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise sobre a atuação dos conectores em artigos de opinião produzidos por alunos que estão se preparando para um processo seletivo. A meu ver, quando se trata de uma situação avaliativa, os alunos se preocupam mais em construir um texto em que fatos e conceitos estejam organizados, a fim de facilitar a sua compreensão pelo corretor e atingir uma nota mínima para se classificar no processo a que se submeterão, neste caso, o Vestibular. Portanto, proponho uma análise que seja capaz de evidenciar o papel que os conectores desempenham na organização relacional dos textos e de avaliar qual é a sua contribuição, de maneira específica, para a interpretação do discurso. Além disso, atento-me para as possíveis conseqüências que a ausência ou o uso equivocado dessas marcas lingüísticas pode acarretar no processo interpretativo do leitor.

Os conectores têm despertado o interesse de muitos lingüistas que trabalham diretamente com a lingüística do texto, pois acredita-se que eles podem evidenciar a relação existente entre orações, períodos e até mesmo porções maiores do texto, contribuindo para o processo de interpretação do leitor. Segundo Marinho (2005), “os conectores têm sido vistos

como expressões lingüísticas que, podendo atuar tanto na estrutura oracional quanto fora dela, ou seja, no âmbito textual, desempenham importante função na articulação do discurso”.

Por outro lado, a ausência dos conectores nos textos pode se tornar um fator dificultador para a interpretação, tendo em vista que essa ausência demanda maiores esforços do leitor para compreender as relações que podem ser estabelecidas entre as partes do texto. Segundo Coscarelli (*apud* Marinho, 2005),

a presença de um conector indicando a relação entre as partes do texto orienta o trabalho de construção de uma representação coerente do texto pelo leitor, facilitando a compreensão. A falta de conectores, por outro lado, ou seja, a ausência de marcas ostensivas da intenção do autor provavelmente será um fator dificultador da leitura.

A análise que me proponho a fazer é baseada nos pressupostos do Modelo de Análise Modular, desenvolvido pelo Professor Eddy Roulet e sua equipe, na Universidade de Genebra. Esse referencial teórico-metodológico foi escolhido porque permite a compreensão da complexidade e da heterogeneidade das atividades discursivas.

O Modelo de Análise Modular toma como objeto de estudo o discurso como interação verbal situada em suas dimensões lingüísticas, textuais e situacionais. Cada uma dessas dimensões se constitui de subsistemas de conhecimento (ou módulos): módulos sintático e lexical (dimensão lingüística); módulo hierárquico (dimensão textual); módulos referencial e interacional (dimensão situacional). Esses subsistemas resultam informações simples, as quais, combinadas com as formas de organização elementares (fono-prosódica ou gráfica, semântica, relacional, enunciativa, inferencial, etc) dão origem às formas de organização complexas (tópica, polifônica, composicional e estratégica) (MARINHO, 2003). A descrição da organização relacional focaliza as relações existentes entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações de origem textual ou situacional. Conforme Roulet (1999),

a organização relacional trata tanto das relações ilocucionárias e interativas que se estabelecem entre os constituintes da estrutura hierárquica, como das informações relativas à memória discursiva<sup>1</sup> (via de regra, correspondentes ao constituinte anterior, mas nem sempre).

As relações ilocucionárias (iniciativas ou reativas) são aquelas que se dão no nível dos constituintes de uma troca. Para as relações ilocucionárias iniciativas, utilizam-se as categorias genéricas de pergunta, intimação ou asserção; e para as reativas, as categorias de resposta e ratificação. Já as relações interativas, presentes entre os constituintes discursivos e as informações presentes na memória discursiva, ocorrem no nível dos constituintes das intervenções e podem ser marcadas por conectores, que oferecem instruções sobre as informações necessárias para a interpretação das relações de discurso. As relações interativas podem ser identificadas pela presença do conector ou pela possibilidade de sua inserção.

As relações textuais interativas são, numa lista genérica, as de: argumento, contra-argumento, reformulação, comentário,



topicalização, sucessão, preparação e clarificação. As marcas mais frequentes dessas relações são:

- *porque, pois, visto que, uma vez que, devido a, se, então, portanto, de modo que, assim*, etc. – nas relações de argumento;
- *mas, porém, entretanto, no entanto, embora, apesar de, mesmo que, ainda que, somente*, etc. – nas relações de contra-argumento;
- *ou seja, ou melhor, enfim, finalmente, em suma*, etc. – nas relações de reformulação;
- *quanto a, no que se refere a, com relação a*, etc., ou o deslocamento à esquerda – nas relações de topicalização;
- *em seguida, depois*, etc. – nas relações de sucessão.

A análise da organização relacional dos textos é feita em duas etapas. Descrevem-se as relações textuais definidas de forma genérica, com base nas propriedades procedurais dos conectores (que estão presentes no texto ou que nele podem ser inseridos) e, num momento posterior à análise das relações genéricas, visando-se ao tratamento de um enunciado em particular, procede-se à descrição das relações discursivas específicas com a aplicação de um princípio geral de cálculo inferencial, em função das propriedades lingüísticas e contextuais desse enunciado. Para computar as relações combinando informações lingüísticas e contextuais, usa-se um simples modelo de inferência que liga premissas a uma conclusão.

Assim, a organização relacional trata das relações ilocucionárias e interativas combinando as informações provenientes do módulo hierárquico (constituintes do texto, em diferentes níveis) com as informações de natureza lexical (instruções fornecidas pelos conectores), ou com as informações de natureza referencial (quando as relações não são marcadas por um conector).

Neste trabalho, debruço-me somente sobre a organização relacional dos textos analisados, pois interessa-me analisar, especificamente, em que medida a presença dos conectores pode contribuir para a organização relacional dos textos e se a presença dessas marcas lingüísticas pode contribuir para o processo interpretativo do leitor, já que facilitar a compreensão do interlocutor (corretor) é um dos objetivos dos autores que terão seus textos submetidos a uma avaliação.

<sup>1</sup> O termo “memória discursiva” é definido por Berrendonner como “um conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores.” (MARINHO, 2003)

MARINHO, J.H.C. A atuação do onde na articulação discursiva. In: MARINHO, J.H.C; SARAIVA, M.E.F. (Org.). *Estudos da língua em Uso: Relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. In: *Revista da Anpoll 16*. São Paulo, p. 75-100, jan/jun. 2004.

ROULET, E. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges. Núcleo de Análise do Discurso. FALE-UFMG, 1999.

## Estratégias discursivas numa homilia da igreja católica

Monica Santos de Souza Melo

monicamelo@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa

O Brasil é o país com maior número de católicos do mundo, tendo adotado o catolicismo como religião oficial por vários séculos. Embora o catolicismo ainda seja, no Brasil, a religião com maior número de seguidores, dados do IBGE mostram um declínio considerável no número de católicos no país durante a gestão do papa João Paulo II. Embora possa haver muitas causas para esse declínio - dentre elas o crescimento das igrejas pentecostais no Brasil e seu maciço investimento em mídia - nosso trabalho tem como objetivo investigar um outro fator que consideramos determinante para a captação de fiéis, que é a missa, analisando sua organização discursiva. Acreditamos que a missa é um espaço privilegiado para o doutrinamento dos fiéis, no qual esses tomam conhecimento das leituras e das interpretações dos textos bíblicos reguladas pela Igreja. Nesse momento de transição pelo qual passa a igreja Católica, com o início de um novo papado, julgamos que o estudo proposto pode ser relevante no sentido de avaliar se o conservadorismo defendido pela igreja Católica, na figura do papa João Paulo II e por seu sucessor, Bento XVI, reflete-se nos seus rituais, afetando o recrutamento de fiéis. Nesse trabalho focalizamos uma parte da missa, a homilia, analisando as estratégias discursivas utilizadas pelo enunciador (o padre). Para tanto, adotamos como suporte a Teoria Semiolingüística, de Patrick Charaudeau. A Semiolingüística parte do pressuposto de que a significação discursiva é uma resultante dos componentes lingüístico e situacional, ou seja, da interação entre o material verbal e o material psicossocial. Para Charaudeau, a encenação discursiva se organiza em torno de um contrato comunicacional, que estabelece restrições e estratégias que devem ser adotadas em cada situação de comunicação. É em função desse contrato que o enunciador constrói seu discurso, em torno dos chamados “modos de organização”. Para Charaudeau (1983; 1992), esses modos são procedimentos em que categorias da língua se organizam em função das finalidades discursivas do ato de comunicação. Cada um dos modos possui uma função na qual se fundamenta, e também um princípio de organização. A função está relacionada à finalidade discursiva do projeto de fala do locutor. Ela se refere à própria questão do que seja: enunciar, descrever, narrar e argumentar. A Teoria Semiolingüística se propõe a estudar os discursos sociais do ponto de vista do sentido. Para isso é necessário: adotar instrumentos de análise para decompor e descrever o objeto de estudo (problemática semio-discursiva); propor hipóteses gerais sobre a significação social e o funcionamento do objeto que se analisa (problemática socio-comunicativa); interpretar os dados (problemática interpretativa). Segundo Melo (2003), a Semiolingüística procura integrar essas três problemáticas: a problemática semio-discursiva postula que o mundo pode ser percebido através de categorias de sentido, que dependem de categorias de formas. Essas não possuiriam um mero valor referencial, mas uma função representacional. A problemática psicossocial postula que os fatos de linguagem participam de um quadro mais geral, o do comportamento humano, que se caracteriza pela convivência de indivíduos que tentam



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

se influenciar. A problemática da interpretação relaciona o sentido proveniente da categorização referencial (externa) com o proveniente da categorização discursiva (interna). A AD, nessa perspectiva, analisa um *corpus* pertencente a um mesmo contrato de comunicação, para, a partir daí estudar as constantes (para se definir um gênero) e as variantes (para se definirem as estratégias empregadas). Seguindo essa orientação procuramos identificar as estratégias discursivas adotadas na homilia católica. Para isso adotamos algumas “estratégias de ação”. Realizamos uma gravação, sem conhecimento dos envolvidos, de uma missa na cidade de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata mineira. Após a gravação, toda a missa foi transcrita e, em seguida, com o auxílio teórico de Cechinato (2004), foi dividida em cinco partes: ato penitencial, momento de louvor, preparação das oferendas, homilia, consagração do pão e do vinho e bênção final. A partir daí as investigações se iniciaram. Alguns resultados obtidos referem-se à organização enunciativa, onde se destaca o predomínio da modalidade delocutiva, que cria uma ilusão de evidência, não promovendo a participação dos fiéis e criando um distanciamento entre esses e o celebrante. Também observamos, em termos da organização argumentativa, uma estruturação pautada em dogmas que pode não ser tão eficaz quanto à utilização de passagens e exemplos da Bíblia e de depoimentos, recursos frequentemente adotados em outras igrejas.

CECHINATO, Pe. Luiz. *A Missa Parte Por Parte*. 36<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. *Éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

MELO, M. S. S. *Estratégias discursivas em publicidades de televisão*. 2003. Tese de Doutorado. UFMG, Belo Horizonte.

---

### Discurso, gênero e representações na mídia impressa

Astrid Nilsson Sgarbieri

sgarb@fea.unicamp.br  
PUC - Campinas

O presente trabalho analisa representações do feminino na mídia impressa em manchetes e trechos de artigos de revistas de circulação nacional – Isto É, Carta Capital, Época e Vida Executiva – que enfocam o desempenho da mulher brasileira como profissional/executiva e na vida política no final do séc. XX e início do terceiro milênio. O arcabouço teórico geral utilizado foi o da Análise do Discurso Crítica, que vê o sujeito não apenas como um agente do processo, mas um sujeito que é construído e que constrói os processos discursivos com base em seu caráter de ator ideológico. Segundo Fairclough (1992), Kress (1996) Wodak (1996) e Chouliaraki e Fairclough (1999), a Análise do Discurso Crítica afirma que os seres humanos são julgados por sua socialização em determinados contextos sociais, cuja manifestação acontece na linguagem. Para dar conta dessa concepção torna-se necessário integrar

a análise textual com a Teoria Social da Linguagem, sob uma perspectiva política e ideológica. As subjetividades humanas e o uso linguístico passam a ser analisados por sua expressão em contextos sociais e culturais orientados pelas formas ideológicas e pelas desigualdades sociais. Em virtude disso, a Análise do Discurso Crítica opera em uma abordagem de discurso em que o contexto social é a dimensão fundamental. Um dos pontos-chave da proposta de Fairclough, seguido nesta pesquisa, é a relação das práticas discursivas com as estruturas do poder e preconceito que moldam os discursos e são por eles moldados. Ao analisar o discurso da mídia no *corpus* selecionado sobre a nova mulher profissional e compará-lo com sua representação no final da década de 90, não analisamos um único discurso, mas uma forma híbrida de discursos que dá origem a um interdiscurso, isto é, um discurso mediado, uma representação da fusão de discursos. Outro aspecto, em nível de linguagem, estudado nesta pesquisa foi o da ocorrência de marcas responsáveis pela articulação na progressão textual ou encadeamento de segmentos textuais (articuladores textuais ou operadores argumentativos ou, ainda, marcadores discursivos), para o que seguiremos a proposta integrada de Koch (2004). Vale lembrar que os articuladores textuais podem ter a função de relacionar elementos de conteúdo, bem como sinalizar relações discursivo-argumentativas, podendo funcionar como organizadores textuais, ou, ainda, exercer, no texto, função de ordem metadiscursiva. A análise dos articuladores textuais ou operadores de discurso nesta pesquisa permitiu observar a orientação e construção do sentido dos textos selecionados, principalmente em nível sócio-cognitivo. A referenciação foi vista nesta pesquisa, segundo Mondada e Dubois (2003), como atividade de construção colaborativa de referentes como objetos de discurso e não como objetos do mundo. Dessa forma, os textos analisados são concebidos como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que se realiza por meio de processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana e são postos em ação em situações concretas e conscientes de interação social. Isso porque a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como simples processo de elaboração de informação, mas de (re) construção do próprio mundo, dentro da noção de referenciação, e não de referência, que tem como idéia central o fato de que, ao usar e manipular uma forma simbólica é possível, também, manipular tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. A análise do *corpus* selecionado permite observar que, embora as mulheres profissionais ainda enfrentem adversidades e preconceitos no mercado de trabalho, nos últimos anos sua participação tem aumentado, especialmente em funções de comando. Tal fato está relacionado a mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres em nossa sociedade e, do ponto de vista econômico, ressalta o crescimento da participação do rendimento das mulheres no orçamento familiar, como responsáveis pelo sustento da família. A análise dos dados permitiu, também, observar um processo de evolução na representação da mulher na mídia impressa desde o “receituário” de Jô Soares para a “Rainha do Lar”, passando por manchetes como “Mamãe Coragem”, até o enaltecimento da primeira mulher a ocupar o Supremo Tribunal Federal em nosso país. Os exemplos analisados apontam para mudanças na sociedade brasileira de um modo geral, num processo *on line* de avanços e retrocessos.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh:



- Edinburgh Univ. Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1992.
- KOCH, I.V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KRESS, G. *Linguistic processes in sociocultural practice*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1996.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 20-52.
- WODAK, R. *Language, power and ideology: studies in political discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

### Questões de autoria em contextos de ensino/aprendizagem de língua estrangeira mediados por computador

Maria de Fátima Silva Amarante

fatimaamarante@puc-campinas.edu.br  
PUC - Campinas

O advento de processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras mediados por computador, com utilização da Internet, pode propiciar a configuração de uma nova ordem do discurso pedagógico, uma vez que nessa modalidade de ensino/aprendizagem a mediação do conhecimento por meio da utilização de ferramentas assíncronas (*homepage*, *e-mails*, fórum de discussões) e síncronas (*chat-rooms*) configura o desafio da utilização de novas técnicas de transposição didática e de leitura interpretativa apresentadas pela hipertextualização. Delimitando nosso *corpus* de pesquisa ao discurso produzido por, em média, 500 alunos e 1 professor, durante 100 sessões de bate-papo (*chat*) e 500 trocas comunicativas de realização e verificação de tarefas (*portfolio*) que ocorreram entre os anos de 2002 e 2005, em um curso de leitura em inglês como língua estrangeira, mediado por computador, focalizamos a encenação da comunicação no discurso pedagógico, a exemplo do que fez Authier-Revuz (1998, p. 107-131) em relação ao discurso de divulgação científica. Isso porque consideramos que também o discurso pedagógico pode ser considerado como uma atividade de disseminação, em direção ao *exterior* (a comunidade discente), de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no *interior* de uma comunidade mais restrita (a comunidade docente). Entendemos ainda que o discurso pedagógico no contexto sob análise, a exemplo do discurso de divulgação científica, não visa à formação de especialistas, não tem por objetivo estender a comunidade de origem (docente), mas objetiva instrumentalizar a comunidade-alvo (discente) para aplicar as habilidades adquiridas e, assim, operar, funcionar no meio acadêmico. Portanto, no contexto sob análise importa remediar a falta de saber, especialmente do saber ler em inglês como língua estrangeira, disseminando esse saber na comunidade discente. Também a exemplo do discurso de divulgação científica, o discurso pedagógico que examinamos, ao não colocar em questão a prática específica da atividade científica que deu lugar ao conhecimento a ser disseminado, estabelece, pela via da demanda social

da 'divisão do saber', a comunicação da informação não acessível à comunidade discente (porque cifrada na 'língua' dos cientistas), como ponto fulcral, obrigando a práticas de reformulação de um discurso-fonte em um discurso segundo. Este tipo de discurso segundo é encontrado, no contexto de nossa pesquisa, nos componentes de ensino/aprendizagem que se referem a estratégias metacognitivas e metalingüísticas e que constituem o núcleo teórico do curso. Neste discurso segundo, o exercício de práticas de reformulação de discurso-fonte é formatado não só pelas práticas discursivas características do discurso pedagógico e que constituem o *habitus* de ensinar do professor. Também atuam em tais práticas de reformulação, por se tratar de um curso mediado por computador, as características da ferramenta eletrônica de mediação e as possibilidades de utilização de várias linguagens que ela institui, além de um conjunto de imagens que vem sendo constituído sócio-historicamente acerca do discurso pedagógico do ciberespaço. Entretanto, no discurso pedagógico do ciberespaço no contexto de nossa pesquisa, defrontamo-nos, também, com práticas de reformulação de discursos segundos. Ocorre que, no núcleo prático do curso – que se refere a tarefas de leitura a serem desempenhadas pelos alunos – os textos selecionados para compor o material didático são, em sua maioria quase absoluta, textos de divulgação científica, cabendo ao professor, enquanto “*designer*” de material didático adequado ao meio computacional e ao público-alvo, o exercício de práticas de reformulação de discursos que já são segundos e, portanto, o que se apresenta ao público-alvo são discursos terceiros. De outra parte, no discurso pedagógico que iremos analisar, cabe aos alunos com nenhuma ou pouca proficiência em língua estrangeira, o exercício de práticas de reformulação desses discursos terceiros, uma vez que eles devem realizar tarefas de leituras de textos adaptados pelo professor, ou seja, produzir discursos quartos. Já a alunos de maior proficiência em inglês, a disponibilização de *hiperlinks* bem como de textos originais propicia a oportunidade de práticas reais de reformulação de discurso-fonte. Com base em Bakhtin (1981, p. 43-44) que afirma que “as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos, como pelas condições em que a interação acontece”, tomamos também como premissa que a mediação pelo meio computacional – especificamente, o fato de que tal curso é veiculado via Internet – propicia práticas discursivas que remetem ao contexto sócio-histórico-ideológico de sua constituição. Neste contexto, as questões da transposição didática e da leitura interpretativa são reconfiguradas a partir dos contrapontos: 1) domínio público ‘versus’ direito de propriedade, 2) comunicação horizontal e livre ‘versus’ hierarquização e controle; 3) excelência científica e tecnológica ‘versus’ adaptabilidade. Esses contrapontos encontram-se nas origens da própria Internet (CASTELLS, 2003) e remetem-nos, fundamentalmente, à questão da autoria que, do ponto de vista da abordagem discursiva que adotamos, é constitutiva do ensino/aprendizagem de leitura em inglês como língua estrangeira no ciberespaço e, portanto, de seus discursos e sujeitos. Isto posto, nosso interesse, nesta pesquisa para a qual adotamos a perspectiva da Análise do Discurso de Linha Francesa, foi analisar, à luz do contexto sócio-histórico-ideológico que constituem a sua exterioridade, em que medida os diversos discursos parcelares produzidos no interior do discurso pedagógico do ciberespaço, no contexto que delimitamos, apresentam diferentes configurações em sua materialidade lingüística. Para tal, baseamo-nos no trabalho de Authier-Revuz (1998), no



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que diz respeito ao desdobramento metaenunciativo próprio à modalização autonímica, examinando: a) questões relativas à reformulação explícita, no nível de uma estrutura enunciativa global de discurso relatado que faz do discurso-fonte não somente a fonte mas o objeto, mencionado, do discurso segundo, terceiro ou quarto e, no nível da constituição do fio do discurso, marcada, ao longo deste, por operações locais explícitas de citação, tradução, ajuste, glosa; b) questões relativas ao apagamento do autor, do destinatário e das modalidades de reescritura. Assim, buscamos caracterizar o funcionamento essencialmente explícito para chegar à função da realização da comunicação de textos que afloram no discurso pedagógico do ciberespaço, de forma a apontar se está se fundando uma nova ordem do discurso pedagógico no ciberespaço. Os resultados das análises apontam que, no discurso de transposição didática das salas de aula digitais (*chat rooms* e *portfolio*), predominam as noções de anonimato e de bem público, o que se revela no fato de que a autoria do discurso-fonte é desconsiderada, colocando-se o aluno-leitor como autor do texto ou posicionando o próprio texto como autor, por meio da personificação. Concluímos que esse discurso, já que constituído pelo afrouxamento da noção de propriedade intelectual propiciado pelo advento da Internet, pela natureza informal das interações digitais (que determina a utilização de um estilo conversacional natural) e por uma nova distribuição espacial, temporal e relacional dos sujeitos e dos objetos do conhecimento, é espaço de proliferação da autoria do sujeito-leitor.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras Incertas: As não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.  
BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1981.  
CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

### O fracasso escolar e sua repercussão no discurso político através da análise do discurso jurídico da LDB, PCNs e CBC-MG.

Carla Aparecida de Almeida

kalletras@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Ouro Preto

O trabalho que ora apresentamos é o resultado de uma pesquisa que vem sendo realizada desde 02/2004. Trabalhamos inicialmente o universo escolar, através da observação de campo de duas escolas, sendo uma pública e outra privada, mais especificamente, as aulas de Língua Portuguesa, nas quintas séries do Ensino Fundamental. Nosso objetivo foi perceber a origem do fracasso escolar que era recorrente na escola pública pesquisada. Se realmente poderíamos associá-lo ao descaso do governo ou se, para além das opiniões do senso comum, o problema estaria centrado na estrutura do modelo educacional adotado em nosso país, ou seja, se a questão estaria na forma de expressão verbal dos professores, em suas práticas de linguagem – entendendo aqui práticas de linguagem como o conjunto de técnicas ou

estratégias de ensino de que fazem uso as professoras para a efetivação do ensino de Língua Portuguesa. Procuramos investigar, segundo Pierre Bourdieu (1975) e Bernard Lahire (1997), de que forma a valorização da cultura escrita – priorizada pela escola como cultura legítima – entraria em choque com a cultura oral, trazida de casa pelos alunos de classes populares. Também se os professores, de alguma forma, contribuiriam para a situação de fracasso ou de sucesso de seus alunos à medida que, classificando homogeneamente o que se deveria ensinar, estariam colaborando para a reprodução das desigualdades sociais.

Assim, a idéia de uma escola para todos, aparentemente democrática, de caráter igualitário, que tornaria possível a realização das potencialidades humanas é desmistificada. Na realidade, a escola escamoteia, por trás de sua aparente neutralidade, a reprodução das relações sociais e de poder vigentes na sociedade.

Nossa hipótese era a de que haveria nessa oposição (cultura escrita versus cultura oral) uma descontinuidade no processo de ensino aprendizagem. Então, após as observações, realizamos entrevistas com as professoras, orientadoras pedagógicas, supervisoras e diretoras de ambas as escolas.

Obtidos os primeiros resultados, os quais remetem, em parte, à refutação de nossa hipótese inicial, já que a professora da escola pública pesquisada não fazia uso da linguagem (exatamente conforme exposto em nosso referencial teórico), passamos a analisar, então, a possibilidade de os alunos estarem frente a um processo de estigmatização, fato que seria o principal responsável pela sua situação de fracasso. E para entendermos os mecanismos dessa estigmatização partimos para a análise de uma segunda escola pública, procurando investigar as mesmas práticas de linguagem, porém em uma escola que apresentava uma trajetória de sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Tentamos, com isso, compreender por que escolas que recebem os mesmos tipos de financiamentos, pois se tratam de escolas estaduais, podem apresentar trajetórias tão distintas.

Buscamos, a partir do que já foi produzido na área de Educação, fazer um intercâmbio com a Linguística, por meio da *Análise do Discurso* do material empírico coletado (entrevistas realizadas com os membros das escolas pesquisadas), para identificar em que medida as opiniões e afirmações dos entrevistados acerca da sua área de atuação se faz válida para o entendimento das formas de percepção do discurso jurídico presente na LDB (1996), nos PCNs (2000) e no Currículo Básico Comum (proposto pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2004). Observamos, inicialmente, como se estruturam os discursos dessas professoras, orientadoras pedagógicas, supervisoras e diretoras com as quais foram realizadas as entrevistas, em relação ao discurso jurídico dos documentos mencionados acima, ou seja, em que medida o maior ou menor conhecimento acerca desses documentos pode influenciar suas práticas escolares e em que medida o trato com a “verdade” trazida por esses documentos pode proporcionar maior ou menor eficácia do trabalho desempenhado por essas agentes sociais.

Com isso, nosso objetivo central é analisar o uso político do fracasso escolar, tendo em vista as normas e cursos de aperfeiçoamento editados pelo Estado em resposta à questão central deste trabalho – o fracasso escolar é tomado como discurso político? Depois tentaremos entender como o discurso jurídico presente nos documentos que regulamentam a Educação no Brasil serve de mecanismo de controle ao Estado.

Desejamos também produzir um material que possa servir





de base para a estruturação de práticas docentes que visem a consciência clara a respeito do *poder-fazer-dever* presente nos discursos jurídicos e conseqüentemente no discurso da LDB, dos PCNs e do CBC propostos pelo Estado como forma de regulamentação do Ensino. Além disso, pretendemos tecer reflexões acerca dos mecanismos de controle da atividade docente e pensar criticamente o arcabouço teórico já pesquisado, a fim de produzir um conhecimento prático, à medida que elucidamos questões que na maioria das vezes são vistas como entraves à atividade docente.

O trabalho se torna relevante tanto na área de educação quanto na área de lingüística, pois pretendemos elucidar questões acerca do discurso político tendo como base o sujeito da educação sob o olhar jurídico, o qual está presente nas leis que regem o ensino no país, ou seja, em que medida essas leis são realmente conhecidas pelos implementadores reais desse discurso jurídico – os professores.

Percebemos também que a pesquisa torna-se válida à medida que produz um arcabouço tanto teórico quanto prático a respeito do uso do discurso jurídico presente na LDB, nos PCNs e no CBC, já que o que vemos, na maioria das vezes, são protestos por parte de professores da educação básica a respeito da pouca aplicabilidade dessas leis. Almejamos, dessa forma, oferecer alguma contribuição a esses professores, pois percebemos uma defasagem na literatura concernente a essa área. Se o conjunto de leis que rege a educação é tido como bom, por que o fracasso escolar continua existindo? Faltam então políticas educacionais?

As práticas de linguagem das professoras observadas são de grande importância para a pesquisa que ora propomos realizar; por meio delas estaremos centrados tanto nas observações feitas de suas aulas, quanto em suas entrevistas, cedidas à pesquisadora bolsista do projeto. Tentaremos extrair dessas práticas e dessas entrevistas o discurso produzido por elas a fim de relacioná-los ao discurso jurídico das leis que estruturam a educação no Brasil.

Este trabalho se dá partir da análise do uso político do discurso jurídico dos documentos de sustentação legal da educação brasileira. Com base nos procedimentos de análise da *Análise do Discurso* e do diálogo com os procedimentos da *Semiótica Enunciativa* e os da *Semiolinguística*, chegaremos à explicação do funcionamento político do discurso jurídico nos fazeres dos docentes.

O discurso, estando intimamente relacionado ao desejo e ao poder, é aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. Essa noção é uma das que guiarão nossa pesquisa, juntamente com as formas de interdição, utilizadas por (FOUCAULT, 1996). Delimitamos essa questão na definição do que vem a ser o discurso, como uma das vertentes de nosso embasamento teórico, assim como a definição do que vem a ser o discurso jurídico, nascido das práticas sociais visando o controle e a vigilância e depois, como uma outra vertente desse embasamento teórico, trataremos a questão do sujeito sob a perspectiva do discurso jurídico. Tentaremos perceber como se dá a constituição do sujeito que já não é dado definitivamente, “que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 1996, p.10).

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do Signo ao Discurso: Introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BERNSTEIN, Basil. *A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Lingüísticas: O que falar quer dizer*. Tradução de Sergio Miceli (et al.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_; PASSERON, Jean-Claude. *Tradição Erudita e Conservação Social*. In: *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DONADON-LEAL, José Benedito. *Discurso, política e sociedade*. In: EMEDIATO, W. (et al.). *Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: UFMG/NAD, 2006, p. 133-144.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso Escolar nos Meios Populares: As Razões do Improvável*. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sônia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

## Propósitos comunicativos nas cartas e e-mails de um programa de rádio

Wanda Maria Braga Cardoso

wandabc@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Este trabalho é uma análise discursiva e comparativa voltada para os elementos da microestrutura do texto, dentro do âmbito dos propósitos comunicativos presentes na própria materialidade lingüística do texto escrito. Esse procedimento baseia-se no pressuposto de que na superfície do texto se projeta o resultado concreto do jogo de atuação interativa presentes em um processo comunicativo. Os gêneros textuais em exame são as cartas do ouvinte e os e-mails enviados ao Programa do Mução. As cartas do ouvinte em estudo têm como característica principal uma espécie de mesclagem entre carta pessoal, onde há um elevado grau de familiaridade entre os interlocutores, e carta à redação, na qual leitor e destinatário-jornalista não se conhecem. Considerando que a carta do ouvinte é um texto que circula eminentemente no espaço circunscrito ao programa a que se destina, no nosso estudo, o Programa do Mução, FM 102.1 Estação SAT Recife (PE), percebemos que é variável sua natureza, não sendo possível estabelecer uma fronteira entre o domínio público ou privado, dependendo do propósito do ouvinte. Esse propósito pode estar inserido numa das brincadeiras que o programa oferece, num pedido de “alô” (nesse caso, torna-se público), ou apenas em um elogio ou declaração feita ao radialista, ficando restrita ao seu conhecimento. Os mesmos aspectos pudemos verificar nos e-mails, considerado como um novo gênero de texto emergente da mídia virtual, com características que o individualizam, dentre as quais sua relação temporal assíncrona, de duração limitada, texto curto, participantes em número variado e conhecidos, de função interpessoal, etc. Uma das constatações empíricas a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

respeito da comparação entre os textos das cartas do ouvinte e os textos dos e-mails refere-se à extensão: maior naquelas e menor nestes. Percebemos também que o que difere a carta do ouvinte e o e-mail do contexto privado é que, na resposta oral a esses gêneros, o radialista não relata seus problemas profissionais nem pessoais, sua vida sentimental, mas corresponde às expectativas dos remetentes/ouvintes, ao anunciar no ar o nome do ouvinte/interlocutor, enviando “aquele alô” ou realizando o tipo de brincadeira proposto pelo ouvinte/interlocutor - entendemos ser de bastante valia para o radialista ter a certeza de que seu trabalho é bem aceito, já que o rádio depende exclusivamente de ouvintes, sendo estes a mola propulsora que eleva ou enfraquece a audiência de um programa de rádio. No que concerne ao domínio discursivo, contempla-se o rádio, como elo primordial para a produção dos eventos “carta do ouvinte” e “e-mails”. Entendemos que os domínios discursivos agem como molduras globais de uma organização comunicativa, subordinando práticas sócio-discursivas orais e escritas que resultam nos gêneros que circulam nesses domínios. O programa em tela situa-se no gênero radiofônico de entretenimento com elevados traços de humor, uma linguagem irreverente e eminentemente popular. Esclarecemos que Mução é um personagem sexagenário, matuto e astuto que procura resgatar uma linguagem que já não é mais usada no nosso meio, ou seja, expressões em desuso na nossa sociedade. Ao trazer à tona essas expressões o radialista torna o programa engraçado. É relevante essa observação para que possamos entender como no texto se desvela viva a voz escrevente. Para efetivação deste estudo, pautamo-nos no sistema interacional onde a reciprocidade de comunicação é a garantia da possibilidade de equilíbrio de poder entre os interlocutores no jogo da interação cartas/e-mails x radialista. Partindo de pressupostos teóricos sobre propósitos comunicativos, percebemos que há uma espécie de contrato comunicativo nesse jogo dialógico entre escrita/ouvinte e oral/radialista: o radialista incentiva e cria situações as quais levam os ouvintes/produtores a um processo contínuo de interação, onde se configura um elo de ligação entre as partes envolvidas, no universo de uma linguagem peculiar ao contexto do programa. A relevância dos propósitos comunicativos justifica começar a análise do texto global dos e-mails e das cartas por esse componente, já que as mensagens trocadas entre ouvinte/escrita e radialista/oral visam a contemplar necessidades de comunicação e interação imprescindíveis para manter o programa no ar. Na verdade, esse superpropósito “manter o programa no ar”, preconizado como o grande objetivo das cartas do ouvinte e dos e-mails, irá diluir-se em vários secundários, como observamos pela análise do nosso corpus. Percebemos que as práticas comunicativas das cartas do ouvinte e dos e-mails são fomentadas não pela troca de cartas/e-mails entre os correspondentes, uma vez que o radialista não responde por escrito a esses gêneros, mas pela interação oral acusando o recebimento; pela grande quantidade de cartas e e-mails, não dá para responder a todos, mesmo oralmente no ar, durante o programa. Por fim, pudemos concluir que o potencial interlocutório das cartas do ouvinte e dos e-mails destinados ao Programa do Mução é constituído por movimentos predominantemente dialógicos, os quais permeiam a tessitura textual onde são efetivadas várias estratégias, lingüisticamente materializadas, que revelam que a intenção da interação ouvinte/interlocutor é a de instaurar um espaço interlocutivo.

CARDOSO, Wanda Maria Braga. *Carta do Ouvinte: interação nas ondas do rádio*. 2004. Monografia de Especialização – UFPE,

Recife.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.) *Gêneros Textuais & Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Gêneros textuais emergentes e atividades lingüísticas no contexto da tecnologia digital*. Versão provisória, USP, 2002b.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes. *O e-mail ou mensagem eletrônica*. Texto digitado, UFMG, 2005.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *Um estudo sobre carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade*. 2002. Tese de Doutorado – FAE/UFMG, Belo Horizonte.

SILVA PAREDES, Vera Lúcia Pereira. Forma e função dos gêneros do discurso/xerocopiado. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, I.G.V.; BARROS, K.S.M. de (Orgs.) *Tópicos em lingüística de texto da conversação*. Natal: EDUFRN, 1997.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. *Conversa ao pé do rádio: Um estudo de interação comunicador-ouvinte*. 1995. Dissertação de Mestrado – UFPE, Recife.

ZANOTTO, Normelio. *E-mail e carta comercial: estudo contrastivo de gênero textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

### **Eleições presidenciais e Copa do Mundo: os processos de identificação nacional no discurso jornalístico brasileiro**

*Cristiane Maria Megid*

cristianemegid@yahoo.com.br  
UNICAMP

O ano de 2006 foi palco dos principais acontecimentos esportivos e políticos do Brasil: as eleições presidenciais e a Copa do Mundo de futebol. Trata-se de acontecimentos com ampla divulgação nacional, nos quais o papel da mídia é fundamental. É através dos veículos de comunicação que temos acesso aos jogos da Copa do Mundo. Também por eles, durante as eleições, sabemos das propostas partidárias, das pesquisas de opinião pública, dos acontecimentos “nos bastidores” da política, até dos resultados e repercussões das votações.

Historicamente, “a notícia faz parte do processo de socialização e dos projetos políticos e econômicos de dominação” (ALBERT; TERROU, 1990, p. 57). Em meio ao crescimento econômico norte-americano no início do século XX, houve um aumento não só das publicações, como também dos estudos jornalísticos, criando-se padrões e técnicas para o trabalho na área que pregavam a objetividade e a imparcialidade e que se difundiram pelo mundo.

Porém, recentes estudos jornalísticos e lingüísticos têm observado que tais técnicas produziram um efeito imaginário de neutralidade e objetividade das publicações, fazendo circular mitos, os quais participam da constituição de um efeito de transparência da linguagem jornalística. Para o imaginário de grande parte dos leitores ou telespectadores, existe uma – e apenas uma – interpretação que se depreende de um fato relatado em um jornal, sendo ele responsável por relatar ou obscurecer a verdade de um acontecimento. No entanto, por meio de análises discursivas, podemos perceber



que a mídia participa da constituição de um acontecimento e não apenas faz um relato sobre ele.

A partir dessas considerações, o estudo que realizamos<sup>1</sup> tem como interesse compreender o funcionamento discursivo do jornalismo brasileiro de grande circulação durante esses dois acontecimentos – a Copa do Mundo e as eleições presidenciais –, descrevendo o processo de identificação de Brasil e brasileiros (e suas respectivas paráfrases) no discurso jornalístico. As perguntas às quais procuramos responder são as seguintes: a partir dos discursos jornalísticos e de suas condições de produção, quais imagens são representadas de “brasileiros” e de “Brasil” nas empresas jornalísticas do país? Contrastivamente, trata-se de imagens convergentes ou divergentes, em relação aos dois períodos relacionados?

Trabalhamos com matérias jornalísticas acerca dos temas apresentados coletadas nas três principais formas de divulgação jornalística atuais: impressa, televisiva e online<sup>2</sup>. Assim, observamos a construção de uma memória histórica do país dada a atuação determinante do discurso jornalístico (lendo o presente e organizando discursivamente o futuro) na produção de efeitos de sentido constitutivos da história brasileira, e a importância dos momentos em que esse discurso será analisado.

Compreendemos essa identidade como não-estabilizada, que está sempre em movimento, remetendo a uma noção de identificação inconsciente (CORACINI, 2003, p. 15). Por isso, escolhemos “processos de identificação”, e não “identidades” para o título desta pesquisa, remetendo-nos a uma identidade que está (sempre) em processo de (re)configuração e não a um produto final a ser apreendido de uma interpretação.

Nosso trabalho descreve os processos de identificação nacional em dois acontecimentos históricos onde o tema é extremamente privilegiado, aparentemente por motivos dispersos. Na Copa do Mundo, o país vê-se representado por uma seleção de jogadores do esporte mais praticado nele, estando os brasileiros, então, no lugar de torcedores, espectadores. A mídia ocupa também o lugar de espectadora, mas também de “canal” de ligação entre os acontecimentos e os espectadores brasileiros.

Nas eleições, o lugar do brasileiro passa a ser o de eleitor, e não a de mero espectador dos acontecimentos políticos. Já a mídia ocupa o lugar de “meio” de comunicação entre partidos e eleitores, numa perspectiva de característica *denunciata*, como têm dito muitos críticos do jornalismo atual.

Essas e outras considerações de nossa pesquisa são feitas com base na perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, sobre a qual faremos algumas considerações teóricas: a AD considera a linguagem como a mediação entre o homem e as realidades social e natural que o cercam. Uma perspectiva fundamental nesses estudos é a da não-transparência da linguagem, na qual se materializa a relação entre ideologia e inconsciente. Qualquer uso da linguagem apresenta uma relação ideológica. Não é possível para o autor deixar de evidenciar a sua relação com a ideologia presente na sociedade em que ele vive e a sua formação social. Da mesma forma, esses dois fatores influem no gesto de interpretação do sujeito e na sua própria constituição.

Outro conceito importante com o qual trabalhamos é o de *condições de produção*, conforme definido por Orlandi (1999), o qual compreende os sujeitos do discurso, a situação de enunciação, a memória, e os contextos imediato, sócio-histórico e ideológico no qual se enuncia.

A constituição dos sujeitos do discurso – autor e leitor – é feita por intermédio da história e da ideologia, uma vez que

são esses dois fatores responsáveis pelo processo de produção dos sentidos em um texto. Temos, portanto, uma concepção discursiva de sujeito “que encontra na psicanálise seu ponto de apoio, voltada sobretudo para a constituição do sujeito do inconsciente que, imerso no discurso – que sempre provém do outro –, é mais falado do que fala (Lacan)” (CORACINI, 2003, p. 15).

Outro aspecto a ser tratado é o eixo composto por linguagem, história e ideologia, responsável pela produção de sentidos de um discurso. Os estudos discursivos afirmam que a linguagem, com seus mais variados objetos simbólicos, é o lugar de materialização da ideologia (ORLANDI, 1996, p. 63). Por outro lado, Lacan, partindo dos estudos de Freud, postulou que é a linguagem que constitui o inconsciente.

A história determina o processo de interpretação<sup>3</sup>: “Diante de qualquer objeto simbólico, o homem, enquanto ser histórico, é impelido a interpretar, ou em outras palavras, a produzir sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 44). Ou seja, as palavras e os objetos simbólicos, a linguagem enfim, só têm sentido quando inserida em uma história.

Posto este eixo, é o sujeito que nele intervém, colocando a linguagem em movimento.

Quando tratamos de processos de identificação, pensamos também nas formulações de Michel Pêcheux (1981) acerca das formações imaginárias. O autor diz que um orador pode se colocar no lugar de seu leitor, formulando imagens que são constitutivas do seu dizer:

sua habilidade de imaginar, preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o ‘espera’. Esta antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso, através de variações que são definidas ao mesmo tempo pelo campo dos possíveis da patologia mental aplicada ao comportamento verbal e pelos modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte (PÊCHEUX, 1981, p. 77-78).

São esses os principais, dentre tantos outros, conceitos da Análise de Discurso que nos são relevantes. A partir deles, analisamos como o discurso jornalístico faz circular imagens e os funcionamentos discursivos acerca da nacionalidade brasileira em momentos marcantes para o país.

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte do programa de Mestrado do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e é financiado pela Fapesp.<sup>2</sup> Excluímos o rádiojornalismo devido à menor expressividade do alcance em nível nacional que ele tem atualmente frente aos outros meios de comunicação. Contudo, avaliaremos a importância deste veículo de comunicação na constituição dos escolhidos para o nosso *corpus*.<sup>3</sup> Para nós, interpretar não é apenas atribuir sentidos, mas compreender, explicitar como um objeto simbólico os produz. Este processo de constituição do sentido, porém, é apagado pela ideologia, o que cria a idéia de que o sentido é evidente, absoluto, único, completo e, assim, coloca espaço para a ação do mito da imparcialidade. O analista do discurso é responsável por explicitar os mecanismos de produção dos sentidos a partir de objetos simbólicos, desfazendo o apagamento do processo da interpretação, levando em conta: a opacidade e a incompletude discursivas determinadas pelo silêncio e constitutivas do sentido da linguagem; a intertextualidade – relação com outros textos – e o interdiscurso – que compreende o que foi dito antes, em outro lugar, independentemente do que está sendo dito agora.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- ALBERT, P.; TERROU, F. *História da Imprensa*. Martins Fontes, São Paulo, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- CORACINI, M. J. Apresentação. In: CORACINI, Maria José (Org). *Identidade e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, Pontes, 1988.
- MEGID, C. M. *As questões sociais no governo Lula: uma análise contrastiva dos discursos do Jornal Nacional e do Jornal da Record*. In: 2º SePeG. Campinas: IEL/Unicamp, 2005.
- ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethânia S. Mariani (et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 1981.

### Palavras em operação: um dizer como trabalho, no trabalho e sobre o trabalho

Antonia Zago

antoniazago@gmail.com

Universidade Católica de Pelotas

Maria da Glória Corrêa Di Fanti

Considerando a importância das palavras do trabalho (BOUTET, 2001) como estratégias sociais não só de designação de atividades, objetos e pessoas, mas principalmente dos valores, carregados de história, que tais palavras veiculam, esta pesquisa trata das palavras que os policiais federais criam para nomear determinadas operações de trabalho. Operações batizadas de comum acordo com a equipe, como “Macunaíma”, “Vampiro”, “Toupeira”, “Sanguessuga”, “Com Dor”, “Dominó”, “Saúva”, “Serra Azul”, “Dilúvio”, “Dossiê Cuiabá”, mostram, de maneira velada, características do trabalho dos policiais e a relação que estabelecem com o objeto de investigação. Observa-se, nessa perspectiva, a necessidade de discorrer sobre características dos processos de designação empregados pelos policiais federais, tendo em vista o crescente número de Operações reveladas recentemente e divulgadas pela mídia.

Sob esse enfoque, esta comunicação objetiva verificar o que está em jogo na escolha das designações utilizadas pelos policiais federais e como são atribuídos novos sentidos às “invenções” lexicais. A pesquisa também busca verificar como as palavras designativas contribuem não apenas para as atividades reais de trabalho, mas também para a divulgação das Operações pela mídia.

Este estudo se embasa na teoria dialógica do discurso (BAKHTIN, 2003; BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004) e estabelece diálogo com os estudos sobre o trabalho (BOUTET, 2001; FAÍTA, 2003; NOUROUDINE, 2002; SCHWARTZ, 2003). No que tange à teoria bakhtiniana, considera-se

o dialogismo, princípio inter-relacional, como pressuposto da pesquisa. Assim, toma-se a palavra como fenômeno dialógico e ideológico por excelência, produto da interação de indivíduos, uma espécie de “ponte” lançada entre o locutor e o interlocutor, mais especificamente os outros discursos (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p.113). A palavra, desse modo, é considerada enunciado, elo na cadeia discursiva que, renovada a cada situação por diferentes acentos valorativos (o que remete ao “tema”), tem algo do nível da estabilidade, a “significação”, suporte técnico para a realização dos sentidos. Quanto aos estudos sobre o trabalho, consideramos a complexidade da atividade de trabalho que é tecida por uma rede de inter-relações não-arentes, o que exige a intervenção de analistas para a sua parcial compreensão (FAÍTA, 2003; SCHWARTZ, 2003). Nesse caminho, Nouroudine (2002) propõe que se observe a linguagem do trabalho como meio revelador de particularidades das práticas profissionais. Para tanto, discute características da indissociável relação entre a “linguagem como trabalho” (a que faz), a “linguagem no trabalho” (a circundante) e a “linguagem sobre o trabalho” (a que interpreta). Tais instâncias são produtivas, considerando a relação intrínseca entre elas para a compreensão da palavra do policial “como trabalho”, “no trabalho” e “sobre o trabalho”.

Para esta comunicação, analisaremos duas designações atribuídas a Operações realizadas por policiais federais, verificando o processo dialógico instaurado e recuperando, ainda que em parte, pistas da atividade de trabalho do policial. A metodologia de análise seguirá as noções de “palavra da língua”, “palavra alheia” e “minha palavra”, propostas por Bakhtin (2003, p.294). A “palavra da língua” é considerada como aquela que ainda não recebeu acento valorativo, expressividade, não é, portanto, atribuída a ninguém. A “palavra alheia” é a que possui expressividade no âmbito dos enunciados dos outros. A “minha palavra” é aquela que, em determinada situação, possui a minha valoração, expressão. Assim, verificaremos a designação como (a) “palavra da língua”, resgatada pela construção lingüística, (b) “palavra alheia”, que possui acento valorativo devido ao uso, podendo ser uma forma de recuperar dialogicamente a história da palavra, “temas” que a constituem e ressoam no enunciado, (c) “palavra minha”, análise dos acentos valorativos das palavras do trabalho dos policiais federais e o eco de tais designações na mídia. Enquanto que o item “a” é recuperado pela “significação”, o “b” e o “c” são recuperados pelo uso, pelas relações dialógicas estabelecidas entre discursos diversos, interlocutores e “referentes” em casos concretos, o que faz circular diferentes “temas”. É importante ressaltar nesta análise que a designação pode acontecer de diversos modos, sendo o “enunciador que, por meio de seu enunciado, deverá passar ao co-enunciador as instruções necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto” (MAINGUENEAU, 2001, p.179). Essa observação orienta para o fato de que a designação é uma atividade discursiva que implica uma co-construção entre interlocutores sobre um objeto do discurso.

As criações designativas das Operações pelos policiais federais chamam a atenção na medida em que constroem novos sentidos a partir de palavras já existentes na língua. Essas palavras, além de auxiliarem na situação de trabalho, carregam acentos de valor, que, na mídia, passam a ressoar com uma certa força. Dessas criações, surgem expressões linguageiras, bastante criativas, decorrentes da necessidade de ganhar tempo e sigilo para as operações de trabalho coletivo. Remetendo-nos a Schwartz (2003), podemos entender



que, por meio dessas criações em atividade de trabalho, os protagonistas envolvidos no processo *renormalizam* a atividade, a partir da ressignificação das formas de agir via co-construções discursivas coletivas.

Podemos compreender que os policiais como sujeitos dialógicos lançam enunciados significativos e valorativos cuidadosamente escolhidos que vão ser interpretados, num primeiro momento, na situação de trabalho pelos colegas de equipe e também, em um segundo momento, pela população em geral, a partir da veiculação com crescente destaque na mídia. Essas designações podem ser enunciadas a partir dos mais variados gêneros discursivos – reportagens, notícias, editoriais, charges, artigos, entre outros –, nomeando escândalos que se sucedem e/ou práticas irregulares diversas. Essas palavras constituem-se em um estoque de enunciados esperados em um espaço temporal, social, histórico-discursivo, característico do *gênero da atividade* (CLOT; FAÍTA, 2000). Ao ser usada *como* trabalho, a linguagem apresenta a principal vantagem de ser econômica, uma vez que, com esses enunciados, os policiais dialogam não só com pares na atividade de trabalho, mas também com o público em geral, através dos meios de comunicação. Tais palavras carregam determinados índices de avaliação, que acabam servindo como “rótulos” para se referir aos envolvidos em cada Operação realizada pela polícia federal. Com esta reflexão, procuramos contemplar aspectos da produção, circulação e recepção do enunciado (BAKHTIN, 2003). Conforme o encaminhamento da pesquisa, podemos apresentar duas considerações referentes à importância da inventividade lexical, especialmente as designações do trabalho, antes sigiloso, depois tornado público: (a) contribuição para o desenvolvimento das Operações de trabalho dos policiais federais e (b) contribuição para a mídia no que tange à divulgação das Operações efetuadas. Nessa perspectiva, temos observado que a (re)criação de palavras para designar diferentes Operações policiais tem colaborado com os interlocutores, seja o próprio coletivo de trabalho, seja a população, pois as predicções apresentam pistas discursivas que orientam um caminho a ser seguido para a compreensão de parte das investigações referidas. Além disso, esta análise tem possibilitado resgatar características da atividade do policial federal, especialmente considerando a articulação entre a linguagem *como* trabalho, *no* trabalho e *sobre* o trabalho.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOUTET, J. Les mots du travail. In: Borzeix, A.; Fraenkel, B. (Orgs.), *Langage et travail: Communication, cognition, action*. Paris: CNRS Editions, 2001.

CLOT, Y.; FAÍTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. In: *Travailler*, nº 4, Revigny-sur-Ornain, Martin Media, 2000.

FAÍTA, D. Le langage comme activité. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.) *Travail et Ergologie: Entretiens sur l'activité*. Trad. Maria da Glória Corrêa di Fantí e Maristela Botelho França. Toulouse: Octarès, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha, São Paulo: Cortez, 2001.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÍTA, D. (Orgs.). *Linguagem e trabalho: Construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARTZ, Y. Le langage en travail. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.) *Travail et Ergologie: Entretiens sur l'activité*. Trad. Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. Toulouse: Octarès, 2003.

## A universidade por ela mesma: a leitura e a escrita na esfera acadêmica numa perspectiva mestiça

Janaína Behling

jana\_behling@yahoo.com.br  
UNICAMP

Pretendemos discutir alguns pressupostos metodológicos que parecem orientar a configuração dos estudos sobre o ensino da leitura e da escrita de gêneros textuais na graduação, sob a perspectiva dos campos científicos da Linguística e da Linguística Aplicada, no sentido de conhecer como esses estudos podem responder às grandes mudanças de natureza histórica, política, cultural, tecnológica e econômica que caracterizam o mundo letrado em que vivemos. A democratização do ensino superior, que ultrapassa a simples idéia de um regime político global e contemporâneo, tem atraído para as universidades uma população cada vez mais diversificada, mestiça, do ponto de vista da construção de identidades leitoras e escritoras da esfera acadêmica. Enfocar o surgimento de novas identidades sociais no cenário contemporâneo das universidades faz com que as identidades familiares, situadas nesse contexto, tenham que se engajar com a diferença, trazendo à tona o sentido de conflitos que muitos de nós experimentamos, enquanto sujeitos que constroem textos e por eles são construídos. Qual a aplicação metodológica que configura o ensino da leitura e da escrita na graduação está atenta às chamadas “habilidades” e “competências” de leitura e escrita da nova clientela? O que privilegiam como relevante as pesquisas sobre a leitura e escrita nesse contexto? Como elas constroem os sujeitos que chegam ao ensino superior? Como se organizam, do ponto de vista metodológico, para recebê-los (ou percebê-los)? Para criar hipóteses que possam responder a essas e muitas outras questões, foram selecionados resumos científicos de pesquisadores que participaram de três dos principais eventos nacionais dos estudos linguísticos: ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), CBLA (Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada) e GEL (Grupo de Estudos Linguísticos), no período entre 1999 e 2004. Esse recorte temporal é simbólico, na medida em que servirá para representar as mudanças ocorridas nessas pesquisas, em um período de seis anos que prenuncia as configurações de início desse novo milênio. Numa primeira leitura desses dados, levando em conta o volume de eventos e publicações que dificulta uma visão mais completa do *corpus*, é possível perceber que ainda são poucas as pesquisas nos estudos da linguagem direcionadas para a análise do ensino da leitura e da escrita de gêneros textuais na esfera acadêmica, se comparado com o número de pesquisas acadêmicas direcionadas ao ensino fundamental e médio ou até mesmo aos centros de línguas. Foi possível observar que se tem considerado o aluno ingressante inapto ou insuficiente para acompanhar os níveis



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

de habilidades desejados pela instituição, desejos encarnados nas escolhas teóricas e metodológicas dos professores, particularmente os voltados para o ensino e aprendizagem de gêneros textuais específicos, privilegiados geralmente em situações de avaliação, como resumos e resenhas científicas. No entanto, observa-se também que o discurso em configuração da comunidade acadêmica é o de engajamento de políticas pedagógicas que insiram efetivamente o aluno no contexto de leitura e de escrita acadêmica. Observa-se ainda, que há uma concentração expressiva de pesquisas sobre a leitura e a escrita na universidade, voltada para o ensino de línguas estrangeiras e para a formação de professores. O próprio ensino de línguas, inclusive, justifica-se muitas vezes pela necessidade de proficiência do futuro profissional, como se seu agenciamento discursivo, de sujeito-leitor ou sujeito-escriptor, não estivesse se configurando durante a graduação *antes* da profissionalização. Por fim, observa-se que as pesquisas, tanto na Linguística quanto na Linguística Aplicada, enfocam o ensino da leitura e da escrita de gêneros da esfera acadêmica como algo de destaque, de acordo com as dificuldades que a instituição apresenta diante da nova clientela, quando persiste no discurso da proficiência acadêmica. Os alunos parecem sempre em débito com a comunidade formada. Do ponto de vista metodológico, são utilizadas abordagens das mais variadas, tais como a Análise Crítica do Discurso, utilizada neste trabalho para continuar a análise desses resumos científicos.

BAZERMAN, Charles. *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.

CANCLINI, N. G. *Gêneros Híbridos da Modernidade*. São Paulo: Edusp, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

MOITA LOPES, Luis Paulo da (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinada*. São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_. *Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica: Interrogando o campo como lingüista aplicado*. São Paulo: Parábola, 2006.

### Democracia racial brasileira: percursos e percalços

Fabi Jesus

fabiane-jesus@hotmail.com  
UNICAMP

“Enquanto 98% da população negam ter preconceito, 99% afirmam conhecer pessoas que têm preconceito e, mais isso, demonstram possuir uma relação próxima com elas”: este é o resultado de pesquisa apontado por Lilia Schwarcz. A crença na democracia racial ainda é um elemento constitutivo de valores socialmente compartilhados no Brasil, a despeito de dados, pesquisas e trabalhos que apontam para o fato de que ela ainda não é um valor substantivo. Trata-se, pois, de uma questão polêmica, cuja conformação vem sendo discutida. Abordando um tema comumente analisado por cientistas sociais, este trabalho se insere na proposta de colaborar para a formulação e análise de um objeto de estudo constituído

por um fenômeno social que incide diretamente na vida dos sujeitos imersos na realidade social brasileira: farei uma análise discursiva dos mecanismos textuais do corpus selecionado, procurando delinear paradoxos de discursos que tangem a questão da democracia racial. Mais especificamente, procurarei verificar como a questão do racismo, obstáculo efetivo à consolidação de uma democracia racial, é tratada nos textos que constituem o *corpus* deste trabalho. O quadro teórico e epistemológico no qual embasarei minha pesquisa é o da Escola Francesa de Análise do Discurso (doravante AD), mobilizando os conceitos de formação discursiva, memória discursiva e interdiscurso. Recorro às ciências da linguagem para buscar métodos e técnicas que logrem compreender os efeitos de sentido produzidos pelos textos que conformam o corpus. Ao adotar a perspectiva da AD, discorrerei sobre algumas questões teóricas e metodológicas atinentes ao seu processo de elaboração e circulação. A opção por este tipo de abordagem decorre do fato de que não objetivo uma análise extensional: não tomo a tarefa de realizar uma análise extensiva de toda a materialidade do discurso – o que, da perspectiva da AD, não é possível, uma vez que se parte do pressuposto da incompletude da linguagem; antes, viso a uma exaustividade “vertical”, em profundidade: parto da premissa de que os sentidos podem ser compreendidos levando em conta o funcionamento discursivo, o modo como os enunciados são construídos.

Um texto, entendido enquanto objeto histórico que se manifesta materialmente através da língua, não está fora da sociedade: o constante movimento de discursividades constitui diversos sujeitos em uma dada sociedade, em um determinado momento histórico. O texto é um acontecimento enunciativo na história. Ou, em outros termos: sua espessura sintático-semântica é determinada pelas e nas formações histórico-sociais. Carregará em seu bojo, conseqüentemente, marcas lingüísticas cuja compreensão, obtida após uma investigação apurada, poderá nos mostrar a multidimensionalidade das realidades que o constituem: os aspectos políticos, sociais e históricos que constituem a formação social na qual ele se insere. Os textos analisados são concebidos como materialização de um discurso. Pretendo, pois, compreender a relação sujeito – linguagem – história: a natureza ideológica do discurso e da própria língua emerge no quadro analítico da AD, visto que o objeto de estudo é tratado como sendo indissociável da história. Em outros termos: discurso e língua existem em relação constitutiva com sua exterioridade; são, pois, relacionados à organização social.

Neste trabalho, analisarei dois editoriais que tangem a questão da existência de racismo no Brasil: trata-se dos textos “Ódio entre raças” (jornal *Província de São Paulo*, 06.02.1889) e “Cotas de Racismo” (jornal *Folha de São Paulo*, 23.08.2001). O primeiro artigo está imerso em um contexto histórico-social no qual a abolição da escravidão era recente. O segundo artigo é inerente a um momento histórico-social no qual se discutiam formas de inserção social do negro em espaços socialmente privilegiados; mais especificamente, discute a questão das cotas para negros em universidades públicas.

Os resultados deste trabalho apontam para o fato de que, em ambos os textos, o interdiscurso que abarca as formações discursivas nas quais eles se inserem revelam contradições a partir das quais nota-se que este problema não fora resolvido no século XIX, nem o foi na atualidade. A análise do funcionamento discursivo dos artigos aqui verificados revela



que os mecanismos lingüísticos utilizados para fazê-lo são muito mais sofisticados no texto mais recente do que no artigo publicado no século XIX. O que me deixa pistas a serem verificadas num *corpus* mais amplo: parece-me que a (crescente) sofisticação dos mecanismos discursivos contribui para um processo de “invisibilização” do inimigo: permite que o racismo “se esconda”, com o que se torna mais complexa a tarefa de combatê-lo. Trata-se de uma possibilidade, uma hipótese a ser verificada em outros trabalhos.

Por ora, é possível comprovar que a paradoxal crença na democracia racial brasileira é materializada através da língua nos discursos analisados, nos quais o racismo (elemento-chave cuja existência inviabiliza a democracia racial) é tratado de forma igualmente controversa. Parece-me que o interdiscurso em relação à questão do racismo carrega em seu bojo formações discursivas que não permitem enunciações que o evidenciem: ele existe (há dados que o atestam cabalmente), mas não se pode apontá-lo efetivamente; considerando-as, todavia, como sendo inseparáveis do interdiscurso, essas formações discursivas são sobrepostas por outras, nas quais ele é evidenciado de maneira plena. Com o que não é possível seu total apagamento, silenciar completamente sua existência.

ANDREWS, G. R.. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. Bauru: Edusc, [1991]1998.

BASTOS, E. R. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987. p. 140-150.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Analyse du Discours: une introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette, 1991.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. A Análise do Discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÉCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

lexicais (DALL'AGLIO-HATTNER, 2001; GONÇALVES, 2003). Podemos dizer, então, que, por um lado, a expressão da evidencialidade em língua portuguesa acontece primordialmente por meios lexicais; mas há, por outro lado, um sistema evidencial gramatical em desenvolvimento (cf. CASSEB-GALVÃO, 2001).

Em língua portuguesa, destacamos dois tipos de evidencialidade: evidencialidade inferida, por meio da qual o falante se coloca como a fonte da informação e a apresenta como resultado de uma inferência própria, e evidencialidade relatada, por meio da qual o falante mostra que não é a fonte da informação e, ainda, que a obteve por meio de um relato. Esta ainda se subdivide em três tipos: definida, quando o relato é apresentado com uma fonte explícita; indefinida, quando o falante apenas indica a existência da fonte, sem explicitá-la; e de domínio comum, quando a informação é apresentada como um conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte.

Apesar de serem várias as formas de expressão da evidencialidade em língua portuguesa (locuções prepositivas, advérbios, adjetivos, verbos), neste estudo trabalhamos apenas com as orações complexas com predicado encaixador evidencial. Para investigar as propriedades sintáticas, semânticas e discursivas desse tipo de oração, adotamos uma perspectiva funcionalista da linguagem (DIK, 1997a, b), abordagem teórica que concebe a sintaxe e a semântica como instâncias interligadas que devem ser estudadas dentro do quadro da pragmática.

A finalidade principal da evidencialidade é a de marcar a fonte da informação asseverada; no entanto, essa categoria também traz informações acerca do (des)comprometimento do falante em relação ao enunciado que produz. Tendo em vista essa relação intrínseca entre a explicitação da fonte da informação e o (des)comprometimento do falante, a evidencialidade assume um papel de extrema relevância no âmbito do discurso científico primário. Com o intuito de persuadir sua audiência especializada, o enunciadador-cientista deve buscar o equilíbrio exato entre o descomprometimento que proporciona objetividade à exposição dos fatos e o comprometimento necessário para relatar sobre o assunto de pesquisa com autoridade e/ou autoria.

No discurso científico primário, assim como em outros tipos de discursos, o falante pode optar por explicitar ou não as fontes em que se baseia para fazer suas afirmações. Se escolhe indicar a fonte do saber que seu enunciado transmite, o falante oferece a seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade dessa informação, visto que a origem da informação está disponível.

Uma vez que existem diferentes maneiras pelas quais se tem acesso às informações, diferentes são também as formas para se referir às fontes dessas informações. Segundo Dall'Aglio-Hattner (2001, p.10), “a avaliação da verdade de uma proposição pode ser feita, então, com diferentes graus de adesão do falante, segundo as diferentes fontes de informação apresentadas, que podem ser um relato de terceiros, uma percepção sensorial, uma inferência ou suposição do próprio falante.”

Tendo em vista que os artigos científicos primários constituem um gênero discursivo específico, com diferentes seções que vão apresentar os diferentes estágios de realização do trabalho científico, buscamos, no aparato teórico da Análise de Gêneros (SWALES, 1990), subsídios para compreender o funcionamento dessas diferentes seções. Segundo Swales (1990), os *research articles* (que correspondem ao que chamamos artigos científicos primários) obedecem à estrutura

## A evidencialidade nas diferentes seções dos artigos científicos primários

Valéria Vendrame

valvendrame@yahoo.com.br  
Universidade Estadual Paulista

A evidencialidade corresponde, em termos genéricos, à explicitação da fonte da informação contida em um enunciado. Ela é uma categoria lingüística amplamente estudada em línguas que possuem operadores evidenciais (cf. WILLET, 1988; BOTNE, 1997; FLOYD, 1999). Em língua portuguesa, no entanto, dos poucos trabalhos que tratam do tema, apenas o de Casseb-Galvão (2001) aponta para uma estrutura evidencial gramatical. Os outros trabalhos tratam apenas da manifestação da evidencialidade por meios



Introdução-Metodologia-Resultados-Discussão (IMRD). Pressupondo que a atitude do falante em relação ao conteúdo enunciado difere em cada uma dessas partes, pretendemos investigar as funções comunicativas que a indicação da evidencialidade pode exercer em cada uma delas. Para compor o *corpus* deste estudo, foram selecionados 51 artigos científicos primários, publicados em três revistas especializadas: *Alfa – Revista de Lingüística, Naturalia e Matemática e Estatística*. A partir da análise dos dados, confirmamos nossa expectativa de que a evidencialidade serviria a diferentes funções conforme a seção do artigo científico em que aparecesse. Assim, nas introduções, o alto percentual de evidencialidade relatada contribui para a inserção do trabalho em um domínio específico do saber e para a construção da imagem de especialista. Nas conclusões, o maior uso da evidencialidade inferida mostra que este é o lugar em que os cientistas assumem as idéias e os conhecimentos gerados como seus. A seção destinada à apresentação dos resultados/discussão é caracterizada pela evidencialidade relatada definida, mostrando que os resultados obtidos pelos falantes estão, em grande medida, ancorados em informações de outros pesquisadores. Um também alto percentual de evidencialidade inferida ocorre nessa seção e indica que os falantes expõem seus resultados muitas vezes de uma forma relativizada, protegendo-se de uma possível crítica quanto à validade de seus achados.

Acreditamos, nesse sentido, que o estudo da evidencialidade nesse tipo específico de discurso pode trazer esclarecimentos aos enunciadores-cientistas a respeito dos efeitos de sentido causados por determinadas formas evidenciais, principalmente no que se refere ao grau de confiabilidade das informações introduzidas por determinados evidenciais. Além disso, a presente investigação se justifica não só pela necessidade, ainda premente, de identificação dos papéis semânticos, pragmáticos e argumentativos exercidos pelos evidenciais, mas também, e principalmente, pela carência de estudos sobre essa qualificação em línguas em que a indicação de evidencialidade se faz principalmente por meios lexicais.

BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, v. 2, n.3, p.509-532, 1997.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão 'diz que'*. 2001. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2001.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2nd.ed. Dordrecht: Foris, 1997a.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. 2nd.ed. N.Y.: Mouton de Gruyter, 1997b.

FLOYD, R. *The structure of evidential categories in wanka quechua*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1999.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SWALES, J. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Glasgow: Cambridge University Press, 1990.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v. 12, n. 1, p.51-97, 1988.

## Análise do discurso filosófico em uma perspectiva semiolingüística

Wiliane Viriato Rolim

wilianerolim@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho consta de uma Análise do Discurso Filosófico, ou seja, aplicaremos algumas teorias atuais da área da Análise do Discurso a um *corpus* de cunho filosófico. Nosso *corpus* será constituído por diálogos de Platão.

As personagens dos referidos diálogos eram sofistas. Talvez Sócrates também o fosse. Mas, ao promover o embate entre o discurso socrático e o de seus interlocutores, Platão evidencia os caminhos diferentes trilhados por cada um. Nesse choque de valores a filosofia se institui enquanto discurso lapidando a sua especificidade: o amor à sabedoria não se contenta em vencer uma disputa verbal ou em convencer um auditório. Muito mais do que vencer ou convencer, a dialética enquanto método próprio da filosofia propõe uma busca em conjunto de um saber, uma construção coletiva onde a co-participação é condição *sine qua non*.

Percorrer os caminhos da razão juntamente uns com os outros, perfazendo operações mentais similares. Essa é a proposta deste tipo de conhecimento (filosófico/ dialético), que preza a amizade acima de tudo: amizade ao que se busca – o saber, o conhecimento, a verdade, a sabedoria –, amizade pelos companheiros de jornada.

Para compreender melhor o que se passa nos diálogos platônicos, perceber o que faz com que sejam filosóficos e conseguir percorrer suas trilhas, penetrando seus dizeres, subtendidos, implícitos e pressupostos, nos propomos utilizar veículos da Análise do Discurso. Acreditamos que Platão, o de ombros largos, tenha escolhido estrategicamente a forma dialogal com o intuito de mostrar/demonstrar como se constitui a filosofia enquanto discurso constituinte de um tipo de conhecimento que estava sendo forjado naquele preciso momento histórico em Atenas. A pergunta é o ato de fala que pode propiciar a troca de turnos de fala própria do diálogo.

Em um primeiro momento, com o intuito de capturar a filosofia enquanto discurso constituinte, veremos como são feitas as referências a este tipo de conhecimento (filosófico/ dialético) em contraposição ao conhecimento desenvolvido por Górgias e ao saber dos irmãos Eutidemo e Dionisodoro. Como Platão caracteriza cada um desses discursos? Nas técnicas da interdiscursividade, ou seja, nas tramas de interdiscurso, tentaremos apreender como é constituído o discurso filosófico. Verificaremos os procedimentos lingüísticos utilizados para traçar os limites entre a filosofia, a retórica e a erística.

Queremos crer que, nesses diálogos, ao demonstrar a retórica com Górgias, Polo e Cálicles e a erística, relatando de um lado Clínia e Ctesipo de outro, Platão estaria delimitando os horizontes da filosofia enquanto emergência da verdadeira sabedoria. Verdade e saber. Saber de verdade. Alethéia e Sophia. A interdiscursividade vai muito além da sofística e toda a literatura grega dela participa, inclusive o mito da poesia de Homero.

Dessa forma, torna-se possível o desvelamento do contrato





comunicacional próprio da filosofia, as restrições por ele impostas (ou seja, o que caracteriza este tipo de saber que está sendo buscado) e as estratégias possibilitadas pela margem de manobra permitida por essas restrições. Verificamos nos diálogos como o contrato é instituído, como ele é negociado, feito, negado e rompido para ser estabelecido.

A construção discursiva é caracterizada pelos diálogos encaixados como um jogo de bonecas russas: sempre quando um personagem está conversando com outro, os outros personagens e o público transformam-se em espectadores. Essa estrutura própria desses diálogos figura-se-nos como o empreendimento de uma estratégia utilizada por Platão como forma de demonstração das teses defendidas, entre elas, que tipo de conhecimento ele está propondo. Os diálogos mais interiores nos conjuntos dos encaixes estão servindo para demonstrar uma tese aos personagens que o estão assistindo. Dessa forma, assim como em uma espécie de desdobramento, sempre nos dirigindo para os âmbitos mais externos dessa estrutura, o leitor será o espectador mais “de fora”, para quem estão sendo demonstradas as teses platônicas em uma tentativa de levá-lo a realizar as mesmas “operações mentais” e, ao fazer os mesmos percursos dos raciocínios propostos, dar a sua adesão às teses e sair convencido delas.

O ato de fala *pergunta* direciona este caminho como se, através dele, ou seja, pelo uso da pergunta, Sócrates tomasse o leitor pelas mãos e o encaminhasse por um passeio no qual fosse possível vislumbrar a verdade e experimentar o conhecimento. A pergunta é a base de toda a obra platônica e o fundamento da dialética socrática por ser o procedimento linguageiro que melhor propicia a troca.

Para analisar nosso *corpus*, os diálogos de Platão, recorreremos a algumas teorias da Análise do Discurso, a saber, a Teoria da Enunciação tal como formulada por Dominique Maingueneau e Frederick Cossutta, de onde buscaremos o conceito de Discurso Constituinte. Recorreremos à Teoria Modular, do grupo de Genebra, para utilizar os conceitos de Troca, Intervenção e Ato do módulo hierárquico, que se nos apresentam de extrema funcionalidade no caso específico de *corpora* em forma de diálogo. Ainda de Genebra seremos devedores de Marcel Burger, que tão bem explicitou a estrutura de encaixe em alguns tipos de discurso.

Mas esses conceitos acima citados serão utilizados como complementos à Teoria Semi-lingüística de Patrick Charaudeau, a partir da qual tentaremos explicitar o Contrato Comunicacional próprio do discurso filosófico e os sujeitos da linguagem nele envolvidos.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et Discours*. Paris: Hatte, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

MACHADO, Ida Lúcia *et. al.* (Org). *Teorias e Práticas Discursivas: estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges/FALE/UFMG, 1998.

MARI, Hugo *et. al.* (Org). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE /UFMG, 2001.

MARI, Hugo *et. al.* (Org). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges/FALE/UFMG, 1999.

PLATON. *Protagoras - Euthydème - Gorgias - Méneçène - Ménon - Cratyle*. Paris: Flammarion, 1967.

PLATÃO. *Eutidemo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

## Parábolas como “side stories” nos livros de auto-ajuda

*Iracema Aparecida Wada Papa*

iracemapapa@hotmail.com

Centro Universitário Claretiano

Este trabalho objetiva descrever as parábolas e também algumas figuras de linguagem utilizadas como ferramentas de convencimento e persuasão num tipo de publicação cada vez mais comum no mundo atual: os livros de auto-ajuda. Os autores desse tipo de livro utilizam esses recursos de forma emocional, com finalidade didática e retórica. Uma pequena história, em geral, é narrada para “gerar” no enunciatário um espaço mental onde será plantado, por meio de um processo de “blend”, o argumento emocional da auto-ajuda. Quanto às figuras, é bastante comum nessas obras o uso das “metáforas de contexto”, aquelas em que a relação entre o domínio de origem e o domínio alvo existe apenas a partir de um contexto criado, previamente, pelo enunciador. Quando alguém diz que uma garota é um anjo, a relação entre os domínios é simples e pré-existente. Mas – saindo um pouco do campo de auto-ajuda –, quando Machado de Assis diz, em *Dom Casmurro*, que “a minha imaginação era uma grande égua ibera” (ASSIS, 1997, p. 852), isso só faz sentido porque pouco antes dissera: “Creio haver lido em Tácito que as éguas iberas concebiam pelo vento, se não foi nele, foi noutra autor antigo, que entendeu guardar essa crendice nos seus livros.”

O referencial teórico utilizado em nosso trabalho está vinculado à Linguística Cognitiva, a partir das leituras do livro clássico sobre metáforas de Lakoff & Johnson (1980), mas também dos trabalhos de Fauconnier (1998, 2002), Gibbs Jr. (1995) e Turner (1996). Esses trabalhos fundamentam-se na tese de que nossa mente funciona, basicamente, por meio de projeções. Quando na linguagem automotiva, em português, alguém utiliza uma denominação como *mesa do distribuidor*, é porque fez uma projeção da superfície plana de uma mesa sobre a superfície plana de um componente eletrônico de um veículo. Quando, na linguagem aeronáutica, alguém fala em abortar uma decolagem, é porque fez uma projeção de um evento vinculado à natureza biológica feminina sobre uma ação de pilotagem.

Nosso trabalho foi realizado a partir do levantamento de recursos de projeção de parábolas e imagens em três livros considerados de auto-ajuda: *A águia e a galinha*, de Leonardo Boff (1977); *Quem mexeu no meu queijo*, de Spencer Johnson (2002) e *O alquimista*, de Paulo Coelho (2001).

Feita a análise dos dados, foi possível entender que, nessas três obras, as parábolas e domínios de origem das figuras estavam sempre vinculados, pedagogicamente, ao chamado “conhecimento enciclopédico de mundo” do leitor e que, em termos de funcionalidade, esses recursos cumpriam, de fato, dois papéis principais: esclarecer e persuadir.

No livro de Johnson (*Quem mexeu no meu queijo*), por exemplo, a imagem do queijo que fica velho e vai acabando aos poucos é facilmente projetada na experiência do senso comum de tudo aquilo que pode representar os meios de subsistência, como alimento, salário etc. O objetivo retórico pretendido pelo autor é persuadir seus leitores a respeito do valor da mudança. Se não mudarmos, o queijo acaba mesmo e morreremos todos de fome. Se mudarmos nossas atitudes, planos etc., principalmente por meio do desapego



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ao velho, da intuição e criatividade chegaremos a outros grandes depósitos de queijo e seremos saciados. Em outras palavras, teremos garantido nossos meios de subsistência.

A conclusão a que chegamos é que esses autores, com maior ou menor sucesso, tentam aplicar os mesmos recursos utilizados por importantes obras ligadas às grandes religiões, como a Bíblia, visando atingir valores universais de seus leitores, como progresso, sucesso amoroso etc., dentro, é claro, de um modelo capitalista de consumo e de poder. Talvez, nesse caso, Leonardo Boff seja uma exceção, uma vez que tenta convencer seus leitores a desenvolver potenciais de liberdade para superar situações de tirania.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Nova Aquilar, 1997.

BOFF, Leonardo. *A água e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

COELHO, Paulo. *O Alquimista*.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GIBBS JR., Raymond W. *The poetics of mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

SPENCER, Johnson. *Quem mexeu no meu queijo?* Rio de Janeiro: Record, 2002.

TURNER, M. *The literary mind: the origins of thought and language*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

horizonte discursivo do professor também representações que este faz do aluno enquanto sujeito aprendiz e do próprio objeto de ensino.

Se o discurso de sala de aula se sustenta no conjunto de imagens que o professor tem do seu papel no espaço de trabalho, estas próprias imagens orientam determinadas formas de encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem, e nelas também vão sendo configuradas discursivamente as relações interacionais construídas com os alunos e com o próprio conteúdo que se pretende ensinar. É, portanto, no discurso que se constroem representações e, por estas, a identidade dos sujeitos (professores e alunos) é construída e re-construída, na organização de sua experiência com o mundo.

Desta perspectiva, recusamos a considerar o gênero aula a partir de configurações fixas, estabelecidas a priori, acima das representações dos sujeitos e dos processos de interação social. Ainda que a aula guarde 'traços' de um trabalho histórico e ideológico que lhe são constitutivos, nas práticas singulares dos sujeitos há sempre possibilidades de desestabilização do que está historicizado, ou seja, no acontecimento enunciativo há sempre possibilidades de re-configurações, justamente porque os gêneros discursivos são relativamente estáveis (BAKHTIN, 2000), por isso mesmo sempre sujeitos a processos de re-criação; obviamente que alguns mais, outros menos abertos à criatividade.

Assim, em nossas análises, focalizaremos os processos analógicos (comparações) que o professor opera como recurso de facilitação de apreensão de determinados conceitos. Por esse recurso, o professor recorre a experiências supostamente vivenciadas pelos alunos, com o propósito discursivo de possibilitar a apreensão/construção de um novo saber. No caso em foco, os processos analógicos funcionam no discurso de ensino-aprendizagem de sala de aula como "andaimes indispensáveis à construção do novo" (SIGNORINI, 2005, p. 94). O discurso do professor recorre ao supostamente vivido, experienciado pelo aluno, como recurso à aprendizagem de novos saberes. A recorrência a situações do mundo vivido joga com saberes que o aluno já domina, coloca em jogo as representações do professor sobre o aluno, na medida em que trabalha a facilitação da aprendizagem e com as representações sobre o conhecimento ordinário dos alunos.

Postulamos, assim, neste processo, a existência da tradução do conhecimento científico por categorias do senso comum, evidenciando-se como um procedimento pedagógico que joga com representações do aluno enquanto sujeito que aprende/deve aprender; do conteúdo de ensino que deve ser submetido ao crivo do trabalho pedagógico e do próprio professor, que tem no seu horizonte discursivo imagens de um trabalho de compreensão do aluno. É porque entram em jogo tais representações que o professor opera um trabalho de didatização do conhecimento científico, trabalho que traz em si marcas do discurso pedagógico de sala de aula.

O nosso corpus<sup>1</sup> é constituído de aulas de Filosofia e Didática em cursos de graduação em Letras e Pedagogia. As nossas reflexões aqui desenvolvidas se fundamentam no princípio dialógico bakhtiniano e na teoria das representações, na perspectiva aberta pela psicologia social (MOSCOVICI; HEWSTONE, 1993).

<sup>1</sup> Estamos considerando a distinção feita por Ehlich (1989) entre discurso ensino-aprendizagem e discurso-aprendizagem de sala de aula. referencia

---

### Do trabalho científico ao trabalho pedagógico: marcas de re-configuração esta prática

Nilsa Brito Ribeiro

nilsa@ufpa.br

Universidade Federal do Pará

Este trabalho apresenta parte de uma pesquisa mais ampla que eleger como foco de análise marcas lingüístico-discursivas configuradoras do gênero aula universitária, atentando para o jogo de vozes que entra em funcionamento. Este estudo, em particular, se orienta pela seguinte pergunta: "em face de um cenário histórico que endereça novas exigências à universidade, inclusive em relação à formação, como se constrói a identidade do professor universitário, nesse contexto?" (RIBEIRO, 2005); que efeitos de sentido a prática pedagógica produz ao colocar em funcionamento certos procedimentos discursivos?.

A partir dessas e outras questões, a nossa reflexão recai sobre a articulação que se opera entre sentidos do senso comum e sentidos do conhecimento científico na passagem deste a objeto de ensino-aprendizagem de sala de aula. Postulamos, neste sentido, que o discurso de sala de aula<sup>1</sup> se constrói por um trabalho no qual se configuram estratégias discursivas orientadas por representações sociais que o professor, historicamente situado, faz de si, orientado pela sua posição social como mediador ou facilitador de aprendizagem. Entram no



## A constituição do ethos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

Cíntia Regina de Araújo

rsmcra@terra.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios foi um evento de interação híbrido para o qual concorreram a produção discursiva restrita à Comissão Parlamentar Mista a produção discursiva restrita ao Comitê de Ética da Câmara a produção discursiva no plenário da Câmara, através de pronunciamentos específicos em torno de fatos que deram origem à convocação da Comissão e de uma série de reportagens, informações e documentos postos em circulação pela mídia. Nesse acontecimento, o sujeito falante, ao dizer, realizou em seu discurso uma apresentação de si, à revelia dos seus enunciatários, por meio da competência lingüística, do conhecimento de mundo e da própria apresentação da pessoa. Ao construir essa imagem, exerceu influência sobre seus enunciatários, pois, se por um lado tentou mostrar as virtudes morais que garantiam sua credibilidade, tais como a prudência, a virtude e a benevolência, por outro, implicou uma dimensão social, à medida que buscou convencer ao se exprimir de modo adequado a seu caráter e a seu tipo social. Roberto Jefferson, por exemplo, em seu depoimento realizado no dia 30/06/2005, disse não ter ido ao Senado Federal desempenhar nenhum papel de artista, característica que foi sendo reafirmada ao longo de seu discurso:

Não sou ator. Não faço aqui o papel do herói, porque não sou. Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual. Não faço o papel de vilão, porque não sou. E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu.

Ele buscou igualar-se a seus enunciatários - no caso, os parlamentares - numa tentativa de persuadir os cidadãos brasileiros - constantemente, durante o discurso, ele manifesta saber que está no "ar": "Cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve"; "Não é pra vocês que eu tou falando. Nenhuma preocupação. É com o povo brasileiro que me vê lá fora". Ele se dirige aos parlamentares, mas busca atingir o povo, dizendo ser igual a todos os parlamentares. "Sou isso, não sou aquilo" (BARTHES, 1966, p.212). Assim, diminuiu a distância existente entre si e seus interlocutores: "é com base no *ethos* que se diminui a distância, um processo que precedentemente denominamos argumentação ou criação de identidade entre parceiros sobre uma questão" (MEYER, 1993, p.129). À medida que a enunciação transcorreu, o então deputado se constituiu como ser de linguagem e apresentou a seus enunciatários traços de seu caráter que pressupunha causar boa impressão, tendo, pois, a intenção de persuadi-los. Ele construiu-se no e pelo discurso como chefe de família; bom pai; bom marido; bom avô; bom amigo, principalmente das mulheres; ser humano qualquer, com erros e acertos, defeitos e virtudes; bom advogado; homem erudito; religioso; detentor de um saber; "homem do povo".

Por meio das escolhas de linguagem que realizou - todo modo de se exprimir é consequência de uma escolha entre diversas possibilidades lingüísticas e estilísticas -, ele engendrou o *ethos* e também o *logos*, fazendo com que sua credibilidade fosse de fato o seu discurso. Suas escolhas disseram respeito, em suma, à maneira de se exprimir. Houve uma tentativa de traduzir os termos fundamentais de Aristóteles quanto às três razões que inspiram confiança: ter um ar ponderado (*phrónesis*); apresentar-se como um homem simples e singelo (*arête*) e dar uma imagem agradável de si mesmo (*eunóia*). Ainda, ele tentou desvelar as duas faces do *ethos*: buscou convencer pelo discurso, sendo o *ethos* constituído no e pelo discurso, conforme já dissemos, e pelo *logos*, portanto, também portador de persuasão. À medida que foi dizendo, o *ethos* foi se construindo: edificou-se por meio do discurso, preso a um processo interativo de influências mútuas entre orador/locutor e auditório/alocutário e somente apreensível dentro da situação de comunicação na qual ocorreu o evento. Tendo em vista essa perspectiva, nosso objetivo é investigar a constituição do *ethos* nos pronunciamentos e nos depoimentos junto à CPMI dos Correios, a partir de alguns pressupostos da Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau e da Retórica.

- AMOSSY, R. *Images de soi dans le discours*. Paris: Nathan, 1999.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964.
- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, R. A retórica antiga. In: COHEN, J. (Org.). *Pesquisas de retórica*. São Paulo: Editora Vozes, 1966.
- CHARAUDEAU. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final dos trabalhos da CPMI dos Correios*. Brasília, abril de 2006.

## Análise retórico-crítica do gênero midiático opinativo no jornalismo impresso

Maria Francisca Oliveira Santos

mfosal@gmail.com  
Centro de Estudos Superiores de Maceió

Pretendemos com este trabalho mostrar a pesquisa que desenvolvemos no Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Formação de Professores da Educação (CISE) do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC), em Maceió-Alagoas, por meio do Programa Semente de Iniciação Científica (PSIC), envolvendo alunos do citado curso. A pesquisa intitula-se *Análise retórico-crítica do gênero jornalístico opinativo no discurso midiático impresso* e apresenta como objetivo geral mostrar a importância do gênero opinativo na mídia impressa do jornalismo, em sua análise estrutural e crítica, visando a divulgação do conhecimento no meio acadêmico.



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

A idéia de perseguir os gêneros textuais proveio de Bronckart (1999, p. 103), para quem “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”. Nesse sentido, uma vez que os gêneros permitem que se instaure a interação entre os interlocutores do texto escrito, Brandão (2000, p.180) assim se expressa: “uma abordagem que privilegie a interação deve conhecer tipos diferentes de textos, com diferentes formas de textualização, visando a diferentes situações de interlocução”.

Restringindo o estudo dos gêneros textuais para o campo jornalístico, apontamos Freitas (2002), segundo o qual a tipologia textual, nessa área de estudo, tem a seguinte classificação: retórico-opinativa, retórico-informativa e retórico-interpretativa. A primeira permite explicitamente que o leitor interprete e forme juízos de valor ou ainda pontos de vista sobre um determinado assunto ou fato. A segunda em por meta ampliar o público ou o auditório receptivo, centrando-se, por isso, no receptor ou referente. A *última* tem por finalidade informar os leitores, constituindo-se numa atitude de ofício do agente da informação da atualidade.

O estudo em foco centra-se no gênero retórico-opinativo, que apresenta a seguinte classificação: editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, crônica, caricatura e carta (MELO, 2003). Nessa linha, analisamos o editorial, a crônica, a carta do leitor e o artigo, estando em processo de estudo a caricatura, representada pela charge (crítica humorística de um fato ou acontecimento específico) e pela tira humorística (narrativa composta por imagens que se sucedem, sendo completada por textos em forma de balões). Os gêneros textuais aparecem na perspectiva da fala e da escrita dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual, constituindo-se, neste trabalho, como um recurso para melhorar o ensino da língua portuguesa em sala de aula. Representam “uma noção propositalmente vaga para referir os textos *materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2002, p. 22-23). Adotamos a perspectiva baseada na tipologia sócio-interacionista, porque entendemos que é na interação que os sujeitos se constituem, pois “a relação interlocutiva se concretiza no trabalho conjunto, compartilhado, dos seus sujeitos através de operações com as quais se determina, nos discursos, a semanticidade dos recursos expressivos utilizados” (GERALDI, 1991, p. 13). Esses sujeitos necessitam, obviamente, para concretizar o trabalho único da linguagem, de um espaço ideológico, que, no caso da nossa pesquisa, é a escola onde serão estudados textos escritos (jornais) que circulam na cidade de Maceió-Alagoas.

Quanto aos aspectos retóricos da nossa análise, entendemos por retórica, conforme REBOUL (1998, p. XIV), “a arte de persuadir pelo discurso”. O autor entende por discurso toda produção verbal, de caráter escrito ou oral, sendo constituído por uma frase ou por uma seqüência de frases, desde que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido. Para o autor, a retórica tem relação com o discurso persuasivo, pois consiste em levar alguém a crer, sem incidir necessariamente no fazer. A retórica são atribuídas várias funções, caracterizadas como persuasiva, hermenêutica, heurística e pedagógica.

Quanto à perspectiva crítica do discurso, notificamos que qualquer gênero produz e reproduz não somente conhecimentos, mas também crenças por meio dos diferentes modos de representação da realidade. Além disso, estabelece as relações

sociais, bem como reforça ou reconstitui identidades. Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 91) propõe a abordagem do discurso efetivado em um quadro tridimensional, envolvendo o *texto*, a *prática discursiva* e a *social*. Discurso é para o autor “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Essa categoria contribui para o estabelecimento das identidades sociais, para a construção das relações sociais entre as pessoas e dos sistemas de conhecimento e crença.

A categoria do *discurso* é identificada com a de *texto*, a qual pode ser estudada abrangendo o *vocabulário*, a *gramática*, a *coesão*, a *estrutura textual*, os *tipos de atos de fala*, a *coerência* e a *intertextualidade*. A prática discursiva vai envolver processos de produção, distribuição e consumo textual, sendo a natureza desses processos variável em relação aos diferentes tipos de discurso em consonância com fatores sociais. O discurso como prática social se volta não somente aos aspectos econômico-políticos, mas também aos de caráter cultural e ideológico. O discurso como prática social está aliado às noções de ideologia e hegemonia, situando-se em uma noção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como uma luta hegemônica. A metodologia adotada neste trabalho proveio da linha teórica adotada, estando, pois, inserida na Análise Crítica do Discurso, na Linguística Textual e nas Teorias do Jornalismo. Assim, temos uma pesquisa de cunho qualitativo, baseada nos princípios que, segundo André (1995), assim podem ser resumidos: a) contato direto entre pesquisador, ambiente e objeto de estudo investigado; b) trabalho com dados descritivos; c) enfoque não do produto, mas do fenômeno em processo; e d) não existência de hipóteses previamente definidas. Admitimos que, embora a nossa escolha seja pela pesquisa qualitativa, sabemos que, muitas vezes, temos que recorrer a dados numéricos como forma de complementação da nossa análise. Trata-se ainda de uma pesquisa baseada na etnografia da escrita, que estuda o funcionamento dos usos da escrita na sociedade.

Os *corpora* foram constituídos por jornais de circulação local e revistas (Maceió-Alagoas) de onde foram retirados os gêneros que constituíram objeto de análise. A análise dos textos selecionados teve um cunho interpretativo à luz da fundamentação teórica destacada, procurando evidenciar os elementos constitutivos que advêm da análise textual do gênero e os fatores ligados às relações interpessoais entre jornalistas e leitores, às crenças predominantes e às identidades. As análises apontam que os gêneros já analisados transmitem conhecimentos, instauram identidades e estabelecem relações de poder, elementos evidenciados por meio da análise retórico-crítica adotada.

ANDRÉ, M. E. D. A de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

BRANDÃO, H. N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: CHIAPPINI, L. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. 5 v.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Maya (Coord.). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREITAS, A. F. R. de. *A retórica jornalística: o processo de indução na imprensa por meio dos argumentos de autoridade*. 2002. 252 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) -



Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Fontes, 1991.

MARCUSCHI, L. A. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO et al. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed.. ver. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

### Estratégias de balanceamento do implícito e explícito na produção de editorial: uma perspectiva de análise

Valter Frias Mariano  
vsm@netsite.com.br  
Universidade de Franca

Ana Cristina Carmelino

Os gêneros de texto constituem hoje ferramenta importante para o desenvolvimento do aluno enquanto agente de uma produção textual voltada para a sua realidade. Dada essa importância, torna-se consensual a idéia de conduzir o aluno a uma produção textual que reflita suas mais diversas necessidades. Neste trabalho, procuramos delimitar alguns dos caminhos percorridos pelo discente quando da elaboração e apresentação de um texto para apreciação do professor, bem como identificar o grau de aplicabilidade, por parte do aluno, de elementos implícitos e explícitos em redações de natureza argumentativa, mais precisamente configuradas no gênero *editorial*. O gênero em análise neste estudo foi escolhido como parte de uma proposta a ser desenvolvida em sala de aula, cujo objetivo era o de iniciar o aluno de oitava série nos procedimentos de organização da argumentação em seus textos. Escolhemos para a análise um editorial produzido por um aluno de oitava série do Ensino Fundamental de uma escola particular localizada em São Joaquim da Barra, na região de Franca/SP. Após exposição teórica de procedimentos de elaboração contidos na apostila do aluno e leitura de modelos de editoriais retirados de revistas e jornais de grande circulação, deu-se a produção dos textos e um deles serviu como *corpus* desta pesquisa. Procuramos estabelecer as seguintes hipóteses de trabalho para fins de análise: há maior relevância argumentativa nos textos quando realmente apoiados, em sua construção, num balanceamento entre suas idéias implícitas e explícitas; há, no entanto, predominância do caráter objetivo e explícito em textos dessa natureza (editoriais) produzidos por alunos do ensino fundamental (8ª série), em oposição à baixa utilização dos implícitos quando da elaboração dos mesmos. Nossas observações decorrem da constatação de que o sentido de um texto, numa situação comunicativa, não depende somente da estrutura textual em si mesma. Para Marcuschi (2004), o produtor de um texto precisa proceder ao “balanceamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via inferênciação. Um texto é considerado explícito quando o que é dito consegue estabelecer um balanceamento adequado entre o

que necessita ser dito e o que pode ser presumido como partilhado. Assim, nossa pesquisa se fundamentou basicamente nos pressupostos teóricos de Marcuschi (2004) e Koch (2003, 2005) acerca das estratégias de processamento textual, mais especificamente nas estratégias textuais de organização da informação (que se referem ao material linguístico distribuído na superfície textual), de formulação e de balanceamento entre o implícito e o explícito. É de nosso conhecimento que o grau de explicitação de um texto nunca poderá ser total; dessa forma, haverá informações que poderão ser explicitadas textualmente a partir de marcas deixadas no texto pelo locutor, bem como haverá informações que ficarão implícitas, sendo de responsabilidade do interlocutor recuperá-las por um processo de inferênciação, pressuposição e conhecimentos prévios. Segundo Koch (2005), “o grande segredo do locutor competente” seria justamente o de proceder ao balanceamento do que precisa ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito. No contexto das condições de produção observadas, pôde-se perceber que os elementos explícitos tiveram aplicação bem mais acentuada no editorial se comparados aos elementos implícitos, ou seja, houve uma tendência à utilização dos elementos dados em comparação aos elementos novos, o que não necessariamente determinou que o texto tivesse um baixo grau de informatividade, já que, de acordo com Koch, a utilização dos elementos dados no texto é de grande importância, uma vez que é pela informação dada que se introduz uma informação nova que, por sua vez, objetivará a ampliação e/ou reformulação de conhecimentos armazenados no espaço cognitivo do interlocutor.

COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1993.

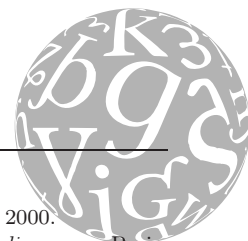
\_\_\_\_\_; MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

### A inscrição das afetividades no discurso produzido nas interações em sala de aula

Marinalva Vieira Barbosa

marinalv@iel.unicamp.br  
UNICAMP

No sentido aristotélico, o papel do pathos como elemento argumentativo está relacionado à inscrição das afetividades na linguagem, o que remete à problemática de saber como esse fenômeno pode ser posto no discurso. Segundo Amossy (2006, p. 197), essa questão tem sido tratada por diferentes perspectivas nos estudos da linguagem, mas ainda é difícil estabelecer uma diferenciação entre “l’expression de l’émotion (les marques de l’affectivité dans le langage)



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

et les effets pathèmes ou éléments susceptibles de créer l'émotion chez l'allocutaire". Há uma espécie de consenso sobre a dificuldade para definir metodologias de análises que possam identificar as diferentes dimensões lingüísticas e discursivas de tal fenômeno. Parte dessa dificuldade deriva das concepções construídas sobre o papel das emoções nos campos que tratam das atividades humanas. A outra parte vem da dificuldade de estabelecer as diferenças necessárias entre o que são as emoções como fenômeno fisiológico e linguageiro. Os estudos lingüísticos clássicos (morfologia, sintaxe, semântica das emoções), ainda bastante apegados às categorias filosóficas e psicológicas também clássicas, procuram traçar definições sobre o que são verbos, adjetivos, substantivos de sentimentos, emoções e paixões. Ocorre que tais categorizações, na maioria das vezes, quando levadas para o campo da linguagem, explicam o papel das emoções resultantes de acontecimentos específicos, como a tristeza pela morte de um ente querido, o medo provocado por um acidente. As narrativas desses acontecimentos permitem a emergência de um discurso pontual, marcado pela força que esse tipo de vivência exerce sobre as disposições humanas. Fora fica a grande multiplicidade de palavras, termos e enunciados que referem às afetividades intersubjetivas, construídas nas interações sociais e culturais. Quando consideramos as práticas discursivas cotidianas da sala de aula, é possível verificar que esse fenômeno é um importante elemento de organização do discurso, mas não está ligado, por exemplo, a expressões faciais ou a posturas distintas. Existem como e a partir de atos de linguagem e, como tais, precisam ser analisados por meio de recursos metodológicos diferenciados. Isso impõe a exigência de não adotar classificações rígidas e que visem resultados precisos. Com outros termos, a enunciação do medo de apresentar um trabalho durante uma aula ou seminário não pode ser posta como equivalente ao medo vivido por uma pessoa que sofre um acidente. Além disso, a entrada das afetividades no campo da linguagem se dá por meio de processos de simbolização e ressignificação do vivido e, por isso, provoca efeitos de sentidos que não podem ser mensurados como verdadeiros ou não. Isto é, ao sujeito de discurso não cabe a pergunta: ele sente ou não o que enuncia? Diante disso, nesta comunicação, o objetivo é mostrar que tanto a definição de um termo lingüístico pertencente ao campo das afetividades como os seus sentidos, no discurso, dependem das circunstâncias nas quais aparece: é contextual. Logo, é necessário olhar para o lugar ocupado pelos sujeitos com relação aos acontecimentos discursivizados e, sobretudo, para os objetivos da enunciação das afetividades. Para tanto, analisarei discursos de professores e alunos do Ensino Fundamental (EF) (que derivam de um estudo mais amplo, desenvolvido para a escrita da tese de doutorado sobre o funcionamento dos termos e enunciados de emoções nas interações em sala de aula). Especificamente, o foco será no funcionamento argumentativo do pronomes "isso", dos diminutivos e das pequenas expressões adverbias e adjetivas presentes no discurso do professor, retirados de aulas gravadas em diferentes séries do EF durante o ano de 2004. As análises serão fundamentadas nas concepções bakhtinianas de sujeito e linguagem e, também, nos estudos desenvolvidos por Plantin (1998, 2000) e Amossy (2006) sobre o papel das afetividades no discurso argumentativo. A presente pesquisa conta com o apoio da FAPESP para sua realização integral no IEL e da CAPES para o estágio no exterior.

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Tradução de Isis Borges

- B. da Fonseca I. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
AMOSSY, R.(Org.) *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2006.  
BAKHTIN, M. V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.  
\_\_\_\_\_. *Hacia una filosofía del acto ético. De los Borradores y otros escritos*. Comentarios de Iris M. Zavala Y Augusto Ponzio. Rubí: Anthropos; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997.  
PLANTIN, C. Les raisons des émotions. In: BONDI, M. (Éd.). *Forms of argumentative discourse: per un'analisi lingüistica dell'argomentare*. Bolongne: CLUEB, 1998. p.1-50.  
\_\_\_\_\_. *Les émotions dans les interactions*. Paris, 2000.

### A metáfora no processo de construção do texto publicitário

Cristhiane Ferreque

crithiane.linguagens@yahoo.com.br  
Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho representa as investigações iniciais do nosso projeto de pesquisa intitulado *Análise argumentativa e discursiva de publicidades em revistas para crianças*, com vistas a dissertação de mestrado, iniciada em maio do presente ano no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – PPGEL da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Visa discutir a utilização da metáfora como processo argumentativo e discursivo na construção do texto publicitário, à luz dos pressupostos teóricos de Chaim Perelman (1996) e Lakoff e Johnson (2002), considerando, ainda, as condições de produção, na perspectiva da Análise do Discurso, linha francesa. O *corpus* da pesquisa são anúncios publicitários veiculados nas revistas *Recreio*, publicadas no ano de 2006, cujo público-alvo são crianças de 06 a 11 anos de idade. Escolhemos essa revista, entre outras tantas revistas infantis que circulam no mercado, primeiramente porque atende à faixa etária de 06 a 11 anos, envolvendo crianças já iniciadas na leitura e pré-adolescentes, depois por ser essa revista, conforme pesquisas que fizemos em variadas bancas de jornais/revistas, uma das mais procuradas e vendidas para crianças. Para este trabalho selecionamos do *corpus* dois anúncios que servirão de amostra para a abordagem do uso da metáfora como processo argumentativo e discursivo. Baseados nas idéias de Perelman e Tyteca, entendemos que os argumentos são agrupados em três classes: os argumentos quase lógicos, os argumentos fundados na estrutura do real e os que fundam a estrutura do real; entre os argumentos que fundam a estrutura do real encontramos a metáfora, que, para Perelman, ultrapassa o valor estético e constitui-se numa poderosa força argumentativa. Outro paradigma para a metáfora foi apresentado pelo lingüista George Lakoff e o filósofo Mark Johnson; eles demonstram através de pesquisas que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação, e que o nosso sistema conceptual ordinário é fundamentalmente metafórico por natureza. Os autores fornecem diversos exemplos do modo como a metáfora permeia a linguagem cotidiana e na qual vivemos imersos sem dela termos muita consciência,



afirmando que o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora. Nessa perspectiva, diversos estudiosos da linguagem publicitária, entre os quais Sandman (1993), Morentim (1991) e Carvalho (2004), assinalam o uso freqüente dessa figura retórica nas mensagens publicitárias e enfatizam o seu emprego enquanto importante instrumento de sedução e manipulação. Ora, na sociedade atual, ocidental e industrial, o texto publicitário ganha uma importância muito grande, uma vez que influencia comportamentos e mentalidade da população. É evidente também que, atualmente, não apenas o consumidor adulto é alvo da publicidade, mas também o público adolescente e infantil, denominado por Gade (1980) de “mercado jovem”, já que, no contexto atual, a criança vem cada vez mais ocupando papéis decisórios para a compra, seja como iniciador, influenciador, decisor ou usuário. Em alguns casos, jovens e crianças de maior poder aquisitivo e que normalmente recebem “mesada” exercem também o papel de comprador. Desse modo, as empresas atualmente estão mais propensas a expor seus produtos às crianças e solicitar delas informações de marketing. Todo esse contexto eleva a importância de estudos que contribuam para uma maior compreensão dos recursos utilizados para a construção de um discurso elaborado para convencer e seduzir e que provoca mudanças de idéias e comportamentos de pessoas, e em especial do público infantil. Assim, na análise que fazemos de anúncios publicados na revista *Recreio*, abordamos não só as duas concepções de metáfora (a de Perelman e Tyteca e Lakoff e Johnson), mas também analisamos a sua utilização na construção de um texto atrativo e sedutor que culmina com a persuasão do seu público alvo.

CARVALHO, Nelly. *A linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2004.

GADE, Christine. *Psicologia do consumidor*. São Paulo: EPU, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

KOTLER, Philip. *Administração e marketing: a edição do novo milênio*. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MORENTIN, Juan A. M. *El mensaje publicitario: nuevos ensayos sobre semiótica y publicidad*. Buenos Aires: Edicial, 1984.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas (SP): Pontes, 2000.

PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie. *O tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANDMANN, Antônio. *A linguagem da propaganda: linguagens especiais; morfossintaxe e semântica da propaganda; propaganda e retórica*. São Paulo: Contexto, 1993.

---

### **Análise interacional do discurso e comunicação profissional-cliente em contextos de saúde: quando a conversa é parte da cura.**

*José Carlos Gonçalves*

jcg06@oi.com.br  
Universidade Federal Fluminense

A comunicação objetiva apresentar o projeto “Comunicação tem remédio: interação profissional-cliente em serviços de saúde”, desenvolvido na pós-graduação em letras da Universidade Federal Fluminense – UFF. O projeto busca caracterizar a natureza da interação verbal e não-verbal nos processos comunicativos entre profissionais e clientes em contextos institucionalizados de serviços de saúde. A metodologia interdisciplinar da Análise Interacional da Conversação analisa gravações de interações entre profissionais e clientes em uma variada gama de contextos, com base em observações e gravações de interações em áudio e vídeo entre profissionais e clientes em consultas médicas - incluindo clínica geral, pediatria e fisioterapia - e atendimentos farmacêuticos domiciliares e balcão, assim como aplicações de injeções, troca de curativos, além de atendimento odontológico e atendimento para a prática de hidroginástica, entre outros contextos, buscando caracterizar os diversos gêneros discursivos característicos desse domínio discursivo, bem como descrever os aspectos tipológicos e as suas capacidades de linguagem dominantes. Com base no instrumental teórico da análise interacional do discurso, a micro-análise verbal e não-verbal apresenta alguns resultados preliminares, em que se descrevem processos, pistas de contextualização, estratégias comunicativas e mecanismos linguísticos verbais e não-verbais dos interlocutores no processo de negociação do significado das interações de trabalho. São descritas e analisadas estratégias linguísticas (aumentativos e diminutivos, adjetivos e formas de tratamento) e extralinguísticas (tais como entonação, cinésica e proxêmica) e também discursivas, entre as quais se destacam a mudança de tópico e uso do baby talk (maternalês), além do footing e o alinhamento e os marcadores conversacionais verbais e não-verbais que ajudam a tornar a relação profissional/cliente mais simétrica. Além das pistas de contextualização, a pesquisa procura também identificar e analisar os enquadres, alinhamentos e mudanças de alinhamento ocorridos na interação face-a-face no contexto da saúde, que são projetados pelos participantes em função da posição, papel ou status de participação assumidos na interação. Entre as questões discutidas se inserem alguns problemas adicionais na relação profissional-cliente em contextos de saúde, como a questão da percepção da doença e da finalidade da interação para os profissionais e os pacientes. Estudos de Gonçalves (1994, 2004), assim como os de Drew e Heritage (1993), evidenciam como médicos e pacientes operam em esquemas interacionais conflitantes, onde ocorre um choque de estilos e estratégias conversacionais e interacionais, fruto de expectativas e percepções divergentes do significado da interação para as partes, resultando assim em alinhamentos diferentes dos participantes em relação às atividades, representando problemas de footing, ou alinhamento (GOFFMAN, 1981) desigual dos interagentes no contexto institucional. Interagindo em perspectivas conflitantes, profissionais e pacientes muitas vezes são vítimas de mal entendidos e insatisfações recíprocas com base em pressupostos e expectativas divergentes. A questão da adesão ao tratamento também é analisada em decorrência tanto da qualidade do vínculo estabelecido entre o profissional e o paciente, como da qualidade da comunicação e da informação dispensada pelos profissionais aos pacientes. Alguns resultados preliminares evidenciam que estratégias de aproximação dos profissionais em direção aos seus pacientes parecem ser uma tentativa bem sucedida de diminuir as barreiras comunicacionais e proporcionar maior satisfação interacional e preenchimento das expectativas recíprocas dos participantes. Através dessas estratégias de aproximação,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

cria-se um entendimento que poderá ajudar a construir uma ponte entre o mundo dos profissionais e o mundo dos clientes, auxiliando os profissionais, como detentores do poder hegemônico de controlar a interação, a mudar as suas atitudes objetivas, distantes, de rotina, e a adotar uma atitude mais personalizada, envolvida, de atenção ao cliente. A pesquisa descreve e analisa as estratégias lingüísticas (aumentativos e diminutivos, adjetivos e formas de tratamento) e extra-lingüísticas (tais como entonação, cinésica, proxêmica), e também estratégias discursivas, entre as quais se destacaram a mudança de tópico e o uso do baby talk (maternalês), os marcadores conversacionais verbais e não verbais, além do footing e os diferentes alinhamentos, que ajudam a tornar a relação profissional/cliente mais simétrica. Entre as estratégias discursivas, a gestão do tópico, com a mudança dos tópicos sancionados pelos profissionais na agenda interacional para tópicos transicionais e fáticos, torna a interação menos tensa e mais humanizada, com conseqüente aumento da satisfação interacional dos participantes. Embora os profissionais naturalmente mantenham o controle tácito da interação, com domínio sobre a progressão temática e sobre as estruturas de participação, a flexibilização da gestão dos tópicos contribuiu para tornar menos crítica e menos tensa a interação de serviços de saúde. O uso do baby talk, ou maternalês, comum também na fala de professores, revelou-se uma estratégia de aproximação muito eficaz, pois ajudou a mitigar e modalizar a diretividade da fala do profissional, tornando-a mais simétrica e menos coercitiva através do uso do *nós* inclusivo e do uso de formas como *a gente* e outros atos de fala indiretos que tornaram a linguagem menos impositiva. Diferentes enquadres e alinhamentos também ocorreram, principalmente em consultas com crianças e idosos, que geralmente têm a presença de co-participantes, na forma de acompanhantes e/ou responsáveis. Pôde-se ver como os profissionais podem sinalizar como a sua fala ora se dirige a uma ou outro participante como ouvinte ratificado. Por último, a análise evidenciou o papel primordial dos marcadores conversacionais como pistas de contextualização que os participantes empregaram na explicitação do significado das interações para os participantes. A análise mostra como os marcadores exercem um papel muito importante em todas as fases do ciclo de atendimento. Nos contextos da saúde, a comunicação é parte integrante da qualidade da assistência prestada, e é de importância fundamental para a satisfação de pacientes e profissionais e a adesão ao tratamento por parte dos pacientes. O projeto visa criar subsídios para que profissionais treinados em habilidades para comunicação possam oferecer condições mais adequadas para o atendimento dos clientes e a adesão dos pacientes ao tratamento.

BALDUTTI, F. Enquadres e alinhamentos em uma aca-reação no Procon. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., 2001, Ouro Preto. *Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes*. Ouro Preto, 2001. Disponível em <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/LCA/lca1401.htm>. Acesso em 11 mar. 2005.

CAMARGOS, M.C. *Estratégias de aproximação na interação profissional-cliente em contextos de saúde*. Dissertação (Mestrado em Letras). – UNINCOR, Três Corações, 2005.

GOFFMAN, E. Footing. In: *Forms of talk*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1981.

GONÇALVES, J. C. Análise do Discurso e interação médico/paciente: perspectivas em conflito. In: CONFERÊNCIA

BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO E SAÚDE, 2003. São Bernardo do Campo. *Anais da VI Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2003. 1 CD-ROM.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. 5. ed. São Paulo : Ática, 1999.

ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo : Contexto, 1992.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

SILVA, M. J. P. *Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde*. [S.L.] : Gente, 1996.

SILVEIRA, J. O.; MAGALHÃES, M. I. S. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1996.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Interactive frames and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/interview. In: TANNEN, D. *Framing in discourse*. New York: Oxford, 1993.

### Na relação do sujeito-aprendiz de língua estrangeira: questões de cultura e de identidade

Maria de Lourdes Marques Moraes  
lourdesmarques6851@hotmail.com  
Universidade do Vale do Rio Verde

Beatriz Maria Eckert Hoff

Considerando que o conhecimento e a relação do sujeito-aprendiz com a cultura do outro, por meio da aprendizagem de uma nova língua estrangeira, permitem e/ou conduzem esse aprendiz a repensar a relação com sua própria cultura partindo evidentemente do confronto da idéia de identidade advinda da relação com a sua cultura e a cultura do outro - no caso, a cultura americana -, temos como pressuposto que aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se um outro (PRASSE, 1997; CORACINI, 2003; ECKERT-HOFF, 2002). Nosso estudo nasceu de uma inquietação como professora de língua inglesa, por observarmos, há algum tempo, que o sujeito-aprendiz da língua outra se considera vítima de uma cultura dominadora de outras culturas e se sente muitas vezes "obrigado" a fazer o uso da língua inglesa para se comunicar em seu próprio país, no seu trabalho, para fazer uso de inúmeros aparelhos eletrônicos, para viajar, para passar no vestibular ou para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho. Essas observações de nossa prática nos instigaram a pesquisar a relação do sujeito com a sua língua e a língua estrangeira em estudo, partindo da hipótese de que o sujeito-aprendiz da língua estrangeira, no caso a língua inglesa, possui muito mais do que simplesmente o desejo de aprender uma segunda língua, mas que ele se encontra imerso na chamada crise de identidade provocada, em grande parte, pela ideologia da globalização, em que, cada vez mais, as pessoas se sentem pressionadas a inserir-se - através do aprendizado de um novo idioma - numa relação de poder (talvez imaginária) que o domínio deste idioma proporcionará nos segmentos pessoais e profissionais. Isso, principalmente, se considerarmos o encontro ou o confronto





desse sujeito-aprendiz com as variedades discursivas, culturais e sociais, dada a sua inserção na sociedade globalizada e estereotipada. Estas reflexões sobre o sujeito-aprendiz e a sua relação com a cultura americana nos leva também a problematizar a questão da identidade, visto que ela emerge no interior de um jogo de modalidades específicas de poder e que é construída por meio da diferença, e não fora dela, e por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, e mais precisamente com aquilo que lhe falta. E essa relação não tem a ver tanto com as indagações sobre quem somos, mas muito mais com os questionamentos sobre o que poderemos nos tornar a partir do domínio de uma nova língua. Em busca de estudar tais questões, fundamentamo-nos nas noções da Análise do Discurso de linha Francesa, que tem por predecessor Michel Pêcheux, e na concepção do sujeito psicanalítico, postulado pela terceira fase desta teoria, que entende o sujeito marcado pela heterogeneidade, clivado e dividido no movimento entre os pólos do consciente e do inconsciente, perdendo a sua centralidade, não podendo conceber, pois, uma identidade resolvida, finalizada, fixa, mas a capacidade de capturar momentos de identificação. Com isso, descarta-se a relação ilusória da homogeneidade, considerando a complexidade deste sujeito-aprendiz. Para tal estudo, propomo-nos a analisar o discurso de sujeitos-aprendizes de língua inglesa por meio de entrevistas com alunos de um instituto de línguas da cidade de Coronel Fabriciano / MG de diferentes faixas etárias e de diferentes níveis de proficiência na língua inglesa. Temos como objetivo analisar a relação de submersão do sujeito-aprendiz à cultura transmitida pelo novo idioma para capturar pontos de identificação desse sujeito, considerando a história, a cultura, a ideologia. Os resultados parciais desta pesquisa mostram que os discursos desses sujeitos parecem apontar para uma auto-afirmação, que procura resgatar a sua nacionalidade, seu patriotismo, a valorização da sua cultura em contraponto a tudo que poderia ser considerado superior pelo fato de advir de uma outra cultura, supervalorizada, moderna, desenvolvida e que poderia subjugar a cultura nacional e até mesmo a língua materna desse sujeito-aprendiz. O estudo nos mostra os conflitos e as contradições que entram na constituição do sujeito aprendiz de outra língua.

- BARONAS, Roberto Leiser (Org). *Identidade cultural e linguagem*. Mato Grosso: Pontes, 2005.
- CORACINI, Maria José. *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- ECKERT-HOFF, B. M. A leitura na aula de língua estrangeira: O que dizem os professores. *Revista Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, jul.-dez., 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Campinas, abr.- jun., 1993.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 2.ed. Tradução de E. P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 1988.
- PRASSE, J. (1997). O desejo das línguas estrangeiras. *Revista Internacional*, R.J., Paris, Nova York, Buenos Aires, n. 1, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

## Desejo de completude e a língua do outro: representações de língua estrangeira e concepções de conhecimento em professores de inglês não-proficientes

Deusa Maria de Souza-Pinheiro Passos

deusa@usp.br  
Universidade de São Paulo

Este trabalho faz parte do projeto “A (não) proficiência em língua estrangeira: o lugar da *falta* e(m) forma(s) de representação do professor de inglês”, inserido no projeto interuniversitário intitulado “(Des)construindo identidade(s): formas de representação de si e do outro nos discursos sobre línguas (materna e estrangeira)”, coordenado pela Profa. Dra. Maria José R.F. Coracini, do IEL, Unicamp.

Articulando duas questões centrais no conceito psicanalítico de subjetividade – desejo e falta –, este trabalho procura investigar a metáfora de “dominação” em relação à língua. Apoiando-nos na leitura de Fink (1998) a respeito do sistema conceitual lacaniano, especialmente no que concerne a sua concepção não-essencialista do sujeito, postulamos que a relação de um sujeito com uma língua estrangeira (uma língua que não lhe pertence) é inevitavelmente definida pela idealização dessa língua e uma falta que jamais será preenchida.

Ser proficiente em qualquer domínio envolve ter certas habilidades. Em relação às línguas, o conceito de proficiência insere-se, geralmente, em um contexto que associa o termo *proficiência* a completude e domínio.

O termo *proficiente* costuma ser empregado – especialmente em contexto institucional – para referir-se à língua do outro (portanto, uma língua estrangeira) e ao grau de conhecimento que se tem dessa língua.

A oposição proficiente X não-proficiente é sustentada ainda por um outro par de opostos: língua materna *versus* língua estrangeira.

A partir de uma visão idealizada, acredita-se que um falante seja proficiente em sua chamada língua materna, enquanto seu conhecimento a respeito de outra língua será provavelmente determinado por uma combinação de fatores que, por sua vez, explicariam as dificuldades presentes na aquisição ou aprendizagem de uma língua estrangeira, incluindo o sentimento de frustração associado à indesejada distância de conhecimento linguístico que separa o não-nativo de um nativo daquela língua.

No nosso universo de pesquisa, ou seja, no ensino de língua estrangeira – mais especificamente, a língua inglesa –, deparamo-nos com um elemento que parece permear o discurso tanto de professor como do aluno. Trata-se da questão da aprendizagem da língua estrangeira em sua totalidade. Seria possível falarmos em conhecimento total de uma língua? Essa pergunta, colocada assim, teria provavelmente uma resposta negativa. Parece-nos já familiar a seguinte reação: “Mas é *impossível* conhecer uma língua completamente. Estamos sempre aprendendo mais a respeito dela.” É o reconhecimento de uma *impossibilidade* que nos chama a atenção e nos intriga. Torna-se um ponto que



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

merece reflexão essa negação que camufla um desejo, denega um anseio.

O desejo de proficiência faz parte da crença que o senso comum tem em relação ao aprendizado de uma língua estrangeira. Não é raro encontrarmos na literatura a respeito de aprendizagem de língua estrangeira o conceito de proficiência definido como a habilidade que o aluno deve ter para agir sobre o que foi aprendido a fim de engajar-se numa comunicação efetiva. Visto desse modo, o desempenho do aprendiz “pressupõe parâmetros lingüísticos de falantes nativos” (WIDDOWSON, 1991).

Este estudo busca focalizar os processos de construções identitárias de professores brasileiros de língua inglesa que atuam na rede pública estadual, com ênfase em professores designados como “não-proficientes”, a fim de identificar, por um lado, as representações que eles têm da língua que ensinam – mas que pouco conhecem –, produzindo uma noção de uso de língua muito particular, e, por outro lado, a relação desse estado de coisas com a noção de conhecimento produzida institucionalmente.

Com base em análises de entrevistas realizadas com professores brasileiros de língua inglesa em escolas públicas do estado de São Paulo, sugerimos que as representações desses professores com respeito à língua inglesa mantêm uma relação bastante próxima com sua própria habilidade (ou falta de habilidade) de falar a língua estrangeira escolhida como espaço enunciativo de atuação profissional. A impossibilidade de “domínio” de uma outra língua produz um dilema no qual se insere a identidade desse professor, ou seja, entre o *desejo da língua* e *desejo de conhecimento*; entre o desejo de adquirir uma proficiência no nível de idealização do nativo (desejo do outro) e reconhecimento profissional (esperança imaginária no outro como instância capaz de satisfazer seus desejos).

A relação que se estabelece entre professores considerados não-proficientes e a língua estrangeira que ensinam reside na generalização da comparação *língua nativa-língua estrangeira*, a qual, por sua vez, produz a crença de completo – e, portanto, mensurável – domínio técnico da língua. Nesse contexto, a língua é concebida como um conjunto de partes, conectadas somente de forma tangencial, moldada quase exclusivamente por meio de instruções e conteúdos presentes em materiais destinados ao ensino de língua estrangeira.

A visão sobre a língua inglesa que parece ser predominante entre professores “não proficientes” contribui para construir (i) representações de língua estrangeira e ensino de língua estrangeira no contexto de escolas da rede pública estadual no Brasil e (ii) professores como sujeitos sociais.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéités Énonciatives. *Langage*, Paris, n.73, 1984.

CORACINI, M.J.R.F. (Org.). *Discurso e identidade: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

DERRIDA, J. *Le monolinguisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996.

FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Paris: Gallimard, 1969.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução de T.T. da Silva e G. L. Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

MILNER, J.C. *O amor da língua*. Tradução de Ângela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, E.P. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SERRANI, S. *Formações discursivas e processos identificatórios*

na aquisição de línguas. *D.E.LT.A.*, v.13, n. 1, 1997.

SILVA, T.T. da (Org.) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WIDDOWSON, H.G. *Aspects of language teaching*. Oxford: O.U.P., 1991.

### As relações textuais-discursivas e suas marcações (ou não): algumas abordagens

Líbia Mara S. Saraiva

libia9665@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Muito tem sido discutido acerca das relações discursivas – também chamadas de relações de coerência – e dos marcadores dessas relações; ora considerados como conjunções, ou conectivos (conectores) discursivos, marcadores lingüísticos, marcadores discursivos, ou, ainda, marcadores de relações discursivas; ora marcadores conversacionais, a depender do tipo de abordagem teórica que se estiver considerando. Isso porque a classificação atribuída a esses elementos, comumente, está estritamente relacionada à consideração do que eles representam em cada vertente ou proposta teórica. Aliás, tal(s) classificação(ões) refere-se, de fato, à função, por assim dizer, que tais marcadores podem vir a desempenhar ou o que eles podem realmente relacionar, de acordo com a visão de um ou outro autor.

Nesse ambiente, instauram-se questões concernentes às possíveis restrições dos marcadores, sobre suas implicaturas; enfim, sobre os possíveis limites de seu uso.

Enquanto alguns autores se preocupam em analisar os marcadores (ou os conectivos) no nível da sentença, na cadeia sintagmática (como mostra parte do trabalho de Vogt (1980), Fraser (1999) e Knott e Dale (1993) etc) em que a distribuição dos conectivos é feita na sintaxe – para o que parece haver três conjunções: a subordinação, a comparação e a coordenação –, outros optam por considerá-los sob a ótica da semântica, no nível da sentença do enunciado (conf. Blakemore (1992), por exemplo) e outros, ainda, buscam uma análise pragmática, no nível global, considerando o discurso como um todo (nesse sentido, vale mencionar o trabalho de Taboada (2005), entre outros).

Para a análise dos marcadores discursivos, Knott e Sanders (1998) propõem uma classificação do que eles chamam de “relações de coerência” e seus marcadores lingüísticos por meio de quatro princípios: “Basic operation, Source of coherence, Polarity, Order of segments”, que consideram comuns a todas as relações. E, na consideração das sentenças, ressaltam conceitos cognitivos, segundo eles, fundamentais ao processamento da língua.

Isto é, com vistas a classificar as relações e seus marcadores, esses autores sugerem a junção de duas metodologias (SANDERS *et al*, 1992, 1993; KNOOT; DALE, 1994): uma baseada em princípios psicológicos e outra na classificação das sentenças, afirmando ser essa junção satisfatória ao estudo das relações e de seus marcadores discursivos.

Já Hutchinson (2005) propõe a análise dos marcadores por meio de dois tipos de relacionamento, baseados nos critérios da similaridade e da substitutabilidade, remetendo



à importância dos conceitos desses critérios à psicologia, à inteligência artificial e à linguística computacional, a fim de se relatar o envolvimento de itens lexicais no nível do discurso, o que, para o autor, simplifica a aplicação dos marcadores em diversos ambientes, por assim dizer.

Ademais, Rouchota (1996) apresenta duas teorias para analisar os possíveis relacionamentos dos conectores discursivos: a da coerência e a da relevância. Na primeira, a coerência é considerada “a propriedade mais importante de um texto” (ROUCHOTA, 1996, p.2), por ser possível sua análise através das relações que fazem do próprio texto uma unidade. Aí, os conectores são tidos como unidades relacionais de discurso e servem para *explicitar* as relações de coerência: ligam duas unidades de discurso. Na segunda, os conectores são um dos meios para se *identificar* o contexto, pois guiam o processo de interpretação especificando certas propriedades desse contexto: ligam uma informação ao contexto. Aqui, o contexto não tem de ser necessariamente verbal, o que não pode ocorrer na teoria da coerência: se o contexto não for verbal, ela não poderá ser aplicada à análise dos conectores, já que aí eles não ligam unidades de discurso.

Enquanto para a teoria da coerência as relações já existem e os conectores apenas restringem as relações possíveis, pois são os conteúdos proposicionais que nos permitem interpretar o enunciado, na teoria da relevância o conector contribui para o levantamento de suposições, partindo inclusive de uma idéia (contexto) para produzir significado, conforme o contexto que, para isso, também é construído naquele instante do uso.

Obviamente, Rouchota (1996) acredita que essas duas teorias analisam os conectores de formas similares, já que, em ambas, eles desempenham um papel facilitador na sinalização das relações. Há, contudo, pontos que as distinguem, pois, conforme a teoria da coerência, os conectores restringem as relações que o ouvinte deve recuperar para interpretar o discurso, enquanto na teoria da relevância eles servem como guias aos ouvintes para que eles construam o contexto e seus efeitos.

Ainda que os tipos de conectivos, bem como suas considerações, sejam tomados de maneiras distintas entre os diversos autores que disso tratam, parece haver, entre os mesmos, um objetivo comum, que é a busca por uma melhor classificação, que abarque a maior diversidade de conectores ou a maior diversidade de funções ou tipos em que os mesmos possam ser agrupados. Isto é, todos, de uma forma geral, parecem buscar por categorizações, umas mais amplas e extensas, outras, visando a praticidade, parecem se estreitar muito, o que, por vezes, acaba por conduzir a uma visão um tanto limitada dos fenômenos e/ou eventos que envolvem a marcação ou não das relações textuais.

De qualquer forma, entre uma tentativa e outra, faz-se notável a preocupação dos estudiosos não só em distribuir as conjunções em grupos, mas também em justificar as situações de suas ocorrências e suas relações.

Entretanto, muitas são as vezes em que, por almejar apresentar uma proposta que melhor classifique os conectores, os autores terminam por privilegiar ou uma abordagem de ordem sintática, ou semântica, ou, ainda, pragmática. Isso sem desconsiderar, é claro, o trabalho daqueles que propõem uma junção dos três tipos no quadro geral das conjunções.

Por tudo isso, objetivou-se, com este trabalho, uma breve discussão sobre algumas propostas que visam a alguma taxionomia dos chamados, por muitos, de marcadores discursivos, assim como sobre suas possíveis relações, com vistas a compreendê-los como fenômenos que invadem tanto

o campo das pesquisas, como também o das diversas práticas escolares, em que se lida, dia após dia, com a questão da classificação (ou não) dos elementos que marcam (ou não) as relações textuais-discursivas.

Após uma breve análise acerca do que propõem alguns autores, pôde-se observar que, por mais que uma teoria se distinga de outra, muitos são seus pontos convergentes, haja vista que, preocupado com uma determinada classificação, há, para qualquer estudioso, uma gama de possibilidades de verificação acerca das relações e de seus marcadores. Ademais, importa dizer que, por mais interessantes que sejam os trabalhos dos que consideram a importância também das relações não-marcadas, não se pode deixar de mencionar o fato de que, se marcada (ou sinalizada, ou explicitada, ou expressa...) uma relação, notável é a ‘facilidade’, por assim dizer, de uma melhor compreensão/interpretação tanto entre as sentenças como entre todo o texto em que a marcação pode vir a ocorrer.

Interessante também é o fato de que alguns autores relacionam o funcionamento dos marcadores à interpretação, mas não explicam seu (não) funcionamento – talvez por, nesse caso, serem consideradas somente as relações não-marcadas, o que não fica muito claro – quando não há interpretação...

Tudo isso parece conduzir a uma necessidade contínua de se analisar tais relações, visto que, conforme se pôde notar, sua categorização não se esgota: o que se pode ter, na verdade, é uma classificação plausível para um determinado fim.

BLAKEMORE, D. *Discourse connectives*. s.l., 1992. p.134-154.

FRASER, Bruce. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*, Boston, 1999.

HUTCHINSON, Ben. *Modelling the substitutability of discourse connectives*. University of Edinburgh, 2005.

KNOTT, Alistair, DALE, Robert. *Using Linguistic Phenomena to Motivate a Set of Coherence Relations*. Department of Artificial Intelligence, Human Communication Research Centre, University of Edinburgh: Scotland, May 14, 1993.

KNOTT, Alistair, SANDERS, Ted. *The classification of coherence relations and their linguistic markers: an exploration of two languages*. Human Communication Research Centre, University of Edinburgh. Scotland: Journal of Pragmatics, 1998. Utrecht Institute of Linguistics Uil OTS, University of Utrecht. The Netherlands: Journal of Pragmatics, 1998.

ROUCHOTA, Villy. *Discourse connectives: what do they link?* UCL Working Papers in Linguistics 8, 1996.

TABOADA, Maite. *Discourse markers as signals (or not) of rhetorical relations*. Department of Linguistics, Simon Fraser University: Canada, 2005.

VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções *porque*, *pois*, e *já que*. In: *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980. p.43-60. (Coleção Linguagem)



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### O canto do Patativa: relação interdiscursiva na construção dos sentidos da poesia

Maria Eliza Freitas do Nascimento

elizamfn@hotmail.com  
Universidade Federal de Pernambuco

O presente trabalho é parte de nossa Dissertação de Mestrado, em fase inicial. Busca compreender a linguagem enquanto fenômeno discursivo, cujos sentidos são percebidos em sua relação com a história. O sentido é heterogêneo e disperso, não está preso nas palavras, nasce de forma dialógica, múltipla, sempre articulado a uma memória discursiva. O objetivo é lançar um olhar discursivo sobre a produção poética de Patativa do Assaré, analisando como o interdiscurso está articulado na construção dos sentidos da poesia. Como justificativa destacamos a relevância da poesia de Patativa, poeta cearense que é legítimo representante da cultura popular nordestina. Sua poesia oferece diversos olhares sobre a realidade sócio-cultural do Nordeste, num discurso constituído por diferentes formações discursivas. Antonio Gonçalves da Silva - nascido a 05 de março de 1909, no sítio Serra de Santana, município de Assaré-CE - tornou-se conhecido pelo pseudônimo Patativa do Assaré, pela simplicidade e harmonia com que fez seus versos, aproximando-se do canto da patativa, ave do sertão nordestino. Ele não freqüentou a escola por muito tempo, menos de 06 meses, o suficiente para ser alfabetizado. A partir de então, apaixonou-se pela leitura e tornou-se um autodidata. Cresceu ouvinte de leituras de cordéis e “leitor de poetas da língua”. Começou a versejar com criatividade e imaginação, criando poemas que retratam, como ele próprio afirmava, “a vida real”. Faleceu no dia 08 de julho de 2002, aos 93 anos de idade. Como suporte teórico, utilizamos-nos da Análise do Discurso Francesa, que entende a exterioridade como elemento constitutivo dos sentidos, analisando, assim, como um objeto simbólico produz sentidos, observando a relação entre o dizer e as condições de produção desse dizer. Tomamos por base, a partir dos autores Pêcheux (1997) e Courtine (1999), o conceito de interdiscurso, que se apresenta como forma de produção de efeitos de sentido e dialoga continuamente com outros discursos, gerando a teia de significados; embora nem sempre de forma consciente, mas partindo de um saber discursivo que retorna sob a forma do pré-construído, do já dito em uma situação discursiva dada; tornando o discurso um fenômeno social, onde se mesclam memória e esquecimento. O conceito de memória discursiva torna-se relevante para este trabalho, pois para a AD o estatuto social da memória é visto como condição de funcionamento discursivo na produção e interpretação textual. É através da memória discursiva que é possível perceber a circulação de formulações anteriores. É ela que possibilita perceber no intradiscurso elementos do interdiscurso que aparecem re-significados, visto que os sentidos já estão cristalizados, legitimados na sociedade. A memória discursiva é uma re-atualização dos sentidos institucionalizados. O poeta em estudo tem uma vasta produção literária, mas para realização desta análise selecionamos a poesia *Nordestino sim, nordestinado não*, por seu caráter social. É uma poesia que reflete a realidade social do sertanejo, procurando construir uma identidade de nordeste diferentemente da apresentada no discurso político, que aponta como conseqüência para os problemas enfrentados nessa região apenas as condições climáticas,

sendo a seca a grande responsável pelas condições de vida dos nordestinos. Em sua discursividade, o sujeito-enunciador também busca romper com a visão de mundo defendida pela maioria dos nordestinos, através de uma voz do senso comum, a qual diz que seu sofrimento é considerado como castigo de Deus. Para isso, re-significa o discurso bíblico e o político de forma a entrelaçar as diferentes vozes desses discursos para produzir um sentido que vai de encontro às ideologias dessas formações discursivas. Neste caso, o interdiscurso é usado como deslocamento, que produz efeito de ruptura, de descontinuidade. Assim, fica comprovada a nossa hipótese de que o sujeito-enunciador da poesia em análise utiliza-se da interdiscursividade para legitimar seu discurso. Os efeitos de sentido são produzidos pela articulação entre diferentes discursos, ativados através da memória discursiva, que remete a um já dito, perceptível na relação interdiscursiva.

ASSARÉ, Patativa do. *Ispinho e fulô*. 2ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cante lá que eu canto cá*. 13ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (Org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ed. Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Florense universitária, 2005.

GRANGEIRO, C.R.P. *O discurso religioso na literatura de cordel de Juazeiro do Norte*. Crato: A Província, 2002.

GREGOLIN, M.R. *Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luz, 2004.

NUVENS, Plácido Cidade. *Patativa do Assaré, um clássico*. Crato: A Província, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

### A referenciação nos textos jornalísticos oralizados do telejornal: um estudo com diferentes jornais.

Elizania Fabia de Sousa Azanha

elifsousa@terra.com.br  
UNICAMP

O tema da *referenciação* em textos escritos e orais tem sido retomado com vigor na Lingüística, sobretudo na área de Lingüística Textual. Dentre os gêneros explorados, os jornais televisivos são pouco analisados no que diz respeito às suas características lingüístico-discursivas. O presente trabalho propõe-se a mostrar uma abordagem da construção referencial em reportagens veiculadas em telejornais, comparando noticiários de grande audiência no Brasil: o Jornal Nacional, doravante JN, transmitido pela Rede Globo; o Jornal da Band, da Rede Bandeirantes; e o Jornal da Record, da emissora com o mesmo nome. O tema escolhido trata dos



resultados do primeiro turno das eleições presidenciais do país, veiculadas no dia 02 de outubro de 2006. Em trabalho recente (AZANHA, 2006), que tinha por objeto de análise o JN, pôde-se observar que o processo de referência ocorrido no texto oralizado é muito similar ao processo presente em textos escritos. Mesmo quando observadas as especificidades do telejornal, composto geralmente por um âncora, um repórter e alguns entrevistados, nota-se que a progressão referencial se dá como se fosse em um texto escrito, apesar das falas diversas. O que este trabalho pretende, pois, é observar se os mesmos resultados são obtidos em reportagens televisivas apresentadas em outros telejornais, ainda comparando-os com o JN, avaliando a influência de fatores como público-alvo, grau de formalidade e tópico discursivo (tema), dentre outros. Pretendemos analisar se há nos telejornais analisados compartilhamento de características da língua escrita e falada – observado em Azanha (2006) –, dado que tais modalidades não são dicotômicas, ao contrário, ocorrem em um continuum de práticas sociais de construção de texto (MARCUSCHI, 2001); e como elas ocorrem. Observaremos ainda como estratégias de referência como *ativação*, *reativação* e *desativação* ocorrem dentro do texto jornalístico televisivo e como essas estratégias sócio-cognitivas podem ser mobilizadas em um mesmo discurso, de forma a proporcionar diferentes efeitos de sentido no interlocutor, tendo sempre em mente, evidentemente, o fato de que o interlocutor, neste caso, não é um *leitor*, mas um telespectador que vê e ouve o noticiário. Observaremos também a relevância das imagens e de outros recursos utilizados para a construção dos sentidos no texto oralizado do telejornal, já que, como afirma Marcuschi (1999), “todas as nossas atividades, sejam elas lingüísticas ou não, são sempre contextualizadas”. Pretendemos analisar a ocorrência de inferências por parte do interlocutor para a compreensão do texto, se ocorrem rotações de caráter metafórico e ainda a ativação de conhecimento enciclopédico que possuem. Para o desenvolvimento das análises serão transcritas – conforme as normas do Projeto NURC – as falas de todos os participantes das reportagens, observando-se as especificidades de cada discurso; por exemplo, quando se trata de um discurso previamente escrito, como é o caso das falas dos âncoras, ou quando se trata de um texto oral previamente elaborado, não necessariamente escrito, como é o caso das falas dos repórteres, e ainda das falas espontâneas dos entrevistados ao vivo. Julgamos tal pesquisa de relevância para os estudos da Lingüística Textual, por tratar-se de um dos meios de informação mais utilizados para veicular notícias para a maior parte da população brasileira, considerando-se, ainda, que possa ser para muitos a *única* fonte de informação. Para a realização dessa análise, apresentaremos inicialmente uma síntese sobre atuais estudos em referência, além de questões sobre gêneros, com destaque para o jornalismo televisivo. Embora a análise seja ainda o resultado parcial de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento, algumas conclusões já podem ser apontadas, dentre as quais o fato de que no texto do telejornal é possível observar que a referência desenvolve-se de maneira muito semelhante à notícia escrita, tanto nos registros escritos quanto nos registros orais.

AZANHA, Elizânia Fábria de Sousa. *A referência nos textos jornalísticos oralizados em reportagem de telejornal*: um estudo com o Jornal Nacional. GEL-2006.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENTES, Anna Christina. Lingüística textual. In: BENTES, A.C.; MUSSALIM, F. (Org.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

CASTILHO, A. T.; PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*: diálogos entre dois informantes. São Paulo: T.A. Queiroz/FAPESP, 1988. v. 2.

FAÏTA, Daniel. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção dos sentidos*. 2. ed. rev. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto*. - 4ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, Luiz A. *Quando a referência é uma inferência*. 1999. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

## Uma viagem pelo discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar

Claudia Gomes Paiva

claudia.gp@uol.com.br  
Universidade de Brasília

Na Câmara dos Deputados, uma das Casas integrantes do Poder Legislativo brasileiro, os debates que se instalam são a alma mesma do processo legislativo. O discurso parlamentar insere-se nesse contexto de modo contundente, considerando os muitos debates realizados nas várias instâncias daquele órgão, pelo que é instrumento de importância vital para que os detentores de um mandato façam-se não apenas ouvir, mas, principalmente, ser considerados dignos de aclamação. Em linhas gerais, um discurso parlamentar – abrigado na tripartite classificação aristotélica dos tipos de mensagens – consiste em um texto escrito que será submetido a uma leitura audível, fator que certamente exige muito mais do que a estrita adequação aos ditames da gramática normativa. É de frisar a opção pelo sintagma “discurso parlamentar”, hipônimo de discurso político, tendo em vista que este abrange desde a fala em tribunas específicas (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais de Vereadores), passa pelo uso da linguagem por agremiações políticas-partidárias e inclui também o material que consta da mídia em termos editoriais ou de reportagem. Nesse contexto insere-se a pesquisa aqui proposta: a aproximação do discurso parlamentar na Câmara dos Deputados brasileira, principalmente sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (ADC), dentro da Teoria Social do Discurso, sem prejuízo do aporte de conceitos basilares afetos a outros quadros interdisciplinares pertinentes.

Os pressupostos teóricos utilizados foram, para a Análise de Discurso Crítica, Fairclough (1989, 1992, 1995a, 1995b, 2000, 2003); para Gêneros Discursivos, Bakhtin (1986, 2003), Swales (1990) e Bazerman (2005); para a Ideologia, Fairclough (1992), Bourdieu (1996), Eagleton (1997) e Thompson (2002); para a Argumentação, Monteiro (2003), Maneli (2004), Paiva (2004) e Perelman e Olbrechts-Tyteca



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(2005); e para a Linguística do Texto, Koch (2002, 2004).

A pesquisa segue a metodologia qualitativa, portanto, de cunho interpretativo, considerando-se o conteúdo, a organização e a função social do texto (FAIRCLOUGH, 1989; CAMERON *et al.*, 1992; PEDRO, 1997; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; BAUER; GASKELL, 2004; FLICK, 2004).

Mediante a análise de dois discursos parlamentares – um retirado de Paiva (2004) e outro da página eletrônica da Câmara dos Deputados (2006) –, buscou-se apontar os fatores múltiplos e interpenetrantes, como os elementos linguísticos, discursivos e interacionais, que embasam o gênero discursivo, bem como empreender a indispensável especulação acerca das representações ideológicas nele inseridas.

É assente na literatura relativa à ADC que questões de linguagem ou estudos que se aproximam das estruturas linguísticas não o fazem como um fim em si mesmo, pois deparam com a mediação desempenhada pela linguagem entre as estruturas sociais e as relações de poder. Mediação essa que pode trabalhar tanto a serviço da manutenção do que já está estabelecido quanto da subversão do *status quo*. A mediação, por sua magnitude, não somente exerce influência, como também a sofre, o que quer dizer que a linguagem não só se presta a provocar mudanças no âmbito social como capta daí movimentos que a transmutam.

De acordo com as categorias analíticas levantadas, os resultados da pesquisa confirmaram: a) a eloquência do discurso parlamentar como prática discursiva inserida em seu contexto sócio-histórico, mediante a demonstração do enquadre de vozes, da dialogia interdiscursiva e do nível de envolvimento dos produtores do texto; b) sua relevância como gênero discursivo integrante da rede de gêneros circulantes na ordem discursiva institucional; e c) sua marcação ideológica, no sentido de manutenção das relações de dominação vigentes, tendo em vista a reprodução da idéia hegemônica de “senso comum” nas representações efetuadas.

Por fim, considerando que a realidade molda a língua e é por ela moldada – numa sintética percepção do vínculo dialético que indissocia o sistema linguístico do ambiente social –, tem-se que a tessitura do discurso parlamentar submete-se não apenas às escolhas do orador, mas também às funções sociais da língua.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: \_\_\_\_\_. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 19-46.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Normas de elaboração dos trabalhos da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1990.

CORRÊA, E. M. L.; CONCEIÇÃO, A.; BÔAS FILHO, W. V. *Manual de elaboração legislativa*. 4. ed. rev. amp. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2002.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PAIVA, C. G. *Discurso parlamentar: bases para elaboração ou como é que se começa?* Brasília: Aslegis, 2004.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da*

*argumentação: a nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

### Notícia em jornal impresso: discurso, atividade e efeitos de sentido

Élida Lima

elidalim@terra.com.br

Universidade Católica de Pelotas

Maria da Glória Corrêa Di Fanti

Tendo em vista a importância da mídia na divulgação e informação de acontecimentos diários e a dinamicidade do jornalista para fazer cobertura de diferentes fatos, esta comunicação tem o objetivo de discorrer sobre o funcionamento discursivo da notícia, considerando diferentes dimensões que interferem na sua elaboração, de modo a apreender pistas que recuperem, ainda que em parte, facetas da atividade do trabalho do jornalista.

Para sustentar a investigação, são buscados os pressupostos da teoria dialógica do discurso (BAKHTIN, 1952-1953/2003; BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1929/2004), especialmente o dialogismo, princípio que marca a permanente relação entre discursos, e as noções de enunciado e gênero do discurso, numa interlocução com estudos sobre o trabalho (CLOT; FAÍTA, 2000; SCHWARTZ, 2003). Noções como *gênero da atividade e norma e renormalização* instrumentalizam a reflexão no sentido de contribuir para a compreensão de características do trabalho no que tange à dimensão histórica dos saberes presentes nas atividades humanas.

A indissociável relação entre diferentes esferas (campos) da atividade humana e os enunciados produzidos (BAKHTIN, 1952-1953/2003) é observada no jornalismo a partir das formas dos enunciados que adquirem nuances peculiares às operações do campo jornalístico. Por isso, na esfera em que se configuram tais discursos, há um espaço simbólico de apresentação, tornando-os plenamente reconhecíveis. Tal reconhecimento acontece pelos gêneros do discurso, justamente por se apresentarem, segundo Bakhtin (1952-1953/2003, p.262), como “tipos relativamente estáveis de enunciados”.

Os gêneros do discurso são constituídos por elementos imbricados que fazem ressoar particularidades da relação empreendida com a esfera de produção, circulação e recepção do discurso. O *tema*, o dizível de um dado gênero, a *forma composicional*, a construção organizacional em diferentes dimensões e o *estilo verbal*, recursos gramaticais e lexicais da língua, engendram-se nas produções enunciativas, configurando-se como gêneros do discurso.

Dentre os diferentes gêneros da esfera jornalística, a notícia é a que instiga esta reflexão devido ao seu “impacto sobre a atualidade cotidiana”. Como se sabe, a notícia tem o compromisso com o registro dos fatos e, por isso, não é dada ao jornalista a concessão de emitir opinião, o que acaba criando um efeito de objetividade. Tal efeito de sentido, calcado no relato do fato, entretanto, é marcado pela “reconstrução do fato por meio da linguagem e, mais especificamente, por meio da linguagem jornalística, o que implica formas próprias de produção, circulação e recepção” (Brait; Rojo,



2003, p.13). Além disso, faz-se necessário considerar os acentos valorativos, próprios da produção de cada enunciado, que se manifestam de forma ímpar pelas diferentes relações estabelecidas, revelando algo de subjetivo nas trocas verbais (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1929/2004).

Vários aspectos influenciam na elaboração da notícia, como a esfera jornalística e suas inter-relações sociais e políticas no que diz respeito às suas coerções e liberdades, o jornal, seu perfil, abrangência e público-alvo, a relação entre jornalista e jornal e a decorrente construção discursiva da matéria (MAINGUENEAU, 2001; GRILLO, 2004; SANT'ANNA, 2004). Nessa perspectiva, embora cada notícia apresente características que remetem a um dado jornal, formalmente são os manuais de redação, as rotinas produtivas e a deontologia profissional que se encarregam de "regular" formas de elaboração de diferentes gêneros jornalísticos.

Considerando a complexidade da elaboração da notícia devido aos diálogos que se instauram, esta investigação procura desenvolver uma metodologia que contemple diferentes dimensões no que se refere ao estudo de notícias publicadas no Jornal Zero Hora (RS) em 2006 sobre o Movimento dos Sem Terra e Movimento das Camponesas. Para tanto, são seguidas as seguintes etapas: (a) resgate das características do Jornal Zero Hora; (b) levantamento das orientações de elaboração da notícia no manual de redação do jornal; (c) análise da notícia como gênero do discurso, discorrendo sobre aspectos temáticos, estilísticos e composicionais, na relação com as demais etapas. No desenvolvimento da análise, pistas discursivas são apreendidas que orientam para especificidades do trabalho do jornalista. Há de se levar em conta, nesta reflexão, o estatuto lacunar das *normas* e o caráter industrial do sujeito (SCHWARTZ, 2003), o que permite resgatar peculiaridades parciais do processo de elaboração da notícia e da singularidade (heterogênea) do jornalista frente ao gênero notícia e à pretensa objetividade e veracidade no tratamento dos fatos.

Também é importante considerar que o jornalismo trabalha com discursos emanados de outros campos, os quais se apresentam regularmente no espaço midiático através das articulações discursivas das notícias. Isso se mostra cotidianamente, dada a divisão de editorias específicas, como política, cultura, esporte, polícia etc., nas quais se pode identificar traços de diversos discursos reprocessados, reduzidos (pela lógica da construção do discurso midiático), para assim ganharem o formato necessário à apresentação nos veículos de comunicação. Tais observações remetem ao fato de que a mídia não atua mecanicamente, apenas acolhendo, processando e repassando informações. Ou seja, existem na mídia intenções e ideologias, que interferem no conteúdo e na forma de apresentação das informações da chamada produção das notícias, no que efetivamente será noticiado, veiculado.

Há de se considerar ainda que, além dos enunciados *relativamente estáveis* da esfera jornalística, prescritos nos manuais de redação, nas rotinas de produção da notícia e nos valores que orientam a profissão, existe um certo projeto discursivo na forma como o jornalista apresenta a notícia. Isso pode ser observado a partir de Bakhtin (1952-1953/2003), quando faz referência à vontade discursiva do falante e na realização dessa vontade pela escolha de um certo gênero de discurso, próprio de uma dada esfera de atividade. Nessa forma de enunciar, o projeto discursivo do falante é desenvolvido e ressignificado, mostrando sua (inter)subjetividade frente ao outro (esfera, interlocutores, espaço, tempo, objetivo, objeto do discurso etc.) em um determinado gênero.

A análise das notícias tem possibilitado compreender particularidades do gênero no que tange à composição temática, composicional e estilística, na relação com o manual de redação e a esfera jornalística. Também tem possibilitado discorrer sobre a relação jornalista, enunciador, jornal e fato noticiado. Todas essas dimensões têm auxiliado a refletir sobre peculiaridades do trabalho do jornalista na elaboração da notícia.

Nessa dimensão, os estudos sobre o trabalho têm se revelado muito produtivos. A noção de gêneros da atividade (CLOT; FAÍTA, 2000), por exemplo, entendida como os antecedentes ou os pressupostos sociais da atividade em curso, representa uma memória impessoal e coletiva, formando um repertório que a história do meio tem guardado. Essa história fixa o esperado do gênero, que permite suportar o inesperado do "real". Com relação à elaboração da notícia, podemos compreender que o jornalista redige a notícia, considerando a memória coletiva da atividade jornalística, mas é nessa mesma atividade que ele mostra sua subjetividade, seu estilo pessoal na relação com o outro.

Também é de suma importância compreender o debate entre *normas antecedentes* (objetivos, planejamentos) e *renormalizações* (o trabalho vivo) (SCHWARTZ, 2003) para o entendimento de características do trabalho do jornalista. Ao produzir uma notícia, o jornalista tem uma relativa possibilidade de fazer escolhas. Na tensão entre o manual, o fato, o jornal e o tema, cria textos que não deixam de ressoar pistas sobre seus próprios saberes, ideologias e interesses. É o que Schwartz chama de fazer história, pois a aproximação do trabalho com a história "nos conduz a tocar com o dedo naquilo que o trabalho nos engaja e nos custa, porque ele nos obriga sempre, mais ou menos, a criar, a inventar e, por isso mesmo, a nos reinventar" (2003, p. 25).

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRAIT, B.; ROJO, R. *Gêneros: artimanhas do texto e do discurso*. São Paulo: Escolas Associadas, 2003.

CLOT, Y.; FAÍTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. *Travailler*, Revigny-sur-Ornain, n. 4, 2000.

GRILLO, S. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

SANT'ANNA, V. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: Heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: Educ, 2004.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. *Trabalho & Educação*, UFMG, v. 12, n.1, jan/jun 2003.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### O preço da longevidade: inserção do idoso na sociedade hodierna

Selene Marinho Machado

selene.marinho@terra.com.br  
Universidade de Brasília

A alta modernidade vem trazendo mudanças de diversas ordens na organização das sociedades no mundo inteiro, em função, sobretudo, dos avanços tecnológicos, que revolucionaram as relações espaço-tempo, com implicações profundas nos conceitos de identidade dos indivíduos.

Dentre as diversas conseqüências da evolução tecnológica sobre as pessoas, merece destaque a transformação do perfil etário das sociedades, que se tornaram mais longevas. Populações envelhecem, atualmente, em uma proporção jamais vista. Segundo o jornalista e Doutor em Filosofia Frank Schirrmacher, "só na China estarão vivendo em 2050 um número de idosos acima de 65 anos equivalente ao que vive hoje em todo o mundo" (SCHIRRMACHER, 2005, p.3), e os idosos passam a exercer influência não apenas nas questões sociais, mas também no destino político e econômico de quase todos os países do mundo, inclusive do nosso Brasil.

De acordo com o Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1982, o limite cronológico proposto para início da chamada terceira idade tomou por base a média de idade da aposentadoria estabelecida na maioria dos países. A ONU, acompanhando a orientação da Divisão de População, estabeleceu a idade de 60 anos como o patamar que caracteriza o grupo idoso. Mas há divergências entre textos legais que definem o "idoso" para fins de proteção. A Constituição Federal brasileira, por exemplo, menciona o limite de 65 anos, mas na Política Nacional do Idoso esse limite é de 60 anos – que é adotado também pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Já o nosso Código Penal menciona a idade de 70 anos.

Independentemente dessas divergências etárias, o aspecto de convergência prevalecente é o de que tal limite proposto (seja 60, 65 ou 70 anos) implica a associação direta e imediata entre velhice e aposentadoria, que embora na prática nem sempre se confundam.

Essa associação, baseada na idade média dos aposentados, remete a uma representação coletiva em que o idoso é visto como não mais produtor de bens e serviços e é, portanto, alijado dos contextos sociais hodiernos, que são eminentemente baseados em critérios econômicos. Boa parte dos textos veiculados na mídia retrata os idosos como "um fardo econômico para instituições sociais, para as gerações mais jovens e para os próprios descendentes", conforme ressalta a psicóloga e pedagoga Anita Liberalesso Neri, em sua análise de conteúdo de textos do jornal *O Estado de São Paulo* publicados entre 1995 e 2002 (NERI, 2003)

É oportuno salientar, contudo, que nem sempre a aposentadoria representa um rompimento com o mundo do trabalho. No Brasil, em especial, pressões econômicas, sociais e culturais concorrem para a permanência do idoso no mercado.

No âmbito das relações pessoais dos idosos, a organização da sociedade moderna impõe uma reorganização da vida familiar, novos acordos afetivos, novos espaços de convívio e de relacionamento fora do mundo do trabalho, novas rotinas e até a diminuição gradativa da jornada laboral. O impacto

dessas novas relações aumenta e torna-se mais evidente na medida em que aumenta a idade cronológica, especialmente quando associada à debilidade física e/ou mental do idoso.

Quer queira, quer não, a questão do idoso emerge como um tema de suma relevância na atualidade. A despeito da proteção expressa na Constituição Brasileira e no Estatuto do idoso, temos, de um lado, a Imprensa divulgando diariamente casos de abandono e maus-tratos praticados contra idosos por familiares, e de outro, a sociedade civil organizada – Ongs, Pastorais religiosas, Núcleos Assistenciais etc. –, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NEPTI), da UnB/DF; a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), do Rio de Janeiro, e a Associação Cultural Cidadão Brasil, de São Paulo, entre outros.

Diante dessa realidade, é importante ressaltar a necessidade de um novo olhar sobre o envelhecimento, que enseje estudos e pesquisas de caráter interdisciplinar sobre a identidade do idoso capazes de promover o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas voltadas à terceira idade. A Linguística, por meio da análise do discurso crítica, tem muito a contribuir nesse processo.

Neste trabalho apresentarei características identitárias dos idosos e suas práticas discursivas na alta modernidade e mostrarei a interação entre o discurso *do* e *sobre* o idoso brasileiro e a legislação vigente. As bases teóricas são a teoria social do discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, 2001, 2003), a teoria da estruturação (GIDDENS, 1989/2003) e os estudos de identidade na modernidade (GIDDENS, 2003; HALL, 2005; SILVA, 2000), com destaque para a concepção de discurso como um dos momentos da prática social e o papel constitutivo do discurso na construção das identidades sociais, das relações sociais entre as pessoas e dos sistemas de conhecimento e crença. Destacarei, ainda, a relação entre discurso, poder e ideologia.

Para o presente trabalho, o *corpus* será composto de textos escritos e orais produzidos por quatro informantes idosos e respectivos familiares de relacionamento direto (filhos e netos), em entrevistas informais individuais (depoimentos e relatos), baseadas em dispositivos legais extraídos da Constituição Federal e do texto do Estatuto do Idoso. A metodologia utilizada será a da Análise de Discurso Crítica - ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, 2001, 2003), que examina o discurso em relação a outros momentos da prática social. Serão verificadas as ordens do discurso, os gêneros, a lexicalização, a construção da frase e a modalização. Para concluir, destacarei os principais aspectos observados quanto à identidade dos idosos, sob o ponto de vista dos mesmos e de seus parentes, e quanto à eficácia do Estatuto do Idoso na relação entre o discurso e a prática.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARATINEZ, W. *Comentários ao Estatuto do Idoso*. São Paulo: LTr, 2005.





SCHIRRMACHER, F. *A revolução dos idosos*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil* – edição administrativa atualizada em julho de 2003. DF: Editora do Senado Federal, 2003.

VON SIMSON, O.; NERI, A.; CACHIONI, M. (Org.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. São Paulo: Alínea, 2003.

## Marcadores discursivos e articulação tópica

Eduardo Penhavel

eduardopenhavel@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Campinas

Alessandra Regina Guerra

Nesta comunicação, apresentamos resultados parciais de pesquisas que temos desenvolvido, no quadro teórico e metodológico da perspectiva Textual-Interativa (cf. JUBRAN; KOCH, 2006), sobre o uso de Marcadores Discursivos (MDs) na articulação interna e externa de Tópicos Discursivos. Delimitamos para discussão, especificamente, as diferentes formas de estruturação interna do Tópico Discursivo (ou seja, os diferentes passos que os falantes percorrem durante a construção do Tópico) e o uso de MDs nesse processo de estruturação tópica.

O Tópico Discursivo constitui uma categoria analítica, abstrata e relacional por meio da qual são definidas as unidades de análise em uma Gramática Textual-Interativa. O Tópico é definido por duas propriedades particularizadoras: *centração* e *organicidade*. A propriedade de *centração* define o Tópico mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem. A *centração* abrange os seguintes traços: (i) *concernência* (interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual, pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes); (ii) *relevância* (proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos); e (iii) *pontualização* (localização desse conjunto em determinado momento do texto) (JUBRAN, 2006, p. 91-92).

A propriedade de *organicidade* manifesta-se por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente em dois planos: (i) no plano hierárquico, conforme as dependências de superordenação e subordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto; e (ii) no plano linear, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacências ou interposições de tópicos diferentes na linha do discurso (JUBRAN, 2006, p. 94).

Nas pesquisas em que o trabalho aqui apresentado se insere, analisamos o uso de MDs na organização linear de Tópicos Discursivos. Jubran elenca os MDs como uma das marcas lingüístico-discursivas de delimitação tópica, juntamente com os mecanismos de *entonação*, *tematização*, *paráfrase*, *repetição* e *hesitação*.

Marcadores Discursivos têm sido objeto de estudo de trabalhos bastante diversos. Fraser (1999) identifica quatro abordagens no tratamento de MDs: trabalhos desenvolvidos do ponto de vista da Teoria da Coerência (SCHIFFRIN, 1987), da Pragmática (FRASER, 1997, 1999), da Teoria da

Relevância (BLAKEMORE, 1987) e da Teoria da Estrutura Retórica (MANN; THOMPSON, 1988). No Brasil, os estudos sobre MDs vêm sendo desenvolvidos, principalmente, sob as perspectivas da Lingüística Textual (JUBRAN; KOCH, 2006), da Análise da Conversação (MARCUSCHI, 1986) e da Gramaticalização (MARTELOTTA *et al.*, 1996).

Procurando identificar as diferenças teóricas entre essas abordagens e, ao mesmo tempo, integrar suas contribuições convergentes, temos trabalhado com uma definição segundo a qual os MDs são expressões (i) com a função de delimitar unidades discursivas e marcar diferentes tipos de relações entre elas, conferindo coesão textual ao discurso, e/ou (ii) com a função de orientar o processo de interação verbal, conferindo coesão interacional ao discurso (PENHAVEL, mimeografado). Ou seja, são expressões que ocorrem na superfície textual, marcando relações subjacentes entre partes do texto e/ou entre os interlocutores.

A análise da estruturação interna do Tópico e do uso de MDs nesse processo pode ser ilustrada pelos exemplos (1)-(3) abaixo, que representam três diferentes formas de manifestação do que temos denominado *estrutura textual-interativa de POSIÇÃO-SUPORTE-POSIÇÃO* (ou seja, *introdução-argumentação-conclusão*, ou ainda, *abertura-continuidade-fechamento* de Tópico Discursivo).

(1) E:: AÍ a criança cresce mas ela vai sentir... eu acho que a criança sente falta da família...

PORQUE ela num tem... um lugar... né ela acaba ficando sem um espaço... porque a vó num é... mãe... a mãe num é pai... e o pai num é a mãe... né...

ENTÃO ela vai crescendo com aquela... (IBORUNA: AC-102-RO)

O segmento em (1) constitui um Tópico Discursivo estruturado em POSIÇÃO-SUPORTE-POSIÇÃO: (i) a POSIÇÃO (a criança cresce, mas sente falta da família) é introduzida pelos MDs *e* e *aí*, que marcam a abertura do Tópico em (1), inserindo-o num encadeamento de Tópicos em um nível mais alto da articulação tópica sequencial; (ii) o SUPORTE (a criança não tem um lugar, um espaço) é introduzido pelo MD *porque*, que abre um encadeamento de argumentos responsáveis pela progressão tópica do que é enunciado na POSIÇÃO; e (iii) a (retomada da) POSIÇÃO (a criança cresce com aquela...) é introduzida pelo MD *então*, que marca o fechamento do Tópico.

Os exemplos (2) e (3) representam duas outras formas de estruturação interna do Tópico Discursivo.

(2) BOM... éh:: como a:: própria sociedade... pregou há alguns anos... né disse há alguns anos... que... a família é uma... era uma instituição falida... né... mas éh:: eu vejo que... a recuperação da nossa sociedade não é... seria através também DA família...

PORQUE::... VEJA BEM...

é na família que o ser humano cresce...

é ali que ele vai ser educado...

éh:: ali que ele vai receber todas as orientações princi/BÁSICAS... né prá ele se tornar uma pessoa (IBORUNA: AC-102-RO)

(3) BOM...

EU ACHO QUE:: éh:: nós somos um país rico aí em petróleo...e:: várias aí: refinari::as

EU ACHO QUE a gente:: é um país muito rico... e:: ter que:: e:: a/

ACHO QUE:: o dólar sobe... o:: sobe o combustível

EU ACHO QUE a gente não tem nada... éh:: (problema) do dólar é claro que hoje o dólar é u::m... é u::ma moeda forte



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

aí que ma::nda tudo apesar não é a nossa moeda... mas éh:: tudo um... subi::u a:: bo::lisa do/ de Nova Io::rque quebrou não sei o que... éh:: a taxa de:: éh:: éh um monte de:: de fatores aí que só/ éh que reflete tudo na nossa economia...

ENTÃO... EU ACHO QUE:: sei lá... teria que ter alguma fó::rmula de: [...]

ENTÃO EU ACHO QUE a gente tinha que:: sei lá fazer uma forma aí um prote::sto... (IBORUNA: AC-077-RO)

O Tópico em (2) apresenta a estrutura POSIÇÃO-SUPORTE: a POSIÇÃO é introduzida pelo MD *bom*; o SUPORTE, pelos MDs *porque* e *veja bem*. O Tópico em (3), por sua vez, apresenta a estrutura inversa SUPORTE-POSIÇÃO: o SUPORTE é introduzido pelo MD *bom* e cada argumento do SUPORTE é introduzido pelo MD (*eu*) *acho que*; a POSIÇÃO é introduzida pelos MDs *então* e *eu acho que*.

A análise de casos como os acima exemplificados tem levantado os seguintes resultados prévios: (i) ao construírem um Tópico Discursivo, os interlocutores formulam, com muita frequência, a estrutura POSIÇÃO-SUPORTE-POSIÇÃO ou alguma de suas formas variantes, isto é, POSIÇÃO-SUPORTE, SUPORTE-POSIÇÃO, entre outras; (ii) essa estrutura ocorre indiscriminadamente nos diferentes níveis de articulação tópica sequencial, ou seja, na estruturação interna de segmentos tópicos mínimos, na articulação entre esses segmentos no interior de agrupamentos maiores de segmentos tópicos, bem como entre os agrupamentos mais amplos de segmentos tópicos; (iii) a grande maioria dos procedimentos de articulação tópica (seja intra ou intertópica) envolve o uso de MDs, o que se manifesta em duas formas principais: a estrutura toda do Tópico é projetada por um conjunto de MDs correlacionados entre si, ou cada componente da estrutura tópica é marcado individualmente, por MDs independentes entre si.

A presente comunicação, portanto, tem o objetivo de apresentar detalhadamente os resultados acima e discuti-los, possibilitando a formulação de novas hipóteses sobre a função dos MDs nos processos de articulação tópica.

BLAKEMORE, D. *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell, 1987.

FRASER, B. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*. v.31, 1999, p.931-952.

\_\_\_\_\_. Contrastive discourse markers in English. In: ZIV, Y.; JUCKER, A. (Ed.). *Discourse markers: descriptions and theory*. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p.301-326.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006. p.89-132.

MANN, W.; THOMPSON, S. Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, v. 8, 1988, p.243-281.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MARTELOTTA, M. E. et al. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

PENHAVEL, E. *Funções do conectivo e na articulação do discurso*. Mimeografado.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

### O ato de fala pergunta nos livros didáticos

Lilian Arão

[lilianarao@uai.com.br](mailto:lilianarao@uai.com.br)

Universidade Federal de Minas Gerais

Durante muito tempo, a língua foi considerada um objeto abstrato que demandava uma descrição de seus sistemas internos. Esta concepção, de certa forma, foi responsável por criar a falsa idéia de que o valor ilocucional de um enunciado está estritamente ligado a propriedades sintático-semânticas. Com o desenvolvimento da Teoria da Enunciação, Benveniste resgata a dimensão do sujeito que fora apartada da lingüística do enunciado. Ao colocar a subjetividade como ordenadora da linguagem, esse autor dá primazia à enunciação em relação ao enunciado e vê-se, assim, surgirem preocupações com os sujeitos da linguagem: sua identidade, seus estatutos e papéis.

Nesse sentido, segundo Benveniste (1985, p.139) as modalidades frasais assertivas, interrogativas e imperativas, caracterizadas por traços específicos de sintaxe e de gramática, representam atitudes do locutor que age pelo discurso sobre o seu interlocutor quer transmitindo-lhe uma informação, quer dando-lhe uma ordem ou fazendo-lhe um pedido. Assim, para Benveniste (1985, p. 140) “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura.”

Pensar a linguagem como uma forma de agir no mundo pressupõe uma orientação teórica que ultrapasse a estrutura lógico-formal dos enunciados e alcance a dimensão enunciativa em que o acontecimento discursivo é produzido.

Desse modo, conclui-se que marcas lingüísticas, somente, não são suficientes para determinar a força ilocucional de um ato de fala. Diagnosticar, assim, nossas ações linguageiras, diante de sua complexidade e amplitude, requer uma análise das condições que regem atos específicos como também das restrições circunstanciais do seu proferimento.

A Teoria dos Atos de Fala (TAF), entendida como uma teoria e como um instrumento de explicação entre linguagem e ação, nos permite identificar os efeitos práticos decorrentes da participação dos interlocutores na atividade discursiva. Avaliar estes efeitos, seguramente, pressupõe que devemos trabalhar não somente com aspectos sintático-semânticos que os viabilizam, mas também com o formato estrutural da enunciação.

Ao estabelecer a relação entre linguagem e ação, Austin supera a concepção clássica que atribuía à linguagem um valor representacionista. Ele preconiza, então, que dizer não é somente veicular informações sobre o objeto de que se fala, mas é também uma forma de agir sobre o interlocutor e o mundo circundante. Para este filósofo as palavras além de comportar uma realidade de significação têm a propriedade de realizar ações. Todo ato é arquitetado tão somente pelas palavras em si. Como resultado de uma série de palavras ditas por uma pessoa apropriada, num tempo adequado, em circunstâncias convenientes, alguém será impelido a fazer alguma coisa diante de um pedido, por exemplo. A



realização de uma ação é levada a cabo puramente pelas palavras e todo enunciado incorpora atos de fala regidos por regras partilhadas, ou conhecidas, por todos os membros de uma mesma sociedade. Assim, o êxito dos atos de fala supõe o respeito a um certo número de condições, a um conjunto de restrições a que o teórico denominou de condições de felicidade.

Austin distingue três níveis de processamento de um ato: o locucional, o ilocucional e o perlocucional. O primeiro se refere ao fato de que “dizer algo” é fazer algo numa dimensão orgânica, física, na medida em que se articulam e se combinam sons, que evocam e se ligam sintaticamente às noções representadas pelas palavras. O ato locucional é literalmente o que é dito. O segundo, o ilocucional, corresponde a uma dimensão intencional – convencional, na medida em que ao “dizer algo”, tem-se, em si mesmo, um certo ato, uma certa transformação das relações intersubjetivas.

Ao distinguir esse conjunto de coisas que se faz ao dizer algo, sintetizadas as atividades ou dimensões apontadas acima, Austin assinala a dificuldade de diferenciar um ato intencional de um ato não intencional. Nesse sentido ele aponta a convencionalidade como traço distintivo para o ilocucional e sublinha a idéia de que “os efeitos conseqüentes das perlocuções são realmente resultados, que não incluem efeitos convencionais” (p.90).

Nessa perspectiva, vemos aparecer a problemática dos atos indiretos, ou seja, atos que se realizam através de outros, demandando do interlocutor uma interpretação indireta.

Ao longo do seu desenvolvimento, o estabelecimento das condições que funcionam como asseguaração da conversão de palavras em ações bem como o aprimoramento de uma metalinguagem que seja capaz de recobrir toda a extensão e complexidade dessa relação têm sido a tônica dos pesquisadores que têm se dedicado a essa teoria.

Neste trabalho procuramos, a partir de uma análise de livros didáticos, distribuídos pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, identificar como o ato de fala *pergunta* é enfocado nesse material para, a partir daí, levantarmos a discussão a respeito de como a dimensão enunciativa tem sido tratada no ensino de língua portuguesa e como a análise do discurso pode ser uma via significativa de abordagem para o ensino da língua. Segundo Mari (2000, p. 20) estudar fatos lingüísticos sob a ótica da análise do discurso significa adotarmos uma outra perspectiva de análise que “visa a uma compreensão da emergência do diverso, onde não apenas os procedimentos lingüísticos, os integrantes do processo devam ser contemplados, mas tudo aquilo que esses agregam à sua fala.”

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: Palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1970.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995, p. 284-293.

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística II*. Campinas: Pontes, 1989. p.81-90.

KERBRAT; ORECCHIONI, C. La demande: question et requête. In: *Les actes de langage dans le discours: Théorie et fonctionnement*. Paris: Nathan/UEF, 2001, p.83- 109.

MARI, H. et al.. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 1999, p.239-258.

MARI, H. Análise do discurso e ensino: a importância de se repensar o trabalho com a língua. In: MARI, H. et al. (Org.). *Categorias e práticas de análise do discurso*. Belo Horizonte:

Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2000, p.12-21.

\_\_\_\_\_. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/ UFMG, 2001, p. 93-131.

## Uma abordagem lingüístico-discursiva da subjetividade

Máira Avelar Miranda

mairavelar@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Neste trabalho, temos por objetivo realizar uma discussão teórica sobre o problema da subjetividade, pretendendo realizar uma descrição lingüístico-discursiva sistemática dos índices e categorias deste campo teórico, em suas variadas dimensões. A subjetividade é um dos pilares teóricos da Análise do Discurso em suas diversas linhas teóricas. Portanto, é de fundamental importância que este conceito seja estudado em suas variadas dimensões, buscando uma melhor compreensão de sua natureza semântica, pragmática e discursiva e de seus modos de expressão lingüística. Além disso, o estudo teórico da subjetividade é de fundamental importância para uma melhor compreensão da comunicação humana. É notória a relevância desta categoria no entendimento dos discursos sociais e de suas estratégias de adequação e influência.

Colocar a subjetividade como centro das teorias lingüísticas é uma preocupação recente e não generalizada. Até antes do surgimento das Teorias da Enunciação, a língua era considerada como uma entidade abstrata cujo sistema precisava ser descrito. Apesar de outros teóricos terem se preocupado com a questão da subjetividade, é a partir dos trabalhos de Benveniste que se pode atribuir um estatuto verdadeiramente lingüístico a esta questão. Para o teórico em questão, não existe subjetividade sem intersubjetividade e que a primeira nada mais é que a “capacidade do locutor de se posicionar como sujeito”, e é na linguagem que devemos procurar os fundamentos desse posicionamento, pois “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (1966, p. 259). Ele assim o faz, a partir da instauração da subjetividade no discurso, dispondo de categorias de pessoa (pronomes pessoais) espaço (aqui, lá, etc) e tempo (agora, antes, etc), além de trabalhar também com os verbos modalizadores que, empregados em primeira pessoa, exprimem uma atitude que o locutor adota diante do conteúdo de sua enunciação. Dando continuidade aos trabalhos de Benveniste, Orecchioni faz o inventário e a descrição dos lugares de ancoragem em que mais se manifesta a subjetividade na linguagem. Ela descreve os marcadores de subjetividade (subjetivemas) trabalhando não só com os dêiticos, como também com os subjetivemas afetivos, avaliativos (ou apreciativos) axiológicos e não-axiológicos (não iremos trabalhar com este último) e os modalizadores. Além da questão da enunciação, outro aspecto abordado, tanto na obra de Orecchioni, quanto na obra de Benveniste, é a questão da modalização. Esta questão é descrita detalhadamente por Charaudeau (1992). Para ele, a modalização



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

é uma das dimensões da enunciação. Ela designa a atitude do locutor em relação ao seu interlocutor (EU→TU); a ele mesmo (EU→EU); a seu enunciado (EU→ELE) (CHARAUDEAU, 1992, p. 572). Um outro aspecto importante concernente à modalização, é que ela é composta de atos enunciativos de base que correspondem a “uma posição particular –e portanto a um comportamento particular –do locutor no seu ato de locução”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 574) Estes atos de base são denominados atos locutivos. Eles são de três tipos: o alocutivo (EU→TU), em que o locutor implica o interlocutor no seu ato de enunciação e impõe a este o conteúdo do enunciado. (Exemplo: “Eu ordeno a você que parta”); o elocutivo (EU→EU), em que o locutor situa seu enunciado em relação a ele mesmo no seu ato de enunciação. Ele revela sua própria posição quanto aquilo que é dito. (Exemplo: “Eu devo partir”.); o delocutivo (EU→ELE), em que o locutor deixa o enunciado impor-se, como se não fosse responsável por este. Locutor e interlocutor estão ausentes deste ato de enunciação. Cada um destes atos locutivos é necessariamente especificado por certas subcategorias: as modalidades enunciativas.

Partindo do princípio de que as pesquisas em Análise do Discurso devem partir de situações concretas de comunicação, há a necessidade de um *corpus* ilustrativo para aplicarmos as categorias descritas acima. O *corpus* escolhido, o programa de auditório “Casos de família”, além de nos permitir uma tal descrição e análise, também nos permite fazer reflexões a respeito do papel social da mídia, pois se trata de um programa cujo objetivo seria o de captação, mobilizando o universo de crença do telespectador. O objetivo de credibilidade do contrato de comunicação televisivo tende a desaparecer, dando lugar apenas ao objetivo de captação. Charaudeau (2000, p. 153) resume bem este questionamento: “A televisão manipula o paradoxo do “dizer o verdadeiro”. O verdadeiro, aqui, não é aquilo que se demonstra ou se prova; [...] o verdadeiro é aquilo que se sente e não se discute”.

Como podemos ver, o estudo da subjetividade no programa de auditório “Casos de família” permite que possamos, tanto promover uma discussão teórica sobre um tema básico para a Análise do Discurso, quanto realizar uma reflexão, do ponto de vista discursivo, sobre o papel da mídia na sociedade brasileira contemporânea e sobre a maneira como utilizamos a subjetividade enquanto estratégia de influência e propagação de ideais discursivos.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 1*. Paris: Gallimard, 1966.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. Une problématisation discursive de l'émotion: A propos des effets de pathémisation dans la télévision. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V.(Orgs.). *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, Cathérine. *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

## A produção de efeitos de sentido nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”

Verli Fatima Petri da Silveira

vpetri@terra.com.br

Universidade Federal de Santa Maria

A língua, enquanto objeto de estudo, suscita inúmeras reflexões no decorrer da história da construção do conhecimento científico, não sendo exclusividade da Ciência Linguística, tão jovem se comparada à Filosofia ou à História, para citar dois exemplos. E esse histórico interesse pela Língua, despertado em diferentes áreas das Ciências Humanas, sob diferentes condições de produção, vem contribuindo com os estudos lingüísticos e discursivos, revelando possíveis relações entre língua e sujeito, língua e história, língua e mito, língua e sociedade, etc. Assim, a importância da noção de “relação” que está posta, já em Platão e Aristóteles, atualiza-se também nesse trabalho, pois, aliando-a aos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Francesa, tentamos compreender o processo de constituição de diferentes imagens de gaúcho na e pela língua, via discurso da narrativa literária gauchesca. É com base nas “relações” que se constroem os discursos que estão em funcionamento na configuração desse gaúcho que, ora é mitológico e heróico, ora é um sem-terra errante. A imagem do mito aparece bastante viva em “Contos Gauchescos”, de J. S. Lopes Neto, livro publicado em 1912; por outro lado, revela o não-mito a imagem que aparece em “Porteira Fechada”, de Cyro Martins, publicado em 1944, ambas obras analisadas em tese de doutorado (PETRI, 2004). A língua funciona como um “observatório” de discursos que nos oferece diversas possibilidades de visualização, dentre as quais selecionamos, para esse trabalho, o ponto de vista que estabelece relações entre o que está posto na língua e o que passa a ser institucionalizado pela língua. Nosso olhar, então, oscila entre as designações “gaúcho” e “gaúcho de a pé”, o bom gaúcho e o mau gaúcho, o gaúcho platino e o gaúcho brasileiro; oscilando, portanto, entre a concepção favorável e a concepção pejorativa, reveladoras das contradições, das semelhanças e das dessemelhanças presentes no discurso da narrativa literária gauchesca. Para melhor observarmos a constituição e a institucionalização dessas designações, trabalhamos com as diferentes formas em que elas aparecem nos dicionários de língua portuguesa e de regionalismos, respectivamente. A consulta a um dicionário comum da língua portuguesa falada no Brasil é o procedimento inicial da análise, mas nos interessa, sobretudo, consultar um dicionário de termos regionais, onde tudo está voltado ao falar típico do Rio Grande do Sul. Segundo Nunes (2001, p. 101), o dicionário funciona como um lugar de observação do léxico, não se restringindo ao papel de um instrumento de normatização, mas constituindo-se como “um objeto discursivo”. No caso específico de um dicionário de regionalismos, encontramos o levantamento do que é próprio do popular, do domínio de um falante do interior de um estado brasileiro; trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região. Esse tipo de objeto discursivo também carrega as representações próprias das relações sociais que se efetivam num espaço bem determinado: o campo gaúcho. Sendo “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade” (NUNES, 2001, p.



101), que podemos qualificar como “bastante fechada”, o dicionário de termos regionalistas funciona como um ponto de partida possível para o processo de compreensão do discurso da narrativa literária gauchesca no tocante a algumas designações que são atribuídas ao gaúcho e que não são tão familiares. Estamos tratando de um discurso que, supostamente, teria sido produzido no espaço campesino e rural do Rio Grande do Sul na época da colonização e da monarquia portuguesa no Brasil, o que aparece representado no discurso histórico oficial (que conhecemos atualmente) e que é parte constitutiva do imaginário social produzido e instituído pela literatura regionalista que analisamos, sendo que esse último espaço discursivo revela um ponto de vista imaginário, urbano e civilizado sobre o gaúcho. Temos consciência, portanto, de que apenas uma parte dessa multiplicidade de sentidos é captada pelo dicionário, que distribui os sentidos a fim de identificar o espaço e os sujeitos do campo gaúcho.

NUNES, José Horta. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 101-109.

PETRI, Verli. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

## O cenário da forma-ção discursiva no editorial da/na Revista Nova Escola

Cleusa Maria Alves de Matos

cleusamatos@wnet.com.br  
Universidade Estadual de Londrina

A afirmação de Pêcheux de que o discurso é um “efeito de sentido entre interlocutores” (1969, p. 82) suscitou parte da discussão que propomos apresentar. Os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa fundamentam as concepções abordadas para análise do *corpus* da pesquisa em andamento; observamos que a “forma-ção” discursiva da/na revista *Nova Escola* (NE) tenta validar o discurso de verdade do grupo responsável (diretores, educadores, jornalistas) deste periódico. Direcionamos o olhar investigativo para três editoriais veiculados em jan./fev. de 2003 (edição 167), jan./fev. de 2004 (edição 176) e jan./fev. de 2005 (edição 185). Nosso objetivo é desvelar os enunciados e os efeitos de sentido presentes nestes editoriais, uma vez que este gênero configura o discurso opinativo – uma de suas funções é apresentar ao leitor o que será divulgado em sua edição e a outra é eleger uma ou várias temáticas para expressar o ponto de vista sobre determinada questão, evidenciando mais claramente posições adotadas pelo discurso institucionalizado. Assim, os enunciadores de NE, na tentativa de cumprirem tais funções, assumem uma terceira função: a pedagógica. Eles adotam estratégias linguístico-discursivas para esclarecer aos interlocutores (professores do Ensino Fundamental) a seleção, a composição das matérias e as inovações que o periódico propõe para o referido ano de

publicação. O gesto interpretativo evidencia a enunciação a partir da formação discursiva assumida pela revista, a qual fala de um lugar que lhe garante certa autoridade institucional sócio-histórica e ideológica. Desta forma, o editorial consiste em validar chamadas (como “Com tantas mudanças, NE não está apenas de cara nova, está de alma nova”, “Escola volta às suas mãos com algumas novidades”, ou “E também para saber sua opinião sobre a revista *Escola*, a cada nova edição, toda a equipe saía para conversar com ‘seu’ leitor”) para promover o efeito de sentido desejado. É importante salientar que os interlocutores são pensados como sujeitos históricos e os sentidos são produzidos sob a ação das condições de produção: disso decorre que o sentido do texto não está fixo *a priori* nas palavras, ele deriva de formações discursivas. E, considerando que todo texto pertence a um gênero de discurso e seu estatuto pode ser determinado de acordo com o contexto em que circula – texto religioso, literário, midiático, entre outros –, a AD parte do princípio de que esta categorização não é fechada, ela ultrapassa fronteiras e o texto é híbrido. Para Maingueneau (2002), a idéia de que o enunciado permanece fixo fora de um contexto torna-se insustentável e uma seqüência verbal assume estatuto de enunciado quando proferida em momentos específicos, em lugares determinados e por sujeitos que dirigem e regulam os turnos de fala. Todo enunciado e toda seqüência de enunciados é, pois, linguísticamente descritível e as escolhas linguísticas para elaboração de um texto têm objetivos determinados: interagir e/ou atuar sobre os interlocutores para obter deles determinadas reações ou comportamentos, de acordo com a memória discursiva predominante na sociedade, ora velada, ora explicitada. De acordo com Foucault (1995), a produção de um discurso é controlada, selecionada e redistribuída por meio de certo número de processos que têm o papel de controlar os poderes e os perigos de cada acontecimento. Portanto, as regras que estruturam um texto e o inscrevem em certo gênero não são coercitivas: são apenas determinantes de características estruturais e/ou linguísticas moldadas pelas formações discursivas e pelas posições ideológicas. As pressupostas verdades elaboradas pelos profissionais da revista NE, do campo educacional e do campo jornalístico, são admitidas e incontestadas pelos professores, pois eles buscam respostas para suas inquietações profissionais. Embora os resultados sejam parciais, observamos ainda certa submissão dos professores quanto à atuação e à formação profissional diante das práticas prescritivas da revista, quando esta define o certo e o errado na seleção de conteúdos ou na atuação pedagógica em sala de aula. Parece que a “forma-ção” discursiva é homogênea, fechada e sedimentada por discursos já ditos dos enunciadores de NE, e, de modo geral, eles procuram colocar em prática uma cadeia de validação de enunciados que acaba por produzir, com regularidade e suposta legitimidade, um padrão social de referência de posições de sujeito desejáveis.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo: Fundação Victor Civita, 2003, 2004, 2005.



### A questão da referência: uma interlocução (in)esperada

Luciana Iost Vinhas

lucianavinhas@gmail.com  
Universidade Católica de Pelotas

Partindo do pressuposto de que não se pode ignorar, por um lado, a constituição fisiológica do sujeito para a compreensão dos processos discursivos nos quais se insere e, por outro, as determinações sócio-históricas envolvidas na constituição do sentido, a presente proposta visa, a partir do conceito de “referência”, proceder à discussão teórica de hipóteses sobre a possibilidade de aproximação entre a Teoria da Otimidade Conexionista (COT) e a Análise de Discurso (AD). Essa articulação envolve o questionamento de pressupostos teóricos e filosóficos que respaldam epistemologicamente tais modelos e que são interpretados como excludentes. De um lado, deparamo-nos com um modelo formal de descrição e análise lingüística; de outro, com um modo de interpretação cujo escopo é a relação entre linguagem e ideologia, que não cabe em modelos e esquemas pré-determinados à maneira positivista, mas que não prescinde do sistema. Em suma, no cerne da proposta está a constatação de que as determinações sócio-históricas sofridas pelo sujeito, via de regra, dão-se através da linguagem, que é de natureza simbólica, mas que, no entanto, depende do estabelecimento de conexões neuronais de natureza física para produzir seus efeitos. Aí se encontram implicadas questões complexas de fundamental importância, ligadas à concepção de sujeito, de sentido e da própria linguagem. Com o objetivo de estudá-las, buscamos na “referência” uma fonte de diálogo. Partimos do pressuposto básico de que a referência pensa a relação entre linguagem e “realidade”, para propor, no entanto, um deslocamento em seu sentido, anexando um terceiro elemento: o sujeito, um sujeito neuronal e ideológico. A relação deixa de ser dual, tornando-se triádica. Nessa tríade, buscar-se-á dar conta da relação entre “sujeito neuronal” e “sujeito ideológico”, entre “realidade” e “objeto discursivo” (imaginariamente construído) e entre linguagem enquanto atividade neuronal e enquanto processo discursivo.

Inicialmente, a discussão partirá de elementos como “referente”, “realidade” e “discurso”. A “realidade” é acessível somente através da linguagem, estando ela presente em todas as práticas discursivas, constituindo os sujeitos. Por isso, a referência é considerada um conceito importante, sendo de ampla discussão na literatura da área. Desde Saussure, com a consolidação da lingüística como ciência, até os modelos discursivos, diferentes concepções sobre esse construto foram discutidas. Sabe-se que a lingüística saussureana exclui de sua abordagem o referente, bem como o sentido, o sujeito e a história, ao passo que, em teorias discursivas como a AD, esses conceitos são indispensáveis.

Na AD, o sentido extrapola o lingüístico. Pode-se afirmar que a referência deve ser relacionada ao “objeto discursivo” que, por sua vez, depende das formações discursivas. A compreensão e a produção dos enunciados pelo sujeito dependem das formações discursivas a que ele se filia. Na COT, a referência depende das sinapses acionadas pelo sujeito

durante a compreensão e a produção da linguagem, ou seja, cada materialidade lingüística possui um padrão de ativação, sendo diferente em cada indivíduo e podendo ser modificado com o tempo. Isso significa que diferentes redes serão ativadas, de forma paralela e distribuída, ao ser vinculada uma palavra a um referente. O modelo tem base fisiológica, pois a linguagem só é possível devido à existência de um cérebro. A COT trabalha esses processamentos através de restrições, dispostas em uma hierarquia. Essa hierarquia de restrições, que significam as redes neuronais ativadas através da linguagem, é diferente para cada indivíduo, pois depende de diferenças individuais – dos fatores genéticos e, para nós, também das determinações sócio-históricas. Como articular essas diferenças é a proposta do presente trabalho.

BONILHA, Giovana Ferreira Gonçalves. *Aquisição fonológica do Português: uma abordagem conexionista da Teoria da Otimidade*. 2004. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2004.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

### A pertinência dos enunciados na representação da crise política do Brasil

Antônio Luiz Assunção

assuncao@ufsj.edu.br  
Universidade Federal de São João del-Rei

De acordo com Moeschler (1994), as teorias pragmáticas que têm tratado o problema da produção do sentido não têm sido capazes de estabelecer generalizações acerca dos encaideamentos e dos princípios que envolvem a interpretação dos enunciados. De acordo com os autores, é necessário discutir um modelo teórico que leve em conta certas informações procedimentais sobre os processos de referenciação, bem como sobre os scripts gerais e locais próprios a essas configurações. Para os autores, os conectores são responsáveis por essas informações procedimentais, não *vericondicionais*, à medida que restringem e guiam os processos semânticos da pertinência dos enunciados. Desse modo, para que se possam fazer as assunções, é necessário considerar (i) as informações contidas nos enunciados precedentes ou ainda disponíveis no mecanismo dedutivo (memória de curto termo); (ii) as informações dependentes/relacionadas com as entradas enciclopédicas dos conceitos ligados à forma lógica dos enunciados; (iii) as informações ligadas à situação de enunciação. A computação, por seu lado, vai gerar o conjunto de informações disponíveis a partir do enunciado e de seu contexto. Assim, se temos, como os nomes, por exemplo, elementos lingüísticos a que se pode associar um valor constatativo e, portanto, vericondicionais, por outro, os conectores não se definem pela propriedade da vericondicionabilidade, mas sim pelo seu caráter procedimental. Nesses termos, interpretar um enunciado implica considerar as informações lingüísticas codificadas nos itens lexicais e



aquelas informações pragmáticas codificadas procedimentalmente, seja em anáforas, seja nos conectores; associadas a informações não lingüísticas, darão conta do sentido do enunciado. É preciso estar atento, portanto, à natureza das informações lingüísticas acessíveis ao interlocutor, o que implica, não só reconhecer que o lingüístico não é suficiente para a produção do sentido, mas também considerar o papel do saber não lingüístico na compreensão dos encadeamentos enunciativos provocados pelos conectores. O que se pretende, neste trabalho, portanto, é discutir o papel das condições de produção do discurso na compreensão dos sentidos procedimentais. Afinal, se, de acordo com a Teoria da Pertinência, os conectores assumem um papel específico na interpretação dos enunciados em que estão inseridos, é necessário reconhecer que essas conexões não se definem como meros mecanismos sintáticos de encadeamento, uma vez que, através deles, são possibilitadas as inferências, que têm um papel primordial na compreensão dos enunciados. Deve-se levar em conta que cabe aos conectores, não só estabelecer um vínculo entre os enunciados ou entre suas partes, mas também garantir que relações de pertinência sejam estabelecidas, funcionando, então, como um mecanismo de constituição do contexto para a pertinência dos enunciados. Assim, tomando como *corpus* alguns editoriais da Folha de São Paulo sobre a crise política no governo Luiz Inácio Lula da Silva, pretende-se discutir o modo como o sentido procedimental, associado aos sentidos conceituais e às condições de produção do discurso, foi capaz de construir uma representação de uma das maiores crises políticas ocorridas no país. Pretendemos considerar, aqui, o modo como os conectores criaram as condições de emergência do discurso da crise política, mas também como os conhecimentos sócio-históricos, a exterioridade da língua, interferiram nos processos de constituição dos sentidos procedimentais. A hipótese por trás dessa questão funda-se na crença de que os sentidos da crise resultam do trabalho no nível textual de procedimentais que permitem a constituição de contextos em que uma representação da crise produza sentido. Para isso, é necessário contar, não só com os sentidos lexicais, aqueles da representação, fundados no saber advindo do léxico, e nos sentidos procedimentais, aqueles originados da organização sintática produzida pelos conectores, mas também com o saber enciclopédico, que acaba por se definir como uma condição de emergência do discurso. Afinal, os textos construídos para falar da crise e as referências a ela constituem um arranjo de saberes colocados em jogo: o saber lexical, o saber gramatical e o saber enciclopédico, que serão, por sua vez, responsáveis pela construção das implicações contextuais necessárias para a compreensão do discurso que se produz acerca da crise. Acreditamos que, através dessa compreensão, podemos discutir a pertinência dos enunciados, o que equivale a dizer discutir a construção da pertinência dos enunciados.

## O *ethos* do enunciador dos romances de Machado de Assis

Dilson Ferreira da Cruz Júnior

dfc70@hotmail.com  
Universidade de São Paulo

Definido por Aristóteles como o caráter ou a imagem que o orador constrói de si para ganhar a adesão de seus ouvintes, o *ethos* constituiu, ao longo da história, um dos principais núcleos de estudos retóricos. Nas últimas décadas, a partir, principalmente, dos trabalhos de Ducrot e Barthes, o conceito passou a ser estudado também pelas demais ciências da linguagem, que o utilizam para explicar os mecanismos implicados no fazer persuasivo. É nessa linha de investigação que se insere este trabalho, porém com a diferença de que busca analisar o *ethos*, não mais em discursos puramente persuasivos, como o político ou o publicitário, mas em textos poéticos. Em termos mais específicos, procura-se determinar o *ethos* do enunciador da obra romanesca de Machado de Assis ou, como afirma Greimas, o *ethos* do ator da enunciação desses romances. O trabalho articula-se em três momentos. No primeiro, procura-se construir uma reflexão sobre retórica antiga com base nas teorias da semiótica. No segundo, busca-se analisar os romances de Machado de Assis com o objetivo de apreender as principais características de seu enunciador. Finalmente, na última parte, é apresentada a descrição do seu *ethos*.

Como o objeto da pesquisa é o enunciador, a análise não pode se restringir a um, ou mesmo a vários romances, mas deve abranger todos, pois, caso contrário, haveria o risco de o *ethos* encontrado corresponder ao narrador, e não ao enunciador. Por outro lado, não basta que a investigação seja ampla em termos, digamos, horizontais. É preciso que se estenda, da mesma forma, em termos verticais, isto é, que não se limite aos níveis discursivo e figurativo da geração do sentido, mas considere também os níveis mais profundos, como o narrativo e o fundamental (e aí se vê a importância da semiótica para este trabalho). Caso contrário, pode-se incorrer em outro risco: dadas as grandes diferenças existentes entre os narradores machadianos, provavelmente não se conseguiria chegar a um único *ethos*, mas a vários. Tendo em mente o objetivo acima descrito, foram eleitas cinco variáveis por meio das quais a obra de Machado de Assis foi analisada: as configurações narrativas e discursivas, a instalação do narrador, a delegação do saber, os níveis enunciativos, e, finalmente, o contrato enunciativo entre o enunciador e enunciatário. A hipótese formulada é que essas cinco variáveis são capazes de indicar um *modus operandi* do ator da enunciação, o qual é conversível em um modo de ser, indicando, assim o *ethos*.

Observe-se que o procedimento adotado baseia-se na dicotomia saussuriana relativa aos eixos paradigmático e sintagmático. De fato, as cinco variáveis definidas podem ser consideradas classes paradigmáticas, e os romances, sintagmas. O *ethos* do enunciador deve ser decorrente, portanto, das relações contraídas nos dois eixos: no eixo sintagmático, as relações *in praesentia* das cinco variáveis deveriam sugerir o *ethos* do enunciador de um romance específico; por outro lado, a constância na seleção dos mesmos elementos de uma dada classe paradigmática deve indicar se esse *ethos* se aplica ao conjunto dos romances.

As análises efetuadas confirmaram que, em Machado, a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

narração é mais importante que o narrado. Contudo, é preciso investigar as implicações desse fato. Primeiro, o percurso narrativo dos actantes do enunciado passa a dizer respeito, não apenas à execução de programas narrativos comuns, como casar, subir na vida, etc., mas a um programa narrativo bastante específico: enunciar. Em outras palavras, o principal fato da realidade imitado diz respeito à própria elaboração de uma narrativa. Fato principal, mas não único, pois o narrador, não apenas discute as agonias e glórias da narração, mas efetivamente compõe um romance, por sinal, o mesmo que o – entre aspas – *leitor de verdade* está lendo. Surge, assim, um encadeamento hierárquico de percursos narrativos: a instauração de um narrador que narra a elaboração de um romance, que trata, sempre, direta ou indiretamente, de questões ligadas à permanente necessidade de ascensão social. Em segundo lugar, essa arquitetura implica a duplicação de todas as estruturas narrativas, havendo actantes que se relacionam à narração e aqueles que se ocupam do narrado, ainda que estejam sincretizados no mesmo ator. Por fim, há o estabelecimento, no caso de Machado, de um conflito permanente entre os narradores de diversos níveis ou, se preferirmos, entre a enunciação e o enunciado. O embate se dá de maneiras distintas, mas não mutuamente excludentes: ora se estabelece pelas advertências que abrem os romances, ora pela instauração de narradores canhestros, como Brás Cubas, Bento Santiago ou, em outros termos, Aires.

O comportamento das cinco variáveis apontou para um único modo de proceder do enunciador, portanto, para um único *éthos*, o qual não autoriza, em nosso ponto de vista, a divisão da obra do autor em duas fases. Com essa afirmação não se pretende que os romances tenham todos o mesmo nível de elaboração ou a mesma complexidade. De fato, as narrativas e seus narradores são muito diferentes; mas as estratégias utilizadas nos romances e as preocupações presentes em cada um deles são extremamente constantes e todos constroem de forma admiravelmente homogênea um mesmo ator da enunciação, um mesmo *éthos*.

Finalmente, é preciso explicar como se opera a passagem dessas constatações para a caracterização do *éthos* do enunciador. Para fazê-lo, é preciso atentar para a absoluta convergência dos dois níveis narrativos que compõem esses romances. Em um primeiro nível, há, conforme foi dito, o percurso do narrador que tem que elaborar sua narrativa, nascendo aí um sofisticado jogo com a linguagem: em uma linha, o narrador diz que apenas transmite o que se passou, que nada inventa, que, se sua narrativa parece inverossímil, a culpa é da realidade, que se apresenta dessa forma. Ao mesmo tempo, o enunciador instaura indícios de que tudo que o enunciatário lê é, sim, fabulação, o que não impede o narrador de voltar a atestar a própria sinceridade e a veracidade de tudo o que afirma. A conclusão desse processo é a apresentação da narrativa como um encadeamento de efeitos de verdade apresentados como tais. Ora, esse processo, levado à exaustão, aliado, no segundo nível narrativo, às narrativas que, desde *Ressurreição*, até o *Memorial de Aires*, não dão margem a ilusões de qualquer espécie, mas que enfatizam a fria eleição do espírito, deixa claro que esse enunciador não é apenas terrivelmente frio e objetivo, mas também cínico; não apenas porque vai de encontro às convenções, mas porque exerce uma militância cuja práxis consiste em mostrar, romance após romance, que não existe verdade que não seja uma criação da linguagem e que, como tudo que aparenta ser sólido, as verdades sempre se desmancham. Não apenas no ar, mas também no papel.

ARISTOTELES. *Rhétorique*. Trad. C. E. Ruelle. Paris : Livre de poche, 1991.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. 3 v.

BARTHES, Roland. *L'aventure sémiologique*. Paris: Seuil, 1985.

BERTRAND, Denis. *Précis de Sémiotique littéraire*. Paris: Nathan, 2000.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1988.

FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da enunciação : as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. O contrato de veridicção no romance. *Perfiles Semióticos Revista de Estudios Semiolingüísticos*, Mérida, v. 1, p. 137-152, 2004.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tension et signification*. Liège: Largada, 1998.

GREIMAS, Algirdas Julian; COURTES, Joseph. *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage I*. Paris: Hachette, 1979.

MEYER, Michel. *L'histoire de la rhétorique des grecs à nos jours*. Paris: Le livre de Poche, 1999.

### Sequências de perguntas e sua função na mediação

*Eliana dos Santos Rangel*

[lilipedrita13@yahoo.com.br](mailto:lilipedrita13@yahoo.com.br)

Universidade Federal de Juiz de Fora

*Paulo Cortes Gago*

No cenário internacional, a atividade de mediação, segundo a literatura nos mostra, surgiu na década de 50. Atualmente, a mediação serve como o mecanismo mais comum de resolução de rivalidades ou conflitos, como, por exemplo, no caso de pais que disputam a custódia de seus filhos; mesmo dentro de empresas é possível ver a atuação de terceiras partes para negociar e resolver problemas (FOLGER; JONES, 1994). No Brasil, esse mecanismo, usar terceiras partes na resolução de conflitos, é bastante visível no Procon – instância de defesa do consumidor. Este órgão foi criado na década de 90, com o objetivo de regular as relações de consumo entre fornecedores de bens e serviços e consumidores. O Código de Defesa do Consumidor, por vezes encontrado em estabelecimentos comerciais para pronta consulta do consumidor, é o respaldo legal do Procon. As atividades de mediação, como as que acontecem no Procon, são importantes porque ajudam a melhorar as relações humanas em uma sociedade. Esse fato torna relevantes as várias pesquisas realizadas nesta área.

O presente trabalho terá por meta investigar o trabalho de mediação em uma audiência de conciliação do Procon. Focalizaremos nossa atenção em uma das ferramentas usadas pelos mediadores para conduzir o pleito – as perguntas. Este estudo nos permitirá observar quais ações são realizadas por meio das perguntas e quais os significados selecionados pelos atores sociais para performar estas ações. Assim, examinaremos o desenho dos turnos de pergunta. Neste estudo, abordaremos também as identidades discursivas dos participantes reveladas nestas seqüências. Identidade será estudada aqui, não como um elemento dado *a priori*, mas como algo





construído seqüencialmente, dentro da fala-em-interação. Segundo Zimmerman (1998), identidades discursivas estão ligadas à organização da interação momento a momento. Os participantes assumem identidades discursivas como quando eles se engajam em várias atividades organizadas seqüencialmente: falante corrente, ouvinte, contador de história, recipiente da história, questionador, respondedor, iniciador de reparo, etc. Zimmerman argumenta que as identidades discursivas emergem como uma característica da organização seqüencial da fala em interação, orientando os participantes para o tipo de atividade em andamento e seus respectivos papéis dentro dele.

A pesquisa é de natureza qualitativa, interpretativista, e se pauta nos pressupostos teóricos da Análise da Conversa Etnometodológica e da Sociolinguística Interacional. Segundo Pierre Bourdieu, “mais do que seguir passivamente regras sociais, os atores sociais desempenham o trabalho da vida social ativamente. O ator social é um praticante – a ação social local é prática” (apud ERICKSON, 2004, p. 119). Desta forma, a pesquisa interpretativista tem interesse no significado imediato das ações do ponto de vista dos atores sociais. Permite identificar o significado das ações nos eventos, de forma minuciosa e reflexiva, a partir de vários pontos de vista dos atores. A pesquisa assume, portanto, uma visão êmica para a construção do significado, a partir da perspectiva dos participantes.

A análise dos dados contará com conceitos-chave da Sociolinguística Interacional, como os conceitos de *enquadre* e *alinhamento*. Segundo Fabrício e Moita Lopes (2004), a noção de *enquadre* “refere-se ao que está sendo construído cooperativamente no momento a momento da interação”. Alinhamento envolve o relacionamento dos participantes com suas atividades em desenvolvimento. Relaciona-se às diversas projeções do ‘eu’ de um participante perante o outro, o discurso e si mesmo. Da Análise da Conversa, usaremos as noções de unidade de construção de turno, seqüências discursivas, pares adjacentes (muitas ações ocorrem em pares, como pergunta/resposta, cumprimento/cumprimento), turno conversacional, sistema de tomada de turnos, sistema de trocas de falantes, etc.

Há de se ressaltar, ainda, que faremos uso de algumas teorias de perguntas que julgamos pertinentes para esse estudo. Por exemplo, em *On some questions and ambiguities in conversation*, Schegloff (1984) trata do momento em que as perguntas podem surgir, quando algum fato está sendo narrado. Durante o período em que o participante narra sua versão da história, ele pode propor o término da mesma, mas não pode garanti-lo. Isso acontece porque uma história só é concluída se o recipiente a aceita e mostra entendimento. A forma mais usada para que um recipiente possa tornar uma história aberta é por meio de uma pergunta sobre o fato narrado. Esse ponto nos interessa bastante, porque, em nossos dados, audiências de conciliação do Procon, há partes que são dedicadas a narrativas. Segundo Silveira (2001), as audiências de conciliação podem ter três fases. Na primeira delas, as partes *relatam* suas diferentes versões sobre os fatos. Portanto, daremos atenção às perguntas que surgem neste local interacional.

Cabe mencionarmos, ainda, que trabalharemos com dados *reais* de fala, extraídos de uma audiência de conciliação do Procon, gravada em áudio, em uma cidade de Minas Gerais. Assim, levaremos em conta o processo interacional que ocorre nestas mediações. Assumimos, portanto, que o discurso é co-construído. Os participantes numa interação não são robôs pré-programados com regras linguísticas, convenções

de discurso ou prescrições culturais para uma identidade social. Cada momento interacional é um espaço único.

ERICKSON, Frederick. *Talk and social theory: ecologies of speaking and listening in everyday life*. New York: Harper, 2004.

FABRÍCIO; MOITA LOPES. Discursos e vertigens: identidades em xeques em narrativas contemporâneas. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, v. 6, n. 2, p. 11-29, 2004.

FOLGER, J. P.; JONES, T. S. *New directions in mediation: communication research and perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 12, p. 1-67, 2005.

SCHEGLOFF, E. *On some questions and ambiguities in conversation*. 2004.

SILVEIRA, Sonia B.; GAGO, Paulo C. Interação de fala em situação de conflito: papéis interacionais do(a) mediador(a) em uma audiência de conciliação do Procon. *Intercâmbio*, LAEL – PUC/SP v. 14, 2005.

ZIMMERMAN, D. H. Identity, context and interaction. In: ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. (Ed.). *Identities in Talk*. London: SAGE Publications, 1998. p. 87-107.

## Sujeito, linguística e psicanálise

Milán-Ramos

jgmilan@terra.com.br

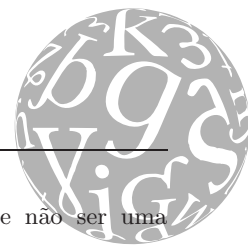
Universidade Vale do Rio Verde

J. Guillermo

A dimensão do *sujeito* (sujeito do significante, sujeito da ciência, sujeito do inconsciente) coloca-se a todos os campos de saber e pode ser compreendido como um operador-chave para articular a relação entre as ciências da linguagem e a Psicanálise. Na presente comunicação queremos realizar uma reflexão sobre os modos nos quais essa dimensão se apresenta para a Linguística, a Análise do Discurso e a Psicanálise (essa reflexão faz parte da minha tese de doutorado, *Passar pelo escrito*, que será publicada em julho de 2007 por Fapesp/ Mercado das Letras).

Há mais de 100 anos, produziu-se a “descoberta” freudiana do inconsciente, criando as condições para um deslocamento radical na forma em que a dimensão do sujeito pode vir a ser pensada. A dimensão do sujeito atravessa e determina *todos* os campos de saber (cada um deles, de um modo específico, de acordo com o Real colocado em jogo), incluindo a ciência moderna. Essa “proliferação” da questão do sujeito tem suscitado as mais diversas reações e respostas e continua colocando-se na forma de perguntas, muitas vezes, incontornáveis: se, ao longo de 100 anos, a Psicanálise freudiana tem mostrado a relevância da dimensão do inconsciente, *como não incluí-la, hoje*, quando tratamos do sujeito? É possível *incluir* o sujeito do inconsciente nas descrições/explicações científicas?

O psicanalista francês Jacques Lacan abordou de um modo original e altamente consistente a relação entre a ciência e a Psicanálise. Segundo Lacan, *a Psicanálise não é uma*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

*ciência, mas pertence ao campo da ciência*: elas são comensuráveis, falam uma “linguagem comum”, sobretudo porque há uma correlação forte entre a escrita lógico-científica e a escrita psicanalítica.

*A dimensão do sujeito é o operador essencial da “comunhão-com-diferenças” entre ciência e Psicanálise*. Nesse sentido, a afirmação essencial de Lacan é que *o sujeito do inconsciente é o sujeito da ciência*. Mas – diz Lacan –, se a Psicanálise se propõe a *incluir* o sujeito na teoria, a ciência moderna (galileana) se define pela “impossibilidade do esforço” de *cancelá-lo* – pela “impossibilidade do esforço” de fundar uma metalinguagem perfeita.

Lacan reduz essas questões a uma *teoria do escrito*, que se apresenta intrincada nos três registros, Real, Simbólico e Imaginário (RSI).

Lacan define o Real como o *impossível*: o impossível de ser simbolizado, o que *não cessa de não se escrever*. A partir do momento em que falamos, a distância entre o Real e sua simbolização torna-se irredutível. A partir do momento em que habitamos o universo simbólico (*logos*), as palavras instauram uma distância irredutível com as coisas, com a plenitude do vivo-concreto-originário. Pela ação da linguagem, o corpo vivo se distancia de si mesmo (castração simbólica) e se transforma em corpo pulsional, corpo falante. A impossibilidade de escrever o Real pode até ser inscrita (*mostrada, rodeada, circunscrita*), mas o Real existe, insiste – fora como algo da ordem de uma impossibilidade de se escrever. O Real só pode ser circunscrito, rodeado e inventado pelo escrito – por isso Lacan nos propõe uma imagem de borda: *a borda do Real*. *A borda do Real é um lugar de escrita*.

Lacan imagina a *borda do Real* como um *lugar de escrita*, uma escrita correlativa – fortemente correlativa – à escrita do saber científico, a escrita da ciência que decifra e aloca, numa escrita matemática, as estruturas do universo. Isso tem uma importância fundamental: Lacan consegue pensar as nuances e os detalhes da escrita psicanalítica somente através da proposição de uma forte correlação com a escrita científica, uma correlação na qual a forma do saber da ciência se mostra como a chave fundamental que permite compreender a forma do saber inconsciente, ao mesmo tempo em que o sujeito do saber inconsciente acaba se revelando como a condição de possibilidade, “foraclusa”, rejeitada pelo saber científico. A partir da proposição dessa correlação, Lacan explora os pontos de convergência e de divergência entre a letra científica e a letra psicanalítica e realiza essa exploração precisamente como um *incessante movimento de “superação”, isto é, de reconhecimento de que o próprio impasse é condição positiva de superação, de avanço, de invenção teórica*. O *impasse* de escrita lógico-matemática anuncia a dimensão do Real, por exemplo, quando Lacan postula o princípio de contradição lógica como a condição de possibilidade da noção de verdade psicanalítica.

A letra lógico-matemática “se supera” no matema psicanalítico. Há momentos em que Lacan *se submete* à letra científica, para *só-depois*, subverter, romper, focando no *impasse* a condição de possibilidade do sujeito. Há momentos em que a letra científica e a letra psicanalítica são iguais – quer dizer, os traços no quadro são iguais –, mas elas não são a mesma coisa, a relação com a subjetivação não é a mesma. Ao “*esforço*” que tenta deduzir a letra psicanalítica da letra científica, Lacan contrapõe o “*exagero*”, o salto no vazio, a não-transição entre uma e outra. Esse espaço, essa distância entre letra científica e letra psicanalítica, define o fato essencial de que a psicanálise pertence ao campo da

*ciência, é comensurável com ela, apesar de não ser uma ciência*.

Quais são as *estratégias de inclusão do sujeito que operam na escrita da Psicanálise*? Quais são as *estratégias de sutura que operam na escrita da ciência, e especificamente, na Lingüística*? Como se colocam essas questões para as regiões do saber radicalmente “atravessadas” pela subjetividade, como os estudos em Aquisição da Linguagem e a Análise do Discurso?

Em particular, farei referência às estratégias lacanianas de inscrição (conceitual e literal) do sujeito na teoria: no “*fracasso do conceito*” (em particular, a oposição entre conceitos totalizantes e exemplos particulares); nas *parodias metalingüísticas* (“não há metalinguagem”, “o verdadeiro sobre o verdadeiro”); nos *paradoxos do dizer* e do *escrito* – coincidências impossíveis (desejo/necessidade), *coincidentia oppositorum*, enunciados impossíveis (“eu, a verdade, falo”, “eu minto”), nomes impossíveis (falo), *impasses literais* (fórmulas da sexuação) – e nas *categorias lógicas da modalidade* (necessário, contingente, possível, impossível).

ALLOUCH, J. *Letra a letra*: transcrever, traduzir, transliterar. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.

DE LEMOS, C. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 42, p. 41-70, 2002.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Seminário*, livro 17: o avesso da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. *O Seminário*, livro 20: mais, ainda. 2. ed. rev. reimp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MILÁN-RAMOS, J. G. *Passar pelo escrito*. Campinas: Mercado das Letras/Fapesp, 2007. No prelo.

MILNER, J. C. *A obra clara*: Lacan, a ciência e a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ZIZEK, S. *O mais sublime dos histéricos*: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. *El sublime objeto de la ideología*. México: Siglo XXI, 1992.

### O processo de identificação no discurso político eleitoral

Maria Célia Cortêz Passetti

passetti@wnet.com.br

Universidade Estadual de Maringá

No contexto de uma sociedade contemporânea ambientada pela mídia, proponho uma reflexão sobre a nova configuração do campo discursivo político, reflexão esta já apontada por teóricos da comunicação (ALBUQUERQUE, 1995; RUBIM, 2004; WEBER, 2000, dentre outros) e que, a partir de estudos interdisciplinares, não constate simplesmente a “despolitização da política” ou sua “mídiatização”, mas leve, sobretudo à compreensão das transformações pelas quais vem passando esse tipo de discurso e de como os sujeitos políticos enunciam a partir desses lugares discursivos. Charaudeau (2006, p. 39) afirma que “o discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas que não



há política sem discurso”. Precisamente em período de campanha eleitoral, o número de discursos políticos aumenta e pauta a sociedade, assumindo, mais do que nunca, um ideal político em função dos princípios que servem de referência para a busca pela adesão do eleitor ao voto decisivo. Os resultados da pesquisa de Silva (2006), na qual ela descreve as regularidades discursivas apresentadas pelos dois sujeitos políticos que disputaram o segundo turno das eleições municipais de 2004, em Maringá, PR, contribuem para meu objetivo maior de mostrar como a mídia maringaense produziu e circulou sentidos, atuando no processo eleitoral do município, e/ou como os sujeitos políticos dela fizeram uso para persuadir o voto do eleitor. Dentro do campo específico das relações entre mídia e política, meu projeto busca, diferentemente das áreas das ciências políticas e da comunicação, ter a linguagem como elemento central nas investigações. Nesse projeto institucional mais amplo, no qual coordeno, oriento e co-produzo análises discursivas no campo político midiático, em nível local e nacional, congrego alunos da graduação e da pós-graduação no grupo de estudos político-midiáticos (GEPOMI-UEM). Nesta comunicação, tomo uma das regularidades levantadas por Silva (2006) como fundamental no discurso do então candidato a prefeito Silvío Barros, do partido progressista (SB/PP), com o objetivo de descrever, de forma mais aprofundada, o modo de construção de seu processo de identificação com o maringaense, dado o desempenho altamente persuasivo detectado, que culminou em resultado vitorioso nas urnas. Busco, pois, compreender a construção da imagem desse ator político através da descrição de sua principal estratégia argumentativo-persuasiva, resumida em seu *slogan* “Silvío Barros é gente de Maringá”. Explico por que foi tão importante para este ator político mostrar-se como um cidadão maringaense; trabalho com as relações interdiscursivas que contribuíram para fixar sua imagem de forma positiva e persuadir ao voto e, finalmente, mostro em que medida essas relações interdiscursivas sustentaram suas argumentações e levaram à adesão popular que culminou em sua vitória. Com base em um arquivo midiático da campanha eleitoral maringaense, optou-se pela análise da última semana do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE/TV), por ser, naquele curto e decisivo momento da campanha, o principal elemento de comunicação com o povo. Foram selecionados, gravados e transcritos por Silva (2006) os programas dos dois candidatos finalistas, a partir dos quais foi possível recortar as seqüências discursivas que funcionaram como eixo semântico principal de sua campanha. Destas, retiro três enunciados cujas estruturas sintático-discursivas mostram uma retórica argumentativo-persuasiva que sustenta as estratégias de seu marketing eleitoral. Dialogo com os teóricos da comunicação e do marketing, mas opero, na análise específica da regularidade discursiva que ora apresento, principalmente com a noção de *ethos* apresentada por Amossy (2005) e direcionada ao campo político, como faz Charaudeau (2006). A partir dos princípios discursivos básicos buscados em Pêcheux (1988, 2002), como os de formação imaginária, efeitos de sentido, relações interdiscursivas, etc., e em autores que já abordaram especificamente o discurso político na mídia, como Courtine (2003), as análises vão mostrar que o candidato SB/PP mostrou-se filiado às estratégias do marketing eleitoral, principalmente às determinadas pela sintaxe midiática televisiva, que explora a imagem do sujeito e propõe uma relação interativa individualizada e movida pela emoção. Os procedimentos enunciativos e expressivos desse candidato na busca pelo voto são direcionados à

fixação da imagem construída discursivamente: “a do bom filho que a casa retorna como o mais bem preparado para governar a cidade que é por tradição de sua família”. A imagem desse sujeito político foi construída tendo em vista o imaginário coletivo local referente ao perfil do próprio maringaense que, a partir das análises, também pôde ser detectado.

- ALBUQUERQUE, Afonso de. Política versus televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. *Revista Comunicação & Política*, v. 1, n. 3, p. 49-54, abr./jul. 1995.
- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- COURTINE, Jean Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- RUBIM, Antonio A. Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- SILVA, Vera Lúcia. *As regularidades discursivas de sujeitos políticos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE/TV), nas eleições/2004 de Maringá*. 2006. Dissertação (Mestrado) – UEM, Maringá, 2006.
- WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculo da política*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

## O discurso oral no gênero Assembléia Departamental: o mundo criado, a presença de nominalizações e a influência do contexto.

Pauline Freire

pauline\_freire@yahoo.com.br

Universidade Federal de Ouro Preto

Josyete Ribeiro Caldeira

Considerando a linguagem como processo social, este trabalho teve como principal objetivo analisar a ocorrência de *nominalizações* e *processos* (HALLIDAY, 1994), incluindo a influência do contexto nas escolhas lingüísticas feitas pelos participantes do evento, bem como os aspectos relativos à caracterização e definição do gênero em questão. Para que tal análise fosse possível, foram abordados os aspectos lingüísticos e funcionais do texto em um *corpus* composto por dez reuniões ordinárias da Assembléia Departamental de um curso de Letras de uma Universidade Federal. A lingüística sistêmico-funcional, sob cujos parâmetros desenvolveremos este trabalho, acredita ser o uso da linguagem o determinante das estruturas do enunciado no contexto em que ocorre, ou seja, seriam os contextos situacionais e culturais que determinariam como aquele discurso vai se constituir e de que forma dará sua configuração textual. Para a realização do trabalho, transcrevemos e digitamos os enunciados constantes das fitas de dez reuniões da Assembléia Departamental. Em seguida, analisamos a maneira como



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

os enunciadores fizeram uso da palavra, as escolhas feitas por eles, a motivação que os levou a usar um determinado termo, e não outro, tudo isso sendo influenciado diretamente pelo contexto em que estão inseridos, qual seja, uma reunião ordinária de assembléia Departamental, na qual participam professores, funcionários do departamento e representantes dos alunos. Em relação à análise dos processos e nominalizações, ambos foram quantificados através de uma busca textual automática pelo programa MONOCONCPRO.

A justificativa da escolha desse tipo de *corpus* se deve à sua natureza oral, tendendo à formalidade, o que nos servirá amplamente para a verificação de como acontecem esses processos dentro do *continuum* escrita-oralidade proposto por Halliday (1994).

Em relação à concepção de *nominalização*, um aspecto relevante é a inclusão da mesma como um dos processos de constituição da metáfora gramatical. A *metafunção ideacional*, significando como a linguagem traduz o mundo, através de ações, estados, abstrações, é utilizada, sobretudo, para agir, informar (HALLIDAY, 1989, p. 44). Essa função tem um significado experiencial, ou seja, através da experiência vivida, a linguagem configura-se com determinadas características. Halliday (1994) caracteriza a *metafunção ideacional* como “maneira típica de dizer as coisas”, destacando que ela envolve a seleção do tipo de *processo*, a configuração de funções transcritivas e a seqüência de classes do grupo frasal. A *nominalização*, entendida como uma das maneiras de transcrever ou transpor o mundo das ações para o mundo das abstrações, das idéias, ou seja, transformar *processos* em *nomes*, constituiu importante objeto de pesquisa, uma vez que é o meio mais simples e poderoso de configurar a *metáfora gramatical* (HALLIDAY, 1994, p. 352). A *metáfora gramatical*, portanto, constitui-se em uma das principais diferenças entre a linguagem oral e a escrita, característica que permite que os aspectos verbais sofram mudanças de ordem metafórica.

A diferença de constituição entre a fala e a escrita ocorre principalmente devido ao fato de que a linguagem oral tem uma organização gramatical diferente da escrita, sendo a primeira “imagem do aspecto dinâmico da realidade” (HALLIDAY, 1989, p. 99), enquanto a segunda teria uma complexidade estática, além de uma grande densidade lexical. Através da linguagem oral (reuniões gravadas), analisamos como a fala apresenta intensa ocorrência da metáfora (HALLIDAY, 1989). Dentro dessa perspectiva, Eggins (2004) afirma que não podemos desconsiderar, contudo, que pode haver contextos em que não há diferenciação de constituição entre as linguagens oral e escrita, porque isso depende muito mais do grau de formalidade e sofisticação da situação comunicativa, do que da modalidade em si.

Para a análise, utilizamos, ainda, as proposições de Fairclough, considerando os níveis do modelo multidimensional, a saber: texto, de acordo com Halliday, como a linguagem oral, bem como a escrita; prática discursiva e prática social, através das quais será possível analisar as escolhas lingüísticas feitas no gênero em questão.

Para finalizar, percebemos a proximidade fala/escrita no *corpus* de análise, devido à utilização de *nominalizações* e sua relação com o uso de processos, e observamos, além disso, no discurso oral das reuniões, aspectos de formalidade característicos, que podem ser entendidos na análise das escolhas feitas pelos participantes do evento, uma vez que eles utilizam construções que, num contexto informal de discurso oral, não seriam utilizados, mas que, no contexto em questão, tornam-se necessárias, devido ao caráter formal

da reunião.

Como embasamento teórico, utilizamos as proposições da lingüística sistêmico-funcional, bem como da Análise Crítica do Discurso, uma vez que, através das proposições de Halliday (1989, 1994), Eggins (2004), Fairclough (2001), entre outros, será possível proceder à análise das inter-relações entre a configuração textual e o contexto situacional e cultural de realização da reunião.

EGGINS, S. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K. *Spoken and written language*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2nd ed. London: Edward Arnold, 1994.

KRESS, G. *Linguistic processes in sociocultural practice*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

---

### O espaço ficcional e a experiência subjetiva: uma análise enunciativa de A Metamorfose

Juciane dos Santos Cavalleiro

juciane70@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho insere-se numa tradição de olhares lingüísticos que inclui o texto literário no âmbito de suas preocupações. Toma-se, como ponto de intersecção, a noção de sujeito. Para tanto, faz-se necessário buscar uma teoria lingüística que “acolha” o sujeito em seu objeto, bem como uma perspectiva que compreenda a obra literária como lugar em que se articula um saber sobre o sujeito. Colocar os sujeitos da linguagem no centro das teorias lingüísticas é uma preocupação relativamente recente. De fato, até o surgimento das teorias da enunciação, a língua era considerada como um objeto abstrato, de que era necessário descrever os sistemas internos. Com essas teorias, a presença dos responsáveis pelo ato de linguagem, suas identidades, seus estatutos e seus papéis começam a ser considerados. Nas teorias da enunciação, encontra-se suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento deste trabalho, destacando-se dois pensadores que fundam uma nova forma de ver o processo da enunciação, Bakhtin e Benveniste. Esses dois teóricos acreditam na indissociabilidade do sujeito com a linguagem. Bakhtin estabelece uma ruptura epistemológica, recuperando a unidade dos estudos do sujeito, ao conciliar a dimensão objetiva com a dimensão subjetiva. Para Bakhtin, o “eu” só existe a partir do diálogo com outros “eus”. Na formação do “eu”, há a distinção de auto-percepção – “o eu para mim” –, a percepção dos outros – “o eu para os outros” – e a percepção em relação ao outro – “o outro para mim”. Para Benveniste, enunciar é necessariamente mostrar-se e tomar posição frente ao outro quanto aos objetos – os “ele” da tríade enunciativa – representados através de si mesmo. Sua perspectiva de



enunciação visa o ato de inserção do sujeito falante na língua, como ele se enuncia, através do levantamento e da análise de marcas lingüísticas desta atividade (pessoas, tempo, lugar e modalidades da interlocução, essencialmente). Benveniste aponta para a possibilidade de uma (re)articulação da substância do sujeito, sob o efeito do movimento que o jogo de sua localização discursiva imprime à dos objetos. Essa interpretação das colocações do lingüista permite a utilização de sua teoria para situar, na obra em estudo, os modos como o sujeito se posiciona no espaço enunciativo. Em Bakhtin, buscam-se elementos para a compreensão do relato ficcional como um diálogo de infinitas escrituras e aberturas interpretativas, necessário à compreensão da subjetividade. Para complementar a posição bakhtiniana sobre o texto literário, recorre-se ao ponto de vista de Kehl, segundo o qual há indissociabilidade entre a experiência de leitura de romances e a experiência de uma narrativa pessoal, ambas constituindo aspectos fundamentais nos processos de subjetivação. A partir daí, considera-se que a escrita kafkiana, em *A Metamorfose*, coloca em pauta questões que concernem ao sujeito. Para a realização da análise, leva-se em conta, de um lado, formulações de Benveniste sobre o sistema triádico através do qual a língua é posta em ato na enunciação e, de outro lado, formulações de Bakhtin sobre a relação autor-criador/personagem/autor-contemplador, articuladas em torno do princípio do dialogismo, pelas quais se pode examinar como são colocados em ação mecanismos de identificação entre autor-contemplador e personagens. Examina-se a movimentação de Gregor no espaço enunciativo a partir da “mensagem” que recebe da família ao vê-lo metamorfoseado, conforme a tríade pronominal benvenistiana, e como se dá a rede de interlocuções que o texto literário promove, mediante a análise das formas de apresentação da voz de outrem no quadro do dialogismo. A voz do autor-criador, relacionada dialogicamente com a voz da personagem, permitiu completar aquilo que excede o campo de visão do outro. Os modos de representação da alteridade entre autor-criador, personagem e autor-contemplador, permitiram observar que o outro é imprescindível, pois são eles – autor-criador e autor-contemplador – quem restituem Gregor à cena. É através do olhar da família que Gregor recebe a mensagem de que não há mais lugar para ele na cena familiar. Embora destituído da posição de pessoa – eu-tu – pela família, Gregor é acolhido e restituído na cena através do excedente de visão do autor-criador. A relação de alteridade entre Gregor – eu-ficcional – e autor-contemplador – tu-leitor – mostrou que, à medida que Gregor é destituído da condição de sujeito, mais se estreita o carinho/acolhimento do autor-contemplador por ele.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. *O espaço ficcional e a experiência subjetiva: uma análise enunciativa de A Metamorfose*. 2005. Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2005.

DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de

Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

KAFKA, Franz. *A Metamorfose*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamento do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

## O cidadão comum e a linguagem: o peso do efeito ideológico elementar nos processos discursivos

Lauro José da Cunha

lauro.cunha@uol.com.br

Universidade do Estado de Mato Grosso

Neste trabalho, tomo como objeto de estudo a relação do homem com a linguagem. Em obras de alguns autores, encontramos referências à condição do homem como *homem pré-histórico* (BAKHTIN, 1929, p. 102-3), *homem primitivo* (KRISTEVA, 1969, p. 69-70), *homem selvagem* (FRAZER, 1940, p. 244) e ainda *homem de mentalidade primitiva* (SEMAMA, 1981, p. 12), quanto ao conhecimento que apresenta em relação à linguagem e seu funcionamento. Nos discursos institucionais em circulação na sociedade brasileira, é possível perceber uma alternância da *teoria informacional* (a expressão é de PÊCHEUX, 1969, p. 82) que os embasa: ora estão vinculados a uma teoria clássica, ora estão vinculados a uma teoria moderna de informação. A opção por uma ou outra teoria parece se justificar pelos efeitos de sentidos distintos a que pode levar uma e outra. Assim, por exemplo, durante um certo período, as frases “Somente para adultos” e “Produto para maiores de 18 anos” circularam no verso das carteiras de cigarro, como uma determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (órgão ligado ao Ministério da Saúde) às empresas de cigarro, com a intenção de restringir o consumo do tabaco aos adultos. O efeito, todavia, foi o de estimular os menores de idade a fumarem, tendo em vista que o cigarro foi justaposto à condição da vida adulta, e sugerir que *quem fuma é adulto*, ou *pode tornar-se adulto*. Logo, depreendeu-se que o fumo teria o poder de *transportá-los* para o universo adulto, ou mesmo de *transformá-los* em adultos. Um outro exemplo, também fazendo uso do discurso institucional do Ministério da Saúde, são as frases de advertência que aparecem com frequência no verso das carteiras de cigarro, com letras brancas em um fundo azul (“O Ministério da Saúde adverte: fumar causa câncer de laringe”), à semelhança da advertência verbal exibida atualmente após o anúncio de um medicamento na televisão, também escrito com letras brancas em um fundo azul: “Ao persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”. Quando se faz referência à linguagem verbal, via de regra, como nos informam Santaella e Nöth (2005, p. 67-69), isso é feito no esquecimento ou negligência de que *a palavra tem imagem*. Há, com efeito, duas linguagens, segundo esses autores: uma linguagem falada e outra escrita. Da mesma forma que a enunciação configura a *faisca da comunicação*, utilizando uma expressão de Bakhtin (1929), tendo o poder, não somente de acentuar a expressão do



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que se diz, mas de dizer o contrário do que se diz, também a imagem da palavra pode, tanto acentuar significados, quanto amenizá-los, ou até mesmo neutralizá-los. As letras de cores brancas em um fundo de cor azul claro não criam contraste significativo entre si, e o *contraste*, para Dondis (2000, p. 118), é definido como *estratégia visual para aguçar o significado*, sendo, não só capaz de *estimular e atrair* a atenção do observador, mas também de *dramatizar* esse significado, para torná-lo *mais importante e dinâmico*. E a inversa de tudo isso é verdadeira: o contraste tem o poder de *desestimular e desviar* a atenção, *atenuar* um significado, *sua-avizá-lo*, torná-lo *menos importante, menos dinâmico, menos atrativo* para a atenção do observador, conduzir e inscrever o significado em um espaço obscuro, vago, sutil, genérico. Portanto, o *contraste* tem o poder, tanto de *evidenciar* a presença da alteridade (que dá materialidade ao *outro*, à materialidade do discurso), como de *neutralizar* ou *amenizar* a sua presença, em qualquer tipo de discurso. Diria que as materialidades que compõem esse discurso do Ministério da Saúde estão articuladas de forma tal que os efeitos de sentido de *advertência* estão amenizados, ou, dito de outra forma, a “advertência” foi produzida de modo que não advirta, efetivamente; ela não afeta *significativamente* o público relativamente ao hábito de fumar ou à automedicação.

Em relação ao tabagismo, o publicitário Martins (2002) alerta que o Ministério da Saúde está dando um tiro na direção errada, na medida em que o foco da propaganda antitabagista deveria ser nos *benefícios de não fumar*, e não nos *malefícios de fumar*. Segundo ele, qualquer estudante recém formado de publicidade sabe que as pessoas, para aderirem a uma idéia ou produto, se vinculam à possibilidade de benefício, bem estar ou prazer que essa idéia ou produto possa oferecer. Nestes exemplos, capitaliza-se em cima de um conceito clássico de comunicação, que podemos ilustrar em Roman Jakobson, segundo o qual uma mensagem se transmite, de um interlocutor (emissor) a outro (receptor), sem grandes resistências, simplesmente falando uma mesma língua (código), em um determinado contexto. Sob tal perspectiva teórica, essas propagandas estão advertindo, afinal, não estava escrito que se tratava de “Produto para maiores de 18 anos”, ou que era “Somente para adultos”? Não se advierte, ainda hoje, que fumar causa muitos males, e que se os sintomas persistirem, o médico deverá ser consultado? Por outro lado, no cenário político, principalmente, chamamos a atenção para o uso expressivo da máquina publicitária em favor de emprestar aos políticos o que lhes falta; respaldada pelo que há de mais moderno nos estudos lingüísticos acerca do funcionamento da linguagem, a publicidade subjuga todos aqueles que têm um conhecimento restrito da comunicação. Martins (2002), falando em nome dos publicitários, afirma: “[...] dominamos com maestria técnicas de persuasão geralmente imbatíveis e irrefutáveis à maior parte dos cidadãos comuns”. Ora, sabe-se que a persuasão não tem compromisso com a verdade, mas apenas com os resultados do processo de comunicação.

A questão que se coloca é a natureza do fundo *duplo* do discurso, para a qual Althusser nos chama a atenção ao lembrar que é a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar e, logo, do que falar (e calar) querem dizer; que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “quer dizer” do discurso do inconsciente – este fundo duplo do qual a lingüística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais (ALTHUSSER *apud* PÉCHEUX, 1983, p. 45).

Assim, há muito tempo comunicar deixou de ser a somatória de palavras rumo à construção de uma frase com um sentido *fixo, literal*. Segundo Foucault (1969), uma mesma frase pode ter, simultaneamente, duas significações diferentes. Um sentido manifesto, aceito sem dificuldade por todos, pode encobrir um segundo sentido, que apenas uma decifração mais sutil ou a erosão do tempo acabarão por descobrir. Sob uma formulação visível, prossegue Foucault, pode reinar uma outra que a comande, desordene, perturbe, lhe imponha uma articulação que só a ela pertence; enfim, observa ele que, de um modo ou de outro, as coisas ditas dizem bem mais que elas mesmas.

Oriento-me, nesse estudo, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, conforme se tem desenvolvido no Brasil, objetivando discutir e explicitar processos de comunicação em curso na sociedade brasileira, tomando como referência discursos institucionais. Pretende-se chamar a atenção para a multiplicidade de materialidades e recursos utilizados (e que utilizamos) para a produção de efeitos de sentidos nas diversas produções discursivas e, por fim, evidenciar o *duplo movimento* do processo de comunicação, apontado por Pêcheux (1969; 1975), segundo o qual se pode, ao mesmo tempo, *revelar* uma realidade, bem como  *mascará-la*, pois *comunicar*, para Pêcheux, é apenas a *ponta emersa do iceberg*.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

KRISTEVA, Julia. Antropologia e lingüística: conhecimento da linguagem nas sociedades ditas primitivas. In: \_\_\_\_\_. *História da linguagem*. Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 67-81.

MARTINS, Zeca. Cigarros: na comunicação, o Ministério da Saúde perde. In: \_\_\_\_\_. *Deus é inocente: crônicas de um publicitário sobre como você se comunica e o mundo se comunica com você*. São Paulo: Futura, 2002. p. 128-132.

PÉCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69): A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997. p. 61-161, 163-252.

PÉCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

PÉCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SEMAMA, Paolo. *Linguagem e poder*. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.



## A resistência na literatura: cordel

João Bosco Bezerra Bonfim

jbbbonfim@gmail.com  
Universidade de Brasília

Esta comunicação tem o propósito de divulgar e discutir a pesquisa 'O cordel como exercício de resistência dos excluídos', em andamento no Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, da UnB. A pesquisa investiga em que medida a literatura de cordel é uma prática social que, em condições propícias, tem servido como uma espécie de canal político de desabafo para muitas pessoas, grupos e comunidades ditos iletrados ou com poucos anos de escolarização. Essa questão se faz particularmente relevante no Brasil, onde a palavra escrita é supervalorizada, considerada como sendo fonte de verdade científica e como parâmetro de arte. E, mais ainda, trata-se de uma sociedade em que os níveis mais avançados de domínio da leitura e da escrita constituem privilégio de camadas sociais economicamente favorecidas (LAJOLO; ZILBERMAN, 2003).

Não obstante a condição social das pessoas e comunidades envolvidas, essa forma de literatura – o folheto de cordel – teve, e ainda tem, ampla difusão, representada pela alta produtividade dos poetas populares e pelas tiragens expressivas dos folhetos (SLATER, 1984).

O mote inicial desta pesquisa foi extraído do artigo de Alfredo Bosi (2002), em seu ensaio denominado *A escrita e os excluídos*. No artigo, Bosi retoma a presença dos excluídos na literatura brasileira, concluindo que eles têm estado presentes, predominantemente, como objetos da escrita. Cita como exemplo os personagens de *O Cortiço*, *Jeca Tatu e Vidas Secas*. Paralelamente a essa tendência, contudo, desde o Romantismo, há movimentos de valorização da cultura popular por autores como Juvenal Galeno, Sílvio Romero, José de Alencar e Mário de Andrade, os quais trouxeram para a cena letrada nacional – i.e., para o leitor culto – os signos e as imagens da vida interiorana, rústica e pobre. Bosi classifica esse movimento como uma operação de passagem, na qual houve valorização estética e moral das tradições populares, com reforço das identidades regionais, no limite da identidade nacional. Esses autores, por sua vez, estando Ariano Suassuna entre seus contemporâneos, tomaram como base a cultura oral, fonte privilegiada das manifestações regionais da cultura. Não obstante esse esforço, prevalece, ainda, a posição dos excluídos na condição de "objetos" da literatura.

Tal posição, a de objetos e não de sujeitos da literatura, não apareceria como absurda em um país como o Brasil, em que predomina uma visão de que a cultura escrita é 'a' cultura, por estar associada às classes favorecidas do ponto de vista econômico e de acesso às formas letradas de expressão.

Aos excluídos – pessoas, comunidades e grupos –, não pertencentes às elites econômicas e letradas, tem restado sempre o espaço da expressão oral, em que se foram inspirar escritores, pesquisadores, etnógrafos, historiadores.

Entretanto, como identifica Bosi, há um segmento dos excluídos que teve, e ainda tem, uma forte expressão no que ele chama de 'cultura de fronteira', entre o oral e o escrito. São eles os narradores e poetas de cordel e seus respectivos leitores. Participantes de grupos e comunidades de semiletrados, os autores de folhetos ocupam a posição de

sujeitos na literatura brasileira, num movimento do excluído, não como objeto, mas como sujeito do processo simbólico. Uma modalidade particularmente muito produtiva da literatura de cordel é a do épico, como consta das histórias de cangaceiros nordestinos (TERRA, 1978). Dos primórdios, com Leandro Gomes de Barros, aos dias atuais, encontramos folhetos que retratam a vida e os feitos de Antônio Silvino e de Lampião (DAUS, 1982; LONDRES, 1983). Esses dois personagens têm sido considerados como 'bandidos', 'facínoras', 'foras-da-lei' ou 'psicopatas', pelos estudos sociológicos e históricos (MACIEL, 1988). Entretanto, o modo como são representados nos folhetos não é tão uniforme, uma contradição que nos leva a desconfiar da existência de uma luta que se dá no discurso e pelo discurso. Ora os cangaceiros são formalmente representados como bandidos, nas escolhas lexicais, ora são narradas histórias em que aparecem como verdadeiros justiceiros, em defesa dos pobres. Não obstante uma e outra representações, os cangaceiros foram e continuam sendo tema das narrativas em cordel.

O que se pretende com a pesquisa, nesses termos, é verificar o papel que tais folhetos exercem junto a seus produtores e consumidores, visto que representam uma exceção no mundo da literatura brasileira, em que os excluídos aparecem na condição de sujeitos e não apenas de objeto.

Para esta pesquisa, inicialmente lançaremos mão das formulações de Fairclough (2003) e Chourialaki; Fairclough (1999) sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC) enquanto modelo metodológico de análise lingüístico-discursiva.

Como modelo de análise dos textos, utilizaremos o proposto por Fairclough (2003), baseado nos três tipos de significados que atuam nos textos: o *acional*, relacionado a gêneros; o *representacional*, relacionado a discursos; e o *identificacional*, relacionado a estilos. Cabe, aqui, explicitar que gêneros, discursos e estilos implicam modos relativamente estáveis de agir, representar e significar, sendo componentes responsáveis pela ligação do texto a outros momentos da vida social, bem como pela ligação das relações internas do texto a relações externas. Uma observação ainda se faz necessária. A operacionalização dessas categorias propostas por Fairclough mantém o cerne do pensamento de Halliday (1978) quanto às macrofunções da linguagem, quais sejam, ideacional, interpessoal e textual. Uma vez que as ações da linguagem se concretizam dentro de um gênero de discurso, a função textual hallydayana é incorporada dentro da ação apontada por Fairclough.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, Ed. MEC, 1978.

CHOURIALAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity*. Edimburgh: Edimburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse*. London - New York: Routledge, 2003.

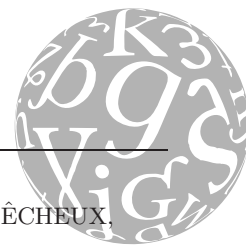
LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.

HALLIDAY, M. A. K.; MATHISSEN, Christian. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 2004.

RESENDE, Viviane de Melo. *Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – LIV, UnB, Brasília, 2005.

SLATER, Candance. *A vida no barbante*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

TAVARES, Bráulio. *Contando histórias em versos*. Rio de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Janeiro: Ed. 34, 2005.

TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memória de lutas: primórdios da literatura de folhetos no Nordeste (1893-1930)*. 1978. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1978.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.

enquanto discurso de um sujeito. (PÊCHEUX, 1988, p. 166)

O intradiscurso é o lugar em que a forma-sujeito absorve/esquece o interdiscurso no intradiscurso. Em outras palavras, a formulação do sujeito absorve/esquece os sentidos já ditos que a constituem.

Em síntese, Orlandi (2003, p. 33) diz que:

Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é nesse jogo que tiram seus sentidos.

### Memória e interdiscurso: usos e conceitos

Fábio Araújo Oliveira

faoliveira@ig.com.br

Universidade do Estado da Bahia / Unicamp

Muitos autores abordam os conceitos de *memória* e *interdiscurso* como equivalentes. Orlandi (2003, p. 31), por exemplo, afirma que a memória participa da produção do discurso e que é fundamental o modo como ela “ativa” as condições de produção. Para a autora, a memória relacionada ao discurso “é tratada como interdiscurso”. A partir disso, analisaremos a relação entre tais conceitos na análise do discurso de linha francesa. Para isso, consideraremos: a) a noção de interdiscurso e a história de sua formulação; b) o conceito de memória em trabalhos de Pêcheux; c) o emprego do termo memória e interdiscurso em trabalhos contemporâneos de análise do discurso desenvolvidos no Brasil.

É no livro *Semântica e discurso*, escrito por Pêcheux, que o conceito de interdiscurso é explorado. O autor propõe chamar de interdiscurso, baseando-se em Althusser,

[...] a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1988, p. 162)

Isso é fundamental para se compreender a interpelação do indivíduo em sujeito. Tal procedimento ocorre pela identificação do sujeito com a formação discursiva em que ele é constituído, ou seja, com aquela que o domina. A identificação sustenta-se no fato de que os elementos do interdiscurso (*pré-construído* e *processo de sustentação*) são reinscritos no discurso do próprio sujeito, instaurando sua unidade imaginária.

O conceito de interdiscurso é importante também, ao focar a “lei da desigualdade-contradição-subordinação”, para a compreensão da “intrincação” das formações discursivas nas formações ideológicas.

Associado ao conceito de interdiscurso, aparece, em *Semântica e discurso*, o conceito de intradiscurso, que é definido como

[...] o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar de “fio do discurso”,

Pêcheux (*apud* ACHARD, 1999) aborda a relação entre verbal e não-verbal no artigo *Papel da memória*. Considerando o entrecruzamento dos objetos texto e imagem e de suas memórias, Pêcheux aponta uma dificuldade para a AD: a de se referir explicitamente, tanto à lingüística, quanto ao simbólico, no sentido geral. É interessante observar que Pêcheux, nesse texto, não utiliza o termo interdiscurso, mas utiliza o termo memória, cuja definição apresentamos a seguir:

[...] a memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX *apud* ACHARD, 1999, p. 52)

O autor problematiza o conceito de memória ao interrogar onde se situariam os “implícitos”, elementos “ausentes por sua presença” na seqüência lida. Também problematiza ao perguntar por que a AD “não dirigiria seu olhar sobre (...) os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações” (*idem, ibidem*).

Ao abordar a imagem, Pêcheux (*ibidem*, p. 55) considera que o “discurso a atravessa e a constitui”, portanto, ela é opaca e muda, “aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de “leitura”, e não mais a imagem transparente.

Uma pergunta finaliza a questão da relação entre imagem e o texto nesse artigo de Pêcheux:

[...] no entrecruzamento desses dois objetos [imagem e texto], onde estamos tecnologicamente e teoricamente, hoje, com relação a esse problema que, após Benveniste, Barthes designou com o termo “significância”? (PÊCHEUX *apud* ACHARD, 1999, p. 55)

À medida que o autor vai considerando um entrecruzamento entre verbal e não-verbal, o conceito de intradiscurso vai saindo de foco, o que favorece uma equivalência entre os conceitos de interdiscurso e memória. Por outro lado, o autor valoriza a análise dos “procedimentos de montagem” e das “construções”, terreno que o intradiscurso habita.

Parece-nos que Pêcheux, ao formular inicialmente o conceito de discurso e interdiscurso, só considerou a materialidade lingüística. À proporção que a teoria do discurso se debruçou sobre outras materialidades, a questão da relação entre a memória (constituição) e a atualização (formulação) na constituição dos sentidos limitou a noção de intradiscurso.





No entanto, mesmo que se fale de atualização/formulação, acreditamos que ainda não há um conceito na AD que dê conta das especificidades de cada tipo de materialidade a ser trabalhada, como nos mostra a análise de alguns trabalhos contemporâneos de análise do discurso desenvolvidos no Brasil.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACARD, P. [et al.] *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

## O poder no discurso: lugares e movimentos do sujeito

André Lúcio Bento

andreluciobento@gmail.com  
Universidade de Brasília

Não é recente a tese de que a língua mantém forte relação com o exercício do poder. Para Foucault (1996), o discurso é o “lugar onde o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente”. Em termos históricos, o exercício do poder é estabelecido por meio de diversos instrumentos, como o aporte econômico, o grau de conhecimento ou a posição social privilegiada dos indivíduos, por exemplo.

Também não é nova a idéia de que a intrínseca relação entre discurso e poder mantém estreita ligação com os fatores de ordem ideológica. O poder é legitimado de acordo com os mais variados fatores de ordem social e histórica, sendo as suas relações bem mais naturais do que se imagina: sempre o indivíduo se encontra participando de alguma interação de certo modo assimétrica. Ora somos médicos, ora pacientes. Ora somos pais, ora somos filhos. Ora somos professores, ora somos alunos. Os papéis que se desempenham cotidianamente revelam que a posição de poder em que se atua é menos uma questão de escolha. É, antes, uma questão de organização e ordem social, uma vez que precede às escolhas que, por ventura, vierem a ser feitas pelos indivíduos.

O que se faz, empiricamente, a cada ato de interação verbo-social, é a efetivação de textos cuja finalidade não é somente o mero compartilhar de informações. Por meio da língua, distingue-se uma posição social, constroem-se uma identidade de si e do outro e estabelecem-se relações, entre as quais, as de poder e de autoridade. A atividade trivial da produção discursiva não ocorre sem que haja uma série de condições como, por exemplo, a existência de interlocutores, suas respectivas posições sócio-históricas e as circunstâncias imediatas ou implicações de caráter social, histórico e ideológico que conferem as possibilidades ou as restrições ao que se produz em termos discursivos.

O primeiro passo que deve ser dado quanto à caracterização do termo “poder” é a necessidade se abandonar qualquer postura preconceituosa, deturpada ou mesmo mítica que

a palavra em questão parece abrigar no seu arcabouço semântico. Dessa forma, o poder, neste trabalho, tem como acepção, não somente a sua idéia despótica e absolutista, mas também o recorte foucaultiano, que parte da definição de que o poder é algo previsível na escala social – o poder como algo que, irremediavelmente, permeia e organiza as relações sociais, tendo como um de seus principais recursos a autoridade. Conforme Thompson (1998), no que tange ao “poder político” há “um complexo sistema de regras e procedimentos que autorizam certos indivíduos a agirem de determinadas maneiras”.

Os discursos efetivados com vistas ao desempenho do poder e da autoridade são construídos a partir de uma série de estratégias peculiares que os distinguem do ponto de vista discursivo-argumentativo; caracterizar e descrever tais discursos são os objetivos primordiais de *O poder no discurso: lugares e movimentos*. O estudo analítico dos discursos, a partir do ângulo das relações de poder, necessita estabelecer que marcas lingüísticas permitem a formação do “eu” marcado pela autoridade. Ou ainda, que construções lingüísticas são realizadas pelo sujeito discursivo com vistas a erigir, do ponto de vista autoritário, os diversos discursos com tal configuração.

Em *O poder no discurso: lugares e movimentos*, a maior atenção é dada à constituição dos sujeitos imbuídos de poder, cuja construção se dá mediante uma estratégia singular de ocupação de espaços múltiplos e da realização de movimentos legitimados no âmbito do discurso. Para a presente análise, tomamos por base a contribuição de Fairclough (2001, 2003) sobre a Teoria Social do Discurso; a análise de Foucault (1971, 1987, 2005, 2006) acerca da noção de poder; as considerações de Thompson (1995, 1998) sobre ideologia e a análise de Bauman (1999, 2001, 2005) e de Giddens (1995) acerca da complexa questão identitária.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAIRCLHOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres; Nova York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Imprensa e saber lingüístico: o dizer sobre a língua nos jornais

Silmara Cristina Dela-Silva

silmara.dela@uol.com.br  
UNICAMP

O objetivo deste trabalho, que se insere entre as pesquisas realizadas na área de História das Idéias Lingüísticas, é compreender o percurso de constituição da imprensa no Brasil enquanto instituição que promove interpretações sobre o saber lingüístico, ao fazer circular sentidos sobre a língua portuguesa em seus diferentes momentos no país.

Em História das Idéias Lingüísticas, campo de saber desenvolvido a partir de estudos com foco no processo de constituição da língua nacional e no saber metalingüístico, são consideradas instituições as entidades que se ocupam da circulação das idéias lingüísticas. A primeira instituição do Brasil, neste sentido, foi a Companhia de Jesus, que se ocupou da produção e circulação de idéias sobre a língua no Brasil, ao ter como finalidade a catequização dos índios no período da colonização brasileira.

Também são instituições os colégios, que, segundo Orlandi (2002, p. 179), “são lugares de formação”, responsáveis pelo nascimento dos gramáticos no Brasil, e os congressos, locais instituídos para a discussão sobre a língua por especialistas. Segundo Orlandi (2002), a criação de instituições, no Brasil, como o Colégio D. Pedro II, a Academia de Letras e a Biblioteca Nacional, “muda sobremaneira a relação do brasileiro com sua língua” (p. 203), ao somar-se a normas de estabilização de uma escrita que começa a se distanciar da de Portugal. Orlandi (2002) considera que as instituições funcionam “como lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade lingüística (nacional) e de domínio da ‘boa’ língua, da ‘boa’ retórica, da ‘boa escrita’” (p. 179), ao tratar dos colégios enquanto instituições. Nestes termos, é possível compreender as instituições como não restritas à circulação do saber sobre a língua, mas também como participantes de sua produção.

A imprensa institui-se igualmente como uma instituição ao fazer circular um certo conhecimento lingüístico, antes restrito a gramáticos, filólogos e estudiosos sobre a língua portuguesa, a um público amplo e não-especializado, suscitando interpretações específicas sobre a língua nacional e o saber metalingüístico. Segundo Guimarães (2004), a imprensa, a partir do final do século XIX, passa a funcionar como uma instituição social também voltada à manutenção da norma e da unidade da língua portuguesa, imaginariamente homogênea e sujeita a “deturpações”.

É esta posição da imprensa, enquanto instituição social, que permite o surgimento, a partir de 1900, de colunas de especialistas nos periódicos em circulação no Brasil para tratar de assuntos pertinentes ao uso e à constituição do português enquanto língua nacional. Para compreender o momento de aparecimento destas colunas no Brasil, entretanto, faz-se necessário considerar as condições de produção do discurso jornalístico em território brasileiro e as características, tanto dos periódicos que passam a dedicar espaço às questões lingüísticas, quanto dos próprios autores das colunas.

O presente trabalho organiza-se, desta forma, em duas partes. Na primeira, apresenta um breve resumo da imprensa em seus primeiros anos no Brasil, até a sua constituição enquanto instituição que promove a circulação do saber

lingüístico, quando passou a dedicar espaço específico às questões lingüísticas por meio das colunas de especialistas; a segunda parte analisa as colunas publicadas a partir de 1900, no Jornal do Comércio, de autoria do filólogo português Cândido de Figueiredo, e as respostas fornecidas às suas publicações pelo também filólogo, mas brasileiro, Heráclito Graça, a partir de 1903, em espaço análogo no jornal Correio da Manhã.

Ao materializarem a imprensa enquanto instituição que se ocupa da produção e circulação do saber lingüístico, as colunas analisadas permitem ver o papel da própria imprensa como paradoxal: ao mesmo tempo em que fornece material para as considerações dos filólogos, por ser considerada responsável pelos “erros” nos usos correntes do idioma, permite a divulgação das críticas em espaço privilegiado, em suas próprias páginas, ao dar voz a especialistas em linguagem. Colocando novos sentidos sobre a língua portuguesa em circulação, a imprensa também constitui sentidos para a língua nacional, ao promover silenciamentos e fazer ecoar certos dizeres sobre essa língua.

FIGUEIREDO, C. *Falar e escrever*. Novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1905. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Lições práticas da língua portuguesa*. 10. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1891. v. 1.

\_\_\_\_\_. *O que se não pode dizer*: bosquejos e notas de filologia portuguesa. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1903. v. 1.

GRAÇA, H. *Factos da linguagem*: esboço crítico de alguns assertos do Sr. Candido de Figueiredo. Rio de Janeiro: Livraria de Viuva Azevedo & C. Editores, 1904.

GUIMARÃES, E. Acontecimentos institucionais e estudos do português. In: \_\_\_\_\_. *História da Semântica*: sujeito, sentido e gramática no Brasil. São Paulo: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico*: Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

### Livros didáticos de português para estrangeiros: efeitos imaginários, política lingüística e processos de subjetivação

Leandro Rodrigues Alves Diniz

leandroradiniz@yahoo.com.br  
Universidade Estadual de Campinas

Conforme destaca Zoppi-Fontana, no projeto *A língua brasileira no Mercosul – Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados*<sup>1</sup>, a configuração do Mercosul resulta numa mudança nas políticas lingüísticas por parte dos países envolvidos. No caso do Brasil, o próprio Estado tomou medidas em relação à produção de instrumentos lingüísticos específicos e próprios, como o *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros* (Celpe-Bras), cujo processo de implementação teve início em



1993 (cf. ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2006). Em meados da década de 90, também apareceram iniciativas para a formação de professores de português como língua estrangeira (doravante PLE), destacando-se a criação do primeiro curso de *Licenciatura em Português do Brasil como segunda língua*, na Universidade de Brasília (UNB), em 1997. Além disso, multiplicaram-se as publicações e eventos científicos centralizados nessa temática, tendo ocorrido, inclusive, a criação de comunidades como a *Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira* (SIPLE), fundada em 1991. Também merecem destaque os vários projetos editoriais de reedição e elaboração de materiais didáticos de PLE.

Dentro desta temática, desenvolvemos nossa pesquisa de mestrado, intitulada *A didatização da língua nacional brasileira como língua estrangeira: efeitos imaginários, política lingüística e processos de subjetivação*<sup>2</sup>, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Graciela Zoppi-Fontana. Nessa pesquisa, propomo-nos a estudar o processo de gramatização (AUROUX, 1992) do português brasileiro como língua estrangeira, no fim do século XX e início do século XXI, concentrando-nos, especificamente, nos livros didáticos de ensino de português como língua segunda/estrangeira. Para isso, filiamo-nos ao referencial teórico da *História das Idéias Lingüísticas*, que visa compreender o aparecimento, em diversas sociedades e épocas, de um saber metalingüístico, que não se limita ao domínio da Lingüística moderna.

Vale ressaltar que esse campo se distingue da *História da Lingüística*, bem como da *Historiografia da Lingüística*. Não tomamos, pois, o olhar externo – o que poderia ser feito por um historiador da ciência –, mas trabalhamos a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem (ORLANDI, 2002). No caso desta pesquisa, esse olhar interno se faz a partir do aparelho teórico-metodológico da *Análise do Discurso Francesa*.

Um conceito-chave no campo da *História das Idéias Lingüísticas* é o de *gramatização*, definido por Auroux (1992, p. 65) como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Segundo Orlandi (2001), esse processo pode ser pensado nas diversas instâncias de instrumentalização de uma língua, o que inclui, não apenas a produção de gramáticas e dicionários, mas também a elaboração de currículos, programas de ensino e manuais didáticos, a criação de academias e cursos universitários, e, mais especificamente em relação a este trabalho, a produção de materiais didáticos. Destacamos ainda que, além de implicar a constituição de um saber metalingüístico, a gramatização resulta na construção de espaços imaginários de identificação, tendo, assim, efeitos sobre a configuração das formas das sociedades (*idem*).

Um segundo conceito fundamental para o nosso estudo é o de *hiperlíngua*, também proposto por Auroux (1997, 1998). Tal conceito designa um espaço/tempo estruturado pelos seguintes elementos: (i) diferentes indivíduos têm entre si relações de comunicação; (ii) tais relações se efetuam sobre a base de competências lingüísticas, isto é, de aptidões atestadas por sua realização; (iii) as competências lingüísticas individuais não são as mesmas; (iv) os indivíduos podem ter acesso (direto ou indireto) a instrumentos lingüísticos, com os quais têm uma relação imaginária; (v) estes indivíduos mantêm atividades sociais; (vi) as relações de comunicação entre esses indivíduos têm lugar em ambientes determinados. Desta forma, “o espaço-tempo, em relação à intercomunicação humana, não é vazio, ele dispõe de uma certa estrutura que os

objetos e os sujeitos que o ocupam lhe conferem” (AUROUX, 1998, p. 19).

Concebemos a relação entre esses dois conceitos a partir de dois pontos de vista. Por um lado, pensamos as conseqüências que a mudança no estatuto da hiperlíngua brasileira – ou seja, sua passagem de língua nacional para transnacional – tem sobre seu processo de gramatização. Nesse sentido, investigamos os efeitos de sentido que passam a ser produzidos nos livros didáticos publicados após a configuração do Mercosul. Como o processo de constituição do imaginário da língua nacional brasileira passa a ser significativo (por exemplo, a partir dos sentidos de globalização, unificação de mercados, etc.)? Como estes instrumentos lingüísticos trabalham discursivamente a legitimação do novo estatuto da hiperlíngua brasileira (agora uma língua transnacional)?

Por outro lado, estudamos como os materiais didáticos de PLE figuram na hiperlíngua brasileira, produzindo sentidos para a relação do sujeito não-brasileiro com o português do Brasil. Para Orlandi (1996, p. 64), “A interpretação é uma injunção. Face a qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de ‘dar’ sentido”. As línguas, objetos simbólicos por excelência, não escapam a esse fato. Submetemo-las às *nostros gestos de interpretação* (ORLANDI, 1996, 2001), que, na nossa perspectiva, estão materialmente ligados à produção de um saber metalingüístico. Colocamo-nos, assim, a seguinte pergunta: que imaginário(s) da língua nacional brasileira se configura(m) nos materiais em questão, em relação às demais línguas, em geral, e ao espanhol, em particular?

Interessamo-nos também pelo imaginário que estes livros produzem em relação à cultura brasileira e ao Brasil. Elementos do *discurso fundador* funcionariam como referência no imaginário constitutivo do Brasil e da cultura brasileira também quando o *espaço de enunciação* (GUIMARÃES, 2002) do português brasileiro é ampliado? Por *discurso fundador*, baseamo-nos no conceito de Orlandi (1993): discursos que, em relação à história de um país, funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país, estabilizando-se na construção da memória nacional.

Além disso, procuramos pensar a posição discursiva a partir da qual se enuncia nesses materiais, tanto em relação aos outros países do Cone Sul, quanto em relação aos demais países lusófonos. Para isso, é imprescindível ter em vista as condições de produção dos materiais didáticos de PLE publicados a partir da década de 1990, marcadas por políticas lingüísticas (implícitas ou não) do Estado brasileiro. Poderíamos falar de uma espécie de *colonização lingüística* (MARIANI, 2004) “às avessas”, na qual o Brasil agora ocuparia o lugar da metrópole?

Por fim, tendo em vista que os livros didáticos são unidades heterogêneas, atravessadas por diferentes posições de sujeito, também nos interessamos pelos processos de subjetivação do cidadão brasileiro que podem ser aí observados, nas injunções do gramático, do lingüista, do lingüista aplicado, do falante nativo, do literato, etc.

A relevância deste trabalho se justifica, em primeiro lugar, pela falta de estudos sobre a instrumentalização do português brasileiro no século XX e início do século XXI. Embora haja uma produção acadêmica considerável dedicada ao estudo do processo de gramatização do português brasileiro, poucos são os trabalhos que investigam os instrumentos lingüísticos produzidos no século XX. Em geral, os estudos centrados neste século trabalham, essencialmente, a institucionalização da Lingüística nas estruturas formais de ensino. Além disso,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

a relevância do nosso estudo está relacionada à importância regional dos processos de integração desencadeados pelo Mercosul.

<sup>1</sup> Bolsa PQ/CNPq, processo n.º 302969/2004-7.<sup>2</sup> FAPESP, processo n.º 05/57352-0.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de leitura da História no Discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Língua e hiperlíngua. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Coleção História das Idéias Lingüísticas. Campinas: Pontes, n. 1, jan.-jun. 1998.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

MARIANI, B. *Colonização Lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. (Org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes / Cáceres: UNEMAT, 2001.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. R. A. Política lingüística no Mercosul: o caso do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA DO SUL (CIPLA), 2006, João Pessoa. *Língua(s) e Povos: Unidade e Diversidade*. João Pessoa: Idéia, 2006.

### O esperado e o inesperado: duas estratégias de manipulação no texto publicitário

Renata Mancini

renata.mancini@gmail.com

Universidade Federal Fluminense

José Roberto do Carmo Junior

A semiótica de linha francesa, fundada por Algirdas Julien Greimas no final dos anos 1960, sempre se caracterizou como uma metodologia de análise que procura entender e explicitar os mecanismos de construção de sentido no texto. Nos seus primórdios, graças à herança proppiana, as discussões semióticas concentraram-se na formação de uma sintaxe narrativa, ou seja, na caracterização de elementos comuns presentes nas relações estabelecidas entre seus actantes. Essa sintaxe reinterpretava, em termos mais rigorosos, um extenso conjunto de funções utilizadas por Propp para a descrição do conto popular. Sua idéia central ou o elemento nuclear era o enunciado narrativo – a unidade mínima da descrição semiótica do texto. Através do enunciado narrativo, formulado abstratamente em termos de relações juntivas entre *sujeito* e *objeto*, Greimas logrou uma descrição estrutural aplicável, em princípio, a qualquer texto. O ganho na descrição, comparado ao modelo proppiano, estava na consistência metodológica assegurada pela filiação

da semiótica greimasiana às bases hjelmslevianas. Nessa medida, as questões conceituais ligadas à descontinuidade foram o foco das discussões nesse primeiro momento da semiótica de Greimas.

Como conseqüência natural da própria metodologia de construção do modelo semiótico, Greimas descobriu que há, em todo fazer do sujeito, um elemento pressuposto. Da investigação dos pressupostos do fazer, depreendeu a modalização da sintaxe narrativa, ou seja, constatou que, tanto o ser, quanto o fazer do sujeito poderiam estar sobredeterminados. De imediato, revelou-se a capacidade de expansão do modelo para a descrição das etapas que antecederiam e sucediam a ação do sujeito propriamente dita e que, até então, não tinham uma explicação adequada.

As pesquisas de Greimas sobre a modalização do ser acabaram por conduzi-lo diretamente ao universo passional. Agora, sem risco de cair num puro psicologismo, o semióticoista pôde considerar as paixões como arranjos de configurações modais passíveis de análise científica.

O conceito de modalização trouxe ganhos inegáveis ao modelo, apesar de ter passado um tanto ao largo de uma série de questões pendentes que sequer haviam chegado a uma boa formulação. Talvez seja esse o principal mérito de *Semiótica das Paixões*: nessa obra, Greimas, juntamente com Jacques Fontanille, dá a devida ênfase ao problema da continuidade, trazendo para primeiro plano o universo sensível e suas configurações passionais. Entretanto, apesar da inegável pertinência dos conceitos e da propriedade no modo de apresentá-los, as questões ainda foram tratadas de modo bastante intuitivo, uma vez que, naquele momento, não haviam sido desenvolvidas as ferramentas conceituais necessárias à sua formalização.

Os estudos sobre a tensividade propostos por Jacques Fontanille e Claude Zilberberg representaram, de fato, uma abertura para as questões relacionadas à participação dos elementos contínuos na construção do sentido. Deram prosseguimento às discussões levantadas em *Semiótica das Paixões*, praticando um refinamento do instrumental teórico relacionado ao nível das precondições de formação do sentido. O mergulho no universo sensível, facultado pelas ferramentas tensivas, acabou por reaproximar a semiótica greimasiana de suas bases fenomenológicas, notadamente no que diz respeito à fenomenologia de Merleau-Ponty.

A integração do conceito de *campo de presença*, de inspiração fenomenológica, introduziu uma perspectiva dinâmica no tratamento das relações juntivas, na medida em que pôs em evidência a determinação recíproca operante entre os pólos actanciais *sujeito* e *objeto*. Essa perspectiva forjou o caminho para que a *existência semiótica* pudesse ser tratada nos termos de uma *existência modal*, cuja primazia do componente sensível garantiu ao campo tensivo – gerenciador dos fluxos fórico-modais – o estatuto de matriz dos processos de significação.

Podemos, então, dizer que a preocupação com o universo sensível se inicia com o próprio Greimas, nas obras *Semiótica das Paixões* e *Da Imperfeição*. Os estudos tensivos dão continuidade a essas preocupações do criador da semiótica francesa com o universo afetivo. Isso porque a semiótica tensiva tem como motivação principal construir um modelo descritivo dos fenômenos contínuos, estes diretamente associados ao universo afetivo.

Neste trabalho, nos utilizaremos de alguns dos conceitos desenvolvidos pelos estudos tensivos para analisarmos as estratégias enunciativas de manipulação do enunciatário de algumas propagandas veiculadas na mídia impressa. Para



isso, partiremos da noção de campo de presença, cujo organizador principal é a função percepção. Como já mencionamos, o campo de presença é o correlato tensivo da relação de junção (base do enunciado narrativo), relação esta que se dá entre os pólos sujeito e objeto. Em sua versão tensiva, o sujeito constrói o objeto com sua percepção e, ao fazê-lo, constrói a si mesmo como sujeito daquela percepção. Isso faz com que os pólos da relação (sujeito e objeto) deixem de ser estanques, na medida em que se constroem mutuamente no próprio desenrolar da ação. Por conta disso, a relação entre os dois depende do desenrolar da própria relação. Isso não é pouco, dado que abre caminho para os imprevistos.

A responsável por matizar a relação entre sujeito e objeto é a tensividade, que nada mais é do que a pressuposição recíproca entre dois gradientes orientados, representados nos gráficos tensivos por um eixo da intensidade e um eixo da extensidade. O eixo da intensidade diz respeito à força da tensão entre sujeito e objeto, quer dizer, à tonicidade da percepção. O eixo da extensidade é o responsável pela delimitação da amplitude do campo de percepção do sujeito, que pode variar do concentrado ao difuso. Ou seja, este é o eixo das quantidades, no sentido de que é ele que determina a extensão do universo perceptivo do sujeito. No caso específico da PERCEPÇÃO, o eixo da intensidade é denominado FOCO e o da extensidade, APREENSÃO, os dois fúntivos da função percepção.

A partir desses conceitos, procuraremos mostrar que alguns textos publicitários manipulam o enunciatário pelo esperado, pelo conhecido. Ou seja, quanto mais vezes uma situação (enunciado) entra em contato com o campo perceptivo do enunciatário, mais previsível é sua relação com essa situação (enunciado). Ao manipular a percepção do enunciatário predominantemente pela APREENSÃO, podemos dizer que, neste caso, o texto segue uma lógica implicativa (se..., então). Por outro lado, alguns textos nos manipulam pela surpresa, pelo estranhamento causado pelo desconhecido ou pelo imprevisto. Neste caso, seguem uma lógica dita concessiva (embora...), em que a percepção do enunciatário é requisitada predominantemente pelo eixo do FOCO.

Esperamos mostrar que os desenvolvimentos mais recentes da semiótica francesa, notadamente no que diz respeito aos estudos tensivos, permitem reais avanços na abordagem e análise de textos.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial, Humanitas/FFLCH, 2001.

GREIMAS, A. J. *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

GREIMAS A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage II*. Paris: Hachette, 1986.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.

MANCINI, R. C. *Dinamização nos níveis do percurso gerativo: canção e literatura contemporânea*. 2005. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 2005.

## Dove hidratação fresca: anúncio virtual x anúncio impresso

Suzana Amarante de Mendonça Cohen

suzanacohen@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O trabalho aqui apresentado é o resultado de um estudo comparativo entre anúncio publicitário veiculado em grande portal na internet e anúncio publicitário veiculado em revista, com o objetivo de elucidar as diferenças do contrato comunicacional presente nesses dois tipos de anúncio e estabelecer uma análise com enfoque na enunciação e na argumentação desses tipos de propaganda.

O trabalho consiste basicamente na análise de publicidade de um mesmo produto e anunciante, pertencentes a uma mesma campanha, nos dois formatos: virtual e impresso. No caso em questão, analisaremos a campanha virtual e impressa da *Nova Linha Dove Hidratação Fresca*. Na campanha virtual, será analisado anúncio no formato *float* veiculado no portal MSN<sup>1</sup> em 28 de agosto de 2006, assim como o *hotsite* vinculado ao anúncio. O anúncio no formato *float* consiste em uma variante dos chamados *pop-ups* presentes em grandes portais da Internet e geralmente desenvolvidos na tecnologia Flash – são como animações que rapidamente aparecem na tela do computador e desaparecem na mesma velocidade, com um tempo de apresentação de, em média, 13 segundos.

No que diz respeito à publicidade impressa, será analisada propaganda de página dupla – da mesma campanha – veiculada na revista *Estilo de Vida*, edição de agosto de 2006. Para tanto, os meios de comunicação usados para a veiculação desses anúncios, sobretudo a Internet, serão explicados com o objetivo de se verificar diferenças significativas em variantes do gênero publicitário e a questão do reconhecimento do contrato comunicacional, principalmente virtual, e suas implicações. A análise engloba, não somente a questão de sujeitos, como também as questões de sedução, contrato e gênero.

O caso específico do *marketing viral* (publicidades que se espalham rapidamente através da internet) será abordado segundo a Teoria Semiollingüística de Charaudeau, para analisar a intersubjetividade no discurso publicitário virtual. No *hotsite* em questão, elementos virais e de *web 2.0* estão presentes, como, por exemplo, no *link* “downloads”, onde há a opção de baixar ícones de miniaturas Dove para o programa de conversa instantânea MSN Messenger. Conceitos de *web 2.0*, *marketing viral* e a questão da enunciação nesse caso específico deverão ser explicados para a melhor compreensão do assunto em questão.

A questão aqui será também detectar quem são os consumidores desses anúncios, sejam os virtuais ou impressos, que efetivamente navegam no *hotsite* e baixam as opções disponíveis para *download*, como papel de parede e ícones do MSN Messenger, para seus computadores, além de desempenharem o papel de “abelhas” e divulgarem o anúncio aos seus amigos.

Buscaremos também demonstrar como os sujeitos do discurso se deslocam nesses tipos de anúncio publicitário, assim como as características específicas do contrato comunicacional em tais gêneros. Neste quesito de reconhecimento do contrato comunicacional, vale entrar na questão das *visadas* discursivas presentes nas situações de comunicação, no



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

caso em questão, nas publicidades virtuais e não-virtuais (representadas, aqui, pelo anúncio veiculado em revista), uma vez que as visadas constituem parâmetros que ajudam também a definir um contrato de comunicação. Olharemos do ponto de vista da instância de produção, que espera que seu sujeito destinatário ideal (TUd) reconheça a visada como tal.

Ainda na questão contratual, vale lembrar que o TUi deve necessariamente reconhecer o anúncio como tal para que o contrato seja efetivado. No caso virtual, para que o anúncio chegue à sua destinação final, o TUi precisa estar ciente de que existe a possibilidade de se clicar sobre o anúncio para ser redirecionado ao *site* oficial do produto anunciado. Já a revista, é um meio mais reconhecido como suporte para anúncios publicitários, uma vez que se trata de uma mídia mais tradicional. Devido à caracterização do anúncio impresso, é mais fácil para o TUi reconhecer o contrato comunicacional. Nem por isso se pode afirmar que esse reconhecimento sempre ocorra.

<sup>1</sup> <http://www.msn.com.br>

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 23- 38.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2004.

EMEDIATO, Wander. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: MARI, H. *et al.* *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2003.

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Tradução de Maria Luísa X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). *Análise do Discurso: fundamentos e prática*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG. 2001. p. 23- 38.

SALZMAN, Marian; MATATHIA, Ira; O'REILLY, Ann. *Buzz: a era do marketing viral: como aumentar o poder da influência e criar demanda*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2003.

---

### Questão de tempo: a temporalidade como fator de balanceamento do explícito e implícito na charge jornalística impressa

Douglas Rodrigues Filho

dougfilho.itau@bol.com.br  
Universidade de Franca

O momento presente presta-se muito ao tratamento caricatural, por isso é comum designar o conjunto da obra gráfica de um chargista como sendo o retrato de uma dada

sociedade e período histórico, pois a charge se liga estritamente ao espaço e aos aspectos mais íntimos da sociedade que ela retrata. Por estar vinculada a fatos, personagens e acontecimentos políticos atuais, seu teor crítico, sua contundência e seu humor rapidamente se desgastam. Com o passar dos anos, devido às transformações constantes, o contexto social e político se modificam e, por isso, não compreendemos, muitas vezes, a intenção e o humor de certas charges – em geral as antigas e descontextualizadas do meio em que foram produzidas. Com base no referencial teórico da Linguística Textual – especialmente nos pressupostos de Koch (2003, 2005) que dizem respeito às estratégias de processamento textual –, este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo da temporalidade como fator de balanceamento do explícito e implícito em três charges jornalísticas impressas e extraídas da *Folha de S. Paulo*. Para tanto, partimos do pressuposto de que o produtor da charge – gênero condensador de múltiplas informações – conta com um certo conhecimento sócio-político atual por parte de seu leitor, como o conhecimento de pessoas, fatos e situações necessários para a decodificação das charges presentes no jornal, ou seja, para a compreensão de seu caráter crítico e revelador. Pretendemos, portanto, a partir da análise, mostrar que o sentido de certas charges está comprometido com o “tempo”: sabendo-se que para a compreensão de uma charge é preciso perseguir pistas co-textuais e contextuais presentes no próprio periódico em que ela se localiza, o chargista explicita apenas as informações necessárias, levando em conta, não só o conhecimento prévio de seu leitor, mas também o fato de que as lacunas ali deixadas possam ser preenchidas por se ter aonde recorrer; no entanto, quando o leitor perde de vista tais pistas, a charge passa a não ter sentido, a não garantir a função que lhe caracteriza, o humor. Podemos dizer que a maior parte das charges jornalísticas é, em geral, produzida exatamente em função das notícias visuais e verbais impressas no periódico, mas, quando essa correlação não acontece, ao fazer a leitura da charge, o leitor deve requerer seus conhecimentos cristalizados relativos ao assunto para interpretá-la e alcançar o sentido pretendido pelo chargista. Adquirimos esses conhecimentos por proporção que relacionamos o texto chargístico com o mundo que nos cerca, a partir de leituras, notícias, conversas e através de nossas próprias experiências – armazenados na memória, tais conhecimentos constituem o fator de ordem cognitiva que funciona como suporte para o entendimento da charge. De acordo com Koch (2005), não há textos totalmente explícitos e o segredo do “locutor competente” é justamente o de proceder ao balanceamento do que precisa ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, porque pode ser recuperado via inferênciação. As charges constituem um gênero que, no geral, exige que seus leitores façam uma série de preenchimentos ou suposições a partir do texto explícito. O que é explícito é apenas uma pequena parte do que fica implícito, em uma charge. Cabe ao leitor ativar seu conhecimento de mundo e inferir-lo dela se quiser compreendê-la. Por essa razão, a charge, quando retirada do seu local de veiculação, perde, quase que completamente, sua característica principal (a dose do humor crítico), tornando-se difícil para o leitor resgatar sua condição de produção e compreender o julgamento feito às personalidades políticas caricaturizadas, uma vez que os fatos retratados, na charge jornalística impressa, são, quase sempre, deslizes e gafes políticos corriqueiros que não chegam a ser considerados fatores históricos importantes recuperáveis pelo conhecimento enciclopédico.



COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1993.

## As repetições nos discursos de propaganda político-eleitoral sob um olhar funcional-cognitivo

Liana Biar

lianabiar@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Inserido no âmbito dos estudos discursivos em contextos socialmente situados, o presente trabalho objetiva investigar as repetições, lexicais e sintáticas, como estratégias sócio-cognitivas na construção de sentido do discurso político. Para tal, tomaremos como *corpus* os três primeiros programas eleitorais televisionados de Fernando Collor de Mello, datados da campanha de 1989.

A campanha presidencial de 1989 tem sido recorrentemente tratada como uma das mais relevantes da história política contemporânea do Brasil, por sua configuração particular que consolidou uma nova forma de se fazer propaganda eleitoral, protagonizada, a partir de 1989, pelos meios de comunicação em massa. Emergindo desse contexto, a figura de Fernando Collor, lançado por uma legenda inexpressiva – a saber, PRN-PTR-PSC –, após a apresentação de seus três primeiros programas, alcança os primeiros lugares de todas as pesquisas de intenção de voto (SINGER, 2000, p. 62), consolidando o favoritismo que o levou à eleição.

Justificada a escolha e delimitação do *corpus* (de  $n=7.471$  palavras), em particular, e da propaganda política televisada, em geral, pelo seu potencial de alcance das grandes massas, espera-se que os discursos produzidos nesse contexto sejam elaborados de forma a garantir a compreensão e persuasão dos eleitores.

Para Tannen, a escrita literária re-elabora, para criar envolvimento, certas estratégias comuns aos gêneros espontâneos. Sendo o discurso político televisionado um tipo de discurso claramente preparado, porém dissimulado de forma a parecer espontâneo, as repetições se constituem, ao que parece, como estratégias linguísticas associadas ao gênero.

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre o fenômeno das repetições, estamos interessados em focar, sob uma ótica cognitivista e funcional, um recurso linguístico que, hipoteticamente, apresenta-se como garantidor de produção/compreensão eficientes neste gênero.

Os estudos já existentes sobre repetições (*e.g.* HALLIDAY, 1994; HOEY, 1983; JOHNSTONE, 1987; TANNEN, 1989) enfocam prioritariamente sua função coesiva; não abordam a auto-repetição como uma característica recorrente nos discursos políticos, nem a possível correlação existente entre

esse recurso e as teorias sobre custo de processamento de informação (CHAFE, 1994; SPERBER; WILSON, 1986). A primeira hipótese com a qual trabalhamos é a de que as repetições lexicais e sintáticas, além de criar uma coesão “forte” no texto, podem estar funcionando como um recurso discursivo que diminui o custo de processamento da informação, tornando, assim, o discurso bem mais acessível às massas – função esta intimamente relacionada com os propósitos da “espetacularização política” (cf. Albuquerque, 1996).

Além dos estudos sobre repetição e processamento de informação, a revisão bibliográfica deste trabalho contemplou também estudos sobre Semântica Cognitiva e processos de categorização (TAYLOR, 1989; FAUCONNIER), que contribuíram para o desenvolvimento de uma segunda hipótese de trabalho, que concebe as repetições sintáticas como uma pista que aciona mecanismos de re-categorização, pela associação de elementos via posição similar na estrutura sintática, o que tem se mostrado uma estratégia argumentativa relevante no *corpus*.

A metodologia delineada para a verificação das hipóteses de trabalho dividiu a análise em etapas. A primeira, de natureza quantitativa, medirá a frequência das repetições lexicais e sintáticas, bem como o índice de variedade lexical, com o objetivo de obter um coeficiente que nos permita, a partir da comparação com outros gêneros, comprovar ou refutar a caracterização dos discursos políticos como um tipo de discurso “repetitivo”. Na segunda etapa, de natureza qualitativa, descreverá as formas e funções dessas repetições, à luz das teorias sobre o processamento da informação (CHAFE, 1994; GIVÓN; SPERBER; WILSON, 1986) e da Linguística Cognitiva (TAYLOR, 1989; FAUCONNIER).

Os resultados provisórios vêm confirmando, tanto a alta frequência das repetições lexicais e sintáticas do *corpus* analisado (com índice de variação lexical de até  $n=0.38$ ), quanto as hipóteses acerca das funções que as mesmas desempenham nos discursos políticos, como recursos facilitadores da compreensão, seja pelo viés mnemônico, seja pela força argumentativa.

CHAFE, W. L. *Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

GIVÓN, T. *Beyond foreground and background*. In: TOMLIN, R. S. (Ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Philadelphia: Benjamins, 1987. p. 175-188.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2nd ed. Edward Arnold, London, 1994.

HOEY, M. *Patterns of Lexis in Text*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

JOHNSTONE, B. *Perspectives on Repetition: an introduction*. *Text* 7(3), p. 205-214, 1987.

SINGER, A. V. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Ed. USP, 2000.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1986.

TANNEN, D. *Talking voices: repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. *Studies in Interactional Sociolinguistics*, 6., Cambridge, 1989.

TAYLOR, J. R.. *Linguistic Categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press, 1995.



### A metadiscursividade na mudança de footing

Bruna Wysocki

bwyssocki@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

Durante uma elocução, os interactantes utilizam múltiplas estruturas para conseguir atribuir sentido a um evento. De acordo com a definição de Ribeiro e Garcez (2002), o evento social é uma “atividade de fala que se desenvolve na situação, dependendo das oportunidades e das restrições à interação proporcionadas pela mudança dos participantes e/ou do objeto da interação”.

Com a contribuição da Lingüística e da Sociologia, Goffman (2002) explora as bases estruturais para explicar as mudanças de *footing*. O autor aborda noções de estrutura de participação e formato de produção e recorre às bases lingüísticas, como pistas e marcadores, para entender o funcionamento do *footing*.

Entre essas pistas e marcadores estudados pela Lingüística, destacaremos as ocorrências de metadiscursos nas interações face a face, tomando por base os estudos de Jubran (1999) e Risso (1999) sobre metadiscursividade.

O *corpus* escolhido para a análise constitui-se de trechos de uma entrevista televisiva, transmitida pelo SBT, no ano de 1998, em que o ex-presidente Fernando Collor de Melo é entrevistado por estudantes de ensino médio, cursinhos e faculdades no “Programa Livre”. A entrevista teve como mediador Sérgio Groisman, que também apresentou algumas perguntas ao entrevistado.

Os participantes de uma interação precisam entender o que está sendo encenado e qual o sentido dado pelos falantes àquilo que dizem, ou seja, é necessário enquadrar o evento. O termo enquadre é utilizado por Goffman (2002), ao definir *footing* como o modo em que os interactantes enquadram e negociam as relações interpessoais de um evento. Assim, quando ocorre uma mudança no *footing*, ocorre também uma mudança no alinhamento e no enquadre de um evento.

Para podermos estudar a metadiscursividade como um traço lingüístico capaz de marcar uma mudança de *footing*, será necessário primeiramente entender o seu funcionamento e conhecer conceitos como: pistas de contextualização, enquadres, esquemas, estruturas de participação, formatos de produção e encaixamentos.

Tanto o encaixamento do “eu”, quanto o do “ele” no discurso construído pelo entrevistador são recursos metadiscursivos que promovem uma mudança de *footing*: “pois, obviamente, quando, em vez de dizermos algo nós mesmos, optamos pelo relato do que o outro disse, estamos mudando nosso *footing*” (GOFFMAN, 2002, p. 141).

Durante a entrevista, encontramos momentos em que o entrevistado projeta-se no discurso através da primeira pessoa e outras ocasiões em que ele insere a fala de outros no seu próprio discurso. No *corpus* escolhido também foi possível analisar ocorrências de inserção de um discurso alheio como objeto de interpretação e avaliação.

As mudanças de *footing* ocasionadas pelas alterações do *status* participativo dos interactantes ocorrem na entrevista

quando o mediador Sérgio Groisman muda seu *status* participativo de platéia (conjunto de ouvintes ratificados a quem a fala é direcionada) para ouvinte ratificado endereçado (aquele a quem a fala é dirigida especificamente). Ao mudar o seu *status*, Groisman deixa de ser um mediador e transforma-se em entrevistador, alinhando-se, portanto, de acordo com o novo enquadre criado.

Após a análise do *corpus* escolhido, a metadiscursividade revelou-se um recurso que pode ser utilizado estrategicamente para valorizar ou desvalorizar um discurso alheio, na interação entre interlocutores que possuem diferentes opiniões. Ao ser utilizado, ele marca um alinhamento do locutor de acordo com o enquadre pretendido.

As mudanças de *footing* podem ocorrer quando se altera o *status* participativo dos interactantes ou quando ocorrem os chamados encaixamentos (GOFFMAN, 2002). Entendemos que a metadiscursividade, como um traço lingüístico, está associada aos encaixamentos que inserimos em nossas elocuições.

Enfim, pudemos concluir que, ao apontarmos em nossa fala o discurso produzido em um outro enunciado, indicamos de quem é o discurso inserido ao projetarmos nele uma figura encaixada “eu” ou uma terceira pessoa “ele”. Logo, se introduzimos um discurso alheio no nosso próprio discurso, precisamos promover um realinhamento, um *footing*, em função do novo enquadre que pretendemos construir.

AQUINO, Z. G. O. Diálogos da mídia: o debate televisivo. In: PRETI, D. (Org.) *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005.

GOFFMAN, E. *Footing*. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. *Sociolingüística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. *Sociolingüística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.

JUBRAN, C. C. A. S. A metadiscursividade como recurso textual-interativo em entrevista televisiva. In: BARROS, K. S. M. (Org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. EDUFERN, 1999.

RISSO, M. S. A propriedade auto-reflexiva do metadiscorso. In: BARROS, K. S. M. (Org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. EDUFERN, 1999.

RISSO, M. S.; JUBRAN, C. C. A. S. O discurso auto-reflexivo: processamento metadiscursivo do texto. *Delta*, São Paulo.

ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

SILVA, L. A. Estruturas de participação e interação na sala de aula. In: PRETI, D. (Org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. Exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. *Sociolingüística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.





## Discursos jornalístico e memorialístico sobre trabalhadores rurais: relações entre o inter e o intradiscursivo no depoimento memorialístico de Lyndolpho Silva e em matérias da Folha de S. Paulo e do Estado de Minas

Aurélio Takao Vieira Kubo  
aureliokubo@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Antônio Augusto Moreira de Faria

Este trabalho apresenta dois principais interesses. Primeiramente, investigar as relações entre os níveis inter e intradiscursivo que compõem o discurso. Em seguida, confrontar dois discursos da *informação sobre* trabalhadores rurais: um jornalístico e outro memorialístico. Consideramos importante analisar o discurso jornalístico porque ele capta, transforma e divulga discursos da atualidade, fixando e legitimando uma leitura possível desses discursos no futuro. Já o estudo do depoimento memorialístico de Lyndolpho Silva (fundador e primeiro presidente da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), resgata a memória do movimento sindical brasileiro dos anos de 1940-1960 e, assim como o discurso jornalístico, revela confrontos interdiscursivos que perpassam nossa história. As pesquisas em História Oral apresentam interfaces bastante promissoras com a Análise do Discurso. A interpretação das fontes orais tem a ganhar com os métodos desenvolvidos pela AD. Já os estudos sobre o discurso, têm a oportunidade de investigar uma enunciação bastante específica, a narrativa produzida por entrevistador e entrevistado no trabalho de rememoração do passado, além dos problemas de registro e transcrição dos enunciados.

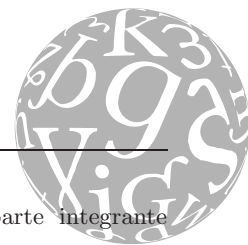
A amostra selecionada do discurso jornalístico é constituída por matérias da imprensa escrita sobre a temática agrária publicadas pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Estado de Minas* durante o ano de 2001. Já a amostra do discurso memorialístico foi obtida a partir da obra *O camponês e a história: a construção da Ulta e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva* (2004), organizada por Paulo Ribeiro da Cunha. Ela consolida as entrevistas a Lyndolpho Silva realizadas pelo organizador entre outubro de 1994 e novembro de 1995, quando foram gravadas dezesseis fitas, as quais estão depositadas no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM).

Nessa abordagem teórica, definimos *discurso* como a articulação de percursos semânticos intradiscursivos e oposições constitutivas interdiscursivas; ou seja, como a articulação de dois níveis interdependentes e complementares: o interdiscursivo e o intradiscursivo. Do confronto entre os vários discursos resulta a identidade (sempre relacional) de cada um deles. Por essa razão, a principal categoria de análise do interdiscurso é a de *oposição constitutiva*. O nível intradiscursivo é o nível da manifestação dos discursos em textos. A principal categoria de análise é a de *percurso semântico* (temático ou figurativo). O percurso semântico é um conjunto de sentidos recorrentes no intradiscurso e ordenados em torno de um *traço discursivo* subjacente, que é a marca distintiva mais abstrata a que podemos chegar relativamente a um percurso semântico de um discurso dado. Em nossa análise, partimos da hipótese de que a organização intradiscursiva é regulada e atravessada pelas determinações do interdiscurso.

O primeiro objetivo geral deste trabalho é estabelecer a identidade de discursos sobre o trabalhador rural e sobre a luta pela terra no Brasil. Para alcançá-lo, estabelecemos o segundo objetivo geral: investigar as relações entre os níveis inter e intradiscursivo que compõem o discurso. Desses objetivos gerais resultam estes objetivos específicos: 1) identificar os principais percursos semânticos do nível intradiscursivo; 2) identificar as principais oposições constitutivas do nível interdiscursivo e 3) estabelecer as relações entre os percursos semânticos e as oposições constitutivas. Para alcançar o primeiro objetivo específico, identificamos os principais temas presentes no nível intradiscursivo, o que nos permite postular os principais percursos semânticos. O segundo objetivo específico visa a identificar os sistemas de oposição nos quais se inserem os discursos analisados. Com o terceiro objetivo específico, esperamos consolidar a identificação dos discursos sobre o trabalhador rural (primeiro objetivo geral), além de relacionar os níveis inter e intradiscursivo (segundo objetivo geral).

Em seu nível intradiscursivo, o discurso dos jornais *Estado de Minas* e *Folha de S. Paulo* apresenta-se organizado em torno de dois percursos semânticos – o percurso semântico da *luta pela conquista da terra* e o percurso semântico da *luta contra a conquista da terra*. Ao opor esses percursos semânticos, os jornais manifestam parcialmente em seu intradiscurso oposições constitutivas do interdiscurso. O percurso semântico da luta pela conquista da terra reúne os temas relacionados à mudança das relações de propriedade. A presença desse aspecto – a mudança – levou ao traço discursivo */dinâmico/*, invariante e presente em todo o percurso considerado. Também identificamos o traço discursivo */organizado/*, subjacente ao percurso semântico da luta pela conquista da terra. A presença desse elemento está relacionada à mobilização de personagens coletivamente organizadas. O percurso semântico da luta contra a conquista da terra reúne sentidos relacionados à conservação das relações de propriedade e apresenta, em oposição ao traço */dinâmico/*, o traço discursivo subjacente */estático/*. Pudemos concluir que – com algumas variações – os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de Minas* enunciam um mesmo discurso sobre a luta pela terra, caracterizado pela defesa da conservação das relações de propriedade e pela rejeição aos movimentos sociais de trabalhadores rurais. No plano do enunciado, esse discurso situa-se no campo sociopolítico, em um espaço discursivo em que se defrontam discursos enunciados por trabalhadores rurais e por grandes proprietários de terras, além dos discursos enunciados pelo Estado.

No plano do enunciado, o discurso de Lyndolpho Silva situa-se no campo discursivo sociopolítico e revela dois percursos semânticos: o do trabalho e o da luta pela conquista da terra. O percurso semântico do trabalho apresenta o traço discursivo */produção/*. Esse traço é interdiscursivamente oposto ao traço */apropriação/*, subjacente ao percurso semântico da propriedade rural, característico de discursos que defendem a conservação das relações sociais brasileiras que preservem a grande propriedade rural. No discurso de Lyndolpho Silva, o percurso semântico do trabalho evidencia o confronto entre as personagens trabalhadores rurais e grandes proprietários de terras. O percurso semântico da luta pela conquista da terra é definido pelo traço */dinâmico/*. Diferentemente do jornalístico, esse aspecto do discurso memorialístico expressa os estágios iniciais da organização sindical e política dos trabalhadores rurais, razão pela qual o traço */organizado/* nem sempre está



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

presente. Interdiscursivamente, o traço /*dinâmico*/ opõe-se ao traço /*estático*/, próprio de um percurso semântico da conservação política presente em discursos que defendem a conservação das relações sociais brasileiras que preservem a grande propriedade rural. Constatamos que esse confronto interdiscursivo dos anos 1940-1960 permanece, em parte, atual, pois continua fazendo parte da identidade brasileira a contraposição entre a grande propriedade rural, agora modernizada, e os trabalhadores do campo, hoje dispostos de organização sindical articulada nacionalmente. No plano da enunciação, o discurso memorialístico situa-se no campo discursivo da memória. O trabalho de rememoração – sempre sujeito a faltas, a equívocos, à reinterpretção no presente – é uma particularidade que nos permite postular a existência de um percurso semântico da memória, com o traço discursivo subjacente /*lembrança*/. Esse aspecto da sua enunciação seria recorrente e definidor do discurso memorialístico. O traço /*lembrança*/ estaria oposto, por exemplo, ao traço /*presentificação*/, característico da enunciação jornalística, que, por meio de um percurso semântico da atualidade, tende a presentificar suas notícias.

### Marcadores discursivos: aspectos teóricos e traços definidores

Edson Rosa Francisco de Souza

edsrosa@yahoo.com.br  
UNICAMP

Os marcadores discursivos (doravante MDs), em termos gerais, podem ser definidos como unidades discursivas sequencialmente dependentes e não facilmente ajustáveis a uma determinada classe de palavras. Trata-se de um conjunto de termos ou locuções que operam no amarramento textual das informações que são progressivamente liberadas ao longo da fala, e no direcionamento de perspectivas assumidas em relação ao assunto, durante o ato interacional (cf. RISSO, 1996a).

Por meio desses elementos, a enunciação instaura sua presença no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a organização textual-interativa (GUERRA, 2005). Em um artigo publicado na *Gramática do Português Falado*, RISSO *et al.* (1996) apresentam os seguintes traços como sendo importantes na definição dos elementos que atuam como MDs:

- (i) como mecanismos verbais da enunciação, atuam no plano da enunciação textual-interativa, com funções normalmente distribuídas entre a projeção das relações interpessoais – quando o foco funcional não está no sequenciamento de partes do texto – e a proeminência da articulação textual – quando a dominante deixa de estar no eixo da interação;
- (ii) operam no plano da atividade enunciativa, e não no plano do conteúdo; por isso mesmo, são exteriores ao conteúdo proposicional e à informação cognitiva dos tópicos ou segmentos de tópicos;
- (iii) analisados do ponto de vista da integração sintática na estrutura oracional, os MDs são unidades independentes,

que, portanto, não se constituem como parte integrante dessa estrutura (p. 55-57).

Ainda que a classe dos MDs não disponha, segundo Penhavel (2005) e Souza (2005), de critérios definidores mais precisos, a bibliografia sobre o tema apresenta um importante ponto de convergência, no que se refere à função dos MDs na língua (cf. JUBRAN *et al.*, 2002; RISSO, 2005; RISSO *et al.*, 2002). É possível observar, em diferentes autores, uma análise dos MDs que se fundamenta em duas funções gerais que exercem na organização do discurso, uma mais relacionada ao componente ideacional e outra mais voltada para o componente interpessoal do sistema linguístico, as quais Penhavel classifica como “funções textuais” e “funções interacionais”, respectivamente.

Por essa razão, a idéia central que sustento neste trabalho é a de que os vários usos dos advérbios de tempo, lugar e modo no português são distinguíveis e classificáveis de acordo com os diferentes níveis de organização da linguagem, especialmente por conta das funções textuais e interacionais que exercem na língua. Assim como Penhavel (2004, 2005), entendo que os MDs exercem funções textuais quando atuam na articulação do conteúdo informacional do discurso, operando num nível hierarquicamente superior ao da sentença. Segundo RISSO *et al.* (2002), Jubran *et al.* (2002), Koch (1998) e Penhavel (2005), esses elementos podem funcionar como mecanismos coesivos, estabelecendo algum tipo de relação semântica entre diferentes unidades discursivas, fato este que tem levado a Gramática Funcional a verificar a influência de fatores discursivos na gramática de línguas naturais. Os MDs podem propiciar, por exemplo, abertura, expansão e fechamento de tópicos e distinção entre estruturas de figura e fundo, em textos narrativos, e estruturas de introdução-argumentação-conclusão, em textos argumentativos. Já as funções interacionais, se referem à organização da atividade conversacional, isto é, àquelas funções provenientes diretamente da relação de interação verbal face-a-face entre falante e ouvinte, assim como fazem os MDs que atuam na manutenção e na troca de turnos conversacionais e nas estratégias de confirmação (*né?, tá?, certo?* – muito usadas para fazer pedidos).

No português, o que sabemos é que os MDs são responsáveis por promover a continuidade do assunto em pauta, conferindo-lhe coerência e dinamismo, mesmo sendo, por vezes, não muito relevantes para a organização sintática do texto (atuam num outro nível de análise). Em geral, os marcadores discursivos são usados para regularizar falhas, inseguranças, hesitações, para modalizar o discurso, marcar mudanças de direção comunicativa, criar reticências, retomar referentes já mencionados, marcar plano discursivo de fundo (cf. PENHAVEL, 2005; RISSO, 1996; RISSO *et al.*, 2002; TARDIN, 2002). Indo um pouco mais além, sabe-se também que esses marcadores emergem na fala – que é por natureza improvisada e sujeita a reformulações, hesitações e adendos – a fim de possibilitar ao ouvinte uma maior sistematização das informações que chegam até ele e de ajudar o falante a ganhar tempo para processar e organizar o seu discurso.

Observando o comportamento sintático e as acepções semântico-pragmáticas de algumas partículas do português, Martelotta *et al.* (1996) notam que a partícula *né?* está passando por um processo de Discursivização (DC), no qual tem se distanciado de seu sentido original, como pergunta referencial ou pergunta não-retórica, e assumido outras funções no português brasileiro. Embora o fenômeno da DC ainda não esteja muito bem esclarecido (com seus limites previamente estabelecidos, de modo a não se confundir com



o fenômeno da Gramaticalização (GR)), Martelotta *et al.* assinalam que os usos da partícula *né?* podem ser arranjados na seguinte trajetória:

*né?* > *né?* > *né?* > *né?*  
(pergunta referencial) (pergunta para o ouvinte) (marcador discursivo) (preenchedor de pausa)

Para os autores, a partícula apresenta duas características típicas de elementos em processo de DC: (i) sofre redução fonética (pois é o resultado da trajetória *não é verdade?* > *não é?* > *né?*); (ii) sofre desgaste semântico (pois passa a funcionar inicialmente como pergunta retórica), e (iii) atua como preenchedor de pausa. Segundo Guerra (2005), dados como esses implicam propor uma possível trajetória de *discursivização* para os itens *agora* e *ai* (e *né?*, no caso de GUERRA, 2005) e, a partir daí, lançar algumas generalizações sobre o próprio processo de *discursivização*.

Por focalizar os diferentes usos dos advérbios de tempo, lugar e modo na organização textual-discursiva, associados aos fenômenos de GR e DC, este trabalho pode ser situado no contexto dos desenvolvimentos mais recentes da Gramática Funcional (GF) na sua atual formulação (HENGEVELD, 2004a, 2004b; HENGEVELD; MACKENZIE, 2005). Na nova versão da GF, denominada Gramática Discursivo-Funcional (GDF), o componente gramatical é composto por três níveis, modulares e hierarquicamente organizados: o *interpessoal* (pragmático) e o *representacional* (semântico), com suas respectivas projeções no nível *estrutural* (morfofossintático e fonológico). A menção à GDF é pertinente porque é um dos primeiros modelos teóricos, de base funcionalista, a expandir seu escopo para o discurso, buscando explicar fenômenos que ocorrem, tanto aquém, quanto além dos limites da oração.

Uma das unidades de análise no nível interpessoal – que é o que nos interessa – é o *move*, que pode conter mais de um *ato discursivo*. Cada ato discursivo se organiza com base num *esquema ilocucionário*, que contém dois *participantes*, Falante e Ouvinte, e o *conteúdo comunicado*, como seus argumentos. O conteúdo comunicado contém um número variável de atos atributivos (A) e referenciais (R). Temos razões para acreditar que os diferentes usos dos advérbios de tempo, lugar e modo podem estar associados aos níveis de análise já mencionados, e também articular e segmentar diferentes unidades discursivas – como o *move*, o *ato discursivo* e o *conteúdo comunicado* – que, juntas, formam o discurso (fala e escrita).

A análise dos dados mostra que as formas adverbiais são extremamente importantes no desenvolvimento (progressão textual e tópica) e na sustentabilidade do discurso como um todo (coesão e coerência textuais), tornando-o completo e munido de significações. Pôde-se perceber que o desenvolvimento (surgimento) da função de marcador discursivo não é isolado do sistema e que nenhuma mudança ocorre por acaso, mas, sim, pressionada ou provocada por outros fatores lingüísticos e comunicativos.

GUERRA, A. R. *Os marcadores discursivos agora e né?: propriedades, funções e trajetórias de discursivização*. Relatório científico parcial (FAPESP). São José do Rio Preto, 2005.

HENGEVELD, K. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: GROOT, C.; HENGEVELD, K. (Ed.). *Morphosyntactic expression in Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 53-86.

KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MACKENZIE, L.; GONZÁLEZ, M. G. *A New Architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

MARTELOTTA *et al.* *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, 1996.

RISSO, M. S. “Agora...o que eu acho é o seguinte...”. In: CASTILHO, A. *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp/FAPESP, 1996. p. 31-60. v. 3.

RISSO, M. S. *et al.* Marcadores Discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Falado: desenvolvimentos*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp/FAPESP, 2002. p. 21-94. v. 4.

SOUZA, E. R. F. *O papel dos advérbios de tempo, lugar e modo na organização do discurso: dos limites entre gramaticalização e discursivização no português*. Relatório Acadêmico (FAPESP). São José do Rio Preto, 2005.

## Proposta para maior compreensão do sincretismo de linguagens

*Nilton Hernandes*

nh38@uol.com.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Uma questão que, há décadas, desafia os teóricos da semiótica francesa é como se dá o chamado sincretismo semiótico, ou seja, como duas ou mais linguagens ou sistemas de significação – verbais e “visuais”, por exemplo – se organizam e formam um “todo de sentido”. Essa discussão é de grande relevância. O entendimento desse processo é necessário para a descrição e a análise de uma série de procedimentos de significação nos mais diferentes objetos, notadamente, dos estratos mais superficiais do percurso gerativo de sentido e ligados a estratégias enunciativas específicas, principalmente de manejo perceptivo do enunciatário.

Pensar o sincretismo parece desafiar a mente, logo de início, para a tentativa de entender o que são essas chamadas linguagens, como se relacionam, principalmente com o verbal. A análise do fenômeno sincretico possibilita o acesso a sentidos importantes de um objeto. Uma história pode aparecer num romance, virar filme, surgir em quadradinhos. Em todas essas opções, podemos analisar o plano de conteúdo com bons resultados. Isso porque, em qualquer caso, provavelmente teremos a mesma estrutura narrativa. Veremos os mesmos personagens, os mesmos conflitos. A manifestação textual se altera, mas a história continua a ter um determinado núcleo em qualquer meio. Só que cada manifestação textual específica vai mexer com diferentes ordens sensoriais, vai adicionar “alguma coisa”, tirar outras. Nesse ponto, torna-se possível uma pesquisa sobre o sincretismo semiótico, sobre o que o uso de diversas linguagens acrescenta ou retira da história e sobre como esses conjuntos significantes distintos manejam os sentidos de uma maneira distinta, especial. Surgem novas questões para refletir (ou antigas perguntas ganham nova complexidade): a estesia e o estético (o impacto do feio, do estranho, do belo), a emoção, o reforço de certas paixões, o ritmo, só para citar algumas. Estudar o



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

sincretismo é saber o que é esse “algo a mais” proporcionado pelo uso de diversas linguagens.

Exemplifiquemos. Em objetos manifestados por linguagens que se dão no fluxo temporal, é possível ter até um controle mais efetivo da inteligibilidade de um texto, por meio do manejo da relação das linguagens utilizadas. O sujeito da enunciação tem possibilidades diversas de dar mais ou menos “presença” a certos elementos, de relacioná-los a ponto de criarem diferentes níveis de coesão ou identidade. Esse adensamento de sentidos em textos organizados a partir do fluxo temporal pode resultar, por exemplo, na dessemantização de um elemento em favor de outro, dentro de uma estratégia global. Ou, ao contrário, no seu destaque. Para ilustrar essas possibilidades, podemos pensar em uma notícia no rádio. Imaginemos que se ouve, primeiramente, alguns ruídos que informam que se está numa rua movimentada (a), depois, a voz de um repórter (b), em seguida, uma música de fundo (c). O resultado é um efeito enunciativo global que pode ser descrito como “a” adicionado a “b” adicionado a “c”. Entretanto, se todos esses mesmos elementos forem ouvidos ao mesmo tempo, o impacto será completamente diferente. Haverá um efeito “x”, em outras palavras, um adensamento de sentido que provoca menor sensibilização do enunciatário para o reconhecimento das unidades das linguagens utilizadas, no caso a verbal oral e a musical. Se o sincretismo está ligado à neutralização de diferenças na manifestação textual, podemos observar tipos distintos de sincretização, que redundam em textualizações com significados diversos. No primeiro caso, a significação vai ficando mais e mais complexa. Investe-se na inteligibilidade. No segundo, a significação é resultado do relacionamento simultâneo de três unidades no mesmo fragmento de tempo. Há um grande investimento na dimensão sensível.

Dentro dessas premissas, serão feitas algumas propostas para entender o sincretismo. Este é o objetivo central do trabalho. A investigação maior da pesquisa é o manejo aspectual, no plano de expressão, do tempo e do espaço, entendidos aqui como traços de substâncias de expressão presentes em determinadas linguagens que apontam caminhos para entender a arquitetura dos objetos que apresentam diversas linguagens de manifestação. Aspecto é entendido aqui como “ponto de vista sobre uma ação”. Uma das suas conseqüências mais importantes da aspectualização do plano de expressão é a organização “rítmica”, a sensação de rapidez ou lentidão, por exemplo, do próprio desenvolvimento textual. Acreditamos que as análises sobre as relações entre o sincretismo, a organização e a aspectualização mostram a vantagem de se pensar os objetos sincréticos como textos organizados aspectualmente a partir da espacialidade ou da temporalidade.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Texto e imagem. *Linguagens*: revista brasileira da Região Sul, n. 1, out. 1986.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Discurso*: fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da Enunciação*: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo, Ática, 1996.

FLOCH, Jean-Marie. *Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit*: pour une sémiotique plastique. Paris; Amsterdam: Hadès-Benjamins, 1985.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego*

*na globalização*: uma análise semiótica. Maceió: Edufal; Salvador: Edufba, 2004.

HJELMSLEV, Louis Trolle. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

### O sujeito surdo e o real da língua

Márcia Aparecida Amador Mascia

marciaaam@uol.com.br

USF

Alcebíades Nascimento Silva Júnior

Partindo de um *corpus* formado por textos escritos por sujeitos surdos cuja primeira língua é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), esta comunicação tem como objetivo apresentar uma caracterização da escrita desta língua, ou melhor, daquilo que escapa a tal escrita, enquanto constitutiva de sua identidade. O conceito de identidade será, por sua vez, problematizado, à luz dos estudos da perspectiva social de Stuart Hall e também da psicanálise (Freud e Lacan). Pela via social, a “identidade” plena, completa, unificada, segura e coerente é uma fantasia, sendo, portanto, sempre preferível falar em “identificação”, ou seja, em um processo em movimento. As identidades sociais só existiriam, nesta perspectiva, no fio do discurso, como narrativas que nos prendem imaginariamente ao presente, ao passado e ao futuro. A língua, a cultura e as identidades funcionariam no sentido de criar um sentimento de unidade lingüística, cultural e identitária. Porém, como nos diz Hall, esse sentido de unidade é imaginado, fantasiado, costurado ou, ainda, para usar uma metáfora médica, suturado na estrutura social, construindo a utopia de estabilidade, tanto dos sujeitos, quanto do mundo social por eles habitados. Tal concepção coaduna com as mentes da modernidade, dentro da qual funciona a máxima “penso, logo existo”, porém os deslocamentos da pós-modernidade nos (des)velam ou (re)velam uma outra faceta desse tão desejado centramento: que a nova paisagem social que assegurava nossa estabilidade está se movimentando rapidamente como fruto da globalização e das novas tecnologias e que, como resultado, as identidades estão entrando em colapso, sendo que o papel da língua é crucial nesse deslocamento, daí o termo “*linguistic turn*”. Pela via psicanalítica, a formação do “eu” pelo olhar do Outro – sendo este primeiro Outro a mãe, que inicia o sujeito nos sistemas simbólicos fora dele mesmo, sistemas estes que incluem a língua e a cultura – irá afetar as noções de “identidade”, quando confrontada com uma perspectiva racional e cartesiana, como algo fixo e estável. Assim sendo, partiremos do pressuposto de que a identidade não é um termo fechado e, por isso, deveríamos pensá-la como processo, enquanto “identificações” que, na verdade, são imaginárias e fantasiadas na relação com os outros, ou seja, na forma como o sujeito é interpelado ou representado social e psiquicamente. Se, por sua vez, pensarmos, via Pêcheux (*A Língua Inatingível*, 2004, p. 55), que o “real da língua não é costurado nas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso”, e que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” (*ibidem*, p. 64), concluímos que existe língua e



existem línguas, sendo que a lingüística exclui esta última noção de seu interior. A lingüística científica tem oscilado entre o desejo de alcançar a língua materna perdida e o desejo de uma língua ideal, universal, isenta esta de ambigüidades e de tendências políticas e, portanto, a-histórica. A falta é o motor do sujeito dentro da perspectiva da Análise do Discurso e é o lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras faltam e, ao faltarem, abrem brechas para produzir equívocos. O equívoco não é acidental na língua, mas constitutivo e inerente ao sistema, o que faz com que a língua seja um sistema passível de falhas ou brechas pelas quais os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva. A Análise do Discurso coloca o dedo nesta ferida narcísica e postula que o real da língua é o real da história e que toda e qualquer análise se dá no entrecruzamento do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação, região de equívoco, de eclipse, de falta, próprios da língua estruturada pela ordem do simbólico, instaurado este pela ideologia e pelo inconsciente. Assim sendo, perguntamo-nos: como podemos pensar o real da língua para o sujeito surdo? Parece-nos que a perspectiva do real da língua enquanto aquilo que escapa, o incontrolável, a não-língua, poderá nos dar alguns *insights* para problematizarmos essa relação entre surdo/ouvinte e entre língua espaço-visual/língua oral.

### Análise das seqüências textuais em Acórdão: com atenção especial para os dêiticos discursivos

Elisabeth Linhares Catunda

bethcatunda@oi.com.br

Universidade Federal do Ceará

Maria Elias Soares

Esta pesquisa busca caracterizar as seqüências textuais no gênero jurídico Acórdão, com atenção especial para as funções dos dêiticos discursivos como elementos organizadores e argumentadores dentro dessas seqüências. Para tal empreitada, partiremos da noção de seqüência textual como sendo uma rede relacional hierárquica, uma entidade relativamente autônoma (ADAM, 1992) e um processo textual presente na composição de determinados gêneros. Utilizaremos a classificação das seqüências textuais, proposta por Adam (1992), em narrativas, argumentativas, descritivas, explicativas e dialogais. Para ele, a seqüência argumentativa, que é a que nos interessa para suporte a nossa análise, é constituída com base em um “já dito” e consiste, essencialmente, na contraposição de enunciados. Ou seja, o esquema argumentativo é construído a partir de um dado (argumento) e de uma conclusão, passando por um “já dito”. Adam apresenta o esquema da seqüência argumentativa constituído por três partes: os dados (premissas), o escoramento de inferências e a conclusão. Quanto à dêixis discursiva, nos basearemos em Cavalcante (2000), que a define como sendo expressões referenciais que recuperam informações dentro do contexto; marcam algum local do espaço geográfico do texto, ao tomar como ponto de partida o momento da formulação e adquirem estatuto de referentes através de um processo de nomeação. Ou seja, esses elementos gramaticais e lexicais remetem, não ao espaço do emissor na instância do discurso

real, mas, na verdade, localizam porções do discurso em andamento à medida que fazem referência à disposição das unidades gráficas do texto, propondo muitas vezes a sua arrumação vertical. Essa arrumação vertical textual não exclui o subjetivismo próprio da dêixis, haja vista que, quando se empregam dêiticos discursivos, a distância avaliada no tempo/espaço textual não perde de vista a noção de proximidade em relação ao enunciador, pois, conforme Cavalcante (2000, p.75), o tempo dêitico pressuposto na aplicação dos dêiticos discursivos é o *coding time* real, isto é, o momento de formulação de cada enunciado pelo falante. Já em relação ao espaço referencial, o ponto de referência é um local dentro da arrumação do texto. Assim, podemos dizer que os dêiticos discursivos apontam para o texto em si mesmo. Essas noções serão nosso suporte teórico para verificarmos as hipóteses de que, nos Acórdãos, as seqüências “predominantes” são as argumentativas; de que, nas seqüências argumentativas, os dêiticos discursivos funcionam como elementos organizadores e argumentadores e de que os dêiticos discursivos podem aparecer sem serem constituídos de elementos dêiticos demonstrativos e advérbios demonstrativos explícitos. Nossa pesquisa será desenvolvida com base numa amostra de oito acórdãos, selecionados, aleatoriamente, no *corpus* escrito do projeto integrado *Gêneros Textuais e Referenciação*, em andamento na Universidade Federal do Ceará. Esse projeto está sendo desenvolvido pelo grupo interinstitucional PROTEXTO e tem por objetivo caracterizar gêneros acadêmicos, jurídicos e epistolares. O gênero acórdão, objeto de nosso estudo, é uma peça decisiva, dentro de um processo jurídico. Este tipo de documento é resultado de uma apelação, requerida por um dos lados envolvidos num processo, que se viu prejudicado pela decisão do juiz. Já o termo acórdão é oriundo da substantivação do verbo acordar, que, na linguagem jurídica, significa resolução ou decisão tomada coletivamente. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram organizados em duas etapas: num primeiro momento, em relação às seqüências, faremos a identificação e analisaremos a predominância de todas as seqüências textuais presentes no *corpus*. Em seguida, com relação aos dêiticos discursivos, identificaremos a presença e a distribuição das diversas formas e funções manifestadas pelos mesmos no gênero em estudo, através de dados percentuais, gráficos e exemplos extraídos dos *corpora*. Essas análises, ao nosso ver, trarão alguns esclarecimentos acerca da composição de um texto com nível de elaboração tão complexo quanto a própria instituição de origem, a saber a instituição jurídica. Instituição essa que, além utilizar uma linguagem própria, ainda restringe a elaboração de seus textos aos aspectos previstos pelos códigos.

### A construção de uma autoridade lingüística: o uso do “sic” em textos escritos

Gilcinei Teodoro Carvalho

gteodoro.bh@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

O processo de normatização verificado na língua escrita não envolve apenas os aspectos relacionados ao código e às convenções ortográficas (MILROY; MILROY, 1999). Existem marcas escritas que indicam procedimentos discursivos sofisticados, revelando projetos argumentativos do autor e exigindo, do leitor, níveis de compreensão menos lineares. Um caso específico dessas marcas é o *sic*, que sinaliza, sob o ponto de vista do autor, a localização de uma impropriedade, quer seja do conteúdo, marcando uma informação errônea, quer seja da expressão lingüística, identificando um desvio da norma culta. A presença do *sic* é um forte indicador de um julgamento autoral e, portanto, reflete uma imagem de correção conceitual e formal que estabelece, na língua escrita, um controle interacional (FAIRCLOUGH, 2001). Exemplos de *sic*, coletados de um jornal de grande circulação no Brasil, revelam uma natureza complexa das ocorrências, já que são várias as impropriedades delimitadas por esse recurso gráfico. Na primeira parte do estudo, construiu-se uma taxionomia das ocorrências do *sic*, na tentativa de especificar quais componentes gramaticais são avaliados com mais frequência e quais os desvios lingüísticos são identificados como erros. Dentre as marcações que envolvem os supostos problemas de natureza lingüística, destacam-se os desvios que afetam a morfossintaxe, particularmente concordância (em especial a verbal), regência e escolha pronominal. A ênfase atribuída ao julgamento dos padrões morfossintáticos está em sintonia com as categorias de erros freqüentemente listadas por análises que salientam as principais dúvidas sobre o uso do padrão culto nos textos jornalísticos (cf. SILVA, 2001), o que reforça a tese de que, nos procedimentos de correção, a morfossintaxe é o nível gramatical com maior visibilidade. Essa maior visibilidade é fruto, dentre outros fatores, de uma concepção normativista que, de forma recorrente, lista os problemas lingüísticos que envolvem questões morfossintáticas. Além desse fator, indica-se que existe uma maior facilidade em se identificar um problema pontual, que envolve a concordância, por exemplo, comparativamente a uma maior dificuldade em se apontar problemas mais globais, que envolvem procedimentos de coesão, por exemplo. Para além da categorização dos níveis em que os problemas são demarcados pelo *sic*, os dados revelam que os textos de entrevistas são o campo preferencial para a identificação dos desvios, principalmente porque, nessas situações, os dados obtidos na interação oral podem ser *naturalizados*. Esse procedimento demonstra que a representação escrita, utilizando-se de estratégias de “transcrição”, constrói relações de poder (BUCHOLTZ, 2000) que sedimentam uma norma lingüística. A aplicação dessa norma lingüística está, no entanto, subordinada ao projeto retórico do texto, o que significa que a maior ou menor tolerância em relação aos desvios subordina-se ao grau de simpatia projetada para aqueles que são retratados no texto. A percepção desse projeto retórico é um critério que garante um nível de compreensão adequado do texto. Por isso, na segunda parte do estudo, avaliou-se como o leitor percebe a presença do *sic*. Foram selecionados, do mesmo *corpus* da análise que produziu a taxionomia de ocorrências, alguns textos de entrevistas que traziam casos de diferentes usos do *sic*. Testes de leitura aplicados em estudantes de Letras de diferentes períodos revelaram que a marca gráfica do *sic* não é um recurso facilmente identificado e processado. Um primeiro indício dessa dificuldade foi que a grande maioria dos leitores não respondeu a uma questão que avaliava se o texto produzia, ou não, uma visão simpática em relação ao entrevistado. Um segundo indício foi que, mesmo

com o conhecimento da função discursiva atribuída ao *sic*, nem sempre a delimitação do “problema” foi automática, já que compete ao leitor, em função de seu conhecimento de mundo e do seu julgamento lingüístico, localizar a informação ou o dado lingüístico que é objeto da crítica. Nos casos em que o problema não estava na vizinhança imediata do *sic*, particularmente na palavra que o antecedia, a identificação do objeto da crítica foi dificultada. O desempenho insatisfatório dos leitores reforça o caráter sofisticado que o uso do *sic* implementa na escrita e aponta para a necessidade de um trabalho mais sistematizado desse recurso, que é uma pista reveladora, não só dos julgamentos lingüísticos, mas principalmente do projeto retórico concretizado no texto.

BUCHOLTZ, Mary. The politics of transcription. *Journal of Pragmatics*, 32, p. 1439-1465, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

MILROY, James; MILROY, Lesley. *Authority in language*. 3. ed. London: Routledge, 1999.

SILVA, Sérgio Nogueira Duarte da. O jornal e a questão do padrão escrito contemporâneo. In: AZEREDO, José Carlos (Org.). *Letras e Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 213-21.

### Tópico discursivo - definição de processos textuais

Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran

cleliaj@uol.com.br  
Universidade Estadual Paulista

Esta comunicação tem por objetivo demonstrar a funcionalidade da categoria analítica de tópico discursivo na definição de processos constitutivos do texto, focalizando especificamente a repetição, a paráfrase e os parênteses. Para tanto, fundamentamo-nos em pesquisas realizadas pelo Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto de Gramática do Português Falado. Por trabalhar com o plano do texto no âmbito desse Projeto, o Grupo necessariamente devia formular categorias de estatuto textual, não previstas na descrição gramatical que recorta a frase como unidade de análise; além disso, tais categorias tinham de ser pertinentes ao enfoque pragmático da linguagem, concebida como interação social, condizente com a perspectiva textual-interativa então assumida (Jubran, 2006a). Estabeleceu, então, a categoria de tópico discursivo, para a identificação e delimitação de unidades de natureza textual: os segmentos tópicos (Jubran *et al.* 1992, p. 361-362; Jubran 2006b, p. 91-92).

Congregando as funções referencial e interacional, o tópico discursivo particulariza-se por duas propriedades: a centração e a organicidade. Importa-nos, neste trabalho, especialmente a propriedade da centração, decorrente da concernência ou relação de interdependência entre elementos do texto, que promove a integração desses elementos em um conjunto referencial projetado como foco da interação em um determinado ponto do texto. É essa propriedade tópica que embasa a definição de estratégias de construção textual,



como a repetição, a paráfrase e os parênteses.

A repetição, de acordo com Marcuschi (1996, 2006), é uma estratégia de formulação textual, que, do ponto de vista da categoria lingüística do elemento repetido, pode ser fonológica, de morfemas, de itens lexicais, de construções suboracionais e oracionais. Qualquer que seja a manifestação lingüística da repetição, observamos que o processo repetitivo só pode ser devidamente configurado se associado à elaboração de um tópico discursivo: é no interior de um segmento tópico que são apreendidas as identidades ou semelhanças entre construções lingüísticas.

Para elucidar essa questão, restringimo-nos às repetições de itens lexicais. A reintrodução de uma palavra no texto será classificada como repetição se estiver funcionando para a construção de uma centração tópica, instituindo relações de concernência com a matriz (primeira entrada da palavra no segmento tópico). Equivale a dizer que o uso de um mesmo item lexical em tópicos diferentes não é um procedimento de repetição, porque ele estará a serviço da formação de conjuntos referenciais diversificados, sem que se possa deprender, conseqüentemente, relações de interdependência entre as ocorrências da mesma palavra. Não seria pertinente, portanto, considerar esses casos como repetição, enquanto processo formulativo-interacional, mesmo porque, com a mudança de tópicos, altera-se o foco para o qual converge a interação verbal. Assim, a definição de repetição está diretamente conjugada com a noção de tópico discursivo.

O mesmo ocorre com a paráfrase, processo pelo qual novos enunciados modificam enunciados anteriores, que se constituem como matriz para a operação parafrástica. Hilgert (1993, 2006) demonstra que o parafraseamento predica uma relação de equivalência semântica entre a paráfrase (elemento reformulador) e a sua matriz (elemento reformulado), promovendo deslocamentos semânticos de especificação ou generalização entre o segmento reformulado e o reformulador, com expansões, condensações ou paralelismos formais. Assim, no parafraseamento, o estabelecimento de uma equivalência semântica entre a paráfrase e a matriz gera relações de interdependência entre os enunciados que as materializam, integrando-os no conjunto referencial responsável pela centração tópica. A identificação de um procedimento parafrástico assenta-se, então, em relações de concernência entre matriz e paráfrase, firmadas no âmbito de um tópico discursivo.

Quanto ao processo de parentetização, Jubran (1996, 2006c) diz que, para definir parênteses, é preciso levar em conta o princípio tópico da centração, porque os fatos parentéticos consistem em inserções, nos segmentos tópicos, de elementos não atinentes ao conjunto referencial em relevância nessas unidades textuais: os parênteses operam desvios do tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento dentro do qual ocorrem. Em decorrência, sua definição é relacional: a caracterização de parênteses como elemento encaixado e desviante só se ressalta por contraposição ao contexto tópico. Daí a necessidade de se apoiar analiticamente na propriedade da centração, para que se possa verificar a suspensão tópica efetuada pela inserção parentética. Em outras palavras, é a partir da categoria de tópico discursivo que se fixa a concepção de parentetização.

Dentro do nosso propósito de mostrar a operacionalidade da categoria de tópico discursivo na definição de processos de elaboração textual, podemos concluir que repetições, paráfrases e parênteses encontram seu estatuto particular somente no contexto de um tópico discursivo. Tal conclusão será comprovada com a análise de dados dos Projetos NURC

e NELFE (UFPE).

HILGERT, José Gaston. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. p. 103-27.

\_\_\_\_\_. Parafraseamento. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. S.; KOCH, Ingedore Grunfeld V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. v. 1. p. 275-99.

JUBRAN, Clélia Cândida A. S. A perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. S.; KOCH, Ingedore Grunfeld V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006a. v. 1. p. 27-36.

\_\_\_\_\_. Tópico discursivo. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. S.; KOCH, Ingedore Grunfeld V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006b. v. 1. p. 89-132.

\_\_\_\_\_. Parentetização. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. S.; KOCH, Ingedore Grunfeld V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006c. v. 1. p. 301-57.

\_\_\_\_\_. Parênteses: propriedades identificadoras. In: Castilho, Ataliba Teixeira de; Basílio, Margarida (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996. v. 4. p. 411-22.

JUBRAN, Clélia Cândida A. S. *et al.* Organização tópica da conversação. In: Ilari, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. v. 2. p. 357-439.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Repetição. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. S.; KOCH, Ingedore Grunfeld V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. v. 1. p. 219-54.

\_\_\_\_\_. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: Koch, Ingedore Grunfeld V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996. v. 6. p. 95-129.

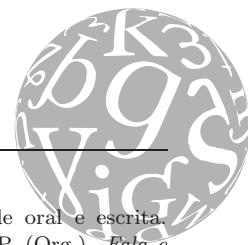
## Um perfil do gênero editorial: analisando a multimodalidade

Maria Medianeira de Souza

medianeirasouza@yahoo.com.br

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

De acordo com Heberle (2004), a multimodalidade pode ser definida como a gama de representações manifestadas num evento discursivo. Dionísio (2005b, p. 178) afirma: “referimo-nos à multimodalidade discursiva como um traço constitutivo a todos os gêneros textuais escritos e orais. Conseqüentemente, recursos visuais e verbais precisam ser vistos como um todo, no processamento dos gêneros textuais”. Os editoriais, portanto, não fogem a essa regra. Assim, respaldadas nessa afirmação de Dionísio (2005b) e em Heberle (2004, p. 3), para quem “editoriais de revistas femininas são um exemplo do discurso multimodal, pois os elementos visuais e espaciais da página, com as diversas cores, o título em destaque, as fotos de pessoas sorrindo formam um significado social”, abordamos os traços multimodais dos editoriais das revistas femininas e de informação.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Mas também tratamos daqueles inerentes aos editoriais jornalísticos, uma vez que a própria disposição do texto é considerada uma forma de multimodalidade. Conforme acentua Dionísio (2005b, p. 164): “importante mencionar que ao conceber os gêneros textuais como multimodais, não estou atrelando os aspectos visuais meramente a fotografias, telas de pinturas, desenhos, caricaturas, por exemplo, mas também à própria disposição gráfica no texto”. Em virtude do exposto, este trabalho visa a investigar a contribuição da multimodalidade discursiva para a construção de sentido na variação do gênero editorial, enfatizando a disposição gráfica, a diversidade de linguagens e gêneros e a intergenericidade, dada a constatação de que a era contemporânea, cada vez mais, integra imagem e palavra, além de outras linguagens em gêneros textuais diversos, de modo a produzir textos visualmente mais informativos e mais atraentes (DIONÍSIO, 2004, 2005, 2005b). Também reforça o nosso objetivo o entendimento de que o significado de um texto não está confinado inteiramente na escrita. Esta é apenas um dos modos de representação da informação. A esse respeito, Kress e Leeuwen (1996, p. 2), expoentes dos estudos sobre a multimodalidade, ressaltam: “estruturas visuais realizam significados, assim como as estruturas lingüísticas, e, em consequência, destacam interpretações diferentes da experiência e diferentes formas de interação social”. E são os trabalhos desses estudiosos que subsidiam esta investigação nessa proposta teórica, que utiliza os pressupostos da Lingüística Sistêmico-Funcional, como as metafunções da linguagem e o sistema de transitividade, para interpretar diferentes recursos visuais, como imagens, diagramas e mapas. Essa proposta também defende o postulado de que todos os textos são construídos multimodais nos quais a escrita é apenas um dos muitos modos de representação da informação. O *corpus* é constituído por doze editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Comércio*; doze editoriais das revistas de informação semanal *Veja* e *Época*; e doze das revistas femininas *Uma* e *Todateen*, totalizando trinta e seis editoriais, coletados entre os meses de abril e setembro do ano de 2003. Os resultados revelam que os jornais e revistas averiguados recorrem a recursos multimodais em sua elaboração, embora façam isso em graus diferenciados. Nos jornais que investigamos, predomina uma certa neutralidade visual, com a presença de poucos elementos multimodais, como o uso de letras em tamanho diferente, por exemplo. Nas revistas analisadas, fotografias e cores diversas são os recursos multimodais mais utilizados, dentre outros, como legenda e desenhos. Tais resultados nos permitem concluir que, nos editoriais investigados, se combinam palavras, imagens e outros elementos visuais de modo a se produzirem textos que concretizam o propósito comunicativo desse gênero, qual seja, criar um contexto para conquistar os leitores, de forma que venham, assim, a aderir às teses defendidas nesses editoriais. Concluímos, ainda, que a multimodalidade discursiva é constitutiva do gênero editorial e de sua variação, na medida em que exerce um papel decisivo na construção desse gênero, em consonância com as novas exigências de escrita em vigor, que, cada vez mais, faz uso de recursos diversificados na produção textual, seja ou não em ambiente virtual.

DIONÍSIO, Ângela P. 15 Anos de Superinteressante: uma análise visual das capas e manchetes. *Investigações: lingüística e teoria literária*, Recife, v.17, n. 2, p. 179-192, jul. 2004.

\_\_\_\_\_. Gêneros Multimodais e Multiletramento. In: KARWOSKI, A. M. et al. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas, PR: Kaygangue, 2005. p.159-177.

\_\_\_\_\_. Multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita. In: MARCUSCHI, Luís A.; DIONÍSIO, Ângela P. (Org.). *Fala e Escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005b. p. 177-196.

HEBERLE, Viviane M. Questões de gênero e identidade em diferentes discursos multimidiáticos/multimodais: uma perspectiva da semiótica social de Halliday. Projeto de Pós-Doutorado aprovado pelo CNPq (Processo 200941/03-8), 2004.

KRESS, Gunther; LEEUWEN, Theo van. *Reading Images: the grammar of visual design*. London; New York: Routledge, 1996.

### Expressões nominais referenciais em narrativas infantis

Marcela Regina Vasconcelos da Silva

mr.vasconcelos@yahoo.com.br  
Faculdade Frassinetti do Recife

Este trabalho tem como objetivo analisar textos produzidos por alunos de uma turma de 4<sup>ª</sup> série do Ensino Fundamental de uma escola da rede particular em Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. A análise pretende investigar a função de expressões nominais referenciais que aparecem nessas produções. Considera-se este estudo relevante porque a escolha de tais expressões revela importantes informações sobre opiniões, crenças e atitudes dos produtores textuais, mostrando-se de grande valor para a construção de sentidos. Além disso, esse tipo de pesquisa pode ser considerado relevante em virtude do fato de que, durante muito tempo, estudos lingüísticos julgaram a atividade de referir como responsável por estabelecer uma relação direta entre uma forma lingüística e um referente extralingüístico, de modo que se acreditava que havia uma relação especular entre as palavras e os objetos do mundo. Todavia, as mais recentes pesquisas têm mostrado que o referente é um produto de nossas percepções culturais, uma vez que são as nossas práticas socioculturais que definem como percebemos esses objetos, o que leva à conclusão de que aquilo que denominamos “a realidade” é, na verdade, o resultado de nossas percepções. Diante disso, compreende-se por que razão é correto afirmar que nossas práticas culturais determinam a forma como percebemos o mundo ao nosso redor e expressamos essas percepções por meio da linguagem. Por sua vez, a linguagem também condicionará nossas percepções, do que resulta a constatação de que o conhecimento é construído na constante interação entre práticas socioculturais, percepção e linguagem. Por essa razão, é importante considerar a atividade de referenciação como um evento cognitivo, visto que, quando ativamos nossas percepções, estamos nos engajando em um processo de construção e ordenação da realidade, constituindo-se os referentes nessa dimensão perceptivo-cognitivista. Com isso, pode-se concluir que as palavras não refletem os entes do mundo, de tal forma que o referente não pode ser considerado como um reflexo de estruturas da realidade objetiva, mas o produto da maneira como percebemos e interpretamos o mundo. É imprescindível salientar o fato de que essa conclusão diz respeito a qualquer objeto que esteja sendo construído pela atividade discursiva, quer seja esse objeto de ordem física, quer seja de ordem social, ao





contrário do que já se chegou a postular (que os objetos sociais são suscetíveis a variações de categorização, o que não ocorreria com os objetos físicos). Isso pode ser confirmado pela constatação de que a categorização de um objeto não depende das restrições impostas pela sua materialidade, uma vez que mais importa considerar qual ponto de vista, dentro da multiplicidade disponível, foi exercido pelo sujeito social sobre o objeto. Essa concepção de referenciação não nega a realidade extramente, mas enfatiza a necessidade de se considerar que, ao referir, operamos uma reelaboração do real de acordo com as percepções e modelos de mundo dos sujeitos sociais. Essa postura teórica também não implica dizer que os objetos-de-discurso são construídos com base em critérios exclusivamente subjetivos e individuais, uma vez que essa construção não se reduz a idiosincrasias, visto que está submetida às restrições socioculturais, históricas e lingüísticas. Para ser coerente com essa postura teórica, é necessário compreender que a língua não se esgota no código, tampouco se limita a um sistema de transmissão de informações. É bastante limitada e reducionista a concepção de acordo com a qual à língua caberia apenas o papel de transmitir informações. A língua não transmite nem reflete o real, a língua constrói o próprio real num processo de interação contínua entre percepção, linguagem e ação social. Logo, pode-se concluir que os objetos-de-discurso são culturalmente construídos no decorrer da interação cognitiva e interativa. Esses objetos são construídos pelos sujeitos sociais, no curso da interação, de acordo com as finalidades práticas dos enunciadores, que constroem essas formas simbólicas em função dos sentidos pretendidos, daquilo que querem dizer. Quando optam por usar uma expressão nominal referencial, os sujeitos operam escolhas significativas sobre os elementos lingüísticos disponíveis, o que faz com que a textualização realizada não se constitua como uma simples denominação de um objeto do mundo, mas se configure como uma (re)construção da realidade, tendo em vista a materialização de uma proposta de sentido. Assim, ocorre uma ativação, dentre os conhecimentos que o produtor textual julga compartilhar com seu(s) interlocutor(es), de propriedades que se mostram mais adequadas ou mais interessantes para o sentido que pretende que seja construído para seu texto. Por tudo isso, percebe-se que a análise das funções que as expressões nominais referenciais podem exercer é uma forma de estudar importantes estratégias de construção de sentido. O conhecimento construído a partir de tal estudo poderá oferecer mais condições, aos professores que tiverem acesso ao nosso trabalho, para que conheçam os recursos utilizados por crianças em fase de conclusão do Ensino Fundamental I para realizar o seu projeto de dizer, bem como orientará a busca por possíveis soluções para os problemas encontrados.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B., CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda M. *Ler e compreender: os sentidos da leitura*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. V.; MORATO, Edwiges M.; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de*

referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B., CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

## A metáfora conceptual no discurso musical: um estudo de caso

Lauro Meller

meller1974@yahoo.com.br

PUC - Minas Gerais

Em *Metaphors we live by* (*Metáforas da Vida Cotidiana*), George Lakoff e Mark Johnson chamam nossa atenção para o fato de que a metáfora, na retórica tradicional considerada um recurso ornamental próprio do texto literário e poético, está, na verdade, muito mais presente em nossa linguagem cotidiana do que poderíamos supor. A virada paradigmática que colocou a metáfora no centro do interesse de especialistas em Lingüística e em Psicologia Cognitiva começa com esses autores, nos anos de 1970, logo encontrando reverberações por parte de uma multidão de outros estudiosos, das mais diversas orientações.

A obra pioneira de Lakoff e Johnson é recheada de exemplos em que fica patente o papel da metáfora, não como volteio estilístico, mas como ferramenta básica de comunicação no dia-a-dia – aliás, uma descoberta válida, não somente para o idioma em que o livro se baseou, o inglês, mas extensiva às demais línguas, inclusive o português. Os autores ilustram sua tese por meio de processos metafóricos detectáveis na fala cotidiana, como “Discussão é guerra” (ex.: “Seus argumentos são *indefensáveis*”, “Ele *atacou os pontos fracos* de minha argumentação”, “A argumentação *foi direto ao alvo*”); ou “Tempo é dinheiro” (ex.: “Você está *desperdiçando* o meu tempo”, “Esse aparelho vai nos *poupar* muito tempo”, “Como você *gasta* o seu tempo?”); ou, ainda, “Idéias são objetos / recipientes” (Ex.: “É difícil *passar* essa idéia para ele”, “É difícil *pôr* minhas idéias em palavras”, “Suas palavras parecem *vazias*”).

Além das metáforas *estruturais* (em que um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro), os autores propõem também as metáforas orientacionais, baseadas, como o nome indica, em orientações espaciais do tipo “para cima, para baixo”, “dentro, fora”, “fundo, raso”, “central, periférico”, etc. Pode-se imediatamente encontrar exemplos desse tipo de metáfora na música, como em “Agudo é para cima, grave é para baixo”. Essa primeira correlação motivou-nos a investigar até que ponto a noção de metáfora conceptual estaria presente no discurso musical, e logo percebemos que o discurso musical vale-se das metáforas com bastante freqüência. Por exemplo, fala-se em “colorido timbrístico”, som “forte”, “fraco”, “alegre”, “triste” ou “plangente”; ademais, as próprias indicações na partitura já seriam exemplos do uso da metáfora nesse campo discursivo, como em “*largo*”, “*andante*”, “*allegro*”, “*presto*”; “*ritardando*”, “*crescendo*”, “*ritornello*”, etc.

No entanto, foi ao examinarmos fóruns de discussão na Internet que tratam de instrumentos musicais, mais especificamente sobre guitarras, violões e contrabaixos, que encontramos material fértil para nossa pesquisa. Percebemos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ali a utilização de uma adjetivação que não seria, em princípio, própria da terminologia musical, mas que, por falta de vocabulário mais específico, se prestaria a descrever as características timbrísticas de determinados instrumentos. Assim, os usuários do *site Harmony Central*<sup>1</sup>, que utilizamos como base para esta pesquisa, descrevem o timbre de seus instrumentos valendo-se de adjetivos como “warm”, “round”, “fat”, “piercing”, “boomy”, “thin”, “shiny”, “crisp”, “clean”, “thunderous”, “deep”, “smooth”, “cristal-clear”, “sweet”, “organic”, “full”, “weak”, o que nos leva a pensar na possibilidade de construir metáforas conceptuais como “Um Som é um Objeto” ou “Um Instrumento é uma Pessoa” (verificável no modo como se nomeiam as suas partes: “braço” (em inglês, *neck*), “boca”, “mão”, etc.). Pode-se aventar, ainda, uma possível aproximação com os sentidos da *audição* e do *tato* na descrição desse material (som “aveludado”, “cortante”, etc), ou da *audição* e da *visão* (som “brilhante”, “opaco”, etc).

Além desse *corpus*, lançaremos mão de *reviews* de violões, guitarras e contrabaixos escritos por músicos profissionais para revistas especializadas (*Guitar Player*, *Cover Guitarra*, *Guitarist*, *Guitar Magazine*), em que infalivelmente recorre às metáforas conceptuais para fornecer ao leitor uma idéia mais clara dos sons produzidos por aqueles instrumentos. Por ocasião de nossa apresentação, traremos de amostras *gravadas* de alguns desses instrumentos, para que se perceba com maior clareza nossa proposta de análise.

<sup>1</sup> [www.harmony-central.com](http://www.harmony-central.com)

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução do Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM), Vera Sophia Zanotto (Coord.) e de Vera Maluf. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

### Uma abordagem enunciativa da constituição do sujeito autor no gênero discursivo aula

Pedro Farias Francelino

pedrofrancelino@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

Um dos postulados de base do pensamento bakhtiniano é o de que a linguagem é uma atividade essencialmente social e heterogênea. Nesse sentido, o sujeito que aí se constitui define-se pelo estatuto da alteridade, numa relação intersubjetiva mediada pela pluralidade de idéias e de pontos de vista caracterizadores dos lugares sociais ocupados por esses sujeitos na esfera social. Isso significa afirmar que o sujeito postulado nessa perspectiva é marcado espacial e temporalmente e sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Como afirmam Flores e Teixeira (2005), “Bakhtin mostra sua concepção de enunciação como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, mesmo que o interlocutor seja uma virtualidade representativa da comunidade na qual está inserido o locutor, e propõe, dessa forma, a idéia de interação verbal realizada por meio da enunciação”. Ainda sobre essa questão, o próprio Bakhtin se posiciona da seguinte forma:

“Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação a outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.” (BAKHTIN, 1992, p. 113) Inserindo-se numa perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem, pretende-se, neste trabalho, refletir sobre a constituição do sujeito autor a partir do uso que este faz do discurso de outrem e dos mais variados esquemas sintático-semânticos de sua recepção/transmissão, em uma situação enunciativa específica, como a do gênero discursivo *aula*. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco, intitulada provisoriamente de *A constituição da autoria no gênero discursivo aula: uma abordagem enunciativa*. Interessa, aqui, particularmente, observar o processo de construção do discurso do professor no desenvolvimento do evento enunciativo *aula*, procurando traçar o percurso (dialógico) da produção de sentidos, traduzido em uma seqüência de sobreposição de vozes que, articuladas sob as mais variadas formas, constituem o autor e seu discurso. O *corpus* consta de dois inquéritos (aulas) extraídos do volume 2 (*Elocuções Formais*) do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Recife – NURC/RE. A escolha desses dois inquéritos deu-se a partir da consideração do número significativo de ocorrências de outros discursos que se apresentaram no processo de execução de tais aulas, cuja observação ocorreu na fase de descrição dos dados da pesquisa. Com essa amostra, analisamos os processos de constituição/representação do sujeito no discurso, a partir de sua inserção na grande rede dialógica que compreende “seu” discurso e o discurso de outrem. A perspectiva teórica adotada é a que se pauta nos trabalhos advindos das Teorias da Enunciação de Bakhtin/Volochinov (1999), Bakhtin (2000), Authier-Revuz (1990, 1998, 2004) e dos postulados da Análise de Discurso de linha francesa, representados aqui pelos trabalhos de Brait (2004, 2005), Possenti (2002), Faraco (2003), dentre outros. As análises têm evidenciado que a autoria, compreendida como um fenômeno de natureza linguística, enunciativa e discursiva, estabelece-se no gênero em análise de forma bastante acentuada, e que são as relações (concordantes ou discordantes) estabelecidas entre o discurso do professor e os demais discursos com os quais ele mantém interação que efetivam o processo de constituição de uma subjetividade no discurso, a qual denominamos de autor.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João W. Geraldi. In: ORLANDI, Eni P.; GERALDI, João W. (Org.) *Cadernos de estudos linguísticos*. O discurso e suas análises. Campinas, SP: 1990. p. 25-42. n. 19.

\_\_\_\_\_. *Entre a opacidade e a transparência: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196p.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 421p. (Coleção Ensino Superior).

\_\_\_\_\_. O discurso no romance. In: *Questões de estética e de*



- literatura*. 3. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- \_\_\_\_\_. Discurso na vida e na arte: sobre a poética sociológica. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza da edição inglesa de I. R. Titunik. (Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics. In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudism*. New York: Academic Press, 1976.)
- BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: 1999. 89p. v. 7. (Ensaio de Cultura)
- FOUCALT, M. *O que é um autor?* Tradução de Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4. ed. Lisboa: Vega, 2000.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001b. 150p.

## Sentence topic, discourse topic, or cognitive topic? A crosslinguistic analysis, a universal account

Vincent Taohsun Chang

94555001@nccu.edu.tw  
Graduate Institute of Linguistics

### 1. Rationale

This paper presents further examination as a response to studies by Chu (2000, 1999, 1993) regarding prototype/prototypicality of topic in Mandarin Chinese; also provides English and Portuguese data to serve crosslinguistic comparison and contrast. Chu proposed five criteria/attributes to evaluate a potential and qualified prototype of being a topic in Mandarin Chinese, viz. 1) being nominal, 2) serving as an interclausal link, 3) being specific/referential, 4) occupying the sentence-initial/preverbal position, 5) bearing no selectional relations to the predicative verb. Also he tried to place emphasis on discourse topic, as compared with van Oosten's previous study (1986) on prototypical-cognitive approach to language universals. Somehow the examples in Chu's research are almost solely from sentence level, and the instances discussed are not so common in daily speech as well. As notified and informed quite frequently by linguists, we should not miss out any linguistic facts nor ignore actual language use (and intuition), and what matters lying in convincing examples instead of lots of data but lacks explanatory power.

### 2. Motivation

What attracts/challenges us most lies in the attributes of prototypicality of topic in Mandarin Chinese advocated by Chu (ibid.), and hence if it is workable crosslinguistically. We'd like to reexamine the data provided by Chu and related studies from syntactic viewpoint, to evaluate the adequacy of the criteria, and to propose modifications to their framework. We are then based upon cognitive perspective to render plausible explanation and interpretation to those concerned mentioned above and the research aims outlined below.

### 3. Research questions

1. Questioning one of the characteristics of prototypical topic aboutness (VAN OOSTEN, 1986), Chu argued that

which maybe the most frequently mentioned quality of topic (but is also most frequently criticised as being vague). It is thus Chu analysed from a structural viewpoint and claimed everything must be encodable before it can be recognised (CHU, 1993, p. 38). But how could we analyse his data in terms of (discourse) topic with only syntactic focus whilst without resort to pragmatic-discursive-cognitive considerations, especially Chu also emphasised the significance of discourse, discourse grammar, and cognitive-functional grammar? Moreover, structurally vague might not necessarily mean conceptually/cognitively vague, and vice versa.

2. Considering how important the language facts will be and how the linguistic data discussed in Chu's and related studies fail to encompass the very nature of linguistic facts, we present data across different genres and discourse types with wide-faceted observations, covering daily/colloquial speech, advertising, news report, political addresses and the like.

3. If Chu's criteria are inappropriate for embracing language facts or just momentarily fail to catch the panorama of language use, it'll be worthwhile to revise them in order for the reader/audience not to always be led by the author to specify/decide whether this or that would well-qualified for being a (prototype of) topic. This seems to be falling into inadequate reasoning and sort of circularity: we accept the criteria first, and we decide/assign the topic then.

4. Since the prototype approach is not so wide-angled and far-reaching to cover many utterances in daily encounters, we collect and investigate the data from actual daily speech across diverse genres to strengthen the explanatory power of Chinese / English / Portuguese topic/topicality. Or, perhaps we could even abandon the prototype approach just in case it is not convincing and persuasive enough.

5. In many instances/utterances, we are facing difficulties in assigning topic(s), and would rather think they (utterances) are hearer-based and carry context-sensitivity. This is endorsed by one of the prominent Neo-Gricean pragmatics Relevance Theory (SPERBER; WILSON, 1986/1995; NOVECK; SPERBER, 2006). Take some examples for illustration:

(1) Miranda: He was funny. And cute.

Carrie: Yeah, and in town for a week! What's the point?

Samantha: That IS the point! It's the best possible scenario, because you know he's leaving.

Carrie: But it's like whatever happens, there's an expiration date. It's expiration dating.

(Sex and the City)

How will different information receptors interpret and process the texts or talks in terms of syntactic construction? Even when we place these utterances into spontaneous speech and assign topic, not in drama scenes (In the current study, we very briefly define *discourse* as 'texts and talks in contexts.'). The topics here may comprise from *Carrie's unwillingness of he's leaving (Mr. Big)*, cause *this relationship couldn't be everlasting*, to *Miranda's value judgments towards Big and Samantha's life philosophy*.

(2) Miranda: Steve is completely predictable but that's one of the things I love about him. He's just so comfortable and safe.

Carrie: Are you dating a man or a minivan?

The contradictory interpretations between Miranda and Carrie via Carrie's 'irony' led to quite different conclusions and topics: *Miranda truly appreciated Steve's simplicity* (comfortable and safe), whereas *Carrie expected a lover be supposed to go beyond comforts and safety*.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(3) Carrie: There is no way that the love that I had with Big is the same thing that he has with Natasha.

Miranda: "Natasha?" When did you stop calling her "the idiot stick figure with no soul?"

Big's new girlfriend *Natasha was negatively evaluated amongst Carrie and Miranda (and Samantha and Charlotte) out of their pride, self-confidence, and jealousy.*

(4) Carrie: He's a bisexual.

Samantha: I could've told you that, sweetie. He took you ice skating for god's sake!

The shared background knowledge of Carrie and Samantha, and perhaps knowledge of the world, informed the audience of *gay/bisexual traits and lifestyle.*

### 4. Methodology

We propose a qualitative and synchronic approach in light of the weakness noticed concerning the inadequacy and indeterminacy in assigning a (prototype of) topic. Data for analysis came from daily speech across genres for elaboration to improve and strengthen the explanatory power of Chinese/English/Portuguese topic as prototype, or simply assign a topic without referring to prototype. Those discourse types include colloquial speech, advertising, popular literature, news coverage, political addresses and so forth.

### 5. Expected results [Concluding remarks]

People often mean more than they say. Grammar on its own is typically insufficient for determining the full meaning of an utterance, as suggested by Hedberg (1990) "... It is possible, then, for a discourse as a whole to end up structured into multiple levels of hierarchically organised topics and subtopics. It seems useful to identify the notion of 'discourse topic' with the superordinate questions, or, in other words, to simply view the 'sentence topic' as the lowest level of 'discourse topic'", and also claimed by past studies (CHEN, 1996; CHU, 1999). The assumption that the discourse is coherent or 'makes sense' has an important role to play in determining meaning as well (Cf. ASHER; LASCARIDES, 2005). Just as syntactic surface structures display ramifications of underlying structures, we can well appreciate the rich implicit meaning (vs. explicit meaning) conveyed by the interplay of syntax-semantics-pragmatics and discourse. *Conceptual topic* (or termed *cognitive topic* in this paper) from a cognitive perspective will not merely facilitate the readers with more accessible contextual effects (implications), but the subtopics, grounding (CHUI, 2001) and 'composite topics' (BILHAUT, 2005) can also be approached layer by layer with regard to cognition and language, which, again, play a vital role in perception, comprehension, and interpretation of utterances and non-verbal communication, and hence the mental processes of assigning/deciding a topic. The topic may thus vary from a word, to short phrases, a sentence, and/or to the gist (after reader's digestion and reorganisation) of the text/discourse.

As demonstrated in this paper, those weak implicatures for being potential cognitive-discourse topic(s) are resulted from the author's higher involvement and active processing. They are indeterminate and unlimited for inferencing, and might be processed continuously, as long as one is willing to, and thinks it is worthwhile, i.e. she will be rewarded with additional contextual effects, which would outweigh her processing efforts. Different readers will receive different readings and interpretations, the 'absolute levels' are diverse; also, even the same reader will receive different readings and interpretations under different degrees of involvement and circumstances. However, they (/she) would reach at any rate the 'optimal relevance' for themselves (/herself).

ASHER; NICHOLAS; LASCARIDES, Alex. *Logic of Conversation: Studies in Natural Language Processing.* Cambridge University Press, 2005.

BILHAUT, FRÉDÉRIK. Composite Topics in Discourse. Paper for Symposium on the Exploration and Modelling of Meaning (SEM 05) *Connectives, discourse framing and discourse structure: from corpus-based and experimental analyses to discourse theories.* (<http://www.niv.tlse2.fr/erss/sem05>) 14-15 November, Biarritz (Basque Country), France, 2005.

CHEN, Ping. Pragmatic interpretations of structural topics and relativization in Chinese. *Journal of Pragmatics*, 1996, 3, p. 27-36.

CHU, Chauncey C. The Prototypicality of Topic in Mandarin Chinese. *JCLTA*, Vol. 28: No.1, p. 25-48, 1993.

CHU, Chauncey C. *A Cognitive-Functional Grammar of Mandarin Chinese.* Taipei: Crane, 1999.

CHU, Chauncey C. (2000).

CHUI, Kawai. *Topic Chain and Grounding in Chinese Discourse.* Taipei: Crane, 2001.

HEDBERG, Nancy. Discourse-Pragmatic Preliminaries. Chapter 2 (p. 9-33) in *Discourse Pragmatics and Cleft Sentences in English.* Ph.D dissertation, University of Minnesota, 1990.

LI, Charles N.; THOMPSON, Sandra A. *Mandarin Chinese: A functional reference grammar.* Berkeley and Los Angeles, CA: University of California Press, 1981.

NOVECK, Ira A.; Dan SPERBER (Ed.). *Experimental Pragmatics.* (Palgrave Studies in Pragmatics, Languages and Cognition). Palgrave Macmillan, 2006.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition.* 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1986/1995.

VAN OOSTEN, Jeanne. *The Nature of Subjects, Topics, and Agents: A Cognitive Explanation.* Bloomington, IN: IU Linguistics Club, 1986.

## O consumo "politicamente correto": mecanismos e efeitos da certificação das empresas e dos produtos

Telma Domingues da Silva

telmads@bol.com.br

Universidade do Vale do Sapucaí

Este trabalho resulta do desenvolvimento de um projeto que se iniciou no mestrado – com a análise do acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990) da Conferência das Nações Unidas, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, a chamada *Eco-92* –, no qual venho abordando o *discurso ecológico* como objeto de pesquisa. A partir de então, tal projeto vem desenvolvendo uma reflexão que busca compreender os sentidos do ambientalismo como discurso político e seus deslizes para a ideologia que constitui o funcionamento do Mercado.

A proposta desta apresentação é a análise de embalagens e formas diversas de publicidade, que se desenvolverá a partir do dispositivo teórico da Análise de Discurso, com base nos conceitos trabalhados por Pêcheux (1988) e Orlandi (1996), como *discurso, acontecimento discursivo, interdiscurso, efeitos de sentido* e outros.



Com essa análise, pretendo mostrar os mecanismos e efeitos de sentido que envolvem a re-qualificação do consumo na sociedade atual, através das imagens da empresa e do seu produto na relação com o sujeito, interpelado enquanto cidadão-consumidor. O meu objetivo é perceber, nesse material, a(s) forma(s) de remissão das empresas a um engajamento político, através de um discurso para a “cidadania”, que se desdobra como questão social e ambiental. A imagem de uma empresa politicamente engajada é produzida pela associação das marcas com causas ambientais e/ou sociais, associação que se compõe através das próprias embalagens e da publicidade de diferentes produtos, por meio de uma identificação visual, gráfica, o selo, que funciona como anúncio ao consumidor desse mesmo engajamento político.

Em análises por mim realizadas anteriormente sobre o funcionamento do discurso ecológico/ambiental no Brasil, mostrei como o mesmo realiza uma “qualificação” do Mercado, em suas posições constituídas: produtor/produto e consumidor/consumo. Por exemplo, o turismo é qualificado como *turismo ecológico* (ou ecoturismo) e os alimentos como *produtos orgânicos*: a escolha de produtos e empresas assim qualificados (orgânicos e/ou ecológicos) pressupõe um consumidor também qualificado. Nesse contexto, destaca-se a obtenção do “selo” pelas empresas – que passam então a ter o direito de ostentar essa “informação ao consumidor”. O selo é resultado, segundo a análise realizada: 1) ou da obtenção de uma certificação, como a da ISO, instituição internacional, e a das associações de produtores orgânicos, que tem normalmente atuação mais localizada; 2) ou da participação em instituições representativas de causas sociais e/ou ambientais, isto é, uma ONG de caráter ambiental ou social, como são, por exemplo, a SOS Mata Atlântica e a Fundação Abrinq.

O *cidadão-consumidor* tem o direito de saber o que está ingerindo e, por extensão, o que está adquirindo/consumindo; o consumidor deve estar informado, em relação às empresas, se estas correspondem a uma “nova mentalidade empresarial”. Através da informação, o consumidor constitui-se, ele mesmo, em consumidor qualificado (no sentido de um consumo politicamente correto), e, ao ser situado enquanto tal, pode atuar na sociedade de forma responsável, através desse que seria um exercício de “cidadania e liberdade de escolha”.

Do ponto de vista de um processo histórico do/no discurso político, a qualificação representaria um deslize, em que o alternativo (como lugar discursivo de significação político-social) é institucionalizado, ao ser incorporado pelo sistema produtivo e pelo mercado. Isto é, hoje, “ser alternativo” não é “estar fora” das relações de produção, tal como elas se reproduzem na sociedade, mas identificar-se com um determinado consumo, situando-se, pois, ainda como consumidor, muito embora qualificado. Nesse contexto, pode-se talvez dizer que o efeito mais visível do discurso ecológico como discurso político é o de uma qualificação para o mercado como um todo, que mostra, dessa forma, que pode integrar diferenças, confrontando as críticas à sociedade produzida pelo sistema urbano industrial como uma “sociedade massificada”. Tal análise, desse modo, tem possibilidade de contribuir com as discussões sobre a “cidadania”, bem como produzir uma compreensão sobre o discurso político e seu esvaziamento pelo processo de globalização, tendo em vista elementos de seu funcionamento histórico-discursivo, em que o discurso ambiental se destaca.

Sites consultados:

<http://www.planetaorganico.com.br>

<http://www.ambientebrasil.com.br>

<http://www.abre.com.br> [Associação Brasileira de Embalagens]

ORLANDI, Eni (Org.). *Cidade atravessada*. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel, *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, IEL, Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

SILVA, Telma Domingues da. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In: SERRANO, Célia M. T.; BRUHNS, Heloísa T. (Org.) *Turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. O cidadão e a coletividade na educação ambiental. In: TRAJBER, Raquel; MANZOCHI, Lúcia Helena (Org.) *Avaliando a educação ambiental no Brasil*: materiais impressos. São Paulo: Gaia, 1996.

\_\_\_\_\_. A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento. *Sínteses*, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/Unicamp, 1996.

## Estratégias argumentativas e expressão das emoções no discurso político

*William Augusto Menezes*

[williamenezes@hotmail.com](mailto:williamenezes@hotmail.com)

Universidade Federal de Ouro Preto

Aristóteles, na *Retórica*, considera que a persuasão pode ser obtida por três meios: o caráter moral do orador, as disposições criadas nos ouvintes e o discurso em si ou a racionalidade que este apresenta. Segundo ele, emoções, paixões e sentimentos, integrantes das disposições, são um meio eficaz e legítimo para a persuasão, desde que constitutivos do discurso apresentado pelo orador. O problema da patemização, dizia o autor, é quando ela se manifesta fora do discurso, como constituição de cenários ou manobras do orador, seja para seduzir a Assembléia e manipular as decisões do Júri, seja para o encantamento da platéia nas solenidades públicas, forjando ações que não ocorreriam pela atividade discursiva.

Durante o período moderno, a concepção vigente de política e a ascensão do estado racional no Ocidente (WEBER, 1999) promoveram, aos poucos, uma exclusão considerável da dimensão patêmica, causando problemas à consideração desta como um meio legítimo da persuasão. Paixão e emoções no discurso político passaram a ser assimilados ao tradicionalismo, à fala do político “atrasado” e à arte do demagogo, do embusteiro – algo indesejável e que não correspondia à noção de uma boa política. Em suma, a patemização no discurso político passou a ser sinônimo de ilusão retórica ou, simplesmente, de retórica, no sentido pejorativo que o termo assumiu. Por seu turno, no mesmo momento, tornou-se mais amplo o recurso à racionalidade e à ética, esta principalmente como uma espécie de *a priori* ou ética do grupo.

Já no período contemporâneo, com a expansão da comunicação política e de fatores relativos ao imaginário



sociopolítico predominante, o estudo das emoções no discurso vem se tornando cada vez mais importante. Diante das diversas perspectivas de estudo, a sensação que se tem é que o nosso cotidiano torna-se um cenário produtivo à presença patêmica e que essa suplanta até mesmo o interesse pelos elementos éticos e racionais do discurso. Poderíamos afirmar, então, que as emoções, paixões e sentimentos comporiam uma espécie de fundamento midiático do campo estratégico da ação discursiva, voltado à persuasão do outro? Se assim for, como identificar esses elementos patêmicos? Seria pelo levantamento de um vocabulário específico, contendo itens que descreveriam estados emocionais, como “medo”, “cólera”, “indignação” e “tristeza”? Seria por meio de palavras relacionadas a “imagens” susceptíveis de engendrar sentimentos e causar impressões de “medo”, “sofrimento”, “indignação”, e “terror”? Seria pela própria dimensão contratual?

Ora, seguindo Charaudeau (2006b), identificar a expressividade patêmica não é algo simples, pois, a rigor, as palavras no discurso não são neutras. Pelo contrário, o vocabulário do homem político diz respeito ao conjunto das estratégias discursivas e correspondem aos valores privilegiados por ele na cena enunciativa. Neste sentido, a patemização diz respeito aos elementos do léxico e, também, às imagens que se apresentam, mas estes dois itens devem estar relacionados a sujeitos específicos, nos contextos e situações em que se inscrevem.

Situando a nossa reflexão no quadro teórico da semi-lingüística, de Charaudeau (2006a, 2006b), e nas contribuições de teóricos da argumentação (PLANTIN; AMOSSY), apresentaremos um exame de tal problemática no discurso político recente, no Brasil. Para isso, a análise se deu em um *corpus* contendo produções discursivas em dois cenários políticos distintos: a chamada crise política do governo Lula e o discurso político de campanha eleitoral. Assim, vamos nos deter em fragmentos discursivos produzidos em situações contratuais distintas, como a produção em situação monolocutiva – em que o sujeito pode elaborar todo o seu discurso e somente repassá-lo ao parceiro, sem a intervenção imediata deste –, e a produção em situação interlocutiva – em que o sujeito apresenta-se diante do interlocutor, numa relação face-a-face, em que este pode interferir diretamente na fala. Porém, é importante salientar que o exame se deu sempre em transmissões televisivas – o que anuncia uma diferença importante na relação contratual estabelecida entre os interlocutores –, possibilitando-nos identificar as estratégias e elementos da expressividade das emoções evidenciados no discurso (CHABROL, 1999), pelos sujeitos políticos.

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans les discours politique*. Paris: Nathan, 2000.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Casa da Moeda, 1996.

CHABROL, Claude. De l'impression des personnes à l'expression communicationnelle des émotions. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Phthos et discours politique*. À paraître.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. v. 2.

## O modo de enunciar no discurso de divulgação científica

Claudia Aparecida Lemos Leitao

claul@uai.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho tem em vista refletir sobre as estratégias enunciativas usadas na textualidade do discurso de divulgação científica (DC) para o seu funcionamento discursivo. Especificamente, utiliza-se como material de análise reportagens veiculadas na revista *Ciência Hoje das Crianças* e *Ciência Hoje*.

Para conceituar divulgação científica, toma-se como base a perspectiva de Authier-Revuz (1985), que considera o discurso DC como uma “prática de reformulação” (*ibidem*, p. 9), ou seja, a prática de inserir o discurso da ciência em uma outra ordem discursiva requer do locutor – aqui, divulgador da ciência – um trabalho compromissado com uma alternância de vozes da ordem da ciência (especialista); da ordem do discurso do leigo (não-especialista), e ainda, para complementar, da ordem do discurso jornalístico, para levar a ciência ao grande público. É, assim, uma “encenação do dialogismo” (nos termos de AUTHIER-REVUZ, 1999).

Nesta perspectiva, por se constituir de modo tão heterogêneo, o discurso de divulgação científica representa um campo rico para discussões que focalizam particularidades dessa encenação discursiva, isto é, como os sujeitos, enquanto representações sociais, inscrevem seus lugares na cena enunciativa e, assim, constituem modos de enunciar que fazem funcionar o discurso, legitimando o lugar da ciência, do leigo e do discurso jornalístico, produzindo efeitos de sentido próprios do discurso de vulgarização. Essa relação constitutiva do discurso DC determina, pois, modos de enunciar que se concretizam na textualização do discurso e, conforme ORLANDI (2001, p. 21), “a transformação da relação do homem com a linguagem, no caso, com a escrita, desencadeia um número enorme de outros processos de transformação: a forma dos textos, a forma da autoria, o modo de significar. E a própria relação com o conhecimento...”

Diante do que foi exposto acima, acredita-se que uma reflexão sobre o discurso de divulgação científica nos leva à análise dessa congruência entre o discurso do especialista – representado pela ciência – e o discurso do leigo – representado pelo discurso do senso-comum. Além disso, instaurado esse discurso na prática jornalística, ele ganha especificidades que devem atender, tanto às condições de enunciabilidade da ordem da ciência, quanto às do discurso jornalístico. Nas palavras de GUIMARÃES (2002, p. 23), “é na constituição da cena enunciativa que ocorre o agenciamento enunciativo para aquele que fala ou aquele para quem se fala. [...] não são pessoas, mas um agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres”. Assim, na estrutura enunciativa da reportagem de divulgação científica, pretende-se mostrar como se dá a constituição desses lugares, ou seja, como, na textualização, o discurso DC coloca em encenação um número de processos enunciativamente marcados que dão o “efeito de informação científica”. Segundo Authier-Revuz (1985), a heterogeneidade mostrada é uma destas estratégias que evidenciam e realizam o processo. Se as palavras passam a significar diferentemente, ao transitarem de uma ordem de discurso para outra, há que se considerar, não só o trabalho do divulgador, mas também essa cena enunciativa onde se



realiza o processo de textualização. Portanto, um olhar para a cena enunciativa consiste também em um olhar para os aspectos que a constituem, como ocupação do lugar do sujeito nas suas condições de produção.

A proposta apresentada aqui pretende refletir a cena da reportagem para verificar como as estratégias enunciativas ganham identidade nesse trabalho processual feito pelo divulgador-repórter. Acreditamos que esse exercício relacional do divulgador se torna possível porque, ao mediar o discurso da ciência e do leigo na prática jornalística, ele também os transforma em outro discurso concretizado em outro gênero, cuja função social demanda outros propósitos, isto é, com a divulgação, a ciência passa a ser outro discurso que, no entanto, diz sobre ciência. Conforme ORLANDI (2001), “o discurso de divulgação científica não é a soma de discursos [...] ele é uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pela injunção de seu modo de circulação.[...] é a relação estabelecida entre duas formas de discurso na mesma língua...”

Podemos concluir, assim, que as marcas de heterogeneidade configuram o discurso da ciência numa outra dimensão que não deixa de apresentar as exigências sociais que constituem o campo e as finalidades de cada uma delas. Novamente nas palavras de ORLANDI (2001), “o que vai circular é uma terminologia científica informando o que a ciência faz e não fazendo ciência. A informação científica é notícia de ciência e não ciência como tal”.

Enfim, as relações enunciativas devem ser refletidas numa dimensão em que são relacionados os processos intratextuais com os extratextuais (interdiscurso), pois a maneira como o sentido se constitui faz parte desses processos e tudo o que lhes envolve. Observar esses processos no discurso de DC é uma oportunidade para investigar como a ciência está se constituindo discursivamente em nosso meio.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras Incertas*: as não coincidências do dizer. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 83-106

\_\_\_\_\_. Dialogismo e Divulgação científica. *RUA*: Revista do Núcleo do Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp (NUDECRI), Campinas, n. 5, set.1999.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidades Enunciativas. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, 19, p. 25-42, jul.-dez. 1990.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade constitutiva no discurso de divulgação científica. *RUA*: Revista do Núcleo do Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp (NUDECRI), Campinas, n. 5, set.1999.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, 2006b. No prelo.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido*: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002b.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento*: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 1995. p. 07-20

ORLANDI, Eni. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *Produção e circulação do conhecimento*: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 1995. p. 21-30.

## Os movimentos discursivos do leitor e a construção da leitura na escola

Maria de Fátima Almeida

mdefatima\_almeida@yahoo.com.br  
Universidade Federal da Paraíba

Os estudos sobre o funcionamento da linguagem têm se ampliado nos diversos setores das ciências humanas e sociais. Abordagens que destacam a importância das relações inter-subjetivas, na construção do conhecimento, ocupam grande espaço nas pesquisas linguísticas atuais. A ênfase é dada aos processos interativos, o que perceptivelmente se destaca nas análises de discurso, em especial, no campo do ensino e aprendizagem da leitura na escola. As pesquisas no domínio sociointeracionista revelam o avanço dos estudos nessa área do conhecimento. O foco das investigações concentra-se nas interações entre o produtor e o sujeito leitor na sala de aula, demonstrando que o ato de ler é um processo dialógico que circula entre muitos movimentos. Buscamos como objetivo analisar os movimentos interativo e interpretativo realizados pelo professor/aluno na dinâmica da construção da leitura na sala de aula. Fundamentados na concepção de linguagem enquanto interação verbal, desenvolvida por Bakhtin (1981) e seguida por François (1996, 1998), analisamos a construção dialógica, destacando o jogo ou modos de encadeamento do sentido do texto, em aulas de língua portuguesa, nas quintas séries do ensino fundamental. A partir das análises verificamos que ler, na perspectiva sociointeracionista, é importante para a construção do saber científico, porque nos possibilita visualizar a amplitude e a abertura da linguagem. Observamos, ainda, que a linguagem é um fenômeno heterogêneo, é diversidade, e a leitura resulta de pontos de vista ou olhares múltiplos, desde o momento da produção textual até chegar aos sujeitos leitores, que dão concretude ao texto a ser lido. Ler torna-se, assim, uma atividade, um diálogo, envolvendo o autor que fornece pistas ao leitor, cuja atividade é atribuir sentido. Os resultados mostram que a interação dos interlocutores/leitores com o texto na sala de aula propiciará a construção dialógica do significado. Verificamos, também, que o modo de construir o sentido do texto precisa ser um caminho viável para tornar a aprendizagem da leitura um momento de prazer, e não uma obrigação, como sempre ocorre nas salas de aula. Estas precisam se constituir no lugar das aberturas, das surpresas e da compreensão dos fenômenos que sempre ficam “sem dizer” no texto. Assim, o processo de ler será eficaz e tornar-se-á o espaço das diferenças, das interpretações, do preenchimento das lacunas, das escolhas e dos sentidos possíveis. A visão sociointeracionista de ler, não só desperta o prazer da busca e da construção dos significados pelos sujeitos que participam interativamente da leitura, mas também revela que a leitura precisa ser reflexiva e tecida no cruzamento das diferentes vozes leitoras desse contexto escolar. Já mostramos, em outras pesquisas voltadas para o ensino e aprendizagem, a necessidade de projetos que enfatizem as formas interativas de leitura na escola para, assim, compreendermos melhor o mundo redesenhado. A sociedade mediatizada não lê apenas livros e requer leitores eficientes e capazes de interpretar as múltiplas linguagens e gêneros que circulam. Incorporando essa idéia e visando a ampliar as reflexões sobre este tema, reabrimos o debate sobre as possibilidades ou movimentos da leitura na sala de aula. No espaço escolar, o leitor realiza



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

diversos movimentos de interação para que a leitura seja um momento privilegiado de contrapalavras. Concluímos que o processo de ler é momento singular de cada leitor, que, ao interpretar, participa ativamente do processo interpretativo.

BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BORTOLOTTI, Nelita. *A interlocução na sala de aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FRANÇOIS, Frédéric. *Le discours et ses entours*. Paris: L'Harmattan, 1998.

\_\_\_\_\_. *Morale et mise em mots*. Paris: L'Harmattan, 1994.

\_\_\_\_\_. *Práticas do oral: diálogo, jogo e variações das figuras do sentido*. Carapicuíba, SP: Pró-Fono, 1996.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1996.

GRIGOLETTO, Marisa. *Interação em Aula de Leitura: a atuação do aluno nas margens e no centro da construção do significado*. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, n. 29, p. 85-96, 1997.

MARINHO, Marildes (Org.). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. 236 p.

ORLANDI, P. Eni. *Discurso e Leitura*. Campinas, SP: Cortez; Ed. da UNICAMP, 1988.

verdadeiro. Esta prova reforçaria, assim, a plausibilidade da argumentação exposta, em decorrência da confiança gerada pelo orador em seu discurso.

Se, para Aristóteles, a imagem de si era construída discursivamente, para os romanos, inspirados mais em Isócrates, haveria um *ethos* prévio ao discurso. Isto se justifica pelo fato de que o mais importante para eles era o estatuto social do sujeito – seu posicionamento na hierarquia dos valores econômicos e morais –, antes de qualquer construção discursiva. Nesse momento histórico, o destaque conferido a essa prova atenderia às causas republicanas. O *ethos*, para os romanos, seria, então, diferentemente de Aristóteles, um dado pré-existente, não sendo construído discursivamente. Aquele que conseguisse reunir seus traços de caráter com sua capacidade de manejar o discurso estaria mais apto a alcançar seus objetivos. Estereótipos relacionados à classe social, a questões morais, às funções institucionais, ao estatuto e ao poder entrariam em jogo na concepção de *ethos* prévio, determinando de certo modo as impressões do auditório sobre o orador.

Em meio a essas possibilidades, os autores se dividem em relação às duas heranças, pois há aqueles que defendem uma posição moderada, considerando a existência de dois tipos de *ethos* – prévio e discursivo –, e aqueles que adotam a posição, em certo sentido, mais radical, defendendo a idéia de que o *ethos* só existiria no e pelo discurso. Desde a Antiguidade coexistem essas duas posições, as quais remetem ao locutor e ao enunciador. Como considerarei a importância de uma imagem prévia ao lado daquela que se constrói discursivamente, insiro-me na linha de Charaudeau (2005) e Amossy (2000), os quais afirmam que o *ethos* se relaciona tanto ao locutor quanto ao enunciador.

Ao discorrer sobre o assunto, Amossy (2000) afirma que essa imagem prévia condiciona parcialmente o discurso, pois é no próprio discurso que ela deixará índices, identificáveis, tanto pelas marcas lingüísticas, quanto pela própria enunciação. Desse modo, na visão dessa autora, o poder exercido pela imagem que o auditório possui acerca do sujeito, antes mesmo que ele comece a falar, torna-se fundamental, ao lado da construção discursiva. Essa visão relaciona-se à identidade social de locutor e à identidade discursiva de enunciador, pois, como afirma Charaudeau (2005, p. 89), o sentido de nossas falas depende, ao mesmo tempo, do que somos e do que dizemos. Desse modo, os traços do sujeito são tanto da ordem do lingüístico, quanto do situacional, sendo que as identidades discursivas se fundem com as sociais.

O sujeito pode se valer, na construção de imagens de si, de um universo de crenças e de conhecimento, além dos recursos lingüísticos a que tem acesso. Isto vale também para o processo de construção da imagem do outro, pois, tanto sua imagem prévia, quanto aquela que é construída, serão de extrema importância no momento em que o perfil do outro será delineado. Uma boa imagem de si reforça o poder da imagem criada sobre o outro, além de a imagem prévia do outro também ser de extrema importância nesse processo.

Desse modo, se se considera a existência de uma imagem anterior ao discurso e se durante o ato de linguagem o sujeito é avaliado pelo outro em relação ao que diz e ao que é, os conhecimentos prévios e os estereótipos, que são frutos das representações sociais, contribuem de forma decisiva na construção dessa imagem. Isto porque ela é tomada segundo os modelos culturais, segundo o estoque de imagens de uma sociedade dada. Ao discorrer sobre essa questão, Charaudeau (2005) afirma que, a partir do momento em que o *ethos* está relacionado com as representações sociais, ele

### O olhar do delegado em um processo penal: Imagens de si e do outro

Helcira Lima

hmrl7@yahoo.fr

Universidade Federal de Minas Gerais

Assim como o *pathos*, o *ethos* consiste em um recurso usado para incitar a emoção através do discurso. Esta *prova retórica* se refere, na perspectiva de Aristóteles, à construção de imagens de si no discurso. O *ethos* consistiria, tanto na visão de Aristóteles, quanto na de outros filósofos anteriores e posteriores a ele, na mais eficaz das provas: “as pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos [...] o caráter moral deste constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência” (ARISTÓTELES, 1998, p. 33). O orador deixa transparecer uma boa imagem de si mesmo, uma imagem de honestidade, de bom-senso, mesmo que isto não seja condizente com a verdade.

Na atualidade, autores como Eggs (2005) e Amossy (2000) destacam o fato de que, embora se tenha tomado a noção de *ethos* apenas neste sentido, o ponto de vista de Aristóteles não é apenas moral, pois se refere também às qualidades intelectuais do orador. Assim, as virtudes seriam associadas à capacidade intelectual e somente a partir da união dessas duas qualidades o orador inspiraria confiança no auditório. Para cada auditório um *ethos* diferente é apresentado, a fim de preencher as condições mínimas de credibilidade, referentes à *senstetez* (*phrónesis*), à virtude (*areté*) e à benevolência (*eúnoia*), uma vez que o orador deve parecer digno de fé, através de um discurso verossímil e não necessariamente





pode estar ligado, tanto aos indivíduos, quanto a grupos, e reflete uma visão global. A partir disso, é possível pensar em um *ethos* coletivo, relativo a um grupo, e em um *ethos* individual, relacionado a um sujeito apenas. Os estereótipos podem levar a pensar, por exemplo, em um *ethos* coletivo para homens, que os tomariam como mais discretos, e outro para mulheres, segundo o qual elas seriam falastronas. Se os estereótipos permitem ler com mais facilidade uma sociedade, por outro lado, eles geram diversos problemas, devido ao seu caráter taxativo. A imagem de um brasileiro que ama apenas futebol, que samba o dia inteiro e vive sorrindo é algo, no mínimo, redutor, se se pensar na complexidade de nossa sociedade, que é fruto de uma grande mistura e ainda possui tanta diversidade cultural.

A partir das idéias de Charaudeau e Amossy, tomo como pressuposto na elaboração deste trabalho o fato de que, tanto a imagem prévia do sujeito, quanto aquela construída discursivamente, constituem importantes elementos no processo de persuasão, os quais agem sob as bases do universo de crenças e de conhecimento dos envolvidos na interação. Nesses termos, meu objetivo é analisar alguns fragmentos das peças processuais acerca de um homicídio, ocorrido em Belo Horizonte, na década de 1980. Tais peças referem-se ao relatório produzido pelo delegado a partir das investigações policiais realizadas na ocasião e de sua percepção sobre as circunstâncias do crime. As imagens de si serão analisadas em seu entrecruzamento com a construção de imagens do outro – neste caso, com destaque para a figura do réu.

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours: discours politique, littérature d'idées, fiction*. Paris: Nathan, 2000.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Ediouro, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.

## Escrita acadêmica e identidade: equivocidade constitutiva da subjetividade

Elzira Yoko Uyeno

euyeno@uol.com.br

Universidade de Taubaté

A presença de contradições em textos redigidos por alunos em quaisquer níveis de ensino, bem como a tarefa de se corrigirem essas contradições, fazem parte da atividade habitual de todo professor de língua materna. A proeminência de contradições – nos textos argumentativos com temas de caracteres subjetivos, redigidos por filhos de filhos de imigrantes, em nível superior –, a ponto de constituírem regularidades discursivas, deflagrou esta pesquisa.

Balizando-se teoricamente pela Análise do Discurso de perspectiva francesa e pela psicanálise lacaniana, sob o pressuposto da inextricabilidade entre a constituição do sujeito e a de seu discurso, este estudo se consagrou à análise do discurso de filhos de filhos de imigrantes. Mais especificamente, esta pesquisa buscou rastrear, na materialidade lingüística de textos produzidos por alunos de nível superior de ensino, traços de bilingüismo responsáveis

por contradições, partindo da hipótese de que as mesmas constituíam contradições de ordem lingüística, determinadas por traços de bilingüismo.

A análise do corpus, constituído de textos redigidos por alunos de nível superior de ensino, revelou que não se tratava de equívocos de ordem lingüística, mas de uma equivocidade constitutiva da subjetividade desses redatores. Essa equivocidade se manifesta nos textos de alunos que apresentam um discurso constitutivamente heterogêneo (AUTHIER-REVUZ, 2004), que abriga dois embates: além de um embate sócio-histórico entre a escolha pela construção de uma identidade capitalista e a fidelidade à própria subjetividade, revela-se outro embate, o de ordem psicanalítica, entre a constituição de sua subjetividade e o discurso do Outro (LACAN, 1996). Mais detalhadamente, seu discurso revelou que não se sentem *chez-soi*, “em casa”, que vivem determinados pela expectativa de que, em algum lugar, vão estar total e plenamente em casa (BAUMAN, 2005). Por outro lado, revelam ser derrotados pelo amor do Outro, seus pais, nos dois sentidos: de desejarem o desejo de seus pais por eles mesmos (filhos) e de desejarem o desejo de seus pais, qual seja, o de terem vencido a luta pela construção de suas identidades como filhos de imigrantes. Isso se explica porque as

identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecida-mente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos. Pode-se até começar a sentir-se *chez-soi*, “em casa”, em qualquer lugar - mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa (BAUMAN, 2005, p. 20).

A análise permitiu, ainda, a comprovação da economia do dispositivo da confissão, postulado por Foucault (1993), e da escrita de si (2004): a atividade da escrita, além de ser uma tarefa de ordem pragmática e instrumental, permite ao redator a hermenêutica de si mesmo, minimizando, ainda que um pouco, a angústia socrática de se saber que não se sabe. Isso se explica porque a verdade, presente naquele que fala, porém incompleta e cega em relação a si própria, só se completa naquele que a acolhe. Dessa forma, é pela via da confissão, com seu postulado implícito de que o outro detém as chaves do sentido do que confessa, que as estratégias de poder e de saber investem os corpos de concupiscência ou de sexualidade. A verdade, assim, mais do que extorquida, emerge no próprio processo da confissão.

Por outro lado, por um efeito performativo que é peculiar à confissão, o discurso de verdade adquire efeito, não em quem o recebe, mas sim naquele de quem ele é extorquido. Isso se explica porque a confissão é um ritual de discurso em que o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença, ao menos virtual, de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual em que a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; em fim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas conseqüências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe salvação, porque a confissão implica o exame de consciência do indivíduo, que se volta para si mesmo, para se tornar visível ao olhar perscrutador da onipotência divina (FOUCAULT, 1993).

Em síntese, os filhos dos filhos de imigrantes revelam-se Hamlets assombrados pelos espectros dos pais, sem conseguirem realizar os atos que estes lhes reclamam (ROUDINESCO, 2003), Hamlets hodiernos, constituídos da falta, em busca de suas identidades. A atividade da escrita em nível universitário revela cumprir uma tarefa que transcende à da atividade lingüística e prova-se auxiliar na minimização – ainda que o redator se dê conta disso – da vontade inelutável de saber de si.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade. Porto alegre, RS: EDIPUCRS, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: \_\_\_\_\_. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993. v. 1.

LACAN, J. Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

ROUDINESCO, Elizabeth. A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

suporte no gênero e sua relativa estabilidade são ressaltados em função dos significados diferenciados que podem ser estabelecidos em recursos como o *chat*, a lista de discussão, o *blog* e redes sociais como o Orkut. Em redes como essa, a seção de *scraps*, por exemplo, tem um tipo de interação na qual os participantes se dirigem, na maioria das vezes, a uma só pessoa, mas, em alguns momentos, podem dar ao ambiente a característica de um fórum virtual. Tem lugar um ciclo no qual há um conjunto de quatro elementos mediados pelas ações do investigador: 1) concepções de mundo que influenciam na escolha das teorias (análise crítica, lingüística textual, etc.); 2) as teorias; 3) o fenômeno ou o objeto de estudo (interações em *chats* educacionais, por exemplo) e 4) a relação entre métodos e dados, que resulta na construção da unidade análise. Durante todo o processo, as experiências intuitivas do investigador influenciam nas relações representadas. Tais experiências podem ser entendidas como surgidas a partir das leituras, observações e experimentações gerais dos diversos recursos (*chat*, *blog*, Orkut, etc.). No ciclo, dois elementos são imprescindíveis para estabelecer a unidade mais apropriada: 1) o fluxo interacional (que, para cada uso de um recurso, pode ser caracterizar diferentemente, como uma mensagem, uma observação, pares adjacentes, como pergunta e resposta, tríades, como pergunta-resposta-réplica, ou seqüências inteiras de uma sessão de *chat*) e 2) a definição do contexto e sua relação com o texto. No caso dos gêneros digitais, é importante notar que, no fluxo interacional, podem surgir intervenções do próprio sistema necessárias à análise e que o contexto pode incluir, não só conhecimento sobre a atividade realizada, mas também sobre o funcionamento do próprio sistema (por exemplo, como mensagens são enviadas ou como se localiza alguém em um bate-papo). A abordagem deste trabalho ainda analisou como diferentes recursos de interação síncronos e assíncronos foram utilizados em outras pesquisas e definiu, a partir desta análise, um conjunto de perguntas importantes sobre as relações entre texto e contexto, sobre as especificidades do gênero trabalhado e sobre as estratégias de organização textual. Tais perguntas levam em consideração o objeto estudado e os objetivos do investigador. Foi observado que a orientação deste ciclo não requer que sejam definidas modalidades de linguagem a serem trabalhadas, nem que seja necessário pensar sobre uma hibridização fala-escrita. Assume-se que algumas características do gênero digital podem estar mais próximas tanto da fala quanto da escrita, mas que não é preciso caracterizá-lo em uma modalidade. Outras questões, como a materialidade e a acessibilidade no mundo virtual, se mostraram, nesta perspectiva, fatores que se comportam semelhantemente no mundo virtual e no físico, não sendo necessário, portanto, caracterizá-los para se construir uma unidade de análise adequada. Dentre as várias conclusões deste trabalho, ressaltam-se duas. Primeiro, o ciclo proposto pode ser pensado para a investigação, não só de gêneros digitais, mas também dos gêneros mais freqüentemente usados fora da Internet. Segundo, este enfoque consegue envolver as situações mais comuns de uso dos recursos digitais, assim como aquelas de ocorrência não tão incomum, nas quais os interagentes criam significados totalmente diferenciados daqueles inicialmente projetados para o uso. Uma situação típica em que estas últimas ocorreriam seria no momento em que, por exemplo, uma seção em um ambiente é projetada para que os alunos deixem informações para um professor, mas, na verdade, começam a conversar entre si.

### Questões metodológicas sobre gêneros digitais: construindo unidades de análise para investigar a interação na internet

Lafayette Batista Melo

lafam@uol.com.br  
CEFET - Paraíba

As metodologias empregadas para a análise de gêneros textuais são várias e possuem muitas abordagens e referenciais teóricos. Os problemas que se encontram no processo de análise vão desde a maneira como relacionar texto com contexto até a identificação dos elementos da linguagem que sejam relevantes para o estudo. Neste sentido, os gêneros digitais não poderiam ser diferentes e ainda apresentam questões que não estão bem resolvidas, como a relação entre fala e escrita na Internet, a materialidade das relações digitais e a acessibilidade no mundo virtual. Este trabalho tem como proposta estabelecer diretrizes para a construção de unidades de análise que sejam utilizadas na investigação de diversos tipos de interação que ocorrem na Internet. O papel do



## A informação no meio infanto-juvenil: um mundo a ser descoberto

Viviane Cristina Carvalho Teles

vivianecteles@hotmail.com  
CEFET - Minas Gerais

A informação, no Brasil, está associada ao mundo adulto. Pouca ou nenhuma importância é dada ao mundo infanto-juvenil, quase não havendo contexto adequado para veicular informações que possam formar e aumentar o conhecimento, especialmente, das crianças: não há programas na mídia televisiva ou radiofônica e há poucos *sites* na mídia eletrônica e pouco espaço na mídia impressa com tal finalidade.

Segundo Patrick Charaudeau (1997), *o papel das mídias é o de difundir informações relativas aos acontecimentos que se passam no mundo – espaço público – utilizando, para tal, suportes tecnológicos como rádio, imprensa ou televisão*. Compreender a imagem de mundo criada e veiculada pela mídia para crianças e adolescentes é possível através da análise das informações direcionadas a esse público.

A proposta deste trabalho é verificar, através da Análise do Discurso na perspectiva da Semiologia de Charaudeau, como se configura a situação comunicativa na mídia impressa em seções dedicadas às crianças e adolescentes. Informar é um ato que busca fazer o outro saber de algo que se pressupõe que ele não saiba. Informação é linguagem, mas será que a composição de uma seção de jornal, voltado para o público infanto-juvenil, se vale do efeito de realidade e consegue dar credibilidade e autenticidade às suas publicações?

O contrato de comunicação que rege o discurso jornalístico prevê a busca de vários efeitos, como respeito, sinceridade, informatividade, idoneidade e seriedade. As instâncias de produção e recepção da informação midiática compartilham certas expectativas a respeito das “regras do jogo”, como afirma Maingueneau. Como esses efeitos são atingidos na informação para o público infanto-juvenil? Quais são as estratégias discursivas que garantem, ao mesmo tempo, o atendimento às expectativas relacionadas ao caráter ‘sério’ do jornalismo e que sejam atraentes o suficiente para captar o interesse dos jovens leitores?

O *corpus* escolhido foi constituído pela seção *Como Funciona*, do caderno *Gurilândia*, do *Jornal Estado de Minas*. A escolha feita se deve ao fato de o *Estado de Minas* ser um jornal que atinge várias classes sociais, o que o torna possível de ser trabalhado nas mais variadas salas de aula, com alunos também variados. Foram analisadas nove seções, publicadas entre os dias 03/06/06 e 29/06/06.

Através do *corpus* pode-se observar os quatro elementos que constituem a situação de comunicação, proposta por Charaudeau: quem comunica, comunica-se para dizer o quê, sobre o quê e em quais circunstâncias? Observar tais aspectos, especialmente com relação às estratégias de captação das linguagens verbal e icônica, trouxe informações interessantes, pois a seção explora bem as imagens, tanto para despertar a atenção dos leitores, como para informá-los sobre o assunto/objeto escolhido para ser explorado naquela seção, o que torna a estratégia favorável ao mundo dos pequenos leitores.

Pelos dados foi possível verificar a questão do *efeito de*

*saber*, que acontece sempre que o enunciador descreve algo que seu interlocutor não conhece, ou que ele supõe que este não conheça. Constrói-se, assim, a imagem de sábio e de conhecedor do mundo, em que os detalhes da descrição são a prova da veracidade do que está sendo enunciado. O *efeito de saber* mantém a credibilidade da seção, ponto fundamental dentro do texto jornalístico.

Outro aspecto considerado: a seção é publicada na última página do caderno, mas não deixa de ser importante dentro dele, pois todos os temas são contextualizados e vêm escritos com letras coloridas e em caixa alta. Apresenta figuras, desenhos, curiosidades e linguagem acessível, tornando o tema interessante para crianças e adolescentes.

Até o momento, este gênero textual é pouco explorado no mundo infantil e o *corpus* ainda pode ser analisado sob vários outros aspectos, pois as teorias lingüísticas não se encerram apenas nos pontos abordados, o que dá abertura a futuras análises.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - FALE/UFMG, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*, São Paulo: Cortez, 2002. p. 31-57.

ROLIN, W. V. Quando a capa de revista é transformada em espaço publicitário. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.) *Gêneros: categorias de Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.

SILVA, G. D. A informação televisiva entre a realidade e a ficção. In: MACHADO, I. L. et al. *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

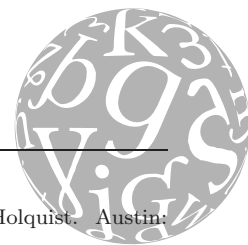
SOBRINHO, J. C. Discurso, Sujeitos da linguagem e contrato de comunicação. In: MARI, H. et al. *Análise do Discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

## Vozes idiolectais do discurso nemesiano em Mau Tempo no Canal

Irene Maria F. Blayer

blayer@brocku.ca  
Brock University

As abordagens comparativistas para estabelecer a autenticidade dos dialectos literários têm beneficiado muitíssimo da riqueza de evidência pormenorizada gerada neste último meio século. Sumner Ives, por exemplo, tem aproveitado os dados coletados por geógrafos linguistas e presume que um dialecto literário é autêntico se um número significativo de características patente numa fonte literária também se verifica no correspondente dialecto actual. Na verdade, a representação do dialecto empregada por escritores é potencialmente uma importante fonte de evidência no que concerne aos registos dialectais na sua manifestação ficcional. No entanto, na medida em que um dialecto literário é ‘essencialmente’ uma questão de estilo, é provável que, para alguns autores, a representação fidedigna e objectiva duma fala regional pode, ou não, constituir uma preocupação fundamental da parte do escritor.



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Para identificar os códigos de variação regional das personagens que se exprimem num dialecto, é comum os romancistas recorrerem, nos seus romances, a recursos como distorção ortográfica, formações gramaticais alternativas, ou ao léxico duma particular região. Estas convenções, apresentadas sobretudo no âmbito dos diálogos, usam-se com a aparente intenção de conferir uma dimensão mais ‘realista’ ou verídica ao discurso da *diegese*. Esta prática de estilo linguístico é vulgar em escritores como Dickens, Thomas Hardy, Emily Bronte, D. H. Lawrence, George Elliot, Mark Twain, entre outros.

Entre escritores portugueses de nota do século XX que recorrem à representação do discurso ficcional para representar características ‘dialectais’, conta-se Vitorino Nemésio. Os leitores familiarizados com a obra de Nemésio descobrem que o interesse do Autor pelos falares açorianos está assinalado na sua ficção sobretudo mediante o uso extensivo dum ‘vocabulário’ especializado atribuído a algumas das suas personagens; e na representação de ‘características fonéticas’ do discurso idiolectal.

Nemésio distorce e manipula a ortografia para enfatizar determinadas características cujo objectivo é fazer sobressair aspectos da pronúncia, com pormenores suficientes para destacar o seu carácter não-padrão, de modo a captar pronúncias regionais (dos Açores). O Autor consegue fazê-lo explorando e exagerando os recursos literários de *dialecto visual* e *ortografia* no discurso directo das personagens. Através destas técnicas, os protagonistas de *Mau Tempo no Canal*, como Amaro de Mirateca, o pescador/baleeiro e Mariana do Pico, a velha criada, integram, na *diegese* do romance, a ‘dimensão oral’.

É evidente, pois, que, na sua representação literária da linguagem não-padrão, Nemésio escreveu sobre pessoas que conheceu. Na sua habilidade particular de conferir voz às suas personagens, o Autor representou as suas vozes ‘significantes’ mediante padrões linguísticos, onde a fala açoriana se converte num microcosmo dum ‘mundo homogeneizante’, demarcando, assim, não só as fronteiras entre falantes de dialectos, mas também as suas identidades sociais e culturais. Talvez o aspecto mais surpreendente de *Mau Tempo no Canal* – e a mais notável criação literária nemesiana – é a poderosa revelação que as suas estórias patenteiam, não unicamente no que concerne à diversidade linguística. O leitor pode ter a sensação que o Autor – ao efectuar a sua meticulosa construção destas personalidades literárias – criou um mundo linguístico que directamente reflecte as suas próprias experiências, destinadas a apresentar um retrato dum património linguístico sociocultural.

Neste estudo, analisamos estes conceitos com a consciência de que, para Nemésio, o dialecto literário era uma componente importante na escrita das ‘suas’ estórias; e investigamos até que ponto o Autor procura construir personalidades que linguisticamente – e também cultural e socialmente – se destacam das demais personagens que configuram o texto. Ou seja, se estamos ante um dialecto ficcional muito próximo de tradições açorianas de narrativa oral e, se a sua linguagem de ‘narrativa oral’ reflecte os parâmetros açorianos de marcadores dialectais, ao mesmo tempo em que permite a criação, no romance, da identidade social, cultural e linguística. Em suma, investigamos, em termos da sua dimensão ‘oral’ no romance, que papel desempenham estas personagens na formação do mundo fictolinguístico de *Mau Tempo no Canal*.

BAKHTIN, Mikhail. *The Dialogic Imagination*. Michael Holquist

(Ed.). Tradução de Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

BARTHES, Roland. *Theory of Text*. In: YOUNG, Robert M. (Ed.) *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. p. 31-49.

BLAKE, N. F. *Non-standard Language in English Literature*. London: Deutsch, 1985.

BLAYER, Irene Maria F. *Aspects of the Vocalic System in the Speech of the Azores Islands*. Ph. D. Diss. – University of Toronto, 1992.

CHAFE, Wallace. *Discourse, Consciousness, and Time*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CHATMAN, S. *Story and Discourse*. Ithaca: Cornell University Press, 1978.

CULLER, Jonathan. Jakobson and the Linguistic Analysis of Literary Texts. *Language and Style*, 5, p. 53-66, 1971.

FAGUNDES, Francisco Cota. Traduzindo Mau Tempo no Canal para o inglês: Stormy Isles: An Azorian Tale. In: Pires, António Manuel Machado et al. (Ed.) *Vitorino Nemésio: vinte anos depois*. Lisboa: Ed. Cosmos; Congresso Internacional de Estudos Nemesianos, 1998. p. 342-376.

NEMÉSIO, Vitorino. Mau Tempo no Canal. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas de Vitorino Nemésio*. Introdução de José Martins Garcia. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. v. 8.

SUMNER Ives. Dialect Differentiation in the Stories of Joel Chandler. *American Literature*, 17, p. 88-96, Mar. 1955.

\_\_\_\_\_. A Theory of Literary Dialect. *Tulane Studies in English*, 2, p. 137-182, 1950.

### Uma língua aos pedaços: a formação de professores de E/LE na fronteira Brasil/Argentina/Paraguai

Nildiceia Aparecida Rocha

nilapro@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista

Graças às mudanças político-educacionais, decorrentes de avanços sociais e econômicos, a educação está construindo o percurso já previsto na formação do Mercosul e, porque não dizer, sonhado por governantes do passado: aprender e ensinar espanhol no Brasil e português nos países de fala hispânica. NesSe contexto e em ritmo acelerado de realizações e conquistas, o professor ou futuro professor de espanhol se pergunta: *E eu o que faço? Creio na aprovação desta Lei, como em outras no passado que nunca chegaram a ser cumpridas? Continuo investindo em minha formação profissional, mesmo sabendo das debilidades governamentais? Termina a faculdade de Letras/espanhol e continuo nessa área?*

Essas e muitíssimas outras questões são constantes na formação e atuação do professor de E/LE na atualidade. Dúvidas e questionamentos enriquecidos pela construção de uma identidade que se vê, como afirma Julia Kristeva (1991) “o estrangeiro habita em nós: é a face oculta de nossa identidade”. Assim, ser professor de língua estrangeira é ver-se *um no outro* e vice-versa, inclusive independentemente da língua outra, até o momento em que esta torna-se mais uma língua.



Os conceitos de identidade e alteridade apresentam uma estreita ligação. Há entre eles uma relação de reciprocidade. Do mesmo modo que a noção de alteridade se constitui só depois de um marcado *eu*, a mera presença do outro diferente de mim dá que pensar sobre as condições desta minha identidade.

Segundo Dora Fraiman Blatyta Szyja e Merian Fraiman, Rajagolapan (1998) afirma que o conceito tradicional de identidade em lingüística como algo total e estável, “num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entre-mesclagem cultural, religiosa e étnica, necessita de uma revisão urgente”. Para ele:

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que um indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. As identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas, estão sempre num estado de fluxo. Seriam como identidades compostas, múltiplas, proteiformes. (Rajagolapan, 1998, p. 42)

Além disso, verificou-se em estudos científicos da área, que o questionamento identitário também está presente nos casos de aprendizagem de língua estrangeira em contexto pedagógico. Neste, a complexidade decorre de um caráter contraditório do próprio processo, uma vez que é uma experiência nova, demanda conhecimentos e experiências sobre a própria língua materna, mobilizando as discursividades fundadoras e constitutivas do sujeito. Desse modo, a análise da discursividade pode desvendar os processos de sentido em jogo.

Nesse paradigma, cabe à Análise de Discurso “trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade lingüística as marcas das contradições ideológicas”, nas palavras de Helena H. N. Brandão (1993). A Análise de Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos.

Em um estudo realizado junto a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Foz do Iguaçu, sobre a construção da identidade na aprendizagem da língua espanhola, pode-se verificar, com apoio teórico da Análise de Discurso, que o aprender Língua Espanhola, suscita algumas categorias interpretativas particulares e, segundo Marisa Grigoletto (2003) revela, numa perspectiva sócio-histórica da subjetividade, trata-se de um sujeito constituído por uma heterogeneidade de discursos, o que resulta no seu descentramento, dispersão e contradição.

Segundo estudiosos da cultura, essas características atribuem-se ao sujeito pós-moderno relacionado a processos de mudança na configuração das sociedades, principalmente ao processo de globalização e seu impacto sobre a identidade cultural.

Numa perspectiva de uma teoria do discurso, esse sujeito, atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, tem como suas condições básicas a contradição e a dispersão, discursiva e historicamente concretizadas.

CORACINI, M. J. R. F. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas, São Paulo: Pontes/Educ, 1991.

FANJUL, A. P. O próprio e o alheio: evidência da não-transparência da língua. In: *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL-Cultura Acadêmica, 2000.

GRIGOLETTO, Marisa. As representações de língua estrangeira e a constituição do sujeito-aluno de línguas. Disponível em [www.usp.br](http://www.usp.br), acesso em 27/06/2003.

SÁNCHEZ LOBATO, Jesús; SANTOS GARGALLO, Isabel (Org.). *Vademécum para la formación de profesores*. Enseñar

español como segunda lengua (L2)/lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2004.

SERRANI-INFANTE, S. Formações discursivas e processos identificatórios na Aquisição de línguas. *D.E.L.T.A.*, v.13, n. 1., 1997.

SERRANI-INFANTE, S. *A linguagem na pesquisa sociocultural*. Um estudo da repetição na Discursividade. Campinas: Unicamp, 1997.

SERRANI-INFANTE, S. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. In: *Revista Letras: alteridade e heterogeneidade*, 14 Santa Maria: UFSM, jan/jul, 1997.

SZYJA, Dora Fraiman Blatyta e FRAIMAN, Merian. *Sala de aula de língua estrangeira: um lugar de possíveis deslocamentos de identidades*. Capturado de Universidade de Campinas: [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br), acesso em 27/06/2003.

## Slogans de propaganda de brinquedo: possibilidade de renovação de sentidos ou movimentos parafrástico

Milena Maria Sarti

[misarti@hotmail.com](mailto:misarti@hotmail.com)

Universidade de São Paulo

O brinquedo, considerado como meio de expressão da criança e essencial em sua formação, encarna as expectativas e as formações imaginárias que a sociedade tem desta, representando um diálogo de sinais entre a criança e o contexto cultural amplo. Em função disso, este trabalho tem como objetivo identificar qual o lugar social delegado à criança, e aos elementos da cultura infantil (compreendendo aí o brinquedo, o brincar e a família) no discurso mercadológico, especificamente nas propagandas e, dessa maneira, elaborar uma análise crítica de aspectos da cultura contemporânea. Segundo Benjamin (1994), não há como entender o brinquedo unicamente a partir do que o autor chama de “espírito infantil”, pois as crianças, para as quais tais objetos são destinados, são partes do povo e da classe social a que pertencem. Aqui, trazemos à tona um fundamento teórico que atende a filiação teórica desse trabalho à Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Acreditamos ser a conjuntura social-ideológica a determinante dos sentidos que circulam acerca do brinquedo e da criança, sentidos estes com os quais a criança, no ato de brincar, se identifica e incorpora como próprios. Podemos ver, na captura desse jogo, que os valores e comportamentos dominantes, segundo Pereira (2002), são transmitidos cada vez mais cedo para a criança, devido ao fato de esta ter sido incorporada e reconhecida pela indústria como potencial consumidora. O discurso publicitário acerca do mundo infantil, enquanto peça discursiva, traz em sua materialidade os sentidos autorizados e naturalizados ideologicamente para a circulação social. A partir do referencial teórico aqui adotado, a publicidade, inserida no todo complexo da cultura midiática, atende à ideologia dominante e se caracteriza, na atualidade, como uma das principais bases para os processos de subjetivação. Ela representa um avanço técnico das formas de dominação social capitalista, na medida em que sua ação não se restringe à persuasão do cliente para o consumo de um determinado



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

produto. Segundo Baudrillard (2000), seu alcance se refere a algo fundamental para a ordem da sociedade inteira: a evidência de uma cultura da qual a publicidade é a indicativa. Ela retrata a crença do sujeito de que o objeto (produto) é uma relação pessoal entre ele e a sociedade, fato este que nos remete a Marx e sua análise do sintoma fetichista na base da formação social capitalista. Ele coloca, segundo Segnini (1984), que devido à dominância do modo de produção capitalista numa sociedade, a relação social entre os homens foi transformada em relação social entre coisas, ou seja, foi fetichizada. Segundo Baudrillard (Op. cit.) o verdadeiro imperativo da propaganda é atravessado pelo discurso ideológico, uma vez que a ideologia que sustenta a propaganda tem caráter sintomático para o sujeito, ou seja, articula-se com seu inconsciente. No movimento tecnológico e midiático, em progressiva aceleração, é dado ao sujeito um sistema específico de satisfação. Segundo Adorno; Horkheimer (1985), instala-se uma repressão contínua e eficaz do desejo, que aprisiona o sujeito na ilusão de autonomia, liberdade de escolha e bem estar. Na análise discursiva de slogans de propaganda de brinquedo, proposta neste trabalho, procuramos desvelar essa relação da ideologia que interpela o sujeito, buscando captar quais formações discursivas aparecem e quais são silenciadas no processo de naturalização de sentidos que são historicamente determinados. O corpus discursivo compreende slogans de propaganda de brinquedos disponibilizados na mídia, seja em jornais, internet, televisão ou revista. Para o desenvolvimento do trabalho de análise, nos baseamos nos pressupostos teórico-metodológicos da AD de linha francesa elaborada por Pêcheux. A AD tem como procedimento explorar a polissemia do enunciado – no caso, os slogans de propaganda de brinquedos – procurando, através de recortes e paráfrases, as outras interpretações possíveis e silenciadas pela ideologia dominante, que, segundo Tfouni; Pantoni (2005), ao interpelar o sujeito, produz um processo de naturalização de sentidos. A ancoragem no interdiscurso (“já dito”) apaga a História e interdita o acesso do sujeito ao arquivo, o que poderia significar outras interpretações (PÊCHEUX, 1994). Os slogans de propaganda se caracterizam como discursos genéricos que condensam e sedimentam sentidos, e cuja função é fazer agir as massas chamando o sujeito para que ocupe o seu lugar dentro de uma formação ideológica. A formação ideológica é materializada nas formações discursivas, definidas por Pêcheux (1988), como o que pode e deve ser dito numa dada conjuntura sócio-histórica, sendo em seu interior que o sujeito se significa e se apropria dos sentidos. Discute-se aqui a função da publicidade e propaganda enquanto peça de uma engrenagem discursiva (encontro de História, língua e ideologia) que traz em sua materialidade aspectos culturais marcantes da nossa sociedade. O discurso publicitário, segundo Ferreira (2005), instaura processos de identificação que correspondem a diversos mecanismos sociais atuantes na produção da subjetividade. No que concerne aos sentidos atribuídos à criança e aos elementos da cultura infantil, pode-se observar uma violência simbólica na procura por instalar desde cedo, um imaginário, uma visão de mundo que abarque e naturalize aspectos como o fetichismo, o consumo, a nova relação adulto-criança, o culto do presente e a felicidade atrelada às necessidades e novidades mercadológicas. (CAPES)

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. A Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In:\_\_\_\_\_. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1985, p.

113-156.

BAUDRILLARD, J. Significação da publicidade. In: LIMA, L. (Org.). *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo, Paz e terra, 2000, p. 289-299.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e a história da cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

FERREIRA, L. C. Das técnicas publicitárias de identificação: personalização, individualização e singularização. In: *Revista ANPOLL*, nº18, p. 143-158, 2005.

PECHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, Editora UNICAMP, 1994.

PEREIRA, M. R. Infância, televisão e publicidade: uma metodologia de pesquisa em construção. In: *Cad. Pesq.*, nº 16, p. 81-105, 2002.

SEGNINI, L. R. P. *O que é mercadoria*. São Paulo, Coleção primeiros passos, Editora Brasiliense, 1984.

TFOUNI, L., PANTONI, R. Sobre a ideologia e o efeito de evidência na Teoria da Análise do Discurso francesa. In: *ACHEGAS*, nº 25, 2005.

### A mulher no discurso de revistas femininas no Brasil na primeira metade do século XX

Paula Chiaretti

paula\_chiaretti@hotmail.com  
Universidade de São Paulo

A primeira metade do século XX é marcada por grande efervescência cultural, crises econômicas e políticas, mas também por uma tentativa de manutenção de moldes sociais. Co-existia, no Brasil desse período, uma cultura ainda conservadora, advinda de costumes do século XIX, principalmente no que se refere ao tratamento da questão do feminino, e uma outra modalidade cultural, que procurava arejar os costumes e trazer algum progresso para a sociedade e a intelectualidade do país, apesar de estes últimos continuarem ditando regras de comportamento e de moral em muitos setores. Herdeiros do Iluminismo e da Revolução Francesa, os movimentos sociais de urbanização e industrialização tinham o objetivo de separar os espaços públicos e privados, sendo concedido à mulher um papel de gênero circunscrito quase que exclusivamente ao âmbito privado. Neste contexto, surgem as primeiras revistas voltadas para o público feminino, com a função de selecionar comportamentos adequados às mulheres e repudiar os inadequados, configurando-se então como uma prática social produtora de sentidos, localizando a mulher no lar, no escopo do privado, através da vinculação estreita com a casa e a família, enquanto cabia ao homem prover financeiramente a casa. Esse modelo complementar acabava aprisionando tanto o homem quanto a mulher a papéis determinados e ao casamento. Estes discursos se baseavam na tradição, na religião e na ciência, criando identidades de caráter atemporais e classificando arbitrariamente estes “lugares” sociais. Estas questões nos remetem ao objetivo desta pesquisa: investigar



como essas revistas femininas da época, nesta tentativa de manutenção do status quo, falavam sobre os papéis, desejos, comportamentos, atitudes e lugares da mulher no Brasil no início do século XX através dos genéricos. Estes são definidos aqui como formações discursivas semelhantes a fórmulas caracterizadas por evidência e naturalização de sentidos. O corpus será constituído por revistas ditas femininas que circulavam desde 1917 até 1954 (“Revista Feminina”, “Jornal das Mças”, “Jóia”). A análise será qualitativa, e para tal, será utilizado como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso de “linha” francesa, que visa investigar o processo histórico de produção dos sentidos, através da descrição das condições de produção do discurso. A Análise do Discurso não separa teoria de análise, portanto, este é uma pesquisa teórico-empírica. Foram efetuados recortes (trechos relacionando texto e situação), sobre os quais incidirá a análise propriamente dita. Estes recortes são considerados nesta pesquisa genéricos acerca da mulher, pois se trata de um tipo de discurso que tenta levar a uma naturalização de sentidos através da identificação do sujeito com a “fórmula” (genérico) interpelado pela ideologia. Esta interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia produz o “feito de unidade do sujeito” – unidade imaginária. Além disso, a repetição de enunciados, presente nos genéricos, faz com que as frases se tornem equivalentes a mandamentos, produzindo um efeito de evidência de sentido contribuindo para a construção de um discurso sobre a mulher. Estas formações discursivas (enunciados) se apresentam de forma autoritária, controlando a polissemia, já que o jornalista/escritor está muito mais autorizado a falar sobre o que é certo ou errado e o que ele diz se converte em conhecimento/norma. Esse tipo de discurso logicizante que tende a incluir um particular em um genérico não deixa um espaço para a reversibilidade entre os interlocutores. Não seria um discurso que possibilita a transformação, uma descontinuidade, mas que sim visa à continuidade e à permanência. Sabemos, de acordo com a linha de pesquisa adotada, que o sujeito se identifica com a formação discursiva que o domina e a repete, de modo a naturalizar os sentidos. A análise desses recortes mostra que para essas revistas (e seus editores) o universo de atuação das mulheres limitava-se às tarefas domésticas, à educação dos filhos, aos cuidados com a beleza e à preocupação com “andar na moda”. Deste modo, essas revistas construía sentidos sobre o que era ser uma mulher, sentidos esses que procuravam criar um modelo de feminilidade ligado à reclusão ao lar e à fragilidade feminina, controlando autoritariamente a polissemia de sentidos, já que as revistas femininas eram lugares privilegiados da verdade, pois contavam com a participação de “experts”, autorizados a falar sobre a mulher.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1972. 158 p.

MARIANI, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2ª edição, 2001. p. 31-42.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001. 100 p.

ORLANDI, E. P. *Protagonistas do/no discurso*. Série Estudos, 14, 30-31, 1978.

PANTONI, R. V. *Letramento e ideologia: relação entre práticas letradas e o processo de construção da subjetividade*. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,

Ribeirão Preto, 2001.

PECHÊUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 317 p.

TFOUNI, L. V. *Letramento e Alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2004. 104 p.

## A criação do “extranjero” no universo hispânico: entre o visível e o dizível

Ucy Soto

ucysoto@hotmail.com  
Universidade Estadual Paulista

A presente comunicação visa a problematizar a relação existente entre palavra e imagem, em três acontecimentos enunciativos do mundo hispânico, veiculados por meio de diferentes suportes, em diferentes épocas, para fazer emergir o lugar do outro *extranjero*.

O primeiro desses eventos – por ordem cronológica são os quadros conhecidos como *pinturas de casta*, em sua maioria anônimos, pintados nos Vice-Reinos de Peru e México, para serem enviados à metrópole espanhola durante o século XVIII. Os quadros retratam e fixam em imagens uma determinada taxonomia da época: *mestizos, criollo, mulato, castizo, chino, negro-torna-atrás, tente-en-el-aire, coyote, zambo* etc. Os quadros apresentam sempre um casal, homem e mulher de diferentes *razas*, e uma criança, produto dessa mestiçagem. Já o segundo e o terceiro eventos estão mais próximos no tempo, mas muito distantes nos sentidos veiculados. O segundo acontecimento analisado é a campanha publicitária de Turespaña, órgão oficial de promoção de turismo do Governo Espanhol, veiculado no começo dos anos 2000. A campanha teve como *slogan* a frase *España Marca* e circulou em vários países da Europa, América e da Ásia, durante os cinco primeiros anos desse novo milênio. O *extranjero marcado* diretamente no seu corpo constitui o cerne imagético da campanha. Finalmente, o terceiro acontecimento que entra em relação com os anteriores é o curta-metragem *Español para Extranjeros*, de José Luis García Sanchez, que faz parte de um longa-metragem, constituído por vários curtas, intitulado *¡Haymotivo!*. O longa foi realizado pelos mais importantes cineastas espanhóis e lançado no ano de 2004, ano de eleições para presidente na Espanha, mas, principalmente, ano que ficará marcado pelo maior atentado terrorista em terras espanholas, que ficou conhecido como o 11M. No curta *Español para extranjeros*, apresentam-se a viagem e a chegada de imigrantes ilegais à Espanha. As imagens contrastam com o que se ouve: uma típica aula de espanhol para fins específicos.

Partindo da noção de enunciado de Foucault, acreditamos que

“uma seqüência de elementos lingüísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular. (...) [N]ão há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja” (FOUCAULT, 1997, p.113-114).

Não havendo um enunciado neutro, livre e geral, em um primeiro momento de nosso trabalho, apresentamos cada um dos três acontecimentos discursivos brevemente descritos acima, buscando estabelecer suas margens, outros enunciados com os quais coexistem e que os tornam possíveis. Num segundo momento, pelo fato de que todo enunciado apresenta um regime de materialidade repetível (FOUCAULT, 1997, p. 117), buscamos no diálogo ou na disjunção entre imagem e palavra as formas em que emergem o *extranjero* no universo hispânico em seu passado e no momento presente. Há certos aspectos do visível e do enunciável que atravessam o tempo, outros se perdem. Tanto o que permanece como dizível, construindo imagens recorrentes ou cristalizações léxicas, quanto o que se esconde, que deixa inclusive de ser visível, contribuem para a constituição de uma (determinada) memória.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GREGOLIN, M. R. V., CRUVINEL, M. F. & KHALIL, M. G. (Org.). *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

### A defesa do discurso – formas de resistência no discurso do réu

Marcia Dresch

marciadresch@terra.com.br

Centro Universitário Ritter dos Reis

Este trabalho tem por propósito analisar, a partir de interrogatórios em processos penais na Justiça do Rio Grande do Sul, a movimentação discursiva do réu para evitar a determinação jurídico-discursiva de criminoso. O processo penal é instaurado para apurar a autoria de um delito e, ao constituir-se, estabelece a posição do réu, chamando-o a assumir sua defesa, lugar por ele indesejado. No interrogatório, o réu é perguntado sobre os fatos descritos na denúncia, e traz sua versão sobre o que aconteceu. O que segue no discurso do réu (DR) é a negação, total ou parcial, da vinculação aos fatos narrados na denúncia. Assim entendida, a negação é a sustentação e condição de existência desse discurso, que se organiza para dar ao sujeito a possibilidade de ocupar outro lugar enunciativo, diferente do de réu. O DR precisa negar o discurso da acusação na sua relação com a Formação Discursiva da Lei (FDL), constituir outro dizer e, numa atitude metadiscursiva, defender seu próprio discurso, de modo a afastar-se da posição sujeito-réu, que o manteria sob o estatuto da culpa. Trata-se de um discurso de resistência, no qual a negação indica a presença de uma FD/posição antagonista, cujas formas negativas apontam a heterogeneidade do discurso. Mais do que isso, constitui a estratégia articuladora, a partir da qual o DR se organiza

como tal, funcionamento, portanto, fundante desse discurso. A determinação do lugar enunciativo de não-réu é alçada pelo sujeito por meio da negação contínua, contundente, repetida, com o objetivo de imprimir os sentidos do DR. Indicamos quatro formas distintas usadas pelo sujeito do DR para afastar a posição de réu: 1<sup>a</sup>) composição de narrativa inversa àquela apresentada na denúncia; 2<sup>a</sup>) imprecisão de informações, que dificulta a exploração dos fatos narrados na denúncia; 3<sup>a</sup>) aceitação parcial da denúncia e apresentação de justificativa; 4<sup>a</sup>) discurso direto, reprodução da fala da vítima, em que tenta comprovar posição contrária à denúncia. A determinação desses sentidos novos – os que colocaram o sujeito na posição de réu já estão postos – é feita pela negação: determinada, quando o sujeito nega para afirmar a sua versão; indeterminada, quando, na impossibilidade de negar, porque disso resultaria narrativa inverossímil, o sujeito produz um discurso vago, escorregadio, impreciso. Nesse jogo determinação/indeterminação, as formas acima apontam para a negação, total ou parcial, do lugar do réu e a criação de um novo lugar enunciativo, de inocente. Todavia, um segundo efeito de sentido pode resultar desse movimento: a reafirmação da culpa, quando, ainda que resista, o sujeito não consegue sair do lugar de réu. No discurso jurídico, costuma haver mobilização para a construção de efeitos de verdade, mas, em alguns casos, mais do que produzir um relato verossímil, que lhe permita desocupar o lugar de culpado, o DR, buscando instituir a dúvida sobre a autoria do delito, nega contra todas as evidências e não se preocupa em fornecer explicações lógicas que confirmem efeito de verdade ao seu discurso. Num discurso que se esforça em determinar outros sentidos, o processo passa também pela indeterminação, num intrincado complexo de formulações. Embora seja mais difícil, a tentativa de constituir a dúvida a partir da imprecisão abre espaço para refutar os sentidos da FDL. Faça-se a ressalva de que este trabalho não confunde a ocupação do lugar de réu com o resultado do processo jurídico, em que, ao final, a sentença declara o indivíduo culpado ou inocente; o que interessa é compreender o movimento do sujeito no interior desse discurso. O réu a que nos referimos reporta uma posição-sujeito no DR e, embora sirva para pensarmos a sociedade e os indivíduos envolvidos em questões jurídico-penais, não se confunde com o sujeito discursivo.

COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du discours politique*. Paris: Larousse, Langages 62, 1981a.

PÉCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1988.

### O papel das bibliotecas públicas na produção dos sentidos de língua e leitura no Brasil do século XIX

Maria da Graça Cassano

gracassano@terra.com.br

Universidade Federal Fluminense / UNISUAM

Este trabalho, que se inclui no projeto História das Idéias Lingüísticas, constitui-se no resumo de nossa tese





de doutorado, defendida neste ano, 2006, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bethânia Sampaio Correa Mariani. Remontamos ao século XIX, para refletirmos sobre o papel da Biblioteca Nacional e o do Real Gabinete Português de Leitura, ambos situados no Rio de Janeiro, tomando-os não como simples instâncias espacializadoras, armazenadoras de documentos e livros a contrapor-se à possibilidade de perda da memória, ou como lugar de diálogo com o passado. As bibliotecas nos interessaram ao nos permitirem considerar os modos pelos quais historicamente se tornaram instituições, se discursivizaram, dado que linguagem e história se constituem mutuamente. Selecionamos como objeto de estudo documentos fundantes de ambas, na forma de regimentos e estatutos, prioritariamente, para observarmos em que medida cada uma contribuiu também para que as noções de língua e de leitura se construíssem e/ou consolidassem àquela época, e como tais construções teriam afetado e estariam ainda hoje afetando a formação do sujeito-leitor no Brasil. A Análise do Discurso da escola francesa (PÊCHEUX; ORLANDI) deu-nos o suporte teórico necessário. Os conceitos de pré-construído, memória, formação imaginária e paráfrase nortearam as análises.

A pesquisa justifica-se também na medida que considera a Biblioteca Nacional e o Real Gabinete Português de Leitura como instâncias enunciativas do português com repercussão no âmbito político da nação brasileira, a qual começava a instituir-se desde a vinda da Família Real. É interessante cotejar o processo de implantação dessas bibliotecas em território brasileiro: uma por transferência provisória, que se fez permanentemente por decisão imperial; outra por iniciativa particular de um grupo representativo da elite portuguesa local.

Durante a análise do *corpus*, depreendemos que, primeiramente, a Biblioteca Nacional, em sua origem depositária da memória real portuguesa, tornava-se, então, responsável pela memória do novo Império que reclamava uma identidade, essa memória que se abrangeu com o tempo. Para isso, era preciso costurar uma imagem para dentro e para fora (SCHWARCZ, 2001, p. 255). O papel da Biblioteca Nacional, naquele momento em que era preciso (re)criar uma história própria e uma literatura original, foi fundamental. Ela passava a ser patrimônio de um Estado que se ocupava em delinear uma cultura imperial pautada em elementos da nacionalidade, quais sejam: a realeza, como centro de civilização; a natureza territorial, com sua gente, como base desse mesmo Estado (*ibidem*, p. 256)

Mas essa nova realidade incluía à sua revelia novos hábitos leitores pouco afeitos às normas de uma biblioteca. Em razão desses hábitos, relacionados à cultura da oralidade a que a sociedade local estava mais afeita, não raro era preciso disciplinar o uso do espaço, sendo atestadas mudanças nas formas de ler, fundadas na diferença, determinando novos modos de se relacionar com o texto escrito e com a biblioteca, inusitado lugar para a maioria dos nativos.

Em movimento paralelo, criava-se o Real Gabinete Português de Leitura, uma instituição que sempre se definiu portuguesa. Foi fundado em 1837, por iniciativa de um grupo de portugueses do/no Brasil. Nessa época, o país, já alçado à condição de nação independente, vivenciava um período de transição histórica, no qual urgia a esses homens reconstruir a amizade, a fraternidade, a aliança de sangue e de língua existentes entre portugueses e brasileiros, como em suas próprias palavras. Era preciso, segundo eles, reunir no Brasil os melhores testemunhos da cultura portuguesa, além de o

Gabinete se constituir no primeiro fórum de debate cultural no Brasil, lugar de uma memória que não se identificava com o país, mas procurava tornar Portugal sempre visível aos olhos da ex-colônia. Selaram a criação do Gabinete, o qual viria a abrigar livros, dando precedência às obras portuguesas ditas de mérito.

A questão da língua, como foi tratada pelo Gabinete, estava relacionada, portanto, à visão de que a variante portuguesa era a que devia ser legitimada. Para isso, trabalhadas as diferenças em sua invisibilidade, tomava-se a língua como sendo uma, esquecendo-se de que as variantes portuguesa e brasileira podem até ser tidas como iguais, mas enquanto sistemas simbólicos, e não estruturais. É mesmo possível dizer-se que são faladas diferentemente, dado que se historicizaram diferentemente, ou seja, as imagens que se tornam constitutivas das identidades foram incorporadas distintamente. Queiramos ou não, o português do Brasil é resultado de uma relação estreita com línguas de oralidade, como as dos índios e dos negros; diferenciava-se, pois, da variante européia, legitimada por uma escrita produtiva a referendar sentidos considerados 'únicos' e 'verdadeiros'. Assim sendo, no que concerne às questões postas sobre a língua, não levar em conta a variante brasileira teve e tem consequências nas práticas escolares passadas e atuais. O português do Brasil, tido como impuro, associado à oralidade, será sempre discriminado e desvalorizado. Esse apagamento do outro incide ainda hoje no próprio ensino da língua materna no país, a começar pela denominação do idioma.

O outro aspecto a ser levado em conta é a constituição do leitor e de um imaginário de leitura não condizente com o leitor que se projetava e se queria europeizado, e cuja leitura deveria recair nas obras de mérito e de cunho civilizatório. Esse percurso de leitura, em que autores renomados eram os prestigiados, procurava indispor o leitor com qualquer outro tipo de literatura que não fosse a referendada pelas instituições. Esse leitor, tolhido em suas ações, também o era quanto à escolha de obras a serem lidas. Cabia contentar-se com o que as bibliotecas acolhiam como ideal. Mesmo assim, é digno de nota que, tanto a Biblioteca Nacional, quanto o Gabinete, a partir de uma certa época, meados do século, já dispusessem ao leitor livros de brasileiros como Alencar, Macedo, Machado, autores cujas obras começavam a ser referendadas.

Pensamos, contudo, que a iniciativa inicial de controlar a leitura – principalmente por parte do Gabinete – tenha se perpetuado, de certo modo, nas práticas leitoras implementadas em algumas escolas ainda hoje. Difícilmente trabalha-se com a pluralidade textual, com uma literatura não oficializada, não respaldada pela crítica tida como abalizada.

Esperamos, por fim, que nossa pesquisa ajude a compreender a instauração de um lugar para a produção de efeitos de sentido que permita perceber o deslocamento que preside a construção de uma identidade nacional, seja ela uma identidade leitora, seja lingüística. Biblioteca e Real Gabinete Português de Leitura acompanharam esse processo, a primeira, nacionalizando-se no decorrer do XIX; o segundo, confirmando sua vocação de instituição lusa em uma terra que, ao mesmo tempo que lhe parece estrangeira, tem consigo uma língua em comum.

BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

DIAS, Luiz Francisco. *O nome da língua do Brasil: uma questão*



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

polêmica. In: ORLANDI, Eni. *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2 v.

GUIMARÃES, Eduardo. *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (Org.) *Discurso, Memória, Identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MARIANI, Bethânia. *Colonização lingüística*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.

MARTINS, Ismênia. Transição de Colônia a Corte. In: PEREIRA, Paulo R. (Org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

SCHWARCZ, Lília. *A longa viagem dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VILLALTA, Luiz C. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; ALB; São Paulo: Fapesp, 1999.

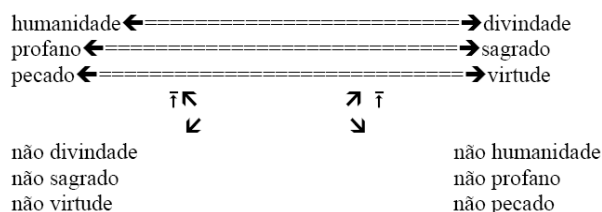
### Uma análise greimasiana do jogo de oposições semânticas na pintura de mestre Ataíde

Elisson Ferreira Morato

elissonmorato@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho propõe uma exploração da semiótica de Greimas como ferramenta de análise de um texto do pintor barroco Manoel da Costa Ataíde, ou, simplesmente, Mestre Ataíde (Mariana-MG: 1762-1830), que representa o episódio bíblico da Última Ceia: o quadro apresenta a reunião de Jesus com seus discípulos, tendo como personagens enfáticos o Cristo, ao centro, e Judas, à direita. Fora da mesa, nas extremidades da tela, encontram-se casais que se ocupam em servir os comensais, razão pela qual se deduziu que Ataíde teria pintado um episódio sacro ambientado em local de meretrício. Não abarcamos todos os elementos da teoria, mas buscamos apresentá-la sob uma visão global, reservando o aprofundamento a um aspecto delimitado. Fiel aos princípios de uma análise estrutural, Greimas elaborou uma teoria semiótica do discurso na qual está centrada a idéia de que os fenômenos de sentidos estão calcados nas estruturas do texto, e não em componentes extra-lingüísticos. A idéia de um percurso gerativo de sentido formata a concepção de que o texto é distribuído em três níveis, os quais constituem apenas um simulacro metodológico que permite depreender as estruturas de sentido do objeto de análise em questão. Em um nível fundamental estão associados conceitos básicos e opostos que sustentam a significação (bem/mal, liberdade/opressão, feminilidade/masculinidade). Ainda nesse nível, esses conceitos são tomados como valores virtuais, os quais são disputados por actantes de um processo já no nível

narrativo. O nível narrativo pressupõe uma transformação de ser e de estado que é operada pelos actantes que estejam em conjunção ou disjunção com o objeto-valor. No nível discursivo, são marcadas as categorias de sujeito, tempo e lugar do texto, o que actorializa e localiza temporal e espacialmente a narrativa. O nível discursivo é o mais superficial, enquanto que, no nível fundamental, encontramos as estruturas mais elementares que geram a significação, sendo este último o que pretendemos enfatizar neste trabalho. O esquema de oposições constitui o nível mais profundo da análise de um texto. Uma explicação mais clara desse processo seria desenvolvida por Greimas e Courtés (1979). Esses termos mantêm uma relação de contrariedade e, ao mesmo tempo, de implicação mútua. Prescindindo de uma complementação, uma vez que S1 e S2 implicam *não* S1 e *não* S2, a relação fica representada no quadrado semiótico. A partir dessa contextualização, podemos encontrar uma série de elementos em oposição no discurso pictórico de Mestre Ataíde. Podemos observar essa relação através das personagens do quadro da Última Ceia: o Cristo é humano, ele senta-se com os homens e come com eles e como eles. A figura de Jesus, portanto, é construída na oposição *humanidade vs divindade* sendo, ainda, um termo *complexo* devido à junção entre *humanidade* e *divindade*. Essa estrutura elementar sustenta a significação do texto. Todavia o Cristo não é a única figura que nos permite depreender esse nexo de contrariedade. Com o aprofundamento desse exame, podemos encontrar outras oposições que são derivadas desta primeira e que constituem uma inserção desses valores em uma dimensão narrativa do texto. Uma vez instaurados os valores abstratos que norteiam a significação do texto, estes são convertidos em valores axiologizados. Os valores virtuais de humanidade e divindade são assumidos e encenados pelos actantes do texto. O Cristo está em posição de *virtude*, ou em conjunção com o valor eufórico de *virtude*, e Judas em disjunção com a *virtude* e em conjunção com o valor disfórico de *pecado*. Os apóstolos se equilibram em posição de *não virtude* e *não pecado* e os criados parecem oscilar entre *não pecado* e *não virtude*. A partir de uma oposição central e dominante podemos, conforme o texto, chegar a outras, mais particulares e restritas, que norteiam uma narrativização. Mas essas oposições então axiologizadas e, ainda que não estivessem submetidas a uma hierarquia, estariam, inevitavelmente, contidas numa implicação. Tratar-se-ia de uma operação lógica na qual se passaria do exame de elementos mais dominantes a outros pressupostos e atualizados. Tal como procuramos representar:



O esquema acima não postula uma rede de estruturas elementares, que pressupõe outras ainda mais elementares, mas uma rede de conceitos abstratos do nível fundamental que são antropomorfizados, no nível narrativo, em valores particulares que presidem o texto. A oposições elementares se encontram em toda uma rede de textos e as mais particulares são devidas às peculiaridades da narrativa que um autor



imprime ao seu texto. Estabelecer oposições semânticas também está longe de permitir um entendimento global do texto. Nesse jogo, cada termo ainda vem a tornar-se uma espécie de valor de cunho positivo (eufórico) ou negativo (disfórico), conforme o tratamento que lhe é dado. No quadro de Ataíde, pode ser particularmente difícil apontar, como disfóricos ou eufóricos, os valores apresentados. Isso porque seu texto está assentado em uma antítese, equilibrando-se, não pela predileção de um valor em detrimento de outros, mas pelo contraponto entre ambos. É o jogo barroco da antítese que vem, tanto a dificultar, quanto a enriquecer a precisão de nossa análise.

### 3.2.3 Mesas-redondas

#### Práticas de linguagem e subjetividade

Esta mesa-redonda reúne trabalhos que tratam da noção de subjetividade e de sua importância para os estudos da linguagem, em particular aqueles que problematizam a relação sujeito-língua. Nesses estudos, desenvolvem-se relações entre campos disciplinares preocupados em melhor compreender a produção discursiva e o papel daquele que enuncia. O trabalho de Décio Rocha está voltado para a discussão da produtividade do conceito de agenciamento coletivo nos estudos do discurso da mídia. Esse trabalho analisa quatro notícias recolhidas na internet que tratam do atentado de 11 de setembro, nas quais se incluem referência a jihad ou guerra santa. É a partir da análise desses textos que o autor pretende explicitar de que modo se atualizam processos de subjetivação no plano da linguagem, por intermédio do estudo dos referidos agenciamentos coletivos de enunciação. O autor constata nessa análise que os agenciamentos coletivos de enunciação apresentam a vantagem de permitir apreender variações de intensidades, quando um mesmo sujeito da enunciação se revela capaz de atualizar máquinas de expressão totalmente diferenciadas: do pólo extrapessoal ao pólo infra-individual, deslocando-se do plano da mera transmissão de informação à produção de intensidades determinantes de modos de sentir algo.

O segundo trabalho, de Glória di Fanti, propõe-se a discutir a noção de subjetividade e atividade de trabalho, a partir do diálogo entre pressupostos da teoria enunciativo-discursiva bakhtiniana e a abordagem ergológica. Para desenvolver sua proposta, a autora considera que na teoria bakhtiniana a principal condição para um dado elemento lingüístico se tornar enunciado é ter expressividade, ou seja, ser acentuado axiologicamente. Enunciar, por conseguinte, pressupõe uma atitude responsiva ativa frente a discursos outros (passados, presentes e futuros), definindo a tessitura plurivocal do enunciado a partir de acentos valorativos. Na perspectiva do enfoque ergológico, os valores são constitutivos das atividades humanas, pois o ser humano é industrial, produz história e saberes. Nessa dinâmica, os “usos-de-si” constituem-se como particularidades subjetivas de cada trabalhador em atividade e o “uso” deste indivíduo por outros, que de algum modo participam da atividade. São, pois, os valores que circulam no trabalho, singularizados em situação, que assinalam processos de subjetivação. A fim de observar a possibilidade dessa relação na constituição de subjetividades, sua proposta

desenvolve-se na investigação de uma atividade bancária em instituição estatal.

O terceiro trabalho, de Vera Sant’Anna, tem como objetivo apresentar um diálogo entre os estudos do discurso e os do trabalho, em busca de articulações que permitam melhor compreender a constituição de sentidos de coletivo, e seus possíveis desdobramentos como experiência, que circulam no campo dos discursos da prescrição no trabalho, em particular no do professor. Para isso, propõe reunir perspectivas teóricas dos estudos do trabalho, em especial na sua vertente ergológica, da análise do discurso e da compreensão de subjetividade como agenciamento. A autora selecionou projetos políticos pedagógicos e desenvolveu sua análise enfocando marcas de constituição de redes discursivas, a partir de interdiscursividades, observadas nos processos de constituição heterogênea dos sentidos de coletivo e experiência. Esses documentos foram considerados como incluídos no campo dos discursos da prescrição do trabalho e como lugar privilegiado para observar o agenciamento coletivo de enunciação daquilo que norteia a ação industrial do trabalhador no nível da escola. Seus resultados iniciais apontam para problemas na constituição desses sentidos, especialmente porque não se configurou uma relação de equilíbrio entre ação do professor e ação do coletivo como uma rede de fundamentos pautados na experiência.

#### Dialogismo e ergologia: notações sobre a constituição da subjetividade nas práticas profissionais

*Maria da Glória di Fanti*

difanti@terra.com.br

Universidade Católica de Pelotas

Esta investigação tem o objetivo de fazer dialogar pressupostos da teoria enunciativo-discursiva bakhtiniana com a abordagem ergológica na perspectiva de ampliar horizontes epistemológicos no que se refere à produção de conhecimento sobre a atividade humana de trabalho a partir da análise de práticas languageiras. Para tanto, recorreremos a quatro considerações que, além de articularem as abordagens, orientam para a compreensão da produção de subjetividade nas práticas laborais.

A primeira consideração recai sobre a proposta maior, articulação entre a teoria dialógica do discurso (BAKHTIN, 1952-1953/2003, 1934-1935/1998; BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1929/2004) e o enfoque ergológico (SCHWARTZ, 1997a, 1997b, 2003), tendo em vista o debate interdisciplinar (pressuposto pelo caráter dialógico da pesquisa), essencial para a análise de objetos de áreas específicas. A ergologia, ao enfatizar a dimensão das relações humanas no trabalho, recupera valores no que se refere ao reconhecimento dos múltiplos saberes e experiências. Isso se dá pela observação do debate entre *normas antecedentes e renormalizações*, que marca a recriação na atividade – dinâmica histórica – como um espaço que provoca (re)formulações de conceitos, tanto dos trabalhadores quanto dos pesquisadores (SCHWARTZ, 1997b). O enfoque ergológico, ao valorizar as singularidades, preserva a dimensão de “incompletude” que, associada ao princípio dialógico, remete à “inconclusividade” constitutiva



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

dos enunciados.

Tais apontamentos são reiterados pelo fato de que estamos no âmbito das atividades humanas, segundo ponto de discussão, as quais engendram aspectos enunciativos e ergológicos. Enquanto na teoria bakhtiniana, a noção de atividade (humana) está circunscrita, dentre outras, na noção de linguagem e de compreensão (atividades dialógicas, responsivas), na abordagem ergológica (SCHWARTZ, 2003), a atividade de trabalho é uma *atividade industriosa*, uma alquimia indefinida e particularmente opaca, em que circulam histórias e valores. Falar da atividade, considerando a inter-relação teórica proposta, é, portanto, ressaltar a opacidade do “dizer” e do “fazer”. É considerar a singularidade do sujeito em sua constituição heterogênea e dialógica.

A atitude responsiva ativa, tal como é desenvolvida em Bakhtin (1952-1953/2003), configura-se como uma atitude dialógica diante do outro (em sentido amplo). Pela materialização de respostas, a subjetividade se revela nas práticas linguageiras. A própria noção de gêneros do discurso, enunciados com relativa estabilidade, marca a relação que o locutor estabelece com as práticas sociais. Por esse caminho, conseguimos observar o estilo – dialógico – que se manifesta nas trocas verbais, como a relação que estabelece com o interlocutor e com a esfera de atividade a partir da qual atua. Sob esse aspecto, compreendemos que a atividade de linguagem é singular, dinâmica e complexa, e o indivíduo que se responsabiliza pela ação tem papel fundamental. Por conseguinte, remetemo-nos à análise de situações de trabalho, cujos pressupostos têm como centro o sujeito e seu entorno, as formas de subjetivação dos trabalhadores frente ao outro (colegas, cultura do meio, história etc.). É o caso da Ergologia (SCHWARTZ, 1997a, 1997b), que propõe a observação dos protagonistas do trabalho via confronto entre os “valores” que produzem recursos para gerir variabilidades e a “infidelidade do meio”.

A questão da subjetividade, na relação linguagem e trabalho, conforme o encaminhamento da reflexão, é a terceira consideração a ser feita. Na teoria bakhtiniana, a subjetividade é observada pelas práticas de linguagem. A relevância dada à palavra, fenômeno ideológico por excelência, supõe uma inscrição avaliativa em sua tessitura que implica um confronto de vozes (posições) que nela se projetam (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1929/2004; BAKHTIN, 1934-1935/1998). Considerar a palavra (enunciado) uma espécie de “ponte” lançada entre o locutor e os outros é compreendê-la como um cruzamento de vozes discursivas (vindas de diferentes direções) que comporta um sujeito heterogêneo, co-construído nas interações verbais. Nesse caminho, Faraco (2003) observa que o sujeito absorve muitas vozes, “é um agitado balaio de vozes sociais e seus inúmeros encontros e entrechoques [...] múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias e em permanente movimento” (p. 81).

Na reflexão sobre o sujeito do trabalho, Schwartz (1997b) destaca a experiência industriosa – concreta – do indivíduo que tem uma vivência única, manifestada por diferentes valores que se confrontam com outros na atividade laboral. Essa abordagem remete às variabilidades que devem ser geridas, um *uso-de-si* que cada um mobiliza como recurso a fim de gerir as surpresas. Olhar o sujeito no trabalho, conforme a abordagem ergológica (SCHWARTZ, 1997a, 1997b), é observar a historicidade em diversos níveis. Essa dimensão dá ênfase ao debate entre as *normas antecedentes* (conjunto heterogêneo: objetivos, planejamentos etc.) e as *renormalizações* (organização viva do trabalho), marcando a dinamicidade do trabalho, já que fundado pelo sujeito, é

sempre ressignificado.

A quarta consideração a ser desenvolvida recupera a dimensão valorativa destacada pela abordagem dialógica e o enfoque ergológico. Na teoria bakhtiniana, a principal condição para um dado elemento linguístico se tornar enunciado é ter expressividade, ou seja, ser acentuado axiologicamente. Isso decorre da valoração que o locutor atribui ao objeto do discurso e, ao mesmo tempo, à projeção que faz ao discurso do outro em relação ao objeto. Os acentos valorativos são responsáveis pelos diferentes tons, vozes sociais e pela circulação de temas nas trocas verbais. Enunciar é não só responder, mas também avaliar, atribuir valor, expressividade ao que se diz. É, portanto, num jogo de alteridade, movimentar sentidos.

Na perspectiva do enfoque ergológico, os valores são constitutivos das atividades humanas, pois o ser humano é industrioso, produz história e saberes. Nessa dinâmica, os “usos-de-si” constituem-se como particularidades subjetivas de cada trabalhador em atividade e o “uso” deste indivíduo por outros, que de algum modo participam da atividade. São, pois, os valores que circulam no trabalho, singularizados em situação, que assinalam processos de subjetivação.

A interlocução proposta entre estudos enunciativos e ergológicos, como suporte para análise de situações de trabalho, está sendo ampliada em uma pesquisa em desenvolvimento que investiga a atividade bancária em instituição estatal. Reflexões iniciais têm suscitado observar que: (a) a articulação proposta tem contribuído substancialmente para a análise e compreensão do trabalho bancário; (b) as ciências do trabalho auxiliam no redimensionamento metodológico da pesquisa, especialmente por desenvolverem a criação de diferentes situações de fala dos trabalhadores (CLOT *et al.*, 2001; SCHWARTZ, 1997b); (c) o sujeito do trabalho, no caso bancário, se constitui na relação com o outro (instituição, colegas, coletivo, cliente etc.), o que demonstra sua dialogicidade, plurivocidade e singularidade frente à cultura da profissão; (d) a atividade de trabalho estabelece uma rede de inter-relações, desencadeando particularidades subjetivas de cada protagonista do trabalho; (e) o trabalho convoca diferentes respostas do indivíduo, marcando uma dimensão de “transgressão”, viabilizada pela ressingualização na atividade, o que evidencia processos de subjetivação.

BAKHTIN, M. O discurso no romance (1934-1935). In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Bernadini et al. 4. ed. São Paulo, Unesp, 1998.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. /VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929). Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

CLOT, Y.; FAÏTA, D.; FERNANDES, G.; SCHELLER, L. Entreteins en autoconfrontation croisée: une méthode en clinique de l'activité. *Education Permanente*, n.º. 146, Paris, 2001.

FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Paraná: Criar Edições, 2003.

SCHWARTZ, Y. *Reconnaissances du travail: pour une approche ergologique*. Paris: PUF, 1997a.

SCHWARTZ, Y. Travail et ergologie. In: *Reconnaissances du travail*, Paris, PUF, 1997b.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. *Trabalho & Educação*, Revista do Nete, UFMG, vol.12, n.1, jan/jun 2003.



## Produtividade da noção de agenciamentos coletivos de enunciação na investigação dos discursos midiáticos

Décio Rocha

rochadm@uol.com.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho tem por objetivo justificar a opção que fazemos por uma abordagem das práticas linguageiras que abra espaço para a noção de *agenciamentos coletivos de enunciação* (DELEUZE; GUATTARI, 1980), em detrimento de uma concepção de sujeito da enunciação individuado e praticamente coincidente com o sujeito empírico. Com efeito, a distância que separa os dois enfoques pode ser reafirmada se considerarmos que “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31).

Dessa forma, o que se pretende é explicitar de que modo se atualizam processos de subjetivação no plano da linguagem por intermédio dos referidos agenciamentos coletivos de enunciação, entendidos como processos que implicam “o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual ..., quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31).

Em que sentido os agenciamentos de enunciação se diferenciam do perfil de meros agentes individuais ou grupais, caracterizando-se, antes, como processos duplamente descentrados, para além e para além do individual? Eis o objetivo a ser alcançado no presente trabalho e, para tal, recorro a textos midiáticos localizados em páginas de diferentes sites acerca do episódio deflagrado com o ataque ao World Trade Center, em Nova Iorque, em setembro de 2001. O caminho metodológico percorrido visando à constituição de um *corpus* que permitisse a reflexão pretendida foi o seguinte: lançando mão da ferramenta de busca *google*, procedeu-se à pesquisa de “cruzada contra o terror”; das 135 páginas em português que então se apresentaram em resposta, foram privilegiadas as 4 que também mencionavam “jihad” e “guerra santa”.

Retornamos a 11 de setembro de 2001, momento que ficou inscrito em nossas memórias como o do ataque às torres-gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque. Nossa história tem início num instante que Deleuze e Guattari diriam “desterritorializante”, quando, nos momentos que se seguem àquele singular 11 de setembro, o governo americano, em declaração do presidente G. W. Bush, conclama seus aliados a empreender uma “cruzada contra o Terror”:

Os efeitos de sentido que então se produzem são evidentes e, de certo modo, previsíveis: “cruzada” é um termo que participa de nossa memória discursiva com ressonâncias bastante importantes no que concerne a uma determinada forma de ação do mundo ocidental contra o mundo muçulmano.

Em brevíssimo espaço de tempo, o governo americano se dá conta da gafe cometida – as cruzadas na Idade Média eram contra o muçulmano, ao passo que a nova “cruzada” de então deve(ria) investir contra o terrorismo – e alega que o sentido da declaração do presidente remetia ao sentido “tradicional” de *cruzada* na língua inglesa, sinônimo de “causa ampla”.

Nesse momento, por mais que se pretenda manter o holofote sobre um enunciador individuado que assumiria a convocação da nova “cruzada”, é impossível enxergar aí tão-somente a presença de G. W. Bush. Antes, é indiscutível a atualização de um real agenciamento coletivo de enunciação: tornou-se impossível, apesar das evidências da individuação de um corpo-Bush, preservar sua individualidade enquanto agente de enunciação, e o indivíduo-Bush se volatiliza, torna-se transparente, deixando entrever o agenciamento coletivo de enunciação efetivamente responsável pelo enunciado proferido ... e pelos (desastrosos) efeitos produzidos.

Apreende-se então uma grande diversidade de vozes: vozes dos discursos da história, que nos falam acerca do que foram as cruzadas; vozes dos que sofreram uma experiência de perseguição em função de convicções das mais diferentes ordens; vozes de um certo “consenso” que reparte o planeta em dois “hemisférios” claramente identificáveis (o habitado por nós, ocidentais, e o habitado pelos ‘outros’); vozes da própria globalização, que, num ato de denegação, veriam como ‘outro’ algo que de pleno direito pode ser identificado como sua outra face – o terrorismo; vozes dos interesses político-econômicos subjacentes aos projetos de monopólio norte-americano; vozes do próprio mundo muçulmano, rememorando sua aversão pelos “cruzados”.

Nesse mesmo sentido, acompanhamos a Casa Branca em sua tentativa de separar artificialmente sentido próprio e figurado, de recuperar o estado de monossímia naquilo que chama de sentido “tradicional” em inglês: assepsia da palavra pretendida, tentativa de silenciamento do dispositivo de enunciação acionado a múltiplas vozes.

Eis o movimento que procuramos cartografar em nossas análises em diferentes artigos que circularam na mídia: alternância entre, por um lado, os discursos que remetem ao pólo das máquinas de expressão de ordem extrapessoal, pólo corroborado pela menção a estatísticas e aos saberes históricos estabelecidos, vistos como procedimentos que conferem legitimidade ao dito, simulando objetividade e cientificidade no tratamento das informações, e, por outro, os discursos que remetem a toda uma forma de sentir e viver o acontecimento e que, por essa razão, atualizam um pólo de intensidades infrapessoais, no qual o importante é não exatamente dizer o que está ocorrendo, mas de que modo o acontecimento é sentido / vivido pelo sujeito.

Nossa reflexão possibilitou-nos colocar uma espécie de lupa sobre as práticas linguageiras, a fim de dar maior visibilidade ao que, afinal, elas tornam possível, mesmo que este possível esteja infinitamente além do que pode o homem em suas múltiplas vias de subjetivação. Os resultados obtidos não decepcionam. No tratamento das práticas linguageiras, a idéia de pensar o funcionamento de agenciamentos coletivos de enunciação revela-se muito mais produtiva do que a noção de *sujeito da enunciação*, a qual se refere a um plano molar (GUATTARI, 1985), plano das formas constituídas. É o que se pôde perceber com base em muitos dos fragmentos trabalhados, quando discursos sustentados por um mesmo sujeito da enunciação se revelavam capazes de atualizar máquinas de expressão totalmente diferenciadas, que oscilavam do pólo extrapessoal ao pólo infra-individual, deslocando-se do plano da mera transmissão de informação à produção de intensidades determinantes de modos de sentir algo.

Assim, o sujeito da enunciação, habitante do plano molar, apenas dá conta das formas instituídas, quando, por exemplo, a função da linguagem é informar. Porém, a linguagem não apenas informa, não apenas desempenha uma função representacional; ela é capaz de algo de outra ordem, a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

exemplo do que nos diz Naffah Neto (1998): ela é capaz dos afetos, isto é, da atualização de forças interpretantes que corporificam os acontecimentos.

Os agenciamentos coletivos de enunciação apresentam, pois, a vantagem de permitir apreender tais variações de intensidades, os deslocamentos mínimos na produção de modos de subjetivação. O que é interessante se pensarmos na sutileza com que se produzem em escala molecular os mecanismos de atualização do terror, os quais, segundo Baudrillard, já se encontram em toda a parte, sendo o terrorismo tão-somente uma cristalização desses mecanismos.

ANTONIOLI, Manola. *Géophilosophie de Deleuze et Guattari*. Paris: L'Harmattan, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *Power Inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix. *Caosmose – um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992/

GUATTARI, Félix; ROLNIK, S. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. *O Contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NAFFAH NETO, Alfredo. *Outr'em mim*. São Paulo: Plexus, 1998.

### Sentidos de coletivo: constituição de subjetividades em documentos institucionais do campo da prescrição do trabalho

Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna

verasantanna@terra.com.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho participa dos estudos que relacionam linguagem e trabalho, campo de pesquisa relativamente recente, que conta, contudo, com um percurso delineado: apontamos, em particular, para a tradição francesa na área, voltada mais especificamente para as práticas de linguagem em situação de trabalho - aqui, deve-se compreender como referência à "palavra que acompanha a execução de uma dada tarefa, a palavra que renormaliza o cumprimento da tarefa etc." (ROCHA *et al.*, 2002, p. 77). Porém, uma vertente que vem crescendo e demonstrando sua pertinência, em particular no Brasil, diz respeito ao estudo dos discursos sobre o trabalho, isto é, um certo tipo de práticas de linguagem, regularmente vistas como desligadas da situação de trabalho *stricto sensu*, a exemplo do que se verifica quando a mídia focaliza uma questão relativa ao mundo do trabalho (ROCHA *et al.*, 2002, p. 79). Trata-se, portanto, de um interesse que se volta para um conjunto de discursos que, uma vez em circulação, passa a compor os sentidos atribuíveis a *trabalho* num determinado contexto sócio-histórico.

O objetivo da reflexão que aqui se relata é apresentar um diálogo entre os estudos do discurso e os do trabalho, em busca de articulações que permitam melhor compreender a constituição de sentidos de coletivo, e seus possíveis desdobramentos como experiência, que circulam no campo

dos discursos da prescrição no trabalho, em particular no do professor.

É nesse contexto que deve ser compreendida esta proposta de pesquisa, como um lugar de encontros conceituais, a partir de estudos voltados para o trabalho (SCHWARTZ, 1992), para a análise do discurso (MAINGUENEAU, 1989, AUTHIER-REVUZ, 1998) e para a compreensão de subjetividade como agenciamento (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Definimos, dessa forma, a natureza da inserção do linguísta como pesquisador do campo das Ciências Humanas e Sociais: os sentidos nascem do processo de interação entre o homem, sua palavra, outro(s) homem(ns), outra(s) palavra(s), que ocorre num certo contexto que define parâmetros do esperado, do possível, do inusitado, da surpresa. Trata-se, então, de uma tomada de posição em relação ao papel do linguísta como um cientista social que deve participar dos movimentos de compreensão dos processos históricos, a partir do estudo da linguagem e da produção de sentidos que nasce do seu uso.

Entendemos que o sentido é uma construção coletiva, historicamente constituída, que tem como ponto de referência os enunciados atribuídos a um determinado sujeito enunciativo. Essa idéia de sujeito enunciativo não corresponde à de um indivíduo, porque, como construção de discursos, inclui certa forma de subjetivação, em constante diálogo com um conjunto de outros discursos pré-existentes e por existir (BAKHTIN, 1995). Aqui retornamos, brevemente, a um dos temas clássicos dos estudos lingüísticos, que é a questão da subjetividade na linguagem. Neste trabalho, a noção de subjetividade soma-se à de alteridade: ninguém fala a partir de si mesmo, nem está o tempo todo marcadamente citando o Outro; cada um de nós é agenciado por posicionamentos discursivos (MAINGUENEAU, 1989) e levado a integrar um conjunto de possíveis falas e sentidos.

As marcas que esse agenciamento de subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 2005) deixa da sua posição discursiva na linguagem é o objeto dos estudos lingüísticos que buscam compreender os processos históricos da constituição dos sentidos. Assim, há um conjunto de marcas que vêm sendo privilegiadas quando o enfoque é o EU - por ele mesmo - foco na subjetividade *stricto sensu* - e um outro conjunto quando o foco é o OUTRO que o EU inscreve no seu discurso - foco na heterogeneidade *stricto sensu*. O primeiro conjunto, *grosso modo*, refere-se a marcas mais perceptíveis da posição do EU - por exemplo, processos modalizadores, avaliadores e qualificadores, formas de designar; o segundo, a marcas da heterogeneidade enunciativa, isto é, aquilo que o eu traz como não-eu (os relatos) ou que se distancia dele mesmo (as modalizações autonômicas, AUTHIER-REVUZ, 1998). Essa divisão, de caráter meramente didático, não invalida a compreensão de que a constituição da posição discursiva se dá na tensão entre esses dois momentos.

Percebe-se, portanto, que o estudo da heterogeneidade enunciativa participa ativamente da definição das fronteiras dos sentidos atribuíveis a certo tema, no caso particular, o de *coletivo / experiência* relacionado ao trabalho do professor, incluídos nos textos de projetos políticos pedagógicos (PPP). Esses documentos são produzidos, em princípio, em cada escola, com o objetivo de registrar o que determinado coletivo deseja configurar como traços de sua ação pedagógica - incluídos, em tese, os professores, os funcionários, os alunos e suas famílias. Tratamos, então, de documento do campo dos discursos da prescrição do trabalho (SANT'ANNA; SOUZA-SILVA, 2006) e do lugar privilegiado para observar o agenciamento coletivo de enunciação daquilo que norteia a



ação industriosa do trabalhador daquela escola – não como indivíduo/sujeito/pessoa, mas como tendências observadas nos modos heterogêneos de compreender sentidos.

Ao observar documentos de algumas escolas, podemos pensar sobre a noção de simulacro: o que é modelo? o que é cópia? observar uma série de PPP acaba por remeter a uma série de cópias? Perde o sentido a discussão do modelo e recoloca-se a questão da ilusão nascida do simulacro: qual a possibilidade da diferença na repetição? Perguntas que procuramos responder observando micro-problemas: isso fala antes em algum lugar, em rede, a partir de linhas e fluxos, que remetem a centros de poder não claramente explicitados. Para realizar a análise, então, consideramos que os PPP compõem uma rede, aqui entendida como parte de um conjunto de discursos que, por um lado, é um “modo especial para a ultrapassagem da tensão que sempre existe entre o nível individual e social de fenômenos como a cognição, a emoção ou a ação” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 301) e, por outro, integra uma função de normalização que pensa pelo professor, organiza por ele, a produção e a vida no seu trabalho. Esses traços, e tendo em vista que tratamos de material que remete à ação do professor – textos injuntivos que conferem estatuto pragmático ao dizer: dizer é [levar a] fazer – nos levam a observar como se engendram os seres que devem executar essa ação, em particular, no que se pode entender como experiências coletivamente vivenciadas e reunidas, já que “toda entidade é uma rede, e todas as entidades são co-extensivas e indiscerníveis das redes de que participam” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 301).

Dessas análises, em particular a partir da interdiscursividade (MAINGUENEAU, 1989), verificam-se tendências que remetem a: (1) sentidos de coletivo esvaziado da sua experiência; (2) ausência de sentidos para experiência constituídos numa rede de entidades que compõem o coletivo da escola; (3) indicativos de que uma idéia de coletivo não é relevante para a experiência no trabalho; (4) suposição de que o coletivo como rede é um problema de caráter epistemológico não reconhecido pelos materiais em estudo.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (1929) São Paulo, Hucitec, 1995.

ESCÓSSIA, Liliana; KASTRUP, Virginia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Revista Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 10, n 2, p.295-304, mai/ago 2005.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo, Pontes, 1989.

ROCHA, Décio; SANT’ANNA, Vera; DAHER, M. del Carmen. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C.; FAÍTA, D. (Org.) *Linguagem e trabalho. Construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 77-93, 2002.

SANT’ANNA, Vera; SOUZA-E-SILVA, M. Cecília. Trabalho e prescrição: aproximações ao problema a partir dos estudos da linguagem. Não publicado, 2006.

SCHWARTZ, Yves. *Travail et philosophie: convocations mutuelles*. Toulouse, Octares, 1992.

## O sujeito e o autor: (des)encontros

Esta mesa-redonda procurará dar mais um passo na elaboração do conceito de autoria, o qual advém da Análise do Discurso de “linha” francesa, que traz como ponto de partida as considerações de Foucault (1970) sobre a função-autor. Para ele, o autor aparenta ser o princípio fundador do discurso, mas isso é um efeito histórico do processo de individuação das idéias. O autor é um princípio interno de controle e delimitação do discurso que visa dominar seu acaso através de uma organização que lhe dê coerência e unidade. O autor é um princípio que não se sobrepõe, portanto, ao indivíduo que o encarna e exerce sua função, embora precise dele enquanto veículo de atuação.

Orlandi; Guimarães (1988), por sua vez, se por um lado também consideram o autor como um princípio que proporciona unidade ao discurso e que fornece uma impressão de inédito ao realizar comentários ou repetições mascaradas do mesmo, por outro, afirmam que não existe a paráfrase absoluta, ou seja, mesmo na repetição do já historicamente dito há a instalação do novo porque o acontecimento trabalha a estrutura. Dentro desta vocação totalizante, o autor é afetado sobremaneira por exigências de coerência, não contradição e responsabilidade advindas da exterioridade que o obrigam a esforçar-se por preencher toda e qualquer lacuna em seu discurso (TFOUNI, 1997). Este movimento de preenchimento de lacunas pode ser detectado nos enunciados pela presença de marcas linguísticas de coerência e coesão.

Portanto, o efeito de unidade procurado pelo autor só será obtido se o que ele disser for interpretável por um outro (interlocutor) constituído através do Outro (interdiscurso). Porém, como a língua é equívoco, sempre existirão buracos de sentidos que produzirão uma injunção à interpretação. Isso aponta, segundo Orlandi (1996), para um efeito-leitor que representa para o autor a sua exterioridade constitutiva: é somente a interpretação do interlocutor (o outro no Outro) que pode fornecer uma imagem de unidade ao sujeito.

Dessa forma, nota-se que sujeito e autor não se sobrepõem, mas possuem uma espécie de relação lógica, na medida que o autor é um sujeito e que o sujeito recebe a sua unidade do autor, enquanto princípio. Entre eles há, então, (des)encontros.

Os três trabalhos que compõem esta mesa-redonda tratam desses (des)encontros, propondo uma relação entre o conceito de autoria e a noção de sujeito advinda da psicanálise laciana. No primeiro deles, Leda Verdiani Tfouni nos traz suas recentes articulações sobre a autoria a partir dos conceitos de dispersão e deriva, afirmando que o autor é aquele que se dá conta da segunda, inerente ao discurso, e procura evitar a primeira. Isso a faz afirmar que o autor é um intérprete que trabalha no plano da enunciação. O segundo trabalho, de Alessandra Carreira, parte justamente dessa questão da interpretação ao propor que a autoria pressupõe uma tomada de posição do sujeito diante da incompletude do Outro. Tal tomada de posição é relacionada ao conceito de fantasia, oriundo da psicanálise laciana. A fantasia é apresentada como condição para o discurso e ponto de retorno do sujeito, o que confere unidade à dispersão. Beatriz Ferrioli, por sua vez, propõe uma instigante forma de abordar a dislexia na clínica fonoaudiológica ao afirmar que nesse quadro falta unidade nos discursos, prevalecendo a dispersão e a deriva. O sujeito disléxico, afirma ela, não consegue alçar a posição de autoria na maior parte das vezes, o que resulta em um discurso fragmentado e disperso. Trata-se, portanto, de uma questão do sujeito, que está impossibilitado de retroagir



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

sobre o seu próprio discurso, organizando-o.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso - Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 4. ed. Outubro de 1998. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito." In: E. P. ORLANDI et al. (1988). *Sujeito e Texto*, série Cadernos PUC. São Paulo: EDUC, 1988, p. 17-36.

TFOUNI, L. V. A Ilusão de Completude do Sujeito da Escrita (Autor). In: *Cuaderno de Trabajo Interno para las Jornadas de la Frontera - "El Trabajo de los Carteles"*. Jornada promovida pela Escola Brasileira de Psicanálise e pela Escuela de la Orientación Lacaniana (Argentina) nos dias 12 e 13 de setembro de 1997. Foz do Iguaçu. 1997b. p. 148-149.

### Autoria e fantasia: uma questão do sujeito

Alessandra Fernandes Carreira

afcarreira@gmail.com

Universidade de Ribeirão Preto

Esse trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão que, tal qual o desejo (LACAN, 1966), ainda não está articulada, mas que considero possivelmente articulável. Trata-se de uma tentativa de relacionar o conceito de autoria, advindo de Michel Foucault (1970) e da Análise do Discurso de "linha" francesa (AD), com o conceito de fantasia, advindo de Jacques Lacan. Para Foucault (*Op. cit.*), o autor é um princípio interno de controle e delimitação do discurso, que visa dominar seu acaso através de um agrupamento, de uma organização que lhe dê coerência e unidade. Na AD, considera-se que, mesmo na repetição do já historicamente dito, há a instalação do "novo", uma vez que o acontecimento trabalha a estrutura. Nesse acontecimento, a autoria é tomada como o lugar em que se constrói a unidade do sujeito (ORLANDI; GUIMARÃES, 1988), onde se instala sua diferença, permitindo a sua singularidade. Considera-se que o autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde, mas que também vem "de fora" (ORLANDI, 1996). Segundo a minha concepção (CARREIRA, 2000), o autor trabalha procurando o preenchimento de lacunas de sentido, ou seja, garantir a completude do Outro da linguagem. É interessante perceber, então, que a construção da unidade do sujeito na autoria só se dá se houver um efeito-leitor, ou seja, um Outro que interprete o discurso do sujeito e lhe (a)teste a sua unidade, ou seja, ateste que ele não é disperso. Contudo, esse Outro não precisa ser um outro empírico, mas o próprio sujeito que, pela retroação (na posição de receptor de sua própria produção) pode (re)investigar seus ditos, detectando assim pontos de fuga dos sentidos e procurando suturá-los. O que isso tudo teria a ver com a fantasia? Para Lacan, a fantasia diz respeito ao posicionamento do sujeito diante do reconhecimento da incompletude no Outro (A), da falta. Durante o estágio do espelho e o Édipo, ao constatar que o Outro é inconsistente, o sujeito (\$), em função de

sua dependência física e simbólica, traça estratégias para completá-lo, oferecendo-se a ele como objeto (a) e visando, com isso, garantir o seu amor/presença. Porém, moldar-se à mercê do desejo do Outro muitas vezes causa angústia ao sujeito, uma vez que ele fica eclipsado em relação a seu próprio desejo. Dessa forma, verificamos que o sujeito se alterna em duas posições: ora se dá ao Outro, ora se furta, o que é característico da estrutura neurótica. Assim, a fórmula da fantasia, em Lacan, é a seguinte: \$?a, onde o símbolo lógico ? é a união de outros dois: o da conjunção (?) e o da disjunção (?). Baseada em meus estudos sobre a autoria em AD, do Seminário XVII de Lacan, "O Averso da Psicanálise" (1969-1970), e de minha prática clínica como psicanalista, venho tomando todo esse processo de construção da fantasia do sujeito como uma espécie de "autoria primordial", ou seja, para que o autor advenha, tanto na escrita quanto na oralidade, ele precisa ter advindo, previamente, como autor de sua fantasia, de seu posicionamento diante da falta no Outro. Em suma, ele precisa ter reconhecido a falta no Outro para se haver com ela em seus movimentos de autoria, de sutura, de (a)testado de unidade. Ao conceber os quatro discursos (do senhor, universitário, analítico e da histeria), nos fica claro como Lacan (*Op. cit.*) nos mostra que só há discurso se houver fantasia, uma vez que os quatro elementos desses discursos são: S1 (significante mestre), S2 (saber), \$ (sujeito), a (objeto causa do desejo). É interessante notar como os dois elementos da fantasia (\$ e a) sempre estão presentes, embora em diferentes lugares, nas fórmulas dos discursos. Caso contrário, pode haver linguagem (língua+fala), mas não discurso. Isso porque, para haver discurso, é preciso haver um ponto de amarração a que a cadeia de significantes sempre retroaja. Esse ponto é \$?a. Freud (1908) nos ensina que a fantasia conserta a realidade insatisfatória. Em relação à autoria, isso significa dizer que a fantasia visa consertar a realidade insatisfatória da incompletude do Outro, da linguagem. Para isso, a estratégia é se dar ao Outro como objeto, de uma determinada maneira peculiar a cada sujeito e fixa, o que constitui o fantasma. Trata-se, para utilizar o neologismo lacaniano que condensa os significantes ficção e fixo, de uma fixão (LACAN, 1973). Isso faz do estilo o próprio sujeito-autor ou, como se expressa Gustave Flaubert (1856), em sua não só famosa, mas também clara e surpreendente afirmação: "*Madame Bovary c'est moi*".

CARREIRA, A. F. *Subjetividade e autoria: o sujeito como vacilo do eu?* Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia. 2000, (mimeo).

FLAUBERT, G. "*Madame Bovary*." In: DUARTE, S. (Trad.). (1997). *Coleção Clássicos de Bolso*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1856.

FOUCAULT, M. (1970). *A Ordem do Discurso - Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. (tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio). 4. ed. outubro de 1998. São Paulo: Edições Loyola.

FREUD, S. (1908). "*Escritores criativos e devaneios*." In: STRACHEY, J. (Org.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (tradução de Vera Ribeiro). Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora Ltda. vol. IX, 1975, p. 149-158.

LACAN, J. (1966). "*Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano*." In: LACAN, J. *Escritos*. (tradução de Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 807-842.





LACAN, J. *O Seminário de Jacques Lacan, livro 17: O Averso da Psicanálise*. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de Ari Roitman). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969-1970.

LACAN, J. L'Étourdit. In: *Scilicet*, N. 4, 1973.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P.; E. Guimarães. "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito.". In: E. P. ORLANDI et al. (1988). *Sujeito e Texto*, série Cadernos PUC. São Paulo: EDUC, 1988, p. 17-36.

## Autoria e dislexia

Beatriz Helena V. M. Ferriolli

ferriolli@terra.com.br

Universidade de Ribeirão Preto

A dislexia caracteriza-se, tradicionalmente, por uma inabilidade do sujeito em lidar com a linguagem escrita, neste sentido, as dificuldades concentram-se na leitura e na escrita. As alterações encontradas no discurso escrito desses sujeitos não estão somente ligadas à percepção, discriminação e associação de grafemas e palavras, mas também, relacionadas à elaboração do discurso, em especial o da escrita. Através de minha experiência clínica com sujeitos disléxicos, tenho notado que falta unidade nos discursos, prevalecendo a dispersão e a deriva. A oralidade desses sujeitos encontra-se melhor elaborada ou, segundo Gallo (1995), com "uma maior apropriação" se compararmos com a elaboração escrita. No entanto, ao analisarmos mais detalhadamente o discurso oral, percebemos alguns pontos de deriva que se materializam pela falta de vocabulário ou pela substituição do mesmo, demonstrando uma inabilidade do sujeito em lidar com a língua, tanto no intradiscurso como no interdiscurso. Sabe-se, de acordo com a Análise de Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1997), que o autor surge pela possibilidade de se deslocar para uma posição de sujeito-leitor, sendo possível, a partir desta posição, realizar gestos de interpretação (ORLANDI, 1996). Quando o sujeito escreve, atribui sentido às suas palavras, realizando um movimento de aproximação e distanciamento com o que produz, para analisar se o sentido que deseja dar é o que se encontra projetado no texto. É certo que há uma ilusão de completude que atravessa o sujeito-autor, porém tal ilusão torna-se necessária para que a produção seja concluída. O sujeito disléxico, freqüentemente, não consegue alçar a posição de autoria e comete lapsos tanto no eixo do paradigma como do sintagma ou, segundo Jakobson (1995), no eixo metafórico e metonímico. O que ocorre com esse sujeito é, em geral, a "falta" ou distorção de sentido; falta esta que se materializa pela ausência ou repetição de significantes tendo como resultado um discurso fragmentado, incoerente e pouco coeso. O autor trabalha no esquecimento número 1 (PÊCHEUX, *Op. cit.*), ou na ilusão de que irá produzir no leitor um determinado efeito de sentido, sendo que a função-autor, para Orlandi (*Op. cit.*), se dá na medida em que o sujeito se representa na origem de seu dizer e é capaz, a partir deste ponto, de produzir um texto com unidade, coerência e não contradição. Para tanto, o autor realiza o

tempo todo, um movimento de aproximação e distanciamento do texto, semelhante àquele que se exercita desde pequeno quando o sujeito encontra-se em situação dialógica com o outro. É importante no discurso da oralidade, que o sujeito tenha a oportunidade de constituir-se a partir da dialética locutor/ouvinte, este jogo de interlocução não é diferente para o discurso da escrita, pois para se ocupar o lugar de autoria é necessário também, o jogo dialético autor/leitor para que a dispersão não se instale e o sujeito fique na deriva. No caso do disléxico, o que identifico é o não reconhecimento dos "erros" porque o sujeito não consegue alçar à posição de leitor ou do "outro que me lê", alimentando a ilusão de que traz a coerência e coesão em seu texto. Parece-me a partir desta noção, que o sujeito disléxico apresenta-se hesitante em relação a assumir uma posição de autoria. Para explicar melhor, retomo o texto de Tfouni (2001) quando afirma que a autoria se instaura na medida em que o sujeito consegue lidar com a dispersão e a deriva, sendo que o autor busca construir um discurso que seja coerente e linear para o seu leitor. O que pretendo discutir nesta proposta é que, para o sujeito disléxico, é difícil se colocar na posição de leitor, pois se encontra preso à dupla ilusão: imagina que é dono de seu dizer e também que aquilo que diz equivale a uma tradução literal de seu pensamento. Em função desse aprisionamento, o sujeito deixa de perceber seus próprios enganos em relação à língua e, portanto, persiste na deriva, o que confere ao seu texto um caráter pouco coeso e de muita dispersão. A deriva e a dispersão são inevitáveis e o papel do autor é justamente controlar tais movimentos. Mas, no caso do sujeito disléxico, ele não consegue ter controle sobre as parapraxias (formações do inconsciente, LACAN, 1957-1958) causando, desta forma, uma seqüência de lapsos e atos falhos em seu discurso, alterando o intradiscurso (eixo sintagmático ou estrutura linear do discurso). Para que o texto seja coeso, é necessário que o autor retroaja ou, segundo Lacan (1998), realize o "ponto de estofo", a partir da posição de leitor que passa a ocupar. Parece-me que é justamente esta a questão central nos casos de dislexia, qual seja, o sujeito não consegue ocupar a posição de escuta/leitor em seus discursos, possivelmente pela falta dialética em seu processo interdiscursivo. De acordo com Benveniste (1976), só poderemos ter consciência de nós mesmos através da experiência de contrastes (um locutor "eu" que se contrapõe a um alocutário "tu"), essa condição de diálogo (reciprocidade) é constitutiva do sujeito. Para a clínica fonoaudiológica, esta discussão pode ser profícua, pois os casos de dislexia têm sido tratados como meros erros de leitura e escrita devido a uma "fraca" ou "alterada" percepção das áreas cognitivas, tanto de associação viso-espacial como de processamento auditivo. No entanto, a contribuição que pretendemos trazer à prática fonoterápica é que o clínico necessita compreender a linguagem como constitutiva do sujeito e como um acontecimento discursivo, para tanto, é necessário que tenha conhecimentos psicanalíticos e das teorias discursivas. É necessário nos casos de dislexia que se estabeleça uma relação de "dialogia construída" entre o clínico e o sujeito disléxico, uma vez que este sujeito acaba por construir um mecanismo próprio e isolado de leitura e compreensão por uma "falta de interação dialógica" adquirida ao longo de sua historicidade.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1966.

GALLO, S. L. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

In: I. Blikstein (Org.). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995. p. 34-62.  
LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.  
LACAN, J. (1957-1958). *O seminário: livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.  
ORLANDI, E.P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.  
PÊCHEUX, M. *O discurso: Estrutura ou acontecimento?* Campinas, SP: Pontes, 1997.  
TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: I. SIGNORINI (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. p. 77-96.

### O autor como intérprete - as fronteiras entre a análise do discurso e a psicanálise

Leda Verdiani Tfouni

lvtfouni@usp.br  
Universidade de São Paulo

Em trabalho anterior (TFOUNI, 2001), apresento uma proposta segundo a qual a autoria de um texto se instaura quando o sujeito do discurso ocupa uma posição que lhe permite lidar com a dispersão e aceitar a deriva que sempre se instala. Vou retomar essa reflexão aqui, e tentar aprofundá-la, fazendo, para tanto, um esforço no sentido de estabelecer um diálogo entre a Análise de Discurso de filiação francesa e a Psicanálise lacaniana.

No presente trabalho, pretendo apresentar o trabalho de autoria como sendo da ordem de uma interpretação dêitica, a qual, do meu ponto de vista, se dá no próprio processo de enunciação. Retomo, nesse sentido, trabalhos anteriores (TFOUNI, 1997, 2001, 2003), em que apresento a proposta de que o autor realiza uma função específica de posição-sujeito. Afirmo, nesses trabalhos, que o que serve para dar as coordenadas da autoria em relação ao sujeito-enunciador da atividade linguageira é que o autor trabalha na região do intradiscurso, enquanto que o enunciador está na dimensão do interdiscurso.

Essa dupla visada vem constituir o trabalho da autoria de acordo com o seguinte processo: enquanto o autor tece o fio do discurso, procurando construir para o leitor/ouvinte a ilusão de um produto linear, coerente e coeso, onde não existiria a dispersão, o sujeito linguageiro está preso à dupla ilusão: imaginar que é dono de seu dizer e também que aquilo que diz equivale a uma tradução literal do seu pensamento.

Confirmando minha filiação à AD, considero o autor como uma posição discursiva, diferente da de escritor e de narrador (MAINGUENEAU, 1993). O autor é uma posição do sujeito a partir da qual ele consegue estruturar seu discurso (oral ou escrito) de acordo com um princípio organizador contraditório, porém necessário, visto que existe, no processo de produção de um texto, um movimento de deriva e dispersão de sentidos inevitável, que o autor precisa “controlar” (TFOUNI, 1997), a fim de dar ao seu discurso uma unidade aparente, com começo, meio e “fechamento” (este termo foi emprestado de GALLO, 1995).

Aproximo-me aqui da psicanálise lacaniana, na medida em que, para mim, a autoria está relacionada com um processo

descrito por Authier (1982) como “de ajuste perfeito entre as palavras e o real, que sempre escapa”. Nesse processo, inclui-se necessariamente um descarte de outras formas possíveis de dizer, o que vem marcar o discurso da escrita ao mesmo tempo pelo desejo da completude e pela falta, pela perda. O texto produzido, no entanto, não admite lapsos. É preciso, portanto, controlar as formações do inconsciente, as chamadas parapraxias (LACAN, 1957/1958). Assim, lapsos e atos falhos, principalmente, que quebram a estrutura linear do discurso (o intradiscurso), não podem ocorrer, para não comprometer a “unidade” ilusória do texto.

O trabalho de autoria situa-se naquilo que Pêcheux descreveu como “... uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar infinito das interpretações.” (1997, p. 51). Analiticamente, o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua. O autor, assim, produz aquilo que Lacan (1957) denominou de “point de capiton”, ponto de estofo, lugares do processo de enunciação onde se percebe que o sujeito efetuou um movimento de retorno ao enunciado, e pode, assim, olhá-lo de um outro lugar, que proponho denominar o lugar de autor.

Isso, em outras palavras, significa admitir a existência de *lalangue*, que não cessa de se infiltrar na língua. Com o trabalho de autoria, vemos realizar-se um movimento de ajuste perfeito entre as palavras e o sujeito-enunciador. Conforme afirma Laurent (2002), o autor é aquele que encontra um lugar que já estava a sua espera, e apenas o preenche. É por este motivo que Authier (s/d) comenta que a escrita (de autoria, acrescento eu) vem sempre marcada pela perda.

O processo descrito gera momentos de uma dinâmica especial na enunciação, e isto é mostrado, na fala, pela ocorrência de hesitações, falsos começos, enfim, as assim chamadas parapraxias, que, atuando sobre a seqüência sintagmática, indiciam a força paradigmática, ou ainda o embate entre a ilusão de livre escolha, que é a essência do trabalho de autoria, por um lado, e a irrupção do real, “fazendo furo” no simbólico, e quebrando a transparência imaginária da língua.

AUTHIER, J. Paroles tennes à distance. (mimeo n/p).

AUTHIER, J. Parole Multiple: Aspects rhétorique, logique, énonciatif et dialogique. DRLAV, 26, 1982, p. 91-151.

LACAN, J. *Las Formaciones del Inconsciente*. (1957-1958), Mimeo.

LAURENT, E. Quatro observações sobre a preocupação científica de Lacan. In F. GIROUX et alii. *Lacan, você conhece?* São Paulo: Cultura, Editores Associados, p. 36-42.

MAINGUENEAU, D. *Elements de Linguistique pour le Texte Littéraire*. Paris: Dunod, 1993.

PÊCHEUX, M. *O discurso: Estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 1997.

TFOUNI, L.V. A ilusão de completude do sujeito da escrita (autor). In: *Caderno Interno para las Jornadas de la Frontera*. Foz do Iguaçu, PR, 1997. p. 148-149.

TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: I. SIGNORINI (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p.



77-96.

TFOUNI, L. V. *Autoria e letramento: Análise das narrativas orais de ficção de uma mulher analfabeta*. In: *Letramento e Alfabetização*. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 47-63.

### Sentidos de “trabalho” em diferentes produções discursivas

As propostas aqui reunidas, cujos autores estão filiados ao grupo de pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho, apresentam visões alternativas dos sentidos de *trabalho* em produções discursivas de diferentes especificidades: textos que circulam na esfera acadêmica, produzidos por pré-universitários (Brandão), textos que circulam na esfera da atividade psicoterapêutica (Moura Vieira) e textos que constituem o campo discursivo da prescrição do/no/sobre o trabalho (Souza-e-Silva). A pesquisa de Brandão está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, na interface com a Linguística Aplicada, e tem como objetivos: a) traçar uma visão da representação que os pré-universitários fazem de si mesmos, do alocutário e do universo do *trabalho* como uma temática do mundo contemporâneo; b) traçar uma visão retrospectiva das práticas de ensino/aprendizagem que ressoam na produção desses sujeitos e que traçam um perfil da prática docente a que foram expostos nos ciclos anteriores. Para tanto, foram focalizadas as condições de produção do gênero escolar *redação de vestibular*, a relação entre instrução e textos produzidos, as representações sociais que os escreventes fazem do tema *trabalho*, o pré-construído, a estereotipia e as estratégias de linguagem. Os resultados mostram que as redações dos candidatos são atravessadas por um discurso que circula na sociedade contemporânea que, por causa da mundialização, vive, em relação ao trabalho, uma problemática comum. É um discurso que veicula idéias transmitidas pela mídia e bem presentes no cotidiano de cada cidadão.

A pesquisa de Moura-Vieira desenvolve-se no campo da psiquiatria e da saúde mental e tem como objetivos: a) refletir sobre o estatuto do texto para a mobilização dos sentidos do *trabalho* psicoterapêutico em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; b) descrever as atividades de grupo psicoterapêutico, classificar os gêneros do discurso que ali circulam e analisar a correlação entre os textos estabilizados e os efeitos de sentido de *trabalho* que implicam ações psicoterapêuticas concretas. Seu estudo filia-se à Linguística Aplicada às situações de trabalho e tem como pressupostos teórico-metodológicos os princípios da metalingüística enunciativa engendradas pelo círculo bakhtiniano (Bakhtin, 1980) e as práticas de análise das situações de trabalho que incorporam a linguagem como constitutiva da atividade (Clot, 1998; Schwartz, 2000; Faïta, 2005). Os resultados sugerem que os textos/discursos que circulam na prática da atividade reforçam monologicamente “um” sentido de *trabalho* ligado ao universo discursivo da Psiquiatria tradicional, ou seja, a ideologia da “gestão institucional da loucura”. O efeito de sentido de “trabalho em instituição fechada” mobiliza, na circulação dos textos autorizados pela equipe, a lógica do posicionamento que a proposta da Reforma Psiquiátrica diz se opor, representada pelo modelo biomédico hospitalocêntrico.

A pesquisa de Souza-e-Silva tem como objetivo pensar o funcionamento dos discursos prescritivos relacionados ao tema *trabalho*, a partir do princípio da primazia do interdiscurso sobre o discurso, segundo o qual a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de troca entre vários discursos. Considera-se que o campo discursivo da prescrição do/no trabalho institui um espaço discursivo que liga ao menos dois posicionamentos em confronto, cujas relações são cruciais para a compreensão dos discursos concernentes: a) aos prescritos descendentes que circulam nos ambientes de trabalho *stricto sensu*, os quais encontram eco nos prescritos dos “modos de estar no trabalho”, que circulam na mídia, portanto, fora do ambiente de trabalho; b) aos prescritos do chamado “modo de pensar”, ou dos saberes instituídos, que circulam preferencialmente no mundo acadêmico. Uma primeira incursão pelo *corpus* permite levantar a hipótese de que, no espaço discursivo que atravessa esses dois posicionamentos, o confronto está centrado na compreensão dos sentidos atribuídos à *competência*, item lexical que vem substituindo progressivamente o de *qualificação*, em decorrência das mudanças organizacionais e econômicas dos últimos anos.

### Os sentidos de “trabalho” em textos prescritivos

Maria Cecília P. Souza-e-Silva

cecilinh@uol.com.br  
PUC – São Paulo

Discussões envolvendo os temas ‘prescrição’ e ‘trabalho’ são freqüentes em várias áreas, entre elas a psicologia e sociologia do trabalho, a ergonomia e a ergologia; mas inexistem, segundo nosso conhecimento, publicações que abordem a prescrição sob o ponto de vista discursivo. É esse vazio que queremos começar a preencher, a partir de uma pesquisa conjunta (Sant’Anna e Souza-e-Silva, 2006), que tem como objetivo pensar o funcionamento dos discursos prescritivos relacionados ao tema *trabalho*. É uma proposta ampla, com vários desdobramentos, um dos quais constitui minha contribuição nesta mesa-redonda.

Sabe-se que as prescrições recebem uma formalização específica nas relações de trabalho, a fim de organizar a produção, parte da exigência universal de organização social, e se caracterizam por um movimento de codificação progressivo “do que me dizem a fazer” (Schwartz, 2002). Surge, então, para enquadrar de modo antecipado, explícito e fortemente formalizado, aquilo que o trabalhador deveria executar. Tal “racionalização seqüencial antecipativa”, para falar como Schwartz, vai exacerbar-se na proposta taylorista, momento em que a prescrição coincide com a imposição e se estabelece de forma sistemática a divisão entre quem planeja e quem executa. Os estudos da chamada ergonomia da atividade, entendida aqui como disciplina que tem por objeto de estudo a relação homem/trabalho (Noulin, 1992), denunciaram a inadequação de um paradigma assentado na vontade de prescrição total e, a partir da constatação da distância entre o trabalho prescrito e o real, da não coincidência entre tarefa e atividade, criaram, como forma de contrapor-se ao paradigma taylorista, um corpo de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

conceitos rapidamente reconhecidos como essenciais por outras disciplinas que têm o trabalho como objeto de estudo. A crítica contundente à racionalização seqüencial antecipativa acabou por atribuir uma conotação negativa à prescrição, como se contribuir para qualquer sistematização normativa fosse estar aliado à visão taylorista de trabalho. Essa conotação é relativizada nos estudos mais recentes das disciplinas que pensam o trabalho, entre elas, a própria ergonomia da atividade, que aponta para o papel decisivo das prescrições, sob o ponto de vista da atividade, isto é, o prescrito atua como desencadeador da ação e é também constitutivo da atividade do trabalhador. No âmbito desse movimento de rediscussão das prescrições, observou-se, ao lado das chamadas prescrições *descendentes* – elaboradas pela hierarquia, pela estrutura organizacional, com a finalidade de descrever, codificar, regulamentar a atividade de trabalho e materializadas, em geral, sob a forma escrita –, a importância das prescrições *ascendentes*, oriundas das situações de trabalho, que podem decorrer ou da *matéria*, ou do *coletivo*, ou do próprio *trabalhador* (Daniellou, 2002). Os textos prescritivos têm, portanto, um grande lugar no trabalho, em todos os níveis, elementares e complexos, técnicos e organizacionais, de execução e de concepção, de produção e de segurança etc. (Leplat, 2004).

A esse conjunto de prescrições, descendentes e ascendentes, é importante acrescentar aquelas designadas como prescrições sobre o “modo de pensar”. Estamos, então, no campo do caráter prescritivo dos conceitos, dos saberes intituídos (Schwartz, 1997). A possibilidade de conceituar determinados objetos, alvo de discussão, de colocar em circulação determinadas idéias, implica a mobilização do interlocutor no sentido de ajudá-lo a aceitar determinados parâmetros, a autorizar-lhe ou não o acesso a certos conhecimentos. Nesse sentido, acreditamos ser fundamental, para compreender sentidos e valores atribuídos ao *trabalho* nos discursos prescritivos, levar em conta não só os tipos de textos já mencionados, mas tentar uma aproximação a outros tipos, de abrangência muito mais ampla, porque circulam na mídia e são, portanto, sustentados por “processos de organização”. Tais textos, que não falam sobre o modo de fazer o trabalho em uma empresa ou instituição e, sim, sobre o “modo de pensar” e se “comportar” no trabalho, interferem no modo de apreensão do que seja o trabalho na sociedade. Materializados em diferentes suportes – revistas como “Você S/A”, programas de TV, como “O Aprendiz”, sites da internet que ditam regras de bom comportamento no trabalho –, todos eles, por seus traços de didaticidade e de injeção, funcionam como verdadeiros manuais, impondo “modos de estar no mundo” (Sodré, 2006) e no trabalho, em particular. Falar sobre os possíveis tipos de prescrições no mundo do trabalho e ampliá-los de modo a incluir a mídia, reconhecendo seu papel determinante na difusão de sentidos de trabalho, tem, neste contexto, duas finalidades: familiarizar o leitor com algumas das questões que circulam nas disciplinas que pensam o trabalho e, ao mesmo tempo, marcar nossa entrada na análise discursiva partindo de alguns princípios da Análise do Discurso, tais como o da inseparabilidade do texto e do quadro sócio-histórico de sua produção/circulação e também o da primazia do interdiscurso sobre o discurso, segundo o qual a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de troca entre vários discursos, em uma relação que se inicia no momento mesmo da gênese desses discursos (Maingueneau, 1984).

Estamos considerando que o campo discursivo da prescrição do/no trabalho institui um espaço discursivo que liga ao

menos dois posicionamentos em confronto cujas relações são cruciais para a compreensão dos discursos concernentes: a) os prescritos hierárquicos que circulam nos ambientes de trabalho *stricto sensu*, os quais encontram eco nos prescritos dos “modos de estar no trabalho” que circulam na mídia, portanto fora do ambiente de trabalho; b) os prescritos do chamado “modo de pensar” ou dos saberes instituídos que circulam preferencialmente no mundo acadêmico.

Dada a abrangência do campo e do espaço discursivos mencionados, decidimos iniciar a investigação no seguinte *corpus*: a) textos prescritivos constitutivos do que estamos designando por posicionamento 1, isto é, os que são elaborados pela hierarquia, nas chamadas relações de serviço e em alguns números da revista “Você S/A”, a partir de análise efetuada por Sturm (2006); b) textos prescritivos característicos do posicionamento 2, que pertencem ao domínio dos saberes instituídos, neste momento circunscritos às noções que circulam no enfoque ergológico, entendido como espaço epistemológico que privilegia a dimensão das relações humanas no trabalho e se propõe a observar os protagonistas do trabalho pelo confronto entre os “valores” que produzem recursos para gerir as variabilidades do meio (Schwartz, 2002).

Essa primeira incursão pelo *corpus* permite levantar a hipótese de que, no espaço discursivo que atravessa esses dois posicionamentos, o confronto está centrado na compreensão dos sentidos atribuídos à *competência*, item lexical que vem substituindo progressivamente o de *qualificação*, em decorrência das mudanças organizacionais e econômicas dos últimos anos, que levaram os dirigentes de empresa a pensar o problema dos ajustes das pessoas às tarefas e objetivos e a buscar procedimentos de avaliação dessas competências. O discurso das prescrições hierárquicas e da mídia alinha-se em um mesmo posicionamento, segundo o qual a competência pode ser medida em grades codificáveis e homogêneas, que indicam atitudes como flexibilidade, motivação, autonomia, individualismo, imediatismo etc. As relações de trabalho são, muitas vezes, concebidas a partir da metáfora do jogo: “equipes” de trabalho são comparadas a times, cujos jogadores ousados, ambiciosos, nem-se contra inimigos externos. Já o discurso dos saberes instituídos vê na noção de competência uma heterogeneidade fundamental que implica o grau de apropriação dos saberes conceitualizáveis – saberes mais ou menos codificados, cuja aprendizagem supõe disciplina – e o grau de apropriação das dimensões históricas, singulares e coletivas de cada situação de trabalho, sempre perpassadas pelo debate de valores a que se vê confrontado todo indivíduo em um meio de trabalho particular.

DANIELLOU, F. Le travail des prescriptions. In: XXXVÈME CONGRÈS SELF, 2002. Disponível em: <http://www.ergonomie-self.org/self2002/daniellou.pdf>.

Acesso em: 02 out. 2006.

LEPLAT, J. Éléments pour l'étude des documents prescripteurs. In: Revue activités, v. 1, n. 2, p.195-216, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Paris: Pierre Mardaga, 1984.

SANT'ANNA, V.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. *Trabalho e prescrição: aproximações ao problema a partir dos estudos da linguagem*. 2006. Não publicado.

SCHWARTZ, Y. Travail et ergologie. In: SCHWARTZ, Y. (Dir.). *Reconnaitances du travail*. Pour une approche ergologique. Paris: PUF, 1997.

\_\_\_\_\_. (2002) Evolutions de la prescription. In: XXXVÈME CONGRÈS SELF, 2002. Disponível em:



<http://www.ergonomie-self.org/self2002/schwartz.pdf>.

Acesso em: 02 out. 2006.

SODRÉ, M Doses de banalidade para mendigos da razão. 2006.

Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>. Acesso em: 11 abr. 2005

NOULIN, M. Ergonomie. Paris: Techniplus, 1992.

STURM, I. *Você está chorando ou vencendo lenço?* As relações interdiscursivas no discurso sobre o trabalho na administração moderna: a prática discursiva da Você S/A. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2006.

## Os sentidos de “trabalho” que circulam em textos da atividade psicoterapêutica

Marcos Antonio Moura-Vieira

[mvieir@hotmail.com](mailto:mvieir@hotmail.com)

Universidade Federal de Mato Grosso

As atividades de trabalho no campo da psiquiatria e da saúde mental se caracterizam por uma relação estreita e incontornável com a linguagem. O objeto de trabalho dos profissionais da área psíquica é construído no diálogo do protagonista da atividade clínica com aquele que padece de sofrimento psíquico. A esfera de atividade em um serviço de saúde mental é povoada de textos, seja do ponto de vista da tipologia textual, a exemplo dos estatutos dos serviços, dos manuais e rotinas de procedimentos, das atas de reunião, do prontuário, dos encaminhamentos; seja do ponto de vista dos textos que podem ser tomados como característicos de gêneros do discurso, a exemplo da pré-consulta, da consulta, do grupo psicoterapêutico, da visita domiciliar, dentre outros. Essa “produção textual”, independente de ser percebida como tal, é constitutiva da atividade. Nesse sentido, é importante esclarecer qual o estatuto dos textos que circulam na esfera da atividade de trabalho psíquico, uma vez que, na maioria das pesquisas em saúde mental, a atividade linguageira é, em geral, enfocada como “natural”, servindo apenas de “suporte” para as produções subjetivas que serão diagnosticadas e sofrerão uma ação objetiva (Moura-Vieira, 2004). Tratar essa questão, do ponto de vista dos estudos da linguagem, contribui tanto para a compreensão do repertório e da circulação de textos que constituem os efeitos de sentido da atividade, quanto para reconfigurar o papel das dimensões inaparentes do discurso que, tomadas na perspectiva da dupla significância da linguagem, ampliam as possibilidades de leitura e compreensão da complexidade das atividades humanas (Souza-e-Silva, 2002).

Considerando a atualidade e a importância de abordar essas questões, nosso estudo tem, como objetivo geral, refletir sobre o estatuto do texto, em gênero secundário, para a mobilização dos sentidos do trabalho psicoterapêutico na Saúde Mental em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Como objetivos específicos, descreveremos as atividades de grupo psicoterapêutico, classificaremos os gêneros do discurso e os tipos de texto que ali circulam e analisaremos a correlação entre os textos estabilizados e os efeitos de sentido do trabalho que implicam ações psicoterapêuticas concretas. Nosso estudo filia-se à Linguística Aplicada às Situações de Trabalho, na vertente que utiliza a Análise do Discurso como um recurso possível para trabalhar os textos mobilizados em práticas linguageiras (Boutet, Gardin e

Lacoste, 1995; Souza-e-Silva e Faïta, 2002). Tal postura teórico-metodológica, adotada pioneiramente no Brasil, por pesquisadores do grupo Atelier linguagem e trabalho, desenvolveu-se em estreito diálogo com as teorias da Análise do Discurso, retomadas por Dominique Maingueneau (1984), com as teorias da metalingüística enunciativa engendradas pelo círculo bakhtiniano (1925-27/1980) e com as práticas de análise das situações de trabalho que incorporam a linguagem como constitutiva da atividade (Clot, 1998; Schwartz, 2000; Faïta, 2005). Trata-se, portanto, de uma construção de práticas de pesquisa que mobilizam um campo de debates multidisciplinares, no qual a lingüística dialoga prioritariamente com a Ergonomia e Ergologia francesas e com a Psicologia do Trabalho e a Psicologia do Desenvolvimento, tendo como parceiros pesquisadores de grupos franceses (Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail – APST, Réseau Langage & Travail – L&T, Ergonomie de l’Activité des Professionnels de l’Éducation – Ergape, Dynamiques Sociolangagières – Dyalang, Clinique de l’Activité e Centre d’études des discours, textes écrits, images et communication – Ceditec) e brasileiros (Rede de Análise Pluridisciplinar do Trabalho – RAPT; Clínica da Atividade e Discurso – CliAD; projeto ARGOS, grupo Linguagem Identidade e Memória; grupo Trabalho Educação e Linguagem – TEL).

Este estudo preliminar foi realizado como parte qualitativa da pesquisa “Análise da efetividade das práticas terapêuticas dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Mato Grosso”, aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa do HJUM-UFMT (atendendo a resolução n°. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde) e financiada pelo MCT-CNPq (554534/2005-3), com recursos do fundo setorial da saúde. Propusemos, como eixo teórico-metodológico, a articulação entre epidemiologia, processo de trabalho e análise dialógica do discurso e desenhamos, como procedimento de pesquisa de campo, o estudo exploratório descritivo, aplicado ao universo de 27 CAPS do estado. Para esta apresentação, trabalharemos com o estudo piloto realizado no CAPS da Cidade de Poconé, em setembro de 2006. O instrumento de coleta de dados envolveu basicamente: a) descrição da estrutura física e material do CAPS, utilizando relato em diário de campo, fotografia, filmagem, levantamento documental da planta física e alvarás da vigilância sanitária; b) levantamento dos documentos normativos por meio de coleta documental de campo (coleta e cópia xerox de manuais, formulários, documentos internos) e bibliográfica prévia (revisão de normas e portarias ministeriais e coleta documental nos arquivos da Secretaria Estadual de Saúde de MT); c) levantamento do perfil dos trabalhadores recorrendo a coleta documental, questionários e entrevistas; d) caracterização psicossocial da clientela atendida a partir de notas de observação em diários de campo, notas de visita domiciliar, coleta documental, revisão de prontuários, questionários e entrevistas e e) observação, descrição e filmagem das atividades terapêuticas realizadas, recorrendo a relato de acompanhamento de atividade e a realização de seqüência de filmagem para a autoconfrontação (Moura-Vieira e Faïta, 2004). Todos os protagonistas da atividade pesquisada afirmaram/assinaram consentimento informado, e os procedimentos de pesquisa de campo, nesse primeiro momento, foram realizados apenas pelos pesquisadores senior do projeto. Uma vez realizadas as pré-análises, os ajustes dos instrumentos de coleta e a renormalização do desenho de pesquisa, as próximas missões de campo contarão também com a presença de bolsistas e estagiários.



Nos limites desta reflexão, o material submetido a análise advém da atividade específica denominada “grupo psicoterápico”. A atividade ocorre sob a responsabilidade de uma psicóloga, com o propósito de mobilizar conteúdos subjetivos em uma perspectiva psicodinâmica. Entretanto, os textos circulantes foram tipificados como informativos e o gênero discursivo instaurado coaduna com uma atividade de grupo educativo. Procedendo a uma confrontação entre o texto prescritivo da atividade, na norma operacional do Ministério da Saúde e no projeto terapêutico do CAPS-Poconé, com o relato da atividade realizado pelo profissional responsável e as notas de observação descritas pelo pesquisador, demonstramos uma distância entre o idealizado nos escritos do gênero secundário e as falas mobilizadas nos diálogos da atividade.

Nossa conclusão preliminar sugere que os textos/discursos que circulam na prática da atividade acabam por reforçar monologicamente “um” sentido do trabalho ligado ao universo discursivo da Psiquiatria tradicional, ou seja, a ideologia da “gestão institucional da loucura”. Nesse sentido, a ação terapêutica, planejada aparentemente como biopsicossocial, fica refém de uma atitude administrativa pouco resolutive. O efeito de sentido de “trabalho em instituição fechada” se impõe e mobiliza, na circulação dos textos autorizados pela equipe, à lógica da formação discursiva que a proposta da Reforma Psiquiátrica diz se opor, representada pelo modelo biomédico hospitalocêntrico.

- BAKHTINE, M. (VOLOCHINOV, V.) *Ecrits sur le freudisme*. Paris: éditions l'age d'homme, 1980.
- BOUTET, J.; GARDIN, B.; LACOSTE, M. Discours en situation de travail. In: MAINGUENEAU (Org.). *Les analyses du discours en France*. Revue Langage, Paris: Larrouse, 1995. p. 11-31.
- CLOT, Y. *Le travail sans l'homme: pour une psychologie des milieux de travail et de vie*. Paris: La Découverte, 1998.
- FAITA, D. *Análise dialógica da atividade profissional*. Tradução de Di Fanti, França e Moura-Vieira. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2005.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Madraga, 1984.
- MOURA-VIEIRA, M. A. Autoconfrontação enunciativo-discursiva e análise do trabalho psiquiátrico. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, v. 13, 2004. CD-Rom.
- MOURA-VIEIRA, M. A., FAÍTA, D. (Orgs.). *Revista Polifonia: O trabalho com os gêneros do discurso*, Cuiabá, vol. 08, 2004.
- SOUZA-e-SILVA, M. C. P. Estudos enunciativos: atividades de linguagem em situação de trabalho. In: BRAIT (org.) *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes/FAPESP, 2001. p. 131-146.
- SOUZA-e-SILVA, M. C. P., FAÍTA, D. *Linguagem e Trabalho: construção de objetos no Brasil e na França*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.
- SCHWARTZ, Y. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.

## Discurso e representação social do “trabalho” em escrita de pré-universitários

Helena Hathsue Nagamine Brandão

hnbrandao@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa de maior amplitude que tem, como objetivo geral, descrever e analisar um *corpus* constituído de produções escritas de candidatos aprovados em concurso vestibular em uma instituição pública. São textos produzidos, portanto, no término de um ciclo (ensino fundamental e médio) e no limiar de outro (o ensino superior). Esse exame representa, para muitos jovens, uma espécie de rito de passagem necessário entre esses dois ciclos, tendo em vista uma formação profissional de qualidade numa dentre as mais conceituadas universidades públicas. Dessa maneira, a situação em que se realizam os exames e, especificamente a redação, como um dos itens da prova de Língua Portuguesa, apresenta uma série de aspectos condicionadores da produção dos textos dos candidatos. Como tal, sua análise tem, como objetivos específicos, traçar: a) uma visão da representação que esses estudantes fazem de si mesmos como locutores, do alocutário, do trabalho, aqui compreendido em dois níveis – o trabalho do candidato com a linguagem e o trabalho como referente –, e a representação sócio-ideológica que se faz do universo do trabalho, como uma temática do mundo contemporâneo; b) uma visão retrospectiva das práticas de ensino/aprendizagem que ressoam (de maneira indicial/residual) na produção desses sujeitos, dando assim um perfil da prática docente a que foram expostos nos ciclos anteriores.

A pesquisa será desenvolvida tendo como suporte o quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso, na interface com a Linguística Aplicada. A relevância da investigação está justamente no fato de se procurar apreender, nas marcas da materialidade lingüística e nos movimentos do processar discursivo dessas produções, os reflexos e/ou deslocamentos do trabalho docente após quase uma dezena de anos do surgimento das propostas dos PCNs.

O *corpus*, selecionado aleatoriamente pela própria FUVEST/2006, é constituído de um número representativo de cerca de 1% das redações produzidas: 284 redações de diferentes carreiras, compreendendo somente as dos candidatos aprovados em primeira chamada. O texto que vamos apresentar traz uma primeira abordagem desse *corpus*, na qual analisei 30 redações, o que corresponde a pouco mais de 10% da totalidade do *corpus*. Tive, como objetivo, caracterizar um gênero escolar: a redação de vestibular. Para isso, foram focalizadas: as condições de produção desse gênero, a relação entre instrução e os textos produzidos, as representações sociais que os escreventes fazem do tema – o trabalho –, pré-construído e estereotipado, e estratégias de linguagem utilizadas.

A análise mostra que o discurso dos candidatos é atravessado por um discurso que circula na sociedade contemporânea, que, por causa da mundialização, vive, em relação ao trabalho, uma problemática comum. É um discurso que veicula idéias transmitidas pela mídia e bem presentes no cotidiano de cada cidadão. São idéias que vêm não se sabe de onde exatamente.

A Análise do Discurso trabalha com a noção de pré-



construído, introduzida por Pêcheux (1990, apud Maingueneau, 1998), que a define como “os traços no discurso de elementos discursivos anteriores de que se esqueceu o enunciador”. Essa noção foi em seguida reformulada como o traço do interdiscurso no intradiscurso. Isto é, toda formulação discursiva “se encontraria colocada de alguma forma na interseção de dois eixos: o *vertical*, do pré-construído, do domínio de memória, e o *horizontal*, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo uma vez que o sujeito enunciador é produzido como interiorizando de maneira ilusória o pré-construído que sua formação discursiva impõe” (Maingueneau, 1989: 115)

O pré-construído é então, próprio à natureza mesma da linguagem, compreendida como interação social, como ato concreto de enunciação dirigido para o outro pela sua natureza essencialmente dialógica, heterogênea. É por isso que o pré-construído tem para o sujeito um efeito de evidência; ele o mobiliza em suas operações linguageiras sem que dele se aperceba.

Amossy (1991), fazendo um estudo semiológico das idéias recebidas, explica esse fenômeno do pré-construído em um quadro teórico mais cultural e midiático. Para essa autora, “nosso espírito é habitado por representações coletivas através das quais apreendemos a realidade cotidiana e fazemos significar o mundo”. O imaginário social se inspira e se alimenta incessantemente dos textos e da iconografia de sua época. Quando o pré-construído se torna repetitivo, automatizado, uma representação coletiva congelada, cristalizada em um grupo social, temos o estereótipo ou lugar comum.

Os estereótipos “são imagens preconcebidas e cristalizadas, sumárias e recortadas das coisas e dos seres”, que o indivíduo recebe de seu meio social, e que determinam em maior ou menor grau sua maneira de pensar, de sentir e de agir. Os estereótipos são, pois, imagens de segunda mão que mediatizam nossa relação com o real (Amossy, 1991). A noção de estereótipo é noção problemática pelo seu caráter ambivalente: um aspecto positivo e outro negativo coexistem dialeticamente no termo. Impossibilitados de conhecer tudo pela experiência direta, remetemos a fontes de segunda mão e assimilamos as imagens e as representações legadas pela coletividade; imagens esquematizadas que recortam o real ou o discurso segundo um modelo imutável, povoadas de generalizações simplificadas e rígidas que impedem ver a diferença, o matiz, o caso particular, e não permitem o desenvolvimento da reflexão e do espírito crítico.

De outro lado, o contato direto com todas as coisas e acontecimentos é hoje impossível. Nosso conhecimento, de uma maneira geral, é sempre de segunda mão, ele vem do outro, ele passa pelas mídias, pela opinião pública, pelo discurso que circula no ambiente. Trata-se de um procedimento essencialmente econômico. Além disso, sob o aspecto lingüístico, nosso discurso está povoado pela palavra do outro, não há atos de enunciação adâmicos; a heterogeneidade é constitutiva da linguagem.

A tematização do trabalho, no nosso *corpus*, é operacionalizada por enunciados que fazem circular idéias recebidas da conversação cotidiana, sobretudo influenciadas pela mídia. O resultado da análise aponta para uma produção que tenta responder às expectativas da instituição e para aspectos inquietantes da prática escolar, no seu trabalho com a linguagem.

AMOSSY, R. *Les idées reçues*. Sémiologie du stéréotype. Paris: Nathan, 1991.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Tradução de Márcio V. Barbosa e M. Emília A.T. Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

### Gêneros midiáticos e o processo de construção textual

A proposta da mesa é tratar da circulação dos gêneros midiáticos e de sua descrição, no que diz respeito a seu processo organizacional. Várias áreas do conhecimento têm-se direcionado ao estudo das práticas discursivas, cada qual com sua especificidade. Dentre elas, destacam-se a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, e, em especial, a Linguística, no que diz respeito à Análise do texto e do discurso. Nesse sentido, nossos trabalhos irão privilegiar a análise das condições de produção, visando a observar as estratégias empregadas pelos interlocutores durante a atividade discursiva. A dialogicidade merecerá atenção, tendo em vista o fato de que sua presença instaura um processo de geração de sentidos que se constitui num fluxo de produção textual organizado.

Observamos os gêneros veiculados pela mídia impressa e pelo rádio, destacando para discussão cartas, anúncios e debates. A mídia impressa, jornais e revistas, pode ser estudada a partir do seu propósito comunicativo: o objetivo do enunciador (editor, diretor de redação, jornalista) ao escrever seus textos. Podemos estabelecer, no âmbito de tais textos, categorias que se relacionam à intencionalidade do emissor, ou seja, ao desígnio comunicativo que o material estabelece: informação detalhada, discussão dos valores do jornalismo na sociedade, formação de opinião, entre outros.

Ao se analisar as cartas do editor produzidas na mídia impressa, portanto, há que se destacar a relação com o seu processo de produção e interpretação, ou seja, a prática discursiva que lhe dá origem, observando as condições socioculturais que propiciam e influenciam essa atividade (Cf. FAIRCLOUGH, 1995)

O rádio, entendido como suporte para transmissão de gêneros específicos, como o debate, constitui-se veículo que vai além da simples transmissão de informações – como ocorreu há mais de oito décadas, época em que as primeiras transmissões se efetivaram em nosso país. O discurso radiofônico, como outras mídias, marca-se pela formação de opinião. No caso do gênero debate, ocorre a discussão de tópicos relevantes em datas específicas que merecem ser acompanhados pelos rádio-ouvintes. Muitas vezes, há o entrecruzamento de opiniões, em decorrência de se registrarem retomadas de tópicos já veiculados por outras mídias, como o jornalismo impresso. Importa destacar o jogo que se instaura entre os debatedores, entre debatedores e mediador e entre esses e os ouvintes. Será no âmbito do que propõem Kerbrat-Orecchioni (1990) e Charaudeau (2006) que essa discussão se delineará.

No que diz respeito ao gênero radiofônico comercial, é necessário destacar que as locuções transcorrem a partir de um texto prévio, do qual o locutor procede à leitura e interpretação, evidenciando-se já uma relação dialógica entre as duas modalidades de produção. Levar-se á em consideração o público a que esse gênero se destina, dada a emissora em questão, o horário de transmissão, o produto e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

os interlocutores – rádio-ouvintes – para serem observadas e discutidas as estratégias selecionadas na organização desse gênero específico. A questão das faces (GOFFMAN, 1981) e as marcas de polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), entre outras, direcionarão a pesquisa.

BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen. *Politeness. Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. New York: Edward Arnold, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (Ed.) *Les interactions verbales*. Introduction. T.1. Paris: Armand Colin, 1990.

### Cartas do editor em revistas brasileiras: uma abordagem textual-interativa

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

maluvictorio@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

Partindo de cartas do editor publicadas em revistas brasileiras de grande circulação nacional – como *Veja*, *Época* – e direcionadas a um público geral, pretende-se refletir sobre o papel social que esse gênero discursivo/textual exerce dentro da revista em que é veiculado e como o locutor interage com seu leitor. Na medida do possível, também estaremos verificando como o leitor reage ao que lhe é apresentado nas revistas, cotejando a seção de cartas do leitor.

Levando em conta a perspectiva textual-interativa, verificamos que a carta do editor é um texto que circula no contexto jornalístico, em seção fixa de revistas – denominada comumente de carta do editor, carta da redação, carta ao leitor – destinada a estabelecer um primeiro contato entre o editor e o leitor da revista. Em outras palavras, a carta é utilizada como um contato imediato entre editor (equipe editorial) e leitor, visando atender vários propósitos comunicativos: apresentar as matérias publicadas – na referida edição da revista – que tratam de temas de interesse nacional, opinar sobre fatos importantes e recentes da sociedade ocorridos no país ou no mundo, criticar a posição de alguma figura pública, entre outros. É um gênero que busca divulgar o conteúdo da revista ao público em geral e está escrito em registro formal ou semi-formal do Português.

Podemos classificar as cartas do editor a partir do seu propósito comunicativo, ou seja, do objetivo do editor (diretor de redação) ao escrevê-las. Assim, no âmbito dessas cartas, podemos estabelecer categorias que se relacionam à intencionalidade do emissor, ou seja, ao desígnio comunicativo que a carta estabelece: informação detalhada, apresentação das matérias apresentadas na revista, discussão dos valores do jornalismo na sociedade, formação de opinião; visto que a revista semanal não pode apenas repetir as notícias já apresentadas diariamente em outras mídias “mais rápidas”, como *Internet*, rádio, televisão, jornal impresso diariamente. A revista semanal precisa analisar, resumir,

estabelecer elos entre os acontecimentos tratados durante a semana em pequenos “pedaços”, buscando aprofundar a discussão já iniciada pelos outros meios de comunicação.

Ao se analisar as cartas do editor, portanto, há que se destacar a relação com o seu processo de produção e interpretação, ou seja, a prática discursiva que lhe dá origem. Nessa ótica, o texto resulta do processo de produção e do meio no qual o processo de interpretação é realizado. Quando se trata das condições sociais de produção e interpretação de textos, é necessário tratar das práticas socioculturais que propiciam e influenciam essa produção e interpretação, e acabam interferindo no texto.

Tais textos podem ser considerados o produto de um processo. Produto, porque é por meio das estruturas discursivas (narrativa, descritiva, argumentativa, entre outras) expostas na carta que a instituição (no caso, a Revista) tenta persuadir seus leitores. Nesse processo, o editor (diretor de redação) formula opiniões em função do que a sociedade determina, ou seja, daquelas notícias que as pessoas estão discutindo ou daqueles fatos que o editor julga serem os mais importantes para serem mencionados naquela edição.

Em decorrência disso, a análise desse discurso, numa perspectiva crítica (Cf. FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91), engloba o levantamento microestrutural do texto, através dos elementos lingüísticos que formam o texto, e o levantamento macroestrutural, por meio da análise das relações que se estabelecem entre os participantes no discurso, envolvidos no processo de produção e consumo desses mesmos textos.

Como se pôde verificar nas cartas do editor sob análise, os três fatores citados representam a totalidade de cada um desses textos, isto é, conferem ao enunciador (editor) a possibilidade de manter com seu leitor uma relação dialógica, quer seja pela adesão, quer seja pela negação das idéias expostas. Possibilitam também ao leitor perceber o que o enunciador (editor) quis dizer e como isso pode ser visto pelo público de modo geral, dado que as revistas também apresentam uma seção de *Cartas do leitor* em que o público pode se manifestar, revelando sua adesão ou sua não aceitação do exposto na revista na semana anterior.

Sabemos que nem toda carta do leitor é publicada. Segundo Melo (1999, p. 28-29), há sempre uma triagem para a seleção das cartas a serem efetivamente publicadas e, entre aquelas que são selecionadas para publicação, pode haver ainda uma edição, como ocorre normalmente nos jornais ou revistas.

Por razões de espaço da seção ou por direcionamento argumentativo, as cartas do leitor podem ser resumidas, parafraseadas ou mesmo ter informações eliminadas. O que acaba, segundo Bezerra (2002, p. 211), “por configurar-se como uma carta com co-autoria: o leitor, de quem partiu o texto original, e o jornalista, que o reformulou”.

As perguntas retóricas evidenciam a presença da oralidade no texto escrito, já que são uma estratégia para interagir em situação face a face em que o locutor, visando à construção do sentido textual, cria um enunciado interrogativo não para apresentar uma dúvida ou solicitar uma resposta, mas para conseguir um efeito de sentido mais persuasivo e desafiador em relação a seu parceiro, reforçando sua opinião sobre o dito e levando o leitor a concordar com seu ponto de vista. Na verdade, o editor faz uma escolha eficaz, em termos estratégicos, ao empregar perguntas retóricas.

Como se pôde verificar no decorrer deste trabalho, no que se refere ao nível de sua estrutura discursiva, a carta ao leitor não apresenta um tipo específico e, nesse sentido, se diferencia do conto ou da receita, considerados textos prototípicos das respectivas estruturas que representam. Na carta,





seqüências narrativas, descritivas, argumentativas convivem harmoniosamente, como já apontamos anteriormente. Por isso, muitas vezes, é difícil delimitar as porções de cada tipo textual, que se sucedem numa progressão/transição quase imperceptível. Cabe lembrar que o estudo dessa mescla dos tipos de estruturas textuais não pode ser desvinculado do estudo da organização tópica.

A carta é, sem dúvida, um gênero discursivo/textual, porém é tida como um gênero complexo. Trata-se, como já se viu, de uma correspondência em que diversas estruturas podem estar na base de sua composição. Talvez para melhor analisar e compreender esse gênero discursivo/textual, seja necessário observar o propósito de cada carta, qual a sua função enquanto atividade social, que papéis sociais são desempenhados pelos interlocutores (editor/leitor). Por fim, é preciso observar como o propósito ou querer-dizer de cada interlocutor se realiza em cada carta, evidenciando marcas que visam ao envolvimento do outro nessa prática social. Assim, para que o enunciador e seu leitor possam alcançar seus objetivos de realização de uma escritura e leitura críticas, eles precisam dar conta da delimitação e da unidade de seus textos.

Em relação às marcas lingüísticas de oralidade, observamos que determinadas escolhas lexicais, o uso de marcadores conversacionais e a organização textual estabelecem uma busca de maior aproximação e envolvimento entre os participantes da situação discursiva. Nessa perspectiva, tais marcas não são próprias de uma modalidade ou outra (oral/escrita), mas são usos característicos de alguns gêneros discursivos/textuais em determinados contextos. Com isso sustentamos, em conformidade com Fraga (2001, p. 98), que tanto a modalidade oral quanto a escrita “podem conter marcas de envolvimento, que são determinadas pelo gênero em que o texto se realiza e pelo contexto sociocultural que vai imprimir características nesse gênero”.

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. New York: Edward Arnold, 1995.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução sob a coordenação de Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.
- FRAGA, Rose Mary do Nascimento. *Cartas de leitores em jornais do século XIX: marcas de envolvimento*. Recife: dissertação de Mestrado, UFPE, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Oralidade e escrita. *Signótica*. v. 9, jan/dez/ 1997, p. 119-145, 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. IN: DIONÍZIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 19-36, 2002.
- PESSOA, Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros textuais. IN: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. IV Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, p. 197-205, 2002.
- SILVA, Vera Lúcia Paredes. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: INGEDORE G.; KOCH, V.; KAZUE S. Monteiro de Barros *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, p. 118-124, 1997.
- SWALES, John. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

## O gênero radiofônico comercial

Leonor Lopes Fávero

lplfavero@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

O trabalho examina o texto radiofônico do gênero comercial e tem como objetivo principal evidenciar como é construída a interação entre locutor(es) e audiência. O *corpus* é constituído de quatro textos, três *spots* e um testemunhal, veiculados em emissoras de São Paulo, no sistema de transmissão AM, numa análise qualitativa, à luz da Análise da Conversação e da Sociolingüística Interacional. Nessa perspectiva, são importantes a noção de face (GOFFMANN, 1967), *footing* (GOFFMANN, 1981) e a teoria da polidez (BROWN; LEVINSON, 1987).

Grande parte das locuções radiofônicas é feita pela leitura e interpretação de um texto previamente escrito, mas produzido especialmente para ser falado (e ser ouvido) em momentos distintos, evidenciando uma relação dialógica entre eles <sup>1</sup>.

O locutor atua como mediador entre o produtor do texto e a audiência. É ele quem, ao interpretá-lo faz a adaptação do texto escrito, colocando em evidência o que julga importante para a compreensão do mesmo, eliminando o que julga desnecessário, substituindo ou introduzindo outras unidades, visando à interação com a audiência, consciente das possíveis dificuldades de seu interlocutor em compreender o texto, pois, como todo falante de uma língua, tem, além da competência lingüística, competência comunicativa e textual, o que lhe permite utilizar a linguagem em diferentes contextos e situações e com diferentes finalidades (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990). Assim, ao interpretar o texto escrito, precisa considerar quem é o destinatário de sua mensagem, o que pretende com sua fala e quais as estratégias que deve utilizar para se fazer compreender e levar o ouvinte a cooperar.

No caso específico do texto comercial, pode-se dizer, considerando-se a perspectiva textual-interativa, que ele é um enunciado concreto e complexo, escrito em registro culto, que reflete as condições específicas e as finalidades de uma esfera da atividade humana. (BAKHTIN, 1992, p. 279). Desse modo, deve levar em conta o público a quem se destina e o efeito de sentido que pretende obter. Durante toda a atividade interacional, busca aproximar-se da audiência, construindo uma face positiva de amigo (desejoso de ser aceito), graças a sua credibilidade, com espontaneidade e informalidade, próprias da interação pessoal, revelando, com seu comportamento, um *footing* de conselheiro (GOFFMANN, 1981).

Nos textos analisados, a polidez mostrou-se sempre positiva e elemento imprescindível para que eles transcorram de modo a alcançarem os objetivos a que se propõem.

Ao texto escrito/falado cabe o papel de fio condutor da narrativa, mas outros signos são também aí incorporados como os efeitos sonoros, a música e os ruídos (não tratados neste trabalho).

A análise efetuada considerou, no processo interacional que se instaura entre locutor e ouvinte, não só as características dos participantes, mas também, numa análise microestrutural, as estratégias utilizadas pelo locutor, as quais contribuem



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

para a criação de proximidade com o ouvinte e para a credibilidade do produto, quer dizer, considerou-se, no texto verbal, não só o que está dito e explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer (BRAIT, 1993).

Verificou-se, assim, que os textos caracterizam-se por períodos curtos, paratáticos, com muitas repetições, principalmente do nome do produto, originando redundâncias, o que acaba por evidenciar textos dinâmicos, de fácil entendimento e altamente persuasivos. O uso dos marcadores é intenso, próprio de situações reais de interlocução face a face, permitindo, muitas vezes a simulação de troca de turnos.

As perguntas retóricas, frequentes nesse gênero, evidenciam o que já afirmamos em trabalhos anteriores (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1996; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2006): elas são usadas apenas como recurso para estabelecer contato, tendo função fática e configuram-se como imprescindíveis na organização textual-discursiva, prestando-se a consolidar as relações entre locutor e audiência, imprimindo um caráter vivo ao evento discursivo.

Por fim, deve-se dizer que se, ao texto escrito/falado cabe o papel de fio condutor da narrativa, outros signos são também aí incorporados como os efeitos sonoros, a música e os ruídos que não serão aqui abordados.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAIT, Beth. O processo interacional. In: PRETI, Dino (Org.) *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993.

BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen. *Politeness. Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lúcia, C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. Perguntas e respostas como mecanismos de coesão e coerência no texto falado. In: CASTILHO, Ataliba T. de; BASÍLIO, Margarida (Org.). *Gramática do português falado: Estudos descritivos*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. IV, p. 473-508, 1996.

\_\_\_\_\_. O par dialógico pergunta-resposta. In: JUBRAN, Clélia C. A. Spinardi; KOCH, Ingedore (Org.) *Gramática do português culto no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. 1, p. 133-166, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

### O discurso radiofônico e o gênero debate

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

zildaquino@terra.com.br  
Universidade de São Paulo

Este trabalho tem como proposta o estudo da organização do discurso radiofônico, tendo em vista sua descrição, especificamente no que concerne à delimitação do gênero debate. Entendemos que o discurso veiculado por essa mídia ainda não recebeu a devida atenção, embora se constitua na fonte principal, às vezes única, de acesso à informação para inúmeros cidadãos das várias camadas sociais, entre outros, pelo grau de abrangência de sua transmissão. Esse fato é significativo no que diz respeito ao papel da mídia como formadora de opinião e, nesse sentido, interessa-nos proceder

à caracterização do gênero debate no discurso radiofônico e observar sua organização discursiva, para destacar as marcas que os interlocutores imprimem ao discurso durante a atividade interacional e que são sinalizadoras de uma orientação argumentativa específica. Nessa direção, serão estudados os recursos passíveis de serem utilizados estrategicamente no discurso e que são responsáveis pela produção e transformação da realidade.

O corpus constitui-se de transcrições do programa “Liberdade de expressão”, veiculado pela CBN, do qual participam os jornalistas: Heródoto Barbeiro, como mediador, Carlos Heitor Cony e Artur Xexeo, como debatedores. Trata-se de um programa transmitido diariamente, pela manhã, e reprisado no final da tarde. Os participantes são fixos e o programa está no ar desde 2001. O tema selecionado é sempre algum que esteja em proeminência nos noticiários do dia e que já foram veiculados pelos jornais, televisão ou internet.

O referencial teórico privilegia as pesquisas de Kendon (1992), Kerbrat-Orecchioni (1990) e Perelman (1989) e Charaudeau (2006). Alguns fatores merecem consideração, tais como, o suporte e suas características, no sentido de se observar o que se informa e como se manifesta essa informação pela transmissão radiofônica. Inclui-se a capacidade de descrição do que se veicula, para que o ouvinte, reconstitua, crie uma imagem graças ao poder de sugestão da palavra. As análises permitiram observar as várias instâncias da organização discursiva que aí se apresentam. Pode-se dizer que, num primeiro momento, a atividade discursiva revela marcas de estratégias argumentativas utilizadas localmente – os debatedores, Cony e Xexeo, tentam persuadir um ao outro a respeito de suas posições, num debate cujas premissas se apresentam com clareza. Numa segunda instância, o mediador, Heródoto Barbeiro, observa o encaminhamento, o desenvolvimento desse discurso e tenta direcioná-lo, não apenas para marcar seu papel, mas de modo a fazer representar o que se poderia denominar voz do ouvinte. E, a partir dessa, desvela-se a outra instância discursiva, em que, num jogo estratégico, com orientação argumentativa determinada, não se perde de vista: a persuasão ao rádio-ouvinte. Ao mesmo tempo em que se atualiza em termos de informação, o rádio-ouvinte encontra-se diante da possibilidade de referendar ou de mudar sua posição a partir do que expõem os debatedores. Não se observa interação direta com o ouvinte, mas a voz deste se reflete nas intervenções do mediador que formula questões, procede a observações que se podem coadunar com as possíveis dúvidas que vão surgindo, durante o desenvolvimento do debate. Observa-se, enfim, uma tentativa de controle da informação, como se fosse possível ocorrer uma só explicação válida para dada informação de destaque nos noticiários.

Confirma-se a posição de Charaudeau (2006, p. 151), para quem: “O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído [...] a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo.” Além disso, destacam-se a problematização, a explicação, a alusão, a apreciação, as relações lógicas de causa e consequência, como elementos da organização discursiva que se apresentam revestidos pelo humor e que configuram turnos muitas vezes irônicos, capazes de seduzirem muito mais o interlocutor, rádio-ouvinte.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.



KENDON, Adam. The negotiation of context in face-to-face interaction. In: Duranti, Alessandro; Goodwin, Charles (Ed.). *Rethinking context. Language as a interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 323-334, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (Ed.). *Les interactions verbales*. Introduction. T.1. Paris: Armand Colin, 1990.

PERELMAN, Chaim. *Rhetoriques*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1989.

### Discurso, gêneros e ensino

Esta mesa-redonda busca discutir os gêneros textuais/discursivos. E embora nosso olhar se dê a partir de diferentes pontos de vista teóricos, reunidos sob o rótulo um tanto amplo de “análise(s) do discurso”, somos movidos por um objetivo comum: o de refletir sobre esse “objeto” nas práticas escolares – aí incluído o livro didático – de modo a elucidá-lo e, a partir daí, sugerir novas abordagens e/ou metodologias que contribuam para tornar o ensino de gêneros mais eficaz. Dentro desse tema mais amplo (gêneros textuais/discursivos) e de sua inserção no universo escolar, colocam-se três vertentes.

A primeira, partindo de uma reflexão sobre o conceito de gêneros do discurso de Bakhtin (2000), acrescida da contribuição de estudiosos como Maingueneau (2004) e Charaudeau (2004), no âmbito da análise do discurso francesa, volta-se para a questão da transgressão, propondo que a abordagem de gêneros, no ensino de língua materna, se dê por esse viés e não pelo estudo das regularidades (as coerções do gênero), como tem sido feito tradicionalmente.

Por sua vez, a segunda vertente, já voltada para o ensino do inglês, busca integrar duas posições contrárias: a da escola anglo-saxã e da escola de Sydney, que advoga a regularidade de gêneros textuais e afirma que um gênero é composto de estágios ou elementos obrigatórios, recursivos e opcionais, e a que adota uma perspectiva discursivo-semiótica, partindo do conceito de gênero de Kress (1989, 1997, 2002), que se apresenta como um contraponto a teorias sobre gêneros textuais/discursivos que se restringem ao exame da regularidade de seus recursos verbais.

A terceira vertente, enfim, parte do princípio de que um texto, antes de ser uma construção lingüística, é uma construção social tipificada pela experiência comunicacional dos agentes. Tal perspectiva sugere, pois, que o gênero, antes de ser um tipo textual, configura-se como um *tipo situacional* (EMEDIATO, 2003; CHARAUDEAU, 2004). O gênero é visto, portanto, mais como uma forma de ação do que como um tipo textual. Nesse sentido, busca-se avaliar como os manuais didáticos de língua portuguesa se apropriam de textos produzidos em outros domínios, tais como o jornalístico, o publicitário, o político etc, modificando os seus lugares de enunciação e de interpretação através da didatização.

BAKHTINE, Mickail. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFGM, 2004.

EMEDIATO, Wander. Os gêneros como tipos situacionais. In:

MARI, Hugo *et al.* *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: CAD-Fale-UFGM, 2003.

EMEDIATO, Wander. A enunciação comunitária dos gêneros discursivos. In: EMEDIATO, W. *et al.* *Análise do discurso: Gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: FALE-UFGM, 2006.

HALLIDAY, Michael. *An introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruquya. *Language, context and text: a social semiotic perspective*. London: Oxford University Press, 1989.

KRESS, Gunther. *Linguistic Process in Sociocultural Practices*. Oxford: OUP, 1989.

KRESS, Gunther; LEITE-GARCIA, Regina; VAN LEEWEN, Theo. Discourse Semiotics. In: VAN DIJK, Teun (Org.). *Discourse as Social Interaction*. London: Sage, 1997.

KRESS, Gunther. *Literacy in the New media Age*. London: Routledge, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFGM, 2004.

### Gêneros do discurso, transgressão e ensino

Gláucia Muniz Proença Lara

gmplara@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Em sua obra *Estética da criação verbal* (1. ed. 1979), Mikhail Bakhtin retoma a discussão dos gêneros do discurso – que data, na verdade, da Antigüidade Clássica –, tornando-se, desde então, referência para grande parte dos pesquisadores das ciências da linguagem, como atesta o grande número de trabalhos vinculados a disciplinas que vão da Teoria Literária à Análise do Discurso e que, via de regra, retomam, em maior ou menor grau, as concepções do teórico russo.

Assim, para o autor, as esferas de utilização da língua compõem um repertório de tipos relativamente estáveis de enunciados, que são os gêneros do discurso. Esses gêneros são considerados inesgotáveis pela riqueza e variedade que representam a partir das inúmeras esferas de atividades humanas e pela capacidade de ampliar-se a partir dos tipos estáveis (BAKHTIN, 2000).

Ora, se, por um lado, a definição de gênero(s) proposta por Bakhtin atesta uma certa estabilidade, ou normatividade, nas produções verbais dos falantes, por outro lado, como mostra a própria expressão “relativamente estáveis”, abre espaço para a transgressão, questão que nos interessa mais de perto no presente trabalho. O termo “transgressão” deve ser entendido como uma quebra de expectativa ou uma ruptura (desvio, deslocamento) de algum componente do conjunto de restrições – ou de regularidades – inerentes a um dado gênero.

Nessa perspectiva, somos levados a admitir que um gênero se situa na “zona de tensão” entre um conjunto de restrições – ou de regularidades – e um horizonte de possibilidades – ou de variações possíveis, o que implica um sujeito capaz de operar sobre o convencional, sobre o previamente instituído, assumindo-o ou subvertendo-o, em busca da construção



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

de outros (novos) efeitos de sentido. Essa questão passa, naturalmente, pela existência de gêneros mais (ou menos) padronizados.

Mainueneau (2004) propõe quatro modos de genericidade instituída, que vão do mais padronizado (modo I) ao mais criativo (modo IV). O modo I implica gêneros instituídos que não estão – ou estão pouco – sujeitos à variação (fichas administrativas, catálogo telefônico, registros de cartório etc). No modo II, encontram-se os gêneros que seguem uma cenografia preferencial ou esperada, mas toleram desvios (por exemplo, um programa político-eleitoral em forma de carta ou um guia de viagens apresentado como uma conversa entre amigos). O modo III inclui gêneros (como publicidades, músicas e programas de TV) que incitam à inovação, não apresentando, portanto, uma cenografia preferencial (embora, com o tempo, possam tornar-se estereotipados). No modo IV, finalmente, situam-se os gêneros propriamente autorais, como os literários, para os quais a própria noção de “gênero” torna-se problemática.

Ora, entre os gêneros considerados por Maingueneau menos padronizados (modo III), encontram-se os anúncios publicitários que constituem, portanto, um domínio bastante propício à subversão da ordem genérica instituída.

Quando ocorre a transgressão, isto é, quando percebemos índices de reconhecimento de dado gênero, mas, ao mesmo tempo, detectamos formas que não são esperadas, a questão que se coloca, para Charaudeau (2004), é saber o que é “desrespeitado”: 1) as restrições situacionais, responsáveis pelo contrato de comunicação entre os parceiros; 2) as restrições discursivas, que incidem sobre os modos enunciativos, de tematização ou de semiologização (verbal e/ou visual); 3) as restrições formais, relacionadas aos diferentes aspectos de organização textual. Há, pois, diferentes tipos de transgressão, cuja incidência entre os três níveis de restrições é variável.

Diante do quadro teórico exposto acima, que, como foi visto, apóia-se na concepção de gêneros do discurso de Mikhail Bakhtin, acrescida das contribuições de estudiosos da área de análise do discurso (francesa), nosso objetivo, num primeiro momento, é investigar como se dá a transgressão de gêneros em textos de publicidade na mídia brasileira. Para tanto, analisamos três textos (impressos): um anúncio da Gradiente, veiculado como uma carta para Papai Noel; uma mensagem de final de ano do Banco Rural, apresentada como uma fábula; e, finalmente, o anúncio de uma cachaça, que assume a forma de um verbete de dicionário. Buscamos observar, em linhas gerais, as restrições que afetam tanto o gênero transgressor quanto o gênero transgredido, o(s) componente(s) que foi(foram) “desrespeitado(s)” em cada caso (restrições situacionais, discursivas e/ou formais) e os possíveis efeitos de sentido pretendidos com a transgressão.

Num segundo momento, partindo da importância de se tomarem os gêneros como objeto de ensino no contexto escolar, o que ganhou força com a instituição dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (1998) e com a inclusão, cada vez maior, de textos midiáticos de variados gêneros (anúncios publicitários, propagandas, tiras humorísticas, charges etc) no livro didático, propomos que a abordagem dos gêneros se dê não a partir de suas regularidades, o que tem sido feito tradicionalmente, mas do ponto de vista de sua transgressão. Essa abordagem alternativa tem a vantagem de favorecer uma reflexão mais crítica e profunda sobre a noção de gêneros, na medida em que leva os alunos a reconhecer as especificidades do gênero transgressor e as do gênero transgredido, observando, ao

mesmo tempo, como elas se articulam na construção de determinados efeitos de sentido.

Nessa perspectiva, algumas experiências de leitura e interpretação de textos midiáticos (como os três mencionados acima) sob a ótica da transgressão ou da mescla de gêneros, que foram feitas com alunos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Letras/UFMG, revelaram-se bastante produtivas como forma de contribuir para a formação de um leitor proficiente, participativo, plenamente inserido no contexto sócio-político e cultural em que vive.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFMG, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFMG, 2004.

### O problema dos gêneros nos manuais didáticos: apropriação e reconfiguração

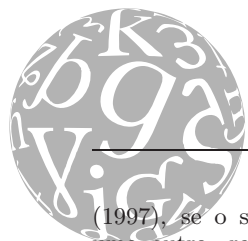
Wander Emediato de Souza

wemediato@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

No desenvolvimento bastante diverso da questão genérica, o conceito de gênero privilegiou os aspectos formais vistos como estruturas estáveis, recorrentes e específicas das produções textuais. O interesse se volta, nessa perspectiva, para um princípio ideal de classificação capaz de reduzir a pluralidade dos textos a codificações mais ou menos homogêneas, ou seja, a tipologias textuais. Tal perspectiva tem certamente o mérito de descrever as propriedades formais predominantes nos textos. Por outro lado, não possibilita uma visão mais ampla dos aspectos situacionais, pragmáticos e interacionais, do processo de comunicação do qual o texto, afinal, é o resultado material.

Um texto, antes de ser uma construção lingüística, é, na nossa perspectiva, uma *construção social tipificada pela experiência comunicacional dos agentes*. Uma tal perspectiva sugere, pois, que o gênero, antes de ser um tipo textual, configura-se como um *tipo situacional* (EMEDIATO, 2003). Os componentes da situação de comunicação na qual os textos são produzidos, incluindo a *identidade* dos parceiros envolvidos na relação comunicativa, a *finalidade* da comunicação, o quadro de *tematização/problematização* e o *dispositivo* físico e material envolvido constituem, para nós, os principais parâmetros definidores do gênero. Gênero é, portanto, mais uma forma de ação do que um tipo textual. A partir da descrição desses parâmetros é que devemos buscar compreender em que medida as formas de configuração textual lhes são adaptadas, constituindo as regularidades lingüísticas e discursivas dos gêneros. Retomando Bakhtin



(1997), se o signo, ao referir-se a uma realidade, refracta uma outra, realidade semiótica (ou ideológica), um texto, nessa perspectiva, é um signo que remete às suas condições de produção.

A recorrência de características parece constituir o problema central quando se trata de discutir a questão genérica. Sem dúvida, não há como falar em gênero sem postular a existência de regularidades formais. Sabemos, entretanto, que uma mesma forma pode suportar sentidos diferentes e que esta significação plural de formas singulares constitui sempre um problema para a classificação de textos. A recorrência de características formais, por si mesma, não garante absolutamente a especificidade de um tipo de texto, pois precisamos descrever também os seus lugares de enunciação e de interpretação.

A sociedade estrutura institucionalmente a prática social em grandes setores de atividade, ou *domínios de prática social*, que a experiência de comunicação humana organiza em espaços de palavra: os domínios político, religioso, jurídico, científico, educativo, midiático, etc (CHARAUDEAU, 2004). Este aspecto primeiro da produção discursiva nos remete ao fenômeno da *ancoragem social* do discurso, o que justifica dizer que não há produção de texto que não se encontre mais ou menos refém das determinações impostas pelo domínio social onde as práticas se realizam. O domínio de prática social surge assim como um determinante maior da *natureza comunicacional* do discurso. Assim, o domínio educativo determina a natureza comunicacional dos gêneros discursivos suscetíveis de serem produzidos no espaço da educação, ou seja, os seus *rituais linguageiros*: a configuração discursiva das aulas, a estrutura dos manuais de ensino, as resoluções e portarias, os diários de classe, as reuniões dos órgãos colegiados, a estrutura das avaliações. As determinações do domínio impõem também uma série de atividades linguageiras adaptadas ao domínio: explicar, perguntar, controlar a aprendizagem, avaliar, narrar, corrigir, problematizar numa certa direção, formar enciclopédias, formas condutas. O domínio determina ainda os papéis, os roteiros e os *scripts* a serem representados pelos atores envolvidos na comunicação educativa: relação de autoridade, o professor com seu papel de ensinar, avaliar e captar, o aluno com seu papel de aprendiz, que inclui o *aprender* e o *provar*.

Se o domínio é um forte determinante das características do discurso a ser produzido, isto não significa que todo texto circulante no interior de um certo domínio seja um texto intrínseco desse domínio. Nem todo texto que circula no domínio educativo, por exemplo, tem suas condições originais de produção dentro do domínio educativo. Um editorial de jornal, por exemplo, é um texto intrínseco ao domínio midiático, jornalístico e pode circular no domínio educativo, em uma aula ou dentro de um manual didático.

A questão genérica não consegue escapar da problemática das determinações que parecem impor às atividades humanas certas configurações de rotina. De um lado, não há sentido em falar de gênero sem conceber o fenômeno da regularidade. De outro, não há como conceber o gênero sem conceber a variância e a diferença. No duplo processo de produção e de interpretação, os sujeitos parecem se dotados de representações diversas: *representações de comunicação* capazes de engendrar e reconhecer modelos de situações de comunicação e de finalidades comunicativas; *representações de ação* capazes de engendrar decisões sobre os planos e as finalidades acionais; *representações semiolinguísticas* (EMEDIATO, 2006), responsáveis pelo engendramento e pelo reconhecimento das formas semantizadas adequadas e

adaptadas aos fins perseguidos. Os gêneros são elaborados e estabilizados com base nessas representações múltiplas que o sujeito adquire pela experiência. A aquisição dessas representações parece forjar nos sujeitos uma memória capaz não só de identificar de forma padronizada certas formas textuais, como também de produzi-las e interpretá-las em situações comunicativas que as exigem.

Nosso trabalho consiste em investigar como certos tipos de textos, pertencentes a domínios de práticas sociais específicos (midiático-jornalístico, literário, político, etc.), são utilizados no domínio educativo e, portanto, *reconfigurados* para atender aos parâmetros próprios do domínio que deles se apropria. Nesse sentido, nós analisamos como os manuais didáticos de língua portuguesa se apropriam de textos jornalísticos, literários, entre outros, sob o pretexto de trabalhar/ensinar gêneros textuais (buscando conformidade com orientações dos PCN's de Língua Portuguesa), modificam e reconfiguram os seus lugares de enunciação e de interpretação, enfim, alterando os parâmetros que, para nós, definem os gêneros como tipos situacionais (finalidade, identidade, tematização/problematização, dispositivo).

BAKHTINE, Mickail. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFMG, 2004.

EMEDIATO, Wander. Os gêneros como tipos situacionais. In: MARI, Hugo *et al.* *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: CAD-Fale-UFMG, 2003.

EMEDIATO, Wander. A enunciação comunitária dos gêneros discursivos. In: EMEDIATO, W. *et al.* *Análise do discurso: Gêneros, comunicação e sociedade*, Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2006.

## Gêneros do discurso, multimodalidade e ensino de inglês

Sônia Maria de Oliveira Pimenta

soniapimenta@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O termo "gênero", na vertente anglo-saxônica da análise do discurso, surgiu de uma necessidade de se analisarem textos acadêmicos. Nesse sentido, o conceito de gênero foi introduzido na área de ensino de inglês em 1981, com o artigo de Swales e de outros pesquisadores considerados como referência na literatura dos estudos de gênero dessa vertente. Tais artigos analisavam a escrita acadêmica de relatórios científicos. Outros trabalhos, originários do mesmo domínio – o científico –, também consideram o discurso, as características linguísticas e os contextos institucionais da escrita acadêmica. Paralelamente aos estudos anglo-saxônicos, iniciavam-se, na Austrália, estudos de gêneros, partindo da análise da escrita de textos de alunos do Ensino Fundamental. Baseando-se no enfoque sistêmico-funcional de Halliday (2004), Halliday; Hasan (1989) e Martin (1993), essa escola descreve a linguagem em termos das escolhas que o produtor faz no sistema linguístico em determinados contextos de uso. As duas perspectivas de estudos de gêneros



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

objetivam agregar linguagem, conteúdo e interpretação, tentando explicar os padrões de uso de uma dada língua em termos de regularidades de objetivos, de conteúdo e de forma.

No presente trabalho, buscamos integrar duas posições contrárias: a das escolas citadas acima (a escola anglo-saxônica e a chamada “escola de Sidney”), que advoga a regularidade de gêneros textuais/ discursivos e afirma que um gênero é composto de estágios ou elementos obrigatórios, recursivos e opcionais; e a que adota uma perspectiva discursivo-semiótica, partindo do conceito de gênero proposto por Kress (1989, 1997, 2003), que se apresenta como um contraponto a teorias sobre gêneros textuais/discursivos que se restringem ao exame da regularidade de seus recursos verbais, negligenciando o estudo dos diferentes sistemas de signos multimodais usados na construção de sentidos.

Para esse autor, os gêneros são tipos instáveis de texto que codificam os traços característicos e as estruturas dos eventos sociais, bem como os propósitos dos participantes discursivos envolvidos naqueles eventos. Nessa perspectiva, os gêneros textuais/discursivos constituem um inventário dos eventos sociais de uma determinada instituição ao expressarem aspectos convencionais daquelas práticas sociais com diferentes graus de ritualização.

Uma vez que os gêneros textuais/discursivos são afetados por variáveis culturais, históricas e ideológicas e reconhecidos como práticas sociais com hierarquias de poder, a proposta de Kress permite deslocar a ênfase dos traços de estabilidade e destacar a forma como estes estão em constante mudança. Kress também enfatiza a noção de hibridização, mostrando que os gêneros apresentam elementos originários tanto de múltiplas formações discursivas quanto de variadas categorias genéricas. A posição assumida por Kress – a ênfase dada à noção de hibridização – vai ao encontro do ponto de vista defendido por Rajagopalan. Nas palavras do autor, “fora do mundo idealizado por alguns teóricos, os gêneros híbridos são apontados como a regra e não mais a exceção” (RAJAGOPALAN, 2001, p. 189).

Diante do quadro teórico delineado acima, que busca integrar concepções contrárias de gêneros discursivos/textuais, nosso objetivo é, em primeiro lugar, mostrar, a partir da análise de quatro textos escritos, oriundos da mídia (imprensa) e de livros didáticos de inglês, diferentes graus de estabilidade e de hibridização. Dessa forma, buscaremos não apenas identificar suas regularidades genéricas e reconhecer a hibridização de gêneros, quando ela ocorre, mas também desvelar a forma como a linguagem e os elementos visuais articulam-se de modo a funcionar como ancoragem ideologicamente marcada nesses textos. Em segundo lugar, com base em experiências bem-sucedidas com alunos de Inglês Instrumental na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), propomos que o conhecimento sobre a estabilidade e a instabilidade de gêneros deve ser incluído no currículo de ensino de inglês, com o intuito de levar o aluno, aprendiz dessa língua, a adquirir, ao longo de sua formação, autonomia na leitura e na produção de textos, já que estes se vinculam necessariamente a gêneros, posição assumida pelos estudiosos que tratam as línguas em seus aspectos discursivos e enunciativos.

HALLIDAY, Michael. *An introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqya. *Language, context and text: a social semiotic perspective*. London: Oxford University Press, 1989.

KRESS, Gunther. *Linguistic Process in Sociocultural Practices*.

Oxford: OUP, 1989.

KRESS, Gunther; LEITE-GARCIA, Regina; VAN LEEWEN, Theo. Discourse Semiotics. In: VAN DIJK, Teun (Org.) *Discourse as Social Interaction*. London: Sage, 1997.

KRESS, Gunther. *Literacy in the New media Age*. London: Routledge, 2003.

MARTIN, Jim. A contextual theory of language. In: COPE, B; KALANTZIS, M. (Ed.). *The power of Literacy: A Genre Approach to Writing*. London: Falmer Press, 1993.

RAJAGOPALAN, K. Sobre a instabilidade de gêneros. *Boletim da ABRALIN*, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2001.

SWALES, John. The function of One Type of Particle in a Chemistry Text. In: SELINKER, L; TARONE, E.; HANZELI, Z. *English for Academic and Technical Purposes*. Rowley: Newbery House, 1981.

### Sujeito e ações de linguagem, o sujeito nas ações de linguagem

As noções de sujeito e de sentido são das mais controversas no âmbito dos estudos da linguagem, como efeito da multiplicidade de paradigmas que, sendo provenientes inclusive de outros campos disciplinares, alimentam as reflexões teóricas ou sustentam os trabalhos de investigação sobre a produção de sentido pelo sujeito.

Não tendo a pretensão ou o objetivo de dar conta dessa diversidade, esta mesa-redonda retoma categorias e discute trabalhos que tratam da relação do sujeito com o seu próprio dizer, com o dito e/ou com o dizer do outro. Pretendemos, por um lado, refletir sobre quadros teóricos fundamentados em diferentes perspectivas disciplinares que iluminem, com suas contribuições, a investigação da produção de sentido pelo sujeito. Por outro lado, baseando-nos em resultados de estudos que investigam o processo de formação de professores de línguas, refletiremos, na análise de diferentes ações de linguagem dos sujeitos da pesquisa, sobre indícios de sua relação com o objeto – portanto com o sentido –, os quais contribuem significativamente para a compreensão do engendramento entre processos de socialização, de subjetivação e de objetivação, entre identidades sociais e subjetividade, entre posicionamentos identitários e autonomia do sujeito.

### A construção do sujeito professor na correção de textos pelo professor em formação: pistas de um processo de formação identitária

Juliana Alves Assis

juassis@terra.com.br  
PUC – Minas Gerais

No trabalho ora anunciado, busca-se examinar a correção de textos por estudantes de Letras (professores de língua materna em formação), em situação de práticas docentes vivenciadas nos últimos períodos da formação, com o objetivo de flagrar pistas do processo de construção identitária desse professor em formação (SIGNORINI, 1998; KLEIMAN;



MATENCIO, 2005), especificamente no que toca à assunção de determinada posição discursiva (POSSENTI, 2002; GRIGOLETTO, 2003), ou seja, um lugar social e historicamente constituído e representado no discurso, o qual também é orientado por fatores da dimensão pragmática.

Em consonância com o quadro teórico-metodológico que sustenta as ações de ensino/aprendizagem do curso de formação de professores em que os dados foram coletados, concebe-se que as práticas de correção de textos (turno do professor) e de escrita/reescrita (turno do aluno) podem ser concebidas como turnos de uma interação construída no solo dialógico das ações de ensino e de aprendizagem. Assim, recorrendo-se à imagem de Voloshinov (1992), pode-se afirmar que a correção é a manifestação da compreensão responsiva ativa do professor ao projeto de dizer do aluno, consideradas as estratégias por ele escolhidas.

Tendo em vista a investigação descrita no trabalho ora proposto, convém ressaltar que a atitude assumida pelo professor em formação é orientada pela sua compreensão da natureza e de seu papel nessa tarefa bem como do papel do aluno, autor do texto corrigido. Considerados os objetivos aqui assinalados, o foco do trabalho incide sobre as manifestações discursivas do professor em formação no texto de seu aluno, a partir das quais se pretende perceber indícios da(s) representação(ões) do papel social de professor.

A discussão a ser desenvolvida integra-se às ações de investigação de equipe de pesquisadores da PUC Minas, que, desde 2001, no âmbito do Grupo de Pesquisa *Leitura, produção de textos e construção de conhecimentos*, vem se dedicando ao estudo do processo de formação inicial de professores, dada a inserção desses sujeitos nas práticas de leitura e de escrita acadêmicas. Em consonância com a filiação teórico-conceitual e metodológica que vem sustentando as ações de pesquisa mencionadas, assume-se que o processo de formação inicial de professores de língua materna inclui, para além da construção de conhecimentos teórico-conceituais indispensáveis à construção de seu objeto de estudo e, posteriormente, de ensino, a apropriação de um conjunto de saberes relativos à ação profissional do professor. Faz-se a defesa de que o desenvolvimento e o refinamento de saberes necessários à formação inicial do professor não se efetivam apenas pelo domínio de conhecimentos de natureza teórica nem estritamente por aqueles de natureza prática; acima de tudo, elaboram-se por meio das ações de construção de conhecimentos e de um “saber fazer” na prática profissional, fomentadas nas diferentes atividades de ensino e de aprendizagem, fundamentalmente organizadas na articulação reflexiva e sistemática da teoria e da prática (ASSIS; MATENCIO; SILVA, 2001). Sob esse ponto de vista, a aprendizagem do “saber dizer” está estreitamente articulada ao processo de inserção do sujeito em seu campo de atuação profissional. Noutros termos, entende-se que a formação de professores inclui não somente os saberes relativos ao campo das disciplinas nas quais futuramente irá atuar, mas aqueles que se reportam à construção identitária do professor, o que implica a assunção de uma determinada posição discursiva.

O *corpus* da pesquisa são textos corrigidos pelos professores em formação, já nos últimos períodos do curso de licenciatura em Letras, em práticas em que lhes são demandadas ações de natureza docente, seja nos estágios curriculares obrigatórios em escolas da Educação Básica, seja em oficinas de produção de textos ofertadas a outros alunos recém-ingressados na universidade. A análise se orienta pelo princípio de que, nas atividades de ensino e de aprendizagem, a forma como

se avalia revela as convicções epistemológicas sobre a ação docente em curso bem como a compreensão do avaliador sobre a relação entre sujeito e objeto de conhecimento (ARNOLD *et alii*, 2005). Mais especificamente, a forma como o professor em formação corrige os textos produzidos por seus alunos informa sobre o modo como ele entende seu papel no processo de letramento do aluno e, ainda, sobre a constituição desse próprio processo.

Os resultados oferecem importantes dados sobre o processo de formação inicial de professores de língua materna, na medida em que levam à reflexão sobre os saberes e sentidos que sustentam e direcionam a assunção da posição discursiva de professor na tarefa de correção de textos.

ARNOLD, S. B. T. *et alii*. *Avaliação em contextos virtuais de ensino: a experiência da PUC Minas*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

ASSIS, J. A.; MATENCIO, M. L.; SILVA, J. Q. G. Formação inicial e letramento do professor: uma proposta em implantação. In: KLEIMAN, A. B. (Org.) *A formação do professor: perspectivas da Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

GRIGOLETTO, M. Documentos de identidade: a construção da posição “sujeito-professor” nos livros didáticos de inglês. *Letras & Letras*. Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 75-84, 2003.

KLEIMAN, A.; MATENCIO, M. L. (Org.). *Letramento e Formação de Professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.

SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução LAUD, M. & VIEIRA, Y. F. São Paulo: Hucitec, 1990. (Original de 1929).

### Subjetividade, modos de dizer e acontecimento discursivo: uma reflexão sobre a práxis da escritura

Jane Quintiliano Guimarães Silva

janequingumaraes@yahoo.com.br  
PUC - Minas Gerais

Vinculado a uma frente de pesquisa – Formação de professor e letramento<sup>1</sup> –, o estudo aqui proposto pretende focalizar as estratégias (meta)textual-discursivas, agenciadas por alunos de um curso de Letras, no trabalho de escritura de seus textos acadêmicos, as quais são aqui interpretadas como gestos de subjetividade. Isso, sob um enfoque bakhtiniano, significa admitir que o sujeito, embora submetido a coerções sócio-históricas e enunciativas, empreende um trabalho linguístico-discursivo, na construção de seu texto, que se funda no agenciamento de recursos expressivos para levar a efeito o projeto de seu dizer, o que, resumidamente, pode ser tratado como resultado de um conjunto de ações com (na e pela) linguagem para dizer o que pode e deve dizer.

Trata-se, portanto, de uma investigação de cunho qualitativo e interpretativo, cujo interesse é o de construir uma compreensão sistemática acerca dos processos discursivos, refletidos nos modos de dizer, inscritos na escritura de textos



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

acadêmicos, por meio da (e na) qual são engendrados lugares enunciativos que tanto predicam, pelo dizer e modos do dizer, o(s) lugar(es) social(s) implicado(s) na atividade discursiva em questão, como, por meio deles, deixam entrever a subjetividade, a singularidade daquele que assume a alocação.

Trabalha-se aqui, com uma matriz teórico-metodológica que reivindica a concepção de que a língua, antes de ser um instrumento exclusivamente de comunicação, apartado do discurso e da ação do sujeito (intersubjetiva), é, sim, uma ferramenta (Cf. VIGOTSKY, 1991) por meio da qual (e com a qual) as pessoas recortam simbolicamente o mundo, significam-no sob um sistema referencial de cultura, constroem uma compreensão pública (mas também singular) dos objetos, firmam as suas relações sociais, etc. Sob o viés do pensamento bakhtiniano e vigotskyano, não se trata de um sujeito idealizado, uno, tampouco de um sujeito assujeitado ou inconsciente (que não sabe o que fala). Trata-se de um sujeito com uma história, imerso na trama discursiva de seu mundo, um sujeito marcado pelas injunções históricas, sociais e culturais de seu tempo que a elas reage, no interior das esferas de atividade humana, para atender (em sentido amplo) às necessidades de sua vida, afeito a múltiplas subjetividades, construídas ao longo de seus processos de socialização, em cujo bojo, vivencia-se a experiência do processo de subjetivação (MORIN, 1996)

À luz do trabalho com os dados, pode-se assinalar que os alunos, ao longo de sua formação acadêmica, vão experienciando, contínua e dialeticamente, processos de socialização, no interior dos eventos da comunidade acadêmica, mediante um múltiplo sistema de atividades discursivas próprias e específicas daquela esfera social.

A inserção do aluno nas práticas discursivas pressupõe a ação de um indivíduo que, nas atividades discursivas, traz enunciativamente à cena posições subjetivas que predicam diferentes lugares sociais, tais como aluno, colega, aluno-estagiário (futuro professor), conjugados com as diferentes posições comunicativas – leitor, escritor, falante/expositor, ouvinte –, previstas conforme o evento em curso. Colocar-se na posição de sujeito e deixar manifestar, no curso da enunciação, posições subjetivas, é uma construção discursiva, mas implicada com aspectos de ordem social, psíquica do indivíduo, mediada e regulada pela linguagem e levada a efeito no discurso (Cf. MAINGUENEAU, 1989; FOUCAULT, 2005).

Para atualizar um discurso, presume-se que o sujeito, investido de uma dada função social, no curso da enunciação, pode pôr em cena um feixe de posições subjetivas, as quais, por sua vez, refletem e refratam, naquele acontecimento discursivo, uma espécie de regulação promovida por um conjunto de elementos engendrados no âmbito da *ordem do discurso* (Cf. FOUCAULT, 1999). Dessa perspectiva, assumir a posição de sujeito nas atividades discursivas da academia implica falar de uma (ou mais) das posições subjetivas presumidas pelas práticas discursivas ali em curso, que, por seu turno, determinam, em larga escala, o que pode e deve ser dito, como pode ser dito, como deve e pode circular o discurso. Em suma, colocar em funcionamento um discurso, no espaço das práticas acadêmicas, prevê certamente a atualização de gêneros – resenhas, ensaios, artigos, seminários, aulas, projetos, memoriais – regulada pela *ordem do(s) discurso(s)* ali em questão (o acadêmico-científico, que ganha contornos distintos conforme o domínio discursivo: literário, lingüístico, filosófico, pedagógico).

Fica cada vez mais claro, a partir do trabalho com os dados, que investir-se na função de sujeito nas práticas discursivas

do mundo acadêmico é uma ação que requer desse sujeito a construção de um saber dizer e de um saber fazer científicos legitimados no domínio da academia. Isso significa que a maneira de colocar um discurso em funcionamento (que se dá por de meio de práticas que, por sua vez, são atualizadas por gêneros de discurso) é regulada e regulamentada *pela ordem do discurso*. Há, sem dúvida, uma gama de saberes de natureza diversa necessários aos sujeitos para integrar as práticas discursivas ali em vigência. Neste trabalho, focalizam-se os saberes relativos ao *dizer* (o como dizer, o quê se deve/pode dizer), mas o *saber fazer* científico (a construção do conhecimento sob um ritual sistemático prescrito e legitimado pelo campo científico em questão) está diretamente implicado com *saber dizer*, pois é, na e pela atividade linguageira, organizada pela produção do texto (trabalho da escritura), que se constitui, a um só tempo, a ação de sistematizar as reflexões sobre o objeto em estudo e os modos de dizer escolhidos (regulados) para materializar tais reflexões. Resumidamente, o funcionamento do discurso (dos discursos) regula os modos de dizer, articulando um conjunto de formulações aceitáveis (dos enunciados) excluindo aquelas que não estão no escopo/interior formação discursiva em questão.

<sup>1</sup> As reflexões desenvolvidas integram o projeto de pesquisa Os gêneros acadêmicos na formação inicial de professores: dos movimentos de apropriação dos conhecimentos sobre a configuração e funcionamento dos textos aos movimentos de construção de identidade profissional e de autoria (FAPEMIG SHA 198/04). O corpus, explorado numa abordagem longitudinal, é composto de textos do domínio acadêmico produzidos por alunos, ao longo de seu percurso de formação acadêmica, quais sejam: resumos (1º e 2º períodos); resenhas temáticas (3º período); ensaios literários e resenhas/comentários (4º período); artigos científicos (5º período); relatórios de práticas de estágio (6º e 7º períodos) e, por fim, memorial (8º período). Neste artigo, serão explorados dados coletados no bojo das práticas de escritura de resenhas e de memoriais, gerados ao longo de 2005.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979. (Original de 1929).

BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Original de 1979).

BAKHTIN, M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes & Editora da UNICAMP, 1989.

MORIN, E. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, D. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

VIGOTSKY, L. S. Concrete Human Psychology. *Soviet Psychology*. XXII, v. 2, 1989, p. 53-77.





## Abordagens textual-discursivas da linguagem: sujeito, sentido e representações sociais

Maria de Lourdes Meirelles Matencio

malumatencio@uaivip.com.br  
PUC - Minas Gerais

Este trabalho reflete sobre as contribuições da Teoria das Representações Sociais (TRS) para a compreensão dos fenômenos envolvidos na produção de sentido em atividades de textualização, atividades histórica e socialmente delimitadas.

Para alcançar esse objetivo, discute-se tanto o modo como a TRS concebe a relação do(s) sujeito(s) com o dito, com o dizer e com o saber quanto articulações possíveis entre essa abordagem teórico-metodológica e a defendida por estudos do texto e do discurso (KOCH, 1997, 2002; MARCUSCHI, 1998).

A reflexão sobre a TRS é desenvolvida, especificamente, a partir de três conceitos essenciais à Teoria, que busca compreender como os sujeitos partilham conhecimento pela e na atividade de interação e, nessa medida, se opõe a um cognitivismo reducionista e essencialmente individualista, procurando elaborar uma teoria sociopsicológica dos processos de significação (MOSCOVICI, 2003, p. 8-12).

Quanto aos conceitos essenciais, para que a TRS concretize as tarefas a que se propõe, por razões que parecem óbvias, o primeiro a ser considerado é o de representações sociais (RS), as quais são compreendidas como sistema de valores, de idéias e de práticas, cujas funções são orientar o sujeito na ação social e possibilitar a comunicação entre membros de um grupo (*Op. cit.*, p. 32). Também os conceitos de ancoragem e de objetivação merecem destaque, porque procuram explicar a construção e o compartilhamento de RS. No âmbito da referida teoria, a noção de ancoragem é entendida, fundamentalmente, como a capacidade de categorização dos sujeitos, noutros termos, como sua condição para classificar e nomear (*idem*, p. 61); o processo de objetivação é, por sua vez, considerado como a reprodução de um conceito em uma imagem (*ibidem*, p. 71).

Deve ser salientado, ainda, que, na tentativa de explicar as relações entre cognição e comunicação, a TRS tem desenvolvido estudos que procuram vincular operações mentais e lingüísticas (MOSCOVICI, 2003, p. 220), particularmente, através da investigação da estruturação temática e dos processos de lexicalização pelos quais é feita a referência e a predicação (*Op. cit.*, p. 223-250) – por meio dos lugares comuns, de *topoi* argumentativos –, processos pelos quais, portanto, manifestam-se, simultaneamente, a ancoragem e objetivação.

Feita uma primeira contextualização da TRS, serão apresentadas as contribuições que tal abordagem pode trazer para a investigação da textualização. Dessa forma, sem ignorar as distinções de princípios e pressupostos desses diferentes percursos teórico-metodológicos, procura-se refletir sobre sua complementaridade no estudo do funcionamento das práticas sociais de linguagem no texto.

Ora, é possível identificar, nessa breve descrição de tarefas, conceitos e princípios metodológicos, que muitos dos trabalhos desenvolvidos no escopo da Lingüística dos textos e dos discursos (e particularmente da chamada Lingüística Textual) que tratam dos processos de significação, à luz da

relação entre atividade de linguagem e processos de textualização, têm interesses que se articulam às preocupações da TRS (Cf., por exemplo, KLEIMAN; MATENCIO (Org.), 2005; KOCH, 1997, 2002; MONDADA, 2003). Afinal, se a textualização é concebida como atividade de elaboração e de tratamento da informação, em que o sujeito coloca em funcionamento estratégias de organização da informação, de formulação do texto e de progressão referencial (KOCH, 1997), pode-se dizer que ela põe à mostra a relação do sujeito com a linguagem, com outros sujeitos e com o próprio domínio discursivo de que enuncia.

As conclusões a que se chega destacam, de um lado, os avanços da teoria das representações na sistematização da relação entre a cognição social e os processos representacionais, os quais fornecem pistas palpáveis acerca de como os usos da linguagem podem indiciar processos mentais. Entretanto, isso não leva a concluir que a TRS valorize, de fato, as contribuições que os estudos lingüísticos poderiam trazer a sua reflexão sobre o compartilhamento de informações nas interações, o que seria desejável, uma vez que a investigação de mecanismos e estratégias de textualização nos estudos desenvolvidos no âmbito da Lingüística dos textos e dos discursos oferece categorias analíticas bastante produtivas, porque considera, no estudo dos processos de significação, tanto o compartilhamento de informações quanto relações intertextuais e interdiscursivas e, conseqüentemente, os mecanismos enunciativos indicativos dos diferentes pontos de vista em jogo quando se traz à tona representações sociais.

KLEIMAN, A. B.; MATENCIO, M. L. M. *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Cortez, 1997.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido*. Recife: UFPE, 1998. (Digitado).

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. *et alii* (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

## Alterações neurológicas e linguagem: discurso, experiência e subjetividade em pacientes

As pesquisas que compõem esta mesa versam sobre aspectos lingüísticos e subjetivos de alterações neurológicas: Afasia, Epilepsia e Parkinson. Elas integraram o projeto *Discursos, experiências e representações em alterações neurológicas: Afasia, Epilepsia e Parkinson*. Este projeto consiste num desdobramento das atividades do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). A multidisciplinaridade constitui a sua maior característica. Os processos lingüísticos, psicolingüísticos e interacionais recebem abordagens distintas, compreendendo diversas linhas de pesquisa, na busca de elucidar questões relevantes para a compreensão do comportamento humano. O presente projeto se debruça sobre alterações neurológicas –



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Afasia, Parkinsonismo e Epilepsia – que trazem repercussões importantes nos recursos lingüísticos e paralingüísticos das pessoas acometidas, afetando sua subjetividade, e comprometendo, assim, sua interação com os outros. Trata-se, então, de uma pesquisa multidisciplinar, envolvendo profissionais pertencentes ao campo da Antropologia Médica, Psicologia e Lingüística, que irão se debruçar sobre aspectos diversos dessas alterações, reunidos em torno do discurso e de aspectos subjetivos e intersubjetivos. As pesquisas encontram-se fundamentadas em diferentes correntes. Não obstante, a reunião dessas correntes visa a desenvolver olhares múltiplos, que tenham a possibilidade de gerar resultados que poderão, em parte, ser complementares. Assim sendo, esses resultados devem formar um rico quadro descritivo sobre a organização e os sentidos do discurso e/ou a experiência de sujeitos afetados por Afasia, Epilepsia e Parkinson. Serão discutidos os seguintes temas: 1) *Entoação e doença de parkinson: algumas contribuições*; 2) *Afasia e constituição subjetiva: uma análise discursiva* e 3) *O discurso de sujeitos portadores de epilepsia sobre a experiência da doença*.

### O discurso de sujeitos portadores de epilepsia sobre a experiência da doença

Moab Duarte Acioli

mbacioli@uol.com.br  
Universidade Católica de Pernambuco

#### 1) INTRODUÇÃO

Rudolf Carnap (1891-1970) conceitua a semântica como o estudo da relação lógica entre os signos lingüísticos e os respectivos objetos (MARCONDES, 2005). Através de uma perspectiva *foucaultiana*, ao se falar desses significados, estes inscrevem-se numa determinada prática discursiva, em relação dialética com determinada prática social mais ampla (FAIRCLOUGH, 2001). Portanto, ao ser pensada uma construção social desses sentidos, em termos do que pode ser definido como processo saúde-doença, existem modelos semânticos *alternativos* àquele oficial biomédico e positivista. Entre eles, o modelo *illness*, que refere-se à semântica e à lógica da experiência subjetiva do adoecer. (KLEINMAN, 1980; GOOD et al, 1994). Esta se fundamenta numa concepção fenomenológica sobre o imediatamente vivido e apreendido pelas consciências dos sujeitos em interação (SCHUTZ, 1970). Existe uma construção de estruturas narrativas que reorganizam as polissemias e paradoxos do mundo empírico, principalmente através da linguagem usada na vida cotidiana. (BERGER & LUCKMANN, 1974). As narrativas são *metacódigos* que permitem um entendimento dos sintomas individuais ou idiossincráticos entre grupos e sujeitos que se localizam no espaço da alteridade psicológica ou sociocultural (WHITE, 1981). Além disso, caracteriza uma rede semântica para o modelo *illness*, estando presentes os sintomas típicos ou particulares de uma doença, crenças sobre as causas da doença, o processo de escolha ao cuidado da saúde e a relação sociolingüística como modelo cultural de contexto (KLEINMAN, 1988). A etimologia do termo *epilepsia* vem do latim *epi* [súbito] e *lepsia* [perda da consciência] (HOUAISS, 2001). Segundo a biomedicina, é atividade anômala da função cerebral, que pode propiciar

convulsões, perda da consciência, além de sintomatologia sensorial, motora e comportamental (MYERS, 1998). Desde tempos imemoráveis, existe uma preocupante *rejeição social* no tocante à epilepsia (EY, 1978). Pode ser dito tratar-se de uma discriminação *ontológica*, onde o sentido do “ser da doença” apresenta-se metaforizado como o *Mal Epilético* (CANGUILHEM, 1995; LAPLANTINE, 1991). Segundo o Aurélio, o *mal*, do latim *malu*, na qualidade de substantivo masculino, significa aquilo que é nocivo, prejudicial e que fere, opondo-se ao *bem*, à virtude e à honra. (FERREIRA, 1999). Pode-se perceber, portanto, um significante moral subjacente ao *problema* epilepsia, vinculado à expressão de comportamentos diferentes da normalidade. Isso implica o conceito antropológico de estigma, definido como a construção social de uma *marca* que se caracteriza como identidade social virtual e não real (GOFFMAN, 1975).

#### 2) OBJETIVO GERAL

Analisar as narrativas de sujeitos sobre a experiência de ser portador de epilepsia, através da estratégia de análise de conteúdo.

#### 3) MATERIAL E MÉTODO

- Campo: Ambulatório de Psiquiatria do Hospital Geral Otávio de Freitas (SUS/PE), entre novembro de 2004 até fevereiro de 2005.

- Instrumentos: Entrevista semidiretiva, com análise temática. De acordo com Bardin (1979), o tema é uma afirmação sobre determinado assunto, variando entre uma palavra e um parágrafo. Podem ser contabilizados como unidades de registro e submetidos a uma inferência teórica através das unidades de contexto.

- Sujeitos: Dos 10 sujeitos entrevistados, pode ser observado o seguinte perfil: igual frequência por gênero; idade média de 31 anos; relativa igualdade entre católicos (5 sujeitos) e evangélicos (4 sujeitos); maioria de solteiros (8 sujeitos) e inativos (5 sujeitos).

#### 4) RESULTADOS E DISCUSSÕES

a) Motivos da demanda ao tratamento médico

1<sup>o</sup> Necessidade de medicação (8 UR); 2<sup>o</sup> Sofrer de doença de nervos (4 UR); 3<sup>o</sup> Presença de quedas (3 UR); entre outros.

b) Percepção dos acontecimentos no corpo

1<sup>o</sup> Mal estar (6 UR); 2<sup>o</sup> Queda (5 UR); 3<sup>o</sup> Reações motoras (4 UR); entre outros.

c) Impactos na vida

1<sup>o</sup> Problemas no trabalho (6 UR); 2<sup>o</sup> Sem Impacto (3 UR); 3<sup>o</sup> Não pôde continuar os estudos (2 UR); entre outros.

d) Sentimentos diante do problema

1<sup>o</sup> Tristeza (6 UR); 2<sup>o</sup> Falta (4 UR); 3<sup>o</sup> Raiva (4 UR); entre outros.

e) Sentimentos diante do tratamento

1<sup>o</sup> Sentimento como algo bom em relação ao tratamento (7 UR); 2<sup>o</sup> Sentimento como algo ruim em relação ao tratamento (6 UR); 3<sup>o</sup> Sentimento de esperança em relação ao tratamento (1 referência); entre outros.

#### 5) CONCLUSÕES

A compreensão da dimensão subjetiva da epilepsia implica considerar a importância de estudos transdisciplinares. Nunes (1995, 98) observa a necessidade desse tear a partir de “um quadro geral de demandas a exigirem uma reflexão e atuações práticas interdisciplinares”. Uma das grandes respostas é a articulação entre o biológico e o social, atravessada pela linguagem. Num sentido epistemológico, existe uma discussão em torno da construção de uma Ciência Pós-moderna, fundamentada no reconhecimento de uma crise, no paradigma natural de relação epistemológica entre



o sujeito e o objeto. Esta anuncia a construção de um novo modelo, baseado na relação hermenêutica entre o eu e o tu. (SANTOS, 1989) Portanto, o portador de epilepsia carrega o significado social da sua doença como um *mal*, conceito moral que se sobrepõe aos sujeitos significadores. A busca da medicação é uma estratégia de camuflagem química em vistas da proteção contra o estigma. O tratamento num ambulatório de psiquiatria parece engendrar um duplo significado estigmatizador: epilético e louco. Em termos dos sistemas de saúde, por fim, faltam estratégias interventivas que facilitem uma comunicação intersubjetiva, permitindo uma melhor circulação e elaboração dos significados sociais.

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- EY, H.; BERNARD, P. & BRISSET, C. *Tratado de psiquiatria*. Barcelona: Toray-Masson, 1978.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GOOD, B. et al. *Pain as human experience: an anthropological perspective*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1994.
- HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- KLEINMAN, A. *Patients and healers in the context of culture*. An exploration of the borderland between anthropology, Medicine and Psychiatry. Berkeley, Los Angeles, London: The University of California Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. *The illness narratives: Suffering, healing & the human condition*. Washington: Basic Books, 1988.
- LAPLANTINE, F. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARCONDES, D. *A pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MYERS, A. *Medicina*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
- NUNES, E. D. A questão da interdisciplinaridade no estudo da Saúde Coletiva e o papel das Ciências Sociais. In: Canesqui, A. M. (Org.). *Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva*. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco, 1995.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SCHUTZ, A. *On phenomenology and social relations*. Chicago / London: The University of Chicago Press, 1970.
- WHITE, H. The value of narrativity in the representation of the reality. In: MITCHELL, W. J. T. (Org.) *On narrative*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1981.

## Afasia e Constituição Subjetiva

Maria de Fátima Vilar de Melo

mfvmelo@uol.com.br  
Universidade Católica de Pernambuco

### Introdução

A afasia consiste no comprometimento da linguagem traduzido em sua perda ou redução. É um sintoma oriundo de lesão cerebral e se apresenta em pacientes que sofreram Acidente Vascular Cerebral (AVC) isquêmico, com falta de irrigação sanguínea em área cerebral responsável pelo funcionamento da linguagem. Pode vir acompanhada por outras seqüelas, como problemas nos processos auditivos, visual ou sensorio-motor. Todavia, é possível perceber que, independentemente da área em que ocorreu o AVC isquêmico, as trocas comunicativas entre os portadores da afasia e as pessoas que o rodeiam são afetadas, o que provavelmente resultará em implicações para as suas relações familiares e sociais e, conseqüentemente, para sua subjetividade. Assim, frente a um sujeito afásico, deve-se considerar sua singularidade, o seu processo único de produção de linguagem. Freud (1977) propõe uma nova leitura da afasia, considerando o funcionamento psíquico do indivíduo, uma vez que sujeitos ditos saudáveis, em determinadas circunstâncias, e/ou sob a influência de estados afetivos, também são capazes de fazer trocas ou mutilação de palavras. Ele denomina a parafasia: “devemos entender uma perturbação da linguagem em que a palavra é substituída por uma outra não apropriada que tem, no entanto, uma certa relação com a palavra exata” (FREUD, 1977, p. 35). A partir da compreensão da Psicanálise do lugar da linguagem na constituição subjetiva, supomos que a afasia poderá acarretar em conseqüências, por vezes, dramáticas para a subjetividade. Para investigar essas conseqüências escolhemos trabalhar com a Escola francesa de análise do discurso, inaugurada por Pêcheux, principalmente a 3ª Época dessa abordagem, onde a possibilidade de uma articulação com o sujeito pulsional da Psicanálise se faz de modo mais harmonioso. O conceito de discurso desenvolvido por essa Escola parte do pressuposto de que o sentido do discurso não é transparente, mas opaco e, assim, “é preciso desconstruir a discursividade para enxergá-lo” (GREGOLIN, 2001, p.11). Essa Escola é formada a partir de um tripé, a saber: a) No materialismo histórico e dialético; b) Na lingüística; c) Na teoria do discurso. Esses três campos estão interligados pela concepção de sujeito de Psicanálise lacaniana. Nesse sentido, é importante lançar um olhar sobre o discurso, considerando-o estruturante para o sujeito e considerando também o contexto no qual o discurso é construído. No entanto, conforme alerta Guirado (2000), deve-se admitir que ele não se restringe à presença no contexto, sendo responsável por sua construção. Como o discurso é opaco, ele não traduz a realidade com fidelidade absoluta. Perante ele, estamos diante do desconhecido ou com o “estranho familiar de todos nós”. Cabe, na atuação psicanalítica, considerar que, através do discurso, o sujeito fala dele mesmo, além do que é dito por suas palavras. Considerando a atividade discursiva, com base nos conceitos de heterogeneidade discursiva e interdiscurso da Escola Francesa de Análise de Discurso, como a noção de sujeito em Psicanálise, o presente trabalho se propõe a refletir sobre os discursos dos sujeitos afetados pela Afasia, no que concerne às implicações subjetivas do sintoma.

### Metodologia

*Participantes:* Participaram 10 pessoas adultas 7 do sexo masculino e 3 do sexo feminino portadoras de afasia, oriundas da camada média, submetidos a tratamento no Centro de Reabilitação de Olinda (CRO).

*Instrumentos:* Entrevistas individuais semidirigidas. Cada participante foi convidado a falar livremente acerca do que



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

pensa sobre a afasia e possíveis repercussões em sua vida.

*Transcrição da entrevista:* Utilizamos o modelo de transcrição desenvolvido pelo projeto NURC (Norma Urbana Culta), da Universidade Federal de Pernambuco.

*Análise dos dados:* A análise inspira-se, em parte, na Escola Francesa de Análise do Discurso. Após a transcrição dos dados, fizemos um esquema individual, seguindo a ordem cronológica do discurso, a fim de uma melhor visualização dos temas abordados por cada participante. Para facilitar a análise, distinguimos os elementos lingüísticos e os elementos supra-segmentais. Os primeiros são concernentes à palavra e à gramática, por exemplo, quando o participante faz uso de negação, contradição, neologismo, repetição, etc. Já os elementos supra-segmentais dizem respeito à entoação (prosódia) e entonação no discurso.

Resultados e Discussão

*Elementos lingüísticos/discursivos:* Observam-se palavras e/ou expressões que se repetem ao longo do discurso e que concernem, sobretudo, à tentativa de narração de como foi o AVC. Nesse caso, falam muito o *aí*, como uma tentativa de pôr palavras naquilo que para eles falta um sentido. Ainda ao narrar o que lhes aconteceu, repetem palavras relativas ao que eles atribuem enquanto causa e/ou sinal desse acidente, a saber, *aperreio; extravagância, sal, xixi*. Os termos *aperreio* e *extravagância* também estão presentes naquilo que lhes é impossibilitado de fazer, a fim de que não sofram outro AVC. Constata-se também que, ao narrar como foi o acidente, eles enfatizam as mudanças que aconteceram em suas vidas e, nesse sentido, há a forte presença do *não* e de adjetivos referentes à doença: *horrível, desgosto, triste, isso dói*. Observa-se também que alguns participantes, quando falam sobre o AVC, empregam neologismos e apenas alguns percebem que não falaram uma palavra adequada. Poucos se aproximam um pouco da palavra que querem falar. Segundo Lacan (1956), na afasia, o sujeito tem a possibilidade de “girar em torno” de determinado assunto, apesar de nem sempre conseguir nomeá-lo. Quanto às mudanças, os participantes falam sobre limitações físicas e também da dificuldade em relação à palavra, o que lhes restringe a sua imagem enquanto sujeito. Enfatizam as mudanças concernentes ao relacionamento familiar, apontando perdas e ganhos. Todavia, fica evidente a insatisfação e mesmo a tristeza deles diante do cuidado da família. Esses sujeitos reclamam de maneira explícita da sua condição de infantilizado ou coisificado pela família, bem como por sua rede de relações. Assim, destacamos as dificuldades desses participantes de utilizar corretamente os tempos verbais bem como os pronomes que afirmam o seu lugar de sujeito.

*Elementos supra-segmentais:* Alguns participantes alteraram o tom de voz, implicando tristeza, especialmente quando falaram da doença, bem como das mudanças no que concerne ao relacionamento familiar e social. Também se percebe alteração, no sentido de alegria, quando é compreendida pela entrevistadora. A pausa é o elemento supra-segmental predominante nas entrevistas. Esse fato corrobora com a afirmação de Freud (1977) de que a fala sofre influência de estados afetivos.

Conclusões

Percebe-se que as alterações no discurso dos participantes estão presentes, especialmente quando abordam temas que lhes implicam afetivamente. A redução da linguagem tem ressonância em sua subjetividade, dado que é a linguagem que suporta o sujeito. Nesse sentido, pode-se pensar que, partir de uma limitação frente à linguagem, é para o sujeito como se ele perdesse algo que lhe caracteriza enquanto sujeito.

FREUD, S. *A interpretação das afasias*. São Paulo: Edições 70, 1977.

GREGOLIN, M. R. Olhares oblíquos sobre o sentido do discurso. In: GREGOLIN, M. R. e BARONAS, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.

GUIRADO. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LACAN, J. *O seminário - livro 4: A relação de objeto* Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1995 [1956-1957].

### Entoação e doença de Parkinson

Marigia Ana de Moura Aguiar

marigia@hotmail.com.br

Universidade Católica de Pernambuco

Este trabalho visa realizar uma reflexão sobre a prosódia no discurso do portador de Parkinson, ressaltando-se a importância de se considerar o contexto interativo, condição necessária a qualquer situação dialógica, e o desenvolvimento de estratégias que contemplem padrões prosódicos. O pressuposto utilizado é o de que as escolhas tonais, que vão sendo feitas ao longo da interação, são responsáveis pela construção de um contexto: as opções de proeminências tonais vão construindo o sentido do texto simultaneamente. Ou seja, o contexto interativo implica no reconhecimento de que o comportamento prosódico do falante constrói um contorno entoacional significativo, sendo interpretado pelo ouvinte como constitutivo de conteúdo informacional. Destaca-se a importância dada ao contexto interativo vivido pelos sujeitos portadores de Parkinson. Espera-se contribuir para os estudos sobre como se estruturam os padrões entoacionais e como eles contribuem para a interação no processo dialógico. Muito se tem discutido sobre a correlação entre elementos lingüísticos e a relação de poder no processo comunicativo, no que se refere à participação efetiva dos interlocutores no evento de fala. O ouvinte recebe da parte do falante as pistas necessárias à organização e negociação dos passos no momento da fala. O contexto social (ou situacional) e o informacional condicionam as ações lingüísticas dos falantes e orientam na organização dos turnos da fala, observando-se as normas conversacionais (SCHEGLOFF & SACKS, 1973) e os fatos ausentes e os presentes no momento da interação. A observação de marcas lingüísticas, pistas fornecidas pelos falantes através de estruturas ao nível sintático-semântico, ao nível prosódico ou situacional (acesso ao contexto de produção), através de estratégias discursivas textuais e contextuais, possibilitam o controle sobre o discurso do outro. Os padrões entoacionais, por exemplo, refletem as ações do falante, tanto ao nível lingüístico propriamente dito (estrutura gramatical), quanto ao nível situacional (intenções do falante em consequência de seu conhecimento prévio da situação e do seu interlocutor). As condições de produção dependem das relações de sentidos, em que todo discurso se relaciona com outros, e das relações de força, previamente estabelecidas pela sociedade, dependendo também da posição do sujeito na relação e o os fatos presentes no momento da interação em práticas conversacionais face a face. A organização da conversação ocorre através de turnos.



Considera-se turno aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade de silêncio (MARCUSCHI, 1986). A tomada de turnos pode prosseguir de forma linear e seqüenciada ou através de uma interrupção produzida pelo interlocutor. Contudo, a tomada de turno obedece a um mecanismo que se explicita em algumas técnicas e regras, como é o caso em que o falante escolhe o próximo falante, e este toma a palavra iniciando o próximo turno, ou ainda, quando o falante corrente pára e o próximo falante obtém o turno pela auto-escolha. Esta é, inclusive, uma regra relacionada à prática da boa educação, que determina que um de cada vez deve falar ou esperar a vez para falar, ou seja, esperar por marcas como pausas, hesitações, uso de marcadores, padrões entoacionais descendentes, entre outros, na fala do nosso interlocutor (DIONÍSIO, 2001).

O falante deve observar sua contribuição na conversação, estabelecendo a coerência com os turnos anteriores e supor interpretações do ouvinte, ou seja, a “intenção do emissor” (DIJK, 1992 p.54). A compreensão de um discurso é feita por partes, começando por palavras, orações, para só então abranger sentenças complexas. Ocorre também que, no processo de comunicação, os interlocutores realizam a significação ao mesmo tempo, não sendo, portanto, apenas uma transmissão de informação, pois a linguagem relaciona sujeitos e sentidos, havendo assim, um complexo processo de constituição destes.

De acordo com a teoria pragmática da língua, que analisa as relações entre os enunciados e a interação, a compreensão dos primeiros depende das propriedades de suas estruturas, das propriedades paralingüísticas e de percepção/observação real do contexto comunicativo. Além desses, há, ainda, os conhecimentos/crenças armazenados na memória, em relação aos tipos de interação e a respeito do interlocutor, derivados de outros atos de fala e do conhecimento de mundo, organizado de acordo com determinados conceitos (*frames*) e estratégias que determinam, principalmente, a mudança de turno, onde há a presença de marcas ou sinais sintáticos e/ou prosódicos, estando presentes informações não-verbais, tais como olhar, gestos e pausas. A mudança de turno é definida também na relação de poder previamente estabelecida. Até mesmo os textos escritos, como as notícias de jornais, fazem uso de estratégias. Esses textos podem ser analisados além do nível sentencial, como as estruturas temáticas (organização geral de *tópicos* globais) e esquemáticas (descrição da forma global de um discurso).

Assim é que a interação propicia que os interlocutores expressem, interpretem e negociem os signos verbais de acordo com a situação discursiva. A negociação do sentido é o que mais interessa no processo interlocutivo, pois é quando se tem uma interpretação do uso dos turnos da fala. É preciso ater-se ao estudo da linguagem, não apenas no que diz respeito aos seus traços sintático-semântico-lexico-fonêmicos, mas também aos traços paralingüísticos – entre eles a prosódia –, aos discursos subliminares presentes no discurso e à polifonia do discurso. Dentre os distúrbios de fala decorrentes de patologias neurológicas, está aquele apresentado pelo portador da Doença de Parkinson, cuja sintomatologia é caracterizada por tremor e lentidão, resultando em uma alta incidência de fenômenos paralingüísticos, como hesitação, pausa prolongada e repetição, os quais, dependendo da forma como forem abordados, podem contribuir tanto para o isolamento do sujeito (se tomados apenas como um problema sem solução), como também podem ajudar na identificação de estratégias para a superação das dificuldades advindas da patologia.

O presente trabalho tem como objetivo observar de que

forma e em que circunstâncias ocorrem os padrões entoacionais no discurso do portador da doença de Parkinson e as estratégias utilizadas por esse sujeito na superação das dificuldades resultantes desse processo de descontinuidade na interação verbal. Os estudos para o tema apresentado foram fundamentados na Análise do Discurso e na Análise da Conversação, permitindo um aprofundamento teórico para a investigação dos padrões entoacionais no discurso do parkinsoniano. Foram selecionados para a pesquisa, oito portadores do Parkinsonismo, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, onde foi observada a ocorrência dos padrões entoacionais no discurso, em diálogos, com base nas referências destacadas na fundamentação teórica, resultado de leituras de textos na área de interesse do projeto. A relevância do trabalho está em identificar características e oferecer dados para a elaboração de estratégias para a superação das dificuldades enfrentadas por esse sujeito.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1929].

DIJK, Teun A. van. *Discourse, power and access*. University of Amsterdam, Program of Discourse Studies: Mimeo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo, Contexto, 1992.

DIONÍSIO; Ângela P. Análise da conversação. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v.2. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1986.

SCHEGLOFF, E. A. and SACKS, H. *Opening Up Closings*. *Semiótica*, v.8. 1973. p. 289-327.

TANNEN, Deborah (Ed.). *Linguistics in Context: Connecting Observation and Understanding*. Norwood, N.J.: Ablex, 1988.

## Gêneros do discurso e transgressão

Como seu intitulado já indica, os três Professores que participaram desta mesa-redonda pretendem abordar a questão dos chamados “gêneros transgressivos” ou em outras palavras, refletir sobre gêneros do discurso que são suscetíveis de receber, de alguma forma, uma certa “transgressão”.

A “transgressão” em pauta deve aqui ser entendida como uma espécie de desvio à norma ou então como uma subversão às regras impostas por este ou aquele gênero, cuja existência já se cristalizou nos saberes partilhados dos indivíduos vivendo em sociedade. Ou ainda, como diz um dos participantes da mesa, tal transgressão pode corresponder a um procedimento de “hibridização”, procedimento este que engloba diversas “cenar” ou seja, estatutos pragmáticos que emanam do tipo de discurso examinado, envolvendo certas estratégias de captação que visam atingir ao receptor (leitor ou ouvinte) da *mensagem* que tal gênero quer transmitir.

Os três participantes trabalharão, pois, com metodologias analítico-discursivas; porém, tomarão textos ou fragmentos de textos pertencentes ou consagrados ao grande gênero definido como “literário”. Tal amalgama – procedimentos analíticos discursivos *versus* textos literários – é de certo modo recente, no âmbito dos Estudos Lingüísticos no Brasil: a entrada desse tipo de estudos está sendo efetivamente realizada há cerca de uns 15 ou 12 anos, em nosso país, embora já houvesse precursores na área, tais como uma das



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

participantes da Mesa.

Nessa ótica, deve-se lembrar que, se os Estudos Lingüísticos têm se apropriado de textos literários, considerando-os como “textos comunicativos” onde um *eu-comunicante* se dirige a um *eu-interpretante*, pelo viés de *eu(s)* (ou sujeitos) *enunciadores* e *destinatários* (segundo conceitos criados por Patrick Charaudeau, a partir de 1983, divulgados em primeira mão no seu livro *Langages et Discours*), o contrário também tem se operado no vasto campo de estudo das Ciências da Linguagem, mais particularmente, no campo dos Estudos Literários.

Assim, veremos, em uma das comunicações proposta pela Mesa, que a tendência da literatura contemporânea em se apropriar mais intensamente de diferentes gêneros discursivos (o jornalístico, o ensaístico, o autobiográfico, o político, entre outros), torna ainda mais complexa a caracterização dos tipos de textos que a escrita literária busca encenar, a partir de um lugar específico de enunciação. Em outras palavras: o estudo analítico-discursivo de textos midiáticos pode mostrar que, por várias vezes, estes ultrapassam as fronteiras do “falar jornalístico” passando a assumir ou a exibir características de um “falar ficcional” que, até bem pouco tempo atrás, era “reservado” ou melhor dizendo, era estudado, como um elemento pertencente, unicamente, à Teoria literária...

A transgressão, objeto de escolha desta Mesa Redonda, transcenderá então o simples fato de amálgama de “efeitos de ficção” a “efeitos de realidade”, para atingir uma forma de transgressão mais vasta, que ultrapassa aquela verificada no documento literário em si: trata-se de uma transgressão organizada em função do olhar que diferentes gêneros discursivos podem receber de um ou de outro pesquisador. Existe a transgressão de fato, sem nenhuma dúvida, ou seja, a desvelada pelo texto, em uma *leitura explícita* de suas artimanhas e modos de organização discursivos; mas, ao lado desta, verifica-se também uma forma de transgressão *subjéctiva*, pois, há que sempre se levar em conta o contexto de onde fala o analista do discurso, somado ao contexto de onde fala o *sujeito-comunicante* produtor dos diferentes discursos, sejam estes midiáticos, filosóficos ou literários.

Assim, o trabalho ora proposto visa mostrar algumas dessas *subjéctividades* analíticas, aqui reunidas pelo tema “transgressão discursiva”, campo em que três pesquisadores oriundos de diferentes Escolas de pensamento se exprimirão; ressalte-se, porém, que eles têm em comum metodologias analítico-discursivas e o olhar crítico que tais metodologias conferem àqueles que avaliam os diferentes graus que a “transgressão discursiva” assume nos dias de hoje.

### Discurso de “iniciação” ou Discurso de “transgressão”?

Ida Lucia Machado

idalumachado@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Nesta comunicação, gostaríamos de refletir sobre a formação ou *mise en scène* do que chamaremos “macro ato de linguagem transgressivo”. Segundo Patrick Charaudeau, em todas as trocas linguageiras que efetuamos, estamos

lançando ao “outro”, nosso interlocutor, atos de linguagem que buscam influenciá-lo, agir sobre ele de alguma forma. O ato de linguagem, segundo o mesmo autor, se configura pela reunião do explícito e do implícito comandados por certas circunstâncias do discurso. Em outras palavras, ao falar, agimos sobre o “outro” e o fazemos por meio de “representações”, no sentido quase teatral da palavra. Cada ato de linguagem depende, pois, de uma determinada cena e de determinados atores. Ora, nessa concepção, um texto literário pode também ser visto como uma espécie de texto comunicativo, texto que um autor (sujeito-comunicante) endereça ao seu leitor (sujeito-interpretante). Nesse caso, vários atos de linguagem se reúnem, formando o que chamamos, logo acima, de “macro ato de linguagem”.

Nosso macro ato de linguagem será retirado de um dos livros de Sade, escritor libertino francês do século XVII: *La Philosophie dans le boudoir*. A obra em questão é formada, sobretudo, por diálogos mantidos entre três ou quatro personagens. Na presente comunicação, interessamo-nos por parte da “fala” de um deles, ou seja, *Mme de Saint-Ange*. Destacaremos, assim, nesse texto que nos servirá de documento ilustrativo, o papel que os *contextos lingüístico e discursivo* podem assumir, a fim de criar certos efeitos que se coadunam com a moral libertina do século XVII, na França. Mostraremos que tal discurso é fruto da “transgressão” de um outro: o discurso (sério) dirigido a jovens de boa família, com a finalidade de iniciá-los, corretamente, na vida social. Tal transgressão será examinada em sua forma explícita, pela observação de alguns usos diretos da ironia, enquanto fenômeno linguageiro e, logo, comunicativo, e em sua forma implícita, ou seja, pela análise da discreta, mas eficaz presença da paródia, que aqui atua como forma de captação do leitor.

Os textos assinados por Sade podem parecer, à primeira vista, excessivos, em sua libertinagem, sobretudo quando reduzem “amor” a “ato sexual”. No entanto, é justamente nesse caráter excessivo que estão as chaves que nos levam ao discurso paródico do escritor (ou sujeito-enunciador), discurso este habilmente “disfarçado”. Tentaremos assim mostrar como funciona a paródia em um texto literário e como tal tipo de discurso, profundamente sutil, pode interessar a uma análise do discurso que tem suas bases na Lingüística: a Semiolingüística. Através da observação dos *modos de organização discursivos* (CHARAUDEAU, 1992) colocados no texto do autor francês, acreditamos que podemos desvendar senão todos, alguns dos mistérios de uma escritura que não é apenas “pornográfica”, como muitos a classificam de modo um tanto quanto rápido. A escritura de Sade é, acima de tudo, uma escritura provocadora, no sentido em que transgride normas sociais estabelecidas e expectativas de leitura, com sua inversão dialética: a (má) educação de uma jovem de boa sociedade é apresentada sob uma forma que nos faz pensar nos conceitos de carnaval de Mikhaïl Bakhtin: há uma inversão profunda no texto que, ousado em sua argumentação explícita, acaba se revelando tragicômico em sua argumentação implícita. O jogo de inversão conferido às palavras da personagem *Mme Saint-Ange* desvela o desejo de transgredir não apenas uma ordem moral, mas todo o edifício habilmente estruturado da escritura libertina francesa do século XVII. Assim, veremos que um texto literário, além de propositalmente transgressivo (o que pode ser verificado pela “argumentação às avessas” que apresenta) na ótica de uma análise discursiva, tal como a Semiolingüística, de Patrick Charaudeau, é um texto que visa estabelecer um contato, uma comunicação com o



outro, seu “decodificador” ou sujeito-interpretante. Enfim, de modo geral, nesse caso específico, a comunicação visará à argumentação pelo absurdo mantida pela personagem *Mme Saint-Ange*, à dupla função dos contextos lingüístico e discursivo, à criação de uma escritura paródica, ainda que esta paródia se classifique no que chamamos de “paródia implícita”.

Nosso objetivo é o de mostrar que a análise do discurso em geral e a teoria Semiolingüística em particular fornecem ao pesquisador instrumentos para que este obtenha uma visão psico-sócio-lingüística do problema da transgressão genérica em seus diversos níveis, no âmbito de um macro ato de linguagem, vindo de um texto literário.

### Na encruzilhada dos gêneros, a literatura levanta vãos previsíveis?

Maria Nazareth Soares Fonseca

nazarethfonseca@pucminas.br  
PUC - Minas Gerais

A discussão proposta por este trabalho decorre da prática cotidiana com textos legitimados como literários, lidos com o auxílio de operadores tomados à Teoria da Literatura, à Análise do Discurso e outras disciplinas afins. Esta prática, uma operação por natureza translingüística, tem-me colocado questões que gostaria de discutir neste momento. Uma primeira evidenciaria que a natureza translingüística da análise de textos literários não faz dela um procedimento tranqüilo. As parcerias que a teoria literária precisa estabelecer com várias disciplinas que a ela emprestam noções e procedimentos tornam o campo específico do literário (e este campo existe realmente como uma especificidade?) eivado de ambivalências. Por outro lado, as considerações sobre uma possível especificidade do texto literário requerem, além da convivência com diversos campos teóricos que formalizam algumas condições de descrição do funcionamento da linguagem em diferentes textos ditos literários, que as análises interroguem sobre gêneros textuais demarcados, muitas vezes deixando de lado o que, em minha opinião, seria mais específico do texto literário: o fato de mostrar-se para o leitor em contraste com outros discursos e, ao mesmo tempo, não se diferenciar deles inteiramente. Esta ambigüidade faz com que o texto literário ao mesmo tempo em que responde ao trabalho analítico organizado a partir de operadores teóricos capazes de ajudar em sua descrição, não nos dê certeza de que a descrição do seu funcionamento consiga recobrir a gama de significações que se produzem em diferentes gestos de leitura. Outra questão importante é posta pela afirmação de que a Literatura, assim como a Lingüística e a Análise do Discurso possuem o mesmo objeto, a linguagem. Tal afirmação não propicia grandes avanços na descrição do texto literário porque, praticamente, tudo que poderia ser afirmado como próprio da literatura não o é ou, melhor dizendo, o que é considerado próprio da literatura não freqüenta somente suas paisagens textuais. Baudrillard (1995) considera que, se a linguagem figurada fosse um elemento caracterizador da ficcionalidade do texto, o texto publicitário seria literário por natureza, porque nele a metaforização da linguagem é condição *sine qua non*. Logo, não há garantia de que o

gênero literário se constitua a partir de um código específico, fechado em si mesmo, capaz de ser descrito em seu funcionamento exatamente porque ele se mostra num domínio que legitima esse fechamento. Talvez pudéssemos retomar a visão de que um forte aparato de encenação faz com que um texto literário se exponha como uma “procura estética de uma expressão da realidade” (SHOLLHAMMER, 2002). Ou a de que “a obra literária é um evento lingüístico que projeta um mundo ficcional (CULLER, 1999). Ou ainda considerar, como o faz Iser (apud LIMA, 2002, p. 984), que “o fictício se faz presente no produto verbal do texto, na medida em que a língua é transgredida e enganada”. Tais posições teóricas consideram o texto literário sem abordarem mais especificamente o seu funcionamento. Diferente é a visão de Maingueneau (1996) que, ao considerar o “poder de desestabilização” da literatura, discute as leis de um intercâmbio verbal que possibilita ao leitor descrever o seu funcionamento ainda que saliente ser o texto literário “uma espécie de armadilha”. Nesse caso, a materialidade do texto pode formular entraves que o leitor precisa assumir como uma estratégia de descodificação do texto.

A tendência da literatura contemporânea de se apropriar mais intensamente de diferentes gêneros discursivos (o jornalístico, o publicitário, o ensaístico, o autobiográfico, o político) torna mais complexa a caracterização dos tipos de textos que se encenam na literatura a partir de um *lugar específico* de enunciação e muito rasuradas as delimitações entre as diversas parcerias que o texto conclama. Quais seriam, por exemplo, as marcas da ficcionalidade se se consideram alguns minicontos do escritor Fernando Bonassi, quando intencionalmente assume o discurso jornalístico, o publicitário, o histórico, as manchetes de jornais para compor um texto que transita por vários campos discursivos, desarticulando diferentes gêneros e discursos? Ou como considerar a especificidade poética em alguns poemas de Eduardo White, de Moçambique, quando conclamam elementos da ficção para criar um mundo só perceptível através de recursos textuais que distendem o poema, o conto e o depoimento? Como descrever a especificidade literária em romances híbridos, como o *Vou lá visitar pastores*, do angolano Ruy Duarte de Carvalho, que expõe, no nível da enunciação, claras aproximações com a pesquisa etnográfica, com o discurso da História e com o universo da oralidade. As fronteiras fluidas entre os diferentes gêneros discursivos e a complexidade que se instala com relação aos elementos que organizam “o gerenciamento das vozes”, no romance, problematizam a descrição de elementos formais postos sempre em trânsito. Ou seria justamente por este motivo que o leitor do romance poderia melhor definir o campo psico-sócio-situacional do texto, particularizando as diferentes encenações nele presentes?

Todas essas indagações nos levam a retomar questões sempre presentes quando se considera o texto literário: que abordagens languageiras nos permitiriam melhor descrever a configuração das diferentes paisagens que nele se anunciam? Como afirmar a literariedade do texto e a ficcionalidade de relatos produzidos em encruzilhadas de linguagens e de sentidos? Considere-se que alguns minicontos do Fernando Bonassi, poemas de Eduardo White e várias produções de Ruy Duarte expõem um processo de intenções concretas que dão corporalidade a gestos de escrita. Sobre esses gestos, o olhar do leitor se debruça para perceber as interações com outros textos e com outros códigos cujo ponto de fuga é, como acentua Barthes, constantemente transferido.

Talvez fosse produtivo considerar as parcerias teóricas –



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

como as oferecidas pela AD – que permitem um tratamento descritivo do texto literário sem contudo apagar o gesto que cobre de signos a folha de papel, gesto de um corpo que se anima como esforço para interagir com “outros corpos com os quais ele, o corpo daquele que escreve, forma uma comunidade”. A percepção dos gestos de escrita e dos esforços que nele se concretizam para alcançar os olhos do leitor convida a refletir sobre o modo político da literatura, capaz de “dar aos enunciados flutuantes de uma escrita democrática uma carne antiliterária” e “de fazer com que os enunciados flutuantes pareçam carregar consigo o corpo vivo de sua própria enunciação” (RANCIÈRE, 1995).

### Hibridização e cena enunciativa

*Dominique Maingueneau*

maingueneau@univ-paris12.fr  
Université de Paris 12

A problemática que gira em torno dos chamados “gêneros híbridos” traz consigo um conjunto de fenômenos bem diversos. Grande parte desses fenômenos pode ser tratada se nos colocarmos na perspectiva da distinção entre “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”. Podemos rapidamente, assim definir esses três conceitos: a “cena englobante” seria aquela que dá um estatuto pragmático ao tipo de discurso de onde emana um determinado texto. Por exemplo, quando alguém recebe um folheto qualquer, deve ser capaz de determinar se o texto desse folheto tem a ver com o discurso religioso ou com o discurso político ou com o discurso publicitário... Em outras palavras, o leitor percebe qual cena englobante precisa ser convocada para que ele interprete bem o texto que tem diante dos olhos. Assim, o texto interpela seu leitor. No caso da “cena genérica”, ela é definida pelos próprios *gêneros do discurso*. Ou seja, cada gênero do discurso leva, efetivamente, a uma cena específica, na qual os parceiros da comunicação têm seus papéis, estão na dependência de certas circunstâncias, ou seja, na dependência de um modo de inscrição no tempo e no espaço, de um suporte material, de um modo de circulação, de uma finalidade etc. Finalmente, a “cenografia” não é imposta pelo tipo ou gênero do discurso, mas, sim, instituída pelo próprio discurso.

Podemos ilustrar o que foi dito acima por este exemplo, que tomamos emprestado da cena englobante política e que foi por nós estudado em vários outros trabalhos. No momento da eleição presidencial francesa, em 1988, um dos candidatos ao cargo de presidente, o político François Mitterrand, apresentou seu programa (ou seja, a cena genérica) sob a forma de uma carta endereçada a cada um de seus possíveis/eventuais eleitores; o texto em questão foi intitulado: “Carta dirigida a todos os franceses”. O leitor da época deveria ver o hibridismo desse texto e notaria isso (ao mesmo tempo) a partir de duas cenas: uma que mostraria o texto como sendo um texto político e outra que o apresentaria como uma espécie de carta de um pai dirigida aos seus filhos – eis a cenografia. Digamos que os leitores franceses da época poderiam reagir de duas formas, uma bem diferente da outra, face à “Carta” de Mitterrand:

1<sup>a</sup>) aqueles que eram favoráveis ao candidato François Mitterrand teriam uma tendência para aceitar a relação de lugares que lhes era proposta pela cenografia epistolar; 2<sup>a</sup>) os que não queriam que Mitterrand fosse presidente veriam a “Carta” de outro modo, colocando em primeiro plano a cena genérica, recusando-se a ver no citado texto algo mais que um mero programa eleitoral, uma simples estratégia política de marketing.

Mas, devemos também levar em conta o modo pelo qual a cenografia é apresentada. No caso do exemplo que acabamos de evocar, estamos no campo de uma “captação”, isto é, o locutor aí explora, de modo positivo, as possibilidades que são oferecidas por uma “cena validada”, a que está na base da correspondência que um pai envia para seus filhos. Entretanto, teria havido “subversão” da cena validada no caso de uma paródia, vista no sentido amplo, se o texto tivesse buscado utilizar uma correspondência particular com o intuito de desqualificá-la, para mostrar, por exemplo, que tal correspondência era ilegítima. Algo semelhante aconteceu quando escritores franceses filiados ao movimento Surrealista parodiavam provérbios, com intuídos lúdicos. Na verdade, queriam mostrar que o provérbio era o contrário da verdadeira poesia (que, diga-se de passagem, só era para eles a poesia surrealista, é claro). Assim, um provérbio aparecia como a expressão de um mundo cristalizado, enquanto que a verdadeira poesia seria uma forma de liberação do indivíduo, aos olhos de tais escritores.

Não é mais possível estudar fenômenos desse teor sem levar em conta a diversidade dos tipos e gêneros do discurso. Na verdade, a relação entre a cena genérica e a cenografia varia em função dos gêneros do discurso que estão em jogo: é difícil imaginar o que poderia ser o processo de hibridização de gêneros em um texto vindo, por exemplo, do discurso jurídico, tal como um ato de venda. Bem ao contrário desse tipo de discurso, outros, como o discurso literário ou discurso publicitário são grandes produtores de textos que podemos considerar como oriundos de uma problemática de hibridização.

### “Análise de Gêneros Hoje”: contribuições para a compreensão dos gêneros como elementos constitutivos das práticas sociais

Esta mesa-redonda tem como principal objetivo empreender análises de diferentes gêneros na tentativa de revelar alguns aspectos importantes de seu funcionamento e a sua natureza eminentemente social. Para tanto, buscou-se, em primeiro lugar, analisar gêneros produzidos em diferentes esferas: aquelas formais públicas, no interior das quais são produzidos gêneros como a *conferência*, as lítero-musicais, no interior das quais são produzidos gêneros como o rap, e as esferas educacionais, no interior das quais emergem os *gêneros escolares*. Se, por um lado, cada trabalho desta mesa-redonda analisa diferentes gêneros a partir de uma articulação teórica própria e singular (no caso do primeiro trabalho, a partir da perspectiva bakhtiniana, no caso do segundo trabalho, a partir da perspectiva da lingüística antropológica e, no caso do terceiro trabalho, a partir da perspectiva da chamada “Escola de Genebra”), há alguns pontos em comum. Uma primeira concepção teórico-metodológica que une este





conjunto de trabalhos é a de que o funcionamento dos gêneros constrói-se tanto a partir das observações dos aspectos estruturados/estruturadores (estabilizados/estabilizadores) dos gêneros, como também de seus aspectos emergentes e dinâmicos, sendo que tanto aqueles como estes últimos encontram-se constituídos pelas interações e práticas sociais nas quais os gêneros adquirem pertinência. Assim, é importante ressaltar que os textos que compõem esta mesa-redonda procurarão, em suas análises, descrever e analisar, com maior ou menor ênfase, tanto os recursos que colaboram para a estruturação dos gêneros em questão, como os recursos que colaboram para a compreensão da instabilidade, dinamicidade e provisoriedade dos gêneros. Um segundo elemento que contribui para o agrupamento desses trabalhos é a compreensão de que, para se analisar determinado gênero, se faz necessário decidir sobre qual aspecto fundamental da constituição do gênero deve incidir a investigação. A nosso ver, esta tomada de decisão está relacionada à consideração do que sejam os aspectos estruturados/estruturadores dos gêneros. No primeiro trabalho, as relações de complexidade e de mútua constitutividade entre oralidade e escrita é o que é focado. No segundo trabalho, os processos de contextualização e os recursos multimodais são privilegiados. No terceiro trabalho, o foco centra-se na análise das reconfigurações propiciadas pelas práticas de ensino-aprendizagem, tanto no processo de apropriação dos mesmos pelos alunos quanto no trabalho do professor. A partir de agora, apresentaremos um breve resumo de cada um dos trabalhos.

O primeiro estudo pretende fazer um exercício de análise de um gênero oral formal e público – a conferência acadêmica – em termos das relações complexas e de mútuo efeito entre oral-escrita, oral-oral e escrita-escrita na constituição da conferência e em sua *retextualização* (MARCUSCHI, 2001a) como transcrição. Serão tomados como dados os múltiplos textos orais e escritos em jogo numa conferência sobre este mesmo tema proferida por Bernard Schneuwly, em outubro de 2005. Eventualmente, será também levada em conta a tradução (quase) simultânea feita durante a conferência. Ao final, defender-se-á a posição de que oralidade e escrita mantêm uma relação complexa de mútuo efeito e interferência nos gêneros orais formais públicos, que pode ser melhor compreendida em termos de *sistema de atividades* que colocam em circulação e relação *sistemas de gêneros* (BAZERMAN, 2005), entendidos no sentido bakhtiniano do termo.

O segundo trabalho tem como principais objetivos: (i) descrever alguns dos recursos multimodais mobilizados nos/pelos raps do grupo Racionais MCs, (ii) discutir a forma como estes recursos são fundamentais na estruturação composicional e na produção do estilo desse gênero discursivo, (iii) analisar o fato de que esses recursos possibilitam a contínua (re)construção de cenários, campos semióticos e campos sociais nos/pelos raps e (iv) analisar as relações de complementariedade e de reforço entre as diferentes semioses que, a serem combinadas e apresentadas de determinada forma, contribuem para a produção de certos efeitos de sentido. Para tanto, serão mobilizadas principalmente as noções de gênero do discurso (HANKS, 1987), de contexto (HANKS, 2006) e multimodalidade (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001). O terceiro trabalho pretende investigar os modos com que os objetos de ensino se reconfiguram nas práticas de ensino-aprendizagem, tanto no processo de apropriação dos mesmos pelos alunos quanto no trabalho do professor. No que respeita particularmente aos objetos de ensino *gêneros*

*textuais* – nosso foco de atenção particular neste estudo –, a consideração de práticas situadas de apropriação desses objetos amplia uma das tendências significativas na reflexão sobre o conceito, exatamente aquela relacionada à *caracterização ou descrição de gêneros* com base na análise de sua organização textual (GOMES-SANTOS, 2004). Reenfocando essa tendência, a atenção às práticas de circulação de gêneros na situação didática supõe que o funcionamento desses objetos (em seu caráter inclusive multimodal) constrói-se na dinâmica das interações em que eles adquirem pertinência, e não como estabilização de propriedades a eles supostamente inerentes.

Acreditamos que as análises a serem empreendidas pelos trabalhos sobre gêneros produzidos em diferentes esferas sociais podem contribuir para a consolidação de um modo de compreensão desse objeto de estudo que se apresenta nos termos de um duplo direcionamento: na direção das práticas sociais e das categorizações “nativas” (HANKS, 1987). Além disso, acreditamos que as discussões e as análises também chamarão atenção para o fato de que os gêneros são parcialmente criados por meio de produções novas, improvisadas.

BAKHTIN, M. M. O discurso no romance. 1934-35/1975. In M. M. BAKHTIN (1975) *Questões de literatura e de estética – A teoria do romance*, p. 71-210. SP: Hucitec, 1988.

BAZERMAN, Ch. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: Como os textos organizam atividades e pessoas. In Ch. BAZERMAN. *Gêneros textuais: Tipificação e interação*, pp. 19-46. Tradução e organização de A. P. Dionísio & J. C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES-SANTOS, S. N. *Recontando histórias na escola: gêneros discursivos e produção escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HANKS, W. Discourse Genres in a Theory of Practice. *American Ethnologist*, Vol. 14, N° 4 (Nov. 1987), p. 668-692.

\_\_\_\_\_. Context, communicative. *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Article 00310. Elsevier Ltd., 2006.

KRESS, G.; LEEUWEN, T. V. *Multimodal discourse*. London: Arnold, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: Atividades de retextualização*. SP: Cortez, 2001.

ROJO, R. H. R. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso. In I. SIGNORINI (Org., 2001) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*, p. 51-74. Campinas: Mercado de Letras, Coleção Idéias sobre Linguagem.

## Multimodalidade e contexto na produção de Raps paulistas

Anna Christina Bentes

annabentes@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Campinas

Esta comunicação tem como principais objetivos (i) descrever alguns dos recursos multimodais<sup>1</sup> mobilizados nos/pelos raps do grupo Racionais MCs, (ii) discutir a forma como estes recursos são fundamentais na estruturação composicional e na produção do estilo desse gênero discursivo, (iii) analisar o fato de que esses recursos possibilitam a contínua (re)construção de cenários, campos semióticos e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

campos sociais nos/pelos raps e (iv) analisar as relações de complementariedade e de reforço entre as diferentes semioses que, a serem combinadas e apresentadas de determinada forma, contribuem para a produção de certos efeitos de sentido.

Para tanto, discutiremos brevemente o conceito de gêneros do discurso com base na proposta de Hanks (1987), para quem os gêneros, de uma forma bastante geral, constituem-se em elementos historicamente específicos da prática social. Para o autor, os gêneros podem ser definidos como convenções e ideais historicamente específicos de acordo com os quais os autores compõem os discursos e a audiência os recebe (HANKS, 1987). Nesta visão, os gêneros consistem em quadros de orientação, procedimentos interpretativos e conjunto de expectativas que não são parte da estrutura do discurso, mas da maneira pela qual os atores sociais se relacionam com/ e usam a língua (BAUMAN, 1986). Para os autores, os gêneros também carregam valores, encontram-se distribuídos socialmente, apresentam estilos e são colocados em performance. É de acordo com todas essas características que eles são formatados. Desta forma, a abordagem desenvolvida pelo autor incorpora os aspectos formais (temáticas, estrutura composicional e estilo) dos gêneros, mas os localiza primeiramente na relação com a ação e em contextos historicamente específicos. Para os interesses deste trabalho, vale a pena também destacar a noção de estilo postulada por Irvine (2001), segundo a qual os estilos envolvem a forma como os falantes, como agentes no espaço social (e sociolinguístico) negociam suas posições e objetivos, num sistema de distinções e possibilidades. Seus atos de fala são ideologicamente mediados, já que estes atos necessariamente envolvem a compreensão dos falantes sobre grupos sociais salientes, suas atividades e práticas, incluindo as formas de falar desses mesmo grupos. Por fim, de forma a dar conta dos processos de contextualização pressupostos pelos raps observados, remetemos à proposta de Hanks (2006), já que nos raps do Racionais MCs, há a mobilização de uma série de recursos lingüísticos e não-lingüísticos que, nos termos da etnometodologia, ‘invocam’ e ‘formulam’ o contexto.

Sabemos que não há uma única definição de quais tipo de e do quanto do contexto se fazem necessários para o enfrentamento do desafio de uma análise lingüística adequada. No entanto, sabemos também que existem princípios e tipos de relações que recorrentemente organizam contextos. É esse tipo de conhecimento que possibilita a emergência de perguntas teóricas tais como as feitas por Hanks (2006): (i) quais unidades contextuais e que níveis de contexto precisamos distinguir de forma a dar conta da linguagem como prática? (ii) quais são as relações e os processos que permitem o aparecimento de diferentes níveis e unidades contextuais?

Neste trabalho, pretendemos mostrar como determinados recursos (textuais, discursivos e semióticos) mobilizados pelos rappers produzem determinados efeitos de sentido, colaboram para a caracterização da estrutura composicional do gênero e possibilitam a construção de um sistema de distinções entre os grupos por meio da elaboração cuidadosa de diferentes estilos: musical, poético, lingüístico-discursivo. Para tanto, analisamos dois raps do grupo Racionais MCs, o primeiro intitulado ‘A vítima’ e o segundo intitulado ‘Tô ouvindo alguém me chamar’, que apresentam especificamente alguns recursos, tais como a mobilização alternada de dois ritmos de fala (Fala em Ritmo de Conversa – FRC e Fala em Ritmo de Rap – FRR) e a articulação de diferentes semioses

que complementam aquilo que é falado pelos rappers. Ambos os recursos parecem caracterizar os textos produzidos como textos multimodais, já que apresentam a mobilização de outras semioses que estabelecem relações de reforço e de complementação em relação ao que é falado nos/pelos raps. Além disso, as semioses co-ocorrentes também constroem contextos específicos (HANKS, 2006), o que faz com que os raps ao mesmo tempo ‘formulem’ e ‘invoquem’ situações, cenários, campos semióticos e campos sociais imbricados entre si e que produzem um especial efeito de realidade a este gênero lítero-musical.

<sup>1</sup>... a multimodalidade poderia ser definida como o uso de várias semioses na elaboração de um evento ou produto semiótico e a maneira particular como essas semioses são combinadas, pois elas podem reforçar umas às outras (dizer a mesma coisa de diferentes maneiras); podem se complementar e podem ainda ser hierarquicamente ordenadas. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001)

BAUMAN, R. *Story, performance, and event*. Contextual studies of oral narrative. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BENTES, A. C. Recursos multimodais e construção do contexto no/pelo rap dos Racionais. Comunicação individual no Mini-Simpósio ‘Sons, Sentidos, Imagens: escutas musicais e sensibilidades’. III Simpósio de História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, 18 a 22 de setembro de 2006.

HANKS, W. ‘Discourse Genres in a Theory of Practice’. *American Ethnologist*, Vol. 14, N° 4 (Nov. 1987), p. 668-692.

\_\_\_\_\_. Context, communicative. *Encyclopedia of Language and Linguistics*, Article 00310. Elsevier Ltd, 2006.

KRESS, G.; LEEUWEN, T. V. *Multimodal discourse*. London: Arnold, 2001.

### Gêneros textuais como objeto ensinado em práticas de ensino-aprendizagem do português

*Sandoval Nonato Gomes-Santos*

sandovalnonato@hotmail.com

Universidade Federal do Pará

A investigação sobre os modos com que se constroem as práticas de ensino-aprendizagem de saberes sobre a língua tem sido apontada como indispensável para que se compreenda como tais saberes se investem, na situação didática, do estatuto de objetos de ensino e, mais ainda, de objetos ensinados (Cf. DOLZ; RONVEAUX; SCHNEUWLY no prelo; DOLZ; SCHNEUWLY 2002; SCHNEUWLY; CORDEIRO; DOLZ, 2006). A atenção a essas práticas – bem como aos objetos de ensino nelas constituídos – implica em supor que seu funcionamento se constrói na dinâmica das interações em que se relacionam os três pólos do *triângulo didático* – o professor, o aluno e o objeto de ensino. O investimento na investigação dessas práticas tem permitido a discussão de questões de ordem tanto teórica quanto metodológica. Do ponto de vista teórico, a reflexão sobre as práticas de circulação de objetos de ensino tem contribuído para a compreensão dos modos de constituição da língua portuguesa como disciplina escolar. Em outros termos, tem permitido discutir os modos com que os saberes sobre a linguagem são *disciplinarizados*, ou seja, o estatuto que adquirem quando inscritos na ordem da



disciplina escolar Língua Portuguesa. Uma das hipóteses centrais diz respeito ao fato de que os objetos de saber, ao se constituírem naquilo que Chervel (1998) caracteriza como *cultura escolar*, são investidos de uma *forma escolar* (DE PIETRO; SCHNEUWLY, 1999). Nessa direção, a tarefa dos estudos sobre ensino-aprendizagem passa a ser descrever e analisar as determinações discursivas que concorrem na constituição dessa forma escolar. Assim, não basta supor que os objetos de saber se recontextualizam na cultura escolar, mas refletir sobre como esse processo ganha corpo, tanto nos modos de tratamento didático dos objetos de ensino pelo professor, quanto nos modos de apropriação desses objetos pelo aluno. Do ponto metodológico, investigar as práticas de circulação de objetos de ensino tem implicado em discutir os procedimentos de geração, ordenação, descrição e análise de dados para a pesquisa sobre a linguagem em ambientes de ensino-aprendizagem. Nessa direção, o investimento no acompanhamento das práticas tem permitido a elaboração de dispositivos de pesquisa que possibilitam o estudo dessas práticas em sua complexidade constitutiva, ao mesmo tempo lingüística e didática. É nesse conjunto de motivações – de ordem teórica e metodológica – que se inscreve o propósito deste estudo: trata-se de investigar os modos com que os objetos de ensino se reconfiguram nas práticas de ensino-aprendizagem, tanto no processo de apropriação dos mesmos pelos alunos quanto no trabalho do professor. No que respeita particularmente aos objetos de ensino *gêneros textuais* – nosso foco de atenção particular neste estudo –, a consideração de práticas situadas de apropriação desses objetos amplia uma das tendências significativas na reflexão sobre o conceito, exatamente aquela relacionada à *caracterização ou descrição de gêneros* com base na análise de sua organização textual (GOMES-SANTOS, 2004). Reenfocando essa tendência, a atenção às práticas de circulação de gêneros na situação didática supõe que o funcionamento desses objetos (em seu caráter inclusive multimodal) constrói-se na dinâmica das interações em que eles adquirem pertinência, e não como estabilização de propriedades a eles supostamente inerentes. No que se refere ao modo de geração e tratamento dos dados, o estudo norteia-se pelo investimento no registro, descrição e análise de seqüências de ensino de gêneros textuais em aulas de língua portuguesa de escolas públicas e particulares de Belém (PA). Do ponto de vista mais propriamente teórico, o trabalho busca conjugar contribuições dos estudos aplicados voltados para questões de ordem didático-pedagógica (ver, por exemplo, ROJO 2001; SCHNEUWLY; DOLZ, 2004) com os estudos enunciativo-discursivos, fundados em uma concepção dialógica de linguagem tal qual proposta no pensamento bakhtiniano (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV [1923] 1979). Essa opção geral aponta para a complementaridade entre a reflexão sobre os dispositivos didáticos implicados nas práticas escolares de uso da linguagem e a abordagem dos mecanismos lingüísticos (enunciativo-discursivos) a elas associados.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 1923. São Paulo: Hucitec, 1979.

CHERVEL, A. *La culture scolaire: une approche historique*. Paris: Belin, 1998.

GOMES-SANTOS, S. N. *Recontando histórias na escola: gêneros discursivos e produção escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROJO, R. H. R. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso. In I. SIGNORINI (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as*

*teorias do letramento*, 2001, p. 51-74. Campinas: Mercado de Letras, Coleção Idéias sobre Linguagem.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *et al.* *Gêneros orais e escritos na escola*, p. 129-147. Tradução e organização de R. H. R. Rojo & G. S. Cordeiro. 2004. Campinas: Mercado de Letras, Coleção Faces da Lingüística Aplicada.

\_\_\_\_\_. *Gêneros orais e escritos na escola*. Conferência proferida no IEL/UNICAMP. 20/10/2005. Mimeo.

## As relações oral/escrita nos gêneros orais formais e públicos: o caso da conferência acadêmica

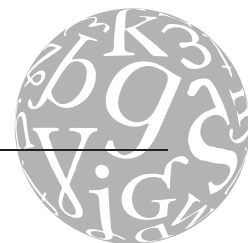
Roxane Rojo

rrojo@terra.com.br

Universidade Estadual de Campinas

A questão das relações de continuidade e de mútua constitutividade entre a linguagem oral e a escrita é da maior relevância para a compreensão do funcionamento dos gêneros orais formais e públicos e dos gêneros de texto escrito em nossas sociedades letradas, assim como dos fenômenos dos letramentos e do ensino-aprendizagem de línguas nas escolas. Neste trabalho, pretendemos fazer um exercício de análise de um gênero oral formal e público – a conferência acadêmica – em termos das relações entre oral-escrita, oral-oral e escrita-escrita na constituição da conferência e em sua *retextualização* (MARCUSCHI, 2001a) como transcrição. Serão tomados como dados os múltiplos textos orais e escritos em jogo numa conferência proferida por Bernard Schneuwly. Ao final, defender-se-á a posição de que oralidade e escrita mantêm uma relação complexa de mútuo efeito e interferência nos gêneros orais formais públicos, que pode ser melhor compreendida em termos de *sistema de atividades* que colocam em circulação e relação *sistemas de gêneros* (BAZERMAN, 2005), entendidos no sentido bakhtiniano do termo.

Muito se tem discutido, nos anos recentes, sobre as relações que se estabelecem entre as modalidades oral e escrita no uso da língua<sup>1</sup>. As décadas de 70 e 80 testemunharam uma abordagem dicotômica dos dois fenômenos, que buscava e, por vezes, mistificava, semelhanças e diferenças de um oral tido como puro e de uma escrita tão transparente e pura quanto. Via-se a fala como desorganizada, variável, heterogênea e a escrita como lógica, racional, estável, homogênea; a fala seria não-planejada e a escrita, planejada e permanente; a fala seria o espaço do erro e a escrita, o da regra e da norma; enquanto a escrita serviria para comunicar à distância no tempo e no espaço, a fala somente aconteceria face a face; a escrita se inscreveria, a fala seria fugaz; a fala é expressão unicamente sonora; a escrita, unicamente gráfica. Estas semelhanças e diferenças levantadas também teriam origem ou decorrência para as culturas e os contextos de uso da linguagem oral ou escrita e, logo, para os letramentos: a escrita levaria, por si só, a estágios mais complexos e desenvolvidos de cultura e de organização cognitiva e daria acesso por si mesma ao poder e à mobilidade social. Em muito devido às mudanças históricas decorrentes das novas tecnologias eletrônicas e digitais da comunicação e da informação, que colocaram em causa, com suas mídias, muitas dessas constatações – como a situação face-a-face



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

da fala e a distância da escrita; a fugacidade da fala e a preservação do escrito etc. –, da década de 90 em diante, começou-se a pensar relações menos simplistas e dogmáticas entre a fala e a escrita nas sociedades complexas e letradas. Duas posições ganharam relevo nestas discussões mais recentes:

✓ a existência de um contínuo ou gradação entre fala/escrita (lingüística textual, análise conversacional, teorias de gêneros textuais); e

✓ a existência de relações complexas de constitutividade mútua entre fala e escrita em contextos específicos de uso (teorias da enunciação e do discurso).

Entre nós, o proponente e articulador principal da visão do contínuo é Marcuschi (2001a; 2001b, dentre outros). Para ele, “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um” continuum ‘tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos. Em consequência, temos a ver com correlações em vários planos, surgindo daí um conjunto de variações e não uma simples variação linear’ (MARCUSCHI, 2001a, p. 37).

De outra natureza é a concepção de relações complexas e mutuamente constitutivas entre usos orais e escritos da língua. Esta perspectiva é adotada por Corrêa (2001), Rojo (2001), Schneuwly (2004, 2005) e Signorini (2001), dentre outros. Rojo (2001, p. 51-52) inicia seu texto distinguindo, com Barthes, *o escrito* – o que, na escrita, refere-se ao traço, à grafia<sup>2</sup> – e *a escrita*, *a que produz textos* (BARTHES, 1981, p. 12). Ao longo do texto, a autora sustenta que a dicotomia entre modalidades pode somente dizer respeito ao *escrito*, pois, na *escrita*, reinam soberanos, sobre as relações complexas entre modalidades, o gênero discursivo e o contexto ou situação específicos de produção do texto numa dada esfera social.

Já Signorini (2001, p. 99-101) aponta para os *hibridismos da escrita*, que se verificam ‘no/pelo embricamento, conjunção, ou ‘mixagem’ – para usar um termo de Street (1984) –, não só de formas percebidas como próprias das modalidades oral e escrita, como também de códigos gráfico-visuais, gêneros discursivos e modelos textuais”. Em direção semelhante caminha a noção de *heterogeneidade da escrita* de Corrêa (2001, p. 142-156). Schneuwly (2005, s/p) enfoca a questão do ponto de vista dos usos da língua e da linguagem na esfera escolar.

Esta é, pois, questão da maior relevância para a compreensão do funcionamento dos gêneros orais formais e públicos e dos gêneros de texto escrito em nossas sociedades letradas, assim como dos fenômenos dos letramentos e do ensino-aprendizagem de línguas nas escolas.

Por isso, neste trabalho, pretendemos fazer um exercício de análise de um gênero oral formal e público – a conferência acadêmica – em termos das relações complexas e de mútuo efeito entre oral-escrita, oral-oral e escrita-escrita na constituição da conferência e em sua *retextualização* (MARCUSCHI, 2001a) como transcrição. Serão tomados como dados os múltiplos textos orais e escritos em jogo<sup>3</sup> numa conferência sobre este mesmo tema proferida por Bernard Schneuwly, em outubro de 2005. Eventualmente, será também levada em conta a tradução (quase) simultânea feita durante a conferência. Ao final, defender-se-á a posição de que oralidade e escrita mantêm uma relação complexa de mútuo efeito e interferência nos gêneros orais formais públicos, que pode ser melhor compreendida em termos de *sistema de atividades* que colocam em circulação e relação *sistemas de gêneros* (BAZERMAN, 2005), entendidos no

sentido bakhtiniano do termo.

<sup>1</sup>Ver, a respeito, coletânea organizada por Signorini em 2001.<sup>2</sup>Aos meios de produção, como diria Marcuschi (2001a).<sup>3</sup>O power point de base da conferência, a fala do conferencista, a tradução e a transcrição desta sua fala.

BAKHTIN, M. M. O discurso no romance. 1934-35/1975. In: BAKHTIN, M. M. (1975). *Questões de literatura e de estética – A teoria do romance*, p. 71-210. SP: Hucitec, 1988.

BAZERMAN, Ch. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: Como os textos organizam atividades e pessoas. In: BAZERMAN, Ch. *Gêneros textuais: Tipificação e interação*, p. 19-46. 2005. Tradução e organização de A. P. Dionísio & J. C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez Ed.

CORRÊA, M. L. G. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de Português. In I. SIGNORINI (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*, p. 135-166. 2001. Campinas: Mercado de Letras, Coleção Idéias sobre Linguagem.

GOFFMAN, E. The lecture. In E. Goffman. *Forms of talk*, p. 160-196, 1981. Philadelphia: U. P. P.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: Atividades de retextualização*. SP: Cortez Ed, 2001a.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. 2001b. In: I. SIGNORINI (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*, p. 23-50, 2001. Campinas: Mercado de Letras, Coleção Idéias sobre Linguagem.

ROJO, R. H. R. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*, p. 51-74. 2001. Campinas: Mercado de Letras, Coleção Idéias sobre Linguagem.

SCHNEUWLY, B. Palavra e ficcionalização: Um caminho para o ensino da linguagem oral. 2004. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*, p. 129-147. Tradução e organização de R. H. R. Rojo & G. S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras. 2004. Coleção Faces da Lingüística Aplicada.

\_\_\_\_\_. *Gêneros orais e escritos na escola*. Conferência proferida no IEL/UNICAMP. 20/10/2005. Mimeo.

SIGNORINI, I. Construindo com a escrita “outras cenas de fala”, In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*, p. 97-134. Campinas: Mercado de Letras. 2001. Coleção Idéias sobre Linguagem.

### Língua e história. colonização, memória e institucionalização.

A reflexão proposta para a mesa-redonda *Língua e história. Colonização, Memória e Institucionalização* abrange sentidos de *língua* que a fazem significar em sua estreita relação com a história, em que percursos de colonização, de nacionalização e de institucionalização disciplinar configuram, para esse objeto, a memória de um perfil simbólico de caráter estável, enquanto outras de suas dimensões resultam silenciadas, não formuladas. Interessa-nos, pensando o processo da colonização lingüística portuguesa, mapear e analisar os deslocamentos de sentidos da língua portuguesa como objeto simbólico, em sua trajetória através dos continentes americano e africano, conhecendo assim o percurso jurídico-político dessa colonização, assim como o do processo histórico da



constituição de língua nacional em territórios colonizados. Estudar os confrontos do português com outras línguas leva a compreender como ela significa a partir de uma memória que a constitui como língua nacional; ao mesmo tempo em que a nomeação língua portuguesa se deixa compreender como uma forma de designar uma unidade lingüística imaginária. Também, quando se analisam aspectos do funcionamento discursivo da memória relativa à língua, na constituição de sujeitos brasileiros, como os que passaram pela história da consolidação dos Estados Nacionais através da imigração, verificam-se os vestígios de uma tensão significativa entre a memória de línguas maternas silenciadas e a língua nacional (brasileira). A memória da língua silenciada participa da constituição do sujeito de linguagem, na medida em que elementos estranhos à estrutura do português (fonológicos, morfológicos, sintáticos, entre outros) comparecem na prática de linguagem, como traços de memória da língua materna silenciada. Pode-se, assim, verificar que a função de língua materna como estruturante do sujeito pode ser exercida por uma materialidade lingüística composta de elementos de mais de uma língua. E, nessa medida, somos levados a compreender que a língua nacional e a língua materna adquirem sentidos múltiplos. Não apenas são línguas materialmente diferentes no real de sua estrutura, mas se apresentam também como dimensões da linguagem distintas entre si, inscritas na ordem da memória. No que concerne ao escopo da institucionalização do estudo da língua como objeto da Ciência Lingüística, perguntamos como seus sentidos se produzem e se fixam. Nessa direção, tematizam-se percursos e processos da institucionalização dessa área disciplinar no Brasil, traçando um percurso das associações ABRALIN, ANPOLL E GEL, estabelecendo uma comparação entre esses percursos e os processos neles envolvidos, o que permite visualizar os entrecruzamentos e as delimitações de diferentes perspectivas teóricas e objetos, recortando a linguagem, instituindo o saber lingüístico, configurando políticas lingüísticas e projetando a Lingüística enquanto uma disciplina científica. A reflexão proposta se realiza através de recortes teórico-metodológico que atravessam diferentes áreas do conhecimento, destacando-se: a Análise do Discurso de linha francesa, de cunho materialista, cuja concepção de discurso se sustenta na relação entre língua e história, procurando delimitar as posições-sujeito e os processos discursivos que sustentam a formulação da linguagem; a História das Idéias Lingüísticas e a Epistemologia dos Estudos da Linguagem (em sua elaboração francesa e reterritorialização brasileira).

**O saber lingüístico instituído: ABRALIN, ANPOLL e GEL**

*Suzy Lagazzi-Rodrigues*

slagazzi@iel.unicamp.br  
UNICAMP

Este trabalho tem como escopo a institucionalização da Lingüística no Brasil e é parte de uma pesquisa realizada em conjunto com a autora, tematizando os percursos e processos da institucionalização da Lingüística no Brasil no que concerne à ABRALIN, à ANPOLL e ao GEL.

Esta pesquisa está inserida no Projeto *História das Idéias Lingüísticas*, desenvolvido no IEL/Unicamp em parceria com a *École Normale Supérieure de Lyon* (França) e que tem como objetivo geral produzir conhecimento sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua, assim como discutir questões relativas à língua e às línguas como questões políticas, questões de política lingüística.

A pesquisa aqui enfocada busca compreender a estabilização e a legitimação do saber lingüístico, analisando os diferentes modos de formulação e circulação desse saber nos encontros da ABRALIN, da ANPOLL e do GEL. Interessa-me refletir sobre a representação do saber lingüístico, tendo como base os encontros dessas associações, e também observar as reconfigurações que esse saber vai sofrendo na história construída pelos encontros em questão.

A ABRALIN, Associação Brasileira de Lingüística, foi fundada em 1969, em assembléia presidida por Joaquim Mattoso Câmara Jr., realizada na cidade de São Paulo. No mesmo ano foi fundado o GEL, Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, em reunião realizada na Universidade de São Paulo (USP), convocada por Isaac Nicolau Salum. A ANPOLL, Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, foi fundada em 1984, em Brasília. A ABRALIN realiza encontros integrados à Reunião Anual da SBPC e organiza Institutos Brasileiros de Lingüística. O GEL tem como seu espaço de realização as Universidades Públicas do Estado de São Paulo, promovendo seminários que congregam pesquisas em Lingüística. A ANPOLL associa Programas de Pós-Graduação em Lingüística e sua dinâmica de funcionamento é dada pelos Grupos de Trabalho (GTs). Há, portanto, uma convergência forte entre as três associações, marcada pela área do conhecimento constituído e instituído como Lingüística, e também diferenças importantes no que diz respeito tanto ao modo de funcionamento de cada uma das associações, quanto aos seus objetivos e público alvo.

Neste trabalho, ao mesmo tempo em que analiso a trajetória de cada uma das associações, estabeleço uma comparação entre os percursos e os processos aí envolvidos, o que permite visualizar os entrecruzamentos e as delimitações de diferentes perspectivas teóricas e objetos, recortando a linguagem, constituindo o saber lingüístico, configurando políticas lingüísticas e projetando a Lingüística enquanto uma disciplina científica. A amplitude do que hoje temos estabelecido como saber lingüístico demanda a investigação sobre os vários modos pelos quais esse saber se instituiu.

O referencial teórico-metodológico desta pesquisa é o da Análise de Discurso materialista, fundada por Michel Pêcheux, cuja concepção de discurso se sustenta na relação entre língua e história, procurando delimitar as posições-sujeito e os processos discursivos que sustentam a formulação da linguagem. Nesta perspectiva materialista, trabalhamos com um sujeito descentrado, interpelado ideologicamente e constituído por linguagem. No jogo entre estrutura e acontecimento, o analista busca compreender, no discurso, a ancoragem dos sujeitos no significante e a produção dos sentidos que presidem esses sujeitos na história. Sujeito e linguagem constituindo-se mutuamente no confronto entre a materialidade significante e a materialidade histórica. O conceito de textualização, definido por Eni Orlandi (*Discurso e Texto*. Pontes, 2001) como um contorno material imaginariamente finito, é organizador desta análise que apresento, pois permite a reflexão no entremeio da constituição, da formulação e da circulação do discurso, o que é fundamental para dar visibilidade à configuração da disciplina Lingüística



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

no espaço definido pela ABRALIN, pela ANPOLL e pelo GEL, no que diz respeito a objetos e teorias definidos.

### Por uma história da política lingüística portuguesa

Bethania C. S. Mariani

bmariani@terra.com.br  
Universidade Federal Fluminense

Esse trabalho apresenta resultados parciais do projeto (produtividade CNPq) *Por uma história da política lingüística portuguesa. Línguas e formação de estados nacionais do passado ao presente*, o qual tem como proposta pesquisar os processos de colonização lingüística portuguesa (MARIANI, 2004) e analisar os deslocamentos de sentidos da língua portuguesa como objeto simbólico nessa sua trajetória em direção aos continentes americano e africano. Nosso campo de trabalho é tanto o do conhecimento do percurso jurídico-político da colonização lingüística portuguesa, quanto o do processo histórico da constituição de língua nacional em territórios colonizados. Neste projeto objetivamos mapear e analisar os deslocamentos de sentidos da língua portuguesa como objeto simbólico, considerando: 1) constituição da língua portuguesa como língua nacional em Portugal, gramatizada e com escrita; 2) passagem do português para língua de colonização, a partir de uma memória que a constitui como língua nacional; 3) confrontos do português com outras línguas; 4) os sentidos atribuídos às línguas indígenas e africanas faladas nos territórios colonizados; 5) institucionalização como língua nacional e oficial nas colônias; 6) inscrição do português, como língua nacional, no processo de descolonização em meio a novos confrontos; e 7) integração do português em uma política de sentidos bastante definida e transnacional, de acordo com as deliberações da Comunidade de Povos e Países de Língua Portuguesa, que se vale da denominação língua portuguesa como forma de designar uma unidade lingüística imaginária. Situar esse campo como objeto de pesquisa supõe um recorte teórico-metodológico que atravessa diferentes áreas do conhecimento, destacando-se: a Análise do Discurso de linha francesa, a História das Ideias Lingüísticas e a Epistemologia dos Estudos da Linguagem (em sua elaboração francesa e reterritorialização brasileira).

Do projeto de pesquisa em tela, em termos de objetivos gerais para apresentação na ABRALIN, pretende-se situar e comparar a trajetória e possíveis deslocamentos de sentidos da língua portuguesa e das línguas nativas nas colonizações lingüísticas no Brasil e na África, tendo em vista a análise de textos que compõem parte do discurso historiográfico dos séculos XV e XVI. O *corpus* em análise é, assim, constituído por crônicas relativas à história da expansão marítima: *Chronica do descobrimento e a conquista da Guiné*, escrita por Gomes Eanes Azurara (1453); *Relação do Reino de Congo e das Terras circunvizinhas*, narrada por Duarte Lopes, escrita por Filippo Pigafetta em 1591, mas publicada em 1841; *História da província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo, escrito em 1573, publicado em 1576; *Tratados da terra e gente do Brasil*, do Padre Fernão Cardim

e *Narrativa epistolar da missão jesuítica do Padre Cristóvão de Gouveia*, ambos escritos provavelmente ao final do século XVI; primeira edição em inglês, na coleção de Samuel Purchas, no ano de 1625; *Tratado descritivo do Brasil*, Gabriel Soares de Sousa, escrito em 1587, primeira edição integral em 1825. Nessas crônicas, embora questões relativas às línguas sejam eventualmente objeto primeiro de descrições, pode-se depreender um conjunto de práticas de linguagem relativas à atuação dos *turgimões* ou *línguas*. É no processo de descrição dessas práticas que se pode compreender discursivamente os gestos de interpretação vinculados à imagem que se fazia das línguas e dos povos que as empregavam. Portanto, como objetivo específico, decorrente de análises que já vêm sendo efetuadas, pretende-se apresentar na ABRALIN o modo como o discurso historiográfico já mencionado significa a língua portuguesa e as línguas não européias, ou seja, que sentidos são produzidos para as línguas indígenas brasileiras e que sentidos são produzidos para as línguas africanas. Até o atual momento de nossas investigações, percebe-se um mesmo gesto de interpretação que significa as línguas e os povos que as falam, como deficitárias (no caso das línguas indígenas brasileiras) e sem racionalidade (no caso das línguas africanas). As inegáveis diferenças engendradas pelo mesmo Império Português nos dois processos colonizadores não impedem o reconhecimento da forte permanência de alguns sentidos sobre as línguas, como pontos de convergência que organizam uma fala incessante do passado ao presente, ou seja, depreende-se uma construção de evidências sobre as línguas não européias faladas nas terras conquistadas e também de evidências sobre a língua portuguesa falada além mar. Em síntese, visitar o passado permite indagar sobre os efeitos da colonização lingüística portuguesa na constituição de uma identidade lingüística em países descolonizados, considerando a história da heterogeneidade lingüística (ORLANDI, 2002), das contradições e dos silenciamentos constitutivos das memórias das línguas (PAYER, 2006).

MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística* (Línguas, discurso e religião no Brasil, séculos XVI a XVIII e nos Estados Unidos da América, século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento lingüístico*. Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua; imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

### Línguas maternas e língua nacional brasileira

Maria Onice Payer

onicepayer@terra.com.br  
Universidade do Vale do Sapucaí

A reflexão tem por objeto aspectos da constituição e do funcionamento das memórias da língua (nacional e materna) na constituição de sujeitos brasileiros, mais especificamente aqueles que trazem a memória histórica da imigração em massa do período republicano. Dessa memória, participam, de um modo peculiar, a sua relação com a língua materna (italiano e dialetos), que foi apagada na história da administração de línguas, efetuada durante a consolidação do Estado Nacional brasileiro, na década de 1930, bem como



a sua relação com a língua portuguesa enquanto língua nacional, sustentada pelo Estado e ensinada na escola. O tema abrange, portanto, aspectos da relação do sujeito de linguagem com as línguas administradas na história, dada a configuração jurídica dos Estados Modernos. Os processos lingüísticos e discursivos observados na prática de linguagem atual desses sujeitos justificam trabalhar-se teoricamente com uma tensão significativa, que ali se observa de modo flagrante, entre a língua materna (dos imigrantes) e a língua nacional (brasileira), tensão que se engendra na história e atinge diretamente o sujeito em seu senso de identidade e em suas práticas de linguagem. O tema é abordado no campo da Lingüística, na perspectiva da Teoria do Discurso, em sua relação interdisciplinar e constitutiva com a História e a Psicanálise. Trabalhando os conceitos de memória histórica (LE GOFF, 1994) de memória discursiva, em seu funcionamento como formação discursiva, pelo viés da memória histórica tomada no jogo da língua (PÉCHEUX, 1988; COURTINE, 1981), bem como a relação entre língua e história - visualizada na *forma material* da língua (ORLANDI, 1996) e na constituição da língua nacional (GADET & PÉCHEUX, 2004; ORLANDI, 2001), ao lado do silenciamento de outras línguas no território brasileiro (ORLANDI, 1992), colocamos em foco o funcionamento da memória na/da língua na prática de linguagem. As análises levam a compreender que há uma memória da língua apagada na história, que participa da constituição do sujeito de linguagem, na medida em que certos elementos estranhos à estrutura fonológica, morfológica e sintática da língua portuguesa se apresentam na prática de linguagem, como traços de memória de outra língua. Trata-se de um retorno da língua materna que foi apagada no confronto com a língua nacional. Esse retorno, como retorno de uma língua que é constitutiva do sujeito de linguagem, dá-se, via de regra, à revelia das representações que o sujeito faz da língua que ele fala. Compreendendo, conforme a teoria do discurso, que sujeito e sentido se constituem simultaneamente, e que a língua é base dessa constituição, e ainda, conforme C. Revuz (1998), que a língua materna tem *função estruturante* no sujeito, como *instrumento* e como *matéria* dessa estruturação, compreende-se como a língua materna dos imigrantes, administrada na história, em sua tensão com a língua nacional, guarda um lugar, na constituição do sujeito de linguagem, comparecendo fragmentada na forma material da língua que ele fala. Procurando assim compreender como a língua dos imigrantes se encontra enredada à memória histórico-discursiva de falantes brasileiros, nota-se que tanto a memória da língua nacional (Português), quanto a memória da língua materna (italiano e dialetos) constituem a sua prática de linguagem, na atualidade. A partir dessas análises, as noções de língua nacional e de língua materna adquirem outros sentidos, podendo ser compreendidas em novas dimensões de seu funcionamento. Essa compreensão requer que se considerem aspectos que se situam além das estruturas lingüísticas diferentes. Elas não são apenas línguas materialmente diferentes no real de sua estrutura, mas se apresentam como dimensões da linguagem distintas entre si, que se inscrevem ambas na ordem da memória discursiva. A própria estrutura resulta, desse modo, ela mesma configurada por memórias fonológicas, morfológicas, sintáticas, que advêm como memória das outras línguas presentes na história. Uma conseqüência dessas constatações para o cenário brasileiro, que importa na discussão de um encontro amplo como o da ABRALIN, é que a *função* de língua

materna, que é função estruturante do sujeito de linguagem, pode realizar-se por materialidade lingüística, composta de elementos de mais de uma língua. Essa constatação interpela à reflexão sobre o estatuto da língua nacional, na relação da língua portuguesa com as outras línguas presentes no território brasileiro. Outros desdobramentos de interesse dizem respeito à relação do sujeito com a memória histórica, por um lado, e com a prática da escrita, por outro.

COURTINE, J. J. Quelques Problèmes Théoriques et Méthodologiques en Analyse du Discours. *Langages*, 62. Paris: Ed. Larousse, 1881.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. B. Leitão et. al. 3. ed. Campinas: SP, 1994.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Interpretação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *História das idéias lingüísticas*. Cáceres, MT: Ed. Unemat; Campinas, SP: Ed. Pontes, 2001.

PAYER, M. O. *Memória da língua*. Imigração e nacionalidade. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

PÉCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Trad. E. Orlandi et. al. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1988.

REVUZ, C. A língua estrangeira, entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: *Linguagem e identidade*. SIGNORINI, I. (Org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1988.

### Oralidade e escrita em espaços enunciativos contemporâneos

Tendo como foco a problematização de questões ligadas à linguagem, cultura e discurso, desenvolvida em projetos de pesquisa junto ao curso de Mestrado em Letras (UNINCOR/MG), e tomando por base discursos produzidos em situações de produção diversas, em diferentes matrizes de produção de sentidos, sob diferentes perspectivas enunciativas e marcados por uma configuração de hibridismo, nosso olhar estará aqui voltado para uma reflexão em torno de questões envolvendo a oralidade e escrita. Debruçados sobre práticas discursivas de linguagem diversas (textos de alunos de curso técnico-profissionalizante, comunicação eletrônica, crônicas), em circulação em diferentes espaços enunciativos (instituição escolar, internet e jornal), e norteados por uma perspectiva da relação oral/escrito definida como um fator que marca a escrita como heterogeneamente constituída, propomos, para esse enfoque, uma discussão voltada para a análise de um movimento de ressignificação de sistemas de referência, normas e valores estratificados; um movimento de desconstrução de estruturas e posições sacralizadas na relação oral/escrito, na dimensão do funcionamento e o estado da oralidade/escrita/escritura, em diferentes espaços enunciativos contemporâneos.

BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. The third space. In: RUTHERFORD, J. (Org.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence and Wishart, 1990.

CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D. (Org.). *Spoken and Written Language: Exploring orality and literacy*. New Jersey: Ablex, 1982. p. 35-53.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

CORRÊA, M.L.G. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SIGNORINI, I. Construindo com a escrita “outras cenas de fala”. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

STREET, B.V. *Social literacies*. Critical approaches to literacy in development, ethnography and education. Londres: Longman, 1995.

TANNEN, D. (Org.). *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. New Jersey: Norwood, 1984.

### Hibridismos na constituição do gênero crônica

Suzana Teixeira Neri Resende

suzana.neri@mgconecta.com.br  
Universidade Vale do Rio Verde

Pretende-se, neste estudo, polemizar a antiga ruptura da velha dicotomia entre língua oral e língua escrita, que se mantém por serem estas definidas, por muitos estudiosos, pelas diferentes características que as compõem. A partir dessa concepção polarizada, são ressaltadas as dessemelhanças que, na verdade, constituem suas particularidades, as quais podem ser causadas por vários fatores de uso da linguagem de forma notável, como o grau de desenvolvimento de cada usuário e/ou a situação de produção. Assim, ao lado de estudos que propõem uma análise da oralidade e da escrita sob a perspectiva de estreitamento das contradições, há uma visão que defende a idéia de que não se deve valorizar uma em detrimento da outra, pois tanto a modalidade oral quanto a escrita são processos dentro de uma mesma língua, uma vez que em ambas pode ocorrer o processo da interlocução, uma das funções primordiais da língua. Considerando, então, a interlocução como um processo da construção da linguagem, que se dá por meio do uso da língua (tanto oral quanto escrita) no cotidiano, o presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira o sentido se constrói linguisticamente no texto escrito, tendo como *corpus* a crônica intitulada “Vermelho”, de Luís Fernando Veríssimo, publicada em 20 de agosto de 2006, no jornal “O Globo”. Tomando-se por base que o suporte em que se dá a circulação da crônica é o suporte jornal, depreende-se que, de forma semelhante às notícias de jornal, o discurso que se constrói, tanto na crônica quanto no jornal, se dá sempre a partir da observação dos fatos cotidianos. No entanto, a crônica vai além do simples retrato e comentário dos fatos: busca, acima de tudo, emocionar o leitor e tenta levá-lo à reflexão. A partir dessa perspectiva, é possível dizer que a crônica é um gênero híbrido, por situar-se entre o jornalismo e a literatura, apresentando, pois, características dos dois gêneros. Esta qualidade híbrida também se atribui de alguma forma à linguagem que a compõe, já que essa mesma linguagem é bastante mesclada por marcas que estariam ligadas à língua oral e língua escrita. Conforme as palavras do grande mestre Machado de Assis, a crônica tem sua origem histórica no discurso oral, reafirmando o caráter do que seriam os moldes da crônica: uma conversa aparentemente descontraída sobre fatos cotidianos, recheada de comentários, em que “tudo” é possível e em que se pode discorrer qualquer assunto. Outra forma de enxergar a crônica – texto escrito

– de maneira semelhante aos textos orais é através de sua fugacidade no tempo. Essa sua predisposição a diluir-se no tempo pode ser observável pelo simples fato de ser tal gênero publicado em jornal, um meio de informação diário que possui textos efêmeros. Assim, a notícia publicada no jornal de hoje, dificilmente, será lembrada ou terá atenção pelos leitores de amanhã, já que estes estarão em busca de novos noticiários. Entende-se, também, que a crônica – gênero que se constitui hoje como texto escrito – se aproxima de um relato, o que é possível observar também a partir das marcas discursivas presentes no *corpus* em estudo. Tais elementos discursivos se fazem ainda presentes sob vários aspectos na crônica “Vermelho” de Veríssimo, como por exemplo, através do caráter subjetivo, da variação linguística, do conhecimento partilhado, do caráter social e de marcas linguísticas “paraverbais”, ortográficas e icônicas. Quanto à variação linguística, busca-se, neste trabalho, uma relação com os estudos de Marcushi (1986, 2003) e Costa (1997), numa perspectiva voltada para questões da fala e da escrita em suas relações. Já, no que diz respeito ao conhecimento partilhado e o caráter social da língua, o presente estudo dialoga com as teorias de Bakhtin (1921). Para a análise das marcas discursivas, buscam-se os estudos de Smolka (1993). Partindo de todos esses teóricos, nota-se que a língua, em qualquer modalidade que se apresenta, é sempre um fenômeno heterogêneo. E esse hibridismo quebra totalmente a dicotomia que se apresenta instalada entre o oral e o escrito. Oralidade e escrita são sempre mediadas uma pela outra, ou seja, há sempre um contínuo processual que constitui a própria linguagem.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Huicitec, 1921.

COSTA, S.R. A. *A construção do letramento escolar: um processo de apropriação de gêneros*. Tese (Doutorado) – LAEL, PUC/SP, São Paulo, 1997.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Crônicas*. Rio de Janeiro: Jakson, 1947.

\_\_\_\_\_. O nascimento da crônica. In: *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Folha de São Paulo/Ática.

MARCUSHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2003.

SMOLKA, A.L.B. A dinâmica discursiva no ato de escrever: relações oralidade-escritura. In: SMOLKA; GÓES (Orgs.). *A linguagem e o outro no espaço escolar*. Campinas: Papyrus, 1993.

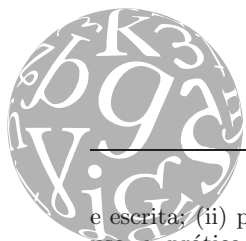
### Comunicação eletrônica: a “grande quebra” da “grande divisão” entre oralidade e escrita

Sérgio Roberto Costa

costasero@uol.com.br  
Universidade Vale do Rio Verde

A teoria da chamada “grande divisão” entre oralidade e escrita, que predominou entre os anos 50 e 70/80, polarizava as manifestações escritas e orais da língua enquanto sistema, cognição e usos sócio-linguístico-discursivos. Trata-se de uma posição que: (i) fragmenta e polariza a linguagem oral





e escrita: (ii) provoca uma verdadeira "ruptura" entre teoria, uso e prática social, pois vê a linguagem como sistema abstrato de formas/funções, de um lado, e as condições do sujeito falante isoladas, de outro; (iii) reafirma a materialidade objetiva da linguagem, como objeto constituído e transparente e (iv) não leva em consideração a mobilidade sócio-histórica dos sujeitos e da própria linguagem ou os modos de participação dos sujeitos, nas práticas discursivas orais relacionadas à escrita, enquanto prática discursiva e enquanto objeto (de Lemos, 1988: 11). Essa concepção, que se insere na filosofia do objetivismo abstrato, que separa língua (aspecto social) da fala (aspecto individual) e que desvincula a língua de sua esfera real, tratando apenas de decifrá-la, foi contestada, a partir dos anos 70/80, e surgiu a vertente dos que propuseram uma nova visão entre fala e escrita: a de que há mais semelhanças que diferenças entre elas. Nessa perspectiva, foi proposta a idéia do *continuum* entre ambas, o que não passou de uma ilusão, segundo Street (1995). Contudo, essa idéia de *continuum* (formal e/ou discursivo) se solidifica em vários autores (Givón, 1977; Ochs, 1979; Lakoff, 1979; Tannen, 1984; Chafe, 1982; Watson, 1983, dentre outros) que, contestando a concepção da natureza fragmentada da fala ou da polaridade/dicotomização entre ambas – uma "falsa dicotomia", segundo Lakoff (1979:23) –, valorizam o objetivo/propósito do discurso, o contexto social de produção e a intersecção entre o oral e o escrito, segundo a concepção de modelo *ideológico* de letramento, de Street (1995). Entretanto, a questão do processo de letramento ultrapassa a postulação de diferenças ou isomorfias (parciais ou não) formais/funcionais/genéricas entre elas ou a postulação de um *continuum* linear estabelecido por condições gerais de uso da linguagem, o que, de certa maneira, deixa entrever o uso conversacional (dialógico) e o uso autônomo (monológico) ocupando ainda as extremidades dos pólos, como dois conjuntos autônomos (oral e escrito) opostos. Hoje, nas últimas décadas, começa a se desenvolver uma nova visão de linguagem e discurso, em que o *continuum* teria um viés dialético e não linear, e em que a sócio-construção da linguagem se daria mediada por gêneros discursivos (Bakhtin, 1994) e textuais (Bronckar, 1999) interpretados como práticas sociais, historicamente construídas, reinterpretando-se antigos e novos gêneros orais e escritos e sua inter-relação enquanto práticas lingüístico-discursivas e enquanto objeto. Nessa perspectiva, as atividades escritas e orais não poderiam ser estabelecidas num *continuum* linear, mas se teria que levar em consideração a heterogeneidade dos gêneros nas práticas de oralidade e de escrita inseridas nas diversas culturas, levando-se em conta os aspectos etnográficos. Esta nova postura teórica lê, holisticamente, os textos escritos com novo enfoque. Discursivamente, por exemplo, os elementos "paraverbais" presentes nos textos escritos em diversos suportes produzem efeitos de sentido que vão além do "literalmente escrito". Por exemplo, em nossa cultura, na correspondência familiar e oficial de ontem ou de hoje, as cores diferentes dos papéis de carta ou de convites e envelopes, o formato ou tamanho da fonte usada para escrever, bordas e sombreamentos, e até perfumes, podem refletir o grau de formalidade ou a expressão de sentimentos mais/menos íntimos entre interlocutores. Assim, também, entre os Mende de Serra Leoa, uma outra cultura, um envelope aéreo limpo, datilografado e multicolorido, é sinal de respeitabilidade ao destinatário, com ênfase na importância da mensagem (in Street, 1995:170). Entretanto, o processo de apropriação da escrita não é o mesmo em ambas as culturas. Em nossa cultura contemporânea letrada, ao lado

da existência das práticas de letramento mais tradicionais, surgiram novas formas/práticas de oralidade e escrita e gêneros discursivos e textuais diversos, a partir dos novos instrumentos culturais (computador, novos meios de comunicação eletrônica móvel e/ou sem fio), que vieram quebrar ainda mais a "grande divisão" entre oralidade e escrita. São práticas sociais de linguagem com características próprias e específicas desses novos instrumentos e/ou suportes de comunicação, em novos ambientes ou espaços discursivos, em que a interface oralidade/ escrita parece se dissolver de maneira relevante. Assim, por exemplo, no ciberespaço desse instrumento cultural contemporâneo que é o computador, o uso da Internet, em especial, seria responsável pelo surgimento de novos gêneros (hiper) textuais (*emails, chats, blogs* etc.). A "grande quebra" da "grande divisão" parece, então, tornar-se cada vez mais forte, embora, por exemplo, isso já tenha se dado nas Histórias em Quadrinhos (HQs.), onde o uso de recursos paraverbais (imagens, onomatopéias, espaços, balões etc), simultaneamente com a escrita, é muito intenso, embora, também, as noções de espaço e tempo tenham se modificado com o advento do telefone. Nesses novos ambientes e nos novos gêneros digitais ou "internéticos", características e marcas lingüístico-discursivas da oralidade são cada vez mais presentes e mais recorrentes nas interações e nos textos teclados escritos. Parece uma volta às comunidades orais. Assim, por exemplo, entre outras características da oralidade, pode-se citar o falar-escrito "rápido", em "turnos", dos *chats*, que se dá *on line*, como na conversa do cotidiano, os diversos recursos para expressão de emoções nesses bate-papos virtuais do "falar-escrito teclado" (usos de caixa alta, alongamentos etc), a fugacidade temporal e espacial da correspondência eletrônica, que se perde na tecla "deletar", como os recados orais, enquanto a correspondência escrita é permanente, pois, quando as pessoas guardam-na em boas condições, o texto escrito não se apaga facilmente. Estes e outros exemplos apontam para o funcionamento e o estado da oralidade/escrita/escritura, que são modificados profundamente pela comunicação eletrônica, com novas perspectivas das noções de espaço e tempo e do surgimento de novos códigos discursivos neográficos e multissemióticos, que quebrariam "fortemente" as relações entre o oral e o escrito.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 327-358.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio discursivo*. São Paulo: Educ/PUC, 1999.

CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D. (Org.). *Spoken and Written Language: Exploring orality and literacy*. New Jersey: Ablex, 1982. p. 35-53.

LEMOS, C.T.G de. Prefácio. In: Kato, M. (Ed.). *A concepção da escrita pela criança*. Campinas: Pontes, 1988. p. 9-14.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1977.

LAKOFF, R. *Expository writing and the oral dyad as points on a communicative continuum: Writing anxiety as the result of mistranslation*. 1979. Unpublished manuscript.

OCHS, E. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T. (Org.). *Syntax and semantics; discourse and syntax*. v. 12. New York: Academic Press, 1979.

STREET, B.V. *Social literacies. Critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. Londres: Longman, 1995.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

TANNEN, D. (Org.). *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. New Jersey: Norwood, 1984.

WATSON, C. Syntactic change: writing development and the rhetorical context. In: MARTLEW, M. (Org.). *The psychology of written language*. Chichester: John Wiley & Sons, 1983.

### Por uma desnaturalização de sentidos: a heterogeneidade da escrita num cenário marcado por um hibridismo cultural/lingüístico

Paulo Roberto Almeida

praalmeida@uol.com.br  
Universidade Vale do Rio Verde

Na dinâmica das relações sociais, dentro de um território social constituído por instituições, manifesta-se um “duelo”, travado nas interações coletivas, em consequência das diferentes perspectivas advindas das múltiplas e diferentes matrizes de produção de sentidos e valores de diferentes grupos sociais, sobretudo no “duelo” social e lingüístico travado entre diferentes grupos sociais no uso de diferentes modalidades lingüísticas. Considerando que o universo escolar é um território marcado por um constante conflito no jogo da interação social, é óbvio que a linguagem exerce um papel fundamental nesse duelo travado na trama interacional, numa (des)ordem social marcada pela multiplicidade, pela diferença e pelo contraste. Este trabalho está voltado para o estudo da relação sujeito/lingua(gem), numa reflexão sobre a questão de identidades, num universo escolar heterogêneo, constituído por diferenças culturais e lingüísticas e marcado por uma situação de hibridismo, ou seja, por uma coexistência de conjuntos de valores e verdades antagônicas num determinado contexto (cf. Bhabha, 1990, 1998). Traz-se aqui, para discussão, o papel fundamental da lingua(gem) no processo de construção de identidades sociais e as implicações sobre a constituição de sujeitos no jogo das relações sociais. Com isso, pretende-se discutir o papel fundamental da instituição educacional e de seus agentes para o desenvolvimento de práticas discursivas que contribuam para a construção das identidades sociais. Para um aprofundamento da reflexão sobre um cenário sociolingüístico caracterizado por um hibridismo natural – espaço relacional marcado pela alteridade, um espaço onde se constrói um processo relacional de constituição de identidades –, é importante constituir um “olhar”, que se volte para um movimento de ressignificação de sistemas de referência, normas e valores estratificados, aí instaurados. Esse movimento possibilita que, ao olhar para esse cenário, se possa visualizar o surgimento de outras posições, desnaturalizar sentidos aparentemente sempre já constituídos e dados como transparentes. Com o olhar voltado para o universo escolar, esse movimento de ressignificação requer um processo de desconstrução de estruturas e posições, aqui, especificamente, a desconstrução de um discurso de homogeneização, ideologicamente constituído em torno de um saber de uma cultura letrada e constituído, institucionalizado e privilegiado por meio de uma variante lingüística legitimada, de caráter excludente. A preconização de uma língua única, seguida de uma superposição/sobreposição de uma norma lingüística imposta sobre outras normas de natureza funcional, promove o apagamento e a “invisibilização” dos

outros usos lingüísticos reais ou do “falar ordinário”, usos não prescritos por essa língua, o que, inevitavelmente, acaba por provocar sérios conflitos e dificuldades para a construção de subjetividades para o falante nativo, conhecedor-competente e manipulador dos recursos e mecanismos lingüísticos de sua língua vernácula. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se desconstrói esse enunciado normatizado, pronto e fechado do discurso da homogeneização lingüística, o olhar se desloca para a valorização e visibilização de outros saberes constitutivos desse espaço, excluídos, apagados e marginalizados. Excluídos, apagados e marginalizados porque “diferentes” do outro saber legitimado, esses saberes constituem uma ameaça à ordem ali ideologicamente instaurada. Dessa forma, a ressignificação implica o deslocamento do olhar para outros saberes em circulação, constituídos socialmente, outras experiências ou “práticas culturais alternativas”, trazidas por vozes sociais não dominantes e (in)visibilizadas sob outras formas de manifestações lingüísticas, sobretudo as manifestações de uma escrita heterogeneamente constituída, que, para o discurso ortodoxo no imaginário escolar, representa o heterodoxo, o idiossincrático, a subversão. Este olhar crítico, constitutivo desse movimento de interpretação sobre os deslocamentos, os equívocos (previstos no sistema, mas ideologicamente não aceitos), permite uma ressignificação daquilo que não está/é naturalizado: a percepção e visibilização de falantes reais, em situação de uso real da língua, revelam um real domínio da língua. Isso implica dizer que é na “referência às práticas comuns de uso da língua em que a ‘perturbação’ trazida pela variação é o que permite ao falante/escrivente se constituir enquanto agente que tanto reproduz formas e sentidos, papéis e identidades, quanto os altera, tensiona, torce, subverte e produz o novo, seja ele percebido como criativo, revolucionário, ou apenas descabido, torto, mal enjambrado” (Signorini, 2002: 94). Este olhar estará norteado, então, por uma perspectiva teórica que aponta para o hibridismo de uma escrita não autorizada, cujo traço mais saliente é a presença de elementos associados à língua falada (cf. Signorini, 2001) ou ainda, segundo Corrêa (2001), a perspectiva da relação oral/escrito deve ser definida como um fator que marca a escrita como heterogeneamente constituída, ou seja, deve-se pensar a relação entre o falado e o escrito a partir de uma concepção de heterogeneidade da escrita. É, pois, sob tal perspectiva, que serão olhadas, em textos de alunos-trabalhadores dos cursos Eletro-eletrônica e Mecânica, período noturno de escola técnica-profissionalizante, as marcas identitárias que revelem as posições subjetivas dos alunos-sujeitos, o modo como eles se posicionam por meio de suas escolhas e estratégias discursivas, em um contexto sócio-cultural marcado pela escrita. E, nessa configuração de uma ordem lingüística da não-linearidade, constrói-se uma “diferença que diferencia”. A percepção e valorização dessa “diferença que diferencia” podem contribuir para identificar sujeitos apagados e/ou invisibilizados, podem permitir que se posicionem e sejam reconhecidos nessa e por essa escrita e, sem bloqueios, sem traumas, possam se constituir identitariamente na e pela escrita.

BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. The third space. In: RUTHERFORD, J. (Org.). *Identity: community, culture, difference*. Londo: Lawrence and Wishart, 1990.

CORRÊA, M.L.G. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.



Por uma teoria da desregulamentação lingüística. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUZA, L.M.T.M. de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA, JR. (Ed.). *Margens da cultura*. São Paulo: Boitempo, 2004.

## A lingüística, a pesquisa e o estado

Mariza Vieira da Silva

marizavs@uol.com.br

Universidade Católica de Brasília

### História das idéias lingüísticas: institucionalização e disciplinarização

O objetivo desta Mesa é apresentar e discutir resultados de pesquisas do projeto HIL – História das Idéias Lingüísticas no Brasil, produzidas no Sul, Sudeste e Distrito Federal, trabalhando “corpus” distintos e sob diferentes lugares de ancoragem, em que se observa como os conhecimentos lingüísticos foram se institucionalizando em condições históricas específicas, evidenciando modos de apropriação e difusão desses conhecimentos por parte da Universidade, da Escola, do Estado, das sociedades científicas. Falar em produção do conhecimento é falar também de sentido em movimento, de sujeito, de idéias que circulam e deixam de circular para voltar a circular em outro lugar, em um outro momento, com outros sujeitos e outras instituições. É considerar os modos de dizer e os processos de sua institucionalização. É falar das condições históricas de produção do saber e de sujeito do conhecimento como parte integrante dessas condições. Os trabalhos, aqui apresentados, se propõem a tratar mais especificamente da institucionalização da Lingüística em Associações das áreas de Letras e Lingüística nacional e regional – ANPOLL, ABRALIN e GEL –, de sua disciplinarização nos Cursos de Letras. Nesse sentido, buscamos compreender como as diferentes teorias da Lingüística trabalham a linguagem como objeto em momentos circunstanciados a condições históricas, sociais, científicas, políticas, situando o conjunto de pesquisas e de pesquisadores e sua produção no interior de um processo de legitimação de idéias lingüísticas no interior das instituições e de domínios de saber. Visamos, ainda, analisar e compreender como essa legitimação, via institucionalização e disciplinarização, vai construindo, de modo descontínuo, um imaginário de Lingüística, de Gramática, de professor de línguas, de professor de língua portuguesa, em termos de sua representação e de sua formação no Brasil, e vai contribuindo para a manutenção de um discurso pedagógico autoritário, transvestido de cientificidade, de modernidade, por apagar, negar e denegar, quase sempre, a história, o político – a divisão, a filiação teórica – no tratamento das questões de língua e de seu ensino. Trata-se de compreender, pois, como se dá a divisão do trabalho teórico no entrecruzamento com a divisão das práticas pedagógicas, científicas, sociais e políticas; como a Lingüística ganha visibilidade e torna-se um conhecimento socialmente útil.

No trabalho que venho desenvolvendo no projeto HIL – História das Idéias Lingüísticas no Brasil –, meu interesse maior tem sido o de compreender, através da análise de diferentes discursividades, as relações que se estabelecem entre linguagem, sociedade e educação, e, mais especificamente, entre língua, sujeito e escola. No momento, venho trabalhando com processos de constituição da disciplina escolar “Português” (que já recebeu diferentes nomes em momentos históricos determinados), com a entrada da Lingüística nos cursos de Letras e a sua circulação e difusão por diferentes espaços institucionais.

Uma disciplina, conforme Foucault (1971), constitui-se em um dos procedimentos internos de controle, de seleção, de organização e distribuição do discurso em uma sociedade dada, que coloca em jogo o poder, estabelecendo e fixando limites em determinado espaço-tempo para o verdadeiro em um campo de conhecimentos. Para ele, a disciplina, enquanto condição para a construção de novos enunciados “se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos...”. Uma disciplina é, pois, um conjunto contínuo de discursos.

A disciplina constrói um campo de enunciação, com uma regulação e funcionamento específicos, pela discursivização dos conhecimentos a partir de determinadas formações discursivas: “aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988), no caso, sobre determinado campo de conhecimento. Esse espaço de enunciação distribui, pois, os conhecimentos de um modo particular. E essas configurações específicas dos discursos em suas relações com outros discursos e com o conhecimento irão se dar em relação à história e à memória: das línguas, do saber sobre elas produzidas, das instituições, mas também do sujeito.

A disciplinarização dá uma visibilidade institucional às ciências da linguagem, tornando-as socialmente úteis, e coloca em questão a extensão e os limites das teorias da linguagem no seio de uma sociedade, a relação entre a língua e o sujeito, bem como as relações entre teorias lingüísticas, ensino de uma língua nacional e funcionamento da escola.

O tema da crise da e na língua aparece, quase sempre, como elemento fundamental no processo de disciplinarização de um campo do saber, ligando o mundo científico – o da invenção, da produção – ao mundo da transmissão, em que a Escola ocupa lugar central. A disciplinarização organiza, pois, em determinada direção, os conhecimentos produzidos em tempo histórico específico, agenciando-os em uma trama enunciativa, visando à superação dessas crises.

Como diz Puech (2004), a noção de “crise” é “laboratório para pensar o contínuo entre crise na língua, crise no ensino da língua e crise da transmissão em geral”. A crise de uma língua, enquanto representação imaginária de uma unidade lingüística homogênea de um grupo social, de um Estado nacional, é um tema recorrente no pensamento sobre a linguagem.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Para esta comunicação, fiz um recorte no *corpus* constituído para a pesquisa: relatórios de Comissões ministeriais, leis, resoluções e pareceres, manuais didáticos, diretrizes curriculares nacionais, anais de eventos, relatórios de pesquisa, entre outros, produzidos a partir da década de 70 do século XX. Um recorte que incide sobre os anais de dois eventos financiados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, no início de 1980, que marcam uma tomada de posição do Estado em relação ao ensino da língua portuguesa, tendo a Lingüística como mola propulsora de transformações consideradas necessárias, como a construção de uma nova unidade lingüística, tendo em vista a afluência à escola de Ensino Fundamental de brasileiros que falam um outro português. Esses eventos foram: “Seminário: Aprendizagem de língua materna: uma abordagem interdisciplinar” (1982) e “Seminário multidisciplinar de alfabetização” (1983). Para análise desse recorte, consideramos, contudo, o que já vimos produzindo pela descrição-análise de outras textualidades e discursividades no âmbito do projeto, tendo como referencial teórico e metodológico a Análise de Discurso.

O INEP foi um lugar estratégico para a reforma do Estado e para a entrada da comunidade científica no Ministério da Educação e, conseqüentemente dos pesquisadores da área da Lingüística –, o que viria produzir seus efeitos na década de 90 em termos de legislação e de políticas educacionais. No início da década de 80, assume a direção desse órgão um grupo de pesquisadores que o reestrutura, imprimindo-lhe o caráter de um órgão de fomento e financiamento da pesquisa educacional mais moderno, após um período de estagnação com a morte de Anísio Teixeira, o desmonte dos Centros de Pesquisa Educacionais e a mudança para Brasília. Cria-se, neste período, por exemplo, uma linha de “demanda dirigida” para estudos, pesquisas e eventos, comitês externos de avaliação, uma nova linha editorial para divulgação dos resultados. E começa também um trabalho de articulação interno com os órgãos do MEC responsáveis diretos pelos programas, projetos e diretrizes voltados para a Educação Básica e para a formação de professores de diferentes níveis. Os eventos, cujos anais selecionamos para análise e discussão nesta Mesa, são frutos dessa política de demanda dirigida, como forma de enfrentamento de uma questão considerada estratégica para as políticas de Estado, qual seja, o da língua a ser ensinada e aprendida na Escola. Nesse processo, a Lingüística e os lingüistas são convocados como trazendo soluções, como tendo algo a dizer do ponto de vista da cientificidade.

### A lingüística em foco: um recorte discursivo de sua institucionalização

Cláudia Castellanos Pfeiffer

claupfe@yahoo.com  
UNICAMP

Nesta apresentação, serão retomadas algumas análises sobre a institucionalização da Lingüística no Brasil. A pesquisa na qual essas análises são trabalhadas, realizada em conjunto com Suzy Lagazzi-Rodrigues (IEL/Unicamp), tem por objetivo compreender a relação entre os processos e os percursos de institucionalização da Lingüística no Brasil

por meio de análises das Associações da área de Letras e Lingüística como a ANPOLL, a ABRALIN e o GEL. Essa pesquisa insere-se no projeto História das Idéias Lingüísticas (Capes/Cofecub) coordenado no âmbito da Unicamp e da École Normale Supérieure de Lyon-Fr e toma como dispositivo teórico-analítico a Análise de Discurso, o que nos permite pensar o político na língua.

Sustenta essa reflexão tomar a constituição do saber lingüístico (e da língua) como histórica. E essa constituição pode se dar em espaços particulares como o da Instituição que se configura por textualidades como gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais, programas de ensino, Associações, entre outras. Tratar das Associações – enquanto uma textualidade – é o nosso objeto de análise específico. Objeto analisado a partir do próprio funcionamento da Instituição, tomada como um espaço que produz a um só tempo unidade e legitimidade. Mais ainda, a Instituição tem uma forma própria que é a da escrita e do saber. Há assim uma indissociabilidade entre a Instituição, o saber e a escrita. O processo de institucionalização toca, pois, o espaço político-social.

Por esse papel central, foi fundamental em nossa pesquisa perguntarmos-nos sobre o próprio funcionamento do “institucionalizar”. Nesse sentido, investimos na compreensão do processo de institucionalização pensado na sua relação com os percursos dessa institucionalização. Os percursos da institucionalização da Lingüística podem ser compreendidos enquanto espaços de circulação de sentidos, no caso específico de nossa reflexão, sentidos que se configuram em saberes estabilizados ou não.

Esses espaços de circulação podem ser vários, dentre eles: ensino, publicações, teses e dissertações, disciplinas, congressos, domínios, órgãos de fomento, Associações. Esses espaços de circulação não são estanques, muito pelo contrário, se enredam em um contínuo vai-e-vem de confrontos, estabilizações, contradições, legitimação. Nesses espaços, vários *processos* estão em funcionamento, sustentando tais espaços, confrontando tais espaços, reformulando-os, apagando-os, ou mesmo atualizando-os. Dito de outro modo, a relação entre os processos e os percursos é constitutiva. Sua apresentação separadamente se dá apenas como um modo de dar visibilidade às diversas injunções em jogo. A relação tensa e contraditória entre os diversos percursos e processos inscritos na prática de institucionalização da Lingüística organiza e legitima uma visibilidade, uma unidade para esse campo científico. Essa prática implica em contínuos gestos como o de *recortar, atualizar, estabilizar, legitimar, administrar, construir unidade, construir lugares de enunciação, construir lugares de um poder dizer*.

Pudemos perceber em funcionamento, em uma relação mais acentuada com as disciplinas e domínios – implicando diretamente os órgãos de fomento e as Associações –, que há um contínuo jogo de *delimitação, definição, confronto, estabilização, intersecção, expansão, dispersão, desterritorialização*. Processos que investem de sentido tanto o objeto quanto os conceitos, estabelecendo-os, estabilizando-os. Estes processos apagam o novo/diferente, estabilizam o mesmo, administram conceitos que escapam ao posto, produzindo derivas que os re-acomodem no estabilizado, e, ao mesmo tempo, também abrem espaço para expansões, desterritorialização, atualizações. Há aí um contínuo jogo tenso entre o *adequar-se ao posto* e o *legitimar o novo*: processo integrante nessa relação é a *resistência*.

Já em uma relação mais própria às publicações, ao ensino, às teses e dissertações – implicando diretamente os Congressos



— vemos funcionar o processo fundamental da *autoria* que pode se dar tanto enquanto discurso fundador, quanto como repetição de sentidos. Como discurso fundador, a autoria instaura conceitos e desloca a posição-sujeito (cientista), como por exemplo, o deslocamento da posição do gramático para o lingüista como posição-sujeito científico. O processo da *repetição* produzindo uma quantidade que implica em *visibilidade*. Faz parte do processo de repetição o processo de *resistência*.

Poderíamos assim, de modo a dar maior visibilidade a essa sistematização inicial, apresentar o seguinte quadro, lembrando, sempre, que essas relações também se entrecruzam:

Disciplinas Domínios Órgãos de Fomento Associações	<i>delimitação, definição, confronto, estabilização, intersecção, expansão, dispersão, desterritorialização</i>	Jogo tenso entre o <i>adequar-se ao posto</i> e o <i>legitimar o novo</i> : processo integrante nessa relação é a <i>resistência</i> .
Ensino Publicações Teses e Dissertações Congressos	<i>autoria</i> discurso fundador repetição	Como discurso fundador, a autoria instaura conceitos e desloca a posição-sujeito (cientista) O processo da <i>repetição</i> produz uma quantidade que implica em <i>visibilidade</i> . Faz parte do processo de repetição o processo de <i>resistência</i> .

No bojo dessas compreensões iniciais, lançamos nosso olhar sobre as atas fundacionais, os documentos que circularam na instituição de três associações da área dos estudos da linguagem (GEL, ABRALIN e ANPOLL) de modo a compreender nesses documentos modos de institucionalização da Lingüística. Dessa forma, tomamos estas associações como parte do processo de institucionalização da Lingüística, ou ainda como um percurso específico desse processo. Nesse sentido, entendemos o espaço das Associações como um modo de compreender como o saber lingüístico circula e se estabiliza no Brasil.

## Lingüística no sul: institucionalização e disciplinarização

Amanda Eloina Scherer

amandael@terra.com.br

Universidade Federal de Santa Maria

A presente comunicação visa à apresentação dos resultados parciais do projeto de pesquisa: *Lingüística no Sul: estudo das idéias e organização da memória*<sup>1</sup>. O referido projeto trata do estudo da constituição da significação teórica que sustentou os tratados de Lingüística que introduziram essa disciplina nos Cursos de Letras do RS. Nosso foco de interesse é o estudo do atual quadro da Formação em Letras, aí incluindo os programas de graduação e pós-graduação, as revistas especializadas, os manuais de ensino de língua e as gramáticas aqui elaboradas. O escopo principal que gostaríamos de colocar em reflexão é: de que modo e a partir

de quando a Lingüística se tornou disciplina no Sul? A partir de quais pressupostos teóricos? Qual a relação com o saber sobre a língua e com as demais disciplinas da formação em Letras?

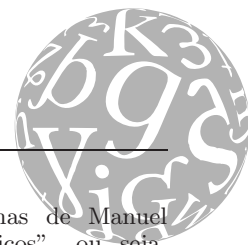
Dois tipos de materiais estão servindo como origem e possibilitam nosso estudo histórico-discursivo na busca da formulação e da circulação do saber sobre a Lingüística. No primeiro tipo, estão os ementários publicados, desde a sua inserção como disciplina nos cursos de Letras do RS até nossos dias. A nosso ver, eles são os indicadores da mudança de postura na história da disciplina, seja pelos temas tratados, seja pelas leituras propostas. No segundo tipo, como forma de interpretação, recorremos a um conjunto de textos que se constitui, principalmente, de: ementas, programas, bibliografias dos próprios ementários, relatórios de reuniões de trabalho e os primeiros números da *Revista Letras de Hoje*<sup>2</sup>.

Os ementários, para o primeiro critério, estão sendo selecionados por período e por décadas para que possamos formar um *corpus* discursivo dividido em dois grandes eixos: o que trata de definir o campo de ação e o eixo epistemológico da Lingüística; e o que se revela pela presença/procura constante da pesquisa na área e pela seleção do material de observação dos autores, sobre a problemática lingüístico-pedagógica. O segundo conjunto escolhido diz respeito à identificação do tipo de formação do(s) professor(es) que assume(m) tal disciplina e dos dados que poderiam ajudar a fundar um estatuto histórico. Estamos procurando, a partir desse critério, não só levantar os possíveis intelectuais, como também identificar o estatuto do pesquisador dentro da instituição, a partir de sua formação e de suas identificações em relação à vida associativa, à vida administrativa e à vida acadêmica.

Os textos selecionados estão sendo de grande valia e contribuição. Todos eles colocam as questões epistemológicas da possibilidade de um trabalho, integrando historicidade com uma leitura dos dados fundamentais, no campo lingüístico-discursivo. Eles nos conduzem a uma leitura crítica sem que reduzíssemos a perspectiva histórica. Na maioria dos casos, nos mostram uma linha divisória entre a Língua Portuguesa, a Filologia Portuguesa e a Lingüística Geral e, em seu conjunto, os lingüistas procuram um espaço de formulação e de circulação do saber sobre a Lingüística que se revela, para a época inicial, fortemente interessante.

A análise do funcionamento dos ementários é, também, uma necessidade para que possamos entender a dinâmica interna e seu desenvolvimento no mundo disciplinar, no qual eles estão fundados. Posto que cada ementário tem sua especificidade, internamente, sua ordem discursiva se apóia sobre um escopo institucional. Essa ordem é reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas de dizer e é possível pela formulação e constituição nesse dizer entender o dizer da disciplina em questão. Mas é possível, também, entender o lugar da Lingüística pela maneira como o saber circula nesse grupo social, como ele é valorizado, referendado, repartido, e de alguma forma, distribuído no interior das práticas sociais (FOUCAULT, 1972).

Sempre é bom lembrar que falar de Lingüística no Sul é falar em produção do conhecimento, é falar também de sentido em movimento, de sujeito, de idéias que circulam e deixam de circular para voltar a circular em outro lugar, em um outro momento, com outros sujeitos e outras instituições. É considerar os modos de dizer e os processos de sua institucionalização. É falar das condições históricas de produção do



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

saber e de sujeito do conhecimento como parte integrante dessas condições para chegar às normas de cientificidade e alcançar a sua formulação, a formulação da Lingüística como parte integrante do profissional de Letras.

É possível afirmar, também, que a Lingüística enquanto disciplina de caráter acadêmico é, durante o primeiro período (entre 1960 a 1980), uma disciplina ainda emergente, cujos desenvolvimentos parciais em cada um de seus domínios (a relação curricular pelo seu ementário, programa, bibliografia) são muito desiguais, embora relativamente autônomos, cada um na sua ordem discursiva. Na verdade, nós estamos longe da constituição de uma Lingüística como disciplina de caráter acadêmico tanto autônomo como com identificações próprias.

Para a comunicação que estamos propondo, vamos iniciar com a apresentação do primeiro período para podermos entender a sistematização da disciplina Lingüística contemporânea, para depois apresentar os próximos períodos (o segundo de 1980 a 1990, e o terceiro, a partir de 1990, com uma formação mais centrada na formação do pesquisador). As perguntas que nortearão nossa exposição são: a institucionalização disciplinar começa a apresentar maior consistência teórica mas com qual Lingüística? E como fica a relação com o ensino de língua materna? Seria ele deixado de lado? Será que isso tem a ver com os primeiros grupos de pesquisa e com a formação doutoral do pesquisador? Qual a importância de expansão da pós-graduação para os últimos períodos? Quais são os instrumentos lingüísticos desses últimos períodos? Quem são os profissionais da Lingüística e qual a sua formação? Quem publica sobre Lingüística e em qual instrumento?

Sendo assim, procuraremos refletir sobre: a) a constituição da memória histórica disciplinar da Lingüística e sua relação com a construção do conhecimento para o profissional de Letras no Sul; b) o estudo da circulação das idéias fundadoras nos currículos dos cursos de Letras instalados no Estado; c) o mapeamento dos estudos lingüísticos na região, considerando seu desenvolvimento histórico e suas tendências presentes; d) a recuperação da devida dimensão de estudos e de estudiosos já esquecidos ou relegados a uma posição secundária na área de Letras, na História das Idéias Lingüísticas, no Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> Bolsa PQ/CNPq 2006/2009, vinculada à linha de pesquisa: História das Idéias Lingüísticas.<sup>2</sup> É uma revista da PUC/RS, sendo a mais antiga da área de Letras no Sul do país, ainda sendo editada.

### 3.2.4 Pôsteres

#### “Desencanto” e “Os Sapos”: dois momentos na poética de Manuel Bandeira

Dayane Celestino de Almeida

dayalmeida@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

Este trabalho faz parte da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Manuel Bandeira e suas poéticas: um estudo

semiótico”, cujo objetivo é analisar poemas de Manuel Bandeira que se apresentam como “poéticos”, ou seja, aqueles que apresentam preceitos relacionados ao “como fazer” poesia ou como ela deve ser e para quê serve.

Dentro deste objetivo, procuramos responder a algumas questões: a) em que medida o poeta segue, no próprio poema, o que ele preconiza? Ou seja, como se relacionam o conteúdo e a expressão nestes poemas? O que se diz em uma dessas faces é de fato o que se faz na outra? b) Essas poéticas são heterogêneas e/ou homogêneas? Quais são as diferenças e as semelhanças entre elas? Até o momento, os poemas analisados foram: “Desencanto” (*A Cinza das Horas*, 1917) e “Os Sapos” (*Carnaval*, 1919). Neste momento, pretendemos comparar estes dois textos em determinados aspectos e responder as perguntas que se colocam acima.

Analisamos os poemas sob a perspectiva da teoria semiótica do texto – mais precisamente, a semiótica francesa ou greimasiana. Tendo ganhado força a partir da década de 60, pode-se considerar a semiótica greimasiana uma disciplina relativamente nova, mas que vem crescendo a cada dia. No entanto, ainda são relativamente poucas as análises de textos literários (e, muito em particular, de textos poéticos) que se valem de tal teoria. Assim, esperamos contribuir para expansão dos estudos semiótico-literários e para a continuidade da pesquisa semiótica em geral, visto que esta teoria representa um instrumental teórico dos mais úteis para o exame do sentido imanente nos diversos textos.

As análises que fizemos até o momento permitiram uma leitura minuciosa dos textos, possibilitando depreender vários mecanismos da construção do sentido nestes. Elas trouxeram à tona uma série de questões, relevantes para o estudo de poesia. Pudemos, por exemplo, perceber que apesar de ambos serem “poéticas”, esses poemas possuem algumas diferenças. “Desencanto” é um texto que diz para quê serve a poesia: como uma válvula de escape, como um desabafo. Já “Os Sapos” descreve a poesia de um período anterior de uma forma irônica e, portanto, negando-a, dizendo como a poesia não deve ser. O texto é uma espécie de “manifesto” e não se mostra tão pessoal quanto “Desencanto”.

Quanto à metodologia utilizada, primeiramente, realizamos o levantamento bibliográfico e a leitura e fichamento dos textos relativos ao campo teórico e metodológico, bem como aqueles sobre M. Bandeira, procurando levantar hipóteses acerca da aplicação da referida teoria ao objeto de estudo. Assim, a metodologia de pesquisa foi a hipotético-dedutiva: partindo dos princípios e conceitos em direção aos objetos de estudo. O segundo momento foi o da submissão dos poemas à análise, quando partimos dos textos em direção aos conceitos teóricos, configurando assim uma metodologia empírico-indutiva. Vale ressaltar que em alguns momentos estas metodologias foram intercaladas ou combinadas.

ARRIGUCCI Jr., Davi. *Humildade, Paixão e Morte. A Poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da Vida Inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARROS, Diana L. P. de. *Teoria do Discurso – fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2001.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da Semiótica Literária*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LOPEZ, Telê A. P. (Org.). *Manuel Bandeira: verso e reverso*. São Paulo: TAQ, 1987.



## Análise de Discurso de Sujeitos Disfônicos

Giuliana Bonucci Castellano  
giucastellano@ig.com.br  
PUC - São Paulo

Regina Maria Ayres de Camargo Freire

No campo fonoaudiológico, é comum assumir que a produção da voz humana dependa, estritamente, da integridade das estruturas vocais. A remissão dos sintomas vocais às afecções da fisiologia laríngea decorre, supostamente, do fato de o diagnóstico de uma "patologia vocal" advir, em primeira instância, da clínica médica, o que instiga (e restringe) o fonoaudiólogo a dirigir o seu enfoque ao que faz marca no corpo e origina o sintoma vocal. O terapeuta, a partir da delimitação médica da afecção laríngea, passa a descrever a qualidade e os comportamentos vocais do sujeito, a fim de elaborar um plano terapêutico. As técnicas vocais assumem o centro do trabalho e a terapia terá sucesso apenas se o paciente seguir as recomendações do fonoaudiólogo. Assim, o clínico orienta e o paciente pode desenvolver um uso vocal considerado adequado se lhes for fiel. No entanto, as técnicas alçadas não abrem espaço para a dialogia, ignorando possíveis relações discursivas que possam emergir entre experiências subjetivas e alterações da voz (Castellano e Freire, 2006). A configuração de sintomas em sua articulação com a subjetividade começou a adquirir lugar na Fonoaudiologia quando uma escuta instrumentada teoricamente trouxe os dizeres do sujeito sobre o seu sintoma para o centro da cena (Sobrinho, 1996). A técnica de uma escuta instrumentada teoricamente apontou possíveis articulações entre posição discursiva e as marcas encontradas no corpo.

O objetivo desta pesquisa é analisar as entrevistas de sujeitos com alterações vocais, a fim de propor uma leitura discursiva dos sintomas e seus sentidos. O fundamento teórico para sua realização assenta-se sobre a Análise de Discurso de linha francesa, utilizada como teoria e dispositivo de análise, dado seu estatuto de teoria que trabalha as relações entre a língua, a ideologia e os efeitos de sentido que configuram o sujeito (Orlandi, 2001). Participaram da pesquisa cinco sujeitos em fila de espera de um hospital público do interior do estado de São Paulo, com sintomas de distúrbios vocais. O material de análise constituiu-se de entrevistas realizadas entre a fonoaudióloga e cada um dos pacientes, gravadas em fita k-7 e transcritas de forma ortográfica literal. Os recortes discursivos analisados evidenciam a prevalência de um discurso em que os sintomas emergem articulados ao orgânico, em uma relação de causalidade direta. Ou seja, as formações discursivas estruturantes dos dizeres do disfônico positivam a queixa por meio de uma descrição precisa dos sinais e sintomas em sua remissão ao corpo biológico. Concluiu-se que as queixas dos sujeitos disfônicos põem à mostra um sujeito em sofrimento diante da dissonância, sujeito que deveria ser considerado pelo fonoaudiólogo em sua proposta de intervenção clínica. Sua exclusão pode implicar na não circulação de significações sobre o sintoma e o aprisionamento do sujeito em uma dada posição discursiva/subjetiva marcada por alterações vocais, o que limitará, com certeza, os efeitos/resultados clínicos.

Castellano, G.B.; Freire, R.M. Análise de discurso de sujeitos disfônicos. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, v. 11, n. 1, p. 43-51, 2006.

Sobrinho A. Dizer o dito: A questão da interpretação em

fonoaudiologia. *Revista Distúrbios da Comunicação*, v. 8, n. 1, p. 23-39, 1996.

Orlandi E. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

## A escrita da divulgação científica: imbricação entre discursos

Cármen Lúcia Hernandes Agustini  
agedsagustini@gmail.com  
Universidade Federal de Uberlândia

Sirlene Cíntia Alferes

No presente trabalho, analisamos o discurso de divulgação científica (doravante DC) com o objetivo de compreender a relação constitutiva que se estabelece entre o discurso científico, o discurso jornalístico e o discurso cotidiano na constituição da DC. Notadamente, pretendemos analisar a relação entre os recortes de discurso cotidiano e o efeito-leitor produzido na DC.

Conforme Orlandi (2001), o "discurso de divulgação científica não é a soma de discursos: ciência mais jornalismo igual a divulgação científica (C+J=DC)". Portanto, a DC não se trata de uma mera soma de discursos; ao contrário, "é uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pela injunção a seu modo de circulação". Dessa forma, julgamos que essa imbricação entre discursos que se faz constitutiva do discurso de DC é que produz a emergência da figura enunciativa *divulgador*, figura essa que determina a "cola interdiscursiva" do discurso de divulgação científica.

A figura enunciativa *divulgador* é uma espécie de "tradutor" do conhecimento científico, o que promove certa "transferência" do conhecimento. Nessa "transferência", há a conjunção dos modos de dizer da ciência com os modos de dizer da didaticidade pedagógica, o que aciona o deslizar de sentidos de um discurso a outro, produzindo outro discurso: o discurso de divulgação científica.

Sobre essa transferência, Orlandi (2001) diz que é uma produção de efeito metafórico pela qual algo que significa de um modo desliza para produzir outros efeitos de sentidos. A produção dos efeitos metafóricos parece se materializar por meio de enunciados explicativos e enunciados definitórios que emergem na DC como mecanismos de sutura discursiva, ou seja, são mecanismos que participam da produção dos efeitos de homogeneidade e de unidade do dizer, garantindo-lhe uma direção de sentidos que aí se especifica. Por conseguinte, esses enunciados homogeneizam o que é, por natureza, heterogêneo.

Os enunciados explicativos, muitas vezes, se dão entre parênteses, o que sugere um caráter marginal a esse discurso outro que aparece aí para "explicar" os referentes do discurso científico. No entanto, esse caráter marginal é da ordem do imaginário, ou seja, um efeito, já que à DC são imprescindíveis essas "explicações" para configurar-se como discurso de divulgação científica. Outra característica relevante dos enunciados explicativos é pressupor que o leitor já tenha certo conhecimento; um conhecimento que parece advir, em nossa sociedade, do universo escolar. Há aí, portanto, uma restrição do público-alvo, que afeta a constituição do efeito-leitor.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Podemos dizer, portanto, que esses enunciados (definitórios e explicativos) aparecem em artigos de divulgação científica dada a necessidade (discursiva) de "traduzir" o saber científico, transpondo-o ao ordinário; essa é uma característica constitutiva do discurso de divulgação científica. Porém, esses mecanismos de "apropriação-acomodação" do heterogêneo discursivo não são exclusivos da divulgação científica; podendo, por conseguinte, aparecer em outros discursos (como realmente aparecem). No entanto, não há DC sem esses enunciados.

MARTINS, Marci Fileti. Divulgação Científica e a heterogeneidade discursiva. In: SEAD - SEMINÁRIO DE ANÁLISE DE DISCURSO, 2005. *Anais do II SEAD - Seminário de Análise de Discurso*. 2005.

ORLANDI, Eni P. *Divulgação Científica e efeito leitor: uma política social urbana*. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001. p. 149-162.

PFEIFFER, Cláudia. Escola e Divulgação Científica. In: GUIMARÃES, Eduardo. *Produção e circulação do conhecimento*. Vol. 1 – Estado, mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001. p. 41- 58.

### Identidade e representação social no discurso do idoso

Lorena Adami da Cruz

lorena\_ufms@yahoo.com.br  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Temos assistido constantemente que o idoso tem ocupado um lugar de relativo destaque em distintos setores da sociedade (televisão, documentos oficiais, igreja, escola, ações sociais), apresentando-se como mais um problema social a ser enfrentado; seja pelo poder público, seja pela família, pelos diferentes segmentos sociais de iniciativa privada ou pela Universidade. Um exemplo é o modo como a Previdência Social trata a questão da incapacidade do trabalhador quando em idade avançada, o que permite perceber certa apologia à inatividade de que o indivíduo passará a desfrutar, como se, a partir de então, iniciasse um período de espera pela morte. Dessa forma, o idoso passa a ser considerado um "peso morto" para a sociedade, que acaba por "incluir-lo" em instituições estigmatizantes, marcadas por relações sociais impessoais ou despersonalizantes – os abrigos para velhos – e pelo mesmo discurso, já que mantêm seus moradores na inatividade, muitas vezes em precárias condições de higiene, saúde e habitação. Tomamos como objeto de estudo deste trabalho a representação social do idoso, por meio de entrevistas feitas em asilos, análise do Estatuto do Idoso e do texto da Campanha da Fraternidade 2003, com a finalidade de descrever o significado de ser idoso e verificar se há um deslocamento de sentido na forma de se conceber tal identidade. Ancorados em princípios metodológicos e teóricos da Análise do Discurso, o discurso se apresenta como o lugar específico em que se pode observar a relação entre linguagem e ideologia, sem separar linguagem e sociedade na história, apontando para a determinação histórica do sentido. Este trabalho justifica-se pelo fato de que os discursos em relação

ao idoso são excludentes, pois pessoas com mais de 60 anos são tidas como incapazes de desenvolver qualquer atividade e acabam sendo excluídas da sociedade e perdendo seus valores. Os dados indicam que a identidade do idoso revela várias formações discursivas, por ser fruto da sociedade capitalista em que as transformações sociais, culturais e econômicas abalam a idéia do sujeito integrado, acabado, valorizando mais o "ter" do que o "ser", contribuindo para a marginalização desses envolvidos. Constatamos também que há uma aparente satisfação entre alguns idosos, porque acham que as condições em que vivem são suficientes, porque é melhor lá do que na rua; com esse discurso fica claro o desconhecimento de seus direitos previstos no Estatuto do Idoso. Por outro lado, a representação que fazem do governo é a de que seus direitos não são respeitados. Em geral, os entrevistados demonstram insatisfação e revolta por serem marginalizados pela sociedade, uma vez essa rouba elementos que são essenciais para a existência: a autoconfiança e a razão. O idoso constrói sua identidade dentro do mais inconcebível caos, a partir da suspensão das antigas convenções sociais que permitem ir além da simples representação.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2003: Vida, dignidade e esperança. CNBB. São Paulo: Salesiana, 2003.

ESTATUTO DO IDOSO. Brasil. Lei N° 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, 2003.

CORACINI, M. J. F. (Org.) *Identidade & discurso: desconstruindo subjetividades*. Campinas: Ed. da UNICAMP; Chapecó: Argos, 2003.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Tradução de Andréa B. M. Jacinto e Simone M. Frangella. 3. ed. ver. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

SCHIRRMACHER, Frank. *A revolução dos idosos: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha*. Tradução de Maria do Carmo Ventura Wollny. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

## Ensino de língua(s)

### 3.3.1 Comunicações Coordenadas

#### Oralidade e conhecimento na aquisição de uma língua estrangeira (LE)

O trabalho com a oralidade, equivocadamente entendida como reprodução da escrita na fala, pode ser resumido em atividades de repetição de palavras, frases ou *drills*, prática de diálogos a partir de um modelo, elaboração de enunciados em contextos controlados, com fala monogerada, em vez de situações reais de interação e troca de informação, em que a escuta responsiva, muitas vezes imprevisível, do interlocutor desestabiliza, exigindo ajustes e redirecionamentos à idéia original. Mesmo com as contribuições da lingüística sistêmico-funcional, da pragmática, da análise da conversação, da etnografia da fala, da lingüística de corpus e da análise crítica do discurso, a oralidade em contextos de ensino ainda não é percebida como uma ferramenta para a auto-descoberta, construção de conhecimento, formulação de idéias, pensamento crítico, enfim, como desenvolvimento de





operações mentais superiores.

Desta feita, os três trabalhos apresentados nesta comunicação coordenada abordam a oralidade como condição prévia para a aquisição da língua em contexto formal de ensino. De perspectivas distintas, a problemática da primazia da modalidade escrita em detrimento da modalidade oral se faz presente nas três apresentações, que tentam responder às seguintes perguntas: Por que o domínio da língua em contexto escolar tem base na aprendizagem da escrita? Até que ponto um falante culto (professor) pode ajudar ou dificultar o processo de aprendizagem de uma língua viva? De que maneira o aluno desenvolve sua oralidade, deslocando o centro da aprendizagem do professor para os seus próprios processos corporais? Como redimensionar a concepção e a função da oralidade para o desenvolvimento do indivíduo?

As perguntas se fazem necessárias devido ao fato de que, na oralidade culta, há uma preservação de normas ou convenções ligadas a categorias lingüísticas, na qual se privilegia a escrita sobre a fala. De uma forma geral, nos contextos formais de ensino se faz necessário o uso dos critérios categóricos da escrita durante a oralidade para poder garantir que a fala seja considerada pelo contexto como correta ou, pelo menos, admissível. Essa dinâmica de privilegiar aspectos formais como garantia de uma comunicação adequada – a despeito de uma oralidade, pela qual os pensamentos emergem espontaneamente, sem se adequarem às expectativas formais do contexto escolar –, é herança da tradição de estudos greco-latinos. Essa prática nega a existência da oralidade, entendida como *manifestação de associações livres do pensamento, na qual se elaborem sentidos e se defrontem situações conflituosas que permitam a progressiva maturidade emocional dos indivíduos envolvidos em oposição*.

As comunicações dessa sessão coordenada vão de encontro a essa tradição, aplicada desde longa data nos ambientes educativos tanto de ensino básico quanto superior, na medida em que invertem o papel da oralidade e da escrita no ensino de língua estrangeira, e propõem a oralidade como condição para a escrita. Ademais, as comunicações, aqui apresentadas, estão direcionadas à ação pedagógica em sala de aula, e valorizam a escuta dos silêncios, as pausas e os processos corporais.

Dentre as conclusões preliminares, destaca-se que: a) os contextos de ensino de línguas remetem ao estudo de aspectos formais e evocam uma concepção de língua como objeto acabado, similar às línguas clássicas, cujo ensino dispensava o estudo da oralidade por serem estas línguas mortas; b) a ênfase dada a aspectos formais inibe a aquisição da língua e favorece a aprendizagem; c) a ênfase na oralidade visando à concretização de mudanças que vão da aprendizagem à aquisição; d) processos de trabalho em sala de aula que privilegiem a oralidade como escuta e observação dos processos corporais, oferecendo aos alunos a chance de se tornarem conscientes do valor do corpo como lugar do conhecimento.

## Corpo e fala na aprendizagem da LE

Rocío Serrano Cañas

rocio\_serrano@yahoo.es  
Universidade Federal de Pernambuco

Neste trabalho, se apresentam os resultados do estudo de um caso referente a uma aluna de Ensino Médio (1ª série) participante de um projeto experimental desenvolvido em uma escola estadual de João Pessoa (Paraíba) durante o curso 2006. A reflexão está apoiada nas observações que, como professora e pesquisadora, fui realizando junto à equipe de trabalho sobre o processo de aprendizagem da LE dos alunos. A fundamentação teórica recolhe a concepção da língua que apresenta o pensador Juan de Valdés no *Diálogo de la Lengua* (escrito por volta de 1531) e a tese sobre o entendimento humano, formulada pelo médico e filósofo Juan Huarte de San Juan no *Examen de Ingenios para las Ciencias* (1575).

O projeto prioriza o desenvolvimento da individualidade para a aprendizagem da LE, favorecendo a manifestação das associações que cada aluno realiza na sua atividade cognitiva e emocional. Isto, levado à prática em sala de aula, na experiência de cada aluno enquanto usuário da língua (LM e LE). Pelo observado em classe, os processos de aprendizagem submersos na oralidade podem manifestar integração ou dissonância entre fala e corpo. É importante esclarecer que, quando aqui se fala de corpo, não se trata apenas da exteriorização gestual, relacionada com o comportamento, mas também do universo de sensações físicas de cada indivíduo.

Ao falar em *oralidade*, a equipe teve que revisar o sentido que o conceito tinha na prática em sala de aula, pois não se tratava apenas do fato de falar ou conversar. Como foi percebido, os alunos realizavam essas atividades seguindo a força de formalização de uma escrita culta que negava o percurso da fala cotidiana, dando lugar a uma oralidade artificial em LM e LE. Observou-se como, ao *conversar* em classe, os alunos se circunscreviam a lugares-comuns (tópicos), fechando as questões humanas que surgiam no cabedal da sua fala em pacotes de temas pré-fabricados. Na maioria das vezes, esses temas vinham estigmatizados com *pré-juízos* morais (o que é bom, o que é ruim) que condicionavam os processos cognitivos e afetivos dos alunos. Por outro lado, pôde-se comprovar que, nesses momentos iniciais de *falar sobre algum tema*, os alunos convertiam a atividade lingüística em um exercício de seleção de formas que lhes permitissem se adequar aos padrões discursivos já elaborados. Dessa maneira, os alunos voltavam sua atenção para a adequação e a correção formal, deixando de lado a força motriz que os impulsionaria para um uso próprio e autêntico da linguagem, o que a equipe de trabalho definiu como *elaboração de sentidos*.

Nesse sentido, a análise do caso aqui apresentado contribuiu com a revisão do conceito de *oralidad* dentro da proposta de trabalho da LE desde um enfoque pragmático, levando em conta a dimensão corporal no que comumente chamamos *falar* em sala de aula. Foi observado que, quando a mencionada aluna falava fora do grupo de colegas e saía do tema escolhido (*o esporte*), mostrava-se nervosa e inquieta. Ao falar o corpo balanceava-se de um lado para outro sem encontrar um ponto de quietude. As seqüências da sua fala surgiam de balbucios iniciais. No decorrer da conversa, eram quebradas por paradas e repetições enquanto seu corpo se tensionava na procura do que queria dizer.

Não foi casual que, depois desses momentos iniciais, a aluna escolhesse como ponto de partida a palavra *indecisión*, pois dessa maneira, reconhecia o valor das suas próprias vivências corporais como força motriz da fala, devolvendo assim ao uso da língua sua dimensão orgânica. Os efeitos que se derivaram da escolha inicial foram:



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- a experiência dos limites e a elaboração de sentidos formavam parte de um uso da língua originado na vivência corporal;
- o sentido que cobrava a palavra *indecisión* à luz da sua vivência como adolescente estava relacionado com *probar cosa – experimentar – conocer*. Existia uma clara coerência entre as associações que a aluna realizava na língua e seus processos corporais (nervosismo e inquietude), embora sua fala e sua escrita estivessem inconexas formalmente. Dessa maneira, aceitava naturalmente a silenciosa relação que se estabelecia entre seu corpo e sua fala;
- havia uma consciência orgânica do que lhe estava acontecendo. A aluna compreendeu de forma prática, as associações que, guiada pela inquietude corporal, vinha fazendo na sua fala ao se referir à palavra *indecisión*. Estas garantiam sua capacidade de movimento e relação na sala de aula, favorecendo a procura de espaços de liberdade onde pudesse se revelar tal e como ela era;
- a atividade fundamental em sala de aula era falar em LM e LE, pois na fala se constituíam as relações que estabelecia com ela própria e com os colegas. Foi ela uma das primeiras que arriscou a falar em língua estrangeira e, embora tivesse erros formais, expressava-se com fluidez, pois se guiava pela necessidade corporal de se comunicar e de se relacionar com os outros através da fala;
- a escrita era um auxílio técnico da fala. Nela, recolhia o que tinha acontecido na sala e avaliava seu próprio processo. Era um ato de memória pessoal que não precisava se afastar da forma da sua fala e que ia sendo definido ao ritmo das suas experiências no curso (tempo interno).

O caso aqui apresentado permitiu à equipe compreender que, quando no mencionado projeto se falava de incentivar a *oralidade* para o desenvolvimento da individualidade, estava se apontando para a fala como vivência corporal. Nesse ponto, surge a questão de como compatibilizar a necessidade de fazer do corpo o principal canal de conhecimento da realidade e da linguagem, em um contexto educativo que privilegia o ensino de conteúdos já estruturados sobre a língua. A resposta passaria por definir a função do professor como observador que percebe e respeita os processos corporais dos alunos, pois isso reproduz os processos de aquisição da LM e permite o desenvolvimento da aprendizagem da LE.

CAÑAS, Rocío Serrano. *Repercussões do ideal formal no processo de aquisição da LE*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada. p. 2513-2518. 1 CD ROM.

ESCALANTE, María del Pilar Roca. *Negociação de sentidos no ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada. p. 1930-1935. 1 CD ROM.

ESCALANTE, María del Pilar Roca. *La interferencia de las emociones en el aprendizaje de una lengua extranjera*. *Letr@Viv@*, João Pessoa, v. 1, n. 3, 2001. p. 97-106.

HUARTE DE SAN JUAN, Juan. *Examen de ingenios*, Madrid: Cátedra, 1989.

NEBRIJA, Antonio, *Gramática de la Lengua Castellana*. Disponível em: <<http://www.antoniodenebrija.org/libro1.html>> Acesso em: 19 jun.2005.

ROCA, Pilar, *Ismael Viñas, ideografía de un mestizo*. Buenos

Aires: Dunken, 2005.

RIBEIRO, Silvia Renata. *Reflexões acerca das relações entre LM e LE em aulas de E/LE*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada p. 2727-2732. 1 CD ROM.

GOMES, Yarana Serrano, *Prática de observação em sala de aula*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada. p. 3039-3044. 1 CD ROM.

VALDÉS, Juan. *Diálogo de la lengua*, Madrid: Cátedra, 2003.

### A concepção e a função das habilidades de compreensão e produção oral no ensino e aprendizagem de língua inglesa

Maura Regina da Silva Dourado

mauradourado@hotmail.com

Univ. Fed. de Pernambuco/Sotckholms Universitet

Embora o ensino das quatro habilidades de forma integrada seja defendido na área de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras (GIBBONS, 2002; HINKEL, 2006), há, nos documentos oficiais que norteiam o ensino regular de língua inglesa no Brasil, divergências em relação ao ensino das habilidades de compreensão e produção oral.

Por um lado, os PCN de LE do ensino fundamental postulam ser “fundamental que o ensino de Língua Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira... uso que se faz de Língua Estrangeira via leitura, embora se possa também considerar outras habilidades comunicativas em função da especificidade de algumas línguas estrangeiras e das condições existentes no contexto escolar.” (1998, p. 15) ou “Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas” (ibid, p. 20). No ensino médio, por outro lado, as Orientações Curriculares para o ensino médio (OCNEM, 2006) sugerem o trabalho pedagógico com as habilidades de compreensão e produção oral: “No que se refere às habilidades a serem desenvolvidas no ensino de Línguas Estrangeiras no ensino médio, este documento focaliza a leitura, a prática escrita e a comunicação oral contextualizadas” (2006, p. 87).

A falta de consenso e integração das equipes de elaboração dos documentos oficiais de língua estrangeira (que costumavam ser genéricos antes da publicação das OCNEM (2006)) resulta da omissão do próprio Governo que deixa para as equipes elaboradoras a definição das habilidades a serem ensinadas. A falta de consenso, de políticas de formação continuada, de aparelhamento das escolas, e de distribuição adequada de material didático contribui para que o ensino de língua inglesa contemporâneo continue nos moldes do método de gramática e tradução, desenvolvido para o ensino de línguas clássicas. Dos três argumentos mais usados (falta de estrutura física, competência linguístico-discursiva dos professores, falta de um contexto imediato de uso da modalidade oral), o único irremediável é a falta do contexto imediato.

É fato que no Brasil, diferentemente de países europeus, não há necessidade de ser fluente na língua inglesa para uso em



situações do dia-a-dia. Já o espanhol apresenta uma situação bastante distinta, face à extensa área de fronteira com países falantes da variante rio-platense. A necessidade de falar a língua inglesa, por outro lado, é restrita aos estados com grande afluxo de turistas. No entanto, para além de um fim instrumental, a aprendizagem de uma língua estrangeira possibilita ampliar a visão de mundo de uma falante, como os próprios PCN de LE (1998, p. 37) reconhecem, “A aprendizagem de Língua Estrangeira contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades lingüísticas. Leva a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna”. Desta feita, o objetivo desta apresentação é redimensionar tanto a concepção quanto a função das habilidades de compreensão e produção oral no ensino e aprendizagem de língua inglesa. Embora alguns métodos e abordagens, adotados ou seguidos no Brasil, prevejam o trabalho com essas habilidades, as atividades didáticas desenvolvidas ainda estão restritas ao uso intencional e controlado da língua.

Como defendido nos Referenciais Curriculares de Língua Estrangeira da Paraíba (ESCALANTE; DOURADO, 2006), entende-se que o desenvolvimento de habilidades de compreensão e produção oral em língua inglesa envolva ir além de prática de reprodução e repetição de dizeres prontos e acabados como frases congeladas ou diálogos pré-estabelecidos. Mas para que isso ocorra, faz-se imprescindível que o trabalho pedagógico com as quatro habilidades se inicie ainda no ensino fundamental e, sobretudo, de uma perspectiva de aquisição (processo incidental, não consciente, conhecimento procedimental) em oposição à aprendizagem (processo intencional, consciente, conhecimento declarativo). Sabe-se que os avanços feitos nas pesquisas tardam ou sequer chegam às salas de aula. Um desses avanços é o redimensionamento da concepção sobre ensino da produção oral, que deixou de ser ensino de um modelo ideal de pronúncia nativa (*native-like pronunciation*), que alimenta a hegemonia das variantes de prestígio (americana e inglesa), sendo substituído por um modelo centrado na inteligibilidade (TARONE, 2005). Dessa perspectiva, ensinar a falar, bem como escutar, envolve buscar a inteligibilidade, no processo de produção de sentido, ou seja, fazer-se compreendido e compreender.

À luz dessas considerações, ressalte-se que o desenvolvimento das habilidades de compreensão e produção oral proposto requer uma progressão didática planejada e sistemática, que forneça os andaimes necessários para o progresso do aluno a níveis mais avançados. Argumentar-se-á que oito anos de escolaridade na língua inglesa é suficiente para formar usuários da língua não apenas capazes de agir pela fala e escuta em torno do “aqui e agora” (nível concreto), mas, sobretudo, capazes de agir pela fala e escuta em níveis mais abstratos, que lhes permitam constituírem-se na e pela linguagem, ou seja, descobrirem e formularem o que pensam, sentem e anseiam. Nessa perspectiva, as habilidades de compreensão e produção oral assumem a função de instrumentos de desenvolvimento do indivíduo.

Em termos práticos, há dois problemas a serem resolvidos em relação às atividades didáticas voltadas para o trabalho com a compreensão e produção oral que, geralmente, 1. não expõem o aluno à linguagem, utilizada em contexto real, com propósito comunicativo, tampouco fazem a transição entre o previsível, típico dos diálogos prontos e formatados,

com início, meio e fim, e o imprevisível, típico da linguagem espontânea em construção, cuja coerência depende do contexto imediato e das condições de produção; e 2. não fazem uma progressão da reprodução para um processo de geração, criação e produção de sentidos pelo qual o indivíduo se constitui. Em outros termos, falar na aula de língua inglesa tem sido um exercício de imitação de formas e idéias tal qual na escrita (DOURADO, 1999) e o ouvir, quando muito, um exercício de resgate de palavras. Desnecessário dizer que essa prática não se coaduna com a proposta de formação do indivíduo e desenvolvimento de cidadania.

Argumentar-se-á, também, que uma das condições necessárias para o trabalho com a oralidade na sala de aula é a competência lingüístico-discursiva do professor, necessária para viabilizar a transformação da sala de aula tradicional em uma oficina de linguagem, que, efetivamente, oportunize e encoraje o engastamento discursivo do aluno na produção de idéias, na construção de conhecimento e na descoberta do que pensa, sente e anseia em relação a um dado tema (ESCALANTE; DOURADO, 2006).

É inconcebível falar de trabalho com oralidade no ensino médio enquanto os documentos oficiais e os planos pedagógicos das escolas brasileiras sugerem ênfase na leitura no ensino fundamental, caminhando, inclusive, na contramão da Hipótese do Período Crítico, fundamentada em estudos neurológicos, que evidenciam a perda de plasticidade do cérebro a partir da puberdade. Qualquer política de ensino de língua estrangeira que leve essa evidência neurológica em consideração investe em aquisição, por meio de exposição oral na língua antes dos 13 anos de idade, aproximadamente. Uma vez adquirida a língua, o trabalho de sistematização e reflexão, como sugerido inclusive para o ensino de língua portuguesa, podem ser desenvolvidos, desde que não seja em detrimento da comunicação e do desenvolvimento do aluno como um ser da linguagem, que aprende pelas experiências vividas e construídas, e não pela repetição de modelos que não lhe dizem nada.

BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Estrangeira: 3º e 4º ciclos*. Brasília: Secretaria do Ensino Fundamental, 1998.

BRASIL/SEMTEC. *Orientações Curriculares para o ensino Médio*. Mec/Semtec, 2006.

DOURADO, M. *Tracing two EFL student writers' sense of authorship*. Pelotas: Educat, 2000 [CD ROM].

ROCA ESCALANTE, M. P.; DOURADO, M. R. S. *Referenciais Curriculares de Língua Estrangeira do Estado da Paraíba*. João Pessoa: Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, 2006.

GIBBONS, P. *Scaffolding language, scaffolding learning: teaching second language learners in the mainstream classroom*. Portsmouth, NH: Heinemann, 2002.

HINKEL, E. Current perspectives on teaching the four skills. *TESOL Quarterly* 40/1, 109-131, 2006.

SAVIGNON, S. *Communicative Competence: Theory and Classroom Practice*. Paper presented at the Central States Conference on the Teaching of Foreign Languages (Detroit, Michigan), 1976.

TARONE, Elaine. English for Specific Purposes and interlanguage pragmatics, in Kathleen Bardovi Harlig and Beverly Hartford (Eds.), *Interlanguage Pragmatics: Exploring Institutional Talk*. (p. 157-176). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Publishers, 2005.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Aquisição da língua estrangeira: a oralidade na elaboração de textos escritos

María del Pilar Roca Escalante

pillarroca@uol.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

O presente trabalho baseia-se nas conclusões parciais de dois projetos aplicados desde março de 2005, em duas turmas, uma na escola pública de João Pessoa (Paraíba) e outra nos cursos de extensão da UFPB. O objetivo de ambos os projetos é abrir uma reflexão teórico-prática sobre a importância da oralidade nos processos de aquisição da L.E. A oralidade se define em ambos os projetos como *processos de comunicação, nos quais a escuta das funções corporais é central para desenvolver o conhecimento*. A tese dos projetos aqui mencionados é que a ênfase na elaboração de sentidos como território da oralidade é a que orientará os estudantes na aquisição da forma correta – entendendo-se “correta” como a adequação da expressão oral e escrita à experiência interna.

A primeira dificuldade encontrada na aplicação dos projetos foi o fato de o ensino de línguas estrangeiras desenvolver-se em um contexto de escrita, a qual é caracterizada pela exclusão da corporalidade enquanto experiência de conhecimento. As práticas em sala de aula estão organizadas em torno da figura do professor e do livro didático. O livro didático baseia-se na crença de que a aprendizagem de situações sociais reconstruídas ou inventadas contém informações precisas sobre como decodificar a cultura social da língua alvo. Isso obedece a uma crescente sensibilidade dos autores por preencher os vazios que tem um estudo isolado da gramática e dos fatos lingüísticos, embora não mude muito o resultado, porque o princípio ideológico é lidar com a língua estrangeira como se fosse uma língua morta. Os autores criam modelos a partir dos quais o aluno fala, porque a maior preocupação de um falante culto é falar como se escreve.

A tendência a centralizar o professor, a abordagem da gramática, a ortografia e as regras sociais de uso mais superficial, como educação, ou mesmo a simples urbanidade, fazem parte do mundo cidadão cuja identidade social é ligada à escrita e às normas de convivência, nas quais a expressão da individualidade é sensivelmente apagada. Nesse contexto de convenções, não há espaço para que surja a livre associação de idéias que caracteriza a mente (entendida esta como uma função da psique) de cada indivíduo e que faz com que se engaje na língua como uma atividade que lhe permite atualizar-se como um ser real. Da mesma maneira que as práticas sociais privilegiam o purismo, os livros didáticos estão voltados para o ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras de tal maneira que as torna línguas similares às línguas clássicas, isto é, mortas, cuja principal característica é a perfeição formal, excluindo a oralidade.

Isto não poderia ser de outro modo, visto que os parâmetros dos quais partem a maioria, por não dizer a totalidade dos livros didáticos, baseiam-se em uma fundamentação teórica que reflete princípios cunhados na renascença européia para o ensino da língua de cultura, no caso o latim, que não contemplavam a oralidade, justificando-se a escolha de autoridades literárias para fundamentar e exemplificar as afirmações normativas. Esses foram os referenciais usados

por Antonio de Nebrija para escrever a primeira gramática em língua românica (*Gramática de la Lengua Castellana*, 1492), e continuam a sê-lo até hoje.

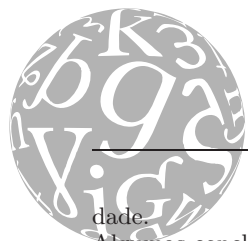
Diante de um panorama tão limitador, o pensamento de outros autores da renascença hispânica enriquecera os projetos supracitados desde ângulos que se abriam a visões de ordem biológica e espiritual. Juan de Valdés, no seu *Dialogo de la lengua* (escrito por volta de 1531) introduz o *conceito de sentido* como bússola para dar com a forma correta. Para Valdés, a oralidade se revelava como a ferramenta pedagógica mais fecunda para a aprendizagem. A sua filosofia para a aquisição da língua viva era *escrever como se fala*. Uma abordagem assim permitia a corporeidade enquanto se falava.

Partindo de Valdés, foram observadas as mudanças que se produziam em classe quando a oralidade era adotada como elemento metodológico central. Para dar ênfase neste último aspecto, fez-se necessário os estudantes criarem espaços próprios nos quais garantiram o desenvolvimento da individualidade a partir da livre associação de idéias. A falta de interferências na incorporação da experiência emocional na oralidade lhes levaria supostamente à compreensão e elaboração de unidades com sentido.

A observação do andamento da aula, no entanto, obrigou à equipe de trabalho a refletir sobre o que era aprender e quais os métodos mais adequados para a aprendizagem. Logo se viu que nem todos os alunos aprendiam da mesma maneira, nem com a mesma rapidez, nem se quer todos focalizavam as mesmas coisas na mesma hora, mas que a evolução dava-se de modo pessoal e a tempos diferentes. Esse fato trouxe à fundamentação teórica, o médico e filósofo Juan Huarte de San Juan, que iniciou com o *Examen de ingenios* (1575) a chamada psicologia diferencial. Huarte entendeu que havia um tipo de aluno que apreendia com ajuda do professor, ao passo que outros apreendiam pela observação da Natureza. Huarte foi o primeiro cientista a afirmar que a inteligência era determinada pela estrutura do cérebro. Surgia assim uma proposta de aquisição da língua estrangeira com base em dois critérios de ação que deveriam ser articulados em sala: a) aproveitar a capacidade dos alunos para apreender a partir da observação (Huarte), facilitando a escuta e os silêncios reflexivos e espontâneos, b) partir do lugar onde se elaboram os sentidos, isto é, a oralidade, para chegar à escrita (Valdés). Ambos os pensadores estavam enquadrados no discurso dos conversos espanhóis cuja maior preocupação era a construção de estados pacíficos. Isto terá fortes implicações nos resultados parciais dos projetos.

Descentralizar a figura do professor deixava também um vazio na avaliação, entendida como prova de conhecimentos formais. Em ambos os projetos, a aquisição da língua era um processo imprevisível, no qual cada aluno se manifestava de diferente maneira e em tempos diferentes, segundo seu perfil emocional intelectual. Embora o conteúdo formal ia sendo incorporado, não existia qualquer possibilidade de elaborar e aplicar uma prova objetiva sem voltar de novo à centralização do professor.

Este impasse obrigou a repensar os critérios que alicerçavam os projetos de maneira que, à luz de seus princípios, fosse determinado o que deveria ser avaliado e como. Determinou-se que a descentralização deveria tornar-se auto-avaliação, facilitando com que o aluno se deslocasse da reprodução de modelos à produção coerente, o que significava a necessária valorização positiva das contradições no percurso oral e escrito, as quais passaram a ser consideradas como fendas da escrita que permitiam a respiração da própria individuali-



dade.

Algumas conclusões parciais são: a) a capacidade dos alunos para superar a falta de livro, ou gramática explícita, está diretamente relacionada com a capacidade para lidar com conflitos e tensões com o médio ambiente; b) em decorrência dos vazios surgidos, se instauram forças de duas naturezas para preenchê-los. Essas forças podem tomar dois caminhos, ou elas se direcionam para voltar aos modelos já conhecidos ou então fazem os alunos assumirem a perda do professor e tomarem conta do próprio trabalho; c) há progressos seguidos de fases de estagnação, dos quais o grupo só consegue sair através da elaboração e solução de conflitos deflagrados em classe, embora possa haver uma origem remota e externa ao ambiente imediato. Esses momentos são imprevisíveis e devem ser observados como chances para a auto-avaliação, entendida como maturidade para o seguinte passo na aquisição da língua.

CAÑAS, Rocío Serrano. *Repercussões do ideal formal no processo de aquisição da LE*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada. p. 2513-2518. 1 CD ROM.

ESCALANTE, María del Pilar Roca. *Negociação de sentidos no ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada. p. 1930-1935. 1 CD ROM.

ESCALANTE, María del Pilar Roca. *La interferencia de las emociones en el aprendizaje de una lengua extranjera*. *Letr@Viv@*, João Pessoa, v. 1, n. 3, 2001. p. 97-106.

HUARTE DE SAN JUAN, Juan. *Examen de ingenios*, Madrid: Cátedra, 1989.

NEBRIJA, Antonio, *Gramática de la Lengua Castellana*. Disponível em: <<http://www.antoniodenebrija.org/libro1.html>>. Acesso em: 19 jun.2005. O DISCURSO ORAL CULTO / Dino Preti (Org.) et al. 3. ed. – São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2005.– (Projetos Paralelos, V.2)

ROCA, Pilar. *Ismael Viñas, ideografía de un mestizo*. Buenos Aires: Dunken, 2005.

RIBEIRO, Sílvia Renata. *Reflexões acerca das relações entre LM e LE em aulas de E/LE*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada p. 2727-2732. 1 CD ROM.

GOMES, Yarana Serrano, *Prática de observação em sala de aula*. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2006, João Pessoa: Idéia. Sessão coordenada. p. 3039-3044. 1 CD ROM.

VALDÉS, Juan, *Diálogo de la lengua*, Madrid: Cátedra, 2003.

## Didatização em língua portuguesa: diferentes espaços, diferentes urgências

O processo de didatização de saberes acadêmico-científicos se realiza em práticas institucionais específicas, é dinâmico e envolve, continuamente, a disputa, a integração e a negociação de sentidos e posicionamentos, o que vale dizer que varia em função de onde e quando se dá o processo de didatização; em que condições; com que objetivo; para qual público-alvo; por quem; como, etc (SIGNORINI, no prelo). Desse modo, esse processo produz impactos diferenciados no ensino da língua.

Procurando evidenciar justamente a complexidade desse processo, os trabalhos apresentados e discutidos nesta Sessão de

Comunicação Coordenada, trabalhos esses desenvolvidos no Programa de Lingüística Aplicada da UNICAMP, focalizam, em diferentes espaços, a multiplicidade e o embaralhamento de práticas voltadas prioritariamente para as urgências locais de estudo e de ensino de língua, definidas a partir do que o professor concebe como sendo o seu papel.

O primeiro trabalho, “A produção da inovação no ensino de gramática por professores da escola pública estadual paulista”, evidencia os modos como professores do ensino fundamental II da escola pública estadual paulista, que estão buscando transformar sua prática de ensino de língua portuguesa, produzem a inovação em aulas de gramática.

O segundo trabalho, “Aspectos da inovação no curso de Letras em espaço acadêmico periférico”, evidencia como porta-vozes da tradição gramatical invertem papéis e se tornam agentes de mudança em um Curso de Letras de uma universidade privada no interior de Santa Catarina em que a gramática tradicional é legitimada como objeto central do ensino de língua portuguesa.

O terceiro trabalho, “Aspectos pedagógicos e interacionais da interlocução de uma professora surda com alunos ouvintes em aula de alfabetização”, evidencia, em uma situação bastante atípica, como uma professora surda de uma escola rural de Minas Gerais, através da linguagem verbal e não-verbal, se constrói como mediadora do processo de ensino-aprendizagem de língua materna, em classe de alfabetização de alunos ouvintes.

SIGNORINI, I. (no prelo). *Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores*.

## Aspectos pedagógicos e interacionais da interlocução de uma professora surda com alunos ouvintes em aula de alfabetização

Marília da Piedade Marinho Silva

mpmsilva@terra.com.br  
UNICAMP

O interesse pela pesquisa na área da surdez tem crescido nos últimos tempos, principalmente entre lingüistas aplicados, educadores, psicólogos e fonoaudiólogos. Sacks (1990) ressalta que somos extraordinariamente ignorantes em relação à surdez, e que isto talvez se deva ao fato de nunca termos pensado e estudado a esse respeito, mas quando entramos no mundo dos surdos nos vem o espanto, a curiosidade, o interesse e a incredulidade; ou seja, instala-se em nós a procura de um espaço de discussão que nos possibilite estudar, compreender e, quem sabe, até esboçar respostas para questões polêmicas e atípicas relacionadas a esse mundo (SILVA, 1999).

Nesta comunicação, apresentamos resultados de nossa pesquisa de doutorado, em que procuramos identificar e descrever como uma professora portadora de surdez profunda e falante de português (oral), lotada em uma escola rural de Minas Gerais, constrói-se como interlocutora de alunos ouvintes em aulas de alfabetização. Considerando a relevância da ação mediada para o ensino-aprendizagem em sala de aula, pretendemos mostrar a pertinência da compreensão de uma postura de língua(gem) verbal e não-verbal como instrumentos sócio-históricos de interação



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

– não só dialógicos, mas também ideológicos, visto que uma noção ampla de alteridade é fundamental (CAÇÃO, 1996). Para isso, construímos um percurso transdisciplinar de investigação que se insere no campo de Linguística Aplicada (SIGNORINI, 1998), articulando referenciais teóricos de diferentes disciplinas, na tentativa de não reduzir ou fragmentar nosso objeto de investigação. Caracterizamos nossa investigação como um *estudo de caso de natureza etnográfica* (ERICKSON, 1990), que compreende o processo de mediação como uma dinâmica interacional na sala de aula, viabilizando o espaço e o discurso dos interlocutores, professor/aluno, no processo de ensino-aprendizagem aberto à multiplicidade de sentidos emergentes no curso dessas interações. Assim, para a geração e análise de dados, utilizamos a metodologia qualitativo-interpretativista de pesquisa (ANDRÉ, 2002). Os dados de sala de aula correspondem a gravações em áudio e em vídeo de aproximadamente dez aulas da professora participante. Nessas aulas, analisamos os recursos de que a professora se vale para se construir como interlocutora de seus alunos ouvintes em sala de aula e como realiza seu trabalho na organização e planejamento da aula. Tendo isso em vista, constatamos que a professora se constrói como interlocutora de seus alunos ouvintes em sala de aula, posicionando as carteiras para manter-se face a face com seus alunos e, ao explorar o visual através da leitura labial, dos gestos e da fala, encadeia referentes para significação de suas práticas de ensino. Considerando a importância de um texto-guia, a professora (re)cria essa prática através de um planejamento diário, tendo como base um Projeto de trabalho elaborado mensalmente. É a partir desse Projeto de trabalho que a professora elabora sua prática de ensino, inserindo no seu trabalho pedagógico uma visão crítica – uma outra maneira de lidar com programas já estabelecidos e acrescenta às suas práticas de ensino um outro ponto de referência, mediado pela Pedagogia de Projetos: o Planejamento diário. Na análise das práticas de ensino mobilizadas pela professora em sala de aula, percebemos que, além de contribuírem decisivamente para o ensino e a interação dos sujeitos, concorreram para entendermos que as estratégias pedagógicas e o processo interativo na aquisição da escrita pelos alunos implicam modos de agir da professora heterogêneos. Além disso, ressaltamos que, para chegar a uma visão de como a sociedade pensa a maturação de traços sociais do sujeito surdo, é preciso dirigir nossa discussão para os processos socioculturais. Nesse processo, destacamos que as projeções permanentemente elaboradas e reelaboradas pelos participantes da interação na sala de aula podem tornar mais evidentes os modos como são constituídos/construídos os objetos de ensino como objetos de discurso, e é geralmente em torno deles que o professor e os alunos constroem interacionalmente e tematicamente a aula (MATENCIO, 2001). Dessa forma, constatamos que, à medida que dialogava com seus alunos, a professora lançava mão de recursos de referência e interação na tessitura das práticas pedagógicas, construindo uma identidade por meio do diálogo constante com os alunos e pelas formas de referência verbal e não-verbal produzidas no processo de ensino-aprendizagem. Isto não teria efeito se considerássemos apenas o contexto verbal, e não os elementos não-verbais – constitutivos desse processo. O contexto envolve professor, aluno e processo, ou seja, as identidades são (co)construídas (SIGNORINI, 1998). Por meio das articulações e situações da aula, a professora transmite um discurso construído através da

referenciação adequada aos objetivos da aula. Com base nos resultados do presente estudo, é possível afirmar que as práticas pedagógicas de ensino e os modos de interação são resultados de articulações e das condições objetivas do trabalho em sala de aula, isto é, as características pessoais e a formação da professora expressam-se nas suas concepções e nos modos como desempenha seu trabalho.

ANDRÉ, M. E. D. *A etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

ERICKSON, F. *Qualitative Methods in research on teaching*. In WITTROCH, M.C. (Org.) *Handbook of research on the teaching*. Nova York: Mac Milan, 1990.

FONTANA, Roseli Ap. Cação. *Mediação pedagógica em sala de aula*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MATENCIO, M. L. M. *Estudo da língua falada e aula de língua materna; uma bordagem processual de interação professor/aluno*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SACKS, O. *Vendo Vozes: uma jornada no mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SIGNORINI, I. *Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto de estudo da pesquisa em linguística Aplicada*. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Org.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. *A construção de sentidos na escrita do sujeito surdo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, 1999.

### Aspectos da inovação no curso de Letras em espaço acadêmico periférico

Clara Dornelles

claradornelles@gmail.com  
UNICAMP

Desde sua inserção no curso de Letras na década de 60, a linguística disputa com a tradição gramatical o lugar de protagonista no campo do estudo de língua portuguesa (ALTMAN, 1998). Fortalecida pelo reconhecimento do Estado de que a ciência assumia legitimidade e se tornava vetor de inovação e desenvolvimento/modernização, a linguística passa a porta-voz do governo nos documentos oficiais que respaldaram as reformas curriculares no ensino de português nas escolas, a partir da década de 70 (DORNELLES, no prelo). Nessas propostas e nos textos de divulgação científica que desde então circulam nos cursos de graduação, fez-se uso, com diferentes ênfases, do modelo interpretativo que, segundo Cordeiro (2002), é dominante na educação brasileira: o de polarização entre o *novo* e o *velho*. Respalda-se nesse modelo, a linguística se constitui como vetor da inovação/mudança no estudo/ensino de língua portuguesa (PIETRI, 2003) e empenha esforços na caracterização do ensino tradicional como desgastado e ineficiente, embora nem sempre essas críticas sejam empiricamente justificadas (ANGELO, 2005).

Considerando que esta forma de interpretar e constituir o *novo* e o *velho* no estudo/ensino de língua portuguesa é orientada por uma lógica hegemônica em *espaços acadêmicos centrais*, pretendo argumentar que os porta-vozes da tradição gramatical invertem papéis e se tornam agentes de mudança em *espaços acadêmicos periféricos*, onde os discursos



sobre língua popularizados pela mídia são hegemônicos e fornecem recursos simbólicos e materiais para promover simultaneamente inovação e manutenção da ordem de saber e poder estabelecida. Nesse sentido, a própria polarização é desafiada, já que o *novo* deixa de ser um total rompimento com o *velho* e são justamente as linhas de força que ligam tradição e modernidade que promovem condições para as mudanças, uma vez que não ameaçam crenças e saberes familiares daqueles que legitimam a gramática tradicional como objeto central do ensino de língua portuguesa. Essa dinâmica aponta a inovação como processo institucional contextualizado (SIGNORINI, no prelo), o que não necessariamente envolve mudanças radicais de práticas rotineiras ou pressupõe um sentido universalizável para o *novo* (CASSIOLATO; LASTRES; MACIEL, 2003; DORNELLES, no prelo).

Os dados empíricos que possibilitam articular esta tese provêm de pesquisa de caráter etnográfico e interpretativista realizada em um curso de Letras de uma universidade privada no interior de Santa Catarina, entre 2002 e 2004. Nesse período, o curso de Letras em foco precisou se adequar a uma demanda urgente pela inovação de seu próprio currículo que, além de se orientar por diretrizes governamentais, precisava atender à prioridade institucional de satisfazer o cliente, por sua vez pautada em demandas mercadológicas. A análise das práticas locais revela que o objetivo principal da formação dos graduandos, no que se refere à área de língua portuguesa, era o conhecimento da norma padrão através do estudo da gramática tradicional. Esse objetivo se justificava porque, na visão dos professores formadores que tinham poder institucional decisório no contexto, era esse o conhecimento central requerido pelo mercado de trabalho aos futuros profissionais. Diante dessa organização, os conhecimentos provenientes da lingüística eram legitimados como arcabouço de práticas de pesquisa, mas não de práticas de ensino de língua portuguesa. A disciplina de língua portuguesa era vista como território da tradição gramatical e a figura considerada mais representativa da área era o Professor Pasquale Cipro Neto.

Durante o trabalho de campo, em 2003, alunos e professores do curso de Letras foco de minha pesquisa assistiram a uma palestra do Professor Pasquale no Programa de Leitura organizado pela Prefeitura do município. Essa palestra trouxe à tona o conflito entre partidários da tradição gramatical e da lingüística, mas com um elemento novo: um Pasquale consideravelmente diferente da figura normativa que costuma ser associada a ele. Além da surpresa, sua fala me causou desconforto, na ocasião, pois a identifiquei, em grande medida, com “o jargão da ciência lingüística”, já que ressoava “vários conceitos (por ex. variedade dialetal, registro) e formas de argumentação também da lingüística”, constituindo-se “como uma bricolagem”, conforme minhas notas de campo da época. Resolvi então verificar que efeitos a fala de Pasquale havia causado em meus colegas professores e alunos do curso de Letras. Para aqueles que se associavam às idéias lingüísticas, Pasquale havia se tornado um “plagiador” e as idéias que defendia (por ex. de relativismo lingüístico) já eram “antigas”. Para os que se alinhavam à tradição gramatical, entretanto, ele era um “inovador” e contribuía para “modificar a imagem deturpada” do ensino de língua portuguesa, uma vez que mostrava uma “mudança positiva”, deixava de ser “inflexível” e “gramatiquero”. Na tentativa de gerar dados para compreender a configuração/contextualização da inovação nesse cenário, entrevistei vários alunos e também professores, coletei textos

escritos por alunos a respeito da palestra e propus a formação de um pequeno grupo de estudos que escreveria um artigo considerando o impacto local da palestra de Pasquale. São esses dos dados focalizados nesta apresentação.

A orientação metodológica para a análise dos dados gerados partiu de Heller (2002) e privilegiou a busca por ligações entre as interações no curso de Letras e outras interações localizadas em outros tempos e espaços locais (no discurso pedagógico e marketing institucionais), nacionais (na mídia, no governo, na história do curso de Letras e da polêmica entre gramáticos e lingüistas, em análises sobre a educação) e internacionais (nas políticas do Banco Mundial e da Unesco para o ensino superior nos países em desenvolvimento). Os resultados demonstraram que a demanda por inovação identificada no curso de Letras está conectada a demandas mais amplas, estruturadas em cenários nacionais e internacionais em que a modernização e o desenvolvimento são metas prioritárias. Por outro lado, os resultados também apontaram que os atores sociais não simplesmente atendem a demandas externas, uma vez que, nas práticas locais essas demandas se reconfiguram e são atendidas/resistidas na medida em que respondem ou não às necessidades metodológicas e políticas (não apenas disciplinares) dos agentes envolvidos.

Espero com este trabalho contribuir para o estudo e a reflexão crítica sobre os processos de configuração/contextualização da demanda por inovação no estudo e ensino de língua portuguesa em contextos acadêmicos. Entendo ser necessário prestar-se mais atenção aos conflitos constitutivos da formação de professores de língua portuguesa, uma vez que a lógica das práticas acadêmicas e educacionais nem sempre é a mesma, porque os espaços acadêmicos e educacionais não são homogêneos, nem os discursos que os constituem. Nesse sentido, cabe refletir sobre o porquê de nossas próprias posturas profissionais: quais os interesses que subjazem nossos projetos de formação, entre eles o(s) próprio(s) projeto(s) de inovação? Quais as consequências das opções que fazemos enquanto formadores de professores de língua portuguesa? Como construir um projeto coletivo, se é que é mesmo esse nosso propósito?

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

ANGELO, Graziela Lucci de. *Revisitando o ensino tradicional de língua portuguesa*. 2005. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. *Falas do novo, figuras da tradição: o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

DORNELLES, Clara. “A gente não quer ser tradicional, mas...” Conservadorismo e inovação na formação de professores de português como língua materna. In: SIGNORINI, I (Org.) *Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores*. (no prelo).

HELLER, Monica. *Éléments d'une sociolinguistique critique*. Paris: Didier, 2002.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena, Maria M.; MACIEL, Maria Lúcia. (Ed.) *Systems of innovation and development*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2003.

PIETRI, Emerson de. *A constituição do discurso da mudança no ensino de língua materna no Brasil*. 2003. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SIGNORINI, Inês. *Letramento e inovação no ensino e na formação*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

do professor de língua portuguesa. In: SIGNORINI, Inês (Org.) *Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores*. (no prelo).

### A produção da inovação no ensino de gramática por professores da escola pública estadual paulista

Ana Silva Moço Aparicio

anaparicio@uol.com.br  
UNICAMP

O tema da inovação e de seus impactos no ensino de língua materna tem sido amplamente discutido no campo dos estudos lingüísticos, pois as orientações dirigidas ao professor de língua portuguesa do ensino fundamental II, sobretudo via textos oficiais (Propostas curriculares e PCNs), difundem os discursos de disciplinas da ciência lingüística, produzidos e divulgados por lingüistas empenhados na divulgação de conhecimentos sobre a língua e sobre o ensino de língua junto aos professores de língua portuguesa. Também é recorrente a constatação de que o processo de implementação das novas propostas, sobretudo no ensino de gramática, tem enfrentado muitas dificuldades e frustrações.

De acordo com Rojo (2000), os conteúdos indicados pelos PCNs para as práticas do eixo da reflexão sobre a língua, que inclui aspectos relacionados à inovação no ensino de gramática, exigem uma compreensão mais acurada dos professores e implicam uma rediscussão do ensino de gramática em geral e, em particular, do que se tem chamado de gramática funcional ou gramática no texto ou ainda das ditas atividades epilingüísticas e metalingüísticas. A nosso ver, essa rediscussão deve se pautar, antes de tudo, pela compreensão de como essas noções vêm sendo incorporadas pelo professor em sua prática pedagógica.

Tendo isso em vista, neste trabalho, procuramos investigar como a inovação é produzida em aulas de gramática, no ensino fundamental II da escola pública estadual paulista, por sete professores que estão buscando transformar sua prática pedagógica. Considerando o trabalho do professor em sala de aula uma realidade social complexa (MORIN, 1996), procuramos construir um percurso transdisciplinar de investigação (SIGNORINI, 1998) e gerar diferentes tipos de dados. Desse modo, mobilizamos referenciais teóricos de diferentes disciplinas, na tentativa de não reduzir e não fragmentar nosso objeto de investigação; e utilizamos a metodologia qualitativo-interpretativista de natureza etnográfica (MOITA LOPES, 1994), para a geração e análise dos dados.

Compreendendo a inovação como uma reconfiguração, impulsionada por demandas institucionais, dos modos rotineiros de agir em questões de estudo e de ensino de língua (SIGNORINI, no prelo), baseamo-nos nas noções de *trabalho prescrito/trabalho realizado*, vindas de abordagens desenvolvidas no campo das ciências da Educação, que compreendem o ensino como trabalho (AMIGUES, 2002, 2004).

Sendo assim, dentre as prescrições que regem o trabalho do professor, analisamos as propostas para a inovação no ensino de gramática apresentadas por documentos oficiais (Proposta Curricular da Secretaria de Educação do Estado

de São Paulo para o ensino de língua portuguesa no primeiro grau e PCNs) e pelos livros didáticos mais utilizados pelos sete professores participantes da pesquisa.

No âmbito do trabalho realizado, que será focalizado mais detidamente nesta comunicação, analisamos os modos como a inovação é produzida em sete aulas de gramática: uma de cada professor participante da pesquisa. Nessas aulas, focalizamos a construção dos objetos efetivamente ensinados, com atenção particular aos instrumentos semióticos mobilizados pelo professor na construção desses objetos (SCHNEUWLY, 2000).

Como resultado da investigação, destacamos a imprecisão das prescrições dirigidas ao professor pelos documentos oficiais, constituídos por um amálgama de abordagens teórico-metodológicas; bem como a solidarização de noções teórico-metodológicas vindas da tradição gramatical e da teoria lingüística, apresentada pelos livros didáticos, na tentativa de operacionalização das orientações teórico-metodológicas para inovação do ensino de gramática na escola.

Quanto ao trabalho efetivamente realizado na sala de aula, constatamos, de um lado, que os diferentes modos de inovação produzidos nas aulas analisadas são constituídos por uma inter-relação de atividades e práticas múltiplas e heterogêneas mediadas por instrumentos semióticos também heterogêneos; de outro lado, que os professores que estão tentando inovar sua prática de ensino de gramática produzem algumas respostas comuns às demandas de inovação: desenvolvem a análise lingüística somente com categorias da gramática tradicional, ainda que as demandas de inovação proponham também o trabalho com outras categorias, como as da gramática funcional ou lingüística de texto, por exemplo; e, para o estudo de categorias da gramática tradicional, lançam mão de modos de descrição/análise disseminados pela lingüística: inclusão do nível semântico-pragmático na análise de categorias da gramática tradicional; questionamento do modo de categorização da gramática tradicional; contextualização do estudo de categorias da gramática tradicional a partir da explicitação dos procedimentos de descrição/análise dessas unidades.

A explicitação desses modos de produção da inovação do ensino de gramática na sala de aula é, a nosso ver, a principal contribuição desta investigação para os estudos de formação de professores de língua materna, pois esses modos de agir, muitas vezes, não são reconhecidos nem mesmo pelos professores.

AMIGUES, R. L'eignement comme travail. In: BRESSOUX, P. (Ed.). *Les stratégies d'enseignement en situation d'interaction*. (p. 243-262). Note de synthèse pour Cognitique: programme Ecole et Sciences Cognitives, 2002.

AMIGUES, R. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, A. R. (Org.). *O Ensino como trabalho- uma abordagem discursiva*. Londrina: Edel, 2004.

MOITA LOPES, L. P. da. Pesquisa interpretativista em Lingüística Aplicada: a linguagem como condição e solução. In: D.E.L.T.A. Vol. 10, No. 2, p. 329-338, 1994.

MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: D. F. SCHNITMAN (Org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 274-289, 1996.

ROJO, R. Os PCNs, as práticas de linguagem (dentro e fora da sala de aula) e a formação de professores. In: ROJO, R. (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula; praticando os PCNs*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

SCHNEUWLY, B. Les outils de l'enseignant: un essai didactique.





In: *Reveres*, No. 22, p. 19-38, 2000.

SIGNORINI, I. *Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores*, no prelo.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, Mercado de Letras. p. 99-110, 1998.

### Breve olhar sobre livros didáticos à luz dos estudos lingüísticos

Dando continuidade a uma série de estudos que analisam coleções de livros didáticos à luz dos resultados de pesquisas lingüísticas, nesta sessão coordenada, apresentamos resultados de três trabalhos que observam como o livro didático aborda: a utilização dos pronomes demonstrativos; a concordância verbal e a modalidade oral. No primeiro estudo, foi observado que: a) os livros didáticos não apresentam a distinção entre as funções dêitica e endofórica; b) o quadro dos pronomes demonstrativos apresentado é o tradicional e c) apesar de associar o uso dos demonstrativos aos pronomes pessoais, não afirmam que o uso se centra no locutor. A partir desses resultados, pode-se afirmar que os pronomes demonstrativos no livro didático têm indicação de uso idêntico ao que prescrevem as gramáticas normativas. No segundo estudo, verificou-se que a modalidade oral não possui uma abordagem apropriada na maioria dos livros didáticos examinados, uma vez que, geralmente, está relacionada à informalidade, portanto restringindo-se a usos fora do padrão ou, quando vinculada à formalidade, é pautada na escrita. E no terceiro, verificou-se que os livros didáticos não seguem, com fidelidade, as orientações dos PCNs, pois reproduzem, freqüentemente, a tradição gramatical e, mesmo quando apresentam inovações, não conseguem retratar o aspecto variável da língua, já que os livros didáticos analisados não estabelecem comparações entre os fenômenos lingüísticos observados nas diferentes modalidades e variedades da língua. Estas pesquisas têm em comum resultados que constata pouca ou nenhuma utilização de contribuições de estudos lingüísticos na elaboração dos livros didáticos. Essa constatação, aliada à conclusão da pesquisa apresentada por Neves (2003) – 100% dos professores de língua portuguesa não prescindem do uso de livros didáticos em sala de aula – evidencia o quão preocupante é a situação do ensino de português no Brasil.

### Os resultados de estudos sobre concordância verbal estão nos livros didáticos?

Renata Lemos Carvalho

renata.libra@hotmail.com  
União Metropolitana de Educação e Cultura

A realidade lingüística variável do português brasileiro (PB) tem motivado diversas pesquisas acadêmicas. Muitos estudiosos (LOPES, 2003, 1993, 1999; RUMEU, 2004,

OMENA; BRAGA, 1996; DUARTE, 1993, 1998, 2000, 2003; KAISER, 2005; NARO; SHERRE, 1981, 1988, 1993, 1998, entre outros) constataram algumas alterações morfo-sintáticas no PB em relação ao português europeu (PE), como, por exemplo, no quadro da morfologia verbal. O PB sofreu um desgaste no sistema flexional verbal, devido a mudanças decorrentes da introdução das formas *você* e *a gente* no quadro pronominal. A gramaticalização dessas formas provocou algumas repercussões no sistema pronominal: a) fusão do paradigma de 2ª com o de 3ª pessoa do singular; b) a fusão do paradigma de 1ª pessoa do plural com o de 3ª pessoa do singular; c) a eliminação do paradigma de 2ª pessoa do plural; d) a possibilidade de novas combinações pronominais: *você* com *te* *lhe* *o(a)*, *teu* *seu*, *tua* *sua* etc., *vocês* com *lhes* *vocês* *o(a)*, *teus* *seus*, *tuas* *suas*, *de* *vocês* etc., *a gente* com *nos* *a gente*, *para nós* *para a gente*, *nosso(o,a,os,as)* *da gente* etc., ocorrendo, dessa maneira, a tão censurada pela gramática tradicional mistura entre os pronomes. Essas mudanças no paradigma pronominal levaram à perda da morfologia verbal no PB, com a redução de seis para quatro ou três formas distintas. Tal perda favoreceu a variação na concordância verbal, fenômeno bastante recorrente na fala dos brasileiros e que não se restringe a falantes de baixa escolaridade. Relevantes pesquisas a respeito da concordância verbal têm sido realizadas e seus resultados podem contribuir para o sucesso do ensino de gramática, porém não se pode confundir a aplicação desses resultados para o ensino de língua com a mera inserção de teorias lingüísticas nas aulas de português. Levando em conta essa realidade e as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998), que determinam a observação da língua em uso, de forma a retratar a variação intrínseca ao processo lingüístico no que se refere aos diferentes componentes do sistema lingüístico em que ela se manifesta: fonético, léxico, morfológico e sintático – incluindo, portanto, os fenômenos de variação e redução no sistema flexional e de concordância –, este trabalho buscou verificar se e como os resultados de estudos sobre a realização variável da concordância verbal são considerados na elaboração de livros didáticos de língua portuguesa (LDPs). Nesta investigação, foram selecionados LDPs utilizados no ensino fundamental e médio, períodos de escolarização em que os alunos são expostos e esse fenômeno da língua. Os LDPs submetidos à apreciação foram os seguintes: *Português e outras palavras* (5ª à 8ª série), de Maria Sílvia Gonçalves e Rosana Rios; *Análise, Linguagem e Pensamento* – ALP Novo (5ª à 8ª série), de Maria Fernandes e Marco Antônio Hailer; *Português Linguagens* (1o ao 3o ano), de Cereja e Magalhães; *Língua Portuguesa: Projeto Escola e Cidadania para Todos* (1o ao 3o ano), de Murrie et alii. Embora três das quatro coleções analisadas recebam a aprovação do Programa Nacional do Livro Didático – MEC, verificou-se que não seguem, com fidelidade, as orientações dos PCNs, pois reproduzem, freqüentemente, a tradição gramatical e, mesmo quando apresentam inovações, não conseguem retratar o aspecto variável da língua, já que os LDPs analisados não estabelecem comparações entre os fenômenos lingüísticos observados nas diferentes modalidades e variedades da língua, como propõem os PCNs. Como é sabido, para que o estudo de gramática tenha um efeito positivo, os LDPs devem partir da união de dois aspectos: a observação do uso lingüístico e da reflexão sobre ele, levando os alunos à sistematização das regras de funcionamento da língua, entretanto a falha dos LDPs ocorre, principalmente, nesses aspectos, visto que o conteúdo não é apresentado de forma contextualizada, nem ocorre uma abordagem reflexiva,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ou seja, os LDPs não tomam como ponto de partida a língua em uso, nem permitem que os alunos reflitam sobre as possibilidades de emprego de concordância verbal, muito menos que os próprios alunos descrevam as condições de utilização das variantes disponíveis. Portanto, neste trabalho, concluiu-se que, apesar das discussões sobre o assunto em diferentes perspectivas teóricas nos meios acadêmicos e das determinações dos PCNs, a concordância verbal não é abordada pelos autores dos livros didáticos analisados de forma a apresentar o quadro das condições de realização desse fenômeno lingüístico no português do Brasil.

### **Pronomes demonstrativos no livro didático: respeito ao uso ou prescrição normativista ?**

*Sílvia Santos da Silva Gonçalves*

silviassg@uol.com.br

União Metropolitana de Educação e Cultura

Os pronomes demonstrativos possuem duas utilizações: a situacional ou dêitica e a textual ou endofórica. Além dessa distinção, cada um desses usos está vinculado a uma estrutura tradicionalmente dividida em: *dicotômica* ou *tricotômica*. A primeira refere-se à situação em que *este* e *esse* variam, opondo-se a *aquele* e a segunda, quando *este* se opõe a *esse* e ambos se opõem a *aquele*. Estudos lingüísticos da década de 70 – Mattoso Câmara (1975); Castilho (1976) – já demonstravam que o uso dêitico dos pronomes demonstrativos não era tricotômico, ou seja, o falante brasileiro não faz(ia) a distinção do espaço considerando o que está perto dele, o que está mais ou menos próximo e o que está distante, e sim dicotômico, dividindo o espaço apenas no que está perto ou longe dele. Essa é uma terminologia “tradicional” dentro de nossa área, fixada levando em consideração apenas em duas situações comunicativas determinadas. Porém Silva (2000), analisando textos dos séculos XV e XVI, encontrou contextos para os quais esta terminologia é pouco adequada. Esses contextos foram denominados de: dicotômico não clássico; tricotômico não clássico 1; tricotômico não clássico 2. O primeiro refere-se ao que está próximo do locutor distinto do que está próximo do receptor; o segundo ao que está próximo do locutor – no lugar em que ele se encontra – distinto do que está mais ou menos próximo, mas não está junto a ele, distinto do que está perto do receptor; e o terceiro ao que está próximo do locutor – no lugar em que ele se encontra – distinto do que está mais ou menos próximo, mas não está junto a ele, distinto do que está longe dele e do receptor. Para o uso textual dos demonstrativos no português brasileiro contemporâneo, não se sabe de estudos lingüísticos que tenham sido feitos para mapear essa utilização. Neste trabalho, foi verificado como as quatro coleções didáticas, a saber: *Português e outras palavras* (5ª à 8ª série), de Maria Sílvia Gonçalves e Rosana Rios; *Análise, Linguagem e Pensamento – ALP Novo* (5ª à 8ª série), de Maria Fernandes e Marco Antônio Hailer; *Português Linguagens* (1º ao 3º ano), de Cereja e Magalhães; *Língua Portuguesa: Projeto Escola e Cidadania para Todos* (1º ao 3º ano), de Murrie et alii, apresentam o quadro dos pronomes demonstrativos, bem como a indicação de uso para suas duas principais funções, observando a

utilização ou não de arcabouço teórico existente. Após a referida análise dos livros didáticos citados, chegaram-se aos seguintes resultados: a) os livros didáticos não apresentam a distinção entre as funções dêitica e endofórica; b) o quadro dos pronomes demonstrativos apresentado é o tradicional; c) apesar de associar o uso dos demonstrativos aos pronomes pessoais, não afirmam que o uso se centra no locutor. A partir dessas verificações, pode-se afirmar que os pronomes demonstrativos no livro didático têm indicação de uso idêntico ao que prescrevem as gramáticas normativas. Estes resultados preocupam, à medida que estudos feitos com professores do ensino fundamental e médio, como o de Neves (2003), revelam que cerca de 33% dos professores declararam que consideram os livros didáticos como material suficiente para os estudos do professor e 100% deles não prescindem desse material. Isso evidencia o quanto ainda se tem de trabalhar para que os resultados de pesquisas lingüísticas cheguem ao professor de língua portuguesa e, conseqüentemente, ao ambiente escolar. Além disso, não se observou na maioria dos livros analisados, o que Neves (2003, p. 40) afirma ser necessário ao professor de língua portuguesa – postura que deveria também ser assumida por autores de livros didáticos – fugir da exclusiva “exercitação da metalíngua”, mesmo quando se observa a preocupação normativa ou descritiva nas atividades relativas ao ensino de língua portuguesa.

### **A modalidade oral nos livros didáticos: conciliando arcabouço teórico e aplicabilidade**

*Sandra Cerqueira Pereira Prudencio*

sandraprudencio@uol.com.br

União Metropolitana de Educação e Cultura

A modalidade oral deve ter tratamento específico no estudo da língua, não devendo ser omitida ou ser relegada apenas a abordagens que a restrinjam à experiência cotidiana do aluno, a situações próprias de uma comunicação privada. Embora esteja ligada à vida de todos, a modalidade oral não pode ser vista, de forma inadequada, como um uso da língua livre de normas gramaticais, isto é, um uso em que tudo é permitido. Essa visão equivocada decorre da associação que se faz entre modalidade oral e situações sociais mais informais de interação, entretanto há usos orais da língua que exigem um léxico mais especializado e padrões mais rígidos, peculiares a situações de comunicação pública. O trabalho com a modalidade oral, no ensino de português, não pode se restringir à reprodução de registros informais de oralidade, já que contextos formais de interação condicionam padrões diferentes daqueles que são utilizados na fala informal. Após a entrada dos estudos sociolingüísticos, na década de 60, nos cursos de Letras no Brasil, os estudos lingüísticos têm se voltado para a análise da língua a partir da análise da fala de indivíduos que representam uma determinada comunidade lingüística, ou seja, a modalidade oral torna-se o principal material de observação dos pesquisadores. Esse novo foco de análise também passa a ser objeto de outras abordagens teóricas. Com a consolidação da análise e dos resultados apresentados a partir desse tipo de modalidade, os documentos oficiais criados para determinar a formação



do professor – as diretrizes curriculares dos cursos de letras – e o que deve ser abordado no ensino fundamental e médio de língua portuguesa – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) – deliberam o respeito dessa modalidade que foi esquecida pela tradição gramatical. Conforme determinam os PCNs, as aulas de português não só devem promover a observação da língua em uso, de forma que a variação intrínseca ao processo lingüístico seja retratada nos diversos níveis do sistema lingüístico – fonético, léxico, morfológico e sintático – em que ela se apresenta, como também devem possibilitar o estabelecimento de comparações entre os fenômenos lingüísticos observados na fala e na escrita, nas diferentes variedades. Os PCNs salientam que, apesar de haver situações de fala orientadas pela escrita, os padrões de uso oral não são os mesmos que os padrões da tradição escrita. Para explorar essas questões, os PCNs propõem, entre outros trabalhos, atividades de transcrição de textos orais gravados e de edição de textos orais para apresentação em gênero da modalidade escrita, a fim de possibilitar, respectivamente, a identificação dos recursos lingüísticos próprios da fala e a percepção de algumas diferenças entre a fala e a escrita. A distância entre as modalidades oral e escrita ainda é mais acentuada no português brasileiro, devido à enorme gama de fenômenos variáveis na fala e ao fato de a modalidade escrita ser pautada em padrões normativos do português europeu. Portanto, cabe à escola promover ao aluno o conhecimento da modalidade oral, levando-o a conscientizar-se da existência de elementos a ela inerentes. O livro didático, na abordagem do assunto *Modalidade Oral*, deve propiciar-lhe reflexões, a partir da utilização em situações comunicativas reais, conduzindo o aluno à percepção de que não se trata de uma modalidade de segundo plano. Muitos estudos sobre a modalidade oral, a partir de diversas abordagens, foram e têm sido realizados no Brasil e seus resultados podem concorrer para a realização de um ensino de língua portuguesa de acordo com o que estabelecem os PCNs. Levando em consideração a existência de importantes investigações sobre o tema e a política educacional do nosso país, este trabalho buscou verificar o tratamento dado a essa modalidade por livros didáticos utilizados no ensino fundamental e médio. Foram quatro as coleções didáticas submetidas à análise: *Português e outras palavras* (5ª à 8ª série), de Maria Sílvia Gonçalves e Rosana Rios; *Análise, Linguagem e Pensamento – ALP Novo* (5ª à 8ª série), de Maria Fernandes e Marco Antônio Hailer; *Português Linguagens* (1º ao 3º ano), de Cereja e Magalhães; *Língua Portuguesa: Projeto Escola e Cidadania para Todos* (1º ao 3º ano), de Murrie et alii. Três das coleções analisadas têm o selo indicativo de aprovação do PNL/D/PNLEM – MEC. Nesta investigação, constatou-se que a modalidade oral não é objeto de uma exploração mais significativa na maioria dos Livros Didáticos examinados, apesar das relevantes contribuições do meio acadêmico e das orientações dos PCNs no que concerne ao trabalho com essa modalidade no ensino de português.

### A produção escrita na escola: novos conceitos e práticas tradicionais

As reflexões realizadas, nas últimas décadas, no contexto acadêmico, têm repercussões no contexto pedagógico, seja

em documentos orientadores (como os PCNs e Propostas Oficiais) seja em material didático, seja na prática de sala de aula. Essas diferentes apropriações das reflexões acadêmicas fornecem um retorno à academia, que merece ser analisado. O conceito de gênero discursivo/gênero textual adquiriu lugar de destaque nas discussões acadêmicas no Brasil, nas duas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 90, através de estudos de Bakhtin (1992), Adam (1999), Bronckart (1999), Swales (1990), entre outros. Esse conceito foi transposto para orientações pedagógicas, através da publicação dos PCNs e de material didático.

Caracterizados como formas relativamente estáveis de dizer, em diferentes esferas da atividade humana, os gêneros do discurso, em situações pedagógicas, mantêm essa característica? Como o conceito é apropriado em materiais didáticos e na prática de sala de aula? Como a escola “convive” com a perspectiva flexível dos gêneros, ao lado da tendência à modelização?

Nesta sessão de comunicações, serão apresentadas algumas reflexões sobre a escrita escolar, enfocando a relação entre os conceitos teóricos e sua apropriação pelo contexto de ensino, pois entendemos que cabe também à pesquisa acadêmica entender os modos de apropriação de conceitos teóricos, como forma de rever o compromisso com a formação de professores de língua.

ADAM, Jean-Michel. *Linguistique textuelle: Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

BAKHTIN, Mikhail Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.

SWALES, John M. *English in academic and research settings*. Cambridge University Press, 1990.

### Os gêneros discursivos e o estilo individual na escrita escolar

Raquel Salek Fiad

rfiad@terra.com.br  
UNICAMP

Nesta comunicação, pretendo desenvolver uma reflexão sobre a relação entre estilo individual e escolha do gênero discursivo, no processo de aquisição da escrita, levando em consideração a flexibilidade dos gêneros e a atitude dos sujeitos escreventes ao se “encaixarem” em gêneros propícios à individualidade ou ao romperem com as características estilísticas dos gêneros. Em outras palavras, apresento algumas considerações sobre a seguinte pergunta: como considerar, em dados de aquisição da escrita, a relação entre o estilo individual e o estilo do gênero, principalmente em situações, nas quais o estilo individual possa sobrepor-se ao estilo do gênero?

Esta discussão tem, como ponto de partida, as reflexões de Bakhtin (1992) sobre gênero e estilo. Ela adquire relevância especial por estar sendo discutida com base em dados de aquisição da escrita, que são considerados manifestações escritas de sujeitos ainda sendo escolarizados, sofrendo as coerções e imposições de um ensino de escrita bastante normativo. Bakhtin (1992) defende a idéia de que sempre



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que utilizamos a linguagem o fazemos através de gêneros do discurso. Ao discutir as relações entre os enunciados e os gêneros do discurso, salienta, de um lado, a individualidade do enunciado (visto como o lugar onde a língua se realiza) e, por outro, a variedade dos gêneros do discurso, que se relacionam às diferentes esferas das atividades humanas. O estilo está ligado ao enunciado e aos gêneros do discurso, pois, por um lado, o enunciado é individual, isto é, possui um estilo individual, mas, por outro, nem todos os gêneros do discurso favorecem essa manifestação do individual nos enunciados. O estilo, entendido como a seleção dos recursos lingüísticos, feita a partir das possibilidades oferecidas pela língua, não pode, portanto, ser estudado independentemente do gênero do discurso.

O conceito de estilo individual que possibilita esta discussão com dados de aquisição da escrita e que é coerente com as propostas de Bakhtin acima delineadas é a concepção de estilo enquanto escolha e enquanto marca de trabalho do sujeito na linguagem, conforme proposto em Possenti (1988, 2001). A concepção de estilo como escolha e como marca de trabalho com a linguagem é adequada para a análise de dados de aquisição da linguagem, nos quais se busca flagrar a emergência dos traços individuais associados à atividade de escrita, ou seja, o processo mesmo da construção de um estilo.

Alguns trabalhos já realizados apontam para a conclusão de que é possível observar tendências estilísticas durante a aquisição da escrita (Cf. ABAURRE *et alii*, 1997, 2003). A questão que trago para discussão agora é sobre a possível transgenericidade dos estilos individuais: é possível observar as mesmas tendências estilísticas em diferentes gêneros discursivos? Como isso acontece, considerando que nem todos os gêneros discursivos são propícios às manifestações de estilos individuais?

Essas questões são discutidas a partir de dados retirados de dois corpora formados de textos de dois sujeitos, coletados desde a pré-escola até o final do ensino médio, contendo textos escolares e não-escolares. Esses corpora permitem uma análise comparativa de diferentes momentos de aquisição da escrita e da escolaridade dos sujeitos envolvidos. A análise, qualitativa, é orientada pelo paradigma indiciário de investigação, conforme proposto por Ginzburg (1986). Em decorrência da opção metodológica por uma investigação de cunho eminentemente qualitativo, a análise é dirigida à identificação de eventos singulares de escrita que possam ser tomados como marcas, como indícios da complexa relação entre o sujeito e a linguagem. O paradigma indiciário de investigação, que privilegia as experiências inferenciais abducentes e que é fundado no detalhe, no indício, no aparentemente residual, fornece o quadro ideal para o desenvolvimento de trabalhos como este, em que podemos identificar os contornos de micro-histórias de aquisição da escrita.

Considerando que os corpora contêm textos produzidos em situações escolares e não-escolares, os resultados deste trabalho podem contribuir para o ensino de produção escrita, principalmente para a concepção de gênero discursivo no contexto escolar. A tendência para acentuar o lado “normativo” dos gêneros é o que tem predominado na escola. Esta análise pretende justamente mostrar o lado “flexível” dos gêneros, que pode ser observado através das marcas deixadas nos textos pelos sujeitos-escreventes, ainda em processo de aquisição da escrita.

ABAURRE, M. B. M.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T.; FIAD,

R. S. Considerações sobre a diferenciação de gêneros discursivos na escrita infantil. In: COSTA VAL, M. G.; ROCHA, G. (Org.). *Sujeito-aluno e texto: reflexões sobre práticas escolares*. Belo Horizonte: CEALE/ Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cenas de Aquisição da Escrita: o trabalho do sujeito com o texto*. Campinas: ALB/Editora Mercado de Letras, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1952-1953].

GINZBURG, C. *Mitos Emblemas Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 [1968].

POSSENTI, Sírio. Enunciação, autoria e estilo. In: *Revista da FAEEDBA* (15). Salvador/BA, 2001.

\_\_\_\_\_. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

### Gêneros textuais na escola: práticas produtivas e apropriações problemáticas

Maria da Graça Ferreira da Costa Val

mgcval@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Bakhtin (1979/ 1992, p. 277), na clássica e conhecida definição, propõe que “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados – os gêneros do discurso” (p. 277). Assim, postula que os gêneros discursivos, como uma gramática mais maleável e mais plástica que a gramática da língua, estabelecem certos modos mais usuais de configuração discursiva, conjugam determinadas formas a determinadas funções, em correspondência a uma prática social, com relação a determinado público. Segundo o autor, os diferentes gêneros se caracterizam por três aspectos: os temas que costumam abordar (e o tratamento mais usual dado a esses temas); a forma de composição mais comum; o “estilo”, que diz respeito às escolhas sintáticas e lexicais mais usuais. No entanto, lembra também Bakhtin (1979/1992, p. 302-303), que há sempre a possibilidade de se “confundir deliberadamente os gêneros pertencentes a contextos diferentes”, o que, por sua vez, abre a possibilidade de, no plano do discurso, “confundir deliberadamente” os componentes e o estilo dos gêneros: a) intercambiando formas e funções; b) reprocessando a organização típica; c) buscando efeitos de sentido especiais pelo recurso à mistura de estilos ou a um estilo inusitado para determinada situação.

Adotando a terminologia de Bronckart (1999), considero que os gêneros textuais surgem como produtos resultantes de tendências dominantes no processo histórico de constituição da língua pelo trabalho dos falantes, de modo que integram o conhecimento lingüístico dos sujeitos, que os tomam como parâmetro, como ponto de referência, mas os reprocessam e re-constituem a cada atividade interlocutiva, alterando sua história e sendo por ela alterados. Não se trata, pois, de padrões rígidos e inflexíveis, fôrmas em que o sujeito teria que encaixar seus enunciados, mas de modelos que, conjugando determinadas formas a determinadas funções em correspondência a uma práxis e, portanto, a uma expectativa social, orientam tanto a atividade de produção quanto a de interpretação.

Bazerman (2005), destaca a questão de que os gêneros organizam a vida coletiva, porque definem padrões para as



ações de linguagem que realizamos nos diferentes campos sociais: na família, no trabalho, na igreja, na escola. Segundo o autor, a padronização dos discursos em gêneros “é um processo fundamental na formação do nosso sentido de onde estamos, o que estamos fazendo e como podemos fazê-lo” e “parece ser um mecanismo constitutivo na formação, manutenção e realização da sociedade, da cultura, da psicologia, da imaginação, da consciência, da personalidade e do conhecimento”, mecanismo esse que “interage com todos os processos que compõem nossas vidas” (p. 61). Para Bazerman, a padronização das ações de linguagem é que explica o sentido que atribuímos a determinados documentos e a submissão sem questionamento que assumimos diante de certos procedimentos institucionais de uso da linguagem.

Carolyn Miller (1994 *apud* MARCUSCHI, 2005, p. 24), sugere “que se veja gênero como um constituinte específico e importante da sociedade, um aspecto maior de sua estrutura comunicativa, uma de suas estruturas de poder que as instituições controlam.”

Schneuwly, desde 1994, vem desenvolvendo a idéia de que os gêneros *textuais* são mega-instrumentos para a ação em situações de linguagem, tem postulado a adoção desse mega-instrumento na condução do ensino-aprendizagem da escrita de textos na escola. Essa proposta, abraçada por grande número de estudiosos no Brasil, tem demonstrado seu acerto e fecundidade.

No entanto, paralelamente à propriedade da postulação teórico-metodológica, observa-se um movimento de apropriação por parte de professores e de livros didáticos que nem sempre corresponde a sua potencialidade inovadora e produtiva. Bazerman (2005, p. 31) aponta para o fato de que “a definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos.” Já Faraco (2003) alerta para o uso inflacionado e “epidêmico” da transposição didática, que obscurece o caráter sócio-verbal e ideológico da concepção bakhtiniana.

Na verdade, a postulação, nos documentos oficiais de parametrização do ensino, de que, nas aulas de Língua Portuguesa, deve-se adotar o conceito de gêneros textuais para o ensino da interpretação e produção de textos orais e escritos, não tem sido acompanhada do correspondente e necessário investimento público na formação em serviço de professores, com vista a esclarecer do que se trata e como realizar um trabalho produtivo. Esse descompasso tem acarretado apropriações daninhas ao desenvolvimento lingüístico-discursivo dos estudantes. Resumidamente, pode-se dizer que a escolarização não amparada teoricamente tem levado à perda da perspectiva discursiva, em favor da modelização; e à perda da abordagem funcional em favor do tratamento formalista e classificatório. Por outro lado, a escolarização não amparada didática e pedagogicamente tem levado à não identificação da complexidade das tarefas propostas e das dificuldades dos alunos e à orientação insuficiente quanto às possibilidades de exploração do conteúdo temático, da forma composicional e do estilo em função das condições de produção do texto.

Este trabalho aponta e quer responder a esses problemas porque parte do entendimento de que a atenção aos modos de apropriação conceitual e pedagógica que se efetivam nas salas de aula faz parte também das responsabilidades da universidade com relação à formação de professores, integrando seu compromisso com a educação pública.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN,

Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. [Dionísio e Hoffnagel (Org.)]. São Paulo: Cortez, 2005.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A; MACHADO, A; BEZERRA, M. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002. p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir *et al.* (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005. p. 17-34.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim *et al.* *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

## Produção de textos na escola: o peso da tradição

Iara Bemquerer Costa

iarabemq@ufpr.br  
Universidade Federal do Paraná

A questão dos gêneros textuais/discursivos tem sido objeto de reflexão constante na lingüística textual, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, com referência constante a estudos como Bakhtin (1992), Adam (1999), Bronckart (1999), Swales (1990), entre outros. Essa questão tem tido um papel relevante nas discussões acadêmicas, tanto que o tratamento de qualquer aspecto da textualidade, atualmente, exige a referência ao(s) gênero(s) dos textos analisados. A primazia do gênero como categoria tanto para a análise de textos como para a reflexão sobre os processos de leitura, produção e avaliação de textos em ambiente escolar passou rapidamente da esfera das discussões acadêmicas para as orientações pedagógicas, conforme evidencia a publicação dos PCNs de Língua Portuguesa (1997 e 1998). Percebe-se o reconhecimento de que a escola é, tradicionalmente, o espaço onde os falantes têm seus primeiros contatos sistemáticos com alguns gêneros textuais, especialmente os escritos, que nesse contexto são, como ressaltam Schneuwly; Dolz (2004, p. 75-6) não só instrumentos de comunicação, mas também objetos de ensino-aprendizagem.

Neste trabalho, pretende-se apresentar duas situações escolares diferenciadas que evidenciam o descompasso entre as propostas de leitura/produção/avaliação de textos escolares que circulam nas discussões acadêmicas e nas orientações dos documentos oficiais e o que se observa no ensino fundamental e médio.

Primeiramente, discute-se um conjunto de 77 textos, produzidos em sala de aula por alunos prestes a concluir três níveis de sua formação escolar: o 2<sup>o</sup> ciclo do nível fundamental (4<sup>a</sup> série); o 4<sup>o</sup> ciclo do nível fundamental (8<sup>a</sup> série) e o nível médio (3<sup>o</sup> ano). Os textos em questão foram produzidos por alunos de escolas públicas da periferia de Curitiba, em atividades conduzidas pelos professores, sem a interferência dos pesquisadores, seja na sugestão de temas, seja na condução da atividade de produção textual em classe. Procura-se identificar, a partir dos textos produzidos ao final de cada etapa do ensino fundamental e médio, as



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

linhas mestras do projeto tradicional de ensino de redação em circulação na escola.

Esse projeto pode ser sintetizado, em linhas gerais, nos seguintes termos. Os gêneros escolares tradicionais – narração, descrição, dissertação – são concebidos como registro de formas de representação do real e teriam seu grau de complexidade determinado pela complexidade inerente aos elementos representados. A descrição corresponde à representação de indivíduos, objetos e cenários; a narração representa a atuação de personagens em seqüências de eventos. A escola considera que a realidade representada por esses gêneros é simples e, por essa razão, recomenda sua exploração didática desde as séries iniciais até o quarto ciclo do nível fundamental (8<sup>a</sup> série). Por outro lado, a dissertação (e argumentação) estaria ligada à representação do pensamento e do raciocínio, ao estabelecimento de relações lógicas e à formulação de generalizações, ou seja a elementos mais complexos. Sua exploração didática é, normalmente, prevista para os níveis de ensino mais avançados, especialmente para o ensino médio. Na concepção escolar tradicional de produção de textos, estes não se relacionam com as práticas sociais. Por outro lado, atribui-se à produção de textos um papel de instrumento de avaliação tanto do desenvolvimento cognitivo dos alunos quanto do seu domínio das normas da escrita.

Para avaliar se a permanência desta concepção tradicional é característica das escolas públicas, procurou-se analisar também uma atividade de produção de textos realizada em escolas particulares, com o uso de recursos tecnológicos bastante sofisticados. Trata-se de uma atividade de produção de texto argumentativo, apresentada no Portal Educacional de uma instituição particular de ensino, que tem escolas conveniadas de nível fundamental e médio em vários pontos do território brasileiro. As orientações para a produção de texto foram disponibilizadas no *site* da instituição – em área de acesso restrito aos professores e alunos das escolas conveniadas – com orientações para os alunos produzirem os textos nas escolas, orientados pelos professores de língua portuguesa. Os textos produzidos *on-line* foram enviados para a equipe de avaliadores, que atuava na sede da instituição e centralizava a avaliação dos textos produzidos nas diversas escolas distribuídas pelo país. Essa produção de texto foi feita tendo como ponto de partida um documentário em vídeo e a leitura de um conjunto de textos virtuais, acessados a partir de *links* indicados no Portal Educacional. Além das orientações aos alunos e professores, foram examinados 120 textos produzidos *on-line* por alunos de 8<sup>a</sup> série de duas escolas conveniadas, uma da Região Sudeste (São Paulo-SP), outra do Nordeste (Fortaleza-CE).

A observação dos textos produzidos *on-line* a partir das orientações disponibilizadas na Internet não apresentou diferenças significativas em relação aos textos produzidos usualmente na escola com o uso de orientações tradicionais, sem o aparato tecnológico mobilizado pelo Portal Educacional. A inovação introduzida pela escola mediante o uso do computador, da Internet e vídeo ficou restrita ao aparato tecnológico. Percebe-se também nesse caso a permanência da mesma concepção de escrita tradicional caracterizada acima. Feitas essas constatações, são apresentadas algumas indicações para a renovação da produção de textos na escola.

ADAM, Jean-Michel. *Linguistique textuelle: Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

BAKHTIN, Mikhail Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros*

*curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEE, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.

CAMPS, Anna. *Secuencias didáticas para aprender a escribir*. Barcelona: Graó, 2003.

MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SWALES, John M. *English in academic and research settings*. Cambridge University Press, 1990.

### A dimensão da identificação na constituição da enunciação em ILE (Inglês como língua estrangeira) de alunos de Letras

Esta sessão coordenada tem como objetivo apresentar trabalhos que discutem a constituição identitária de sujeitos, alunos em formação para se tornarem professores de inglês como língua estrangeira (ILE), focalizando a questão da identificação imaginária (na constituição do 'eu' em Lacan) e simbólica (na constituição do sujeito do inconsciente na cadeia de significantes) de acordo com Nasio, 1988. Partindo do domínio da Lingüística Aplicada, propomos problematizar questões desse campo do saber sob a ótica da teoria do discurso a partir de sua terceira fase (PÊCHEUX, 2002) atravessada pela concepção psicanalítica do sujeito. Partimos do pressuposto de que há uma interdependência entre materialidade lingüística (da ordem do sistema da língua) e processo discursivo operando na produção/compreensão em segunda língua (SERRANI-INFANTE, 1998). Assim, o sistema da língua só se realiza em processos discursivos, compostos por formações discursivas (FD). Tanto a materialidade (a língua como instrumento) quanto o processo operam em duas dimensões: na dimensão da intencionalidade representada nos enunciados dos interlocutores e na dimensão da subjetividade inconsciente juntamente com as determinações sócio-históricas (ideológicas). É esta última que, em grande parte, determina o sucesso ou o insucesso da produção na LE, pois sofre a mediação imaginária aliada à dimensão simbólica. Quando fala, o sujeito representa tudo ao seu redor e se representa por imagens construídas na cadeia lingüístico-discursiva. A tomada de posição enunciativa é a tomada da palavra (tanto na língua materna quanto na LI). Esta diz respeito a relações de poder e processos identificatórios. Ao se falar em identidade, deve-se compreendê-la em constante mutação, em movimento. De acordo Coracini (2003, p. 15), 'é apenas momentaneamente que podemos flagrar pontos no discurso que remetem a identificações inconscientes, introjetadas sempre a partir do outro, mas que, por estarem já lá, provocam reações, atitudes de recusa ou de aproximação'.

CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Identidade e Discurso*. Campinas: Ed.Unicamp/Argos, 2003.



NASIO, J.D. *Os 7 conceitos cruciais da psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. 1983. Campinas: Pontes, 2002.

SERRANI-INFANTE, S. Abordagem Transdisciplinar da Enunciação em Segunda Língua: a proposta AREDA. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Org.) *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 143-167.

## Processo discursivo e identificações na prática de assistência ao aluno com dificuldades de inglês como LE no curso de Letras

Maralice de Souza Neves

maralicen@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Esta apresentação se propõe a trazer as análises do corpus constituído através de respostas a questionários, entrevistas, depoimentos e notas de campo obtidas de alunos e monitores da graduação cursando e lecionando, respectivamente, aulas preparadas para que os alunos das disciplinas básicas de Inglês necessárias à Habilitação na área possam praticar e buscar melhorar sua forma de se expressar na língua inglesa (LI). Trata-se de apresentar o resultado parcial de minha pesquisa conduzida entre 2005 e início de 2007, intitulada: 'Processo discursivo e identificações na aprendizagem de inglês como LE na universidade: práticas de assistência ao aluno com dificuldades' e financiada pela bolsa de recém-doutor da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG. O objetivo da pesquisa foi investigar a constituição identitária dos sujeitos-alunos que ministram aulas e dos que buscam a assistência oferecida pelo projeto de ensino 'Para o desenvolvimento de habilidades em língua inglesa', em andamento, que, em primeiro lugar, proporcionam a oportunidade de desenvolvimento didático-pedagógico de bolsistas PID (Programa de Iniciação à Docência da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG) e de bolsistas voluntários do sub-projeto NAILI (Núcleo de Auto-Instrução em Língua Inglesa com apoio da FALE). Em segundo lugar, visam suprir a necessidade de orientação para atividades extra-classe de alunos de inglês que encontram dificuldades ao cursar as disciplinas básicas de LI ou ainda não se encontram no nível de aprendizagem requerido para cursar essas disciplinas. Como suporte teórico-metodológico, nesta apresentação, utilizamos conceitos da Análise do Discurso (AD) francesa e da psicanálise, as quais pressupõem a concepção de sujeito possuidor de inconsciente e deste constituído como uma linguagem. Parto da posição epistemológica de que a linguagem é efeito de sentidos entre os sujeitos (PÊCHEUX, 1995) e que não funciona somente no nível da intenção mas também através de uma intersubjetividade inconsciente que põe em jogo as contradições da constituição histórica dos sujeitos, já que o sentido se faz em suas relações. Portanto, a noção de sujeito uno, centrado e intencional que está suposta na prática de ensino comunicativo adotado na instituição onde constituo o meu *corpus*, é aqui problematizada, já que concebo este sujeito como desejante, descentrado, constituído pela linguagem, às voltas com suas contradições e envolvido em relações de poder. Do mesmo modo, entendo

esse sujeito como alguém que não só aprende um código através de instrumentos, de modo a conhecer a língua, mas sobretudo como um ser que para poder saber a língua em seu trabalho de dimensão imaginária e simbólica, passa primordialmente por complexos desarranjos identificatórios (SERRANI-INFANTE, 1998a, 1998b) pondo em jogo a língua materna e ou nacional em encontros/confrontos com a Língua estrangeira (LE) e tudo isso constrangido por um ensino institucionalizado o qual, pela sua constituição, é levado a desconsiderar as diferenças e a heterogeneidade dos alunos além de confinar a aprendizagem a um tempo capitalizado, ritmado para aprendizagem rápida e econômica (FOUCAULT, 1977) e colocá-los no mesmo espaço da sala de aula, centrando o ensino quase que exclusivamente no professor. Uma vez que a universidade mostra-se empenhada em criar mecanismos de permanência do aluno, assim como também enfrenta o desafio de aumentar o número de vagas e incluir cotas étnicas, a contribuição dessa pesquisa é de extrema importância para se compreender questões envolvidas no processo de aprendizagem de línguas estrangeiras dos alunos em formação para professores de inglês na Faculdade de Letras. Quanto aos dispositivos de análise, buscaremos noções-chaves na AD, tais como formações discursivas (FD) que, formações imaginárias, esquecimento 1 e 2 (Cf. PÊCHEUX, 1990, 1995; ORLANDI, 1999) e ressonância discursiva (Cf. SERRANI-INFANTE, 2001) e das teorias que tomam a heterogeneidade como fundante no terreno das teorias da enunciação (AUTHIER-REVUZ, 2004; TEIXEIRA, 2005). Este projeto de pesquisa contou com a colaboração de dois alunos voluntários em iniciação científica, sendo que um deles veio a se tornar monitor do NAILI. Associada ao projeto está também à pesquisa da mestranda Gisele Loures.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257 p. Trad. Marlene Teixeira.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

NASIO, J.D. *Os 7 conceitos cruciais da psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimento*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. 1983. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 1975. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 317.

SERRANI-INFANTE, S. Abordagem Transdisciplinar da Enunciação em Segunda Língua: a proposta AREDA. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Org.) *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998a. p. 143-167.

\_\_\_\_\_. *Ressonâncias discursivas y cortesía em prácticas de lecto-escritura*. D.E.L.T.A., v. 17, n. 1, p. 31-58, 2001.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, 210 p.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Processos identificatórios na aprendizagem de língua inglesa: representações imaginárias sobre língua e o querer aprender

Gisele Loures

gfloures@gmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

Nesta comunicação, pretendo apresentar a pesquisa de Mestrado em andamento intitulada, 'Processos identificatórios na aprendizagem de língua inglesa como L2' (PosLin/FALE/UFGM), sob a orientação da professora doutora Maralice de Souza Neves. A pesquisa tem como objetivo investigar, no discurso, representações em relação à aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira (L2) no espaço discursivo das instituições de ensino superior (IES), em curso de formação de professores desse idioma. O suporte teórico escolhido situa-se interface entre a Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1975, 1983; CORACINI, 1995; AUTHIER-REVUZ, 1998, 2004), e a Psicanálise lacaniana (LACAN, 1964), problematizados no escopo da Linguística Aplicada (SERRANI-INFANTE, 1997, 1998; REVUZ, 1998). De modo a especificar o objeto de estudo, optei por focalizar graduandos em Letras de uma IES do interior de Minas Gerais – região leste do estado, no Vale do Aço – falantes nativos de língua portuguesa brasileira (L1), aprendizes de língua inglesa como L2. Tal recorte se deu porque atuo nessa região como professora da instituição. O cotidiano da prática pedagógica, a relação com os graduandos e a trajetória na aprendizagem da L2 destes motivaram questionamentos: por que alguns parecem aprender a L2 e outros não? Por que há aprendizes que parecem limítrofes quando o professor percebe um considerável potencial de aprendizagem naquele aluno? Seria por que o aprendiz não deseja aprender aquela língua? O aprendiz de L2 se sente realizador de sua aprendizagem? Tais questionamentos, dentre outros, levaram a uma inquietação quanto ao ensino/aprendizagem de línguas daquele público do contexto pesquisado: a da consideração da subjetividade de alunos que vivem nos arredores de uma grande empresa empregadora da maioria da população como um dos fatores motrizes da aprendizagem da L2. Uma vez que acredito que a aprendizagem da L2 se dê pela inscrição discursiva do sujeito na L2 (SERRANI-INFANTE, 1997), entendo que para alguns alunos não há desconforto ao partir em busca da língua estrangeira, um outro estranho a ele. No entanto, a necessidade de deslocar-se em busca daquela, faz surgir no discurso de outrem representações conflitantes no que diz respeito ao encontro com a L2; o que aponta um confronto com esse outro – a língua do outro (REVUZ, 1998) – distanciado da sua realidade, o que poderia acarretar a inibição da aprendizagem dos alunos, já que, sua inscrição na L2 depende de um desarranjo subjetivo na L1 e do re-arranjo subjetivo na L2 (SERRANI-INFANTE, 1997). No que diz respeito à subjetividade, em cuja constituição acontecem necessários deslocamentos em decorrência do processo de aprendizagem, tomo-a na perspectiva psicanalítica em que o sujeito é 'atravessado pelo inconsciente e, por isso mesmo, impossibilitado de se reconhecer e de reconhecer o outro, já que é fragmentado, esfacelado, emergindo apenas pontualmente pela linguagem lá onde se percebem lapsos e atos falhos' (CORACINI, 1995, p. 11). Entendo que o acontecimento discursivo do lapso indicia a inserção de uma voz

ou de vozes que, à revelia do ilusório controle da enunciação discursiva que permite ao sujeito ser identificado como 'eu' (*ego*) (LACAN, 1964), emergem no discurso e desestabilizam as formações imaginárias fundadoras daquele sujeito. Neste momento da quebra da imagem homogeneizada do discurso, posso visualizar, nas negações, contradições, glosas e incisões (AUTHIER-REVUZ, 1998, 2004), as representações opacas e contraditórias da L2 e da sua aprendizagem, da imagem do professor e da imagem de si próprio enquanto aprendiz. Estas representações contraditórias, ao inverso daquelas capturadas a partir das ressonâncias discursivas (SERRANI-INFANTE, 1998) e da construção da cadeia de significantes (PÊCHEUX, 1997), apontam para a desestabilização dos sujeitos quando são requisitados a falar sobre a aprendizagem da L2. A meu ver, aqui está uma evidência da não inscrição do sujeito em acontecimentos discursivos da aprendizagem da L2. O *corpus* da pesquisa é formado por seqüências discursivas recortadas de depoimentos gravados em áudio e transcritos em resposta a um questionário. Após a interpretação e análise das representações capturadas em tais seqüências discursivas, foi possível observar, por exemplo, a imagem de um aluno que não se engaja na aprendizagem da L2, embora busque dizer o contrário. Observei, ainda, que a representação do professor aponta para uma imagem tradicionalista, que encerra dizeres de domínio, controle e posse do idioma ensinado. Quanto à responsabilidade da aprendizagem, encontrei representações de sua delegação máxima ao professor; o que sinalizou o distanciamento dos sujeitos aprendizes da L2 com a própria aprendizagem da língua.

- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Trad. Marlene Teixeira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257p.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998. 200 p. Col. Repertórios.
- CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *O jogo discursivo na aula de leitura*. Língua materna e língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1995.
- LACAN, J. *O seminário*. 1964. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 269 p.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. 1975. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 317.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. 1983. Campinas: Pontes 1997.
- REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um lugar e o risco do exílio. 1998. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p. 213-230. 2ª reimpressão. Trad. Silvana Serrani-Infante.
- SERRANI-INFANTE, S. M. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. 1998. In: SIGNORINI, I.; (Org.) *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p. 231-261. 2ª reimpressão.
- SERRANI-INFANTE, S. M. Abordagem Transdisciplinar da Enunciação em Segunda Língua: a proposta AREDA. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Org.) *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 143-167.
- SERRANI-INFANTE, S. M. Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas. *D.E.L.T.A.*, vol. 13, n. 1, 1997, p. 63-81.





## O diário sob a perspectiva do processo discursivo: existência de uma singularidade do sujeito-aprendiz ou simples representações das demandas do professor e do processo de ensino-aprendizagem de L2?

Valdeni da Silva Reis

valsreis@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Esta pesquisa está centrada na investigação do diário e de seu uso enquanto instrumento do/no processo de ensino-aprendizagem de inglês como língua estrangeira – doravante LE – expandindo a compreensão dessa escrita, a partir de noções advindas da Análise de Discurso (AD) da linha francesa em contato com alguns conceitos provenientes da psicanálise. Nossa proposta parte da definição do diário nos domínios da lingüística aplicada – doravante LA – como um método de coleta de informação sobre cada aula, que estabelece diálogos entre alunos e professores (GENESE; UPSHUR, 1996), sendo ele um instrumento para a atribuição de notas ou não. Nessa perspectiva, a escrita do diário é defendida como uma prática de caráter reflexivo (LIBERALI, 1999; LUKINSKY, 1990; entre outros) capaz de retirar o aluno do lugar de passividade, colocando-o ativamente no processo de aprendizagem de LE. Propomos, no entanto, a problematização dos conceitos acerca da reflexão e da autonomia aí difundidas. Para tanto, discutimos que comumente o autor dessa escrita é visto como indivíduo (in-diviso), completo, uno e, assim, capaz de se auto-monitorar, podendo controlar seu processo de aprendizagem e trilhar os caminhos de seu aprendizado de forma reflexiva, crítica, consciente e autônoma. A essa idéia, contrapomos e defendemos a noção de *sujeito-efeito*, relativo ao sujeito assujeitado ao inconsciente, i. e., um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente; o sujeito da posição enunciativa, logo, que se constitui quando fala das/nas relações sociais (AUTHIER-REVUZ, 1998). Deste modo, focalizamos, em nosso estudo, representações imaginárias do escrevente do diário frente à forte demanda de reflexão e autonomia na qual o desenvolvimento dessa atividade está inserido. Consideramos, assim, que o sentido da escrita do diário não existe isoladamente, mas é sim, determinado principalmente por posições ideológicas representadas no processo histórico social, no qual as palavras são produzidas. Com efeito, afirmamos que se o sujeito conhece seu leitor em potencial, isso faz com que ele, como sujeito-efeito, por se assujeitar à língua na ilusão do domínio consciente, ajuste ‘intencionalmente’ seu dizer, ou escrita, a seus objetivos trabalhando num jogo de imagens (ORLANDI, 1999), no que se imagina ser o caráter reflexivo proposto por tal atividade. Desta forma, o aluno mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição do leitor dizendo as palavras que ele imagina que o professor gostaria de/deveria ouvir. No entanto, faz isso, não intencionalmente, mas através de identificação imaginária. Na identificação imaginária o ‘eu’ é eu-imaginário – uma estratificação incessante de imagens continuamente inscritas em nosso inconsciente – e o mundo externo é fundamentalmente composto de imagens, e não de coisas e seres. O eu só se identifica com as imagens em que se reconhece (NASIO, 1988). Analisamos, assim, as representações/imagens do aluno acerca de si, do professor, e

do próprio processo constituídas via ressonâncias discursivas, i. e. via as marcas discursivas que se repetem na construção de um sentido predominante (SERRANI-INFANTE, 2001). Em contrapartida, analisamos também que, ‘para além do que o falante sabe que diz, há um ignorado sujeito do inconsciente que, ao aparecer no fluxo da frase, o interrompe e desestabiliza os significados’ (RIOLFI, 2005, p. 220). Ou seja, defendemos que emerge, nessa escrita, algo de singular capaz de saltar da demanda de reflexão e autonomia previamente estabelecida. De acordo com Ghiralde (2005), singularidade é algo que emerge do particular, mas não do individual, uma vez que este particular é decorrência do coletivo, logo, do social, procuramos apontar, assim, os efeitos dessa presença para a discussão acerca do diário no âmbito do ensino e da aprendizagem de LE. Nossa pesquisa, constitui-se, assim, de um estudo que promove a discussão acerca da escrita do diário, propondo uma abordagem interdisciplinar desse objeto no atravessamento das noções da AD francesa pela psicanálise. Trata-se, então, da abordagem desse instrumento e de se seu sujeito escrevente, sob a perspectiva discursiva na qual as noções de reflexão e autonomia, a partir da discussão nos domínios da LA, são problematizadas ao apontarmos as representações dos alunos constituídas nesse sentido (o que se repete, o mesmo) e a emersão do diferente, ou seja, de traços que nos indicam uma singularidade nessa escrita, são, por fim, inquiridos.

- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.
- GENESE, F; UPSHUR, J. A. *Classroom – based evaluation in second language education*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GHIRALDELO, C. M. Leitura, Subjetividade e Singularidade. In: LIMA, R. C. C. P. (Org.). *Leituras: múltiplos olhares*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. p. 203-218.
- LIBERALI, F. C. *O diário como ferramenta para a reflexão crítica*. Tese de Doutorado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1999.
- LUKINSKY, Joseph. Reflective Withdrawal Through Journal Writing. In: MEZIROU, J.; ASSOCIATES (Ed.), *Fostering critical reflection in adulthood*. San Francisco, CA: Jossey-Bass. 1990. p. 213-234.
- NASIO, J. D. *Os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 99-125.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimento*. Campinas: Pontes, 1999.
- RIOLFI, C. R. Escrever em língua estrangeira: a interação professor/aluno através de diários dialogados. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas, (17): 99-112, Jan./Jun. 1991.
- SERRANI-INFANTE, S. M. Ressonâncias discursivas y cortesia em prácticas de lecto-escritura. *D.E.L.T.A.*, v. 17, n. 1, p. 31-58, 2001.

### A leitura, a reescritura e a pontuação: procedimentos relevantes para a produção textual

Ensina-se aos alunos a ler e a escrever para organizar o entendimento pessoal com eles mesmos, com a linguagem, com a realidade social que os cerca, com a língua em que escrevem, construindo uma *identidade*. Existe exploração



consciente do papel do leitor na apropriação de um texto lido e que, *porque* o *sensibilizou*, foi apreendido. O aluno, ao abordar o texto, recebe influências do autor como uma espécie de “fertilização de mentes”. Ao assumir que se apropria de textos alheios, possibilitando a “germinação” e ecoando-os no que escreve, confere à escrita sua feição indissociável de leitura. A relação do leitor com diferentes textos não é previsível, nem uniforme, antes oscila entre o fácil e o difícil, entre a estranheza e a agressividade, evidenciando que a relação intertextual revela as contradições do espaço cultural. Essa atitude ocorre tanto em relação ao conteúdo quanto à forma: marcas lingüísticas e/ou recursos estilísticos que sensibilizam o aluno-leitor ao abordar o texto. A Escola busca, em suas práticas pedagógicas, soluções que melhorem a produção textual do aluno. O texto lido pelo professor é devolvido com emendas, sugestões, recomendação para “passar a limpo”, sem orientação para a reescrita. Inúmeras vezes o aluno relê o que escreveu; a auto-estima fica comprometida ao se deparar com a folha “corrigida”. O menino continua escrevendo mal, sem a consciência de que a língua(gem) deve ser trabalhada até quando a intenção é passar para o interlocutor a idéia de uma fala coloquial. Segue juntando palavras, a fim de preencher as linhas exigidas; afasta-se da norma porque a desconhece ou não correlaciona a “gramática” e a escritura. Entre a teoria e a prática caminha o sistema educacional. As últimas pesquisas na perspectiva lingüístico-textual recomendam um trabalho diferente com o texto. Já há consciência de que escrever é reescrever. Cortar, acrescentar, substituir são verbos conjugados no processo de refação do texto. Busca-se o efeito de sentido preciso, a língua(gem) burilada até se conseguir dobrar a língua (Barthes) para que ela diga o que o “escritor” pretende. Pouco, porém, efetivamente se realiza nesta direção. O número de alunos em turma, as poucas aulas, a carga de tarefas do professor, tudo impede um trabalho individualizado. O caminho da reescrita não é fácil, entretanto, os resultados são estimulantes. Ler e escrever se constituem as finalidades precípuas da escola desde épocas remotas da civilização ocidental. Em sala de aula, o professor consciente da necessidade de consecução desses objetivos, no intuito de atender às expectativas sociais contemporâneas, desenvolve uma prática pedagógica cuja preocupação maior é fazer do domínio dos conteúdos dos programas de Língua Portuguesa um meio do qual o aluno se utiliza tanto para compreender e interpretar textos, quanto para desenvolver a capacidade de expressão oral e escrita, de modo a administrar os recursos lingüísticos de maneira funcional e criativa, conforme as diferentes situações comunicativas. No universo específico do texto escrito, a pontuação constitui um desses níveis, seu emprego diretamente relacionado às condições de produção e à finalidade social daquilo que se escreve. Ao lado da orientação lógico-gramatical das gramáticas e da maioria dos livros didáticos, fatores de natureza discursiva como o ritmo e a entonação mostram-se igualmente relevantes. O efeito estético revela-se um dos motivadores do uso “inesperado” dos sinais gráficos em alguns textos, dado o afastamento estabelecido em relação ao padrão gramatical vigente; no entanto, não se constitui um empecilho para a leitura e a compreensão, se o aluno reconhecer-lhe o propósito. As aulas de Língua Portuguesa devem ensinar a formação de um leitor/autor capaz de lidar com textos de diferentes gêneros, percebendo sua funcionalidade, o que requer o domínio das potencialidades da língua materna.

### Gêneros, produção de texto e pontuação

*Tania Maria Nunes de Lima Camara*

tania.maria@openlink.com.br

Centro Universitário Augusto Motta

Ler e escrever constituem as finalidades precípuas da escola desde épocas remotas da civilização ocidental. Percebemos, no entanto, que até o presente momento, a leitura e a escrita nem sempre são desenvolvidas de maneira adequada. As atividades de leitura na sala de aula mais parecem momentos de constrangimento para o aluno, especialmente quando se trata da leitura oral, do que oportunidades de reflexão acerca do mundo exterior e da língua em si. Quando silenciosa, muitas vezes constitui estratégia do professor para garantir o bom comportamento da turma. Em ambas as situações, o texto lido é pretexto para a consecução de objetivos que em nada contribuem para o desenvolvimento das habilidades específicas da leitura. No que se refere à produção escrita, o ensino da “redação” quase sempre se restringe a expor algo semelhante a uma receita de bolo, indicando “formas corretas de iniciar, desenvolver e concluir o texto” que devem ser obedecidas à risca; ao aluno, cabe a produção do “recheio” de tal esqueleto, como se não residisse aí a parte mais complexa da produção. Alguns professores chegam a sugerir “palavras-muleta”, empregadas em cada um dos quatro ou cinco parágrafos pedidos. Na verdade, a grande preocupação da escola, com raras exceções, continua sendo a perspectiva fundamentalmente gramatical de orientação do ensino da língua portuguesa, prática que pouco resultado vem apresentando; para tal comprovação, bastam as notícias que freqüentemente são divulgadas pela mídia quanto aos “absurdos” que aparecem nas provas de concursos públicos e, em especial, nos vestibulares. Por conta do quadro, o trinômio leitura-conhecimento gramatical-produção textual tem sido objeto de importantes discussões em diferentes fóruns, e algumas mudanças de procedimento por parte do professor vêm ocorrendo. Sem dúvida, parte da situação escolar observada está mais relacionada a problemas de ordem metodológica do que contedutística. Os programas escolares de cada série são apresentados ao professor para se cumprirem efetivamente, não havendo, na maioria dos casos, espaço para discussões e alterações; no entanto, na sala de aula, espera-se criatividade suficiente do professor no sentido de associar o dever ao prazer e, com isso, buscar garantir maior participação e melhor desempenho de seus alunos. Assim, a preocupação do professor consciente, no intuito de atender às expectativas sociais contemporâneas, leva-o a desenvolver uma prática pedagógica cuja preocupação maior inclui o domínio dos conteúdos constantes dos programas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio, transformando-o em meio do qual o aluno faz uso tanto para compreender e interpretar os textos que lhe chegam às mãos, quanto para desenvolver sua própria capacidade de expressão oral e escrita, sabendo administrar os variados recursos lingüísticos de maneira funcional e criativa, em consonância com as diferentes situações comunicativas em que se encontrar. Se, parafraseando Drummond, entre textos vivemos, estes, sem dúvida, constituirão o ponto de partida e o de chegada do ensino da língua materna. O que se espera é que o aluno, percebendo os recursos dos autores de textos de diferentes gêneros, usem adequadamente as ferramentas



lingüísticas de que dispõem em suas próprias produções. No universo específico do texto escrito, a pontuação constitui um desses instrumentos. Seu emprego, como ocorre com outros fatos gramaticais, está diretamente relacionado às condições de produção e à finalidade social do que se escreve. Ao lado da orientação lógico-gramatical, freqüentemente encontrada nas gramáticas e na maior parte dos livros didáticos adotados, fatores de natureza discursiva, como o ritmo e a entonação, por exemplo, bem como razões de ordem estilística, mostram-se igualmente relevantes, devendo ser considerados. No texto literário, o efeito estético pode constituir um dos motivadores do uso “inesperado” dos sinais gráficos em alguns textos, dado o afastamento que se estabelece em relação ao padrão gramatical vigente. A “surpresa”, no entanto, não se constitui um empecilho para a leitura e a compreensão, e certamente não o será se o aluno reconhecer-lhe o propósito. Pontuação, gênero textual e sentido estabelecem entre si relação recíproca; as intenções determinam os diferentes empregos, os quais obedecerão a procedimentos sintáticos ou não. A leitura e a produção textual constituem, portanto, faces de uma mesma realidade: a formação de um leitor/autor capaz de lidar com textos dos mais diferentes gêneros, relacionando, em cada um deles, escolhas lingüísticas e produção de sentido.

### A escrita como resultado da leitura: mito e/ou realidade

*Maria Teresa Gonçalves Pereira*

mtgpereira@yahoo.com.br  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ensina-se aos alunos a ler e a escrever não para *aderirem* à língua culta, não para renegarem o seu dialeto de origem, adotando a forma de falar e pensar das elites, mas para *dominarem* a língua escrita, usando-a como instrumento para organizar o entendimento pessoal com eles mesmos, com a linguagem, com a realidade social que os cerca, com a língua em que escrevem, construindo, desse modo, uma *identidade*. Revela-se fundamental levar o aluno a preencher as lacunas que, no seu texto, representam as lacunas de seu entendimento; cobrar-lhe as informações necessárias para torná-lo inteligível, a clareza da sua opinião, os argumentos que lhe dão respeitabilidade, o encadeamento que captura seu leitor. É cobrar dele – e aqui estamos no terreno lingüístico por excelência – o esforço permanente de garimpar, no seu dialeto ou no dialeto a que começa a ter acesso em suas leituras, os recursos expressivos necessários para dizer o que tem a dizer. Implica trabalho do professor sobre o trabalho do aluno e conduz ao trabalho do aluno sobre esse trabalho do professor, que é inquirir o que ele tem a dizer e ajudá-lo a extrair essa fala de dentro dele para torná-la clara, precisa, concisa, elegante, contundente. A atitude do professor deve concretizar para o aluno a singela mensagem de que a língua de que se apropriou, personalizando-a, é merecedora de atenção, por ser única, intransferível. A melhor maneira de transformar meninos e meninas (para recorrer à situação ideal dos primeiros anos) em leitores e leitoras é colocá-los em contato com materiais impressos

escritos dos mais diferentes tipos, modalidades discursivas polissêmicas: livros, jornais, revistas, anúncios, cartazes, que lhes vão revelar os diferentes usos sociais da linguagem, ou seja, as milhares de razões pelas quais se escreve: para não esquecer, transmitir instruções, contar uma história, divertir, emocionar, convencer, informar, vender. Pelas suas próprias características – a elaboração criativa, o tratamento da palavra, a ênfase na função poética que contribuem para potencializar a linguagem no seu grau máximo – o texto literário predomina. À escola, cabe promovê-lo, principalmente no seu papel de apurar o sentido estético dos alunos. Existe exploração consciente do papel do leitor na apropriação de um texto lido e que, *porque o sensibilizou*, foi apreendido. O aluno, ao trabalhar o texto, recebe influências do autor, de uma maneira ou de outra, mais ou menos, como uma espécie de “fertilização de mentes”. Ao assumir que se apropria de textos alheios, possibilitando a “germinação” e fazendo-os ecoar no que escreve, o aluno-leitor confere à escrita sua feição indissociável de leitura. A relação de um leitor com diferentes textos não é previsível, nem uniforme, antes oscila entre o fácil e o difícil, entre a estranheza e a agressividade, evidenciando que a relação intertextual revela as contradições do espaço cultural. Urge mostrar ao aluno que a apropriação de um texto nas condições levantadas não é ato condenável e redutor, banalizando sua produção, transformando-a em mera cópia: é uma reescritura, um exercício “fertilizado” por modelos que tendem a enriquecê-la lingüística, literária e culturalmente. Essa atitude deve-se manifestar tanto em relação ao conteúdo (temas) quanto à forma: marcas lingüísticas, recursos estilísticos que sensibilizam o aluno-leitor por ocasião da abordagem do texto. A leitura como facilitadora da (boa) escrita difunde-se como crença nos bancos escolares em todos os níveis. Tal assertiva ganhará foros de verdade se houver uma estratégia para o seu aproveitamento, sem impor valores ou atitudes. Apenas o ato de ler, trivialmente falando, não traz conseqüências imediatas para o ato de “escrever bem”. A leitura que rende frutos no momento de elaboração de um texto volta-se para a abordagem do texto, considerando os recursos lingüísticos que lhe dão sustentação (funcional e estética), assim como a *atitude* diante do fenômeno da linguagem em sua concepção plena. Na medida em que o aluno aproveita o que vivenciou por meio do texto, estará também fazendo uma (re)leitura, retomando o código conhecido e usando-o para sua (re)escritura, tão mais substancial e interessante porque enriquecida de outras vozes. A exploração consciente do papel do leitor é acirrada na contemporaneidade quando o autor se declara um leitor que se apropria de vários textos para fazer o seu. Não deve perder de vista, entretanto, a individualidade na sua produção textual, pois, em última instância, ela determinará a sua autoria, o que o distinguirá dos respectivos “apropriados”.

### A reescritura textual: reflexão sobre a língua em busca da autoria

*Maria Lilia Simões de Oliveira*

mliliasimoes@yahoo.com.br  
PUC – Rio de Janeiro



Diante da folha (tela) em branco nos postamos; os caminhos são múltiplos e nos assustam. O ato de produzir um texto sempre provoca em todos nós uma certa apreensão; as preocupações são diversas: o assunto em foco, o interlocutor, o gênero, a variedade da língua, a adequação ao veículo... Enfim, escrever é um desafio para qualquer usuário da língua, mesmo experiente. A Escola tem buscado, em suas práticas pedagógicas, soluções que possam melhor orientar o escritor em formação. Já está comprovada a ineficácia da correção única, feita por um leitor mais experiente – o professor –, pois o texto lido pelo “especialista” é devolvido com rasuras, emendas, sugestões, recomendação para “passar a limpo”, sem uma orientação para o processo de reescritura. O tempo mostrou que inúmeras vezes o “aprendiz de escritor” sequer relê o que escreveu; fica com a auto-estima comprometida, quando se depara com a folha toda riscada; amassa o papel, joga-o no lixo e o trabalho do leitor-professor se perde. O menino vai continuar escrevendo mal, sem a menor consciência de que a língua(gem) deve ser trabalhada, elaborada, até mesmo quando a intenção é passar para o interlocutor a idéia de uma fala mais cotidiana, uma linguagem mais coloquial. Ele segue juntando palavras, a fim de preencher o número de linhas exigido; afasta-se da norma padrão, porque a desconhece ou não consegue fazer a correlação entre as aulas de “gramática” e a atividade de escritura. Entre a teoria e a prática, caminha o sistema educacional. Sabemos – e os PCNs nos orientam para tal – que as últimas pesquisas realizadas na perspectiva lingüístico-textual recomendam um trabalho com o texto bastante diferente do que se costumava realizar em décadas passadas. Hoje muitos têm consciência de que escrever é reescrever. Cortar, acrescentar, substituir são verbos conjugados no processo de refacção do texto. Busca-se o efeito de sentido preciso, a língua(gem) burilada até que se consiga dobrar a língua (Barthes) para que ela diga o que o “escritor” pretende. Pouco, porém, é efetivamente realizado nesta direção. O grande número de alunos em cada turma, o reduzido número de aulas, a imensa carga de tarefas realizadas pelo professor etc.; tudo acaba por impedir que um trabalho mais individualizado possa acontecer. O caminho da reescritura não é, absolutamente, um caminho fácil, no entanto, os resultados são estimulantes. O trabalho que apresentamos no momento quer tão-somente trazer um depoimento e uma comprovação de que o melhor percurso para a formação de escritores é aquele em que o professor segue ao lado do aluno, não apenas apontando as falhas, as inadequações, mas também discutindo, orientando. Nesse ponto, são questionadas as possibilidades de uso da língua, as estratégias discursivas mais adequadas, a melhor maneira de dizer no texto em construção. À medida que o “aprendiz de escritor” passa a olhar para a escritura textual como um processo que se faz e se refaz na mão de quem escreve, a relação escritor/texto torna-se mais consciente, mais reflexiva e, a partir de então, a busca pelo uso mais adequado da língua acontece. O escritor em formação mostra mais empenho indo a dicionários e a outras fontes de pesquisa buscar apoio para expressar melhor suas idéias, selecionando as estratégias lingüísticas capazes de auxiliar o modo de dizer próprio do gênero textual em pauta. Outro aspecto revelado pelos textos (re)escritos por jovens estudantes é a capacidade de crítica e a precisão na análise demonstradas por eles. O aluno revela, ainda, por marcas deixadas no momento de “correção”, o quanto a auto-estima do usuário da língua é mobilizada por meio desse percurso metodológico. Em cortes, rabiscos e comentários apontados

nos textos trazidos para exemplificação, pode-se perceber a mudança de atitude diante do texto a (escritura) e do texto b (reescritura). Nota-se que, de um momento para outro, há um salto de qualidade: a gramática padrão passa a ser observada com atenção, o vocabulário é selecionado com cautela; o plano textual é considerado, as questões de textualidade são respeitadas com mais rigor... É o momento em que o usuário assume o discurso, sendo possível perceber a transição de papel – de *escritor* para *autor*. Enfim, os textos produzidos por alunos de ensino médio e universitário são provas irrefutáveis da importância da reescritura textual. Servem também para trazer à tona nossas limitações e incertezas para que, de posse de tal sentimento, possamos, de maneira tranqüila, buscar um relacionamento mais amoroso com a página/tela em branco.

### Os processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e a formação de professores no mundo globalizado: representações, novas tecnologias e diálogo cooperativo

Diferentes formas de abordar os processos de ensino/aprendizagem de Línguas Estrangeiras despontaram no Brasil nos últimos dez anos. A procura de bases metodológicas que permitam contemplar a complexidade dos fatores lingüísticos, sociais, políticos e éticos tem sido uma constante preocupação de pesquisadores da área da Lingüística e da Lingüística Aplicada. Para além dessa procura, uma questão consensual tem alimentado o debate em torno das diferentes perspectivas contemporâneas: a problemática em torno do ensino/aprendizagem não se restringe à questão metodológica, prescritivista e descontextualizada, mas está atrelada à formação do professor, neste momento histórico, ao qual vimos chamando de “Era pós-Métodos”. Diversas temáticas são alvo de reflexões nesta nova era, e abrangem desde as relações que perpassam a dimensão microestrutural da sala de aula até a variedade de “Línguas Inglesas” faladas, questionando-se a macroestrutura política e as hegemonias lingüísticas de/em nosso mundo globalizado. Nesta comunicação coordenada, discutiremos três das grandes temáticas do ensino de línguas: na primeira comunicação, intitulada “A Estrutura do Diálogo Colaborativo: categoria de análises para lingüistas aplicados e formadores de professores”, a pesquisadora propõe um modelo com categorias de análises para interações entre professores, qual seja, a estrutura do diálogo colaborativo. O objetivo é apresentar como as análises identificaram estruturas discursivas que propiciam a colaboração entre os participantes da interação. Assim, a pesquisa apresenta como um grupo de colaboração se organiza e como essa organização pode ou não contribuir para o desenvolvimento profissional de professores. A pesquisa identifica e discute “modos de participação” de professoras em diálogos colaborativos, sendo esses o conjunto de ações e estratégias discursivas que possibilita a identificação de *como* e *o quê* as participantes podem fazer para promover um ambiente colaborativo que favoreça a aprendizagem entre pares. Os dados foram coletados em sessões de visionamento em que seis professoras de inglês de escolas públicas de Belo Horizonte assistiram e discutiram



sobre suas próprias aulas gravadas em vídeo.

O segundo trabalho, "Letramento digital e a aprendizagem de língua espanhola", revela uma experiência de letramento digital com alunos de língua espanhola. O objetivo dessa experiência foi promover o aprendizado de língua espanhola em contextos significativos na *web* e a reflexão sobre a aprendizagem de língua estrangeira através de recursos tecnológicos mediados pelo computador. Para tanto, estudos enfocando a cibercultura e hipertexto – Marcuschi (1999, 1999b), Xavier (2001, 2002) no Brasil e Lévy (1996, 1996, 1999, 2001) – serviram de base. A pesquisadora levanta alguns questionamentos, como: Que mudanças o processo de letramento digital contemporâneo provoca na construção do conhecimento no ensino de língua espanhola? De que forma esse saber e essa leitura/escrita hipertextual podem atuar no processo de aprendizagem de E/LE do aprendiz?

A terceira comunicação, "Representações sobre formação inicial de professores em formação continuada", objetiva contribuir para os estudos de ensino/aprendizagem e formação de professores de LI em uma perspectiva transdisciplinar, a partir da investigação das representações de formação inicial de professores que vivenciam reformas educacionais nas redes municipal e estadual de Belo Horizonte. A pesquisa investiga em que sentido as representações de formação inicial do professor em serviço podem apontar caminhos para o letramento escolar em Língua Inglesa a partir das contribuições metodológicas que a teoria dos gêneros textuais podem vir a ter (ou não) para os processos de ensino/aprendizagem.

Os três trabalhos apontam para a importância da discussão do ensino/aprendizagem de Línguas, diante dos desafios da nova ordem mundial, ressaltando-se a disposição para a investigação de situações radicalmente novas.

BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BHATIA, V.K. *Analysing genre: language use in professional settings*. Longman, 1993

BAILEY, F. The role of collaborative dialogue in teacher education. In: FREEMAN, D.; RICHARDS, J. C. *Teacher learning in Language teaching* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BARCELOS, A. M. F. As crenças de professores a respeito das crenças sobre aprendizagem de línguas de seus alunos In: GIMENEZ, T. (Org.). *Ensinando e; Aprendendo Inglês: Formação de professores em tempos de mudanças*. Londrina: ABRAPUI, 2003.

CELANI, M. A. A. (Org.). *Professores e formadores em mudança: Relato de um processo de reflexão; transformação da prática docente*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

GIMENEZ, T. (Org.). *Os Sentidos do Projeto NAP: Ensino de línguas e formação continuada do Professor* Londrina: Editora UEL, 1999.

KUMARAVADIVLU, B. A Lingüística aplicada na era da globalização. In: MOITA-LOPES, L. P. Por uma Lingüística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Unesp, 1999.

MARCUSCHI, L. A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. In: *IV Fórum de estudos Lingüísticos, Língua portuguesa em debate: Conhecimento e ensino*. 1999b, UFRJ, Rio de Janeiro.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 81, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100008&lng=pt&nrm=iso)>.

Acesso em: 08 Out 2006. do: 10.1590/S0101-73302002008100008.

## Letramento digital e a aprendizagem de língua espanhola

Elizabeth Guzzo de Almeida

eguzzoalmeida@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho visa relatar uma experiência de letramento digital com alunos de língua espanhola. O objetivo dessa experiência é promover o aprendizado de língua espanhola em contextos significativos na *web* e a reflexão sobre a aprendizagem de língua estrangeira através de recursos tecnológicos mediados pelo computador. As atividades realizadas incorporam hipertextos, imagens e áudios de modo a auxiliar na aprendizagem dos estudantes e estimular o desenvolvimento do letramento lingüístico e digital. Para tanto, estudos enfocando a cibercultura e hipertexto – Marcuschi (1999, 1999b), Xavier (2001, 2002) no Brasil e Lévy (1996, 1996, 1999, 2001) – serão relevantes. Para Lévy (1996), as transformações culturais, as novas condições de produção do conhecimento levam aos novos estilos de sociedade em que a inteligência é o produto de relações entre pessoas e dispositivos tecnológicos. Mudam-se as formas de construção do conhecimento e os processos de ensino aprendizagem. As novas práticas de leitura/escrita construídas na *internet* geram a necessidade de mudanças das práticas na sala de aula em língua estrangeira.

Alguns questionamentos podemos fazer, como: Que mudanças o processo de letramento digital contemporâneo provoca na construção do conhecimento no ensino de língua espanhola? De que forma esse saber e essa leitura/escrita hipertextual, podem atuar no processo de aprendizagem de E/LE do aprendiz?

Estudos sobre letramento, como Soares (1999), e letramento digital nos permitem referir-se às práticas de leitura/escrita possibilitadas pelo computador e *internet*. Para Soares (2002), "a tela, como novo espaço de escrita, traz significativas mudanças nas formas de interação entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto e até mesmo, mais amplamente, entre o ser humano e o conhecimento".

No ensino de língua estrangeira, é praticamente impossível desconsiderar o meio *on-line*, para Warshauer (2004), os propósitos e os gêneros da escrita estão mudando rapidamente com a difusão da comunicação mediada pelo computador tanto para L1 como para L2. Nesse sentido, novos gêneros digitais têm surgido como o *chat*, o *e-mail*, o fórum, *instant messaging* (MSN, yahoo, aol...). Warshauer (2004) analisa três tipos de comunicação escrita mediada pelo computador: a síncrona, a assíncrona e a hipermídia. A síncrona são as que acontecem simultaneamente como o *chat*, o *e-mail* e o CACD (Computer-Assisted Classroom Discussion). Em todos esses gêneros. há uma interatividade mais real e uma autenticidade (de público e da atividade) facilitando ainda mais o aprendizado de uma língua estrangeira. A comunicação assíncrona é a que não é controlada por um temporizador e que não mantém sincronia. Temos como exemplos o *e-mail*, as listas de discussão e o fórum. O *e-mail* é um gênero com vários projetos desenvolvidos em L2 para a participação dos alunos, geralmente as produções são textos mais longos, com uma linguagem mais variada. É uma comunicação mais real e motiva o aluno despertando mais interesse por culturas diferentes.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

O terceiro tipo de comunicação mediada pelo computador é a hipermídia que são, por exemplo, os *websites*, CD-ROMs, *blogs*, *wikis*, *podcasts*, comunidades... Todos esses recursos servem para expandir o contato com a língua na e além da sala de aula, fornecem *input* para as atividades, e alguns possibilitam uma série de atividades colaborativas, como a *webquest*. Para Dodge, o criador da *webquest*, esta é uma atividade orientada para a pesquisa, na qual algumas ou todas as informações com as quais os estudantes interagem vêm de fontes da *internet*. Há também diversos recursos que auxiliam de forma bastante profícua, como os dicionários *on-line*, concordanceadores, *sites* que auxiliam no uso da gramática, etc.

Nesse estudo, serão desenvolvidas com os aprendizes atividades de hipermídia. É importante ressaltar que todas essas novas possibilidades de construção do saber através das novas tecnologias nos fazem refletir sobre os processos de conhecimento humano e suas relações com a sociedade.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Unesp, 1999.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. S. Paulo: Editora 34, 1996.

LEVY, Pierre. *O que é virtual*. S. Paulo: Editora 34, 1996b.

MARCUSCHI, L. A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. In: IV Fórum de estudos Lingüísticos, Língua portuguesa em debate: Conhecimento e ensino. 1999b, UFRJ, Rio de Janeiro.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 81, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008100008&lng=pt&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100008&lng=pt&nr=iso)>. Acesso em: 08 out. 2006. do: 10.1590/S0101-73302002008100008.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo-Horizonte: Autêntica, 1998.

XAVIER, A. C. S. Leitura, texto e hipertexto. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~hytex/th0.htm>>. Acesso em: 22 de nov. 2001.

WARSHAUER, M. Technology and writing. In: C. DAVISON, C.; CUMMINS, J. (Ed.). *Handbook of English Language Teaching*. Kluwer: Dordrecht, Netherlands, 2004.

### A estrutura do diálogo colaborativo: categoria de análises para lingüistas aplicados e formadores de professores

Míriam Lúcia dos Santos Jorge

mlsj54@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Uma das recentes preocupações da Lingüística Aplicada tem sido a formação de professores de línguas estrangeiras. Antes território quase exclusivo das faculdades de educação, a formação de professores ganhou espaço em programas de pós-graduação e projetos de ensino e extensão ligados à Lingüística Aplicada e voltados para o desenvolvimento profissional de professores de escolas do ensino fundamental e médio. A Lingüística, assim, volta a aproximar-se dos falantes das línguas estudadas e ensinadas. Vários autores brasileiros, pesquisadores em lingüística, vêm realizando pesquisas com diferentes objetos de pesquisa, como por exemplo

estudos sobre: crenças e representações de professores (BARCELOS, 2003); o professor como pesquisador (MAGALHÃES, 2002); o professor como profissional reflexivo (CELANI, 2002); e outros estudos que enfocam o professor em sua prática (ALMEIDA FILHO, 1999). Outros autores buscam (re)vincular a aula de línguas a um contexto social mais amplo, permeado por questões políticas e ideológicas que interferem no ensino e aprendizagem da linguagem. Buscando contribuir para o enriquecimento desses estudos e buscando contribuir para o desenvolvimento da identidade da área de formação de professores em suas interfaces com a lingüística aplicada, é que proponho um modelo com categorias de análises para interações entre professores. A proposta dessas categorias busca vincular a complexidade do contexto sócio-cultural que os atores sociais (nesse caso, professores de inglês) atuam à complexidade discursiva da interação entre estes atores quando desejam colaborar para a mudança na prática docente do outro. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar parte dos resultados da tese de doutorado intitulada *O Diálogo Colaborativo na Formação de Professores de Inglês* (JORGE, 2005), enfatizando as análises que identificaram estruturas discursivas que propiciam a colaboração entre os participantes da interação. Assim, apresento como um grupo de colaboração se organiza e como essa organização pode ou não contribuir para o desenvolvimento profissional de professores. Nesta comunicação, a identifico e discuto o que chamo de “modos de participação” de professoras em diálogos colaborativos, sendo esses o conjunto de ações e estratégias discursivas que possibilita a identificação de *como* e *o quê* as participantes podem fazer para promover um ambiente colaborativo que favoreça a aprendizagem entre pares. Os dados apresentados foram coletados em sessões de visionamento em que seis professoras de inglês de escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte assistiram e discutiram sobre suas próprias aulas gravadas em vídeo. As sessões de visionamento propiciaram o engajamento em diálogos colaborativos, conforme definido por Jorge (2005), que foram transcritos e analisados a fim de verificar se a fala das professoras participantes traziam evidências lingüísticas de que houve colaboração e aprendizagem entre elas.

Baseada nas conclusões de Bailey (1996) e outros estudos que trabalham com o diálogo colaborativo e reflexão colaborativa na formação profissional, tais como Nicholson; Bond (2003), Clement; Vandenberghe (2000) e McCotter, (2001), procurei nos dados características das contribuições das participantes desta pesquisa e identifiquei seus “modos de participação”, que foram, a saber: a) histórias; b) sugestões; c) avaliações, d) manifestações de intenção de mudança; e) identificação de problemas e f) perguntas.

Os resultados da análise das interações entre professoras evidenciaram que a colaboração parece ocorrer especialmente quando os modos de participação acima identificados se constituem e reconstituem no tempo e no espaço de convivência dos participantes, servindo para diferentes funções colaborativas. Observa-se também, que os modos de participação podem ser considerados andaimes para a aprendizagem quando esses são enunciados pelo “outro autorizado”. Na tessitura do Diálogo Colaborativo, os modos de participação e os assuntos discutidos se fundem em uma unidade que pode levar a transformações discursivas sobre a prática docente ou mesmo a ações de mudanças na própria prática.

Nesta apresentação no V Congresso internacional da ABRALIN, apresento o os princípios teóricos, o método



de categorização e as conclusões da análise da estrutura discursiva dos diálogos colaborativos.

- ALMEIDA FILHO, J.C.P. (Org.). *O professor de língua estrangeira em formação*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- BAILEY, F. The role of collaborative dialogue in teacher education. In: FREEMAN, D. e RICHARDS, J. C. *Teacher learning in Language teaching* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BARCELOS, A. M. F. As crenças de professores a respeito das crenças sobre aprendizagem de línguas de seus alunos In: GIMENEZ, T. (Org.). *Ensinando e; Aprendendo Inglês: Formação de professores em tempos de mudanças*. Londrina: ABRAPUI, 2003.
- CELANI, M. A. A (Org.). *Professores e formadores em mudança: Relato de um processo de reflexão; transformação da prática docente*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- CLEMENT, M. e VANDENBERGHE, R. (2000) Teachers' professional development: a solitary or collegial (ad) venture? In: *Teaching and Teacher Education* 16 p. 81-101.
- GIMENEZ, T. (Org.). *Os Sentidos do Projeto NAP: Ensino de línguas e formação continuada do Professor* Londrina: Editora UEL, 1999.
- JORGE, M. L. S. O Diálogo Colaborativo na Formação do Professor de Inglês. Tese de doutorado em lingüística aplicada ao ensino de línguas estrangeiras. Faculdade de letras, UFMG. Belo Horizonte, 2005.
- MAGALHÃES, M. C. O professor de línguas como pesquisador de sua ação: a pesquisa colaborativa. In: GIMENEZ, T. (Org.). *Trajetórias na formação de professores de línguas*. Londrina: Editora da UEL, 2002.
- McCOTTER, S. S. C. Collaborative groups as professional development In: *Teaching and Teacher Education* 17, p. 685-704, 2001
- NICHOLSON, S. A.; BOND, N. Collaborative reflection and professional community building: An analysis of pre-service teachers' use of an electronic discussion board In: *Journal of Technology and Teacher Education* (2003) 11 (2), p. 259-279, 2003.

## Representações sobre formação inicial de professores em formação continuada

Míria Gomes de Oliveira

miriagomes@hotmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

Nesta comunicação, apresentaremos análises iniciais do projeto de pesquisa em desenvolvimento, "A Formação inicial de Professores de Língua Inglesa (LI) em tempos de Globalização e Reformas Educacionais: implicações para uma proposta de Letramento Escolar em Língua Inglesa". Nosso principal objetivo é contribuir para os estudos de ensino/aprendizagem e formação de professores de LI em uma perspectiva transdisciplinar, a partir da investigação das representações de formação inicial de professores que vivenciam reformas educacionais nas redes municipal e estadual de Belo Horizonte. Além disso, buscamos investigar em que sentido as representações de formação inicial do professor em serviço podem apontar caminhos para os processos de ensino/aprendizagem de Língua Inglesa a partir das contribuições metodológicas que a teoria dos gêneros

textuais pode vir a ter (ou não) para uma proposta de letramento escolar em LI.

Neste momento, investigamos representações sobre formação inicial a partir de depoimentos de professores em formação continuada que vivenciam reformas educacionais nas redes municipal e estadual de Belo Horizonte e os possíveis reflexos que as interferências das transformações do mundo globalizado exercem em suas salas de aula.

Para isso, fundamentamos nossa pesquisa nas reflexões sobre transdisciplinaridade, ou melhor, nos estudos de ensino/ aprendizagem de LI e formação de professores interligados a diferentes áreas como a educação, a sociologia, a antropologia, a psicolingüística, a pragmática, a análise da conversação, a lingüística, a lingüística aplicada e a aquisição de segunda língua.

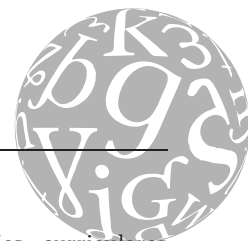
Nesta perspectiva e diante dos desafios da nova ordem mundial, a formação de professores requer a disposição para a investigação de situações radicalmente novas. Os percursos transdisciplinares de investigação geram configurações teórico-metodológicas próprias: o novo, o inesperado, o que emerge, move-se sob ou à margem dos mapas, ordens e categorias já estabelecidas (SIGNORINI, 1998, p. 98).

Por desejar focalizar situações de ensino/aprendizagem e formação de professores sobre as quais há relativamente poucos estudos, justamente pelo pouco tempo de ocorrência dessas situações, assumimos, desde já, o paradigma indiciário (GINSBURG, 1968; ABAURRE et alii, 1997; FIAD, 2000; SIGNORINI, 1998), associado a procedimentos abduativos de investigação (PIERCE, 1990).

Para o conceito de representação utilizaremos reflexões: de Possenti (1998, 2000), da filosofia da linguagem (BAKHTIN, 1988, 1992, 1997a, 1997b); da análise do discurso (MARI et alii, 1999; PEREIRA, 1999; Magro, 1999); sobre globalização e ensino de L2 (KAMARAVADIVELU, 2006); sobre Discursos em competição (LEE, 1992; MOITA-LOPES, 2003); sobre subjetividade (SIGNORINI, 1998); sobre Letramento Crítico (MARTIN, 2003); e sobre a exposição de diferentes perspectivas a respeito da "formação inicial de professores". O corpus de nosso trabalho é constituído pela gravação, em vídeo, de depoimentos coletivos de professores de LI do projeto de Educação Continuada de professores de Línguas Estrangeiras (EDUCONLE - LETRAS/UFMG.) que vivem reformas educacionais.

Levando-se em consideração a influência do contexto como decisivo para a formação das novas subjetividades, apresentaremos como as representações sobre a formação inicial de professores se entrelaçam às práticas culturais. O processo de representação faz parte do contexto sócio-cultural em que a língua é ensinada. A própria forma como "damos" nossas aulas precisa ser percebida em termos de política cultural. Crenças sobre estudantes "ativos" e "passivos", sobre o uso de atividades em grupo, em pares ou individual, sobre interesse como a chave da motivação ("tell us about yourself"), sobre memorização sendo uma "outmoded" estratégia de aprendizagem, sobre a comunicação oral como principal meta e meio de aprendizagem, sobre o favorecimento de uma atmosfera informal para aprender, sobre atividades divertidas, sobre jogos como a forma mais apropriada de ensinar e aprender - tudo isso são preferências culturais, apesar da defesa de alguns pesquisadores de que essas atividades são empiricamente preferidas. As representações de formação inicial dos professores em contextos educacionais em reforma se entrelaçam ao conceito de "ensinar" e nos ajudam a entender a política cultural desses momentos.

Discutiremos, assim, questões relacionadas à subjetividade



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

e à identidade profissional do professor de LI; os desafios impostos pelo mundo globalizado; as relações entre diversidade/ sala de aula/ ensino de LI, em relação às implicações que podem gerar nas escolhas curriculares e de avaliação em sala de aula e, principalmente, refletiremos sobre as representações de formação inicial do professor em serviço.

BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BHATIA, V. K. *Analysing genre: language use in professional settings*. Longman, 1993

CARDOSO, Sergio. O olhar dos viajantes. In: *O olhar*. NOVAES, A. et alli. São Paulo: Schwartz, 1988.

CELANI, M. A. Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil. SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. *L A e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das Letras: 1998.

GIMENEZ, Telma. *Ensinando e aprendendo Inglês na Universidade*. Londrina: ABRAPUI, 2003.

KUMARAVADIVLU, B. A Lingüística aplicada na era da globalização. In: MOITA-LOPES, L. P. *Por uma Lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006

LOPES, Luiz Paulo da Moita. A nova ordem mundial, os parâmetros curriculares nacionais e o ensino de LI no Brasil: base intelectual para a ação política. In: Barbara, L. e RAMOS, Rosinda de Castro G. (Org.) *Reflexão e ações no aprendizado de Línguas*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

OLIVEIRA, Míria G. O Professor e a Pólis: Intencionalidade Individual e Coletiva e o escamoteamento do conflito diante da inclusão social na escola. In: MARI, Hugo (Org.) *Análise do Discurso em Perspectiva*. Belo Horizonte, v. 6, p. 281-300, 2003.

PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. In: *O olhar*. NOVAES, A. et alli. São Paulo: Schwartz, 1988.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Org.). *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das Letras: 1998.

### 3.3.2 Comunicações Individuais

#### Abordagens da gramática no ensino médio: reflexões e propostas

Silvia Rodrigues Vieira

silviavieira@hotmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tendo em vista o que se denominou, na segunda metade do século XX, a crise do ensino de Língua Portuguesa – flagrantemente verificável na avaliação dos textos dos alunos, considerados ineficazes quanto a seus propósitos comunicativos –, as pesquisas lingüísticas se esforçaram por oferecer avanços no quadro teórico e aplicado. A oferta de material científico e didático voltado para o texto, concebido, acima de tudo, como um processo comunicativo em que interagem os diversos elementos da situação discursiva, cresce, então, vertiginosamente. Nesse contexto, o ensino de Português passa a objetivar, acima de tudo, o desenvolvimento das habilidades de leitura e produção textual. A unidade textual – em toda a sua diversidade de tipos e gêneros – passa a ser, por princípio, o ponto de partida e de chegadas das aulas de

Português.

Tomando por base essas novas orientações curriculares para o ensino de língua materna, professores do Ensino Médio não raro declaram, em encontros acadêmicos ou em cursos de Pós-graduação, não terem muita clareza sobre o redimensionamento do ensino de gramática na realidade do Ensino Médio. Ensinar Português teria se transformado no ensino de redação, acima de tudo? Ensino de redação e ensino de gramática seriam efetivamente dissociáveis? Com base nesses questionamentos, este trabalho propõe-se a apresentar reflexões acerca da conjugação dos componentes textual e gramatical na realidade do ensino médio, tomando por base a observação de materiais didáticos e a troca de experiências com professores.

Primeiramente, a observação realizada permite afirmar que o tratamento do conteúdo de Língua Portuguesa na realidade do Ensino Médio é muito variado. Quanto à inter-relação gramática-texto, as propostas oscilam bastante e, ao menos, três abordagens do conteúdo lingüístico podem ser pensadas: (1) trabalhar apenas o texto privilegiando sua macroestrutura e não apresentar o conteúdo gramatical como objeto de ensino a ser sistematizado de forma específica; (2) apresentar as atividades textuais separadamente das atividades relativas ao conteúdo gramatical; e (3) focar o conteúdo gramatical, não como um tema específico a ser sistematizado, mas exclusivamente aplicado aos textos.

Ao que parece, o privilégio ao texto, por vezes, acabou por acarretar, equivocadamente, o desmerecimento da matéria-prima textual, a língua e sua gramática. Considerando que o texto é composto de enunciados, que, ao lado dos elementos pertinentes à enunciação e por eles motivados, dão forma e sentido ao ato comunicativo, propõe-se que qualquer elemento que entre na configuração formal de um texto – no léxico e em qualquer nível da gramática – deve ser contemplado nas aulas de Português.

Desse modo, assumem-se dois pressupostos pedagógicos como essenciais: (1) ensinar gramática constitui forte oportunidade para desenvolver o raciocínio lógico-científico sobre a linguagem na esfera de uma dada estrutura; e (2) ensinar gramática pressupõe a promoção do domínio do maior número possível de variantes lingüísticas, de forma a tornar o aluno capaz de reconhecê-las e/ou produzi-las, nas atividades de leitura e produção textual.

Considerando-se o objetivo de desenvolver a competência intelectual dos alunos, qualquer tema lingüístico permite que o professor conduza o aluno à construção do conhecimento, preferencialmente a partir da interface dos níveis gramaticais. Fazer o aluno compreender um conceito é, muitas vezes, uma oportunidade de fazê-lo reconhecer que a estrutura da língua revela pontos de imbricação dos níveis da gramática, partindo do princípio da integração dos conteúdos para a organização do programa curricular (Lima, 2000).

Visto que a língua é inerentemente variável e que toda comunidade de fala privilegia algumas variantes mais do que outras, o ensino de Língua Portuguesa deverá partir da natureza do fato gramatical sob análise em termos sociolingüísticos e assumir o pressuposto, desenvolvido por Bortoni-Ricardo (2004, p. 51), de que não ‘existem fronteiras rígidas entre entidades como língua-padrão, dialetos, variedades não-padrão etc.’. A partir dos ‘contínuos’ de variação, que podem ser delimitados com base nas diversas pesquisas sociolingüísticas desenvolvidas no país, propõe-se que o ensino de gramática promova o domínio do maior número possível de variantes lingüísticas. Uma proposta pedagógica não pode abdicar de responder à seguinte questão: quais





são as variantes de concretização da regra variável e quais os contextos que favorecem o emprego de cada uma delas? Em respeito à variação lingüística e seus condicionamentos, o professor poderá desenvolver satisfatoriamente o trabalho com variados textos, especialmente no que se refere às diferentes variedades, modalidades e registros.

Por fim, propõe-se que todo elemento lingüístico é, a um só tempo, matéria que viabiliza a leitura textual e resultado do processo de escritura – fazeres essenciais na sala de aula. Assim sendo, para que se leia e se escreva bem, o ensino de Português não pode abdicar da identificação e da exploração dos recursos expressivos empregados, no nível da conceituação e no nível da descrição sociolingüística.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LIMA, R. L. de M. Critérios de organização do conteúdo. In: MOURA, D. (Org.) *Língua e ensino: dimensões heterogêneas*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 41-50.

---

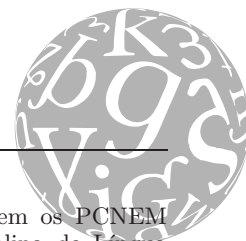
## Orkut: uma nova aliada ao ensino da linguagem?

Cassia Maria de Souza Leão  
leao\_cassia@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

Antonio Carlos Xavier

Este trabalho pretende mostrar como ocorre o desenvolvimento de aprendizagem de conteúdos apresentados em sala de aula, no ensino médio de uma escola da rede particular, a partir de participação em uma comunidade no “Orkut”, site de relacionamento da Internet. Partimos do pressuposto de que os avanços tecnológicos oferecem novas ferramentas digitais que podem ser utilizadas para fins pedagógicos. O processo metodológico que utilizamos para a realização da pesquisa em questão teve como proposta lançar o Orkut como um espaço virtual para complementar conteúdos inicialmente trabalhados em aulas presenciais. Sabemos que o é Orkut um meio de comunicação digital criado há pouco mais de dois anos, mas já conquistou mais de 20 milhões de brasileiros, por apresentar uma forma inovadora de interação. Ele exige de seus usuários, em sua maioria adolescentes, um comportamento lingüístico flexível com relação à Norma Padrão da língua portuguesa. Por essa razão, procuramos focalizar nossa análise nas intervenções dos alunos especificamente no que dizia respeito a dois aspectos inter-relacionados: como os adolescentes usuários de Orkut estão registrando a língua escrita nesse espaço digital? e como eles manifestam sua compreensão do conteúdo visto em aula presencial? Para tanto, fizemos a análise de um *corpus* constituído de fragmentos de textos postados nas “páginas de recados” da “comunidade virtual” exclusivamente aberta para esse fim. Foram selecionadas para análise as intervenções verbais e não-verbais de cinco alunos com notória experiência no uso de Orkut. Eles interagem tanto com outros alunos como com a professora-pesquisadora, sempre a partir de temas abordados nas aulas presenciais. A pesquisa trabalhou com a hipótese de que se o professor criar uma comunidade nesse ambiente virtual,

para fins pedagógicos, e interagir devidamente com seus alunos na comunidade virtual e em suas páginas de recados, esforçando-se para estabelecer uma relação de cumplicidade com eles, haverá grande possibilidade de transformar esse site de relacionamento em uma importante ferramenta digital de apoio pedagógico. A investigação teve como suporte teórico estudos realizados sobre interação na Internet, gêneros digitais, abordando os conceitos centrais relativos a esses gêneros (Marcuschi e Xavier, 2005), tais como os *e-mails*, os *chats*, a vídeo-conferência interativa, as listas de discussão e o *weblog*, bem como as demais ferramentas digitais de aprendizagem à distância pela grande rede. Verificamos que, mesmo sendo um meio de comunicação bastante utilizado pelos jovens, há uma barreira existente e resistente entre a escola e esse site de relacionamento virtual. Assim, identificamos, por meio da aplicação de um questionário, uma forte resistência de muitos professores da escola-campo para com a real utilização pedagógica dessa forma de interação pela Internet, o que impede que sejam re-trabalhados e aprofundados os conteúdos de suas disciplinas também no espaço virtual. Com relação às intervenções dos cinco alunos analisados, nós observamos a diferença existente em suas participações nos *scrapbooks* das páginas de recados e nas postagens da comunidade no que se refere ao registro da língua escrita. Houve uma oscilação entre o “internetês” e a tentativa do uso da Norma Padrão da Língua Portuguesa. Deduzimos, então, que esse rigor formal se deu devido ao sério tratamento dado pelos alunos à comunidade virtual intitulada “Complementos de aulas de LP”. Eles a diferenciavam das “páginas de recados”, onde a interação ocorreu de modo mais espontâneo. Entretanto, constatamos que tal procedimento não interferiu na compreensão do conteúdo por tais alunos, nem os impediu de participar dos debates de forma livre e desembaraçada. O trabalho apresenta algumas sugestões à escola e aos professores. Salientamos que, diante do avanço tecnológico pelo qual passa o mundo, é possível e plausível aproveitar programas disponíveis na rede também para uso didático, devido ao encantamento que muitos de nossos estudantes adolescentes apresentam pelas tecnologias de ponta capitaneadas pelo computador. Os resultados da análise das intervenções corroboram o aprendizado do educando, no Orkut, e devem despertar os professores para ampliar as possibilidades de aprendizagem de seus alunos nesse site de relacionamento tão freqüentado e apreciado por uma boa parcela dos alunos brasileiros. Em outras palavras, a realização dessa pesquisa possibilitou-nos mostrar que é possível contar com o Orkut como ferramenta pedagógica, a fim de enfrentar os desafios, no que diz respeito à compreensão de um tema trabalhado em aula presencial. Independentemente da maneira como a língua foi utilizada – de forma padrão ou não-padrão –, o Orkut revelou-se, na nossa pesquisa, uma ferramenta eficaz quando aplicada como recurso didático, representando excelente perspectiva de uso educacional. Mostramos que as ferramentas desenvolvidas em espaços virtuais também provocam mudanças de ordem participativa no educando. Resta aos professores aproveitarem todo o interesse dos jovens alunos por tecnologias para fazê-los aprender mais e com mais prazer.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Articulação língua e uso na disciplina de língua portuguesa: o que diz os PCNEM

Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva

celiabarbos@hotmail.com  
Universidade Potiguar

O ensino da língua materna centra-se até hoje, em sua maioria, nos estudos gramaticais. Isso porque parte-se do entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal, em que descrição e norma se confundem na análise da oração. Esta, por sua vez, apresenta-se deslocada do uso, da função e do texto. A nova Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, principalmente depois do surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), permitiu a discussão e a reflexão sobre o ensino-aprendizagem da língua materna no Brasil, principalmente no que diz respeito a esse deslocamento. Para o Ensino Médio, os PCN propõem competências e habilidades, as quais permitem inferir que a disciplina de Língua Portuguesa procura desenvolver no aluno seu potencial crítico, seu entendimento de ver o mundo e de expressar-se lingüisticamente acerca desse mundo e de diferentes representações. Ainda de acordo com esses Parâmetros, tudo isso deve ser trabalhado para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, pois só assim o aluno adquirirá meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que lhe possam facilitar as diversas situações de uso da língua. Dessa forma, por apresentar em sua essência uma característica transdisciplinar, a disciplina de Língua Portuguesa, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), integra-se à área das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Em se tratando da articulação língua e uso, essa área busca a constituição de competências, as quais deverão ser trabalhadas no processo de ensino-aprendizagem, ao longo de todo o Ensino Médio. Nesse caso, o ensino da língua materna, tanto na modalidade oral como na escrita, tem o papel de viabilizar o entendimento e o encontro dos discursos utilizados nos mais diversos contextos da vida social. Considerando, então, que uma das propostas dos PCNEM visa à articulação gramática e uso na disciplina de Língua Portuguesa, este trabalho objetiva analisar como essa articulação é apresentada e quais as orientações são propostas no documento para o efetivo trabalho do professor. Como o nosso trabalho está voltado para a análise de uma proposta já definida em documentos oficiais, tomamos como referencial teórico a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN, 1996), os *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (PCNEM, 1999) e os *PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN+, 2002). O nosso referencial teórico inclui também discussões e reflexões que encontramos no campo da lingüística e da lingüística aplicada sobre o ensino da língua materna. Enfocamos o assunto, inicialmente, através de um breve histórico dos PCNEM, situando, entre outras questões, a reformulação do ensino médio em nosso país, estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, cuja regulamentação deu-se em 1998 através das Diretrizes do Conselho Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares, bem como a proposta estabelecida para a disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Logo em seguida,

apresentamos e discutimos sobre o que dizem os PCNEM quanto à articulação língua e uso na disciplina de Língua Portuguesa, bem como sobre as orientações contidas nos PCN+ no que se refere à prática docente da disciplina. Ao término deste trabalho, percebemos que o estudo da Língua Portuguesa no Ensino Médio deve permitir, através da interação verbal, o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos, na medida em que o processo de ensino e de aprendizagem dessa disciplina deve pressupor uma visão do que venha a ser linguagem verbal, que se caracteriza por ter no texto a sua unidade básica. Entre outros procedimentos, constatamos também que, no que tange à articulação língua e uso e como essa articulação é sugerida para prática docente, deve-se considerar o aluno como produtor de textos, de maneira que venha a refletir a história social e cultural desse aluno. O trabalho do professor deve voltar-se para o desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo discente, o que estimulará a verbalização desta e a sua adequação a situações de uso. Além disso, o professor deve direcionar, para um segundo plano, o trabalho com a nomenclatura gramatical e a história da literatura. Assim, o conteúdo a ser explorado na sala de aula passa a ser a linguagem, por intermédio de três práticas interdependentes, a saber: leitura, produção de texto e análise lingüística.

BRASIL. Lei n. 9.394/94. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio*. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *PCN + ensino médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 2002.

BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Editora Parábola, 2006.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino*. 5. reimpressão. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

### Estudos lingüísticos e oralidade: uma visão do objeto de estudo e de ensino em cursos de Letras da Paraíba

Denise Lino de Araújo

linodenise@yahoo.com.br

Universidade Federal de Campina Grande

Edmilson Luiz Rafael

Karine Viana Amorim

Duas constatações relativas à formação do professor de língua materna que atua na educação básica subjazem à proposta deste trabalho. Uma diz respeito à indiscutível importância dos conhecimentos sobre língua, advindos das ciências da linguagem, especialmente a Lingüística e a Lingüística Aplicada, para fundamentar teoricamente o futuro profissional. Outra, diz respeito aos componentes que tais conhecimentos deverão enfatizar, de modo que o professor,



durante sua formação inicial, tenha acesso às contribuições dos estudos científicos que favoreçam o entendimento dos diversos fatos lingüísticos relativos às modalidades oral e escrita da língua. Como resultado da introdução e manutenção desses estudos nos cursos de Letras, espera-se formar um professor capaz de ensinar a ler/ouvir/produzir e analisar os textos que circulam na sociedade para atender às mais diversas funções sociais. Desse modo, o estudo da oralidade seria um componente indispensável à formação do professor de língua materna. Neste trabalho, apresentamos resultados finais do projeto de pesquisa FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA MATERNA: PRÁTICAS DE ANÁLISE DE ORALIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS, financiado pelo CNPq, processo 470469/2004-1, realizado entre os anos de 2005 e 2006. Considerando, então, a vitalidade dos estudos lingüísticos, notadamente sobre a modalidade falada da língua, e a revisão dos cursos de formação de professores, que desde o final do século XX tendem a não mais se fixar somente no ensino da modalidade escrita, o objetivo deste projeto era identificar a apresentação e o tratamento dado à oralidade e o seu ensino em diversas disciplinas componentes de cursos de Letras. Para tal, foram focalizados, como campo de coleta de dados para esse projeto, quatro Cursos de Letras, habilitação Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, sediadas em quatro cidades do Estado da Paraíba. Com base numa perspectiva interpretativista de pesquisa, investigamos ementas, planos de curso, projetos políticos pedagógicos a fim de diagnosticar as referências teóricas presentes em tais documentos, tendo em vista, principalmente, identificar a oralidade como objeto de estudo que era oficialmente apresentado aos alunos, futuros professores da educação básica. Para triangulação dos dados, tendo em vista o que restou como objeto de ensino, confrontamos esse diagnóstico com entrevistas semi-estruturadas realizadas com vários docentes e discentes desses Cursos. Como embasamento teórico para análise, apoiamo-nos nos estudos sobre referenciação, especialmente aqueles de natureza discursiva, tendo em vista perceber as nominalizações, tão presentes nos documentos escritos (ementas, planos e projetos pedagógicos) que garantiam o processo de construção das referências norteadoras do estudo/ensino. A pesquisa revelou que a oralidade é tratada como objeto de estudo em três perspectivas: (1) descrição fonética/fonológica, (2) relação oralidade/escrita e (3) descrição sócio-textual, tendo ainda o estruturalismo como principal base teórica norteadora, com predomínio de uma perspectiva teórico-descritiva, sem vinculação com as práticas de ensino, onde atuariam os futuros professores. Como objeto de ensino, percebemos indícios de ensino centrado em discussões teóricas sobre gêneros orais e escritos, mas ainda, assim como no caso do objeto de estudo, uma orientação predominantemente estruturalista. Outra observação importante é que a oralidade só surge como objeto de ensino nos depoimentos dos professores consultados, que se mostram convencidos da necessidade de estudá-la segundo uma visão que privilegia o estudo dos diversos gêneros orais. Desse modo, esses resultados revelam uma tendência dos cursos estudados nesta pesquisa, qual seja a da descrição. Os fatos lingüísticos parecem ser estudados como objetos estabelecidos pelos estudos lingüísticos sem vinculação com o ensino. É compreensível que isso ocorra no plano da configuração do objeto de referência, mas espera-se que as disciplinas possam fazer a transposição desse objeto para objeto de ensino, já que se trata de licenciaturas,

e isso precisaria estar configurado nos documentos que, teoricamente, orientariam o que o aluno, futuro professor, precisaria estudar.

### Critérios para a avaliação do livro didático (LD) de língua estrangeira (LE)

*Reinildes Dias*

reinildes@educativa.org.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Embora os recursos tecnológicos atuais, representados principalmente pelos CD-ROMs e pela Internet, estejam ganhando espaços cada vez mais privilegiados na sala de aula de língua estrangeira (LE), o livro didático (LD) continua sendo a alternativa viável em muitas das nossas escolas públicas da Educação Básica. Para uma grande maioria de alunos e professores, o LD é o material essencial (e, muitas vezes, único), através do qual se estabelecem as interações professor / aluno e o conteúdo a ser ensinado e aprendido. O professor, em meio a tantos compromissos profissionais para a sua sobrevivência, acaba lançando mão do LD como o único recurso disponível para a sua atuação na sala de aula. Com isso, o LD marca, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina, tornando-se um elemento chave nas práticas escolares com fins à aprendizagem da LE.

Por assumir tal importância, o LD precisa estar incluído em políticas educacionais do Governo para que sua qualidade técnico-metodológica seja garantida, a fim de influenciar positivamente o ensino na escola pública brasileira. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vem, desde 1996, assumindo a função de avaliar, adquirir e distribuir gratuitamente obras didáticas para as disciplinas do núcleo comum do Ensino Fundamental. Essas obras são criteriosamente avaliadas por especialistas contratados para esse fim, de modo a criar as condições para uma educação de qualidade no primeiro e segundo ciclos da Educação Básica. O LD de LE, no entanto, não passa por essa avaliação criteriosa do PNLD, nem é distribuído gratuitamente aos alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental cursando a escola pública brasileira.

Guias com as análises das obras didáticas avaliadas são enviados às escolas do Ensino Fundamental em todo o Brasil. Com base nas resenhas feitas pelos especialistas, os professores das outras disciplinas fazem suas escolhas de livros didáticos, de acordo com seus contextos de atuação. O professor de LE, entretanto, fica sem esse apoio essencial à sua prática pedagógica.

A falta de uma política governamental direcionada ao processo de avaliação e distribuição do LD de LE deixa o professor do idioma estrangeiro na dependência das ofertas do mercado. Ele fica também desprovido de diretrizes oficiais com base em avaliações criteriosas que possam nortear a escolha do recurso chave das suas interações com o aluno na sala de aula de LE. Além disso, é ainda reduzido o número de trabalhos acadêmicos que se concentram em oferecer



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

parâmetros que possam fornecer ao professor o suporte necessário para a difícil tarefa de tomar decisões em relação à escolha do LD mais adequado ao seu contexto de ensino (ANSARY e BABAI, 2002; BYRD, 2001). São também em número reduzido os trabalhos acadêmicos que oferecem avaliações criteriosas sobre os livros de LE que são utilizados nas escolas públicas da Educação Básica (EDMUNDSON, 2004).

Levando em consideração a importância que o LD desempenha como recurso chave no processo de ensino e aprendizagem de LE, esta apresentação pretende fornecer um instrumento com critérios para a avaliação desse importante recurso pedagógico utilizado no segundo ciclo do Ensino Fundamental no contexto brasileiro. O instrumento de avaliação (na forma de um *checklist*) pode ser usado pelos professores no processo de tomada de decisões relativas à escolha do livro didático mais apropriado à sua situação de ensino. Ele também pode ser tornar a base para suas reflexões sobre suas metas, objetivos de ensino e contextos educacionais em consonância com as necessidades dos alunos em relação à LE, influenciando ainda sua própria formação profissional. Pretende-se também discutir os pressupostos teórico-metodológicos que subjazem os critérios sugeridos com base em pesquisas recentes sobre o processo de ensino e aprendizagem de LE (CELCE-MURCIA e OLSHTAIN, 2000; DIAS, 2006; HYLAND, 2004; MARTIN, 1992; NUNAN, 1999) e em pesquisas na área de linguagem e educação (HALLIDAY, 1994; VYGOTSKY, 1996). Ao avaliar, com base nos critérios fornecidos, o professor pode julgar se seu livro didático incorpora princípios sólidos sobre o processo de aprendizagem em LE e se ele traduz esses princípios em atividades significativas para o desenvolvimento das habilidades dos alunos para ler, escrever, ouvir e falar de uma maneira competente em contextos reais de interações.

O instrumento de avaliação compõe-se de quatro fichas que incorporam critérios avaliativos para os quatro eixos básicos do processo de aprender uma LE: compreensão escrita, produção textual, compreensão oral e produção oral. Uma quinta ficha avalia questões relativas ao projeto gráfico-editorial da obra. Entre os tópicos avaliados, estão considerações relacionadas aos seguintes aspectos: a concepção de linguagem e de ensino e aprendizagem subjacentes ao LD, o material textual utilizado, incluindo questões relativas aos gêneros e suas funções sócio-comunicativas e as atividades específicas para o desenvolvimento da aprendizagem e da autonomia do aluno. Avaliam-se também questões pertinentes ao projeto gráfico, que incluem, por exemplo, a qualidade estético-funcional, os elementos visuais e a legibilidade. Acredita-se na relevância do instrumento de avaliação proposto, uma vez que ele preenche uma lacuna existente em relação ao processo avaliativo do LD de LE e por servir também de apoio às reflexões críticas do professor acerca do ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira, influenciando positivamente na sua formação acadêmico-profissional.

ANSARY, H; BABAI, E. Universal characteristics of EFL/ESL textbooks: a step towards systematic textbook evaluation. *The internet TESL Journal*, v.8, n.2, fev. 2002. Disponível em <<http://iteslj.org/Articles/Ansary-Textbooks/>>. Acessado em: 30 maio 2005.

BYRD, D. Textbooks: evaluation for selection and analysis for implementation. In: CELCE-MURCIA, M. (Ed.). *Teaching English as a second or foreign language*. 3. ed. Boston: Heinle & Heinle, 2001. p. 415-427.

CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, E. *Discourse and context in language teaching*. Cambridge: Cambridge, 2000.

DIAS, R. *Proposta Curricular de Língua Estrangeira para a Educação Básica*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

EDMUNDSON, V. S. *O Livro Didático de Língua Inglesa: Compreensão de Textos no Ensino Médio*. João Pessoa: CEFET-PA, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning*. 9. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HYLAND, K. *Genre and second language writing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

MARTIN, J. *English text: System and structure*. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

NUNAN, D. *Second language teaching and learning*. Boston: Heinle & Heinle, 1999.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

---

### Letramento crítico e formação de professor

Maria do Socorro Oliveira

msoliveira@digi.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Não obstante as inúmeras campanhas voltadas para a democratização do saber e da cultura, o sistema educacional brasileiro tem fracassado nessa tarefa, existindo, ainda atualmente, uma grande parcela da população que fica à margem do processo de produção e dos bens sociais, em razão de não usarem de modo efetivo, e em seu próprio benefício, as práticas da leitura e da escrita. Esse fato, aliado à expansão dos usos sociais da escrita e ao impacto desse artefato na sociedade moderna, tem contribuído cada vez mais para separar grupos socialmente favorecidos de outros não-favorecidos, constituindo-se, também, como uma ameaça ao direito e exercício da cidadania desses últimos. A necessidade de se compreender essa situação e se empreender esforços que propiciem a todo cidadão uma participação efetiva na vida política e cultural da sua nação tem sensibilizado estudiosos de vários domínios públicos e privados que, unindo os interesses teóricos e aplicados, têm desenvolvido programas de pesquisa e de “serviço”, tendo como foco a questão dos *letramentos*. O entendimento do que constitui esse fenômeno bem como o valor que a ele é atribuído nos diversos contextos sociais têm ensejado no meio acadêmico profícuos debates que focalizam o letramento dentro de várias perspectivas: psicológica, sociológica, histórica, etnográfica, lingüístico-discursiva e pedagógica. Todos esses estudos contribuíram largamente para a compreensão teórica desse fenômeno. Entretanto, a fraca repercussão desses achados no âmbito da pedagogia reclama a necessidade de projetos de pesquisa-ação interessados nos processos ideológicos que envolvem as práticas de leitura e escrita, nas relações de poder que atravessam essas práticas e nos processos de letramento politicamente definidos. Esta pesquisa pretende apresentar um programa de letramento acadêmico desenvolvido junto aos professores do Programa de Educação Básica



(PROBÁSICA), no pólo de Nova Cruz/RN, como parte das disciplinas Estágio Supervisionado I, II e III, focalizando, especialmente, questões como: práticas de letramento (leitura e escrita), escrita colaborativa, gêneros discursivos, processos de textualização e retextualização, professor reflexivo, projetos de ensino, oralidade e ensino. Nesse processo de formação inicial de professores (já em serviço), procurou-se desenvolver um trabalho cooperativo voltado para ações lingüístico-pedagógicas adequadas aos contextos de ensino em que os colaboradores (alunos-professoras) estavam envolvidos. As ações desenvolvidas no PROBÁSICA permitiram capacitar esses agentes de letramento a trabalharem práticas de letramento situadas, tornando-os agentes sociais reflexivos e críticos, no sentido de aprenderem a refletir sobre a sua prática pedagógica. As práticas de linguagem exploradas nesse contexto de letramento (acadêmico) tiveram como preocupação não apenas familiarizar o agente de letramento com a escrita formal, mas também gerar práticas de linguagem que considerassem a cultura, a história, o nível sócio-econômico e as necessidades comunicativas dos aprendizes envolvidos nas situações de ensino-aprendizagem de linguagem, orientadas por esses agentes. Esse trabalho efetivou-se a partir de projetos de ensino, construídos colaborativamente por esses agentes de letramento, seus alunos, o professor-formador e outros agentes da comunidade escolar. Constituíram-se em dados de análise, as ações lingüístico-pedagógicas desses alunos-professores nos seus contextos de ensino, projetos de ensino, sessões reflexivas reveladoras do processo de reflexão da/na/pela ação docente no contexto de formação (registrados em áudio e vídeo) e memórias de leitura e de escrita, nas práticas de escrita vivenciadas no contexto de formação (registrados em questionário e diários). Teórica e metodologicamente, este trabalho é informado pelos pressupostos da Etnografia Crítica, cuja preocupação central é conferir autoridade aos sujeitos pesquisados, falando *em nome deles* para uma audiência e não apenas *em favor deles* (THOMAS, 1993); pela epistemologia da prática à práxis, que defende a construção do conhecimento pelos professores a partir da análise crítica das práticas (GIROUX, 1990) e das orientações da pedagogia crítica (FREIRE, 1975). Trabalhar nesse sentido implica explorar as relações existentes entre políticas de letramento e pedagogia crítica, dentro de um quadro caracterizado pela presença de professores cuja formação deve derivar de práticas de letramento não-convencionais - aquelas em que o exercício da reflexão e da consciência crítica tem lugar.

### Trabalhando o gênero resenha acadêmica no terceiro grau

Luzinete Carpin Niedzieluk

luz\_carpin@yahoo.com.br

Universidade do Estado de Santa Catarina

Esta comunicação situa-se no domínio da Lingüística Aplicada, ensino-aprendizagem de língua materna, na área de produção textual escrita, a partir da noção de gêneros do discurso. Apresenta uma abordagem alternativa para

o ensino do gênero resenha acadêmica, entendido como relevante para o desempenho dos alunos no terceiro grau, à luz da teoria dialógica da linguagem bakhtiniana e também dos estudos lingüísticos de linha enunciativo-discursiva, os quais indicam que a dimensão primeira da textualidade é sócio-histórica. Esse novo paradigma desloca a reflexão lingüística do domínio do sistema para o discurso - a enunciação. Trata-se da compreensão global das ações de linguagem e dos textos que as materializam, conjugando uma análise externa dos textos - suas relações de interdependência com o mundo social e com a dialogia - e uma análise interna da sua arquitetura textual. Através da teoria bakhtiniana, o conceito de ensino-aprendizagem da escrita passou a ser orientado pela idéia de que a apropriação da linguagem e das práticas sociais dá-se a partir de um percurso das esferas sociais, dos gêneros do discurso para a produção textual escrita, em que, parafraseando Bakhtin/Volochinov (1999), devemos observar as formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza. Em nosso trabalho procuramos sempre enfatizar a representação do contexto social, seguida pela organização discursiva do texto. Constatamos que o aluno, ao chegar à universidade, não traz consigo o domínio de certas formas de gêneros do discurso, não reconhece textos no gênero acadêmico, o que implica em desconhecimento, ou pelo menos em dificuldade de manuseio de referências das práticas acadêmicas, assim, não conseguem escrevê-los. Associam o fato de escrever bem tão somente ao domínio da gramática e apresentam dificuldades na leitura e escritura de textos. Por isso, promovemos ações de intervenção em relação ao "saber fazer" o gênero discursivo resenha acadêmica junto ao alunado, mostrando-lhes as condições de produção desse gênero e suas relações dialógicas, isto é, onde circulam resenhas, qual a sua função, o que o texto manifesta como ponto de vista, qual a ideologia mais geral do texto, qual o objetivo maior deste veículo de informação, qual o tipo de leitor suposto, em que periódicos são publicadas resenhas, por que a resenha se constrói através de outros enunciados, como as estratégias de inter-relação dialogizada com o discurso do outro se materializam na resenha, como introduzir o discurso do outro na resenha, como gerenciar essas vozes, etc. A pesquisa foi realizada com algumas turmas do Curso de Administração Empresarial da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina, no primeiro e segundo semestre de 2005. Utilizamos no desenvolvimento da pesquisa a ordem proposta por Bakhtin para o estudo/ensino-aprendizagem da língua, sugerindo um percurso metodológico que parte de um regime de imersão, de leitura analítica para a produção textual escrita do gênero, juntamente com um trabalho de elaboração didática apoiado nos estudos de Halté (1998) e Petitjean (1998). No decorrer do processo os próprios alunos, auxiliados pela professora, descobrem as características do gênero, seus aspectos constitutivos, aspectos da dimensão social e verbal dos gêneros, isto é, o conteúdo temático, a sua organização composicional (plano global) e seu estilo (expressões de subjetividade do autor/resenhador, incluindo os procedimentos de gerenciamento e/ou inserção de vozes, ou seja, as diferentes formas de menção ao dizer do autor do texto resenhado e de outros autores). Nessa proposta todas as atividades integraram uma leitura analítica e uma produção textual, sempre a partir de uma situação de interação próxima à da esfera do gênero visado. Assim, os alunos tornam-se autores de seus textos, posicionando-se através de seu lugar social, interagindo com os prováveis



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

leitores. Alguns desses textos podem ser vistos no *site* da Biblioteca da Escola Superior de Administração e Gerência.

BAKHTIN, Mikhail. La construcción de la enunciación. In: SILVESTRI, Adriana; BLANCK, Guillermo. *Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993, p. 243-276.

\_\_\_\_\_. ; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marrismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estética de la creación verbal*. Trad. Tatiana Bubnova. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

\_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *Discurso na vida e discurso na arte*. (Sobre poética sociológica). Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza exclusiva para fins didáticos. [ ].

HALTÉ, Jean-François. L' espace didactique et la transposition. Trad. Ana Paula Guedes. In: *Pratiques* n. 97-98, p. 171-192, junho/1998.

PETITJEAN, André. La transposition didactique em français. Trad. Ana Paula Guedes. In: *Pratiques* n. 97-98, p. 7-34, junho, 1998.

ROJO, Roxane. Perspectivas enunciativo-discursivas em produção de textos. In: Anais do IV CONGRESSO DE LINGÜÍSTICA APLICADA. Campinas: DIA/IEL/Unicamp, 1996, p. 285-290.

\_\_\_\_\_. Modelização didática e planejamento: duas práticas esquecidas do professor? In: KLEIMAN, ÂNGELA B. (Org.). *A formação do professor: perspectivas da lingüística aplicada*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001, p. 313-335.

### O bilingüismo e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil

Karen Pupp Spinassé

kpupp@bo1.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O monolingüismo não vem mais sendo visto como o padrão na sociedade atual. Cada vez mais, línguas estrangeiras diversas são colocadas ao alcance da população; são oferecidas nas escolas aos alunos como forma de ampliar o seu horizonte e sua qualificação para o mercado de trabalho futuro. Além disso, tantas iniciativas de se implementar políticas lingüísticas no país conduzem ao plurilingüismo.

Entretanto, muitas pessoas, entre elas também muitos profissionais do ensino de línguas, ainda não sabem lidar de forma totalmente satisfatória com a questão do bilingüismo trazido de casa por falantes de línguas minoritárias. Falta, muitas vezes, uma maior familiaridade com definições claras para os termos “Bilingüismo”, “Educação Bilíngüe” e “Línguas em Contato” e com suas aplicações específicas. Falta uma maior clareza, na maioria dos casos, em relação ao fato bilíngüe e ao seu processo. A isso estão ligados outros tantos conceitos e pressupostos, como a própria definição do que é uma Língua Materna, que ajudariam a entender melhor e a delinear perfis para os casos de bilingüismo, com os quais lidamos no nosso dia-a-dia.

No Rio Grande do Sul existem muitas línguas alóctones

faladas paralelamente ao português como Língua Materna por vários grupos de pessoas em diferentes comunidades diariamente. Pretendemos, nesta comunicação, tratar teoricamente dos conceitos acima citados, transportando a denominação, bem como sua aplicação, para a realidade de algumas dessas comunidades bilíngües do Sul. Especificamente, trataremos aqui de variantes de imigração de base germânica (mais diretamente o assim denominado “Hunsrückisch”, código lingüístico derivado de bases dialetais alemãs que sofreu variação ao longo dos anos no Brasil).

Visamos, com isso, a partir das definições dos conceitos ligados ao Bilingüismo, dar um perfil dos falantes dessas variedades minoritárias e da postura deles mesmos e da sociedade em geral a respeito do fato bilíngüe e das línguas minoritárias. Focaremos, a partir disso, também a questão do Preconceito Lingüístico e da Atitude Lingüística.

A esse tema estão ligadas questões como identidade, auto-conhecimento através do entendimento do papel exercido por sua língua materna minoritária e manutenção lingüística. Ocorre, nos casos de línguas alóctones minoritárias, que se ignora, muitas vezes, o fato de que os falantes têm, arraigadas no seu imaginário, as funções e as características dessa sua língua. Essa, por sua vez, é vista por muitos de forma depreciativa (no nosso caso, como um “alemão errado”), criando, assim, falsas expectativas e sentimentos negativos em relação à língua materna e ao Alemão-Padrão, quando com ele confrontados. Essa questão diz respeito também à adequação do contexto escolar e à desconstrução de crenças e mitos relacionados à educação bilíngüe.

Para iniciar a discussão, podemos confrontar alguns conceitos de Bilingüismo, a fim de tentar achar subsídios de acordo com as classificações da teoria que caracterizem os falantes das comunidades em questão como bilíngües. Existem diferentes definições para o Bilingüismo: para Mc Laughlin (1984, p.8), uma pessoa é bilíngüe quando domina as habilidades lingüísticas básicas (falar, escrever, compreender e ler) em ambas as línguas; para Bloomfield (1967, p. 56), pode-se falar de Bilingüismo quando as duas línguas são tão bem dominadas como uma Língua Materna; Saunders (*apud* Trauer, 1994, p. 97), por outro lado, abrange entre os bilíngües todas as pessoas que já mantiveram qualquer contato com uma segunda língua.

Essas definições já cumprem o papel de deixar em aberto para discussão posterior descrições de outros conceitos a elas relacionados, como já fora dito anteriormente. Como, porém, as pessoas dessas comunidades possuem habilidades lingüísticas tanto em português quanto em “Hunsrückisch”, mantêm contato intenso com as duas línguas e a adquiriram, na maioria das vezes, com status de língua materna (conceito este que discutiremos também quando da comunicação), eles podem ser classificados, de acordo com as três definições citadas, como bilíngües.

Seguindo o quadro classificatório de Romaine (1995), podemos definir os falantes que exporemos como bilíngües do tipo 6 (“*Mixed languages*”), cujos pais já são bilíngües e a comunidade também, ou seja, o meio em sua volta alterna códigos lingüísticos de acordo com a situação (vide classificações dos tipos de bilíngües em ROMAINE, 1995, p.182-204).

Partimos do pressuposto teórico, concordando com Pupp Spinassé (2005), dentre outros, de que para a educação bilíngüe, por exemplo, faz-se necessária, em maior escala, a adequação à realidade do aluno. É necessário entender o sistema lingüístico dos alunos para entender o quanto cada um desses fatores interfere e se reflete no aprendizado da



língua estrangeira. Por isso, torna-se indispensável trabalhar, entre outros fatores, com a questão da interação professor-aluno para observar os vícios de uma pedagogia monolíngüe, que faz com que os professores, muitas vezes, ajam com preconceito lingüístico em relação à língua minoritária falada pelos alunos. Seria importante, pelo contrário, que eles reconhecessem e considerassem as diferenças existentes. Esse é o objetivo da comunicação: através dessa discussão teórica, delinear a problemática e buscar caminhos para solucioná-la, lançando mão de exemplos concretos de iniciativas em prol do bilingüismo e da educação bilíngüe.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. O estudo de línguas de imigrantes no Brasil: O exemplo do "Hunsrückisch" no Rio Grande do Sul. *Cadernos do Instituto de Letras*, Porto Alegre, n. 18, p. 17-26, 1998

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. O conceito de língua materna e suas implicações para o bilingüismo (em alemão e português). *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 49/50, p.141-161, 2002.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *RILI - Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, Frankfurt, n. 3, p. 83-93, 2004.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1967.

MCLAUGHLIN, Barry. *Second language acquisition in childhood*. Hillsdale: Erlbaum, 1984.

PUPP SPINASSÉ, Karen. *Deutsch als Fremdsprache in Brasilien: Eine Studie über kontextabhängige unterschiedliche Lernersprachen und muttersprachliche Interferenzen*. Frankfurt/M., Berlin: Peter Lang, 2005.

ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1995. (Language in society, 13.)

TRAUER, Elizabeth Maria. *Alemão: uma Língua Estrangeira na Escola Catarinense?* 1994. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

## Produção de uma tarefa de escrita em língua estrangeira via gêneros textuais

Adriana Aparecida Souza Aguiar

adaguiar@gmail.com  
Unileste Minas Gerais

Este trabalho fundamenta-se no conceito de escrita como processo, apoiando-se na recursividade e colaboração entre os pares. O objetivo principal é elaborar uma seqüência didática de uma tarefa de escrita de acordo com um determinado gênero textual, respeitando suas características e as condições de produção de texto: Quem escreve? Sobre o que escreve? Para quem? Com que propósito? Quando? Onde? Como? (GRABE; KAPLAN, 1996).

A tarefa de escrita será norteada pelo contexto de campo, relação e modo (HASAN, 1996 *apud* MOTA-ROTH; HERBERLE, 2005). Quanto ao contexto de campo, o gênero escolhido visa incentivar as pessoas a assistirem filmes. O contexto de relação refere-se ao escritor da sinopse e o leitor. O contexto de modo refere-se ao canal da mensagem. Neste caso, será um folheto com todas as sinopses produzidas.

Essa atividade foi elaborada para os alunos da 8ª série do Ensino Fundamental de uma escola pública com poucos recursos, sem laboratório de informática, e visa à melhoria da escrita.

Antes da realização da tarefa em si, explicaremos para os alunos que eles participarão de uma atividade diferente na escola. Mas, para a atividade funcionar, cada um terá que trazer um filme de casa, poderá ser fita VHS ou DVD. O filme escolhido por eles deverá ficar na escola por dois meses. Cada aluno escreverá a sinopse do filme que trouxer de casa. Os dois primeiros rascunhos serão realizados dentro da sala de aula para evitar plágio, mas, principalmente, para incentivar a colaboração. O terceiro rascunho deverá ser entregue impresso ao professor, seguindo todos os critérios de organização do gênero escolhido. Portanto, esta versão será permitida ser feita em casa, uma vez que a escola não disponibiliza computadores.

O gênero escolhido para este trabalho foi sinopse de filmes porque a tarefa foi designada a um grupo de adolescentes e quase todos assistem e curtem filmes.

A atividade passará pelas etapas de pré-escrita, produção de escrita e pós-escrita (DIAS, 2004).

A escrita como processo pode ser entendida como uma atividade recursiva, não-linear, de caráter interativo, que leva os alunos a percorrerem vários estágios no processo da escrita até chegarem a um produto final. Esses estágios incluem o planejamento, levantamento de idéias, rascunho, avaliação, revisão, edição e pós-escrita. Vários autores, como Kroll (2001), Seow (2003), Dias (2004) e Figueiredo (2005), trabalham com esta abordagem.

Entendemos que este é um processo cíclico, que a cada feedback há um novo planejamento com o intuito de produzir um texto adequado ao gênero e ao público-alvo escolhidos.

Ao escrever, o aluno produtor de textos tem uma intenção comunicativa e, para tal, ele ativa o conhecimento de mundo, o conhecimento léxico-sistêmico, o conhecimento sobre textos. Os movimentos de processamento descendente (*top-down processing of information*) e o processamento ascendente (*bottom-up processing of information*) auxiliam nesta construção de sentido (DIAS, 2004, p.205).

De acordo com Celce Murcia e Olshtain (2000), as máximas gricenianas também devem ser observadas para a construção de um texto coeso e coerente: a máxima de quantidade, qualidade, relevância e modo.

Segundo as autoras, as atividades de escrita devem ter como objetivo principal transmitir algum tipo de informação. Essas atividades devem ser adequadas às necessidades e interesses dos alunos. Portanto, após a escolha do tema ou tópico, deve-se considerar o leitor ou o público para quem o produto escrito será dirigido. O professor deve criar um contexto comunicativo, para que os alunos percebam que eles estão escrevendo para outras pessoas e não para o professor. Segundo Kroll (1995, p.226), toda atividade de escrita deve ser criteriosamente planejada, seqüenciada e estruturada para que o objetivo seja alcançado. A atividade deve ser apresentada dentro de um contexto; o conteúdo deve ser acessível e permitir múltiplas abordagens; a linguagem da tarefa ou das instruções deve ser clara e compreensível; as especificações retóricas devem fornecer uma direção clara do provável formato da atividade final; os critérios de avaliação devem ser identificados antes da atividade para que os alunos saibam como as suas produções serão julgadas.

Percebe-se, então, que o aluno produtor de textos, ao passar por todos esses processos, poderá se transformar em um leitor-escritor competente, consciente, capaz de entender



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

melhor os passos que envolvem a comunicação escrita.

CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, E. *Discourse and context in language teaching*. Cambridge: Cambridge, 2000. p. 141-163.

DIAS, R. A produção textual como um processo interativo no contexto do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. *Matraga*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 203-218, 2004.

DIAS, R. *Proposta Curricular de Língua Estrangeira: Educação Básica (Ensino Fundamental)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2005.

FIGUEIREDO, F. J. Q. *Semeando a interação: a revisão dialógica de textos escritos em língua estrangeira*. Goiânia: Ed. UFG, 2005. cap. 1, p. 21-42.

GRABE, W.; KAPLAN, R. *Towards a theory of writing: Theory and practice of writing*. Harlow: Addison-Wesley, 1996. p. 202-236.

KROLL, B. Considerations for teaching an ESL/EFL writing course. In: CELCE-MURCIA, M. (Ed.). *Teaching English as a second or foreign language*. 3<sup>rd</sup> ed. Cambridge: Cambridge, 2001. p. 219-232.

LOPES-ROSSI, M. A. G. *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos*. In: KARWOSKI, A.M. et. al. (Org.). *Gêneros Textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória: Kaygangue, 2005. p.79-82.

MOTA-ROTH, D.; HERBELE, V. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruquayia Hasan. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p.12-28.

SEOW, A. The writing process and process writing. In: RICHARDS, J.C.; RENANDYA, W.A. *Methodology in language teaching: an anthology of current practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 315-327.

manifestam nas atividades de leitura e escrita. Um bom leitor é exatamente aquele que lança mão de seus conhecimentos lingüísticos no próprio ato de ler, sendo capaz de perceber os sentidos do texto e os recursos de que o autor lançou mão para significar”. (MEC, INEP, 1997).

Entretanto, o ensino de Língua Portuguesa tem sido desenvolvido nas escolas a partir do trabalho proposto pelo livro didático, que geralmente apresenta uma visão fragmentada de seus conteúdos - gramática, leitura, produção textual e vocabulário. Um dos aspectos que contribui para essa fragmentação é a ausência de relação entre as atividades de compreensão dos textos lidos e as atividades de produção de textos. Por outro lado, o trabalho com a gramática não oferece subsídios para ampliar a primeira leitura feita pelo aluno, pois não propõe a análise dos recursos lingüísticos utilizados pelo autor no processo de construção do texto. Assim, não contribui também de maneira efetiva para as atividades de produção textual, quando o aluno poderia ser orientado a utilizar-se desses mesmos mecanismos lingüísticos na construção de seu próprio texto. O que ocorre, em geral, nos livros didáticos, é a polarização entre o estudo do texto e o estudo da frase e da palavra. Na medida em que o estudo da gramática da forma não tem nada a contribuir para a compreensão dos processos discursivos, evidencia-se por um lado a enorme distância entre texto e gramática e, por outro, a impossibilidade social contemporânea – devido às condições históricas de formação de professores, às expectativas de pais, alunos e da comunidade em geral – de se tornar viável, no contexto atual, uma modificação radical do estatuto e do predomínio do ensino gramatical. No entanto, considera-se natural a convivência, neste momento, de diferentes abordagens no ensino da gramática. Estamos vivendo um momento de transição entre o “velho” e o “novo” no ensino de Língua Portuguesa. Isto é, estamos tentando descentralizar o papel da gramática no ensino de língua e dar a ela sua verdadeira dimensão. É preciso substituir os quadros teóricos que serviram à tradição gramatical e, em seu lugar, introduzir uma nova mediação entre a teoria lingüística e a prática pedagógica. O estudo dos processos coesivos, isto é, dos recursos lingüísticos que realizam a conexão textual, contribuem para uma efetiva mediação entre texto e gramática, pois levar os alunos a perceberem essas conexões facilita sua inserção na cultura de uma escrita culta, formal, ampliando seu nível de letramento. Assim, é objetivo deste trabalho analisar, em livros bem avaliados pelo MEC através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), questões de leitura que visam desenvolver a habilidade de estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, especialmente através dos mecanismos de conexão textual. Pretendemos, também, avaliar até que ponto o tratamento dado aos estudos desses mecanismos contribui para o desenvolvimento das habilidades textuais e discursivas dos alunos. A seleção das coleções a serem analisadas na pesquisa teve como base instrumentos e documentos disponíveis dos PNLDs 2002 e 2005 ( bases de dados do FNDE, fichas de avaliação dos volumes e das coleções, pareceres e laudos sobre as coleções e resenhas dos *Guias de Livros didáticos*) relativos aos livros e às coleções destinadas às 5as a 8as séries. Selecionamos as coleções: “Português: Linguagens” de William Roberto Cereja e Thereza Magalhães Cochar, versões 2002 e 2005, que foram então comparadas entre si, de modo a permitir o contraste entre as diversas maneiras de se realizar uma mediação entre texto e gramática e a se analisar o efeito

---

### Livro didático e conexão textual: um estudo dos recursos lingüísticos sinalizadores da inter-relação entre os elementos do (no) texto ou o uso do texto como pretexto?

Vanir Consuelo Guimarães

consuelo@twi.com.br

Centro Universitário de Belo Horizonte

Uma das orientações básicas do Ministério da Educação (MEC) relativas ao ensino de Língua Portuguesa ressalta que

“É importante romper com a prática pedagógica voltada para o ensino de um saber lingüístico que não tem função fora da própria escola e não contribui para o desenvolvimento intelectual do sujeito. O conhecimento lingüístico necessário para ler e produzir textos só ocorrerá de forma eficiente se for levado em conta o processo como ele pode se dar, partindo do texto e chegando ao texto, nunca de forma fragmentada e automatizada. É nosso entendimento que não há motivo para separar a área de língua portuguesa em três sub-áreas, já que os conhecimentos lingüísticos, sendo operacionais, se





dessa mediação no desenvolvimento da habilidade de leitura acima descrita.

- AZEREDO, J.C. (Org.) *Língua Portuguesa em debate*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAGNO, M. *Dramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BATISTA, A. A. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: MEC / SEF, 2001.
- BATISTA, A. A.; ROJO, R. (Org.) *Livro didático de língua portuguesa: tratamento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 2003
- NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso da Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003
- \_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1995
- \_\_\_\_\_. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003
- BRASIL, *Guia de livros didáticos: 5ª a 8ª séries*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto (MEC) / FNDE; Ceale; Cenpec, 2002
- BRASIL, *Guia de livros didáticos: 5ª a 8ª séries*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto (MEC) / FNDE; Ceale; Cenpec, 2005

## Gêneros do discurso na escola: do real ao virtual no ensino de leitura e produção escrita

Maria Rosa Petroni

rohpetroni@uol.com.br  
Universidade Federal de Mato Grosso

“Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)”. Tal raciocínio, desenvolvido pelo filósofo russo precursor do estudo bakhtiniano dos gêneros do discurso, aplica-se (ou deveria aplicar-se), naturalmente, à aprendizagem da leitura e da escrita: como práticas sociais valorizadas, legitimadas, historicamente constituídas e mutuamente influenciáveis, seu processo de ensino-aprendizagem deve(ria) percorrer os mesmos caminhos pelos quais se dá a aprendizagem da oralidade. Uma exposição sistemática a diferentes enunciados, ou seja, a gêneros do discurso socialmente constituídos, é, ou parece ser, uma boa alternativa para aproximar o aluno das diferentes formas de se relacionar com o texto, uma vez que o trabalho com esses gêneros discursivos torna possível estimular a postura crítica do aprendiz ao desvelar as relações de força presentes em diferentes esferas da atividade humana, condicionantes do processo interlocutivo. Se considerarmos que cabe à escola, por lei, promover o acesso do aluno ao domínio da leitura e da escrita, e se constatamos que esse domínio não ocorre de forma eficiente, é preciso não só conhecer as razões desse problema, como também buscar alternativas para solucioná-lo. Parece comprovado que o estudo das regras dissociadas da prática efetiva é a principal explicação para tantos problemas relacionados à escrita. Conforme qualquer professor pode constatar, eles atingem quase todas as categorias gramaticais, revelando-se em

ocorrências mais estritamente gramaticais (concordâncias, regências, pontuação, grafia, etc) e culminando naquelas de ordem estritamente textual-discursiva, como a falta de estabelecimento de relações lógicas entre diferentes partes do texto e a impossibilidade não só de instaurar o locutor, como também o interlocutor desse texto. A experiência tem mostrado que um ensino calcado apenas em regras gramaticais não poderá ultrapassar essas dificuldades, nem mesmo as gramaticais, em nenhum momento do processo de ensino-aprendizagem. Uma das razões que explicam o fracasso do ensino da produção escrita, e também da leitura, é a artificialidade com que tais atividades são propostas na escola. Sem ter o que dizer nem razão para fazê-lo, já que não se estabelece uma finalidade para a produção escrita; sem ter um interlocutor a quem dizer o que tem a dizer, uma vez que somente o professor ocupa esse lugar; sem dominar os mecanismos lingüísticos e discursivos que permitem a transformação da língua em discurso, além da instauração de um locutor desse discurso e da sua construção coesa e coerente, o aluno não é chamado a fazer parte do seu próprio processo de ensino-aprendizagem. Essa exclusão traz a conseqüência óbvia da reprodução, isto é, da não-aprendizagem, da qual todos os professores se ressentem, independentemente de nível ou grau de ensino. É exatamente essa não-aprendizagem que se estampa na circularidade dos textos e responde pela enxurrada de lugares-comuns e por todos os tipos de inadequações facilmente identificáveis em textos escolares. Considerando-se o processo natural de constituição do sujeito, na linguagem e pela linguagem, a melhor concepção de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita – em última instância, manifestações concretas desse processo de constituição – é, sem dúvida, aquela que abre espaço para o jogo interlocutivo que perpassa todas as relações sociais. Assumindo tal concepção, assumimos igualmente o fato de que a linguagem é uma atividade de interlocução que se realiza em diferentes instâncias sociais e se desenvolve em um processo real de trabalho lingüístico “tenso, denso e precário”, constitutivo tanto da própria linguagem quanto dos sujeitos que dela participam. Faz parte de sua natureza processual ser estruturalmente disponível a mudanças, o que permite que o sujeito mantenha uma relação pertinente, isto é, uma relação não-estereotipada com seu discurso, ou seja, com as condições de emergência desse discurso. Uma proposta para a minimização dos problemas relacionados ao ensino de leitura e escrita foi materializada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), cujos fundamentos teóricos requerem conhecimento aprofundado das teorias discursivas e atualização constante dos docentes do ensino básico. O objetivo desta comunicação é discutir o resultado de uma atividade realizada no âmbito de um projeto de pesquisa intitulado “Leitura e escrita em práticas de linguagem no Ensino Fundamental e Médio: gêneros do discurso, argumentação e subjetividade” (Projeto PRALÍNGUA). Tal atividade constou de um questionário com 16 perguntas relativas à prática de leitura e escrita em sala de aula a partir da concepção do papel do professor de língua portuguesa, das necessidades dos alunos quanto a esse ensino, ao conhecimento das concepções teóricas embasadoras dos PCN e do tratamento dispensado aos gêneros discursivos na prática docente de cada participante da pesquisa. Saber o que seja um gênero do discurso não parece fácil para a maioria dos docentes consultados, embora tenham respondido positivamente à pergunta feita. A utilização de diferentes gêneros em sala de aula é substituída



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

pelo trabalho com a diversidade textual e as propostas de produção escrita seguem rigorosamente as indicações dos livros didáticos, a partir das quais podem se perder todas as finalidades discursivas envolvidas nesse processo de escrita. Nessa perspectiva, as dificuldades encontradas nas produções escritas dos alunos prendem-se a aspectos textuais, ficando em segundo plano, ou mesmo, fora de qualquer plano, a perspectiva discursiva que deve(ria) dirigir o ensino-aprendizagem da língua escrita. Os resultados revelam a necessidade de atualização/aperfeiçoamento/acompanhamento constantes desses professores, uma vez que, entre outras dificuldades apontadas, os conceitos teóricos e os cursos que freqüentam são insuficientes para sanar problemas cotidianos referentes ao trabalho com os gêneros do discurso em sala de aula.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e ensino: Exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado das Letras – ALB, 1996.

LOPES-ROSSI, M. A. G. (Org.). *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos*. Taubaté: Cabral, 2002.

OSAKABE, H. Redações no vestibular: provas de argumentação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, 1977.

\_\_\_\_\_. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In: ZILBERMAN, R. (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e educação: Questões de linguagem*. MARTINS, M. H. (Org.). 3. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

### Heterogeneidade lingüística: sua valorização no ensino de língua portuguesa

Sandra Regina Cecilio

sandcecilio@hotmail.com

Universidade Estadual de Londrina

Por muito tempo, acreditou-se que o ensino de Língua Portuguesa deveria ser pautado no trabalho com a gramática normativa, considerando como válida somente a variedade padrão. No entanto, o método tradicional parece não ter sido eficaz, pois se ensinam a mesma nomenclatura, conceitos e normas nos ensinos fundamental e médio e, talvez, até no nível superior, e os alunos saem da escola alegando que não sabem Português, pelo fato de esta ser uma língua “difícil”. Quando se privilegia a gramática normativa, enfocando-a como uma obra acabada, a gramática da língua acaba se caracterizando como uma teoria fragmentada e, sob essa visão, o ensino fica voltado somente para a metalinguagem, com definições, conceitos, categorizações e análises quase sempre descontextualizadas. Torna-se um ensino de reconhecimento de normas, classificações e estruturas que não propicia a reflexão nem garante o conhecimento e ampliação do horizonte discursivo dos alunos acerca das práticas de linguagem. Nesse sentido, concordamos com os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1998) quando postulam que o ensino gramatical desarticulado dos usos não se justifica e que o

trabalho com a gramática não deve se pautar no mito de que existe uma forma correta de falar. Em conseqüência, o estudo de língua não deveria restringir-se exclusivamente à variante padrão, correspondente à variedade de prestígio, visto esta não ser a única existente. Estudos já evidenciaram que a variação lingüística esteve ausente da proposta pedagógica de ensino de Língua Portuguesa durante muito tempo. Em detrimento da democratização do ensino iniciada nos anos 60 surgiu a necessidade de os pesquisadores discutirem tal fenômeno no âmbito educacional. De acordo com Soares (1996), com o aumento significativo da clientela escolar oriunda não apenas das classes média e alta, mas também da classe baixa proveniente da periferia urbana e zona rural, cuja variedade lingüística não condizia com o discurso escolar, o ensino passou a considerar que a nova clientela falava Português de forma deficiente, ou seja, “errado”, e desta forma, na tentativa de “consertá-lo”, trabalhou para aproximar a fala do aluno da norma padrão, ignorando o uso lingüístico e aplicando o que dita a gramática normativa. Os *PCN de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1998) afirmam que no ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e de escrita o objetivo é permitir aos alunos a adequação da linguagem às circunstâncias de uso, considerando as características e as condições do contexto de produção, ou seja, saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas e não apenas levá-los a dominar a norma padrão. De acordo com Lemle (1978), a heterogeneidade lingüística dentro de um vasto e diversificado país como o Brasil é um fato natural e inevitável. A variação faz parte da natureza da linguagem e é resultado da diversidade de grupos sociais e da relação que tais grupos mantêm com as normas lingüísticas. Cecilio (2002) analisou alguns manuais didáticos (1996, 1998, 1999) de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental adotados em escolas públicas paranaenses e concluiu que eles não dispensavam a devida atenção à variação lingüística. Retomamos sua pesquisa e, neste momento, analisamos a coleção didática “Língua Portuguesa: rumo ao letramento” (GUSSO; FINAU, 2002) com o objetivo de observar a abordagem que esta obra confere ao fenômeno. Os estudos concluíram que a coleção didática apresenta avanço significativo em relação ao nosso foco de análise. As autoras da obra analisada consideram com propriedade as discussões e pesquisas acadêmicas acerca do assunto abordado e, acima de tudo, privilegiam reflexão sobre a heterogeneidade lingüística, sempre atual e presente na sociedade. Em momento algum percebemos visões estereotipadas e preconceituosas da língua e tampouco o conceito de certo x errado que enfatiza apenas a variedade padrão e subestima as demais.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> ciclos*. Brasília, 1998.

CECILIO, S. R. A variação lingüística sob o enfoque do livro didático. *Entretextos*, Londrina, v. 3, p. 391-408, jan./dez. 2002.

GUSSO, A. M. C.; FINAU, R. A. *Língua Portuguesa: rumo ao letramento*. Curitiba, Base, 2002.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 60-94, abr./set., 1978.

SOARES, M. B. Um olhar sobre o livro didático. *Presença Pedagógica*, v.2, n. 12, nov./dez., 1996.



## Produção e avaliação da escrita no livro didático de Língua Portuguesa

Beth Marcuschi

beth.marcuschi@uol.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

O tema desta comunicação está centrado em dois pilares básicos de interesse: a produção textual, elaborada pelos alunos no espaço escolar, e a avaliação dessa produção. O contexto da investigação é o livro didático, por se tratar de um material pedagógico de enorme penetração na escola brasileira. O modelo de livro didático de Língua Portuguesa, tal como o conhecemos hoje, remonta ao início dos anos setenta. Na época, “em lugar das obras de referência como antologias, seletas e gramáticas, cria-se um novo tipo de material didático de apoio à prática docente que, propositalmente, interfere na autonomia do professor. [...] Os autores de livros didáticos e os editores passam, portanto, a ser atores decisivos na didatização dos objetos de ensino e, logo, na construção dos conceitos e capacidades a serem ensinados” (BUNZEN; ROJO, 2005, p. 3-5). É dessa perspectiva que o livro didático nos interessa, ou seja, como espaço de didatização dos objetos de ensino, mais precisamente, da elaboração textual. Neste sentido, investigamos, tanto no Manual do Professor, quanto no Livro do Aluno, como o trabalho com a produção de texto e sua avaliação é conduzido, o que nos permitiu perceber, não apenas as concepções de língua, texto, produção de texto e avaliação adotadas pelos autores das obras, mas também descrever e analisar os conhecimentos de Língua Portuguesa que estão sendo priorizados no trato da elaboração escrita e que acabam se configurando como um currículo para o Ensino Fundamental (vamos nos ater a esta etapa da Educação Básica). A redação escolar é observada desde sua gênese, ou seja, desde o enunciado, até o encaminhamento avaliativo. Isso significa que nos debruçamos sobre as etapas indicadas no Manual do Professor e no Livro do Aluno para o trabalho pedagógico com a produção textual. O que se investiga é se o formato sugerido dá ênfase ao processo ou ao produto, aos fenômenos gramaticais ou discursivos, se favorece atividades de revisão e reescrita ou limita-se à indicação do “passar a limpo”. O objetivo básico da comunicação é, portanto, debater as características assumidas pela produção textual enquanto objeto de ensino. Outro ponto de interesse é a relação que se estabelece entre as propostas de ensino-aprendizagem e as de avaliação, isto é, verifica-se em que medida o trabalho avaliativo reforça ou contradiz o encaminhamento sugerido para professores e alunos, no que tange à escrita. A relevância do estudo se apresenta do ponto de vista, tanto teórico, quanto prático. Da perspectiva teórica, favorece uma compreensão maior da inter-relação entre as noções de língua e de texto assumidas pelos livros didáticos e as concepções de produção de texto e de avaliação presentes nas coletâneas. Do ponto de vista prático, disponibiliza indicadores de análise das propostas de produção e avaliação textual oferecidas nos materiais didáticos. Entendemos que a avaliação é um processo que ocorre permanentemente em todas as esferas de atuação humana, sendo social e culturalmente marcada. Envolve concepções de mundo, de conhecimento e juízos de valor, formulados com base em informações selecionadas, tratadas a partir de um referencial teórico específico. No âmbito da aprendizagem, a avaliação adquire uma função

bastante relevante, pois em torno dela, muitas vezes, são definidos os encaminhamentos das ações, tanto no que se refere ao tempo da aprendizagem, quanto dos fenômenos que nela devem ser privilegiados. No livro didático, a avaliação ficou, durante muito tempo, esquecida. Não era discutida no Manual do Professor (MARCUSCHI, 2002), muito menos proposta no Livro do Aluno. No final da década de noventa, as obras passaram a se preocupar com a avaliação, em consonância, aliás, com o enfoque que vê a produção textual como uma atividade que requer planejamento, revisão e refacção. Mesmo assim as observações permaneceram nas ocorrências de natureza estritamente gramatical, dificultando a construção da competência discursiva do aluno. De um ponto de vista tradicional, os livros didáticos encaminham a escrita de textos com base principalmente na indicação do tema ou, eventualmente, na menção do “gênero escolarizado”. Nesses casos, como sugerem Schneuwly e Bain (1993), a escola simplesmente *manda escrever*, ela *não ensina como escrever*. Com a adoção da teoria dos gêneros discursivos e/ou textuais (BAKHTIN, 1997; MARCUSCHI, 2000; ROJO, 2000; SCHNEUWLY; DOLZ, 2004) no espaço escolar, verificou-se um esforço dos livros didáticos no sentido de contextualizar a atividade escrita, ocorrendo de os textos, em grande parte, serem estudados e solicitados com base em gêneros textuais que circulam socialmente. A perspectiva da presente comunicação, com base sobretudo nos estudos desenvolvidos pela Escola de Genebra, é justamente debater em que medida o livro didático de Língua Portuguesa aproxima o texto escolar e, portanto, também o aluno, das funções discursivas da produção escrita. Aborda igualmente os conhecimentos de Língua Portuguesa considerados prioritários para o desenvolvimento da competência escrita, bem como sua articulação com a proposta avaliativa das coleções (explícita ou subjacente).

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

BUNZEN, Clecio; ROJO, Roxane. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA VAL, M. G.; MARCUSCHI, B. (Org.). *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2005. p. 73-117.

MARCUSCHI, Beth. Os destinos da avaliação no manual do professor. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Livro didático de português: múltiplos olhares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 139-150.

MARCUSCHI, Luiz A. *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Recife: UFPE, 2000. Mimeografado

ROJO, Roxane (Org.). *A prática de linguagem na sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.

SCHNEUWLY, Bernard; BAIN, Daniel. Mécanismes de regulation des activités textuelles: stratégies d'intervention dans les séquences didactiques. In: ALLAL, L.; BAIN, D.; PERRENOUD, Ph. (Org.). *Évaluation formative et didactique du français*. Neuchâtel; Paris: Delachaux et Niestlé, 1993. p.219-238.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: \_\_\_\_\_. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 71-91.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### O uso do dicionário nas aulas de inglês no Ensino Fundamental: entre a competência léxica ideal e o consulente real

Julianna Bezerra Vital

julianna\_vital@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Centro  
Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso

Para Sapir, a língua (especialmente o léxico) é organizadora da experiência de uma comunidade (SAPIR, 1969, p. 21). Já Matoré (1953, p. 34-36) vê a palavra<sup>1</sup> como uma categorização do pensamento individual e coletivo, que permite uma maior objetividade da consciência e da percepção subjetivas. De qualquer forma, ambos acreditam que o acervo vocabular de uma língua, mais do que um sistema classificatório da experiência humana, constitui-se como elemento mediador entre o falante e o mundo que o cerca, à medida que lhe possibilita o acesso às experiências do grupo.

Nesse sentido, Biderman (2001, p. 179) declara que “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da cultura através das idades”. Partindo desse pressuposto, podemos dizer que o repertório lexical pode favorecer, não somente a competência lingüística do falante, mas também a sua própria interação com a comunidade lingüística em que está inserido.

Temos, assim, no léxico, um acervo lingüístico-cultural que, além de identificar um dado grupo, possibilita o acesso de falantes (nativos ou não) ao seu microcosmo social. Por essa razão, defendemos que o conhecimento lexical<sup>2</sup> de um indivíduo determinará, até certo ponto, a sua mobilidade dentro dos universos semânticos que se estabelecem em uma cultura ou sociedade. Nesse sentido a escola, segundo Cardoso (2003, p. 32), possui como tarefa fundamental levar o aluno ao domínio dos diferentes universos semânticos considerados importantes para o grupo.

Com base no exposto, entendemos o ensino do léxico, especialmente no caso de uma LE<sup>3</sup>, como um aspecto importante durante a formação do estudante, já que pode possibilitar o desenvolvimento, tanto de seu repertório lingüístico, quanto do cultural. Para auxiliar nesse processo de aquisição de “universos semânticos”, acreditamos ser o dicionário uma importante ferramenta pedagógica porque proporciona, além de informações lingüísticas, dados culturais de uma sociedade. De fato, o dicionário, enquanto “fenômeno verbal complexo” e “depósito da memória social do léxico” (LARA, 2004, p. 143), constitui-se como uma significativa fonte de aprendizagem lexical. Biderman (1992, p. 552) chama a atenção não somente para a função didática, mas também social que o dicionário pode assumir e defende que este pode ajudar na ampliação do “universo nocional e lingüístico” do falante.

De fato, o dicionário tem despertado, nos últimos anos, um crescente interesse entre aqueles que, direta ou indiretamente, estejam ligados ao ensino de LE, graças ao avanço sentido nas áreas da Lexicografia e Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas, que tem possibilitado a reflexão acerca de novas possibilidades para uma aprendizagem mais efetiva. Como exemplo, podemos citar a redescoberta do papel do vocabulário em aulas de LE que, embora sempre tenha

estado presente nas diversas propostas pedagógicas, goza hoje do *status* de habilidade na aprendizagem de uma língua e que, portanto, merece estratégias específicas para sua aquisição.

Assim, percebendo a importância da obra lexicográfica e sua potencial contribuição para as aulas de língua, bem como observando empiricamente sua reduzida utilização no ambiente escolar, o presente trabalho concentrou-se no uso do dicionário em aulas de língua inglesa no Ensino Fundamental em estabelecimentos de ensino regular.

Nossa escolha por essa clientela específica pautou-se em pelo menos duas razões básicas: 1) a escassez de trabalhos voltados especificamente para o uso do dicionário por estudantes com pouco conhecimento da língua-alvo e 2) a aparente subutilização e falta de prestígio do dicionário no contexto escolar.

No que se refere à primeira razão, por meio de levantamento bibliográfico (Internet, bancos oficiais de teses, artigos e publicações), verificamos que podem ser encontrados no cenário internacional um número bastante significativo de trabalhos voltados para o uso do dicionário e de seus efeitos nos aprendizes. No entanto, conforme reconhece Nation (2002, p. 283), boa parte dos estudos desenvolvidos têm se restringido apenas a estudantes de LE com alto grau de proficiência, enquanto que muito pouco tem sido discutido sobre o uso de dicionário por indivíduos de pouca proficiência em LE e os possíveis efeitos que o treinamento na utilização da obra lexicográfica poderia proporcionar a esse tipo de público.

Quanto à segunda, a partir de observações oriundas de nossa experiência docente, percebemos que, não raro, o dicionário tem sido subutilizado, já que geralmente é considerado apenas como livro que pode fornecer “o significado das palavras”, negligenciando-se, desta forma, todas as demais informações lingüísticas que ele pode oferecer ao usuário. Além disso, sua capacidade didática parece não estar bem consolidada no ambiente escolar, especialmente nas aulas de LE da Rede Oficial de Ensino.

Por essa razão, consideramos relevante a realização de um estudo que abordasse as relações existentes entre o dicionário e professores e estudantes de LE e que verificasse quais as representações<sup>4</sup> e dificuldades que os sujeitos desse contexto específico de ensino apresentam em relação à obra lexicográfica. Além disso, a pesquisa objetiva identificar as reais condições de uso do dicionário no espaço escolar e como elas estão relacionadas ao ensino do léxico.

Para o desenvolvimento da pesquisa, apoiamos-nos nas contribuições teóricas da Lexicologia e da Lexicografia, em especial, da Lexicografia Pedagógica, voltada para o estudo e análise de dicionários utilizados por aprendizes de LE, para o ensino/aprendizagem de vocabulário e para os pontos de convergência entre o ensino e a prática lexicográfica. Destaca-se, também, como referência metodológica, a obra de Humberto Hernández (1989).

O *corpus* que serviu de base para o trabalho constituiu-se dos dados coletados junto a docentes de língua inglesa e a estudantes de 5<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries, por meio da aplicação de questionários específicos a cada grupo. Os resultados do estudo indicaram que o dicionário não é utilizado pelos professores como uma ferramenta pedagógica que possa auxiliar na aquisição lexical, já que, embora 82% deles concordem que o dicionário possa trazer contribuições ao ensino de língua estrangeira, apenas 12% declaram já ter desenvolvido alguma atividade com o dicionário, o que está relacionado à formação docente, pois apenas 37% afirmam ter recebido,



durante sua formação, orientação para explorar a capacidade didática desse tipo de obra. Também verificamos que os aprendizes de L2 no Ensino Fundamental caracterizam-se como consulentes não proficientes no uso do dicionário, pois apontaram como a mais freqüente dificuldade ao manusear o dicionário a “localização de palavras”; atestaram que consultam esse tipo de obra com pouca freqüência ou a pedido do professor e indicaram, como motivos principais da consulta, a procura pelo significado e a ortografia.

Ademais, observamos que o quadro diagnosticado é, pelo menos em parte, resultado da concepção predominante de competência lexical, que enfatiza apenas o significado na aquisição de vocabulário e não promove o conhecimento dos demais aspectos envolvidos em “aprender” uma palavra, contribuindo para o desconhecimento, por estudantes e docentes, do potencial da obra lexicográfica. Assim, concluímos que o uso produtivo do dicionário no contexto escolar depende de três fatores: a atuação docente, as características das obras a que os estudantes têm acesso e a proficiência do estudante como consulente, adquirida por meio de uma formação progressiva, sistemática e integrante do programa de ensino de LE.

<sup>1</sup> Usamos o termo palavra tão somente em citações ou remissões ao pensamento dos autores quando empregada por eles, dada a ambigüidade dessa unidade léxica, o que será demonstrado no decorrer deste trabalho.<sup>2</sup> Adotamos nesta pesquisa o mesmo conceito de Scaramucci (1997) e Richards (1976) acerca de conhecimento lexical, que, segundo os autores, inclui, além do reconhecimento das palavras e de seus significados, a aprendizagem das seguintes facetas da unidade léxica: freqüência; colocabilidade; abrangência e limitação no uso de uma palavra; derivações e flexões; propriedades gramaticais e estruturais; constituições e identificação de rede de associações; valor denotativo e conotativo.<sup>3</sup> Língua Estrangeira. Embora nossas considerações possam ser válidas para o ensino/aprendizagem de outras línguas estrangeiras, sempre que utilizarmos essa expressão, no decorrer do trabalho, estaremos nos referindo especificamente à língua inglesa.<sup>4</sup> Representações estão sendo entendidas aqui como o conjunto de crenças que os indivíduos possuem em relação a determinado assunto.

BIDERMAN, M. T. C. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. XX<sup>o</sup> Congrès international de linguistique et philologie romanes. Tome IV, Section VI Lexicographie / Iberoromania, Zurique, 1992.

\_\_\_\_\_. *Teoria lingüística (teoria lexical e lingüística computacional)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HERNÁNDEZ, H. *Los diccionarios de orientación escolar: contribución al estudio de la lexicografía española*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1989.

LARA, L. F. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. p. 133 – 152. v. 2.

MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie*. Paris: Marcel Didier, 1953.

NATION, I. S. P. *Learning vocabulary in another language*. 3. ed. UK: Cambridge, 2002. p. 216 -297.

RICHARDS, J. The role of vocabulary teaching. *TESOL Quarterly* 10, 1, 1976.

SAPIR, Edward. *A Lingüística como ciência*. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SCARAMUCCI, M. V. R. A competência lexical de alunos

universitários aprendendo a ler em inglês como língua estrangeira. In: D. E. L. T.A, São Paulo, p. 215 – 246, 1997.

## Formação do leitor e do produtor de textos: implicações metodológicas.

Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti

maryeli@intercorp.com.br

Universidade do Estado de Santa Catarina

A formação do leitor e do produtor de textos, em se tratando do processo de escolarização, começa nas séries iniciais da Educação Básica. A escola contemporânea, no entanto, convive com queixas historicamente postas no universo educacional e atinentes à proficiência em leitura e produção textual, a exemplo de “os alunos têm problemas de interpretação de texto” e/ou “eu sei o que eu quero dizer, mas não consigo colocar no papel.” Tais queixas parecem derivar, em grande medida, de posturas metodológicas que vêm negligenciando a efetiva mediação docente no processo de construção de sentidos nos processos de leitura e de produção textual levados a termo pelos alunos dessas séries. Este estudo, tendo presente isso, descreve abordagens textuais propostas aos alunos por pedagogos atuantes em séries iniciais, evidenciando a natureza tangencial de tais abordagens no que diz respeito à focalização da macroestrutura textual. O estudo traça, ainda, um perfil desses mesmos pedagogos quanto a sua condição de leitores de obras de sua área de atuação, de modo a refletir sobre possíveis correlações entre opções metodológicas no trato com a análise textual na escola e a queixa “os alunos têm problemas de interpretação de texto”, bem como possíveis correlações entre a condição de (não)leitores desses docentes e o modo como medeiam as atividades de leitura e produção textual nessas séries. A base teórica para este estudo deriva da Lingüística Textual e das Ciências Cognitivas (BEAUGRANDE, 1997; BEAUGRANDE; DRESSLER, 1983; CHAROLLES, 1978; DUCROT, 1972; GRICE, 1975; KOCH 2003, 2004; MORAIS, 1996) e os procedimentos para coleta de dados envolveram 250 professores de séries iniciais de escolas públicas do Estado de Santa Catarina, pós-graduandos em Educação e matriculados em disciplina de Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa, os quais apresentaram propostas de abordagem textual que desenvolveriam com alunos de séries iniciais – seleção de um texto e definição das questões que proporião para mediar a construção de sentidos no mesmo. Os informantes responderam, também, a questionário acerca de suas práticas de leitura, instrumento no qual registravam quantos e quais livros haviam lido no período de um ano, em contagem progressiva em relação à data de coleta de dados, bem como quantos e quais livros haviam comprado nesse mesmo período, item que objetivou analisar em que medida essa atividade era parte de sua rotina profissional; outras questões focalizaram hábitos de freqüência a bibliotecas e práticas de trocas de livros com amigos e conhecidos. Os dados permitem mapear as propostas de análise textual desses professores em um conjunto de categorias que evidenciam abordagens as quais tangenciam o conteúdo dos textos propostos – temas correlatos, focos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

em cidadania, prevalência de opiniões –, ou priorizam questões circunscritas ao posto. Permitem inferir, ainda, a condição de não-leitores desses informantes, sobretudo não-leitores de obras de sua área de atuação e, portanto, potencialmente comprometidos na função que lhes cabe de formar leitores e mediar a formação de produtores de texto. Quanto à relevância, parece caber à Linguística Aplicada um olhar teórico mais pausado sobre a formação do leitor e do produtor de textos em séries iniciais, dado que esses processos, ao que parece, se mostram comprometidos, sob vários aspectos, especialmente nas escolas públicas do país, e, se consideradas as contribuições da Linguística Textual ao longo das últimas décadas do século XX, a permanência desse quadro ainda hoje precisa ser reavaliada. Uma das questões que se revelam flagrantes é o despreparo teórico de tais informantes para sustentar suas práticas metodológicas em classe, o que possivelmente seja responsável pela forma como replicam atividades consagradas de abordagem textual, em um ritual metodológico, ao que tudo indica, pouco produtivo; outra questão relevante parece ser a dificuldade de compreender que o processo de análise textual não tem fim em si mesmo, prestando-se tão-somente a favorecer a construção de sentidos dos textos. Tais informantes, ainda, parecem não ter desenvolvido a compreensão acerca da relevância de sua formação como leitores no processo de mediação da formação de novos leitores e produtores de texto.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London/New York: Longman, 1983.

BEAUGRANDE, R. *New foundation for a science for a text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Alex, 1997.

CHAROLLES, M. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue française*. Paris: Larousse, 38: 7-41, 1978.

DUCROT, O. Dizer e não dizer. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1972.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Org.) *Syntax and semantics*. New York, 1974. v. 3.

MORAIS, J. *A arte de ler*. São Paulo: Unesp, 1996.

### Funções e propriedades gramaticais do sinal “com” em libras

Aline Mesquita

aline.mesquita@ig.com.br  
Universidade de Brasília

Esta análise tem por objetivo estabelecer referenciais preliminares para analisar a interlíngua do surdo, na aquisição de preposições em português. Dada a hipótese da influência/interferência da língua materna/primeira língua (doravante L1) na aquisição da segunda língua (doravante L2), torna-se necessário investigar a manifestação dessa categoria na Língua de Sinais Brasileira (doravante LIBRAS), a L1 dos surdos em questão.

É amplamente constatada, na interlíngua do surdo (usuário de LIBRAS), a dificuldade em relação ao uso de preposições do português. Entre os estudos que apontam essa característica, podemos referir Faria (2001), Chan-Vianna (2003),

Mesquita e Salles (2005). Esse fato tem sido relacionado ao fato de que a LIBRAS não parece apresentar uma categoria gramatical que permita uma correspondência similar com o português. No entanto, conforme observado em Salles *et al.* (2005) e Mesquita e Salles (2005), algumas funções semânticas podem ser realizadas em LIBRAS por meio de uma categoria que apresenta propriedades gramaticais e semânticas comparáveis à das preposições em português, embora haja necessidade de se aprofundar o entendimento a respeito desses elementos. É o caso, por exemplo, da função semântica comitativa, que é realizada por meio de um sinal que tem sido transcrito/traduzido como ‘com’/COM (ou JUNTO).

Tomando tais fatos como ponto de partida, propomo-nos a examinar a ocorrência do sinal COM em LIBRAS, além de sistematizar, em uma perspectiva, translingüística, a forma como tal língua realiza construções que, em português, apresentam inequivocamente a categoria das preposições. Para tanto, foram considerados aspectos como a função semântica das categorias envolvidas, contrastando com os contextos sintáticos em que ocorrem nas línguas em estudo.

Inicialmente foram apresentadas considerações sobre os diferentes processos de aquisição de L1 e L2, bem como a situação lingüística do surdo. Em relação à aquisição de L1, adota-se a hipótese inatista, elaborada e desenvolvida inicialmente por Noam Chomsky como um questionamento às teses behavioristas, no final dos anos 50. O inatismo postula a existência de uma faculdade de linguagem que é responsável pela aquisição da língua materna, que consiste em converter o *input* lingüístico em uma gramática internalizada (Língua-I/I-language), que corresponde a uma gramática particular, específica (MIOTO *et al.*, 2005). Em relação à segunda língua, postula-se que a faculdade de linguagem também determina a aquisição de L2. Há, porém, diversas hipóteses a respeito do estado inicial da aquisição de L2. Enquanto alguns estudiosos afirmam que o aprendiz tem acesso total à GU, outros consideram que esse acesso é parcial, sendo determinado pela interferência da L1, que participa desse processo.

Em seguida, foram analisados alguns aspectos da sintaxe das preposições em português, considerando-se, em particular a preposição ‘com’. Observaram-se alguns dos contextos em que ocorre a preposição ‘com’ no português, que podem ser resumidos em três casos: a) a preposição retoma o significado do verbo; b) a preposição acrescenta uma informação nova na oração, exercendo função semântica comitativa, de instrumento e de posse e c) a preposição funciona como elemento de ligação.

Foram realizadas, ainda, considerações sobre a LIBRAS, verificando-se como essa língua realiza construções preposicionadas do português. Para isso, foram revisados estudos já realizados sobre a gramática desta língua, tais como Quadros e Karnopp (2004) e Ferreira-Brito (1995)

Por fim, na análise, foram considerados dados coletados em *corpus* constituído de duas fontes: (i) vídeo e CD-ROM com histórias relatadas em LIBRAS, intitulados *Histórias Infantis em Línguas de Sinais: o verbo em português e em LIBRAS* e *Alice no País das Maravilhas* e (ii) elicitación a partir do contato com surdos (professores de LIBRAS), obtida por meio de figuras que representavam uma sentença que, em português, teria a preposição ‘com’, tendo sido pedido aos surdos que fizessem uma frase em LIBRAS a partir das figuras mostradas. Observou-se que o sinal COM, nesta análise, ocorreu em contextos que indicam companhia (em especial) ou proximidade, assumindo função comitativa e



locativa.

Definidos os contextos em que a preposição ocorre em cada língua, torna-se mais fácil analisar a interlíngua do surdo, observando as interferências de sua L1 no texto escrito.

CHAN-VIANNA, A. C. C. *Aquisição de português por surdos: estruturas de posse*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

FARIA, S. P. Interface da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (variante falada pela comunidade surda de Brasília) com a Língua Portuguesa e suas implicações no ensino de Português, como segunda língua para surdos. *Pesquisa Lingüística*, Brasília, n. 6, 2001.

FERREIRA-BRITO, L. *Por uma Gramática da Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Lingüística de Filologia, 1995.

MESQUITA, A.; SALLES, H. M. L. Uso de pressuposições essenciais na interlíngua de surdos aprendizes de português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 5. *Anais...* Brasília, 2005.

MIOTO *et al.* *Novo Manual de Sintaxe*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua Brasileira de Sinais: estudos Lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SALLES *et al.* *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC/SEESP, 2002. v. 1, 2.

## Reading engagement with adolescent student

Caroline de Araújo Pupo Hagemeyer

carolinehagemeyer@hotmail.com  
Faculdades Campo Real

The purpose of this presentation is to show the results of a research aiming at analyzing the EFL teachers' practice in order to examine how it is related to students reading engagement. The reasons that led me to conduct this investigation are twofold. First, the problems that many teachers face in dealing with adolescents students. Second, the belief that cognitive factors alone are not enough to successfully engage students in the process of reading. The engaged reading perspective developed by the National Reading Research Center (NRRC) is the basis of this study. This perspective is founded in the premise that the motivational aspect of reading is equally important as cognitive skills (GAMBRELL; ALAMASI, 1996, as cited in BAKER; DREHER; GUTHRIE, 2000), because being able to read does not mean being willing to do so. Thus, teachers should promote activities that take into account both cognitive and motivational aspects of reading. Baker, Dreher and Guthrie (2000) state that "if motivation is treated as secondary to the acquisition of basic reading skills, we risk creating classrooms filled with children who can read but choose not to. On the other hand, if motivation is the only focus, we risk that children may love to read but cannot" (p. 01). It was also verified that the social aspects of reading, which refer to students' exchanging of knowledge with other people, such as peers and parents, were relevant to promote engagement.

Thus, the engaged reading perspective integrates three aspects of reading: cognitive, motivational and social. (GUTHRIE *et al.*, 1996; ALAMASI, MACKEOWN; BECK, 1996; GUTHRIE; WIGFIELD, 2000). Engaged readers are, therefore, those who read for interest, enjoyment and learning, utilize prior knowledge to derive new understanding, regulate comprehension through cognitive strategies, and are deeply involved in the activities

The participants of this study were three teachers and sixty seven students from one public and two private schools in Guarapuava, in the state of Paraná, Brazil. The data were collected through two types of instruments: two questionnaires, the first applied to the three EFL teachers before the observation period, and the second administered to the students who attended the observed classes at the end of the observation period; and video recording and transcriptions of the classes of the teachers.

The results revealed that the teachers adopted different pedagogical procedures in their reading classes and that each of these somehow influenced students reading engagement. Some of them are: the employment of pre-reading strategies, skimming, scanning, negotiation of vocabulary meaning and teachers' scaffolding. This may be due to the fact that these procedures could have offered students the fundamental tools to comprehend a text effectively, leading them to experience success, which increased their sense of self-efficacy. Students with high level of self-efficacy believe in their capacity as learners and are likely to persist and accomplish the task. The outcomes showed that the use of different text genres, texts which are interesting and arouse students' curiosity may have influenced students' level of motivation. Guthrie and Wigfield (200) state that curiosity, involvement, interest and challenge are subcomponents of intrinsic motivation for reading. (Intrinsic motivation can be illustrated when the activity generates interest and enjoyment). These authors also observe that the intrinsic motivation is the major contributor to reading engagement. The analysis also showed that when students were provided with opportunities to exchange their knowledge and experience in small groups, their participation increased since they were supposed to contribute to the group and they might have felt less threatened by their peers' judgment. This finding corroborates other related studies, which advocate that social interaction may exert a greater influence on students' reading engagement (GAMBRELL; MAZZONI; ALMASI, 2000).

ALAMASI, J.; MCKEOWN, M.; BECK, I. The nature of engaged reading in classroom discussion of literature. *Journal of Literacy Research*. V. 28 n. 1, p. 107-146, 1996.

BAKER, L; DREHER, M.; GUTHRIE, J. Why teachers should promote reading engagement. In BAKER, L; DREHER, M. & GUTHRIE, J., *Engaging young readers*. New York, USA: the Guildford Press, 2000.

GAMBRELL, L.; MAZZONI, A.; ALMASI, J. Promoting collaboration, social interaction, and engagement with text. In BAKER, L; DREHER, M.; GUTHRIE, J., *Engaging young readers*. New York, USA: the Guildford Press, 2000.

GUTHRIE, J.; WIGFIELD, A. Engagement and Motivation in Reading. In: BARR; KAMIL; ROSENTHAL; PEARSON, *Handbook of Reading Research*. Vol. III. New York, USA: Longman, 2000.

GUTHRIE, J. *et al.* Growth of literacy engagement: Changes in motivation and strategies during concept-oriented reading instruction. *Reading Research Quarterly*, 31 p. 306-325, 2000.

GAMBRELL, L.; MAZZONI, A.; ALMASI, J. Promoting collabo-



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ration, social interaction, and engagement with text. In: BAKER, L.; DREHER, M.; GUTHRIE, J., *Engaging young readers*. New York, USA: the Guildford Press, 2000.

### Discursos hegemônicos e ensino de língua inglesa

Elias Ribeiro da Silva

ribeiro.elias@bol.com.br  
Faculdade de Sertãozinho / UNICERES

A questão do papel da língua inglesa no cenário internacional contemporâneo tem motivado uma ampla discussão, tanto no âmbito acadêmico, quanto no meio político e artístico. No meio acadêmico brasileiro, pesquisadores de diferentes áreas, como a Antropologia, a Sociologia, a História, os Estudos Culturais, a Lingüística e a Lingüística Aplicada, entre outras, têm se debruçado sobre os diferentes aspectos da questão. No âmbito da Lingüística Aplicada, particularmente, foram desenvolvidos, nos últimos anos, vários estudos que focalizaram as implicações do ensino e aprendizagem de inglês como língua estrangeira nos diferentes contextos educacionais. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos de Paiva (1991), Bastos (1996), Oliveira (1996), Sá (2001), Moita Lopes (1996, 2003), entre outros, os quais focalizaram o componente ideológico presente no ensino de inglês como língua estrangeira.

Na mesma linha desses autores, este trabalho teve como objetivo principal discutir a questão do chamado *Imperialismo Lingüístico* (PENNYCOOK, 1994; PHILLIPSON, 1992) no contexto nacional contemporâneo. Como objetivo específico, buscou-se analisar como professores de língua inglesa de três diferentes contextos educacionais percebem as possíveis implicações ideológicas de sua prática pedagógica, particularmente no que se refere ao trabalho com o texto em sala de aula.

A pesquisa foi orientada por uma metodologia etnográfica de investigação, sendo que foram observadas aulas de inglês como língua estrangeira em três diferentes contextos de ensino dessa língua: uma turma de Básico II (segundo semestre de curso) de uma Escola Particular de Idiomas, uma turma da segunda série do Ensino Médio de uma Escola da Rede Estadual de Ensino e uma turma do terceiro ano de Letras de uma Universidade Pública de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: observação e gravação de aulas, elaboração de notas de campo e de diários de pesquisa, transcrição das aulas observadas, aplicação de questionários e realização de entrevistas com as professoras e com os alunos participantes da pesquisa.

Para discutirmos o caráter global da expansão da língua inglesa, utilizamo-nos da formulação teórica de Pennycook (1994), na qual o autor aborda a expansão dessa língua quanto à sua relação com a perpetuação de desigualdades lingüísticas, culturais, sociais, educacionais, políticas e econômicas. Partindo desse pressuposto, apontamos, com base em teóricos da História e da Sociologia, como a penetração e expansão da língua inglesa e da cultura norte-americana no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, atendiam a interesses econômicos dos Estados Unidos da

América. Tomamos como premissa, ainda, o fato de a língua inglesa veicular, na modernidade, um discurso hegemônico anglo-saxão. Orientados por essas considerações, adotamos a formulação teórica de Kramsch (1998) e a *Análise Crítica do Discurso* de Fairclough (2001), buscando demonstrar como linguagem e cultura se inter-relacionam, assumindo, portanto, uma concepção de linguagem enquanto prática social. Dessa forma, utilizamos uma noção de *texto* enquanto *discurso*, postulado fundamental para as diferentes vertentes da Análise do Discurso. Assim, tomamos como pressuposto que os textos trabalhados pelas professoras participantes constituem amostras de discurso potencialmente veiculadoras desse discurso hegemônico.

A análise dos dados coletados nos três contextos investigados evidenciou que a prática pedagógica das professoras participantes é orientada por uma concepção “estruturalista” de linguagem que não concebe a linguagem enquanto prática social. Assim, verificamos que, ao trabalhar o texto em sala de aula, as professoras participantes se limitavam a explorar a camada superficial de significação, não atingindo as camadas mais profundas, as quais veiculam o conteúdo ideológico desses textos, isto é, o discurso hegemônico. Nesse sentido, pode-se dizer que as professoras participantes parecem atuar como “reprodutoras” desse discurso, uma vez que não se verificou nenhuma forma de problematização do conteúdo dos textos trabalhados em sala de aula que indicasse uma preocupação, por parte dessas professoras, com aspectos ideológicos desses textos.

BASTOS, H. M. L. Identidade Cultural e o ensino de línguas estrangeiras modernas no Brasil. In.: PAIVA, V. L. M. (Org.). *Ensino de Língua Inglesa: reflexões e experiências*. Campinas: Pontes; Belo Horizonte: Departamento de Letras Anglo-Germânicas, UFMG, 1996.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

KRAMSCH, C. *Language and Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MOITA LOPES, L. P. “Yes, nós temos bananas ou Paraíba não é Chicago não”: um estudo sobre a alienação e o ensino de inglês no Brasil. In.: \_\_\_\_\_. *Oficina de Lingüística Aplicada: a natureza do social e do educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. A nova ordem mundial, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de inglês no Brasil: a base intelectual para uma ação política. In.: BARBARA, L.; RAMOS, R. de C. G. (Org.). *Reflexões e ações no ensino-aprendizagem de línguas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

OLIVEIRA, S. R. Ideologia e Ensino de línguas e literaturas estrangeiras. In: PAIVA, V. L. M. (Org.). *Ensino de Língua Inglesa: reflexões e experiências*. Campinas: Pontes; Belo Horizonte: Departamento de Letras Anglo-Germânicas, UFMG, 1996.

PAIVA, V. L. M. *A língua inglesa enquanto signo na cultura brasileira*. 1991. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

PENNYCOOK, A. *The Cultural Politics of English as an International Language*. London; New York: Longman, 1994.

PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SÁ, C. R. A. *A festa de Halloween e o inglês no Ensino Fundamental: fragmentos da imposição de uma prática cultural e ideológica*. 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – UFU, Uberlândia, MG, 2001.





## A construção da continuidade temática no SAEB e em livros didáticos analisados pelo PNLD

Delaine Cafiero

delainecafierobicalho@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Esta pesquisa observa duas ações de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação: o *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica* (SAEB) e o *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD). O primeiro avalia, a partir de uma *matriz de descritores*, as competências e habilidades de alunos da quarta e oitava séries do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio. O segundo programa avalia os livros didáticos comprados pelo MEC para utilização nas escolas públicas. O SAEB avalia o ensino e o PNLD intervém diretamente na sala de aula e nas metodologias ali utilizadas, ao fornecer critérios para o professor reconhecer a qualidade do livro didático que utiliza. Questiona-se, então: até que ponto essas duas ações estão em consonância? Isto é, as concepções de ensino e aprendizagem, subjacentes a esses programas, apontam para uma mesma direção?

Relacionando esses dois programas, o objetivo deste trabalho é, então, verificar até que ponto uma das habilidades avaliadas pelo SAEB – a de construir os referentes na leitura, pela identificação de dois ou mais termos que tenham a mesma referência – é desenvolvida pelos livros didáticos avaliados pelo PNLD.

Os elementos anafóricos, ou anáforas, são os elos por meio dos quais se dão as relações referenciais no texto. Esses recursos servem para nortear o leitor na observação de quais elementos devem ser conectados, são instruções a serem seguidas na construção da continuidade temática de um texto. O escritor conta com a capacidade de conectar de seu interlocutor; isto é, supõe que ele tem habilidade suficiente para seguir instruções dadas na superfície do texto, a fim de produzir coerência. Se a habilidade de estabelecer relações de continuidade num texto é uma das avaliadas pelo SAEB, deve também ser prevista, pelo PNLD, num material didático considerado de boa qualidade para o trabalho em sala de aula.

Neste trabalho, verifica-se até que ponto a habilidade de os alunos estabelecerem relações de continuidade temática por meio das relações referenciais anafóricas é trabalhada em livros didáticos. A partir da análise de coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa, avaliados no Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) 2005, busca-se verificar até que ponto as atividades que os livros didáticos apresentam podem desenvolver no aluno a habilidade de estabelecer relações de continuidade temática.

Toma-se como pressuposto a noção de que a língua é um objeto histórico, construído, manejado e constantemente modificado por aqueles que a utilizam em suas interações sociais para realizarem ações sobre o outro, isto é, para produzirem efeitos de sentido. Assim sendo, considera-se que os referentes não pré-existem à ação dos sujeitos do discurso, pelo contrário, são construídos pela atividade cognitiva e

interativa dos usuários da linguagem; são fundamentalmente culturais (KOCH, 1998; MARCUSCHI, 1998; MARCUSCHI; KOCH, 1998; MONDADA; DUBOIS, 1995). Adota-se, aqui, a noção de que a referência de itens lexicais a entidades do mundo é construída co(n)textualmente.

Enfim, considera-se que a referencição se realiza no discurso, é uma atividade cognitiva e lingüística pela qual o sujeito dá sentido ao mundo. Nesse contexto, *referir* é "uma atividade de designação realizável com a língua sem implicar uma relação especular língua-mundo" (MARCUSCHI, 1998). É uma atividade em que o sujeito representa o mundo para si em uma situação discursiva. Ao realizar essa atividade, o sujeito está construindo discursivamente os referentes (ou objetos) a que faz referência. Essa construção depende de um trabalho cognitivo desse indivíduo, mas, ao mesmo tempo, é condicionada por suas práticas sociais e culturais.

Os resultados da análise das coleções levam a perceber que a diferença básica entre elas situa-se no âmbito das concepções que as sustentam. É possível distinguir as coleções em dois grupos: um grupo que trabalha com os elementos de retomada da cadeia referencial dos textos apenas no nível da frase ou entre frases e outro grupo que trabalha no nível do texto e do discurso, considerando, portanto, que, para se ter acesso a um referente, é preciso considerar ações cognitivas, sociais e culturais.

Apesar das coleções do primeiro grupo destacarem, no manual do professor, que lidam com a concepção que defende a linguagem como um processo de interação, nem sempre esses pressupostos se concretizam nas atividades tal como apresentados na teoria. Fica evidente que essas coleções lidam, na verdade, com a concepção de que a língua está pronta e que os sentidos estão no texto. Prendem-se a uma perspectiva conteudista, ocupada fundamentalmente com as regras daquilo que tradicionalmente é considerado norma culta. As atividades com recursos de coesão referencial aparecem nessas coleções em número reduzido e, além disso, as atividades são pouco sistemáticas. O tratamento dado à anáfora é de uma mera relação termo a termo. Nesse sentido, é possível questionar se as atividades podem mesmo contribuir para o desenvolvimento da habilidade de o aluno estabelecer relações de continuidade no texto.

No segundo grupo de coleções, o texto é o ponto de partida para uma prática efetiva de construção de sentidos. O conteúdo gramatical não é o mote, os textos não são pretextos. Pelo, contrário, há um projeto claramente definido de privilegiar o uso das estruturas gramaticais e não regras estabelecidas *a priori*. O tratamento dado à anáfora revela que, na elaboração dos exercícios, a construção das relações referenciais é um processo construtivo, isto é, que os referentes são construídos discursiva e cognitivamente pelos leitores. Assim sendo, as atividades permitem ao aluno observar que os recursos anafóricos utilizados no texto sinalizam para sua continuidade temática, são elementos importantes que precisam ser considerados na construção de sentidos.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (Ed.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. *Tranel*, 23, p. 227-271, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos*: 1a a 4a séries. Brasília: Ministério da Educação e Desporto (MEC); FNDE, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos*: 5a a 8a séries. Brasília: Ministério da Educação e Desporto (MEC); FNDE; CENPEC, UFPE, 2005.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. *Relatório SAEB/2001: Língua Portuguesa*. Brasília.

KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. *Processos de referência na produção discursiva*. 1998. Mimeografado.

MARCUSCHI, L. A. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL A INVESTIGAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ÁFRICA, ÁSIA, AMÉRICA E EUROPA: BALANÇO E PERSPECTIVAS. Berlim, 1998. p. 23-25. Mimeografado.

MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. V. Processos de referência na produção discursiva. *Delta*, v. especial, 1998. No prelo.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. In: BERRENDONDER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Ed.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. *Tranel*, 23, p. 273-302, 1995.

### O trabalho com a conexão nos livros didáticos

Janice Helena Chaves Marinho

jhcmar@uol.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O objetivo desta comunicação é apresentar uma análise do trabalho que é proposto em livros didáticos de língua portuguesa, de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, para o estudo da conexão (ou junção). São analisadas as atividades presentes nos livros didáticos onde se exploram conhecimentos constitutivos dos processos de encadeamento de segmentos textuais de qualquer extensão (orações, períodos, parágrafos, seqüências textuais ou partes inteiras do texto). Tais atividades podem estar presentes, tanto na exploração da leitura dos textos escritos que compõem a coletânea dos LDs, quanto nas propostas de produção textual ou no trabalho com os conhecimentos lingüísticos ou gramaticais. Interessa-me investigar como os LDs, ao apresentarem atividades dessa natureza, orientam os alunos para o uso dos mecanismos de conexão – que podem ser as conjunções e as locuções conjuntivas, bem como os pronomes relativos, os advérbios e as locuções adverbiais – nos diferentes gêneros e tipos textuais que compõem a coletânea presente nas obras. Ou seja, interessa-me analisar se, por meio de atividades dessa natureza, os LDs contribuem para levar os alunos à compreensão, não só dos processos de combinação intra-sentenciais (o que tradicionalmente vem sendo trabalhado), mas também dos processos de articulação discursiva implicados nos diferentes gêneros e tipos textuais. Os mecanismos que atuam na articulação textual podem ser os mecanismos de junção/conexão, chamados na literatura lingüística de conectores, assim como os organizadores textuais, os operadores ou marcadores discursivos, os verbos performativos ou modais e também as construções de deslocamento à esquerda. Tais mecanismos operam em diferentes níveis do texto: em sua organização global, explicitando as articulações entre seqüências ou partes maiores do texto, no nível intermediário, assinalando os encadeamentos entre parágrafos ou períodos, e ainda no nível microestrutural, articulando orações ou membros da oração (KOCH, 2004). Sua função pode ser a de estruturar a linearidade do texto, organizando-o numa sucessão de fragmentos,

facilitando, assim, o seu processamento; encadear atos de fala distintos, introduzindo entre eles relações discursivo-argumentativas; assinalar etapas de construção do texto (introdução, desenvolvimento e conclusão), evidenciando sua organização estrutural; introduzir comentários sobre o modo de formulação do enunciado ou da própria enunciação; relacionar elementos de conteúdo; ou ainda sinalizar as relações discursivas, isto é, as relações que se tecem entre as diferentes unidades de um discurso. Considera-se que o uso desses marcadores lingüísticos se faz importante na medida em que pode conferir ao texto maior legibilidade, contribuindo para o esclarecimento dos diferentes tipos de relações existentes entre elementos e segmentos lingüísticos que compõem o texto e informações armazenadas na memória discursiva dos interlocutores. Entre essas marcas lingüísticas, interesse-me pelos conectores (conectores pragmáticos, conectores discursivos, conectores interativos, conectivos textuais, marcas de conexão, como têm sido chamados), que atuam na junção/conexão inter e intra-sentenciais, de acordo com o tratamento teórico de cunho funcionalista, ou na marcação das relações interativas, de acordo com uma abordagem modular do discurso.

O estudo dos conectores, em diferentes abordagens dos estudos lingüísticos que focalizam o discurso, tem evidenciado que esses elementos contribuem para a organização do discurso e para a sua interpretação. Reboul e Moeschler (1998, p. 98), ao tratar dos conectores e buscar a compreensão de seu funcionamento no discurso, mostram que eles têm uma função essencialmente interpretativa e que a sua presença pode facilitar a tarefa do interlocutor. Sua função, segundo os autores, é mais cognitiva do que discursiva, visto que, “minimizando os esforços de tratamento e dirigindo o processo de descoberta dos efeitos contextuais, asseguram de maneira eficaz a pertinência do discurso”. Fraser (1999), tentando elucidar o *status* e o funcionamento dos marcadores discursivos, define-os como uma classe de expressões lexicais extraídas das classes de conjunções, sintagmas adverbiais e preposicionais, que sinalizam uma relação entre o segmento que introduz (S2) e o segmento anterior (S1). Para o autor, eles constituem uma classe pragmática, visto que contribuem para a interpretação de um enunciado mais do que para a interpretação de seu conteúdo proposicional. Os teóricos que trabalham com modelos baseados nas taxonomias das relações de coerência (como a *Rhetorical Structure Theory* – RST) consideram que os conectores podem sinalizar essas relações, ou seja, consideram que o reconhecimento dessas relações é, muitas vezes, embora nem sempre, guiado pela presença de um conector. Os pesquisadores que adotam uma abordagem modular do discurso consideram que os conectores têm uma função na sua estruturação. As diversas pesquisas sobre os conectores, embora orientadas por diferentes pontos de vista e pela adoção de diferentes metodologias, tentam dar conta de sua função na determinação ou na sinalização das relações discursivas. Todas partem do princípio de que essas marcas lingüísticas intervêm tanto na interpretação quanto na produção do discurso, por servirem de guia para a construção do percurso interpretativo que conduz à determinação da relação discursiva. Num trabalho em que propõe um exame dos conectores interfrásticos visando a uma proposta de ensino desses elementos, Koch (1987) assinala que o uso inadequado dos conectores constitui um dos maiores problemas na produção e recepção de textos. O emprego inadequado dos conectores pode levar a dificuldades na leitura, uma vez que interfere no estabelecimento de inferências, bem como na formulação de previsões, processos



que fazem parte da compreensão da linguagem. Dessa forma, o ensino desses elementos, assim como o seu uso em diferentes gêneros e tipos textuais, ganha importância, o que torna fundamental uma análise da forma como são abordados nos LDs.

FRASER, Bruce. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*, 31, p. 931-952, 1999.

KOCH, Ingedore V. Dificuldades na leitura/produção de textos: conectores interfrásticos. In: KIRST, Marta; CLEMENTE, Ivo (Org.). *Linguística Aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

KOCH, Ingedore V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 81-144.

REBOUL, A.; MOESCHLER, J. *Pragmatique du Discours: de l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours*. Paris: Armand Colin, 1998. chap. 4.

### 3.3.3 Mesas-redondas

#### Mediações na aprendizagem de línguas

Os trabalhos desta mesa discutem três aspectos importantes do ensino e da aprendizagem de línguas estrangeiras: a interação, os exercícios e a colaboração. Os participantes questionam crenças sobre os processos de aprendizagem e as próprias teorias, comprovando que a prática nem sempre corrobora o que a teoria apresenta. Collins, tendo como referência o contexto de Práticas de Leitura e Escrita, em um curso via Internet de aperfeiçoamento de professores de língua inglesa, enfatiza que nem toda interação eficiente conduz à construção de conhecimento, apesar de contribuir para a construção de comunidades de prática e para a manutenção de laços sociais. Leffa reflete sobre o papel dos exercícios em contextos tradicionais e nos mediados por computador. O apresentador pretende demonstrar que os exercícios não encontram respaldo nas teorias, mas que continuam presentes nos manuais didáticos, o que parece atender à demanda dos professores. Essa constatação conduz a uma reflexão sobre o fazer científico e o fazer pedagógico na área de ensino de línguas, demonstrando que cientistas e professores deveriam fazer parte de uma mesma comunidade. Paiva, tendo como suporte a teoria da complexidade, questiona a aplicação das idéias de Vygotsky na aprendizagem de adultos, mais especificamente o conceito de zona do desenvolvimento proximal (ZPD) e o papel do par mais competente. O colega mais competente, que tem sido visto nas pesquisas como o grande colaborador na aprendizagem de línguas, passa a ser visto de outras duas formas: ora como vítima das abordagens colaborativas e ora como obstáculo à aprendizagem do parceiro. Os três trabalhos, apesar de abordarem temáticas diferentes têm em comum a questão da mediação - a mediação do outro, a mediação do material didático, e mediação das tecnologias digitais - questões fundamentais na aprendizagem de qualquer língua tanto na sala de aula tradicional quanto em ambientes educacionais computadorizados.

#### O professor, o cientista e o livro didático

Vilson Leffa

leffav@gmail.com

Universidade Católica de Pelotas

A área da educação, de modo geral, e a da aprendizagem de línguas, de modo particular, têm se caracterizado pela diferença entre a teoria e a prática. Há sempre um abismo muito grande entre o que acontece na sala de aula e aquilo que deveria acontecer, segundo os teóricos do pensamento dominante. Uma área em que esse abismo parece ser particularmente intransponível é no uso do exercício de aprendizagem. Do ponto de vista teórico, o exercício tende a ser visto como uma atividade inútil e mesmo prejudicial à aprendizagem da língua, devido principalmente à fragmentação (divisão de um curso em unidades e das unidades em itens menores) e à ordenação (alguns itens devem preceder outros); defende-se a idéia de que a aprendizagem da língua deve ser vista holisticamente. Já do ponto de vista prático, a ênfase está do lado oposto: é preciso dividir para aprender e conseqüentemente definir uma ordem de apresentação, prática e avaliação dos itens selecionados. Há uma tendência a valorizar a forma e o conhecimento explícito, com ênfase na capacidade de perceber aspectos específicos da língua.

A ênfase no exercício que deve ser solicitado ao aluno tem permanecido imune a todos os ataques dos teóricos. Uma análise dos livros didáticos usados nas escolas de línguas mostra uma profusão de atividades com base na manipulação, repetição de segmentos, resposta a perguntas e questões de marcar. Em levantamento recente feito junto às editoras, por exemplo, não encontrei um único livro que não apresentasse frases com lacunas para serem preenchidas pelos alunos. Mais ainda: livros didáticos elaborados por lingüistas aplicados (Moita Lopes, Richards, Willis, entre outros) apresentavam todos eles exercícios de manipulação a serem feitos pelos alunos, dando a entender que ou os teóricos estão divididos entre si ou mudam o discurso quando falam de um lugar diferente. Pode-se argumentar, neste sentido, que a produção de um texto, incluindo aí o livro didático, é sempre feita em função do público a que se dirige; quando se escreve para professores, tem-se que escrever o que os professores querem.

Uma maneira de tentar explicar este abismo entre a teoria e a prática pode ser feita pelo viés da Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Engestrom), juntando o conceito de comunidade científica de Kuhn e tentando mostrar de que modo a comunidade dos professores é completamente diferente da comunidade dos cientistas. Essa diferença é marcada em todos os elementos que caracterizam a formação de uma comunidade, incluindo os artefatos usados, as normas que estabelecem as relações de poder, as responsabilidades, a divisão de trabalho e principalmente o objetivo que deve ser compartilhado pelos membros dessa comunidade. Assim, por exemplo, enquanto os cientistas de uma determinada área de conhecimento formam uma comunidade restrita e voltada para si mesma (o cientista, por exemplo, só escreve para ser lido pelo colega), os professores de línguas, por outro lado, formam uma comunidade aberta, voltada para o aluno e outros segmentos da sociedade. Essa abertura afeta as responsabilidades de modo diferenciado em uma e outra



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

comunidade: enquanto o professor tem um compromisso com a sociedade, devendo produzir resultados a partir de seu trabalho com os alunos, o cientista tem compromisso apenas com sua hipótese inicial de investigação, podendo comprová-la ou não. O cientista pode arriscar-se. Se sua hipótese for rejeitada, ele não fica ameaçado de perder o emprego; desde que tenha observado as normas do paradigma a que se filia, pode retomar a investigação por um outro caminho. Já o professor não pode arriscar-se; se sua proposta de trabalho falhar, ele provavelmente perderá seu emprego. Vai preferir, portanto, ancorar-se no que já foi amplamente testado e usado por seus colegas, sob a crença de que é impossível que todos estejam enganados.

A conclusão do trabalho é de que a tensão entre a teoria e a prática pode ser resolvida pela criação de uma comunidade maior, supradisciplinar, que reúna membros das duas comunidades. Parte-se aqui do pressuposto de que, para haver entendimento, cientistas e professores devem pertencer à mesma comunidade. Essa nova comunidade obviamente terá, de modo bem explicitado, suas regras de funcionamento, seus instrumentos, as responsabilidades de cada um e a adesão a um objetivo comum. Um elo possível para sua formação é a produção de material didático, que pode funcionar como um elemento de ligação entre a teoria e a prática (KRAMSCH, 1995). A tentativa de fazer lingüistas aplicados e professores trabalharem juntos é provavelmente tão antiga como a própria Lingüística Aplicada. A novidade da proposta, no entanto, está em fazer com que falem dentro da mesma comunidade e, portanto, do mesmo lugar.

ENGESTRÖM, Y. Activity theory and individual and social transformation. In: ENGESTRÖM, Y.; MIETTINEN, R.; PUNAMÄKI, R-L. *Perspectives on Activity Theory*. UK: Cambridge University Press, 1999.

KRAMSCH, Claire. The Applied Linguistic and the Foreign Language Teacher can they talk to each other? In: COOK, G.; SEIDLHOFER, B. (Ed.), *Principle & practice in applied linguistics: Studies in honor of H. G. Widdowson*, p. 43-56, 1995.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Viana e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LEONTIEV, A. N. *Activity, Consciousness, and Personality*. Hillsdale: Prentice-Hall, 1978.

LEONTIEV, A. N. The problem of activity in psychology. In Wertsch, J. (Ed.), *The concept of activity in Soviet psychology*. Armonk, NY: Sharpe, 1981. p. 37-71.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

### Mediação, interação e qualidade em cursos online

Heloisa Collins

hcollins@uol.com.br  
PUC - São Paulo

Dez anos de práticas docentes e discentes em contextos de ensino-aprendizagem via internet nos ensinaram sobre diferentes aspectos da interação *online*: seu valor na criação e manutenção de laços sociais, sua importância na construção de comunidades e sua função na materialização da

participação, são alguns exemplos. No entanto, parece que ainda é muito difícil conseguir, na prática, o que a teoria promete. Temos hoje vastos registros de interação pouco associada à construção de conhecimento.

De fato, uma observação cuidadosa de discussões assíncronas em cursos *online* (CELANI; COLLINS, 2005) mostra que uma grande parte das contribuições de alunos, seja qual for seu grau de letramento digital (SOARES, 2002), em fóruns de discussão, é dirigida apenas ao professor, não mostra conexão com outras mensagens e se concentra na troca de informação compartilhada e na reiteração de problemas e dilemas comuns. “Discussões” assíncronas com essas características são inadequadas se os objetivos incluem promoção de colaboração mútua para o desenvolvimento de novas idéias e soluções profissionais, aprimoramento das capacidades reflexivas sobre questões e problemas e construção de laços sociais para a formação de comunidade de aprendizagem. Este tipo de problema também vem sendo apontado por outros pesquisadores envolvidos no mapeamento das possibilidades e limitações da comunicação assíncrona para o desenvolvimento do pensamento crítico na educação superior (GARRISON *et al.* 2003, PAWAN *et al.* 2003, GUNAWARDENA *et al.* 1998 e KANUKA *et al.* 1998, entre outros).

Entretanto, discussões assíncronas, potencialmente, parecem oferecer condições ideais para a expressão do pensamento crítico e a construção de conhecimento, já que permitem planejamento e elaboração cuidadosos das contribuições, revisão dos textos de mensagens para uma adequação refinada de conteúdo e estrutura e auto-avaliação em termos da relevância da contribuição no contexto da discussão. Além disso, a assincronicidade permite livre participação, sem as restrições das competições pelo turno, tão comuns nas interações face-a-face, e incentiva visitas aos registros da comunicação em andamento, o que pode ajudar o aluno a desenvolver sua compreensão de um problema ou questão e estabelecer conexões entre idéias, fazer confrontos e elaborar sínteses.

Isso nos faz pensar que, para ser um *locus* de aprofundamento da reflexão e do pensamento crítico, a interação precisa ter uma qualidade diferenciada, que vá além da comunicação com o professor e até mesmo extrapole sua função constitutiva da presença social (GARRISON *et al.*, 2003) dos participantes de um curso *online*. Essa redefinição da interação parece passar, necessariamente, por uma nova concepção da presença de ensino, que em cursos *online*, se materializa, principalmente, na mediação, uma vez que o papel de fonte de informação, tradicionalmente um monopólio do professor, é desenvolvido por uma multiplicidade de outras fontes, por meio de diferentes mídias.

O papel da mediação em cursos *online*, então, parece ser vital para o desenvolvimento de uma interação qualitativamente diferenciada entre os participantes, ao contrário do que parecem acreditar tantos projetos de educação à distância que utilizam tutores superficialmente preparados ou apenas densos conteúdos disponibilizados nos *sites* dos cursos. Como a voz mais importante da presença de ensino no ambiente *online* (GARRISON *et al.*, 2003), uma boa mediação precisa levar em conta o contexto mais amplo do curso, o contexto específico da interação ou da produção do aluno, ser pertinente à luz do conhecimento prévio do aluno ou do tipo de conhecimento que pretende ajudar a construir, e mostrar capacidade do mediador para promover problematização, aprofundamento e reflexão sobre as questões em pauta.

Na maioria dos cursos à distância, e em um curso que foca-



lizarei nesta apresentação, o *Práticas de Leitura e Escrita na Contemporaneidade*, um curso via internet de 260 horas oferecido a Professores de Educação Básica (PEB II) da rede pública paulista (ROJO *et al.*, 2006), a mediação está sendo “aprendida” por professores em formação, de modo a poder encerrar uma presença de ensino eficiente e promover interação de qualidade diferenciada. A apresentação incluirá exemplos de diferentes tipos de mediação e dos tipos de interação que parecem promover.

CELANI, M. A. A.; COLLINS, H. Critical thinking in reflective sessions and in online interactions. In: Kanavillil RAJAGOPALAN. (Org.). AILA Review. Applied Linguistics in Latin America. Amsterdam: John Benjamins Publishing company, v. 18, p. 41-57, 2005.

GARRISON, D. R.; ANDERSON, T. E-Learning in the 21st Century: A Framework for Research and Practice. New York: Routledge Falmer, 2003.

GUNAWARDENA, L.; ANDERSON, T. Transcript Analysis of Computer-Mediated Conferences as a Tool for Testing Constructivist and Social-Constructivist Learning Theories. Distance Learning. Proceedings of the Annual Conference on Distance Teaching and Learning. Madison, WI, USA. ERIC Document no 422 854, IR 018 995. 1998.

KANUKA, H.; ANDERSON, T. On-Line Social Interchange, Discord and Knowledge Construction. Journal of Distance Education/Revue de l'enseignement à distance 13.1. 1998.

PAWAN, F.; T.M. PAULUS; S. YALCIN; C.-F. CHANG. Online learning: Patterns of engagement and interaction among in-service teachers. Language Learning & Technology 7 (3), p. 119-140, 2003.

ROJO, R. H.; BARBOSA, J.; COLLINS, H. Letramento Digital: um trabalho a partir de gêneros do discurso. In Karwoski, Gaydeczka e Brito (Org.) Gêneros Textuais: Reflexão e Ensino. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2006.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 81. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_text&pid=S0101-73302002008100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_text&pid=S0101-73302002008100008&lng=pt&nrm=iso)>.

Acesso em 10 ago 2006.

## O outro na aprendizagem de línguas

Vera Menezes

vlmop@veramenezes.com

Universidade Federal de Minas Gerais

A aquisição de línguas estrangeiras não pode ser vista apenas como o resultado de processos cognitivos, pois existe bastante evidência de se tratar, também, de um fenômeno social. Nesse sentido, a teoria sociocultural vem ganhando bastante espaço nos estudos sobre aquisição e as idéias de Vygotsky sobre o desenvolvimento de conceitos pelas crianças têm sido amplamente aplicadas ao universo do adulto. No entanto, é relevante rever essas aplicações, levando-se em consideração não apenas as diferenças entre adultos e crianças, mas também a natureza do fenômeno da aquisição.

Uma das noções que mais impacto tem causado nas reflexões sobre aprendizagem de línguas é o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZPD). Vygotsky (1984) define

ZPD como “a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.” (p. 97).

Ao investigar o nível de desenvolvimento mental de crianças, Vygotsky (1987) descobriu que crianças são capazes de realizar tarefas não previstas para sua idade com a ajuda de outra pessoa. A ZPD não é um nível de desenvolvimento, mas um indicio da potencialidade da criança. Esse pesquisador preconiza que a escola deve oferecer oportunidade para a criança utilizar sua ZPD, ou seja, sua potencialidade de desenvolvimento, em vez de oferecer à criança problemas que ela consegue resolver sozinha, pois nesse último caso estaríamos encorajando a criança a “permanecer no estágio pré-escolar do desenvolvimento”. Para Vygotsky, a ZPD define funções mentais que ainda não amadureceram na criança, o que implica imaturidade. Tendo isso em mente, considero inadequada a aplicação do conceito ao universo dos adultos, pois a transposição desse conceito implica admitir que o adulto não tem seus processos mentais desenvolvidos. Esse questionamento, no entanto, não anula a importância do papel do outro na aprendizagem. Muitos estudos (ver Donato; Swain; Ohta; Verity; e van Lier in LANTOLF, 2000 e FIGUEIREDO, 2005, entre outros) demonstram que muitos aprendizes de língua estrangeira se beneficiam da ajuda de um par mais competente no desenvolvimento de habilidades lingüísticas. No entanto, duas questões merecem nossa atenção: a interferência negativa desse par mais competente na performance do colega e a reação desse colega mais competente quando é obrigado a trabalhar com colegas menos proficientes no idioma. Isso nos conduz a ver o contexto social não apenas como ambiente de cooperação, mas, também, como arena de conflito.

Como fica a aprendizagem do par mais competente em ambientes de aprendizagem colaborativa se não lhe são oferecidas atividades que o ajudem a ampliar sua aquisição da língua? A supervalorização do par mais competente ignora a autonomia do aprendiz adulto e reforça a crença da necessidade de intervenção de um especialista, minimizando a relevância dos artefatos culturais que também mediam a aprendizagem.

Pretendo demonstrar que nem o especialista, ou professor, nem o par mais competente exercem tanta influência positiva na aquisição de línguas estrangeira como se tem pensado. Para comprovar essa hipótese, proponho discutir o processo de aquisição como um fenômeno complexo, não-linear, dinâmico e adaptativo. Como evidências empíricas, utilizarei depoimentos de aprendizes em narrativas de aprendizagem que comprovam que o par mais competente nem sempre se dispõe a ajudar ou, ainda, que sua performance lingüística pode funcionar como elemento inibidor, transformando-se em barreira psicológica para o colega.

As narrativas demonstram também que o professor não é uma figura central no processo de aquisição de uma língua e que os artefatos culturais preenchem as lacunas do contexto formal de aprendizagem, contribuindo para a formação de uma comunidade de prática. Finalmente, pretendo rever o papel da colaboração em ambientes formais de aprendizagem tanto em contextos presenciais como em contextos virtuais.

FIGUEIREDO, F. J. Q. de. *Semeando a interação: a revisão dialógica de textos escritos em língua estrangeira*. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

LANTOLF, J. P. *Sociocultural theory and second language learning*, Oxford: Oxfrod University Press, 2000.  
VYGOTSKY, L. S. *Thought and language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1962.

### A avaliação da proficiência em língua portuguesa

Nesta mesa-redonda, serão abordados aspectos da avaliação da proficiência em língua portuguesa. O primeiro trabalho versa sobre desafios da Lingüística diante da noção de nível de proficiência; serão analisadas propostas norteadoras da avaliação do desempenho do aprendiz de português como língua estrangeira e, além disso, serão discutidos princípios que regem os exames de proficiência de LE, com foco na análise dos enunciados que orientam os candidatos a produzirem textos (orais e escritos), comprovando seu nível de desempenho lingüístico na língua alvo. O segundo trabalho aborda duas edições recentes do exame Celpe-Bras que constituíram corpus de investigação para análise das partes do exame e discussão dos pressupostos teóricos que subjazem a elaboração das tarefas que o compõem, para observação das grades de correção de cada uma das partes do exame, à luz de teorias lingüísticas sobretudo nos campos da pragmática, da lingüística do texto e da análise do discurso, para descrição das fases do processo de avaliação dos candidatos, para o debate acerca da contribuição dessas fases para a composição final do resultado final do candidato. O terceiro trabalho, a partir de uma reflexão sobre a escolha de textos para utilização no ensino de línguas, nas últimas décadas do século XX, focaliza o texto não-verbal no processo de ensino e avaliação de LE. No contato com textos não-verbais como os de HQs e cartuns, gêneros textuais que, entre outros, integram, o aprendiz de LE tem tido oportunidades de ir tecendo – ponto a ponto e de forma relativamente descontraída – sua leitura da realidade neles configurada, num vaivém, entre a imagem e o texto, alinhavando os sentidos que constrói às suas experiências de vida e de leitura desses gêneros em seu contexto de origem.

### Os textos verbais e não-verbais no ensino e na avaliação de língua portuguesa.

*Norimar Júdice*

njudice@uol.com.br  
Universidade Federal Fluminense

Considerando língua como uma atividade social, histórica e cognitiva que nos permite ser no mundo – e, em alguma medida, agir sobre o mundo –, entendemos que ensinar línguas é criar oportunidades para que nele nos inscrevamos, ampliando nossas possibilidades de interação e de atuação por meio de textos.

Os textos que circulam em diferentes línguas, oportunizando essas interações e ações em e entre diferentes culturas, configuram uma multiplicidade de discursos reveladores das muitas faces desse ser, estar e agir no mundo, constituindo

um rico acervo disponível para o ensino de idiomas. Nesse acervo textual, plasmado em palavras e/ou imagens, em variadas e complexas formas de articulação e de construção de sentido, estas últimas vêm ocupando um espaço que se amplia a cada dia – dos periódicos à tela do computador.

No processo de ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira, a seleção de textos para utilização em atividades a serem desenvolvidas em aulas ou em episódios de avaliação constitui uma empresa que exige aprofundada reflexão por parte de professores, de organizadores de materiais didáticos e de elaboradores de testes de proficiência. Diante da multiplicidade de suportes, tipos e gêneros textuais e das habilidades do aprendiz a serem desenvolvidas ou avaliadas, que modalidades preferir ou preterir? De que forma fazer a prospecção de suas potencialidades? Que partido tirar dos textos selecionados? Como abordar gêneros menos explorados nesse processo, porém de grande densidade?

Na atualidade, com a entrada na sala de aula do material didático elaborado em suporte impresso, sonoro, eletrônico etc. multiplicaram-se os gêneros com que os aprendizes estabelecem contato, muitas vezes sem implicar por parte do professor uma reflexão sobre a especificidade de cada um deles e sobre as abordagens que seriam proveitosas para dar oportunidades ao estudante de ampliar suas possibilidades de ler, de dizer e de se dizer na língua-alvo.

Na sala de aula de língua estrangeira, a leitura de textos em que se constrói o sentido na interseção de imagem com palavra, implica por parte do aprendiz percepção do traço e dos componentes culturais, discursivos e lingüísticos, e ainda mobilização de conhecimento de mundo e de experiências pessoais. Quando em uma atividade de leitura/produção de textos em língua estrangeira, em aula ou episódio de avaliação, o aprendiz ou candidato se depara com textos de gêneros já vivenciados em seu contexto de origem, configurados por imagem ou por imagem e palavra sobre temas acessíveis, suas chances de acessá-los, de compreendê-los e finalmente de produzir seu próprio texto na língua-alvo em interlocução mais distensa com colegas ou professor se ampliam significativamente. Para dar esse tipo de chance ao aprendiz ou candidato estrangeiro, professores, elaboradores de materiais didáticos e avaliadores devem trabalhar com conhecimento amplo das características e potencialidades dos textos não-verbais – tão presentes em nosso dia-a-dia e tão recentemente incorporados ao acervo textual destinado ao ensino-aprendizagem de Português do Brasil para estrangeiros. Necessitam ainda ter clareza dos objetivos que nortearão a elaboração das tarefas a serem desenvolvidas pelos aprendizes ou candidatos em situação de aprendizagem ou de avaliação.

Neste trabalho, pretende-se, a partir de uma reflexão sobre a seleção de textos para utilização em materiais didáticos e exames de proficiência de Português do Brasil para estrangeiros elaborados nos últimos dez anos, focalizar o uso do texto não-verbal, articulado ou não ao componente verbal (título, legenda...), em fotografias, cartuns e quadrinhos, analisando seu papel no processo de ensino e avaliação em língua estrangeira.

Além da “gramática” peculiar a textos dessa natureza, ou seja, a forma pela qual as representações de pessoas, espaços e objetos são configuradas nesses enunciados visuais, abordaremos as suas potencialidades para utilização como textos de partida em propostas de tarefas que objetivem desenvolver ou avaliar as habilidades de aprendizes de língua estrangeira.



- ANDREW, E.; SEDGWICK, P. *Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CIRNE, M. *A linguagem dos quadrinhos*. Vozes: Petrópolis, 1975.
- DELL ISOLA, R. L. P. A prática pedagógica subjacente à produção de materiais didáticos para ensino/aprendizagem de PLE. In: *Anais do IV Seminário da SIPLÉ*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- JÚDICE, N. Imagens do Brasil: texto e contexto no ensino de português-língua estrangeira. In: SILVEIRA, R. C. R. da. (Org.). *Português língua estrangeira: perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.
- JÚDICE, N.; FIGUEIREDO, S.; LIMA, R. A .O cartum como mediador em atividades de produção textual em português língua estrangeira. In: *Anais do II Congresso da SIPLÉ*. Rio de Janeiro: PUC, 1999.
- JÚDICE, N. Produção e leitura de textos no ensino de Português do Brasil para Estrangeiros. In: *Enseñanza de lenguas extranjeras em el ensino superior*. Buenos Aires: UBA, 2004
- KRESS, G.; LEEUWEN, T. G. *Images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.
- MENDONÇA, M. R. de S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- MIYAKI, N.A. M. Humor e ironia no material didático para o ensino de português- língua estrangeira. *Ensino de Português Língua Estrangeira/Cadernos do Centro de línguas da USP*. São Paulo: Humanitas, 1997.
- ZARATE, G. *Représentations de l'étranger et didactique des langues*. Paris: Didier, 1995.

## O processo de avaliação da proficiência em português para estrangeiros

Jerônimo Coura Sobrinho

jreonimocoura@gmail.com  
CEFET - Minas Gerais

Tem sido cada vez mais crescente o número de estrangeiros interessados no exame Celpe-Bras (Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros), único certificado de proficiência em língua portuguesa reconhecido pelo Ministério de Educação do Brasil. Esse exame é aplicado em quase todos os estados brasileiros, normalmente em Instituições Federais de Ensino Superior onde se oferecem cursos de português para estrangeiros, bem como em diversos Postos Aplicadores no exterior, sobretudo nos Centros de Estudos Brasileiros ou em universidades que se dedicam ao ensino e à pesquisa relacionados à língua portuguesa. Em sua maioria, os candidatos ao exame têm a intenção de se engajarem no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) ou no Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Para os candidatos a esses convênios, há exigência de certificação (nível intermediário superior). Dentre os interessados no exame Celpe-Bras, encontram-se também profissionais graduados em diversas áreas, interessados em exercer suas atividades no País, ou em empresas brasileiras que atuam também no exterior. Algumas entidades de classe, a exemplo do Conselho Federal de Medicina, exigem comprovação de proficiência em língua portuguesa para profissionais estrangeiros atuarem no Brasil.

Cada entidade determina o nível mínimo de certificação exigida para cada profissional, dentre os quatro níveis oferecidos: Avançado Superior, Avançado, Intermediário Superior e Intermediário. No Caso do CFM, a certificação mínima exigida é o nível Avançado.

Em sua primeira edição, em 1998, aproximadamente 120 candidatos se inscreveram. A partir de então, o número de candidatos tem aumentado sistematicamente a cada aplicação semestral, sendo que a aplicação do primeiro semestre de 2006 contou com a participação de aproximadamente 2400 candidatos.

O Exame Celpe-Bras é composto por duas partes: a Parte Individual que busca avaliar a compreensão e a produção oral do candidato e a Parte Coletiva que busca avaliar a compreensão e a produção escrita. Em ambas as partes do exame, o candidato produz textos a partir de outros textos. Na Parte Individual, o candidato interage face a face com um avaliador, que conduz uma entrevista motivada por um formulário contendo informações sobre o candidato, que acompanha a inscrição do candidato, e por pequenos textos (provocadores da conversa) abrangendo temas da atualidade, por um período de vinte minutos. Tudo isso acompanhado de um observador da interação que, assim como o entrevistador, avalia o candidato. Tanto o entrevistador quanto o observador avaliam o candidato. Na Parte Coletiva, com duração de duas horas e meia, depois de ter acesso a quatro textos apresentados por mídias diversificadas (rádio, TV), o candidato realiza quatro tarefas de produção escrita – uma para cada texto usado como input, com o propósito de externalizar o seu nível de comando na língua portuguesa. Em ambas as partes do exame, tanto a compreensão oral quanto a compreensão escrita são avaliadas a partir da produção do candidato. Os textos produzidos pelos candidatos são avaliados por especialistas da área, seguindo critérios elaborados por uma Comissão Técnica. Esses critérios têm se mantido basicamente os mesmos ao longo dos últimos anos, sendo que pequenos ajustes têm sido implementados com vistas ao aprimoramento contínuo do processo de avaliação.

Com base em duas edições recentes do Exame Celpe-Bras, neste trabalho, serão apresentados resultados de investigação em que se buscou (i) analisar as partes do exame e discutir alguns pressupostos teóricos que subjazem a elaboração das tarefas que o compõem; (ii) analisar e discutir as grades de correção de cada uma das partes do exame, à luz de teorias linguísticas sobretudo nos campos da pragmática, da linguística do texto e da análise do discurso; (iii) descrever e discutir as fases do processo de avaliação dos candidatos e a contribuição dessas fases para a composição final do resultado da avaliação; (iv) descrever e discutir a composição do resultado final do candidato.

A partir dessas análises, serão discutidas a natureza do exame e sua possível influência na atuação de professores da área do Português para Estrangeiros.

CUNHA, M. J.; P. SANTOS (Org.). *Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros*. Brasília: Edunb, 1999.

DELL'ISOLA, Regina L. P.; JUDICE, N.; SCARAMUCCI, M. V. R.; SCHLLATER, M. A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame CELPE-Bras. *REVISTA BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA APLICADA*. v. 3, n. 1, p. 153-184, 2003.

DELL'ISOLA, Regina; JUDICE, Norimar. Português – Passaporte para novos mundos: uma versão brasileira. *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*. Belo Horizonte: FALE/UFMG,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

v. 20, n. 26, jan./jun. 2000, p. 255-268.

MEC/SESu. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros. Exame para obtenção do Celpe-Bras. Manual do Candidato. Brasília: MEC/SESu/DEPE/DAÍ, 2003.

### A avaliação da habilidade comunicativa em português-língua estrangeira: desafios da Lingüística

Regina L. Péret Dell'Isola

isolare@uai.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

A noção de nível de proficiência em uma língua estrangeira (LE) evoca a idéia de gradações em uma escala contínua onde se é possível conceber desde um nível zero, ou seja, o total desconhecimento da língua, até níveis de competência que se aproximam aos de um falante nativo fluente e escolarizado. Existem inúmeras propostas de se avaliar o grau de conhecimento que um falante tem de uma LE. Basicamente, essas propostas podem estar orientadas para o estabelecimento de medidas que visem verificar o que ele sabe sobre esta língua ou o que ele é capaz de compor com o seu conhecimento dessa língua estrangeira. Neste último caso, focaliza-se o desempenho desse falante de acordo com a maneira pela qual ele utiliza seu conhecimento da LE e suas habilidades de expressão oral e escrita nessa língua são testadas de acordo com os parâmetros de um usuário falante nativo.

Os exames de proficiência são instrumentos que se destinam a identificar o nível de conhecimento individual desse falante, com base em certos objetivos previamente estabelecidos pelas diversas comissões elaboradoras relativas as suas concepções sobre o que “seja saber uma língua”. Há dois grandes desafios a serem enfrentados. O primeiro refere-se à delimitação de patamares nessa escala contínua que reflitam verdadeiramente o(s) nível(is) de conhecimento lingüístico e comunicativo do falante dessa língua alvo. Reconhece-se que delimitar um ponto neste contínuo que marque um nível mínimo constitui um artefato equivalente do de se determinar arbitrariamente a que horas a noite termina e a que horas o dia começa. Entretanto, entende-se que, apesar do caráter relativamente “arbitrário” dessa delimitação, é possível traçarem-se níveis de proficiência que apontem descrições de habilidades a serem demonstradas pelo falante da LE relacionadas a determinados usos e empregos práticos a que esses conhecimentos lingüísticos podem ser aplicados eficientemente.

O segundo desafio a ser enfrentado refere-se à avaliação da habilidade comunicativa de um falante em uma língua estrangeira. Se, de um lado, parece ser necessário instituírem-se níveis de proficiência de uma língua estrangeira, de outro, é preciso determinar parâmetros de avaliação que estabeleçam real correspondência entre o desempenho do falante na língua alvo e o grau de proficiência aferido. Considerando-se a grande variedade de tipos de testes de proficiência em língua estrangeira, observa-se que são particularmente interessantes as formas de cotejar conhecimento e a diversidade de objetivos propostos ou visados, em busca de medidas justas e instrumentos confiáveis de avaliação.

O desempenho em testes lingüísticos é influenciado por

uma ampla variedade de fatores, e uma compreensão desses fatores e de como eles afetam os resultados é fundamental para o desenvolvimento bem como para o uso desses testes. Embora provavelmente os especialistas em testes lingüísticos sempre tenham reconhecido a necessidade de basear o desenvolvimento e uso dos referidos testes numa teoria de proficiência lingüística (por exemplo, CARROLL, 1961; LADO, 1961), recentemente eles têm reivindicado a incorporação de um arcabouço teórico do que seja a proficiência lingüística aos métodos e à tecnologia envolvidos em sua mensuração (HENNING, 1984; BACHMAN; CLARK, 1987). Neste trabalho, apresento a proposta de descrição da habilidade comunicativa de linguagem – com base no quadro de referência de Bachman (1990) – compatível com trabalhos de Hymes (1972), Savignon (1983), Canale (1983), reconhecendo que a habilidade de usar a língua comunicativamente envolve conhecimento lingüístico ou competência na língua e a capacidade de implementar ou usar essa competência (WIDDOWSON, 1983; CANDLIN, 1986), de modo a oferecer base para o desenvolvimento e o uso de testes lingüísticos assim como para a pesquisa sobre esses testes. A partir desse quadro de referência, serão abordados princípios que regem exames de proficiência de português como língua estrangeira – no Brasil e em Portugal –, com foco na mensuração de habilidades de linguagem específicas, analisando os enunciados que orientam os candidatos a produzirem textos (orais e escritos) e que se destinam a avaliar o nível de desempenho lingüístico na língua alvo.

BACHMAN, Lyle F. Communicative language ability. In: BACHMAN, Lyle F. *Fundamental considerations in language testing*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

BACHMAN, L. F.; CLARK, J. L. D. The measurement of foreign/second language proficiency. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 490, 1987. p. 20-33.

CANALE, M. On some dimensions of language proficiency. In: OLLER JR, J. W. *Issues in language teaching research*. Rowley, Massachusetts: Newbury House, 1983. p. 333-42.

CANDLIN, C. N. Explaining communicative competence limits of testability? In: STANSFIELD, C. W. (Ed.) *Toward communicative competence testing: proceedings of the second TOEFL Invitational Conference*. Princeton, New Jersey: Educational Testing Service, 1986. p. 38-57.

CARROLL, J. B. The nature of data, or how to choose a correlation coefficient. *Psychometrika*, v. 26, n. 4, p. 347- 72, 1961.

CAROLL, Bredan. Typologie de tests de langue. In: MONNERIE-GOORIN, Anne; LESCURE, Richard. *Evaluation et certification en langue étrangère*. Paris. Edicef, 1993. p. 62-68.

HENNING, G. Review of Arthur Hughes and Don Porter (Ed.) *Current Developments in Language Testing*. *Language Testing*, v. 1, n. 2, p. 237-41, 1984.

HYMES, D. H. On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (Ed.) *Sociolinguistics*. Hamondsworth: Penguin, 1972. p. 269-93.

LADO, R. *Language testing*. New York: McGraw-Hill, 1961.

PARISSE, Paulo. Níveis limiares de proficiência. *Boletim da SIPLE- Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira*. v. 1 nº2, s.d., p.2 e 4.

SAVIGNON, S. J. *Communicative competence: theory and classroom practice*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1983.





### Competências semióticas de leitura e escrita

Com vistas a contribuir no aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem do vernáculo, constituímos um grupo de pesquisa em 2002 que vem se dedicando a estudos de base semiótica, voltados para o desenvolvimento de competências de leitura e produção textual. O grupo, denominado *Semiótica, leitura e produção de textos*, abriga mais de uma vertente semiótica, contudo, na presente sessão, propomos uma abordagem pautada na semiótica de Charles Sanders Peirce, uma vez que as comunicações se basearão em pesquisas nessa perspectiva já concluídas.

Nossas pesquisas na moldura *peirceana* têm buscado avançar na construção teórica de Peirce, aplicando-a ao estudo do signo verbal. Contudo, considerando o fato de estarmos inseridos numa era digital e multimídia, buscamos tecer um diálogo constante entre códigos e linguagens não-verbais e verbais, com vistas a apontar convergências semiótico-cognitivas que possam solidarizar-se no processo de aquisição e desenvolvimento do código escrito.

É patente a importância do domínio da escrita para o desenvolvimento intelectual dos sujeitos, uma vez que a leitura dá acesso a um sem-fim de conhecimentos. No entanto, nossas experiências didáticas nos têm mostrado que, ano a ano, os estudantes chegam mais despreparados ao terceiro grau. Percebe-se que a dificuldade verbal dos graduandos decorre, sobretudo, de sua falta de leitura. Vê-se então um círculo vicioso: o estudante não lê porque encontra dificuldades diversas relacionadas, em especial no código lingüístico; sua capacidade verbal, a seu turno, não se desenvolve pela falta de convívio com o texto escrito, sobretudo o formal. Como não conhecemos outro caminho para a aquisição de informações que não seja a leitura (seja ela qual for), vimos buscando associar a descrição da estruturação gramatical à categorização dos signos proposta por Peirce, não com a intenção de sofisticar ou encorpar nomenclatura, mas de construir molduras que favoreçam a concretização dos esquemas lingüísticos e, conseqüentemente, a aprendizagem do código escrito.

As comunicações que compõem esta mesa-redonda focalizarão as competências semiótica projetadas nos seguintes subtemas: o domínio da escrita formal como base para o ensino superior, as possíveis relações entre som e forma na aquisição da ortografia e o sistema de pontuação, observado sob o aspecto gramatical e estilístico.

As pesquisas que fundamentam nossas comunicações são respectivamente: *Projeto de texto e iconicidade: uma reflexão sobre a eficácia comunicativa* (SIMÕES, 2007 –PUC.SP); *A palavra e o desenho: uma interação da semântica e semiótica na aprendizagem da língua* (BIEMBENGUT SANTADE, 2006 – UERJ) e *A pontuação não-gramatical de Guimarães Rosa: um estudo semiótico* (MARTINS, 2006-UERJ).

Simões investigou a competência verbal do estudante de terceiro grau e sua capacidade de manifestar-se por escrito sobre dado tema. Observou a habilidade de argumentação pautada na seleção vocabular, tendo a iconicidade diagramática sintagmática como foco. A pesquisa buscou levantar e discutir dados textuais que demonstrassem a competência de escrita formal dos graduandos, com vistas a subsidiar possíveis reformulações didático-pedagógicas no ensino da língua nacional, em especial no Ensino Médio.

Biembengut Santade, com base em material coletado em classes do ensino fundamental, discutiu as relações semântico-semióticas entre o desenho e a escrita, passando pelo treinamento da pronúncia dos vocábulos no uso padrão

e analisando as repercussões do registro original do aluno na aquisição da pronúncia padrão, enfatizando a variação e proscrevendo qualquer forma de preconceito lingüístico.

Martins estudou o texto rosiano e discutiu a pontuação praticada pelo autor, com vistas a demonstrar a relação imagética entre o uso dos sinais de pontuação e os efeitos expressivo-comunicativos resultantes. Sua pesquisa deixa proposta de maior atenção para com o sistema de pontuação, apontando-lhe a relevância semiótico-estilística, como conteúdo a ser explorado no ensino da língua.

### Um estudo semiótico da pontuação.

*Aira Suzana Ribeiro Martins*

airamartins@uol.com.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Como sabemos, a pontuação é um assunto ao qual se dedica pouca atenção. As gramáticas tradicionais apresentam esse tema de forma um pouco confusa, ora relacionando-o à modalidade oral, ora à modalidade escrita da língua. As definições, em geral, contraditórias de uma gramática para outra, são pouco esclarecedoras. Nos manuais didáticos, a pontuação, tratada de forma superficial, é reduzida a uma enumeração de regras, sem qualquer referência à sua função de segmentar os constituintes frasais, de promover a organização textual e de garantir a organização do texto escrito. Os sinais de pontuação são também signos imprescindíveis para que as ambigüidades sejam desfeitas e o sentido do texto seja evidenciado. Esses signos apresentam-se, além disso, como importantes recursos expressivos, que podem acrescentar outros sentidos subjacentes à mensagem escrita. As dificuldades presentes nas prescrições da gramática tradicional devem-se, em parte, à própria natureza dos sinais de pontuação, já que seu surgimento, gradativo, está ligado à leitura em voz alta, prática comum nos primeiros anos da invenção da escrita. Além disso, é importante considerar que a pontuação é um assunto ligado não só ao enunciado, mas também à enunciação.

Sem orientação, o aluno pontua o texto, tomando como base, exclusivamente, a realização oral da língua. Sabemos, entretanto, que nem sempre se observa uma correspondência perfeita entre as pausas realizadas na cadeia falada e a pontuação do texto escrito. Como resultado, o estudante adquire uma noção equivocada a respeito do emprego dos sinais de pontuação e, muitas vezes, conclui o Ensino Médio sem ter a exata noção da importância desses sinais. É urgente a mudança de postura por parte da escola em relação ao tratamento dispensado a determinados assuntos, como a pontuação.

Nossa proposta é, com o auxílio da teoria semiótica de extração *peirceana*, tornar o ensino desse assunto menos árido e mais produtivo, evitando a apresentação de uma extensa lista de regras de uso dos sinais de pontuação, o que já desestimula o estudante a se dispor a iniciar a aprendizagem desse item tão importante da gramática. Tencionamos, em nosso texto, refletir sobre as razões pelas quais a pontuação é associada à modalidade oral da língua, considerar o aspecto enunciativo desse sistema e ainda observar a pontuação empregada em



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

textos de diferentes gêneros. Por fim, pretendemos sugerir estratégias de abordagem do assunto em sala de aula.

Além do emprego gramatical dos sinais de pontuação, encontramos interessantes efeitos em textos literários e publicitários, por meio do emprego desses sinais, em que se acrescentam outras significações que ultrapassam aquelas previstas pela gramática tradicional.

Os sinais de pontuação são signos que compõem a tessitura do texto e oferecem dados relevantes para a compreensão e interpretação do texto escrito. Do ponto de vista semiótico, os sinais de pontuação têm duplo valor no texto: o lingüístico e o visual. Na materialização do discurso em um texto, há um espaço não preenchido, responsável pela marcação de uma relação que não é perfeitamente ajustada, no que diz respeito à discursividade. Essa falta resulta na multiplicidade de possíveis sentidos, ou na geração de significado e sentido, que seria a semiótica, de acordo com a teoria semiótica de Peirce (1995).

A teoria da iconicidade vai permitir que penetremos no interior das mensagens, no modo como elas são engendradas, nos procedimentos e nos recursos nelas utilizados, conforme observa Santaella (2002). A teoria semiótica de extração peirciana pode dar conta dos problemas que dizem respeito às mensagens em sua multiplicidade e ainda evidenciar a forma como reagimos a elas. É possível, também, dentro da teoria semiótica, que se estabeleçam relações com a sintaxe, com a semântica e com a pragmática. A Semiótica, portanto, representa um importante instrumento de captação e de significações presentes no texto escrito. Acreditamos que uma metodologia de abordagem e de ensino mais objetiva e funcional, tornará o assunto menos árduo para o professor e, conseqüentemente, para o aluno.

CATACH, Nina. *La punctuation*. Paris: Larousse, 1980.

COSTA, Maria Rosa. *A pontuação*. Porto: Porto Editora, 1994.

NUNBERG, Geoffrey. *The linguistics of punctuation*. United States: CSLI, 1990.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

\_\_\_\_\_. *Matrizes da linguagem e pensamento*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

### Interação da semântica e da semiótica na aprendizagem da língua.

Maria Suzett Biembengut Santade

suzett.santade@terra.com.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Percebemos, ao longo de muitos anos de trabalho realizado em uma mesma escola, que o processo de ensino-aprendizagem de nossa língua sofre muitas influências da pronúncia de cada região. Notamos ao longo dessa experiência que isso constitui um problema. Entretanto, essa mesma experiência nos demonstra que esse problema é contornável. Os moldes de trabalho que atualmente a fonologia nos oferece podem auxiliar-nos na descrição dos fatos fonéticos.

Ao pronunciarmos as palavras, muitas vezes suprimimos ou inserimos algum fonema ou ainda deformamos o som que uma ou outra letra representa(m). Por exemplo: no sintagma os *olhos* > *zolhos* > *zóio* observamos apagamento no morfema-plural da palavra básica e, no monossílabo átono (artigo) os, o elemento pluralizante foi aglutinado na palavra básica, formando uma única palavra. Como forma análoga (que contém metaplasmo de aumento), podemos citar o caso de *advogado* > *adevogado*, dando surgimento à vogal epentética e.

Sabemos que há grande variedade de contextos quando os enxergamos sob a ótica de conhecimentos bem ou mal elaborados. Quando sofremos a influência de um contexto semanticamente bem elaborado, temos o reflexo do mesmo. Situação idêntica ocorre quando o contexto é mal elaborado também. Sabemos ainda que uma língua tanto pode ser falada como grafada. Dentro dos moldes de obediência da boa escrita, utilizamos os morfemas pluralizantes, os morfemas marcadores de modo e tempo verbais e número-pessoa, etc., legitimando, dentro dos sintagmas nominal e verbal, as concordâncias. Contudo numa linguagem *descuidada*, uma pessoa, mesmo com influência escolar, acaba também fazendo inserções, apagamentos, junturas, deslocamentos acentuais, etc. Essa pessoa com influência escolar e com motivação à leitura resgata, numa linguagem melhor cuidada oral e principalmente na escrita, a língua padrão. Todavia, a pessoa que sofre no seu ambiente sócio-lingüístico as influências de variações dialetais e que também tem pouca motivação à leitura demonstra nos seus contextos orais alterações fonéticas resultantes de uma variedade não-padrão e, ao registrar tais fatos numa linguagem escrita, praticamente transfere para ela os reflexos dessas suas variações lingüísticas, fazendo assim uma escrita pseudofonética, fora das normas gramaticais.

Assim, sentimos que há um momento na fase de aquisição da escrita em que os signos gráficos serão utilizados para a concretização da linguagem escrita. A partir do instante que a criança começa a lidar com esses signos duplamente arbitrários, ela irá registrar seus contextos lingüísticos, aproximando a escrita da fala. Nesse processo, a criança é levada a criar textos e textos, desenvolvendo sua habilidade na escrita. Contudo, se não interviermos em algum momento em sua linguagem, estaremos, de forma linear, contemplando e mapeando a criança como simplória, sem darmos o respaldo lingüístico para a sua ascensão cultural.

Para se compreenderem as alterações fonológicas apresentadas pelos educandos e suas escritas pseudofonéticas, exercitamos a gramaticalidade visual em sala de aula através dos desenhos, dos esquemas, no propósito de incentivar o raciocínio sobre a estrutura da língua (cf. BIEMBENGUT SANTADE, 1998, 2002).

Essas distorções nos remetem à *interdisciplinaridade*, fazendo reconhecer sua importância para um melhor entendimento e avaliação dos problemas inerentes a esse tipo de aprendizagem. Daí, então, a nossa preocupação em colocá-los à luz das proposições que nos são oferecidas pelo processo lingüístico de interlocução. Acreditamos que a interação da semântica e da semiótica possa contribuir para que o trabalho do professor de língua seja mais eficaz.

Apoiados na teoria *peirciana*, temos buscado mediar a gramática tradicional através de uma “alfabetização visual” (aquisição de esquemas de leitura e interpretação de sinais gráficos presentes na língua escrita – cf. SIMÕES, 2005), exercitando a modalidade padrão em cotejo com a linguagem dialetal das crianças. Aplicamos uma *gramática do cotidiano*



do aluno ou, pelo menos, próxima a ele, para podermos (professor-aluno) entender seu jeito de oralizar o pensamento e seu registro escrito, cheio de criatividade e de valores pessoais.

A necessidade de transformação do quadro metodológico tradicional do ensino-aprendizagem da língua portuguesa levou-nos a desenvolver com seriedade a arte do desenho na percepção da língua e, de alguma forma, a reconhecer os inúmeros aspectos nela implicados. Assim, é relevante pensar, por exemplo, nos conceitos gramaticais fora da compreensão do aluno, principalmente nas séries intermediárias do ensino fundamental, e que muitas vezes são utilizados de forma fragmentada, nas diferentes categorias da norma lingüística, sem os materiais de recursos impressos e tecnológicos. Assinalamos aqui que, na diversidade das características territoriais, socioeconômicas e culturais múltiplas, nas diferentes demandas e necessidades de alunos, a língua está sendo posta e exposta como objeto fora dos sujeitos-alunos, sem o apelo da percepção.

Creemos que a arte do desenho à palavra não necessita, em princípio, da formalidade de regras, pois a arte é signo. Na imaginação dos aprendizes em sala de aula, o ícone é o signo da criatividade e está ligado à faculdade de ver os desenhos nos aspectos gramaticais e de sentir a vida em linguagem. No entanto, como a própria primeiridade na teoria dos signos, segundo Peirce (2003), o ícone puro simplesmente não poderia existir se não houvesse a interação da comunicação. E, para isso, o signo depende não só de uma lei, ou melhor, de uma forma fixa, mas principalmente dos atos perceptivos, sem as amarras da arbitrariedade.

BIEMBENGUT SANTADE, Maria Suzett. *Oralidade e Escrita dos Esquecidos numa Gramaticalidade Visual*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. *Apreciações semânticas de relatos de aprendizagem*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação. Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 2002.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. 3. ed. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SIMÕES, Darcília. *Fonologia em nova chave*. Considerações sobre a fala e a escrita. 2. ed. corrigida e atualizada. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2005.

## Projeto de texto e iconicidade

Darcília Marindir Pinto Simões

darcilia@simo.es.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / PUC - São Paulo

A princípio, considerada a arbitrariedade do signo lingüístico e a sua flexibilidade semântica, parece impossível pensar em iconicidade produzida pelo signo verbal. Como produzir imagem por meio de signos simbólicos e, por isso, sujeitos a interpretações de alta subjetividade? No entanto, caso se leve essa questão às últimas conseqüências, creio que se poderia chegar à conclusão da impossibilidade de interação por meio dos textos verbais. Se o que é para um não o é para outro, como chegar à compreensão interacional? Sabe-se que essa subjetividade interpretativa é controlada

pelas codificações sociais. A partir disso, torna-se possível pensar o texto como um construto que pode conter sinais que conduzam o intérprete a certa semiose. Caso isso não fosse possível, os textos eminentemente informativos, de função administrativa, não seriam textos possíveis. A despeito disso, há as leituras inadequadas dos textos informativos, administrativos, e seus intérpretes acabam por praticar ações inadequadas. Logo, o texto, independentemente de sua função pragmática, tem de ser inteligível. E quanto maior for a expectativa comunicativa projetada sobre o texto, mais forte tem de ser a presença de signos orientadores em sua superfície, ou seja, a iconicidade deverá ser mais alta.

Convém acrescentar que há vários estudos sobre iconicidade. No âmbito da lingüística, por exemplo, Givón (1995) ocupa-se, dentre outras coisas, das estruturas gramaticais, buscando-lhes relações isomórficas entre a marcação sintática e semântica. Segundo o autor, cláusulas que são mais complexas semanticamente também tendem a ser mais complexas sintaticamente. Ainda que não me perfilhe à teoria de Givón e seus discípulos, hei de convir que essa isomorfia sintático-semântica se aproxima do que trato como construção de imagem textual. É claro que, por seguir teorias distintas, os instrumentos de análise também serão diferenciados, contudo, há qualidades perseguidas que confluem, a saber: *transparência e opacidade*, embora de modo também diverso, uma vez que estas indicariam graus de *iconicidade* em vez de oporem-se à última.

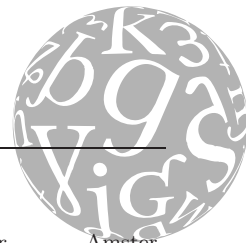
Persigo uma iconicidade por meio da qual o texto comunique, antes mesmo de ser lido em profundidade, comece a comunicar pela sua aparência visual. Segundo nossa experiência com leitura dinâmica (ou em alta velocidade), as palavras-chave usadas no texto para garantir a unidade temática atuam como ícones e índices que ciceroneiam a leitura. Por isso, aponto a possibilidade de identificação de palavras-chave e construções-chave que geram a iconicidade do texto.

Defino a iconicidade textual como o potencial gerador de imagens emergente do texto, por força das palavras e expressões nele atualizadas, potencial esse que é elemento garantidor da consecução do objetivo comunicativo do texto, a qual está intimamente ligada à organização dos signos na superfície textual, quer seja ele oral quer escrito. Quando se pensa na disposição objetiva dos conteúdos de um texto verbal, distribuídos em itens, seções, capítulos etc., automaticamente se vai considerar dados de natureza diagramática. Logo, não é artificial afirmar que os textos têm imagens objetivas (formais, pela distribuição de sinais sobre uma superfície) distintas. A distribuição paragrafática, a organização em seções e subseções, espaços, margens, grifos, são recursos visuais que servem para distinguir modelos textuais específicos. Os modelos produzirão imagens, iconicidade.

Na dimensão diagramática, a iconicidade se realiza por meio de relações internas ou externas ao código.

A diagramação endofórica ou sintagmática resulta da articulação dos signos verbais em enunciados legíveis. Tanto no nível frásico quanto no transfrásico, essa iconicidade estará assentada nos mecanismos gramaticais de coesão. Portanto, sua interpretação adequada implica domínio da gramática normativa da língua.

Ainda que a gramática normativa, a despeito do adjetivo que a caracteriza, deva ser tomada como ponto de partida, como referência estrutural, há de se convir que há estruturas básicas pré-normativas que não podem ser ignoradas, como a ordem lógica SVO na estrutura da oração. Entretanto, dependendo da competência gramatical do usuário, essas



estruturas podem ser ignoradas ou alteradas de tal modo que o texto venha a tornar-se ininteligível.

A diagramação exofórica ou paradigmática decorre do diálogo entre os signos do texto e o mundo extratextual (observe-se que o extratextual aqui se refere ao mundo extralingüístico, das experiências de vida). Logo, a iconicidade nessa dimensão se estabelece a partir da referenciação ao mundo objetivo ou ao mundo subjetivo, ambos extratextuais. Refinando o foco e situando o interesse imediato na relação da sintaxe com a semiótica, verifica-se que essa sintaxe (especialmente no texto escrito) se mostra mais fácil de se desenvolver por estudar as relações dos signos uns com os outros como determinadas por regra do que é caracterizar as situações existenciais, sob as quais certos signos são empregados, ou o que acontece no intérprete quando um signo está funcionando. Cumpre, no entanto, acrescentar a importância de considerar-se nessas investigações as dimensões semântica e pragmática, uma vez que há diálogo indispensável entre o espírito e o método dessas ciências, sobretudo no que concerne à observação do signo e suas conseqüências socioculturais.

Vale dizer que a sintaxe de que me ocupo é a sintaxe geral, já que a sintaxe lógica (cf. CARNAP – Apud MORRIS, 1976) não cuida de problemas sintáticos dos signos perceptuais, estéticos; do uso prático dos signos etc. Como meu interesse é textual, verbal, escrito e visa a focalizar e discutir efeitos semântico-pragmáticos da semiose, é preciso considerar cuidadosamente a estrutura lingüística e sua organização sintática.

Partindo da premissa de que os signos se combinam e recombinaem de formas diversas, produzindo assim efeitos semióticos distintos, Morris propôs uma classificação tripartite para os signos que, a meu ver, não é senão referendo à teoria triádica de Peirce, quanto às categorias e à funcionalidade dos signos, tanto na relação com seus objetos (coisas representadas), quanto na relação com seus intérpretes. Isto porque a sintaxe em si mesma já vai se constituir em signo da forma como se pensa algo, ordenando os elementos da expressão de certa forma em detrimento de outra(s), indicando assim o caminho trilhado pelo pensamento. A meu ver, a sintaxe pode indicar a trilha da semiose. Isto porque a cognição é uma operação que se realiza por meio de modelos mentais; e o interpretante do signo *peirceano*, em última análise, é um modelo mental.

Quando se chama a gramática normativa como ponto de partida modelar para a estruturação dos textos, está-se recorrendo a uma referência lingüística. Esta define a diagramação dos signos nos enunciados com vistas a propiciar a produção de uma imagem icônica emergente do texto. Assim sendo, a diagramação carrega a função indicial, e esta favorece a construção da iconicidade que, na minha ótica, decorre da seleção apropriada do léxico textual, associada a uma estruturação frasal estratégica: gramatical e estilística a um só tempo.

Segundo Simões & Dutra (2004), “a astúcia e a perícia do enunciatador na representação verbo-visual de suas idéias funcionarão (ou não) como elementos diretores das estratégias de leitura”.

Em síntese: se a astúcia enunciativa se volta para a produção de pistas orientadoras, o texto apresentará o que chamamos de alta iconicidade; caso contrário, a baixa iconicidade (do ponto de vista do intérprete) se manifestará pela abundância de pistas desorientadoras, sejam deliberadas, sejam equivocadas. Na pesquisa realizada, buscou-se dar relevo à produção da alta iconicidade como marca da eficácia comunicativa.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.

HALLIDAY, Michael A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

LOPES, Luiz Carlos. Verossimilhança e poder. In: *La Insignia*. Brasil, jun/2005. (disponível em [http://www.lainsignia.org/2005/junio/soc\\\_020.htm](http://www.lainsignia.org/2005/junio/soc\_020.htm)).

MORRIS, Charles W. *Fundamentos da teoria dos signos*. Rio de Janeiro: Eldorado/ São Paulo: EdUSP, 1976.

NÖTH, Winfried. *A semiótica no século XX*. São Paulo: Anna-blume, 1995.

SIMÕES, Darcilia & DUTRA, Vânia Lucia R. A iconicidade, a leitura e o projeto do texto. In: *Linguagem & Ensino*. [ISSN 1415-1928]. v. 7. n. 2. Pelotas: UCPel., Jul/Dez de 2004.

### 3.3.4 Pôsteres

#### A internet: uma hipótese sociocognitiva para aprendizagem de língua estrangeira (LE)

Luiz Carlos Carvalho de Castro

[luladecastro@hotmail.com](mailto:luladecastro@hotmail.com)

Universidade Federal da Paraíba

É notável como alguns instrumentos tecnológicos, criados com finalidades não-educativas, adequaram-se bem à educação, servindo de recurso didático para o ensino-aprendizagem. A Internet, por seus recursos multimídia, vem transformando e ampliando as práticas comunicativas na Web. Segundo Marcuschi (2002:13), “a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo”. Daí, o surgimento desses gêneros emergentes: e-mail, bate-papo, blog, Orkut, entre outras possibilidades de atividades sociocomunicativas em ambientes virtuais, integrando múltiplas linguagens (imagem, som e texto) e despertando no aprendiz maior interesse pela aprendizagem de línguas estrangeiras. Apesar dessas possibilidades, a Internet ainda inspira cuidados, pois se constitui num desafio, quando o assunto é ensino-aprendizagem. Entre os desafios, listamos: a formação do professor frente às novas tecnologias, as concepções de linguagem e de uso dessa nova tecnologia. Além disso, quando a atividade de ensino não é planejada e é, pelo contrário, dissociada de um objetivo educacional bem definido, há dispersão por parte dos aprendizes, devido ao caráter lúdico da Internet. Diante das possibilidades comunicativas disponíveis no ambiente virtual, percebemos a possibilidade de eleger as atividades comunicativas desenvolvidas na Internet como uma hipótese sociocognitiva para a aprendizagem de língua estrangeira (LE). Isso desde que o uso da Internet funcione como um recurso didático no processo de ensino-aprendizagem, instaurado nas bases sociocognitivas da aprendizagem e inserido num contexto desafiador no qual os aprendizes construam seu conhecimento na relação com o outro (o educador e os colegas), além de usarem o computador. Nosso pressuposto: as bases sociocognitivas da aprendizagem da linguagem, postuladas por Tomasello (1999) e Bruner (1983), o conceito de cenas



de atenção conjunta, que segundo Tomasello (1999:135) “são interações sociais nas quais a criança e o adulto prestam conjuntamente atenção a uma terceira coisa, e à atenção um do outro à terceira coisa, por um período razoável de tempo”. Nosso objetivo: refletir sobre as bases sociocognitivas no desenvolvimento de atividades para aprendizagem de LE, utilizando a Internet como um recurso didático. Optou-se por fazer um estudo de caso em uma oficina de aprendizagem de LE, que utilizou a Internet como recurso didático. O público alvo constituiu-se por estudantes da cidade de Pesqueira/PE. A oficina foi desenvolvida em 03 etapas: a 1ª no laboratório de informática, onde os participantes, sob a orientação de um especialista receberam noções básicas de Internet; na 2ª etapa, formamos dois grupos, A (não-usuários da Internet) e B (usuários da Internet); na seqüência, falamos de nossa intenção e nosso objetivo na atividade proposta. Distribuímos uma lista de sites educacionais de LE e acompanhamos o desenvolvimento da oficina; na 3ª etapa, a professora de Inglês utilizou o material coletado pelos participantes, gratuitamente, na Internet, aplicando técnicas de leitura e compreensão para aprendizagem de LE. O resultado foi satisfatório, embora o grupo A tenha se destacado. O grupo B, por muitas vezes, dispersou-se, provocando desvio da cena de atenção conjunta. Concluímos que a aprendizagem de vocabulários novos de uma LE ocorre com mais facilidade, quando socialmente partilhada com outros. Portanto, quanto mais tempo em atividades de base sociocognitivas, mais amplo o vocabulário adquirido.

BRUNER, J. *Child's talk – Learning to use language*. Oxford: Oxford Clark, 1983b.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.) *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, p. 19-36.

\_\_\_\_\_. *Apresentação: Interação na Internet*. Rio de Janeiro, (Prefácio, Posfácio/ Apresentação), 2005, p. 09-12.

MORAN, José Manuel. *Novos desafios na educação - a Internet na educação presencial*

e virtual. In: PORTO, Tânia Maria E. (org). *Saberes e Linguagens de educação e comunicação*. Pelotas: editora UFPel, 2001, p. 19-44.

TOMASELLO, Michael. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

## Fonética e Fonologia

### 3.4.1 Comunicações Coordenadas

#### Variação fonológica pela TO Estocástica

Esta sessão de comunicações coordenadas organiza-se em torno do tema variação fonológica e sua abordagem conforme o modelo estocástico da Teoria da Otimidade (TOE; BOERSMA, 1998; BOERSMA; HAYES, 2001). Objetiva-se caracterizar e criticar o modelo a partir de sua comparação a propostas anteriores e através de sua aplicação ao tratamento de processos variáveis.

Comparam-se diferentes abordagens à variação na perspectiva da Teoria da Otimidade (TO; PRINCE; SMOLENSKY 1993/2004): Kiparsky (1993), Reynolds (1994), Anttila (1997), analisando-se o processo de assimilação regressiva entre palavras (AREP) no Picard (CARDOSO, 2003). Caracteriza-se a TOE – modelo que utiliza um algoritmo de aprendizagem gradual (GLA) para simular o processo de aquisição e determinar o valor de ranqueamento de cada restrição em escala contínua, pela adição temporária de um componente de ruído ao valor de ranqueamento de cada restrição, o que pode gerar outputs variáveis – e mostram-se vantagens dessa proposta.

Isso também será verificado na análise de agrupamentos variáveis de clítico e hospedeiro (*asua, demaio, evejo*) em cartas pessoais escritas no Brasil no século XIX (BATTISTI, 2006). Desfavorecidos em locuções formadas por clítico e palavra lexical (a casa), e favorecidos em locuções formadas por clítico e clítico (*quiete*), ou clítico e palavra funcional (*atua*), os agrupamentos são motivados pela saliência da relação de dependência prosódica clítico-hospedeiro: quanto menos clara a identificação do hospedeiro como palavra morfológica, mais saliente é essa relação ao escritor. Nisso se percebe um efeito de gradiência que está na base dos agrupamentos variáveis promovidos na escrita e que pode ser adequadamente abordado na perspectiva da TOE.

Para o estudo da variação na aquisição fonológica, o algoritmo de aprendizagem (GLA) utilizado pela TOE dá conta da gradualidade do processo e dos outputs variáveis realizados pela criança decorrentes de inputs não variáveis. Mostra-se isso analisando-se o processo de aquisição segmental e de estrutura silábica do português brasileiro. Apesar do bom desempenho apresentado pelo GLA, os dados empíricos parecem apontar para a necessidade de ajustes no modelo, tendo em vista que a frequência do input – que sustenta o funcionamento do algoritmo – não é suficiente para explicar a ordem de emergência de determinadas estruturas fonológicas (BONILHA, 2006). Sugere-se, assim, a consideração a tais ajustes no funcionamento do algoritmo.

ANTTILA, Arto. Deriving variation from grammar: A study of Finnish genitives. In F. Hinsken, R. van Hout and L. Wetzels (Eds.), *Variation, Change and Phonological Theory*. Amsterdam: John Benjamins, p. 35-68. (First appeared as a manuscript in 1995, Stanford University). 1997.

ANTTILA, Arto. *Aquisição dos ditongos orais decrescentes: contribuições da Teoria da Otimidade Conexionista*. Trabalho apresentado no VII ENAL. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

BATTISTI, Elisa. *A percepção da relação de dependência entre clíticos e hospedeiros em cartas pessoais do século XIX*. Comunicação no GT de Fonética e Fonologia no XXI ENANPOLL, PUC-SP, 20 jul. 2006.

BOERSMA, Paul. *Functional phonology. Formalizing the interactions between articulatory and perceptual drives*. LOT 11. The Hague, Netherlands: Holland Academic Graphics, 1998.

BOERSMA, Paul; HAYES, Bruce. Empirical tests of the gradual learning algorithm. *Linguistic Inquiry* 32, p. 45-86. 2001.

CARDOSO, Walcir. *Topics in the phonology of Picard*. PhD thesis, McGill University. *McGill Working Papers in Linguistics*. 2003.

KIPARSKY, Paul. Variable rules. Paper presented at the Rutgers Optimality Workshop, New Brunswick, N. J. 1993.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers, 1993/2004.

REYNOLDS, William. *Variation and phonological theory*. PhD



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

thesis, University of Pennsylvania, 1994.

### Abordagem não-determinista da relação prosódica clítico-hospedeiro em cartas pessoais do século XIX

Elisa Battisti

ebattisti@uol.com.br  
Universidade de Caxias do Sul

Agrupamentos variáveis de clítico e hospedeiro (*asua, demaio, evejo*) são um dentre outros empregos de letras fonologicamente significativos (MONARETTO, 2005) passíveis de serem verificados em documentos antigos. De acordo com Câmara Jr. (1984), esses agrupamentos originam-se de uma competição entre critérios ortográficos e fonológicos, que faz com que tanto as pessoas mal alfabetizadas de hoje quanto os copistas medievais escrevam *olivro, sefala e falass* sem espaço em branco. Bisol (2005) explica que a relação prosódica que se estabelece entre clítico e hospedeiro é uma relação dominado-dominante, forte-fraco, ou vice-versa. Acrescenta que não importa ao clítico a função sintática que venha a assumir na frase ou isoladamente, no caso do pronome pessoal; tornam-se iguais *te dizer, dizer-lhe, de noite*. Clítico e hospedeiro formam uma locução, pois são elementos fonologicamente independentes, embora, admitem-se no presente estudo, essa (in)dependência seja percebida em diferentes graus pelos indivíduos. Acredita-se que os agrupamentos registrados variavelmente na escrita decorram de uma maior saliência da relação de dependência prosódica entre clítico e hospedeiro conforme percebida pelo escritor. Essa saliência, por sua vez, resulta de uma identificação menos clara do hospedeiro como palavra morfológica e prosódica. O exame de cartas pessoais escritas no Brasil no século XIX (BATTISTI, 2006) revelou que tais agrupamentos são desfavorecidos em locuções formadas por clítico e palavra lexical (*a casa*), e favorecidos em locuções formadas por clítico e clítico (*quete*), ou clítico e palavra funcional (*atua*). Ou seja, em seqüências como as últimas, em que o agrupamento é favorecido, a dependência clítico-hospedeiro é mais saliente ao escritor porque menos clara é a identificação do hospedeiro como palavra morfológica e, assim, também prosódica. Nisso se percebe um efeito de gradiência que está na base dos agrupamentos variáveis promovidos na escrita e que pode ser adequadamente abordado na perspectiva da TO Estocástica (BOERSMA; HAYES, 1999). Tratar de processos variáveis pela TO tem sido um desafio em função do caráter determinista da proposta: na TO padrão (PRINCE; SMOLENSKY, 1993; McCARTHY; PRINCE, 1993), dadas restrições entre si ranqueadas, sempre se produzirá o mesmo output para uma certa condição inicial. Variação, ou escolha de um outro candidato, acarreta mudança na hierarquia de restrições. Diferentemente, no modelo estocástico, a gramática é não-determinista no sentido de que nela as restrições estão ranqueadas em uma escala linear, sem limite máximo ou mínimo. Pequenas perturbações ou alterações no ordenamento não implicam mudança em toda a hierarquia, mas em pontos ao longo da escala, pela aproximação dos valores (probabilísticos) das restrições. Na proposta de Boersma; Hayes (1999), um algoritmo, o GLA (*Gradual Learning Algorithm*), expressa a

aprendizagem da língua e da variação: exposto a variantes, a análise do algoritmo (i. e. da gramática) falha ao emparelhar o dado (lingüístico) de aprendizagem. É isso o que gera a perturbação referida. A gramática, em sucessivas avaliações, reproduzirá a freqüência relativa das variantes no conjunto de aprendizagem, fazendo com que, pelos valores próximos associados às restrições relevantes em escala, essas sobreponham-se em momentos de fala.

Ao presente estudo, interessa justamente a natureza não-determinista do GLA. Considerando-se que as restrições de alinhamento MWORDLEX=WORD (um elemento lexical é uma palavra prosódica) e MWORD=WORD (uma palavra morfológica é uma palavra prosódica) estejam envolvidas nos agrupamentos variáveis em questão, mostra-se que seus valores aproximam-nas na escala de restrições, o que amplia as possibilidades de mapeamento *output-input-output* e explica a percepção do escritor da relação de dependência prosódica clítico-hospedeiro. As demais restrições relevantes em interação na escala linear são EXHAUSTIVITY (um constituinte maior domina *constituíntes* menores), WORD-SIZE (uma palavra prosódica é minimamente dissilábica) e NON-RECURSIVITY (constituíntes prosódicos não são recursivos), conforme a proposta de Zec (2005) para distinguir formas funcionais livres de presas, e segundo a hipótese de Bisol (2000, 2005) de que os clíticos no português brasileiro não se integram, mas anexam-se ao hospedeiro à direita, formando um constituinte composto por uma palavra fonológica e um ou mais clíticos.

BATTISTI, Elisa. *A percepção da relação de dependência entre clíticos e hospedeiros em cartas pessoais do século XIX*. Comunicação no GT de Fonética e Fonologia no XXI ENANPOLL, PUC-SP, 20 jul. 2006.

BISOL, Leda. O clítico e seu *status* prosódico. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2000. p. 4-30.

BISOL, Leda. O clítico e seu hospedeiro. *Letras de Hoje*, v. 40, n. 3, set. 2005. p. 163-184.

BOERSMA, Paul; HAYES, Bruce. Empirical tests of the gradual learning algorithm. *ROA* 348. 1999.

CÂMARA JR., Joaquim M. *Problemas de lingüística descritiva*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. *Prosodic morphology I - constraint interaction and satisfaction*. (não-publicado). Amherst/New Brunswick, Universidade de Massachusetts e Universidade de Rutgers, 1993.

MONARETTO, Valéria N. de O. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, v. 40, n. 3, set. 2005. p. 117-135.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality theory: constraint interaction in generative grammar*. (não-publicado). New Brunswick/Boulder: Universidade de Rutgers e Universidade do Colorado, 1993.

ZEC, Draga. Prosodic differences among function words. *Phonology* 22. 2005. p. 77-112.

**Algoritmos e dados empíricos: variação na aquisição fonológica do português**

Giovana Ferreira Gonçalves Bonilha

gfgb@terra.com.br

Universidade Federal de Santa Maria

De acordo com a Teoria da Otimidade, há diferentes propostas para explicar a emergência de formas variáveis: restrições flutuantes (ANTILLA, 1997), restrições probabilísticas (BOERSMA, 1998; BOERSMA; HAYES, 2001), candidatos sub-ótimos (COETZEE, 2005), entre outras. A variação, na aquisição fonológica, portanto, pode ser entendida, basicamente, em acordo com a Teoria da Otimidade, como a emergência de diferentes formas de output motivadas por estratos constituídos por várias restrições ou pela emergência de candidatos sub-ótimos. Todas as propostas precisam, no entanto, de vínculos com algoritmos de aprendizagem e nem sempre os vínculos são adequados, ainda mais quando pensamos na emergência de formas variáveis também nos dados do adulto. Pater (2005) propõe alterações no Constraint Demotion Algorithm (CDA) – algoritmo de aprendizagem proposto por Tesar; Smolensky (2000) – de forma que a criança possa dar conta dos inputs variáveis no processo de aquisição da linguagem. De acordo com Bonilha; Ribas (2005), tal alteração, apesar de dar conta da realização de outputs variáveis decorrentes de inputs também variáveis, entra em conflito com a Provisão Antiloop – mecanismo que possibilita a reanálise da forma de input e a sua conseqüente alteração, parte integrante do CDA –, e não responde pelas falhas que o algoritmo apresenta em evidenciar a gradualidade no processo de aquisição e os outputs variáveis realizados pela criança decorrentes de inputs não variáveis. O algoritmo proposto por Boersma; Hayes (2001) – Gradual Learning Algorithm (GLA) – tem sido considerado, portanto, aquele que melhor lida com os dados provenientes da aquisição, tendo em vista a variação encontrada nas formas produzidas pelas crianças durante todo o processo de aquisição (CURTIN, 2002; BONILHA, 2004, 2006). O presente trabalho tem por objetivo demonstrar até que ponto o algoritmo proposto por Boersma e Hayes é capaz de dar conta do processo de aquisição segmental e de estrutura silábica do português brasileiro, bem como de lidar com inputs variáveis decorrentes da variação na forma adulta. Os dados analisados são longitudinais, de dois sujeitos monolíngües, falantes nativos do português brasileiro, com idade entre 1:0 e 4:0. Apesar do bom desempenho apresentado pelo GLA, os dados empíricos parecem apontar para a necessidade de ajustes no modelo, tendo em vista que a frequência do input – que sustenta o funcionamento do algoritmo – não é suficiente para explicar a ordem de emergência de determinadas estruturas fonológicas (BONILHA, 2006a). Na verdade, aspectos relacionados à marcação das unidades fonológicas emergem, sugerindo que a complexidade articulatória – que motiva o conteúdo de determinadas restrições e a proposta de subhierarquias universais – seja considerada no funcionamento do algoritmo. O constituinte silábico do onset complexo, por exemplo, apesar de apresentar frequência bem superior à coda complexa é adquirido em estágio bem posterior, aproximadamente aos 3:2, sugerindo a incorporação de pesos inerentes a determinadas restrições no início da aquisição fonológica. O mesmo pode

ser sugerido em relação a determinadas restrições conjuntas de traços que permanecem ranqueadas acima na hierarquia apesar de os segmentos que as violam apresentarem alta frequência no português. Ou seja, as restrições de marcação passam a apresentar algum valor que as diferencie em relação à quantidade de pares de candidatos sub-ótimo/ótimo necessários para que o deslocamento da restrição ocorra na hierarquia. Apesar das vantagens apresentadas pelo GLA em detrimento do CDA, como o fato de dar conta da gradualidade e da variação atestadas nos dados empíricos do processo de aquisição fonológica, é preciso que o modelo seja capaz de explicar por que determinadas estruturas, ainda que menos frequentes na língua, são adquiridas em estágio anterior a estruturas mais frequentes. Também é preciso considerar o papel das frequências de tipo e lexical, pois, durante o processo de aquisição, tais frequências militam de forma diferenciada em determinadas unidades fonológicas. O algoritmo de aquisição gradual, portanto, deve ser capaz de incorporar tais distinções em seu modelo.

ANTILLA, A. *Deriving variation from grammar*. In: HINSKENS; VAN HOUT; WETZELS. *Variation, change and phonological theory*. Amsterdam: John Benjamins, 1997.

BOERSMA, Paul. *Functional Phonology: formalizing the interaction between articulatory and perceptual drives*. The Hague: Holland Academic Press, 1998.

BOERSMA, Paul; HAYES, Bruce. *Empirical Tests of the Gradual Learning Algorithm*. *Linguistic Inquiry* 32, p. 45-86, 2001.

BONILHA, Giovana. *Variação como decorrência da aquisição fonológica?* Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional da ANPOLL. São Paulo: PUC, 2006.

BONILHA, Giovana. *Aquisição dos ditongos orais decrescentes: contribuições da Teoria da Otimidade Conexionista*. Trabalho apresentado no VII ENAL. Porto Alegre: PUCRS, 2006a.

BONILHA, Giovana. *Aquisição fonológica do português brasileiro: uma abordagem conexionista da Teoria da Otimidade*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Porto Alegre: PUCRS, 2004.

BONILHA, Giovana; RIBAS, Leticia. *Variação prosódica como resultado do processo de aquisição?* Trabalho apresentado no IV SENALE. Pelotas: UCPEL, 2005.

COETZEE, Andries. *Variation as Accessing Non-optimal candidates – a rank-order model of Eval*. ROA, 2005.

CURTIN, S. *Representational richness in phonological development*. Doctoral Dissertation. University of Southern California, 2002.

TESAR, Bruce; SMOLENSKY, Paul. *The learnability of Optimality Theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

**Variação e Teoria da Otimidade: Assimilação regressiva em Picard**

Walcir Cardoso

walcir@education.concordia.ca

Concordia University

Este trabalho apresenta um resumo histórico e teórico de como a variação tem sido analisada dentro da Teoria da Otimidade (TO; Prince & Smolensky 1993/2004). Para tal, utilizo dados do processo fonológico de assimilação regressiva entre palavras (AREP) no Picard, um dialeto



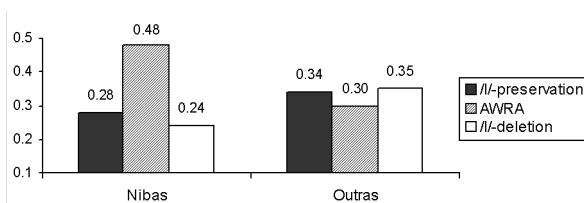
galo-românico falado na região da Picardie, ao norte da França. O fenômeno aplica-se exclusivamente na juntura de um clítico de forma  $C_0V[l]$  acompanhado de uma palavra lexical que se inicia por consoante, no domínio prosódico da frase fonológica (Cardoso 2001). Neste contexto, o fenômeno é variável e é caracterizado pela produção de três variantes: Preservação do /l/ subjacente (1a), assimilação regressiva (1b) e apagamento do /l/:

(1) cho/l k/uré → a. cho[l k]uré Preservação do /l/ 'o patê de porco'

b. cho[k k]uré AREP (Assimilação)

c. cho[ k]uré Apagamento do /l/

O processo de variação ilustrado acima é influenciado por uma série de fatores lingüísticos e extra-lingüísticos como tipo de clítico, ponto de articulação da consoante seguinte, nível de formalidade e distribuição geográfica dos falantes. Deixando de lado os três primeiros fatores, podemos observar dois padrões de variação de acordo com a distribuição geográfica dos falantes: (1) um em que as três formas são igualmente prováveis de ocorrer (região que compreende os vilarejos de Feuquières, Fressenneville, Bienfay and Bouillancourt – 'Outras'), e (2) um em que a preferência é dada ao processo de AREP (representado pelo vilarejo de Nibas), como ilustrado abaixo (dados de Cardoso 2001, 2003):



O fenômeno AREP é motivado pela interação de pelo menos três restrições: (1) MAX-IO, que garante a preservação no output de material subjacente; (2) Linearidade, cujo efeito é a manutenção no output da estrutura de precedência do input; e finalmente (3) \*Coda-Rz, que impede que codas licenciem um nó de raiz (Cardoso 2003). Na TO tradicional, a interação destas restrições resultam em ranqueamentos que geram três gramáticas categóricas em que somente uma variante é selecionada. Os resultados ilustrados acima, no entanto, demonstram que AREP é intrinsecamente variável nas duas regiões investigadas.

Diversas abordagens foram propostas para a análise de processos variáveis na TO. Uma das primeiras é a de Kiparsky (1993), que propõe um sistema de gramáticas em competição em que o falante domina vários ranqueamentos, como ilustrado em (3) para o padrão de Nibas. A principal desvantagem desta proposta é que ela não é capaz de prever a probabilidade de ocorrência de cada variante – variação é meramente vista como um processo aleatório.

(3) Três gramáticas em competição em Nibas

MAX-IO, Linearidade →# \*Coda-Rz = Preservação do /l/

MAX-IO, \*Coda-Rz →# Linearidade = AREP

Linearidade, \*Coda-Rz →# MAX-IO = Apagamento do /l/

Uma outra proposta utiliza restrições flutuantes (Reynolds 1994), onde restrições podem flutuar em relação a outras restrições ou conjunto delas (indicado por chaves) e a probabilidade de ocorrência de cada candidato é calculado pela divisão do número de vezes em que cada candidato é selecionado ( $n$ ) pelo número total de *tableaux* permitido

na gramática ( $t$ ):  $n/t$ . No caso de Nibas, a gramática em (4) é capaz de descrever a variação ilustrada em (1) e (2) e ao mesmo tempo incluir a probabilidade de ocorrência de cada variante (isto é, preservação do /l/: 25%, AREP: 50%, apagamento do /l/: 25%). A principal desvantagem desta abordagem é que lhe falta parcimônia (por exemplo, diferentes combinações de restrições geram os mesmos resultados; Cardoso 2003).

(4) { { MAX-IO, \*Noda-Rz } Linearidade }

Uma outra proposta menos permissiva é a de Anttila (1997), na qual somente ranqueamentos parciais (indicado por ‘;’) são permitidos. Por exemplo, o ranqueamento parcial ilustrado em (5) é capaz de selecionar os variantes do fenômeno em estudo no vilarejo de Nibas e ao mesmo tempo prever a probabilidade de ocorrência de cada variante (através da fórmula  $n/t$  descrita acima). As restrições acompanhadas de um PPh subscrito foram motivadas independentemente e refletem a decomposição das restrições gerais em restrições específicas ao domínio de aplicação do fenômeno (Cardoso 2005). O principal problema de tal proposta é que ela é excessivamente restrita e por isso só consegue descrever com precisão processos variáveis cujos resultados são em frações do tipo 1/2, 2/3, etc. Além disso, a abordagem encoraja a proliferação de restrições, visto que para que se obtenha as predições desejadas, é necessária às vezes a adoção de um número exorbitante de restrições (Cardoso in press).

(5) MAX-IOPPh ; MAX-IO ; \*Coda-RzPPh ; \*Coda-Rz ; LinearityPPh

O enfoque principal deste trabalho é a análise do fenômeno AREP dentro de uma proposta mais recente para a análise de variação: A TO estocástica (TOE), desenvolvida por Boersma (1998) e Boersma & Hayes (2001). A TOE se diferencia da TO padrão em dois aspectos: (1) o ranqueamento é numa escala contínua em que restrições não somente dominam outras restrições (como na OT padrão), mas elas também são separadas por distâncias específicas; e (2) ela inclui uma avaliação estocástica onde um pequeno componente de ruído é temporariamente adicionado ao valor de ranqueamento de cada restrição, resultando na possibilidade de outputs variáveis. A TOE utiliza um algoritmo de aprendizagem gradual (AAG; pacote de software: OTSoft, de Hayes et al 2001) que simula o processo de aquisição de outputs ou variantes e determina o valor de ranqueamento de cada restrição. No caso da variação em Nibas, o AAG/OTSoft estipula os valores de ranqueamento de cada restrição (6), que são calculados baseados nos pares de input-output e na frequência de ocorrência observada para cada variante (2). As previsões destes ranqueamentos são ilustradas em (7), onde o primeiro valor ilustra as frequências observadas em Nibas (2), e o segundo a frequência gerada pelo AAG/OTSoft.

(6) MAX-IO = 100.42

Coda-Rz = 110.24

Linearidade = 99.34

(7) cho[k k]uré = .48 / .48

cho[l k]uré = .28 / .27

cho[ k]uré = .24 / .24

A principal vantagem desta proposta estocástica para a análise de fenômenos variáveis é que, através de uma única gramática, ela é capaz de modelar variação e prever a ocorrência de variantes com exata precisão (7) e parcimônia, sem a proliferação de restrições desnecessárias.

Anttila, Arto (1997). Deriving variation from grammar: A study of Finnish genitives. In F. Hinskens, R. van Hout and L. Wetzels





(eds.), *Variation, Change and Phonological Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 35-68. (First appeared as a manuscript in 1995, Stanford University).

Cardoso, Walcir (2001). Variation patterns in regressive assimilation in Picard. *Language Variation and Change* 13, 305-341.

Cardoso, Walcir (2003). *Topics in the phonology of Picard*. PhD thesis, McGill University. *McGill Working Papers in Linguistics*.

Cardoso, Walcir (2005). An integrated approach to variation in Optimality Theory: Evidence from Brazilian Portuguese and Picard. In Geerts, van Ginneken & Jacobs (Eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1-15.

Cardoso, Walcir (in press, to appear in 2007). The variable development of English word-final stops by Brazilian Portuguese speakers: A stochastic optimality theoretic account. *Language Variation and Change*.

Boersma, Paul (1998). *Functional phonology. Formalizing the interactions between articulatory and perceptual drives*. LOT 11. The Hague, Netherlands: Holland Academic Graphics.

Boersma, Paul and Bruce Hayes (2001). Empirical tests of the gradual learning algorithm. *Linguistic Inquiry* 32, 45-86.

Kiparsky, Paul (1993). Variable rules. Paper presented at the Rutgers Optimality Workshop, New Brunswick, N.J.

Prince, Alan & Paul Smolensky (1993/2004). *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers.

Reynolds, William (1994). *Variation and phonological theory*. PhD thesis, University of Pennsylvania.

### Análises acústicas dos róticos do português brasileiro e do espanhol

Albano (1999), ainda que de forma breve, relata que a informatização dos programas de análise acústica desencadeou a instalação de laboratórios de fonética experimental no Brasil. Com a instalação desses laboratórios, as análises acústicas dos sons do português brasileiro (doravante PB) começaram a revelar detalhes que antes não eram captados pelas análises impressionísticas, por exemplo.

Essa seção tem como objetivo apresentar novos dados sobre os róticos do PB e do espanhol, uma vez que esses sons não possuem análises acústicas realizadas quantitativa e sistematicamente.

Os trabalhos sobre o PB trazem à luz dados que acabam por colocar em xeque as análises fonológicas categóricas que são feitas no arcabouço de teorias de herança gerativa (a exemplo da Geometria de Traços de CLEMENTS; HUME, 1995). Reinecke, por exemplo, questiona o tratamento categórico dado aos alofones fricativos e vibrantes do *tap* intervocálico do PB. Seus dados mostram que há outras produções de róticos dispersas em um *continuum* físico, isto é, há muito mais produções gradientes, variantes intermediárias, do que variantes categóricas.

Os dados de Clemente engrossam a discussão acerca da gradiência dos róticos do PB. Suas análises acústicas sobre o *tap* em coda do PB mostraram que há uma certa alternância entre a produção de *taps* canônicos e aproximantes alveolares em alguns de seus informantes. A hipótese apresentada é a de que a produção de um *tap* canônico, ou de uma aproximante alveolar ou de uma variante retroflexa estaria condicionada à força de fronteira prosódica, isto é, quanto

maior for a força de fronteira se esperaria, por exemplo, que o falante produzisse uma variante retroflexa e, quanto menor, produzisse uma aproximante ou um *tap*. Seu trabalho consiste em elaborar um experimento que consiga tratar de maneira satisfatória desse fenômeno de gradiência, uma vez que já foi reportada essa influência da força de fronteira para as variantes *dark* e *light* do /l/ do inglês (SPROUT; FUJIMURA 1993).

Esses fatos relatados por Reinecke e Clemente apontam para um tratamento dinâmico das alofonias gradientes do PB via Fonologia Articulatória (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) e/ou Fonologia de Uso (BYBEE, 2001), uma vez que esses modelos acabam incorporando detalhes fonéticos às representações fonológicas.

Nishida, por fim, seguindo as análises de Clemente sobre o *tap* em coda do PB, realiza uma análise acústica preliminar sobre o *tap* em coda do espanhol. Seu trabalho analisa especificamente a estrutura formântica do elemento vocálico que é produzido à direita do *tap*. Seus resultados mostram que o comportamento dos elementos vocálicos do *tap* em coda do PB e do espanhol se dá de mesma maneira: tendem a uma vogal neutra do tipo *schwa*. Esses dados são importantes para mostrar que a produção do elemento vocálico não se trata de um fenômeno isolado do PB, sendo uma característica do *tap* em coda de maneira geral. Esse fato, somado às diferenças de qualidade do elemento vocálico a depender da posição silábica em que ocorre, deve ser descrito na gramática da língua, por se tratar de um específico de língua.

O fio condutor, portanto, que une esses trabalhos está no fato de descreverem detalhadamente a produção dos róticos do PB e do espanhol, a ponto de trazerem à luz dados que não são puramente fonéticos, sendo necessária a sua representação na gramática da língua.

ALBANO, Eleonora. O português brasileiro e as controvérsias da fonética atual: pelo aperfeiçoamento da fonologia articulatória. In: *D.E.L.T.A.*, Vol. 15, N° ESPECIAL, 1999 (23-50).

BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview. In: *Phonetica*, 49: 155-180, 1992.

BYBEE, Joan. *Phonology and Language Use*. Cambridge Studies in Linguistics 94. Cambridge: University Press. 2001.

CLEMENTS, G. Nick; HUME, Elizabeth V. The internal organization of speech sounds. In: *The handbook of phonological theory*, John A. Goldsmith (Org.). Oxford: Blackwell. 1995. pp. 245-306.

SPROUT, Richard.; FUJIMURA, Osamu. Allophonic variation in English /l/ and its implications for phonetic implementation. In: *Journal of Phonetics*, 21: 291-311, 1993.

### Características acústicas do tap em coda do espanhol

Gustavo Nishida

gustavo\_linguista@yahoo.com.br  
Universidade Federal do Paraná

Um dos sons que mais apresentam problemas tanto na sua produção como na sua descrição são as líquidas. Estudos sobre aquisição de linguagem mostram que esses são uns dos últimos sons a serem adquiridos pelas crianças. Este



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

fato decorre, provavelmente, da complexidade articulatória que esses sons apresentam. Um outro problema se deve ao fato de que as teorias lingüísticas, como por exemplo, a Teoria Acústica de Produção de Fala (FANT, 1960), apenas dão conta das características bidimensionais dos sons, não conseguindo, com isso, modelar satisfatoriamente as líquidas. Por essas razões, é que há uma escassez de estudos acústicos e articulatórios sobre os róticos tanto do Português Brasileiro (doravante PB) como da Língua Espanhola.

Descrições acústicas sobre o *tap* nas línguas do mundo relatam que há a produção de um elemento vocálico à direita do *tap* quando em coda. Este estudo surge da falta de uma caracterização acústica quantificada sobre a natureza formântica desse elemento vocálico.

Esses estudos mostram que, a depender da língua, a natureza formântica desse elemento é variável, uma vez que para o *tap* em grupos do tipo 'obstruente + /r/ + vogal' de línguas como o norueguês (KVALE; FOLDVIK, 1995), búlgaro e tcheco (JETCHEV, 1995) desenvolve-se entre a consoante e o rótico um elemento vocálico que se assemelha a uma vogal neutra do tipo *schwa*; e em outras línguas, como o português (SILVA, 1996; CARVALHO, 2004) e o espanhol (QUILIS, 1993; ALMEIDA; DORTA, 1993), esse elemento vocálico parece ter a estrutura formântica condicionada pela vogal nuclear do grupo, se tratando da mesma vogal. Assim, pode-se dizer que o elemento vocálico produzido em grupos se trata de um específico de língua sendo necessário representá-lo na gramática da língua.

Clemente (2005) descreve o *tap* em coda do PB e constata que, diferentemente do *tap* em grupos (NISHIDA, 2005), o elemento vocálico parece seguir uma estrutura formântica fixa, tendendo a uma vogal neutra do tipo *schwa*. Desta forma, tem-se em português a natureza formântica do elemento vocálico condicionada pela posição que o *tap* se encontra na sílaba: se em grupos se trata da mesma vogal nuclear; se em coda se trata de uma vogal fixa do tipo *schwa*. Tenta-se, então, caracterizar acusticamente o *tap* em coda do espanhol, uma vez que pode haver essa mesma diferenciação da natureza formântica do elemento vocálico a depender da posição que o *tap* se encontra na sílaba.

Decidiu-se, com isso, elaborar um experimento fonético-acústico para averiguar qual era a natureza formântica do elemento vocálico que é produzido à direita do *tap* em coda do espanhol. Carvalho (Op. cit.) mostrava que no espanhol colombiano havia a produção do elemento vocálico do *tap* em coda, mas seu estudo não realizou nenhuma quantificação sobre a sua estrutura formântica.

Para o experimento, foram selecionadas palavras que possuíam o *tap* travando sílaba dentro de palavra e em fronteira final de palavra. Alteraram-se, toda vez que possível, as vogais nucleares das sílabas entre as cinco vogais do espanhol, com a finalidade de atestar se o núcleo silábico condiciona a natureza formântica do elemento vocálico, tal como ocorre nos grupos do PB. Seguindo a metodologia aplicada por Clemente (Op. Cit.), selecionaram-se, então, dissílabos paroxítonos e oxítonos que possuíam o *tap* em coda nas respectivas sílabas tônicas. Assim, chegou-se a um corpus de 11 palavras-alvo: 'circo; cerca; carta; torta; turco; puerta; huir; poder; hogar; tutor; yogur'. As palavras-alvo foram inseridas na sentença-veículo 'Digo \_\_\_\_\_ bajito' e lidas cinco vezes, em ordem aleatória, por um falante nativo (F) de espanhol de Buenos Aires (Argentina). As repetições foram gravadas digitalmente em uma sala com tratamento acústico no LACOMUS (Laboratório de Computação Musical) do Departamento de Artes da UFPR (DEARTES),

com taxa de amostragem do sinal a 44100Hz. Para a análise foi utilizada a extração automática do *software* Praat. Os valores de F1, F2 e F3 da vogal nuclear da sílaba e do elemento vocálico foram conferidos manualmente, para que se evitassem possíveis erros nas medidas. Em seguida, foram comparadas as médias aritméticas dos valores de F1 e F2 da vogal nuclear e do elemento vocálico.

Ainda que se trate de uma inspeção preliminar dos dados (pois há a necessidade de colher mais dados junto a mais informantes), pode-se notar que o elemento vocálico do *tap* em coda do espanhol se comporta da mesma maneira que do PB, isto é, o elemento vocálico tem sua estrutura formântica fixa, tendendo a uma vogal neutra do tipo *schwa*. Ao contrário do que ocorre com os grupos do PB, pois a estrutura formântica do elemento vocálico não parece ser condicionada pela qualidade da vogal nuclear da sílaba.

É interessante notar que os dados no espanhol apresentam tanto o *tap* em coda interna como em coda em final de palavra e essa distinção de posição não parece afetar a qualidade do elemento vocálico. A diferença de qualidade entre os elementos vocálicos do espanhol talvez se dê apenas quanto à diferença de posição que ocupam na sílaba, tal como ocorre em português. Afirma-se que o elemento vocálico do *tap* em grupos do espanhol se comporta da mesma maneira como do português (QUILIS, Op. cit., ALMEIDA; DORTA, Op. cit.), isto é, a estrutura formântica segue a estrutura da vogal nuclear do grupo. No entanto, não há nenhum estudo que faça quantificações sobre esses dados, deixando, com isso, este assunto para investigações futuras.

ALMEIDA, M.; DORTA, J. Datos acústicos de las líquidas españolas. In: *Homenaje a José Pérez Vidal*. Edición al cuidado de Carmen Díaz Alayón. La Laguna, Tenerife, 1993, p. 97-110.

CARVALHO, K.C.H.P. *Descrição fonético-acústica das vibrantes no português e no espanhol*. Tese de doutorado, inédita. UNESP/ASSIS, 2004.

CLEMENTE, Felipe. C. *Análise acústica do tap em coda do PB*. Monografia de conclusão de curso. Curitiba, 2005.

FANT, Gunnar. *Acoustic Theory of Speech Production*. The Hague: Mouton, 1960.

JETCHEV, G. Rhotics, jers and schwa in the history of Bulgarian. In: *Proceedings of the XIVth International Congress of Phonetics Sciences*. Stockholm, p.662-665, vol.4, 1995.

KVALE, K; FOLDVIK, A, K. An acoustic analysis of the retroflex flap. In: *Proceedings of the XIIIth International Congress of Phonetics Sciences*. Stockholm, p. 454-457, vol.2, 1995.

NISHIDA, Gustavo. *Análise acústica do tap em grupos do PB*. Monografia. Curitiba, 2005.

QUILIS, A. *Tratado de fonología y fonética españolas*. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

SILVA, A, H, P. *Para a descrição fonético-acústica das líquidas no português brasileiro: dados de um informante paulistano*. Dissertação de mestrado. UNICAMP/IEL, 1996.

### Influência das forças de fronteira sobre a realização do *tap* em coda do PB

Felipe Costa Clemente

tela.letras@hotmail.com  
Universidade Federal do Paraná



A classe dos róticos apresenta um comportamento peculiar no sistema fônico do português falado no Brasil (PB). O *tap*, em especial, demonstra um comportamento fonético interessante quando está em posição de grupo consonantal ou em coda silábica.

Clemente (2005) mostra acusticamente o comportamento do *tap* em posição final de palavra, visto que foi observada em trabalho anterior a presença de um segmento de natureza vocálica realizado após o *tap* e antes do primeiro som da palavra adjacente. A questão então era verificar se o elemento vocálico apresentava as mesmas características da vogal que precede o *tap*, como ocorre com o *tap* em grupos (Cf. NISHIDA, 2004) ou se o tal elemento era uma vogal neutra, como ocorre, por exemplo, para o norueguês (Cf. KVALE; FOLDVICK, 1995). Para tanto, elaborou-se um experimento de produção contendo sentenças-veículo com palavras alvo dissílabas, oxítonas, pertencentes à classe dos substantivos e à classe dos verbos, nas quais se alternava, sempre que possível, a vogal tônica da sílaba final, com o intuito de contemplar todas as sete vogais orais do PB. Para sujeitos do experimento, foram selecionados dois informantes do sexo masculino e duas informantes do sexo feminino, todos residentes na cidade de Curitiba há pelo menos 6 anos e que realizam *taps* na posição de coda. Os informantes leram as sentenças-veículo cinco vezes cada em ordem aleatória. Tais sentenças, após rigorosa análise acústica, indicaram que o elemento vocálico para a posição de coda final de palavra se assemelhava a uma vogal neutralizada, não sendo então a vogal tônica entrecortada pelo *tap*, como temos para o *tap* inserido em grupo consonantal. Porém alguns desses informantes também realizaram a variante rótica chamada de aproximante, ao invés de realizar *tap* em alguns dados. Quando o som era aproximante, a aparição de elemento vocálico diminuía se comparado ao *tap*. Mesmo assim, foi possível observar a ocorrência de elemento vocálico junto da aproximante. Alguns dados tiveram de ser descartados por haver, ao invés de *tap* ou aproximante, o retroflexo. Esse som é muito diferente do *tap*, tanto em suas características acústicas quanto articulatórias.

Devido a tais realizações, levantam-se as perguntas: quais são os fatores que influenciam, num mesmo dialeto, a realização de diferentes sons em mesmo ambiente fônico? O elemento vocálico, presente nas realizações do *tap* e até mesmo aproximantes em coda, é sensível a que tipo de forças?

Tais perguntas norteiam o atual trabalho que tem por objetivo averiguar a influência das forças de fronteira sobre a realização *tap*, aproximante e retroflexo, levando em conta quais são os fatores e até mesmo os ambientes fônicos que favorecem a produção de um som em relação ao outro. Assim, poderá ser analisada qual a influência de forças de fronteiras sobre a realização do elemento vocálico ou adjacente ao *tap* e a aproximante. Como este é um fenômeno comprovado para o PB, cabe delimitar quais são os fatores que definem a qualidade do elemento vocálico, já que ora tal elemento tende a ser assemelhar a uma vogal neutra, ora tende a se assemelhar a uma vogal tônica entrecortada, dependendo do local de ocorrência dentro da palavra.

Como base para o trabalho, temos um estudo feito por Sproat; Fujimura (1993) sobre os alofones de /l/ para o inglês norte-americano. Estudos anteriores mencionavam a existência no inglês norte-americano de duas variantes de /l/. A primeira seria a variante *dark*, cujas principais características são de ocorrer em contexto pós-vocálico no

final de sílaba, apresentar retração e abaixamento de dorso de língua e ter valores altos de F1 e baixos de F2. Já a variante *light*, que normalmente ocorre em início de sílaba, antecedendo a uma vogal, teria uma retração menor de dorso de língua, apresenta valores baixos de F1 e altos de F2. Acreditava-se que esses dois sons eram categóricos. Porém, após manipular as forças de fronteiras, desde prosódicas até sintáticas, Sproat; Fujimura (Op. cit.) notaram que existem alofones de /l/ que, dependendo do local de ocorrência, tendem a *dark* ou a *light*, ou seja, existe gradiência nas produções de /l/ e não apenas uma categorização, como era aceitado antes. Para a obtenção de tais resultados, foram levados em conta tanto dados acústicos quanto dados articulatórios.

Dessa forma, será elaborado um experimento que manipule as forças de fronteiras, tomando como base Sproat; Fujimura (1993) e a fonologia prosódica de Selkirk (1984). Serão levadas em consideração as fronteiras morfológicas, prosódicas e até mesmo sintáticas. Assim serão testadas a sensibilidade do elemento vocálico e a possível gradiência em sua ocorrência, levando-se em consideração, inclusive, que falantes que realizam *tap* em final de palavras por vezes também realizam aproximantes e por vezes retroflexo (ver CLEMENTE, 2004). Partimos da hipótese de que, quanto maior a força de fronteira, maior será a tendência à realização de retroflexo.

CLEMENTE, F. *Características acústicas do tap em coda*. Trabalho apresentado no 6º encontro do CelSul, Florianópolis, 2004.

CLEMENTE, F. *Pistas para a caracterização acústica do tap em coda no PB*. Painel apresentado no 53º Seminário do Gel.

KVALE, K; FOLDVIK, A, K. An acoustic analysis of the retroflex flap. In: *Proceedings of the XIIIth International Congress of Phonetics Sciences*. Stockholm, 1995, vol. 2, p. 454-457.

NISHIDA, G. *Características acústicas do tap em grupo no português brasileiro*. UFPR, 2004.

SPROAT, R.; FUJIMURA, O. Allophonic variation in English /l/ and its implications for phonetic implementation, in *Journal of Phonetics*. 21: 291-311, 1993.

SELKIRK, E. O. *Phonology and Syntax: The relation between sound and structure*, MIT, 1984.

### “Nem Caro, Nem Carro?” - A oposição dos róticos intervocálicos e as variantes intermediárias

Katja Reinecke

katreine@gmx.de

Universidade Federal do Paraná

A questão do *status* fonológico das diferentes variantes de róticos no PB discute-se desde a primeira descrição do sistema fonológico do PB por Câmara Jr. (1953) e continua em pauta até hoje em dia. Em um modelo gerativo recente, orientado na Geometria dos Traços (CLEMENTS; HUME, 1995), Monaretto (1997) propõe um só fonema rótico na estrutura subjacente, o tepe alveolar, e concebe as demais variantes (vibrante e fricativas) como derivações através de geminação. Um dos argumentos a favor do tepe como fonema único subjacente e contra o *status* de fonema próprio das variantes, vibrante alveolar e fricativas (velar, uvular e



glotal), é a suposta invariância do tepe alveolar em oposição à variação sociolinguística à qual estão sujeitas as demais variantes. Esse modelo caracteriza-se por um alto grau de abstração da realidade fonética e baseia sua interpretação da distinção lexical intervocálica em um domínio fonológico inferior ainda do que o fonema e o traço, a saber, o número de linhas de associação de um traço com a camada temporal. No entanto, em modelos fonológicos mais recentemente aplicados ao fenômeno dos róticos do PB – como, no trabalho de Silva (2003) a Fonologia Articulatória de Browman; Goldstein (entre outros, 1986) e, no trabalho de Cristóvão-Silva (2002), a Fonologia de Uso (BYBEE, 2001) –, busca-se a inclusão do detalhe fonético na modelagem fonológica. Seguindo uma abordagem coerente com essa premissa, realizamos uma pesquisa focalizada no objetivo de uma interpretação fonológica mais aproximada à realidade fonética dos róticos.

O estudo que apresentamos aqui foi realizado com dez falantes oriundos de Blumenau (SC), utilizando gravações do *corpus* do projeto VARSUL, implementado pelas universidades UFRGS, PUC-RS, UFSC e UFPR, que disponibiliza amostras de realizações da fala de habitantes enraizados em áreas urbanas sócio-culturalmente representativas de cada um dos três estados da Região Sul do Brasil.

Através de uma análise fonética auditiva e acústica, chegamos a isolar, em um procedimento explorador e qualitativo, oito variantes de rótico nos contextos intervocálicos V-r-V e V-rr-V, como em ‘muro’ vs. ‘murro’, etc. Para a análise acústica, aplicamos os recursos do programa *Praat*, utilizando o oscilograma, o sonograma e a visualização dos formantes.

O primeiro resultado da análise fonética consiste no fato de praticamente todas as ocorrências consideradas do *corpus* apresentarem características antes intermediárias e gradientes do que diferenças categóricas. Entre as formas encontradas na realização do r-simples (V-r-V), também há variação. Um outro aspecto principal é a relativa distância entre algumas das variantes auditiva e acusticamente descritas e o padrão articulatório descrito pelo *IPA*. Em seguida, apresentaremos as variantes alveolares com mais detalhes.

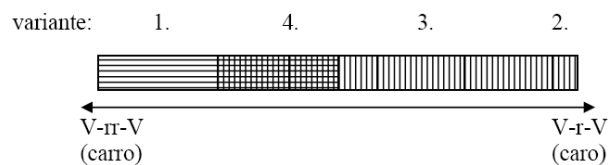
No material avaliado em nossa pesquisa, há realizações de róticos alveolares dos seguintes subtipos:

1. A vibrante alveolar múltipla propriamente dita de duas, três ou quatro batidas
2. O tepe propriamente dito com uma só batida
3. Variante aproximante, sem batida mas com transição de formantes parecida com a do tepe
4. Variantes baseadas no tepe, porém com uma fricção (provavelmente velar) adicional

A variante aproximante ( $n^{\circ}$  3), parece auditivamente um tepe, porém, no sonograma não aparece a batida característica que se identifica pela diminuição da energia antes de um estouro, seguido por um rápido aumento de energia, visível no sonograma como uma linha preta vertical. Os formantes F2 e F3 aproximam-se na faixa de 1800 a 2000 Hz, de maneira parecida com o tepe propriamente dito, o que indica a articulação alveolar. A variante ( $n^{\circ}$  4) apresenta a batida do tepe, não obstante, aparece o ruído de uma fricção adicional com energias em frequências baixas de até 1500Hz. A fricção adicional acontece também em algumas das ocorrências agrupadas como a variante  $n^{\circ}$  1, a vibrante múltipla. Sendo assim, estamos frente a, pelo menos dois contínuos e fenômenos que se realizam de maneira mais ou menos intensa em todas as variantes. Primeiro, temos a questão do movimento da língua em direção aos alvéolos, na variante  $n^{\circ}$  3, a língua não chega a fechar completamente a

passagem do ar (ausência de batida), nas variantes  $n^{\circ}$  2 e 4 temos uma só batida e na variante 1 duas a quatro batidas. O segundo contínuo é a presença e força da fricção adicional à articulação alveolar. Nas variantes 1, 3 e 4, há, em muitos casos, um ruído de fricção. Essas variantes intermediárias entre a vibrante e a fricativa são chamadas, por Silva (2001), de vibrantes espirantizadas.

As variantes 1 e 4 foram realizadas em contextos V-rr-V, e as variantes 2, 3 e 4 nos contextos V-r-V. Sendo assim, temos, entre as formas alveolares um caso que se aplica em ambos os contextos intervocálicos, a variante tepe mais fricção ( $n^{\circ}$  4) e três variantes que se aplicam somente em um dos dois casos. A oposição lexical neste contexto silábico não é mantida categoricamente, porém, tampouco pode se dizer que é anulada. Antes, parece ser representada por uma oposição gradiente em uma escala como a seguinte, ilustrada abaixo.



No que diz respeito à representação fonológica, um modelo que incorpora a gradiência e admite variantes não somente intermediárias mas também ambíguas, como, no caso, a variante  $n^{\circ}$  4, não se encaixa em uma abordagem de representação estruturalista ou gerativista. Antes disso, temos que procurar compatibilidade com modelos que não partem de uma oposição categórica binária e que permitem a representação da forma intermediária.

BROWMAN, Louis; GOLDSTEIN, Catherine P. Towards an articulatory phonology. *Phonology Yearbook* 3, Cambridge: University Press. 1986. p. 219–252.

BYBEE, Joan: *Phonology and Language Use*. Cambridge Studies in Linguistics 94. Cambridge: University Press. 2001.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro: Simões. 1953.

CLEMENTS, G. Nick; HUME, Elizabeth V. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, John A. (Org.). *The handbook of phonological theory*, Oxford: Blackwell. 1995. p. 245–306.

CRISTÓFARO-SILVA (2002)

IPA (International Phonetic Association). Disponível em: <http://www2.arts.gla.ac.uk/IPA/index.html>.

MONARETTO, Valéria N. O. *Um Re-Estudo da Vibrante: Uma Análise Variacionista e Fonológica*. (Tese de doutorado) PUCRS, Porto Alegre. 1997.

PRAAT, versão 4.1.13. Sistema de análise fonética, desenvolvido por Paul Boersma e David Weenink do Departamento de Ciência Fonética da Universidade de Amsterdam. À disposição pelo URL: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>.

SILVA, Adelaide H. P. *et alii*: Por uma abordagem dinâmica dos processos fônicos. *Revista Letras*, n. 55. Editora da UFPR. 2001. p. 93-113.

SILVA, Adelaide H. P. Pela incorporação de informação fonética aos modelos fonológicos. *Revista Letras*, n. 60 Editora da UFPR, 2003. p. 319-333.



## Investigações fonético-acústicas de aspectos segmentais do PB

## Investigação instrumental de parâmetros acústicos de tonicidade nas sílabas pretônicas nucleadas por vogais médias em palavras derivadas por sufixação

Vera Pacheco

vera.pacheco@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A mensuração de parâmetros acústicos é um expediente usado nas pesquisas de fonética com vistas a uma caracterização segmental que permita uma explicação e compreensão de questões mais gerais. O uso do instrumental acústico vem sendo usado com sucesso para questões diversas nas pesquisas de Fonética e Fonologia.

Assim, a proposta dessa comunicação coordenada é apresentar como a caracterização acústica segmental pode contribuir em investigações de cunhos mais gerais que não apenas uma mera caracterização segmental. Tem-se, dessa forma, que informações acústicas podem precisar diferenças segmentais que existem entre dois dialetos e contribuir para a delimitação de classes de fonemas; podem lançar luz sobre questões de percepção fala, bem como fornecer evidências que permitam compreender, por meio de contraste, a estrutura organizacional dos sistemas fonológicos da fala normal e com desvio.

Dessa forma, a configuração formântica e a duração relativa foram parâmetros acústicos utilizados para determinar a realização do /r/ de coda encontrado em falantes da cidade de Campinas/SP. Esses parâmetros acústicos já foram utilizados para caracterizar esse segmento na fala de São José do Rio Preto/SP.

A comparação entre os valores dos parâmetros acústicos encontrados nos /r/ para as duas cidades será útil na tentativa de classificação fonética do agrupamento fonológico desse som.

As sílabas pretônicas nucleadas por vogais médias abertas em palavras derivadas, são sentidas pelos falantes da língua como a sílaba mais proeminente, apesar de ser uma sílaba átona, e, portanto, teoricamente menos proeminente.

A mensuração da duração relativa, intensidade e F0 que, em conjunto, consegue delimitar foneticamente o acento tônico das sílabas, será usada para investigar a natureza dessa proeminência percebida pelo falante, ou seja, se há de fatos razões acústicas para a percepção dessa proeminência ou se ela seria um artefato do processo de percepção da fala.

E, finalmente, as vogais médias abertas realizadas em posição pretônica, realização típica de algumas cidades do estado da Bahia, serão investigadas quanto à sua configuração formântica tanto na fala normal quanto com desvio.

Será obtida a configuração formântica dessas vogais realizada por crianças com sistema normal e com desvio com vistas a investigar a organização do sistema fonológico, especificamente quanto à realização dessa característica dialetal.

Dessa forma, os trabalhos que compõem essa comunicação coordenada trazem resultados de pesquisa que se pautam nos valores de parâmetros acústicos segmentais para dar conta de perguntas mais gerais de natureza diversas.

Segundo a proposta de Câmara Jr. (1970), com base no dialeto carioca, o quadro vocálico do PB é composto por sete vogais na posição tônica e cinco vogais na posição pretônica. A redução do quadro vocálico nessa posição é decorrente do processo de neutralização entre as vogais médias abertas e fechadas em proveito desta última. Assim, vogais médias abertas, nesse sistema fonológico, ocorrem predominantemente nas sílabas tônicas.

Câmara Jr. (1970) mostra, contudo, um ambiente não tônico de ocorrência dessas vogais. Segundo o lingüista, em alguns casos de derivação sufixal, a palavra derivada tende a manter, na sílaba não tônica, a vogal média aberta que ocupava o núcleo da sílaba tônica da palavra primitiva. Muito embora o processo de derivação acarrete mudança da sílaba tônica, em alguns casos, a qualidade vocálica do núcleo da sílaba tônica da palavra primitiva permanece, apesar da perda da tonicidade. É o que ocorre, por exemplo, em [ˈbela] → [belaˈmẽˈtʃi]; [kaˈfɛ] → [kafɛˈziɲu]; [aˈvɔ] → [avɔˈziɲa]. Nesse sentido, há ocorrência de vogais médias abertas em uma posição que não a tônica.

Segundo Cagliari (1999, p. 33),

a realização fonética da tonicidade, produzindo sílabas tônicas e átonas depende da configuração silábica lexical, isto é, do fato de uma sílaba ser intrinsecamente tônica (acento primário) ou átona, no léxico, da atribuição de acentos secundários provenientes da derivação morfológica e da atribuição de tonicidade a alguma sílaba por envolvimento da palavra com processos prosódicos.

Assim, em casos como [belaˈmẽˈtʃi]; [kafɛˈziɲu]; [avɔˈziɲa], em que se tem uma vogal média em posição átona, é comum dizer, segundo Cagliari (2002), que há um acento secundário decorrente de um processo morfológico, havendo, portanto, uma sílaba átona atípica.

Sílabas como be- e fé- de palavras derivadas, que são sílabas átonas e que carregam o acento secundário auditivamente, soam como se fossem as sílabas, de fato, mais fortes e, portanto, a sílaba tônica. A sensação de tonicidade dessas sílabas é tão evidente, que crianças em fase de alfabetização, que tem a sua escrita orientada pela fala, normalmente marcam essas sílabas com acento gráfico, para indicar a maior proeminência das mesmas.

Em termos acústicos, o acento tônico se caracteriza pela confluência da duração, da intensidade de F0. Assim, sílabas tônicas tendem a ter maior duração, maior intensidade e maior variação de F0 se comparadas com as sílabas átonas (LAVER, 1994).

Considerando: a) a realização atípica das vogais médias abertas em posição átona; b) em consequência do item a, que as sílabas átonas cujo núcleo é ocupado por essas vogais



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

carregam o acento secundário, o que as torna sílabas átonas atípicas; e, c) a sensação auditiva de maior proeminência dessas sílabas, o presente trabalho propõe uma investigação instrumental das sílabas tônicas e átonas de núcleo ocupado pelas vogais médias abertas.

Assim, busca-se investigar a natureza da proeminência auditiva das sílabas átonas com núcleos ocupados por vogais médias abertas. Ou seja, busca-se investigar se a proeminência ouvida se deve às características acústicas dessas sílabas ou se se deve a questões estritamente da ordem da percepção da fala, sem que haja qualquer relação com o sinal acústico.

Para tanto, foi montado um *corpus* composto por 20 palavras (substantivo ou adjetivo) primitivas, com vogais médias abertas (10 médias arredondadas e 10 médias não arredondadas) ocupando o núcleo da sílaba tônica. Todas as palavras são dissílabos, paroxítonos ou oxítonos, com estrutura silábica CV.CV.

Essas palavras primitivas foram submetidas ao processo de derivação por sufixação, formando dois grupos de palavras: a) palavras derivadas que mantêm a qualidade vocálica da sílaba tônica da palavra primitiva e b) palavras derivadas que mudam a qualidade vocálica da sílaba tônica da palavra primitiva.

As palavras primitivas e as palavras derivadas descritas nos itens a e b acima foram inseridas em frase veículo para fins de homogeneização do ambiente fonético. Seis falantes (3 homens e 3 mulheres) mineiros, com idade entre 30 e 40 anos e com, no máximo, ensino médio completo, leram as palavras inseridas em frase-veículo por cinco vezes em ordem aleatória e com tarefas distratoras entre uma repetição e outra.

As gravações foram realizadas com gravador digital, a uma taxa de amostragem de 22 kHz, com microfone headphone. Foram realizadas, através do *software Praat*, medidas de duração relativa, intensidade e F0 das sílabas tônicas das palavras primitivas e das sílabas átonas com vogais médias abertas e fechadas dos dois grupos de palavras derivadas.

Os valores das repetições dos parâmetros acústicos mensurados foram submetidos ao teste estatístico ANOVA, com vistas a verificar se as diferenças entre as médias encontradas eram significativas ou não.

Os resultados encontrados são discutidos em termos de diferença e semelhança da tonicidade fonética entre as sílabas investigadas.

CAGLIARI, L. C. Acento em Português. *Coleção Espiral*, n. 4. Edição do Autor, Campinas, 1999 (Série Lingüística).

\_\_\_\_\_. *Análise Fonológica*. Introdução e Prática. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CÂMARA JR., J. M. *Problemas de Lingüística Descritiva*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992 [1970].

LAVER, J. *Principles of Phonetics*. Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

### Avaliação das vogais médias em posição pretônica em Vitória da Conquista: estudo de caso

Marian dos Santos Oliveira

mdossoliveira@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Considerando que o sistema fonológico geral de uma língua apresenta organizações diferenciadas em diferentes comunidades lingüísticas, delimitando diferenças dialetais, bem como apresenta organizações diferenciadas no decorrer da aquisição da língua normal ou com desvio, neste estudo de caso investigamos a realização das vogais médias abertas, em posições tônica e pretônica, a partir de dados de uma criança, nativa da comunidade lingüística de Vitória da Conquista/BA, e que apresenta desvio fonológico. Os objetivos que buscamos atingir foram: i) investigar a ocorrência ou não de vogais médias abertas em posição pretônica na fala de crianças normais e com desvio fonológico e ii) contrastar o quadro vocálico de crianças normais e com desvio fonológico. O trabalho surgiu da percepção da diferença do dialeto falado nessa localidade, em relação à proposta mattosiana para o quadro vocálico do PB.

Dentro de uma perspectiva estruturalista, Câmara Jr. (1992), com base no dialeto carioca, propõe que o quadro vocálico do Português Brasileiro (doravante PB) possui 7 vogais distintivas em posição tônica: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /ɔ/, /o/, e /u/, havendo redução desse quadro nas demais posições. Dessa forma, o quadro vocálico do PB, de acordo com Câmara Jr. (1992), conta com quatro vogais em posição postônica átona não final (/a/, /e/, /i/, /u/), com três, em posição átona final (/a/, /i/, /u/) e, finalmente, na posição pretônica, o quadro vocálico conta com cinco vogais (/a/, /e/, /o/, /i/, /u/). A redução do quadro vocálico nas posições átonas ocorre em função de um processo de neutralização, que implica no desaparecimento de oposição, especificamente entre as vogais médias e altas em proveito das vogais altas nas sílabas postônicas não finais e finais, e do desaparecimento da oposição entre médias abertas e fechadas em proveito dessas últimas nas sílabas postônicas não finais e pretônicas (CÂMARA JR., 1992). A relação entre tonicidade e realização de vogais médias em posição pretônica é demonstrada por Câmara Jr. (1992), a partir de alguns casos em que a mudança do acento silábico acarreta a mudança da altura vocálica, como no caso da derivação de /be'leza/ a partir do adjetivo /'belo/. A vogal média aberta que ocorre na sílaba tônica do adjetivo se transforma em vogal média fechada na formação do substantivo, em decorrência da perda do acento.

No processo de formação do substantivo, a sílaba que era tônica no adjetivo passa a ser uma sílaba pretônica, impedindo, assim, a realização da vogal média aberta. A realização das vogais médias abertas na sílaba pretônica, posição de realização não encontrada por Câmara Jr. (1992) no dialeto por ele investigado, é, contudo, muito recorrente em muitos estados do Norte e Nordeste do Brasil. A ocorrência dessas vogais na posição pretônica, em algumas regiões do Brasil, e a ausência delas em outras regiões brasileiras, foi um dos critérios considerado por Nascentes, já em 1953, para a proposta de divisão dos falares do Brasil em dois grupos: o grupo dos falares do Norte e o grupo dos falares do Sul. Vários trabalhos que foram realizados com o objetivo de investigar a realização das vogais médias em posição pretônica em diferentes estados brasileiros corroboram a observação de Nascentes (1953), qual seja, as vogais médias abertas em posição pretônica são encontradas somente em alguns estados do Norte (incluindo o Nordeste). Nas demais regiões, essas vogais realizam-se como vogais altas, ocorrendo, nesses casos, um alteamento vocálico, resultado do processo de harmonia vocálica desencadeado pela presença de uma vogal alta na sílaba seguinte, que pode ser acentuada ou não (MOTA, 1979; BISOL, 1988). Dentre os estados brasileiros



do Nordeste nos quais podemos encontrar as vogais médias abertas, sendo realizadas em posição pretônica, a Bahia é um deles, com algumas cidades cujos falares apresentam essa realização, como é o caso da capital, Salvador, como mostra o trabalho de Silva (1993), particularmente quanto ao falar culto. De acordo com os dados da autora, do montante de palavras com sílaba pretônica passiva de ter uma vogal alta ou média, aproximadamente 60% dessas ocorrências apresentaram vogais com o traço [+baixo], e os 40% restantes encontraram-se distribuídos entre as demais vogais [i,u,e,o]. A qualidade vocálica do núcleo da sílaba pretônica no falar culto de Salvador, de acordo com Silva (1998 e 1993), obedece, à semelhança do alteamento vocálico, a uma regra variável de harmonia vocálica, em que a pretônica tende a assimilar o traço de altura da vogal da sílaba subsequente.

Assim, a vogal média da sílaba pretônica tenderá a ser baixa se a vogal da sílaba seguinte for média baixa e tenderá a ser média alta se a vogal da sílaba seguinte for média alta. Mas pode se realizar tanto como média alta ou baixa se a vogal da sílaba seguinte for baixa anterior ou alta (anterior e posterior). Mesmo resultado foi encontrado por Oliveira (2006) para a comunidade Lingüística de Vitória da Conquista, cidade com aproximadamente 300.000 habitantes, localizada na região Sudoeste da Bahia, a aproximadamente 500 km de Salvador. Oliveira (2006) investiga, em Vitória da Conquista, além da fala culta, como faz Silva (1993) para a comunidade lingüística de Salvador, a fala popular diversa. Para isso, ela analisa a fala de sujeitos entrevistados no jornal local.

Os resultados foram analisados em termos de comparação entre o quadro proposto para o PB, por Câmara Jr. (1970), as características dialetais da comunidade lingüística de Vitória da Conquista, no que tange à ocorrência das médias abertas, e a realização dessas vogais por parte da criança selecionada.

BISOL, L. A. Harmonização vocálica na fala culta. *D.E.L.T.A.*, v. 4, n. 1, 01-20, 1988.

CÂMARA JR., J. M. *Problemas de Lingüística Descritiva*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992 [1970].

MOTA, J. A. *Vogais antes de acento em Ribeirópolis - SE*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 1979.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

OLIVEIRA, J. S. N. *Investigação fonético-fonológica das vogais médias abertas em posição pretônica na fala de Vitória da Conquista/BA*. Relatório Semestral CNPq, 2006.

RIBEIRO, P. de J. *Caracterização acústica das vogais médias abertas em posição pretônica na fala de Vitória da Conquista/BA*. Projeto de Pesquisa, 2006.

SILVA, M. B. da. Breve notícia sobre as vogais pretônicas na variedade culta de Salvador. *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador. n. 14, 1993. p. 69-77.

### Correlatos acústicos do /r/ campineiro: um estudo piloto

Cândida Mara Britto Leite

candidamara@hotmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

O estudo dos róticos, classe de sons do fonema /r/, suscita muitas discussões no âmbito da investigação lingüística. Os estudos sociolingüísticos, por exemplo, mostram que os róticos exibem um alto grau de polimorfismo. Já as descrições fonéticas salientam a grande variabilidade dessa classe de sons, tornando difícil a tarefa de agrupá-los sob um mesmo conjunto de características. Do ponto de vista fonético, os róticos exibem uma ampla variedade de modos e pontos de articulação. Lindau (1980b) investiga os róticos em três línguas indo-européias (o inglês da Califórnia, o sueco de Estocolmo e de Skane e o espanhol dos *chicanos*) e em sete línguas faladas na África Ocidental (hausa, degema, edo, ghotuo, kalabari, bum e izon). A autora afirma que não é possível apontar um único correlato articulatório para os róticos, haja vista a vasta variedade de pontos e modos de articulação envolvidos na produção desses segmentos; bem como reconhece a dificuldade em estabelecer um único correlato acústico dentre todas as variações possíveis de sons de /r/. Em Inglês e Espanhol, segundo Lindau (1980b), é possível verificar, acusticamente, um abaixamento de F<sub>3</sub> para a realização de *trills* (vibrantes), *taps* e aproximantes. No entanto, o abaixamento de F<sub>3</sub> não é uma característica dos róticos em outras línguas. O estudo de Leite (2004), orientado por uma perspectiva sociolingüística, investigou as variantes de /r/ que concorriam em posição de coda silábica no dialeto da cidade de São José do Rio Preto. As variantes encontradas foram classificadas mediante análise acústica e, como parâmetros, foram considerados apenas as configurações formânticas dos segmentos analisados. O resultado desse trabalho revelou a existência de cinco variantes de /r/ na posição de coda silábica, quais sejam: aproximante retroflexa, aproximante alveolar, vogal colorida, aproximante palatal e *tap* alveolar. Destas, nos deteremos às três primeiras variantes, a saber: aproximante retroflexa, aproximante alveolar, vogal colorida. Para caracterização de tais variantes, baseamo-nos nos critérios adotados por Ladefoged (1975), Ladefoged e Maddieson (1996) e Lindau (1980a; 1980b). Considerando a variabilidade dos róticos e a dificuldade em delimitá-los, faz-se necessário recorrer a outros parâmetros acústicos, para que uma classificação mais precisa seja alcançada. Neste trabalho, o objetivo foi o de identificar qual (quais) variante(s) concorre em posição de coda silábica medial na fala de um informante campineiro e se essa(s) variante(s) difere (m) daquelas encontradas por Leite (2004). Esse objetivo justifica-se porque há, por parte dos campineiros entrevistados em enquête, uma afirmação de que o típico /r/ campineiro encontrado em coda silábica difere daquele que é característico do interior paulista, ou seja, a variante aproximante retroflexa. O *corpus*, que contou com palavras reais e logatomas em um *design* experimental, foi composto por frases veículo, montado com vistas a controlar a tonicidade da sílaba e a vogal antecedente da seqüência CVR. Os dados foram gravados em um aparelho portátil Sony MZNH1 Minidisc Player/Recorder, utilizando microfone Plantronics Audio 50. Em seguida, esses dados foram transcritos, segmentados manualmente e analisados através do software *Praat*. Para caracterização dessas variantes, foram considerados, principalmente, os trabalhos de Lehiste (1962) e Lindau (1980a; 1980b). Procedendo à análise, foram medidas as freqüências dos três primeiros formantes do segmento analisado, sempre no ponto médio. Para medir a duração, consideramos: (i) contexto CVR e (ii) a transição VR. Os resultados foram submetidos à análise estatística, com o objetivo de calcular as diferenças



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

entre as médias dos formantes ( $F_1$ ,  $F_2$  e  $F_3$ ) e a diferença da duração relativa média entre CVR e VR. Os resultados desse trabalho são discutidos em termos de configuração de formantes e de duração dos róticos, considerando a qualidade da vogal antecedente. A investigação acústica proposta por este estudo piloto poderá contribuir para a realização de estudos posteriores que serão desenvolvidos junto ao dialeto campineiro.

KENT, R. & READ, C. *The Acoustic Analysis of Speech*. San Diego: Singular Publishing Group Inc., 1992.

LADEFOGED, P. *A Course in Phonetics*. 4. ed. New York: Harcourt College Publishers, 2001 [1975].

LADEFOGED, P. & MADDIESON, I. Rhotics. In.: *The Sounds of the World's Languages*. Blackwell Publishers, Oxford, 1996. p. 215-245.

LEHISTE, Ilse. Acoustical Characteristics of Selected English Consonants. *International Journal of American Linguistics*. Vol. 30, Part IV. Junho de 1964. p. 51-115.

LEITE, C. M. B. *Atitudes Lingüísticas: A Variante Retroflexa em Foco*. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas (SP): UNICAMP, 2004.

LINDAU, M. Phonetic Differences in Nigerian Languages. *UCLA Working Papers in Phonetics* 51. 1980a. p.105-113.

\_\_\_\_\_. The story of /r/. *UCLA Working Papers in Phonetics* 51. 1980b. p.114-119.

### Modelos fonológicos não-transformacionais: pela quebra das fronteiras entre fonética e fonologia

A publicação do *The sound pattern of English* (CHOMSKY; HALLE, 1995 [1968]) trouxe inegáveis avanços à teoria fonológica e acabou por instituir, nesse campo, um tratamento derivacional à representação da cadeia da fala. A concepção de que era possível engendrar uma estrutura no nível da realização, a partir de transformações de uma estrutura subjacente, em vários níveis, predominou na literatura até aproximadamente a década de 90, quando surgem modelos que apresentam uma outra possibilidade de tratamento para o nível fonológico, que não o derivacional.

Um desses modelos, a Fonologia Articulatória, proposta por Catherine Browman e Louis Goldstein, começa a ser elaborado ainda nos anos 80, mas tem seu programa mais consistentemente definido no início da década de 90 (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992). Tal modelo baseia-se na proposta de um primitivo de natureza dinâmica, portanto distinta da natureza dos traços. O gesto articulatório – denominação aplicada ao primitivo – é definido em termos de uma equação que modela o movimento oscilatório descrito por um sistema dinâmico simples, de onde provém sua natureza dinâmica. Além disso, o gesto é, ao mesmo tempo, uma unidade discreta, uma vez que a repetição de um dado padrão gestual pode ser internalizada pelos falantes.

Ao propor um primitivo de análise concomitantemente numérico e discreto, tal modelo prevê a quebra das fronteiras entre fonética e fonologia, não havendo, portanto, a necessidade de se prever regras que transformem um fato fonológico noutro, fonético. As evidências empíricas a favor desse modelo advêm especialmente das chamadas alofonias gradientes, ou seja, variações de realização de um

segmento que se estendem ao longo de um contínuo físico e, muitas vezes, são determinadas pela estrutura prosódica de um enunciado. Dado que muitas alofonias tidas até então como fatos categóricos mostram-se gradientes, à luz de análises experimentais acuradas, torna-se impossível tentar representá-las utilizando-se primitivos como os traços.

Para trazer ainda mais evidências sobre a natureza gradiente de fatos fônicos e, conseqüentemente, reforçar o argumento de que precisam ser tratados à luz de modelos dinâmicos de produção da fala, apresentam-se, nesta sessão, duas comunicações, uma que lida com nasais do português brasileiro (PB) e outra que lida com róticos. Tais classes, que tradicionalmente oferecem problemas para modelos derivacionais, como as geometrias de traços, podem ser parcimoniosamente representadas na Fonologia Articulatória ou na Fonologia Acústico-Articulatória – este é um desdobramento daquele modelo, proposto por Albano (2001) e que considera o dado acústico em sua formulação.

Outro modelo fonológico que se distancia da perspectiva transformacional herdeira de Chomsky & Halle é a Teoria da Otimalidade (OT), cujas bases são propostas, em 1993, por Alan Prince e Paul Smolensky. Considerando que os fatos fonológicos estão sujeitos a certas restrições universais, as quais são ordenadas diferentemente, a depender da língua ou do dialeto, a OT prescinde de uma “tradução” do dado fonológico no fonético através de restrições de identidade entre aquilo que o modelo denomina *input* – ou seja, os dados que serão submetidos à hierarquia de restrições e avaliados com base nas violações a elas – e o *output*, que é o próprio dado fonético.

Uma terceira comunicação apresentará evidências para um tratamento otimalista das vogais epentéticas em PB, observando que tal vogal tem efeitos distintos na prosódia da palavra, a depender das suas classes gramaticais, ou seja, em formas nominais, a epêntese parece não afetar o acento primário, contrariamente ao que se verifica com formas verbais, nas quais a epêntese ora afeta o acento primário, ora não. A análise proposta para esse fato vai também na direção de fornecer evidências para a quebra das fronteiras entre fonética e fonologia.

ALBANO, E. C. *O gesto e suas bordas – esboço de Fonologia Acústico-Articulatória para o português brasileiro*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/ FAPESP, 2001.

BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview, in *Phonetica*, 49:155-180,1992.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. Optimality Theory – constraint interaction in generative grammar. Manuscrito, Rutgers University, 1993.

### Epêntese e acento primário no português do Brasil

Paulo Chagas de Souza

pcsouza@usp.br  
Universidade de São Paulo

O Português do Brasil (PB) ocupa uma posição bastante peculiar entre as línguas românicas em vários aspectos de sua





gramática. Na fonologia, por exemplo, uma característica que o destaca é o fato de algumas seqüências de consoantes normalmente serem eliminadas na fala através da epêntese de um [i]. É o que ocorre, por exemplo, com palavras, como, *afta, digno, optar, gnomo, pneu, técnico* e *psicólogo*. Esse não é o único contexto em que ocorre epêntese no PB. Palavras com obstruintes não sibilantes como segmento final sofrem o mesmo processo. São palavras como: *déficit, superávit* e *hábitat*.

Um dado que não tem recebido a devida atenção é o fato de essa vogal epentética ter efeitos distintos na prosódia com palavras diferentes. Obviamente só existe a possibilidade de o acento primário ser afetado pela epêntese no PB se a vogal epentética ocorrer entre o acento e a margem final da palavra, pois é com essa margem que o acento primário no PB se alinha. Feita essa ressalva, devemos notar que em formas nominais, por exemplo, a epêntese parece não afetar o acento primário, enquanto que em formas verbais ela ocorre em variação, ora afetando o acento primário, ora mantendo-o igual ao da forma sem a vogal epentética. O contraste é ilustrado pela invariabilidade do acento primário em *digno, técnico* e *déficit*, por exemplo, independente da ocorrência da vogal epentética. Temos respectivamente as pronúncias [ˈdʒiginʊ], [ˈtekiniku] e [ˈdɛfisitʃi]. Se compararmos essas palavras com as formais verbais *impregna* e *se indigna*, verificaremos que estas podem ser pronunciadas sem alteração da localização do acento primário, ou seja, [ĩˈpɾɛginɐ] e [sĩˈdʒiginɐ], mas também ocorrem com deslocamento do acento primário para a sílaba seguinte, ou seja, como [ĩpɾeˈginɐ] e [sĩdʒiˈginɐ]. É importante observar que essa incompatibilidade entre as vogais epentéticas e o acento nos não-verbos se limita ao acento primário, já que formas como *psicólogo* ocorrem com a pronúncia [ˌpisiˈkɔlogʊ], isto é, podem receber o acento secundário.

Na realidade, os verbos se distinguem de todas as demais classes, em suma, pelo fato de que uma única forma do paradigma pode apresentar o acento em sílabas diferentes, ou seja, o acento primário dessas formas pode ser oscilante. Esta comunicação tem o objetivo de discutir esses efeitos prosódicos distintos em palavras de classes gramaticais distintas.

Alguns trabalhos que já analisaram essa interação e que serão discutidos incluem a abordagem de Broselow (1982), derivacional, e as de Alderete (1999) e Broselow (2001), que utilizam a Teoria da Otimidade. Alderete propõe a existência de uma restrição HEAD-DEP, que penaliza a ocorrência de vogais em posições prosódicas proeminentes não associadas a um segmento correspondente no *input*, cuja ação pode fazer com que a língua se afaste de seu padrão prosódico normal. Broselow incorpora a sugestão de Alderete, analisando casos que dão sustentação a ela.

A questão da existência de padrões prosódicos específicos de uma classe gramatical foi discutida em Smith (1997), que também será objeto de minha análise. Smith propõe a restrição NF, que abrevia FAITHLOC<sub>N</sub>(ACC), segundo a qual os acentos presentes no *output* devem ser fiéis a sua localização no *input*, especificamente nos substantivos.

A estratégia que adoto se assemelha à de McCarthy (2002), que mostra que em árabe clássico os moldes prosódicos de substantivos e verbos diferem sistematicamente. O fundamental, no entanto, é que a análise de McCarthy nos revela que a forma diferente desses moldes para essas duas classes gramaticais deriva da existência de afixos de tipos diferentes, o que tem conseqüências para o paradigma como

um todo. Um aspecto a ser destacado com relação à análise é o exame do caráter cognitivo dessa interação entre fonologia e morfologia.

Neste momento da pesquisa, a análise se limita ao PB, mas outras línguas serão examinadas posteriormente, para que seja possível identificar os fatores que interagem no processo e verificar se as restrições em jogo formam uma tipologia fatorial comprovada empiricamente.

- ALDERETE, John. Faithfulness to Prosodic Heads. ROA-94.1995  
ALDERETE, John. Head-Dependence in Stress-Epenthesis Interaction. In: HERMANS, Ben; OOSTENDORP, Marc van (Orgs.). *The Derivational Residue in Phonological Optimality Theory* Amsterdam: John Benjamins, p. 29-50. ROA-453. 1999.  
BROSELOW, Ellen. On the interaction of stress and epenthesis. *Glossa* 16, 115-132, 1982.  
BROSELOW, Ellen. Stress-Epenthesis Interactions. ROA-446. 2001.  
MCCARTHY, John. Optimal Paradigms. ROA-485. 2002.  
SMITH, Jennifer. Noun Faithfulness: On the privileged behavior of nouns in phonology. ROA-242. 1997.

### Nasalidade em PB e a questão da coda: vogal ou consoante?

Beatriz Raposo de Medeiros

biarm@usp.br  
Universidade de São Paulo

A hipótese mattosiana para a vogal nasal do português brasileiro (doravante PB) consegue, de certa forma, dar conta do aspecto complexo do fenômeno que a envolve quando diz que: “a vogal nasal fica entendida com um grupo de dois fonemas, que se combinam na sílaba – vogal e elemento nasal” (CÂMARA JR., 1970, p. 47). A partir daí, a hipótese bifonêmica tem sido tratada por duas linhas de investigação: de um lado, haveria o retorno da consoante nasal de coda (apagada diacronicamente) e, de outro, interpretar-se-ia o elemento nasal mattosiano como uma consoante nasal homorgânica à consoante seguinte. Tanto em uma linha como na outra, o que está em jogo são seqüências do tipo VNC, em que V é uma das cinco vogais nasais do PB, N é um elemento nasal e C é uma consoante oral. O problema que encontramos nos desdobramentos da explicação estruturalista é que a vogal nasal do PB não apresenta claramente as fases (ou fonemas) que a compõem. Isto ficou evidenciado através de estudos experimentais (CAGLIARI, 1977; SOUSA, 1994; JESUS, 2002), que, por exemplo, não verificam uma consoante nasal plena logo após a vogal nasal. Para além destas investigações experimentais, iniciamos outras, que levaram em consideração diferentes consoantes seguintes, como as fricativas, além das oclusivas (RAPOSO DE MEDEIROS *et al.*, 2006) e um estudo perceptual. Através deste último, procuramos caracterizar a dita primeira fase da vogal nasal como mais vocálica e a dita segunda fase como mais consonantal (RAPOSO DE MEDEIROS, 2006).

Através dos dois últimos estudos referidos acima, foi-nos possível verificar o seguinte: (1) que o murmúrio nasal da vogal era facilmente detectado no espectrograma antes de



consoantes oclusivas, mas não o era diante de fricativas e (2) que as duas fases das vogais nasais não estavam nítidas no espectro, o que nos obrigou a dividir a vogal nasal em duas fases arbitrárias de durações iguais. Um dos resultados esperados de (2) seria que a segunda metade da vogal nasal fosse percebida como uma não-vogal. No entanto, todas as fases finais de todas as vogais nasais, exceto [ɛ̃], obtiveram menos de 50% de respostas positivas para a percepção de uma não-vogal. Tais dados acústicos das vogais nasais em PB evidenciam ser este um segmento complexo, cujas fases se distribuem ao longo do espectro de forma variável.

Assim, defendemos que a nasal de coda do PB merece um tratamento que leve em conta sua variabilidade dependendo do contexto. O ponto de partida do presente estudo jaz no seguinte aspecto da realização da vogal nasal: haveria uma sobreposição parcial de gestos (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) da abertura vélica e da altura da língua, sendo esta altura uma variável do trato responsável pela qualidade vocálica desejada. Ou seja, a vogal nasal em PB não alinha dois gestos sincronicamente do início ao fim, embora isto possa variar de vogal para vogal. Para melhor entendermos a nasalidade vocálica como gesto complexo, propomos refinar as análises acústicas do murmúrio nasal da vogal – a que também chamamos de fase final da vogal – evidenciando a duração dos segmentos envolvidos e interpretando os possíveis efeitos coarticulatórios da vogal nasal em sílaba tônica. De certo, neste ponto da investigação, o objeto de estudo é a borda direita da vogal nasal, envolvendo o aspecto de coda deste segmento.

Julgamos oportuno comparar a realização acústica da consoante nasal com o murmúrio nasal vocálico. Pretendemos, ao ampliar as análises, aclarar a hipótese inicial desta pesquisa, que é a questão da sincronia/assincronia dos dois gestos responsáveis pela nasalidade vocálica: o gesto do véu e o gesto de altura da língua. A Fonologia Articulatória é a mais indicada para tratarmos do fenômeno da nasalidade vocálica em PB, uma vez que prevê a sincronia/assincronia dos gestos e o próprio gesto como unidade distintiva (GOLDSTEIN; FOWLER, 2003).

BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview. *Phonetica* 49: p. 155-180, 1992.

CAGLIARI, L. C. *An experimental study of nasality with particular reference to Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. University of Edinburgh, 1977.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 12. ed. (1. ed. 1970). Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

GOLDSTEIN, L.; FOWLER, C. Articulatory Phonology: a phonology for public language use. In: SCHILLER, N.O.; MEYER, A. S. (Ed.), *Phonetics and Phonology in Language Comprehension and Production*, pp. 159-207. Mouton de Gruyter. 2003.

JESUS, M. de S. V. Estudo fonético da nasalidade vocálica in *Estudos Lingüísticos 5: estudos em fonética e fonologia do português*, Reis C. (Org.) Belo Horizonte, p. 205 – 224, 2002.

RAPOSO DE MEDEIROS, B.; ALBANO, E.; SILVA, A. Realização e representação de grandes classes fonéticas do português brasileiro: uma abordagem dinâmica. Simpósio do Evento da Abralín na SBPC, Florianópolis. 2006.

RAPOSO DE MEDEIROS, B. Percepção das diferentes fases de vogais nasais do português brasileiro: um estudo preliminar. In: 54<sup>o</sup>. *Seminário do GEL*, 2006, Araraquara.

SOUSA, E. M. G. Para a caracterização fonético-acústica da nasalidade no português do Brasil. Dissertação de Mestrado, inédita. Campinas. LAFAPE/IEL/ UNICAMP, 1994.

## Representação dinâmica para variantes de /r/ no português brasileiro

Adelaide Hercília Pescatori Silva

adelaide@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Os róticos – sons de /r/ – constituem uma classe de sons que reúne variantes bastante distintas tanto quanto ao ponto como ao modo de articulação. Há variantes anteriores, posteriores, vibrantes, aproximantes, fricativas e retroflexas. O português brasileiro (PB) exhibe diversas dessas variantes, seja como marcas características de dialetos, seja como variantes presentes na fala de um mesmo sujeito.

Essa variação era descrita na literatura, desde Câmara Jr. (1969), como uma “variação livre”, i.e., como uma variação supostamente não sujeita a condicionantes fonológicos. Entretanto, Silva (2002) observa que tal variação pode ser condicionada pela estrutura prosódica dos enunciados contendo /r/. Manipulando força de fronteira e investigando os róticos na fala de sujeitos da região sul do país, tal estudo observa que, quanto mais forte a fronteira, mais o segmento produzido em início de palavra tende à vibrante. Por outro lado, quanto mais fraca a fronteira, mais o segmento tende à fricativa ou a tap. Ou seja, tem-se a realização gradiente de um segmento, tal que as variantes de /r/, na fala de um mesmo sujeito, se estendem ao longo de um contínuo físico.

Dado que a realização gradiente das variantes de /r/ é condicionada pela estrutura prosódica, constitui-se um fato gramatical e, portanto, a gradiência precisa ser representada na gramática da língua. Modelos que tomam o traço como primitivo, ou outra unidade qualquer, semelhante ao traço, contudo, não conseguem dar conta dessa representação, pois prevêm apenas a realização categórica dos segmentos.

Propõe-se, então, que tais segmentos sejam representados à luz de modelos dinâmicos de produção de fala, como a Fonologia Articulatória (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) e a Fonologia Acústico-Articulatória (ALBANO, 2001). A proposta leva em consideração que os segmentos são representados por gestos articulatórios – unidades ao mesmo tempo dinâmicas e discretas tomadas como primitivos por tais modelos. O caráter dinâmico dos gestos decorre do fato de serem definidos em termos de uma equação que modela o movimento oscilatório descrito por um sistema dinâmico simples. O caráter discreto, por sua vez, provém da internalização de um dado padrão gestual, a partir da repetição desse padrão.

Além disso, prevê-se que os gestos se dispõem em regiões articulatórias como as de ponta e dorso de língua, além da região glotal e da região vélica – esta, no caso dos róticos não está presente na constelação gestual que representa tais sons porque, em princípio, é uma região ativada na representação de nasais. Prevê-se também que o tempo de ativação dos gestos em cada região seja crucial para a representação dos sons de /r/, no sentido de capturar relações entre as diferentes variantes. Assim, por exemplo, à medida que o tempo de ativação do gesto de ponta de língua diminui e o de dorso aumenta, tem-se uma variante que vai deixando de ser realizada como vibrante e passa a ser realizada como aproximante ou fricativa. Tal previsão permite não só a representação da gradiência sobre a qual se estende a produção dos róticos, mas também a captura



da identidade entre variantes aparentemente distintas de /r/, como vibrantes e fricativas. Tal identidade, buscada já por Lindau (1985) parecia até então possível apenas entre “famílias” de róticos, como observava a autora. Esta perspectiva, por outro lado, aponta para a possibilidade de se traçar a identidade de modo que a variação de uma vibrante a uma fricativa seja vista como fato decorrente da mudança de ativação de alguns gestos apenas.

Observe-se que não se trata de propor regras que transformem uma variante noutra, mas de conceber que alterações nas variáveis da equação dinâmica produzem conseqüências na natureza dos gestos implementados e, conseqüentemente, na natureza dos segmentos representados por tais gestos.

Este trabalho, então, tem por objetivo apresentar e discutir uma representação gestual para os róticos do PB buscando evidenciar as semelhanças entre variantes como vibrante, *tap*, fricativa e retroflexo no português brasileiro. Tais semelhanças, como se procurará mostrar, baseiam-se nas regiões articulatórias presentes na representação dos segmentos, sendo as diferenças entre as variantes obtidas através da manipulação de variáveis como o tempo de ativação dos gestos em cada região articulatória.

ALBANO, E. C. *O gesto e suas bordas – esboço de Fonologia Acústico-Articulatória para o português brasileiro*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2001.

BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview, in *Phonetica*, 49: 155-180, 1992.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1969.

LINDAU, M. The story of /r/, in V. Fromkin (Ed.) *Phonetic Linguistics - essays in honor of Peter Ladefoged*. San Diego: Academic Press: 157-168, 1985.

SILVA, A. H. P. *As fronteiras entre fonética e fonologia e a alofonia dos róticos iniciais em PB: dados de dois informantes do sul do país*. Tese de doutorado, inédita. LAFAPE/IEL/UNICAMP, 2002.

### Investigações fonético-acústicas de aspectos segmentais do PB

Esta sessão de comunicações coordenadas compreende trabalhos oriundos de um mesmo projeto de pesquisa, que se encontra em fase inicial, intitulado *Psycholinguistic and Phonetic Aspects of Experimental Language Games*, e que reúne pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e de Harvard University (EUA), numa parceria inter-institucional e internacional. O projeto é sediado na UFPR, e coordenado pelos professores Adelaide Silva (UFPR), Maximiliano Guimarães (UFPR/CAPES) e Andrew Nevins (Harvard University), e financiado pelo *David Rockefeller Center for Latin American Studies* (Harvard University). Além dos professores coordenadores, o nosso Grupo de Investigação em Morfofonologia Experimental conta também com os bolsistas Gesoel Mendes, Gustavo Nishida, Felipe Clemente, Camila Bozzo Moreira e Jeniffer Albuquerque, todos alunos da UFPR.

O tema que unifica as três comunicações é a investigação de jogos de codificação de linguagem (Cf. (1)) como ferramenta metodológica para se testar hipóteses acerca das representações mentais de processos morfológicos diversos (afixação, infixação e reduplicação), bem como de processos

de alofonia, e, sobretudo, da interação entre tais processos morfológicos e fonológicos no que concerne ao processamento psicolinguístico e à aquisição de linguagem (em especial, estrutura silábica, e questões de opacidade)

(1) a: cospostepelapa (= ‘*costela*’) Língua do Pê (português brasileiro)

b: trapabapajopo (= ‘*trabajo*’) Jerigonza (espanhol)

c: garetci (= ‘*gigarette*’) Verlan (francês)

d: ubintubernubet (= ‘*internet*’) Ubbi-Dubbi (inglês)

O estudo minucioso de jogos de codificação de linguagem se constitui numa estratégia metodológica extremamente reveladora das representações mentais dos falantes, quanto à estrutura morfofonológica, pois tais jogos requerem que o falante compute novas estruturas morfológicas e fonológicas em tempo real, sem que haja uma “forma canônica” de referência já memorizada, nem uma “forma correta” prescrita. No âmbito deste projeto, observamos tanto jogos de codificação já existentes e tradicionalmente praticados em brincadeiras de crianças falantes do Português Brasileiro, como a Língua do Pê (Cf. GUIMARÃES; NEVINS, 2006), como também jogos de codificação que inventamos com o fim específico de estudar um determinado aspecto morfofonológico, controlando o maior número possível de variáveis. A comunicação *Sobreaplicação e Subaplicação da Nasalização Alofônica de Vogais em um Dialeto do Português Brasileiro*, de Maximiliano Guimarães, inicia a sessão coordenada apresentando os pressupostos teóricos que norteiam o projeto, oriundos da Teoria de Multiprecedência e Linearização (RAIMY, 2000a, b; FITZPATRICK; NEVINS, 2002a, b), bem como um relato de estudos já realizados.

A comunicação *Investigando a Representação das Vogais Nasais Fonêmicas em Português Brasileiro através de Codificações Experimentais*, de Gesoel Mendes, apresenta questões analíticas e empíricas de um estudo experimental ainda em andamento, que investiga a representação das vogais nasais fonêmicas em português brasileiro, demonstrando como os jogos de linguagem podem fornecer evidências para se optar por uma análise baseada em vogais nasais em forma subjacente ou por uma análise baseada em vogais nasalizadas por assimilação a um arquifonema nasal abstrato (Cf. MATTOSO CÂMARA, [1953] 1977).

A comunicação *Procedimentos Metodológicos dos Experimentos com Jogos de Codificação de Linguagem*, de Camila Bozzo, encerra a sessão apresentando os procedimentos metodológicos adotados no experimento sobre vogais nasais fonêmicas, e que, em grande parte, se aplicam aos demais experimentos realizados no âmbito do projeto.

FITZPATRICK, J.; A. NEVINS. *Phonological Occurrences: relations and copying*. Cambridge: MIT, ms. Disponível em: <http://ling.auf.net/lingBuzz/00005>. 2002a.

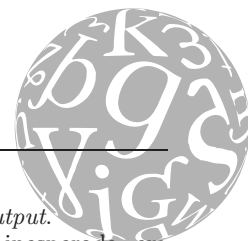
FITZPATRICK, J.; A. NEVINS. Linearizing Nested and Overlapping Precedence in Multiple Reduplication. In: ARUNA-CHALAM, Sudha; SCHEFFLER, Tatjana (Ed.), *The Proceedings of the 27th Penn Linguistics Colloquium*. Penn Working Papers in Linguistics 10.1, p. 75-88, 2002b.

GUIMARÃES, M.; A. NEVINS. Opaque Nasalization in the Língua do Pê of Salvador, Brazil. Talk given at the *Workshop on Opacity at GLOW 2006*, Barcelona, 2006.

MATTOSO CÂMARA Jr, J. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, [1953] 1977.

RAIMY, E. Remarks on Backcopying. *Linguistic Inquiry* 31.3, p. 541-552, 2000a.

RAIMY, E. *The Phonology and Morphology of Reduplication*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000b.



### Sobreaplicação e subaplicação da nasalização alofônica de vogais em um dialeto do português brasileiro

Maximiliano Guimarães

maxguimaraes@gmail.com

Universidade Federal do Paraná

Nesta comunicação, serão apresentados resultados e conclusões parciais do estudo-piloto de Guimarães; Nevins (2006) acerca dos efeitos dos jogos de codificação de linguagem sobre a aplicação de processos fonológicos, visando investigar detalhes finos da estrutura morfofonológica das línguas naturais.

O estudo de caso tomou como ponto de partida o processo generalizado de nasalização regressiva de vogais observado no dialeto do Português Brasileiro (PB) falado em Salvador-BA (e.g. ‘camisa’ é sistematicamente pronunciado como [kã.mi.za], e não como [ka.'mi.za]). O jogo de linguagem de referência foi a *Língua do Pé* (LdP), na sua versão em que, *grosso modo*, há reduplicação iterativa de todas as sílabas, de modo que, nos reduplicantes, os onsets originais são substituídos por [p], mantendo-se a rima intacta (e.g. ‘bolas’ é codificada como [bɔ.pɔ.las.pas]).

Para a codificação de palavras exibindo o ambiente estrutural para a nasalização alofônica (i.e. vogal oral em sílaba aberta, seguida de onset nasal), há quatro possibilidades:

(1) a: [ka.pã.mi.pi.za.pa]

b: [kã.pã.mi.pi.za.pa]

c: [ka.pa.mi.pi.za.pa]

d: [kã.pa.mi.pi.za.pa]

(1a) ilustra a *aplicação normal* do processo, o que seria esperado se assumirmos um modelo serial no qual a nasalização é fruto de uma regra de assimilação que se aplica ao *output* da operação morfológica de reduplicação que constrói a forma codificada. Nesse caso, o [a] da sílaba [ka] não se nasaliza, mas o [a] de [pa] sim, porque apenas o segundo se encontra no ambiente estrutural relevante. No modelo da Teoria de Otimalidade (OT), esse *output* também pode ser acomodado de modo trivial.

(1b) ilustra a *sobreaplicação*, o que seria esperado se assumirmos um modelo serial no qual a nasalização é fruto de uma regra de assimilação que se aplica *antes* da operação morfológica que constrói a forma codificada. Nesse caso, tanto o [a] de [ka] como o [a] de [pa] se nasalizam, pois, na verdade, ambos são originários de um mesmo [ã] previamente nasalizado na forma [ka.'mi.za], antes de sua reduplicação. Alternativamente, no modelo da OT, pode-se dizer que o [a] de [pa] se nasaliza devido à restrição estrutural relevante, enquanto o [a] de [ka] se nasaliza devido a uma restrição de fidelidade entre base e reduplicante (F-BR), que força a não-fidelidade do [a] de [ka] ao seu *input* quanto ao traço nasal, pois tal restrição de fidelidade entre *input* e *output* ocuparia uma posição baixa no *ranking* em comparação com a restrição estrutural relevante para a nasalização.

(1c) ilustra a *subaplicação*, o que seria inesperado num modelo serial clássico, e esperado na OT, assumindo um *ranking* no qual F-BR força a nasalização a não ocorrer, violando a restrição estrutural relevante para a nasalização, que ocuparia uma posição baixa no *ranking* em comparação

com a restrição de fidelidade entre *input* e *output*.

(1d) ilustra a *aplicação anômala*, que é inesperada em qualquer modelo de análise.

Empiricamente, constatou-se que informantes tipicamente optaram pela estratégia de *sobreaplicação* (1b). O resultado foi o mesmo tanto para informantes já familiares com a LdP, como para os novatos no jogo.

Esses resultados foram comparados com os resultados de outro experimento, baseado numa codificação experimental elaborada para fins deste estudo, à qual chamamos *Língua do Ki* (LdK), e que consiste num jogo infixativo (em vez de reduplicativo como a LdP, no qual se deve intercalar uma sílaba fixa [ki] entre todas as demais sílabas da palavra (e.g. a codificação da palavra ‘bolas’ é pronunciada como [bɔ.ki.las.ki]). No que concerne à codificação de palavras que exibem o ambiente estrutural para nasalização alofônica, há quatro possibilidades lógicas:

(2) a: [ka.ki.mi.ki.za.ki]

b: [kã.ki.mi.ki.za.ki]

c: [ka.ki.mi.ki.za.ki]

d: [kã.ki.mi.ki.za.ki]

(2a-d) ilustram a *aplicação normal*, a *sobreaplicação* do processo, a *subaplicação* e a *aplicação anômala*, respectivamente. (2a) seria esperado se assumirmos um modelo serial no qual a nasalização é fruto de uma regra de assimilação que se aplica ao *output* da operação morfológica de reduplicação que constrói a forma codificada. Nesse caso, o [a] da sílaba [ka] não se nasaliza, mas o [a] de [pa] sim, porque apenas o segundo se encontra no ambiente estrutural relevante. No modelo da OT, esse *output* também pode ser acomodado de modo trivial.

Quanto a (2b), a nasalização do [a] de [ka] não pode ser atribuída a uma restrição de fidelidade entre base e reduplicante (forçada pela nasalidade do [i] de [ki]), pois [ki] não é reduplicante de [ka]. Num modelo serial clássico, o *output* (2b) é inesperado, a menos que se assuma que a regra de nasalização se aplica ciclicamente.

Em (2c), a ausência de nasalização no [i] de [ki] imediatamente antes de [m] também não pode ser atribuída a F-BR (forçada pela não nasalidade do [a] de [ka]), pois [ki] não é reduplicante de [ka]. Num modelo serial clássico, o *output* em (2c) também é inesperado, pois a regra deveria se aplicar ao *output* de algum ciclo, produzindo ou (2a) ou (2d).

Diferentemente do se tem na LdP, a chamada *aplicação anômala* em (2d) não é prevista como impossível por todos os modelos. Um modelo serial em que a infixação se segue à nasalização prevê exatamente o *output* em (2d). O mesmo não se pode dizer da OT.

Empiricamente, o que se constatou foi que os informantes tipicamente optaram pela estratégia de *subaplicação* (2c).

O problema analítico consiste em dar um tratamento unificado para os resultados de ambos os experimentos. O comportamento típico dos informantes (independentemente do grau de familiaridade prévio com o jogo da LdP) revela a opção sistemática pela codificação com sobreaplicação para o jogo reduplicativo (LdP) e pela codificação com subaplicação para o jogo infixativo (LdK). Presumivelmente, a diferença deve ter origem nas diferentes representações morfológicas envolvidas na reduplicação e na infixação, e que, de algum modo, definem de modos diferentes os ambientes estruturais das estruturas que servem de *input* para o processo de nasalização. Nas versões clássicas das teorias derivacionais e representacionais, tal distinção não tem como ser capturada. A análise proposta se baseia na Teoria de Multiprecedência e Linearização (RAIMY, 2000a, b; FITZPATRICK; NEVINS,



2002a, b), segundo a qual as representações morfológicas são construídas a partir de relações de precedência imediata (representadas por setas na notação), como em (3).

$$(3) \quad \# \rightarrow k \rightarrow a \rightarrow m \rightarrow i \rightarrow z \rightarrow a \rightarrow \#$$

Operações de reduplicação e de infixação envolvem a adição não apenas de novos segmentos, mas também de novas relações de precedência, como em (4) e (5).

$$(4) \quad \# \rightarrow k \rightarrow a \rightarrow m \rightarrow i \rightarrow z \rightarrow a \rightarrow \#$$

$$\begin{array}{ccccccc} & & \downarrow \uparrow & & \downarrow \uparrow & & \downarrow \uparrow \\ & & p & & p & & p \end{array}$$

$$(5) \quad \# \rightarrow k \rightarrow a \rightarrow m \rightarrow i \rightarrow z \rightarrow a \rightarrow \#$$

$$\begin{array}{ccccccc} & & \downarrow & \uparrow & \downarrow & \uparrow & \downarrow & \uparrow \\ & & k \rightarrow i & & k \rightarrow i & & k \rightarrow i & \end{array}$$

No nível morfológico mais abstrato, tais representações contêm segmentos com múltiplos predecessores ou sucessores imediatos, sendo portanto ‘impronunciáveis’. Na interface entre a fonologia e a fonética, tais representações são *linearizadas* e mapeadas numa representação de superfície, segundo uma *máquina de estados finitos*, que lê o input ‘da esquerda para a direita’ resolvendo os conflitos de multiprecedência introduzidos por bifurcações e *loops* de acordo com critérios de *economia*, *completude* e *localidade*, que serão apresentados na comunicação.

Nesse modelo, processos alofônicos se aplicam sobre representações morfológicas do tipo (3-5), pressupondo um predecessor ou sucessor único a partir do segmento desencadeador, a depender da direcionalidade do processo (o que se formaliza em termos de um *Operador Iota* (RUSSEL, 1905) sobre ambientes). Em (4), /a/ é o único segmento precedendo o desencadeador do processo (i.e. /m/), enquanto, em (5), não há, no nível relevante, um único predecessor de /m/, impedindo que a regra se aplique.

FITZPATRICK, J.; A. NEVINS. *Phonological Occurrences: relations and copying*. Cambridge: MIT, ms. Disponível em: <http://ling.auf.net/lingBuzz/000056>, 2002a.

FITZPATRICK, J.; A. NEVINS. Linearizing Nested and Overlapping Precedence in Multiple Reduplication. In: ARUNACHALAM, Sudha; SCHEFFLER, Tatjana (Ed.), *The Proceedings of the 27th Penn Linguistics Colloquium*. Penn Working Papers in Linguistics 10.1, p.75-88, 2002b.

GUIMARÃES, M.; NEVINS, A. Opaque Nasalization in the Língua do Pê of Salvador, Brazil. Talk given at the *Workshop on Opacity at GLOW 2006*, Barcelona, 2006.

RAIMY, E. Remarks on Backcopying. *Linguistic Inquiry* 31. 3, p. 541-552, 2000a.

RAIMY, E. *The Phonology and Morphology of Reduplication*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000b.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind* 14, p. 479-493, 1905.

## Investigando a representação das vogais nasais fonêmicas através de codificações experimentais

Gesoel Mendes

gigio\_lino@yahoo.com.br  
Universidade Federal do Paraná

A representação mental das vogais nasais fonêmicas Brasileiro (e.g. [lã] x [la]) em Português Brasileiro (PB) é uma questão controversa, qualquer que seja a Teoria Fonológica de referência. O problema já é reconhecido e discutido desde as primeiras tentativas de descrições sistemáticas da fonêmica da língua.

Segundo Mattoso Câmara (1977), ao lado dos seguimentos /l/, /r/, e do arquifonema /S/, existe, no PB, uma quarta unidade fonêmica que poderia ocupar a posição de coda: o aquifonema nasal /N/. Nessa perspectiva, não haveria vogais nasais na representação fonológica, mas sim uma nasalização a partir do arquifonema nasal /N/ em coda silábica, este sim uma unidade representacional. Sua argumentação é baseada principalmente no fato de que as sílabas com vogais nasais aparentemente exibem comportamento de sílabas travadas, pois, por exemplo, não admitem crase com outra vogal.

Uma outra interpretação possível consistiria em admitir a existência de vogais nasais como unidades fonológicas, pois perceptualmente os falantes não sentiriam o elemento consonantal depois dela. Mattoso Câmara, entretanto, considera fraca essa hipótese, por ela se basear em critérios ‘psicológicos’ e não ‘estruturais’. Por outro lado, é inegável a existência de pares mínimos como pita/pinta, lá/lã. Ainda assim, Mattoso Câmara defende que a representação daquilo que, na superfície, é observado como vogal nasal corresponde, no nível estrutural fonológico, a uma vogal oral seguida de arquifonema nasal, argumentando que seria possível admitir a existência de vogais nasais na língua se elas contrastassem com as vogais orais correspondentes seguidas de coda nasal, como no francês, que apresenta pares mínimos como *bõ/bon*. A despeito desta ressalva de Mattoso Câmara, alguns autores como Head (1963) e Pontes (1972) defendem a existência de vogais nasais em forma subjacente, com base em pares mínimos do tipo *lá/lã*, nos quais as vogais nasais contrastam com suas correspondentes orais.

Na literatura Fonética, encontramos uma descrição da nasalidade das consoantes e das vogais do PB feita por Sousa (1994). A autora constata a existência de um murmúrio nasal entre o final da vogal nasal e o início da fase consonântica subsequente, o que em princípio seria um argumento em favor da hipótese mattosiana. Sousa explica que a vogal nasalizada aparentemente se comporta em três fases: uma fase oral, uma fase simultaneamente oral e nasal, e uma terceira fase em que haveria apenas o murmúrio nasal. A autora comenta que esse evento poderia ser encarado de alguma maneira como um ‘segmento de contorno’ como as africadas e as pré-nasalizadas, que mesmo ‘constituídas por eventos articulatorios ‘diferentes’ são tratados pela literatura fonológica como uma unidade, uma perspectiva também não muito distante da mattosiana. Além disso, as diferentes fases das vogais nasais poderiam estar atreladas à complexidade articulatória desse fenômeno, visto que a nasalização envolve o abaixamento do véu palatino, sendo este um articulador



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

relativamente mais lento. Mesmo assim, a própria autora alerta para a necessidade de se ter cautela ao fazer inferências fonológicas partindo de estudos fonéticos.

Num trabalho mais recente, Cagliari (1997) também se depara com o problema das vogais nasais em uma tentativa de descrição do português via Geometria de Traços. Apesar do primitivo de análise ser outro (o traço, e não o fonema), o problema de Cagliari é relativamente equivalente ao de Mattoso Câmara. Para o autor, a nasalidade das vogais pode ser vista de duas maneiras. Primeiramente sendo um segmento 'nasal flutuante', isto é, a nasal que ocupa a posição de coda é inicialmente um segmento flutuante e 'depois irá nasalizar a vogal precedente e/ou gerar um segmento nasal homorgânico com a oclusiva seguinte ou terá seu lugar de articulação definido pela vogal precedente'. Essa escolha abre duas possibilidades: uma em que esse segmento flutuante se liga ao núcleo da sílaba (i.e. a vogal) simplesmente acrescentando o traço [+nas] ao nó raiz; e outra em que esse segmento flutuante se liga à coda precisando, portanto, dispor de uma unidade de tempo no esqueleto. A segunda possibilidade é que esse segmento consonântico nasal esteja ligado à coda já na forma básica.

Os tratamentos para nasalidade no PB, então, parecem apontar, desde Mattoso Câmara, para duas direções distintas: (i) existem, no nível representacional subjacente, vogais nasais que se comportam como vogais orais; (ii) existem, no nível representacional, vogais orais seguidas de um elemento nasal (como o arquifonema nasal /N/, ou o traço [+nasal] flutuante, ou noção equivalente).

Até o momento, nunca se havia testado empiricamente essas hipóteses acerca da representação das vogais nasais em PB. Para tal, o nosso grupo elaborou um experimento que visa testar hipóteses acerca da representação das vogais nasais fonêmicas em Português Brasileiro (PB) (e.g. [lã] x [la]), foram estabelecidos dois tipos de codificação, sendo um jogo vocálico e um jogo consonantal. O primeiro jogo consiste em acrescentar a coda [j] a sílabas abertas e substituir travas silábicas por esse mesmo segmento (e.g. [a.'tor] → [af.'tof.]). No segundo jogo, as vogais de todas as sílabas devem ser substituídas por [o] (e.g. [vɛ.la] → [vo.lo]). Cada informante é solicitado a codificar cada estímulo e a decodificar as formas produzidas por outro informante.

Observando-se a realização das vogais nas formas codificadas nos dois jogos tomados em conjunto, pode-se acessar indiretamente a representação mental das vogais nasais, verificando se elas são inerentemente nasais já em forma subjacente, ou se essa nasalidade é decorrente de um processo de assimilação a partir de um arquifonema nasal /N/ em posição de coda, como na análise clássica de Mattoso Câmara Jr. Se a hipótese mattosiana estiver correta, espera-se que uma palavra como 'lã' seja codificada como [laʃ] no primeiro jogo (pois /N/ seria substituído, levando com ele a nasalidade), e como [lõ] no segundo (pois o traço nasal de /N/ seria assimilado à nova vogal [o]). Se tal hipótese estiver errada, espera-se que a mesma palavra seja codificada como [lãʃ] no primeiro jogo (pois a nasalidade seria inerente à vogal), e como [lo] no segundo (pois a vogal inerentemente nasal seria substituída, levando com ela o traço nasal). Na apresentação, discutiremos a possibilidade de eventuais resultados mistos e suas possíveis interpretações teóricas. Discutiremos também um eventual viés por interferência de representações ortográficas, e como 'driblar' isso.

No presente momento da submissão dos trabalhos para esta sessão coordenada, este experimento está em andamento. Na ocasião do evento, apresentaremos os resultados parciais

até então obtidos, bem como as conclusões, de acordo com as previsões empíricas feitas por cada uma das hipóteses acerca da representação mental das vogais nasais em PB. Na comunicação seguinte, Camila Bozzo Moreira falará sobre os detalhes metodológicos do experimento.

CAGLIARI, L. C. *Processos fonológicos do português brasileiro interpretados pela fonologia de geometria de traços*. Campinas: Edição do Autor, 1997.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, [1953] 1977.

HEAD, B. F. *A comparison of the segmental phonology of Lisbon and Rio de Janeiro*. University of Texas at Austin, 1963.

PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.

SOUSA, E. *Para a Caracterização Fonético-Acústica da Nasalidade em Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1994.

### Procedimentos metodológicos dos experimentos com jogos de codificação de linguagem

Camila Bozzo Moreira

caca.immortalpride@gmail.com  
Universidade Federal do Paraná

Para o experimento, que visa testar hipóteses acerca da representação mental das vogais nasais em Português Brasileiro (PB) através de jogos de codificação por substituição, conforme descrito por Gesoel Mendes na comunicação anterior, tomou-se o cuidado de que os segmentos escolhidos para substituir os núcleos e as codas silábicas fossem os mais adequados para o controle das variáveis relevantes.

No primeiro jogo, o segmento [ʃ] foi escolhido por ser uma coda possível na fonotaxe do PB, mas que, ao mesmo tempo, não ocorre nas pronúncias típicas do dialeto estudado. No segundo jogo, optou-se por [o] devido à maior saliência fônica da nasalidade nas vogais médias ([e] e [o]), se comparada às vogais altas ([i] e [u]). A não opção pela vogal [a] deve-se a uma estratégia de controle do viés das representações ortográficas, a ser discutida na apresentação (note-se que [ã] é a única vogal nasal grafada com diacrítico sobre o grafema vocálico).

Montou-se uma metodologia dividida em em três fases consecutivas: (i) uma primeira fase de treinamento dos informantes nos jogos de codificação de linguagem, (ii) uma segunda fase de seleção dos informantes mais hábeis na tarefa de codificação, (iii) uma terceira fase, que é o experimento propriamente dito, na qual os informantes selecionados na fase anterior são observados no que se refere às soluções específicas por eles adotadas para codificar e decodificar palavras contendo vogais nasais.

Na pré-seleção inicial dos informantes, verificou-se inicialmente a faixa etária (restrita ao intervalo entre 17 e 28 anos) e a região geográfica da qual o sujeito provém, majoritariamente da região sul do país.

A primeira fase conta com doze informantes divididos em dois grupos de seis, sendo que cada grupo aprende os jogos numa ordem diferente. Há uma fase de treinamento, com



um *corpus* constituído de nomes dissilábicos, (igualmente distribuídos entre padrão acentual e silábico), porém sem a ocorrência de nasais, pois nessa fase é inevitável que os experimentadores dêem um *feedback* aos informantes, observando se cada codificação está correta ou incorreta. Se julgássemos que a codificação de 'lã' como [lo] está correta ou incorreta, estaríamos introduzindo um viés prescritivo que comprometeria totalmente o experimento.

Depois de treinados, os informantes enfrentam uma fase de competição, na qual se selecionam os seis mais fluentes dentre todos. Esta competição envolve uma redistribuição dos informantes em grupos de seis membros distintos daqueles grupos formados para a fase de treinamento. Tal redistribuição tem como objetivo misturar, num mesmo confronto direto, informantes treinados com o jogo vocálico antes do consonantal, e informantes treinados na ordem inversa, exatamente para filtrar algum eventual viés de estratégia de ensino/aprendizagem que viesse a se refletir no desempenho dos informantes. A competição replica a estrutura do experimento que se seguirá, com um *corpus* análogo (Cf. Tabelas 1 e 2 abaixo), mas ainda sem vogais nasais, e também se evitando palavras com a vogal [o], pois, no jogo vocálico, não há como comprovar se a pessoa, de fato, faz uma substituição ou se simplesmente preserva a vogal. Os três melhores de cada grupo são selecionados para participar do experimento final. Escolhem-se aqueles que tiveram um desempenho uniforme nos dois tipos de codificação, ao invés daqueles que apresentaram uma discrepância no rendimento. A terceira etapa consiste no experimento propriamente dito. Para tal, montou-se um *corpus* comum aos dois jogos, formado por 45 nomes oxítonos, distribuídos igualmente entre mono-, di- e trissilábicos, sempre com a vogal nasal na sílaba tônica, e com uma distribuição uniformemente variada quanto à qualidade das vogais da sílaba tônica, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

	monossílabos	dissílabos	trissílabos
[i]	fim, gim, rim	capim, cupim, pudim	boletim, botequim, manequim
[e]	trem, bem, zen	harém, refém, Belém	Santarém, Almaden, Voltarem
[a]	rã, fã, lã	galã, irmã, manhá	avelã, hortelã, tobogã
[o]	dom, som, tom	batom, cupom, marrom	edredom, eskibon, moleton
[u]	rum, um, pum	atum, bodum, mutum	jerimum, olodum, urucum

Tabela 1 - *Corpus do experimento*

As palavras são apresentadas em ordem aleatória (intercaladas com 60 distratores), como estímulos exclusivamente sonoros. Procurou-se, na medida do possível, usar palavras com frequência de ocorrência aproximadamente igual, para evitar desvios de performance não-uniformes, oriundos de um viés relativo aos mecanismos de acesso lexical. Optou-se por uniformizar o *corpus* quanto à categoria gramatical e padrão acentual para minimizar a interferência de fatores que introduziriam variáveis adicionais, inviabilizando as tarefas de coleta e a análise dos dados. As codas com os segmentos /r/ e /s/ foram privilegiadas, evitando-se ao máximo codas com /l/ por não haver consenso sobre se [w] – que é a realização típica de /l/ em posição de coda no PB – ocupa a posição de coda ou compõe um núcleo complexo junto da vogal. Evitou-se a inclusão no *corpus* de palavras com [ʒ] ou [ʃ] (e.g. 'jejum') em posição de *onset*, para eliminar efeitos de 'trava-língua' que pudessem ofuscar os resultados do primeiro jogo. O exame minucioso da tabela acima deixa claro que, às vezes, há conflito entre alguns dos requerimentos estabelecidos para a montagem do *corpus*, não havendo como satisfazer a todos simultaneamente. Nesses poucos casos,

optou-se por certas palavras de acordo com uma escala de prioridades, que será discutida na apresentação.

Os 60 distratores foram escolhidos de modo a serem distribuídos o mais igualmente possível quanto ao padrão acentual, número de sílabas, peso silábico e vogal da sílaba tônica, conforme a Tabela 2, abaixo.

	monossílabos	dissílabos	trissílabos
[i]	fim, gim, rim	capim, cupim, pudim	boletim, botequim, manequim
[e]	trem, bem, zen	harém, refém, Belém	Santarém, Almaden, Voltarem
[a]	rã, fã, lã	galã, irmã, manhá	avelã, hortelã, tobogã
[o]	dom, som, tom	batom, cupom, marrom	edredom, eskibon, moleton
[u]	rum, um, pum	atum, bodum, mutum	jerimum, olodum, urucum

Tabela 2 - *Distratores*

Com estímulos sonoros, os informantes, divididos em duplas, devem codificar as palavras-alvo e transmiti-las ao outro. Este deve, então, decodificar a informação recebida.

A próxima etapa deste trabalho consistirá na análise acústica das codificações obtidas na segunda etapa para verificar os detalhes fonéticos da realização dos dados.

### 3.4.2 Comunicações Individuais

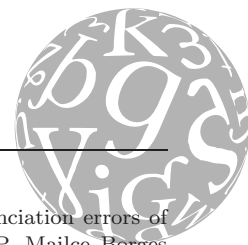
#### O efeito da familiaridade do ouvinte na inteligibilidade da pronúncia de aprendizes brasileiros de Inglês Língua Estrangeira

Neide Cesar Cruz

neidecruz@uol.com.br

Universidade Federal de Campina Grande

A pronúncia inteligível no ensino de Inglês Língua Estrangeira (ILE) tem sido considerada como uma alternativa ao ensino da pronúncia semelhante à do falante nativo da língua inglesa, tradicionalmente reconhecida como a 'correta' (Jenkins, 2000). A fim de tornar a inteligibilidade da pronúncia de aprendizes um alvo a ser atingido no ensino de ILE, é necessário que ela seja medida. Tal medição é considerada complexa e muito difícil, devido ao grande número de variáveis que contribuem para facilitar ou impedir a inteligibilidade da fala de um aprendiz de língua estrangeira (Field, 2003). Uma dessas variáveis está relacionada aos ouvintes, especificamente à familiaridade que eles tenham com um sotaque estrangeiro em particular (Smith & Bisazza, 1982). Devido a essa familiaridade, estudos em inteligibilidade de pronúncia envolvendo diversos grupos de ouvintes precisam ser realizados, para que resultados mais confiáveis possam ser obtidos. Tencionando responder a essa necessidade, este estudo focaliza a inteligibilidade da pronúncia de aprendizes brasileiros de ILE para dois grupos de ouvintes. O primeiro grupo refere-se a falantes nativos da língua inglesa residentes em Birmingham, Inglaterra, que não tinham familiaridade com o falar em inglês dos brasileiros. O segundo consiste de falantes nativos do inglês, americanos e britânicos, residentes no Brasil, familiarizados com o falar em inglês dos brasileiros. Especificamente, este estudo tenciona



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

responder a seguinte questão: Quais desvios de pronúncia produzidos por aprendizes brasileiros de inglês afetam a inteligibilidade da fala desses aprendizes quando apresentada para os dois grupos de ouvintes? Trinta amostras contendo desvios de pronúncia produzidos por aprendizes brasileiros de inglês, participantes dos cursos extracurriculares oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina, foram selecionadas de entrevistas realizadas com esses aprendizes. As amostras foram apresentadas aos dois grupos de ouvintes, que foram solicitados a ouvir cada amostra uma vez, já que a inteligibilidade é considerada aqui como sendo a primeira impressão, e a realizar duas atividades: (1) avaliar o grau de inteligibilidade das amostras em uma escala de 1 a 6, onde 1 = impossível de entender e 6 = muito fácil de entender; e (2) escrever as amostras. A fim de identificar os desvios de pronúncia produzidos pelos aprendizes brasileiros, adotamos como guia os fonemas do inglês que são considerados difíceis para aprendizes brasileiros produzirem, e os sons que esses aprendizes produzem devido a essas dificuldades. Esses sons são identificados em cinco estudos: Mascherpe (1970), Lessa (1985), Lieff & Nunes (1993), Rebello (1997) e Baptista (2001). Portanto, a pronúncia de todos os participantes tem características semelhantes: eles falam o protótipo do inglês brasileiro. Os desvios de pronúncia foram agrupados em cinco categorias: (1) desvios de acentuação de palavras, como em *vegetables* [vəʒ'teibəvz], acentuada na segunda sílaba; (2) produção inapropriada de consoantes, *think* [fɪk], onde a fricativa dental /θ/ foi substituída pela labio-dental [f] e a nasal velar /ŋ/ omitida, causando a nasalização da vogal anterior [ĩ]; (3) produção inapropriada de vogais, como em *sit* [sit], produzida com a vogal frontal [i] ao invés de /i:/; (4) inserção de vogal, onde *read* [ri:di] apresenta inserção de vogal após a consoante alveolar /d/; e (5) desvios resultantes da interferência da grafia, onde o grafema <u> foi pronunciado como [u] ao invés de /ʌ/ em *public* ['pʰʌblik]. Foram realizadas análise quantitativa e qualitativa. Os resultados em ambas, para cada grupo de ouvintes, são os seguintes: (1) para o primeiro grupo de ouvintes, desvios de acentuação de palavras, produção inapropriada de consoantes e desvios resultantes da interferência da grafia afetaram mais seriamente a inteligibilidade da fala dos aprendizes brasileiros; e (2) diferentemente dos resultados relacionados ao primeiro grupo de ouvintes, apenas desvios de acentuação de palavras afetaram mais seriamente a inteligibilidade da fala dos aprendizes brasileiros para o segundo grupo de ouvintes. Com base nos resultados obtidos, sugerimos dois aspectos que devem ser considerados no ensino de pronúncia para aprendizes brasileiros de ILE. Primeiro, uma vez que a familiaridade do ouvinte nativo com o falar em inglês do brasileiro facilita a inteligibilidade da fala de aprendizes brasileiros de ILE, argumentamos que o fato desses aprendizes se entenderem quando conversando em inglês dentro ou fora da sala de aula, ou com nativos residentes no Brasil, não significa que suas maneiras de pronunciar sejam necessariamente inteligíveis para outros tipos de ouvintes. Ao discutirmos a inteligibilidade da pronúncia de aprendizes brasileiros de ILE, devemos, primeiramente, fazer o seguinte questionamento: inteligível para quem? Segundo, já que vocábulos com desvios de acentuação foram uma fonte de ininteligibilidade até para ouvintes nativos familiarizados com o falar em inglês dos brasileiros, acentuação de palavras é um aspecto da pronúncia que deve ser enfatizado no ensino de ILE para brasileiros.

BAPTISTA, Barbara Oughton. Frequent pronunciation errors of Brazilian learners of English. In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota; XAVIER, Rosely Perez. *EFL teaching and learning in Brazil: Theory and Practice*. Florianópolis: Insular, 2001.

FIELD, John. The fuzzy notion of 'intelligibility': A headache for pronunciation teachers and oral testers. *IATEFL Special Interest Groups Newsletter*, Special issue, 2003.

JENKINS, Jennifer. *Phonology of English as an international language: New models, new norms, new goals*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LESSA, Angela. A ortografia como um fator de interferência da pronúncia do Inglês como língua estrangeira. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1985.

LIEFF, Camila Dixo; NUNES, Zainna Abdala. English pronunciation and the Brazilian learner: How to cope with language transfer. *Speak Out! Newsletter of the IATEFL Pronunciation SIG*, v. 12, 1993.

MASCHERPE, Mario. (1970). *Análise comparativa dos sistemas fonológicos do Inglês e do Português*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A..

REBELLO, Jeanne. The Acquisition of English Initial /s/ Clusters by Brazilian EFL Learners. In: LEATHER, James; JAMES, A. *New sounds 97: Proceedings of the third international symposium on the acquisitions of second-language speech*. Austria: University of Klagenfurt, 1997.

SMITH, Larry; BISAZZA, John. The comprehensibility of three varieties of English for college students in seven countries. *Language Learning*, v. 32, n. 2, 1982.

### Fala e escrita à luz da Teoria da Otimidade: dados preliminares

Cátia de Azevedo Fronza

catiaaf@unisinós.br  
UNISINÓS

Nesta comunicação, serão apresentadas motivações para a pesquisa *Explorando dados de fala e de escrita: aplicações da Teoria da Otimidade*, iniciada em fevereiro de 2006, e o contexto de tal investigação. Desde 2001, tem-se voltado à busca de evidências para similaridades entre a aquisição da fala e da escrita. Em razão de os dados coletados a partir de então terem revelado semelhanças, assim como diferenças entre ambas as modalidades da língua, entende-se que a explicitação desses dados pode ser enriquecida com os fundamentos da Teoria da Otimidade (TO) (PRINCE e SMOLENSKY, 1993; MCCARTHY e PRINCE, 1993; CALABRESE, 1995; BERNHARDT e STEMBERGER, 1998; TESAR e SMOLENSKY, 2000; MCCARTHY, 2002; LAMPRECHT, 2002, 2004; MATZENAUER e BONILHA, 2003; MATZENAUER, 2004). Apesar de essa base teórica estar sendo utilizada em estudos sobre a aquisição do componente fonológico da língua, ainda não se teve acesso a investigações embasadas por essa teoria para discutir alterações de escrita. Fronza (2005) faz uma breve menção sobre esta possibilidade, aproveitando um estudo de Lamprecht (2002) sobre as metáteses. Observando-se a produção de [ˈburʃa] para a palavra *bruxa*, por exemplo, percebe-se a reorganização dos segmentos da palavra, estratégia de reparo





(Lamprecht, 2004) conhecida como metátese, constantemente verificada na fala de crianças e, inclusive, na de adultos. Casos semelhantes, entre outros tipos de ocorrência, foram encontrados em textos produzidos pelos informantes dos estudos realizados por esta autora desde 2001. A análise volta-se aos dados apresentados por Azevedo (1994) e Fronza (1999), por terem se dedicado à fala de crianças de 1;6 a 3;2. São aproveitados também os dados gravados digitalmente nas coletas da pesquisa encerrada em janeiro de 2006, mantendo-se os informantes e os procedimentos de coleta do início do estudo, cujas produções estão registradas desde, pelo menos, os seus dois anos. E, no que se refere aos dados de escrita, serão retomadas as alterações de natureza fonológica que constam nas produções textuais obtidas desde 2001. Acredita-se que, ao considerar a TO, seja possível indicar evidências para a aquisição da “fonologia” na modalidade escrita. Assim, este estudo pretende responder a questionamentos que vêm surgindo, principalmente quanto às relações entre fala e escrita, entre os quais os apresentados a seguir merecem destaque. Por que uma criança, entre 7 e 10 anos, escreve formas como *burza* (bruxa), *persente* (presente), *pota* (porta), *pata* (pasta), se sua fala não mais revela esse tipo de estrutura? De que estratégias ela pode estar se valendo ao escrever? Que tipo de estratégias ela poderia ter usado na fala? É possível considerar uma aquisição da “fonologia na modalidade escrita” de modo semelhante ao que se observa na aquisição da fala? Como as crianças que estavam com 2 anos, que continuam sendo investigadas, iniciarão seu contato com a escrita? O que a TO tem a dizer quanto aos dados de fala e de escrita que serão considerados por este estudo? Será possível aproveitar o mesmo arcabouço teórico para ambas as modalidades? Ou, ao contrário, uma nova proposta surgirá para dar conta dos dados de escrita? Na medida em que esses questionamentos forem sendo respondidos, surgirão evidências para os avanços teóricos, e os resultados possibilitarão (ou não) a identificação e a explicitação de relações entre a fala e a escrita, oferecendo contribuições para o entendimento das produções de fala e de escrita das crianças desde a educação infantil ao ensino fundamental. Ao mesmo tempo, entende-se que tal estudo possibilita relações entre Linguística, Educação, Psicologia e Fonoaudiologia. Acredita-se que a análise dos dados de fala sob o prisma da TO têm muito a contribuir com os estudos sobre a aquisição da fonologia do Português Brasileiro, além de compartilhar dados para que os estudos interlingüísticos beneficiem-se. A partir do momento em que for possível aplicar essa base teórica aos dados de escrita, mais força ganhará a teoria, e a percepção de uma fonologia para a escrita pode se confirmar. Além disso, entende-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para discussões sobre as semelhanças e diferenças entre a aquisição da linguagem verbal e a modalidade escrita da língua, trazendo subsídios para o contexto do ensino e da aprendizagem do sistema de escrita.

AZEVEDO, Cátia de. *Aquisição normal e com desvios da fonologia do Português: contrastes de sonoridade e de ponto de articulação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 1994.

BERNHARDT, Bárbara H. & STEMBERGER, Joseph Paul. *Handbook of Phonological Development from the Perspective of Constraint – Based Nonlinear Phonology*. San Diego: Academic Press, 1998.

CALABRESE, Andréa. Constraint-based theory of phonological markedness and simplification procedures. *Linguistic Inquiry*, v. 26, n. 3, p. 373-463, 1995.

FRONZA, Cátia de Azevedo. *O nó laríngeo e o nó ponto de C no processo de aquisição normal e com desvios do português brasileiro: a existência de uma tipologia*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 1999.

FRONZA, Cátia de Azevedo. Aquisição da escrita e teoria da otimidade: uma reflexão inicial. *Revista de Estudos da Linguagem*, Minas Gerais, v. 13, n. 2, p. 7-25, 2005.

Azevedo (1994)

LAMPRECHT, Regina Ritter. Methathesis in phonological acquisition: a window to constraint ranking in the child's system. In: Costa, J. e Freitas, M. J. (orgs.) *GALA 2001 Conferência on Language Acquisition*, Lisboa, ALP, v. 1, p. 149-154, 2002.

LAMPRECHT, Regina Ritter. (Org.). *Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

MATZENAUER, Carmen Lúcia Barreto; BONILHA, Giovana Ferreira Gonçalves. *Aquisição da fonologia e teoria da otimidade*. Pelotas, EDUCAT, 2003.

MATZENAUER, Carmen Lúcia Barreto. A definição de contrastes na aquisição da fonologia. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 89-100, setembro, 2004.

MCCARTHY, J. & PRINCE, A. *Prosodic Morphology*. New Brunswick: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

MCCARTHY, John. *A Thematic Guide to Optimality Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PRINCE, A. & SMOLENSKY, P. *Optimality Theory. Constraint Interaction in Generative Grammar*. New Brunswick, Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

TESAR, Bruce; SMOLENSKY, Paul. *Learnability in Optimality Theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

## O papel da sufixação na aquisição do acento primário em inglês como LE: um estudo via fonologia métrica

Letícia Stander Farias

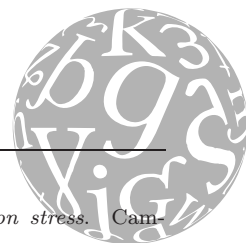
lstander@terra.com.br

Universidade Católica de Pelotas

A diferença do comportamento das unidades prosódicas na atribuição do acento em português e em inglês é, sem dúvida, uma dificuldade encontrada por falantes nativos de português no processo de aquisição de inglês como língua estrangeira (LE). Raros, entretanto, são os estudos voltados para a investigação do sistema de interlíngua do aprendiz brasileiro no que diz respeito à aquisição desse aspecto da fonologia da LE.

No caso de palavras sufixadas, objeto de estudo deste trabalho, a literatura registra que, em português, a posição do acento sofre interferência direta dos sufixos. O acréscimo de sufixos derivacionais normalmente faz com que a palavra sufixada receba o acento em uma sílaba diferente daquela que o recebia na palavra primitiva, como em *bélo/beléza*, *cása/caséiro*, *dédo/dedál*.

Já em inglês, sabe-se que os sufixos são, geralmente, divididos em duas grandes classes, o que se dá em função do papel desempenhado por eles na atribuição do acento. Assim, Chomsky e Halle (1968) e Kiparsky (1982) propõem que sufixos de Classe 1 (-ity, -ion, -(i)an, -al, -ous, -ant/-ent, -ory,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

-ary, -ic, -id, -ive, -ate, -ify, entre outros) alteram a posição do acento com relação à palavra primitiva, enquanto que sufixos de Classe 2 (-like, -able, -hood, -ness, -ment, -ist, -ism, -ish, -ly, -wise, -ing, -ed, entre outros) são neutros, ou seja, não modificam o acento.

Essa divisão, não é, entretanto, unânime entre pesquisadores. Antilla (2002) e Zamma (2005), por exemplo, acreditam haver diferenças com relação à atribuição do acento mesmo entre sufixos pertencentes a uma mesma classe, enquanto que Hammond (1999) sugere a existência de três grupos de sufixos neutros: sufixos que não alteram o acento da palavra primitiva (advise/advieent); sufixos que não alteram o acento primário, mas são portadores de acento secundário (false/falsehood), e sufixos que transformam o acento primário da palavra primitiva em acento secundário (employ/employee).

Desse modo, uma vez que, no que diz respeito à formação de palavras, os sufixos são os morfemas que mais influenciam a atribuição do acento em língua inglesa, fica evidente a necessidade de mais estudos voltados para a aquisição do acento em palavras sufixadas do inglês como LE. O presente trabalho objetivou, nesse sentido, verificar o processo de aquisição, por falantes nativos do português brasileiro (PB), do acento primário em nomes sufixados do inglês, focalizando particularmente palavras trissílabas e polissílabas portadoras dos morfemas -able, -ment, -ity e -ous. Os objetivos específicos do estudo foram analisar a relação existente entre os percentuais de acertos em palavras sufixadas e o total de informantes do estudo, analisar a relação existente entre os percentuais de acertos em palavras sufixadas e o nível de adiantamento dos informantes e analisar a relação existente entre o percentual de acertos em palavras não-sufixadas e suas correspondentes sufixadas.

Para tanto, foram selecionados quinze (15) aprendizes de inglês, dos quais cinco (5) são alunos de nível básico, cinco (5) são alunos de nível intermediário e cinco (5) são alunos de nível avançado. A classificação dos aprendizes nesses níveis deu-se a partir de seus desempenhos em um teste de proficiência, baseado no exame First Certificate in English (FCE) da Universidade de Cambridge. A coleta de dados foi feita mediante um exercício de produção oral, no qual os informantes foram solicitados a ler e gravar cinquenta (50) frases em inglês, todas com quinze (15) sílabas.

Os dados foram tratados estatisticamente, sendo que os resultados indicam que, considerando-se o total de aprendizes, as palavras sufixadas em -ous são as que apresentam percentual de acertos mais altos, seguidos das palavras sufixadas em -ment. Já as palavras sufixadas em -able e -ity apresentam percentuais de acertos mais baixos. Além disso, constatou-se que há uma relação direta entre o nível de proficiência do aprendiz e a atribuição do acento em palavras sufixadas da língua inglesa, e que a atribuição do acento em palavras não-sufixadas apresenta percentuais de acertos mais elevados do que suas correspondentes sufixadas quando considerados todos os níveis de adiantamento. A análise final dos resultados foi proposta à luz da Fonologia Métrica.

ANTILLA, Arto. Morphologically conditioned phonological alternations. *Natural Language and Linguistic Theory* v. 20. p.1-42. 2002.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row. 1968.

COLLISCHONN, Gisela. O acento em Português. In: BISOL, Leda (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 135-165.

HALLE, Morris; VERNAUD, J. R. *An essay on stress*. Cambridge: MIT Press, 1987.

KIPARSKY, Paul. Lexical phonology and Morphology. In: *Linguistics in the morning calm*, ed. by the Linguistic Society of Korea. Seoul: Hanshin, 1982. p. 3-91.

ZAMMA, Hideki. *Predicting Varieties: Partial Orderings in English Stress Assignment*. ROA, 2005. | disponível em <http://roa.rutgers.edu> |

### Variação fonológica na aquisição desviante: uma análise baseada na Teoria da Otimidade

*Cristiane Lazzarotto*

clazzarotto.unipampa@ufpel.edu.br  
Universidade Católica de Pelotas e Universidade  
Federal de Pelotas/Unipampa

O fenômeno da variação fonológica, observado nas línguas naturais, também integra o processo de aquisição da fonologia. A fala da criança, no processo de aquisição da fonologia da língua materna, apresenta variações que podem corresponder a duas situações diversas: realizações fonéticas variadas que refletem variações presentes também na fala do adulto e realizações fonéticas variadas que antecedem a aquisição de segmentos novos, integrantes do sistema-alvo. Isso quer dizer que, na tentativa de produzir determinados segmentos-alvo, durante os diferentes estágios de desenvolvimento linguístico, a criança pode realizar foneticamente diversas formas, até adquirir o sistema fonológico da sua comunidade. Na aquisição fonológica desviante – aqui entendida como uma demora no processo de aquisição e/ou um processo diferenciado daquele observado na maioria das crianças – esse fenômeno de variação fonológica tende a aparecer de forma mais consistente e/ou perdurar por mais tempo do que na aquisição normal.

Assim como o estudo da variação fonológica, pelas diferentes unidades do sistema que é capaz de envolver, pode trazer contribuições importantes para o entendimento do funcionamento de uma língua, a análise desse fenômeno na aquisição da fonologia pode elucidar fatos relevantes acerca de sua natureza e de suas características. Da mesma forma, a discussão do comportamento de dados empíricos variáveis, fundamentada em modelos teóricos, torna possível o questionamento e a proposta de revisões do(s) próprio(s) modelo(s).

A partir desses pressupostos, este trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da variação fonológica presente na fala de um sujeito (S) do sexo feminino, com Desvio Fonológico (DF), sem atendimento fonoaudiológico prévio, extraído de Lazzarotto (2005). S apresenta em seu inventário fonológico duas realizações fonéticas – [p] e [k] – para a plosiva dorsal, na posição de Onset Absoluto (OA) e três realizações fonéticas – [g], [k] e [b] – para esse mesmo segmento, na posição de Onset Medial (OM).

A análise desse fenômeno linguístico deu-se com base na proposta de Bonilha e Matzenauer (2003), a qual está fundamentada pela Teoria da Otimidade – OT. Esse modelo teórico, da mesma forma que as teorias fonológicas anteriores, também prevê a existência de um *input* (forma subjacente)



e de um *output* (forma de superfície), porém pressupõe que o processamento da linguagem se dá em paralelo, e não de forma serial como naqueles, no mapeamento que faz entre *input* e *output*. Assim, a partir de determinado *input*, a hierarquia de restrições de cada língua analisa simultaneamente todos os candidatos a *output*, selecionando como candidato ótimo aquele que viola a(s) restrição(ões) ranqueada(s) mais abaixo na hierarquia. Essas restrições são universais e violáveis, cuja hierarquização, expressa em estratos de restrições, representa a gramática vigente. Dessa forma, durante o processo de aquisição fonológica, pode-se presumir que a criança apresenta diferentes hierarquias de restrições, as quais são representativas de cada etapa do processo.

Os resultados evidenciaram que a proposta de Bonilha e Matzenauer (op. cit), representando a variação por meio do entendimento tanto da existência da relação de dominância entre restrições que compartilham o mesmo estrato, como da possibilidade de flutuação entre essas restrições no domínio do estrato, é capaz de representar os dados de variação lingüística, aqui estudados. Com essa visão teórica, a variação fonológica, em um caso de DF, é representativa de uma gramática em que se manifestam formas em competição, as quais podem ser formalmente captadas pela interação entre restrições que flutuam em um determinado domínio.

Nesse sentido, infere-se que uma fonologia desviante pode ser caracterizada por uma hierarquia em que as restrições permanecem por mais tempo numa relação de dominação flutuante dentro do estrato e/ou por uma hierarquia composta por várias restrições – mais que o usual – que compartilham o mesmo estrato e que permanecem numa relação de dominação flutuante.

BONILHA, Giovana e MATZENAUER, Carmen L. B. Teoria da Otimidade e construção de hierarquias. In: \_\_\_\_\_. *Aquisição da fonologia e Teoria da Otimidade*. Pelotas: Educat, 2003. p.167-81.

LAZZAROTTO, Cristiane. *Avaliação e planejamento fonoterapêutico para casos de Desvio Fonológico com base na Teoria da Otimidade*. Dissertação. Pelotas: UCPel, 2005.

## O processo de palatalização e a ocorrência de seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar no dialeto de Belo Horizonte

Camila Tavares Leite

ctlcamila@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O processo de palatalização, que ocorre em alguns dialetos do português, acontece devido à presença da vogal anterior *i* após as consoantes oclusivas alveolares *t* e *d*. Entretanto, verificou-se em alguns dialetos palatalizantes, como o dialeto baiano e o dialeto falado no sul do país, estudados respectivamente por HORA (1990) e BISOL (1986) – dados encontrados em BISOL & HORA (1993) –, que quando ocorria uma sibilante alveolar após a vogal anterior *i*, esta vogal, algumas vezes, não era realizada foneticamente, como nos exemplos [ˈpahts], [meˈdsinə], [eleˈfãts].

O dialeto de Belo Horizonte é também palatalizante, ou seja, as consoantes oclusivas alveolares tornam-se africadas alveopalatais quando ocorrem antes da vogal anterior *i*. No entanto, têm sido observado casos de alternância entre seqüências de africada alveopalatal + vogal anterior *i* + sibilante alveolar e seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar.

A avaliação dessa alternância pode contribuir para estudos sobre a palatalização de oclusivas alveolares no Português Brasileiro, visto que o fenômeno que este trabalho se propõe a avaliar faz com que não haja a realização da africada, ou seja, a ocorrência de seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar parece inibir a realização do processo de palatalização.

A proposta do presente trabalho é discutir a alternância entre seqüências de africada alveopalatal + vogal anterior *i* + sibilante alveolar e seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar tendo como foco principal o modelo proposto por Bybee (2001), *Fonologia de Uso*, e o modelo proposto por Pierrehumbert (2001), *Teoria de Exemplos*. A hipótese a ser investigada é: as palavras mais freqüentes serão afetadas primeiro pelo fato de se tratar de uma mudança foneticamente motivada.

Este trabalho tem como foco teórico a *Fonologia de Uso*, modelo proposto por Bybee (2001), e a *Teoria de Exemplos*, modelo proposto por Pierrehumbert (2001), porque são teorias baseadas no uso e propõem que as experiências do falante alteram as representações mentais.

Preende-se avaliar nesta pesquisa a ocorrência das seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar não vozeada – *ts* e *ds* – em contextos concorrentes com as seqüências de africadas alveopalatais + vogal alta *i* + sibilante alveolar – [tʃis] e [dʒis] – no português falado em Belo Horizonte. Para tanto, será observada a língua em uso por falantes nativos e/ou moradores da cidade há, pelo menos, 18 anos.

A variabilidade na fala está sendo considerada, portanto, torna-se necessário utilizar, como base teórica, modelos que aceitem a variabilidade e que incorporem o detalhe fonético. Os modelos *Teoria de Exemplos* e *Fonologia de Uso* tratam a variabilidade como uma informação valiosa que é armazenada e utilizada pelo falante, logo, conforme esses modelos, os detalhes fonéticos estão presentes na representação mental.

A freqüência possui papel crucial na mudança fonética: as palavras mais freqüentes tendem a sofrer mudança foneticamente motivada antes que palavras menos freqüentes.

Primeiramente buscou-se por palavras que contivessem as seqüências *tis*, *tiz*, *dis*, *diz* em posição átona. A opção pela posição átona se deu pelo fato de a vogal alta anterior *i* não acentuada ter possibilidade de não ser realizada no Português Brasileiro, como ocorre, por exemplo, na palavra *medicina*, observada por Bisol e Hora (1993): me[ds]ína.

As palavras selecionadas para o experimento desta pesquisa seguiram como critério o contexto de ocorrência, na palavra, da seqüência a ser estudada conforme exemplos abaixo:

- Borda final : an[tʃis] an[ts]
- Borda inicial: [dʒis]ecadas [ds]ecadas
- Meio de palavra: tra[dʒis]ional tra[ds]ional

De acordo com o modelo fonológico denominado *Fonologia de Uso*, a mudança fonética é gradual e ‘se difunde gradualmente através do léxico, afetando algumas palavras depois outras’



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(BYBEE 2001, p.41). Assim como a *Fonologia de Uso*, a *Teoria de Exemplos* propõe que a organização dos sistemas sonoros está relacionada a efeitos de frequência. Foram escolhidas, dessa forma, palavras frequentes e palavras menos frequentes para cada contexto (borda final, borda inicial e meio de palavra), no intuito de verificar a hipótese já exposta acima, nos objetivos: palavras ou padrões mais frequentes tendem a sofrer mudanças foneticamente motivadas antes de palavras ou padrões menos frequentes. Foram coletados dados de 16 informantes, sendo 8 homens e 8 mulheres. As palavras selecionadas para a gravação do experimento desta pesquisa foram colocadas em sentenças preservando o ritmo prosódico, como por exemplo: DIGA GRÁTIS PARA ELE.

A gravação foi realizada em cabine acusticamente tratada. Utilizou-se o gravador DAT (Digital Audio Tape) da marca Sony e microfone da marca SHURE SM58. A taxa de amostragem usada foi de 44.100 Hz para garantir que todas as frequências do som da voz fossem registradas. A edição e a análise acústica foram feitas no programa PRAAT.

A pesquisa ainda está em fase de conclusão. Este trabalho, portanto, explora os casos de variação entre seqüências de africadas + vogal alta anterior i + sibilante alveolar não vozeada e seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar não vozeada no português falado em Belo Horizonte apresentando resultados iniciais e apontando perspectivas futuras.

Os dados já foram analisados acusticamente. Entretanto, o tratamento estatístico ainda não foi dado. Portanto não é possível apresentar conclusões neste momento. Serão apresentadas algumas considerações sobre as observações realizadas a partir da análise acústica.

A hipótese de que a frequência de ocorrência da palavra influencia a realização das seqüências de oclusiva alveolar + sibilante alveolar não vozeada parece não se confirmar. Já o posicionamento da seqüência na palavra (se borda final, se borda inicial, se meio de palavra) parece influenciar na ocorrência da variação avaliada. Os fatores idade e gênero serão melhor analisados após análise estatística.

ABAURRE, Maria Bernadete M.; PAGOTTO, Emílio Gozze. Palatalização das oclusivas dentais do Brasil. In ABAURRE, M.B.M. & A.C.S Rodrigues (Orgs.), *Gramática do português falado VIII: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP/Fapesp. 2002. pp. 557-602.

BYBEE, Joan. *Phonology and Language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, Joan. The phonology of the lexicon: evidence from lexical diffusion. In: BARLOW, Michael; KEMMER Suzanne (Eds). *Usage based models of language*. CSLI Publication, 2000. p. 65 – 85.

BYBEE, Joan. Phonological evidence for exemplar storage of multiword sequences. In: SSLA 24. p. 215 – 221.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português* (roteiro de estudos e guia de exercícios). São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Descartando fonemas: a representação mental na *Fonologia de Uso*. In: HORA, Dermeval & COLLISCHONN, Gisela (Orgs.). *Teoria Lingüística: Fonologia e outros temas*. Universidade Federal da Paraíba: Ed. Universitária UFPB, 2002. p. 200-231.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís.; OLIVEIRA, Daniela Mara Lima. Efeitos da frequência na produção de fricativas alveopalatais emergentes. (Comunicação) In: *GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo – Realizado nos dias 22 a 24 de maio de 2003*. Taubaté (SP).

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís; ABREU GOMES, Cristina. *Representações múltiplas e organização do conhecimento lingüístico*. Submetido para 'Fórum Lingüístico' UFSC em 2004.

PIERREHUNBERT, Janet B. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.), *Frequency effects and emergent grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

PIERREHUNBERT, Janet B. Stochastic phonology. In: *Glott International*, vol. 5, n. 6, junho de 2001. p. 195 – 207.

### Relação entre frequência de ocorrência e efeitos de coprodução V-V nas vogais médias do PB em posição acentual

Laudino Roces Rodrigues

laudino@gmail.com  
UNICAMP

A coprodução vogal-vogal (V-V) refere-se às relações entre duas vogais adjacentes decorrentes da relativa autonomia observada entre os gestos consonantais e vocálicos (ALBANO *et al.*, 2004). Muitos fatores podem influenciar as características dos efeitos dessa relação. O estudo de tais fatores é importante, entre outras coisas, para a caracterização da coprodução V-V como um processo delineado por fatores fonológicos e não uma mera contraparte mecânica dos movimentos articulatorios da produção da fala.

Uma das maiores questões no estudo da coprodução V-V é quanto o contraste fonológico entre as vogais pode limitar ou diminuir os efeitos de coprodução V-V em seqüências VCV. O principal estudo sobre o tema é o trabalho de Manuel (1990), em que duas línguas com povoações diferentes em seus espaços vocálicos foram analisadas. Os resultados mostraram que quanto maior é a necessidade de contraste fonológico, menor é a quantidade dos efeitos observados na relação V-V. Porém, alguns estudos posteriores mostraram que a questão ainda está em aberto; dentre eles, podemos citar o trabalho de Mok e Hawkins (2004) sobre a comparação entre duas línguas com densidades alofônicas e fonêmicas diferentes. Foi constatado que não havia diferenças significativas na quantidade dos efeitos de coprodução observados na língua com maior densidade fonêmica em comparação com a de maior densidade alofônica.

Neste trabalho utilizamos e comparamos a frequência de ocorrência das vogais médias [eh, oh, e, o] em posição tônica (Albano, 2002) e os efeitos de coprodução V-V para F1 e F2 em seqüências VCV paroxítonas em 4 falantes femininos da região sudeste. As vogais médias foram divididas em dois grupos de acordo com a frequência de ocorrência: o das médias fechadas, com frequência acima de 0,5, e as médias abertas, com frequência abaixo de 0,5. O esperado, de acordo com o trabalho de Manuel (1990), é que as médias abertas sejam mais suscetíveis às influências das configurações gestuais adjacentes. E, assim, apontar a relação entre os efeitos de coprodução e ocorrências de alta dimensionalidade na língua, como as restrições fonológicas e lexicais apontadas no estudo citado.

Os resultados mostram que nos gráficos de dispersão as



médias abertas aparecem mais dispersas em relação às fechadas, mostrando que houve maiores influências de coprodução afetando [ɛ, ɔ]. A quantidade dos resultados significativos sobre a influência da vogal adjacente mostrou ser em maior quantidade para as vogais médias abertas.

Concluimos assim que, de acordo com os resultados dos testes realizados e tabela de frequência utilizada, vogais médias com frequências mais baixas tendem a ser mais suscetíveis aos efeitos de coprodução das vogais adjacentes. Dessa forma, a língua parece restringir, ao menos numa região crítica como a posição acentual, que vogais com uma alta frequência de uso sofram maiores efeitos. Em posição acentual no Português temos duas vogais que, de acordo com a Fonologia Acústico-Articulatória (ALBANO, 2002), têm o mesmo local de constricção, o *coronal*, diferindo no grau *médio* e *estreito*: as vogais [i] e [e]. Ambas têm uma razão O/E muito alta e, se compararmos com o número de resultados significativos deste trabalho, veremos que a vogal [e] é a mais resistente à coarticulação; o que se deve, certamente, à sua proximidade de [i] e da alta frequência de ambas. Corrobora-se assim, nesse aspecto, para que a hipótese de que a coarticulação é restringida por fatores de alta dimensionalidade (abstratos) possa ser sustentada.

ALBANO, E. C. *O Gesto e suas Bordas: para uma fonologia acústico-articulatória do português brasileiro*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

ALBANO *et al.* Aquisição de relações fônicas descontínuas: três estudos distribucionais e duas simulações conexionistas. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 9-25, 2004.

MANUEL, S. Y. The role of contrast in limiting vowel-to-vowel coarticulation in different languages. *Journal Of The Acoustical Society Of America*, Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. v. 88, P. 1286-1298, 1990.

MOK, P. K. P.; HAWKINS, S. (2004) *Effects of phonemic vs allophonic density and stress on vowel-to-vowel coarticulation in Cantonese and Beijing Mandarin*. INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON CHINESE SPOKEN LANGUAGE PROCESSING, 2004, v. 15-18.

## Aquisição dos onsets complexos: sílaba, segmentos e frequência

Regina Ritter Lamprecht  
lamprecht@terra.com.br  
PUC - Rio Grande do Sul

Carolina Lisboa Mezzomo  
Giovana Ferreira Gonçalves Bonilha

De acordo com Fikkert (1994), Miranda (1996) e Freitas (1997), dentre outros, a aquisição de um segmento se encontra na dependência da fixação de parâmetros relativos aos padrões silábicos da língua. Bonilha, Mezzomo e Lamprecht (2006), com base nos dados de um sujeito com idade entre 1:0 e 4:0 (anos:meses) - S1 -, constataram que pesquisas realizadas com base em dados longitudinais podem, no entanto, trazer outros resultados a respeito da relação entre aquisição de estrutura silábica e aquisição segmental. As idades de emergência e aquisição dos segmentos nos diferentes constituintes silábicos indicaram a

ausência da militância desses na aquisição segmental nos dados analisados. O que parece ocorrer, na verdade, é que a aquisição de determinados constituintes silábicos depende da demora das restrições de traços. Na aquisição da nasal coronal, por exemplo, não foram encontradas evidências acerca da militância dos constituintes silábicos onset simples e coda nos dados analisados. A aquisição da líquida não-lateral, /r/, também ocorreu simultaneamente nos diferentes constituintes silábicos, por volta dos 3:2. Em relação à fricativa coronal, a emergência desse segmento ocorreu simultaneamente em posição de onset e de coda nos dados de S1, aos 1:6. O mesmo pôde ser dito em relação à aquisição que ocorreu por volta dos 3:2. A emergência e aquisição de /l/ apresentou, ao contrário das demais consoantes já referidas, um comportamento diferenciado, pois esse segmento foi adquirido primeiramente em coda final e onset medial, por volta de 1:8, e somente aos 2:2 em onset complexo. A aquisição de /l/, portanto, ao contrário das demais consoantes, parece indicar a militância do constituinte silábico de onset complexo, tendo em vista que, apesar de adquirida, a líquida lateral não foi realizada em todas as posições silábicas. Deve-se considerar, no entanto, que as possibilidades de realização de onsets complexos constituídos pela líquida lateral são extremamente reduzidas se comparadas às possibilidades do onset complexo formado pela líquida não-lateral. A frequência dessa seqüência na fala de S1 está de acordo com os índices, referidos em Albano (2001), da frequência dos segmentos /l/ e /r/ na posição de onset: 1,28 e 2,53, respectivamente. Apesar de o trabalho ter constatado que a aquisição segmental é que de fato parece conduzir a aquisição fonológica, o comportamento diferenciado de /l/, no entanto, sustenta, de certa forma, o papel dos constituintes silábicos no processo de aquisição fonológica. O presente trabalho, tendo por base os dados longitudinais de um menino com idade entre 2:0 e 4:0, visa a dar continuidade à discussão acerca da relação existente entre aquisição segmental e constituintes silábicos. Considerando o comportamento diferenciado da líquida lateral na análise realizada por Bonilha, Mezzomo e Lamprecht (2006), outros fatores são considerados no processo de aquisição dos onsets complexos do português, como a frequência de tipo e de ocorrência. Três índices de frequência são levantados: com base na fala da criança, com base na fala do cuidador e com base em dados do Projeto VARSUL. A análise dos dados evidenciou que a criança, nas faixas etárias mais precoces, produz corretamente os onsets complexos apenas em palavras específicas, aplicando o processo de redução do encontro consonantal nas demais palavras alvo. Tal fato é explicado não apenas por aspectos relacionados à frequência de tipo e de ocorrência de determinados onsets complexos, mas pela complexidade - questões de marcação - de determinadas seqüências quando comparadas a outras. Assim como proposto em Bonilha, Mezzomo e Lamprecht (2006), a aquisição segmental é que parece conduzir a aquisição dos constituintes silábicos, havendo, apenas aparentemente, a militância do constituinte silábico de onset complexo. Aspectos relacionados à frequência de tipo e de ocorrência e à complexidade de determinadas seqüências de consoantes é que respondem pelo descompasso da emergência e aquisição da líquida lateral no processo de aquisição fonológica nos dados analisados.

ALBANO, Eleonora. *Os gestos e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatória do português brasileiro*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2001.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

BONILHA, Giovana; MEZZOMO, Carolina; LAMPRECHT, Regina. *The role of syllable structure in the acquisition of brazilian portuguese*. In: ROMANCE TURN, 2., 2006, Utrecht.

FIKKERT, Paula M. *On the acquisition of prosodic structure*. 1994. Doctor dissertation. Holland Academic Graphics, 1994.

FREITAS, Maria João. *Aquisição da estrutura silábica do português europeu*. 1997. Tese (Doutorado). Lisboa, 1997.

MIRANDA, Ana Ruth M. *A aquisição do “r”: uma contribuição à discussão sobre seu status fonológico*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, PUCRS, 1996.

### Introdução ao estudo das realizações do /s/ implosivo no corpus do Atlas Linguístico do Acre

Lindinalva Messias Chaves

[lindinalvamessias@yahoo.com.br](mailto:lindinalvamessias@yahoo.com.br)  
Universidade Federal do Acre

Este estudo apresenta os primeiros resultados de uma tentativa de identificação das realizações variáveis do /S/ pós-vocálico no Estado do Acre. Estudos similares, no âmbito da fonética e/ou da sociolinguística, têm sido empreendidos com certa frequência em outras regiões do país, o que vem realçar a importância da temática, quando se coloca em pauta a questão das delimitações dialetais no Brasil.

Em poucas palavras, podemos explicar o “arquifonema como uma abstração decorrente da neutralização entre dois ou mais fonemas, com permanência apenas dos traços distintivos comuns. No português brasileiro é notória a neutralização entre /s/, /z/, /ʃ/, /ʒ/ em posição final de sílaba e diante de pausa, do que resultam indistintas as pronúncias [lus] [luʒ] [luʃ] [luʒ] para a palavra luz” (Cavaliere, 2005).<sup>1</sup>

Com vistas à delimitação das áreas dialetais do país, conforme mencionado, diversos estudos foram realizados; entre estes, destacamos o de Callou e Marques (1975) que mostraram como se realiza o arquifonema /S/ na linguagem carioca, levando em conta os condicionamentos a que estariam sujeitas as realizações. As autoras apresentam os contextos em que o /S/ dito implosivo pode ocorrer: em posição final absoluta; em final de palavra, diante de consoante; em final de sílaba, no interior da palavra e em final de palavra diante de vogal.

Callou e Marques concluíram que a realização da consoante está sujeita a uma regra de assimilação: o segmento fônico se realiza como sonora diante de sonora (consoante ou vogal) e como surda diante de consoante surda.

Na região Norte, Estado do Acre, Messias (1999) efetuou trabalho investigativo acerca da percepção dos segmentos [s z ʃ ʒ] e chegou à conclusão de que, em grande parte das produções, eles adquirem apenas parcialmente a natureza sonora do segmento seguinte.

Carvalho, em sua dissertação de mestrado (2000), pesquisou a realização do /S/ implosivo na fala belenense, encontrando quatro variantes: as palatais [ʃ ʒ], as alveolares [s z] a glotal [h] e o zero fonético.

Outros estudos, como o de Cristóforo (2001), retomam a oposição fonêmica entre /s z ʃ ʒ/, os conceitos de neutralização e o conseqüente arquifonema /S/ para a representação das diversas realizações possíveis.

Neste estudo, analisamos a realização do /S/ implosivo na fala de oito informantes do Estado do Acre, a partir de um corpus preliminar à construção do corpus do Atlas Linguístico do Acre – AliAC.<sup>2</sup>

Esse corpus é constituído de 72 frases<sup>3</sup> compreendendo as seqüências /S/ + consoante sonora, em duas situações: na primeira, as consoantes se encontram na junção de sílabas, no interior de palavras; na segunda, elas se encontram na junção de palavras. Foram propostas 4 frases para cada caso, com vocabulário simples, que podem fazer parte do linguajar cotidiano dos brasileiros.<sup>4</sup> Dessa forma, nas seqüências estudadas, /S/ é seguido de: [b d g l m n R v] em junção silábica e de [b d g l m n R v z ʒ] em junção de palavras. Com a oposição de sonoridade presente nessas seqüências, quisemos verificar o processo de assimilação, visto que as diversas possibilidades de realização do /S/ estão estreitamente ligadas a esse fenômeno fonético, conforme Callou e Marques acima citadas.<sup>5</sup> Assinale-se que, neste trabalho, apresentamos os resultados obtidos para apenas uma categoria, ficando as demais (S diante de consoante surda, S em posição final absoluta, S diante de vogal) para a continuação da pesquisa.

Os oito informantes, quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino, nascidos na cidade de Rio Branco, em famílias acreanas, encontravam-se, na época das gravações (1999) na faixa etária compreendida entre 34 – 40 anos e possuíam, todos, nível de estudos superior. Esse conjunto de elementos garante a homogeneidade dos dados, bem como assegura o pertencimento dos informantes à mesma localidade, sendo este último dado importante para a definição de marcas dialetais.

Para facilitação da análise fonética do corpus, acrescentou-se, durante as gravações normais da fala dos informantes, um segundo microfone, colocado junto à laringe, o que permitiu captar as informações relativas à atividade laríngea. O documento obtido a partir desse sistema é composto de dois oscilogramas sincrônicos, o primeiro representando as vibrações acústicas à saída da boca e o segundo representando as vibrações das cordas vocais que permitem a observação da sonoridade fisiológica desses sons. Esse segundo oscilograma foi de muita utilidade durante as análises.

No que se refere à análise fonética, os resultados encontrados para as seqüências /S/ + consoante sonora foram os seguintes:

- tanto no caso de junção silábica, quanto no caso de junção de palavras, a assimilação, do tipo regressivo, é geralmente, completa. A sonorização do /S/, em junção silábica, estendeu-se de 82 a 100% de sua duração e em junção de palavras de 72 a 90%. Assim, atestou-se a realização [z] nessas seqüências;
- dessa forma, a assimilação é mais marcada na fronteira silábica;
- a assimilação do tipo progressivo é muito mais rara: ocorreu duas vezes na seqüência [sb] e duas vezes na seqüência [sb]. Nesses casos, verificou-se a permanência de [s] com sua natureza surda e o ensurdecimento parcial de [b] e de [v] em palavras como esbelto e resvalou;
- o poder assimilador das oclusivas é maior do que o das constrictivas, o s tendo sido sonorizado numa extensão que variou de 90 a 100% de sua duração, quando se encontrava diante de oclusivas, enquanto que, quando se encontrava diante de constrictivas, essa extensão variou de 72 a 93%. Nessa categoria, constrictivas, [v] parece agir mais fortemente do que as outras consoantes visto que o maior valor encontrado



para a extensão sonorizada, 93%, de s ocorreu quando este se encontrava diante de v. A razão pode residir no fato de que [v] é a mais “oclusiva” das constrictivas (a menos fricativa), em virtude do contato lábio-dental.

Essas observações levam ao registro da sonorização do [s], ou seja, a realização da alveolar [z] na fala dos informantes investigados.

Dois contextos são favoráveis à supressão do [s]: o [ʒ] e o [s], o que se explica com certa facilidade: trata-se de uma assimilação articulatória, com os dois fonemas fundindo-se num só, em detrimento do [s]. Assim, “três jóias” [ˈtrej ˈʒojɐs].

Em termos de marcas dialetais, esses primeiros resultados apontam para a alveolar sonora [z] como característica da fala acreana. Para posições mais concludentes, tornam-se necessárias a ampliação do *corpus* em termos de número de informantes e a inclusão da modalidade oral do discurso na pesquisa<sup>6</sup>. Paralelamente, os outros contextos do sistema da língua portuguesa em que o /S/ pode ocorrer deverão ser objeto de investigação.

<sup>1</sup> A propósito dos arqui fonemas na Língua Portuguesa, não se pode esquecer os estudos de Mattoso Câmara Jr.<sup>2</sup> O projeto ALiAC está vinculado ao Centro de Estudos Dialetológicos do Acre – CEDAC, na Universidade Federal do Acre.<sup>3</sup> 72 frases x 8 informantes = 576 realizações.<sup>4</sup> Exemplos: /S/ + consoante sonora, em junção de sílabas – Ele é esbelto; em junção de palavras – São objetos baratos.

<sup>5</sup> Para uma exposição mais detalhada da assimilação consonântica de sonoridade no português do Brasil, ver L. MESSIAS. *Les Consonnes Orales du Portugais du Brésil. Analyse Segmentale et Perceptive de la sonorité et de l'assimilation*. Thèse de doctorat de Sciences du Langage. Université Marc Bloch, 1999.<sup>6</sup> A modalidade oral será contemplada com a construção do corpus do Atlas Lingüístico do Acre, a partir do início de 2007.

CALLOU, D. M.; MARQUES, M. H. D. O –s implosivo na linguagem do Rio de Janeiro. *Littera*, 14, 1975.

CARVALHO, R. *Variação do /s/ pós-vocálico na fala de Belém*. 2000. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

CAVALIERE, R. *Pontos essenciais em Fonética e Fonoologia*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CRISTÓFARO SILVA, T. *Fonética e Fonoologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

MESSIAS, L. *Les consonnes orales du Portugais du Brésil. Analyse segmentale et perceptive de la sonorité et de l'assimilation*. 1999. Tese de doutoramento - Institut de Phonétique, Université Marc Bloch, Strasbourg, 1999.

## As vogais médias pretônicas no dialeto de Belo Horizonte

Marlúcia Maria Alves

marlucia-alves@uol.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

As vogais médias sempre mereceram atenção especial dos lingüistas pela variedade de tipos encontrados nas línguas do mundo e pela dificuldade quanto a sua classificação, devido a sua realização no espaço mediano da boca. No português brasileiro, há vários estudos sobre as vogais médias, principalmente aqueles relacionados a fenômenos fonológicos. Normalmente, as pesquisas feitas procuram analisar o comportamento das vogais médias em posição pretônica, uma vez que, nessa posição, essas vogais neutralizam-se e há a possibilidade de o falante realizá-las com o timbre fechado ou com o timbre aberto. Bisol (1981), Viegas (1987, 2001), Bortoni *et al.* (1992) e outros estudaram amplamente as vogais médias nessa posição e apresentaram diversas análises com base, principalmente, em fatores de ordem não-lingüística, como a classe social, a faixa etária, o sexo, ou com base em fatores lingüísticos, como a harmonia vocálica. O presente trabalho torna-se diferenciado dos demais porque pretende, prioritariamente, analisar os fatores lingüísticos relacionados à variação das vogais médias em posição pretônica no dialeto de Belo Horizonte e, depois, analisar estas informações segundo a Teoria da Otimalidade (PRINCE; SMOLENSKY, 1993; MCCARTHY; PRINCE, 1993). Os principais objetivos dessa teoria são estabelecer as propriedades universais da linguagem e caracterizar os limites possíveis da variação lingüística entre as línguas naturais. Esse modelo teórico analisa as formas de superfície e permite a presença de restrições que podem ser violadas. Assim, torna-se um modelo adequado para explicar os fenômenos relacionados à variação lingüística. Entretanto, o principal desafio ao estudar a variação nessa teoria é que é necessário interferir em um de seus pilares, a dominação estrita, que indica que a violação da hierarquia de restrições mais altas não pode ser compensada pela satisfação de hierarquia de restrições mais baixas. De acordo com esta definição, há uma única hierarquia de restrições que deve ser observada e somente um candidato é escolhido como ótimo. O problema, então, é que temos mais de um candidato escolhido como ótimo quando se trata de variação. Atualmente, existem várias alternativas de análise da variação conforme a Teoria da Otimalidade, partindo de uma abordagem não-clássica da teoria. Boersma (1997) afirma que a variação é controlada pela gramática indiretamente, isto é, ela está relacionada à robustez da aprendizagem do falante, havendo a promoção ou a demissão de restrições conforme cada caso. Anttila e Cho (1998) estudam o ordenamento parcial de restrições, mostrando que a língua pode apresentar co-fonologias, indicando, para cada candidato selecionado como ótimo, uma hierarquia de restrições. Coetzee (2005) mostra o ranqueamento ordenado por EVAL, mecanismo de avaliação responsável por fazer a comparação de um grupo inteiro de candidatos em termos de sua boa formação e de sua frequência relativa para avaliar qual é o primeiro melhor candidato, o segundo melhor candidato em termos da variação apresentada na língua. Para estudar o dialeto de Belo Horizonte, foram considerados três grupos de dados: a) Corpus POBH (Projeto Português de Belo Horizonte / norma culta); b) Corpus extraído de Alves (1999) e c) Corpus extraído da observação de fala espontânea. Os três grupos de dados foram necessários para avaliarmos melhor a ocorrência das vogais médias em posição pretônica neste dialeto. É importante esclarecer que todos os informantes dos corpora mencionados possuem o mesmo perfil, ou seja, todos possuem 3<sup>o</sup> grau completo, são nascidos em Belo Horizonte e estão na faixa etária entre 20 e 38 anos. Os resultados iniciais apontaram que os falantes de Belo Horizonte mostraram três possibilidades de realização para a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

vogal média em posição pretônica: a) com o timbre fechado, 'r[e]torno' e 'c[o]brança'; b) com o timbre aberto, '[ε]xcesso' e 'pr[ɔ]jeto'; e c) como vogal alta, '[i]scola' e 'm[u]tivo'. De um modo geral, a tendência é pela realização da vogal média fechada, evidenciando o processo fonológico de neutralização. Contudo, outros processos fonológicos, como a harmonia vocálica e a redução vocálica, são observados. Analisando separadamente as vogais médias anteriores das posteriores, verifica-se um comportamento diferenciado com relação à presença da vogal média aberta e da vogal alta em posição pretônica. No que se refere às vogais médias posteriores, ocorrem mais palavras com a presença da vogal média aberta e um grupo pequeno de palavras com a vogal alta. Sobre as vogais médias anteriores, observa-se o contrário, ou seja, mais palavras com a vogal alta e um grupo reduzido de palavras com a vogal média aberta. No que diz respeito à elevação da vogal média anterior, alguns fatores favorecem essa realização, como a posição inicial de sílaba associada à nasalidade ou associada ao travamento silábico por /S/, a presença de nasal precedente, a presença de vogal alta na sílaba tônica ou na sílaba átona imediatamente seguinte. Com relação ao abaixamento da vogal média, observa-se que, tanto para a vogal média posterior quanto para a vogal média anterior, a presença do traço [ATR] na sílaba tônica ou na sílaba contígua é fundamental para que a vogal média aberta aconteça em posição pretônica. Foi observada, também, a ocorrência da variação em um mesmo item lexical. Esta variação se mostra sob dois formatos: a) a variação entre a vogal média fechada e a vogal média aberta, como em 'c[o]légio' e 'c[ɔ]légio'; b) a variação entre a vogal média fechada e a vogal alta, como em 'p[e]squiza' e 'p[i]squiza'. É interessante também destacar que o mesmo falante varia a pronúncia da vogal média em posição pretônica. Relacionando estes primeiros resultados parciais à Teoria da Otimidade, observa-se que, inicialmente, não é possível estabelecer uma única hierarquia de restrições para explicar a variação das vogais médias pretônicas no dialeto de Belo Horizonte. Assim, mais dados deverão ser consultados para explicar de modo mais adequado a variação estudada.

ALVES, Marlúcia Maria. *As vogais médias em posição tônica nos nomes do português brasileiro*. 1999. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ANTILLA, Arto; CHO, Young-mee Yu. Variação e mudança na Teoria da Otimidade. *Lingua*, n. 104, p. 31-56, 1998.

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 280 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

BOERSMA, Paul. *How we learn variation, optionality, and probability*. University of Amsterdam, 1997.

BORTONI, Stela M. *et al.* A variação das vogais pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 1, ano 1, p. 9-29, 1992.

COETZEE, Andries W. *Variation as accessing "non-optimal" candidates - a rank-ordering model of EVAL*. Draft, 2005  
McCARTHY, John; PRINCE, Alan. Generalized alignment. In: BOOIJ, G. E.; MARLE, J. van (Ed.). *Yearbook of morphology*. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 79-153.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. Ms., Rutgers University, New Brunswick and University of Colorado, Boulder, 1993.

VIEGAS, Maria do Carmo. *Alçamento de vogais médias pretônicas: uma abordagem sociolinguística*. 1987. 154 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

VIEGAS, Maria do Carmo. *O alçamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. 2001. 303 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

### A interferência da “LE” no processo de aquisição da “LM”

Magliane De Marco

maglianedemarco@gmail.com

Universidade Católica de Pelotas

Os estudos fonológicos – desde Chomsky e Halle (1968), que propuseram um modelo gerativo com base em regras e assumiram a existência de um mecanismo de aquisição da linguagem que integra a gramática universal (GU), até Prince e Smolensky (1993) e McCarthy e Prince (1993), com a Teoria da Otimidade (OT), baseada em restrições – têm sofrido reformulações, procurando sempre oferecer abordagens novas para a compreensão do funcionamento das línguas, bem como do processo de aquisição da linguagem. Porém ainda são muitos os aspectos fonológicos que necessitam ser pesquisados para que se possa realmente entender o fascinante mecanismo de aquisição da linguagem.

A literatura na área de aquisição da linguagem diz que toda criança normal possui a capacidade de adquirir, como LM, a língua da comunidade na qual está inserida. Em se tratando do componente fonológico da língua, esse processo se dá de forma extremamente rápida e eficiente, conforme a criança domina, entre outros aspectos, os segmentos e as estruturas silábicas que constituem o sistema ao qual está exposta.

Quanto ao processo de aquisição de uma LE, muitos são os resultados de estudos com informantes no final da infância, com aprendizes jovens e adultos. No entanto, muito poucos são os estudos realizados que se referem a bilingüismo em crianças em fase aquisicional da LM e também tem sido dada pouca atenção no que se refere ao que acontece com a LM no processo de aquisição de uma LE. Nesse processo gradual de desenvolvimento fonológico, a idade em que ocorre a aquisição de uma LE tem conseqüências no nível e no tipo de habilidades desenvolvidas pelo aprendiz. Há evidências que indicam que, quanto maior a exposição a uma língua, maior será a proficiência, e que crianças pequenas alcançam um grau mais apurado na pronúncia que os mais velhos. Dessa forma, é importante, portanto, que se pesquise a aquisição de uma LE em período em que o sistema da língua materna ainda não está plenamente dominado pela criança.

É admirável a rapidez com que as crianças pequenas dominam estruturas de línguas estrangeiras que os adultos levam anos para aprender e, na maior parte das vezes, com muitas formas de *output* diferentes do alvo. Major (1987, p. 209) propõe que o mecanismo fundamental de aquisição de língua materna (LM) e de língua estrangeira (LE) é o mesmo com relação à fonologia. Apesar desse entendimento, pesquisas têm mostrado diferentes estratégias e diferentes resultados no processo de aquisição de uma LE por crianças e adultos,





o que se poderia atribuir ao fato de estes já dominarem um sistema lingüístico – o da sua LM – quando se deparam com a gramática da LE.

Com base em teorias de aquisição da linguagem, o presente trabalho relata estudo sobre o desenvolvimento fonológico de dois sistemas por uma criança, neste caso, português como LM e inglês como LE. O objetivo foi analisar a forma como ocorre a aquisição de uma LE em fase em que a criança ainda está em processo de construção de sua LM. A pesquisa focalizou especificamente o funcionamento da estrutura silábica nos dois sistemas. O *corpus* foi constituído com dados de uma menina, falante nativa de português brasileiro que, na faixa etária entre 2:3 e 3:2, estava adquirindo o inglês como LE.

Os dados desta pesquisa evidenciaram que, assim como fatos da fonologia da LM são transferidos para a LE durante o processo de aquisição de uma segunda língua, na informante do presente estudo, fenômenos do sistema fonológico da LE também mostraram interferência na fonologia da LM, ainda em aquisição. Ressalta-se que esse fenômeno não é relatado em pesquisas sobre a aquisição de LE por adultos, parecendo ser restrito ao processo de aquisição de segunda língua por crianças ainda em fase de construção do sistema fonológico da LM. Entre outros aspectos, pôde-se também concluir que a exposição a uma segunda língua facilita a aquisição de estruturas fonológicas marcadas da LM e também da LE, acelerando o processo aquisicional da fonologia em ambas as línguas.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.

DE MARCO, M. *A fonologia na aquisição precoce de uma 'LE'*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Escola de Educação, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2003.

FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

INGRAM, D. *First language acquisition: method, description and explanation*. USA: Cambridge, 1989.

KLEIN, W. *Second language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MAJOR, R. C. Natural phonology of second language acquisition. In: JAMES, A.; LEATHER, J. (Ed.). *Sound patterns in second language acquisition*. Studies on language acquisition. Dordrecht: Foris, 1987.

MATZENAUER-HERNANDORENA, C. L. *Aquisição da fonologia do português: estabelecimento de padrões com base em traços distintivos*. 1990. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

MCCARTHY, J.; PRINCE, A. S. *Prosodic morphology I: Constraint interaction and satisfaction*. New Brunswick: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality theory: Constraint interaction in generative grammar*. RuCCs Technical report 2, 1993.

SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H. V. D.; SMITH, N. (Ed.). *The structure of phonological representations*. Dordrecht: Foris, 1982.

## Variação lingüística e traço: estudo de alguns casos em línguas naturais

Gean Nunes Damulakis

damulakis@hotmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

No presente trabalho, voltamos nossa atenção para a investigação da variação lingüística sob um ângulo formal, no que se refere à sua ocorrência, tanto no plano interlingüístico, quanto no intralingüístico. Para levar a cabo a análise da variação intralingüística, trabalhamos aqui com a comparação entre variedades do português do Brasil; com relação à interlingüística, comparamos duas línguas de uma mesma família (Jê), do tronco Macro-Jê: o Kaingáng e o Parketêjê. O Kaingáng é falado nos três estados do Sul e em São Paulo; o Parketêjê é falado no sudeste do Pará.

Conseguir determinar as causas e características da variação constitui grande preocupação das teorias lingüísticas atualmente. Nesse contexto, é muito importante a análise de variedades de uma mesma língua. Da mesma forma, torna-se muito relevante e reveladora a análise comparativa de línguas, tanto aparentadas, quanto geneticamente distantes. Neste trabalho, apresentamos um esforço inicial no sentido de um estudo comparativo mais amplo entre duas línguas da mesma família. Aqui nos interessa basicamente o componente fonológico. Baseamos nossa análise na Teoria da Otimidade (OT, de *Optimality Theory*). Para a OT, toda língua natural é o resultado do conflito entre restrições universais e as línguas se diferenciam entre si pela forma particular como hierarquizam essas restrições, que, para a OT, são violáveis. Uma determinada restrição pode desempenhar um papel mais importante em uma língua do que em outra, fato dependente da posição dessa restrição em uma escala hierárquica específica. Uma vez hierarquizadas essas restrições em uma língua, para um determinado *input*, é gerada uma série de candidatos que serão avaliados em paralelo. O candidato vitorioso, ou ótimo, será a forma que menos cometer violações ou que as cometer de forma não fatal, já que, quanto mais alta a posição da restrição violada, pior será a violação. Esse candidato ótimo é o que se realiza na língua ou em determinada variedade da língua, se pensarmos na variação intralingüística.

Em trabalho anterior (DAMULAKIS, 2006), atestamos no Kaingáng duas restrições da família do Princípio do Contorno Obrigatório (OCP, sigla em inglês para *Obligatory Contour Principle*). Trata-se de um princípio fonológico que, observado originalmente para as línguas tonais, isto é, línguas com atuação no nível supra-segmental, probe a adjacência de elementos idênticos na mesma camada. Isso significa que esse princípio impede que dois elementos idênticos coexistam contiguamente na mesma camada. As aplicações de OCP para o nível segmental têm sido cada vez mais observadas. É possível postular que esse princípio seja algo geral e que as línguas naturais selecionem algumas restrições baseadas no mesmo princípio. Das duas restrições dessa família atestadas no Kaingáng, uma impede a adjacência de segmentos consonantais idênticos em valor de traço [contínuo], eliminando a complexidade em *onsets* (ataques silábicos) cujos segmentos tenham o mesmo valor para esse traço, tais como /fr/, por exemplo; a outra impede a adjacência de segmentos que tenham em comum o traço [coronal], como /tr/ ou /nr/, por exemplo.



Ao compararmos os dados obtidos no Kaingáng com os do Parkatêjê, tentamos revelar algumas características da variação interlingüística. Verificamos, por exemplo, que alguns traços fonológicos são relevantes na arquitetura da sílaba em ambas as línguas. Pudemos observar, nas duas línguas, por exemplo, a relevância dos traços [coronal] e [contínuo], no que tange à configuração silábica. Já o traço [dorsal] mostrou ter a mesma relevância que tem o [coronal] apenas para o Parkatêjê. Assim, com o pensamento nos traços fonológicos, buscamos semelhanças e/ou graus de afastamento em termos fonotáticos entre línguas geneticamente aparentadas.

Com relação ao português, escolhemos alguns fenômenos de variação que, a nosso ver, envolvem OCP: as oscilações *ei~e* e *ou~u*. Em Damulakis (2005), analisamos essas variantes sob uma visão formal. A tentativa, então, foi a de trabalhar a variação, com a noção de gramática. A monotongação e a ditongação no português são fenômenos bastante antigos, tanto sob a óptica diacrônica, quanto sincrônica. Na história da língua, há muitos exemplos de monotongação diacrônica e sincrônica. Na maior parte deles, a simplificação vocálica se deu através da substituição da vogal e da semivogal por uma outra vogal, de praxe, a meio caminho, como em *c[ae]cus* → *c[e]cu* → *cego*. Há registros de *aw* → *o*, tendência observada no *Appendix Probi*, no qual é preterida a forma reduzida: “*dizer Claudius, não Clódius*”. A monotongação de que trataremos aqui, entretanto, é fenômeno sincrônico, que ocorre pela pura eliminação do segundo elemento do ditongo decrescente, ou seja, do glide.

Das reduções *ei→e*, levamos em conta na nossa análise apenas aquelas ocorridas diante dos segmentos /*r/*, /*ʃ/* e /*ʒ/*, por considerá-las mais gerais. Nesse caso, atua OCP, que, como já dissemos, proíbe representações nas quais elementos idênticos sejam adjacentes. No caso em pauta, o contexto em que OCP atua é o de fronteira de sílaba, impedindo a adjacência do glide anterior aos segmentos supracitados. Já no caso da redução *ou→o*, OCP atua dentro da sílaba, ocorrendo, assim, independentemente do segmento (se houver) que segue o ditongo. Em ambos os casos, as variedades se diferenciarão pela posição que ocupa OCP em escala hierárquica de cada variedade, tendo os traços [anterior] e [dorsal] grande relevância nessa variação.

ARAÚJO, L. Reduplicação e ênfase no parkatêjê: um estudo de textos poéticos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE LÍNGUAS E CULTURAS MACRO-JÊ, 4. *Anais...* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. No prelo.

\_\_\_\_\_. *Aspectos da Língua Gavião-Jê*. 1989. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

D’ANGELIS, Wilmar R. *Traços de modo e modos de traçar geometrias: línguas Macro-Jê & teoria fonológica*. 1998. Tese (Doutorado) – IEL, Unicamp, Campinas, 1998.

DAMULAKIS, Gean N. Do tratamento formal da variação lingüística. In: GONÇALVES, C. A. (Org.). *INICIA – Revista da Faculdade de Letras da UFRJ*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *Fenômenos variáveis sob uma óptica formal*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, Carlos A. V.; COSTA, Raquel G. R. Sobre a interpretação fonológica dos ditongos em português. In: CONGRESSO DA ASSEL/RJ, 4. *Anais...* Niterói, 1995.

MYERS, Scott. OCP effects in Optimality Theory. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 15, p. 847-892, 1997.

NARO, Anthony J. *Estudos Diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: Constraint*

*Interaction in Generative Grammar*. ms, Rutgers University e University of Colorado Boulder, 1993.

SOARES, Marília Facó. Variação e análise paramétrica: algumas possibilidades de estudos em línguas indígenas brasileiras. *Gragoatá 9*, Universidade Federal Fluminense, 2000.

\_\_\_\_\_. Regulação rítmica e atuação do OCP em Tikuna. *Letras de Hoje: estudos e debates de assuntos de lingüística, literatura e língua portuguesa*. Atas do Seminário de Fonologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

WIESEMANN, Ursula. *Die phonologische und grammatische Struktur der Kaingáng-Sprache*. The Hague and Paris, Mouton, 1972.

## Efeitos de frequência nas representações mentais

Thais Cristóvão Silva

thaiscas@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Em 1885, Schurrardt sugeriu que efeitos de frequência atuavam nas mudanças lingüísticas. Posteriormente, vários trabalhos exploraram, de uma forma ou outra, como os efeitos de frequência poderiam atuar no conhecimento lingüístico (FILDEHOLTZ, 1975; BAKER, 1968). Contudo, é no início deste milênio que efeitos de frequência passaram a ser efetivamente incorporados aos modelos lingüísticos (BOD; HAY; JANNEDY, 2003). Dois tipos de frequência são considerados: *Frequência de Tipo* e *Frequência de Ocorrência*. A frequência de tipo (*type frequency*) corresponde à frequência de um padrão específico no léxico (ou dicionário). Uma palavra, por exemplo, pode ser considerada um tipo em um *corpus*. A frequência de ocorrência (*token frequency*) corresponde à frequência, ou seja, quantas vezes, um determinado tipo ocorre em um *corpus*. O tipo em questão pode ser uma palavra, um padrão silábico, uma unidade sonora, etc.

Bybee (2001) e Phillips (2001) argumentam que efeitos de frequência atuam de maneira diferenciada nas mudanças sonoras foneticamente motivadas e nas mudanças sem motivação fonética. De acordo com as autoras, uma mudança foneticamente motivada se implementa mais rapidamente em itens lexicais que têm frequência de ocorrência mais alta. Ou seja, de acordo com estas autoras, os casos que refletem motivação fonética afetam inicialmente os itens lexicais mais frequentemente usados na fala. Já os casos em que não há motivação fonética, por exemplo, os casos de analogia, afetam as palavras utilizadas menos frequentemente e somente depois se propagam para as palavras mais frequentes.

O trabalho aqui apresentado pretende discutir a relação entre frequência de ocorrência e frequência de tipo na organização das representações mentais a partir da avaliação de estudos de caso do português brasileiro. São apresentados resultados de pesquisa de casos de variação e mudança sonora com e sem motivação fonética, nos quais se avaliou o papel de frequência de ocorrência e de tipo. Dentre os casos que envolvem motivação fonética, são considerados: a) palatalização de sibilante em posição pós-vocálica *triste* > *tri[ʃtʃi]* > *tri[ʃi]* e b) assimilação de glide palatal em hiato *ódio* > *ó[dʒyʊ]* > *ó[dʒy]*. Dentre os casos sem motivação fonética,



são considerados: a) empréstimos contendo africadas como em *Tchechênia*, *Thatcher*, etc. e b) alternância entre vogais médias abertas e fechadas em formas verbais, como em *(ele/a) rouba* > r[o]ba ou r[ɔ], e em formas nominais, como em r[o]stos > r[ɔ]stos. Serão discutidos dois casos adicionais que buscam contribuir para uma melhor compreensão dos efeitos de frequência: a) epêntese vocálica em *afta* > af[i]ta e b) redução de vogal baixa átona, como em *traduzir* > tr[ɔ]duzir. Estes dois últimos casos podem ser compreendidos como tendo ou não motivação fonética. A motivação fonética para a epêntese pode ser justificada pela baixa produtividade de tipos de encontros consonantais com duas obstruintes no português brasileiro (o que seria uma motivação fonética específica do português). No caso da redução de vogal baixa átona, a motivação fonética pode ser justificada pela atonicidade atribuída à vogal, que é reduzida. Por outro lado, assumir a motivação fonética nestes casos encontra problemas. Isto porque temos encontros consonantais inovadores ocorrendo no português atual: *partes* > pa[hts] ou *participação* > pa[htsp]ação. Portanto, a emergência destes novos encontros consonantais, de certa maneira, enfraquece a hipótese de motivação fonética para os casos de epêntese. Com relação aos casos de redução de vogal baixa átona, como em *traduzir* > tr[ɔ]duzir, observamos padrões análogos desse tipo de redução vocálica com o conhecido alçamento de vogais médias (*perigo* > p[i]rigo, *bonito* > b[u]nito), que certamente tem condicionamento lexical operante. O debate pautado no comportamento fonológico dos casos de epêntese e de redução da vogal baixa permitirá a avaliação das hipóteses de Bybee (2001) e Phillips (2001) com relação aos efeitos de frequência de tipo e de token.

Sugere-se que a frequência de ocorrência expressa tendências gerais que propulsionam a consolidação de casos de variação sonora, atingindo inicialmente as palavras mais frequentes e conformando-se com tendências de tipos específicos. Por exemplo, alguns itens lexicais específicos ou um grupo de itens lexicais que compartilhem um padrão podem apresentar comportamento diferenciado. No caso de palatalização de sibilantes em posição pós-vocálica, observa-se que uma outra fricativa, ocorrendo em sílaba adjacente, pode desviar a tendência geral observada. A tendência geral é que palavras mais frequentes sejam inicialmente afetadas, mas palavras que contenham uma fricativa ocorrendo em sílaba adjacente têm inibição do fenômeno (ex. *justiça*). No caso da alternância entre vogais médias abertas e fechadas em formas verbais como em *(ele/a) rouba*, observamos que as palavras menos frequentes são aquelas mais sujeitas ao fenômeno. Contudo, o fato de um determinado tipo ser pouco frequente pode alterar essa tendência geral observada (verbo *roubar*, por exemplo).

O trabalho conclui que efeitos de frequência de ocorrência e de tipo interagem na organização das representações mentais. A relação entre os dois tipos de frequência propicia condição para que grupos de itens lexicais se comportem de maneira diferenciada, o que oferece evidências explícitas para o modelo de Difusão Lexical, considerando-se um léxico plástico e dinâmico (WANG, 1969). Conclui-se adicionalmente que a formação de categorias específicas e a definição de parâmetros de boa-formação gramatical são gradientes e contribuem para a organização do componente lingüístico, que pode ser compreendido como probabilisticamente analisado.

BAKER, J. Frequency in usage and in the lexicon. *Language*, v. 21, p. 13-22, 1968.

BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Ed.). *Probabilistic linguistics*.

Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003.

BYBEE, J. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BYBEE, J.; P. HOOPER (Ed.). *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

FIDELHOLTZ, J. Word frequency and vowel reduction in English. In: CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY REGIONAL MEETING, 11., 1975, Chicago. p. 200-213.

JOHNSON, K. Speech perception without speaker normalization. In: JOHNSON, K.; MULLENNIX, J. W. (Ed.) *Talker variability in speech processing*. San Diego: Academic Press. p. 146-165.

PHILLIPS, B. Lexical diffusion, lexical frequency and lexical analysis. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam; Philadelphia, PA: John Benjamins, 2001. p. 123-136.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 137-157.

\_\_\_\_\_. What people know about sounds of language. *Studies in the Linguistic Sciences*, 29(2), p. 111-120, 2000.

WANG, W. Competing changes as a cause of residue. *Language*, v. 45, p. 9-25, 1969.

## Vogal de Apoio em Grupos Consonantais CCV no Português Brasileiro

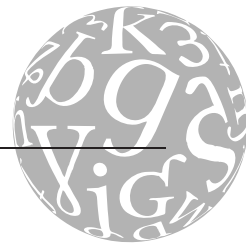
Izabel Christine Seara

izabels@linse.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Francine Silveira

Muitos têm sido os estudos que tratam deste fenômeno lingüístico: a vogal de apoio em grupos consonantais no português brasileiro (PB) cuja segunda consoante se constitui de uma líquida (NISHIDA, 2005; BLASI, 2005; SILVA, 1996, dentre outros). Cristóforo-Silva (2006) coloca que nos encontros consonantais tautossilábicos ocorre uma redução da consoante se a vogal seguinte ao encontro for átona, como, por exemplo: 'livro/livo'. Para Silveira (1988, p. 88), esses encontros consonantais, denominados próprios, são caracterizados pela 'seqüência de consoantes que são articuladas sem som vocálico intermediário'. Silva (1996) constata que o *tap* em grupos consonantais apóia-se sempre em duas vogais. Esta autora observa também que a única diferença entre os elementos vocálicos anterior e posterior ao *tap* em encontros consonantais se relaciona à duração. Nishida (2005) diz ser a estrutura formântica da vogal de apoio condicionada pela qualidade da vogal nuclear do encontro. Vê-se então que, até o momento, pouco se tem apresentado acerca da qualidade desta vogal de apoio: se há diferenças de qualidade ou se as diferenças se dão apenas no nível duracional dos segmentos. Buscando estabelecer a qualidade vocálica das vogais de apoio em relação à vogal núcleo e a ocorrência dessas vogais diante de líquidas laterais e não laterais, elaboramos um *corpus* constituído de palavras que continham grupos CCV, cuja vogal núcleo em contextos tônicos eram as altas [i, u] e a baixa [a]. Optamos por tratar apenas de vogais em que se conseguisse obter todas as combinações de consoantes (tanto a primeira, quanto a



segunda) em exemplos de palavras do PB. Essas palavras foram produzidas isoladamente em sete repetições (das quais eliminamos a primeira e a última) e em contextos frasais em cinco repetições. A escolha desses contextos se deu por alguns autores colocarem a formalidade da situação como um dos fatores condicionantes da presença/ausência da vogal de apoio. Essa colocação se referia às vogais epentéticas que ocorrem em grupos consonantais heterossilábicos, como em *afta*. Tentamos, então, iniciar as gravações com os contextos frasais, já que, dessa forma, os sujeitos não teriam idéia do fenômeno pesquisado e talvez ficassem mais à vontade em suas produções, diferentemente da gravação das palavras isoladas. Dessa forma, analisamos em separado os dados concernentes às duas situações de registro. As segundas consoantes do encontro eram as líquidas [r]. A primeira consoante desses encontros eram plosivas ou fricativas. Foram gravados dois informantes: um do sexo feminino e um do masculino, nativos de Florianópolis, com idades entre 20 e 30 anos e com 3o grau completo. Assim obtivemos: 2 informantes x 3 vogais x 2 segundas consoantes x 8 primeiras consoantes x 10 repetições, totalizando 960 dados. Os dados a serem analisados foram etiquetados manualmente e os resultados foram coletados automaticamente a partir de um *script* processado pelo Programa de Análise Lingüística Praat (versão 4.1.21 de Paul Boersma e David Weenink). Foram verificados os seguintes parâmetros acústicos: três primeiros formantes orais (F1, F2, F3) e duração. Nossos dados mostram então que essa vogal aparece com maior frequência com a líquida não lateral [r], apesar de também ser encontrada diante da líquida lateral [l]. As vogais de apoio parecem apresentar qualidade significativamente diferente daquela da vogal núcleo, tendo uma forte tendência a centralizar-se, diminuindo a distância entre as vogais no espaço acústico vocálico, tanto em altura, quanto em anterioridade/posterioridade. Testes estatísticos com as médias de nossos parâmetros pesquisados mostram que existem diferenças significativas entre os formantes da vogal núcleo e da vogal de apoio. As durações das vogais de apoio apresentam-se com um terço das durações de suas respectivas vogais núcleo. Esse fato é ratificado por Nishida (2005). Foram encontradas evidências da presença de duas vogais de apoio: uma semelhante à vogal alta anterior e outra, à vogal média alta também anterior, corroborando diferentes estudos que colocavam como vogal de apoio a alta anterior.

BLASI, Helena Ferro.  $\text{ɔ}$  tap [r] na fala normal e com desvio: uma análise qualitativa. Florianópolis, 2006. Manuscrito. Não publicado.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. Sobre a queda de encontros consonantais no português brasileiro. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 29, p. 522-527, maio 2000.

NISHIDA, Gustavo. *Análise acústica do Tap em grupos no PB*. 2005. Monografia – Universidade do Paraná, Curitiba, 2005.

SILVA, Adelaide Hercília Pescatori. *Para a descrição fonético-acústica das líquidas no português brasileiro*: dados de um informante paulistano. 1996. 229 p. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 1996.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Estudos de fonética do idioma português*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. v. 6. (Série Gramática Portuguesa na Pesquisa e no Ensino)

### 3.4.3 Pôsteres

#### A emergência de [ti,di] no português de Belo Horizonte

Erick Cristiano Leite Souza

erickcristiano@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

As consoantes [t, d] e [tʃ, dʒ] estão em distribuição complementar em vários dialetos do Português Brasileiro. Ou seja, os alofones [tʃ, dʒ] ocorrem seguidos de vogal alta anterior [i], como [tʃia] e [dʒia], e os alofones [t] e [d] ocorrem nos demais ambientes, como em *tatu, torcer, temer, turco, trazer, trocar, descer, doer, dar, dragão*. A distribuição alofônica descrita acima sugere que [tʃ, dʒ] não sejam seguidos por vogal diferente de /i/ e também que /t,d/ não sejam seguidos da vogal alta anterior /i/. Ou seja, em variedades em que a palatalização de oclusivas alveolares ocorre, não esperamos encontrar \*[ti,di] e nem \*[tʃ]V, [dʒ]V - onde V representa uma vogal diferentes de [i]. Contudo, esses padrões não esperados, ou seja, [ti, di] e [tʃ]V, [dʒ]V, podem ser encontrados. Cristóforo (2005) discute a emergência de africadas seguidas de vogais diferentes de /i/ para o português de Belo Horizonte. A autora mostra que [tʃ]V, [dʒ]V ocorrem em casos de neologismo (*tcham, tchutchuca, pitchula, tchurma, capuccino*) e em casos de supressão de glide palatal ([teajtro > [tia]tro > [tʃja]tro > [tʃa]tro *teatro*). Cristóforo (2005) afirma também que seqüências [ti, di] ocorrem no português de Belo Horizonte, decorrentes de casos de simplificação de encontros consonantais ([tri]steza > [tis]teza) e em casos de junção de palavras (oit[i]lustres *oito ilustre*).

O presente trabalho discute em detalhes a ocorrência das seqüências segmentais [ti] e [di] no português de Belo Horizonte. Busca-se demonstrar que o valor de duração da vogal alta [i] é diferente nos casos estudados neste trabalho e nos casos de ocorrência de vogal [i] plena em outros contextos. Ou seja, a emergência de um padrão fonológico, [ti] e [di], pode refletir particularidades fonéticas específicas. Os resultados discutidos à luz de modelos multi-representacionais refletem a relevância do uso lingüístico na construção das representações mentais. Adicionalmente, há contribuição para tais modelos ao se avaliar a incorporação do detalhe fonético às representações sonoras. Finalmente, o trabalho oferece contribuição à descrição da sonoridade do português em geral.

Pierrehumbert, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition, and contrast. In Bybee, J.; Hopper, P. (eds.) *Frequency effects and the emergence of lexical structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 137-157.

Pierrehumbert, J. Probabilistic Phonology: Discrimination and Robustness. In Bod, R. et al. (eds.) *Probability Theory in Linguistics*. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 177-228.

Bybee, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Cristóforo-Silva, T. Modelos Multi-representacionais em Fonologia. 2006.

\_\_\_\_\_. Descartando Fonemas: a representação mental na Fonologia de Uso. 2005



## Habilidade de processamento auditivo e aquisição do sistema fonológico do português brasileiro.

Rebeka Ferreira Pequeno Leite  
rebekaferreira\_48@hotmail.com  
Universidade de Fortaleza

Wilson Júnior de Araújo Carvalho

Nos últimos anos, tem-se atribuído às dificuldades de processamento auditivo (PA) a ocorrência de alterações de linguagem e de aprendizado. Dentre as alterações de linguagem determinadas por prejuízos no PA, segundo Zinato et al. (2005), estariam aquelas relativas à aquisição do sistema fonológico (SF). Tais dificuldades fonológicas, segundo Pereira (1997), ocorreriam porque a inabilidade na memória seqüencial para sons verbais poderia ocasionar dificuldade em organizar os sons da fala em seqüências. Este estudo, desse modo, tem o objetivo de investigar se alterações em habilidades de PA – reconhecimento de seqüências de sons verbais (SV) e não verbais (SNV) – acarretam alterações na aquisição do SF. Os dados estudados deverão contribuir para o diagnóstico diferencial das alterações fonológicas nos campos da fonologia clínica e da fonoaudiologia, além de trazer subsídios para as discussões teóricas acerca do processo de aquisição do SF. A descrição da aquisição fonológica se fundamenta na Teoria da Fonologia Natural. Foram estudados 16 sujeitos, com média de idade de 6:9, da 1ª série de uma escola particular de Fortaleza. Submetemos tais sujeitos a uma triagem do PA (Pereira, 1997) e a uma avaliação fonológica (ERT, conforme Teixeira (1985)). Para a triagem do PA, utilizamos os testes de memória seqüencial para SV e SNV. Na análise dos dados fonológicos, consideramos o patamar aquisicional de 75% (Teixeira, 1991) de ocorrência para que um fonema/encontro consonantal fosse aceito como adquirido. Dos 16 alunos investigados, 4 apresentaram alterações na habilidade de seqüenciação de SV e 02 na seqüenciação de SNV. Entretanto, nenhum desses 6 sujeitos apresentou processos fonológicos (PF) abaixo do patamar aquisicional de 75%, conforme suas faixas etárias e nível sócio-escolar. Os demais sujeitos, no total de 10, tiveram bom desempenho nas habilidades auditivas testadas. No entanto, desses dez, dois alunos apresentaram PF (com percentual abaixo do patamar aquisicional: um aluno apresentou 55,5% de acertos e o outro 66,6% de acertos). Estes 2 alunos apresentaram o processo de apagamento de /R/ final dentro da palavra. Exemplo desse processo seria o da palavra <circo>, produzida [ˈsiku] por uma das crianças. Um terceiro aluno, dos 10 que apresentaram bom desempenho nas habilidades de PA, apresentou o processo de redução de encontro consonantal (C + r), em todos os contextos fonológicos considerados (Início de Sílabas no Início da Palavra – ISIP; Início de Sílabas Dentro da Palavra – ISDP). São exemplos desse processo: <braço> - [ˈbasu] (em ISIP); <quadro> - [ˈkwadu] (em ISDP). Esta mesma criança apresentou o processo de redução de encontro consonantal (C + l) em ISIP (0% de acerto) e em ISDP (20% de acertos). Exemplificam esta situação: <blusa> - [ˈbuze], em ISIP; <bicicleta> - [ˈbisiˈketɛ]. Esses achados contrariam a literatura sobre PA, pois constatamos que as alterações de PA não acarretaram alterações na aquisição fonológica. Além disso, as crianças que apresentaram PF abaixo do patamar

aquisicional tiveram um bom desempenho na triagem do PA, o que nos faz levantar a hipótese, a ser confirmada em um segundo estudo com maior número de sujeitos, que o PA alterado não necessariamente causa problemas na fonologia infantil.

PEREIRA, L.D. Processamento auditivo central: abordagem passo a passo. In: PEREIRA, L.D; SCHOCHAT, E. (Orgs.). *Processamento auditivo central: manual de avaliação*. São Paulo: Lovise. 1997.

TEIXEIRA, E.R. *The acquisition of phonology in cases of phonological disability in portuguese speaking children*. Tese (Doutorado em Linguística) - University College, University of London, London, 1985.

TEIXEIRA, E. R. Perfil do desenvolvimento fonológico em português (P.D.F.P.). *Estudos Lingüísticos e Literários* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, Salvador, n.12, p.225-237, dez. 1991.

ZINATO, C. X. et al. Processamento auditivo em creches, Fonoaudiologia e promoção de saúde. In: 8º ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFMG, 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2005.

## Relevância do contexto fonético e morfológico na interpretação segmental

Mariana de Moura Salles Moreira

marys.moreira@gmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

Losiewicz (1992, apud Bybee, 2002) avaliou casos do inglês americano observando as diferenças entre /t/ e /d/ finais monomorfêmicos e os plurimorfêmicos, como, por exemplo, em *cat* e *stopped*. No caso de *cat* o /t/ se encontra em um único morfema (monomorfêmico) e no caso de *stopped* o /t/ se encontra em outro morfema (plurimorfêmico): *stopp + ed* → [stopt]. Em seus resultados, a autora observou que a duração do /t/ monomorfêmico era menor do que a duração do /t/ plurimorfêmico. Assim, ela sugere a hipótese de que informações morfológicas podem ter correlato sonoro. Este trabalho pretende investigar a hipótese de Losiewicz (1992) ao analisar aspectos segmentais em formas monomorfêmicas e plurimorfêmicas no português de Belo Horizonte. Mais especificamente, este trabalho avalia características articulatorias e acústicas da vogal alta anterior /i/ em posição tônica quando seguida de sibilante, em posição de final de palavra, ou seja [is]. As palavras *Paris*, *sacis*, *barris* ilustram alguns casos em que a seqüência segmental [is] ocorre. A vogal [i] e a sibilante em posição tônica podem se relacionar a formas monomorfêmicas ou plurimorfêmicas. No caso das formas monomorfêmicas, os dois segmentos se encontram num único morfema e não apresentam marcação morfológica. É o caso de palavras como *Paris*, *giz*, *atriz* etc. No caso de formas plurimorfêmicas, os segmentos [i] e [s] se encontram em morfemas distintos. Este é o caso de palavras como *garis*, *barris*, *sacis* etc. O grupo de formas plurimorfêmicas é subdividido em dois grupos. O primeiro destes grupos diz respeito às formas que a vogal [i] tônica final é seguida de morfema de plural: (*gari + s*) → *garis*.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

No segundo destes grupos, na forma singular a vogal [i] é seguida de um glide posterior: *barr[íw]* → *barril*. Nas formas de plural, o glide não ocorre e o morfema de plural é inserido (*barril + s*): *barr[ís]* → *barris*. Este trabalho reflete resultados de um experimento que avalia, sobretudo, aspectos duracionais dos segmentos [ís] em final de palavra, em formas monomorfêmicas e plurimorfêmicas, buscando evidências para a proposta de Losiewicz (1992, apud Bybee 2002).

Cristóforo-Silva, T. *Fonética e fonologia do Português*. São Paulo: Contexto, 2003.

Bybee, Joan L. Word frequency and context of use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change. *Language Variation and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 260-290, 2002.

Losiewicz, B. L. *The effect of frequency on linguistic morphology*. Doctoral dissertation - University of Texas at Austin, 1992.

uma melhor compreensão do sistema vocálico do português brasileiro.

BYBEE, Joan. Phonology and language use. Série Cambridge Studies in Linguistics. n. 94. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CAMPOS, Carlo Sandro. abertura vocálica em verbos irregulares da primeira conjugação do português: um caso de reestruturação fonotática por generalização fonológica. Dissertação de Mestrado em Linguística. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Letras, 2005.

OLIVEIRA, Marco Antônio Oliveira de. Aspectos da difusão lexical. revista de estudos da linguagem, v.1. Belo Horizonte, 1992. p. 37.

PHILLIPS, B. S. Lexical diffusion, lexical frequency, and lexical analysis. In: HOPPER, P. (Ed.) frequency effects and the emergence of linguistic structure. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 1-19.

PIERREHUMBERT, J. frequency and the emergence of linguistic structure. BYBEE, J. & HOPPER, P. (Eds.). John Benjamins, 2001.

### Qualidade vocálica na metafonia verbal do português de Belo Horizonte

Frederico Maciel Fraga

fredericofraga@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Campos (2005), observa que vogais médias nas formas rizotônicas de verbos da primeira conjugação no infinitivo são átonas e fechadas: col[o]car *colocar*. Nas formas rizotônicas de primeira e terceira pessoas no presente do indicativo, as vogais médias posteriores são, na maioria dos casos, abertas: eu col[ɔ]co *coloco*/ele col[ɔ]ca *coloca*. Tal padrão é produtivo em verbos que contêm uma vogal média posterior: af[o]gar *afogar* / af[ɔ]go *afogo*; esf[o]lar *esfolar* / esf[ɔ]lo *esfolo*; ent[o]rnar *entornar* / en[ɔ]rno *entorno*; etc. Oliveira(1992), em artigo denominado *Aspectos da difusão lexical*, publicado na *Revista de Estudos da Linguagem*, relata que ditongos [ow] podem ser monotongados em [o], como no exemplo: fal[ou] *falou*/fal[o] *falou*. Campos (2005) observa também que em verbos com ditongo /ow/, como r[ow]bar *roubar*, a vogal média posterior decorre da redução do ditongo [ow] para [o]. Esses verbos tradicionalmente apresentam vogal média fechada nas formas rizotônicas: r[o]bar/r[ɔ]ba *roubar/rouba*; p[o]par/p[ɔ]pa *poupar/poupa*; l[o]var/l[ɔ]va *lowvar/lowva*; etc. Campos(2005) observa que essas vogais tendem a apresentar uma qualidade vocálica intermediária entre [o] e [ɔ], ou seja, em alguns casos em que o ditongo /ow/ é reduzido nas formas verbais de primeira conjugação de primeira pessoa no presente do indicativo, a vogal não apresenta exatamente a qualidade vocálica de [ɔ]. Este trabalho tem por objetivo analisar as características articulatórias e acústicas das vogais posteriores médias nos casos de ditongo /ow/ em formas verbais. A expectativa é de descrever a ocorrência dessa vogal em detalhes, buscando uma melhor compreensão de tal variação. A análise é baseada em modelos probabilísticos (PIERREHUMBERT, 2003). Os resultados mostram que efeitos de frequência indicam uma tendência para a ocorrência de vogal média posterior aberta ou fechada. Os resultados desta pesquisa contribuem para

### Alternância de vogais médias em formas de plural no português brasileiro

Rogério Brito Moraes

yolatengosorte@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho considera casos de variação lingüística relacionados com a metafonia nominal que ocorre, por exemplo, quando temos uma palavra como car[o]ço. Essa palavra, quando flexionada em número, tem sua flexão para o plural marcada tanto com o [s], quanto com a vogal média posterior aberta [ɔ], como em car[ɔ]ços. Podem ser consideradas como configuração que cria o contexto da metafonia formas nominais nas quais haja duas vogais médias posteriores, uma no limite da palavra e outra com o acento tônico.

A alternância entre as vogais médias posteriores fechadas e abertas em formas nominais de plural no português de Belo Horizonte foi analisada por Tomaz (2006). A autora observou, dentre outras coisas, que em alguns casos de metafonia de plural ocorre uma vogal com qualidade vocálica intermediária entre [o] e [ɔ]. O objetivo deste trabalho é estudar essa vogal intermediária, buscando caracterizar quais condições favorecem a ocorrência de uma vogal com qualidade vocálica intermediária em formas nominais de plural, analisando fatores estruturais e não-estruturais, e as características acústicas de tal vogal. Caracterizando assim os valores de F1 e F2 e a duração dos segmentos analisados. Também será explorado o efeito da frequência de ocorrência nos casos de metafonia nominal. Tomaz (2006) mostra que palavras menos frequentes são mais afetadas pela mudança de qualidade vocálica quando a mudança não é foneticamente condicionada. Como uma das hipóteses que condicionam o fenômeno da metafonia, consideramos que a baixa frequência de algumas palavras do léxico leva a uma maior alternância entre as vogais posteriores média, aberta e fechada. Portanto, em formas frequentemente usadas, como a palavra [o]vo –



[ɔ]vos, a vogal com qualidade vocálica intermediária tende a ocorrer em menor número do que em formas que são pouco ou raramente usadas, como a palavra r[o]lo – r[ɔ]los.

Seguindo Bybee (2001), Phillips (1984, 2001) e Pierrehumbert (2001), este trabalho considera efeitos de frequência nos casos de qualidade vocálica intermediária, buscando evidências para a proposta de que representações lingüísticas interagem com padrões de frequência lexical.

TOMAZ, C. S. *Alternância de vogais médias posteriores em formas nominais de plural no português de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado em Lingüística – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/UFMG, 2006.

BYBEE, J. L. Regular morphology and the lexicon. *Language and cognitive process*. In: *Hove*, v.10, n.5, 1995. p. 425-455.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE J.; HOOPER, P. (Ed) *Frequency effects and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 137-158.

PHILLIPS, B. S. Lexical diffusion, lexical frequency, and lexical analysis. In: BYBEE, J.; HOOPER, P. (Ed) *Frequency effects and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 123-136.

PHILLIPS, B. S. Word frequency and the actuation of sound change. In: *Language*. v. 60, n. 2. Washington, 1984. p. 320-342.

## A representação fonológica do grafema <x> no português brasileiro

Maria Mendes Cantoni

mariacantoni@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Este projeto de pesquisa tem como objeto de estudo as diferentes realizações fonéticas do grafema <x> no português brasileiro atual e o problema de como determinar sua representação fonológica. Tal variação fonética foi detectada como o único caso de irregularidade na correspondência grafema-fonema do sistema consonantal da língua (SALLES e PARENTE, 2002). Tal irregularidade é responsável por dificuldades no desenvolvimento da leitura e da escrita, visto que as regras de conversão unívoca não se aplicam. Em uma perspectiva mais específica, portanto, uma análise que esclareça a distribuição das realizações do grafema pode ser uma ferramenta útil nas estratégias mediadoras do processo de aquisição da linguagem escrita. Pretende-se avaliar sincronicamente o comportamento do grafema em questão, procedendo à coleta de dados, tanto a partir de dados provenientes de *corpora* do português brasileiro, quanto da gravação de falantes para formação de um *corpus* próprio. A metodologia de trabalho proposta consiste na identificação e caracterização do fenômeno tratado, tendo como referencial teórico a Fonologia de Uso (BYBEE, 2001, *apud* SILVA, 2005a, 2005b), a Teoria dos Exemplares (BYBEE, 2001, *apud* SILVA, 2005a, 2005b) e a Fonologia Probabilística (PIERREHUMBERT, 2003, *apud* SILVA, 2005a, 2005b), além de ser prevista a utilização de conceitos da Sociolingüística e de procedimentos de análise e coleta de dados da Lingüística

Histórica. A complexidade da situação sincrônica aponta para a impossibilidade de prever a correspondência grafo-fonêmica de <x> (SALLES e PARENTE, 2002). Contudo, feita uma análise inicial do problema, acredita-se ser possível explicar suas diferentes realizações, ainda que de forma não absoluta. Para tal, é mister recorrer a dados diacrônicos que, não só reconstruam o comportamento do grafema no latim e em fases iniciais da língua portuguesa, como também apontem para a origem das palavras em que ele se apresenta. Informações complementares podem ser levantadas a partir da situação das demais línguas românicas modernas com relação ao fenômeno. Em um momento inicial, buscou-se sistematizar a situação atual do <x> no português brasileiro, tendo como referência básica o dialeto de Belo Horizonte. Foi esboçado um quadro sincrônico com a distribuição das realizações do grafema e alguns exemplos. Optou-se, em seguida, por recorrer ao banco de dados desenvolvido no Projeto ASPA – Avaliação Sonora do Português Atual – visto que é compatível com a referência teórica adotada e se mostra uma ferramenta adequada a pesquisas sobre os tipos sonoros do português (CRISTÓFARO-SILVA, ALMEIDA e FRAGA, 2005, p. 2269). A análise preliminar e geral dos resultados obtidos no ASPA aponta para algumas direções ou tendências, que, todavia, deverão ser confirmadas por meio de análise mais detida e criteriosa. Foram tecidas algumas questões acerca da configuração levantada, sobre as quais se pretende refletir, através de propostas teóricas e da confrontação com dados diacrônicos.

PROJETO ASPA: Avaliação sonora do português atual. Disponível em: <<http://www.projetoaspa.org>>. Acesso em: 28 de ago. 2006.

SALLES, Jerusa F.; PARENTE, Maria A. M. P. Processos cognitivos na leitura de palavras em crianças: relações com compreensão e tempo de leitura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2002. p. 321-331.

SILVA, Thais Cristóforo; ALMEIDA, Leonardo S.; FRAGA, Thiago. ASPA: a formulação de um banco de dados de referência da estrutura sonora do português contemporâneo. XXV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 2005. p. 2268-2277.

SILVA, Thais Cristóforo. *Fonologia Probabilística: estudos de caso do português brasileiro (a sair)*, 2005a. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. *Modelos multi-representacionais em Fonologia*. (a sair) 2005b. p. 1-12.

## Vogais baixas em contexto pré-nasal: um padrão vocálico emergente no português de Belo Horizonte

Janaína Rabelo Cunha Ferreira de Almeida

janarabelofale@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho tem por objetivo investigar a variação sonora das vogais baixas no contexto pré-nasal no português atual, falado em Belo Horizonte. Por exemplo, em uma palavra como “caneta”, a vogal /a/ pode ser realizada como nasal (c[ã]neta) ou oral (c[a]neta). A alternância



entre a vogal baixa /a/ oral e nasal ocorre também em posição tônica, como em c[ã]ma e c[a]ma (CAGLIARI, 1981; ARAÚJO, 2006). Este trabalho pretende avaliar que condições favorecem a ocorrência da vogal nasal ou oral seguida de consoante nasal no português de Belo Horizonte.

Os contextos estruturais a serem avaliados são: a) a natureza da consoante nasal, [m,n,nh]; b) a natureza da consoante que precede a vogal baixa (ou a ausência de qualquer segmento); c) a tonicidade (tônica ou pretônica) e d) número de sílabas. Serão também avaliados fatores sociais, como sexo, faixa etária, grau de escolaridade, indivíduo e estilo de fala. Além de caracterizar a variação entre a vogal baixa /a/ oral e nasal, este trabalho investiga a natureza articulatória e acústica da vogal oral [a] em contexto pré-nasal, como em d[ a]niela/d[a]niela, contribuindo para suprir uma lacuna na literatura. Tal lacuna se dá porque tal contexto ainda não foi considerado em detalhes no português brasileiro.

MARUSSO (2003) descreve uma vogal central como correlato de /a/ em posição átona, a qual a autora caracteriza como schwa. ARAÚJO (2006) também descreve uma vogal central como correlato da vogal baixa /a/ em contexto pretônico quando seguida de consoante oral, por exemplo, [A]b[A]caxi. Estas duas autoras oferecem informações importantes a respeito da variabilidade da vogal baixa /a/, mas não avaliam o contexto descrito neste pôster, i.e. vogal baixa seguida de consoante nasal.

A emergência de um segmento vocálico com características inovadoras em posição tônica poderá oferecer indícios para a reorganização do sistema vocálico, visto que esse contexto é *locus* de contraste no português brasileiro. Assim, o trabalho cujos resultados são aqui apresentados pretende contribuir para uma maior caracterização da variabilidade da vogal baixa /a/ no português de Belo Horizonte. Objetiva-se, também, contrastar a natureza da vogal /a/ seguida de consoante nasal com os resultados de MARUSSO (2003) e ARAÚJO (2006), autoras que avaliaram a variabilidade da vogal baixa seguida de consoante nasal. Os resultados deste trabalho contribuirão para uma maior compreensão do sistema vocálico do português brasileiro, visto que referências bibliográficas sobre a análise acústica das vogais ainda não são tão vastas: Clagg (1977), Clagg & Fails (1983), Russo & Behlau (1993), Callou et al. (1996) e Figueredo (1994).

ARAÚJO, Adelmá Lúcia de Oliveira Silva; MATTE, Ana Cristina Fricke; *Alçamento da vogal baixa em contexto pretônico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BISOL, Leda; NARO, Anthony Julius; *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

CAGLIARI, Luiz Carlos; *Elementos de fonética do português brasileiro*. 1981. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

MARUSSO, Adriana S.; SILVA, Thaís Cristóforo. *Redução vocálica: estudo de caso no português brasileiro e no inglês britânico*. 2003. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SILVA, Thaís Cristóforo. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

## Linguística Histórica

### 3.5.1 Comunicações Coordenadas

#### Análise multissistêmica de verbos

A dinamicidade e a funcionalidade são características fundamentais da língua utilizada por seus falantes para atingir propósitos e intenções no momento da enunciação. E ao aceitarmos a língua como algo dinâmico e funcional, aceitamos também que ela está sujeita a variações e mudanças. Nessa perspectiva, surge em 1912 o termo gramaticalização, empregado por Antoine Meillet (1948) para referir-se à atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma, e a partir daí, a gramaticalização passa a envolver qualquer tipo de função gramatical. Através deste processo, itens lexicais e construções sintáticas passam a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas, observando sob uma mesma perspectiva fenômenos tão distintos como a erosão fonética, a recategorização, a expansão dos usos sintáticos, o enfraquecimento semântico etc. Norteada pela Ciência Clássica, a gramaticalização prevê a mudança linguística centrada na abstratização (HEINE *et alii*, 1991), tendo a língua como entidade estática [língua-enquanto-produto], passível de uma representação linear em que as categorias são dispostas umas após as outras, porém, nem sempre essa mudança ocorre discretamente nos estudos realizados com o Português do Brasil, haja vista os trabalhos recentes de Barroso (2006); Santos (2006) e Terra (2006), cujos resultados demonstraram controvérsia classificatória no que diz respeito aos domínios do Léxico, da Semântica, do Discurso e da Gramática. Sendo assim, os trabalhos reunidos nesta sessão coordenada buscam ampliar as considerações sobre a abstratização de verbos à luz dos princípios da *Teoria Multissistêmica* (CASTILHO, 2006), que se ocupa da língua-enquanto-processo e nega a centralidade da gramaticalização, dando-lhe um caráter de simultaneidade junto aos processos de lexicalização, semanticização e discursivização, por serem os quatro co-ocorrentes, e levando em conta, ainda, as atividades mentais e pré-verbais organizáveis num multissistema. Tomam-se como objetos de análise os verbos BUSCAR, ESPERAR e QUERER, considerando o espectro funcional que os classificam como fenômenos “em andamento”. E a partir do estudo de *corpora* do Português do Brasil, identificam-se os princípios de *ativação*, *reativação* e *desativação*, bem como seus efeitos no estudo dos padrões funcionais assumidos pelos verbos acima citados.

#### Análise multissistêmica do verbo esperar

Elaine Cristina Silva Santos

crist.79@hotmail.com  
Universidade de São Paulo





O processo de gramaticalização ocorre em todas as línguas e pode envolver qualquer tipo de função gramatical. Através desse processo, itens lexicais e construções sintáticas passam a assumir funções mais gramaticais, que podem atuar também na organização interna do discurso. Nesse sentido, é um processo unidirecional através do qual os elementos, em determinados contextos, assumem funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver outras funções gramaticais. Hopper; Traugott (1993) indicam duas perspectivas de estudo da gramaticalização: a histórica, em que se estuda a origem das formas gramaticais e as mudanças típicas que as afetam; e a mais sincrônica, em que se estuda a gramaticalização sob o ponto de vista de padrões fluidos do uso lingüístico. Nesse processo lento e gradual, formas lexicais ou menos gramaticais [+ concreto] passam a desempenhar novas funções mais gramaticais [+ abstrato] (HEINE *et alii*, 1991). Atuam nesse processo mecanismos de mudança, tais como reanálise, analogia, extensão metafórica e generalização, que são responsáveis pela perda de traços semânticos e incorporação de traços pragmáticos, orientados para a organização interna do discurso e estratégias comunicativas. Hopper (1991) propõe cinco princípios: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização, por meio dos quais é possível identificar os estágios de gramaticalização. Esses princípios equivaleriam aos estágios de gramaticalização de itens/estruturas. Após o processo de gramaticalização, as formas perdem ou neutralizam marcas morfológicas e categorias sintáticas, características das categorias plenas, nome e verbo, e assumem características próprias das categorias secundárias, como verbos auxiliares e marcadores conversacionais. A gramaticalização, de acordo com a Ciência Clássica, pressupõe a mudança lingüística centrada na abstratização (HEINE *et alii*, 1991), vendo a língua como um fenômeno estático [língua-enquanto-produto], passível de uma representação linear em que as categorias são dispostas umas após as outras. Contudo, essas mudanças não ocorrem tão facilmente nos estudos realizados com o Português do Brasil, tendo em vista o trabalho mais recente de Santos (2006), envolvendo o verbo ESPERAR, cujos resultados demonstraram controvérsia classificatória no que diz respeito aos domínios do léxico, da semântica, do discurso, e da gramática, sugerindo, então, uma ampliação sobre as considerações à cerca da abstratização de verbos à luz dos princípios da *Teoria Multissistêmica* (CASTILHO, 2006), que reconhece a gramaticalização não só como um processo de criação lingüística, o que demanda uma teoria dinâmica sobre a língua, mas também como um dentre outros processos de criação lingüística, assumindo a língua como um multissistema dinâmico, admitindo que nossa mente opera simultaneamente sobre o conjunto das categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais. Sendo esses subsistemas descritos da seguinte forma: o *Léxico* como um conjunto de propriedades cognitivas abstratas, potenciais, prévias à enunciação, com base nas quais construímos os traços semânticos inerentes (Ex.: *Espero continuar morando aqui; Espero o momento de tá formado como engenheiro*). O *Discurso* está relacionado ao eixo dêitico, isto é, na instanciamento das pessoas do discurso e em sua localização no “espaço” e no “tempo” (Ex.: *Espero que no próximo milênio todos se conscientizem disso e busquem o melhor*). A *Semântica* é a criação dos significados baseada em estratégias cognitivas, tais como o emolduramento da cena, a hierarquização de seus participantes, a organização do campo visual etc. (Ex.: *Espero que seja melhor do que o antigo, porque se ensinava*

*muito errado antigamente*). E, finalmente, a *Gramática* é um conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subconjuntos da Fonologia, Morfologia e Sintaxe, e governadas por regras de determinação interna. A centralidade deste trabalho é considerar o *Léxico* como um *dispositivo sociocognitivo* de caráter pré-verbal, através do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem a categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Sendo “social” porque é baseado numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala, e “cognitivo” porque lida com as categorias cognitivas e os traços semânticos já mencionados. Considera-se o princípio da *Ativação*, como o movimento mental de escolha das propriedades lexicais que se agruparão nas palavras. Os diferentes padrões de agrupamento das propriedades lexicais constroem a dimensão discursiva, semântica e gramatical das palavras. A *Reativação* é o movimento mental por meio do qual rearranjamos as propriedades lexicais e as palavras que as representam, retornando, por assim dizer, à construção do enunciado. Trata-se, por tanto, de uma volta ao enunciado já produzido, abrindo caminho para sua simples repetição, ou para sua paráfrase. A *Desativação* é o movimento que ocasiona o abandono das propriedades escolhidas e das palavras que estavam sendo ativadas, esse princípio mostra que o silêncio é igualmente constitutivo da linguagem. Haja vista esses princípios relatados, o objetivo principal deste trabalho é delimitar os contextos de uso do verbo ESPERAR, salientando o seu uso como um marcador discursivo conversacional, e a partir do estudo de corpora do Português do Brasil, identificar os princípios de ativação, reativação e desativação, bem como seus efeitos no estudo dos padrões funcionais assumidos pelo verbo acima citado.

### Análise multissistêmica do verbo buscar

Paulo Henrique de Oliveira Barroso

profbarroso@hotmail.com  
Universidade de São Paulo

A gramaticalização, em sentido amplo, é o estudo de um processo lingüístico gradual e ininterrupto que compreende a passagem de um item lexical a gramatical ou gramatical a mais gramatical. Porém, há muitas divergências no campo teórico desse estudo que ainda *não tem um estatuto próprio* (CAMPBELL; JANDA, 2001) e é chamado indistintamente de teoria, paradigma, modelo ou processo. Isso se deve à multiplicidade de conceitos e subdivisões a que estão sujeitos os estudos em desenvolvimento, tais como critérios a serem seguidos, princípios, fatores, mecanismos, estágios e motivações. A intenção de contribuir com o andamento deste debate fez com que nossos esforços se voltassem para o estudo da mudança lingüística, tendo como objeto de análise o verbo BUSCAR, com o qual pudemos evidenciar o processo unidirecional de abstratização categorial proposto por Heine; Claudi; Hünnemeyer (1991): *pessoa é objeto é espaço é tempo é processo é qualidade*; desenhando uma espécie de cadeia de extensão metafórica direcionada do “mundo real, físico” para o “mundo do discurso”. A esse pressuposto teórico associamos também as propostas de Hopper; Traugott (1993): *verbo pleno é verbo auxiliar é clítico é afixo é*



zero; Heine (1993), para classificar o verbo dentre os sete estágios de gramaticalização, identificados via formação de construções perifrásticas; e de Travaglia (2003), para verificar o status do verbo de acordo com seu valor, uso e função, como sendo *marcador, indicador ou item funcional*. O verbo em questão, ao funcionar como auxiliar, demonstrou estar perdendo marcas e especificidades sintáticas de verbo pleno, assumindo, no deslizamento, as especificidades sintáticas da categoria-meta, alternando traços lexicais e semânticos que ocorrem concomitantemente nas duas categorias. O corpus da pesquisa compõe três artigos de veiculação científica na área de lingüística, escolhidos aleatoriamente, publicados pela *Revista Estudos Lingüísticos XXXIV 2005* do GEL, e três contos literários do final do século 19 e início do século 20, dos seguintes autores: Machado de Assis, João Simões Lopes Neto e Lima Barreto, também escolhidos aleatoriamente. Utilizando a metodologia laboviana, os grupos de fatores foram considerados instrumentos de organização/distribuição dos dados em relação às noções semânticas do verbo na construção dos diferentes gêneros textuais em análise. Porém, seguindo os pressupostos da mudança lingüística centrados num conceito de língua como entidade estática [língua-enquanto-produto], passível de uma representação linear em que as categorias são dispostas umas após as outras, os resultados demonstraram controvérsia classificatória no que diz respeito aos domínios do léxico, da semântica, do discurso e da gramática, sugerindo, então, uma ampliação sobre as considerações a cerca da abstratização de verbos à luz dos princípios da *Teoria Multissistêmica* (CASTILHO, 2006), que se ocupa da língua-enquanto-processo e nega a centralidade da gramaticalização, dando-lhe um caráter de simultaneidade junto aos processos de lexicalização, semanticização e discursivização, por serem os quatro co-ocorrentes. Esses princípios, segundo Castilho, são sociocognitivos porque se baseiam numa análise continuada das situações em que ocorrem e por serem prévios à execução lingüística, portanto, de caráter mental e pré-verbal: (i) *princípio da ativação*, ou princípio da projeção pragmática; (ii) *princípio da reativação*, ou princípio da correção; e (iii) *princípio da desativação*, ou princípio da elipse, a que se seguem simultaneamente as ativações e as reativações. Os princípios sociocognitivos agem por acumulação de impulsos, e fazem com que o falante ative, reative e desative propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais para, assim, dar conta da complexidade da linguagem. Diante desta nova proposta, retomamos o nosso objeto de análise – o verbo BUSCAR –, expandindo o corpus da pesquisa com a inclusão de três inqueritos do tipo EF (Elocução Formal), gravações realizadas na década de 1970 pelo Projeto Nurc/SP. E estabelecemos o objetivo de verificar como se dá a ativação, a reativação e a desativação das categorias cognitivas “objeto”, “espaço”, “tempo”, “visão”, “movimento”, “evento” etc., em torno do verbo em questão, atribuindo especificamente suas características de fenômeno em mudança a cada um dos quatro domínios postulados por Castilho (2006): *Lexicalização* – movimento mental de escolha da categoria cognitiva “espaço” para representar as ações físicas (Ex.: *buscar a roupa na lavanderia*) e as ações fictícias (Ex.: *buscar maneiras de interpretar*); *Semanticização* – processo de criação e categorização dos sentidos de volição (Ex.: *busca-se compreender algo*) e telicidade/atelicidade (Ex.: *buscar o filho no colégio / buscar paz de espírito*) do verbo BUSCAR, por meio de (re/des)ativação das categorias cognitivas “movimento” e “evento”; *Discursivização* – produz a construção das unidades discursivas com o verbo

BUSCAR como marcador de modalidade volitiva (Ex.: *buscamos analisar a questão*), (re/des)ativando a categoria “visão” e as subcategorias “fundo/figura”; e *Gramaticalização* – responsável pela construção dos sintagmas e das sentenças, pela ordenação dos constituintes, pela concordância, pela organização da estrutura argumental e, neste caso, especificamente, responsável por identificar a mudança no arranjo sintagmático e funcional do verbo BUSCAR, de *pleno* para *auxiliar*, impedindo-o de subcategorizar SNs (Ex.: *buscamos a solução / buscamos solucionar*), e ainda por verificar a ocorrência da cristalização sintática desse item. Ao deixar de lado o tratamento derivativo e linear antes estabelecido entre Léxico, Semântica, Discurso e Gramática, esta proposta tem se mostrado bastante pertinente, em estudos recentes, para entendermos as relações entre esses sistemas como indeterminadas, pancrônicas e multidirecionais.

### Análise multissistêmica do verbo querer

Luciana de Oliveira Terra

lucianaterra@bol.com.br  
Universidade de São Paulo

Em 1912, Antoine Meillet mostrou que mais importante do que a origem das formas gramaticais eram suas transformações que partiam do processo de *gramaticalização* (termo que empregou para referir-se à atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma). Inicialmente, os autores operavam com dois módulos lingüísticos: o léxico e a gramática. E a partir de 1970, o discurso pragmático passa a ser considerado como parâmetro para o entendimento da estrutura lingüística sintática e suas categorias gramaticais. O funcionalismo, através de Givón (1979), acrescentou o módulo do discurso com relação de prioridade entre o discurso e a gramática. Assim, passou a ser vista a gramaticalização como processo de criação da gramática através da necessidade discursiva. Castilho (2003) concluiu que: “Os processos que organizam as línguas entendidas em seu dinamismo operam: (i) simultaneamente, não seqüencialmente; (ii) dinamicamente (não são entidades estáticas); (iii) multilinearmente (não são entidades unilineares)”. E concentrou esses processos em quatro domínios: *Lexicalização*, *Discursivização*, *Semanticização* e *Gramaticalização*, já que a língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas nos respectivos subsistemas: Léxico, Discurso, Semântica e Gramática. Castilho propõe a autonomia dos subsistemas, não postulando a existência de subsistemas centrais e subsistemas periféricos, mas a articulação de cada um deles pelo compartilhamento de propriedades comuns que ocorrem por meio de princípios sociocognitivos de ativação, reativação e desativação de propriedades. Esses princípios são “sociais”, porque baseados numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala e “cognitivos”, porque operam com categorias mentais, e por serem integrados, organizam os subsistemas lingüísticos que garantem a eficácia dos atos de fala, agindo por acumulação de impulsos. O princípio da *ativação*, também chamado de princípio de projeção pragmática, diz respeito à escolha das propriedades lexicais que se agruparão nas palavras, construindo a dimensão discursiva, semântica



e gramatical. No princípio da *reativação*, dá-se o movimento mental de reconstrução das propriedades lexicais e as palavras que a representam, de maneira que retorna (por meio de repetição, paráfrase, correção ou hesitação) a enunciados já produzidos. E a *desativação* (ou princípio do silêncio) provoca a descontinuação das propriedades escolhidas e das palavras que estavam sendo ativadas. O silêncio, assim como as palavras, podem constituir a linguagem. A análise desses princípios mostra que simultaneamente ao processo de gramaticalização, ocorrem os processos de lexicalização, semanticização e discursivização. O estudo do processo de lexicalização permite, partindo da etimologia de uma palavra, identificar as propriedades cognitivas e de traços semânticos que a originou; através da discursivização, analisa-se a hierarquia e os desvios tópicos, além da correção sociopragmática e o tratamento da informação; ao pesquisar o processo de semanticização, é possível verificar como o item vai adquirindo novos sentidos; e a gramaticalização abrange três subprocessos de análise: fonologização, morfologização e sintaticização. No interior de cada um desses subprocessos é que podemos constatar a unidirecionalidade proposta por Heine; Claudi; Hünnemeyer (1991), que estabelece um processo de abstratização categorial direcionada do concreto (físico) para o abstrato (discurso). A pesquisa desses movimentos sociocognitivos, que são contínuos e simultâneos mostram a multidirecionalidade do processo das línguas naturais em sua dinamicidade. O objetivo desse trabalho é identificar como se dá a ativação, reativação e desativação das categorias cognitivas: objeto, espaço, tempo, visão, movimento, evento etc., em torno do verbo QUERER, atribuindo especificamente suas características de fenômeno em mudança a cada um dos quatro domínios postulados por Castilho (2006): *Lexicalização* – movimento mental de escolha da categoria cognitiva “espaço” para representar “eventos” (Ex: *Hoje quero praia*); *Semanticização* – processo de criação e categorização dos sentidos de volição por meio das categorias “movimento” e “evento” (Ex: *Quero entender o que houve*) e telicidade/atelicidade (Ex: *Quero pães bem assados / Quero a felicidade*); *Discursivização* – produz a construção das unidades discursivas configuradas a partir das categorias reformulação tópica: (Ex: *Vim a pé, quer dizer, de ônibus*) e descontinuação tópica: (Ex: *Vamos programar um passeio? Quer dizer, esquece, lembrei-me de um compromisso*); *Gramaticalização* – responsável pela construção dos sintagmas das sentenças, pela ordenação dos constituintes, pela concordância, pela organização da estrutura argumental etc., subdividida em: fonologização, morfologização (ainda sob análise) e sintaticização, processo responsável por identificar a mudança no arranjo sintagmático e funcional do verbo QUERER de pleno para auxiliar (Ex: *Queremos a organização / Queremos organizar*). Servirão como corpus da pesquisa, as amostras de Elocuções Formais e de Diálogo entre Dois Informantes, dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre (Amostra Mínima do Nurc-Brasil).

### Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua

Um dos mais intrincados desafios com o qual o historiador da língua se depara é o das fontes para o seu estudo em

diferentes épocas. Por ter como objetivo seja o registro de um determinado estado passado de língua (sincronia no passado), seja o traçado de mudanças lingüísticas ao longo de extensos períodos de tempo (diacronia), o historiador trabalha, inevitavelmente, com registros escritos de épocas passadas. William Labov adverte para as dificuldades envolvidas nessa tarefa:

(...) os dados, que são ricos em tantos sentidos, são pobres em outros. Documentos históricos sobrevivem por acaso, não por um desígnio intencional, e a seleção que está disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. As formas lingüísticas em tais documentos são freqüentemente distintas das vernaculares dos escritores, refletindo, ao contrário, esforços para capturar um dialeto normativo que nunca foi língua nativa de ninguém. Como resultado, muitos documentos são totalmente afetados com os efeitos de hiper-correção, mistura de dialetos e erros de escribas. (LABOV, 1994, p. 11)

E tendo em conta essas dificuldades que Labov, no mesmo texto, afirma que “a Lingüística Histórica pode ser concebida como a arte de fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1994, p. 11). Torna-se, então, imperioso para o pesquisador, avaliar cuidadosamente os dados que a história lhe legou.

Se a mudança nasce na e da variação, e se essa é característica da língua falada, cabe ao lingüista buscar nos documentos históricos disponíveis aqueles que mais refletem a linguagem usual, livre das pressões normativas – o vernáculo (tal como definido por LABOV, 1972). Por outro lado, essa busca implica que deveríamos dispensar da investigação gêneros de textos tradicionalmente considerados “mais formais”, como documentos oficiais, manifestações de literatura oratória, editoriais?

A proposta desta sessão de comunicações coordenadas se insere, assim, nessa preocupação de ordem teórico-metodológica: trata-se, aqui, de discutir critérios de seleção de fontes para o estudo histórico da língua. Particularmente, pretendemos discutir a importância de se considerar o estudo de gêneros textuais no processo de construção de corpora. Os trabalhos apresentados focalizarão: (i) a definição de critérios para o emprego de peças teatrais na caracterização da expressão lingüística de um determinado período; (ii) a definição de critérios para estabelecer/descrever o referencial de formalidade na literatura epistolar de séculos passados; (iii) a relevância do estudo de cartas de leitoras de revistas femininas como fonte de dados não só para a investigação lingüística, mas também para outras áreas de pesquisa (Antropologia, Psicologia, História, Sociologia).

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press. 1972.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers. 1994.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### O uso de cartas das leitoras de revistas femininas como corpus: uma nova possibilidade para os estudos variacionistas

Talita de Cássia Marine

talita.marine@gmail.com  
Universidade Estadual Paulista

A escrita por muito tempo foi vista como uma manifestação da linguagem mais formal, estritamente ligada às normas ditadas pela Gramática Tradicional. Justamente por isso, os estudos de Variação e Mudança Lingüísticas norteados pela teoria e metodologia de Labov (1972, 1994) privilegiam o estudo da modalidade falada da língua, já que esta, em geral, é vista como mais informal, ou seja, menos preocupada com a norma padrão.

É bastante comum ainda hoje vermos tentativas de diferenciação entre textos falados e escritos tendendo a verdadeiras dicotomizações entre tais modalidades da língua, como se o “oral” e o “escrito” fossem dois opostos de realização de uma dada língua, como se pudessem ser simplesmente separados em dois blocos distintos: o da escrita, marcado pelo rebuscamento lingüístico, pela formalidade, e o da fala, pela despreocupação com as normas gramaticais e pela informalidade.

Mas será que essas características não acabam se mesclando de acordo com o gênero textual em que determinado texto se enquadra, independentemente deste ser escrito ou falado? É evidente que há características muito mais comuns em textos orais, assim como há outras que são típicas dos escritos. Isso é inquestionável. Todavia, certamente, as características entre essas duas modalidades da língua acabam por se misturar de acordo com o tipo de texto que é produzido. Inclusive, a esse respeito, Tannen (1982) afirma que as diferenças formais entre a fala e a escrita são o gênero e o registro do texto, e que estes possibilitam, muitas vezes, uma mistura das características próprias de cada uma de tais modalidades.

Chafe (1982), por exemplo, ao comparar dados de fala espontânea com prosa formal acadêmica, isto é, ao comparar dados extremos da língua, demonstra que embora possamos apontar alguns elementos como típicos da fala, tal como a *fragmentação* e o *envolvimento*, e outros como típicos da escrita - *integração* e *destacamento* -, essas características podem aparecer em ambas as modalidades dependendo do estilo da escrita e do estilo da fala.

Assim como Kress (1992), acreditamos que embora a fala e a escrita apresentem diferenças retóricas e conceituais, parece que a *percepção do escritor em relação à sua audiência* (mais formal / menos formal) é que determina as diferenças sintáticas formais das sentenças e sua estruturação em textos. Ou seja, a *percepção do escritor em relação aos seus leitores e a intenção de criar mais intimidade* é que vão determinar um grau maior ou menor de oralidade na escrita, independentemente de gênero e registro.

É importante salientarmos também que, segundo Pontes (1988), há uma grande necessidade de se diminuir o fosso entre a língua coloquial e a literária, pois, entre elas, existem muito mais semelhanças do que se pensa. Inclusive, essa autora, baseando-se em um estudo de Lakoff; Johnson (1980), ressalta que a língua coloquial é repleta de metáforas e que

a transposição das metáforas do dia-a-dia para a linguagem literária carrega consigo uma carga significativa de oralidade. Considerando-se todas essas questões, parece-nos evidente que as diferentes modalidades da língua, ao serem tratadas de maneira dicotômica, desprezando-se o riquíssimo *continuum* textual que existe entre a fala e a escrita e as suas diversas realizações segundo o gênero textual em que se enquadram, acabam por reduzir as possibilidades de uso de diferentes tipos de *corpus* em variados estudos acadêmicos, dos quais destacamos os de caráter sociolingüístico, já que estes privilegiam, como foi dito anteriormente, o *corpus* formado pela língua falada, recorrendo ao texto escrito apenas nos estudos diacrônicos ou de sincronias em épocas passadas.

Diante de todas essas questões, a proposta deste trabalho é discutir a pertinência do estudo dos gêneros textuais ao se escolher o *corpus* ao qual se servirá o pesquisador, apontando para o uso de um *corpus* formado por cartas de leitoras de revistas femininas. A escolha pelo trabalho com este tipo de material deve-se ao seu caráter *oral-escrito*, noção que iremos aprofundar em nossa discussão. Esse tipo de carta possui características bastante peculiares, pois embora preserve elementos estruturais “mais ou menos estáveis”, como estabelece Bakhtin (2002), concernentes ao gênero epistolar, apresenta uma informalidade de escrita e uma ligação com a oralidade tão marcada que acabam lhe conferindo um tom de entrega e de intimidade que, por vezes, só são conquistados nesse universo: o da escrita despreocupada do “como dizer”, mas sim, preocupada com “o que dizer”.

Além disso, cabe ressaltar que acreditamos também no uso de cartas das leitoras de revistas femininas como fonte riquíssima de análise científica não só para estudos sociolingüísticos, como também para aqueles que envolvem as mais diversas áreas das Ciências Humanas, como por exemplo, as Ciências Sociais, a Política, a Antropologia, a História e a Psicologia.

Por fim, é importante destacar que nos atentaremos, evidentemente, para os aspectos metodológicos envolvidos na construção deste tipo de *corpus*.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. *Spoken and written language: Exploring orality and literacy*, ed. by Deborah Tannen p. 35-53 Norwood. NJ: Ablex, 1982.

KRESS, G. *Structure of Discourse and Structure of Explanation*. University of London, 1992.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 1994. v. 1.

LAKOFF, G. E JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

PONTES, E. O “Continuum” língua oral e língua escrita: por uma nova concepção do ensino. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*. Campinas, (12):101-107, jul./dez. 1988.

TANNEN, D. The Oral/Literate Continuum in Discourse. In: Tannen, D. (Ed.) *Spoken and Written Language*. New Jersey: Ablex, 1982.



## Reprodução ou reconstrução da fala? - sobre a utilização de peças teatrais para o estudo da história da língua

Rosane de Andrade Berlinck

raberlin@terra.com.br  
Universidade Estadual Paulista

A discussão que pretendemos suscitar parte de uma pergunta que para muitos parecerá retórica, já que há consenso sobre a relação indireta que o texto literário mantém com o uso da linguagem em situações concretas de enunciação. A questão, no entanto, não é desprovida de validade, tendo em conta, por um lado, as dificuldades que o pesquisador encontra para recolher fontes para o estudo da língua em diferentes períodos e, por outro, o natural atrativo que traz o gênero teatral para esse tipo de investigação, na medida em que se estrutura sobre o diálogo. Nesse sentido, dentre as várias expressões literárias, sem dúvida o texto dramático é aquele que mais poderia revelar sobre o uso da língua em situação de interação.

O interesse nesse gênero textual como possível fonte de dados lingüísticos ganhou um novo significado no âmbito de uma visão da mudança lingüística como um conjunto de processos lentos, graduais, que podem ser detectados, não apenas em sua fase de completamento, mas em estágios iniciais e intermediários (WEINREICH, LABOV, HERZÖG, 1968; LABOV, 1972, 1994). Entende-se, nessa perspectiva, que a mudança decorre de um, por vezes longo, período de variação de formas, cuja alternância se associa a fatores tanto de natureza lingüística como extra-lingüística (social e situacional). Na medida em que tais processos se iniciam na língua falada, nas interações cotidianas e coloquiais dos falantes de uma mesma comunidade, a observação de uma fonte que representa esse tipo de interação, em períodos para os quais não se dispõe de dados concretos de fala, parece constituir um recurso inestimável.

A potencial riqueza de informações que textos dramáticos podem nos fornecer não nos dispensa, porém, de um olhar crítico e criterioso sobre a sua utilização para a análise de possíveis fenômenos de variação e mudança lingüística. Com esse objetivo, propomos uma reflexão a partir das conclusões obtidas por dois estudos: o primeiro se refere à análise de um fenômeno variável no português – a ordem sujeito-verbo – em três comédias de José de Alencar (*O Demônio Familiar*, *Verso e Reverso* e *O Crédito*); o segundo analisa duas peças produzidas no início do século XX (*Cala a boca, Eteelvina!* e *O simpático Jeremias*), buscando detectar marcas lingüísticas que reflitam a estrutura social do período. Um ponto comum entre os dois estudos é o fato de levarem em conta a natureza potencialmente ‘plurilingüe’ do texto e, em especial, do texto dramático (BAKHTIN 1997, 2003; FARACO 2003). Encontramos nessa característica um argumento favorável à utilização das peças teatrais como fonte de dados para o estudo da variação. Se esse tipo de texto é construído para representar várias vozes, a linguagem deveria ser empregada pelo autor de modo a definir os diversos personagens. Assim, existe uma possibilidade de se estabelecer uma relação pertinente entre as características não-lingüísticas de cada personagem – idade, sexo, ocupação, grau de escolaridade – e a expressão variável de aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais.

No primeiro dos estudos, comparam-se os resultados de uma análise que assume uma perspectiva polifônica para o texto dramático, computando os dados relativos à posição do sujeito também em função das características não-lingüísticas definidoras de cada personagem (Estudo B), com os resultados de um estudo anterior em que apenas uma comédia do mesmo autor foi analisada e em que os dados foram tratados de maneira homogênea (Estudo A). Um dos aspectos extra-lingüísticos focalizados foi o *tipo de relação entre os interlocutores*. Quando se restringe a análise aos dados obtidos nas falas que refletem uma relação “informal”, o contraste entre os dois estudos é bastante significativo: a frequência de posposição com sujeitos nominais verificada em (A) – 21% – passa a 14% e 9% em (B), dependendo da comédia analisada. Esse índice é ainda menor quando consideramos apenas a fala de um personagem – o escravo Pedro de *O Demônio Familiar*: apenas 5% de posposição. O contraste se mantém ao analisarmos a posição do sujeito em função do tipo de predicador: entre aqueles que comprovadamente constituem o contexto mais favorável à posposição – os verbos inacusativos –, temos 47% em (A), 38% e 25% em (B) e nenhum caso de posposição na fala de Pedro. Desse modo, a opção por um tratamento que leve em conta a multiplicidade de vozes que constitui o texto dramático revelou-se pertinente e capaz de fornecer um conjunto mais rico de informações sobre a variação do que se tem obtido da análise desse tipo de texto.

O segundo estudo – sobre peças do início do século XX – buscou identificar relações entre a sociedade da época e a linguagem empregada no texto dramático. Partiu-se de um questionamento já apontado por Preti, quanto ao possível grau de verossimilhança da fala dos personagens literários; ou a possibilidade de se falar em um *dialeto literário*, como propõe Azevedo (2003).

A análise das duas peças – *Cala a boca, Eteelvina!* e *O simpático Jeremias* – revela que ambas constituem registros importantes do contexto sócio-histórico do período em que foram produzidas. As situações descritas refletem questões como a presença de capital estrangeiro e a consolidação do capitalismo no país e o casamento por interesse, por exemplo. No que diz respeito à linguagem empregada, observamos, no entanto, que, na tentativa de reproduzir, de algum modo, a fala dos personagens, não há uma construção verossímil das diferenças. Para caracterizar os personagens populares (empregados domésticos), os autores utilizaram essencialmente gírias e termos populares. Ao contrário do que se poderia esperar, não se observam diferenças consistentes entre a fala desses personagens e aqueles da classe oposta quanto aos níveis gramaticais (morfologia, sintaxe). A fala de Manoel, um dos empregados de *Cala a boca, Eteelvina!*, quando se dirige a Eteelvina, sua namorada e também empregada na mesma casa, exemplifica o tratamento homogeneizador que o autor dá à linguagem dos personagens, optando por construções próprias de registros formais, em que se espera o emprego da norma culta:

MANOEL - E que tem isso? Ele pode desmanchar a casa, mas não desmancha o nosso casamento. Mesmo porque, *eu tenho agora em vista* uma chácara de flores lá no Meyer, que *há de dar para nos mantermos* depois de casados. Você não *precisará* mais ser criada de servir.

(Armando Gonzaga, *Cala a boca, Eteelvina!*)

Dos resultados específicos a que chegamos nos dois estudos, é possível concluir que a utilização de textos dramáticos como fonte de dados para o estudo da variação e da mudança lingüística deve ser precedida de um embasamento sobre



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

o contexto sócio-histórico em que o texto foi produzido, notadamente quanto à estrutura da sociedade da época. Esse cuidado metodológico, aliás, deve, no nosso entender, pautar qualquer estudo histórico da língua, qualquer que seja a natureza das fontes analisadas. Um outro ponto é a necessidade de se analisar a linguagem empregada nos textos respeitando seu caráter dialógico e potencialmente plurilíngüe ou pluridialeto. Assim orientada a pesquisa, e sem esquecer o papel do autor na construção/ representação de um contexto histórico e de sua linguagem, os textos do gênero dramático podem constituir uma fonte de dados para a análise da variação lingüística potencialmente mais rica do que se supôs até agora.

- AZEVEDO, M. *Vozes em branco e preto: A representação literária da fala não-padrão*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers. 1994.
- PRETI, D. *Sociolingüística: Os níveis da fala: um estudo sociolingüístico na literatura brasileira*. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (Ed.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press. 1968.

### A correspondência como corpus para pesquisas de variação e história lingüística: desafios metodológicos

Juliana Bertucci Barbosa

julianabertucci@yahoo.com.br  
Universidade Estadual Paulista

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo lingüista que estuda a mudança a longo prazo (diacronia) é a ausência de falantes da época passada. Isso obriga o investigador a recorrer a amostras da língua escrita e analisar documentos considerados representativos de um determinado período, partindo do pressuposto de que esses textos escritos registrem os primeiros passos de um processo de mudança ou de que dão testemunho de formas existentes em uma dada época (sincronia) e que desaparecem em outras (Cf. LABOV, 1994).

Um tipo de texto bastante rico – e complexo – que pode ser utilizado para a análise de fenômenos lingüísticos é o epistolar. A correspondência além de servir como meio de comunicação entre pessoas distantes, registra as memórias e as condições de vida (aspectos sociais) de uma época, servindo como fonte de estudos sócio-históricos e/ou lingüísticos (Cf. PORTELLI, 1989; GIBELLI, 2002; CASTILLO GÓMEZ,

2006; PETRUCCI, 2006). Outra característica peculiar da carta é o fato de o seu nível de formalidade poder variar do formal ao informal (ou até mesmo pessoal), dependendo da situação em que se encontra o emissor, e, principalmente, de quem será o seu destinatário.

Isso ocorre, pois cada carta tem uma motivação própria para ser escrita, embora possua, segundo Castillo Gómez (2006), uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: “*la complementariedad entre la ausencia y la presencia*” (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p. 29). Sendo assim, no texto epistolar, temos um efeito simultâneo de presença e ausência, em que, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar. Dessa forma, a carta busca sempre um interlocutor, chamando pela presença de uma pessoa ausente, preservando o vínculo, apesar da distância, e configurando um espaço através do qual o emissor se expressa e desenvolve sua identidade (o homem é um ser histórico-social). É como se, de certo modo, as cartas sempre incorporassem a presença de um leitor, de um destinatário, o que Guillén (1998, p. 190-191) tem chamado de “*interpersonalidad imaginada*” (interpessoalidade imaginada), ou seja, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor” (o emissor sempre pensa em quem será o seu OUTRO / remetente)

Essa noção de interação verbal, da influência da pessoa ausente na elaboração do de um discurso, assemelha-se com a de Bakhtin ([1929] 2004) sobre a presença do outro no discurso. Para esse autor, existe uma concepção do ser humano em que o outro desempenha um papel fundamental; para ele, o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro.

Sob esse ponto de vista, a carta é o lugar onde se encontram/conflitam as várias estratégias do autor/narrador e do receptor/leitor. Mas ao trabalhar esse precioso texto como *corpus*, como saber o que, em cartas mais antigas, compreendia-se, ou simplesmente se praticava, como informal? Como definir o grau de formalidade em textos escritos em sincronias passadas? Para os textos contemporâneos, não há tanto problema em perceber esses diferentes graus de formalidade, pois vivemos a mesma época e compartilhamos dos valores de nossas normas objetiva e subjetiva, no sentido coseriano, porém, não sabemos exatamente o que era ser “formal” no passado, muito menos se o que sentimos como formal, para eles, era informalidade.

Cabe ressaltar que partimos da concepção de que o ser humano faz uso da língua em quaisquer de suas atividades e, de acordo com seu interesse, intenção/finalidade, seus enunciados lingüísticos poderão se realizar de maneiras diferentes (Cf. BAKHTIN, 2000). Dessa forma, acreditamos também que a linguagem possui um caráter formal com aspectos subjetivos e histórico-sociais, e, enquanto discurso, ela é interação, além de ser um modo de produção social em que se articulam e defrontam agentes coletivos.

Resta-nos, então, elaborar estratégias para diminuir o problema, como por exemplo, verificar e analisar para quem ela foi escrita, pois, como mencionado, a presença de um destinatário certamente condiciona o emissor da carta no momento da sua produção. Quando aquele que escreve escolhe aquele para quem escreve, vai modular o seu discurso de acordo com essa escolha. É obvio que a escolha de seu destinatário não é arbitrária, o emissor tem suas razões para escrever para aquele determinado destinatário. A influência do “outro” nas correspondências do século XVI no Brasil, por exemplo, pode ser percebida pela escolha das formas de



tratamentos encontradas nas cartas (*Vossa Reverendíssima*, “*Padres, irmãos e caríssimos*” ou “*caríssimos Irmãos meus*”; *Vossa Mercê*, etc).

O estudo desses pronomes e expressões de tratamento nos auxilia na avaliação do grau de formalidade das cartas estudadas. Em uma carta, os pronomes de tratamento são palavras que exprimem o grau de distanciamento e a subordinação em que uma pessoa voluntariamente se põe em relação a outra, a fim de agradá-la e ensinar um bom relacionamento.

Portanto, nessa comunicação, discutiremos esses desafios metodológicos encontrados pelos que se ocupam da análise de cartas reunidas em *corpora* para fins de estudos de história/variação lingüística, além de abordarmos alguns critérios para se estabelecer/descrever um referencial para o grau de formalismo em sincronias passadas e a importância de se construir um *corpus* levando-se em consideração a questão de gênero textual.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. [1929]. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GIBELLI, A. Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (Org.). *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 189-223.

GUILLÉN, C. L. *Escritura feliz: literatura y epistolaridad. Múltiples moradas*. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

PETRUCCI, A. *Escritura y epistolografía. Cultura escrita e sociedad*. No 2. Gijón: Ediciones TREA, 2006.

PORTELLI, A. *Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. Historia y fuente oral: historia oral?*. no 1. 1989, p. 02-33.

## Estudos do léxico do português arcaico

A sessão de comunicação coordenada *Estudos do léxico do português arcaico* congrega trabalhos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, na área de Linguística Histórica. As comunicações ora apresentadas se inserem no contexto das investigações acerca da língua portuguesa do período arcaico, compreendendo os séculos XIII a XVI, a partir de um corpus representativo da época medieval, incluindo textos literários e não literários, em prosa e em verso. Os estudos – *Contribuições para a descrição do paradigma semântico-morfolexical do português arcaico; O campo semântico ‘profissionais da saúde’ no português arcaico: algumas reflexões* e *Sobre a elaboração de um pequeno dicionário de formas compostas do português arcaico* – centram-se no âmbito da semântica lexical e da lexicografia, apresentando resultados parciais ou finais das pesquisas de doutoramento realizadas por suas respectivas autoras – Juliana Soledade Barbosa Coelho; Aurelina Ariadne Domingues Almeida e Antonia Vieira dos Santos –, no plano da tradição dos estudos históricos, desenvolvidos no referido programa de Pós-Graduação.

## Contribuições para a descrição do paradigma semântico-morfolexical do português arcaico

Juliana Soledade Barbosa Coelho

julisoledade@hotmail.com  
Universidade Federal da Bahia

O estudo que apresentaremos neste encontro é resultante de uma pesquisa de doutoramento, com tese defendida em 2004, intitulada: *Semântica morfolexical – Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. Dentro de uma perspectiva descritivo-diacrônica, pretendemos, neste trabalho, lançar mão de teorias morfológicas contemporâneas para descrever, ainda que de forma parcial, a configuração de um quadro morfológico sufixal do português arcaico. Estabelecida e legitimada a tradição de teorias que investigam a língua sob o seu aspecto sincrônico, questões relativas a aspectos históricos começaram a ser levantadas a partir de resultados de investigações sincrônicas, evidenciando que o estágio atual de uma língua é fruto de um processo temporal e de uma contextualização histórica. O estudo da derivação sufixal numa perspectiva histórica é, ainda, incipiente e nosso objetivo é lançar um olhar sobre a configuração do paradigma sufixal nominal da língua portuguesa no período arcaico, delimitado tradicionalmente entre os séculos XIII e XVI, a fim de que possamos, com dados do passado, contribuir para iluminar o presente, como sugere Labov. Contudo, o objetivo central deste trabalho não é o estudo das mudanças lingüísticas e suas causas na história dos sufixos nominais na língua portuguesa arcaica, como a referência aos estudos labovianos poderia sugerir. Nosso intento é a descrição dos aspectos semânticos morfolexicais do português arcaico, a partir de dados coletados em textos datados entre os séculos XIII e XVI. A opção pelo modelo descritivo foi motivada em grande parte pela falta de referencial teórico no que tange ao estudo histórico dos componentes morfolexicais. No entanto, não nos prendemos a uma descrição desprovida de reflexão, uma vez que, ao tratar dos aspectos semânticos envolvidos na configuração do paradigma morfolexical do português arcaico, nos arvoramos por teorias semânticas que fossem capazes de colaborar na compreensão da organização paradigmática de nossos dados. Centraremos-nos, especificamente, nas relações semânticas que alguns sufixos estabelecem entre si, introduzindo os conceitos de *sinmorfismo*, *polissemia* e *homomorfismo* aplicados aos sufixos do português arcaico, e ainda apresentaremos o levantamento de formas duplas ou *doublets* detectadas no *corpus*, bem como o levantamento de algumas palavras que apontam para a substituição de sufixos, comparando-se os dados do português arcaico e do português contemporâneo. Dessa forma, desenvolvemos uma prévia descrição dos sufixos que compõem o paradigma morfolexical nominal do português arcaico, em sua primeira e segunda fase. Nesse trabalho de pesquisa, entrecruzamos, pois, investigações teóricas e práticas. Teóricas no que diz respeito ao estabelecimento dos parâmetros que embasaram a análise do *corpus*. Práticas no que tange à observação dos processos sufixais na formação do léxico da língua portuguesa no período arcaico, objetivando, através de um *corpus* representativo do referido período, apreender o caráter funcional



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

e semântico desses morfemas e suas implicações no âmbito vocabular. A sufixação é um tema que vem atraindo bastante a atenção de lingüistas contemporâneos, que preceituam uma revisão dos estudos realizados, não apenas no que se refere a estudos diacrônicos, empreendidos sobretudo pelas gramáticas históricas, mas também no que tange aos estudos sincrônicos no âmbito da lingüística moderna. “A história da sufixação, prefixação e composição portuguesa está por escrever”, disse Carolina M. de Vasconcelos, por volta de 1911, e essa afirmativa parece ser válida até hoje, como vemos nessa colocação de Mattos e Silva: “um estudo sistemático dos processos derivacionais no período arcaico espera um autor” (1993, p. 20). Longe de nós a pretensão de escrever a história da derivação e composição na língua portuguesa. Vale-nos a tentativa de ultrapassar as fronteiras alcançadas pelas gramáticas históricas, que se têm fixado, sobretudo, nos aspectos etimológicos e descritivos quanto a mudanças lingüísticas, e das gramáticas normativas que se restringem apenas a sufixos e prefixos produtivos, e de, ao menos, tratar o assunto com certa extensão e intensidade, como outrora solicitou Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1911-12, p. 45).

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995<sup>a</sup>.

LABOV, William. *Principles of language change*. v. I. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LYONS, John. *Semântica estrutural*. Lisboa: Presença; Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1963.

MAIA, M. Clarinda. *História do galego-português: estado lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: I.N.I.C., 1986.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O Português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.

RIO-TORTO, Graça Maria. *Morfologia derivacional – Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998.

SCHENDL, Herbert. *Historical linguistics*. New York: Oxford University Press, 2001.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization – prototypes in linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

VASCONCELOS, Carolina M. de. *Lições de filologia portuguesa; seguidas das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Dinalivro, 1911-12.

WEINREICH, V. LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical foundations for a Theory of language. In: LEHMAN, W. P. e MALKIEL, Y. (Eds). *Directions for historical linguistics*. Austin & London : University of Texas Press, 1968. p. 95-188.

### Sobre a elaboração de um pequeno dicionário de formas compostas do português arcaico

Antônia Vieira dos Santos

toniavieira@gmail.com  
Universidade Federal da Bahia

Este trabalho se insere no âmbito dos estudos lexicográficos e lexicológicos e tem como objetivo dar notícia sobre a elaboração de um pequeno dicionário de formas compostas do português arcaico, que tem como base a pesquisa de doutoramento desenvolvida pela autora, na Universidade Federal da Bahia, sobre os processos de composição nesse

período histórico da língua. Trata-se, de fato, de um *pequeno* dicionário, pois não há a pretensão de ser exaustivo, haja vista que o registro das formas compostas está restrito à seleção realizada no *corpus* escolhido para a pesquisa sobre o tema. É importante apontar que o *corpus* foi estabelecido de acordo com os seguintes critérios: 1) fidedignidade e confiabilidade das edições, impressas e/ou digitalizadas; 2) representatividade de vários momentos do português arcaico, ou seja, foram selecionados textos compreendidos entre inícios do século XIII e as primeiras décadas do século XVI; 3) diversidade dos textos de acordo com uma classificação tipológica da documentação remanescente: textos de caráter poético, de caráter literário e de caráter não-literário. Como algumas fontes auxiliares do nosso estudo, foram utilizados os glossários que acompanham a edição de cada texto e dicionários etimológicos. A primeira etapa do trabalho consistiu na recolha e na informatização dos materiais lingüísticos, ou seja, das palavras compostas e de seus contextos de ocorrência, referentes aos textos cuja redação se atribui ao século XIII. A partir desses dados preliminares, relativos ao século XIII, restringiu-se o objeto de estudo da tese aos compostos nominais do tipo *substantivo + substantivo*, *substantivo + adjetivo*, *adjetivo + substantivo*, *substantivo + preposição + substantivo* e *verbo + substantivo*. Do ponto de vista lexicográfico, as formas compostas não têm, como se sabe, merecido destaque nos dicionários de língua portuguesa, em que figuram, quase sistematicamente, como sublema e não como lema principal, o que compromete sensivelmente a celeridade na consulta. Isso é notório no caso de unidades plurilexicais escritas separadamente, como em *frase feita*, *faixa preta*, *amigo secreto*, *hora extra* etc. Por outro lado, não representa problema, na tradição lexicográfica, o registro, como lema, de formas como *aguardente*, *girassol*, *madressilva*, *viandante* etc., ou, ainda, de formas unidas por hífen, como *pé-de-moleque*, *pão-de-ló*, *guarda-roupa*, *água-benta* etc. Os lexicógrafos, de uma maneira geral, parecem marcar, com o uso do hífen, uma divisão entre formas inteiramente lexicalizadas – no caso, os compostos – e formas em transição, não sentidas ainda como compostas. No caso específico de textos pertencentes a fases pretéritas da língua, esse critério ortográfico não se justifica, uma vez que se trata de um período de grande instabilidade gráfica, sem uma norma ortográfica vigente. Na elaboração desse pequeno dicionário de formas compostas, serão estabelecidos, portanto, critérios para a eleição e o registro dos lemas. Ademais, a eleição e o registro de elementos compostos em dicionários estiveram sempre sujeitos à experiência de seus autores – adquirida no trabalho de leitura de textos medievais –, sem o suporte dos programas informáticos que a Lexicografia moderna hoje disponibiliza, para o trabalho de medição de frequências de colocações. Dessa forma, a elaboração de um pequeno dicionário de palavras compostas, a partir de um *corpus* diversificado e representativo do período arcaico da língua portuguesa, visa, além de auxiliar o estudioso da área nas suas pesquisas, funcionando como fonte para a interpretação de textos de vários períodos no desenvolvimento da língua, apresentar, com o uso de recursos informáticos, novas formas compostas que teriam sido utilizadas na Idade Média portuguesa – devidamente registradas como lema principal, conquanto sistematicamente remissivo –, além de contribuir com o projeto DEPARC – *Dicionário Etimológico do Português Arcaico*, desenvolvido no âmbito do PROHPOR – *Programa para a História da Língua Portuguesa*, grupo de pesquisa do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal





da Bahia

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Unesp, 2003.

HAENSCH, G. et al. *La lexicografía*. Madri: Gredos, 1986.

MATEUS, Maria Helena Mira. Elaboração de glossários: problemas, métodos e técnicas. In: PEREIRA, Cilene; PEREIRA, Paulo Roberto (Orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 289-298.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2001.

STERKENBURG, P. van (Ed.). *A Practical Guide to Lexicography*. Philadelphia: John Benjamins, 2003.

## O campo semântico “profissionais da saúde” no português arcaico: algumas reflexões

Aurelina Ariadne Domingues Almeida

ariadnealmeida@uol.com.br

Universidade Federal da Bahia

O estudo que ora se apresenta é um recorte feito no universo da Tese de Doutorado, que se desenvolve na Universidade Federal da Bahia, cujo cerne é a análise do campo semântico *trabalhador*, no português arcaico. Neste encontro, pretende-se examinar uma parcela desse campo, a saber: o subsistema *profissionais da saúde*. A pesquisa enfoca, portanto, o conteúdo das lexias relativas ao subsistema estudado no discurso literário ou não, em um período delimitado no tempo, compreendendo os séculos XIII e XIV. Como os textos medievais portugueses não foram muito estudados do ponto de vista semântico, o trabalho se justifica porque poderá colaborar para o conhecimento de tal subsistema, ainda que parcialmente. Afinal, o legado herdado pela posteridade é fragmentário; os textos escritos remanescentes não dão conta da diversidade existente na oralidade e, finalmente, os trabalhos realizados são sempre feitos por amostragem, de forma que os resultados, de certo modo, serão parciais. Mas, se por um lado conteúdos de signos medievais se perderam, por outro lado a pesquisa oferece uma visão do campo embasada em textos da época, portanto, em testemunhos que revelam conteúdos de signos usados pelos falantes do português em parte de sua fase dita arcaica. Deve-se assinalar que a realização dessa pesquisa foi motivada pela leitura das cantigas satíricas medievais, uma vez que chama a atenção do leitor o emprego de diferentes lexias que se ligam devido ao conteúdo arquissemêmico do campo *profissionais da saúde*; outras leituras, inclusive, também deram testemunho da existência do campo, ora em destaque no período medieval do português. Diante de tal quadro, para a delimitação do *corpus*, consideraram-se, além do cancionero satírico, documentos notariais e o texto doutrinário *Orto do Esposo*, respectivamente editados por Manuel Rodrigues Lapa (1995), Clarinda Maia (1986) e Bertil Maler (1956). Ressalta-se que essa tríade, formada por parte da documentação poética, da prosa não literária e da prosa literária, favorece uma visão mais completa dos usos dos conteúdos dos signos no português em tempos medievais. Deve-se destacar, ainda, que os pressupostos

teóricos e metodológicos da lexicologia/semântica léxica, em especial as diretrizes dadas por Bernard Pottier (1977; 1968), A. J. Greimas (1966) e Eugénio Coseriu (1991), constituíram os princípios que nortearam a realização deste estudo. Além de tais obras, levaram-se em consideração os estudos de Ramón Trujillo (1970) e as diversas aplicações da teoria da semântica lexical à análise dos diferentes campos, como os estudos de Herrera Castillo (2001) e González Aranda (1998). No que concerne à análise do campo, informa-se que os conteúdos dos signos, a exemplo de *físico*, *boticário*, *enfermeiro*, *mege*, *sangrador*, foram examinados, considerando-se as suas relações paradigmáticas, de modo que se estudam as conjunções e disjunções que estabelecem entre si. Destarte, foram apreendidos e esquadrinhados os semas de cada semema dos signos constituintes do campo, verificando-se, por conseguinte, o(s) arquissemema(s) e o(s) sema(s) específico(s). Posteriormente se realizou um exame de todo o paradigma, a fim de se obter uma visão em conjunto de seu funcionamento. Com a análise do subsistema *profissionais da saúde*, a partir de textos medievais portugueses, além de se conhecer parte desse micro-sistema semântico, pôde-se proceder a reflexões acerca do paradigma *trabalhador* na língua portuguesa arcaica, já que se estabelecem, afora as disjunções, as relações conjuntivas e inclusivas entre eles. Destaca-se que este estudo se caracteriza por ser uma reflexão acerca de uma possibilidade de descrição e interpretação do conteúdo de unidades léxicas de um determinado subsistema, assim sendo, demonstra uma linha de raciocínio, que, certamente, pode ser divergente de outras. Por isso, intenta-se, com este estudo, unicamente, oferecer uma interpretação de uma parcela do conteúdo de um paradigma que se expressa na documentação analisada.

COSERIU, Eugenio. *Principios de semántica estructural*. 2. ed. Vers. esp. Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1991.

GONZALÉZ ARANDA, Yolanda. *Forma y estructura de un campo semántico: a propósito de la sustancia de contenido 'moverse' en español*. Almería: Servicio de Publicaciones Almería, 1998.

GREIMAS, A. J. *Semántica estructural: pesquisa de método*. 2. ed. Trad. Haquira Osakabe; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1966.

HERRERA CASTILLO, M<sup>a</sup> Teresa. *El campo léxico 'recordar' en el español y portugués medieval y clásico*. La Laguna: Servicio de Publicaciones de la Universidad de La Laguna, 2001.

LAPA, M. Rodrigues. *Cantigas d'escarnio e de mal dizer – dos cancioneros medievais galego-portugueses*. Coimbra: Galáxia, 1965.

MAIA, M. Clarinda. *História do galego-português: estado lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: I.N.I.C., 1986.

MALER, Bertil. *Orto do esposo*. v. III (glossário). Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1964.

POTTIER, Bernard. Hacia una semántica moderna. In: *Lingüística moderna y filología hispánica*. vers. esp. Martín Blanco Álvarez. Madrid: Gredos, 1968.

POTTIER, Bernard. A definição semântica nos dicionários. Trad. Maria Ângela Botelho Pereira. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

TRUJILLO, Ramón. *El campo semántico de la valoración intelectual en español*. La Laguna: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de La Laguna, 1970.



### A língua portuguesa na Bahia no século XIX: a escrita de negros e a questão da escolarização

Esta sessão coordenada objetiva apresentar trabalhos relativos à sócio-história do português brasileiro, focalizando-a em Salvador, Bahia, no século XIX. Dois dos trabalhos tomam como objeto de observação Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos, associação de ex-escravos de Salvador, Bahia. Esses textos são analisados tendo em vista dois aspectos variáveis do português: o uso de relativos e a concordância verbal. O terceiro trabalho centra-se no processo histórico da escolarização em Salvador, no mesmo século. O século XIX evidencia-se como um período relevante na história do Brasil, na constituição de sua identidade, e considerando-se a abolição da escravatura e a conseqüente integração dos negros forros à sociedade produtiva. Os negros desempenham papel relevante, não apenas na movimentação da economia, assumindo fazeres das classes menos abastardas, mas na difusão do português por eles usado. Tomando-se como base que a explicação da formação do português brasileiro deve ser encontrada no século XIX, considera-se que esta sessão vai abordar aspectos fundamentais que muito contribuirão para aprofundar a discussão dessa temática.

### A variação da concordância verbal em afro-descendentes em Salvador no século XIX

Norma da Silva Lopes

norma-lobes@uol.com.br  
Universidade do Estado da Bahia

O presente estudo examina dados provenientes de textos escritos por ex-escravos de uma irmandade negra, de Salvador, Bahia, na primeira metade do século XIX e é realizado dentro da tradição das análises variacionistas. Desenvolvendo o tema da variação da concordância verbal, explorado no Brasil durante os últimos 20 anos, a pesquisa busca indícios do perfil inicial do português aprendido pelos negros em Salvador, concentrando-se na avaliação do condicionamento da variação por fatores morfológicos e morfossintáticos. Os dados considerados aqui provêm do arquivo da Associação da Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos, em Salvador. São minutas de reuniões dessa associação, registradas durante o século XIX, aqui utilizada a edição semi-diplomática de Oliveira (2006). Constituem, portanto, essas minutas, dois conjuntos: textos escritos por ex-escravos africanos, e aqueles escritos por ex-escravos brasileiros (ou seja, crioulos). Desses textos, foram isoladas todas as sentenças com sujeitos plurais, correspondentes à terceira pessoa (P6) para a análise da concordância verbal. Além do pequeno número de dados a serem tratados, existe uma série de limitações no que concerne a esse material. Por um lado, estamos ante materiais escritos. São dados que só de uma maneira indireta vão representar a competência plena do autor. Regra geral, pode-se afirmar que qualquer variação existente em dados escritos indicará tendências mais radicais na fala. Isto se aplica tanto a L1 quanto a

L2 (LABOV, 1994). Nesse sentido, é importante lembrar que os dados escritos considerados aqui provêm de um estilo muito formal, resultante de revisões lingüísticas dos autores: a linguagem da minuta de reunião e, por serem atas, a linguagem utilizada é revestida de fórmulas específicas. Portanto, seria natural que este contexto-estilo levasse a um reforço da concordância, pois os dados aqui considerados representariam um dos seus estilos mais cuidados.

Não se sabe quais os contextos em que esses falantes adquiriram o português. Para os brasileiros (crioulos), ignora-se se são de primeira geração ou não. No caso dos africanos, incide toda uma série de fatores que vão afetar a natureza do português L2. Não se sabe, também, com que idade começaram a aprender o português, mas sabe-se que, na maioria dos casos, o escravo africano aprendeu o português quando adulto. Primeiro, é bem conhecida a dificuldade do adulto para adquirir a morfologia flexional da língua alvo – um fato relacionado com as condições psicolinguísticas do aprendiz adulto: limitações sobre a decodificação e segmentação dos morfemas (DEGRAFF, 1999). Segundo, o aprendiz adulto vai demonstrar alguma influência por parte da língua L1. Terceiro, o adulto vai também demonstrar inovações: usos que não se devem nem à língua L1 nem à língua alvo. São tendências que vão variar de adulto para adulto a depender da natureza do contexto de aprendizagem e do grau de contato com determinadas variedades da língua alvo. Supõe-se que este seja o caso dos africanos envolvidos nesta pesquisa. Isso tem várias implicações para o processo de aquisição de L2 e para a qualidade de português L2 que se desenvolve (BAXTER, 1995; LUCCHESI, 2003).

O fenômeno da variação da concordância verbal no português brasileiro já foi estudado por diversos pesquisadores, sendo os principais Anthony Naro e Maria Marta Scherre, que utilizaram dados do Programa da Estudos do Uso da Língua, o PEUL, e do Corpus Censo, do Rio de Janeiro. Para as finalidades do presente trabalho, a discussão se concentra nos seguintes fatores: o efeito da saliência, e a questão da posição do sujeito dentro do SN. No nível extralingüístico, o estudo contempla a variação desde a perspectiva dos fatores  $\{crioulo\}$  e  $\{africano\}$ , no intuito de esclarecer as possíveis fontes da variação. Este trabalho também confronta o resultado da análise com os achados de estudos atuais da variação da concordância verbal (de fins do século XX) de diferentes autores.

BAXTER, Alan N. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras. In: *Revista internacional da língua portuguesa*. N. 14. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. dezembro, 1995.

DEGRAFF, Michel (Ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony and development*. Cambridge: The MIT Press, 1999.

LUCCHESI, D. O conceito de “transmissão lingüística irregular” e o processo de formação do português brasileiro. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro; contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2006.



## Uso de relativos na escrita de afro-descendentes no século XIX em Salvador

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

emiliahelena.pm@terra.com.br  
Universidade Federal da Bahia

A atual pesquisa tem como objetivo verificar as realizações do *que* – especialmente do *que* multifuncional com cópia pronominal – e demais relativos. Em trabalho anterior, observou-se o uso de relativos, principalmente o *que*, em 55 Atas escritas por africanos forros da Sociedade Protetora dos Desvalidos, em Salvador-Ba, no século XIX, publicados em Oliveira (2003). Constituem o acervo documentos escritos por africanos e por brasileiros afro-descendentes (ou crioulos, filhos dos africanos), a partir da edição semi-diplomática de Oliveira (2006). Algumas características levantadas por Oliveira (2003) sobre esses africanos e sobre a questão do letramento são bastante reveladoras da constituição dessa irmandade em particular. As informações dadas evidenciam que a origem do letramento desses africanos não é totalmente esclarecida, devido à própria situação político-social que predominou no Brasil colonial de regime escravocrata. Os escravos não tinham chances de se alfabetizarem, até pelo menos a abolição da escravatura. As chances de letramento estariam mais acessíveis aos forros, e, mesmo assim, aos homens. Pode-se pressupor que a situação dos afro-descendentes, em relação à escolarização, não deveria ser muito diferente dos escravos alforriados, considerando-se a estratificação social e a dificuldade de acesso à educação, dirigida, especialmente, às pessoas das classes mais abastadas.

O presente trabalho volta-se para as Atas dos brasileiros descendentes de africanos, buscando-se, a partir dos dados, estabelecer uma comparação com os resultados obtidos na pesquisa anterior. Tem-se, como hipótese, que as realizações não devem divergir das encontradas nas escritas por africanos. Ademais, os resultados comparativos devem evidenciar traços do português geral brasileiro, no dizer de Mattos e Silva (2001), quanto ao uso de relativos, em especial o *que*. Nas Atas escritas por africanos, procurou-se identificar a realização da cláusula relativa com *que* multifuncional e com cópia pronominal, um dos traços morfosintáticos não-padrão levantados por Baxter (1995), como existentes em dialetos rurais brasileiros e que encontram paralelo nas línguas crioulas. No debate sobre a constituição histórica do português do Brasil, especialmente do português popular, existem várias hipóteses, sendo a sustentada por Baxter (1995) e Lucchesi (1999, 2003) a de que o contato de línguas, no Brasil, sobretudo com as africanas, favoreceu variedades do português, principalmente no setor rural, o que vai se caracterizar por uma transmissão lingüística irregular, e nos quais surgem reestruturações crioulizantes.

As Atas de autoria de africanos foram escritas entre 1832 e 1842. Sendo o português para esses africanos um modelo de L2, embora fossem alfabetizados e vivessem na área urbana, haveria a possibilidade de serem identificados traços não-padrão, especificamente a realização da cláusula relativa com *que* resumptivo. Essa realização do *que* foi estudada por Tarallo (1986), que a identificou, concorrendo com a relativa cortadora, uma das mudanças ocorridas no português do Brasil, entre o final do século XIX e o século XX.

Os resultados obtidos da observação das Atas escritas por africanos demonstram maior uso do *que* relativo padrão, exemplo: [...] *quatro, a Comissão Reonida, finalizarão / o seos trabalho para o que famos nomi- / ados, e para constar mandou o Prezidente [...]* (GMB – D02); e menor uso do não-padrão, incluindo a relativa cortadora. Exemplo: *O Comprimento que manda a Leis por falta / do Mezario Adreminitador [...]* (MVS – D02). Não há casos de estrutura do *que* com cópia pronominal. Quanto aos outros relativos, há ocorrências de *qual, quem, cujo, onde* e sua variante *aonde*.

Os resultados desta pesquisa deverão contribuir para os estudos do português do Brasil, especialmente considerando-se que os dados serão confrontados com os obtidos nas Atas escritas por africanos. Até que ponto a escolarização inibe traços de um falante de modelo de L2 e de seus descendentes, e até que ponto observam-se traços proeminentes de uma “nova” gramática do português, segundo observação de Tarallo (1996).

BAXTER, Alan N. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras. In: *Revista internacional da língua portuguesa*. N. 14. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, dezembro, 1995.

LUCCHESI, D. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A cor das Letras*, Feira de Santana, no. 3, edição especial. 1999.

LUCCHESI, D. O conceito de “transmissão lingüística irregular” e o processo de formação do português brasileiro. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro; contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: *Para a história do português brasileiro*. Vol II- *Primeiros Estudos*, p. 275-301, 2001.

OLIVEIRA, Klebson. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* Dissertação de Mestrado. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2003.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2006.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira; o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I; KATO, M. *Português brasileiro; uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção Repertórios).

## Escolarização na Bahia no século XIX e a constituição histórica do português

Noemi Pereira de Santana

santanoemi67@gmail.com  
Universidade Federal da Bahia

Fruto de fatores históricos e sociais, a realidade lingüística brasileira apresenta-se, segundo Lucchesi (2002), plural e polarizada em dois sistemas que se configuram em norma culta e norma vernácula ou popular – a primeira adquirida



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

pela sistematização da escola; a segunda, pela oralidade num processo de “transmissão lingüística irregular”. No contexto da contemporaneidade brasileira, pesquisas sociolingüísticas revelam que entre os dois pólos perpassa um *continuum* dialetal. Até o século XIX, entretanto, as duas normas eram bem distintas, sendo a norma culta usada apenas por ínfima parcela de falantes que possuía educação superior (MATTOE SILVA, 2004). Dados revelam que, nesse período, por um lado, se configurava uma norma próxima ao português europeu (PAGOTTO, 1998), e por outro lado, usos lingüísticos recorrentes demonstravam um distanciamento da gramática desse português europeu (TARALLO, 1996), o que expressa, segundo Lucchesi (2002), faces de uma mesma realidade.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que, na busca por uma nacionalidade brasileira, fixou-se uma norma lingüística culta baseada no padrão do português europeu (PAGOTTO, 1998; MATTOE SILVA, 2004). E foi na segunda metade do século XIX também que se direcionou o olhar para o papel da escola, como canal de formação de cidadãos capazes de seguir o ideário republicano, nele contido o domínio da leitura e da escrita. Em decorrência, entretanto, do acesso restrito das pessoas ao sistema educacional, inclusive por proibição explícita, uma parcela da população encontrou outros meios para o aprendizado da leitura e da escrita. Dessa forma, fora da escola e sem acesso a meios de comunicação, falantes brasileiros foram adquirindo fala e escrita distante de um sistema coercitivo padrão, e por isso, até o final do século XIX, houve um vácuo entre a fala da elite e a fala popular.

De acordo com Nunes (2001), na primeira constituição do Brasil independente, promulgada em 1824, estabeleceu-se a gratuidade de ensino a todos os cidadãos, ainda assim, em 1872, o índice de analfabetismo no Brasil era de 84,2% e na Bahia, 81,9%. Quando se proclamou a República, cuja implantação se baseou nos ideais iluministas em relação à universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino, significando o acesso de todos à escola, o índice relativo a analfabetos na Bahia crescera para 91,3%, e o ensino continuou limitado a uma pequena parcela da população. O censo de 1890 informa que apenas 15,3% da população em idade escolar estavam na escola.

A maioria dos libertos e livres permaneceu à margem desse processo. Segundo Nunes (2001), o governo se eximiu da responsabilidade sobre essa população, deixando-a a cargo das escolas particulares. Poucas escolas, entretanto, promoveram cursos direcionados para esse público. Para contemplar a população adulta que não teve oportunidade de frequentar a escola na idade adequada, a partir de 1873, foram criadas as escolas noturnas, porém, em conseqüência da inadequação da estrutura e dos métodos de ensino, tiveram, aos poucos, seu público evadido. Assim, distante do contato com a padronização da língua via escola, tanto da fala quanto da escrita, de que forma puderam esses falantes adquirir uma norma distante do seu cotidiano, de sua realidade?

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar de que forma o processo de escolarização na Bahia, ao longo do século XIX, interferiu na constituição da norma culta do português brasileiro, considerando, por um lado, a escola como instituição difusora da padronização da língua, e por outro, o número de indivíduos que a ela teve acesso, e, atentando para este aspecto, identificar, também, as vias encontradas pelos indivíduos excluídos – principalmente os escravos e libertos – para adquirir certo grau de letramento. Para desvelar o fenômeno proposto, é necessário considerar o arcabouço teórico da sociolingüística, que considera o fator

escolaridade como relevante para a configuração da norma culta, bem como as reflexões sobre história da educação na Bahia, especificamente sobre o ensino de língua portuguesa. Através das relações entre os diferentes documentos, é possível também entender as idéias e as práticas fomentadas no período.

Para tanto, são utilizados como fontes os Relatórios de Diretores da Instrução Pública da Bahia no século XIX, os censos realizados a partir da segunda metade do século, os materiais didáticos produzidos e usados nesse período, bem como pesquisas históricas sobre a educação na Bahia.

LUCCHESI, D. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. P. 63-92. (Coleção Humanística).

LUCCHESI, D. O conceito de “transmissão lingüística irregular” e o processo de formação do português brasileiro. In: RONCARATI, C. E ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro*; contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 letras.

MATTOE SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Linguagem).

NUNES, Antonietta de Aguiar. (2001a). A Tentativa de universalização do Ensino Básico na Bahia com a Proclamação da República. *Revista da Faced*, n. 5, Salvador: EDUFBA.

PAGOTTO, E. G. “Norma e Condescendência; ciência e pureza”. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. São Paulo: Pontes Editores. Jul-dez, 1998, n° 2.

TARALLO, F. “Diagnosticando uma gramática brasileira; o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX”. In: ROBERTS, I & KATO, M. *Português brasileiro*; uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1996. (Coleção Repertórios).

### 3.5.2 Comunicações Individuais

#### Possíveis justificativas para o emprego do não como prefixo

*Lucas Santos Campos*

lusanpos@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A pesquisa intitulada, “A trajetória de gramaticalização dos prefixos na história da língua portuguesa”, respaldada no referencial teórico do Funcionalismo lingüístico, vem sendo desenvolvida no Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, contando com o apoio do PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa, através do projeto GRAM – Aspectos da Gramaticalização na História do Português. Voltados a princípio para os prefixos de negação, os trabalhos tiveram início no ano 1999, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, tendo resultado, em 2001, na dissertação de mestrado, intitulada *A gramaticalização do “não” como prefixo no português brasileiro contemporâneo* e, em 2004 na tese de doutoramento, intitulada *A negação prefixal na história da língua portuguesa*. Os trabalhos têm sua



continuidade justificada por pretender contribuir para o levantamento de mais um aspecto da constituição histórica da língua portuguesa, a evolução das formas prefixais, fornecendo não somente aos estudantes e profissionais de Letras, como também a outras pessoas interessadas na área uma visão dos aspectos morfo-lexicais e semânticos da língua portuguesa, no campo da prefixação no decorrer da sua história. A dissertação intitulada “A gramaticalização do *não* como prefixo no português brasileiro contemporâneo”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFBA, no ano 2001, resultou da observação, em um *corpus* constituído por um jornal de grande porte no estado da Bahia, o jornal “A Tarde”, do emprego dessa palavra em construções do tipo: *não-índio*, *não-violência*, *não-pagamento*, *não-aceitação*. De acordo com a Gramática Tradicional, o *não* é classificado como advérbio com sentido negativo, com esse escopo, ele possui o estatuto de modificar essencialmente as formas verbais e, acidentalmente formas adjetivais. Junto a substantivos, evidenciamos que ele, o “*não*”, apresenta-se recategorizado como prefixo. A tese de doutoramento intitulada “A negação prefixal na história da língua portuguesa”, defendida no ano de 2004, representou um passo de continuidade desses estudos de investigação científica. Nessa etapa, pesquisamos de que modo os elementos, hoje, cristalizados como prefixos tradicionais de negação: *a-*, *des-*, e *in-*, atuavam no português arcaico e buscamos detectar as primeiras ocorrências do emprego do *não-* como prefixo, na língua portuguesa. Na ocasião, em um *corpus* constituído de dez obras em prosa do período arcaico, foram recolhidas e analisadas, 170 formas portadoras de prefixo de negação. Dentre essas 170 formas, verificou-se que: (a) 12 caíram em desuso; (b) 14 foram substituídas por outras com o valor semântico equivalente e a forma *destoruar* *destorvar* foi substituída por uma palavra não-portadora de prefixo de negação: *estorvar*. No que se refere aos prefixos, foram levantados os seguintes dados: produtividade; valor semântico; sobreposição a um outro prefixo; prefixos tradicionais de negação atuando como mero reforço; prefixos nulos; identificação das primeiras ocorrências do emprego do *não* como prefixo. Por ocasião do V Congresso Internacional da ABRALIN, pretende-se apontar algumas justificativas para trajetória discursivo-pragmática (ou semântico-funcional) para o seu emprego em posição prefixal, o que pode estar ligado ao fato de esse item indicar, simplesmente, a negação de um ser, de uma qualidade ou atributo. Pode-se partir do princípio de que, por causa dessa neutralidade, isto é, do seu sentido exclusivamente negativo, o *não* é empregado, com frequência, diante de termos científicos e didáticos. Nesse sentido, Alves (1987, p. 1027) aponta os resultados do trabalho que Li Ching realizou sobre palavras formadas por prefixação, usando um *corpus* constituído por revistas e jornais portugueses de 1966 a 1969. Nessa ocasião, o autor afirma que entre os prefixos negativos e privativos do português, o *não* é o mais atual, o que contém a idéia negativa mais pura. Pode-se ainda supor que o emprego do *não* como prefixo está ligado a um novo, ou diferente modo de pensar das pessoas que evitar ser categóricas ao afirmar o oposto do que desejam, usando, assim, o *não* como forma de abrandar o impacto que pode ser causado pela expressão do conceito oposto. A rigor, nota-se uma cautela do emissor quando, para afirmar, por exemplo, que: *Beneficiários deixarão de levar em suas carteiras a informação ANALFABETOS*. Prefere abrandar o impacto dessa expressão, dizendo: *Beneficiários deixarão de levar em suas carteiras a informação NÃO ALFABETIZADOS*.

Estilisticamente, essa construção estaria eufemizando o impacto dessa comunicação. Olhando por esse viés, o *não* foi submetido à gramaticalização, como prefixo, a partir de uma necessidade pragmático-discursiva ou semântico-funcional. Também a influência da linguagem jornalística pode ser um dos motivos para a generalização do emprego do *não*, como prefixo. No tocante a esse aspecto, Alves (1987, p. 1027) registra que a produtividade do prefixo *não* no português contemporâneo pode ser explicada pelo fato de esse elemento corresponder a uma necessidade de economia na emissão da mensagem. Com efeito, trabalhos recentes sobre a formação de palavras por prefixação – Li Ching (1973 *apud* ALVES 1987), Sandmann (1996) – e trabalhos específicos sobre a atuação do *não* como prefixo – Alves (1987) Campos (2002) – que utilizaram *corpus* constituídos por jornais ou revistas, apontam para a influência da linguagem jornalística na difusão do emprego do *não* prefixal. Que outros fatores extralingüísticos podem estar condicionando o emprego do *não* como prefixo?

ALVES, Ieda Maria. A produtividade do prefixo *não-* no português contemporâneo. *SBPC, Ciência e Cultura*, v. 39, n. 11. p. 1026-28. 1987.

CAMPOS, Lucas S. A negação prefixal. In: XVIII *Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste*. 2000, Salvador.

CAMPOS, L. S. *A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo*. Dissertação de mestrado, Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2001.

CAMPOS, Lucas. *A negação prefixal na história da língua portuguesa*. Tese de doutoramento, Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2004.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

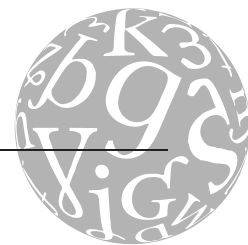
## Bases da Gramaticografia Brasileira no Século XIX

Ricardo Cavaliere

cavaliere@bol.com.br

Universidade Federal Fluminense

O alvorecer do século XIX situa-se historiograficamente como um momento de ruptura na constituição da sociedade brasileira, tendo em vista o deslocamento da sede do reino português para o Novo Mundo. Este fato conferiu à colônia condições inéditas para progredir na área científica, mormente em face dos investimentos implementados pela Coroa portuguesa a partir de então, em contraste com o anterior clima de marasmo e desinteresse que o administrador colonial conferia à grandiosa possessão americana. Fruto de investigação mais abrangente acerca do percurso dos estudos lingüísticos no Brasil, este trabalho busca discutir os parâmetros teóricos e metodológicos que nortearam a produção gramatical brasileira na primeira metade do século XIX, sobretudo a partir da Independência, momento em que uma *episteme* brasileira também começa a produzir frutos na área dos estudos lingüísticos, em consonância com os avanços que se evidenciam em outras áreas do saber científico.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Os novos ares nacionalistas que inspiraram, sobretudo, as áreas provinciais do país conferem o clima propício para surgimento de textos sobre a língua vernácula, de índole flagrantemente normativa, cujo uso nas aulas de Retórica e Língua Portuguesa foi-se massificando até o início da segunda metade do século, quando o país assiste a clara mudança de rumos no fluxo dos estudos sobre a língua com a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro. A análise do texto gramatical, como se sabe, não pode divorciar-se dos demais textos científicos da área humanística, e mesmo dos que se produziram em áreas mais distantes, visto que sua gênese está no mesmo ambiente epistemológico, a um dado *climate of opinion* (Cf. KOERNER, 1995), que influencia todo o labor científico de uma época, conferindo-lhe identidade e unicidade.

Deste modo, falar em gramática brasileira de língua portuguesa impõe remontar aos primeiros anos do século XIX, quando efetivamente começam a moldar-se as bases de um pensamento científico nacional. Com efeito, dois fatos políticos dos oitocentos, de grande repercussão para a vida cultural do Brasil, criaram o ambiente favorável para que os naturais da terra se interessassem em escrever textos descritivos e normativos – bem mais normativos do que descritivos, conforme já salientado – sobre a língua portuguesa: a transferência da Corte para o Novo Mundo e a declaração de independência da colônia em 1922. Esses atos integram a construção, inicialmente, das bases culturais e, sobretudo, educacionais necessárias para a formação de mentes lingüísticas no seio da sociedade brasileira, objeto esse que contou com a progressiva disseminação do ensino básico a partir da chegada da Corte de D. João VI e o incremento do espírito nacionalista que naturalmente exurgiu com a nova ordem institucional do Império. Não terá sido, portanto, casual que grande volume de textos gramaticais sobre o português para uso em sala de aula viesse a lume a partir da primeira década imperial, trabalhos esses incentivados por um sentimento não de posse sobre a língua, que na verdade ainda era vista como um traço de identidade lusitano, inclusive mediante ostensivo ensino da norma gramatical predominante nos textos literários portugueses, mas de capacitação para dizer sobre a língua, no sentido de que assim se expressava uma nova civilização consciente e ciosa dos valores culturais importados da Europa por uma sociedade emergente e intelectualmente necessitada de afirmação.

Do ponto de vista doutrinário, pode-se afirmar que todos esses textos seguem uma linha homóloga de exposição dos fatos gramaticais, sob o ideário da gramática racionalista que se difundiu na Europa até pelo menos o final no século XVIII – sob inspiração da *Gramática de Port Royal* e da obra retórica de Condilac. Entretanto, a fonte imediata de nossos gramáticos na primeira metade do século XIX, em que buscavam não só as teses pedagógicas, mas também – e sobretudo – a metodologia de tratamento da língua como objeto de descrição, residia em dois textos portugueses de pujante presença no cenário acadêmico brasileiro ao longo de todo o período em foco: a *Gramática filosófica da língua portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa, e a *Arte da gramática da língua portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato.

KOERNER, Konrad. Persistent issues in linguistic historiography. In: KOERNER, Konrad (Ed.). *Professing linguistic historiography*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

### Das cadências musicais para o ritmo lingüístico: uma análise do ritmo lingüístico do Português Arcaico, a partir da notação musical das Cantigas de Santa Maria

Gladis Massini-Cagliari

gladis@vivax.com.br

Universidade Estadual Paulista - Araraquara

Por muito tempo, acreditou-se ser impossível o estudo do ritmo lingüístico de períodos passados da língua, porque esses sobreviveram apenas em registros escritos. No entanto, diversos estudos recentes (entre eles, Halle & Keyser, 1971, para o inglês, e Massini-Cagliari, 1995, 1999, 2005, para o Português Arcaico) têm mostrado que a escolha de textos poéticos para se estudar fenômenos prosódicos (e, em especial, o ritmo) de uma língua, inclusive e principalmente em seus estágios passados, já se provou adequada e eficaz, sobretudo quando se toma a descrição em um nível ‘mais abstrato’ (fonológico e não fonético).

Neste contexto, a presente comunicação objetiva apresentar um estudo do ritmo lingüístico em Português Arcaico, período trovadoresco, com base na abstração da estrutura prosódica de um período passado da língua a partir da análise dos ritmos poético e musical das cantigas religiosas escritas em galego-português. Como corpus, serão consideradas as 420 Cantigas de Santa Maria, de Afonso X (1121-1284). Trata-se de uma coleção de cantigas religiosas em louvor da Virgem Maria, com notação musical, mandadas compilar pelo Rei Sábio de Castela na segunda metade do século XIII, que sobreviveram em quatro códices: o de Toledo (To), o menor e o mais antigo; o códice rico de El Escorial (T), o mais rico em conteúdo artístico, que forma um conjunto (os chamados códices das histórias) com o manuscrito de Florença (F); e o mais completo, o códice dos músicos – El Escorial (E) (cf. Parkinson, 1998, p. 180).

Na presente análise, faz-se indispensável uma interface com a Música, já que as poesias medievais galego-portuguesas eram cantigas, isto é, peças poético-musicais feitas para serem cantadas. O objetivo principal é extrair elementos da notação musical que possam se constituir em argumentos para a realização fonética das cantigas quanto à sua estrutura silábica e ao seu ritmo lingüístico. Neste sentido, a estrutura musical pode providenciar pistas para a análise de processos lingüísticos como a paragoge, por exemplo, a partir da observação de ‘acertos’ e ‘desacertos’ entre a quantidade de notas e de sílabas a serem cantadas.

A paragoge é um processo fonológico que acrescenta uma vogal neutra /e/ após sílabas terminadas por codas consonantais, a fim de transformar essas sílabas em estruturas canônicas do tipo CVCV. A realização fonética da vogal epentética pode ser comprovada a partir da notação musical, que prevê uma nota correspondente à sílaba criada a partir do acréscimo da vogal epentética, que muitas vezes é também registrada na escrita.

Em relação ao universo das cantigas medievais religiosas escritas em galego-português, a paragoge rítmica já foi estudada por Wulstan (1993). Considerando todo o conjunto



das 420 Cantigas de Santa Maria, o autor identifica oito cantigas em que ocorreria esse fenômeno: 10, 17, 76, 100, 102, 180, 197 e 350. Partindo do levantamento de Wulstan (1993), Massini-Cagliari (2005) mostrou que a ocorrência da paragoge nas cantigas medievais galego-portuguesas não cumpre apenas a função poética de igualar os versos agudos (terminados em oxítonas) aos graves (terminados em paroxítonas) (padrão), acompanhando a música (o que a tornaria um processo unicamente do domínio da poesia - estilístico, portanto) - mesmo porque essa igualdade não acontece em todos os casos. Ao contrário, a ocorrência da paragoge se constitui em uma utilização estilística de um processo fonológico presente na língua da época; em outras palavras, a ocorrência da paragoge se estrutura sobre possibilidades abertas pelo próprio sistema da língua.

A constatação de processos de reforço dessa natureza (que acrescentam vogais - e, conseqüentemente, sílabas) têm sido constantemente vinculada a línguas de ritmo silábico; desta forma, pode-se dizer que a análise da notação musical das cantigas dessa época pode também fornecer pistas para a classificação tipológica do ritmo lingüístico do galego-português. Além disso, a análise dos 'acertos' e 'desacertos' entre proeminências musicais e lingüísticas pode fornecer pistas para os limites de ocorrência do acento secundário. Desta forma, a presente comunicação procura trazer evidências para a classificação do ritmo lingüístico do Português Arcaico, a partir da análise de processos de reforço (como a paragoge) e das coincidências e não-coincidências entre os acentos musicais, poéticos e lingüísticos.

Afonso X o Sabio. *Cantigas de Santa María*. Edición facsímil do Códice de Toledo (To). Biblioteca Nacional de Madrid. Vigo: Consello da Cultura Galega, Galáxia, 2003. < manuscrito 10.069 >.

Alfonso X, el Sabio. *Cantigas de Santa Maria*: edición facsímil del códice T.I.1 de la Biblioteca de San Lorenzo el Real de El Escorial, siglo XIII, 2 vols. Madrid: Edilan, 1979.

Alfonso X, el Sabio. *Cantigas de Santa Maria*: edición facsímil del códice B.R. 20 de la Biblioteca Centrale de Florencia, siglo XIII, 2 vols. Madrid: Edilan, 1989-91.

Anglés, Higinio. *La Música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el Sabio*. Facsímil, transcripción y estudio crítico por Higinio Anglés. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona; Biblioteca Central; Publicaciones de la Sección de Música, 1943-1964.

Halle, Morris & Samuel J. Keyser. *English Stress: its form, its growth, and its role in verse*. New York: Harper & Row, 1971.

Massini-Cagliari, Gladis. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico*. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 1995.

Massini-Cagliari, G. *Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores*: três momentos da história do acento. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

Massini-Cagliari, G. *A música da fala dos trovadores*: Estudos de prosódia do Português Arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2005. Tese de Livre-Docência.

Parkinson, Stephen. *As Cantigas de Santa Maria*: estado das questões textuais. Anuário de estudios literarios galegos, 1998. p. 179-205.

Wulstan, David. *Pero cantigas...* Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria. Cincinnati, Ohio: University of Cincinnati. v. VI. p. 12-29. 1993.

## Procedimentos de definição em dicionários da Língua Portuguesa nos séculos XVIII e XIX: Bluteau, Morais e Vieira

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

murakawa.jau@netsite.com.br

Universidade Estadual Paulista - Araraquara

O dicionário, segundo Dubois e Dubois (1971: 110), é 'fonte de estudos lingüísticos'. Ele é testemunha da atitude que uma comunidade cultural adota com relação à sua língua. O dicionário, tendo por objeto a língua e suas realizações, registra as modificações que ela sofre ao longo do tempo. E não apenas isso; é através dele que se conhece a evolução científica, técnica e cultural de uma sociedade.

Corroborando a afirmação dos lexicógrafos franceses, Menendez Pidal (1961: 147) considera o dicionário 'uma fotografia instantânea' de um estado de língua, pois ao dar de cada palavra um conjunto de informações que mostra as mudanças da língua, ou seja, a língua em movimento, pode ser considerado 'uma fotografia instantânea do idioma em atitude dinâmica representando ao vivo a direção de seu movimento'.

Das afirmações acima, podemos inferir que são, portanto, os verbetes do dicionário o repositório da informação sobre um estado de língua e sua evolução e sobre as transformações científicas, técnicas e culturais de uma sociedade de que falam Dubois e Dubois.

O verbete definido como um conjunto de informações gráficas, fonológicas, gramaticais, sintáticas e semânticas da palavra-entrada, reúne o maior número de informação lingüística sobre um determinado item lexical. A definição lexicográfica, parte essencial da construção do verbete, é para Imbs (1960, 2:4) 'a arte suprema em lexicografia'.

A definição lexicográfica é sempre uma definição de palavras. Ela pretende apenas traduzir o que, sobre um dado objeto, a palavra sugere ao espírito do falante num determinado momento histórico.

O lexicógrafo que elabora uma definição propõe uma equação sêmica com o objetivo de que a unidade lexical seja inteira e exclusivamente evocada. O sistema semio-cultural do falante tem grande importância para a evocação do conceito. A definição classifica e menciona, portanto, o traço sêmico pertencente ao definido, depois de descartar todos os outros traços que pertencem à mesma classe, mas que não interessam a cada caso.

O trabalho de definição não é, portanto, nem fantasista nem utilitário, diz Rey-Debove (1967, 5:142): 'O lexicógrafo tenta realmente uma análise semântica. O lexicógrafo busca realmente uma análise semântica e quando os resultados são enganosos, é preciso ser severo com o lexicógrafo e não com a lexicografia'.

Ao fazer essa operação definitória, o lexicógrafo registra a língua de uma sociedade e junto com ela a sua história.

Enquanto fonte de estudos lingüísticos e culturais, o dicionário tem sido nosso objeto de estudo numa perspectiva histórica, buscando, através das definições encontrar informações lingüísticas e culturais de um determinado período da língua portuguesa.

Ao longo de um espaço de tempo compreendido entre a 1ª



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

década do século XVIII e as últimas do XIX, aproximadamente 190 anos, reunimos um número significativo de unidades lexicais extraídas de alguns dicionários, considerados clássicos e marcos importantes na história da lexicografia portuguesa.

A partir do substantivo, classe de palavra mais sujeita à modificação semântica, confrontamos definições de unidades, referentes a áreas de conhecimentos diversos, nos dicionários de língua portuguesa, publicados no período em questão, começando pela obra de D. Raphael Bluteau (1638-1734), *Vocabulário Portuguez e Latino*, publicado em 8 volumes de 1712 a 1721 e mais 2 volumes de suplemento, publicados em 1727 e 1728.

O *Vocabulário de Bluteau*, considerado o mais vasto repositório lexical produzido no século XVIII, é obra única e foi publicado em Lisboa em diversas oficinas, sendo a principal a da Companhia de Jesus, com o beneplácito do rei D. João V. Apesar de o título sugerir ser uma obra bilingüe, o *Vocabulário de Bluteau* tem por objetivo principal a língua portuguesa e o componente latino aparece apenas em termos de equivalência.

Percorrendo o século XVIII, consultamos o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, em 2 volumes, de António de Moraes Silva (1755-1724), publicado em 1789, em Lisboa. Vinte e quatro anos depois, Moraes Silva publica a 2ª edição de seu *Diccionario*, também em 2 volumes, em 1813, 'novamente emendado, e mui accrescentado', conforme diz o seu autor no volume I. Esta 2ª edição do Moraes, como é mais conhecido, tem por mérito ser uma obra diferente da de Bluteau na sua concepção, no tratamento do corpus e na sua fundamentação lexicográfica.

Completa o conjunto de dicionários utilizados em nossa pesquisa o *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, de Frei Domingos Vieira (1854), obra constituída de 5 volumes, publicados no Porto. Oferecido à sua majestade D. Pedro II, imperador do Brasil, teve os 5 volumes publicados de 1871 a 1874.

No volume I do *Thesouro de Domingos Vieira* há na introdução dois textos importantes de informação teórica e histórica: um de Francisco Adolpho Coelho, *Sobre a Lingua Portuguesa*, e outro, de Teophilo Braga, *Sobre a Litteratura Portuguesa*, ocupando as 80 primeiras páginas do volume.

Estes 3 dicionários, fundamentais para o estudo da lexicografia portuguesa, serviram de fonte de referência para um estudo comparativo feito entre unidades lexicais substantivos, buscando, através das definições registradas, as informações de ordem científica, técnica e cultural que nos mostram o que Menendez Pidal tão apropriadamente chamou de 'fotografia instantânea'. É neste registro de uma determinada época da língua que procuramos ver registrada a evolução da sociedade portuguesa dos séculos XVIII e XIX.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. 10 vol. Lisboa, Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 1712-1728.

DUBOIS, Jean et DUBOIS, Claude. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse. 1971.

IMBS, Paul. Au seuil de la lexicographie. *Cahiers de Lexicologie*. Paris: v. 2. p.3-17. 1960.

MENENDEZ PIDAL, Ramon. *Estudios de Lingüística*. Madrid: Espasa Calpe, S.A., 1961.

REY-DEBOVE, Josette. La définition lexicographique: bases d'une typologie formelle. *Travaux de Litterature*. Paris: v. 5. p. 141-159. 1967.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2 vol. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreiram, 1789.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2 vol.. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, 5 vol.. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871- 1874.

### Libro llamado Abbat Ysach (1489): aragonês e/ou castelhano?

César Nardelli Cambraia

philologus\_br@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

A obra de Isaac de Nínive, asceta do séc. VIII, teve grande fortuna por diversas partes do mundo: originalmente escrita em siríaco, foi traduzida, no entanto, para as mais variadas línguas, dentre as quais merecem destaque as românicas (em fins da Idade Média, já havia sido traduzida da versão em latim para o português, o espanhol/castelhano, o catalão, o francês e o italiano).

A tradução que, segundo diz a tradição, estaria em espanhol/castelhano, intitulada *Libro llamado Abbat Ysach* (como aparece no prólogo) ou ainda *De Religione* (como consta na folha de rosto), encontra-se atualmente preservada em três registros: no manuscrito II/795 da Biblioteca do Palácio Real (Madrid), nos testemunhos remanescentes da edição impressa por Juan Hurus na cidade de Zaragoza em 1489 e ainda nos testemunhos remanescentes da edição impressa por Meinardo Ungut e Stanislaio Polono na cidade de Sevilha em 1497.

No prólogo da referida edição de 1489, aparece uma afirmação bastante curiosa à respeito da tradução: 'Pedistes me senyor en los dias passados: el nuestro Abbat ysach el qual yo por su marauillosa doctrina: y ensenyança / a ruego delos padres / y hermanos desta nuestra montanya en el comienço de mi conuersion de latino hauia fecho Aragonés / o si mas quierres Castellano. no daquel mas apurado stilo dela corte. mas daquel llano que ala profession nuestra segun la gente / y tierra donde moramos paraque le entiendan satisfaze.' (fól. *Aij-v*, ls. 1-12; negrito nosso). Como se vê, o autor da tradução, o frei Bernardo Boil (c.1445-c.1520), considerou que a língua para qual foi traduzido o texto do latim seria o aragonês ou o castelhano, ou seja, estabelece uma identidade entre os dois referidos termos como se representassem uma mesma língua. Sabendo-se que aragonês e castelhano constituem historicamente variedades lingüísticas distintas (cf., p. ex., a descrição de Lleal (1990) para as características dessas variedades ao longo de sua formação), surge então uma dúvida: a língua da tradução seria (a) castelhano, (b) castelhano com influências do aragonês, (c) aragonês com influências do castelhano ou (d) aragonês. Trata-se de uma questão especialmente complexa por duas razões: em primeiro lugar, porque as duas variedades em questão eram bastante similares no período medieval; em segundo lugar, porque, como esclarece Elizondo & Méndez (2005:179), a castelhanização do espaço lingüístico do aragonês, que começou no século XV, apresentou graus de intensidade diferentes segundo a classe social, a localização geográfica e as situações comunicativas.





A fim de tentar estabelecer que variedade lingüística foi empregada no *Libro llamado Abbat Ysach* (1489) será apresentada no presente trabalho uma análise de aspectos fonológicos inferíveis do texto da referida edição, tomando-se como referência as descrições contrastivas das variedades em questão realizadas por Entwistle (1973), Lleal (1990) e Elizondo & Méndez (2005). Será dada especial ênfase aos seguintes aspectos: (i) evolução de F- (castelhano:  $\emptyset$ , aragonês: / f- /); (ii) evolução de G<sup>e,i</sup> - (castelhano:  $\emptyset$ , aragonês:  $\zeta$ ); (iii) evolução de PL-, KL- e FL- (castelhano: textlambda/- /, aragonês: / pl- pλ-; kl- kλ; fl- fλ- /); (iv) evolução de L- (castelhano: / l- /, aragonês: / l-, λ- /); (v) evolução de -LI- (castelhano [medieval]: / -dʒ- /, aragonês: / -λ- /); (vi) evolução de -P-, -T- e -K- (castelhano: / -b-, -d-, -g- /, aragonês: / -p- -b-; -t- -d-; -k- -g- /); (vii) evolução de -SK<sup>e,i</sup> - (castelhano: / -ts- /, aragonês: / -f- /); e (viii) evolução de -KT- (castelhano: / -tʃ- /, aragonês: / -it- /). O emprego de diferentes aspectos do sistema fonológico consonantal na análise tem como vantagem permitir não apenas identificar a variedade que serve de base à tradução, mas também avaliar em que setores do sistema poderia estar havendo interferência da outra variedade.

ELIZONDO, M. T. E. & MÉNDEZ, J. S. *Las lenguas de un reino: historia lingüística hispánica*. Madrid: Gredos, 2005.

ENTWISTLE, W. J. *Las lenguas de España: castellano, catalán, vasco y gallego-portugués*. Madrid: Istmo, 1973.

LLEAL, C. *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona: Barcanova, 1990.

## Gramaticalização de coordenadores adversativos

Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi

thomazi@ibilce.unesp.br  
Universidade Estadual Paulista

A coordenação consiste, grosso modo, numa construção sintática em que duas ou mais unidades funcionalmente equivalentes se articulam, com ou sem nexos explícitos, para a formação de uma unidade ainda maior, da qual emerge uma nova relação de sentido. Todas as línguas apresentam construções coordenadas de algum tipo (Mithun, 1988; Haspelmath, 2000). Em português, a coordenação pode se realizar entre sintagmas, orações e até mesmo entre enunciados, estabelecendo as relações de adição, alternância, adversidade, explicação ou conclusão. Em razão das possibilidades de encadeamento dentro e além da oração, a coordenação pode ser entendida mais propriamente como um mecanismo semântico-discursivo do que sintático. Quanto aos articuladores de coordenação, não há consenso, na literatura gramatical e lingüística, quanto ao reconhecimento e classificação das conjunções coordenativas. No domínio das adversativas, por exemplo, a tradição gramatical relaciona *mas*, *porém*, *contudo*, *senão*, *todavia*, *no entanto*, *entretanto*, *antes*, *apesar disso* e *não obstante* sob o rótulo de “conjunções adversativas”, admitindo em tom de ressalva que algumas delas podem ser encontradas em diferentes posições na oração. Já Neves (2000), numa perspectiva descritiva, analisa esses itens como “advérbios juntivos”,

sustentando que são advérbios anafóricos que se prestam à conjunção de orações e que, assim como *mas*, instauram uma relação de desigualdade entre os segmentos que articulam. Segundo ela, existem duas diferenças essenciais entre advérbios juntivos e conjunções coordenativas: os juntivos, diferentemente das conjunções, não ocorrem necessariamente em posição inicial, além disso, podem co-ocorrer com outras conjunções coordenativas, quer contíguos ou separados por vírgula. Para Neves, “esses elementos adverbiais são fontes de conjunções coordenativas e são fluidos os limites entre um papel semântico-discursivo e um papel basicamente relacional de tais elementos”. Dessa forma, fica clara a relatividade desses elementos: fazem coordenação, veiculando relações de sentido, mas guardam ainda traços dos itens adverbiais que provavelmente lhes serviram de fontes.

Neste trabalho, defendo que a natureza incerta desses elementos pode ser explicada como resultado dos processos históricos de gramaticalização que deram origem a eles. Entendo por “gramaticalização” um processo particular de mudança lingüística, principalmente diacrônico e gradual, em que, por meio de um conjunto de alterações principalmente de ordem sintático-semântica, itens lexicais plenos passam a funcionar como expressões que sinalizam relações gramaticais específicas (Heine, 2003). Trata-se, em outras palavras, de uma das formas pelas quais a gramática de uma língua é constantemente moldada. Dos muitos fenômenos investigados sob rótulo de gramaticalização, a trajetória que leva à formação de conjunções evidencia particularmente esse permanente constituir-se da linguagem. No campo das conjunções de coordenação, os estudiosos (Ali, 1964; Câmara, 1975; Mithun, 1988; Neves, 2006) concordam que a fonte diacrônica é, até certo ponto, transparente: as conjunções coordenativas tendem a derivar de advérbios pronominais que, além de exprimirem circunstâncias, atuam como mecanismos de coesão, recuperando e articulando partes do texto e ajudando a construir o sentido.

À luz dessas considerações, o propósito deste trabalho é investigar os processos de gramaticalização em que advérbios pronominais são, ao longo do tempo, reanalisados como articuladores de coordenação. Para tanto, a partir de uma amostra de dados que reúne vários textos em prosa, representativos do português arcaico e moderno, reconstruo o percurso histórico-evolutivo de três itens que se acham na fronteira indecisa entre advérbio e conjunção, a saber: *porém*, *contudo* e *todavia*. O critério “freqüência”, nos moldes de Bybee (2003), vai direcionar toda a análise. Segundo a autora, nos estudos lingüísticos, há dois métodos relevantes para apurar a freqüência, a saber, a freqüência *token* ou textual, que diz respeito à freqüência de ocorrência de um item/construção, independentemente de seu significado; e a freqüência *type*, que diz respeito à freqüência com que um padrão particular ocorre, podendo ser avaliada por meio da consideração das diferentes funções assumidas pelo item ou construção. Assim, com base na análise das freqüências *token* e *type* de *porém*, *contudo* e *todavia*, priorizo a apreensão dos aspectos contextuais que favoreceram a transição das categorias e a constituição do valor adversativo.

ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (orgs.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

CÂMARA, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

HASPELMATH, M. Coordination. In: SHOPEN, T. (Org.) *Language typology and linguistic description*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HEINE, B. Gramaticalización. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (orgs) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

MITHUN, M. The grammaticization of coordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Orgs) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

### A categoria “pronome” na construção da metalinguagem no português

Márcia Cristina de Brito Rumeu

rumeu@bol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Avaliar a gramática ocidental tradicional do português como dogmática e normativa tão somente em virtude da tradição gramatical implica minimizar ou, até mesmo, desprezar o seu processo de instauração na cultura helênica. Que indícios da tradição gramatical são depreensíveis no atual discurso das gramáticas normativas contemporâneas? Acredita-se que, para responder a essa pergunta, seja necessário entender o processo de constituição da gramática. Este estudo visa a investigar a concepção do rótulo *pronome* na construção do discurso da tradição gramatical em gramáticas greco-latinas e portuguesas. Pretende-se analisar que categorias lingüísticas são entendidas sob a classificação de *pronome*, atentando para os critérios que nortearam a gênese e a transformação da metalinguagem no português. Esboçar o processo de formação do discurso da gramática tradicional portuguesa no que toca, especificamente, à definição do rótulo *pronome* passa, inicialmente, pela leitura e triagem das investigações lingüísticas relevantes à reflexão que ora se constrói. Assim sendo, selecionaram-se os seguintes estudos gramaticais: *Sobre a língua latina* (Varrão, 1993 [séc. I a.C.]), *Sintaxis* (Apolônio Díscolo, 1987 [séc. II d.C.]), *Gramática Castellana* (Nebrija 1992, [1492]), *Gramática da Linguagem Portuguesa* (Oliveira 2001, [1536]), *Gramática da Língua Portuguesa* (João de Barros, 2006 [1540]), *Minerva o De la propiedad de la lengua latina* (Las Brozas, 1976 [1587]), *Gramática de Port-Royal* (Arnauld e Lancelot, 2001 [1660]), *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* (Reis Lobato, 1824 [1770]), *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (Rocha Lima, 2001 [1972]), *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha e Cintra, 1985). A escolha desses referenciais lingüísticos fundamentou-se na busca por delinear as perspectivas teóricas que legitimaram tanto o discurso das gramáticas greco-latinas quanto o discurso das gramáticas portuguesas em seus respectivos contextos sócio-históricos.

O *pronome* é apresentado por Apolônio Díscolo, no século II d.C., como o “termo que se usa no lugar do nome”. Nebrija, em sua *Gramática Castellana*, resgata, no século XV, tal conceito de pronome exposto por Apolônio no séc.

II d.C., o qual já havia sido registrado por Dionísio da Trácia, no séc. II a.C. Destoando das definições de *pronome* apresentadas por Apolônio Díscolo e por Nebrija, está o conceito de *pronome* sob os olhares de Varrão e de Las Brozas. Enquanto o gramático romano Varrão entende os tradicionais *pronomes* da língua latina como “*articulus*”, no sentido de articuladores, expondo os *pronomes* como os “*provocabula*” e “*pronomina*”, o gramático Las Brozas desconsidera o rótulo *pronome* como “termo que substitui os nomes”. Apesar de o gramático Brocense ser um humanista do século XVI, não retorna à cultura greco-latina, propondo uma inovadora concepção de *pronome*. Admite que os itens gramaticais *ego*, *tu*, *sui* (*pronomes pessoais*) *hic*, *haec*, *hoc* (*pronomes demonstrativos*) devem ser coerentemente rotulados de “*pronomes*”, pois representam a primeira denominação a ser dada aos seres de um modo geral. Trata-se de “*pronomes*” porque são anteriores aos nomes, podendo assumir também a denominação de “*primeiros nomes*”, segundo o gramático Las Brozas.

Na gramática de Port-Royal, há o resgate do teor especulativo que nutriam os estudos gramaticais greco-latinos. O conceito de *pronome* como representante do *nome*, já anunciado por Dionísio da Trácia, no séc. II a.C., e por Apolônio Díscolo, no séc. II d.C., perpassa a reflexão sobre o pensamento humano e, conseqüentemente, a expressão discursiva do ser humano, que, para não repetir o *nome*, tornando cansativo o seu discurso, opta por substituí-lo pelo *pronome*.

A análise do rótulo *pronome* nas gramáticas portuguesas quinhentistas (Oliveira, 1536 e Barros, 1540) e setecentista (Reis Lobato, 1770) evidenciou o resgate da tradição gramatical helênica em relação à sua definição como o termo que substitui o *nome* em português. É interessante atentar, porém, para as subcategorizações do *pronome* em tais gramáticas portuguesas, a fim de explicitar as categorias gramaticais reunidas sob a denominação de tal rótulo lingüístico.

Na *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), Fernão de Oliveira optou, ao descrever o “estado das cousas e dos *pronomes*”, por esclarecer as declinações casuais de três *pronomes* em português (*eu – me, mi; tu – te, ti; ele/ela – se, si*). Não se observa, pois, a preocupação de Oliveira em subcategorizar o *pronome* no português seiscentista.

Na *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), João de Barros subcategoriza os *pronomes* em *demonstrativos*, *nomes relativos* e *possessivos*. Cabe aos *pronomes demonstrativos* (*eu, nós, vós, este, estes*) *demonstrar*, na situação comunicativa, os elementos do discurso. É interessante observar que o autor inclui as formas pronominais de 1ª e 2ª pessoas dentre os *pronomes demonstrativos*, aludindo ao caráter *dêitico* (*mostrativo*) dos *pronomes pessoais*. Como *nomes relativos*, o gramático português apresenta os *pronomes ele(s)* e *esse(s)* como aqueles que se prestam a fazer relação à informação anteriormente mencionada, ressaltando o caráter *anafórico* de tais *pronomes* em português. Atente-se para o *pronome ele(s)* ter assumido a subcategorização de *nome relativo*, o que remete à depreensão das *funções dêitica e anafórica* dos *demonstrativos* em português. Os *pronomes interrogativos* (*quem, quais*) e *relativos* (*que, o qual, os quais*) também estão agrupados com a denominação de *nomes relativos*. Sob a categorização de *pronomes possessivos*, Barros inclui as formas *meu, nosso, teu, vosso, seu, sua*, esclarecendo que tais formas pronominais também eram concebidas como *pronomes adjetivos* pelos latinos.

Já Reis Lobato, em *Arte da Gramática da Língua Portu-*



guesa (1770), admite que o *pronome* se subcategoriza em *demonstrativo* (*eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas, este, esta, essa, aquela, aquela, isto, isso, aquilo*), *recíproco* (*se*), *possessivo* (*meu, minha, teu, tua, seu, sua, nosso, nossa, vosso, vossa*), *relativo* (*qual, que, quem*) e *interrogativo* (*que, qual, quem*). O gramático português se destaca não só pelo caráter pedagógico de sua gramática, como também por apresentar, sob o rótulo de *pronome demonstrativo*, os *pronomes pessoais* do português.

As gramáticas do português confeccionadas por Rocha Lima, em 1957, e por Celso Cunha, em 1985, resguardam da tradição gramatical (Apolônio Discolo, séc. II d.C.) na subcategorização dos *pronomes* em *pessoais*, *possessivos* e *demonstrativos*. Enquanto o gramático Rocha Lima incluiu as *formas de tratamento de reverência* dentre os *pronomes pessoais*, admitindo seis classificações para o rótulo *pronome* (*pessoais*, *possessivos*, *demonstrativos*, *relativos*, *interrogativos* e *indefinidos*), Celso Cunha, porém, subcategorizou os *pronomes de tratamento* separadamente, apresentando sete classificações para o rótulo *pronome* (*pessoais*, *tratamentais*, *possessivos*, *demonstrativos*, *relativos*, *interrogativos* e *indefinidos*).

Constatou-se, pois, que a definição de *pronome* e as suas subcategorizações em *pessoais* (primitivos), *demonstrativos* e *possessivos* (derivados) perduram até o século XXI como uma herança da tradição clássica, isto é, como indícios das produtivas reflexões linguístico-filosóficas acerca da língua grega formuladas por Dionísio, o Trácio (séc. II a.C.) e por Apolônio Discolo (séc. II d.C.).

DÍSCOLO, Apolônio. *Sintaxis*. [1ª ed.: séc. II d.C.] Traducción y notas por V. Bécares Botas. Madrid: Gredos, 1987.

ARNAULD, Antonie; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. [1ª ed.: 1660] Tradução de Bruno F. Basseto e Henrique G. Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. [1ª ed.: 1540]. 2006. Disponível em: [www.estacaodaluz.org.br](http://www.estacaodaluz.org.br)

CUNHA, Celso.; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LAS BROZAS, Francisco Sanchez de. *Minerva*. [1ª ed.: 1587]. Madrid: Cátedra, 1976.

NEBRIJA, Elio Antonio de. *Gramática Castellana*. [1ª ed.: 1492] Madrid: Fundación Antonio de Lebrija, 1992.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da Língua Portuguesa* [1ª ed.: 1536] Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática. TORRES, A.; ASSUNÇÃO, C. (Orgs.) Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

REIS LOBATO, António José dos. *Arte da grammatica da língua portuguesa* [1ª ed.: 1770] Porto: Imprensa na rua de Sto. Antonio, 1824.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 41a ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2001.

VARRÃO, Marco Terêncio. *On the Latin Language*. [1ª ed.: séc. I a.c.] Translation by Roland G. Kent. Cambridge/London: Harvard University Press, 1993.

## A trajetória do futuro perifrástico na língua portuguesa: séculos XVIII, XIX e XX

Josane Moreira de Oliveira  
josanemoreira@hotmail.com

Universidade Estadual de Feira de Santana /  
Universidade Salvador

Sílvia Rita Magalhães de Olinda

A expressão do futuro verbal na língua portuguesa é um fenômeno variável, tanto sincrônica como diacronicamente, processo, aliás, não exclusivo do português, mas, antes, característico das línguas românicas e até de línguas que pertencem a outras famílias, como o inglês. Todavia, os manuais da língua (gramáticas e livros escolares) apresentam apenas a forma de futuro simples.

Esta pesquisa investiga a variação e a mudança das formas de futuro verbal em português, tanto na língua escrita como na língua falada. A relevância do trabalho repousa, pois, na necessidade de uma descrição da língua, com base em dados reais, que possa fundamentar a reformulação de métodos e de materiais didáticos para o ensino da língua.

Ao longo da história da língua portuguesa, há, pelo menos, quatro formas variantes para a expressão do futuro verbal, embora o futuro simples seja a forma preferida na escrita:

Futuro simples

(1) Assim os terroristas não *encontrarão* condições para agir. *Saberão* que *terão* de enfrentar, muito mais ainda, a antipatia popular, porque, em cada cidadão, *encontrarão* um inimigo decidido a defender o Governo de que participa. (séc. XX)

Perífrase com *haver de* + infinitivo

(2) Vossa mercê tenha paciência que eu NaRainha de Nantez estou Carregando humas Pipas deAgoardente tão bem lhe *heide Remeter* alguma para aCabar deaJustar a Conta das 2 Letras... (séc. XVIII)

Perífrase com *ir* + infinitivo

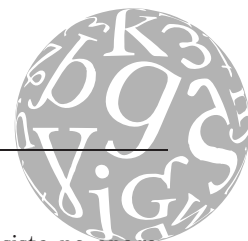
(3) ... spelunca ou quartel general da boreal Aurora, bolorento armazem de Alfarrabios ou carcomidos livros, da qual sahem empestados vapores, que *vão acabar de matar* a nossa moribunda pátria. (séc. XIX)

Presente do indicativo

(4) Nos dias 11 e 12 a Conferência Espacial Européia se reunirá para decidir da participação da Europa no programa pós-Apolo, que *se inaugura* com o lançamento do Skylab [estação experimental] a 30 de abril de 1973 e se seguirá, possivelmente, com o táxi espacial. (séc. XX)

Sabe-se que a construção *ir* + infinitivo se gramaticaliza como futuro perifrástico, em concorrência com o futuro simples em português (Santos, 1997; Gibbon, 2000; Silva, 2002; Malvar, 2003; Oliveira, 2006), assim como ocorre com construções semelhantes em outras línguas (inglês, francês, espanhol e italiano). Esse processo de auxiliarização do verbo de movimento *ir* pode ser explicado por uma passagem do sentido espacial intrínseco a essa forma verbal para um sentido prospectivo temporal. Essa hipótese, fundamentada numa relação cognitiva entre as categorias de espaço e tempo (Bybee e Pagliuca, 1987; Hopper e Traugott, 1993/2003), pode ser confirmada por dados tanto de fala como de escrita, inclusive na sua modalidade “cult” ou padrão.

A forma perifrástica com *ir* + infinitivo, embora documentada já no século XIV, parece ganhar espaço no século XIX e só no século XX passa a ser mais utilizada, pelo menos na língua falada, ocupando o espaço antes preenchido pela



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

perífrase com *haber de* + infinitivo, principal concorrente do futuro simples até o século XIX (Oliveira, 2006).

Por meio da análise controlada de dados dos séculos XVIII, XIX e XX, verifica-se a trajetória da gramaticalização e da implementação da perífrase com *ir* + infinitivo, identificando-se os contextos lingüísticos do seu espalhamento. Nesta comunicação, em particular, busca-se observar esse fenômeno num estudo de tempo real, com base em dados recolhidos de cartas oficiais, cartas de comércio, cartas de editores, cartas comuns, cartas pessoais e de editoriais de jornais, tendo como base a sociolingüística variacionista (laboviana) e considerando como grupos de fatores: a) a extensão fonológica do verbo principal; b) o paradigma verbal; c) a pessoa verbal; d) a animacidade do sujeito; e) o papel temático do sujeito; f) a natureza semântica do verbo; g) a projeção de futuridade; e h) o tipo de texto.

Assim, observam-se, neste estudo, o processo de gramaticalização da forma perifrástica com *ir* + infinitivo e o papel de alguns grupos de fatores (medido em termos de percentuais e de pesos relativos – a partir da ferramenta GoldVarb) que atuam na sua implementação.

BYBEE, J.; PAGLIUCA, W. The evolution of future meaning. In: RAMAT, A. G.; CARRUBA, O.; BERNINI, G. (Eds.). *Papers from the Seventy International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1987, p.109-122.

GIBBON, A. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis*: gramaticalização e variação. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - UFSC, Florianópolis, 2000.

HOPPER, P.; TRAUOGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. Republicado em 2003.

MALVAR, E. *O presente do futuro no português oral do Brasil*. Tese (Doutorado em Lingüística) – University of Ottawa, Ottawa, 2003.

OLIVEIRA, J. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Tese (Doutorado em Lingüística) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, A. *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – UNB, Brasília, 1997.

SILVA, A. *A expressão de futuridade no português falado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.

### Italiano dos séculos XIV e XVI: variações no emprego de formas apocopadas em dois testemunhos do "Livro de Isaac"

Cynthia Elias de Leles Vilaça

cynthiaphilo@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para o conhecimento da língua italiana dos séculos XIV e XVI. Para tal, buscou-se identificar e sistematizar variações no emprego de formas apocopadas em dois testemunhos do *Livro de Isaac*: manuscrito quatrocentista de cota ms. *ricc. 1489* (Biblioteca Riccardiana de Florença - BRF), e a edição *princeps* italiana do *Livro de Isaac* (*Il Libro de l'Abate Isaac de Syria de la Perfectione de la Vita Contemplativa*), publicado em Veneza por Bonetum Locatellum Presbyterum

em 1500.

A apócope é um fenômeno fonético que consiste no apagamento de um segmento sonoro ou de uma seqüência de sons no final da palavra. Tal apagamento é comum depois de uma consoante lateral, vibrante ou nasal (*l, r, m, n*). Em italiano, a apócope pode ser vocálica (quando o apagamento é de uma vogal) ou silábica (quando se trata do apagamento de uma sílaba). A apócope vocálica, mais comum do que a silábica, seria obrigatória em três casos: 1) infinitivos seguidos por pronome átono (*vedere + lo* >> *vederlo*); 2) substantivos usados como título de respeito ou profissão e seguidos por nome próprio (*signor Barbieri, dottor Franceschi, professor Matucci*), sendo as formas plenas do tipo *ingegnere Gargiulo* típicas do italiano regional meridional; 3) adjetivo *buono*, se precede o nome a que se refere (*buon pane*). Segundo Patota (2002, p.103), a apócope vocálica seria automática em algumas locuções cristalizadas, como a *parer mio, amor proprio, timor di dio*, entre outras. Também os casos das preposições articuladas *del* e *al* e dos adjetivos *bel* e *quel*, seriam interpretados como de apócope vocálica, em que a queda do *-o* em *dello, allo, bello e quello* seria seguida pela redução da consoante dobrada a uma simples (Patota, 2002, p. 102). Já a apócope silábica encontra-se presente em poucos casos: no adjetivo *gran(de)*; no pronome *um po(co)*; no adjetivo *san(to)* e no substantivo *fra(te)*, seguidos de um nome próprio; e na palavra *mo(do)*, quando parte da locução preposicional *a mo' di* (Patota, 2002, p.102). Além disso, o italiano literário em prosa e, sobretudo, em verso apresenta alguns outros casos de apócope silábica em formas como *diè (diede), fé (fece e fede), me' (meglio), piè (piede), ve' (vedi), e vèr (verso)*.

Hock (1991, p. 92-93) verificou uma sensibilidade do fenômeno da apócope com relação ao número de sílabas da palavra. Desse modo, a apócope se aplicaria a palavras com três ou mais sílabas, mas não a palavras dissilábicas. Entretanto, constatou-se que, em italiano, a apócope em dissílabos, embora restrita aos poucos casos de apócope silábica anteriormente mencionados, mostrou-se freqüente nos testemunhos do *Livro de Isaac* selecionados para este trabalho. Sendo assim, intenta-se quantificar e contrapor a freqüência de dissílabos apocopados a suas respectivas formas plenas, avaliando os possíveis contextos que as teriam favorecido.

Para Patota (2002, p.101), o caso mais importante é o de apócope por haplologia cancelamento de sons semelhantes ou idênticos próximos entre si. Exemplos de haplologia no italiano seriam as palavras vindas de bases latinas terminadas em *-ate(m)* ou em *-ude(m)*, que, após a sonorização da oclusiva dental intervocálica *t*, tiveram a sílaba final apagada, passando a *-tà* e *-tù*, respectivamente [*lat. bōn(ĭ)tāte(m) > bontade > bontà*]. Patota argumenta que esse apagamento da sílaba *-de* teria sido favorecido pela freqüente presença de um elemento funcional adjacente a esta sílaba, como a preposição *de*, variante antiga de *di*. Grandgent (1933, p. 47) já havia usado esse argumento, ao postular que a palavra *piede* juntamente com nomes abstratos terminados em *-de* comporiam uma classe especial, já que, em um estágio primitivo da língua, teriam sido comumente constituintes de sintagmas nominais como *alli piede de Deo, la bontade de Deo*. Esse tipo de sintagma conteria uma repetição desnecessária, que teria causado o apagamento de uma das sílabas *de*. Segundo esse autor, *mo* (por *modo*) provavelmente teria surgido por trajetória similar à dos nomes em *-de*.

Contudo, Grandgent (1933, p. 47) ainda afirma que as formas plenas em *-ade/-ate* e *-ude/-ute* teriam sido usadas



por muitos séculos. No *corpus* utilizado neste trabalho, observou-se as seguintes variações: ms. *ricc. 1489* (linha 473) *dala liberta et dala nobilita dela tua intentione*; edição de 1500 (linha 2165) *bontade de la virtude di coloro chegli tenta*, (linha 3844) *bonta del timor di dio*. Destarte, outra tarefa proposta neste trabalho é a de analisar a validade da haplogogia para explicar a ocorrência ou não de formas apocopadas, a partir do *corpus* selecionado.

Segundo Lausberg (1974, p. 226), o latim vulgar tinha a tendência de evitar a consonância em final de palavra. Essa tendência foi mais fortemente mantida nos dialetos da Itália central e do sul, em contraposição aos dialetos do norte da Itália e demais dialetos românicos. Autores como Lausberg (1974, p. 227) e Posner (1996, p. 291) acreditam que o principal meio utilizado para evitar um final de palavra consonântico teria sido a inserção de uma vogal paragógica, e não a retenção de átonas finas latinas.

Sabe-se, entretanto, que a pronúncia de sílabas não-acentuadas pode ser realizada mediante uma compressão respiratória fraca, o que caracterizaria o enfraquecimento da perceptibilidade sonora. Dessa forma, as vogais átonas apenas são sopradas, tendendo a serem completamente apagadas. Em geral, a vogal *-a*, por apresentar maior grau de perceptibilidade sonora, seria a mais resistente à queda (Lausberg, 1974, p. 155). No entanto, Rohlfs (1966, p. 176) discute a questão da conservação *vs.* queda de *-a* como vogal átona final nos vários dialetos italianos. Lausberg (1974, p. 148) assegura que, na România Ocidental, a diferença de compressão entre a sílaba tônica e a sílaba átona teria sido mais pronunciada, especialmente em francês, italiano do norte, reto-romano e catalão (e menos em espanhol e português). Isso explicaria a redução mais ampla das vogais átonas nessas línguas.

Por fim, no manuscrito quatrocentista de cota ms. *ricc. 1489* (provavelmente copiado em Florença), observou-se um emprego mais escasso de formas apocopadas. Essas formas correspondem, em sua maioria, às preposições articuladas *al, del, nel, col, cola, collo e dal*; além de *nolla (non la), auer, frate (fratello), mo (modo), signor e liberta*. A edição *princeps* de 1500, ao contrário, apresentou uma gama mais variada e uma frequência maior de emprego de formas apocopadas: *operation, nel, al, del, de (dei), pensa (pensare), alchun, castita, esser, studiar, resuscitar, honor*, entre muitas outras. Considerando que o texto da edição *princeps* do *Livro de Isaac* tenha sido publicado em Veneza, postula-se que, embora o texto tenha sido escrito no dialeto de prestígio (de base florentina), o dialeto do editor (provavelmente o veneziano, caracterizado pela tendência ao apagamento de vogais/sílabas finais, juntamente com os demais dialetos da România Ocidental) tenha influenciado a maior variedade e frequência de formas apocopadas nesse texto. Assim sendo, buscar-se-á investigar o grau de influência dialetal no emprego de formas apocopadas no italiano dos séculos XIV e XVI.

GRANGENT, Charles H. *From Latin to Italian: an historical outline of the phonology and morphology of the Italian Language*. Cambridge: Harvard University Press, 1933.

HOCK, Hans Heinrich. *Principles of historical linguistics*. 2. ed. rev. and updat. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1991.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística Românica*. Tradução de Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974. Título original: *Romanische Sprachwissenschaft*.

PATOTA, Giuseppe. *Lineamenti di grammatica storica*

*dell'italiano*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2002.

POSNER, Rebecca. *The Romance Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROHLFS, Gerhard. *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti: Fonetica*. Tradução de Salvatore Persichino. Torino: Giulio Einaudi editore, 1966. Título original: *Historische Grammatik der Italienischen Sprache und ihrer Mundarten*.

## Uma reflexão sobre a constituição discursiva de textos jornalísticos formadores de opinião que retratam a temática discurso político-eleitoral

Maria Aparecida Silva Furtado

mariapfurtado@bol.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação é uma amostra de parte de análises do projeto de pesquisa, em desenvolvimento, intitulado *A temática discurso político-eleitoral em textos jornalísticos formadores de opinião*. Considerado por muitos como

apenas uma propaganda eleitoral enfadonha<sup>1</sup>, o discurso político-eleitoral, divulgado pela TV ou pelo rádio, no horário eleitoral gratuito, é deixado, muitas vezes, à parte do cotidiano das pessoas, pois elas, quase sempre, não têm paciência para a recepção desse discurso. O horário eleitoral gratuito é o espaço midiático que tenta dar um certo prestígio a esse discurso, legitimando-o conforme a Lei 9504/97. Outros espaços midiáticos, como por exemplo, os jornais impressos, visando, é claro, aos seus próprios interesses econômicos, políticos e sociais, têm sido importantes instrumentos na difusão e conscientização da população para a divulgação de fatos e de opiniões que retratam o tema. Os textos opinativos não são uma reprodução do discurso político-eleitoral dos presidenciáveis, tampouco são representações da palavra política a que descreve Charaudeau (2005), mas é uma forma de os leitores/eleitores conhecerem (indiretamente pela perspectiva dos enunciadores desses textos) o movimento político dos candidatos e suas campanhas eleitorais.

A publicação dos textos opinativos, conforme expressa a *Folha de São Paulo*, “obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”<sup>2</sup>. Sua publicação identificada, ou seja, com assinatura da autoria, segundo a *Folha*, não traduz a opinião do jornal. Se essa declaração da *Folha*, por um lado, tenta omitir o posicionamento discursivo político-ideológico do jornal, situando-o num lugar social que prega um discurso neutro e objetivo, por outro lado, reafirma a opinião daqueles que escrevem os textos opinativos. Partimos da concepção de que esse fato é um problema, tanto do ponto de vista do seu funcionamento na sociedade brasileira (uns tendem a formar suas opiniões a partir da opinião de outros, logo, o leitor/eleitor deve estar atento para discernir os fatos das opiniões), quanto do ponto de vista teórico-discursivo (os discursos não são autônomos), uma vez que leitores/eleitores podem estar sendo manipulados<sup>3</sup> por estratégias argumentativas que, implícita ou explicitamente, impõem-lhes a opinião daqueles que escrevem os artigos. Daí a relevância de se pesquisar



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

essa problemática.

Selecionamos como *corpus* desta pesquisa textos opinativos (editoriais e artigos de opinião) que comentam o tema discurso político da eleição presidencial do primeiro turno das eleições dos anos 2002 e 2006, do *Estado de Minas e da Folha de São Paulo*, no período que marcou a veiculação da propaganda política eleitoral gratuita no rádio e na televisão. O objetivo desta pesquisa é analisar as condições de produção e enunciação, a formação discursiva, o contrato de comunicação e o modo de organização do discurso midiático dos textos opinativos publicados. Examinar, ainda, a relação triangular entre o sujeito argumentante, a tese postulada e o sujeito alvo, bem como os valores compartilhados que repousam no consenso social. Com o conjunto dessas análises, será possível entender e demonstrar como um discurso aparentemente do campo midiático pode manifestar no destinatário uma mudança de atitude, agindo, então, como se fosse um discurso do campo político.

Como fundamentação teórica, esta pesquisa se embasa em algumas abordagens da Análise do Discurso (BENVENISTE, 1989, BAKHTIN, 1999, PÊCHEUX, 1997 e ORLANDI, 2001) para estudar a formação dos discursos nos campos midiático e político. Sustenta-se na Teoria da Argumentação (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996) para analisar a argumentatividade, bem como na Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2005) para verificar o contrato comunicacional e modo de organização dos discursos desses textos opinativos.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar uma amostra de parte dessas análises desse projeto de pesquisa e demonstrar que, ao ser abordada essa temática da forma como ela é, operada discursivamente, os textos opinativos parecem se apresentar tendenciosos no direcionamento para o sentido proposto pelo enunciador ao seu leitor virtual. Os imaginários sociais, entretanto, nem sempre permitem um diálogo regular entre a instância produtora e a instância receptora, podendo o(s) sentido(s), por uma questão situacional, discursiva ou argumentativa, serem corroborados, ou não, pelo leitor real.

<sup>1</sup> O discurso político-eleitoral torna-se enfadonho, cansativo, pelas suas próprias características apresentadas nas propagandas eleitorais. “A propaganda eleitoral, geralmente, é realizada em vésperas de eleições. Suas mensagens, veiculadas pelos meios de comunicação ou divulgadas diretamente através de discursos e apelos pessoais, convidam a votar em determinado candidato, enaltecem suas qualidades positivas e informam sobre as obras que realizou no passado e as que irá fazer no futuro, se eleito”. (Garcia, 1985: 8)<sup>2</sup> Folha de São Paulo, 30 de setembro de 2002, caderno Opinião, pág. A3.<sup>3</sup> Manipular um sujeito aqui significa alterar o seu modo de pensar visando alterar ou condicionar a sua escolha dos candidatos à presidência da república.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística Geral II*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989. (Título original: Problèmes de Linguistique Générale II, 1974).

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999. (Título original: Marksizm i filossófia iaziká, 1929).

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique*. Paris: Libririe Vuibert, 2005.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de. “Interdiscurso, intradiscurso e leitura. O caso de *Germinal*”. In: MARI, Hugo; MACHADO Ida Lucia; MELLO, Renato (Orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2001, p. 241-287.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADETE, F e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp. 1997A, p.163-252.

PERELMAN, Châim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie; *O Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, período da veiculação do horário político-eleitoral das eleições 2002 e 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, período das eleições 2002 e 2006.

### Aspectos lexicais da linguagem de marinharia no manuscrito “Notícia do Brasil” de Gabriel Soares de Sousa

Genésio Seixas Souza

genesios@ig.com.br

Universidade Federal da Bahia/Universidade do Estado da Bahia

Com base na pesquisa realizada no curso de doutoramento e dando continuidade aos estudos do mestrado, onde se procedeu à Edição Crítica do *Roteiro de Viagem e costa de todo o Brasil navegando p(or) ele desd’as Ilhas de Cabo Verde até o Rio da Prata*, manuscrito do século XVI, constante no *Libro Universal de derrotas, alturas, longitudes e conhecenças...* (código 1507 da Biblioteca Nacional de Lisboa), vindo a ser o décimo segundo roteiro dentre outros, ocupando 13 fólhos [101 r<sup>o</sup>. – 107 r<sup>o</sup>.], onde se fez a descrição do código, em especial à relativa aos fólhos indicados, o trabalho pretende um demonstrativo dos registros lexicais encontrados no manuscrito quinhentista *Notícia do Brasil – Roteiro Geral com largas informações de toda a costa que pertence ao Estado do Brasil e a descrição de muitos lugares della especialmente da Bahia de todos os Santos* de Gabriel Soares de Sousa. A Parte I do código, composta de 74 capítulos, nos dão um *roteiro geral* sobre a costa do Brasil, com amplas informações relativas às latitudes, às *conhecenças* e à derrota da *Carreira do Brasil*, onde se observam as instruções náuticas e a nominação dos sítios costeiros e importantes referências à sua divisão administrativa, seguida da II Parte que retrata a fauna, flora, língua e costumes do gentio da área do atual Estado da Bahia e capitanias circunvizinhas. E, finalizada a coleta de dados concernente à área lexical relativa à linguagem de marinharia, registro constante no português quinhentista da I Parte do manuscrito e que traz referências quanto às instruções de navegação da linha costeira do Brasil, procede-se no atual Estado à verificação das hipóteses do vasto campo semântico do vocabulário de marinharia, em que se optou, dentre as múltiplas possibilidades que se apresentam como objeto de análise, por um segmento que ressalta na área lexical analisada: a indicação dos *rumos* e dos *ventos*, buscando



no âmbito desse macrocampo conceitual, a configuração da análise proposta. Na tentativa de testar um modelo que venha a dar conta das modificações registradas no léxico da língua portuguesa ocorrida no séc. XVI, e pela consciência da complexidade que envolve a palavra na formação da linguagem humana, defrontamo-nos com as múltiplas possibilidades e dimensões com que essa matéria pode ser analisada. Sobre as posições teóricas, cabe um maior aprofundamento dos registros lexicais da linguagem de marinharia, onde se pretende fazer um demonstrativo das múltiplas correntes que tratam do domínio geral do léxico, como sendo esse o segmento menos estruturado da língua. O levantamento desses dados e o trabalho de pesquisa apontam no sentido de uma breve amostragem do que foi a gênese da extraordinária aventura lusitana, ocorrida entre os séculos XV e XVI, produzindo uma nova literatura de cunho essencialmente narrativo – *a literatura portuguesa de viagens* – gênero narrativo e instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade, complexa e em mudança, com que se deparou o homem português, enquanto trilhava as vias do processo descobridor e expansionista a que se entregara e com ele toda a Europa. A escrita, como raciocínio gráfico, foi um dos elementos de que se valeram os mareantes para tentar organizar o caos, estruturando-o nos moldes renascentistas. As novas necessidades da atividade humana resultaram da emergência do indivíduo que passa a utilizar a experiência pessoal no viver cotidiano, fazendo do uso da escrita e de outros grafismos, nomeadamente das cartas geográficas e de mapas diversos, uma forma de preservar, acrescentar e manipular o saber adquirido. O homem da segunda metade dos Quatrocentos e começos do século seguinte estava exposto a um desequilíbrio advindo da necessidade de adaptação a um novo ordenamento no campo das duas categorias fundamentais da existência humana: tempo e espaço. Pelos estudos efetuados e pela sensibilidade ganha no convívio com a época, a passagem do séc. XV para o XVI operou transformações irreversíveis: o choque técnico e pré-científico (a imprensa), fazendo do difundir das notícias uma instância importante do saber e do poder, sendo a experiência pessoal a que se revela com maior acuidade e persistência, originando um tipo de literatura que se afasta gradativamente do discurso oficial das correntes dominantes até então, como seja a escolástica depurada e o humanismo. A nova literatura solidariza o real e o imaginário, casa gesta e fábula com fatos reais, trazendo notícias das novas realidades geográficas e etnológicas e por esse novo saber, totalmente baseado na experiência e apoiado na visão direta dessa realidade. Os objetivos do trabalho visam, a partir do *corpus*, constituir um glossário dos elementos disponibilizados, concentrando-se nos campos que possam demonstrar o domínio que se elegeu para caracterização do momento histórico e lingüístico. A idéia fundamental de descrever as palavras da língua, com base na sua natureza nominativa, levou-nos a desenvolver um mecanismo homogêneo dessas unidades lingüísticas, tendo como referência preliminar os estudos de Eugênio Coseriu e seu discípulo Horst Geckeler, para os quais as unidades lingüísticas geralmente se mostram resistentes à sistematização, devido à sua qualidade essencialmente heterogênea. A relevância científica da pesquisa proposta justifica-se pela importância do levantamento dos aspectos lexicais constantes no documento, com vistas à elaboração de um *corpus* renovado e mais atual da linguagem náutica portuguesa do séc. XVI, buscando conseguir restituir aos estudiosos afetos à literatura de viagens, textos os mais fidedignos possíveis, tornando-os, ainda mais acessíveis ao

leitor pouco familiarizado com esse tipo de texto e edição.

- ALBUQUERQUE, Luís de. *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994. v. 2.
- BÁSILIO, Margarida. *Teoria lexical*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- BALDINGER, Kurt. *Teoria semântica: Hacia una semántica moderna*. Colección Románia, serie lingüística, 12. 2. ed. Madrid: Alcalá, 1977.
- BIDERMAN, Maria Tereza C. *Teoria lingüística*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CARVALHO, J. B. In: SERRÃO, Joel (Dir.) *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979. v.1, p. 98-100.
- COSERIU, Eugênio. Para uma semântica diacrônica estrutural. In: *Princípios de semântica estrutural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 211-245.
- GECKELER, Horst. *Semântica estructural y teoria del campo léxico*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1976.

## A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão da hipótese

Fernanda Cunha Sousa

fefajf@ig.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho tem por objetivo analisar a alternância entre o uso dos tempos verbais do Pretérito Imperfeito e do Futuro do Pretérito do Indicativo em correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil durante o século XVIII, mais precisamente entre os dias 07/10/1732 e 16/06/1762. Essa análise será feita com base nos pressupostos teóricos da Sociolingüística variacionista e serão focalizados os processos de expressão da hipótese por meio dos tempos verbais acima citados.

Antes de dar início a nosso trabalho, gostaríamos de explicar brevemente o contexto em que tais cartas foram escritas: trata-se de correspondências entre os representantes da Coroa no Brasil Colônia e/ou pessoas influentes nas vilas e a Coroa Portuguesa sobre como resolver o problema que ganhava grandes proporções na colônia naquela época: a questão dos negros na colônia.

Embora se reconheça que as noções de modo, tempo e aspecto estejam intimamente relacionadas em nossa língua, sendo praticamente impossível dissociá-las, elas estão caracterizadas a seguir a fim de esclarecer alguns pontos importantes para a discussão que pretendemos travar aqui.

A modalidade traduz a atitude do falante (de certeza, impossibilidade, solicitação, etc.) em relação ao fato que enuncia (KOCH, 1995), sua apreciação qualitativa em relação ao enunciado. Ela engloba todos os meios lingüísticos pelos quais o falante pode caracterizar a relação entre o participante em um determinado estado de coisas e a realização potencial desse estado de coisas.

Diferentemente do tempo, que localiza um estado de coisas



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

em relação ao momento da fala ou, ocasionalmente, em relação a outro ponto preestabelecido no tempo, o aspecto verbal refere-se à estrutura de tempo interna de uma situação (LONGO & CAMPOS, 2002).

Faremos a seguir uma breve explicação das noções que podem ser expressas pelos tempos verbais em questão a fim de facilitar a compreensão da possibilidade de troca entre eles.

De acordo com Koch, o Imperfeito expressa um processo passado com duração no tempo (aspecto), indicando concomitância ou habitualidade, podendo ser usado ainda para indicar tempos passados concebidos como contínuos ou permanentes, de acordo com o exemplo a seguir:

“como a maior parte deles se acham ocupados nos ofícios mecânicos que exercitam nas lavras e roças, em que trabalham e alguns, sendo suas as \_\_\_\_\_ se reduz a muito menor número do que se imaginava os ociosos e vadios”. (Carta do Conde de Galveis, 4o §, 07/10/1732)

Mas a autora também destaca que o referido tempo verbal pode ainda ser usado metaforicamente para expressar irreidade, como veremos em alguns dos próximos exemplos. O Futuro do Pretérito indica um processo posterior a algo passado, mas pode indicar também hipótese, probabilidade, incerteza, ou não comprometimento do falante com o que está sendo dito, além de valor de presente, exprimindo modéstia ou cerimônia de acordo com o exemplo a seguir:

“em ordem aos negros forros é que estes ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos na lavras de ouro, nas dos Diamantes, nas roças e comumente lascam para si de que se segue a V. Mag.e a utilidade de seus quintos, que seriam menos se eles não minerassem”. (Carta do Conde de Galveis, 1o §, 07/10/1732)

Segundo Comrie (1986 apud LONGO & CAMPOS, 2002), os tempos verbais possuem um valor *semântico nuclear*, mas seus usos são determinados pragmática e/ou discursivamente. O que significa que o falante adapta os usos de determinados tempos verbais de acordo com sua necessidade de expressão em cada situação de fala. Mas isso não quer dizer que haja uma total “liberdade” de escolhas. É preciso respeitar a correspondências entre os valores semânticos nucleares dos tempos verbais que podem ser intercambiáveis. Podemos dizer, então, com base nessa explicação, que a alternância entre os tempos verbais do Pretérito Imperfeito e Futuro do Pretérito são possíveis de acordo com os contextos de uso pelo fato de esses verbos compartilharem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconcluso. O que possibilita usos como:

“Mandando V. Mag.e que as Companhias de Ordenança nos seus distritos uma vez ou duas cada mês (...) procurem as matas as quartinando cada uma na freguesia respectiva, (...) serão todos os negros fugitivos e malfeitores presos ou mortos, quando se não entreguem, porque se acaso algum escapasse de alguma freguesia caía na outra, aonde ao mesmo tempo achava gente armada de quem facilmente não podia escapar e castigados com a pena respectiva aos delitos, e pela terceira vez pena Capital só

pelo crime da fugida parece, Senhor, se extinguirão os ladrões” (Carta da Câmara de V<sup>a</sup> Rica, 1o §, 16/06/1762)

A ocorrência do uso do Imperfeito do Indicativo com idéia de continuidade prevalece nos contextos de correspondências formais apresentadas (total de 6 correspondências), mas já há sinais de competição entre Pretérito Imperfeito e Futuro do Pretérito para expressar hipótese. É interessante notar que nesta última possibilidade de uso, o falante “cria” uma realidade possível e se projeta para dentro dela, podendo, então, falar sobre determinado fato sob a perspectiva desse novo ponto de vista criado. Ao levantar a possibilidade de um acontecimento, o falante já estaria “licenciado” a falar de algo anterior a esse dado possível como se tivesse realmente ocorrido e tido extensão nesse tempo “imaginário”, o que justificaria o uso do Imperfeito em virtude da noção que se pretende frisar, conforme analisamos na seção anterior.

A modalização lingüística aponta para a atitude dos falantes em relação ao conteúdo proposicional de seus enunciados, distinguindo o *dictum* do *modus*. O primeiro refere-se ao conteúdo proposicional, enquanto o segundo refere-se ao que determina a atitude ou o modo como o que se diz é expresso. Envolvendo, assim, uma série de gradações semânticas indicativas de dúvida, hipótese, certeza, intenção, desejo, obrigação, ou seja, nuances que fazem parte da estruturação do discurso e são muito importantes do ponto de vista pragmático.

Trazendo essas questões para o contexto em que as cartas analisadas acima foram escritas, não há como ignorar que seus escritores encontravam-se numa situação de ameaça em virtude do rápido crescimento do número de negros forros e sem perspectiva de trabalho, o que aumentava as tensões sociais e econômicas no Brasil colônia da época. Diante disso, escreviam ao Rei de Portugal para que este tomasse consciência da gravidade da situação, e já faziam, nesses mesmos comunicados, sugestões que julgavam serem as mais adequadas e eficientes para conter o problema crescente.

Há, nessas correspondências, a crença de que as soluções propostas eram viáveis e eficazes, o que faz com que expressem atitude de certeza de resultado e o claro desejo de que fossem atendidos, diante do perigo que corriam cercados por pessoas nas quais já havia se incutido ódio e revolta pela sociedade local. Por isso, o falante se projeta para o universo dessas propostas criadas e fala delas com certa garantia de eficácia. O que reforça a idéia de que “toda verdade contida em um ato de fala traz consigo a avaliação do falante acerca das coisas do mundo” (SILVA, 2002, pág. 489, 4o §).

A alternância entre esses tempos verbais não é, de forma alguma, aleatória. Ela se guia pelas necessidades expressivas dos falantes de acordo com suas diferentes necessidades comunicativas.

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: CUP, 1985.

KOCH, I. V.; SILVA, M. C. P. S. *Lingüística Aplicada ao Português*: Morfologia. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

LONGO, Beatriz de O.; CAMPOS, Odette de S. A auxiliariade: perífrases de tempo e aspecto no Português falado. In: ABAURRE, M. Bernadete M.; RODRIGUES, Angela C. S. (Orgs.) *Gramática do Português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, A. *A expressão da futuridade na língua falada*. Tese de





doutorado, UNICAMP. Campinas/UNICAMP, 1997.  
WEINRICH, H. Tense and time. In: *Archivum Linguisticum*. part N. S. 1, 1970. p. 31-41.  
SILVA, Ademar da. A sobreposição modal em IR + infinitivo. In: ABAURRE, M. Bernadete M.; RODRIGUES, Angela C. S. (Orgs.) *Gramática do Português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.  
Requerimento de Rita de Souza Lobo, 1779, Manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos a Minas Gerais. Microfilmados e Digitalizados – Cx. 115, Doc. 60.

## O apagamento de pronomes clíticos de forma reflexiva em cartas de leitores de jornais cariocas do século XIX

Regina Lúcia C. L. Bittencourt

regibitt@bol.com.br  
UFBA

O objetivo deste trabalho é analisar a supressão de clíticos, imprecisamente identificados como de forma reflexiva, sobretudo na forma dita de terceira pessoa (*se*), bem como caracterizar fatores condicionantes do apagamento e/ou da utilização de estratégias de esquiva. O *corpus* de pesquisa se compõe de um conjunto de cartas de leitores de jornais cariocas, escritas no século XIX. Entendemos que a análise do percurso diacrônico do apagamento desses clíticos, juntamente com a descrição da hierarquia das funções mais propensas à sua perda, contribuirá para ampliar o conhecimento das características da gramática do português brasileiro (PB), visto que a análise dos fatores relacionados ao fato lingüístico em questão contribuirá para definir também a sua relação com outros processos de mudança na gramática do PB como, por exemplo, a mudança no parâmetro *pro-drop*. Serviram como referenciais teóricos para esse estudo os trabalhos de D'Albuquerque (1984); Cavalcante (1999, 2001); Camacho (2003); Nunes (1991,1995) e Duarte (2002). Partimos inicialmente de duas hipóteses:

a) O enfraquecimento do sentido passivo e aumento do sentido impessoal nas construções de VTD com *se* e a consequente reinterpretação das passivas como voz ativa impessoal podem ter relação com o apagamento do clítico *se* devido aos seguintes fatores: tipologia verbal; grau de referência do clítico; traços semânticos dos argumentos; concordância entre verbo e argumento interno; b) A hierarquia do apagamento seria, em ordem decrescente, e a partir da função preenchida pelo clítico, a seguinte: a) *função indeterminadora*; b) *função passiva*; c) *função reflexiva*; d) *função recíproca*. Camacho (2003) reconhece que construções com apagamento de clíticos de forma reflexiva são construções de voz média, que se vêm popularizando no PB. Partindo desse estudo, consideraremos que o verbo conjugado com pronome reflexivo (excetuando as funções de reciprocidade e reflexividade) representa construção de voz média ou medial, por entendermos que “nas construções reflexivo-recíprocas, o clítico se caracteriza por uma simetria de traços número-pessoais com o termo na posição de sujeito, com o qual se acha obrigatoriamente coindexado” (CAMACHO, 2003,

p. 98). Ou seja, o clítico é simultaneamente anafórico e correferencial ao sujeito, enquanto na média, o clítico é unicamente anafórico. Entendemos como *construções recíprocas* “aquelas em que cada um dos termos – o sujeito ( um sintagma nominal ou um pronome) e o complemento (sempre um pronome pessoal) representa em si mesmo os dois termos (e portanto, as duas pessoas) da relação transitiva” (NEVES, 2000, p. 452) e, como *se-reflexivo*, aquele que incide efetivamente na estrutura dos argumentos e representa o argumento interno. (RIESE-SCHMIDT, 2002, p. 255). Os estudos voltados para a compreensão da dinâmica das mudanças das línguas devem entendê-las como produto histórico e social, considerando, por conseguinte, a sociedade que a utiliza, a influencia e é por ela influenciada, ou seja, as mudanças lingüísticas estão relacionadas às mudanças sócio-culturais e políticas que ocorrem nas suas comunidades de fala. Desse modo, um dos fatores da escolha do *corpus* é que este recobre, pelo menos, dois períodos importantes na história do Brasil, tais como, 1822 ( a Independência) e 1889 (a Proclamação da República). Além disso esse período é caracterizador da emergência de uma gramática própria do PB, e também momento em que, como observado por Nunes (1991, p. 37), construções com concordância (*se*-passivo) entram em franca decadência e, segundo Cavalcante (1999, p. 21), a supressão do clítico *se* também se torna evidente. Este estudo faz parte da dissertação de Mestrado, ainda em desenvolvimento, intitulada *No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora*, que objetiva identificar quais funções, quer semânticas, quer sintáticas, exercidas por esses clíticos têm sido mais propensas à supressão, bem como os fatores condicionantes do apagamento e/ou do desenvolvimento de estratégias de esquiva, no percurso diacrônico empreendido pelo PB entre os séculos XVIII e o XX.

CAMACHO, R. G. *Em defesa da categoria de voz média no português*. São Paulo: D.E.L.T.A., v. 19, n. 1, p. 91-122, 2003.

CAVALCANTE, S. R. *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. 1999. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada?. In: MATTOS E SILVA, R.V. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. Primeiros estudos, t.1, v.II, p. 197-219, 2001.

D'ALBUQUERQUE, A. C. R. *A perda dos clíticos num dialeto mineiro*. São Paulo: Tempo Brasileiro, n. 78-79, p. 97-120,1984.

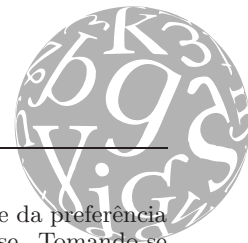
DUARTE, M.E.L. Construções com *se* apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: ALKMIM, T.M. (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*. vol. III, p.155-176. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Novos Estudos: 2002.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NUNES, J. *Ainda o famigerado SE*. São Paulo: D.E.L.T.A, v.11, n. 2, p.201-240, 1995.

\_\_\_\_\_. *Se* apassivador e *se* indeterminador: O percurso diacrônico no português Brasileiro. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, 20, 1. p. 33-58, jan./jun.1999.

SCHMIDT-RIESE, R. Sobre mudança e variedades lingüísticas no espanhol quinhentista: o caso das construções com *se*. In: ALKMIN, T. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, vol. 3, p. 247-278, 2002.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Um texto exortatório da primeira idade média

Célia Marques Telles

cmtelles@ufba.br  
Universidade Federal da Bahia

Ao analisar o discurso do *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, uma preocupação começou a delinear-se: como na história da língua essas narrativas eram estruturadas? O recuo à língua latina do primeiro período da Idade Média – na direção do proposto por Hilário Franco Júnior (2005) – foi inevitável e, evidentemente, a escolha incidiu no primeiro receituário em língua latina, o *De re coquinaria* de Apício, conhecido através do manuscrito datado do séc. IV. d.C. Os textos dos receituários descrevem a experiência, organizam o conhecimento, informam os acontecimentos, ensinam ou advertem sobre novas experiências. Açam-se escritos pela mão que escreve para um destinatário, a quem o texto é dirigido. A esse propósito, vale lembrar a advertência de Odile Redon, Françoise Sabban e Silvano Serventi, em *The Medieval Kitchen* (1998), de que a “literatura dos livros de cozinha” é, em primeiro lugar e antes de qualquer coisa, uma literatura técnica. Assim, em relação a outros gêneros do discurso, o receituário caracteriza-se pela importância da sucessão cronológica tanto para a narrativa como para a indicação do procedimento (LONGACRE, 1974, p. 358). Nessa perspectiva, lembra R. E. Longacre (1974) que o discurso do procedimento e o hortatório são mais prescritivos enquanto prescrevem, isto é, dizem como fazer ou como executar alguma coisa (discurso de procedimento) ou o que fazer ou o que não deve ser feito (discurso hortatório). Ora, é preciso lembrar que o conceito de tempo é muito mais amplo do que a mera divisão em presente, passado e futuro, pois, exprimir o tempo, como afirma Catherine Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 45), é localizar um evento no eixo da duração, relativamente a um momento T tomado como referência. Charles J. Fillmore (1997, p. 46), nessa direção, diz que podemos falar de eventos que acontecem no tempo, quer seja um antes do outro, quer durante um certo tempo. Nessa mesma direção, Eugenio Coseriu (1980) distingue duas dimensões temporais, o *plano* (que opõe o *atual* e o *inatural*) e a *perspectiva* (toda dimensão que serve para situar direta ou indiretamente uma ação verbal em relação a um ponto de partida). Desse modo, retomam-se as observações de Klaus Heger (1974, p. 24) de que ao se combinarem os vetores dêiticos temporais referidos ao falante e ao processo eles não devem necessariamente coincidir, conduzindo a novas subdivisões. Ainda para K. Heger existem – ou podem existir – dois momentos distintos atribuídos ao mesmo ato de comunicação: o primeiro deles é aquele de onde parte o vetor temporal relativo ao falante, o segundo, o que tende para o vetor dêitico referente ao processo. Para tanto, lançou-se mão do conceito da dimensão temporal (temporalidade), atualizada, como lembra Carl Vetters (1993) pelos tempos dêiticos. De acordo com a teoria de H. Weinrich (1968) os receituários de cozinha são classificados como narrativa do *mundo comentado*, narrativa em tempo presente (e futuro), no modo indicativo (ou subjuntivo) e imperativo, caracterizando-se pela presença de marcas aspectuais (não-) improspectivo e prospectivo. A narrativa do mundo comentado é expressa nos modos indicativo (fato real) e imperativo (ordem, advertência), enquanto a presença do modo subjuntivo é determinada pela *consecutio*

*temporum* e o uso do modo infinitivo depende da preferência do emitente na organização estrutural da frase. Tomando-se exemplos como: “Uvae ut diu serventur: accipies uvas de vite inlaesas, et aquam pluvialem ad tertias decoques, et mittis in vas, in quo et uvas mittis” ou “Ut piscis fricti diu durent: eodem momento, quo friguntur et levantur, ab aceto calido perfunduntur”, tenta-se mostrar como essa marca dêitica é documentada no *De re coquinaria*, estabelecendo-se um paralelo entre esse texto latino da primeira idade média e o discurso do primeiro tratado de cozinha em língua portuguesa, o texto quincentista do *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Os dados do texto latino permitiram que se vissem como a estrutura dêitica da temporalidade é representada nessa fase do latim tardio, mostrando a direção do comportamento que vai ser documentado no romance.

- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Antigüidade Tardia ou Primeira Idade Média?* Santana de Parnaíba, São Paulo: 2005. Entrevista concedida a Ruy de Oliveira Andrade Filho. In: ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira (Org.). *Relações de poder, educação e cultura na antigüidade e idade média: estudos em homenagem ao Professor Daniel Valle Ribeiro*. Solis., 2005, p. 233-242.
- COSERIU, Eugenio. Aspect verbal ou aspects verbaux? Quelques questions de théorie et de méthode. In: DAVID, Jean; MARTIN, Robert (Orgs.). *La Notion d'aspect*. Metz: Centre d'Analyse Syntaxique, 1980. p. 19-20.
- FILLMORE, Charles J. *Lectures on deixis*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 1997.
- HEGER, Klaus. Análisis onomasiológico del tiempo verbal. In: \_\_\_\_\_. *Teoría semântica: hacia una semántica moderna*. Madrid: Alcalá, v.2, 1974.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Énonciation: de la subjectivité dans le langage*. 3. éd. Paris: Armand Colin, 1997.
- LONGACRE, R. E. Narrative versus other discourse genres. In: BREND, Ruth. M. (Ed.). *Advances in tagmemics*. Amsterdam: North Holland, 1974, p. 357-376.
- REDON, Odile; SABBAN, Françoise; SERVENTI, Silvano. *The Medieval kitchen: recipes from France and Italy*. Transl. Edward Schneider. Chicago/London: The Univ. of Chicago Press, 1998.
- VETTERS, Carl. Temps et deixis. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Le Temps: de la phrase au texte*. Lille: PULille, 1993. p. 85-115.
- WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Trad. de Federico Latorre. Madrid: Gredos, 1968.

### Contribuição para o estudo diacrônico das formas “mas”, “pero” e “porém” no português

Danivia da Cunha Mattozo Wolff

danivia@gmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho é parte de um projeto de dissertação de mestrado em Linguística em curso no Programa de Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Pretende-se aqui propor uma análise inicial que se insere dentro da área de linguística histórica românica e que se dará através do estudo das formas *mas*, *pero* e *porém* do português dos séculos XIII, XV e XVI.



De acordo com Mattos e Silva (1984), nesse período podiam-se encontrar no português as formas *mas* (provenientes do advérbio latino *magis*), *pero* (proveniente da forma latina *per hoc*) e *porém* (originada de *per inde/per ende*) e suas variantes, conforme se pode averiguar nos exemplos abaixo, de textos do português do séc. XIII:

(a) “Mays d(e)poys que o iuyzo for fijdo, nenhu~ no~ possa parar ante sy nenhuã deffensioẽ no~ mostrar que aquel que deu o juyzo no~ era alcayd(e) ne~ auia poder d'alcayd(e), ou se mostrar que aq(ue)l que trouxe o p(re)yto en seu nome no~ foy seu pessoeyro, mas que teue a uox falsame~te, ou se mostrar q(ue) o iuyzo foy dado p(er) falsas cartas ou p(er) falsas testemonhas.” (*Foro Real*, séc. XIII)

(b) “E sse no~ ouu(er) de que os peyte, o corpo e quanto ouu(er) seya a m(er)cee del rey, pero se no~ ueer e mostrar razo~ p(er) que no~ [ue~o], p(or) enfermidad(e) ou p(ri)son ou rios ou g(r)andes n[e]ues, e quando ueer mostrar estas razoes dereytas, no~ aya nenhu~a pea e esto no~ se entende por aquelles que son chamados a juyzes co~ se(us) contentores e assy estes se no~ ueere~ a mandamento do juyz aya~ pe~a q(ue) e´ posta (contra) aquelles a que no~ fazen o mandamento do juyz.” (*Foro Real*, séc. XIII)

(c) “E q(ue~) quer q(ue) (contra) isto ueer ou faz(er) algu~a cousa moyra porende e no~seya leyxado uiuo”. (*Foro Real*, séc. XIII)<sup>1</sup>

Segundo Mattos e Silva (1984), a forma *mas* era, etimologicamente, um advérbio de intensidade; *pero* e *porém* tinham valor conclusivo-explicativo (equivaliam a *por isso*, *portanto*). O *mas* era a forma adversativa básica já no período arcaico, pois foi o que primeiro adquiriu valor adversativo, seguido de *pero* e, por último, de *porém*. Assim, as três formas já eram encontradas com função adversativa no português arcaico. *Pero*, no entanto, teria passado por outros processos de mudança que teriam culminado em seu completo desaparecimento. Assim, no séc. XVI a forma *pero* já não é mais encontrada no português, restando apenas as formas *mas* e *porém*.

Para Mattos e Silva (1984), o desaparecimento de *pero* está diretamente relacionado à sua concorrência com o *porém*. Ela estabelece uma série de hipóteses para explicar como o *porém* teria sido o fator condicionador mais atuante para o desaparecimento de *pero*. No entanto, em nenhum momento a autora considera a forma *mas* como possível concorrente de *pero*. Uma das explicações da autora para o desaparecimento de *pero* é a existência de outro item com a mesma função, ou seja, função adversativa. Para ela, esse item é o *porém*. Ora, de acordo com a própria autora, o *mas* era a forma adversativa básica já no período arcaico, pois foi o que primeiro adquiriu valor adversativo, seguido de *pero* e, por último, de *porém*. Era de se esperar que ele desempenhasse alguma influência nas mudanças sofridas por *pero*.

Dessa forma, este estudo objetivou analisar o desaparecimento de *pero* em português, levando em conta também a forma *mas*, que, conforme foi dito, teve uso difundido como conjunção adversativa desde o período arcaico e, provavelmente, foi importante no processo de desaparecimento da forma *pero* no português.

Para tanto, foram coletados as 100 primeiras ocorrências das formas *mas*, *pero* e *porém* e suas variantes em textos do português dos sécs. XIII, XV e XVI. Cada dado foi analisado, buscando-se averiguar as hipóteses pré-estabelecidas por Mattos e Silva (1984) e considerando-se, principalmente, as funções sintáticas e semânticas de cada dado.

Pode-se dizer que a análise é ainda bastante superficial e

precisa de maior aprofundamento. No entanto, algumas idiosincrasias já foram encontradas e, como um dos resultados iniciais, tem-se que a forma *pero*, em português arcaico, não se restringia aos usos com sentido conclusivo-explicativo e adversativo, conforme sugerido por Mattos e Silva (1984).

<sup>1</sup> Os dados (a), (b) e (c) foram retirados do CIPM - *Corpus Informatizado do Português Medieval*.

BARRETO, Therezinha M. M. Observações sobre as conjunções no século XVI. In: Mattos e Silva, R. V. & Machado Filho, A. V. L. *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pero e porém: uma trajetória de gramaticalização*. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 23-24, jun.-dez. 1999.

BROCARD, Maria Teresa (Ed.) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Lisboa: F.C.S.H., 1994. (Tese de Doutoramento).

COUTINHO, Ismael L. *Pontos de gramática histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

FERREIRA, José de Azevedo (Ed.). *Afonso X, Foro Real*. Lisboa: INIC, 1987.

MATTOS e SILVA, Rosa M. Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa nacional - Casa da Moeda, 1989.

\_\_\_\_\_. *Pero e porém: mudanças em curso na fase arcaica da língua portuguesa*. *Boletim de Filologia*. Lisboa, v. II, Tomo XXIX, 1984.

MEYER-LÜBKE, W. *Introdução ao estudo da glotologia românica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1916.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

## O paralelismo e a colocação de clíticos nas orações coordenadas no corpus histórico do português Tycho Brahe

Gilcélia de Menezes da Silva

gilceliabr@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas

### 1. Objetivos

Este trabalho apresenta os resultados principais de uma pesquisa sobre a colocação de clíticos em sentenças coordenadas em textos representativos do Português Clássico. A pesquisa resultou de um projeto de iniciação científica realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, associado ao projeto temático “Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística”, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Charlotte Marie Chambelland Galves. Um dos objetivos principais do projeto temático é analisar a colocação dos clíticos no Português Europeu no período que vai do séc. 16 ao séc. 19 nos ambientes sintáticos em que a língua permite variação entre próclise e ênclise, procurando localizar no tempo o momento em que se dá a mudança para o Português Europeu Moderno, em que a ênclise se torna obrigatória nesses mesmos contextos. À medida que o projeto temático analisava seus dados coletados do Corpus Anotado



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

do Português Histórico Tycho Brahe e conseguia levantar algumas questões importantes sobre a história dos clíticos dentro da evolução do Português Europeu, era necessário um estudo mais detalhado sobre a colocação dos clíticos em orações coordenadas. Por essa razão, o objetivo do projeto de iniciação científica foi analisar, no mesmo período citado acima, ou seja, no Período Clássico do Português, a sintaxe dos pronomes clíticos em orações coordenadas V1, ou melhor, com verbo inicial.

Este estudo foi realizado com base em textos de 17 autores que compõem o Corpus Tycho Brahe, totalizando 771 sentenças analisadas, das quais 430 com ênclise e 341 com próclise. Os dados foram classificados e organizados primeiro por autores e depois, dentro de cada autor, foram classificados pela posição do pronome clítico como exemplificado abaixo.

A posição dos clíticos em orações coordenadas apresenta as seguintes características:

(A) Ocorrência de clíticos na primeira e na segunda coordenada, com quatro padrões possíveis:

*Ênclise / Ênclise:*

(1) Com dinheiro, susta-se o poder dos maus e facilitam-se os meios de fazer bem: sem êle nada prospera. [Marquesa de Alorna (1750)]

*Próclise / Próclise:*

(2) Dizendo isto, por um movimento quase involuntário lhe tomou a mão adormecida e a levou aos lábios. [Almeida Garrett (1799)]

*Ênclise / Próclise:*

(3) Tenha-me Vossa Senhoria sempre na sua graça e me dê repetidas ocasiões de mostrar no Seu Serviço o meu reconhecimento. [Alexandre de Gusmão (1695)]

*Próclise / Ênclise:*

(4) Não só vos condemnam os homens pelo que vós nunca imaginastes, mas condemnam-vos pelo que nem elles imaginam de vós. [Padre Vieira (1608)]

(B) Ocorrência de clíticos somente na segunda oração coordenada:

*Ênclise:*

(5) Vieram e levaram-me após si aquele pouco repouso, que conservava afim de o perder minha vontade. [Francisco Manuel de Mello (1608)]

*Próclise:*

(6) Continuamente acusamos a injustiça da fortuna, e a consideramos ainda mais cega do que o amor, na repartição das felicidades. [Matias Aires (1705)]

#### 2. Análise dos dados

Em um primeiro olhar sobre as coordenadas nos pareceu que havia a ocorrência de um fenômeno a que passamos a denominar *paralelismo*. Esse fenômeno acontece quando, em uma dada sentença com duas orações coordenadas, a colocação dos clíticos na segunda coordenada acompanha a mesma posição da primeira. Como se pode ver nos exemplos abaixo:

(7) Pinte-lhe com côres bem vivas a extensão do seu sacrificio, mas faça-o generosamente e espere com paciência o resultado d'êste acto. [Marquesa de Alorna(1750)].

(8) Sua mulher me mandou chamar hontem por Dom Alexandre, e a achei lastimosíssima [Padre Antônio Vieira-Cartas(1608)]

A partir dessa primeira observação do efeito de paralelismo, decidimos verificar se este fenômeno ocorria de fato, e se havia, dentro do período considerado, alguma variação no tempo. Desse modo, o estudo, devido a uma necessidade

metodológica, passou a olhar também para as primeiras coordenadas das sentenças.

Assim, observando a posição dos pronomes clíticos no conjunto dos autores, temos (como já explicitado acima) três ambientes, a saber: primeira coordenada sem clíticos; primeira coordenada com próclise; primeira coordenada com ênclise. Partindo desses ambientes, analisamos o que ocorria com os clíticos na segunda coordenada.

Percebemos de imediato que, em contextos onde a primeira coordenada não possuía pronomes clíticos, ocorria uma variação próclise/ênclise entre os autores, em todos os períodos analisados, com uma tendência para o uso de próclise no séc. 16, uma certa variação entre os autores do séc. 17 e uma tendência para a ênclise no séc. 18, como nos mostra a tabela abaixo:

**Tabela 01: % de ênclise e próclise nas segundas coordenadas quando não há clíticos nas primeiras coordenadas.**

TABELA 01			
Século	Autores	Sem clítico nas 1as.coord.	
		Ênclise	Próclise
16	D. Couto (1542)	0,38	0,62
	L. Sousa (1556)	0,85	0,15
	R.Lobo (1579)	0,46	0,54
17	M. Costa (1601)	0,75	0,25
	M. Melo (1608)	0,24	0,76
	Vieira (1608)-Cartas	0,45	0,55
	Vieira (1608)-Sermões	0,83	0,17
	F. Chagas (1631)	0,69	0,31
	C. Brochado (1651)	0,38	0,63
	M. Céu (1658)	0,54	0,46
	A. Barros (1675)	0,08	0,92
	A.Gusmão (1695)	0,30	0,70
18	M. Aires (1705)	0,11	0,89
	A.Verney (1713)	0,73	0,27
	C.Garção (1724)	0,50	0,50
	M. Alorna (1750)	0,86	0,14
	A. Garrett (1799)	0,81	0,19

O mais interessante foi perceber o comportamento desses autores quando ocorria próclise ou ênclise nas primeiras coordenadas, pois se o contexto não havia sofrido mudanças, ou seja, continuava sendo um contexto de segundas coordenadas com verbo inicial, não haveria uma razão imediata para que a posição dos clíticos variasse.

Quando a posição do clítico nas primeiras coordenadas era *pré-verbal*, percebemos, de um modo geral, que houve um aumento numérico de autores que passaram a utilizar próclise, independente do período analisado (séculos 16, 17 e 18). Além disso, os autores que preferiam o uso de ênclise nas coordenadas V1 *passaram a preferir o uso de próclise* nas segundas coordenadas. E os autores que já usavam próclise tiveram um aumento dessa posição do clítico nas segundas coordenadas. Vejamos a tabela abaixo:

O mesmo ocorreu quando a posição do clítico nas primeiras coordenadas era pós-verbal; o número de autores que preferiam o uso de ênclise aumentou em todos os períodos. Os autores que apresentavam tendência para próclise nos dados sem a presença de clíticos na primeira coordenada, passaram a *utilizar ênclise* nas segundas coordenadas.

Ocorreram algumas exceções, tais como Mello (1608), Vieira – cartas (1608), M. do Céu (1658) e Matias Aires (1705), que parecem não terem sido afetados pelo paralelismo; a presença de ênclise na primeira coordenada não fez com que estes autores deixassem de preferir o uso da próclise nas



**Tabela 02: % de ênclise e próclise nas segundas coordenadas quando há próclise nas primeiras coordenadas.**

TABELA 02			
Século	Autores	Próclise nas 1as. Coord.	
		Ênclise	Próclise
16	D. Couto (1542)	0,03	<b>0,97</b>
	L. Sousa (1556)	0,29	<b>0,71</b>
	R.Lobo (1579)	0,10	<b>0,90</b>
17	M. Costa (1601)	0,58	0,42
	M. Melo (1608)	0,25	<b>0,75</b>
	Vieira (1608)-Cartas	0,12	<b>0,88</b>
	Vieira (1608)-Sermões	0,29	<b>0,71</b>
	F. Chagas (1631)	0,48	<b>0,52</b>
	C. Brochado (1651)	0,50	0,50
	M. Céu (1658)	0,57	0,43
	A. Barros (1675)	0,25	<b>0,75</b>
	A.Gusmão (1695)	0,00	<b>1,00</b>
18	M. Aires (1705)	0,00	<b>1,00</b>
	A.Verney (1713)	0,63	0,38
	C.Garção (1724)	0,17	<b>0,83</b>
	M. Alorna (1750)	0,67	0,33
	A. Garrett (1799)	0,38	<b>0,63</b>

**Tabela 03: % de ênclise e próclise nas segundas coordenadas quando há ênclise nas primeiras coordenadas**

TABELA 03			
Século	Autores	Ênclise nas 1as. Coord.	
		Ênclise	Próclise
16	D. Couto (1542)	0,50	0,50
	L. Sousa (1556)	<b>1,00</b>	0,00
	R.Lobo (1579)	<b>1,00</b>	0,00
17	M. Costa (1601)	<b>0,94</b>	0,06
	M. Melo (1608)	0,33	0,67
	Vieira (1608)-Cartas	0,33	0,67
	Vieira (1608)-Sermões	<b>1,00</b>	0,00
	F. Chagas (1631)	<b>1,00</b>	0,00
	C. Brochado (1651)	<b>1,00</b>	0,00
	M. Céu (1658)	0,29	0,71
	A. Barros (1675)	<b>0,75</b>	0,25
	A.Gusmão (1695)	<b>0,57</b>	0,43
18	M. Aires (1705)	0,25	0,75
	A.Verney (1713)	<b>0,70</b>	0,30
	C.Garção (1724)	<b>1,00</b>	0,00
	M. Alorna (1750)	<b>1,00</b>	0,00
	A. Garrett (1799)	<b>0,86</b>	0,14

segundas coordenadas.

Desse modo, todas essas mudanças na colocação dos clíticos nos revelam que a posição do clítico nas segundas coordenadas pode estar, muitas vezes, associada à posição do clítico na primeira coordenada. Ou seja, pode-se concluir que há em todos os autores estudados um efeito de paralelismo. Esse efeito é especialmente evidente nos casos em que a primeira coordenada apresenta ênclise, mas se atesta também nos casos em que esta apresenta próclise. Também, pode-se afirmar que esse paralelismo esteve presente ao longo do período analisado, devido às poucas exceções apresentadas. O estudo mostrou também que o efeito de paralelismo se aplica à grande maioria dos textos ao longo de toda a extensão temporal analisada, com poucas exceções. A observação da ocorrência de paralelismo nas sentenças coordenadas indica a necessidade de uma mudança metodológica nos estudos sobre a sintaxe dos clíticos, uma vez que já não parece adequado analisar a posição dos clíticos nas segundas coordenadas sem observar a posição dos mesmos nas primeiras coordenadas.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In: *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese de Doutorado - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

## A relação língua - sociedade em textos dramáticos: em busca da variação e da mudança lingüísticas

Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

sabrinabalsalobre@yahoo.com.br  
Universidade Estadual Paulista

O tema da dramaturgia dos anos de 1900 até 1950 é, substancialmente, polêmico entre os críticos do teatro. Em geral, eles se dividem entre duas tendências principais: alguns acreditam que não houve manifestação modernista no teatro e chegam a questionar a produção teatral da primeira metade do século XX – entre esses críticos estão Sábato Magaldi e Décio de Almeida Prado. Outros críticos, como Edwaldo Cafezeiro e Carmem Gadelha, correlacionam autores antes da Semana de 22 em torno de tendências semelhantes, como o teatro de revista, o passadismo, o simbolismo e o decadentismo, afirmando que essa fase foi uma preparação para o modernismo, como aconteceu com as demais áreas da literatura. Eles afirmam que o modernismo foi um marco para o teatro no Brasil, mas que só surtiu efeito posteriormente, com Nelson Rodrigues.

O teatro no Brasil seguia basicamente duas linhas: a Revista e o Teatro de Boulevard ou Gênero Trianon. Tanto a Revista como o Gênero Trianon são comumente chamados de “chanchadas”, palavra que vem do espanhol e significa “porcaria”. É uma forma de teatro condenada pela crítica do ponto de vista moral ou por um suposto “mau gosto”;



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

representa a continuação das comédias de costumes e atende às necessidades de agradar a um público já habituado a um padrão estético que dificilmente será rompido. Ele tinha um caráter de arte de massas, com o intuito de assegurar o lucro das empresas atendendo ao gosto do público; fizeram, portanto, um teatro conservador.

Com base nesse levantamento sócio-histórico e nas informações sobre a produção teatral da época, foram selecionadas para análise duas peças: “Cala a boca, Etelvina!...”, uma comédia em três atos do autor Armando Gonzaga, de 1925, e “O simpático Jeremias”, uma comédia em três atos, escrita em 1918 por Gastão Tojeiro.

Na primeira peça, além de uma aristocracia rural e de uma burguesia urbana em ascensão, vem retratado o aparecimento de uma classe social muito baixa, que marcou o início do século XX, provocando o surgimento de desocupados e o aumento de trabalhadores informais. Na obra em estudo, a forma de tratamento dos empregados ao dirigirem-se aos patrões revela uma relação distanciada entre patrões e empregados na época.

Em relação à fala dos personagens, é notável o rebuscamento de algumas estruturas pelos personagens de maior condição social e o uso de gírias por parte dos empregados da casa. Isso se dá pela intenção de marcar as diferenças de classes sociais pela fala dos personagens. Nessa peça, o uso exagerado de gírias por Etelvina, a personagem central, a transforma em uma caricatura de moradora de subúrbio. Essa é uma justificativa para a ampliação do traço vocabular no falar de Etelvina; entretanto, esse fato faz com que surja um problema crucial para a análise do dialeto literário nessa peça: a noção de *dialeto literário* supõe uma representação da oralidade com verossimilhança, mas a fala de Etelvina não é verossímil, pois a demonstração de sua condição social está somente no uso de gírias e não afeta níveis sintáticos e morfológicos, como o esperado para uma fala popular.

Quanto à peça “O Simpático Jeremias”, embora tenham sido colocados em cena personagens com diferentes situações financeiras, *status* e, até mesmo, nacionalidades, não se observou uma representação consistente dessas diferenças na fala dos personagens. Mais uma vez foi constatado que a peça revela dados importantes do contexto histórico (como a presença de capital estrangeiro e a consolidação do capitalismo no país) e dos costumes da época (como o casamento por interesse). No entanto, novamente se verificou a dificuldade em identificar a linguagem dos personagens com o dialeto literário.

Como conclusão geral, consideramos que a utilização de peças teatrais como fonte de dados para o estudo da variação lingüística depende de uma investigação cuidadosa do momento histórico retratado e da própria história da dramaturgia. Além disso, qualquer estudo dessa natureza não deve perder de vista o fato de que o texto cômico se caracteriza pela seleção e ampliação de alguns traços lingüísticos e não por uma reprodução fidedigna da fala dos diferentes segmentos da sociedade.

AZEVEDO, M. *Vozes em branco e preto: A representação literária da fala não-padrão*. EDUSP: São Paulo, 2003.

CAFEZEIRO, E.; GADELHA, C. *História do teatro brasileiro: um percurso de Anchieta a Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ/FUNARTE, 1996.

GONZAGA, A. Cala a boca, Etelvina!... In: COLEÇÃO TEATRO DA JUVENTUDE. São Paulo: IMEP, dez. 1999, v. 27.

TOJEIRO, G. O simpático Jeremias. *Revista de Teatro*, SBAT, n. 350, 1966.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: Vol. 1: Social Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.

ROBERTS, I.; KATO, M.A. (Org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania: University Microfilms International, 1983.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

### Reconstrução do Proto-Tupari: revisão e ampliação

Ana Vilacy Galucio

avilacy@museu-goeldi.br

Museu Paraense Emilio Goeldi

Antonia Fernanda Nogueira

A família lingüística Tupari, pertencente ao tronco Tupi, é constituída pelas línguas indígenas Akunsu, Ayuru, Makurap, Mekens (ou Sakurabiat) e Tupari, localizadas no Estado de Rondônia, Brasil. De uma perspectiva diacrônica, a família Tupari é importante, principalmente, pela sua profundidade temporal e pelo número de línguas faladas atualmente, podendo, por exemplo, colaborar fortemente com a reconstrução do Proto-Tupari. Este trabalho teve como objetivo ampliar o *corpus* comparativo das 05 línguas da família Tupari e, assim, revisar a reconstrução existente da Proto-língua dessa família (MOORE; GALUCIO, 1993).

O trabalho foi desenvolvido seguindo os princípios do método histórico-comparativo e de reconstrução lingüística (Fox, 1995). A transcrição fonética e a coleta de dados das línguas Ayuru, Makurap e Tupari, valendo-se de dados originais, além de Alves (1991) e Galucio (2001), permitiu construir uma lista de cognatos formada por 219 pares de cognatos, um acréscimo de 95 glosas à Lista presente no trabalho de Moore e Galucio (1993).

A partir de uma análise comparativa destes dados, pode-se confirmar 05 das 06 propostas de processos de mudança ocorridos no Proto-Tupari (MOORE; GALUCIO, 1993), como o processo de ensurdecimento envolvendo as línguas Mekens e Tupari; a eliminação de consoantes lábio-velares por queda, perda da labialização ou perda da velar, principalmente em Makurap e Tupari; perda da consoante fricativa glotal, \*h, em todas as línguas, exceto em Tupari; queda de \*ʔ em todas as línguas, sendo possível identificar em Tupari um processo de enfraquecimento pelo qual \*ʔ  $\rightarrow$   $\emptyset$  ocasionando mesmo uma fusão dos reflexos de \*h e \*ʔ nesta língua. Outro relevante resultado foi a determinação do valor fonético de \*D, proposto por Moore e Galucio (1993) para as correspondências do tipo *nd: t: t: h*. Notou-se que uma possibilidade de status fonético desse som seria \*d (oclusiva alveolar sonora). Outra hipótese é que \*D fosse uma variante ensurdecida de \*r, com o qual estaria em distribuição complementar visto que \*r ocorre apenas em ambiente intervocálico e \*D em início de palavra



(Moore, Galucio, 1993). Neste trabalho serão apresentadas as evidências em favor da definição do status fonético de \*D, como uma consoante oclusiva alveolar sonora.

A investigação dos segmentos consonantais se deu em duas etapas: inicialmente designou-se o valor fonético dos proto-sons visto que este é um dado importante para se verificar a plausibilidade das mudanças sonoras; em seguida, com a listagem dos ambientes de ocorrência de cada proto-son, estabeleceu-se o *status* fonêmico dos mesmos. Este foi um procedimento importante para verificarmos que alguns sons, já em Proto-Tupari, estariam em distribuição complementar da mesma maneira que estão, hoje, em algumas línguas filhas. É o caso das nasais bilabiais [\*m], alveolar [\*n], velar [\*ŋ] e lábio-velar [\*ŋ<sup>w</sup>] que se realizam como pré-oralizadas diante de uma vogal oral, ou seja, [\*mn], [\*nd], [\*ŋg], [\*ŋg<sup>w</sup>], respectivamente. A mesma distribuição fonética se dá para as nasais bilabial, alveolar e velar em Makurap, sincronicamente (BRAGA, 2005). A ampliação do número de dados e, conseqüentemente, das correspondências sonoras possibilitou a inserção dos fones \*tʃ, \*(n)ɕ e da ejetiva \*k', bem como uma maior delimitação dos processos de mudanças sonoras ocorridos no Proto-Tupari, como a fusão dos reflexos de diversos sons (\*b, \*k<sup>w</sup>, \*g<sup>w</sup>, \*ŋg<sup>w</sup>) em *RBna* língua Makurap e dos reflexos de \*b e \*β, ambos resultando em *rb* em Mekens, justificando assim a ausência e a presença de determinados sons no inventário fonético das línguas filhas.

Sobre as vogais, os dados apontam para um quadro de 05 vogais orais breves em Proto-Tupari (\*a, \*e, \*i, \*u, e \*ri), cada uma com sua correspondente nasal. O mesmo vale para as vogais prolongadas, \*aa, \*ee, \*ii, \*uu e \*ii também com seus respectivos correspondentes nasais, exceto \*ũũ, \*rĩĩ. Em 1993, apenas as vogais breves haviam sido reconstruídas. Na maioria dos casos, as correspondências vocálicas se mostraram bastante regulares. Quando isto não ocorreu, notou-se que a equivalência entre as mesmas se dava com a vogal anterior do trato vocal. Esta foi a principal evidência para sugerirmos que tenha ocorrido uma mudança de vogais no sentido anti-horário do quadro fonético das vogais, como já se observou em outras línguas Tupi. Para a confirmação desta hipótese, porém, são necessárias mais correspondências.

ALVES, P. M. *Análise fonológica preliminar da língua Tupari*. UnB: *Dissertação de mestrado*, Brasília, 1991.

BRAGA, A. de O. *Introdução ao estudo de uma língua Indígena*. Material do minicurso realizado pela Universidade Federal do Pará, de 16 a 22 de novembro de 2005.

FOX, Anthony. *Linguistic Reconstruction: An Introduction to Theory and Method*. New York: Oxford University, 1995 p.37-53

GALUCIO, A. V. *The Morphosyntax of Mekens (Tupi)*. Universidade de Chicago: *Dissertação de doutorado*, Chicago, 2001.

MOORE, D. & GALUCIO, A. V. *Reconstruction of Proto-Tupari: Consonants and vowels*. In: *Survey of Californian and other Indian Languages*. Berkeley: Departamento de Linguística, 1993. Report 8.

## Por onde anda o tu?

*Eliana Sandra Pitombo Teixeira*

liapitombo@gmail.com

Universidade Estadual de Feira de Santana

### 1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que não são “palavras” que escutamos/lemos ou falamos/escrevemos, mas sim ressignificações de temas, orientadas pelas condições mediatas e imediatas (BAKHTIN, 1992, 2004), podemos dizer que os conteúdos ideológicos perpassam as reflexões do/no sujeito, constituindo-o como sujeito relativamente autônomo (ZOZZOLI, 2006).

Sabendo que a educação direciona a formação de certo tipo de sujeito, num dado contexto histórico-social-econômico, o ato de planejar pode suscitar, no âmbito das relações sociais, uma ação intencional educativa/reflexiva (CAVALCANTE, 2002). Para que isso ocorra, essa ação precisa ser planejada. O objetivo da discussão deste estudo, financiado pelo Cnpq, é compreender como se deu o processo de argumentação, a partir de um planejamento semestral específico, direcionado a uma turma do 3º ano do Curso Normal (antigo Magistério). Mais especificamente, o sentido dado ao termo argumentação, neste trabalho, aproxima-se do de Perelman e Olbrechts (2005), ou seja, é aquela direcionada a uma ação precisa, a ser desencadeada no auditório. Segundo esses autores a argumentação deve excitar as paixões, emocionar seus ouvintes, de modo a desencadear uma adesão intensa. Procedeu-se, pois, ao trabalho com a defesa de posições, intenções e objetivos no intuito de estabelecer a conduta de criticidade do sujeito leitor e produtor de textos (orais e/ou escritos).

Após um período de observação de cunho etnográfico (LUDKE, 2004) em sala de aula, foi efetuada uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005; BARBIER, 2006) nesta mesma sala, numa parceria entre professor e pesquisadora, buscando-se abordar as estratégias e os componentes argumentativos dos discursos dos alunos.

As aulas eram de língua portuguesa e as atividades efetuadas foram descritas em notas de campo e/ou gravadas em áudio. Foram produzidas, após cada aula, micro-análises, utilizando o material coletado (gravações, leitura das notas de campo, leitura e escuta dos textos escritos/falados pelos alunos), para planejamento do passo seguinte a ser executado. Os retornos obtidos, a partir dos diagnósticos produzidos por essas pequenas análises, eram novamente considerados, num processo de reflexão permanente.

Dentro de uma postura reflexiva e não normativa, observou-se, principalmente, como o trabalho com a argumentação refletiu-se e refratou-se no processo de produção desses alunos, tornando-os responsáveis por sua própria aprendizagem.

### 2. A PESQUISA

Inicialmente optou-se por um período de observação, como foi dito acima, com o propósito de se fazer uma sondagem do ambiente em que se pretendia trabalhar. Por dois meses a pesquisadora assistiu às aulas e coletou dados. Após esse período foi aplicado questionário sobre as perspectivas do aluno para o futuro, quais os temas que eles preferiam trabalhar e o porquê de terem optado por fazer o curso.

A partir das respostas obtidas foi possível perceber que, em sua maioria, os alunos visavam uma qualificação para o mercado de trabalho. Os temas preferidos estavam relacionados



ao ensino e à aprendizagem. Com essas respostas foi possível montar atividades que com elas se relacionavam.

Primeiramente, pediu-se aos alunos que defendessem determinada proposta pedagógica, por eles montada. Em seguida, alguns textos produzidos foram analisados por todos. A escolha dos textos foi aleatória e não identificada. Posteriormente, foi realizada uma outra produção, contextualizada da seguinte forma: os alunos iriam “fazer de conta” que estavam em uma secretaria da escola e que tinham pedido a eles que escrevessem algo sobre si mesmo, tentando convencer a escola para que fossem contratados. Esses textos foram lidos e armazenados para uma atividade mais adiante.

Já que se estava em período de eleição, foi pedido para que os alunos apontassem as estratégias que eles percebessem em determinado panfleto político, escolhido pela pesquisadora em acordo com o professor. Após essa tarefa, foi pedido para que refizessem a carta contextualizada, descrita logo acima, a partir do pressuposto de que a primeira não tinha sido aceita. Os alunos teriam que ler a primeira carta e imaginar, de acordo com o que tinha sido discutido em sala a respeito das estratégias de argumentação, o porquê da não contratação. A partir dessa reflexão inicial deveriam elaborar uma outra carta, esta para uma segunda escola.

Observou-se que as estratégias tiveram um salto qualitativo e que a reflexão crítica que efetuaram de seus próprios textos determinou uma postura diferenciada em sala de aula, pois todos queriam apontar seus próprios erros e o que eles tinham feito de diferente na segunda proposta.

### 3. REFLEXÕES FINAIS

A prática argumentativa geralmente é introduzida, de maneira formal e institucionalizada, nos últimos anos do ensino fundamental e nos que se seguem no ensino médio. No entanto, acreditamos que deveria ser uma prática considerada mesmo nas séries iniciais, pois ela estabelece nos sujeitos uma postura sempre de *enfrentamento*, *posicionamento* e *defesa*. Esse processo descrito é necessário para que se possa obter dos alunos a resposta ativa que se reclama há muito dentro das pesquisas lingüísticas, educacionais e de outras áreas, que observam o sujeito e sua relação com o social.

No contexto específico do estudo do curso normal vale a pena destacar a importância de um trabalho como esse, pois os sujeitos envolvidos serão, ou já estão sendo, professores do ensino fundamental, responsáveis pela formação de outros tantos sujeitos.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. São Paulo: Líber, 2006.

CAVALCANTE, M. S. A. O. *Planejamento de ensino: organização política da ação pedagógica*. Mimeo: 2002.

LUDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2004.

PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, Chaim e Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez: 2005.

ZOZZOLI, R. M. D. *Produção escrita em língua materna e em língua estrangeira: interfaces*. Mimeo: 2006.

## Variantes textuais no manuscrito grego da Bíblia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Maria Olívia de Quadros Saraiva

oliviasaraiva@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O objeto de estudo da minha apresentação é o manuscrito grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, códice em pergaminho que contém os quatro evangelhos do Novo Testamento grego. As diretrizes básicas propostas no meu trabalho são: leitura paleográfica, transcrição diplomática e a colação, acompanhada de notas críticas, para compor uma edição *semidiplomática, com notas críticas*. O trabalho da análise da lição do manuscrito será feito através do estudo das variantes, com o objetivo de identificar o tipo de texto transmitido pelo manuscrito da Biblioteca Nacional. Para atingir tal objetivo, levando-se em conta quatorze séculos de tradição manuscrita, pesquisas preliminares sobre a transmissão textual do Novo Testamento são importantes, das quais apresento apontamentos sobre os tipos de texto e a sua transmissão e, em seguida, análise de variantes textuais. O manuscrito foi descrito pela primeira vez por Metzger, em 1952. Em 1953, Kurt Aland (1953, p. 484) repertoriou-o, atribuindo-lhe o número 2437, de acordo com os padrões internacionais. Ana Pinheiro (2002) e Jacyntho Brandão (2002), em trabalhos independentes, retomaram a descrição de 2437. É nesses dois últimos trabalhos que me baseio.

Nada sabemos sobre os autógrafos<sup>1</sup> do Novo Testamento. As cópias mais antigas que recebemos são escritas em papiro, datando, em sua maioria, do terceiro século. Assim, como acontece com qualquer texto literário antigo, é necessário considerar o processo de cópia, responsável, tanto pela conservação, quanto pela modificação dos textos. Sendo os únicos veículos de transmissão da literatura antiga, os manuscritos se multiplicaram ao longo dos séculos e, de forma semelhante, também as diferenças de um para o outro. Nesse contexto, a formação das variantes textuais do NT grego estendeu-se por quatorze séculos.

Os mais antigos mss. do NT foram escritos com letra uncial e, até o século IV, são em papiro, motivo pelo qual recebem essa denominação. Os manuscritos em pergaminho passam a concorrer com o papiro no início do quarto século, sendo classificados como *unciais*, pois são escritos usando-se este tipo de letra. É a partir do século IX que se começa a usar a letra minúscula para a produção de manuscritos literários. Nesse século e no seguinte, localiza-se o período da chamada ‘transliteração’, quando os antigos textos em unciais foram copiados em caracteres minúsculos e, muitas vezes, editados criticamente (DAIN, 1964; DEVREESE, 1954). É dessa época que procede a maior parte dos textos antigos que conhecemos e, também no caso do NT grego, a maior parte dos manuscritos que recebemos, estendendo-se sua produção do século IX ao XVI.

Os estudiosos vêm trabalhando com o intuito de detectar as características das diferentes fontes do NT, levando em conta, além das características textuais propriamente ditas, também a origem geográfica dos manuscritos e os tipos de textos que transmitem. A partir da constatação de que um determinado número de manuscritos contém um elenco de características comuns, foram propostas classificações, em que se destacam a de Metzger (1992, p. 213-219, 287-295).





A origem geográfica constitui fator muito relevante para a classificação dos manuscritos; sabemos que diferentes tipos de texto surgiram nos diversos centros cristãos e as primeiras variantes teriam sido locais e, como é natural, se espalharam dentro da comunidade de origem.

Hoje, admite-se, em geral, a existência de quatro tipos básicos de texto, a saber: ocidental, cesarense, alexandrino e bizantino (METZGER, 1992, p. 213-219). O texto ocidental parece ter-se desenvolvido em Roma e nas regiões que sofriam influência da cultura latina, tais como a Gália e o norte da África. O cesarense (STREETER *apud* METZGER, 1992, p. 214), supõe-se que tenha tido uma origem comum com o alexandrino. O alexandrino seria o utilizado nos primeiros séculos em Alexandria (Egito). Além de ter sido um grande centro cultural do Mediterrâneo, a cidade possuía sua famosa biblioteca, onde se desenvolvera a tradição filológica aplicada ao estudo das fontes literárias. O bizantino, ou majoritário, teria origem na antiga cidade de Bizâncio ou Constantinopla, a qual, a partir de 330, tornou-se a capital do Império Romano do Oriente, de grande importância para o mundo cristão (STREETER *apud* METZGER, 1992, p. 170).

O trabalho prevê as seguintes etapas: colação sistemática do texto de 2437 com as edições críticas e com os códices mais representativos para estudo das variantes gregas; levantamento das variantes textuais significativas; estudo e avaliação das variantes.

Apresento a seguir exemplos da metodologia que pretendo aplicar ao conjunto do texto. Para facilitar a visualização, coloco, na primeira coluna, a lição do manuscrito da Biblioteca Nacional (2437), abaixo, os testemunhos que concordam com 2437, na segunda coluna, outras variantes atestadas, com os respectivos testemunhos, e, em seguida, os comentários:

a) folha 4 verso, linhas 3-4, referente a Mateus 10:37:

<p>[O] filwv p(atev)ra h# m(htev)ra u&gt;#peVr e*meV, ou'k e*sti mou axios kaiV o's ou' lambanei ...o que ama pai ou mãe mais do que a mim não é digno de mim; e o que não toma (...)</p> <p>B* D</p>	<p>O filwv patera h mhtera uper eme, ouk esti mou axios kai o filwv uion h quatera uper eme ouk estin mou axios kai os ou lambanei Hf Na Ti</p> <p><i>lexiti (omite) de kai o filwv uion a mou axios (vs 38) f<sup>1</sup></i></p>
---	--

Como se vê, há uma lição breve (atestada por 2437, B\* e D) e uma versão longa, que é a adotada pelos editores, com base no texto majoritário. No topo da página, 2437 traz o que falta da lição longa (kaiV o&#x27; fivlon ui&#x26;ovn h# qugatevra upevr emeV ou\*k esti? mou (alxios)), havendo indicação no corpo do texto, do ponto onde deve ser acrescentada.

A origem da variante breve pode dever-se a um equívoco visual, a parablepse, ou mais comumente chamado de *salto*, tendo o copista confundido duas seqüências paralelísticas, o que fez com que pulasse uma delas. Entretanto é preciso salientar que não se trata de uma leitura exclusiva de 2437, mas de variante cuja antigüidade é atestada por B (ou seja, já no século IV) e pelo I<sup>19</sup>.

b) folha 1 recto, linha 6, referente a Mateus 9:18:

<p>Texto de 2437:</p> <p>tau-ta au'tou- lalou-ntos au'toi-s, idou arcwn eP@s e*lwVn prosekunei autw levgwn enquanto lhes dizia isso, eis que chega um chefe e curva-se dizendo-lhe. 33 Hf Na</p>	<p>variantes:</p> <p>arcwn eis proselqwn prosekunei autw N<sup>1</sup> B arcwn tis proselqwn prosekunei autw L f<sup>1</sup> 3 arcwn proselqwn prosekunei autw N* 69 arcwn tis elqwn prosekunei autw G arcwn EISELQWN prosekunei autw N<sup>2</sup> C* D N W arcwn ei'selqwn prosekunei autw f<sup>1</sup> 700 Ti</p>
--	---

A lição de 2437 é testemunhada pelo ms. 33. Nota-se que

a dificuldade parece decorrer do uso do numeral ei%*s* (um), substituído em outras versões pelo pronome indefinido ti' (um certo). A seqüência de variantes pode ter sido provocada por um problema de leitura: a[rcwn ei%*s* e\*lwVn i a[rcwn ei\*selqwn. Como o sentido de 'entrar' não coaduna com o texto, pode ter provocado a correção para proselqwn (aproximar-se). Observe-se que a lição de L e f<sup>1</sup>3 (arcwn tis proselqwn) representa a soma das duas correções referidas. Na margem direita, na altura das linhas 7-9, 2437 traz um registro de variante cujo objetivo seria o de corrigir a do texto principal. Embora a leitura ofereça dificuldades, fica claro que apresenta nova variante, além das já elencadas: a[rc(o)[s] tiVs — pr(oVs) e\*lwVn tw i(hso)u pr(o)— sekuv[nei] au\**tw* levg(wn), em que se insere *tw / i\*hsou* como determinante de *prosekuvnei*, talvez para evitar a indefinição de *au\**tw*/* como determinante desse verbo ou de *levgwn*.

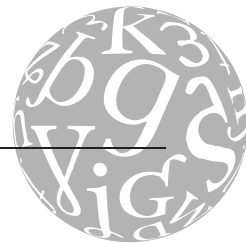
<sup>1</sup> Segundo Dain (1964, p. 2), 'qualquer obra antiga não nos chegou sob a forma de um original, nós, por assim dizer, não temos nada que falar de um livro autógrafa'.

### Gramaticalização e lexicalização das lexias complexas no português arcaico

Isabella Venceslau Fortunato

isafortunato@hotmail.com  
Universidade Federal da Bahia

O presente trabalho tem o objetivo de discutir o processo de lexicalização e gramaticalização de grupos fraseológicos sob uma perspectiva diacrônica, fazendo um paralelo entre o período arcaico da língua e o português contemporâneo falado no Brasil, mais precisamente analisando alguns capítulos do "Testamento de Afonso II", o primeiro livro do "Foro Real", de Afonso X, a "Lenda do Rei Rodrigo", a "Crônica de D. Pedro", de Fernão Lopes, e a "Carta", de Pero Vaz de Caminha, em comparação com a análise de seis inquéritos do NURC de Salvador da década de Setenta, escolhidos entre informantes dos dois sexos e de faixas etárias distintas. O reconhecimento das lexias complexas (segundo a terminologia de Pottier (1978, p. 269), que será utilizada daqui por diante) é difícil, principalmente em se tratando de um *corpus* diacrônico, pois requer a presença e a intuição do falante, mas, mesmo com todas as limitações, é possível constatar a presença de combinações de palavras cujo significado só pode ser apreendido em bloco, a despeito dos significados isolados dos seus componentes. Essa é uma das propriedades caracterizadoras das lexias: a idiomaticidade. Segundo esse princípio, as lexias nascem como sintagmas transparentes que, com o passar do tempo e a convencionalização entre os falantes, adquirem um significado global novo e opaco. Pode-se constatar, então, que os elementos que compõem a lexia complexa estão, de certa maneira, fixos e que essa fixação (CORPAS PASTOR, 1996) é outra característica inerente a esse tipo de construção. Mas essa fixação é apenas relativa. O processo de lexicalização é lento e gradual e o léxico, por ser uma classe aberta, está em constante renovação, por isso, na sincronia da língua,



percebemos vários graus de fixação, indo de um limite de opacidade máxima, até grupos em solidariedade lexical cuja variação e transparência são incidentes, permitindo inclusive a substituição e intercalação de elementos. Tentar-se-á, no presente trabalho, estabelecer os pontos desse *continuum* e os fatores que permitem essa relativa variação, apresentando os dados encontrados no *corpus*. Discutir-se-ão, após estes pontos preliminares, os conceitos de lexicalização e gramaticalização, que são variados dentre os lingüistas que tratam do assunto: lexicalização é etimologia da palavra? É a criação de vocábulos da língua? É a formação de vocábulos lexicais considerados em oposição aos vocábulos gramaticais? Neste último caso, tratar-se-ia de gramaticalização, “atribuição de caráter gramatical a termos outrora autônomos” (MEILLET, 1912, p. 131). Mas será que os termos que compõem a lexias também não se gramaticalizam, mesmo fazendo parte de um processo de lexicalização? Perda semântica e recategorização são etapas do processo de gramaticalização, mas podem ocorrer também em processos cujo resultado é um vocábulo lexical (CÂMARA, 1986), como é o caso das lexias complexas. Seriam, então, esses dois fenômenos (gramaticalização e lexicalização) realmente contrários, como se pensa, ou seja, um indo do léxico para a gramática, e outro, da gramática para o léxico? Deve-se considerar como gramaticalização somente o produto final de um processo? Ou o processo em si? Muitos teóricos questionam também a unidirecionalidade do processo de gramaticalização. Portanto, tentar-se-á propor um esquema que abarque os dois processos como complementares, questionando o princípio da unidirecionalidade e o *continuum* CATEGORIA MAIOR → CATEGORIA MEDIANA → CATEGORIA MENOR. Exemplos extraídos do *corpus* acima relacionado serão apresentados e analisados, para dar uma idéia mais concreta do que se considera como lexia complexa e da pertinência e aplicação destes conceitos no exame lingüístico dessas estruturas. Este trabalho é apenas parte da pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado que tratará do “Papel das posições em lexias do português arcaico” e que será defendida no início de 2008 na Universidade Federal da Bahia.

CAMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CORPAS PASTOR, Gloria. *Manual de fraseología española*, Madrid: Gredos, 1996.

ERMAN, B.; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. In: KLEIN, Wolfgang (Ed.). *Linguistics: an interdisciplinary journal of the language sciences*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 29-60.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1977. p. 57-68.

MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: materiais para seu estudo*. Salvador: UFBA, 1994. v. 1. p. 177-196.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995. p. 343-349.

POTTIER, Bernard. *Lingüística geral: teoria e descrição*. Tradução e adaptação portuguesa de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença: Universidade Santa Úrsula, 1978. p. 268- 276.

POTTIER, Bernard; AUDUBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. *Estruturas lingüísticas do português*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. p. 26-29.

VILELA, Mário. *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra: Almedina, 2002.

ZULUAGA, Alberto. *Introducción al estudio de las expresiones*

*figas*. Frankfurt am Maim: Peter D. Lang, 1980.

### Complementos oracionais introduzidos por “se”: forma e função em diferentes sincronias do português

Gisele Cássia de Sousa

gisele\_cassia@hotmail.com

Universidade do Estado de São Paulo

Historiadores do latim e do português, entre eles Maurer Jr. (1959), Bourciez (1967) e Said Ali (1966), atestam que as orações completivas introduzidas pela conjunção *se* se desenvolveram no latim vulgar, a partir da oração introduzida por *si*, que, no latim clássico, funcionava como oração adverbial condicional. Segundo esses estudiosos, o primeiro contexto em que a oração condicional passou a atuar como completiva foi o de construções interrogativas construídas em discurso indireto, nas quais *si*, gradualmente, substituiu as partículas *-ne*, *num*, *an*, *utrum* que marcavam essa forma de construção interrogativa no latim clássico. Com esse desenvolvimento, evidentemente, elevam-se os graus de dependência semântica e de encaixamento sintático da oração introduzida por *si*, que passa de uma construção hipotática a uma construção de subordinação. Para Hopper e Traugott (1993), o desenvolvimento de uma oração menos dependente e menos encaixada em uma forma mais dependente e mais encaixada é resultado de gramaticalização dessa oração.

No português atual, a oração introduzida por *se* não complementa apenas predicados interrogativos; aparece também como argumento de verbos que expressam desconhecimento (*João não sabe se Ana irá à festa*), que veiculam a atitude de um sujeito que não é o falante (*João não verificou se a porta estava trancada / João não decidiu se seguirá a carreira do pai*), aparece como complemento de predicados que expressam uma atitude do próprio sujeito-falante, sua incerteza epistêmica sobre a verdade de uma proposição (*Eu não sei se (de fato) João é o melhor candidato para o cargo*), ou ainda, ocorre em uma estrutura que poderia ser chamada “falsa complementação”, na qual a conjunção *se* compõe, com o predicado *ver*, flexionado no imperativo, uma espécie de fórmula que atenua a força imperativa de um ato de fala (*veja se você fala mais devagar*). Nos significados que a completiva expressa em cada um desses tipos de construção, podem ser identificados traços da estrutura condicional, da qual essa oração completiva se originou, ligados principalmente à criação de *mundos possíveis*.

Em termos formais, as diferentes construções em que essa oração completiva ocorre no português atual correspondem a configurações sintáticas nas quais há maior e menor grau de integração sintático-semântica entre oração completiva e matriz, o que se evidencia a partir de fatores como a seqüencialidade temporal dos eventos combinados, o grau de controle dos sujeitos envolvidos e a correferencialidade/não-correferencialidade desses sujeitos (GIVÓN, 1990; LEHMANN, 1988).

Pode ser, então, que, a partir de sua atuação em construções interrogativas indiretas, a oração introduzida por *se* tenha se



desenvolvido para outros contextos de complementação oracional, envolvendo um aumento gradual de sua dependência semântica e de seu encaixamento sintático e, assim, conforme a proposta de Hopper e Traugott (1993), um aumento de seu grau de gramaticalização. Resumidamente, essa é a hipótese que se investiga nesta pesquisa, a partir da análise de ocorrências da oração completiva introduzida por *se* em textos escritos dos séculos XIII a XX, integrantes do “Corpus Diacrônico do Português” (TARALLO, 1991) e do “Banco Integrado de Textos do Projeto para a História do Português Brasileiro” (Bit-Prohpor/UFBa). Desse modo, este trabalho se vincula, tanto aos estudos voltados à descrição dos sistemas de complementação no português, nos quais as orações completivas não-finitas e as introduzidas por *que* têm recebido maior atenção dos que as introduzidas por *se* (cf. BRAGA, 1999; NEVES, 1999), quanto aos trabalhos sobre mudança sintática e às recentes discussões sobre gramaticalização de construções (LEHMANN, 2002; BYBEE, 2003).

Nesta apresentação, pretende-se, primeiramente, caracterizar as construções completivas com a oração introduzida por *se*, em termos formais, relativos ao grau de integração sintática do complemento oracional com a oração matriz, e em termos funcionais-discursivos, referentes aos significados que a completiva expressa nas diferentes construções, para, em seguida, demonstrar quais das construções completivas presentes no português atual se encontravam já em fases anteriores do português e quais delas representariam uma inovação no comportamento da oração completiva iniciada por *se*.

BOURCIEZ, E. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck, 1967.

BRAGA, M. L. Os complementos oracionais no português do Brasil e no português de contato. *Anais da Associação Brasileira de Linguística*, Florianópolis, 1999. CD-ROM.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (Ed.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. v. 1.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. 2nd ed. Erfurt: University of Erfurt, 2002.

\_\_\_\_\_. Towards a Typology of Clause Linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 275-330.

MAURER JÚNIOR, T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

NEVES, M. H. M. Construções encaixadas: considerações básicas. *Anais da Associação Brasileira de Linguística*. Florianópolis, 1999. CD-ROM.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Melhoramentos, 1966.

## As reformas ortográficas da língua portuguesa: história e perspectivas

Monalisa dos Reis Aguiar

monalisareis@uol.com.br

Universidade de Mogi das Cruzes

Este trabalho tem por objetivo expor uma análise, sob os pontos de vista o histórico, o lingüístico e o ideológico, de como se constituíram e se consolidaram as Reformas Ortográficas da Língua Portuguesa no início do século XX, a partir das discussões iniciadas no século XIX, tanto no Brasil, quanto em Portugal, estendendo-se até o primeiro Acordo Ortográfico entre esses países, em 1931. Para tanto, tendo como aparato teórico a História das Idéias Lingüísticas, busca-se, no que concerne à perspectiva histórica, explicitar em que medida o contexto em que foram produzidas as propostas ortográficas interferiu em sua fixação. No que diz respeito à perspectiva lingüística, sugere-se a análise propriamente dita das regras propostas a fim de se verificar se há tendência ao predomínio do sistema fonético ou etimológico, buscando-se, evidentemente, a justificativa de suas escolhas. Por fim, no que tange à ideologia, pretende-se evidenciar como o caráter ideológico perpassa cada proposta. Quanto ao método de desenvolvimento deste estudo, procurou-se, como propõe Auroux (1992), a definição puramente fenomenológica do objeto, a neutralidade epistemológica e o historicismo moderado, ou seja, na análise, buscou-se respeitar as terminologias usadas na época em que foi produzido o objeto, destacando-se, além dos fatos históricos, outros fatores que influenciaram o aparecimento de determinado instrumento lingüístico, pois toda manifestação de idéias em torno de um saber sofre influência, não só de acontecimentos políticos, culturais e sociais, como também de tipos de mentalidades herdadas do passado, afinal, como assevera Auroux (1989, p. 14), *sans mémoire et sans projet, el n'y a tout simplement pas de savoir*. Logo, o objeto de estudo da História das Idéias Lingüísticas é justamente o resgate dessas idéias, não simplesmente descritas com um fim em si mesmas, ou seja, não descritas isoladamente, independentes de fatos exteriores, mas, pelo contrário, examinadas através de dados históricos dos quais resultam. Como resultado, comprovou-se que, no percurso histórico, os fatos externos à língua interferiram na constituição da ortografia. Constatou-se, em relação à análise lingüística, que, antes do Acordo Ortográfico, ora os autores tendiam à ortografia que privilegiava a pronúncia, baseando-se na fala, considerada da classe culta, ora preocupavam-se com a tradição histórica, muitas vezes beirando o exagero. Nesse sentido, evidencia-se que um sistema ortográfico fonético seria inviável, pois a pronúncia varia de acordo com a faixa etária, a localidade geográfica, a condição sociocultural. Se se insistisse em apagar a história para simplificar a ortografia, ter-se-ia de escolher qual forma de pronunciar seria adotada como modelo. Aqui seria preciso seguir a perspectiva científica da sociolingüística para que se abandonassem velhos preconceitos no momento da escolha. Mesmo assim, sempre que se pensasse em registrar as palavras como aparecem em determinada pronúncia, estaria se operando sobre uma idealização. Por outro lado, na mesma medida, também seria impossível a adoção de ortografia etimológica, devido à distância entre esse tipo de grafia e os usuários. Se se seguissem os passos daqueles que eram adeptos a esse sistema, como propunha Madureira



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Feijó, no século XVIII, correr-se-ia o risco de elaborar um sistema pseudo-etimológico. Justifica-se essa afirmação ao lembrarmos que temos como língua de origem o latim vulgar, o qual sofreu alterações fonológicas ao longo do tempo. No entanto, aqueles que tentavam preservar a tradição histórica tinham como referência as formas lingüísticas do latim e do grego clássicos, por meio de textos oficiais e literários. Assim, não importava se determinada letra presente no radical de origem já não representava fonema, o que importava era preservar a ligação entre forma atual e a tradição lingüística do português. Por consequência disso, surgiram as letras mudas, os grupos helênicos, a dupla representação vocálica e os demais fatos ortográficos que não correspondem à exata grafia de origem. Diante disso, adota-se a ortografia mista. Finalmente, no que respeita à questão ideológica, verifica-se sua presença em cada proposta ortográfica, evidenciada de autor para autor, motivada por crenças pessoais ou pela ideologia coletiva. Apresenta-se, aqui, um fato sociolingüístico, ideologicamente fundado, que bem reflete uma questão de política lingüística e de identidade nacional.

AUROUX, S. Histoire de sciences et entropie des systèmes scientifiques. In: Schmitter, P. (Org.) *Gescheichte der Sprachtheorie*. 1987. p. 20-42  
\_\_\_\_\_. *Histoire des Idées Linguistiques*. Bruxelas: Mardaga, 1992.

### Uma abordagem diacrônica da função pragmática tema no português

Fábio Izaltino Laura

fil\_fabiolaura@yahoo.com.br  
Faculdade Sertãozinho / Faculdade  
BandeirantesFASERT/FABAN

Para a Gramática Funcional (doravante GF), qualquer texto de língua natural pode ser dividido em orações e constituintes extra-oracionais. Por orações entende-se as orações subordinadas e principais da Gramática Tradicional. Constituintes extra-oracionais, por sua vez, são aqueles que não pertencem à oração propriamente dita, mas a ela se relacionam por razões pragmáticas, como *então a minha de onze anos*, no enunciado abaixo. Já *ela supervisionou o trabalho dos cinco* é uma oração.

(1): *então a minha [filha] de onze anos...ela supervisiona o trabalho dos cinco...*(D2-SP-360:192)

Este estudo se propõe a investigar o constituinte extra-oracional denominado Tema, definido pela GF como o constituinte que especifica um conjunto de entidades com respeito ao qual a oração seguinte apresenta alguma informação relevante, conforme se pode observar em (1) com o constituinte *a minha de onze anos*, que atende às seguintes estratégias do Falante: (i) aqui está uma entidade com relação à qual eu vou produzir uma informação: *a minha [filha] de onze anos*; (ii) aqui está o que eu quero dizer sobre ela: *ela supervisiona o trabalho dos cinco*.

Constituintes como esse, por caracterizarem expressões lingüísticas tipicamente utilizadas no processamento discursivo que exige necessariamente um estudo fundamentado em regras e princípios pragmáticos, têm recebido pouca atenção

na teoria gramatical, que opta por concentrar seus estudos em estruturas de sentenças isoladas, cujos constituintes podem ser descritos em termos de regras e princípios da estrutura interna da oração.

Sendo assim, faz-se necessária uma investigação mais apurada desse tipo de constituintes, que podem, sincronicamente, co-determinar a compreensão da oração propriamente dita e interagir com a estrutura interna dela em diferentes aspectos e, diacronicamente, ser interligados à estrutura da oração, o que possibilita explicar e descrever a origem de certos fenômenos gramaticais.

O objetivo geral deste trabalho é investigar o constituinte extra-oracional Tema na modalidade escrita do português dos séculos XVIII, XIX e XX. Desse modo, este trabalho constitui um estudo diacrônico que utiliza, como *corpus*, cartas pessoais, que, lingüisticamente, compreendem dados reais da interação verbal, já que esse tipo de texto narra fatos, acontecimentos típicos do dia-a-dia. Verificar a funcionalidade de determinados dados numa situação comunicativa real é um dos fundamentos numa abordagem funcionalista.

A interação verbal entre Falante e Ouvinte por meio de cartas faz-se de forma que o “personagem-remetente” e o “personagem-receptor” conversem por meio de perguntas cujas respostas podem ser antecipadas ou cobradas para manter o elo da “conversação” à distância. Pode-se acrescentar, ainda, que os signatários das cartas são, a um só tempo, o Ouvinte de uma carta previamente lida e o Falante de uma carta que é escrita para um outro ouvinte distante.

Como objetivo específico do trabalho, pretende-se verificar se a construção com Tema constitui ou não um fenômeno recente na Língua Portuguesa, já que estudos do português contemporâneo têm revelado que essa é uma construção muito freqüente no português brasileiro. Caso tal construção se apresente em outros períodos da história da variedade brasileira, pretende-se determinar as propriedades desse constituinte na língua escrita. Além disso, pretende-se verificar se tal constituinte sofreu alterações de suas propriedades de século para século.

A escolha desses três séculos se deve ao fato de que correspondem a períodos que marcam mudanças expressivas no sistema lingüístico brasileiro, como a alteração da ordem VSO para SVO, a diminuição do uso de clíticos e a presença de anáfora zero.

Outra questão relacionada ao Tema é a forma de seu co-referente na oração. Há autores que apontam o desaparecimento de clíticos na língua portuguesa, sendo substituídos por não-clíticos. Outros autores verificam que as ocorrências de não-clíticos em construções de temas se sobressaem à de clíticos, no português brasileiro contemporâneo. Dessa forma, um estudo diacrônico verificaria se há alguma forma do constituinte co-referente que tenha sido a preferida em um determinado século em comparação aos outros, sabendo, porém, que há a possibilidade de o sujeito também se apresentar na forma de um pronome, zero ou ainda lexicalmente.

BERLINCK, R. A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 95-112.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989. pt 1.

\_\_\_\_\_. *The theory of Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. pt 2.

LAURA, F. I. A função pragmática intra-oracional Tópico em três sincronias. *Estudos Lingüísticos*, v. 31, 2003. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *A expressão do Tema em português: do século XVIII ao*



século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2003.

PEZATTI E. G.; CAMACHO, R. G. Ordenação de constituintes na sentença: uma interpretação funcional. *Alfa*, São Paulo, v. 41, n. esp., p. 99-126, 1997.

VICENTE, J. R. T. *O constituinte pragmático extra-oracional Tema no português brasileiro falado*. 2002. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2002.

## Duas mudanças lingüísticas em documentos brasileiros datados entre 1809–1904

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

zenaide@uefs.br

Universidade Estadual de Feira de Santana

Neste trabalho, tento mostrar a essencialidade da integração entre filologia e história para a seleção de amostras de língua externa, o material empírico para estudos lingüísticos diacrônicos. As fases da elaboração da pesquisa foram as seguintes: (i) seleção e identificação da autenticidade dos documentos; edição; localização espacial e temporal; (ii) identificação de dados relevantes sobre os remetentes e os destinatários; (iii) contextualização da amostra com base na história externa do português brasileiro e (iv) descrição lingüística, enfocando padrões de colocação dos clíticos.

O objetivo deste trabalho é estudar o século XIX sob uma perspectiva histórica, com base em textos oitocentistas, focalizando a colocação dos pronomes clíticos em dois tipos principais de construções, orações finitas com um único verbo e orações com grupos verbais. Embora seja esse um tópico amplamente descrito, por apresentar diferenças profundas com o português europeu, a questão que se pretende abordar é ainda pouco explorada, a integração entre sintaxe, sócio-história e filologia.

Parto da distinção entre língua interna (Língua-I) e língua externa (Língua-E), segundo a concepção da gramática gerativa (cf. CHOMSKY, 1981), para discutir o reflexo dessa distinção sobre a análise de *corpora* diacrônicos, com base nas hipóteses sobre gramáticas abstratas apreensíveis nos textos. As bases da descrição são estabelecidas a partir dos resultados das análises diacrônicas sobre a colocação dos clíticos no português brasileiro (especialmente, PAGOTTO, 1992) e no português europeu (especialmente, GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUZA, 2005). A metodologia utilizada nessa descrição foi concebida de forma a poder receber uma interpretação dentro da teoria gerativa.

O *corpus*, formado de cartas manuscritas datadas entre 1809-1904, foi constituído para representar duas formas principais de diversificação externa do português no Brasil. Entretanto, para além de uma descrição do português brasileiro desse período, os documentos analisados permitem opor variantes sócio-históricas, com o objetivo de verificar a relação entre história interna e externa no português brasileiro.

Como resultado final mais importante, há a identificação, a partir de um modelo de representação de linguagem, de um interessante processo de competição de gramáticas

(cf. KROCH, 1994), em textos escritos por brasileiros nascidos entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Atestam-se três padrões distintos na colocação dos clíticos: 1) construções equivalentes à escrita do português europeu em sua fase clássica (PCI), 2) construções que refletem as mudanças em direção ao português europeu moderno (PE) e 3) construções que definem o português brasileiro (PB).

Verbo em posição inicial absoluta (V1):

PCI<sup>ok</sup>, PE<sup>ok</sup>, PB\*

(1) Foi-me entregue a carta de Vossa Excelência de 22 de Setembro ultimo. carta 98 (CIP<sup>ok</sup>, EP<sup>ok</sup>, BP\*)

(2) Responda-me, depois de informar-se bem, sobre estes quesitos pelo Vapor In-igles ou antes, se houver ocasião. carta 15 (CIP<sup>ok</sup>, EP<sup>ok</sup>, BP\*)

(3) Mefoi intregue pello Antero a-| sua presada carta de 1 do-| corteire acompanhada com-| 428.000 que fico recebido. | carta 468 (CIP\*, EP\*, BP<sup>ok</sup>)

(4) Nos dê suas| notícias. carta 463 (PCI\*, PE\*, PB<sup>ok</sup>)

Verbo em segunda posição (V2):

PCI<sup>ok</sup>, PE<sup>ok</sup>, PB\*

(5) Elle pedio me que| renovasse o pedido de reserva a Vossa Excelência, neste assumpto, que pode ainda mais comprometter a sua situação| 2r. carta 258

PCI<sup>ok</sup>, PE\*, PB<sup>ok</sup>

(6) Eu me dou por| satisfeito que ali| do Rio| ordenes tudo o que se deve| fazer. carta 63

Grupos Verbais:

PCI<sup>ok</sup>, PE\*, PB\*

(8) eo Tenente metem tractado per-|feitamente bem como tanto nao me-|reço, i assim té o ultimo dos solda-|dos. Carta 427

PCI<sup>ok</sup>, PE<sup>ok</sup>, PB\*

(9) Pode-se| pois considerar o Norte da Alemanha annexado à Prussia. A situação actual da Europa parece mais| confusa e perigosa do que era antes da ultima guerra. | carta 87

PCI\*, PE\*, PB<sup>ok</sup>

(10) Quero ainda uma vez lhe agradecer as boas e generosas| palavras que que hontem eloquentemente saudou-me| em nome do povo bahiano!! 166

(11) Muito tenho medado com o Tenente e continuo elle me dice que lhe presa e que meo compadre he| muito Amigo do Padrinho e tio delle que| mora na esplanada. carta 485

(12) Não te-|nhu lhe escripto supondo ja| se ter regressado para o Regalo. e Camuciatá onde devo mandar| Potamio visital-o, a Baronesa e os| Primos, carta 433

Esses padrões mostram o efeito, nos documentos, de duas mudanças, diferentemente do que comumente tem sido demonstrado. A principal mudança, a do PCI para o PB e, depois, possivelmente, apenas no nível da Língua-E, entre o PE e o PB.

CARNEIRO, Z. *Cartas brasileiras: um estudo lingüístico-filológico*. Tese (Doutorado) – Unicamp, 2005. Não publicado.

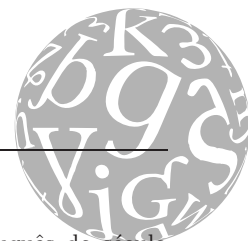
CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.

GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. [GBPS] The change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. In: HUALDE, José Ignacio (Ed.) *Journal of Portuguese Linguistics: special issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond*. 2005. p. 39-67. v. 4.1.

KROCH, A. Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. et al. (Ed.). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: parasession on variation and linguistic Theory*, 1994. p. 180-201. v. 2.

PAGOTTO, Emílio G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1992.

*Tycho Brahe Corpus*. 2nd version. 2006. Disponível em: [jwww.ime.usp.br/tycho/corpus/](http://www.ime.usp.br/tycho/corpus/).



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Complementação de verbos causativos na diacronia do português do Brasil

Dalmo Vinícius Coelho Borges

vinicius\_i@hotmail.com  
Universidade de Brasília

Examina-se a complementação de verbos causativos na diacronia do português do Brasil (PB), comparando-se com o português europeu (PE) atual. Em relação ao PB, verifica-se que: no século XVIII, considerado o período diacrônico inicial, ocorre variação entre a oração finita e a infinitiva: na oração finita, o verbo ocorre no subjuntivo e o sujeito pode ser nulo (com interpretação arbitrária ou correferencial com o objeto da matriz), ou realizado lexicalmente por um sintagma nominal (NP) pleno; na oração infinitiva, identifica-se ausência de flexão no infinitivo, seja no caso em que o sujeito lógico é nulo, sendo a interpretação arbitrária, seja no caso em que é um NP pleno (realizado como um dativo). Em períodos subsequentes, tem-se variação na flexão do infinitivo. No PB atual, a oração finita deixa de ser usada e a oração infinitiva é preferencialmente usada, mantendo-se a situação de variação na flexão do infinitivo, o que sugere uma situação de mudança lingüística (cf. BORGES; SALLES, 2005). Em relação ao PE atual, também se identifica o uso preferencial da oração infinitiva (cf. CLULA, 2001).

Este estudo tem por objetivo apresentar propriedades das construções causativas na diacronia do português. Postula-se que as propriedades encontradas na diacronia e no período sincrônico atual do PB indicam mudança na opção paramétrica em relação à codificação sintática da complementação, em particular, no que se refere às construções causativas.

Galves (2006?) levanta a questão de como interpretar a mudança visível nos textos: “A primeira hipótese diz que a mudança é gradual nos textos porque a mudança paramétrica é o fim de um processo que envolve sucessivamente mudança de frequência de uma determinada construção, reanálise dessa construção, e enfim mudança gramatical. A segunda, o que se vê nos textos não é a mudança em si, mas suas consequências: a tensão, no desempenho escrito dos falantes, entre a gramática nova e a gramática antiga, segundo Kroch, ‘Competição de gramáticas’.”

Padrões de estruturação de construções com verbos causativos em português

Mateus *et al.* (2004); Bechara (2004):

i. Predicado subordinado com o verbo no infinitivo sem flexão seguido do argumento externo (cf. 1), se for intransitivo, ou do argumento interno (cf. 2), se for transitivo, com o argumento externo realizado em uma configuração preposicional (como um dativo); os quais podem sofrer cliticização (cf. 3)

(1) Mandei escrever os alunos.

(2) Mandei escrever a carta aos alunos.

(3) a. Mandei-os escrever / b. Mandei-lhes escrever a carta.

ii. Predicado subordinado com infinitivo flexionado na ordem sujeito-verbo (cf. 04a), sem a possibilidade aparente de haver cliticização do argumento externo (cf. 04b).

(4) a. Mandei os alunos escreverem. / b. \*Eu mandei-lhes escreverem.

iii. Predicado subordinado com o verbo finito no subjuntivo:

(5) Eu mandei que os alunos escrevessem a carta.

Os dados da diacronia do PB no confronto com o PB e o PE

(atuais)

Construções com verbos causativos no português do século XVIII – Região Centro-Oeste:

i. Predicado subordinado com verbo no infinitivo, categoricamente sem flexão

(8) Alguás pessoas mandaõ enterrar oz seus escravoz no campo, e mato.

(9) Alguns destas minas mandam os dias de preceito trabalhar aoz seus escravos.

(10) me ordena fizesse noteficar aos padres nellas declarados, desvelarem de toda esta capitania.

(i) em (8), o sujeito lógico/argumento externo do verbo ‘enterrar’ não tem realização fonética (=sujeito nulo), sendo interpretado como tendo referência arbitrária (=sujeito indeterminado);

(ii) em (9), o sujeito lógico/argumento externo do verbo ‘trabalhar’ é realizado sintaticamente em uma configuração preposicional – ‘aoz seus escravos’ –;

(iii) em (10), o sujeito lógico/argumento externo do verbo ‘noteficar’ é nulo (como nas construções em (i)), sendo o sintagma preposicional ‘aos padres’ um argumento interno do verbo interpretado como recipiente (e não como agente) do verbo ‘noteficar’.

Importante: o infinitivo sem flexão cria naturalmente essa interpretação arbitrária, embora a ausência de flexão nos casos (8) e (9) tenha natureza diferente. Na oração (8), é o próprio verbo no infinitivo sem flexão quem licencia a posição de sujeito vazia, e, conseqüentemente, a interpretação arbitrária, enquanto que em (9) quem licencia essa característica é o complemento dativo.

ii. Predicado subordinado finito, com o verbo no subjuntivo.

(11) a. Outro sim mando q naõ desobriguem os ditos Escravos sem que saiba oq lhe hê necessario necessitate modi pa se salvarem.

b. Mando que daqui em diante se pague da crus da Fabrica para amesma fabrica meya 8a de cada emcomendação.

(12) Mando a cada um dos reverendos parochos, que logo que este meu edital lhe for apresentado, o faça registrar no livro da igreja.

(13) Mando q oz sacerdotes handem sempre em habito clerical e decente.

(i) Em (11a) e (11b), o sujeito da oração subordinada é nulo, com interpretação arbitrária; essa interpretação é realizada por processos sintáticos distintos: em (11a), tem-se o verbo flexionado na 3ª pessoa do plural; em (11b), tem-se o pronome ‘se’, com o verbo flexionado na 3ª pessoa do singular.

(ii) Em (12), o sujeito da oração subordinada é nulo, mas a interpretação é controlada pelo objeto da matriz, ‘reverendos parochos’.

(iii) Em (13), o sujeito da oração subordinada é realizado lexicalmente por um NP pleno, ‘oz sacerdotes’.

Obs.: Note-se, nos exemplos citados, a presença de causativas com verbo subordinado no infinitivo – ‘o faça registrar no livro da igreja’ (12) –; em todos os casos, o sujeito do verbo no infinitivo é nulo, com interpretação arbitrária.

CLUL (2001a), PE falado:

i. Predicado subordinado no infinitivo

(14) ... mas o meu pai nunca fazia assim grandes porção de centeio que chegasse a debulhar para fazer centeio para mandar moer.

(15) sim, deixaram-me continuar a fazer uma vida perfeitamente normal.

(16) ... ele já nessa altura não deixava ninguém pagar nada.

(i) Em (14), o sujeito lógico da oração infinitiva é nulo, sendo



a interpretação arbitrária;

(ii) Em (15), o sujeito lógico do verbo no infinitivo é realizado sintaticamente pelo pronome 'me', que se encontra cliticizado ao verbo 'deixar';

(iii) Em (16), o sujeito lógico do verbo infinitivo é o SN pleno 'ninguém'.

ii. Predicado subordinado finito.

(17) ... e isso faz com que eles ocupem, eh, primeiro, as vagas que deveriam ser ocupadas por efectivamente aqueles que se empenham mais.

(i) Em (17), a oração finita é introduzida pela preposição 'com', e o sujeito da oração subordinada é realizado pelo pronome 'eles'.

CLUL (2001b), PB falado:

i. Predicado subordinado no infinitivo:

(18) ... então eles represaram o rio, fecharam, mandaram cavar,

(19) eu mando *ele* acender o cigarro para mim, ele se engasga, sai tossindo.

(20) ... eu sei que alguma coisa assim *me* fez pensar mais fortemente nela naquela semana, naquele dia...

(i) Em (18), o sujeito lógico do verbo infinitivo é nulo, com interpretação arbitrária;

(ii) Em (19), o sujeito lógico do verbo infinitivo é realizado lexicalmente por um pronome;

(iii) Em (20), o sujeito lógico do verbo infinitivo é realizado sintaticamente pelo pronome 'me', que se cliticiza ao verbo causativo.

Considerando-se a tendência à perda da oração finita, observada na diacronia, e aparentemente consolidada no português atual (PE e PB), é possível postular mudança paramétrica na realização da construção causativa.

Questões a serem respondidas em pesquisas futuras: que propriedades gramaticais determinam a manifestação da construção finita em oposição à infinitiva? Que propriedades gramaticais estão sob variação paramétrica em relação à manifestação dessas construções?

ANDRADE, J. C. *As Construções Causativas do Português do Brasil na Perspectiva Gerativa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2002.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORGES, D. V. C.; H. M. LIMA-SALLES. *Construções causativas em documentos eclesiásticos do século XVIII, em Vila Boa de Goiás, GO*. 2005a. Relatório final. PIBIC/CNPq/UnB.

\_\_\_\_\_. *O Centro-Oeste na História do Português Brasileiro: primeiras reflexões*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: [s.n.], 2005b. p. 1541-1548.

CLUL – CENTRO DE LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. Portugal, gravações da década de 90. In: \_\_\_\_\_. *Português Falado: documentos autênticos*. Instituto Camões, 2001a. n. 1. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Brasil, gravações das décadas de 80 e 90. In: \_\_\_\_\_. *Português Falado: documentos autênticos*. Instituto Camões, 2001b. n. 4. CD-ROM.

GALVES, C. M. C. (Coord.) *Projeto Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Lingüística: fase II*. [2006?]. Disponível em: [www.ime.usp.br/tycho/prfpml/projeto\\_completo.html](http://www.ime.usp.br/tycho/prfpml/projeto_completo.html). Acesso em: 30 jun. 2006.

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Ed.) *Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell, 2000.

MATEUS, M. H. M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

SALLES, H. M. M. L. Diversidade e mudança lingüística na perspectiva da gramática gerativa. In: Encontro Nacional do Gelco, 2., 2004, Goiânia. *Atas...* 2004. Disponível em: [www.unb.br/gelco/](http://www.unb.br/gelco/).

\_\_\_\_\_. *Complementação oracional na diacronia do português do Brasil*. No prelo.

## Astrologia e judaísmo nos manuscritos medievais

*Aléxia Teles Duchowny*

[alexiateles@hotmail.com](mailto:alexiateles@hotmail.com)

Universidade Federal de Minas Gerais

Tem-se como objetivo a descrição da fascinante complexidade da astrologia medieval através de manuscritos medievais, além da tentativa de entender o papel dos judeus na escrita desses manuscritos. O interesse em desvelar as mensagens dos astros está presente em vários manuscritos medievais. Esses textos astrológicos são compostos por ferramentas e princípios da Astrologia, quadros e textos relativos à influência e à natureza dos planetas, assim como horóscopos, isto é, mapas dos céus que fornecem respostas a problemas dos mais variados tipos. Ao contrário da Astrologia atual, a medieval permeava vários níveis da sociedade, fazendo parte da visão de mundo dos indivíduos: previsões, tipos de personalidade, destinos individuais, amor, poder, negócios, teoria cosmológica, alquimia, agricultura e medicina. Na Idade Média, a diferenciação entre os termos *Astrologia* e *Astronomia* era pouca, ambos designavam o estudo dos corpos celestes. Essa arte chega da Grécia ao Ocidente de forma fragmentada, através de textos tecnicamente pouco refinados e sempre condenados pela Igreja católica. No Oriente, a Astrologia grega foi transmitida ao mundo árabe, chegando, através dele, à Península Ibérica, por volta do final do século X. No século XII, a Astrologia adquire grande ímpeto com a redescoberta e tradução para o latim, do grego, de textos preservados pelos árabes e de textos árabes relacionados a ela, e também à Astronomia e à Filosofia. Em muitas cortes da Europa Medieval, os governantes recebiam aconselhamento astrológico de médicos e membros da corte. Apesar de regularmente condenada pelos teólogos, o uso freqüente da Astrologia pode ser evidenciado por vários manuscritos medievais que chegaram até os dias de hoje. A arte da Astrologia era dividida em duas partes principais: a mundana (também chamada de geral ou natural) e a judicial. A primeira concernia às influências celestes sobre os fenômenos naturais, tais como o tempo e a previsão de acontecimentos em geral. A segunda preocupava-se com a vida do indivíduo e o momento certo para realizar alguma ação, vista com suspeita pela Igreja católica e pelo Judaísmo tradicional, já que poderia ameaçar o conceito de livre arbítrio da divina providência de Deus. Uma resposta comum a essa crítica, por parte dos astrólogos, era a de que a Astrologia preparava os seres humanos para eventuais desastres, diminuindo seu impacto. Ademais, apenas os corpos, paixões e multidões eram regidos pelas estrelas, e não a razão, as almas e o livre arbítrio dos indivíduos. Na verdade, é difícil saber o quão abrangente



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

era a disseminação das idéias astrológicas. O hábito usual de leitura em voz alta teria aumentado a transmissão das crenças e práticas astrológicas, mas o mais provável é que a prática da medicina astrológica tenha sido a forma mais comum de exposição a essa área do conhecimento. Ao longo de toda a Idade Média, a Astrologia foi praticada pelos judeus, tanto profissional, quanto cientificamente. A Astrologia não é mencionada explicitamente na Bíblia, mas os profetas tinham consciência das práticas dos “observadores de estrelas”. Vários textos judaicos criticam a crença dos judeus na Astrologia, afirmando que se trata de uma ilusão. Maimônides também rejeitava a Astrologia, referindo-se às crenças astrológicas como superstições vãs e indignas de serem chamadas de ciência, mesmo que o Talmud e os Textos Midráshicos indiquem a influência das estrelas sobre os seres humanos. Apesar do prestígio de Maimônides, suas palavras não influenciaram todos os escritores subsequentes a ele. Condenada, acreditava-se, no entanto, que a Astrologia tinha origem celestial, tendo sido revelada à Humanidade por anjos rebeldes. A maioria dos sábios talmúdicos acreditava no papel decisivo dos corpos celestiais na determinação dos eventos humanos, no mundo sublunar. Em vários pontos do Talmud, afirma-se que todo ser humano tem um corpo celestial (*mazzal*), em especial uma estrela-guia da concepção e do nascimento. A divisão do zodíaco em doze é mencionada no Judaísmo no antigo texto *Sefer Yetsirah*, no qual as constelações correspondem aos signos do zodíaco e aos doze meses do ano. Os signos eram designados, também, de acordo com certas partes do corpo e as doze constelações representariam as doze tribos judaicas. Pode-se encontrar uma descrição detalhada da influência dos planetas e das constelações em obras judaicas. No entanto, entende-se que o judeu justo está acima da sina (constelação ou planeta) e não precisa temer nenhum destino ruim. Para legitimar esse ensinamento o trecho ‘não se desanime com os signos dos céus; porque o descrente se enfraquece diante deles’ (Jer. x. 2) é geralmente citado, sendo contrário à religião judaica consultar as predições dos astrólogos ou depender deles. A crença de sábios como R. Akiva, R. Johanan, Mar Samuel, Rav Nahman b. Isaac de que os judeus seriam imunes às influências planetárias pode justificar o fato do zodíaco não ser mencionado no Talmud. Na verdade, os sábios não tinham uma opinião consensual e tem-se um problema teológico e religioso que não cabe ser resolvido aqui. O *Zohar* leva a Astrologia em consideração, empregando imagens e terminologia astrológica. De um modo geral, no entanto, o sistema cabalístico do *Zohar* não dá importância às crenças astrológicas.

### A natureza V2 das estruturas de topicalização e tópico pendente do português clássico

Alba Verôna Brito Gibrail

avbgibrail@uo1.com.br  
UNICAMP

Dados obtidos a partir de textos de autores portugueses nascidos entre 1502 e 1845, levantados junto ao Corpus

Tycho Brahe, mostram que o português clássico licencia objetos e outros constituintes em posição de tópico, em orações principais, coordenadas e subordinadas, havendo maior frequência de ocorrência dessas estruturas em orações principais. Nessas orações, as estruturas de topicalização exibem ordens superficiais variantes no que diz respeito à posição pré-verbal de sua realização e à disposição estrutural do sujeito e do clítico. Em posição pré-verbal, o constituinte topicalizado se apresenta na condição de um adjunto, sendo realizado fora da estrutura prosódica da oração, e/ou na condição de um elemento fronteado, inserido dentro da estrutura da frase (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Embora haja variação na ordem superficial de projeção das estruturas de topicalização, a frequência maior de sua manifestação em sentenças de ordem XV(S) revela a atuação de uma gramática de natureza V2, subjacente a essas produções. A natureza V2 dessas construções impõe condições estruturais específicas que justificam as diferenças observadas no seu licenciamento e no licenciamento das estruturas de Deslocação à Esquerda Clítica e topicalização do português europeu (DUARTE, 1987). Na observação das condições peculiares de licenciamento dessas estruturas, defino-as como estruturas de topicalização V2, em concordância com a proposta de Ribeiro (1995) para o português antigo. Entre as condições específicas do português clássico na formação dessas construções está a tendência de uso generalizado de clítico, e também da próclise – nas estruturas de topicalização de objetos em sentenças com verbos flexionados –, paralelamente à tendência de maior uso do sujeito com material fonético em posição pós-verbal.

(1)

a) *Isto nos* afirmou muito *um homem Polaco, chamado Gabriel*, (CTB- C\_007-1542-1606)

b) *Esta singular virtude da caridade lhes* quis *Nosso Senhor* pagar, polo muito que

a estima, dando-lhes um filho tal que fosse extremo nela e honra e alegria deles. (CTB - S\_001-1556-1632)

Em se tratando de estruturas de topicalização de outros constituintes em sentenças com clítico, os dados confirmam a tendência daquela gramática de uso desse pronome em forma de próclise.

(2) *Neste tempo me* cercarão ja outros quinze ou vinte

daquelles armados, & me tiveram todos fechados no meyo: (CTB-P\_001- 1510-1583)

Nessas ocorrências, o uso da ênclise está atrelado a contextos específicos – entre eles, o estatuto de pronome possessivo, reflexivo e/ou inerente do clítico – e contextos sentenciais de paralelismo sintático e verbos não flexionados.

(3)

a) *Entre estas fadigas da Corte* levava-lhe toda a alma o aumento da Missão. (CTB- B\_001-1675-1754)

b) *e ao terceiro* tornou-se pera o exército, (CTB-C\_007-1542-1606)

c) *a este posto* foy a Madre Elena, a sacrificarse à violenta cura, (CTB-C\_002-1658-1753)

Nas formulações de Galves (2000), Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), Paixão de Sousa (2004), assentadas na restrição da Lei de Tobler-Mussafia, a disposição estrutural do clítico nas sentenças do português clássico define a posição de realização do constituinte em posição pré-verbal. A presença da próclise assinala que o constituinte em posição pré-verbal está inserido na estrutura prosódica da oração, na condição de elemento fronteado; a presença da ênclise, nessas





estruturas, indica que o constituinte que antecede o verbo é realizado em posição anterior a essa fronteira, na condição de elemento em adjunção.

Assumindo essa proposta, argumento que o português clássico legitima a topicalização de constituintes da oração em posições pré-verbais distintas, conferindo, desse modo, estatutos diferentes a esses elementos. Nas estruturas com próclise, representadas em (1) e (2), o elemento topicalizado ocupa a primeira posição da estrutura prosódica da oração, na condição de elemento fronteado; nas estruturas com ênclise, como nas ocorrências em (3), o constituinte pré-verbal é um adjunto, sendo realizado em posição anterior à fronteira da frase. Esta mesma proposta pode ser tomada para justificar o licenciamento de objetos topicalizados com retomada de clítico em sentenças de ordem superficial V3, legitimadas naquela gramática. Nessas ocorrências, o constituinte que precede imediatamente o verbo é realizado dentro da fronteira prosódica da oração, confirmando a ordem V2 subjacente dessas estruturas. O outro constituinte, realizado em posição mais alta da oração, tem o estatuto de um adjunto.

(4) *Esta deferemça vos a conheçereis e sabereis mui bem fazer, no modo que se deve e que eu seja de vos mui bem servido.* (CTB -D\_ 001-1502-1557)

A ordem superficial V3 com próclise também é verificada na topicalização de outros constituintes da oração.

(5) *Porém, hoje por muitas razões vos parecerá que ainda ha outro Juiso mais terriuel, ainda ha outro Juiso mais rigoroso, ainda ha outro Juiso mais estreito que o Juiso de Deus.* (CTB-V\_004-1608-1697)

O objetivo que norteia o empreendimento da pesquisa que desenvolvo é definir, dentro das considerações propostas acima, a natureza dos elementos topicalizados nas várias formas de sua manifestação no português clássico. Com tal propósito, a questão central deste trabalho é a confirmação empírica da ordem V2 padrão nas sentenças sem clítico, tendo em conta que é nesta configuração que os elementos topicalizados se apresentam com maior frequência nos dados dos autores nascidos nos séculos 16, 17 e meados do século 18.

(6)

a) *A gloria do desenho e perfil ou traço concederão os antigos a Parrhasio,* (CTB-H\_001-1517-1584)

b) *Com êste recado despedio Martim Affonso de Mello Juzarte, logo Belchior de Sousa, homem Fidalgo, e bom Cavaleiro, com setenta portugueses pera se ir meter naquela fortaleza.* (CTB-C\_007-1542-1606)

Por outro lado, o levantamento desses dados revela que o português clássico licencia elementos em posição pré-verbal em configuração de adjunção em estrutura de Tópico Pendente e estrutura de Deslocação de Tópico Pendente, em conformidade com a proposta de Duarte (*op. cit.*, p. 75-78) para o português europeu. Nas definições dessa autora, nas ocorrências de Tópico Pendente, não há nenhuma lacuna e/ou elemento pronominal na frase que seja referencialmente dependente do constituinte com a função de tópico.

(8)

a) *Quanto ao galleam Sam Joam, eu mãdarey amenhãa praticar os pareceres que llaa tomastes cõ os que o quaa cõtrariavam,* (CTB-D\_001-1502-1557)

b) *Quanto aos criados meus que ham de ir nesta armada, eu tomei agora coremta, pouco mais ou menos, pera ir nela, e de poucos mais deveis de fazer fundamento;* (CTB-D\_001-1502-1557)

Nas construções de Deslocação de Tópico Pendente, conforme descreve Duarte, o elemento em posição de tópico é conectado referencialmente ao elemento dentro da oração, não havendo entre eles conectividade de Caso.

(9)

a) *O que pellejava na guerra ou combatia, a este fazião variado de muitas maneiras* (CTB-H\_001-1517-1584)

b) *E quanto ao mar de Inglaterra, João Botero confessa que com uma boa armada*

que andasse *naquela parte* não somente asseguraria sua Majestade as costas de Espanha, (CTB-S\_001-1556-1632)

c) *Esta, desenhada em sua medida e escolhida, solamente rodeada com um sotil*

perfil ou perfilada com uma linha, costumão logo a dar-lhe as sombras d'aquella banda em que a lux não se stende; (CTB-H\_001-1517-1584)

Confirma-se, nessas ocorrências, a característica do português clássico de licenciamento de estruturas de adjunção em sentenças de ordem V2 e/ou V1. Nas ocorrências de Tópico Pendente em (9a,b) e nas ocorrências de Deslocação de Tópico Pendente em (10 a,b), a ordem subjacente V2 é assegurada pelo constituinte deslocado que precede imediatamente o verbo. Na ocorrência em (10d), a ordem V1 é definida pelo uso do clítico em forma de ênclise, em conformidade com a proposta de Galves; Britto e Paixão de Sousa, citada acima.

### 3.5.3 Mesas-redondas

#### História social do português caipira

Dentro do Projeto *Para a História do Português Brasileiro*, são propostas três agendas de trabalho. A primeira delas diz respeito à constituição de um corpus, a segunda trata da história social da língua portuguesa no Brasil, e a terceira enfrenta questões de mudança lingüística.

Recentemente, o grupo de São Paulo lançou o Projeto do Português Caipira, o qual segue as mesmas agendas de trabalho do projeto maior ao qual está agregado, tendo por base um corpus tipicamente paulista.

Foram feitas três propostas relativas à história social do português caipira. A primeira compreende o estudo do português transplantado para São Paulo nos primeiros anos de colonização. Busca-se, com isso, identificar traços lingüísticos que caracterizam o português paulista falado atual. A segunda proposta visa estudar a formação de uma norma lingüística com base na identificação de elites intelectuais na cidade paulista, surgidas com a imigração européia. A terceira proposta objetiva o estudo do Português Paulista Culto Contemporâneo, tomando como ponto de partida as elites intelectuais nas academias, geradoras da classe culta nas mais variadas áreas de conhecimento.

As três propostas de trabalho assim constituídas visam traçar um quadro amplo da formação do português paulista, a partir de questões de história social.



## Formação do português paulista: imigração

*Marilza de Oliveira*

marilza@usp.br  
Universidade de São Paulo

Inúmeras pesquisas acadêmicas têm demonstrado que a existência de um Português Brasileiro ao lado de um Português Europeu é uma realidade, a qual começa a ser reconhecida em outras instâncias, que não as acadêmicas, com a tradução, nas duas variedades, de textos informativos de embalagens de diferentes produtos, bem como com a tradução de filmes portugueses em 'brasileiro' e de novelas brasileiras em 'português'. Entretanto, essa é uma realidade do mundo atual e o lingüista histórico deve ter a cautela de não transportá-la ao passado sob pena de apelar para a origem crioula da variedade brasileira do português.

De fato, alguns traços lingüísticos têm sido sistematicamente atribuídos ao Português Brasileiro, como é o caso da ausência de marca formal de concordância verbal ou nominal. Alguns pesquisadores têm buscado explicações para esse fenômeno na aquisição imperfeita da língua portuguesa pelos africanos; outros vêem na deriva a explicação para esse fenômeno.

A hipótese lançada no presente trabalho é a de que a distinção entre Português Brasileiro e Português Europeu é um fato recente e que mais do que o elemento africano, foi o elemento português que lançou as bases para a variedade brasileira.

Entende-se, assim que a história da constituição do Português Brasileiro não pode fazer a menos da recuperação das ondas sucessivas de imigração portuguesa, intuição presente nos trabalhos de Moraes Castilho (2001) que vê uma base quatrocentista para o PB e de Ribeiro (1998) que propõe, pelo menos, duas gramáticas portuguesas para a formação do *input* lingüístico para a aquisição da linguagem no Brasil, uma entre os séculos XVI-XVIII e outra entre os séculos XIX-XX.

O trabalho procura reconstituir a história da imigração portuguesa a partir da independência do Brasil e observar, de um lado, a busca pela integração na sociedade brasileira e, de outro, a sua recepção pelo brasileiro. Objetiva-se, assim, observar a preservação ou a dissolução da identidade cultural e, por conseguinte, das características lingüísticas que identificavam ou passaram a identificar um e outro elemento.

Entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Brasil, em particular a cidade de São Paulo, foi alvo de dois tipos diferentes de imigração portuguesa, uma popular e outra elitista, respectivamente. O primeiro movimento privilegiou o contingente masculino, em geral analfabeto, que se instalou primeiramente nas cidades em conformidade com o programa português da câmara de comércio que visava à comercialização dos produtos portugueses no Brasil e ao envio de divisas para Portugal.

O segundo movimento era composto, provavelmente, de núcleos familiares, pois a presença feminina portuguesa aumentara de um oitavo para 32,6%, e seus membros pertenciam à chamada elite intelectual, que abrangia os profissionais liberais (advogados, médicos, professores, jornalistas), mas também industriais e banqueiros. Esse segundo movimento

ocorreu na década de 20 do século passado, exatamente no período em que ferviam os ideais nacionalistas do movimento modernista, ao qual a elite portuguesa recém chegada se opunha, através do enaltecimento do povo português para a formação do Brasil.

A imigração ocorrida no século XIX veio a contribuir para a formação da variedade popular do português paulista na medida em que o elemento português era absorvido em diferentes modalidades de trabalho, entre os quais o comércio, espalhando-se e integrando-se na sociedade paulista, graças à lei de naturalização promulgada após a proclamação da República. O processo imigratório elitista das primeiras décadas do século passado, por sua vez, lançava as bases para a formação de uma norma lingüística, que veio a se consolidar na prática dos bancos escolares e nos livros didáticos.

Esse trabalho procurará explorar melhor o processo imigratório português entre o século XIX e o início do XX com vistas a observar a integração portuguesa e identificar a 'imagem' do imigrante português na imprensa periódica paulista. Essa pesquisa servirá como pano de fundo para a análise lingüística de textos vazados em português popular e culto escritos pelos imigrantes.

## Efeitos da ebulição social na tradição uspiana

*Maria Célia Lima-Hernandes*

mceliah@usp.br  
Universidade de São Paulo

Um contexto de ebulição sócio-cultural – efeito de mudanças sociais e lutas políticas – fez com que São Paulo empreendesse a criação de instituições culturais, como foi o caso da USP, que nasceu da agregação da escola de Direito, de Medicina e de Engenharia a uma nova unidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Enquanto faculdades isoladas, seguiam o modelo de ensino português e, essa reestruturação exigiria a adoção de um novo modelo. Houve resistências. A conciliação foi estabelecida com a manutenção da autonomia das escolas e a criação de uma unidade com concepção de universidade dedicada à pesquisa básica e à produção de conhecimento – a FFLC. A concepção inicial era a formação de pessoal para as altas funções, fazendo da USP um centro civilizador – com pesquisadores e profissionais de elite. Para superar o obstáculo do clima cultural paulistano – ainda provinciano – foram trazidos professores estrangeiros.

Eram professores portugueses impondo a norma europeia a estudantes, nascidos e educados nas décadas de 10 e 20, 'com regras de comportamento e valores gerados por uma sociedade conservadora em suas práticas e visões de mundo', cuja base era a hierarquia familiar. Os filhos de imigrantes tinham na formação escolar o mais importante caminho para a ascensão social. Segundo Trigo (1997), 30% dos alunos matriculados na FFLC era oriunda de famílias imigrantes, sendo a maioria de origem italiana, embora também houvesse judeus, espanhóis, árabes, sírios, libaneses, japoneses e armênios. Invariavelmente, os alunos da primeira geração ocuparam o lugar de seus professores. De lá para cá, o perfil do professor e do aluno uspiano



mudou bastante. Ao lado desse movimento silencioso na academia, também ocorreu uma movimentação da norma culta, implicando dois movimentos simultâneos: manutenção de traços de formalidade excessiva característicos de norma culta e incorporação de usos inovadores em franco processo de gramaticalização no português do Brasil.

Tomando como estudos prévios aqueles desenvolvidos no bojo do Projeto Nurc-SP e Gramática do Português Falado, nota-se que a preocupação embutida dizia respeito à descrição de uma língua falada culta excluída das preocupações científicas até a primeira metade do século XX. A contribuição desses projetos permitiu que se vislumbresse a possibilidade de refazer a trajetória constitutiva do português culto falado atualmente. Eis a motivação e o recorte estabelecido para este trabalho, que se vincula ao projeto da história do português de São Paulo – Projeto Caipira: reconstituir a trajetória evolutiva do português culto da cidade de São Paulo em seu aspecto social e lingüístico.

Portanto, torna-se questão fulcral desta comunicação a proposição do estudo de alguns fenômenos de mudança gramatical no português culto. Para tanto, assume-se a seguinte agenda de exposição: 1. a partir de dados de língua escrita formal, discutem-se indícios de que a norma culta tem se alterado fortemente no sentido de que usos inovadores têm sido incorporados em textos de alto grau de formalidade; 2. apresentam-se evidências resgatadas de *corpora* escritos formais e especializados, como é o caso de artigos científicos, teses, memoriais e provas dissertativas; 3. a partir dessas evidências, constrói-se a base para a proposição de estudos sobre a mudança lingüística em tempo real (curta duração), de modo a resgatar a trajetória de um português da primeira metade do século XX.

Sobre o aspecto metodológico, expõe-se a combinação de metodologia abarcada pela abordagem funcionalista em que interagem técnicas e métodos da sociolingüística laboviana variacionista, conjugados a métodos que permitam a apreensão da mudança em tempo real, quais sejam: estudos *trendy* e estudos *panel* (LABOV, 2001). Esses estudos implicam recontatos com informantes em dois momentos distantes na linha do tempo, permitindo que o analista estabeleça comparações de usos característicos de formalidade excessiva em dois momentos e usos inovadores que estão a meio caminho de sua trajetória de gramaticalização no português do Brasil. Essa combinação metodológica permitirá a possibilidade de se resgatar a movimentação social subjacente.

## A categoria agr nos inventários e testamentos

Célia Maria Moraes Castilho

ataliba@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

A conexão sintática fundamenta-se em expedientes vários, tais como a ordem dos constituintes, a concordância, a atribuição/recepção de casos e de papéis temáticos, etc. Línguas configuracionais tendem a pôr em cheque a categoria funcional AGR, afetando a concordância nominal e verbal. É disto que trata esta comunicação, cujos dados procedem dos

*Inventários e Testamentos* editados pelo Arquivo Público de São Paulo. O trabalho se situa na pauta de investigações de meu projeto de pós-doutorado, *'Formação do português popular e suas bases quatrocentistas em São Paulo e São Vicente nos séculos XVI e XVII'* integrado no Projeto Caipira.

Venho sustentando que o português medieval quatrocentista é a base do PB: Moraes de Castilho (1998/2001, 2004a, b, 2005b). Em Moraes de Castilho (2005a), demonstrei que o português medieval exhibe um processo de mudança de língua não configuracional para configuracional.

A partir dessa constatação, hipotetizo que em seus primórdios o PB paulista deveria mostrar evidências dessa mudança tipológica.

Os dados procedem do terceiro quartel do século XVII (1651 a 1675), em textos produzidos na Vila de São Paulo do Campo. Considerados distraidamente, eles parecem exibir alguns traços habitualmente atribuídos a uma 'variedade crioulaizada'.

### 1. Concordância nominal de gênero

#### 1.1. No participípio passado

(1) [XVII:1654, I/T de Afonso João; DAESP, v.46:33] *Estou Paguo e satisfeito de toda a conthia que me deu o defunto Afonso João o que me pagou o snor M.el. Carvalho seu testamenteiro e p.r estar satisfeito lhe dei esta quitassão p.r min assignado oje em São Paulo 22 de fr<sup>o</sup>. De 660 Annos.*

#### 1.2. No nome comum

(2) [XVII:1654, I/T de Antão Rodrigues Lopes; DAESP, v.46:45] *... e assim mais peço ao bondoso padre santo antonio queira ser meu medianeiro diante do supremo juiz pera me salvar pois veio ao mundo as almas peccadores, ...*

#### 1.3. No nome próprio

(3) [XVII:1654, I/T de Antão Rodrigues Lopes; DAESP, v.46:74] *...e por elle em nome de maria vas cardoso foi dito que por ella vinha pagar a parte... que juntos ao prinsipal fazem soma de vinte mil duzentos e trinta e seis reis, e por [to]car a dita maria vas cardosa a metade...*

#### 1.4. Concordância do pronome relativo com seu antecedente

(4) [XVII:1653, I/T de Antão Rodrigues Lopes; DAESP, v.46:73] *... pello qual foi dito que elle tinha tomado neste inventario a quantia de doze mil trezentos e vinte rz o qual tivera em seu poder sinco annos e sinco mezes...*

#### 1.5. No determinante

(5) [DAESP, v.46 (1998):203] *... # hun lanso de caza de taipa de pilão cubertas de telha con sua corredor E quintal ...*

### 2. Concordância nominal de número

#### 2.1. No participípio passado

(6) [DAESP, v.46 (1998):24] *... Declaro q tenho doze pessas de gentio da terra digo treze e fora estes me andão fugidas sinco pessas quero dizer seis e mais me andão fugidos hu rapaz de outro digo q não he mais q hu rapaz os quais pesso sirvão a minha molher...*

#### 2.2. No nome comum

(7) [DAESP, v.46 (1998):177] *... forão avaliados tres fosse piquenas hua ja quebrada ...*

#### 2.3. No nome próprio

(8) [DAESP, v.46 (1998):251] *... tudo dar he pagar pinsipal he ganhos athe Real entrega he p<sup>a</sup>. mais seguransa aprezen-tou pr. seu fiador a gaspar de godois morera ...*

Vários sobremones espanhóis encontrados nos I/T terminam por alveolar, derivada de um genitivo: *Albernas, Ramirez*. É provável que o agregamento de um s aos sobrenomes de paulistas vivendo na vila de São Paulo resulte disso, pois entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob o domínio espanhol, e conseqüentemente também a colônia do Brasil esteve.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Além do mais, a região compreendida pela capitania de São Vicente esteve em contato com os espanhóis deste longo tempo, possivelmente antes da 'descoberta' do Brasil.

2.4. No pronome relativo

(9) [DAESP, v.46(1998):33] *Digo em mel. fr<sup>a</sup>. q eu estou pago e satisfeito [de uma] dívida q me devia o defunto afonso joan os coais me pagou sua mulher generosa da costa de sigera como titora de seus filhos e para sua descarga lhe dei esta quitasam por mim feito e assinado...*

2.5. No clítico

(10) [DAESP, v.46 (1998):46] ... *declaro que tenho oito negros do gentio da terra guaianazes, e dez femeas entre grandes e piqenas os coais servirão a minha molher e filho na mesma conformidade que a mim, e peço a minha molher lhe de o bom trato que eu lhe dei, [em] minha vida, ...*

2.6. No determinante

(11) [DAESP, v.46 (1998):162] ...*mdo q Seme digão Vinte misas Repartidas da maneira Siguente a Saver Cinco a Santissima trindade = otra cinco a nosa senhora do Rosario*

3. Concordância verbal

Os dados documentam, igualmente, flutuações na concordância verbal, como se vê em:

(12) [DAESP, v.46 (1998):116] ... *fiados por dous mezes en quatro patacas e dous vinteis deu por seu fiador a fernão bicudo de britto e o curador e o juis ouve por ben por não aver que mais dese*

Como a chegada maciça de africanos à área vicentina só teve início no final do séc. XVIII, e, sobretudo, no séc. XIX, quando africanos ladinos vinham do Nordeste, fica difícil explicar os fenômenos observados por uma questão de aquisição imperfeita do português. Precisaremos conhecer melhor, sem dúvida, a língua portuguesa que saiu das caravelas, para retomar as palavras de Ivo Castro.

Neste trabalho, vou concentrar-me no estudo da concordância do particípio, por onde, suponho, se deu a perda de AGR. O termo 'particípio' designava na gramática clássica as formas que exibiam o traço /+/-/ Verbo, ou seja, as formas em nt, nd e re. A tradição moderna restringiu a utilização desse termo ao particípio passado, perdendo-se a generalização anterior.

Âmbguas morfologicamente, essas formas podem ter fornecido o nicho sintático por onde teve início a perda de AGR, hoje categórica, por exemplo, nos tempos compostos do passado.

*Inventarios e Testamentos*. Publicação Oficial do Archivo do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, vol. I, 1920. Seguiram-se mais 46 volumes.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (1998 / 2001). Seria quatrocentista a base do Português Brasileiro? In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. II, Primeiros estudos, 2 tomos. São Paulo: Humanitas / Fapesp, tomo 1, p. 57-90, 2001.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. A diacronia do dequeísmo: o clítico locativo medieval *en* e o dequeísmo nas orações relativas. *Linguística* 15 / 16, p. 123-160, 2003 / 2004a.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. Locativos, fóricos, articuladores discursivos e conjunções no Português Medieval: ENDE / EN / POREM / PORENDE. Prova de qualificação ao doutorado. *Filologia e Linguística Portuguesa* 6, p. 53-100, 2004b.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. *O Processo de Redobramento Sintático no Português Medieval. A formação das perífrases de estar*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, tese de doutoramento, 2005a.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. As raízes do dequeísmo. Em Lidia Rodríguez Alfano (Org.). *Actas del XIV Congreso de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*, vol. I, Monterrey, México, cd-rom, 2005b.

### Mudança gramatical no português caipira

O Projeto para a História do Português Brasileiro vem atuando desde 1998, reunindo equipes de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Foram realizados seis seminários nacionais, cujos textos têm sido publicados com regularidade: Castilho (Org., 1998), Mattos e Silva (Org., 2001), Alkmim (Org., 2002), Duarte; Callou (Org., 2002), Ramos (Org., no prelo), Lobo (Org., no prelo).

O corpus diacrônico compreende, até aqui, (i) Anúncios em jornais do séc. XIX: Guedes; Berlinck (Orgs., 2000), (ii) Cartas de leitores e redatores publicadas em jornais do mesmo século: Barbosa; Lopes (Org., 2002), (iii) Cartas privadas: Simões; Kewitz (Org., 2006). Outros fundos documentais levantados individualmente foram relacionados em Duarte; Callou (Org., 2002). Um relatório sobre as realizações até 2003 está disponibilizado em Castilho (Org., 2003).

A agenda do projeto compreende três grandes tópicos: mudança gramatical, história social e organização do corpus diacrônico.

A equipe paulista conta atualmente com mais de 30 pesquisadores, procedentes das três universidades oficiais paulistas, compreendendo professores, pós-doutorandos, mestrandos, doutorandos e alunos de IC. A partir de 2005, passou a integrá-la o historiador Carlos de Almeida Prado Bacellar, do Departamento de História da FFLCH-USP, especialista em demografia histórica.

Durante o primeiro semestre de 2006, essa equipe planejou um conjunto de pesquisas articuladas para os próximos 4 anos (2007-2010), sob o nome de "Projeto Caipira". Decidiu-se apresentar a este V Congresso Internacional da ABRALIN alguns resultados dessa atividade, sob a forma de duas mesas-redondas.

O Projeto Caipira desenvolverá as seguintes atividades:

1) Documentação, análise e comparação do português popular

1. Ângela C. S. Rodrigues (USP) – *Retrato sociolinguístico da variedade popular na cidade de São Paulo no começo do séc. XXI*.

2. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP) – *Formação e expansão do português paulista ao longo do Rio Tietê a partir do séc. XVII*.

3. Célia Maria Moraes de Castilho (pós-doutoranda, USP) – *Para uma gramática do português caipira: sintaxe sincrônica e diacrônica do português popular paulista*.

4. Xoan Lagares (USP) – *Comparações do português paulista com o galego*.

2) Documentação e análise do português culto

1. Marilza de Oliveira (USP) – *Formação do português culto paulista: o papel das grandes escolas (1820-1934)*.

2. Maria Célia Lima-Hernandes (USP) – *Retrato sociolinguístico da variedade culta em São Paulo capital e interior, nos albores do séc. XXI*.

3) Diacronia dos processos constitutivos do texto e dos



gêneros discursivos

1. Clélia Cândida Spinardi Jubran (Unesp / São José do Rio Preto) – *Diacronia dos processos constitutivos do texto*.

2. Maria Lúcia C.V.O. Andrade et alii (USP) – *Tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos numa perspectiva diacrônica*.

4) Mudança gramatical do português paulista

1. Maria Aparecida Torres Morais (USP) / Sônia L. Cyrino (Unicamp) / Rosane Berlinck e Marymarcia Guedes (Unesp / Araraquara) / Tânia M. Alkmin (Unicamp) – *Mudança gramatical do português de São Paulo: expressão nominal e preposicional dos argumentos*.

2. Ataliba T. de Castilho et alii (USP) – *Mudança lingüística multissistêmica das preposições*.

3. Marcelo Módolo (pós-doutorando, Unicamp) – *Categorias de 'foco', 'inclusão', 'quantidade', 'intensidade' e a gramaticalização dos pares conjuncionais correlativos*.

4. José da Silva Simões (doutorando, USP) – *Sintaticização, semanticização e discursivização de estruturas hipotáticas e para-hipotáticas do Português Brasileiro*.

5) Léxico: propriedades fonético-fonológicas dos vocábulos

1. Mário Eduardo Viaro et alii (USP) – *Reconstrução lexical do português paulista antigo*.

## O Projeto Caipira e a mudança gramatical multissistêmica

Ataliba T. Castilho

ataliba@uol.com.br

Universidade de São Paulo

Três questões serão aqui tratadas: postulação da língua como um fenômeno complexo, princípios sociocognitivos que articulam seus subsistemas e estudo de caso.

1. A língua como um fenômeno complexo e a abordagem multissistêmica da língua

Um programa de pesquisas segundo a abordagem multissistêmica compreenderá a Lexicalização (processo de criação do léxico, entendido como um conjunto de categorias cognitivas prévias à enunciação), a Semanticização (processo de criação, alteração e categorização dos sentidos) a Gramaticalização (processo que abriga: a fonologização, alterações no corpo fônico das palavras; a morfologização, alterações que afetam o radical e os afixos; e a sintaticização, alterações que afetam as categorias sintáticas, os arranjos sintagmáticos e a atribuição de funções na sentença), e a Discursivização (conjunto de processos constitutivos do texto, de que resultam as categorias textuais e os gêneros do discurso).

O tratamento da gramaticalização como um epifenômeno é aqui rechaçado, por fazer confluir numa mesma dimensão processos lingüísticos de variada ordem.

2. Princípios sociocognitivos de articulação dos subsistemas

A articulação dos processos e dos produtos lingüísticos se dá ao abrigo do que venho chamando de “princípios sociocognitivos” de ativação, desativação e reativação de propriedades. Esses princípios são “sociais” por que baseados numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala, e “cognitivos” porque baseados em categorias mentais. Eles gerenciam e ordenam os subsistemas lingüísticos, garantindo

sua integração para os propósitos dos usos lingüísticos.

De acordo com esse dispositivo, o falante ativa, reativa e desativa propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação de seus enunciados, constituindo as expressões que pretende “pôr no ar”.

A postulação desses princípios decorre dos achados da Análise da Conversação e daqueles do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF). Nos dois casos, o objeto empírico é exclusivamente a língua falada, mais reveladora dos processos de criatividade e mudança lingüística que a língua escrita.

2.1. Princípio da ativação, ou princípio da projeção pragmática

2.2. Princípio da reativação, ou princípio da correção

2.3. Princípio da desativação, ou princípio da elipse

3. Estudo multissistêmico da preposição *ante*

A exposição compreenderá estudos sobre (1) Lexicalização de *ante*, (2) Semanticização de *ante*, (3) Discursivização de *ante*, (4) Gramaticalização de *ante*.

Conclusões

(1) Precisamos buscar alternativas ao modo de fazer ciência dos “gramaticalizadores”. Uma delas será postular a língua como um sistema complexo e dinâmico que abriga quatro subsistemas em que (i) cada subsistema dispõe de um conjunto de categorias auto-reguladas, (ii) cada subsistema compartilha propriedades sociocognitivas calcadas nas estratégias da conversação, (iii) os subsistemas são autônomos uns em relação aos outros, devendo-se deixar de lado o tratamento derivativo, linear entre Léxico, Discurso, Semântica e Gramática, (iv) eventuais relações entre esses subsistemas são indeterminadas, pancrônicas, multidirecionais.

(2) A pesquisa sobre a mudança lingüística precisará definitivamente assumir um caráter transdisciplinar, pois individualmente não poderemos desenvolver uma argumentação competente sobre os subsistemas do Léxico, da Semântica, do Discurso e da Gramática. Particularmente com respeito à gramaticalização, será conveniente negar a centralidade desse processo, incluindo nas pesquisas considerações sobre a lexicalização, a semanticização e a discursivização.

(3) O gatilho da mudança lingüística deve residir no dispositivo sociocognitivo apontado, vale dizer, nas estratégias conversacionais. Uma sociedade muito heterogênea cobra um investimento maior nas trocas conversacionais, o que acelera a mudança, dadas as muitas adaptações que se requerem. Uma sociedade mais homogênea não tem esse requisito, o que retarda o ritmo da mudança: Castilho (1999, 2000). Esta hipótese inclui a conversação entre adultos como um momento importante no processo de aquisição e mudança, além de propor o correlato sociolingüístico da mudança gramatical.

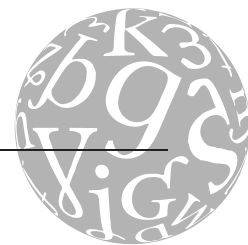
## Mudança gramatical: a teoria dos princípios e parâmetros no contexto da sociolingüística paramétrica

Maria Aparecida Torres Morais

cida@usp.br

Universidade de São Paulo

Estes são os objetivos desta pesquisa:



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

1) Discutir questões de natureza conceptual e empírica (com tratamento estatístico dos dados) que mostram como o modelo gerativo de princípios e parâmetros e o modelo da sociolinguística laboviana abordam aspectos da variação e da mudança morfossintática, relacionando estas questões com a abordagem da chamada “sociolinguística paramétrica”.

2) Descrever fatos gramaticais de variação e mudança que caracterizam o português de SP, em textos jornalísticos variados, entre eles os da chamada Imprensa Negra, num período que abrange os séculos XIX e XX.

3) Enquadrar os estudos de variação e mudança gramatical no contexto sócio-histórico do período.

Para alcançar tais objetivos, partimos da suposição de que não se pode caracterizar a mudança linguística sem a recuperação do passado sócio-histórico de uma comunidade de fala. A história linguística de SP reflete a realidade linguística do Brasil, bipolarizada entre uma norma culta e uma norma popular. Será mantido um diálogo direto com os demais subprojetos que tratam da história social de São Paulo.

A abordagem da mudança morfossintática será feita dentro de duas vertentes teóricas: (i) a da teoria gerativa dos princípios e parâmetros (P&P) e (ii) da teoria sociolinguística da variação e mudança. O diálogo entre as duas propostas tem levado a interessantes reflexões e resultados de natureza empírica e teórica sob o rótulo de sociolinguística paramétrica. Ambas as vertentes serão cuidadosamente detalhadas durante a exposição.

Os fatos gramaticais que serão considerados se dividem em dois quadros: (i) o dos pronomes pessoais (átonos e tônicos), pronomes demonstrativos e possessivos; (ii) o das preposições como introdutoras de argumentos.

Os quadros teóricos aqui adotados incorporam em seus pressupostos a importância dos fatores de natureza sócio-histórica para o entendimento da variação e mudança gramatical. Nesta perspectiva, como foi dito inicialmente, deve dialogar com os outros subprojetos que tratam mais especificamente destas questões. Além disso, este projeto dará uma contribuição particular para a sócio-história de São Paulo ao investigar os possíveis contrastes entre a “imprensa negra” e a imprensa oficial. A hipótese, a partir do levantamento dos vários jornais escritos pelos negros, em diferentes cidades da região paulista, é que os negros tiveram acesso à cultura escrita e utilizaram-se de um veículo de massa como meio de construir uma identidade e um espaço para as suas reivindicações. Os possíveis contrastes, ou semelhanças, que se buscarão no estudo dos jornais dos diferentes jornais são de natureza linguística e social.

Destacamos ainda que o corpus que servirá de fonte para a análise dos fatos linguísticos será composto por textos publicados na imprensa de São Paulo, que pertencem tanto à imprensa tradicional quanto à chamada “Imprensa Negra”. O período relevante para o contraste entre esses textos cobre o fim do século XIX e o início do XX. Os jornais provêm de diferentes cidades do Estado: Campinas, Santos, Sorocaba, Itu, Taubaté, Guaratinguetá, Tietê, entre outras.

Esses textos serão selecionados de modo a compor um *continuum* de formalidade (editoriais, cartas, anúncios). A análise de dados seguirá a metodologia variacionista, incluindo o levantamento de uma amostra representativa do fenômeno na tipologia de textos organizada, sua análise segundo os grupos de fatores definidos a partir das hipóteses, a quantificação dos dados analisados por meio de programas estatísticos (VARBRUL, GOLDFARB), a interpretação dos resultados quantitativos à luz dos pressupostos teóricos que

embasam o estudo.

### Reconstrução lexical do português antigo paulista

Mário Eduardo Viaro

viaro@usp.br  
Universidade de São Paulo

Este projeto procura entender a variação da língua falada antiga como objeto de reconstrução a partir dos testemunhos escritos e a partir da variação sociolinguística presente hoje no mundo lusófono, sobretudo no Brasil e, mais especificamente, no Estado de São Paulo.

São comuns observações na área fonética de que o e de *pedir* sofre alçamento, no entanto, essa é uma inverdade do ponto de vista histórico, uma vez que a transformação *pedir* *i* [pi'di] não é um fenômeno recente, muito menos localizado, pelo menos mais antigo do que a apócope do *-r* do infinitivo e muito mais antigo do que a africativização do *d*.

O mesmo se pode aplicar à área da morfologia, sobretudo na questão das formações sufixais. Pautar-se em uma norma ideal, em um *corpus* de dicionário ou em projeções da fala do outro pautadas em nossa experiência lexical é errôneo e produz afirmações que não encontram fundamentos na história linguística. Procurar-se-á diminuir esse problema, criando um método eficaz de reconstrução de variantes antigas de língua.

Como alguns procedimentos de reconstrução são necessários para entender a expansão das variantes, será necessário partir dos seguintes pressupostos:

a) o surgimento de fenômenos fonéticos de inovação podem ser monogenéticos ou poligenéticos, à maneira dos erros significativos da edótica.

b) a expansão de normas faladas espontâneas acompanha fenômenos demográficos.

c) a expansão de normas cultas é regional e irregular e acompanha fenômenos econômicos.

d) a escrita funciona como reguladora e padrão conservador. As línguas faladas antigas são sistemas com grande gama de variantes, como se observam na obra de Gil Vicente, que representa os ciganos, os negros, os judeus e muitos segmentos da sociedade. Imaginar o português antigo como um bloco uniforme é errôneo, uma vez que a monogênese não é verdadeira nem em maior nem em menor escala. A aplicação de um sistema semelhante ao da cladística só é possível no nível fonético ou lexical (REXOVÁ; FRYNTA; ZRZAVÝ, 2003). Já haviam proposto isso autores antigos como Vasconcellos (1928), mas há ainda muita admiração pela simplicidade das árvores genealógicas desde que expostas por Schleicher no século XIX, árvores essas que não ajudam muito quando se comparam fenômenos isolados.

Falta um balanço de todas as obras que trataram da variação do português brasileiro: desde quando se documenta que *pa* é uma variante da preposição *para*? Há alguma delimitação espacial para o uso de *inté*? Os atlas linguísticos, os artigos de sociolinguística e de geolinguística e os antigos tratados de dialetologia transbordam de informações, mas onde está tudo isso sistematizado? Se não está, como obter dados



conclusivos sobre o que se reconstrói? Reunir essa informação de forma a ser facilmente acessível é por si só um desafio, mas algo extremamente necessário.

Com base nesses pressupostos, estabelecer-se-á uma tabela de gradação para as reconstruções, à maneira da idealizada por Jespersen (1922, p. 307) e reconstruções de sincronias em que apareçam as variantes de muitas palavras-chave importantes. Privilegiar-se-ão as palavras do léxico mais básico da língua, uma vez que a escrita, com seu caráter homogeneizador, impede que se observem de mais perto alguns dados que ficam restritos à *parole* (VIARO, 2005). Os dados serão obtidos por gravações e contrastados com coletas nos testemunhos bibliográficos e eventualmente em *corpora* que apresentam exemplos significativos para que datações de fenômenos fonéticos e morfológicos sejam datados. Os informantes das gravações, embora devidamente definidos quanto ao sexo, idade, profissão, grau de contato com os parentes, etc. não serão ideais (idosos que vivam isolados), uma vez que o que importa é a veiculação da língua em seu propósito comunicativo e não o grau de pureza da informação.

### Estudos da fala rural: a neutralização rural/urbano

Os estudos que ora se apresentam inserem-se no âmbito do projeto “Pelas trilhas de Minas...” apoiado pela Fapemig, cujo objetivo inicial foi o do registro e formação de *corpora* de dados de língua portuguesa falada contemporânea e de língua escrita pretérita, segundo critérios confiáveis estabelecidos, em áreas do interior mineiro que, preferencialmente, mas não exclusivamente, tenham sido criadas como consequência da incursão das “bandeiras” dos séculos passados nesse espaço geográfico, visando à posterior pesquisa nas áreas correlatas da lingüística histórica, da sociolingüística e da geolingüística, que tratam de fenômenos de variação e de mudança/retenção lingüísticas. No conjunto, esse estudo será uma contribuição para o conhecimento da formação e fixação da língua portuguesa no Brasil, em Minas Gerais e Goiás em particular. Embora centrados no tema geral de estudos sobre a fala rural, cada um apresenta traços específicos.

No que respeita à língua oral os procedimentos adotados foram a gravação e transcrição de textos do português falado, segundo critérios já estabelecidos, em comunidades mineiras. Dados de comunidades rurais goianas foram mais tarde incorporados e utilizados para comparação. Pouco se conhece sobre a língua efetivamente falada e escrita nos espaços mineiros atuais e pretéritos. A história documental mineira e sua língua, que remontam ao século XVIII, são objeto de outra etapa do presente projeto.

Uma vez coletados os dados de língua falada procedeu-se à análise de fenômenos que sobressaíram do corpus aos olhos do pesquisador, seja por sua saliência em comparação à gramática do pesquisador, inserido que está em outra região que não a investigada, numa espécie de análise contrastiva implícita, seja por características de sua sócio-história, no caso de o pesquisador pertencer à região por ele mesmo investigada.

Como objetivo geral, coloca-se a descrição da fala rural mineira e goiana em comunidades específicas, a saber: região

do Serro (Norte de Minas), Lavras (Sul de Minas), Traíras, Acaba Vida e Pombal em Goiás. Uma descrição sucinta da sócio-história dessas regiões é apresentada.

Com o avanço no entendimento da fala rural, uma neutralização de fatores condicionadores externos, como o grau de escolarização dos informantes foi observada, o que sinaliza um fenômeno talvez mais extenso do que o que se pôde analisar dentro da primeira etapa do projeto. É o que se faz agora.

Como objetivo específico, tem-se a análise de processos de neutralização entre o rural e o urbano em fenômenos particulares: a haplogogia, a retroflexão do “erre”, a vocalização das consoantes palatais, a cristalização de estruturas sintáticas, todos eles entendidos como fenômenos que estão no extremo contemporâneo de um continuum diacrônico. Os pressupostos teóricos de Milroy (1992) em que a mudança lingüística é vista sobre um pano de fundo de manutenção lingüística associados aos de Milroy (1987) em que o conceito de rede social atua, confirmaram-se como adequados para o tratamento de dados da fala rural, em detrimento de fatores usualmente considerados como grau de escolaridade, sexo, faixa etária, etc. A associação se faz entre a sociolingüística e a lingüística histórica. Embora a variação seja condição da análise, os pressupostos específicos adotados utilizam-se do conceito de rede social numa perspectiva mais interpretativa do que propriamente quantitativa. Dentro dessa linha de trabalho, não se aceitam pressuposições apriorísticas de organização da sociedade, embora a organização deva ser reconhecida. Nesse sentido é que o tradicional grau de escolaridade dos falantes, como fator condicionador de variáveis lingüísticas é, nos dados da fala rural, questionado. Nesse sentido, o conceito de rede pressupõe que os indivíduos têm contactos sociais com outros indivíduos, porque a rede social engendra os indivíduos nas relações sociais que este pode estabelecer. Categorias sociais pré-estabelecidas podem não ser produtivas. Constatou-se, assim, que a divisão guiada por classes sociais ou pela dicotomia rural/urbano nem sempre é adequada à análise.

MILROY, J. *Linguistic variation and change*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

MILROY, L. *Language and social network*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

### Estudos da fala rural: a retroflexão do erre e a neutralização rural/urbano

*Maria Antonieta Cohen*

tilah@letras.ufmg.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Nesta comunicação, nos propomos estudar o fenômeno da retroflexão do “erre” no português rural mineiro. Insere-se este no âmbito dos estudos sobre a língua portuguesa no Brasil, suas características e sua história. Trataremos aqui de um fenômeno da língua falada, de baixa frequência de ocorrência em relação às outras realizações dos róticos no português do Brasil. Este tema foi delimitado por ter se realçado nos dados orais coletados pelo projeto “Pelas trilhas de Minas...”, apoiado pela Fapemig. Ao se transcreverem



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

as fitas da região sul do estado, como parte dos objetivos do referido projeto, realçaram as realizações retroflexas dos róticos, por causarem no pesquisador um grau de estranhamento, uma vez que essa realização, reconhecida como uma variação diatópica típica, dentre outras regiões, do sul do estado de Minas Gerais, não existe originariamente na região de Belo Horizonte, à qual pertence o observador. A outra razão da escolha deste tema refere-se ao tratamento a ele dado pelos estudos que se preocupavam com a língua brasileira em oposição à portuguesa da década de cinqüenta. Acrescente-se que a retroflexão do “erre” é uma realização fônica que gera uma atitude negativa por parte dos falantes de regiões onde este não se realiza e mesmo nas em que este se realiza, sendo forma socialmente estigmatizada, que suscita o riso e tem sido denominada de “caipira”, no sentido de interiorana, provinciana e fora de moda. Outra característica relevante do fenômeno é o fato de ele se ausentar por completo da modalidade escrita da língua. Pode-se caracterizar sócio-historicamente o homem rural, pode-se mesmo, na modalidade escrita do português, tentar-se reconstituir o seu discurso rural, provinciano, ligado à terra e aos costumes locais, mas não há como se registrar a retroflexão do “erre”. Em estudos anteriores, a distribuição desse “erre” foi investigada em coda silábica, tanto interna, quanto externa e em outras posições, como parte de um grupo consonantal. Esta última realização é a mais rara e a que provoca atitudes negativas por parte dos ouvintes e mesmo dos falantes. Como alguns estudos já têm apontado, essa é uma forma que tende a ser evitada pelo falante, quando este se afasta de sua região onde predomina a retroflexão.

Ao que tudo indica, do ponto de vista histórico, esse “erre” parece ser uma inovação brasileira e se entrelaça com o fenômeno do rotacismo do “ele” lateral velarizado igualmente em coda interna e externa. Essa evolução culmina na neutralização da diferença fonológica entre o “erre” e o “ele” nesses ambientes, produzindo historicamente uma desfonologização de maneira que formas como “alma” (n.) e “arma” (n.) serão realizadas com um erre retroflexo, desfazendo a diferença entre o “ele” e o “erre”. O rotacismo com outras realizações fônicas do rótico não será tratado aqui.

Embora típico de áreas rurais sul mineiras, observa-se que a retroflexão do “erre” não se restringe ao tipo de falante que foi, por exemplo, o protótipo do informante da dialetologia tradicional: Homem, Adulto, Rurícola, Analfabeto e Sedentário (HARAS). Verifica-se também na fala de informantes letrados, com alto grau de escolarização no sul do estado de Minas Gerais. Nesse sentido, é que se investiga aqui a neutralização rural/urbano que decorre da sociolinguística interpretativa de Milroy (1992) e das redes sociais de Milroy (1987). O conceito de rede pressupõe que os indivíduos tenham contacto com outros indivíduos e que categorias sociais aprioristicamente definidas podem ser irrelevantes em determinadas redes sociais, como por exemplo, a dicotomia rural/urbano.

Os dados foram coletados em localidades da região do sul de Minas, nas áreas rurais dos municípios de Carmo da Cachoeira, Lavras, Ijaci. Numa primeira etapa, os fatores sociais tradicionais, como, faixa etária, grau de escolaridade e sexo, guiaram a escolha dos informantes. No entanto, posteriormente constatou-se que um redirecionamento precisava ser proposto em termos de enfraquecer a diferenciação rural/urbano no ambiente provinciano.

CALLOU, D, MORAIS, J.; LEITE, Y. Variação e diferenciação

dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. IN: KOCH, I. V. (Org.). *Gramática do Português falado. Vol VI: Desenvolvidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CALLOU, D; LEITE, Y; MORAIS, J. Processos de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. IN: ABAURRE, M, Bernadete; RODRIGUES, Ângela C. S. (Org.). *Gramática do Português falado. Vol VIII: Novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MILROY, J. *Linguistic variation and change*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

MILROY, L. *Language and social network*, 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

HORA, D.; MONARETTO, V. Enfraquecimento e apagamento dos róticos. IN: HORA, D.; COLLISHONN, G, (Org.). *Teoria lingüística. Fonologia e outros temas*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 2003.

### Estudos da fala rural: mudança e retenção no dialeto rural goiano

Tânia Ferreira Rezende Santos

tagila2001@yahoo.com.br

Universidade Federal de Goiás

No presente estudo, comparam-se estruturas cristalizadas no sintagma nominal adjetivo e nome, nos dialetos rurais goianos aos resultados de estudos semelhantes realizados com dados da fala urbana culta e vernacular, tais como os de Nobre (1989), Müller *et al* (2002) e Callou (2003), a fim de se evidenciar as possíveis diferenças entre os dois dialetos, o urbano e o rural. Este estudo poderá contribuir para o conhecimento da entrada e fixação da língua portuguesa no interior do Brasil, especificamente em Goiás, bem como poderá contribuir para um maior conhecimento do dialeto goiano.

Nos dialetos rurais goianos sob análise predomina a ordem Nome/Adjetivo, com significativa frequência de ocorrência da ordem Adjetivo/Nome, predominantemente em estruturas cristalizadas, do tipo “Santo Antônio”, “Véia Gustinha” e “boa intenção”. As estruturas cristalizadas ocorrem também com adjetivos pospostos ao nome, como em “dia santo”.

Trabalhos anteriores descrevem o processo de mudança da ordem Adjetivo/Nome na língua portuguesa, apontando o acentuado decréscimo no uso da ordenação Adjetivo/Nome e o conseqüente aumento de emprego da ordem Nome/Adjetivo, a partir do século XVIII. Apesar disso, estudos sobre a ordenação do adjetivo em relação ao nome, nos dialetos urbanos contemporâneos (Cf. NOBRE, 1989; MÜLLER *et al.*, 2002), têm mostrado que a ordem AN, nesses dialetos, ainda é produtiva, e que uma conjunção de fatores lingüísticos e não-lingüísticos estão atuando na seleção de uma ou outra ordem.

Comparando os resultados da análise da ordenação do adjetivo em relação ao nome nos dialetos rurais goianos e os resultados da análise de dialetos urbanos, pode-se perceber que, nos dialetos rurais, a mudança na posição do adjetivo no sintagma nominal encontra-se em estágio mais avançado do que os dialetos urbanos estudados por Nobre (1989) e Müller *et alii* (2002); Nobre (1989) e Callou (2003). Se comparados os resultados desta pesquisa aos resultados de Cohen (1989)





e de Nobre (*Op. cit.*), pode-se dizer que, nos dialetos rurais estudados, a ordem Adjetivo/Nome se restringe a ocorrências com Estruturas Cristalizadas, embora essas ocorram também com o adjetivo posposto; e que devido à ocorrência de AN somente em EC, a mudança AN  $\dot{\iota}$  NA, nos dialetos sob análise, encontra-se em seu estágio final.

Os corpora que oferecem sustentação empírica à análise foram coletados em três comunidades rurais da região centro-norte de Goiás: comunidade afro-brasileira de Pombal, no município de Santa Rita do Novo Destino; no município de Niquelândia, a comunidade de Traíras, remanescente de antigo arraial do ciclo do ouro, e a comunidade de migrantes mineiros de Acaba Vida, região rural de Faz Tudo.

O estudo do dialeto rural goiano, a partir da fala de comunidades com diferentes formações sócio-históricas, inclusive com diferentes composições étnicas, embora todas inseridas nos movimentos de ocupação do território goiano, ou durante o ciclo do ouro ou durante o ciclo da agropecuária, este com intensa migração de outros brasileiros para Goiás, permite entrever que, apesar de as comunidades de fala sob análise serem, em muitos aspectos, distintas umas das outras, podem apresentar um mesmo padrão lingüístico, no que diz respeito particularmente à ordenação dos constituintes do SN. Por outro lado, o estudo da fala rural em comparação com a fala urbana aponta para uma provável neutralização, em alguns aspectos lingüísticos, entre a fala rural e a urbana.

Dado que este estudo se assenta na fala concreta de indivíduos reais, pertencentes a comunidades de fala específicas, empreende-se uma análise de base empírica, portanto, orientada pelos dados, não adotando pressuposições apriorísticas nem deduções resultantes da análise de fatos obtidos por meio da introspecção ou da intuição do analista.

Para a análise dos dados e interpretação dos resultados, correlacionam-se sociolingüística quantitativa/qualitativa e lingüística histórica, entendendo que mudança e manutenção lingüística co-existem no mesmo dialeto, em um mesmo período de tempo.

## As consoantes palatais na região do Serro

*Evelyne Dogliani*

evedogliani@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O estudo apresentado nesta mesa-redonda é uma descrição da variação das consoantes palatais na fala de diferentes habitantes do Serro. Esse estudo representa uma extensão do projeto *Pelas Trilhas de Minas: as Bandeiras e a Língua das Gerais* – a região do Serro, que teve como objetivo inicial identificar fenômenos comuns a cidades constituídas na rota das bandeiras. Os fenômenos visados diziam respeito tanto à variação e à mudança lingüística quanto à preservação de arcaísmos. A cidade do Serro foi escolhida por ter feito parte da rota das bandeiras.

A região do Serro pertencia à comarca de Sabará. Os bandeirantes paulistas, adentrando o território de Sabará, na busca por pedras preciosas, descobriram uma região que os índios botocudos denominavam Iviturui, que significa “montes frios ou ventos frios”, o primeiro nome da cidade. A cidade foi posteriormente denominada de Minas Santo

Antônio do Bom Retiro do Serro Frio, Lavras Velhas, Vila Nova do Príncipe em 1714, Cidade do Serro em 1838.

A literatura pertinente aponta duas versões sobre a descoberta da região: na primeira, os descobridores seriam Gaspar Soares, Antônio Rodrigues Arzão e Lucas de Freitas e, na segunda versão, o descobridor seria o sertanista Antônio Soares.

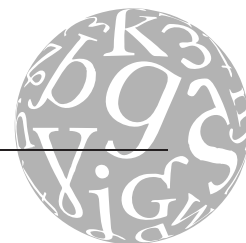
O Serro era uma região vasta, localizada no centro-leste dos vales do rio Jequitinhonha e do rio Doce, essa extensa região deu origem a seis grandes municípios: Minas Novas, Diamantina, Montes Claros, Conceição do Mato Dentro, São Miguel de Guanhões e Rio Doce (Peçanha).

Aos objetivos iniciais da pesquisa (obter dados de falantes da região do Serro; contrastar os dados dos falantes idosos aos de outros falantes selecionados de acordo com a metodologia variacionista; elencar as principais características lingüísticas da região do Serro; comparar alguns processos lingüísticos detectados por esta pesquisa àqueles evidenciados pelas pesquisas de outras cidades, localizadas na rota das bandeiras), acrescenta-se o que concerne à variação das consoantes palatais – especialmente a lateral. Os resultados parciais da pesquisa indicam que o perfil da variação dessa consoante é diferente do que se observa na cidade de Belo Horizonte, de acordo com a análise apresentada em Madureira (1987, 1997). Isto é, na fala de Belo Horizonte, identifica-se o grupo socioeconômico como fator interveniente na vocalização/não vocalização da consoante lateral palatal. No Serro, esse fator neutraliza-se, na faixa etária dos mais velhos, igualando, aparentemente, falantes de diferentes grupos sociais. O conhecimento do modo de vida dos informantes fornece indícios de que, no Serro, a dicotomia rural/urbano não é fator pertinente à análise. Entre os jovens, observa-se variação, o que obriga à consideração do fator escolaridade. Nessa faixa etária, o uso da lateral palatal parece configurar-se como processo de introdução da consoante, nos termos propostos por Castro (2006), que identifica a escolaridade e integração de novas redes sociais (MILROY, 1992) como fatores responsáveis pela introdução da lateral palatal pelos jovens em comunidade quilombola de Lagoa Santa. No Serro, o processo de variação da lateral palatal parece dever-se a uma mudança do sistema lingüístico também introduzida pelos jovens.

Neste projeto, estão sendo utilizados os pressupostos sociolingüísticos, ou seja, foram feitas entrevistas com diferentes grupos de informantes selecionados de acordo com: faixa etária (três faixas), sexo, classe sócio-econômica (duas classes sociais).

Os dados coletados, por meio das entrevistas, estão sendo transcritos de acordo as normas de transcrição estabelecidas pelo grupo. Dentro dessas normas, destaca-se o uso da ortografia convencional para a transcrição dos dados e a utilização de poucos símbolos com o objetivo de não deixar a transcrição sobrecarregada, ou seja, tudo o que for categórico no dialeto não será registrado. Os itens que ilustram o fenômeno em pauta recebem transcrição fonética.

Na coleta de dados (realizada entre 2000 e 2003) orientada pelo modelo variacionista, observaram-se os passos relativos à metodologia – o informante ser apresentado ao entrevistado por meio de um morador da cidade; dar conhecimento ao informante de que estava sendo gravado e solicitar-lhe autorização para posterior uso e divulgação dos dados obtidos. Além disso, os informantes tiveram conhecimento de que os pesquisadores envolvidos queriam conhecer a história da cidade e estudar o vocabulário da região. As entrevistas guiaram-se por um roteiro previamente organizado. O



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

mesmo era adaptado aos interesses do entrevistado, que às vezes conduzia a entrevista, modificando o questionário original. O objetivo primordial do roteiro era o de favorecer a atualização dos diferentes estilos de fala.

CASTRO, E. F. *Sobre o uso da semivogal [y] e a inserção da lateral palatal [λ] no português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG. (Dissertação, Mestrado em Estudos Lingüísticos), 2006.

MADUREIRA, E. D. *Sobre as condições de vocalização da lateral palatal no português*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG. (Dissertação, Mestrado em Lingüística), 1987.

MADUREIRA, E. D. Difusão lexical e variação fonológica: o fator semântico. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 5-22, Jan. / Jun., 1997.

MILROY, J. *Linguistic variation and change*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

### 3.5.4 Pôsteres

#### O nível fonético na construção do texto do autor: uma análise filológica

Laurete Lima de Guimarães

laurete1803@yahoo.com.br

Universidade Federal da Bahia

Célia Marques Telles

Na obra de Arthur de Salles encontramos prosa e poesia segundo as estéticas simbolista e parnasiana, retratando a realidade do Recôncavo Bahiano e descrevendo, com apuro e perfeição vocabular inerentes ao seu estilo de escrita, as tradições, credences, personagens e manifestações culturais. Identificamos nas poesias *A Música dos Bilros*, *Lundú* e *Samba*, a musicalidade das expressões utilizadas. No domínio de uma dinâmica vocal, o poeta busca a adequação dos diversos sons para a construção da melhor melodia em seu texto. A musicalidade expressa não apenas a estética simbolista, mostra, também, o domínio no uso apurado da língua e de seus variados recursos sonoros. Assim, em *A Música dos Bilros* o uso das consoantes oclusivas e das vogais médias em *o trépido estalar treplicante dos bilros*, descrevem o som dos entrechoques dos bilros tecendo a renda; em *Lundú* o uso das consoantes nasais e das vogais baixas em *no estrepitante rantamplam do sapateado* envolve o leitor nas marcas do ritmo e em *Samba* o uso das consoantes africadas e laterais, bem como das vogais baixas e médias, em *estrallejando, estrallejando as palmas soam*, onde as formas atualizam as batidas das palmas e concedem a esses versos, a sonoridade melodiosa desejada por Salles. Dessa maneira, o manejo dos recursos fonoestéticos possibilitou ao poeta baiano achar o material sonoro necessário para alcançar o efeito musical desejado em sua obra. Desse modo, busca-se, através da análise dos fonoestemas aplicada à construção do texto, identificar os recursos fonoestilísticos utilizados. Fez-se uso para este estudo dos artigos de Roman Jakobson *Lingüística e Poética* e *Carta a Haroldo de Campos sobre a textura poética de Martin Codax*; de Gladis Massini-Cagliari o artigo a respeito do *Acento em Latim*; de Ricardo Cavaliere o capítulo sobre a *Fonoestilística* e de A. Rosetti o capítulo

sobre a *Análise dos sons falados*.

#### Gramaticalização de “lá”, “aqui” e “aí”

Iara Maria Barbosa Lages Albuquerque

iaiaalbuquerque@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho tem por objetivo trazer uma contribuição para o estudo do processo de gramaticalização dos advérbios *aí*, *aqui* e *lá*, por meio da análise de sua freqüência numa perspectiva diacrônica. Para tanto, seguimos a metodologia proposta em Vitral (2005).

Sabemos que as gramáticas tradicionais costumam identificar os advérbios “aí”, “aqui” e “lá” como locativos e que a literatura lingüística tem relacionado tais advérbios a funções como temporal, modalizadora, discursivadora (cf. MARTELOTA, 1996). Essas análises, no entanto, não abordam os aspectos sintáticos envolvidos nesse processo.

Propusemos, então, alguns critérios semânticos e sintáticos que sirvam para avaliar o estatuto dos referidos advérbios, tentando identificar se esses itens passam pelo processo de gramaticalização, nos termos discutidos por Hopper e Traugott (1993): item lexical que passa a item gramatical.

Os itens mais gramaticais foram identificados como aqueles que pareciam ocupar uma posição funcional, como, por exemplo, de negação ou determinante (caso em que aparece precedido de um SN), ou ainda, pelo menos numa análise preliminar, e seguindo Vitral e Greco ([s. d.], manuscrito), SpecIP. Em contrapartida, consideramos “verdadeiros advérbios”, ou advérbios lexicais, os itens que pareciam ocupar posições de adjunção (a IP ou a VP). Ainda seguindo metodologia proposta por Vitral (2005), os itens foram classificados como concretos ou abstratos (os mais concretos se relacionam à maior lexicalidade e os mais abstratos, à maior gramaticalidade).

Foram utilizados, basicamente, os *corpora* de Vitral (2005a), constituídos de textos dos períodos arcaico, moderno e contemporâneo, separados por uma considerável distância temporal. A estes *corpora* foram acrescentados mais três textos, um para cada período. Esse hiato temporal entre os textos nos permite, conforme aponta Vitral (2005), identificar melhor se os itens estudados estão passando pelas mudanças do processo de gramaticalização, quais sejam: mudanças sintáticas, fônicas e semânticas.

Analisando os dados, verificamos que não existe nenhuma ocorrência de forma gramatical antes do período contemporâneo, o que parece apontar para uma tendência, incipiente, de gramaticalização desses advérbios, com início nesse período. Numa análise preliminar, portanto, concluímos que foi aberto, no período contemporâneo, o caminho para esse processo.

MARTELOTA, Eduardo M.; REGO, Lana. Gramaticalização de lá. In: MARTELOTTA, Eduardo M. et al. (Org.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

HOPPER, Paul; TRAUOGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*.



Cambridge: University Press, 1993. cap.1-2.  
VITRAL, Lorenzo. *O papel da frequência na identificação dos processos de gramaticalização*, 2005a. No prelo.  
VITRAL, Lorenzo; GRECO, Daniele. *O advérbio lá e a noção de gramaticalização*. [s. d.]. Monografia. Manuscrito.

## Linguística de Corpus e Computacional

### 3.6.1 Comunicações Coordenadas

#### Linguística Sistêmico-Funcional e Linguística de Corpus

Esta sessão de comunicações coordenadas tem por finalidade apresentar alguns trabalhos em que a relação entre Linguística Sistêmico-Funcional e Linguística de Corpus aparece. A primeira comunicação é a respeito de uma pesquisa de Linguística de Corpus utilizando a Linguística Sistêmico-Funcional; as outras duas comunicações são o contrário: são a respeito da Linguística Sistêmico-Funcional, utilizando a Linguística de Corpus. Por outro lado, as duas primeiras comunicações se debruçam sobre dados semelhantes – linguagem jornalística retirada da internet; a terceira utiliza grande variedade de dados.

Em seu conjunto, a sessão tem preocupações teóricas, mostrando a coerência de se usar duas linhas teóricas, preocupações metodológicas, usando metodologia quantitativa em análises de preocupação qualitativa, se preocupa com descrição do português e de outra língua de interesse para brasileiros, no caso o inglês, como língua estrangeira e para tradutores, tendo, portanto, também preocupações aplicadas.

Em primeiro lugar, parece importante salientar o que permite combinar duas teorias lingüísticas. Ambas partem da premissa de que a linguagem é probabilística no sentido de que as formas lingüísticas em geral e suas combinações possuem preferências de ocorrência tanto do ponto de vista quantitativo quanto combinatório. Outra premissa de ambas é que seu interesse é a linguagem efetivamente usada e não suas “possibilidades estruturais”. A Linguística Sistêmico-Funcional é clara ao definir a linguagem a partir da relação entre sua forma e significado e os contextos de situação e cultura, ou seja, estudar a linguagem vinculada à sociedade que a usa e ao contexto de utilização.

Outra característica que aproxima a Linguística Sistêmica da Linguística de Corpus é ela não separar níveis de língua, ou seja, léxico de gramática e, sim, postular um único nível – a léxico-gramática; a lingüística de corpus é muito mais lexical e não chega a falar de gramática diretamente mas sim de colocações.

Estes são exemplos que justificam a ligação entre as duas áreas, além da origem: ambas têm origem na Grã-Bretanha, com discípulos de Firth de quem se herdaram essas preocupações.

Com bases comuns, os três trabalhos se movem em caminhos diferentes.

O trabalho de M. Cecília Lopes – Textos jornalísticos internacionais sobre o Brasil e as traduções para o português: um

estudo sobre os participantes do discurso do ponto de vista da Linguística de Corpus – é um trabalho de Linguística de Corpus que se utiliza para explicações, a Linguística Sistêmico-Funcional, como se vê pelo uso do termo participante, no título. Há dois aspectos interessantes a salientar nesse estudo: o primeiro é fato de ele tratar de um corpus jornalístico de internet, material cada vez mais freqüente e que, portanto, merece estudo; o segundo é o fato de tratar-se de tradução. Tradução é uma das áreas de estudos de linguagem em que a Linguística de Corpus tem se envolvido com sucesso e para a qual ferramentas eficientes têm sido desenvolvidas. Aqui a autora, estudando textos sobre o Brasil, escritos no exterior, em inglês, e sua tradução para o português, parte de palavras-chave e estudo de colocações e aplica um *alinhador*, ferramenta desenvolvida por lingüistas de corpus especialmente para estudo de corpora paralelos com especial aplicação aos estudos tradutórios.

As duas outras apresentações, ao contrário da primeira, são trabalhos de Linguística Sistêmico-Funcional que se utilizam de Linguística de Corpus como ferramenta.

O trabalho de João Paulo Soares – Análise dos elementos coesivos de artigos de revista em inglês e em português através da Linguística de Corpus: um estudo contrastivo sob a perspectiva sistêmico-funcional – se interessa pela complexidade de textos de revistas. É um estudo de análise de discurso com preocupação aplicada ao ensino. Compara revistas em duas línguas, duas destinadas ao público leitor de materiais informativos em geral e uma destinada a estudantes de língua inglesa como língua estrangeira. Depois de constituir três corpora, iniciou seu trabalho pela análise de suas listas de palavras, levantando os tipos de conjunções e os tipos de orações; portanto as formas de coesão, donde, a meta função textual.

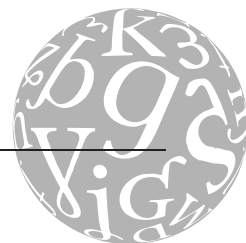
O trabalho de Leila Barbara – A Linguística de Corpus na análise lingüística: sua aplicação – discute a importância da contribuição da Linguística de Corpus para os estudos lingüísticos. Apresenta exemplos de análises de problemas com o auxílio de um conjunto específico de ferramentas computacionais. É um trabalho de preocupação metodológica.

#### A Linguística de corpus na análise lingüística: sua aplicação

Leila Barbara

lbarbara@pucsp.br  
PUC – São Paulo

A Linguística de Corpus é tão antiga quanto a Linguística moderna; os primeiros trabalhos utilizando corpora são aqueles relacionados à elaboração de dicionários e muitos deles precederam a própria disciplina. Com o desenvolvimento dos micro chips, a expansão do uso de computadores e a possibilidade de desenvolvimento, organização e armazenamento de grandes corpora lingüísticos, seu desenvolvimento assumiu grandes proporções. Torna-se então um importante ramo da lingüística, desenvolvendo instrumentais poderosos e com teorias próprias para descrever línguas em uso. Grandes trabalhos da lingüística de corpus estão relacionados à produção de dicionários, desde dicionários gerais a dicionários



especializados. Porém, a lingüística de corpus se expande para além dos domínios lexicais, conquanto sempre partindo deles, tendo atingido primeiro áreas gramaticais. Cedo, no entanto, lingüistas das mais variadas áreas e esposando as mais diversas teorias e ramos da lingüística, e de outras áreas, tiveram seu interesse despertado por essa área. São eles prioritariamente pesquisadores preocupados em entender dados efetivamente produzidos pelos falantes, nas mais variadas condições de uso, ou se basear nas produções reais para justificar suas hipóteses ou análises; assim, passaram eles a recorrer à aplicação dos instrumentais e metodologias desenvolvidos pelos lingüistas de corpus para auxiliar na busca de soluções para os problemas que se colocam ou de evidências para as hipóteses levantadas ou, ainda, para entender os contextos que privilegiam ou excluem usos de linguagem.

Os instrumentos da Lingüística de Corpus podem ser utilizados para estudos em quaisquer níveis lingüísticos, de micro-gramaticais a discursivos, de linguagem congruente à metafórica, de comparativos a históricos, de monolíngües a multilíngües. Dependendo do tipo de preocupação podem ser usados para levantamento de hipóteses ou testagem sendo especialmente úteis para a discussão de freqüências de uso e de ocorrências em contextos específicos, uma vez que podem fornecer também uma multiplicidade de dados estatísticos. Dependendo de seus objetivos, o lingüista, por um lado, organizará seu corpus e por outro, selecionará as ferramentas que lhe servirão em seu trabalho. Por exemplo, um lingüista preocupado com a língua como um todo, mas não com discurso, poderá armazenar partes de textos (orais ou escritos) e não textos inteiros. Diferente será a opção do analista de discurso ou de texto que além de texto inteiros poderá necessitar informações detalhadas sobre o contexto. Critérios de seleção de ferramentas também serão determinados pelos objetivos.

O objetivo desta comunicação é exemplificar como a Lingüística de Corpus pode ser utilizada como ferramenta pelo lingüista em suas pesquisas. Dando prioridade a estudos que envolvam a língua portuguesa usada no Brasil, esta comunicação utilizará dados oriundos de um conjunto de pesquisas baseadas em dados reais, organizados em corpora, usando uma ferramenta de Lingüística de Corpus de uso bastante difundido e de fácil acesso (WordSmith Tools: OUP: 1997; 2005). Esses dados foram retirados de diversas pesquisas realizadas no contexto de um amplo projeto que desenvolve trabalhos tanto a nível gramatical como discursivo, teórico e aplicado, monolíngüe e bilíngüe, tendo sido todas conduzidas no arcabouço teórico da Gramática Sistemática Funcional (HALLIDAY, 1985, 1994, 2004). Muitos dos seguidores desta linha teórica têm não só utilizado instrumentos da Lingüística de Corpus, mas a desenvolvido muito por ver nela especial interesse em razão de dois motivos principais: o primeiro é que a Lingüística Sistemática Funcional, como a Lingüística de Corpus, aceita a premissa de que a linguagem é probabilística; o segundo motivo está ligado ao fato de que um corpus fornece dados de uso efetivo de linguagem contextualizada.

Esta apresentação dedicará alguns minutos a problemas envolvidos na seleção do corpus de pesquisa e nos instrumentos a utilizar. Na maior parte do tempo, no entanto, procuraremos exemplificar com análises gramaticais, como: diferentes tipos de passiva, estrutura de textos, metáforas lexicais e metáforas gramaticais, aspectos de análise de interação e análise de conteúdo. Traremos de exemplos de estudos de tradução e alguns mais.

### **Análise dos elementos coesivos de artigos de revista em inglês e em português através da lingüística de corpus: um estudo contrastivo sob a perspectiva sistêmico-funcional**

*João Paulo Soares*

jpsouares1@yahoo.com  
PUC - São Paulo

Este projeto de pesquisa, inserido no contexto mais amplo do Projeto DIRECT – em direção à linguagem do trabalho (PUC-SP/LAEL), tem como objetivo analisar artigos publicados em português e em inglês com vistas a entender dificuldades de leitura de alunos de inglês como língua estrangeira (doravante ILE).

Os dados constituem-se em três corpora com textos de revistas: duas de circulação no Brasil – *Veja*, em português, e *Speak up*, em inglês para estudante dessa língua, e uma revista de circulação internacional – *Newsweek*, em inglês.

A seleção dos corpora deve-se primeiramente ao grande sucesso editorial destas revistas em seus países de origem e, em segundo lugar, porque, este estudo pode trazer contribuições para a prática pedagógica em sala de aula de ILE, no que se refere ao ensino/aprendizagem da compreensão escrita da língua inglesa, uma vez que muitos professores utilizam a revista *Speak up* em atividades de leitura.

A coleta foi realizada da seguinte forma. Primeiramente, foram selecionados 10 artigos de cada revista disponíveis *online* para os leitores nos anos de 2003 a 2006. Como a revista *Veja* não atingiu a média de palavras da revista *Newsweek*, foram selecionados mais 7 artigos para igualar ao número de palavras da revista americana. Já para a revista *Speak up*, foi necessário coletar mais 1 artigo para atingir o número de palavras/meta estipulado no meu projeto (entre 90 a 100 mil palavras). As escolhas dos artigos foram de acordo com as necessidades e interesses dos meus alunos, logo, seleccionei notícias internacionais que abordavam temas como Economia, Política, Sociedade e Cultura na seção internacional.

Minha experiência como professor tem mostrado que mesmo alunos adultos de nível pré-intermediário em inglês e com bons hábitos de leitura, apresentam maior dificuldade ao ler textos retirados da *Newsweek* do que textos da *Speak up*.

Diante disso, pretendo analisar os textos dos três corpora, entender as possíveis semelhanças e diferenças entre eles e identificar alguns elementos que possam ser responsáveis pelas dificuldades de leitura encontradas por esses falantes de língua estrangeira.

Acredito que a complexidade textual pode ter algum papel nas dificuldades que os alunos enfrentam; procurarei identificar qual o grau de complexidade coesiva encontrado nos elementos de coesão destes artigos. Assim, este trabalho tratará das estruturas paratáticas e hipotáticas procurando ver seu funcionamento a partir dos elementos conjuntivos que as introduzem, levantando os tipos de ocorrência e os elementos lexicais, ou outros, utilizados em cada tipo de texto e sua quantidade e distribuição.

Este trabalho fundamenta-se na Lingüística Sistemática Funcional (doravante LSF), proposta por Halliday (1985,



1994, 2004), e, tendo em vista o tópico de estudo, coesão, concentra-se na metafunção textual.

Baseando-se na premissa partilhada pela Lingüística Sistemico Funcional e pela Lingüística de Corpus de que a linguagem é probabilística, como apoio metodológico, para análise qualitativa e exemplificação, serão usados recursos advindos da Lingüística de Corpus, através do programa *WordSmith Tools* (OUP).

Através da análise dos elementos coesivos, possibilitada pelo programa computacional *WordSmith Tools*, foi possível chegar a algumas conclusões preliminares. Os dados permitem afirmar que há mais orações hipotáticas nas revistas: *Veja* (235 ocorrências) e *Newsweek* (158 ocorrências), do que na revista *Speak up* (65 ocorrências). Isso demonstra que as revistas *Veja* e *Newsweek* usam elementos coesivos mais complexos do que a revista *Speak up*, e esta, no que diz respeito aos elementos de coesão, é uma revista que possui uma estrutura peculiar, ou seja, os elementos coesivos não são parecidos nem com uma revista americana (*Newsweek*) e nem com uma revista brasileira (*Veja*).

O trabalho detalhará a distribuição dos principais recursos utilizados. Espera-se que os dados contribuam para a pesquisa qualitativa na área da Lingüística Aplicada e para a compreensão de problemas de leitura bem como para o auxílio de materiais para o ensino.

### Textos jornalísticos internacionais sobre o Brasil e as traduções para o português: um estudo sobre os participantes do discurso do ponto de vista da lingüística de corpus

Maria Cecília Lopes

cecilialopes@uol.com.br

PUC - São Paulo / Universidade Cruzeiro do Sul

O trabalho aqui proposto tem como fundamentação teórica principal a Lingüística de Corpus, que pode ser definida como uma área que busca a exploração da linguagem baseando-se em relatos de pesquisa (evidências empíricas) a partir de conjuntos de dados lingüísticos textuais, coletados criteriosamente para o estudo de uma língua ou variedade lingüística. Estes estudos empíricos baseiam-se também, em padrões lingüísticos, suas probabilidades de usos, ocorrências, colocações, coligações, entre outros.

Este estudo tem como base de investigação um corpus de estudo paralelo, formado por artigos jornalísticos on-line na Língua Fonte<sup>1</sup> (inglês) e na Língua Alvo<sup>2</sup> (português). Até o presente momento, foram armazenados 144 textos na LF e o mesmo número na LA provisoriamente dividido em categorias (Brasil / Brazil, Política Internacional / International Politics, Variedades / Varieties e Assuntos Internacionais / International Affairs), e ainda está em processo de coleta e alinhamento. Tais textos foram coletados desde 2004 a partir de jornais e revistas internacionais on-line na LF e na LA disponibilizados por um provedor de internet brasileiro em menos de 48 horas após a publicação nos sites da LF. Dentre todos os textos jornalísticos, será dada ênfase à categoria denominada Brasil e aos tópicos relacionados às notícias sobre o Brasil a partir de dois temas: política e variedades.

Assim, serão examinadas quais são as palavras-chave correspondentes aos participantes do discurso (*de quem se fala*), as ações a eles relacionadas (*o que fazem*) e seus atributos (*como são retratados*) em alguns meios da imprensa internacional on-line. Desta forma, serão estudados os padrões que ocorrem com estes participantes no corpus paralelo na LF e na LA partindo-se da ocorrência dos mesmos como palavras-chave a partir da ferramenta computacional *WordSmith Tools 4.0*. (SCOTT, 2004), tendo-se como corpora de referência o BNC (100 milhões de palavras) e o Banco de Português PUC/SP, LAEL, CEPRIL, DIRECT (223 milhões de palavras). Para o alinhamento dos textos será usada a ferramenta on-line Alinhador on-line de textos paralelos (Vanilla aligner) CEPRIL, LAEL, PUC/SP.

Em seguida, será apresentado um estudo preliminar a partir dos padrões lexicais com ênfase na prosódia semântica (PARTINGTON, 1998; LOUW, 1993) e da Metafunção ideacional (HALLIDAY, 1994). Os padrões em que os participantes ocorrem serão estudados a partir das concordâncias fornecidas pelo instrumento computacional *WordSmith Tools 4.0*. (SCOTT, 2004).

Serão discutidas as seguintes questões: os padrões lexicais (HOEY, 1991) e a relação entre a prosódia semântica e os estudos tradutológicos (BERBER-SARDINHA, 2003): o uso da linguagem em contexto na sociedade pela metafunção ideacional (HALLIDAY, 1994); implicações e aplicações práticas do uso de corpora nos estudos tradutológicos quanto às escolhas do tradutor (HALLIDAY, 1992); e, a importância dos estudos tradutológicos baseados em corpus (LAVIOSA, 2003; BAKER, 2004).

O estudo dos padrões lexicais, em especial da prosódia semântica, na visão da Lingüística de Corpus, poderá apontar para a importância de um campo pouco explorado na lexicografia no Brasil, ou seja, a inserção em dicionários das características de conotação do léxico (BERBER SARDINHA, 2004).

O estudo, a partir da Metafunção Ideacional, possibilitará investigar os textos na LF e LA quanto ao conteúdo, à significação e à função comunicativa dos textos. Sob esse ângulo, o texto é considerado uma representação de uma determinada realidade. O texto reflete nossas experiências ou nossa compreensão do mundo (HALLIDAY, 1989).

Cabe ressaltar que a teoria Sistemico-Funcional observa e estuda aspectos sobre a linguagem a partir de alguns pressupostos práticos e teóricos compartilhados com a Lingüística do Corpus: a linguagem como um sistema probabilístico, em que as escolhas feitas pelos usuários de uma determinada língua não ocorrem por acaso, mas de acordo com o contexto cultural e situacional.

<sup>1</sup> Doravante Língua Fonte será denominada como LF<sup>2</sup> Doravante Língua Alvo será denominada como LA

BAKER M. A corpus-based view of similarity and difference in translation. *International Journal of Corpus Linguistics*, 9 (2), p. 167-193, 2004.

BERBER SARDINHA, A.P. Using corpora in translator training. *DELTA*, vol. 19, no. spe, p. 43-70, 2003.

BERBER SARDINHA, A.P. *Lingüística de Corpus*. Editora Manole: São Paulo, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction To Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. *Language Theory And Translation Practice*. *Rivista Internazionale Di Tecnica Della Traduzione*, 0: p. 15-25, 1992.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

HOEY, M. *Patterns Of Lexis In Text*. Oxford:Oxford University Press, 1991.

LAVIOSA. Corpora and translation studies. *Approaches to Translation Studies (1. Ed. Vol. 20, p. 45-54) Corpus-based Approaches to Contrastive Linguistics and Translation Studies*. In Granger S. et al (Ed.). Amsterdam/New York: Rodopi, 2003.

LOUW, B. Irony in the text or insincerity in the writer: the diagnostic potential of semantic prosodies. In: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (Ed.), *Text and technology - Essays in honor of John McH Sinclair*. Amsterdam/Atlanta, GA: John Benjamins, 1993.

PARTINGTON, A. *Studies in Corpus Linguistics 2. Patterns and Meanings - Using Corpora for English Language Research and Teaching*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.

SCOTT, M. *WordSmith Tools version 4*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

### Semântica computacional e o sintagma nominal

Esta sessão coordenada tem como tema central a interface entre sintaxe e semântica, a partir de uma perspectiva computacional, tendo como foco o sintagma nominal (SN). Tradicionalmente, os estudos lingüísticos, tanto gramaticais quanto computacionais, têm privilegiado a sintaxe, o que se reflete no maior grau de desenvolvimento dos modelos sintáticos das línguas. O SN é um objeto sintático que tem sido amplamente caracterizado, chegando a um nível tal de formalização que seu processamento computacional já é realizado de maneira satisfatória.

Nas aplicações de lingüística computacional, o estudo dos SNs é de fundamental importância, pois as expressões de maior poder discriminatório e informacional em um texto são, em geral, aquelas de sentido substantivo, que podem realizar certas funções semânticas, como agente e instrumento. Do ponto de vista semântico, os SNs referenciam as coisas, sendo portanto essenciais na construção da predicação. A ambição do processamento automático de língua é obter uma compreensão global do texto, logo é preciso que sejam construídos mecanismos de identificação de relacionamentos entre os constituintes sentenciais.

Os trabalhos desta sessão investigam diferentes formas de relacionamento semântico que se realizam com a participação dos SNs. A principal contribuição da sessão é apresentar uma visão semântica computacional para as estruturas sintáticas intra- e inter-SNs que permita a inferência automática de relações taxonômicas, argumentais e de composicionalidade a partir de extratos de corpus.

A comunicação “Identificação automática de relações taxonômicas entre SNs” tem como objetivo a identificação e extração automáticas, no texto, de relações de hiperonímia, a partir da identificação de determinados padrões léxico-sintáticos. A abordagem é inspirada no trabalho de Hearst (1998) e contribui com a identificação de novos padrões e com a identificação de peculiaridades da língua portuguesa que tornam a identificação mais precisa.

A comunicação “Regras de Complementação Nominal Aplicadas à Anotação de Papéis Semânticos” descreve um método para a construção automática da estrutura argumental do SN cujo núcleo é uma substantivo de verbal (nominalização), utilizando a estrutura argumental do verbo base e um conjunto de regras que mapeiam complementação

verbal em complementação nominal, descritas no trabalho de Meyer (1991). Essas regras se baseiam nas regularidades da subcategorização verbal dentro de classes semânticas verbais. Como resultado, o trabalho gera informações lexicais para as nominalizações, que serão armazenadas em um léxico automático voltado para o auxílio à anotação de papéis semânticos em textos do português. A importância desse nível lingüístico de anotação é apreciável em aplicações de entendimento de texto.

A comunicação “Os sintagmas preposicionais em SNs”, por sua vez, discute a definição e identificação de sintagmas preposicionais que formam expressões multivocabulares, especialmente aqueles que atuam como componente de SNs, com vistas ao refinamento de um léxico do português para uso computacional por uma ferramenta de parsing (BICK, 2000).

BICK, E. PALAVRAS. <http://visl.sdu.dk/visl/pt/symbolset-manual.html>

HEARST, M. Automated Discovery of WordNet Relations. In *WordNet: An Electronic Lexical Database*. MIT Press. 1998.

KILGARRIFF, A. Thesauruses for Natural Language Processing. Proceedings of NLP-KE, China, p. 5-1. 2003.

MEYER, R. M. *A complementação da forma nominalizada de verbal sufixal e a conceituação do complemento nominal*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 1991.

### Identificação automática de relações taxonômicas entre SNs

Maria Cláudia de Freitas

claudiaf@let.puc-rio.br  
PUC - Rio de Janeiro

#### INTRODUÇÃO

Taxonomias semânticas são de grande utilidade para aplicações relacionadas ao Processamento de Linguagem Natural (PLN). Do ponto de vista lingüístico, expressam, de maneira estruturada, informação relativa às relações semânticas entre termos. Porém, a elaboração de tais taxonomias é, em geral, um processo lento e que envolve uma vasta mão de obra. Por isso, tem-se investido recentemente em formas de automação desse processo, ancorando o conhecimento a ser representado na informação contida em textos – em grandes corpora.

Neste trabalho, propomos uma metodologia para a elaboração automática de uma taxonomia semântica para a língua portuguesa a partir da identificação de padrões léxico-sintáticos em um corpus, inspirados no trabalho de Hearst (1998). Nosso objetivo é duplo: tanto apresentar a metodologia – enfatizando algumas peculiaridades da língua portuguesa na aplicação de alguns dos padrões sugeridos por Hearst – quanto argumentar em favor da idéia de que um método semanticamente “superficial” não é apenas prático, mas apresenta a vantagem de lidar com as imprevisibilidades das línguas naturais.

#### METODOLOGIA

Na elaboração da taxonomia semântica, escolhemos representar as relações hiperonímia/hiponímia, por possibilitarem inferências, e assim produzirem conhecimento. Foi utilizada



uma amostra do corpus NILC/São Carlos, composta por 4862 sentenças.

Hearst (1998) apresenta seis pistas textuais para a extração automática de relações de hiperonímia, das quais utilizamos duas, com alguns ajustes. Ao invés de SNHiper tais como SNHipo<sub>1</sub>, SNHipo<sub>2</sub> ... , (e — ou) SNHipo<sub>i</sub>

SNHipo<sub>i</sub>, SNHipo<sub>i</sub>\*, e—ou outros SNHiper onde SNHiper corresponde a um SN Hiperônimo e os outros SNs a SNs Hipônimos, utilizamos o SNHHiper, que considera SN hiperônimo o primeiro N à esquerda do “tais como”. Com isso, evitamos a extração de relações como:

“...numa *aliança com o PFL, PPB* e outros *partidos de centro-direita*

partidos > aliança com o PFL, PPB

Paralelamente ao SN HHiper, criamos também o SN HHipo: SN hipônimo é o primeiro N anterior à expressão “e/ou outros”.

A partir da análise do corpus, propomos ainda os padrões *tipos de* SNHiper: SNHipo<sub>1</sub>, SNHipo<sub>2</sub> ... , (e—ou) SNHipo<sub>i</sub>; SNHiper *como* SNHipo<sub>1</sub>, SNHipo<sub>2</sub> ... , (e—ou) SNHipo<sub>i</sub>; SNHiper *chamado/s/a/as* SNHipo

RESULTADOS

Foram identificadas 5500 relações. A partir da metodologia utilizada, a questão mais pertinente diz respeito a como proceder a uma análise dos resultados ou, dada a metodologia proposta, o que deve ser considerado erro.

Fizemos uma avaliação manual dos resultados e foram considerados erros apenas os casos em que o padrão extraído não corresponde, sintaticamente, ao padrão desejado:

“... *realizado em janeiro, políticos, psicanalistas, jornalistas e outros profissionais*”

Ou seja, consideramos erro os padrões extraídos que correspondem a uma estrutura sintática diferente da estrutura-alvo, já que, em termos semânticos, os padrões expressam as relações desejadas, ainda que sejam relações pouco-convencionais, como *peessoa > rádio TV*, ou *loja i satélite* estão corretas, tratando-se possivelmente de jargão de áreas específicas:

“*Se o anúncio for um filme, uma pessoa chamada de “rádio TV” passa o roteiro...*”

“*O franqueado deve primeiro abrir uma loja chamada de satélite.*”

A partir dos critérios estabelecidos, procedemos a uma avaliação manual. Os resultados estão na Tabela 1.

Padrão	relações extraídas	relações corretas
Como/ tais como	3413	3040 (89%)
E outros	1346	1289 (95%)
Tipos de	79	76 (96%)
Chamado	662	590 (89%)
<b>TOTAL</b>	<b>5500</b>	<b>4995 (90%)</b>

Tabela 1: Resultados das extrações por padrão léxico-sintático

Em termos gerais, os padrões extraídos apresentam uma boa precisão. Porém, o alto índice de acertos deve ser visto com alguma cautela, já que muitas das categorias identificadas são gerais demais, permitindo a inclusão de praticamente qualquer elemento, como as categorias *tema, assunto, coisa, elemento*.

A partir de uma análise dos erros, percebemos que a principal dificuldade está na determinação do escopo correto do SN correto em casos em que há SPrep. O fato de termos

alterado a regra de Hearst (1998) para considerar SNHHiper e SNHHipo, ao invés de um SN “tradicional”, já é decorrente desta observação. Porém, ainda assim há ocorrências em que o escopo do hiperônimo/hipônimo não é capturado da forma correta.

O passo seguinte à extração dos padrões é o agrupamento dos termos para a realização de inferências – esta etapa foi a responsável por grande parte dos erros. Nossa visão é de que estes erros são consequência da “vagueza” inerente às línguas naturais.

A vagueza é decorrente dos limites imprecisos que definições das palavras normalmente têm. Longe de ser um empecilho, a vagueza é uma das características da língua que lhe dá robustez. Em termos práticos, porém, é justamente a vagueza a responsável por desvios no caminho lógico das inferências. Neste sentido, uma crítica pertinente é que estamos utilizando uma ferramenta lógica, precisa – as inferências – em um objeto que assumimos ser fluido. Por outro lado, se boa parte dos erros acontece devido à vagueza, boa parte dos acertos também.

No Quadro 1, estão alguns resultados de inferências realizadas com as informações extraídas. Não dispomos, no momento, de uma análise detalhada de todas as relações, pois o programa utilizado para cruzar os dados, organizando a taxonomia, ainda precisa de ajustes.

Inferências corretas	Inferências incorretas	Exemplos de vagueza
problema>doença > depressão > SAD	objetos > pratos > ensopados, frango com quiabo, suslis	Japão < país < grande consumidor .....< mercado asiático
problema > droga> heroína, anfetamina, maconha, LSD, morfina,	efeito > brilho > cetim, lamê, paetê	cenoura < plantaço < alimento < matéria prima
animal > peixe > arenque, sardinha, anchova	disciplina > música > Curumim lê-Jê	futebol < tema < modalidade < produto < esporte < jogo

Quadro 1: Algumas relações extraídas do corpus

Uma análise dos resultados fornece pistas interessantes para desenvolvimentos futuros. O que mais nos chamou a atenção foi a pequena quantidade de relações de três níveis, justamente aquelas resultantes de inferências. Por outro lado, é possível que o agrupamento de categorias por núcleo do SN (por exemplo, relacionar *frutas / frutas secas / frutas brasileiras*) altere um pouco este quadro.

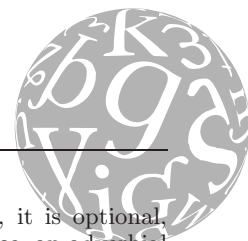
Não temos uma análise dos resultados em termos de recuperação, apenas de precisão. Um trabalho futuro é investigar como este tipo de metodologia pode ser avaliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui os resultados preliminares de um extrator automático de relações de hiperonímia. Embora o método não seja novo, acreditamos que nossa contribuição está no ajuste, para o português, das regras propostas por Hearst (1998) e da descrição de novas regras.

Os resultados obtidos demonstram que as relações extraídas diretamente do corpus estão frequentemente corretas (90%), sendo a principal dificuldade a identificação do escopo correto do SN nos casos de SNs iniciados por preposição. O passo “delicado” está justamente na junção das relações extraídas para a realização de inferências, o que nos deixa com 2 hipóteses a serem testadas em trabalhos futuros:

- a) a investigação em um domínio específico deve possibilitar a realização de inferências mais precisas;
- b) mesmo em um domínio específico, o resultado das inferências será pouco informativo devido à vagueza inerente às línguas naturais.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

HEARST, M. Automated Discovery of WordNet Relations. In *WordNet: An Electronic Lexical Database*. MIT Press, 1998.  
KILGARRIFF, A. Thesauruses for Natural Language Processing. *Proceedings of NLP-KE, China*, p. 1-5, 2003.

### Nominal complementation rules applied to semantic role labeling

*Claudia Maria Garcia Medeiros de Oliveira*

cmaria@centroin.com.br  
Instituto Militar de Engenharia

#### 1. Introduction

The objective of this work is to describe the automatic construction and identification of the argument structure of a noun phrase (NP) whose head is a verb nominalization, using the argument structure of the nominalized verb and a set of rules that map the verbal complementation pattern to the corresponding noun complementation pattern, described in Meyer (1991). These rules are based on the regularities of verbal complementation within certain semantic verb classes. The research has produced information for a frame-like description of nominalizations to be stored in a lexicon that is able to aid the automatic labeling of semantic roles in Portuguese texts.

#### 2. Semantic Role Labelling

Semantic Role Labeling (SRL) is a high level language processing task that has taken center stage in the Computational Linguistics research community in the last few years, mainly because many sophisticated applications require language understanding, which is intrinsically linked to the semantics of predication. In addition, SRL requires a wealth of language resources, such as treebanks, lexical resources, parsers and chunkers, etc, which are only now becoming available.

In general, natural language predication occurs in the sentence, the linguistic unit built around a verb. The semantic role of a sentence constituent is determined by its relationships to the predicate's head, the verb. This concept, also referred to as thematic role or theta-role in linguistic theories, provides the link between the syntactic and the semantic levels of linguistics analysis, which is recognised in Universal Grammar by the proposed universal principle of theta-criterion or theta-uniqueness principle. The theta-criterion states that each semantic role in a sentence is attributed to a single noun phrase and each noun phrase carries only one semantic role (or none, in the case of certain pronominal noun phrases, in certain languages).

The sets of semantic roles that can be assigned to sentence constituents vary enormously according. As with most semantic categories, many different role sets have been proposed by innumerable theoretical frameworks, ranging from a small set of very abstract and general roles, to large sets of specific roles which are particular to certain verbs or verb groups. Nevertheless, a small group of semantic roles never fail to be included, such as agent, experiencer, theme (patient), instrument and location.

A constituent can be recognized as either a complement or an adjunct. If it is subcategorized by the verb, then the constituent is considered essential or obligatory, and therefore it is a complement, for instance, the direct object

of a transitive verb. If, on the other hand, it is optional, then the constituent is an adjunct, for instance, an adverbial modifier. This distinction is not always clear, particularly because it requires the judgement of essentiality of an argument to the predication.

#### 3. Nominal Complementation: Linguistic Aspects

From a logical perspective, a predicate is an expression that can be true of something, expressing either a property (a unary relation) or a relation between objects. In that sense, only verbal expressions are considered predicates in linguistics. In traditional grammar, a sentence is formed by a subject and a predicate containing a verb, and the verb's required or optional complements: objects (direct, indirect, prepositional), predicatives (a.k.a. predicate complements) and adverbials (either obligatory or adjuncts).

Verb nominalizations enables the reference to a verbal process regardless of the particular circumstances of the verbal predication, such as person, tense, mood, etc. Basilio (1980) maintains that, in Portuguese, there exists a paradigmatic relation between the verb and its nominalization, based in the following evidences: i. a large proportion of verbs in Portuguese have regular nominalizations that maintain a clear syntactic-semantic correspondance with their verbal base in terms of argument structure and semantic roles; ii. the verbs that don't have a nominal counterpart can be characterized as colloquial verbs, copula verbs, or verbs that have been diachronically blocked; iii. the word formation process that generates denominal verbs are, in contrast, syntactically and semantically unpredictable.

Apart from the reference to the verbal process (ex:1.a), which is a function of textual construction and cohesion, verb nominalizations can also fulfill a designatory role by, in many cases, incorporating the verbal object in order to denote an entitative concept (ex:1.b). In this case, the arguments of the verb are frequently omitted.

Ex:1

a. Betsy Monteiro de Carvalho teve milhares de problemas com a construção de sua casa na Iposeira ... (*Betsy Monteiro de Carvalho had thousands of problems with building her house in Iposeira ...*)

b. O bar, uma construção do século passado, tem alambique próprio ... (*The bar, a last century building, has its own destilary ...*)

#### 4. Inferring Nominal Complementation from Verbal Complementation: the Proposed Procedure

Meyer (1991) specifies a set of 207 basic predicate structures. We take this set as starting point for the construction of a predicate information repository considering the verb as predicate, and the set of constituents as mandatory arguments in a predication, specifying their grammar and the semantic role that fill. The standard semantic roles that have been used are causer, object, experiencer, possessor, giver, receptor, place, source, and goal.

The main procedure includes two phases: first, the identification of arguments, and second, frame matching. At the identification phase, the prepositional phrases following the nominalization are parsed (for example, the bracketing [*transformação*] [*de cinemas e teatros*] [*templos religiosos*]). At the frame matching phase, the predicate information repository in its nominal version, and a selection of linguistically based heuristics is used to assign semantic roles to the prepositional phrases.

Basilio, M., *Estruturas Lexicais do Português: uma abordagem gerativa*, Editora Vozes, Coleção Perspectivas Lingüísticas, 1980.





Meyer, R. M., *A complementação da forma nominalizada de verbal sufixal e a conceitualização do complemento nominal*, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 1991.

## Os sintagmas preposicionais em SNs

*Violeta de San Tiago Dantas Barbosa Quental*

violeta@let.puc-rio.br  
PUC - Rio de Janeiro

O tratamento automático de expressões que aparecem com regularidade como unidades fixas ou quase-fixas no uso da língua – ou seja, como expressões multivocabulares (EMVs) – facilita enormemente o processamento para uma série de aplicações, como, por exemplo, a recuperação de informações e a tradução automática. Além de evitar a análise de cada vocábulo isoladamente, e, portanto, ser um fator de economia de processamento, a identificação de EMVs permite uma descrição do comportamento sintático-semântico do léxico mais acurada, prevenindo erros de interpretação. No entanto, critérios de delimitação e identificação dessas expressões são delicados e discutíveis, embora muito já se tenha caminhado para sua descrição.

A escolha pela denominação do fenômeno como “expressões multivocabulares” já denota o não interesse pela distinção entre vários níveis de fixidez do uso conjunto de formas na língua: não vamos nos deter na definição de composição, colocação ou expressão idiomática. O que nos interessa, aqui, é a identificação de expressões que apareçam em corpora com regularidade suficiente para que se faça a escolha de incluí-las no léxico computacional, ou de não incluí-las, dada a existência de suficientes contra-exemplos de sua regularidade, ou da impossibilidade de descrever adequadamente os contextos em que essas expressões apresentam grau de fixidez expressivo.

O caso dos Spreps é especialmente interessante desse ponto de vista, já que apresentam muita variação de comportamento. Alguns Spreps devem ser tratados como locuções adverbiais, ou seja, como um único token com semântica circunstancial, com a forma [PREP + N + PREP] (por exemplo, a expressão locativa “em cima de”), ao qual se seguirá um SN: [em\_cima\_de [a cama]]. A expressão “em cima do muro”, no entanto, pode apresentar uma semântica própria, além da leitura literal locativa, que nos levaria a tratá-la, possivelmente, como EMV ligada a um verbo estativo como “estar”, “ficar”. Alguns problemas decorreriam desse tratamento, como a necessidade de distinguir entre:

- (a) Ele sempre caminhava em cima do muro.
- (b) Ele sempre fica em cima do muro na hora das decisões.
- (c) A samambaia fica em cima do muro.

através de regras que possam ser descritas computacionalmente.

Outro problema diz respeito à arquitetura do sistema de processamento, já que o módulo responsável pela tokenização dos enunciados, por exemplo, fica dependente de informações sintático-semânticas do contexto em que a EMV ocorre para que possa atuar.

Ainda em relação ao exemplo dado, temos como contraste a expressão “em cima”, com comportamento sintático diferente, em que a referência espacial é resolvida pelo

contexto situacional (veja-se, por exemplo, “Ele está lá em cima”). Ou, ainda, as expressões “em cima do laço”, “em cima da bucha”, que parecem poder ser classificadas como EMVs, sem contra-exemplos.

Expressões de caráter adjetival, como “de\_salão”, aparecem com muita frequência junto aos nomes “dança”, “música”, “piada” etc. A identificação desse tipo de Sprep e de outros semelhantes como expressões multivocabulares mostra-se útil para a análise da composição de SNs.

O presente trabalho pretende apresentar resultados parciais de análise do comportamento de Spreps candidatas à classificação como EMVs de caráter adjetival e adverbial, com base em observação de frequência estatística em corpora e na análise de seus contextos de ocorrência. Caso os contextos sejam recorrentes e distintivos, e a frequência expressiva, tentamos então descrever formalmente a expressão e seus condicionamentos de uso.

Partimos de três listagens de Spreps retiradas do léxico utilizado pelo parser PALAVRAS (Bick, 2000), a saber:

1. uma lista de cerca de 1400 PPs (prepositional phrases), os quais estão classificados segundo seu uso adjetival ou adverbial. Esses itens estão sendo checados em busca por concordância em corpora, com o objetivo de manter sua classificação como EMVs ou indicar possíveis exclusões da lista (ou indicação de contextos em que deve ser mantida essa leitura), quando for possível sua análise como itens individuais e não como EMVs.

Por exemplo, a expressão “de\_conta” ocorre como EMV junto ao verbo “fazer”, mas sua classificação como EMV impossibilita a análise de sentenças como “Retirar dinheiro de conta corrente”. Já “de\_conta\_que” é um forte candidato a se manter na lista de expressões fixas;

2. uma segunda lista, com cerca de 270 itens, de PPs de uso claramente adverbial;

3. uma lista de aproximadamente 1000 PPs que ocorrem com verbos-suporte, formando expressões de significado fixo, mas que apresentam outra(s) leitura(s) quando aparecem junto a outros verbos.

Embora a pesquisa esteja em estágio inicial, essa análise pretende, ao final, analisar exaustivamente essas três listagens pela observação de corpus, modificá-las por supressão, acréscimo, junção ou transporte de uma lista para outra, acrescentando, quando necessário, marcas sintático-semânticas que permitam a distinção entre seu uso como EMVs ou como itens a serem analisados isoladamente. Imagina-se, também, que outros itens poderão ser acrescentados a essas listagens. Os resultados parciais, especialmente aqueles que afetam a descrição de SNs, serão apresentados e discutidos no trabalho e os passos seguintes indicados como pesquisa futura.

BICK, E. 2000. Palavras. <http://vis1.sdu.dk/vis1/pt/symbolset-manual.html>



### 3.6.2 Comunicações Individuais

#### Informatização e padronização de dados de línguas sinalizadas

Evani de Carvalho Viotti  
viotti@usp.br  
Universidade de São Paulo

Leland Emerson McCleary  
Tarcísio de Arantes Leite

Esta comunicação dá continuidade à discussão iniciada no último Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística, em Brasília, sobre a transcrição de dados de línguas sinalizadas. O corpus que vimos montando, desde 2002, compreende narrativas feitas por surdos fluentes em língua de sinais brasileira, eliciadas a partir de um filme sem fala, intitulado "A História da Pêra". Esse filme foi concebido por um grupo de pesquisa da Universidade de Califórnia, em Berkeley, liderado por Wallace Chafe, em meados dos anos 70, especialmente para o fim de servir de base para a produção de narrativas nas mais variadas línguas, que seriam usadas para análise lingüísticas e culturais. O trabalho de formação de corpus e de transcrição que vimos desenvolvendo não só visa a contribuir para a análise translingüística e intercultural de narrativas, mas, principalmente, visa a trazer para a discussão teorias e técnicas de transcrição de línguas sinalizadas.

Em uma experiência-piloto de transcrição de uma das narrativas, propusemos, inicialmente, um sistema de notação que se valia de um editor de texto não especificamente concebido para a transcrição de dados lingüísticos. O sistema previa um certo número de trilhas para capturar várias características das línguas sinalizadas, detalhando, além dos sinais manuais, as várias marcações não-manuais, incluindo as das sobancelhas, dos olhos, da boca e bochecha e da cabeça.

Contudo, a partir de uma certa etapa do processo, a precariedade do uso de vídeo-cassete, para o acompanhamento da gravação, e de um editor de texto simples, para a transcrição dos dados, ficou evidente. Não conseguíamos, por exemplo, observar com nitidez movimentos mais sutis do rosto e do tronco, e, conseqüentemente, não podíamos chegar a uma proposta de transcrição para eles. Não podíamos mais adiar a informatização do corpus e da transcrição. Precisávamos de um software que permitisse alinhar a imagem de vídeo com a transcrição, e facilitasse a manipulação do vídeo de forma a que pudéssemos observar mais detalhadamente a sinalização. Além disso, esperávamos que um software apropriado pudesse contribuir para uma melhor formatação e alinhamento das várias trilhas.

A busca por ferramentas que permitem a visualização e anotação simultânea de gravações em vídeo levantou vários candidatos. Depois de examinar as vantagens e desvantagens que cada um deles apresentava em relação aos objetivos de nosso projeto, optamos por experimentar o ELAN (EUDICO Language Annotator), criado pelo Instituto Max Planck de Psicolingüística. As principais características desse programa que motivaram sua adoção foram: (i) ter sido especificamente desenvolvido para descrição e análise lingüísticas multi-modais; (ii) estar sendo amplamente utilizado por

pesquisadores de vários países e de várias línguas, tanto orais quanto sinalizadas; (iii) estar constantemente sendo atualizado por meio de novas versões que corrigem problemas e introduzem novos recursos; (iv) ser disponibilizado gratuitamente; (v) ser compatível com PC, dentre outras. Com o auxílio financeiro do CNPq para o projeto intitulado Estudos da Comunidade Surda: Formação de Corpus da Língua de Sinais Brasileira (Processo nº 47.9077/2004-5), pudemos dar início à compra de máquinas com capacidade e configuração apropriadas para a instalação e funcionamento do ELAN. Em seguida, foi necessário conseguir a digitalização dos vídeos contendo as narrativas sinalizadas da História da Pêra, de modo a viabilizar a construção dos arquivos de transcrição.

Nosso primeiro passo foi tentar importar nossa transcrição-piloto feita em editor de texto para o ELAN. Como isso não se mostrou viável, passamos a estruturar o arquivo do ELAN de modo a capturar, tão fielmente quanto possível, aquilo que havíamos conseguido na transcrição-piloto. Entretanto, logo vimos que muitas modificações teriam que ser feitas. Algumas delas não nos pareceram tão interessantes, mas foram impostas pelo programa. Outras, no entanto, se mostraram positivas e tornaram a transcrição mais eficiente e elegante. Além disso, pela facilitação do processo de manipulação dos vídeos, o uso ELAN tem permitido revisões daquilo que já havíamos feito, trazendo um maior rigor à transcrição. Nosso objetivo, neste trabalho, é descrever todo esse processo de informatização e padronização das nossas transcrições iniciais, apontando as dificuldades que enfrentamos, destacando os avanços propiciados pelo processo e elencando os pontos problemáticos que ainda precisam ser solucionados.

Capovilla, F.C.; Rapahel, W.D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da língua de sinais brasileira-libras*. v.I e II. São Paulo: Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

Chafe, W.L. *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

De Martino, J.M. *Animação facial sincronizada com a fala: visemas dependentes do contexto fonético para o português do Brasil*. Tese de doutorado, Unicamp, 2005.

McCleary, L.E.; Viotti, E. (a sair). Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: Salles, H. (Org.) *Bilingüismo e surdez*. Questões lingüísticas e educacionais. Brasília: UnB.

#### Lingüística de corpus e metáfora

Tony Berber Sardinha

tony4@uol.com.br  
PUC - São Paulo

Neste trabalho, apresento um programa de computador voltado para a identificação de metáforas. Esse programa é o único disponível publicamente no momento e funciona com corpora de língua portuguesa. Trata-se do identificador de metáforas online do LAEL, CEPRIL, que é acessado pelo endereço [http://www2.lael.pucsp.br/corpora/metaphor\\\_tagger](http://www2.lael.pucsp.br/corpora/metaphor\_tagger). O identificador de metáforas é um software específico para



identificar metáforas em arquivos de computador. Programas como esse são raros. Há menção na literatura de apenas um outro extrator de metáforas (Mason, 2004), que é de acesso restrito; por isso trataremos do identificador do LAEL, CEPRIL apenas.

O programa identifica candidatos a metáfora, isto é, palavras que possam ter sido usadas metaforicamente no corpus. Ele faz uma triagem, mostrando uma seleção prévia das palavras com maior probabilidade de terem sido empregadas metaforicamente, colocando etiquetas em cada palavra do corpus. Em Lingüística de corpus, uma etiqueta (tag) é um código que carrega alguma informação sobre uma palavra. No caso desse identificador, a informação trazida pela etiqueta é a probabilidade de uso metafórico. Essa probabilidade varia de 0,0001 a 1, sendo que 0,0001 (ou 0,01%) significa 'praticamente nenhuma probabilidade' de uso metafórico, e 1 (100%) indica 'certeza de uso metafórico'. O programa coloca em prática a noção de probabilidade e, de modo mais amplo, a de linguagem enquanto sistema probabilístico. Essas noções querem dizer que a linguagem é usada seguindo certas probabilidades: dependendo do contexto, algumas formas de expressão (wordings) são mais prováveis do que outros e, do mesmo modo, alguns sentidos são mais prováveis do que outros (Berber Sardinha, 2004). Como os lingüistas de corpus têm mostrado (Hunston, 2002), o uso lingüístico vem associado a certas probabilidades, bem como o sentido das palavras e expressões. Nos estudos da metáfora, Deignan (2005) mostra que a probabilidade do uso metafórico das palavras varia de acordo com a maneira pela qual essas palavras são usadas.

O identificador faz uso de vários bancos de dados contendo informações sobre o uso metafórico, obtidas a partir de anotação manual de metáforas em corpora. Cada banco de dados contém um tipo de informação específica:

**Veículos:** Palavras com sentido metafórico. Esse banco de dados possui um registro de cada palavra que possuía uso metafórico nos corpora pesquisados. Pode ser visto como um dicionário de palavras metafóricas. Cada palavra aparece associada com sua probabilidade de uso metafórico. Por exemplo, a palavra 'crescimento' aparece nesse banco com a probabilidade de 0,99 (isto é, 99% de chance de uso metafórico). Significa que essa palavra é praticamente sempre usada metaforicamente nos dados pesquisados, como em 'crescimento econômico', que exprime a metáfora conceptual A ECONOMIA É UM SER VIVO.

**Pacotes lexicais (bundle) à esquerda da palavra:** uma seqüência fixa de três palavras imediatamente à esquerda de cada palavra do corpus (com exceção das duas primeiras, porque estas não possuem três palavras à sua esquerda). Por exemplo, 'a necessidade de' tem probabilidade de 0,86. Significa que essa expressão aparece muitas vezes à esquerda de um Veículo, como em 'a necessidade de crescimento'.

**Pacotes lexicais (bundle) à direita da palavra:** uma seqüência fixa de três palavras imediatamente à direita de cada palavra do corpus (com exceção da última e da penúltima, porque estas não possuem três palavras além delas). Por exemplo, 'a palavra ao' tem probabilidade de 1 (100%). Significa que essa expressão sempre apareceu logo após um Veículo nos dados pesquisador, como em 'passar a palavra ao [fulano]'. Essa expressão está ligada à metáfora do CANAL, visto que conceitualiza a linguagem como algo que se passa e se transmite de uma pessoa a outra.

**Enquadramentos colocacionais.** São seqüências fixas de três palavras que incluem um Veículo, na segunda posição. Por exemplo, o enquadramento 'o ... de' possui probabilidade de

0,85 (85%) e aparece com Veículos como 'crescimento', em expressões do tipo 'o crescimento de [70% nos lucros]', que evoca a metáfora conceptual UMA EMPRESA É UM SER VIVO.

**Classes gramaticais.** A informação desse banco de dados consiste da probabilidade de metaforicidade de cada classe de palavra.

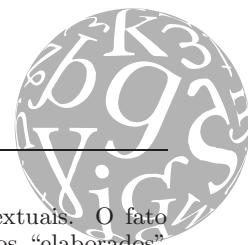
Para ilustrarmos os procedimentos de identificação de metáfora, utilizamos um corpus com todos os pronunciamentos oficiais do presidente Luís Inácio Lula da Silva, desde sua posse até o dia 22/2/2006. O corpus contém 870 textos, somando 2.074.590 ocorrências (tokens) e 32.833 itens (types). Aplicamos o etiquetador e obtivemos uma lista com as probabilidades de uso metafórico das palavras ocorrentes no corpus.

Tomando as palavras com alta probabilidade de uso metafórico (com 80% ou mais), temos a seguinte lista:

- 1 conquistar 93%
- 2 dar 92%
- 3 níveis 91%
- 4 crescer 90%
- 5 segmentos 90%
- 6 fazer 90%
- 7 passar 90%
- 8 passou 90%
- 9 caminho 90%
- 10 longo 89%
- 11 cresceu 89%
- 12 crescendo 89%
- 13 colocar 89%
- 14 passo 88%
- 15 feito 88%
- 16 baixo 88%
- 17 alto 88%
- 18 ganhar 87%
- 19 tenho 86%
- 20 papel 86%
- 21 passando 86%
- 22 abrir 86%
- 23 instrumento 86%
- 24 levar 86%
- 25 passos 86%
- 26 ganhando 85%
- 27 movimento 85%
- 28 ganham 85%
- 29 instrumentos 84%
- 30 claro 84%
- 31 colocado 84%
- 32 competitivo 83%
- 33 levando 83%
- 34 tirar 83%
- 35 mexer 81%
- 36 salto 80%
- 37 peso 80%
- 38 ver 80%

Essas 38 palavras estão distribuídas entre as posições 29 ('fazer') a 2594 ('competitivo') da lista de palavras. A distância entre a mais e a menos freqüente desse grupo é de 2565 posições. Há, desse modo, apenas 1,5%<sup>1</sup> de palavras com alto potencial metafórico entre essas 2565 posições da lista de palavras. Isso demonstra a grande dificuldade que um analista teria para chegar a essa seleção de 38 palavras inspecionando a lista de palavras.

Para ilustrar a seqüência do procedimento, mostramos as



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ocorrências de ‘conquistar’, a palavra com maior probabilidade de uso metafórico no corpus.

Das 152 ocorrências de ‘conquistar’, apenas três (1%) são literais (conquistar prêmio, medalhas e coisas). As demais (99%) são metafóricas, referindo-se em sua maior parte a conquistar:

Cidadania, liberdade, democracia, espaço (num mundo globalizado), direito, credibilidade, confiança, oportunidades, felicidade, aliados.

Abaixo aparece uma concordância com citações de ‘conquistar cidadania’:

O domínio fonte de ‘conquistar’ é a guerra ou a competição. Assim, nas citações acima, a metáfora conceptual (Lakoff & Johnson, 1980) envolvida pode ser (em ordem crescente de generalização):

PARA TER CIDADANIA É PRECISO LUTAR NUMA GUERRA

PARA TER DIREITOS NA SOCIEDADE É PRECISO LUTAR NUMA GUERRA

VIDA EM SOCIEDADE É GUERRA

Independente do uso que se faça dos resultados do identificador, a sua função principal é a de garantir abrangência na pesquisa em metáfora.

<sup>1</sup>Isto é, 38/2565.

### A leitura hipertextual na bíblia

*José Carlos Leandro*

[jleandrus@ig.com.br](mailto:jleandrus@ig.com.br)

Universidade Federal de Pernambuco

*Antonio Carlos Xavier*

O presente trabalho aborda a prática da leitura da Bíblia no suporte hipertextual digital. A concepção da Bíblia, no estudo em questão, é a de um produto literário situado em determinado contexto sócio-comunicativo. Buscamos compreender as principais características desse novo tipo de leitura potencializada na *web*, tendo por base as teorias da hipertextualidade digital. Diante da multiplicidade dos recursos midiáticos, entre eles a Internet, questionamos como se processam as estruturas de leituras do leitor-navegador. O objetivo foi investigar as especificidades da leitura do texto bíblico com vistas a estabelecer as diferenças e semelhanças dos suportes analisados, ou seja, como se caracteriza a hipertextualidade digital da Bíblia no suporte virtual em relação ao suporte impresso. Prioriza-se, na presente pesquisa, a relação da hipertextualidade digital como forma de organização e produção do conhecimento. Os hipertextos promovem o caráter intertextual de um texto ao estimularem a leitura de textos múltiplos, permitindo modalidades de leitura não-linear. Compreendemos que a forma do texto no ambiente digital difere exponencialmente da dos textos impressos. A leitura da Bíblia na Sociedade da Informação, mediada pela Internet, provocou mudanças significativas na estrutura tradicional dos textos, ao possibilitar uma simbiose de recursos e uma quebra da linearidade do texto. Atribuímos aos *links* uma característica de ferramenta para construção de sentidos e um item singular no fator

coesão do texto, pois criam ligações hipertextuais. O fato de a Bíblia ser constituída de diversos textos “elaborados” por diversos autores já constitui uma hipertextualidade e quebra os pressupostos de uma unicidade textual e de uma hierarquia linearizada e rígida. Ou seja, no processo de leitura digital, o texto é abordado de uma forma não-linear e recriado, continuamente, no movimento próprio de uma interpretação dialógica. Compreender o caminho da leitura bíblica é tão importante quanto investigar seus múltiplos sentidos. A reflexão sobre os aspectos teóricos e práticos das variadas formas de leitura bíblica possui uma relevância e uma pertinência quanto às próprias descobertas da análise exegética. O processo de leitura, na hipertextualidade, considerada em seu sentido amplo, passa a ser representado por uma simbiose de múltiplas expressões: sons, imagens e recursos que a tornam sedutora e geradora de textos, que conduzem o leitor a construir diversos caminhos interpretativos. A Palavra digitalizada passa a representar esse tipo de leitura que revoluciona os métodos tradicionais. Nesse aspecto, o hipertexto digital trouxe modificações para a leitura no suporte tradicional. No hipertexto, o ato de leitura passa, necessariamente, por um processo de descontinuidade, não-linearidade e associação do pensamento, estabelecendo mudanças na cognição humana em relação à leitura feita no papel. O leitor, no processo de construção do conhecimento, reúne elementos aparentemente desconectados, estabelece sentidos novos e amplia os sentidos pretendidos. Toda essa realidade cria uma autonomia do leitor diante das estruturas herméticas de um texto com sua pretensão de imutabilidade de significado. É na leitura que o texto começa o seu processo de escritura. Aliás, leitura e escritura são processos imbricados em suas relações de feita. O sentido de um texto passa a ser construído nessas relações dialéticas. Na construção das trilhas dos *links*, os leitores mergulham no universo de sentidos propiciados pelos textos. O leitor, na hipertextualidade, é um colaborador quando conecta os diversos fragmentos e reestrutura um texto. Ler é prática social que mobiliza os sujeitos, através de interdiscursos, numa rede de interpretações. A leitura deve desestabilizar os sentidos já dados; isso evidencia que todo texto é provisoriamente estruturado. Por meio dessa prática de leitura, o leitor ocupa uma posição relevante no processo de construção e desconstrução de sentidos dos textos lidos. Assim, os leitores, interpretando a história em suas manifestações, vão se tornando sujeitos sociais e históricos. Quando navega entre os espaços criados, constantemente recriados, o leitor-navegador organiza sentidos e ordena – num processo inovador – o pensamento humano. A imprevisibilidade de seus caminhos lhe confere um aspecto de interação constante. No caso da leitura em hipertextos, palavras, imagens e sons são elementos que preenchem os espaços interpretativos elaborados pelos leitores de textos na hipertextualidade digital. O hipertexto vai potencializar e problematizar a ilusão da objetividade textual, de sua auto-suficiência e completude. Ele propõe um processamento das informações onde tudo possui significado, desde que seja estabelecida uma constante interação dialógica. Os significados estão, nesse aspecto, condicionados uns aos outros, criam novas relações discursivas, sociais e cognitivas, tal como se enxerga na perspectiva sócio-interacionista. É relevante questionar em quais aspectos, considerando o quadro da mutação da compreensão dos textos, ocorrem as modificações hipertextuais. O leitor encontra-se em estado de prontidão permanente, conecta-se aos nós e nexos, constrói roteiros multilineares, multissequenciais e labirínticos, aos quais deu



forma pela interação com as palavras, as imagens, os sons na trama hipertextual. Esses recursos estão inseridos num contexto sociocomunicativo. É na dinamicidade da atividade comunicativa que o efeito a ser produzido se materializa. Sendo assim, no mundo digital, a forma rompe a relação com o tipo do documento apresentado. A Sagrada Escritura é considerada como Palavra articulada num processo de comunicação, na qual a produção textual está envolvida com diversos fatores das relações entre os indivíduos inseridos em variados contextos sociocomunicativos. Presentes num suporte digital, as possibilidades comunicativas da Bíblia são ampliadas infinitamente. O hipertexto trouxe para as práticas de leitura implicações lingüísticas, cognitivas e interacionais. As mudanças suscitadas pelo novo suporte de leitura carregam consigo alterações significativas na materialidade e na linearidade dos textos. Não só as pessoas modificam-se diante do processo inaugurado com as novas tecnologias da informação, mas também a sociedade é transformada em suas múltiplas expressões. O leitor-navegador é o responsável, nos espaços em que navega, pela construção de sentidos de um texto. Nas diversas virtualidades em que ele transita, ocorre uma seleção seqüencial dos *links* encontrados. Esse procedimento metodológico e cognitivo propicia ao leitor uma ruptura com a ordem lógica e hierarquizada da leitura da Bíblia – objeto de estudo do presente trabalho –, pois sua organização em capítulos e versículos possibilita uma intertextualidade entre as diversas unidades de texto. Ler, nesse aspecto, torna-se um ato mais desafiador e, por isso, mais prazeroso. Os *links* presentes no suporte de um hipertexto digital facilitam bastante o processo de leitura do texto bíblico. Além de ampliarem os conteúdos pesquisados, desenvolvem um papel singular na compreensão dos textos, pois o hipertexto potencializa, através dos assuntos “linkados”, outros caminhos na construção do sentido do texto. Com a presença dos *links*, o tema abordado no hipertexto assume uma dinamicidade e abre inúmeras possibilidades para o leitor navegar nos diversos sentidos de um texto. Finalmente, acreditamos que a interatividade possibilitada pela leitura hipertextual da Bíblia no suporte digital contribuirá para uma pluralidade de leituras dos Textos Sagrados, relativizando a ortodoxia da hermenêutica dos exegetas.

## Um olhar cognitivista e interacional sobre a gramática da língua de sinais brasileira

Tarcisio de Arantes Leite

tleite@usp.br  
Universidade de São Paulo

Assim como ocorre em muitas línguas sinalizadas do mundo, a descrição lingüística da Língua de Sinais Brasileira (LSB ou LIBRAS) ainda hoje carece de tratamento teórico adequado. A eliciação da produção lingüística e/ou o apelo aos julgamentos lingüísticos intuitivos de falantes surdos, as práticas metodológicas mais comumente utilizadas, têm sido convincentemente criticadas por importantes estudiosos das línguas sinalizadas, pela influência das línguas orais

sobre os dados (Liddell, comunicação pessoal). Após cerca de 50 anos de pesquisa na área, cresce a demanda por estudos de línguas sinalizadas que sejam baseados em *corpora* de fala-em-interação natural entre pessoas surdas; *corpora* esses que abrangem desde os gêneros mais dialógicos (como conversações, debates e entrevistas), até os menos dialógicos (como palestras, aulas e contação de histórias).

Frente ao problema metodológico em questão, o presente trabalho tem investigado a interação conversacional espontânea entre adultos surdos proficientes em LIBRAS a fim de buscar uma solução para um problema teórico central nos estudos das línguas sinalizadas: o de segmentação dessas línguas em unidades gramaticais. Tal problema, colocado pela primeira vez já na década de 70 por Baker e Padden (1978), tem recebido muito menos atenção do que merece, em vista do papel crucial que a identificação de segmentos do discurso e, consequentemente, de critérios para a segmentação gramatical das línguas sinalizadas, deve ter na construção de suas gramáticas.

O olhar sobre a interação conversacional pode contribuir para identificação de critérios de segmentação da língua por um motivo principal: na interação, estão em jogo não apenas o uso da língua *per se*, mas também o processamento cognitivo individual mais geral e o gerenciamento mútuo da interação pelos seus participantes. Esses dois fenômenos, de natureza cognitiva e sócio-interacional, possuem manifestações importantes na língua que, nas últimas décadas, têm se mostrado fortemente relacionadas, entre outras coisas, à questão da segmentação da língua em unidades.

No que concerne à cognição, o trabalho de Chafe (1989) mostrou com bastante solidez o modo como a produção da fala reflete uma organização das informações e uma limitação de nossa capacidade de processamento que são de ordem cognitiva. A manifestação desse fenômeno está nas unidades entoacionais, pacotes prosódicos de língua, constituídos basicamente de orações e sintagmas que, de maneira geral, podem conter não mais do que uma nova informação, acompanhada ou não de informações dadas que lhes servem de contexto. No que concerne à interação, o trabalho de Sacks *et al.* (1978) mostrou que o sistema de tomada de turnos numa interação é altamente organizado e continuamente gerenciado pelos seus membros participantes. A manifestação desse fenômeno está, por exemplo, nos alinhamentos temporais precisos na troca de turnos, nas práticas de reparo, no emprego de dispositivos de resolução de sobreposições, entre outros fenômenos que, de maneira geral, evidenciam uma clara orientação dos falantes às unidades da língua.

Utilizando o conceito de unidades entoacionais de Chafe(1989) e a proposta do sistema de tomada de turnos de Sacks *et al.* (1978), o presente estudo tem buscado, então, identificar aspectos formais da LIBRAS que se mostrem relevantes para a segmentação do discurso sinalizado em unidades gramaticais. Para atingir esse objetivo, conversações entre dois surdos adultos proficientes foram gravadas com 5 câmeras distintas, focalizando os rostos de cada participante (2 câmeras), os seus espaços de sinalização (2 câmeras) e a sua interação conjunta (1 câmera). Todo esse aparato técnico se fez necessário devido ao fato de, nas línguas sinalizadas, parte significativa das funções gramaticais e interacionais serem desempenhadas por expressões faciais sutis, além de movimentos da cabeça e do torso (e.g. BAKER, 1977; LIDDELL, 2003). Esses dados gravados têm sido observados, transcritos e analisados com auxílio do *software* ELAN, desenvolvido pelo Instituto Max



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Plack de Psicolinguística. Esse *software* se mostrou bastante apropriado aos propósitos da pesquisa, em especial, por permitir a construção de um arquivo de anotação com base em até quatro arquivos de vídeo, que podem ser operados e observados simultaneamente e em sincronia.

A presente comunicação pretende apresentar as observações analíticas de uma experiência-piloto de gravação, transcrição e análise de uma conversa em LIBRAS entre dois surdos adultos, ressaltando as dificuldades encontradas no decorrer do processo e apontando os direcionamentos futuros da pesquisa que foram definidos a partir da análise.

BAKER, C. Regulators and turn-taking in American Sign Language. In: FRIEDMAN, F. (Ed.) *On the other hand: New perspectives on American Sign Language*. New York: Academic Press, 1977. p. 215-241.

BAKER, C.; PADDEN, C.A. Focusing on the nonmanual components of American Sign Language. In: SIPLE, P. (Ed.) *Understanding language through sign language research*. New York: Academic Press, 1978. p. 27-57.

CHAFE, Wallace. *Discourse, consciousness, and time: The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1994.

LIDDELL, S. K. *Grammar, gesture and meaning in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. In: SCHENKEIN, J. N. (Ed.) *Studies in the organization of conversational interaction*. New York: Academic Press, 1978. p. 7-55.

### Distribuição do verbo assistir com sentido de “ver” quanto a sua regência

Anderson Godinho Silva

godinho.anderson@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A regência verbal é um assunto tratado nas escolas de uma maneira que não leva em consideração o uso real da língua. O que se vê é uma tentativa de se decorar cada uso específico do verbo com a preposição regida por ele. Um exemplo é o verbo *assistir*. Para alguns autores representantes de uma visão tradicional da gramática, quando esse verbo é utilizado com sentido de *ver*, deve sempre estar acompanhado da preposição *a*. É o caso de Bechara (1994) e Fernandes (1969), que não mencionam nenhuma outra possibilidade de uso do verbo referido. Já para Cunha & Cintra (2001) e Houaiss (2004), é apresentada uma outra possibilidade. Para os primeiros, na linguagem coloquial no Brasil, *assistir* ocorre preferencialmente com objeto direto. Para o segundo, até pessoas cultas utilizam o verbo *assistir* com sentido de *ver* acompanhado por objeto direto, o que é condenado pela maioria dos gramáticos tradicionais.

Por esse motivo, houve um interesse em estudar este fenômeno e observar quais fatores podem condicionar seus possíveis usos. Acredita-se que este estudo é relevante para uma reflexão a respeito do ensino de regência verbal vinculado ao uso real da língua.

Este trabalho tem como base a teoria sociolinguística

laboviana e alguns fatores utilizados para analisar os dados são característicos da teoria funcional-discursiva. Os dados são referentes à língua escrita e à língua falada do português do Brasil no século XX. Para obter dados de língua falada, foram considerados os *corpora* do NURC e do PEUL, enquanto que para obter dados de língua escrita, foram considerados o *corpus* VARPORT e edições do Jornal do Brasil a partir de 29/03/2006. O VARPORT é composto de anúncios, editoriais e notícias do português do Brasil e do português europeu no que diz respeito à língua escrita. Foram encontrados dados apenas em um anúncio e em uma notícia referentes ao português do Brasil no século XX. Esses textos se encontravam no VARPORT e foram retirados do Jornal O Globo. No Jornal do Brasil, além desses gêneros, também foram consultadas colunas e crônicas. O total de dados foi 214, sendo 196 referentes à fala e 18 referentes à escrita. Eles estão distribuídos da seguinte maneira: das décadas de 70/80, 127 dados são do NURC e 35 são do PEUL e das décadas de 90/2000, 21 são do NURC e 13 são do PEUL. Na escrita, 12 dados são do Jornal do Brasil, 2 são do O Globo, 3 são do O Dia e 1 é do O Extra.

No que se refere aos gêneros textuais, nos anúncios, todos os dados são com a regência padrão; enquanto que, nas notícias, 11% representam a regência não-padrão; nos editoriais, 25% mostram a regência não-padrão; nas colunas, 50% são com a regência não-padrão; nas crônicas, todas as ocorrências ilustram a regência padrão e nas entrevistas, 91% representam a regência padrão. No que se refere à posição do objeto, quando ele está posposto ao verbo, de um modo geral, há um uso maior da regência padrão do que quando o objeto está anteposto ao verbo. No que tange à modalidade linguística, pôde-se perceber que há uma gramática da fala diferente da gramática da escrita, pois o que é observado na fala é exatamente o oposto ao que é observado na escrita. Na escrita, há um uso muito grande de objeto indireto (83%) e apenas 17% de objeto direto. Já na fala, há um uso quase categórico de objeto direto (91%). Provavelmente, é possível dizer que se está passando por um processo de mudança, já que na fala praticamente só se usa objeto direto. No que tange ao tipo de jornal, como era de se esperar, nos jornais destinados a um público mais elitizado, isto é, Jornal do Brasil e O Globo, houve um número ligeiramente maior do verbo *assistir* com a regência padrão (86%), enquanto que nos jornais destinados a um público menos elitizado, isto é, Extra e O Dia, o percentual é de 75%. Foi feito um estudo em tempo real, em que foram comparados falantes sem nível superior (PEUL) e com nível superior (NURC) nas décadas de 70/80 e 90/2000. Com o tempo, tanto nos dados do PEUL como nos dados do NURC, percebeu-se um aumento na frequência de uso de objeto direto como complemento do verbo *assistir*. Tanto numa época como na outra, os valores referentes ao PEUL são maiores que os do NURC, sugerindo que, primeiramente, começou-se a usar objeto direto nessa situação entre os falantes sem nível superior para, posteriormente, atingir os falantes com nível superior. Trataria-se, provavelmente, de uma mudança de baixo para cima. Ao se fazer um estudo em tempo real, comparando-se a década de 70 e a década de 90 quanto ao comportamento de falantes com nível superior (NURC), observou-se que, através do tempo, as faixas II e III, isto é, os menos jovens, mantiveram o mesmo comportamento e os mais jovens mudaram consideravelmente seu comportamento. Ao se fazer um estudo em tempo aparente, comparando-se falantes sem nível superior (PEUL) e com nível superior (NURC) nas décadas de 70/80, observou-se que há uma variação



estável referente ao uso da regência não-padrão. No PEUL, o comportamento dos falantes independe da faixa etária e no NURC, depende.

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 35. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1994.
- CALLOU, D. Da história social à história lingüística: o Rio de Janeiro no século XIX. In: ALKMIM (Org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol.III: Novos estudos. São Paulo: FLP/USP, 2002
- CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1969.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. [1ª reimpressão com alterações]
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Mini dicionário Luft*. 2. ed. São Paulo: Ática - Scipione, 1991.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1963.

## A linguagem do meio ambiente numa perspectiva sistêmico-funcional

Maria Auxiliadora Vieira de Lima Arsiolli

dora.tls@terra.com.br  
PUC - São Paulo

O presente estudo tem como fundamentação teórica a Gramática Sistêmico-Funcional<sup>1</sup> de Halliday (1994, 2004), que vê a língua como um sistema semiótico em que cada escolha feita no sistema adquire seu significado em relação a outras escolhas que poderiam ter sido feitas. É a GSF concebendo a linguagem sob a perspectiva sociosemiótica (HALLIDAY, 2004). Do ponto de vista social, a linguagem é vista como um sistema de significados e sua relação com a estrutura social. Do ponto de vista semiótico, “um sistema de codificação convencionalizado, organizado, como um conjunto de escolhas” (EGGINS, 1994, p. 3).

A partir dessa abordagem, concentrarei minha análise na perspectiva ideacional, ou seja, quais escolhas os sujeitos desse *corpus* fazem para construir significados na questão relacionada à representação da realidade (transitividade); siga as propostas de Eggins (1994) e Thompson (1996, 2006). A realização dessas representações ocorre através do sistema de transitividade, que implica na escolha de processos (elementos verbais) e seus argumentos (EGGINS, 1994). Esse sistema, segundo Halliday, é a mais forte expressão da experiência, uma vez que o falante constrói seu mundo por meio de um número variável de processos a sua escolha. Procuraremos, nessa pesquisa, expor as motivações para as escolhas no sistema de transitividade realizadas nas teses e

dissertações sobre o meio ambiente.

Os estudos de Thompson (1998, 2006) conseguem explicar a repetição de determinadas estruturas de transitividade em um texto. Para o autor, as escolhas parecem sustentar umas às outras, ajudando a consolidar um tom<sup>2</sup>, *tone*, que percorre todo o texto. Procuramos levantar os processos mais frequentes e quais personagens realizam os participantes em cada processo, a fim de analisar as funções realizadas. Este trabalho tem como base de investigação um *corpus* formado por cinco dissertações de mestrado e cinco teses de doutorado disponíveis *on-line* no site <www.universia.com.br>, bem como por teses e dissertações de contato pessoal, que nos foram enviadas por *e-mail*, colaborando com nossa pesquisa. O site da Universia disponibiliza dissertações e teses em formato PDF, via internet, a qualquer pessoa que o acesse. Há 958 universidades cadastradas. Nossa preocupação consistiu em coletar amostras de textos escritos em português brasileiro, com questões relacionadas ao meio ambiente, que datam de um período máximo de dez anos, de 1996 a 2006, coleta essa que se deu no segundo semestre de 2006. Os dados totalizam aproximadamente 4 milhões de palavras. Tais textos foram baixados e transformados em formato TXT para serem trabalhados com a ferramenta computacional *WordSmith tools* 4.0 (SCOTT, 2004). Este programa engloba várias ferramentas. Nesta pesquisa utilizamos o *Concordance* e *Word list*. O *Word list* nos permite listar o léxico para observarmos palavras de relevância, já a ferramenta *Concordance* permite observar uma ou mais palavras no seu contexto de ocorrência, sendo que o horizonte de estudo é definido pelo pesquisador, utilizando o próprio *corpus*, que nos permite listar o léxico para observarmos palavras de relevância e analisar uma ou mais palavras no seu contexto de ocorrências.

Apresentaremos um estudo preliminar da metafunção ideacional, trabalhando com as palavras-chave que correspondem aos participantes do discurso (de quem se fala) e às ações a ele relacionadas (o que fazem).

A proposta de análise a partir da metafunção ideacional nos permitirá compreender como se dá o processo de significação na linguagem acadêmica relacionada com o meio ambiente e como essa linguagem constrói significados relevantes, assim como nos permitirá demonstrar que a linguagem é usada para moldar significados, valores e crenças, servindo a importantes propósitos sociais, haja visto que o texto, na abordagem hallidiana, é considerado representação de uma determinada realidade, refletindo nossas experiências de mundo.

<sup>1</sup> Doravante GSF.<sup>2</sup> Thompson utiliza este termo aqui no sentido de “algo que percorre o texto” (1998, p. 30).

EGGINS, S. *An introduction to systemic functional grammar*. Printer Publishers, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2nd ed. Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. Edward Arnold, 2004.

SCOTT, M. *WordSmith tools*. 2004.

THOMPSON, G. *Introducing functional grammar*. Edward Arnold, 1996.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### O uso do hipertexto como recurso pedagógico em escolas da rede privada de ensino de Belo Horizonte

Robsonia Ribeiro de Sá

robsoniasa@yahoo.com  
CEFET - Minas Gerais

Nos últimos anos observa-se um número crescente de estudos que têm investigado formas de maior interação nas salas de aula. O uso do hipertexto nas escolas tem sido reconhecido como prática de grande valor nessa interação na relação ensino/aprendizagem.

A utilização dessa nova modalidade de ensino permitirá ao aluno possibilidades de escolhas múltiplas, que seriam impossíveis nos ambientes tradicionais. No entanto, Silva (2000) acredita que uma sala de aula *inforrica*, ou seja, uma sala equipada com vários recursos de mídia, não carrega em si a garantia de sucesso de aprendizagem. Será, pois, a interação professor/tecnologia/aluno a responsável pelo bom desempenho do processo. Faz-se, então, urgente e necessário encontrar formas eficientes que permitam aos usuários interagir com sistemas de informação, sem que eles fiquem sobrecarregados e sem que percam seu foco de atenção. A sobrecarga de informação contida no hipertexto poderia facilmente causar no aluno o que Marcuschi (2000) chama de *stress cognitivo*.

A partir da relevância apresentada pelo estudo de diversos autores sobre as relações de hipertexto e ensino, este trabalho compartilha da visão de que o uso do texto digital pode ser vantajoso para a relação ensino/aprendizagem; todavia, objetivando uma boa aplicação desse novo recurso pedagógico, observa a necessidade de avaliação constante do uso do hipertexto em sala de aula.

Silva (2000) cita Lèvy, que sustenta que devemos “aprender com o movimento contemporâneo das técnicas”. Tal movimento, inserido nas buscas por melhores resultados para o ensino/aprendizado, pode ter, no hipertexto, um grande aliado. Aprender com o movimento contemporâneo das técnicas é, no entanto, um dos mais recentes desafios do professor, que deverá aprender a adequar à nova situação as práticas interativas que proporcionem ao aluno uma proveitosa relação com o novo ambiente de aprendizagem, que se configura, também, como um novo ambiente comunicacional. O uso do texto digital nas escolas requer, portanto, reflexões sobre o papel do professor e de sua postura diante desse novo ambiente. A não-observância desse fator permitirá ao aluno entrar em um universo de informação sem formas adequadas de usá-lo, uma vez que sabemos que não é a quantidade de dados a serem acionados que permitirá um bom aprendizado, mas sim um bom gerenciamento desses mesmos dados. É importante, também, que a atenção esteja voltada para as novas formas de avaliação que o novo recurso pedagógico exige.

A pressão de uma sociedade em que o volume de informação, tecnológica ou não, é cada vez maior, faz com que as escolas se apressem em afirmar que se utilizam dos mais modernos recursos pedagógicos em seu currículo escolar, especialmente as escolas da rede particular de ensino, em que as exigências de tais práticas são maiores, em razão de o público que a freqüente estar inserido em um ambiente onde informação e tecnologia são práticas usuais. Todavia tem sido possível observar que, embora muitos professores afirmem utilizar

o hipertexto como prática corrente, muitos deles o têm utilizado apenas como um texto impresso convencional que, casualmente, utiliza o computador como veículo ou como um mero suporte de produção textual, sem que se obtivesse dele as inúmeras possibilidades de auxílio no aprendizado do aluno.

Considerando o hipertexto como um aliado às práticas de ensino e aprendizado, este trabalho visa a investigar se professores de escolas da rede privada de ensino de Belo Horizonte utilizam o hipertexto de maneira eficiente, de modo a possibilitar ao aluno uma boa interação nesse processo, e se aqueles o utilizam de forma capaz de contribuir com a interação deste com outros espaços sociais, mediados pelo computador, que lhe possam favorecer elementos capazes de estimular-lhe o pensamento crítico.

A pesquisa privilegiará o hipertexto unicamente em sua forma digital e versará sobre sua aplicabilidade apenas nas escolas particulares. Os dados analisados foram coletados através de pesquisa de campo com uso do hipertexto em escolas que já utilizam a informática como ferramenta de ensino por um período igual ou superior a dois anos. As formas de interação entre aluno, tecnologia e professor também foram averiguadas, como também será observada a postura do professor diante desta nova modalidade de ensino. Os dados desta pesquisa poderão contribuir na formação de massa crítica para a compreensão de como o hipertexto está sendo utilizado em escolas brasileiras, possibilitando sugestões para currículos de formação de professores que pretendam utilizar ou que já fazem uso dessa tecnologia aplicada ao ensino.

COSCARELLI, C. Da leitura do hipertexto: um diálogo com Rouet et alii. In: ARAÚJO, J. C.; RODRIGUES, B. (Org.). *Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

COSCARELLI, C.; RIBEIRO, A. E. (Org.) *Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto de tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e Gêneros Digitais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

\_\_\_\_\_. O hipertexto como novo espaço de escrita na sala de aula. In: AZEVEDO, J. (Org.). *Língua Portuguesa em Debate*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, M. *Sala de Aula Interativa*. Rio de Janeiro: Quarter, 2000.

### Projeto e-Labore: a relevância da construção de um corpus da linguagem infantil escrita

Leonardo Silva de Almeida  
sion701@gmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

Thaís Cristófar-Silva  
Raquel Márcia Fontes Martins  
Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães

O Projeto e-Labore tem como objetivo central construir e disponibilizar para a comunidade científica um banco de dados de material escrito por crianças e pré-adolescentes





de 6 a 12 anos, falantes do português brasileiro. Essa faixa etária foi selecionada pois compreende o início da aquisição-aprendizado da escrita, a fixação e utilização do código escrito (LABOV, 1964).

O *corpus* do projeto e-Labore é construído através da coleta e digitação de redações de crianças e pré-adolescentes que cursam da 1<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> série do ensino fundamental, oriundos de escolas públicas e particulares da cidade de Belo Horizonte. O e-Labore conta com a colaboração de cerca de 15 alunos de graduação que são responsáveis por contatar as escolas, apresentar o projeto, instruir professores, coletar e digitar redações. No processo de digitação são apontados os desvios ortográficos cometidos pelos alunos. Sendo assim, como resultado da construção do *corpus* tem-se não só uma lista de palavras e suas respectivas frequências de ocorrência, mas também, um levantamento dos erros ortográficos observados na produção escrita dos alunos.

O projeto pretende realizar três coletas de redações: uma piloto e duas completas. A coleta piloto, de menor escala, já foi realizada e, atualmente, todas as redações dessa coleta já foram digitadas. Na coleta piloto, a equipe do projeto coletou 1.952 redações em 67 turmas de 1<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> série, bem como digitalizou e digitou tais redações. Atualmente, o *corpus* é formado por 11.415 palavras distintas, que se repetem em um total de 207.459 palavras. Espera-se que, ao final das três coletas, o *corpus* do e-Labore atinja cerca de 1,5 milhão de palavras.

O principal objetivo do Projeto e-Labore é possibilitar o conhecimento efetivo do léxico escrito de crianças e pré-adolescentes. A importância do conhecimento do léxico no aprendizado da leitura e da escrita é apontada em Bybee (1982) e Ellis (2002). Tais estudos indicam a relevância e pertinência do presente projeto. Portanto, o projeto pretende disponibilizar recursos importantes relacionados à linguagem escrita infantil, os quais podem oferecer contribuições para a investigação dos problemas atestados no processo de aquisição da escrita pelas crianças em idade escolar.

A iniciativa de se produzir um *corpus* escrito do português brasileiro infantil partiu, essencialmente, da observação da falta de *corpora* representativos nessa área. *Corpora* extraídos de livros didáticos elaborados para crianças são apresentados em Pinheiro (1996) e Pinheiro e Aluísio (2003). Tais *corpora* são utilizados em pesquisas de aquisição da linguagem, contudo, eles não refletem diretamente a linguagem infantil, uma vez que são produções textuais formuladas por adultos. Há, também, um dicionário ilustrado elaborado para crianças a partir de estudo de *corpora* (BIDERMAN, 2005). Contudo, os *corpora* utilizados na construção desse dicionário são também produções textuais de adulto.

Neste trabalho, será apresentada uma comparação de dois dos principais *corpora* do português brasileiro, o *NILC* (PINHEIRO; ALUÍSIO, 2003) e o *Banco do Português* (SARDINHA, 2003), com o *corpus* do e-Labore. Serão utilizadas nesta comparação as listas das palavras e suas respectivas frequências de ocorrência nos três *corpora*. Ao comparar os *corpora*, percebe-se que os dados oriundos do NILC e do Banco do Português refletem uma linguagem típica de uma fase adulta da escrita. Por outro lado, o *corpus* do e-Labore apresenta particularidades típicas da linguagem infantil. Ou seja, os resultados que apresentamos indicam diferenças importantes entre a linguagem escrita do adulto e a das crianças. Este resultado é importante uma vez que permite a discussão de como falantes organizam a língua compartilhada numa mesma comunidade de fala, pelo menos em relação ao conhecimento lexical. Implicações para

teorias lingüísticas são discutidas na expectativa de avaliar a organização do conhecimento lingüístico em geral.

BIDERMAN, M. T. C. *Dicionário Ilustrado do Português*. Ática, 2005.

BYBEE, J.; SLOBIN, D. Rules and schemas in the development and use of the English past tense. *Language*, 58, p. 265-89, p.1982.

ELLIS, N. C. Frequency effects in language processing: a review with implications for theories of implicit and explicit language acquisition. *SSLA*, Cambridge, 24, p. 143-188, 2002.

LABOV, W. Stages in the acquisition of standard English. In: SHUY, Roger (Ed.). *Social Dialects and Language Learning*. Champaign: NCTE, 1964. p. 77-103.

PINHEIRO, Á. M. V. *Leitura e escrita: contagem de frequência de ocorrência e análise psicolingüística de palavras expostas a crianças na faixa pré-escolar e séries iniciais do 1o grau*. São Paulo: Associação Brasileira de Dislexia, 1996.

PINHEIRO, G. M.; ALUÍSIO, S. M. *Corpus NILC: descrição e análise crítica com vistas ao projeto Lacio-Web*. NILC-TR-03-03, 2003.

SARDINHA, T. B. The bank of Portuguese. *Direct Papers*, 50, 2003.

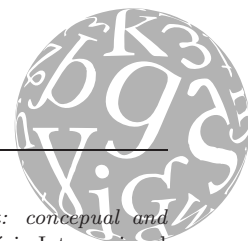
### 3.6.3 Mesas-redondas

#### Lingüística de corpus e história da língua portuguesa: propostas, resultados e desafios.

Esta sessão enfoca alguns desafios atuais da pesquisa em Lingüística de Corpus, na sua vertente dedicada à História das Línguas – focalizando, particularmente, a experiência do trabalho com textos históricos da língua portuguesa em meio eletrônico.

A perspectiva histórica sobre a Língua Portuguesa vem alcançando importância central nas últimas décadas, com a retomada do interesse pelo olhar diacrônico e a renovação da relevância teórica dos estudos da mudança lingüística em diferentes quadros (MATTOS e SILVA 1988; KATO; ROBERTS, 1993; CASTILHO, 1998) – um processo que trouxe, como consequência, a intensificação do trabalho com textos antigos no Brasil (MEGALE; CAMBRAIA, 1999). Para algumas pesquisas realizadas a partir da década de 1990, a junção dos estudos diacrônicos com a prática de edição de textos passa a conferir centralidade para um terceiro campo: a Lingüística de Corpus, compreendida como o trabalho com o dado de língua em meio eletrônico.

Uma questão central se coloca para este trabalho com textos antigos como fundamentos para estudos lingüísticos no meio eletrônico: a busca por uma abordagem global do texto, em termos conceituais e tecnológicos, que se reflita numa integração entre diferentes planos de análise (PAIXÃO DE SOUSA, 2006). De fato, os estudos históricos realizados com base em textos antigos dependem, antes de tudo, da garantia da fidelidade às formas originais dos textos – sendo este o pilar de sustentação que qualquer estudo lingüístico, em qualquer quadro teórico, deve pressupor. Entretanto, no caso dos *corpora* eletrônicos, esse pressuposto fundamental precisa ser integrado com requerimentos impostos pela vertente computacional e lingüística dos estudos – tais



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

sejam: a necessidade de quantidade, agilidade e automação no trabalho estatístico de seleção de dados.

Temos defendido que a conjunção dessas vertentes configura o principal desafio do trabalho de edição especializada e análise lingüística de textos antigos no meio eletrônico (PAIXÃO DE SOUSA, 2005).

Apresentaremos, nesta sessão, alguns caminhos que já se mostram promissores na exploração da fronteira da pesquisa representada pela união das esferas da edição de textos, lingüística de corpus e lingüística diacrônica. Discutiremos a interação entre essas três práticas a partir do relato de nossa experiência na construção de um corpus eletrônico, o “*Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe*” ([www.ime.usp.br/~tycho/corpus](http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus)), formado por textos escritos por autores portugueses nascidos entre os séculos 16 e 19.

As apresentações resumem as propostas iniciais, os desafios e os resultados do processo de trabalho com esses textos. A primeira apresentação remete à etapa de transcrição e edição, mostrando soluções técnicas para a edição especializada de textos antigos em meio eletrônico. A segunda apresentação remete à etapa de análise da morfologia, detalhando o sistema de análise automática de classes de palavras aplicado aos textos editados conforme a técnica anteriormente apresentada. Finalmente, a terceira apresentação discute os desafios colocados pela etapa seguinte: a análise automática da sintaxe dos textos.

Este processo de trabalho com os textos fundamenta-se na aplicação de tecnologias de anotação eletrônica de textos (particularmente, a Linguagem de Marcação Extensível, ou XML (W3C, 1997; TRIPPEL; PAIXÃO DE SOUSA, 2006)) aos procedimentos tradicionalmente seguidos pelas edições especializadas. A conjunção destes dois campos representa uma experiência interessante para o desenvolvimento do meio eletrônico como instrumento para diferentes campos que tomam o texto como objeto de estudo. Acreditamos que o trabalho de codificação das diferentes camadas de informação em um texto (de sua organização gráfica a sua estrutura lingüística) pode abrir novos caminhos para a abordagem do Texto como “um sistema de raízes que pode ser escavado nele próprio” (CARVALHO, 2003) – contribuindo, desta forma, na exploração das fronteiras de pesquisa delineadas pela união entre a Lingüística de Corpus e o estudo Histórico das Línguas.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. A Filologia e seu Objeto: Diferentes perspectivas de estudo. *Philologus - Revista do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos*, ano 9, n. 26, Rio de Janeiro, 2003.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. “Para a história do português brasileiro”. São Paulo: Humanitas, 1998. Vol I: Primeiras idéias.

IDE, Nancy; ROMARY, Laurent. *XML Support for Annotated Language Resources*. Comunicação a Linguistic Exploration: Workshop on Web-Based Language Documentation and Description. Dec 12 - Dec 15, 2000, University of Pennsylvania.

KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem Diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. D.E.L.T.A., 4.1: 85-113. São Paulo, 1988.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia Portuguesa no Brasil. D.E.L.T.A., vol. 15, número especial: 1: 22. São Paulo, 1999.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Memórias do Texto*. Revista Texto Digital, ISSN 1807-9288, ano 2 n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.textodigital.ufsc.br/num02/paixao.htm>. 2005.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Hypertext: conceptual and methodological frontiers*. Comunicação ao Seminário Internacional Literaturas: del Texto al Hipertexto. Faculdade de Filología, Universidade Complutense de Madrid. Madri, 22 de Setembro, 2006.

TRIPPEL, Thorsten; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. “Metadata and XML standards at work: a corpus repository of Historical Portuguese texts”. *Papers from the V International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2006)*. W3C. “Extensible Markup Language”. Disponível em: <http://www.w3.org/XML/>. 1997.

### O sistema de anotação de edição em um corpus eletrônico do português: controle de variantes e geração de versões paralelas

Maria Clara Paixão de Sousa

[mariaclara.ps@gmail.com](mailto:mariaclara.ps@gmail.com)

Universidade Estadual de Campinas

#### Introdução

O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (<http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>) passa, desde 2005, por um processo de reestruturação, cujo cerne tem sido a aplicação de tecnologias de texto estandarizadas para a construção de documentos eletrônicos (Cf. IDE; ROMARY, 2000). Diferentes fatores motivaram a reestruturação, destacando-se entre eles a necessidade de aprofundarmos e sofisticarmos a qualidade filológica do material disponível no Corpus, passando a trabalhar com documentos originais de época, cuja transposição para o formato eletrônico envolve desafios técnicos importantes. Com isso, o trabalho com os textos do Corpus passou a ser feito em dois módulos: o Módulo de Preparação e o Módulo de Análise Lingüística Automática.

Esta apresentação se ocupa centralmente do Módulo de Preparação, que envolve as tarefas de transcrição do texto; anotação de estruturas; apresentação do texto processado. Resumimos a seguir cada etapa deste processo, mostrando as técnicas ali utilizadas (para uma visão detalhada e global do sistema, Cf. PAIXÃO DE SOUSA, 2006).

1. Transcrição dos textos e Anotação de sua estrutura gráfica Na etapa de transcrição dos textos, já se destacam para o processo de trabalho as singularidades técnicas do meio eletrônico. Ao se transcrever ou digitalizar um texto – ou seja: na passagem do meio físico para o meio digital – está-se alterando substantivamente o *sistema de codificação da informação, de visual para computacional-matemático*. Esta passagem encerra grande potencial de perda de informações, em detrimento da fidedignidade ao texto original, se realizada de forma não-sistemática. Em textos manuscritos ou impressos, a seqüência de caracteres que forma o texto, bem como diversas informações estruturais importantes (por exemplo, a paragrafação), são codificadas de modo direto e visual. Em textos processados eletronicamente, essas informações são codificadas indiretamente, por programas de processamento de texto.

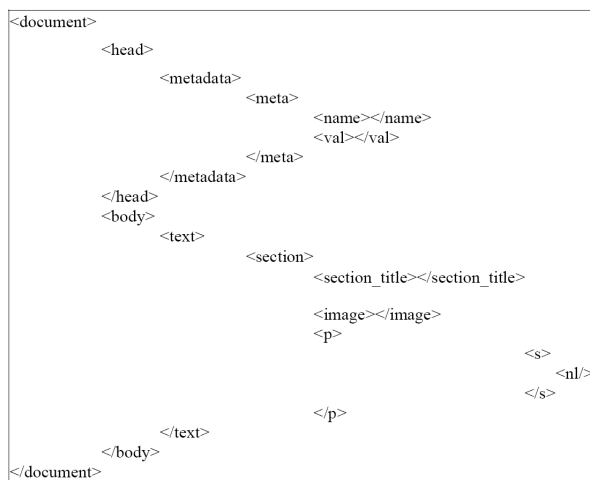
Na produção de textos em meio eletrônico com finalidades específicas (por exemplo, na construção de corpora de língua), é recomendável fazer uso de um processamento con-



trolado, que permita a codificação de uma grande variedade de informações, de modo confiável e transportável.

No processamento eletrônico de textos, as estruturas precisam ser anotadas em alguma linguagem de anotação, e depois "traduzidas" ou "lidas" por uma programação que gera a apresentação final do texto. No Corpus, estamos usando a linguagem de anotação "XML", ou Linguagem de Marcação Extensível (*eXtensible Markup language*, Cf. W3C, 1997). Os documentos são anotados fundamentalmente conforme o seguinte exemplo:

(Diagrama 1)



## 2. Anotação de edição

Em seguida à etapa de transcrição e anotação das estruturas gráficas, os textos passam pelo processo de edição (tomando aqui o termo "edição" no sentido mais estrito, de *interferência interpretativa* em relação ao texto original). Incluem-se, neste plano, diferentes graus de interferências de edição – das mais restritas, próprias das edições paleográficas (desdobramento de abreviaturas; decisões de leitura), às mais amplas, próprias das edições modernizadas (atualização de grafia).

Em termos substantivos, seguimos as normas estabelecidas para as edições filológicas em geral. Entretanto, neste âmbito das interferências no texto há uma singularidade crucial do trabalho de edição eletrônica: este sistema explora as possibilidades próprias do suporte informático de modo a permitir a manutenção do texto original no mesmo plano em que se realizam as interferências editoriais. Assim, o documento eletrônico usado pelo editor contém todas as informações de transcrição e de edição, devidamente codificadas, de forma a garantir a integridade do texto transcrito do início ao fim do processo. É esta a característica que confere controle e confiabilidade às edições eletrônicas aqui desenvolvidas.

Além de codificar as estruturas de texto (parágrafo, sentenças), a linguagem XML permite adicionar informações ao texto transcrito, e anotá-las da mesma forma. Nos textos do Corpus, adicionamos fundamentalmente informações de três tipos:

1. meta-informações: informações sobre o texto (autor, data, créditos, fonte, etc.).
2. comentários do editor: características do texto original, decisões de leitura, etc.
3. modificações: no caso de edições interpretativas, por exem-

plo, itens com grafia modernizada.

Tomando por base a estrutura básica dos textos, inserimos em seguida informações adicionais, como:

(1) Comentários do editor - decisões de leitura. Anotação:  
<ed\_mark\$>\$comentário (exemplo - "borrado")  
</ed\_mark>

(2) Expansão de abreviaturas. Anotação:  
<v><ed>termo editado </ed><or>termo original  
</or></v>

Isso resulta em um documento que será transformado, na etapa seguinte, em uma versão do tipo *edição semi-diplomática*. Em seguida, adicionamos mais uma camada de edição:

(3) Modernização de grafias. Anotação:  
<v><ed\_2>termo editado </ed\_2><or>termo original  
</or></v>

Isso resulta em um documento a partir do qual, além da apresentação semi-diplomática, pode ser gerada uma apresentação modernizada. Na seção a seguir, veremos como essas seguidas camadas de anotação podem aparecer em diferentes apresentações do documento.

## 3. Transformação (geração de versões)

O último passo do processo de preparação é a *transformação* dos documentos XML nos documentos finais – ou seja, a geração de versões a partir da anotação básica. A transformação é feita por meio de um programa capaz de ler as estruturas anotadas em XML e trabalhá-las conforme desejado. No Corpus, usamos um programa aberto e gratuito (Cf. SAXON). Para configurar as transformações, é preciso utilizar uma linguagem de programação, a Linguagem de Folhas de Estilo Extensível ou XSLT (*eXtensible Stylesheet Language for Transformation*). Sua sintaxe básica segue os mesmos princípios do XML (por exemplo, quanto ao encaixamento); as programações se ativam a partir da leitura da árvore (chamada X-path, o "caminho X") formada no documento-base (Cf. Diagrama 1). Cada programação corresponde a uma *Folha de Estilos para Transformação* (um documento .xsl).

Os comandos de programação XSLT permitem:

1. acrescentar estruturas ao documento XML original, por exemplo informações repetitivas que seriam trabalhosas de adicionar manualmente.
2. selecionar nódulos da árvore do XML original. Por exemplo, pode-se "chamar" apenas as estruturas de cabeçalho, gerando um documento de ficha catalográfica, sem o corpo do texto.
3. reordenar nódulos da árvore do XML original. Por exemplo, pode-se "chamar" as estruturas de cabeçalho depois das estruturas do corpo de texto, gerando um documento "inverso" ao documento de base.
4. formatar elementos do documento XML original, acrescentando estruturas de HTML clássicas (tamanho de fonte, cores, etc.).

A transformação é, portanto, a etapa na qual se obtém a apresentação final, como resultado de todo o processo de anotação.

Este sistema se fundamenta no processo integral e controlado de interferências editoriais apresentado na parte anterior. A partir daquele documento "de base", no qual o editor registrou controladamente todo o processo, da transcrição à modernização da grafia, é possível "extrair" diferentes formas de apresentação final do texto, sem que para isto seja necessário realizar qualquer alteração no documento integral. Esta extração ou *geração de versões* para apresentação é realizada com grande agilidade, através de uma programação



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

computacional simples; o processo pode, assim, ser repetido quantas vezes for necessário (o que permite, fundamentalmente, que se absorvam eventuais alterações ou correções na transcrição ou na edição do original).

Com base em uma das versões geradas neste sistema – a versão modernizada, com texto simples sem formatação –, o sistema de trabalho no Corpus prossegue para a etapa seguinte, o Módulo de Análise Lingüística Automática, constituído pela Anotação Morfológica e pela Anotação Sintática.

IDE, Nancy; ROMARY, Laurent. “XML Support for Annotated Language Resources”. *Linguistic Exploration: Workshop on Web-Based Language Documentation and Description*. Dec 12 - Dec 15, 2000, University of Pennsylvania.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. “Edições Críticas Eletrônicas: Fundamentos e Diretrizes”. Disponível em: <[www.ime.usp.br/tycho/participants/psousa/memorias/critical\\_hyper/ece.html](http://www.ime.usp.br/tycho/participants/psousa/memorias/critical_hyper/ece.html)>. 2006.

SAXON. Disponível em: <<http://saxon.sourceforge.net/>>.

W3C. “Extensible Markup Language”. Disponível em: <<http://www.w3.org/XML>>. 1997.

### O sistema de anotação morfológica em um corpus eletrônico do português: precisão e eficiência na busca e seleção de dados.

Cristiane Namiuti Temponi

cristianenamiuti@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas

Para que a ambição de “mapear” as mudanças sintáticas ocorridas ao longo da história do português, desde os finais da idade média até o século XIX, se torne possível sem se gastar longos anos, é necessário ligar a pesquisa à tecnologia. Foi com este espírito que, inspirado no corpus parseado do Inglês Médio (*Penn-Helsinki Parsed Corpus of Middle English* (PPCME)), o projeto temático *Padrões Rítmicos Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística*<sup>1</sup> (PRFPML) teve como um de seus objetivos principais a construção de um corpus anotado do português histórico – o *Corpus Tycho Brahe* (CTB).

O CTB é um corpus anotado do português que disponibiliza seus textos em formato ortograficamente transcrito e morfológicamente etiquetado e está atualmente investindo em um analisador sintático para os textos Medievais e Clássicos.

Os textos analisados morfo-sintaticamente permitem uma pesquisa lingüística mais precisa e rápida com recuperação instantânea de informações nos textos analisados.

Segundo a metodologia proposta no PPCME, a etiquetagem morfológica dos textos constitui o primeiro passo do processo de anotação, servindo de base para a codificação sintática subsequente. Contudo, é importante ressaltar que os textos automaticamente etiquetados são disponibilizados independentemente, uma vez que já contém por si informações relevantes para estudos da língua.

Este trabalho visa divulgar este sistema de anotação morfológica bem como as possibilidades de busca automática de dados.

1. O Etiquetador morfosintático: (precisão de 95,43%). De-

envolvido para o projeto PRFPML pelo Professor Dr. Marcelo Finger no ano de 1999, no departamento de Ciência da Computação - IME/USP.

O *etiquetador morfosintático* de Finger é baseado no algoritmo de aprendizado supervisionado de Eric Brill (1995) (*método simbólico*) combinado a um algoritmo de refinamento.

1.1. Método de etiquetagem do CTB: *Aprendizado computacional supervisionado*

*Aprendizado supervisionado*: A tarefa do aprendizado supervisionado é encontrar, a partir de exemplos e conhecimento prévio do domínio, uma descrição satisfatória de um conceito. Não é possível, na maioria dos casos, obter a descrição matematicamente completa do conceito, pois os conjuntos reais são muito grandes, o que se obtém é uma hipótese que aproxima o contexto.

Para que o etiquetador atribua a uma palavra a categoria certa naquele contexto, é preciso ter um número suficiente de exemplos. O que significa dizer que é preciso um número suficiente de sentenças anotadas manualmente para seu treinamento (H.B anotou manualmente 21.000 palavras do CTB para treinar o etiquetador, os primeiros outputs foram corrigidos e reutilizados em seu treinamento).

O surpreendente é que mesmo sem uma definição matematicamente completa, o método de aprendizagem a partir de hipóteses conduz a resultados bastante satisfatórios.

1.2. Projeto das Etiquetas - *Etiquetas Conjugadas vs. Etiquetas Simples*

Com o objetivo de capturar um pouco mais da morfologia rica do português, foi proposta a utilização de etiquetas conjugadas, e não monolíticas como as do *Penn Treebank Wall Street Journal Corpus* (utilizado por Brill em parte dos seus experimentos).

Padrão das etiquetas compostas do CTB – D-UM-F-P – etiqueta que representa o artigo indefinido, feminino no plural (*umas*). (O conjunto de etiquetas está descrito em <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus/manual/>: são 176 etiquetas, sendo 36 núcleos.).

#### Corpus WSJ Penn Treebank

Etiqueta	Classe Gramatical
CC	Conjunção coordenativa
DT	Determinante
EX	“there” existencial
FW	Palavra Estrangeira
JJ	Adjetivo
JS	Adjetivo Superlativo
MD	Modal

#### Corpus Tycho Brahe

Etiqueta	Classe Gramatical
ET	Verbo estar, infinitivo
VV-PP	Verbo, Particípio Passado
PRO\$-F-P	Pronome, possessivo, feminino, plural
ADJ-R	Adjetivo Comparativo/Consecutivo de Grau
Q	Quantificador
NUM	Numeral Cardinal
FW	Palavra Estrangeira



## 1.3. Processamento

O sistema recebe um texto de entrada e marca cada palavra deste contexto com uma etiqueta que descreve sua categoria morfo-sintática no formato  $\{palavra_i\}/\{etiqueta_i\}$ :

Entrada: *Senhor: Ofereço a Vossa Majestade as Reflexões sobre a vaidade dos homens*

Saída: *Senhor/NPR :/. Ofereço/VB-P a/P Vossa/PRO\$-F Majestade/NPR as/D-F-Reflexões/NPR-P sobre/P a/D-F vaidade/N dos/P+D-P homens/N-P*

## 2. Busca de dados em textos morfológicamente anotados: programando em perl:

A linguagem utilizada em todos os programas e scripts criados desde a preparação dos textos para a etiquetagem até a busca de dados é uma linguagem de programação conhecida como PERL (Practical Extraction and Report Language), criada por Larry Wall em 1987.

- Comandos PERL mais usados em buscas de dados:

(1) `perl -ne "print if (/o que deseja buscar/);" foo1.txt & foo2.txt`

(2) `perl -ne "print unless (/o que deseja buscar/);" foo1.txt & foo2.txt`

Buscam as informações indicadas pela *er* em arquivos de entrada (*foo1.txt*) e guarda-as em arquivos de saída (*foo2.txt*). A busca dos dados para a pesquisa se dá a partir do texto etiquetado através de *expressões regulares* (*er*) e comandos da linguagem de programação "perl".

(Cf. <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus/database/>)

(Cf. também <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus/utilities>)

A *er* é a chave dos comandos e "scripts" de busca, seu algoritmo. É ela que indica o dado a ser buscado nos textos do CTB. Contudo, são as etiquetas morfológicas as bases das *ers* que normalmente utilizamos para buscar nossos dados. A escrita da *er* segue uma sintaxe e um vocabulário específico – símbolos chamados de meta-caracteres – combinado com caracteres comuns presentes no texto do arquivo de entrada.

- Vejamos um exemplo de *er* criada para as pesquisas no âmbito deste projeto:

Um dos assuntos de interesse nos textos do corpus Tycho Brahe é a variação no uso de próclise e ênclise verbal dos pronomes clíticos.

Os pronomes clíticos no CTB são marcados pelas etiquetas /CL e /SE enquanto que os verbos são marcados com etiquetas específicas de acordo com o tipo (*ser* - /SR; *estar* - /ET, *ter* - /TR; *haver* - /HV e os outros verbos - /VB), com o tempo e o modo (/P – presente do indicativo; /SP – presente do subjuntivo; /D passado do indicativo; /SD passado do subjuntivo; /R futuro do indicativo; /SR futuro do subjuntivo; /RA – formas em "ra": passado perfeito). As duas *ers* a seguir indicam as seqüências "clítico-verbo" e "verbo-clítico":

1.

```
(/\(CL|SE [^\|]* \/(VB|TR|SR|HV|ET)
```

```
\-(S?|P|S?D|S?R|RA)/)
```

Que se traduz: a etiqueta /CL ou a etiqueta /SE (que marcam qualquer clítico ou o clítico se) seguida de vários caracteres diferentes de / (o que se interpreta como uma palavra) seguidos de uma etiqueta de verbo finito

2.

```
(/\(VB|TR|SR|HV|ET)\-(S?|P|S?D|S?R|RA)\+(CL|SE)/)
```

Indica as etiquetas de verbo finito com ênclise: /VB-P+CL, /VB-SP+SE e assim por diante.

3. Alguns dos resultados desse empreendimento tecnológico: Já buscamos automaticamente 26.620 dados com clíticos: 3.586 dados com o clítico pós verbal (Vcl, dados de ênclise), 21.386 dados com o clítico pré verbal (clV, dados de próclise) e 1.648 dados em que existe um elemento entre o clítico e o verbo (clXV, dados de interpolação). Criamos várias outras *ers*, escrevemos e adaptamos scripts para buscas de dados utilizados nas pesquisas baseadas no CTB (disponíveis na *homepage* do projeto temático: <http://www.ime.usp.br/~tycho/>).

Concluimos, portanto, que o avanço tecnológico que está sendo conquistado na Linguística de Corpus permite que as pesquisas alcancem a precisão e a agilidade, tão almejadas nas ciências da linguagem. Pois com o uso de ferramentas automáticas poder-se-á descrever e analisar com rapidez grandes corpora. Além de proporcionar a vantagem de os dados já estarem eletronicamente disponíveis, facilitando seu acesso.

BRILL, Eric. Transformation-Based Error-Driven Learning and Natural Language Processing: A Case Study in Part of Speech Tagging. *Computational Linguistics*. 21 (4): p. 543-565, 1995.

BRITO Helena; GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; AUGUSTO, Marina; SCHER, Ana Paula. Morphological annotation system for automated tagging of electronic textual corpora: from English to Romance Languages. Disponível em: [http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\\\_list.html](http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\_list.html). 1997.

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena. A construção do Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe: o sistema de anotação morfológica. [http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\\\_list.html](http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\_list.html). 1998.

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; FINGER, Marcelo. Computational and linguistic aspects of the construction of The Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese. Disponível em: [http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\\\_list.html](http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\_list.html). 1998.

FINGUER, Marcelo. Técnicas de otimização da precisão empregadas no etiquetador Tycho Brahe. [http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\\\_list.html](http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/compl\_list.html). 1999.

FINGUER, Marcelo. Etiquetagem Morfo-sintática: uma aplicação do aprendizado computacional ao processamento da linguagem. (inédito), (s/d).

NAMIUTI, Cristiane. O corpus anotado do português histórico: um avanço para as pesquisas em linguística histórica do português. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Ano 2, n. 3. Disponível em: [www.revelhp.cjb.net](http://www.revelhp.cjb.net). 2004.

### O sistema de anotação sintática em um corpus eletrônico do português: propostas e desafios

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante

silviare@gmail.com

Universidade Federal Fluminense

Este trabalho tem como objetivo apresentar o sistema de anotação sintática adotado para o *Corpus Tycho Brahe* bem como discutir os desafios inerentes ao processo de anotação sintática, tanto do ponto de vista lingüístico quanto do ponto de vista tecnológico. O processo de anotação



sintática consiste basicamente em duas fases: (1) a fase de anotação manual dos dados e (2) o treinamento do analisador sintático – o *parser*. O *parser* é um algoritmo que atribui uma determinada estrutura sintática às palavras de um texto etiquetado morfológicamente. A partir das etiquetas morfológicas, o *parser* constrói uma estrutura sintática, em forma de sintagmas e via de regra preserva as etiquetas morfológicas. Numa língua morfológicamente rica, como o português, as etiquetas recebem sub-etiquetas que indicam aspectos da morfologia, tais como flexão de número (plural), gênero (feminino) e os tempos e modos verbais (presente do indicativo, futuro do subjuntivo, etc.), entre outras (que, no futuro, poderão ser a marca de número e pessoa no verbo). Na primeira fase do Projeto, também se decidiu marcar as contrações por meio do sinal “+”, como por exemplo no caso de contração de preposição com determinante (P+D: “no”), ou no caso das ênclises (VB-P+SE: “vende-se”). Com base numa sentença etiquetada como (1a) a seguir, o *parser* produzirá uma sentença como (1b):

- (1) a. A/D-F menina/N-F viu/VB-D os/D-P meninos/D-P em/P casa/N  
 b. (IP-MAT (NP-SBJ (DP (D-F A)  
 (N-F menina)))  
 (VB-D viu)  
 (NP-ACC (DP (D-P os)  
 (N-P meninos)))  
 (PP (P em)  
 (N casa)))

Vê-se, como base nesta configuração, que o sistema de anotação sintática é uma árvore em parênteses etiquetados. Uma sentença declarativa é codificada como um IP-MAT, um “IP matriz”, ao passo que uma subordinada é codificada como um CP, que seleciona um IP-SUB, um “IP-subordinado”. Todos os sintagmas são diretamente ligados ao nó raiz: o sujeito (NP-SBJ), o verbo (VB-D), o objeto direto (NP-ACC) e o sintagma preposicional (PP), no caso de (1). Um determinante seguido de um nome projeta um sintagma determinante (DP): os/D-P meninos/D-P : (DP (D-P os) (N-P meninos)); uma preposição seguida de um nome projeta um sintagma preposicional (PP): em/P casa/N : (PP (P em) (N casa)). Não se projeta, entretanto, um sintagma verbal, como VP. Daí decorre que se vale de uma estrutura plana (“flat”) – adaptação da Teoria X-barra – em que todos os nós estão ligados ao IP-MAT.

As relações entre os nós da árvore são de dois tipos: dominância e precedência. Em (1b), o IP-MAT domina imediatamente os nós NP-SBJ, VB-D, NP-ACC e PP. O nó NP-SBJ precede imediatamente VB-D, e precede NP-ACC e PP (não imediatamente). As buscas são feitas com base nessas relações. Para estudar, por exemplo, a variação da ordem Sujeito-Verbo em sentenças matrizes, com sujeitos lexicais, deve-se escrever um comando de busca do tipo: IP-MAT domina imediatamente NP-SBJ e VB-\*. NP-SBJ domina imediatamente DP, e NP-SBJ precede VB-\*. Esse “comando” permite que se encontrem todas as sentenças com a ordem Sujeito-Verbo.

Essa ramificação tem por base a Teoria X-barra (Cf. HAEGEMAN, 1994; MIOTO *et al.*, 1999), sem ter como requisito ramificações binárias, mas sim eneárias, como vimos em (1b). Isso facilita as buscas que serão feitas no *corpus* anotado sintaticamente. Além disso, numa estrutura com ramificação binária típica da Teoria X-barra, como vemos em (2a) a seguir, são representados resultados de movimento,

as categorias vazias, que numa ramificação em que não projetamos o VP, tornam-se desnecessárias como em (2b):

- (2a) [IP Pedro<sub>i</sub> [I [I ama<sub>v</sub> [VP t<sub>i</sub> [V [V t<sub>v</sub> Maria ]]]]]]  
 (2b) [IP-MAT [NP-SBJ Pedro] [VB-P ama] [NP-ACC Maria]]

Como a estrutura se inspira na Teoria X-barra, alguns pressupostos são preservados, tais como “toda sentença tem uma posição de sujeito”. Daí, numa sentença com sujeito nulo, é projetado um sintagma NP-SBJ, porém com uma categoria vazia do tipo *pro*:

- (3) (IP-MAT (NP-SBJ \**pro*\*)  
 (VB-D vimos)  
 (NP-ACC (NPR Maria))  
 (ADVP (ADV ontem)))

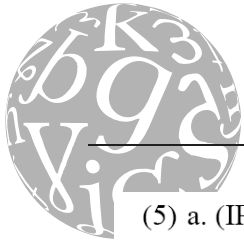
Decorre desta configuração que a anotação sintática não deve, nem pretende, seguir as tendências de análise mais recentes dentro de determinada Teoria linguística. A intenção em apresentar um *corpus* anotado sintaticamente é disponibilizar um maior número possível de dados a serem analisados, e não apresentar uma análise de dados. Por isso, se fez necessário estabelecer critérios sistemáticos de anotação sintática. É com essa premissa que se propuseram algumas modificações no sistema de anotação sintática implementado num primeiro momento para o *Corpus Tycho Brahe*.

Uma das implementações adotadas, por exemplo, foi na anotação das sentenças com clíticos. Um clítico proclítico, por exemplo, é marcado como uma palavra separada do verbo, ao passo que o clítico enclítico é marcado como um “sufixo” ao verbo. Compare-se (4a) com (4b) a seguir:

- (4a) João/NPR a/CL ama/VB-P  
 (4b) João ama-a/VB-P+CL

O resultado desse tipo de etiquetagem é que, para preservar a morfologia, a anotação sintática teve que levar em conta uma categoria vazia gerada por movimento (representada por CL \*T\*-1), o que faz com que a ênclise “desapareça” dentro da sentença, e também faz com que o paralelismo entre uma sentença com objeto lexical e com clítico se perca. Compare-se a sentença (5a) com (5b) a seguir: na primeira, o clítico faz parte do sintagma do objeto, ao passo que na segunda, o objeto tem um vestígio de movimento. A configuração em (5c), em que há um objeto direto lexical, não é paralela à sentença com clítico:

Contrariamente, ao estabelecermos um sistema de anotação sintática em que essas etiquetas morfológicas são separadas, a diferença entre próclise e ênclise, do ponto de vista configuracional é a ordem dos elementos na sentença. Obviamente,



- (5) a. (IP-MAT (NP-SBJ (NPR João))  
(NP-ACC (CL a))  
(VB-P ama))  
b. (IP-MAT (NP-SBJ (NPR João))  
(VB-P+CL-1 ama-a)  
(NP-ACC (CL \*T\*-1)))  
c. (IP-MAT (NP-SBJ (NPR João))  
(VB-D lavou)  
(NP-ACC (DP (D a)  
(N criança))))

essa anotação sintática não pressupõe qualquer análise sobre colocação pronominal em português, mas possibilita um acesso mais direto à diferença na colocação pronominal e também uma certa homogeneidade que facilita tanto o aprendizado do *parser* quanto as buscas que poderão ser efetuadas. A sugestão pode ser vista com as sentenças em (6a) e (6b) a seguir:

- (6) a. (IP-MAT (NP-SBJ (NPR(João))  
(NP-ACC (CL a))  
(VB-P ama))  
b. (IP-MAT (NP-SBJ (NPR João))  
(VB-P ama)  
(NP-ACC (CL a)))

Num sistema de anotação sintática, temos que pensar também em como o acesso aos dados será implementado. As configurações em (6) diferem pela ordem dos clíticos em relação ao verbo. Além disso, como há um paralelismo entre a representação da sentença com objeto lexical (5c) e as com clítico (6), isso facilitaria uma pesquisa sobre variação do objeto direto: lexical, clítico ou oracional, por exemplo. Outras implementações que ocorreram no sistema de anotação estão relacionadas às contrações (preposição + artigo: “no” *vs.* “em o”), ao clítico *se* (que pode ser reflexivo: “João *se* viu numa situação embaraçosa”; passivo: “vendem-*se* casas”; ou indeterminador: “vende-*se* casas”; entre outros), etc. Uma questão que se pode levantar sobre o sistema de anotação sintática, intimamente relacionada ao tema desta mesa, se liga à conjunção de modificações “técnicas” e preservação da informação original do texto. Para isso, o sistema de anotação sintática passa a ser mais uma “camada” do texto codificado em linguagem xml (extended markup language). Assim, é possível preservar as características originais do texto – documento histórico – bem como realizar pesquisas e buscas que sirvam para qualquer aporte teórico da linguística.

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government and Binding Theory*. 2. ed. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1994.  
MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. V. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

### 3.6.4 Pôsteres

#### Formação de corpus de narrativas no português brasileiro e no alemão com vistas à análise de verbos de movimento

Fernanda Canever

fernandacanever@gmail.com  
Universidade de São Paulo

##### 1. Objetivos

Seguindo o estudo realizado por Slobin (1996), contrastando os verbos de movimento do inglês e do espanhol a partir de um corpus formado por gravações de narrativas realizadas por falantes nativos e por traduções de obras literárias nas duas línguas, o objetivo de meu projeto é o de formar um corpus de narrativas em português brasileiro e em alemão, a partir do qual uma futura análise do comportamento dos verbos de movimento nessas duas línguas poderá ser feita. Slobin demonstrou que o inglês geralmente se comporta como língua emoldurada no satélite e o espanhol como língua emoldurada no verbo. De acordo com a tipologia de Talmy (1985), a hipótese deste trabalho é a de que, no que diz respeito à caracterização do movimento, o alemão estaria mais próximo ao inglês, e o português estaria mais próximo ao espanhol.

##### 2. Método e Materiais

Neste trabalho, estão sendo gravados falantes nativos do português brasileiro e do alemão, que narram a “história do sapo”, utilizada por Slobin (Frog, where are you? (MAYER, 1969)), que se caracteriza por ter apenas imagens e ser rica em cenas de movimento. As gravações estão sendo feitas com a câmera filmadora digital MITSUCA DV5048BR e convertidas em arquivos *mpeg-1*.

As transcrições dos dados estão sendo feitas com o programa ELAN (EUDICO Language Annotator), criado pelo Instituto Max Planck de Psicolinguística (<http://www.mpi.nl/tools/elan.html>). Esse programa permite múltiplas trilhas customizáveis para anotações de diferentes níveis linguísticos. Neste trabalho será apresentada apenas uma trilha para as unidades ideacionais/entoacionais. Conforme proposto por Chafe (1980), na medida em que o discurso espontâneo é produzido por “jorros” e não em um contínuo, o fluxo das narrativas deve ser dividido por unidades ideacionais/entoacionais, que, segundo o autor, são focos de consciência e, portanto, no caso das descrições de movimento, nos ajudam a identificar para quais detalhes do percurso o falante atenta. Uma vez que falantes nativos tendem a simplificar seu discurso ao conversarem com falantes não nativos, é indispensável que para cada gravação tenhamos dois nativos: um que narra e o outro que apenas ouve.

##### 3. Resultados e discussão

Até o momento, foram gravadas 2 narrativas com falantes nativos de alemão, que contam a história para outro falante nativo. Já estão agendadas mais 3 gravações com alemães. As transcrições já tiveram início e vão ser apresentadas,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

com o objetivo de discutir a identificação das unidades ideacionais/entoacionais.

### 4. Conclusões Parciais

Nem sempre é fácil estabelecer as unidades ideacionais/entoacionais, como pode parecer à primeira vista. Por isso, será necessário o uso de programas de análise de fala, como o PRAAT (<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>), que ajuda a mostrar os diferentes tipos de curvas entoacionais.

CHAFE, Wallace L. (Ed.), *The Pear Stories: Cognitive, Cultural, and Linguistic Aspects of Narrative Production*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1980.

SLOBIN, D. Two Ways to Travel: Verbs of Motion in English and Spanish. In: SHIBATANI, Mayoshi; THOMPSON, Sandra A. *Grammatical Constructions: Their Form and Meaning*. Clarendon Press: Oxford, 1996.

TALMY, L. Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description: Grammatical categories and the lexicon*. Volume 3. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1985.

MAYER, M. *Frog, Where are you?* Dial Books for young Readers: New York, 1969.

---

### Formação de corpus e transcrição de narrativas orais em português brasileiro

Clarissa Camilo Mariano

clarissacamilo@hotmail.com  
Universidade de São Paulo

O objetivo desta pesquisa é constituir um *corpus* de gravações e transcrições ortográficas de narrativas orais, produzidas por dez falantes brasileiros da norma lingüística urbana culta e eliciadas a partir da exibição de um filme sem palavras, conhecido como a *História da Pêra*. Esse filme foi produzido pelo grupo de pesquisa de Wallace Chafe, nos anos 70, especificamente para a investigação de narrativas, e está disponível no sítio <http://www.linguistics.ucsb.edu/faculty/chafe/pearfilm.htm>.

Além do trabalho de transcrição das narrativas, que está sendo feito por meio dos programas ELAN (Sítio: <http://www.mpi.nl/tools/elan.html>) e PRAAT (Sítio: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>) tenho o objetivo de dividi-las por unidades ideacionais/entoacionais, da maneira proposta por Chafe (1980).

O discurso espontâneo não é formado em um fluxo contínuo, mas em uma série de jorros de língua conhecidos como unidades ideacionais. Essas unidades são as focalizações que a consciência faz para apreender uma quantidade limitada de informação, a qual, por sua vez, pode ser expressa numa unidade entoacional. No pôster, o objetivo é apresentar os programas que permitem a informatização do *corpus*. O uso do *software* ELAN permite a visualização e anotação simultânea, em diferentes trilhas, das gravações em vídeo. Cada trilha corresponde a um interesse lingüístico. Como a pesquisa se encontra em fase inicial, apresento somente a trilha relativa às unidades ideacionais.

A partir da gravação de narrativas, feita pelo *Grupo de Pesquisa Estudos da Comunidade Surda: Língua, Cultura,*

*História*, e, tomando como modelo as propostas de transcrição de línguas sinalizadas feitas por esse grupo (McCleary & Viotti (a sair)), tenho capturado e convertido as gravações em arquivos \*.mpg e \*.wav. A junção desses dois arquivos pelo *software* ELAN torna possível a visualização da onda acústica que, uma vez importada para o PRAAT, fornece a curva entoacional. Nos termos de Chafe, essa curva deve facilitar a divisão da narrativa em unidades ideacionais.

Até o momento, todos os arquivos estão gravados no ELAN e há a transcrição de uma narrativa dividida por unidades ideacionais. A transcrição por meio desse método é uma tentativa de entendimento do papel da consciência na produção da língua. Ao narrar o enredo de um filme, por exemplo, editamos nossa memória e a verbalizamos em limitadas unidades de informação. Uma das questões de interesse diz respeito às especificidades dessas unidades que auxiliariam na sua identificação.

A formação de *corpus* e a transcrição dos textos lingüísticos que o constituem ganham notabilidade, se são bem preparados e construídos cuidadosamente. Embora os programas de que faço uso sejam complexos, eles são ferramentas que asseguram maior rigor científico.

BOERSMA, Paul; WEENINK, David. *Praat: doing phonetics by computer*. | disponível em <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>. Acesso em: 07 set. 2006.

CHAFE, Wallace. *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*: Advances in discourse process, vol. III. Norwood, N.j: Ablex., 1980.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA SANTA BARBARA LINGUISTICS. Wallace Chafe. *The Pear Film*. | disponível em: <http://www.linguistics.ucsb.edu/faculty/chafe/>. Acesso em: 07 set. 2006.

DU BOIS, et al. *Discourse Transcription*. Santa Barbara: University of California, 1990. MAX PLANCK INSTITUTE FOR PSYCOLINGUISTICS. *Max Planck Institute for Psycholinguistics: Tools*. | disponível em: <http://www.mpi.nl/tools/elan.html>. Acesso em: 07 set. 2006.

---

### Formas referenciais em português brasileiro: uma análise de corpus

Alinne Suelen Pereira dos Reis

alinnet1@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Thaís Maíra Machado de Sá

Maria Luíza Cunha Lima

A investigação das anáforas tem ocupado um lugar central em diversas teorias lingüísticas, em especial nos estudos do texto e, nesse âmbito, a Teoria da Referenciação (MARCUSCHI e KOCH, 1998, entre outros). Para essa linha teórica, um termo é definido como *anafórico* quando para sua saturação referencial é necessário recorrer a elementos anteriores do texto, sem a necessidade de que esses elementos constituam um antecedente claramente delimitado e explícito. As *anáforas nominais* são aquelas em que o termo anafórico é uma expressão nominal (definida ou indefinida). Levantamentos da distribuição e freqüência de formas referenciais e termos anafóricos em *corpora*





já foram realizados para o inglês (BIBER, 1992) e para o alemão (SCHWARZ, 2000), mas são ainda deficientes em português, apesar de levantamentos pioneiros como o de Rocha (2005). Essa é uma considerável lacuna, cujo preenchimento facilitaria a compreensão do funcionamento da anáfora assim como do sistema de determinação em Português Brasileiro. O levantamento desses dados é ainda mais importante, considerando-se o forte compromisso da Linguística Textual com a utilização de dados de uso, que reiteradamente confirmam uma complexidade do fenômeno lingüístico superior a que teorias puramente introspectivas são capazes de prever. O objetivo do nosso trabalho, ainda em andamento, é, portanto, realizar um levantamento dessas ocorrências em PB. Para realizá-lo, montamos um *corpus* de 251.558 palavras coletadas em textos de imprensa de grande circulação. Uma vez que os itens investigados são de altíssima frequência em PB (cf. SARDINHA, 2004, p. 351), esse *corpus*, apesar de pequeno, é suficiente para uma análise significativa. Com o uso do programa *Wordsmith*, foram levantadas todas as ocorrências das expressões nominais e dos seus determinantes. Consideramos como determinantes os artigos, os pronomes demonstrativos e os quantificadores e também as expressões nominais introduzidas sem determinantes (determinante zero). Um dos dados relevantes encontrados foi a baixa frequência do indefinido plural, constituindo menos de 1% das ocorrências, em contraste com o definido plural, que soma aproximadamente 20% das ocorrências desse artigo. Investigamos, portanto, o comportamento das expressões nominais plurais que apresentam um grande número de determinante zero. Esses dados levam à hipótese de que o assim chamado “artigo indefinido plural” não pertence à classe dos artigos e sim à classe dos quantificadores, sendo, em geral, substituível por “alguns”.

BIBER, D. *Using computer-based text corpora to analyze the referential strategies of spoken and written texts*. Directions in Corpus Linguistics: Proceedings of Nobel Symposium 82, Stockholm, 4-8 August 1991. Edited by Jan Svartvik. Berlin: Mouton, 1992. p. 213-252.

KOCH, I. & MARCUSCHI, I. Processo de referenciação na produção discursiva. In: *Delta*, 1998.

ROCHA, M. A. E. Relações anafóricas em interfaces de diálogo: uma abordagem baseada em corpus. In: SARDINHA, Tony Berber (Org.). *A língua portuguesa no computador*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

SCHWARZ, M. *Indirekte Anaphem in Texten: Studien: urdomängbundenen. Referenz und Kohärenz im Deutschen*. Tübinge: Max Niemeyer Verlag, 2000.

## Gênero e registro numa estrutura de hipertexto

Daniela Viana de Oliveira Paulino  
teacher.dani@gmail.com  
PUC - São Paulo

Ana Sílvia Martins Montrezol Antunes

Este trabalho tem por objetivo apresentar a análise de uma unidade textual em estrutura de hipertexto, típica de ambiente de rede de comunicação – fórum – da FUNDAP – órgão de consultoria, formação e pesquisa vinculado à

Casa Civil do Estado de São Paulo e que trabalha para o desenvolvimento e modernização da administração pública. Por ser esse um fórum de longa duração e, portanto, de muitas postagens, foi dele escolhido um trecho, mas de modo a não descontextualizá-lo, mantendo, assim, uma unidade com possibilidade de análise. Tal análise será feita à luz de teorias da Linguística Sistemática Funcional, proposta por M. A. K. Halliday e também desenvolvida por James Martin, Suzanne Eggins e David Rose, entre outros; mais especificamente, à luz da teoria de Gênero e Registro e suas variáveis de *Appraisal* (Valoração), em forma de quadro sintético, a fim de demonstrar diferentes fenômenos que ocorrem na comunicação e como estes sinalizam idéias, mensagens, entonação, postura e outros fatores humanos presentes na linguagem e associados ao contexto de comunicação. De acordo com essa teoria, o social é constituído por linguagem, dado que as pessoas se expressam através de textos, não havendo, portanto, o social sem a linguagem. Nesta apresentação, assim como na Linguística Sistemática Funcional, a noção de contexto é estruturante; a relevância dessa análise está em mostrar que as modificações no âmbito do contexto provocam impacto no âmbito da linguagem e vice-versa. Ainda, o foco da análise será a negociação de atitudes – *Appraisal* (Valoração) – e seus elementos – atitudes, volume/amplificação e participantes/fonte –, com base nos diversos paradigmas disponíveis para leitura e expressão, assim como nos recursos de formatação, já que se trata de uma análise de estrutura de hipertexto. Falando, ainda, de negociação de atitudes, este trabalho apresenta, também, exemplos de não-negociabilidade associada à nominalização, como isso pode ser uma arma, quando o autor quer evitar a negociação, e o que isso pode acarretar.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

EGGINS, Suzanne; MARTIN, J. R. Genres and registers of discourse. In: VAN DIJK, T. *Discourse as Structure and Process*. 1997.

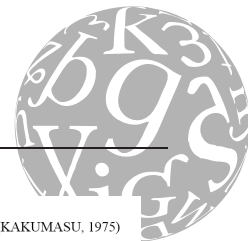
MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with Discourse*. 2003.

## Línguas Indígenas

### 3.7.1 Comunicações Coordenadas

#### Contribuições para o conhecimento lingüístico das expressões de categorias gramaticais em duas línguas Tupí-Guaraní setentrionais: Tenetehára e Ka'apór

Nesta sessão, são apresentados resultados inéditos de pesquisas lingüísticas sobre aspectos gramaticais das línguas Tupí-Guaraní Ka'apór e Tenetehára, esta última constituída de duas variedades muito próximas, o Tembé e o Guajajára. Os falantes dessas duas línguas vivem na região do interflúvio Gurupí-Mearim, que abrange a parte fronteira do Pará com o Maranhão e o noroeste do estado do Maranhão. Os Ka'apór e os Tembé mantêm contato estreito uns com os outros há aproximadamente meio século. Os trabalhos que integram esta sessão se complementam



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

e enriquecem o debate lingüístico sobre fenômenos ainda pouco estudados no âmbito das gramáticas particulares de línguas Tupí-Guaraní, por se fundamentarem em diferentes modelos teóricos, em acordo com as especificidades das respectivas pesquisas dos participantes, e por abordarem temas afins, relativos às categorias gramaticais de modalidade de ação (*Aktionsart*), aspecto e modalidade, bem como às implicações da expressão destas para reorientações morfossintáticas ocorridas nas gramáticas dessas línguas. Raimunda Benedita Cristina Caldas, sob a ótica de uma teoria tipológico-cognitiva, propõe um outro olhar com respeito às expressões de aspecto e de modalidade em Ka'apor. Mário Garcia argumenta em favor de uma cisão semântico-pragmática nos predicados verbais da língua Ka'apor, motivada pela combinação dos argumentos destes com uma partícula, cujo uso é pragmaticamente motivado. Tabita Fernandes da Silva apresenta uma hipótese sobre o desenvolvimento histórico de expressões de aspecto e de modalidade em Tenetehára. Esta mesa representa também um diálogo entre pesquisadores doutorandos de dois programas de Pós-Graduação em Lingüística brasileiros sobre as línguas pesquisadas em comum.

### Cisão semântico-pragmática nos predicados verbais da língua Ka'apor

Mário Alexandre Garcia Lopes

garciaalexandre@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

O estudo de Dixon (1994) propõe que a marcação de Caso nas línguas pode ser realizada por meio de uma cisão semântico-pragmática dos núcleos verbais. A cisão semântico-pragmática, denominada de *fluid-S systems*, caracteriza-se pelo alinhamento entre os argumentos dos verbos monoargumentais inergativo (Sa) e inacusativo (So) com os argumentos dos verbos transitivos, isto é, com o NP em posição de sujeito (A) e com o NP em posição de objeto (O). Esse tipo de cisão mostra a possibilidade de o argumento de um verbo monoargumental ser tratado tanto como (Sa) quanto como (So), sendo que (Sa) codifica o sentido semântico de um sujeito no controle da ação, enquanto (So), o sujeito é considerado paciente de uma ação. Então, considerando a proposta de Dixon (1994), o presente trabalho visa investigar uma possível cisão semântico-pragmática por meio da partícula [.ke] na língua Ka'apor. Essa partícula tem a função gramatical de realizar o papel temático [+AFETADO/+PACIENTE] (Cf. KAKUMASU, 1986; SILVA, 2001; CALDAS, 2001) e de marcar Caso estrutural, possivelmente o que a tipologia lingüística denomina de Caso absoluto (Cf. DUARTE; GARCIA, 2006).

Observando o contexto de ocorrência da partícula [.ke], nota-se que ela pode [.ke], conforme mostram as seguintes orações:

Nas orações (1.1), (1.2), (2.1) e (2.2), os argumentos em posição de sujeito dos verbos descritivos (*pukek ke; i-akang*) e inacusativos (*ih e ke; ih e je'e-ha ke*) são alinhados com os argumentos em posição de objeto (*ka'a ke; kaka ke*) dos

- VERBO DESCRITIVO**
- (1.1) *pukek ke ø-katu te* (KAKUMASU, 1975)  
peixe assado ABS ABS-ser bom VER  
[+AFETADO]  
“O peixe assado está ótimo”
- (1.2) *i-akang ke i-juhar ñi* (SILVA, 2001, p. 9)  
POSS-cabeça ABS ABS-ter coceira REP  
[+AFETADO]  
“As cabeças deles estão coçando”
- VERBO INACUSATIVO**
- (2.1) *ihẽ ke a-'ar* (SILVA, 2001, p. 47)  
eu ABS eu-cair  
[+AFETADO]  
“Eu caio”
- (2.2) *ihẽ ø-je'e-ha ke upa* (SILVA, 2001, p. 18)  
minha POSS-falar-NOML ABS tudo ø-kajim o-ho  
[+AFETADO] 3-perder-se 3-ir  
“Minha fala toda vai fugindo”
- VERBO INERGATIVO**
- (3.1) *jane ja-jengar ja-in* (SILVA, 2001, p. 20)  
nós nós-cantar nós-estar  
“Nós estamos cantando”
- (3.2) *ne re-wa:wak mi* (SILVA, 2001, p. 19)  
tu tu-rodar mi  
PROB  
“Tu rodastes?”
- VERBO TRANSITIVOS** (Informante: Q. Ka'apor)
- (4.1) *pe tamij ka'a ke ø-manga o-ho*  
e velho mata ABS 3-demarcar 3-ir  
[+AFETADO]  
“E o velho foi demarcar a mata”
- (4.2) *kaka ke a'e ø-upa u-'u* (KAKUMASU, 1975)  
cacau ABS ele 3-ter fim 3-comer  
[+AFETADO]  
“Ele terminou de comer o cacau”

verbos transitivos das orações (4.1) e (4.2).

Considerando as orações com verbos inergativos (3.1) e (3.2), verifica-se que os sujeitos (*jane; ne*) são tratados da mesma forma que os sujeitos (*tam uj; a'e*) dos verbos transitivos. Nesses contextos, a partícula [.ke] não aparece enclítica aos NPs.

Também observa-se que a inversão da partícula [.ke] nos NPs dos verbos transitivos altera o papel temático e a função do constituinte na oração, conforme mostram as orações abaixo:

- (Informante: R. Ka'apor)
- (5.1) *sak ø-kukuru ne ke ø-mujar*  
saco GEN-coco tu ABS 3-apertar  
[+AFETADO]  
“O saco de coco te aperta”
- (5.2) *sak ø-kukuru ke ne re-mujar*  
saco GEN-coco ABS tu 2-apertar  
[+AFETADO]  
“Tu apertas o saco de coco”

Porém, há orações com verbos inergativos e transitivos que apresentam a partícula [.ke] enclítica aos argumentos em posição de sujeito, conforme mostram os exemplos abaixo:

Nas orações acima, nota-se que os sujeitos (*sawa'e ke, kuñataj ke, Purutu ke*) dos verbos inergativos alinham-se com os sujeitos (*tam uj ke e a'e ke*) dos verbos transitivos. Também é curioso observar que a partícula [.ke] vem enclítica aos NPs sujeito e objeto das orações transitivas em (7.1) e (7.2), enquanto nas orações em (5.1) e (5.2), a partícula [.ke] segue os NPs em posição de sujeito.

A partir de dados como os arrolados em (6.1) a (7.2), pretende-se, nesse trabalho, descrever e analisar se ocorrência da partícula [.ke] nos argumentos em posição de sujeito de



VERBO INERGATIVO										
(6.1)	<i>sawa'e</i>	<i>ta</i>	<i>ke</i>	<i>ø-pykāj</i>	(Informante: Q. Ka'apor)					
	Homem	PL	???	3-remar						
	"Os homens, e não as mulheres, que remaram"									
(6.2)	<i>kuñataj</i>	<i>ke</i>	<i>ø-jakuk</i>		(Informante: Q. Ka'apor)					
	moça	???	3-banhar							
	"Foi aquela moça que banhou e não as outras"									
(6.3)	<i>Purutu</i>	<i>ke</i>	<i>ø-ahem</i>		(Informante: Q. Ka'apor)					
	Purutu	???	3-gritar							
	"Purutu gritou (de dor)"									
VERBO TRANSITIVO										
(7.1)	<i>tamūj</i>	<i>ke</i>	<i>myra</i>	<i>ke</i>	<i>ø-monok</i>	<i>hū</i>	<i>te</i>	<i>je</i>	<i>tī</i>	(Informante: Q. Ka'apor)
	velho	???	árvore	ABS	3-derrubar	INTS	VER	DISQUE	REP	
	[+AFETADO]									
	"Diz que o velho derrubou bastante árvore (na roça)"									
(7.2)	<i>a'e</i>	<i>ke</i>	<i>u'u</i>	<i>ta</i>	<i>pypyhu</i>	<i>ke</i>	<i>tī</i>			(SILVA, 2001, p. 53)
	ele	???	3-comer	FUT	coruja	ABS	REP			
	[+AFETADO]									
	"Ele vai comer coruja"									

verbos inergativos e transitivos trazem evidências para uma cisão semântica-pragmática nos verbos da língua Ka'apor.

CALDAS, Raimunda Benedita. *Aspecto, modo de ação e modalidade na língua Ka'apor*. Belém: UFPA, 2001. 86 p. (Dissertação, Mestrado em Lingüística).

CORRÊA DA SILVA, Beatriz. *Urubú-Ka'apor, da gramática à história: a trajetória de um povo*. Brasília: Unb, 1997. 119 p. (Dissertação, Mestrado em Lingüística).

DIXON, R. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DUARTE, Fábio; GARCIA, Mário. Ergatividade Cindida, papel temático e causativização na língua Ka'apor. *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, 2006, no prelo.

KAKUMASU, James. Urubu-Ka'apor. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G.K. (Org.). *Handbook of Amazonian Languages*, Vol. 1, p. 326-403. New York: Mouton de Gruyter, 1986.

\_\_\_\_\_. *Mu'cha - cartilha Urubu-kaapor*. Belém: Sil, 1975.

SILVA, Tabita Fernandes. *Classes verbais e algumas questões pragmáticas em Ka'apor*. Belém: UFPA, 2001. 79 p. (Dissertação, Mestrado em Lingüística).

## Modalidade de ação: um outro olhar sobre noções aspectuais expressas em Ka'apor

Raimunda Benedita Cristina Caldas

rcriscaldas@unb.br  
Universidade de Brasília

Nesta comunicação, argumentarei que o Ka'apor é uma língua que não possui referência temporal gramaticalizada, uma visão contrária à de Kakumasu (1986), para quem o Ka'apor possui uma marca temporal *ta* "futuro". Apesar de anteriormente eu mesma ter feito referência a expressões de aspecto em Ka'apor, argumentarei também que esta língua não possui noções aspectuais gramaticalizadas. Noções semânticas como as de "perfectivo", "perfectivo" (com ênfase na experiência do falante), "desiderativo", "intencional", "imperfectivo" e outras são expressas em Ka'apor por meio de partículas, usadas de forma não obrigatória e que são melhor analisadas como expressões de modalidade de ação ou Aktionsart. O uso dessas partículas é, na maioria dos casos, resultado de uma decisão do falante, e as noções

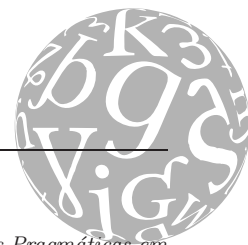
aspectuais que elas expressam mesclam-se com noções de modalidade, como, por exemplo, de modalidade epistêmica. Demonstrarei também que as noções de ação plural, iteratividade e freqüentativo, bem como a noção de completivo, as primeiras expressas em Ka'apor por meio de reduplicação do tema verbal e a última por meio da partícula *upá*, são também casos de modalidade de ação e não propriamente de aspecto. O estudo segue a orientação tipológica cognitiva de Desclês; Guentchéva (1996, 1997) e Declès (1980, 1990a, 1990b). Segundo Desclês; Guentchéva (1997), aspecto é caracterizado como "[...] uma verbalização da percepção interna da situação temporalizada", e as categorizações que implica são mais primitivas e mais freqüentemente gramaticalizadas do que as noções de modalidade de ação ou *Aktionsart*. Estas últimas são pouco gramaticalizadas e seus respectivos significados são relativamente transparentes. Na abordagem oferecida por esses autores, a oposição entre aspecto e modalidade de ação não pode ser completamente discutida se não forem consideradas as codificações mais ou menos gramaticalizadas dessas categorias no sistema lingüístico de uma língua dada. No que diz respeito à categoria de aspecto, Desclês e Guentchéva propõem que os elementos desta são realizados como operadores voltados para a relação predicativa como um todo e não apenas para o predicado. Propõem ainda que a aspectualidade e a temporalidade são expressas por meio de significantes que se repartem no enunciado inteiro.

Algumas das evidências que apresentamos no presente estudo de que partículas como *'y* "perfectivo", *i* "perfectivo (com ênfase na experiência do falante)", *ki<sup>n</sup>* "intencional" e *ri<sup>n</sup>* "imperfectivo" não são noções aspectuais gramaticalizadas vêm do fato de que essas são opcionais e que não são usadas para estabelecer distinções sistemáticas entre as noções que expressam. Esses fatos podem ser observados nos exemplos seguintes que contêm as partículas *ri<sup>n</sup>* "imperfectivo":

- (1) *japwaté u-pyhyk 'ym wé sawa'é ké r-ehé ri<sup>n</sup>*  
onça 3-pegar NEG ainda homem AFT R<sup>1</sup>-em.relação.a IMPF  
'a onça ainda não pegou (não chegou a pegar) o homem?'
- (2) *ihe<sup>n</sup> né ké a-mi-pu'am 'ym wé ri<sup>n</sup>*  
1sg 2sg AFT 1sg-CAUS-levantar NEG ainda IMPF  
'eu ainda não levantei você?'
- (3) *awá ø-mi'ú ké u-hém 'ym pé ri<sup>n</sup>*  
gente R<sup>1</sup>-comida AFT 3-vir NEG lá IMPF  
'a comida continua sem chegar?'
- (4) *ihe<sup>n</sup> a-kvá-há te'é so'ó ø-xué te'é o-í ri<sup>n</sup>*  
1sg 1sg-saber-NOM mesmo caça 3-viver mesmo 3-estar IMPF  
'talvez essa caça esteja viva?'
- (5) *kiañaj te'é a'é ri<sup>n</sup>*  
moça nova mesmo 3 IMPF  
'ela já é moça nova?'
- (6) *a'žé i-páj 'ym ri<sup>n</sup>*  
3 R<sup>2</sup>-pai NEG IMPF  
'ele não foi pai?'

Embora as traduções dos exemplos de 1 a 6 correspondam à noção de imperfectividade de processos e estados, o mesmo não ocorre nos exemplos 7, 8 e 9 seguintes:

- (7) *ihe<sup>n</sup> ø-kywyr e-júr xé ri<sup>n</sup>*  
1sg R<sup>1</sup>-irmão 2sgIMP-vir aqui IMPF  
'meu irmão mais velho, venha cá!'
- (8) *e-hemú ø-ma'é ri<sup>n</sup>*  
2sgIMP-ouvir R<sup>3</sup>-coisa IMPF  
'cale a boca (escute)!'



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

O fato é que partículas como  $ri^n$  podem ocorrer em predicados no modo imperativo, funcionando como modalizadores de comandos, suavizando-os, como é o caso do  $ri^n$ , ou para tornar o comando mais direto, como é o caso da partícula  $'y$  que, no modo indicativo exprime uma noção perfectiva.

- (9) *e-mu-sák wé pé tūpahā ké rahā 'y*  
2sgIMP-CAUS-arrebrantar ainda essa corda AFT quando PERF.1  
'arrebranta logo essa corda'
- (10) *e-py'á 'ym ø-ehé 'y*  
2sg-IMP-lembrar NEG R<sup>2</sup>-em.relação.a PERF.1  
'esqueça ele'

O uso dessas partículas nesse modo se aproxima do que Brown; Levinson (1994) definem como estratégias para atingir eficiência máxima. Uma das possibilidades a ser averiguada posteriormente é a de que o uso de  $ri^n$  em orações no modo imperativo corresponde a uma forma polida de fazer uma solicitação. Exemplos com  $'y$  no modo indicativo, por outro lado, contribuem com a idéia de perfectividade de processos e estados:

- (11) *ihé<sup>n</sup> '-ók ké a-peír í*  
1sg R<sup>3</sup>-casa AFT 1sg-varrer PERF.2  
'eu varri a casa'
- (12) *ihé<sup>n</sup> né ké a-py'hék 'y*  
1sg 2sg AFT 1sg-pegar PERF.1  
'eu peguei você'
- (13) *awá ø-kaywér ké ihé<sup>n</sup> a-sák 'y*  
humano G-osso AFT 1sg 1sg-ver PERF.1  
'eu vi um esqueleto'
- (14) *né re-r-ekó 'ym re-parahý-há apó 'y*  
2sg 2sg-CC-estar.em.mov. NEG 2sg-ter.raiva-NOM agora PERF.1  
'agora você não tem raiva'
- (15) *Cristina h-urý 'y*  
Cristina R<sup>2</sup>-ter.alegria PERF.1  
'Cristina ficou feliz'

Com o presente estudo, pretendo contribuir para discussão sobre a distinção entre aspecto e modo de ação a partir de dados desta língua Tupí-Guaraní, visando a uma descrição mais adequada da mesma.

BROWN, P.; LEVINSON, S.C. *Politeness: some universals in language usage*. New York: Cambridge University Press, 1994.

CALDAS, R.B.C. *Aspecto, Modo de Ação e Modalidade em Ka'apor*. 75p. Dissertação de mestrado em Linguística, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

DESCLÈS, J.-P. Construction formelle de la catégorie de l'aspect (essai). in: David et Martin, 1980, 198-237.

DESCLÈS, J.-P. Languages applicatifs, langues naturelles et cognition. Paris, Hermès, 1990a.

DESCLÈS, J.-P. State, event, process, and topology. In: *General Linguistics*, v. 29, n° 3. Pennsylvania State University Press, University Park and London, 1990b. p. 159-200.

DESCLÈS, J.-P.; Z. GUENTCHÉVA. Aspects et modalités d'action (Représentations Topologiques dans une perspective cognitive). In: *Etudes Cognitives*. Warszawa, 1997.

DESCLÈS, J.-P.; Z. GUENTCHÉVA. Convergences et divergences dans quelques modèles du temps et de l'aspect. In: *Semantika a konfrontacja jezykowa*, 1, SOW, Warszawa, 1996. p. 23-42.

KAKUMASU, J. *Urubú-Ka'apor*. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM G. K. (Ed.), *Handbook of Amazonian Languages*, v. I, p. 326-403. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1986.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia* 27/28: 33-53. São Paulo,

1985.

SILVA, T. F. *Classes Verbais e Algumas Questões Pragmáticas em Ka'apor*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

### Uma hipótese sobre o desenvolvimento histórico de expressões de aspecto e de modalidade em Tenetehára

Tabita Fernandes da Silva

tabitafernandes3@hotmail.com  
Universidade de Brasília

A presente comunicação traz à discussão uma hipótese acerca do desenvolvimento histórico de expressões de aspecto e de modalidade na língua Tenetehára, conhecida pelas suas duas variedades Tembé e Guajajára, faladas respectivamente na região Alto rio Gurupi, na divisa dos estados do Pará e do Maranhão, e na região do Alto Pindaré, no centro do Maranhão. O Tenetehára foi classificado por Rodrigues (1986), como pertencente ao sub-ramo IV da família Tupí-Guaraní, embora apresente várias características que o diferenciam das línguas desse ramo. Algumas dessas características peculiares ao Tenetehára podem ser explicadas como resultado de contato de seus falantes com falantes de outras línguas, incluídas nestas, línguas da mesma família linguística, ou explicáveis como sendo traços conservadores que foram perdidos pelas outras línguas do seu sub-ramo.

Entre as inovações identificadas no Tenetehára, que podem ser explicadas como resultados de situações de contato, destacam-se a presença da partícula de subjuntivo *mehé* e a de um fonema vocálico (/á/), este último provavelmente desenvolvido sob influência das variantes Timbira (família linguística Jê) faladas na mesma área em que as variantes Tenetehára são faladas, a região entre os rios Tocantins e Mearim (CABRAL; CORREA DA SILVA; JULIÃO; MAGALHÃES, 2005). O desenvolvimento de uma partícula de gerúndio *pá* ~ *upá* na história do Tenetehára (SILVA; CABRAL, 2006) é mais um traço, cujo desenvolvimento pode ter sido motivado por contato linguístico. Outros traços morfossintáticos do Tenetehára, como a forma fonológica *-ni* do sufixo do modo indicativo II, podem representar relíquias mantidas nessa língua desde a separação entre as línguas setentrionais e as línguas meridionais (RODRIGUES, comunicação pessoal), sendo algumas das primeiras mais próximas das línguas meridionais do sub-ramo I (Cf. CABRAL; RODRIGUES 2001), o qual inclui línguas que têm formas cognatas desse morfema, como o Guaraní Antigo, por exemplo.

A hipótese apresentada neste estudo é a de que a partícula *ram* do Tenetehára desenvolveu-se a partir do antigo alocorfe *-ram* do sufixo que teria marcado, em um estágio anterior da língua, a atualização prospectiva do referente de expressões nominais (RODRIGUES, 2001). A partícula *ram* foi chamada de "desiderativo" por Bendor Samuel (1972), "intencional" por Duarte (1997), "iminente" por Carvalho (2001) e "futuro" por Duarte (2003). Neste estudo, optamos por chamá-la de expressão do aspecto "prospectivo", em conformidade com o seu significado original. Será também levantada a hipótese de que a forma



da partícula *kwéj*, que tem sido tratada na literatura como marca de aspecto “passado” (BENDOR SAMUEL, 1972), como “perfectivo” (CARVALHO, 2001) e como marca de “passado recente/imediato” por Duarte (2003), pode ter tido como fonte a forma *kwehé*, quando esta referia à noção de “ontem ou há poucos dias atrás”, como teria sido o caso da forma original do Proto-Tupí-Guaraní.

Finalmente, este estudo argumentará que o Tenetehára apresenta um sistema de partículas aléticas, que combinam fonte de informação com noções temporais escalonadas, como proposto por Cabral (2006) e que inclui, entre outras, as formas *kweh* “atestado pelo falante-passado distante”, *zekwehé* “não-atestado pelo falante-passado distante”. Será demonstrado também que estas partículas teriam se desenvolvido respectivamente a partir de reflexos do Proto-Tupí-Guaraní \**kwetsé* “ontem ou alguns dias atrás” e de reflexos deste em combinação com a partícula alética reconstruída para o Proto-Tupí-Guaraní como \**je* “dizque”, conforme já proposto por Cabral (2006).

No presente estudo, além de desenvolver hipóteses que fundamentam aspectos da história interna da língua Tenetehára, pretendo contribuir para o conhecimento de etapas anteriores da história dessa língua antes de sua diferenciação das demais línguas da família Tupí-Guaraní. Pretendo também contribuir para o conhecimento da natureza e direções das mudanças ocorridas na história individual das línguas dessa família, trazendo à discussão a língua Tenetehára, uma das línguas mais resistentes, que sobrevive na atualidade, apesar de uma história de mais de quatrocentos anos de contato com não-índios.

BENDOR-SAMUEL, David. Hierarchical structures in Guajajara. Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics and Related Fields, 37. Norman: Summer Institute of Linguistics, 1972.

CABRAL, Ana Suely A. Câmara. O desenvolvimento da marca de objeto de 2ª. pessoa plural em Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suely A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (Org.), *Estudos sobre Línguas Indígenas I*. Belém: UFPA, 2001, p. 117-145.

CABRAL, Ana Suely A. Câmara. L'expression des notions de l'épistémique et de l'alélique dans la famille Tupí-Guaraní, 2006. Em vias de publicação.

CABRAL, Ana Suely A. Câmara; CORREA DA SILVA, Beatriz C.; JULIÃO, Risoleta; MAGALHÃES, Marina. *Linguistic diffusion in the Tocantins-Mearim área*. Editora Dupligráfica, Brasília, 2006. Em vias de publicação.

CARVALHO, Márcia G. Pereira. *Sinais de morte ou de vitalidade? Mudanças estruturais na Língua Tembé*. Dissertação de mestrado em Linguística, UFPA. 2001.

DUARTE, Fábio Bonfim. *Análise gramatical das orações da língua Tembé*. Dissertação de mestrado em Linguística, Universidade de Brasília. 1997.

DUARTE, Fábio Bonfim. *Ordem de constituintes e movimento em Tembé: minimalismo e simetria*. Tese de doutorado em Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais. 2003.

SILVA, Tabita Fernandes; CABRAL, Ana Suely A. Câmara. Desvendando a história interna do morfema *pə* da língua Tenetehára, 2006. Em vias de publicação.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia* 27/28: 33-53. São Paulo, 1985.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suely A. Câmara. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. (Org.), *Línguas*

*indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*, tomo I: 327-337. Belém: EDUFPA 2001.

## Reconstrução linguística e cultural do Proto-Tupí

O tronco linguístico Tupí é um dos principais agrupamentos genéticos de línguas da América do Sul, tanto em termos de sua distribuição geográfica como com respeito a sua constituição interna e ao número de línguas que o integram. Do ponto de vista geográfico, ele é eminentemente amazônico, pois todos os seus ramos ou famílias linguísticas estão na Amazônia, embora uma dessas famílias se estenda também para fora desse ambiente ecológico – a família Tupí-Guaraní que, além de bem representada na Amazônia, tem um conjunto de línguas na bacia platina e outro no litoral atlântico. Como um todo, o tronco Tupí é claramente sul-amazônico, situado essencialmente ao sul do rio Amazonas. Hoje é reconhecido como constituído por dez ramos ou famílias linguísticas – Arikém, Awetí, Jurúna, Mawé, Mondé, Mundurukú, Puruborá, Ramaráma, Tuparí e Tupí-Guaraní. Cinco dessas famílias situam-se mais a oeste, na bacia do rio Madeira, no estado de Rondônia e no noroeste do estado de Mato-Grosso. Estas são as famílias ocidentais, que se distinguem das outras cinco, que se situam predominantemente mais a leste: a Mawé entre o baixo Madeira e o baixo Tapajós; a Mundurukú no rio Tapajós, embora com representantes num afluente do Madeira, o rio Canumã, e uma língua na bacia do Xingu; a Jurúna no médio Xingu; a Awetí no alto Xingu; e a Tupí-Guaraní, a mais difusa, representada por línguas no Madeira, no Tapajós, no Xingu, no Tocantins e, ainda mais a leste, no Gurupí, no Mearim e no Pindaré, já nos limites da Pré-Amazônia maranhense, assim como por línguas na Amazônia boliviana e outras nas bacias dos rios Paraguai e Paraná, além das que no passado foram faladas na costa atlântica desde o Rio Grande do Sul até o Pará. Os estudos descritivos de línguas deste tronco ampliaram-se nos últimos vinte anos e vão fornecendo novos dados para a pesquisa comparativa e histórica. A sessão coordenada que organizamos tem como escopo apresentar uma parte significativa da pesquisa que associa resultados das descrições com a investigação comparativa, como contribuição para a reconstrução histórica das línguas. Nela tem maior peso o lado oriental do tronco, com duas comunicações centradas na família Awetí vista como um ramo mais próximo da família Tupí-Guaraní. Enquanto que a Dra. Ruth Monserrat, professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta evidências morfossintáticas da grande afinidade entre as duas famílias, a doutoranda Beatriz C. Corrêa da Silva, do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, discute outros fundamentos para o reconhecimento dessa proximidade linguística. Já a Dra. Ana Suely A. C. Cabral, do Departamento de Linguística e do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, faz um levantamento da presença da flexão relacional característica não só de famílias orientais, como a Tupí-Guaraní, a Awetí, a Mawé e a Mundurukú, mas também, no oeste, da Tuparí e com traços em outras.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Mais fundamentos para a hipótese de Rodrigues (1984-85) de um Proto-Awetí-Tupí-Guaraní

Beatriz Carretta Corrêa da Silva

bcarretta@hotmail.com  
Universidade de Brasília

Karl von den Steinen foi o primeiro pesquisador a contatar, em duas expedições que fez ao Xingú no século XIX, os índios Awetí, que então viviam aldeados próximo à confluência dos rios Kuluene e Kuliseu, tendo identificado sua língua como Tupí em publicação de 1894. Atualmente, estão localizados à margem direita do rio Tutuari, e constituem uma das onze tribos integrantes do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. Este povo sofreu um profundo processo de depopulação ao longo do século XX, tendo chegado a pouco mais de 20 indivíduos na década de 1950, e encontra-se atualmente em franca revitalização, de acordo com a FUNAI, contando com cerca de 140 pessoas no último censo realizado em 2002.

A língua Awetí, assim como o Mawé, vinha sendo classificada como membro da família lingüística Tupí-Guaraní até o final da década de 1960, quando teve início a pesquisa lingüística propriamente dita de ambas as línguas. A primeira lingüista a estudar a língua Awetí foi Ruth Monserrat, que desenvolveu um estudo amplo da fonologia (EMMERICH; MONSERRAT, 1972) e especificamente da nasalidade (1977), assim como de aspectos lexicais e morfológicos da língua (1975, 1976). Quanto à língua Mawé, após as primeiras listas de palavras registradas por Henri Coudreau (1897), Curt Nimuendajú (1929) e Theodor Koch-Grünberg (1932), os primeiros estudos lingüísticos foram realizados pelo casal Graham, missionários do SIL.

Na primeira classificação interna da família lingüística Tupí-Guaraní, Rodrigues (1984-85) já asseverava a inegável afinidade entre as famílias Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní, postulando a existência de pelo menos uma proto-língua intermediária entre o Proto-Tupí e o Proto-Tupí-Guaraní. Essa hipótese foi reiterada de forma mais explícita por Rodrigues e Dietrich (1997), com base em dados lexicais, morfológicos e fonológicos, quando propuseram a existência de dois estágios sucessivos, Proto-Mawé-Awetí-PTG e Proto-Awetí-PTG, respectivamente.

Sebastian Drude (2006) apresenta uma comparação de alguns itens lexicais entre o Mawé, o Awetí e o Proto-Tupí-Guaraní para concluir, seguindo os passos de Rodrigues (1984/85) e Rodrigues e Dietrich (1997), que há evidências de um relacionamento genético mais estreito entre o Awetí e o Proto-Tupí-Guaraní, no que tem chamado inadvertidamente de “Mawetí-Guaraní”.

Este artigo pretende contribuir para a discussão do posicionamento genético da família Awetí no âmbito do Proto-Mawé-Awetí-Proto-Tupí-Guaraní, como forma de concorrer para a melhor compreensão das relações internas do Tronco Tupí. Para tanto, faz uso do método histórico-comparativo com o intuito de avaliar o grau de relação genética entre as famílias Awetí e Tupí-Guaraní, em contraste com outras línguas deste tronco lingüístico, como o Mundurukú e o Mawé.

Ao abordar o desenvolvimento histórico das línguas em questão por meio do método histórico-comparativo, tomam-se por base duas hipóteses: a hipótese do parentesco e a da

regularidade, de forma que as semelhanças e regularidades identificadas em línguas diferentes são entendidas como indicativas de parentesco genético e utilizadas para a reconstrução da proto-língua comum; sem jamais perder de vista a exigência metodológica de que sejam encontradas correspondências em todos os subsistemas lingüísticos.

Desta forma, o presente estudo apresenta de forma sistemática algumas correspondências fonológicas, morfológicas e lexicais entre a língua Awetí e o Proto-Tupí-Guaraní, discutindo as semelhanças e as diferenças entre elas, considerando os possíveis desenvolvimentos históricos de cada uma das línguas, com o intuito de corroborar a hipótese de maior proximidade genética entre as famílias lingüísticas mencionadas, contribuindo para uma fundamentação mais efetiva da existência da proto-língua intermediária Proto-Awetí-Proto-Tupí-Guaraní.

Para a realização desta pesquisa foram utilizados dados das seguintes línguas: - Awetí, fornecidos por Ruth Monserrat; - Mawé, sobretudo, o estudo de Rodrigues e Dietrich (1997); Mundurukú, fornecidos por Dionei Gomes. As reconstruções do Proto-Tupí e do Proto-Tupí-Guaraní utilizadas no âmbito da comparação são as de Rodrigues (1980, 1995, 2005) e Rodrigues e Dietrich (1997).

DRUDE, Sebastian. On the position of the Awetí language in the Tupí family. In: DIETRICH (Ed.) *Guaraní y 'Mawetí-Tupí-Guaraní': estudios históricos y descriptivos sobre una familia lingüística de América del Sur*. Münster, 2006.

EMMERICH, Charlotte; MONSERRAT, Ruth. Sobre a fonologia da língua Awetí (Tupí). *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, 25, p. 1-18, 1972.

MONSERRAT, Ruth. A negação em Awetí. (ms), 1975.

MONSERRAT, Ruth. Prefixos pessoais em Awetí. *Lingüística III*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1976.

MONSERRAT, Ruth. A nasalização em Awetí. Apresentado na 29ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo, 1977.

RODRIGUES, A. D. Tupí-Guaraní e Mundurukú: Evidências lexicais e fonológicas de parentesco genético. *Estudos Lingüísticos* 3, p. 194-209. Araraquara, 1980.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, 27/28, p. 33-53. São Paulo, 1984-85.

RODRIGUES, A. D. Reconstruction of Proto-Tupí glottalized stops. Apresentado na Society for the Study of Indigenous Languages of the Americas. Albuquerque, 1995.

RODRIGUES, A. D. As vogais orais do Proto-Tupí. In: RODRIGUES E CABRAL (Org.) *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora UnB, 2005.

RODRIGUES, A. D.; DIETRICH, W. On the relationship between Mawé and Tupí-Guaraní. *Diachronica* XIV, 2, p. 265-304, 1997.

### Fundamentando a reconstrução de prefixos relacionais para o Proto-Tupí

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

asacc@unb.br  
Universidade de Brasília

Uma das características morfológicas das línguas da família Tupí-Guaraní (tronco lingüístico Tupí) é a flexão relational, que nelas afeta os nomes, os verbos e as posições.



Trata-se de uma variação prefixal cuja função mais geral é a de referir-se ao determinante numa construção sintática, sinalizando se este é o termo que antecede imediatamente no mesmo sintagma o determinado (nome, verbo ou posposição) ou se é um termo situado fora desse sintagma. Para essas duas situações sintáticas, dispõem as línguas da família Tupí-Guaraní de dois morfemas prefixados ao tema do lexema determinado – o prefixo relacional de contigüidade e o prefixo relacional de não-contigüidade. Além desses, a maioria dessas línguas apresenta outros dois prefixos, constituindo um paradigma de quatro formas relacionais. Um desses outros dois prefixos sinaliza que o determinante é idêntico (correferente) ao sujeito da oração em que se encontra o determinado, enquanto que o outro é um ser indefinido, em geral animado e humano (ou uma pluralidade de tais seres).

A interpretação gramatical dos prefixos relacionais tem constituído uma questão disputada na literatura linguística mais recente. A concepção de um paradigma flexional se ancora já no primeiro ensaio de análise do padre José de Anchieta para o Tupinambá (ANCHIETA, 1595: 12v) e no do padre Antonio Ruiz de Montoya para o Guaraní Antigo (RUIZ DE MONTOYA, 1640: 9ss.). Alguns autores procuram interpretar o prefixo relacional de não contigüidade fora do paradigma a que pertence, interpretando-o como prefixo ou como pronome pessoal de terceira pessoa; outros tentam analisar o prefixo de contigüidade também fora de seu paradigma, como marca de voz inversa nas construções verbais; outros, ainda, vêem esse mesmo prefixo relacional de contigüidade como mero morfema de ligação (*linker*) na construção dos sintagmas; outros querem ver nesse mesmo elemento não um prefixo, mas o produto de um processo morfofonológico que mudaria em *r* a consoante inicial de raízes supostamente iniciadas por *t* (retomando, assim, uma velha sugestão do linguísta italiano Alfredo Trombetti: “L’alternazione *t* : *r* é frequente: ... Tupi *t-uba* il padre, il padre di lui : *Pedro r-uba* Pedro il padre, *te-panak u* il paniere, *nde re-panak u* il tuo paniere.” (TROMBETTI 1923, p. 498)); e ainda outros consideram tanto os prefixos relacionais de contigüidade quanto os de não contigüidade como variações de um mesmo prefixo, analisado ora como marca de terceira pessoa, ora como foco de objeto, ora como marca de inverso.

A flexão relacional encontra-se também em línguas de outras famílias do tronco Tupí e em línguas do tronco Macro-Jê e da família Karíb (RODRIGUES, 1990, 1999, 2001). Fora do tronco Tupí e mesmo em algumas línguas deste, o paradigma dessa flexão está limitado a apenas duas formas, a de contigüidade e a de não contigüidade. Várias delas, entretanto, têm também a forma de correferência ao sujeito – a qual alguns analistas procuram interpretar como pronome ou marca pronominal de terceira pessoa reflexiva. E há em algumas famílias também a forma para determinante indefinido ou humano. Neste trabalho, procuro demonstrar, fundamentada em dados de línguas das dez famílias do tronco linguístico Tupí e em uma análise comparativa desenvolvida à luz do Método Histórico Comparativo (MEILLET 1925; KAUFMAN 1990; HOCK 1991), uma hipótese de reconstrução de prefixos relacionais para o Proto-Tupí. Mostrarei, a partir da comparação de dados dessas línguas, que existe uma correspondência de forma e função entre prefixos que analisamos como expressões de um sistema de flexão relacional. Demonstrarei que esses prefixos são ativos em oito das dez famílias Tupí-Guaraní, embora em algumas línguas constituam sistemas mais reduzidos do que em

outras. Finalmente, demonstrarei que reduções ocorridas nos sistemas de relacionais de algumas línguas individuais foram decorrentes, entre outros fatores, de mudanças fonológicas ocorridas na história de línguas individuais ou de grupos de línguas, ou ainda de mudanças morfossintáticas decorrentes de forças internas à própria língua ou devidas a motivações externas. Com isto, fundamentarei a hipótese de que o Proto-Tupí teria tido em sua gramática um conjunto de prefixos com funções semelhantes às que propôs Rodrigues para os prefixos relacionais do Tupinambá, já em seus primeiros estudos dessa língua na década de cinquenta do século passado.

ANCHIETA, Joseph de. *Arte de grammatica da língua mais usada na Costa do Brasil*. Coimbra. 1595. Reprodução facsimilar por J. Platzmann, reimpressão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1933.

HOCK, Henrich Hock. *Principles of Historical Linguistics*. New York: Mouton de Gruyter. 1991.

KAUFMAN, Terrence. *Language History in South America: What We Know and How to Know More*. In Doris L. Payne ed., p. 13-73, 1990.

MEILLET, Antoine. *La méthode comparative en Linguistique historique*. Oslo. (Repr. 1966, Paris: Champignon.), 1925.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Grammatical affinities among Tupí, Karíb, and Macro-Jê*, 1992, ms.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Org.), *The Amazonian languages*, p. 162-206. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

AIKHENVALD, A. Y. Flexão relacional no tronco linguístico Macro-Jê, In: *Boletim da ABRALIN*, n. 25, p. 219-231, Fortaleza : Imprensa Universitária, 2001.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. *Arte, y vocabulario de la lengua guarani*. Madri. Reprodução facsimilar em: Antonio Ruiz de Montoya, *Arte de la lengua guaraní (1640)*, con introducción y notas por Bartomeu Meliá, S. I. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 1993.

TROMBETTI, Alfredo. *Elementi di glottologia*. Bolonha: Nicolá Zanichelli, 1923.

## Explorando o grau de parentesco genético entre o Awetí e o Proto-Tupí-Guaraní: evidências morfossintáticas

Ruth Maria Fonini Monserrat

monserruth@alternex.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nesta comunicação, desenvolvo uma comparação de dois importantes traços morfossintáticos presentes nas famílias Awetí e Tupí-Guaraní, com o objetivo de contribuir para a fundamentação da hipótese proposta por Rodrigues 1997, segundo a qual a família Awetí compartilharia mais traços em comum com a família Tupí-Guaraní do que com qualquer outra família do tronco linguístico Tupí. Essa hipótese vem sendo trabalhada por pesquisadores associados ao projeto de Reconstrução do Proto-Tupí, Aryon Rodrigues, Beatriz Carretta Corrêa da Silva e Ana Suelly Arruda Câmara Cabral. Esse projeto é coordenado por Aryon Dall’Igna Rodrigues e tem entre suas preocupações o refinamento do modelo arbóreo proposto por Rodrigues (1986).



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Os aspectos morfossintáticos focalizados na presente comparação são as expressões de negação e as expressões do que tem sido chamado na literatura sobre a família Tupí-Guaraní e sobre a família Awetí de construções nos modos subjuntivo e gerúndio. O Estudo desenvolveu-se à luz do Método Histórico Comparativo, que requer, para o estabelecimento de relações genéticas entre línguas, entre outros, correspondências sistemáticas em todos os subsistemas das línguas comparadas. Os dados usados na comparação provêm das seguintes línguas e fontes: Awetí (MONSERRAT, 1976; MONSERRAT, 2002; MOSERRAT, 2005), Proto-Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1997; RODRIGUES; CABRAL, 2004; RODRIGUES; CABRAL, 2005); Tupinambá (ANONYMOUS, 1952-1953); Kamayurá (SEKI, 2001), Asuriní do Tocantins (CABRAL; RODRIGUES, 2003).

O Awetí, como descrito por Monserrat (1975), possui três maneiras de expressar a negação, que se distinguem por características morfológicas e comportamento sintático diferentes, apresentadas em seguida.

I. Negação dupla, marcada pela partícula *ʔm* precedendo o predicado e pelo sufixo - que flexiona o tema núcleo do predicado:

b. ʔan o-majō-ka tēzāwatū (Neg PesV-morrer-Neg veado) 'o veado não morreu'

b. ʔan muʔat wey-kēy-yu-ka mōy (Neg gente PesV-matar-Cont-Neg cobra)

homem não está matando a cobra'

b. ʔan a-kwakúp-āka e-etsé-tu (Neg PesV-querer-Neg ProDep-entrar-N<sup>or</sup>) 'não quero que entres'

b. ʔan e-mēpēt-zoko-ka ʔén (Neg ProDep-filho-Fut-Neg tu) 'não terá filhos'

b. ʔan uyá-pe mōy-āka (Neg esse-loc cobra-Neg) 'aí não tem cobra'

II. Negação por meio do sufixo derivacional -eʔm combinado com o tema negado:

b. motāj-eʔm uyá (remédio-Neg isso) 'isso não é remédio'

b. t-ekó-at-eʔm koytā (cop-andar-Adj<sup>or</sup>-Neg ele) 'ele não anda (não é andador)'

b. i-pilāj-eʔm-ītu uyá (cop-vermelho-Neg-Adj<sup>or</sup> isso) 'isso não é vermelho'

III. Negação com a partícula kwát que precede predicados no modo imperativo:

b. kwát e-tēt-tu (Neg Rel-dormir-Nom<sup>or</sup>) 'não durma!'

b. kwát e-mowige otén-ap (Neg Rel-fechar porta) 'não feche a porta!'

b. kwát e-taʔoge-zoko-tu (Neg Rel-zangado-fut-Nom<sup>or</sup>) 'não fique zangado!'

O Proto-Tupí Graraní também teria possuído três tipos de negação de predicados:

I. Negação dupla, marcada pela partícula *na* precedendo o predicado e pelo sufixo -i que flexiona o tema núcleo do predicado.

II. Negação por meio do sufixo derivacional -eʔm combinado com o tema negado.

III. Negação com o sufixo flexional -em combinado com temas de predicados no imperativo.

O segundo traço comparado são as expressões dos modos gerúndio e subjuntivo. Argumentaremos que os paralelismos entre as expressões desses modos nas famílias Awetí e Tupí-Guaraní são mais intensos do que com outras famílias Tupí. A semelhança da expressão de gerúndio em Tupí-Guaraní e Awetí tendo sido satisfatoriamente demonstrada por Cabral e Rodrigues (2005), apenas acrescentarei novos dados que a confirmam, estendendo-me mais na discussão sobre as semelhanças estruturais que essas famílias compartilham na expressão do modo subjuntivo.

Na presente comunicação, argumentarei que as semelhanças tipológicas dos padrões de negação nas duas famílias, somadas às semelhanças morfossintáticas das expressões de gerúndio e subjuntivo, que se definem com base em formas e funções correlatas constituem importantes evidências para

a fundamentação da hipótese de maior proximidade genética da família Awetí com a família Tupí-Guaraní, de acordo com Rodrigues e Dietrich (1997).

ANONYMOUS. *Vocabulário na Língua Brasileira*. vol. I (A-H), Boletim 137; vol. II (I-Z), Buletim 164. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1952-1953.

CABRAL, Ana Suelly A. C. RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Dicionário do Asuriní*. 2003

CABRAL, Ana Suelly A. C.; RODRIGUES, Aryon D. Trabalho apresentado durante o I encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Belém, Universidade Federal do Pará, 2001,

MONSERRAT, Ruth M. F. Negação em Awetí. Trabalho elaborado como parte da exigência da disciplina de Semântica Gerativa no curso de Doutorado da Faculdade de Letras /UFRJ), 1975.

MONSERRAT, Ruth M. F. Prefixos Pessoais em Awetí. *Linguística* III. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1976.

MONSERRAT, Ruth M. F. Sobre a Fonologia da Língua Awetí (Tupí) (ms), 2002.

RODRIGUES, Aryon D. Tupí. In: DIXON, R. M. W.; AIKHEN-VALD, A. Y. (Org.), *The Amazonian languages*, p. 105-124. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

### 3.7.2 Comunicações Individuais

#### Ressignificando o silêncio: povo e língua Chiquitano do Brasil

Emma Marta Dunck Cintra

dunck@terra.com.br

Univag - Centro Universitário / Seduc - Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso

No contexto mundial de línguas ameaçadas de extinção é que se insere essa pesquisa, pois trata-se de um estudo da situação sociolinguística do povo Chiquitano das comunidades Fazendinha e Acorizal, em solo brasileiro, que se encontra num alto grau de perigo de extinção.

A partir de outubro de 2003, nessas comunidades, localizadas no município de Porto Esperidião, no Estado de Mato Grosso, fez-se um estudo com vistas a promover a documentação e resgate da língua chiquitano ali encontrado. A nação Chiquitano é o resultado de uma mestiçagem cultural entre diferentes povos indígenas e a influência da cultura cristã ocidental, processo que se deu nos redutos jesuíticos da principal Chiquitania (Bolívia), nos séculos XVII e XVIII. A língua Chiquitano foi estabelecida como franca e foi utilizada para evangelizar tribos de origens distintas. É considerada isolada e até a presente data não se tem uma relação comprovada com outros idiomas (Riester, 2003; Bazan, 2000) do chaco ou da bacia amazônica.

O paradigma metodológico utilizado foi o interpretativista (Moita Lopes, 1996). A análise dos dados pautou-se nos seguintes autores: Bahktin (1988, 2000), Eni Orlandi (1995),





Moita Lopes (1996, 2001, 2003), além dos sociolinguistas Hamel (1998), Romaine (2000), Albó (1988), Braggio (1992 em diante), Pimentel (2001a e 2001b).

Pela análise dos dados pôde-se observar que o contexto histórico de discriminação provocou nos indígenas uma desterritorialização que afetaria não só a sua ocupação de espaço físico como também a ocupação do espaço sociocultural próprio, fato que é visível na atual situação sociolinguística das comunidades Fazendinha e Acorizal, qual seja, silenciamento da língua e cultura. Pela análise dos resultados das entrevistas, a língua chiquitano nessas comunidades deixou de ser transmitida aos filhos há mais de 50 anos. Observamos que na faixa etária entre os 12 a 47 anos, 100% não falam e nem entendem o chiquitano. Nas pessoas acima de 50 anos, 41,2% sabem a língua chiquitano, mas só aqueles com a idade superior a 60 anos.

Quando questionados se gostariam de que a língua chiquitano fosse ensinada na escola, 100% dos mais idosos foram favoráveis. Já entre os de 30 e 47 anos, 80% gostariam, mas há a solicitação de que se tenha livro, material escrito, professor. Entre os mais jovens a aceitação está sendo progressiva. Para esses, a língua chiquitano é algo novo e fica difícil de se estabelecer uma relação de afinidade, principalmente pelo desprestígio que é conferido às línguas indígenas pela sociedade majoritária.

Em virtude do silenciamento que sofreram ou se propuseram a fazer para serem aceitos pela sociedade envolvente, ao serem indagados se eram Chiquitano assim responderam: 25% daqueles entre 12 e 27 anos se dizem Chiquitano e 67% deles falaram que souberam há pouco que eram indígenas – não sabiam ou não se consideravam índios. Já entre os de 30 e 47 anos, 20%, não sabiam que eram indígenas. Entre os mais idosos, aqueles acima de 60 anos, 88,8% se consideram Chiquitano.

Durante a pesquisa, não se observou, em nenhum momento, interação na língua chiquitano; desse modo, pode-se dizer que nas comunidades há um tipo de bilingüismo que denominamos de memória, que incide entre alguns dos mais idosos. Diante do exposto, percebe-se que a língua chiquitano encontra-se num alto grau de perigo de extinção, pois está apenas guardada na memória de alguns dos mais velhos. Albó (1999) explica que quando uma língua encontra-se nesse estágio, ela está atrofiada e, caso não seja tomada uma atitude drástica para reverter essa situação, estará condenada ao desaparecimento.

Naquele momento pudemos perceber que o conflito de identidade linguística e territorial estava bastante presente no povo. As respostas às entrevistas traduziam sentimentos de inferioridade, diante da rejeição ao serem chamados de bugres, índios, bolivianos. O que provocava uma atitude negativa em relação à língua, conseqüentemente havia o uso da língua portuguesa em todos os domínios sociais, nos diferentes estilos: os das esferas do cotidiano e também nas esferas especializadas (Bakhtin, 1988). A língua Chiquitano do Brasil enquadra-se, portanto, na categoria de alto risco de perda, pois não é mais falada pelas crianças (Hinton, 2001). Como outras línguas no mundo, essa corre o risco de desaparecer levando consigo toda uma diversidade cultural e intelectual da humanidade (Braggio, 2000).

Se no decorrer de todo o processo conflituoso pelo qual passou esse povo sua língua foi perdendo o seu valor e sendo deslocada, silenciada, considerada inferior, 'feia' (M.A.R.) 'as pessoas reparavam' (M.S.), agora, 2005/2006 se têm atitudes positivas em relação ao resgate dessa língua 'é a nossa língua, a língua dos nossos antepassados' (J.R.), 'gostaria

que meus netos aprendessem' (R.L), 'eu também gostaria de aprender' (M.J). Portanto, é o momento de criar uma política educacional de vitalidade linguística e cultural que atenda às necessidades de Acorizal e Fazendinha e que possa se estender às outras comunidades Chiquitano do Brasil.

Com o intento de um programa de revitalização linguística e uma possível inserção da língua Chiquitano nas comunidades como 2ª língua, iniciamos atividades de socialização e discussão sobre as funções dessa língua na comunidade e, conseqüentemente, uma definição preliminar da ortografia para escrita.

Atualmente (2006) já se vê uma atitude diferente em relação à língua e cultura. Se antes tinham vergonha de falar que eram índios, de que não queriam aprender a língua, já vemos os mesmos animados na escolha da ortografia, o que pode ser comprovado através dessas falas 'é a minha língua', 'eu quero aprender', 'o rsch é mais bonito, é diferente' – para representar o som da africada retroflexa –.

Este trabalho se propõe a mostrar, então, a análise dos dados obtidos inicialmente, bem como momentos de interação e de discussão da escolha da ortografia para a língua chiquitano do Brasil.

ALBÓ, Xavier. El futuro de los idiomas oprimidos. In: Orlandi, (Org.) *Política lingüística na América Latina*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988. p. 75-120.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAZÁN, Luis Antonio Rodríguez. Estado de las lenguas indígenas del oriente, Chaco y Amazonia Bolivianos. In: F. Queixalós e O. Renault-Lescure (Org). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 129-150.

BRAGGIO, Silvia Bigonjal. *O papel da pesquisa sociolinguística em projetos de vitalização de língua e cultura*. Artigo apresentado na 54ª Abralín, na SBPC, 12 a 17 de julho de 2002, Goiânia, UFG.

GRASSO, Dick Edgar Ibarra. *Lenguas indígenas de Bolivia*. La Paz, Bolívia: Libreria Editorial Juventud, 1982.

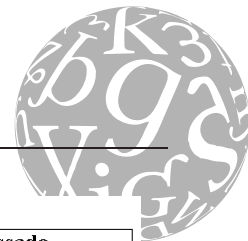
HAMEL, Rainer Enrique (Org.) *La política del lenguaje y el conflicto interétnico -- Problemas de investigación sociolinguística*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988. p. 41-74

HINTON, Leanne e Ken Hale (Eds.). *The green book of language revitalization in practice*. New York: Academic Press, 2001.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Contextos institucionais em lingüística aplicada: Novos Rumos*. Intercâmbio, v. 5, 1996. p. 3-14

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

RIESTER, Jurgen. *Zúbaka: La Chiquitania. El mundo de los Chiquitanos: borrador para la elaboración de um CD interactivo de carácter educativo para las escuelas primarias y secundarias m Bolívia*. 2003. ¡ texto gentilmente enviado via correio eletrônico, pela direção da APCOB – Apoyo para el Campesino Indígena del Oriente Boliviano.¡



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Morfemas categorizadores em Xavante

Rosana Costa de Oliveira

rosana@predialnet.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo geral deste trabalho é o de descrever e analisar os morfemas verbalizadores e nominalizadores da língua indígena Xavante (Tronco Macro Jê). Adotando o quadro teórico da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993), mostraremos a formação do nome e também do verbo nesta língua.

Dentro da Morfologia Distribuída, as raízes são acategoriais, isto é, são desprovidas de traços funcionais. Para se tornar um nome ou um verbo, uma raiz acategorial precisa se juntar a determinados feixes de traços, respectivamente, 'vezinho' para formar um verbo e 'nomezinho' para formar um nome. Na língua Xavante, uma raiz se torna um nome a partir da junção de morfemas nominalizadores fonologicamente nulos ou fonologicamente explícitos. Esses morfemas nominalizadores aparecem sufixados à raiz, conforme nos mostram os exemplos a seguir.

O exemplo (1) é uma raiz acategorial *hötsi* juntada ao morfema nominalizador *-dzé*, formando o nome *hötsidzé* 'bebida':

1) *hötsi* – *dzé*  
*beb* – NMLZ Bebida

Já no exemplo (2), o morfema nominalizador que indica agente *-'wa* aparece com a raiz acategorial *romhö* formando o nome *romhö'wa* 'atirador':

2) *romhö* – *'wa*  
*atir* – NMLZ Atirador

Como afirmamos anteriormente, a língua Xavante possui, além dos morfemas categorizadores de nome fonologicamente explícitos, morfemas categorizadores de nome fonologicamente nulos. O exemplo abaixo nos mostra a raiz acategorial *wahi* juntada ao morfema nominalizador  $-\emptyset$ . Essa raiz apresenta o prefixo marcador de 3ª pessoa *i-*:

3) *ĩ* – *wahi* –  $\emptyset$   
*3ª* – *magr* – NMLZ Magro

Para se tornar um verbo, a mesma raiz acategorial se junta a morfemas verbalizadores que aparecem fora da raiz verbal, embora pertencendo ao núcleo verbal, como podemos ver a seguir:

4) *wa* *ĩ* – *nho're*  
*VBLZ 1ª* – *cantar* Eu estou cantando

Dando continuidade a análise feita em Oliveira (2002), na qual descrevemos os morfemas livres que aparecem antecedendo a raiz verbal como morfemas portmanteau, pois carregam traços de tempo e pessoa, afirmamos que esses mesmos morfemas são os verbalizadores da língua.

Como podemos observar no quadro abaixo, o morfema *wa* ocorre com a 1ª pessoa e tempo presente ou passado; o morfema *te* ocorre com a 2ª e 3ª pessoa marcando o tempo presente; e o morfema *ma*, que também ocorre com a 2ª e 3ª pessoa, marca o tempo passado:

Não podemos afirmar que há um morfema verbalizador  $\emptyset$  afixado à raiz verbal da língua Xavante. Se não há morfemas verbalizadores explícitos afixados à raiz, não podemos dizer que haja tal posição para prevermos um morfema verbalizador  $\emptyset$ . A estrutura da palavra verbal em Xavante é composta somente por prefixos que marcam pessoa, como

5)

PessoaTempo	Presente	Passado
1ª pessoa	wa	wa
2ª pessoa	te	ma
3ª pessoa	te	ma

poderemos ver nos exemplos a seguir:

pref. pessoa raiz  
5) *pa'o wa tô ti* – *'rê*  
*banana 1ª/pass. perf. 1ª* – *comer* Eu comi banana

6) *pa'o ma tô ã* – *'rê*  
*banana 2ª/pass. perf. 2ª* – *comer* Você comeu banana

7) *pa'o ma tô ti* – *'rê*  
*banana 3ª/pass. perf. 3ª* – *comer* Ele comeu banana  
Então, podemos afirmar que os verbalizadores da língua Xavante são os morfemas livres. Esses morfemas não podem ser fonologicamente nulos, têm que ser morfemas plenos.

Segundo a teoria da Morfologia Distribuída, os morfemas adquirem conteúdo fonológico somente após a derivação sintática, na Forma Fonológica. Durante o *spell out*, para que um item de vocabulário seja inserido em um determinado nó, é preciso que ele contenha, senão todos os traços, pelo menos um subconjunto de traços morfossintáticos que este nó apresenta. O item de vocabulário, portanto, é subespecificado, uma vez que não precisa possuir todos os traços presentes em um nó para ser inserido nele.

Veremos que os morfemas *wa*, *te* e *ma*, além de serem os verbalizadores da língua, são também subespecificados. Como podemos observar nos exemplos abaixo, o morfema que marca 1ª pessoa, *wa*, pode ser tanto presente quanto passado, isto é, este morfema é subespecificado. Ele não possui os dois traços juntos - presente e passado - quando é inserido na forma fonológica. Estes traços já foram definidos na derivação sintática.

O exemplo (9) nos mostra que o morfema *wa* está no tempo presente. Este morfema foi inserido na forma fonológica apresentando o traço de tempo presente:

8) *pa'o wa ti'rê*  
*banana 1ª/pres. comer* Eu como banana  
Eu estou comendo banana

Já no exemplo (10), o morfema *wa* foi inserido na forma fonológica apresentando o traço de tempo passado:

9) *pa'o wa ti'rê*  
*banana 1ª/pass. comer* Eu comi banana

T [presente] *ĩ* *wa*, *te*  
T [passado] *ĩ* *wa*, *ma*

Uma análise deste sistema é que o fato da aparição do morfema *wa*, em duas combinações de tempo distintos e dos morfemas *te* e *ma* que possuem traços de pessoa diferentes é sistemática, não é um caso de homofonia acidental.

11) +1 +suj. + *ĩ=ĩ* *wa*  
-1 +suj. +pres. *ĩ=ĩ* *te*  
-1 +suj. +pass. *ĩ=i* *ma*

ARAD, Maia. On 'Little v'. in *Papers on Morphology and Syntax. Cycle One*. Karlos Arregi, Benjamin Bruening, Cornelia Krause, and Vivian Lin (Eds). Cambridge, MITWPL.1999.

HALLE, M. & A. MARANTZ. *Distributed morphology and the pieces of inflection*. The View from Building 20, edited by K.



Hale & S. J. Keyser, p. 111-176. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1993.

\_\_\_\_\_. Some key features of Distributed Morphology. *MIT Working Papers in Linguistics 21: Papers on phonology*. A. Carnie & H. Harley (Eds.). p. 275-288. Cambridge, Mass.: MITWPL, 1994.

HARLEY, Heidi and ROLF Noyer. Licensing in the Non-Lexicalist Lexicon: Nominalizations, Vocabulary Items and the Encyclopedia. Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect. *MIT Working Papers in Linguistics* v. 32. p.119-138. Heidi Harley (Ed.). MITWPL, 1998.

\_\_\_\_\_. *Distributed Morphology*. Glot International. v. 4, Issue 4, 1999.

\_\_\_\_\_. *State-of-the-Article: Distributed Morphology*. 1999

LEMLE, Miriam. *Sufixos em verbos: onde estão e o que fazem*. Texto impresso, Dep. de Linguística, UFRJ. Rio de Janeiro 2002.

OLIVEIRA, R. C. *Periferia Esquerda na Língua Xavante*. Dissertação de mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

## Movimento: direção e modo do movimento em Amondawa

Wany Sampaio

wsampaio@unir.br

Universidade Federal de Rondônia

Amondawa é uma língua Tupi-Kawahib (Tronco Tupi, Família Tupi-Guarani), relacionada a outras línguas Tupi Kawahib da Amazônia brasileira (Diahoi, Karipuna, Ténharim, Parintintin, Uru-eu-uau-uau, por exemplo). Muito da análise que será aqui apresentada se aplica também a estas línguas. O nome Amondawa, como é o caso de muitas línguas indígenas no Brasil, não é a autodenominação do povo Amondawa, mas agora ele é adotado como tal. A comunidade consiste de cerca um pouco mais de 100 pessoas, todos vivendo em uma aldeia na região central do estado de Rondônia, Brasil.

A comunidade teve seu primeiro contato oficial com os não-indígenas por volta de 1984. Todos os membros da comunidade falam a sua língua materna e quase todos falam também o português. A língua Amondawa continua a ser adquirida como primeira língua e é a principal língua de instrução na escola; o Português, como segunda língua, é também utilizado nos processos comunicativos com os não-indígenas, nas relações comerciais.

A língua Amondawa se caracteriza por um complexo sistema de prefixos verbais que se constitui por: 4 pessoas (1, 2 e 3, singular; 1 (inclusivo e exclusivo), 2 e 3 plural, 2 números (singular e plural), 2 gêneros (masculino e feminino, estritamente com relação a [+humano]). O sistema verbal é também marcado em termos de uma distinção ergativo-acusativo, baseado na distinção semântica do sujeito (controlador ou não-controlador) da ação verbal. Sujeitos gramaticais que são semanticamente conceitualizados como tendo o controle deliberado da ação ([+animado, +humano, +agente]) são gramaticalmente agentivos em construções transitivas (SVO), enquanto sujeitos gramaticais não-controladores da ação são pacientes em construções ergativo-intransitivas (SV). A ordem das palavras é variável e baseada no controle ou

não controle da ação pelo sujeito gramatical, pela distinção semântica entre humanos e não-humanos agentes e pacientes e pelo número de regras semânticas especificadas em uma construção. A reduplicação fonológica e lexical é também bastante freqüente em Amondawa; os demonstrativos e outros elementos precisam ser adjacentes ao nome. (Sampaio e da Silva, 1998; Sampaio, 1999).

Nós apresentaremos, então, uma análise da organização dos eventos de movimento na língua Amondawa, em termos de mapeamentos da especificação semântica do CAMINHO ou DIREÇÃO (path) e do MODO (manner) do movimento em sua expressão morfossintática. Nossa análise está baseada na distinção proposta por Talmy (1983; 1985; 1991) entre verb framed (VF) e satellite framed (SF) languages; na extensão apresentada por Slobin (2004), o qual sugere um terceiro tipo: equipollent languages; além disso, utilizamos também a análise discursiva complementar proposta por Slobin (2000, 2004, in press) acerca das diferenças crosslinguísticas em manner salience. Especificamente, a tipologia proposta por Talmy se baseia na observação de que, nas línguas VF, path está tipicamente configurado no verbo de movimento (flexão verbal) e manner, se for expresso, está configurada numa construção gerundiva, enquanto que nas línguas SF path está tipicamente expresso em uma partícula e manner está tipicamente configurada dentro dos verbos de movimento. (Ver também Slobin, 2000, 2004, in press).

Nós discutimos a relação entre os modelos identificados por Talmy e os modelos de distribuição semântica espacial identificados por Sinha and Kuteva (1995); e avaliamos criticamente a significância dos modelos de mapeamentos que identificamos, em Amondawa, para a tipologia dos eventos de movimento. Amondawa parece ser uma língua *verb framed*, mas tem também características típicas das línguas do tipo equipollent (com verbos seriais). Amondawa pode ser então caracterizada como língua de tipo misto, tal como proposto para o francês (Pourcel e Kopecka, in press). Nós propusemos, com base nos resultados de nossa análise, que a distinção categórica de *verb framed* (VF) vs. *satellite framed* (SF) é mais adequada para ser aplicada no nível da construção (Fillmore and Kay, 1987; Goldberg, 1995; Croft, 2001) e que as línguas, como sistemas inteiros, são melhor caracterizadas em termos de preferências de mapeamentos ou tendências no uso das expressões linguísticas (Sampaio, Sinha e da Silva Sinha, in press).

CROFT, William. *Radical Construction Grammar. Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press. 2001.

FILLMORE, Charles J. & Paul Kay. *The Goals of Construction Grammar*. Berkeley Cognitive Science Program Technical Report n. 50. University of California at Berkeley. 1987.

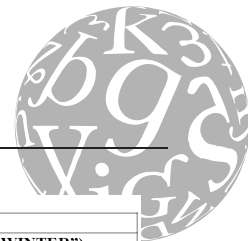
GOLDBERG, Adele. *Constructions*. A Construction Grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press. 1995.

POURCEL, S. and KOPECKA, A. *Motion events in French: typological intricacies*. in press.

SAMPAIO, W. *A referência remissiva número-pessoal nos prefixos verbais da língua uru-eu-uau-uau*. Unpublished ms, Federal University of Rondônia. 1999.

SAMPAIO, W. and DA SILVA, V. *Os povos indígenas de Rondônia: contribuições para com a compreensão de sua cultura e de sua história*. 2nd ed., Porto Velho: UNIR. 1998.

SAMPAIO, W., SINHA, C. and DA SILVA Sinha, V. *Mixing and Mapping: Motion, Path and Manner in Amondawa*. In E. Lieven and J. Guo (Eds.) *Crosslinguistic Approaches to the Study*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

of Language. *Research in the tradition of Dan Isaac Slobin*. Mahwah, NJ: Lawrence Earlbaum. in press.

SINHA, C. and KUTEVA, T. *Distributed Spatial Semantics*. Nordic Journal of Linguistics 18. p. 167-199. 1995.

SLOBIN, D. Verbalized events: a dynamic approach to linguistics relativity and determinism. In S. Niemeier and R. Dirven (Eds.) *Evidence for Linguistic Relativity*. Amsterdam: John Benjamins. 2000.

SLOBIN, D. The many ways to search for a frog: linguistic typology and the expression of motion events. In S. Strömquist and L. Verhoeven (Eds.) *Relating Events in Narrative: Typological and contextual perspectives*. Mahwah, NJ: Lawrence Earlbaum. 2004.

TALMY, L. (1983) How language structures space. In Pick, Herbert L., Jr. and Linda P. Acredolo (Eds.). *Spatial Orientation: Theory, Research and Application*. New York: Plenum Press.1983.

TALMY, L. Lexicalization Patterns: Semantic Structure. In Lexical Forms. In Shopen, T. (Ed.) *Language Typology And Syntactic Description*. v. 3. Grammatical Categories And The Lexicon. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1985.

TALMY, L. Path to realization: a typology of event conflation. *Proceedings of the 17th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. p. 480-520. 1991.

### Time in the Amondawa language and culture

Vera da Silva Sinha

vera.silva@ntlworld.com  
University Portsmouth

The conceptualization of time in the Tupi languages of Brazil has been little researched and analyzed, although what research there is has a long history. Father José de Anchieta, in his 1595 grammar of Old Tupi (*A arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*), claimed that past and future were not expressed in verbal tense-marking morphology, but by modification indicating things and events which have either already occurred or are yet to occur (cited in Leite, 2000). We present an initial analysis of temporal expressions in the Amondawa (Tupi Kawahib) language and of their cultural motivation.

In Amondawa, future time is expressed by the dependent morphemes (or particles) *nehe*, *potinehe*; and past by the morphemes *kiko*, *kii'i*, *emo*, *ramo*. It should be noted that these morphemes also express modal, aspectual and evidential notions (intention, desire, perfectivity, continuous action, event witnessed by speaker etc.). This list is not exhaustive: notions of time are also assimilated to other adverbial terms corresponding to English yesterday, today, tomorrow, now and so forth.

For the Amondawa, time is not divided into years, but into two seasons: the dry season *Kuaripe* (time of the sun) and the rainy season *Amama*. Each of these seasons is subdivided in three (see Table 1)

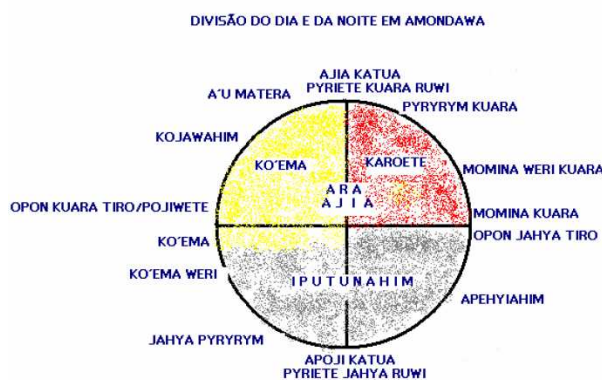
The day is divided into *Ko'ema* (morning), *karoete* (afternoon) and *iputunahim* (night). Night is marked by the disappearance of the sun and the appearance of the moon. Further subdivisions are based upon daily activities: times of waking, working, eating, relaxing and sleeping (see Figure

Table 1: The Amondawa seasons

AMONDAWA	ENGLISH
AMANA	Rain / Time of the rain ("WINTER")
AKYN AMANA	Falling rain (Beginning of the time of rain)
AKYRIMBA'U AMANA or AMANA EHAI	Very heavy rain or Great rain
AMANA TUIN	Small rain (ending of the time of rain)
KUARIPE	Time of the sun ("SUMMER")
O'AN KUARA	The sun is coming (beginning of the time of the sun)
ITYWYRAHIM KUARA	Very hot sun; strong sun.
KUARA TUIN or AKYRIRIN AMANA	Small sun (ending of the time of the sun) The time of falling rain is close

2).

Fig 1. Chronogram of Amondawa day/night cycle



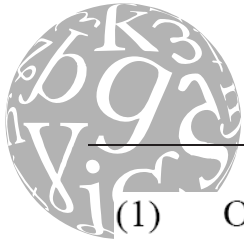
The Amondawa language and culture does not employ cardinal chronologies such as ages of individuals, or ordinal chronologies such as yearly or monthly calendars, other than the four phases of the moon, since the Amondawa numerical system has only two numerals with a maximum combinatorial value of four (*mokongaturaipeimem*: two and twice one).

An abstract term for TIME does not exist in Amondawa. The passage of time is expressed by the use of the verbs of motion meaning COME and GO. Our data indicate that it is the events or temporal periods which metaphorically or analogically "come" and "go", and not the speaker or other experiencing subject. The word *kuara* (sun) is preferentially used to denote time intervals in general, since it the movement of the sun which governs the passage of both the time of day and the season. This yields expressions such as:

In the examples above, the Amondawa expressions were offered by a native language consultant as translations of Portuguese expressions employing the word "time" with the verbs "come and "go", e.g. *o tempo vai*.

This presentation will address the implications of these data for theories which argue that time is universally conceptualized by analogy with space. For example, models in which an Experiencer moves through a schematic time-landscape, or in which events move with respect to the Experiencer. Such models (and other models) involve the schematization of time as a series of events (Gell, 1992).

Time intervals in "modern" cultures are structured by cognitive artefacts such as calendars and watches, which



(1) Oho kuara tiro  
Go sun now  
*The sun/dry season goes (by)*

(2) akum kuara  
Gone sun  
*The sun/dry season has gone*

(3) uhum kuara  
Coming sun  
*The sun/dry season is coming*

impose a quasi-static cultural model on moving time. In contrast, Amondawa time is structured by events in the natural environment (seasons) and the social habitus of activities. We can diagram Amondawa time, but this may be distorting it by imposing modern cultural schemas of cyclicity and / or linearity. The claim that space-time analogies are universal presupposes time as a separate plane or domain, but is this possible without cognitive artefacts, and is it necessary in all cultural contexts?

Leite, Yonne. Brasil 500 anos. *Ciência Hoje*, v. 28, n. 163. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia e Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.  
Gell, A. *The Anthropology of Time. Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*. Oxford: Berg, 1992.

**Marcação de caso em Waimiri Atroari**

Ana Carla Bruno

acbruno@hotmail.com  
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / NPCHS

O Waimiri Atroari é uma língua Caribe falada por 1.155 indivíduos (Programa Waimiri Atroari, 2006), em uma região que se estende do norte do Estado do Amazonas ao sul do Estado de Roraima, no Brasil. Assim como algumas outras línguas da família Caribe, o Waimiri Atroari conta com poucos trabalhos descritivos. Os estudos mais recentes sobre essa língua foram elaborados por Bruno (1996/98, 2003, 2004, 2005). Além disso, há um estudo fonológico elaborado por Hill e Hill (1994) e dois trabalhos sobre fonologia e morfologia Waimiri Atroari elaborados por Lacerda (1991, 1996). Esta comunicação apresenta uma análise preliminar da marcação de caso nesta língua. Nesta análise será utilizada a definição de caso de Blake (2000:12) em que:

'case in its most central manifestation is a system of marking dependent nouns for the type of relationship that they bear to their head. However, it is

not the only grammatical mechanism for marking head-modifier relation, one important type of alternative is the principle of marking the head rather than any dependent'

(como é o caso de Waimiri Atroari). Nos verbos transitivos em Waimiri Atroari, marcadores prefixais de A e O ocorrem (observe tabela 01 abaixo), e sua distribuição está condicionada a uma hierarquia de pessoa que estabelece que: primeira pessoa '1', segunda pessoa '2' e primeira pessoa plural inclusiva '1+2' são mais altas que a terceira pessoa '3' (1, 2, 1+2, 1+3 > 3). Basicamente, todo participante do ato de fala (tanto A quanto O), com exceção da terceira pessoa, é marcado no verbo com o correspondente A ou O. Quando primeira, segunda e primeira pessoa plural inclusiva atuam numa terceira pessoa, prefixos de sujeitos são selecionados concordando com a primeira e segunda pessoa:

1A3O Aa ram ka h-ini-pia.  
1PRO 2PART 3PRO 1A-ver-PAS.IMD  
'Eu vi ele.'  
2A3O Amyra ram ka m-ini-pia.  
2PRO 2PART 3PRO 2A-ver-PAS.IMD  
'Você viu ele'

No entanto, quando a terceira pessoa atua numa primeira ou segunda pessoa, os prefixos de objetos são selecionados concordando com a primeira ou segunda pessoa:

3A1O Ka ram aa-ini-pia.  
3PRO 2PART 1O-ver-PAS.IMD  
'Ele me viu'  
3A2O Ka ram a-ini-pia.  
3PRO 2PART 2o-ver-PAS.IMD  
'Ele viu você.'

Tabela 01: Prefixos Verbiais (Marcação de Pessoa)

Sujeito (Intransitivo)	Sujeito (Transitivo)	Objeto	Possessivo
1 <sup>st</sup> sing w-/wy-/wv-	w-/wy-/wv-, h-/hy-/hu-	aa=	aa=
2 <sup>nd</sup> sing/pl m-/my-/mu-	m-/my-/mu-	a=, k-, ky-, ku-	a=
3 <sup>rd</sup> sing/pl n-/ny-/nu-	n-/ny-/nu-, Ø (?)	Ø (?)	kyy=ty=(reflexivo)
1+2(incl) h-/hy-/hu-	h-/hy-/hu-	k-/ky-	k-/ky-
1+3(excl) n-/ny-/nu-	n-/ny-/nu-, Ø (?)	a'=	a'=

Os exemplos da tabela abaixo ilustram mais claramente a hierarquia discutida acima, e demonstram como o caso é marcado. Usualmente, é observado que línguas do tipo 'head-marking' marcam o sujeito no verbo, mas, em algumas línguas, podem marcar o objeto também. Este é o caso do Waimiri Atroari, quando os objetos são de 1 e 2 pessoa.

Blake, Barry. *Case*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.  
Bruno, Ana Carla. Waimiri Atroari Pronominal System. In: TELLES, Stella (Org.). *Coletânea Axéwyrú*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.  
\_\_\_\_\_. Reduplicação em Waimiri Atroari. *Amerindie*: IRD. Volume Especial sobre línguas Carib, 2004.  
\_\_\_\_\_. *Waimiri Atroari Grammar*: Some Phonological, Morphological, and Syntactical Aspects. PhD Dissertation - University of Arizona, Tucson, 2003.  
\_\_\_\_\_. Fieldwork notes. Waimiri Atroari Reservation. 1996/1998.  
HILL, Joseph; HILL, Tamara. *Phonological Sketch of Waimiri Atroari* (Cariban). Missão Evangélica da Amazônia, 1985.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Tabela 02: Verbo ver '-ini-'

1A30	Aa ram ka h-ini-pia 1PRO 2PART 3PRO 1A-ver-PAS.IMD 'Eu vi ele.'
2A30	Auvra ram ka m-ini-pia 2PRO 2PART 3PRO 2A-ver-PAS.IMD 'Você viu ele.'
3A30	Mykyka ram ka Ø-ini-pia 3PRO 2PART 3PRO Ø-ver-PAS.IMD 'Ele viu ele.'
1+2A30	Kyka ram ka h-ini-pia 1+2PRO 2PART 3PRO 1+2A-ver-PAS.IMD 'Nos vimos ele.'
3A10	Ka ram aa-ini-pia 3PRO 2PART 10-ver-PAS.IMD 'Ela/ele me viu.'
3A20	Ka ram a-ini-pia 3PRO 2PART 20-ver-PAS.IMD 'Ela/ele viu você.'
3A1+30	Ka ram a-ini-pia 3PRO 2PART 1+30-ver-PAS.IMD 'Ela/ele nos viu.'
3A1+20	Iry k-ini-pe-sy na 3PRO 1+20-ver-?-DESID...COP 'Ela/ele quer nos ver.'
1A20	Aa ram k-ini-pia 1PRO 2PART 20-ver-PAS.IMD 'Eu vi você.'
2A10	Auvra ram aa-ini-pia 2PRO 2PART 10-ver-PAS.IMD ou Auvra ram aa-k-ini-pia 2PRO 10-2-ver-PAS.IMD 'Você me viu.'

Unpublished manuscript.

LACERDA, Edith; QUEIROZ, Carlos Augusto. *Waimiri Atoari: Observações Lingüísticas*. Unpublished manuscript. Manaus: Programa Waimiri Atoari, 1991.

\_\_\_\_\_. *Observações sobre morfologia e sintaxe da língua Waimiri Atoari*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1996. Manuscrito.

### Language contact and change in the NW Amazon

Kristine Stenzel

krstenzel@terra.com.br

Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Elsa Gomez-Imbert

The Vaupés area is known for its unique social system based on linguistic exogamy, in which marriage is permitted only between partners who 'speak' different languages. Indeed, one 'speaks' one father's language but 'imitates' other languages including the language spoken by one's mother. A lexical distinction which reflects the fact that the exclusive, active use of one's father's language marks one's identity as member of a patrilineal social and linguistic group. Members of the same patrilineal group are classificatory "brothers and sisters" and thus cannot marry. Groups with which one's own group maintains marriage alliances are collectively called "in-laws." In addition to linguistic exogamy, a norm of virilocal residence brings wives from different exogamous groups together into the same longhouse/village. Children are raised in bilingual households and in multilingual communities, learning their mother's language first and being exposed to other languages spoken by women in the community as

they grow up. They must, however, switch to the exclusive use of their father's language to affirm their social identity. Moreover, we find that geography also plays a defining role in the system. "In-law" groups tend to come from the same geographic area, the result being regional networks of inter-related groups with longstanding alliances. Such language acquisition and language use patterns make mutual influences between the languages in contact unavoidable.

Some 20 language groups belonging to the Eastern Tukanoan (ET) and Arawak (AR) language families participate in this social system, whose traditional workings establish an ongoing situation of long-term and basically egalitarian language contact with some intriguing linguistic consequences. First, the system engenders widespread individual and community multilingualism. Second, it creates a linguistic dynamic in which the forces of convergence and divergence are constantly at work creating significant, though oftentimes subtle, differences among languages in the same family on the one hand, and interesting case studies of dissemination of features among languages from different families and indeed different typological profiles on the other.

Few linguists, however, have dealt with the influences engendered in this contact situation. Influences between ET languages in contact do exist but are not easily identified because of resemblances due to genetic inheritance. Thus, most studies have focused on contact-induced influences between the two families. Gomez-Imbert (1996) analyzes a Kubeo (ET) grammatical category revealing Baniwa (Arawak) influence, while Aikhenvald (1999, 2002) describes in detail the case of massive Tukano (ET) influence on Tariana (Arawak). She also makes some general claims concerning the linguistic effects of contact, for example, that 1) contact situations with no dominant language lead to mutual enrichment of patterns, while situations with dominance lead to the abandonment of structures not found in the dominant language; 2) in the Vaupés contact situation, phonological, morphological and syntactic influences are mostly due to indirect diffusion; and 3) lexical borrowing is a minor phenomenon, limited to the increase in frequency of use of rare patterns (see Meira & Gomez-Imbert's 2005 review).

In this paper, we examine these claims in light of phonological and morphological data from ET languages in which we detect patterns attributable to Arawak influence. We focus on two different geographic sub-regions: first, the Piraparaná, where there is contact between the (ET) Tatuyo and Barasana and the (AR) Kawiyei, and between the (ET) Tanimuka/Retuarã and the (AR) Yukuna, and second, the Upper Vaupés, where the (ET) Wanano have had long-term contact with both the (AR) Baniwa and Tariana and this latter also had prolonged contact with the ET Tukano, Kubeo, and Waikhana (Piratapuyo).

AIKHENVALD A. Areal diffusion and language contact in the Içana-Vaupés basin, north-west Amazonia. In : DIXON R. & AIKHENVALD A. (Eds) *The Amazonian languages*: CUP, 1999. p. 385-416.

\_\_\_\_\_. *Language Contact in Amazonia*. CUP, 2002.

Gomez-Imbert E. When animals become "rounded" and "feminine": conceptual categories and linguistic classification in a multilingual setting. In : GUMPERZ, J. & LEVINSON, S. (Eds). *Rethinking linguistic relativity*. 1996. p. 438-469.

MEIRA S., GOMEZ-IMBERT E. Review of : Aikhenvald A. Language contact in Amazonia. *Studies in Language* 29.1, 2005. p. 168-178.



## Tipos de predicado na língua Guajá

Marina Maria Silva Magalhães

marinams@yahoo.com.br  
Universidade de Brasília

O Guajá é uma língua falada por aproximadamente 300 índios semi-nômades, a grande maioria deles monolíngüe, que vivem atualmente nas Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçú, situadas no noroeste do Estado do Maranhão. Pertence ao subgrupo VIII da família lingüística Tupí-Guaraní, que inclui também o Takunyapé, o Urubu-Ka'apor, o Wayampí, o Wayampipukú, o Emérrillon, o Amanayé, o Anambé, o Turiwára e o Zo'é.

Essa língua apresenta dois tipos de predicados, os eventivos e os estativos, formados por diferentes classes de raízes. As raízes dos verbos formam predicados eventivos (ex. 1), enquanto as raízes dos nomes formam predicados estativos (ex. 2), assim como as raízes dos descritivos (ex. 3):

1. o-hó  
3-ir  
'(ele) foi'
2. h-a'y  
R<sup>2</sup>-filho  
'(ele) tem filho'
3. h-ahý  
R<sup>2</sup>-estar.doente  
'(ele) tem doença'

Esses dois tipos de predicados apresentam particularidades que possivelmente decorrem de mudanças estruturais ocorridas ao longo da história mais recente da língua Guajá e que a diferenciam das demais línguas da família Tupi-Guaraní. Partículas aspectuais e morfemas dos diferentes modos (gerúndio, subjuntivo, indicativo II e consecutivo) ocorrem com todos os tipos de predicado, isto é, tanto aqueles que

têm como núcleo verbos, quanto os que têm com núcleo nomes ou descritivos.

Por exemplo, o morfema do modo gerúndio, um sufixo verbal -á, que varia com uma partícula clítica *pa* ~ *ma*, ocorre com todos os tipos de predicados, sejam eles eventivos ou estativos, em contraste com as outras línguas do ramo VIII, que não mantêm essa marcação, e em contraste também com outras línguas da família Tupí-Guaraní, em que o morfema do modo gerúndio ocorre apenas em predicados que têm verbos como núcleo. Os exemplos a seguir ilustram predicados eventivos e estativos, onde o núcleo da oração no modo gerúndio é um verbo (ex. 4), um nome (ex. 5) e um descritivo (ex. 6):

4. jahá a-jahó = tá kó-pe tyrymā 0-'ók-á  
eu 1-cair = Proj roça-Loc mandioca R<sup>1</sup>-arrancar-Ger  
'eu vou à roça arrancar mandioca'
5. jahá a-wa'á = tá tapó há 0-kahá-pe há r-awý = pa  
eu 1-cair = Proj deitado 1 R<sup>1</sup>-rede-Loc 1 R<sup>1</sup>-sangue = Ger  
'eu vou deitar na minha rede estando menstruada'
6. jahá a-'ú taté = tá há 0-kirá = pa  
eu 1-cair muito = Proj 1 R<sup>1</sup>-estar.gordo = pa  
'eu vou comer muito para ficar gordo'

Em Guajá, os predicados que se encontram no modo gerúndio funcionam como uma oração dependente adverbial modal quando o evento é realizado simultaneamente ao evento da oração principal, ou final, quando o evento ocorre em seqüência ao evento da oração principal. Uma condição necessária para a ocorrência do modo gerúndio é que as orações envolvidas na construção compartilhem o mesmo sujeito.

Já no modo subjuntivo, que expressa referência temporal de simultaneidade do evento da oração subordinada em relação ao evento da oração principal, os diferentes tipos de predicados estabelecem condições diferenciadas para a ocorrência do morfema *meh e*, que marca tal modo. Predicados eventivos só ocorrem no modo subjuntivo se o sujeito da oração subordinada for diferente do sujeito da oração principal (ex. 7). No entanto, predicados estativos (exs. 8 e 9) podem ocorrer com o morfema que marca o modo subjuntivo mesmo que os sujeitos das duas orações envolvidas na construção sejam o mesmo:

7. Jaxeí-a 0-já'ó há 0-jahó mehē  
Geí-Arg 3-chorar 1 R<sup>1</sup>-ir Subj  
'Gei chorou quando eu fui embora'
8. awá 0-wahý-a takân-a n = u-'ú-j h-awý mehē  
Guajá R<sup>1</sup>-ser.mulher-Arg tucano-Arg Neg = 3-comer-Neg R<sup>2</sup>-sangue Subj  
'mulher Guajá não come tucano quando tem sangue (está menstruada)'
9. t-a-'ú há 0-jamyhý mehē  
Exo-1-comer 1 R<sup>1</sup>-ter.fome Subj  
'que eu coma quando estiver com fome'

Nesta comunicação abordarei os diferentes tipos de predicados da língua Guajá, cujas características, como exemplificado nas orações de modo gerúndio e subjuntivo, implicam mudanças ocorridas na língua e, por isso, diferenciam-na de qualquer outra língua da família Tupí-Guaraní.

CABRAL, A. S. A. C. Algumas evidências lingüísticas de parentesco genético do Jo'é com as línguas Tupí-Guaraní. *Moara*,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Abreviaturas:

1	primeira pessoa do singular
3	terceira pessoa
Arg	sufixo de caso argumentativo
Ger	morfema do modo gerúndio
Loc	sufixo locativo pontual
Exo	morfema do modo exortativo
Proj	partícula aspectual projetiva
R <sup>1</sup>	prefixo relacional de contigüidade
R <sup>2</sup>	prefixo relacional de não-contigüidade
Subj	morfema do modo subjuntivo

Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras, 4. Belém: UFPA, 1996. p. 47-76.

\_\_\_\_\_. Observações sobre a história do morfema -a da família Tupi-Guaraní. In: QUEIXALÓS, F. (Resp.) *Dês noms et dès verbes em tupi-guarani: état de la question*. Lincom Europa: Muenchen, 2001.

DIETRICH, Wolf. Categorias lexicais nas línguas Tupi-Guaraní (visão comparativa). In: QUEIXALÓS, F. (Resp.) *Dês noms et dès verbes em tupi-guarani: état de la question*. Lincom Europa: Muenchen, 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Estrutura do Tupinambá* (ms). 1981.

\_\_\_\_\_. Relações Internas na Família Lingüística Tupi-Guaraní. *Revista de Antropologia*, v. 27/28. São Paulo: USP, 1984/85.

\_\_\_\_\_. Argumento e predicado em Tupinambá. In: *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, n. 19. ABRALIN, 1996.

\_\_\_\_\_. Sobre a natureza do caso argumentativo. In: QUEIXALÓS, F. (Resp.) *Dês noms et dès verbes em tupi-guarani: état de la question*. Lincom Europa: Muenchen, 2001a.

\_\_\_\_\_. Caso em Tupi-Guaraní, particularmente em Tupinambá. In: *Anais do XIII Congresso da ANPOLL*. 2001b.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá*. Campinas: Editora da UNICAMP/São Paulo, Imprensa Oficial, 2000.

só ocorre com os verbos. A flexão relacional é definida por Rodrigues como "um jogo de dois a quatro prefixos que ocorrem em nomes, verbos e posposições, para indicar o *status* sintático em relação aos seus determinantes ou dependentes" (RODRIGUES, 2000, p. 219). Em línguas que apresentam somente dois prefixos relacionais: o de contigüidade e o de não contigüidade sintática. O primeiro ocorre quando o elemento determinante "está expresso nominalmente no sintagma de dependência" (RODRIGUES, 2000, *ibidem*), ao passo que o segundo ocorre quando "o determinante foi removido do sintagma de dependência" (RODRIGUES, 2000, p. 220) e assim não está contíguo ao determinado. O terceiro prefixo indica que "o determinante não contíguo é correferente do sujeito da oração em que se acha o sintagma de dependência" (RODRIGUES, 2000, *ibidem*). Já o quarto prefixo indica também que o determinante não está contíguo no sintagma de dependência, mas diferente do terceiro prefixo, marca que o determinante é um ser humano indeterminado. Aparentemente, a língua Xetá está entre aquelas que só apresentam os dois primeiros prefixos. Os elementos lexicais da língua dividem-se em relativos e absolutos, os primeiros apresentando a flexão relacional e os segundos não a apresentando. Os elementos relativos são as raízes verbais, as posposições e as raízes nominais possuíveis, ao passo que os absolutos são os dêíticos e as raízes nominais não possuíveis. Os elementos relativos são distribuídos, ainda, em duas classes paradigmáticas, segundo os alomorfes dos prefixos de contigüidade ou não contigüidade sintática, os que ocorrem com prefixo  $\frac{1}{4}$ -, para a contigüidade sintática, e *i*-, para não contigüidade, são da Classe I, enquanto os que recebem os prefixos *r*-, para contigüidade, e *h*-  $\frac{1}{4}$ -, para não contigüidade, são da Classe II. Outra característica da língua é a distinção de duas séries de pronomes, uma série de pronomes independentes e outra de pronomes dependentes. Quando um dos pronomes da série de pronomes dependentes ocorre diante de um nome, aquele exerce a função de possuidor deste, sendo assim o seu determinante, tal como qualquer nome. Recentemente foram realizados estudos sobre a morfologia verbal da língua que permitiram uma análise preliminar da ocorrência desses prefixos junto a raízes verbais (RODRIGUES e VASCONCELOS, 2004; RODRIGUES, VASCONCELOS e CABRAL, 2006). Neste estudo é realizada uma análise preliminar das relações entre pronomes dependentes, prefixos relacionais e nomes em construções possessivas do Xetá. A análise lingüística apresentada neste estudo emprega os procedimentos utilizados pelos lingüistas para a análise de línguas não descritas ou pouco descritas, como é o caso do Xetá. O *corpus* de dados lingüísticos que estão sendo utilizados neste estudo compõe-se de palavras, frases e textos coletados por Rodrigues nas décadas de sessenta e setenta do século passado, os quais foram suplementados por outros, registrados mais recentemente por Rodrigues em fevereiro de 2003 na Terra Indígena Rio das Cobras, no Estado do Paraná, e por Rodrigues e Vasconcelos em dezembro de 2005, em Brasília.

CABRAL, Ana Suelly A. C. Flexão relacional na família Tupi-Guaraní. *Boletim da ABRALIN*. 25. Fortaleza, 2000. p. 233-262.  
RODRIGUES, A. D. A Língua dos Índios Xetá como dialeto Guarani. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 1. São Paulo, 1979. p. 7-11.

\_\_\_\_\_. Relações internas na família lingüística Tupi-Guaraní. *Revista de Antropologia* 27/28. São Paulo, 1985. p. 33-53.

\_\_\_\_\_. Flexão relacional no tronco lingüístico Macro-Jê. *Boletim*

## A flexão relacional na classe dos nomes em Xetá

Eduardo Alves Vasconcelos

dudualves@gmail.com  
Universidade de Brasília

A língua Xetá é um idioma do subgrupo I da família Tupi-Guaraní (RODRIGUES, 1979 e 1985; RODRIGUES e CABRAL 2002), cujos falantes viviam no noroeste do Estado do Paraná, entre os rios Parapanema e Ivaí, na região conhecida como Serra dos Dourados, até a década de 1950, quando foram vítimas de ação genocida. Hoje, só falam a língua dois homens com mais de 60 anos de idade e só uma mulher na mesma faixa etária a entende, mas só responde em Português. Tal como as demais línguas da Família Tupi-Guaraní, a língua Xetá apresenta três classes de palavras flexionáveis: os nomes, os verbos e as posposições. A flexão relacional é comum às três classes, enquanto que a flexão de negação só ocorre com os verbos e nomes e a flexão pessoal





da ABRALIN. 25 Fortaleza, 2000. p. 219-231.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna; CABRAL, A. S. A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: *I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL*. Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas da ANPOLL. Tomo I. Belém : EDUFPA, 2002. p. 327-337.

RODRIGUES, A. D. e VASCONCELOS E. A. *O modo indicativo em Xetá*. Comunicação apresentada no I Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí. Brasília, DF, 2004.

CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, Aryon Dall'igna; VASCONCELOS, Eduardo Alves. O Sistema Pessoal da Língua Xetá. In: *IV Congresso Internacional da ABRALIN*. Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN. v. I. Brasília : ABRALIN, 2005. p. 58-64.

## Processos morfofonêmicos em Mehináku (Aruák)

Angel Corbera Mori

corbera@uol.com.br  
UNICAMP

Com a tradução para o Português da obra *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens (Entre os aborígenes do Brasil Central)* (STEINEN, 1894 [1940]), passou-se a ter alguns conhecimentos das sociedades indígenas da região do Xingu, atualmente Parque Indígena do Xingu, localizado no estado de Mato Grosso). Das etnias descritas por Steinen, os Mehináku, os Waurá, os Yawalapiti e os Kustenau são populações aruák, definidas pela literatura etnológica como habitantes históricos da região xinguana. Dessas, somente a nação kustenau está extinta (FRANCHETTO, 2001); as outras três sociedades continuam vivas e conservam suas línguas originárias como veículos de comunicação intra e interlingüísticas.

Embora a obra de Steinen esteja dedicada à descrição etnográfica, nela encontram-se algumas observações sobre as línguas xinguanas, além de um apêndice com listas de vocabulários básicos de várias línguas, entre as quais se encontram aquelas faladas pelas sociedades aruák já mencionadas. Esses vocabulários têm servido, inicialmente, como os únicos instrumentos de referência lingüística para as línguas aruák do Brasil Central, como se pode observar nas listas de palavras incluídas em Schüller (1911), Shafer (1959), Noble (1965), entre outros.

Como objetivo da presente comunicação, considero o estudo da língua falada pela etnia mehináku, descrevendo alguns dos processos morfofonêmicos que se encontram na fonologia dessa língua. Silva (1990) apresenta um estudo preliminar da fonologia, focalizando a distribuição de fones e a lista dos fonemas vocálicos e consonânticos da língua. Contudo, o trabalho apresenta alguns erros de transcrição e interpretação fonológica dos segmentos. Por exemplo, a autora criou oposições fictícias entre os fones fricativos [f] e [ʃ], assim como entre os fones vocálicos [o] e [u]. Também desconsiderou o segmento africado alveolar [ts] como fonema. Essas e outras questões relevantes são retomadas na presente comunicação, sugerindo-se uma proposta alternativa de análise fonológica da língua mehináku.

Os tipos silábicos, de acordo com a análise de Silva, são V, CV, VC e CVC. Ela assume que “[a]s consoantes (incluindo /y/, /w/ e /h/, sempre são margens da sílaba e os vocálicos silábicos sempre são núcleos da sílaba” (op. cit: 47). Na minha análise, assumo que a interpretação de /w/ e /y/ como fonemas que ocupam a borda da sílaba, em exemplos como *a.raw.ku.ma* ‘frango’, *may.ki* ‘milho’, *ku.yaw* ‘coruja’, *ay* ‘pimenta’, entre outros, não se justifica, pois a estrutura silábica da língua mehináku não licencia segmentos na Coda silábica. Assim sendo, é mais plausível interpretar as aproximantes [w] e [y] como segmentos que fazem parte de um ditongo; elas ocupam uma das duas posições que ficam sob o domínio de um mesmo núcleo. Por outra parte, nos estudos que venho realizando junto aos falantes mehináku, não encontrei, até agora, consoante alguma ocupando a posição de Coda da sílaba.

Após ter apresentado uma breve análise da estrutura fonológica da língua, esta apresentação aborda os processos morfofonêmicos mais comuns que ocorrem em Mehináku, entre eles a palatalização dos fonemas plosivos /p/, /t/, /k/ e das nasais /m/ e /n/ em fronteira de morfemas, como nos seguintes exemplos:

(1)	nu-pala'ta	‘meu pente’	pi-p'ula'ta	‘teu pente’
	'itsa	‘canoa’	'itsa-ti'pe	‘canoas’
	'pâi	‘casa’	'pâi-tj'i'p'e	‘casas’
	nu-ka'nati	‘minha boca’	pi-tja'nati	‘tua boca’
	nu-matu'kiši	‘meu sogro’	pi-m'atu'kiši	‘teu sogro’
	ti'nišu	‘mulher’	ti'nišu-'nâu	‘mulheres’
	a'ripi	‘velha’	a'ripi-'jâu	‘velhas’

Há casos em que o fonema plosivo /t/, em vez de palatalizar-se, adquire uma africção alveolar [ts], sendo esse processo muito produtivo, como se vê nos seguintes exemplos:

(2)	'hauka	‘bebê’	'hauka-'tâi	‘bebezinho’
	'pâi	‘casa’	'pâi-'tsâi	‘casinha’
	i'tsau	‘buriti’	i'tsau-'ta:ku	‘buritizal’
	a'kâi	‘pequi’	a'kâi-'tsa:ku	‘pequizal’

Outro processo morfofonêmico relevante no Mehináku é a harmonia vocálica que se dá, também, em fronteira morfêmica, como nos seguintes dados:

(3)	'itsa	‘canoa’	'itsa-'tâi	‘canoinha’
	e'tene	‘remo’	e'tene-'têi	‘reminho’
	a'juwe	‘jaboti’	a'juwe-'têi	‘jabotizinho’
	i'piana	‘feitico’	i'piane-we'ke-he	‘feiticeiro’
	pa'taka-'pai	‘está sentado’	'weke-'pei	‘é grande’
	mi:ša-'pai	‘está com medo’	hi'tjeke-'pei	‘está vomitando’

CORBERA MORI, Ángel. *Correspondencias entre grafemas y segmentos en los vocabularios waurá y mehináku de Steinen (1886[1940])* (ms.). Universidad Católica “Andrés Bello”. Venezuela, 2006.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas e história no Alto Xingu. In: —; Michael Heckenberg (Org.) *Os povos do Alto Xingu. História e cultura*, p. 111-156. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ISA 2002. *Imiehünaku iyayaka. Livro para alfabetização na língua mehináku*. São Paulo: ISA/MEC/ATIX, 2002.

SILVA, Teresa C. de Souza. *Estudo preliminar da fonologia da língua mehináku*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Brasília, DF: UnB, 1990.

### Mudança de valência e formação das classes verbais nas línguas Karíb

Frantomé B. Pacheco

frantome@uol.com.br

Universidade Federal do Amazonas

Este trabalho tem por finalidade apresentar uma análise morfossintática dos processos de mudança de valência nas línguas Karíb, mostrando as similaridades gramaticais encontradas em algumas línguas da família. Ele será baseado na comparação dos dados do *Ikpeng* com o de outras línguas como o *Hixkaryana*, o *Waiwai*, o *Wayana*, o *Apalai*, o *Makuxi* e o *Waimiri Atroari*. Trata-se da primeira versão de um trabalho que precisará ser ampliado, na medida em que novos dados forem sendo analisados e outras línguas Karíb forem sendo consideradas. Os dados investigados são os disponíveis em descrições já realizadas sobre essas línguas, como os de Camargo (2006) (sobre o *Wayana*), Derbyshire (1985) (sobre o *Hixkaryana*), Hawkins (2000) (sobre o *Waiwai*), Kohen & Kohen (1986) (sobre o *Apalai*), Bruno (2003) (sobre o *Waimiri Atroari*) e Pacheco (2001) (sobre o *Ikpeng*), entre outros. Note-se que a seleção de línguas não segue nenhuma hipótese de agrupamento interno à família Karíb (sobre esse aspecto, cf. GILDEA, 1998). As hipóteses serão baseadas em trabalhos que consideram o léxico como um nível (ou módulo) em que se encontram as especificações estruturais e semânticas sobre os morfemas lexicais e derivacionais encontrados nos processos de formação dos verbos nessas línguas. A noção de mudança de valência aqui adotada pressupõe que esse processo altera a propriedade do lexema verbal para selecionar argumentos, que podem ser aumentados ou diminuídos, sem alterar substancialmente o significado básico do lexema. Geralmente, as línguas indígenas indicam morfologicamente se um lexema verbal teve argumentos adicionados e/ou suprimidos. É o que ocorre com as línguas Karíb, em que um prefixo indica a diminuição da valência e sufixos, o seu aumento. O fenômeno pode ser estudado a partir de dois tipos de abordagem: uma que considera ser o processo basicamente lexical (ou semântico-lexical) (cf. HASPELMATH, 2002; CROFT, 2003) e outro que considera ser o processo eminentemente sintático (cf. BAKER, 1988, entre outros). No entanto, não pretendemos entrar em detalhes sobre os modelos teóricos que os diversos autores adotaram ao tratar do tema. Com o fim de operacionalizar a descrição e a comparação do fenômeno nas línguas da família, consideramos o processo como um fenômeno de base mais lexical, sem deixar de apresentá-lo dentro de seus respectivos contextos sintáticos, fundamentais para sua elucidação e compreensão. O trabalho pretende discutir os seguintes aspectos relacionados à mudança de valência: 1) processos de intransitivização, no qual verbos intransitivos são formados a partir de verbos transitivos. Observe-se, por

exemplo, que em *Ikpeng* ao notarmos a presença do prefixo *ot-* (*or-* *otx-* *ar-*) em pares de construções que possuem o mesmo lexema básico, sendo um transitivo e outro intransitivo, esse prefixo indica que um argumento foi reduzido, conforme os exemplos que seguem: *m-or-eneng-li* 'você se viu'; *m-eneng-li* 'você o viu'; 2) processos de transitivização, no qual verbos transitivos são formados a partir de verbos intransitivos, como se pode ver nos seguintes exemplos do *Ikpeng*: *g-aginum-li* 'eu chorei'; *g-aginum-po-li* 'ele me fez chorar'. Além desses dois casos, há um em que está envolvido o processo de bi-transitivização. Nesse contexto, o argumento agente da construção transitiva básica passa a ocupar a função de oblíquo da construção bi-transitiva derivada, conforme se pode ver nos seguintes exemplos do *Ikpeng*: *angpi apkore-li wayo* 'o menino quebrou a cuia'; *emangatkuri apkot-met-po-li wayo angpi ina* 'a moça fez o menino quebrar a cuia'. Note-se que o argumento agente *angpi* da transitiva assume a função de um oblíquo, fazendo parte do sintagma posposicional [*angpi ina*] (é importante acrescentar que a posição *ina* indica o dativo em construções bi-transitivas não-derivadas). O argumento adicionado *emangatkuri* ocupa a função sintática de sujeito na oração bi-transitiva, ficando o objeto (*wayo*) na sua função original. As discussões acerca desse processo em algumas línguas do mundo podem ser vistas em Comrie (1989). Uma outra questão a ser levantada é quanto à função gramatical do prefixo reflexivo. O seu uso indica que a redução afetou o argumento externo ou interno? Essa pergunta surgiu ao detectarmos pares de construções em *Ikpeng* nas quais claramente observamos que ora é o agente, ora é o paciente o argumento não-reduzido. Vejam-se os seguintes exemplos: *angpi ikore-li wiptakpo* 'o menino quebrou a prateleira'; *angpi otx-ikore-li* 'o menino se machucou'; *k-otx-ikore-li* 'eu me machuquei'; *angpi or-eneng-li* 'o menino se viu'. Esses exemplos ilustram bem o comportamento ambíguo do morfema *ot-*, o que nos leva a sustentar a hipótese de que ora ele funciona como um reflexivo, situação na qual o paciente é reduzido, ora como um indicador de voz média, situação na qual o agente ou argumento não-afetado é reduzido. Com este trabalho, procuraremos respostas a essas e outras perguntas acerca dos processos de redução e aumento de valência, elencando as possíveis análises para a formação de verbos a partir de verbos, sobre a direcionalidade da derivação (transitivo =<sub>i</sub> intransitivo =<sub>i</sub> transitivo), bem como sobre as funções gramaticais associadas ao prefixo reflexivo e ao sufixo causativo.

BAKER, M. *Incorporation*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BRUNO, A. C. *Waimiri Atroari grammar: some phonological, morphological and syntactic aspects*. Tese de Doutorado. Tucson: The University of Arizona, 2003.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1989.

CROFT, W. *Typology and universals*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DERBYSHIRE, Desmond. *Hixkaryana and Linguistic Typology*. Dallas: SIL/The University of Texas at Arlington, 1985.

GILDEA, S. *On reconstructing grammar: comparative Cariban morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

HASPELMATH, M. *Understanding morphology*. London: Arnold, 2002.

PACHECO, F. B. *Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karíb)*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2001.



## Introdução às novas tecnologias aplicadas à documentação de línguas em perigo

Ubiray Maria Nogueira de Rezende

ubiray@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo desta comunicação é compartilhar informações sobre as novas tecnologias usadas por lingüistas na documentação de línguas em perigo, suscitando o intercâmbio de experiências com os participantes desta sessão de comunicação a respeito de equipamentos de áudio e vídeo usados na coleta de dados lingüísticos e etnográficos; diferentes tipos de mídia para produção e armazenagem dos arquivos, programas de captura e edição de áudio e vídeo; digitalização; programas de sistematização, transcrição e anotação de dados. Além disso, a apresentação visa fornecer informações básicas sobre a utilização de energias alternativas, como a energia fotovoltaica, em pesquisas de campo onde não se dispõe de energia elétrica, mas pode-se contar com a potencialidade da natureza para produção de energia solar.

“Novas tecnologias aplicadas à documentação de línguas em perigo” constitui um tema bastante atual e complexo, que tem feito parte de cursos oferecidos por instituições que patrocinam e se dedicam a projetos voltados particularmente para a documentação de línguas em perigo. Sua discussão busca fornecer aos lingüistas os fundamentos teórico-práticos necessários ao uso desses equipamentos para coleta e sistematização de dados lingüísticos em geral e, mais especificamente, quanto ao planejamento de projetos de documentação de línguas em perigo no que tange o seu aspecto técnico. As experiências individuais dos pesquisadores nesse campo são bastante variadas, tendo em vista a diversidade de modelos de equipamentos disponíveis no mercado hoje em dia, a velocidade no desenvolvimento de tecnologias nas áreas de áudio e vídeo, os recursos financeiros disponíveis, os objetivos e as condições de uso específicos de cada projeto de pesquisa. Então, a apresentação fomentará uma troca de experiências muito importante para direcionar a seleção de equipamentos e programas para projetos de documentação de línguas da maneira mais adequada possível conforme as necessidades e possibilidades de cada caso, na medida em que nos informamos sobre as especificações recomendadas para equipamentos mais propriamente destinados ao trabalho do lingüista. Consideramos que essas informações de ordem prática sejam absolutamente relevantes para evitar ou pelo menos reduzir frustrações e despesas desnecessárias com a aquisição de equipamentos inadequados, mídias e programas incompatíveis entre si. Podem ainda guiar o conhecimento mais detalhado dos equipamentos que já possuímos para que possamos utilizá-los da melhor forma possível ou descobrir componentes, como cabos ou outros acessórios, que resolvam problemas específicos sem a necessidade de um orçamento extra.

A motivação para esta comunicação surgiu do reconhecimento da importância deste tipo de fundamentação técnica para o planejamento e desenvolvimento de projetos de documentação de línguas em perigo, partindo especificamente de minhas experiências na qualidade de coordenadora do projeto *Gramática, Textos e Dicionário do Enawene-Nawe*

(Aruák, Brasil), o qual está sediado no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto de documentação da língua enawene-nawe está sendo patrocinado pelo Programa de Documentação de Línguas em Perigo da Universidade de Londres – ELDP / SOAS (*Endangered Language Documentation Programme / School of Oriental and African Studies*).

Esta apresentação está fundamentada essencialmente no curso de treinamento em documentação de línguas em perigo oferecido pelo SOAS na Universidade de Londres em junho 2006, particularmente os cursos relacionados ao foco da presente comunicação ministrados por David Nathan (*ELAR – Endangered Language Archive, SOAS*) e Thomas Castle (*ELAR*). Fundamenta-se também, em grande parte, quanto ao item equipamentos e uso de energia solar em pesquisa de campo, nas recomendações prestadas ao projeto de documentação da língua enawene-nawe pelo Prof. Dr. Denny Moore (CCH – Coordenação de Ciências Humanas, Museu Paraense Emílio Goeldi). Em vários aspectos de relevância técnica contei também com a consultoria de Edite Maria da Silva, programadora visual do NUTES (Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde/UFRJ). As introduções iniciais ao tema a ser apresentado devo ao convívio com o projeto de documentação da língua kuikuro (Programa DOBES – Documentação de Línguas Ameaçadas) desenvolvido pela Profa. Dra. Bruna Franchetto e pela pesquisadora Mara Santos no Museu Nacional, UFRJ.

Embora o tema central desta comunicação sejam as novas tecnologias utilizadas em projetos de documentação de línguas em perigo enquanto patrimônio da cultura imaterial de uma dada sociedade, faremos referência também a aspectos éticos que perpassam o desenvolvimento de projetos dessa natureza, recorrendo a uma bibliografia introdutória que em parte está baseada nas aulas ministradas por Peter Austin (*ELAP – Endangered Language Academic Programme, SOAS*) durante o curso oferecido pelo ELDP/SOAS, já mencionado acima.

As orientações acima relatadas foram primordiais para este trabalho, entretanto, o tratamento conferido aos assuntos apresentados revela uma interpretação particular que é de minha inteira responsabilidade. É necessário considerar também o caráter introdutório e os limites de tempo da presente comunicação, buscando focalizar apenas as informações básicas que servirão de guia para a seleção de equipamentos e programas computacionais em projetos de documentação de línguas em perigo.

AUSTIN, P. K. Data and Language Documentation. In: GIPPERT, J.; HIMMELMANN, H. P.; MOSEL, U. (Ed.). *Essentials of Language Documentation*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006. p. 87-112.

BAPTISTA, Fernando Mathias; VALLE, Raul Silva Telles do. *Os povos indígenas frente ao direito autoral e de imagem*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. 99p.

CASTLE, Thomas. *Analogue device to PC digitisation*. Londres: ELAR/SOAS, 2006. Ms.

CASTLE, Thomas; Nathan, D. *Power solutions in the field: using an accumulator*. Disponível em: [jwww.hrelp.org/archive/advice/accumulators.html](http://www.hrelp.org/archive/advice/accumulators.html). Acesso em: 2006.

CONNIE, Dickinson. *Processing fieldwork data: from raw video and audio files to Toolbox and Élan*. 2005. Ms.

DWYER, A. M. Ethics and practicalities of cooperative fieldwork and analysis”. In: Gippert, J., Himmelmann, H. P., e Mosel, U. (Eds.). *Essentials of Language Documentation*. Berlin/New York:



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Mouton de Gruyter, 2006. p. 31-65.

ROSE, J. *Producing great sound for digital video*. San Francisco: Miller Freeman Books, 1999.

MOORE, Denny. *Demystifying Solar Energy for fieldwork*. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. Ms.

NATHAN, D. *Sound recording: microphones*. 2004. Disponível em: <http://www.hrelp.org/archive/advice/microphones.html>. Acesso em: 2006.

### Relação de determinação nominal em Akuntsú

Carolina Coelho Aragon

carolina\_aragon@hotmail.com  
Universidade de Brasília

Esta comunicação apresenta os primeiros resultados da pesquisa linguística que tem por objetivo a descrição gramatical da língua Akuntsú, pertencente à família Tuparí do tronco linguístico Tupí (CABRAL; ARAGON, 2004a). O Akuntsú é falado por um grupo constituído de seis pessoas monolíngües, que vivem em estado de isolamento, protegidas pela Coordenação de Índios Isolados da Fundação Nacional do Índio, na área Indígena Omerê, localizada na região sudeste do Estado de Rondônia. Os Akuntsú são os sobreviventes de um grupo étnico exterminado pela ação de fazendeiros da região provavelmente na última década do século passado. A pesquisa linguística do Akuntsú que ora desenvolvo, teve início em 2004. Os trabalhos realizados durante as primeiras etapas desta resultaram em dois artigos sobre a fonologia segmental do Akuntsú (CABRAL; ARAGON, 2004b, 2005).

O presente trabalho focaliza as relações de determinação nominal em Akuntsú com base em dados presentes em 30 horas de gravação de fala natural coletados em fevereiro e março de 2004, dezembro de 2004 e maio, junho e julho de 2006 na Terra Indígena Omerê. São aqui descritas construções envolvendo dois nomes em relação de determinação, como no esquema [nome<sub>dte</sub> nome<sub>ddo</sub>]. Assumimos, seguindo Klimov (1974) e Dietrich (2001), que essa é uma relação de determinação nominal. Como argumentado por Dietrich (2001, p. 30), “o princípio da sintaxe nominal é a determinação” e “a determinação lexical de um substantivo por outro se faz mediante a justaposição na ordem ‘determinante’ + ‘determinado’...”. Na análise aqui adotada, palavras como *-tek* ‘casa’ pertencem à classe dos nomes que requerem um determinante em qualquer contexto sintático em que ocorram, enquanto que palavras como *kwítípít* ‘peixe’ nunca são determinadas. Dessa forma, construções como [Kunibú tek] /Kunibú casa/ são lidas como ‘casa de Kunibú’, da mesma forma que [u tek] /1 casa/ deve ser lida ‘casa de mim’ Esta visão difere daquela em que se concebe o nome<sub>dte</sub> como o possuidor e o nome<sub>ddo</sub> como o possuído, ou seja, que trata relações de determinação como uma relação de posse. Em análises com essa orientação, palavras como *tek* ‘casa’ seriam concebidas como nomes inalienáveis ou de possuidor inalienável, e palavras como *kwítípít* ‘peixe’ como nomes alienáveis ou de possuidores alienáveis. Porém, essa orientação perde o sentido quando termos de parentesco estão em jogo, visto que uma construção como [o m epít] /1

filho(a).de.mulher/ não corresponde à relação de posse ‘meu filho’, mas sim à relação de determinação ‘existe/é filho com respeito a mim’. Como explicado por C. C. Uhlenbeck (1917 *apud* KLIMOV, 1974, p. 23), “a form such as mičante [the Dakota language – G.K.] strictly signifies not ‘my heart’, as in our civilized languages, but the identity of me myself with a certain heart, with which I, and not someone else, have the closest connection...”. Em Akuntsú, como será mostrado em detalhes, a relação de determinação só é possível com nomes que requerem um determinante em todos os contextos sintáticos. Há, no entanto, situações pragmáticas em que nomes que não admitem determinantes necessitam entrar em relação de determinação com outro nome, por exemplo: quando um peixe é pescado ou um porcão é caçado, passam a existir em relação ao seu respectivo pescador e matador. Nesses casos, o Akuntsú faz uso de nominalizações que têm por base os verbos que expressam processos e cujos resultados são nomes que correspondem ao objeto desses verbos ou, em outras palavras, ao resultado desses processos (RODRIGUES; CABRAL; CORREA DA SILVA, em vias de publicação). Um exemplo disso é [tautfé o-i-mi] /porcão 1-NO-matar/ ‘porcão, coisa morta com respeito a mim/por mim’ ou ‘minha coisa matada’.

Assim, comparamos dados do Akuntsú com dados de outras línguas da família Tuparí de forma a identificar com qual das línguas desta família o Akuntsú guarda mais similaridades, como também para ressaltar os aspectos em que o Akuntsú difere dessas línguas com respeito às construções que envolvem relação de dependência nominal. As línguas incluídas na comparação são o Makuráp (BRAGA, 2006), o Tuparí (ALVES, 2004) e o Mekéns (GALÚCIO, 2001). Um dos resultados mais interessantes da comparação é a identificação no Akuntsú de construções em que termos de parentesco, normalmente usados para referir a humanos, são usados presentemente para referir também a animais de criação, enquanto que nas línguas Tuparí aqui mencionadas, animais de criação entram em relação de determinação através de mediação por palavras genéricas, derivadas ou não. Em Akuntsú, a presença de construções como [o m epít ku’á] /1 filho.de.mulher papagaio/ decorrem de uma situação pragmática. Os Akuntsú tiveram seus filhos mortos e vivem numa situação em que não podem mais procriar, passando a adotar animais como seus filhos e estendendo a estes os nomes de seu sistema de parentesco.

ALVES, Poliana Maria. *O Léxico do Tuparí*: Proposta de um Dicionário Bilíngüe. 2004. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

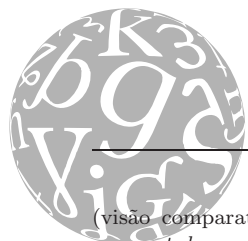
ARAGON, Carolina C.; CABRAL, Ana Suely A. C. A posição da língua Akuntsú na família linguística Tuparí. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 5, 2005, Brasília. *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*. Brasília: UnB, 2005. p. 1533-1539. 2005. CD-Rom.

BRAGA, Alzerinda de Oliveira. *Aspects Morphosyntaxiques de la Langue Makurap/Tupi*. 2006. Tese de Doutorado - Université de Toulouse Le Mirail, 2006.

CABRAL, Ana Suely A.C.; ARAGON, Carolina C. *Relatório de identificação linguística dos Akuntsú* (ms). Apresentado à Coordenação de Índios Isolados, Fundação Nacional do Índio, Brasília. 2004a.

CABRAL, Ana Suely A. C.; ARAGON, Carolina C. Akuntsú: the Language of the Survivors of Genocide. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE LÍNGUAS E CULTURAS DE POVOS TUPÍ, 1, 2004b, Brasília.

DIETRICH, Wolf. Categorias lexicais nas línguas tupi-guaranis



(visão comparativa). In: QUEIXALÒS, Francisco (Org.) *Des noms et des verbes en tupi-guarani: État de la question*. Caiena: IRD, 2001. p. 1-13.

GALUCIO, Ana V. *The Morphosyntax of Mekens*. 2001. Tese de Doutorado - University of Chicago, Chicago, 2001.

KLIMOV, G. A. On the character of languages of active typology. *Linguistics, an International Review*, n. 131, p. 11-25. 1974.

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C.; CORRÊA DA SILVA, Beatriz Carretta. *Evidências lingüísticas para a reconstrução de um nominalizador de objeto \*-mi em Proto-Tupí*. Em vias de publicação.

## Agricultura Tupí pré-histórica na Amazônia

Aryon Dall'Igna Rodrigues

aryon@unb.br

Universidade de Brasília

O tronco lingüístico Tupí compreende dez ramos ou famílias, nove dos quais se situam exclusivamente na Amazônia, ao passo que um, embora bem representado na grande região amazônica, encontra-se também ao sul e a leste desta, na bacia dos rios Paraguai e Paraná e na costa atlântica. As dez famílias lingüísticas desse tronco são as seguintes: 1. Tupí-Guaraní; 2. Awetí; 3. Mawé; 4. Jurúna; 5. Mundurukú; 6. Arikém; 7. Tuparí; 8. Monde; 9. Ramaráma; 10. Puruborá. O estudo comparativo permite dividir essas famílias em dois blocos, ocidental e oriental, o primeiro compreendendo as famílias de número 6 a 10, todas situadas essencialmente na bacia do rio Madeira, e o segundo estendendo-se do rio Madeira para o rio Tapajós, o rio Xingu, o rio Tocantins e para a bacia platina e a costa leste. No bloco oriental, a família de número 1, a Tupí-Guaraní, é a que revela maior expansão geográfica, encontrando-se tanto na bacia do rio Madeira quanto nas dos rios Tapajós, Xingu, Tocantins, Paraguai e Paraná e ainda na costa leste. Já em época histórica (depois de 1500) os povos que falam algumas línguas dessa família passaram para o norte do rio Amazonas, indo estabelecer-se no Amapá, norte do Pará e na Guiana Francesa.

O estudo que, mediante o método histórico-comparativo, vem sendo desenvolvido desde a década de 1950 e que resultou no reconhecimento do tronco Tupí (RODRIGUES, 1955, 1958, 1966, 1980, 1983, 1985a, 1985b, 1998, 1999, 2002, 2005; RODRIGUES; DIETRICH, 1997; RODRIGUES; CABRAL, 2004; CABRAL; RODRIGUES, 2005) tem permitido formular hipóteses sobre a fonologia, o léxico e alguns aspectos gramaticais da língua ancestral das dez famílias, isto é, do que tecnicamente chamamos Proto-Tupí. Para a antigüidade dessa protolíngua foi feita uma primeira sugestão de aproximadamente 5.000 anos (RODRIGUES, 1958, p. 684) e para o centro inicial de dispersão dos respectivos povos foi sugerida a região do alto rio Madeira, a oeste do rio Jiparaná ou Machado. Essas sugestões foram bem recebidas por arqueólogos que viram nelas muita plausibilidade (MEGGERS; EVANS, 1973, p. 57). Entretanto, admitida a antigüidade sugerida, pareceu a Meggers e Evans que

a diferenciação começou quando os falantes eram ainda pré-agricultores e não fabricavam cerâmica, portanto, que a identificação da “terra natal” jamais possa ser verificada arqueologicamente. Embora as mais antigas cerâmicas conhecidas no Novo Mundo tenham uma antigüidade de cerca de 5.000 anos, elas foram apenas registradas no litoral do Equador e norte da Colômbia. (*ibidem*)

Na presente comunicação, com base no estudo comparativo do léxico e da fonologia das línguas do tronco Tupí que tem sido desenvolvido ultimamente, apresento reconstruções de itens lexicais referentes a plantas cultivadas (como a mandioca, a batata doce, o cará, abóbora) e semicultivadas (como a cabaceira, o timbó, a castanheira) e a algumas práticas e instrumentos culturais direta ou indiretamente relacionados com a agricultura (roça, pau de cavar, machado, casa, aldeia). A reconstrução das formas fonológicas aproximadas e dos conteúdos semânticos desses itens lexicais implica a admissão do conhecimento e da prática da agricultura por parte dos falantes de Proto-Tupí. Assim, a menos que se demonstre ser exagerada a estimativa de uma antigüidade de perto de 5.000 anos para a fase ainda unitária do tronco Tupí, o estudo lingüístico nos dá importante informação sobre o desenvolvimento da agricultura na Amazônia, mais particularmente, no presente caso, na bacia do rio Madeira. Também a presença da cerâmica, cuja existência se subordina em geral à presença da agricultura, é acusada no léxico reconstruído para o Proto-Tupí. Outras práticas culturais igualmente atestadas por este estudo comparativo são a tecelagem de redes de dormir e o trançado de cestos, ambos de difícil comprovação pela pesquisa arqueológica na paisagem úmida da Amazônia.

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. In: SIMÕES, Mário F. (Ed.). *O Museu Goeldi no ano do sesquicentenário*. Publicações Avulsas, n° 20. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973. p. 51-69.

RODRIGUES, Aryon D. 1958. Klassifikation des Tupi-Sprachstammes. In: *Proceedings of the Thirty-second International Congress of Americanists, Copenhagen 1956*, p. 679-684. Copenhagen: Munksgaard.

\_\_\_\_\_. Tupinambá e Mundurukú: evidências fonológicas e lexicais de parentesco genético. *Estudos Lingüísticos*, Araraquara, n. 3, p. 194-209, 1980.

\_\_\_\_\_. Relações internas na família Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 27, p. 33-53, 1985.

\_\_\_\_\_. Correspondências lexicais e fonológicas entre Tupi-Guaraní e Tuparí. In: CABRAL, A. S. A. C.; A. D. RODRIGUES (Org.). *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*. Belém: EDUFPA, 2002. Tomo I, p. 288-297.

\_\_\_\_\_; DIETRICH, W. On the linguistic relationship between Mawé and Tupí-Guaraní. *Diachronica*, Amsterdam, n. 22, p. 265-304, 1997.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### As distintas realizações do fonema /a/ em Wapixana

Manoel Gomes dos Santos

melgsantos@uol.com.br  
Universidade Federal de Roraima

O fonema /a/ do Wapixana (Aruák), língua falada pelo povo indígena Wapixana no Brasil e na República Cooperativa da Guiana, superficializa-se de três maneiras distintas: como [a], [ɛ], [e]. O propósito deste trabalho é, então, descrever e interpretar, à luz de dois modelos que lidam com geometria de traços, os processos fonológicos que determinam as realizações dessas três variantes.

São poucos os trabalhos realizados sobre aspectos fonológicos da língua Wapixana até o presente momento. Farabee (1918) fez um apanhado amplo e vago de certos aspectos da língua, que vai da fonética à sintaxe. Em se tratando de fonética, apresenta apenas um pequeno rol de sons que ocorrem na língua.

Tracy (1972) publicou pelo Summer Institute of Linguistics um pequeno artigo, "Wapishana phonology", em que faz uma análise linear introdutória sucinta da fonologia do Wapixana. Inicialmente, ela apresenta o quadro das consoantes e vogais da língua, tece considerações acerca de suas variantes alofônicas e discorre sobre vogais longas e vogais nasais. Em seguida, faz uma análise da sílaba, apresentando sua estrutura, padrões silábicos e tipos de constituintes do núcleo. Depois, descreve uma regra de determinação do acento da palavra e trata da entonação frasal. Finalmente, conclui apresentando alguns processos fonológicos.

Bem mais recente, um grupo de professores do Wapixana que ministram aulas nas séries iniciais da rede estadual de ensino de Roraima, contando com a assessoria de Francheto (UFRJ, Museu Nacional), publicou um pequeno dicionário bilíngüe: Wapixana-Português/Potuguês-Wapixana (CADETE, 1990). O grupo criou uma ortografia adaptada à grafia do português (diferente, portanto, daquela empregada na Guiana, mais aproximada do inglês) que lhe permitiu a elaboração da primeira cartilha para o ensino de Wapixana como segunda língua.

Apesar dos esforços empreendidos, entretanto, como se pode observar no exposto nos parágrafos anteriores, há lacunas no estudo da fonologia da língua Wapixana e, embora o trabalho de Tracy, por ter um escopo mais delimitado, ofereça maior número de informações, ainda assim, deixa lacunas a serem preenchidas em função do modelo teórico empregado, que se restringe à estrutura superficial, e da parca quantidade de exemplos apresentados, especialmente no que diz respeito a uma descrição mais precisa de alguns fenômenos fonológicos, tais como aqueles aqui em discussão. É nesse sentido que o trabalho aqui proposto se insere.

Também é relevante lembrar que a pesquisa aqui apresentada vem minimizar as carências de descrições das línguas indígenas referidas por Rodrigues (1993), contribuindo significativamente para o debate lingüístico ao revelar traços peculiares da língua Wapixana.

No que tange aos processos fonológicos aqui enfocados, são analisados, inicialmente, o processo de palatalização, que, com exceção das consoantes palatais, abrange as demais consoantes do Wapixana, fazendo com que uma consoante imediatamente precedida do segmento /i/ torne-se palatalizada; em seguida, o processo de harmonia vocálica, que faz

com que a vogal /a/ que ocorra em posição imediatamente seguinte à consoante palatalizada superficialize-se como [ɛ]; e, finalmente, outro processo de harmonia vocálica, pelo qual a vogal /a/ subjacente afetada pela regra anterior (/a/ → [ɛ]) torna-se [e]; fechando, assim, o ciclo de processos que resultam em diferentes realizações da vogal /a/ nessa língua. Dentre os modelos que oferecem uma abordagem calcada na geometria de traços, aqui serão empregados dois deles: um baseia-se na constrictão, The Geometry of Phonological Features (GT), especialmente nos termos de Clements (1985, 1989, 1990, 1991) e Clements e Hume (1993, 1995); o outro tem por base o articulador, Revised Articulator Theory (RAT), proposto por Halle, Vaux e Wolfe (2000) e Halle (1995). A opção por esses dois modelos permite não apenas tratar adequadamente os processos fonológicos envolvidos nas realizações das três variantes do fonema /a/ da língua Wapixana, mas também traçar um paralelo entre esses dois tipos de abordagem, verificando suas semelhanças e diferenças no trato dos fenômenos envolvidos.

CLEMENTS, George N. The geometry of phonological features. In: *Phonology Yearbook 2*. 1985.

CLEMENTS, George N. *On representation of vowel height*. Cornell University, 1989.

CLEMENTS, George N. Place of articulation in consonants and vowels. *Working papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, v. 5, p. 77-123, 1991.

CLEMENTS, George N.; HUME, Elizabeth V. *The internal organization of speech sounds*. Cornell University, 1993.

CLEMENTS, George N.; HUME, Elizabeth V. (1995). The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. (Ed.) *The Handbook of Phonological Theory*. London: Blackwell, 1995.

FARABEE, W. C. 1918. The Central Arawaks. *The University Museum Anthropological Publications*, Philadelphia, v. 9, 1918.

HALLE, M. Feature Geometry and feature spreading. *Linguistic Inquiry*, v. 26, p.1-46, 1995.

HALLE, M.; VAUX, B.; WOLFE, A. On feature spreading and the representation of place of articulation. *Linguistic Inquiry*, v. 31, p. 387-444, 2000.

RODRIGUES, Arion Dall'igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, v. 9, p. 83-103, 1993.

TRACY, Frances V. Wapishana phonology. In: *Languages of the Guianas*. GRIMES, Joseph E. (Org.). Summer Institute of Linguistics Publication, 1972.

### O sufixo -har como diagnóstico de inacusatividade em Tenetehára

Ricardo Campos de Castro

ricardo.riko@uol.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho tem por objetivo averiguar como podemos identificar a classe dos verbos inacusativos em Tenetehára. Desta forma, a análise busca descobrir *diagnósticos de inacusatividade* no sentido de Levin e Rappaport (1955, p. 3). A Hipótese Inacusativa foi primeiramente proposta por Perlmutter (1978) e postula que existem dois tipos de verbos



intransitivos: os inergativos e os inacusativos. Desde que essa hipótese foi enunciada, um grande número de fenômenos trans-lingüísticos têm sido estudados no intuito de se tornar patente a distinção entre os verbos inacusativos e inergativos. Tais fenômenos têm sido conhecidos como *diagnósticos de inacusatividade*. Estes diagnósticos vêm mostrando uma enorme semelhança entre os verbos que se determinam inacusativos nas línguas naturais, sugerindo, com isso, a universalidade da distinção entre verbos inacusativos e inergativos.

Nesse sentido, este trabalho tenta mostrar que uma das maneiras de identificar os verbos inacusativos na língua Tenetehára é por meio do escopo do sufixo *-har*. Mais precisamente, nossa hipótese é a de que um verbo inacusativo não pode vir nominalizado por meio do sufixo *-har*, enquanto um inergativo pode.

A língua Tenetehára é falada por dois grupos que vivem nos estados do Maranhão e do Pará. Os índios que vivem no Maranhão são chamados de Guajajara e os que se localizam às margens do rio Gurupi, no Pará, são referidos como Tembé. Os índios Guajajara distribuem-se ao longo das margens dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e seus afluentes, e os Tembé situam-se no vale do rio Gurupi, no estado do Pará.

É possível encontrarmos na língua Tenetehára nominalizações, por meio do sufixo *-har*, de advérbios e até mesmo de PPs inteiros, conforme os exemplos abaixo:

#### ADVÉRBIO

- (1a) *kwehe*  
PASS  
“advérbio que indica passado remoto”
- (1b) *kwehe-har*  
PASS-NOM  
“os antigos, os índios tenetehára de tempos remotos”

#### POSPOSIÇÕES

- (2a) *mani?ok* *r-ehe*  
mandioca C-PSP  
“...sobre mandioca.”
- (2b) *mani?ok* *r-ehe har*  
mandioca C-PSP NOM  
“...O que é sobre a mandioca.”
- (3a) *zawar* *r-ehe*  
onça C-PSP  
“sobre a onça”
- (3b) *zawar* *r-ehe har*  
onça C-PSP NOM  
“O que é sobre a onça”

Observa-se ainda que os sufixos *-har* podem nominalizar, além de advérbios e PPs, predicados verbos. Neste contexto, o sufixo *-har* fornece a acepção [+AGENTIVA] ao item a que se junta, conforme os exemplos abaixo.

#### TRANSITIVOS

- (4a) *-apo*  
fabricar  
“fabricar”
- (4b) *apo-har*  
fabricar-NOM  
“fabricante”
- (5a) *-zuka*  
matar  
“matar”
- (5b) *-zuka-har*  
matar-NOM  
“matador”

#### INERGATIVOS

- (6a) *-purak*  
trabalhar  
“trabalhar”
- (6b) *-purak }-har*  
trabalhar-NOM  
“trabalhador”

Conforme indica a agramaticalidade dos dados (8b) e (9b) arrolados acima, nota-se que os verbos inacusativos não podem ser nominalizados por meio do sufixo *-har*, possivelmente em virtude de tais verbos não selecionarem um participante agente no evento. Outra razão que explicaria essa restrição pode estar relacionada com a natureza [+AGENTIVA] que o sufixo *-har* denota. Notamos, assim, que predicados transitivos e inergativos podem se converter em D/NPs por meio do acréscimo do sufixo *-har*, ao passo que predicados inacusativos não podem sofrer nominalização por meio desse sufixo. Tomando por base as evidências arroladas nos dados acima, vemos que o comportamento do sufixo *-har* nos servirá como um interessante diagnóstico morfossemântico para distinguirmos os verbos inacusativos dos inergativos na língua Tenetehára. Assim sendo, verbos inacusativos têm comportamento distinto dos inergativos quanto à possibilidade de virem nominalizados por meio do sufixo *-har*. Com base neste tipo diagnóstico, a hipótese que desenvolveremos neste trabalho é a de poderemos identificar se um determinado verbo monoargumental será inergativo quando ele puder co-ocorrer com o sufixo *-har*; por outro lado, será inacusativo quando o mesmo não for possível.

BOUDIN, Max H. *O simbolismo verbal primitivo*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1963.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de Tupi Moderno*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

DUARTE, Fábio Bonfim. *Análise gramatical das orações da Língua Tembé*. 1997. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras/LIV, UnB, Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ordem dos constituintes e movimento em Tembé: minimalismo e anti-simetria*. 1998. 198 p. Tese (Doutorado) – UFMG, Belo Horizonte, 1998. Inédito.

LEVIN; RAPPAPORT. *At the syntax: lexical and semantics*



interface. Massachusetts Institute of Technology, 1955.  
 PERLMUTTER, D. M. Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley: University of California.  
 RODRIGUES, Aryon. D. *A originalidade das Línguas indígenas brasileiras*. In: Inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, 8 de julho de 1999.  
 \_\_\_\_\_. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 2002.

TRANSITIVOS

(4a) -*apo*  
 fabricar  
 “fabricar”

(4b) *apo-har*  
 fabricar-NOM  
 “fabricante”

(7a) -*ata*  
 caminhar  
 “caminhar”

(7b) -*atar-har*  
 caminhar-NOM  
 “caminhante”

INACUSATIVOS

(8a) *u-?ar*  
 ele-cair  
 “Ele cai”

(8b) \**i-?ar-har*  
 \*ABS-cair-NOMIN  
 “\*O caidor”

(9a) *u-hem*  
 ele-chegar  
 “Ele chega”

(9b) *i-hem-har*  
 \*ABS-chegar-NOMIN  
 “\*O chegador”

**Retomada anafórica versus concordância em Mundurukú (Tupí)**

*Dionei Moreira Gomes*

dionei98@unb.br  
 Universidade de Brasília

Os nomes inalienáveis em Mundurukú podem ser usados anaforicamente, retomando o sintagma nominal que originalmente integram. Esse uso anafórico pode ocorrer apenas com o nome inalienável sozinho em um sintagma, ou sendo modificado por outras categorias nominais, como pronomes quantificadores (indefinidos e numerais), pronomes demonstrativos ou mesmo nominalizações e nomes genéricos. Essa análise contrasta com outras já feitas sobre a língua, especialmente a de Gonçalves (1987), que trata como concordância os mesmos fenômenos descritos aqui: “a repetição das raízes classificadoras pode ser tratada como um sistema de concordância que opera ao nível da locução nominal, afetando certos determinantes (quantificadores e demonstrativos), e ao nível da oração, afetando os verbos” (GONÇALVES, 1987, p. 22).

O objetivo dessa comunicação é mostrar que os nomes inalienáveis, não só os que exercem uma função classificadora, participam de retomadas anafóricas e não de concordância. Por uma questão de tempo, não pretendemos, porém, aprofundar o que ocorre entre eles e os verbos. Ao nosso ver, dependendo do aspecto verbal, dá-se incorporação nominal (GOMES, 2006d, 2006e).

Por exemplo, um sintagma nominal como *puy bu* ‘cobra’, que tem como núcleo o nome inalienável *-bu*, pode ser retomado anaforicamente por ele:

(1) òn puy Ø-bu Ø-jojo-m xepxep Ø-pu. òn i-bu Ø-aoka-m  
 eu cobra R1-NFC R1-ver-IPRF dois R1-NFC eu R2-NFC R1-matar-IPRF  
 ‘Estou vendo duas cobras. Vou matá-las.’

O sintagma nominal  $[[xepxep] \text{ } \emptyset\text{-pu}] = [[\text{dois}] \text{ R1-NFC}]$  assume, nessa oração, o valor de ‘duas cobras’. O núcleo desse sintagma é o NFC *-pu* ‘cilíndrico e flexível’, que nesse contexto se refere a *puy bu* ‘cobra’. Isso quer dizer que, uma vez conhecido o constituinte nominal de origem de um nome inalienável, seja ele um NFC ou não, ele será retomado anaforicamente em outros sintagmas nominais que se refram a esse constituinte.

O nome inalienável pode constituir ele mesmo e sozinho um sintagma nominal. No caso de (1), na segunda oração,





no lugar de se repetir *puy bu*, bastou usar *i-bu*:  $[[i-bu] \emptyset-aoka-m] = [[R2-NFC] R1-matar-IPRF]$ , em que *-bu* significa, nesse contexto, *puy bu* 'cobra'. É sobre esse uso de um nome inalienável como representante de um sintagma nominal que versa este texto. Em um primeiro momento, exploramos o uso desse nome sem determinante e, em um segundo momento, a sua combinação com outras categorias nominais que o determinam.

Em se tratando da relação entre nomes inalienáveis e verbos, há duas situações: incorporação e retomada anafórica. O aspecto perfectivo (2a-b) e o imperativo (2c) são os dois contextos lingüísticos propícios à incorporação, dada a presença dos marcadores clíticos de sujeito:

- (2a) **warepupu dup o'=tup-'at**  
borboleta R1.NFC 3S=R2.NFC-cair.PRF  
'A borboleta caiu.'
- (2b) **õn warepupu dup o=tup-co**  
eu borboleta R1.NFC 1S=R2.NFC-ver.PRF  
'Eu vi a borboleta.'
- (2c) **warepupu dup e=tup-aoka**  
borboleta R1.NFC 2S=R2.NFC-matar.IMPER  
'Mate a borboleta.'

Em se tratando de aspecto imperfectivo, não existe incorporação, mas uma relação de sujeito e verbo (3a) ou objeto direto e verbo (3b):

- (3a) **[warepupu dup] ['at.'an]**  
borboleta R1.NFC cair.DUR.IPRF  
'A borboleta está caindo.'
- (3b) **õn [[[warepupu] dup] Ø-co.co-m]**  
eu borboleta R1.NFC R1-ver.DUR-IPRF  
'Eu estou vendo a borboleta.'

Como nomes inalienáveis podem ser usados como representantes de um sintagma nominal, é comum exemplos em que aparecem sozinhos, desde que o contexto lingüístico ou extralingüístico já tenha deixado claro a que SN estão se referindo:

- (3c) **[tup] ['at.'an]**  
R2.NFC cair.DUR.IPRF  
'A borboleta está caindo.'
- (3d) **õn [[tup] Ø-co.co-m]**  
eu R2.NFC R1-ver.DUR-IPRF  
'Eu estou vendo a borboleta.'

Tanto em (3c), quanto em (3d), o nome inalienável *tup* 'foliforme', um nome em função classificadora (NFC), assume o significado de *warepupu dup* 'borboleta', ocupando, respectivamente, a função de argumento único e de objeto direto.

O mesmo se dá quando esse nome inalienável estiver sendo usado sem função classificadora, como no exemplo (3e) abaixo:

- (3e) **[[ako] dup o'=tup-'at. [[tup] Ø-co.co-m]**  
bananeira R1.folha 3S=R2.folha-cair.PRF R2.folha R1-ver.DUR-IPRF  
'As folhas da bananeira caíram. Estão vendo as folhas da bananeira.'

Na primeira oração, ocorreu a incorporação por repetição de *dup* 'folha', enquanto na segunda houve, por meio do uso anafórico apenas de *tup*, uma retomada do sintagma nominal *ako dup*.

Além de serem usados sem determinantes, como mostramos acima, os nomes inalienáveis são usados, regularmente, com determinantes nominais, como pronomes quantificadores (numerais e indefinidos) e demonstrativos, e nominalizações e outros nomes, que dizem respeito ao sintagma nominal em que se encontra originalmente o nome inalienável, núcleo desses sintagmas.

GOMES, D. M. *Predicados verbais da língua Mundurukú e modelos lexicográficos*. 2000. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. A natureza e amplitude dos sistemas de classificadores no tronco Tupí. In: *Workshop sobre Lingüística Histórica e Línguas em Contato: Línguas Indígenas do Brasil e de Áreas Adjacentes*, Brasília, 2005, 2006c. No prelo.

\_\_\_\_\_. *Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupí)*. 2006. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 2006d.

\_\_\_\_\_. Incorporação nominal em Mundurukú (Tupí). *Revista Ameríndia*. 2006e. No prelo.

GONÇALVES, Cristina H. R. C. *Concordância em Mundurukú*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1987.

## O comportamento fonológico das consoantes nas línguas indígenas brasileiras

Gláucia Vieira Cândido

glaucia.v@uol.com.br

Universidade Estadual de Goiás

Lincoln Almir Amarante Ribeiro

Os sistemas sonoros das línguas naturais do mundo apresentam uma regularidade notável. Embora os seres humanos sejam capazes de produzir e perceber um número considerável de fones diferentes, as línguas não utilizam um subconjunto aleatório desses sistemas. Ou seja, os sistemas fonológicos observados são apenas pequenos subconjuntos do que pode ser teoricamente idealizado quando consideradas as possibilidades do trato vocal humano.

Em outras palavras, dado um certo número de traços fonéticos, o número de segmentos encontrados nas línguas naturais é significativamente menor do que o que é possível se obter em um cálculo matemático simples utilizando-se



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

os métodos da análise combinatória. É claro, porém, que não se pode duvidar de que os sistemas fonológicos não são simplesmente conjuntos não ordenados e tomados ao acaso de segmentos, o que, conseqüentemente, levou as teorias fonológicas e os estudos tipológicos a voltarem seus objetivos para a defesa de que esses sistemas são estruturados de acordo com várias restrições dos níveis perceptivo-articulatório e cognitivo (TRUBETZKOY, 1929; MADDIESON, 1984, entre outros).

A tarefa de identificar essas restrições e o modo como elas interagem entre si constitui um relevante campo de estudos no âmbito da tipologia das línguas naturais do mundo. A maioria dos trabalhos já realizados restringe-se à investigação dos segmentos vocálicos (cf. LILJENCRAANTS; LIDBLON, 1972; AMARANTE RIBEIRO; CÂNDIDO, 2006, entre outros). Em número menor estão os trabalhos voltados para os segmentos consonantais, dentre os quais citamos Voegelin (1954), Pierce (1957) e González (2003). O primeiro é uma tentativa de classificar tipologicamente os sistemas fonológicos das línguas naturais do mundo com base no seu número de consoantes oclusivas; o segundo é um teste estatístico da validade dos agrupamentos obtidos por Voegelin, utilizando para tanto as línguas indígenas das Américas do Norte, Central e do Sul; já o último amplia os dois outros trabalhos com a observação das fricativas também em línguas sul-americanas.

Embora tais trabalhos apresentem resultados bastante expressivos, muito há ainda que se fazer em termos de enumeração das restrições dos sistemas vocálicos e consonantais das línguas naturais. Afinal, a falta de descrições de muitas línguas do mundo acaba por limitar as análises. Contudo, à medida que as línguas forem sendo descritas, novas bases de dados poderão ser construídas, propiciando a obtenção de mais resultados sobre o comportamento dos sons vocálicos e consonantais nas línguas do mundo.

Seguindo essa linha de raciocínio e motivados pela impressionante diversidade lingüística existente no Brasil, ou seja, cerca de 180 línguas vivas que, vale lembrar, não contam com a mesma quantidade de estudos tipológicos descritivos, apresentaremos nesta comunicação uma descrição do comportamento fonológico das consoantes em mais de cem línguas indígenas faladas no Brasil.

Para a realização do referido estudo, foi necessária a construção de uma base de dados representativos das diversas famílias lingüísticas e de algumas línguas isoladas. As famílias e troncos contemplados neste estudo foram: as do Tronco Tupi e do Macro-Jê; as famílias Karib, Arawak, Arawá, Guaikuru, Nambikwara, Txapákura, Pano, Mura, Katukina, Tukano, Maku, Yanomami e as línguas isoladas Aikaná, Arikapu, Irantxé, Jabuti, Kanoê, Kwaza, Trumái e Tikuna. A partir dessa base, obtivemos importantes informações estatísticas sobre o comportamento fonológico das consoantes nas referidas línguas, tais como: os fonemas de maior ocorrência e de ocorrência singular; as características articulatórias particulares de alguns fonemas; a confirmação de alguns universais lingüísticos, bem como o registro de outros.

Também fez parte do estudo a comparação dos resultados obtidos com outros fornecidos pelo reconhecido banco de dados *Phonological Segment Inventory Database* (UPSID) da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA, 2006). Este é, salvo melhor juízo, a maior fonte de coleções de inventários fonológicos das línguas naturais do mundo e foi compilado por Maddieson e sua equipe da UCLA (MADDIESON, 1984). Originalmente o UPSID consistia

em um conjunto de 371 línguas, todavia, posteriormente, foram feitas uma correção dos dados e uma expansão para incluir 451 línguas na versão conhecida por UPSID-451. Esta versão contém os segmentos fonológicos contrastivos das 451 línguas. Para cada língua incluída na base de dados são apresentados os inventários de segmentos fonológicos que podem ser lidos através de um programa DOS fornecido pela instituição. As línguas incluídas na base de dados são escolhidas entre as maiores famílias lingüísticas do mundo e das famílias menores apenas uma língua é escolhida para representá-las. Essa comparação possibilitou a observação de algumas semelhanças e diferenças interessantes entre as línguas indígenas brasileiras e as demais línguas do mundo no que diz respeito ao componente fonológico, tal como pretendemos mostrar nesta comunicação.

Em termos práticos, acreditamos que a divulgação dos resultados do presente estudo, a exemplo do que ocorreu com os resultados de um outro estudo que realizamos anteriormente sobre os fonemas vocálicos (AMARANTE RIBEIRO; CÂNDIDO, 2006), poderão se constituir em uma importante fonte de pesquisa para os estudiosos das tipologias dos sistemas fonológicos das línguas indígenas brasileiras.

AMARANTE RIBEIRO, L. A.; CÂNDIDO, G. V. O comportamento fonológico das vogais orais nas línguas indígenas brasileiras. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 1, p. 1/7-18, 2006.

GONZALEZ, H. A Typology of Stops in South American Indian Languages. *Proceedings of the Conference on Indigenous Languages of Latin America - I*, University of Texas, Austin, 2003.

GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of human language*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 2. p. 95-152

LILJENCRAANTS, J.; LINDBLUM, B. Numerical simulation of vowel quality systems: the role of perceptual contrast. *Language*, v. 48, n. 1, p. 839-862, 1972.

MADDIESON, I. *Patterns of sounds*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

PIERCE, J. C. A statistical study of consonants in New World languages. *International Journal of American Linguistics*, v. 23, 1957.

TROUBETZKOY, N. S. Zur allgemeinen theorie der phonologischen vokalsysteme. *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, v. 1, n. 1, p. 39-67, 1929.

UCLA PHONETICS LAB DATA. *Phonological Segment Inventory Database*. Disponível em: <http://www.phonetics.ucla.edu/>. Acesso em: 02 maio 2006.

VOEGELIN, C. F. Inductively arrived-at models for cross-genetic comparisons of American Indian languages. *Linguistics*, v. 10, n. 1, p. 27-45, 1954.

### Prefixos Relacionais em Anambé

Maria Risolêta Silva Julião

risoleta@amazon.com.br

Universidade Federal doPará

No conjunto das línguas da família Tupi-Guaraní, existe um grupo de morfemas que desempenham importante papel no estabelecimento das relações sintáticas.

Tais morfemas são objeto de diferentes análises no conjunto



dos estudos envolvendo línguas da família. A partir de Rodrigues (1981) que, descrevendo o tupinambá, estabeleceu o paradigma destes morfemas e seus alomorfes, determinando a função de cada um deles, eles passaram a ser conhecidos como prefixos relacionais cuja função é assinalar as relações de dependência e de contigüidade sintática, abaixo classificados conforme proposta de Cabral (1997, p. 9):

Prefixo relacional 1)  $\emptyset$ - ~ r-

Prefixo relacional 2) (i- ~ jo-)  $\infty$  (s- ~ jos-)  $\infty$  t- $\infty$   $\emptyset$ -

Prefixo relacional 3)  $\emptyset$ - ~ m-  $\infty$  t-  $\infty$   $\emptyset$ -  $\infty$  V-  $\imath$   $\emptyset$ -

Esta a posição que assumiremos nesta comunicação. Descartamos, portanto, as análises que consideram os primeiros como consoante epentética ou como uma forma condicionada fonologicamente e aquelas que consideram os segundos como marcas de terceira pessoa.

Em anambé, língua em extinção, o quadro destes prefixos apresenta características significativas face às demais línguas da família Tupi-Guaraní.

Assim, o trabalho que ora apresentamos, levando em conta a situação de obsolescência da língua, tem por objetivo verificar como os prefixos relacionais se comportam em relação a outras línguas da família. Para tanto, utilizaremos dados das línguas araweté (Cabral, c. p.), asurini do Tocantins (Cabral, 1997, p. 9), asurini do Xingu (Silva, 1995), tupinambá (Rodrigues, 2001, p. 10) ka'apor (Caldas, 2001, p. 4) para estabelecer quais aspectos o anambé conservou ou modificou em relação aos prefixos relacionais.

A análise dos dados nos levou aos seguintes resultados (Julião, 2005):

1. O prefixo r- : r-  $\infty$   $\emptyset$ - mantém, em anambé, a distribuição e o funcionamento atestado nas línguas acima citadas. Este prefixo permite efetuar a divisão das raízes flexionáveis em duas classes: Classe I que engloba as raízes que aparecem com o alomorfe r-; Classe II que reúne as raízes que aparecem com o alomorfe  $\emptyset$ -. Um morfema que opera no nível da frase para exprimir uma relação de dependência de um determinante em relação ao núcleo de uma construção sintática do tipo genitivo-nome, objeto-posposição, objeto verbo.

2. Quanto aos relacionais 2) e 3) o anambé apresenta algumas mudanças significativas, tanto no uso quanto na distribuição.

2.1 Das formas do Prefixo relacional 2) o anambé manteve apenas as formas i- e  $\emptyset$ - que aparecem nos seguintes casos: i- ou  $\emptyset$ - nas frases independentes constituídas de predicado não-verbal; i- nas frases dependentes verbais transitivas no gerúndio e nas frases dependentes não-verbais no subjuntivo. Para outras funções, atestadas nas línguas acima, (sujeito de verbos intransitivos no indicativo II e no subjuntivo, objeto de verbos transitivos, objeto de posposições, possuidor,) o anambé utiliza o morfema u '3 pessoa'.

2.2 Do Prefixo relacional 3), nas línguas acima citadas, assim como em outras línguas da família, se diz que indica a não-contigüidade de um determinante [+humano] e genérico (Rodrigues, 2001; Cabral, 1997; Caldas, 2001). Em anambé, as raízes que ocorrem com os correspondentes destes prefixos apresentam tanto o traço [+humano] quanto o traço [-humano] o que nos leva a propor que, em anambé, sem fazer referência ao contexto gramatical, este prefixo assinala uma relação de dependência necessária entre duas entidades sem que necessariamente uma delas tenha o traço [+humano].

Assim é possível estabelecer para o anambé um sistema de relacionais constituído de dois prefixos (com alguns resíduos do Prefixo relacional 2)), conforme se apliquem a contextos sintáticos ou a contextos não-sintáticos, distribuídos no

quadro abaixo:

	Contexto sintático	Contexto não-sintático
Classe I	r-	t- $\emptyset$ - h- V > $\emptyset$ -
Classe II	$\emptyset$ -	$\emptyset$ -

Constatamos, ainda, no quadro do relacional para o contexto não-sintático, a introdução da forma -h e a ausência de nasalização das consoantes iniciais em palavras como *py* 'pé' e *po* 'mão' que nas línguas araweté, asurini do Tocantins, asurini do Xingu e tupinambá se realizam como *my* e *mo*.

CABRAL, A. S. A. C. Prefixos relacionais em Asurini do Tocantins. *Moara*, Belém, n. 8, p. 7-44, jul./dez. 1997.

CALDAS, R. B. C. *Aspecto, modo de ação e modalidade na língua kaa'pór*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

JULIÃO, M. R. S. *Aspects morphosyntaxiques de l'anambe*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Université de Toulouse-Le Mirail, 2005.

RODRIGUES, A. D. *Estrutura do tupinambá*. 1981. Manuscrito.

SILVA, H. M. da. *Marcadores de pessoa na língua asurini do Xingu*. 1995. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

## Fonologia da Língua Paresi-Haliti (Arawak): Primeiros Resultados

Glauber Romling da Silva

glauberromling@yahoo.com.br

UFRJ

A língua Paresi, pertencente à família Arawak, é hoje falada por um povo que se autodenomina Haliti com cerca de 1.300 pessoas que habitam no oeste do Estado de Mato Grosso. Existem duas variantes dialetais do Haliti: Kozarene e Wajmare. Delas, a primeira é majoritária e a segunda vem sofrendo claro processo de enfraquecimento. O Paresi, em geral, apresenta todos os sintomas de perda de vitalidade. Levando em conta sua incipiente documentação (ROWAN, 1961; ROWAN; BURGESS, 1979; DRUDE, 1995) e as muitas lacunas nos dados até hoje recolhidos, é urgente a sua descrição, tarefa solicitada e apoiada pelos próprios Paresi. O estabelecimento de um padrão fonológico é o primeiro passo da descrição de uma língua. O presente trabalho apresenta os resultados desta primeira etapa, com o objetivo de, para cada variante do Haliti: (i) propor um quadro de seus fonemas; (ii) tratar de alguns processos fonológicos e morfofonológicos, em especial, palatalizações e coronalizações e; (iii) explicar problemas específicos de representação fonológica no tocante às róticas, líquidas e laterais.

A metodologia pautou-se, inicialmente, nos procedimentos básicos da descrição fonológica segmental, à luz do estruturalismo clássico: semelhança fonética, contraste em ambientes



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

idênticos, complementação, contraste em ambientes análogos e identificação dos segmentos com valor distintivo. Já no estudo dos processos fonológicos e morfofonológicos, nos valem do modelo da Geometria de Traços (CLEMENTS; HUME, 1995). Voltamos, então, aos segmentos fonêmicos para elaborar uma matriz de traços, utilizando a proposta de Clements e Hume.

Foi utilizado um corpus de 400 itens vocabulares da lista Swadesh, ampliada, coletados nos Cursos do 3o Grau Indígena da UNEMAT, Barra do Bugres, MT, com professores Haliti (Kozarene e Wajmare), entre 2002 e 2003, além de listas de palavras e frases coletadas em julho de 2005 e janeiro de 2006, com três professores Haliti (Kozarene) na mesma cidade.

A análise realizada chegou aos seguintes resultados:

(i) quanto à estrutura silábica, consideramos um padrão (C)V com uma palavra mínima bissilábica (e.g.: [o:.'ne] 'água'). Sequências vocálicas foram interpretadas como ditongos ([aj], [ej], [uj], [aw] e [ow]), acompanhando Rezende (2003) para o Enawenê-Nawê, uma língua também da família Arawak e próxima do Paresi. A oclusiva bilabial desvozeada [p] não consta da série das oclusivas, em nenhuma das variantes. Para explicarmos isto nos valem da hipótese de que o processo de debucalização p  $\rightarrow$  h, amplamente atestado nas línguas Arawak, tanto sincronicamente quanto diacronicamente, tem no Paresi seu estágio final (ref. AIKHENVALD, 1999, p. 76). Em apenas três dados encontramos a fricativa labiodental desvozeada [f] em posição inicial de palavra, enquanto a consoante laríngea [h] ocorre em todas as posições e em todos os ambientes. Sendo assim, não consideramos o segmento [f] como fonêmico, mas apenas supusemos que se trate de um resquício do estágio intermediário de lenição entre a oclusiva e a laríngea ([p] e [h]). A oclusiva bilabial vozeada [b], por sua vez, parece restrita apenas a empréstimos e a algumas onomatopéias.

(ii) O Paresi apresenta uma notável riqueza de processos fonológicos, sobretudo palatalizações. Os segmentos consonantais [k], [m], [n], [s], [ts] e [l], em Kozarene, sofrem palatalização quando contíguos a segmento [coronal, -anterior], sendo que para os três primeiros o espraçamento do traço [coronal] é progressivo, enquanto para os três últimos é regressivo. À luz da Geometria de Traços (CLEMENTS; HUME, 1995), propusemos duas regras: a primeira de assimilação e a segunda de promoção. Apenas os segmentos com traço [coronal] sofreriam as duas regras, passando, na aplicação da segunda, de uma forma abstrata intermediária, respectivamente, de [n<sup>j</sup>], [s<sup>j</sup>], [ts<sup>j</sup>] e [l] para p, f, t<sup>j</sup> e  $\lambda$ . Os dois segmentos restantes sofreriam apenas a primeira: [k]<sub>l</sub>[k<sup>j</sup>], [m]<sub>l</sub>[m<sup>j</sup>].

(iii) Para as vogais, consideramos um sistema com quatro membros, diferentemente da maioria das línguas Arawak que possui um sistema com três, levando em conta quatro traços distintivos: [aberto], [coronal], [dorsal] e [labial].

Um dos problemas da representação fonológica diz respeito à natureza dos segmentos r, [l], [d] e [d<sup>j</sup>] em Kozarene. Em termos de sistema, como seria o arranjo? Aikhenvald (1999) nos dá quatro sistemas alternativos para as línguas Arawak: uma rótica e uma lateral; duas róticas e nenhuma lateral; três líquidas; ou nenhuma rótica e nenhuma lateral. Rowan (1961) prevê apenas r e /l/. Já Ubiray Rezende (2003) considera, para o Enawenê-Nawê, além dos fonemas propostos por Rowan, a existência fonológica de /d/. É esta última proposta que estamos testando. Com o suporte de programas de análise acústica, como o PRAAT, procuramos

soluções econômicas do ponto de vista descritivo para a representação fonológica dos fonemas em questão e pretendemos apresentar os resultados desta pesquisa específica.

O presente trabalho visa mostrar os resultados da pesquisa realizada entre 2004 e 2006, em nível de Iniciação Científica, e reelaborados para projeto de curso de mestrado em Linguística na UFRJ, contribuindo para futuras comparações entre as línguas da família Arawak, sobretudo as faladas na periferia da Amazônia Meridional (Enawenê-Nawê, alto-xinguanas, Terena).

AIKHENVALD, Alexandra Y. 'The Arawak Language Family'. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Ed.) *The Amazonian Languages*. Cambridge University Press. Cap. 3. p. 65-103, 1999.

CLEMENTS, G. N.; HUME, Elizabeth V. 'The Internal Organization of Speech Sounds'. In: GOLDSMITH, John A. (Ed.) *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell Publishers. Cap. 7, p. 245-306, 1995.

DRUDE, Sebastian. *Observações para Servir para uma Ortografia do Waimare* (inédito), 1995.

REZENDE, Ubiray M. N. de. *Fonética e Fonologia da Língua Enawenê-nawê: uma Primeira Abordagem (Arawak)*. Orientadora: Bruna Franchetto. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-Graduação em Linguística (Dissertação de mestrado). 2003.

ROWAN, Orland. *Phonemic Statement of Paresi*: SIL. 1961.

ROWAN, Orland; BURGESS, Eunice. *Parecis Grammar*: SIL, 1979.

### 3.7.3 Pôsteres

#### Tipos de predicados em Suruí (Paitér) da família Mondé

Sanderson Castro de Oliveira Soares

sandersoncs@gmail.com

Universidade de Brasília

O presente trabalho trata de classes de palavras e predicados transitivos e intransitivos na língua Paitér. Esta língua pertence à família Monde, do tronco linguístico Tupí (RODRIGUES, 1986) e é atualmente falada pelos índios de mesmo nome, que vivem distribuídos em 22 aldeias, na Terra Indígena 7 de Setembro, sudeste de Rondônia.

Um dos grandes interesses dos linguístas que têm estudado os tipos de predicados em línguas Tupí-Guaraní (cf. DIETRICH, 2001; RODRIGUES, 1996) tem sido o de distinguir a natureza predicativa das diferentes classes de semantemas para, por um lado, demonstrar a potencialidade de todos os semantemas predicarem e, por outro lado, enfatizar a visão linguística de que classes de palavras e funções dos elementos dessas no discurso são duas questões distintas (TESNIÈRE, 1951; COSERIU, 1972), mas muitas vezes ignoradas nas descrições de línguas do tronco Tupí. Com respeito à língua Suruí (Paitér), embora já exista um número razoável de trabalhos que abordam classes de palavras e predicados nessa língua, nenhum deles discutiu esses tópicos com ênfase



nas funções que elementos de classes lexicais distintas podem exercer no discurso, como a de predicar, e as implicações disso para a associação desses elementos a classes de palavras específicas. É sob essa ótica que desenvolvo uma análise de classes de palavras e tipos de predicados em Suruí. A análise se fundamenta na discussão sobre a expressão de categorias verbais em línguas do mundo, proposta por (COSERIU, 1972). O estudo de como as palavras em uma determinada língua funcionam no discurso é fundamental: (a) para o estabelecimento das classes lexicais dessa língua, uma vez que a predicação pode estar restrita a determinadas classes ou pode se diferenciar de acordo com elementos de classes distintas; (b) para a organização do léxico, pois uma vez determinadas as classes de palavras, podem-se estabelecer critérios para a organização deste, com base em aspectos morfológicos, semânticos e sintáticos, ou pela combinação de mais de um desses critérios; (c) para o entendimento das estruturas em uma dada língua, uma vez que a predicação pode se manifestar através de diversas estruturas, conforme a classe com a qual ocorre.

Pretendo, com este trabalho, apresentar os primeiros resultados do estudo que venho desenvolvendo no âmbito da língua Suruí, com vistas à análise das funções que as palavras dessa língua exercem no discurso e as implicações de suas respectivas funções para a inclusão dessas palavras em uma ou outra classe.

Os dados utilizados para este estudo fazem parte do acervo do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília e foram coletados por Monserrat em 2000, por Cabral em 2004, por Cabral e Oliveira em 2005 e por Oliveira em 2005 e 2006.

COSERIU, Eugenio. Sobre las categorías verbales ("partes de la oración"). In: *RLA – Revista de lingüística teórica y aplicada* v. 10. Concepción, 1972. p. 7-25.

DIETRICH, Wolf. Categorías lexicais nas línguas tupi-guarani (visão comparativa). In: Francisco Queixalôs (Dir.). *Des noms et des verbes en tupi-guarani*. État de la question. Cayenne: IRD, 2000. p. 1-13.

MONSERRAT, R. M. F. *Descobrimo a gramática da língua Suruí do povo Païter*. CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. Argumento e predicado em Tupinambá. In: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. v. 19, 1996. p. 57-66.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

que poderá auxiliar no entendimento dos aspectos morfosintáticos dessa língua. Os dados para este trabalho foram colhidos na terra indígena de Marãiwatsede, durante o mês de agosto de 2006. Os Xavante dessa terra indígena foram forçados ao contato com os não-índios na década de 1960, quando foram retirados de seu território original e levados a viver junto à missão católica de São Marcos, onde ficaram por quarenta anos convivendo com outras comunidades Xavante. A transferência desse grupo para outro território Xavante não considerou as disputas que existiam entre esses grupos. Assim, nesses quarenta anos, o grupo dos indígenas de Marãiwatsede nunca se desfez e sempre objetivou retornar ao seu território tradicional, onde está o cemitério de seus antepassados. Hoje, os índios de Marãiwatsede ocupam apenas uma pequena área de seu território original, pois, apesar de demarcada e homologada desde o ano 2000, a Terra Indígena de Marãiwatsede, localizada entre os municípios de Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, MT, ainda se encontra ocupada por fazendeiros e posseiros, que restringem o acesso dos indígenas a suas áreas de caça e coleta de frutos silvestres.

Neste trabalho, mostrarei como a relação de determinação nominal tem sido descrita em estudos anteriores (MCLEOD e MITCHELL, 1977; LACHNITT, 2004) e apresentarei uma descrição e exemplificação da mesma, considerando as estratégias acionadas pela língua para realizá-la. Serão analisadas a relação de determinação expressa por meio de prefixos como da-, i-, ai-, entre outros, e a relação expressa por meio de partículas como dza'ra, dzahuré e 'wa. Serão considerados nomes pertencentes a diferentes classes, em diferentes relações de posse, como nomes de parentesco e partes do corpo, entre outros. A pesquisa apóia-se nos pressupostos teóricos de Klimov (1974), assim como de Dietrich (2001), o qual defende a relação de determinação como princípio da sintaxe nominal. Espero que este estudo contribua para ampliar o conhecimento da língua, sobretudo num aspecto pouco abordado em pesquisas anteriores.

DIETRICH, Wolf. Categorías lexicais nas línguas tupi-guaranis (visão comparativa). In: QUAIXALOS, Francisco (Org.). *Des noms et des verbes en tupi-guarani: État de la question*. Caiena: IRD, 2001. p. 1-13.

KLIMOV, G. A. On the character of languages of active typology. In: *Linguistics, an International Review*. 131, 1974. p.11-25.

LACHNITT, Georg. *Dameremewaimramidzé. Estudos sistêmáticos e comparativos de gramática Xavante*. 3. ed. Campo Grande: MSMT/UCDB, 2004.

MCLEOD, Ruth e MITCHELL, Valerie. *Aspectos da língua Xavante*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1977.

RODRIGUES, A. D. Macro-Jê. In: W. R. M. Dixon & A. Y. Aikhenvald (Orgs.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165-206.

## Sobre a determinação nominal em Xavante

Juliana Pereira dos Santos

julisantos@gmail.com  
Universidade de Brasília

A língua Xavante é uma das duas línguas sobreviventes do subgrupo Jê Central da família Jê do tronco Macro-Jê (RODRIGUES, 1999). O presente estudo apresenta uma descrição da relação de determinação nominal em Xavante,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### A posição da língua Apiaká na família Tupí-Guaraní

Alexandre Jorge Pádua

alexandre\_padua@yahoo.com.br  
Universidade de Brasília

Os sobreviventes do povo indígena Apiaká vivem hoje na Terra Indígena Apiaká-Kayabí, no município de Juara, no Estado de Mato-Grosso, no curso do Rio do Peixe, que é afluente do Arinos, que por sua vez corre para o Juruena, um dos formadores do Tapajós. Aí convivem com os poucos Kayabí que não foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu na década de 1950. Somados, os sobreviventes Apiaká e os remanescentes Kayabí são cerca de 200 pessoas, entre as quais se incluem alguns índios Mundurukú. Dos Apiaká só um, Pedro Apiaká, de cerca de 70 anos de idade, ainda revela, quando solicitado, seu conhecimento da língua nativa. Uma mulher de uns 60 anos, Da. Maria, também conhece a língua Apiaká, mas tem dificuldade em fornecer enunciados nela. Pedro Apiaká informa que também tem conhecimento da língua uma sua irmã, Luzia, que vive em outra localidade da T. I., a aldeia Mairowi, acessível somente mediante um dia de viagem em voadeira ou, senão, por transporte aéreo especialmente contratado. Confirmadas as informações recebidas do Dr. Marcus Maia do Museu Nacional, que recentemente havia visitado a T. I. Apiaká-Kayabí, sobre a possibilidade de obterem-se novos dados lingüísticos, no final de julho de 2006 fui àquela Terra Indígena, na qualidade de aluno do curso de mestrado em lingüística e participante do Grupo de Pesquisas *Línguas Indígenas* da Universidade de Brasília, para um contacto preliminar, preparatório de um projeto de documentação intensiva da língua Apiaká.

O confronto dos dados preliminares agora registrados deixa claro que a língua de Pedro Apiaká se identifica, em suas características fonéticas e gramaticais, com a dos *Apiacás* ou *Apiaká* registrados desde meados do século XIX (GUIMARÃES, 1844) até meados do século XX (GUDSCHINSKY, 1959). A maioria desses registros consiste em listas de palavras, mas alguns contêm sintagmas e orações avulsas. Alguns foram registrados impressionisticamente com a grafia do Português, do Francês ou do Alemão, outros com transcrição fonética. Uma compilação de cinco dessas listas foi publicada por Theodor Koch (KOCH, 1902).

Na última versão de sua classificação das línguas da América do Sul, Cestmír Loukotka situou a língua Apiaká no Grupo Central do tronco Tupi (*Tupi stock*), juntamente com o Kayabí e o Parintintín, entre outras (LOUKOTKA, 1968, p. 116). O tronco Tupi de Loukotka corresponde inteiramente à família lingüística Tupí-Guaraní de outros autores, na qual Rodrigues distingue oito subconjuntos e situa o Apiaká no subconjunto VI, como mais associado ao Parintintín e às línguas do complexo Kawahíb (Rodrigues, 1985). Observamos, entretanto, que, além de compartilhar alguns traços fonológicos diagnósticos com essas línguas, o Apiaká apresenta outras propriedades que se encontram também, ou além disso, em línguas dos subconjuntos IV e V, cujo significado deverá ser estudado com base nos novos dados que estão sendo transcritos e nos que vão ser registrados nas próximas etapas de execução do atual projeto, de modo a precisar melhor a posição do Apiaká no âmbito da família lingüística Tupí-Guaraní.

Uma definição mais precisa da situação da língua Apiaká

em relação às demais da família Tupí-Guaraní contribuirá não somente para a melhor compreensão das relações entre essas línguas, mas também para perceber o desenvolvimento histórico dos respectivos povos em uma área geográfica de importância crítica para o conhecimento da expansão desses povos, que é a região entre as bacias fluviais do Madeira e do Tapajós.

GUDSCHINSKY, Sarah. *Questionário padrão para a pesquisa nas línguas indígenas brasileiras*. Idioma: Apiaká. Ms, 1959.

GUIMARÃES, José da Silva. Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na Província de Mato Grosso. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* VI (1844). 2. edição, 6. Rio de Janeiro, 1865. p. 305-325.

KOCH, Theodor. Die Apiaká-Indianer (Rio Tapajós, Mato Grosso). *Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*. 1902. p. 350-379.

LOUKOTKA, Cestmír. *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: Latin American Center, 1968.

RODRIGUES, Arvon D. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia* 27/28, 1985. p. 33-53.

### Advérbios e categorias funcionais em Karajá

Daniela Cid de Garcia

cid.daniela@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo geral do projeto em que esta pesquisa está inserida é o de investigar aspectos da morfossintaxe de línguas indígenas brasileiras, com atenção para a estrutura da periferia esquerda da frase, visando à descrição e à análise dessas estruturas com base na teoria de Princípios e Parâmetros e em seu desdobramento, o Programa Minimalista, com a finalidade de tornar essas línguas transparentes à teoria gramatical mais recente.

Com base no quadro teórico de Cinque (1999), verificamos como se dá o posicionamento dos sintagmas adverbiais em Karajá, língua indígena brasileira do tronco Macro-Jê, falada por cerca de 3000 pessoas, na Ilha do Bananal (TO). Procuramos avaliar as ordens de advérbios em Karajá em relação à teoria da Gramática Gerativa, levando em conta questionamentos levantados a partir das propostas de Cinque (1999). Dentro de uma perspectiva gerativa, Cinque propõe uma revisão dos conceitos tradicionais e mostra, como indícios para sua nova proposta, que a posição dos advérbios em uma frase não se dá de maneira irrestrita.

A tradição gerativa classifica os advérbios como *adjuntos*, alegando que estes podem ser adjungidos a qualquer projeção intermediária, o que não prevê a restrição de posicionamentos de advérbios na sentença, fato que motivou Cinque a classificá-los como *especificadores*.

No quadro teórico gerativista, o levantamento dos dados é motivado dedutivamente pela teoria. Registraram-se, dessa forma, fatos gramaticais específicos, através de formulários construídos para obter uma amostragem adequada das estruturas investigadas. Em razão da instabilidade na



avaliação desse tipo de dado pelos informantes, introduzimos uma versão preliminar de um teste psicolinguístico de julgamento imediato de gramaticalidade, que possibilita um monitoramento dos tempos de resposta. Pode-se assim ter uma medida da hesitação, o que confere graus intermediários de certeza.

Foram observados os advérbios baixos e verificou-se que algumas manifestações não corresponderam à hierarquia universal. De dez hierarquias testadas, cinco corresponderam ao modelo de Cinque (1999). Entre as restantes, duas admitem ambas as possibilidades e três admitem apenas a opção que contraria o modelo. No momento, estamos investigando os motivos da não correspondência, que podem estar relacionados com o fato de a função adverbial ser, algumas vezes, exercida por formas presas.

O teste psicolinguístico serviu como uma primeira experiência, inaugurando a aplicação dessa metodologia a línguas indígenas. Ainda que para um estudo de processamento plenamente desenvolvido seja necessário um número maior de frases em cada modalidade, a serem julgadas por mais sujeitos – além da inclusão de distratores –, avaliamos que o teste contribuiu como mais um recurso na análise dos dados.

CHOMSKY, N. *A minimalist program for linguistic theory*. MIT Occasional, 1992.

CHOMSKY, N.; LASNIK, H. Principle and Parameters Theory. In: CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995. cap. 1, p. 13-127.

CINQUE, G. *Adverbs and functional heads*. New York: Oxford U. Press, 1999.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997.

## Morfologia e Sintaxe

### 3.8.1 Comunicações Coordenadas

#### Construções “desgarradas”, apositivas e de gerúndio no português do Brasil

Um tópico recorrentemente estudado pelas vertentes funcionalistas em lingüística concerne aos processos de formação de orações complexas. A par das abordagens que endossam as classificações da gramática tradicional com sua grande distinção entre o grupo das orações coordenadas e o das subordinadas - com a inclusão das orações adverbiais no segundo conjunto, outras procuram se desvincular desta distribuição dual, quer pela postulação de um terceiro conjunto de orações - as hipotáticas - (HALLIDAY, 1985; HOPPER; TRAUGOTT, 2003), quer pela proposição de um modelo que contempla um *continuum* de processos de vinculação (LEHMANN, 1988).

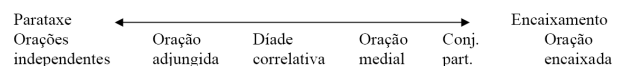
Assim Halliday (*Op. cit.*) distingue três tipos de orações complexas - paratáticas, hipotáticas e encaixadas - consoante à interação dos traços *dependência* e *encaixamento*, conforme mostra o quadro seguinte:

Lembra que a dependência é formal e pode ser sinalizada

	Encaixamento	Dependência
Paratáticas	-	-
Hipotáticas	-	+
Dependentes	+	+

quer pela presença de conectivo quer pela forma não finita do verbo.

Lehmann (*Op. cit.*), por seu turno, para avaliar o grau de vinculação entre os segmentos constitutivos da oração complexa, se vale de uma distribuição gradiente com uma das extremidades ocupadas pelas orações paratáticas e a outra, pelas orações encaixadas, conforme se pode verificar abaixo:



Este parâmetro se articula com outros cinco - nível sintático do constituinte (da oração) principal com o qual a oração subordinada se vincula, perda de propriedades oracionais prototípicas por parte da oração subordinada, gramaticalização do verbo (da oração) principal, entrelaçamento entre os segmentos que constituem a oração complexa, explicitude do elo inter-oracional - e se pretende tipologicamente adequado, vale dizer, capaz de se aplicar a todas as línguas.

Os critérios e indagações subjacentes aos dois modelos sinteticamente apresentados acima constituem o quadro de referência teórica a partir do qual iniciamos a análise das três construções a serem consideradas nessa sessão coordenada: as “desgarradas”, as apositivas e as de gerúndio. A investigação destes três tipos baseia-se em ocorrências coletadas em amostras de fala e escrita produzidas em situação natural de comunicação e detalha as propriedades gramaticais de cada um. Ao especificar os traços gramaticais de cada construção, mostra que os rótulos genéricos - construções “desgarradas”, apositivas e de gerúndio - abrigam sub-tipos, com perfis especificados, embora inter-relacionados. Busca, então, explicar as motivações associadas ao uso de cada um deles e se completa com a proposição de redes polissêmicas capazes de evidenciar as relações entre eles.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*; Great Britain: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 2nd edition.

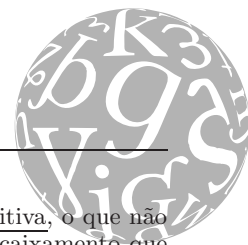
LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. (Ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 1988, p. 181-225.

#### Estruturas apositivas desgarradas em português

Maria Beatriz Decat

bdecat@uol.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Há algum tempo vêm sendo pesquisadas, à luz da abordagem funcionalista norte-americana, as cláusulas que, no português escrito, se apresentam ‘desgarradas’, ou seja, têm sua ocorrência independente sintaticamente, de forma isolada, à maneira de um enunciado independente (DECAT, 1999, 2001, 2004 [2005]). A consideração da noção de “unidade informacional”, ou “unidade de informação” (*idea unit*, CHAFE, 1980), tem norteado tais estudos desde o seu início, quando foi examinada a ocorrência ‘desgarrada’ de cláusulas adverbiais, como ilustram os exemplos abaixo:

(1) Esse caso com a modelo Lílian Ramos realmente foi uma tragédia. Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido de Carnaval. (ESTADO DE MINAS, 17/2/94)

(2) Foi nos velhos tempos. Quando Zé Ramos Filho formava zaga com o Glagê no Terrestre. Priscas eras, diria o sempre elegante José Cabral. Idos dos anos 30, enfático. (Plínio Barreto – *Com todo respeito* – ESTADO DE MINAS, Caderno Cultura, p. 2, 24/07/04)

É necessário esclarecer, aqui, que a noção de ‘desgarramento’ que está sendo utilizada neste trabalho, além de fundamentar-se na noção de unidade de informação, deve ser entendida nos termos de Ono; Thompson (1994) quando tratam de estruturas *unattached* – não ‘anexadas’, portanto, à estrutura que as antecede.

Na continuação da pesquisa, foram examinados dados, tanto do português do Brasil quanto de Portugal, que exibiam a ocorrência ‘desgarrada’ (ou ‘não anexada’) de orações relativas apositivas, tratadas pela Gramática Tradicional como orações adjetivas explicativas. Os exemplos abaixo ilustram essa ocorrência:

(3) O que muitos temiam e outros ansiavam aconteceu: dezembro chegou. O que significa: o ano começou a acabar. (Affonso R. Sant’Anna, *De repente, dezembro* – ESTADO DE MINAS, 28/11/04)

(4) São pequenos passos, eu sei. Coisas que passam quase despercebidas aos olhos do mundo grande. (Editorial, PAIS & FILHOS, Abril 00, nº 111) (Português europeu)

(5) Olhar, ouvir, conhecer e reagir; algo bem diferente da hipocrisia dos que têm voz, influência, poder e posições importantes [...]. Que se divertem com nosso assombro ao ouvir que estamos chegando à perfeição em setores nos quais enxergamos ruína e decadência. (Lya Luft, *Quebrar o silêncio* – Ponto de Vista, VEJA, 3/5/06)

As estruturas sublinhadas nos exemplos acima exibem diferentes materializações lingüísticas das orações relativas apositivas ‘desgarradas’. Em (3), tem-se um caso de relativa ‘sem cabeça’, por não ser possível identificar um possível referente que ela estaria modificando, realçando. Esse tipo, assim como vários outros, manifesta o caráter de adendo que essas estruturas costumam ter e que funcionam como uma “aposição frásica” (KOCH; VILELA, 2001), constituindo um “comentário acerca da proposição”. Essa função vai ser exibida também por outras estruturas, com nuances de ‘avaliação’, ‘retomada’, ‘recapitulação’, dentre outras funções textuais. Em (4), tem-se uma construção relativa apositiva iniciada por um sintagma nominal, que pode vir seguido, ou não, por um dêitico (fato esse, situação essa, etc.). Diferentemente de outros autores – que consideram haver, nessa estrutura, um aposto seguido de uma oração relativa restritiva este trabalho opta por tratar a estrutura como um todo, funcionando como uma informação suplementar, parentética, um epíteto, uma asserção à parte, sendo uma unidade informacional por si mesma e podendo, por isso, ocorrer ‘desgarrada’. Já em (5), apresenta-se um caso de

‘desgarramento’ de uma oração relativa restritiva, o que não seria de se esperar, dado o maior grau de encaixamento que essa estrutura tem com o restante do enunciado. A relativa restritiva, ao contrário da explicativa (ou apositiva), constitui um caso de “soldadura”, nos termos de Bally (1944). Já a explicativa se enquadra no tipo dado por Bally como “segmentação”, que caracteriza estruturas cuja soldadura não se realiza por completo. Associando tais noções à de unidade de informação, pode-se considerar que, na segmentação, as orações não se acham ligadas num único ato de enunciação, como acontece na soldadura, que corresponde à contraparte semântica do que Halliday (1985) chama de “encaixamento”, uma estratégia formal, no nível sintático, de combinação de orações. Na segmentação, embora exista o elo semântico entre as orações, a condensação não é consumada, ou seja, as orações não constituem um único ato de enunciação, mas cada uma realiza uma unidade de informação à parte, mesmo com a manutenção do elo semântico com a oração anterior.

Em estudos mais recentes, o trabalho em pauta estabelece um paralelo entre a ocorrência ‘desgarrada’ das orações relativas apositivas com a de SNs ‘soltos’ (*unattached NPs* ONO; THOMPSON 1994; *floating noun phrases* THOMPSON, 1989), procurando mostrar que ambas as estruturas servem como uma estratégia eficaz para atribuição de relevo a partes do enunciado, com vistas a reforçar a argumentação. Assim, o objetivo dessa comunicação é propor que o ‘desgarramento’ de orações (sejam apositivas, sejam adverbiais) seja visto, juntamente com a clivagem e com a topicalização, também como uma das estratégias de focalização na organização das informações no texto. Pretende mostrar que as orações ocorrem ‘soltas’, a exemplo dos SNs, porque constituem unidades de informação à parte, o que as reveste de um menor grau de dependência, e estão a serviço da argumentação. Por outro lado, cláusulas “encaixadas”, como no caso da relativa restritiva, só ocorrem ‘soltas’ (‘desgarradas’) quando se constituem numa seqüência parafrástica, reiterando/repetindo estruturas sintáticas ocorridas anteriormente na cadeia discursiva, visando à re-elaboração enfática dessa estrutura com fins comunicativo-interacionais.

É objetivo, ainda, deste estudo, levantar a existência de possíveis redes polissêmicas que expliquem a relação entre as estruturas examinadas, tendo em vista a maneira diversa com que essas estruturas ‘desgarradas’ se instanciam no português, seja quanto à sua forma de materialização lingüística, seja quanto ao gênero textual em que ocorrem.

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique historique*. 4. ed. Éditions Francke Berne, 1965 [1944].

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (Ed.) *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

DECAT, M.B.N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta* (Lingüística e Filologia), v. 2, n. 4, Belo Horizonte: PUC Minas, 1º sem 1999, p. 23-38.

DECAT, M.B.N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao ‘desgarramento’. *Scripta* (Lingüística e Filologia), v. 5, n. 9, Belo Horizonte: PUC Minas, 2º sem 2001, p. 104-118.

DECAT, M.B.N. Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégia de focalização e argumentação. *Veredas* (Conexão de orações), v. 8, n. 1 e 2, jan./dez. 2004. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF (Impresso em 2005), p. 79-101.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2.





ed., London: Edward Arnold, 1994 [1985].  
 KOCK, Ingedore; VILELA, Mario. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Editora Almedina, 2001.  
 ONO, Tsuyoshi; THOMPSON, Sandra A. Unattached NPs in English Conversation. *Proceedings of the Twentieth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: University of California Press, 1994, p. 402-419.  
 THOMPSON, Sandra A. A discourse approach to the cross-linguistic category "adjective". In: CORRIGAN; ECKMAN; NONAN (Ed.) *Linguistic categorization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1989.

## As construções de gerúndio no português do Brasil

Maria Luiza Braga

malubraga@terra.com.br  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro

O tratamento concedido pelas vertentes funcionalistas às orações de gerúndio não é uniforme, como as propostas de Lehmann (1988), Halliday (1985) e Hopper; Traugott (2003), a título de exemplo, ilustram. Assim, os últimos não fazem menção a elas no capítulo sobre a gramaticalização dos processos de combinação de orações, enquanto Halliday as considera como estratégias de hipotaxe, visto que congregam os traços [+ dependência] e [-encaixamento]. De acordo com este autor, as orações hipotáticas distinguem-se tanto das estratégias paratáticas, quanto das encaixadas, como pode ser visto no quadro abaixo:

	Dependência	Encaixamento
Parataxe	-	-
Hipotaxe	+	-
Encaixamento	+	+

A dependência a que Halliday se refere é formal, vale dizer, sinalizada pela presença de conectivo ou pela forma não finita do predador verbal. A terceira proposta, a de Lehmann (*Op. cit.*), embora não faça referência explícita às construções que me interessam, pode ser flexibilizada de forma a incorporá-las.

A proposta de Lehmann é motivada tipologicamente e fundamenta-se em seis parâmetros – degradação hierárquica da oração subordinada, nível do constituinte sintático (da oração principal) ao qual a oração subordinada se vincula, perda das propriedades oracionais prototípicas, gramaticalização do verbo (da oração) principal, entrelaçamento dos segmentos que integram a oração complexa, explicitude do elo interacional. Com relação ao primeiro parâmetro, daqui para frente, re-denominado de *graus de vinculação de orações*, as construções de gerúndio estariam à direita do *continuum*, próximas às orações encaixadas:

Parataxe				Encaixamento	
Orações independentes	Orações adjungidas	Diade correlativa	Orações médias	Orações gerúndio	Orações governadas

Quanto aos demais parâmetros, os pertinentes para meu trabalho dizem respeito ao nível sintático de encaixamento, perda de propriedades oracionais prototípicas, entrelaçamento e explicitude do elo interacional. Sua aplicação ao conjunto de orações que me interessam, desconsiderando-se, pelo momento, as relações semânticas que elas podem sinalizar, permitiria afirmar que as orações de gerúndio se caracterizam pela ocorrência às margens da oração nuclear, dispensa do elo interacional e do sujeito. Um estudo empiricamente fundamentado das construções de gerúndio e sensível às relações semânticas que elas podem expressar revela, no entanto, que mesmo a abordagem gradiente de Lehmann (*Op. cit.*) não dá conta da flexibilidade e multi-funcionalidade das construções com gerúndio. Com efeito, propriedades gramaticais como *posição face à oração núcleo com que se articula, explicitude do elo interacional e do sujeito* são sensíveis à relação semântica sinalizada, como mostram as orações que expressam concessão, contrapostas àquelas que admitem uma leitura temporal. O próprio *grau de vinculação* também parece se sujeitar a esta pressão semântica como comprovam as construções que admitem paráfrases por orações adjetivas relativas em contraponto àquelas com interpretação de modo.

O trabalho que estou submetendo ao Congresso da ABRALIN focaliza as construções de gerúndio no português do Brasil. A análise é baseada em dados extraídos da Amostra Censo-RJ, conjunto de entrevistas com falantes cariocas, e de artigos de jornais de grande circulação no Rio de Janeiro. Controla as variáveis modalidade e tipo textual e se volta para as correlações entre propriedades gramaticais das construções de gerúndio e relações semânticas que elas sinalizam. Sustenta que o conjunto das orações de gerúndio, não obstante o compartilhamento de uma mesma marca formal, o morfema *-ndo*, constitui um todo heterogêneo. Defende que as propriedades formais dos membros deste conjunto são motivadas por razões semântico-pragmáticas e que o funcionamento das construções de gerúndio pode ser melhor compreendido a partir de um enfoque que leve em consideração as redes polissêmicas que podem ser estabelecidas entre elas.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*; Great Britain: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, Paul J.; TRAUOGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 2nd edition.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. (Ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1988, p. 181-225.

## As construções apositivas: algumas considerações sobre conexão

Nilza Barroso Dias

nilzabd@terra.com.br  
 Universidade Federal do Juiz de Fora

A unidade apositiva constitui uma expansão de uma unidade base, com a função de elaborar o significado da base, promover maior caracterização do termo nomeado anteriormente, "clarificar" a informação, fornecer detalhes e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

adicionar atributos (HALLIDAY, 1985). Estamos considerando a unidade apositiva constituída por oração/ orações e períodos, o que nos leva a analisar “a co-referência do ponto de vista do locutor”. As construções apositivas podem ter as unidades matriz e apositiva conectadas quer por conector discursivo – *ou seja, isto é, quer dizer, vale dizer e por exemplo* – quer por conector zero, quer por “pequenas cláusulas”.

As unidades apositivas introduzidas por conectores discursivos oriundos de verbo apresentam a função semântica da paráfrase e a função textual-discursiva da avaliação (ou avaliação conclusiva) como as mais recorrentes. As unidades apositivas introduzidas pelo conector *por exemplo* estabelecem uma relação todo-parte com a unidade base, exemplificando ou particularizando-a. Aquelas introduzidas por conector *zero* também apresentam a paráfrase como a função mais recorrente, seguida da identificação e da particularização, numa relação predominantemente catafórica entre base e aposição (MEYER, 1992; NOGUEIRA, 1999; DIAS, 2005). Já aquelas construções que se realizam como “pequena cláusula” apresentam funções superpostas (DIAS, 2006). Elas primariamente funcionam como unidade base, numa relação catafórica com a unidade apositiva que as sucede. Além desta função, elas servem para conectar a informação que as antecede com a informação que as sucede e, neste ponto, aproximam-se dos conectores discursivos oriundos de verbos – *quer dizer e ou seja* – por revelarem a função textual-discursiva da avaliação e por marcarem a voz do locutor no texto, que é uma característica dos marcadores discursivos, segundo Traugott (2005). A denominação “pequenas cláusulas” deve-se à extensão lingüística da estrutura.

Abaixo podemos observar os exemplos representativos dos três tipos de conexão acima citados.

(1) Ah, mas até chegar no dia dessa cesária, esses quinze dias me parece que passou assim- parecia que era um século que nunca acabava de passar aquilo. E aquilo ali eu sofria com aquilo, não é? Porque eu vinha para o trabalho e ficava preocupado: Ela vai levantar da cama, ela não pode andar e tomando dezoito ampola de umas injeções lá que- que a doutora passou, porque era para a criança não ter problema respiratório porque ia sair antes do tempo. Então, foi um tratamento assim uma coisa! A doutora é muito boa, não é, a doutora Janete. Mas um tratamento assim, eu tinha que-seis hora da manhã, injeção, meia-noite, injeção, meio-dia tinha que ir um cara ir aplicar a injeção. Quer dizer, eu ficava doido... (PEUL/RJ.Dav)

No exemplo (1), embora a função *avaliativa (conclusiva)* seja expressa na cláusula “desgarrada” apositiva, em negrito, observamos, ao longo do discurso, várias marcas lingüísticas que manifestam um posicionamento atitudinal negativo (verbo *sofrer*, e os qualificadores *preocupado* e *doido*). Há uma correlação do ponto de vista do locutor entre a unidade base, constituída de várias orações, sendo, portanto, longa e *pesada*, e a unidade apositiva constituída de uma oração apenas, portanto, *leve*. O conector discursivo *quer dizer* representa a introjeção do LOC no texto, corporificando a sua voz, constituindo um canal perfeito para que o falante expresse a sua avaliação.

Já no exemplo (2)

(2) de Cordovil até aqui. Porque tem que fazer uma baldeação. Eu tenho que vim- pego ônibus na Brasil, venho até a central, não é? Da central, pego o metrô, venho até Botafogo, pego o quatrocentos e nove, venho até o ponto final, o resto, subo uns seicentos metros a pé. (PEUL/RJ.

Dav),

temos o elemento base de referência *baldeação*, cujo detalhamento pode ser observado na unidade apositiva, em negrito. A unidade apositiva possui várias cláusulas que, no conjunto, constituem um período longo e *pesado*. Contudo, observamos que toda a unidade apositiva está dizendo em outras palavras o que seja “baldeação”. Temos uma referência catafórica, segundo Nogueira (1999). Observamos que as duas unidades são separadas por uma entonação mais longa, o que caracteriza uma desgarrada. (DECAT, 1999).

(3) Na verdade, temos aí uma pista para explicar o aparentemente paradoxal “insucesso” democrata em eleger facilmente Al Gore, como bem apontou Sérgio Abranches, meu sócio neste espaço, na semana passada. A teoria é simples: os democratas não se tornaram proprietários do portentoso desempenho da economia porque os americanos entenderam que as razões do sucesso são políticas de governo, ou melhor “não-políticas” caracteristicamente republicanas. (Veja, 22/11/00)

No exemplo (3), a unidade *base, a teoria é simples*, expressa uma *avaliação* feita pelo escritor acerca do paradoxal insucesso democrata americano. A unidade apositiva constitui um forte argumento para sustentar a avaliação realizada. Além disso, “*a teoria é simples*” funciona também como uma “pequena cláusula” por juntar a informação que a antecede com aquela que a sucede, centralizando e corporificando a fala do escritor. O introjetar-se no texto, explorando uma *avaliação*, constitui um mecanismo muito usado pelos falantes nas estruturas apositivas com conectores discursivos oriundos de verbos. Neste caso específico, a unidade base quase sempre traz um adjetivo para expressar o ponto de vista do locutor.

O processo co-referencial que marca a aposição e os diferentes sistemas de conexão mostram que um fato relevante a ser considerado é se a unidade base sobre a qual recai a aposição é um sintagma específico, uma cláusula ou porções maiores do discurso.

A esse respeito, podemos visualizar uma certa “assimetria”, ou seja, os resultados apresentam a forma de um pêndulo. Quanto mais *peso* tem o elemento base na unidade base, mais *leve* será a unidade apositiva. Assim, se a aposição recai sobre um SN na unidade A, ela será comumente expressa por um conjunto de cláusulas na unidade B. Por outro lado, se a aposição realiza-se como uma única cláusula, ela deverá ter, como elemento de co-referência, outra cláusula ou porções maiores do texto. Ou seja, à medida que o elemento base da unidade base fica mais *pesado*, temos à direita a unidade apositiva mais *leve*. E, à medida que a unidade base realiza-se como um sintagma ou uma oração apenas, portanto, um elemento mais *leve*, teremos como unidade apositiva períodos longos e *pesados*.

Essa análise preliminar dos dados mostra-nos que as construções apositivas mantêm pontos inter-relacionados num *continuum*, embora possam ser observados perfis bem específicos, o que demonstra haver uma rede polissêmica que deverá evidenciar e justificar as relações encontradas.

DECAT, Maria Beatriz N. Por uma abordagem da (in) dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. In: *Scripta*. Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, p. 23-28, 1o. semestre de 1999.

DIAS, NILZA B. *Cláusulas apositivas em português: estatuto sintático-discursivo*. GEL. Santo André. SP. Julho de 2005.

DIAS, NILZA B. As “pequenas cláusulas” e a avaliação nas construções apositivas. Comunicação. *I Simpósio sócio-funcional-*



*cognitivistas*. Juiz de Fora UFJF. 2006.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1994.

MEYER, Charles F. *Apposition in contemporary English*. Cambridge University Press, 1992.

NOGUEIRA, Márcia. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese de Doutorado. Unesp/Araraquara. 1999.

TRAUGOTT, Elizabeth C. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso: agosto de 2005.

## O morfema *que* em variação e mudança de estruturas morfológicas e sintáticas

Nesta comunicação coordenada, elencamos três trabalhos que, sob uma perspectiva funcionalista, analisam tipos de estrutura em que ocorre o morfema *que*. No primeiro trabalho, “Construções relativas: o antecedente como Tópico”, propõe-se para as orações relativas uma análise que permite capturar desde as ocorrências de relativas padrão até as não-padrão, incluindo-se aí aquelas que não admitem contraparte na estratégia padrão por não haver o fenômeno da correferência entre o antecedente e uma posição sintática no interior da oração relativa. A esse tipo de relativização em que não se nota correferência é que o primeiro trabalho dedica especial atenção. Não havendo uma relação de correferência entre o antecedente e alguma expressão dentro da predicação subsequente; não havendo uma relação que o ouvinte/leitor é capaz de inferir por meio da trilha sintática da sentença; não havendo participação do antecedente no estado de coisas codificado na oração que o segue, postula-se que a relação do antecedente com a oração relativa é do mesmo tipo que se tem entre o Tópico de uma sentença e o respectivo comentário, situação em que a função sintática (Su, OD, OI...) dos constituintes envolvidos é irrelevante. Já no segundo trabalho, “A partícula *que* em processos de criação lingüística”, trata-se de processos de criação lingüística em que se unem palavras de diferentes classes gramaticais – como nome, verbo, advérbio, preposição – à partícula “*que*” para formar novos elementos gramaticais na língua. Essas criações lingüísticas, que têm como uma de suas características centrais a mudança categorial, podem ser evidenciadas através de expressões como “*parece que*”, “*ainda que*”, “*logo que*”, “*desde que*” etc. Sendo a mudança categorial uma característica definidora de gramaticalização, pode-se dizer que o *que* é um profícuo protagonista de gramaticalização na língua portuguesa. Por fim, no terceiro trabalho, “O *que* relativo na concordância verbal”, analisa-se a variável concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro, partindo da relação sujeito / verbo. Com o objetivo de compreender os fatores lingüísticos e sociais que condicionam / determinam a variação, esse estudo tem como *corpus* 20 entrevistas entre informante e documentador realizadas em comunidade periférica de São Carlos, cidade do interior do Estado de São Paulo. Adotando, assim, uma metodologia flagrantemente sociolingüística, esse trabalho procura verificar, especialmente, o comportamento do morfema *que* como elemento interveniente entre o sujeito e o verbo, e, confirmando interpretação de outros autores,

conclui que, ao invés de recuperar seu antecedente, o *que* relativo mascara esta relação diminuindo as chances de concordância.

## A partícula *que* em processos de criação lingüística

Danúbia Hatoum Seron

danubiajb@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista - Araraquara

Nesta comunicação, destacam-se os usos da partícula *que*, evidenciado-se sua importância em processos de criação lingüística. Com efeito, a produtividade do referido morfema - iniciada ainda no latim vulgar - é negável se tomarmos por base o surgimento de novos elementos gramaticais na língua portuguesa: perífrases formadas por uma palavra (nome, verbo, advérbio, preposição) mais a partícula *que*, como mostram exemplos com *parece que*, *creio que*, *logo que*, *ainda que*, *desde que*, *até que*. Esse processo de criação lingüística está relacionado à multifuncionalidade da partícula *que* e essa multifuncionalidade, por outro lado, é devido à origem desse elemento. Sabe-se que o latim tinha duas modalidades lingüísticas: (i) o latim clássico, que era a variedade ligada à criação de uma literatura aristocrática e artificial, que teve seu apogeu no final da República e início do Império; (ii) o latim vulgar, que era a língua efetivamente falada, e que sempre existiu convivendo com o latim clássico (ILARI, 1992). Há várias diferenças estruturais entre essas duas modalidades. A multifuncionalidade da partícula *que* é consequência de sua origem no latim clássico e da expansão e generalização de seu uso no latim vulgar. O latim clássico desenvolveu um complexo sistema de subordinação de orações por meio de conjunções provenientes de várias fontes: muitas delas são formas cristalizadas do relativo *quod*, *quo* ou do interrogativo/indefinido *quia*, outras fontes são algumas classes de palavras, como o advérbio *ne*. O *que*, portanto, deve ter surgido do primeiro tipo de fonte. No latim clássico, as completivas podiam ser introduzidas por *quod* (*quia*); as orações relativas eram introduzidas pelos pronomes relativos *qui*, *quae* e *quod*, e dentre as circunstanciais, havia as orações causais com verbos no indicativo iniciadas por *quod* e *quia*. Já no latim vulgar, é possível observar que as partículas *quod*, *quia* estão presentes na maioria das subordinações: as completivas eram introduzidas por um *quod*, tanto para as declarativas como para as volitivas; quanto às orações relativas, o pronome foi reduzido a uma simples partícula introdutora de oração relativa e por isso se viu estimulado a retomar seu antecedente também por meio de um pronome pessoal pleonástico; com relação às circunstanciais, encontram-se as finais iniciadas por *quod*, *quia*, consecutivas, por *quod*, e causais, por *quo* e, *quia*. No português arcaico, aparece apenas a forma *que* desempenhando todas as funções do *quod* e *quia* do latim vulgar. Além de ser o subordinador por excelência do latim vulgar, nessa mesma época surgiu a prática de unir palavras de várias classes gramaticais com o *que* para formar um novo elemento gramatical. Esse processo, que foi melhor desenvolvido pelo português, tem como principal característica a mudança categorial. Por isso, esse tipo de criação lingüística tem sido considerado



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

um processo de gramaticalização (GR). Pode-se entender a GR como um tipo de mudança lingüística em que elementos do léxico passam a desempenhar funções gramaticais, ou elementos já gramaticais passam a desempenhar funções mais gramaticais ainda. Para Heine *et al.* (1991), as duas principais evidências de que a GR ocorreu são a mudança de classe gramatical e a mudança de significado. O processo de criação lingüística tratado aqui instiga esses tipos de mudança, pois observamos que elementos de outras classes de palavras - como nome, verbo, advérbio, preposição -, quando unidos ao que, passam a desempenhar funções mais gramaticais. A GR é um processo gradual, contínuo e unidirecional, em que os elementos, ao longo do tempo, vão ganhando material gramatical; o inverso não ocorre. A mudança pode ser representada por *clines* que mostram esse contínuo. A mudança categorial, por exemplo, pode ser representada pelo seguinte *cline*: Categoria maior (nomes, verbos)  $\downarrow$  adjetivo/advérbio  $\downarrow$  categoria menor (preposição, conjunção). A mudança semântica, também, pode ser representada por um *cline*: significados concretos  $\downarrow$  significados abstratos. Com isso, podemos, portanto, afirmar que quando se une a partícula que a um nome ou verbo pode-se criar um advérbio. Um exemplo disso é a estrutura parece que, estudada por Gonçalves (2003), em que parece como verbo pleno (com o sentido de ser semelhante) passa, quando unido à que, a um advérbio de evidencialidade (como na oração 'parece que vai chover'). Já os advérbios podem originar conjunções, por exemplo, o advérbio ainda, mostrado por Longhin-Thomazi (2005), o qual passa de advérbio temporal para uma perífrase conjuncional concessiva quando unida ao que. A gramaticalização também pode ocorrer quando se une uma preposição, como desde, à partícula que para formar a perífrase conjuncional desde que. Com esses exemplos, podemos observar que, quando a partícula que se une a palavras de classes gramaticais diferentes, será criado um novo elemento na língua portuguesa. Esse, devido às suas características, sempre será mais gramatical. Por isso, um verbo pode dar origem a um advérbio; um advérbio, por sua vez, pode originar conjunções; e preposições, mesmo já tendo conteúdo gramatical, podem tornar-se mais gramaticais fazendo surgir uma conjunção.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epstêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: São Paulo, 2003.

HEINE, B; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, B. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

ILARI, R. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Um exemplo de (inter)subjetivização na linguagem: a reconstrução histórica de 'ainda'. *Estudos Lingüísticos XXXIV*, p. 1361-1366, 2005.

### Construções relativas: o antecedente como tópico

Wanderli Aparecido Bastos

wandbas@terra.com.br  
Universidade Estadual Paulista - Araraquara

Estudos sobre construções relativas no Português do Brasil

(PB) têm assumido pressupostos teóricos do paradigma formal em estudos lingüísticos. Nesse sentido, descrevem as relações entre os constituintes desse tipo de construção, com base, prioritariamente, no nível sintático e, quando muito, no nível semântico. Tem sido assim tanto nos trabalhos de interesse exclusivamente descritivo (por exemplo: KATO, 1996), quanto nos trabalhos que tratam a relativização como uma regra variável (por exemplo: TARALLO, 1983; KATO *et alii*, 1996; ASSIS, 1988; CORRÊA, 1998). Diferenças à parte, todos esses autores vêem as relativas como um tipo de construção cujo antecedente mantém relação de correferência com alguma posição no interior da oração relativa. Para eles, então, as construções vernaculares não são, nesse aspecto, diferentes das relativas padrão, o que torna natural postular, para todos os dados levantados por eles, contraparte na estratégia padrão. De fato, todos esses autores assim o fazem. Corrêa, todavia, mesmo fiel a essa descrição sintática das relativas, apresenta uma construção para a qual não acha equivalência na estratégia padrão: *...e por último chegou um rapaz (bandido), que o garçom deixou a carteira encima da mesa que o bandido sentou* (p. 80 e p. 152). É impossível enquadrar esse exemplo nos modelos de descrição propostos, ao que parece, justamente porque falta a relação de correferência entre o sintagma "um rapaz"/ "bandido" e alguma posição sintática dentro da oração "que o garçom deixou a carteira encima da mesa". Apesar da não correferência entre o antecedente e alguma posição dentro da relativa, é inegável a aceitabilidade da construção, o que nos faz inferir que ela deve estar atendendo a alguma regra que a teoria deve elucidar. É a esse tipo de construção que o presente trabalho devotará especial atenção: não havendo uma relação de correferência entre o antecedente e alguma expressão dentro da predicação subsequente; não havendo uma relação que o ouvinte/leitor é capaz de inferir por meio da trilha sintática da sentença; não havendo participação do antecedente no estado de coisas codificado na oração que o segue, postulamos que a relação do antecedente com a oração relativa é do mesmo tipo que se tem entre uma sentença de Tópico e o respectivo comentário. Mais explicitamente, propomos que se veja o antecedente desse tipo de construção como Tópico, entendido como uma função pragmática, e, como tal, distinto das relações gramaticais, de sujeito, por exemplo, que mantêm com o verbo o papel de argumento. Da mesma forma, o Tópico não se vincula necessariamente à noção discursiva de status informacional (dado / novo) do referente. Isso quer dizer que um elemento Tópico pode desempenhar função sintática de sujeito ou objeto, como pode manifestar status informacional novo ou dado, mas não é, por definição, nem uma coisa nem outra. É certo que há uma tendência (e é apenas uma tendência) transistêmica de o sujeito ser o Tópico da sentença, e o Tópico ser dado. A essência do Tópico, entretanto, consiste em atuar no nível da interação entre os interlocutores, dando pistas sobre o de que trata a sentença na medida em que situa o interlocutor quanto ao domínio dentro do qual ele deve interpretar a predicação, ou na medida em que põe em posição de realce uma entidade que participa do estado de coisas mapeado na predicação que a segue. Ao topicalizar um determinado referente, é como se o falante alertasse o ouvinte: "Fica de olho neste referente; é dele que, de alguma forma, estou tratando". Visto assim o Tópico, o modelo de análise que se propõe aqui pode ser aplicado também na descrição das relativas padrão. Outra vantagem dessa descrição consiste em propiciar uma explicação teórica para



a constatação feita por Naro; Scherre (2003) de que o *que* relativo obscurece a relação gramatical entre o antecedente (que os autores vêem como Sujeito) e o verbo correspondente na oração relativa: sendo o Tópico uma noção pragmática, a concordância - mecanismo sintático - deixa de ser relevante.

ASSIS, R. M. Variações lingüísticas e suas implicações no ensino do vernáculo: uma abordagem sociolingüística, p. 59-81. In: *Ilha do desterro* n 20, Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2º semestre, 1988.

CORRÊA, V. R. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp - Instituto de Estudos da Linguagem, 1998.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica, cap. 8, p. 223-261. In: ROBERTS, I; KATO, M. A. *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

KATO, M. A. *et alii*. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas clivadas e relativas, pt. III, p. 303-368. In: KOCH, I. V. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NARO, A. J., SCHERRE, M. M. P. A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do *que* relativo, p. 383-401. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

TARALLO, F. L. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Pennsylvania, University of Pennsylvania, PhD Dissertation, 1983.

## O que relativo na concordância verbal

Alexandre Monte

xmonte@uol.com.br

Universidade Estadual Paulista - Araraquara

Pesquisas sobre concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro têm mostrado que esse fenômeno constitui uma variável lingüística que abrange duas variantes: a presença ou a ausência de marca formal de plural no verbo. Tal fenômeno começou a ser estudado na década de setenta por Anthony Naro e Miriam Lemle e, desde então, vários trabalhos sobre a variação na concordância verbal já foram realizados em diversas regiões do Brasil. Em diversos trabalhos analisados, pudemos constatar que é possível correlacionar a aplicação variável da regra de concordância entre sujeito e verbo tanto a fatores internos (lingüísticos), como a fatores externos (sociais). Nosso trabalho também se propõe a analisar esse fenômeno partindo da relação sujeito / verbo, objetivando compreender os fatores lingüísticos e sociais que condicionam / determinam a variação lingüística no âmbito da concordância verbal. Através do estudo da regra de concordância verbal, enquanto exemplo de regra sintática que se encontra atualmente em processo de mudança, podemos captar alguns fatores que atuam no processo da mudança lingüística, além de revelar os caminhos pelos quais uma mudança se difunde. Considerando que a Sociolingüística é uma das subáreas da Lingüística que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, correlacionando aspectos dos sistemas lingüísticos e aspectos dos sistemas sociais, podemos afirmar que nosso estudo sobre a concordância verbal constitui uma pesquisa que se inscreve, de forma geral, dentro da perspectiva teórica denominada "Teoria

da Variação e Mudança Lingüística" ou "Sociolingüística Quantitativa" (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001). A pesquisa está sendo realizada com a língua falada de uma comunidade periférica da cidade de São Carlos, localizada no interior do Estado de São Paulo. A amostra utilizada é constituída de 20 entrevistas entre informante e documentador. Estamos trabalhando com quatro células, sendo cada célula formada de 5 informantes de modo a garantir a representatividade da amostra. São cinco homens e cinco mulheres terminando o ensino fundamental e cinco homens e cinco mulheres não alfabetizados. No que concerne à faixa etária, estabelecemos um recorte: de 20 a 40 anos. Numa discussão preliminar de resultados, pudemos notar que a não-concordância verbal tende a fazer parte do português popular. Do total de 975 ocorrências de terceira pessoa do plural estudadas no nosso *corpus*, 708 (73%) não trazem a marca formal de plural nos verbos, sendo que apenas 267 (27%) apresentam a marca formal de plural. Apesar de predominar a não-concordância, os resultados evidenciam que estamos diante de um caso de variação. Dentre os fatores lingüísticos, levamos em conta a posição e distância do sujeito em relação ao verbo. Uma das categorias que estamos estudando é a presença de material interveniente entre sujeito e verbo. Nesse caso, resolvemos analisar, de acordo com Naro; Scherre (2003), o efeito do pronome relativo *que*. A hipótese levantada é de que a presença do *que* relativo tem o efeito de diminuir as chances de os verbos apresentarem marca explícita de plural. Os resultados da pesquisa para a língua falada mostram que, quando há um sujeito plural separado de seu verbo por um *que* relativo, a taxa de uso das marcas explícitas de plural no verbo decresce. Gameiro (2006) também conclui que o pronome relativo *que*, de um modo geral, independentemente de seu antecedente (sintagmas nominais, pronomes pessoais ou outras formas pronominais), diminui as chances de concordância com o verbo. Ao invés de recuperar seu antecedente, o *que* relativo mascara esta relação diminuindo as chances de concordância. As pesquisas analisam a presença do *que* relativo como uma variável separada e como uma variável cruzada com outros fatores. Diante dos resultados, os pesquisadores assumem o efeito bastante uniforme do *que* relativo e concluem que é legítimo tratar sua presença como uma variável separada.

GAMEIRO, M. B. *A concordância verbal na língua falada da região central do estado de São Paulo*. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. *Ciência e Cultura*, v. 29, n. 3, p. 259-268, 1977.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do *que* relativo. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. p. 383-401.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Subordinação e correlação

Para o ensino mais produtivo da Língua Portuguesa, propõe-se que, em termos de análise sintática, se considere a correlação como uma categoria fundamental para a descrição das estruturas linguísticas. A abordagem tradicional, numa tentativa de simplificar a descrição linguística, acabou por dar tratamento homogêneo a estruturas heterogêneas. Para desfazer esse equívoco, é necessário postular três processos de estruturação sintática em Língua Portuguesa: coordenação, correlação e subordinação (com ou sem encaixamento).

Assim, parte-se aqui do pressuposto de que existem três processos de organização do período composto: a coordenação, em que as orações apresentam independência sintática; a subordinação, em que uma das orações seria dependente sintaticamente de outra; e a correlação, em que as duas orações seriam formalmente interdependentes, relação materializada por meio de expressões correlatas.

Na abordagem tradicional, apenas a coordenação e a subordinação são apresentadas como mecanismos de estruturação sintática e, conseqüentemente, de articulação de orações que ocorrem em períodos compostos.

A tradição do século XIX estabeleceu a dicotomia parataxe *versus* hipotaxe, segundo a qual a parataxe incluía todos os tipos de justaposição e a hipotaxe, todos os tipos de dependência. No século XX, Hopper; Traugott (1993), ao estabelecerem graus de integração entre as orações na perspectiva da gramaticalização, apropriaram-se dessas noções e acrescentam a subordinação como uma terceira categoria.

Parataxe implicaria independência relativa, ou seja, o vínculo entre as orações depende apenas do sentido e da relevância da relação entre elas. Hipotaxe implicaria dependência entre um núcleo e margens, mas não encaixamento da margem em um constituinte do núcleo. Subordinação implicaria dependência completa entre núcleo e margem(ns) e, portanto, encaixamento de toda a margem em um constituinte do núcleo.

As orações que ficam nas margens podem ser classificadas em três tipos:

1. aquelas que funcionam como sintagmas nominais – denominadas COMPLETIVAS;
2. aquelas que funcionam como modificadoras de nomes – denominadas ADJETIVAS;
3. aquelas que funcionam como modificadoras de sintagmas verbais ou de orações inteiras – denominadas ADVERBIAIS.

Uma proposta ainda mais detalhada dos tipos oracionais encontra-se em Castilho (2002, p. 131-2), que estabelece os seguintes tipos de relação intersentencial na constituição das sentenças complexas (dos tradicionalmente denominados de períodos compostos):

1. sentenças complexas estruturadas por justaposição – uma sentença se põe ao lado da outra, sem qualquer nexos conjuncional, como em “*Escreveu, não leu, o pau comeu*”.
2. sentenças complexas estruturadas por coordenação – uma sentença se põe ao lado da outra por meio de nexos conjuncionais, como em “*O professor saiu e o aluno falou*”.
3. sentenças complexas estruturadas por encaixamento – uma sentença se insere em um constituinte da outra, como em “*Disse que vinha.*” em que o encaixamento se dá no SV da primeira sentença e como em “*O menino que chegou*” em que o encaixamento se dá no SN anterior.
4. sentenças complexas estruturadas sem encaixamento – uma sentença estabelece uma relação de adjunção com outra, como em “*Saiu quando eu cheguei*”.
5. sentenças complexas estruturadas por correlação ou

paradependência – uma sentença estabelece uma relação de interdependência com a outra, como em “*Falou tanto, que ficou rouco*”.

Como se observa, Castilho (2002, p. 129-144) prevê, entre os tipos de relação intersentencial, a existência de estruturas interdependentes ou correlatas.

Com base nas observações até aqui efetuadas, a presente sessão reúne, no âmbito da subordinação, um trabalho sobre as orações modificadoras de nomes, as cláusulas relativas; um estudo que defende a classificação de orações como correlatas, ou seja, que considera a correlação como um procedimento sintático diferente, e não simplesmente como uma variante da coordenação e da subordinação, e outro, que mostra o articulador sintático COMO em construções correlativas. Em todos esses trabalhos, os usos linguísticos serão analisados segundo uma perspectiva funcional-discursiva.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987.

CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo, Contexto, 2002.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed., São Paulo, Ática, 2002.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre, Globo, 2002.

OITICICA, J. *Manual de análise léxica e sintática*. 6. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1942.

OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.

RODRIGUES, V. V. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.

### Usos sincrônicos do articulador sintático como em construções correlativas

*Ivo da Costa do Rosário*

ivocostarosario@brasilvision.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A pesquisa que ora apresentamos insere-se no bloco dos estudos morfossintáticos de perspectiva funcional e tem por objetivo principal analisar as realizações do *como* em sua forma correlata<sup>1</sup>, na linguagem culta padrão do Português do Brasil atual, a partir de três gêneros textuais específicos: editorial, notícia e anúncio. Em nossa pesquisa, há a preocupação constante em realizar um trabalho de base qualitativa e sincrônica. Para isso, embasamos nossa visão analítica mormente em três autores: Ayora (1991), Moura Neves (2000) e Mateus *et alii* (2003).

A reunião dos postulados teóricos adotados por esses autores estabelecerá as diretrizes de nossa pesquisa, ou seja, fundamentará teoricamente a análise dos usos e funções do *como* correlativo em suas diferentes realizações sintático-



semânticas.

Nossa hipótese principal é a de que o *como*, não só em estruturas correlativas mas também em estruturas simples e compostas, abarca uma série de usos diferenciados no âmbito da sintaxe do Português. Além de ser um termo altamente polissêmico, apresenta-se ainda vigoroso e produtivo na variedade brasileira do vernáculo, conforme já foi atestado por alguns gramáticos e lingüistas.

Adotamos, para esta pesquisa, o termo *construção*, como fez Moura Neves (2000), por ser um termo inclusivo, já que abrange tanto estruturas oracionais quanto estruturas não-oracionais, o que facilita a descrição da língua e nos previne de um ponto extremamente delicado no âmbito da sintaxe portuguesa: a questão da elipse verbal.

O tratamento dado às *conjunções* nas mais diversas teorias lingüísticas é bastante heterogêneo e está longe de encontrar consenso entre os pesquisadores. Por isso, para nos referirmos ao *como*, adotamos o termo *articulador sintático*, cunhado por Abreu (1994). Optamos por esse termo porque ele revela um caráter genérico, da mesma maneira como o termo *construção* o é. Essa simplificação visa, na verdade, a uma maior precisão no trato com os conceitos da lingüística, como convém ao trabalho científico de qualquer área do conhecimento.

*A priori*, podemos afirmar que o *como* ainda não encontrou em nenhuma obra pesquisada um tratamento satisfatório. Na verdade, o assunto não está sistematizado nos compêndios mais conhecidos. O que observamos são referências desencontradas e dispersas ao longo dos capítulos dedicados aos processos de estruturação sintática e no capítulo dedicado às conjunções. Por vezes, encontramos também algumas notas referentes ao seu uso na seção dedicada aos advérbios, às chamadas preposições acidentais e na classe das palavras denotativas, como mais um exemplo entre outros.

Ayora (1991, p. 7), em obra especializada sobre o assunto, após comentar o uso do *como* em orações exclamativas e interrogativas, relaciona e analisa as oito orações em que se verificam usos do *como*, na língua espanhola. São elas: orações comparativas, modais, temporais, causais, enunciativas indiretas, finais, condicionais e concessivas. Especialmente no capítulo dedicado às construções modais, o autor revela contribuições ímpares ainda não encontradas em língua portuguesa (pelo menos nos compêndios analisados, que somam diversas linhas teóricas de investigação lingüística).

Nossa hipótese de trabalho é que encontraremos o *como* correlativo especialmente em construções aditivas, com a expressão de matizes distintos da conjunção prototípica *e*, e em construções comparativas, já que para a construção de tais estruturas, precisamos cotejar dois elementos que geralmente estão lexicalizados na superfície da sentença, o que favorece a realização de partículas conectivas descontínuas, como é o caso do *como* correlativo.

Para embasar nossa pesquisa, recorreremos às fontes que tratam da correlação como processo de estruturação sintática distinto do da subordinação e da coordenação, além de acolhermos as posturas divergentes com o propósito de cotejá-las. A proposta dos diferentes autores tanto de língua portuguesa quanto estrangeiros será de grande importância, desde a célebre *Teoria da Correlação*, de Oiticica, até a de lingüistas modernos, como Azeredo. Vale a pena lembrarmos que esse processo, após a promulgação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, aprovada em 1959, foi assimilado aos outros já consagrados pela referida NGB.

Após analisar as várias realizações do *como* na língua

espanhola, Ayora (1991) chegou à conclusão mais geral de que o referido elemento, por si só, não é marcador de nenhum significado concreto. Ele precisa relacionar-se com outros elementos gramaticais e formar com eles determinadas estruturas sintáticas que, de acordo com o contexto lingüístico ou a situação comunicativa, tornam possível a emergência dos diversos significados. Essa é outra hipótese a ser investigada, especialmente no que tange à tão propalada carga semântica das palavras gramaticais, se intrínseca ou extrínseca ou ainda inexistente.

Evidentemente, não objetivamos concluir definitivamente as discussões acerca do assunto, entretanto, esperamos ter contribuído um pouco mais com os estudos de base descritiva desenvolvidos em nosso vernáculo.

Por fim, da mesma forma como reconhecemos e ressaltamos o limite da pesquisa realizada, também enfatizamos a importância da continuidade deste estudo, bem como a necessidade de realização de outros que a este se somem, para que uma documentação atualizada de nossa realidade lingüística possa orientar o processo de prosseguimento das pesquisas lingüísticas de caráter morfossintático.

<sup>1</sup> forma correlata do *como*: formado por duas partículas descontínuas – *tanto...como*, *tal...como* etc.

ABREU, Antônio Suarez. *Curso de Redação*. São Paulo: Ática, 1994.

AYORA, Antonio Moreno. *Sintaxis y Semântica de como*. Málaga: Editorial Librería Ágora, 1991.

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de Português*. São Paulo: Contexto, 2004.

DECAT, M. B. et alii (Org.) *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OITICICA, José. *Teoria da Correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2000.

RODRIGUES, Violeta Virgínia. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

## A interpretação das cláusulas relativas no português do Brasil: um estudo funcional

Elenice Santos de Assis Costa de Souza

eleniceassis@ig.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Partindo das hipóteses de que a classificação binária das cláusulas relativas (restritiva *versus* explicativa) não é suficiente para descrever seus usos, que constituem um *continuum* cujas extremidades seriam a restrição e a não restrição, e de que os níveis morfológico, sintático e semântico não são suficientes para diferenciar tais estruturas, o presente estudo



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

tem os seguintes objetivos: a) propor a ampliação do quadro de tais estratégias, cujas cláusulas podem estar conectadas não só a outras, como também a um sintagma nominal simples; b) descrever os usos das estratégias de relativização no português do Brasil e, com base nessa descrição, propor a ampliação do quadro dos morfemas ou conectivos relativos (*que, o que, onde, o qual, quem, cujo, quando, o quanto, como*), que vão além dos descritos pelas gramáticas normativas e mesmo por outros estudos lingüísticos, sem cunho prescritivo; c) propor, com base em critérios funcionais, discursivos e pragmáticos, uma classificação mais abrangente e coerente para as cláusulas relativas no que se refere ao clássico binômio restrição / explicação, correlacionando essa proposta aos tipos e gêneros textuais, entre outros fatores. O *corpus* vem sendo constituído por dados coletados de artigos, crônicas, editoriais e entrevistas de *O Globo e Jornal do Brasil* – anos de 2002 a 2006 – e de inquéritos da modalidade escrita do Projeto Discurso & Gramática (RJ) – constituídos na década de 90. Todos os dados são levantados com os respectivos co-textos precedentes e subseqüentes e estão sendo codificados de acordo com os critérios do programa computacional *Goldvarb*, segundo o qual receberão tratamento estatístico a fim de verificar a frequência de uso das referidas estruturas. A fundamentação teórica segue os princípios do Funcionalismo e da Lingüística Textual, sendo tais correntes vistas como complementares. Esta preconiza que todo processo interativo se faz sempre por meio de um texto, e ambos constituem seu objeto de estudo, ou seja, texto e interação. O conceito de texto adotado é o de “uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos intencionalmente selecionados e ordenados em seqüência, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais”. (VILELA; KOCH, 2001, p. 454). Já os estudos funcionalistas partem da premissa de que as línguas estão em processo constante de reestruturação, o que se realiza a partir das necessidades comunicativas dos usuários, concebendo, assim, os idiomas como entidades essencialmente dinâmicas, tanto do ponto de vista das transformações que sofrem ao longo dos séculos, quanto do ponto de vista das pressões dos usos, que, necessariamente, dão-se em sociedade. Dentro dessa perspectiva, “ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas e seus contextos específicos de uso. (...) Nesse sentido, a estrutura é uma variável dependente, pois os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema” (CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 29). Desse modo, tentar-se-á conjugar essas duas correntes teóricas, que não são antagônicas, para classificar, de modo mais satisfatório, as cláusulas relativas no que concerne à relação de predicação que estas estabelecem com os termos antecedentes levando em consideração não só fatores morfológicos, sintáticos e semânticos, mas também fatores textuais e contextuais. Segundo Hopper; Traugott (1993), os processos de combinação de cláusulas seguem a escala parataxe  $\bar{\iota}$  hipotaxe  $\bar{\iota}$  subordinação. De acordo com essa escala, no primeiro estágio, as orações teriam um grau de integração mínimo; no segundo, elas teriam um grau de integração intermediário que estabelece uma interdependência; já no terceiro, a relação de dependência caracteriza-se pela integração máxima. A literatura de base funcionalista, em geral, tem atribuído às relativas

explicativas o grau de integração intermediário, ou seja, elas seriam fruto da hipotaxe; e, às restritivas, o grau máximo de integração, isto é, estas seriam estruturas subordinadas propriamente ditas. Contudo, a observação do emprego das relativas tem revelado que esse *continuum* é mais complexo e extrapola os níveis sintático e semântico. Oliveira (2001), ao analisar essas estruturas sob uma perspectiva pancrônica, deixa transparecer um impasse em relação ao princípio da marcação. As restritivas, por serem mais freqüentes, seriam as cláusulas não-marcadas, e as explicativas seriam as marcadas. No entanto, as restritivas são mais complexas dos pontos de vista estrutural e cognitivo, o que autorizaria considerá-las estruturas marcadas. Além desse impasse, vários estudos de orientação funcionalista apontam para o fato de que as explicativas, menos integradas, teriam dado origem às restritivas, mais integradas. Como se poderia explicar que crianças em fase de aquisição de língua materna produzem primeiramente as restritivas em face desse pressuposto? O estudo da língua em uso constitui-se em um campo, ao mesmo tempo, fecundo e movediço, que requer, cada vez mais, análises cautelosas, com forte embasamento teórico que conjugue não uma, mas várias correntes da Lingüística e, por vezes, até de outras áreas do conhecimento. No fim do século XX e início do XXI, a ciência tem assistido a uma saudável tendência interdisciplinar, ou, no dizer de alguns, transdisciplinar, que remete os pesquisadores, à semelhança do Renascimento, a uma visão holística, não só no que diz respeito ao fenômeno em questão ao observar que as categorias não são estanques, mas também, em última instância, ao próprio objeto de estudo, no caso, a língua em sociedade.

CUNHA, M. Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário (Org.). *Lingüística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2003.

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richards (Ed.). *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003.

DECAT, Beatriz Nascimento. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao 'desgarramento'. In: DECAT, Beatriz Nascimento *et alii* (Org.). *Scripta* - Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do CESPUC. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. V. 5, n. 9, 2001a.

HOPPER, Paul; TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. Grammaticalization across clauses. In: HOPPER, Paul; TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LE GOFFIC, Pierre. Propositions relatives, identification ou: pour en finir avec deux types de relatives. In: *Melange de syntaxique et sémantique*. DR LAV, (21): p. 135-145, 1979.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Globo, 1985.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes. Coleção Texto e Linguagem, 2004.

OLIVEIRA, Mariângela Rios. Orações adjetivas em língua portuguesa - uma abordagem pancrônica. In: DECAT, Beatriz *et alii*. (Org.) *Scripta* - Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do CESPUC. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. v. 5, n. 9, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. (No prelo: a sair no livro comemorativo dos 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP).

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore V. *Gramática da língua portuguesa - gramática da palavra, gramática da frase e gramática*





## Orações correlatas

Violeta Virginia Rodrigues

violetarodrigues@ig.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A revisão da literatura pertinente aos processos sintáticos, desde a tradição gramatical até as correntes lingüísticas mais recentes, determinou resgatar a proposta de Oiticica (1942, 1952), pela qual a correlação é um mecanismo sintático diferente da coordenação e da subordinação, embora normalmente seja considerada ora um subtipo da subordinação, ora um outro procedimento sintático, ou sequer seja mencionada. A abordagem adotada por gramáticos de linha tradicional apresenta, como processos de articulação de orações no período, a coordenação, a subordinação – e a possibilidade de a coordenação e a subordinação ocorrerem simultaneamente –, desconsiderando outros tipos de categorias na estruturação do período composto.

Normalmente, a correlação é associada à subordinação, embora não seja freqüente a menção explícita à categoria “orações correlatas”. Em geral, fala-se da existência de orações que se ligam às outras por meio de conjunções que vêm aos pares, o que muitos denominam de “pares correlativos”.

Cunha (1990, p. 539) e Cunha; Cintra (1985, p. 572) salientam que comparativas, consecutivas e, às vezes, proporcionais vêm geralmente correlacionadas com um termo da oração principal, como, por exemplo, ocorre no período *Quanto mais o conheço, tanto mais o admiro* (p. 593).

Bechara (1992, p. 105) cita *tão...como, mais...que, menos...que, tanto...que, tão...que* como expressões correlatas fixas que são usadas nas orações subordinadas adverbiais.

Rocha Lima (1998, p. 259-284), ao tratar das orações comparativas e das proporcionais, utiliza as denominações “fórmulas correlativas” e “expressões correlativas”.

Luft (2002, p. 45-88) apresenta como orações correlatas (i) as estruturas comparativas que considera estruturas de grau e diz serem constituídas por *tal ... tal / mais / menos ... (do) que*, como no exemplo *Lê mais do que escreve*; e (ii) as consecutivas constituídas por *tanto / tão / tal ... que*, como no exemplo *Trabalhou tanto que adoeceu*. Afirma, ainda, que há gramáticos que consideram como correlatas também as proporcionais, como no exemplo *Quanto mais estuda, (tanto) mais aprende*.

Kury (2002, p. 62-109) admite, no âmbito das comparativas, a existência de palavras ou locuções correlativas como *assim, assim também*, afirmando que as comparativas quantitativas se encontram em correlação com uma palavra intensiva da oração principal. Refere-se, ainda, também ao caso das orações proporcionais e consecutivas correlatas.

Assim sendo, depreende-se, por este breve levantamento do tratamento tradicional dado às subordinadas adverbiais, que alguns gramáticos admitem a existência de expressões correlatas, mas não a proposta de um processo distinto da coordenação e da subordinação, ao apresentarem a classificação das orações.

Nesse sentido, uma pergunta se impõe: que orações podem

ser construídas por séries correlativas? O que se entende por correlação?

Tomando-se por base Oiticica (1942, 1952), Barreto (1992) e Castilho (2002), entende-se por correlação o mecanismo de estruturação sintática ou o procedimento sintático em que uma sentença estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural. Sendo assim, na correlação, nenhuma das orações subsiste sem a outra, porque, na verdade, elas são interdependentes. Assim, a correlação tem sua conexão estabelecida por elementos formais, expressões que compõem um par correlativo, estando cada um de seus componentes em orações diferentes.

Oiticica (1942; 1952) propõe uma tipologia para as orações, em que distingue quatro processos sintáticos: coordenação, subordinação, correlação e justaposição. Segundo o autor, nem todas as orações subordinadas adverbiais funcionam como adjuntos; para ele, consecutivas e comparativas são correlatas.

Pauliukonis (1995, p. 346) endossa a tese já preconizada por Oiticica (1942, 1952) de que a correlação, como processo estruturador da frase, se situa em um nível diverso do da coordenação e da subordinação. A autora reconhece, ainda, que a força argumentativa do enunciado correlativo provém da tensão provocada pelo enlace correlato de dois termos.

Barreto (1992), ao estudar os conectores interfrásticos, visando a explicitar os processos de constituição das conjunções da Língua Portuguesa, sob a denominação *correlação conjuncional*, reúne os itens que, além de estabelecerem relações de coordenação ou subordinação, distribuem-se nas duas orações que, por esse motivo, são interdependentes (Cf. Barreto 1992, p. 18). Portanto, segundo ela, as *correlações conjuncionais* podem ser tanto de natureza coordenativa quanto de natureza subordinativa, distribuindo-se em aditivas, disjuntivas ou alternativas, comparativas, proporcionais, consecutivas e modais.

Com base nas observações até aqui efetuadas, pode-se defender a existência de orações correlatas, que não estão contempladas na Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB. Na realidade, haveria três processos de organização do período composto: a coordenação, em que as orações apresentam independência sintática; a subordinação, em que uma das orações seria dependente sintaticamente de outra; e a correlação, em que as duas orações seriam formalmente interdependentes, relação materializada por meio de expressões correlatas.

Defender a classificação de orações como correlatas implica considerar a correlação como um procedimento sintático diferente, e não simplesmente como uma variante da coordenação e da subordinação.

(i) Bechara (1992, p. 106), por exemplo, não adota a orientação de Oiticica (1945, 1952), pois, segundo ele, coordenação e subordinação referem-se ao valor sintático de dependência e independência das orações, enquanto correlação e justaposição se referem à ligação que as orações estabelecem entre si.

BARRETO, T. M. M. *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português*. Salvador, Universidade Federal da Bahia / Pós-Graduação em Letras, 1992. Dissertação de Mestrado. 2 vol.

BECHARA, E. *Lições de português pela análise sintática*. 15. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1992.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro, FAE, 1990.

CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. *Nova gramática do português*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 2002.
- OITICICA, J. *Manual de análise léxica e sintática*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- PAULIUKONIS, M. A. L. Função argumentativa da correlação. In: PEREIRA, C. da C.; PEREIRA, P. R. D. (Org. e Coord.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995. p. 337-347.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.

e a frequência de uso observada em estudos desse tópico no comportamento lingüístico de falantes urbanos escolarizados. A análise parte do princípio de que a variação no uso do subjuntivo nessas comunidades é o resultado do processo de transmissão lingüística irregular, desencadeado pelo massivo contato do português com as línguas africanas, ocorrido nos períodos colonial e imperial. E, diferentemente do que se observa em pesquisas no português urbano, o subjuntivo vem gradativamente ganhando ambiente antes ocupado apenas pelo indicativo, visto que, no passado, as formas do indicativo, não marcadas morficamente, deveriam predominar nos usos lingüísticos dessas comunidades, já que, em situações de contato entre línguas, as formas não marcadas tendem a ser mais conservadas que as formas marcadas e alomórficas. Portanto, o panorama sociolingüístico do interior do Estado da Bahia que esses estudos descortinam permite fazer inferências, tanto para o processo histórico de formação do português brasileiro do interior do país, quanto sobre suas atuais tendências de mudança.

### A sintaxe do português rural

A sessão reúne trabalhos que analisam aspectos da morfosintaxe em amostras de fala de comunidades rurais do interior do Estado da Bahia de três tipos: (i) comunidades rurais afro-brasileiras isoladas; (ii) comunidades rurais não marcadas etnicamente; e amostras de fala popular de moradores das sedes de municípios do interior do Estado da Bahia. Os aspectos analisados são: (i) a forma do objeto direto anafórico; (ii) a concordância verbal; e (iii) a variação no uso do modo subjuntivo. A análise do objeto direto anafórico buscou identificar os fatores que presidem o uso das estratégias não-padrão de sua realização, tendo em vista o contexto multilingüístico que marcou a formação histórica das variedades lingüísticas do interior do Brasil. A pesquisa integrou tanto as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas quanto a amostra de fala do Município de Santo Antônio de Jesus, composta por 12 entrevistas com falantes da sede do município e 12 entrevistas com falantes da zona rural, comparando esses resultados com os de uma pesquisa anterior com comunidades rurais afro-brasileiras. Desse modo, a análise busca identificar tanto a influência do contato entre línguas no passado, quanto o processo atual de difusão dos padrões urbanos cultos a partir da influência dos grandes centros urbanos sobre as demais regiões do país. A análise da concordância verbal também visa a descrever as tendências de mudança lingüística impulsionadas pela força do inevitável processo de urbanização, e utiliza amostras de fala de três comunidades do Município de Poçoões: Cinzento (comunidade rural quilombola), Morrinhos (comunidade rural) e sede do município (comunidade urbana). Além de escrutinar os fatores lingüísticos que determinam a grande variação na aplicação da regra de concordância verbal com sujeitos da 3ª pessoa do plural, a análise alcança o nível do encaixamento social e observa que, quanto mais a comunidade estiver próxima do ideal de urbanização, maior será a sua aproximação ao padrão culto, provando que a cidade é um centro irradiador dos processos atuais de difusão da mudança lingüística no Brasil. O estudo sobre a variação no uso do modo subjuntivo utiliza amostras de fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia (algumas das quais oriundas de antigos quilombos) e constata uma grande diferença entre a baixa frequência de uso do modo subjuntivo nessas comunidades

### O uso do modo subjuntivo no português afro-brasileiro

Vivian Meira

vivianmeira@gmail.com  
Universidade do Estado da Bahia

Apresenta-se um estudo sobre a variação no uso do modo subjuntivo em quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia. A tradição gramatical apresenta um sistema de modo verbal, cujo emprego se baseia ora em critérios semânticos, ora em critérios sintáticos e formais. De fato, pode-se observar, na gramática tradicional, uma miscelânea de regras que norteiam o emprego dos modos verbais, especificamente do subjuntivo. Esse conjunto de fatores arrolados pela tradição gramatical portuguesa atesta a variação no emprego dos modos verbais, uma vez que apresenta, por exemplo, a anteposição ou posposição do advérbio *talvez* ao verbo como regra de emprego de subjuntivo ou de indicativo, respectivamente, como se o advérbio por si só marcasse a atitude que deveria ser categoricamente expressa pelo verbo, como em *Talvez eu vá ao cinema e Irei talvez ao cinema*. Os modos verbais são também condicionados por regras facultativas cuja aplicação é regulada por fatores intencionais e subjetivos, pois, muitas vezes, cabe à atitude do falante o emprego de determinado modo, mesmo que a estrutura gramatical indique o uso de um modo específico. Por outro lado, verifica-se também que a complexidade em estudar a forma verbal se dá inicialmente a partir do fato de que um mesmo morfema acumula em si as noções de tempo e de modo. Semanticamente são valores distintos, mas são indissociados morfológicamente. Sendo assim, observa-se o que existe de comum em: *Quero que você estude hoje, Duvido que você estude hoje*. Curiosamente, pode-se perguntar o que permite que a mesma forma – *estude* – assuma conteúdos semânticos distintos, como dúvida, vontade, sentimento etc. Levando em conta o que prescreve a tradição gramatical, no que diz respeito ao emprego do subjuntivo, afirma-se que tal modo é determinado automaticamente pelo tipo de verbo da oração principal e, assim, depara-se com um “problema”



sintático. Por outro lado, assume-se também que o modo verbal é dependente de uma atitude do falante diante de um fato ou de uma proposição enunciada, referindo-se, assim, a uma questão semântico-pragmática. No entanto, o emprego do subjuntivo não se deve exclusivamente a uma questão sintática ou semântico-pragmática, mas também, e com certa frequência, a expressões de dúvida, a conjunções, a advérbios etc. Daí pode-se supor que os princípios sintático e semântico-pragmático de emprego do subjuntivo estariam estreitamente relacionados com tais *partículas*. Em outras palavras, uma explicação meramente sintática não abarcaria todas as ocorrências do subjuntivo e, devido a isso, recorre-se a critérios puramente semânticos, que, por sua vez, são insuficientes, não cobrindo todos os aspectos de uso desse modo em português, valendo-se, assim, de definições de *varia* ordem. Neste trabalho, aplica-se a teoria da variação lingüística laboviana e a teoria da transmissão lingüística irregular – TLI (Cf. LUCCHESI, 2003), como forma de explicar a variação no uso dos modos verbais entre falantes de comunidades rurais afro-brasileiras. Optou-se pelo estudo dessas comunidades pelo fato de elas serem constituídas por afro-descendentes, cujo passado está ligado ao contato entre línguas e ao processo de TLI e por apresentar certo grau de isolamento de outros meios sociais, pois, segundo nossa hipótese de trabalho, o contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas faladas pelos antepassados dos membros que hoje vivem em tais comunidades e a transmissão irregular daquela a estes falantes foram responsáveis por muitas das variações ocorridas no português rural do Brasil. Portanto, em linhas gerais, considerou-se a hipótese de que a variação no uso do subjuntivo nessas comunidades seja resultado do processo de TLI, desencadeado pelo massivo contato do português com as línguas africanas, ocorrido nos períodos colonial e imperial. Diferentemente do que se observa em pesquisas no português urbano, o subjuntivo vem gradativamente ganhando ambiente antes ocupado apenas pelo indicativo, visto que os antepassados desses falantes devem ter adquirido através do processo de TLI as formas do indicativo, pois este modo, por se referir a eventos reais, tende a ser mais usado na comunicação, podendo ser definido como o modo morfologicamente não marcado. Atualmente, o subjuntivo vem sendo adquirido por estes falantes em decorrência de toda a infra-estrutura propiciada pela urbanização de nosso país, o que demonstra a aquisição das formas do subjuntivo pelos falantes dessas comunidades (Cf. MEIRA, 2006), confirmando a realidade bipolarizada do português do Brasil. Nesta pesquisa, discutiu-se a frequência de emprego do uso do modo subjuntivo em quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do estado da Bahia: as comunidades de Cinzento, Helvécia, Barra e Bananal e Sapé. Para análise dos dados dessas comunidades, utilizaram-se os *corpora* constituídos pelos pesquisadores do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*. Analisaram-se 28 inquéritos e os informantes foram distribuídos em sexo (masculino e feminino), idade (faixa I: de 20 a 40 anos; Faixa II: de 41 a 60 anos; Faixa III: de 61 a 80 anos e Faixa IV, com mais de 80 anos), escolaridade (analfabeto e semi-analfabeto) e estada fora da comunidade (aqueles que viveram pelo menos seis meses fora da comunidade e aqueles que se ausentaram da comunidade por um período inferior a seis meses). Como resultado, observou-se que, do ponto de vista lingüístico, as formas do modo subjuntivo ocorrem com maior frequência em duas situações: (i) uma de base morfológica, em que o uso das formas de subjuntivo se dá tanto com verbos quanto com o tempo em que a oposição

subjuntivo *versus* indicativo é mais saliente; (ii) outra de base semântica, em que o contexto de irrealidade tende a favorecer o uso do modo subjuntivo.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro: contexto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

MEIRA, Vívian. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. 317f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

### **A concordância verbal na terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um estudo sociolingüístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia**

*Jorge Augusto Alves da Silva*

adavgvstvm@uol.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A concordância verbal no português brasileiro tem estado nas discussões de vários ramos da Lingüística brasileira. Com base na Sociolingüística, analisamos os níveis de aplicação da regra geral de concordância na terceira pessoa do plural no português popular do interior da Bahia, observando as implicações de encaixamento lingüístico e extralingüístico e procurando traçar um percurso de tendência de mudança lingüística pautada na aquisição das marcas de concordância impulsionada pela força do inevitável processo de urbanização. Ao investigarmos o vernáculo dos falantes de três comunidades de fala: Cinzento (comunidade rural quilombola), Morrinhos (comunidade rural) e Poções (comunidade urbana), pudemos delinear um quadro de tendência à aquisição da regra de concordância verbal, envolvendo contextos lingüísticos e sociais dentro da proposta variacionista. Em 36 entrevistas, foram encontradas 2.100 ocorrências em que as formas verbais de terceira pessoa do plural pudessem ocorrer. Obtivemos um total de 17% de concordância verbal ou 367 ocorrências contendo marcas de concordância contra 83% de ocorrências, ou 1733 construções verbais que não apresentaram marcas explícitas de concordância entre o sujeito e o núcleo do predicado. As ocorrências foram assim distribuídas considerando-se as comunidades pesquisadas: 927 em Cinzento (13% de concordância), 602 em Morrinhos (17% de concordância) e 571 em Poções (26% de concordância). Em nosso estudo, procuramos, baseados na história social de cada comunidade e na história da evolução da sociedade brasileira, entender não só a tendência de aquisição das marcas bem como analisar o curso da aquisição das marcas de concordância e dar uma interpretação aos dados colhidos do ponto de vista estrutural e sócio-econômico. Uma análise quantitativa dos dados apontou para seis fatores condicionantes da concordância verbal no português popular do Brasil, vamos citá-los por ordem de importância selecionada pelo VARBRUL: realização e posição do sujeito; concordância nominal entre os elementos constituintes do sujeito; tipos de verbo; princípio da saliência fônica; efeito de gatilho



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

e marcação do plural no último constituinte do sintagma nominal formador do sujeito. A pesquisa mostrou que existe uma tendência para a aplicação da regra quando o sujeito está imediatamente anteposto ao verbo, enquanto que a retomada do sujeito por um pronome relativo obscurece certos traços semânticos do sujeito, concorrendo para que a concordância tenda a não se efetuar. Além disso, os dados revelaram que formas explícitas de plural tendem a aparecer com mais frequência nas situações em que o sintagma nominal sujeito apresenta concordância entre os elementos de seus constituintes; assim, quando falantes do português popular brasileiro começam a entrar em contato com as formas da língua culta, há uma tendência de aquisição das marcas de concordância nominal ao mesmo tempo em que isso ocorre nos casos de concordância verbal. Com base no princípio da saliência fônica, pudemos constatar que, em situações em que a oposição entre o singular e o plural é mais perceptível ou saliente, há uma tendência a ocorrer a concordância; destarte, pudemos comprovar que, no âmbito da pesquisa, o nível mais saliente foi aquele em que a oposição singular/plural dá-se de forma completa com alteração inclusive do radical do verbo, enquanto que a menos saliente foi aquela em que a oposição reduz-se à nasalização da vogal átona final do verbo. Com o efeito gatilho, provamos que o discurso de um agente externo à comunidade exerce influência no uso da concordância verbal dos falantes do português popular. O português popular apresenta como característica a tendência à aplicação da regra de concordância nos contextos lingüísticos em que o núcleo do sujeito e seus elementos constituintes apresentam-se pluralizados, uma evidência para a ratificação do princípio da coesão estrutural. A concordância semântica, um dos mais fortes traços do português afro-brasileiro, aparece como elemento favorecedor da concordância no português popular, no caso específico da concordância que se realiza na presença do pronome *tudo*. Além disso, os sujeitos representados pelos pronomes *eles/elas* não favorecem a ocorrência da concordância. Verificamos, também, que os verbos ditos transitivos e intransitivos, por seu caráter de pessoalidade, são os que mais favorecem a ocorrência da concordância verbal; contrariamente, os verbos ditos inacusativos são os que menos favorecem a ocorrência das marcas de concordância. Devemos acrescentar, ainda, que, quando o sujeito apresenta o traço semântico [+humano], nota-se um favorecimento na aplicação da regra, enquanto que, nos casos em que o sujeito apresenta o traço [-humano], constata-se um desfavorecimento. Creemos que a compreensão dessas características do português popular reveste-se de especial importância na elaboração de ações pedagógicas que acelerem a aquisição das formas da norma culta por falantes dessa variedade que passam a ter acesso à educação formal. O nosso estudo revelou que fatores sociais ou extralingüísticos podem favorecer a aplicação da regra de concordância no português popular. Apresentamos os fatores por ordem de importância: sexo; faixa etária; nível de escolaridade; comunidade lingüística e exposição à mídia. Constatamos que a ocorrência da concordância verbal é mais frequente nos homens do que nas mulheres e cremos que essa tendência possui como motor as relações de contato e circulação nos espaços sociais. O espaço legítimo da presença e da atuação dos membros femininos de uma comunidade está restrito, na maioria dos casos, ao ambiente doméstico ou a uma extensão dele; os papéis femininos e masculinos são determinados, pois, pelo espaço legítimo de circulação e dele dependem não só a quantidade como

a qualidade dos contatos. A isso se soma o fato de que os jovens e indivíduos de meia idade tendem a apresentar estruturas que mostram maior conformidade com o padrão, enquanto que os velhos tendem a apresentar estruturas ligadas a uma situação atávica que refletia um nível mínimo de concordância. Tal fato explica-se por sofrerem os jovens mais pressão do meio exterior e, portanto, é plausível que procurem se adaptar às situações cada vez mais próximas da norma de prestígio. Nessa mesma linha, cremos que os mais velhos demonstram comportamentos lingüísticos mais próximos da origem do português popular, marcada por uma simplificação no sistema flexional dos verbos. A pesquisa mostrou que a alfabetização é um elemento que influencia a ocorrência da concordância e impulsiona a aquisição das marcas da língua padrão. O dialeto escolar expõe o falante a estruturas lingüísticas prestigiadas. Os dados de nossa pesquisa reforçam a tese de que, no português popular, existe uma tendência à aquisição das marcas de concordância e que os contatos sociais exercem pressões no sentido de acelerar tal tendência. Tal pressão, também, é movida pelo contato com a "mass media"; assim, o nível de urbanização e o contato com os aparatos próprios da urbanização (incluindo-se a força do rádio, da televisão e do cinema) interferem no nível de aquisição das marcas de flexão, de modo que, quanto mais a comunidade estiver próxima do ideal de urbanização, maior será a sua aproximação ao padrão culto, provando que a cidade é um centro irradiador dos processos atuais de difusão da mudança lingüística que se observa. O uso da regra de concordância verbal reveste-se de valor simbólico do prestígio social e expande-se em conjunto com os demais valores da urbanidade e cidadania. A escala decrescente na frequência de uso da regra de concordância verbal na comunidade urbana de Poções, em sua zona rural e na comunidade afro-brasileira de Cinzento reflete inversamente o grau de abandono dessas populações por parte do Estado brasileiro e de suas políticas públicas.

- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *A análise do Português brasileiro em três contínuos: o continuum rural-urbano, o continuum de oralidade-letramento e o continuum de monitoração estilística*. Congresso *Substandard e Música no Português do Brasil*. Berlim, outubro de 1997.
- CUNHA, Celso. Conservação e inovação no português do Brasil. In: *Eixo e a Roda*, 5, 1986, p. 199-230.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- GUY, Gregory. Sobre a natureza e origens do português popular do Brasil. Tradução provisória de Maria Marta Pereira Scherre. In: *Estúdios sobre Espanhol de América Y Lingüística Afroamericana*. Bogotá, 1989. p. 226-44.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. n. 12, 1994.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MOLLICA, M. C. Concordância verbal. In: MOLLICA, M. C. Da linguagem coloquial à escrita padrão. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- PINTO, E. P. O português popular escrito. In: PINTO, E. P. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.



## A categoria vazia e o pronome lexical na realização do objeto direto anafórico no português rural: uma análise comparativa

Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva

macrisfig@uol.com.br

União Metropolitana de Educação e Cultura

Este trabalho insere-se no âmbito da pesquisa socio-lingüística e busca investigar não só os fatores internos à língua, mas também os externos que favorecem a realidade lingüística variável do português falado no Brasil (PB), afastando-o do português falado em Portugal (PE). No PB, encontram-se particularidades na prosódia, no léxico, na morfologia e na sintaxe, que caracterizam a distinção entre essas duas variedades do português. Observa-se variação na concordância verbal, entre os elementos do sintagma nominal, na posição do elemento interrogativo, na colocação pronominal, no paradigma pronominal, entre outras. Enfim, são inúmeros os fenômenos lingüísticos que delineiam essa realidade variável, fato que motivou e ainda motiva a realização de pesquisas científicas. Com intuito de caracterizar o PB, este trabalho investigou o caráter variável da realização do objeto direto anafórico, mais precisamente, as estratégias consideradas não-padrão. O PB conta com quatro estratégias de realização, a saber: o clítico acusativo (CL), variante padrão; a repetição do mesmo sintagma nominal (SN) ou o uso de um SN anafórico, variante padrão e, portanto, não estigmatizada; a categoria vazia (CV), que embora não seja estigmatizada é considerada não-padrão; e o uso do pronome lexical (PL), reconhecidamente estigmatizado. Neste trabalho, deu-se prosseguimento a uma pesquisa iniciada por Silva (2004), que investigou as estratégias não-padrão de realização do objeto direto anafórico (ODA) de 3ª pessoa, tendo em vista que o contexto multilingüístico existente, principalmente, durante os três primeiros séculos de colonização do Brasil, teria sido o fator que desencadeou o distanciamento entre o PB e o PE (LUCCHESI, 2000). Perseguindo essa hipótese, deu-se início a uma investigação em *corpus* rural, constituído por amostras de fala de comunidades que vivem em relativo isolamento e composta essencialmente por afro-descendentes (SILVA, 2004; SILVA; LUCCHESI, 2005). Levou-se em consideração, neste trabalho, que a situação de contato entre falantes de línguas distintas é um cenário favorável ao surgimento de um *pidgin*, de uma língua crioula, ou mesmo de uma variedade bastante distante da língua-alvo (língua lexicadora), devido à perda de elementos mais marcados, ou seja, à simplificação da língua-alvo (LUCCHESI, 2000). Silva (2004) verificou que é a CV e não o PL a estratégia mais antiga, portanto, aquela deve ter sido implementada durante o período em que houve contato entre falantes de diversas línguas e não o PL, como se havia imaginado anteriormente, devido ao fato de essa estratégia ser comum em línguas que surgiram do contato lingüístico, *pidgins* e línguas crioulas. Chegou-se a essa conclusão por ter sido o PL a estratégia mais freqüente entre os falantes mais jovens da comunidade. Silva (2004), considerando a variação que ocorre no PB – em que se percebem pelo menos duas variantes polarizadas: uma norma culta, que reflete os padrões impostos pela escolarização e encontrada, principalmente, na fala de estratos mais altos da

sociedade, bem como na zona urbana, e uma norma popular, empregada por falantes que se encontram no outro extremo da estrutura social, ou seja, na base da pirâmide social (Cf. LUCCHESI, 2001, 2002) –, comparou seus resultados aos de Duarte (1986), que analisou as estratégias de realização do OD em dialeto urbano, e constatou que o PL, também nessa variedade, é mais recente, uma vez que parece substituir o clítico acusativo, que, embora padrão, é estigmatizado em situação de informalidade (DUARTE, 1986). A fim de dar continuidade ao trabalho de Silva (2004), esta investigação estendeu-se a uma comunidade rural não marcada etnicamente, para verificar se ocorre diferença no comportamento lingüístico entre dois tipos de comunidades rurais. Para essa etapa da pesquisa, selecionou-se o município de Santo Antônio de Jesus, localizado no Recôncavo Baiano. O *corpus* é constituído por 12 entrevistas, com falantes que moram na sede do município e lá exercem suas atividades, e por 12 entrevistas, com falantes que residem e exercem atividades na zona rural do município, perfazendo um total de 24 informantes, distribuídos em três faixas etárias, a saber: faixa I (de 20 a 40 anos), faixa II (de 41 a 60 anos) e faixa III (mais de 60 anos). Na análise desse *corpus*, foram levados em consideração fatores internos e fatores externos à língua, a fim de verificar os condicionamentos relevantes à escolha da estratégia de realização do objeto direto anafórico. Em comum, os dois *corpora* analisados, o rural e o rural afro-brasileiro, têm o fato de as comunidades estarem distantes do pólo irradiador da norma culta, portanto da zona urbana (BORTONI-RICARDO, 2005). Devido à zona rural ter acesso restrito à língua padrão, no *corpus* analisado, não se encontra o uso da estratégia padrão. Quanto ao uso das demais estratégias, encontrou-se realização semelhante entre os dois *corpora* cotejados, embora se perceba uma diferença na freqüência de realização do PL entre os falantes de Santo Antônio de Jesus, que provavelmente se deve ao maior acesso desses informantes à educação formal promovida pela escolaridade, ainda que restrita.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós cheguemos na escola, e agora?* São Paulo: Parábola, 2005.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Varição e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1986.

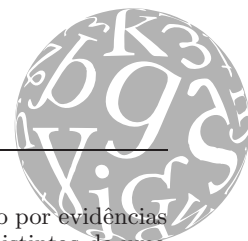
LUCCHESI, Dante. *A Variação na Concordância de Gênero em uma Comunidade de Fala Afro-brasileira: Novos Elementos sobre a Formação do Português Popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado. Ms. 2000.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *D.E.L.T.A. 17: 1*. São Paulo: PUC, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma Lingüística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da Norma*. São Paulo: Loyola, p. 63-92, 2002.

SILVA, Maria Cristina Vieira de Figueiredo. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. Salvador: Dissertação de mestrado. UFBA, 2004.

SILVA, Maria Cristina V. de Figueiredo; LUCCHESI, Dante. As formas variáveis de realização do objeto direto anafórico nas duas grandes vertentes do português brasileiro. In: *Atas do IV Congresso Internacional da ABRALIN*, 2005, Brasília. ABRALIN – no prelo.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Análise cognitivo-funcionalista de procedimentos discursivos: correlações entre funções e formas

Esta Sessão de Comunicação Coordenada apresenta alguns dos trabalhos desenvolvidos pelos membros do Grupo de Estudos Discurso & Gramática da UFRN, de orientação funcionalista. Sua proposta é congrega estudos que se dedicam à análise das correlações entre a codificação e o uso lingüístico na manifestação de diferentes fenômenos morfossintáticos no português do Brasil, em especial no português falado e escrito do Rio Grande do Norte. O material básico para a investigação é o *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), composto por depoimentos de vinte informantes que produziram, cada um, cinco tipos distintos de textos orais, a partir dos quais elaboraram cinco textos escritos, a fim de garantir a comparabilidade entre as modalidades oral e escrita, o que totalizou duzentos registros. Os estudos em questão objetivam, em termos teóricos e empíricos, melhor compreender a evolução da gramática. Para tanto, aplicam, testam e desenvolvem princípios e categorias do funcionalismo norte-americano contemporâneo (GIVÓN, 2001; CHAFE, 1994) e da lingüística cognitiva (TAYLOR, 2002; LANGACKER, 1999) na descrição e na interpretação de diferentes aspectos gramaticais. Como se vê, estamos propondo um casamento teórico entre a Lingüística Funcional e a Lingüística Cognitiva, seguindo as idéias de Tomasello (1998, 2003), para quem essas duas áreas de investigação lingüística, embora ainda não tenham se articulado satisfatoriamente, apresentam pontos de convergência, na medida em que rejeitam a autonomia da linguagem e a consideram como um mosaico complexo que reflete atividades cognitivas e sociais. Estamos, portanto, afastando-nos de um modelo de análise restrito aos aspectos sintáticos da língua, e buscando articular as contribuições que essas abordagens podem nos oferecer. Interessa-nos surpreender em ação diferentes motivações cognitivas e comunicativas e avaliar o efeito de cada uma delas na configuração concreta da reorganização morfossintática e/ou da trajetória de itens específicos, quer do léxico à gramática, quer de um determinado estágio gramatical para um estágio ainda mais avançado. Apoiados no pressuposto de que a gramática de uma língua exibe recursos de codificação morfossintática emergentes, ao lado de mecanismos regulares e estáveis, os trabalhos aqui reunidos focalizam os princípios motivadores desse aspecto emergente da gramática. Entendemos o processo de variação lingüística como uma das etapas de mudança por que passam as expressões lingüísticas em sua trajetória de regularização gramatical. Nossos estudos buscam também fazer uma interface entre a pesquisa sobre a língua portuguesa e questões de ensino/aprendizagem nos níveis fundamental e médio, visando contribuir para a busca de alternativas para o tratamento, na escola, de aspectos gramaticais da língua, tomando-os como fenômenos emergentes e variáveis, cuja análise é indissociável do discurso e das funções da língua no uso real. Na comunicação, A relação gramatical objeto direto: proposta de um tratamento gradiente, Furtado da Cunha discute a noção de estrutura argumental e examina a relação gramatical objeto direto. Com base na observação dos dados, propõe um tratamento escalar dessa categoria, formulado a partir do exemplar prototípico. Na comunicação, Aí eu fui analisei construções com o verbo IR: indícios sincrônicos de gramaticalização, Tavares descreve aspectos semântico-pragmáticos e morfossintáticos que caracterizam o uso do verbo *IR* em construções com

diferentes estruturas argumentais, procurando por evidências de que tais construções representam etapas distintas de uma trajetória de mudança via gramaticalização. Finalmente, na comunicação, A intensificação numa perspectiva funcional, Silva considera o uso efetivo da intensificação em diversas situações comunicativas e verifica que tal recurso não se presta tão somente à manifestação de conteúdo, tampouco se restringe apenas ao âmbito lexical.

CHAFE, W. *Discourse, consciousness, and time*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

LANGACKER, R. W. *Grammar and conceptualization*. Berlin: Mouton de GRUYter, 1999.

TAYLOR, J. R. *Cognitive grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

\_\_\_\_\_. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

### A relação gramatical objeto direto: proposta de um tratamento gradiente

Maria Angélica Furtado da Cunha

angelica@ufrnet.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A estrutura argumental de um dado verbo (ou predicado) especifica as relações gramaticais dos seus argumentos (sujeito, objeto direto etc.), assim como os papéis semânticos que lhes são atribuídos (agente, paciente etc.), o que destaca a centralidade do verbo na organização gramatical da oração em que ocorre. Pragmaticamente, a estrutura argumental focaliza os diferentes modos em que essencialmente a mesma informação, ou o mesmo conteúdo semântico, pode ser estruturada a fim de refletir o fluxo de informação velha ou nova. De um ponto de vista cognitivo, uma estrutura argumental é uma estrutura de expectativas desencadeadas pelo verbo. Tendo como foco a estrutura argumental dos verbos tradicionalmente classificados como transitivos, este trabalho examina a relação gramatical objeto direto, tal como ela se manifesta em textos orais produzidos em situações de interação sócio-comunicativa. Com base na observação dos dados, propõe-se um tratamento gradiente da categoria objeto direto, formulado a partir do exemplar prototípico. Essa organização hierárquica se correlaciona a processos de natureza cognitiva e de natureza pragmático-comunicativa que regulam as tendências de manifestação discursiva da estrutura argumental dos verbos. A análise desenvolvida se fundamenta em pressupostos teóricos funcionalistas e cognitivistas, admitindo que a gramática se molda a partir do uso lingüístico que se dá em situações comunicativas. A gramática é, pois, o resultado da cristalização de estratégias discursivas recorrentes, que decorrem de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso. As regularidades observadas no emprego interativo da língua são explicadas com base nas condições discursivas em que se verifica esse emprego. De



acordo com a proposta funcionalista, portanto, os padrões gramaticais estão estritamente relacionados à organização do discurso e podem, em muitos casos, ser explicados em termos dessa organização. A observação de textos produzidos em situação de interação demonstra que a estrutura argumental é muito mais variável em comparação com o que geralmente se afirma sobre a gramática das orações. Trabalhos recentes na linha funcionalista evidenciam que a estrutura argumental tem a ver com frequência de ocorrência de um verbo no uso interacional da língua, não sendo uma propriedade estável dos itens no léxico mental. Nessa perspectiva, não há espaço para estruturas argumentais fixas ou rígidas. Ao definir cada relação sintática e cada papel semântico associados a um verbo, define-se um protótipo. Cada verbo especifica sua própria moldura proposicional única, seu próprio arranjo único de papéis sintáticos e semânticos. O conhecimento que adquirimos sobre os verbos – com que elementos ele se combina – não parece estar estocado em categorias nitidamente distintas. Nesse sentido, a investigação do modo como as orações se organizam e se manifestam no discurso interativo tem de levar em conta fatos probabilísticos, como a frequência de ocorrência de um dado padrão, em substituição à concepção de que aos verbos correspondem estruturas argumentais fixas, que estabelecem, *a priori*, o número de participantes que um dado verbo evoca. Somente através do exame de dados de textos reais é possível determinar como os verbos e seus argumentos são usados por falantes reais, engajados em interações comunicativas. A análise desses dados pode fornecer material relevante para a compreensão de como os humanos produzem e processam a linguagem. Este trabalho se volta, portanto, para a observação dos padrões recorrentes nos textos para saber que construções os falantes de fato usam, categorizam e estocam. Compartilha a idéia, corrente na lingüística contemporânea, de que os verbos são listados no léxico com molduras (*frames*) que especificam quais argumentos são obrigatórios e quais são opcionais. Os falantes dominam essa informação à medida que adquirem sua língua materna. Os dados empíricos analisados correspondem a oito narrativas conversacionais extraídas do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998), produzidas por 4 estudantes do terceiro ano do ensino médio.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFERN, 1998.

## A intensificação numa perspectiva funcional

José Romerito Silva

jromerito@unp.br  
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte/  
Universidade Potiguar

A abordagem tradicional sobre a intensificação (denominada '*grau*'), invariavelmente, concentra-se na exposição de seus aspectos semântico-formais em relação a algumas classes lexicais. Isso pode ser confirmado no fato de autores como Cegalla (1984), Cunha; Cintra (1985), Rocha Lima (1998), Bechara (2001), entre outros, limitarem seus estudos

à apresentação das noções 'aumentativo' e 'diminutivo' para o substantivo (Ex.: *bocarra/ boca enorme; boquinha/boca minúscula* – CUNHA; CINTRA, 1985, p. 192) e 'comparativo' e 'superlativo' para os adjetivos (Ex.: *Sou mais/menos alto do que você; A torre é altíssima/muito alta; João é o mais alto de todos* – CEGALLA, 1984, p. 143-145) e alguns advérbios (Ex.: *Falou melhor/pior do que o irmão; Falou pessimamente/muito ruim* – BECHARA, 2001, p. 295-296), em geral, acompanhada da descrição de suas respectivas formas sintética e analítica. Tal abordagem caracteriza-se, ainda, por sua total desvinculação do uso real da língua (uma vez que os exemplos são, em sua maioria, criados *ad hoc*) e pela forte tendência prescritivista (procurando determinar quais formas são abonadas pela norma culta). Essa postura reflete-se, do mesmo modo, nos livros didáticos de português e, conseqüentemente, no trabalho docente em sala de aula (a despeito das novas orientações dos PCN's quanto ao ensino de língua). No entanto, um estudo da intensificação que considere seu uso efetivo nas diversas situações comunicativas verificará que tal recurso não se presta tão somente à manifestação de conteúdo, tampouco se restringe apenas ao âmbito lexical. Na verdade, além de exprimirem a noção gradual (vinculada à função ideacional), os intensificadores contribuem significativamente na manutenção das relações intersubjetivas, no sentido de colaborar na montagem do jogo argumentativo que se processa entre os interlocutores (função interpessoal), bem como no estabelecimento de determinados nexos textuais (de caráter anafórico ou catafórico), imprescindíveis na construção do discurso (função textual). Ancorado nesse pressuposto, tenciono, através deste trabalho, investigar o recurso à intensificação sob a perspectiva das funções da linguagem, conforme postuladas por Halliday (1976, 1985). Os dados que utilizarei em minha análise são oriundos de textos de fontes diversas (tanto na modalidade oral como escrita), captados em diferentes contextos de interação verbal. Uma amostra disso pode ser conferida conforme o que se segue, coletado no *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998): (1) '... você vê que a gente adota um pre/ elege um presidente... ele não é solução pros nossos problemas... pelo contrário... a gente pensa que vai ser... mas aí dificulta mais as coisas... o salário diminui... as coisa aumenta... a inflação sobe lá pra cima... pronto... sobe lá pra cima... olha que coisa... vai subir pra onde? pra baixo? mas... a... é uma situação *super difícil* sabe? *super difícil mesmo*...' (Relato de opinião falado, aluna do 2º grau, p. 255-256); (2) '... Eu acho isso que o namoro de hoje esta *muito avançado demais* principalmente esses rapazes que usa brinco, cabelo comprido e tatuagem... Na minha opinião o namoro não presta tá muito tarado os rapazes de hoje só quer fica pegando nos seios na bunda.' (Relato de opinião escrito, aluna da 8ª série, p. 363). No trecho (1), a marca sobrecarregada '*super difícil... super difícil mesmo*' atribuída a '*situação*', após o comentário autocrítico da locutora, é uma espécie de retomada avaliativa de tudo o que ela havia dito antes. Esse juízo de valor intensificado, de natureza anafórica, justifica-se, portanto, em sua relação com o co-texto, isto é, na manifestação de desgosto e frustração por não ver nada resolvido após uma eleição presidencial. É, na verdade uma observação que imprime um tom de resumo e de conclusão apreciativa ao que foi exposto. Já no fragmento (2), a expressão superlativa enfática '*muito avançado demais*' (ratificada na paráfrase posterior '*muito tarado*') tem a função de antecipar o que será dito logo a seguir sobre o '*namoro de hoje*', que, na



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

opinião da autora, ‘*não presta*’. Desse modo, estabelece-se uma inter-relação de cunho catafórico entre aquele atributo superintensificado e as informações esclarecedoras quanto a pegar nos seios e na bunda, as quais dão sentido ao exagero aplicado na avaliação introdutória, servindo-lhe como desenvolvimento informativo. Portanto, espero com isso contribuir de algum modo para que se repensem as situações de ensino-aprendizagem no que se refere ao estudo da intensificação.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática - a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFN, 1998.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-78.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. (retoc. e enriq.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

### Aí eu fui analisei construções com o verbo ir

Maria Alice Tavares

aliceflp@hotmail.com

Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

Sob uma ótica funcionalista, com base em dados provenientes de textos orais produzidos por indivíduos nativos de duas capitais brasileiras, Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ), e organizados no *Corpus Discurso & Gramática*, propomo-nos a descrever e a analisar propriedades semântico-pragmáticas e morfossintáticas de diferentes construções oracionais, das quais o verbo *IR* é parte integrante. Pretendemos, em especial, mapear, com base nessas propriedades, evidências sincrônicas das etapas da trajetória de gramaticalização de verbo pleno a verbo (quase)auxiliar percorrida por *IR*, trajetória que, por hipótese, parte de ocorrências como (1) ‘Aí ela *foi* na delegacia e contou o que tinha acontecido.’ ([SUJ IR LOC (E) (SUJ) V2 (OD/OI)]), e chega a ocorrências como (2) ‘Quando eu cheguei, aí ele *foi* e disse: ‘Olha, eu não dormi ontem à noite.’ Eu *fui* e disse: ‘Por quê?’’ ([SUJ IR (E) V2 (OD/OI)], ou, mais sinteticamente, *IR* (E) + V2. Em (1), temos duas orações coordenadas; cada uma delas predica um evento e possui por núcleo um verbo pleno. Na primeira, *IR* denota *dirigir-se* (a), e requer como complemento um sintagma que indica lugar (o lugar ao qual alguém vai). Em (2), *IR* não codifica um evento diferente daquele codificado por *DIZER* (‘expressar por palavras’, ‘falar’). Este último é o verbo principal da construção e traz o significado referencial dos compostos verbais *FOI E DISSE* e *FUI E DISSE*; é, a princípio, o verbo responsável pela seleção argumental: sujeito (quem disse) e objeto (o que foi dito). Nessa construção, *IR* indica a postura do falante a respeito

do evento codificado pelo verbo imediatamente seguinte, isto é, *IR* revela como o falante percebe e apresenta ao ouvinte circunstâncias ligadas à realização do evento referido por V2, ressaltando um leque de nuances semântico-pragmáticas que vão desde o caráter repentino, instantâneo ou até brusco da ação expressa pelo segundo verbo, à tomada de iniciativa do agente em executar essa ação. Além disso, *IR* pode fornecer indicações avaliativas de caráter ainda mais subjetivo, dentre as quais se destacam a surpresa, a frustração ou a irritação frente ao evento inesperado, súbito. Nesse papel, *IR* comporta-se como uma espécie de (quase)auxiliar, cujo papel é ainda pouco claro na literatura: as classificações variam de indicador de aspecto (inceptivo e/ou global), de modalidade, de realce do evento codificado por V2, entre outros (MERLAN, 1999; SÁNCHEZ, 1999; HOPPER, 2001; DUTRA, 2003; BECHARA, 2004). Essas propostas são discutidas à luz dos dados averiguados. Como o fenômeno sob enfoque é de grande frequência na fala cotidiana e dados são encontrados com recorrência inclusive nos meios de comunicação de massa, especialmente em contextos orais e escritos de maior traço de informalidade, é imprescindível sua análise mais atenta: urge que saibamos definir de que se trata afinal esses usos. Uma vez que também existe dificuldade de categorização de fenômenos similares em outras línguas, como o inglês, um estudo como o ora proposto certamente contribuirá com a descrição tipológica do fenômeno lingüístico sob enfoque, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento sobre seu comportamento em termos translingüísticos.

A gramaticalização pode ser definida como o processo de regularização gradual pelo qual um item lingüístico frequentemente utilizado em contextos comunicativos particulares adquire função gramatical ou pelo qual uma palavra ou construção já pertencente ao rol de elementos gramaticais de uma língua migra para uma nova função gramatical (HOPPER; TRAUOGOTT, 1993). As mudanças envolvidas na gramaticalização são induzidas pelos contextos de uso das formas relevantes. Segundo Traugott (2003), a mudança acontece em certas construções morfossintáticas altamente especificáveis e sob condições pragmáticas especificáveis. Semelhantemente, Lehmann (1992, p. 406) afirma que ‘a gramaticalização não apenas atinge uma palavra ou morfema... mas toda a construção formada pelas relações sintagmáticas do elemento em questão.’ Portanto, o desenvolvimento de funções gramaticais é modelado pelas construções morfosintáticas em que uma dada forma lingüística ocorre, e, no estudo de sua trajetória de mudança, é preciso levar em conta propriedades dos usos fontes e alvos não apenas no que diz respeito à forma isolada. Propomos, nessa linha, a busca não apenas de evidências acerca dos desenvolvimentos do verbo *IR* rumo à (quase)auxiliaridade, mas também dos desenvolvimentos de construções mais amplas nas quais esse verbo figura, seja como lexical, seja como auxiliar.

É possível analisar a gramaticalização de uma perspectiva diacrônica, investigando-se os usos fontes dos itens gramaticais e as trajetórias das mudanças que os afetam, através do recorte de diferentes períodos de tempo e da comparação dos estados de língua encontrados em cada um desses períodos. Todavia, em alguns casos, tem sido necessário recorrer à perspectiva sincrônica, analisando-se fontes e trajetórias com base em dados de uma só época, procedimento adotado em especial quando registros da forma a ser investigada são encontrados apenas em amostras de fala e/ou de escrita contemporâneas, tornando impossível, dessarte, voltar o olhar ao passado como fonte de informações. Esse é o caso





do verbo *IR* na construção *IR (E) + V2*.

Itens ou construções gramaticais são frutos da evolução do material lingüístico e os sinais da sua história são manifestados em sua forma e seu significado, em qualquer ponto sincrônico. Assim, mesmo na ausência de evidência direta ou no caso de evidências esparsas acerca da fonte e das trajetórias seguidas por uma dada forma, estas podem ser divisadas através dos múltiplos usos atualmente dados à forma, entendidos como estágios de possíveis percursos de gramaticalização. Nas palavras de Sweetser (1990): 'a polissemia sincrônica e a mudança histórica de significado realmente fornecem os mesmos dados' de diferentes maneiras. Nessa perspectiva, tomamos as múltiplas ocorrências do verbo *IR* na fala atual como elos em uma trajetória de gramaticalização, que tem, no ponto de partida, usos como verbo pleno na construção coordenada ou justaposta ([SUJ *IR* LOC (E) (SUJ) *V2* (OD/OI)]), e, no ponto de chegada, usos como verbo (quase)auxiliar na construção perifrástica *IR (E) + V2*. Constatamos haver fortes similaridades entre essas construções: há dois verbos flexionados no mesmo tempo, aspecto e modo, o primeiro dos quais é *IR*, e a presença da conjunção *E* interligando as duas metades de cada estrutura. No entanto, há diferenças salientes entre elas, resultantes da natureza do primeiro verbo de cada uma, *IR*. Distintamente de seu comportamento como verbo lexical denotador de deslocamento no plano físico, *IR*, como verbo auxiliar que indica a postura do falante frente ao evento referido por *V2*, não seleciona um circunstanciador locativo. Além disso, em contraste com a estrutura coordenada ou justaposta, na estrutura perifrástica, há não dois mas apenas um SN sujeito, que pertence à construção: ele é selecionado por *V2* (o principal), e posicionado antes de *V1* (o auxiliar), conforme o padrão de colocação de SN sujeitos em perífrases verbais no português.

Nas etapas intermediárias dessa trajetória de gramaticalização, estruturas como [SUJ *CHEGAR* (LOC) (E) (SUJ) *V2* (OD/OI)], em que o argumento locativo está elíptico, favorecem a ambigüidade, porta de entrada para a mudança. Nessas construções, traços do sentido original de deslocamento e/ou certas características morfossintáticas típicas de verbos lexicais podem ser detectadas em graus variados em *IR*, ao lado de traços de indicação da postura do falante frente ao evento referido por *V2*.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

DUTRA, R. *O falante gramático: introdução à prática de estudo e ensino do português*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

HOPPER, P. J. Hendiads and auxiliation in English. In: BYBEE, J.; NOONAN, M. (Ed.). *Complex sentences in grammar and discourse: a festschrift for Sandra Thompson*. Amsterdam: J. Benjamins, 2001. p. 145-174.

HOPPER, P. J.; TRAUOGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LEHMANN, W. P. *Workbook for historical linguistics*. Dallas: SIL/University of Texas, 1992.

MERLAN, A. Sobre as chamadas perífrases verbais paratáticas do tipo PEGAR E + V2 nas línguas românicas. *Línguas e Literaturas XVI*, Faculdade de Letras, Porto, 1999. p. 159-205.

SÁNCHEZ, I. *Pseudo-coordination*. Unpublished paper (University of California at Santa Barbara), 1999.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects on semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticalization. In: JANDA, R.; JOSEPH, B. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 77624-647.

### “Vocês são muito jovens. Vocês acham que vocês podem mudar o mundo”: a mudança na marcação do parâmetro do sujeito nulo em português brasileiro

O Português Brasileiro (PB) está mudando o valor na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: de língua positivamente marcada para língua negativamente marcada. Como aponta Duarte (1995, 2003), a posição do sujeito pronominal vem se caracterizando pela forma preenchida, tanto para sujeitos de referência definida, quanto para os de referência indeterminada.

Esta sessão é composta por trabalhos que procuram investigar algumas das nuances da mudança paramétrica por que está passando o PB: (a) uma análise comparativa entre PB e o italiano em relação aos sujeitos de referência definida de primeira e segunda pessoas, (b) a ordem V SN dos verbos inacusativos; (c) o (não) preenchimento do sujeito não-argumental das construções de alçamento com o verbo *parecer*. Todos os trabalhos estão inseridos no quadro da Sociolingüística Paramétrica, que associa pressupostos teóricos de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e da Sociolingüística Variacionista (LABOV, 1972).

Utiliza-se como *corpus* uma amostra de fala culta de língua italiana extraída do *C - Oral - Rom Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages - Cresti*; Moneglia (2005), uma amostra da fala culta carioca constituída pelo Projeto NURC-RJ e uma amostra da escrita padrão constituída pelo Projeto de Estudo sobre o Uso da Língua (PEUL), sediado na UFRJ, com base em matérias assinadas, crônicas e reportagens publicados nos jornais, *Povo*, *Extra*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, entre 2002 e 2005.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo (Ed.). *C-ORAL-ROM - Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages, Studies in Corpus Linguistics*, vol. 15. Amsterdam/Philadelphia? John Benjamins, 2005.

DUARTE, M. Eugênia L. Do pronomine nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS; KATO, M. A. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 107-128, 1993.

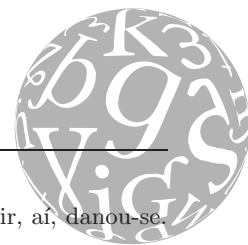
DUARTE, M. Eugênia L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 1995.

DUARTE, M. Eugênia L. *Sujeitos expletivos e estratégias para sua representação no português brasileiro*. Relatório de pesquisa, CNPq, 2002.

KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: Marques, M. A. et alli (Org.). *Ciência da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga, CEHUM (Universidade do Minho), 2005.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

OLIVEIRA, Marilza de. The pronominal subject in Italian and Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(Ed.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, p. 37-53.

PONTES, Eunice. *O Tópico no português do Brasil*. São Paulo: Pontes, 1987.

SOARES DA SILVA, Humberto. *O parâmetro do sujeito nulo: confronto entre o português e o espanhol*. Dissertação de Mestrado em Vernáculos. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2006.

### Gramática da fala e da escrita: as construções de alçamento com parecer

Fernando Pimentel Henriques

fphenriques@yahoo.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Duarte (1993, 1995) aponta que o quadro de paradigmas flexionais verbais no Português Brasileiro (PB) vem sofrendo ao longo do tempo uma notável simplificação, o que tem levado a um crescente aumento de preenchimento da posição do sujeito pronominal, tanto para os sujeitos de referência definida, quanto para os sujeitos de referência indeterminada. Henriques (2005) mostra que até mesmo os sujeitos não-argumentais dos verbos de alçamento, entre eles o mais prototípico, *parecer*, vêm sendo preenchidos. Diferentemente do que ocorre no inglês e no francês, este preenchimento não se dá por pronomes expletivos, mas por elementos com conteúdo semântico.

Este estudo focaliza as construções de alçamento com o verbo pleno *parecer* na fala culta carioca e na escrita padrão. Observam-se quais estratégias são mais implementadas em cada modalidade. A partir dos dados, verifica-se, respaldado nas idéias de Kato sobre gramática nuclear e gramática periférica (2005), se há a coexistência de duas gramáticas, uma gramática da fala e uma gramática da escrita, em relação às estratégias de alçamento. Vale ressaltar que este trabalho se insere no quadro da Sociolinguística Paramétrica, que associa pressupostos teóricos de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972).

Esta pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento dos estudos referentes à mudança na marcação do sujeito pronominal em PB, principalmente no que diz respeito ao preenchimento dos sujeitos não-argumentais, o que pode ser associado à noção de encaixamento da mudança proposta por Weinreich; Labov; Herzog (1968). Além disso, mostra-se a influência do processo de aquisição da escrita na (não) implementação das construções de alçamento com *parecer* nas duas modalidades.

Analisando as construções com o verbo *parecer*, é possível verificar quatro diferentes estratégias de alçamento. Primeiramente, tais construções podem aparecer com a posição à esquerda do verbo vazia, como preconizam as gramáticas tradicionais. Note-se que o sujeito da oração encaixada pode aparecer nulo (1a) ou pleno (1b):

(1) a. A Furnas andou comprando muita coisa pela redondeza, não é? Mas ela não... \_\_\_\_ Parece [que não \_\_\_\_ vai chegar até aqui]... (Fala – anos 70)

b. Acho que não estão sendo, pelo menos pelo que a gente lê no “Boa Viagem”, no Globo, pelo contrário, \_\_\_\_ parece [que eles estão desenvolvendo], porque estão vendo que aquilo é um potencial turístico, é uma maneira de... de trazer

dinheiro pro estado, se deixar, se deixar poluir, aí, danou-se. (Fala – anos 90)

A estrutura em (2), conhecida como alçamento clássico, é prevista pelas gramáticas normativas. Esta construção caracteriza-se pelo alçamento do sujeito da encaixada para a esquerda de *parecer*, onde ele recebe caso nominativo, enquanto o verbo da subordinada apresenta a forma infinitiva: (2) Acabamos de entrar em 2004 e algumas pessoas parecem ainda [\_\_\_\_ viver na Idade Média]. [Notícias Extra 05.01.04] Encontramos, ainda, uma terceira possibilidade em que o sujeito da encaixada é deslocado para uma posição externa à sentença. Em (3), encontra-se um exemplo desta estrutura. Note-se que, neste caso, somente o verbo da subordinada exibe as marcas de concordância, atribuindo caso ao seu sujeito deslocado:

(3) Eu parece [que \_\_\_\_ vou explodir de raiva].

No exemplo em (4), verificamos, ao mesmo tempo, o alçamento do sujeito da encaixada para a posição à esquerda de *parecer* e a flexão dos dois verbos, o verbo da oração principal e o verbo da oração subordinada. Ferreira (2000) refere-se a tal estrutura como hiperalçamento. Vale ressaltar que esta não é uma estrutura prevista pelas gramáticas tradicionais:

(4) Com os anos as idéias parecem [que \_\_\_\_ vão ficando cada vez mais longe]. [Crônica O Globo 01.05.2003]

Este trabalho busca responder as seguintes questões: (a) qual é a estrutura preferida em cada modalidade?; (b) há a coexistência de uma gramática da fala e uma gramática da escrita em relação às estratégias de alçamento?; (c) a escrita caracteriza-se, de fato, como uma modalidade mais conservadora?

Parte-se do pressuposto de que, muitas vezes, o processo de aquisição da escrita (diretamente relacionado ao processo de escolarização) influencia na constituição de uma gramática periférica distinta da gramática nuclear, que é inerente a todos os falantes (Cf. KATO, 2005). Em suma, acredita-se que a modalidade escrita preserva formas que já não aparecem na fala. Dessa forma, espera-se encontrar nesta modalidade uma forte preferência pela estratégia de alçamento clássico, que é preconizada pelas gramáticas tradicionais. Por outro lado, acredita-se que a estrutura de hiperalçamento, não recomendada do ponto de vista normativo, apresente maior índice de implementação na fala.

A análise da fala culta carioca baseou-se na amostra do Projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta), que é constituída por diversos inquéritos distribuídos em dois períodos de tempo distintos, um nos anos 70 e o outro nos anos 90. As entrevistas coletadas pertencem ao formato DID (diálogos entre informante e documentador). Por outro lado, para a análise da escrita padrão, utilizou-se a Amostra de Produções Midiáticas de Jornais constituída pelo Projeto de Estudo sobre o Uso da Língua (PEUL), sediada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com base em matérias assinadas, crônicas e reportagens publicados nos jornais, *Povo*, *Extra*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, entre 2002 e 2005.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

DUARTE, M. Eugênia L. “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil”. In. ROBERTS; M. A. KATO (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP. p. 107-128, 1993.

DUARTE, M. Eugênia L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campi-



nas, 1995.

FERREIRA, Marcelo B. *Argumentos Nulos em Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2000.

HENRIQUES, Fernando P. "Fala e Escrita: uma análise comparativa das construções com verbos de alçamento". In: SANTOS, Deize V. dos (Org.). *Inicia - Revista da Graduação em Letras da UFRJ* - Rio de Janeiro. Ed. Faculdade de Letras / UFRJ, 2005.

## A posição à esquerda do verbo nas construções com verbos inacusativos na fala e na escrita do português brasileiro

Danielle de Rezende Santos

dnrsantos@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

### Introdução

O português brasileiro está mudando o valor na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: de [+ *pro-drop*] (sujeito nulo) para [- *pro-drop*] (sujeito preenchido). Em trabalhos anteriores sobre o português do Brasil, já se pôde observar essa mudança: a posição do sujeito pronominal vem se caracterizando pela forma plena, tanto para sujeitos de referência definida, quanto para os de referência indeterminada (Cf. DUARTE, 1995, 2003).

Uma das estruturas sujeitas a tais alterações seriam as construções com verbos inacusativos. Esses verbos, assim como os intransitivos, projetam apenas um argumento, mas ao contrário do que ocorre com o argumento projetado pelos intransitivos, seu argumento tem o traço semântico [- agente / + tema] e é gerado à direita do verbo. As construções com tais verbos propiciam, assim, a ocorrência de uma posição vazia à esquerda do verbo, como se vê em (1) e são incompatíveis com línguas de sujeito preenchido, como o francês e o inglês, por exemplo, em que temos, respectivamente, a ordem SN V (*un enfant est arrivé*) ou um expletivo (*there arrived a boy*):

(1) *O comércio fecha, acabou, \_\_\_\_\_ MORREU a cidade.*  
Objetivos/hipóteses

Inúmeros trabalhos têm revelado a restrição de monoargumentalidade que cerca a ocorrência da ordem V SN no português brasileiro. Este trabalho pretende ser mais uma contribuição sobre o assunto, ao observar as ocorrências de V SN e SN V nas construções com verbos inacusativos tanto na fala culta quanto na escrita padrão do português brasileiro. Pretende-se, assim, investigar, além dos contextos particulares que limitam a ordem V SN, que tipos de elementos aparecem à esquerda do verbo quando o SN se encontra posposto. O motivo do interesse por tais verbos está no fato de que são eles os que apresentam os mais altos índices de ordem V SN nos trabalhos que tratam desse tema. A hipótese que orienta a pesquisa é a de que, com a mudança em direção ao preenchimento dos sujeitos referenciais, as construções com verbos inacusativos também sofreriam algum tipo de alteração:

(a) a ordem V SN tenderia a se reduzir, ficando cada vez mais restrita a certos verbos e ao *status* informacional do SN, como mostra o exemplo (2), em que temos um verbo apresentativo e um SN novo, um contexto que favorece a ordem V SN:

(2) *É isso mesmo, ninguém fala errado [...]. Pois antes de*

*APARECEREM os gramáticos e os estudiosos, o povo já falava, você sabe.* (JB, crônica)

(b) a posição vazia à esquerda do verbo seria evitada cedendo lugar à ordem SN V, como pode ser visto no exemplo (3):

(3) *os colégios particulares estão apavorados com esta situação... os mercados de trabalho que havia DESAPARECERAM.* (Fala, Anos 70)

(c) e seria ainda esperada a ocorrência de reestruturações já indicadas por Pontes (1987), em que um complemento do SN ou um locativo ocupam a posição do sujeito, como em (4) e (5), respectivamente:

(4) *A Belina FUROU o pneu.*

(5) *A casa ENTROU água uns trinta centímetros.*

Os casos de reestruturação da ordem V SN ilustrados em (4) e (5) deverão receber especial atenção, uma vez que podem ser entendidos como uma tentativa não só de preencher a posição vazia à esquerda do verbo, mas também de enquadrar as orações no padrão dominante: SVO (sujeito-verbo-objeto). Daí é possível entender a mudança sofrida por tais verbos quanto à sua transitividade. O verbo que projetava apenas um lugar passa a projetar dois lugares.

Pressupostos teórico-metodológicos

O projeto de pesquisa a que se vincula este trabalho se insere no quadro da Sociolinguística Paramétrica, que associa pressupostos teóricos de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972).

O trabalho compara os resultados encontrados para a fala culta e a escrita padrão veiculada em jornais do Rio de Janeiro. Para isso, utilizaram-se as seguintes amostras:

(i) As amostras de fala pertencentes ao Projeto NURC-RJ, gravadas em dois períodos de tempo distintos (anos 70 e 90) e organizadas para análise em tempo real de curta duração. As entrevistas coletadas sobre diferentes temas pertencem ao formato DID, i.e., diálogos entre informante e documentador;

(ii) A amostra de língua escrita, constituída de textos de opinião, reportagens e crônicas, publicados entre 2002 e 2004.

Trata-se de um tema de suma importância, pois contribuirá para o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito da mudança nas estratégias para o preenchimento da posição do sujeito no português do Brasil. O estudo deste tema também pode contribuir para o ensino da língua portuguesa, uma vez que pode refrear o preconceito, tanto de professores quanto de alunos, ao estarem em contato com tais estruturas.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

DUARTE, M. Eugênia L. *A perda do princípio 'Evite pronomes' no português brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas, Universidade de Campinas, IEL, 1995.

DUARTE, M. Eugênia L. *Sujeitos expletivos e estratégias para sua representação no português brasileiro*. Relatório de pesquisa, CNPq, 2002.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

KATO, Mary A.; DUARTE, M. Eugênia L. *Semantic and phonological constraints in linguistic change*. NWAVE, Philadelphia, 2003.

ORSINI, Mônica T. *As construções de tópico no Português do Brasil: uma análise sintático-discursiva em tempo real*. In: VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF. Disponível no web world wide em: <http://www.filologia.org.br/viii/cnlf/anais/caderno05-07.html>. 2004.

PONTES, Eunice. *O Tópico no português do Brasil*. São Paulo: Pontes, 1987.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

SPANO, Maria. *A ordem V SN em construções monoargumentais, na fala culta do português brasileiro e europeu*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002.

### Sujeitos de referência definida: uma análise comparativa entre o português brasileiro e o italiano

Juliana Esposito Marins

juesparins@hotmail.com  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O português brasileiro (PB), ao contrário do que vem ocorrendo com o português europeu (PE), com o espanhol e com o italiano, está passando por um processo de mudança no que diz respeito à representação do sujeito pronominal. Assim, vem-se observando que no Brasil há uma preferência pela realização fonética do sujeito, em decorrência da redução do paradigma flexional do verbo, conforme a hipótese de Duarte (1993, 1995). Isto quer dizer que estamos diante de uma mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, de língua positivamente marcada em relação a ele para língua negativamente marcada.

Estudo da fala culta carioca (DUARTE, 1995, 2000) confirma a hipótese para os sujeitos de referência definida, como mostram (1) - (3) a seguir:

(1) Eu nasci aqui em Inhaúma e aqui nessa casa *eu* moro tem trinta e um anos. Trinta e um anos que *eu* moro aqui. *Eu* morei numa outra casa. Depois *eu* comprei esse terreno aqui e (cv) construí a casa. [...] Porque *eu* vim pra cá, *eu* tinha meus dois filhos, mas *eu* não tinha condições de fazer a casa grande, aí (cv) fiz pequenininha.

(2) *Vocês* são muito jovens. *Vocês* acham que *vocês* podem mudar o mundo. (cv) Acham que tudo é fácil.

(3) *Meu marido* conhece o Brasil quase todo, porque *ele* trabalhava no Instituto Nacional de Migração. Então *ele* viajava muito. Aí, depois que *ele* se aposentou, (cv) nunca mais viajou. Tanto que *ele* ainda não foi lá na casa do meu filho. *Ele* ainda não foi lá. *Ele* conhece, que *ele* já esteve lá quando *ele* trabalhava. *Ele* conhece as Sete Quedas, *ele* conhece Foz, (cv) conhece tudo, mas *ele* nunca foi na casa do meu filho. Acho que *ele* viajou tanto que agora (cv) não liga. As afirmações feitas, entretanto, sobre as demais línguas românicas positivamente marcadas em relação ao PSN, se baseiam em estudos teóricos. Não há, com exceção do trabalho de Duarte (1995) sobre o PE e o de Soares (2006) sobre o espanhol, um estudo quantitativo que permita afirmar que o PB tem de fato um comportamento atípico no contexto das línguas românicas e se encaminha, tal como o francês, para língua de sujeito expresso obrigatoriamente.

Estudo de Soares (2006) mostrou, através da análise de uma amostra de fala de Buenos Aires e outra de Madri, que o espanhol preserva características de língua de sujeito nulo, tendendo a deixar vazia a posição à esquerda de V em todos os contextos e não realizando o sujeito pronominal, categoricamente, quando há o traço [-animado]. No entanto, tal análise permite notar que o comportamento das duas variedades, embora semelhante, não é idêntico, o que nos faz perceber a existência de diferentes nuances para a representação do sujeito pronominal. Assim, haveria a possibilidade de estabelecimento de uma escala contínua que

prevê gradações para o comportamento das línguas de acordo com sua maior ou menor tendência à realização fonética do sujeito, dadas as dificuldades de classificá-las apenas através das marcações positiva e negativa do parâmetro.

O presente trabalho, que se insere em uma pesquisa mais ampla visando contextualizar o PB no âmbito das demais línguas românicas, pretende traçar um paralelo entre o português do Brasil e o italiano, quanto aos sujeitos de referência definida de primeira e segunda pessoas. Parte-se da hipótese de que línguas como o italiano, por apresentarem riqueza funcional no paradigma flexional do verbo, demonstram maior inclinação ao não-preenchimento da posição à esquerda de V e, portanto, apenas apresentariam sujeitos plenos para efeitos de ênfase ou para desfazer ambigüidades, geradas a partir da ausência de desinência número-pessoal, como ocorre no caso de verbos no subjuntivo, em que ora a primeira, a segunda e a terceira pessoas neutralizam-se (4), ora a ambigüidade dá-se apenas entre a primeira e segunda pessoas (5):

(4) È possibile che (io) / (tu) / (lui) faccia il lavoro.

(5) Se (io) / (tu) avessi fatto il lavoro la professoressa non si sarebbe arrabbiata

A análise contará com o arcabouço teórico da Sociolinguística Variacionista Laboviana (LABOV, 1974) e da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981). Será utilizada uma amostra de fala culta de língua italiana extraída do C – Oral – Rom Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages – Cresti; Moneglia (2005).

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. 2. ed. 1982. Dordrecht: Foris, (1981).

CRESTI, Emanuela; Massimo MONEGLIA (Ed.). *C-ORAL-ROM – Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Studies in Corpus Linguistics, vol. 15. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

DUARTE, M. Eugênia L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de doutorado, Unicamp, 1995.

DUARTE, M. Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In I. ROBERTS; M. A. KATO (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 107-128, 1993.

DUARTE, M. Eugênia L. The loss of the Avoid Pronoun principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, p. 17-36, 2000.

DUARTE, M. Eugênia L. Variação sintática e mudança paramétrica. *Gragoatá, línguas e variação lingüística no Brasil*, 9, p. 75-84, 2001.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

OLIVEIRA, Marilza de. The pronominal subject in Italian and Brazilian Portuguese. In KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, p. 37-53.

SOARES DA SILVA, Humberto. *O parâmetro do sujeito nulo: confronto entre o português e o espanhol*. Dissertação de Mestrado em Vernáculos. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2006.



## Gramática das construções e descrição do português

O modelo da Gramática das Construções começou a ser desenvolvido em fins da década de 70 do século passado. O trabalho que mais contribuiu para a formulação desse modelo de análise foi o de Goldberg (1995). Esse trabalho, focado nas construções que envolvem estruturas argumentais de verbos, comprovou que a construção aberta, formada só por um esquema abstrato, tem um significado próprio, que vai se complementar a partir dos elementos instanciados – os quais, por sua vez, também vão ter seu significado complementado a partir do significado da construção. A tese central de Goldberg é de que as unidades básicas da língua são as *construções gramaticais* – correspondências forma-significado que existem independentemente dos elementos lingüísticos que instanciam essas construções. Isto é, sustenta-se que as construções portam significado por si mesmas, independentemente dos elementos que, concretamente, possam figurar nessas construções. O trabalho de Goldberg veio reforçar a idéia de que, muito mais que um simples epifenômeno – ou seja, meras conseqüências da aplicação de regras sintáticas –, as construções gramaticais podem ser reconhecidas, por si só, como entidades teóricas.

Além disso, outro importante princípio estabelecido pela autora é de que os valores semânticos de uma sentença podem ser associados diretamente a padrões sintáticos específicos, ou seja, a partir da *Gramática das Construções*, a relação entre forma e significado – entendendo o termo *forma* tanto numa perspectiva lexical quanto sintática – é mais integrada do que se tem considerado.

A proposta desta sessão de comunicações coordenadas é apresentar três trabalhos, que têm como ponto de interseção o fato de terem como sua base teórica o modelo da *Gramática das Construções*. O primeiro deles, da Prof<sup>a</sup> Sandra Bernardo (UERJ / PUC-Rio), analisa a construção *olha só*, em contextos conversacionais, apresentando a hipótese de que essa é uma construção de movimento causado. O segundo é do aluno de mestrado Diogo Pinheiro (UFRJ), que estuda os aspectos semânticos e pragmáticos das construções locativas do português do Brasil. Por fim, o último trabalho desta sessão, do Prof. Mauro José Rocha do Nascimento (CE-FETEQ), trata de construções morfológicas que envolvem vogais temáticas e gênero.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

### Construções locativas do português brasileiro: aspectos semânticos e pragmáticos

Diogo Oliveira Ramires Pinheiro

kyotopinheiro@globocom

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho adota como referencial teórico a *Construction Grammar (CG)*, modelo que assume a construção gramatical – pareamento convencional entre forma e significado – como sua unidade básica de análise (FILLMORE, KAY & O'CONNOR, 1888; SALOMÃO, 2002; dentre

outros). De acordo com a CG, a gramática de uma língua consiste em uma rede articulada e motivada de construções gramaticais, as quais se distinguem apenas por sua complexidade interna e grau de especificação lexical. Como ilustração, compare-se a construção inteiramente especificada *que dirá*, a construção semi-especificada *o que X está fazendo Y?* e a construção totalmente aberta *SUJ V OD OI*.

Diante dessa proposta, cabe ao pesquisador identificar e descrever as construções de uma língua, além de explicar sua motivação e apontar a relação que estabelece com outras construções. Dentro do arcabouço da CG, Salomão (2002) identifica três correntes principais: uma que se ocupa sobretudo das redes polissêmicas, uma segunda que se detém sobre as fórmulas situacionais e idiomas sintáticos e outra que investiga o problema da estrutura argumental dos verbos, concentrando-se sobre as frases simples e sobre as construções inteiramente abertas (objetivo que vem sendo perseguido principalmente por Adele Goldberg, cujas descobertas estão sintetizadas em seus trabalhos de 1995 e 2006).

Investigando as *construções locativas* do português brasileiro, nosso trabalho se alinha à vertente *goldbergiana*. Entendemos que todas as sentenças empregadas com o objetivo de apontar a localização de uma entidade no espaço/tempo constituem manifestações de uma construção locativa. Em nossas pesquisas, identificamos no português brasileiro (PB) duas construções locativas, que denominamos *Construção Locativa Inacusativa (CLInac)* e *Construção Locativa Inergativa (CLInerg)*. Do ponto de vista formal, assumimos que ambas as construções apresentam, obrigatoriamente, um SN com papel de tema e um sintagma adverbial ou preposicionado com papel de locativo. Seguindo a proposta da CG, entendemos que se trata de construções sem qualquer especificação lexical; em outras palavras, seu significado está associado ao próprio padrão construcional, independente dos diversos verbos que possam instanciá-lo.

Nesse sentido, um dos objetivos desta comunicação é apresentar os diversos verbos que podem instanciar as construções locativas, bem como expor sua organização em rede, com um núcleo prototípico e ramificações periféricas. Essa lista de verbos inclui itens como *existir, ter, haver, aparecer, acontecer, cair, faltar, brotar, nascer*, dentre outros. Seguindo a proposta de Goldberg (1995), já adotada na descrição do PB por autores, como Pulhiese (2004), entendemos que a existência de diferentes classes de verbos que podem integrar-se à construção caracteriza um cenário de *polissemia construcional*. Descrever a *rede polissêmica* das construções locativas do PB é, portanto, nosso primeiro objetivo.

Além disso, ainda segundo Goldberg (1995, p. 5), as construções subjacentes às “frases simples” referem-se a uma “cena básica da experiência humana”, correspondente a um *esquema imagético* inscrito no arsenal conceptual humano (cf. JOHNSON, 1987). No nosso caso, hipotetizamos que se trata do *esquema imagético dentro-fora* – descoberta que remonta a nosso trabalho anterior (GERHARDT & PINHEIRO, 2004). O conceito associado a esse esquema corresponde, presumivelmente, ao núcleo prototípico da rede polissêmica da construção, mencionada no parágrafo acima. Por outro lado, é evidente que os verbos indicados acima não integram *apenas* construções locativas. É importante notar que a maioria desses verbos pode instanciar também padrões intransitivos, vale dizer, estruturas que não contam com um sintagma locativo (por exemplo, *Deus existe, A flor brotou*, etc). Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, não é uma tarefa trivial decidir se a cada ocorrência



concreta de um desses verbos subjaz um padrão locativo ou intransitivo. Essa dificuldade não se reduz a uma questão estritamente operacional, mas remete a um problema bem mais amplo: trata-se de descobrir que fatores motivam uma construção a conter um número determinado de argumentos. A essa questão, discutida em Pinheiro (no prelo), oferecemos a seguinte resposta: um imperativo de ordem pragmática – especificamente, a máxima *griceana* da quantidade (Grice, 1982) – regula, simultaneamente, o número de argumentos da construção e as possibilidades semânticas dos verbos que irão integrá-la. Esses dois aspectos – número de argumentos e semântica do verbo – equilibram-se, de modo a produzir uma sentença pragmaticamente bem-sucedida.

De acordo com nossa hipótese, a construção locativa que exhibe dois argumentos (o SN tema e o locativo sob a forma de um sintagma preposicionado ou adverbial) impõe sobre o verbo um significado mais esquemático (ou “skeletal”, nos termos de Goldberg 2006). Os verbos da construção intransitiva, por sua vez, fazem referência a *frames* mais ricos, vale dizer, menos esquemáticos. Em nossa comunicação, procuraremos comprovar essa hipótese através da análise dos seguintes verbos e de seu comportamento nas duas construções: *existir*, *aparecer*, *cair*, *brotar* e *nascer*.

Em suma, buscaremos, em nossa comunicação, apresentar uma descrição das construções locativas do português brasileiro, com ênfase sobre seu comportamento semântico e pragmático. Na prática, isso inclui: (i) descrever a polissemia das construções, delineando sua *rede polissêmica*; (ii) apresentar a *contraparte conceptual* das construções; (iii) descrever as *especificações semântico-pragmáticas* que permitem que as construções satisfaçam a Máxima da Quantidade.

FILLMORE, Charles; KAY, Paul & O'CONNOR, Catherine. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of *let alone*. In: *Language*, 64, 1988.

GERHARDT, Ana Flávia & PINHEIRO, Diogo. Gramática e cognição: um estudo das construções possessivas e existenciais no português brasileiro. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*. v. 8, 2004.

GOLDBERG, Adelle. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: University Press, 2006.

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: M. Dascal (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas: Editora do Autor, 1982.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University Press, 1987.

PINHEIRO, Diogo. *Sintaxe e pragmática: o caso das construções locativas do português brasileiro*. No prelo.

PULHIESE, Jaqueline de Oliveira. *Reflexividade e desreflexivização no português do Brasil: a abordagem sociocognitiva sobre a linguagem*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2004.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. In: *Veredas: revista de estudos lingüísticos*. v. 6, n. 1. Juiz de Fora, 2002. p. 63-74.

## Olha só: uma construção de movimento causado

Sandra Pereira Bernardo

sandrapb@terra.com.br

Universidade Estadual do Rio de Janeiro / PUC - Rio de Janeiro

Venho postulando uma função sinalizadora para a expressão *olha só*, empregada com sentido de *prestar atenção*, devido ao papel que desempenha na construção conjunta do discurso conversacional, sinalizando novos (sub)tópicos/referentes. Esse uso seria estruturado pelas metáforas *compreender é ver*, *idéias são objetos e discursos são fontes de luz* (LAKOFF & JOHNSON 2002).

Assim, com base em Marmaridou (2000), para quem a dêixis é uma projeção da metáfora *apontar para*, considerei tal sinalizador como um tipo de estratégia dêitica, que orienta a construção da conversa: o ato físico de apontar é projetado num espaço conceptual. A dêixis é interpretada aqui como uma noção escalar, em cujo extremo poderiam ser encontrados alguns mecanismos anafóricos e discursivos.

Pretendo, nesta comunicação, apresentar, com base em Goldberg (1995), a forma *olha só* como uma construção de movimento causado, a fim de descrever a estrutura argumental do verbo *olhar* com função de sinalizador. Parto da hipótese de que as especificidades pragmáticas, semânticas e sintáticas dessa expressão podem caracterizá-la como uma construção. Baseio-me no *princípio da não sinonímia* (op. cit.: p. 67), segundo o qual, se uma construção é sintaticamente distinta de outra(s), também deve ser semântica ou pragmaticamente distinta.

Segundo Goldberg (1995), as extensões de sentido observadas no emprego de certos verbos são possíveis, porque os falantes armazenam padrões construcionais e não informações sobre os itens lexicais individualmente. No âmbito da Gramática das Construções (GC), não há uma divisão estreita entre léxico e sintaxe, nem entre semântica e pragmática. Goldberg (p. 5) parte da hipótese de que construções de cláusulas elementares estão associadas a estruturas semânticas que refletem cenas básicas da experiência humana. A ligação entre os componentes sintático e semântico ocorre por transferência metafórica de eventos encenados.

Padrões frasais (GOLDBERG, 1995, p. 4) são considerados construções, se algum aspecto sobre sua forma ou seu significado não é completamente previsível de suas propriedades ou das partes que a compõem, bem como de outras construções. Logo, construções são consideradas unidades básicas da língua.

As construções que especificam a integração entre o verbo e os papéis dos participantes da cena discursiva estão associadas a conjuntos de sentidos relacionados e não a um sentido fixo, por isso são polissêmicas. O sentido de uma construção está relacionado a um enquadre (*frame*) semântico subjacente à cena representada simbólica e parcialmente pela expressão verbal. Os papéis de participantes dos eventos encenados, incluídos no enquadre semântico dos verbos, são instâncias dos papéis argumentais (agente, paciente, alvo), que integram as construções, porque apontam as restrições seletivas específicas do emprego de cada verbo (GOLDBERG, 1995, p. 43), determinando os aspectos do enquadre semântico a serem recortados (*profile*).



As construções constituem uma rede e são ligadas por relações de herança, que motivam muitas propriedades de uma construção particular. Essa rede de herança permite capturar generalizações entre as construções, sub regularidades e exceções (*op. cit.*, p. 67). Trata-se, portanto, de uma abordagem que permite a descrição de estruturas linguísticas que escapam à sistematicidade da língua escrita, como as empregadas em conversas informais.

Entre os tipos de *olha só* estudados em trabalhos anteriores, encontram-se casos em que essa forma sinaliza argumentos contrários, como no excerto (1), abaixo, num trecho em que os participantes da conversa estão reclamando dos gastos com cópias de provas e da relação preço-qualidade do serviço de algumas copiadoras próximas à escola. Nesse contexto, a falante introduz de forma modalizada uma crítica à postura dos colegas. Em todas essas ocorrências, o *olha só* assinala a abertura de um novo (sub)tópico na conversa, que reforça a posição do falante de forma modalizada:

(1) M = 751 *Olha só ... é que vocês rodam- ((Pigarreando)) segue trecho com superposição*

760 *Vocês rodam ... prova demais. (BDI 5)*

De uma maneira geral, pode-se considerar como propriedades comuns às formas analisadas aqui o fato de participarem da estruturação do discurso em termos (i) organizacionais, já que sinalizam etapas da construção do discurso; e (ii) conceituais, na medida em que sinalizam *focos* e *pontos de vista* do enquadre dessa construção: tais formas sinalizam etapas, posições e intenções inerentes à compreensão do discurso conversacional.

A partir do pressuposto cognitivista de que o significado linguístico é corporificado, interpretei o sentido de fixar os olhos (sentido físico da visão) do verbo *olhar* como prototípico, ao passo que considerei *olhar* = *prestar atenção*, uma projeção metafórica da experiência física de fixar os olhos em algo. Dessa forma, os sentidos mais abstratos de *olhar* (*dirigir a atenção, considerar, ponderar, examinar, estudar, atentar* etc., conforme Luft), que denotam percepção não apenas física, mas também mental, aproximam-se do sentido *ver*, que remete à impressão mental causada pelos objetos, ao entendimento, daí as metáforas *compreender é ver* e *idéias são objetos*.

À medida que o discurso é interpretado/construído conjuntamente pelos participantes, idéias objetos são trazidas para um campo de visão: o recipiente onde se encontram os objetos (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 82). As posições apresentadas pelos falantes são objetos representados num campo visual, porque *o discurso é uma fonte luz* (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 113). Como a forma *olha só* é empregada em passagens que envolvem a sinalização de novos (sub)tópicos, conceituei-a como uma projeção da metáfora orientacional *eventos futuros são para frente*, cuja base física é o fato de os olhos voltarem-se para a direção em que se move (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 62-63). Daí projeção da metáfora *apontar para* para explicar as estratégias dêiticas discursivas.

Esse esquema conceptual é projetado metaforicamente quando se emprega na conversa a forma *olha só*, para a qual postulei uma construção de movimento causado, porque visa ao deslocamento da atenção dos interlocutores. Assim, quando o falanteX emprega essa forma, está sinalizando ao falanteY a necessidade de que este desloque sua atenção para o objeto que se encontra no campo visual recortado pelo falanteX: *x causa y mover sua atenção*. A partícula *só* demarca metaforicamente o objeto que está no campo visual do falanteX, conduzindo a atenção do falanteY para o objeto

em *foco*. Portanto, devido ao papel de sinalizador, *olha só* orienta o caminho a ser seguido, porque *o discurso é uma fonte de luz*.

A relação entre o verbo *olhar* e a construção de movimento causado ocorre por extensão de sentido, que reflete a intenção do falante de guiar a maneira como sua posição deve ser interpretada. O *foco* desse objetivo é capturado pelo contexto discursivo, por isso também está representado como um recorte pragmático. A construção gerada pela construção de movimento causado básico herda o papel de *agente*, satisfazendo os princípios da correspondência – cada participante lexicalmente recortado e expresso deve ser interligado a um papel argumental recortado da construção, mesmo que um deles não seja preenchido sintaticamente –, e da coerência semântica – somente papéis semanticamente compatíveis podem ser interligados. O princípio cognitivo da não sinonímia também está satisfeito, já que semanticamente os sentidos são distintos.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas-SP: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1987.

MARMARIDOU, Sophia S. A. *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2000.

## Vogais temáticas nominais e gênero: uma abordagem construcional

Mauro José Rocha do Nascimento

mjrocha@cefeteq.br  
CEFETEQ

Este trabalho parte dos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, mais especificamente do modelo da *Gramática das Construções*, desenvolvido por Goldberg (1995). A abordagem construcional tem como premissa básica que não há distinção entre léxico e sintaxe. Salomão, num artigo que discute exatamente essa questão, afirma: “a linguagem é concebida como uma *rede construcional*, de tal modo que as unidades constitucionais divergem apenas no caráter de sua especificação formal interna” (SALOMÃO, 2002, p. 69). A língua passa a ser vista, nessa perspectiva, como um imenso *continuum*, formado exclusivamente por construções, desde as mais básicas até as mais complexas. Dessa perspectiva, portanto, vocábulos e estruturas sintáticas não são unidades discretas, perfeitamente distinguíveis entre si, e sim partes de um *continuum*. Não há, portanto, uma fronteira rígida que os separe. Conseqüentemente, as áreas de investigação da Morfologia e da Sintaxe passam a ter também um objeto de estudo com limites pouco precisos. Na maioria das vezes em que se fala de construções gramaticais, os exemplos e os objetos de estudo são construções de base sintática. A própria Goldberg, no entanto, atenta para o fato de que morfemas devem também ser considerados construções gramaticais: “expandindo um pouco a noção



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

pré-teórica de construção, morfemas são claras instâncias de construções, já que são pareamentos de significado e forma, os quais não são previsíveis a partir de nenhum outro elemento” (GOLDBERG, 1995, p. 4). Apesar disso, quase todos os trabalhos publicados concentram suas análises no outro extremo do *continuum* – incluindo a própria Goldberg.

Neste trabalho, fazemos uma adaptação do modelo de Goldberg às construções de base morfológica. A primeira proposta apresentada é de que as classes gramaticais podem ser consideradas em si construções gramaticais. Centramos foco nos substantivos e nos verbos, mais particularmente nos processos de formação envolvendo essas duas classes. Defendemos que o processo no qual um substantivo é formado a partir de um verbo, sem que se usem afixos, chamado tradicionalmente de *derivação regressiva*, é na verdade um caso do que propomos chamar *reenquadre morfológico*. O mesmo processo pode acontecer no sentido contrário, em que o verbo é formado a partir do substantivo, envolvendo apenas os elementos que caracterizam essas categorias.

Com base nessa proposta, sustentamos que nos substantivos acontece uma variação desse mesmo processo, só que envolvendo subclasses de substantivos. Essas subclasses são também conjuntos de construções, cuja forma está relacionada às vogais temáticas e cujo significado está relacionado ao gênero. Com base na teoria dos protótipos (LANGACKER, 1987), comprovamos que, quanto à forma, os falantes relacionam automaticamente as construções X-o ao gênero masculino e as construções X-a ao gênero feminino. Essas seriam as construções prototípicas de cada um dos gêneros. Há uma gradação decrescente de prototipicidade, em que o último grau, ou seja, as menos prototípicas são as construções masculinas em X-a e as femininas em X-o.

Quanto ao significado, com base em Lakoff & Johnson (1980), que afirma que conceptualizamos o mundo a partir de noções básicas de nossa experiência corporal, sustentamos que os falantes conceptualizam a noção gramatical de gênero em termos de diferenças de sexo; tanto que, nas línguas indo-européias de modo geral, existe essa relação entre gênero e sexo.

No conjunto das construções envolvendo gênero, há um conjunto básico, em que gênero e sexo estão diretamente ligados (*menino / menina, gato / gata*). Essa é a construção de gênero prototípica. Nesse grupo de construções, há um reenquadre das construções masculinas com tema em *-o*, em *-e* ou em  $\emptyset$  (atemáticas), para as construções femininas com tema em *-a*, ou seja, o feminino é formado a partir do masculino. Isso se dá por ser o masculino considerado o gênero mais prototípico, enquanto o feminino se afasta desse protótipo. A prototipicidade do masculino é um dado cultural, que se reflete lingüisticamente. Como consequência, o masculino é na língua o gênero básico, mais geral, enquanto o feminino é sempre usado em casos específicos.

Dos três tipos de reenquadre envolvendo seres animados, o mais produtivo é o que envolve as vogais temáticas *o / a*, como *menino / menina*. Desse par mais produtivo, decorre um segundo grupo de construções, envolvendo seres não-animados. No conjunto decorrente, o gênero não se relaciona a sexo (são as construções do tipo *jarro / jarra*). Essas construções herdam do grupo básico o fato de o masculino ser o protótipo e o feminino ser menos prototípico. Se no primeiro grupo a relação de prototipicidade se manifesta em relação a um elemento mais concreto, que é o sexo dos referentes, no segundo conjunto ocorre de forma menos objetiva: as construções de gênero masculino vão

indicar elementos mais gerais e mais denotativos, enquanto as femininas vão indicar elementos mais específicos e mais conotativos (metafóricos ou metonímicos).

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002 [1980].

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar* – v. I. Stanford: Stanford University Press, 1987.

SALOMÃO, Margarida. Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. In: *Veredas*. v.6, n. 1. Juiz de Fora, jan/jun.2002. p. 63-74.

### Pronomes e seus traços

Na recente literatura gerativista sobre Fases, está a idéia de que os traços- $\emptyset$  exercem papel crucial na atribuição de Caso estrutural. E, o mais importante, a intuição é a de que, ao final das contas, Caso estrutural não é exatamente um traço das sondas  $T^0$  e  $v^0$ , mas sim, um traço que é valorado, quando se dá o compartilhamento dos traços- $\emptyset$  das sonda  $T^0$  com o alvo (goal), i.e. o (D)NPnominativo. Consoante Chomsky (1999;3-4), “structural Case is not a feature of the probes (T, v), but it deletes under agreement if the probe is appropriate -  $\emptyset$ -complete”. E o mais curioso nessa proposta é que “Case itself is not matched, but deletes under matching of  $\emptyset$ -features”.

A investigação dos traços presentes em pronomes constitui o elo das comunicações desta sessão.

Na primeira, é desenvolvida a hipótese de que o traço- $\emptyset$  responsável pela valoração de Caso estrutural aos (D)NPs corresponde a um sub-traço do feixe de traços- $\phi$  que os NPs denotam. Propõe-se que este traço corresponde mais exatamente ao subtraço- $\emptyset$  [PESSOA], não sendo os demais subtraços [NÚMERO, GÊNERO] tão cruciais para a valoração do Caso estrutural.

Na segunda comunicação, investigam-se pronomes em posição sujeito no PB, nos quais tem-se observado uma tendência de ocorrência de redução morfofonética. Tal tendência é também documentada em outras várias línguas. Bresnan (1998) analisa 289 e verifica que pronomes fracos são preferenciais na posição de sujeito.

Tais resultados permitem formular a seguinte questão: por que é na posição de sujeito que o enfraquecimento morfofonético é preferencial? Que correlação há entre o fenômeno da emergência de pronomes fracos e o conteúdo da categoria funcional que licencia sujeitos na língua? São estas as questões que serão respondidas nesta comunicação.

Em *On Phases*, Chomsky argumenta a favor de que haveria razões de natureza empírica para supor que Tempo e traços- $\phi$  seriam herdados de C, e que no léxico T não conteria tais traços. Assim, T manifestaria tempo e traços- $\phi$  apenas quando selecionado por C. Outra distinção proposta seria a de que traços morfológicos e sintáticos representariam dois subsistemas, o que seria responsável pela distinção entre o traço em si e sua valoração.

A suposição de que a atribuição de nominativo envolve C e T





é relevante para dar conta de uma correlação já revelada por dados do PB, pois os contextos que favorecem os pronomes fracos são aqueles em que o tempo é presente, o aspecto é inconcluso e os traços-phi são de 3<sup>a</sup>. pessoa, plural e [-específico]. O propósito dessa comunicação é verificar se os traços de Caso, Pessoa, Número e Gênero e a noção de 'default' seriam adequados para dar conta dos dados do PB ou se, em vez disso, a não-distinção entre traços morfológicos e sintáticos, e nos termos de Manzini e Savoia (2002, 2004, in press) seria mais adequado.

A terceira comunicação também trata dos traços de uma forma pronominal do PB: o clítico 'se'. Com base na evolução diacrônica deste pronome, a partir de análise de *corpora*, foi possível identificar que o 'se' reflexivo deu origem aos outros quatro tipos de 'se': pronominal, estilístico, apassivador e indeterminador. Todos eles são da categoria D. Suas diferenças se definem em termos de Caso, papel temático e possibilidade de dispor ou não de traços semânticos de seu antecedente. Seus estatutos, se afixos ou não, também variam. Esta análise permitiu concluir que, quando se comparam os tipos de 'se', há uma gradativa "redução" de conteúdo (argumento/ não argumento; ter ou não ter traços semânticos) e de forma (clítico/afixo), que caracterizam os processos de gramaticalização, mais exatamente, o processo que faz um item gramatical tornar-se mais gramatical.

Chomsky, N. Derivation by phase. *MIT Occasional Papers*, Cambridge, 1999.

Chomsky, N. *On Phases*. 2004. Manuscrito.

Correa, Lucas T. *Forma plena e forma reduzida de pronome de terceira pessoa: um caso de variação no dialeto mineiro*. Dissertação (Mestrado), 1998.

Manzini, M. Rita e Leonardo Savoia. Clitics: Lexicalization patterns of the so-called 3rd person dative. *Catalan Journal of Linguistics*, 1, p.117-155, 2002.

\_\_\_\_\_. The Nature of the Agreement Inflections of the Verb. *MIT Working Papers*, 47, p. 149-178, 2004.

## Conteúdo de traços-phi e atribuição de caso estrutural

Fábio Bonfim Duarte

fbonfim@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

No programa minimalista, assume-se que os traços- $\emptyset$  são intrínsecos aos (D)NPs e correspondem, respectivamente, aos subtraços [+PESSOA], [+GÊNERO] e [+NÚMERO]. Quando figuram no núcleo  $T^0$  de uma sentença verbal finita, esses traços são [-INTERPRETÁVEIS] e, por essa razão, devem ser valorados em sintaxe visível, seja por meio de uma relação de compartilhamento de traços à distância (long distance agreement), seja por meio de uma relação local, i.e. na relação SPEC-NÚCLEO. No modelo de fases desenvolvido por Chomsky (1998, 1999, 2005), os traços [-INTERPRETÁVEIS] são os traços- $\emptyset$  de uma sonda (probe) e o traço de Caso estrutural do alvo (goal). Assim sendo, a verificação de traços formais dá-se, em geral, mediante uma única operação, chamada AGREE, que ocorre entre uma sonda (probe) e um alvo (goal). Nessa

operação, a sonda e o alvo carregam um par de traços: um interpretável e outro ininterpretável. Será, então, o traço [+INTERPRETÁVEL] de cada par que valorará o traço [-ININTERPRETÁVEL] da sonda e do alvo. Em relação à sentença verbal finita, o que se estipula é que  $T^0$  pode vir com um traço- $\emptyset$  [-INTERPRETÁVEL] e um traço de Caso a atribuir, enquanto os (D)NP<sub>nominativo</sub> trazem o traço- $\emptyset$  [+INTERPRETÁVEL] e um traço de Caso a receber. Segundo essa teoria, o traço- $\emptyset$  [-INTERPRETÁVEL] de  $T^0$  é valorado quando encontra, no seu domínio de c-comando, um (D)NP que possua os traços- $\emptyset$  [+INTERPRETÁVEIS] correspondentes. Este (D)NP, por sua vez, possui o traço de Caso<sub>nominativo</sub> não valorado, situação que o deixa ativo para entrar na relação de AGREE com a sonda  $T^0$ . Vejam que implica a essa análise está a idéia de que os traços- $\emptyset$  exercem papel crucial na atribuição de Caso estrutural. E, o mais importante, a intuição é a de que, ao final das contas, Caso estrutural não é exatamente um traço das sondas  $T^0$  e  $v^0$ , mas, sim, um traço que é valorado, quando se dá o compartilhamento dos traços- $\emptyset$  da sonda  $T^0$  com o alvo (goal), i.e. o (D)NP<sub>nominativo</sub>. Consoante Chomsky (1999:3-4), "structural Case is not a feature of the probes (T, v), but it deletes under agreement if the probe is appropriate -  $\emptyset$  -complete". O mais curioso nessa proposta é que "Case itself is not matched, but deletes under matching of  $\emptyset$ -features".

Vejam que, segundo a proposta acima, a valoração do traço de Caso estrutural está diretamente relacionada com o compartilhamento de traços- $\emptyset$  entre a sonda e o alvo. Contudo, na proposta de Chomsky, não fica claro se são todos os traços- $\emptyset$ , ou se é apenas um dos traços- $\emptyset$ , o item que implementa a valoração do Caso estrutural dos (D)NPs. Nessa linha de investigação, a teoria que desenvolvo neste trabalho é a de que o traço- $\emptyset$  responsável pela valoração de Caso estrutural aos (D)NPs corresponde a um sub-traço do feixe de traços-phi que os NPs denotam. Minha hipótese será a de que este traço corresponde, mais exatamente, ao subtraço- $\emptyset$  [PESSOA], não sendo os demais subtraços [NÚMERO, GÊNERO] tão cruciais para a valoração do Caso estrutural. Esta hipótese se sustenta a partir da observação de construções sintáticas de um conjunto muito variado de línguas. Uma dessas construções diz respeito, por exemplo, às construções possessivas nas línguas germânicas. Nessas estruturas, o Caso estrutural, que marca a relação [POSSUIDOR-POSSUÍDO], é valorado apenas por meio da concordância entre o traço- $\emptyset$  [PESSOA<sub>possuidor</sub>] [-INTERPRETÁVEL], que o núcleo funcional AGR<sup>0</sup> interno à sentença nominal carrega, e o traço- $\emptyset$  [PESSOA<sub>possuidor</sub>] [+INTERPRETÁVEL] do (D)NP<sub>possuidor</sub>, que se situa em SPEC-AGRP. Para tanto, vejam os dados ilustrativos abaixo:

- |     | <u>GERMAN</u>         |                     |   |                     |
|-----|-----------------------|---------------------|---|---------------------|
| (1) | <i>dem</i>            | <i>Vater</i>        | <i>seine</i>  | <i>Mutter</i>       |
|     | The-DAT               | father <sub>i</sub> | his <sub>i</sub> -NOM <sub>i</sub> -SG <sub>j</sub> -FEM <sub>j</sub> | mother <sub>j</sub> |
|     | "The father's mother" |                     |   |                     |
| (2) | <i>dem</i>            | <i>Vater</i>        | <i>seine</i>  | <i>Bücher</i>       |
|     | The-DAT               | father <sub>i</sub> | his <sub>i</sub> -NOM <sub>i</sub> -PL <sub>j</sub>                   | books <sub>j</sub>  |
|     | "The father's mother" |                     |   |                     |



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Notem que o possessivo *seine* é inserido no núcleo funcional Agr<sup>0</sup> da sentença nominal e, curiosamente, estabelece concordância cindida, uma vez que concorda em pessoa com o NP<sub>possuidor</sub> e em gênero e número com o NP<sub>possuído</sub>. Vejam que o Caso estrutural interno à sentença nominal é atribuído ao NP<sub>possuidor</sub>, e não ao NP<sub>possuído</sub>. Minha hipótese é a de que essa concordância não é aleatória; ao contrário, reflete a operação AGREE entre o núcleo Agro, interno à sentença nominal, e o traço- $\emptyset$  [PESSOA] do NP<sub>possuidor</sub>, sendo este mecanismo o que implementa a atribuição de Caso ao NP<sub>possuidor</sub>.

Uma segunda evidência advém da concordância sujeito-verbo em línguas indígenas da família lingüística Tupi-Guranai. Na língua Tenetehára, por exemplo, o sistema de concordância é rico em todas as pessoas, no singular e no plural. Contudo, o prefixo de terceira pessoa utilizado para estabelecer a concordância entre o sujeito e o verbo é um só, o prefixo w-, conforme mostramos abaixo.

(4)	a-esak	“vi”
	re-sak	“viste”
	w-esak	“viu”
	uru-esak	“vimos <sub>exclusivo</sub> ”
	tsi-esak	“vimos <sub>inclusivo</sub> ”
	pe-sak	“vistes”
	w-esak	“viram”

Vejam que o prefixo w-) pode referir-se a um sujeito no singular ou no plural. Esse fato fica particularmente evidenciado em situações como abaixo:

(5a)	w-esak	awa	zawar-uhu
	3-ver	homemonça-grande	
		“O Tenetehára viu onça grande”	
(5b)	w-esak	awa	zawar-uhu wà
	3-ver	homemonça-grande	mais de um
		“Os homens Teneteháras viram a onça grande”	

O que os dados sugerem é que a atribuição de Caso<sub>nominativo</sub> ao sujeito da sentença não precisa dar-se por meio do compartilhamento de todos os traços- $\emptyset$  do (D)NP<sub>plural</sub>, representado sob a forma [awa wà “mais de um homem”]. Tal situação fica particularmente evidenciada pelo fato de o prefixo nominativo w- denotar os subtraços- $\emptyset$  [+PESSOA, +SINGULAR]. Dessa maneira, vemos que, dentre os traços- $\emptyset$ , o traço- $\emptyset$  [+PESSOA] é o item computado para que o Caso estrutural do (D)NP seja ativado/valorado. Os dados acima apontam, portanto, para o fato de que os subtraços- $\emptyset$  [+NÚMERO, +GÊNERO] não precisam entrar necessariamente nas operações AGREE entre uma sonda e um alvo, para que haja a valoração do Caso estrutural dos (D)NPs, conforme acontece nos sintagmas possessivos do Alemão e nas sentenças verbais finitas do Tenetehára. Uma terceira evidência surge a partir de um tipo de concordância que o PB contemporâneo exhibe no momento sincrônico, particularmente em contextos com verbos mo-

noargumentais e verbos apassivados, quando o sujeito vem posposto, na ordem VS, conforme abaixo:

- (6) Chegou muitas cartas.  
 (7) Telefonou uns meninos.  
 (8) Joga-se búzios.  
 (9) Cobre-se botões.

Uma possibilidade é de as construções acima serem paralelas à das construções do Alemão e do Tenetehára, no sentido de que o Caso estrutural dos sujeitos em (6) e (9) seja valorado somente por meio do compartilhamento entre o traço- $\emptyset$  [PESSOA, -INTERPRETÁVEL] da sonda T<sup>0</sup> com o traço- $\emptyset$  [PESSOA, +INTERPRETÁVEL] do NP alvo.

Em síntese, a proposta que pretendo desenvolver com esta análise é a de que o traço- $\emptyset$  relevante para valoração de Caso estrutural corresponde ao sub-traço- $\emptyset$  [PESSOA]. Se esta hipótese estiver mesmo correta, ficará então mais fácil de compreender por que, em muitas línguas, o verbo nem sempre mantém concordância de número e gênero com o sujeito. Esta proposta ajuda-nos também a compreender uma das mudanças paramétricas em curso no PB. Assim, a eliminação do traço- $\emptyset$  de número no paradigma verbal do PB reflete a sua dispensabilidade no sistema de valoração do traço de Caso estrutural. Por sua vez, a persistência do traço- $\emptyset$  [PESSOA] no paradigma pronominal, seja sob a forma de afixos, de clíticos ou de pronomes fracos, pode ser analisada como o reflexo de que o traço- $\emptyset$  [PESSOA] é mesmo crucial para a valoração do Caso estrutural dos (D)NPs.

ALEXIADOU, A.; Anagnostopoulou, E. Parametrizing Agr: word order, V-movement and EPP Checking. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 16, p. 491-539, 1998.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. The minimalist inquiries: The Framework. *MIT Occasional Papers*, Cambridge, v. 15, 1998.

\_\_\_\_\_. Derivation by phase. *MIT Occasional Papers*, Cambridge, 1999.

EVERETT, D. Why there are no clitics. An alternative perspective on pronominal allomorphy. *Publications in Linguistics*, Arlington, 123, 1996.

DUARTE, Fábio B. *Ordem de constituintes e movimento em Tembé: minimalismo e anti-simetria*. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. *Derivando estruturas com clítico de posse em Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Manuscrito.



## Pronomes nominativos no PB

Janina Martins Ramos

ramosjan@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

As discussões sobre clíticos nominativos têm-se centrado na busca de respostas para duas perguntas: (i) quais são as propriedades formais, semânticas e discursivas desses itens e como classificá-los (clíticos, pronomes fracos, pronomes fortes)? e (ii) que posição estes itens ocupam na sentença: núcleo ou Especificador?

Os estudos realizados sobre pronomes nominativos em PB têm permitido observar uma tendência de redução morfofonética nestes itens. O registro, a quantificação e identificação de contextos em que a redução ocorre estão presentes em vários trabalhos. Processos semelhantes são documentados em outras várias línguas. Um ponto comum entre as várias descrições é o fato de a posição sujeito ser aquela em que com mais frequência o fenômeno é observado. Bresnan (1998) analisa 289 e verifica que pronomes fracos são preferenciais na posição de sujeito.

Tais resultados permitem formular a seguinte questão: por que é na posição de sujeito que o enfraquecimento morfofonético se inicia? Que relação há entre o fenômeno da emergência de pronomes fracos e o conteúdo da categoria funcional que licencia sujeitos na língua? São estas as questões que serão respondidas nesta comunicação. Para tanto, duas hipóteses serão discutidas.

**Hipótese 1:** Supondo que os pronomes são categoria D, acompanhando Postal (1969), pode-se perguntar: qual o conteúdo de D? Uma proposta de conteúdo de DP que leva em conta os traços de número e especificidade é formulada por Munn e Schmitt (2000). Estes traços são relevantes aqui, uma vez que uma característica definidora dos clíticos nominativos é o fato de poderem ser [+/- específicos], ao passo que os demais clíticos são sempre específicos. Já o traço de número é importante porque, nos dados analisados, é comum a redução pronominal acarretar diferença na concordância com o verbo.

Veja-se, em (1), que o pronome forte favorece o verbo no plural; há concordância de número. Com o pronome não-forte, o verbo fica na terceira pessoa do singular, não havendo concordância de número:

(1)a. es inventa um bocado de coisa (E42)

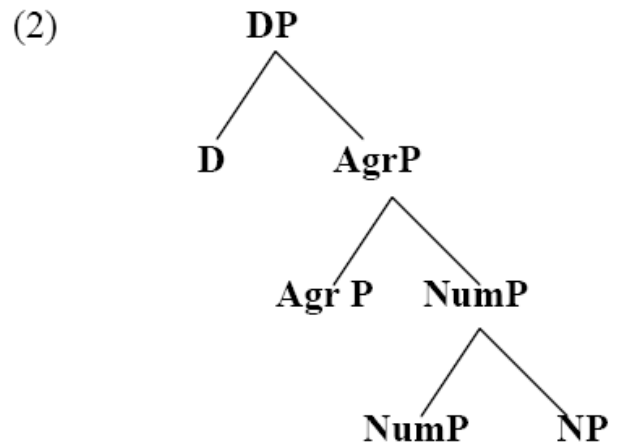
b. os próprios industriais, eles num ampliam (E21)

Estes dados não são esporádicos, mas sistemáticos. Sua probabilidade é de .74 (Correa, 1998).

Bobaljik (1995) propõe o parâmetro AGR-Free, que permitiria subdividir as línguas em aquelas em que Tense e AGR estão separados, enquanto em outras estariam juntos, o que teria consequências sobre movimentos do verbo e potenciais lugares de pouso resultantes de movimento-A. Munn e Schmitt (2000) propõem a seguinte estrutura para o PB:

O núcleo de D marcaria o traço especificidade e NumP marcaria o número. Com essa proposta, pretende-se dar conta do fato de que número e gênero são distintos lexical e sintaticamente.

Uma evidência de que esse formato de D seria adequado ao PB vem do contraste apontado por Munn e Schmitt (2000), com base no contraste entre o PB e o inglês, com relação aos



nomes nus.

(3)a. Crianças lêem revistinhas [+genérico].

b. Criança lê revistinha [+genérico]

(4)a. Children read comic books.

b. \*Child reads comic books

Para as autoras, no PB, o Número e os outros traços estariam separados, mas não no inglês. Nessa última língua, a concordância não seria produtiva e por isso todos os traços se realizariam juntos, obrigatoriamente.

Em contextos existenciais ou genéricos, o singular nu pode preceder um pronome no singular ou no plural. Comparem-se:

(5)a. Eu vi criança na sala

ela estava/elas estavam ouvindo

É interessante observar aqui a referência do pronome, pois, mesmo com antecedente genérico, o pronome poderia ocorrer, segundo as autoras. Se Num é singular, obteria-se o aspecto durativo. Essa propriedade é importante porque o aspecto durativo propicia a interpretação [-específica do pronome].

Uma vez que D marca separadamente o traço [especificidade] e Número, isso permitiria dar conta do comportamento ambíguo dos “clíticos nominativos”, pois poderiam ter apenas um dos traços checados e, por isso, não ter o comportamentos dos clíticos especiais (na terminologia de Zwick, 1977), no momento em que fossem satisfazer EPP.

**Hipótese 2:** Em *On Phases*, Chomsky argumenta a favor de que haveria razões de natureza empírica para supor que Tempo e traços-phi seriam herdados de C, e que, no léxico, T não conteria tais traços. Assim, T manifestaria tempo e traços-phi apenas quando selecionado por C. Outra distinção proposta seria a de que traços morfológicos e sintáticos representariam dois subsistemas, o que seria responsável pela distinção entre o traço em si e sua valoração.

A suposição de que a atribuição de nominativo envolve C e T é relevante para dar conta de uma correlação já revelada por dados do PB, pois os contextos que favorecem os pronomes fracos são aqueles em que o tempo é presente, o aspecto é inconcluso e os traços-phi são de 3ª pessoa, plural e [-específico].

Em resumo, é propósito desta comunicação verificar se os traços de Caso, Pessoa, Número e Gênero e a noção de ‘default’ seriam adequados para dar conta dos dados do PB ou se, em vez disso, a não-distinção entre traços morfológicos e sintáticos, e nos termos de Munn e Schmitt (2000) e Manzini e Savoia (2002, 2004) seria mais adequado.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Bobaljik, Jonathan. *Morpho-syntax: the syntax of verbal inflection*. Dissertation (Doctorate) – MIT, Cambridge, 1995.

Chomsky, N. *On Phases*. 2004. Manuscrito.

Manzini, M. Rita; Savoia, Leonardo. Clitics: Laxicalization patterns of the so-called 3rd person dative. *Catalan Journal of Linguistics*, 1, p. 117-155, 2002.

\_\_\_\_\_. The Nature of the Agreement Inflections of the Verb. *MIT Working Papers*, 47, p. 149-178, 2004.

Postal, Paul. On the so-called “pronouns” in English. In: Reibel, D.; Shane, S. A. *Modern Studies in English*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

### De gramatical a mais gramatical: a definição dos traços formais do pronome se

Lorenzo Teixeira Vitral

lvitral@gold.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho trata do percurso diacrônico da forma pronominal *se*, de acordo com a perspectiva teórica da gramaticalização (cf. Hopper e Traugott, 1993; Heine et alii, 1991; Vitral e Ramos, 2006; Vitral, 2006). Oriundo do reflexivo latino SE, acusativo e ablativo, que, por sua vez, se vincula à raiz indo-européia \*SE-, que significa “à parte, separado, para si”, de acordo com Romanelli (1979:169), o pronome *se* é empregado na nossa língua, num primeiro momento, como um reflexivo e expande-se de maneira a gerar, por um lado, as construções estilísticas e as construções pronominais; e, por outro lado, as construções de passiva sintética e as construções de sujeito indeterminado. Trata-se, assim, dos percursos (a) e (b) seguintes:

(1)(a) *se* estilístico  $\dot{\iota}$  *se* com verbos pronominais.

*se* reflexivo  $\dot{\iota}$

(b) *se* apassivador  $\dot{\iota}$  *se* indeterminador do sujeito.

Os exemplos seguintes ilustram o que está em (1):

(2)(a) Riu-se a ninfa (AVE)  $\dot{\iota}$  Max lembrou-se de você.

Oto barbeou-se  $\dot{\iota}$

(b) Obtêm-se limites de controle mais apertados (DGC)  $\dot{\iota}$  trata-se da mais charmosa...(CFP).

Os percursos em (1) encontram respaldo em Maurer Jr.(1951), uma vez que, segundo ele, das “aplicações novas do pronome reflexivo”, merece destaque, em primeiro lugar, o (1), “uso do pronome reflexivo em qualquer pessoa junto de verbos intransitivos, servindo para realçar a *espontaneidade* ou *energia* do estado ou ação expressa pelo verbo. Assim...*ir-se*, *sair-se*, *vir-se*, *rir-se*, *morrer-se*, e mesmo alguns que são sempre reflexivos: *queixar-se*, *irar-se*, *arrepender-se*, *ufanar-se*, etc [grifo do autor](op.cit: 49)”. Em segundo lugar, o (2), “emprego do pronome reflexivo, geralmente só na 3ª pessoa, para a expressão da voz passiva” que é usada, preferencialmente, “quando o sujeito é nome de cousa, assim port. *vendeu-se a casa*, *abriu-se uma loja* (idem:49)”; e, por fim, (3), “o emprego do mesmo pronome com verbos intransitivos, para formar expressões impessoais que servem de anunciar um agente pessoal indefinido” (ibidem:50).

A descrição de Maurer Jr. é corroborada pelo trabalho de Naro (1976), no qual se lê que as construções com *se* impessoal ou indeterminador do sujeito, sem concordância, são historicamente posteriores às com *se*-apassivador, e ganham aceitação mais geral no português a partir da

primeira metade do século XV, até se consolidarem em torno da metade do século XVI.

A nossa hipótese é que a evolução do pronome *se*, mencionada acima, é um caso de gramaticalização. O primeiro estágio desse processo é o uso de *se* como reflexivo, que deu origem aos outros 4 (quatro) tipos na ordem em que se encontram em (1). Já que o reflexivo é uma categoria gramatical, isto é, nos termos de Chomsky (1995), um Determinante (D)(=determiner), supomos que, no nosso processo de gramaticalização, o que, aliás, é admitido na literatura (cf.Kurylowicz, 1964), os outros quatro tipos de *se* são mais gramaticais ainda. Foi preciso assim estabelecer uma “gradação de gramaticalidade” dos tipos de *se* destacados e conjecturar que, comparados os períodos, os tipos mais gramaticais se tornam mais freqüentes que os tipos menos gramaticais. Duas tarefas, portanto, impuseram-se: (1) estabelecer a freqüência das ocorrências de *se*; e (2) dar sentido teórico à afirmação de que há tipos de *se* mais gramaticais que outros.

Em relação à primeira tarefa, fizemos um levantamento, em um *corpus* que estabelecemos, das ocorrências do pronome em três períodos do português: arcaico, moderno e contemporâneo, segundo Mattos e Silva (1990); classificamo-las de acordo com os 5 (cinco) tipos de *se* que aparecem em (1), reunindo-os em dois grupos: o grupo reflexivo do qual fazem parte o *se* reflexivo, o estilístico e o pronominal; e o grupo não reflexivo que inclui o *se* apassivador, o indeterminador do sujeito e o ambíguo (neste último caso, estão as ocorrências que não há como classificar como uma das outras duas do grupo não reflexivo, devido ao fato de o verbo e o argumento presente na construção estarem ambos na terceira pessoa do singular); e determinamos as freqüências, por período, desses cinco tipos. Esses são alguns dos procedimentos necessários à identificação de processos de gramaticalização estabelecidos em Vitral (2006). Nossa análise mostrou que há aumento da freqüência dos tipos do grupo não-reflexivo, em detrimento da freqüência dos tipos do grupo reflexivo: os primeiros apareceram em 48,1% das vezes no período arcaico, em 61% das vezes no período moderno e em 77,38% no período contemporâneo. Inversamente, a freqüência dos tipos do grupo reflexivo diminuiu: obtivemos 51,9% no período arcaico, 39% no moderno e 22,62% no contemporâneo.

Em relação à segunda tarefa, baseamo-nos em Raposo e Uriagereka (1999), e propusemos que todos os tipos de *se* são da categoria D. O *se* reflexivo é um clítico que recebe papel temático e Caso e dispõe de traços semânticos determinados pelo seu antecedente. Já o *se* estilístico e o pronominal são afixos, não apresentam papel temático nem Caso, e dispõem de traços semânticos determinados pelo antecedente. O *se* apassivador, por sua vez, é um clítico, recebe papel temático na posição do sujeito interna ao VP e Caso, mas não está co-indexado com um antecedente, o que não lhe permite ser determinado por traços semânticos vindos dele. Por fim, o *se* indeterminador do sujeito é gerado na posição de I (ou T), tendo o estatuto de afixo e não recebe papel temático nem Caso.

Esta análise permite-nos concluir que, quando se comparam os tipos de *se*, há uma gradativa “redução” de conteúdo (argumento/ não argumento; ter ou não ter traços semânticos) e de forma (clítico/afixo), que caracterizam os processos de gramaticalização.

Kurylowicz, J. *The Inflectional Categories of Indo-European*. Heidelberg: Carl Winter, 1964.

Lima, B. *O Percurso Diacrônico das Construções com o pronome*



*SE na língua portuguesa como um processo de Gramaticalização.* Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, 2006.

Maurer Jr. T. *Dois Problemas da Língua Portuguesa.* O Infinito Pessoal e o Pronome SE, São Paulo, 1951.

Matos & Silva, R.V. *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1990.

Naro, A. The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon, *Language*, v. 52, n.4, p. 779-810, 1976.

Raposo, E.; J. Uriagereka Indefinite Se. University of California/University of Maryland, 1999. Inédito.

Romanelli, R.C. *O Supletivismo Indo-Europeu na Morfologia Latina.* Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1975.

que, ao contrário do que dizem diversos autores, os *compounds* e os CSN possuem estruturas de formação diferentes entre si, apesar de possuírem semelhanças superficiais, e que tais diferenças são motivadas sintaticamente.

### A estrutura argumental das sentenças médias sob a perspectiva teórica da morfologia distribuída

Juliana Pacheco

julianapacheco.usp@gmail.com  
Universidade de São Paulo

### Estruturas sintáticas “All The Way Down”: morfologia distribuída

O objetivo desta sessão coordenada é trazer discussões a respeito das motivações sintáticas para alguns fenômenos das línguas naturais. Assumimos o quadro teórico da Morfologia Distribuída (MD). Dentro desse modelo, têm-se desenvolvido diversos estudos que trazem evidências de que as palavras, assim como as sentenças, são geradas sintaticamente. A busca dessas evidências em geral é subsidiada por explicações por vezes elegantes e por vezes econômicas para questões como formação de palavras complexas (*compounds*) e alternâncias na estrutura das sentenças médias.

Para MD não existe um componente lexical com propriedades gerativas. O que se costuma chamar em teoria gerativa de Léxico, está distribuído por três Listas não gerativas que são acessadas durante a derivação sintática. A Lista 1, é composta por traços abstratos e sintaticamente relevantes de duas naturezas - os Morfemas Abstratos ([+ Past], [± Plural]) e as Raízes, conjuntos de traços morfossintáticos e semânticos. No momento de *Spell Out*, Itens de Vocabulário, presentes na lista 2, e que contêm conteúdo fonológico, são pareados aos nós terminais provindos da sintaxe. A lista 3 por sua vez, fornece a significação de toda a sentença, ou as informações enciclopédicas para tais significações, como expressões idiomáticas (*idioms*).

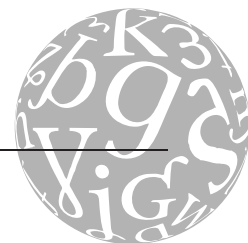
Os trabalhos que serão apresentados nesta mesa promovem a discussão de que todos os elementos sintáticos e morfológicos entram no mesmo tipo de estrutura de constituintes. Não há a necessidade de derivações ou processos pré-sintáticos, conforme prediz uma das propriedades fundamentais da MD: a Estrutura sintática hierárquica em toda a derivação. Ao lado dessa propriedade, existem outras duas também fundamentais, que caracterizam esse modelo teórico que são a Inserção Tardia de Itens de Vocabulário (*Late Insertion*) e o princípio da Subespecificação dos Itens de Vocabulário.

A mesa será composta pelos seguintes trabalhos: (1) “A estrutura argumental das sentenças médias sob a perspectiva teórica da Morfologia Distribuída”, que discute porque as médias podem ou não exigir sujeito agentivos; (2) “O Porquê de as Raízes não Informarem Estrutura Argumental”, promove a discussão de que a motivação das alternâncias não se encontra nos itens lexicais ou nas raízes, mas na sintaxe; por fim, (3) “O *Construct State* e os *compounds* na língua hebraica: uma abordagem sintática e não-lexicalista” discute

As sentenças apresentadas de (1a) a (2b) são consideradas exemplos de construções médias no português brasileiro (PB). Nelas, o SE somente ocorre obrigatoriamente na presença de um modificador orientado ao sujeito (PARSONS, 1990), sugerindo que o modificador toma o SE (ou algum elemento fonologicamente nulo trazido à derivação pelo SE) em seu escopo. Mesmo em sentenças não mediais notamos a ligação do SE com modificadores orientados ao sujeito. Os exemplos de (3) a (5) sugerem também que a presença do modificador *com animação*, orientado ao sujeito, torna obrigatória a presença de um agente expresso, seja por meio de “a gente” ou SE. O objetivo deste estudo é oferecer uma análise para a estrutura e derivação de sentenças médias do PB, enfatizando a diferença entre o que considero serem realmente sentenças médias (exemplos (1a) e (2a)) e o que gostaria de tratar como sentenças impessoais (exemplos (1b) e (2b)). Em outros termos, gostaria de propor uma análise para as efetivamente sentenças médias, que dispensam o chamado marcador medial, que as diferencia das sentenças que, obrigatoriamente, apresentam o “marcador medial”, interpretadas como agentivas e, portanto, não-médias.

A literatura sobre sentenças médias aponta algumas características especiais para essa construção (KEYSER; ROEPER, 1984; RODRIGUES, 1998; STROIK, 1992, 1999): (i) a presença de um modificador é obrigatória (advérbio, negação, entonação etc); (ii) o caráter não-episódico; (iii) o papel temático de agente não é projetado na sintaxe e (iv) o predicado atribui uma propriedade ao sujeito gramatical (o objeto lógico). Trabalhando com o modelo de gramática proposto pela Morfologia Distribuída (MD) e assumindo a existência de dois núcleos funcionais verbalizadores – v-1, para estruturas agentivas e v-2, para não-agentivas (MARANTZ, 1997), gostaria de propor que existe uma hierarquia entre esses dois núcleos funcionais. O núcleo v-2 é responsável por transformar uma raiz em verbo e estaria presente em todos os tipos de verbo, por produzir sentenças não-agentivas. Por outro lado, apenas sentenças agentivas requerem a presença do núcleo v-1. Entendo que sentenças impessoais – como em (1b) e (2b), são projetadas pelo núcleo funcional v-1 dominando v-2. Sentenças efetivamente médias – aquelas que apresentam as características apontadas de (i) à (iv) – são projetadas apenas por v-2.

O interessante da hipótese que levantamos e do modelo com o qual trabalhamos é que não precisaremos analisar os dados arbitrariamente, isto é, não há a necessidade de postular que existem verbos que aceitam um marcador medial para formar sentenças médias e outros verbos que o fazem sem esse marcador. Temos, sim, raízes acategoriais como *quebr-*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que se “encaixam” em diferentes tipos de estruturas gerando diferentes tipos de construções, como vemos nos exemplos de (6) a (9).

A hipótese que levanto sobre os dados do PB pode ser estendida para construções médias do Inglês, como em (10) e (11), e, possivelmente, de outras línguas. É possível que o debate presente na literatura em relação à existência ou não de um agente implícito nas sentenças médias (STROIK, 1992, 1999; DIKKEN; SYBESMA, 1998) se deva ao fato de, em Inglês, não termos um “marcador medial” foneticamente realizado. Mas dada a possibilidade de duas estruturas diferentes disponíveis em PB – a estrutura impessoal e a média – é possível que a língua inglesa também faça uso das duas estruturas. Como esta língua não dispõe de nenhum recurso para diferenciar a estrutura impessoal da média, temos a ambigüidade.

Acredito que o comportamento peculiar das construções médias e o debate a respeito de sua natureza morfológica, sintática e semântica fazem com que uma descrição cuidadosa dos dados, bem como a busca de uma hipótese explicativa para os problemas que elas apresentam, sejam relevantes para a Teoria da Gramática e, mais especificamente, para a MD, exatamente por se inserir dentro de um tema de pesquisa maior, que é o estudo das alternâncias de estrutura argumental.

- (1) a. “Portão de madeira (se) fecha devagar”.
- b. “Portão de Madeira \*(se) fecha com cuidado”.
- (2) a. “Copo de cristal (se) quebra fácil”.
- b. “Copo de cristal \*(se) quebra de propósito”.
- (3) Naquela época, a gente vendia sorvete com animação nas férias.
- (4) Naquela época, se vendia sorvete com animação nas férias.
- (5) \*Naquela época, vendia sorvete com animação nas férias.
- (6) “A quebradeira de bancos”.
- (7) “O João quebrou o vaso”.
- (8) “Vaso de porcelana quebra fácil”.
- (9) “Vaso de porcelana se quebra fácil”.
- (10) “The bread cuts easily”.
- (11) “This shirt washes well”.

DEN DIKKEN, M.; R. SYBESMA. *Take Serials Light up the Middle*. Paper presented at GLOW 21, Tilburg University, 15 April 1998.

EMBICK, D.; NOYER, R. *Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface*, 2004.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: *The View from Building 20*, ed. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. MIT Press, Cambridge. 1993, p. 111-176.

HALLE, M. *Distributed morphology: Impoverishment and fission*. MIT Working Papers in Linguistics 30: 425-449, 1997.

HARLEY, H.; NOYER, R. State-of-the-Article: Distributed Morphology. GLOT 4.4. 1999.

KEYSER, S.; ROEPER, T. 1984. On the middle and ergative constructions in English. *Linguistic Inquiry* 15: 381-416.

MARANTZ, A. *No Escape from Syntax: Don't try Morphological Analysis in the Privacy of your Own Lexicon*. U. Penn. Working Papers in Linguistics. Volume 4.2. 1997.

RODRIGUES, C. *Aspectos Sintáticos e Semânticos das Estruturas Médias no Português do Brasil: Um Estudo Comparativo*. Dissertação de Mestrado. UnB, 1998.

STROIK, T. Middles and movement. *Linguistic Inquiry* 23: 127-137, 1992.

STROIK, T. Middles and Reflexivity. *Linguistic Inquiry* 30: 119-131. 1999.

## O porquê de as raízes não informarem estrutura argumental

Sonia Rocha

puellae@gmail.com  
Universidade de São Paulo

Este trabalho se insere dentro de um projeto mais amplo a ser desenvolvido por mim, na minha dissertação de mestrado. Seu ponto principal é a discussão acerca da motivação sintática para a alternância na estrutura argumental de alguns verbos. Isso tem a ver com a proposta de que as raízes não possuem conteúdo fonológico nem especificação de categoria ou de sua estrutura argumental. Portanto, quando se insere um item de vocabulário no nó referente a uma raiz, este representa toda a configuração sintática com que essa raiz se relaciona.

Dessa forma, ao observarmos que em vez de “quebrar”, pronunciado pelo falante no momento da inserção de item de vocabulário para uma raiz como a que denota “quebr-”, o que se tem é um verbo como “coisar”, pode-se dizer que esse item de vocabulário alternativo apresenta significação análoga àquela prevista pela sintaxe para “quebrar”. Observe os dados em (1) a (3):

(1)Eu quebrei o jarro

(2)Eu coisei o jarro

(3)O jarro coisou

As sentenças mostradas em (4) e (5) apresentam a alternância no que se tem costume chamar de valência do verbo. A consequência dessa alternância se reflete também nas características de causatividade do verbo. (MARANTZ, 1985)

(4)Elmer broke the porcupine cage

(Elmer quebrou a gaiola do porco espinho)

(5)The porcupine cage broke.

(A gaiola do porco espinho quebrou)

Depreende-se da primeira sentença que o sujeito causa a quebra da gaiola (objeto) ao passo que na sentença (5) o sujeito gramatical (objeto lógico) sofre a ação de quebrar, ou seja, o sujeito não é mais agente da ação de quebrar. Para Marantz (*Op. cit.*) essa alternância se daria porque verbos como *to break* têm duas sub-entradas no léxico, uma transitiva e outra anti-causativa. Cada uma das entradas provocaria uma estrutura sintática. A raiz que traz a informação de transitividade, requer os dois argumentos, que estão projetados em (4) (*Elmer e the porcupine cage*), enquanto a sentença gerada pelo verbo anti-causativo em (5) é monoargumental.

Negrão; Viotti (a sair) apresentam as seguintes sentenças em relação de alternância:

(6)O Cacá acertou a trave com a bola

(7)acertou a bola na trave

(8)A bola acertou na trave

A proposta das autoras é de que a alternância acontece quando há o apagamento do argumento externo da sentença, como em (7). A sentença (8), por sua vez, seria a reorganização da sentença em (7), com o movimento do argumento externo para a posição de sujeito.

O presente estudo visa revisitar os dados apresentados, de forma a fazer, dentro do modelo de Morfologia Distribuída



(MD), uma análise para a proposta de que tais alternâncias não são devido à existência de duas entradas lexicais que especificam suas estruturas argumentais. Tampouco essas alternâncias são devido a mecanismos de apagamento do item lexical uma vez inserido numa projeção.

A proposta com que trabalho é nomeadamente o modelo da MD, que surgiu em meados dos anos 1990, a partir de trabalhos de Marantz, Halle, Harley, Embick e outros. Para MD, palavras e sentenças são todas geradas na sintaxe. Esse modelo assume que não há um componente lexical que gera itens lexicais complexos com que a sintaxe trabalha. Em vez disso, MD postula que informações como tempo e concordância, por exemplo, são traços independentes que formam núcleos funcionais, manipulados pela sintaxe e que se combinam com raízes para formar palavras efetivas. Chamam-se esses núcleos funcionais de Morfema Abstrato. Marantz (1997) sugere que as necessidades argumentais apresentadas para uma raiz são formadas por mecanismos sintáticos. Isso seria dizer que esses argumentos são requeridos, não pelas raízes, mas por núcleos funcionais. Minha proposta é apresentar argumentos para que a significação de uma raiz seja dada por sua configuração sintática e não por especificações inerentes a elas.

Observa-se que a significação das sentenças em (2) e (3), na sua totalidade se alteram pois em (3) o agente ou causador da quebra é ignorado. Marantz (1996) afirma que a significação de uma “palavra”/ expressão é dada por todo conjunto resultante da derivação sintática. Dessa forma, a significação causativa ou transitiva de um verbo é construída sintaticamente para uma raiz que não possui tais especificações.

Sugiro assim, que o fato de haver produtiva assimetria entre verbos transitivos/intransitivos e causativos/ não-causativos é outra grande evidência, como pretendo demonstrar, para que a causatividade, por exemplo, seja um fenômeno desencadeado por morfemas abstratos, presentes em nós funcionais que são sintaticamente ligados à raiz, e que são, como diversos outros morfemas abstratos universais. Isso comprova por línguas que apresentam marca de causatividade nos seus verbos (ver ROCHA, 2005; ARAD, 2000).

ARAD, Ma. *Roots and Patterns*. Stanford University, manuscrito, 2000.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Diathesis alternations in Brazilian Portuguese. In: PLOOG, K. et alii. *Constructions Verbales et Production de Sens*. (a sair)

MARANTZ, A. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge/ Londres: MIT Press, 1985.

MARANTZ, A. “Cat” as a phrasal idiom: Consequences of late insertion in Distributed Morphology. Manuscrito, 1996

MARANTZ, A. *No Escape from Syntax: Don’t try Morphological Analysis in the Privacy of your Own Lexicon*. U. Penn. Working Papers in Linguistics. 1997.

ROCHA, S. R. O Padrão Vocálico no Hebraico. Trabalho apresentado no 13º *SIICUSP* – Simpósio de Iniciação Científica da USP. novembro de 2005.

## O Construct State e os compounds na língua hebraica: uma abordagem sintática e não-lexicalista

Rafael Minussi

rafaelminussi@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

Em hebraico, alguns significados são construídos pela justaposição de dois elementos, que podem ser: N+N, N+A, A+N, N+P, P+A, A+A. Esta justaposição, segundo a gramática tradicional, ora é entendida como *compound*, ora como uma construção muito produtiva nesta língua, *Construct State Nominal* (doravante CSN), por causa da semelhança superficial que esses dois tipos de construção apresentam. No entanto, não há pareamento um por um das características presentes nesses sintagmas. Em (1), exemplificamos os *compounds* e os CSN:

- (1) a. A/D-F menina/N-F viu/VB-D os/D-P meninos/D-P em/P casa/N  
b. (IP-MAT (NP-SBJ (DP (D-F A  
(N-F menina)))  
(VB-D viu)  
(NP-ACC (DP (D-P os)  
(N-P meninos)))  
(PP (P em)  
(N casa)))

Podemos encontrar na literatura algumas propostas que defendem que o CSN e os *compounds*: (i) formam uma palavra (Cf. BORER, 1999), com a diferença de que os primeiros são formados na sintaxe e os segundos são formados no léxico; (ii) que são formados em PF (Cf. SILONI, 2000, e a sair). Pereltsvaig (a sair) aproxima as duas construções e faz uma compilação de algumas características que estão presentes nos dois tipos de construções citadas:

- (2)a) Palavra prosódica: os *compounds* e os CSN formam uma palavra fonológica.  
b) Núcleo não-modificado: Quando um adjetivo modifica um núcleo, tal modificador não pode seguir diretamente o núcleo que ele modifica. Este fato também ocorre com o marcador de definitude *ha-*.  
c) O membro não-núcleo deve ser realizado.  
d) Definitude Espreada: a definitude é marcada no membro genitivo, mas o *compound* e o CSN inteiros são definidos.  
Ainda sobre as semelhanças existentes entre os *compounds* e os CSN, Sorin (2000, 2002) trata um dos tipos de CSN como um *compound* lexicalizado. Em (3), vemos um dos tipos de CSN que a autora trata como *compound*.

- (2a) [IP Pedro<sub>i</sub> [I [I ama<sub>v</sub> [VP t<sub>i</sub> [V [V t<sub>v</sub> Maria ]]]]]]  
(2b) [IP-MAT [NP-SBJ Pedro] [VB-P ama] [NP-ACC Maria]]

A autora defende que o exemplo acima é um *compound* porque o membro que recebe a marca de definitude *ha-* (*yain* “vinho”) não é definido e sim o construto inteiro é definido. O objetivo deste trabalho é dar evidências de que, ao contrário do que dizem diversos autores, os *compounds* e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

os CSN possuem estruturas de formação diferentes entre si, apesar de possuírem semelhanças superficiais. Além disso, argumentamos que tanto os *compounds* quanto os CSN são formados na sintaxe.

Nossa hipótese tem como arcabouço teórico a Morfologia Distribuída (doravante MD), um dos desenvolvimentos recentes da Gramática Gerativa. Um dos pressupostos da MD é o de que tanto as palavras quanto as sentenças são formadas durante a derivação sintática, uma vez que na MD não há léxico. O léxico é explodido (Cf. MARANTZ, 1997) em três Listas não-gerativas.

O enfoque deste trabalho está na primeira das Listas propostas pela MD. Tal Lista contém raízes (roots), que são formadas por traços semânticos e morfossintáticos, sem conteúdo fonológico (Cf. MARANTZ, *Op. cit.*) e não categorizadas, e também traços que são chamados de morfemas abstratos, como [plural], [passado], [causatividade].

Nossa hipótese inicial é de que o falante da língua hebraica, ao querer dizer “escola”, por exemplo, selecione uma raiz abstrata (para maiores discussões sobre o assunto ver ROCHA, 2006) que será categorizada por um nó nominal. Ao término da derivação sintática, a expressão morfossintática equivalente à “escola”, ainda sem conteúdo fonológico, receberá o expoente fonológico equivalente aos traços do nó terminal (princípio *Late Insertion*, um dos princípios fundamentais da MD). No entanto, tal expoente fonológico, em hebraico, não é disponível, o que provoca uma fissão dos traços do nó terminal de forma a se adequarem aos itens de vocabulários disponíveis nesta língua, que estão na segunda Lista. Dessa forma, são inseridos dois itens de vocabulário, nomeadamente, *bait* “casa” (que sofrerá uma mudança fonológica em PF) e *sefer* “livro”, que juntos significam “escola”, como vimos em (1a). Assim, a palavra *escola* em hebraico seria formada por uma só raiz, mas realizada por dois itens de vocabulário.

Os *construct states*, por sua vez, não seriam formados por uma única raiz, mas por duas raízes que, no momento da inserção de vocabulário (*Late Insertion*), receberiam cada uma seu próprio item de vocabulário.

Uma evidência para nossa análise está no comportamento da marca de definitude *ha-*. No hebraico coloquial, podemos encontrar a marca de definitude no primeiro membro dos *compounds*, já no CSN, nunca podemos encontrar tal marca no primeiro membro ou núcleo. O *ha-* deve vir no segundo membro do construto. Outra evidência para a hipótese de que os *compounds* se diferem dos CSN está no fato de que em línguas que possuem CSN, palavras como “escola” não são construtos, ou seja, não necessitam de justaposição de duas “palavras” independentes para remeter à sua significação. Em (4), vemos um exemplo da palavra *escola* em Árabe do Golfo.

(4) *madrása*  
“escola”

Ao contrário da construção de “escola” (em (1a)), exemplos como o que ilustramos em (3), “*baqbuq ha-yain*” – a garrafa de vinho – não serão tratados como *compounds*, mas como CSN, uma vez que, segundo nossa hipótese, os CSN seriam formados por duas raízes. A partícula *ha-*, presente em *yain* (vinho), não tem influência na interpretação semântica do segundo membro, mas se deve a um requerimento imposto por PF, tal como ocorre com as marcas de concordância.

Concluimos, enfim, numa proposta não-lexicalista, tal como MD, que os CSN e os *compounds* se diferem na sua estrutura de formação e, portanto, podem ser tratados como construções diferentes dado que tanto os CSN quanto os

*compounds*, nessa abordagem, são formados na sintaxe.

BORER, Hagit. Deconstructing the construct. In: JOHNSON, K.; ROBERTS, I.G. (Ed.), *Beyond Principles and Parameters*, Kluwer, Dordrecht, 1999. p.43-89.

DOBROVIE-SORIN, Carmen. From DPs to NPs: A Bare Phrase Structure Account of Genitives. In: COENE, M.; D’HULST, Y. (Ed.) *From NP to DP. Volume 2: The expression of possession in noun phrases*, Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins (Linguistik Aktuell/Linguistics Today), 2002.

DOBROVIE-SORIN, Carmen. (In)definiteness Spread: from Romanian Genitives to Hebrew Construct State Nominals. In: *Comparative Studies in Romanian Syntax*, oxford, Elsevier, 177-226, 2000.

MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don’t Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L.; SUREK-CLARK, C.; WILLIAMS, A. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium*. In: *Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, p. 201-225, 1997.

HALLE, M.; A. MARANTZ. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. (Ed.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvian Bromberger*; MIT Press, Cambridge, MA, p. 111-176, 1993.

PERELTSVAIG, Asya. *Compounding in Semitic, and Why English mice are not like Arabic ‘Roofs’*. a sair.

ROCHA, Sonia R. *What counts as word in a non-lexicalist hypothesis?* In: VI Workshop on Formal Linguistics at UFSC. (Poster). Santa Catarina, 2006.

SILONI, Tal. *Prosodic Case Checking Domain: The case of Constructs*. Ms. Tel-Aviv University.

SILONI, Tal. Adjectival Constructs and Inalienable Constructions. In: OUHALLA, J.; SHLONSKY, U (Ed.). *Themes and Issues in Semitic Syntax*. (a sair)

### Discurso > Gramática > Texto

Os trabalhos reunidos nesta sessão se associam numa relação de complementação. O primeiro trabalho, *Emergência e desenvolvimento de construções encaixadas na linguagem infantil*, que tem como suporte teórico o funcionalismo lingüístico norte-americano e, como tal, adota o postulado givoniano de que a aquisição da linguagem percorre uma trajetória gradual do modo pragmático ao modo sintático de comunicação, investiga a emergência e desenvolvimento de construções encaixadas na linguagem infantil. O segundo trabalho, *Aquisição da dêixis* e a trajetória espaço; (tempo) ;texto, inserido na mesma linha teórica do anterior, propõe-se a demonstrar que a trajetória de significado (espaço; (tempo) ;texto) proposta em estudos calçados no paradigma da gramaticalização, esboça-se já no processo de aquisição da linguagem, quando a criança, gradativamente, adquire e opera com elementos dêiticos de espaço e de tempo, relacionados ao contexto físico-situacional em que se encontra, passando, num estágio posterior, a utilizar tais elementos num plano essencialmente textual. Da dêixis à referência, propriamente dita, o terceiro trabalho, *O fenômeno do encapsulamento de segmentos textuais em língua portuguesa: uma abordagem descritiva em gêneros do jornalismo escrito*, sob o prisma da lingüística textual, dedica-se ao estudo do fenômeno do encapsulamento de segmentos textuais, numa abordagem que, pautada em gêneros do jornalismo





escrito, volta-se para a descrição da redução ou sumarização, anafórica ou catafórica, de partes do texto.

## Aquisição da Dêixis e a Trajetória Espaço > (Tempo) > Texto

Jussara Abraçado

almeidamja@globo.com  
Universidade Federal Fluminense

As pesquisas mais recentes sobre mudança lingüística, em funcionalismo, de uma forma geral, estão associadas à teoria da gramaticalização. A gramaticalização, por sua vez, costuma ser entendida como um processo de mudança gradual e unidirecional que opera, sobretudo, por mecanismos de metáfora. Um exemplo muito comum de gramaticalização via processo metafórico são as mudanças que fazem o percurso ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO, em que elementos designativos de espaço passariam a ser usados como organizadores do universo discursivo, podendo, num estágio intermediário, expressar noção temporal. Neste trabalho, tendo como suporte teórico o funcionalismo lingüístico norte-americano e, apoiando-nos no pressuposto de que os processos de aquisição de primeira e de segunda língua, assim como os processos de pidginização e de criouliização, refletem a história das línguas em geral, estudamos a aquisição e uso, pela criança, de elementos dêiticos de espaço e de tempo, buscando observar se, na fala infantil, também se verifica a trajetória mencionada. Para investigar se o percurso ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO, proposto em estudos calcados no paradigma da gramaticalização, esboça-se já no processo de aquisição da linguagem, procedeu-se à coleta de dados na fala de 32 crianças, distribuídas em faixas etárias que variam de 1 ano e 2 meses a 5 anos de idade. A investigação pautou-se na busca e análise de elementos circunstanciais com valor semântico espacial e temporal, inseridos na categoria convencionalmente denominada dêixis. Os dêiticos espaciais, em geral, são interpretados relativamente à localização do corpo e dos gestos dos participantes no ato de fala. Os pronomes demonstrativos (como *esse* e *aquele*) e certos advérbios (como *aqui* e *lá*) constituem exemplos típicos e mais comuns de dêixis de lugar. Conforme destaca Benveniste (1995, p. 280), esse tipo de dêixis acontece simultaneamente ao momento de fala, sendo dessa referência 'que o demonstrativo tira seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere'. Em outras palavras, em função das próprias circunstâncias que envolvem o ato de enunciação, a dêixis de lugar sempre incorpora um elemento dêitico de tempo: o momento de fala, o que pode ter licenciado o pressuposto lingüístico acerca da universalidade da escala ESPAÇO > TEMPO.

Segundo Lyons (1979), o tempo realiza na gramática a relação que existe entre o tempo da situação que é descrita e o ponto zero do contexto dêitico. Para ele, uma proposição que apresenta temporalidade gramatical é aquela que se refere a algum ponto ou período de tempo que só pode ser identificado em termos do ponto zero do enunciado.

É importante destacarmos que, segundo a literatura especia-

lizada em aquisição da linguagem, na fase inicial do processo aquisitivo, a criança tende a ter como referencial a si própria, o contexto situacional imediato (o aqui) e o tempo presente (agora). Ou seja: os estágios primeiros de aquisição parecem refletir, em sua essência, a situação canônica do ato de enunciação, em que o falante se coloca no centro da situação, no ponto zero das coordenadas de espaço-tempo.

Feita a análise qualitativa e quantitativa dos dados, os resultados por nós encontrados demonstraram que a criança, gradativamente, adquire e opera, antes, com elementos dêiticos de espaço e, depois, de tempo, ambos relacionados ao contexto físico-situacional em que a ela se encontra; e que, num estágio posterior, já no plano textual, passa a utilizar, primeiramente, os elementos dêiticos de tempo, fazendo uso, em seguida, dos dêiticos de espaço. Verificamos, portanto, que, na passagem do contexto físico-situacional para o textual, a criança utiliza-se, em primeiro lugar, da dêixis de tempo e, depois, da dêixis de espaço (TEMPO > ESPAÇO), desvelando uma inversão em relação à escala original (ESPAÇO > TEMPO). Tal achado, a nosso ver, pode ser um indício de que as escalas vinculadas ao processo de gramaticalização (tais como: ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO ou PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE) devam ser vistas simplesmente como rotas preferenciais ou mais comuns de uma trajetória mais abrangente: a trajetória do [+concreto] para o [+abstrato], que se faz observar tanto na aquisição da linguagem quanto nos processos de mudança por gramaticalização.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

LYONS, J. *Introdução à Lingüística Teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

## O fenômeno do encapsulamento de segmentos textuais em língua portuguesa: uma abordagem descritiva em gêneros do jornalismo escrito

Carlos Sodré da Silva Abreu

sodreyann@hotmail.com  
Universidade Federal Fluminense

O termo encapsulamento refere-se à redução ou sumarização, anafórica ou catafórica, de partes do texto, cuja extensão é pelo menos igual à extensão da frase, realizada por sintagmas nominais e adverbiais em que o núcleo é uma forma lexical ou gramatical. A forma lexical apresenta um núcleo predicador que, segundo Apothélos; Chagnet (2003), veicula uma nova predicação sobre uma informação suporte. Francis (2003) observa que o fenômeno ocorre em fronteiras oracionais, ajudando a organizar o fluxo informativo no texto, propondo uma categorização de sintagmas nominais encapsuladores por tipo de função realizada pelos nomes predicadores. Além destes autores, também Conte (2003) e Koch (2002) apresentaram registros de sua manifestação enquanto fenômeno coesivo ligado às estratégias de argumentação, referenciação e progressão textuais, notadamente, quanto a sua manifestação lexical anafórica. A observação da manifestação catafórica e de ocorrências gramaticais do fenômeno foi cogitada por Conte



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(2003). Também Francis (2003) sugeriu uma observação do comportamento do fenômeno do encapsulamento em gêneros textuais diversos. A partir destas propostas, foram reunidos 153 textos do jornalismo escrito, perfazendo um total de 60322 palavras, com vistas a uma abordagem descritiva do fenômeno em gêneros textuais em língua portuguesa. Os gêneros foram selecionados de forma equilibrada a partir da divisão tipológica comentar e narrar e a partir da escolha de jornais mais populares e menos populares. A definição dos gêneros foi estabelecida segundo a visão de Bakhtin (1992) para quem o gênero textual representa a fusão da dinâmica da linguagem com o comportamento sócio-interacional do ser humano. Já a dicotomia tipológica estabeleceu-se na noção de atitude comunicativa postulada por Weinrich (1964, apud KOCH, 2002) que define o texto segundo a atitude do seu receptor: receptiva, tensa, engajada e atenta, para os textos em que predominam os tempos do mundo comentado; receptiva relaxada, inexigindo reação direta, para os textos em que predominam os tempos verbais do mundo narrado. O casamento das noções de gênero textual e de atitude comunicativa nos levou à seguinte divisão: editorial, artigo de opinião e crônica esportiva (gêneros do mundo comentado); reportagem esportiva, reportagem política e reportagem sobre temas diversos (gêneros do mundo narrado). Os Jornais selecionados como mais populares foram os jornais O Dia e Extra, enquanto os selecionados como menos populares foram os Jornais O Globo e Jornal do Brasil. Com a análise dos seis gêneros textuais do jornalismo escrito, verificamos que o encapsulamento de segmentos textuais se manifesta não só sob formações lexicais como também sob formações gramaticais. As formações gramaticais apresentam ocorrências com o advérbio “assim”, com a elipse do sujeito e com o demonstrativo ‘isso’, que aparece como sujeito e também em formações adverbiais, geralmente sob as configurações: ‘por isso’ e ‘com isso’. As formações lexicais ocorrem, principalmente, com a determinação de pronomes demonstrativos e artigos, que orientam o papel endofórico do encapsulamento. A forma anafórica apresenta equilíbrio entre as formações com demonstrativos e artigos definidos. A forma catafórica tem preferência pelo artigo indefinido. Observando aspectos sintáticos dos mecanismos lexicais anafóricos e catafóricos, encontramos evidências de uma forte relação entre o encapsulamento anafórico e a função de sujeito e entre o encapsulamento catafórico e a função de objeto. Em todos os textos, as formações lexicais são mais produtivas do que as gramaticais. Nos gêneros do mundo comentado, verificamos que o editorial apresenta produtivamente o encapsulamento lexical realizado por nomes avaliativos e nomes de atividade linguageira. Nos gêneros do mundo narrado, o uso de nomes avaliativos e de nomes ilocucionários apresenta equilíbrio. Comparando a frequência da anáfora e da catáfora, encontramos equilíbrio nas ocorrências lexicais e um explícito desequilíbrio nas ocorrências gramaticais. A catáfora, pelo menos em nossos dados, não ocorre gramaticalmente, o que pode ser explicado pela pouca eficiência das formas gramaticais para criar expectativa referencial na sumarização de segmentos textuais. A análise do fenômeno em língua portuguesa aponta variação de estratégias que emergem do caráter sócio-interacional do gênero analisado ora no tocante à seleção de formas gramaticais ou lexicais ora dentro das lexicais, no tocante às funções semânticas dos nomes, consolidando assim a hipótese de que as marcas sócio-comunicativas dos gêneros textuais influenciam as manifestações do fenômeno do encapsulamento nos textos.

APOTHELÓZ, Denis; CHANET, Catherine. *Definido e demonstrativo nas nomeações*. In:

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

CONTE, Maria Elisabeth. Encapsulamento Anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANCIS, Gil. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

### Emergência e desenvolvimento de construções encaixadas na linguagem infantil

Carmelita Minelio da Silva Amorim

carmel\_msa@yahoo.com.br  
Universidade Federal Fluminense

Tradicionalmente, as construções sintáticas complexas em que há a presença de mais de um verbo e uma dependência entre as duas construções são consideradas subordinadas e são classificadas a partir das conjunções que ligam essas construções. Segundo Bechara (1999, p. 462), o conjunto complexo, ou seja, a oração subordinada ‘não passa de um termo sintático na oração complexa’ e exerce ‘função própria de meros substantivos, adjetivos e advérbios, razão por que são assim classificadas na oração complexa’. As orações subordinadas representam desdobramentos dos vários termos da oração principal e figuram ora com funções próprias do substantivo, ora do adjetivo, ora do advérbio. Assim, essas orações classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais. Quanto às orações coordenadas, Mateus *et al.* (2003) afirmam que são caracterizadas como construções que combinam constituintes de mesmo nível categorial – sintagmas ou frases, e apresentam diferenças em relação às subordinadas, sobretudo em termos formais, já que uma oração coordenada não desempenha função sintática (sujeito, complemento direto, complemento preposicionado), nem função temática (adjunto de fim, de causa, de tempo etc.) em relação à outra. De uma maneira geral, observam-se algumas limitações quanto às definições tradicionais acerca da ligação entre orações. Embora haja uma variada classificação para os tipos de orações, mantém-se a divisão binária dos processos de configuração sintática (coordenação e subordinação), bem como a reunião de orações heterogêneas sob o rótulo de subordinadas. Além disso, nessa visão formal dos fatos da língua, é possível observar que não há nenhuma referência ao contexto de uso dessas construções nem à função comunicativa que elas exercem. Vista apenas como um código acabado e imutável, a língua não é considerada na dinâmica do uso. Assim, as análises dos fenômenos lingüísticos são realizadas, considerando as categorias como sendo discretas, estanques. Os estudos baseados no Funcionalismo Lingüístico, no entanto, postulam a existência de um *continuum* nas combinações entre as cláusulas.



Hopper, Traugott (1993, p. 170) postulam três tipos de arranjos sintagmáticos para as cláusulas e propõem uma trajetória de junção oracional, considerando esses três tipos de combinação que são especificados com base nos traços [+/- dependente] e [+/- encaixada]: *parataxe*  $\delta$  *hipotaxe*  $\delta$  *subordinação*. No que se refere à aquisição da linguagem especificamente, Givón (1979, p. 102) afirma que a aquisição de primeira língua (L1), em sua fase inicial, percorre uma trajetória gradual do modo pragmático ao modo sintático de comunicação. Nesse percurso, o alcance dos tópicos, tarefas e contextos sofre lentamente um aumento do imediato para o menos imediato, do óbvio para o menos óbvio, do concreto para o mais abstrato. E mesmo adquirindo o modo sintático de comunicação, posteriormente, o adulto não perde o modo pragmático, utilizando-o quando as circunstâncias exigem. O Funcionalismo Lingüístico defende a existência de uma conexão entre diacronia e aquisição da primeira língua pela criança. Nesse sentido, o modo pragmático de comunicação corresponderia a um modo embrionário que acompanharia o indivíduo por toda a vida. Essa trajetória, verificada na aquisição de primeira e segunda línguas (L1 e L2) e na língua *pidgin*, estaria relacionada aos processos diacrônicos observados nas línguas do mundo. Isso significaria dizer que o desenvolvimento dos processos de aquisição espelharia o percurso das línguas em geral, o que implicaria um obscurecimento gradual da iconicidade presente nos estágios emergentes da linguagem. A partir dessa nova perspectiva, estamos investigando, na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem, em faixas etárias entre um ano e oito meses e seis anos de idade, a emergência e o desenvolvimento do emprego de construções encaixadas. Tal análise tem como fundamento teórico o Funcionalismo Lingüístico (de orientação givoniana) e baseia-se na hipótese de que o estudo sobre os processos de aquisição da língua pela criança constitui uma espécie de recapitulação da história do desenvolvimento das línguas humanas (versão lingüística da hipótese geral de que a ontogênese recapitula a filogênese). Assim sendo, é proposta deste trabalho verificar: (a) em que faixa etária surgem as primeiras estruturas encaixadas; (b) a trajetória rumo à complexificação, em relação aos tipos de estrutura; (c) os contextos (estrutural e pragmático-discursivo) em que se dá a emergência das estruturas encaixadas; (d) quais tendências e/ou princípios de caráter mais geral podem estar atuando no emprego de tais estruturas.

### 3.8.2 Comunicações Individuais

#### The relativized opacity principle

Jordi Fortuny Andreu

fortuny@spanport.umass.edu

As recently argued in Fortuny (2006), Chomsky's (2000, 2001a, b, 2005) Phase Impenetrability Condition has two important shortcomings. First, it fails to account for the observation that not only A'-movement is successive cyclic, but also A-movement: in raising/ECM constructions, if

T is not a phase head, a DP would not need to stop at SPEC-T<sub>defective</sub> in its way to SPEC-T<sub>complete</sub>. And second, the PIC cannot account for the patterns of subject island discovered by Chomsky (2005): according to the PIC, the domain of  $\nu$  becomes inaccessible once  $\nu$  has terminated its work, but SPEC- $\nu$  should be accessible to further probes, and then a *wh*-phrase which is a constituent of a DP generated in SPEC- $\nu$  should be accessible to a further probe (say, C). Hence, the PIC does neither account for successive cyclic A-movement nor for subject islands.

To account both for several island-effects (subject islands and also *wh*-island effects) and for successive cyclic A'- and A-movement, Fortuny proposes to replace the PIC by the Relativized Opacity Principle.

#### Relativized Opacity Principle (ROP)

In a syntactic object [<sub>a1P</sub> [ $\alpha_1$  ... [<sub>a2P</sub>  $\Delta$  [ $\alpha_2$   $\Gamma$  ] ] ]],

where: (i)  $\alpha_1$  and  $\alpha_2$  are two probes of the same type  $\alpha$  each projecting an  $\alpha P$

(ii)  $\Delta$  is SPEC- $\alpha_2$  and  $\Gamma$  is  $\alpha_2$ -COMPL, and

(iii)  $\exists \delta$ :  $\delta$  is a constituent of  $\Delta$  and  $\exists \gamma$ :  $\gamma$  is a constituent of  $\Gamma$ .

$\alpha_1$  can probe  $\Delta$  or  $\Gamma$  if they are suitable goals for  $\alpha_1$ , but it cannot readily probe  $\gamma$  or  $\delta$

According to the ROP there are no universal opacity inducers (like the C and  $\nu$  heads of the theory of phases), but a projection  $\alpha_2 P$  in the search domain of a probe  $\alpha_1$  induces opacity effects between  $\alpha_1$  and a too deeply goal  $\delta$  or  $\gamma$  if  $\alpha_1$  and  $\alpha_2 P$  are of the same type; therefore a escape hatch in SPEC-T<sub>2</sub> is necessary for a DP to leave the embedded T<sub>2</sub>P to reach its final landing site in a higher SPEC-T<sub>1</sub>, and a escape hatch in SPEC-C<sub>2</sub> is necessary for a *wh*-phrase to leave the embedded C<sub>2</sub>P to reach its final landing site in higher SPEC-C<sub>1</sub>. It is also crucial that search into a SPEC and search into a COMPL are put at the same level in the ROP; this means that the source of subject islands and of *wh*-islands is the same: a probe fails to search for a suitable goal into a SPEC in the former case and into a COMPL in the latter.

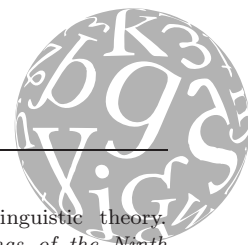
It is remarkable that, if the ROP is on the right track, it turns out that the principle governing locality is no more than a variation of the first locality principle formulated in syntax, the A-over-A principle (CHOMSKY, 1964a, b).

#### A-over-A principle

If a phrase  $X$  of category  $A$  is embedded within a larger phrase  $ZXW$  which is also of category  $A$ , then no rule applying to the category  $A$  applies to  $X$  but only to  $ZXW$  (CHOMSKY, 1964a, p. 931).

The A-over-A principle and the ROP make different predictions. Crucially, the A-over-A principle is not compatible with successive cyclicity: both SPECs and COMPLs are dominated, whence a SPEC should no be an escape hatch. An embedded C<sub>2</sub>P would create opacity effects between a higher C<sub>1</sub> and a *wh*-phrase dominated by C<sub>2</sub>P both when it is in SPEC-C<sub>2</sub> and into C<sub>2</sub>-COMPL. The same can be said for the case of successive cyclic A-movement.

The central goal of our talk would be to revise the evidence given for and against the A-over-A principle to find out whether it is compatible with the ROP (both SPEC and COMPL of a projection of type  $A$  can be accessed by a probe  $A$ , but not the material they dominate). We would present and revise (i) the evidence for which the A-over-A principle was designed (CHOMSKY, 1964a, b), (ii) some further cases that Ross (1967) argued that the principle



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

could handle convincingly and (iii) the counter-evidence provided by Chomsky (1964b) and by Ross (1967).

The empirical arguments provided by Chomsky and Ross assume that (a) a *wh*-phrase is of the same type as an NP or that (b) the relativized NP has moved from the relativized clause. Thus the A-over-A principle is empirically supported when extraction of a *wh*-phrase or of an NP out of an NP yields a degraded output (1) and it is empirically rejected when extraction of a *wh*-phrase or an NP out of an NP yields an acceptable output (2).

- (1) a. \*[<sub>NP</sub> Which bikinis] did she report [<sub>NP</sub> all the girls who are wearing [<sub>NP</sub> ~~which bikinis~~]] to the police  
 b. \*Here is [<sub>NP</sub> the snowball] which I chased [<sub>NP</sub> the boy who threw [<sub>NP</sub> ~~the snowball~~] at our teacher]
- (2) a. [<sub>NP</sub> who] would you approve of [<sub>NP</sub> my seeing [<sub>NP</sub> ~~who~~]]  
 b. [<sub>NP</sub> the book] which I lost [<sub>NP</sub> the cover of [<sub>NP</sub> ~~the book~~]]

The two assumptions expressed above are problematic. Firstly, even though it might well be that *wh*-phrases have nominal features, and thus share properties with a dominating NP, what is crucial is that a *wh*-phrase is a suitable goal for a *wh*-probe but not an NP. Hence, in the representations (1.a) and (2.a) there is no phrase *X* of category *A* embedded under a larger phrase *ZXW* of category *A*. *wh*-phrases instantiate force features in *A'*-positions and DPs instantiate  $\varphi$ -features in *A*-positions. And secondly, there is no probe triggering movement of the relativized NP out of the relative clause, whence the postulation of this movement operation lacks independent support. Alternatively, the relativized NP may be base-generated out of the relative clause which is arguably an adjunct of the relativized DP and the *relativizer* has undergone *A'*-movement to SPEC-C.

(3) I like ...

...[ the boy] [<sub>CP</sub> [who] C Mary saw [~~who~~]]

From these considerations it can be concluded that, in (1.a), the *wh*-phrase 'which bikinis' cannot be readily extracted out of the relative clause, a CP, because there is no escape hatch available (SPEC-C is occupied by the relativizer 'who'). In (1.b) the DP 'the snowball' is base-generated outside of the relative clause and the relativizer 'which' cannot be readily extracted from the most embedded relative, where 'who' is fronted.

- (4) a. \*[<sub>NP</sub> Which bikinis] did she report [<sub>NP</sub> all the girls [<sub>CP</sub> who are wearing [<sub>NP</sub> ~~which bikinis~~]]] to the police  
 b. \*Here is [<sub>NP</sub> the snowball] [which I chased [<sub>NP</sub> the boy [<sub>CP</sub> who threw [~~which~~] at our teacher]]]

Constructions (2) yield acceptable outputs because there is no CP creating opacity effects.

The conclusion is that the evidence provided for and against the A-over-A condition does not argue for or against the A-over-A principle but for the Relativized Opacity Principle: a *wh*-phrase cannot be extracted by a higher C if it is too deeply embedded into a relative clause, a CP.

CHOMSKY, Noam. *On Phases*. Ms. MIT, 2005b.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, Michael (Ed.). *Ken Hale: A life in Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001a.

CHOMSKY, Noam. Beyond Explanatory Adequacy. *MIT Occasional Working Papers in Linguistics*, 20. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001b.

CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries. In: MARTIN, Roger et al., (Ed.). *Step by Step: Essays in Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge Mass: MIT Press, 2000.

CHOMSKY, Noam. The logical basis of linguistic theory. In: LUNT, Horace G. et al (Ed.). *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguistics*, Cambridge, Mass., 1962. The Hague: Mouton & Co, 1964a.

CHOMSKY, Noam. *Current Issues in Linguistic Theory*. The Hague: Mouton & Co. 1964b.

FORTUNY, Jordi. *The Emergence of Order in Syntax*. PhD dissertation. Universitat de Barcelona, 2006.

ROSS, John Robert. *Constraints on Variables in Syntax*. PhD dissertation. MIT, 1967.

### Dois pretéritos

Alessandro Boechat de Medeiros

alboechat@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho se propõe a responder às seguintes perguntas relativas às formas compostas de tempos com aspecto perfectivo no português:

1) Por que as formas verbais abaixo não são interpretáveis?

a. \* O Pedro *teve* perdido a chave quando você chegou.

b. \* O cadetes *tiveram* sido chamados pra festa de ontem.

2) Por que o pretérito perfeito composto do português tem uma interpretação habitual, enquanto que, em outras línguas, formas equivalentes do ponto de vista morfológico não têm essa interpretação?

c. A mãe do Pedro *tem levado* ele à escola ultimamente.

Giorgi; Pianesi (1998) dão as seguintes respostas para essas questões:

(1) Os tempos verbais são constituídos de dois núcleos T: um mais baixo (T<sub>2</sub>) na estrutura sintática, que estabelece relações de antecedência ou simultaneidade entre os tempos *do evento* e *de referência* (REICHENBACH, 1947); e outro mais alto (T<sub>1</sub>), que estabelece as mesmas relações entre os tempos *de referência* e *da fala*. Normalmente, T<sub>2</sub> enfeixa os traços de tempo/aspecto realizados morfológicamente no verbo principal pelas formas participiais e T<sub>1</sub> os traços de tempo marcados no verbo auxiliar. Mesmo as formas verbais não compostas precisam ser lidas na LF como um composto dos dois núcleos T<sub>1</sub> e T<sub>2</sub>. Nesses casos, um dos núcleos é combinado à estrutura verbal na sintaxe visível (e pode ser pronunciado) e o outro é inserido na sintaxe não-visível (e não é pronunciado), completando as relações necessárias entre os três tempos de Reichenbach. O pretérito perfeito do português, por exemplo, é, para esses autores, uma forma temporal na qual T<sub>2</sub> (com *tempo do evento* precedendo *tempo de referência*) é combinado à raiz verbal na sintaxe visível e, no caminho para LF, um núcleo T<sub>1</sub> é combinado à estrutura formada por T<sub>2</sub>/Agr<sub>1</sub> + V, estabelecendo a outra relação (neste caso, de simultaneidade) necessária à interpretação – relação entre o *tempo de referência* e o *da fala*. Isso explicaria por que não pode haver forma composta com o auxiliar no pretérito perfeito: simplesmente teríamos T<sub>2</sub> no auxiliar e T<sub>2</sub> no verbo principal, duas relações entre *tempo do evento* e *tempo de referência*, inviabilizando a interpretação da estrutura.

(2) O pretérito perfeito composto em (c) é interpretado como habitual em português porque, aqui, o auxiliar *ter* não é, de



fato, auxiliar. É um verbo *ter pleno*.

Várias críticas foram levantadas contra a rigidez deste modelo. Por exemplo, se nos tempos verbais há sempre (e somente) dois núcleos T que definem de maneira rígida sua morfologia e interpretação, como explicar a existência de formas como a do *passé surcomposé* francês, em que o tempo do “auxiliar” já é composto?

Mas duas coisas me incomodam em particular. A primeira é que a resposta dada para (1) não me parece explicar claramente a intuição que eu, como falante nativo, tenho de que as expressões (a) e (b) são inaceitáveis justamente porque *ter* ali não é lido como um auxiliar, mas sim como um verbo pleno. A segunda vem a reboque: como o verbo *ter* pleno, no presente do indicativo, combinado com um verbo no particípio passado, pode gerar a interpretação habitual da forma composta do pretérito perfeito? Aliás, como pode *ter* qualquer interpretação que seja? Se isso é verdade, por que não há uma forma em que o verbo *ter* pleno (ou lexical) está no passado ou no futuro, combinado a um verbo “principal” no particípio passado, gerando outras leituras habituais (no passado e no futuro talvez)?

Tendo como base a arquitetura da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), acredito ser capaz de dar soluções alternativas, e bem mais simples, que não sofram com a rigidez do modelo de Giorgi e Pianesi. Assumo neste trabalho o seguinte: (1) cada traço flexional (de tempo, aspecto, voz, modo etc.) pode ser núcleo de uma projeção (GIORGI; PIANESI, 1998); (2) verbos auxiliares são introduzidos na estrutura sintática somente quando a derivação vai para o componente morfológico da gramática (IPPOLITO, 1999). Isso quer dizer que, nos verbos plenos, um feixe verbalizador *v* estará presente; nos auxiliares, não. Para responder às perguntas (1) e (2), portanto, proponho o seguinte:

(1) A Morfologia Distribuída assume que as formas fonológicas são inseridas depois das operações sintáticas (*late insertion*), respeitando certas restrições de inserção. Existem duas formas fonológicas, associadas ao verbo *ter*, que realizam o passado: /*tinh*/ e /*tiv*/. Elas, quando combinadas a itens do vocabulário (fragmentos fonológicos) que realizam os traços de concordância (número e pessoa) formam os paradigmas das flexões dos pretéritos imperfeito e perfeito desse verbo. Suponhamos que o item /*tiv*/ acima tenha uma restrição de inserção que seja a seguinte: esse item é inserido somente numa configuração em que haja um *v* [TER] imediatamente *c*-comandado pelo traço de tempo [passado]. Isso quer dizer que esse item só é inserido no contexto do verbo *ter* pleno no passado. Suponhamos também que o outro item seja subespecificado, tendo como única especificação o traço [passado]. Isso explica o aparecimento desse item, /*tinh*/, como auxiliar da forma composta do *mais-que-perfeito* e a impossibilidade de o outro item, /*tiv*/, aparecer nesse contexto. Ora, se o verbo *ter* pleno não seleciona um núcleo aspectual como seu complemento, *tive* mais *V-Perf* não pode ser interpretável.

(2) No português, o tempo presente é sempre (a não ser em situações bem específicas e para alguns verbos estativos) interpretado como um tempo habitual: o evento denotado pelo verbo se repete um número indeterminado de vezes, com a seqüência de repetições atravessando o tempo da fala (*speech time*). Vamos supor, então, que o traço morfossintático de tempo presente, que operaria sobre o tempo de um evento e o identificaria com o tempo da fala, venha sempre, no português, acompanhado de (enfeixado com) um traço de habitualidade, que operaria sobre o evento denotado pelo

verbo multiplicando-o (repetindo-o) na linha do tempo. O pretérito perfeito composto seria, pois, habitual pelo simples fato de que a combinação de um traço de perfectividade, realizado pela terminação participial, combinado com o núcleo de tempo que enfeixa os traços [presente] e [habitual] gera uma interpretação na qual o evento denotado pelo verbo principal, visto como um todo indiviso, seja repetido um número indeterminado de vezes até o tempo presente – o tempo da fala. Com isso, a interpretação dada a essa forma verbal é transparentemente calculada a partir de seus elementos de composição.

GIORGI, Alessandra; Fabio PIANESI. *Tense and Aspect. From Semantics to Morphosyntax*. Oxford University Press, 1998.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. “Distributed Morphology and the Pieces of Inflection”. In: *The View from Building 20*, ed. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. MIT Press, Cambridge, p. 111-176. 1993.

IPPOLITO, Michela. “On the Past Participle Morphology in Italian”. In: ARREGI, K.; BRUENING, B.; KRAUSE, C.; LIN, V. (Ed.). *Papers on Morphology and Syntax, Cycle One. MIT Working Papers in Linguistics*, vol. 33, p. 111-137. 1999.

MARANTZ, Alec. “No escape from syntax: don’t try morphological analysis in the privacy of your own lexicon”. In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. et al. (Ed.). *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, vol. 4.2, *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, p. 201-225. 1997.

REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. 1947. Reimpresso em 1966 por Free Press.

## Pronomes possessivos: aspectos teóricos e descritivos

Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt  
terezinha.bitt@terra.com.br  
Universidade Federal Fluminense

Luiz Martins Monteiro de Barros

Discute-se no trabalho, com base na Linguística Funcional de orientação coseriana, a hipótese de que os pronomes possessivos são substitutos gramaticais de natureza dêitica, com a essencial função de expressar certo tipo de relação que tem sempre como *terminus a quo* uma das pessoas do discurso. Examina-se, ainda, a estreita ligação de tais pronomes com a noção de genitivo.

Situado no centro de múltiplas questões de ordem semântica e pragmática, o fenômeno da possessividade tem sido objeto de amplas e profundas investigações, no plano teórico e descritivo. No plano universal da teorização linguística, os pronomes possessivos constituem valiosa fonte de estudo das relações do *eu* com o *tu* e de ambos com os *designata*, já que são instrumentos gramaticais que indiciam e associam, no espaço do discurso, as dimensões objetiva e intersubjetiva do falar em geral.

No âmbito da linguística contemporânea, pesquisadores de diferentes orientações têm dedicado particular atenção ao fenômeno da possessividade. Estudos sobre o assunto, feitos no campo da gramática cognitiva e da gramática gerativa, já foram detidamente analisados por Taylor (1996), Seiler



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(1983), Langacker (1993). O tema também já mereceu a atenção de autores como Charaudeau (1992) e M. H. de Moura Neves (1993).

Na descrição tradicional de língua portuguesa, os possessivos têm sido costumeiramente caracterizados de dois modos bastante semelhantes. Por um lado, reitera-se a idéia de que constituem um conjunto de unidades ligadas às noções de posse e pessoa gramatical; por outro, recorre-se à idéia de que são manifestações dos pronomes pessoais com valor genitivo.

Os pronomes possessivos são palavras do sistema gramatical que servem para indicar o que é de determinada pessoa do discurso por força de uma relação de dependência com variáveis fundamentais. Entre os primeiros gramáticos gregos, a noção de pessoa do discurso era considerada como condição indispensável para a definição de uma palavra como pronome. Para eles, o pronome (*antonumía*) é um substituto nominal de natureza dêitica/anafórica, que sempre carrega em si a idéia de pessoa. Por isso mesmo, o que hoje se denomina pronome 'pessoal' era chamado de pronome 'primitivo' (*protótupos*) ou 'unipessoal' (*monoprósopos*), por oposição ao pronome 'possessivo' (*ketiké*), que era, sobretudo, identificado como pronome 'derivado' (*paráogos*) ou 'bipessoal' (*diprósopos*). Evidentemente, a relação que os pronomes possessivos estabelecem não ostenta como *fundamentum* necessário a idéia corriqueira de posse (o fato de alguém ter em seu poder ou à sua disposição, para livre uso e gozo, determinado bem material).

A rigor, o ato de possuir, genericamente interpretado, pode ter como paráfrase a seguinte construção: '*x* tem de certo modo *y*'. Invertendo-se a ordem dos termos, o resultado semântico será: 'de certo modo *y* é pertencente ou pertinente a *x*', o que equivale, mais resumidamente, à fórmula 'de certo modo *y* é de *x*'. Não há, portanto, relação possessiva (*habere*) sem a implicação de um *pertinescere* ou *pertinere*, isto é, sem a consequência lógica de que um ser (*y*), por força de algum liame natural ou cultural, pertence à essência ou participa (é próprio) da existência de outro ser (*x*). Conforme já observado por Bally (1965) e por Benveniste (1966), o 'é de' corresponde ao avesso do 'tem': este relaciona o possuidor à coisa possuída; aquele faz justamente o contrário. Ambos, em síntese, consubstanciam a correlação entre possuir e 'ser possuído' (pertencer), valores que especularmente recobrem o eixo semântico da possessividade e que pressupõem a instauração, por dependência, de estreita ligação entre duas entidades. Na tradição aristotélica, o elo de dependência instituído pelo par correlato 'ter'/ 'ser de' serve para atualizar a predicação acidental ('hazzing predicate', na terminologia de alguns logicistas). Nesta linha de entendimento, todo acidente corresponde ao que só existe como algo inerente ou aderente a uma substância, isto é, como algo que uma substância tem em si a título de atributo intrínseco ou extrínseco, contingente ou necessário, absoluto ou relativo.

Pode-se, pois, abstrair o princípio de que os pronomes possessivos indicam a idéia de pessoa do discurso considerada como ponto inicial de uma relação de pertinência ou posse 'lato sensu'. Deste modo, reúnem o conteúdo expresso pelos pronomes pessoais, como *eu*, *tu*, *ele*, etc. ao valor de *origem*, acrescido do traço [+ possessão], o que se pode, *ad argumentandum tantum*, identificar com a interpretação do genitivo como 'possessividade direcionada'. Assim, o pronome *meu* pode ser analisado no plano metalingüístico em ([+ *eu*] [+ *origem*] [+ *possessão*]) ou parafrasticamente substituído por ([+ *eu*] [+ *genitivo*]). Como a idéia de posse implica a existência de uma coisa estreitamente ligada

a outra, os pronomes possessivos servem de base para estabelecer incontáveis vínculos de ordem física ou orgânica, afetiva ou ideológica, intra-individual ou social. Isto quer dizer que podem ser usados para indicar algo que se prende às pessoas do discurso por amizade, carinho, simpatia, íntimo interesse, solidariedade, camaradagem, contigüidade, etc. Não se cogita aqui de certos traços semânticos, como [específico] e [definido], que os pronomes possessivos podem apresentar em algumas línguas, mas não ter em outras. Com efeito, pesquisas no campo da *Cross-linguistics* têm revelado importantes identidades e diferenças funcionais entre os sistemas de possessivos de diversos idiomas.

- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Bern : A. Francke, 1965.  
BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris : Gallimard, 1966.  
CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris : Hachette, 1992.  
COSERIU, E. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.  
GRAMMATICI GRAECI. Leipzig: Teubner, 1878-1910.  
HJELMSLEV, L. *La categoría de los casos: estudio de gramática general*. Madrid: Gredos, 1978.  
LANGACKER, Ronald W. *Reference-point constructions*. Cognitive Linguistics, v. 4. n. 1. p. 1-38. 1993.  
NEVES, M.H.M. Possessivos. In: CASTILHO, A.T. (Org.). *Gramática do português falado*, v. 3: as abordagens. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 149-211.  
SEILER, H. Possessivity, subject and object. *Studies in Language*, v. 7. n. 1. p. 89-117. 1983.  
TAYLOR, John R. *Possessives in English: an exploration in cognitive grammar*. Oxford: OUP, 1996.

### Os múltiplos sintagmas nominativos -GA na língua japonesa e a relação com o foco da sentença

Cristina Yukie Miyaki Fuchs

crisrina@madeincuritiba.com.br  
Universidade Federal de Santa Catarina / PUC - Paraná

Há circunstâncias em que dois ou mais marcadores de caso nominativo -GA aparecem em uma única oração, na língua japonesa, fenômeno conhecido como construção nominativa múltipla.

Neste artigo, pretende-se a) exemplificar alguns contextos de uso dos múltiplos -GAs em uma oração da língua japonesa; b) apresentar brevemente a proposta de Vermeulen (2002) sobre o múltiplo licenciamento de caso nominativo em orações da língua japonesa; c) identificar o estabelecimento de foco em sentenças da língua japonesa, com a distinção, segundo Zubizarreta (1998), de foco contrastivo e foco não-contrastivo; d) verificar se, nos contextos de múltiplos -GA, o primeiro sintagma nominativo será o foco, e investigar a relação entre o sintagma -GA e a posição de foco.

A partícula -GA, da língua japonesa, indica o caso morfológico nominativo e apresenta múltiplas funções: a primeira é a de indicar o sintagma sujeito da sentença, função clássica



do caso morfológico nominativo; a outra é a de indicar o objeto nominativo, quando na presença de predicados estativos; e a terceira função de marcar o adjunto ou um elemento genitivo (que tradicionalmente seria marcado pela partícula genitiva –NO). Uma função adicional do marcador nominativo –GA, em orações com múltiplos sintagmas nominativos, é a de indicar o elemento focalizado da sentença, assunto de nosso presente artigo.

Para uma Teoria Padrão do Caso, é problemático explicar a distribuição de múltiplos casos nominativos, tratada como uma realização aberta do caso atribuído sob regência ou checado em uma configuração especificador-núcleo por um núcleo funcional particular (Chomsky 1995).

Vermeulen (2002, p. 421), citando Takezawa (1987), propõe uma análise alternativa, que parte da afirmação de que o núcleo Tempo licencia um sintagma nominativo –GA num único domínio de licenciamento. O licenciamento dos outros múltiplos sintagmas –GA é mediado pelo movimento do verbo para uma ‘proxy category’ (categoria procuradora).

Quando houver 2 sintagmas-GA na oração, deverá haver 2 domínios de licenciamento de caso separados.

Segundo Neeleman & Weerman (1999, apud Vermeulen 2002), um domínio de licenciamento adicional pode ser obtido através da ‘proxy category’, um núcleo funcional sem traços, que herda os traços de um núcleo satisfeito, por meio de movimento do posterior para o anterior. Essa categoria é criada no decorrer da derivação sintática, e a operação é potencialmente recursiva. Assim, cria-se um domínio de licenciamento adicional para um traço não checado.

Quando há dois sintagmas-GA em uma oração, deve haver duas cópias do núcleo marcado com tempo, afirma Vermeulen. A proxy category é criada para que o verbo se mova.

Nas sentenças com múltiplos –GAs, o sintagma-GA Adjunto é um PP (sintagma preposicional) e funciona como um marcador de foco. E para ser assim interpretado, o sintagma-GA Adjunto deve se mover para a posição inicial da sentença, onde receberá o licenciamento de –GA.

A partícula –GA é interpretada como um marcador de foco quando licenciada na projeção funcional mais alta da sentença (generalização do foco, Vermeulen:2002), conseqüentemente, o sintagma-GA nessa primeira posição estará focalizado. Essa generalização funciona como uma regra interpretacional do –GA, regulando sua distribuição juntamente com um princípio de licenciamento geral. De acordo com essa generalização, o foco obrigatório de um sintagma-GA em início de sentença é uma propriedade única das construções nominativas múltiplas.

O japonês, por ser uma língua pro-drop, apresenta 2 mecanismos para a construção da sentença: um baseado na relação sujeito-predicado, e o outro na relação tópico-comentário ou foco-suposição. Segundo Inoue (1998), as sentenças sem sujeito explícito pertencem ao segundo grupo de construção, e são muito comuns na língua.

Neste artigo, também identificaremos exemplos de constituintes focalizados em sentenças da língua japonesa, e distinguiremos, segundo Zubizarreta (1998), os contextos de foco contrastivo e foco não-contrastivo.

Se uma sentença apresenta apenas um sintagma-GA, ele não precisa estar focalizado, mesmo que apareça na primeira posição, pois –GA é licenciado *in situ* pelo verbo que também está em sua posição de base.

Será observado o comportamento do foco (contrastivo e não-contrastivo) em sentenças nas quais apenas um sintagma é marcado morfológicamente com o caso Nominativo, ou com um tópico, nos exemplos de argumento interno focalizado.

Em outros contextos, o sintagma poderá somente apresentar a função de sujeito da oração, sem ser foco. Essa análise opcional se aplica em contextos com apenas um sintagma-GA presente, diferentemente do contexto em que múltiplos-GA ocorrem na mesma sentença.

Segundo Kuno (1973), em sentenças que apresentam múltiplos –GAs, o primeiro sintagma-GA é obrigatoriamente focalizado, enquanto os demais não.

Objetivamos, assim, apresentar um recorte sobre o emprego dos múltiplos sintagmas-GA em sentenças da língua japonesa, por meio da exemplificação dos usos mais comuns, analisando brevemente a proposta de Vermeulen sobre o licenciamento do caso nominativo, múltiplas vezes, em uma única oração, por meio de *proxy categories*.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

\_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. Cambridge MA: MIT Press, 1995.

INOUE, K. *Case marking vs. Case checking in Japanese generative grammar: An alternative proposal*. Kanda University of International Studies, 1998. Fonte: <http://fccl.ksu.ru/papers/inoue.htm>.

KUNO, S. *The Structure of Japanese Language*. Cambridge MA: MIT Press, 1973.

MIOTO, C. *Focalização e quantificação*. In: Revista Letras, Curitiba, n.61, p.169-189, 2003. Editora UFPR.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

ONO, H. *Japanese Grammar*. Tokyo: The Hokuseido Press, 1973.

VERMEULEN, R. *Ga Ga Constructions in Japanese*. Apresentado no 5<sup>th</sup> Durham Postgraduate Conference in Linguistics, June 2002. Disponível em: <http://www.phon.ucl.ac.uk/publications/WPL/02papers/vermeulen.pdf>.

ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, Focus, and Word Order*. Cambridge: MIT, 1998.

## Morfologia distribuída e a construção de mudança de estado em português

Paulo Antonio Pinheiro Correa

pacorrea@oi.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O trabalho discute aspectos sintáticos e semânticos de duas formas estruturais usadas para expressar a mudança de estado – físico e psicológico – encontradas no Português Brasileiro (PB), como exemplificadas abaixo:

- (1) A Maria ficou zangada (com a resposta).
- (2) A Maria se zangou (com a resposta).

Em termos estruturais, o exemplo (1) é de uma construção predicativa, cujo predicado é formado de uma pseudo-cópula e um adjetivo predicativo. O exemplo (2), por sua vez, retrata uma construção verbal inacusativa que veicula a mesma noção semântica de mudança de estado psicológico que a anterior. À diferença sintática correspondem diferenças semânticas e aspectuais, como mostraremos a seguir.

Fanjul (2002), em uma comparação entre a discursividade brasileira e a argentina, aponta para uma diferença crucial



na produção linguística dos dois países. Em sua mostra, os enunciados produzidos por argentinos, frente a uma situação controlada, podiam ser caracterizados como de “foco no processo”, enquanto que, perante a mesma situação, os enunciados produzidos por brasileiros podiam ser caracterizados como de “foco no resultado”. A diferença nas formas de expressar linguisticamente a mudança de estado, que redundava na dicotomia *processo x resultado* também pode ser captada em outras análises, que investigam a semântica das construções de mudança de estado.

Segundo Miguel & Fernández Lagunilla (2000) (doravante M&FL), que analisam semanticamente as construções de mudança de estado com base na classificação de Vendler (1967), as construções em questão neste estudo podem ser caracterizadas como um *acontecimento composto*. Isso significa que se trata de um evento complexo que pode ser decomposto semanticamente em, pelo menos, três fases sucessivas. De acordo com a análise de M&FL, um acontecimento composto está formado semanticamente da sucessão de três eventos simples, que correspondem à fase inicial, que caracteriza o estado físico/emocional do ente anteriormente à mudança; à fase intermediária, que corresponde ao momento crucial em que o ente sofre a transição de estado e à fase final, caracterizada pelo estado alcançado pelo ente após a mudança ter ocorrido.

Mendikoetxea (1999) lembra que a forma como as línguas representam a mudança de estado pode variar. Podemos encontrar essa variação inclusive dentro de uma mesma língua, como no caso do PB, em que, segundo dados por nós levantados com base na Amostra Censo (Peul/UFRJ), 64% dos dados correspondem a construções predicativas, como a do exemplo (1), enquanto que 36% correspondem a construções verbais, como a do (2).

À luz dos trabalhos mencionados, pode-se dizer que essas construções concorrentes que convivem no PB também veiculam aspectos diferentes. Em termos semânticos, a diferença entre as construções (1) e (2) do PB é a de que (1), predicativa, focaliza o resultado da mudança de estado e, com isso, veicula o aspecto resultativo. A construção (2), por outro lado, focaliza a fase intermediária do evento complexo, chamada por Fanjul (2002) de “processo” da mudança. Ao focalizar a transição em si, e não o resultado, esta construção veicula o aspecto incoativo.

Assim, à diferença sintática entre construções predicativas e verbais, corresponde, respectivamente, a diferença semântico-aspectual entre os aspectos resultativo e incoativo, na expressão linguística da mudança de estado em PB.

Para analisar a estrutura dessas construções, tomamos por pressuposto teórico os postulados da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993; Marantz, 1997, dentre outros), para esclarecer as razões para a veiculação dos diferentes aspectos acima mencionados. Estes aparecem como um resultado de escolhas sintáticas diferentes no momento da concatenação sintática. Especificamente, no primeiro caso, a primeira concatenação se dá com um elemento categorizador adjetival (azinho), o que resulta na expressão da raiz como um adjetivo, enquanto que, no segundo caso, a primeira concatenação sintática da raiz se dá com um elemento verbalizador (vezinho), o que faz com que a raiz apareça como um verbo na construção. Assim, propomos que o aspecto veiculado por cada uma das construções é um epifenômeno derivado do curso individual da derivação sintática. Em outras palavras, diferentes concatenações iniciais (categorizações de uma mesma raiz) se refletem nos diferentes aspectos veiculados por cada tipo de construção.

A relevância deste trabalho reside na possibilidade que oferece na exploração de aspectos semânticos na descrição do português brasileiro, uma vez que a alternância entre a possibilidade de expressar linguisticamente a referida mudança de uma ou outra maneira mostra um processo de mudança linguística em curso e, também, uma dicotomia sintática com reflexos semânticos entre variedades do português e entre o português e o espanhol, uma vez que uma análise de corpus diferentes revelam diferentes valores percentuais de uso de uma ou outra construção entre o PB e o português europeu (PE) e entre o PB e o espanhol.

Halle, M.; A. Marantz. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In Hale, K.; Keyser, J. (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

Fanjul, A. P. *Português x espanhol: duas línguas próximas sob o olhar discursivo*. São Paulo: Claraluz, 2002.

Marantz, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium*, 1997.

Mendikoetxea, A. Construcciones inacusativas y pasivas. In Bosque, I.; Demonte, V. (orgs.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.

Miguel, E.; Fernández, M. El operador aspectual se, *Revista Española de Lingüística*, v.30, n.1, pp. 13-43, 2000.

Vendler, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

### O desenvolvimento sintático, semântico e pragmático das orações subjetivas na história do português

Sebastião Carlos Leite Gonçalves

scarlos@ibilce.unesp.br

Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto

Esta comunicação, como o próprio título sugere, tem por objetivo apresentar um mapeamento histórico do desenvolvimento sintático, semântico e pragmático das orações encaixadas em posição de primeiro argumento (A1), tradicionalmente reconhecidas como *orações subordinadas substantivas subjetivas*, temática ainda pouco explorada na literatura funcionalista que trata da articulação de orações.

*Subordinação* é aqui identificada com o mecanismo sintático que surge quando uma predicação é estruturada como argumento de um predicado. Predicado completável por argumentos complexos é chamado *predicado matriz*, e a oração que contém esse predicado como núcleo é a *oração matriz*. Alternativamente, a estrutura de complementação de um predicado matriz é também referida como *oração encaixada* ou *subordinada* (Noonan, 1985; Dik, 1997).

Estruturalmente, a definição de construções encaixadas se completa por referência às posições argumentais que elas ocupam no complexo oracional, propriedade dependente da estrutura argumental do predicado matriz: em posição A1, de primeiro argumento, caso das subjetivas (*parece [que...]*), em posição A2, de segundo argumento, caso das objetivas (*X acha/crê [que...]*), ou em posição A3, de terceiro argumento,





caso das objetivas indiretas (*X convence Y [de que...]*). O importante dessa definição é a identificação do ambiente sintático em que uma oração (sentença ou predicação) encaixada ocorre, sempre sustentando uma relação do tipo argumento-predicado (Noonam, 1985), que expande a noção de encaixamento sintático para, ao mesmo tempo, incluir os casos de orações que ocorrem como constituinte dentro de uma estrutura de termo ou como constituinte na própria posição do predicado – caso das predicativas – e remover aqueles em que elas ocorrem fora desse tipo de relação, ou seja, os casos de orações que, num complexo oracional, expressam circunstâncias como de causa, condição, tempo, concessão etc, como deixa pressupor a noção de encaixamento postulada por Dik (1997), que inclui também as chamadas *orações adverbiais*, que ocorrem encaixadas em posição de satélite. Em outras palavras, uma oração pode ser considerada argumento de um predicado (verbal, nominal, adjetival) se ela ocorre em posição argumental semelhante à de um termo simples, cuja funcionalidade define também o estatuto sintático das orações encaixadas a ele equivalentes (*sujeito, objeto e complemento de nome*). Assim, o valor funcional de construções encaixadas é determinado pelas relações funcionais que elas assumem dentro do complexo oracional mais amplo em que ocorrem.

É nesse paralelo que se caracteriza o comportamento sintático das orações subjetivas – a sua ocorrência na posição de primeiro argumento de um predicado de natureza verbal, nominal ou adjetival. Além desse parâmetro definido pelo estatuto argumental do predicado matriz em que elas se encaixam, também parâmetros como ordenação e formato da encaixada contribuem para sua caracterização: a oração subjetiva ocorre em posição posposta, diferentemente da posição sintática canônica que identifica o sujeito em relação ao predicado, fato explicável pela complexidade do constituinte oracional encaixado (Dik, 1989, 1997), podendo expressar-se na forma finita ou não-finita, mais freqüentemente naquela do que nesta. Por se caracterizar ainda como uma construção impessoal, nos limites da oração matriz há uma restrição de expressão formal do sujeito enunciador, estando este sempre implícito no conteúdo do enunciado.

Quanto ao seu estatuto semântico, orações subjetivas constituem *conteúdos proposicionais* encaixados, que, possíveis de serem localizados no espaço e no tempo, têm o seu conteúdo avaliado somente em termos de verdade, diferentemente dos casos em que elas constituem *predicações encaixadas*, possíveis de serem avaliadas não em termos de sua verdade, mas de sua realidade (Lyons, 1977; Dik, 1997). Associados a essas funções semânticas, estão, respectivamente, os valores pragmáticos de modalidade epistêmica e modalidade deontica, o que significa dizer que, pragmaticamente, orações subjetivas prestam-se à veiculação de atitudes subjetivas do usuário da língua, vinculadas ao eixo do conhecimento (valor epistêmico) ou ao eixo da conduta (valor deontico). Outros valores pragmáticos não ligados estritamente aos eixos do conhecimento e da conduta também se manifestam nesse tipo de oração, respondendo por outros tipos de avaliação subjetiva de um conteúdo proposicional encaixado.

Para o estudo do desenvolvimento histórico das orações subjetivas, a partir dos parâmetros acima delineados, foram utilizados o *corpus* diacrônico organizado por Tarallo (1991), que se compõe de textos escritos representativos de gêneros textuais diferenciados, provenientes de 8 séculos, a contar do século XIII, e um *corpus* do português contemporâneo, dos séculos XX e XXI, proveniente de amostras de fala do projeto NURC (Projeto de Estudos sobre Usos da Língua) e

do Projeto ALIP (Amostra Lingüística do Interior Paulista). Com o intuito de se verificar algum tipo de mudança no comportamento das orações subjetivas ao longo dos séculos considerados, na análise das ocorrências, foram controladas as freqüências das seguintes variáveis: *categoria do predicado matriz* (verbo, adjetivo, nome); *valor semântico-pragmático da oração subjetiva* (epistêmico, deontico, outros avaliativos); *formato da oração encaixada* (finita, não-finita); *relação tempo-modo entre matriz e encaixada*.

Com base nas freqüências apuradas, os resultados apontam, como tendência geral da evolução das orações subjetivas: (i) uma certa estabilidade semântico-pragmática das orações matrizes, a partir do século XVII, no seu emprego para veicular modalidade epistêmica e deontica em detrimento de outras formas de avaliação; (ii) uma mudança quanto ao estatuto categorial do predicado matriz, em que os valores semântico-pragmáticos passam a ser codificados, com freqüência acentuada, por predicados adjetivais em lugar de predicados verbais, forma altamente freqüente até o século XV; (iii) um decréscimo de orações encaixadas na forma finita; e (iv) uma prevalência, em todos os séculos, da expressão de tempo presente pelo predicado da oração matriz. Da relação desses parâmetros, verifica-se, para o português hodierno, uma forte tendência de orações não-finitas se combinarem com predicados matrizes adjetivais para expressão de modalidade deontica, enquanto orações finitas se combinam mais com predicados verbais para expressão de modalidade epistêmica. A estabilidade de formas do presente nos limites da oração matriz aponta para a função primeira que a oração subjetiva cumpre em todos os séculos: a de expressar um conteúdo informacional colocado sob o julgamento do usuário; assim, o tempo presente indica que a avaliação feita pelo usuário sobre o conteúdo informacional da oração encaixada é sempre concomitante com o tempo da enunciação.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Part 2: Complex and derived constructions. 2.ed. N.Y.: Mouton de Gruyter, 1997.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Functional Grammar*. Parte I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOOPEN, T. (ed.) *Language typology and syntactic description: complex constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 43-140, 1985.

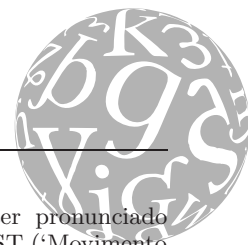
## Focalizando a morfologia improdutiva: um estudo sobre siglas

Kátia Nazareth Moura de Abreu

katia.nazareth@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho analisa a morfologia de siglas no português brasileiro contemporâneo sob a ótica da produtividade, visto que essas formações cada dia mais estão presentes em nossa língua, seja oral ou escrita. O trabalho parte da análise feita por Sandmann (1988) e lhe dá seguimento com o estudo sobre lexicalização e produtividade elaborado



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

por Aronoff & Anshen (1998) e, mais especialmente, com a proposta de Basílio (1980) de se analisar a produtividade em dois tipos de regras distintas, as regras de formação de palavras e as regras de análise estrutural.

Para a análise, foram utilizadas onze edições de jornais diários brasileiros de grande circulação. As edições corresponderam aos meses de abril a setembro dos anos de 2002 e 2003. Os jornais consultados foram: *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Também foram utilizadas seis edições da revista semanal *Época*, dos meses de março, setembro e dezembro de 2002 e janeiro, setembro e outubro de 2003. Ainda, quinze edições da revista semanal *Veja*, de janeiro a dezembro de 2003, com a utilização de todas as edições do mês de outubro. Cabe esclarecer que a escolha das edições, tanto dos jornais quanto das revistas, procedeu de observação não-sistemática. O *corpus*, porém, atesta a diversidade no emprego das siglas nos variados campos do conhecimento humano.

Sandmann (1988) dividiu os acrônimos em três grupos, com base no tipo de formação morfológica e na pronúncia. A tipologia de Sandmann (1988) baseia-se na noção de forma como unidade de som e significado. Ao contrário, porém, de Sandmann, que uniu tipo de formação e pronúncia no mesmo grupo, neste trabalho, para cada tipo só se considera a formação e não a pronúncia. A partir de uma proposta de morfologia baseada em lexemas, este trabalho separa ambos os níveis. Esta determinação resultou em seis tipos de formação por meio de critérios estabelecidos com base nas formações encontradas no *corpus*.

As siglas formadas pela reunião das letras iniciais de um intitutivo constituem 77,36% dos casos. Em segundo lugar estão as siglas formadas pelo processo silábico, abrangendo 11,95% dos casos. As siglas que contam com as iniciais, mas não com todas, ocupam o terceiro lugar, com 4,40% dos casos. As siglas em que as letras ou sílabas iniciais unem-se a um radical ou a uma palavra ocupam o quarto lugar, com 3,15% dos casos. Os casos de acréscimo ocupam o quinto lugar, com 1,89% dos exemplos. As siglas formadas por iniciais ligadas por preposição ocupam o sexto lugar com 1,25% dos casos.

A tipologia das siglas apresentada por Sandmann (1988) e por Abreu (2004) evidencia o problema do estudo da formação das siglas. Não há possibilidade de mencionar morfemas, pois não há como dividir uma formação acronímica em unidades mínimas de som e significado, já que elas só fazem sentido por seus constituintes sintetizarem um intitutivo. É difícil até mesmo definir qual seria sua *unidade mínima*: em última análise, são as letras do alfabeto. Essa afirmativa, no entanto, não coloca em evidência uma proposta plausível para o estudo. Em uma análise lingüística, levar letras em consideração é, no mínimo, desconfortável, uma vez que nenhuma teoria lingüística apresenta um componente ortográfico na descrição de uma língua. No entanto, a pronúncia soletrada ou como sílaba (nos dizeres de Sandmann, “pronúncia de palavra normal”) e ainda o acento de uma sigla são definidos por parâmetros como número de letras envolvido e sua combinação (Barbosa, Rosa, Gonçalves e Resende Jr., 2003). Isto não implica afirmar que se deveriam escolher outros dados da língua para estudo, porque siglas não seriam dados possíveis de ser estudados na morfologia; quando muito, apenas pela fonologia.

A alternativa de se levar a análise da formação acronímica para a pronúncia não resolve os problemas, aliás, só os aprofunda.  $iM_i$  e.g., pode ser soletrado [emi], como em *textit MST* (‘Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra’),

em que o  $iM_i$  significa ‘Movimento’, ou ser pronunciado como nasal bilabial [m], como em *textit MAST* (‘Movimento dos Agricultores Sem-Terra’), em que também significa ‘Movimento’. Há ainda uma terceira possibilidade: em *textit MAM* (‘Museu de Arte Moderna’), o último  $iM_i$  é pronunciado como a nasalização da vogal anterior.

Em termos morfológicos, os problemas não são menores. A sigla não tem raiz, nem sufixo, nem prefixo e não se pode prever a sigla que surgirá de certo intitutivo, porque podem fazer parte da nova formação sílabas, pedaços de sílabas e palavras. A sigla não apresenta uma base e afixos que possibilitem a comparação entre os elementos formadores em outras ocorrências. Cada formação acronímica é única dentro de um determinado contexto, porque os seus constituintes, apesar de serem sempre os mesmos em última análise, as letras do alfabeto, assumem, em cada formação, um sentido, que é o da palavra completa que lhe serve de referente.

Ao analisar as propostas presentes em estudos sobre a produtividade, verifica-se que esses estudos visam a um tipo de morfologia que focaliza fenômenos que podem ser descritos por regras. A sigla foge do cânone morfológico por não ter os elementos básicos da estrutura morfológica e por seu caráter de imprevisibilidade. A formação de siglas é intencional, o que caracteriza o processo como improdutivo. Desse modo, a formação de siglas constitui um caso de morfologia improdutivo no português do Brasil.

Palavras-chave: siglas e acrônimos – formação de palavras – produtividade lexical - morfologia - português do Brasil.

ABREU, Kátia Nazareth Moura de. *Um caso de morfologia improdutivo no português do Brasil*: a formação de siglas e de acrônimos. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/FL, 2004.

ARONOFF, Mark. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1976.

ARONOFF, Mark & ANSHEN, Frank. Morphology and the lexicon: Lexicalization and productivity. In SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold (Eds.) *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell, 1998. p. 236-247.

BARBOSA, Filipe; et al. Algoritmo para a leitura de siglas em um sintetizador de voz. In: *Anais do XX Simpósio Brasileiro de Telecomunicações*. Rio de Janeiro: IME e PUC – RJ, 2003. p.672 – 675.

BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do Português*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Paraná: Ed. da UFPR, 1996.

### A estrutura argumental dos nominais deverbais: uma análise fundamentada no modelo da morfologia distribuída

Ana Paula Scher

anascher@usp.br  
Universidade de São Paulo



A pesquisa sobre a estrutura argumental dos chamados nomes deverbiais tem se voltado para a busca de respostas para as seguintes questões: a) é possível dizer que esses nomes “herdam” a estrutura argumental dos verbos de que derivam?; b) se esse for o caso, como se dá essa transferência? e c) o que poderia explicar as diferentes propriedades de marcação de Caso entre nomes deverbiais e verbos correspondentes? Este trabalho tem seu foco voltado para as duas primeiras questões. Com base nos dados do português do Brasil e de línguas como o inglês e o hebraico, discutirei, de modo geral, as diferenças observadas no preenchimento das estruturas argumentais, tanto do verbo, em que é obrigatório, como se vê em *O inimigo destruiu a cidade* e *\*O inimigo destruiu*, quanto da nominalização, em que é opcional, como mostram os exemplos *A destruição da cidade pelo inimigo*, *A destruição da cidade* e *A destruição*. Mais particularmente, no entanto, discutirei a questão da estrutura argumental das nominalizações deverbiais. Grimshaw (1990) sugere que, dos três tipos de nominais identificados por ela, somente os que ela denomina *nominais eventivos complexos* podem projetar argumentos. Os outros, embora possam ter argumentos semânticos, não têm uma estrutura argumental como parte de suas representações semântico-lexicais. A grande variedade de sugestões para a questão da estrutura argumental das nominalizações deverbiais, no entanto, sugere que o debate ainda comporta novas sugestões.

Esta pesquisa se desenvolve dentro do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, que defende uma análise exclusivamente transformacional para os processos de formação de palavras. De acordo com esse modelo, a arquitetura da gramática não dispõe de um componente lexical que lista expressões morfo-fonológicas relacionadas a estruturas argumentais determinadas. Em lugar desse componente, o modelo sugere a existência de listas não computacionais distribuídas pela gramática, que contêm, cada uma delas, de modo geral, as raízes e os traços morfo-sintáticos, suas realizações fonéticas e seus significados especiais (Marantz, 1997).

O presente trabalho tem natureza fundamentalmente teórica e terá como foco alguns dados do inglês e do hebraico, que apontam para a relação entre verbos e nominalizações deverbiais e que foram apresentados por autores que já discutiram o tema. Além disso, discutirei dados do português do Brasil levantados por mim, ou discutidos por autores como Camacho & Santana (2004), por exemplo.

Embora a pesquisa em Morfologia Distribuída não se concentre, exclusivamente, na questão da opcionalidade da realização de argumentos na estrutura nominal em comparação com a obrigatoriedade dessa realização na estrutura verbal, duas alternativas de análise para a questão da suposta herança da estrutura argumental do verbo pelo elemento nominal se colocam dentro desse modelo: tanto é possível assumir, com Harley & Noyer (1998) e Marantz (1997), que as raízes podem se associar a uma estrutura argumental, como é possível assumir que os argumentos derivam das projeções funcionais, que o modelo propõe serem as responsáveis pela categoria atribuída sintaticamente às raízes. A questão fundamental a se responder, portanto, dirá respeito à natureza dessas projeções funcionais que introduzem argumentos. Se a observação de Grimshaw estiver correta, a diferença entre os nominais que têm uma estrutura argumental e os que não têm se relaciona, exatamente, à presença dessas categorias funcionais na estrutura dos primeiros.

Os resultados parciais da observação de alguns dados do

português do Brasil sugerem que essas nominalizações têm certas propriedades de processo ou de resultado, que apontam para a correção da segunda possibilidade de análise dentro da Morfologia Distribuída. Em outros termos, as observações preliminares dos dados do português brasileiro sugerem a adequação da hipótese de que os argumentos derivam de projeções funcionais na estrutura, como propõe, por exemplo, Alexiadou (2001), que associa tais propriedades a categorias funcionais e não a categorias lexicais específicas. Além disso, ainda será necessário responder a outra questão fundamental, nomeadamente, será preciso determinar se a estrutura proposta para os nominais deverbiais se aplica universalmente às línguas naturais.

Esses resultados sugerem, portanto, que ao abrir mão de um componente específico para a formação de palavras na arquitetura da gramática e, conseqüentemente, da definição da categoria sintática de um determinado elemento pré-sintaticamente, o modelo da Morfologia Distribuída se depara com outras perguntas sobre a natureza específica das categorias funcionais que são necessárias para dar conta da boa formação das sentenças nas línguas naturais.

ALEXIADOU, A. *Functional Structure in Nominals: nominalization and ergativity*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

CAMACHO, R. G.; SANTANA, L. Argument structure in deverbal nouns in Brazilian Portuguese. *Journal of Language and Linguistics*, v.3, n.2. 2004

GRIMSHAW, J. *Argument Structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

HARLEY, H.; NOYER, R. Licensing the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the encyclopedia. *MIT Working Papers in Linguistics* 32, p.119-137, 1998.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers* v.4, n.2, 1997.

## Plurais irregulares do português brasileiro: palavras ou regras?

Ana Paula da Silva Huback

aphuback@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Uma das grandes discussões na literatura lingüística atual diz respeito à forma como as palavras estão estocadas no léxico mental do falante. Em termos gerais, excluídos maiores detalhes técnicos, podemos afirmar que existem duas correntes teóricas básicas sobre representações mentais:

i) Teoria de Palavras e Regras (Pinker; Prince, 1988, 1994; Pinker, 1991, 1999): no léxico mental, os itens são estocados de duas maneiras – memorização para os itens irregulares e regras para os regulares. Quando o falante vai pronunciar uma palavra, primeiramente ele busca esse item em seu léxico mental. Caso ele esteja armazenado, é sinal de que a palavra é irregular e, por isso, precisa ser memorizada individualmente. Se a palavra não estiver estocada no léxico mental, significa que ela é regular e, nesse caso, a regra (“default”) será aplicada. A escolha por uma das



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

duas rotas de acesso ao léxico mental é, portanto, definida pela regularidade da palavra. Nesse sentido, somente as palavras irregulares dependem de memorização e, por isso, apenas elas estariam sujeitas a efeitos de frequência de uso. Palavras regulares, por não estarem estocadas no léxico e serem derivadas por regras, não estariam sujeitas a efeitos de frequência (Pinker, 1991, 1999);

ii) Modelo de Redes (Bybee, 1985, 1995, 2001): a palavra inteira (ou até mesmo expressões muito usadas) é o item básico de estocagem lexical. As palavras estão organizadas no léxico mental através de interconexões semânticas e fonológicas. Padrões morfológicos podem emergir através da força dessas redes e introduzir variações na estrutura linguística. O que determina a estocagem por palavra ou por regra não é a (ir)regularidade do item lexical, mas sua frequência de uso no cotidiano do falante. Existem duas medidas básicas de frequência: a) Frequência de ocorrência (“token”) – a quantidade de vezes que um item léxico ocorre em um corpus linguístico, como, por exemplo, quantas vezes a palavra “leão” ocorre em um corpus do PB; b) Frequência de tipo (“type”) – a repetição de um padrão linguístico no léxico de uma língua, como, por exemplo, quantas palavras terminadas em *-ão* existem no PB.

Este artigo utiliza dois casos de plurais do Português Brasileiro (doravante PB) para discutir as teorias supracitadas. Os grupos de plural sob análise são:

- Plurais em *-ão*: casos como “avião”/“aviões”, “irmão”/“irmãos” e “pão”/“pães”. Nesse grupo de plurais, existe uma única desinência de singular (*-ão*), mas, no plural, há três possibilidades diferentes de plural para essa terminação (conforme exemplos acima). Como consequência disso, palavras que eram etimologicamente pluralizadas de uma determinada maneira acabaram adquirindo outra desinência de plural, devido à identidade no singular. Os plurais de “cidadão” e “guardião”, por exemplo, deveriam ser “cidadãos” e “guardiães”, mas as formas “cidadões” e “guardiões” já são registradas no corpus Lael Fala, embora essas não sejam as formas etimológicas;

- Plurais em *-l* e ditongo em *-u* (considerados em conjunto): casos em que a perda de distinção fonética entre *-l* e *-u* em fim de sílaba no PB (Cf. Cristófaros-Silva, 2002) levou à similaridade entre itens como “céu” / “gel” ou “degrau” / “sal”. Essas duas classes apresentam regras diferentes de pluralização: itens em *-l* são pluralizados, basicamente, através do acréscimo de *-is*: “géis”, “sais”; itens terminados em ditongo em *-u* são pluralizados através da regra canônica do PB, que é o acréscimo de *-s*: “céus”, “degraus”. No entanto, como não há mais distinção fonética entre *-l* e *-u* em fim de sílaba, esses correlatos para a aplicação do plural foram perdidos. Por causa disso, os plurais de “chapéu” e “degrau”, que deveriam ser “chapéus” e “degraus” já são encontrados no Lael Fala como “chapéis” e “degrais”. Nesses casos, a pluralização de *-l* (acrécimo de *-is*) está sendo aplicada a itens que terminam em ditongo em *-u*. Está havendo, portanto, uma migração nesses plurais, ocasionada pela perda de distinção fonética entre *-l* e *-u* em fim de palavra.

Neste trabalho, discutimos parte dos resultados preliminares de nossa tese de doutoramento, cujo tema é o debate entre diferentes teorias de léxico mental. Apresentamos e analisamos os resultados alcançados através de um teste de reação aplicado a 36 falantes nativos do PB, selecionados de acordo com faixa etária, gênero e nível de escolaridade. Escolhemos palavras pertencentes aos grupos de plural mencionados anteriormente e perguntamos a esses falantes a forma plural

de tais itens. Nosso objetivo era avaliar a reação dos informantes para pronunciar os plurais das palavras. Observamos que, em certos casos, os falantes responderam prontamente, sem que houvesse dúvidas, o plural da palavra falada pela pesquisadora. Em outros casos, os indivíduos hesitaram, demorando mais para prover o plural da palavra mencionada. Este artigo discute, especificamente, as hesitações que houve nas respostas aos plurais. Nossa análise tenta identificar os fatores linguísticos responsáveis pela hesitação ou não dos falantes nos plurais. Os resultados são discutidos à luz da Teoria de Palavras e Regras e do Modelo de Redes, tentando identificar qual dessas duas correntes teóricas justifica de forma mais apropriada os resultados alcançados com nosso experimento.

BYBEE, Joan. *Morphology: A study of the relation between meaning and form*. Philadelphia: John Benjamins, 1985.

\_\_\_\_\_. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Processes*, Cambridge, n. 10, p. 425-455, 1995.

\_\_\_\_\_. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. [Cambridge Studies in Linguistics, 94]

Corpus LAEL. Disponível em <http://lael.pucsp.br/corpora/index.html>. Acesso em diferentes fases da redação deste artigo.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

PINKER, Steven; PRINCE, Alan. On language and connectionism: analysis of a parallel distributed processing model of language acquisition. *Cognition*, n. 28, p. 73-193, 1988.

PINKER, Steven; PRINCE, Alan. Regular and irregular morphology and the psychological status of rules of grammar. In: LIMA, Susan; CORRIGAN, Roberta; IVERSON, Gregory (Eds.). *The reality of linguistic rules*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 321-351.

PINKER, Steven. Rules of language. *Science*, n. 253, p. 530-535, 1991.

\_\_\_\_\_. *Words and rules: the ingredients of language*. New York: Perennial, 1999.

### A combinação de orações no discurso relatado na língua portuguesa em uso

Maria Evane Bethonico

evanebetonico@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O objeto de estudo desenvolvido por esta análise é a estrutura do discurso relatado em seu uso no discurso científico das teses e dissertações acadêmicas escritas em língua portuguesa. Fundamentando-se na noção de língua em uso e considerando-se a função comunicativo-interacional da linguagem, pretende-se uma explicação para o papel comunicativo que assume o discurso relatado em seu perfil configuracional, semântico, e o papel funcional-discursivo da organização formal que o constitui.

Considerando-se a perspectiva funcional-discursiva da abordagem funcionalista, observamos que, nos textos acadêmicos das teses e dissertações, há uma variedade de frases apresentando estruturas como as destacadas em (1):



(1) Os dois estudiosos esclarecem que essa noção remete ao filósofo Pierce, que estabeleceu a distinção entre iconicidade imagética e diagramática.

Observando sentenças como essa, nos textos científicos das teses e dissertações acadêmicas, surgem questões: Como se articulam as orações complexas do discurso relatado, podendo expressar a polifonia em uma intrincada rede de usos de estratégias de envolvimento, construída em processos de produção de sentidos fundamentados em contextos sócio-históricos?

Podemos formular a hipótese de que a presença desse tipo de estratégia linguística constituindo o discurso relatado é a evidência de maior ou menor envolvimento do autor com o seu interlocutor, consigo próprio, com o assunto (o seu tema) e com o contexto sócio-cultural, visando a uma reconstrução do significado e da intenção comunicativa.

Os estudos tradicionais, em suas considerações sobre o discurso indireto, consideram normas textuais para referir-se, no enunciado, às palavras ou pensamentos de responsabilidade do interlocutor. No discurso indireto, os verbos *dicendi* se inserem na oração principal de uma oração complexa, tendo por subordinada as porções do enunciado que reproduzem as palavras próprias do interlocutor.

Encontram-se problemas nessas considerações, pois tais esquemas classificatórios apresentam noções estáticas e motivadas apenas pelo aspecto externo dos enunciados, desconsiderando o uso como uma das estratégias de estruturação do discurso relatado e ignorando que estrutura e função parecem ser interdependentes. Apresentam o processo de descrição gramatical sem reconhecimento de que a linguagem não é um fenômeno isolado, mas serve a propósitos, dependendo das intenções dos interlocutores.

Nas investigações sobre o discurso relatado, podemos interpretar as relações entre as orações em termos do componente lógico do sistema linguístico: as relações semântico-funcionais que constituem a lógica da língua natural. Há duas dimensões nessa interpretação: o sistema de interdependência, ou sistema tático, abrangendo parataxe e hipotaxe e o sistema lógico-semântico de expansão e projeção, que é uma relação inter-clausal – uma relação entre processos, expressos gramaticalmente como um complexo de orações.

Na relação de modificação, o termo geral é hipotaxe, a relação entre um elemento dependente e seu dominante, contrastando com a parataxe, que é a relação entre dois elementos de status igual.

Podemos apresentar a noção de projeção como a relação lógico-semântica em que a oração funciona não como a representação direta de experiência não-lingüística, mas como a representação de uma representação linguística. Pode-se considerar que a projeção combina com conjunto de interdependências relacionadas à parataxe, hipotaxe e encaixamento.

Sobre as estruturas de encaixamento, consideramos a distinção entre encaixamento e as relações táticas de parataxe e hipotaxe. Essas últimas são relações entre orações, e encaixamento é um mecanismo em que uma oração funciona como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, sendo ele mesmo um constituinte de uma oração. A oração encaixada funciona na estrutura de um grupo e o grupo funciona na estrutura da oração. Na hipotaxe, uma oração é dependente de outra, mas não é parte constituinte dela.

Neste estudo do discurso relatado, ressaltamos a propriedade comum a todas as línguas de colocar estruturas dentro de outras estruturas da mesma classe – a recursividade. Assim, a oração complexa pode ser definida como a oração que

contém dentro de seus limites pelo menos uma outra oração, por exemplo:

(2) Titia disse que nós desarrumamos a casa.

A oração *nós desarrumamos a casa* está inserida dentro de um dos termos da outra oração complexa: *Titia disse que nós desarrumamos a casa*; e está dentro do objeto direto: *que nós desarrumamos a casa*. Adotamos essa análise devido à transitividade do verbo *dizer* e devido à seqüência *que nós desarrumamos a casa* apresentar semelhanças funcionais com os sintagmas funcionais: pode ser objeto direto.

Temos também a noção de soldadura (ou frase ligada), caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de enunciação, equivalendo a uma única intenção, sem pausas ou entonações contrastantes. Em uma soldadura simples, não há distinção entre tema e propósito, há uma entonação que caracteriza a oração em sua totalidade. Em uma soldadura complexa, o propósito também pode ser qualquer elemento, dependendo do contexto e, nesse caso, a oração inteira pode constituir o propósito.

Pode-se compreender que a soldadura, caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de fala, pode ser relacionada à estrutura do discurso relatado.

Podemos considerar o princípio do dialogismo como um fenômeno universal, em todos os usos da língua, relacionado ao princípio da interlocução. Dessa maneira, a propriedade de interatividade é um aspecto inerente à própria língua e comprova a tese geral do dialogismo, sendo a propriedade geral de todo e qualquer uso da língua. Assim, apresentamos a interatividade como um aspecto central do processamento linguístico, referindo-se à relação do autor/interlocutor com a língua, sendo que um dos textos mais formais, como a tese acadêmica, apresenta marcas de interatividade.

Os objetivos deste estudo são: a descrição da estrutura das orações complexas que constituem o discurso relatado, para explicar a relação de dependência e encaixamento, que marcam as formas de uso e a análise do discurso relatado como projeção de significados e de polifonia.

O interesse é identificar as orações completivas que constituem o discurso relatado como um tipo de envolvimento interpessoal, permitindo ao discurso relatado constituir-se em evidências de uma especial relação do sujeito com a linguagem e, por isso mesmo, produzindo efeitos de sentido.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl.. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: Enfoques funcionalistas e gramaticais. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001.

CRUZ, Aline Cristina; SOUZA, Rosa Angélica Eiterer de. *Cláusulas encaixadas em verbos dicendi e suas diferentes realizações na fala e na escrita*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004. Monografia.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

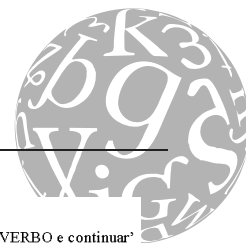
\_\_\_\_\_. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1994.

LONGHIN-TOMAZI. *Níveis de combinação de orações*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Marcadores conversacionais do português brasileiro: Formas, posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

NEVES, Maria Helena Moura. *A Gramática Funcional*. São Paulo. Martins Fontes. 1997.

PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Paulo: Ática. 2004.

intransitivo	transitivo	ambos	glosa
-kuidanek	-bidanek		'-ir parar VERBO e continuar'
-kuitsenek	-bitsenek		'-vir de VERBO e continuar'
		-tan	'-ir e vir'
		-wan	'-vir e ir de'
		-bud	'para baixo'
		-do ~ -to	'para cima'

### Os direcionais na família Pano

Rogério Vicente Ferreira

rogerio-vicente@uol.com.br

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A família Pano é constituída por vinte e nove línguas, cujos falantes habitam as regiões fronteiriças entre Brasil (doze línguas), Peru (quatorze línguas) e Bolívia (três línguas). No Brasil, os falantes de línguas Pano estão concentrados nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. As línguas faladas no Amazonas são Matis, Matsés (Mayoruna) e Marubo; no Acre, encontram-se o Katukina do Acre, Kaxináwa, Poyanáwa, Yaminawa, Yawanáwa, e Shanenawá e em Rondônia encontra-se o Kaxararí (Rodrigues, 1986). Vários estudos lingüísticos foram e estão sendo realizados. Entre as características apontadas nos estudos gramaticais, gostaríamos de destacar a questão dos direcionais, os quais são muito produtivos em todas estas línguas acima citadas. No entanto, nenhum estudo comparativo sobre os direcionais foi realizado até o momento. Como é comum a ocorrência destes morfemas nas línguas amazônicas (Wise, 1990), compreendermos o seu funcionamento nas línguas da família Pano é contribuir com os estudos que estão sendo realizados com as línguas indígenas.

É bastante usual que os direcionais apresentem 'características areais', como em algumas línguas da Austrália (Dixon, 2002: 201-202). Ao mesmo tempo, são típicos das línguas polissintéticas (que possuem vários morfemas em cada palavra).

As línguas da família Pano têm uma lista de sufixos direcionais de formas muito distintas, mas que possuem os mesmos significados, o que pode apontar para o desenvolvimento dos direcionais nas línguas desta família. Pode-se então observar se foram influenciados pelo fenômeno areal, como considerou Valenzuela (2003) a respeito dos evidenciais nas línguas Pano.

Já foi descoberto que os sufixos direcionais freqüentemente vêm de verbos como 'ir' e 'vir' (Aikhenvald 2006: 31; Heine & Kuteva, 2002: 70, 155), fato observado em alguns sufixos em Matsés (Fleck, 2003), como por exemplo, *nid* 'ir', *cho* 'vir', *cuen* 'passar', *buan* 'levar', *b* 'trazer', *buen* 'passar levando', e *bud* 'descer.' O Matis, semelhantemente a outras línguas da família Pano, recebe algumas marcas morfológicas que indicam direção. Tais marcas (sufixos) são estritamente de locomoção, sendo dêiticos espaciais. Estes morfemas, quando sufixados aos verbos, indicam ao ouvinte que o ato a ser realizado depende de um deslocamento espacial. Geralmente envolvem ações de andar, correr, viajar e sair. Valenzuela (2003: 270) denomina tais morfemas em SK de 'andativos' e 'venitivos', em função de sua característica semântica. Em Matis, alguns direcionais possuem pares cuja sufixação depende do tipo de verbo (transitivo ou intransitivo). Exemplos:

Algumas hipóteses que levantamos para o comportamento de tais sufixos são: i) a possibilidade que os diferentes

grupos de sufixos direcionais tenham entrado na língua em diferentes épocas. Por exemplo, *-bidan* e *-bitsen* podem ser mais antigos que *-nid* e *-ban* (Matses), *-o* (Matis e Matses) e outros; ii) é possível que tenham sido historicamente verbos, como ainda ocorre com os morfemas *-kuan* e *-t so*, respectivamente, 'ir' e 'vir'.

Tendo isto em vista, algumas perguntas que levantamos são: de que forma esses verbos tornaram-se sufixos? Foram construções verbais seriais? Algum tipo de composição verbal? Alguma oração subordinada que foi reduzida? Ou, ainda, outro tipo de construção? No momento, não podemos fazer afirmações, porém, através de um trabalho comparativo, poderemos chegar a algum resultado que nos permita esclarecer algumas destas questões.

Com isso, o presente trabalho pretende apresentar um levantamento desses morfemas em algumas línguas da família Pano - aquelas que possuem um tratamento sobre os mesmos - e verificar como cada pesquisador compreendeu o funcionamento desses direcionais, procurando, na medida em que os dados se apresentam, responder a algumas das questões acima apresentadas.

AIKHENVALD, Alexandra Y. Serial verb constructions in typological perspective. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R.M.W (Eds.) *Serial Verb Constructions: A Cross Linguistic Typology*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 1-68

DIXON, R. M. W. *Australian Languages: Their Nature and Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FLECK, David W. *A Grammar of Matses*. Tese (Doutorado em Lingüística) - Departamento de Lingüística, Rice University, Houston, 2003.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge University Press, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

VALENZUELA, Pilar M. *Transitivity in Shipibo - Konibo Grammar*. Tese (Doutorado em Lingüística) - Departamento de Lingüística, University of Oregon, 2003.

WISE, Mary Ruth. Valence-changing affixes in Maripuran Arawakan Languages. In: PAYNE, Doris L. (Ed.) *Amazonian Linguistics: studies in lowland South American Languages*. Austin: University of Texas Press, 1990. p. 89-116.

### Controle com orações encaixadas com verbos flexionados

Poliana Camargo Rabelo

poliana.rabelo@gmail.com  
Universidade de Brasília



O foco deste trabalho são as construções de controle obrigatório, cujas características principais, de acordo com a tradição de estudos gerativistas, são: i) forma verbal da oração encaixada sem marcas de flexão; ii) sujeito dessa oração encaixada obrigatoriamente nulo, mas selecionado semanticamente pelo verbo da oração encaixada; iii) sujeito nulo da oração encaixada obrigatoriamente correferente com um sintagma nominal da oração matriz, que tanto pode exercer a função de sujeito quanto a de objeto.

As características citadas acima têm sido relacionadas à presença da categoria pronominal PRO na posição de especificador do núcleo funcional I (Spec, I) da oração encaixada, e também ao fato de que o núcleo I da encaixada é defectivo, ou seja, não possui traços de pessoa, número e tempo.

Existem, entretanto, na literatura, referências à ocorrência de construções de controle obrigatório em que a forma verbal da oração subordinada possui marcas de flexão e caso do português (cf. Negrão, 1986; Raposo 1987; Rabelo 2004) e do grego (cf. Roussou s/d), por exemplo. Os dados em (1) e (2) a seguir ilustram o fenômeno em português e grego, respectivamente.

(1) O Pedro forçou os irmãos a mentirem.

(2) O Kostas theli/epithimi na fiji

O Kostas querer-3s/desejar-3s prt sair-3s  
“O Kostas quer sair”

A constatação da existência desse tipo de construção impõe que os limites entre as características de orações de controle e das orações finitas sejam revisitados. Pode-se ainda considerar o I das orações encaixadas de (1) e (2) defectivo? Que categoria sintática ocupa a posição de sujeito da oração encaixada?

Este trabalho procura comparar o português e o grego, com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças entre as duas línguas, no que diz respeito às construções de controle obrigatório com orações encaixadas flexionadas.

Por um lado, uma diferença relevante reside no fato de que o grego, ao contrário do português, não possui infinitivo. Assim, nas construções em que é encontrado o infinitivo no português, em grego é encontrada uma forma verbal flexionada (para pessoa e número), introduzida pela categoria ‘na’ (cf. (2)), que apresenta distribuição semelhante à das conjunções introdutoras de orações finitas. O português, por sua vez, possui tanto infinitivo não-flexionado quanto infinitivo flexionado e, ainda, o subjuntivo, com qual o controle não ocorre. Vejam-se os dados a seguir:

(3) a. O Pedro forçou os irmãos a mentirem.

b. O Pedro forçou os irmãos a mentir.

(4) O Pedro forçou que os irmãos mentissem.

Um aspecto relevante em relação ao português é que, em (3), a forma verbal infinitiva da oração encaixada ora aparece com marca de flexão no infinitivo, ora sem essa marca. Em (4), com o subjuntivo, verifica-se a ocorrência típica de uma oração finita encaixada, com marcas de flexão e sujeito expresso.

Por outro lado, uma semelhança entre as duas línguas reside no fato de que as orações de controle com flexão parecem estar relacionadas a modo. No grego, as orações de controle são introduzidas pela partícula *na*, que tem sido analisada como a própria realização do modo subjuntivo, já que o grego não possui subjuntivo morfológico – cf. (2) renumerado como (5), a seguir, em que a partícula *na* encontra-se em negrito.

(5) O Kostas theli/epithimi na fiji

No português, a presença *versus* a ausência de flexão no infinitivo também parece estar associada a uma leitura de *realis* e *irrealis*, respectivamente – cf. os dados em (6), a

seguir.

(6) a. As italianas sabem serem encantadoras (=que são encantadoras).

b. As italianas sabem ser encantadoras (=como ser encantadoras).

Essa leitura de modo, porém, parece ser neutralizada em construções como as exemplificadas em (3), que têm o mesmo valor de verdade, segundo julgamento de falantes do português. A seguinte questão se coloca diante desse quadro: a associação do infinitivo flexionado a uma leitura de modo *realis* versus a leitura de modo *irrealis* associada ao infinitivo não-flexionado é relevante para as construções de controle no português, como é para o grego, segundo Roussou?

Como um dos objetivos da gramática gerativa é caracterizar a gramática universal, trabalhos como este, em que se busca uma análise translingüística dos fenômenos lingüísticos, fazem-se essenciais no âmbito mais geral em que se inserem: a caracterização do fenômeno do controle no português.

NEGRÃO, Esmeralda. *Anaphora in Brazilian Portuguese Complement Structures*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Wisconsin-Madison, 1986.

RABELO, Poliana. *Sobre a Questão do Controle com o Infinitivo Flexionado Português*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RAPOSO, Eduardo. Propositional infinitival constructions in European Portuguese. In: JAEGLLI, Osvaldo; SAFIR, Kenneth J. (Eds.). *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Academic Publishers, 1989.

ROUSSOU, Anna. *In the Mood for Control*. Universidade de Patras. Manuscrito inédito. Sem data.

## Sintaxe dos verbos de movimento em português: uma aplicação da teoria cognitivista dos esquemas de imagem

Antônio Suárez Abreu

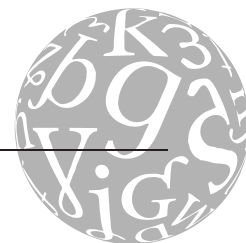
tom\_abreu@uol.com.br

Universidade Estadual Paulista - Araraquara

Esta pesquisa tem, como tema, a sintaxe dos verbos de movimento em português. Trata-se de um campo tratado pela tradição gramatical apenas a partir do binômio regra – exemplos, o que não permite uma visão mais geral e abrangente do assunto, levando, muitas vezes, ao descarte ou à estigmatização de variações de regência não licenciadas por uma determinada norma gramatical.

O objetivo do trabalho é mostrar a utilidade do uso de esquemas de imagem, como *percurso*, *container*, *parte-todo*, *link* etc., tal como definidos por Croft e Cruse (2004), Turner (1996) e Lakoff (1990), na descrição da sintaxe dos verbos de movimento em português.

A tese aqui defendida é de que a utilização desses esquemas, dentro dos processos de semantização (criação de significados), ressemantização (alteração de significado) e dessemantização ou *bleaching* (perda de sentidos anteriores) (cf. Castilho – a ser publicado), permite um notável grau de explicação a respeito de como os falantes, em situação de discurso, escolhem as regências desses verbos, preservando a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

“base lógica” dos esquemas a eles vinculados, de acordo com Lakoff (1990, p. 275):

- Image schemas structure our experience preconceptually.
- Corresponding image-schematic concepts exist.
- There are metaphors mapping image schemas into abstract domains preserving their basic logic.

Tomemos, a título de exemplo, um verbo como *passar* e dois esquemas de imagem: o esquema de percurso, que compreende *início – caminho – chegada*, e o esquema de “container”, que compreende *dentro – fora – fronteira*. Apliquemos esses esquemas às frases a seguir, todas elas extraídas de jornais diários:

- (1) Passamos por uma turbulência, na ida.
- (2) Passamos na casa dela para mais um café.
- (3) Passei o reveillon em Bertiooga.
- (4) Passei vergonha, por não ter conseguido liberar o dinheiro.
- (5) Passamos bastante protetor solar.

Em (1), temos o uso canônico de *passar*, que implica a movimentação física por um caminho. Daí, o uso da preposição *por*. Em (2), a preposição selecionada é *em*, uma vez que, para tomar café, costumamos entrar na casa de alguém. Além do esquema de percurso, é acionado agora o esquema de container. A “casa dela” é um container situado não ao final, mas ao longo de um percurso. Em (3), temos a dessemantização do percurso no espaço e ressemantização para um percurso no tempo (ESPAÇO  $\dot{\iota}$  TEMPO). Em (4), temos novamente a dessemantização do percurso no espaço para um percurso metafórico no tempo: o tempo decorrente em que alguém se envergonhou. O resultado é uma “phrasal verb”, ou expressão idiomática. Em (5), temos, novamente, uma dessemantização e uma ressemantização metafórica, mantendo sempre o esquema de percurso. Afinal, quem passa um líquido ou um creme sobre o corpo faz com ele um percurso sobre a pele. Em todos esses usos, apesar do surgimento de vários sentidos, o esquema de percurso foi mantido, o que permite deduzir que foi a partir dele, como processo cognitivo básico, que foi possível, em diversas situações de discurso, obter tantas variações polissêmicas.

O referencial teórico utilizado neste trabalho é o da linguística cognitiva, dentro da visão da linguagem humana como sistema complexo, cuja ordem dos componentes não é linear, mas fundamentada na existência de um fluxo contínuo de mudanças, em relacionamentos simultâneos, de acordo com a concepção de Waldrop (1993, apud Castilho, op. cit.), segundo a qual um sistema é complexo “in the sense that a great many independent agents are interacting with each other in a great many ways”. Dentro dessa perspectiva, as línguas humanas podem ser tratadas como um processo e não apenas enquanto produto, e seus vários níveis (discurso, léxico, semântica, gramática) podem ser considerados autônomos uns em relação aos outros.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Abordagem da língua como um sistema complexo: contribuições para uma nova linguística histórica*. Inédito.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

TURNER, Mark. *The literary mind: the origins of thought and language*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WALDROP, M. Mitchell. *Complexity. The emerging science at the edge of order and chaos*. New York: A Touchtone Book, 1993.

### Formações em X-logo e X-grafo: uma análise derivacional

Roberto Botelho Rondinini

robertorondinini@hotmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Propomos, neste trabalho, analisar construções terminadas em -logo e -grafo (como, por exemplo, ‘antropólogo’ e ‘fotógrafo’) sob a ótica da morfologia derivacional. Realizamos um estudo sincrônico de tais formativos, devido à constatação de que, na atualidade, -logo e -grafo não mais se comportam como radicais formadores de palavras pelo processo da composição, mas como sufixos formadores de palavras pelo processo da derivação. Admitimos, também, a proposta de modificação da estrutura de tais formativos, considerando-os como sufixos -ólogo e -ógrafo (cf. RONDININI, 2004).

Pretendemos, dessa maneira, complementar os estudos diacrônicos já realizados sobre o assunto e, mais especificamente, objetivamos (a) delimitar os grupos de palavras por afinidades morfo-sintático-semânticas, (b) formalizar as Regras de Formação de Palavras (RFPs), (c) formalizar as Regras de Análise Estrutural (RAEs) e (d) analisar a direcionalidade do processo: se ocorre do agente para a ciência (‘antropólogo’ – ‘antropologia’) ou vice-versa.

Fundamentamos nossa análise na morfologia derivacional de base gerativa de Aronoff (1976), Basílio (1980, 1987) e Villalva (2000), uma vez que esses autores apresentam importantes contribuições em relação a modelos anteriores, como o Estruturalista e o Gerativo Padrão. Com Aronoff, a morfologia derivacional passa a focalizar o estudo das palavras que um falante pode efetivamente criar, compreendendo que tal processo é parcial e diferente da criatividade em sintaxe, que apresenta caráter total. Basílio apresenta um modelo em que RFPs não se fundamentam em bases compostas por palavras ou radicais, mas em elementos detectáveis por regras de análise estrutural (RAEs), admitindo variação categorial de bases e produtos. Esse foi o modelo basilar de nossas análises. Já Villalva delimita com maior precisão as bases (livres), podendo ser representadas por radicais de origem nominal, adjetival ou verbal.

Realizamos uma pesquisa empírica com dados coletados de fontes escritas e orais, tais como o dicionário Aurélio, o Jornal do Brasil e a revista Veja, além de situações diversas de interação comunicativa. Nosso *corpus* foi constituído por 372 formações.

Após a coleta de nossos dados, realizamos a separação das palavras por grupos de afinidades, afim de verificarmos a recorrência de seus significados. Foram identificados três grupos para -ólogo e três para -ógrafo, divididos da seguinte forma:

-ólogo: agentivos especialistas, agentivos habituais e formas isoladas;

-ógrafo: agentivos peritos, instrumentos e formas isoladas.

Iniciamos nosso trabalho, explicitando alguns pontos importantes para o seu desenvolvimento, como a distinção entre bases presas e livres; a diferenciação de formas abstratas e





concretas é a distinção semântica entre os agentes em -ólogo e -ógrafo. Passamos, então, a analisar separadamente os formativos.

Primeiramente, delimitamos as diferenças semânticas existentes entre os agentivos das formas em -ólogo, separando-os em dois grupos, para, em seguida, apresentarmos as RFPs e/ou RAEs referentes a cada grupo, comentando as especificidades e generalizações observadas. Procedemos da mesma maneira para a análise das formas X-ógrafo.

Consideramos, ainda, a direcionalidade das construções, a partir da formalização proposta por Basílio (1980) para expressar o relacionamento paradigmático obrigatório em formações com base presa. Isso se realiza através do seguinte questionamento: seria o processo de formação de palavras que analisamos baseado na ciência ou no agente? Em outras palavras, é a partir do agente (como, por exemplo, geólogo) que se nomeia a ciência (geologia) ou o contrário é verdadeiro? A análise de nossos dados forneceu-nos indicações claras sobre essa questão. Finalmente, verificamos a eficiência da delimitação de bases do processo de formação de palavras estudado, segundo a proposta de Villalva (2000). Buscamos, dessa maneira, apresentar uma descrição atualizada a respeito dos processos em análise e, com isso, pretendemos contribuir para os estudos morfológicos de base gerativa.

ARONOFF, M. *Word formation in gerative grammar*. Linguistic Inquiry. Monografia I. Cambridge: The MIT Press, 1976.

BASÍLIO, M. *Estruturas Lexicais do Português: Uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Produtividade e função nos processos de formação de palavras*. Trabalho-tema do GT de morfologia da ALFAL. Campinas, p. mimeo, 1990.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: CHOMSKY, N (org.) *Readings in english grammar*. Waltham: Gimm, 1970.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GONÇALVES, C. A. *Flexão e Derivação em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004a.

MIRANDA, N. *Agentivos deverbais e denominais: um estudo da produtividade lexical*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 1979.

RONDININI, R. B. *Formações X-ólogo e X-ógrafo no português: uma abordagem derivacional*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2004.

VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas do português*. Lisboa: Almedina, 2000.

dentro do DP. Para tecer considerações em relação a essas possibilidades de extração, adoto a proposta desenvolvida a partir de Chomsky (1995), de que os movimentos são guiados na sintaxe pela motivação de checagem de traços e, assumo com Gutiérrez-Bravo (2001) que a extração no DP pode ser condicionada por Caso, discuto a favor de que as (im)possibilidades de extração de PPS de dentro de DPS estejam relacionadas à necessidade ou não de checagem de traços.

Recorro também à idéia defendida em Chomsky (2001) de que as derivações ocorrem por fases, as quais estão sujeitas a uma condição denominada Condição de Impenetrabilidade de Fase (Phase-impenetrability Condition), já que retomo as considerações em Gutiérrez-Bravo (2001), o qual propõe que o DP é uma fase e constitui Domínio Opaco para Caso (Case-opaque Domain). Por ser uma fase, um constituinte extraído desse domínio deve mover-se através de Spec-DP, conforme prevê a Condição de Impenetrabilidade de Fase. A idéia desse domínio opaco é a de que quando AgrGen, projeção intermediária entre DP e NP, apresenta um traço fraco de Caso, o movimento de qualquer constituinte para o Spec da fase DP será condicionado pela possibilidade de checagem dos traços de AgrGen.

Para o português, amplio a proposta de Gutiérrez-Bravo de extração do genitivo para as construções dativas em DPS, já que essas parecem apresentar o mesmo comportamento em relação à extração, e o termo AgrGen será utilizado como referência à projeção de checagem de Caso, não necessariamente de Caso genitivo.

Assumo que as construções genitivas, bem como as construções preposicionais introduzidas por *a*, correspondentes a dativo, são operadas na sintaxe como um DP, já que este tem propriedades de checagem de traços, e os itens *de* e *a* são inseridos pós-sintaxe, como argumenta, por exemplo, Fraga (2006). Vejam-se os seguintes exemplos:

- (1) a. A obstrução [GENITIVO dos vasos / a sua obstrução]  
b. O bolo [GENITIVO da Joana] / O seu bolo
- (2) a. A estante [NÃO-GENITIVO de madeira] / \*A sua estante (em que sua se refere a de madeira)  
b. O bolo [NÃO-GENITIVO de chocolate] / \*O seu bolo (em que seu se refere a de chocolate)
- (3) a. A medicação interrompeu a obstrução [dos vasos].  
b. De que (que) a medicação interrompeu a obstrução?
- (4) a. Comprei uma estante de madeira.  
b. \*De que (que) eu comprei uma estante?
- (5) a. João comeu o bolo [de chocolate] [da Joana].  
b. \*De que (que) João comeu o bolo da Joana?  
c. De quem (que) João comeu o bolo de chocolate?
- (6) a. Maria leu a tradução de Raposo do Programa Minimalista.

## Sobre extração de genitivos e dativos em DPS

Adeilson Pinheiro Sedrins

sedrins@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas

Neste trabalho apresento uma análise da extração de constituintes preposicionados que entram em relação com núcleos nominais em sentenças do português, mais precisamente de construções argumentais genitivas e dativas

As construções genitivas se caracterizam no português, entre outras propriedades, por sua introdução pelo item *de* e pela possibilidade de possessivação. Além disso, geralmente estão relacionadas às interpretações de *agente*, *tema* e *posse*. Assim, temos construção genitiva em (1), mas não em (2). Os contrastes de extração entre um *de-phrase* genitivo e um não-genitivo podem ser vistos em exemplos como de (3) a (5).

Conforme observo, a extração de genitivo e dativo está sujeita à *Condição de Elo Mínimo* (CEM), conforme proposta em Chomsky (1995). E para DPs com mais de uma construção



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- b. *De quem* (que) a Maria leu a tradução *t* do Programa Minimalista?  
c. \**De que* (que) a Maria leu a tradução de Raposo *t*?
- (7) a. *A quem* todos presenciaram a entrega do prêmio?  
b. *A quem* todos assistiram a homenagem?
- (8) a. *De que* todos presenciaram a entrega?  
b. \**De que* todos presenciaram a entrega ao João?
- (9) a. *Who* is the class reading a book about *t*?  
'Sobre quem que a turma está lendo um livro?'  
b. *Who* did they write a book about *t*?  
'Sobre quem que eles escreveram um livro?'  
(DAVIES & DUBINSKY, 2003, p. 1-3)
- (10) a. Sobre quem que a turma está lendo um livro?  
b. Sobre quem que eles escreveram um livro?
- (11) a. A turma está lendo sobre Chomsky.  
b. Eles escreveram sobre Chomsky.
- (12) a. Maria comprou um livro sobre Gerativa.  
b. ?? *Sobre* o que (que) Maria comprou um livro?  
c. \**Maria* comprou sobre Gerativa.
- (13) a. Em que ela evita o pensamento nessas horas?  
b. De que o João finge a necessidade?

genitiva, verifico que existe uma relação de proeminência, segundo observado por Demonte (1987) e por Giorgi & Longobardi (1991) para o espanhol e para o italiano, respectivamente. Assim, em (6), tanto o genitivo *agente* (*de Raposo*), quanto o genitivo *tema* (*do Programa Minimalista*) é capaz de checar traços em AgrGen. Contudo, por questões de proximidade, é o *agente* quem deve checar esse traço. A derivação de (6c) não se dá, devido à violação dessa condição. Note-se que, mesmo que (6b) possa para alguns parecer “estranha”, (6c), por outro lado, é agramatical:

Em relação às construções dativas, geralmente estão relacionadas à interpretação de *meta/benefactivo* e, como ocorre com genitivos, podem ser extraídas:

Comparando exemplos em que há a coexistência de genitivo e dativo dentro do DP – (7a) e (8b) –, em relação à extração, novamente a CEM parece atuar: tanto a construção introduzida por *a*, quanto a introduzida por *de* podem checar Caso na então denominada por Gutiérrez-Bravo de projeção AgrGen, e por isso é permitida tanto a extração do genitivo em (8a), quanto a do dativo em (7a). A construção preposicional introduzida por *a* é mais proeminente que a introduzida por *de* e, por isso, no caso da ocorrência dos dois tipos de PP<sub>S</sub>, é o PP introduzido por *a* que checa os traços em AgrGen podendo ser posteriormente extraído, como ocorreu em (7a). (8b) é excluída por causa da violação da CEM.

A análise contempla exemplos de outras construções extraídas de DP que não são genitivas, nem dativas, como as construções em (9) observadas por Davies & Dubinsky (2003), adaptadas para o português (10). Nossa intuição sobre os elementos extraídos em (9) é a de que são argumentos relacionados ao verbo e, portanto, a extração verificada não se dá de dentro do DP *um livro*.

Comparando as construções com verbos *ler* e *escrever* a construções com verbo *comprar*, por exemplo, é possível verificar um contraste de extração. Com o verbo *comprar* (12), a extração de *sobre Chomsky* não é possível, bem como também não é possível a omissão de *do livro* conforme acontece em (11), o que aponta para a possibilidade de o verbo exercer papel fundamental no comportamento desses PP<sub>S</sub> e não o nome.

Em suma, defendo que a possibilidade de extração de um genitivo e de um dativo e não de outro constituinte preposicionado de dentro do DP está relacionada ao fato de que genitivo e dativo possuem uma relação argumental com o núcleo nominal, são manipulados na sintaxe como DP<sub>S</sub>

e não como PP<sub>S</sub>, diferente de PP<sub>S</sub> modificadores/adjuntos que, por terem a preposição manipulada na sintaxe, tem sua extração bloqueada, já que não há possibilidade de um PP checar os traços de AgrGen. Ainda, as conclusões da análise realizada podem ser estendidas a outros PP<sub>S</sub> de natureza argumental, como os apresentados em (13), os quais igualmente podem ser extraídos, se comparados com PP<sub>S</sub> adjuntos.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001. p. 1-52.

DAVIES, W. D.; DUBINSKY, S. On extraction from NPs. In: *Natural Language & Linguistic Theory*. v. 21. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 1-37.

DEMONTE, V. C-comand, prepositions and predication. In: *Linguistic Inquiry*. v. 18, 1987. p. 147-157.

FRAGA, C. Prepositions and distributed morphology. In: *Escola de verão de lingüística* (EVELIN), 2006. *Handout*. Campinas, 2006.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. *The syntax of noun phrases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GUTIÉRREZ-BRAVO, R. Phases, Case and Accessibility: the case of extraction from DP in Spanish. In: McCLOSKEY, J. (Ed). *Syntax and Semantics at Santa Cruz 3*. Linguistics research center, University of California, Santa Cruz, 2001.

### [SPEC, VP] para inacusativos: uma proposta para o efeito de definitude no português brasileiro

Marcelo Amorim Sibaldo

sibaldo@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas

Belletti (1988) propõe uma generalização no que concerne ao Caso atribuído por verbos inacusativos e ao suposto Efeito de Definitude (DE) presente no DP pós-verbal em estruturas inacusativas. Baseada em estruturas como (1) do finlandês, língua cujo paradigma Casual permite o Caso partitivo para o DP objeto, além do acusativo, a autora observa que há diferenças entre a atribuição de Caso aos DP<sub>S</sub> pós-verbais nas sentenças do finlandês: quando o DP pós-verbal tem uma leitura definida, o Caso atribuído é o acusativo; quando indefinida, partitivo.

Assim, Belletti propõe que a diferença manifestada visivelmente em (1) é uma opção também disponível nas línguas em que a morfologia Casual não faz nenhuma distinção, o que leva a autora a postular universalmente o DE e o Caso partitivo para os DP<sub>S</sub> pós-verbais em estruturas inacusativas. Essa postulação pode ser corroborada considerando-se (2) e (3), visto que os DP<sub>S</sub> pós-verbais são indefinidos.

Porém, quando olhamos para estruturas inacusativas de línguas de sujeito nulo, como o italiano e o português em (4), notamos que o DP pós-verbal pode aparecer definido, o que pode desfazer a predição de Belletti, que, já ciente dos dados em (4), propõe a distinção estrutural de duas configurações para o DP posposto, a saber, DP<sub>2</sub> e DP<sub>4</sub> da estrutura em



(5).

Dessa forma, apenas DP<sub>2</sub> da estrutura inacusativa esboçada em (5) está submetido ao DE. A autora argumenta que em (4), os DP<sub>S</sub> [il ragazzo] e [o menino], respectivamente, estão na posição DP<sub>4</sub>, ou seja, na posição de adjunção a VP e não estão sujeitos ao DE. Belletti ainda afirma que a única estrutura que nos asseguraria a posição DP<sub>2</sub> (e não DP<sub>4</sub>) seria a estrutura em (6), cuja aplicação vemos em (7).

Contrariando essa assunção, podemos encontrar estruturas gramaticais no português brasileiro (PB) com a estrutura proposta por Belletti (1988) em (6), como podemos ver em (8).

Considerando o acima exposto, indagamos: (i) podemos assumir o DE no PB? (ii) Será o Caso partitivo atribuído ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas nessa língua?

Eis as duas questões-chave sobre as quais nos debruçaremos nesta comunicação, cujo objeto de análise se limitará às sentenças declarativas finitas inacusativas do PB e cujo embasamento teórico será a sintaxe gerativa (CHOMSKY, 1981 e 1986).

Assumindo o que foi discutido até aqui, podemos elencar duas hipóteses: (i) considerar que há a presença do DE na posição de argumento interno dos verbos inacusativos e que há a atribuição do Caso partitivo a esse argumento (cf. BELLETTI, 1988) e (ii) argumentar que, em línguas como o PB, o DE não opera, sendo assim, um outro Caso que não o partitivo é atribuído ao DP pós-verbal de estruturas inacusativas, o que, *a priori*, corrobora com os dados em (8). Para tentar responder às questões introduzidas acima, recusaremos as propostas que têm sido apresentadas para o PB cuja resposta é “não” (cf. COELHO, 2000; TAVARES SILVA, 2004; entre outros), visto haver evidências a favor da hipótese (i). Argumentaremos a favor da primeira hipótese, propondo algumas modificações.

Admitiremos que o DE não é operante apenas *aparentemente* em algumas línguas, como o PB, por exemplo, e que o Caso atribuído ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas é o partitivo, como afirmam Belletti (1988) e Lasnik (1995); porém, a nossa proposta se distanciará dessas no sentido de que apenas os DPs pós-verbais indefinidos recebem esse Caso; ao contrário, os DP<sub>S</sub> definidos recebem Caso nominativo, tanto na posição pré-verbal, quanto na posição pós-verbal, o que corrobora com os dados de Kiparsky (2001) do finlandês em (9).

Assim, argumentaremos a favor da hipótese de que o DP das estruturas inacusativas é gerado em [Compl, V], adotando a proposta de Belletti (1988) de que esta é uma posição em que o DE atua. No percurso da derivação, o DP definido não é aceito na posição de objeto do verbo inacusativo, visto haver o DE nessa posição (conseqüentemente, uma posição de DP indefinido), motivando a subida desse DP para [Spec,VP] para receber o Caso nominativo. Assumindo a proposta de Rizzi (1982, 1986), postulamos um expletivo nulo em [Spec, IP] para satisfação do EPP.

Um teste para corroborar com a proposta esboçada acima advém da teoria dos quantificadores flutuantes (Q<sub>S</sub>) de Sportiche (1988), que explicaria o porquê da assimetria entre as sentenças (10) e (11).

Assumiremos que na estrutura inacusativa em (10a), o DP [as cartas] contendo um Q (todas) adjungido é gerado na posição [Compl, V] sendo alçado para a posição [Spec, VP], onde recebe Caso nominativo. Assim, podemos dizer que todo o constituinte [todas as cartas] sobe para [Spec, VP], onde [as cartas] recebe Caso nominativo; já em (10b), somente o DP pós-verbal definido [as cartas] sobe para receber o Caso

nominativo e a sentença, ainda assim, continua gramatical, como previsto na nossa proposta. Contrário ao que acontece nos exemplos em (11), onde temos em (11a) um DP plural nu indefinido [cartas], que, por ser indefinido, tem de ficar *in situ*, haja vista que, na posição de objeto dos verbos inacusativos, o DE é atuante, ou seja, o DP indefinido fica em [Compl, V] e recebe Caso partitivo. Isso explica, então, a agramaticalidade de (11b), onde o DP não pode ser alçado para [Spec, VP], uma posição para DP<sub>S</sub> definidos, logo, com Caso nominativo.

Alguém poderia sugerir que, em (10b), o Q [todas] estaria interno ao DP, como no DP [as cartas todas de Maria] de (12), possível no PB, onde o Q se encontra numa posição interna a esse nominal, o que poderia invalidar a nossa proposta, visto que o movimento em (10b) ocorreria num domínio *interno* ao DP. Porém, o contraste entre (13) e (14) sugere que o Q está realmente fora do DP, já que, em (13b), podemos encontrar o verbo entre o DP sujeito definido e o Q na ordem SV, o que sugere movimento de *todo* o DP, ao contrário do que ocorre em (14b), com DP indefinido.

- (1) a. Hän pani Kiriat pöydälle.  
“Ele colocou os livros (acc. pl) na mesa.”  
b. Hän pani Kirjoja pöydälle.  
“Ele colocou (alguns) livros (part. pl) na mesa.”
- (2) a. Il est arrivé trois filles. (francês)  
“Expl chegou três garotas.”  
b. \*Il est arrivé la fille.  
“Expl chegou a garota.”
- (3) a. There arrived a man. (inglês)  
“Expl chegou um homem.”  
b. \*There arrived the man.  
“Expl chegou o homem.”
- (4) a. È arrivato il ragazzo.  
b. Chegou o menino.
- (5) DP<sub>1</sub> [<sub>VP</sub> V DP<sub>2</sub> [<sub>PP</sub> P DP<sub>3</sub>]]DP<sub>4</sub>
- (6) DP<sub>1</sub> [<sub>VP</sub> V DP<sub>2</sub> PP]
- (7) a. Era finalmente arrivato qualche studente a lezione.  
“Finalmente, chegaram alguns estudantes para a lição.”  
b. \*Era finalmente arrivato ogni studente a lezione.  
“Finalmente, chegou todo estudante para a lição.”
- (8) a. De repente, chegaram os meninos na sala de aula.  
b. Aos poucos, chegou toda a turma para o início da aula.
- (9) a. Uutise-t jatku-vat.  
Notícia-PINom continuar-3PI  
“As notícias continuarão.”  
b. Nyt tule-e uutise-t.  
agora vir-3Sg notícia-PINom  
“Agora vêm as notícias.”  
c. Nyt tule-e uutis-i-a.  
agora vir-3Sg notícias-PI-Part  
“Agora vêm notícias”
- (10) a. Chegaram todas as cartas.  
b. Chegaram as cartas todas.
- (11) a. Chegaram muitas cartas.  
b. \*Chegaram cartas muitas.
- (12) De repente, chegaram [as cartas todas de Maria] ontem à tarde.
- (13) a. Chegaram todas as cartas.  
b. As cartas chegaram todas.
- (14) a. Chegaram poucas cartas.  
b. \*Cartas chegaram poucas.

BELLETTI, A. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 1, 1988. p. 1-34.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger, 1986.
- COELHO, I. L. *A Ordem VDP em Construções Monoargumentais: Uma Restrição Sintático-Semântica*, 2000. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- KIPARSKY, P. Structural Case in Finnish. *Lingua*, n. 111, 2001. p. 315-376.
- LASNIK, H. Case and Expletive Revisited: On Greed and other human failings. *Linguistic Inquiry*, v. 26, n. 4, 1995. p. 615-633.
- RIZZI, L. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.
- RIZZI, L. Null Objects in Italian and the Theory of *pro*. *Linguistic Inquiry*, v. 17, n. 3, 1986. p. 501-557.
- SPORTICHE, D. A Theory of Floating Quantifiers and Its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, 1988. p. 425-449.
- TAVARES SILVA, C. R. *A Natureza de Agr e suas Implicações na Ordem VS: Um Estudo Comparativo entre o Português Brasileiro e o Português Europeu*, 2004. Tese de Doutorado em Linguística. Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2004.

### A concomitância de sujeito e objeto direto no SN

Bruna Karla Pereira

brunaufmg@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Trabalhamos com a hipótese de que ocorrências como “Houve (-ram) festas” são sustentadas por fatores orgânicos e enunciativos, que regem o funcionamento linguístico.

Na análise de sentenças como essa, observamos que a posição do SN e a impessoalidade do verbo (FRANCHI *et al.*, 1998) não são critérios suficientes para definir o *status* sintático desse SN. Esse impasse é reconhecido também por Decat (1983), ao assumir que a concordância, nesses casos, é optativa e ao propor uma “perda de “status” de sujeito” (DECAT, 1983: 17). A nosso ver, diferentemente, não há uma perda de *status* sintático, há uma convergência de sujeito e objeto direto no SN.

Para isso, sujeito e objeto são concebidos como lugares sintáticos. Essa noção não está vinculada à posição do SN na ordem linear da sentença, pois há, em sentenças com convergência, a possibilidade de posposição e anteposição sem alteração dos fundamentos referenciais da sentença. Por exemplo: “Houve uma festa” e “Uma festa houve” apresentam o mesmo fundamento referencial. Diferentemente, em “Mataram Pedro e Maria”, a alteração na posição do SN levará a uma sentença que se constitui a partir de outras bases referenciais. Portanto, uma paráfrase possível dessa sentença é “Pedro e Maria estão mortos”. Diferentemente, com alteração na ordem - “Pedro e Maria mataram” -, esta paráfrase não é mais possível, embora seja possível uma paráfrase contrária: “Pedro e Maria estão vivos”. Portanto, a alteração na posição do SN levou a uma alteração nas bases referenciais nas quais se assenta a sentença, fato que não ocorre em sentenças com convergência.

Outra especificidade da convergência reside no fato de que

pode haver oscilação na concordância sem que haja igualmente uma alteração nos fundamentos referenciais. Assim sendo, “Houve festas” e “Houveram festas” apresentam a mesma referência. Ao contrário, em “Já mataram cem pessoas neste semestre”, a alteração na concordância levaria a “Já matou cem pessoas neste semestre” e implicaria em uma mudança no sentido. Assim, enquanto a primeira oração produz um efeito de indeterminação do sujeito, porque o verbo está na terceira pessoa do plural, na segunda sentença, com o singular, perde-se esse efeito. Por isso, enquanto a segunda sentença pode ser parafraseada com ocupação do lugar de sujeito “A força armada matou cem pessoas neste semestre”, a primeira não poderia, pois assim pontuaríamos o campo de referência do lugar de sujeito. A sentença “Já mataram cem pessoas neste semestre” não aceita, portanto, oscilação na concordância, fato que não ocorre em sentenças com convergência.

Ademais, para operarmos com a noção de convergência, precisamos especificar os conceitos *lugar sintático de sujeito*, *lugar sintático de objeto*, *campo de referência* e *condensação do campo de referência*.

Partimos da perspectiva segundo a qual *objeto direto* é um lugar sintático projetado pelo verbo (Dias, 2005). Por sua vez, *sujeito* é um lugar sintático sedimentado pelas suas diferentes atualizações no percurso enunciativo dos verbos (Dias, 2002). Esse lugar estabelece uma relação de *articulação* (Dias, 2003) com o verbo, que se manifesta na flexão. Ressaltamos que a concordância é também uma das formas de manifestação dessa articulação, mas ela não é necessária. Isso nos permite dizer que o SN “festas” pode ser considerado ocupante do lugar de sujeito, em “Houve festas”, mesmo que não haja concordância. Portanto, dizer que “festas” não é sujeito de “houve”, porque não há concordância, não é um argumento plausível. Primeiro, porque só a flexão do verbo já marca a articulação com o lugar de sujeito. Segundo, porque, em “Houve uma festa”, “houve” estabelece concordância com “uma festa”. No entanto, essa concordância não é decisiva para se pensar “uma festa” estritamente como sujeito e para se excluir a possibilidade de “uma festa” ser considerado objeto. Além disso, é incoerente dizer que o verbo é impessoal, porque, se há flexão, há um morfema de pessoa.

Por sua vez, entendemos campo de referência como o domínio de ancoragem dos lugares sintáticos. Assim sendo, em uma sentença como “O professor chegou a mesa para o canto”, a referência do lugar sintático de sujeito se dá em um campo de referência designado por “o professor”. Por outro lado, a referência do lugar sintático de objeto se dá em um outro campo de referência designado por “a mesa”. Desse modo, a ancoragem de sujeito e objeto se dá, nessa sentença, em campos distintos de referência. Diferentemente, em uma sentença como “Chegaram os meninos”, a ancoragem dos lugares de sujeito e objeto se dá em um único campo de referência designado por “os meninos”. Essa é, portanto, mais uma das especificidades das construções com convergência: a condensação da ancoragem dos lugares sintáticos em um único domínio. A projeção orgânica que isso tem para a sintaxe é que ocorrências com convergência são aquelas em que o verbo apresenta-se como mono-argumental.

Explicados esses conceitos, podemos inserir a tipologia vista a partir de um contínuo no qual há três grupos de verbos na observação do fenômeno da convergência. São eles: um grupo que não favorece ocorrências com convergência; um grupo que favorece tanto ocorrências com convergência quanto sem convergência e, por fim, um grupo que favorece,



com mais regularidade, ocorrências com convergência.

O primeiro grupo é constituído por verbos como “matar” e “beber”. Sentenças construídas com esses verbos não favorecem a alteração na posição do SN ou na concordância verbal, sem que haja modificação em seus fundamentos referenciais ou sem que se construam sentenças pouco aceitáveis na língua. Por exemplo, em “Beberam vinhos de alta qualidade”, a alteração na posição do SN “Vinhos de alta qualidade beberam” não só modifica as bases referenciais da sentença, caso visto com o verbo “matar”, como torna a sentença pouco aceitável. Sendo assim, os verbos desse grupo ocorrem com atualização dos lugares sintáticos separadamente e não se apresentam como mono-argumentais.

O segundo grupo é constituído por verbos como “chegar” e “começar”. Estes verbos ora apresentam-se com atualização dos lugares de sujeito e objeto separadamente, como em “O professor chegou a mesa para o canto”, ora apresentam-se como mono-argumentais, como em “Chegaram os meninos”. A primeira sentença ocorre sem convergência, mas é capaz de mostrar que o verbo “chegar” guarda a memória de sedimentação do sujeito e de projeção do objeto. Por isso, pode-se afirmar que também a segunda sentença constitui-se desses dois lugares. Assim sendo, em relação a esses verbos, o que determina ocorrências com convergência é um modo de enunciar que leva à condensação da ancoragem dos lugares sintáticos em um único campo de referência.

O terceiro grupo, finalmente, abarca verbos como “haver” e “ocorrer”. Esse grupo favorece, com mais regularidade, ocorrências com convergência, porque são verbos que se apresentam como mono-argumentais na maior parte dos casos. Por exemplo, uma sentença como “A empresa ocorreu uma reunião” não é aceitável.

Em suma, ocorrências com convergência apresentam as seguintes características: o verbo se apresenta como mono-argumental, são possíveis a alteração na posição do SN e a oscilação na concordância, sem modificação das bases referenciais da sentença, e há uma condensação da ancoragem dos dois lugares sintáticos em um único campo de referência. Por fim, a análise da concomitância entre sujeito e objeto é relevante para os estudos lingüísticos, tendo em vista que a tentativa de determinar dicotomicamente a categoria do SN em sentenças, como as mencionadas, não se sustenta.

DECAT, B. Concordância verbal, topicalização e posposição de sujeito. In: *Ensaio de Lingüística: cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*. Ano 5, n.9. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, dez/1983. p. 09-48.

DIAS, L. F. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. (Org). *Questões de Lingüística*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. p. 57-69.

\_\_\_\_\_. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

\_\_\_\_\_. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E.; MARINHO, J. H. (Orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005. p. 101-122.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Sobre a gramática das construções existenciais com TER/HAVER. In: *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. especial. São Paulo, 1998. p. 105-131.

## A interação da marcação de caso e a definitude no armênio

Lusine Yeghiazaryan

lusine@usp.br  
Universidade de São Paulo

O objetivo deste trabalho é investigar como a definitude é realizada no armênio, com foco na interação de marcação de Caso e o sufixo pós-nominal  $-n/y$ , que a gramática tradicional do armênio chama de artigo definido. O elo da discussão é estabelecer se esse sufixo pode ser classificado como marca morfológica de Caso, ou como artigo definido propriamente dito. A hipótese sobre o estatuto desse sufixo é apoiada no comportamento do artigo indefinido *mi*, das construções partitivas e dos artigos possessivos.

Paralelamente à noção de definitude e tópicos relacionados, discute-se a categoria do Caso dentro da Teoria Gerativa, focalizando alguns pontos que necessitam de maior explicação. Verificamos, também, o sistema dos Casos do armênio, analisando dados que dão suporte ou representam problemas para o tratamento dos Casos universais que estão presentes de forma abstrata nas línguas naturais.

Como conseqüência da nossa investigação, verificamos evidências para contribuir para o esclarecimento do número real dos Casos morfológicos existentes no armênio, uma vez que o sufixo  $-n/y$  atua nos principais pontos de discordância entre os estudiosos do sistema casual do armênio. Um outro aspecto da discussão é revelar como a marcação (ou não-marcação) morfológica dos Casos em geral interfere na leitura definida e/ou indefinida na língua em questão.

Esta pesquisa limita-se à discussão dos Casos Nominativo, Genitivo, Acusativo e Dativo, deixando os Casos Ablativo, Instrumental e Locativo (cuja existência é assunto de unanimidade entre os lingüistas) para uma etapa posterior. A razão de termos focado nossa atenção nos quatro Casos mencionados é devida ao fato de que muitos lingüistas defendem a idéia de mesclar esses em dois Casos morfológicos, devido à semelhança de marca casual, sendo que alguns lingüistas juntam o Nominativo com o Acusativo, enquanto outros o Genitivo com Dativo, ou o Dativo com o Acusativo. Entretanto, queremos argumentar que essas hipóteses não podem ser aceitas, por causa da peculiar interação das marcas casuais com o sufixo definido  $-n/y$ , que não se aplica livremente a todos os Casos morfológicos mencionados, porém se comporta de tal modo que seu uso seja inaceitável no Genitivo, podendo aparecer no Nominativo, Acusativo e Dativo com diferentes restrições.

As hipóteses que apresentamos nesta pesquisa são as que se seguem:

1. Verificando o estatuto do  $-n/y$ , mostramos que o mesmo não é artigo propriamente dito, como aceito na gramática tradicional, mas deve ser considerado como sufixo definido, que tem uma distribuição restrita aos três Casos – Nominativo, Acusativo e Dativo. Ademais, diferentemente de Megerdumian (2002), que postula ser esse sufixo uma marca de Caso, mostramos que o mesmo não pode ser considerado como tal, uma vez que (i) não é obrigatório nos Casos morfológicos onde atua, demonstrando assimetria de distribuição até entre várias funções do mesmo Caso; (ii) invariavelmente atribui leitura definida aos NPs, existindo paralelamente com as formas indefinidas.

2. A definitude expressa na língua armênia não está limitada



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ao sufixo definido *-n/y*, como aceito tradicionalmente. A marca de Caso Genitivo atribui leitura definida ao NP no armênio.

3. Além de marcar a definitude morfológicamente com o sufixo *-n/y*, o armênio marca a especificidade no Acusativo dos objetos animados. Diferentemente de Megerdooimian (2002), que considera ser o sufixo *-in* responsável por tal interpretação semântica, mostramos que esse sufixo tem que ser desmembrado em *-i-* e o sufixo *-n/y*, sendo que o *-i-* atribui leitura específica para um NP precedido por *mi*, enquanto o *-in* gera leitura partitiva ‘oculta’ na mesma configuração. Ademais, o fato de ter o armênio meios distintos para marcar especificidade de um lado e definitude de outro comprova, a nosso ver, a análise de Von Heusinger (2002) de ser a especificidade uma noção independente.

4. Além de ter a função de indefinido, o morfema livre *mi*, que precede o NP, forma construções partitivas ‘ocultas’, quando o NP estiver com sufixo definido.

5. Quanto ao número de Casos no armênio, discutimos a relação entre Casos abstratos e Casos morfológicos, revelada em Sigurdsson (2003), para demonstrar que a semelhança da forma morfológica é resultado da flexibilidade de correlação entre Caso abstrato e Caso morfológico, comum às línguas naturais. Ademais, (i) trazemos evidência a favor da existência do Caso Acusativo no armênio que, além de diferenciar o agente da ação de seu paciente e ser o único Caso em que a especificidade é marcada morfológicamente, exibe outras funções importantes, tal como servir como reflexão da categoria [+/- animado] dos NPs; (ii) reconhecemos o Genitivo como um Caso independente, que se dá exclusivamente entre os nomes para expressar várias relações. O Genitivo é de especial interesse para as questões da interação entre marcação de Caso e definitude, uma vez que a sua marca morfológica atribui leitura definida ao NP, bloqueando, conseqüentemente, o uso do sufixo definido *-n/y* com NP Genitivo; (iii) postulamos a existência do Dativo, uma vez que o mesmo difere do Acusativo na marcação morfológica do NP inanimado. Ademais, a distinção entre Acusativo e Dativo torna-se importante para a interpretação dos verbos com significados múltiplos. Uma das características do Dativo é que, diferentemente do Nominativo e Acusativo, o NP nu no Dativo é barrado, mesmo nas construções com foco.

6. Ao apresentarmos o comportamento dos NPs nus no Acusativo, mostramos que os mesmos se deslocam no armênio por razões de foco e não por causa de atribuição de Caso, como postulado em Tamrazian (1994). Dessa maneira, os dados do armênio corroboram a tese de Negrão e Viotti (2005), de que o movimento é restrito à realização de conteúdos informacionais, como tópico, foco e especificidade, enquanto o Caso explicita as relações semânticas.

ABEGHIAN, M. *Hayots lezvi tesutiun*. (Teoria da Língua armênia). Yerevan (em armênio), 1965.

CHESTERMAN, A. *On definiteness: A study with special reference to English and Finnish*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Typology*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

KOZINTSEVA, N. Modern Eastern Armenian. In: *Languages of the World*, v. 22 Munchen, Germany, Lincoln, 1995.

MEGERDOOMIAN, K. *Beyond Words and Phrases: A Unified Theory of Predicate Composition*. Doctoral dissertation. University of Southern California. California, 2002.

NEGRÃO, E.V. & VIOTTI, E. *A Propriedade de Deslocamento e*

*a Marcação Gramatical das relações Semânticas e Informacionais*. Mimeo, trabalho apresentado no IV Congresso Internacional da ABRALIN. Brasília, 2005.

SIGURDSSON, H. A. Case: Abstract vs Morfological. In BRANDNER, E. & ZINSMEISTER, H. (Eds). *New Perspectives on Case Theory*. CSLI Publications, 2003.

VON HEUSINGER, K. Specificity and Definiteness in Sentence and Discourse Structure. In: *Journal of Semantics* 19. Oxford University Press, 2002. p.1-30.

### Um confronto entre o português e o espanhol à luz do parâmetro do sujeito nulo

Humberto Soares da Silva

humba@oi.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pela clareza com que evidencia a diferença de comportamento entre o inglês, de um lado, e o português e o espanhol, de outro, na representação do sujeito pronominal, não é surpresa que o Parâmetro do Sujeito Nulo tenha sido o mais bem ilustrado na Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981) e seja o que mais tem recebido contribuições nos estudos lingüísticos. No português brasileiro (PB), o estudo da mudança na marcação desse parâmetro – de língua positivamente marcada para negativamente marcada – com base em análise de dados da fala vernacular parte de investigação de Tarallo (1983) e se desenvolve nas análises de Duarte (1993, 1995, entre outros): os resultados indicam que o sujeito pleno já é preferido em todos os contextos. O estudo diacrônico de Duarte (1993) permite observar, em peças de teatro de caráter popular dos séculos XIX e XX, o percurso da mudança, bem como estabelecer o período dos anos 30 do século XX como o momento em que a mudança se deixa observar como conseqüência de significativa redução no paradigma flexional verbal; o português europeu (PE), por outro lado, mostra-se mais conservador, comportando-se como língua sem sujeito nulo (DUARTE, 1995).

O objetivo deste trabalho é investigar a representação do sujeito pronominal de referência definida em duas variedades do espanhol: a de Madri e a de Buenos Aires, em busca do comportamento de línguas reconhecidas como de sujeito nulo, utilizando os mesmos pressupostos teóricos e a mesma metodologia utilizada nos estudos sobre o português. A pesquisa se sustenta na Sociolingüística (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968) associada a pressupostos do quadro de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), a que se tem referido como Sociolingüística Paramétrica (KATO, 1999; RAMOS, 1999; DUARTE, 1999). A Teoria de Princípios e Parâmetros ajuda na formulação de hipóteses e levantamento de grupos de fatores, com base nos feixes de propriedades atribuídas ao parâmetro, enquanto a Teoria da Variação permite acompanhar o progresso da mudança e conhecer como esta se implementa e quais as propriedades que se perdem mais prontamente. Essa perspectiva permite, ainda, discutir se, de fato, todas as propriedades atribuídas a um parâmetro se alteram com a mudança na marcação.

As amostras utilizadas na análise provêm do *Macrocorpus de la norma lingüística de las principales ciudades de España y*



*América* (SAMPER PADILLA, 1995), que contém inquéritos gravados em 12 cidades (nove americanas e três espanholas) na década de 70. Foram utilizados 12 inquéritos de Madri e 12 de Buenos Aires. Os dados foram codificados segundo variáveis lingüísticas/estruturais e extralingüísticas/sociais e submetidos ao pacote de programas VARBRUL, para que se fizesse a análise de regra variável.

Os resultados apontam mais semelhanças do que diferenças entre as duas variedades de espanhol analisadas. Os percentuais gerais de sujeitos nulos – 73% em Madri e 71% em Buenos Aires –, muito próximos ao encontrado para o PE – 73% (DUARTE, 1995) –, evidenciam um comportamento típico de língua de sujeito nulo. Tal como se observou para o PE, há preferência pelo sujeito nulo em todos os contextos controlados, situação contrária ao que ocorre no PB, que exige preferência pelo sujeito pleno em todos os contextos e uma taxa geral de sujeitos nulos de apenas 29% (DUARTE, 1995).

Como o pronome, numa língua de sujeito nulo, quando pleno, é forte (KATO, 1999b), e como um pronome forte não pode referir-se a um referente inanimado, esperava-se não encontrar nenhum caso de sujeito pleno quando o referente tivesse o traço [- animado] nas análises da fala de Madri e de Buenos Aires. Os resultados da análise confirmam essa hipótese, havendo variação, nessas variedades do espanhol, somente quando o referente tem o traço [+ animado]. Essa situação é semelhante ao que ocorre no PE, que tem uma taxa de 94% de sujeitos inanimados nulos e é diferente do que ocorre no PB, em que os sujeitos plenos já são preferidos até com o traço [- animado], sendo 44% a taxa de sujeitos nulos com esse traço (DUARTE, 1995).

Os grupos de fatores mais atuantes na escolha entre o sujeito nulo e o pleno são a pessoa gramatical e a condição de referência. Favorece o sujeito nulo a terceira pessoa, enquanto a primeira e a segunda apresentam menores percentuais e pesos relativos para o sujeito nulo. Quanto às condições de referência, observa-se um resultado gradual: quanto mais acessível e previsível é o referente (isto é, antecedente com mesma função e em sentença adjacente), maior é o favorecimento do sujeito nulo.

Os resultados para as variáveis sociais indicam estabilidade das duas variedades e ausência de mudança na marcação desse parâmetro. A comparação dos resultados obtidos para essas duas variedades do espanhol com resultados anteriormente obtidos para variedades do português, permite constatar o comportamento de uma língua de sujeito nulo prototípica e confirmar a mudança paramétrica no PB.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. 2. ed. Dordrecht: Foris, [1981], 1982.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary Aizawa (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. Sociolingüística Paramétrica: perspectivas. In: HORA, D. da & CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999. p. 107-14.

KATO, Mary Aizawa. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação. In: HORA, D da & CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999. p. 95-106.

\_\_\_\_\_. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. In: *PROBUS*, 11. 1999b. p. 1-37.

RAMOS, Jânia. Sociolingüística paramétrica ou variação paramétrica? In: HORA, D. da & CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999. p. 83-94.

SAMPER PADILLA, José Antonio. *Macrocorpus de la norma lingüística culta de las principales ciudades de España y América*. In: *Lingüística*, 7. 1995. p. 263-93.

TARALLO, Fernando. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1983.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W & MALKIEL, Y. (Orgs.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

## Aspectos da morfologia lexical: processo derivacional e pejoratividade

Maria de Fátima de Souza Aquino

fatimaaquinoepb@yahoo.com.br  
Universidade Estadual da Paraíba

Partindo do modelo teórico de morfologia lexical adotada por Basílio (1995) e Sandaman (1992), o presente trabalho apresenta uma análise de processos derivacionais, em que o sentido pejorativo é o cerne da formação de palavras. O objetivo central do estudo é estabelecer uma relação semântico-formal entre os elementos que compõem as unidades lexicais, quando do uso das formas lingüísticas pejorativas, ressaltando também a atuação do discurso no processo de criação lexical, pois a derivação pode servir de meio para o falante exteriorizar seu juízo de valor a respeito de alguém ou de algo. Segundo Basílio (1995), a função de atitude subjetiva está presente em um número significativo de processos de formação de palavras em português. E a pejoratividade é o caso por excelência da expressão da atitude subjetiva em relação ao enunciado ou a alguma de suas partes.

Além das funções sintática e semântica que delineiam o processo de formação de palavras, a autora apresenta outra função também importante – a função discursiva. Esta apresenta dois subtipos de função: a função de atitude subjetiva e a função textual.

No texto que serve de base para nossa análise (texto extraído de uma camisa de lembrança da cidade de João Pessoa/PB, que faz referência à pessoa da sogra numa visão preconceituosa), a função de atitude subjetiva é preponderante, já que a pejoratividade é a marca central do texto. Por meio dela, os processos derivacionais servem como veículo para o falante exteriorizar sua impressão a respeito de alguém (no texto em análise, a figura da sogra). Por se tratar de uma função de expressão subjetiva do falante em relação ao objeto da fala, o pejorativo é característico da língua coloquial, portanto banida da língua formal escrita.

Com relação à pejoratividade nos derivados prefixais, o prefixo *des-* carrega um alto valor depreciativo, quando sua função semântica é negar o conteúdo de uma base que apresenta valoração positiva (*desgostoso, desequilíbrio*).

Nos derivados sufixais, a função pejorativizadora atinge



um número maior de elementos, entre eles temos: *-eco*, *-eiro*, *-ismo*, entre outros, que comportam um certo nível de pejoratividade, dependendo da carga pejorativa da base a que estão agregados. Assim, o sufixo *-eiro* pode formar uma derivada de valor depreciativo como em *fofoqueiro*, em que a carga depreciativa já vem marcada na base *fofoca*. Já na derivada *cajueiro*, não há carga semântica negativa, como também a sua base (*caju*) não comporta valor pejorativo. O sufixo *-ismo* forma substantivo a partir de bases adjetivas ou substantivas. Como designa, em geral, 'linha política ou ideológica', apresenta um alto grau de pejoratividade (*Lulismo*).

Na parassíntese também é comum a formação de palavras com valor subjetivo configurando a pejoratividade, assim temos formas como: *desmiolado(a)*, *desequilibrado(a)*, *destrambelhado(a)* – com uma forte depreciação psicológica do indivíduo. Já formas como *desaforado(a)*, *desbocado(a)* são pejorativas por designarem um comportamento passível de crítica, de sanção social. O adjetivo *desbocado(a)* merece uma atenção especial, pois a forma derivada através da parassíntese não significa sem *boca*, mas aquele(a) que usa de linguagem obscena.

Após a explicitação do referencial teórico, será feita a análise do processo de formação das palavras que compõem o texto em estudo. Estão envolvidos nesse processo o prefixo *des-* e os sufixos *-ado* e *-oso* na forma feminina. Como também, a derivação parassintética e a conversão. No que diz respeito aos afixos, estes apresentam funções sintático-semânticas definidas, que delimitam os possíveis usos e significados das palavras a serem formadas pelos diferentes processos de derivação. Dessa forma, a grande diferença entre prefixação e sufixação não é apenas a sua colocação em relação à base (prefixo: antes da base – *des* + *equilíbrio*; sufixo: depois da base – *equilíbrio* + *ado*), mas a diferença de função: em *desequilíbrio*, o *des-* tem função apenas semântica – indica a "falta de". Já em *equilibrado*, o *-ado* tem função sintática, isto é, transforma o substantivo em adjetivo. Assim, enquanto a prefixação tem função primordialmente semântica, a sufixação, embora tenha a função sintática como principal, privilegia ora a função sintática, ora a função semântica ou as duas simultaneamente.

Com base no texto analisado, pudemos perceber que a função sintática é de inegável importância, mas a ela deve-se somar, em alguns casos até com maior ênfase, a função semântica e a função discursiva, no processo de criação lexical.

ALVES, I. M. Prefixos negativos no português falado. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. 2. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. v. 3.

BASILIO, M. et al. Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. In: CASTILHO, A T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. v. 3.

BASILIO, M. *Teoria Lexical*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, I. B. Processos morfofonológicos na morfologia derivacional. In: CASTILHO, A T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. v. 3.

GONÇALVES, C. *A Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: Ed. Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.

SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

## Sobre o estatuto dos complementizadores preposicionais do português

Aroldo Leal de Andrade

aroldo.andrade@gmail.com  
UNICAMP

Os chamados complementizadores preposicionais são elementos de caracterização controversa, a começar por sua designação. O termo refere-se às preposições morfológicas encontradas em (1), ou seja, *para*, *a* e *de* no português atual, que, segundo visão clássica na lingüística formal, seriam concatenadas (*merged*) como complementizadores (cf. CHOMSKY, 1981, entre outros), para introduzirem orações infinitivas. A presença de um sujeito manifesto é restrita, com exceção das orações iniciadas por *para*. As orações iniciadas por *de/a* apresentam um sujeito nulo, controlado por algum elemento enunciado na oração matriz ou no discurso. Além disso, a variedade europeia do português apresenta a construção em que o complementizador preposicional codifica aspecto progressivo (cf. 2).

- (1) a. Maria parou [de \_ bater na mesma tecla].  
b. Maria continuou [a \_ bater na mesma tecla].  
c. Maria pediu [para ela ter acesso aos dados].
- (2) João viu [Maria a ler o livro].

O objetivo da comunicação é discutir diferentes propostas relativas aos complementizadores preposicionais, aplicando-os aos dados do português, a partir do quadro teórico do modelo de princípios e parâmetros da Gramática Gerativa. Nesse sentido, verificamos algumas linhas de análise, que partem de premissas bastante divergentes. Para Pesetsky & Torrego (2001, 2002), o elemento *for* do inglês é gerado no núcleo de Tempo e se move para a posição de complementizador a fim de eliminar seu traço não-interpretável de Tempo [*uT*]. É dessa forma que os autores explicam uma série de fenômenos que ocorrem em paralelo com as orações finitas, como a impossibilidade de deslocamento do sujeito posterior a *for* ou a *that* em inglês – o chamado efeito complementizador-vestigial. Para Kayne (2000), os elementos *di/de* do italiano e francês têm um papel de licenciamento de sintagmas oracionais, mas diferente de atribuição de Caso, visto que as orações infinitivas preposicionadas não ocupariam posições argumentais (típicas de DPs). Conclui que tais elementos não formam constituinte com o IP infinitivo com que eles estão associados.

Buscaremos mostrar que uma caracterização unificada dos complementizadores preposicionais do português não parece ser adequada para a descrição dos fatos empíricos. A preposição *para* que introduz orações infinitivas não é uma preposição, isso está claro a partir de testes sintáticos, como observaram primeiramente Botelho-Pereira & Roncarati, (1993), em termos da imunidade da seqüência [para NP] a processos sintáticos que afetam constituintes, como a topicalização ou a clivagem. Ou seja, advoga-se que [para NP] não forma um PP. Outros testes podem ser elencados para: (i) mostrar que a preposição forma constituinte com a oração encaixada como um todo, por meio da inclusão de um sintagma com papel semântico de benefactivo; (ii) mostrar





que o NP da oração encaixada não forma constituinte sintático com *para*, por meio da realização de perguntas-qu. Em ambos os testes, são comparadas orações completivas (selecionadas por verbos *discendi*) e orações adjuntas.

- (3) Introdução de benefactivo  
a. Maria insistiu [pro chefe] [pra ela ter acesso aos dados].  
b. Ele trabalhou [pra IBM] [pra ele comprar um imóvel].
- (4) Realização de perguntas-qu  
a. \*Quem<sub>i</sub> ele trabalhou [para <sub>j</sub> comprar um imóvel]?  
b. Quem<sub>i</sub> Maria disse [que <sub>j</sub> ia sair]?  
c. # Quem Maria insistiu [pra <sub>j</sub> ter acesso aos dados]?  
d. [Para quem]<sub>i</sub> Maria insistiu <sub>j</sub> [pra ter acesso aos dados]?

Pretende-se verificar se os resultados de tais testes se mantêm inalterados quando aplicados à variedade europeia da língua portuguesa, para verificar se há identidade superficial ou profunda entre essas construções, existentes ali como formas opcionais do subjuntivo (cf. SALLES, 2003).

Já as preposições *a/de* do português apresentam particularidades que lhes distinguem de suas correspondentes em italiano e francês. Nem sempre se verifica distribuição complementar com o complementizador de orações finitas (*que*), pois seus contextos de ocorrência são regidos por alguns verbos aspectuais ou temporais, como *continuar* e *parar*, o que pode indicar resquícios de um período em que a preposição tinha um valor temporal.

BOTELHO-PEREIRA, M. A. & RONCARATI, C. N. O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por 'para' no português do Rio. *DELTA* n. 9, vol. 1, 1993. p. 15-30.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

PESETSKY, D. & E. TORREGO. T-to-C Movement: Causes and Consequences. In: KENSTOWICZ, M. *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. p. 355-426.

PESETSKY, D. & E. TORREGO. Tense, Case and the Nature of Syntactic Categories. In: GUÉRON, J. & J. LECARME (Eds.) *The Syntax of Time*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004. p. 495-538.

KAYNE, R. S. Prepositional complementizers as attractors. In: *Parameters and Universals*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 284-313.

SALLES, H. M. M. L. Infinitive clauses as substitutes for subjunctive clauses. In: PÉREZ-LÉROUX, M. T. & Y. ROBERGE (Eds.) *Romance Linguistics – Theory and Acquisition: Selected Papers from the 32nd LRSL*. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins, 2003. p. 197-208.

## Sobre orações relativas livres em posição de adjunto: considerações sintático-semânticas acerca das construções com *quando* e *onde*

Paulo Medeiros Junior

medeirosjunior33@gmail.com  
Faculdade Cenecista de Brasília / Universidade de Brasília

A gramática tradicional se divide quanto à classificação sintática de estruturas como as que aparecem entre colchetes nos dados (1) e (2), a seguir:

(1) O João chegou [quando você saiu].

(2) A Maria dormiu [onde você se hospedou ano passado].  
Há quem determine que se trate de orações adverbiais (cf. MACAMBIRA, 1997) e aqueles que entendem essas construções sintáticas como orações adjetivas (cf. ALMEIDA, 1994).

Este trabalho pretende discutir, do ponto de vista da sintaxe gerativa, as propriedades sintático-semânticas de construções como as que aparecem em (1) e (2), conhecidas na literatura como relativas livres, e enfoca de modo especial a avaliação das propriedades estruturais das orações dessa natureza, iniciadas pelos termos *-Qu quando* e *onde*. Nossa investigação toma por base os desdobramentos mais recentes da teoria gerativa conhecida como o Programa Minimalista, conforme explicitado em Chomsky (1995) e procura fazer uma análise minuciosa das construções postas em foco.

Chamam-se relativas livres as sentenças relativas que não localizam no contexto sintático relevante o antecedente nominal ao qual estão, “em tese”, conectadas. Estudos recentes na perspectiva gerativa têm apresentado uma análise de relativas livres como DPs (cf. CAPONIGRO, 2002; CITKO, 2004; MEDEIROS JUNIOR, 2006). Uma discussão mais do que profícua se constrói em termos de determinar o tipo de estrutura interna dessas construções sintáticas em oposição às chamadas interrogativas indiretas.

A tipologia de relativas livres também tem sido objeto constante de estudos por linguistas com interesse no tema. Em Bresnan e Grimshaw (1978), propõe-se que a probabilidade de estruturação sintagmática de uma relativa livre seria tão variada quanto as possibilidades de subcategorização dos verbos nas orações matrizes de períodos com essas construções. Dessa forma, relativas livres poderiam ser categorialmente NPs, PPs, APs, AdvPs e assim por diante. Larson (1987), com base na hipótese de ocorrência de um fenômeno conhecido como *antecedent contained deletion* na derivação de relativas livres, propõe que a tipologia categorial desse tipo de construção sintática restrinja-se a apenas duas possibilidades de ocorrência: relativas livres seriam categorialmente NPs ou APs.

Nossa proposta, formulada com base numa hipótese de incorporação de núcleos funcionais para a derivação de relativas livres [operação que entendemos como um tipo de amálgama sintático que envolve os núcleos C e D (cf. MEDEIROS JUNIOR, 2005)] prevê, considerando a análise dos dados do português do Brasil, que a tipologia categorial dessas sentenças deve, na verdade, estar restrita a duas ocorrências básicas: relativas livres são DPs, quando se encontram em posição argumental e PPs, quando estão em posição de adjunção.

Uma análise da tipologia de relativas livres como estando restrita a apenas duas categorias sintagmáticas (DP – em posição de argumento – e PP – em posição de adjunto) conduz à idéia de que relativas livres sejam estruturas sintáticas especiais, que assumem a função sintática da posição estrutural que ocupam e que, dessa maneira, podem ser classificadas de acordo com essa configuração estrutural. Assim, contrariamente ao que propõe Mória (2001), considerando questões como configuração estrutural e distribuição, às orações relativas livres iniciadas por *quando* ou *onde*, pode-se perfeitamente atribuir um estatuto adverbial, assim como as sentenças iniciadas por *quem*, que se encontram em posição argumental, podem ser chamadas completivas ou



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

subjativas, a depender da posição estrutural que ocupem. Nossa proposta considera ainda que estruturas como as que se apresentam em (1) e (2) mostram-se absolutamente distintas das que se apresentam em (3) e (4) a seguir:

(3) Marquei a reunião para *quando você pediu*.

(4) Os moradores foram removidos para *onde não corre perigo*.

por entender que essas últimas são na verdade DPs, enquanto as primeiras categorizam-se como PPs com núcleo vazio, contendo o termo-Qu na posição de especificador do sintagma preposicional. Além disso, nossa argumentação determina que os termos *quando* e *onde* comportem-se de forma ambígua na língua, funcionando ora como pronomes relativos típicos, como se pode ver em (5) e (6), ora como termos introdutórios das estruturas chamadas relativas livres, como nos dados anteriores.

(5) a. A Clara mora na casa *onde você nasceu*.

b. O Pedro sempre brinca *onde as flores nascem*.

(6) a. Eles não se lembram do dia *para quando a reunião foi transferida*.

b. As meninas se assustaram *quando o pai apareceu machucado*.

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRESNAN, J.; GRIMSHAW, J. The Syntax of English Free Relatives in English. In: *Linguistic Inquiry*, v. 9, p. 331-391, 1978.

CAPONIGRO, I. Free Relatives as DPs with a Silent D and a CP Complement. In: SAMIIAN, V. (Ed.). *Proceedings of the Western Conferences on Linguistics, 2000* (WECOL 2000). Fresno, California: California State University, 2002.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

CITKO, B. On Headed, Headless and Light-headed Relatives. In: *Natural Language and Linguistic Theory*. Netherlands, v. 22, p. 95-126, 2004.

LARSON, Richard K. "Missing Prepositions" and the Analysis of English Free Relative Clauses. In: *Linguistic Inquiry*, 18 (2), 1987.

MACAMBIRA, J. R. *A Estrutura Morfo-Sintática do Português: Aplicação do Estruturalismo Lingüístico*. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

MEDEIROS JUNIOR, P. Relativas Livres: Uma Proposta para o Português. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 14, p. 187-214, 2006.

MEDEIROS JUNIOR, P. *Sobre Sintagmas-Qu e Relativas Livres no Português*. 2005. Dissertação de Mestrado - UnB, Brasília - DF.

MÓIA, T. Aspectos Sintáticos e Semânticos das Orações Relativas com *como* e *quando*. In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, Lisboa, 2001.

### Algumas notas acerca do comportamento sintático dos clíticos e dos advérbios monossilábicos: uma análise comparativa entre o PB e o PE

Rafael Bezerra de Lima

rafael.linguista@gmail.com  
Universidade Federal de Alagoas

O trabalho aqui exposto tem como objetivo tecer algumas observações acerca dos advérbios monossilábicos ou fracos e os clíticos em relação ao comportamento sintático dessas duas categorias. Para tanto, estabelecemos uma análise comparativa entre o português europeu (doravante PE) e o português brasileiro (doravante PB) discutindo, por essa razão, as propostas de Costa (1998), Costa & Castro (2002), Menuzzi & Miotto (2006), entre outros.

Na literatura gerativista, em especial, nos trabalhos voltados para o estudo do advérbio, encontramos algumas propostas que analisam o advérbio enquanto núcleo (cf. JACKENDOFF, 1972, 1977; TRAVIS, 1988), não sendo, por essa razão, concebido como projeção máxima. Esse tipo de abordagem pode ser encontrado na análise para o PE de Costa & Castro (2002), que aponta para o fato de que alguns advérbios exibem comportamento que os aproxima dos itens nucleares, a saber: *cá, lá, aqui, já* etc.

Os advérbios supramencionados são rotulados, segundo esses autores, como *advérbios fracos*. Tal classificação tem como decalque a proposta de Cardinaletti e Starke (1994), cuja abordagem contempla os pronomes, que se dividem em dois tipos, conforme a tabela abaixo:

#### Tipologia das formas pronominais

"strong" (forte)	Formas fortes	XP
"deficient" (não-forte)	Formas fracas	XP
	clíticos	X <sup>0</sup>

Para esses autores, os clíticos têm as seguintes características:

- (i) não podem ocorrer em posição inicial;
- (ii) ocorrem em posição adjacente ao verbo;
- (iii) são formas átonas;
- (iv) são X<sup>0</sup>.

Com base no exposto acima, tal proposta é então alargada para os advérbios. Costa e Castro (2002) admitem que os advérbios fracos exibem um comportamento idêntico ao dos pronomes fracos, levando-se em conta o fato de esses pronomes possuírem um estatuto nuclear. Assim, para argumentar em favor do comportamento fraco destas formas, torna-se imperativo compará-los, como nos mostram os exemplos em (1) e (2) abaixo, retirados de Costa & Castro (2002, p.5) para o PE:

(2) *Clítico*

a) Eu *o* vi. (\*PE/\*PB)

b) Eu vi-*o*. (OKPE/\*PB)

c) Eu *me* lavo. (\*PE/OKPB)

d) Eu lavo-*me*. (OKPE/\*PB)

(3) *Advérbios fracos*

a) Eu *lá* estive. (\*PE/??\*PB)

b) Eu estive *lá*. (OKPE/OKPB)

c) Eu *cá* venho. (\*PE/??\*PB)

d) Eu venho *cá*. (OKPE/OKPB)



- e) Eu *lá* comprei um livro. (??\*PE/OKPB)  
f) Eu comprei *lá* um livro. (OKPE/OKPB)

Com base nos exemplos acima apresentados, verificamos que, de fato, há uma simetria entre a organização sintática dos pronomes e a do advérbio no PE. Entretanto, é pertinente sublinhar que tal organização não se apresenta de forma pacífica no PB, como ilustra o exemplo (2c), em que a posição do clítico torna a frase gramatical no PB e que, conseqüentemente, esperar-se-ia, com base no paradigma proposto para o PE de Costa e Castro (2002), que o exemplo em (3c) fosse também gramatical, o que, de fato, não se verifica.

Costa e Castro (2002) afirmam que a impossibilidade de obter (3a) e (3c) está estreitamente ligada ao fato de os advérbios desempenharem uma função predicativa ou de complemento naquelas sentenças. Entretanto, segundo ainda esses autores, esses advérbios podem surgir em posições pré-verbais, contrariamente ao que acontece com outros elementos com função predicativa ou de complemento:

(4) *Advérbio fracos*

- (a) Nunca *lá* estive. (OKPE/\*PB)  
(b) Já *aquí* vim. (OKPE/\*PB)  
(c) Só *aquí* estive uma vez. (OKPE/\*PB)

Ao verificarmos os exemplos contidos em (4), podemos afirmar que a posição em que os advérbios ocorrem não é licenciada para o PB. Entretanto, se os advérbios *lá*, *cá* e *aquí* estiverem numa posição final, as frases se tornam gramaticais para o PB, conforme os exemplos em (5):

- (5) a) Nunca estive *lá*.  
b) Já vim *aquí*.  
c) Só estive uma vez *aquí*.

É pertinente destacarmos aqui que não há uma simetria no que se refere ao comportamento sintático dos clíticos entre o PB e o PE; portanto, não podemos tecer nenhuma linha de análise fincada nos argumentos de Costa e Castro (2002) acerca do posicionamento sintático dos advérbios monossilábicos para o PB.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns. In: VAN RIEMSDIJK, Henk (Ed). *Clitics in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1994. p. 33-82.

COSTA, J. *Word Order Variation: A Constraint-Based Approach*. 1998. Doctoral dissertation - HIL/Leiden University, 1998.

COSTA, J.; CASTRO, A. Possessives and adverbs: weak forms as X<sup>0</sup>. In: LINGUISTIC SYMPOSIUM ON ROMANCE LANGUAGES, 32, 2002, Toronto.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1972.

## Prototipicidade e integração clausal: completiva preposicionada ligada a verbo cognitivo

Eliete Figueira Batista da Silveira

elietesilveira@hotmail.com  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esta pesquisa focalizou a integração de completivas preposicionadas ligadas a verbo de manipulação, que apresentou

comportamento estrutural diferenciado em relação a duas outras categorias analisadas: modalidade e manipulação.

Os verbos inseridos nas três categorias apresentam intenso processo de integração, verificado pelo predomínio de completivas na forma não-finita. No entanto, os cognitivos selecionam, mais do que as outras, estruturas finitas. Deve-se a isso uma investigação mais detida nas motivações para essa configuração, bem como é de relevância a caracterização dessas construções na língua portuguesa.

Os objetivos da pesquisa são, em linhas gerais, verificar: 1) a possibilidade de o predicador da matriz selecionar completivas finitas, não finitas ou ambas as estruturas; 2) a estrutura completiva prototípica relativa à categoria dos verbos cognitivos, assim como aquelas que se afastam desse modelo; 3) a possibilidade de diferenças de ordem semântica e cognitiva na seleção de diferentes tipos de complementação. Utilizaram-se os princípios preconizados pelo Funcionalismo de orientação americana, segundo a qual a língua (sistema) é internamente estruturada como um organismo no qual coexistem outros subsistemas hierarquizados. São as pressões de uso, as necessidades comunicativas, que moldam a língua, resultando que a forma se adapta (ou espelha) ao conteúdo. Além disso, recorreu-se ao instrumental metodológico da Teoria da Variação ou Sociolinguística laboviana, que facilita a observação de como atuam os princípios que governam o processo de integração das completivas preposicionadas ao verbo da matriz, considerando a *freqüência* de uso como parâmetro.

A pesquisa acerca da integração clausal de completivas ligadas a verbo partiu da observação de três variedades da Língua Portuguesa: a brasileira, a europeia e a moçambicana, levando-se em conta ocorrências tanto da modalidade escrita quanto da falada. Nesta, observou-se, ainda, a distribuição dos informantes por *gênero* (sexo), por *faixa etária* (25 a 35 anos, 36 a 55 anos e de 56 anos em diante) e por *grau de escolaridade* (culto; escolarizado de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries; escolarizado com 2<sup>o</sup> grau completo ou 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ciclos liceal – para o português Europeu), quando o *corpus* disponível assim o permitia. Embora se tenha controlado fatores extralingüísticos, não houve a intenção de analisar o fenômeno do ponto de vista sociolinguístico, mas de constituir um *corpus* equilibrado quanto à qualidade das informações.

A estrutura prototípica relativa à categoria *cognição* traduziu-se na seguinte estrutura: [Matriz (SN<sub>1</sub>) V<sub>(pron)</sub>] Prep [Comp<sub>fin</sub> [SN<sub>2</sub> V<sub>indic</sub> (comp)]]. Ou seja, completiva finita, com verbo no indicativo e preposição apagável, com verbo no modo indicativo e sujeitos não-correferenciais. A partir dessa configuração, estabeleceram-se os predicadores que codificam eventos com maior ou menor grau de integração.

Os verbos de cognição dividiram-se em predicadores de dupla forma e não-pronominais. Os primeiros selecionam completivas menos integradas.

A categoria apresentou estruturas de complementação prototípicas, selecionando outros tipos de complementação, afastando-se ou aproximando-se da configuração prototípica. Tal fato demonstrou que: 1) os verbos de uma mesma categoria não estão no mesmo *status*, mas apresentam diferentes graus de prototipicidade em relação à estrutura típica; 2) há traços comuns entre os verbos de uma categoria, ao mesmo tempo em que um membro pode não partilhar características; 3) um verbo pode conter diferentes significações, a depender da complementação que seleciona; 4) verbos que selecionam diferentes tipos de complementação



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

podem manter traços semânticos comuns; e 5) as diferentes configurações podem revelar motivações de ordem cognitiva. Assim, tais resultados parecem confirmar que as completivas relativas ligadas a verbo de cognição tendem a se integrarem ao verbo da matriz num processo de dessentencialização que é verificado também nas outras categorias, ainda que em um estado menos avançado. O estudo contribuiu para a caracterização dos verbos da Língua Portuguesa e, ainda, para o conhecimento de seu funcionamento nas três variedades analisadas.

BATISTA DA SILVEIRA, Eliete Figueira. *A integração clausal no âmbito das construções completivas de verbo preposicionadas*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2003.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

\_\_\_\_\_. *English Grammar: a function-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993a. v. 1.

\_\_\_\_\_. *English Grammar: a function-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993b. v. 2.

MARTELOTTA, Mário E.; VOTRE, Sebastião J.; CEZÁRIO, Maria M. (Orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

NARO, Anthony Julius; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolinguística/gramaticalização. *Gragoatá – Revista do Instituto de Letras: linguagem, língua e discurso*, Niterói, n. 9, p. 125-134, 2º sem., 2000.

NEVES, M. H. M. A articulação de orações: reflexões de base funcionalista. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 1., 1997b. *Boletim da ABRALIN*. Disponível em: <http://sw.npd.ufc.br/abralin/an/>. Acesso em: 15 de julho de 2002.

\_\_\_\_\_. Construções encaixadas: considerações básicas. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2., 2000<sup>a</sup>. p. 1857-1882. CD ROM. Disponível em <http://sw.npd.ufc.br/abralin/an/>. Acesso em: 15 de julho de 2002.

VOTRE, Sebastião J. Gramaticalização e integração de cláusulas. *Anais da ANPOLL*. [s.d.]. Disponível em [http://sw.npd.../anais/con2\\_nac\\_tema\\_185.pdf](http://sw.npd.../anais/con2_nac_tema_185.pdf). Acessado em: 06 de julho de 2002.

\_\_\_\_\_. História e perspectiva de gramaticalização e integração de cláusulas. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 1., 1999. *Atas do I Congresso Nacional da ABRALIN*. Disponível em <http://sw.npd.ufc.br/abralin/an>. Acesso em: 15 de julho de 2002.

### A complementação dos verbos auxiliares aspectuais no português brasileiro

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho

marcusvsl@unb.br  
Universidade de Brasília

Tradicionalmente, a pesquisa linguística aborda os auxiliares aspectuais como uma classe de verbos que descreve a estrutura temporal interna dos eventos: seu início (eu *comecei* a ler o livro), seu transcurso (eu *continuo* a ler o livro) e seu término (eu *terminei* de ler o livro) (DASCAL,

1982; LACA 2004; LAMIROY, 1987; OLIVEIRA; CUNHA; MATOS; GONÇALVES, 2001; ROCHETTE, 1999). Além de verbos que denotam uma dada etapa da existência de um evento, essa classe comporta ainda verbos que quantificam sobre eventos como *viver* (eu *vivo* lendo esse livro) e *andar* (eu *ando* lendo esse livro), o que nos mostra que a classe dos verbos aspectuais é uma classe heterogênea quanto ao comportamento de seus membros. Este trabalho tem por objetivo analisar as propriedades de complementação dos verbos auxiliares em Português Brasileiro. Para tanto, a pesquisa desenvolvida se situa no quadro teórico da Teoria de Princípios e Parâmetros, em sua fase conhecida como Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). Para explicar as propriedades seletivas dos verbos auxiliares aspectuais, adotarei, desse arcabouço teórico, a idéia de uma derivação que se constrói a partir d(a interação d)os traços dos itens lexicais. Definido o campo teórico que embasa a pesquisa, parto para a análise dos dados. Em um primeiro momento, discuto a contribuição (em termos de traços) que os auxiliares aspectuais trazem para a derivação e mostro que essa contribuição é uma informação, de natureza lexical, sobre as fases da existência de um evento (*começar, continuar, terminar, viver*). A partir dessa constatação, argumento que: a) essa informação lexical que os verbos aspectuais trazem para a derivação interage com a informação aspectual do seu complemento e b) tal informação está na base da explicação das propriedades seletivas desses verbos. Para mostrar como se dá a seleção do tipo aspectual do complemento de um verbo aspectual, adoto a proposta de Vendler (1967) acerca da existência de quatro classes aspectuais (*accomplishments, achievements, states e activities*), mas na releitura que Smith (1991) propõe desse trabalho, mostrando que as quatro classes vendlerianas não são primitivos, antes são classes que podem ser decompostas em três traços:  $[\pm\text{duração}]$ ,  $[\pm\text{telicidade}]$  e  $[\pm\text{dinamicidade}]$ . Para auxiliar a construir a explicação para os fatos em análise, ainda busco apoio na teoria da composição aspectual de Verkuyl (1993), segundo a qual a interpretação aspectual de uma sentença se constrói à medida que a estrutura sentencial é composta e essa interpretação aspectual é de natureza composicional, isto é, depende de vários fatores presentes na sentença, tais como presença ou ausência de objetos e características do sujeito e do objeto (determinado, quantificado, plural), entre outros. Com essas idéias, passo para a análise de cada verbo aspectual isoladamente, tentando construir um modelo de análise capaz de explicar suas características seletivas. Nessa etapa do trabalho, os traços dos auxiliares aspectuais e os traços do seu complemento são discutidos. Uma vez apresentadas as características seletivas desses verbos, tento relacionar todos esses verbos, em termos de seus traços de seleção, na tentativa de criar subclasses dentro da classe dos verbos aspectuais. Em seguida, a partir da proposta de análise desenvolvida para cada aspectual isoladamente, parto para um tratamento explicativo das possibilidades de ordem entre esses verbos. Nesse ponto do trabalho, apresento a proposta de hierarquia das projeções funcionais de Cinque (1999) e mostro as previsões que uma proposta de hierarquia funcional rígida faz para os dados do português. Em lugar de uma proposta como a de Cinque, em que se propõem categorias funcionais na estrutura oracional, proponho um tratamento mais econômico da estrutura oracional, em que se postulam poucas categorias funcionais e no qual as restrições de ordem entre os verbos auxiliares aspectuais podem ser explicadas a partir da interação dos seus próprios traços de seleção e dos traços de seu complemento. Com isso, elaboro



uma proposta de tratamento dos verbos auxiliares aspectuais que explica tanto as suas possibilidades de complementação quanto a ordem relativa entre eles.

- CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- DASCAL, Marcelo. Começemos a acabar de começar? Prolegômenos para uma análise semântica de algumas perífrases verbais indicadoras de fase, em português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 3, p. 123-186, 1982.
- LACA, Brenda. Romance “aspectual” periphrases: eventuality modification versus “syntactic” aspect. In: GUÉRON, Jacqueline; LECARME, Jacqueline (Ed.). *The syntax of time*. Cambridge: MIT Press, 2004. p. 425-440.
- LAMIROY, Béatrice. The complementation of aspectual verbs in French. *Language*, v.63, n. 2, p. 278-298, 1987.
- OLIVEIRA, Fátima; CUNHA, Luis Filipe; MATOS, Sérgio; GONÇALVES, Anabela. Verbos de operação aspectual em PE e em PB: semântica e sintaxe. *Boletim da Abralín*, v. 26, n. especial I, p. 380-385, 2001.
- ROCHETTE, Anne. The selection properties of aspectual verbs. In: JOHNSON, K.; ROBERTS, I. (Ed.) *Beyond principles and parameters*. Dordrecht: Kluwer, 1999. p. 145-165.
- SMITH, Carlota. *The parameter of aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1991.
- VENDLER, Zeno. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- VERKUYL, Henk. *A theory of aspectuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

## Object shift restrito no PB

Helena da Silva Guerra Vicente

helenag@ucb.br  
Universidade Católica de Brasília

De acordo com Johnson (1991), o fenômeno conhecido como *object shift* caracteriza o movimento de um sintagma nominal (NP) marcado com caso estrutural para uma posição mais alta quando o verbo que lhe atribui caso tiver sofrido movimento. Trabalhos pioneiros sobre o assunto (HOLMBERG, 1986; VIKNER, 1990) apresentam um fato hoje amplamente conhecido do islandês, a possibilidade de, naquela língua, verbo e objeto moverem-se por sobre a partícula negativa, que, necessariamente, estaria em posição bem alta na estrutura. Tais trabalhos constituem o ponto de partida para inúmeras análises do fenômeno em outras línguas. Em relação ao inglês, Radford (1997), por exemplo, argumenta que as diferenças sistemáticas entre a posição de complementos do tipo sintagma complementizador (CP) (como em *He admitted to her that he was guilty*, “Ele admitiu a ela que era culpado”) e do tipo sintagma determinante (DP) (como em *He admitted his guilt to her*, “Ele admitiu sua culpa para ela”) fornecem evidência a favor da hipótese de que DPs objetos, nessa língua, movem-se abertamente para checar caso. Os exemplos entre parênteses nos mostram que DPs-complemento, no inglês, ocorrem, necessariamente,

adjacentes ao verbo; por outro lado, parece possível supor que complementos do tipo *that-clause* não carregam caso acusativo e, por isso, permanecem *in-situ*. Radford observa, ainda, que esse tipo de construção nunca ocorre como complemento de preposições transitivas: \**I was sure of that she'd come*, “Eu estava certo de que ela viria”, gramatical no PB. O romeno é outra língua em que se observam evidências a favor de *object shift* manifesto. O exemplo de Alboiu (1999) mostra que o quantificador flutuante *toti*, “todos”, aparece em uma posição mais baixa que a do objeto *nota mare*, “nota alta”: *Elevii au luat nota mare toti*, “Os alunos tiraram nota alta todos”, agramatical no PB. Pressupondo-se, à la Sportiche (1988), que um quantificador flutuante associado ao sujeito encontra-se adjacente ao vestígio desse sujeito, a autora conclui que, em exemplos como esse, o objeto deve ter-se deslocado por sobre a posição na qual o sujeito foi gerado. Notamos, entretanto, em nossa análise do PB, que os testes aplicados por esses e por outros autores para se diagnosticar a presença do *object shift* dão todos resultado negativo para essa língua. Certos fatos do PB, por outro lado, levam-nos a lançar a hipótese de que complementos de verbos passivos e inacusativos – ao contrário do que chamaremos de “objetos de fato”, ou seja, complementos de verbos transitivos na voz ativa – sofrem movimentos intermediários, manifestos, para a posição de especificador do sintagma de concordância do objeto ([Spec, AgrOP]) antes de aterrissarem em sua posição final, no âmbito do sintagma flexional (IP). Assim, em um exemplo como “Os votos foram todos contados”, a pista palpável é o fato de o quantificador ficar encachado, adjacente ao vestígio do complemento do verbo na passiva, que, antes de aterrissar em [Spec, IP], deve sofrer deslocamento intermediário para [Spec, AgrOP]. Esse dado do PB parece confirmar a hipótese de autores como Kayne (1989) e Radford (1997), segundo a qual o sujeito da passiva das línguas em geral sofreria um deslocamento intermediário para aquela posição por apresentar características em comum com objetos. Resumindo, o objetivo do presente trabalho é, pois, o de demonstrar, com base em testes envolvendo o quantificador flutuante “todos”, que o português brasileiro, doravante PB, apresenta um tipo de *object shift* que denominaremos “restrito”. Assim, pressupondo a hipótese de que línguas como o inglês (JOHNSON, 1991; RADFORD, 1997; LASNIK, 1999; entre outros) e o romeno (ALBOIU, 1999; HERDAN, 2005) apresentam esse tipo de movimento na sintaxe aberta, diremos, em relação ao PB, que (i) “objetos de fato”, ou seja, complementos de verbos transitivos, apenas se movem na Forma Lógica e (ii) complementos de verbos passivos e inacusativos sofrem movimento intermediário na sintaxe aberta. Em relação ao alcance do movimento do verbo no PB, estamos adotando a proposta de Costa & Galves (2002), segundo a qual este não atingiria posições tão altas quanto as atingidas pelos verbos de outras línguas românicas.

ALBOIU, G. (De)-Focusing and object raising in Romanian. *Canadian Journal of Linguistics*, v. 44, p. 1-22, 1999.

COSTA, J.; GALVES, C. M. C. Peripheral subjects in two varieties of Portuguese: evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C.; BOK-BENNEMA, R.; DRIJKONINGEN, F.; MONACHESI, P. (Org.). *Romance languages and linguistic theory*. Utrecht: John Benjamins, 2002. Disponível em: [http://www.ime.usp.br/~tycho/papers/costa\\_cgalves.pdf](http://www.ime.usp.br/~tycho/papers/costa_cgalves.pdf). Acesso em: 30 dez. 2005.

HERDAN, S. Floating quantifiers and the structure of Romanian. *University of Connecticut Working Papers in Linguistics*, v. 13,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

p. 79-118, 2005.

HOLMBERG, A. *Word order and syntactic features*. 1986. PhD dissertation, University of Stockholm, 1986.

JOHNSON, K. Object Positions. *Natural language and linguistic theory*, n. 9, p. 577-636, 1991.

KAYNE, R. Facets of Romance past participle agreement. In: Benincà, P. (Org.) *Dialect variation on the Theory of Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

LASNIK, H. *Minimalist analysis*. Oxford: Blackwell, 1999.

RADFORD, A. *Syntactic theory and the structure of English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, p. 425-449, 1988.

VIKNER, S. *Verb movement and the licensing of NP-positions in the Germanic Languages*. PhD dissertation, Université of Genève, 1990.

### Orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo

Mayara Neres Matos

mayara.neres@bol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Violeta Virginia Rodrigues

Com base na análise de algumas gramáticas tradicionais, constata-se que todos os gramáticos concordam que, para uma oração ser reduzida, ela deve ser introduzida por um verbo em uma das formas nominais – gerúndio, particípio ou infinitivo. Sendo assim, as orações reduzidas diferem das desenvolvidas pelo fato de estas terem um elemento de ligação explícito com sua oração principal – as conjunções.

O interesse pelo estudo das orações subordinadas adverbiais reduzidas deve-se à constatação de que, nessas gramáticas, há uma certa incoerência no que se refere às definições dadas a essas cláusulas e aos exemplos apresentados para ilustrá-las. Orações como as destacadas em a) [“Chegando,] foi dormir”, em b) [“Ao chegar,] foi dormir” e em c) [“Depois de chegar,] foi dormir” são analisadas da mesma forma, ou seja, as três são classificadas como sentenças reduzidas. No entanto, em sentido restrito, para uma oração ser reduzida não pode haver nenhum nexos conjuntivo entre ela e sua oração principal, como se verifica no exemplo a). Já, quanto aos exemplos b) e c), observa-se a presença de conectores, no caso, a preposição “ao” e a locução prepositiva “depois de”, respectivamente.

Para melhor analisar as ocorrências de orações subordinadas adverbiais reduzidas e seu comportamento em termos de uso, recorreu-se ao *corpus* do Projeto VARPORT (Variedades do Português), que se constitui de 657 inquéritos orais e escritos do século XX, dentre os quais 334 são do português brasileiro e 323 do português europeu.

Destaca-se que a análise das ocorrências de reduzidas encontradas nesse *corpus* baseia-se na perspectiva funcional-discursiva, utilizando-se, portanto, como suporte teórico, os trabalhos de Decat (2001) e Neves (2003). Dessa forma, ao classificar as orações subordinadas adverbiais reduzidas encontradas no *corpus*, não se focaliza apenas o nível da sentença, mas se prioriza, também, a sua descrição no nível

do discurso.

Um dos aspectos que justificam o interesse pelo tema é não parecer consensual nos estudos lingüísticos o fato de as orações reduzidas poderem refletir graus de vinculação sintática e semântica diversos e de haver tipos de articuladores que ocorrem preferencialmente nessas estruturas. Portanto, um dos objetivos deste estudo é determinar que articuladores são esses.

Com base na coleta e análise dos dados realizada até o momento, foi possível detectar que, dentre as três formas nominais do verbo, foi a forma nominal de infinitivo a que favoreceu uma maior produtividade de ocorrências junto a conectores (preposição ou locução prepositiva) e, por esse motivo, optou-se por estudar separadamente as orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo. Em termos percentuais, 452 sentenças reduzidas de infinitivo apresentaram-se com conector entre a matriz e a principal, o que equivale a 95% do total de ocorrências, ficando para o gerúndio somente 7 ocorrências (5%). Já o particípio não se mostrou produtivo, o que significa dizer que, nesse caso, não foi encontrada nenhuma oração reduzida que fosse ligada à sua matriz por meio de um conector. Outro fator verificado foi o articulador sintático mais recorrente nessas estruturas; foi possível observar que dentre eles o conector “para” foi o que apresentou maior índice percentual. Buscou-se, também, justificar o aparecimento de um articulador sintático prepositivo nas relações adverbiais que apresentam forma nominal infinitiva. Para melhor explicar o uso desses articuladores, recorreu-se ao trabalho de Barreto (1999) e de Poggio (2002), que adotam a teoria funcionalista para rastrear os usos das conjunções e preposições do latim ao português.

Considerando-se que uma cláusula adverbial, além de uma função gramatical, tem uma função discursiva, defende-se aqui que a combinação de orações envolve também um contexto discursivo. É, pois, esse contexto discursivo que orienta o conteúdo semântico mais relevante de uma preposição ou locução prepositiva na cláusula justaposta (cf. DECAT, 2001), na abordagem tradicional, reduzida de infinitivo, foco deste trabalho.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1976.

CUNHA, Celso F. da.; CINTRA, Luís F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DECAT, Maria Beatriz N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, Maria Beatriz N. et al. *Aspectos da gramática do português*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

NEVES, M. H. M. A extensão da análise dos elementos adverbiais para além da oração. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n. 14, p.125-137, 2003.

POGGIO, Rosaura Maria G. Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do Latim ao Português*. Salvador: EDUFBA, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

RODRIGUES, Violeta Virginia. O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão. In: BERNARDO, Sandra Pereira & CARDOSO, Vanda de (Org.). *Estudos da linguagem: Renovação e síntese. Anais do VIII congresso da ASSEL-RIO*. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 1999.



## Descrição de marcadores discursivos no modelo da gramática funcional do discurso

Alessandra Regina Guerra  
alessandrareginaguerra@yahoo.com.br  
Universidade Estadual Paulista

Eduardo Penhavel

Os desenvolvimentos recentes da Gramática Funcional têm tratado da reformulação do modelo padrão (DIK, 1989) e de sua expansão de uma gramática de natureza sentencial para uma gramática discursivamente orientada, denominada Gramática Funcional do Discurso (GFD). O modelo da GFD (HENGEVELD, 2004) é constituído por quatro componentes inter-relacionados: os componentes conceitual, contextual, gramatical e articulatório. O componente gramatical, centro do modelo, apresenta uma organização modular que inclui três níveis, hierarquicamente organizados entre si: os níveis interpessoal, representacional e estrutural (morfofossintático e fonológico). O componente gramatical apresenta ainda as operações de formulação (interpessoal e representacional) e de codificação (estrutural), bem como diferentes conjuntos de primitivos (entre os quais, o léxico) que alimentam as operações de formulação e codificação.

Cada um dos níveis da gramática apresenta uma organização interna em camadas. O nível interpessoal, por exemplo, inclui as seguintes camadas, da mais externa para a mais interna: o *Move*, o Ato discursivo, o Conteúdo comunicado e os Subatos (Referencial e Adscritivo). Em cada camada, são reconhecidas três posições: a posição de Núcleo (o material central da camada, indispensável para sua realização) e as posições de Modificador e Operador (modificações lexical e gramatical do núcleo, respectivamente). Cada camada completa é, ainda, analisada como exercendo uma Função no interior da camada imediatamente superior. O estudo de Marcadores Discursivos na GFD desenvolvido neste trabalho consiste justamente em uma descrição inicial de quais dessas posições os Marcadores podem ocupar e em quais níveis e camadas podem ocorrer.

A Gramática Funcional apresenta uma bibliografia muito restrita sobre Marcadores Discursivos, o que se deve, principalmente, à dificuldade de lidar com esses itens no modelo padrão da Gramática, essencialmente centrado na estrutura da Oração. Por isso, este trabalho procura construir uma definição operacional de Marcadores Discursivos com base em outras teorias especializadas no assunto e, então, identificar como os itens compreendidos por tal definição poderiam ser descritos na GFD. Trata-se de um procedimento essencial para, num segundo momento, formular o conceito de Marcadores no interior do próprio modelo da GFD. Tal objetivo parece pertinente na medida em que, de antemão, é possível observar que certos tipos de Modificadores, de Operadores e de Atos discursivos, embora específicos dessas posições, apresentam um conjunto de propriedades comuns que justificam agrupá-los em uma mesma categoria, à qual parece adequado atribuir o rótulo de Marcadores Discursivos. Marcadores discursivos (MDs) têm sido objeto de estudo de trabalhos bastante diversos. Fraser (1999) identifica quatro abordagens principais da pesquisa sobre MDs. A primeira é

representada especialmente por Schiffrin (1987), que considera MDs como elementos cuja função é estabelecer coesão discursiva. A segunda é representada pelo próprio Fraser, que, da perspectiva da Pragmática, analisa os MDs como expressões cuja função é sinalizar (especificar e explicitar) a relação semântico-pragmática entre dois enunciados. A terceira abordagem é representada por Blakemore (1987), que trabalha com a perspectiva da Teoria da Relevância, segundo a qual os MDs têm um significado processual, que consiste em instruções sobre como manipular a representação conceitual do enunciado. A quarta abordagem refere-se à Teoria da Estrutura Retórica proposta por Mann e Thompson (1988); para essa perspectiva, as relações retóricas no discurso são, às vezes, explicitadas pelo uso de MDs.

No Brasil, os MDs vêm sendo estudados principalmente sob as perspectivas da Linguística Textual, da Análise da Conversação e da Gramaticalização, que também apresentam aspectos particulares no tratamento de MDs. Por um lado, Martelotta *et al.* (1996), por exemplo, sob a perspectiva da Gramaticalização, elegem principalmente aspectos interpessoais na definição de MDs, tratando-os como mecanismos “usados, primariamente, para reorganizar a linearidade das informações a nível do discurso [...] e, apenas subsidiariamente, para organizar as relações textuais” (p.61). Marcuschi (1986), da área de Análise da Conversação, descreve MDs como *Marcadores Conversacionais*, isto é, mecanismos interpessoais caracterizados na conversação com funções relacionadas, por exemplo, a estratégias de manutenção e assalto de turno, entre outras.

Por outro lado, pesquisadores da Linguística Textual (particularmente do grupo de Organização Textual-Interativa) focalizam igualmente as funções ideacional e interpessoal dos MDs. Risso *et al.* (2006), por exemplo, postulam uma definição de MDs fundamentada exatamente no contrabalanceamento entre uma função ideacional (que denominam *textual*) e uma função interpessoal (denominada *interacional*) desses mecanismos. Para eles, os MDs são mecanismos “com funções normalmente distribuídas entre a projeção das relações interpessoais – quando o foco funcional não está no sequenciamento de partes do texto – e a proeminência da articulação textual – quando a dominante deixa de estar no eixo da interação” (p. 53).

Comparando as diferentes abordagens do estudo de MDs, tanto as identificadas por Fraser quanto as desenvolvidas no Brasil, é possível observar que, em termos gerais, essas abordagens consideram que os MDs: (i) exercem alguma função na articulação ideacional e/ou interpessoal do discurso, como apresentado acima; (ii) são sintaticamente independentes dos seus segmentos adjacentes; e (iii) não integram o conteúdo proposicional desses segmentos. Apesar dessas propriedades comuns, não chega a haver uma concepção minimamente consensual sobre o que sejam MDs.

Procurando identificar as diferenças teóricas entre essas abordagens e, ao mesmo tempo, integrar suas contribuições convergentes, temos trabalhado com uma definição segundo a qual os MDs são expressões (i) com a função de delimitar unidades discursivas e marcar relações funcionais entre elas, conferindo coesão textual ao discurso, e/ou (ii) com a função de orientar o processo de interação verbal, conferindo coesão interacional ao discurso (PENHAVEL; GUERRA, *mimeo*). Ou seja, são expressões que ocorrem na superfície textual, marcando relações subjacentes entre partes do texto e/ou entre os interlocutores. Trata-se de uma concepção que parece adequada para um início de estudo de MDs na GFD, na medida em que esse modelo analisa o nível estrutural



(morfossintático e fonológico) como expressão de informação projetada dos níveis representacional e interpessoal.

Os resultados iniciais da pesquisa sobre MDs na GFD têm indicado as seguintes correlações: (i) uma classe de MDs incluiria aquelas expressões que ocupam a posição de núcleo de Atos Discursivos Interativos (essa classe compreenderia certas ocorrências de *né?* e *sabe?*, por exemplo); (ii) outra classe incluiria MDs que ocupam a posição de Modificador de Moves (como *além disso*), de Episódios Discursivos (como *em primeiro lugar*) e possivelmente de Conteúdos Comunicados (como certas ocorrências de *né?*) e de Conteúdos Proposicionais (como ocorrências bastante particulares de *eu acho que*); (iii) uma terceira classe incluiria MDs que ocupam a posição de Operador de Moves (como *e*, *mas*, *agora*) e de Episódios Discursivos (como *ai*); e uma quarta classe incluiria MDs que constituem a expressão estrutural de Funções interpessoais e representacionais, principalmente de funções retóricas de Atos (como *porque*, *pois*) e de funções semânticas de Conteúdos Proposicionais (como *então*, *porque*).

O objetivo da presente comunicação é, pois, apresentar detalhadamente as hipóteses acima e submetê-las a debate, possibilitando sua precisão ou reformulação, bem como a formulação de novas hipóteses de tratamento de MDs no modelo da GFD.

BLAKEMORE, D. *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell, 1987.

DIK, S. *The theory of functional grammar: Part I: The structure of the clause*. Dordrecht: Foris, 1989.

FRASER, B. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*. v.31, 1999, p.931-952.

HENGEVELD, K. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: GROOT, C., HENGEVELD, K. (Ed). *Morphosyntactic expression in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.53-86.

RISSO *et al.*. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p.403-425.

MANN, W.; THOMPSON, S. Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. *Text* 8, 1988, p.243-281.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MARTELOTTA, M. E. *et al.* *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

PENHAVAL, E.; GUERRA, A. R. *Considerações sobre a análise de Marcadores Discursivos na Gramática Funcional do Discurso*. Mimeografado.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

### A relevância da natureza semântica do antecedente para o preenchimento ou não do objeto direto: um estudo sincrônico no português brasileiro culto falado

Niquelme Cardoso Arruda

nigcardoso@uol.com.br

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba

Estudos lingüísticos desenvolvidos nos últimos tempos, quer orientados pela perspectiva diacrônica, quer sob a orientação sincrônica, têm, cada vez mais, verificado que (e contribuído para a percepção de que) o português brasileiro (PB) se caracteriza por fenômenos variáveis que o distanciam paulatina e significativamente do português europeu (PE). A distinção causada entre essas variedades do sistema lingüístico português se dá pelo fato de que, ao longo do tempo, o PB adquiriu, em sua formação, características que foram capazes de lhe atribuir uma estrutura sintática que o distinguísse do PE. Dentre os diversos fenômenos variáveis que têm caracterizado o PB, podemos citar a reorganização sofrida por seu sistema pronominal, já há algum tempo na pauta de estudos desenvolvidos por lingüistas, como já apontavam, em meados do século XX, considerações apresentadas por Mattoso Camara; vindo, mais tarde, a se constituir objeto de estudo de pesquisas lingüísticas com enfoque na sintaxe do português. Tal reorganização não afeta apenas o campo morfológico, mas também o sintático, implicando, conforme aponta Galves (1996 e 2001), em uma nova estrutura de concordância, bem como na busca por outras estratégias de realização do objeto direto (foco da pesquisa que aqui se apresenta), que não apenas o uso do pronome clítico, conforme aponta Duarte (1986 e 1989). Em seus estudos sobre a realização do objeto direto, orientados pela perspectiva sincrônica, a autora observou que, dentre os grupos de fatores lingüísticos considerados em sua pesquisa, o traço semântico [+animado] do antecedente se mostrou relevante na escolha da variante candidata à realização do objeto direto (OD) anafórico, sobretudo no tocante à ocorrência do objeto nulo ou ao seu preenchimento. Numa perspectiva diacrônica, Cyrino (1997) verificou que a implementação do OD nulo no PB se deu, inicialmente, em contexto em que se fazia o uso do “clítico neutro” (com antecedente oracional), expandindo-se para o contexto em que o clítico acusativo de terceira pessoa era empregado fundamentalmente com antecedente nominal com o traço [-animado]. Partindo dessas observações, no estudo desenvolvido em Arruda (2006) – referente à nossa dissertação de mestrado – após o desenvolvimento do cruzamento entre o traço semântico [+animado] do antecedente e as formas variantes do OD, verificou-se que, tendo um antecedente com o traço [-animado], a exemplo de outros estudos, foi favorecida a realização da expressão nula do objeto. No entanto, em se tratando de um antecedente com o traço [+animado], os resultados confirmaram, parcialmente, os apresentados pelas pesquisas anteriormente citadas. Tal parcialidade se deu pelo fato de os resultados obtidos em nosso estudo para a expressão nula do objeto direto com antecedente dessa natureza terem superado, significativamente, os verificados por Cyrino (1997 e 1999), como também os apresentados em Duarte (1986 e 1989). Enquanto os resultados de Cyrino (1997), nas ocorrências referentes ao século XX, apontaram





para um total de 3% para a ocorrência de objeto nulo com antecedente [+animado] e de Cyrino (1999), para um total de 15,2%, em Arruda (2006) o que se verificou foi uma variação entre 29% e 65% nos resultados encontrados para essa variante. Em Duarte (1986 e 1989), os resultados para a ocorrência de objeto nulo com antecedente [+animado] apontaram para uma frequência de 23,7%. A diferença quantitativa observada nos resultados permitiu-nos, numa análise qualitativa, sistematizar o percurso que OD nulo seguiu até que sua implementação fosse completada: OD com antecedente oracional *i* OD(SN) com antecedente [-animado] *i* OD(SN) com antecedente [+animado]. Na tentativa de se aprimorar um pouco mais nossa análise, objetivando a busca por uma melhor compreensão dos distanciamentos percentuais apontados, sobretudo, ao se compararem os resultados de Cyrino (1997 e 1999) aos de Arruda (2006), combinaremos na análise agora apresentada a animacidade do antecedente à sua especificidade ([+específico]), já que tal combinação não fora apresentada em nosso outro estudo. Para tanto, manteremos nosso *corpus* anteriormente constituído por 1470 ocorrências, organizado a partir da utilização da amostra representativa do PB culto falado, denominada Projeto NURC, modalidade DID. Na busca por um retrato o mais abrangente possível do PB, foram levantados dados de inquéritos das cinco capitais compreendidas pelo projeto, a saber: Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Dada a necessidade de se fazer um recorte na amostra do referido projeto, foram utilizados, para a constituição de nosso *corpus*, 30 inquéritos, distribuídos de forma homogênea entre as localidades, o sexo/gênero e a faixa etária dos informantes, elementos que também se constituirão nos grupos de fatores extralingüísticos considerados, posto que a análise dos dados se sustentará no arcabouço teórico-metodológico da Sociolingüística Variacionista.

## O papel da negação na seleção do modo verbal em orações completivas na fala de João Pessoa

Maria do Carmo de Oliveira

ducarmo\_pires@hotmail.com  
Universidade de Brasília

O objetivo desse estudo é analisar o papel da negação na distribuição dos modos indicativo e subjuntivo, nas orações completivas introduzidas pelo complementizador *que*, em dados de fala da Paraíba. O estudo será desenvolvido no quadro teórico da variação paramétrica, em que é proposta a associação do modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e da Teoria Variacionista (LABOV, 1972). Consideramos negação, nesse estudo, além do advérbio *não*, os outros advérbios e demais palavras que apresentam tal valor semântico, como *nunca*, *jamaís*, *nem*. Para efeito dessa análise, examinamos a presença da negação na oração matriz, como em (1) Eu NUM acredito que exista isso; sua presença na oração encaixada, como em (2) Eu acho que JAMAIS vai voltar ao que era antigamente; e sua presença na oração matriz e na encaixada, como em (3) Ela NÃO disse a mim que NÃO acreditava. Investigamos

a hipótese de que a presença de elemento de negação na oração matriz, tendo escopo sobre a sentença como um todo, favorece o uso do subjuntivo na oração completiva. Conforme ressaltado em vários estudos, em particular por Neves (1999, p. 320), esse favorecimento se explica pelo fato de a negação ser uma forma de reduzir o valor de certeza no enunciado, criando ambiente favorável à ocorrência do modo subjuntivo. Rocha (1997), analisando dados de variedades dialetais do Sudeste/ Centro-Oeste, verifica que, com verbos de opinião (*acreditar*, *achar*, *supor*) na oração matriz, a presença de um elemento de negação na oração matriz ou na encaixada favorece a variação entre os modos indicativo e subjuntivo; no entanto, seus dados mostram que é a negação que se encontra em um nível mais alto na oração que determina a maior probabilidade de ocorrência do subjuntivo na subordinada. Diferentemente, com o grupo verbal dos não-factivos-volitivos (*querer*, *desejar*) na oração matriz, ambiente previsto pelas gramáticas como favorecedor do modo subjuntivo, Rocha (1997) identifica variação; no entanto, tendo examinado o papel da negação com esses tipos de verbo da matriz, constata que essa variação não se deve à presença do elemento negativo. Embora não tenha adotado a metodologia da lingüística de *corpus*, Pereira (1974) também ressalta a relação entre a negação, principalmente, com o verbo *achar* negado na matriz, favorecendo o modo subjuntivo na completiva. Com uma abordagem semelhante, Bárbara (1975) sugere a possibilidade de ocorrer subjuntivo na oração encaixada ligada aos verbos de opinião, independentemente de haver a negação na matriz. No entanto, em relação aos verbos de declaração (*dizer*, *afirmar*) na oração matriz, considera que é possível a seleção do modo subjuntivo, se houver negação, que pode vir realizada por um advérbio de negação, como *não*, *nunca*, *jamaís*, ou pelo significado negativo do próprio verbo, como *negar*. Fávero (1974, p. 73) examina a negação com vários tipos de verbo na oração matriz: sobre os declarativos (*saber*, *afirmar*, *dizer*), comenta que, quando negados, eles se convertem em verbos de dúvida, formando orações com atitude proposicional de julgamento e, em função disso, o uso do indicativo ou do subjuntivo na oração encaixada se dará de acordo com a intensidade da dúvida: mais dúvida, mais uso do subjuntivo; menos dúvida, mais uso do indicativo. Em relação ao verbo *achar*, do grupo dos verbos de opinião, o qual é muito recorrente nos dados da Paraíba, assim como nos da região Sudeste e Centro-Oeste, Fávero (1974) afirma que ele é encontrado com o subjuntivo quando vem negado na matriz. Tendo como base esses estudos realizados, analisamos um total de 1132 dados coletados no VALPB, *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba* (HORA; PEDROSA, p. 2001), utilizando o programa estatístico GoldVarb (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001) com o objetivo de verificar se a presença da negação tem influência na seleção do modo verbal em estruturas completivas nos dados de fala de João Pessoa. Além disso, buscamos identificar se essa interferência da negação se dá com todos os tipos de verbo na matriz, ou se há favorecimento do subjuntivo somente com determinados tipos de verbos. Numa primeira análise, de conjunto, sem especificar o tipo de verbo da matriz, analisamos o papel da negação em todas as estruturas, obtendo o seguinte resultado, expresso em termos de pesos relativos, com a seleção da forma subjuntiva nas orações completivas: negação na matriz (0,96); negação na encaixada (0,38); sem negação (0,47). Os resultados encontrados nessa análise assemelham-se aos encontrados por Rocha (1997) nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (0,78



com negação na matriz; 0,76 com negação na matriz e na encaixada; 0,21 com negação na encaixada e 0,59 com afirmação), mas apresentam um amplo favorecimento da forma subjuntiva na oração completiva (0,96). Por entender que é a presença da negação na oração matriz que faz a diferença na seleção do modo, analisamos conjuntamente as orações com negação na oração matriz e as que apresentam negação, tanto na oração matriz, quanto na encaixada. Para melhor entender o fenômeno e tentar identificar se há relação entre o tipo de verbo na matriz e a presença da negação no licenciamento do subjuntivo nas completivas, fizemos um cruzamento entre o tipo de verbo da matriz e as estruturas (1), (2) e (3) mencionadas acima, considerando também as estruturas afirmativas. Verificamos que: (1) nos dados de fala da Paraíba, a negação na matriz, com os verbos de opinião e performativos, ambientes previstos como do modo indicativo, favorece a seleção do modo subjuntivo na completiva; (2) a presença da negação, seja na oração matriz, seja na encaixada, não favorece o subjuntivo quando o verbo da matriz é factivo não-emotivo (*notar, perceber*), também um ambiente previsto para o modo indicativo; (3) com os demais tipos de verbos, volitivo (*querer, desejar*), não-factivo não-volitivo (*permitir, pedir*), ambientes previstos como do modo subjuntivo, a presença da negação não interfere na seleção do modo, coincidindo com os resultados obtidos por Rocha (1997) nos dados do Sudeste/Centro-Oeste. Confirma-se, portanto, nossa hipótese inicial de que a presença de negação na oração matriz favorece o modo subjuntivo também nos dados de fala do Nordeste. Verificou-se ainda que esse resultado é determinado pelas propriedades semântico-lexicais do verbo da matriz, estando sua manifestação restrita aos verbos de opinião e performativos. Nesse sentido, pode-se afirmar que o papel da negação não é uniforme, particularmente no que se refere aos efeitos de escopo sobre o valor de verdade do enunciado, cabendo ampliar a investigação acerca das implicações desse resultado.

- PEREIRA, Maria Ângela Botelho. *Aspectos da oposição modal indicativo/ subjuntivo no português contemporâneo*. 1974. 256 p. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1974.
- BARBARA, Leila. *Sintaxe transformacional do modo verbal*. São Paulo: Ática, 1975.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Bindings*. Dordrecht: Foris, 1981.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Complementação de predicado em português*. 1974. 183 p. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo, 1974.
- HORA, Dermeval da; PEDROSA, Juliene L. Ribeiro. *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba*. João Pessoa: Idéia, 2001.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MOURA NEVES, Maria Helena. *Gramática de Usos de Português*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- ROCHA, Rosa Cecília Freire da. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. 1997. 123 p. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília, 1997.
- ROBINSON, J. S.; H. R. LAWRENCE; S. A. TAGLIAMONTE. GOLDVARB 2001. 2001.

### Novas observações sobre a entoação de sentenças com ordem SV

Maria Cristina Figueiredo Silva  
llv1mcf@cce.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Izabel Christina Seara

Este trabalho pretende aprofundar o estudo sobre a entoação de sentenças SV, em particular, de sentenças SV que veiculam informação completamente nova em dois contextos discursivos diferentes: um em que o sujeito da sentença faz parte do discurso anterior e outro em que o sujeito é informação nova. O estudo se justifica porque, na literatura especializada (em sintaxe, por exemplo, cf. CINQUE, 1993), encontra-se a afirmação de que as sentenças SV de línguas que não admitem inversão livre do sujeito (como o inglês) exibem dois padrões acentuais distintos segundo o sujeito seja ou não parte da pressuposição: no primeiro caso, o acento cai sobre o verbo e, no segundo, sobre o sujeito. No entanto, se a língua dispõe da inversão livre do sujeito (como o italiano), o que se observa é alternância na ordem das palavras: SV é a ordem escolhida para veicular a informação no caso de o sujeito ser um tópico discursivo, mas é VS a escolha no caso de o sujeito ser informação nova. O interesse do nosso estudo deve-se ao fato de o português brasileiro (PB) estar perdendo suas construções VS (cf. BERLINCK, 1988, KATO, 2000), o que nos faz colocar a seguinte pergunta: como o PB resolve o problema da expressão da topicalidade do sujeito nestes casos? Ainda lança mão de VS ou escolhe diferentes padrões acentuais? Deve-se ressaltar que a literatura discute padrões de distribuição de acento frasal nesses casos, mas aqui suporemos que seja possível, quando estamos lidando com sentenças curtas como estas, identificar estes dois padrões de acento em sentenças SV com duas melodias distintas na sentença. Assim, estaremos procurando evidências no contorno de *pitch* dos enunciados dos informantes para estes dois padrões acentuais distintos, uma hipótese que não é descabida, dado o que se conhece sobre a relação entre acento sentencial e contornos de *pitch* (cf. MORAES, 1998). Em um estudo preliminar, ainda não publicado, constatou-se a existência de dois padrões entoacionais; no entanto, o *corpus* montado ali não permitia a avaliação do fenômeno com toda a clareza, impedindo-nos de chegar à generalização pertinente. Por essa razão, idealizamos um teste experimental que nos possibilita ver se o PB atual diferencia padrões acentuais ou ordem das palavras segundo o tipo de verbo (inergativos ou inacusativos) e/ou segundo o tipo de DP sujeito (definido ou indefinido). Tem-se notado que um dos grandes problemas de estudos desse tipo é a forma de coleta dos dados, uma vez que muitos aspectos estão envolvidos nas respostas dadas (fonético, sintático, semântico, discursivo). Assim, para tentar controlar de forma mais adequada os demais aspectos, o desenho geral do experimento foi pensado como um conjunto de pequenas histórias que tenta criar os contextos relevantes (incluimos também certos contextos despistadores, como os de foco, misturados aos contextos pertinentes). Nesses dados, controlam-se também os segmentos que farão parte das sentenças produzidas, buscando apresentar aos informantes a maior parte das frases constituídas por segmentos vozeados, o que facilita a análise da curva de contorno de *pitch*, necessária à leitura dos eventos entoacionais presentes nas frases produzidas. Os testes experimentais são, dessa



forma, compostos por duas partes distintas: na primeira, o informante deve ler sentenças SV ou VS presentes ao final de cada estória e, portanto, a sua escolha está restrita à escolha da entoação que lhe pareça a mais adequada àquele contexto; na segunda parte, o informante deve escolher a ordem de palavras que lhe parece mais adequada, ao lado da escolha da entoação que lhe pareça possível, já que lhe serão apresentadas somente as palavras que deve empregar nas frases, e não as frases já construídas. Os resultados deste experimento serão comparados a resultados obtidos em experimentos anteriores disponíveis na literatura.

BERLINCK, R. de A. *A ordem V SN no português brasileiro: sincronia e diacronia*. 1988. Dissertação (Mestrado) – IEL, Unicamp, Campinas, 1988.

CINQUE, G. A null theory of phrase and compound stress. *Linguistic Inquiry*, 24, 1993. p. 239-297.

KATO, M. A restrição da monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Lingüístico*, v. 2, n. 1, p. 97-127, 2000.

MORAES, J. Intonation in Brazilian Portuguese. In: HIRST, D.; DI CRISTO, A. (Org.) *Intonation System: a survey of twenty languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 179-193.

## Revisando a estrutura argumental e sintática das construções resultativas do português brasileiro

Julio William Curvelo Barbosa

jbarbosa@usp.br  
Universidade de São Paulo

O objetivo deste trabalho é desenvolver, no âmbito da gramática gerativa, uma análise para as construções do português brasileiro (PB) consideradas como construções resultativas, em especial das suas propriedades sintáticas e propriedades de seleção dos verbos que delas participam.

As construções resultativas no inglês são de grande produtividade e apresentam uma série de propriedades sintáticas e semânticas, que no PB se mostram díspares, com diferenças sintáticas e semânticas discrepantes.

(1) *John painted the house yellow.* (LOBATO, 2004, p. 142)  
'John deixou a casa amarela pintando-a'

(2) *João pintou a casa bem amarelinha.* (LOBATO, 2004, p. 161)

(3) *João pintou a casa amarela.* (LOBATO, 2004, p. 161)

Neste trabalho, tentaremos estabelecer a relação estrutural subjacente nas construções em cada língua e determinar se é possível dizer que, em PB, o fenômeno da resultatividade seja sintaticamente equivalente ao do inglês.

A partir de um estudo comparativo das propostas de Hoekstra (1988), para o holandês e o inglês, de Levin e Rappaport Hovav (1995), para o inglês, e de Lobato (2004), para o PB, tentaremos isolar as propriedades comuns a cada língua acima mencionada para elaborar uma proposta de representação capaz de captar as características comuns e particulares a cada construção nas línguas em questão. Para a tentativa de definição da estrutura sintática para os dados do PB e do inglês, nos valem, num primeiro momento,

da teoria de estrutura argumental de Hale e Keyser (2002), tentando estabelecer uma relação entre a formação de verbos denominais e a possibilidade de ocorrência de construções resultativas no PB.

Barbosa (2005) argumenta que uma avaliação das formas lógicas aplicadas aos dados do PB e do inglês mostra que há uma diferença semântica quanto às construções em cada uma das línguas. No inglês, a modificação do predicado resultativo mostra-se uma modificação do evento expresso pelo verbo, enquanto no PB, a modificação se dá sobre o estado resultante da ação já realizada pelo predicado verbal. Logo, a nossa idéia é a de que, se há diferença semântica, ela se reflete provavelmente na estrutura sintática. Assim sendo, aplicamos a estrutura de Hale e Keyser para observar se a origem da formação do verbo, quando derivado de raiz nominal ou verbal plena, é responsável pela possibilidade de formação de resultativas com modificação de evento, como no inglês, e porque esse tipo de construção parece não estar disponível no PB.

No inglês, temos exemplos de resultativas, tanto com verbos intransitivos, quanto com verbos transitivos:

(1) *She laughed him out of his patience.* (HOEKSTRA, 1988, p. 115)

'Ela riu tanto que acabou tirando a paciência dele'

(2) *He rubbed the tiredness out of his eyes.* (HOEKSTRA, 1988, p. 116)

'Ele esfregou seus olhos até botar o cansaço para fora deles'

(3) *He laughed himself sick.* (HOEKSTRA, 1988, p. 115)

'Ele riu tanto que acabou ficando doente'

(4) *Well, the conclusion was that my mistress grumbled herself calm.* (LEVIN; RAPPAPORT, 1995, p. 35)

'Bem, a conclusão foi que minha senhora resmungou até se acalmar'

Acreditando que os mesmos princípios da Gramática Universal (CHOMSKY, 1981) estão por detrás das restrições sobre a ocorrência desse tipo de construção sintática, quando temos esse tipo de produtividade para o inglês, era de se esperar que, no PB, isso fosse semelhante. Porém, observe os dados abaixo (LOBATO, 2004):

(5) *Deus criou os homens fracos.*

(6) *O engenheiro construiu a ponte sólida.*

(7) *Ele fabricou a cadeira torta.*

Dada tal diferença de seleção que os verbos de cada língua impõem sobre o número de argumentos que selecionam, cabe a necessidade de proposta de estruturas que difiram na seleção de resultativas no inglês, se comparadas às do PB. Nesta língua, as construções resultativas não ocorrem com verbos que não têm argumento interno selecionado em sua estrutura profunda, mesmo que esse seja realizado como sujeito na superfície, enquanto no inglês, esse tipo de restrição não se aplica.

Pelo que pudemos observar nos dados dos autores, a grande maioria das sentenças com resultativas no inglês aparenta ter seus verbos principais originados por uma raiz de natureza nominal, ou de natureza puramente verbal, e, como aponta Embick (2004), construções resultativas no inglês não ocorrem com verbos deadjetivais. Isso poderia nos levar a crer que haja alguma relação entre a natureza do núcleo da estrutura argumental e a possibilidade de seleção de uma construção resultativa.

As distinções propostas por Hale e Keyser têm o objetivo de mostrar que a natureza categorial das raízes que dão origem à estrutura argumental de um verbo são responsáveis por determinar em quais alternâncias aquele tipo de verbo pode participar, bem como o tipo e número de argumentos com os



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

quais pode se associar. Pensando nas construções resultativas do inglês, podemos tentar construir estruturas argumentais de sentenças que possuam tais construções e, a partir das alternâncias em que sentenças com resultativas participam, poderemos, em um primeiro momento, determinar se há uniformidade e qual a raiz está por detrás da estrutura argumental dos verbos que selecionam complementos resultativos.

Partiremos das nossas intuições sobre o PB e das definições e análises dos dados dos autores citados sobre as outras línguas, contrastando as propostas de representação sintática de cada trabalho, e, caso necessário, acrescentaremos trabalhos de outros autores que estudam o fenômeno, para então propor uma explicação geral das propriedades que eventualmente se apresentarem díspares nas línguas em foco. Em última análise, a observação desse tipo de fenômeno pode contribuir para o estabelecimento de um parâmetro que relacione as propriedades dessas construções a outras propriedades da gramática das línguas.

BARBOSA, J. Small Clauses Adjunto e as Construções Resultativas no PB. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 13. São Paulo, 2005.

BARBOSA, J. On the Argumental Structure of the so-called "Resultative constructions" in BP. In: WORKSHOP ON FORMAL LINGUISTICS, 7., Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Foris: Dordrecht, 1981.

EMBICK, D. On the Structure of Resultative Participles in English. *Linguistic Inquiry*, 35, p. 355-392, 2004.

HALE, K.; KEYSER, S. J. *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Linguistic inquiry monographs; 39. Massachusetts, MIT Press, 2002.

HOEKSTRA, T. Small Clause Results. *Língua*, 74, 101-139, 1988.

LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. The Anatomy of a Diagnostic: The Resultative Construction. In: \_\_\_\_\_. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995. p. 33-78.

LOBATO, L. Afinal, existe a construção resultativa em português? In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de (Org.). *Sentido e significação*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 142-179.

PARSONS, T. *Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

STOWELL, T. Subjects across Categories. *The Linguistic Review*, 2, p. 285-312, 1983.

para a história do português brasileiro. Trata este último de um estudo de nível nacional que procura detectar as características lingüísticas da norma americana do português face à europeia.

Com base em pressupostos do funcionalismo lingüístico, em sua vertente norte-americana (BYBEE; HOPPER, 2001; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003; GIVÓN, 2001), tomamos como *corpora* textos escritos do português contemporâneo e seus correspondentes do período arcaico, compreendendo os séculos XII a XIV. Temos trabalhado mais especificamente com materiais religiosos, crônicas de natureza biográfica e cartas.

Praticamos um tipo de análise funcional voltada para a trajetória histórica do português, na consideração de estruturas e sentidos híbridos ou sobrepostos, levando em conta questões de natureza pragmático-discursiva (MARCUSCHI, 2002; MEURER; MOTTA-ROTH, 2002), além da observação de aspectos cognitivos (BATORÉO, 2000; GOLDBERG, 1995). Nossa pesquisa examina especificamente os advérbios locativos pronominais mais frequentes do português do Brasil – *aí*, *ali*, *aqui* e *lá* – e parte das seguintes indagações: a) Quais as tendências de ordenação dos pronomes adverbiais locativos na língua portuguesa? b) Que implicações tem esta ordenação em termos da polissemia que caracteriza esses usos (*espaço* > *tempo* > *texto*) e dos fenômenos de gramaticalização *aí* envolvidos (*advérbio* > *conector*; *advérbio* > *especificador*)? c) Na trajetória do português, o que tem havido de mudança, de variação e de estabilidade nos padrões de ordenação e na funcionalidade dos pronomes adverbiais locativos?

De uma perspectiva histórica, percebemos que a ordenação de determinados locativos parece ter mudado com o tempo.

É o caso ilustrado em (1) e (2), do período arcaico, em que os locativos situam-se entre o sujeito e o verbo, num ambiente sintático distinto do uso mais regular dos dias atuais, nos quais a tendência seria para a colocação pós-verbal do locativo: (1) ... *ca a renebrança do pecado com aquel deleyto que home hi recebe faz feder e avorrecer a alma aaquel que a no corpo mete*. (Livro das aves, p. 22); (2) *A menos de el Rei allo hir com seu poder*. (Fernão Lopes, D. J., p. 130).

Há fortes indícios, portanto, de que haveria, ao menos, uma situação de variação no que diz respeito à colocação desses advérbios no português arcaico, variação esta que teria desaparecido na fase contemporânea. É o que se pode observar nos três exemplos de ordenação do locativo *aquy* que se seguem: (3) ... *crea que por afremosentar nem afear aja aquy de poer mais caaquilo que vy...* (Carta de Caminha, folha 1); (4) ... *da marinhajem e simgraduras docaminho nõ darey aquy cõta avossa alteza...* (Carta de Caminha, folha 1); (5) ... *os outros dous queo capitã teue nas naaos aque deu oque Ja dito he. numca aquy mais pareçeram...* (Carta de Caminha, folha 8).

Em (3), o advérbio *aquy* interpõe-se ao sintagma verbal *aja de poer*, afetando o vínculo semântico-sintático dessa construção; em (4), o locativo se situa entre o verbo e seu objeto, comprometendo também a proximidade de sentido e forma da estrutura VO; em (5), *aquy* está numa seriação adverbial, o que parece indicar que os constituintes *numca* e *mais*, atualmente utilizados de modo muito vinculado, a constituir uma *unidade pré-fabricada* (ERMAN; WARREN, 2000), deviam ter, na época da Carta, maior autonomia funcional e estrutural. Trata-se de formas de ordenação distintas do português contemporâneo, que se relacionam também a uma tendência geral de ordenação vocabular característica

### Ordem e gramaticalização de advérbios pronominais locativos em perspectiva histórica

Mariangela Rios de Oliveira

mariangela.rios@terra.com.br  
Universidade Federal Fluminense

Este trabalho é parte de uma pesquisa integrada em torno da ordenação de advérbios no português escrito, em perspectiva histórica, que, por sua vez, se insere no *Projeto*



do português arcaico, que apresentava mobilidade sintática maior. Nossos dados apontam que, no período arcaico, havia maior variabilidade de ordenação dos locativos, que tendiam a se posicionar imediatamente antes do elemento verbal; já os dados do português contemporâneo, indicam que a posição mais freqüente dos advérbios locativos é aquela imediatamente após o verbo. Tal resultado contraria a hipótese segundo a qual os locativos, por serem advérbios *não-predicativos*, tenderiam a ocupar posições mais distantes do constituinte verbal.

Outro ponto a enfatizar é que esses termos tendem, cada qual, a ser usados de modo específico, o que vem a reforçar a abordagem da categoria como prototípica (TAYLOR, 1995), com classe híbrida e fluida, composta por elementos de distinta natureza semântico-sintática. Ali e aqui tendem a funcionar prototipicamente como advérbios em ambas as sincronias pesquisadas, articulando freqüentemente seqüências narrativas. Por outro lado, lá e, principalmente, aí, registram usos atuais menos identificados como constituintes dessa categoria, seja pela maior polissemia manifestada, seja pela migração para funções mais textuais, como especificador – ilustrado em (6) *Vão fazer festas para angariar fundos, com música alta, e, talvez, no meio da festa, lá pelas 2 da manhã, soltem fogos de artifício.* (Época, 2004) –, ou como conector – ilustrado em (7) *Foi chocante assistir ao vivo e a cores nossos senadores da CPI terem que chamar comprovados larápios do dinheiro público de "Vossa Excelência". Aí é cinismo demais e não dá para agüentar tanta afronta. Desligo enojado.* (JB, 2004).

O hibridismo referido para muitos usos de lá e aí, principalmente em trechos expositivos ou dissertativos, não permite, muitas vezes, maior definição do *status* semântico-sintático destes pronomes, que parecem acumular sentidos e papéis, como ilustrado em (7), em que não é possível precisar o 'espaço' referido por aí (o contexto político, a situação constrangedora? O momento da CPI? Ou a relação lógica de seqüência ou conclusão?), nem sua categoria funcional (advérbio ou conector?). Para esses casos, usamos a nomeação 'sobreposição funcional', na indicação de usos altamente polissêmicos e pouco prototípicos, configuradores de etapa inicial de processo de gramaticalização (HOPPER, 1991).

BATORÉO, H. *Expressão do espaço no português europeu*: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BYBEE, J.; HOPPER, P. (Org.) *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjaming Company, 2001.

ERMAN, B.; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. *Linguistic: an interdisciplinary journal of the language sciences*, Berlin; New York, n. 2, p. 29-62, 2000.

CUNHA, Maria A. Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário E. (Org.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2001. v. 1.

GOLDBERG, Adelle. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1991. p. 17-35. v. 1.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela; MACHADO, Anna;

BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros textuais*. Bauru: Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 2002. p. 225-238.

TAYLOR, J. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

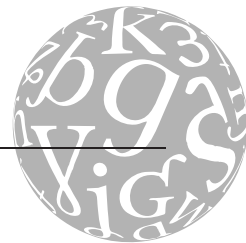
## Processo de gramaticalização em libras

Deize Vieira dos Santos

deizesantos@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A passagem de palavras de uma classe lexical para uma classe funcional é um fenômeno comum nas línguas faladas e o objetivo deste trabalho é mostrar que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) também manifesta processos desta natureza. Segundo a abordagem funcionalista, a dinamicidade e flexibilidade encontradas nas línguas caracterizam a necessidade de seus usuários de garantir as interações comunicativas. Neste sentido, o contexto constituído oferece grande margem para manipulação do falante, a ponto de ficar aberto um campo propício a diferentes realizações, que podem representar diferentes graus de gramaticalização das entidades postas em funcionamento. Assim, pode-se entender, por exemplo, como questões aparentemente restritas ao âmbito da oração, ligadas a fatores sintáticos e semânticos, encontraram, na gramática funcional, um tratamento que incorpora a consideração de um componente discursivo. Especialmente a partir do estudo clássico de Hopper e Thompson (1980) se admite a interferência de fatores discursivos ligados às necessidades de expressão dos usuários, dirigida pelos propósitos da comunicação. Para Hopper e Traugott (1993), a gramaticalização é considerada um processo no qual itens e construções lexicais, em certo contexto lingüístico, desempenham funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver funções mais gramaticais. Deste modo, entendemos que alguns itens lexicais e expressões sintáticas podem migrar do léxico para a gramática. Neste trabalho, partiremos do pressuposto que as línguas de sinais compartilham dos mesmos princípios observados nas línguas orais, embora tais princípios sejam expressos de forma diferente. Essas línguas são de modalidade gestual-visual, em que a informação é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos e expressões faciais e corporais. As línguas gestuais-visuais possuem características particulares que lhes conferem o poder de expressar informações simultâneas, em contraste com a tendência geral de linearização das línguas faladas. O nível morfossintático, por exemplo, apresenta-se bastante complexo, envolvendo relações de usos de localizações no espaço de sinalização para a construção e manutenção da referência pronominal, para a troca de papéis da pessoa do discurso e para as relações de concordância dos verbos com seus argumentos. Ao invés de afixos organizados linearmente, as línguas de sinais expressam distinções através de diferentes padrões, envolvendo qualidades dinâmicas do movimento, tais como velocidade, tamanho e tensão, que são superpostas na forma



base do sinal, assinalando a troca de categoria gramatical, a noção de aspecto temporal, de pessoa, número e grau (KLIMA; BELLUGI, 1979). Adicionalmente, as línguas de sinais fazem uso específico de certas configurações de mão nos predicados classificadores, expressando informações semânticas inerentes aos seus referentes. Além dessas características peculiares às línguas de sinais, podemos citar o uso de expressões não-manuais, isto é, expressões faciais e corporais como partes constitutivas dos itens lexicais, de processos morfológicos e de atribuição de função sintática. Sendo a natureza dessas línguas diferente das línguas faladas, a observância de semelhanças entre elas pode ratificar as teorias sobre os universais lingüísticos, independentemente da modalidade (gestual-visual ou oral-auditiva). Nos dias atuais, o questionamento que se faz sobre as línguas de sinais não mais reside em aceitá-las ou não como línguas naturais. Os lingüistas que se interessam por estas línguas, de uma maneira geral, se perguntam sobre o quanto elas podem lançar luz sobre o funcionamento da linguagem humana. Neste trabalho, descrevemos mecanismos de formação de conectivos oracionais em LIBRAS, que são unidades lexicais que se convertem em conectivos ao serem empregadas entre proposições. Assim, tratamos a gramaticalização, aqui, não no sentido estrito de evolução diacrônica, mas no sentido funcional de acionamento de possibilidades concomitantes, representativas de diferentes graus de coalescência semântica e/ou sintática na organização do enunciado. O princípio que está na base de uma investigação levada nesse sentido é o da unidirecionalidade da gramaticalização, já assentada na clássica definição de Kurylowicz (1975). A unidirecionalidade, segundo Hopper e Traugott (1993), constitui a propriedade que permitiria a identificação e a circunscrição dos fenômenos de gramaticalização dentro do quadro mais amplo dos demais fenômenos de mudança lingüística. Entendemos que as diferenças existentes entre as duas modalidades de língua impõem a necessidade de um refinamento na análise da língua de sinais, a fim de que se compreenda melhor seu funcionamento. Assim, a partir da abordagem funcionalista, pretendemos chegar a esse refinamento, uma vez que essas mudanças observadas universalmente nas línguas orais também estão sendo encontradas na Língua Brasileira de Sinais.

FERREIRA-BRITO, L. *Por uma Gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35. v. 1.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*, 56, p. 251-299, 1980.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KLIMA, E. S.; BELLUGI, U. *The Signs of Language*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

KURYLOWICZ, J. The Evolution of Grammatical Categories. In: *Esquisses linguistiques*, v. 2, p. 38-54, 1975 [1965].

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, D. V. dos. *Estudos de Língua de Sinais: um contexto para a análise da língua brasileira de sinais (LIBRAS)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to Grammaticali-*

*zation*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1.

### O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais em português

Margarida Basilio

marbas@centroin.com.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O presente trabalho se insere na discussão sobre a possibilidade e conveniência ou não de se estabelecer uma distinção entre conhecimento lingüístico e conhecimento enciclopédico no léxico (PEETERS, 2000) e na discussão sobre a natureza do conhecimento lexical. Há duas posições polarizadas em relação a essas questões. Por um lado, cognitivistas afirmam que a semântica lexical é indubitavelmente enciclopédica (p.ex. LANGACKER, 1987) e que o conhecimento lingüístico reflete os padrões de conceptualização da mente (p.ex. EVANS; GREEN, 2006). Por outro, adeptos da Morfologia Distribuída estabelecem uma distinção radical entre o vocabulário, que seria parte da língua, e a enciclopédia, que se colocaria na interface de estruturas conceptuais (HARLEY; NOYER, 2000).

Neste trabalho, pretendo descrever a conexão entre padrões metonímicos, conhecimento enciclopédico e conhecimento lingüístico na formação de palavras. Assim, ao contrário do que preconizam os cognitivistas, pressuponho uma distinção entre conhecimento lingüístico e conhecimento enciclopédico no léxico, embora me situe em convergência com eles no que tange à interação entre padrões conceptuais da mente e padrões morfológicos.

Com a finalidade de abordar esta tripla interação e seu caráter fundamental para a eficiência do léxico como um sistema dinâmico de armazenagem de formas simbólicas, focalizarei a formação de verbos denominais na língua portuguesa, mostrando que verbos morfológicamente denominais são interpretados a partir da interação do conhecimento do mundo com o conhecimento lingüístico, em conexão com padrões metonímicos.

Inicialmente, defino o papel do léxico nas línguas e introduzo o conceito de metonímia conceitual em sua interação com padrões morfológicos de expansão lexical. Em seguida, descrevo padrões morfológicos de formação de verbos denominais e mostro sua conexão com padrões metonímicos. A análise a ser apresentada foi feita a partir de dados do Português Brasileiro, mas as afirmações essenciais do trabalho se estendem a outras línguas.

Podemos definir o léxico como um conjunto de formas simbólicas, isto é, formas associadas a significados ou que evocam significados. Itens lexicais são usados na construção de enunciados, sendo, portanto, tão flexíveis a associações simbólicas e usos, quanto cores podem ser sensíveis a outras cores, luz, e assim por diante. O léxico deve ser expansível, de modo a se adaptar a nossas necessidades de comunicação. Padrões de formação de palavras otimizam a expansão lexical e são essenciais para a eficiência do léxico como um sistema de armazenagem de símbolos numa língua, dada a necessidade de representação conceitual com acesso lexical



imediate na interação linguística.

A metonímia é central aos padrões morfológicos que otimizam a eficiência lexical. Dentro de uma visão conceptual da metonímia, no processo metonímico ‘uma entidade conceptual, o veículo, provê acesso mental a outra entidade conceptual, o alvo, dentro do mesmo modelo cognitivo idealizado’ (RADDEN; KOVECSES 1999, p. 21, trad. minha). A metonímia pode, portanto, ter lugar quando uma expressão que normalmente designa uma entidade é usada para designar uma outra entidade, a ela associada. De acordo com Langacker, a metonímia é tão prevalente porque é basicamente um fenômeno de ponto de referência, isto é, a entidade representada pela expressão metonímica ‘serve como um ponto de referência, provendo acesso mental ao alvo desejado’ (2000, p. 199, tradução minha). A metonímia revela-se, pois, um instrumento fundamental para a eficiência do léxico como um sistema de armazenagem de símbolos: já que podemos acessar uma entidade conceptual por meio de outra, podemos neutralizar o problema do acesso lexical em construções lexicais novas.

Verbos denominais no Português Brasileiro são majoritariamente formados com a adição dos sufixos *-ar* ou *-izar* a um substantivo. Semanticamente, o verbo denota um ato ou processo especificado pelo substantivo. Em outras palavras, o substantivo base é um ponto de referência para o evento representado pelo verbo. Por exemplo, *aguar*, de *água*, é um ato crucialmente denotado pela substância ‘água’: usamos o substantivo representando o líquido para rotular o evento. O conhecimento enciclopédico sobre o ato específico é prévio à formação do verbo denominal: não há formação de verbo denominal sem um ato prévio para o qual a denominação é requerida. Do mesmo modo, *martelar* é um ato denotado por referência a *martelo*: usamos o substantivo representando o instrumento para rotular o ato correspondente ao uso do instrumento, cuja especificidade é parte de nosso conhecimento enciclopédico.

Vemos, portanto, que a interpretação de construções de verbos denominais é baseada na interação entre nosso conhecimento enciclopédico (o ato específico), nosso conhecimento linguístico de padrões morfológicos de formação de verbos (a estrutura morfológica  $[X]S$  à  $[[X]S a(r)]V$ ) e padrões metonímicos como *Substância por Ato*, *Instrumento por Ato* e assim por diante.

Mais especificamente, no nível morfológico, formamos um verbo a partir de um substantivo efetuando uma operação morfológica que transforma o substantivo num tema verbal. No nível semântico, a construção lexical corresponde ao verbo cujo significado específico é representado pelo substantivo. A conexão entre o conhecimento enciclopédico do ato e o verbo denominal construído é feita por um padrão metonímico. Em nosso exemplo, reconhecemos o significado geral ‘substância líquida’ no tema verbal denominal *agua-(r)* e morfologicamente reconhecemos um verbo, o que leva ao conceito de Ato; podemos então acessar o conceito pré-existente ‘pôr água em’, por meio da metonímia ‘*Substância por ato*’. Do mesmo modo, como reconhecemos o significado geral de instrumento no tema verbal *martela(r)*, podemos conectar o conceito pré-existente do ato específico ao verbo denominal por meio da metonímia *Instrumento por Ato*.

Em suma, como mostram os exemplos, verbos denominais são interpretados automaticamente pela interação entre conhecimento enciclopédico, padrões de formação de palavras e padrões metonímicos. Como já existe evidência prévia da interação entre padrões morfológicos e padrões metonímicos em outros casos de formação de palavras,

como, por exemplo, na formação de nomes de agente (cf. PANTHER; THORNBURG, 2002), concluo que temos evidência crescente em suporte da hipótese de que padrões metonímicos são essenciais para a formação de palavras, dentro de uma visão do léxico como um sistema dinâmico de armazenagem de formas simbólicas a serviço da comunicação linguística.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics: an Introduction*. London: Lawrence Erlbaum, 2006.

HARLEY, H.; NOYER, R. Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: Evidence from nominalizations. In: PEETERS, B. (Ed.) *The Lexicon-Encyclopedia Interface*. Amsterdam: Elsevier, 2000.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

LANGACKER, Ronald. *Grammar and Conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.

PANTHER, Klaus-Uwe; Linda THORNBURG. The roles of metaphor and metonymy in English –er nominals. In: DIRVEN, René; PORINGS, Ralf (Ed.) *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2002.

PEETERS, Bert (Ed.). *The Lexicon-Encyclopedia Interface*. Amsterdam: Elsevier, 2000.

RADDEN, Gunter; KOVECSES, Zoltán. Towards a Theory of Metonymy. In: PANTHER, Klaus-Uwe; RADDEN, Gunter (Ed.) *Metonymy in Language and Thought*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.

### 3.8.3 Mesas-redondas

#### Restaurar dá restaurante? Analisando a persistência da morfologia no acesso lexical

Nesta mesa, poremos em discussão as cognições que estão envolvidas no acesso lexical, tendo em vista alternativas por vezes conflitantes:

1. Durante a leitura de palavras isoladas, até que ponto persiste a segmentação morfológica? Ou seria a leitura uma atividade cognitiva pré acesso lexical?
2. Até que ponto podemos afirmar que as segmentações morfológicas são sempre iguais entre falantes da mesma língua? Ou será que podemos conceber que diferentes falantes executem diferentes segmentações morfológicas no processo de acesso lexical?
3. Teríamos ao nosso dispor a prerrogativa de *escolha* entre manter uma análise com muitas camadas morfológicas composicionais com consistência semântica ou reanalisar raiz mais várias camadas como uma nova raiz, mais longa?
4. Poderíamos conceber que alguns sufixos produtivos que contribuem semanticamente de forma previsível sejam, na verdade, partículas semi-lexicais?

Esta discussão será abordada a partir de três perspectivas prioritárias no estudo do acesso lexical. Usando a técnica de rastreamento ocular na leitura, Marcus Maia vai discutir se, ao ler uma palavra isolada, o leitor identifica a estrutura morfológica interna e se esta identificação exerce efeito de facilitação na realização da tarefa de acesso lexical. Sua comunicação, *Efeito strop e rastreamento ocular no processamento de palavras*, vai contribuir para a discriminação



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

das tarefas envolvidas na leitura em relação ao conjunto de tarefas cognitivas que compõem o acesso lexical.

Aniela Improta França está desenvolvendo parâmetros que retratam a complexidade sintática no interior das palavras, discriminando estes parâmetros da tarefa de simples transdução fonológica. Sua comunicação, *Acesso Lexical pela Ativação Contínua de Segmentos Fonológicos* trará os resultados de uma pesquisa neurofisiológica por Extração de Potenciais Relacionados a Evento (ERP) que capturam o acesso lexical através da latência e amplitude das ondas elétricas no córtex. Os resultados que serão apresentados decorrem do teste de decisão lexical em relação a palavras e não palavras com seis, sete e oito segmentos fonológicos e uma, duas e três camadas morfológicas.

Miriam Lemle, tirando proveito dos resultados do experimento apresentado por Aniela, aplicará a mesma técnica de extração de ERPs para palavras morfológicamente complexas cujas histórias derivacionais possivelmente variam entre falantes. A comunicação *Variação individual na segmentação de palavras morfológicamente complexas* vai contribuir para o entendimento do racional das segmentações levando em conta o balanço entre economia de memória a curto prazo e a preservação da estrutura interna das palavras, que significa uma economia na contabilidade total do número de peças listadas na enciclopédia.

### Variação individual na segmentação de palavras morfológicamente complexas

Miriam Lemle

lemle@superig.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Modelo da Morfologia Distribuída (MD) nos permite distinguir entre o significado decorrente de convenção arbitrária dado pela Enciclopédia e o significado decorrente da pura estrutura sintática, dado pela Forma Lógica daqueles decorrentes de convenção arbitrária, dado pela Enciclopédia. A MD propõe que a semântica idiossincrática advém da concatenação de Raiz + primeira peça categorizadora, por exemplo, em *cidade* a Raiz [cidad] é concatenada a um nominalizador  $\emptyset$ , e este composto recebe a leitura enciclopédica arbitrária de *cidade* – comunidade urbana. Porém, se a palavra fosse *cidadezinhas*, depois da parte idiossincrática, há contribuições não arbitrárias, ou seja, composicionais, dos morfemas [inha] e [s] respectivamente para formar o diminutivo e o plural que provêm de concatenações posteriores à primeira marcação categorial. Com esta arquitetura da gramática podemos não somente distinguir o que há de idiossincrático do que há de regular na leitura das palavras e expressões idiomáticas, mas também podemos tecer plausíveis conjecturas sobre o curso da mudança lingüística. Porém quando vamos aplicar esta teoria a um conjunto de dados do português, usando introspecção lingüística consciente, é muito comum nos depararmos com palavras que não nos parecem a princípio morfológicamente complexas, mas que se levássemos em conta a informação etimológica, diríamos que são complexas. Por exemplo, quem descreveria o seu verbete mental da palavra *restaurante* como derivado composicional do verbo *restaurar*? O de *refrigerante* como

passando por *refrigerar*; o de *liquidação* passando por *líquido*; o de *protestante* por *protestar* o de *clássico* por *classe*; o de *procurador* por *procurar*?

Nestes casos, duas possibilidades de análise se apresentam: (i) a percepção de surpresa do falante nativo pela informação advinda do estudo etimológico corresponde ao que realmente se passa em sua mente. Ou seja, as duas palavras não são morfológicamente relacionadas: a descrição enciclopédica da grande não passa pela da pequena; (ii) A surpresa morfológica é ilusória e o falante pode, sim, fazer uma computação dentro da outra, ou seja, reconhece o verbo *restaurar* em *restaurante*.

Olhando para a população dos falantes, a hipótese mais plausível é a de que falantes de idades e experiências diferentes que convivem em uma comunidade lingüística não compartilhem exatamente da mesma análise para todas as palavras. Por exemplo, a palavra *procurador* pode estar sendo interpretada passando pelo verbo *procurar* por pessoas que não têm clareza sobre as funções deste cargo. Já os especialistas, advogados, por exemplo, podem pegar *procurador* como um todo, já que sabem que as funções de um procurador se relacionam com a representação legal de uma pessoa física ou jurídica ou de instituição governamental.

Seqüências que contêm prefixos, raízes ou sufixos em seu étimo podem ser tomadas meramente como seqüências fonológicas por alguns falantes e por outros falantes como contendo peças morfológicas. Estamos então diante de uma questão interessante que merece estudo experimental não obstante as dificuldades metodológicas que estão sendo contornadas.

Para testarmos esta hipótese, deveríamos obter medidas do tempo de ativação de palavras morfológicamente complexas por cada voluntário, o que também implicaria em classificarmos as palavras pelo número de camadas. Mas se as derivações variam falante a falante, como poderíamos formar listas de palavras com um dado número de camadas se ao formá-las já estaríamos atribuindo uma dada análise? Resolvemos este impasse através de um experimento neuro-lingüístico prévio de extração de ERPs, também apresentado nesta mesa. Neste experimento, utilizamos palavras complexas formadas composicionalmente cujas análises estruturais supunhamos de antemão que não variariam entre voluntários. Por exemplo: (i) uma camada: banana, peteca, martelo, retrato, brincar; (ii) duas camadas: pianista, nadada; lavável, beijudo, lojinha (iii) três camadas: grudento; coador, bicada, mimado, cortável.

Este experimento prévio resultou no reconhecimento de uma unidade de ativação de palavras capaz de distinguir entre acesso lexical à palavra com uma, duas e três camadas. Esta unidade de ativação lexical, visível na latência e amplitude da onda, está sendo aplicada na análise deste segundo experimento, voluntário a voluntário. Os resultados finais desta pesquisa em curso serão mostrados durante a apresentação de nosso trabalho.





## Efeito stroop e rastreamento ocular no processamento de palavras

Marcus Maia

maiamarcus@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Um tema de pesquisa muito produtivo em psicolinguística nas últimas três décadas é a investigação do papel do processamento morfológico no reconhecimento de palavras e na organização lexical. Uma questão importante do processamento lexical consiste em saber como as palavras complexas são representadas no léxico mental: há decomposição morfológica prévia ao acesso lexical? Desde os estudos seminais de Taft; Forster (1975, 1976), que investigaram experimentalmente a armazenagem e a recuperação de palavras polimorfêmicas na memória lexical, conduzindo ao modelo BOSS, baseado em fatores ortográficos e morfológicos (TAFT, 1979), os estudos sobre o *parsing* perceptual de palavras oferecem evidências contraditórias: de um lado, trabalhos de orientação conexionista, como Seidenberg; McClelland (1989) argumentam que os efeitos encontrados em estruturas sublexicais sejam apenas epifenômenos da redundância ortográfica; de outro lado, estudos como Marslen-Wilson *et alii* (1994) apresentam resultados de experimentos de *priming*, evidenciando que as palavras são, de fato, representadas morfemicamente ao nível da entrada lexical. Além de sua caracterização conflitante em psicolinguística, a proposição de segmentos sub-lexicais é controversa também no âmbito da teoria gramatical. Os Modelos Lexicalistas (e.g. CHOMSKY, 1995), embora admitindo unidades menores do que a palavra, consideram a palavra pronta como sendo a unidade que dá entrada na derivação sintática, ao passo que modelos não lexicalistas, como a Morfologia Distribuída (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993), assumem uma computação sintática operando com unidades desprovidas de som, ao fim da qual, por fases, acontece a inserção de peças de vocabulário nos nós terminais, peças estas listadas na morfologia, que implementam a estrutura sintática.

O presente estudo investiga, preliminarmente, se a decomposição morfológica é uma propriedade fundamental do processamento lexical na leitura de palavras isoladas em português, usando dois paradigmas experimentais. O primeiro experimento propõe uma tarefa baseada no chamado efeito "Stroop", no qual processos atencionais concorrentes demonstram a natureza automática das fases iniciais do processamento da leitura. Nesta tarefa, adaptada do estudo de Prinzmetal, W.; Treiman, R.; Rho, SH (1986), solicita-se a identificação da cor de uma letra componente de um morfema em condição na qual há corte morfêmico, comparativamente à condição em que o corte é não morfêmico, incluindo, ainda, como controle, condição de pseudo morfemas, ou seja, palavras em que há apenas coincidência fonológica com a forma do morfema (e.g. *jornalistax entrevista*). O objetivo do experimento é verificar em que medida, no processo da leitura, a identificação implícita do morfema no interior da palavra fonológica exercerá efeito de facilitação na realização da tarefa de identificação cromática (por exemplo, a cor da letra *i* da forma *ista*). Este efeito será medido através de duas variáveis dependentes: o índice de acertos e os tempos de decisão, computados em milésimos de

segundos, utilizando-se a plataforma experimental *Psycscope* em computador Apple Macintosh.

Um fator adicional também incluído no design desse experimento é a verificação de eventuais diferenças de desempenho resultantes da renegociação de significado acarretada pela adição do sufixo à raiz, contrastando-se formas como, por exemplo, *jornalista* com formas como *frentista*. Note-se que, no primeiro exemplo, o sufixo *-ista* não altera o significado básico da raiz *jornal*, enquanto que em *frentista*, o sufixo *-ista* determina uma renegociação do significado original da raiz *frente*, que já não estaria ativa na memória com seu significado original.

Utilizando o equipamento Head-fixed Viewpoint Eye-tracker (CLIPSEN/CNPq), o segundo experimento investiga o rastreamento ocular das mesmas palavras, pretendendo identificar, preliminarmente, os pontos de fixação e sacadas na primeira passagem do olhar, bem como nos movimentos regressivos. Os resultados obtidos nos dois experimentos permitirão reunir evidências para avaliar se, no processo de leitura, palavras complexas são parseadas morfológicamente, concatenando-se raízes a afixos em contraste com os modelos que postulam a ativação lexical indiferenciada de vocábulos plenos.

CHOMSKY, N. *The minimalist Program*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1995.

HALLE; MORRIS; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: *The View from Building 20*. ed. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. Cambridge: MIT Press: p. 111-176, 1993.

MARSLLEN-WILSON, W.; TYLER, L. K.; WAKSLER, R.; OLDER, L. Morphology and meaning in the English mental lexicon. *Psychological Review*, 101 (1), p. 3-33, 1994.

PRINZMETAL, W., TREIMAN, R.; RHO, SH. How to see a reading unit. *Journal of Memory and Language*, 25, p. 461-475, 1986.

SEIDENBERG, MS; McCLELLAND, JL. A distributed, developmental model of word recognition and naming. *Psychological Review*, 96 (4), p. 523-568, 1989.

TAFT, M. Lexical access via an orthographic code: The basic orthographic syllabic structure (BOSS). *Journal of Verbal Learning & Verbal Behavior*, 18 (1), p. 21-39, 1979.

TAFT, M.; FORSTER, K. I. Lexical storage and retrieval of polymorphemic and polysyllabic words. *Journal of Verbal Learning & Verbal Behavior*, 15 (6), p. 607-620, 1976.

TAFT, M.; FORSTER, K. I. Lexical storage and retrieval of prefixed words. *Journal of Verbal Learning & Verbal Behavior*, 14 (6), p. 638-647, 1975.

## Acesso lexical pela ativação contínua de segmentos fonológicos

Aniela Improta França

anielaimprota@terra.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Uma das cognições linguísticas mais básicas é a do acesso lexical, que nos permite, com enorme facilidade e rapidez, entender e/ou produzir palavras soltas. Porém, por detrás dessa aparente simplicidade em se estabelecer a relação fundamental entre forma e significado no âmbito da palavra,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

há processos cognitivos que só começaram a ser entendidos a partir de estudos neurofisiológicos conduzidos nos últimos cinco anos.

Uma série de experimentos conduzidos pelo grupo de Alec Marantz (EMBICK *et al.*, 2001; PYLKÄNEN *et al.*, 2002; PYLKÄNEN *et al.*, 2003)<sup>1</sup> fez avanços consideráveis no campo do acesso lexical. São testes de priming com a tarefa de decisão lexical, ou seja, o voluntário deve decidir depois de ser exposto ao prime se a palavra alvo é uma palavra ou uma não-palavra. Foram testados pares de palavras com semelhança fonológica pelo início como *spin-spinach*, com semelhança fonológica pelo meio como *teacher-reach* e com semelhança morfológica como *teacher-teach*. Depois da apresentação do prime, o acesso à palavra alvo era monitorado em duas dimensões: ativação cortical (MEG) e reação comportamental (aperto de botão indicando se era uma palavra ou uma não-palavra)

A observação cuidadosa dos tempos de ativação e reação aos alvos confirma a existência de dois mecanismos de pareamento fonológico: um para os fonemas que começam a palavra e outro para os fonemas que estão no meio da palavra. *Reach*, alvo do par *teacher-reach* é mais rápido do que *tea*, alvo do par *teacher-tea* em termos de ativação cortical. Ao ouvir os primeiros segmentos do prime *teacher* [ti...], todas as representações estocadas na mente com este começo, tais como *tea*, *teen*, *team*, *teach* e, obviamente, *teacher* são ativadas. Mas à medida que o pareamento continua, no ponto [...tʃ...], *tea* não pode mais ser pareado com o *input* e é então suprimido ou *desativado*.

Este processo leva *tea* a um nível mais baixo de ativação do que o nível de outras palavras que estão *em repouso* na mente, ou seja, *tea* se torna ativado negativamente. Assim, quando em seguida apresenta-se *tea* como estímulo alvo, para que o voluntário consiga acessar sua representação mental, ele terá que reativá-lo a partir de um ponto negativo. Por isso esta ativação é mais lenta do que a ativação das representações que se assemelham ao meio da palavra prime. Vejamos como isto se dá. Durante o escaneamento de *teacher*, à medida que mais informações do meio da palavra chegam ao cérebro [...itʃər] através do escaneamento contínuo, palavras que têm estes fonemas mediais começam a ser ativadas. Note que estas ativações não se originaram de uma rotina de pareamento pelo início, portanto não serão inibidas. Por exemplo, *each* e *reach*, são ativados porque eles têm fonemas que podem ser pareados com a parte medial da palavra *teacher*. Mas, como o pareamento medial não proporciona uma visão retroativa da palavra alvo já escaneada, estas palavras com pareamentos não iniciais, continuam no páreo com níveis diferentes de ativação e competem por reconhecimento. Isto acontece por uma questão de segurança do sistema de reconhecimento, já que é comum termos que entender palavras mal pronunciadas, cujos inícios são pouco audíveis. Assim, quando uma dessas palavras que permaneceram por algum tempo na competição aparece como alvo, o início da ativação de sua representação se dá mais rapidamente do que se fosse *tea*, do par *teacher-tea*. Contrastivamente, em termos comportamentais, como não há desativação, a fase da escolha de uma entre milhares de representações ativadas fica mais lenta. A representação semelhante ao estímulo, ou seja, aquela com a ativação mais alta, tem que ser *avistada* dentre muitos competidores que não foram suprimidos. E isto torna a tarefa de escolha mais difícil, atrasando o *aperto do botão*, que é o dado acessível para as atuais metodologias de psicolinguística. Por

isso *reach* em *teacher-reach* provoca um tempo de reação comportamental mais lento do que a reação em relação a *tea* do par, *teacher-tea*.

Outro fato de grande interesse é que *teach* no par *teacher-teach* é ativado mais rapidamente do que *tea* no par *teacher-tea* e até do que *reach* do par *teacher-reach*. Ou seja, *teacher* prima *teach* fortemente. Como podemos explicar este fato? De acordo com as expectativas descritas acima, o fato de *teacher-teach* terem inícios semelhantes deveria atrapalhar a ativação de *teach*. Logo após a parte [...tʃ...], *teach* deveria ter o mesmo destino de *tea*: seria desativado como representação do prime e por conseguinte demoraria para ser ativado como alvo. Porém, o tempo de ativação de *teach* está nos níveis encontrados quando o prime e o alvo são a mesma palavra, ou seja, níveis de facilitação máxima. Este achado aparentemente paradoxal pode ser facilmente interpretado à luz da Teoria da Morfologia Distribuída.

De acordo com a Teoria da Morfologia Distribuída, as palavras não são pré-montadas, mas sim formadas dinamicamente a partir da distribuição de tarefas entre três diferentes listas que participam em três diferentes estágios na derivação da estrutura, sendo a interpretação a última dessas tarefas.

Na Enciclopédia (Lista 3), é feito o pareamento entre forma e sentido, ou seja, é lá que um significado arbitrário é atribuído ao composto [Raiz + primeiro morfema categorizador]. Ora, *teacher* e *teach* compartilham uma mesma Raiz concatenada a um mesmo morfema categorizador *v* (vizinho) e fazem a mesma negociação semântica neste mesmo ponto. Então, independentemente da camada morfológica [-er]<sub>n</sub>, mais externa, que nominaliza o verbo *teach*, estas duas palavras são idênticas, já que em uma certa fase da derivação, *teacher* foi *teach*. A diferença entre as duas é uma camada a mais em *teacher* [-er]<sub>n</sub>, um nome cujo valor semântico é obtido composicionalmente a partir do valor do verbo *teach*. Estes resultados experimentais que mostram o menor tempo de ativação cortical para *teach* do par *teacher-teach* refletem exatamente o ganho no momento de negociação semântica. Portanto, a partir deste teste, foi possível discriminar entre relações de *semelhança* e relações de *identidade*, sendo a primeira fonológica e a segunda exclusivamente morfológica. Também foi possível verificar uma maior precisão do teste neurofisiológico em relação ao comportamental que trouxe, empacotado no tempo de resposta, uma série de computações que só puderam ser deslindadas através do acesso direto à eletrofisiologia do acesso lexical no córtex.

Este trabalho ora apresentado foi idealizado para visualizar a eletrofisiologia da ativação lexical em palavras em português que usualmente têm mais camadas morfológicas do que aquelas já amplamente testadas em inglês. Além das influências entre semelhanças fonológicas pelo início, pelo meio e identidade morfológica, aqui contrastamos níveis diferentes de semelhança – seis, sete e oito segmentos fonológicos – e também uma, duas e três camadas morfológicas. O objetivo principal foi a caracterização eletrofisiológica da unidade de ativação lexical para ser usada em experimentos que investigam o grau de liberdade individual na segmentação de palavras morfológicamente complexas que parecem depender de associações idiossincráticas. Por exemplo, podemos perceber diferenças individuais na segmentação de *restaurante* como [[restaur] *v* ante] <sub>n</sub> ou [restaurant+e]<sub>n</sub> dependendo de quão transparente é a relação entre *restaurar* e *restaurante* para uma dada pessoa. Poderíamos então supor que se existem diferenças individuais na tarefa de acesso lexical. Estas diferenças podem ser capturadas através de uma análise que possa contabilizar as unidades de acesso lexical



que pretendemos caracterizar.

<sup>1</sup> Para uma revisão completa deste grupo de experimentos, Cf. França (2005).

EMBICK, D; HACKL M.; SCHAEFFER, J.; KELEPIR, M.; MARANTZ, A. A magneto-encephalographic component whose latency reflects lexical frequency. *Cognitive Brain Research*, 10 (3): 345-8, p. 2001.

FRANÇA, A. I. Neurofisiologia da Linguagem: aspectos micro-modulares

In: Investigações em Psicolinguística - GT de Psicolinguística da Anpoll, Editora da Universidade Católica de Pelotas, n. 1, p. 300-319, 2005.

PYLKKÄNEN, L.; GONNERMAN, L.; STRINGFELLOW, A.; MARANTZ, A. *Disambiguating the source of phonological inhibition effects in lexical decision: an MEG study*. Ms. Disponível em: <www.psych.nyu.edu/pylkkanen/papers/Inhibition\_ms\_CBR\_w\_figs\_submitted.pdf>, 2003.

PYLKKÄNEN, L.; STRINGFELLOW, A.; MARANTZ, A. *Neuromagnetic evidence for the timing of lexical activation: an MEG component sensitive to phonotactic probability but not to neighborhood density*. *Brain and Language* 81 (1-3): 666-78, 2002.

## Universalidade e variação interlingüística: a questão das categorias funcionais

Uma grande preocupação das teorias lingüísticas, atualmente, tem sido conseguir determinar as causas e os caminhos da variação. Nesse contexto, torna-se extremamente relevante a análise comparativa de línguas, tanto aparentadas, quanto geneticamente distantes. No entanto, essa análise comparativa só alcança o seu maior efeito e representa uma real contribuição quando o trabalho de comparação tem na sua base descrições que possam, elas próprias, permitir a comparação de gramáticas.

A presente proposta de mesa-redonda vê a gramática no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros em suas versões mais recentes, entendendo-a como equivalente a um sistema cognitivo de representação do conhecimento lingüístico, concebido como um sistema de princípios gramaticais universais e parâmetros específicos às diferentes línguas. Entendendo a gramática dessa forma, associa o seu estudo ao da variação lingüística – sendo essa considerada como uma necessidade bem justificada, porque, se por um lado, são os Princípios compartilhados por todas as línguas, por outro, residem justamente nos Parâmetros as possibilidades de alternativas lingüísticas, ponto a partir do qual pode ser abordada a variação lingüística. E como o princípio básico do quadro teórico em questão é o de que as línguas são basicamente uniformes, impõe-se a visão de que há limites para a variação lingüística, relacionados a determinadas propriedades dos enunciados.

Com uma visão de gramática claramente assumida, a mesa-redonda ora proposta tem, como seu tema principal, categorias funcionais e a discussão da universalidade da arquitetura funcional da oração, em sua relação com os limites da variação interlingüística. Traz também a mesa-redonda um debate correlato entre um modelo cartográfico (ao modo de Cinque, 1999) *versus* um modelo não-cartográfico, no contexto da teoria gerativa. A mesa articula resultados

provenientes de estudos de línguas indígenas brasileiras pertencentes a diferentes famílias lingüísticas e, ainda, resultados de estudos neurolingüísticos envolvendo o português. Vale ressaltar que os resultados que a mesa articula e o debate que ela instaura são de suma importância no contexto teórico em tela, no qual a noção de traço é predominante e fundamental, porque ligada ao estudo das interfaces (interfaces sintaxe-fonologia, forma fonológica – sistema de performance articulatório-perceptual; interface conceitual-intencional). E, ainda relativamente à importância dos resultados alcançados e às perspectivas por eles abertas, ressalte-se a possibilidade de impacto que os mesmos podem ter não só sobre a teoria que lhes serve de base, mas também sobre as teorias lingüísticas de forma geral, que, para a sua manutenção e/ou desenvolvimento, precisam lidar com dados de línguas como as que a mesa aborda e solicitam, cada vez mais, aportes da neurolingüística.

CHOMSKY, N. *Derivation by phase*. 2001. Manuscrito.

\_\_\_\_\_. Minimalist inquiries: the framework. *MITOPL*: MIT, 1998.

\_\_\_\_\_. *The minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

\_\_\_\_\_. A minimalist program for linguistic theory. *MIT Occasional Papers Linguistics*, n.1. Cambridge: MIT, 1992.

CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads. A cross-linguistic perspective*. Oxford University Press, 1999.

## Sobre a existência de um nóculo aspectual na árvore sintática

Celso Vieira Novaes

celso@letras.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Os estudos da linguagem que tiveram início com o surgimento da gramática gerativa sempre adotaram a hipótese de que a mente seria formada por diferentes faculdades ou módulos, no espírito proposto em Fodor (1983). Em essência, dizer que a mente é formada por diferentes faculdades significa dizer que diferentes princípios mentais regem diferentes tipos de processos ou fenômenos. Assim, os princípios que regem a aquisição de linguagem seriam diferentes dos princípios que regem a aquisição de outros tipos de conhecimento.

Nos estudos lingüísticos na perspectiva gerativista, assume-se ainda que os princípios que regem a aquisição de sintaxe são diferentes dos princípios que regem a aquisição de fonologia, por exemplo. Mais contundentemente ainda, assume-se que os princípios mentais que dão conta de um determinado conhecimento sintático são diferentes dos princípios que dão conta de outros tipos de conhecimento sintático.

Conta desse espírito, um dos principais objetivos da gramática gerativa passou a ser explicar o conhecimento lingüístico que os indivíduos nativos têm da sua língua, a partir da atuação de diferentes princípios lingüísticos. Paralelamente, a gramática gerativa tem procurado entender o que as línguas têm em comum e o que elas têm de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

diferente. Uma hipótese interessante sobre as variações entre as línguas, proposta por Chomsky (1993), estabelece que essas diferenças devem-se essencialmente a diferenças morfológicas. Dentro dessa perspectiva, vários estudos têm focalizado as categorias funcionais, categorias não lexicais que alojam entre outros traços flexionais.

Até quase o fim dos anos 80, acreditava-se na existência de uma única categoria funcional alojando ao mesmo tempo traços de tempo e de concordância. Pollock (1989), no entanto, mostrou algumas evidências, a partir de um estudo comparativo entre o inglês e o francês, de que o nódulo flexional deveria na verdade ser composto de dois nódulos – um para tempo e outro para concordância. Ele baseou-se essencialmente nas diferentes posições ocupadas pelos verbos finito e não finito na língua francesa. Em sentenças finitas, o verbo no francês ocupa uma posição anterior ao marcador de negação *pas* enquanto em sentenças não-finitas o verbo no francês ocupa uma posição posterior ao *pas*, conforme os exemplos abaixo:

(1) a. Jean n'aime pas Marie.

b. Ne pas aimer Marie...

A partir do contraste apresentado em (1), Pollock propôs que, na árvore sintática que representa a sentença, existiriam dois nódulos flexionais: um anterior ao marcador de negação e outro posterior. Assim, em (1a), o verbo ocuparia a posição de núcleo de sintagma de tempo, um sintagma, segundo Pollock, que dominaria o sintagma de concordância. Em (1b), o verbo ocuparia exatamente a posição de núcleo do sintagma de concordância. O sintagma que projeta a negação ocuparia uma posição entre o sintagma de tempo e o sintagma de concordância. Em ambos os casos, o verbo seria gerado no sintagma verbal e se moveria abstratamente para a camada flexional.

A idéia proposta por Pollock foi adotada e refinada por Chomsky (1991). Segundo o autor, a representação lingüística da flexão seria um pouco mais sofisticada do que aquela proposta por Pollock. Segundo Chomsky, o nódulo de concordância proposto por Pollock diria respeito somente à concordância de sujeito, sendo necessário, portanto, um nódulo de concordância para dar conta da concordância de objeto, morfológicamente realizada em algumas línguas, como por exemplo, o próprio francês. Assim, nesse momento da teoria, o nódulo flexional seria na verdade composto de três nódulos: dois para a concordância e um para tempo.

Com o advento do minimalismo e a proposta da existência de uma condição de legibilidade, segundo a qual as expressões lingüísticas produzidas pela faculdade de linguagem devem se adequar às exigências dos sistemas de desempenho – sistema articulatório-perceptual e sistema conceptual –, Chomsky (1995) propõe que somente os traços conceptualmente motivados projetariam categorias funcionais. A consequência imediata é a extinção de AGR como um nódulo funcional, tendo em vista que os traços de concordância sujeito-verbo, segundo Chomsky, não seriam semanticamente motivados. A concordância entre o sujeito e o verbo passa a ser vista, na teoria, como uma relação de associação entre diferentes posições na árvore sintática, qual seja, entre o núcleo e o especificador de um mesmo sintagma.

Os estudos resumidos acima constituem uma evidência em favor da idéia de que a camada flexional seria formada por pelo menos duas subcamadas, não sendo conclusivos, no entanto, em relação a que elementos constituiriam essas subcamadas e em relação às relações de dominância entre esses elementos.

Neste trabalho, eu vou argumentar, a partir de dados

neuropsicológicos, em favor da existência de dois nódulos distintos na camada flexional da árvore sintática: um abrigando os traços de tempo e um outro abrigando os traços de aspecto.

Chomsky, N. Some notes on economy of derivation and representation. In: Freidin, R. (Ed.). *Principles and parameters in comparative grammar*. Cambridge (MA): MIT Press, 1991.

Chomsky, N. A minimalist program for linguistic theory. In: Hale, K.; Keyser, S.J. (Eds.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

Chomsky, N. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

Fodor, J. *The Modularity of Mind*. Cambridge: MIT Press, 1983.

Pollock, J-Y. Verb movement, universal grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20, p. 365-424, 1989.

### O estatuto da negação em algumas línguas indígenas brasileiras

Márcia Damaso Vieira

valdirgabriel@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Segundo Pollock (1989), a negação é uma categoria funcional (NegP) que faz parte da camada flexional da oração, assim como Tempo, o Aspecto etc. O autor adota a visão de que a Gramática Universal (GU) fornece um padrão universal de categorias funcionais. Sendo assim, a negação tem estatuto funcional em todas as línguas naturais.

Arnaiz (1996), seguindo a idéia de Pollock, sugere ainda que a posição de especificador de NegP é ocupada por um operador e o seu núcleo contém os traços [neg.], [operador] e [verbal]. O traço de operador é justificado porque a negação quantifica sobre uma proposição. O traço [neg.] especifica a forma da quantificação. Quanto ao traço verbal, esse pode ser fraco ou forte. Quando forte, atrai o verbo para si, provocando deslocamento.

Zimmermann e Stromswold (2002) afirmam que a proposta de Pollock é bem fundamentada para algumas línguas, como o Inglês e o Francês, mas não para o Alemão, por exemplo. Com base na observação de dados de aquisição do Alemão como L1, as autoras sugerem que, nessa língua, a negação tem estatuto adverbial e não funcional. Essa hipótese compartilha a idéia de que a GU fornece um leque de opções de categorias funcionais que são selecionadas diferentemente por cada língua.

Vieira (2006) mostra que, nas línguas da família Tupi-Guarani, existem os dois tipos de negação: a funcional e a adverbial. Cada tipo de morfema de negação tem as suas restrições de ocorrência que parecem depender da arquitetura funcional de cada estrutura. A negação funcional só ocorre em sentenças completas em termos funcionais – CP. Já a negação adverbial é menos restrita e pode aparecer dentro de sintagmas lexicais – NP e PP. Como têm estatutos diferentes, os dois tipos de negação podem co-ocorrer na mesma oração. Observou-se também em Paumarí (família Arawá) a manifestação de dois tipos de morfemas de negação. Um ocorre dentro da morfologia verbal e o outro aparece como o primeiro elemento da sentença, separado do verbo e podendo preceder qualquer constituinte oracional. Assim:



## Paumarí ( família Arawá)

(1) txina-ri-hi hida 'Ela não é doce'  
doce-neg.-modo ela

(2) Ni o-nofi-ki ida 'Não a quero'  
neg. 1-querer-modo ela

Esses mesmos morfemas de negação parecem também apresentar restrições de distribuição. A negação sufixal, por exemplo, é a única permitida em contexto de interrogação. Para a investigação do estatuto desses morfemas, faz-se necessário desvendar a constituição funcional das estruturas nas quais se manifestam.

O nosso objetivo neste trabalho é, então, a partir dos dados das línguas indígenas a serem aqui investigadas: (i) descrever os diferentes contextos em que cada tipo de morfema de negação se manifesta; (ii) analisar a composição funcional das diferentes estruturas nas quais os dois morfemas ocorrem; (iii) determinar o estatuto dos dois tipos de morfema de negação em Paumarí; (iv) discutir a questão da universalidade da arquitetura funcional da oração e (v) discutir, com base na proposta de Arnaiz, a questão das propriedades dos traços (como o verbal) do morfema de negação funcional responsáveis pela variação interlingüística.

Arnaiz, A. R. *N-words and wh-in-situ: nature and interactions*. Los Angeles: USC, 1996.

Chapman, S. *Paumarí derivational affixes*. Brasília: SIL, 1978. Manuscrito.

Chapman, S. *Gramática Pedagógica do Paumarí*. Brasília: SIL, 1983. Manuscrito.

Deprez, V. e Pierce, A. "Crosslinguistic evidence for functional projections in early child language." In: Hoekstra, T.; Schwartz, B. (Eds.) *Language Acquisition Studies in Generative Grammar*. Filadélfia: John Benjamins, 1994.

Pollock, Y. Verb Movement, UG and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20, 1989.

Vieira, M.M.D. A negação sentencial em línguas da família Tupi-Guarani. In: 1º ENCONTRO DE LÍNGUAS E POVOS TUPI, 2006, UnB. *Anais* Brasília.

Zimmermann, K.; Stromswold, K. *Is Neg part of UG?* Universidade de Rutgers, 2002. Manuscrito.

### A arquitetura funcional da sentença e a comparação de gramáticas: uma contribuição das línguas indígenas brasileiras

Marília Facó Soares

marilia@acd.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Com o objetivo maior de contribuir para uma discussão sobre a universalidade da arquitetura funcional da sentença e, ainda, sobre os limites da variação interlingüística, comparamos, neste trabalho, gramáticas de determinadas

línguas indígenas faladas no Brasil, a partir de alguns de seus aspectos sintáticos. Os aspectos privilegiados na comparação são aqueles referentes a categorias funcionais, uma vez que a busca da essência dos parâmetros de variação sintática e morfológica encontrada nas línguas naturais passou a depender maximamente da existência de núcleos funcionais possuidores de traços. E as línguas cujas gramáticas focalizamos são tanto aparentadas (línguas da família lingüística Pano), quanto distantes (línguas Tikuna, isolada; língua Bakairí, família Karib), sendo que os dados utilizados na comparação originam-se de análises ou reinterpretações que, realizadas no interior de um mesmo quadro teórico – a Teoria de Princípios e Parâmetros em suas versões mais recentes –, vinculam-se à execução de projeto específico sobre línguas faladas na Amazônia (Projeto *Línguas da Amazônia brasileira: estudos de fonologia, gramática e história*).

Os resultados obtidos no trabalho comparativo mostram que há evidências para se sustentar, de forma argumentada, a existência de determinadas categorias funcionais em línguas diferentes. Ao mesmo tempo, os mesmos resultados tornam clara a variabilidade manifestada no léxico funcional das línguas examinadas, evidenciam quais traços podem estar abrigados em determinadas categorias funcionais e o que certas categorias podem selecionar como seu complemento. Mais fortemente, evidenciam-se casos de independência entre o que podem ser categorias funcionais diferentes – como entre modalidade e tempo, tempo e aspecto (sintaxe da língua Tikuna) – e casos em que uma mesma projeção – projeção modal – pode articular traços relativos a tempo-aspecto e negação (sintaxe de línguas Pano). No caso do núcleo funcional *pequeno verbo* (ou *v-zinho*), os resultados trazidos pela análise das línguas focalizadas revelam compatibilidade e conformidade com o que há muito aponta a teoria: *v-zinho* é núcleo funcional cujas propriedades formais permitem checar o caso do objeto – conforme Chomsky (1998). No entanto, *v-zinho* também pode ser um núcleo com conteúdo semântico, dando, por exemplo, ao evento descrito pelo verbo, uma interpretação ativa, agentiva ou durativa, tal como já explicitado em Kratzer (1996) e Borer (1998). Mostramos exemplo disso na sintaxe da língua Tikuna, ao determinarmos o conteúdo do núcleo do sintagma aspectual e do núcleo do sintagma do pequeno verbo (o núcleo *v-zinho*). Resultados da investigação voltada para esses dois núcleos revelaram que, nessa última língua, a noção de aspecto contínuo é abrigada no núcleo da projeção aspectual, mas que outras noções aspectuais – materializadas no verbo Tikuna como sufixos – seriam melhor tratadas no âmbito da projeção do *pequeno verbo* ou *v-zinho* (estando entre essas a de duração breve/limitada e a de ação repetitiva e rápida do evento). A verificação de que determinadas noções aspectuais estariam associadas ao pequeno verbo apóia a possibilidade da dissociação de conjunto de propriedades/traços abrigados no núcleo *v-zinho*, ou seja, dissociação entre conjunto de propriedades semânticas e conjunto de propriedades transitivas – uma possibilidade que, na literatura gerativa, se encontra em Arad (1999).

Os resultados obtidos no trabalho comparativo em causa – na comparação de gramáticas – tiveram o seu desenvolvimento e a sua explicitação efetuados justamente a partir daquilo que não era e ainda não é conclusivo no quadro teórico por nós assumido. Ao comparar gramáticas de diferentes línguas indígenas faladas no Brasil (línguas próximas e afastadas), a partir de alguns de seus aspectos sintáticos, alinhamos o nosso trabalho com outros estudos sintáticos cujos resultados propiciarão não só um termo de comparação para a variação



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

interlingüística, mas também uma base mais sólida para o estudo de categorias funcionais em termos do debate universalidade e variação.

ARAD, M. On "little *v*". *MIT Working Papers in Linguistics*, 33, p. 1-25, 1999.

BORER, H. The morphology-syntax interface. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. (Eds.). *Morphology*. London: Basil Blackwell, 1998.

CHOMSKY, N. *Derivation by phase*. 2001. Manuscrito.

\_\_\_\_\_. Minimalist inquiries: the framework. *MITOPL*, MIT, 1998.

\_\_\_\_\_. *The minimalist program*. Cambridge, The MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

\_\_\_\_\_. A minimalist program for linguistic theory. *MIT Occasional Papers Linguistics*, Cambridge, n. 1., 1992.

KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (Eds.). *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 1996.

### Estratégias para promoção argumental nas sentenças do português brasileiro

O objetivo desta mesa é trazer para a discussão alguns dados que põem em evidência certas estratégias para promoção argumental nas sentenças do português brasileiro. Algumas delas (*1c* e *d*) constituem uma das grandes diferenças que essa língua exibe em relação ao português europeu. As sentenças em (1) exemplificam a questão:

(1) a. Meu jardim foi destruído

b. Meu jardim se destruiu

c. Meu jardim destruiu todo

d. Meu jardim, destruíram todo ele

Em todas elas, uma estratégia que desloca o argumento interno para uma posição inicial na sentença é utilizada.

Os trabalhos que compõem esta mesa tratarão da questão sob três perspectivas diferentes. O primeiro, que dá seu nome à mesa, situa o problema, descreve as propriedades caracterizadoras do fenômeno, através de uma comparação interlingüística, e levanta hipóteses sobre a possível origem de algumas dessas estratégias, uma vez que a construções como (*1c* e *d*) no PB guardam estreita relação com construções de línguas africanas, com que o PB teve contato.

O segundo, adotando uma perspectiva variacionista sincrônica, averiguará a distribuição dessas construções, para comparar sua produtividade, num *corpus* coletado recentemente. Dada a especificidade do contexto em que tais sentenças aparecem, foi difícil obter um número de ocorrências grande o suficiente, para uma análise quantitativa do modo como é tradicionalmente entendida.

O terceiro aborda a questão sob uma perspectiva diacrônica, com o intuito de captar o momento na história do PB em que essas construções possivelmente começaram a ser usadas.

### Estratégias para promoção argumental nas sentenças do português brasileiro

*Esmeralda Vailati Negrão*

evnegrão@usp.br  
Universidade de São Paulo

O objetivo do trabalho é investigar se algumas das características léxico-gramaticais da variedade brasileira do português que, marcadamente, a distinguem da variedade européia podem ser atribuídas ao contacto lingüístico que o português teve com várias línguas africanas durante o período colonial.

A escolha desse tipo de dado se deve ao fato de que a hipótese que queremos explorar é a de que, se houve alguma influência das línguas africanas na formação do português brasileiro, essa influência não é aquela que tipicamente se verifica nas situações de contacto lingüístico, em que ocorrem empréstimos de itens lexicais e de padrões de construções gramaticais. Caso essa influência tenha se verificado, a nosso ver, ela deve estar relacionada à maneira prototípica pela qual conceitualizamos os eventos, estruturando-os ideacionalmente (*construal*) de um modo particular, muito diferente daquele usado pelos portugueses. A estruturação ideacional das situações para fins lingüísticos envolve, entre outras coisas, os diferentes arranjos perspectivais (*viewing*



arrangements), pelos quais se pode encarar o evento e seus participantes; a proeminência relativa atribuída aos participantes, tornando-os ora fundo, ora figura; o maior ou menor envolvimento do falante/ouvinte no evento, etc. Dentre as várias manifestações lingüísticas relacionadas a essa estruturação ideacional, estão, a nosso ver, as possibilidades de alternância de diátese verbal, apresentadas pelas línguas. Indiscutivelmente, a expressão lingüística da conceitualização que falantes/ouvintes fazem das situações é cerceada pelas características do léxico e da gramática da língua em questão. Mas nem o léxico nem a fixação paramétrica da gramática das línguas naturais são imutáveis. A idéia que queremos explorar é a de que, ao longo da história do português brasileiro, houve uma mudança na maneira como brasileiros conceitualizam eventos e situações, de tal modo que o léxico e os parâmetros gramaticais da língua que se usava no Brasil precisaram se adaptar a essa nova tendência, dando origem a algumas das mais importantes diferenças estruturais que existem entre as variedades brasileira e europeia do português. É possível que essa nova tendência de conceitualização de eventos tenha nascido por influência do contacto com línguas africanas, mantido pelo povo que aqui vivia no período colonial.

Com base em uma série de dados do português brasileiro, que não têm contra-parte em outras línguas românicas, mostramos que está no caminho certo uma idéia antiga de Carlos Franchi, segundo a qual os verbos do português brasileiro exibem uma tendência crescente para a ergativização. Ou seja, um grande número de verbos transitivo-ativos aceita a detematização de seu argumento-agente, liberando a posição de sujeito das sentenças para a promoção de outros argumentos a essa posição. A posição de sujeito é aquela que é reservada para o argumento do verbo que se refere ao participante mais proeminente de um evento. Tanto é assim que, quando há um argumento-agente, ele é o argumento que vai para essa posição. O fato de o português brasileiro aceitar a detematização do argumento-agente, possibilitando a ocupação da posição de sujeito por outros argumentos, faz com que os falantes dessa língua possam atribuir grande proeminência aos referentes desses outros argumentos, sem precisar usar diferentes construções, como a passiva, por exemplo. Observem-se as sentenças abaixo:

(1) Os pedreiros destruíram o meu jardim com a reforma da casa.

(2) A reforma da casa destruiu meu jardim.

(3) Meu jardim destruiu com a reforma da casa.

A sentença (1) é uma sentença transitiva, cuja posição de sujeito está ocupada pelo argumento do verbo associado a um papel semântico de agente, *os pedreiros*. Na posição de complemento, aparece o argumento interno do verbo, *o meu jardim*. A causa do evento expresso pela sentença (*com a reforma da casa*) aparece em uma posição periférica, como um adjunto. A sentença (2) é também uma sentença transitiva. Entretanto, nela já não aparece o argumento-agente do verbo. Desse modo, a posição de sujeito fica liberada para ser preenchida por outros argumentos do verbo. No caso de (2), é a causa do evento que é expressa nessa posição de proeminência. Diferentemente, a sentença (3) é uma sentença intransitiva. Novamente, o argumento-agente não aparece, o que libera a posição de sujeito. Dessa vez, é o argumento interno do verbo, que tem papel semântico de objeto afetado, que é promovido para essa posição de proeminência.

Ora, o verbo *destruir* não é um verbo que seja tradicionalmente considerado como membro da classe dos verbos

de alternância ergativa. No português europeu, como em qualquer outra língua românica, construções equivalentes a (3) não são aceitáveis. A questão que se coloca, então, é como o português brasileiro abriu essa possibilidade em sua gramática.

Givón (2002, p. 208-209) mostra que o *kimbundu*, uma língua falada em Angola, cuja participação no léxico do português brasileiro tem sido atestada em vários artigos, tem uma construção que é de central interesse para nosso trabalho. Trata-se de uma construção impessoal, com deslocamento à esquerda do argumento interno do verbo, como em (4):

(4)

Nzua	a-	-mu-	-mono
John	they	him	saw
<i>John he was seen.</i>			

Essa construção do *kimbundu* tem vários aspectos semelhantes às construções do português brasileiro que estamos estudando. Do ponto de vista formal, primeiramente, o verbo se mantém na forma ativa. Em outras palavras, essa construção não é do tipo de uma passiva adjetival, construída com o particípio passado dos verbos. Segundo, o argumento interno do verbo, *Nzua*, não aparece em sua posição canônica, tendo sido deslocado para o início da sentença. Terceiro, trata-se de uma construção impessoal: o argumento-agente não é relevante. Do ponto de vista informacional, essa construção é semelhante às construções do português brasileiro que nos interessam, na medida em que existe uma promoção de um argumento não-agentivo para uma posição de maior proeminência da sentença. Neste trabalho, vamos não só explorar outras características das construções do português brasileiro como em (3), como também vamos buscar fazer uma ponte entre elas e construções de línguas africanas, como a do *kimbundu*, exemplificada em (4).

BARBOSA, J.W.C. (2005) *Small Clauses* e as construções resultativas no PB. Ms., USP

GIVÓN, T. (2002) *Bio-Linguistics: The Santa Barbara lectures*. John Benjamins Publishing Co.

FRANCHI, C. Predicação. *Revista de estudos da linguagem*. v.11(2), 2004 [1997]. p. 17-81.

FRANCHI, C. Teoria da adjunção: predicação e relações temáticas. *Revista de estudos da linguagem*. v.11(2), 2004 [1997]. p. 155-176.

JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. MIT Press, 1990.

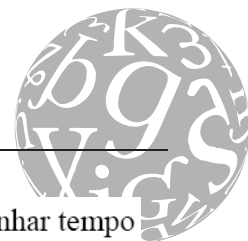
LANGACKER, R.W. *Foundations of cognitive grammar*. v. 1. Theoretical prerequisites. Stanford University Press, 1987.

LEVIN, B. *English verb classes and alternations: A preliminary investigation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

LOBATO, L. M. P. Afinal, existe a construção resultativa em português? In: NEGRI, L. et alii. *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. Contexto, 2004.

MANESSY, G. *Créoles, pidgins, variétés véhiculaires*. Procès et genèse. Eds. du CNRS, 1995.

PARSONS, T. *Events in the study of English: a study in subatomic semantics*. Massachusetts: MIT Press, 1994.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Promoção de argumento no português brasileiro: uma investigação diacrônica

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

cyrino@iel.unicamp.br  
UNICAMP

Muitos trabalhos sobre o português brasileiro (PB) (PONTES, 1981; GALVES, 2001, entre outros) demonstram que uma das peculiaridades dessa língua, tanto em relação ao português europeu moderno, quanto ao português clássico, é a possibilidade de sentenças como (1a) abaixo:

- (1) a. As revistas estão xerocando.  
b. As revistas estão sendo xerocadas

Nesses exemplos, um argumento interno do verbo é promovido para a posição de sujeito. Considerando que a sentença (1a) pode ser uma substituição para (1b), a possibilidade dessas construções no PB tem sido apontada como uma característica que pode enquadrar essa língua na categoria de *língua de tópico*, já que, nestas, a passiva não é comum (LI & THOMPSON, 1976).

Em chinês, uma língua de tópico, por exemplo, uma estrutura semelhante é possível, de acordo com LaPolla (1988), na qual o agente não ocorre, não há morfologia passiva e um argumento inanimado é realizado na posição de sujeito (3). Essa forma de “passiva” é formada pela queda do agente/sujeito a partir de uma forma topicalizada como (2):

(2) shu wo/ta dou kan wan le ASP  
livros eu/ele todos ler terminar ASP  
'Os livros, eu/ele terminei de ler todos'

(3) shu dou kan wan le  
livros todos ler terminar ASP  
'Os livros foram todos lidos/ (Eu/ele) terminei de ler todos os livros'

LaPolla (1988) observa que essa construção não pode ser considerada uma passiva verdadeira, mas uma sentença com um tópico objeto:

“It is clear from this that there really is no passive sense to the verb in this type of construction, and that in *shu dou kan wan le*, *shu* cannot be the subject. It must then be a topic/object in a sentence without a subject. A similar analysis is given in Li & Thompson 1976:479-450, and Li & Thompson 1981:498-499” (LAPOLLA, 1988, p. 5).”

Da mesma forma, Galves (2001, p. 5) observa que, em PB, em sentenças como (1a), contrariamente a passivas como em (1b), o argumento agente está inativo. A autora aponta para o contraste em (4):

Em (4a), o sujeito de *ganhar tempo* é controlado pelo agente implícito de *foi xerocada*, ao passo que, em (4b), essa interpretação não é possível. Isso indica, segundo a autora,

- (4) a. A revista foi xerocada para ganhar tempo  
b. A revista xerocou para ganhar tempo.

que não há argumento externo projetado na sentença. Uma outra característica do PB, que pode ser correlacionada ao uso de (1a), em detrimento de passivas analíticas (1b), é a queda na ocorrência de passivas sintéticas (5a) (cf. NUNES, 1990), sendo que o *se*, quando ocorre atualmente, não traz a noção de passividade, mas de indeterminação, como em (3b) (cf. MOINO 1989; NUNES, 1990):

- (5) a. Xerocaram-se revistas.  
b. Xerocou-se revistas.

O objetivo deste trabalho é analisar diacronicamente a hipótese de que essas estruturas estejam relacionadas. Em outras palavras, apresentamos um levantamento diacrônico de construções como: passivas com o verbo *ser*, passivas com o *se*, a indeterminação do sujeito com o *se* e construções de deslocamento à esquerda. Paralelamente, observa-se a ocorrência de outras estruturas de alçamento. A hipótese subjacente é de que essas estruturas podem ter sido reanalisadas de modo a tornar possíveis as atuais construções com alçamento de objeto com certos verbos, que levam à conseqüente detematização de seu argumento agente.

O *corpus* utilizado é constituído de textos do século XVIII a XX, a partir de *corpora* do Projeto *Para a História do Português Brasileiro*: anúncios de jornal, cartas de leitores, cartas pessoais, cartas oficiais, peças teatrais. As estruturas em foco não ocorrem tão frequentemente em *corpora*, justificando, portanto, a diversidade de textos. Correlaciona-se a ocorrência dessas estruturas com fatores lingüísticos como: tempo verbal, tipo de verbo e traços semânticos dos argumentos.

GALVES, Charlotte M. *Argument, predication, and pronouns in the history of Portuguese*. 2001. Disponível em [http://www.ime.usp.br/~tycho/papers/cgalves\\_2001.pdf](http://www.ime.usp.br/~tycho/papers/cgalves_2001.pdf)

LAPOLLA, Randy J. 'Subject' and referent tracking: Arguments for a discourse-based grammar of Chinese. In: EMONDS, Joseph; MISTRY, P.J.; SAMIAN, Vida & THORNBURG, Linda (Eds.). *Proceedings of the West Coast Conference on Linguistics I*. California: Dept. of Linguistics; California State University, Fresno, 1988. p. 160-173.

LI, C. & THOMPSON, S. Subject and topic, a new typology for language. In: LI, C. (Ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.

MOINO, Ruth E. Lopes. Passivas nos discursos oral e escrito. No princípio era o verbo. E o verbo se fez adjetivo? Ou... o que estamos fazendo no oral! In: Tarallo, F. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989.





## Afinal, existe voz passiva no português brasileiro

Ronald Beline Mendes

rbeline@usp.br  
Universidade de São Paulo

Dentre os muitos estudos que tratam da chamada voz passiva sintética no PB, Moino (1989) e Nunes (1990) analisam o fenômeno semanticamente de acordo, por assim dizer, com a tradição gramatical: para eles, a chamada voz passiva sintética possui, em seu significado, aquela noção de passividade que se encontra no significado da chamada voz passiva analítica. Por outro lado, Ali (1957) e Naro (1976), que não estudam o fenômeno quantitativamente, fazem uma análise segundo a qual o significado daquilo que a tradição gramatical denomina passiva sintética não inclui a noção de passividade. Para estes últimos, o que tradicionalmente se conhece como voz passiva com pronome *se* (o complexo [verbo (com concordância) + clítico *se*]) é, na verdade, uma voz ativa impessoal, com sujeito indeterminado. No PE, Martins (2005) realiza uma análise semântica do fenômeno de modo semelhante a Ali e Naro. Não parece haver nenhum trabalho que, procedendo a uma análise da chamada passiva sintética semelhante à de Ali, Martins e Naro, faça uma abordagem quantitativa do fenômeno.

No nosso trabalho, assumimos que, no nível do discurso, a sentença com verbo na voz ativa e a sentença com verbo na voz passiva podem ser consideradas formas variantes da variável *construção sentencial*, ou seja, formas sentenciais alternativas, construídas para expressar o significado de um mesmo evento, que podem ser comutadas em contextos (discursivos) idênticos ou semelhantes. É claro que isso não significa que tais sentenças sejam semanticamente idênticas. Antes, o que estamos assumindo é que elas são funcionalmente equivalentes. Em outras palavras, embora reconheçamos que há diferença entre voz ativa e voz passiva no que concerne ao seu significado e que, numa situação de enunciação concreta, a escolha de uma ou outra forma por parte de um enunciador pode se revestir de um significado pragmático importante, ainda assim essas duas formas podem ser consideradas variantes, na medida em que as condições de verdade de sentenças passivas e ativas que façam referência a um mesmo evento são exatamente as mesmas. Tal discussão, evidentemente, requer uma volta ao já antigo – mas não necessariamente resolvido – debate entre Lavandera (1978) e Labov (1978), acerca da validade de uma análise variacionista de formas alternativas no nível sintático. Para o desenvolvimento do nosso trabalho, a consequência prática de nossas afirmações mais acima é que uma construção com verbo na voz ativa, com sujeito indeterminado – como, por exemplo, *Aceita-se encomendas* – pode ser considerada uma forma alternativa a uma construção com verbo na voz passiva, sem agente sintaticamente expresso – no caso do exemplo dado, a forma correspondente seria *Encomendas são aceitas*.

Entretanto, observando os usos dessas construções na língua falada, constatamos que, em alguns contextos, aparecem também outras sentenças. Desse modo, o chamado *contexto variável* (envelope de variação) é mais complexo – há mais de duas formas possíveis para um mesmo contexto:

- |                                |                              |                                   |
|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| (1a) Já construíram a casa.    | (2a) Destruíram o jardim.    | (3a) Destruíram os jardins.       |
| (1b) A casa já foi construída. | (2b) O jardim foi destruído. | (3b) Os jardins foram destruídos. |
| (1c) Já se construiu a casa.   | (2c) Destruiu-se o jardim.   | (3c) Destruíram-se os jardins.    |
| (1d) A casa já construiu.      | (2d) O jardim destruiu.      | Destruiu-se os jardins.           |
|                                |                              | (3d) ? Os jardins destruíram.     |

Tal complexidade se reflete na definição do contexto variável, no momento da análise qualitativa dos dados, pois nem sempre, a exemplo de (3), todas as sentenças parecem ser de fato possíveis – tanto em termos gramaticais quanto em termos funcionais. Num estudo como esse, portanto, é necessário cuidado especial ao definir o envelope de variação e diferentes análises quantitativas podem ser desenvolvidas. Consideradas essas dificuldades, cuja natureza é teórica e metodológica, podemos dizer que o objetivo primeiro deste trabalho é verificar, a partir do exame de um *corpus* robusto, quais dessas construções são mais produtivas na língua falada. As construções em (c) têm se tornado cada vez mais raras no português falado. Por outro lado, construções como (d) parecem estar se tornando mais frequentes.

Apesar da robustez do *corpus*, o conjunto de ocorrências analisado não é tão grande. Ainda assim, procedemos a uma análise da correlação entre o emprego dessas sentenças alternativas e fatores, como o tempo verbal, o número do argumento verbal, traços semânticos do verbo transitivo, estrutura de articulação de orações, dentre outros fatores lingüísticos. Examinamos também fatores sociais, como escolaridade e faixa etária do informante.

O *corpus* analisado é composto de 72 entrevistas sociolingüísticas gravadas em São Paulo nos anos 2003, 2004 e 2006, pelos alunos do curso de Sociolingüística, da graduação em Lingüística, da FFLCH/USP. Além disso, analisamos também 1800 redações escolares, coletadas em 2005.

ALI, Manuel S. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

LABOV, W. Where does the Sociolinguistic Variable Stop? A response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics*. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978.

LAVANDERA, Beatriz Where does the Sociolinguistic Variable Stop? *Language in Society* 7, 1978. p. 171-182.

MARTINS, Ana M. Passive and impersonal *se* in the history of Portuguese. In: KEBATEK, J., PUSCH, C. D. & RAIBLE, W. (Ed.) *Corpora and Historical Linguistics: Investigating language change through corpora and database*. Tübingen: Gunter Nan Verlag, 2005.

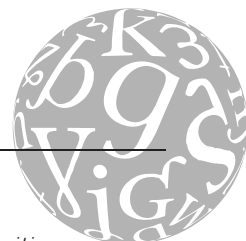
MOINO, Ruth E. Lopes Passivas nos discursos oral e escrito. No princípio era o verbo. E o verbo se fez adjetivo? Ou... o que estamos fazendo no oral!. In: TARALLO, F. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989.

NARO, Anthony J. The genesis of reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language*, v. 52, 1976. p. 779-810.

NUNES, Jairo Morais. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1990.

**A neologia lexical em diferentes perspectivas de análise**

A neologia diz respeito aos fenômenos lingüísticos que surgem em certos momentos numa dada língua. Tais fenômenos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

podem ser de ordem fonética, fonológica, morfológica, sintática, semântica ou lexical. O fenômeno neológico, no que concerne às formações lexicais vernáculas tanto quanto às formações alogenéticas, tem sido objeto de investigação no âmbito do vocabulário comum como nos vocabulários de especialidade, resultando desse esforço importantes estudos sobre os mecanismos de ampliação e renovação dos conjuntos vocabulares e terminológicos, no que se refere, especialmente, ao português do Brasil. Decorrente desse fato, esta mesa-redonda pretende mostrar alguns estudos sobre a neologia lexical, a partir de corpora colhidos em língua portuguesa, especialmente nas linguagens jornalística e publicitária, em cujo âmbito processos neológicos serão discutidos e alguns produtos serão apresentados. No que diz respeito especificamente aos neologismos coletados na linguagem jornalística, dois trabalhos serão apresentados: um, que trata dos processos de gramaticalização, na acepção proposta por Hopper; Traugott (1993), e lexicalização, a partir da conceituação de Galisson; Coste (1983); e outro que, fazendo uma abordagem sobre neologia e derivação sufixal, levando em consideração o modelo teórico de Bybee (1988) e Langacker (1987; 1991), apresenta os resultados de uma descrição sistemática de um grupo determinado de sufixos, a saber, os sufixos nominalizadores: *-ção*, *-mento*, *-agem*, *-da*, *-nc(i)a*. Ambos os trabalhos partem de um estudo sistemático da neologia lexical, a *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*, constituído com elementos extraídos de um corpus jornalístico coletado a partir de janeiro de 1993 nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* e nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. O terceiro trabalho a integrar a mesa-redonda procura discutir alguns aspectos importantes relacionados à metodologia de ensino do léxico, a partir do estudo da neologia lexical em português brasileiro, adotando postulados teóricos como os de Guilbert (1975) e Boulanger (1989), na conceituação de neologia e neologismo, e Ferraz (2006), no que diz respeito à análise do corpus. Para tanto, utiliza-se de um corpus de neologismos colhidos em textos publicitários veiculados em impressos volantes, distribuídos na região metropolitana de Belo Horizonte em 2003 e textos publicitários veiculados nas revistas noticiosas *Veja*, *Istoé* e *Época*, publicadas no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2005. Todos estes trabalhos aqui apresentados pretendem contribuir para a compreensão da inovação lexical no português contemporâneo. Diante disso, esta mesa-redonda terá oportunidade de apresentar a neologia lexical em estudo, a partir de diferentes corpora.

BOULANGER, J. C. L'évolution du concept de neologie de la linguistique aux industries de la langue. In: SCHAEZTEN, C. de. *Terminologie diachronique*. Paris: Conseil International de la langue française, 1989, 193-211.

BYBEE, Joan. Morphology as lexical organization. In: HAMMOND, Michael; NOONAN, Michael (Org.). *Theoretical Morphology*. San Diego: Academic Press, 1988. p. 119-141.

FERRAZ, Aderlande P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M. C. T. C. de (Org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

GALISSON, R.; COSTE, D. *Dicionário de didáctica das línguas*. Trad. do francês de Adelina Angélica Pinto et al. Coimbra, Almedina, 1983.

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larouss, 1975.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press,

1987.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: Descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

### Neologismos na publicidade impressa: aplicação ao desenvolvimento da competência lexical

Aderlande Pereira Ferraz

ader3459@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

A neologia, considerada aqui como processo de criação lexical, é uma espécie de revigorante do léxico, compreendendo-se este, além do acervo de itens gramaticais, uma forma de registrar a visão de mundo, o conhecimento do universo, a realidade histórica e cultural e as diferentes fases da vida social de uma comunidade linguística. Dessa forma, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e extralinguísticos, esse acervo vocabular, o léxico de uma língua, é, de todos os domínios da linguagem, o menos linguisticamente caracterizado. O neologismo, elemento resultante da criação lexical, a nova palavra, não ocorre apenas no interior da própria língua. Entre os neologismos, cumpre destacar os elementos adotados, isto é, aqueles cujo surgimento não se deve à criação de um signo mas à adoção da palavra, o empréstimo linguístico. Na língua portuguesa, ambos os recursos têm sido amplamente empregados, o que se pode observar tanto pela perspectiva diacrônica quanto pela sincrônica. Este trabalho procura discutir aspectos dos neologismos colhidos em língua portuguesa, especialmente utilizados na linguagem publicitária, numa aplicação ao desenvolvimento da competência lexical. A linguagem publicitária, fortemente caracterizada pela dinamicidade do léxico, sente-se permanentemente impulsionada a renovar-se, não apenas para nomear mercadorias, mas sobretudo por tecer enunciados cheios de apelos estilísticos e persuasivos, tornando, assim, a criação de neologismos um fator inevitável. Dos gêneros textuais, o texto publicitário de mídia impressa se destaca principalmente pelos recursos expressivos, cujo objetivo maior é conseguir a adesão do receptor às suas propostas. É o que faz parecer que a publicidade obedece aos desejos do público e que a personalidade projetada no anúncio é a do consumidor, jamais a do autor. Dessa forma, o texto publicitário, em vez de priorizar a descrição das características objetivas do produto ou do serviço, utiliza-se de mecanismos de persuasão, tendo como foco principal o destinatário, usando meios com alto grau de perceptibilidade: nomes de produtos motivados, explorações de aspectos visuais, grafias exóticas, aspectos fonéticos (rima, ritmo, aliteração), aspectos morfológicos (criações lexicais com tipologia variada de neologismos), aspectos semânticos (polissemia e homonímia, ambigüidade, antonímia) etc. Neste trabalho, utilizamos um corpus composto de neologismos, colhidos em duas fontes de divulgação. A primeira compõe-se de textos publicitários veiculados em impressos volantes, distribuídos na região metropolitana de Belo Horizonte. A segunda, de alcance nacional, abarca os textos publicitários veiculados nas revistas noticiosas *Veja*, *Istoé* e *Época*, cuja publicação cobre o período de janeiro de 2001 a dezembro de 2005. O objetivo principal deste



trabalho é discutir alguns aspectos importantes relacionados à metodologia de ensino de léxico, a partir do estudo da neologia lexical em língua portuguesa. Pelo que se observa ainda, atualmente, o ensino de léxico nos níveis Fundamental e Médio, guardadas as poucas exceções, geralmente não tem ido muito além do estudo de palavras em sentenças isoladas, com a proposição de exercícios mecânicos de substituição de vocabulários, supostamente desconhecidos pelos alunos, por sinônimos ou antônimos isolados do texto, como se as palavras, por si só, tivessem sentido absoluto independente do contexto em que se encontram inseridas. Além disso, o pouco espaço reservado para o estudo de léxico em sala de aula ficou, quase que inteiramente, sob a responsabilidade dos livros didáticos. Parece existir consenso, no âmbito da lingüística aplicada, sobre a proposição de que o objetivo maior do ensino de língua materna, no Ensino Fundamental e Médio, é a formação de usuários competentes da língua, que apresentem a competência lingüística em seus aspectos fonológicos, morfossintáticos, lexicais e semânticos, sendo capazes de, em variadas situações de interação comunicativa, produzir adequadamente textos orais ou escritos e de compreender os textos orais ou escritos que recebem. Trata-se de desenvolver a competência comunicativa do usuário da língua, isto é, possibilitar que ele seja capaz de utilizar, de maneira adequada, variedades da língua em que sua competência seja limitada e que desenvolva a capacidade de escolha do registro que vai utilizar em função do interlocutor, do ambiente, do momento ou do contexto sociocultural no qual se encontre inserido, sabendo assim usar os recursos disponíveis na língua para a produção de efeitos de sentido e, conseqüentemente, para a comunicação competente. Com isso, claro está que a capacidade de utilizar um ou outro registro também significa a capacidade de lançar mão de itens lexicais apropriados. A teoria gramatical que sustenta a descrição dos neologismos presentes nos textos publicitários inicia por optar por uma descrição exclusivamente sincrônica. O estatuto de neologismo que se confere aqui às unidades léxicas selecionadas seguiu o critério de registro dicionarizado. Foram aproveitados aqui trabalhos importantes e anteriores, como os de Guilbert (1975) e Boulanger (1989), na conceituação de neologia e neologismo, e Ferraz (2006), no que diz respeito à análise do corpus. Enfim, o que se reconhece aqui é a necessidade de se trabalhar com o léxico de forma integrada, possibilitando a ampliação da competência lexical do aluno, entendida aqui como a capacidade que este tem de compreender as palavras, sua estrutura e suas relações de sentido com outros itens lexicais constitutivos da língua. Desse modo, este trabalho parte da análise de neologismos colhidos na linguagem publicitária impressa, presentes em textos publicitários veiculados por impressos volantes e revistas noticiosas e procura discutir a sua utilização no ensino de léxico, numa aplicação ao desenvolvimento da competência lexical do aluno da Educação Básica.

BOULANGER, J. C. L'évolution du concept de neologie de la linguistique aux industries de la langue. In: SCHAEITZEN, C. de. *Terminologie diachronique*. Paris: Conseil International de la langue française, 1989, p. 193-211.

FERRAZ, Aderlande P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M. C. T. C. de (Org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larouss, 1975.

## Gramaticalização e lexicalização na neologia do português brasileiro contemporâneo

Ieda Maria Alves

iemalves@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

A neologia, considerada aqui como processo de criação lexical, está diretamente relacionada com a renovação do léxico. Os estudos sobre neologia lexical permitem a observação de vários fenômenos no que concerne à evolução do léxico de uma língua. Esses estudos inserem-se entre os de âmbito descritivista e enfocam a formação de novas unidades lexicais, que resultam, sempre, de fatos sociais de diferente natureza que marcam historicamente uma comunidade lingüística, como a denominação de descobertas e de eventos de caráter artístico, religioso, esportivo, entre outros. Assim, podemos observar, relativamente a um determinado período, os processos de formação de palavras mais empregados, os prefixos e afixos mais produtivos, o emprego de estrangeirismos e a concorrência entre esses elementos e as formações vernáculas e, ainda, aspectos do fenômeno da gramaticalização e da lexicalização. A gramaticalização é aqui entendida na acepção proposta por Hopper; Traugott (1993), que atribuem a uma unidade lexical a possibilidade de atuar em certos contextos lingüísticos em funções gramaticais e, uma vez gramaticalizada, pode ainda gramaticalizar-se em outras situações. A lexicalização, 'processo lingüístico que transforma um agrupamento livre num agrupamento estável, isto é, que solda uma série de morfemas para deles fazer uma única unidade lexical' (GALISSON; COSTE, 1983, p. 431), é empregada em uma acepção mais ampla, que inclui, também, a passagem de um morfema gramatical para o estatuto de unidade lexical (ALVES, 2000). Nesta exposição, apresentamos alguns aspectos da gramaticalização e da lexicalização que são observados em um estudo sistemático da neologia lexical, a *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*, constituído com elementos extraídos de um corpus jornalístico coletado a partir de janeiro de 1993 nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* e nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Essa Base, que compreende, atualmente, mais de 14 000 unidades lexicais neológicas, repartidas em cerca de 30 000 ocorrências, registra neologismos de caráter vernáculo (derivados prefixais, sufixais, parassintéticos e regressivos, compostos por subordinação e por coordenação, formas truncadas e resultantes de transferência semântica...) e de caráter estrangeiro. São tratadas como neológicas as unidades lexicais que não estão incluídas em um *corpus de exclusão* constituído por um conjunto de dicionários da língua geral. A *Base de Neologismos* revela a gramaticalização de unidades lexicais ao mesmo tempo em que permite constatar a lexicalização de formantes prefixais e sufixais. A gramaticalização observada refere-se a diferentes aspectos: substantivos que ocupam com freqüência a segunda posição em formações compostas e passam a ter valor sufixal. O exemplo mais representativo é ilustrado pelo substantivo *chave*, que assume o valor semântico de "principal, mais importante", e forma um grande número de neologismos: *personagem-chave*, *tema-chave*... Outros substantivos que sofrem o mesmo processo são *base*, *fantasma*, *monstro*, *símbolo*, *tampão*... A gramaticalização, nessa base de neologismos, pode ainda ser observada a partir de radicais gregos e latinos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que, tradicionalmente, formam termos das ciências e das técnicas e, ao constituírem unidades lexicais da língua geral, não-especializada, assumem uma função prefixal (*hiper-, macro-, mega-*: *hiperpacote, macrocervejaria, megafesta*) ou sufixal (*-ódromo*: *namoródromo*) por se banalizarem e não mais permanecerem restritos a áreas técnicas e científicas. A gramaticalização pode ainda resultar da truncação de formantes resultantes de fatos contemporâneos (*ciber-* | *cibermética, narco-* | *narcótico*), que passam a exercer função prefixal ao formarem novas unidades lexicais: *cibercultura, narcocomércio*. Paralelamente à gramaticalização, os dados da Base têm-nos permitido também observar o fenômeno da lexicalização, em que formantes prefixais e sufixais passam a exercer função substantival e adjetival. Alguns exemplos: *macro-* e *super-* em função adjetival, *-ismo* em função substantival. Desse modo, a observação sistemática da neologia contribui, também, para revelar aspectos que mostram não somente o fenômeno da gramaticalização mas também o da lexicalização, atualmente ainda pouco estudado.

ALVES, I. M. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português brasileiro contemporâneo*. Tese de Livre-Docência. FFLCH-Universidade de São Paulo, 2000.

GALISSON, R.; COSTE, D. *Dicionário de didática das línguas*. Trad. do francês de Adelina Angélica Pinto et al. Coimbra, Almedina, 1983.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

### Neologia e derivação sufixal: o caso dos sufixos nominalizadores

Bruno Oliveira Maroneze

maronezebruno@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

Nas gramáticas do português, os sufixos são apresentados de maneira bastante sucinta, com uma breve descrição de seu significado e da classe gramatical a que se unem. Dessa forma, são deixadas de lado várias características relativas a restrições de uso e a nuances de significado desses sufixos. Portanto, fazem-se necessários estudos lingüísticos que visem a uma descrição mais completa dos sufixos e de seus derivados, quanto a suas características morfológicas, sintáticas, semânticas ou mesmo discursivas.

Esta apresentação objetiva apresentar os resultados de uma descrição sistemática de um grupo determinado de sufixos, a saber, os sufixos nominalizadores: *-cão*, *-mento*, *-agem*, *-da*, *-nc(i)a*. Tais sufixos unem-se a verbos para formar substantivos abstratos, como nos seguintes exemplos de Bechara (1999, p. 358): *coração* (de *coroar*), *casamento* (de *casar*), *vadiagem* (de *vadiar*), *estada* (de *estar*), *mudança* (de *mudar*). Para o presente estudo, foram analisadas cento e setenta e uma unidades lexicais neológicas, integrantes da *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*. Esta base de dados contém mais de quinze mil unidades lexicais neológicas, coletadas em um *corpus* jornalístico entre os anos de 1993 e 2000. Para a determinação do caráter neológico das unidades lexicais, foi utilizado o princípio metodológico do *corpus de exclusão*, que foi constituído pelos dicionários *Aurélio* e

*Michaelis*, bem como pelo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Nesta exposição, são apresentadas algumas das características de tais sufixos que não são tratadas nas gramáticas, dentre essas, algumas relativamente recentes na língua portuguesa do Brasil. Tais características são, dentre outras: o emprego dos sufixos *-cão* e *-agem* em formações familiares ou jocosas (*embananação, montagem* etc.; *arapongagem, cafetinagem, peruagem, veadagem* etc.), por oposição ao sufixo *-mento*, que é neutro nesse ponto; o uso de *-cão* que vem sendo conhecido como *-cão* iterativo, por denotar 'ação repetida' (*ensebção, tocação* etc.); e o emprego do sufixo *-da* em construções derivadas de sentenças com verbo-suporte (*canetada, filosofada* etc.). Também interessante é a distinção entre as duas formas do sufixo *-nc(i)a*: *-ncia* em contextos neutros ou formais (*flanância, itinerância* etc.) e *-nça* em contextos informais, familiares e/ou pejorativos (*gastança, roubança* etc.). Além dos sufixos, também se observa o uso da derivação regressiva como processo de nominalização, que forma, em geral, substantivos com um significado mais concreto do que os formados por derivação sufixal. O modelo teórico empregado neste trabalho para buscar melhor compreender o mecanismo de formação de palavras é o modelo de Bybee (1988), baseado em redes de conexões lexicais. Esse modelo é bastante semelhante ao de Langacker (1987; 1991), e pode ser encarado como uma formalização de idéias já presentes no *Cours de Linguistique Générale*, de Saussure. Para Bybee, o léxico é organizado como uma rede de semelhanças. As unidades lexicais apresentam uma série de semelhanças nos dois planos: o semântico e o fonológico. À semelhança fônica entre *gato* e *gatos* corresponde a semelhança semântica, suficiente para que se detecte o morfema lexical; da mesma forma; a semelhança entre *gatos* e *mesas*, tanto fônica quanto semântica, permite que se reconheça que o *-s* é a marca de plural. Certas unidades lexicais apresentam semelhanças apenas em um dos planos. Por exemplo, os verbos *conceber*, *perceber* e *receber* apresentam semelhanças fônicas, mas não semânticas, o que impede que o elemento *-ceber* seja considerado morfema. Da mesma forma, há semelhanças semânticas sem semelhanças fonológicas correspondentes, como o par *querer* / *vontade*. Esse modelo possibilita, entre outras análises, uma solução interessante para casos em que apenas um dos elementos parece segmentável, como *casebre* (em que o elemento *cas-* é reconhecível como radical, porém o elemento *-ebre* não pode ser considerado sufixo) ou *emoção* (em que o elemento *-cão* se parece com um sufixo, porém não pode ser segmentado sincronicamente). Pretende-se, com este trabalho, contribuir para uma descrição mais completa dos processos de formação de palavras no português do Brasil, em especial da derivação sufixal, tanto sob o ponto de vista teórico como em relação à análise de dados concretos.

BYBEE, Joan. Morphology as lexical organization. In: HAMMOND, Michael; NOONAN, Michael (Org.). *Theoretical Morphology*. San Diego: Academic Press, 1988. p. 119-141.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: Descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1969. (1. ed. 1916)



## Práticas Sociais da Linguagem

### 3.9.1 Comunicações Coordenadas

#### Polidez, intertextualidade e modos de recepção em gêneros da esfera acadêmica.

A sessão reúne resultados parciais de pesquisas em andamento do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos da Língua Falada e Escrita – NELFE, da UFPE, que desenvolve seus programas de estudos de forma integrada desde 1995, com o apoio do CNPq. As pesquisadoras trabalham com corpus comum, do acervo do núcleo e observam os dados sob o prisma da abordagem interacionista. No momento, desenvolvem as seguintes pesquisas: Gêneros Textuais do Domínio Científico: Um estudo comparativo, em que se contrastam os mesmos fenômenos nos diferentes gêneros (Kazue); Os Gêneros Discursivos e a Universidade: Um estudo etnográfico (Judith); Enunciação: Um estudo da recepção das heterogeneidades (Doris). É no âmbito dessas pesquisas que as apresentações, aqui voltadas para atividades discursivas na esfera acadêmica, devem ser percebidas.

#### Intertextualidade em textos escritos na esfera acadêmica.

*Judith Hoffnagel*

hoffnagel@uol.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

Este trabalho visa analisar a intertextualidade em textos escritos de alunos de graduação. A investigação da intertextualidade faz parte de uma pesquisa em andamento que investiga a esfera social universidade para examinar o papel dos gêneros discursivos nas atividades realizadas nesse ambiente social. Baseado na noção de gênero como ação social (MILLER, 1984) e vendo-o como um meio à disposição dos indivíduos para que se orientem em situações específicas, agindo de maneiras reconhecíveis e provocando conseqüências reconhecíveis (BAZERMAN, 1988), investigamos a atividade principal da universidade – a formação de pessoas nas diversas áreas de conhecimento. Uma vez que essa atividade é realizada em grande parte através da linguagem oral e escrita por meio de gêneros textuais, a pesquisa maior focaliza os gêneros que circulam nos cursos de graduação com o intuito de investigar os gêneros específicos (orais e escritos) presentes em diferentes cursos, a inter-relação entre esses gêneros, as funções desempenhadas por eles e os processos de aquisição ou apropriação dos gêneros pelos indivíduos que atuam nessa esfera social. Considerando que grande parte dos gêneros que circulam na esfera social da Universidade estão envolvidos na principal atividade social dessa esfera – ensino/aprendizagem, a pesquisa tem como uma meta discutir o ensino dos gêneros textuais. É através dos vários gêneros que o aluno adquire o conhecimento

da sua área de estudo, demonstra sua aprendizagem e na maioria dos casos é através de gêneros específicos que ele desenvolverá as habilidades necessárias para exercer sua profissão. Uma das perguntas da pesquisa é como são adquiridos os gêneros específicos que os alunos precisam dominar para desempenhar as atividades sociais necessárias para conseguir o diploma universitário. A nossa investigação já mostrou que os gêneros mais citados pelos professores e alunos como importantes nos vários cursos são os gêneros escritos. Por outro lado, não encontramos, na maioria dos casos, um ensino explícito dos gêneros, nem como usá-los (leitura) nem como produzi-los (escrita).

Reconhecendo que textos não aparecem isolados, mas em relação a outros textos; que escrevemos em resposta a textos anteriores e reconhecendo que, quando lemos, usamos o conhecimento e a experiência vindos das leituras anteriores para a construção do sentido de um novo texto, pensamos que uma análise da intertextualidade em textos escritos por alunos poderia mostrar a gradual aquisição de conhecimento específico ao seu curso, como também a aquisição dos padrões ou cânones de expressão desse conhecimento nas diversas áreas de estudo.

O conceito de intertextualidade se desenvolveu no âmbito dos estudos literários. Baseada nos trabalhos de Bakhtin sobre dialogismo, Kristeva (1974 [1969]) cunhou o termo *intertextualidade* para argumentar contra a originalidade de qualquer texto, sugerindo que todo texto é um mosaico de citações, um intertexto. Definindo a intertextualidade como as relações explícitas e implícitas que um texto estabelece com os textos que o precedem, lhe são contemporâneos ou futuros (em potencial), Bazerman (2006) traz o conceito de intertextualidade para a área da retórica e dos estudos de letramento. Sugere que uma análise da intertextualidade de textos estudantis poderia mostrar como os alunos, através de seus trabalhos escritos, expressam seus conhecimentos sobre o que estão aprendendo, além de evidenciar como eles aprendem a escrever seus argumentos. Para esse autor, a intertextualidade não é vista somente como uma questão dos outros textos a que um escritor se refere, mas também como ele usa esses textos, para que os usa e como se posiciona diante deles para elaborar seus próprios argumentos. Seguindo a sugestão de Bazerman (2006), distingüimos diferentes níveis de intertextualidade por meio dos quais um texto evoca explicitamente outros textos e se apóia neles como um recurso consciente. Os níveis de intertextualidade podem ser reconhecidos através de certas técnicas que representam as palavras e os enunciados de outros. Algumas dessas técnicas são: a citação direta, a citação indireta, a menção de uma pessoa, um documento, o uso de estilos reconhecíveis ou de terminologia associada a determinadas pessoas ou grupo de pessoa.

Os dados da pesquisa vêm da observação participante de aulas ministradas em seis Cursos de Graduação. A observação de cada aula teve duração de um semestre. Foram coletados exemplares dos diferentes textos (gêneros) produzidos e/ou consumidos nas aulas.

Os resultados da análise do nível de intertextualidade nos textos escritos sugerem: a) que o aluno bem sucedido (que escreve bem pelos padrões da área) manipula bem os recursos da intertextualidade; b) que essa habilidade não é adquirida facilmente pela maioria dos alunos; c) que ela requer um ensino explícito e d) que, em geral, a escrita na universidade é naturalizada nas várias áreas de conhecimento, sendo tratada como algo que o aluno deve ter adquirido em outro momento, em outro lugar.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- BAHKTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BAZERMAN, Charles. *Shaping Written Knowledge*. The Genre and activity of the experimental article in science. *Madison: University of Wisconsin Press*, 1988.
- BAZERMAN, Charles. *Gênero, Agência e Escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MILLER, Carolyn. Genre as social Action. *Quarterly Journal of Speech* 70: 151-167, 1984.

### Polidez, conciliação e conflito em gêneros da esfera acadêmica

Kazue Saito Monteiro de Barros

kazuesaito@uol.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

O uso da noção de polidez como forma de identificar variações de comportamentos em interações face a face ganha força a partir do trabalho seminal de BROWN; LEVINSON (1987) – *Politeness. Some universals in language usage*. Os autores sustentam existir uma ligação estreita entre as dimensões macro de interação social e as formas como as pessoas se dirigem umas às outras, situando, assim, o fenômeno da polidez na interface entre processos linguísticos, sociais e cognitivos. O pressuposto das implicaturas conversacionais griceanas condiciona os estudiosos a se debruçarem sobre instigantes questões sobre, por exemplo, os motivos pelos quais as pessoas não se comunicam através do significado literal dos enunciados, preferindo estratégias mais indiretas de construção dos sentidos. A constatação de que uma das explicações a esta pergunta está pautada nas questões relacionadas à polidez dá um impulso aos estudos na área. Nos últimos vinte anos, muitas críticas são feitas ao modelo de Brown e Levinson, principalmente por seu caráter abstrato, não-situado e, em decorrência, novas formas de olhar a questão são propostas, mas não obstante a quantidade de trabalhos relevantes sobre o assunto, ainda se pode dizer que o tema está longe de ser esgotado, já que não se avançou muito nas discussões sobre a natureza do fenômeno. Ademais, os estudos, preocupados com a identificação de atos de ameaça à face, tendem a focar somente a produção, sendo o problema-chave determinar a intenção do falante. Esta tendência decorre, muitas vezes, da tentativa dos analistas de provarem que o modelo de Brown e Levinson, moldado nos parâmetros da cultura ocidental, não se aplica às formas de polidez praticadas em países do Oriente. São ainda escassos os estudos que buscam observar a polidez numa perspectiva *rigorosamente interacionista* – e é nesta perspectiva que este trabalho se insere.

O trabalho foca dois gêneros acadêmicos distintos, aulas-*chat* e listas de discussão, em que foram selecionadas situações de conciliação e de conflito. O objetivo é identificar as estratégias de polidez e de impolidez (ou de estratégias relacionadas a diferentes níveis de polidez) nas duas situações e discutir os fatores que influenciam as percepções dinâmicas dos interlocutores a respeito dos fenômenos. É de especial

interesse o estudo do conflito, suas estruturas interacionais e formas de monitoramento.

Segundo Brown e Levinson, as normas de polidez são governadas por questões que envolvem a face: alguns atos ilocucionários são atos de ameaça à face e, no momento de sua atualização, os falantes devem buscar estratégias de atenuação para que as regras de polidez não sejam violadas. Esta constatação dá margem a uma das críticas mais constantes ao modelo de Brown e Levinson, a saber, a de que se trata mais de uma teoria da mitigação do que propriamente de uma teoria da polidez. E polidez não pode ser igualada a atos de mitigação de ameaça à face porque ela é um conceito *interacionalmente* definido, como bem argumentam LOCHER; WATTS (2005). Em conseqüência, o que é polido ou não-polido não é passível de ser previsto por analistas que devem, ao contrário, observar a negociação entre os interlocutores para a definição dos enunciados.

Samando-se a outros críticos que condenam, ainda, a visão dicotômica de Brown e Levinson entre o polido e o não-polido, ou seja, a não consideração da possível existência de níveis de polidez, o trabalho busca formas de estabelecer níveis de polidez.

Outro marco na teoria de polidez, LEECH (1983) também tem sido criticado pelo caráter abstrato de seus princípios, identificados em analogia ao Princípio Colaborativo de GRICE. O Princípio Comum da Polidez, sustenta ele, influencia os padrões de comportamento humano no sentido de manter *concordância comunicativa* e evitar *discordância comunicativa* ou ofensa. Esta tendência fica evidente pela realização de atos como pedidos, ofertas, cumprimentos, pedidos de desculpas, agradecimentos e nas respostas a estes atos.

Como já mencionado, ao longo dos anos, muitos outros autores têm contestado tanto o modelo de Brown e Levinson quanto a perspectiva de Leech. Uma das principais contestações é a de que ambas as teorias estão baseadas na visão anglo-americana que – diferentemente do que ocorre em culturas orientais – repousa na supremacia dos desejos individuais em detrimento do coletivo. Neste trabalho, assume-se que o fenômeno da polidez, como qualquer outro, é sensível a aspectos da cultura dos interagentes, o que equivale a dizer que a polidez deve ser vista como *social, histórica e cognitivamente situada*. Aspectos referentes à situação, às normas sociais do evento comunicativo, às relações entre os indivíduos, às ações realizadas devem ser levados em consideração como pano de fundo para as análises. Ademais, na observação de textos, os objetivos e intenções dos autores – que evidenciam sua funcionalidade – devem ser considerados. Marcas de natureza linguística, se recorrentes, devem ser vistas como *estratégias interativas*, pois servem a algum propósito comunicativo. Para maior completude, a análise deve considerar, ainda, além dos traços recorrentes, os dados singulares que tanto quanto os primeiros apontam para *processos interacionais*. Só assim, postula-se, uma análise privilegia uma visão de texto como *atividade*. Estes são alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos gerais que, embora não estejam aqui detalhados, embasam o presente trabalho.

Em conseqüência, entende-se o conceito de polidez (ou impolidez) como um *processo inferencial* ou “como os julgamentos subjetivos que as pessoas fazem sobre a adequação social de comportamentos verbais e não-verbais. Em outras palavras, não é o comportamento em si que é polido, político... ou impolido; antes, a impolidez é um rótulo avaliativo que as pessoas agregam ao comportamento, como resultado



de seus julgamentos subjetivos sobre a adequação social.” (SPENCER-OATEY, 2005, p. 97). O conceito é usado como um termo guarda-chuva que cobre todos os tipos de significados avaliativos, do mais afetuoso ao rude. Tais significados podem ter conotações positivas, negativas ou neutras e os julgamentos têm influência impactante nas percepções dos indivíduos acerca das relações sociais e da harmonia/ desarmonia que existe entre eles.

As análises das aulas-*chat* e listas de discussões confirmam a adequação da postura teórica aqui adotada, que considera a polidez como fenômeno situado. Nas aulas, mesmo envolvendo universitários adultos, são encontrados enunciados que em outras situações poderiam ser considerados altamente impolidos, mas que não são percebidos dessa forma. Por outro lado, enunciados semelhantes em listas de discussões geram longas situações de conflito.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: CUP, 1987.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.

LOCHER, M.; WATTS, R. Politeness theory and relational work. *Journal of Politeness Research* 1, p. 9-23, 2005.

SPENCER-OATEY, H. (Im)Politeness, Face and Perceptions of Rapport: Unpackaging their Bases and Interrelationships. *Journal of Politeness Research* 1: 1, p. 95-119, 2005.

## Dialogismo: materialidade discursiva e recepção

Doris de Arruda Carneiro da Cunha

dorisarruda@terra.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

Nos últimos vinte anos, numerosas pesquisas foram produzidas sobre a citação, o discurso reportado, a polifonia, a heterogeneidade mostrada e constitutiva, a intertextualidade, o dialogismo mostrado, constitutivo, interdiscursivo, interlocutivo, citativo, responsivo, etc.

Sabe-se que o *dialogismo* foi o eixo da reflexão bakhtiniana, a partir do qual ele formulou sua teoria da linguagem e os conceitos de enunciado, sentido, polifonia, compreensão responsiva, entre outros. Contudo, Bakhtin não propõe uma definição de *dialogismo*, razão pela qual se pode apreender em seus textos uma pluralidade de sentidos, ligados aos fenômenos de “abertura para”, “de relação com” pelos quais ele se manifesta. Retêm-se com maior frequência as relações que todo enunciado mantém com os enunciados que o precederam, sobre o mesmo objeto, e com os que o sucederem na “cadeia ininterrupta da comunicação verbal”; e a orientação para o discurso do locutário, ou seja, todo discurso é sempre dirigido, trazendo respostas às possíveis questões, críticas, contraposições do interlocutor seja ele real ou virtual. Bakhtin utiliza o adjetivo dialógico para caracterizar os termos *relação*, *orientação*, *fios* que constituem o enunciado: “um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de se relacionar com os milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado se origina: ele é como a sua continuação, sua réplica, ele não aborda o

objeto chegando de não se sabe de onde.” (BAKHTIN, 1993, p. 86).

Acrescente-se a essas “definições”, a concepção de discurso como constituído na relação com os discursos alheios: “em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar com ele, de uma interação viva e tensa.” (BAKHTIN, 1993, p. 88).

A concepção dialógica da produção do discurso, a partir de outros discursos é tão relevante que passou a ser considerada “uma lei do discurso humano real, forçado a se produzir no “já-dito” (AUTHIER-REVUZ, 1995).

Muitos trabalhos na França e no Brasil voltaram-se nos anos setenta para os processos lingüisticamente caracterizáveis de presença de outras vozes no discurso. Progressivamente, as reflexões de Bakhtin se difundiram e tiveram um papel fundamental de caução teórica para o estudo das diversas dimensões do dialogismo.

Nosso objeto de estudo é, há alguns anos, o dialogismo, nas suas diferentes dimensões, em numerosos gêneros discursivos. Iniciamos com o estudo do discurso reportado, não do ponto de vista da *língua* (descrição dos mecanismos morfosintáticos das formas de transmissão de um discurso no nível da frase), mas na perspectiva da *linguagem*, considerando o contexto e a situação enunciativa, a tensão, a dinâmica e a inter-relação das formas citadas com o contexto narrativo no qual elas aparecem. O resultado (CUNHA, 1992) revelou um contínuo que vai das formas canônicas de citação às retomadas não marcadas do discurso. O deslocamento do que era do domínio das formas da *língua* para o domínio da enunciação permitiu mostrar que o discurso reportado é um fenômeno central no funcionamento da linguagem. O estudo empírico do corpus oral levou-nos a um avanço teórico, na medida em que pudemos verificar o que vários sujeitos fazem com o discurso de outrem: o que acentua, o que desloca, o que acrescenta, o que suprime.

De um modo geral, os estudos das manifestações do dialogismo foram feitos do ponto de vista da produção. Pouco se tem feito do ponto de vista da recepção, dos modos de compreensão das vozes, dos fios dialógicos de um texto. O objetivo desta proposta é analisar como diferentes leitores interpretam as manifestações do dialogismo, sabendo que a análise da recepção pressupõe a do analista. Partimos de algumas reflexões sobre compreensão/interpretação de François (1998), para quem, é preciso tanto quanto analisar a diversidade de textos levar em conta a diversidade dos modos de recepção, os modos como um texto é recebido por uma coletividade ou um receptor preciso, recepção que se faz necessariamente como movimento ou combinação de movimentos, o do ritmo próprio do texto, o da nossa leitura, o dos diferentes modos de remissão a um exterior do texto, a outros temas, outros mundos.

Segundo François (2002), “não há modelos da boa interpretação, há interpretações mais ou menos ricas, eventualmente distantes, como mostram as leituras de uma mesma obra ao longo dos séculos”. Mesmo levando-se em conta a materialidade lingüística, diz o autor, o texto não diz tudo o que deve ser considerado central ou periférico. Por isso, cada um compreende os textos que lê, como compreende o mundo ao seu redor, mas explicitar esta compreensão é sem dúvida uma tarefa que não pode ser completa nem definitiva: a diferença de entornos, de modos de ver, de pontos de vista é o que faz o sentido da diferença entre os sujeitos e os modos de compreender.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa seguiu as



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

seguintes etapas: seleção de dois artigos de opinião e análise das dimensões do dialogismo; leitura dos artigos por dois grupos de alunos do curso de graduação em Letras, dos quais um teve acesso à teoria bakhtiniana; atividade escrita, de interpretação com o foco na identificação das vozes marcadas, mostradas ou não e da função delas nos artigos. Os resultados mostram a necessidade de se trabalhar no ensino com a noção de dialogismo, passando pelos casos de discurso citado, de circulação dos discursos, a fim de levar o aluno, especialmente o de terceiro grau, a reconstruir os fios dialógicos de um texto e a aprimorar seu trabalho interpretativo.

AUTHIER-REVUZ, J. *Ces mots qui ne vont pas de soi – boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris, Larousse, t. 1 et 2, 1995.

BAKHTIN, M. *Questões de Estética e de Literatura*. 3. ed. S. Paulo, UNESP /Hucitec, 1993.

CUNHA, D. de A. C. da. *Discours rapporté et circulation de la parole*, Leuven/ Louvain-la-Neuve, Peeters/Louvain-la-Neuve, 1992.

FRANÇOIS, F. *Le discours et ses entours*. Paris, L'Harmattan, 1998.

FRANÇOIS, F. "Sens, sujet, genres ou que faire des grands mots?" In: *Investigações – Lingüística e Teoria Literária*, vol 15 (2), 2002.

como também de prepará-lo para esses tipos de atividade de linguagem e de textos. No intuito de promover condições para o desenvolvimento da leitura e da escrita na educação superior, o Centro de Estudos das Licenciaturas, através do núcleo do curso de Letras, propôs-se a desenvolver pesquisas alternativas para o ensino e aprimoramento da leitura e da escrita no contexto acadêmico, procurando, assim, encontrar alternativas para os problemas de formação desses sujeitos, proporcionando-lhes um melhor desempenho acadêmico. Para tal, o grupo de pesquisa, cujos trabalhos serão apresentados por esta comunicação coordenada (Bodolay, 2006; Cota, 2006; Ribeiro, 2006), apresenta reflexões a respeito dessas atividades de linguagem exigidas nos cursos de graduação, reflexões estas realizadas a partir dos dados levantados pelas disciplinas que envolvem o ensino-aprendizagem da língua portuguesa no meio acadêmico. O quadro teórico que serviu de suporte para as discussões e para a definição de diretrizes para o encaminhamento das disciplinas que têm como princípio o ensino-aprendizagem do português foi baseado na concepção de gêneros textuais de acordo com Bakhtin (1929, 1952), retomada por Marcuschi (2002); na perspectiva sócio-interacionista proposta por Bronckart (1999) e nas propostas da coleção coordenada por Machado (2004, 2005), que visa a suprir a falta de material didático para a produção de gêneros textuais utilizados no universo acadêmico.

### A leitura e a escrita na educação superior

A divulgação de dados estatísticos sobre a leitura no Brasil tem deixado em todos uma enorme preocupação. As pesquisas realizadas por órgãos governamentais, instituições de pesquisa e ONGs revelam que um número impressionante de brasileiros é *analfabeto funcional*, ou seja, não consegue produzir sentido para o que lê, principalmente para textos de maior extensão. Também com relação à escrita, o panorama é assustador; a grande maioria dos brasileiros não possui um domínio adequado da escrita, em específico o da padrão. Os problemas vão desde a grafia incorreta de palavras até a fragmentação e a falta de coerência, aspectos de suma importância para o texto escrito. Como a aprendizagem na universidade está fundamentada na leitura e o fracasso na formação de leitores está diretamente ligado ao pouco aproveitamento escolar, o panorama esboçado anteriormente preocupa o corpo docente da FAMINAS-BH, uma vez que a instituição recebeu, no ano de 2005, um número expressivo de alunos que não dominam a leitura de textos curtos e presentes em seu cotidiano. Tal preocupação é fundamentada no princípio de que, no contexto acadêmico, esses sujeitos irão se deparar com textos diferentes dos que lhe foram apresentados no nível fundamental e médio e por isso não sabem quais os conhecimentos e estratégias empregar para ler ou produzir textos neste contexto. Essas dificuldades geram insegurança e um sentimento de incapacidade no aluno, uma vez que a leitura e a produção de textos são constantemente exigidas pela grande maioria das disciplinas dos diferentes cursos de graduação. Sendo assim, para a busca de um efetivo aproveitamento dos conhecimentos oferecidos pelas diferentes disciplinas dos cursos de graduação, é preciso oferecer aos discentes que não dominam as competências e as habilidades necessárias à leitura e à produção de textos uma possibilidade não só de suprir as faltas ou deficiências de formação escolar

### Leitura e produção de textos na educação superior: uma perspectiva em ação

Andréa Lourdes Ribeiro

letras@faminasbh.edu.br  
Faculdade de Minas

Pude constatar, pela minha experiência no educação superior, as inúmeras dificuldades dos alunos para desenvolver atividades de leitura e produção de textos. Como os resultados do SAEB demonstram, as dificuldades podem ser explicadas pelo ensino deficiente em língua materna, tanto no ensino fundamental quanto no médio. Uma parte dessa dificuldade deve-se à mudança, de perspectiva teórica, do estruturalismo para as teorias do texto e do discurso, o que gerou desorientação no ensino de língua portuguesa. Esse momento de transição tem deixado "marcas" profundas no aprendiz. Isso porque é comum no ensino superior encontrarmos alunos com muitas dificuldades de leitura e de expressão escrita. Além disso, ao ingressarem na educação superior, os discentes se deparam com textos diferentes dos que lhes foram apresentados em sua trajetória escolar e por isso não sabem quais os conhecimentos e estratégias devem empregar para ler ou para produzir neste contexto. Some-se a este quadro a exigência de habilidades específicas para a leitura e para a produção de textos no nível superior. Os gêneros textuais que circulam nessa esfera social possuem maior extensão e particularidades do tipo: são escritos muitas vezes com jargões específicos de determinadas áreas de conhecimento; muitas vezes, empregam estratégias de impessoalização, modalização e polifonia; desenvolvem-se a partir do tipo argumentativo; possuem uma estrutura específica ditada pelas normas da ABNT, dentre outras.





Não saber lidar com essas características gera insegurança e um sentimento de incapacidade no aluno, uma vez que a leitura e a produção de textos são constantemente exigidas, em maior ou menor grau, pelas disciplinas dos inúmeros cursos de graduação. Sendo assim, para a busca de um efetivo aproveitamento e construção de conhecimentos no nível superior, é preciso oferecer aos graduandos que não dominam as habilidades necessárias à construção do conhecimento, através das atividades de leitura e produção de textos acadêmicos e científicos, uma possibilidade não só de suprir as faltas ou deficiências de formação escolar, mas também alternativas didáticas que visem prepará-lo para lidar com esses tipos de texto. Por isso, o presente trabalho, que se integra a outros dois (Cota, 2006; Bodolay, 2006), que fazem parte de uma linha de pesquisa desenvolvida pela instituição, apresenta reflexões a respeito da produção escrita de alunos dos cursos de graduação, especificamente do curso de Turismo da FAMINAS-BH, a partir dos dados levantados no decorrer da disciplina “Português Instrumental”. Sendo assim, este trabalho define como objetivo geral pensar sobre o ensino-aprendizagem dos gêneros textuais, teóricos e científicos, que pertencem a esse domínio discursivo. Para tal define como objetivo específico caracterizar lingüística-discursiva e textualmente os textos que são selecionados pelas disciplinas do curso de Turismo para que se possa refletir sobre estratégias adequadas de leitura que visem à compreensão e interpretação crítica desses textos, e sobre estratégias de produção escrita que visem a exercitar a textualidade observada durante o processo de leitura. Esta investigação toma base teórica a concepção de gêneros textuais cunhada por Bakhtin (1929, 1952), revisitada por Marcuschi (2002); a perspectiva sócio-interacionista de atividade de linguagem proposta por Bronckart (1999) e as propostas da coleção coordenada por Machado (2004, 2005), que visam suprir a falta de material didático para a produção de gêneros textuais utilizados no meio acadêmico. Acredito que essas teorias são suficientes para proporcionar uma reflexão sobre o funcionamento dos gêneros no interior desse contexto específico. Diante do exposto, espero que os resultados desse trabalho contribuam para que os profissionais de Língua Portuguesa que lecionam na educação superior possam auxiliar os discentes a se inserirem na prática acadêmica, através da construção de conceitos em circulação nessa formação sócio-discursiva e também de procedimentos para referenciar e textualizar esses saberes.

## A leitura, ou lei-dura, dos textos jurídicos

*Maria Aparecida Leite Mendes Cota*

cidacota@uol.com.br  
Faculdade de Minas

Este trabalho se constitui como parte de uma comunicação coordenada que visa apresentar o projeto de pesquisa “Leitura e escrita na educação superior”, desenvolvido na Faculdade de Minas, *campus* BH, e tem como objetivo apresentar reflexões sobre a leitura de textos jurídicos, bem como discutir algumas questões que dizem respeito aos inúmeros desafios com os quais se depara o professor da disciplina “Português Instrumental” do curso de Direito, ministrada

para alunos dos primeiro e segundo períodos. A partir dessas reflexões, pretende-se também apresentar algumas diretrizes para o ensino da disciplina, numa perspectiva instrumental, assim como alguns exemplos de atividades capazes de desenvolver habilidades de leitura nessa esfera de circulação. Isso porque o professor da disciplina, ao se deparar com um campo de conhecimento pouco familiar, é levado a se questionar sobre a forma mais adequada de instrumentalizar o discente para se apropriar do conhecimento em um curso essencialmente teórico, a observar os gêneros textuais que circulam nas mais diversas disciplinas e a conviver com o desinteresse dos alunos para o estudo da língua materna, mas, sobretudo, conviver com textos mal escritos ou repletos de latinismos, expressões arcaicas, preciosismos lingüísticos, jargões e raciocínios labirínticos. Daí adveio o problema que norteia esta discussão: que estratégias de leitura devem ser adotadas na compreensão do texto jurídico, de forma a facilitar não só a interlocução autor-texto-leitor, mas a apropriação do conhecimento? Percebe-se que o texto jurídico é altamente polifônico, o que exige do estudante do curso de Direito um amplo conhecimento prévio de leis, códigos, doutrinas e legislações que requerem leitura atenta e um alto grau de conhecimento da língua padrão e de proficiência em leitura. Diante desse quadro, o que se percebe é que a tendência do ensino de português no curso de Direito é assumir uma perspectiva de caráter normativo, em que se reproduzem as regras ditadas pela norma culta. Reproduz-se, assim, não só um discurso ininteligível, inacessível, mas um sistema opressor, distanciado da sociedade – a qual se afasta cada vez mais de seus direitos. A linguagem assume dessa forma um caráter de dominação e de poder. Observa-se também que a maioria dos livros editados na área do Direito segue esse padrão, ao apresentar a língua como um sistema de infundáveis regras e modelos. Há aqueles que tentam inovar, porém se limitam a reproduzir os modernos conceitos lingüísticos, que são meramente apresentados sem uma aplicação efetiva nos textos jurídicos. Acredita-se que tais métodos, além de ineficazes, geram mais insatisfação no discente, que vê ampliada a lista de conceitos teóricos e, o que é pior, continua a enaltecer o velho protótipo do discurso jurídico como forma de poder e manipulação. Sendo assim, faz-se necessário focalizar o texto numa perspectiva discursiva que abranja desde a análise dos tradicionais princípios da textualidade – informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, coesão e coerência –, bem como as condições de produção desses textos, chegando até os efeitos de sentido (objetividade e subjetividade) por eles produzidos. O texto passa a ser focalizado como um evento comunicativo que só adquire existência e materialidade por intermédio da ação dos sujeitos do discurso, responsáveis por fazer o texto acontecer, a partir do modo particular de comunicação da espécie humana: a linguagem, aplicada em diferentes esferas sociais. Como referencial teórico, pretende-se adotar a Análise do Discurso de origem francesa e a Lingüística da Enunciação, que permitem a abordagem de conceitos como: enunciação, dialogismo, polifonia, intertextualidade, interdiscursividade, argumentação, subjetividade, dentre outros. Acredita-se que dessa forma a língua será analisada sob uma perspectiva discursiva, o que permite ao discente reconhecer os recursos lingüísticos, semânticos, pragmáticos e discursivos que constituem os documentos jurídicos; perceber os embates de distintas vozes sociais; ler os implícitos, os não-ditos, que permeiam o discurso; reconhecer procedimentos da argumentação e identificar os operadores argumentativos.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Acredita-se que a exploração de tais mecanismos de textualização e discursivização possa não só auxiliar na leitura e compreensão dos textos, mas que, sobretudo, contribua para a simplificação do discurso jurídico, pejorativamente denominado “juridiquês”, e, conseqüentemente, para a formação de profissionais capazes de produzir textos mais claros e mais objetivos, livres de arcaísmos e estruturas rebuscadas e de utilizar argumentos contundentes. Vale ressaltar que a AMB, Associação dos Magistrados Brasileiros, vem propondo, nos últimos anos, uma campanha pela simplificação da linguagem jurídica, com o objetivo de aproximar a sociedade da justiça e da prestação jurisdicional. Acredita-se, assim, na possibilidade da linguagem como conjunto de signos, que, para Bakhtin (1929/1981), existe não só como parte de uma realidade, mas que também reflete e refrata uma outra, podendo, portanto, distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico.

### Estratégias para a elaboração de textos argumentativos

*Adriana Nascimento Bodolay*

adrianabodolay@yahoo.com.br  
Faculdade de Minas

Com o objetivo de compreender as dificuldades dos alunos nos processos de leitura e de produção de textos na educação superior, o grupo de pesquisas dos cursos de graduação da FAMINAS-BH, composto por professoras de Língua Portuguesa, tomou a tarefa de investigar e, por conseguinte, elaborar materiais didáticos que pudessem auxiliar o professor de nível superior nesse sentido. Assim, o presente trabalho integra-se a outros dois (Cota, 2006; Ribeiro, 2006) para apresentar reflexões a respeito da produção escrita de alunos dos cursos de graduação, especificamente do curso de Letras da FAMINAS-BH, a partir dos dados levantados na disciplina Leitura e Produção de Textos II. Conforme afirma Travaglia (1996), o desenvolvimento da competência comunicativa pressupõe a habilidade de transformar textos lidos/ouvidos em um outro gênero. No entanto, no diagnóstico inicial feito na primeira semana letiva, foi possível verificar que um dos principais problemas apresentados pelos alunos naquele contexto estava relacionado à compreensão de textos teóricos específicos do curso de Letras. Nossa hipótese, naquele momento, era de que o fato de não entenderem o funcionamento da superestrutura textual, como, por exemplo, a articulação entre título, subtítulo, corpo do texto, ou mesmo da relação entre parágrafos e a identificação da idéia central defendida pelo autor, conseqüentemente, dificultava a escrita de novos textos. De modo a se verificarem outras causas desse problema, foi feito um levantamento inicial, por meio de questionário, no intuito de se caracterizar qual o perfil de leitor/escritor com o qual se estava lidando. A partir da aplicação dos questionários, verificou-se que os alunos não possuíam conhecimentos de estratégias de leitura, tampouco de produção de textos. A ausência de estratégias é um fator que dificulta a construção da unidade semântica, de que nos fala Koch (1989) para a definição do texto. É necessário ressaltar ainda que, por possuírem

uma experiência bastante reduzida no que tange à leitura acadêmica, os alunos apresentam dificuldades em levantar, a partir dos textos teóricos, os argumentos que sustentam o posicionamento do autor, qualquer que seja o tema que possa ser abordado. Nesse contexto, construir uma argumentação sólida pode ser uma tarefa inviável para muitos alunos. Uma vez que o discurso acadêmico sustenta-se na defesa de idéias e de pontos de vista, a necessidade inicial consistiu em colocar os alunos em contato com uma modalidade de escrita mais formal, porém não tão rígida quanto a dos artigos científicos. Para tanto, selecionamos, dentre os textos argumentativos, o domínio discursivo jornalístico, especificamente, o editorial e a reportagem de modo a aproximá-los, progressivamente, da escrita acadêmica. Delimitados os textos com os quais trabalharíamos, traçamos as estratégias orientadoras da produção de texto a serem observadas pelos alunos: a primeira delas consiste no levantamento das fontes de informação, tarefa que ativa os conhecimentos prévios do assunto a ser tratado. Nessa etapa, o trabalho de leitura é orientado no sentido de que os alunos possam perceber como se constrói a argumentação. A principal tarefa é a análise do uso de operadores argumentativos, assim como se encontra em Koch (1996), e pela investigação de como se constrói a modalização, conforme Costa Val (2000). Como uma segunda etapa da produção, encontra-se o planejamento textual, no qual se identificam o gênero, os interlocutores para quem se fala, bem como o tipo de linguagem a ser utilizada. A terceira e última etapa leva em conta o arranjo estrutural das informações, de forma a se obter progressão do assunto, além de se observar o padrão acadêmico para a inserção das vozes de outros autores e o processo de refacção dos textos. Vale frisar que essa última tarefa é por nós considerada a parte mais importante do trabalho, pois é ela que permite verificar uma aprendizagem mais significativa por parte dos alunos. Ressaltamos, também, que os dados levantados previamente foram de grande relevância, no sentido de indicarem para o professor a necessidade de se traçarem estratégias para que os alunos pudessem atuar como revisores dos seus próprios textos.

### Identidade na controvérsia

Nesta comunicação coordenada, ao abordar o tema da identidade na controvérsia, partimos do pressuposto de que a expressão e a constituição da identidade política têm lugar na linguagem. Queremos crer que as identidades não se expressam apenas através de proposições, elas também se expressam em oposições. Daí que, para nós, as controvérsias contribuam com a formação de identidades. Não tanto pelas teses defendidas mas, principalmente, pelas críticas às teses dos outros e pelas refutações a essas críticas. Como ocorre a expressão e a constituição de identidades em controvérsias? Esta é a questão que orienta os trabalhos dos membros desta comunicação coletiva. Claudiana Nogueira discorre sobre a retórica do formalismo na constituição de identidades na Lingüística, Eneida Esteves Martins, a respeito da política de cotas para negros nas universidades e Ubiratan Garcia Vieira, sobre o direito a educação escolar da pessoa com deficiência. Nesses três estudos, ao abordar a controvérsia como um



acontecimento lingüístico, parece que nos aproximamos da perspectiva de Dascal (1998) sobre o tema. Entretanto, não abordamos aqui o problema da participação da controvérsia no desenrolar da história das idéias, nem é de nosso interesse dar serventia à controvérsia na explicação dos processos cognitivos. Não é que acreditemos que nada se aprende em uma controvérsia. Mas, para nós, o incremento de conhecimento que dessa decorre não diz respeito ao tópico em questão. O acréscimo será sobre as posições dos participantes. Nesse sentido, os tópicos controversos abordados nos três estudos não são entendidos como objetos de conhecimento, mas, sim, como domínios em disputa. Nos estudos, pretendemos, pois, não ignorar a relação entre a pesquisa lingüística e a vida política (Rajagopalan, 2003).

DASCAL, M. Types of polemics and types of polemical moves. In: Cmejrkova, S. ; Hoffmannova, J. et al (Eds.). *Dialogue Analysis VI*. v. 1. Tübingen: Max Niemeyer, 1998. p.15-33.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica*. São Paulo: Parábola. 2003.

### Ser ou não ser lingüista: a controvérsia do formalismo na constituição de identidades na lingüística

Claudiana Nogueira de Alencar

claunoce@yahoo.com  
Universidade Estadual do Ceará

Neste trabalho, decidi estudar os discursos teóricos sobre a linguagem para refletir sobre a retórica do formalismo na constituição de identidades e na produção do conhecimento lingüístico, a qual postula a adoção de determinados conceitos e determinado método de formalização como pressuposto de qualificação desse conhecimento. Tal retórica preceitua que “todo lingüístico deve ser formalista” da mesma forma que todo cientista deve ser formalista (Pires de Oliveira, 2004: 221).

A retórica do formalismo traz à tona a controvérsia entre o discurso segregacionista e o discurso integracionista, como duas posturas teóricas que constroem também representações identitárias em Lingüística. Enquanto a orientação segregacionista, que tem prevalecido como a visão ortodoxa na Lingüística, defende uma visão “objetiva” da linguagem e das línguas e um ideal de cientificidade que inclui a utilização de uma metalíngua técnica, formal ou formalizável, a orientação integracionista investiga as conseqüências dessa concepção ortodoxa em definir a linguagem como um objeto de estudo científico. Inspirada nos últimos trabalhos de Wittgenstein (1959), a crítica integracionista à lingüística ortodoxa entende a comunicação como envolvendo a integração de diversas habilidades e essa integração é tão complexa que se torna problemático identificar o que é exatamente lingüístico nela. Fatores culturais sociais e políticos, além dos cognitivos e fisiológicos integram esse processo de constituição de sentidos. E é entendendo essa complexidade que Roy Harris (1998: 4) afirma ser esse ideal de objetividade e cientificidade propagadas pela Lingüística profissional segregacionista não somente uma idéia arrogante, porém algo perigoso.

O meu intuito foi investigar essa controvérsia para entender

em que medida a adoção de uma ou outra orientação constrói e reproduz identificações, ao considerar um estudioso da linguagem como sendo ou não um lingüista, construindo uma política de representação específica, através da qual identidades são constantemente afirmadas e reivindicadas na prática discursiva da academia, prática capaz de ser refeita, repetida, reproduzida, transformando-se numa prática social específica. Para isso, procurei efetuar uma análise da estrutura retórica de textos tradicionais sobre linguagem (C.LG, *Speech Acts*, etc) e textos de lingüistas contemporâneos, a partir da investigação das técnicas retóricas chamadas heurísticas, por permitirem perceber as relações de intertextualidade no modo retórico de constituição textual. Para desenvolver minha proposta de análise retórica crítico-discursiva, que inclui em seus objetivos uma tomada de consciência do caráter integral de nossas ações como lingüistas e acadêmicos, originadas da natureza política, interativa e social de nossa experiência lingüística, situei a retórica em uma teoria crítica do discurso que considera o evento discursivo como sendo simultaneamente um pedaço de texto, uma instância de prática discursiva e uma instância de prática social (Fairclough, 1992). Dessa forma, pude compreender, como resultado da investigação, que as identificações reivindicadas pelos lingüistas profissionais são consideradas como apropriadas a partir da definição de um objeto naturalmente complexo, a linguagem, tomado de forma recortada e abstraído da vida real, do cotidiano. Os lingüistas construíram a identidade de cientistas e com ela, a autoridade própria e um lugar específico para falar sobre linguagem, a partir da validade científica de uma disciplina, devidamente circunscrita e formalizada. Essa construção discursiva de posição do cientista da linguagem é legitimada no discurso segregacionista e contestada pela crítica integracionista. Pude concluir, a partir da análise retórica dos discursos teóricos da linguagem, que nossas práticas discursivas de teóricos da linguagem são moldadas e moldam convenções discursivas que configuram tais práticas, em uma ordem do discurso específica aos estudos da linguagem, que denominei *medo da morte*, uma vez que seus elementos funcionam naturalizando ideologias: sentidos que impedem fugirmos da esperada “essência” dos estudos da linguagem e que hierarquizam saberes, construindo relações de poder no domínio do saber acadêmico-científico, constituindo também as identidades de “cientista” e de “filósofo”, “teóricos” da linguagem distanciados das preocupações sociais do seu tempo.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity, 1992.

HARRIS, R. *The Language Myth*. London: Duckworth, 1981.

\_\_\_\_\_. *Introduction to Integrational linguistics*. Oxford: Elsevier Science, 1998

PLEBE, A., EMANUELE, P. *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PIRES DE OLIVEIRA, R. de. Formalismo na lingüística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SEARLE, J. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruini. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Pensadores)

XAVIER, A. C.; CORTEZ, S (Orgs.). *Conversas com Lingüistas*:



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

virtudes e controvérsias da lingüística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

### O direito a educação escolar da pessoa com deficiência: hábeas corpus, perlocução e contexto.

Ubiratan Garcia Vieira

ubiratan.gv@gmail.com  
UNICAMP

Neste trabalho, abordo a controvérsia entorno do direito à educação escolar da pessoa com deficiência, uma controvérsia que tem ocupado o espaço público (e privado) brasileiro, desde o contexto de discussão da formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicada em 96 (Santos, 1997).

Particularmente, me interessa abordar a querela jurídica entre a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Fenapae – e a Procuradora da República, Eugênia Fávero: um *hábeas corpus* que a Fenapae promoveu, decorrência da publicação de uma Cartilha do Ministério Público Federal, em que a Procuradora e outras autoras defendem a inclusão da pessoa com deficiência na educação escolar dita regular. Nessa Cartilha, as autoras defendem, dentre outras, a tese de que a política de educação especial e de educação escolar básica se contrapõe ao direito à educação da pessoa com deficiência. Trata-se de uma controvérsia entre a educação especial e a educação inclusiva.

Tendo em vista certas técnicas de discurso postuladas pela Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (Vieira, 2005), no estudo serão analisadas algumas peças desses processos de *hábeas corpus*: o modelo de *hábeas corpus* produzido e distribuído pela Fenapae (2005) entre as associadas, as informações prestadas pela Procuradora em um desses processos (Processo, 2005) e a Cartilha elaborada pelo Ministério Público Federal (PFDC, 2004), responsável incauta pelo sentimento de ameaça que parece motivar a ação da Fenapae.

Mas, qual é a relevância de tal estudo para a compreensão dos fenômenos lingüísticos? – perguntaria a lingüística, que desenvolve seus modelos de interpretação excluindo do estudo o próprio pressuposto de que a linguagem é um fenômeno social. Aqui a questão de fundo será o inverso desta: interessa-me explorar a forma como certos modelos interpretativos contribuem para a compreensão da controvérsia sobre o direito à educação escolar da pessoa com deficiência; ou seja, uma questão que pretende colocar o estudo da linguagem em relação transversal com outras áreas de conhecimento (o direito e a pedagogia), e que está atenta para a importância de vincular a vida acadêmica e a vida política da lingüística (Rajagopalan, 2003).

Assim, não será exacerbado o fato de o *hábeas corpus* permitir compreender o funcionamento da perlocução do ponto de vista retórico (Mason, 1994) e do contexto do ‘agir’ na linguagem em uma perspectiva austiniana (Sbisà, 2002). O foco será sobre a dimensão político-lingüística do *hábeas corpus*. Portanto, espero poder contar com essas noções para discorrer a respeito da controvérsia entre a educação especial e a educação inclusiva.

Para Austin (1975, p.109) a perlocução refere-se aos efeitos

que promovemos no outro ao dizer algo. Efeitos como o convencimento, a persuasão, a ameaça, a surpresa e o engano. Mas, não necessariamente, os efeitos do que se diz estão comprometidos com as pretensões do orador (Austin, 1975, p.118-120). Por exemplo, a ameaça que *fazemos ao dizer* “estarei lá” não depende da promessa que *fazemos dizendo* isso. Nem sempre, quando alguém se sente ameaçado por uma promessa, era essa a pretensão do orador. Por outro lado, não há de antemão garantia de que a pretensão de ameaçar leve o auditório a se sentir ameaçado pelo orador. Isto porque, o ato perlocucional nem sempre está relacionado a qualquer pretensão do orador (Austin, 1975, p. 106-107).

É nesse espaço de possibilidades que opera a retórica (Mason, 1994). Na controvérsia entre a educação especial e a educação inclusiva, o contexto de ação não se limita, pois, apenas à pretensão utópica da Cartilha, qual seja, a de mudar as políticas de educação básica voltadas para a pessoa com deficiência. Envolve todo um leque de possibilidades de ações políticas que, apesar de diretamente relacionadas a essa pretensão, não são a realização dessa pretensão: este é o caso do *hábeas corpus*.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford: OUP, 1975.

FENAPAE. *Habeas Corpus preventivo com pedido de liminar*. 2004. 7p. (Modelo padrão distribuído às APAES)

MASON, Jeffrey. Rhetoric and the Perlocutionary Field. *Philosophy and Rhetoric*, v.27, n.4, p.410-414, 1994.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. *O acesso de alunos às escolas e classes comuns da rede regular*. Brasília: Ministério Público Federal, Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. 2004. 60p.

PROCESSO no 2005.61.24.000573-8. Tribunal Regional Federal da 3a Região. Informações. Eugênia Augusta Fávero, Coatora. São Paulo, 27 de Jun. 2005. 12p.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica*. São Paulo: Parábola. 2003.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Brazilian Concepts of Special Education. *Disability & Society*, v.12, n.3, p.407-415, 1997.

SBISÀ, Marina. Speech acts in context. *Language & Communication*, v.22, p.421-436, 2002.

VIEIRA, Ubiratan Garcia. Síntese crítica das técnicas de discurso segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e retórica*. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2005. p. 62-94.

### Identidades em uma controvérsia: a questão das cotas para negros nas universidades

Eneida Esteves Martins Latham

eneidamartins@uol.com.br  
PUC - Minas Gerais

Nesta comunicação, pretendo tomar a controvérsia em torno da adoção de cotas para negros nas universidades brasileiras, como instância de formação de identidades. Partindo do pressuposto que as identidades sociais se constituem e se renovam no e através do discurso, julgo que é através do pensamento crítico e polêmico que o conhecimento se constrói (Dascal 1998), mas também que na expressão dos



argumentos contrários em uma controvérsia, na refutação da lógica e da razão do outro, identidades também são construídas.

O tema da controvérsia em questão é a adoção de políticas de ação afirmativa, especialmente a adoção de cotas para estudantes negros nas universidades federais, que vem sendo discutido pelas diversas instâncias da sociedade brasileira desde 2001, quando o governo brasileiro assumiu uma posição clara de defesa e implantação de políticas de ação afirmativa junto à comunidade internacional na III Conferência Mundial sobre o Racismo realizada na África do Sul.

Em Martins (2006), investiguei a maneira como o racismo tem sido (re)produzido e justificado através do discurso da elite brasileira, analisando o discurso de dois senadores a respeito da questão das cotas. Identifiquei, nesses discursos, os “lugares da argumentação”, que têm sido os mesmos utilizados pela grande imprensa (como, por exemplo, os editoriais do jornal Folha de São Paulo de 30/08/2001; 29/08/2002 e 11/11/2002 e de O Estado de São Paulo de 29/08/2001) e repetidos nos diversos debates acerca do tema, e denotam, a meu ver, a ideologia partilhada pela maioria da sociedade brasileira a respeito da questão.

Considero que esse discurso da “elite”, que também se manifesta em textos de diferentes gêneros produzidos no âmbito da política, da mídia, da literatura, da ciência, da educação, entre outros, contribui para reprodução do racismo, uma vez que estabelece para a opinião pública as representações e crenças sobre questões de *raça* consideradas *válidas* ou *socialmente partilhadas* na sociedade. Seguindo Wodak (2000) e Van Dijk (1991), *racismo* é considerado, neste trabalho, como uma forma de ideologia e prática social discriminatória, que se justifica pela hierarquização de grupos de indivíduos a partir de seu pertencimento – qualquer que seja o critério de classificação (e aqui é assumido que ele é sempre construído) – e engloba tanto o preconceito quanto a discriminação racial.

Ao grupo discriminado, que tem acesso restrito ao domínio simbólico da sociedade, restam poucas oportunidades para expressar e partilhar suas representações. Mas há os que se colocam a favor da adoção das cotas para negros, principalmente acadêmicos e representantes do Movimento Negro, utilizando, como meio de divulgação de suas idéias, principalmente a mídia alternativa. Dentre esses textos, analisarei os de Carneiro (2001), Guimarães (2001) e Sant’Anna (2000), que refutam as teses explícitas ou subjacentes ao discurso da maioria, instaurando a controvérsia.

Entendo que o racismo nas sociedades ocidentais contemporâneas não se manifesta – na maioria dos casos – de forma óbvia e explícita, mas se dá de maneira indireta, implícita ou sutil, nem por isso menos efetiva: os grupos *raciais* ou *étnicos* dominantes continuam garantindo o controle e a distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos. Especificamente no Brasil, onde o racismo vem sendo negado desde a década de 1930, através da constante reafirmação do mito da “democracia racial” e, como afirmava Florestan Fernandes, há o preconceito de se ter preconceito, observa-se que essa nova forma de discriminação, denominada “novo racismo” ou “racismo simbólico”, vem se impondo (Van Dijk, 1991; Wodak, 2000).

De que formas esse “novo racismo” é constituído e combatido nessa controvérsia? De que forma a(s) identidade(s) do negro é(são) constituída(s) nesses discursos? É a partir do referencial teórico da análise crítica do discurso (Fairclough, 1992, 1995; Van Dijk, 1991; Wodak, 2000) que buscarei essas

respostas.

- CARNEIRO, S. Ideologia Torturosa. *Revista Caros Amigos*, 2001.
- DASCAL, M. Types of polemics and types of polemical moves. In: CMEJRKOVA, S.; HOFFMANNNOVA, J. et al. (Orgs.). *Dialogue Analysis VI*. v.1. Tübingen: Max Niemeyer, 1998. p.15-33.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.
- GUIMARÃES, A. S. A. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Salvador, 2001.
- MARTINS, E. E. Apresentação positiva do eu no discurso racista: uma análise crítica do discurso parlamentar sobre a questão da reserva de cotas para negros nas universidades. In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. (Orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006. p. 255-275.
- SANT’ANNA, W. Novos marcos para as relações étnico/raciais no Brasil: uma responsabilidade coletiva. 2000.
- Van DIJK, T. A. *Racism and the press*. London: Routledge, 1991
- WODAK, R. Discourses of Exclusion: a European Comparative Study. In: EU OBSERVATORIUM, 7/8 April 2000, Hofburg, Vienna, 2000. Disponível em: <http://www.oew.ac.at/wittgenstein/racism/EuObservatoriumkurz.htm>.

### A dimensão multimodal da interação em grupos de sujeitos adultos (de afásicos e de jovens infratores)

O objetivo desta comunicação é mostrar que a ocorrência conjunta e solidária de múltiplos recursos (lingüísticos, cognitivos e multimodais – como a expressão facial, o contexto, a prosódia, o tipo de suporte textual), tem importância significativa nos processos interativos (enunciativo-discursivos). Isto será feito através da apresentação de dados provenientes de três trabalhos inseridos na Lingüística, com origens teórico-metodológicas diferentes (neurolingüística, sociolingüística, análise da conversação). Os três trabalhos preocupam-se em discutir a dimensão multimodal da interação e concordam que esta se constitui como uma categoria de análise lingüística em que se conjugam simultaneamente recursos sociais, lingüísticos, cognitivos e multimodais na produção conjunta de sentido.

Subsidiarão os trabalhos uma perspectiva sócio-cognitiva que, de acordo com Morato (2005), “tem se tornado uma resposta produtiva à pergunta sobre o papel do uso social da linguagem na construção do conhecimento e em nossa apreensão da realidade; a idéia de que usar a linguagem é sempre se engajar em alguma ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece necessariamente em coordenação com os outros”, como afirmam Koch; Cunha Lima (2004, p. 285); a noção de *compétence de catégorisation* entendida como uma competência sócio-comunicacional, a qual permite aos membros envolvidos na comunicação se reconhecerem como parte de uma dada coletividade e produzir uma conduta reconhecida a partir de categorias adequadas ou não (MONDADA, 2000).

Dois dos trabalhos apresentam dados de adultos afásicos, ou seja, pessoas que, em decorrência de uma lesão cerebral,



apresentam alterações em seus processos de linguagem. Estes sujeitos freqüentam um Centro de Convivência de Afásicos (CCA). Os dados foram obtidos através de um processo observacional naturalístico, durante as atividades desenvolvidas nos encontros do CCA. Tais atividades são planejadas pelos não-afásicos que coordenam os encontros, no entanto não há uma interferência direta nessas atividades com via na obtenção de um determinado dado. Tal metodologia, de observação da linguagem em práticas de e com linguagem, naturalmente desenvolvidas, propicia-nos constatar e analisar a ocorrência das multimodalidades de linguagem na construção dos sentidos.

O terceiro trabalho analisa o processo de categorização social também em atividades cotidianas, agora no contexto de uma escola que atende a jovens infratores. A abordagem teórica adotada fundamenta-se na Análise Conversacional de origem Etnometodológica, que se propõe a realizar uma análise da ação social com foco na cognoscibilidade dos agentes sociais. Os trabalhos que envolvem as relações entre sujeitos afásicos e não-afásicos, procuram demonstrar que os sujeitos afásicos, apesar do comprometimento neurológico e cognitivo, não deixam de colocar em prática uma competência comunicativa, ou seja, um conjunto de conhecimentos sociais, contextuais e lingüísticos necessários a qualquer falante para engajar-se interacionalmente. Competência esta que emerge nas práticas interativas entre os afásicos e outros sujeitos no CCA, o que coloca em xeque o pressuposto de que, uma vez afetada a linguagem, os afásicos inevitavelmente se tornam inábeis interativamente. Um deles foca sua abordagem nos aspectos conversacionais, enquanto o outro salienta aspectos relativos à linguagem escrita.

O trabalho que envolve as relações entre grupos de menores infratores mostra, inspirado nos trabalhos de Garfinkel (1984), que as atividades pelas quais os membros produzem e dirigem as ações cotidianas são idênticas aos procedimentos dos membros para tornar essas ações explicáveis. Assim, as propriedades do conhecimento atribuído aos agentes sociais e ao modo como esse conhecimento é empregado por esses agentes são fundamentais nessa perspectiva e devem ser tratadas, analiticamente, a partir dos processos interativos, especialmente os que se referem à fala e à conversação – o lugar prototípico da vida social.

Enfim, procuraremos mostrar dados que, analisados a partir das posições teóricas adotadas, indicam a presença da dimensão multimodal da interação como constitutiva de significações.

### As práticas de e com linguagem escrita em grupo de afásicos evidenciando a dimensão multimodal da interação

Heloísa de Oliveira Macedo

helomacedo@uol.com.br

Universidade Estadual De Campinas

Em trabalhos anteriores<sup>1</sup>, sustentados por uma teoria sócio-cognitiva, discutimos a importância das práticas de letramento nas afasias. Investigamos o quê, quanto e como sujeitos afásicos se comunicam pela linguagem escrita. Constatamos a particularidade destas atividades discursivas no âmbito de um grupo de sujeitos afásicos e não-afásicos que se encontra semanalmente para o desenvolvimento de atividades que envolvem as diferentes práticas de e com linguagem no Centro de Convivência de Afásicos (doravante CCA). Neste trabalho, pretendemos refletir sobre o como as práticas de linguagem escrita, estando integradas às demais, – oralidade, gestualidade, expressões faciais nos processos de interação grupal –, salientam elementos lingüístico-discursivos que mostram a competência pragmático-discursiva destes mesmos sujeitos, enquanto leitores e escritores, no contexto de suas práticas.

Para empreender tal reflexão, definimos a priori: (i) a concepção teórica que subjaz este trabalho, a saber, sócio-cognitiva; (ii) uma idéia de cultura escrita (em que as práticas de letramento estão inseridas num contexto sócio-histórico das atividades humanas) como necessária para a compreensão dos aspectos discursivos escritos praticados pelos afásicos do CCA; (iii) multimodalidade – como a interação entre recursos lingüísticos e não-lingüísticos (as cenas enunciativas como um todo) para compreensão de enunciados, considerando uma relação de *continuum* entre as partes; e (iv) interação – entendida como as diferentes relações entre sujeitos em diferentes práticas sociais.

A perspectiva sócio-cognitiva, de acordo com Morato (2005), ‘tem se tornado uma resposta produtiva à pergunta sobre o papel do uso social da linguagem na construção do conhecimento e em nossa apreensão da realidade’. Segundo esta autora, tal concepção teórica, de acordo com Tavares (2004), ‘tem também procurado precisar a caracterização da significação como processo dinâmico que sanciona os sentidos (verbais, não-verbais) no fluxo da enunciação, assinalando, com isso, que as ‘instruções’ aí dispostas – instruções significadas enunciativamente – orientam nossa interpretação para além do percurso interno da língua. Para essa perspectiva, é nas ações sócio-cognitivas (isto é, nas múltiplas e diversas interações humanas) que emergem as significações’ (grifos da autora).

Sabe-se que o estudo das afasias evidencia que a capacidade para ler e escrever fica alterada após a lesão cerebral, mas não desaparece e que, com isso, os afásicos são constantemente obrigados a deparar-se com o pré-conceito que a sociedade, e eles mesmos, por conta da nossa cultura, apresentam. Já ficou mais do que comprovada a importância de se levar em conta que as práticas de letramento, nas quais um sujeito está imerso desde muito cedo, são fundamentais na possibilidade de retomada de sua condição como sujeito de linguagem escrita, apesar do episódio neurológico.

Tais considerações encaminham-nos a questionamentos e reflexões sobre o significado da escrita na nossa cultura e

GAFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall, 1984.

KOCH, I.G.V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MONDADA, L. Grammaire-pour-interaction et analyse conversationnelle, in: A.C. BERTHOUD (Ed.): *Modeles du discours en confrontation*. Bern: Peter Lang, 23-42, 2000.

MORATO. Análise da competência pragmático-discursiva de sujeitos afásicos que freqüentam o Centro de Convivência de (CCA-IEL/UNICAMP). *Relatório Processo FAPESP 03/02604-9*. Depto de Lingüística – IEL/UNICAMP, 2005.



o que implica deixar de escrever e de ler para os sujeitos afásicos. Para responder a essas questões, concordamos com a relevância da escrita em relação aos aspectos culturais de cada sociedade e ao conceito de letramento que disso decorre. Uma vez que a leitura e a escrita estão relacionadas ao sucesso na esfera pública, tanto quanto a habilidades cognitivas superiores, a desigualdade gerada pela capacidade ou incapacidade de leitura e escrita passa a ser associada a uma questão de mérito (capacidade) individual.

O letramento se refere às práticas cotidianas com linguagem escrita que envolvem todo tipo de material em que essa modalidade de linguagem aparece, de tal modo que o sujeito social imerso em prática sociais vê-se envolvido por estas e 'contamina-se' por elas. A relação entre fala e escrita é posta em uma posição na qual se discute o domínio da linguagem em relação ao poder social exercido por aquele que domina a linguagem. Em Macedo (2005), afirmamos que tais relações de poder social, no caso dos afásicos, estão sempre modificadas juntamente com todas as outras mudanças provocadas pelas alterações decorrentes do quadro neurológico que afetam especialmente sua linguagem.

Neste contexto, entendemos o conceito de letramento como relativo ao processo da linguagem escrita que ocorre sob efeito da sociedade, das relações interativas humanas, como resultado de novas normas estabelecidas socialmente. Tal conceito baseia-se na definição apresentada por Marcuschi (2003, p. 21): 'processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, letramento'.

Assumimos, então, a importância das práticas de letramento para a compreensão da linguagem escrita dos sujeitos afásicos, em posição concernente a de Marcuschi (2003) e Koch; Oesterreicher (1994, 1990 e 1985 citados por HILGERT, 2001) em que fala e escrita não mais referem tipos de texto dicotomicamente antagônicos (como numa visão mais tradicional e estruturalista de linguagem), mas sim identificam gêneros de textos configurados por um conjunto de características que os leva a serem concebidos como textos falados ou escritos em maior ou menor grau. Ou seja, a relação fala e escrita (ou como diz MARCUSCHI (*Op. cit.*): oralidade e letramento) é estabelecida no contexto do efetivo uso lingüístico, o qual se realiza na produção textual. Nesta perspectiva, as diferenças e semelhanças entre fala e escrita se concebem num *continuum*, como práticas discursivas heterogêneas, não dicotômicas, não polarizadas que, inseridas em um contexto de práticas sociais, indicam a existência de um movimento dialético que condiciona esta relação entre as modalidades e apontam para a necessidade de uma melhor compreensão da competência discursivo-pragmática em relação à escrita (MACEDO, 2005).

Entender esta relação de *continuum* nos leva à compreensão do porquê que o sujeito afásico, muitas vezes, utiliza a fala para organizar a escrita e, em outros momentos, vale-se do processo inverso: usa a escrita como *prompting* para sua fala, usa a escrita no 'lugar' da fala. Tal compreensão pode mudar o desempenho do sujeito em sua escrita. É neste contexto, então, que se insere a questão mais específica deste trabalho: a relação entre multimodalidade e interação.

Morato (2005), afirma que 'numa perspectiva enunciativa da metalinguagem são salientados os movimentos intersubjetivos dos sujeitos na interpretação e na construção do sentido, a constituição heterogênea das significações, o funcionamento da linguagem como atividade compartilhada'. Neste ambiente teórico, a autora afirma que seria estranho

falar em competência (lingüística, cognitiva, pragmática, discursiva, comunicativa) de sujeitos afásicos, se tomássemos a definição clássica de afasia como 'perda da capacidade metalingüística' e a considerássemos como relativa à perda de uma competência ligada ao conhecimento que teria dos recursos a serem processados na produção e na compreensão de objetos lingüísticos com os quais é possível referir o mundo. Caso fosse assim, ela questiona: 'como explicar os fatos lingüístico-discursivos nos dados de sujeitos afásicos que nos mostram precisamente várias formas ou dimensões da competência relativamente à linguagem (e à cognição, bem entendido), associadas a outras competências sócio-cognitivas (não necessariamente verbais)?'

A partir das questões teóricas assinaladas, realizamos a análise de dados para demonstrar a ocorrência conjunta, colaborativa, dialética e, ao mesmo tempo, heterogênea, das diversas modalidades de linguagem (lingüísticas e não-lingüísticas). Tais dados referem-se a sujeitos afásicos com dificuldades significativas na linguagem oral, as quais são constantemente suplantadas pela presença constitutiva das ocorrências conjunta e constitutiva das diferentes modalidades de linguagem.

Enfim, concluímos que, nas diversas situações enunciativas que se apresentam na práticas interativas do CCA, os sentidos são garantidos pela a enunciação<sup>2</sup> e pela manutenção e progressão do tópico discursivo devido à ocorrência conjunta e colaborativa (TOMASELLO, 2003) entre as partes: os sujeitos em interação utilizando diferentes recursos lingüísticos e não-lingüísticos.

<sup>1</sup>Macedo (2005); Santana; Macedo (2006), entre outros.<sup>2</sup>Bakhtin (1929/2004, p. 128) – 'um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu tema. O tema deve ser único. Caso contrário não teríamos nenhuma base para definir a enunciação'.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1929/1992.

HILGERT, J. G. A Construção do Texto 'Falado' por Escrito: a conversação na Internet. In: Preti, D. (Org.) *Fala e Escrita em Questão*, 2. ed., São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP. p. 17-55, 2001.

MACEDO, H. O. O processo de refacção textual na linguagem escrita de sujeitos afásicos. Campinas: [s.n.]. *Tese de doutorado* (Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP), 2005.

MARCUSCHI, L. A. *Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORATO, E. M. Neurolingüística. In MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à Lingüística. Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2000.

MORATO, E. M. *Análise da Competência Pragmático-Discursiva de Sujeitos Afásicos que Frequentam o Centro de Convivência de Afásicos* (CCA-IEL/UNICAMP). Processo: 03/02604-9 (Fapesp). (Depto de Lingüística – IEL/UNICAMP), 2005.

SANTANA, A. P.; MACEDO, H. O. Afasia, práticas de letramento e implicações terapêuticas. In: BERBERIAN, A. P.; MASSI, G.; ANGELIS, C. C. M. (2006). *Letramento: referências em saúde e educação*. São Paulo: Plexus, 2006.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1934/1987.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### O CCA como uma comunidade de práticas: algumas considerações sobre competência, interação e multimodalidade

Caio Cesar Costa Ribeiro Mira

caiomira@hotmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco

A proposta deste trabalho é apresentar a análise de um dado de interação entre sujeitos afásicos e não-afásicos ocorrida no Centro de Convivência de Afásicos (doravante CCA). Para essa tarefa, partiremos do postulado de que a noção de interação constitui-se com uma categoria de análise lingüística em que se conjugam simultaneamente recursos sociais, lingüísticos, cognitivos e multimodais na produção conjunta de sentido.

Através das práticas interativas do CCA, temos a possibilidade de entender como um grupo, cuja existência se dá pelo enfrentamento de uma séria contração da vida social e individual imposta justamente por limitações de ordem lingüístico-cognitivas, se coordena 'para fazer alguma coisa juntos, utilizando simultaneamente recursos internos, individuais, cognitivos e recursos sociais' em interações onde as 'ações verbais são ações conjuntas, ou seja, usar a linguagem é sempre se engajar em alguma ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece necessariamente em coordenação com os outros' (KOCH; CUNHA LIMA, 2004, p. 285).

Admitindo que usar a linguagem é se engajar em uma ação conjunta, tomaremos como objeto de análise justamente as práticas em que os indivíduos se engajam. Desta forma, este recorte permite que consideremos o CCA em função de sua estrutura e dinâmica como uma *comunidade de práticas*. As comunidades de práticas se definem, segundo Wenger (1998), como um grupo de pessoas reunidas por um esforço mútuo em torno de um empreendimento comum. Suas propriedades essenciais são: a) *engajamento mútuo*; b) *empreendimento conjuntamente negociado*; c) *repertório compartilhado de recursos negociáveis acumulados ao longo do tempo*.

A importância da caracterização do CCA como uma comunidade de práticas concentra-se no fato de colocar em foco a noção de prática para a compreensão da atividade lingüística e do comportamento social em grupo e na relevância das ações coletivas, (*the way of doing*) que reforçam a condição dos indivíduos enquanto membros de um grupo. Tal característica, na realidade, permite um tipo de análise do fenômeno lingüístico que privilegia não as ocorrências lingüísticas isoladas, mas sim o seu funcionamento nas práticas sociais e cotidianas. Nesta perspectiva, Gee (2005) ressalta que pelas práticas não só podemos apreender os aspectos lingüísticos que constroem significados sociais, mas também as semioses co-ocorrentes imbricadas no uso da linguagem.

Assim, a comunidade de prática revela-se como o lugar onde a linguagem não é mais 'descorporificada' da realidade física dos falantes, mas sim um ambiente de interação social onde as capacidades cognitivas, dentre elas, a linguagem, emergem e são estimuladas, conforme postula a perspectiva sociocognitivista. Os dados de afasia, agora não só colocados numa perspectiva descritivista e comparativa em relação a uma concepção de linguagem normal (ou seja, não patológica) e, conseqüentemente, de um falante ideal, possibilitam análises

que contemplam o caráter interativo, social e cognitivo da linguagem.

Conforme mencionam Holmes; Meyerhoff (1999), o pertencimento a uma comunidade de prática, assim como a trajetória de seus membros na hierarquia da participação, envolve a aquisição de uma 'competência sociolingüística'. Wenger (1998) reitera esse argumento ao salientar que o engajamento mútuo não só implica na aquisição de competências no espectro individual, mas também em uma competência coletiva envolvida ativamente na construção do significado social.

O termo 'competência', relacionado de alguma forma às características e condições de existência de qualquer comunidade de práticas, suscita uma discussão bastante interessante em relação aos dados que este trabalho se propõe a analisar. Tornar-se membro de uma comunidade de práticas, engajar-se mutuamente requer nestas práticas, portanto, ações coordenadas entre os envolvidos. Requer o trabalho de várias competências, sobretudo as que são relativas à linguagem e ao seu funcionamento; aos padrões sócio-culturais e de comportamento; e aos processos sócio-cognitivos de interpretação e produção de sentidos (MORATO, 2005).

Resumidamente, esta competência que emerge na participação dos membros de uma comunidade de práticas não se restringe somente às habilidades de adequação a determinado estilo de fala ou emprego de certas variantes lingüísticas, conforme o adjetivo '*sociolingüístico*' que acompanha a argumentação das autoras pode sugerir. A *sociolingüística competence* de que falam Holmes; Meyerhoff seria de que natureza: lingüística, social? pragmática? Ambas? Ultrapassaria por completo o domínio do sistema formal da língua?

A partir desta problematização, pretendemos discutir justamente a questão da competência no âmbito das afasias através da interação entre sujeitos afásicos e não afásicos focando as práticas interativas do CCA. Sendo o CCA uma comunidade de práticas, nosso interesse recai especificamente sobre os recursos compartilhados que os seus membros utilizam para a construção conjunta do sentido. Ao nosso ver, estes recursos se configuram na interação, e também nas práticas, sob aspectos gestuais, proxêmicos, corpóreos e contextuais partilhados ativamente no grupo, com os quais os afásicos se valem para exibir e organizar uma competência comunicativa. Vale ressaltar que esta competência transcende o estatuto estritamente lingüístico, e se instancia principalmente nas dimensões discursivas, pragmáticas, e comunicativas que presidem o uso da linguagem nas interações face-a-face.

Para cumprir o objetivo proposto, a análise do dado selecionado privilegia os recursos apontados acima, por demonstrar através de um sistema de digitalização e transcrição os aspectos multimodais da interação. Pretendemos, portanto, demonstrar que os sujeitos afásicos, apesar do comprometimento neurológico e cognitivo, não deixam de colocar em prática uma competência comunicativa, ou seja, um conjunto de conhecimentos sociais, contextuais e lingüísticos necessários a qualquer falante para engajar-se interacionalmente. Competência esta que emerge nas práticas interativas entre os afásicos e outros sujeitos no CCA, o que coloca em xeque o pressuposto de que, uma vez afetada a linguagem, os afásicos inevitavelmente se tornam inábeis interativamente.

GEE, J. P. Meaning making, communities of practice, and analytical toolkits. *Journal of Sociolinguistics*. 9/4, p. 590-597, 2005.





HOLMES, J; MEYERHOFF, M. The community of practice: theories and methodologies in language and gender research. *Language in Society*, 28/2, p. 173-185, 1999.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MORATO. Análise da competência pragmático-discursiva de sujeitos afásicos que frequentam o Centro de Convivência de (CCA-IEL/UNICAMP). *Relatório Processo FAPESP 03/02604-9*. Depto de Lingüística – IEL/UNICAMP, 2005.

WENGER, E. *Communities of practice. Learning, meaning and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

### Atribuição de categorias nas praticas sociais: a dimensão multimodal da interação

Rosane Alencar

rosanealencar@uol.com.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Esse trabalho analisa o processo de categorização social no contexto das atividades cotidianas de uma escola que atende a jovens infratores. A categorização social é concebida aqui como uma atividade cultural e metódica, realizada a partir dos enunciados, como objetos seqüenciais da interação social que constituem as atividades sociais. As categorias são vistas de um ponto de vista praxiológico, como métodos utilizados pelos participantes nas diferentes posições ocupadas nas atividades cotidianas. A abordagem teórica adotada fundamenta-se na Análise Conversacional de origem Etnometodológica. Tal abordagem oferece uma proposta de análise da ação social que coloca o foco na cognoscibilidade dos agentes sociais. Garfinkel (1984) afirma que as atividades pelas quais os membros produzem e dirigem as ações cotidianas são idênticas aos procedimentos dos membros para tornar essas ações explicáveis. Assim, as propriedades do conhecimento atribuídas aos agentes sociais e ao modo como esse conhecimento é empregado por esses agentes são fundamentais nessa perspectiva e devem ser tratadas, analiticamente, a partir dos processos interativos, especialmente os que se referem à fala e à conversação – o lugar prototípico da vida social.

Inspirada nesse pressuposto, a Análise Conversacional propõe o estudo da organização seqüencial conversacional. Essa dimensão seqüencial exhibe como se desenvolve na interação a compreensão intersubjetiva entre os participantes e como as projeções e as antecipações efetuadas por estes são expressas a partir das posições seqüenciais ocupadas e das categorias selecionadas no curso da interação (ALENCAR, 2004).

A partir da análise das gravações das chamadas telefônicas do Centro de Prevenção do Suicídio de Los Angeles, Sacks (1968) identificou que o problema que se coloca ao suicida – o sentimento de não ter ninguém a recorrer – é diretamente ligado a um processo de categorização. Descrevendo os procedimentos pelos quais os suicidas chegavam à conclusão 'eu não tenho ninguém a recorrer', identificou uma organização de categorias em pares padronizados. No *corpus* estudado, ele distinguiu, de um lado, uma coleção de categorias relacionadas e emparelhadas, caracterizada por um conjunto de direitos e obrigações e, do outro lado, uma

coleção constituída por referência a um saber profissional para tratar de certo problema.

Em síntese, os dispositivos de categorização (*Membership categorization device*) se constituem pelas coleções de categorias e pelas regras de utilização destas. As coleções são agrupamentos naturais de categorias de pertencimento. Esses agrupamentos das categorias em coleções são não sob uma propriedade lógica das categorias, mas sob uma característica do raciocínio prático: os membros da sociedade consideram que certas categorias estão agrupadas. Assim, a questão de saber se uma categoria é membro de uma coleção particular de categorias tem um estatuto empírico: a especificação das categorias que constituem uma coleção dada depende da coleção particular em jogo, da sociedade em causa e dos objetivos concretos da categorização em questão (HESTER; EGLIN, 1997).

Apesar de algumas categorias já estarem com seus significados fixados na vida social, algumas dessas coleções podem sofrer influências dependendo da posição que os agentes sociais ocupam na seqüência da conversação. Dessa forma, na análise das categorias sociais, torna-se necessária a consideração da seqüencialidade e temporalidade da conversação. A seqüencialidade é sensível ao desenvolvimento temporal da conversação, concebida como fator que articula os momentos precedentes e dos momentos seguintes, portando busca descrever e analisar o fluxo conversacional (GÜLICH; MONDADA, 2001). Toda ação de um agente projeta de forma empírica e normativa um conjunto possível de ações sucessivas, que poderão ser consideradas pelo locutor seguinte. O segundo locutor torna observável a forma como ele compreende ou interpreta o turno precedente. E o primeiro locutor, ao agir no terceiro turno, mostrará se ele aceita ou se ele reformula o que foi dito antes.

O fato de conceber a interação a partir de uma seqüencialidade, na qual cada participante (conscientemente ou não) exhibe uma compreensão e uma análise da conduta do outro a partir da produção da ação seguinte, fundamenta o modelo de base da Análise Conversacional que Sacks; Schegloff; Jefferson (1974) denominaram de *máquina de turnos*. Esse modelo instaura e, ao mesmo tempo, torna observável a ordem da interação. Esta, considerada como uma realização interna e situada dos participantes da atividade, realiza-se a partir do processo de alternância de turnos.

A alternância de turnos permite tornar possível detalhadamente o caráter ordenado e sincrônico das tomadas de turno, assim como dos direitos e obrigações ao turno, dependendo das posições ocupadas pelos interlocutores. Dessa forma, pode-se se interrogar sobre o papel do contexto na instauração de uma forma particular de alternância de turnos. Isso não significa dizer que as dimensões externas do contexto, como, por exemplo, os estatutos profissionais dos participantes, determinem *a priori* essa forma, porém muito mais de observar como esses estatutos, se ele intervém de forma pertinente, são mostrados publicamente e encarnados localmente nas formas seqüenciais correspondentes.

Segundo Mondada (1998), os estudos realizados por Sacks (1995) contribuíram para a elaboração de uma gramática (num sentido segundo Wittgenstein) das categorias de pertencimento social dos membros a um grupo. O que a autora enfatiza é o fato de as categorias não serem somente estruturadas de forma dinâmica por relações e ou hierarquizações complexas (como o aparelho MIR apresenta), mas o fato de elas manterem também uma relação de determinação recíproca com os tipos de atividades em realização. Ou seja, são contingentes, sensíveis ao contexto.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Como resultado de várias pesquisas nesses últimos anos, a autora desenvolveu uma abordagem inspirada na etnometodologia e na análise conversacional, que se constitui numa re-especificação das relações estabelecidas tradicionalmente entre língua, comportamento e representações. Tal abordagem extingue as falsas separações entre lingüística interna e externa, entre sistema e usuário, entre ação e descrição da ação. Assim, a análise da categorização sublinha o caráter fundamentalmente indexical das descrições categoriais, apreendidas e analisadas no contexto das atividades nas quais elas aparecem e que contribuem, elas próprias, para a organização do contexto, a partir dos múltiplos recursos (lingüísticos, cognitivos, multimodais) utilizados pelos participantes na produção conjunta de sentido.

Nessa direção é que Mondada (2000) apresenta a noção de 'compétence de catégorisation' entendida como uma competência sócio-comunicacional de membro, a qual permite a estes se reconhecerem como parte de uma dada coletividade e de produzir uma conduta reconhecida a partir de categorias adequadas ou não. Essa competência inclui a capacidade de proceder de forma adequada a vários tipos de categorização, por exemplo, a categorização dos locutores. Uma vez inserido numa interação, todo locutor identifica e categoriza seus interlocutores de várias formas e ajusta a sua ação em relação às categorias consideradas pertinentes.

Em síntese, a análise das categorizações, proposta dentro desse quadro conceptual, apresenta por objetivo a descrição dos procedimentos de categorização colocados em ação pelos locutores no curso de uma interação. A Análise Conversacional incorpora uma fusão inovadora de abordagens sociológicas da natureza da ação e interação social como perspectivas analíticas associadas ao pragmatismo lingüístico. Os detalhes e resultados cumulativos dessas descobertas estão criando novas oportunidades de estudos precisamente enfocados no funcionamento de instituições sociais específicas (DREW; HERITAGE, 1992). Por esses aspectos, entendemos que a análise conversacional de origem etnometodológica nos oferece um quadro teórico-metodológico pertinente para a análise dos procedimentos e métodos discursivos nas interações concretas de uma prática social em os participantes, ao realizarem suas atividades, exibem o jogo categorial que se estabelece no curso da interação a partir das trocas lingüísticas e extralingüísticas empregadas.

ALENCAR, R. O discurso científico e a construção coletiva do saber: a dimensão interativa da atividade acadêmico-científica. *Tese de doutorado*, Recife, Brasil, 2004.

DREW, P.; HERITAGE, J. *Talk at work: interaction in institutional settings*. Cambridge, University Press, 1992.

GAFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall, 1984.

GÜLICH, E.; MONDADA, L. Analyse conversationnelle. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (Ed.). *Lexikon der romanistischen Linguistik*. Tübingen: Niemeyer, Band I, 2, 196-250, 2001.

HESTER, S.; EGLIN, P. Membership categorization Analysis. An introduction, en S. HESTER; P. EGLIN (Ed.). *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis*. Washington DC: International Institute for Ethnomethodology and Conversation Analysis/University Press of America, 98-112, 1997.

MONDADA, L. Pour une linguistique interactionnelle, en: L. MONDADA; G. LUDI (Ed.): *Dialogues entre linguists. Recherches em Linguistique à l'institut des langues et litteratures 'institut des langues et litteratures Romanes de l'université de Bale*. Basel: Romanisches Seminar der Universität Basel (Área 8), 113-130,

1998.

MONDADA, L. Grammaire-pour-interaction et analyse conversationnelle. In: A.C. BERTHOUD (Ed.). *Modeles du discours en confrontation*. Bern: Peter Lang, 23-42, 2000.

SACKS, H. The Search for Help: No one to turn to. In SCHNEIDMAN, E. (Ed.), *Essays in Self-destruction*, Science House, New York, 1968.

SACKS, H. *Lectures on conversation*, vol. I & II. Edited by Gail Jefferson. Oxford: Basil Blackwell, 1995.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emmanuel A.; JEFFERSON, Gail. *A Simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation*. *Language*, 50, 696-735, 1974.

### Três objetos de ensino em livros didáticos de português (LDPs): análise lingüística, produção escrita e oralidade

Esta sessão de comunicação coordenada tem por fim apresentar resultados parciais de projetos de pesquisa, em nível de pós-graduação, cujas propostas são o estudo de três aspectos do perfil de livros didáticos de Português: análise lingüística, produção escrita e oralidade. Os LDPs, constituintes do *corpus* de análise, foram adotados por escolas públicas a partir da divulgação do Guia do Livro Didático (2005), e produzidos sob o impacto da publicação dos PCNs de 1998 e da implementação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Tais projetos de pesquisa estão vinculados ao grupo "Livro Didático de Língua Portuguesa: produção, perfil e circulação - LDP Properfil", liderado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Roxane Helena Rodrigues Rojo (UNICAMP/IEL), e incidem especificamente em LDPs destinados aos 3o e 4o ciclos do Ensino Fundamental.

A relevância acadêmica e social dos trabalhos a serem apresentados destaca-se por dois aspectos: (1) a discussão de subcomponentes da linguagem pertinentes tanto à agenda acadêmica dos estudos sobre a linguagem, quanto à educação lingüística, desde as políticas de implementação dos LDPs na sala de aula e, sobretudo, no que concerne à complexa relação estabelecida entre as esferas política, acadêmica e pedagógica; e (2) a divulgação do encaminhamento de pesquisas tão necessárias, entretanto menos numerosas que aquelas que elegem a leitura como objeto central de estudo, seja no âmbito da educação em geral, seja no âmbito da análise de propostas de materiais didáticos.

A sessão será iniciada com a apresentação de um estudo contrastivo entre duas propostas de análise lingüística encontradas em dois LDPs distintos, a fim de se aferir a concepção de linguagem e de gramática subjacente a cada uma delas, assim como analisar o tratamento didático que lhes é dado. Para tanto, a pesquisadora se valerá da análise da proposta dos PCN, concernente à análise lingüística, do conceito de transposição didática e do efeito retroativo da avaliação do PNLD para compreender como tal objeto de ensino se configura e se materializa sob a forma de propostas de análise e prática de linguagem nos LDPs, além de avaliar as possíveis implicações que tais propostas de ensino podem ter para a prática pedagógica.

Em seguida, teremos a exposição de um trabalho sobre a produção escrita de gêneros do tipo argumentativo em um LDP. Para que possamos compreender a natureza heterogênea dos textos a serem produzidos na esfera escolar



a partir do LDP, o pesquisador elege algumas noções teóricas essenciais, tais como *transposição didática*, *disciplinarização*, *currículo e agrupamento de gêneros*. A partir disso, pretende-se analisar a abordagem teórico-metodológica do LDP, questionando a validade de alguns de seus aspectos, tal como a orientação homogeneizante das práticas de produção de texto a partir de planos de elaboração.

Por fim, a sessão se completa com a discussão sobre a recente legitimação da linguagem oral como objeto de ensino nas instâncias reguladoras, como o PNLD e os PCN. O trabalho visa ressaltar a importância da incorporação do ensino do oral aos parâmetros, assim como propor uma aproximação deste a uma pedagogia crítica. Inspirado em teorizações e em materiais didáticos voltados ao ensino de língua estrangeira de vocação freiriana, conduzir-se-á a uma reflexão sobre os pressupostos que orientam os parâmetros e sobre possíveis encaminhamentos alternativos para o ensino da linguagem oral como língua materna, valendo-se da análise de dois exemplos retirados de LDPs.

BRASIL (SEF/MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais – 1o e 2o Ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa/ Introdução*. Brasília, DF: SEF/MEC, 1998.

CHEVALLARD, Y. *La transposition didactique: du savoir savant au savoir au savoir enseigné*. Grénoble: La Pensée Sauvage, 1991.

MARANDINO, M. *Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências*. In: *Revista Brasileira de Educação*. Número 26. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 2004.

ROJO, R.; BATISTA, A. A. G. (Org.). *Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SCHENEUWLY, B.; DOLZ, J. e colaboradores *Gêneros Oraís e Escritos na Escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. Trad. de R. Rojo & G. Cordeiro.

### Por um ensino crítico do português oral: uma análise da relevância social do objeto de ensino em livros didáticos

Vitor Takeshi Sugita

vitor.tsu@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho tem por fim apresentar resultados parciais do projeto de mestrado ‘A linguagem oral como objeto de ensino nos livros didáticos do ensino fundamental: um estudo baseado nos conceitos de gênero discursivo e de competência da linguagem’, financiado pelo CNPq. Sua relevância reside especialmente no fato de que, apesar do relativo consenso acerca da importância da linguagem oral para o ensino, as pesquisas que se dedicam ao tema ainda são bastante escassas.

O grande atraso da implementação da oralidade como objeto de ensino de língua materna deve-se a diversos fatores. Para os fins deste trabalho, interessa o fato de que, mesmo entre os especialistas dos estudos da linguagem, o debate ainda está mal resolvido. Dentre aqueles que se prestam a discutir o ensino do Português como língua materna, ainda são poucos aqueles que defendem explicitamente um ensino da linguagem oral. Com exceção de poucas publicações, na

maioria recentes, ela não possui o mesmo *status* da leitura, da escrita ou da gramática. No entanto, os PCN de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental de 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> ciclos, em seu papel regulador de fazer transformar dispositivos e práticas de ensino, revolucionam o ensino da oralidade ao menos em sua instância. Se ela era considerada apenas uma espécie de “perfumaria” do ensino de Português, a partir da edição de 1998 dos PCN, ela passa a ter quase o mesmo peso que possuem a gramática e a escrita, sendo trazida para dentro de uma lógica de eixos de produção e de recepção.

Partindo de uma visão geral que visa situar o ensino da linguagem oral para o ensino fundamental dos 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> ciclos no Brasil em seu “estado da arte”, tratarei de abordar as principais contribuições teóricas, assim como os principais dispositivos reguladores que convocam grandes mudanças para o ensino da linguagem oral, alçando-o ao *status* de objeto de ensino para a compreensão, análise e produção. Destacam-se, para este trabalho, além da publicação dos PCN, que por sua vez se inspira na proposta de ensino do oral de Genebra, a subsequente incorporação de critérios de avaliação pelo PNLD visando propostas de ensino de linguagem oral em livros didáticos de Português produzidos para a rede pública em nível nacional. Veremos nestas instâncias e em linhas gerais, quais os ‘recortes’ do oral e quais formulações de seus respectivos repertórios de conteúdos a serem ensinados. Por fim, comentarei alguns desses “recortes”, ressaltando os grandes avanços proporcionados pela sistematização de conteúdos próprios da oralidade, que praticamente se equipara à escrita nos PCNs. Discutirei também aspectos que regem a didatização do oral que me parecem discutíveis, como por exemplo, a eleição exclusiva dos gêneros orais formais públicos. Para tanto, baseio-me nas críticas de Marcuschi (1997, 1999) e em reflexões próprias encaminhadas para a minha dissertação de mestrado.

Em seguida, contrastarei determinados aspectos dos nossos parâmetros para o ensino de língua materna (L1), com duas outras propostas de ensino, uma de ensino de inglês como segunda língua (L2), voltada às comunidades falantes de espanhol nos Estados Unidos, e outra de português como L2, voltada para a educação indígena brasileira. Pretendo demonstrar como a leitura de uma proposta metodológica de Freire inspira a abordagem crítica para o ensino de L2 de Wallerstein (1987, 1989) que atribui novos significados para as já bem-instaladas propostas de ensino notionais-funcionais, centradas na prática de análise e produção da linguagem a partir de modelos de situação de fala cotidianos. Para tanto, a autora se baseia no processo de ‘conscientização’ e do que chama de abordagem ‘problem-posing’, ambos atribuídos a Paulo Freire. Aqui no Brasil, Maher nos fornece uma alternativa crítica semelhante para o Português, porém ainda no contexto de ensino de L2. A autora assim explicita os pressupostos de seu trabalho de educação indígena no Acre: ‘tem sido nossa intenção, apoiadas nos postulados da pedagogia freiriana, incentivar reflexões meta-conversacionais, de modo que o índio, adquirindo maior consciência do fenômeno, possa pensar estratégias discursivas que permitam uma melhor redistribuição de ‘forças’ nas interações às quais está ou estará exposto’. (Maher, 1994, pg. 69).

Ao final da apresentação, ilustrarei brevemente as perspectivas descritas acima com duas propostas de atividade para a prática da linguagem oral, cada uma delas elaborada por uma das autoras citadas, assim como de duas outras atividades provenientes de livros didáticos avaliados pelo PNLD de 2005, cujo edital já anunciava a priorização do



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

trabalho com a linguagem oral. Apesar da menção explícita do edital e do discurso regulador do PCN, uma parcela muito reduzida de coleções tratou a linguagem oral como objeto de ensino autônomo (BARROS MENDES, 2005). Portanto, as duas propostas de trabalho com a linguagem oral serão extraídas de coleções bem avaliadas pelo PNLN nos quesitos que dizem respeito ao ensino da linguagem oral.

BARROS MENDES, Adelma Nunes. *A linguagem oral nos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental – 3o e 4o ciclos: Algumas reflexões*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-São Paulo, 2005.

MAHER, Terezinha Machado. *Do casulo ao movimento: A suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural*. (no prelo).

\_\_\_\_\_. *O Ensino de Português nas Escolas Indígenas*. Em Aberto, Brasília -DF, v. 14, n. 63, p. 69-77, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Concepção de língua falada nos manuais de português de 1o e 2o graus: uma visão crítica. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*. Número 30. (p. 39-79). Campinas: IEL/Unicamp, Jul/Dez, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O tratamento da oralidade nos PCN de Língua Portuguesa de 5a a 8a séries. *Scripta, Lingüística e Filologia*. Número 4. (p. 114-129). Belo Horizonte: PUC Minas/CESPUC, 1999.

ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Org.). *Livro didático De Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SCHNEUWLY, Bernard. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. *Gêneros Oraís e Escritos na Escola*. (p. 149-185) Campinas: Mercado de Letras, 2004. Trad. de R. Rojo & G. Cordeiro.

SEF/MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: SIF/MEC, 1998.

WALLERSTEIN, Nina. *Language and Culture in Conflict: Problem-posing in the ESL Classroom*. Reading Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1983.

WALLERSTEIN, Nina. Paulo Freire in the North: Interdisciplinary approaches to empowerment education. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*. Número 14. (p. 1-14). Campinas: IEL/Unicamp, Jul/Dez, 1989.

### Os gêneros da ordem do argumentar no ensino fundamental (7ª Série): a abordagem do livro didático

Sílvia Ribeiro da Silva

shivonda@gmail.com  
Universidade Estadual de Campinas

Neste trabalho, objetivo mostrar a escolarização dos gêneros da ordem do *argumentar* no livro Português – Linguagens, 7ª série do Ensino Fundamental, buscando entender o encaminhamento do mesmo para a formação do produtor de textos *argumentativos*, concebendo os textos dessa natureza como gêneros discursivos, numa dimensão teórica, não deixando de visualizá-los como gêneros escolarizados, numa dimensão didática.

A escolha pelo volume da 7ª série se deu pelo fato de ser ele, conforme dados levantados por mim na análise da coleção, o primeiro a fazer uma abordagem mais efetiva dos gêneros da ordem do *argumentar* nas propostas de produção escrita.

A minha preocupação pela realização de um estudo sobre os gêneros da ordem do *argumentar* tem origem nas orientações dadas pelo PCN de Língua Portuguesa (1998) para o trabalho com a língua escrita, enfatizando a necessidade e a importância de se trabalhar com a diversidade de gêneros textuais/discursivos. Além disso, poucos são os estudos feitos pela academia que abordam não só o trabalho com esses gêneros, mas também as suas propriedades lingüísticas e discursivas.

Creio ser importante um estudo a respeito dos gêneros da ordem do *argumentar* também pelo fato de que o discurso *argumentativo* está presente no cotidiano da vida de qualquer pessoa, através de apelos verbais e visuais das mais variadas formas. Sendo a linguagem uma forma de ação, é particularmente nos textos *argumentativos* que uma gama de mecanismos é acionada e nos quais se exerce com maior vigor a persuasão com a finalidade de assumir pontos de vista, discutir idéias, refutar conceitos pré-estabelecidos e, por fim, desenvolver a competência para se libertar do mundo manipulador.

E por que um estudo sobre os gêneros da ordem do *argumentar* no livro didático e não em outros materiais que circulam no ambiente escolar? É pelo fato de o livro didático ser o material mais usado pelo professor, além de ser, também, segundo Batista (2000), a principal fonte de informação impressa utilizada por parte significativa de alunos e professores.

Para atingir o objetivo proposto, torna-se crucial delinear algumas noções teóricas essenciais para este estudo, tais como a *transposição didática*, usando, para isso, Chevallard (1991), Marandino (2004); a *disciplinarização* e o *currículo*, com Saviani (s/d), Dolz; Schneuwly ([1996] 2004), Chervel (1990), Pessanha; Daniel; Menegazzo (2004), bem como a proposta provisória de agrupamento de *gêneros* e os *gêneros da ordem do argumentar*, a partir de Dolz; Schneuwly ([1996] 2004).

Para a realização de um estudo acerca da produção escrita no livro didático de Língua Portuguesa, é necessário que se tenha um parâmetro de observação a respeito do que seria um livro didático eficaz no ensino de produção de textos, independente do agrupamento ao qual os gêneros estudados se enquadrem.

Uso como parâmetro as idéias de Marcuschi; Cavalcanti (2005), defensoras de que o bom livro didático de Língua Portuguesa é aquele que permite a problematização das práticas de letramento, oferecendo ao usuário, no caso o aluno, a oportunidade de participar de momentos diversificados de trabalho textual em contextos de uso. Além disso, o bom livro opera com gêneros do *discurso* que circulam socialmente, considerando-se aí as práticas discursivas dos interlocutores. Esse enfoque, segundo as autoras, está diretamente interligado à noção de letramento, visto como *o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita* (SOARES, 1998, *apud* MARCUSCHI; CAVALCANTI, 2005). A noção de língua enquanto atividade histórica e situada, na qual se acham envolvidos os usuários para construir e reconstruir permanentemente uma versão pública do mundo, também é imprescindível, segundo as autoras, para o enfoque necessário a um trabalho eficaz feito por um livro didático de Língua Portuguesa.



Iniciarei a comunicação mostrando os gêneros apresentados para leitura e interpretação e para redação no volume em observação, bem como, seguindo a proposta de Schneuwly; Dolz ([1997] 2004), em que agrupamento cada um se enquadra. Apesar de analisar dados apenas com relação às propostas de redação, penso que colocar informações sobre em que gênero os textos para leitura e interpretação se enquadram, ressaltando os da ordem do *argumentar*, colabora na apreciação de como é feita a abordagem do livro para esses gêneros ao longo das unidades e capítulos, até porque, muitas vezes, as propostas de redação e leitura estão interligadas pelo estudo do mesmo gênero. Dando seqüência, mostrarei, em valores percentuais, as ocorrências de propostas em cada *agrupamento* no qual se enquadram os textos para leitura e interpretação e para redação.

Em seguida, apresentarei os objetivos e conteúdos trabalhados em cada unidade e meus comentários sobre a abordagem do livro para os gêneros da ordem do *argumentar*. Como meu interesse aqui é apenas pela produção escrita, os objetivos, conteúdos e textos dirão respeito apenas a essa atividade.

Como resultado da análise, um dos pontos observados, que considero não muito positivo, é a forma como o livro encaminha a elaboração dos textos a serem escritos pelos alunos, apresentando sempre um *plano* de elaboração. Se por um lado esse *plano* pode funcionar como um guia didático para produtores de texto em formação, por outro, pode ser tomado pelo professor e pelos alunos como um esquema fechado, levando à homogeneização dos textos (MARCUSCHI; CAVALCANTE, 2005), o que acaba sendo prejudicial aos alunos.

BATISTA, A. A. G. Um Objeto Variável e Instável: textos, impressos e livros didáticos. In ABREU, M. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*, p. 529-575. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2000.

BRASIL (SEF/MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais – 1o e 2o Ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa/Introdução*. Brasília, DF: SEF/MEC, 1998.

CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*, nº 2, p. 177-229. Porto Alegre, 1990.

CHEVALLARD, Y. *La transposition didactique: du savoir savant au savoir au savoir enseigné*. Grénoble: La Pensée Sauvage, 1991.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. “Gêneros e Progressão em Expressão Oral e Escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona)”. In: SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. et al ([1996] 2004). *Gêneros orais e escritos na escola*, p. 41-70. Campinas: Mercado de Letras.

MARANDINO, M. ‘Transposição ou Recontextualização? Sobre a Produção de Saberes na Educação em Museus de Ciências’. USP, Faculdade de Educação, São Paulo: *Revista Brasileira de Educação*, mai/jun/jul/ago, nº 26, p. 95-108, 2004.

MARCUSCHI, B.; CAVALCANTE, M. Atividades de Escrita em Livros Didáticos de Língua Portuguesa: perspectivas convergentes e divergentes. In: COSTA VAL, M. da G.; B. MARCUSCHI (Org.). *O livro didático de Língua Portuguesa – Letramento, inclusão e cidadania* p. 237-260. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

PESSANHA, E.; DANIEL, M.; MENEGAZZO, M. ‘Da História das Disciplinas Escolares à História da Cultura Escolar: uma trajetória de pesquisa’. USP, Faculdade de Educação, São Paulo: *Revista Brasileira de Educação*, set/out/nov/dez, nº 27, p. 57-69. 2004.

SAVIANI, N. (s/d). *Origem do currículo e a tradição escolar brasileira*. Programa Salto Para o Futuro/TV Escola. On line. Disponível na internet em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/>. Consultado em 02/05/2006.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. ([1997] 2004). Os gêneros Escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*, p. 71-91. Campinas: Mercado de Letras.

### Alguns impactos dos PCNs e das avaliações do PNLN na apresentação dos objetos de ensino de gramática em livros didáticos

Daniela Manini

dmanini@uol.com.br

Universidade Estadual de Campinas

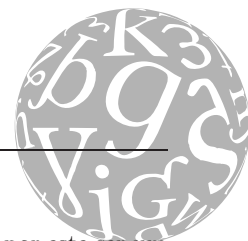
Os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCNs) são um documento oficial, lançado em 1998, que têm como objetivo traçar uma base comum para o ensino de língua materna no país, visando iniciar todos os alunos na cultura escrita. Neste trabalho, estaremos sempre nos referindo aos PCNs de Língua Portuguesa, voltados para o 3<sup>o</sup> e o 4<sup>o</sup> ciclos do Ensino Fundamental.

A proposta dos PCNs para o trabalho com os objetos de ensino de Língua Portuguesa é partir de atividades que envolvam o uso da língua, como produção e compreensão de textos orais e escritos em diferentes gêneros discursivos/textuais, seguidas de atividades de *reflexão* sobre a língua e a linguagem, a fim de aprimorar as possibilidades de *uso*. O tratamento didático proposto pode ser assim esquematizado: USO >> REFLEXÃO >> USO

O eixo da *reflexão* envolve as práticas de *análise lingüística*. De acordo com os PCNs (1998, p. 78), esta ‘não é uma nova denominação para o ensino de gramática’, pois, uma vez que toma o texto como unidade de ensino, além dos aspectos ortográficos e sintáticos a serem considerados, considera também os aspectos semânticos e pragmáticos que enquadram o texto em determinado gênero. Dessa forma, os referenciais assumem uma perspectiva contrária à tradição gramatical, que analisa unidades menores como fonemas, classes de palavras, frases, raramente chega ao texto e reproduz a ‘clássica metodologia de definição, classificação e exercitação’ (PCNs, 1998, p. 29).

Outra evidência da postura contrária à tradição gramatical é que, em nenhum momento, os PCNs fazem alusão ao aprimoramento dos conhecimentos lingüísticos visando à *norma culta* ou se referem à dicotomia *fala x escrita*. Apontam, sim, para a necessidade de a escola possibilitar ao aluno conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português e também levá-lo ao domínio apropriado da leitura e da escrita, relacionando-as à oralidade quando necessário, para as práticas sociais em que deverá fazer uso das mesmas. Há uma preocupação, portanto, em promover práticas significativas de acesso à cultura letrada, garantindo a permanência e a circulação autônoma dos indivíduos em uma sociedade grafocêntrica; para isso, as práticas reflexivas sobre atividades de uso da língua e da linguagem são fundamentais.

Os referenciais, portanto, negam a associação entre análise lingüística e gramática normativa, pois o percurso metodológico proposto (USO >> REFLEXÃO >> USO) parte de uma gramática internalizada, em direção a uma gramática descritiva/ reflexiva feita através de atividades



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

epilingüísticas, para, por fim, chegar à gramática explícita ou às atividades metalingüísticas. A sugestão é que as atividades que envolvam metalinguagem sejam abordadas no quarto ciclo (7ª e 8ª séries), porém sem interesse normativo-prescritivo, com o privilégio de alguns conteúdos pertinentes às especificidades dos gêneros discursivos/ textuais a serem estudados e não de todos os conteúdos tradicionalmente dados por gramáticas normativas.

Os referenciais vislumbram um professor capaz de fundamentar-se em tais conceitos e implantá-los em sua prática didática. Porém, como mostra Rojo (2000), há um descompasso entre a formação docente e as sugestões propostas nos referenciais, pois boa parte dos cursos de formação inicial e continuada de professores de Português não aborda as teorias sobre língua/ linguagem e ensino-aprendizagem que embasam os PCNs. Além disso, há práticas cristalizadas na cultura escolar que mantêm o ensino da tradicional gramática normativa, muitas vezes confundindo-o com ensino de língua materna. Em função disso, nossa opção é considerar os atuais livros didáticos de Língua Portuguesa como um meio de transposição (CHEVALLARD, 1991, *apud* MARANDINO, 2004) das propostas dos PCNs, podendo contribuir para a formação dos professores em direção a uma prática reflexiva/ descritiva para o trabalho com os objetos de ensino de gramática.

Para tanto, este trabalho pretende apresentar uma análise dos livros didáticos *Português: uma proposta para o letramento*, de Magda Soares, e *Arte e manhas da linguagem*, de Elisiani Tiepolo & Sônia Medeiros, voltados para o terceiro ciclo do Ensino Fundamental, a fim de identificar como realizam o trabalho com os objetos de ensino de gramática e como orientam os professores em relação à concepção teórico-metodológica que lhes serve de base, enfocando as considerações dadas sobre as atividades gramaticais. A partir do apoio teórico de Choppin (2004), esta análise privilegia o livro didático em sua *função referencial*, pois considera em que medida os livros em questão pautam-se pelas orientações curriculares oficiais, e também em sua *função instrumental*, uma vez que analisa como apresentam os objetos de ensino de gramática.

Os livros em análise foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/ 2005), elaborado pelo governo federal, que, além de distribuir livros didáticos de todas as disciplinas para os alunos da Educação Básica, desde 1996 avalia a qualidade do material a ser adquirido e distribuído. Os critérios dessa avaliação incidem, principalmente, sobre conteúdos, metodologias e conceitos divulgados pelos livros didáticos. Portanto, isso indica que os livros em análise não trazem uma abordagem totalmente transmissiva e descontextualizada para o ensino de gramática, pois os critérios de avaliação do Programa incidem sobre a necessidade de desenvolver os conhecimentos lingüísticos dos alunos relativos ao texto, através de uma prática reflexiva, como propõem também os PCNs.

A escolha desses livros didáticos justifica-se pela intenção de realizar uma avaliação comparativa entre um material muito bem recomendado, como o elaborado por Soares (2002), e um material razoável, como indica a avaliação do PNLD/ 2005 para a produção de Tiepolo; Medeiros (2002), a fim de investigar em que medida cada um deles pode contribuir para a formação do professor, bem como as possíveis dificuldades que podem lançar à prática docente. Além disso, é válido dizer que também nos orientamos pelas considerações de Choppin (2004), segundo as quais as pesquisas acadêmicas privilegiam livros didáticos muito bons ou muito ruins e se

esquecem dos 'razoáveis'.

O enfoque no ensino de gramática justifica-se por este ser um aspecto que encerra contradições entre as propostas teóricas e a prática docente, ainda afeita a práticas cristalizadas que privilegiam a gramática normativa. Além disso, também nos valem da reflexão de Soares (2001, p. 46), segundo a qual 'um dos mais importantes objetos de pesquisa sobre a história da disciplina Português, tomando-se como fonte os livros didáticos dessa disciplina, são as relações entre leitura e gramática, que se refletem em momentos alternados de articulação e separação'. Nossa intenção, portanto, é investigar os livros didáticos como fontes que documentam um estilo de prática de determinada época.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: *Educação e pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, 2004.

MARANDINO, M. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. In: *Revista Brasileira de Educação*. Número 26. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 2004.

ROJO, R. Modos de transposição dos PCNs às práticas de sala de aula: progressão curricular e projetos. In: ROJO, R. (Org.). *A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

SEF/MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: SEF/MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. *Guia de livros didáticos 2005 - 5ª a 8ª séries: v. 2: Língua Portuguesa*. Brasília: SEF/MEC, 2004.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In: MARINHO, M. (Org.). *Ler e navegar: espaços e percursos de leitura*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Português: uma proposta para o letramento*. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

TIEPOLO, E. V.; MEDEIROS, S. G. *Arte e manhas da linguagem*. Curitiba: Positivo, 2002.

### 3.9.2 Comunicações Individuais

#### A negociação de propostas em audiências de conciliação no PROCON

Paulo Cortes Gago

pcgago@uol.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora / Universidade do Estado Rio de Janeiro

Este trabalho realiza-se sobre a atividade de mediação no PROCON. Reconhecendo-se que a linguagem 'cria, reflete e remedeia os conflitos' (Folger e Jones, 1994, p.IX), uma questão central que se coloca sobre a mediação é o papel do/a mediador/a na geração de idéias para se solucionar o conflito. Fala-se de uma abordagem de solução de problema para se denominar essa estratégia de trabalho (Garcia, 1997, 2000). No entanto, essa afirmação tem sido sustentada a partir de dados de mediação no contexto anglo-saxônico, em mediações estudadas nos EUA ou na Grã-Bretanha.



Perguntamo-nos se essa abordagem pode ser verificada em nossos dados e como isso é feito. Como resultados preliminares, verificam-se que há uma forte orientação no PROCON para o enquadramento legal da situação, limitando o uso dessa abordagem aos casos em que o/a mediador/a está convencido de que o caso não deve ser levado para a justiça comum. Nesta situação, mapeamos alguns movimentos de negociação, como a solicitação de proposta das partes e a auto-iniciação de propostas, que dão início ao processo de negociação.

A relevância do estudo reside no fato de O PROCON ser uma das formas alternativas de resolução de conflito de sociedades contemporâneas, em que uma terceira parte, profissional, atua diretamente na discussão e negociação de disputas, com o objetivo de ajudar as partes em litígio a chegarem a um possível acordo. Na verdade, trata-se da primeira forma alternativa de justiça implementada no Brasil, criada pela Lei Federal nº. 8.078, de setembro de 1990. Esta forma alternativa de justiça vem crescendo em vários países do mundo.

A finalidade do PROCON é regular as relações de consumo, partindo do *Código de Defesa do Consumidor* como base legal. Em uma frente de trabalho, fiscaliza e informa; em outra frente, atua o órgão atua como mediador de disputas entre fornecedores de bens e serviços, de um lado, e consumidores insatisfeitos, de outro lado. O PROCON convida as partes para um encontro face a face – a audiência de conciliação, cujo elemento constitutivo principal é o conflito de interesses entre as partes. Neste cenário, inverte-se o ônus da prova: cabe ao reclamado apresentar as provas ou evidências, que mostrem ser ilegítima a reclamação de que é alvo. O reclamante, contudo, não tem seus direitos assegurados *a priori*; precisa mostrar que sua reivindicação é justa.

O/a mediador/a, como representante do PROCON, deve assegurar às partes a oportunidade de apresentarem e debaterem suas diferentes versões sobre os fatos que deram origem à reclamação. Em geral, esta forma de justiça visa a desafogar a justiça comum, além de ser menos onerosa para as partes e representar um fórum democrático de participação popular na solução de seus problemas práticos nas relações de consumo.

Nossa perspectiva para o estudo da mediação é a perspectiva da co-construção e da comunicação. Defende-se o sentido como uma construção conjunta dos atores sociais engajados no fluxo dos eventos interacionais, através do uso da linguagem em cenários espontâneos de vida social. Todas as afirmações e resultados da pesquisa são baseados em dados reais de fala em interação. Característico também deste tipo de trabalho é sua natureza reflexiva na relação linguagem e mundo social: a fala constitui mundo, e mundo também, por sua vez, constitui sentido na fala.

A pesquisa inscreve-se nos estudos de Linguística Interacional, utilizando conceitos de duas vertentes em Interação e Discurso: da Sociolinguística Interacional, que contribui com centralmente com as noções de enquadres e alinhamentos (Goffman 1974, 1981; Tannen e Wallat, 1993), e da Análise da Conversa Etnometodológica, com a organização sequencial da conversa (Sacks, Schegloff e Jefferson, 2005 [1974]; Schegloff, 1972), baseada na investigação da trajetória de ações ao longo dos turnos de fala. Outros conceitos pertinentes são empregados, como os de papéis discursivos, papéis situados, identidade (cf. Zimmerman, 1998).

Os dados dessa pesquisa compõem-se de 15 audiências de conciliação, geradas no âmbito do grupo de pesquisa CNPq

'Linguagem e sociedade: aspectos teóricos e empíricos'. A pesquisa adota metodologia qualitativa para análise dos dados, tendo como objetivo central a elucidação de processos de construção de significado das ações humanas em contexto real de uso, centrando na visão dos participantes para a construção do significado, i.e., em visão de natureza êmica (Erickson 1998).

ERICKSON, F. Qualitative Research Methods for Science. In: B. J. Fraser & K. G. Tobin (Eds.). *International Handbook of Science Education*. England: Kulver Academic Publishers, p. 1155-1173, 1998.

FOLGER, J. P. & JONES, T. S. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *New Directions in Mediation: Communication Research and Perspectives*. Thousand Oaks, C.A.: Sage Publications, 1994.

GARCIA, A. Interactional constraints on proposal generation in mediation hearings: a preliminary investigation. *Discourse and Society*, v. 8(2), p. 219-247, 1997.

\_\_\_\_\_. Negotiating negotiation: the collaborative production of resolution in small claims mediation hearings. *Discourse and Society*, v. 11(3), p.315-343, 2000.

GOFFMAN, E. *Frame Analysis*. New York: Harper Torchbooks, 1974.

\_\_\_\_\_. Footing. In: \_\_\_\_\_. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

SACKS, HARVEY; EMANUEL SCHEGLOFF & GAIL JEFFERSON. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 12. p. 01-67. 2005. Tradução do original: A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. *Language*, v. 50, n. 4. p. 696-735. 1974.

SCHEGLOFF, E. Sequencing in conversational openings. In: GUMPERZ, J.; HYMES, D. *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1972.

TANNEN, D., WALLAT, C. Interactive frames and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/interview. In: TANNEN, D. (Ed.), *Framing in discourse*. New York: Oxford University Press. p. 57 – 76. 1993.

ZIMMERMAN, DON H. Identity, context and Interaction. In: Charles Antaki, C. & Sue Widdicombe. (Eds). *Identities in Talk*. London: SAGE. p.87-107. 1998.

## Identidades sociais e lingüística de corpus: um estudo de três contextos

Tania M G Shepherd

tania.shepherd@terra.com.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Sonia Zyngier

A Lingüística de Corpus vem despertando interesse entre analistas do discurso, pelo fato de lhes possibilitar observações empíricas em grande escala e, portanto, dar condições de embasar opiniões críticas, de forma transparente e sistematizada. Em associação com a Análise Crítica do Discurso (A.C.D.), por exemplo, a Lingüística de Corpus pode ajudar a resolver um dos grandes problemas acerca da origem dos dados para a interpretação. Em outras palavras, a acusação por parte de certos teóricos que a A.C. D. se baseia tão somente nas intuições do analista (vide debate



entre Widdowson, 1995, 1996; Fairclough, 1996 e Toolan, 1997) pode ser contraposta se houver evidências como as fornecidas pela análise de textos eletrônicos.

Além da inegável vantagem de uma prática evidenciária de peso, os estudos a partir de corpus eletrônico têm inúmeras outras vantagens para o analista. Primeiro, tal estudo, calcado no computador, possibilita a extração de padrões de linguagem que, de outra forma, a partir de leitura de textos isolados, seriam de difícil identificação e extração. Além disso, como afirma Adolphs (2006), a análise de corpus eletrônico, compilado segundo as orientações da Linguística de Corpus, pode trazer à luz questões de natureza ideológica, incluindo-se certas questões identitárias.

Entende-se no presente trabalho aqui proposto, que estudos sobre questões de identidades sociais são normalmente tratadas através de análises qualitativas (ver Wodak et al, 1999), calcadas em textos coletados a partir de entrevistas e grupos de enfoque. Entretanto, outros tipos de texto podem servir de base para uma análise de identidade, bem como o tratamento de dados pode partir de corpus eletrônico, enfocando a contagem e comparação da frequência e do tipo de léxico usado por determinados grupos, sendo que as unidades analíticas podem ser tanto unidades lexicais isoladas, como fraseologias típicas. Investigações deste cunho, portanto, podem levar a uma compreensão das relações existentes entre a linguagem usada por determinados grupos, sua identidade e, conseqüentemente sua cultura. O presente trabalho tem por objetivo usar a análise de textos eletrônicos para a leitura de possíveis padrões identitários de cunho social. Desta forma, a pesquisa compara as escolhas lexicais feitas por três grupos geográfica e socialmente diferentes e verifica que identidades sociais vêm à tona quando seus textos são tratados em conjunto. Para tanto, a frequência e a natureza de escolhas lexicais feitas são examinadas a partir de três corpora, compostos, cada um, por 85 redações, totalizando 255 redações. Todas as redações foram escritas, de forma voluntária, por alunos da quinta série, de idades que variam de 11 a 14 anos. As composições são sobre temática livre e foram coletadas em condições semelhantes. As escolas onde foram feitas essas coletas foram proposadamente escolhidas em três áreas distintas a saber: uma escola pública em zona rural de Minas Gerais; uma escola pública em zona urbana de risco na cidade do Rio de Janeiro e uma escola particular em zona urbana afluenta na mesma cidade. Após a coleta, todas as composições foram digitadas e a única correção feita foi em cima de erros de ortografia, tendo sido preservada a sintaxe original. Os corpora resultantes de cada uma dessas coletas foram tratados com auxílio de WordSmith Tools (Scott, 1996), a partir do qual foram extraídas as palavras mais frequentes, além de bigramas e trigramas. Após esta etapa, as listagens provenientes de cada corpus foram comparadas quantitativa e qualitativamente. Os resultados apontam para identidades coletivas distintas, manifestadas através de escolhas de padrões lexicais diferenciados, feitas por cada um dos grupos estudados. Nosso trabalho, portanto, provoca uma reflexão de como uma abordagem multidisciplinar envolvendo o estudo léxico a partir dos parâmetros da Linguística de Corpus pode fornecer subsídios para entendermos as relações entre linguagem, identidade e visões coletivas do que vem a ser o 'sujeito' e o mundo em que o 'sujeito' vive.

### O que provam as provas: habilidades de leitura em avaliações sistêmicas X habilidades de leitura em livro didático

Cláudia Mara de Souza

smclaudia@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Esta pesquisa examina a relação entre habilidades de leitura avaliadas em exames sistêmicos e habilidades de leitura desenvolvidas em atividades de livro didático. Buscam-se responder a estas perguntas, entre outras: até que ponto as habilidades avaliadas em exames sistêmicos coincidem com as desenvolvidas na escola por meio das atividades do livro didático? As habilidades são as mesmas ou não? Parte-se da hipótese de que há diferenças significativas entre as habilidades avaliadas e as habilidades desenvolvidas pelo livro didático, isto é, que as habilidades avaliadas nem sempre são desenvolvidas pelos livros didáticos. Isso, de alguma forma, justificaria o baixo desempenho dos alunos em resultados de avaliações sistêmicas, comprometendo o ensino e a aprendizagem. O *corpus* deste trabalho constitui-se de questões e resultados dos exames: *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica* (SAEB) e do *Programa de Avaliação do Ensino Municipal* (PAEM), bem como de questões de compreensão de texto de uma coleção de livro didático adotada em um município mineiro. A análise entre as habilidades avaliadas nos exames e as habilidades pressupostas nas atividades do livro didático permitiu observar o que há de comum e o que há de diferente entre elas. As análises qualitativas e quantitativas são baseadas nas habilidades de leitura apresentadas na Matriz de Referência do SAEB. São contrastadas as habilidades do exame citado com aquelas encontradas nas atividades de leitura de uma coleção de livro didático, além disso, professores de uma rede de ensino são entrevistados para confirmação de algumas hipóteses. Neste trabalho, considera-se a linguagem como atividade de interação e a leitura como processo cognitivo, social e cultural de produção de sentido. Toma-se como referencial teórico, autores como Bakhtin (1997); Bronckart (1999); Marcuschi (2000, 2002, 2003); Caffero (2002); Coscarelli (1997, 1999, 2002); Kleiman (1997), entre outros. Os resultados desta pesquisa confirmam a hipótese levantada. Além disso, foi possível identificar no livro didático a predominância de atividades que procuram desenvolver a localização de informação explícita no texto. A concepção subjacente a tais atividades é a de leitura como decodificação. Os dados revelam ainda que as habilidades de leitura desenvolvidas pelo livro didático são bastante limitadas. Os alunos deixam de desenvolver muitas habilidades que exigem operações mentais mais complexas, como inferência, análise, generalizações, que os caracterizariam como leitores proficientes. As discussões e os resultados apresentados nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que sugerem respostas aos questionamentos feitos sobre a diversidade de habilidades de leitura nos exames e no livro didático, também suscitam outras questões. Entre estas, uma diz respeito à necessidade de que se investigue mais as habilidades de leitura e seu desenvolvimento na escola; outra se refere à importância do ensino de leitura adequado às propostas de avaliação de leitura e/ou vice-versa, ou seja, da importância de que haja um trabalho articulado entre ensino de leitura e avaliação de habilidades de leitura. É preciso ensinar a ler ao longo dos





anos de escolarização do aluno. E leitura entendida como processo que vai muito além da alfabetização e que, por isso mesmo, compreende a utilização de estratégias variadas, que permitam a compreensão de uma gama variada de textos que circulam socialmente. Este trabalho procura tornar mais transparente a relação avaliação e trabalho da escola via livro didático. Busca-se promover uma reflexão sobre a necessidade de conhecer melhor o processo de leitura e de ensino de leitura. O conhecimento da leitura, como processo de construção de sentido, que envolve cognição e também o aspecto social, leva-nos a perceber que existem outras possibilidades de ensinar ou propiciar o seu desenvolvimento em sala de aula. O processo de aprendizagem e de apropriação da leitura pode seguir rumos que, com clareza de conceitos, apontam quais devem ser as melhores estratégias para o seu desenvolvimento. Os dados da pesquisa incitam ainda a refletir sobre qual é o leitor que vem sendo formado pela escola nos últimos anos. E qual é o leitor que a sociedade exige hoje.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEAUGRANDE, R. de. *New Foundations for a Science of Text and discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood: Ablex, 1997.

BROCKART, J-P. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.

CAFIERO, Delaine. *A construção da continuidade temática por crianças e adultos: compreensão de descrições definidas e de anáforas associativas*. Tese de Doutorado em Lingüística. Instituto de Estudos e Linguagem. UNICAMP: Campinas, 2002.

COSCARELLI, Carla V. *Leitura em ambiente Multimídia e a Produção de Inferências*. Tese de Doutorado em Lingüística. Faculdade de Letras. UFMG: Belo Horizonte, 1999.

COSCARELLI, Carla V. *Avaliar o quê, para quê, pra quem?* Seminário Internacional: L'Hermitage. Experiências transgressoras em educação. Faculdade de Letras da UFMG, 2002.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e Leitor*. Campinas, SP: Pontes. 5. ed. 1997.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In: Ângela Dionísio; Anna R Machado e Maria A. Bezerra (Orgs.) *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.19-36.

MARCUSCHI, L. A. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: Ângela Dionísio e Maria Auxiliadora Bezerra. (Orgs.) *O livro didático de português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003a. p. 48-61. 2. ed.

MARCUSCHI, L. A. *Descritores para o ensino de língua portuguesa: pertinência e paradoxo*. I Reunião Regional – SBPC – ABRALIN. Campina Grande, 7 a 13 de novembro de 2003. 2003b.

interações estabelecidas entre professor/aluno e aluno/aluno, nos momentos de produção textual, numa turma de 20 alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, da rede municipal de Timbó, do estado de Santa Catarina. Utilizou-se o método qualitativo interpretativo, tendo como instrumentos de coleta de dados observações registradas em diário de campo e gravações desses momentos de produção textual dos alunos, aqui denominados de episódios. Dos dados coletados, selecionaram-se para análise: Episódio 1: Iniciando a elaboração da autobiografia; Episódio 2: A professora observando a autobiografia nos grupos; Episódio 3: Conversando entre colegas sobre a autobiografia; Episódio 4: Trabalhando a autobiografia no laboratório de informática. A análise, fundamentada na concepção da autoria, movimentou-se, a partir de teóricos como Orlandi (1996, 2004), Bakhtin (1988, 1997, 2004), Geraldi (2003) e Possenti (2002), em torno da linguagem, sendo esta o eixo central no processo educativo. Analisaram-se os dados num viés enunciativo-discursivo, buscando nas interações os sentidos produzidos nas condições sociais concretas da sala de aula. Os resultados iniciais apontam que a experiência da autoria no espaço da sala de aula se relaciona com a linguagem devido às interações entre professores e alunos e às condições da produção dos textos que circulam pelo discurso na prática pedagógica. Também apontam: (a) que, na escola, os momentos destinados às produções textuais podem oportunizar a constituição do aluno como sujeito-autor, assumindo o compromisso com a inserção deste na sociedade; (b) que compreender o aluno como sujeito que se constitui socialmente nas/pelas interações implica reflexões sobre o papel da escola na formação dos alunos que a compõem; (c) que as produções de textos nas aulas podem colaborar para a construção de sujeitos-autores desde que as relações interativas estejam ancoradas na diversidade proporcionada para a construção dos sentidos; e (d) que, caminhando entre as produções textuais dos alunos e as interações que permeiam a escrita dos textos, é possível repensar o espaço escolar onde a autoria seja construída numa relação de trocas mútuas e singulares. Oportunizar aos alunos a contra-palavra, a negociação de sentidos e a interlocução permite que a autoria não se resume a uma inspiração divina, a um dom celestial, mas se construa nas possibilidades de interação com o outro, numa prática dialógica, propulsora de experiências vivenciadas de forma dinâmica e aberta a novos desafios. Considera-se autor o sujeito que é responsável por aquilo que diz e como diz, que faz escolhas e opções, que conhece as regras textuais, suas formas e exigências. O autor, ao produzir linguagem e se constituir por meio dela, assume uma posição na cultura. Sendo assim, por meio de práticas pedagógicas que pressuponham interlocutores reais e promovam a diversidade dos sentidos, o aluno pode constituir-se sujeito-autor e participar de práticas sociais. Cabe à escola assumir seu papel na construção do sujeito-autor, oportunizando práticas-pedagógicas que direcionem o trabalho com produção textual de forma que estas tenham finalidades específicas. As finalidades que propõem um modelo de texto para ser seguido ou imitado não contribuem para que espaços de autoria possam ser experienciados. As vozes da professora que circulam na sala de aula referentes a decisões e escolhas que poderiam ser negociadas ou, mesmo, assumidas pelos alunos dificultam a autonomia dos mesmos nas tomadas de decisões para a produção dos textos. As concepções que norteiam as propostas ou posturas assumidas em sala de aula necessitam ser revistas, discutidas e reorientadas. A imprevisibilidade das aulas e a sua imobilidade, decorrentes

## A construção da autoria no espaço da sala de aula

Flávia Rosilena Poffo

flaviapoffo@tpa.com.br

Universidade Regional de Blumenau

Otilia Lizete de Oliveira Martins Heinig

Esta pesquisa teve como propósito fundamental compreender como a escola possibilita a construção da autoria no espaço da sala de aula. Para tanto, investigaram-se as



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

de o campo de atuação ser formado por sujeitos em constante construção, proporcionam a instabilidade, o inesperado e a não-estagnação dos conceitos. Por isso, a reflexão sobre a teoria que sustenta a prática se torna inevitável. A leitura crítica e atenta dos documentos que norteiam a prática-pedagógica não pode ficar entre quatro paredes. É essencial a formação de grupos de professores, nos quais estes possam debater, trocar idéias, opinar e apresentar sugestões sobre concepções que contemplem objetivos voltados ao dia-a-dia da sala de aula.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 4. ed. 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

POSSENTI, Sírio. Revista *Perspectiva*. *Indícios de autoria*. Florianópolis, v. 20, n. 01, p. 105-124, jan./jun. 2002.

### Mitos e ritos da cultura popular: a Folia de Reis em cena

Patrícia Goulart Tondineli

pathton@bol.com.br

Universidade Estadual de Montes Claros

Objetivando investigar as funções sógnicas da Folia de Reis em Montes Claros e a rede de inter-relações por ela montada, analisou-se, sob um olhar semiótico, o seu discurso típico e os alicerces motivacionais do processo em si. Para tanto, foram entrevistados foliões e não-foliões, compondo um *corpus* variável em faixa etária, nível sociocultural e crença. Além da análise semiótica do discurso-*corpus*, buscou-se marcas lingüísticas que, pelo contexto sociocultural do fenômeno estudado, constatarem-se riquíssimas, sorvedouro de novos vãos semióticos. Segundo Eco (2000:16) “a cultura, como um todo, deveria ser estudada como fenômeno de comunicação baseado em sistemas de significação”. Portanto, folclore (a Folia) e folkcomunicação (Beltrão, 1980) formam, de certa maneira, um sincretismo real, em que o novo e o velho juntam-se e interagem para a estabilização de conceitos e formas significativas para o povo. Conforme Nöth, “o homem denota qualquer objeto de sua atenção num momento dado. Conota o que conhece ou sente sobre o objeto e é também a encarnação desta forma ou espécie inteligível; o seu interpretante é a memória futura dessa cognição, o seu ‘eu’ futuro ou uma outra pessoa a qual se dirige, ou uma frase que escreve, ou um filho que tem” (Pierce, apud Nöth, 1995: 61-2). É esta visão pansemiótica do universo, essa interpretação semiótica do homem e da cognição, dotando-a de passado, presente e futuro, que Pierce toma como ponto

de partida para a sua teoria sógnica, através de uma fenomenologia composta de três categorias universais, as quais abrangem o imediatismo, a socialização fenomenológica e a comunicação em sua essência, a representação, a semiose e os signos, resultados da combinação dos três constituintes de cada uma das categorias, podendo-se enumerá-los em dez classes principais (Nöth, 1995). A teoria da produção sógnica, portanto, leva em consideração um grupo muito vasto de fenômenos. Esse sistema de significação ocorre “quando existe uma possibilidade socialmente convencional de gerar funções sógnicas, independentemente do fato de serem os funtivos de tais funções unidades discretas, chamadas ‘signos’, ou vastas porções discursivas, contanto que a correlação tenha sido estabelecida, precedente e preliminarmente, por uma convenção social” (Eco, 2000:03). Signo passa a ser, então, tudo aquilo que, à base de uma convenção social previamente aceita, possa ser entendido como algo que está no lugar de outra coisa: “uma coisa é um signo somente por ser interpretada como signo de algo por algum intérprete; assim, a semiótica não tem nada a ver com o estudo de um tipo particular de objetos, mas com os objetos comuns na medida em que (e só na medida em que) participem da semiose” (Morris, apud Eco, 2000:11). De acordo com essa interpretação pansemiótica do universo, pode-se dizer que a Folia de Reis é composta pelas três categorias universais propostas por Pierce. 1) Primeiridade: pelo seu individualismo; citam-se as percepções e significações dos entrevistados envolvidos no contexto estudado, os quais consideram a cidade de Montes Claros (especificamente o Bairro Santos Reis) a origem de tudo. Nesta categoria, da originalidade, da espontaneidade, da possibilidade, temos o imaginário transfigurado em sentimento, o qual é vivenciado em toda a Folia pela fé e pelos cânticos, dentre os quais temos a Catira, que, entre o canto em si e a disputa pelo sapateado, entoa-se um grito prolongado de “Ô”, o qual é puro sentimento, uma nova significação para a “dor do amor”. 2) Secundidade: ocorre a socialização fenomenológica, a Folia como sin-signo, um auto que intertextualiza o texto bíblico à manifestação da cultura de um povo que crê e pratica a sua crença de maneira peculiar. Categoria da pulsão, repleta de idéias relacionadas com polaridades (não dicotômicas, mas dialógicas e integradoras): ação/reação, esforço/resistência, dependência, conflito, surpresa; elementos estes que encontram-se na história da gênese da Folia em Montes Claros. “*Ah porque tudu iniciô cum meu avô... meu avô... eli foi u fundadô du Bairru Santus Reis... eli morava lá nu centru...eli imendonça...intão eli tevi muito duenti... numa época da vida deli... tevi muito duenti... eli fez uma promessa... si eli curassi... eli ia fundá... um bairru...i qui seria um... seria santus reis... aí eli dormiu... e tevi um sonho... eli viu tres avis brancas... numa árvori... i eli supôs que essas árvoris... qui essas avis... seriam os tres reis magus ... Gaspar... Belchior i Baltazar ... intão... eli ficanu curadu eli veio... em seis de janeiru di mil novecentus i trinta e dois... foi fundadu uma pequena capela... começô a tradição dua festa di santus reis cum a fulia das pastorinhas...*” (Entrevistas transcritas pelo NURC). 3) Terceiridade: relaciona-se à visão dos foliões sobre a significação da Folia. É aqui que, em oposição ao seu sentido maior, a comunicação, verifica-se a interferência pela significação inadequada, descontextualizada. São nestes ruídos que se comprova o descaso em relação a toda uma comunidade cultural. “*hoje infelizmenti... tem muita genti... quandu a fulia tá andanu... eles acha que a fulia é.... uma farra... é uma bestagEIra... aquilo ali é...*”



sem importância... mas num para prá iscutar uma música né?... né?...” (Entrevistas transcritas pelo NURC). Tendo o texto, neste trabalho, uma visão amplificada e considerando o fenômeno estudado como produção textual de uma comunidade cultural, ao qual se supõe uma significação, pode-se dotá-lo de signos, retransmitidos *ad infinitum* e (re)classificados conforme sugere Nöth (1995), em dez classes principais que abrangem a religiosidade, a alegria, a figura dos Reis Magos, a entoação e letras dos cânticos, a dicotomia sacro-profana, a simbolização das “lapinhas”, os ruídos interferentes, a Bíblia Sagrada e a Folia em sua essência. Verificou-se a abundância de signos, os quais compõem redes amplas e de tecidos (entrelaçamento de diversos textos, com diferentes interpretações) diversificados, consonantes com o meio em si: plural em cultura, crenças e significações. A ruptura na rede significativa pôde ser constatada pela preocupação com a continuidade da tradição, bem como com o “desvio” significativo do “outro” (interpretante) em relação ao “eu” (folião). Com relação às marcas da oralidade, verificou-se e comprovou-se a tendência de elipsar marcas de pluralidade, independentemente do contexto sociocultural em que o falante encontra-se inserido. Verifica-se o uso de palavras usuais, sem neologismos, apenas vocabulários com significação extra-usual, como por exemplo “lapinha” – a dealização do popular presépio. Por ser um fenômeno-corpus complexo em seus ritos e mitos, “n” signos geraram “n” significações, acarretando, portanto, que a conclusão deste trabalho apresente-se como metáfora de um *continuum*.

AUGUSTA, Anna. *Cantigas de Reis e outros cantares*. Rio Janeiro: SEEC, 1979.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação – a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.

ECO, Umberto. *Tratado geral de semiótica*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore Vilaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

NÖTH, Wenfried. *Panorama da semiótica: de Platão a Pierce*. São Paulo: Annablume, 1999.

PEDROSO, Carlos. *Folia de Reis: folclore encantado*. Uberaba: C. Pedroso, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. *Cruzeiro Semiótico*, Porto, p. 25-30, 1986.

\_\_\_\_\_. *A assinatura das coisas*. Peirce e a literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

\_\_\_\_\_. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

modernos, às facilidades crescentes para viajar e às cooperações cada vez mais condensadas nas áreas da educação, da ciência e da política. Nesse contexto, a necessidade de um conhecimento profundo sobre os padrões de perceber, pensar, falar e atuar em outras culturas também cresce. Contudo, ainda que existam inúmeros estudos comparativos na área da literatura, tradução ou da arte, assim como incontáveis investigações etnológicas sobre tribos indígenas, o mesmo não acontece com estudos que focalizam as diferenças relevantes quanto aos hábitos cotidianos de falar entre diversas sociedades modernas. Por isso, a presente pesquisa dedica-se a uma comparação intercultural e ilustra as divergentes funções da linguagem que se encontram nos estilos de fala nos cotidianos alemão e brasileiro, com base nos extratos das entrevistas da pesquisa *Brasilianische und deutsche Wirklichkeiten – eine vergleichende Fallstudie zu kommunikativ erzeugten Sinnwelten*.<sup>1</sup>

Baseando-se no gênero *entrevista*, que, na verdade, representa uma situação comunicativa artificial, embora mostre cruzamentos com a conversação cotidiana não-pragmática, devido às perguntas que servem como estímulo para falar livremente, a questão de interesse refere-se exclusivamente às funções da linguagem divergente no estilo de fala em relação a sua função cultural nas comunidades de fala brasileira e alemã, e não a outros aspectos de conteúdo ou lingüísticos. O ponto de partida para uma análise do estilo de fala remete à classificação das seis funções da linguagem de Dell Hymes (1961):<sup>2</sup>

- Expressive (emotiva)
- Directive (imperativa ou injuntiva)
- Referential (referencial, cognitiva ou denotativa)
- Poetic (poética)
- Phatic (fática)
- Metalinguistic (metalingüística ou autoreferencial)

Essa classificação, sem dúvida, deve ser entendida de modo idealizado, isto é, na situação concreta, fundem-se as funções diversas. Todavia, o ponto decisivo para esta análise é a averiguação de que, nas contribuições brasileiras, obviamente outras funções da linguagem vêm à luz do que naquelas dos alemães. Os exemplos dados apresentam uma escolha de todos os textos e apresentam uma tendência observada em todas as entrevistas.

O fato de que, no Brasil, uma realização curta e eficiente da comunicação (Sandig, 1986: 193) não tem a mesma importância do que na Alemanha já explica o tamanho médio duas vezes maior das entrevistas brasileiras em comparação com as alemãs. No Brasil, o modo de se exprimir reluz devido a um estilo muito mais carregado por elementos dramáticos e poéticos, por jogos de palavra e provérbios. Neste ponto, as funções poética, expressiva e fática da língua alcançam o primeiro plano. Muitas declarações das entrevistas são impregnadas por um estilo salientemente enfático, o que dramatiza o dito e serve-se da força persuasiva da língua, sobretudo, ao tentar convencer o outro do dito. Por exemplo, através da evocação direta ao entrevistador com expressões “Eu digo para você...”, “Eu falo para você...” e de inúmeras redundâncias, o gênero textual *entrevista impessoal* conforma-se como uma conversação fictícia, onde a função

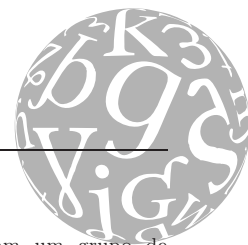
## Funções da linguagem numa comparação cultural

Ulrike Agathe Schröder

schroederulrike@gmx.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Tanto em relação à extensão, como considerando a sua importância, os contatos entre participantes de culturas diferentes aumentam constantemente, devido aos desenvolvimentos econômicos globais, aos meios comunicativos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

fática vem à tona.<sup>3</sup> Diferentemente das entrevistas alemãs, figuras retóricas diversas encontram-se em aproximadamente todas as entrevistas brasileiras; nelas observam-se a símile, a gradação com epístrofe, a anáfora, o quiasmo e assíndeto. Embora as perguntas feitas tratem de opiniões e atitudes pessoais quanto a amor, trabalho, família, amizade, passado ou futuro etc., em muitas entrevistas, como também na conversação cotidiana, transparece um estilo de discurso professoral, no qual palavras pertencentes a discursos prontos ocupam o lugar de respostas que chegam diretamente à pergunta de modo individual. Muitas das atitudes apresentadas radicam-se na religião, filosofia ou música e são integradas ao discurso, no qual a recitação dos mosaicos do respectivo domínio lembra as amostras mnemônicas, típicas de culturas orais. Dessa forma, o dito não surge como um produto de pensamentos individuais, mas sim, como uma rapsódia de fragmentos textuais colecionados. Um instrumento estilístico que se refere exclusivamente à função fática é o jogo de pergunta e (auto) resposta, também presente em todo o cotidiano, que serve a uma asseguuração ritualística de tensão na encenação de si mesmo, que falta na Alemanha.

Nas respostas alemãs, os comentários são feitos muito mais do ponto de vista do (auto) observador. Partindo da função referencial, a linguagem serve à diferenciação, abstração e (auto)reflexão. Nessa variante, a entrevista parece menos como uma conversação e mais como um monólogo introspectivo, no qual também comentários auto-críticos e auto-irônicos ocorrem, mostrando que os entrevistados se examinam de um nível de observador do segundo grau: um entrevistado considera-se “burguês” demais para ter um trabalho sem estabilidade; uma outra entrevistada não se considera bastante “straight” para cumprir as exigências do curso de jornalismo; uma outra faz piadas sobre as próprias “fases de auto-compaixão”. Muitos relativizam suas declarações através de comentários como “parece um pouco arrogante, mas acho...”, “parece meio estúpido, mas penso que...” etc. (Schröder, 2003: 189). Tais declarações representam uma relativização antecipada do dito como resposta a uma possível reação apenas imaginada do outro: por um lado, cumprem uma função meta-comunicativa por sua referência às próprias comunicações e, por outro lado, também podem ser lidas como estratégias de *Face-work*.<sup>4</sup> Nisso, também se vê a função metalingüística a partir do entrevistado interagindo com o próprio dito. A função metalingüística sempre preserva uma ligação forte com a função referencial da língua. O ponto decisivo é, que, nas entrevistas alemãs, o conjunto de ambas as funções mostra uma alta autoreferencialidade. Por isso, em comparação com as entrevistas brasileiras, o estilo de fala é menos narrativo e sucessivo, mas sim, mais dedutivo e subordinativo. Os entrevistados referem-se o tempo inteiro a coisas ditas logo antes, definindo-as, classificando-as, concretizando-as, assegurando-as ou esclarecendo algo. Neste contexto, não supreende a alta utilização de atos de fala assertivos como *pensar*, *achar*, *opinar*, *imaginar* e *supor*, que, através do acréscimo de uma oração principal performativa, alargam a sintaxe e aceleram um distanciamento do dito, promovendo, dessa forma, o falar metacomunicativo, menos presente nas entrevistas brasileiras.

Com base em entrevistas nas duas comunidades de fala, foi ilustrada a aplicação diferente das funções da linguagem no estilo da fala alemão e brasileiro. Como foi mostrado, na fala brasileira, dominam mais as funções fática, poética e expressiva, enquanto que na fala alemã, as funções referencial e metalingüística são mais frequentes.

<sup>1</sup> As unidades de pesquisa deste estudo foram um grupo de estudantes alemãs, um grupo de estudantes brasileiros, um grupo de não-estudantes alemãs e um grupo de não-estudantes brasileiros. Condição deste grupo de não-estudantes foi de que eles nem estudassem, nem tivessem estudado e nem tivessem concluído o ensino médio. Os entrevistados tinham entre 20 e 30 anos. No centro da análise, encontra-se a reconstrução dos mundos de sentido (família, trabalho, amizade, amor, futuro, passado etc.) desses quatro grupos baseada na sua experiência cotidiana. No total, foram distribuídos 400 questionários em cada país e realizadas 40 entrevistas; cf. Schröder 2003, p. 63ss.<sup>2</sup> Essas funções da língua, primeiramente, são descritas por Roman Jakobson (1971), que estende as três funções (referencial, expressiva e apelativa) de Karl Bühler. Todavia, a classificação de Hymes corresponde muito mais às necessidades da presente abordagem, porque é definida menos lingüística em um sentido restrito, absorvendo fatores.<sup>3</sup> No esquema lingüístico de Jakobson, a função fática apenas deve garantir a continuidade da troca por um feedback interno. Contudo, na perspectiva etnológica já o termo *phatic communion* associa uma extensão social do termo, no qual todas as formas comunicativas que servem a uma afirmação das ligações sociais são consideradas. Em conformidade com isto, Malinowski define *phatic communion* como “type of speech in which ties of union are created by a mere exchange of words” (1972: 315).<sup>4</sup> O conceito *Face-work* tem origem na expressão chinesa *mianzi* e refere-se ao prestígio que um falante tenta conseguir em uma situação comunicativa; cf. a estratégias de trabalho de Face em conversações alemãs também a pesquisa de Meireles (2002).

HYMES, Dell. Functions of speech: an evolutionary approach. In: GRUBER, Frederick C. (Org.) *Anthropology and Education*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1961. p. 55-83.  
JAKOBSON, Roman. Linguistik und Poetik. In: IHWE, Jens (Org.) *Literaturwissenschaft und Linguistik*. Ergebnisse und Perspektiven. Frankfurt am Main: Athenäum, 1971. p. 142-178.  
MALINOWSKI, Bronislaw. The Problem of Meaning in Primitive Language Supplement. In: OGDEN, Charles K.; RICHARDS, Ian A. (Orgs.) *The Meaning of Meaning*. A Study of the Influence of Language upon Thought and of the Science of Symbolism. London: Routledge & Kegan Paul, 1972. p. 296-336.  
MEIRELES, Selma Martins. *Dissension and Face-work Strategies in German Dialogues*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2002.  
SANDIG, Barbara. *Stilistik der deutschen Sprache*. Berlin, New York: de Gruyter, 1986.  
SCHRÖDER, Ulrike. *Brasilianische und deutsche Wirklichkeiten*. Eine vergleichende Fallstudie zu kommunikativ erzeugten Sinnwelten. Wiesbaden: Deutscher Universitäts-Verlag, 2003.

### Os gêneros textuais no contexto digital: uma análise de sites de ensino para professores de língua inglesa em formação ou em serviço

Flávia Medianeira de Oliveira

olivafm@gmail.com  
Universidade de Cruz Alta

Nas últimas décadas, a sociedade pós-moderna tem testemunhado as constantes mudanças sociais, culturais, econômicas e históricas ocasionadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).



É cada vez mais intenso o uso dessas TICs nos mais diversos contextos sociais: trabalho, escola, família, comércio, propiciando o surgimento de novos gêneros, tais como: *e-mails*, salas de bate papo, fóruns de discussão, *sites* de ensino, entre outros. A consolidação desses gêneros textuais como materialização lingüística de práticas sociais e discursivas, principalmente no contexto educacional, tem desencadeado inúmeras pesquisas na área de Lingüística Aplicada, como por exemplo: sala de bate papo, *e-mails* e fóruns de discussão. Este trabalho tem por objetivo investigar e descrever três *sites* de ensino, voltados para professores de língua inglesa em formação ou em serviço, visando a identificar o conjunto de gêneros textuais ou, nas palavras de Bazerman (2005), a coleção de tipos de textos produzidos em um contexto específico, que constituem esses *sites*. Mais especificamente, a pesquisa busca identificar que práticas sociais e discursivas são mediadas por meio de quais gêneros, quem são os participantes e quais são os seus papéis nas atividades sociais. Para tanto, foram selecionados, em um dispositivo de busca na Internet, três *sites* que apresentam pressupostos teóricos e atividades didático-pedagógicas distribuídas gratuitamente. Para o embasamento teórico foram realizadas pesquisas na área de Análise Crítica do Discurso e Gramática Sistemico-funcional de Halliday (2004). Para a análise dos dados, foi utilizado o aparato metodológico tridimensional proposto por Fairclough (1989). Com base nesse autor, os eventos discursivos foram analisados sob três aspectos: texto, prática discursiva e prática social. Meurer (2005) resume esses três aspectos da seguinte maneira: a análise do texto focaliza a descrição dos elementos lingüísticos; a análise da prática discursiva interpreta o texto em relação a sua produção, distribuição e consumo e a análise da prática social busca explicar as formações ideológicas e formas de hegemonia que constituem os textos. Os resultados iniciais apontam apenas para a investigação da prática discursiva, sendo os demais aspectos, análise do texto e da prática social, identificados e interpretados posteriormente, no decorrer da pesquisa. Assim, observou-se que o objetivo principal dos três *sites* é oferecer informações teórico-pedagógicas e materiais didáticos direcionados aos profissionais de língua inglesa em formação ou em serviço. Os conteúdos dos *sites* são produzidos por profissionais com experiência no ensino-aprendizagem de línguas e na produção de materiais didáticos e distribuídos gratuitamente. Quanto ao conjunto de gêneros textuais, os *sites* analisados indicam a predominância dos planos de aula e artigos que abordam pressupostos teóricos em ensino-aprendizagem de língua estrangeira. Os planos de aula são compostos por sugestões de procedimentos e aplicação de atividades didáticas, materializados na forma de itens. A escolha dos tópicos a serem abordados nos planos de aula parece estar ligada às dificuldades enfrentadas pela maioria dos docentes em formação ou em serviço ao trabalhar aquele assunto em sala de aula. O segundo gênero encontrado, os artigos, são produzidos pelos autores ou responsáveis pelos *sites* e discutem questões didático-pedagógicas em relação ao ensino de línguas. O tema a ser abordado em cada artigo também parece estar atrelado às dificuldades encontradas pelos profissionais no contexto de sala de aula. A conclusão preliminar indica que, embora os *sites* busquem promover uma discussão teórica sobre as concepções de ensino-aprendizagem em língua inglesa aliada à prática pedagógica por meio da sugestão de planos de aula e artigos propostos como subsídio teórico, muitas vezes, os materiais didático-pedagógicos que são oferecidos como parte integrante desses planos parecem

não refletir às concepções sobre linguagem, texto e ensino de línguas que seus autores se propunham a debater.

- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Ângela Paiva Dionísio & Judith Chambliss Hoffnagel [Orgs.]. São Paulo: Cortez, 2005.
- COLLINS, H.; FERREIRA, A.; MAZZILLO, T.; GERVAI, S.; LANG, E.; SANTI, L. C.; LEITES, S.; MELLO FILHO, J. C. Por que é difícil participar de chats?. In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2003. p. 41-71.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Harlow: Longman Group UK Limited, 1989.
- HALLIDAY, M. & MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: dinamicidade e circulação. In: A. M. Karwoski; B. Gaydeczka; K. S. Brito. (Orgs.) *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005. p.17-34.
- MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: J. L. Meurer, A. Bonini & D. Motta-Roth (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-106.
- MOTTA-ROTH, D. De receptor de informação a construtor de conhecimento: o uso do chat no ensino de inglês para formandos de Letras. In: Leffa, V. (Org.). *O professor de línguas: construindo a profissão*. Pelotas: Educat, 2001.
- PAIVA, V. L. E-mail: um novo gênero textual. In: MARCUSCHI, L.A. & XAVIER, A.C. (Orgs.) *Hipertextos e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 68-90.
- VICTORIANO, E. C. S. *Netspeak e participação em fóruns de discussão online*. Dissertação de Mestrado da Universidade Pontifícia Católica de São Paulo: São Paulo/PUCSP, 2005.

## Narrativa e identidade de profissionais de saúde em reuniões de trabalho

Juliana Ribeiro Lima  
juliana.rl@globo.com  
PUC - Rio de Janeiro

Liliana Cabral Bastos

Neste estudo, focalizamos alguns aspectos da construção de identidade de profissionais de saúde, com base na análise de narrativas produzidas em reuniões de trabalho de um grupo multiprofissional. O referido grupo, que se reúne quinzenalmente em um hospital público do Rio de Janeiro, propõe-se a oferecer apoio a profissionais que lidam com crianças e adolescentes vítimas de violência, auxiliando a tomada de decisões sobre procedimentos burocráticos e terapêuticos. Procuramos descrever as características da fala narrativa produzida nesse contexto, ao mesmo tempo que observamos como se faz, no grupo, o compartilhamento da experiência do sofrimento (cf. BOLTANSKY, 1993), própria da atividade do profissional de saúde, assim como das dúvidas, inseguranças e medos suscitados por tal experiência. As reuniões em análise foram gravadas e transcritas no quadro de uma pesquisa mais ampla, de cunho etnográfico, em que uma das autoras freqüentou, como pesquisadora, as atividades do grupo por cerca de um ano. A análise dos dados



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

se faz de acordo com uma perspectiva sócio-interacional do discurso (GUMPERZ, 1982; SCHIFFRIN, 1994), que considera os processos locais de construção de sentido em interface com estruturas sociais, culturais e históricas. *Identidade* está sendo compreendida tanto como um processo de expor e interpretar afiliações a categorias sociais mais amplas (como nacionalidade, etnia, gênero, classe social, religião, profissão, etc.), quanto como a função desempenhada na hierarquia de uma interação específica (freqüentemente referida pela noção de papel). Além disso, estamos também incluindo na noção de identidade, afetos e atributos que indivíduos introduzem (em relação a eles mesmos e aos outros) no curso das interações sociais (cf. BASTOS, 2005). Trata-se, assim, de um construto teórico complexo, de múltiplas dimensões, que podem inclusive entrar em conflito umas com as outras (cf. MISHLER, 1999). As *narrativas* são compreendidas como performances de identidade, nas quais diferentes dimensões do eu são introduzidas (MISHLER, 1999; LINDE 1993; BASTOS, 2005).

As falas a serem analisadas foram enunciadas por duas médicas, em momentos diferentes das reuniões. Em primeiro lugar, examinaremos um fragmento de fala da coordenadora do grupo, ocorrida em uma fase de pré-reunião, que chamaremos de narrativa curta. Veremos em que medida tal narrativa corresponde ao modelo mais canônico introduzido por Labov (1972) e como funciona, sinalizando a experiência do sofrimento e construindo a identidade da narradora. Em segundo lugar, examinaremos dois fragmentos de uma narrativa longa, cujo relato, feito em parceria com uma médica pediatra e uma assistente social, estende-se por quase toda a reunião. O primeiro fragmento ocorre na fase inicial da narrativa, no qual a médica apresenta a posição (ou a tese) a partir da qual trabalha o enquadramento do relato (GOFFMAN, 1974). No segundo fragmento há uma avaliação de ações envolvidas na narrativa. Em ambos os fragmentos, a narradora remete ao sofrimento experienciado pelo profissional de saúde, não apenas por estar próximo ao sofrimento do outro, mas também por ter que tomar decisões e assumir responsabilidades diante desse sofrimento. Tanto a narrativa curta quanto o enquadramento e a avaliação da narrativa longa funcionam na construção da identidade das narradoras e do grupo ao qual pertencem.

Muito do que acontece em contextos de saúde se passa fora do encontro médico paciente (SARANGI e ROBERTS, 1999). Se queremos compreender melhor como os profissionais de saúde se vêem, assim como as comunidades nas quais atuam, temos que ir além da caricatura biomédica tradicional (IDEMA, 2003). A análise de narrativa nos permite ver não apenas como as identidades sociais dos narradores são construídas, mas também como elas funcionam na construção da coesão do grupo, criando cultura e identidades profissionais. A análise de narrativas sobre o sofrimento de pessoas de alta carência, tais como as vítimas de violência, é um meio importante de se compreender tudo isso.

BASTOS, Liliana Cabral. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. In: *Calidoscópio*, v. 3, n. 2, maio/agosto, 2005. UNISINOS, ISSN 1679-8740, p.74-87.

BOLTANSKY, Luc. *Distant suffering*. Morality, Media and Politics. Cambridge: Cambridge University Press, [1993] 1998.

GOFFMAN, E. The frame analysis of talk. In: GOFFMAN, E. *Frame Analysis*. NY: Harper and Row, 1974.

GUMPERZ, John J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University, 1982.

IEDEMA, Rick. *Discourses of Post-Bureaucratic Organization*. Amsterdam: John Benjamins, 2003

LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

LINDE, Charlotte. *Life Stories, the creation of coherence*. New York: Oxford University Press, 1993.

MISHLER, Elliot. *Storylines*. “Craftartists” narratives of identity. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SARANGI, Srikant; ROBERTS, Celia. Introduction: discursive hybridity in medical work. In: *Talk, work an Institutional order*. Discourse in medical mediation and management settings. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1999.

SCHIFFRIN, Deborah. *Approaches to Discourse*. Cambridge: Blackwell, 1994

### Narrativas fictivas: experiência, comunidade e argumentação na fala de profissionais de uma empresa em processo de mudança

Liliana Cabral Bastos

lcbastos@bghost.com.br

PUC-Rio de Janeiro

Maria do Carmo Leite de Oliveira

Maria das Graças Dias Pereira

A pesquisa em narrativa tem-se voltado para questões de diferentes naturezas. Uma questão crucial, colocada a partir do estudo pioneiro de Labov (1972), diz respeito à identificação de diferentes unidades discursivas como narrativas, em função de sua proximidade (ou não) com o modelo canônico, isto é, com um segmento discursivo que remete a uma experiência passada, pessoal, única, organizada em uma seqüência temporal. De uma outra perspectiva, estuda-se a narrativa como um processo social mais amplo – como forma de dar sentido à experiência de mundo (BRUNER, [1997] 1990), como organizadora de identidades pessoais e sociais (GIDDENS, 1991), remetendo a padrões de interpretação de valores e crenças. Entre essas duas perspectivas, e incorporando elementos de ambas, encontram-se estudos que envolvem trajetórias de vida, de trabalho, de educação, que lidam com a formulação local da narrativa em interface com formações sócio-culturais mais amplas. É nessa interface que situamos a presente investigação.

Em sua pesquisa sobre interações de trabalho, no curso de entrevistas de consultoria, uma das autoras do presente estudo se deparou com um tipo de relato recorrente: falas que remetiam a eventos e experiências ‘possíveis’, ocorrentes em seqüências argumentativas, em defesa de posições. Estudos em retórica e argumentação fazem referência ao funcionamento de narrativas em estruturas persuasivas (ver, por exemplo, GILLE, 2001); no entanto, o objeto de tais estudos não tem sido a narrativa propriamente dita. Por outro lado, na pesquisa em narrativa há, por vezes, menções a narrativas hipotéticas, ou seja, a narrativas que remetem a eventos que não aconteceram (GOODWIN, 1990; RIESSMAN, 1993), mas esse tipo de relato não tem sido objeto de um estudo mais aprofundado.

Neste trabalho, propomo-nos a investigar a natureza e o uso



de tais relatos na fala de profissionais em entrevistas de consultoria, considerando o contexto histórico e sócio-cultural da empresa. Observaremos, em especial, o impacto do processo de privatização que a empresa atravessava. Inspiradas em Pascual (2006), em seu estudo sobre estratégias argumentativas em tribunais de júri, chamaremos esses relatos de narrativas fictivas, em oposição a factivas, uma vez que, como nos propomos a demonstrar, essas narrativas não são imaginárias nem fictícias, pois não ocorrem num mundo de fantasia, nem num cenário hipotético contra-factual. Ao contrário, remetem ao mundo do trabalho, relevante para o aqui e agora da interação.

As entrevistas em análise integram um estudo de caso sobre uma empresa de serviços urbanos, que aqui denominaremos SERV. O estudo ocorreu seis anos após a privatização da empresa, quando ela foi adquirida por um consórcio formado por grandes empresas nacionais e estrangeiras. Nas entrevistas, que tiveram cerca de 1 hora de duração, profissionais de diferentes *status*, tempo de empresa e áreas de atuação foram convidados a falar sobre como avaliam a atuação do grupo gestor da organização e sobre como vêem as suas próprias possibilidades de atuação nesse contexto. O processo de privatização da SERV encontra-se descrito em Silva e Oliveira (2003).

Nesses dados, consideramos como narrativas fictivas aquelas que se distanciavam das narrativas prototípicas, por não se reportarem a um evento específico no passado ou a experiências pessoais únicas. Um diretor comercial, por exemplo, para sustentar sua tese de que informações deveriam estar disponíveis para todos, narra: “então, ele [o cliente] vai ligar e vão falar “não, não tem nada no sistema, senhor, o senhor não solicitou troca de titularidade”. aí vai o cara fica furioso, volta à agência ... então tudo isso é um transtorno.” Narrativas como essa, embora não remetam nem a um evento único, nem ao passado, emergem da experiência passada, compartilhada, remetendo a memórias institucionais (COOK-GUMPERZ, 2005). Constituem-se em uma atividade moral na qual o narrador se localiza em relação à cultura organizacional. Nesse contexto discursivo, constroem-se momentos argumentativos no curso dos quais narrativas fictivas são contadas.

Muitas das narrativas fictivas analisadas remetem a rotinas de trabalho e funcionam como exemplos de ações que podem ser generalizadas, integrando o conhecimento compartilhado da comunidade de trabalho. Apresentam uma seqüência de ações, formuladas no tempo passado, presente ou futuro, e com freqüência incluem falas relacionadas. No que diz respeito à argumentação, observou-se que ocorre em estruturas argumentativas padrão, caracterizadas pelos movimentos de posição avaliativa, sustentação através de narrativa de dimensões avaliativas e uma coda de natureza também avaliativa.

Ao identificar e analisar a construção de um tipo de narrativa ainda pouco estudada na literatura e ao investigar o seu funcionamento na argumentação, a pesquisa contribui para uma melhor compreensão das relações macro e micro sociais, entrelaçadas no uso da linguagem.

BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: ArtMed, [1997] 1990.

COOK-GUMPERZ, Jenny. Institutional memories: the narrative retelling of a professional life. In QUASTHOFF, U. M. e BECKER, T. *Narrative Interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

GIDDENS, A. *Modernity and self-identity: self and society in*

late modern age. Stanford: Stanford, 1991.

GILLE, J. *Pautas argumentativas en el diálogo espontáneo: un estudio de conversaciones intra e interculturales*. Tese de Doutorado em Lingüística. Stockholm University/Department of Spanish and Portuguese, 2001.

GOODWIN, M. H. *He-said-she-said: talk as social organizational among black children*. Indianapolis: Indiana University Press, 1990.

LABOV, W. The Transformation of Experience in Narrative Syntax. In: LABOV, W. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 354-396.

PASCUAL, Esther. Questions in legal monologues; fictive interaction as argumentative strategy in a murder trial. *Text & Talk*, 26-3, 2006. p. 383-402.

RIESSMAN, Catherine K. *Narrative analysis*. London: Sage, 1993.

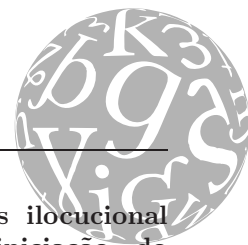
SILVA, J. R. G. e OLIVEIRA, M. C. L. A Composição de um Quadro de Referência para a Gestão da Comunicação Organizacional. *Anais do XVII ENANPAD*. Atibaia, SP, 2003.

## Construção de sentido na interface de usuário do computador: limites e possibilidades

Ana Elisa Costa Novais

anaelisanovais@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Em uma perspectiva mais ampla, objetivamos, com este trabalho, contribuir para a discussão sobre as práticas de letramento digital, tão importantes no contexto da inserção dos meios digitais nas atividades de linguagem contemporâneas. Acreditamos que todo indivíduo deve estar preparado para lidar com as mais diversas práticas letradas contemporâneas, como as que se constituem a partir dos meios digitais. Nesse sentido, buscamos investigar como os usuários do computador lidam com o sistema de signos que compõe a interface de usuário do sistema operacional *Windows*. Pesquisas têm demonstrado que o resultado do processamento da leitura não sofre alterações significativas do meio impresso para o meio digital, partindo do pressuposto de que toda leitura é hipertextual e nenhuma leitura é linear. Nesse sentido, acreditamos na importância de se conhecer formas de produção de sentido a partir do ambiente virtual, investigando possibilidades de interação que orientem as atividades de linguagem nesse meio. Os recursos disponíveis a partir da interface de um sistema operacional (ícones, botões, setas, barras de rolagem, menus, *links*), têm ampliado nossas possibilidades de enunciação, de comunicação e de interação. Apesar desses recursos se constituírem como suportes para que diversos gêneros textuais possam se materializar e serem processados pelo leitor/navegador, nossa pesquisa irá abordar esses recursos enquanto um texto, portanto enquanto “uma unidade lingüística concreta, um conjunto organizado de informações conceituais e procedimentais (instruções de como ligar essas informações), que media a comunicação” ou “o fio condutor que liga tenuemente o escritor ao leitor, permitindo a interação entre eles em uma situação comunicativa concreta” (CAFIERO, 2002, p. 31). Acreditamos que a eficácia no processamento desse texto



contribuirá para a realização efetiva de qualquer atividade de linguagem a partir do meio digital. O processo enunciativo subjacente a esse texto leva em conta questões de recepção particulares, como a eficácia na representação iconográfica de ações de processamento eletrônico da informação, ou seja: a tradução da linguagem binária do computador para uma linguagem mais acessível ao usuário comum. O surgimento da interface presente hoje na grande maioria dos computadores do mundo inteiro é marcado exatamente pela preocupação dos pesquisadores em fazer com que a transição dos suportes impressos para os suportes digitais fosse mais amena e menos radical. Nossa hipótese é a de que esse processo não é tão simples assim, e que muitos usuários, por não conseguirem construir uma analogia ou identificação com a mesa de trabalho (metáfora inicialmente criada para aproximar as atividades do computador a outras atividades já conhecidas dos usuários), encontram dificuldades para lidar com os ícones, comandos e processos organizados pela interface *desktop*. Sabemos que os usuários, ao interagirem com a linguagem dos *softwares*, precisam reunir conhecimentos acumulados em relação a outros suportes e situações de leitura e escrita e assim conseguir transitar pelo espaço digital. As questões que orientam essa pesquisa estão relacionadas justamente à investigação desses conhecimentos que o leitor reúne para utilizar a interface do computador. Que conhecimentos são esses? Que informações prévias são reunidas para entender o funcionamento dos programas do computador? Como o usuário lê a área de trabalho? Que sentidos são negociados nesse uso? A investigação será feita a partir de experimentos com usuários leigos (com pouca habilidade e poucas horas de uso de um computador). Esses usuários deverão confeccionar dois documentos de natureza multimodal nos programas *Power Point* e *Paint* (utilizando imagens, auto-formas, bordas, caixas de texto, recursos de inverter/girar, preenchimento, etc.), com nível de dificuldade suficiente para que ele possa “se perder” na realização da tarefa e buscar possibilidades a partir de suas próprias inferências e analogias. Os dados serão recolhidos a partir de um protocolo verbal e serão gravados em áudio e vídeo. O aporte teórico da pesquisa conta com os trabalhos de Roger Chartier (1998, 1999, 2003), das teorias sobre mescla conceptual (FAUCONNIER e TURNER, 2002) e metáfora conceptual (LAKOFF e JOHNSON, 1984) e da semiótica *peirceana*.

CAFIERO, Delaine. *A Construção da continuidade temática por crianças e adultos: compreensão de descrições definidas e de anáforas associativas*. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.  
CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre a distinção e a apropriação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, ALB, 2003.

\_\_\_\_\_. *As revoluções da leitura no ocidente*. In.: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: AL; São Paulo: FAPESP, 1999.

FAUCONNIER, G. & Turner, M. *The way we think*. New York: Basic Books, a member of the Perseus Books Group, 2002.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

PEIRCE, Charles. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

### Os sujeitos do discurso e as forças ilocucional e perlocucional nos rituais de iniciação do Candomblé: um estudo de caso no Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon (Itabuna-BA)

Marcus Antonio Assis Lima

marcuslima@uesb.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Luciano Lima Souza

Este artigo enfoca os atos de fala realizados nos rituais de iniciação do Candomblé e tem como objetivo analisar a “performatividade” (CHARAUDEAU, 2001) dos atos de linguagem enunciados nos rituais de passagem levados a cabo no grupo *Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon*, sociedade religiosa de culto afro-brasileiro, de origem nagô, da nação Ijexá, consagrado a Oxalá e localizado em Itabuna, Bahia. Essa sociedade está constituída por um número ilimitado de fiéis em seus diversos níveis hierárquicos e categorias, que compõem a comunidade religiosa (*egbé*), devendo praticar o fazer e o viver, conforme o “Preceito, o Respeito e o Segredo da Religião do Candomblé” (REGULAMENTO INTERNO, 2004). O estudo foi elaborado numa perspectiva etnográfica, com abordagem lingüística, utilizando-se de entrevistas e da observação livre e participante antes e durante os rituais realizados de janeiro de 2005 a abril de 2006.

A religião do Candomblé segue um esquema de organização social baseado na constituição de uma “família ritual”, reconhecida como tal através de um processo de iniciação dos membros efetivos do terreiro. Nesse processo, marcado pela reclusão iniciática, os neófitos aprendem as narrativas da vida dos seus orixás, possibilitando, satisfatoriamente, a re-elaboração diferencial das suas identidades (LIMA, 2005, p.100). Os sujeitos “iniciados” constroem uma condição diferencial de si em relação aos outros “não-iniciados” através dos ensinamentos transmitidos oralmente pelos “mais velhos” de forma singular, respeitando o *eledá* (orixá pessoal) de cada um.

Os atos de fala nos rituais de iniciação do Candomblé são elementos lingüísticos dinâmicos que efetivam, na expressão do sujeito, as demandas contextuais e subjetivas que refletem as mudanças de identidade decorrentes dos ritos iniciáticos e, por isso, realizam uma força perlocucional que muda o estatuto identitário do interlocutor. Antes da iniciação, o sujeito aspirante passa por um período como *abiã*, condição que lhe permite um contato com a comunidade religiosa, realizando limpezas de corpo e oferenda aos orixás, especialmente ao orixá de sua cabeça. Os *abiãs* usam fios de contas lavadas e participam apenas da organização dos espaços civis nos terreiros, bem como das atividades rotineiras. Esse período é encerrado com a iniciação ou feitura. A partir daí, o sujeito iniciado passa a pertencer por definitivo à categoria de filho-de-santo “feito”.

Os procedimentos e técnicas referentes à imersão do sujeito no campo sagrado são tratados com grande reserva e variam de nação para nação. O ponto culminante do ritual de iniciação é o pronunciamento do nome do filho do orixá (seu *orunkó*) em festa pública – rito de nomeação. Assim, as relações contratuais presentes nos rituais de iniciação do Candomblé vislumbram uma força ilocucional capaz de estabelecer o estatuto dos parceiros languageiros, em termos tanto de categorias hierarquizadas como também em termos dos “componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pelo jogo de expectativas que envolve





o ato linguageiro” (CHARAUDEAU, 2001, p.30), isto é, os aspectos comunicacionais, psicossociais e intencionais determinantes da troca linguageira em curso.

Dessa forma, a realização de atos ilocucionais e perlocucionais (AUSTIN, 1990) nos rituais iniciáticos do Candomblé requer, dos parceiros da troca, uma direção de ajustamento de “dupla-direção” (MARI, 2001, p. 115), estando sua realização, isto é, a ação que o locutor pretende realizar com seu proferimento, enquadrada no “ponto declarativo”, ou seja, há nos proferimentos ritualísticos iniciáticos um “poder de legitimação para construir certo estado de coisas, a partir do qual outras ações subsequentes tornam-se possíveis” (MARI, *op.cit.*, p. 120). Depois de cumpridas todas as etapas ritualísticas anteriores ao “Dia do *orunkó*” (o dia da consolidação da filiação à “família ritual”), em determinado momento o sacerdote convida um *egbomi* (iniciado de mais de sete anos de obrigações rituais completas) para perguntar o nome do novo iniciado. O noviço caminha, ritualisticamente vestido, pelo barracão de solenidades com o *egbomi*, que lhe pergunta em voz alta, por três vezes: “Qual é o seu nome?”. Na terceira vez o noviço, em voz alta, para que todos os presentes ouçam, grita o seu novo nome. É a comprovação de que os rituais transcorreram como deveriam. Então, o *babalorixá* (o pai-de-santo responsável pelo terreiro) declara: “A partir de hoje fulano de tal é filho-de-santo “feito”, consagrado ao orixá tal, devendo ser tratado no terreiro por sua *digina* (nome formado a partir de palavras de origem africana que compõem o *orunkó*, nome secreto que marca a intimidade do orixá com seu filho “feito”), devendo ser respeitado na condição hierárquica em que se encontra”.

A partir desse momento o iniciado passa a seguir uma série de normas de conduta estabelecidas pelo pai-de-santo. Durante os sete primeiros anos de iniciação o sujeito iniciado passa por outros rituais de complementação de feitura, que podem se dar em obrigações de um, três e sete anos (sendo que ao término de cada uma há um ritual de confirmação pelo *babalorixá*), quando, finalmente, torna-se “um adulto” no Candomblé. Isso ocorre em festa pública, quando, também pelo proferimento do *babalorixá*, o iniciado é apresentado ao público e muda de nível hierárquico, conforme a sua trajetória iniciática.

Desse modo, buscando maior abertura capaz de contemplar e classificar a pluralidade de usos refletidos nas falas dos locutores/interlocutores do ritual do Candomblé, falas essas marcadas por uma grande variação de detalhes e nuances agregadas ao seu conteúdo proposicional, pode-se instituir como “modo de realização” do ponto declarativo do ritual em questão um “modo-legitimação”, capaz de alterar o estatuto identitário do interlocutor. Assim, um indivíduo, para ser confirmado como um filho de santo “feito”, capaz, portanto, de participar ativamente nos procedimentos ritualísticos do culto afro-brasileiro referido, precisa ser legitimado (não apenas em termos de receber um novo nome) como tal. Claro que esses atos ilocucionais precisam realizar certas condições convencionais de modo a serem significados, e postos em uso, pelos interlocutores. A iniciação, em linhas gerais, constitui a gênese de um novo indivíduo, promovendo uma mudança no estatuto de pessoa, gerando um desdobramento do mesmo em um outro, seu duplo (LIMA, 2005, p. 102).

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte:

NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

LIMA, Fábio Batista. *Os Candomblés da Bahia: tradições e novas tradições*. Salvador: Uneb, 2005.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estruturas”. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 93-131.

MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

REGULAMENTO INTERNO, Itabuna, BA: *Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon*, 2004. (Capítulo 1, “Da Organização”). (Mimeografado).

## A representação de eventos sociais e construções de raça no gênero editorial de jornal impresso brasileiro

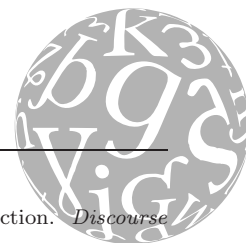
Paulo Henrique Caetano

phcaetano@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Célia Maria Magalhães

A pesquisa em Linguística Aplicada vinculando práticas discursivas da mídia impressa a construções de raça e gênero tem sido desenvolvida no Brasil por pesquisadores associados ao Projeto Corpus Discursivo para Análises Linguísticas e Literárias – CORDIAL, da FALE/UFMG. Tal pesquisa tem apontado para a necessidade de se investigar as diversas orientações para a diferença racial em gêneros (MAGALHÃES, 2004, 2006) e como essas orientações são articuladas com as representações de atores e eventos sociais, a partir das categorias analíticas de Fairclough (1992, 2003) e de Van Leeuwen (1995, 1996), no âmbito da Análise Crítica do Discurso. Dentro dessa perspectiva, este trabalho focaliza tais representações, bem como relações lexicais em 3 editoriais da *Folha de São Paulo* em 1995, 2001 e 2005, selecionados a partir da estrutura de campo (cf. VAN LEEUWEN, 1993) sobre a questão racial na mídia impressa. A escolha do corpus leva em consideração três momentos de grande impacto nos debates sobre as relações raciais brasileiras e na mídia, a saber, a comemoração do tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, em 1995 (com o texto “O padrão ‘branco’ dá as cartas e o ‘racismo cordial’ segue hipócrita e falsamente tolerante”); a Conferência de Durban, em 2001 (com o texto “Os Invisíveis”); e os episódios de racismo no futebol no Brasil, a partir do caso Grafite (com o texto “A imprensa no caso Grafite”). A escolha por editoriais intenta evidenciar a “densidade de discursos condensados” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 101) que esse gênero tende a representar, oferecendo subsídios para interpretação das práticas discursivas da *Folha de São Paulo* e das práticas sociais da mídia impressa em geral, que, *a priori*, se utilizam desses espaços para expressarem suas orientações político-ideológicas. Quanto à representação de atores e eventos sociais, são utilizadas as categorias analíticas de Fairclough (2003) em complementaridade com as de Van Leeuwen (1996), tais como *exclusão*, *inclusão*, *proeminência*, *ativação* e *passivação*, buscando a organização de um inventário sócio-semântico dos textos escolhidos. Uma atenção especial, quanto a esse aspecto, é dada à questão do que é colocado



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

em primeiro plano, em evidência, e do que é colocado em segundo plano, obscurecido - *foregrounded* e *backgrounded* (FAIRCLOUGH, 1995, p. 4/103), bem como o que não é representado. Neste caso, até uma escala de presença é sugerida por Fairclough para a análise deste aspecto, em que representações podem variar entre: 'ausente' - 'pressuposto' - em 'segundo plano' - em 'primeiro plano' (1995, p. 106). No que se refere às orientações para a diferença, são tomadas as perguntas metodológicas de Fairclough (2003, p. 192), visando à identificação de tensões discursivas, assimetrias de poder, tendências a mudanças discursivas para conceitos centrais da questão racial no Brasil, como *raça*, *racismo*, *preconceito*, *discriminação*, *ações afirmativas*, *políticas de cotas* e *democracia racial*. Outro foco de observação se dá em movimentos como *comodificação* e *tecnologização* do discurso e *personalização sintética* (FAIRCLOUGH, 1992, 2003). Nesse contexto, as investigações acerca da tensão que afeta a mídia contemporânea (FAIRCLOUGH, 1995) apontam para uma divisão de orientação desta entre as funções de entreter ou de informar; entre o financiamento público e o privado, sugerindo fortes tendências à mercantilização e conversacionalização do discurso. Destaco a opção de conceito que o autor faz (FAIRCLOUGH, 1992), tomando o discurso como práticas e relações sociais, como construção social da realidade e como forma de conhecimento, possibilitando que se verifique, nas escolhas lingüísticas do discurso mediado, construções de significado ideológico (FAIRCLOUGH, 1992). Há que se observar que, com objetivo de contrastar variantes no gênero editorial, foi tomado, no caso de 2001, um editorial da coluna *Ombudsman*. Dessa forma é possível observar critérios na expressão de conceitos e construção da realidade que o jornal opera, ora da perspectiva da formação de opinião, ora da perspectiva de autocrítica. Um outro fator a ser destacado é o discurso de auto-referenciação que permeia as práticas discursivas da *Folha* e de todo o grupo de empresas que se organizam em torno dela, como editora, agências de notícias e instituto de pesquisa, possibilitando a constituição interna de discursos que se fazem auto-sustentáveis a partir de seus próprios marcos. Sendo a mídia impressa ainda um espaço de grande influência na formação ética e política de seus/suas leitores(as), exercendo o seu "poder simbólico" (cf. THOMPSON, 1998, p. 24), há que se expandir as formas de análise e de interpretação de seu funcionamento como forma de empoderamento, tarefa que o trabalho procurou, em parte, cumprir.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. London: Edward Norton, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

MAGALHÃES, C. A Critical Discourse Analysis approach to news discourses and social practices on race in Brazil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 275-301, 2006.

MAGALHÃES, C. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Linguagem em (Dis)Curso*, Tubarão, v. 4, Número Especial, p. 35-60, 2004.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm (Ed.). *Texts and Practices: readings in critical discourse analysis*. London/New York: Routledge, 1996. p. 32-70.

VAN LEEUWEN, Theo. Representing Social Action. *Discourse & Society*, London, v. 6, n. 1, p. 81-106, 1995.

VAN LEEUWEN, Theo. Genre and field in critical discourse analysis: a synopsis. *Discourse & Society*, London, v. 4, n. 2, p. 193-223, 1993.

### Pedido de desculpas em contextos de mídia impressa

Cleide Emilia Faye Pedrosa

eliaspedrosa@uol.com.br

Universidade Federal de Sergipe

O pedido de desculpas é um ato pelo qual o locutor tenta obter de seu destinatário o perdão por uma ofensa pela qual é, de algum modo, responsável. Entretanto, vale ressaltar que esse pedido se altera expressivamente de acordo com o evento comunicativo em que os interlocutores estejam envolvidos. No caso de identificação de pedidos de desculpas na mídia impressa, objeto de nossa pesquisa, verificaremos que há uma busca por recursos lingüísticos, discursivos e sociais para proteção da 'face' ou, dizendo com terminologia própria, "salvar a face". Assim, nossa comunicação tem por objetivo identificar os recursos lingüísticos, discursivos e sociais que são utilizados pelos locutores/editores para minimizar sua 'face' e da instituição para a qual trabalha. A investigação, para tal, busca suporte teórico em uma interface entre a Pragmática e a Análise Crítica do Discurso (ACD). Da Pragmática, fundamentados em leitura de Kerbrat-Orechioni (2005), Maingueneau (2001) e Charaudeau & Maingueneau (2004), destacaremos o estudo da Polidez, que caracterizou a pragmática anglo-americana dos anos 1970 e 1980, em seu recorte em relação à 'face' e os Atos ameaçadores da face (FTA). Nesse contexto, o modelo teórico mais destacado é o de Brown e Levinson (*apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004); nele, os autores destacam que em toda interação verbal está em jogo quatro faces, no mínimo: duas do locutor e duas do interlocutor. As faces são positivas ou negativas. As positivas são representadas pelo conjunto das imagens valorizadas que os interlocutores constroem para si e tentam passar na interação. As negativas são concebidas pelo conjunto dos territórios do eu; seja corporal, temporal ou de bens materiais ou simbólicos. Assim, nessa base teórica, os atos verbais ou não-verbais podem se transformar em ameaças potenciais a uma ou outra face; são os chamados "Atos ameaçadores da face". Da ACD, baseados em leituras de Fairclough (2001, 2003) Pedro (1998a, b) Wodak (2003), apontaremos, primeiramente, os postulados teóricos e metodológicos que sustentam a ACD, para, em seguida, expor o modelo de análise tridimensional do discurso, defendido pelo viés social desenvolvido por Fairclough. A partir dos anos noventa, consolidou-se a Análise Crítica do Discurso no panorama das ciências da linguagem como uma disciplina que se ocupa fundamentalmente de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, da forma como esses fenômenos se manifestam através da linguagem (WODAK, 2003). Nessa perspectiva, a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as



relações de poder estabelecidas institucionalmente. Devido aos diferentes enfoques seguidos por analistas críticos do discurso, aceita-se a ACD não como um método único, porém como um método que adquire consistência em vários planos. Por isso, a ACD destaca a necessidade de um trabalho interdisciplinar, objetivando alcançar uma compreensão adequada do modo como a linguagem opera. Assim, poderá acompanhar a manifestação da linguagem na constituição e na transmissão de conhecimento, na organização das instituições sociais e/ou no exercício do poder. O trabalho de Fairclough, um dos recortes de nossa pesquisa, é baseado na lingüística funcional de Halliday, teoria que considera a linguagem na forma como essa é configurada pelas funções sociais que se destina a atender. Para o autor, a localização teórica da ACD está em ver o discurso como um momento das práticas sociais; deste modo, como proposta para trabalhar com o discurso, Fairclough (2001) sugere uma análise tridimensional, sustentada na seguinte justificativa: qualquer evento (exemplo) de discurso pode ser considerado simultaneamente em três dimensões: *texto* – aspecto que cuida da análise lingüística; *prática discursiva* – dimensão que trabalha com a natureza de produção e interpretação textual; e *prática social* – dimensão que verifica as questões de interesse na análise social. Dentro dessa proposta, um dos aspectos de análise do texto defendido pelo analista é da polidez. Para ele, as regras de polidez particulares tanto incorporam quanto reconhecem particulares relações sociais de poder. Segundo Fairclough (2001, p. 204), “(...) investigar as convenções de polidez de um dado gênero ou tipo de discurso é um modo de obter percepção das relações sociais dentro das práticas e dos domínios institucionais, aos quais esse gênero está associado”. A fim de verificar as convenções de polidez na mídia impressa, incorporando a interface anunciada (Pragmática e ACD), dois contextos discursivos servem de base para essa investigação: primeiro, pedidos de desculpas dos editores em respostas a cartas dos leitores que apontam enganos ou erros de edições anteriores; segundo, retratação dos próprios editores por erros em outras edições. A coleta de material para atender nossa proposta não ficou limitada nem a revistas, nem a anos de publicação do suporte em questão; o que nos interessava era levantar um corpus que atendesse ao objetivo proposto, por isso, julgamos que a pesquisa não devesse ser controlada por essas variáveis. Os resultados apontam para diversas estratégias discursivas (pedidos de desculpas indiretos, implícitos, entre outros) que são utilizadas pelos editores para proteger as ‘faces’, ora a sua, ora a do jornalista que escreveu a matéria onde se identificou o erro e ora a da própria instituição. Essas estratégias discursivas são respaldadas por recursos lingüísticos variados, a título de exemplo, apontamos o eufemismo; e também por outras semioses, como a icônica, pois os textos onde estão veiculados esses pedidos estão, de certa forma, escondidos, sendo de difícil localização. A pesquisa confirmou que o uso da linguagem em relações sociais, especificamente em contextos institucionais de pedidos de desculpas, respalda a dificuldade que o quarto poder tem de se retratar e assumir seus erros, sejam gráficos, informacionais ou interpretativos.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.  
FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER,

Michel (Ed.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 179-203.

KERBRAT-ORECHINONI. *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Niterói: EduFF, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

PEDRO, Emília R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1998a. p. 19- 46.

\_\_\_\_\_. O discurso dos e nos media. In: \_\_\_\_\_. *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1998b. p. 293 - 312.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: \_\_\_\_\_. MEYER, Michel (Org.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-34.

## A argumentação num processo direcionado de ensino/aprendizagem para a constituição de um sujeito relativamente autônomo

Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima

ritasouto@ig.com.br  
Universidade Federal de Alagoas

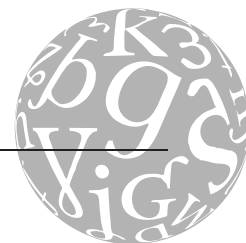
### 1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que não são “palavras” que escutamos/lemos ou falamos/escrevemos, mas sim ressignificações de temas, orientadas pelas condições mediatas e imediatas (BAKHTIN, 1992, 2004), podemos dizer que os conteúdos ideológicos perpassam as reflexões do/no sujeito, constituindo-o como sujeito relativamente autônomo (ZOZZOLI, 2006).

Sabendo que a educação direciona a formação de certo tipo de sujeito, num dado contexto histórico-social-econômico, o ato de planejar pode suscitar, no âmbito das relações sociais, uma ação intencional educativa/reflexiva (CAVALCANTE, 2002). Para que isso ocorra, essa ação precisa ser planejada. O objetivo da discussão deste estudo, financiado pelo Cnpq, é compreender como se deu o processo de argumentação, a partir de um planejamento semestral específico, direcionado a uma turma do 3º ano do Curso Normal (antigo Magistério). Mais especificamente, o sentido dado ao termo argumentação, neste trabalho, aproxima-se do de Perelman e Olbrechts (2005), ou seja, é aquela direcionada a uma ação precisa, a ser desencadeada no auditório. Segundo esses autores a argumentação deve excitar as paixões, emocionar seus ouvintes, de modo a desencadear uma adesão intensa. Ouveu-se, pois, ao trabalho com a defesa de posições, intenções e objetivos no intuito de estabelecer a conduta de criticidade do sujeito leitor e produtor de textos (orais e/ou escritos).

Após um período de observação de cunho etnográfico (LUDKE, 2004) em sala de aula, foi efetuada uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005; BARBIER, 2006) nesta mesma sala, numa parceria entre professor e pesquisadora, buscando-se abordar as estratégias e os componentes argumentativos dos discursos dos alunos.

As aulas eram de língua portuguesa e as atividades efetuadas foram descritas em notas de campo e/ou gravadas em áudio.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Foram produzidas, após cada aula, micro-análises, utilizando o material coletado (gravações, leitura das notas de campo, leitura e escuta dos textos escritos/falados pelos alunos), para planejamento do passo seguinte a ser executado. Os retornos obtidos, a partir dos diagnósticos produzidos por essas pequenas análises, eram novamente considerados, num processo de reflexão permanente.

Dentro de uma postura reflexiva e não normativa, observou-se, principalmente, como o trabalho com a argumentação refletiu-se e refratou-se no processo de produção desses alunos, tornando-os responsáveis por sua própria aprendizagem.

### 2. A PESQUISA

Inicialmente optou-se por um período de observação, como foi dito acima, com o propósito de se fazer uma sondagem do ambiente em que se pretendia trabalhar. Por dois meses a pesquisadora assistiu às aulas e coletou dados. Após esse período foi aplicado questionário sobre as perspectivas do aluno para o futuro, quais os temas que eles preferiam trabalhar e o porquê de terem optado por fazer o curso.

A partir das respostas obtidas foi possível perceber que, em sua maioria, os alunos visavam uma qualificação para o mercado de trabalho. Os temas preferidos estavam relacionados ao ensino e à aprendizagem. Com essas respostas foi possível montar atividades que com elas se relacionavam.

Primeiramente, pediu-se aos alunos que defendessem determinada proposta pedagógica, por eles montada. Em seguida, alguns textos produzidos foram analisados por todos. A escolha dos textos foi aleatória e não identificada. Posteriormente, foi realizada uma outra produção, contextualizada da seguinte forma: os alunos iriam “fazer de conta” que estavam em uma secretaria da escola e que tinham pedido a eles que escrevessem algo sobre si mesmo, tentando convencer a escola para que fossem contratados. Esses textos foram lidos e armazenados para uma atividade mais adiante.

Já que se estava em período de eleição, foi pedido para que os alunos apontassem as estratégias que eles percebessem em determinado panfleto político, escolhido pela pesquisadora em acordo com o professor. Após essa tarefa, foi pedido para que refizessem a carta contextualizada, descrita logo acima, a partir do pressuposto de que a primeira não tinha sido aceita. Os alunos teriam que ler a primeira carta e imaginar, de acordo com o que tinha sido discutido em sala a respeito das estratégias de argumentação, o porquê da não contratação. A partir dessa reflexão inicial deveriam elaborar uma outra carta, esta para uma segunda escola.

Observou-se que as estratégias tiveram um salto qualitativo e que a reflexão crítica que efetuaram de seus próprios textos determinou uma postura diferenciada em sala de aula, pois todos queriam apontar seus próprios erros e o que eles tinham feito de diferente na segunda proposta.

### 3. REFLEXÕES FINAIS

A prática argumentativa geralmente é introduzida, de maneira formal e institucionalizada, nos últimos anos do ensino fundamental e nos que se seguem no ensino médio. No entanto, acreditamos que deveria ser uma prática considerada mesmo nas séries iniciais, pois ela estabelece nos sujeitos uma postura sempre de *enfrentamento*, *posicionamento* e *defesa*. Esse processo descrito é necessário para que se possa obter dos alunos a resposta ativa que se reclama há muito dentro das pesquisas linguísticas, educacionais e de outras áreas, que observam o sujeito e sua relação com o social.

No contexto específico do estudo do curso normal vale a pena destacar a importância de um trabalho como esse, pois os sujeitos envolvidos serão, ou já estão sendo, professores do ensino fundamental, responsáveis pela formação de outros

tantos sujeitos.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. São Paulo: Líber, 2006.

CAVALCANTE, M. S. A. O. *Planejamento de ensino: organização política da ação pedagógica*. Mimeo: 2002.

LUDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2004.

PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, Chaim e Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez: 2005.

ZOZZOLI, R. M. D. *Produção escrita em língua materna e em língua estrangeira: interfaces*. Mimeo: 2006.

## Leitura de críticas cinematográficas por estudantes universitários

Fernanda Valim Côrtes Miguel

fernanda.v.c.mig@hotmail.com  
UNICAMP

Apresento, nesta comunicação, os resultados de uma investigação sobre a recepção, via leitura, do gênero escrito “crítica cinematográfica” por estudantes universitários. Meus estudos partiram de uma base conceitual que permitiu repensar a noção de gênero discursivo como instrumento para a análise textual na produção e nos processos de recepção e de interpretação. Além disso, busquei compreender as práticas envolvidas no ato da leitura e as habilidades de percepção dos leitores com relação às características formais e temáticas do texto em questão. Em consonância com os propósitos da investigação e com sua base conceitual, o método que a orientou foi de natureza essencialmente qualitativa e interpretativa, já que não tive a intenção de delinear amostras representativas, mas explicar os critérios de escolha dos participantes e entender os significados construídos por eles a partir de um contexto específico. O *corpus* de análise foi composto de discursos produzidos em entrevistas parcialmente estruturadas – seis filmadas e três gravadas em áudio – de nove alunos que leram e comentaram críticas sobre o filme “Olga”, publicadas por jornais, sites e revistas, durante o mês de agosto e setembro de 2004. Para a leitura dos textos, selecionei alunos graduandos – tanto os que assistiram, quanto os que não assistiram ao filme – de cursos diferentes, abrangendo a área de exatas e biológicas da Unicamp, e estudantes do curso de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Partindo do interesse particular pela área do jornalismo cultural, procurei observar se esses leitores situados seriam capazes de reconhecer o gênero discursivo “crítica cinematográfica”, de prever sua estrutura, seu conteúdo temático e de identificar seu estilo, elementos que integram o todo do enunciado e são definidores dos gêneros discursivos. Procurei verificar, ainda, se os leitores atribuíam alguma função ao gênero, seja



em circunstâncias específicas – no caso em foco, no contexto imediato da entrevista –, seja no contexto mais amplo de suas práticas culturais cotidianas. As análises revelaram que todos os informantes reconheceram e atribuíram alguma função ao gênero, seja em circunstâncias específicas – no contexto imediato da leitura dos textos –, seja em um contexto mais amplo das relações entre produtores (autor e exibidor do filme) e consumidores (leitores do texto e espectadores do filme). Todos eles, inclusive, já possuíam uma expectativa definida com relação a sua leitura. A maioria dos entrevistados atribuiu à crítica um caráter opinativo e informativo, cuja função seria a de explicar brevemente a história do filme, os recursos técnicos utilizados em sua produção e a avaliação explícita do crítico sobre a obra comentada. Os focos de relevância identificados por diferentes leitores de um mesmo texto crítico também foram similares: destaque para os estereótipos do filme e dos personagens; para característica da trilha sonora e de cenas em planos fechados; para a discussão sobre o limiar entre a linguagem do cinema e da televisão; e para a comparação entre “Olga” e novelas e minisséries brasileiras. Uma diferença significativa, porém, foi verificada nas entrevistas com os alunos de jornalismo, os quais se posicionaram e tematizaram a tensão entre opinativo e informativo: o texto crítico, por estar publicado num jornal, passou a ser incluído no conjunto dos gêneros jornalísticos factuais, estando, assim, sujeito às normas da escrita jornalística. A contradição apareceu justamente pelo fato de se tratar de um texto assinado e, portanto, de responsabilidade do autor. Por isso, segundo os entrevistados, não poderia ser genérico ou se fazer passar por um texto de responsabilidade do jornal. A hipótese levantada foi a de que essa diferença se deve ao fato das críticas lidas se situarem em veículos de comunicação factuais, mas não seguirem os princípios técnicos básicos de constituição da notícia aprendidos por eles no curso de jornalismo, como o da imparcialidade, atualidade e objetividade. O percurso individual do entrevistado se apresentou como uma variável mais relevante que a do curso ou área de estudos dos leitores, já que as análises comparativas desses grupos – apesar das distinções no que diz respeito à maior ou menor importância atribuída às funções opinativa e informativa da crítica cinematográfica –, apontaram características muito semelhantes no que diz respeito às opiniões sobre o percurso de trabalho do diretor Jaime Monjardim, sobre a emissora Globo de televisão, sobre as telenovelas e minisséries “globais” e sobre o suposto posicionamento ideológico dessa emissora. Essas semelhanças observadas se devem ao tipo de letramento e a práticas socioculturais comuns, como a leitura de jornais e de textos críticos.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. (Org.). São Paulo: Cortez, 2005.

CHANDLER, Daniel. The problem of definition. In: \_\_\_\_\_. *An Introduction to Genre Theory*. London, 1997. Disponível em: <http://www.aber.ac.uk/~dgc/intgenre.html>.

MEDINA, J. L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. *Revista Symposium*, Universidade Católica de Pernambuco, ano 5, n. 1, jan.-jun. 2001.

MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo opinativo*. São Paulo, 2003.

MOITA LOPES, L. P. Pesquisa interpretativista em Lingüística

Aplicada: a linguagem como condição e solução. *Revista DELTA*, v. 10, n. 2, 1994.

PIZA, Daniel. *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto, 2003.

SÁ, N. L. Fazendo ciência nas ciências humanas: um olhar sobre a pesquisa verificacionista e a pesquisa interpretativa. *Revista Amazônica*, ano 6, n. 2, 2001.

### A produção de parafasias em testes metalingüísticos e em situações dialógicas: reflexão a partir dos estudos sobre referenciação

Íria Marjori Schubalski Reisdorfer

ireisdorfer2@yahoo.com.br  
UNICAMP

Muitas são as questões na literatura neuropsicológica e neurolingüística a serem elucidadas com respeito às chamadas *parafasias*. Tal fenômeno diz respeito à substituição de um som por outro – como, por exemplo, quando o sujeito diz “sacada”, ao invés de “facada”, ou quando há a troca de uma palavra-alvo (aquela pretendida pelo sujeito) por uma outra, como em “Meu pai morreu de parto”, ao invés de produzir “Minha mãe morreu de parto”. A semelhança se deve ao seu sentido, como no exemplo anterior, ou à ligação por uma associação corrente – trocar “garfo” por “colher” ou “cama” por “mesa”. O que parece ser bastante óbvio ou aceito na literatura tradicional, tanto na caracterização do fenômeno das parafasias, como na sua classificação em fonológicas, lexicais, semânticas ou neologizantes, de fato não é tão simples. Do reconhecimento ou não da palavra-alvo pelo interlocutor, resulta uma classificação que vai de uma parafasia fonológica a um jargão neologizante, ou a uma anomia. Estudos realizados na área questionam se a emergência de parafasias está ligada à perda da competência lingüística dos sujeitos, ou se são atribuídas a problemas de acesso lexical, ou seja, de processamento. Questiona-se, ainda, se os dados corroboram as hipóteses de que haveria um léxico mental, autônomo, que poderia estar comprometido em casos de lesões do córtex cerebral. A crítica feita à primeira hipótese relaciona-se à dificuldade em explicar de que forma tal conhecimento pode estar *perdido* se há momentos em que a palavra vem à tona, mesmo que na forma de uma parafasia. É importante mencionar que a literatura tradicional da área sobre a produção de parafasias não considera as semelhanças existentes na linguagem dos afásicos e dos sujeitos não-afásicos. Processos parafásicos ocorrem também em situações de cansaço, distração, etc., o que já havia sido apontado por Freud, no final do século XIX. Questiona-se também a segunda hipótese acima aventada, da existência de um léxico mental autônomo; os dados de situações dialógicas que serão abordados neste trabalho nos ajudam a compreender melhor a sua organização. Questões que dizem respeito à metodologia também são apontadas, com destaque para o fato de que o fenômeno é normalmente avaliado por meio de tarefas metalingüísticas – em testes de nomeação –, como parte de baterias que se propõem a avaliar *linguagem*. Tais procedimentos têm sido criticados na área de Neurolingüística de vertente enunciativo-discursiva, uma vez



que restringem as análises aos aspectos formais da *língua*. Os resultados apontam, geralmente, para competências que os sujeitos afásicos perderam e as parafasias são vistas sempre como um resultado negativo da sua produção em relação à palavra-alvo. Em outras palavras, avaliam-se unidades isoladas, de forma descontextualizada, o que leva a uma falsa avaliação da *competência* lingüística dos falantes. Em geral, os testes de nomeação buscam o nome, o significante, sendo a *referência* o objeto de mundo que se deve nomear. Em contrapartida, avaliamos o fenômeno da produção de parafasias em situações dialógicas, quando os sujeitos constroem os *objetos de discurso* em ação colaborativa com os outros sujeitos, afásicos e não-afásicos. Este trabalho justifica-se por buscar uma melhor caracterização das parafasias numa perspectiva sociocognitiva, sintetizado como uma atividade construtiva de objetos de discurso, e não como objetos de mundo. A interação, nesta perspectiva, é ponto de convergência para a construção desses referentes ou dos sentidos, não da sua fonte. O conhecimento lexical não seria relevante isoladamente, mas sim numa perspectiva dos indivíduos em interação no processo de categorização e referenciação. Resultados obtidos nas aplicações de testes de nomeação e de enunciados em situações dialógicas permitirão avaliar até que ponto as abordagens metalingüísticas propiciam o aparecimento de mais parafasias (ou de formas neologizantes) em um mesmo sujeito e ainda favorecem a chamada *anomia*, por restringirem-se a um único tipo de significação, ao qual Lyons (1981) chama de *significado* descritivo. Nas atividades dialógicas, onde há um funcionamento real da linguagem, o significado descritivo passa a ser apenas um dos processos de significação possível e não é certamente o mais relevante nas atividades lingüísticas de sujeitos afásicos e não-afásicos.

FREUD, S. *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70, 1997.

JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. *Lingüística e Comunicação*, (34-62), São Paulo: Cultrix, 1981.

KOCH, Ingedore. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 41, Campinas, 2001.

LE DORZE, G.; NEPOULOUS, J. Anomia in moderate Aphasia: problems in accessing the lexical representation. *Brain and language*, 37, p. 381-400, 1989.

LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Martins Fontes, 1977.

MARCUSCHI, Luiz A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividades criativa. *Veredas* 13, p. 43-62, 2004.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação In.: CAVALCANTI, Mônica M.; RODRIGUES, Bernardete B.; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MORATO, Edwiges M. Determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referencialista dos processos enunciativos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 41, Campinas, 2001.

MORATO, Edwiges M.; KOCH, Ingedore Villaça. Linguagem e Cognição: os (des)encontros entre a Lingüística e as Ciências Cognitivas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 44. Campinas, 2003.

NOVAES-PINTO, R. *A contribuição do estudo discursivo para uma análise crítica das categorias clínicas*. 1999. Tese (Doutorado) – IEL, UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

### Narrativa em ambiente informatizado: análise de atividade proposta no CD-ROM (Compact Disc Reading Only Memory) “Recontando histórias”

Maria Aparecida de Faria Gomes

mafomes@unilestemg.br

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais

Nesta comunicação, relato minha pesquisa desenvolvida no Cefet-MG para obtenção do Título de Mestre em Educação Tecnológica. Na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo, particularmente de Bronckart e Schneuwly, apresento uma análise de produções que se encontram no eixo do NARRAR, no tipo de discurso NARRAÇÃO, com predomínio da SEQÜÊNCIA NARRATIVA e no gênero HISTÓRIA INFANTIL. Na pesquisa, foram envolvidos 21 (vinte e um) alunos da terceira série do Ensino Fundamental de uma escola particular do município de Coronel Fabriciano, no interior de Minas Gerais, com idade entre oito e nove anos, divididos em três grupos (GIM – Grupo Independente de Mediação –, GSR – Grupo com Mediação da Seqüência Didática e Professora Regente – e GSP – Grupo com Mediação da Seqüência Didática e Pesquisadora). O instrumento utilizado constitui-se de três atividades consideradas básicas para a produção da narrativa, pois contemplam as categorias do conhecimento: espaço, objeto e causalidade. São elas: desenho de um cenário para uma história; criação de um personagem e invenção de uma história do CD-ROM *Recontando Histórias*. Este CD-ROM, implementado por mim e por uma colega de trabalho, é composto de nove histórias infantis, dispostas em cinco telas ilustradas para cada uma delas; oito contos específicos dos países de língua portuguesa; oito atividades interativas que enfocam as categorias de espaço, objeto e causalidade; cinco curiosidades sobre os contos de fadas e dois estudos referentes às pesquisas que estão sendo desenvolvidas por nós duas. As telas ilustradas, animadas e sonorizadas, instigam os alunos a elaborarem os cenários, a criarem as personagens e a comporem os elementos da situação inicial, do conflito e da situação final da narrativa. Para desenvolvimento da pesquisa, as atividades propostas no CD-ROM em questão foram atreladas aos procedimentos de uma seqüência didática – denominada “seqüência didática narrativa do CD-ROM *Recontando Histórias*”. Em razão do meu objetivo específico – avaliar o desenvolvimento da narrativa de alunos de 3ª série do Ensino Fundamental em ambientes informatizados – foram privilegiados os elementos mais pertinentes do ponto de vista lingüístico e do conteúdo. Como o interesse deste trabalho recai, principalmente, sobre o desenvolvimento do conteúdo temático de narrativas, a análise foi feita em quatro etapas: a primeira privilegiou o plano geral da seqüência narrativa; a segunda, os mecanismos de textualização; a terceira, os mecanismos hipermediáticos e a quarta, as interferências da leitura em rede. Para melhor visualização do desenvolvimento da seqüência narrativa dos textos produzidos, a análise dos estratos do folhado textual, proposta por Bronckart (1999), foi feita de acordo com Adam (1997) e Machado (2005). Na análise da apropriação dos mecanismos de textualização, foram observados aqueles indispensáveis à progressão do conteúdo temático: os



organizadores temporais e espaciais, as conexões entre as fases da seqüência da narrativa e a coesão verbal. Assim, foram avaliados os aspectos pertinentes (i) ao plano geral, observando localização dos fatos no espaço e no tempo; (ii) aos mecanismos de textualização, focalizando a conexão e coesão verbal, e (iii) ao uso do computador, considerando seus efeitos sobre as produções textuais. Ao final desta pesquisa, pode-se dizer que houve progresso nas capacidades discursivas dos aprendizes, uma vez que as produções finais do GSR contemplam, aproximadamente, 90% das características de uma seqüência narrativa. As capacidades de ação também progrediram: aproximadamente 85% dos textos apresentam informações advindas da rede e menor número de erros ortográficos. Por último, as capacidades lingüístico-discursivas, especialmente no que diz respeito aos articuladores de coerência, ainda que insuficientes, apresentaram também um avanço. Os dados mostraram também que a proposta de um trabalho organizado progressivamente em aulas/módulos/oficinas, sobre gêneros específicos, permite o acesso às novas práticas de linguagem, principalmente àquelas que seriam dificilmente apreendidas sem uma sistematização. Pode-se concluir que, substituindo-se práticas pedagógicas que enfatizam a transmissão de informações por uma seqüência didática projetada com auxílio de recursos hipermediáticos, percebe-se uma atitude predominantemente receptiva por parte dos alunos. O contraste entre os três grupos de trabalho põe em relevo eficácia das mediações no processo de ensino-aprendizagem, com especial ênfase na atuação do professor.

## O burocratês - análise à luz de uma gramática retórica.

Maria Inez Matoso Silveira

mimatoso@uol.com.br

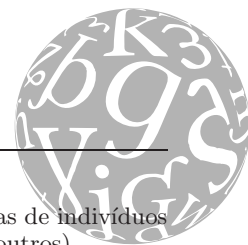
Universidade Federal de Alagoas

Este trabalho tem como tema a linguagem burocrática, comumente chamada de *burocratês*, por analogia ao *juridiquês* (linguagem jurídica), do qual é herdeiro, e dele continua recebendo muita influência. Não se trata de um dialeto da língua, porque não é adquirido de forma natural e também não tem fronteiras geográficas. Pode-se caracterizar o burocratês como um registro lingüístico de muito prestígio, efetivamente presente nos documentos oficiais da burocracia administrativa pública e empresarial. Essa linguagem é legitimada pelas relações institucionais entre as entidades oficiais e as juridicamente constituídas, através de gêneros textuais convencionalizados e reconhecidos pela comunidade de discurso em que circulam. Esses gêneros organizam as ações sociodiscursivas que mantêm as relações de poder e prestígio entre as diversas instâncias da burocracia estatal e, por extensão, das empresas privadas. Além de ser um registro lingüístico a que poucos têm acesso, tanto nas habilidades de recepção, como de produção, este tipo de linguagem – o burocratês – tem merecido pouca atenção por parte dos estudos lingüísticos acadêmicos no Brasil, sendo geralmente abordado nos chamados cursos de redação

oficial, em instruções normativas governamentais e nos *manuais de redação oficial* que orientam os *escribas* – pessoas encarregadas de escrever os vários gêneros da correspondência oficial nas repartições públicas e escritórios das diversas instituições. O uso desse tipo de escrita, que muito influencia o português escrito padrão formal, movimentada todas as esferas do mundo do trabalho nos setores administrativos. A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo analisar as características lingüístico-formais do burocratês, através do estudo de exemplares autênticos de ofício, espécie de carta oficial utilizada exclusivamente em instituições oficiais e, por extensão, naquelas entidades juridicamente constituídas. O ofício é um dos gêneros mais usados na correspondência oficial e empresarial e serve para atender a vários propósitos comunicativos (solicitar préstimos, convidar para eventos, encaminhar documentos e propostas, dar informações relevantes, etc.). O estudo em tela teve como *corpus* os textos constantes em 48 ofícios expedidos e recebidos pela ETFAL (Escola Técnica Federal de Alagoas, atual CEFET-AL) e pela UFAL (Universidade Federal de Alagoas) durante os anos de 1997 a 1999. A análise focalizou as principais características do registro burocrático presentes nos textos dos ofícios do *corpus*: a formalidade, a impessoalidade, a argumentatividade e a persuasão. Também foram estudados outros elementos, tais como as escolhas lexicais, a textualização, a complexidade sintática e as modalizações. A exposição do trabalho se dará através da análise de quadros quantitativos, seguidos de comentários avaliativos e excertos mostrando as realizações e marcas recursivas dos elementos formais do burocratês na superfície lingüística. Para a fundamentação teórica, além do estudo de obras teóricas e de cunho reflexivo sobre o burocratês (LANHAM, 1999; MENDONÇA, 1987; SHUY, 1998; TIERSMA, 1999), a autora utilizou-se de vários manuais de uso consagrado e documentos oficiais de natureza normativa para a correspondência oficial (BELTRÃO, 1993; BRASIL, 1998, etc.). Ainda em relação ao referencial teórico que serviu de base para o estudo, a autora buscou subsídios de várias tendências convergentes dos estudos enunciativos e lingüístico-discursivos, tais como a lingüística de texto (BEAUGRANDE, 1997; CERVONI, 1989; KOCH, 1884), a análise crítica do discurso (FOWLER *et al.*, 1979; KRESS, 1985), os estudos retóricos-argumentativos (TOULMIN, 1999) e retórico-gramaticais (KOLLN, 1999). Os resultados da pesquisa evidenciaram o princípio de que a língua reflete as relações sociais, no caso deste trabalho, as relações de força e manutenção das práticas e das instâncias de poder. O estudo e desvelamento das articulações entre língua e estrutura social têm muito a contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica, através da conscientização sobre as relações entre a ideologia, as práticas sociais e os usos da língua e seus inúmeros recursos. Obviamente, a aplicação dessas noções no ensino efetivo da língua deve democratizar os acessos aos mecanismos de “naturalização” da velada opressão e dos processos de exercício e manutenção das relações de poder, que se cristalizam pelos dos usos efetivos da língua através da circulação dos gêneros textuais, em resposta às inúmeras situações retóricas do cotidiano das pessoas e das instituições.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BELTRÃO, Odacir. *Correspondência: linguagem & comunicação*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1993.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. *Normas sobre correspondência e atos oficiais*. 5. ed. rev. e amp. Brasília, DF, 1998.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. Tradução de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- FOWLER, Roger *et al.* *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- KOLLN, Martha. *Rhetorical grammar: grammatical choices, rhetorical effects*. Boston: Allyn and Bacon, 1999.
- KRESS, Gunther. Ideological structures in discourse. In: DIJK, Teun A. van. (Ed.) *Handbook of discourse analysis*. Orlando, FL: Academic Press, 1985. p. 27-42.
- LANHAM, Richard A. *Revising business prose*. Boston: Allyn and Bacon, 1999.
- MENDONÇA, Neide R. de Souza. *Desburocratização lingüística: como simplificar textos administrativos*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1987.
- SHUY, Roger W. *Bureaucratic language in government & business*. Washington DC: Georgetown University Press, 1998.
- TOULMIN, Stephen. *The Uses of Arguments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, c1958.

---

### A construção de identidade profissional em reuniões empresariais: o foco no gerente de vendas

Clarissa Rollin Pinheiro Bastos

claro@cosmevelho.com.br  
PUC - Rio de Janeiro

As profundas transformações que atravessam a sociedade contemporânea criam uma estrutura social aberta, extremamente dinâmica, gerando tensões em todas áreas e afetando as relações entre as pessoas, as práticas e os valores sociais (GIDDENS, 2002). Uma importante questão relativa ao impacto dessas mudanças diz respeito à identidade do profissional, seus valores e seu relacionamento no próprio contexto de trabalho.

Neste estudo, investigo a construção de identidade de um executivo/gerente de vendas de uma empresa brasileira da construção civil em reuniões empresariais. Face à preocupação crescente com o desenvolvimento dos conhecimentos relacionados ao estudo de identidades profissionais, o tratamento do tema aqui proposto poderá contribuir para compreender e ampliar esse conhecimento – quem são e como agem profissionais no desempenho no trabalho –, especialmente no contexto brasileiro.

Reconhece-se, no âmbito dos estudos do discurso, que as identidades emergem na seqüencialidade discursiva, particularmente nas interações, em que são dinamicamente recriadas. Nesse sentido, as construções identitárias em qualquer evento de fala são contingenciais à própria situação. Isso significa que alguns aspectos identitários podem ser mais ou menos salientes ou relevantes do que outros em diferentes pontos da interação; do mesmo modo que as identidades podem ser (re)construídas pelos participantes para atender os projetos interacionais locais. Tem-se, assim, que as identidades deixam de ser percebidas em termos

essencialistas, ou seja, como propriedades fixas de indivíduos ou sociedades (WIDDICOMBE, 1998, entre outros).

Reuniões empresariais, de multiparticipação, constituem-se, por sua vez, em eventos de fala privilegiados para o estudo de identidades profissionais, uma vez que, não apenas reuniões são percebidas como uma das mais importantes arenas da atividade organizacional para a ação gerencial (BARGIELA-CHIAPINI; HARRIS, 1997; BODEN, 1994), como também as identidades são construídas, ratificadas, negociadas e transformadas na própria atividade de trabalho de que participam outros profissionais.

Adota-se a perspectiva teórica e metodológica da análise do discurso, segundo a Sociolingüística Interacional (GOFFMAN, 1959; [1981] 2002; GUMPERZ, 1982, entre outros) em interface com a Análise da Conversação (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), no estudo do trabalho social e lingüístico na elaboração das identidades profissionais em atividade de trabalho.

A pesquisa realizada é de base etnográfica, mediante observação participante (HYMES, 1974), gravação em áudio e notas de campo. A análise focaliza três reuniões que ocorreram numa empresa brasileira, atacadista, estabelecida no Rio de Janeiro há 23 anos, cuja atividade principal consiste na comercialização de materiais de construção para o comércio varejista. As entrevistas foram realizadas com o pessoal da área de vendas, num total de 12 horas de gravação, tendo sido solicitadas e marcadas pelo gerente de vendas. Delas participaram ainda o diretor geral e o diretor administrativo da empresa. O que as motivou foi a necessidade de se fazer uma avaliação das atividades, contemplando, não apenas os resultados alcançados, como também problemas do dia-a-dia vividos pelas equipe de vendas.

Para analisar a construção de identidade, contemplo segmentos de fala do gerente de vendas nas diferentes fases dos encontros, observando a estrutura de participação (ERICKSON; SCHULTZ, [1981] 2002), suas ações comunicativas na seqüência interacional e os alinhamentos assumidos, bem como os atributos pessoais/profissionais que emergem nesses eventos.

Os resultados deste estudo mostram que o gerente de vendas, também coordenador das reuniões, na construção da sua identidade profissional, (i) procura obter informações dos profissionais de vendas para (a) influenciar os dirigentes da empresa a uma mudança de atitude ou crença, visando à solução de problemas, a futuras ações e decisões e à manutenção da ordem organizacional; (b) posterior avaliação dos problemas apresentados e tomada de decisão pela empresa; (ii) avalia resultados e procedimentos de vendas e ensina; (iii) estabelece metas de vendas; (iv) negocia posições divergentes. Evidencia, desse modo, seu *status* hierárquico, ora estabelecendo uma maior assimetria com os profissionais de vendas, ora ocupando um “entrelugar” na relação com superiores, ora estabelecendo com estes uma relação mais simétrica. Demonstra, ainda, autoridade, conhecimento, experiência e ética profissional. Constrói-se, por fim, como líder da área de vendas no desempenho de suas atividades em seu contexto de trabalho.

BARGIELA-CHIAPPINI, Francesca; HARRIS, Sandra J. *Managing language: the discourse of corporate meetings*. Amsterdam: John Benjamins, 1997.

BODEN, Deirdre. *The business of talk*. Cambridge: Polity Press, 1994.

ERICKSON, Frederick; SCHULTZ, Jeffrey. O quando de um contexto: questões e métodos na análise da competência social.





Tradução de Pedro M. Garcez e Clarissa Surek-Clark. In: RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M. (Org.). *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. São Paulo: Loyola, [1981] 2002. p. 215-234.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1959.

\_\_\_\_\_. Footing. Tradução de Beatriz Fontana. In: RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M. (Org.). *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. São Paulo: Loyola, [1981] 2002. p. 107-148.

GUMPERZ, John J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HYMES, Dell. *Foundations in Sociolinguistics: an ethnographic approach*. London: Tavistock, 1974.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emmanuel A.; JEFFERSON, Gail. A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. *Language* 50 (4), p. 696-735, 1974.

WIDDICOMBE, Sue. Identity as an analysts' and a participants' resource. In: ANTAKI, Charles; WIDDICOMBE, Sue. *Identities in Talk*. London: Sage Publications, 1998. p. 191-206.

## Entre o rezar e o festejar: práticas discursivo-religiosas da cultura rural no sudeste goiano

Aline do Nascimento Duarte

alineduartecardoso@hotmail.com  
Universidade de Brasília

Este estudo científico visa a uma análise sociocultural de terços enquanto práticas religiosas do catolicismo popular em rituais coletivos, focalizando-os no desempenho oral e envolvidos em contextos socioculturais, através dos quais aqueles se reforçam e enraízam a identidade religiosa do grupo. Além disso, tem-se o objetivo de analisar os terços, enquanto manifestações discursivas da festa de roça, observando o reforço cultural do grupo aos quais pertencem.

A presente pesquisa insere-se, desta forma, em uma abordagem da Sociolinguística Interacional (ou Qualitativa), que tem como importante precursor John Gumperz, e que com o auxílio da Antropologia, proporcionará o entendimento sobre o sistema comunitário do catolicismo popular no âmbito das festas dedicadas aos santos.

A religiosidade presente nessas tradições rurais levou-nos a fazer vários questionamentos sobre as manifestações discursivas contidas nestes eventos festivos. A princípio, pensamos que a festa de roça estivesse caracterizada por um ritual em que o sagrado e o profano fossem dois elementos separados. Depois, porém, de algumas leituras iniciais, percebemos que não há uma separação entre sagrado e profano, mas uma relação de condição entre eles: as pessoas participam do terço que antecede o evento porque acontecerá uma festa depois e a festa ocorrerá em função da prática religiosa que a justifica.

A relevância de um estudo deste caráter reside em entender melhor a(s) maneira(s) que os participantes envolvidos na devoção aos santos encontram para manifestar-lhes a sua fé em uma inter-relação entre sagrado e profano como se

‘profanar’ fosse preciso para celebrar a fé.

A metodologia desta pesquisa teve como base a etnografia<sup>1</sup> da fala, cujo foco é a situação de uso linguístico. Duas das principais características da análise etnográfica são: 1) focalizar particularmente a especificidade do desempenho natural da fala e 2) focalizar as identidades sociais e culturais, consideradas e descritas como um sistema global em comparação com outro sistema de outra sociedade ou grupo. Este estudo propõe, dessa forma, trabalhar algumas manifestações discursivas da festa de roça com enfoque na análise etnográfica do gênero discursivo, terço rural, na compreensão de que este é um reforço cultural do grupo dos rezadores rurais.

Na festa de roça, há um primeiro momento em que ocorre o oferecimento da fé, manifestado por rezas de terços, e um segundo momento, em que o álcool, a comida e a dança fervorosa são condições fundamentais para a ocorrência do evento festivo. Muitas pessoas classificam estes dois momentos que compõem a festa como sendo sagrado, o primeiro, e o segundo, profano. Pensar desta forma pode ser um grande equívoco já que, para os participantes do evento religioso, o suposto ‘profano’ é condição para o sagrado. Deste modo, não se estabelece qualquer divisão, mas uma condição de interdependência.

Para este trabalho, a observação teve como objeto de análise principal os terços realizados em festas de tradição rural, nas quais se observa um ritual coletivo do catolicismo popular, coletado em três situações diferentes nos municípios de Catalão e Goiandira, cidades do Estado de Goiás<sup>2</sup>.

Vale ressaltar que nos deteremos nos aspectos socioculturais e históricos que os envolvem na medida em que estes colaboram para com o reforço identitário dos grupos observados bem como para com sua luta pela sobrevivência daquilo que lhes pertence tais como, seus costumes, crenças, tradições, enfim, sua cultura essencialmente popular.

Elucidar-se-ão a noção de enraizamento, as características do catolicismo popular bem como as da cultura popular, o conceito de “sociedade do espetáculo”, além de apresentarmos o que entendemos por reza do terço, enquanto manifestação discursivo-religiosa, novenas e festas de roça, mostrando as principais modificações que ocorrem nestes contextos.

Mostraremos, através de discussões sobre ‘cultura’, carnavalesização e espetacularização como os grupos observados reforçam sua identidade sociocultural através da manifestação da fé e pela relutância em fazer com que sua cultura sobreviva.

Problematizamos, por fim, o futuro das práticas discutidas neste trabalho, frente às demandas sociais dos tempos e gerações em se circunscrevem.

<sup>1</sup> A palavra ‘etnografia’, de origem grega, significa descrever (*grafia*) uma cultura (*etnos*).<sup>2</sup> Os terços coletados na comunidade rural de Olaria e no perímetro urbano de Goiandira foram registrados em fita k-7, em junho de 2005 e, o terço da comunidade rural Mata Preta foi registrado em VHS, em 2001. Além disso, mesmo tratando-se de eventos públicos registros, verbalmente, pelos responsáveis, os quais também colaboraram, através de conversas informais, fornecendo-nos informações importantes sobre o que compõem tais práticas.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 3. ed. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1996.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- BOSI, Alfredo (Org.). Plural, mas não caótico. In \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira - temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987. p. 7-15.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira - temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987. p. 16-41.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Cultura na rua*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Os deuses do povo - um estudo sobre religião popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, C. R.; GONZALÉZ, J. L.; IRARRÁZAVAL, D. *Catolicismo popular: história, cultura, teologia*. tomo III. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993 (Desafios da religião do povo)
- CRIPPA, Giulia. Reflexões acerca do espetáculo como fundamento cultural do ocidente. *Eccos Revista Científica*. v. 3, n.1 (junho 2001). São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho, 2001. p. 11-24.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In PATRIOTA, R.; RAMOS, A. F. (Org.). *História e Cultura: espaços plurais*. Uberlândia: Aspectus, 2002. p. 335-345.

### Rastros de cultura em narrativas orais catalanas: estudo de léxico e memória

Maria Helena de Paula

mhpgp@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Goiás

O presente estudo tem como principal fim levantar e investigar alguns rastros de velhos falares no vernáculo catalano e entender como as suas construções léxicas indicam traços da cultura deste lugar. Buscaram-se os indícios dos velhos falares no uso vernacular (LABOV, 1983) de Catalão-GO, a partir da perspectiva das relações empreendidas pela língua e cultura, notadamente como as realizações lexicais servem a expedientes de cultura e como são servidas por eles. Assim, propõe-se uma leitura destas relações inegáveis entre a realização da língua e da cultura efetivamente características de um povo, a partir de excertos de narrativas orais de vida de pessoas natas do sudeste goiano e de base cultural rural ou roceira. É uma leitura assentada na perspectiva de que o léxico serve à cultura e por ela é servido, baseada em estudos sobre cultura, história e linguagem (SAPIR, 1969; BENVENISTE, 1989; CAMARA JR, 2004)

A hipótese em que centram as indagações empreendidas neste estudo é que na realização particular da língua portuguesa falada no Brasil, no sudeste goiano, por pessoas com baixa ou ausente alfabetização, com idade superior a sessenta anos, haja evidências de uma tendência ao conservadorismo lingüístico. Estudos como os de Megale; Toledo Neto (2004) foram feitos a partir de hipótese semelhante, no entanto, não se evidenciou esta tendência ao conservadorismo, no nível lexical, na realização rural do vernáculo catalano. Esta evidência assegura a relevância deste estudo no quadro da Lexicologia, da Sociolingüística e das investigações dialetológicas do português.

A escolha, para estudo, de sujeitos que tenham mais de sessenta anos de idade justifica-se por entender que essas pessoas tenham participado da história cultural, econômica

e social do município a partir da década de quarenta do século XX, e que revelarão, dentre outros, costumes, relações trabalhistas, funcionamento das leis, as formas de sobrevivência registradas na lida com a terra e com as plantas. Tais práticas e memórias culturais estão manifestas no arranjo lexical, se configuram como rastros de história e cultura na língua, especialmente nas narrativas gravadas. Acredita-se que estas pessoas, nas muitas histórias de suas vidas, ao narrar deixem transparentes aspectos da geografia, da organização social, das práticas de sobrevivência de pessoas que a história dita oficial, porém excludente, não fez incluídos em suas páginas escritas, em suas memórias de poder, produzidas e divulgadas por organismos midiáticos estatais (ARRUDA, 2000, p. 42).

Resguardar o que lhes é o saber que detêm e os faz senhores de uma identidade no grupo só é possível na prática da memória oral, que mais que retomar ao texto falado presente os fatos acontecidos é a representação sobre fatos, pessoas e lugares. Com profissões de vaqueiros, tecedeiras, empregados em fazenda alheia, dos sujeitos cujas histórias foram gravadas, nenhum foi empregado de fábrica ou empresa que porventura existisse à época de sua fase considerada produtiva. Todos foram roceiros plantando e cultivando negas de terras manualmente sob a forma da meiguagem ou de arrendamento; nunca usaram colheitadeiras em seus cultivos, mas conheceram os tratores que substituíram o arado e a carpideira de tração animal, a plantadeira e os instrumentos manuais de plantio; já trabalharam em engenhos de açúcar, rapadura ou aguardente; cuidaram de rebanhos bovinos na função de vaqueiro, tropeiro ou apenas tirador de leite nas fazendas.

Todas as mulheres que narraram suas histórias também trabalharam nas mesmas ocupações que os homens, tornando-se aliadas imprescindíveis na sobrevivência de sua família. Estas pessoas vivenciaram todo o aprendizado de que se valeram ao longo de suas vidas rurais e o repassaram a outros apenas pela prática oral, numa época em que a escola não ia a todos os lugares nem era para todos.

Se a escolarização que ia às fazendas dos patrões e as escolas rurais não alcançavam os narradores, é esperado que não tenham tido condições de buscar na cidade os meios de aprender a ler e escrever, porque sobreviver às dificuldades do dia-a-dia era mais urgente. Alguns senhores e senhoras dizem ter tido pouco contato com 'banco de escola'. Porque não se adaptaram ou porque não puderam prescindir de trabalhar, mal internalizaram as primeiras letras e alguns sabem apenas 'assinar o nome'.

Nesta perspectiva, as 'coisas' de cidade se opõem à vida da roça em que os acordos se firmam tacitamente sob uma moral e uma honra do costume, da vizinhança, do parentesco, do compadrio. Estas formas elementares de vivência social garantiram por décadas uma harmonia aceitável entre estes sujeitos, foi seu arranjo social diante das condições que lhes eram impostas na divisão das riquezas do país.

Assim, se nunca puderam comprar tratores e herbicidas eficazes, faziam os mutirões, as demãos, as treições e uma nova ordem, a destes sujeitos, se instaurava garantindo-lhe sobreviver. O grupo e a família tornam-se, pois, imprescindíveis à manutenção desta ordem, seja nas formas de trabalho, seja nas práticas de lazer, seja nas manifestações religiosas. Histórias de mutirões de fiandeiras, de capina de roça, de limpa de pastos, de limpa de regos d'água são sempre narradas como um momento de todos, quando a convivência e os laços se reafirmam.

Nestas narrativas, emergem descrições, fatos, enumerações



detalhadas de vários aspectos de sua cultura e acredita-se que neste ato mnemônico a expressão lingüística enuncie os *rastros* perseguidos neste estudo. Acredita-se que o excerto das narrativas, sob tais condições, apontem os velhos falares de velhos e velhas e tragam à tona formas lingüísticas consideradas já em desuso, especialmente as de natureza lexical, uma vez que dão significações, explicam costumes detalhadamente com o fim de fazer compreender o mundo em que viveram ou ainda vivem.

Isto faz entender que não restavam outros modos de sobreviver para estes senhores e senhoras que não fossem com os *companheiros*. Então, práticas de demão e mutirão (SANTOS, 2001) e treições eram sua forma de congregar forças para cuidar das roças submetidas ao tempo das chuvas e das secas, para cuidar dos pastos, dos regos d'água e do algodão a fiar e tecer. As ajudas mútuas criavam laços de solidariedade muito fortes, porque a companheirada quase sempre eram os vizinhos, parentes e compadres ou, quando não, o tornavam.

Na perspectiva de que as memórias desta cultura rural se fazem registradas nas narrativas orais registradas destes sujeitos é que se propõe aqui inventariar alguns itens lexicais do campo semântico do *trabalho rural*, como: *mutirões, treições, troca de dias, demão, agregado, empregado, vaqueiro, peão de fazenda, arribista, meeiro, arrendatário, peão, companheiro*. Após o inventário, apresentaremos trechos de narrativas em que se assegura a relação entre as práticas de cultura, especialmente no campo do trabalho rural dos sujeitos do estudo, e a realização lingüística, a partir da escolha léxica que sustenta estas práticas.

Deste modo, acredita-se que este estudo releva-se por apresentar um inventário léxico de uma realização vernacular do português usado no Brasil, na perspectiva de que língua e cultura se mostram mais intimamente relacionadas no plano lexical do que em outros níveis do sistema lingüístico (ZAMBONIM, 1987).

ARRUDA, G. *Cidades e sertões – entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

BENVENISTE, E. Léxico e Cultura. In: ARRUDA, G. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 245-287.

CAMARA JR, J. M. Língua e cultura. [1955]. In: UCHÔA, C. E. F. (Org.). *Dispensos de J. Mattoso Câmara Jr.* 9 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 287-293.

LABOV, W. *Modelos sociolingüísticos*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.

MEGALE, H. e TOLEDO NETO, S. A. Traços de língua antiga conservados nas trilhas das bandeiras. In: DIETRICH, W e NOLL, V. (Org.). *O Português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt/Madrid: Iberoamericana/Vervuert, 2004. p. 27-54.

SANTOS, M. P. *O campo reinventado: transformações da cultura popular rural no sudeste goiano (1950-1990)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

SAPIR, E. *Lingüística como ciência*. [1921]. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

ZAMBONIM, D. J. *Léxico específico e cultura regional – um exemplo amazônico*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1987.

### 3.9.3 Mesas-redondas

#### Desafios teórico-metodológicos no campo aplicado dos estudos da linguagem

O objetivo da mesa é apresentar e discutir questões teórico-metodológicas de interesse para o estudo e a pesquisa no campo aplicado dos estudos da linguagem em sua filiação crítica e transdisciplinar (SIGNORINI; CAVALCANTI, 1998; MOITA LOPES, 2006). As contribuições dos integrantes da mesa estão ancoradas em seus percursos individuais de pesquisa e reflexão sobre diferentes objetos, portanto, abordam questões específicas e apontam para diferentes vertentes contemporâneas dos estudos da linguagem. A relação que se estabelece entre essas contribuições, e que justifica a proposta da mesa, é a do caráter desafiador atribuído às questões apresentadas, nos termos em que estão formuladas. Nesse sentido, trata-se de dar continuidade aos debates em curso e/ou suscitar novas indagações. São contribuições que tematizam as relações entre linguagem, sociedade e história na constituição dos objetos de ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente de ensino da escrita, enquanto objetos complexos de estudo (1<sup>o</sup> participante), mas unidades e níveis de análise contextual que melhor iluminam o caráter dinâmico e complexo dos processos de produção, recepção e circulação da escrita na perspectiva das teorias do letramento (2<sup>o</sup> participante), e as implicações epistemológicas, éticas e políticas do estudo da construção discursiva das sexualidades e dos gêneros em contextos de letramentos escolares e não-escolares (3<sup>o</sup> participante).

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Org.). *Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

#### O estatuto da lingüística aplicada e o ensino da escrita

*Manoel Luiz Gonçalves Corrêa*

goncor@terra.com.br  
Universidade de São Paulo

A história da Lingüística pode ser contada com base na relação que, desde seu surgimento, propõe entre fatos de língua e fatos histórico-sociais. A própria lingüística saussureana, nos seus contornos iniciais, define-se como uma parte da Semiologia, que, por sua vez, “constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral” (SAUSSURE, 1975, p. 24). Além disso, Saussure, ao propor a língua como um sistema de signos definidos por suas relações internas, espelha essa ordem da língua na ordem da sociedade e, mesmo não respondendo às questões sobre o processo de construção do sentido no texto, tem na produção coletiva, social, o seu grau máximo de generalidade. Dado a relação, ainda que contraditória, entre o fato



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

lingüístico e o fato social (e mesmo o histórico na comparação entre sincronias), não é de estranhar que a lingüística saussureana tenha influenciado fortemente outras áreas de estudo no campo das ciências humanas, tais como a teoria da literatura, a antropologia, o estudo dos sistemas de moda etc. Foucault (1969) lembra, também, a contribuição da Lingüística no que se refere a uma Lógica Formal, para a qual, mais do que centrar o estudo em relações de causalidade, seria possível propor uma lógica do real. O que está em jogo, nesse caso, é o abandono de um estudo dos dados do real que atentasse apenas para as relações baseadas em uma temporalidade meramente cronológica, em favor de uma lógica do real, baseada, sobretudo, nas relações que definem esses dados como tais. Das relações sistemáticas, surgiriam, portanto, os objetos de estudo e, a partir daí, se poderia chegar a uma lógica do real.

Também suas diferentes subáreas (tais como a Sociolingüística, a Teoria da Enunciação, a Pragmática e a Análise do Discurso) ganharam especificidade em função dos diferentes graus de atenção que dedicaram ao sistema da língua e à sua colocação em funcionamento.

Diferente é o estatuto da Lingüística Aplicada (LA). Tida, por muito tempo, como uma subárea da Lingüística, a LA caracteriza-se por uma contribuição aos estudos da linguagem necessariamente informada pelos dados que analisa. Para dizer de outro modo, fato de língua e fato social se aproximam de uma forma especial nas pesquisas em LA, e essa aproximação traz questões que requerem uma contribuição também especial de áreas vizinhas na constituição de seu objeto de estudo. Vários pesquisadores descrevem essa contribuição como uma relação transdisciplinar, segundo a qual, assentadas num acordo teórico-metodológico que extrapola as fronteiras disciplinares, duas ou mais disciplinas são mobilizadas para darem conta da formulação de um certo dado como objeto de estudo. A se considerar, porém, radicalmente, o fato de que suas contribuições são informadas pelos dados que analisa, a LA pode obedecer a diferentes ênfases, mais, ou menos, ligadas à lingüística, o que lhe dá uma mobilidade que foge à disciplinarização tradicional do campo científico.

Neste trabalho, problematizo essas relações disciplinares partindo de um ponto de vista mais geral sobre o ensino de língua materna e particularizando-o, em seguida, para o ensino da escrita.

No que se refere à formulação mais geral sobre o ensino de língua materna, destaco a diferença entre a LA e outras disciplinas que têm suas raízes na Lingüística quando uma e outras assumem a “língua portuguesa” como objeto de estudo.

Na minha opinião, se a LA ainda é, vez ou outra, desprestigiada por pesquisadores de áreas vizinhas, é em razão de ter sido posta na situação (ou de ter voluntariamente ocupado a posição) de simples aplicadora das descrições feitas em outros campos do saber. O caso mais gritante é a sua relação com a lingüística. Por exemplo, diferentemente de uma disciplina como a sociolingüística, que toma a variação e a mudança de uma dada língua como objeto de estudo para, ao final de uma dada descrição, permitir que o pesquisador assumam – como finalidade – a sua aplicação ao ensino; a LA deve lidar, desde o início, com a constituição de um *objeto de estudo complexo*, definido, ao mesmo tempo, como objeto de estudo e objeto de ensino. É esse, a meu ver, o seu maior desafio e a razão de seu interesse como uma modalidade disciplinar à parte do processo de disciplinarização já conhecido no campo científico. Eis, portanto, um aspecto a ser observado quando

se toma para reflexão os objetos evocáveis pela expressão “língua portuguesa”, entendida, naturalmente, para além do sentido corriqueiro de disciplina curricular (por sua vez, diferente, também, daquele a ela atribuído pelos estudos do currículo no campo das ciências da educação).

No que se refere à formulação mais específica relacionada ao ensino da escrita, procuro mostrar como a assunção da complexidade do objeto de estudo da LA pode ser útil ao tratar da relação entre dois tipos de práticas lingüísticas: a falada e a escrita. No caso particular da escrita, retomo uma concepção com que tenho trabalhado nos últimos anos e que se baseia na heterogeneidade das relações entre práticas de oralidade e de letramento.

Considerando que, quanto ao ensino de língua materna, a grande novidade em relação às subáreas da lingüística é que a LA não pode isolar objeto de estudo e objeto de ensino para, só depois da fase de descrição, tomar este último como uma finalidade a ser alcançada (a de aplicar um conhecimento no final do percurso), meu objetivo é, pois, situar o problema em termos da constituição de um *objeto de estudo complexo*, que, por essa razão, exige uma formulação baseada nas regularidades das práticas sócio-histórico-discursivas. Para tanto, alinham-se uma série de recusas: nem o recurso à temporalidade cronológica (descartada também por Saussure), nem o recurso às relações sistemáticas (defendidas por ele), nem a busca de relações de causalidade (recusadas pela lógica formal com base nas contribuições da Lingüística), nem a busca de uma lógica do real (defendida pela mesma lógica formal com base em relações sistemáticas dos dados do real). Trata-se, ao contrário, de permitir que as relações constitutivas entre linguagem, sociedade e história informem, em sua exterioridade quanto a qualquer tipo sistema fechado, em sua ordenação não causal e em sua regularidade instável, a constituição dos objetos de estudo.

CELANI, M. A. A. Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Org.) *Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 129-142.

CORRÊA, M. L. G. *Lingüística e comunicação social: visões da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola, 2003.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. Linguistique et sciences sociales. In: *Revue Tunisienne de Sciences Sociales*, nº 19, 1969, p. 148-255.

GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

KLEIMAN, A. B.; MATENCIO, M. de L. M. *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

LOPES, L. P. M. (Org.) *Por uma lingüística aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

POMBO, O. O conceito de interdisciplinaridade e conceitos afins. In: POMBO, O; GUIMARÃES, H. M.; LEVY, T. *A interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. 2. ed. Lisboa/Porto: Texto Editora, 1994, p. 10-14.

SAUSSURE, F. de *Curso de lingüística geral*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SERRANI-INFANTE, S. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA. In: *Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 143-167.

SIGNORINI, I. (Org.) *Investigando a relação oral/escrito*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.



## Unidades e níveis de análise contextual no estudo da escrita

Inês Signorini

inesignorini@terra.com.br  
UNICAMP

Os estudos lingüísticos sobre a escrita costumam designar pelo termo genérico de contexto tudo o que é externo ao texto propriamente dito, desde elementos da situação imediata de produção/recepção até os das tradições socioculturais historicamente mais ou menos remotas que o engendraram. Nesse sentido, o contexto é uma espécie de moldura ou pano de fundo, cujo grau de importância vai variar em função do foco e da disciplina em que se inscrevem esses estudos. No caso dos estudos do letramento, desenvolvidos no campo aplicado dos estudos da linguagem, são feitos recortes nessa exterioridade tão abrangente, de modo a se circunscreverem algumas unidades mínimas de contextualização dos materiais escritos e de seus usos. As noções de evento, prática e agência de letramento, por exemplo, são constructos de natureza teórico-metodológica que têm justamente possibilitado tais recortes, na medida em que representam unidades estruturadas observáveis em que são produzidos, lidos e colocados em circulação os materiais escritos num dado contexto histórico e sociocultural mais amplo. Mas quando se pretende focar a dimensão processual, dinâmica, múltipla e contingente dos diferentes tipos de letramento existentes na sociedade, bem como das diferentes práticas sociais a eles relacionadas, o recorte em molduras e planos no interior de um contexto mais amplo tem-se mostrado insuficiente, pois tais molduras e planos funcionam como entidades pré-existentes, estáveis, homogêneas, com função e limites definidos, como peças de um cenário, enfim, em que se desenvolvem as ações do sujeito que lê, escreve e/ou faz uso de materiais escritos.

Nosso objetivo nesta comunicação é o de apresentar e discutir unidades e níveis de análise contextual que melhor iluminem o caráter dinâmico e complexo dos processos de produção, recepção e circulação da escrita na perspectiva das teorias do letramento. Tais unidades e níveis de análise são resultado de percursos transdisciplinares de reflexão sobre o letramento, aqui entendido como um conjunto de práticas socioculturais envolvendo o uso direto ou indireto de materiais escritos e de diferentes tecnologias vinculadas à materialização, reprodução e distribuição desses materiais e aos processos interpretativos mobilizados em/por essas mesmas práticas. Nesse sentido, as práticas de letramento são aqui compreendidas como práticas sociotécnicas, em que se verificam complexos amálgamas de tecnologia e outras práticas socioculturais, como no caso tanto da leitura de livros quanto da leitura na tela do computador, por exemplo. E como práticas sociotécnicas, as práticas de letramento estão sempre em processo de transformação.

Conforme pretendemos mostrar, os elementos em jogo nos processos de contextualização da escrita e de seus usos também apontam para a importância das práticas institucionais e do caráter situado e relacional das ações dos sujeitos envolvidos nessas práticas. Outro fator importante a ser considerado é o das relações propriamente socio-políticas e ideológicas que orientam os processos de interpretação,

avaliação, seleção e modificação da escrita e de seus usos pelos agentes institucionais envolvidos, não só professores ou profissionais da escrita (revisores, gramáticos, lingüistas, por exemplo). E focar as práticas como unidades de análise significa não perder de vista os conglomerados e interseções de atividades, discursos, comportamentos, atitudes e avaliações que constituem rotinas e tipicidades sustentadas por redes também complexas de interesses, prescrições, recursos materiais, simbólicos e tecnológicos. Nesse sentido, uma abordagem centrada na prática tem como principal referência os atores humanos e não-humanos que constituem a fonte de agentividade daquela prática, na medida em que promovem alinhamentos provisórios de elementos heterogêneos (socio-cognitivos, simbólicos e materiais) e de posições discursivas também diferenciadas, o que faz com que a agentividade seja uma propriedade emergente nessas práticas, marcadas por tensões e descontinuidades e também por sentidos negociados e ordenações. Partindo das noções de prática social (BOURDIEU, 1995 [1977]; GIDDENS, 1979), prática de letramento (BARTON, 1994; BARTON; IVANIC, 1991; BARTON; TUSTING, 2005) e de prática sociotécnica (BRUCE, 1993, 1997) pretendemos, pois, apontar elementos para uma discussão mais aprofundada das unidades e níveis de análise contextual no estudo da escrita que contemplem os aspectos acima apontados como de interesse para o estudo do caráter dinâmico e complexo dos processos de produção, recepção e circulação da escrita na perspectiva das teorias do letramento.

BARTON, David. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*, Blackwell, Oxford, 1994.

BARTON, David; IVANIC, Roz (Ed.). *Writing in the Community*, Newbury Park, London and New Delhi: Sage Publications, 1991.

BARTON, David; TUSTING, Karin (Ed.). *Beyond communities of practice*. Language, power, and social context. Cambridge, New York, Melbourne, Cambridge, São Paulo: Cambridge University Press.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, New York and Melbourne, 1995 [1977].

BRUCE, B. C. Innovation and social change. In: BRUCE, B. C.; PEYTON, J. K.; BATSON, T. W. (Ed.), *Network-based classrooms: Promises and realities* (p. 9-32). New York: Cambridge University Press, 1993.

BRUCE, B. C. Literacy technologies: What stance should we take? *Journal of Literacy Research*, 29 (2), p. 289-309, 1997.

GIDDENS, A. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley: University of California Press, 1979.

## Lingüística aplicada indisciplinar: “verdades” contingentes, sexualidades, performatividade e ética

Luiz Paulo da Moita Lopes

moita@olimpo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dizer que vemos nos dados gerados em nossa pesquisa o que as teorias que abraçamos nos permitem ver é um truísmo atualmente. Há circularidade entre teoria e dados. Examinar um conjunto de dados de uma perspectiva teórica diferente,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

portanto, nos permite construir interpretações diferentes e os dados não são mais os mesmos. A revisão de interpretações anteriores é esperada de qualquer pesquisador que esteja envolvido em uma prática contínua de investigação e esse processo deve ser parte de sua formação. Todavia, o que acontece se compreendermos que a teoria é desse mundo, que valores, ideologias, desejos, ações políticas e ética são parte da construção da “verdade” em pesquisa? O que acontece em um mundo no qual a prática está adiante da teoria? O que acontece quando o mundo rápido, reflexivo e contingente no qual vivemos tornou a prática mais relevante do que a teoria?

Nesta apresentação, argumento em favor da necessidade de explodir os limites entre teoria e prática e pela relevância de dizer não à distância crítica na pesquisa em Linguística Aplicada. O que é necessário é proximidade crítica em relação aos interesses daqueles que vivem nas práticas sociais que investigamos: uma questão ética crucial. Isso se torna possível se concentrarmos nosso trabalho na construção de “verdades” transitórias cuja natureza moveída possibilita que não tenhamos nenhuma base permanente e que contemplemos perspectivas diferentes, ética e mudança na pesquisa. Tal compreensão parece também necessária para dar conta de um mundo de vertigens constantes, com desestabilizações de crenças contínuas, que levam alguns a advogar que a pesquisa mudou por que o mundo mudou. As teorizações solidificadas não procedem mais se queremos ser responsáveis à vida social contemporânea, que é muito mais dinâmica que no passado.

Ilumino esse argumento ao mostrar como minha pesquisa sobre a construção discursiva das sexualidades e dos gêneros em contextos de letramentos escolares e não-escolares desenvolveu-se. A motivação primeira para tal investigação foi de natureza política no sentido de fazer uma pesquisa que respondesse aos anseios das práticas sociais, notadamente, dos movimentos sociais que traziam à tona a questão da diferença e as posições de desigualdade existentes entre pessoas nas práticas sociais. Daí decorreram pesquisas que mostravam a construção discursiva da diferença e os processos antiéticos de fabricá-la como inferioridade ou como uma prática ilegítima. Análises de narrativas e de posicionamentos em contextos situados tentavam captar os aspectos micro e macro sócio-discursivos da construção da alteridade. Uma estratégia também política foi mostrar a construção daqueles em posição de hegemonia nas assimetrias sócio-discursivas, por exemplo, a construção discursiva da masculinidade heterossexual. Ao contrário de muita pesquisa nas Ciências Sociais que focalizava a outridade (a homossexualidade, a negritude e a feminilidade), propus virar o espelho para aqueles compreendidos como naturais nas práticas sociais e mostrar sua natureza discursiva. Contudo, recentemente o foco foi deslocado e tem chamado atenção não para a diferença, mas para a natureza transiente da vida social como um novo projeto político. Ou seja, não se trata mais de afirmar a diferença como projeto identitário legítimo, mas de questionar qualquer projeto identitário como fixo: a fluidez identitária passa a ser o que desejo demonstrar como projeto político maior, calcado em teorias *queer*, que questionam qualquer tentativa de aprisionar a vida sexual de um modo ou de outro como destino. Configura-se, portanto, um mundo transgressivo, onde é muito mais necessário saber o que fazemos com a liberdade que podemos ter. Aqui me interessa mostrar possibilidades de performances alternativas para as sexualidades e os gêneros em contextos de letramentos não mais para pessoas diferentes, mas como processos que

coexistem na mesma pessoa. As teorias de performatividade da linguagem passam a ser essenciais assim como as experiências com a sexualidade cada vez mais relatadas. Além de mostrar, por meio da pesquisa, a vida social em performance na mídia e em outros contextos institucionais, empreendo investigações colaborativas e intervencionistas em situação de letramento escolar na direção de desestabilizar projetos identitários específicos, mostrando sua natureza performativa.

Ao concluir, pretendo enfatizar como esse modo de fazer Linguística Aplicada é INdisciplinar, indicando como minhas compreensões teóricas das questões enfocadas são orientadas pelos movimentos e práticas sociais, minhas próprias experiências, meu interesse em politizar a vida social e meu comprometimento em pensar novas sociabilidades ou alternativas para o futuro, ao produzir conhecimento.

---

### O local de origem e de moradia no léxico da canção de consumo: aspectos ideológicos.

Beatriz Daruj Gil

biagil@usp.br  
Universidade de São Paulo

A mesa-redonda *Formação e Atualização do Léxico na Língua Portuguesa* tem o objetivo de discutir não apenas os processos de formação de unidades lexicais, como também a atualização discursiva do vocabulário. A finalidade central é associar os estudos do Léxico à Semântica, à Estilística, à Sociolinguística e à Análise do Discurso.

A Lexicologia privilegia a palavra como seu objeto principal de estudo. As comunicações desta mesa-redonda visam abordar a significação da palavra e dos elementos que a constituem.

As unidades léxicas devem ser consideradas no significado global do enunciado que, por sua vez, envolve os componentes da situação comunicativa, como contexto – lingüístico e extralingüístico –, identidade dos sujeitos enunciadore e condições sócio-históricas. Por meio da escolha e interpretação lexical, pode-se compreender o universo de discurso em que se insere o texto, assim como atingir os aspectos ideológicos envolvidos. Percebe-se, também, a intenção dos interlocutores na produção e na interpretação.

Na construção de campos léxico-semânticos, observa-se de que maneira ocorre a relação entre os elementos conceituais, que apresentam características objetivas da realidade, e os elementos afetivos, que obrigam a considerar as posições de quem utiliza as unidades lexicais.

Partindo-se do Léxico como um universo em expansão, objetiva-se também observar como e por que ocorrem novas criações lexicais. Quando se fala em criação lexical, pensam-se não só nos processos de formação de palavras, mas também nos novos valores semânticos agregados a elas. Com base no que foi exposto, vê-se que a mesa-redonda *Formação e Atualização do Léxico na Língua Portuguesa* contempla estudos não só associados à formação como também às manifestações discursivas das palavras, privilegiando uma importante questão nos Estudos Lexicais: a



ampliação do acervo lexical da língua como reflexo da sua cultura.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria Lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CRESSOT, Marcel. *Le style et ses techniques*. Paris: PUF, 1976.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MARTINS, Nilce Sant'anna. *Introdução à Estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

RIO-TORTO, Graça Maria. *Morfologia Derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto, 1998.

SAID ALI, Manuel. *Formação de palavras e syntaxe do português histórico*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Ideología y discurso*. Barcelona: Ariel, 2003a.

VAN DIJK, Teun Adrianus. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003b.

## O local de origem e de moradia no léxico da canção de consumo: aspectos ideológicos.

Beatriz Daruj Gil

biagil@usp.br

Universidade de São Paulo

Na teoria marxista, a ideologia aparece, inicialmente, como o entendimento da realidade constantemente vinculado aos interesses de determinadas classes sociais. Entretanto, ainda inserido na mesma base teórica, o conceito é reconstruído, o que resulta em uma compreensão da ideologia como o conjunto de idéias e representações coletivas voltadas à manutenção e estabilização da ordem, e também como os conjuntos de crenças, idéias e significações coletivas que apresentam uma dimensão crítica e buscam uma ruptura da ordem estabelecida.

Verifica-se, então, que a ideologia pode assumir duas formas: uma de legitimação da ordem social e outra de subversão. Pode ser entendida, sinteticamente, como o conjunto de significações e representações da realidade que resumem uma visão de mundo ou um conhecimento coletivo

Na atualização da língua em discurso, o léxico é o módulo em que mais objetivamente estão representadas as visões de mundo dos sujeitos participantes da prática discursiva. Nessa perspectiva, as unidades lexicais revelam valores ideológicos, retratam o conjunto da experiência humana acumulada, assim como as práticas sociais e culturais. Quando posto em ação, nos discursos diversos, o vocabulário materializa as ideologias, processo para o qual contribuem variados elementos da situação comunicativa em que estão envolvidos os interlocutores, sejam eles, as relações sociais entre os participantes da enunciação, o tempo, o lugar ou a identidade dos participantes.

A cada escolha lexical, os objetos do discurso – referentes in-

terpretados – constroem-se e reconstróem-se fundamentados em um projeto de dizer do enunciador que é sociocognitivamente determinado, ou seja, é coletivo. O conhecimento explicitado pelos interlocutores, tanto na produção do texto (seleção lexical), quanto na sua compreensão, é produzido por um conjunto social e renovado no momento da interação, o que indica que é um conhecimento compartilhado.

Com base no exposto, este trabalho objetiva analisar a visão dos *locais de moradia e de origem* expressa nas escolhas lexicais de canções de consumo – gênero musical que é predominantemente produzido em uma determinada época, atinge grandes públicos e domina o mercado fonográfico. Tem como finalidades apresentar reflexões sobre a relação entre ideologia e discurso e analisar as ocorrências lexicais associadas aos *locais de moradia e origem*, buscando apreender o caráter ideológico das palavras.

Para isso, fundamenta-se em princípios da *Análise Crítica do Discurso* buscando investigar como determinados usos da linguagem legitimam as práticas, as relações e os problemas sociais.

Com base nessa linha de estudos do discurso, devem ser investigados, juntamente com os textos, os processos e estruturas sociais a partir dos quais os textos são enunciados. Inseridos nesses processos sociais, os indivíduos assumem-se como sujeitos históricos e produzem sentidos ao interagirem com os textos. O ser humano individual atua como ser humano social porque incorpora, ao longo de sua vida, fontes de representação que são constituídas nos atos sociais de cognição e que estão materializadas em discursos. Os indivíduos aprendem ideologias convivendo com as práticas discursivas presentes em sua vida em sociedade. Práticas que estão, por exemplo, na família, nas relações sociais, no contato com as mídias diversas.

Dessa forma, entende-se que todo discurso é ideológico. Quando produzido no grupo social, ele divulga a forma de compreensão da realidade do grupo – uma visão de mundo. Por esse motivo, a descrição dos investimentos ideológicos – que deve ser feita com base em muitos elementos da situação interativa como o contexto, o tempo, o lugar, a identidade dos participantes –, e a apresentação dos vínculos existentes entre o discurso e a materialização e reprodução da ideologia na sociedade são essenciais para a interpretação de um texto. O conhecimento das crenças coletivas de um grupo, assim como das identidades dos sujeitos interlocutores, do lugar, do tempo, das condições sócio-históricas, são condições para o desvendamento de sentidos produzidos nas práticas discursivas. No que se refere ao léxico no discurso, os interlocutores farão suas escolhas e interpretações ajustados às condições extralingüísticas que envolvem os atos de cognição social acima referidos, o que revela a importância em tratar a palavra não em estado de dicionário, mas em sua atualização discursiva, observando, no ato de sua materialização, as ideologias marcadas em elementos do discurso.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria Lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COSTA, Nelson Barros de. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: Dionísio, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna. p. 107-121, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LÖWY, Michael (2003). *Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TATIT, Luiz. *O século da canção*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2004.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *Ideología y discurso*. Barcelona: Ariel, 2003a.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. IN: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003b.
- WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003.

### O sufixo *-aria/-eria* da Língua Portuguesa: uma abordagem sócio-histórica

Valéria Gil Conde

vgconde@usp.br  
Universidade de São Paulo

A derivação, um dos processos que envolve a formação de palavras, foi herdada das variedades clássica e vulgar do latim. Entretanto, podemos, à luz dos estudos comparativos entre as línguas românicas, perceber que após a fragmentação da cultura latina, o período medieval representou uma fase importante de sedimentação para a cultura Românica do Ocidente. Os processos de formação de palavras herdados do latim ora se conservaram, ora se inovaram nas formas. Há uma consonância entre os estudiosos no assunto em considerar que grande parte do enriquecimento do léxico românico teve a sua origem no latim literário e em particular no latim medieval erudito. Os falantes dessa nova variedade de latim precisavam de novas palavras para satisfazer as suas necessidades de comunicação. Um dos recursos de renovação desse vocabulário é o processo de derivação e formação de palavras, que nas palavras de Maurer Jr. (1951, p. 58) asseguram uma maior estabilidade lingüística. Feitas essas considerações, podemos distinguir nas gramáticas tradicionais as seguintes origens para a derivação: latina, grega e as consideradas de origem obscura. É nesta última classificação que podemos incluir o sufixo *-aria/-eria*, que se costuma considerar controversa a sua origem. Para Said Ali (1923, p. 5). *-aria* originou-se da junção do sufixo *-ia* aos derivantes terminados em *-eiro*. A mesma posição encontramos em Tekavčić (1972, p. 40) que sugere para o sufixo a redução de *-arius*, ou seja *-ar*, com a união do sufixo grego *-ia*, origem partilhada também por Cunha (1982). Para Maurer Jr (1959, p. 263), *-ária* [aria] originou-se a partir do feminino ou do neutro plural de *-arius*. Como dito anteriormente, a época medieval foi um período de intenso contato cultural e lingüístico na România Ocidental, em que as línguas francesa e italiana foram modelares para as línguas da Europa Ocidental, principalmente as originárias do latim. Os desdobramentos dessa influência podem ser notados, por exemplo, no sufixo *-aria/-eria*. Ao observarmos o sufixo latino *-aria/-eria*, perceberemos que ele está

presente, em geral, em todas as línguas românicas. Vejam-se por exemplo, em port. *livraria*, fr. *librairie*, gal. *libreria*, cast. *librería*, cat. *Llibraria* [kibrə'ria] ital. *libreria*, prov. *librariá*, o romeno, que sofreu influência do francês e italiano a partir do séc. XIX, registra *librărie*[librə'rie]. Note-se que o sufixo *-eria*, forma majoritariamente difundida nas línguas românicas, encontra na língua francesa a sua formação. O *-a* tônico em francês, em posição livre palataliza-se em [e], daí *-erie*. Vale lembrar que essa língua de tendência acentual oxitona também influenciou nesse aspecto as outras línguas. O português, entretanto, apresenta *-aria*, a exemplo da origem latina, como também apresenta *-eria* e o presente estudo pretenderá observar em que condições encontramos essas ocorrências. O *corpus* utilizado baseia-se nos verbetes listados no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) e resulta de uma pesquisa desenvolvida na Universidade de São Paulo por um grupo denominado Morfologia Histórica do Português. Do total de 658 verbetes listados no referido dicionário terminados em *-aria* e *-eria*, a forma minoritária é *-eria* com 105 verbetes, dos quais, extraindo-se o sufixo grego *-méros*, que resultou no sufixo *-meria*, encontramos dezesseis palavras em *-meria*, e também extraindo-se o próprio sufixo *-eria*, temos no total 88 verbetes em *-eria*. Sobre a significação do sufixo Väänänen (1985, p. 156-157) afirma que em latim vulgar o sufixo significava nomes de ofício ou de comércio. O A. observa que esses sentidos, entretanto, foram ampliados nas línguas romances com especial significação de “quantidade de algo ou lugar em que se encontra algo em grande quantidade”. É o que verificamos na língua portuguesa, mas também, observamos outras significações semânticas, que enriqueceram sobremaneira o sufixo, conferindo-lhe uma prolificidade. O objetivo desse trabalho é apresentar as ampliações semânticas sob a forma de paráfrases pautadas em Rio-Torto (1998). Dessa forma, poderemos perceber todos os campos semânticos ocupados por esse sufixo, o que favorece a ampliação do vocabulário de uma língua. É interessante observar que culturas favoreceram essa formação vocabular. Esse sufixo, que se disseminou no período medieval, encontra produtividade até os nossos dias é o que pretendemos mostrar nessa pesquisa.

- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LAUSBERG, H. *Lingüística românica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1963.
- MAURER JR, T. H. *A unidade da România Ocidental*. São Paulo: José Magalhães, 1951.
- RIO-TORTO, G. M. *Morfologia Derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto, 1998.
- SAID ALI, M. *Formação de palavras e syntaxe do português histórico*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
- SANDMAN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor/Ícone, 1988.
- TEKAVČIĆ, P. *Grammatica storica dell'italiano*. Bologna: S. Il Mulino, 1972.
- VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Madri: Gredos, 1988.
- WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.





## A lembrança da terra natal no léxico de Drummond

Elis de Almeida Cardoso

elisdacar@yahoo.com  
Universidade de São Paulo

Um dos objetivos da Estilística é indicar como se processa a escolha feita pelo enunciador, dentre os elementos lingüísticos disponíveis, verificando de que maneira tal escolha determina efeitos de expressividade e acenando para uma possível intenção do enunciador a partir de seu estilo.

A Estilística Léxica, por sua vez, ocupa-se com a expressividade obtida com as palavras, seja por sua flexão, sua formação, sua classificação ou pelo seu significado no contexto, focalizando os aspectos expressivos ligados aos componentes semânticos e gramaticais das palavras.

O direito de escolher o que usar, quando usar e como usar faz com que escritores marquem épocas. Guiraud (*apud* MARTINS, 1997, p. 2), entre outros autores, associa estilo à escolha.

Para Cressot (1976), a escolha está ligada à flexibilidade da língua. Pode-se optar entre a objetividade e a subjetividade, entre o discurso direto e o indireto, pode-se escolher formas de tratamento diferentes. Pensando na organização de períodos, pode-se optar entre a subordinação e a coordenação, ou ainda, pensando na organização da frase, opta-se pela ordem direta ou inversa. A língua é, portanto, uma grande aliada do enunciador por dar a ele tantas opções. É claro que se pode escolher sempre dentro daquele conjunto de possibilidades; caso contrário, corre-se o risco de se cair na falta de comunicação.

Quanto à escolha lexical, podem-se usar palavras gramaticais com valor lexical, optar entre palavras de valor emotivo ou avaliativo, entre a utilização deste ou daquele sinônimo ou, ainda, entre uma palavra do universo lexical e uma simplesmente criada para aquela situação de enunciação. É possível, também, tentar uma nova combinação entre elementos, criando formas novas que, se compreendidas, podem ser utilizadas.

Quando se inicia o estudo da expressividade das palavras lexicais – também chamadas lexicográficas, nocionais, reais, plenas –, percebe-se que muitos autores se preocupam com o caráter afetivo das palavras e as consideram como unidades estilísticas. Entretanto, além de verificar que algumas palavras são mais ou menos expressivas que outras, é preciso perceber que determinados morfemas formadores de palavras carregam também expressividade (CÂMARA JR. 1978, p. 60). Por isso, um conjunto de palavras formadas pelo mesmo processo, que apresentam um conjunto mórfico semelhante, pode constituir um expressivo campo léxico-semântico.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar, na poesia de Carlos Drummond de Andrade, quais os efeitos estilísticos obtidos com as escolhas lexicais e a criação de novas lexias para caracterizar a terra natal.

Tema recorrente na poesia de Drummond, a lembrança da terra natal é vista com nostalgia e saudades de um tempo que ficou para trás. Morando grande parte de sua vida no Rio de Janeiro, o poeta nunca deixou de ser o mineiro de Itabira, feito “de ferro”. Pode-se dizer que a lembrança da terra natal é uma das sete faces de um poeta que se preocupa

em seus textos em retratar o amor, a infância, os amigos, a própria poesia, o sentimento do mundo.

Para mostrar como Drummond trabalha com esse tema, foram selecionados alguns poemas dos quais se deseja analisar as escolhas e as criações lexicais. O menino itabirano, ligado às suas raízes e às melancolias da infância aparece por trás das palavras do autor. A terra natal pode ser considerada um símbolo da atmosfera cultural e afetiva vivida pelo poeta. Pretende-se, dessa forma, observar de que maneira as unidades lexicais utilizadas atendem às necessidades expressivas e à intenção do enunciador, mostrando sua visão de mundo.

Drummond, um grande mestre da palavra, é um poeta que apresenta uma riqueza e uma originalidade muito grandes. Principalmente em sua fase madura, o autor experiente mostra com suas inovações criadoras sua criatividade lingüística. Ele está, entretanto, integrado às suas origens. É “auritabirano”, proveniente de Minas “mineiral”, “auriminas”, “turmaliniminas”, “diamantiniminas”.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova Reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CRESSOT, Marcel. *Le style et ses techniques*. Paris: PUF, 1976.

GLEDSON, John. *Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

GUIRAUD, Pierre; KUENTZ, Pierre. *La stylistique*. Paris: Klincksieck, 1975.

HOUAISS. Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MARTINS, Nilce Sant’anna. *Introdução à Estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

### 3.9.4 Pôsteres

#### (Re) dimensionamento do brincar na clínica fonoaudiológica

Cláudia Fernanda Pollonio

amt@uol.com.br

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Regina Maria Ayres de Camargo Freire

Uma leitura mais atenta sobre o brincar na Fonoaudiologia aponta que sua presença na clínica com crianças não ultrapassa a posição de ‘naturalidade’, ou seja, o brincar é alçado simplesmente por ser uma atividade prazerosa à criança. Como não se esclarece a articulação deste instrumental técnico com o método clínico, deixa-se na obscuridade o que diferencia o fonoaudiólogo de qualquer outro sujeito que brinca com a criança. Conseqüência disso é o descompromisso entre o brincar e o objeto da área – a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

linguagem sintomática (Freire, 1996) –, o que inviabiliza a discussão teoricamente sustentada sobre a prática clínica.

Essa desproblematização decorre, de um lado, da filiação da Fonoaudiologia à clínica médica, cujo efeito imediato é remeter unicamente ao orgânico (excluindo o simbólico) a responsabilidade pelos sintomas de linguagem (Pisaneschi, 1997). De outro lado, a aproximação com a Pedagogia fez com que o fonoaudiólogo assumisse o discurso do mestre (Fink, 1998) e se lançasse a corrigir e ensinar a linguagem 'correta' à criança. Segundo Palladino (1999), a conseqüência dessas relações é que o brincar participa da terapêutica como recompensa ou meio estimulador para que o trabalho efetivo com a linguagem se processe, sendo um artefato sedutor e facilitador para que a criança se vincule ao atendimento.

O propósito desta pesquisa foi caminhar por uma via oposta à supracitada. Para se discutir o brincar e seu estatuto na Fonoaudiologia, uma interlocução de alteridade (não de apropriação) foi dirigida à Lingüística e à Psicanálise. A primeira, disciplina teórica, preocupada em discutir as noções de língua, fala, falante/outro, principalmente no interior dos estudos em Aquisição de Linguagem. A segunda, campo clínico, voltado ao sujeito do inconsciente, cujo trabalho analítico conta com a materialidade lingüística para a busca do traço inconsciente subjacente ao dito.

A aproximação aos suportes lingüístico e psicanalítico conduziu a outros caminhos clínicos. Assumir que é pela via do sintoma que um sujeito marca presença na língua permite (re)dimensionar o brincar: atividade que põe em circulação o funcionamento de linguagem da criança. Não interessa do que ou como se brinca. Importa, na verdade, que a palavra da criança seja instaurada pelo brincar, pois é sobre o dito que o trabalho se efetivará. Sob esta perspectiva, o fonoaudiólogo se coloca na contramão de uma concepção de linguagem enquanto meio de comunicação, que transfere ao brincar o papel facilitador para se trabalhar a 'ortopedia da fala'.

Observou-se que é sob a produção lingüística impulsionada pelo brincar que o fonoaudiólogo vislumbra a criança assumindo outra posição discursiva/subjetiva. A posição ocupada pelo terapeuta passa a ser de escuta à fala do paciente enquanto decifração, desvendamento enigmático, dirigida à discursividade e não focada apenas nos aspectos gramaticais ou articulatórios. O método clínico, portanto, é discursivo-dialógico e as mudanças de linguagem ocorrem devido aos efeitos inerentes à própria linguagem. Nesse sentido, assegura-se que a linguagem tenha ordem própria e que se tornar falante extrapola o processo maturacional do organismo, ou seja, conta com um processo de humanização/subjetivação sobredeterminado por linguagem, portanto, simbólico (Pollonio, 2005).

muitas tentativas de mudança. Este fato perpassa os diversos meios sociais que atribuem à educação, em especial aquela desenvolvida nos espaços escolares, a tarefa de conduzir o indivíduo a possibilidades de exercer cidadania, compromissos com o entorno, autonomia, pensamento crítico. Frente a estas preocupações com o devir dos estudantes, percebe-se a busca por espaços escolares que ofereçam alternativas diferentes de ensino. Refletir sobre estas questões é o que se pretendeu através desta pesquisa, tendo como foco o discurso do diferente. Os objetivos constituíram-se em compreender os discursos da comunidade escolar, no sentido de desvelar o que perpassa o conceito do diferente. Para tanto, buscou-se em uma escola dita diferente, situada no Vale do Itajaí, no município de Timbó, Santa Catarina, de nome Cetisa, dados que servissem de suporte para a pesquisa. Esta escola tem a sua sede em lugar cercado por recursos naturais diversos, como também adota formas de ensino ditas diferenciadas. Como exemplo: os alunos escolhem os temas de estudo, regras de convívio são construídas em grupo, as turmas de alunos são constituídas de, no máximo, vinte alunos. Tratou-se de um trabalho de cunho qualitativo, adotando uma abordagem fenomenológica-hermenêutica com vistas a compreender os outros, no caso o discurso de alunos egressos da escola anteriormente citada, através da interpretação de suas enunciações. A pesquisa fez parte dos estudos desenvolvidos pela linha de pesquisa de Discursos e Práticas Educativas, do Programa de Pós-Graduação, mestrado em Educação, da Universidade Regional de Blumenau – FURB. A metodologia de pesquisa fundamentou-se em um comando de texto enviado a oito alunos, de uma turma de onze alunos, via postagem eletrônica, assim formulado: qual foi/é o significado do Cetisa para você? Dos oito alunos convidados, cinco responderam à pergunta. Nestas enunciações o termo diferente evocou a necessidade de desenvolver um estudo sobre o mesmo. Nesta perspectiva, os escritos de Hall, Silva e Woodward (2005), que apontam a diferença como sustentada pela exclusão e responsável pelas marcas de identidade, serviram de aporte teórico. As marcas da alteridade presentes nos textos dos alunos, nos quais o outro ocupa lugar privilegiado, encontraram fundamento em Amorim (2004). Nos estudos de Bakhtin (2004), buscaram-se referências quanto ao uso das palavras, as quais subentendem a presença de um outro, um outro que constitui a mim mesmo. Os sentidos de escola que perpassam os dizeres dos alunos obtiveram suporte nos estudos desenvolvidos por Freire (1998) e Alves (2000). A pesquisa apontou para a necessidade de reflexão sobre a complexidade das relações construídas nos entornos escolares, bem como para a possibilidade de aplicar alternativas escolares que se baseiam na busca de melhorias através da pesquisa e do diálogo entre os sujeitos que constroem as relações intra e extra-escolares levando em conta as diferenças.

### Uma escola diferente: o que está nas entrelinhas?

Brigitte Klemz Jung

brigitte@drj.com.br

FURB - Universidade Regional de Blumenau

Relevando a atual preocupação em pensar e repensar a educação e os processos pertinentes ao assunto, surgem

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro*. Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa, 2004.

ALVES, Nilda (Org.). *A invenção da Escola a cada dia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SILVA, T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VOLOSHINOV, N.V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.



## Psicolingüística e Aquisição da Linguagem

### 3.10.1 Comunicações Coordenadas

#### Abordagem conexionista nos estudos processuais sobre a leitura, a escrita e a tradução

A complexidade dos processos que subjazem a capacidade da linguagem exige esforços conjuntos de diversas ciências na busca por respostas relacionadas, dentre outros aspectos, à natureza da aprendizagem, do conhecimento e da memória. Nesse sentido, a abordagem conexionista (Elman et al., 1996) parece apresentar muitos dos elementos necessários para se investigar os processos em questão, porque tenta elucidar pelo menos duas questões fundamentais relacionadas ao estudo dos processos mentais, quais sejam: a plasticidade cerebral e, conseqüentemente, a relação entre experiência e aprendizagem na produção e compreensão de textos. De acordo com Haberlandt (1994), as teorias e os métodos nas ciências cognitivas dependem complementarmente uns dos outros. Com base nessa afirmação, esta comunicação coordenada agrupa três estudos processuais, de orientação psicolingüística, que investigam, respectivamente, a leitura, a escrita e a tradução. Apesar de enfocarem processos cognitivos distintos, esses estudos têm em comum o fato de incorporarem o paradigma conexionista (Elman et al., 1996) e uma metodologia para tratamento de dados processuais, complementando-as com outras teorias, de acordo com os objetivos e necessidades teóricas e metodológicas inerentes a cada um dos processos investigados.

A primeira apresentação conta com dois momentos distintos. Num primeiro momento, dadas as dificuldades de se mapear os processos de compreensão inferencial, será feita uma série de considerações sobre as possibilidades teóricas e metodológicas de aplicação da abordagem conexionista nos estudos processuais sobre a leitura. Num segundo momento, será apresentado um quadro teórico para investigar processos inferenciais na leitura de textos publicitários, propondo uma interface entre a abordagem conexionista (Elman et al., 1996), a Teoria da Relevância (Sperber e Wilson, 1995) e a Teoria de Mesclagem (Fauconnier e Turner, 2002).

A segunda apresentação está relacionada à construção de processos coesivos referenciais em textos narrativos escritos por alunos do Ensino Fundamental. De acordo com Magro (1999), o conexionismo é um conjunto de instrumentos e idéias e não uma teoria lingüística. A fim de utilizá-lo como referência nos estudos da linguagem, faz-se necessária a busca de um aporte teórico que dá conta das análises lingüísticas que fazem parte de uma proposta de pesquisa dessa natureza, isto é, onde os processos referenciais serão considerados como eventos cognitivos distribuídos. Com base em Collier (1999), a segunda apresentação analisa trabalhos recentes de Elman (2004, 2005, 2006) e, à luz da Lingüística Cognitiva, os contrapõem, sobretudo, à Gramática Cognitiva proposta por Langacker (1999, 2001), com o objetivo de discutir pontos de compatibilidade entre o conexionismo e a Gramática Cognitiva.

A terceira apresentação nesta comunicação coordenada aborda a tradução sinóptica (summary translation) (Shreve,

2006), com base no princípio conexionista. A pesquisa focaliza a relação existente entre o gerenciamento do tempo dedicado às fases de orientação, redação e revisão em processos de produção textual (Jakobsen, 2002) e o conceito de durabilidade (Alves, 2005). Seis pesquisadores brasileiros – alunos de doutorado – executaram a tarefa de produzir um resumo em português de um texto em inglês (LE). Os instrumentos utilizados na coleta dos dados foram o protocolo *on-line* (*Translog*), o protocolo retrospectivo, questionário e gravação em vídeo. Os dados indicaram uma variação significativa na distribuição do tempo para cada fase de produção e que o informante que priorizou a fase de orientação apresentou um grau de durabilidade superior aos demais.

Ao propor uma apresentação que agrupa três estudos processuais distintos sobre leitura, escrita e tradução, esta comunicação coordenada propõe analogamente uma reflexão integrada sobre a natureza dos processos cognitivos envolvidos nessas atividades e busca, de uma perspectiva psicolingüística, discutir as bases de um arcabouço teórico e metodológico que possa contemplar tais especificidades e complementaridades.

ELMAN, J. et al. *Rethinking Innateness: a connectionist perspective on development*. Cambridge: MIT Press, 1996.

FAUCONNIER, G. and TURNER, M. *The way we think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

LANGACKER, R. W. *Grammar and conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

SHREVE, G. The deliberate practice: translation and expertise. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON NEW HORIZONS IN THEORETICAL TRANSLATION STUDIES, 2006, Hong Kong. *Proceedings* Hong Kong: Chinese University of Hong Kong, p. 154 – 162.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1995.

#### Conexionismo, relevância e mesclagem na investigação dos processos inferenciais na leitura: uma alternativa teórica e metodológica

Ana Cláudia Junqueira Chiaretto

chiaretto.ac@uol.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

A leitura envolve habilidades que extrapolam a mera decodificação de sinais gráficos. Entender o ato de ler como algo que vai muito além da decodificação é entender o papel do leitor como elemento fundamental no processo da compreensão, visto que é ele quem construirá a representação mental do texto lido. Essa mudança de enfoque acarretou toda uma revisão nos estudos sobre a leitura, uma vez que elementos fora do texto também passaram a ser investigados. Como resultado, o foco de interesse deixou de ser o produto e passou a ser o processo da compreensão, do qual o leitor faz parte e é investigado enquanto indivíduo que traz consigo suas próprias experiências, seus próprios conhecimentos, suas próprias capacidades. Nesse quadro de mudanças e de busca por um paradigma para investigar a leitura, levantamos o seguinte questionamento: como avaliar



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

a influência do conhecimento do leitor na construção das inferências necessárias à compreensão?

Apresentamos, neste trabalho, o quadro teórico adotado para investigar os processos inferenciais na leitura de textos publicitários. Esse quadro é composto por três propostas que se complementam mutuamente, quais sejam: a abordagem conexionista (Elman et al., 1996), a Teoria da Relevância (Sperber e Wilson, 1995) e a Teoria de Mesclagem (Fauconnier e Turner, 2002). A utilização dessas três propostas nos levou a uma mudança de paradigma – do simbólico para o conexionista – e ofereceu subsídios para a construção de um método de coleta de dados que trouxe resultados bastante produtivos, uma vez que forneceu informações específicas sobre nosso objeto de pesquisa. Partimos da hipótese de que o nível e o tipo de letramento dos sujeitos interfere quantitativa e qualitativamente na construção de inferências. A noção de letramento é considerada, aqui, em toda a sua pluralidade, enquanto prática que pressupõe interação e que envolve, necessariamente, atitudes ostensivas e inferenciais por parte dos interlocutores. A leitura é vista enquanto ação situada temporal e espacialmente, o que nos fez buscar formas de investigar os processos inferenciais levando em conta não apenas suas características linguístico-pragmáticas, mas também seus aspectos mentais e cognitivos. Assim, mesmo tendo lançado mão de vários termos, concluímos que os diversos tipos de letramento estão diretamente relacionados às noções de ambiente cognitivo (Teoria da Relevância) e de domínios cognitivos (Teoria de Mesclagem), ambos entendidos como correlatos às noções de conhecimento e aprendizagem utilizados pela abordagem conexionista. Trata-se de processos em constante evolução, visto que o indivíduo está sempre em interação com o meio em que vive. É importante atentar para o fato de que optamos por investigar, nesta pesquisa, a leitura enquanto processo. Não deixamos de encarar-la, entretanto, como agência de letramento. Além disso, não poderíamos deixar de chamar a atenção para o fato de que há pontos de contato entre a noção de letramento e as três teorias adotadas aqui, dada a flexibilidade, dinamicidade e mesmo plasticidade dessa noção, da forma como a entendemos. Desse modo, acreditamos que o letramento pode influenciar decisivamente o processamento de inferências na leitura. Foram realizados três estudos exploratórios, com os sujeitos lendo os textos e produzindo retextualizações no computador, com a ajuda do software *Translog* (Jakobsen, 1999), um programa que possibilita a gravação de todos os movimentos dos sujeitos durante a realização das tarefas no computador. Os dados foram avaliados através da técnica da triangulação (Alves, 2001, 2003), o que possibilitou a utilização de várias ferramentas de coleta de dados, além de permitir maior rigor diante da complexidade do processo avaliado. Os resultados forneceram evidências de que o nível e o tipo de letramento exerceram papel fundamental no processamento das inferências construídas pelos sujeitos, corroborando nossa hipótese de que é a experiência que molda os diversos tipos de conhecimento envolvidos na construção de inferências na leitura.

Contudo, apesar de todo o rigor adotado em nossa pesquisa, podemos dizer que ainda existe uma grande limitação relacionada ao método de coleta de dados, uma vez que avaliamos a compreensão indiretamente por meio de outro processo, qual seja, a produção textual. Isso porque as retextualizações produzidas pelos sujeitos não refletem o processo da leitura propriamente dito, apenas revelam pistas desse processo. A utilização de um método que permita avaliar

a leitura, de uma forma ainda mais direta, é um desafio para os pesquisadores da área. Graças ao desenvolvimento tecnológico, pesquisadores de outros países têm utilizado métodos alternativos para investigar a leitura, lançando mão de ferramentas como a tomografia computadorizada, que exige a construção de um experimento de laboratório, e a técnica do rastreamento da fixação ocular (*eye-tracking method*), aliada a outras ferramentas de coleta de dados, como a gravação de verbalizações, por exemplo, que permite a situação experimental fora do laboratório, atribuindo, de certo modo, maior validade ecológica à investigação. Haberlandt (1994) afirma que o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas tem oferecido novas alternativas metodológicas de pesquisa sobre a leitura que, por sua vez, têm contribuído para o desenvolvimento de teorias mais detalhadas. O autor chama a atenção para o fato de que, dada a complexidade do processo em questão, não há um método de pesquisa que possa ser considerado perfeito e que o ideal seria utilizar várias técnicas na construção desse método para garantir a credibilidade dos resultados. À guisa de conclusão, levantamos, então, uma série de considerações sobre as possibilidades teóricas e metodológicas de aplicação da abordagem conexionista nos estudos processuais sobre a leitura, além de relacionar algumas ferramentas de coleta de dados que, dadas as dificuldades de mapear o processo da compreensão, podem ser bastante úteis nesse tipo de investigação.

ALVES, F. Tradução, cognição e contextualização: triangulando a interface processo-produto no desempenho de tradutores novatos. *DELTA*, v. 19, n. esp., p.71-108, 2003.

\_\_\_\_\_. A triangulação como opção metodológica em pesquisas empírico-experimentais em tradução. In: PAGANO, A. (Org.). *Metodologias de Pesquisa em Tradução*. Belo Horizonte: FAL-UFMG. p. 69-92.

ELMAN, J. et al. *Rethinking Innateness: a connectionist perspective on development*. Cambridge: MIT Press, 1996.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think*. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities. New York: Basic Books, 2002.

HABERLANDT, K. F. Methods in Reading Research. In: GERNSBACHER, M. A. *Handbook of psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, 1994.

JAKOBSEN, A.L. Logging target text production with Translog. In JAKOBSEN, A.L.; H. SCHOU (Eds.). *Probing the Process in Translation: methods and results*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 1999.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1995.

### Leitura e produção textual – complexidade cognitiva na tradução sinóptica

*Daisy Rodrigues do Vale*

drvale@netsite.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade Federal de Uberlândia

Leitura e produção textual têm motivado pesquisas de diferentes áreas do conhecimento, ocasionando um acervo



considerável de trabalhos publicados no Brasil e no exterior. A tarefa de ler um texto e produzir um resumo tem sido usada como método de investigação de duas habilidades lingüísticas distintas. De um lado, temos os estudos voltados para a leitura ou construção do sentido do texto e, de outro, temos as pesquisas com o foco na produção textual. O tratamento dessas habilidades de forma desintegrada pode ser explicado pela complexidade inerente à integração das habilidades ou pelas dificuldades e restrições metodológicas. O isolamento de leitura e produção textual impede que os respectivos estudos cheguem a um nível mais abrangente e limitam sua aplicabilidade. O presente estudo visa analisar o processo da tradução sinóptica (*summary translation*) (Shreve, 2006), que aborda as habilidades de leitura e produção textual de forma integrada. Ao adotar essa abordagem, levamos em conta múltiplas atividades cognitivas que ocorrem em paralelo. Apresentamos uma investigação mediada por um estudo empírico-experimental em que seis sujeitos – alunos de doutorado matriculados em cursos de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento, em instituições federais de ensino superior no país – realizaram a tarefa de produzir um texto em português a partir de um texto em inglês. A metodologia adotada nesta pesquisa envolve instrumentos distintos: protocolos *on-line* gerados através do software *Translog*, protocolos retrospectivos gerados através da função replay do *Translog*, questionários e gravações em vídeo. O trabalho está fundamentado nas teorias sobre o Ensino de Inglês para Fins Acadêmicos (Celani, 2005), nas fases de orientação, redação e revisão envolvidas nos processos de produção textual (Jakobsen, 2002), no princípio conexionista de processamento distribuído em paralelo (MacLellan e Rumelhart, 1981), nos conceitos de ritmo cognitivo (Schilperoord, 1996), prática deliberada (Ericsson, 2002), durabilidade (Alves, 2005), e no modelo para introdução de textos acadêmicos (CARS), de Swales (1990). Os dados foram analisados sob um paradigma qualitativo, sendo observadas pontual e profundamente as características e variáveis que atuam no processo de tradução sinóptica e suas possíveis implicações para um desempenho experto na execução da tarefa. Os resultados obtidos indicam que a durabilidade depende de um gerenciamento do tempo de produção e do uso de pausas orientadas para o processamento cognitivo exigido e inerente ao processo. Nesta comunicação, apresentaremos os efeitos do gerenciamento do tempo dedicado a cada fase de produção e como esse gerenciamento interfere na durabilidade. Após a análise dos dados e uma comparação entre as produções dos informantes, concluímos que a fase de orientação se sobrepõe às demais fases de produção textual, se consideramos que há uma hierarquia entre essas fases. O informante que apresentou o nível de durabilidade mais alto foi aquele que dedicou o maior tempo para a fase de orientação (47% do tempo total de produção). Esse informante foi capaz de identificar e apresentar uma correlação mais acurada entre unidades de conteúdo previstas (conforme o modelo CARS). O informante usou menos tempo para redação (38%) e apenas 15% para revisão. A análise leva em conta outras variáveis determinantes do processo como, por exemplo: (a) uso de estratégias de reatualização; (b) características individuais; (c) formação acadêmica; (d) formação cultural; (e) proficiência lingüística; (f) competência em leitura; (g) experiência em tradução; (h) ritmo cognitivo e (i) prática deliberada. Ao investigar o processo envolvido na tradução sinóptica, este trabalho pretende contribuir para pesquisas de aquisição da leitura em língua estrangeira e indicar novas

direções para: (a) o ensino de língua estrangeira para fins acadêmicos; (b) a relação de negociação de sentido; (c) a tradução – ensino e processo e (d) a produção de resumo mediado por uma tradução. O estudo ainda aponta novos rumos para um modelo de sumarização, baseado nos aspectos discursivos, sociais, culturais, cognitivos e individuais que envolvem o uso da língua.

ALVES, F. e GONÇALVES, J. L. V. R. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y.; SCHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Eds.). *Translation Studies: Doubts and Directions*. Selected Papers from the IV Congress of the European Society for Translation Studies. Amsterdam: John Benjamins. No prelo.

CELANI, A. et al. *ESP in Brazil – 25 years of evolution and reflection*. São Paulo: Mercado de Letras, 2005.

ERICSSON, K. A. *Expertise in interpreting*. *Interpreting*, v. 5, n. 2, p. 187 – 220, 2002.

JAKOBSEN, A. L. Translation drafting by professional translators and by translation students. *Empirical translation studies: process and product*. Copenhagen Studies in Language Series 27. Copenhagen: Samfundslitteratur, p. 191 – 204, 2002.

MAGALHÃES, C.; ALVES, F. Investigando o Papel do Monitoramento Cognitivo-Discursivo e da Meta-Reflexão na Formação de Tradutores. *Cadernos de Tradução*, 2006. No prelo.

RUMELHART, D. E.; MCCLELLAND, J. L. The PDP Research Group. *Parallel Distributed Processing – Explorations in the Microstructure of Cognition*. London: MIT Press, 1986.

SCHILPEROORD, J. *It's about time – temporal aspects of cognitive processes in text production*. Utrecht : Rodopi, 1996.

SHREVE, G. The deliberate practice: translation and expertise. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON NEW HORIZONS IN THEORETICAL TRANSLATION STUDIES, 2006, Hong Kong. *Proceedings Hong Kong: Chinese University of Hong Kong*, p. 154 – 162.

\_\_\_\_\_. Integration of translation and summarization process in summary translation. *Journal of the American Translation and Interpreting Studies Association*, Kent, 2005. No prelo.

SWALES, J. M. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

### Relações coesivas referenciais como eventos de processos cognitivos - uma análise mediada por um diálogo entre o conexionismo e a lingüística cognitiva

Regina Maria de Souza Moraes

regina5050@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais / PUC - Minas Gerais

Entre os temas que têm perpassado as reflexões sobre a linguagem, a questão da referência é, sem dúvida, uma das mais recorrentes e instigantes. Mondada (2005), discorrendo sobre a referência, diz que esta atravessa a filosofia da linguagem e a lingüística e assume formas teóricas diferenciadas. Para uns, é concebida no interior de um modelo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo; para outros, a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre interlocutores.



Há, hoje em dia, uma multiplicidade de quadros teóricos para deprender a referenciação. De um lado, estão as abordagens interacionistas, mais centradas no que é publicamente manifesto pelos participantes. De outro lado, estão as abordagens cognitivas que remetem à gestão das atividades de referenciação, a saberes compartilhados, isto é, estados cognitivos que caracterizam não apenas o locutor, mas também, seu interlocutor e a maneira pela qual são apreendidas pelo primeiro e, portanto, podem se centrar quer no sujeito ou na intersubjetividade – sendo ela tratada em termos de memória discursiva, ou seja, de cognição distribuída. Num primeiro momento, em Moraes (2001), vislumbramos a possibilidade de lançar mão da metáfora de redes para analisar as relações coesivas referenciais, estabelecidas dentro do quadro teórico funcionalista apresentado por Halliday e Hasan (1976). Segundo os autores, as relações coesivas referenciais extrapolam o âmbito da oração, não são lineares e se estabelecem em várias direções dentro do texto. Os pares de elementos coesivos referenciais são ligados entre si, constituindo nódulos, e é através dessas redes que os indivíduos estabelecem um significado para o texto. Contudo, o modelo funcionalista em questão apenas sugere a possibilidade da existência dessas redes. Por outro lado, o modelo conexionista parece demonstrar capacidade de explicitá-las, sobretudo se levarmos em consideração as discussões feitas por Elman (1996, 2004, 2005, 2006). Ao nos situarmos no terreno dos que estudam a referência como processo cognitivo distribuído, desenvolvemos um trabalho com a finalidade de analisar redes coesivas referenciais como sendo eventos cognitivos, cuja ocorrência pode apontar para aspectos cognoscentes relacionados à leitura e à produção de textos escritos no Português do Brasil. De acordo com Magro (1999), o conexionismo é um conjunto de instrumentos e idéias e não uma teoria lingüística. A fim de utilizá-lo como referência nos estudos da linguagem, faz-se necessária a busca de um aporte teórico que dá conta das análises lingüísticas que fazem parte de uma proposta de pesquisa dessa natureza. A Lingüística Cognitiva, sobretudo a Gramática Cognitiva proposta por Langacker (1999, 2001), parece se apresentar como uma possível solução. Collier (1999) apresentam e discute vários pontos de compatibilidade entre o Conexionismo e a Gramática Cognitiva. Perceber a possibilidade de um diálogo entre o Conexionismo e a Lingüística Cognitiva torna esta pesquisa instigante e desafiadora. Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar um projeto de pesquisa para a análise do uso de relações coesivas referenciais em textos produzidos por alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental. Levanta-se a hipótese de que as relações citadas acima constituem pistas para um conhecimento sobre os processos cognitivos envolvidos na produção de sentido. Ao buscar uma resposta para essa hipótese, foram formuladas as seguintes questões: (a) Como são construídas, cognitivamente, as relações coesivas referenciais apresentadas em textos escritos por alunos do Ensino Fundamental? (b) Como essas construções se relacionam, no texto, com os princípios de construção de significado postulados pela abordagem conexionistas e pela Lingüística Cognitiva? O aparato teórico será constituído pelos conceitos conexionistas propostos por Elman e a Lingüística Cognitiva (LC), apresentada por Langacker, Uma interface entre o conexionismo e a LC poderá apresentar um modelo para explicitar como os eventos cognitivos de referenciação se realizam. Não usaremos processos de modelagem de redes, mas consideramos as redes coesivas como um espelhamento de processos cognitivos amplamente conectados e distribuídos em paralelo.

Os dados serão colhidos através de três experimentos: (a) o relato escrito de uma narrativa apresentada sob a forma de história em quadrinhos muda; (b) a continuação, por escrito, de uma narrativa já iniciada e (c) a elaboração livre de um texto narrativo escrito. Serão também usados, durante a coleta de dados, o programa *Translog* e gravações de interações orais entre o produtor de texto e o aplicador da tarefa. Durante essas interações, serão feitas perguntas ao produtor do texto sobre alguns aspectos da produção. Uma análise exploratória apontou para a presença de processos cognitivos que, por sua natureza, seriam semelhantes àqueles processos apresentados pelas redes neurais artificiais. Dentre esses processos, adquiriram saliência a quebra de predições e a retropropagação. Ao investigar os processos envolvidos em relações coesivas, este trabalho pretende contribuir para pesquisas de aquisição de leitura e produção de textos em língua portuguesa e para estudos do ensino e aprendizagem da língua materna.

- COLLIER, M. On The Compatibility of Connectionism and Cognitive Linguistics. CRL Newsletter, San Diego, v. 11, n. 4, 1999.
- MAGRO, C. *Linguajando o Linguajar - da Biologia à Linguagem*. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- ELMAN, J. L. et al. *Rethinking Innateness: A Connectionist Perspective on Development*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- ELMAN, J. L. An Alternative view of the mental lexicon. *TRENDS in Cognitive Sciences*, 7, p. 301-306, 2004.
- ELMAN, J. L. Connectionist models of cognitive development: Where next? *TRENDS in Cognitive Sciences*, San Diego, v. 9, n. 3, March 2005.
- ELMAN, J. L.; ROHDE, H.; KEHLER, A. Event structure and discourse coherence biases in pronoun interpretation. In: 29TH ANNUAL MEETING OF THE COGNITIVE SCIENCE SOCIETY, 2006. *Proceedings*
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- LANGACKER, R. W. *Grammar and conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.
- LANGACKER, R. W. Discourse in Cognitive Grammar. *Cognitive Linguistics*, 12, p. 143-188, 2001.
- MORAES, R. S. M. *Concordância: do estrutural ao coesivo*. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

### Aspectos da afiliação da lingüística cognitiva à psicologia da Gestalt

Considera-se que um tipo de discussão de caráter epistemológico seja de grande importância para que se compreenda o real alcance dos postulados e das terminologias adotadas por uma determinada abordagem teórica, especialmente quando tal abordagem procura romper os limites de seu campo, buscando, em outra disciplina, referências que ampliem a compreensão de seu próprio objeto de estudo. É seguindo tal compreensão do valor da reflexão epistêmica que esta mesa propõe discutir aspectos da relação entre a Lingüística Cognitiva e a Psicologia da Gestalt, relação essa que acontece referentemente a uma afiliação teórica da primeira à segunda.



Sinha (2001) busca elencar as influências sofridas pela Lingüística Cognitiva e confere à Psicologia da Gestalt uma posição de destaque frente às demais vertentes dos estudos psicológicos. Propõe-se aqui, então, a apresentação, discussão e exemplificação de alguns dos aspectos dessa situação de correlação entre termos e conceitos das duas abordagens teóricas. A Psicologia da Gestalt busca uma compreensão diferente do processamento cognitivo humano, relativamente à visão associacionista em psicologia. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2005) Essa compreensão diferenciada serve à Lingüística Cognitiva, que, por sua vez, afasta-se da abordagem hegemônica da lingüística, a abordagem Gerativa, ao encerrar a linguagem como um dos aspectos cognitivos humanos.

Marilene Tavares Cortez investiga em que grau as noções de *experiência* e *contexto*, operantes no quadro da Psicologia da Gestalt, relacionam-se a essas mesmas noções no campo da Lingüística Cognitiva, ou, em outras palavras, como tais noções servem ou auxiliam a este campo do conhecimento lingüístico a lidar com as questões relativas à inter-relação entre linguagem e cognição, que lhe são pertinentes. Para os gestaltistas, o contexto já traz em si uma organização que o nosso aparato perceptivo é capaz de identificar, baseado em determinados princípios Koffka (1975). E isso constitui uma das maiores contribuições da teoria gestáltica para os estudos da linguagem, uma vez que esta última, compreendida como *contexto*, apresenta também uma *organização* reconhecida por nosso aparato perceptivo, de acordo com aqueles mesmos princípios.

Adriana Tenuta Azevedo discute e exemplifica como alguns dos postulados da Psicologia da Gestalt encontram reflexo em concepções adotadas pela Lingüística Cognitiva. Essencialmente, trabalha com a visão de que a percepção está na base de outras operações cognitivas e de que essa percepção tem um caráter específico, forçosamente composto de elementos salientes e elementos sem destaque. Finalmente, mostra como a motivação primeira para o surgimento da psicologia Gestalt, que é a da rejeição à idéia de que a percepção de uma entidade seja a soma da percepção das partes que a compõem (associacionismo), confere com a perspectiva que a Lingüística Cognitiva assume sobre significado. Discute noções ligadas a alguns dos modelos que compõem a Lingüística Cognitiva e dá exemplos de fenômenos lingüísticos analisados sob essa perspectiva.

Heberth Paulo de Souza busca também discutir alguns conceitos chave da Lingüística Cognitiva (LANGACKER, 1987; FAUCONNIER, 1997; FAUCONNIER; TURNER, 1998), relacionando-os com a Teoria da Gestalt. São os seguintes os termos enfocados: entrincheiramento, metaforização, mesclagem conceptual e modelização cognitiva, mostrando como essas concepções estão presentes em textos por ele analisados.

AZEVEDO, A. M. T. de. *Estrutura narrativa e espaços mentais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, no prelo.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G.; TURNER. Conceptual integration networks. In: *Cognitive science*. Cognitive Science Society, 1998. Vol. 22, 133-187.

GARDNER, H. *Uma nova ciência da mente: Uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: EDUSP, 1995.

KOFFKA, K. *Princípios da psicologia gestalt*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975. p. 187-221.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Vol. I: Theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

SINHA, C. Cognitive linguistics, psychology and cognitive science. In: GEERAERTS, D. and CUYCKENS, H. (Ed.). *Handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2001a.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Pioneira - Thomson Learning, 2005. cap. 12, p. 294-323.

DUPUY, J. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1996. 228p.

JANDA, L. *Cognitive Linguistics*. University of North Carolina, February. 2000. Disponível em: < <http://www.indiana.edu/~slavconf/SLING 2K/pospapers/janda.pdf> > Acesso em: 20 jan. 2005.

### Reflexos da psicologia da Gestalt na lingüística cognitiva

Adriana Maria Tenuta de Azevedo

a.tenuta@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Há questões que interessam à lingüística que são também pertinentes à psicologia, tais como processos ou habilidades cognitivas do tipo de memória, categorização, solução de problemas, etc. Há, portanto, um estreito relacionamento entre esses dois campos de investigação. Encontram-se, no entanto, diferentes perspectivas, dentro dos estudos psicológicos, sobre como essas habilidades se estruturam e como se dão as experiências mentais do ser humano. Assim, as abordagens lingüísticas vão se apoiar em vertentes específicas da psicologia, dependendo de como encaram as questões da linguagem relacionadas à cognição.

Os estudos que vieram a constituir o que hoje se denomina Lingüística Cognitiva, especificamente, surgem num contexto de oposição a uma série de concepções inatistas, modularistas, objetivistas, que compõem uma visão da linguagem desvinculada dos demais processos cognitivos e uma visão da sintaxe independente da semântica. Essas concepções dominavam o cenário da lingüística na segunda metade do século XX e marcaram a Revolução Cognitiva, em sua fase inicial (GARDNER, 1995). A Lingüística Cognitiva, que se opôs a essa lingüística hegemônica, adota, principalmente, a visão da linguagem como parte integrante da cognição geral do ser humano e da semântica como motivadora das formas lingüísticas, portanto indissociada da sintaxe.

Uma das vertentes dos estudos psicológicos que mais teve influência sobre a Lingüística Cognitiva foi a Psicologia da Gestalt, como afirma Sinha (2001). Este trabalho busca, então, discutir e exemplificar alguns aspectos da afiliação epistemológica da Lingüística Cognitiva em relação à Psicologia da Gestalt.

A Psicologia da Gestalt, por sua vez, surge, no início do século XX, num contexto de oposição ao associacionismo na psicologia, mostrando, a partir de uma indagação de Ehrenfels sobre como percebemos a identidade de uma peça musical tocada por notas diferentes, que, relativamente a nossa percepção, as partes de um todo não são primárias (WERTHEIMER, 1924). A Gestalt propõe, então, que primeiro percebemos o todo e, somente a partir dessa percepção é que as partes se configuram como tal. Essa psicologia propõe também que os demais processos cognitivos estão ligados à percepção e essa percepção é regida pelo



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

princípio da atenção seletiva. Nessa perspectiva, então, há forçosamente, figuração, saliência ou foco, ligados às experiências perceptivas, o que é expresso na teoria pelas noções de figura e fundo.

São, então, os seguintes os postulados da Gestalt aqui referidos, primeiro, que a percepção está na base dos processos cognitivos; segundo, que um todo não é a simples soma de suas partes e, finalmente, que nossa percepção envolve figuras que se destacam relativamente a um fundo mais homogêneo. Esses postulados aparecem nas concepções essenciais do quadro da Linguística Cognitiva.

A Linguística Cognitiva também confere status de nível básico à percepção, especialmente a percepção visual, com relação aos processos ligados a linguagem e pensamento. Nesse quadro, a Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 2004), propõe diagramas para descrição de fenômenos linguísticos que são feitos em direta analogia com esse campo perceptivo e adota conceitos tais como visualização, perspectiva, bem como trajectora e marco (o primeiro e o segundo participantes de uma relação), perfil e base (o elemento em foco e seu escopo imediato) com referência a qualquer situação de conceptualização.

Assume-se, também, no âmbito da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 2004) que há várias dimensões, nas quais a distinção figura/fundo se manifesta referentemente à estruturação da linguagem. As oposições sujeito/predicado, tópico/comentário, discurso prévio/discurso corrente e eventos centrais/eventos de suporte de narrativas, são alguns desses casos.

Finalmente, percebe-se, na visão da não-composicionalidade do significado da Linguística Cognitiva, o reflexo do que diz a Gestalt sobre a relação parte/todo. Ainda com referência a essa relação, toda a perspectiva da integração conceitual que embasa a Teoria da Mesclagem (FAUCONNIER; TURNER, 2002) concebe a emergência de conteúdo de significado, sob processos de composição, elaboração e integração, a partir de domínios cognitivos em que tal conteúdo não existia.

Serão discutidas certas noções da Linguística Cognitiva à luz de sua contraparte nos estudos psicológicos. Serão também apresentados estudos sobre fenômenos linguísticos que exemplificam aspectos da influência da Psicologia da Gestalt no quadro da linguística Cognitiva. Por exemplo, o trabalho de Fauconnier; Turner (1998) sobre a formação do significado de termos compostos da língua inglesa, que não apresenta caráter puramente composicional, sendo uma mescla mais complexa em termos de enquadres (*frames*) ligados aos termos envolvidos no composto. Discutir-se-á como isso acontece também relativamente a termos da língua portuguesa. E, finalmente, serão exemplificadas dimensões nas quais a distinção figura/fundo se manifesta referentemente à estruturação da linguagem (LANGACKER, 2004; AZEVEDO, no prelo)

Espera-se, com isso, revelar aspectos da relação de afiliação do quadro da Linguística Cognitiva ao campo da Psicologia da Gestalt.

AZEVEDO, A. M. T. de. *Estrutura narrativa e espaços mentais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, no prelo.

FAUCONNIER, G.; TURNER. *Conceptual integration networks*. In: *Cognitive science*. Cognitive Science Society, 1998. Vol. 22, 133-187.

FAUCONNIER, G.; TURNER. *The way we think*. New York: Basic Books, a member of the Perseus Books Group, 2002.

GARDNER, H. *Uma nova ciência da mente: Uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: EDUSP, 1995.

KOFFKA, K. *Princípios da psicologia gestalt*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975. p. 187-221.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Vol. I: Theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *A course in cognitive grammar*. (Partial preliminary draft). Disponibilizado para o curso: Introduction to the theory of cognitive grammar - Cognitive Linguistics, realizado em High Wycombe, UK, entre 12 e 23 de julho de 2004. Maio de 2004.

SINHA, C. *Cognitive linguistics, psychology and cognitive science*. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.), *Handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2001a.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Pioneira - Thomson Learning, 2005. cap. 12, p. 294-323.

WERTHEIMER. Gestalt theory (uber Gestalttheorie [an address before the Kant Society, Berlin, 7th December, 1924], Erlangen, 1925, 1924. Disponível em: <<http://enabling.org/ia/gestalt/wert1.html>>. Acessado em 12 mai. 2004.

### Linguística cognitiva e psicologia da Gestalt: uma reflexão sobre contexto, experiência e processos cognitivos

Marilene Tavares Cortez

lenacortez@uol.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Procurar-se-á, no âmbito deste trabalho, discutir *experiência* e *contexto* e sua relação com a cognição humana, partindo das proposições da Psicologia da Gestalt acerca desses conceitos, buscando apontar para a possibilidade de tais proposições fornecerem material para a Linguística Cognitiva (LC) realizar o seu intento de construir um novo modelo para a compreensão da relação linguagem e cognição, conforme estabelecido, por exemplo, por Langacker (1987). Esse autor discute a necessidade de uma maior aproximação dos estudos e pesquisas da LC com as investigações da Psicologia. Ele comenta, ainda, que a LC procurou afastar-se das concepções mecanicistas sobre linguagem e mente, buscando aproximar-se de um referencial mais condizente com os sistemas biológicos (LANGACKER, 1987).

Diante dessa proposta de Langacker, um dos objetivos centrais desta apresentação é mostrar a necessidade de a LC definir, de forma clara e precisa, o que ela entende por ser humano como um sistema biológico, isto é, que tipo de cognição tal conceptualização pretende estabelecer. Para se alcançar o objetivo de se compreender, de forma mais crítica, os conceitos de *experiência* e *contexto* e sua relação com a cognição humana, far-se-á uma breve contextualização do surgimento da Psicologia da Gestalt no cenário da ciência da Psicologia no início do século XX. Esse foi o momento histórico de fabricação do consenso, pela comunidade científica, em torno dos conceitos de *contexto/ambientalismo* e da importância que se atribui à *experiência*. Dito de outra forma, a perspectiva empirista ganhava força na comunidade científica nas primeiras décadas do século XX. A Gestalt rompeu com alguns pressupostos centrais da Psicologia hegemônica daquele momento, 1912-1930, a Psicologia Com-





portamental: “Com o gestaltismo, temos ingresso no campo específico da psicologia cognitiva [...] reabilitam-se aqui a relevância da consciência, nela se re-constatando uma função diretiva, organizadora e controladora do comportamento” (PENNA, 1999). Tal assertiva permite dimensionar o quanto as proposições gestaltistas se afastam dos modelos mecanicistas, pois, para os gestaltistas, a discussão do conceito de consciência é axial para a compreensão de *contexto* e *experiência* humana (Cf. KOFFKA, 1975).

A Psicologia Comportamental reduziu o ser humano a um sistema biológico que se desenvolve apenas a partir de suas interações com o ambiente/contexto, chegando mesmo a prescindir do conceito de cognição (Cf. SKINNER, 1985); procurou resolver a questão mente-corpo, estabelecendo que a Psicologia seria um ramo das Ciências Naturais (SKINNER, *Op. cit.*), ou seja, nesse paradigma, o ser humano foi resumido à sua biologia. A Psicologia da Gestalt bateu precificação contra essa perspectiva reducionista da natureza humana. Nessa medida, compreender, primeiro, como os conceitos de *experiência* e *contexto* foram introduzidos nas ciências e, segundo, como a Psicologia da Gestalt se posiciona em relação a esses conceitos torna-se extremamente importante para o avanço da LC na construção de seu modelo alternativo de compreensão do que é linguagem.

Koffka, um dos principais nomes da Gestalt, não nega a importância da experiência, antes, a questiona, pois pondera “que, antes de sabermos o que significa a experiência, a introdução da experiência não possui valor explicativo” (1975). Como se sabe, os gestaltistas foram experimentadores rigorosos, pesquisaram de forma exaustiva acerca da percepção. Ou seja, os gestaltistas procuraram demonstrar que recorrer a explicações consensuais, como o conceito de *experiência*, sem ter uma compreensão mais rigorosa do mesmo, não faz, necessariamente, a ciência avançar. Assim, buscar-se-á discutir, nessa investigação, partindo de algumas questões epistemológicas, se o entendimento que os gestaltistas têm do conceito de *contexto* e *experiência* corresponde ao conceito de *linguagem em uso* adotado pela LC, uma vez que, para a LC, é fundamental se pensar a produção da linguagem de forma contextualizada.

Sinha (2001), ao fazer um breve mapeamento da afiliação teórica da LC à Psicologia, mostra, de forma inequívoca, o afastamento da LC da Psicologia Comportamental, destacando a Gestalt como uma das vertentes da Psicologia com as quais a LC dialoga de forma mais profícua e sistemática. Podem-se verificar avanços em algumas análises propostas pela LC, possibilitados pelo emprego de alguns conceitos da Gestalt como, por exemplo, o de *figura-fundo*. O uso desse conceito possibilitou à LC, através do trabalho de Azevedo (2006), por exemplo, uma compreensão específica da estruturação de narrativas orais. Tal conceito, *figura-fundo*, refere-se a um dos *Princípios da Gestalt sobre a Organização Perceptual* (KOFFKA, 1975; SCHULTZ; SCHULTZ, 2005), sendo assim, a pertinência do trabalho dessa autora nos instiga a recorrer à obra gestaltista com o intuito de procurar novas aproximações entre esta e a LC, como buscaremos fazer nesta exposição.

AZEVEDO, A. M. T. de. *Estrutura narrativa e espaços mentais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, no prelo.

DUPUY, J. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1996. 228p.

GARDNER, H. *A nova ciência da mente*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1996. 454p.

JANDA, L. *Cognitive Linguistics*. University of North

Carolina, February. 2000. Disponível em: < [http://www.indiana.edu/~slavconf/SLING\\_2K/pospapers/janda.pdf](http://www.indiana.edu/~slavconf/SLING_2K/pospapers/janda.pdf) >. Acesso em: 20 jan. 2005.

KOFFKA, K. *Princípios de Psicologia da Gestalt*. São Paulo: Cultrix, 1975. 703p.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar – theoretical prerequisites*. California: Stanford University Press, 1987. 516p.

PENNA, A. *Introdução à Psicologia Cognitiva*. 2. ed. ampl. São Paulo: EPU, 1999.

SCHULTZ, D.; SCHULTZ, S. *História da psicologia moderna – tradução da oitava edição norte-americana*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda, 2005. 484p.

SKINNER, B. *Ciência e comportamento humano*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 420p.

SINHA, C. “Cognitive linguistics, psychology and cognitive science”. Draft chapter for D. Geeraerts and H. Cuyckens (Ed.) *Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, Oxford University Press, 2001. 35p.

### Alguns aspectos de textualidade à luz das teorias da lingüística cognitiva e da psicologia da Gestalt

Heberth Paulo de Souza

[hpsouza@mgconecta.com.br](mailto:hpsouza@mgconecta.com.br)

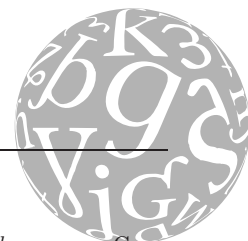
Universidade Federal de Minas Gerais

A noção da composicionalidade do sentido perpassa os estudos da linguagem desde as abordagens mais clássicas em cuja articulação foram-se firmando as bases da semântica em suas múltiplas acepções, até encontrar sua contraparte na Psicologia da Gestalt, que vai direcionar muitos estudos na área da linguagem humana e constituir uma nova base epistêmico-ontológica para a Lingüística.

O objetivo deste trabalho é apresentar um perfil das contribuições dessa vertente da psicologia para a compreensão da organização textual, à luz das pesquisas realizadas no âmbito da Lingüística Cognitiva, a partir de Langacker (1987), quando se instituiu oficialmente uma gramática cognitiva que apresenta subsídios para uma abordagem apoiada em elementos que se vinculam à organização mental operada pelos usuários da língua. A superfície textual é considerada, para usar uma metáfora recorrente na área, a ponta do *iceberg*, revelando por detrás de sua estrutura uma série de operações mentais complexas e articuladas que se desenvolvem à medida em que o discurso transcorre. Entender o mecanismo dessas operações no nível das representações mentais equivale a compreender o fenômeno da linguagem num nível de complexidade mais apurado, inter-relacionando-o com outras habilidades humanas no processo de conceptualização do mundo.

Os processos subjacentes à utilização da linguagem que vamos analisar neste trabalho, essenciais para o quadro da Lingüística Cognitiva, entram em jogo na organização textual e relacionam-se diretamente com a noção da não-composicionalidade da Teoria da Gestalt. São estes os processos:

1) Entrincheiramento (*Entrenchment*) – trata-se de um fenômeno lingüístico-cognitivo correspondente à capacidade que os usuários possuem de operar com elementos cujo sentido já se encontra solidificado na língua, não sendo ne-



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

cessária a decodificação através das partes que os compõem. O entrenchamento é um fenômeno que também se liga à questão da economia lingüística e se manifesta, na imanência textual, através de construções como clichês, provérbios, ditados populares e de outros fenômenos a exemplo das metáforas, analogias e *codas* narrativos.

2) Metaforização – mais do que meras construções lingüísticas em que se operam trocas de elementos num típico processo analógico, as metáforas se configuram na organização textual como um valioso recurso de manifestação da carga discursivo-ideológica que circunda os interlocutores. A partir de Lakoff e Johnson (1980), fica claro que as metáforas se encontram em todo tipo de formação discursiva, não sendo exclusivas da literatura, retórica, arte, estilística ou qualquer outra área de caráter mais subjetivo, estando igualmente presentes em textos técnicos e científicos. Além disso, elas resultam da nossa experiência de mundo e da nossa maneira de conceber os objetos e fatos ao nosso redor.

3) Mesclagem conceptual – processo presente em vários fenômenos da linguagem, como a metáfora, analogia, contrafactualidade e formação de palavras, descrito por Fauconnier; Turner (1994) a partir da Teoria dos Espaços Mentais de Fauconnier (1994). Os espaços mentais, que estão na base da Teoria da Mesclagem, são domínios de natureza semântico-discursiva ativados no discurso pela presença de certos construtores (*space builders*), como certos advérbios, descrições nominais e verbos. Os elementos presentes nesses domínios cognitivos, que correspondem a informações semânticas de vários níveis, são revestidos de grande mobilidade, podendo ser mapeados ou projetados para outros espaços mentais (Cf. FAUCONNIER, 1997). No caso específico da mesclagem conceptual, o falante é capaz de tomar elementos de dois ou mais espaços de entrada diferentes e projetá-los num único espaço, mesclando informações e utilizando-as concomitantemente, num processo de restrição seletiva. Esse processo é dinâmico, pois o resultado da mescla não é tão-somente a soma das informações selecionadas provindas dos espaços de entrada – novos sentidos emergem no uso, o que vem lançar novas luzes à questão da composicionalidade semântica.

4) Modelização cognitiva – a partir de Lakoff (1987), fica patente que, na comunicação, lidamos o tempo todo com modelos cognitivos, adequando os elementos da linguagem a tais modelos, os quais se relacionam com modos de conceptualização da realidade. Além dos modelos cognitivos propriamente ditos, somos capazes de detectar a existência de outros elementos através dos textos, como os enquadres (*frames*) e os esquemas de evento (*scripts*), elementos cuja compreensão é de fundamental importância na visualização das seqüências e eventos discursivos – portanto, essenciais para a compreensão do processamento cognitivo que confere suporte à linguagem.

Para o desenvolvimento do trabalho, está sendo utilizado um *corpus* composto por textos escritos por estudantes de nível médio e superior, nos quais ocorrem os processos cognitivos mencionados. Com esse procedimento, faz-se uma aplicação da teoria sobre fatos concretos da organização lingüística, contribuindo para os avanços operados na área.

A compreensão dos processos cognitivos que permeiam a linguagem é condição imprescindível para entendimento do mecanismo de produção e recepção de textos. Sob essa perspectiva, a análise do sentido equivale à descrição de todo o processo que subjaz à elaboração de sentenças. Nesse enfoque, a Lingüística Cognitiva é capaz de prover modelos descritivos de grande eficácia.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, Mark. *Conceptual projection and middle spaces*. Technical Report 9401. San Diego: University of California at San Diego, Dept. of Cognitive Science, 1994.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. vol. 1-2. Stanford: Stanford University Press, 1987.

### Custo computacional e autonomia do processador sintático à luz de um modelo da computação on-line sob a ótica do programa Minimalista

Os trabalhos apresentados nesta sessão são representativos de uma linha de pesquisa que visa integrar o estudo do processamento lingüístico com uma caracterização teórica de língua, e que toma a visão de língua expressa no PM [1, 2] como compatível com esse fim. Têm como objetivo discutir resultados de pesquisa psicolingüística com base em um modelo da computação *on-line* em desenvolvimento, concebido à luz do PM, no qual se busca dar conta da incrementalidade característica do processamento humano e do custo computacional diferenciado de operações de movimento [3]. Os dois primeiros trabalhos lidam com a questão da autonomia do processador sintático, a qual é assumida no modelo, e pode ser questionada com base em resultados experimentais relativos a erros de concordância. O primeiro considera o efeito de informação de natureza contextual no processamento da concordância de gênero entre sujeito e predicativo em línguas românicas, as quais evoluíram no sentido de dissociar gênero gramatical de gênero natural (sexo), o que possibilita a um conjunto de nomes com traço [+animado; +humano] ter gênero intrínseco ([+/- feminino]) e ser usado na referência a indivíduos de ambos os sexos (*vítima*). Contrapõe-se à chamada hipótese *maximalista* [4], relativa ao uso de informação de diferentes fontes no processamento da concordância, uma explicação fundada em um modelo de produção serial e incremental, monitorado, cujo formulador sintático conduz a computação *on-line* com base no modelo em desenvolvimento acima referido. Essa interpretação alternativa mantém a autonomia do formulador sintático identificando a interferência na definição do valor do traço de gênero de um elemento de natureza pronominal, com o qual a concordância com o predicativo se estabelece. O segundo trabalho apresenta resultados de experimento de produção induzida por preâmbulo, conduzidos com falantes de português, os quais revelam incidência de erros de concordância sujeito-verbo decorrentes da interferência de um morfema de número (plural) em um PP interveniente, sendo esta maior com PPs argumentos do que com adjuntos. Esses resultados são interpretados à luz do modelo de produção acima caracterizado e a interferência é localizada na codificação morfológica do verbo, após a produção



e o monitoramento do sujeito da sentença. Propriedades sintáticas de argumentos e adjuntos são levadas em conta na definição da acessibilidade relativa de um morfema de número como fonte de interferência. O terceiro trabalho traz alternativas formais para dar conta da distinção entre o tempo de reativação de elementos movidos para posições argumentais e não argumentais, como em passivas e construções QU, respectivamente, a qual sugere ser a reativação do sujeito de passivas um efeito eminentemente semântico [5]. Uma das alternativas lança mão da concepção de *caixas de memória* proposta por Fong [6], em um modelo que visa a uma implementação computacional do *parsing* de sentenças com base em uma derivação minimalista. A proposta de Fong é reformulada e compatibilizada com o modelo em desenvolvimento, de modo a dar conta tanto da distinção entre movimentos com e sem custo computacional quanto de diferenças entre o custo computacional decorrente de movimento A e A-barra. A segunda alternativa chama atenção para o fato de já estar sinalizado na proposta do PM que a checagem de papéis temáticos se realiza em LF.

[1] CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

[2] CHOMSKY, N. Derivation by phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 18, 1999.

### Erros de atração na concordância sujeito-verbo e a acessibilidade de informação morfofonológica de número em PPs argumentos e adjuntos na produção incremental de sentenças

Erica dos Santos Rodrigues

ericarodrigues@uol.com.br  
PUC - Rio de Janeiro

A investigação de erros de atração tem se revelado bastante informativa acerca dos processos envolvidos na produção de sentenças. Experimentos de indução de erros têm sido empregados no estudo da concordância sujeito-verbo, a fim de determinar que fatores podem interferir nesse processamento e em que ponto da produção de sentenças tais interferências ocorreriam [1]. O paradigma experimental utilizado é o da produção induzida por preâmbulos correspondentes ao sujeito da sentença a ser construída, os quais contêm um sintagma preposicional ou oração interveniente entre o núcleo do sujeito e o verbo (*O advogado dos banqueiros/ O advogado que defendeu os banqueiros* + verbo). A interferência caracterizada é invariavelmente localizada na computação sintática da concordância. Resultados experimentais têm revelado que a presença de um elemento com número morfológicamente marcado como plural no PP interveniente entre um núcleo nominal singular e o verbo é um indutor de erros de atração, sendo a altura do PP na hierarquia do DP sujeito um fator determinante da probabilidade dessa interferência [2, 3].

Um aspecto não explorado nessas pesquisas é o papel de informação de natureza argumental na produção de erros de concordância. Na elaboração dos preâmbulos experimentais, não é feito um controle do tipo de sintagma preposicional em que está inserido o elemento nominal indutor de erros, o que, por sua vez, não permite isolar esse fator de outras

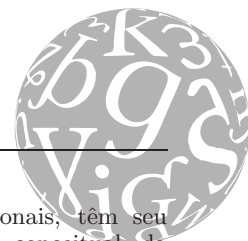
potenciais fontes de interferência. Resultados de experimentos de produção induzida, conduzidos com falantes de português revelam, contudo, que a variável *status* argumental do PP modificador do sujeito atua no processamento da concordância, sendo maior a incidência de erros após preâmbulos em que o núcleo interveniente está inserido em PP argumento (*O cancelamento de consultas médicas*) do que em PP adjunto (*O apartamento de cômodos pequenos*) [3].

No presente trabalho, esses resultados são explicados à luz de um modelo de produção de sentenças de natureza serial, não-interativo, que incorpore um modelo de computação *on-line*, tal como em [4], e que pressupõe um sistema de compreensão que monitora a produção realizando, incrementalmente, o *parsing* das unidades já codificadas morfofonologicamente ou articuladas [5, 6]. Assume-se que, quando o DP sujeito é enviado para a codificação morfofonológica, a computação da concordância entre esse DP e o verbo já teria sido realizada. A unidade correspondente ao DP sujeito seria, então, submetida às ações do monitorador, que atribuiria uma representação estrutural ao DP produzido. Essa representação seria mantida na memória de trabalho enquanto o verbo estivesse sendo codificado morfofonologicamente. Considera-se que o monitorador, com base na representação do DP sujeito, poderia vir a antecipar o número do verbo ainda a ser articulado, realizando uma espécie de “previsão” da flexão verbal a ser produzida. No processo de codificação morfofonológica do verbo, estariam, pois, disponíveis dois morfemas de número que poderiam se associar ao radical verbal: o morfema “antecipado” pelo monitorador e o morfema resultante da computação sintática da concordância na formulação. Um erro de concordância ocorreria caso o número do núcleo interveniente plural da representação do DP sujeito mantida na memória fosse equivocadamente tomado, pelo *parser* monitorador, como o número do DP sujeito e o monitorador antecipasse a flexão verbal com base nessa informação. Se esta informação viesse a prevalecer no momento da codificação morfofonológica do verbo, um erro como *O cancelamento de consultas médicas irão prejudicar os pacientes* poderia vir a ocorrer.

Logo, no modelo de produção assumido neste trabalho, o erro não seria resultante de uma falha na computação *on-line* da concordância na produção, seria pós-sintático, o que permite manter a idéia de um formulador sintático autônomo. É importante notar que a explicação apresentada também permite elucidar correções e substituições das flexões verbais feitas assim que o verbo é produzido.

Em relação à maior incidência de erros provocados por um morfema de número plural em PPs argumentos do que em PPs adjuntos, explica-se esse resultado em termos de diferenças de acessibilidade de argumentos e adjuntos determinadas pelo modo como estes são representados e associados à estrutura sintática. Essa explicação é compatível com a Hipótese de *Construal* [7], em que sintagmas primários (argumentos) e sintagmas não-primários (adjuntos) são concatenados de forma distinta à árvore sintática, sendo os últimos apenas “associados” ao termo modificado, e com uma caracterização lingüística de argumentos e adjuntos nos termos do Programa Minimalista [8, 9], em que aspectos concernentes à legibilidade nas interfaces do *output* da computação sintática são considerados [10].

[1] VIGLIOCCO, G.; HARTSUIKER, R. J. The interplay of meaning, sound and syntax in sentence production. *Psychological Bulletin*, 128, 442-472, 2002.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- [2] FRANCK, J.; VIGLIOCCO, G.; NICOL, J. Subject-verb agreement in French and English: the role of syntactic hierarchy. *Language and Cognitive Processes*, 17, 371-404, 2002.
- [3] ZZZ. Processamento da concordância de número entre sujeito e verbo na produção de sentenças. Tese de doutorado, PUC-Rio, 2006.
- [4] XXX; YYY (in prep). An integrated model of linguistic competence in the on-line computation of sentences.
- [5] ZZZ; XXX. Linear and hierarchical hypotheses reconciled: grammatical formulation and ongoing parsing in the production of subject-verb agreement errors. In: *The 17th Annual CUNY Conference on Human Sentence Processing*, 80, 2004.
- [6] XXX; ZZZ. Erros de atração no processamento da concordância sujeito-verbo e a questão da autonomia do formulador sintático. In: MAIA, Marcus; FINGER, Ingrid (Org.). *Processamento da Linguagem*. Pelotas: EDUCAT, p. 303-336, 2005.
- [7] FRAZIER, L.; CLIFTON Jr., C. *Contrual*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1996.
- [8] CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. MIT Press, Cambridge, Mass, 1995.
- [9] CHOMSKY, N. *Derivation by phase*. MIT Occasional Papers in Linguistics, 18 [Reprinted in M. Kenstowicz (ed. 2001), *Ken Hale: a life in language*, MIT Press, Cambridge, Mass., 1-52.], 1999.
- [10] HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; PIETROSKI, P. Some Thoughts on Adjunction. Ms, 2006.

### Incrementalidade na computação on-line e interferência de informação semântica/contextual no processamento da concordância sujeito-predicativo

Letícia Maria Sicurro Corrêa

lscorrea@let.puc-rio.br  
PUC - Rio de Janeiro

Este trabalho discute a questão da autonomia do formulador sintático no estabelecimento da concordância, tomando como referência um modelo de produção serial e incremental, no qual as ações deste formulador são caracterizadas nos termos de um modelo da computação *on-line* (computação sintática em tempo real) concebido à luz do Programa Minimalista (PM) [1, 2] em desenvolvimento [3, 4]. Tem como objetivo prover uma explicação para erros de concordância de gênero entre sujeito e predicativo que sugerem interferência de fatores de ordem semântica/contextual nesse processo, comprometendo, assim, o pressuposto da autonomia do processador sintático. Por autonomia do processador sintático, entenda-se a condução da computação em função das propriedades do que a teoria linguística convencionou chamar de *traços formais*, e que pode ser entendido como informação de natureza semântica representada no léxico como relevante para a gramática da língua e/ou informação de natureza sintática que repercute na interface fônica, seja na morfologia ou na ordem linear em que constituintes se apresentam. No que concerne à concordância, o modelo de computação *on-line* aqui assumido opera nos termos de uma derivação minimalista, em função do pareamento de traços formais interpretáveis e não-interpretáveis, o que resulta na valoração desses últimos pelos primeiros, com a possibilidade de repercussão na morfologia flexional.

Traços formais interpretáveis, quando opcionais, têm seu valor definido em função de informação conceitual da mensagem a ser produzida, e, quando intrínsecos, têm seu valor recuperado do léxico. De acordo com o PM, o conjunto dos chamados traços *phi* (gênero, número e pessoa) é semanticamente interpretável no nome (ou em projeções funcionais próprias), ainda que acidentes históricos possam ter tornado opacos os critérios que determinam o valor do gênero de nomes. No caso das línguas Românicas, o gênero gramatical admite leitura na interface semântica (como indicativo de sexo) quando opcional, ou seja, em nomes [+animado] flexionados em gênero. Traços intrínsecos de gênero têm seu valor identificado na morfologia flexional que transparece na interface fônica como reflexo da concordância [5]. Na maioria dos nomes [+animado] com gênero intrínseco, informação semântica relativa a sexo não é representada (*cobra, tartaruga*) ou é congruente com o gênero gramatical (*homem, mulher*). Um conjunto restrito de nomes com traço semântico [+animado;+humano] e traço intrínseco de gênero, contudo, denota categorias definidas em termos de predicados que se aplicam a indivíduos de ambos os sexos (*vítima, criança, prodígio*). Assumindo-se a autonomia do processamento sintático, a concordância se faz pelo pareamento de traços formais interpretáveis/não-interpretáveis, independentemente da natureza opcional/intrínseca do traço de gênero e da congruência entre traços intrínsecos e semânticos.

Estudos conduzidos em italiano e francês vêm explorando o conjunto de nomes com traço intrínseco de gênero, com os quais é possível manipular *congruência* entre gênero gramatical e gênero conceitual, como *vítima* [6, 7, 8, 9]. Em [9], falantes de italiano e de francês deveriam repetir um DP preâmbulo contendo um nome desse tipo, relacionado com uma sentença precedente. Nesta, um nome próprio define o sexo do antecedente daquele. A produção da sentença que tem o DP preâmbulo como sujeito continuaria com a introdução de um adjetivo. Um efeito significativo de *congruência* foi obtido com maior número de erros de concordância na condição *incongruente*, ainda que predominasse a concordância gramatical. Os resultados foram tomados como evidência para a *hipótese maximalista* – o formulador gramatical maximizaria o uso de informação relativa a gênero advinda de diferentes fontes (gramatical, semântica e contextual) –, no processamento da concordância. Esses resultados foram replicados com falantes do português a despeito de diferenças na metodologia. Para interpretá-los, contudo, foi assumida a perspectiva de um modelo de produção incremental, serial, ao qual é acoplado um sistema monitorador. Nesse contexto, a interferência semântica decorreria do fato de o DP sujeito, uma vez computado, ser processado pelo sistema monitorador, dando origem a uma representação conceitual do referente daquele, a qual inclui informação relativa a sexo. A retomada da produção da sentença envolveria a re-introdução do sujeito por um elemento pronominal nulo, cujos traços *phi* seriam, em princípio, definidos com base nos traços *phi* do DP inicial, podendo, no entanto, esse processo sofrer interferência da representação conceitual de seu referente presente na memória de trabalho. Desse modo, a concordância procederia com o pareamento de traços formais do sujeito (pronominal) e do adjetivo, mantendo-se a autonomia do processador sintático [10]. Nesta comunicação, a interpretação fornecida em [10] é compatibilizada com o modelo de computação *on-line* em desenvolvimento. De acordo com este modelo, núcleos funcionais recuperados do léxico em função de uma intenção



de fala dão origem a árvores sintáticas geradas de forma descendente (*top-down*) em espaços derivacionais paralelos a partir de C e D. DPs são acoplados à árvore gerada a partir de C, da esquerda para a direita, de forma incremental em sua posição canônica na ordem linear da sentença (Cf. [3]). Uma vez que um DP sujeito é formulado sintaticamente, este é *spelled-out*, podendo ser efetivamente produzido como tal. No caso de sentenças com predicativos, assume-se que a computação *on-line* envolve a projeção ascendente (*bottom-up*) de uma *small clause* (SC) a partir do adjetivo, cujo argumento é preenchido por uma cópia dos traços *phi* do DP sujeito para que a concordância se estabeleça [4]. Diante disso, considera-se que o efeito da interferência de informação semântica/contextual no processamento da concordância de gênero entre sujeito e predicativo dá-se no momento da recuperação do valor do traço de gênero dessa cópia, dada a presença da representação conceitual do referente do DP sujeito gerada pelo monitorador na memória de trabalho. A natureza pronominal do feixe de traços *phi* tornaria viável a recuperação de informação semântica nesse ponto do processamento, uma vez que pronomes tenderiam a ter o valor de seus traços *phi* definido semanticamente. Dois experimentos de produção induzida por preâmbulo são reportados. O primeiro verifica se a re-introdução de um DP inicial na sentença, por meio de um elemento pronominal, favorece a determinação do valor do traço de gênero desse último em bases conceituais. Os participantes foram instruídos a repetir o preâmbulo e recuperá-lo por meio de um pronomes lexical na construção de uma sentença com o adjetivo em questão. *Congruência* foi manipulada e a variável dependente foi o número de respostas em que o gênero do pronome corresponde ao gênero do DP do preâmbulo. Os resultados demonstram que pronomes tendem a ter seu traço de gênero definido em bases semânticas. No segundo experimento, o preâmbulo foi apresentado com entonação de tópico e os participantes foram instruídos a continuar a sentença com o adjetivo apresentado. Uma vez que tópicos são re-introduzidos por meio de um sujeito pronominal preferencialmente nulo, buscou-se comparar o efeito de congruência esperado na definição do gênero de um pronome nulo com o efeito de congruência tradicionalmente obtido. Os resultados sugerem que a probabilidade de o valor do traço de gênero de um elemento de natureza pronominal ser recuperado conceitualmente é função do seu grau de referencialidade – quanto maior (pronome lexical), maior a chance de este valor ter uma base semântica. Desse modo, o modelo aqui considerado dá conta tanto da interferência semântica quanto da preferência pela concordância gramatical na concordância sujeito-predicativo, visto que o feixe de traços *phi* numa SC, por ser o menos referencial, privilegia a recuperação dos traços *phi* do DP antecedente, o que não é contemplado pela hipótese maximalista.

- [1] CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.  
[2] CHOMSKY, N. Derivation by phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 18, 1999.  
[3] XXX; YYY. Computação lingüística no processamento *on-line*: em que medida uma derivação minimalista pode ser incorporada em modelos de processamento? ANPOLL, 18-19 julho, 2006.  
[4] XXX; YYY (in prep). An integrated model of linguistic competence in the *on-line* computation of sentences.  
[5] XXX; WWW. The processing of Determiner-Noun agreement and the identification of the gender of nouns in the early acquisition of Portuguese *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 2, nº 1,

p. 19-43, 2003.

- [6] CACCIARI, C.; CARREIRAS, M.; BARBOLINI CIONINI, C. When words have two genders: Anaphor resolution for Italian functionally ambiguous words. *J. of Memory and Language*, 37, p. 517-532, 1997.  
[7] CACCIARI, C.; PADOVANI, R.; VERZELLESI, A.; CARREIRAS, M. Contextual effects on the time course of linguistic and conceptual gender information in understanding double-gender words. AMLaP – 2003, Glasgow, 2003.  
[8] VIGLIOCCO, G.; FRANCK, J. When sex and syntax go hand in hand: Gender agreement in language production. *J. of Memory and Language*, 40, p. 455-478, 1999.  
[9] VIGLIOCCO, G.; FRANCK, J. When Sex Affects Syntax: Contextual Influences in Sentence Production, *J. of Memory and Language* 45, p. 368-390, 2001.  
[10] XXX. Do sex and syntax go hand in hand? An alternative to semantic and contextual effects in the processing of grammatical gender agreement. *The 19th Annual CUNY Conference on Human Sentence Processing*, 2006.

### Distinções entre movimentos A e A-barra na computação on-line: QU e passiva

Marina Rosa Ana Augusto

marina@let.puc-rio.br  
PUC – Rio de Janeiro

A possibilidade de unificação entre *processador lingüístico e gramática* foi contemplada no âmbito dos estudos em Psicolinguística e Lingüística Gerativista na década de 60 [1] e, mais recentemente, essa possibilidade tem sido reconsiderada à luz dos pressupostos do Programa Minimalista [2, 3]. Os trabalhos de [4] e [5] constituem propostas de implementação de uma derivação minimalista em modelos de processamento lingüístico. Esse momento favorável de aproximação entre os dois campos – Psicolinguística e Lingüística Gerativista – é apontado por [6], que salientam que a teoria de computação lingüística apresentada pela teoria lingüística facilita o entendimento da natureza da computação lingüística requerida na formulação e no *parsing* de enunciados lingüísticos, e propõem um modelo que distingue entre derivação minimalista e modelo da computação *on-line* em função dos requisitos de incrementalidade e custo computacional mensurável relacionado a movimento sintático. Contemplam-se, desse modo, dois aspectos: (i) a questão da direcionalidade esquerda-direita do processamento e (ii) as distinções entre movimentos relativos à fixação de parâmetros de ordem de cada língua e aqueles motivados por demandas de ordem discursiva. Tomando como base resultados da pesquisa psicolinguística, salientam que os movimentos do primeiro tipo, acionados para a derivação de sentenças básicas declarativas afirmativas ativas, não parecem acarretar custo computacional mensurável, enquanto os movimentos envolvidos para a geração de interrogativas e relativas, construções de foco e de topicalização, assim como passivas, acarretam maior demanda de processamento [7 e 8]. Esta apresentação tem como objetivo discutir uma questão adicional que demanda atenção no que diz respeito à distinção entre movimentos a ser contemplada por um modelo desse tipo em que se considera a computação sintática con-



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

duzida na formulação e no *parsing* de enunciados lingüísticos. Trata-se da distinção entre movimento A e A-barra.

As línguas naturais exibem a característica de apresentarem construções em que certos elementos aparecem fonologicamente em determinada posição, mas cuja interpretação depende de informações fornecidas em posições estruturais distintas daquela. A Teoria Lingüística Gerativista tem capturado esse efeito em termos da noção de movimento do elemento em questão a partir de sua posição original. A Psicolingüística tem obtido evidências desse efeito a partir de experimentos em que se averigua a reativação do elemento, supostamente movido, na posição original. Diferenças sinalizadas, no entanto, em relação ao tempo de reativação do elemento deslocado para posição argumental – movimento de DP em passivas, por exemplo – e não-argumental – movimento-QU em relativas ou interrogativas – demandam uma análise mais refinada das distinções entre esses tipos de movimento.

Em [9], a questão da reativação do DP sujeito em construções passivas é examinada, utilizando-se a técnica de *priming* cross-modal. Vários pontos críticos são verificados – imediatamente depois do verbo, 500 ms depois do verbo e 1000 ms depois do verbo – tanto para sentenças passivas quanto para ativas. Trata-se de uma tarefa de decisão lexical. As respostas são mais rápidas para as condições em que há relação com o DP sujeito nas construções passivas. No entanto, a magnitude do efeito de *priming* aumenta de acordo com o ponto de verificação, mostrando-se não significativo na primeira posição – logo após o verbo – e altamente significativo na posição 1000 ms após o verbo. Esses resultados diferem dos obtidos em relação à reativação de um antecedente-Qu, que é constatada imediatamente depois do verbo [10].

Explicações para essas diferenças podem favorecer formalizações que não assumam mecanismos baseados em movimento sintático para a construção passiva (por exemplo, *Lexical Functional Grammar* ou *Generalized Phrase-Structure Grammar*), pois estas podem alocar as diferenças no que concerne às distinções entre os movimentos em termos de lacunas representadas no nível sintático, com reativação imediata do antecedente, e lacunas representadas em um nível semântico, que resultariam em uma reativação menos rápida.

Apresento, no entanto, a possibilidade de manter a idéia de movimento sintático associado à construção passiva, atribuindo o custo diferenciado entre essas construções e construções com movimento-Qu na necessidade de manutenção de um elemento na memória com necessidades distintas: de identificação de Caso e papel temático para o elemento-Qu e apenas papel temático para o DP sujeito de passiva.

Dois possibilidades de implementação dessa proposta são discutidas. Uma primeira alternativa lança mão da implementação computacional adotada em [5], a qual explicita os passos do *parser* na computação sintática de estruturas, incorporando o modelo *probe-goal* adotado no Programa Minimalista [3]. Essa proposta é bastante compatível com o modelo apresentado em [6]. Em [5], faz-se uso de um mecanismo para a representação de memória de curto prazo ou memória “cache”, denominado caixas de dados – *Move Box* e *Probe Box* – que são responsáveis por manter ativa para a computação sintática informação necessária a ser integrada em etapas posteriores do processamento. A *Move Box* codifica informação de natureza temática e a *Probe Box* relações de concordância representadas no modelo

pelo mecanismo de sonda-alvo. Essas caixas de dados não dão conta, no entanto, das distinções entre movimento defendidas em [6]. Proponho, portanto, uma possibilidade de implementação em que se pode fazer uso desses mecanismos e distinguir entre movimento para fixação de ordem e os movimentos de demanda discursiva, conforme apontado nos trabalhos anteriores, além de adicionalmente fazer a distinção entre movimento A e A-barra, aqui discutido. Para tanto, proponho que é necessário distinguir três e não dois mecanismos de caixas de dados: além da *Move Box* e da *Probe Box*, proponho a incorporação de uma *Check Box*.

Outra possibilidade de análise que mantém a idéia de movimento sintático do objeto lógico de uma construção passiva para a posição de sujeito sintático adota a restrição sugerida em [2] de que o primeiro *Merge* é direcionado por restrições temáticas e adota, procedimentalmente, a imposição de que a checagem de papéis temáticos se dê em LF.

As implicações dessas análises em confronto com os resultados obtidos nos experimentos psicolingüísticos são discutidas.

[1] MILLER, G. A.; CHOMSKY, N. Finitary models of language users. In: LUCE, D.; BUSH, R.; GALANTER, E. (Org.). *Handbook of Mathematical Psychology*, 2, New York: J. Wiley, 1963.

[2] CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

[3] CHOMSKY, N. Derivation by Phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 18, Cambridge, Mass: MIT Working Papers in Linguistics, 1999.

[4] PHILLIPS, C. *Order and Structure*. PhD. Dissertation, MIT, 1996.

[5] FONG, S. Computation with Probes and Goals: A Parsing Perspective. In: DI SCIULLO, A. M.; DELMONTE, R. (Ed.) *UG and External Systems*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

[6] XXX; YYY. Computação lingüística no processamento *on-line*: em que medida uma derivação minimalista pode ser incorporada em modelos de processamento? ANPOLL, 18-19 julho, 2006.

[7] FODOR, J. A.; BEVER, T. G.; GARRETT, M. (1974). *The Psychology of Language: An Introduction to Psycholinguistics and Generative Grammar*. New York: McGraw-Hill.

[8] ZURIF, E.; SWINNEY, D.; PRATHER, P.; SOLOMON, J.; BUSHELL, C. (1993). An on-line analysis of syntactic processing in Broca's and Wernicke's aphasia. *Brain and Language*, 45, p. 448-464.

[9] OSTERHOUT, L.; SWINNEY, D. On the temporal course of gap-filling during comprehension of verbal passives. *Journal of Psycholinguistic Research*, 22, p. 273-286, p. 1993.

[10] NICOL, J.; SWINNEY, D. The role of structure in coreference assignment during sentence comprehension. *Journal of Psycholinguistic Research: Special Issue on Sentence Processing*, 18(1), p. 5-24, 1989.

### Aquisição de linguagem, déficit especificamente lingüístico e agramatismo: perspectivas e fronteiras no diálogo com a teoria lingüística e modelos de processamento

Esta Comunicação Coordenada é composta de trabalhos que versam sobre aquisição da linguagem e comprometimento lingüístico. O processo de aquisição da linguagem é investigado tanto no seu desenvolvimento padrão, por



crianças sem queixas de linguagem, quanto por crianças suspeitas de DEL (Déficit Especificamente Lingüístico). No que se refere ao comprometimento lingüístico, discute-se, além do DEL, a síndrome afásica do agramatismo. Em comum, estes trabalhos focalizam a relação entre língua e processamento, tendo a teoria gerativa como perspectiva teórica e procedimentos experimentais para a avaliação de habilidades lingüísticas dos sujeitos observados.

Busca-se, a partir da apresentação coordenada destes estudos, contribuir para a discussão acerca da possibilidade (ou não) de um tratamento integrado das questões envolvendo a aquisição de uma língua por crianças com ou sem desvios de linguagem e a perda de habilidades lingüísticas em casos de afasia.

O primeiro trabalho discute a identificação de nomes e adjetivos por crianças brasileiras adquirindo o PB, salientando as especificidades dessa língua, no que concerne à ordem dos elementos no DP (Det + N/Adj + Adj/N) e à ausência de marca morfofonológica robusta que caracterize distintamente esses elementos. Pressupõe-se que informação de natureza estrutural facilita o mapeamento dos diferentes elementos do DP a entidades e propriedades dessas entidades. Tal informação seria captada pela criança, inicialmente, a partir de propriedades prosódicas e fonológicas do DP complexo. Resultados parciais de experimentos de compreensão sustentam a hipótese.

O segundo trabalho investiga as categorias Tempo e Aspecto na fala de crianças com DEL, buscando entender como essas categorias estão representadas na gramática mental dessas crianças e, conseqüentemente, contribuindo para a discussão a respeito da representação de tais categorias na gramática de indivíduos adultos sem problemas de linguagem. A hipótese testada é a de que a camada flexional é cindida em pelo menos duas projeções: uma temporal e outra aspectual. Os resultados de tarefas de eliciação em duas crianças diagnosticadas com DEL sugerem uma dissociação de tempo e aspecto verbal.

O terceiro trabalho defende o *Modelo Integrado de Competência Lingüística* (MICL) para caracterizar a síndrome afásica do agramatismo, que permite abordar a questão da seletividade do déficit ao mesmo tempo em que lida com a distinção entre perda de conhecimento ou acesso ao conhecimento. Focalizando a questão do custo de processamento, esse estudo apresenta dados de teste aplicado a um afásico, falante do PB, diagnosticado como agramático. Os resultados preliminares mostram que sentenças que devem dividir custo sintático com custo de processamento geram mais dificuldades.

As três pesquisas apresentadas buscam, em maior ou menor grau, uma conciliação entre teoria lingüística (Princípios e Parâmetros, Programa Minimalista) e modelos de processamento. O MICL, discutido na terceira apresentação, propõe a integração de sistema de conhecimento lingüístico e sistemas de processamento; os modelos de *Bootstrapping* (primeira apresentação) assumem uma predisposição biológica para aquisição de uma ou mais línguas naturais, compatível com a proposta inatista defendida pelo gerativismo; e, se a discussão acerca do DEL, na segunda apresentação, privilegia uma abordagem estrutural, ela não descarta a possibilidade de ocorrência de algo relacionado a processamento lingüístico, que testes *off-line* teriam dificuldade em captar.

CHOMSKY, N. *Beyond explanatory adequacy*. MIT, 2001. Manuscrito.

CHOMSKY, N. *Derivation by Phase*. MIT Occasional Papers

*in Linguistics*, n. 18, Cambridge: MIT Working Papers in Linguistics, 1999.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

CORRÊA, L.; AUGUSTO, M. Computação lingüística no processamento *on-line*: em que medida uma derivação minimalista pode ser incorporada em modelos de processamento? In: XXI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, Puc-SP, São Paulo, 2006.

CORRÊA, L., AUGUSTO, M. Possible loci of SLI from a both linguistic and psycholinguistic perspective. In: IX EUCLDIS (EUROPEAN CHILD LANGUAGE DISORDERS) CONFERENCE, Paris-Royaumont, 2005, p. 34.

GLEITMAN, L. The structural sources of verb meanings. *Language Acquisition*, v.1, p.3-55, 1990.

GRODZINSKY, Y. The neurology of syntax: language use without Broca's area. *Behavioral and Brain Sciences*, 23, p. 1-71, 2000.

MORGAN, J. L.; DEMUTH, K. Signal to Syntax: an overview. In: MORGAN, J. L.; K. DEMUTH (Orgs.). *Signal to Syntax: Bootstrapping from speech to grammar in early acquisition*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996. p. 1-22.

WEXLER, K. Very early parameter setting and the unique checking constraint: a new explanation of the optional infinitive stage. *Lingua*, v. 106, p. 23-79, 1998.

WEXLER, K; SCHÜTZE, C. T.; RICE, M. Subject case in children with SLI and unaffected controls: evidence for AGR/TNS omission model. *Language Acquisition*, v. 7, n. 2-4, p. 317-344, 1998.

## Questões de Processamento Sintático na síndrome

Ricardo Joseh Lima

rvtlima@centroin.com.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / PUC - Rio de Janeiro

A síndrome afásica do agramatismo tem suscitado interesse de diversos estudiosos em diferentes linhas teóricas, nos últimos anos. Desde a descoberta de que afásicos agramáticos possuem problemas tanto de produção quanto de compreensão (Caramazza e Zurif, 1976), a corrente gerativista de estudo da linguagem se tornou interessada na investigação dessa síndrome afásica. A hipótese de que a Competência – conceito elaborado por Chomsky (1965) para dar conta do conhecimento lingüístico, caracterizado independentemente de condições e situações de produção e compreensão (Desempenho) – poderia estar afetada em uma síndrome afásica colaboraria para validar a existência de tal entidade cognitiva.

Hipóteses que seguiram a de Caramazza e Zurif (1976) tiveram que dar conta da seletividade da perda no agramatismo. Na década de oitenta, já se sabia que uma hipótese que propusesse estar a Competência completamente afetada não conseguiria dar conta dos padrões observados no comportamento lingüístico de agramáticos. Qualquer hipótese formulada deveria dar conta do que se convencionou chamar *seletividade do déficit*. Um quadro mais adequado de descrição da síndrome afásica do agramatismo localizaria em algum aspecto da Competência o problema central



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(Grodzinsky, 1990).

Ao mesmo tempo em que se focalizava a Competência como sendo o componente afetado na síndrome afásica do agramatismo, outras hipóteses localizavam o problema central nessa síndrome afásica no acesso à Competência, que permaneceria intacta (ver Grodzinsky, 1990). Especificamente, essas hipóteses concentravam o problema do agramático na sobrecarga de processamento que determinadas construções sintáticas demandariam. Essa caracterização daria conta da seletividade do déficit, pois apenas as construções que se encaixassem nesse perfil seriam problemáticas para os agramáticos.

Entretanto, muitas dessas hipóteses eram de caráter generalizante, ou seja, apenas mencionavam a carga processual elevada, sem conseguir detalhar os fatores responsáveis por esse aumento de carga de processamento e nem ser capaz de encaixar essas construções em um modelo de Competência, com o qual modelos de processamento devem dialogar (ver Bastiaanse e van Zonneveld, 2005, por exemplo). Tal dificuldade de compatibilização é percebida também em hipóteses que se consideram agnósticas em relação à natureza do déficit no agramatismo, não se pronunciando sobre o déficit ser de caráter processual ou de conhecimento (Friedmann e Grodzinsky, 1997; Grodzinsky, 2000).

Esta comunicação visa, primeiramente, a reforçar o ponto de vista exposto em demais trabalhos (Corrêa e Augusto 2005, 2006), que apresenta uma nova relação entre os conceitos de Competência e Desempenho. Não mais considerados como sistemas isolados, com um único ponto de contato, que seria o acesso de sistemas de processamento ao sistema de conhecimento, agora ambos podem ser vistos a partir de um conceito integrador. O *Modelo Integrado de Competência Lingüística* (MICL) é uma tentativa de formalizar essa nova concepção de relação entre o que se convencionou chamar Competência e Desempenho. De acordo com o MICL, os sistemas de processamento, para produção e compreensão de enunciados lingüísticos, seriam constituídos a partir de um sistema de conhecimento lingüístico e integrados às condições específicas de produção e de compreensão.

O aproveitamento dessa perspectiva integradora para caracterizar a síndrome afásica do agramatismo é o segundo objetivo desta comunicação. A constituição do MICL permite abordar a questão da seletividade do déficit ao mesmo tempo em que lida com a distinção entre perda de conhecimento ou acesso ao conhecimento, levantada na literatura sobre agramatismo. Em relação a esse tema, tal distinção deixaria de fazer sentido, sendo as condições intrínsecas dos processos de compreensão e produção responsáveis pela natureza do déficit. Ainda, a adoção do MICL permite a utilização de um modelo de língua, o exposto em Chomsky (1999), o que era considerado uma lacuna de estudos que focalizavam aspectos de processamento na síndrome afásica do agramatismo.

Nesta comunicação, será focalizada a produção na síndrome afásica do agramatismo. O movimento sintático de constituintes pode ter tanto uma motivação interna à gramática da língua, para atender requisitos de estabelecimento de ordem canônica dos elementos em uma sentença, quanto uma motivação discursiva, para atender a exigências de situações comunicativas específicas, resultando em muitos casos em uma ordem diferente da ordem canônica estabelecida na língua. Esses dois tipos de movimento são capturados de modo natural pelo MICL, o que pode ser aplicado a perfis de produção da síndrome afásica do agramatismo.

Propostas como a *Hipótese da Poda da Árvore* (HPA) (Friedmann e Grodzinsky, 1997) e a *Hipótese do Problema*

*da Ordem Derivada* (HPOD) (Bastiaanse e van Zonneveld, 2005) focalizam diretamente movimentos sintáticos, seja por mencionar os locais do movimento, caso da HPA, ou por focalizar a operação do movimento em si (HPOD). A comparação entre as propostas dessas hipóteses com os perfis de produção agramática, no que concerne aos movimentos sintáticos, demonstrará que ambas não dão conta de todos os perfis encontrados. A adoção da proposta do MICL para movimentos sintáticos será capaz, como se demonstrará, de dar conta dos perfis de produção agramática obtidos.

Esta comunicação ainda apresentará de modo exploratório duas reflexões, a partir do MICL, que podem contribuir para a caracterização da síndrome afásica do agramatismo e um melhor entendimento das relações entre processamento lingüístico e conhecimento lingüístico, tanto no indivíduo afásico quanto no indivíduo normal. A primeira diz respeito à extensão dos perfis de desempenho de produção agramática que a adoção do MICL pode vir a cobrir. Construções como sentenças encaixadas e sentenças que demandem a produção de morfemas com carga semântica, como o de Tempo, podem ser consideradas como de custo de processamento alto. As encaixadas exigem a construção de espaços sintáticos distintos que devem ser integrados, e a manutenção na memória desses espaços, acrescentada à tarefa de integração, pode ser responsável pelos problemas que os afásicos agramáticos têm com esse tipo de construção. Também os morfemas de Tempo podem demandar algum tipo de integração, nesse caso, na fronteira entre informações morfológicas e fonéticas. A segunda reflexão é uma extensão da primeira, pois focaliza ainda o tema do custo do processamento. A aplicação do Módulo I, de Compreensão, do Material de Avaliação de Habilidades Lingüísticas (MABILIN – Corrêa, 2000; Silveira, 2002), a um afásico, falante do Português, diagnosticado como agramático, pode contribuir para a análise do tema em questão. Resultados preliminares mostram que sentenças que devem dividir custo sintático com custo de processamento geram mais dificuldades. Assim é que sentenças ativas reversíveis, em que os dois elementos envolvidos podem ser plausivelmente o agente da ação descrita, foram consistentemente mais problemáticas do que passivas irreversíveis – nesse caso, há mais complexidade estrutural, mas não de integração das informações referentes a papel temático aos elementos da sentença – que não apresentaram problemas para o afásico.

Esta comunicação se encerra, portanto, com uma discussão sobre o que pode ser relevante em termos de processamento dentro de um modelo de língua, como propõe o MICL, ensejando futuras extensões desse modelo a fim de cumprir sua adequação empírica.

BASTIAANSE, R.; VAN ZONNEVELD, R. Sentence production with verbs of alternating transitivity in agrammatic Broca's aphasia. *Journal of Neurolinguistics*, 18, p. 57-66, 2005.

CARAMAZZA, A.; ZURIF, E. Dissociation of algorithmic and heuristic processes in language comprehension: evidence from aphasia. *Brain and Language*, 3, p. 572-582, 1976.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 18, Cambridge: MIT, 1999.

CORRÊA, L. M. S. *Categorias Funcionais e Processos Flexionais na Emergência da Linguagem e um Instrumento Psicolingüístico para o Diagnóstico de Manifestações Morfosintáticas do DEL*, 2000. Projeto FAPERJ.

CORRÊA, L.; AUGUSTO, M. Computação lingüística no pro-





cessamento *on-line*: em que medida uma derivação minimalista pode ser incorporada em modelos de processamento? In: XXI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 2006, Puc-SP, São Paulo.

CORRÊA, L., AUGUSTO, M. Possible loci of SLI from a both linguistic and psycholinguistic perspective. In: IX EUCLDIS (EUROPEAN CHILD LANGUAGE DISORDERS) CONFERENCE, Paris-Royaumont, 2005, p. 34.

GRODZINSKY, Y. *Theoretical perspectives on language deficits*. Cambridge: MIT Press, 1990.

GRODZINSKY, Y. The neurology of syntax: language use without Broca's area. *Behavioral and Brain Sciences* 23, p. 1-71, 2000.

SILVEIRA, M. S. *O Déficit Especificamente Lingüístico (DEL) e uma avaliação preliminar de sua manifestação em crianças falantes de português*. Dissertação (Mestrado) – Puc-Rio, Rio de Janeiro, 2002.

## O déficit especificamente lingüístico e suas contribuições para estudos em teoria lingüística

Arabie Bezri Hermont

arabie@uol.com.br  
PUC - Minas Gerais

Este texto divide-se em três partes: a primeira define o que é um indivíduo DEL e delinea as principais correntes que visam a explicar o déficit lingüístico. A segunda parte estabelece um breve paralelo entre as hipóteses que explicam o comportamento lingüístico do DEL e as hipóteses que explicam como as crianças sem queixas de problemas de linguagem adquirem sua língua e as hipóteses que explicam os fenômenos lingüísticos ocorrentes na fala de indivíduos afásicos agramáticos. Por fim, de forma breve, apresentamos os resultados de aplicação de testes de eliciação de tempo e aspecto em duas crianças consideradas DEL.

Crianças DEL têm, em tese, problemas exclusivamente lingüísticos. Se as crianças não têm problemas neurológicos, problemas nas habilidades motoras ou de surdez, têm um QI não verbal igual ou superior a 85 e demonstram dificuldade na aquisição da linguagem, podem ser consideradas DEL.

Há pelo menos três grandes hipóteses que visam a dar explicações para o DEL. A primeira seria aquela para a qual o DEL deve-se a um comprometimento cognitivo de caráter geral. A segunda hipótese é a de que o DEL pode ser explicado como um déficit de caráter processual.

Uma terceira vertente nos aponta para o déficit do DEL como sendo de ordem estrutural. Dentro deste quadro, temos inúmeras explicações. Uma delas afirma que os indivíduos DEL parecem ser incapazes de adquirir regras inconscientes automáticas, antes, utilizariam a memória (Gopnik e Crago, 1991).

Uma outra proposta para explicar o déficit gramatical do DEL vem de Wexler, Schütze e Rice (1998), que nos sugerem que as crianças DEL parecem desconhecer a obrigatoriedade de marcação de tempo e de concordância em sentenças por um período maior ou indefinido em relação às crianças com desenvolvimento padrão de aquisição de linguagem. Baseando-se em Wexler (1998), os pesquisadores apontam que a gramática da criança DEL é caracterizada por uma

restrição da checagem única, em que o traço-D é checado somente uma vez, no nóculo de tempo ou no de concordância. Daí a explicação para o fato de ora a criança omitir tempo, ora omitir concordância da estrutura da sentença.

Ao fazermos um paralelo entre as teorias que visam a explicar o processo de aquisição de linguagem por parte de crianças sem problemas lingüísticos, podemos verificar pelo menos dois grandes grupos: um ligado à idéia de que as categorias funcionais precisam ser adquiridas no período de aquisição de linguagem. O outro grupo indica que as categorias funcionais já estariam disponíveis na gramática mental da criança desde o nascimento. Entre as correntes que compõem este último grupo, há propostas que consideram que, mesmo as categorias funcionais estando disponíveis desde muito cedo na gramática da criança, o efetivo uso de tais categorias dependeria de um amadurecimento guiado por fatores genéticos (Wexler, 1998).

O interessante é que esta proposta parece unificar uma explicação para o processo de aquisição por parte de crianças sem problemas de linguagem e por parte de crianças DEL. As primeiras crianças passariam por este processo até os seis anos e as crianças DEL passariam por esta etapa por um tempo maior ou indefinido.

Em relação às propostas que visam a explicar os fenômenos lingüísticos ocorrentes na fala de um indivíduo afásico agramático, podemos apontar a proposta feita por Grodzinsky (1990) e aquela feita por Hickok, Zurif, Canseco-Gonzalez (1993). O primeiro aponta o uso de estratégia cognitiva extra-lingüística como compensação para a falha do sistema lingüístico do afásico agramático. Os segundos contrapõem-se a Grodzinsky, por indicar explicações que se restringem ao módulo lingüístico.

Se traçarmos um paralelo entre as propostas feitas para explicar a gramática da criança DEL, a gramática da criança com desenvolvimento de linguagem padrão e a gramática de afásicos agramáticos, podemos verificar que temos explicações distintas para os fenômenos lingüísticos observáveis, muitas vezes similares, nas três gramáticas. Ora tais explicações nos convidam a ir além do sistema lingüístico, ora nos apontam causas estritamente estruturais, ora nos assinalam que as diferenças lingüísticas devem-se a processamentos distintos daqueles ocorridos na gramática de um adulto sem déficit lingüístico.

Em relação à pesquisa que desenvolvo e que se detém na investigação das categorias tempo e aspecto na fala de crianças com DEL, apresento resultados de testes aplicados em duas crianças DEL. A pesquisa ancora-se na Teoria Gerativa (Chomsky, 1995). O objetivo principal dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos é entender como as categorias tempo e aspecto estão representadas na gramática mental de crianças DEL, contribuindo, então, para a discussão a respeito da representação de tais categorias na gramática de indivíduos adultos sem problemas de linguagem. A hipótese testada é a de que a camada flexional é cindida em pelo menos duas projeções: uma temporal e outra aspectual.

Foram aplicados testes de eliciação nas duas crianças DEL. Foram eliciadas as seguintes formas verbais: tempo presente/aspecto progressivo, tempo presente/aspecto habitual, tempo pretérito imperfeito/aspecto progressivo e pretérito perfeito/perfectivo.

Verificamos, nos resultados obtidos, uma dissociação de tempo verbal, de um lado, e de aspecto verbal, de outro lado. Isso porque as crianças DEL apresentaram sentenças em que morfemas de tempo e de aspecto estavam presentes, mas também apresentaram sentenças em que havia somente um



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

dos morfemas. Constatamos também um bom desempenho, por parte das crianças investigadas, nas tarefas de eliciação de tempo pretérito perfeito e aspecto perfectivo e de tempo presente com aspecto habitual.

Ao analisarmos os desempenhos na eliciação de tempo presente e pretérito imperfeito, ambos com aspecto progressivo, verificamos que os resultados convergem para adoção de uma explicação semelhante à de Wexler (1998), pois, nas falas das crianças DEL, ora há morfemas de tempo, ora há morfemas de aspecto.

Em relação ao resultado semelhante ao esperado na eliciação de tempo presente/aspecto habitual e pretérito perfeito/aspecto perfectivo, pode-se inferir que aí também há omissão de um dos morfemas; só que, nesses casos, o morfema de aspecto coincide com o de tempo e a aferição da natureza da categoria funcional presente na sentença é difícil.

Devemos salientar que os testes aplicados em minha pesquisa privilegiaram uma abordagem estrutural sobre o déficit lingüístico do DEL. Mas, de alguma forma, eles sugerem que algo relacionado a processamento lingüístico pode estar ocorrendo, pois, se ora há o surgimento do morfema de tempo e ausência do morfema de aspecto e ora ocorre o oposto, acreditamos que mais pesquisas que visem a investigar as representações lingüísticas, levando-se em conta o tempo real para a realização de determinadas habilidades, podem trazer maior confiabilidade aos dados usados na explicação sobre o DEL e, portanto, colaborar, para o melhor entendimento da gramática desses indivíduos e de indivíduos com a gramática intacta.

CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

GOPNIK Mirna.; CRAGO, Martha. Familial aggregation of a developmental language disorder. *Cognition*, v. 39, p. 1-50, 1991.

GRODZINSKY. *Theoretical perspectives on language deficits*. Cambridge: MIT Press, 1990.

HICKOK, G., ZURIF, E., CANSECO-GONZALEZ, E. Structural description of grammatic comprehension. *Brain and Language*, 45, P. 371-395, 1993.

WEXLER, Kenneth. Very early parameter setting and the unique checking constraint: a new explanation of the optional infinitive stage. *Lingua*, v. 106, p. 23-79, 1998.

WEXLER, Kenneth; SCHÜTZE, Carson, T.; RICE, Mabel. Subject case in children with SLI and unaffected controls: evidence for AGR/TNS omission model. *Language Acquisition*, v. 7, n. 2-4, p. 317-344, 1998.

### Processamento prosódico e sintático na aquisição de nomes e adjetivos

Maria Cristina Name

crisrina.name@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora / PUC - Rio de Janeiro

Neste trabalho, investiga-se a aquisição de nomes e adjetivos por crianças brasileiras adquirindo o Português do Brasil (doravante, PB), focalizando as etapas iniciais desse processo. Estudos voltados para a aquisição do inglês salientam a importância de marcas morfofonológicas

presentes nos itens, como forma de guiar a identificação dos mesmos pela criança. No entanto, em grande parte dos nomes e adjetivos no português, não há uma diferença de forma entre esses elementos. Dessa maneira, o estudo conduzido busca contribuir para um melhor entendimento do processo de aquisição lexical, particularmente para a discussão dos processos envolvidos – se dependentes ou não das especificidades da língua-alvo. Pressupõe-se que informação de natureza estrutural permite à criança a identificação de nomes e adjetivos. Tal informação seria captada pela criança, inicialmente, a partir de propriedades prosódicas e fonológicas do DP complexo (Det + N/Adj + Adj/N).

O trabalho tem, por objetivos específicos: a) avaliar o papel de informação proveniente de propriedades estruturais, tais como a ordem dos elementos no DP e a função de elementos da categoria funcional D na delimitação das categorias lexicais Nome e Adjetivo; b) avaliar o papel de informação proveniente de propriedades prosódicas do DP, como forma de desencadear a identificação de propriedades sintáticas. Parte-se da conciliação entre uma teoria lingüística que contemple o problema da aquisição da linguagem (Programa Minimalista, de Chomsky, 1995, 1999) e modelos de processamento que considerem o tratamento do sinal lingüístico como meio de desencadear a aquisição de uma língua (*Bootstrapping* Fonológico, de Morgan e Demuth, 1996; Christophe et al., 1997; *Bootstrapping* Sintático, de Gleitman, 1990).

A apresentação se divide em três seções. Na primeira, caracteriza-se o problema estudado, levando-se em conta tanto propriedades do PB, quanto habilidades desenvolvidas pela criança, consideradas necessárias durante o processo de aquisição de uma língua natural. A segunda seção desenvolve os fundamentos teóricos, no que diz respeito a um modelo de língua (Programa Minimalista) e a um modelo processual de aquisição da linguagem (*Bootstrapping* Fonológico e Sintático). Na última parte, apresentam-se resultados de pesquisa envolvendo a identificação de Nomes e Adjetivos por crianças, sem queixas de linguagem, em processo de aquisição do PB.

A identificação de nomes pela criança, no fluxo da fala, parece estar diretamente ligada à sua inserção num sintagma nominal dominado pela Categoria D (Name e Corrêa, 2002). A apresentação de um objeto acompanhada de sua nomeação a partir de um DP parece facilitar a categorização do objeto já aos 9 meses de idade, ao passo que a apresentação de objeto, acompanhada de estímulo não lingüístico, ou ainda sem nenhuma apresentação verbal, não leva à categorização. Há, ainda, evidências experimentais de que a criança, aos 13 meses, é capaz de relacionar uma nova palavra a uma determinada categoria (Nome, Adjetivo) em função do modo como essa palavra lhe é apresentada (apresentando propriedades morfofonológicas distintas) (Waxman, 2004).

No que diz respeito à aquisição de novos adjetivos, seu mapeamento com uma propriedade do objeto parece ser facilitado pelo contexto de enunciação e pelas marcas morfofonológicas apresentadas no adjetivo. Crianças de 24 e 36 meses apresentaram dificuldade no mapeamento entre novo adjetivo e propriedade do objeto, quando não havia nomeação prévia do objeto (apresentado por pronome – *the stoof one* – ou “nome geral” – *the stoof thing*) (Mintz e Gleitman, 2002). No entanto, crianças bem menores (média de 13 meses) parecem relacionar o novo adjetivo à propriedade, quando este apresenta morfema característico (Waxman, 2004). Tais resultados sugerem que a apresentação por



nomeação do objeto e pistas morfofonológicas presentes no adjetivo facilitam seu mapeamento com a propriedade do objeto apresentado à criança.

No português, no entanto, boa parte dos nomes e adjetivos não apresenta uma diferença de forma, havendo uma sobreposição de marcas fônicas na terminação entre esses elementos. Excetuando-se casos de adjetivos que apresentam sufixos, como *-oso/-a* (*gostoso/-a* etc.), a terminação fônica de nomes é a mesma de adjetivos (cf. *carro bonito*, *casa branca*, *ponte grande*). No que concerne à ordem, o padrão de apresentação no PB é o nome seguido do adjetivo (Det + N + Adj). No entanto, a ordem inversa é possível, no português. Diferentemente do que acontece em outras línguas (p.ex., inglês, mandarim, árabe etc.), nas quais o adjetivo não apresenta ou apresenta pouca mobilidade na estrutura, o português permite maior mobilidade do adjetivo. Dessa forma, não parece haver um padrão fônico ou posicional que seja suficientemente robusto para permitir a distinção entre nomes e adjetivos no português. Assim sendo, um modelo de aquisição de língua que considere unicamente informações presentes nos enunciados lingüísticos não conseguiria dar conta da identificação desses elementos e de sua classificação nas categorias lexicais Nome e Adjetivo, pela criança.

A teoria gerativa concebe a aquisição de uma língua a partir da identificação dos traços (sua natureza – intrínseco ou opcional – e seus valores), e das relações de concordância que se estabelecem entre determinados itens (Chomsky, 1999). O sistema computacional operaria sobre os traços expressos na forma sonora (prosódica e fonológica, ou ainda gestual, no caso das línguas de sinais), associada a informações semânticas, desencadeando relações sintáticas. Dessa forma, a aquisição de elementos das Categorias Nome e Adjetivo implica o reconhecimento, pela criança, das propriedades inerentes a essas categorias e do modo como são expressas na língua. Parte-se da hipótese de que o processamento de informações disponíveis nos enunciados permite o desencadeamento de um programa biológico que viabilize a aquisição da linguagem (modelos de *bootstrapping*).

O *Bootstrapping* Prosódico/Fonológico (Morgan e Demuth, 1996; Christophe et al., 1997) considera que, desde os seus primeiros dias de vida, o bebê já é capaz de processar características da fala que lhe permitiriam identificar propriedades daquela língua, tais como a ordem estrutural. A segmentação dos enunciados em unidades menores facilitaria a aquisição lexical inicial e, a partir do reconhecimento de alguns itens lexicais e de sua posição na estrutura sintática, o processo de mapeamento semântico de novos itens e de itens a eles relacionados seria desencadeado (*Bootstrapping* Sintático, de Gleitman, 1990). Em se tratando da identificação de nomes e adjetivos do PB, propriedades prosódicas, morfofonológicas e morfosintáticas desses elementos seriam captadas pela criança.

Resultados de estudos em andamento apontam para o uso de informação prosódica e estrutural como forma de identificação de nomes e adjetivos desconhecidos (Name, 2006). A análise prosódica da Fala Dirigida à Criança (FDC) mostrou que a posição do adjetivo no DP (anteposto ou posposto ao nome) é marcada de forma significativa, comparada à fala entre adultos. Uma série de atividades experimentais de compreensão, com crianças de diferentes faixas etárias, encontra-se em andamento. Em tarefa de seleção de imagens, pseudo-palavras relacionadas a imagens de objetos inventados (pseudo-nomes) ou a propriedades desses objetos (pseudo-adjetivos) são apresentadas, controlando-se algumas variáveis (prosódia marcada ou não; posição do adjetivo no

DP; marca morfofonológica presente ou não no adjetivo). Os resultados são discutidos à luz do Programa Minimalista e dos modelos de *bootstrapping*.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, n. 18, Cambridge: MIT Working Papers in Linguistics, 1999.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

CHRISTOPHE, A. et al. Reflections on phonological bootstrapping: its role for lexical and syntactic acquisition. *Language and Cognitive Processes*, v. 12, n. 5/6, p. 585-612, 1997.

GLEITMAN, L. The structural sources of verb meanings. *Language Acquisition*, v.1, p.3-55, 1990.

MINTZ, TH.; GLEITMAN, L. Adjectives really do modify nouns: the incremental and restricted nature of early adjective acquisition. *Cognition*, v. 84, n.3, p. 267-293, 2002.

MORGAN, J. L.; DEMUTH, K. Signal to Syntax: an overview. In: MORGAN, J. L.; DEMUTH, K. (Orgs.). *Signal to Syntax: Bootstrapping from speech to grammar in early acquisition*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996. p. 1-22.

NAME, M.C. Bootstrapping sintático: o papel da ordem estrutural na aquisição de nomes e adjetivos. In: 7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM (ENAL), Porto Alegre, 2006.

NAME, M.C.; CORRÊA, L.M.S. Young children sensitivity to determiners and the identification of the gender system in Portuguese. In : COSTA, J.; FREITAS, M. J. (Eds.). *Proceedings of the GALA'2001 Conference on Language Acquisition*, 2002. p.180-188.

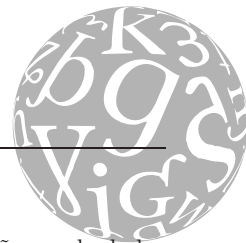
WAXMAN, S. Everything had a name, and each name gave birth to a new thought: links between early word learning and conceptual organization. In: HALL, G.; WAXMAN, S. (Eds.). *Weaving a lexicon*. Bradford Books, 2004. p. 295-335.

### Aquisição e fonologia: interfaces

Os estudos sobre o processo de aquisição da linguagem e, particularmente, sobre a aquisição do componente fonológico da língua têm salientado, nos últimos anos, interfaces que a complexidade do fenômeno necessariamente implica e que precisam ser reconhecidas, a fim de que sejam descritas com maior acurácia e de que sejam explicadas com maior consistência.

Nesse contexto, a presente Comunicação Coordenada traz a discussão de interfaces entre “Aquisição/Fonologia” em duas dimensões: (a) sob uma dimensão primeira, apresenta reflexão sobre o foco de análise a partir de três recortes de áreas abrangidas pela ciência lingüística, (b) em outra dimensão, centra a discussão a partir de diferentes modelos teóricos vigentes nesse campo do conhecimento. Quanto às áreas da lingüística aqui discutidas, os três recortes estabelecidos foram: aquisição/fonologia e interfaces com ortografia, aquisição/fonologia e interfaces com aquisição de primeira língua (L1) e aquisição/fonologia e interfaces com aquisição de segunda língua (L2). Com referência aos modelos teóricos que dão suporte às análises propostas, são seguidos pressupostos da Teoria da Fonologia Lexical, da Teoria da Otimidade e da Teoria Conexionista.

Na interface com ortografia, considerando-se que há uma estrita relação entre as decisões que a criança toma ao grafar



palavras da língua e o conhecimento já construído acerca da sua fonologia, a relação aquisição/fonologia é apresentada por um estudo que procura analisar e interpretar os dados relativos à grafia das vogais não tônicas do português com base nos princípios e convenções da Teoria Fonológica não-linear, mais especificamente da Fonologia Lexical, modelo estabelecido por Kiparsky (1982, 1985), segundo o qual o léxico é organizado em níveis hierárquicos que constituem domínios morfológicos e fonológicos relativamente autônomos.

Na interface com aquisição de L1, é por via da constituição gradual do sistema segmental da fonologia por crianças brasileiras e de sua interface com tipologias de diferentes línguas naturais que é estabelecida, nesta discussão, a relação aquisição/fonologia. Com o suporte da Teoria da Otimidade – que identifica a gramática de uma língua com uma hierarquia de restrições e que interpreta a aquisição da linguagem como o processo de construção da hierarquia de restrições da língua-alvo –, é possível descreverem-se estágios de aquisição por classes de segmentos que integram a fonologia do Português Brasileiro (PB) através de diferentes hierarquias de restrições. Expressas essas hierarquias como representativas de etapas da constituição das classes de consoantes da língua, o estudo consegue evidenciar, com base no pressuposto de que as restrições são universais e violáveis, a interface entre estágios de aquisição de classes de segmentos do PB e sistemas segmentais caracterizadores de diferentes línguas.

Na interface com aquisição de L2, com uma concepção de cognição conexionista, a relação aquisição/fonologia pode ser posta por meio de evidências da presença, nos *outputs* dos aprendizes, da transferência inter e intralingüística do conhecimento grafo-fônico-fonológico da L1 e da L2, verificável por meio de experimentos empíricos e simulações conexionistas que enfatizam a interação e a competição entre características salientes distribuídas no *input*. O paradigma conexionista destaca o papel do insumo, colocando-o como um elemento de interface entre o contexto (ambiente) e o aprendiz (cognição). Partindo da relevância do papel do insumo, o presente trabalho está centrado na transferência L1-L2, vista aqui como decorrente do entrenchamento da experiência do falante com os *inputs* da L1 e da L2. Essa experiência vai originar generalizações do conhecimento da L1 para a L2 – ou seja, transferências interlingüísticas – e também super-generalizações oriundas do *input* da L2 – transferências intralingüísticas. Este trabalho focaliza o tipo de generalização de caráter interlingüístico, que dá origem a dois tipos interativos de transferência dos padrões da L1 para a L2: 1) a transferência do conhecimento fonético-fonológico de uma língua para outra, que ocorre durante a produção oral em L2; 2) a transferência do conhecimento grafo-fônico-fonológico da língua materna para a língua estrangeira, que ocorre durante a leitura oral em L2.

### Constituição de classes de segmentos na aquisição da fonologia e nas tipologias de línguas - interfaces

Carmen Lúcia Barreto Matneauer

carmenluc@terra.com.br  
Universidade Federal de Pelotas

O presente trabalho focaliza a constituição gradual das classes de segmentos consonantais, durante o processo de aquisição da fonologia do Português Brasileiro, e estabelece interfaces desse fenômeno com tipologias de línguas. Para a análise aqui proposta, seguiram-se os pressupostos da Teoria da Otimidade, cujo marco inicial está em Prince; Smolensky (1993) e McCarthy; Prince (1993), segundo os quais a especificidade de cada língua está em uma hierarquia particular de restrições universais, sendo que a aquisição da linguagem é caracterizada como o processo gradual de ordenamento das restrições em direção à hierarquia da língua-alvo. Com esse fundamento, foram discutidos cinco pontos considerados cruciais para o recorte do presente trabalho: (a) a ordem de emergência de segmentos na constituição de classes de consoantes por crianças brasileiras em fase de aquisição da fonologia da língua, (b) as hierarquias de restrições representativas de diferentes etapas desse processo desenvolvimental; (c) a estrutura interna do componente CON (*constraints*) na Teoria da Otimidade, definido como um dos três elementos que constituem o modelo formal (GEN, EVAL e CON); (d) tipologias fatorias e (e) a verificação de interface entre a aquisição das classes de consoantes do Português Brasileiro e tipologias de línguas.

Os dados relativos à aquisição da fonologia do Português Brasileiro que sustentaram a análise proposta foram retirados de *corpus* constituído de produção lingüística de 102 crianças em fase de aquisição da língua, com idade entre 1:3 e 3:0 (anos: meses).

Com base na interação entre restrições de marcação e de fidelidade, os resultados obtidos foram descritos e analisados a partir de cada um dos cinco pontos acima arrolados. Em relação ao item (a), os resultados corroboram pesquisas anteriores sobre a existência de ordenamento no processo de aquisição de consoantes do Português Brasileiro; no entanto, diferentemente de investigações precedentes, no presente trabalho tal fato foi representado pelo reordenamento de restrições, o qual mostrou interações de natureza semelhante entre as classes de consoantes, particularmente em se tratando de restrições representativas de ponto de articulação. Com referência ao item (b), os dados evidenciaram as diferentes hierarquias representativas de gramáticas, no processo de desenvolvimento das consoantes, à medida que as classes de consoantes vão sendo integralizadas nos sistemas das crianças – essa constituição dos sistemas representativos de fases desenvolvimentais na aquisição foi proposta a partir do algoritmo de aprendizagem proposto por Tesar; Smolensky (2000). Quanto ao item (c), os dados oportunizaram a discussão do funcionamento de hierarquias fixas, bem como do comportamento de restrições conjuntas e de restrições de fidelidade posicional como parte do componente CON na Teoria da Otimidade. Relativamente ao item (d), as hierarquias propostas como representativas do desenvolvimento fonológico, relativo à aquisição de segmentos da língua, permitiram a comparação entre diferentes etapas de aquisição da fonologia do Português Brasileiro. As tipologias fatorias analisadas foram elucidativas, neste estudo, porque permitiram a observação da hierarquia de restrições que permite a emergência dos segmentos constitutivos do sistema da língua e as hierarquias responsáveis pela emergência daquele(s) que podem ser empregados em seu lugar, pelas crianças, durante o processo de aquisição da fonologia. Com relação ao item (e) – parte central do presente trabalho –, os resultados, a partir das conclusões alcançadas nos outros itens, confirmaram uma ligação entre as gramáticas



atribuídas a etapas de desenvolvimento relativas à emergência de segmentos em cada classe de consoantes, representadas por hierarquias de restrições, e hierarquias identificadoras de diferentes línguas do mundo.

O presente estudo, relativamente à emergência de consoantes no processo de aquisição da fonologia do Português Brasileiro, vem corroborar resultados apontados por Levelt; Van De Vijer (1998), com referência à emergência de estruturas silábicas no processo de aquisição da fonologia por crianças falantes nativas de Holandês.

Um dos fatos relevantes nos resultados dessas investigações está em dar suporte à adoção de restrições, em lugar de regras, como mecanismo formal de análise, além de trazer evidência ao caráter universal dessas restrições.

LEVELT, C. C.; VAN DE VIJER, R. Syllable types in cross-linguistic and developmental grammars. *Third Biannual Utrecht Phonology Workshop*. Utrecht, 1998.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. *Prosodic Morphology*. New Brunswick: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.  
PRINCE, A. S.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory*. Constraint Interaction in Generative Grammar. New Brunswick: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

TESAR, B.; SMOLENSKY, P. *Learnability in Optimality Theory*. Massachusetts: The MIT Press, 2000.

### A aquisição ortográfica das vogais do português - relações com a fonologia

Ana Ruth Moresco Miranda

anaruth@vitorramil.com.br  
Universidade Federal de Pelotas

A análise dos erros gráficos e ortográficos encontrados nos textos de aquisição da escrita tem propiciado o desenvolvimento de pelo menos três linhas de investigação: uma que analisa os erros relacionados às dificuldades advindas da organização do próprio sistema ortográfico e procura observar os processos e as estratégias utilizadas pelos aprendizes durante o período em que estão adquirindo a escrita, os chamados erros contextuais e arbitrários (MORAIS, 2000; MIRANDA *et alii*, 2005); outra que interpreta os erros com base na relação existente entre a fala e a escrita inicial, os erros motivados foneticamente (MOLLICA, 1998); e, por fim, a que pretende, através de análises qualitativas e da exploração de dados singulares, captar as manifestações do conhecimento fonológico infantil, evidenciando aspectos de sua construção (ABAURRE, 1991; CUNHA; MIRANDA, 2006). Neste trabalho, com o objetivo de discutir o erro ortográfico e sua relação com a fonologia da língua, apresentarei os resultados da análise de dados de aquisição da escrita, focalizando, especialmente, a grafia das vogais do português, particularmente das vogais átonas e dos ditongos. Os dados estudados pertencem a dois corpora: um constituído de dados extraídos de textos espontâneos pertencentes ao Banco de Textos de Aquisição da Escrita (FaE-UFPel); outro, de resultados de ditados criados especificamente para essa pesquisa. O material foi coletado em turmas de primeira a quarta séries do ensino fundamental de duas escolas da cidade de Pelotas-RS. Os estudos sobre a aquisição ortográfica têm mostrado que a criança em suas

tentativas de perceber as propriedades do novo objeto de conhecimento com o qual se depara, o sistema de escrita de sua língua, tende a confrontá-lo com outro objeto de natureza semelhante, a linguagem oral. Nesse processo de interação entre o conhecimento que já possui e aquele que está sendo construído, surge um campo profícuo para o estudo tanto do processo de apropriação da escrita como de aspectos relacionados a discussões que se desenrolam no campo da fonologia. Os erros ortográficos analisados neste estudo surgem em decorrência da relação existente entre a fonologia e a ortografia e, conseqüentemente, das relações que a criança estabelece entre seu conhecimento fonético e fonológico com o novo sistema que está a adquirir. O sistema vocálico do português brasileiro, composto de sete fonemas vocálicos, segundo Câmara Jr. (1970), apresenta contrastes na posição tônica mas, nas posições não tônicas, revela uma assimetria que envolve as vogais médias. Para a representação ortográfica dos fonemas e das variadas formas fonéticas, que se tornam possíveis devido às neutralizações que agem sobre o sistema da língua, o sistema dispõe de cinco grafemas e são estabelecidas relações variantes entre letra/som/fonema. Os estudos sobre a aquisição da escrita têm mostrado que as crianças em fase inicial de escolarização tendem a cometer “erros” de escrita motivados pelo tipo de relação existente entre a fonologia das vogais e sua ortografia. Neste trabalho, analisarei os dados relativos à grafia das vogais pretônicas e postônicas, dos ditongos fonéticos (BISOL, 1989) e dos ditongos derivados morfológicamente. Uma análise prévia dos dados vem mostrando que as crianças tratam de forma diferente as vogais finais em função da categoria gramatical a que pertencem assim como os diferentes tipos de ditongo, dependendo de sua natureza e constituição. É possível observar que, em fase bem inicial, a criança lança mão de estratégias diferentes ao escreverem palavras pronunciadas com vogal alta átona. Considerando que é nesse período do desenvolvimento, ao chegar na escola, que ela passa a dominar de forma consciente a gramática da sua língua (VIGOTSKY, 1987, p. 125), espera-se que, a partir das produções infantis, seja possível não só explicá-las pelo modelo teórico que se propõe a explicitar as relações existentes entre a morfologia e a fonologia, a Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1982, 1985), como também procurar indícios que auxiliem na resolução de questões que são problemáticas, especificamente: a qualidade e o lugar de entrada da vogal temática do nome no modelo da Fonologia Lexical do português.

ABAURRE, Maria Bernadete. Os estudos lingüísticos e a aquisição da escrita. *Anais do II Encontro sobre Aquisição de Linguagem*. Porto Alegre: PUCRS, 1991.

BISOL, Leda. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, vol. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 23. ed. Petrópolis : Vozes, [1970] 1995.

CUNHA, Ana Paula Nobre da; MIRANDA, Ana Ruth Moresco. *A hipersegmentação nos dados de aquisição da escrita*. Anais do IV SENALE – Pelotas, UCPel. (publicação eletrônica), 2006.

KIPARSKY, Paul . Lexical Morphology and Phonology. In: S. Yang (Ed.). *Linguistic in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin Publishing Co. p. 3-91, 1982.

KIPARSKY, Paul. Some consequences of Lexical Phonology. *Phonology Yearbook 2*. London: Cambridge University Press, p. 85-138, 1985.

MIRANDA, Ana Ruth Moresco; MEDINA, Sabrina Zitzke; SILVA, Michelle Reis da. O sistema ortográfico do português brasileiro



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

e sua aquisição. *Linguagem e cidadania*. (Revista eletrônica). Disponível em: [www.ufsm.br/linguagem\\_e\\_cidadania/](http://www.ufsm.br/linguagem_e_cidadania/), n.14, 2005.

MOLLICA, Maria Cecília. *Influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MORAIS, Artur Gomes de (Org.). *O aprendizado da Ortografia*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIGOTSKY, L. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

### A aquisição da L2 e a interface fonética-fonologia

Márcia Cristina Zimmer

marcia.zimmer@gmail.com

Universidade Católica de Pelotas

As diversas abordagens da aprendizagem<sup>1</sup> da linguagem – seja da língua materna ou da estrangeira – vêm apresentando um movimento pendular em que o foco concentra-se ou no contexto ou no cérebro-mente do aprendiz, colocando maior ou menor ênfase no papel do insumo lingüístico. Bloom (1974) foi um dos primeiros a rejeitar tendências pendulares, apontando três elementos fundamentais para a aquisição da linguagem: o insumo, o aprendiz e o contexto interacional. Essa intrincada relação entre fatores lingüísticos, cognitivos e sócio-culturais pode ser examinada a partir do paradigma conexcionista, que destaca o insumo, colocando-o como um elemento de interface entre o contexto (ambiente) e o aprendiz (cognição).

O papel do insumo está estreitamente ligado ao tipo de processamento feito pelo aprendiz, e esse contínuo entre insumo e processamento lingüístico coloca em evidência a cognição. A aprendizagem da língua materna ou da língua estrangeira está, de fato, tão entranhada na cognição que relações entre sua produção e compreensão com o meio físico em que é processada às vezes se perdem. Cérebro é cognição, e a linguagem é um sistema neurofuncional complexo. Estudar seu processamento implica fazer interface com a Psicologia Cognitiva e a Neurolingüística, uma vez que a aquisição da linguagem está estreitamente ligada e depende de vários mecanismos cognitivos fundamentais, como percepção, memória, formação de conceitos, resolução de problemas. Todos esses processos estão ligados à extrema capacidade dos aprendizes de fazer associações, que se deve à plasticidade cerebral e à transferência neuronal.

O fato de o cérebro ser estruturado de maneira a promover a transferência de informação neuronal tem conseqüências cruciais para a aquisição da L2. Tendo adquirido a língua materna na infância, o aprendiz já traz para a aprendizagem da língua estrangeira um sistema neurolingüístico muito bem organizado (MacWHINNEY, 2001). Inicialmente, a aprendizagem da língua estrangeira é altamente influenciada pelas estruturas da L1. Ao construir ligações diretas entre sons e significados na L2 e ao reestruturar conceitos já existentes na língua materna, o aprendiz vai, pouco a pouco, aumentando o acesso automático ao léxico e à estrutura do conhecimento fonético-fonológico<sup>2</sup> na L2 sem recorrer tanto à L1. Essa reestruturação desfaz a forte associação inicial entre a língua materna e a estrangeira, embora algum grau de transferência entre as duas línguas esteja sempre presente,

dado a natureza interativa do processamento cognitivo (MacWHINNEY, 2001).

Partindo-se, então, do pressuposto de que o conexionismo atribui a construção do conhecimento lingüístico à aprendizagem e à transferência, e de que o insumo faz a interface entre ambiente e processos cognitivos, o presente trabalho está centrado na transferência L1-L2, vista aqui como decorrente do entrincheiramento da experiência do falante com os *inputs* da L1 e da L2. Essa experiência vai originar generalizações do conhecimento da L1 para a L2 – ou seja, transferências interlingüísticas – e também super-generalizações oriundas do *input* da L2 – transferências intralingüísticas. Este trabalho focaliza o tipo de generalização de caráter interlingüístico, que dá origem a dois tipos interativos de transferência dos padrões da L1 para a L2: 1) a transferência do conhecimento fonético-fonológico de uma língua para outra, que ocorre durante a produção oral em L2; 2) a transferência do conhecimento grafo-fônico-fonológico da língua materna para a língua estrangeira, que ocorre durante a leitura oral em L2 (ZIMMER; ALVES, 2006). O termo grafo-fônico-fonológico é usado para contemplar não só a transferência do conhecimento fonético-fonológico, mas também a transferência da relação grafema-fonema do português brasileiro (L1) para a língua inglesa (L2).

Para discutir esse tipo de transferência, o presente trabalho traz dois estudos empíricos, que investigam a ocorrência de dois processos de transferência de conhecimento grafo-fônico-fonológico do português brasileiro (doravante PB) para o inglês norte-americano (INA): o de assimilação vocálica (ZIMMER, 2006) e o de dessonorização terminal (ALVES; ZIMMER, 2006) durante a recodificação leitora de palavras na língua inglesa em adultos, falantes nativos do português brasileiro.

No primeiro estudo, sobre a assimilação vocálica das vogais da interlíngua para o PB, quinze brasileiros, falantes de inglês de nível avançado, leram 22 pseudopalavras – não-palavras muito semelhantes a itens lexicais do inglês – e 23 palavras da língua portuguesa. Após a coleta dos dados, foi feita a análise acústica das produções dos sujeitos. No programa Praat 4.3, os dois primeiros formantes das vogais do inglês e do português foram medidos e, com o auxílio do programa Akustyk, os valores formânticos foram plotados, além de normalizados pelo método Lobanov, o que possibilitou estimar a localização das vogais no espaço vocálico dos sujeitos. Para a análise dos resultados, partiu-se da hipótese de que, se vogais do inglês e português compartilham o mesmo ponto no espaço vocálico, e.g. possuem valores formânticos semelhantes, é possível afirmar que as vogais do inglês foram assimiladas em direção às vogais do português.

No segundo estudo, discute-se o status da Dessonorização Terminal como processo de interlíngua segundo uma visão clássica de interfonologia e se propõe a revisão do processo de acordo com uma visão mais dinâmica – via abordagem da Fonologia Acústico Articulatória (ALBANO, 2001, 2002) e do conexionismo –, que interpreta as características parciais do desvozeamento terminal como uma evidência contra a neutralização total de contrastes e a favor da gradiência desse processo de interlíngua. Os dados desse segundo estudo foram obtidos através da análise acústica de palavras da língua inglesa lidas por 12 alunos de quatro diferentes níveis de proficiência na língua inglesa.

Os resultados de ambos os estudos enfatizam o *trade-off* e a fusão entre características prototípicas e exemplares presentes no insumo da L1 e da L2, discutem a continuidade entre a percepção e a produção do insumo – advindo da



L1 e da L2 – e favorecem a concepção da gradiência e da continuidade entre a fonética e a fonologia .

<sup>1</sup> Neste trabalho, não se adota a distinção entre os termos ‘aquisição’ e ‘aprendizagem’, seja em língua materna ou estrangeira. Esses termos serão usados de modo intercambiável. Da mesma forma, os termos ‘língua estrangeira’ e ‘L2’ serão tratados aqui como sinônimos.<sup>2</sup> É importante destacar que, apesar da utilização de termos como fonemas, alofones e fones, não se acredita na dissociação entre Fonética e Fonologia. Acredita-se, tal como o exposto em Albano (2002, 2001), numa gradiência e continuidade entre o fone físico e o fonema.

ALBANO, E. C. *O gesto e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatória do português brasileiro*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. A pulsação sob a letra: pela quebra de um silêncio histórico no estudo do som de fala. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 1, n. 42, p. 7-20, 2002.

ALVES, U.K.; ZIMMER, M.C. Rediscutindo o status da Dessonorização Terminal como processo de interlíngua: uma abordagem conexionista. In: 7º Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem, 2006, Porto Alegre. *Caderno de Resumos do 7º Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: PUCRS, p. 49.

BLOOM, L. Talking, understanding, and thinking. In: SCHIEFELBUSCH, R; LLOYD, L. (Eds). *Language Perspectives: acquisition, retardation, and intervention*. Baltimore: University Park Press, 1974.

MACWHINNEY, B. The competition model: the input, the context, and the brain. In: ROBINSONS, P. (Ed.). *Cognition and second language instruction*. Cambridge: CUP, 2001. p. 69-90.

ZIMMER, M. C. A assimilação vocálica do português brasileiro (L1) para o inglês norte-americano (L2): um estudo conexionista. In: III Conferência Lingüística e Cognição, 2006, Campinas. *Caderno de Resumos da III Conferência Lingüística e Cognição*. Campinas: IEL/UNICAMP. p. 37.

ZIMMER, M. C.; ALVES, U. K. A produção de aspectos fonético-fonológicos da segunda língua: instrução explícita e conexionismo. *Linguagem & Ensino*, v. 9, p. 101-143, 2006.

### 3.10.2 Comunicações Individuais

#### Gramáticas infantis na aquisição do objeto

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

ruth@iel.unicamp.br  
UNICAMP

Já está bem estabelecido na literatura que crianças adquirindo línguas com objetos clíticos passam por um estágio de omissão do clítico (AVRAM, 2000; HAMANN, 2003; JAKUBOWICZ *et al.*, 1998; SCHMITZ & MÜLLER, 2003; TSAKALI & WEXLER, 2003; entre outros), fato que não se atesta em crianças adquirindo línguas com um paradigma pronominal forte e/ou fraco, como o inglês, por exemplo (HUANG, P-Y, 1999; HYAMS, 1983, 1989; WANG *et al.*, 1992; entre outros). Por outro lado, há evidências de que crianças adquirindo o chinês, uma língua de objeto

nulo, produzem os nulos desde o início e demonstram, na produção, dados quantitativamente próximos à gramática adulta (cf. WANG *et al.*, 1992; YIP & MATTHEWS, 2000). Nosso objetivo é examinar a aquisição dos objetos nulos em português brasileiro (PB), bem como discutir a *parametrização* que as crianças fazem inicialmente das línguas que estão adquirindo.

Como se sabe, o PB exhibe objetos nulos em quaisquer contextos sintáticos, em oposição a outras línguas que licenciam o fenômeno, como o PE. Nulos ocorrem mais livremente se o antecedente possuir um traço [- animado], como em (1):

(1) *O Emilio perdeu [a carteira] e não consegue achar [ ]/?ela*

Contudo, o PB também licencia formas pronominais fortes e/ou fracas de 3a. pessoa (doravante, pronomes lexicais) em posição de objeto; porém, a distribuição entre um objeto nulo e o pronome lexical não é livre, mas condicionada pelos traços semânticos do antecedente, nomeadamente, animacidade e especificidade.

Os nulos *default* referem-se a antecedentes [- animados], como em (1) acima, enquanto os antecedentes [+ animados] são retomados por nulos apenas se forem [- específicos], como em (2a), sendo realizados por pronome quando [+ específicos], como em (2b), (cf. CYRINO, 1997):

(2) a. *O policial insulta [presos] antes de torturar [ ]/?eles*  
b. *O policial insultou [o preso] antes de torturar \*[ ]/ele*

Esse quadro empírico nos leva às seguintes predições: dado que as crianças adquirindo o PB não têm que lidar com a complexidade envolvida na derivação de clíticos, vão exibir, desde o início, o padrão de objetos encontrado na gramática adulta. Em outras palavras, a opção pelos nulos será encontrada desde o início, assim como a dos pronomes lexicais, tal como são para as crianças adquirindo o inglês.

Para verificar a predição, analisamos dados de produção espontânea de duas crianças (AC e R) entre as idades de 1;8 a 3;7 anos. Ambas as crianças começam com um patamar de 100% de nulos, um percentual que tende a decrescer quando os pronomes surgem. Embora todas as sentenças sejam gramaticais, a pergunta natural que surge é: trata-se de uma mesma categoria nula ao longo do desenvolvimento? Ao examinar os dados, o que se percebe é que o nulo inicial é sempre dêitico em contextos imperativos (3), porém, quando surgem os pronomes em posição de objeto (2;3 para AC e 1;10 para R), a categoria nula se torna anafórica (4):

(3) *Garda (= guarda) aqui.* (R., 1;9) (a criança segura uma chupeta e está se referindo a ela)

(4) *Não vou guardar.* (AC, 3;7) (a criança se refere a seus brinquedos que estão em um outro lugar)

Assumimos a hipótese de que o objeto nulo em PB deva ser localmente licenciado pela categoria Asp(ectual) (cf. CYRINO & MATOS, 2006), para que o traço de especificidade do objeto seja checado. Sentenças imperativas não possuem essa categoria, assim, os únicos nulos deriváveis serão os dêiticos. De fato, cerca de 20% dos enunciados de ambas as crianças são instâncias de sentenças imperativas, um percentual que cai para cerca de 5% quando os nulos anafóricos são produzidos. Durante o estágio de *nulos dêiticos*, ambas as crianças produziram 68,4% de verbos de estado no tempo presente e 11,6% de verbos de *achievement* no pretérito perfeito. As últimas formas são claramente utilizadas para marcar perfectividade e telicidade, e todas contêm um objeto nulo dêitico também.

Assumiremos que inicialmente o núcleo Asp possui um traço *default* [+ perfectivo] que não aciona a checagem dos traços do objeto. O fato interessante é que a mesma idade em que as



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

crianças começam a produzir pronomes lexicais e os objetos se tornam também anafóricos coincide com a idade em que as formas imperfectivas começam a ser produzidas (pretérito imperfeito e formas contínuas), os verbos de *achievement* sofrem uma queda de 75% para 17,3% e se encontram verbos de atividade e de *accomplishment*. Esses resultados mostram que o núcleo Asp – e seus traços relevantes – tornam-se operativos na gramática infantil, passando a licenciar objetos nulos anafóricos. Em relação aos pronomes, ambas as crianças os associam inicialmente ao traço [+ humano] do antecedente e expandem o uso da categoria nula a outros antecedentes [+ animados, + específicos] (em cerca de 50% dos casos, sendo atestados até a idade de 2;8), casos em que a criança está fora da gramática-alvo.

Finalmente, dados infantis dessa natureza podem revelar pistas importantes sobre a parametrização entre as línguas, revelando nuances bem sutis entre gramáticas. Esse ponto será ilustrado através do comportamento de elipses de VP e respostas a perguntas S/N por crianças adquirindo línguas que se agrupam por apresentar igualmente omissão ou não de objetos em gramáticas iniciais.

---

### Uma abordagem cognitiva à interação de crianças sem oralidade

Flávia Felipe Silvino

flaviafsil@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

A Linguística Cognitiva, e em especial, o modelo teórico de Construção do Significado Lingüístico, de Ronald Langacker (2001), assumem que a linguagem é parte integrante da cognição humana e possui uma natureza inerentemente simbólica. Esse modelo considera que o corpo participa, de forma integral, de todas as percepções necessárias para o desenvolvimento da linguagem, sendo esta, mais uma parte integrante de nossa cognição e fruto, especialmente, de nossa capacidade de simbolização. O modelo discute a construção do significado de maneira semelhante à percepção visual, com elementos como foco de atenção, direcionamento da atenção, compartilhamento de atenção e, neste estudo, é empregado como instrumento para identificar as habilidades cognitivas e comunicativas de crianças portadoras de Paralisia Cerebral durante interação. Por Paralisia Cerebral, entende-se um grupo de desordens do movimento e da postura, resultantes de lesões não progressivas ocorridas no cérebro fetal ou infantil, que limitam as atividades do indivíduo. Dentre as crianças acometidas pela Paralisia Cerebral, há aquelas, analisadas no presente trabalho, que apresentam uma condição de quadriplegia no que se refere à localização do comprometimento motor. Essas crianças são caracterizadas por graves limitações motoras envolvendo todo o seu corpo, e, paralelamente, por restrições no desenvolvimento da fala e na coordenação de seus movimentos voluntários. Pressupõe o presente estudo que essas crianças, quando estimuladas a se comunicarem, desenvolvem intenção comunicativa e, mesmo não produzindo os sons da fala, buscam estratégias de comunicação utilizando o gesto como instrumento de

linguagem, estratégias que demonstram a presença das suas habilidades cognitivas na ausência da oralidade. O modelo Langackeriano será aplicado na análise da interação dessas crianças, durante sessões de terapia fonoaudiológica. Para atingir esse objetivo, foram utilizadas filmagens dessas sessões, a partir das quais são descritos e analisados os comportamentos comunicativos de três pacientes atendidos na Associação Mineira de Reabilitação, situada em Belo Horizonte (MG). Esses indivíduos foram selecionados por apresentarem comportamentos de intenção comunicativa, quais sejam, interação face-a-face, direcionamento do olhar e/ou de gestos para o seu interlocutor, com propósito de voltar a atenção do outro participante para o seu foco de atenção na cena. Parte-se, então, desse cenário, para a elaboração da seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira indivíduos com limitações de coordenação motora, fisicamente impossibilitados de vivenciar o processo de comunicação em sua plenitude, mais especificamente, crianças portadoras de Paralisia Cerebral, criam estratégias que lhes permitem tomar parte em eventos comunicativos? Um questionamento dessa natureza envolve procedimentos de análise sistemáticos, os quais nem sempre estão presentes na atuação do profissional de Fonoaudiologia. Fica evidenciado o grande mérito da aproximação entre a Fonoaudiologia e a Linguística Cognitiva, por essa última oferecer ferramentas que possibilitam a esquematização do processo comunicativo e a identificação das habilidades cognitivas através de diagramas que demonstram a função da visão e do posicionamento corporal na construção do significado das expressões lingüísticas. Assim, este trabalho tem como objetivo principal propor o uso terapêutico do modelo de Langacker (2001), como instrumento de investigação do processo cognitivo e de construção do comportamento comunicativo adotado por crianças portadoras de Paralisia Cerebral com comprometimento motor do tipo quadriplégico. Isso se consolidou de maneira efetiva, com a elaboração de um Protocolo de Avaliação, como resultado desse intercâmbio. Esse Protocolo – a ser descrito e discutido na apresentação –, foi baseado no modelo teórico que fundamentou a investigação e, sem dúvida, acrescentará objetividade às análises avaliativas realizadas por esses profissionais de saúde sobre seus pacientes. Outro grande benefício advindo da pesquisa é a valorização do paciente pelo fato de se evidenciarem suas capacidades e não, suas deficiências, o que só é possível ao se adotar uma atitude distinta em relação à linguagem e à cognição, qual seja, ressaltando-se a interdependência entre ambas e assumindo-se que o significado não está implícito nas palavras, mas emerge na interação.

BATES, E.; CAMAIONI, L.; VOLTERRA. *The acquisition of performatives prior to speech*. Merrill Palmer Quarterly, v. 21, n. 3, p. 205-226, 1975.

BATES, E. Intentions, conventions, and symbols. In: BATES, E. *The emergence of symbols: cognition and communication in infancy*. New York: Academic Press, 1979. p.33-68.

GAUZZI, L. D. V., FONSECA, L. F., Classificação da paralisia cerebral. In: LIMA, C. L. F., FONSECA, F. L. (Ed.). *Paralisia cerebral: neurologia, ortopedia, reabilitação*. Rio de Janeiro: Medsi, 2004. p. 37-66.

LANGACKER, R. W. *A Course in Cognitive Grammar*. San Diego: University of California, 2006. (No prelo).

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites*. Stanford, California: Stanford University Press, 1987.

WILCOX, S. *Gesture and Language: Cross-linguistic and histori-*





cal data signed languages. *Gesture*. University of New Mexico: John Benjamin Publishing Company, v. 2, n. 1, p. 43-73. 2004.  
ZORZI, J. L.; HAGE, S. R. V. *PROC - Protocolo de observação comportamental*. São José dos Campos: Pulso, 2004. p. 15-16.

## A relevância da frequência na aquisição da preposição “DE” em L1

Jacqueline Varela Brasil Ramos

jacquevbr@ig.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

O interesse por estudos que focalizam o processo de aquisição da linguagem tem sido cada vez maior. Atenção especial tem sido dispensada à aquisição de elementos relacionais, com resultados nem sempre concordantes, por isso mesmo atraentes. A importância e a complexidade sintático-semântica dos elementos funcionais despertaram-nos a curiosidade pelo tema, principalmente no que diz respeito à relevância da frequência para a emergência e uso das construções com “DE” em L1. Em razão da sua grande produtividade na língua e da diversidade de relações semânticas que as construções com DE permitem realizar, essa preposição fornece campo fértil para a verificação de diversas hipóteses relativas ao desenvolvimento lingüístico da criança. Neste trabalho focalizamos a relevância da frequência de uso na trajetória aquisitiva da preposição “DE” considerando aspectos sintáticos e semânticos desse elemento funcional. A fim de verificar a possível influência da frequência das construções com DE no desenvolvimento de fala infantil, apoiamos-nos nos pressupostos teóricos dos Modelos Baseados no Uso. Uma das questões centrais desses modelos é como a experiência com a língua, refletida na frequência, poderia afetar as representações cognitivas e a categorização. Segundo os princípios básicos dessa abordagem, existe uma estrita relação entre uso e abstração. Nesse sentido, a experiência com a língua afeta a representação lingüística. Em outras palavras, a frequência de ocorrências está intimamente associada à representação, à percepção das formas da língua e a sua produção em situações comunicativas. Outro princípio norteador desses Modelos é o de que a categorização é baseada em relações de identidade e similaridades. Ou seja, a categorização organiza a estocagem de unidades lingüísticas em função das similaridades fonéticas, fonológicas, sintáticas e semânticas. A partir das relações baseadas em similaridades, pode-se proceder a generalizações, isto é, quanto mais unidades semelhantes estocadas, mais reforçadas as generalizações que possibilitam a emergência de estruturas abstratas, sejam elas nos níveis sintático, fonológico, semântico, ou morfológico. Transpondo essa perspectiva para o processo de aquisição da linguagem, a emergência de abstrações vai depender da experiência com o uso da língua, da quantidade de unidades lingüísticas armazenadas e o léxico desempenha papel fundamental nesse processo. As crianças gradualmente adquirem as palavras e, com base nas relações de similaridades, procedem a generalizações. Essas, por suas vez, dependem da frequência com que itens lexicais ocorrem e das relações probabilísticas entre eles. Dentro dessa perspectiva, algumas evidências

da interferência da frequência na emergência de estruturas lingüísticas têm sido relevantes como, por exemplo, na aquisição da ordem de palavras (MATHEWS *et al*, 2004); na aquisição de elementos funcionais (KELLY, 2004; HALLAN, 2001) na aquisição de orações passivas (TOMASELLO, 2001, 2003), entre outras.

Com base nas noções de Frequência e Emergência de estrutura lingüística (BYBEE; HOPPER, 2001), a pergunta que aqui se coloca é: até que ponto a trajetória aquisitiva das construções com DE pode constituir um reflexo da frequência de uso dessas construções na fala do adulto? Este trabalho tem como objetivo responder a essa questão. Pretendemos verificar se a trajetória aquisitiva das construções com DE reflete a frequência de determinadas construções na fala dos adultos. Baseando-nos no pressuposto de que as experiências afetam as representações lingüísticas, é possível prever uma correlação entre as estruturas mais recorrentes na fala adulta e sua emergência na fala das crianças. Essa hipótese é examinada tanto no nível sintático como no nível semântico. No primeiro domínio, observamos as funções dos sintagmas preposicionais com DE na fala adulta (SPreps argumentais e Spreps não argumentais) e sua correlação com as primeiras construções com DE na fala infantil. No segundo caso, procuramos verificar se há uma correspondência entre a sequência aquisitiva das diversas relações semânticas que emergem em construções com DE e a frequência com que essas relações ocorrem na fala adulta. Para tanto, analisamos o desenvolvimento lingüístico de onze crianças no intervalo de idade entre 1;2 a 4;10, conjugando um estudo longitudinal a um estudo por amostragem. Embora a preposição DE possa se vincular a diferentes núcleos com os quais estabelece relações, restringimos nossa análise aos sintagmas preposicionais ligados a nomes e verbos. A análise permite depreender regularidades importantes no percurso aquisitivo da preposição DE: tanto a criança do estudo longitudinal, como as crianças do estudo por amostragem revelaram alta produtividade de SPreps não argumentais nas construções com DE, isto é, aqueles que desempenham função de adjunto. No tocante às possibilidades semânticas, a emergência da preposição DE se coloca de forma diferenciada para núcleos nominais e verbais. Em núcleos nominais, a análise permitiu depreender um paralelismo entre os dois estudos com grande concentração da preposição associada a valores semânticos mais concretos, que se atualizam nas relações semânticas *lugar* e *especificação dêitica*. As regularidades entre os dois estudos também se evidenciam para com os núcleos verbais, reiterando-se a importância da emergência da preposição desempenhando função de adjunto e a relevância das construções com DE com valor locativo no processo aquisitivo. A hipótese de que a trajetória aquisitiva das construções com DE possa constituir um reflexo da frequência de uso dessas construções na fala do adulto se confirma parcialmente. Esse reflexo se faz mais evidente no nível sintático, observando-se nítida correspondência entre a alta frequência de Spreps não argumentais na fala adulta e a emergência dessa estrutura na fala das crianças. No plano das relações semânticas, podem ser observadas algumas correspondências entre a fala infantil e a fala adulta, embora se depreendam diferenças desfavoráveis à generalização do efeito da frequência. Os valores semânticos mais frequentes na fala adulta (*posse, classificação e lugar*) são os primeiros a emergirem na fala das crianças, bem como aqueles valores menos expressivos na fala adulta (*intensidade, causa, finalidade, comparação*) são incorporados mais tardiamente pelas crianças. No entanto, algumas contra-evidências se apresentam, como a



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

alta expressividade da preposição com valor *conjuntivo* na fala adulta e sua baixa recorrência na linguagem infantil, bem como a pouca expressividade da preposição com valor de *especificação dêitica* na fala adulta, opondo-se à sua alta frequência na fala das crianças. Esses resultados nos dão indícios de que a simetria entre o uso de construções com DE na fala adulta e infantil não é absoluta. Logo, questão do input associada ao efeito da frequência, apesar de relevante no processo aquisitivo, tem suas limitações.

BYBEE, Joan; HOPPER, Paul. Introduction to frequency and emergence of linguistic structure. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (Ed). *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001, p. 1-24.

HALLAN, Naomi. Paths to Prepositions? A corpus-based study of the acquisition of a lexico-grammatical Category. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. *Frequency and Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 92-119, 2001.

KELLY, Bárbara F. *Well you can't put your swimsuit on top of your pants: Child-mother uses of in and on in spontaneous conversation*. University of California, Santa Barbara, 2004, p. 69-78.

MATTHEWS, Danielle et al. The role of frequency and distributional regularity in the acquisition of word order. In: proceedings of 2004 Child Language Research Forum, 2004 p. 68-77 (downloaded: cslipublications. Stanford. Ed/CLRF- 2004-Matthews - et al pdf).

TOMASELLO, Michael. *Constructing a language. a usage-based theory of language acquisition*. Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, Michael. Perceiving intentions and learning words in the second year of life". In: BOWERMAN, M.; LEVINSON, S. (Ed.). *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 132-158.

### Aquisição de aspectos morfossintáticos da flexão verbal na interlíngua do inglês como L2

Marisa Mendonça Carneiro

mcmarisa04@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

A língua inglesa apresenta morfologia de flexão restrita. A concordância não é marcada morfologicamente nos verbos em inglês, com exceção do -s do presente. A informação gramatical realizada através da flexão é representada por um morfema preso (*bound morpheme*) que é geralmente específico. Além disso, enquanto alguns verbos no passado são marcados pela terminação -ed, outros verbos não mostram a marcação morfológica do passado (e.g. *put/ put*) ou a forma do passado mostra mudança nas vogais (e.g. *drink/ drank*). Pode haver ainda uma forma de suprimento (*suppletion*) para a forma de passado do verbo. (WHITE, 2003b).

A variabilidade na flexão morfológica verbal é um fenômeno observável em aprendizes de inglês como L2 (língua estrangeira), sendo descrito na literatura de forma abrangente (GARAVITO, 2004; WHITE, 2003a; LARDIERE, 1998a, b; HAZNEDAR, 2003; IONIN; WEXLER, 2000; JIANG, 2004;

PRÉVOST; WHITE, 2000; PRÉVOST, 2003). Estudos mostram haver variabilidade na morfologia de flexão de falantes de línguas como o turco e o russo (ricas em flexão verbal) e o chinês (pobre em flexão verbal) como L1 (língua materna). É interessante notar que essa variabilidade está presente tanto em aprendizes em estágios iniciais de aquisição quanto em aprendizes que se encontram em um estado estável de sua interlíngua (WHITE, 2003b). Várias hipóteses tentam explicar este fenômeno, relacionando-o a diferenças no ajuste paramétrico, transferência linguística, ou falha na representação abstrata de categorias funcionais. Não há, portanto, consenso no que se refere às possíveis causas de tal variabilidade. O presente trabalho tenta lidar com questões referentes à representação abstrata de categorias funcionais em aprendizes de inglês como L2, bem como sua aquisição e realização morfológica.

A flexão de morfemas presos na língua Inglesa, tais como o -s da terceira pessoa do singular, -s de plural e -ed do tempo passado, representa fonte de dificuldade para aprendizes adultos de inglês como L2. Com a exceção do -ing, a incidência de uso correto de morfemas de flexão na fala espontânea de aprendizes é distinta daquela apresentada por falantes nativos. Além disso, a dificuldade dos aprendizes em relação aos morfemas de flexão também pode ser observada através do uso variável e inconsistente destes morfemas. No estudo de Johnson, Shenkman; Newport; Medin (1996), citado por Jiang (2004), tanto falantes nativos quanto aprendizes de inglês como L2 foram submetidos a um teste de gramaticalidade oral. Os aprendizes demonstraram 22% de respostas inconsistentes, enquanto que os nativos apresentaram apenas 2% de respostas inconsistentes (JIANG, 2004). Deve-se estabelecer a distinção entre morfossintaxe abstrata e sua forma de superfície para que se considerem as implicações da variabilidade morfológica. Vários autores (GRONDIN; WHITE, 1996; HYAMS; SAFIR, 1991; LARDIERE, 2000; e SCHWARTZ, 2001, citados por WHITE, 2003b) fazem a distinção entre características abstratas, tais como tempo e concordância e como estas são realizadas morfológicamente. Não há uma correspondência direta entre a representação abstrata e a sua forma de superfície, forma esta que varia entre diversas línguas. Isto quer dizer que não há nada na GU que determine que as características abstratas tenham um determinado tipo de realização explícita (WHITE, 2003b).

De acordo com Garavito (2004) os pesquisadores cujo objeto de estudo é a aquisição de segunda língua têm se ocupado com questões ligadas à relação entre morfologia e sintaxe na aquisição de segunda língua. De um lado, discute-se que dentro da proposta presente no programa minimalista (CHOMSKY 1995 citado por GARAVITO, 2004) há uma relação direta entre flexão e sintaxe. De fato, sabe-se que muitos aprendizes de L2 apresentam dificuldade na produção de flexão ao mesmo tempo em que não demonstram problemas em relação a propriedades sintáticas relacionadas, tais como ordem das palavras na sentença. Essa dissociação é muitas vezes interpretada como sendo a expressão de déficit gramatical, sendo tanto déficit parcial quanto incapacidade de reajustar parâmetros (TSIMPLI; ROUSSOU, 1991, LICERAS 1997 citados por GARAVITO, 2004), incapacidade de incorporar traços presentes na L1 (HAWKINS; CHAN, 1997 citado por GARAVITO, 2004) e déficit geral que afetaria partes da gramática (MEISEL, 1997, citado por GARAVITO, 2004). Há ainda pesquisadores que não vêem o problema da produção de flexão como uma indicação de déficit na representação mental de categorias funcionais,



mas como um problema de mapeamento da forma correta - Hipótese de Ausência de Flexão de Superfície (LARDIERE, 1998 a,b; PRÉVOST; WHITE 2000; HAZNEDAR, 2003).

Para Prévost; White (2000), os aprendizes de uma L2 adquirem os traços gramaticais do nó terminal na sintaxe através da L1, GU ou insumo da L2, mas eles podem não ter adquirido completamente as especificações dos traços dos itens lexicais associados. Os autores propõem que enquanto na gramática do adulto as formas não finitas são especificadas como [-finito] e as formas finitas como [+finito], na gramática de interlíngua as formas não finitas podem ser inseridas em um nó que traz a característica [+finito] devido a uma falha na correspondência dos traços na gramática de L2. As formas finitas, por sua vez, são totalmente especificadas como [+finito] e conseqüentemente aparecem em contextos finitos. Pode-se dizer então que, com base nesta análise, não há déficit sintático na gramática de interlíngua (PRÉVOST; WHITE, 2000; HAZNEDAR, 2003).

Ionin; Wexler (2000) investigaram a aquisição das categorias tempo e concordância na segunda língua de crianças russas, através da análise de produção espontânea e teste de julgamento de gramaticalidade. Os aprendizes mostraram diferenças na produção de flexão de morfemas presos (-s do presente) e de morfemas de suprimento (formas do verbo *to be*). A conclusão dos autores é a de que os aprendizes utilizam a flexão por suprimento para instanciar as categorias de tempo e concordância na sua gramática. Isto quer dizer que os aprendizes de L2 adquiriram o paradigma *be* da língua inglesa, mas ainda não adquiriram a concordância afixial. A presença das categorias Tempo e Concordância na gramática das crianças do estudo permite que elas façam uso das formas já adquiridas para realizar a checagem dos traços da categoria tempo, ou seja, as formas *be* são tratadas como *default*. Os *defaults* são considerados formas que estão prontamente disponíveis aos aprendizes, como no caso da flexão ausente (*\*she go to school*) ou no uso do paradigma de flexão mais acessível (*\*she is go to school*).

Objetivos gerais

- Verificar se há variabilidade na realização de flexão morfológica na produção por eliciação de dois grupos de alunos de níveis iniciais, falantes de Português Brasileiro.

- Explicar o fenômeno tendo como base a Hipótese da Ausência de Flexão de Superfície.

Objetivos específicos

- Estabelecer a incidência de variabilidade na morfologia de flexão em relação a -s da terceira pessoa do singular do presente, verbo *to be* como cópula e auxiliar e -ed do passado, em contextos obrigatórios.

- Investigar possível influência da L1 através da diferença entre o uso da morfologia de flexão e generalização de formas do verbo *to be* entre grupos de aprendizes de estágios diferentes.

GARAVITO, J. B. Acquisition of the Spanish Plural by French L1 Speakers: the role of transfer *IN The role of features in second language acquisition*. Licerias, Zobl & Goodluck (Ed.). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum. 2004.

HAZNEDAR, B. Missing Surface Inflection in Adult and Child L2 Acquisition. In *Proceedings of the 6th Generative Approaches to Second Language Acquisition Conference (GASLA 2002)*, ed. Juana M. Licerias et al., 140-149. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project. 2003.

IONIN, T.; WEXLER, K. L1-Russian Children Learning English: Tense and Overgeneration of *Be*. *IN Proceedings of SLRF*

2000, Bonch-Bruевич *et al* (Ed.), Cascadilla Press, p. 76-94.

JIANG, N. Morphological insensitivity in second language processing *Applied Psycholinguistics* 25 (2004), p. 603-634.

LARDIERE, D. Case and tense in the 'fossilized' steady state. *Second Language Research*, 14, 1998a, p. 1-26.

LARDIERE, D. Dissociating syntax from morphology in a divergent L2 end-state grammar. *Second Language Research*, 14, 1998b, p. 359-375.

PRÉVOST, P.; WHITE, L. Missing surface inflection or impairment in second language acquisition? Evidence from tense and agreement. *Second Language Research* 16, 2000, p.103-133.

PRÉVOST, P. Truncation and missing inflection in initial child L2 German. *SSLA*, 25, 2003, p. 65-97.

WHITE, L. "Fossilization in steady state L2 grammars: Persistent problems with inflectional morphology". *Bilingualism: Language and Cognition*. 6 (2), 2003a, p. 129-141.

WHITE, L. *Second language acquisition and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.

## Aspectos da aquisição de verbos (semi-)auxiliares no português europeu

Ediene Pena Ferreira

edienepena@oi.com.br

Universidade Federal do Pará

O alvo de investigação, neste trabalho, é a aquisição de verbos (semi-)auxiliares no Português Europeu (doravante PE). O estudo sobre aquisição desses verbos tem se mostrado bastante profícuo em línguas como o inglês e o espanhol, merecendo também um olhar investigativo no português. O uso de verbos auxiliares demonstra maturidade sintática, dada a sua presença em grupo verbal complexo V-V, por isso objetivamos, neste estudo, saber a partir de que idade surgem os primeiros verbos (semi-)auxiliares na linguagem infantil, que categoria gramatical esses verbos expressam (tempo, aspecto, modo), qual a ordem de aquisição desses verbos, qual é o verbo mais recorrente, e o porquê dessa frequência. Levantamos as seguintes hipóteses: (i) considerando estudos realizados em outras línguas, como o inglês (GUASTI, 2002) e o espanhol (MONTRUL, 2004), acreditamos que os primeiros verbos (semi-)auxiliares devem emergir na fala infantil por volta dos 2 anos de idade; (ii) os primeiros verbos (semi-)auxiliares a serem adquiridos são os que expressam categorias temporais, visto ser o tempo menos abstrato que o aspecto e o modo; (iii) os verbos (semi-)auxiliares mais recorrentes serão aqueles cujo homônimo lexical funciona não como núcleo da predicação verbal, mas como predicativo, ou copulativo, devido a suas características sintático-semânticas serem aproximadas, nomeadamente no que diz respeito à não-seleção do sujeito. Para avaliarmos nossas hipóteses, investigamos uma amostra pertencente a um corpus longitudinal constituído por produções espontâneas de 2 crianças monolíngues (Inês e Joana), em aquisição do PE como língua materna, dos 11 meses aos 4 anos de idade. A recolha foi feita da seguinte forma: a) cada criança foi acompanhada durante quatro anos, em sessões mensais. Foram registradas 31 sessões de gravações com Inês (dos 0;11 aos 4;11) e 33 sessões com Joana (dos 0;11 aos 4;10); b) as



gravações foram feitas em casa de cada uma das crianças, cujas produções foram registradas em vídeo e áudio (Sony Handycan AF HI-FI Stereo); c) a duração das gravações varia entre os 30 e 60 minutos; d) o método comum a todas as recolhas é o da observação espontânea, naturalista longitudinal, em ambiente familiar, utilizando-se os objetos e as situações de interação habituais entre o adulto e a criança, refeições, banho. Para discutirmos questões relacionadas à aquisição da linguagem, em especial, à aquisição da sintaxe, baseamo-nos em trabalhos de Radford (1986, 1990), Guasti (2002), Montrul (2004), Gonçalves (2004), entre outros. Assumimos, neste trabalho, o conceito de auxiliaridade e as propriedades sintáticas e semânticas que caracterizam os verbos auxiliares considerados por Gonçalves (1996) e Gonçalves; Costa (2002). Os dados analisados revelaram que os primeiros verbos semi-auxiliares emergem entre 1;10 e 1;11 meses, em conformidade com a nossa primeira hipótese, que considerou estudos já realizados em outras línguas. O primeiro semi-auxiliar a emergir é o verbo *ir* seguido de infinitivo, veiculando a noção de tempo, mais precisamente do futuro do presente, o que confirma nossa segunda hipótese de que os primeiros verbos (semi-)auxiliares a serem adquiridos expressariam categorias temporais, visto ser o tempo menos abstrato que o aspecto e o modo. Na ordem de aquisição dos verbos semi-auxiliares aparece o aspectual *estar a* (Inês, 2;1.10; Joana, 2;4.1), os modais *ter que/de* (Inês, 2;4.24; Joana, 2;10.8), *poder* (Inês, 2;6.16; Joana, 2;10.8), o aspectual *ficar a* (Joana, 4;6.0), o modal *dever* (Inês, 2;11.22; Joana, 4;6.0), e o aspectual *andar a* (Inês, 2;11.22; Joana, 4;7.7), o semi-auxiliar *estar a* é o mais recorrente entre os aspectuais, com 95% de ocorrência, e também é o mais freqüente entre todos os verbos semi-auxiliares encontrados no *corpus* (entre aspectuais, temporais e modais) com 43% do total. A última categoria funcional a ser lexicalizada é a modal. Encontramos nos dados a expressão de probabilidade, possibilidade e obrigatoriedade. Entre os verbos modais presentes no *corpus* (*ter que/de*, *poder* e *dever*), o verbo *ter* foi o mais recorrente, talvez porque seu uso não cause ambigüidade como o *dever*, que pode veicular valores semânticos da área da probabilidade e da obrigatoriedade. Notamos a ausência dos verbos considerados auxiliares puros, como *ter* + participípio e *ser* passiva. Essa ausência indicia que os auxiliares puros são adquiridos tardiamente.

GONÇALVES, A. Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do português europeu. In: GONÇALVES, A. et al. *Quatro estudos em sintaxe do português*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 7-50.

GONÇALVES, A.; COSTA, T. *(Auxiliar a) Compreender os verbos auxiliares: descrição e implicações para o ensino do português como língua materna*. Lisboa: Edições Colibri. Cadernos de Língua Portuguesa, 2002, v. 3

GONÇALVES, F. M. R. *Riqueza morfológica e aquisição da sintaxe em português europeu e brasileiro*. Tese de Doutoramento. Évora, 2004.

GUASTI, M. T. *Language acquisition – the growth of grammar*. Massachusetts Institute of Technology, 2002.

MONTRUL, S. A. *The acquisition of Spanish: morph syntactic development in monolingual and bilingual L1 acquisition and adult L2 acquisition*. John Benjamin, 2004.

RADFORD, A. Small children's small clauses. In: *Bangor Research Papers in Linguistics*, 1986, n 1, p. 1-38

RADFORD, A. *Syntactic theory and the acquisition of English syntax*. Blackwell, Oxford, 1990.

## Anáfora conceitual

Adriana da Silva

adriasilva@terra.com.br

Faculdade de Minas – Belo Horizonte / IPTAN

Apresentamos um estudo sobre a leitura e compreensão da anáfora conceitual (AC). Tradicionalmente, a anáfora é um mecanismo lingüístico que permite aos escritores e leitores estabelecer uma relação entre os referentes de palavras ou expressões lingüísticas, gerando coesão e coerência para o texto (GARROD; SANFORD, 1994). Inicialmente, foi considerada uma espécie de substituta de um item lexical antecedente que a retomava no texto, mas há casos, como os das anáforas conceituais, nos quais as anáforas não reativam referentes previamente apresentados no texto. Gernsbacher (1991, p. 83) denomina *anáfora conceitual* o pronome plural que não tem um antecedente correferencial. E Garnham et al. (1992, p. 257) delimitam como AC a anáfora pronominal que não tem um antecedente lingüístico explícito, exigindo que o leitor se baseie no próprio contexto textual, a partir de um item lexical antecedente, para inferir o seu referente. Assim, a AC é representada por um Pro [+PI] que remete a um antecedente textual não-correferencial, um SN ou N [-PI]. Vejamos um exemplo? *Comprei um FIAT. Eles têm muita estabilidade na estrada*. Neste caso, o pronome pessoal de terceira pessoa do plural não está se referindo diretamente ao SN *um FIAT*, mas sim aos *carros* fabricados pela indústria FIAT. Nesse caso, o pronome não retoma o seu antecedente, mas ativa um novo referente, *carros da FIAT*. Podemos dizer que os referentes *FIAT* (indústria automobilística) e *carros* estão associados numa determinada estrutura conceitual que nos permite relacioná-los. Para ativar os referentes e estabelecer a associação entre eles, garantindo a coerência do texto, o leitor se baseia em conhecimentos lingüísticos e extralingüísticos. Por isso, estudar esse tipo de anáfora é importante e pode ajudar-nos a entender mais como se dá a compreensão textual. Conforme já exposto, essa anáfora está relacionada conceitualmente ao seu antecedente e, para explicar isso, usamos a *Teoria dos Frames*, de Barsalou (1992). Essa teoria nos permite explicar como os leitores relacionam, conceitualmente, dois itens lexicais (anáfora e antecedente) num texto, a partir de seus conhecimentos contextuais e de mundo. Os *frames* são estruturas conceituais que representam as informações organizadas num texto e também aquelas geradas pelo leitor durante a leitura. Assim, buscamos compreender a AC realizando uma ponte entre aspectos lingüísticos e extralingüísticos, demonstrando que o leitor, para interpretá-la, não se baseia apenas nos aspectos lingüísticos de um texto. Elaboramos um experimento *on-line*, aplicado em 27 universitários, para verificarmos a leitura das anáforas conceituais. Pretendíamos demonstrar que a AC exigiria um maior custo cognitivo do que a anáfora pronominal (correferencial). No caso desta, o leitor estabeleceria a relação de retomada de referente, no caso daquela, o leitor não poderia estabelecer uma relação direta entre a anáfora e o item antecedente, assim, o leitor demoraria mais tempo para lê-la. Na realização desse experimento, criamos 40 textos curtos, cada um composto por duas sentenças. Desses, 20 apresentavam um pronome



iniciando a segunda sentença, sendo uma metade com AC e a outra com AP. Já os outros 20, apresentavam a 2<sup>a</sup> sentença iniciada simplesmente por um sintagma nominal. A partir desses textos, construímos 12 diferentes listas contendo 36 textos, sendo que 16 deles eram experimentais, ou seja, 8 com AC e 8 com AP. Após cada texto, aparecia uma pergunta, à qual o leitor deveria responder apenas sim ou não. Os sujeitos foram testados individualmente, numa pequena sala preparada para o experimento. Cada sujeito teve como tarefa ler, silenciosamente, cada texto de uma única lista, apresentado na tela do computador. Para a apresentação das listas, usamos o software DMDX, desenvolvido pelos professores K. I. Forster e J. C. Forster, da Universidade do Arizona, para experimentos psicológicos com estímulos visuais e auditivos. Esse software nos permitiu medir o tempo de leitura das anáforas, assim como o dos outros itens lexicais de cada texto. A partir dos tempos de leitura da AC e da AP para cada texto e para cada sujeito, fornecidos pelo DMDX, realizamos análises de variância (ANOVA). Os resultados das análises de variância mostram que a diferença entre os tempos de leitura da AC e da AP não foi significativa quando a variável *sujeitos* foi tomada como fator aleatório na análise -  $F_1(1,1119)=1,2171$ ,  $p_i0,28$ , mas significativa quando a variável *textos* foi tomada como fator aleatório na análise em  $F_2(1,1134)=23,7423$ ,  $p_i0,05$ . Assim, verificamos que alguns sujeitos leram a AC mais lentamente e parecem seguir a estratégia de se apoiar na concordância para a ativação de *frames* e a seleção de seus atributos. Dessa forma, quando percebem a não-concordância entre anáfora e antecedente, buscam, em sua memória, informações conceituais a partir de itens lexicais, ativando novos *frames* e procuram, nessa estrutura, o conceito ao qual a anáfora se refere, compreendendo a relação conceitual entre a AC e seu antecedente. Nesse processo, fica claro um maior custo em termos cognitivos, resultando num maior tempo de leitura da AC em oposição à AP. Já, para os que leram a AP mais lentamente, podemos levantar duas hipóteses. A primeira é que não foram influenciados pelo fato de haver, ou não, concordância entre a anáfora e o antecedente. Na leitura da AC ou da AP, esses sujeitos não se guiam pelos aspectos morfológicos da anáfora e operaram diretamente com as informações conceituais que são organizadas em *frames*. Também podemos levantar a hipótese de que esses sujeitos são maus leitores, pois não perceberam a relação estabelecida entre antecedente e anáfora, lendo os dois processos como idênticos. Mas isso só poderia ser comprovado se houvesse, no experimento, uma possibilidade de se verificar acertos e erros na recuperação da anáfora. É isso que pretendemos fazer num próximo trabalho. A partir da indicação desses dois grupos de resultados, podemos considerar que os sujeitos desses dois grupos usaram estratégias diferentes. Isso não é uma surpresa, pois a leitura é um processo dinâmico, dependente de fatores, tanto lingüísticos quanto extralingüísticos, podendo variar de sujeito para sujeito, dependendo dos seus conhecimentos. Dessa forma, pode-se afirmar que a leitura é um processo dinâmico e que a influência do leitor nesse processo é extremamente relevante, pois pode utilizar estratégias diferenciadas para construir o sentido do texto.

BARSALOU, Lawrence W. Frames, concepts, and conceptual fields. In: LEHRER, Adrienne, KITTAY, Eva Feder. *Frames, fields, and contrasts*. New essays in semantic and lexical organization. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1992. p. 21-74. GARNHAM, Alan; OAKHILL, Jane e CRUTTENDEN, Hannah. The role of implicit causality and gender cue in the interpretation

of pronouns. *Language and cognitive processes*, Hove: Lawrence Erlbaum Associates, 7, 1992. p. 231-256.

GARROD, Simon C., SANFORD, Anthony J. Resolving sentences in a discourse context. In: GERNSBAHER, M. A. (Ed.). *Handbook of Psycholinguistics*. Chapter 14. New York: Academic Press, 1994. p. 675-698.

GERNSBACHER, Morton Ann. Comprehending conceptual anaphors. *Language and cognitive processes*. Hove: Lawrence Erlbaum Associates, 1991. v. 6 (2). p. 81-105.

### Domínio da base alfabética do sistema de escrita do português brasileiro e sensibilidade às rimas

Wilson Júnior de Araújo Carvalho

wjrac@terra.com.br

Universidade Estadual do Ceará

Este trabalho se situa no campo dos estudos psicolinguísticos, especialmente no que tange ao debate acerca das inter-relações entre aspectos ulteriores da aquisição da fonologia da língua oral e a aprendizagem dos sistemas alfabéticos de escrita. Consideramos, conforme a proposição de Poersch (1998) sobre o desenvolvimento da consciência lingüística, que a habilidade de perceber rimas se dá em dois níveis de consciência: o da sensibilidade fonológica (pré-consciência) e o da consciência plena. Nestes dois níveis de consciência, a criança faz uso de suas habilidades lingüísticas de diferentes maneiras para analisar a estrutura fonológica da língua. No nível da pré-consciência (PreCons), a criança ainda não seria capaz de fazer declarações explícitas sobre a linguagem e seus usos, embora possa dar-se conta de similaridades fonológicas. No nível da consciência plena (ConsPl), por sua vez, a linguagem passa a ser alvo de monitoramento e de declarações explícitas através da própria linguagem. Nesse caso, há o uso pleno de uma metalinguagem que permitirá à criança fazer declarações explícitas sobre a linguagem e seus usos. Este trabalho, portanto, além de contribuir para o debate acima referido, deverá trazer dados relevantes para os profissionais da educação envolvidos com o ensino-aprendizagem da língua escrita, em seus aspectos mais iniciais, assim como para aqueles profissionais que atuam na área clínico-terapêutica das dificuldades de aprendizagem do sistema de escrita do português, como é o caso dos fonoaudiólogos e psicólogos. O estudo tem por objetivo descrever o desenvolvimento da habilidade fonológica de sensibilidade às rimas em crianças que se encontram nas séries iniciais do processo de escolarização (jardim I, jardim II, alfabetização e 1<sup>a</sup> série), em dois níveis sócio-escolares 'A' e 'C', definidos sóciolingüísticamente pela escolaridade parental. No nível sócio-escolar 'A' estão as crianças (sujeitos da escola particular) cujos pais possuem escolaridade superior. No nível sócio-escolar 'C' (sujeitos da escola de aplicação) encontram-se as crianças filhas de pais que possuem, no máximo, o ensino fundamental completo. Para a definição da amostra do estudo, foram realizadas avaliações do desenvolvimento fonológico (sistema de contrastes sonoros e de suas combinações) e das habilidades de processamento auditivo, além de consideradas as informações constantes nas anamneses dos sujeitos. Após à definição da amostra, foram selecionados 31 sujeitos de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

uma escola particular (EP) – jardim I (n = 6); jardim II (n=7); alfabetização (n=10); 1<sup>a</sup> série (n=8) – e 42 de uma escola de aplicação (EA) – jardim I (n=7); jardim II (n=9); alfabetização (n=11); 1<sup>a</sup> série ‘A’ (n=6); 1<sup>a</sup> série ‘B’ (n=9). Aos sujeitos da amostra definitiva foram aplicadas: a) uma tarefa de consciência de rimas para avaliação da PreCons; b) um teste de produção de escrita. Através do teste de produção de escrita foi possível verificar as estratégias de escrita utilizadas pelas crianças, o que nos permitiu verificar o grau de conhecimento dessas crianças acerca da base alfabética do sistema de escrita. A tarefa de consciência de rimas, por sua vez, consistiu de duas séries para treinamento e quatro séries experimentais. Cada série é composta por três palavras: uma palavra-alvo e duas palavras-teste (uma que rimava com a palavra-alvo e uma que não rimava). Nos itens das séries experimentais, quando ocorria uma resposta errada, foi feita uma segunda tentativa para a respectiva série de palavras. Às respostas corretas ou incorretas, na primeira ou segunda tentativas, atribuímos escores com o objetivo de qualificar o desempenho dos sujeitos na tarefa. Para cada resposta correta na primeira tentativa, atribuiu-se o valor 2; para cada resposta correta somente na segunda tentativa, atribuiu-se o valor 1; para as respostas erradas, atribuiu-se o valor ‘0’ (zero). Após à atribuição dos escores brutos, estes foram convertidos em percentuais médios de escores (PME). Considerando, para fins deste resumo, somente o nível da PreCons, os PME revelam que o momento em que ocorre a aquisição consolidada da sensibilidade às rimas (PreConsR) difere de uma escola para a outra: na EP, a PreConsR se encontra consolidada desde o jardim I (PME = 62,5%); na EA, a PreConsR somente se consolida a partir do jardim II (PME = 76,44%). Nas séries seguintes, a PreConsR continua a se desenvolver nos dois níveis sócio-escolares, conforme se pode depreender dos percentuais a seguir: na EP, a alfabetização apresenta o PME de 97,50% e a 1<sup>a</sup> série o de 93,75%; na EA, a alfabetização apresenta o PME de 79,55%, a 1<sup>a</sup> série ‘A’ o de 79,17% e a 1<sup>a</sup> série ‘B’ o de 94,44%. Estes resultados indicam que há um desempenho mais uniforme nas séries escolares da EP, embora devamos reconhecer a maior habilidade dos alunos da alfabetização e da 1<sup>a</sup> série, cujos PME estão próximos a 100%. A maior habilidade dos alunos da alfabetização e da 1<sup>a</sup> série na resolução da tarefa se deve, possivelmente, ao fato de que, nessas séries, as crianças da EP já dominam a base alfabética do sistema de escrita – conforme se pode verificar através da análise das estratégias de escrita utilizadas por essas crianças – tendo, em consequência, maiores possibilidades de manipular eficientemente os constituintes fonológicos da língua. Isso se justifica, teoricamente, pelo fato de o domínio do princípio alfabético contribuir para o desenvolvimento da habilidade de desmembrar a cadeia da fala em suas unidades constituintes (Scliar-Cabral, 2003). Na EA, por sua vez, as crianças da alfabetização ainda não possuem o conhecimento da base alfabética do sistema de escrita, e apenas 50% das crianças da 1<sup>a</sup> série ‘A’ dominam esse conhecimento. Como consequência disso, as crianças da alfabetização (EA) e da 1<sup>a</sup> série ‘A’ (EA) apresentam, em comparação às crianças da alfabetização da EP, desempenhos mais fracos nas tarefas de rimas. O papel alavancador do conhecimento da base alfabética do sistema de escrita, em relação à sensibilidade às rimas, confirma-se quando analisamos os dados da 1<sup>a</sup> série ‘B’ da EA. Nesta série, em que todos os alunos dominam o conhecimento alfabético, assim como os alunos da 1<sup>a</sup> série da EP, constatamos PME similares entre a 1<sup>a</sup> série ‘B’ da EA (94,44%) e a 1<sup>a</sup> série da EP (93,75%) nas

tarefas de PreConsR. O conhecimento alfabético parece ser, portanto, uma habilidade que influencia na alavancagem do desenvolvimento da sensibilidade às rimas. No entanto, apesar de os melhores desempenhos na resolução das tarefas de rimas poderem ser atribuídos ao grau de conhecimento da base alfabética do sistema de escrita, torna-se claro que o desenvolvimento inicial da sensibilidade às rimas prescinde do conhecimento alfabético. Para sustentar esta asserção, basta-nos a constatação de que a aquisição de PreConsR se encontra consolidada desde o jardim I na EP e desde o jardim II na EA. Como nessas séries, nas duas escolas, as crianças ainda não dominam o conhecimento da base alfabética do sistema de escrita, a aquisição da PreConsR não pode ser atribuída a esse conhecimento. Desse modo, anteriormente ao letramento alfabético, há fatores eliciadores que atuam sobre o desenvolvimento da PreCons.

POERSCH, M. Uma questão terminológica: consciência, meta-linguagem, metacognição. *Letras de Hoje*, Revista do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras da PUCRS. Porto Alegre, v.33, n. 4. p.7-12, dez. 1998.

SCLIAR-CABRAL, L. *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

### Déficits lingüísticos na síndrome de down: retrospectos e prospectos em uma neurociência cognitiva da linguagem

*Fernando Orphão de Carvalho*

fernaorpha@gmail.com  
Universidade de Brasília

Embora seja a causa congênita mais comum de retardamento mental (cerca de 1 a cada 800 nascidos vivos (Pinter *et al.* (2001)) e apresente déficits lingüísticos robustos como parte de seu fenótipo, a síndrome de Down (SD) tem recebido relativamente pouca atenção na literatura psicolingüística e nas ciências cognitivas em geral, em especial quando comparada com síndromes de etiologia distinta, como a síndrome de Williams ou os diversos Déficits Específicos de Linguagem (DEL) (cf.,e.g. Pinker (1994), Stojanovik *et al.* (2004)).

Em especial, a SD não tem sido considerada na justificação de modelos de organização neural da linguagem, como o modelo de Hickok & Poeppel (2004) e o modelo Procedural/Declarativo de Ullman (2001), cuja base evidencial neuropsicológica advém em essência de síndromes adquiridas, como as diversas formas de Afasia, ou neurodegenerativas como o Parkinsonismo. Apontaremos brevemente em que sentido a evidência existente acerca da etiologia neural e os déficits cognitivos característicos da SD mostram-se relevantes para a consideração destes modelos e das hipóteses neles contidas.

Algumas destas características incluem a relativa preservação de núcleos subcorticais do sistema executivo frontal, simplificação das ramificações de dendritos no córtex prefrontal, a marcada hipoplasia do cerebelo e as evidências de padrões atípicos de lateralização combinadas à diminuição sensível de volume do giro temporal superior (Pinter *et al.* (2001),



Weeks & Elliott (1992), Lincoln *et al.* (1985)). Em um nível cognitivo esse fenótipo neural parece trazer implicações para processos como análise fonética/fonológica em janelas temporais especializadas, percepção categorial, processos baseados em regras (e.g., morfologia regular), consciência fonológica e possivelmente, através do cerebelo, em tarefas do sistema atencional.

Relativo ao desenvolvimento cerebelar, algumas questões nos parecem interessantes, entre elas: (1) em que medida os déficits lingüísticos da SD assemelham-se àqueles observados na categoria 'emergente' de Afasia Cerebelar (e.g., Silveri *et al.* (1994)) e (2) se a hipoplasia cerebelar pode causar depressões metabólicas no córtex frontal e ser um dos fatores responsáveis pelos padrões reduzidos de arborização dos dendritos dos neurônios nesta região cortical. Tal hipótese é relevante tendo-se em vista que os padrões agramáticos observados na SD podem ser causados por essa 'ação à distância' de aferentes cerebelares no córtex frontal e possivelmente no córtex insular.

Um outro mecanismo fisiológico de implicações importantes para se entender os déficits gramaticais e a etiologia neural dos mesmos pode residir em um tipo especializado de receptor pós-sináptico, o NMDA. Sabe-se que indivíduos com SD apresentam problemas particulares com o funcionamento de tais receptores (Belichenko *et al.* (2004)). Esses mesmos receptores estão envolvidos na indução de Potenciais de Longo-Termo, tido como o correlato fisiológico de certos processos de aprendizado associativo, em especial o aprendizado Hebbiano. Sob uma perspectiva desenvolvimental, existe evidência de que os mesmos receptores estejam envolvidos com processos construtivos de formação sináptica e desenvolvimento de processos neuronais, o que pode dar aos receptores NMDA um papel complementar na explicação dos padrões de desenvolvimento do córtex frontal em indivíduos com SD.

Neste trabalho ofereceremos também uma síntese dos resultados de experimentos psicofísicos executados em nosso laboratório com sujeitos portadores de SD tendo entre 3 e 12 meses de vida e realizado dentro do protocolo de familiarização/preferência (*familiarization/preference*), desenvolvido por Eimas (1999). Os resultados serão discutidos dentro da perspectiva neurocognitiva exemplificada na discussão dos parágrafos anteriores e dentro da qual pretendemos contribuir para o esforço de investigação empírica e integração teórica da SD ao cerne da pesquisa psicolingüística.

Belichenko, P. *et al.* Synaptic Structural Abnormalities in Ts65Dn Mouse Model of Down Syndrome. *Journal of Comparative Neurology*. v. 480. n. 3. 2004.

Eimas, P. Segmental and Syllabic Representations in the Perception of Speech by Young Infants. *Journal of the Acoustical Society of America*. v. 105. p.1901-1911. 1999.

Hickok, G. & D. Poeppel. Dorsal and Ventral Streams: a Framework for Understanding Aspects of the Functional Anatomy of Language. *Cognition*. v. 92. p. 67-99. 2004.

Lincoln, A., E. Courchesne, B. Kilman & R. Galambos. Neuropsychological Correlates of Information Processing by Children with Down Syndrome. *Journal of Mental Deficiency Research*. v. 89. p. 403-414. 1985.

Pinker, S. *The Language Instinct*. Penguin Books. 1994.

Pinter, J., S. Eliez, J. E. Schmitt, G. Capone & A. Reiss. Neuroanatomy of Down's Syndrome: A High-Resolution MRI Study. *Am. J. Psychiatry* v. 158. p. 1659-1665. 2001.

Silveri, M. *et al.* The Cerebellum Contributes to Linguistic Production: a Case of Agrammatic Speech Following a Right

Cerebellar Lesion. *Neurology* v. 44. 1994

Stojanovik, V., M. Perkins & S. Howard. Williams Syndrome and Specific Language Impairment Do Not Support Claims for Developmental Double Dissociations and Innate Modularity. *Journal of Neurolinguistics* v. 17. p. 403-424. 2004.

Ullman, M. A Neurocognitive Perspective on Language: the Declarative/Procedural Model. *Nature Reviews Neuroscience* v. 2. p. 717-726. 2001.

Weeks, D. & D. Elliott. Atypical Cerebral Dominance in Down Syndrome *Bull. Psychon. Soc.* v. 30. 1992.

## Animacidade e paralelismo no processamento da co-referência

Márcio Martins Leitão

leitaomm@yahoo.com.br

Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho tem como objetivo descrever os resultados de dois dos experimentos psicolingüísticos realizados em minha tese de doutorado (Leitão, 2005), relacionado ao processamento do objeto direto anafórico, no Laboratório de Psicolingüística Experimental (LAPEX) da UFRJ.

O primeiro experimento relatado aqui tem como objetivo comparar, utilizando a técnica de julgamento de compatibilidade semântica, o processamento do pronome lexical com o processamento da categoria vazia em posição de objeto em PB por meio de estruturas coordenadas em que estas anáforas estão relacionadas a antecedentes que, ora na posição de sujeito, têm sempre o traço [+ animado], ora na posição de objeto têm o traço [- animado] ou [+ animado]. Os objetos diretos focalizados têm sempre co-referência ambígua, podendo ocorrer o estabelecimento da co-referência ao antecedente na posição de sujeito (+animado) ou ao antecedente na posição de objeto (+/- animado).

As hipóteses aqui testadas são: a) tanto o efeito de animacidade, quanto o efeito do paralelismo estrutural atuam no processamento do objeto direto anafórico; b) há uma convergência entre o efeito de animacidade e o efeito de paralelismo, por isso temos a previsão de que haverá um número maior de julgamentos positivos quando a frase sonda propuser o estabelecimento da co-referência de um pronome lexical na posição de objeto com o antecedente [+animado] também na posição de objeto (paralelo).

As variáveis independentes manipuladas no experimento são: a) o tipo de retomada anafórica: retomada com pronome lexical (PR) e retomada com objeto nulo (ON); b) a animacidade dos antecedentes ambigualmente disponíveis: sujeito sempre [+animado] e objeto [+ ou - animado]; c) posição sintática dos antecedentes ambigualmente disponíveis: sujeito ou objeto. As variáveis dependentes são o número de julgamentos semânticos positivos (respostas SIM) e o tempo de decisão dos julgamentos.

Já o segundo experimento relatado diz respeito a um conjunto experimental com o qual podemos investigar mais precisamente a interação entre os fatores posição sintática e animacidade do antecedente, agora utilizando uma técnica *on-line* de leitura auto-monitorada.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Nas frases experimentais, controlamos a distância entre o antecedente e a retomada anafórica pronominal ( $\pm 21$  sílabas) para que não houvesse influência de um possível efeito de regência. Além disso, controlamos a transitividade verbal, ao balancearmos a quantidade de verbos transitivos diretos e de verbos bitransitivos nas sentenças coordenadas em que ocorre a retomada anafórica. Dessa forma, pudemos aferir, na análise dos resultados obtidos, se esse fator interfere nos tempos de leitura, ou seja, pudemos utilizar a transitividade como mais uma variável independente.

As variáveis independentes manipuladas no experimento são: a) animacidade do antecedente: [+ animado] e [- animado]; b) posição sintática do antecedente: sujeito e objeto. A variável dependente é o tempo de leitura após os segmentos críticos (após o pronome (S8), após a preposição (S9) e o último segmento (S10) para as frases com antecedente sujeito; e após o pronome (S9), após a preposição (S10) e o último segmento (S11) para as frases com antecedente objeto), como apresentamos nos exemplos das condições experimentais do quadro a seguir:

### Quadro

#### 1) PR-AS: Antecedente – animado na posição de sujeito com retomada pronominal em posição de objeto

A câmera/ registrou/ os movimentos/ do ladrão/ e depois/ o perito/ analisou/ ela/ no/ laboratório.  
S1 S2 S3 S4 S5 S6 S7 S8 S9 S10

#### 2) PR+AS: Antecedente + animado na posição de sujeito com retomada pronominal em posição de objeto.

A Mônica/ registrou/ o caso/ na delegacia/ e depois/ o psicólogo/ analisou/ ela/ no/ consultório.  
S1 S2 S3 S4 S5 S6 S7 S8 S9 S10

#### 3) PR-AO: Antecedente – animado na posição de objeto com retomada pronominal em posição de objeto.

O consumidor/ registrou/ a câmera/ no seguro/ de roubos e furtos/ e depois/ o perito/ analisou/  
S1 S2 S3 S4 S5 S6 S7 S8

ela/ na/ vistoria.

S9 S10 S11

#### 4) PR+AO: Antecedente + animado na posição de objeto com retomada pronominal em posição de objeto.

O pesquisador/ registrou/ a Mônica/ no cadastro/ de bolsistas do país/ e depois/  
S1 S2 S3 S4 S5 S6

o conselho/ analisou/ ela/ na/ reunião.

S7 S8 S9 S10 S11

Esperamos conseguir, com esse conjunto de estímulos distribuídos em quatro condições, estabelecer mais precisamente que tipo de interação existe entre os fatores de animacidade e paralelismo estrutural. A hipótese central que norteia esse experimento é a de que esses fatores atuam convergentemente no estabelecimento da co-referência, como sugeriram os resultados do primeiro experimento em uma tarefa *off-line*. Ou seja, a previsão é a de que, em frases do tipo (4) (condição PR+AO), em que um pronome lexical em posição de objeto retoma um antecedente [+ animado] também em posição objeto, os tempos de leitura dos segmentos críticos (retomada pronominal e o segmento seguinte) vão ser mais rápidos do que os tempos de leitura dos segmentos críticos de todas as outras condições, pois, na condição PR+AO, devem estar atuando conjuntamente os fatores de animacidade e de paralelismo. Além disso, poderemos investigar com maior nitidez como cada um desses dois fatores atua isoladamente, comparando os tempos de leitura das retomadas pronominais de cada condição.

Corroborando a interpretação dos achados do primeiro experimento de que animacidade e paralelismo atuam convergentemente no processamento da co-referência pronominal, os resultados do segundo experimento, em que foram investigadas, distintamente do primeiro, frases não ambíguas em termos referenciais contendo apenas retomada anafórica com pronome lexical, encontramos um efeito de interação entre animacidade e posição sintática significativo

que se reflete na direção das médias dos tempos. Essas médias indicam uma leitura mais rápida da preposição após o pronome lexical para a condição experimental em que o antecedente é [+ animado] e está na posição de objeto, ou seja, o efeito de facilitação da leitura da retomada anafórica só é significativamente atuante na condição em que os fatores de animacidade e de paralelismo convergem.

Esses resultados experimentais obtidos com o Português Brasileiro corroboram o que vários estudos em outras línguas têm mostrado em relação à resolução da co-referência pronominal, tipicamente categorizada como anáfora profunda (*deep anaphora*) na literatura que tem como escopo o processamento anafórico discursivo (Carreira e Alonso, 1999). Esses estudos têm demonstrado que tanto fatores semânticos, quanto fatores estruturais são atuantes no processamento desse tipo de anáfora, divergindo da proposta expressa em Hankamer e Sag (1976) e retomada em Sag e Hankamer (1984), que prevê apenas a possibilidade de fatores semânticos atuarem no processamento da anáfora pronominal.

CARREIRAS, M. e ALONSO, M. A. Comprensión de anáforas. In: DE VEGA, M. e CUETOS, F. (Orgs.) *Psicolingüística del español*. Madrid: Editorial Trotta S. A, 1999.

HANKAMER, J. & SAG, I. Deep and Surface Anaphora. *Linguistic Inquiry*. v. 7. p. 391-428. 1976.

SAG, I. e HANKAMER, J. Toward a theory of anaphoric processing. *Linguistics and Philosophy*. v. 7. p. 325-345.1984.

## Language mode and bilingual's phonological categorization

Ivana Brasileiro

Ivana.Brasileiro@let.uu.nl

UiL OTS - Utrecht University

One important issue concerning bilingual acquisition is the question whether bilinguals have a common store for their languages or whether they have two separate, independent systems. There has been a good amount of work addressing the bilinguals' language systems in relation to that of monolinguals'. At one extreme, there is the view that the bilingual's second language is stored separately from his first language (Lambert 1969). At the opposite extreme, there is the view that the two languages are stored in one and the same system (Schwanenflugel & Rey 1986 and Fox 1996). Intermediate views propose that children who acquire two languages simultaneously go through an early fusion stage in which the languages are in fact one system. As those children grow older, they slowly differentiate their languages, first separating their lexicons and then their grammar. Evidence for this has come from the observation of language mixing in very young bilingual children and from the fact that there is a gradual reduction of mixing over age (Grosjean 2000). The conclusions pointing to 'one system' however do not go uncontested. One of the points often made (for instance Meisel 1989, Genesee 1989 and Grosjean 2000) relates to what has been called the bilingual's Language Modes (Grosjean 1994, 2000). Grosjean defines Language Mode





as 'the state of activation of the bilingual's languages and language processing mechanisms at a given point in time'. Language Mode is taken to affect bilinguals' language behaviour and in this view, it is an important variable to be taken into account in studies involving bilingualism. One can question results supporting 'bilinguals' common storage' on the bases of possible confusion between what is due to representational issues and what is caused by the language mode variable. Given that bilingual participants are often in a bilingual mode when taking part in studies concerning bilingualism (Grosjean 2000), this could have lead results to indicate a shared system. The same issue holds for the discussion concerning code mixing in young children. The children in these studies were probably in a bilingual mode given the bilingual context they were inserted in. Language mixing might be thus simply a consequence of the mode they were in and does not necessarily imply that the languages are stored together.

There have not been many speech perception studies where language mode is taken into account, or controlled for. Consequently, apparently similar studies present contradictory results. One of the most influential perception-based models of L2 sound acquisition, the *Speech Learning Model* (Flege 1995) seems to ignore the possible effects of language mode. In a number of studies on the perception VOT Flege (for example Flege 1987 and Flege & Eefting 1986), observed that bilinguals place their boundary on an intermediary position between L1 and L2. Based on these results, the model assumes the existence of a 'merged category', one single category accommodating two or more phonemes from the different languages.

One can however challenge these conclusions. To my knowledge, none of the studies finding intermediate category boundaries have explicitly controlled for language mode. Consequently, this variable could have blurred the results of the research given that the participants were probably on a bilingual mode during the experiments, which might have led to an intermediate category.

For this research we have set up a perception experiment to look into the representational system of segments in monolinguals vs. bilinguals. The main question is whether bilingual subjects behave like monolinguals given the right circumstances (i.e. if they are on a monolingual mode, in Grosjean's term).

We conducted an XAB perception experiment among simultaneous Dutch-Brazilian Portuguese (BP) bilingual children living in The Netherlands. The contrast tested was the Dutch /a:/ /ɑ/, which involves spectral and durational cues, and which is not found (phonemically) in Portuguese. Crucially, BP does not use duration to cue phonemic contrast whereas Dutch does.

One hundred participants were tested: bilingual and monolingual children (age range 3;9-6;5), and monolingual adults. Language mode was carefully manipulated in three steps by changing the experimenter, the language used, and the fillers. The predictions are that bilinguals' categorizations depend on the Language Mode in which they were tested, if bilingual or monolingual.

Our results indicate that bilingualism does not affect the categorization of sounds in the bilingual's dominant language. This claim is supported by the fact that both groups of children (Dutch monolinguals and bilinguals) proved to behave similarly. On the other hand, they differ from Dutch monolingual adults, showing that the correct use of temporal and spectral information is not fully developed in the age

group tested. Additionally, the individual results show that some children in both groups fail to comply with the adult target. The results of the vocabulary test and the data from the questionnaire suggest that this individual variation might be related to age and vocabulary size.

The effect of the bilingual modes is less clear cut. Preliminary results do not confirm the prediction previously presented.. However, before concluding (prematurely) that there is no Language Mode effect, there are a few considerations that should be made. The first one has to do with the number of subjects. Particularly when working with children the number of unusable data is high. The small number of subjects is possibly one of the reasons why no significance level was reached.

The second issue concerns language dominance. All children in this research are Dutch dominant, and only a few are (nearly) balanced. It is uncertain how much input on their weaker language these participants need in order to activate this language highly enough for it to interfere with their stronger language.

Finally, there are a number of confounding variables in addition to language dominance involved in this research that could be influencing the results. Examples of such variables are place of residence, vocabulary size and age. Even though the research design tried to control for all these variables, they may still be responsible for part of the variance found. For this reason we will also pay attention to the individual patterns found on the data.

To further investigate this question, this research will be extended in two ways. Firstly more subjects will be added, monolinguals and bilinguals. Increasing the amount of the subjects will lead to more robust results, allowing for a more precise interpretation. Secondly I will test the perception of the same Dutch contrast on bilingual children which are BP dominant. As previously discussed, the fact that all children were strongly Dutch dominant might have weakened a possible language mode effect. Testing BP dominant bilingual children on their weaker language (Dutch) will clarify this issue.

During my talk I will discuss the methodology, report the results of the extended data, and interpret them in light of the Language Mode Hypotheses, addressing the representational issue previously mentioned. Furthermore, I will provide a reconstruction of the different developmental paths for the learners and discuss their implications for first and second language acquisition.

Flege, J. The production of 'new' and 'similar' phones in a foreign language: Evidence for the effect of equivalence classification. *Journal of Phonetics* 15, p. 47-65, 1987.

Flege, J. Second language speech learning: Theory, findings and problems. In: Strange, W. (ed.) *Speech perception and linguistic experience*. Timonium: York Press, 1995.

Flege, J.; W. Eefting Cross-language switching in stop consonant production and perception by Dutch speakers of English. *Speech communication* 6, p. 185-202, 1986.

Fox, E. Cross-language priming from ignored words: Evidence for a common representational system in bilinguals. *Journal of Memory and Language* 35, p. 353-370, 1996.

Genesee, F. Early bilingual development: One language or two? *Journal of Child Language* 16, p. 161-179, 1989.

Grosjean, F. Individual bilingualism. *The encyclopedia of language and linguistics*, p. 1656-1660, 1994.

Grosjean, F. The bilingual's language modes. In: Nicol, J. (Ed.). *One Mind, Two Languages: Bilingual Language Processing*.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Oxford: Blackwell, 2000.

Lambert, W. E. Psychological studies of the interdependencies of the bilingual's two languages. In: Puhvel, J. (ed.). *Substance and structure of language*. Los Angeles: University of California Press, 1969.

Meisel, J. Early differentiation of languages in bilingual children. In: Hiltensam, K.; Opler, L. (Eds.) *Bilingualism across the lifespan: Aspects of acquisition, maturity and loss*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 13-40.

Schwaneflugel, P.; Rey, M. Interlingual semantic facilitation: Evidence for a common representational system in the bilingual lexicon. *Journal of Memory and Language* 25, p. 605-618, 1986.

### Papel do input na aquisição da linguagem

Adriana Stella C. Lessa-de-Oliveira

adriana.lessa.de@uol.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Este estudo tem como objeto a aquisição de *interrogativas-QU* (cláusulas interrogativas encabeçadas por um constituinte-QU: *que, quem, onde, qual, por que* etc) em português brasileiro (PB), dentro da perspectiva da hipótese inatista (Teoria Gerativa). Trata-se de uma investigação empírica do fenômeno de aquisição, em PB, dos diferentes tipos de interrogativas-QU e do suposto fenômeno de aquisição tardia do tipo “interrogativa-*QU in situ*”. Como as pesquisas anteriores sobre tal fenômeno restringiram-se a dados do dialeto paulista, tornou-se necessária e relevante uma ampliação dos *corpora* investigados com dados de outros dialetos do PB, a fim de refutar ou fundamentar empiricamente generalizações teóricas propostas para o fenômeno em estudo. Assim, a presente pesquisa teve como objetivos: a) contribuir, com dados do dialeto baiano, para ampliar os *corpora* de estudo do fenômeno de aquisição de interrogativas-QU; b) testar e discutir, com base em *corpora* ampliados, hipóteses de aquisição de interrogativas-QU baseadas em condições derivacionais; e c) apresentar metodologia, com foco em aprendizibilidade (*learnability*), para análise de dados de aquisição. A análise aqui feita parte dos estudos de Sikansi (1999), Grolla (2000) e Sell (2001) a respeito da aquisição de interrogativas-QU em PB, implementando uma discussão que coloca ao lado de análises derivacionais deste fenômeno, baseadas em fatores como princípios de economia (ver Kato, 1999), uma análise com base na aprendizibilidade, focalizando a maneira como os parâmetros são adquiridos, alvo de preocupações de autores como Lightfoot (1991). Com vistas a atingir os objetivos mencionados, o trabalho procedeu da seguinte forma. A partir de análise de dados longitudinais/observacionais, coletados da fala de duas crianças baianas, na faixa etária entre os 18 e 30 meses, em sessões semanais de gravação em áudio, foram testadas duas hipóteses interligadas, a saber: a) o fenômeno de aquisição tardia de interrogativas do tipo *QU in situ* não se estende ao PB como um todo; e b) além de fatores derivacionais como princípios de economia, fatores relacionados à percepção do *input*, como *frequência de ocorrência* e *tempo de exposição aos dados do input*, determinam o processo de marcação paramétrica. Dando prosseguimento, a investigação dos

*corpora* em estudo revelou diferenças na ordem de aquisição dos vários tipos de interrogativas-QU entre crianças baianas e paulistas (crianças paulistas investigadas em pesquisas anteriores). As primeiras interrogativas observadas nos dados de aquisição de uma das crianças baianas foram do tipo *QU in situ*, que começaram a aparecer nos dados desta criança a partir de 1;7 (um ano e sete meses) de idade; a outra criança realizou *QU in situ* também bastante cedo com 1;9 (um ano e nove meses), como segunda estrutura no itinerário. No caso dos dados de aquisição do dialeto paulista, *QU in situ* é o tipo descrito como o último a aparecer, sendo observado só por volta dos 3;9 (três anos e nove meses), conforme os dados de Grolla (2000). Verificou-se nos dados, também, que existe uma relação entre a frequência dos vários tipos de interrogativas no *input* e a ordem em que esses tipos aparecem nos dados de aquisição - no caso dos dados em estudo, observou-se que a ordem de surgimento dos cinco tipos de interrogativas-QU (quatro no dialeto paulista) nos dados infantis correspondeu exatamente à ordem em que essas estruturas apareceram no *input* direto de cada criança da mais frequente para a menos frequente. Assim, como resultados, a análise dos dados pesquisados indicou que: a) o suposto fenômeno de aquisição tardia de interrogativas-QU *in situ*, observado em dados de fala de crianças paulistas, não se verifica na totalidade dos dialetos do PB, já que este não se verificou nos dados do dialeto baiano investigados; e b) o itinerário de aquisição dos vários tipos de interrogativas-QU em PB pode se dar de diferentes maneiras entre dialetos distintos. Dessa maneira, as análises levaram às seguintes conclusões: a) a marcação paramétrica não se restringe ao contexto derivacional; b) na relação frequência/tempo, nuances do *input* se configuram para a criança; c) a percepção inicial do *input* pela criança é não-seletiva, partindo do todo para as nuances, via robustez de dado caracterizada pela frequência no *input*; e d) um mecanismo de aquisição da linguagem baseado na percepção do *input* pela robustez do dado (medida pela frequência) garante que, tanto crianças que apresentam aquisição não tardia de *interrogativas-QU in situ* - como as baianas -, quanto crianças que apresentam aquisição tardia dessa estrutura - como as paulistas - passem pelo mesmo processo para adquirir interrogativas-QU, embora apresentem itinerários diferentes de aquisição dos vários tipos dessa estrutura existentes em PB.

GROLLA, E. B. *Aquisição da periferia esquerda da sentença em português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de Concentração: Aquisição da Linguagem) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

KATO, M. Questões atuais da aquisição de L1 na perspectiva da teoria de princípios e parâmetros. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 36, p. 11-15, 1999.

LIGHTFOOT, D. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: MIT Press, 1991.

SELL, F.S.F. *Aquisição das interrogativas WH in situ em português brasileiro*. Memorial para Qualificação em Aquisição da linguagem (Doutorado em Linguística) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SIKANSI, N. S. *A aquisição das interrogativas-Q do português do Brasil*. Memorial para Qualificação de Tese (Doutorado em Linguística: Área de concentração: Aquisição da Linguagem) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.



## A avaliação da compreensão leitora em língua materna e estrangeira

Karen Santorum

karen@compusat.com.br

Universidade de Santa Cruz do Sul

Rosângela Gabriel

O estudo da leitura, enquanto processo de construção de sentidos, se apresenta como um possível caminho para se prosseguir nas investigações acerca da cognição, estabelecendo-se assim o papel da leitura para o desenvolvimento da cognição. Os fatores envolvidos no processo de leitura são inúmeros, uma vez que a compreensão, como processo mental que é, se constitui num fenômeno complexo. A leitura é uma habilidade que envolve uma complexa atividade mental, contradizendo a concepção tradicional, que encara o leitor como um sujeito passivo. Assim, partimos do pressuposto de que a compreensão é a base e não a consequência da leitura, como se costumava pensar.

A renovação da prática psicopedagógica também depende da renovação da concepção da leitura e escrita como “atividade-meio”, e não exclusivamente como “atividade-fim”. Vemos, com isso, que o aluno precisa *aprender a ler* para poder *ler* para *aprender*, tendo assim a leitura como atividade-meio, que lhe servirá de dispositivo para representar mentalmente aquilo que lê, num processo de construção de sentidos e integração com as informações que já dispunha em seu conhecimento prévio.

Embora ler seja a base de quase todas as atividades que se realizam na escola, e a concepção de leitura como ato compreensivo seja aceita, de um modo geral, por todos, a maioria das pesquisas sobre as atividades de leitura na escola, tais como as de Rocckwell (1982), Collins e Smith (1980) e Sole (1987) demonstram que nelas não se ensina a entender os textos.

A simples decifração de palavras isoladas (atividade-fim) ainda está muito longe da compreensão, pois tal atividade não atingiu ainda as perspectivas textual, discursiva ou pragmática. A identificação ou decifração de palavras é, sem dúvida, considerada uma condição necessária, mas não suficiente para se compreender um texto.

O ato de leitura implica dois movimentos complementares: primeiramente, há que se desvendar um código, o que só é possível após a aquisição de tal código, ou seja, do alfabeto; e em segundo lugar, há que se atribuir sentido ao que foi decodificado. Esses dois movimentos fazem a distinção entre alfabetização e letramento, conceitos ainda recentes na seara da educação. Para atribuir sentido ao que foi lido, o leitor precisa empregar uma série de estratégias cognitivas e metacognitivas sobre o texto.

Observamos que a tomada de consciência acerca dos fatores envolvidos na compreensão assume o importante papel de permitir o planejamento de atividades cada vez mais variadas, destinadas não apenas a desenvolver a compreensão, mas também a avaliá-la.

A busca pela avaliação é uma característica intrínseca ao homem que, enquanto ser cognoscitivo, monitora seu saber, tomando por base as ações avaliativas que recebe ao longo da vida. No caso específico da avaliação da compreensão leitora, como dito, quanto mais se souber a respeito desse processo,

mais se saberá sobre a cognição humana. A ação avaliativa abrange justamente a compreensão do processo de cognição. A presente comunicação pretende discutir aspectos subjacentes à compreensão leitora, especificamente de língua estrangeira, neste caso, de língua inglesa, investigados pelo viés da avaliação. Para isso, são revisitados alguns dos conceitos básicos, concernentes à avaliação da compreensão, cunhados ao longo da história, bem como seus efeitos no sistema de ensino, e apresentados através de um olhar “caleidoscópico” sobre o tema.

Buscou-se investigar qual é o nível, ou os níveis, de compreensão textual alcançados pelos sujeitos ao lerem um texto de um instrumento padronizado de avaliação e se esses níveis são suficientes para os sujeitos executarem as tarefas do teste, tendo em vista que compreender um texto significa formar uma estrutura mental que represente o seu sentido e a sua mensagem.

Para tanto, vinte sujeitos realizaram dois testes de compreensão em leitura, ambos tendo como suporte o computador. Um dos testes é um modelo do *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL) e, o outro, um teste por nós desenvolvido, baseado na Taxonomia de Barret. Os sujeitos foram divididos aleatoriamente e um grupo realizou primeiramente o TOEFL e depois o nosso instrumento, e o outro grupo realizou os testes na ordem inversa. Os testes ocorreram no laboratório de informática do Departamento de Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS. Após cada teste, os sujeitos participaram de um bate-papo virtual no ambiente de Educação à Distância da Universidade, em que fizeram um relato do texto e responderam sobre suas estratégias de leitura e compararam os dois testes.

Embora a análise de dados ainda não tenha sido concluída, na ocasião da produção deste resumo, percebemos que muitos sujeitos apresentaram uma performance satisfatória que lhes daria um diagnóstico positivo no TOEFL, embora seja possível verificar, a partir de seu relato, que não conseguiram formar uma estrutura mental representativa do conteúdo lido. Isso nos leva a pensar em uma validade de diagnóstico do TOEFL, mas uma validade de prognóstico relativa, quando confrontamos a performance no teste e o uso da língua seguindo o modelo de utilidade de testes proposto por Bachman e Palmer.

LEFFA, Vilson J. *Aspectos da Leitura*. Uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1996.

NUNES, Terezinha et al. *Dificuldades na Aprendizagem da Leitura: teoria e prática*. 5<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 44).

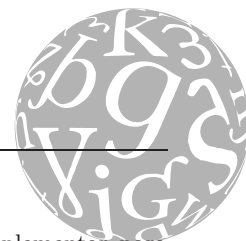
COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. *Ensinar a ler, ensinar a compreender*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. Tipologia Textual e Estratégias de Leitura. *Revista do Centro de Educação da UFAL*. ago 1995. Disponível em: [jwww.cedu.ufal.br/Revista/Revista04/mine.html](http://www.cedu.ufal.br/Revista/Revista04/mine.html); Acesso em: 12 ago. 2006.

ALLIENDE, Felipe ; CONDEMARÍN, Mabel. *A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

KINTSCH, Walter. *Comprehension: A paradigm for cognition*. New York: Cambridge University Press, 1998.

BACHMAN, L.; PALMER, A. *Language testing in practice*. Oxford: Oxford University Press, 1996.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Redação cooperativa: potencial didático da interação

Mônica Leite de Araújo Fernbach

matteoraujo@hotmail.com  
Université Sorbonne-Nouvelle Paris III

A diversidade de estudos realizados sobre a escrita nas últimas décadas revela o grande interesse que esse assunto desperta em várias disciplinas. A análise de manuscritos de escritores e de rascunhos de estudantes, as descrições dos processos redacionais e as pesquisas pedagógicas refletem uma preocupação comum: o que acontece quando escrevemos?

Nessa perspectiva, o texto não é mais analisado como um dado definitivo, mas busca-se compreender o trabalho enunciativo do sujeito que escreve e os diferentes procedimentos que ele efetua. A partir daí, a escrita não é mais vista como procedente do dom ou da inspiração, mas sim como uma prática transformadora do material linguageiro.

Esses trabalhos, emanantes de campos disciplinares diferentes, repercutiram na escola e promoveram a renovação da didática da escrita, tanto no que concerne à produção como à correção de textos. Assim, surge uma corrente que, através de dispositivos variados, encoraja o aluno a reexaminar o seu texto, a modificá-lo, enfim, a se empenhar em um verdadeiro trabalho de reescrita.

Nesse sentido, em 1997, decidimos aprofundar o nosso estudo sobre a redação de alunos. Na época, dando aula de Português para o colegial numa escola estadual do interior de São Paulo, ficamos sensibilizados com a dificuldade dos alunos em tarefas que implicavam a escrita de textos – momento para eles de verdadeira tortura, apesar do interesse manifestado pela atividade.

Então, pareceu-nos importante retornar, através de uma situação quase experimental, ao momento em que a criança se inicia na escrita. E para entender melhor a atividade do sujeito que escreve, tivemos a idéia de trabalhar com a redação em duplas, gravando o diálogo das crianças, justamente para ter acesso ao confronto das diferentes estratégias de escrita, o que faz com que os participantes devam negociar as formulações, expor as críticas, mas também se adaptar ao discurso do outro, assimilá-lo, num movimento constante de buscas e criação.

As principais hipóteses da pesquisa foram:

1) A interação entre crianças numa redação cooperativa produz efeitos positivos no plano da produção infantil. Isto porque induz à tomada de consciência de problemas e características específicas da escrita, e também porque a presença do outro pode provocar uma interação entre as dimensões sócio-emotiva e sócio-cognitiva (encorajamento, admiração produzindo um impulso cognitivo). Nesse espaço discursivo heterogêneo, as crianças estão constantemente se posicionando umas em relação às outras no plano redacional, pessoal e cognitivo.

2) Em relação ao processo de produção, a situação de interação torna visível ao pesquisador as estratégias de escrita adotadas pelas crianças: os métodos que aplicam, a decomposição do trabalho delas, o tamanho das unidades tratadas e o encadeamento das unidades textuais, a natureza das dificuldades encontradas e as soluções propostas, assim como a relação que cada criança mantém com a escrita. Por conseqüência, é possível adaptar depois, em situação escolar,

as lições em vista do que foi observado.

3) O computador oferece uma motivação suplementar para a criança que escreve, associando a atividade ao jogo e ao prazer. Assim, partimos da idéia de que mesmo o aluno com dificuldade escolar faria um esforço para criar uma narrativa porque estaria atraído pela nova tecnologia. É claro que não devemos esquecer as dificuldades encontradas pelas crianças nas tarefas de escrita no computador, quando elas ainda não dominam bem o material. Também é necessário tomar cuidado para não distanciar ainda mais as crianças: aquelas que têm um computador em casa, aulas de computação e as outras.

Nosso questionamento teve assim por objeto as modalidades da escrita coletiva: o trabalho em duplas é um freio ou um estímulo? A ocasião, de censura ou de criatividade? Que conduta as crianças adotam? Quais problemas de escrita são encontrados e como são resolvidos? Em que se funda o funcionamento da linguagem? Como se manifesta o dialogismo inerente a esse tipo de atividade?

Para tentar responder a essas questões, foram observadas crianças de nove anos, trabalhando em duplas, com a instrução inicial de escreverem em pares, uma história de terror, diretamente no computador, sem rascunho nem auxílio de papel e lápis. As gravações foram realizadas em dezembro de 1997, em três sessões (de 40 minutos a 1 hora) em uma escola de informática da cidade de Tietê - SP. As crianças pertenciam à classe média, freqüentavam a mesma escola particular e tinham em casa um computador.

Essa forma de estudo do texto escrito inverte as perspectivas habituais, visto que aborda a escrita a partir da sua fabricação oral. Nosso corpus oral fornece indícios significativos para o estudo da dinâmica da produção escrita na construção das narrativas. As formulações sucessivas, a negociação dos problemas encontrados, o texto lido no momento do ditado, as correções e as avaliações fornecem indicações extremamente preciosas sobre o desenrolar do processo de produção do texto.

Tudo isso revela, além da situação de escrita habitual (individual e silenciosa), as hesitações e as estratégias discursivas nas situações de tutela mútua ou de conflito que, lembrando Vygotsky (1985), traem de alguma forma a presença da linguagem interior, aqui verbalizada, explícita.

O procedimento utilizado foi empírico e indutivo. Os métodos descritivos se inspiram na análise do diálogo e da conversação, na análise lingüística do discurso, na gramática do texto e na aquisição da linguagem. O objetivo foi colocar em evidência o processo da escrita, destacando alguns dos procedimentos utilizados, bem como o raciocínio das crianças nas diferentes fases de elaboração da narrativa, graças à interação que as obriga a verbalizá-los.

A partir dos exemplos analisados, pudemos observar que a presença do outro funcionou como um real estímulo à criatividade da criança: cada uma delas fez o melhor possível, para si e para o outro, o que as conduziu a um trabalho ativo, eficaz e permanente.

Esse trabalho interativo solicitou também a busca de soluções partilhadas e levou as crianças a níveis mais elevados de funcionamento interspsíquico que, como salienta Vygotsky, podem se tornar patrimônio intrapsíquico de cada um dos parceiros. As crianças foram, assim, constantemente chamadas a uma reflexão sobre o próprio discurso, seja no nível da coerência local e global, seja no nível das regras gramaticais.

Pôde-se concluir que a produção, concebida em termos de um processo dinâmico, veicula a representação do escritor



tomado por um movimento contínuo no tempo e na interação com os outros e com o objeto do discurso. Nada é fixado nem dado anteriormente. À medida que a atividade se desenvolve, o escritor muda de papel discursivo, ajudado pelas marcas implícitas ou explícitas que afetam a situação discursiva e é ele mesmo modificado pela sua própria reflexão. Nesse duplo movimento dialógico, consigo mesmo e com os outros, o escritor pode se deparar com o imprevisto. Cada criança pôde passar por essa experiência de ver o seu discurso tomar outro rumo, não previsto e não previsível. E isso para nós é extraordinário.

DAVID, J. Procédés de révision et connaissance métalinguistique dans la réécriture d'un texte en CE1: études des interactions et visées didactiques. In: CALAP, n. 9, 1992. p. 21-38.

DAVID, J. et PLANE, S. *L'apprentissage de l'écriture de l'école au collège*. Paris: PUF, 1996

DE GAULMYN, M.-M. La rédaction conversationnelle: parler pour écrire. In: *Le français d'aujourd'hui*, n. 108: Ecrire au brouillon, 1994. p. 73-81.

FABRE, C. et MARQUILLO, M. Quelques scripteurs en quête de texte. In: *L'écrit dans l'oral, Etudes de Linguistique Appliquée*, n. 81. Paris: Didier erudition, janvier-mars, 1991.

FRANÇOIS, F. *La communication inégale: heurs et malheurs de l'interaction verbale*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1990.

PERRET-CLERMONT, A. N. et collab. *La construction de l'intelligence dans l'interaction sociale*. Berne: Peter Lang, 1996.

SALAZAR-ORVIG, A. *Les mouvements du discours: style, référence et dialogue dans des entretiens cliniques*. Paris: L'Harmattan, 1999.

VYGOTSKY, L.S. *Pensée et Langage*. Paris: Editions Sociales, 1985.

## Sobre a aquisição de africadas alveopalatais no português brasileiro

Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães

daniolive@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

A noção de fonema, um dos pilares do estruturalismo, é central nas pesquisas em aquisição fonológica. Assim, os estudos sobre o desenvolvimento fonológico infantil, seguindo a tradição Jakobsoniana, em geral, se pautam na aquisição de contrastes, analisando como as crianças adquirem categorias abstratas. As variantes contextuais, amplamente investigadas na fala do adulto, têm esparsas referências na literatura sobre aquisição de primeira língua. Contudo, uma questão fundamental na aquisição da linguagem diz respeito à natureza das representações mentais. Dessa forma, o estudo sobre a aquisição de alofones pode iluminar aspectos referentes à representação mental inicial, contribuindo para o debate a respeito da emergência das relações fonológicas no período de aquisição da linguagem.

Nos modelos tradicionais, considera-se que apenas os fonemas existem na representação mental. Os alofones posicionais e as tradicionais variantes livres emergem na forma de superfície. Isso porque, nos modelos tradicionais, as representações são simples (não redundantes), pois contêm apenas

as unidades contrastivas. Contrariamente a essa visão, a Fonologia de Uso (BYBEE, 2001) e o Modelo de Exemplos (PIERREHUMBERT, 2003), também chamados modelos multi-representacionais, assumem que a representação mental é múltipla, pois inclui os alofones e o detalhe fonético.

Nos modelos multi-representacionais, propõe-se que as crianças adquirem unidades diretamente do sinal acústico da fala. De acordo com Pierrehumbert (2003), as crianças aprendem unidades concretas, com distribuição específica na língua (alofones). O léxico é central nos modelos multi-representacionais. Bybee (2001) afirma que as crianças adquirem palavras e não sons isolados. Segundo a autora, as unidades menores (sílabas, segmentos, traços) emergem a partir da relação de identidade e similaridade entre os itens lexicais. Essa visão é compartilhada por Vihman (1996) e Croft e Vihman (*in press*), que afirmam que as representações iniciais são holísticas, baseadas em padrões, cuja unidade central de organização é a palavra (teoria conhecida como: *Whole Word Phonology*).

As africadas alveopalatais (o sons tʃ e dʒ) ocorrem, em alguns dialetos do português brasileiro, como consequência da palatalização das oclusivas alveolares (ABAURRE; PAGOTTO, 2002; CAGLIARI, 2002; CRISTÓFARO-SILVA, 2001). Tais sons encontram-se em distribuição complementar: tʃ e dʒ ocorrem no contexto precedente à vogal i (e variantes), e t e d ocorrem nos demais ambientes. Assim, considera-se que as africadas são alofones dos fonemas t e d. Por serem consideradas alofones, tradicionalmente, assume-se que as africadas alveopalatais, no português brasileiro, não fazem parte do léxico mental.

Estudos em aquisição da linguagem apontam que as africadas, mesmo em um dialeto palatalizante, são produzidas, inicialmente, como uma oclusiva alveolar: ti, di (FREITAS, 2004). Essa observação levanta algumas questões, a saber: a) A produção de ti e di, no lugar das africadas tʃi e dʒi, em um dialeto palatalizante, indica que as crianças adquirem variantes com distribuição contextual específica, apenas em um momento posterior? Seria evidência de que as africadas são consideradas, pelas crianças, parte da categoria de oclusivas? As crianças produzem, de fato, uma oclusiva alveolar antes da vogal alta anterior, ou estabelecem, através do detalhe fonético, a diferença entre o som produzido antes da vogal i daquele que ocorre antes de outras vogais? Qual o papel do item lexical na aquisição da africada?

Este trabalho tem como objetivo analisar a emergência das africadas alveopalatais, no período inicial de aquisição da fonologia. Investiga-se, a partir de dados de produção, como a criança adquire variantes com distribuição contextual específica. Essa investigação poderá oferecer indícios a respeito de como a criança armazena as unidades fonológicas na representação mental (PEPERKAMP; DUPOUX, 2004; FIKKERT; FREITAS, *in press*). Além disso, pretende-se analisar a produção da africada em diferentes itens lexicais, a fim de contribuir para a discussão sobre o papel da palavra na aquisição fonológica, seguindo a proposta de Vihman (1996) e Vihman e Croft (*in press*).

O corpus para esta pesquisa é constituído de um estudo longitudinal realizado com 4 crianças, gravadas em áudio e vídeo, mensalmente. A elicitação dos dados é realizada através de brinquedos selecionados de acordo com uma lista de itens lexicais, previamente elaborada. Além dos itens com as africadas alveopalatais, são analisados itens com as oclusivas t, t e com as sibilantes s, ʃ, z, ʒ. Isso porque as africadas são consideradas como a combinação de um som oclusivo e uma sibilante. Assim, é observado se há uma



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

relação entre a produção das africadas e a aquisição de oclusivas alveolares e sibilantes.

Os critérios principais considerados na seleção dos informantes são: a) serem residentes em Belo Horizonte; b) não produzirem, ainda, na primeira gravação, nenhuma palavra com a africada, ou contendo a africada como alvo. Assim, torna-se possível investigar os estágios iniciais de emergência desses sons; c) estarem no estágio anterior ao período de “50 palavras”.

A análise acústica dos dados é realizada no programa praat ([www.praat.org](http://www.praat.org)). Tal análise permite a identificação dos sons produzidos pela criança, bem como a observação da gradiência fonética. Os dados são submetidos a uma avaliação qualitativa. Nos dados analisados, encontram-se as seguintes formas em substituição às africadas: a oclusiva alveolar, a oclusiva alveolar aspirada, a africada alveolar, e as sibilantes alveolar e alveopalatal. Ou seja, nem sempre as substituições vão em direção à categoria de oclusivas, conforme afirmado em Freitas (2004).

Os resultados mostram que crianças diferentes utilizam estratégias diferentes na aquisição das africadas. Há crianças que substituem as africadas, majoritariamente, pelas sibilantes e outras pela oclusiva. Tal fato fortalece o pressuposto de Vihman (1996) de que a o desenvolvimento do sistema fonológico segue caminhos individuais, com relação à idade e à maneira de aquisição. Além disso, resultados preliminares demonstram que as africadas emergem de forma foneticamente e lexicalmente gradual. Observa-se grande variação na produção das africadas em diferentes itens lexicais, confirmando a hipótese de Bybee (2001) e Vihman (1996) de que a palavra é a unidade básica de aquisição fonológica.

Espera-se com esse trabalho fornecer evidências empíricas sobre como a criança adquire variantes posicionais e, assim, contribuir para a discussão a respeito da construção das representações mentais no período de aquisição da linguagem.

ABAURRE, M. B. M.; PAGOTTO, E. G. A palatalização das oclusivas dentais no português do Brasil. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. *Gramática do português falado VII: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 557-602.

BYBEE, Joan. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge, 2001. 237p.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado das Letras, 2002. 208 p.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001a. 261 p.

FIKKERT, P.; FREITAS, M. J. Allophony and allomorphy cue phonological development: Evidence from the European Portuguese vowel system. In: *Journal of Catalan Linguistics, in press*.

FREITAS, G. C. M. Sobre a aquisição das plosivas e nasais. In: LAMPRECHT, Regina Ritter et al. (Orgs.) *Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. São Paulo: Artmed editora, 2004. cap. 4, p.73-94

PEPERKAMP, S.; DUPOUX, E.; The acquisition of abstract categories. In: Labphon 9. University of Illinois, 2004. p.1-15. Disponível em: <http://www.ehess.fr/centres/lscp/persons/dupoux/\#journals>

PIERREHUMBERT, J. Phonetic diversity, statistical learning, and acquisition of phonology. *Language and speech*, v. 46, 2003b. p. 115-154.

VIHMAN, M. M. Phonological Development: *The origins of*

*language in the child*. Oxford: Blackwell publishers, 1996.  
VIHMAN, M.; CROFT, W. *Phonological development: Toward a 'radical' templatic phonology*. *Linguistics*. In press.

## Efeitos de sentidos na escrita infantil - argumentação e interdiscurso

*Claudia Mendes Campos*

[claudiamc@ufpr.br](mailto:claudiamc@ufpr.br)

Universidade Federal do Paraná

Partindo do princípio de que a argumentação na escrita infantil tem estatuto diferente da argumentação na linguagem do adulto, este trabalho procura investigar algumas das especificidades da argumentação na escrita infantil. Por vezes encontramos na produção argumentativa da criança estruturas lingüísticas semelhantes àquelas encontradas na língua constituída, no entanto, a linguagem da criança tem maior suscetibilidade aos deslizamentos promovidos pela imprevisibilidade da linguagem. Isto é, embora os efeitos argumentativos produzidos em textos infantis sejam constituídos ora pela atualização de encadeamentos do tipo *X conectivo Y* ora por sua orientação argumentativa, os deslizamentos de sentido podem acontecer a qualquer momento, seja pela ausência ou incompletude de alguma das variáveis do encadeamento, por seu preenchimento insólito, seja devido a contradições ou cruzamento de estruturas sintáticas. Tais deslizamentos afetam a estrutura argumentativa, mas não a desfazem, e o efeito de argumentação se mantém a despeito do estranhamento causado pelo texto. Ainda que a fala do adulto também seja marcada pela incompletude e suscetível a deslizamentos e rupturas, ainda que o rompimento se dê também na fala do adulto, na linguagem da criança tais traços não são apenas uma possibilidade, não são eventuais – são constitutivos. Para estudar tais características da argumentação na linguagem da criança, este trabalho recorre, por um lado, à concepção de argumentação da semântica enunciativa, e por outro, aos trabalhos de Pereira de Castro sobre a argumentação na fala da criança e de Lemos sobre a linguagem da criança. Na semântica da enunciação, a constituição dos sentidos no texto pode ser estudada através de uma relação entre texto e discurso que leve em consideração a orientação argumentativa, os jogos polifônicos e o interdiscurso. Tomada como a apresentação de um conteúdo como razão para levar a determinada conclusão, a orientação argumentativa é evidente em enunciados em que há operadores argumentativos tais como *até, um pouco*. Embora todo enunciado possa ser interpretado a partir dos discursos argumentativos que o orientam, esse funcionamento ganha corpo em textos articulados em torno de conectivos. Do mesmo modo, o estudo da polifonia, especialmente em encadeamentos argumentativos, deixa claro certas relações entre o locutor e os pontos de vista apresentados no texto (os enunciadores), que são constitutivos dos efeitos de sentido produzidos no texto. Por outro lado, assumindo que os sentidos não se constituem autonomamente, fora da história, a orientação argumentativa e a polifonia dos discursos são atravessadas por outros discursos, dizeres produzidos em outro tempo, outro lugar, que fazem ecoar o já-dito no dito.



Ou seja, a orientação argumentativa não é determinante dos efeitos de sentidos promovidos pelo texto. Outros discursos atravessam o dizer, promovendo desvios, deslizamentos, evidenciando a deriva constitutiva da linguagem, abrindo para a interpretação. A argumentação funciona como contenção da deriva (PEREIRA DE CASTRO, 1995), promovendo a ilusão de que argumentar é possível – assim, os efeitos de sentido se configuram como efeitos argumentativos, como ilusão de argumentação. Pereira de Castro destaca que a heterogeneidade e a imprevisibilidade da linguagem, a partir da posição do falante, estão sempre em jogo e afirma que “é como contraponto à deriva que [a argumentação] se insere em um determinado arranjo textual-discursivo, garantindo sentido e unidade” (2001, p. 63-64). Particularmente na linguagem da criança, os efeitos de sentidos promovidos deixam entrever um resto de outras falas, por exemplo, na incorporação de argumentos ou de estruturas cristalizadas. Assim, ainda que a interpretação na linguagem da criança seja constituída pela interpretação do adulto, em um embate entre o estranhamento dos arranjos inusitados que resultam dos deslizamentos da linguagem e a identificação/reconhecimento das estruturas da língua (PEREIRA DE CASTRO, 1995), na interpretação, intervém também o interdiscurso. Este trabalho investiga o ponto em que se cruzam, na constituição dos efeitos de sentido promovidos no/pelo texto da criança, a argumentação, como contraponto aos deslizamentos a que a linguagem da criança é constantemente submetida, e o interdiscurso. Para tanto, foi discutido e analisado um episódio de escrita infantil em que os efeitos argumentativos são promovidos em meio a um encadeamento um tanto inusitado e insólito. Tais efeitos de sentido se devem tanto à argumentação, que afasta a deriva e dá ilusão de unidade ao texto, quanto ao interdiscurso, que faz ecoar outros dizeres no texto, possibilitando a interpretação. O episódio estudado neste trabalho foi produzido em situação escolar por uma criança de sete anos e faz parte do *corpus* de minha tese de doutorado, que tratou do mesmo tema. O dado é analisado agora à luz da concepção de interdiscurso.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e Argumentação*, 2. ed. Campinas: Pontes, 2001 [1987].

\_\_\_\_\_. *Os Limites do Sentido*, 2. ed. Campinas: Pontes, 2002 [1995].

LE MOS, Cláudia T. G. Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, n. 4, 1995. p. 9-28.

\_\_\_\_\_. Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna. Trabalho apresentado em *The Trento Lectures and Workshop on Metaphor and Analogy*; organizado pelo Istituto per la Ricerca Scientifica e Tecnologica Italiano em Povo, 1997.

\_\_\_\_\_. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Unicamp, v. 42, 2002. p. 41-69.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. *Aprendendo a Argumentar: um momento na construção da linguagem*. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 1996 [1985].

\_\_\_\_\_. A interpretação: a fala do outro e a heterogeneidade da fala da criança. *Letras – Revista do mestrado em letras da UFSM*, n. 14. Santa Maria, RS, 1997. p. 125-138.

\_\_\_\_\_. A argumentação na fala da criança: entre fatos de língua e de discurso. *Lingüística*, São Paulo: Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), v. 13, 2001. p. 61-80.

\_\_\_\_\_. A argumentação na impossível simetria do diálogo: a aquisição de linguagem em questão. *Cadernos de Pesquisas em*

*Lingüística*. Porto Alegre: Pós-Graduação em Letras, PUCRS, no prelo.

## A atenção ao input - sintático e fonético-fonológico - na aquisição da L2

Ingrid Finger

ingridf@terra.com.br

UFRGs

Márcia Cristina Zimmer

É grande o número de teóricos e pesquisadores que, a partir especialmente das décadas de 1980 e 1990, passaram a priorizar o desenvolvimento de investigações que concebem a aquisição de L2 como um processo cognitivo, individual e interno. Sem desconsiderar que esse processo, sem dúvida, toma lugar em um contexto social, podendo ser influenciado por variações nesse contexto e pela interação com outros interlocutores, esses estudiosos concentram-se centralmente na visão de aquisição da linguagem como um processo psicolingüístico que, em última instância, ocorre no cérebro dos indivíduos.

As investigações, realizadas principalmente a partir de abordagens cognitivistas com (viés) psicolingüístico (Robinson, 2003; Schmidt, 1990, 1995, 2001; Van Patten, 2002, 2004; dentre outras), têm se utilizado de avanços teóricos e empíricos para justificar a afirmação de que a atenção ao *input* é fator determinante para sua armazenagem na memória, bem como para o processo de formação e testagem de hipóteses envolvidos no processamento mental em todos os domínios da linguagem (fonologia, gramática, semântica, pragmática, vocabulário, estruturação do discurso), no caso de aprendizes de segunda língua.

Segundo essa visão, a forma como os aprendizes de uma L2 processam o *input* dessa língua é determinada por padrões cognitivos gerais, que incluem, por exemplo, saliência perceptual<sup>1</sup> (VAN PATTEN, 2002, 2004) e frequência de ocorrência no *input* (N. ELLIS, 2002). A questão sobre se todos os tipos de aprendizagem requerem atenção ao *input* permanece problemática. A existência de intenção não parece ser um requisito, embora possa vir a ser uma necessidade de ordem prática, dependendo do contexto (SCHMIDT, 2001). O trabalho de investigação que visa a verificar de que forma podemos contribuir para que a atenção do aprendiz seja direcionada àquela informação que aparece no *input*, que ele de outra forma não perceberia, é motivado pela chamada *Noticing Hypothesis* (SCHMIDT, 1990; ROBINSON, 2001, 2003), segundo a qual a aquisição de L2 é “guiada pelo que os aprendizes prestam atenção e notam (*pay attention to and notice*) no *input* da língua-alvo e pelo que eles compreendem que seja o significado desse *input* percebido” (SCHMIDT, 2001, p. 3-4).

De acordo com Schmidt (1998), somente aquilo que os aprendizes conscientemente notam (*consciously notice*) no *input* da língua alvo pode vir a tornar-se *intake* para a aprendizagem da linguagem e “não existe aprendizagem subliminar de uma segunda língua” (1990, p.61). O autor afirma, ainda, que *noticing* é uma condição tanto necessária quanto suficiente para a aprendizagem e que quanto maior for a quantidade de atenção dispensada pelo aprendiz, maior



será o seu nível de sucesso na aprendizagem.

Tomando, assim, o que foi dito até agora como pressuposto básico, neste trabalho discutem-se algumas contribuições advindas de dois estudos que investigaram o papel da instrução em L2 realizados sob a perspectiva da Linguística Cognitiva e do Conexionismo, respectivamente. Em outras palavras, analisa-se em que medida a atenção contribui para que um aprendiz perceba determinado detalhe do *input* ao mesmo tempo em que não perceba outro, ou seja, se a atenção desempenha algum papel no sentido de contribuir para que um determinado tipo de *input* converta-se em *intake*<sup>2</sup>. A discussão, portanto, centra-se nos fatores que podem vir a contribuir para que o mapeamento entre forma e significado<sup>3</sup> que ocorre no processamento do *input* seja mais eficaz fazendo com que os resultados obtidos sejam mais satisfatórios, além de analisar o que torna algumas formas mais fáceis de serem notadas do que outras, a partir do *input* (VAN PATTEN, 2002, 2004).

De acordo com as idéias de Van Patten, portanto, priorizar a instrução em L2 não significa sugerir que o professor detenha-se apenas na instrução formal de uma regra relacionada à estrutura da língua alvo. Em outras palavras, para o autor, dar ênfase na instrução passa a ser importante à medida que amplia a oportunidade de os aprendizes terem maior consciência dos fatores que interferem na compreensão do *input* e na consequente conversão do *input* em *intake*.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo relatar dois estudos que investigam de que forma o *input* linguístico é processado na L2, em dois níveis: a) o sintático, e b) o fonético-fonológico. No primeiro estudo, serão discutidas as estratégias de processamento do *input* em L2 empregadas por um grupo de aprendizes de inglês com vistas a verificar-se em que medida a instrução explícita a respeito de interpretações semânticas relacionadas à interação dos traços de aspecto lexical e gramatical presentes no *Simple Past Tense* do inglês pode vir a contribuir para um maior grau de sucesso na conversão das informações presentes no *input* em *intake*. No segundo estudo, pretende-se investigar, com base na teoria de processamento do input (Van Patten, 2002) revisitado à luz do conexionismo, o paradoxo relacionado à diferença existente na produção de onsets e de codas complexas do inglês, não existentes no português, por aprendizes de inglês como segunda língua.

Os resultados de ambos os estudos enfatizam o papel da instrução explícita como uma maneira de canalizar a atenção do aprendiz para detalhes do input e apontam uma melhora expressiva na produção e percepção de detalhes sintáticos e fonéticos na L2.

<sup>1</sup> Entende-se por *saliência* o modo de apresentar e enfatizar a instrução explícita ministrada aos sujeitos de uma investigação através de material perceptual com o objetivo de demonstrar o processo de formação e facilitar a aquisição de uma estrutura mais marcada. <sup>2</sup> *Intake* é entendido como o input internalizado, um subconjunto do input que foi apreendido pelo aprendiz, que resulta das conexões forma/significado que os aprendizes fazem durante o ato de compreensão. <sup>3</sup> Por *mapeamento, forma X significado* entende-se o processo de formação de conexões que o aprendiz realiza entre um significado determinado e o modo como esse significado é codificado linguisticamente.

### Pistas morfológicas e sintáticas na delimitação de adjetivos em relações predicativas e de adjunção na aquisição do português do Brasil

Luciana Teixeira

teixeira.lu@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Letícia Maria Sicuro Corrêa

O presente estudo focaliza a delimitação da categoria *adjetivo* por crianças em torno de seu segundo ano de vida, adquirindo o português do Brasil (PB) como língua materna. Do ponto de vista da aquisição, adjetivos representam um desafio para a criança: admitem diferentes posições no enunciado em função da estrutura sintática em que se inserem; sua interpretação é dependente do processamento da relação sintática estabelecida com o nome e da representação conceptual de atributos. Têm emergência tardia na fala, embora seu processamento pareça transcender já ao fim do primeiro ano de vida (WAXMAN, 1999; 2006).

A perspectiva teórica assumida neste trabalho é a de se considerar, de forma integrada, uma teoria linguística que contemple o problema da aquisição da linguagem – particularmente a teoria de Princípios e Parâmetros, nos termos do Programa Minimalista (Chomsky, 1995; 1999 e obras posteriores) – e abordagens psicolinguísticas que considerem, como meio de desencadear a aquisição de uma língua, a análise do material linguístico pela criança na aquisição de significado lexical. Assume-se que a criança interpreta um dado evento de fala guiada pela estrutura sintática, conforme hipótese do *bootstrapping* sintático (GLEITMAN, 1994). Considera-se o modo como adjetivos são inseridos numa estrutura hierárquica na derivação de uma sentença: como adjuntos de um NP (*A menina esperta*) ou predicados de uma *Small Clause* (*A menina é esperta*).

A pesquisa psicolinguística em aquisição da linguagem, buscando caracterizar o tipo de informação que poderia alavancar o processo de aquisição, acabou por impulsionar a exploração do que se apresenta hoje como informação de interface na proposta minimalista da teoria linguística. Desse modo, este estudo visa a investigar o tipo de informação de interface e proveniente do *parsing* da sentença de que a criança faz uso na aquisição de adjetivos no PB. Questões relativas à ordenação linear de constituintes e morfemas e à identificação no *input* de elementos de classes fechadas, como itens funcionais e afixos, são exploradas neste trabalho, enquanto fonte de informação que a criança leva em conta na aquisição da referida categoria lexical.

Com base em Waxman e Booth (2001), um primeiro experimento de identificação de objetos inventados a partir de pseudopalavras foi realizado e constatou-se que a presença de um afixo derivacional, formador de adjetivos denominais em português (*-oso/-ento*), por um lado, e a presença do determinante, por outro, auxiliam a criança na distinção entre adjetivos e nomes novos, em posição de predicativo, apresentados por pseudopalavras (*“Este é um mabo/tobe”* ou *“Este aqui é maboso/tobento”*). Duas variáveis foram manipuladas (compondo um design 2X2): presença/ausência de determinante; presença/ausência de afixo derivacional. A escolha dos afixos derivacionais *-oso* e *-ento* foi definida a partir da aplicação do “Inventário McArthur”, questionário de compreensão e produção de vocabulário, preenchido pelos pais das crianças participantes. O experimento contou com a participação de 16 crianças com idade média de 18,2 meses.





Primeiramente elas participaram das condições sem afixo; num segundo momento, das condições com afixo. A ordem de apresentação das condições por criança foi aleatorizada. Os materiais incluíram 32 objetos manufaturados, selecionados de modo a formar 4 grupos diferentes de 8 objetos cada - um grupo por condição experimental. Durante a etapa de familiarização, as crianças viram 3 objetos inventados iguais na forma, com cores diferentes e com a mesma propriedade (e.g. bolinhas roxas ou triângulos verdes ou quadrados laranja). Para cada grupo de objetos da fase de familiarização, houve outro para contraste: 2 objetos conhecidos da criança (e.g. banana e bola ou lua e flor) e 1 objeto inventado *diferente* do apresentado na familiarização, *sem* a propriedade-alvo. Na fase teste, foi apresentado um par de objetos inventados: 1 igual ao da familiarização, mas com uma nova propriedade (e.g. cruzeiros vermelhas) e 1 igual ao do contraste e com a mesma propriedade-alvo da familiarização (e.g. bolinhas roxas). Os resultados indicam um efeito principal da presença de afixo, com *mais* respostas concernentes à *propriedade-alvo* dos objetos nas condições experimentais com afixos derivacionais:  $F(1, 15) = 5.87$ ,  $p_i .03$ . Por outro lado, nas condições com determinante, há uma tendência a *menos* respostas relativas a propriedades dos objetos, o que sugere uma sensibilidade das crianças à posição estrutural dos determinantes na identificação da categoria nome. Um teste “t-student post-hoc” apresentou um efeito que se aproxima do nível de significância ( $p = .08$ ). Um segundo experimento foi realizado dando continuidade ao primeiro, buscando investigar a sensibilidade de crianças de 18 a 22 meses à informação de natureza morfológica aliada à informação sintática concernente à posição do adjetivo em relação ao nome, em situação de adjunção, tendo em vista que a adjunção de adjetivos no DP pode contribuir para a interpretação da referência específica, chamando a atenção da criança para uma propriedade do elemento referido. Novamente foi utilizado o paradigma de identificação de objetos inventados a partir de pseudonomes e pseudo-adjetivos em predicativo (“Este é um *dabo miposo*.”). As variáveis manipuladas foram: posição estrutural (à direita ou à esquerda do nome); presença de afixo derivacional (presença ou ausência). Os participantes das tarefas experimentais foram 16 crianças com idade média de 20,8 meses, tendo sido utilizados os mesmos materiais do primeiro experimento. O procedimento incluiu igualmente três fases distintas: familiarização, contraste e teste. Em cada condição experimental, durante a etapa de familiarização, as crianças viram 3 objetos inventados iguais na forma, com cores diferentes e com a mesma propriedade (e.g. bolinhas roxas ou triângulos verdes ou quadrados laranja). Na fase de contraste, foram apresentados: 2 objetos conhecidos da criança (e.g. banana e bola ou lua e flor); 1 objeto inventado *semelhante* ao da familiarização, *sem* a propriedade-alvo; 1 objeto inventado *diferente* ao da familiarização, *com* a propriedade-alvo. Na fase teste, foi apresentado um par de objetos inventados: 1 igual ao da familiarização, mas com uma nova propriedade (e.g. cruzeiros vermelhas) e 1 diferente ao da familiarização, mas com a mesma propriedade-alvo (e.g. bolinhas roxas). Os resultados indicam um efeito principal quanto à ordem nome/adjetivo, com *mais* respostas concernentes à propriedade-alvo dos objetos nas condições experimentais em que o adjetivo aparece à direita do nome do que naquelas em que ele aparece à esquerda do nome:  $F(1, 15) = 36.15$ ,  $p_i .00001$ . Constatou-se, também, um efeito principal da presença de afixo, com *mais* respostas relativas a propriedades dos objetos nas condições com afixos

derivacionais:  $F(1,15) = 10.38$ ,  $p_i .01$ . Houve interação das variáveis:  $F(1,15) = 24.77$ ,  $p_i .001$ , sugerindo que, em seu segundo ano de vida, crianças são sensíveis à presença de afixos e informação sintática concernente a elementos de categorias funcionais, como também à posição estrutural do adjetivo em relação ao nome, fazendo uso dessa informação na distinção nome/adjetivo, seja em situação de predicativo, seja em construções de adjunção.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Derivation by Phase. In: *MIT Occasional Papers in Linguistics*, n. 18. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1999.

GLEITMAN, L. The structural sources of verb meanings. In: *Language Acquisition: Core Readings*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995, p. 174-222.

TEIXEIRA, E. *Inventário McARTHUR de palavras e enunciados*: adaptação para o português brasileiro. Universidade Federal da Bahia, 1998.

WAXMAN, S. Specifying the scope of 13-month-olds expectations for novel words. In: *Cognition*, vol. 70, p. B35-B50, 1999.

WAXMAN, S.; BOOTH, A. Seeing pink elephants: Fourteen-month-olds interpretations of novel nouns and adjectives. In: *Cognitive Psychology*, vol. 43, p. 217-242, 2001.

WAXMAN, S. Tudo tinha um nome e de cada nome nascia um novo pensamento: Vínculos entre aprendizagem de palavras e organização conceptual no início da aquisição da linguagem. In: CORRÊA, L. M. S. (Org.). *Aquisição da linguagem e problemas do desenvolvimento lingüístico*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006, p. 129-173.

## Aquisição do PB como L2: o sujeito nulo

Gildete Rocha Xavier

gildete.xavier@uol.com.br  
UNICAMP

Esse estudo investiga como se dá a aquisição do português brasileiro (PB) como segunda língua (L2) por adultos estrangeiros, falantes nativos de Inglês e de Italiano em situação de imersão. O fenômeno sintático adotado para a realização desse estudo foi o Parâmetro do Sujeito Nulo. A pesquisa desenvolveu-se no âmbito da gramática gerativa, dentro do modelo da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986, 1993, 1995, 2000). As questões da pesquisa estão relacionadas à questão do acesso à Gramática Universal (GU), por aprendizes de L2. Procurou-se investigar se os sujeitos estudados têm acesso à GU e, em caso afirmativo, qual seria a forma desse acesso. Analisamos construções com sujeitos nulos e preenchidos, bem como o surgimento da concordância verbal na interlíngua dos sujeitos e mostramos que tipo de acesso à GU têm os sujeitos desse estudo. Procuramos responder às seguintes questões: Nas fases iniciais da aquisição do PB como L2: a) O desenvolvimento dos sujeitos pode ser comparado ao de crianças quando da aquisição do sujeito nulo no PB como L1? b) Há diferenças no processo de aquisição que são determinadas pela L1 dos sujeitos? Com relação ao parâmetro *pro-drop*, que



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

traços da L1 dos sujeitos estão presentes na interlíngua dos aprendizes? c) Os dados dessa pesquisa endossam quais teorias sobre aquisição de L2? Se há acesso à GU, qual é a forma desse acesso usada pelos sujeitos? A nossa hipótese é a de que o desenvolvimento lingüístico dos sujeitos da nossa pesquisa deverá ser semelhante àquele apresentado por crianças que estão adquirindo o sujeito nulo do PB como L1, apresentando duas fases distintas de desenvolvimento: Fase I: Emergência de sujeitos nulos para as três pessoas do discurso e concordância unipessoal (cf. KATO, 1999). Fase II: Emergência de sujeitos preenchidos em alternância com sujeitos nulos e de concordância para mais de uma pessoa gramatical. Os *corpora* desta pesquisa foram constituídos da fala de seis adultos, cada um numa fase do processo de aquisição – inicial, intermediária e avançada – do português brasileiro como segunda língua. Os dados foram coletados a partir da produção espontânea dos sujeitos em sessões semanais de gravação realizadas pela própria pesquisadora. A análise dos dados mostrou que, em fase inicial de aquisição, a falante de inglês começa a adquirir o PB usando flexão verbal uni-pessoal, que aparece com sujeitos pronominais plenos e nulos o que pode indicar que é a gramática *default* que está na base da aquisição do PB quando a L2 é o inglês. O falante nativo de italiano, também em fase inicial, usa tanto o sujeito nulo do italiano quanto o nulo *default*, donde se concluiu que ele está usando a gramática *default* da GU, ao mesmo tempo em que faz um “code-switching” entre o nulo do italiano e o nulo *default*. Os dados dos falantes de italiano e inglês em fase intermediária de aquisição mostram evidências do uso de morfologia verbal bipessoal, e alternância entre sujeitos plenos e nulos, o que indica que esses aprendizes já estão começando a usar a gramática do PB. Quanto aos aprendizes em fase avançada de aquisição podemos dizer que já dominam a flexão verbal do PB, uma vez que são capazes de usar corretamente as formas verbais de 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoa em suas produções. A partir dos resultados encontrados nos dados dos falantes de italiano e nos dados dos falantes de inglês adquirindo o PB como L2, mostramos que esses aprendizes começam com a gramática *default* da GU, usando sujeitos nulos ou preenchidos, mais a forma de terceira pessoa verbal não-marcada para todas as pessoas do discurso. Assim, considerando que o inglês é um língua [-sujeito nulo] e que, no italiano, o sujeito nulo é identificado pela concordância, podemos afirmar que o nulo com concordância uni-pessoal, encontrado nos dados desses aprendizes não é o da L1, o italiano, mas o nulo *default* da GU. Os resultados da análise dos dados confirmaram a) a hipótese de acesso direto à GU, através do uso do valor *default* do parâmetro *pro-drop* = sujeitos nulos ou preenchidos + a forma verbal uni-pessoal, nas produções dos falantes de inglês e italiano em fase inicial de aquisição e, b) a hipótese do acesso indireto à GU, via L1, nas produções dos sujeitos falantes de inglês e italiano em fase não-inicial de aquisição. Além disso, considerando que as línguas *pro-drop* não constituem um único tipo, levantou-se a hipótese de que, com base nos dados do *input*, os aprendizes iriam apresentar o *pro-drop* do PB, a partir da aquisição da concordância dessa língua, o que se confirmou. A tese confirma a hipótese do “bilingüismo universal” de Roeper (1999), não apenas para o estágio inicial, mas para os estágios intermediário e final.

## Processamento anafórico em portadores de TDAH (Transtorno do déficit de atenção/hiperatividade)

Guiomar Silva de Albuquerque

guiomaralbuquerque@yahoo.com.br

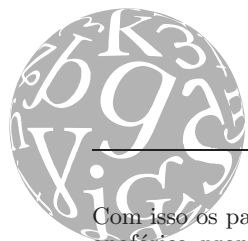
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Márcio Martins Leitão

O TDAH é o diagnóstico psiquiátrico mais freqüente entre crianças com problemas de linguagem. Os sujeitos com TDAH apresentam problemas de memória de trabalho (BARKLEY, 1997), portanto levantamos a hipótese de que um grupo de sujeitos com TDAH não apresentaria o mesmo desempenho em tarefas que envolvem o processamento anafórico do que um grupo controle sem nenhum tipo de transtorno.

Essa hipótese foi levantada a partir de dois experimentos realizados com portadores de TDAH nos quais foi demonstrado que esses sujeitos conseguem chegar ao mesmo resultado que o grupo controle em tarefas de decisão lexical e leitura auto-monitorada, porém necessitam de um tempo significativamente maior, sugerindo que apresentam uma lentificação no componente de acesso da faculdade da linguagem, isto é, que o problema de linguagem seria intrínseco ao TDAH e que tal lentificação poderia ser decorrente do problema de funções executivas no TDAH, mais especificamente, na memória de trabalho (ALBUQUERQUE, 2003). No presente estudo, essa hipótese será testada em um experimento *on-line* de leitura auto-monitorada com 25 pacientes com TDAH e com um grupo controle de 25 sujeitos sem transtorno. Esse experimento verificará a eficiência de pronomes e nomes repetidos, em termos de tempos de leitura, observando se pronomes são lidos mais rapidamente do que nomes repetidos no estabelecimento da co-referência, como os resultados já encontrados em português brasileiro em estudo com sujeitos sem transtorno (LEITÃO, 2005). Em contrapartida, Almor (1999) testou experimentalmente de que maneira pacientes com síndrome de Alzheimer processavam estímulos contendo retomadas anafóricas ora utilizando pronomes, ora utilizando nomes repetidos. Os resultados mostraram que os pacientes processam mais facilmente retomadas anafóricas com nomes repetidos, ao contrário do que acontece com os sujeitos do grupo controle pesquisado que processam mais prontamente as retomadas com pronomes assim como o encontrado por Leitão (2005) já citado, em ambos os casos indivíduos sem nenhum transtorno.

Esses resultados são explicados a partir da *hipótese da carga informacional*, aventada por Almor e adotada por Leitão, que propõe que a distância semântica entre antecedente e retomada anafórica varia de acordo com a forma lingüística utilizada. No caso de pronomes essa distância seria menor e por isso em indivíduos sem transtorno seria a forma processada mais rapidamente, e no caso de nomes repetidos que têm uma carga informacional maior do que pronomes essa distância seria também maior, o que tornaria mais lento o processamento em indivíduos sem transtorno. Já no caso dos pacientes com problema na memória de trabalho, como os pacientes com Alzheimer testados por Almor e como os pacientes com TDAH do presente estudo, ocorre justamente o inverso, pois a carga informacional da retomada pronominal não é suficiente para reativar e, por conseguinte, retomar, de forma efetiva, o antecedente mencionado, pois os traços mantidos na memória de trabalho se esvaem rapidamente.



Com isso os pacientes demoram mais a processar a retomada anafórica pronominal, diferente do que ocorre com as retomadas com nome repetido, que, por possuírem maior carga informacional, são capazes de reativar mais eficientemente os traços do antecedente, possibilitando o estabelecimento da co-referência mais rápido.

Como já foi mencionado, o estudo feito por Leitão (2005) obteve pela primeira vez em português brasileiro os mesmos resultados que Almor (1999) encontrou para o inglês, no que se refere aos indivíduos sem nenhum tipo de transtorno. As estruturas utilizadas por Leitão para testar a eficiência no processamento anafórico relacionado a retomadas com pronomes lexicais (ele, ela) e nomes repetidos fora as seguintes:

1. Retomada anafórica com pronome (PR)

Os vizinhos/ entregaram/Ivo-i/ na polícia/ mas/ depois/ absolveram/ ele-i/ no/ júri.

2. Retomada anafórica com nome repetido (NR)

Os vizinhos/ entregaram/ Ivo-i/ na polícia/ mas/ depois/ absolveram/ Ivo-i/ no/ júri.

Essas sentenças foram adaptadas em termos de vocabulário, mas foram mantidas em sua estrutura sintática para o experimento do presente estudo. Com elas queremos observar se os pacientes (TDAH) com problema na memória de trabalho processam mais prontamente a retomada anafórica estabelecida com nome repetido do que com pronome, assim como ocorreu com os pacientes (Alzheimer) testados por Almor. Isso abre caminho para uma série de possíveis experimentos que dariam subsídios para um entendimento maior a respeito do TDAH, podendo contribuir para diagnósticos mais precisos dos pacientes com esse tipo de transtorno.

ALBUQUERQUE, G. *Processamento da Leitura em Portadores de TDAH*. 2003. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Letras / UFRJ, Rio de Janeiro.

ALMOR. Why do Alzheimer patients have difficulty with pronouns? In: *Brain and Language*. v. 67, p. 202-227, 1999.

BARKLEY, R.A. *ADHD and the nature of self control*. New York: The Guilford Press, 1997.

LEITÃO, M. *O Processamento do objeto direto anafórico em português brasileiro*. 2005. Tese de doutorado - Faculdade de Letras / UFRJ, Rio de Janeiro.

## O conhecimento da ortografia no português brasileiro à luz da hipótese do duplo-déficit: um estudo exploratório

Cláudia Nascimento Guaraldo Justi

claugaraldo@yahoo.com.br

Universidade Federal de Pernambuco

Cláudia Cardoso-Martins

**Introdução:** De acordo com a hipótese do duplo-déficit, as crianças com dificuldades de leitura e escrita podem ser divididas em três grupos: crianças com déficit na consciência fonológica (CF); crianças com déficit na velocidade de nomeação (VN); e, finalmente, crianças com duplo-déficit, i.e., déficits na CF e na VN (BOWERS; WOLF, 1993; WOLF; BOWERS, 1999). Um aspecto importante da hipótese do duplo-déficit é que o déficit na CF é independente do déficit

na VN. Assim sendo, é possível que esses déficits interfiram na aprendizagem da leitura e da escrita de maneira diferente. No que tange ao conhecimento ortográfico, por exemplo, Bowers e Wolf (1993) argumentaram que as crianças com déficit apenas na VN não deveriam apresentar dificuldade na escrita de palavras regulares, uma vez que essas crianças apresentam um desenvolvimento normal da CF. No entanto, deveriam apresentar dificuldade para escrever palavras cuja ortografia envolve relações letra-som irregulares ou ambíguas. Isso ocorreria porque, segundo Bowers e Wolf, um déficit na VN causaria lentidão na identificação das letras nas palavras, prejudicando a aprendizagem de padrões ortográficos.

**Objetivo:** O presente estudo avaliou o conhecimento da ortografia em crianças com déficit na CF, crianças com déficit na VN e crianças com duplo-déficit. O conhecimento da ortografia foi avaliado através de uma tarefa de ditado que envolvia quatro tipos de palavras frequentes e infrequentes (retiradas de livros para crianças em idade escolar): palavras regulares; palavras com regras contextuais, i.e., palavras contendo sons cuja representação gráfica depende do contexto em que o som ocorre na palavra (p.ex., o som /R/ é representado pelo dígrafo "rr" entre duas vogais e pela letra "r" no início da palavra); palavras envolvendo sons cuja representação gráfica depende da categoria gramatical da palavra (p. ex., o som /o/ no final das palavras é representado pelas letras "ou", no caso de verbos na 3ª pessoa do passado, mas como "ô" no caso de substantivos) e palavras contendo relações letra-som ambíguas (p.ex.: faxina).

**Metodologia:** Participaram do estudo 14 crianças que apresentavam dificuldade de leitura e que foram classificadas em um dos grupos propostos pela hipótese do duplo-déficit. Essas crianças estavam matriculadas no 2º ciclo (que compreende a 3ª e a 4ª série do ensino fundamental) de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte, MG. Além do teste de conhecimento ortográfico descrito acima, as crianças foram submetidas a testes que avaliavam a CF, a VN e a inteligência. Com base na hipótese do duplo-déficit, esperávamos que as crianças com déficit na VN apresentassem dificuldade na escrita das palavras envolvendo sons cuja representação gráfica varia em função da categoria gramatical da palavra (daqui para frente, palavras morfo-sintáticas) e nas palavras ambíguas, uma vez que essas palavras requerem atenção a grupos de letras ou padrões ortográficos nas palavras. No que diz respeito às palavras com regras contextuais, que também requerem atenção a seqüências de letras nas palavras, esperávamos que as crianças com déficit na VN não apresentassem dificuldades especiais, visto que as mesmas são ensinadas explicitamente na escola. Na medida em que as crianças com déficit apenas na CF não apresentam dificuldade na VN, elas deveriam apresentar dificuldades na escrita de todos os tipos de palavras, mas sobretudo na escrita das palavras infrequentes, ou seja, não familiares. As crianças com duplo déficit, por sua vez, deveriam apresentar dificuldade acentuada em todos os tipos de palavras, frequentes ou infrequentes.

**Resultados e Conclusão:** Na análise dos dados, comparamos as médias das proporções de acerto de cada grupo para cada tipo de dificuldade ortográfica com a proporção de acertos que seria esperada caso as crianças tivessem respondido ao acaso. Conforme esperávamos, as crianças com déficit na VN apresentaram uma dificuldade mais pronunciada na escrita das palavras ambíguas e na escrita das palavras morfo-sintáticas, independentemente da frequência de ocorrência da palavra. O mesmo ocorreu entre as crianças com déficit fonológico, embora a sua dificuldade tenha se restringido



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

às palavras infreqüentes. Finalmente, o grupo de crianças com déficit-duplo apresentou um desempenho semelhante ao que seria esperado ao acaso na escrita de todos os tipos de palavras, freqüentes ou infreqüentes. Esses resultados são, em geral, consistentes com a hipótese do duplo déficit. É possível que o desempenho relativamente bom das crianças com déficit na CF nas palavras infreqüentes regulares e nas palavras infreqüentes com regras contextuais tenha resultado da natureza relativamente transparente do nosso sistema de escrita (português brasileiro). De fato, Wimmer, Mayringer e Landerl (2000) têm argumentado que, em uma ortografia regular, o déficit na CF pode ser compensado mais facilmente, pois esse tipo de ortografia facilita a aprendizagem das regras de conversão fonema-grafema.

BOWERS, P.; WOLF, M. Theoretical links among naming speed, precise timing mechanisms and orthographic skill in dyslexia. *Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal*, v. 5, p. 69-85, 1993.

WIMMER, H.; MAYRINGER, H. & LANDERL, K. The double-deficit hypothesis and difficulties in learning to read a regular orthography. *Journal of Educational Psychology*, v. 92, p. 668-680, 2000.

WOLF, M.; BOWERS, P. The double-deficit hypothesis for the developmental dyslexias. *Journal of Educational Psychology*, v. 91, n. 3, p. 415-438, 1999.

### Processamento da co-referência pronominal anafórica na aquisição de português brasileiro e de espanhol rio-platense

Mercedes Marcilese  
mmarcilese@gmail.com  
PUC - Rio de Janeiro

Letícia Maria Sicuro Corrêa  
Marina Rosa Ana Augusto

A compreensão das relações anafóricas é uma característica essencial do processamento humano de sentenças. No que diz respeito à designação da referência, o quando e o como as relações de co-referência são estabelecidas são questões básicas de processamento. Ao adquirir sua língua materna, a criança tem de descobrir quais são as propriedades relativas à referência que resultam pertinentes para a gramática dessa língua em função de informação expressa nas interfaces. Nesse sentido, as categorias funcionais desempenham um duplo papel: por um lado propiciam um esqueleto sintático para expressões lingüísticas, por outro introduzem informação pertinente à referência proveniente das intenções de fala do falante e do contexto de enunciação no qual a fala se desenvolve [1]. Se assumirmos que os pronomes fazem parte da categoria funcional D [2, 3 e 4], então podemos caracterizar esses elementos como um feixe de traços *phi* por meio do qual uma relação de co-referência se estabelece. Assume-se que a aquisição de complementos pronominais requer tanto a identificação desses elementos com posição fixa na interface fônica quanto o uso de informação obtida via interface semântica. Neste trabalho busca-se caracterizar as relações de co-referência estabelecidas a partir dos complementos pronominais acusativos de

terceira pessoa na aquisição de Português Brasileiro (PB) e Espanhol Rio-Platense (ER). No ER, esses complementos são clíticos cujas propriedades fônicas são informativas quanto à distribuição (posição), tipo de elementos que podem hospedá-los e possibilidade de movimento para posições mais altas na árvore sintática (*clitic climbing*). No PB, os clíticos de 3ª pessoa têm uso restrito na língua oral e parecem ter perdido seu traço intrínseco acusativo, fato que acarretaria a sua substituição pela forma do pronome tônico (morfologicamente nominativo) de 3ª pessoa e, em alguns contextos, a possibilidade de objeto nulo. A ausência da marca de caso no complemento pronominal acusativo pode, eventualmente, criar ambigüidade no estabelecimento da referência.

Um experimento visando avaliar a interpretação de complementos pronominais acusativos de 3ª pessoa por crianças adquirindo PB e ER foi conduzido [5]. Buscou-se verificar se: (i) crianças de 27 a 37 meses interpretam complementos pronominais acusativos levando em conta informação de gênero e de número; (ii) há diferenças na interpretação do clítico acusativo e do pronome pleno em PB e ER; (iii) *animacidade* é um fator que afeta a interpretação desses elementos. As variáveis independentes manipuladas foram: tipo de complemento pronominal (clítico/pronome tônico); gênero (masculino/feminino); número (singular/plural) do elemento pronominal e língua (ER/PB). A variável dependente foi o número de escolhas compatíveis com o gênero/número do pronome. A tarefa utilizada foi a identificação de objetos inanimados com distrator animado. Foram avaliadas um total de 26 crianças: 15 para o ER e 11 para o PB.

Tomando-se a língua como fator grupal, submetem-se os dados à análise estatística (ANOVA), não tendo sido verificado efeito principal associado aos fatores isoladamente. Obteve-se, no entanto, um efeito significativo na interação número e língua ( $p=.006$ ), gênero e língua ( $p=.005$ ) e tipo, número e gênero ( $p=.03$ ). Na análise dos dados por língua, constatou-se, no PB, um efeito principal de número ( $p=.003$ ) e gênero ( $p=.05$ ). A distinção entre clítico e pronome não se mostrou operativa. No ER, por outro lado, obteve-se um efeito para essa distinção perto da significância na direção de um maior número de acertos para o clítico ( $p=.07$ ). Um efeito principal de número foi também constatado ( $p=.02$ ). Vale salientar que, enquanto no PB gênero e número marcados, isto é, feminino e plural, favoreceram um maior número de acertos, no ER, número não-marcado se mostrou relevante. Em relação à animacidade, a expectativa era de que o uso de pronomes tônicos, no PB, pudesse acarretar dificuldades de interpretação se *animacidade* fosse levada em conta, favorecendo uma interpretação alternativa à pretendida. Porém, constatou-se que foram as crianças adquirindo ER as que cometeram um maior número de erros induzidos pela opção *+animada*, escolhendo o objeto animado como sendo o referente do complemento pronominal, ou seja, o pronome tônico favoreceu essa escolha.

Os resultados sugerem, portanto, que há diferenças na interpretação do clítico acusativo e do pronome pleno em PB e ER. As diferenças no processamento das informações de gênero e de número nas duas línguas parecem ser consistentes com a hipótese de que no ER os complementos são adquiridos via fonologia (como posições a serem interpretadas morfologicamente), enquanto que no PB esses complementos seriam adquiridos através da interpretação semântica e *parsing* sintático (levando em conta fatores como ordem canônica). A criança que adquire o ER incorpora os complementos pronominais a partir da interface fônica, sem



que isso, contudo, acarrete sua representação imediata como um feixe de traços *phi*, sendo o clítico privilegiado como valor *default*. Por outro lado, a criança que adquire o PB tem de reconhecer as diferentes possibilidades de complemento pronominal em função da estrutura argumental do verbo e de processamento na interface semântica. Sendo assim, no PB a semântica privilegia as distinções de gênero e número, como observado nos resultados dos valores mais marcados (feminino e plural).

Nesta comunicação comparamos esses resultados com o desempenho de crianças de um segundo grupo etário de 47-57 meses de idade, a fim de constatar se: (i) há mudanças no processamento da referência; (ii) as diferenças entre as duas línguas persistem; (iii) há uma melhora na média de acertos das crianças mais velhas. Adicionalmente, o experimento está também sendo replicado com adultos com o objetivo de avaliar o grau de estranhamento frente a construções não gramaticais na língua (no caso do ER) e estruturas que demandam uma carga de processamento maior (para as duas línguas). Resultados preliminares mostram-se consistentes com os dados levantados até então. As crianças mais velhas no ER apresentam um comportamento muito mais próximo das crianças brasileiras do que dos seus pares hispano-falantes mais novos. Os resultados obtidos até o momento dão suporte à hipótese da aquisição diferenciada dos complementos para o PB e o ER, além de revelar que conforme a criança adquire a sua língua, as propriedades semânticas vêm progressivamente a desempenhar um papel mais importante no estabelecimento da referência. Em síntese, a comparação dos estudos tomados em conjunto sustentam a hipótese de que o processamento de relações pertinentes à interface semântica é semelhante nas duas línguas e que desde cedo as crianças são capazes de distinguir as possíveis formas de complemento pronominal em sua língua. A investigação acerca da aquisição de complementos pronominais nessas duas línguas se mostra consistente com a idéia de que a complexidade relativa do processamento dos complementos pronominais varia conforme a idade e a língua, contribuindo para a compreensão acerca dos fatores levados em conta na resolução da referência pronominal no processamento de relações de interface entre a língua e sistemas intencionais.

[1] CORRÊA, L. M. S. Questões de concordância: uma abordagem integrada para processamento, aquisição e o Déficit Específico da Linguagem. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 115-145, 2005.

[2] RAPOSO, E. Some observations on the pronominal system of Portuguese. *CatWPL*, n. 6, p. 59-93, 1988.

[3] \_\_\_\_\_. Clitic positions and verb movement. In: COSTA, J. *Portuguese Syntax: new Comparative Studies*. Oxford Studies in Comparative Syntax. Oxford: Oxford University Press, 2000.

[4] URIAGEREKA, J. Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry*, v. 26, n.1, p. 79-123, 1995.

[5] XXX; YYY; ZZZ. A interpretação de complementos pronominais na aquisição do PB e ER: relações de interface na identificação da língua. ENCONTRO NACIONAL DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM – ENAL, 7., 2006, Porto Alegre.

## O jogo de ficção como instrumento de avaliação de aquisição de categorias pragmático-lingüísticas por crianças.

Giovanna Wrubel Brants

gwbrants@msn.com

Universidade de São Paulo

Para Wallon (*apud* LEGRAND, 1974), os jogos infantis podem ser classificados em jogos funcionais (quando conduzem ao exercício gratuito de funções psicológicas emergentes), jogos de aquisição (nos quais a criança observa, escuta e questiona), jogos de fabricação (tais como a construção de objetos, a jardinagem, jogos que envolvem o ato de combinar, cortar ou modelar, e o desenho) e jogos de ficção. O enfoque do presente trabalho recairá sobre os jogos de ficção, também denominados jogos de imitação, que incluem as brincadeiras de papai e mamãe, de boneca, de casinha, de vaqueiro, de trem, de avião etc. Trata-se de jogos imaginativos, que evoluem, de acordo com a idade da criança, de uma identificação/imitação total em relação às situações reais, até alcançarem a fase do “faz-de-conta”. Bomtempo (2005, p. 58) ressalta que nos jogos de ficção “a ênfase é dada à simulação ou faz-de-conta, cuja importância é ressaltada por pesquisas que mostram sua eficácia para promover o desenvolvimento cognitivo e afetivo-social da criança”. Partimos da hipótese de que a observação do comportamento lingüístico de crianças em situações de interação conversacional durante a realização de jogos de ficção permite que avaliemos a emergência de categorias pragmáticas nessas interações (tais como explicações, justificativas, argumentações, pressuposições etc.), assim como a linha evolutiva do processo de aquisição de tais categorias, conforme a idade da criança. Assim, propomo-nos, neste trabalho, a discutir a utilização do jogo de ficção como instrumento de observação das condutas comunicativas pragmáticas na infância, dirigindo nossa atenção aos usos “informativos” da linguagem. De acordo com Veneziano e Hudelot (2005, p.10), a avaliação do surgimento e desenvolvimento de diferentes tipos de utilizações informativas da linguagem revela o modo pelo qual a criança passa a trazer à atenção, ou ao conhecimento do seu interlocutor, os acontecimentos/aspectos que não são perceptíveis de modo direto na situação de enunciação:

é na criança, sobretudo entre 18 e 24 meses, que os autores relacionam as primeiras utilizações descontextualizadas e informativas da linguagem, tais como as referências a acontecimentos passados (...) e a produção linguageira de significações subjetivas que o locutor atribui aos objetos e às ações, como é o caso das transformações simbólicas do jogo de faz-de-conta.

Assim, o surgimento dessas utilizações informativas da linguagem, por volta dos 18-24 meses, poderia sugerir que ocorre, nessa fase, uma mudança qualitativa na capacidade da criança em considerar os estados internos do seu interlocutor, ou seja, ela começa a perceber que, durante a situação de interação conversacional, o seu interlocutor possui estados internos - tais como a atenção, intenção e outros estados de conhecimento - que podem diferir dos seus próprios estados e que a linguagem utilizada pode ser capaz de influenciá-los



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

e, conseqüentemente, de mudar o seu comportamento. Nesse sentido, Vigotski (2003, p. 136) afirma que, sob o ponto de vista do desenvolvimento, a criação de uma situação imaginária pode ser considerada como um meio para desenvolver o pensamento abstrato. Além disso, o autor russo salienta que, conforme a natureza do brinquedo se desenvolve e começam a surgir regras inerentes a ele, podemos observar um movimento em direção à realização consciente de seu propósito: “no final do desenvolvimento surgem as regras e, quanto mais rígidas elas são, maior a exigência de atenção da criança, maior a regulação da atividade da criança, mais tenso e agudo se torna o brinquedo”. Dessa forma, o ato de correr, por exemplo, sem algum propósito ou regras estabelecidas, torna-se uma atividade sem atrativos para a criança. Mas, se existe um propósito nessa atividade como objetivo final, a atitude afetiva da criança fica associada ao brinquedo/jogo. Consideramos a hipótese de que, nesse momento de desenvolvimento de regras e propósitos na organização do jogo de ficção pelas crianças, ocorre uma escolha das verbalizações a serem utilizadas em função dos aspectos ficcionais referentes ao jogo, tornando possível, ao pesquisador, observar/avaliar as condutas pragmático – linguísticas que emergem nessa situação interativa.

BOMTEMPO, E. A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação, do imaginário. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HUDELOT, C.; VENEZIANO, E. Desenvolvimento das competências pragmáticas e teoria da mente na criança: o caso da explicação. *Revista UNICSUL*, São Paulo, n. 12, p.6-29, jun. 2005.

LEGRAND, L. *Psicologia aplicada à educação intelectual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

### O tratamento dado ao interlocutor em cartas: considerações acerca dos papéis sociais assumidos e do propósito comunicativo.

Maria Elias Soares

melias@ufc.br

Universidade Federal do Ceará

Bárbara Olímpia Ramos de Melo

É na relação dialógica entre os interlocutores que as significações são produzidas/atualizadas. Para Bakhtin (2000), os enunciados produzidos nessas situações enunciativas, por isso, concretos, levam o *acento do locutor* (*apreciações valorativas*), que os torna únicos e irrepetíveis, e são constituídos na forma do que definiu como *gêneros do discurso* – formas de uso da língua. São, portanto, modos de interação verbal criados no âmbito das diversas esferas de atividade humana, constituídas sócio-historicamente, e cada qual reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das suas esferas de origem, através de seu *tema*, de seu *estilo verbal* (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e de sua *construção composicional*. Já as marcas de interatividade, presentes em todos os gêneros, são definidas

por Marcuschi (1999, p. 143), como “o movimento típico e explícito do escrevente direcionado a um leitor pretendido”. Desse modo, as marcas de interatividade são constituídas por expressões ou formas linguísticas que subentendem a presença de um leitor, a quem o escrevente se refere de modo claro e sem qualquer ambigüidade, em determinado contexto situacional. Tal uso faz parte de um movimento próprio do processo de textualização cuja presença do interlocutor evidencia-se na própria construção textual. As cartas são casos típicos de textos que permitem um uso intenso de marcas de interação, mas isso não quer dizer que outros gêneros não o permitam. Muitas marcas linguísticas, selecionadas para efetivar os atos de interatividade, podem ser vistas como formas através das quais são atualizadas estratégias de polidez, ou seja, procedimentos discursivos e interativos que, estrategicamente, são mobilizados para manter o equilíbrio interpessoal da interação.

A polidez tem sido abordada a partir de múltiplas perspectivas, seguindo, sobretudo, a proposta original de Brown e Levinson (1978), que envolve o uso de estratégias verbais e não-verbais a fim de manter a interação. No caso particular desta pesquisa com o gênero carta, nos deteremos nas formas de polidez verbalizadas. Como objetivo inicial da interação, as estratégias ligadas à polidez visam transmitir uma imagem positiva do usuário de modo a obter um retorno favorável para o propósito em questão. Há uma expectativa por parte do interlocutor de que as ações do “Outro” sejam polidas e essa motivação tem uma base social, cultural e, principalmente, política. É preciso cuidado para que a associação da polidez com as ações discursivas não se resume às qualidades abstratas que se fixam em enunciados específicos, itens lexicais ou morfemas, sem considerações às condições particulares que regem o seu uso. Leech (1983) considera que a polidez está relacionada à interação de dois participantes, que podem ainda demonstrar polidez por uma terceira pessoa do discurso. Sobre as estratégias de polidez nas cartas, Silva (2002, p.164-165) afirma:

o destinatário, enunciativamente, instala-se no próprio movimento da produção do texto, na medida em que o escrevente o interpela, incita-o, convoca-o, orienta-o, monitora sua atenção, pressupõe um compartilhamento de informações e negocia saberes. Em outros termos, há aí sinalizações de procedimentos discursivos e interativos que podem afigurar-se fortes estratégias interativas que compreendem rotinas de polidez.

Nas cartas, espera-se que o escrevente seja um produtor que esteja atento ao seu destinatário, mobilizando uma série de estratégias de modo que torne possível e facilite a construção de um diálogo. As rotinas de polidez estão dentre essas estratégias. A nossa hipótese é de que o tratamento dispensado ao interlocutor varia, tanto em função do papel social assumido, quanto em função do propósito comunicativo da carta.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

GARCEZ, L. H. C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: UNB, 1998.

MARCUSCHI, L. A. *Marcas de interatividade no processo de*



textualização da escrita. In: RODRIGUES, A. C. S.; ALVES, I. M.; GOLDSTEIN, N. S. *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999. p.139-156.  
LEECH, Geoffrey N. *Principles of Pragmatics*. Longman, 1983.  
SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *Um estudo sobre carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade*. 2002. Tese (Doutorado) – FAE, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

## Investigação sobre a epêntese vocálica perceptual: um estudo interlingüístico

Erika Parlato de Oliveira

eparlato@hotmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

A percepção humana é um componente essencial do processo comunicativo: se esta percepção não for adequada, o processo comunicativo será prejudicado. O fenômeno de epêntese perceptual oferece um campo privilegiado para o estudo dos processos básicos presentes na comunicação humana. A epêntese perceptual, que é a percepção ilusória de uma vogal inexistente no estímulo sonoro, será tratada aqui como fenômeno de comunicação, apoiando-se nas ciências cognitivas no que diz respeito principalmente aos aspectos psicolinguísticos implicados na percepção do fenômeno estudado. Neste trabalho examinamos o fenômeno de epêntese perceptual na língua portuguesa brasileira, na língua portuguesa europeia e na língua japonesa. Os trabalhos anteriores (ALBANO, 2001; BISOL, 1999; CAGLIARI, 1981, 2002; CÂMARA JR., 1970; COLLISCHONN, 1997, 2002) sobre a língua portuguesa brasileira voltaram-se ao estudo do fenômeno de epêntese no nível da produção. Nossos objetivos neste trabalho foram: a) investigar a ocorrência de epêntese perceptual na língua portuguesa brasileira e europeia, b) compará-la com o fenômeno na língua japonesa, c) investigar os diferentes processos perceptuais presentes em sujeitos monolíngües e bilíngües, português brasileiro-japonês. O trabalho contém uma discussão teórica sobre o fenômeno de epêntese e suas possíveis causas e uma caracterização das três línguas estudadas. A parte experimental é composta por um estudo interlingüístico sobre o fenômeno de epêntese, através de experiências do tipo: discriminação de vogais, identificação de vogais, repetição de seqüência e memorização de seqüência, todas utilizando logatomas. Analisamos a origem fonética da epêntese em sujeitos brasileiros e japoneses, a partir de uma experiência de percepção e outra de produção, sendo que, na experiência de percepção, a tarefa era a discriminação de vogais em diferentes contextos vocálicos e, na experiência de produção, os parâmetros de duração e de formantes das vogais foram analisados. Finalmente, investigamos a plasticidade neuronal no fenômeno de epêntese em sujeitos monolíngües brasileiros, monolíngües japoneses e bilíngües português brasileiro-japonês (de primeira geração, segunda geração, filhos de casais mistos e bilíngües tardios). Este estudo foi feito a partir de uma experiência de identificação e de discriminação de vogais; incluímos, nesta investigação, crianças monolíngües brasileiras e bilíngües brasileiro-japonesas, assim como um grupo de músicos brasileiros. Além disso, também estudamos a

apreciação do acento estrangeiro dos sujeitos bilíngües por monolíngües brasileiros. Ao todo, participaram da pesquisa: 21 falantes de língua portuguesa europeia, 24 falantes de língua portuguesa brasileira, 33 falantes de língua japonesa, 88 falantes bilíngües adultos de língua portuguesa brasileira e língua japonesa, 18 crianças monolíngües falantes de língua portuguesa brasileira e 13 crianças bilíngües falantes de língua portuguesa brasileira e língua japonesa. Todos os resultados foram analisados e interpretados estatisticamente. A partir destas análises, nós verificamos que: a) os falantes de língua portuguesa brasileira e de língua japonesa apresentam a epêntese perceptual, contrariamente aos falantes de língua portuguesa europeia; b) a vogal epentética difere nestas duas línguas, sendo a vogal /i/ na língua portuguesa brasileira e a vogal /u/ na língua japonesa; c) a influência da co-articulação na escolha da vogal epentética; d) o papel dos protótipos fonéticos para as vogais /i/ e /u/ na língua nativa do falante sujeito à epêntese perceptual, sendo que a vogal epentética dominante na língua portuguesa brasileira e na língua japonesa corresponde à vogal foneticamente mais curta e mais central, em cada uma destas línguas, respectivamente. Os resultados obtidos são concordantes com a noção de que a epêntese perceptual é um fenômeno fonético e não o resultado de propriedades ortográficas, lexicais ou gramaticais da língua. Além disso, o estudo dos sujeitos bilíngües nos permite dizer sobre a plasticidade neuronal: a) que a língua mais utilizada influencia mais o fenômeno de epêntese do que a língua materna, b) há o predomínio de uma língua, c) o predomínio da língua é influenciado por fatores sociolinguísticos, d) há a possibilidade de definir a língua dominante até a puberdade.

ALBANO, E. C. *O gesto e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatória do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, Fapesp, 2001.  
BISOL, L. Os constituintes prosódicos. In: BISOL, Leda (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.  
CAGLIARI, L. C. *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. 1981. Tese (Livre-docência) – UNICAMP, Campinas, 1981.  
\_\_\_\_\_. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.  
CAMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.  
COLLISCHONN, G. *Análise prosódica da sílaba em português*. 1997. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1997.  
\_\_\_\_\_. A epêntese vocálica no português do sul do Brasil. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (Org.). *Fonologia e Variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 205-230.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Discussão: prosódia implícita e processamento de frases

Eva M. Fernández

Eva.Fernandez@qc.cuny.edu  
Queens College

This paper discusses aspects of three works related to the role of prosody in the interpretation of sentences, via experiments examining a range of constructions in Portuguese and English. The core of the data comes from silent reading tasks in which the grouping of constituents, by some visual segmentation device, affects the interpretation of local or global ambiguities. Maia reports the results of a self-paced reading task in which particular groupings of potential arguments of a verb phrase substantially weaken garden path effects linked to a verb's subcategorization preferences. Magalhães builds on findings that grouping an ambiguous adjectival phrase separately from the rest of the sentence affects its interpretation – that is, separate phrasing encourages non-local attachments, which are dispreferred when the sentence is presented all at once. Fernández presents a study that manipulates grouping by introducing pauses (in the form of blank screens) between certain words in sentences presented word-by-word in rapid sequence, and shows that these pauses affect the interpretation of ambiguous relative clauses: relative clauses grouped separately from the rest of the sentence are more likely to be interpreted non-locally. The underlying cause of the effects in these three silent reading tasks is, arguably, linked to a prosodic phrasing level in the phonological representation of these sentences, a representation that is projected mentally by readers. But establishing a causal relation between the observed variation in interpretation and the postulated variation in mentally projected prosodic structures requires additional evidence. How might the segmentation manipulations featured in each of these studies, manipulations which merely affect the visual presentation of the stimulus sentences, cause readers to project different implicit prosodies? The answer involves studying explicit prosody, and each of the presenters provides ancillary evidence along those lines, to justify the assertion that visual grouping or segmentation causes specific prosodic phrasings to be projected mentally by readers. One approach involves analyzing the types of prosodies produced, explicitly, in reading aloud tasks, on the assumption that the underlying system generating implicit prosody follows the same principles as the mechanism generating explicit prosody. However, mentally projected prosody is perhaps never subject to disfluency, a matter to discuss in the context of Maia's study quantifying disfluencies in elicited speech. We will also consider whether prompting naïve participants to disambiguate sentences using prosody, as does Magalhães in one of his studies, is subject to participant-based variation rooted in varying metalinguistic ability, which would constitute an important obstacle to making accurate generalizations about the underlying system. A different approach to establishing the causal relationship between implicit prosody and interpretation preferences during sentence comprehension involves demonstrating that the effects observed in silent reading tasks can be reproduced when the stimulus is acoustic rather than visual. The presenters will report evidence from interpretation preference experiments that employ acoustic stimuli consisting of

pre-recorded utterances produced either by a trained speaker (Fernández) or by naïve participants (Magalhães). The key problem to address here will be whether the effects of explicit prosody on interpretation during listening are of comparable size as the effects attributed to implicit prosody on interpretation during silent reading.

### Percebendo a posição de atributos a diferentes SNs por meio de pistas prosódicas

José Olímpio de Magalhães  
joseolimpiomagalhaes@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Aline Alves Fonseca

Com a Hipótese da Prosódia Implícita, Fodor (1998, 2002) fornece uma resposta ao questionamento sobre a universalidade do princípio *Late Closure* (doravante Princípio da Aposição Local), levantado em Cuetos e Mitchell (1988), propondo que, em situações de ambigüidade estrutural, as pistas prosódicas podem influenciar diferentes resoluções sintáticas, independentemente do curso temporal do acesso prosódico. Assim, em uma frase de estrutura sintática ambígua como (1) “O rapaz abraçou o amigo suado”, a manifestação prosódica parece – de fato – afetar a compreensão final da frase. Aliás, vários experimentos psicolinguísticos dão conta de que, mudando a prosódia da frase, como, por exemplo, através do alongamento de sentenças, a compreensão da análise sintática preferencial pode mudar (cf. FINGER; ZIMMER, 2005; HEMFORTH *et al.*, 2006; LOURENÇO-GOMES, 2003; PYNTE; HEMFORTH, 2006).

Em estudo anterior, que não incluiu metodologia *on-line*, Magalhães e Maia (2006) demonstraram que, pela manipulação prosódica, o Princípio da Aposição Local pode ser enfraquecido ou, até mesmo, reforçado na compreensão de construções com adjuntos adnominais ambíguos em português, como em (1), acima. Os dados analisados indicaram que a segmentação confirma a utilização de pistas prosódicas na decisão por uma aposição. Os resultados da tarefa de interpretação, na leitura silenciosa de frases segmentadas, indicaram que há interações significativas entre o tipo de segmentação e a escolha pela aposição não-local ou pela aposição local, em comparação com a escolha nas frases não-segmentadas. A segmentação após o verbo aumenta significativamente as taxas de aposição local, em comparação com a taxa de aposição local na leitura silenciosa sem segmentação (81,25% *versus* 71,25%,  $p=0.010$ ), e a segmentação depois do SN Objeto diminui significativamente a taxa da aposição local, em comparação com a aposição local na leitura silenciosa sem segmentação (60,42% *versus* 71,25%,  $p = 0.012$ ).

Portanto, esse experimento mostrou que o Princípio de *parsing* de Aposição Local é o *default* na compreensão de frases como as testadas, mas demonstrou, também, que, manipulando a segmentação delas, o princípio pode ser enfraquecido ou reforçado, indicando que a informação prosódica pode influenciar na compreensão, o que seria evidência em favor da Hipótese da Prosódia Implícita. O experimento mostrou ainda que, na leitura em voz alta,





certas pistas prosódicas interferem na decisão interpretativa e que a leitura silenciosa das mesmas sentenças tem resultado não significativamente diferente da leitura em voz alta, o que comprovaria que a prosódia da frase é mentalmente assumida pelos leitores e pode afetar a resolução da ambigüidade sintática.

A partir desses resultados, quase dez meses após a aplicação dos testes, entrevistamos novamente alguns dos sujeitos da pesquisa, solicitando-lhes as seguintes tarefas:

1a) Ouvir, uma vez, TODAS as frases experimentais que gravou. Em seguida, ouvir uma por uma e decidir, COM BASE NA PROSÓDIA DA LEITURA QUE FEZ, se teria marcado (a) aposição alta, ou (b) aposição baixa, marcando com um X, numa folha contendo APENAS os números das frases e as opções (a) ou (b). O sujeito pôde usar o tempo que achasse necessário, inclusive voltando e ouvindo a frase mais de uma vez.

2a) Tendo em mão as frases com as respostas que deu no experimento que aplicamos há alguns meses, LER FAZENDO A PROSÓDIA DE ACORDO COM A APOSIÇÃO ESCOLHIDA NA ÉPOCA, de tal forma que, se alguém o ouvir, não tenha dúvida sobre a interpretação da frase. O sujeito pôde cancelar a gravação da frase, quantas vezes quisesse, até achar que estivesse de acordo com a tarefa solicitada.

Reportaremos nesta comunicação a análise dos resultados obtidos nas tarefas acima, testando as seguintes hipóteses: a) na primeira tarefa, as respostas, de forma significativa, NÃO coincidirão com aquelas dadas na 1ª fase do experimento; b) na segunda tarefa, os sujeitos, ao lerem as frases conscientes de uma interpretação, produzirão pistas prosódicas diferentes das que utilizaram na leitura sem informação da ambigüidade.

Outro resultado que discutiremos nessa ocasião será o de percepção de diferentes pistas prosódicas (pausas, alongamentos, tipos localizados de entonação) manipuladas em laboratório, a partir da gravação de *experts* (retirada a ambigüidade). Um grupo de sujeitos identificará apenas as pistas, enquanto outro dará a interpretação das frases manipuladas.

CUETOS F.; MITCHELL, D. C. Cross-linguistic differences in parsing: restrictions on the use of the Late Closure strategy in Spanish. *Cognition*, 30, p. 73-105, 1988.

FODOR, J. D. Psycholinguistics cannot escape prosody. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SPEECH PROSODY, 1. *Proceedings...* Université de Provence, 2002. p. 83-88.

FODOR, J. D. Learning to parse? *Journal of Psycholinguistic Research*, 27, 2, p. 285-319, 1998.

FINGER, Ingrid; ZIMMER, Márcia. A preferência de interpretação de orações relativas curtas e longas em português brasileiro. In: MAIA, M.; FINGER, I. *Processamento da Linguagem*. Porto Alegre: Educat, 2005. p. 11-130.

HEMFORTH, Barbara *et al.* Length effects in PP-attachment: prosody or pragmatics? In: ANNUAL CONFERENCE ON HUMAN SENTENCE PROCESSING, 19th. *Abstracts of Papers & Posters*, 2006. p. 109.

LOURENÇO-GOMES, M. C. *Efeito de comprimento do constituinte na interpretação final de orações relativas estruturalmente ambíguas: um estudo baseado na 'Hipótese da Prosódia Implícita'*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – FL, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

MAGALHÃES, J. Olímpio; MAIA, Marcus. *Pistas prosódicas implícitas na resolução de ambigüidades sintáticas: um caso de adjunção de atributos*. 2006. Submetido.

PYNTE, Joël; HEMFORTH, Barbara. Implicit prosody effects in silent reading: evidence from French. In: ANNUAL CONFERENCE ON HUMAN SENTENCE PROCESSING, 19th. *Abstracts of Papers & Posters*, 2006. p. 129.

### Efeitos do status argumental e de segmentação no processamento de sintagmas preposicionais em português brasileiro

Maria do Carmo Lourenço-Gomes

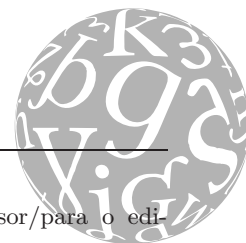
mclgomes@compuland.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcus Maia

A presente comunicação reporta três estudos focalizando o processamento de sintagmas preposicionais em português: um estudo de questionário, outro de leitura auto-monitorada e um terceiro de produção oral. Os dois primeiros estudos investigam, respectivamente, a compreensão *off-line* e *on-line* de sintagmas preposicionais (SP) adjuntos e argumentos, e o terceiro analisa aspectos da produção oral das versões completas das frases examinadas no experimento de leitura auto-monitorada. Estudos anteriores sobre a aposição de SPs reportados em Maia, Alcântara, Buarque e Faria (2003) identificaram uma preferência rápida pela aposição do SP ao SV, bem como um acesso tardio à informação não estrutural, conforme previsto pela Teoria do *Garden Path* (FRAZIER, 1979; FRAZIER; RAYNER, 1982). Esses estudos não levaram em conta, entretanto, o *status* do SP como adjunto ou argumento. Por outro lado, Maia, Lourenço-Gomes e Moraes (2004) capturaram efeitos de segmentação atuantes na decisão de aposição do SP ao SV ou ao SN, mas não puderam determinar o curso temporal do acesso a esta informação, uma vez que utilizaram tarefa de julgamento de final de frase. Os experimentos resumidos a seguir têm por objetivo investigar, preliminarmente, a atuação de dois fatores na compreensão de frases, a saber, a preferência *off-line* e *on-line* por SPs adjuntos e argumentos e o efeito da segmentação em uma tarefa *on-line*.

O primeiro estudo contrasta SPs complementos e adjuntos de SNs e SPs complementos e adjuntos de SVs, demonstrando, nos dois casos, uma preferência interpretativa significativa pelos SPs argumentais, obtida em uma tarefa de resposta a questionário. O segundo estudo apresenta um desenho experimental em que se cruzam a relação estrutural dos SPs com seu núcleo (adjunto e argumento) e o tipo de segmentação (curto e longo) das frases que contêm os SPs, conforme exemplificado abaixo. Este experimento tem como objetivos, portanto, verificar (i) se o *status* de argumento ou de adjunto de núcleo verbal do SP tem efeito imediato sobre o seu processamento; (ii) se o tipo de segmentação da frase, simulando efeitos de prosódia implícita, interfere rapidamente no processamento do SP. As variáveis independentes foram, portanto, o tipo de verbo (mono-transitivo ou ditransitivo) e o tipo de segmentação da frase, especificamente, do segmento anterior ao SP crítico (curto ou longo). A tarefa experimental foi a leitura auto-monitorada não cumulativa, seguida de pergunta interpretativa. As variáveis dependentes foram os tempos de leitura dos segmentos em que se dividiram as frases e a acurácia das respostas interpretativas. Os resultados



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

não indicaram diferenças entre adjuntos e argumentos na primeira passagem do *parser*, ao contrário do previsto por modelos que propõem acesso rápido à informação lexical. Por outro lado, observaram-se efeitos *garden-path* maiores nas condições com segmentação curta e SP argumento, concluindo-se que, embora inicialmente processados segundo o Princípio da Aposição Mínima, adjuntos e argumentos diferem na fase de reanálise, quando ocorre o acesso à grade argumental do verbo. A reanálise do SP adjunto será menos custosa do que a reanálise do SP argumento, pois, não estando especificado na grade de subcategorização do verbo, o SP adjunto pode ser mais prontamente reanalisado como SP de SN do que o SP argumento. Observe-se que esta análise encontra suporte teórico em Fodor e Inoue (1994), que propõem que a recuperação de um *garden-path* exige a reparação da estrutura construída, sendo que a dificuldade do reparo deve ser atribuída, não ao custo de efetuar a alteração em si, mas ao custo de deduzir que alterações são necessárias. No caso dos verbos ditransitivos, o *parser* enfrenta custo de reparo maior do que nos monotransitivos, pois precisa deduzir que alteração deve ser realizada, uma vez que não tem a pista clara, que tinha no caso dos monotransitivos, de que a decisão guiada pelo Princípio de Aposição Mínima fizera a aposição incorreta ao SV. Ao contrário, em frases do tipo CD, o *parser* verifica, em um primeiro momento, que – de fato – a análise de SP de SV é estruturalmente possível, não a substituindo tão prontamente pela reanálise de SP de SN, como no caso dos adjuntos (CM). Após esse efeito surpresa, inexistente no caso dos verbos monotransitivos, o *parser* – finalmente – precisará reanalisar o primeiro SP como SP de SN e o segundo SP como SP de SV.

O *garden-path* em que entra o *parser* nas condições CD e CM, em contraste, respectivamente, com LD e LM, é revelador de que há um acesso rápido ao tipo de segmentação visual da frase, capaz de evitar o *garden-path* no segmento 3 nas condições longas. Apenas nas condições com o segmento 2 curto, um efeito *garden-path* é significativamente instanciado no parseamento do segmento 3, o que evidencia que o tipo de segmentação longo impediu que o *parser* fosse conduzido ao *garden-path*. Há efeitos principais de relação sintática e tipo de segmentação e também interação entre os fatores. Comparando-se os tempos de leitura médios do segmento 3 nas condições CM e LM, observa-se que, apenas na condição curta (CM), o SP adjunto causou efeito *garden-path* nos sujeitos, indicando a relevância do acesso rápido à segmentação na decisão de aposição sintática: no segmento 2, como vinha junto na mesma tela que o SN objeto, o SP foi localmente apostado, liberando o SP no segmento 3 para a aposição não-local ao SV. O mesmo se passou com os SPs argumentos nas condições CD e LD – há efeito *garden-path* apenas em CD, causado pela segmentação curta do primeiro SP. Os efeitos de segmentação obtidos no experimento são, então, relacionados à Hipótese da Prosódia Implícita (FODOR, 1998; 2002a, b), argumentando-se em favor de um acesso rápido pelo *parser* à informação sobre a segmentação visual na leitura.

O estudo de produção oral propôs como tarefa a leitura das frases do experimento 2, em versão não segmentada, permitindo detectarem-se disfluências na leitura do segundo SP, tanto nas construções com verbos monotransitivos, quanto nas construções com verbos ditransitivos, confirmando a hipótese de que o princípio da aposição mínima é aplicado nos dois casos.

Exemplos

Curta Monotransitiva (CM):

- redator escreveu o manual/para o professor/para o editor/da nova série.

Curta Ditransitiva (CD):

- contador enviou o manual/para o professor/para o diretor/da faculdade.

Longa Monotransitiva (LM):

- redator escreveu/o manual para o professor/para o editor/da nova série.

Longa Ditransitiva (LD):

- O contador enviou/o manual para o professor/para o diretor/da faculdade

FODOR, J. D. Psycholinguistics cannot escape prosody. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SPEECH PROSODY, 1. *Proceedings...* Université de Provence, 2002a. p. 83-88.

FODOR, J. D. Prosodic disambiguation in silent reading. In: NELS, 32. *Proceedings* Amherst, MA: GLSA, University of Massachusetts, 2002b.

FODOR, J. D. Learning to parse? *Journal of Psycholinguistic Research*, 27, 2, p. 285-319, 1998a.

FODOR, J. D.; INOUE, A. The Diagnosis and Cure of Garden Paths. *Journal of Psycholinguistic Research*, 23, 5, p. 407-434, 1994.

FRAZIER, L. *On comprehending sentences: syntactic parsing strategies*. Tese (Doutorado) – University of Connecticut, 1979.

FRAZIER, L.; RAYNER, K. Making and correcting errors during sentence comprehension: eye movements in the analysis of structurally ambiguous sentences. *Cognitive Psychology*, 14, 1982.

MAIA, M.; ALCANTARA, S.; BUARQUE, S.; FARIA, F. O Processamento de concatenações sintáticas em três tipos de estruturas frasais ambíguas em português. *Fórum Lingüístico*, v. 4, n. 1, p. 13-53, 2003.

MAIA, M.; LOURENÇO-GOMES, M. C.; MORAES, J. Prosodic effects on the reading comprehension and the oral production of ambiguous relative clauses and prepositional phrases in Brazilian Portuguese. In: ANNUAL CUNY HUMAN SENTENCE PROCESSING CONFERENCE, 17th. College Park, Maryland, Mar. 2004. Poster.

### 3.10.3 Mesas-redondas

#### Processamento lingüístico: contribuições de estudos com experimentos psicolingüísticos e com neuroimagem

As comunicações propostas por esta mesa-redonda são advindas de áreas distintas, porém afins, da Lingüística, que se interessam pelas relações entre cérebro, linguagem e cognição, a saber: Neurolingüística, Psicolingüística e Lingüística Textual. Os trabalhos a serem apresentados têm em comum o tema do processamento lingüístico e discutem, a partir de três pesquisas experimentais bastante distintas, os avanços possibilitados pelo desenvolvimento tecnológico, bem como seus limites. A chamada “década do cérebro”, que marcou os anos noventa, trouxe novas descobertas ao campo das neurociências, ajudando a esclarecer e a transformar a visão clássica a respeito do funcionamento cerebral. Segundo Damásio (1997), a maior parte dessas descobertas vem de três fontes: dos estudos eletrofisiológicos, dos estudos das lesões e da interpretação das imagens funcionais. A



exposição do córtex cerebral durante cirurgias tem oferecido a oportunidade de se estudar o cérebro humano diretamente, por estimulação elétrica, desativando temporariamente a função de uma determinada região. Os resultados mostram que diversas áreas do córtex cerebral esquerdo, fora das áreas clássicas de linguagem, estão ativamente envolvidas em tarefas lingüísticas, bem como regiões do hemisfério direito. Com a chegada da ressonância magnética e reconstruções tridimensionais *in vivo*, o estudo das lesões no cérebro humano permitiu uma nova onda de experimentos cognitivos. Os resultados “*têm mostrado que o processamento da linguagem não depende das áreas de Broca e Wernicke sozinhas, mas do trabalho de muitas áreas, ligadas como sistemas, trabalhando em sintonia*” (DAMÁSIO, 1997). Em geral, entretanto, os pesquisadores reconhecem que os achados não explicam a maior parte das variações *entre diferentes sujeitos* e as variações observadas na produção de *um mesmo sujeito*, nem sua relação com os fatores sociais, históricos e culturais que são constitutivos da linguagem e da cognição humana. Os pesquisadores são unânimes em afirmar que o estudo do processamento lingüístico é o campo que mais ilumina a compreensão do funcionamento do cérebro, da mente e da cognição humana e isso justifica a proliferação de pesquisas nas neurociências e na Lingüística, em diversas áreas. Para tratar deste tema, selecionamos questões que abordam: i. o processamento de recursos da língua propriamente dita, como é o caso do chamado “acesso lexical”, por meio de uma reflexão crítica sobre uma tendência neo-localizacionista que se reflete em trabalhos recentes com neuroimagem e sobre a metodologia que guia tais estudos – sobretudo pelo uso de baterias de testes padrão de nomeação, em tarefas descontextualizadas; ii. a questão da *relação* entre aspectos lingüísticos e cognitivos do texto, por meio de um estudo psicolingüístico experimental com anáfora, que permite inferir sobre a natureza das expressões indefinidas; e iii. o processamento do discurso, por meio do estudo de dados sobre o bilingüismo, que permite inferências a respeito da dinâmica inter-hemisférica no processamento do discurso.

ANSALDO, A. I.; MONCHI, O.; ROY, Y.; DOYON, J. The neural correlates of imageability and grammatical class in elderly subjects: An event-related fMRI study. *Brain and Language*, 95, 1: p. 78-79, 2005.

CUNHA LIMA, M. L. *Indefinido, Anáfora e Construção Textual da Referência*. 2004. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 2004.

DAMÁSIO, A. What a difference a decade makes. In: *Current Opinion in Neurology*, 20. Rapid Science Publishers. Iowa, USA, p. 177-178, 1997.

DAMÁSIO H. *et al.* A neural basis for lexical retrieval. In: *Nature*, vol. 380, p. 49-505, USA, 1996.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction*. Cambridge: MIT Press, 1994.

GROSJEAN, F. Neurolinguistics, beware! The bilingual is not two monolinguals in one person. *Brain and Language*, 36, p. 3-15, 1989.

KOCH, I. G. V. Expressões nominais indefinidas e a progressão referencial. In: *Revista Planalto*, n. 1, 2002b, p. 118-125, 2002.

LURIA, A. R. *Neuropsychological studies in aphasia*. Sweets & Zeitlinger B. V. Amsterdam, 1977.

NOVAES-PINTO, R. *Agramatismo: uma contribuição para o estudo do processamento normal da linguagem*. Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP. Campinas, 1992.

SCHERER, L. C.; GIROUX, F.; LESAGE, F.; SENHADJI, N.; SKA, B.; BENALI, H.; JOANETTE, Y. The impact of

aging and language proficiency on the interhemispheric dynamics for discourse processing. *12th. Annual Meeting Human Brain Mapping*, Elsevier, vol. 31, Supplement 1, ISSN 1053-8119, p. S115, 2006.

### Contribuições experimentais para o estudo da anáfora: o caso do indefinido

Maria Luiza Cunha Lima

marialuiza.cunhalima@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

A investigação do processamento da anáfora é um tema privilegiado para abordar as relações entre aspectos cognitivos e discursivos do texto. Por outro lado, é um tema que permite, ainda, discutir questões metodológicas e epistemológicas sobre os modelos de processamento lingüístico e textual. O nosso objetivo específico é estudar o processamento de expressões indefinidas, especialmente as anafóricas, e sua relação com aspectos semânticos e sintáticos. Na literatura (RUSSEL, 1905; CHIERCHIA, 2003; HAWKINS, 1978), os indefinidos são apontados, tradicionalmente, como apenas capazes de introduzir referentes novos, sem nunca retomá-los, isto é, expressões nominais indefinidas não poderiam funcionar como anafóricas. Cunha Lima (2004) mostrou, no entanto, que casos de indefinido anafórico são razoavelmente comuns e investigou as condições nas quais uma expressão nominal indefinida pode funcionar como anafórico. Em momento posterior da pesquisa, um levantamento em corpus mostrou que cerca de dez por cento das ocorrências de expressões nominais indefinidas referenciais são anafóricas. Aparentemente, a saturação referencial de expressões nominais indefinidas é de natureza incremental, dependendo do processamento dos eventos expressos nas sentenças em que estas expressões aparecem. Quando a frase não contém eventos, isto é, quando é uma frase nominal, uma oração relativa ou com o verbo no gerúndio ou particípio, expressões nominais indefinidas são lidas como anafóricas sempre que há um candidato a antecedente possível. O mesmo acontece quando o evento expresso na oração (geralmente por verbo finito) é o mesmo evento em que o referente da expressão nominal indefinida foi introduzido. Neste trabalho, investigamos mais profundamente a ligação entre evento e expressões nominais indefinidas através de testes psicolingüísticos que visam medir o nível de ativação dos referentes dessas expressões em contextos que, de acordo com a nossa hipótese, favoreceriam ou não a leitura anafórica. Desenvolvemos dois experimentos utilizando o paradigma experimental de “decisão lexical entre modalidades” (*cross-modal lexical decision*) que pretende medir a ativação de referentes introduzidos com expressões nominais indefinidas anafóricas quando essas expressões reaparecem em outros pontos do texto. Esses experimentos consistem na apresentação por meio auditivo de pequenos parágrafos em que ocorrem expressões nominais indefinidas ligadas a um nome próprio e essa expressão nominal indefinida reaparece introduzindo um novo referente, mas separada do verbo por uma oração relativa. Foram apresentados 18 pequenos parágrafos com a mesma estrutura a 54 sujeitos voluntários, estudantes de graduação, falantes nativos do português e ingênuos a respeito do experimento. O material apresentado



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

foi controlado quanto à estrutura sintática, distância dos elementos, tamanho e frequência dos nomes próprios e dos substantivos utilizados. Um exemplo da estrutura desses parágrafos é o seguinte:

“A aventura narra a história de Sandra, uma jovem carioca que vai procurar sua irmã, Clara, uma jornalista que fotografava o rio São Francisco. (1)Uma jornalista (2) que conhecia (3) bem a região relata (4) que ela havia saído de barco pelo rio e desaparecera. Sandra decide ir à sua procura.”

Nos pontos 1, 2, 3 e 4 aparecem, alternativamente, na tela os nomes próprios Sandra, Clara e um terceiro nome feminino como controle. A tarefa que se solicita aos sujeitos é a de decidir se as seqüências de letras que aparecem na tela formam ou não uma palavra pressionando as teclas correspondentes (sim ou não) em joystick assim que elas aparecem. É importante frisar que além do material experimental apresentado foram ainda apresentados 42 pequenos parágrafos com a função de distrair os sujeitos. Enquanto estes pequenos parágrafos eram ouvidos, o que aparecia na tela poderia ser um logatoma (uma não-palavra) como por exemplo, *lidro*. Esses trechos distratores têm o papel de evitar que os sujeitos percebam qual estrutura está sendo focada no experimento e também o de possibilitar a alternância entre palavras e não palavras para dar sentido à tarefa. Os tempos de reação para a tomada de decisão (isto é, os tempos que os sujeitos levaram para reconhecer as palavras em cada ponto) são gravados e comparados estatisticamente por meio de análise de variância (ANOVA). Os resultados indicam que o nome próprio ligado à expressão nominal indefinida é ativado por sua reintrodução e permanece ativado até o momento de processamento do verbo. Um outro experimento conduzido diz respeito à comparação dos tempos de leitura (através de um experimento de leitura auto-cadenciada) em situações em que o indefinido é anafórico em comparação com outras situações em que ele introduz o novo. Esse experimento também indica que a leitura de expressões potencialmente anafóricas (sejam indefinidas ou definidas) é mais rápida do que as expressões nominais que introduzem referente. Além de apresentar os resultados dos experimentos, propomos que a semântica do artigo indefinido é a de especificação de tipo, ao invés da introdução de referentes novos no discurso. Há abundância de exemplos em que a leitura anafórica acontece ao lado de uma leitura genérica, o que evidencia, como discutiremos, que a identificação da categoria é mais importante no processamento desse tipo de expressão nominal do que o estabelecimento de novos endereços na memória discursiva. Paralelamente, vamos discutir questões metodológicas relacionadas ao uso de técnicas experimentais para o estudo do texto.

CUNHA LIMA, M. L. *Indefinido, Anáfora e Construção Textual da Referência*. 2004. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 2004.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction*. Cambridge: MIT Press, 1994.

FRANÇOZO, E.; CUNHA LIMA, M. L.; COELHO, O. Brincando com a linguagem e criando sentidos, ou cognição distribuída e emergência da linguagem. In: *Multiciência*, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.multiciencia.unicamp.br>.

KEIBER, G. *L'anaphore associative*. Paris: PUF, 2001.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do Texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. Expressões nominais indefinidas e a progressão referencial. In: *Revista Planalto*, n.1, 2002b, p. 118-125.

MONDADA, L. *Versalisation de l'espace et fabrication de*

*savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne, Tese de Doutorado, 1994.

SCHWARZ, M. *Indirekte Anaphern in Texten: Studien zur domängenbundenen Referenz und Körenz im Deutschen*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, 2000.

VAN DIJK, T. (Ed.). *Macrostructures*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980.

VAN DIJK, T. (Ed.). *Discourse as Structure and Process*. Londres: Sage, 1997.

### A cooperação entre os hemisférios cerebrais no processamento do discurso

Lilian Cristine Scherer

[lilianscherer@hotmail.com](mailto:lilianscherer@hotmail.com)

Universidade Santa Cruz do Sul / Universidade Federal de Santa Catarina

Estudos sobre a dinâmica dos hemisférios cerebrais no processamento do discurso através de técnicas de neuroimagem, mais especificamente através da imagem de ressonância magnética funcional (IRMf) e de Topografia por Emissão de Pósitrons (TEP), datam de poucas décadas. Inicialmente, estes estudos concentravam-se no processamento linguístico durante a produção ou compreensão de palavras e sentenças, o que faz com que pouco ainda se conheça sobre o que ocorre nos hemisférios cerebrais enquanto um indivíduo lê ou produz textos. Nossa compreensão do processamento do discurso é ainda mais limitada se considerarmos os indivíduos bilíngües. Como mais da metade da população mundial é multilíngüe (Grosjean, 1994), o estudo do processamento linguístico por bilíngües, normal ou com desordens desenvolvimentais ou adquiridas, é relevante.

Um bilíngüe não é a soma de dois monolíngües em uma pessoa (Grosjean, 1989). Esta visão advém de uma cultura monolíngüe equivocada, a qual desconsidera o fato de que bilíngües adquirem a L2 (língua estrangeira ou segunda língua) para diferentes propósitos, em diferentes domínios da vida e com diferentes pessoas (Fabbro, 2001), por isso nem sempre é alcançando um perfeito domínio das línguas nas quatro habilidades (fala, escrita, compreensão oral e leitura) ou nos seus diferentes componentes, como o fonológico ou o sintático, por exemplo. O estudo da linguagem em bilíngües é desafiador não só por ter de considerar esta variabilidade, mas também pela co-ocorrência de outros vários fatores determinantes da organização cerebral das línguas. Dentre estes fatores, destacam-se a idade de aquisição da L2 (Perani *et alii*, 1998; Dehaene *et alii*, 1997) embora não haja consenso entre pesquisadores quanto à ação deste fator por ser difícil isolá-lo da forma de aquisição da L2 e da proficiência adquirida), a forma de aquisição da L2 (se em exposição informal ou em contexto formal), o nível de proficiência na L2 (o uso efetivo e a exposição à L2, especialmente à instrução formal (Bialystok, 1997; Fledge, 1998), a idade (Ansaldi, 2005), bem como fatores motivacionais relacionados à aquisição e uso da L2. Em termos gerais, evidências experimentais indicam que 1) o nível de proficiência na L2 e seu uso efetivo são mais relevantes em termos da computação da L2 do que a idade de aquisição desta língua e que 2) parece haver uma superposição das duas línguas quando a proficiência na



segunda é atingida (Perani *et alii*, 1998; Bialystok, 1997).

A presente comunicação tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre o processamento do discurso em seus três níveis (a macro-, a micro-estrutura e o modelo situacional (Kintsch, 1998)) por falantes bilíngües com intermediário nível de proficiência na L2 (inglês = L1 e francês = L2), desenvolvida com o auxílio de imageamento ótico (IO ou NIRS – *Near Infra-Red Spectroscopy*). Dois grupos de participantes foram analisados, um de falantes nativos de francês (G1) e outro, de falantes nativos de inglês com moderada proficiência em francês, cuja L2 foi adquirida após a idade de 7 anos (G2) e que foram expostos à L2 sob forma de imersão por no mínimo 2 anos, incluindo instrução formal na L2. Todos eram destros, com média de idade e de escolaridade equivalentes. Quanto ao método utilizado, o material constituiu-se de 36 pequenas narrativas em francês, seguidas de sentenças a serem julgadas verdadeiras ou falsas, abordando cada uma um dos três níveis do discurso. Procedimento: Dados comportamentais de tempo de resposta e de acurácia, registrados pelo programa Eprime, e os de neuroimagem (Imageamento Ótico) foram coletados simultaneamente, enquanto participantes liam os textos e julgavam as sentenças a eles relacionadas como sendo verdadeiras ou falsas. A apresentação dos textos se deu em blocos. Os resultados mostram diferenças estatísticas significativas entre os grupos em termos de acurácia na compreensão da macro-estrutura, bem como no tempo de resposta para o processamento da micro- e da macro-estrutura. O grupo G2 apresentou maior tempo de resposta e uma maior acurácia no processamento da micro-estrutura em relação aos outros dois níveis. Resultados de neuroimagem apontam para uma mais intensa e estendida ativação frontal e temporal no hemisfério direito (HD) nos participantes deste grupo, especialmente na compreensão da macro-estrutura. Este resultado corrobora achados de estudos anteriores, que revelaram uma maior ativação do HD no processamento lingüístico em moderada proficiência na L2 (Perani *et alii*, 1998; Dehaene *et alii*, 1997). O grupo não-proficiente também apresentou uma ativação mais pronunciada em regiões do hemisfério esquerdo (HE) no processamento dos três níveis do discurso. Futuros estudos são necessários para testar e ampliar o conhecimento já alcançado sobre o processamento lingüístico por bilíngües, em especial no nível do discurso, área menos explorada. O emprego de diferentes técnicas de neuroimagem adequadas para investigar este nível de processamento, incluindo o Imageamento Ótico, cuja eficiência para este fim já foi demonstrada (Scherer *et alii*, 2006), possibilitará que cada vez mais se desvelem as bases neuronais deste processo.

GROSJEAN, F. Individual bilingualism. In: ASHER, R. E. (Ed.), *The encyclopaedia of language and linguistics*, p. 1656-1660. Oxford, UK: Pergamon Press, 1994.

GROSJEAN, F. Neurolinguistics, beware! The bilingual is not two monolinguals in one person. *Brain and Language*, 36, p. 3-15, 1989.

FABBRO, F. The Bilingual Brain: Bilingual Aphasia. *Brain and Language*, 79, p. 201-210, 2001.

PERANI, D.; PAULESU, E.; SEBASTIAN-GALLÉS, N.; DUPOUX, E.; DEHAENE, D.; BETTINAEDI, V.; CAPPAS, S.; FAZIO, F.; MEHLER, J. The bilingual brain: Proficiency and age of acquisition of the second language. *Brain*, 121: p. 1841-1852, 1998.

DEHAENE, S.; DUPOUX, E.; MEHLER, J.; COHEN, L.; PAULESU, E.; PERANI, D.; VAN DE MOORTEL, P.; LEHERICZY, S.; LE BIHAN, D. Anatomical variability in the cortical

representation of first and second language. *Neuroreport*, 8: p. 3809-3815, 1997.

BIALYSTOK, E. The structure of age: in search of barriers to second language acquisition. *Second Language Research*, 13, 2, p. 116-137, 1997.

FLEDGE, J. E.; YENI-KOMSHIAN, G.H.; LIU, S. Age Constraints on Second-Language Acquisition. *Journal of Memory and Language*, 41, p. 78-104, 1999.

ANSALDO, A. I.; MONCHI, O.; ROY, Y.; DOYON, J. The neural correlates of imageability and grammatical class in elderly subjects: An event-related fMRI study. *Brain and Language*, 95, 1: p. 78-79, 2005.

KINTSCH, W. *Comprehension: a paradigm for cognition*. New York: Cambridge University Press, 1998.

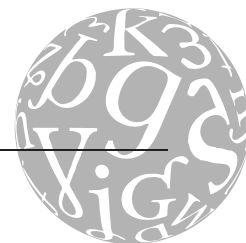
SCHERER, L.C.; GIROUX, F.; LESAGE, F.; SENHADJI, N.; SKA, B.; BENALI, H.; JOANETTE, Y. The impact of aging and language proficiency on the interhemispheric dynamics for discourse processing. *12th. Annual Meeting Human Brain Mapping*, Elsevier, vol. 31, Supplement 1, ISSN 1053-8119, p. S115, 2006.

### Processamento lexical: reflexão crítica sobre os experimentos com neuroimagem, à luz de uma perspectiva sócio-cognitiva de linguagem

Rosana do Carmo Novaes Pinto

ronovaes@terra.com.br  
UNICAMP

Este trabalho terá como escopo de análise questões relativas ao processamento lexical, discutindo hipóteses formuladas a partir de dados obtidos com neuroimagem sobre a organização e acesso ao léxico. Vêm aumentando consideravelmente, nas duas últimas décadas, o número de pesquisas realizadas com o auxílio da Ressonância Magnética Funcional (RMf) em sujeitos com ou sem lesão cerebral e pesquisas por meio do método de estudo que correlaciona resultados de avaliações metalingüísticas – dentre as quais os testes de nomeação e de categorização, por exemplo – a achados tomográficos de sujeitos cérebro-lesados, obtidos por meio da Topografia por Emissão de Pósitrons (TEP). As pesquisas sobre o processamento lexical situam-se dentro de um projeto mais amplo nas neurociências que visam um mapeamento das funções cognitivas no córtex cerebral, sobretudo da linguagem. Enquanto parte da comunidade acadêmica afirma a impossibilidade de se correlacionar diretamente os resultados dos experimentos metalingüísticos a áreas específicas do córtex – corrente à qual me filio – outros postulam tal correlação, respaldados fortemente pelas pesquisas quantitativas e estatísticas com o uso da neuroimagem. O objetivo deste trabalho será o de avaliar criticamente as hipóteses que têm sido formuladas sobre essas questões, uma vez que a metodologia – embora represente um avanço em relação às pesquisas feitas até o final da década de 80 – ainda desconsidera o desenvolvimento das teorias lingüísticas ao longo da segunda metade do século XX, sobre o funcionamento da linguagem: sua natureza sócio-histórico-cultural, os fatores pragmáticos e discursivos que atuam na seleção dos recursos do sistema lingüístico. Todos esses fatores são indissociáveis no momento da realização de atividades lingüísticas e mesmo metalingüísticas



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

e também indissociáveis de outras funções complexas, como a memória. Formulações como as feitas por Luria (1977), principal expoente da neuropsicologia soviética, a partir dos pressupostos de Vygotsky, sobre a dinâmica do cérebro e das funções cognitivas complexas não são contempladas nos experimentos realizados nas neurociências. Muitas vezes, não se considera, nos trabalhos recentes, os limites inerentes ao próprio método, como o fato de que, durante a realização do exame de RMf, o indivíduo não pode se mover, nem falar. A maioria dos experimentos é realizada apenas com a possibilidade de se apertar alguns botões enquanto palavras ou frases são projetadas em uma tela. Ainda com relação à metodologia, destaca-se a necessidade de se discutir a utilização dos testes de nomeação e de categorização lexical, cujos resultados têm influenciado as teorias psico/neurolingüísticas acerca do assunto. Goodglass; Kaplan (1985), autores da Bateria de Boston, uma das mais utilizadas atualmente em vários centros de pesquisa e clínicas neuropsicológicas, postulam alguns objetivos centrais para a sua utilização: o primeiro estaria ligado à justificativa de se poder diagnosticar o tipo de afasia ou declínio cognitivo, orientando condutas terapêuticas; o segundo objetivo está mais relacionado à importância da descrição do fenômeno como uma *síndrome*, por meio do levantamento dos sintomas, na tentativa de corroborar ou propor modelos psicolingüísticos de processamento ou para “localizar” os substratos neurais responsáveis pelo armazenamento de um léxico mental e pelo seu processamento. Os escores quantitativos dos testes aplicados a sujeitos com alterações de linguagem – afásicos ou com diagnósticos de demências de vários tipos (dentre as quais a de Alzheimer), buscam apontar se um desses sintomas seria o que tradicionalmente se designa por *anomia* ou dificuldades para encontrar palavras (WFD). Por um lado, tais pesquisas avançam em relação à literatura clássica, ao confirmarem que o processamento lingüístico não se limita às áreas de Broca e Wernicke; por outro, sugerem que há correlatos anatômicos específicos para o processamento de cada categoria de substantivos: nomes próprios, animais, instrumentos, etc. Grande parte dos trabalhos ocupa-se, ainda, de questões relacionadas ao processamento dos conceitos – ou da relação entre o nome (ou o significante) e seu conceito, apontando, dentre outras coisas, para a participação do hemisfério direito nessa dinâmica. Outros trabalhos voltam-se também para a ativação das áreas motoras do córtex pré-frontal no processamento dos verbos. Sintetizando o que foi acima colocado, verifica-se uma tendência que poderíamos chamar de “neo-localizacionista” nas pesquisas sobre o processamento lingüístico. Orientada por teorias enunciativo-discursivas de linguagem e uma abordagem sócio-cognitiva de seu funcionamento, este trabalho propõe desenvolver uma reflexão crítica sobre esta tendência. Os dados que serão apresentados visam possibilitar a comparação dos resultados da aplicação de testes metalingüísticos – como o de nomeação da Bateria de Boston, com sujeitos afásicos e outros com suspeitas de demências em estágios iniciais, aos dados obtidos em situações dialógicas entre esses sujeitos. Além dos escores, consideram-se ainda para as análises os comentários feitos pelos sujeitos durante a aplicação dos testes – sobre suas dificuldades, sobre o próprio teste e sobre os *erros*, que são apenas quantificados nos escores finais, nunca analisados qualitativamente. Espera-se, com o desenvolvimento da presente pesquisa, a possibilidade de se propor uma abordagem teórica sobre o processamento lingüístico, e mais especificamente sobre o acesso lexical, compatível com a concepção de linguagem orientada pelas

teorias enunciativo-discursivas.

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução feita a partir do francês por PEREIRA, M. E. G. São Paulo: Martins Fontes, 1929/1997.
- COUDRY, M. I. H. *Diário de Narciso – discurso e afasia*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DAMASIO, A. What a difference a decade makes. In: *Current Opinion in Neurology*, 20. Rapid Science Publishers. Iowa, USA, p. 177-178, 1997.
- DAMASIO, A.; TRANEL, D. Nouns and verbs are retrieved with differently distributed neural systems. In: *Neurobiology*. Vol. 90, p. 4957-4960, USA, 1993.
- DAMASIO, H. *et al.* A neural basis for lexical retrieval. In: *Nature*, vol. 380, p. 499-505, USA, 1996.
- DAMASIO, H.; TRANEL, D.; GRABOWSKY, T. Neural systems behind Word and concept retrieval. In: *Cognition* 92, p. 179-229. Elsevier, USA, 2004.
- LURIA, A. R. *Neuropsychological studies in aphasia*. Sweets & Zeitlinger B. V. Amsterdam, 1977.
- NOVAES-PINTO, R. *Agramatismo: uma contribuição para o estudo do processamento normal da linguagem*. Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP. Campinas, SP, 1992.
- TRANEL, D. Neurology of language. In: *Current Science Ltd* ISSN 0951-7383, USA, 1992.
- TRANEL, D. *et al.* Effects of noun-verb homonymy on the neural correlates of naming concrete entities and actions. In *Brain and Language* 92, p. 288-299, 2005.

### 3.10.4 Pôsteres

#### Aspectos prosódicos do Qu in-situ no português brasileiro

Wendy Barile

wbarile@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O projeto pretende estudar, através de experimentos psicolingüísticos de julgamento imediato de gramaticalidade, os efeitos prosódicos na compreensão de frases com Qu *in-situ* em ilhas sintáticas no português brasileiro. De acordo com Kitagawa; Fodor (2006), uma mudança na prosódia pode tornar gramatical uma frase que, com prosódia *default*, seria agramatical, tornando crucial, portanto, considerações prosódicas nos estudos gramaticais. Kato (2004) diz que os efeitos da entonação ascendente e descendente em construções com Qu *in-situ* em português são diferentes. A construção com entonação ascendente caracteriza uma pergunta *eco*, enquanto que a construção com entonação descendente seria uma interrogativa aparentemente *in-situ*. Pretendemos testar a gramaticalidade de estruturas em que elementos Qu aparecem em ilhas, tais como:

- relativa Você escreveu a mensagem que dizia o quê?
- factiva A sua filha lamenta que você não trouxe quem?
- adjunto Ele esteve aqui sem avisar quem?
- sujeito sentencial É possível que o Pedro tenha convidado quem?



Nossa hipótese é a de que apenas as estruturas com entonação descendente são sensíveis à condição de subjacência, devendo por isso, serem julgadas como agramaticais. Já as frases com entonação ascendente deverão ser livres para aparecer em ilhas, prevenendo-se, portanto, que sejam julgadas como gramaticais. Além disso, testaremos se leituras silenciosas e em voz alta obterão julgamentos diferentes.

O projeto foi dividido em 3 experimentos:

Experimento 1 – Julgamento de gramaticalidade com leitura silenciosa. Pretendeu-se verificar se ocorreria a projeção da prosódia característica de pergunta eco na cadeia escrita.

Experimento 2 – Julgamento de gramaticalidade com leitura silenciosa e em voz alta. Procurou-se com este estudo sondar se os julgamentos de gramaticalidade variariam sistematicamente antes e depois da leitura em voz alta.

Experimento 3 – Julgamento de gramaticalidade com *input* oral. Pretende-se descobrir se a prosódia explícita influenciará significativamente as decisões de gramaticalidade rápidas, obtendo-se índices de aceitação maiores e tempos de decisão mais rápidos nas perguntas ecos (entonação ascendente) do que nas perguntas com aparente *qu in-situ* (descendente).

No primeiro estudo, frases de controle (com *qu in-situ* fora de ilhas) e experimentais (contendo *qu in-situ* dentro de ilhas) foram analisadas assim como seus tempos de resposta. Os índices das frases de controle e experimentais foram submetidos a um teste de proporção em uma tabela de contingência (Chi quadrado), que indicou preferências significativas para as frases de controle ( $X^2 = 116.8$ ,  $p < 0.0001$ ). Obteve-se como resultado uma aceitação de 88% para as frases de controle. No entanto, nas frases experimentais o índice de aceitação reduziu-se a 52%, expondo uma tendência não definida em relação às frases com *Qu in-situ* em ilhas. A diferença entre os índices comprova que a menor aceitação das experimentais não se deve ao *Qu in-situ*, e sim à presença deste dentro das ilhas. Pretendemos expor também outras análises e resultados no que se refere às médias dos tempos e tipos de ilha. Posteriormente, será efetuado também o terceiro experimento dando prosseguimento à pesquisa.

CHOMSKY, N. On *wh*-movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (Ed). *Formal Syntax*. New York: Academic Press. p. 71-132, 1977.

J. R. ROSS. *Constraints on Variables in Syntax*. PhD thesis, MIT, 1967.

KATO, M. *Two types of wh-in-situ in brazilian Portuguese*. Gurt/2004

KITAGAWA, Y; FODOR, J. D. Prosodic influence on syntactic judgments. In: FANSELOW, G.; FERY, C.; VOGEL, R.; SCHLESEWSKY, M. (Ed.). *Gradience in Grammar: Generative Perspectives*, Oxford University Press, Oxford, UK, 2006.

## Processamento da concordância na leitura auto-monitorada de orações relativas por crianças disléxicas

Luciana Mendes Pereira

lmendespereira@uol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este estudo pretende analisar o processamento da leitura em crianças com dislexia, a fim de verificar se elas possuem a mesma sensibilidade à concordância morfológica entre o sujeito e o verbo nas sentenças em comparação com crianças não disléxicas. A compreensão da concordância será examinada em estruturas em que uma oração relativa está apostada a um sintagma nominal complexo, analisando-se a leitura auto-monitorada e as respostas a perguntas interpretativas feitas por crianças com e sem dislexia, entre nove e onze anos, inseridas em escola regular particular, freqüentando 3a ou 4a série do ensino fundamental. A estrutura sentencial utilizada está exemplificada abaixo, com suas respectivas variações:

Sing-Pl- Sing	João procurou/ o amigo dos adultos/ que chegará/ de carro.
SPP	João procurou/ o amigo dos adultos /que chegarão/ de carro.
PSS	João procurou/ os amigos do adulto/ que chegará/ de carro.
PSP	João procurou/ os amigos do adulto/ que chegarão/ de carro.

A Word Federation of Neurology define dislexia por “trans-torno manifestado por dificuldade na aprendizagem da leitura, apesar de instrução convencional, inteligência adequada e oportunidade sócio-cultural” (CRITCHLEY, 1975, apud ELLIS, 2001; PINHEIRO, 1994). Então, entende-se que a dislexia não envolve componentes ligados à inteligência, ou está relacionada a fatores sociais ou culturais, é um distúrbio intrínseco ao mecanismo de leitura do indivíduo. O objeto de estudo, neste momento, é a “dislexia do desenvolvimento” – caracterizada por falhas no desenvolvimento e aquisição da leitura, envolvendo deficiências em habilidades necessárias ao aprendizado da mesma. Difere da perda ou prejuízo de parte ou partes do processo normal de leitura em consequência de um dano cerebral, que se denomina “dislexia adquirida”. Algumas pesquisas com orações relativas em indivíduos sem dislexia observaram que pode haver uma assimetria entre o processamento do singular e plural nas concordâncias verbais das orações relativas. Argumenta-se que isto ocorre porque a construção plural é especificada, e a singular é não-especificada (DEEVY, 2000). Várias pesquisas têm sido desenvolvidas na investigação do processamento da leitura em crianças disléxicas, sendo estes estudos de enfoque fonológico. Isto ocorre por considerar que os demais níveis lingüísticos podem ser afetados apenas secundariamente ao fonológico, por influência do efeito cascata no fluxograma da organização da linguagem. Recente pesquisa de julgamento de gramaticalidade da concordância sujeito/verbo em sentenças verificou, no entanto, que crianças holandesas disléxicas, comparadas com as não disléxicas, apresentam menor sensibilidade ao efeito de concordância em orações simples, mesmo quando comparadas com crianças de mesmo nível de leitura (RISPENS, 2004).

Nesta pesquisa, sobre a leitura de orações relativas por crianças disléxicas em comparação com as não disléxicas,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

em primeira análise, espera-se observar que os tempos de leitura dos informantes disléxicos sejam mais demorados em relação àqueles dos controles. Espera-se também que as crianças com dislexia apresentem menor sensibilidade à concordância entre o sujeito e o verbo nas orações relativas do que as não disléxicas e que também prefiram a concordância mais baixa ou local para este tipo de sentença.

ELLIS, A. W. *Leitura, Escrita e Dislexia – uma análise cognitiva*. Porto Alegre, 2. ed., 2001.

DEEVY, P. L. Agreement checking in comprehension: evidence from Relative Clauses. *Journal of Psycholinguistic Research*, vol. 29, no I, 2000.

MAIA, M. FINGER, L (Org.). *Processamento da Linguagem*. Pelotas: EDUCAT, 2005. 535p.

PINHEIRO, A. *Leitura e escrita: uma abordagem cognitiva*. Campinas: Editorial Psy II, 1994.

RISPENS, J. *Syntactic and Phonological Processing in Developmental Dyslexia*. Tese de dissertação de doutorado em linguística defendida na BCN (Behavioral and Cognitive Neurosciences) in Groningen, 2004. ISSN 0928-0030.

---

### Processamento de leitura em crianças com dislexia fonológica

Clara Oliveira Esteves

claraesteves@ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Apesar de não ser o principal fator que caracteriza a dislexia fonológica do desenvolvimento, a dificuldade no acesso lexical comumente é encontrada em crianças com tal patologia. Além disso, vários estudos demonstram inúmeras variáveis linguísticas que podem interferir no acesso à forma escrita da palavra e, conseqüentemente, na leitura como um todo, tais como: frequência, regularidade e comprimento da palavra, contexto, entre outros. Assim, este trabalho tem como objetivo avaliar a habilidade de acesso lexical em crianças disléxicas, além de investigar efeitos de frequência, regularidade e comprimento na leitura de palavras isoladas dessas crianças, comparando-as com um grupo controle.

Para tal investigação, aplicamos dois testes em ambos os grupos: decisão lexical (DL), com o qual obtivemos tempos referentes à leitura e à decisão lexical acoplados, e leitura auto-monitorada (LAM), com o qual pudemos isolar os tempos de leitura, comparando-os com os do primeiro teste, e avaliando o tempo correspondente apenas à decisão metalingüística.

Nossos resultados nos indicaram que o grupo de disléxicos obteve tempos de leitura das palavras, tempos de decisão lexical e taxa de erro na decisão lexical significativamente maiores do que o grupo controle. Encontramos os efeitos de frequência, regularidade e comprimento de palavra para ambos os grupos, além de uma diferença significativa entre os tempos de decisão lexical de palavras e não-palavras, sendo as últimas mais demoradas.

Como foi explicitado, pudemos observar um grande prejuízo no grupo de crianças com dislexia: além da sua enorme dificuldade na leitura (que resultou em tempos de leitura

maiores do que dos outros grupos), ainda encontramos um significativo rebaixamento na capacidade metalingüística. Para explicar esse resultado, temos duas hipóteses: (a) crianças com dislexia do desenvolvimento podem ter realmente uma dificuldade intrínseca no acesso lexical, o que pode ser observado em alguns testes de nomeação; (b) esse resultado prejudicado no teste de decisão lexical se deve à dificuldade de leitura, que levaria a uma falta de compreensão das palavras, elicitando a decisão incorreta.

Para testar estas hipóteses, estamos dando continuidade a esse estudo, aplicando experimento de decisão lexical com *input* auditivo para que possamos eliminar a interferência da leitura e avaliar puramente a escolha metalingüística.

Também é nosso objetivo futuro a investigar de modo mais detalhado os erros morfológicos encontrados em crianças disléxicas, o que tem sido objeto de estudo de um número crescente de estudiosos. Na literatura internacional, uma discussão comum nessa área é se esses erros são uma conseqüência de um déficit no processamento morfológico e se eles de alguma forma refletem “princípios morfológicos” de organização do léxico. Assim, pretendemos contribuir para essa discussão com novos achados em crianças brasileiras.

HABIB, M. The neurological basis of developmental dyslexia: an overview and working hypothesis. *Brain*, Vol. 123, p. 2373-2399, 2000.

PINHEIRO, A. M. V. *Leitura e escrita: uma abordagem cognitiva*. 1. ed., Editorial Psy II; Campinas, SP, 1994.

DRUKS J; FROUD, K. *The syntax of single words: evidence from a patient with a selective function word reading deficit*. *Cognitive Neuropsychology*, 19 (3), p. 207-244, 2002.

MAIA, M. & FINGER, I. *Processamento da Linguagem*. 1. ed. EDUCAT, Pelotas, RS, 2005.

MITCHELL, D. C. In CARREIRAS, M.; CLIFTON, C. *The on-line study of sentences comprehension: Eyetracking, ERP's and beyond*. Psychology Press; New York, NY, 2004.

---

### Tempo de processamento de anáforas nominais em português brasileiro

Luciano Alves Lima

luciano.alves.lima@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Luíza Cunha Lima

O objetivo deste trabalho é medir o tempo de processamento de expressões anafóricas nominais no português brasileiro. O conhecimento dos tempos médios de processamento de anáforas em português brasileiro são atualmente muito deficientes e o preenchimento dessa lacuna cumpre a função de servir como referencial básico para outros experimentos em psicolinguística, especialmente, processamento de orações. Até hoje, utiliza-se no Brasil referenciais de língua inglesa (GERNSBACHER, 1994; MITCHELL, 1994; HABERLANDT, 1994), que não são aplicáveis a uma descrição do português por duas razões principais: 1) O inglês é predominantemente monossilábico, e portanto, os tempos de leitura tendem a ser menores e 2) O sistema de determinação do inglês difere bastante do português, sobretudo na morfologia. Para fazermos esse levantamento,





utilizaremos um experimento que consiste na medida do tempo de leitura de expressões nominais anafóricas. Os tipos de anáforas a serem testadas no primeiro momento são as anáforas nominais por sinonímia em contraste com as associativas, comparando ambas com o tempo de processamento de introdução de referentes novos. Montamos um experimento com o modelo de leitura auto-cadenciada (*self-paced reading*) que consiste na apresentação de orações na tela de um computador, palavra por palavra. O sujeito solicita a apresentação de novas palavras pressionando um botão em um *joystick*. O tempo que os sujeitos levam para ler cada palavra e requisitar a seguinte é medido em milésimos de segundo, gravado e posteriormente analisado estatisticamente. Para o nosso experimento, foi construído um conjunto experimental que consiste em 12 pares de orações. Na primeira oração de cada par, há a introdução de um referente que pode vir a ser retomado anafóricamente na oração seguinte. Ambas as ocorrências (antecedente e anafórico) aparecem na posição de sujeito. Além desse controle sintático, controlamos a distância entre o antecedente e o anafórico em número de sílabas, e o tamanho das expressões nominais (sempre dissílabas). Além dos itens experimentais, foram apresentados elementos distratores para que os sujeitos não consigam determinar qual é a tarefa de interesse para o experimento. Resultados preliminares indicam que grande parte do tempo de processamento ocorre no momento da leitura dos artigos de cada expressão nominal mais do que na leitura dos substantivos. Além do experimento descrito, pretende-se, em um momento futuro, realizar experimentos complementares com os tempos de processamento de pronomes e de expressões nominais introduzidas pelo demonstrativo. Espera-se assim a obtenção de dados que permitam estabelecer um referencial básico quanto aos tempos de resolução da anáfora no português e consequentemente trazer novos subsídios para a análise e/ou compreensão do processamento de elementos anafóricos à luz das diversas abordagens usadas na lingüística cognitiva.

GERNSBACHER, M. A. (Ed.) *Handbook of Psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, 1994.

HABERLANDT, K. Methods in Reading Research. In: GERNSBACHER, M. A. (Ed.) *Handbook of Psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, 1994, p. 1-31.

MITCHELL, D. C. Sentence parsing. In: GERNSBACHER, M. A. (Ed.) *Handbook of psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, 1994, p. 375-409.

## O efeito da frequência de ocorrência dos bigramas e da sílaba inicial no reconhecimento visual de palavras no português do Brasil

Francis Ricardo dos Reis Justi  
francisjusti@click21.com.br  
Universidade Federal de Pernambuco

Cláudia Nascimento Guaraldo Justi

**Introdução:** No estudo sobre o reconhecimento visual de palavras, a frequência de ocorrência dos bigramas é uma medida usada para tentar indexar pares de letras que são mais frequentes em determinadas posições das palavras e

que, desse modo, facilitariam o reconhecimento de uma palavra-alvo (ANDREWS, 1992; WHALEY, 1978). Ainda não está claro se a frequência dos bigramas de uma palavra-alvo tem algum efeito sobre o reconhecimento dessa palavra quando são controlados outros fatores, como o número de vizinhos ortográficos dessa palavra (ANDREWS, 1992). Não obstante, Justi e Pinheiro (2006), em um estudo realizado com a tarefa de decisão lexical para avaliar o efeito de vizinhança ortográfica no português do Brasil, hipotetizaram que a frequência de ocorrência dos bigramas poderia ter afetado os resultados de seu experimento. No entanto, como não tinham uma estimativa da frequência de ocorrência dos bigramas no português, não puderam dar suporte empírico a sua hipótese. Para avaliarmos a hipótese de Justi e Pinheiro (2006), no presente trabalho desenvolvemos uma estimativa da frequência de ocorrência dos bigramas das palavras de cinco letras do português do Brasil, presentes na contagem de frequência de ocorrência de palavras de Pinheiro (1996). Além disso, como pesquisas com falantes do Espanhol têm demonstrado um efeito da frequência das sílabas iniciais no reconhecimento de palavras (PEREA; CARREIRAS, 1998), decidimos estimar esse parâmetro também.

**Material:** Sorteamos vinte e cinco por cento das palavras de cinco letras de alta, média e baixa frequência de ocorrência presentes no trabalho de Pinheiro (1996) (palavras referentes à 4a série do Ensino Fundamental).

**Procedimentos:** Com base nessa amostra de palavras, calculamos a contrapartida logarítmica ( $\log_{10}X$ ) da frequência de ocorrência dos bigramas nas posições inicial, medial e final das palavras e a contrapartida logarítmica ( $\log_{10}X$ ) da frequência de ocorrência da sílaba inicial. Com esses dados em mãos, calculamos a frequência dos bigramas e a frequência de ocorrência da sílaba inicial das palavras do experimento de Justi e Pinheiro (2006).

**Resultados:** Uma análise de correlação parcial controlando o número de vizinhos ortográficos e o número de vizinhos de maior frequência das palavras (variáveis manipuladas no estudo de Justi e Pinheiro, (2006)) apontou uma correlação negativa entre a frequência de ocorrência dos bigramas e o tempo de reação ( $r = -0,24$ ,  $p = 0,03$  - unicaudal) e uma correlação positiva entre a frequência de ocorrência dos bigramas e a frequência de ocorrência da sílaba inicial das palavras ( $r = 0,31$ ,  $p = 0,01$  - unicaudal). No entanto, a frequência de ocorrência da sílaba inicial não se correlacionou com o tempo de reação ( $r = -0,08$ ,  $p > 0,27$  - unicaudal).

**Conclusão:** Considerando falantes do português do Brasil, esses resultados corroboram a hipótese de que quanto maior é a frequência de ocorrência dos bigramas de uma palavra-alvo, mais rápido é o seu reconhecimento. Além disso, a frequência de ocorrência da sílaba inicial das palavras não parece ter nenhum efeito significativo sobre o seu reconhecimento.

ANDREWS, S. Frequency and neighborhood effects on lexical access: lexical similarity or orthographic redundancy? *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, v. 18, n. 2, p.234-254, 1992.

JUSTI, F. R. R.; PINHEIRO, A. M. V. O efeito de vizinhança ortográfica no português do Brasil: acesso lexical ou processamento estratégico. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 40, n. 3, 2006.

PEREA, M.; CARREIRAS, M. Effects of syllable frequency and syllable neighborhood frequency in visual word recognition. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, v. 24, n. 1, p.134-144, 1998.

PINHEIRO, A. M. V. *Contagem de frequência de ocorrência e*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

*análise psicolinguísticas de palavras expostas a crianças na faixa pré-escolar e séries iniciais do 1º grau.* São Paulo: Associação Brasileira de Dislexia, 1996.

WHALEY, C. P. Word-Nonword classification time. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 17, p. 143-154, 1978.

### O que é agramatismo? Uma avaliação dos critérios de seleção de informantes em estudos sobre a produção agramática.

Renê Forster

rene.forster@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Clara Villarinho

Solange Lima

Elisabeth Cury

Grodzinsky (1990) afirma que os estudos sobre o agramatismo teriam como principal objetivo desvendar o funcionamento da língua na mente dos indivíduos normais. No entanto, a questão mais investigada se tornou a própria concepção do que seria o agramatismo, isto é, a natureza desta síndrome. Tal investigação, porém, tem levantado mais dúvidas do que certezas. Comumente, são encontradas na literatura divergências sobre quais seriam as informações gramaticais perdidas em função da síndrome (cf. FRIEDMANN; GRODZINSKY, 1997; PENKE, 2001). Mais divergentes ainda são as interpretações oferecidas para o déficit, dentre as quais, nos restringindo a duas, podemos citar a Hipótese da Poda da Árvore (cf. FRIEDMANN; GRODZINSKY, 1997), defendida por Friedmann e colegas, e a hipótese de Bastiaanse e outroa, que defendem um déficit relacionado à incapacidade de realizar movimentos (cf. BASTIAANSE; ZONNEVELD, 1998). Parte destas divergências pode ser atribuída a problemas na seleção de informantes afásicos considerados agramáticos. O presente trabalho tem o objetivo de fazer uma revisão de alguns artigos, com a finalidade de verificar como é realizado este procedimento. Os estudos em questão foram escolhidos em função de sua importância, envolvendo, desta forma, publicações de autores como Friedmann, Bastiaanse, Kok, Burchert, dentre outros. A maioria deles foi publicada num período que compreende o começo da década de 1990 até hoje, sendo, em geral, coletados da revista *Brain and Language*. Restringimo-nos a artigos que tratavam da produção agramática. Nos estudos que temos investigado, um dos primeiros problemas é a falta de testes de cunho lingüístico para a detecção do agramatismo. Em busca de categorizar seus informantes, os pesquisadores se valem de testes clínicos, que fornecem resultados imprecisos para uma análise lingüística. Outro problema é o de como considerar o local da lesão cerebral dos informantes como critério de seleção. Em função do mapeamento incipiente da sintaxe no cérebro, ainda é difícil afirmar quais áreas são responsáveis por quais aspectos da sintaxe, o que dificulta o estabelecimento de um critério. Ademais, quando se estabelece uma área como critério, também existe a dificuldade de encontrar afásicos com lesões exatamente circunscritas ao local desejado. O levantamento feito até agora mostrou que o critério fisiológico é problemático, principalmente em

estudos que investigam a relação mente-cérebro. Bastiaanse e Edwards (2004), por exemplo, dirigem as conclusões de seu estudo para a localização de aspectos da sintaxe no cérebro, sem, no entanto, serem criteriosos quanto ao local da lesão de seus informantes. Os autores investigam a área de Broca, mas escolhem informantes com lesões provavelmente muito variadas, já que o único dado considerado pelos autores foi o hemisfério em que a lesão ocorreu. Tal informação é demasiado imprecisa, especialmente num estudo com os objetivos pretendidos pelos autores. O nosso trabalho busca, além de mostrar um levantamento do processo de seleção de informantes, propor critérios para a realização deste procedimento, relacionando diferentes objetivos de pesquisa, com critérios de seleção próprios a cada um deles.

BASTIAANSE, R.; ZONNEVELD, R. van. On the Relation between Verb Inflection and Verb Position in Dutch Agrammatic Aphasics. *Brain and Language*, 64, p. 165-181, 1998.

BASTIAANSE, R.; EDWARDS, S. Word order and finiteness in Dutch and English Broca's and Wernicke's aphasia. *Brain and Language*, 89, p. 91-107, 2004.

FRIEDMANN, N.; GRODZINSKY, Y. Tense and Agreement in Agrammatic Production: Pruning the Syntactic Tree. *Brain and Language*, 56, p. 397-425, 1997.

GRODZINSKY, Y. *Theoretical perspectives on language deficits*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

PENKE, M. Controversies about CP: A comparison of language acquisition and language impairments in Broca's aphasia. *Brain and Language*, 77, p. 351-363, 2001.

### A seleção de informantes em estudos sobre a compreensão de afásicos de Broca: o que saber e como fazer

Clara Nóvoa Gonçalves Villarinho

clara.villarinho@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Solange Lima

Renê Forster

Elisabeth Cury

Em um trabalho realizado em um grupo que contava com dois profissionais de fonoaudiologia especializados no tratamento de indivíduos afásicos, 16 artigos sobre a compreensão de sentenças relativas foram revistos, com o intuito de se observar quais os critérios de seleção eram enfatizados por diferentes autores (incluindo aqueles que são referência nos estudos sobre o agramatismo (GRODZINSKY, 2000)) e como isso poderia influenciar os resultados obtidos nessas pesquisas. O que se observa é que muitos trabalhos, ao selecionarem pacientes, tomam como principal critério de seleção os padrões de fala e compreensão tradicionalmente definidos como agramáticos em avaliações não-lingüísticas, como o teste de Boston (GOODGLASS; KAPLAN, 1972), originalmente designadas ao diagnóstico para tratamento e que não necessariamente têm um comprometimento com especificidades lingüísticas ou com uma definição de localização (ou seja, um afásico que apresente padrão agramático de produção e compreensão pode ser diagnosticado afásico de Broca mesmo que sua lesão seja em outra área do cérebro).



Assim, o presente trabalho se propõe a apresentar uma proposta de critério de avaliação para a seleção de pacientes em estudos lingüísticos que tenha como elemento fundamental o local da lesão e que possa ainda conciliar os padrões agramáticos de compreensão. Este trabalho pretende, ainda, contribuir para a discussão freqüentemente levantada entre os autores dessa área a respeito da realização de estudos de caso ou estudos de grupo, já que, como se pôde observar na revisão realizada, a seleção de informantes com base apenas em seus perfis de desempenho lingüístico pode gerar incongruências ao se agruparem pacientes com lesões em locais diferentes, o que se reflete na variação entre indivíduos encontrada nos resultados de testes.

GRODZINSKY, Y. The Syntactic Characterization of Agrammatism. *Cognition*, 16, p. 99-120, 1984.

\_\_\_\_\_. The neurology of syntax: language use without Broca's area. *Behavioral and Brain Sciences*, 23, p. 1-71, 2000.

GOODGLASS, H.; KAPLAN, E. *Boston Diagnostic Aphasia Examination*. Philadelphia: Lea & Febiger, 1972.

## Semântica e Pragmática

### 3.11.1 Comunicações Coordenadas

#### Entre o dito, o não-dito e o interdito: estudos sociocognitivistas

Toda sociedade estabelece, por convenção, quais comportamentos devem ser considerados padronizados e, por isso mesmo, reconhecidos e quais caracterizam padrões não autorizados, devendo ser, portanto, discriminados. Assim, toda sociedade cria o que vamos denominar de *normas de conduta*, ou seja, *regras sociais convencionalizadas referentes a padrões de comportamento adequados a tipos específicos de situação*. São as normas de conduta que determinam quais tipos de comportamentos devem ser valorizados por um dado grupo social, quais valores sociais tendem a ser reforçados e, por isso, postos em relevo. Os comportamentos “desviantes” tenderão a ser omitidos.

A partir do momento em que nos inserimos dentro de um grupo social, vamos aprendendo a distinguir entre valores e desvalores e adquirindo estratégias de reforçar os primeiros e desprivilegiar os últimos. Como as teorias lingüísticas sempre tenderam ou a abstrair os falantes, idealizando-os, ou a abstrair os dados, isolando-os do contexto de interação, a delimitação sócio-cultural do ‘certo’ e do ‘errado’, em termos de comportamento dos indivíduos, raramente extrapolou a esfera dos estudos sociológicos. No entanto, dentro da abordagem sociocognitivista, a hipótese de que as normas de conduta devem se refletir indubitavelmente nas escolhas lingüísticas dos falantes é perfeitamente plausível.

Conforme Goffman (1983, p. 76), nos encontros sociais, os interlocutores tendem a estabelecer uma linha, isto é, um padrão de atos verbais e não verbais através dos quais expressam sua visão da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes, especialmente de si mesmos. Em busca de uma avaliação positiva, os interlocutores reivindicarão para si mesmos um valor social positivo, usando para tanto

algumas estratégias, designadas por Goffman de *estratégias de proteção de face*. Segundo ele, o estudo das estratégias de proteção da face revela, na verdade, as *regras de trânsito da interação social*. Dentre as semioses que sinalizam para os interlocutores a linha pretendida para a conversa, a semiose verbal tem papel preponderante. As escolhas lingüísticas feitas pelos falantes se devem, em grande parte, à percepção da moldura comunicativa que enquadra o discurso interativo, na qual devem ficar evidentes os papéis sociais dos interlocutores, o objetivo da atividade de fala, as faces reivindicadas.

Na análise da interdição por destransitivização verbal, a contribuição das Construções Gramaticais no processamento do significado sentencial é notória, pois são elas que, ao mesclarem suas propriedades às dos itens, viabilizam o acesso ao Modelo Cognitivo Idealizado de Interdição, que disponibiliza específicas instruções pragmáticas, capazes de orientar os usuários da língua sobre a adequação do seu discurso em relação à situação de interação da qual participam.

No que diz respeito às piadas, essas narrativas, ao que parece, fornecem uma arena relativamente segura para expressar agressividade, insultos ou outros tópicos que são inaceitáveis socialmente. Freud, quando compara as técnicas dos chistes com aquelas já descobertas nos sonhos, chama a atenção para o caráter de ‘ocorrência voluntária’ que sobressai no chiste e para a surpresa com que ele nos toma. Fischer (1889, apud FREUD, 1905), ainda, define o chiste como apresentação de qualquer coisa oculta ou escondida.

Considerando as construções de discurso reportado que recriam verbalmente pensamentos anteriormente elaborados, mas não proferidos, cabe salientar que o dito da cena de reportagem se ancora no não-dito da cena original, momento este vinculado ao processo de evitação na elaboração de face (GOFFMAN, 1980). A partir de ocorrências como ‘Aí eu falei (pensei): Coitado!’, constata-se ainda que tais construções se instanciam com base em processos figurativos, como a metáfora *pensamento é fala* e a metonímia *falar por pensar* (ROCHA, 2006, no prelo). Isso revela como o falante concebe cotidianamente as relações entre linguagem e pensamento.

BARCELONA, A. (Ed.) *Metaphor and metonymy at the crossroads*. A cognitive perspective. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2000.

FAUCONNIER, G. *Mappings in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977 [1905].

GOFFMAN, E. A elaboração da face. In: FIGUEIRA, S. (Org.). In: *Psicanálise e Ciências Sociais*. Tradução de J. Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 76-114.

\_\_\_\_\_. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: Age, 1998. p. 11-15.

GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

LAKOFF, G. Cognitive models and prototype theory. In: MARGOLIS, E. & LAURENCE, S. (Eds.) *Concepts-core readings*. Massachusetts: The MIT Press, 1999.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.



## Interdição e construções gramaticais

Lucilene Hotz Bronzato

lhotz@uol.com.br  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Nosso trabalho procura, a partir da análise de um fenômeno lingüístico muito recorrente no Português Brasileiro contemporâneo, ressaltar a conveniência de se abordar a variabilidade das valências verbais dentro da perspectiva da Gramática das Construções e dos pressupostos básicos do Sociocognitivismo.

Torna-se evidente para nós que os predicadores verbais são capazes de evocar cenas conceptuais na mente dos falantes, tendo, pois, cada predicador agregado a si um esquema conceptual a partir do qual se pode derivar uma descrição de valência básica, isto é, uma descrição de valência cujas informações sintático-semânticas são capazes de garantir uma configuração sintática mais próxima ao esquema genérico imediatamente acessado pelo item verbal.

No entanto, além dos esquemas suscitados pelos predicadores lexicais, verifica-se, nessa análise, que também as construções gramaticais, especificamente aquelas representadas no nível sintagmático por sentenças simples, amalgamam, além de uma forma particular, um dado significado abstrato, constituindo, portanto, *esquemas conceptuais genéricos*.

Percebemos, então, que léxico e gramática não se dissociam, tendo os itens lexicais, apropriadamente denominados de *construções mínimas*, a mesma natureza das ditas *construções gramaticais maximizadas*. Assim, se as entradas lexicais, enquanto unidades categoriais, determinam restrições, por exemplo, quanto a contextos, usos, classes gramaticais, poder-se-á esperar que também as construções maiores operem da mesma forma.

A mesclagem das propriedades lexicais às propriedades construcionais leva-nos a propor um modelo de processamento do significado sentencial que represente a capacidade conexional da mente humana, ao associar e integrar as exigências tanto de itens quanto de construções. Esse processamento do significado sentencial simultaneamente, *top-down e bottom-up*, integrando diferentes domínios conceptuais, só é possível devido à operação cognitiva da mesclagem.

Ainda que as exigências dos itens e das construções sejam plenamente satisfeitas, propiciando a operação de mescla, o enunciado resultante é ainda confrontado com os estereótipos sociais, ou MCI's, que, além de definirem expectativas lingüisticamente marcadas, são capazes, como vemos, de influenciar no julgamento sobre a boa ou má formação de uma sentença.

O papel das molduras comunicativas revela-se muito mais decisivo na produção/interpretação do significado do que as teorias lingüísticas pré-sociocognitivistas foram capazes de admitir. A partir do reconhecimento da moldura comunicativa na qual se enquadram os enunciados, é que os usuários da língua fazem:

- 1) suas escolhas lexicais;
- 2) a seleção da construção gramatical na qual enquadrar tais itens;
- 3) a opção por um, entre vários sentidos construcionais possíveis, já que a polissemia é propriedade essencial nas

formas lingüísticas;

- 4) a designação dos papéis comunicativos dentro do discurso;
- 5) o julgamento sobre a adequação ou não, da interpretação calculável, a partir do enquadre que emoldura o discurso.

Assumidas as proposições principais da Gramática das Construções e também do Sociocognitivismo, partimos para a análise de um fenômeno de variabilidade de valência verbal bastante produtivo no português brasileiro contemporâneo: verbos cuja valência básica reserva espaço a um complemento à direita do predicador tendem a representar tal argumento na configuração sintática como *zero*, quando se tem uma moldura comunicativa na qual possam estar atuando algumas *normas de conduta sociais*. A observação das molduras otimizadas em relação à de-transitivização de predicadores transitivos nos leva a formular nossa primeira hipótese na qual consideramos a sinalização de alguma ação de *rompimento de conduta social* como motivadora da alteração de valência de predicadores.

Considerando os ambientes sintáticos em que a omissão do complemento verbal ocorre e também as conseqüências semântico-pragmáticas da de-transitivização dos verbos, elaboramos nossa segunda hipótese, estabelecendo que há no português do Brasil uma construção gramatical, que é sintaticamente configurada como SN1 V Ø (SP) e cujo significado a ela agregado pode ser genericamente referido por *rompimento de regra de conduta*. Denominamos, pois, tal construção de *construção gramatical de interdição*.

A partir da observação de que a construção de interdição ocorre tipicamente em molduras menos marcadas, em relação a um discurso formal, e otimizadas no que tange à ação das normas de conduta social, concluímos que a de-transitivização de predicadores, característica dessa construção de interdição, dá-se motivada por *uma estratégia de salvamento de face*, configurando, portanto, uma *ação de polidez positiva*. O fato, porém, de ser inequívoca a inferência do complemento ausente, seja porque o sentido *rompimento de norma de conduta* já esteja lexicalizada, seja porque ocorre o enquadramento da enunciação dentro de molduras otimizadas quanto à ação de normas de condutas sociais, põe em xeque a tese de que o material lingüístico explicitamente instanciado é determinante do foco de atenção, escolhido pelo falante, para enquadrar a cena evocada. No caso da construção de interdição, ao que parece, *o material lingüístico não instanciado é que direciona o enquadramento atencional*.

Portanto, nosso trabalho ratifica a necessidade de se tratar os fatos da linguagem a partir do sujeito que a enuncia e que dela se serve para diferentes propósitos. Esse sujeito, contudo, precisa ser concebido como alguém que está localizado, ou tenta se localizar, dentro de uma sociedade, de uma cultura ou mesmo dentro de um estereótipo que ele próprio reivindica de si. E a gramática está aí para, muitas vezes, 'desmascarar' esse sujeito, revelando as diferentes faces que ele se permite usar enquanto joga com o sentido das coisas que diz e que ouve.

BROWN, P. & LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FILLMORE, C. *On grammatical constructions*. Califórnia: UCB, 1988.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. In: GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis. Vozes, 1983.



\_\_\_\_\_. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P. M. (Orgs). *Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: Age, 1998. p. 11-15.

\_\_\_\_\_. Footing. In: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P. M. (Orgs). *Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em análise do Discurso*. Porto Alegre: Age, 1998. p. 70-97.

GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

LAKOFF, G. Cognitive models and prototype theory. In: MARGOLIS, E. & LAURENCE, S. (Eds.) *Concepts-core readings*. Massachusetts: The MIT Press, 1999.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, 4. (1). 1999b. p. 61-79.

## O indiscreto charme do humor: o chiste e a integração conceptual

Luciana Beatriz Bastos Ávila

lbbavila@yahoo.com.br

Universidade Federal de Viçosa

A idéia para desenvolver um trabalho sobre o discurso humorístico e, especificamente, sobre piadas deve-se a seu papel na dinâmica social, à fascinação que gera, por possuir um gênero que é, ao mesmo tempo prosaico e corriqueiro e, a despeito disso, um gênero que exige operações cognitivas complexas para sua produção e compreensão, para, a partir disso, fazer irromper o riso. A pesquisa nesse campo tem despertado (mesmo que em caráter periférico) o interesse de estudiosos de diferentes persuasões e diferentes áreas do saber, como a psicologia, a sociologia, a filosofia, a literatura. No entanto, sob a perspectiva da lingüística, os estudos ainda são limitados. O estímulo para perseverar com essa idéia surge do fato de que, no momento, temos pouquíssimos estudos descritivos no Brasil sobre o discurso humorístico e, principalmente, do fato de que temos em mãos uma nova teoria para abordá-lo – a Lingüística Sociocognitiva (SALOMÃO, 1997) –, oferecendo um novo ângulo de análise, que se mostra bastante produtivo. Da experiência “leiga” com piadas, isto é, como contadora e ouvinte dessas pequenas narrativas, e cultivando, ao mesmo tempo, um olhar lingüístico sobre o fato, depreendemos que a ambigüidade é um traço inerente a esse gênero discursivo. O foco se situa no processo de significação (*como* as piadas significam) e não na interpretação de piadas (*o que* significam). Este trabalho trata a técnica freudiana do chiste em termos da teoria cognitivista sobre integração conceptual ou mesclagem (FAUCONNIER, 1997; TURNER, 1996). A mesclagem é um conjunto de operações para combinar modelos cognitivos em uma rede de espaços mentais. Fauconnier e Turner (2002) mostram como a mesclagem ocorre em uma grande variedade de fenômenos cognitivos e desenvolvem uma elaborada teoria de integração conceptual, para explicar a representação de descrições compostas. Esse processo cognitivo é constituído de dois ou mais espaços-fonte, estruturados por informações de modelos cognitivos: um espaço genérico com estruturas comuns a esses domínios, um espaço-mescla formado por estruturas parciais de cada um dos espaços-fonte e, também,

estrutura emergente própria que se diferencia das dos outros espaços-fonte. A mesclagem envolve mapeamentos entre os diversos MCIs e a projeção parcial de estruturas conceptuais de espaço para espaço. Postula-se que tal concepção pode dar conta de explicar as técnicas de chiste propostas por Freud: condensação, múltiplo uso do mesmo material, duplo sentido e seus desdobramentos. Em *O chiste e sua relação com o inconsciente* (1905/1977), a partir de estudos de Lipps (1898) e Fischer (1889), Freud explica os propósitos dos chistes e define algumas de suas técnicas de construção. Ele analisa o chiste no que este apresenta de menos óbvio, a sua relação com o inconsciente. Esse autor estabelece as relações entre os chistes e a elaboração onírica com o objetivo de descobrir a fonte do prazer que se obtém do humor. A sua tese consiste em explicitar que o processo de formação do chiste é análogo ao do sonho. A relação chiste-inconsciente aparece no texto, inicialmente, como uma psicogênese do chiste, que revela, segundo o psicanalista, que a origem do prazer no chiste é o jogo com palavras e pensamentos na infância, que cessa tão logo a crítica ou a razão declara sua ausência de sentido. A tentativa aqui é conciliar tais técnicas com os diferentes processos que fazem parte da mesclagem: composição, completamento e elaboração. Para tanto, serão apresentados exemplos extraídos da própria obra de Freud. As evidências preliminares apontam para a possibilidade de associar a elaboração do chiste com o processo de mesclagem basicamente por força do reconhecimento, em ambos, dos domínios herdados. Por opção metodológica, não se pretende considerar o inconsciente freudiano do ponto de vista da subjetividade que sinaliza, mas focalizar a armação cognitiva subjacente ao chiste.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, A. (Ed.). *Conceptual structure, discourse, and language*. Stanford, CA: CSLI, 1996.

\_\_\_\_\_. Conceptual integration networks. *Cognitive Science* 22:2. 1998. p.133-187.

\_\_\_\_\_. *Conceptual projection and middle spaces*. UCSD Cognitive Science Technical Report 9401. Versão postscript disponível em <http://cogsci.ucsd.edu>, 1994. Acesso em: 20 ago. de 1999.

\_\_\_\_\_. *The way we think*. New York: Basic Books, 2002.

FREUD, S. *Psicopatologia da vida cotidiana*. Trad. Elias Davidovich. Rio de Janeiro: Delta, 1959 [1901]. v. IV.

\_\_\_\_\_. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977 [1905].

SALOMÃO, M. M. M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*; revista de estudos lingüísticos. Juiz de Fora, 1, 1. Julho/Dezembro, 1997. p. 23-39.

## Processos figurativos e interacionais da pseudo-autocitação

Luiz Fernando Matos Rocha

rochalfm@oi.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Embora a discussão sobre a (in)dependência entre linguagem e pensamento ainda esteja na pauta das elaborações teóricas deste século, pouco se refletiu sobre como o falante cotidiana e intuitivamente concebe essa relação. No Português Brasileiro, ele apresenta uma forma de sinalizar isso por meio do que venho chamando de construções de pseudo-autocitação. Ao proferir, por exemplo, 'eu falei (pensei): que beleza', o falante diz que falou, mas, de fato, pensou apenas. Ele estaria concebendo, figurativamente, pensamento em termos de fala, pois na interação original, a qual cronologicamente precedeu a do enunciado acima, ele preferiu se calar. Então, teríamos um uso epistêmico para o verbo *falar* no exemplo acima, muito comum em determinadas construções gramaticais de autocitação.

Com base nessas constatações, pergunto: (i) quais as razões cognitivas e interacionais para se optar por construções desse tipo? (ii) como a estrutura linguística fornece pistas para se estabelecer a interpretação adequada? (iii) como alguém pode se reportar dizendo que falou o que de fato não falou? (iv) que processos motivam o silêncio da cena que inspira a pseudo-autocitação?

Para sustentar as respostas, basicamente fundamento-me na Hipótese Sociocognitivista sobre a linguagem (BARCELONA, 2003; FAUCONNIER, 1994, 1997; FAUCONNIER e TURNER, 2002; LAKOFF e JOHNSON, 1999, 1980; LAKOFF e TURNER, 1989; SALOMÃO, 1999), que entende a cognição como fenômeno social e, ao mesmo tempo, biológico. Além disso, coletaram-se dados empíricos, em corpus de interação face-a-face, no sentido de ilustrar a discussão, que apresenta as seguintes conclusões:

(i) as construções de pseudo-autocitação sinalizam a existência de processos de base figurativa que licenciam a conceptualização de pensamento como fala;

(ii) a metáfora *pensamento é fala* e a metonímia *falar por pensar (parte/efeito pelo todo/causa)* estão em estreita relação com aspectos interacionais gerenciadores dos momentos de silêncio e fala, na transposição da cena original para a autocitação;

(iii) o processo de evitação descrito por Goffman (1980) faz com que o falante se silencie no primeiro momento, no sentido de proteger sua face, prosseguindo com a manutenção dela na cena em que reporta sua própria voz já sem impedimentos psicossociais;

(iv) pistas linguístico-cognitivas, como os dêiticos, ajudam a disparar inferências para o estabelecimento da interpretação adequada, a de que o falante pensou mas não disse;

(v) os moldes tradicionais de discurso reportado também são usados para reportar não só discurso mas pensamentos, não como meros indicadores de fala, mas como recursos altamente complexos de sinalização de perspectivas epistêmicas.

Cabe salientar que, do ponto de vista prosódico e interacional, tais instâncias de discurso reportado são emitidas preferencialmente com fluxo entonacional contínuo ao longo da construção, com possibilidade de aceleração do construtor de espaço mental (focalização) e de pausa para prefaciá-la encaixada. Os atributos supra-segmentais do discurso direto em primeira pessoa estão em consonância com suas tendências interacionais. Afinal de contas, manter um tom melódico próprio, sem variações tonais, de volume e de registro, condiz com o interagente que, ao se reportar, dispõe-se a manter e defender sua própria face no sentido de que, nesse tipo de construção, faz uso da reiteração para se sustentar socialmente. Tais constatações contribuem para endossar a relevância dos estudos que concebem a cognição em continuidade com aspectos sociais.

Enfim, muito se questiona academicamente a respeito da primazia da linguagem sobre o pensamento ou vice-versa. No entanto, cotidianamente, o fato de o falante selecionar o verbo *falar* em vez de *pensar*, quando reporta sua própria reflexão sinalizaria, pelo menos nesses casos, que o domínio mental que se tem da fala figura no domínio mental que se tem de pensamento; portanto, pensamento é fala interna. Jamais se pretende aqui afirmar que as concepções cotidianas do falante deslindam definitivamente a questão da (in)dependência entre pensamento e linguagem. O debate teórico deve se arrastar ao longo deste século. Sem levar em consideração o que os estudiosos preconizam sobre tais relações, o falante comum as conceitualiza como interdependente, o que de alguma forma condiz com a concepção sociocognitivista.

BARCELONA, A. (Ed.) *Metaphor and metonymy at the crossroads. A cognitive perspective*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2000.

FAUCONNIER, G. *Mappings in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. Nova York: Basic Books, 2002.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. In: FIGUEIRA, S. (Org.). In: *Psicanálise e Ciências Sociais*. Tradução de J. Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 76-114.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

\_\_\_\_\_. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (Geim), coord. Mara Sophia Zanotto e trad. Vera Maluf. Campinas: Mercado das Letras, 1980/2002. p.45, 93.

\_\_\_\_\_. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

ROCHA, L. F. M. *A construção da mimesis no reality show: uma abordagem sociocognitivista para o discurso reportado*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SALOMÃO, M. M. M. *O processo cognitivo de mesclagem na análise linguística do discurso*. Projeto integrado de pesquisa do Grupo 'Gramática, Cognição e Interação'. Juiz de Fora: UFJF, UFRJ e UERJ, 1999.

### Identidade e exclusão

As identidades são, via de regra, afirmadas/construídas a partir de exclusão. O propósito desta comunicação coordenada é explorar algumas das implicações da idéia de que as identidades são, todas elas, consolidadas a partir da negação, da exclusão, do Outro e de que identidade e exclusão são fases diferentes de uma mesma moeda. Gestos de radicalização das diferenças podem ser detectados em todas as políticas de discriminação social: a justificativa mobilizada é sempre demonizar o Outro, para impor a conclusão de que é preciso eliminá-lo como única forma de garantir a sobrevivência de si. Aliam-se a essa questão os 'novos movimentos sociais', que desafiavam o *establishment*, suas fronteiras e hierarquias, e que são motivados basicamente pela vontade



de afirmação da identidade dos seus pares e de suas formas de representação. A luta para a legitimação de identidades e de formas de representação tornou-se, assim, um importante fator de mobilização política e social cuja preocupação é não só a celebração das particularidades culturais desses grupos, mas principalmente, a garantia de direitos. E, no jogo da representação, estuda-se como a figura representante 'veste' o cultural e como essa vestimenta se corporifica. A posição de representante é aquela que já saiu das bordas e que, por estar 'falando por', pode estar impedindo e ratificando o silêncio do oprimido. E o representante que visa 're-presentar' o excluído pode estar tanto reafirmando o *lá-fora* quanto sua posição de *não-mais-exclusão*. É nesse jogo do *out* e *in* - de *entre-lugares* - que se estabelece o ponto cego do papel da representação. E no jogo da representação uma construção de corporalidade emerge, cuja corporificação de valores se entranha no corpo representacional, um corpo performativo de cultura e de política. O corpo político é um processo de corporificação que é moldado por forças políticas para além da força social a que se pretende representar. Perguntas são formuladas: (1) as políticas que visam à inclusão (palavra de moda) dos marginalizados têm como realmente sair do papel e, se a resposta for sim, sob que condição?; (2) o que os elementos que favorecem um processo de institucionalização, redundante na transformação da diferença em mercadoria, representam em termos da exclusão infligida historicamente a alguns grupos?; (3) O processo de inclusão, primordialmente manifestado por uma voz de representação, não estaria reforçando, senão até naturalizando, a posição de exclusão?

APPIAH, Anthony. *The Ethics of Identity*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BUTLER, Judith. Excerpts from *Gender Trouble*. In: MEYERS, D. T. (Org.). *Feminist social thought: a reader*. Londres: Routledge, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LACLAU, Ernest. *New reflexions on the Revolution of our time*. London: Verso, 1990.

JOSEPH, John E. *Language and Identity: National, Ethnic, Religious*. London: Palgrave Macmillan, 2004.

## A identidade dos excluídos

Kanavillil Rajagopalan

rajagopalan@uol.com.br  
Universidade Estadual de Campinas

As identidades são, via de regra, afirmadas/construídas a partir da exclusão. O grego se percebeu como tal no momento exato do seu encontro com o bárbaro *enquanto* um não-grego. Ou seja, faz sentido especular que a idéia de uma identidade helênica talvez nunca tivesse se consolidado, não fosse o encontro fatídico com o bárbaro e a percepção daquele estranho como uma alteridade radical e intransponível, despertada pela sua 'barbaridade'. O excluído tem, portanto, uma função primordial na auto-identificação de quem o exclui e, se pensar bem, dá-lhe a justificativa para continuar discriminando-o. De um ponto de vista desconstrutivo, pode-se dizer que a existência do excluído é a condição *sine qua non* para que quem o exclui possa também se auto-legitimar como tal. Donde a força da frase

'*Omnis determinatio est negatio*', da autoria de Spinoza, que de forma enfática serviu de mola propulsora para Hegel em sua formulação do princípio de dialética. O propósito desta comunicação é explorar e discutir algumas das implicações da idéia de que as identidades são, todas elas, consolidadas a partir da negação e da exclusão do Outro. Uma primeira conclusão a que podemos chegar é de que identidade e exclusão são fases diferentes de uma mesma moeda. Em discurso recente, George Bush, presidente dos Estados Unidos, chega a discordar da tese de Samuel Huntington, segundo a qual estaria em processo uma guerra entre duas civilizações. Para Bush, está em curso uma guerra entre, de um lado a civilização, e de outro, a barbárie. É uma forma de se auto-identificar como defensores de um patrimônio de toda a humanidade - a saber, a marcha civilizatória das nações (*todas elas*) e de uma meia dúzia de 'fanáticos' e seus 'seguidores ignorantes', que optam pelo caminho de retrocesso. Interessa a nós ressaltar que a expressão 'confronto entre duas civilizações' não autoriza a eliminação sumária do Outro como quer Bush. Para justificar tal manobra retórica, é preciso negar-lhe condição de se constituir em uma civilização (com costumes e modos de pensar diferentes) e caracterizá-lo como o avesso da própria civilização, cuja eliminação se torna uma questão da própria civilização. Gestos análogos no sentido de radicalizar a diferença podem ser detectados em todas as políticas de discriminação social: a justificativa mobilizada é sempre demonizar o Outro, para impor a conclusão de que é preciso eliminá-lo como única forma de garantir a sobrevivência de si (JOSEPH, 2004). Como mostra Hutton (1999) de forma magistral, a política de discriminação, de exterminação de judeus, desencadeada por Hitler, foi justificada com base no argumento de que, embora fosse Yiddish um dialeto de alemão e, portanto, seus falantes merecedores de todas as virtudes atribuídas aos falantes do idioma 'ariano', os judeus tinham a característica 'racionalmente marcada' de não serem falantes nativos de nenhuma língua. Há quem diga que a verdadeira compreensão do Outro e, por conseguinte, a tolerância religiosa (étnica, racial etc.) só pode se dar a partir do reconhecimento da existência do outro como um ser igual (APPIAH, 2005). A questão é altamente controversa, como vem argumentando Fish (por ex. FISH, 1999), para quem não há como compreender o outro se não em termos que são promovidos pelos interesses próprios. As duas perspectivas produzem diferentes imagens do Outro e, como é de se esperar, demandam políticas contrastantes de identidade. A grande pergunta é: as políticas que visam à inclusão (palavra de moda) dos marginalizados tem como realmente sair do papel e, se a resposta for sim, sob que condição? E por esse questionamento - se o marginalizado tem a possibilidade ou não de sair do papel -, ampliamos a problemática ao nos referir a Joseph (2004), que afirma que identidade é constituída/construída linguisticamente: está Joseph tentando transformar linguagem em *explanans* definitivo, um dado irredutível, o princípio motor atrás de todas as identidades?

APPIAH, Anthony. *The Ethics of Identity*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

FISH, Stanley. Mutual respect as a devise of exclusion. In: MACEDO, S. (Org.). *Deliberative politics: essays on Democracy and Disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 88-102.

JOSEPH, John E. *Language and Identity: national, ethnic, religious*. Hampshire, UK and New York, USA: Palgrave Macmillan,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

2004.

HUTTON, Christopher. *Linguistics and the Third Reich: Mother-tongue Fascism, Race and the Science of Language*. London: Routledge, 1999.

JOSEPH, John E. *Language and Identity: National, Ethnic, Religious*. London: Palgrave Macmillan, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: RAJAGOPALAN, K. *Por uma Linguística Crítica: Linguagem, Identidade e Questão Ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 81-88.

### Culturalidade, representação: identidade do excluído

Dina Maria Martins Ferreira

dinaferreira@terra.com.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Domínios culturais não são formas congeladas que se reproduzem a si mesmas sem variação, ou que se mostram como resíduos históricos, são uma constelação de sujeitos performatizados na dimensão política de um tempo e espaço. O contexto de partida de nossa discussão sobre a relação entre culturalidade, representação e corporificação é o Brasil, um país de extensão geográfica significativa, onde um sujeito, Lula (em seu mandato governamental de 2002-2006), exerce o discurso do poder legitimado pelo voto popular. Pelo imaginário coletivo de seu povo, o Brasil se divide em duas posições culturais: o Nordeste, associado à miséria, e o Sul, ao desenvolvimento e riqueza. É pela figura de Lula, de terno e com chapéu de cangaço em discurso no Nordeste, que se pretende investigar a interculturalidade desses espaços, ou seja, a figura do presidente em representação da brasilidade mobiliza o construto identitário dos oprimidos e, ao mesmo tempo, o comportamento das elites. Não só pela representação, como também pela corporalidade dessa representação (BUTLER, 1997), permite-se visualizar as implicações relevantes no tratamento das culturas nacionais: surge no interior da cultura do poder a figura da cultura subalterna, a representação dos oprimidos. No jogo representacional, dois vetores simbólicos – Nordeste e Sul – se juntam por direções diferentes: (1) reconversão cultural, ou seja, um processo de transferência de patrimônio simbólico de um lugar para outro: o poder antes habitado pela classe privilegiada, agora se encontra nas mãos de um *ex-não-privilegiado*; ou (2) integração cultural, na qual se processam trocas simbólicas: o símbolo da pobreza, antes marginalizado, agora está no poder. Tanto a conversão cultural quanto a integração cultural processam interculturalidade. O que se pode perceber é que diferenças culturais podem ser entendidas como políticas culturais – conjunto de intervenções de diversos agentes no campo cultural com o objetivo de obter um consenso de apoio para a manutenção de um certo tipo de ordem política e social’ (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996). Nordeste e Sul, em representação pela figura de Lula, são projeções simbólicas de duas culturas, que se manifestam por agentes sociais, construídas e mantidas por agentes políticos. Cultura e representação se relacionam, na medida em que a voz em prol dos oprimidos, agora no

poder, grita pela inclusão dos desfavorecidos. Normalmente essa voz de representação tem sua identidade naturalizada e legitimada como aquela que traduz o movimento da inclusão, ou seja, a que acolhe os necessitados. E aqui se inicia a problemática da representação: a representação entendida pela figura que *fala por* um grupo oprimido é a representação que *re-presenta* um grupo ocultado, calado, escondido na área social (SPIVAK, 1994). Enquanto o oprimido habita a dimensão das massas – sujeitos sem voz e sem face –, o representante habita a dimensão social – sujeito com voz e corpo (BAUDRILLARD, 1991). São duas dimensões de movimentos de sujeitos, sem dívida, só que o sujeito-representante, mesmo tendo habitado a massa dos oprimidos, ao usar a voz de representante não mais faz parte dessa classe. Na situação de representante, é aquele que já saiu das bordas e que, por estar *falando por*, pode estar impedindo e ratificando o silêncio do oprimido. E o representante que visa *re-presentar* o excluído pode estar tanto reafirmando o *lá-fora* quanto sua posição de *não-mais-exclusão*. E é nesse jogo do *out* e *in* – de entre-lugares (BHABHA, 1998) – que se estabelece o ponto cego do papel da representação. Outro vetor relaciona cultura e representação: sua corporalidade. Na construção simbólica da culturalidade do Nordeste e do Sul, em representação por uma figura do poder, a corporificação de valores se entranha no corpo representacional, um corpo performativo de cultura e de política. O corpo político é um processo de corporificação que é moldado por forças políticas para além da força social a que se pretende representar. E as fronteiras desse corpo vão se contraindo e se expandindo conforme as pressões sócio-políticas solicitados. Contrariamente ao que se supõe não é a roupa – as marcas terno e chapéu de cangaço, por exemplo – que veste o corpo, mas é o corpo que veste a roupa, já que as marcas *vestuais* só passam a representar cultura, se o corpo político se fizer locomotiva das funções simbólicas das quais se veste. É o corpo em relação, em performatividade social, que aciona os signos culturais a que se pretende, em um agir infinito, já que é político. E, pela articulação entre cultura, representação e corporificação, pergunta-se: o processo de inclusão, primordialmente manifestada por uma voz de representação, não estaria reforçando, senão até naturalizando, a posição de exclusão?

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez e Massangana, 1996.

ARAUJO, Cícero. Representação, retrato e drama. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n. 67. São Paulo, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech - a Politics of the Performative*. New York & London: Routledge, 1997.

DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HOBBS, T. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SINHORETTO, Jacqueline. Corpos do poder: operadores jurídicos na periferia de São Paulo. *Sociologias*. n. 13. Porto Alegre, Jan. Jun./2006.

SPIVAK, Gayatri C. Can the Subaltern Speak. In: WILLIAMS, P. and CHRISMAN, Laura (Ed.) *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. A Reader*. New York: Columbia University Press, 1994.





YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n. 67. São Paulo, 2006.

## Identidade e exclusão na modernidade tardia

Ruberval Ferreira

rruber@uol.com.br  
Universidade Estadual do Ceará

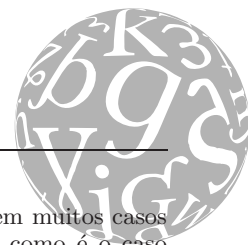
As últimas décadas do século XX mostraram uma série de mudanças nas formas como nos representamos. Questões ligadas à etnia, 'raça', gênero, sexualidade, idade, justiça social, preocupações ecológicas mostraram um conjunto de novas necessidades, produziram novas formas de identificação e geraram uma nova onda de movimentos que ficaram conhecidos como os *novos movimentos sociais*. Esses movimentos, que desafiavam o *establishment*, suas fronteiras e hierarquias, eram motivados basicamente pela vontade de afirmação da identidade dos seus pares e de suas formas de representação. A luta para a legitimação de identidades e de formas de representação tornou-se, assim, um importante fator de mobilização política e social, cuja preocupação era não só a celebração das particularidades culturais desses grupos, mas, principalmente, a garantia de direitos. A marca distintiva desses movimentos era a busca de uma política de identidade. A identidade tornou-se, assim, um importante fator de mobilização política que tinha por trás a afirmação e legitimação da diferença e da singularidade cultural desses grupos. A identidade passou a ser o lugar da reivindicação de direitos, da luta contra a opressão e da celebração da diferença. Teóricos como Ernesto Laclau (1990, p. 40) vêem o surgimento dessas novas identidades como um fenômeno social resultante de um *deslocamento* produzido por novas formas de antagonismos sociais. Para Laclau, esse 'deslocamento social' diz respeito à construção de novos centros de poder. O social passa a ser pensado como uma pluralidade de centros de poder, cada um com um potencial diferente de intervenção. Essa pluralidade de centros de poder formaria, segundo o autor, uma estrutura social descentrada. Laclau observa que o sentido dessa estrutura descentrada não seria exatamente 'a ausência de um centro, mas a prática do descentramento através do antagonismo'. Segundo ele, as relações sociais contemporâneas não são mediadas por uma única força, mas por uma multiplicidade de centros. Estes, por sua vez, seriam fontes geradoras de novas posições de poder. Laclau, diferentemente da tradição marxista, defende que a transformação democrática da sociedade só é possível a partir da proliferação de novos sujeitos de mudança, provenientes dos novos antagonismos que configuram as sociedades contemporâneas. Segundo o autor, os novos centros indicam a existência de outros lugares a partir dos quais esses novos sujeitos podem surgir, constituindo assim novas arenas de luta. Tal visão do social se opõe à visão da tradição marxista segundo a qual a classe social seria não só a força maior em torno da qual se constituíam as relações sociais, mas o lugar por excelência da transformação. Laclau insiste, pois, na idéia de que existem 'novas possibilidades de ação histórica que são o resultado direto de um deslocamento estrutural'. De acordo com esse raciocínio, como as novas arenas de conflito social se constituíram em torno de questões ligadas a

gênero, 'raça', etnia, sexualidade, entre outras, o movimento das chamadas minorias sexuais, uma dessas arenas de luta e conflito social, seria, assim, uma das evidências dessa falta de um centro único ou desse deslocamento estrutural que constitui, nas palavras de Laclau, um traço definidor das novas relações nas sociedades contemporâneas. Mas, além de constituir novas formas de agenciamento no contemporâneo, esses novos atores sociais implicam outras questões. Embora alguns dos novos movimentos sociais tenham se pautado pela compreensão de que a questão da diferença não implica necessariamente uma visão essencializadora das novas identidades emergentes, alguns elementos postos pelo quadro da modernidade tardia dão sinais de que tal questão vem sofrendo, em algumas esferas, um processo de institucionalização que, no fim das contas, redundará na transformação da diferença em mercadoria. Esse fato nos leva, então, a indagar sobre os elementos que estariam favorecendo esse processo e o que ele representa em termos da exclusão infligida historicamente a alguns grupos.

- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GERALDI, João Wanderley. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In: João Wanderley Geraldi. (Org.). *Ciências Humanas e Pesquisa - Leituras de Mikhail Bakhtin*. 1. ed. v. 1. São Paulo, 2003. p. 39-56.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991a.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- LACLAU, Ernest. *New reflexions on the Revolution of our time*. London: Verso, 1990.
- NORRIS, Christopher. *Uncritical Theory: Postmodernism, Intellectuals and the Gulf War*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1992.
- PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, L.M.A. & ORRICO, E.G.D. *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: Faperj, Uni-Rio e DP&A, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

## Estudos sobre quantificação e domínios quantitativos

Nessa sessão, três estudos de caso baseados em dados do português brasileiro serão apresentados, com o objetivo comum de lançar luz sobre o processo de quantificação e a natureza dos domínios quantitativos nas línguas naturais. Esses estudos ressaltam a importância de aspectos morfosintáticos, por um lado, e pragmáticos, por outro, na caracterização tanto da força quantitativa, quanto dos domínios que restringem os processos de quantificação. Através do estudo dos nomes nus do PB, e com ênfase na sua peculiaridade de permitir nomes nus singulares, debateremos a questão de como a oposição singular/plural afeta o significado dos sintagmas nominais e de como ela está



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

relacionada à oposição massivo/contável. Em um estudo sobre as formas verbais imperfectivas (progressivo e habitual) do PB em comparação com as de outras línguas românicas e do inglês, discutiremos a possibilidade de se aplicar ao domínio verbal a oposição semântica singular/plural e de se entender projeções aspectuais como quantificadores sensíveis a essa oposição. Por fim, em um estudo sobre a forma *qualquer* em PB, debruçaremos-nos sobre o caráter aparentemente modal desse elemento, em que se torna necessário falar do estado epistêmico do falante e da melhor forma de caracterizá-lo: ou como parte de seu conteúdo semântico ou em termos pragmáticos (desencadeador de implicatura ou pressuposição).

### Notas sobre o licenciamento de “Qualquer”

Roberta Pires de Oliveira

pires@cce.ufsc.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

Não há dúvidas de que *qualquer* é um item de livre escolha (ver PIRES DE OLIVEIRA, 2005). Como atesta a literatura, itens de polaridade estão sujeitos a restrições distribucionais; em particular, tem-se argumentado que esses itens não podem ocorrer em contextos verídicos (ver GIANNAKIDOU, 2001, entre outros). No entanto, em sua versão mais forte, essa tese é falsificada pelos dados do português brasileiro, como atesta a sentença em (1):

(1) ele comeu qualquer coisa estragada.<sup>1</sup>

O teste da veridicalidade afirma que um operador é verídico se e somente a proposição em que ele ocorre acarreta a proposição sem o operador:  $Op \rightarrow p$ . Vamos, supor, a partir de Pires de Oliveira, que a proposição expressa em (1) é:

(2) ele comeu uma coisa estragada.

É evidente que (1) acarreta (2). Logo a sentença em (1) está sob o escopo de um operador verídico, provido provavelmente pela flexão do pretérito perfeito. Mas, *qualquer* é licenciado. A primeira seção mostra vários exemplos que desafiam a tese da veridicalidade.

Pode-se, entretanto, argumentar que (1) não inviabiliza a tese da veridicalidade, embora certamente a amenize, porque há dois fatores que podem estar interferindo na aceitabilidade de (1): *qualquer* está combinado com *coisa*, uma espécie de nome genérico, e o sintagma está modificado por *estragada*. Esses fatores interferem na aceitabilidade de sentenças com *qualquer*, mas não são absolutamente decisivos. Considere o contraste:

(3) Maria comprou qualquer vestido.

(4) Maria comprou qualquer vestido que serviu nela.

A sentença em (4) é boa. Esse fenômeno é reconhecido na literatura e recebe o nome de *subtriggering* (ver DAYAL, 1998, entre outros). Nesta seção, vamos investigar esse fenômeno, buscando entendê-lo melhor. Argumentaremos que se trata de uma maneira de restringir o domínio de indivíduos, dado que, sem essa restrição, *qualquer* demanda que se considere o domínio máximo. Essa seria, portanto, uma restrição pragmática. Se assim for, então o que bloqueia o *qualquer* não é a veridicalidade, mas a “plausibilidade” pragmática.

Note ainda, no exemplo em (5) abaixo, que em muitos casos não é preciso haver uma restrição explícita, como é o caso da relativa em (4). Logo, a restrição contextual permite, nos casos em que há necessidade, a interpretabilidade da sentença.

Na terceira seção exploramos o papel do nome coisa. Do que podemos levantar, não há muita literatura sobre o tópico, mas parece ser adequado caracterizar *coisa* como um termo genérico. Seria essa a explicação para o licenciamento de *qualquer*? Em particular, dado que é fato conhecido que itens de livre escolha são licenciados em contextos genéricos. O problema para essa hipótese é que há exemplos como:

(5) A Maria está com qualquer problema.

Mais curioso é o exemplo abaixo que, se levarmos em consideração os dados examinados, pode ser considerado como exemplo prototípico:

(6) Qualquer número é válido e vergonhoso.

É preciso caracterizar o contexto de (6). Essa sentença foi retirada de um artigo de jornal, em que o autor se questionava sobre o número exato de sanguessugas (o escândalo dos *sanguessugas* no congresso). O conjunto era, portanto, restrito a uma gama, que variava de 32 a quase todo o congresso. Esse exemplo também mostra que a condição de veridicalidade é muito forte, porque ele é um contexto verídico. Veja, ainda, que não precisamos de um termo genérico para licenciar o *qualquer*.

Um ponto em comum entre os exemplos (1), (5) e (6) é que o falante expressa sua ignorância quanto ao referente. Esse também pode ser considerado o caso da sentença em (4), embora seja possível também argumentar que esta é uma sentença em que o falante expressa indiferença quanto ao referente. Nessa seção, vamos explorar essas duas implicaturas: a da ignorância e a da indiferença; concentrando-nos no primeiro caso. Nossa hipótese é de que *qualquer* em contextos verídicos é licenciado apenas se é possível criar uma implicatura de ignorância.

Como conclusão, argumentamos que *qualquer* não é, em geral, licenciado em contextos verídicos, mas pode sê-lo dadas certas condições, em particular, se for pragmaticamente possível veicular ignorância do falante.

<sup>1</sup> Os dados analisados foram retirados de banco de dados, Nurec e Varsul, e de textos da internet e de jornais.

Dayal, V. *Any* as inherently modal. *Linguistics and Philosophy*, 21 (5). 1998. p. 433-476.

Giannakidou, A. The meaning of free choice. *Linguistics and Philosophy*, 24: 2001. p. 659-737.

Pires de Oliveira, R. Qualquer e o conceito de livre-escolha. *D.E.L.T.A.* v. 21. n. 2. 2005. p. 251-278.

### A distinção massivo-contável nas línguas naturais

Ana Lúcia de Paula Müller

anamuler@usp.br  
Universidade de São Paulo

Este trabalho investiga a expressão de número e da distinção massivo-contável nos sistemas nominais das línguas



naturais. Em particular, ele se volta para as implicações do comportamento dos nomes nus no Português Brasileiro (PB) para a expressão inter-lingüística da noção de número e da distinção massivo-contável.

O trabalho se insere dentro de uma preocupação da semântica atual em estudar os limites da variação semântica nas línguas naturais (MATTHEWSON, 2001; CHIERCHIA, 1998). Procura responder as seguintes questões: (i) quais são as denotações possíveis para os nomes comuns; (ii) qual é o papel semântico da morfologia de número e dos classificadores; e (iii) o que significa ser massivo ou ser contável?

Existem teorias diferentes sobre a relação entre a expressão do número e a distinção massivo-contável nas línguas naturais.

Link (1983) defende que nomes massivos possuem denotações qualitativamente distintas das denotações dos nomes contáveis. Nomes massivos denotam porções de matéria, enquanto nomes contáveis denotam indivíduos atômicos. Para o autor, o plural é uma operação sobre singularidades que resulta em um conjunto de todas as pluralidades possíveis (que pode incluir ou não singularidades).

Chierchia (1998), por outro lado, propõe que o domínio dos nomes comuns, sejam eles massivos ou contáveis, compõe-se apenas de indivíduos. Nomes massivos são massivos porque possuem tanto indivíduos singulares como plurais em suas denotações. Já os nomes contáveis denotam apenas indivíduos atômicos. A operação de pluralização é concebida de modo semelhante a Link.

Para Borer (2005), nomes comuns são sempre massivos. A distinção massivo-contável é um resultado estrutural. Um núcleo funcional DIV(ider) transforma denotações massivas em contáveis ainda sem estabelecer uma unidade de contagem única. O núcleo DIV realiza-se, seja como morfologia de número, seja através de classificadores nas línguas naturais. Tanto para Chierchia (1998), como para Borer (2005), existe uma complementaridade entre a morfologia de número e a presença de classificadores nas línguas naturais. Para Chierchia, o uso de classificadores é o modo através do qual línguas cujos nomes comuns são todos massivos “criam” indivíduos. Já para Borer, tanto classificadores como morfologia de número são modos de criação de indivíduos, uma vez que a denotação lexical dos nomes comuns é sempre massiva.

DADOS: A denotação dos singulares nus em PB é neutra em relação à diferença singular-plural. Nas sentenças (1) e (2), os objetos nus são completamente indeterminados quanto à individuação de suas denotações. Maria pode ter vendido um ou mais livros ou partes de livros, tanto como volumes individuais ou como papel para uma companhia de reciclagem. O mesmo acontece com o vinho, que pode ter sido vendido em barris, garrafas, etc. Por outro lado, os plurais nus em PB são contáveis e não incluem entidades singulares em suas denotações. A sentença (3) é verdadeira apenas se Maria vendeu dois ou mais volumes de livros.

(1) Maria vendeu livro suficiente hoje.

(2) Maria vendeu vinho suficiente hoje.

(3) Maria vendeu livros suficientes hoje.

Apesar de possuírem um comportamento aparentemente massivo (1-2), existem diferenças entre nomes massivos e nomes contáveis no PB. Nomes contáveis, por exemplo, aceitam predicados que requerem atomização (4). Já nomes massivos, rejeitam esses mesmos predicados (5).

(4) Elefante anda um atrás do outro.

(5) \*Ouro cai um depois do outro.

Há também evidências interlingüísticas contra a existência de uma complementaridade entre as operações de número e de classificação. Existem línguas que possuem ambas as operações, como Yágua (6-9). E existem línguas que não possuem nem classificação nem morfologia de número, como Karitiana (10-11). No entanto, mesmo nessas línguas, existe uma distinção entre nomes massivos e nomes contáveis. Essa distinção é ilustrada pelo contraste entre a gramaticalidade de (11) e a agramaticalidade de (12).

	(6)	wadero-nu jovem-SG	'jovem'		Yágua (Payne 2004)
	(7)	wadero-nuuy jovem-DUAL	'jovens'		Yágua (Payne 2004)
	(8)	wadero-way jovem- PL	'jovens'		Yágua (Payne 2004)
	(9)	ta-ra-kii uma- CL-uma 'uma colher'	cucháára colher		Yágua (Payne 2004)
2005)	(10)	Taso taso homem	naka'y't naka-'y-t DECL-comer- NFUT	boroja boroja cobra	Karitiana (Müller et al. comeram a(s)/uma(s) cobra(s)')
	(11)	Sympomp sympomp dois pedra	'ejepo naakat 'ejepo na-aka-t DECL- AUX-NFUT		i'orot. i-'ot-<o>t PART-cair- REDUPL-NFUT 'Duas pedras caíram' Karitiana (Müller et al. 2005)
	(12)	*Sympomp sympomp dois ouro	ouro naakat ouro na-aka-t DECL- AUX-NFUT		i'orot. i-'ot-<o>t PART-cair- REDUPL-NFUT 'Dois ouros caíram' Karitiana (Müller et al. 2005)

Os dados do PB (e também de outras línguas) mostram que a denotação dos nomes comuns não é necessariamente atômica, mas pode ser neutra em relação à distinção singular-plural (contra LINK, 1983 e CHIERCHIA, 1998). Os mesmos dados mostram também que uma denotação neutra não é necessariamente equivalente a uma denotação massiva (contra CHIERCHIA, 1998 e BORER, 2005). Como o singular no PB não denota apenas um conjunto de singularidades, mas engloba tanto pluralidades como singularidades, concluímos que a morfologia de número não é necessariamente uma operação de divisão sobre denotações massivas (contra BORER, 2005) ou uma operação de criação de pluralidades a partir de denotações atômicas (contra Link, 1983 e CHIERCHIA, 1998).

BORER, H. *Structuring Sense*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*. 1998. p. 339-405.

LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice theoretical approach. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C. and STECHOW, A. von. (Eds.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin: de Gruyter. 1983. p. 303-323.

MATTHEWSON, L. Quantification and the Nature of Cross-Linguistic Variation. *Natural Language Semantics*, 9. 2001. p. 145-189.

MÜLLER, A.; STORTO, L. e COUTINHO-SILVA, T. Número e a distinção massivo-contável em Karitiana. *Revista da ABRALIN, no prelo*.

PAYNE, D. *The Source and Function of Yagua Classifiers*. 2004. ms.



**Operadores imperfectivos e a oposição singular/plural**

Marcelo Barra Ferreira

ferreira10@gmail.com  
Universidade de São Paulo

O aspecto verbal *imperfectivo*, entendido como uma noção semântica, expressa a idéia de que um evento ou hábito está em curso. Uma sentença como (1) exemplifica a chamada leitura contínua ou progressiva. Ela diz que no momento do enunciado existe um evento em curso da Maria pintando o cabelo. Uma sentença como (2) exemplifica a chamada leitura habitual. Ela diz que no momento do enunciado a Maria tem o hábito de pintar o cabelo.

(1) Maria está pintando o cabelo.

(2) Maria pinta o cabelo.

Nesta apresentação, proponho que as leituras progressiva e habitual compartilham os mesmos ingredientes temporais e modais e que a origem desses ingredientes está em um determinante eventivo, que introduz quantificação existencial sobre eventos e quantificação universal sobre mundos possíveis. Sugiro que a única diferença entre as formas lógicas dessas sentenças diz respeito ao número (singular/plural) dos eventos que estão sendo quantificados. Leituras progressivas envolvem quantificação sobre eventos singulares, enquanto leituras habituais envolvem quantificação sobre eventos plurais. Comparo, então, algumas construções do português com suas contrapartes em outras línguas românicas e em inglês e mostro que a sensibilidade ao número que proponho para os determinantes eventivos é semelhante à que acontece no domínio nominal, onde encontramos determinantes como *cada*, que combina apenas com nomes singulares; *algum(ns)*, que combina tanto com nomes singulares quanto plurais; e *vários*, que combina apenas com nomes plurais.

Minha proposta está baseada em uma semântica de eventos em que assumo o seguinte:

- O domínio dos eventos contém tanto eventos singulares quanto plurais.

- Um evento plural é uma soma mereológica, cujas partes mínimas são eventos singulares.

- Verbos têm um argumento eventivo e SVs denotam conjuntos de eventos.

- SV<sub>S</sub>, como SN<sub>S</sub>, podem ser singulares ou plurais. Assim, se a Maria pintou o cabelo três vezes, [SV Maria pintar o cabelo] denota o conjunto e1, e2, e3 se for singular, e e1+e2, e1+e3, e2+e3, e1+e2+e3 se for plural.

Assumo também que o tempo de um evento plural é um intervalo de tempo plural, este também entendido como uma soma de intervalos singulares. Ao assumir a existência de intervalos de tempo singulares e plurais, precisamos generalizar as relações entre intervalos de tempo para incluir intervalos plurais. Crucial aqui é a relação de inclusão, que deve ser entendida da seguinte forma: um intervalo i está incluído em um intervalo i' se, e somente se, a fronteira esquerda de i' precede a fronteira esquerda de i, e a fronteira direita de i precede a fronteira direita de i'. Note então que o intervalo correspondente a março de 2005 está incluído no intervalo plural *janeiro/2005+junho/2005*.

A contribuição semântica do operador imperfectivo (Imp) é

a relação de inclusão. Uma sentença com o esqueleto em (3) terá o significado (4). A entrada lexical de Imp é (5):  
(3) [ST Pres [SAsp Imp [SV Maria pintar o cabelo ]]]  
(4) (3) é verdadeira sse existe um evento da Maria pintando o cabelo que inclui o momento do enunciado.

$$(5) [[ \text{Imp} ] ] = \lambda P \langle st \rangle . \lambda \exists e : t \subseteq \tau(e) \ \& \ P(e) = 1$$

Se SV for singular, (3) será verdadeira sse houver um evento em curso da Maria pintando o cabelo. Isso nos dá a leitura progressiva. Se SV for plural, (3) será verdadeira sse no momento do enunciado houver uma seqüência em curso de eventos da Maria pintando o cabelo. Nesse caso, não é necessário que a Maria esteja pintando o cabelo no momento do enunciado. Isso nos dá a leitura habitual.

Conforme dito acima, determinantes no domínio nominal são sensíveis ao número dos predicados com que combinam. Afirmando que o mesmo se dá com Imp. Fazemos então a previsão de que há três tipos de Imp: (i) Imp<sub>SG</sub> : só combina com SV<sub>S</sub> singulares; (ii) Imp<sub>PL</sub> : só combina com SV<sub>S</sub> plurais; (iii) Imp<sub>N</sub> : combina com SV<sub>S</sub> singulares e plurais.

Argumento então que as línguas românicas e o inglês fornecem instâncias dos três tipos de Imp: (i) O presente simples do italiano, do francês e do espanhol permite leituras progressivas e habituais. Assumo que Imp<sub>N</sub> está presente nessas construções. Imp<sub>N</sub> é como o determinante *algum(ns)* do português ou *some* do inglês (*some boy; some boys*); (ii) o presente simples do português e do inglês só permite leituras habituais. Assumo que Imp<sub>PL</sub> está envolvido nesses casos. Imp<sub>PL</sub> é como o determinante *alcuni* do italiano (CHIERCHIA, 1998) (*alcuni uomini/\*alcuno uomo*) ou o determinante *many* do inglês (*many boys/\*many boy*); (iii) o progressivo do italiano e do espanhol só permite a leitura progressiva. Assumo que Imp<sub>SG</sub> está envolvido nessas construções. Imp<sub>SG</sub> é como o determinante *cada* do português ou *every* do inglês (*every boy/\*every boys*).

Essa análise fornece portanto uma explicação bastante simples para a variação interlingüística no que concerne à interpretação de formas imperfectivas, reduzindo as diferenças a um único parâmetro relacionado a requerimentos de número de um determinante existencial.

Tendo mostrado como podemos unificar a semântica temporal das leituras progressiva e habitual das formas imperfectivas, argumento que estas compartilham também dos mesmos ingredientes modais. Focalizarei em dois fatos que têm recebido atenção na literatura em conexão com formas progressivas: (i) que uma sentença como (6) pode ser verdadeira mesmo que a Maria não tenha conseguido atravessar a rua. (ii) que uma sentença como (7) é falsa, se a Maria for um ser humano normal (LANDMAN, (1992)).

(6) Maria estava atravessando a rua, quando um ônibus a atropelou.

(7) Maria está atravessando o Atlântico a nado.

Esses fatos podem ser explicados se adotarmos uma análise modal em que os eventos em questão existem apenas em mundos possíveis que são semelhantes ao mundo real no que diz respeito a certas circunstâncias (incluindo os estados físicos e mentais da Maria), mas em que todos os obstáculos externos são removidos (DOWTY, 1977; BONOMI, 1997; PORTNER, 1998).

(6) é verdadeira porque, nesses mundos, nenhum carro ou ônibus atinge Maria e ela pode atravessar a rua sem



problemas. (7) é falsa porque as condições físicas da Maria não permitem que ela cruze o oceano a nado, mesmo se removermos os obstáculos externos (ataques de tubarões, ondas gigantes, etc.).

Mostro então que exatamente o mesmo tipo de modalidade está envolvida no caso das leituras habituais. Assim, (8) pode ser verdadeira se a Maria já havia pintado o cabelo anteriormente, apesar de que ela jamais o fará de novo devido ao acidente.

(8) Maria pintava o cabelo, quando foi atropelada por um ônibus.

Nesse caso, o que preveniu a existência de uma seqüência de eventos da Maria pintando o cabelo, que incluiu o momento de sua morte foi um obstáculo externo que é removido nos mundos possíveis que estão sendo quantificados. Considere agora a sentença (9):

(9) Maria pinta o (próprio) cabelo.

Essa sentença será julgada falsa se Maria tinha o hábito de pintar o cabelo, mas devido a um acidente recente ela perdeu o movimento das mãos. Como no caso do oceano Atlântico, é uma limitação interna que previne a realização de uma seqüência de eventos da Maria pintando o cabelo que inclua o momento do enunciado, e por isso a sentença é falsa.

Esse paralelos reforçam a motivação para uma semântica unificada das leituras progressivas e habituais. Isso é exatamente o que minha proposta provê.

BONOMI, Andrea. The progressive and the structure of events. *Journal of Semantics* 14. 1997. p. 173-205.

CHIERCHIA, Gennaro. Plurality of mass nouns and the notion of "Semantic Parameter". In: *Events and Grammar*. S. Rothstein, Dordrecht: Kluwer. 1998. p. 53-103.

DOWTY, David. Toward a semantic analysis of verb aspect and the English 'Imperfective' Progressive. *Linguistics and Philosophy* 1. 1977. p. 45-77.

LANDMAN, Fred. The Progressive. *Natural Language Semantics* 1. 1992. p. 1-32.

PORTNER, Paul. The Progressive in Modal Semantics. *Language* 74. 1998. p. 760-787.

### Alternâncias verbais no PB: a interface sintaxe semântica lexical

As sentenças das línguas em geral apresentam várias maneiras de se organizarem. Um dos exemplos mais comuns é a alternância de sentenças ativas em passivas. Para a construção de sentenças passivas no português brasileiro (PB), temos o argumento/objeto que é alçado para a posição de sujeito, o verbo que muda para a forma de particípio com o auxiliar *ser* e ao argumento/sujeito, acrescenta-se a preposição *por*, tornando-o um adjunto da sentença passiva. A esse tipo de reorganização de sentenças, dá-se o nome de alternância verbal. Entretanto, não só a alternância passiva é possível; existem, ainda, outros tipos de alternância conhecidos como processos de ergativização, processos de causativização, sentenças aplicativas, entre outros. Pretende-se discutir nesta sessão alguns tipos de alternâncias verbais que ocorrem no PB e quais são as possibilidades de essas reorganizações ocorrerem; é sabido que existem tipos de restrições sintáticas e semânticas que impedem ou licenciam a ocorrência de determinadas alternâncias verbais.

Vamos mostrar aqui três tipos de alternância bem típicos do PB. Primeiro será a alternância causativa/ergativa. A causativa é quando temos uma construção inacusativa que se transforma em causativa:

(1) a. O menino desceu.

b. O pai desceu o menino.

A ergativa é o inverso, ou seja, temos uma construção causativa que se transforma em inacusativa:

(2) a. João quebrou os ponteiros do relógio.

b. Os ponteiros do relógio quebraram.

c. O relógio quebrou os ponteiros.

A alternância agente/beneficiário (muito confundida com (2c)) é quando se tem uma sentença causativa, apaga-se o sujeito dessa sentença, e tem-se o alçamento do beneficiário interno ao objeto direto da sentença para a posição de sujeito; isso torna a sentença ambígua, em que se pode interpretar o sujeito como sendo um agente ou um beneficiário:

(3) a. O lavajato lavou o carro de Maria.

b. Maria lavou o carro ontem no lavajato.

Repare que em (3b), podemos interpretar Maria como sendo o agente da sentença ou como sendo beneficiada por alguém, ou seja, alguém fez o trabalho por ela.

A terceira alternância é a recíproca. Existem verbos que têm o sentido recíproco intrínseco e pode ser transformado em uma construção intransitiva ou transitiva:

(4) a. João e Maria concordam.

b. Maria concorda com João.

E existem verbos transitivos que não têm o sentido inerente de reciprocidade, mas podem se transformar em uma construção intransitiva recíproca com a marca se:

(5) a. João ama Maria.

b. João e Maria se amam.

Entretanto, os três tipos de ocorrência apontados acima não ocorrem indiscriminadamente com todos os verbos. Veja os exemplos:

(6) a. João comprou uma casa de pedra.

b. \*Uma casa de pedra comprou.

c. \*Pedra comprou uma casa.

(7) a. João recebeu uma herança dos pais.

b. \*Os pais receberam a herança. (na leitura de beneficiário)

(8) a. João concordou com o argumento.

b. \*João e o argumento concordaram.

(9) a. João venceu Maria.

b. \*João e Maria se venceram.

Pretendemos mostrar que as alternâncias mostradas acima só podem ocorrer em determinados ambientes sintáticos e sofrem restrições semânticas bem específicas, levando-se em conta o conteúdo dos papéis temáticos envolvidos nessas sentenças. Por isso, localizamos nossa análise em uma perspectiva de interface da semântica lexical com a estruturação sintática das sentenças.

### A alternância agente beneficiário e os verbos do PB

Márcia Cançado

mcancado@ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

A literatura em lingüística, em geral, assume que o



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

papel temático de agente é o mais proeminente dos papéis temáticos, quando se trata da posição de sujeito. Ou seja, se houver dois ou mais papéis temáticos em uma sentença e um desses for um agente, ele será o candidato mais forte para a posição de sujeito. Por exemplo, o verbo *cortar* apresenta um agente e um paciente na sua estrutura argumental; quem vai para a posição de sujeito é o agente. Na maioria das línguas mais estudadas, é assim que se dá o processo de seleção de sujeito em relação a papéis temáticos:

(1) O cabeleireiro cortou o cabelo de João.

Se quisermos adotar uma perspectiva em que o beneficiário contido no NP/objeto paciente dessa ação seja mais proeminente do que o agente, a maioria das línguas utiliza alguns artifícios, como o uso dos verbos auxiliares e dos clíticos:

(2) John *had* his hair cut. (inglês)

(3) Juan *se* cortó el pelo en la peluquería. (espanhol)

(4) Jean *s'est fait* couper les cheveux. (frânces)

(5) a. Gianni *si è fatto* tagliare i capelli. (italiano)

b. Gianni *si è tagliato* i capelli. (italiano coloquial)

(6) Sie *er lässt sich* die Haare schneiden. (alemão)

(7) Jun-wa kami-o kite- *kita* (japonês)

jun-top hair-acus cut/came

Entretanto, no português brasileiro (daqui para frente PB), se quisermos promover esse beneficiário contido no NP objeto/paciente para a posição de sujeito, não usamos as estratégias apontadas para essas línguas acima. Existe um fenômeno envolvendo papéis temáticos, em que podemos alçar o beneficiário contido no NP objeto/paciente para a posição de sujeito e colocamos o agente, com uma marca de preposição, em posição de adjunção; ou simplesmente excluimos o agente (como nas passivas). Esse tipo de alternância parece ser uma violação do Princípio de Hierarquia Temática, pressuposto universal. Ainda, podemos notar que existe uma divergência no tipo de restrição seletional esperada, pois temos um beneficiário na posição de um verbo de causação, em que se esperaria somente um sujeito agentivo:

(8) a. O cabelereiro cortou o cabelo de João.

b. João cortou o cabelo (com o cabelereiro).

Em (8b), *João* pode ser o beneficiário da ação de cortar e está em posição de sujeito. Esse tipo de ocorrência é muito produtivo em PB e quando o agente não está presente na sentença, os sujeitos das sentenças abaixo podem ter uma interpretação ambígua entre agente e beneficiário (CANÇADO, 2005a):

(9) a. O rapaz xerocou o artigo de João.

b. João xerocou o artigo.

(10)a. O médico operou o nariz do Dr. João.

b. Dr. João operou o nariz.

(11)a. O lavajato lavou o carro de Maria ontem.

b. Maria lavou o carro ontem.

Podemos entender em (9b), (10b) e (11b) que o sujeito das ações de *xerocar*, *operar* e *lavar* fez a ação ou que alguém fez essas ações por eles.

Ainda, é importante realçar que as sentenças de (9) a (11) não são exemplos de algum tipo de construção ergativa, pois esses verbos não aceitam tal alternância:

(12) \*O artigo de João xerocou.

(13) \* O nariz do Dr. João operou.

(14) \* O carro de Maria lavou.

Talvez haja alguns poucos exemplos como estes em outras línguas, como alguns falantes nativos observaram. Por exemplo, para o português europeu, podemos ter sentenças como *João cortou o cabelo*, em que *João* é o beneficiário. Mas esse tipo de construção só é permitido quando se sabe,

pragmaticamente, que o tipo de ação, usualmente, é feito por outros. Também em russo, podemos ter esse mesmo fenômeno, mas também parece ser regido por alguma interpretação mais pragmática. Entretanto, o que é importante observar é que em PB esse fenômeno é muito produtivo. Por isso, eu assumo que esse tipo de construção é um fenômeno bem típico do PB e o denominarei de alternância agente/beneficiário.

Uma observação interessante é que o beneficiário que aparece na posição de sujeito dessas ocorrências tem que ter algum tipo de iniciativa ou controle sobre o processo, como observado por Franchi (1997). Veja o exemplo:

(15) Sansão cortou o cabelo com a Dalila.

A sentença em (15) é certamente gramatical, mas pragmaticamente inaceitável por falantes que conhecem a história. Isso de deve exatamente pelo fato que sabemos que Sansão não teve controle ou iniciativa sobre a ação de Dalila.

Para concluir, eu proponho que esses fatos do PB são evidências de que não existem papéis temáticos como agente, beneficiário e outros. Uma maneira mais razoável de se pensar em papéis temáticos é tratá-los como um grupo de propriedades acarretadas pela relação de sentido estabelecida entre os itens lexicais, seguindo, em parte, a proposta de Dowty (1989, 1991). Ainda, o que é relevante para uma ligação da estrutura lexical, semântica e a estruturação sintática das sentenças são as propriedades semânticas que compõem os papéis temáticos, mas não os papéis temáticos *per se*. No caso aqui apresentado, o que seria relevante é ter controle ou não sobre o processo descrito; isso sim, seria relevante para o alçamento de algum argumento para a posição de sujeito, mesmo que essa propriedade de controle não seja parte de um agente (CANÇADO, 2005b).

CANÇADO, M. (Org.). Predicação, Relações Semânticas e Papéis Temáticos: Anotações de Carlos Franchi. *Revista de Estudos da Linguagem*. Vol. 11 - No. 2, 2003.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005a.

CANÇADO, M. Posições Argumentais e Propriedades Semânticas. *DELTA*. Vol. 21 - No. 1: 23-56, 2005b.

FRANCHI, C.; CANÇADO, M. *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*. 1997. Manuscrito publicado em Cançado, M. (Org.), 2003.

DOWTY, D. On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. In: CHIERQUIA; PARTEE; TURNER (Ed.). *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy*, 2: *Semantic Issues*, 69-129. 1989, Daordrecht: Kluwer.

DOWTY, D. Thematic Proto Roles and Argument Selection. *Language* 67: 547 619, 1991.

### A alternância recíproca e os verbos do PB

Luisa Godoy

luisagodoy@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O trabalho investiga a alternância recíproca dentro do paradigma da interface sintaxe-semântica lexical, mais especificamente, em concordância com os trabalhos de Cançado (2003, 2005). A alternância recíproca se dá em dois grupos de verbos: os verbos não-recíprocos, que assumem a marca



reflexiva *se* para veicular reciprocidade:

- (1) a. João ama Maria.
- b. João e Maria se amam.

E os verbos inerentemente recíprocos, que não assumem tal marca:

- (2) a. João e Maria concordam.
- b. João concorda com Maria.

Esse segundo grupo, por outro lado, marca com preposição a construção transitiva, em que os participantes são 'separados'. As preposições são sempre *com* ou *de*, de acordo com o sentido recíproco ser de convergência ou divergência:

- (3) a. Ele combina com a turma.
- b. Ele destoa da turma.

diferenciando o que seja a alternância dos verbos não-recíprocos do que seja a alternância reflexiva:

- (4) João se ama.

e também o que seja a alternância dos verbos recíprocos do que seja a propriedade comitativa dos sujeitos compostos:

- (5) a. João carregou o piano com Maria.
- b. João e Maria carregaram o piano

Dentro do paradigma escolhido, muitas questões então se impõem. Uma questão mais empírica, que surge quando lidamos com as possibilidades composicionais das sentenças com verbos recíprocos, são as seguintes restrições, apontadas por Dowty (1991) e Levin (1989): a alternância:

- (6) a. O carro colidiu com a moto.
- b. O carro e a moto colidiram.

As sentenças acima são possíveis. Entretanto:

- (7) a. O carro colidiu com o poste.
- b. \*O carro e o poste colidiram.

não são sentenças possíveis. Portanto, a suposta sinonímia entre a forma transitiva e a intransitiva dos verbos recíprocos, como pensavam os linguistas à época da gramática transformacional (de acordo com DOWTY, 1991), não é inteiramente verdade. Parece haver restrições de sentido na alternância das sentenças transitiva e intransitiva, à semelhança do que ocorre com a alternância recíproca em verbos não-recíprocos, em que a forma transitiva não veicula reciprocidade de maneira alguma.

Já uma questão mais teórica, muito relevante, que se coloca, diz respeito ao papel temático em sentenças recíprocas. De um lado, há a questão do papel temático atribuído aos argumentos das sentenças recíprocas intransitivas, tanto em verbos não recíprocos:

- (8) a. João e Maria se beijam.
- quanto em verbos recíprocos:

- (9) João e Maria conversam.

Parece haver dois papéis temáticos sendo atribuídos a dois DPs pré-verbais (o que fere ao mesmo tempo ambos os postulados do Critério-theta, que dizem que um mesmo papel temático não pode ser atribuído a dois argumentos e que cada argumento só pode receber um papel temático). Entretanto, argumentamos que os dois nomes coordenados constituem na verdade um só argumento, que recebe não dois, mas um papel temático do verbo. Tal análise é possível se adotamos a definição de papel temático formulada por Cançado (2003, 2005), em concomitância com Dowty (1989, 1991): papéis temáticos não são noções semânticas primitivas, mas são um conjunto de propriedades, ou acarretamentos lexicais, que combinados de diferentes formas, compõem diferentes papéis. Assim, em sentenças recíprocas intransitivas, temos que o único argumento, que está na posição de sujeito, recebe um papel temático, composto de diferentes propriedades. Essa hipótese vem sendo testada na pesquisa em andamento. Resolvendo o problema do Critério-theta em sentenças

intransitivas, ainda seriam problemáticas as sentenças transitivas dos verbos recíprocos:

- (10) João conversa com Maria.

Nessas sentenças, há de fato dois argumentos, um em posição de sujeito, outro em posição de objeto preposicionado. Ambos os argumentos receberiam mesmo papel temático? Também para esse problema desenvolvemos uma hipótese, que vem sendo testada no decorrer da pesquisa: havendo sentenças como *O carro colidiu com o poste*, mas não a sua contraparte intransitiva (*\*O carro e o poste colidiram*), é possível pensar que há alguma propriedade semântica que difere os argumentos na posição de sujeito e na de objeto, impossibilitando que esses se unam numa sentença intransitiva, pois teriam de receber um só papel temático. Se há uma propriedade que difere os dois argumentos, então, pela proposta teórica adotada, há também dois papéis temáticos diferentes sendo atribuídos.

CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Org.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, p. 95-124, 2003.

CANÇADO, M. Posições Argumentais e Propriedades Semânticas. *DELTA*. V. 21.1, 2005.

DOWTY, D. 1989. On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. In: Chierchia, Partee e Turner (Ed.). *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy*, 2: Semantic Issues, 69-129. Dordrecht: Kluwer, 1989.

DOWTY, D. Thematic Proto Roles and Argument Selection. *Language* 67: p. 547-619, 1991.

LEVIN, B. *Towards a Lexical Organization of English Verbs*. Evanston: Northwestern University, 1989.

## A alternância causativo ergativa e os verbos do PB

Larissa Ciríaco

larissaciriac@let.grad.ufmg.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Neste trabalho, apresentam-se os resultados de uma pesquisa sobre a alternância causativa no português brasileiro. A alternância causativa consiste em um tema de estudo sobre a interface sintaxe – semântica lexical, ou seja, é um fenômeno que permite relacionar características sintáticas e semânticas. Tal estudo permite também entender um pouco mais acerca dos verbos de uma língua e do mecanismo de vinculação entre a estruturação das sentenças e as propriedades de sentido dos itens lexicais. Assim, embora muitos autores optem por trabalhar com alternâncias sob uma perspectiva sintática, este trabalho é uma investigação semântica das propriedades que governam a possibilidade de um mesmo predador verbal figurar em dois tipos de construções: a causativa e a ergativa. Portanto, trata-se de um estudo sobre os verbos transitivos que se tornam intransitivos, ou, de verbos causativos que se tornam ergativos. A alternância sob estudo caracteriza-se pelo fato de um verbo causativo, que ocorre em uma construção como:

- (1) Eduardo sujou a parede.

também poder ocorrer em uma construção ergativa, como:

- (2) A parede sujou.

A proposta deste trabalho é a de que existe um processo



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

sintático, a ergativização, que ocorre diante de propriedades semânticas e lexicais favoráveis exibidas pelos verbos. Esse processo consiste em, partindo de um verbo basicamente causativo, eliminar um argumento, o desencadeador do processo (no caso do exemplo acima, *Eduardo*), e projetar o argumento afetado no processo (no caso do exemplo acima, *a parede*) na posição de sujeito, mantendo-se sua interpretação de afetado. Entretanto, esse processo só origina construções ergativas gramaticais se as restrições semânticas forem satisfeitas: por exemplo, tomando-se um verbo como derrubar, vemos que ele não permite a construção ergativa: a sentença causativa:

(3) Eduardo derrubou o copo.

é perfeitamente possível, mas:

(4) \*O copo derrubou.

Não é uma sentença boa do PB.

Alguns trabalhos já mostraram resultados sobre as alternâncias verbais nesse sentido, ou seja, já confirmaram a hipótese de que existem propriedades semânticas relevantes para a estruturação sintática das sentenças. Levin; Rappaport-Hovav (1995), por exemplo, assumem que certas alternâncias e a inacusatividade possuem determinação semântica. Também Levin (1989) faz um levantamento das alternâncias de transitividade e de objeto para o inglês, mostrando características semânticas para essas alternâncias. Outro trabalho, Whitaker-Franchi (1989), também na mesma perspectiva teórica, mostra que realmente existem restrições semânticas à formação de construções ergativas. A autora propõe duas restrições mais gerais: que o argumento interno seja um paciente e que o verbo não seja estritamente agentivo. Entretanto, existem ainda algumas lacunas nessa proposta. Uma primeira é o fato de que tais restrições semânticas são descritas em termos de papéis temáticos, e as noções descritivas de papéis temáticos não são muito convergentes na literatura: são muitos os rótulos criados e os autores (veja-se GRUBER, 1965; FILLMORE, 1968; CHAFE, 1970, dentre outros) não concordam sobre quantos são os papéis, quais são eles e como devem ser definidos. Outro problema para a proposta de Whitaker-Franchi são os contra-exemplos: se tomarmos como estritamente agentivo um verbo que acarrete controle, iniciativa e animacidade ao agente, então um verbo como *carregar* não é estritamente agentivo, pois admite uma causa natural como sujeito:

(5) O vento carregou as folhas.

Ainda, seu argumento interno é um paciente (tomando-se a definição habitual de paciente como aquele que sofre um processo) e então esse verbo atende às restrições propostas, mas a construção ergativa não é aceita:

(6) \*As folhas carregaram.

Tendo em vista esses problemas, busca-se, neste trabalho, refinar as restrições semânticas propostas por Whitaker-Franchi, adotando-se para isso a proposta de Cançado (2005) para os papéis temáticos. Foram analisados mais de 100 verbos do português brasileiro e seu comportamento frente à alternância causativa, em termos de propriedades semânticas gramaticalmente relevantes. Apresentam-se aqui, portanto, os resultados desta pesquisa, que abrangem: uma descrição semântico-lexical minuciosa desses verbos, as restrições semânticas para a ocorrência da alternância e, conseqüentemente, uma contribuição para a proposta de Cançado e para os estudos de vinculação entre a sintaxe e a semântica lexical.

Chicago University Press, 1970.

FILLMORE, C. The Case for Case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Ed.). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

LEVIN, B. *Towards a Lexical Organization of English Verbs*. Evanston: Northwestern University, 1989.

LEVIN, B.; RAPPAPORT, M. H. *Unaccusativity*. At the syntax-lexical semantics interface. *Linguistic Inquiry*, Monograph 26, 1995.

WHITAKER FRANCHI, R. C. M. *As Construções Ergativas: Um Estudo Sintático e Semântico*. Tese de Mestrado. Unicamp, 1989.

CANÇADO, M. Posições Argumentais e Propriedades Semânticas. *DELTA*. V. 21. 1, 2005.

CHAFE, W. L. *Meaning and the Structure of Language*. Chicago:





## A interação entre os níveis de representação na Gramática Discursivo-Funcional

Uma grande parte dos trabalhos em Teoria da Gramática Funcional (GF) foi produzida no período que medeia as duas principais publicações de Simon Dik (1997a [1989], e 1997b). Entretanto, apenas no segundo volume da *Teoria da Gramática Funcional* (Dik, 1997b), um texto relevante da GF veio a conter um capítulo específico dedicado ao discurso, focalizando unidades lingüísticas maiores que a oração. Ocioso dizer que o discurso tem sido objeto de estudo sistemático fora do âmbito da GF, em áreas que produziram um acervo muito significativo de trabalhos sobre o assunto. Alguns dos princípios estabelecidos em outros modelos, como a Lingüística do Texto, a Análise da Conversação e a Sociolingüística Interacional, estão incorporados no capítulo final de Dik (1997b).

Recentemente, Hengeveld (2004) projetou uma nova arquitetura para a GF, denominada por ele de Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), que acomoda o discurso como uma parte integral e muito significativa do modelo. Apesar disso, é a gramática que interessa - na realidade, uma gramática formalizada que incorpore fenômenos inerentes ao processamento do discurso entre os interlocutores - e não exatamente a elaboração de um novo modelo de análise do discurso.

Hengeveld (2004) reconhece a necessidade de uma gramática organizada em três níveis: o nível Interpessoal, o Representacional e o Estrutural, cada qual concebido como um módulo separado e internamente organizado em camadas. As decisões relativas aos níveis e às camadas superiores determinam e restringem as possibilidades nos níveis e camadas inferiores, assumindo-se que um modelo de gramática é tanto mais efetivo quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento lingüístico no indivíduo. Considerando que a produção começa com as intenções comunicativas, processando em direção descendente até chegar à articulação da expressão lingüística, o modelo de produção gramatical deve refletir esse modo de processamento.

Uma abordagem funcionalista tem como compromisso principal descrever a linguagem, não como um fim em si mesmo, mas como um requisito da interação entre motivações pragmáticas e semânticas. Como um enfoque funcionalista que é, a GDF vê o sistema de regras previsto pelo nível estrutural como fortemente motivado, em relação aos objetivos e propósitos do sistema de regras previsto pelos componentes interpessoal e representacional. Os trabalhos inscritos nesta sessão têm como objetivo fornecer análises individuais que permitam uma reflexão sobre a interação entre os níveis, na medida em que procuram demonstrar a atuação de motivações semânticas e/ou pragmáticas na determinação da forma final da gramática que subjaz ao discurso.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. Edited by Kees Hengeveld. Dordrecht: Foris, 1997a [1989].

\_\_\_\_\_. *The theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and Derived Constructions. Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L., GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, 2004. p. 1-21.

## Valência dos nomes deverbais: motivações semânticas e pragmáticas

Roberto Gomes Camacho

camacho@ibilce.unesp.br  
Universidade Estadual Paulista

Como um tipo derivado de termo, os nomes deverbais deveriam manter a mesma estrutura argumental do nome de origem, podendo, assim, ser mono, bi e trivalentes, na mesma medida em que são os verbos que lhe dão origem. Essa é a interpretação de Dik (1985, 1997), para o qual os termos que acompanham nomes deverbais consistem em constituintes verdadeiramente argumentais. Entretanto, essa interpretação de valência por herança natural não é destituída de controvérsia, justamente porque a estrutura sintagmática de um nome deverbal raramente expressa todos os constituintes de sua estrutura argumental, como se observa em (1a).

(1)a. se eu fizer este gato e e deixasse durante doze mil anos... ele vai continuar sendo um gato sem valor... (...) não tem:: nenhuma... um valor artístico esta representação (EF-SP-405)

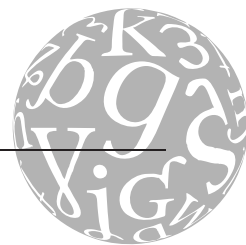
b.  $(e_i [f_i: \text{representaçãoN } (f_j) (x_1:: \text{eu } (x_i)_{\text{Ag}} (x_j: \text{gato}(x_j))\text{Go}](e_j))$

O nome *representação*, cuja estrutura de predicado *input* poderia ser descrita como em (1b), não apresenta os dois possíveis argumentos formalmente expressos. Essa característica do nome deverbal subsidia a hipótese defendida por Mackenzie (1985, 1996) de que a predicação nominalizada prototípica é, na realidade, avalente. Neste trabalho, defendo a hipótese de que, no português falado, nomes deverbais preservam a mesma estrutura argumental do predicado verbal correspondente. Para comprovar essa posição, forneço evidências empíricas de natureza quantitativa, com base numa amostra extraída da variedade culta do português falado do Brasil, o *corpus* do NURC.

A reanálise da nominalização contida em (1a) mostra que há razões funcionais para considerar que a expressão por anáfora zero, na estrutura interna do SN nucleado por *representação*, retoma a referência dos termos *eu* e *gato*, que representam o primeiro e o segundo argumentos respectivamente; nesse caso, as expressões identificadoras no nível do termo são argumentos não expressos formalmente por razões semânticas e pragmáticas.

A análise dos dados aponta para um conjunto de fatores semânticos e pragmáticos, relacionados principalmente ao compartilhamento de informação de curto prazo pelos participantes do processo de interação verbal, que permite sustentar a hipótese de preservação de valência. Na literatura funcionalista, essas motivações estão ligadas aos princípios de economia e de iconicidade. (GIVÓN, 1990; HAIMAN, 1983).

A economia representa uma tendência para o mínimo esforço e simplificação máxima da expressão. A economia sintagmática é a tendência para reduzir o comprimento ou a complexidade do enunciado, de modo que as expressões mais freqüentes no uso tendem a se reduzir fonologicamente e a informação redundante ou recuperável no contexto



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

comunicativo tende a ser omitida. Segundo Cristofaro (2003, p. 248-249), a economia sintagmática explica a correlação entre a predeterminação de traços semânticos de estados de coisas ligados e os fenômenos morfossintáticos que levam à não especificação de informação correspondente, a que ela denomina *Princípio de Recuperabilidade de Informação* (*Principle of Information Recoverability*).

Se, por exemplo, a referência temporal, a aspectual ou valores modais do estado de coisas dependente são predeterminados pelos traços semânticos do predicado principal, ou pela relação de conexão entre os dois estados de coisas, eles não precisam ser especificados no verbo, codificando o estado de coisa dependente. Similarmente, se os dois estados de coisas compartilham participantes, também a referência a esses participantes, seja mediante expressão valencial, seja mediante concordância de pessoa, pode ser omitida na forma dependente. Esse princípio explica casos de compartilhamento argumental, como o de (2) abaixo.

(2) isto é de caça... que é o que oferece... uma resistência porque a:: fruta esta na então eles não precisavam se preocupar... (EF-SP-450)

Há, no entanto, casos de compartilhamento argumental em que o argumento não expresso não é semanticamente determinado pelo predicado da oração matriz. Quando os participantes são predeterminados, o falante pode excluir a referência a eles, porque a informação correspondente está acarretada pela relação de subordinação. Todavia, quando os participantes não são predeterminados, e não há referência aberta a eles, poderia não haver modo algum de recuperar a informação perdida. (3b) é um bom exemplo desse tipo de não expressão argumental.

(3)a. toda e qualquer manifestação que a gente for procurar vai ter que estar necessariamente ligada... a esta preocupação vital do homem pré-histórico de... se conservar vivo... (EF-SP-405:50)

b. então a preocupação central... vai ser em torno da caça... (EF-SP-405:51)

Está claro em (3b) que a expressão de A1 é o homem pré-histórico, enunciado alguns momentos antes no contexto, como aparece em (3a). O mesmo argumento na segunda menção está morfossintaticamente licenciado, mas não é expresso, por ser informação pragmaticamente compartilhada entre os participantes da interação. Nesse caso, a construção de (3b), sem expressão fonológica de argumento, não envolve perda real de informação, porque o ouvinte sabe que, se a construção de (3b) é assim usada pelo falante, é porque ela compartilha o primeiro argumento não com a forma do predicado matriz, mas com a construção de (3a), mencionada apenas um momento antes, na situação discursiva. Segundo Cristofaro (2003, p. 250-251), embora esse tipo de construção seja apenas outro exemplo do mesmo *Princípio de Recuperabilidade de Informação*, ele reflete o fato de que essa situação de compartilhamento é mais comum no nível do discurso, e a organização estrutural é motivada pelas condições do uso.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

DIK, S. C. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: BOLKSTEIN *et al.* (Eds). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris, 1985. p.1-28.

\_\_\_\_\_. *The theory of Functional Grammar*. (Volume II: Complex and Derived Constructions). Edited by Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

### A categoria semântica do predicado encaixador e os tipos de complementação

Liliane Santana

lilianesantana@uol.com.br  
Universidade Estadual Paulista

As *nominalizações* constituem um tipo de construção encaixada que exerce majoritariamente funções argumentais (SANTANA, 2005). Para a Teoria da Gramática Funcional (GF), quando uma construção encaixada serve de argumento a uma predicação matriz, a informação que ela contém é essencial para a integridade da oração de nível mais alto, do mesmo modo como qualquer argumento é essencial para designar o estado de coisas pretendido (DIK, 1997).

Em construções encaixadas como *nominalizações*, os constituintes do predicado *input* devem ajustar-se ao termo nominal prototípico, adotando novos tipos de constituintes. Os ajustes mais comuns da predicação verbal encaixada à expressão do termo nominal são os seguintes: um operador de predicado passa a zero e, inversamente, zero, a operador de termo; um predicado verbal torna-se núcleo nominal; o primeiro e o segundo argumento podem tanto assumir a forma de uma expressão de posse quanto de um adjetivo atributivo; já um satélite adverbial só pode assumir a forma de um adjetivo atributivo (DIK, 1997; SANTANA, 2005). Quanto mais uma construção encaixada se ajusta à expressão formal de um termo nominal básico, tanto mais próximo é seu significado de *entidade* e, portanto, mais próximo da *nominalidade* prototípica.

Toda nominalização se caracteriza por dispor de pelo menos um desses ajustes, de modo que é possível obter-se uma escala de construções encaixadas, que podem variar do pólo das mais verbais para o pólo das mais nominais. Isso significa dizer que, num extremo, é possível dispor de uma predicação encaixada equivalente a um nome prototípico, como em (1c) e, noutro extremo, construções encaixadas verbais, plenamente finitas, como em (1a), além de construções *intermediárias*, que oscilam entre as mais verbais e mais nominais, como em (1b).

(1) a. João lamentou que Maria tenha demitido Carlos.

b. João lamentou Maria ter demitido Carlos.

c. João lamentou a demissão de Pedro [por Maria].

Essa escala de variação entre construções encaixadas verbais e nominais fornece um conjunto de construções alternativas, cuja seleção pode depender de fatores funcionais, mas não é uma possibilidade aberta a todos os predicadores encaixadores, como se observa em (2) e (3a-b), que permitem, respectivamente, apenas a nominalização (ou, quando muito, a forma infinitiva) e apenas a oração finita.

(2) *imigravam para lugares mais quentes eles também precisavam acompanhar... o a migração da caça (?a caça migrar) se não eles iam fica sem comer...* (EF-SP-405)

(3) a. João disse que a peça vem do exterior.

?b. João disse a vinda da peça do exterior

A variação entre construções mais nominais e construções mais verbais e as conseqüências dela decorrentes são razões que justificam plenamente uma investigação criteriosa das motivações que as regem e, portanto, do próprio funciona-



mento de construções encaixadas.

O objetivo deste trabalho é analisar, num *corpus* composto por uma amostragem extraída do Banco de Dados Iboruna (do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP/São José do Rio Preto), a natureza e funcionamento das construções encaixadas completivas, distribuídas numa hierarquia entre completamente verbais e completamente nominais, com o intuito de verificar se há alguma relação entre o predicado encaixador e a seleção dos diferentes tipos de construções como complemento de orações hierarquicamente superiores.

Embora, segundo Hengeveld & Mackenzie (2004), não exista uma relação biunívoca entre categoria semântica e tipo de construção, o que se pode notar é que, na seleção de diferentes construções, a semântica do predicado encaixador de completivas é altamente relevante para predicções dependentes, nucleadas em torno de uma construção nominal, de modo que a relação de gradação entre construções nominais com verbo finito e construções nominais com grau máximo de nominalidade depende estritamente da categoria semântica do predicado encaixador. Isso significa dizer que há motivações semânticas na determinação da forma final das construções encaixadas completivas. A categoria semântica é, assim, um fator decisivo para a seleção da forma de expressão das orações subordinadas.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. (Part II: Complex and Derived Constructions). Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. The representational level. In: GROOT, C., HENGEVELD, K. (Eds). *Morphosyntactic expression in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 53-86.

SANTANA, L. *A expressão da estrutura argumental dos nomes derivados*. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP. São José do Rio Preto: UNESP, 2005.

## A interação entre os níveis de representação na Gramática Discursivo-Funcional: a expressão de segundo argumento de verbos de dois lugares

Erotilde Goreti Pezatti

pezatti@ibilce.unesp.br  
Universidade Estadual Paulista

Partindo do pressuposto de que a língua constitui, em última instância, um instrumento de interação social, a descrição das expressões linguísticas numa gramática deve considerar as circunstâncias efetivas de interação verbal e suas propriedades, que são co-determinadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores. Uma visão desse tipo é encontrada na *Teoria da Gramática Funcional* (GF), proposta por Simon Dik (1997a [1989], e 1997b), e desenvolvida principalmente nos dois últimos capítulos do segundo volume, dedicados ao discurso, em que se focalizam unidades linguísticas maiores que a oração.

Dando continuidade ao trabalho de Dik, Hengeveld (2004) propõe-se uma nova arquitetura para a Gramática Funcional, denominada *Gramática Discursivo-Funcional* (GDF). Esse modelo teórico apresenta uma arquitetura modular organi-

zada de cima para baixo (do discurso para a gramática e da gramática para a expressão linguística) e constituída de quatro componentes: o conceitual, o contextual, o gramatical e o acústico. No componente gramatical, distinguem-se níveis interatuantes na seguinte ordem hierárquica: o interpessoal, o representacional, o estrutural e o fonológico. Dessa forma, o componente conceitual orienta o gramatical na formulação tanto do nível interpessoal quanto do representacional; a representação subjacente resultante dessa operação é codificada no nível estrutural; as escolhas do nível interpessoal, juntamente com as configurações estruturais determinam as propriedades fonéticas do enunciado. No componente gramatical, o nível interpessoal trabalha com unidades mais altas, denominadas Move (M), que contém um (ou mais) ato discursivo (A) que, por sua vez, é organizado sobre um esquema ilocucionário (ILL), que contém dois participantes, falante e ouvinte, e o conteúdo comunicado, composto, por seu turno, de atos *referencial* e *atributivo* (ingl. *Ascriptive*). No nível representacional, a unidade mais alta é o episódio (ep), composto por unidades descritas em termos de tipos de entidades que elas designam: entidades de terceira ordem (conteúdo proposicional), de segunda ordem (estados de coisas), de primeira ordem (indivíduos) e entidades de zero ordem (propriedades). O nível estrutural, por sua vez, contém as representações das estruturas dos níveis de oração, sintagma e palavra. Considerando que a produção começa com as intenções comunicativas, processando em direção descendente até chegar à articulação da expressão linguística, o modelo de produção gramatical deve refletir esse modo de processamento.

Como a GDF consiste numa gramática, que incorpora fenômenos de processamento discursivo, este trabalho se debruça sobre aspectos da sintaxe da língua falada, ligadas principalmente à questão de ordenação de constituintes, que encontram explicações motivadas pelos níveis interpessoal e representacional. Mais especificamente, desenvolve uma interpretação funcional da manifestação do segundo argumento de predicados verbais (objeto e complemento adverbial), com o objetivo de mostrar que a forma e a posição assumidas por esses argumentos são determinadas por fatores pragmáticos, em outras palavras, decisões no nível interpessoal desencadeiam mudanças no nível estrutural.

Dessa forma, a predominância da forma lexical em complementos verbais é ocasionada pelo fato de esses constituintes argumentais (objeto e complemento adverbial) pertencerem à dimensão da focalidade no discurso (cf. BLANCO, 2005) e, portanto, constituírem determinações do nível interpessoal. Essa dimensão da expressão linguística traz as partes de informação mais relevantes num dado cenário comunicativo, tanto em relação às modificações que o falante deseja realizar na informação pragmática do ouvinte, quanto em relação à progressão do discurso. É natural, portanto, que esse constituinte se expresse, no nível representacional, sob a forma de item lexical e, correlativamente, assumida a posição à direita do seu núcleo, o predicado verbal, no nível estrutural. Da mesma forma, é possível reconhecer a atuação do nível interpessoal na organização estrutural, mediante a atribuição das funções pragmáticas Tópico e Foco, que determinam a posição no início da oração dos complementos verbais, conforme demonstram respectivamente em 1 e 2.

Quanto aos complementos adverbiais, são ainda mais drásticas as conseqüências que a atuação do nível interpessoal desencadeia na forma e na posição dos constituintes, definidas no nível estrutural, como se verá abaixo. Em



### CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- (01) *quarta-feira se faz peixe, peixe ou camarão, há, há um detalhe por exemplo, cru, crustáceo, né, gosto muito, aquele arroz com frutos do mar, a minha mulher é incapaz de, de, de provar* (D2-POA-291: 35-36)  
 (02) *até cama andaram desarMANdo uma de outra* (DID-PA-45: 128)

(03a), o nível estrutural está expresso no modo como o argumento Locativo aparece necessariamente precedido por uma preposição que marca a função semântica *Lugar*, e na ordenação que assume na oração em relação aos demais constituintes, ou seja, em posição pós-verbal. No entanto, ao desempenhar a função de Tópico, que, como função pragmática, é própria do nível Interpessoal, a manifestação desse tipo de argumento é desprovida de preposição, o que é prontamente correlacionada, no nível estrutural, com a posição inicial da oração, conforme mostra (03c).<sup>1</sup>

(03)	(a)	Ninguém	mora	<b>Olinda</b>	<b>em</b>
		<b>S</b>	<b>V</b>		<b>X</b>
	(b)	*Ninguém	mora	<b>Olinda</b>	<b>X</b>
		<b>S</b>	<b>V</b>		<b>X</b>
	(c)	<b>Olinda</b>	ninguém	mora	

(D2-RE 05: L15, p.3)

Como conseqüência, esse tipo de ocorrência comprova que a expressão da função pragmática *Tópico* sobrepuja a expressão de funções semânticas e sintáticas subjacentes, confirmando a máxima funcionalista de que a pragmática é o quadro mais abrangente, dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas (cf. DIK, 1997a).

<sup>1</sup>Para maiores detalhes, confira Cintra (2005).

BLANCO, M. S. *As formas de expressão do segundo argumento em orações do português brasileiro falado: uma perspectiva funcionalista*. Dissertação de Mestrado em Estudos Lingüísticos. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. 99f. São José do Rio Preto: UNESP, 2005.

CINTRA, M. R. *Argumentos e predicados do quadro espacial no português brasileiro: uma abordagem funcionalista*. Dissertação de Mestrado em Estudos Lingüísticos. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. 95f. São José do Rio Preto: UNESP, 2005.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. Edited by Kees Hengeveld. Dordrecht: Foris, 1997a [1989].

\_\_\_\_\_. *The theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and Derived Constructions. Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L., GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, 2004. p.1-21.

### Plural de argumentos e eventos em duas famílias do tronco Tupi

As três comunicações apresentadas nesta sessão coordenada discutem questões relacionadas ao tema pluralidade de argumentos e eventos à luz de duas línguas indígenas

brasileiras, a saber, o Juruna e o Karitiana, que representam duas famílias distintas dentro do tronco lingüístico Tupi. O tronco Tupi é formado por 10 famílias: Arikém, Aweti, Juruna, Mawé, Mondé, Munduruku, Puruborá, Ramarama, Tupari e Tupi-Guarani. O Juruna é a única língua da família Juruna que ainda possui uma comunidade de falantes (aproximadamente 250 pessoas, no Parque Indígena do Xingú, Mato Grosso). Uma outra língua que pertence a esta família, o Xipaya, é falada por apenas duas senhoras que vivem em Altamira, Pará. O Karitiana é a última língua viva da família Arikém, falada por 330 pessoas na Área Indígena Karitana, que fica a 95 Km ao sul de Porto Velho, em Rondônia.

A apresentação intitulada “Expressão da Quantificação nas Línguas Naturais: pluralidade em Karitiana” argumenta que a língua em questão parece não apresentar quantificação nominal alguma (MULLER; STORTO; COUTINHO, no prelo), mas expressa apenas quantificação do tipo adverbial, através da presença de morfemas pluracionais que marcam a ocorrência de múltiplos eventos. A autora salienta que estes marcadores freqüentemente aparecem como duplicação verbal nas línguas do mundo que apresentam este fenômeno, e mostra que em Karitiana a duplicação certamente tem como função marcar múltiplos eventos, uma vez que ela pode ocorrer quando os argumentos do verbo estão no singular.

A apresentação intitulada “Pluralidade de Eventos e Fenômenos de Duplicação e Supleção Verbal na Língua Juruna” trata dos fenômenos de duplicação e supleção de raízes verbais na língua Juruna, analisando-os como marcadores de pluralidade de eventos e não de argumentos. Ao contrário de Karitiana, Juruna possui alguns morfemas marcadores de quantificação nominal, mas estes morfemas têm restrições semânticas de ocorrência (um só ocorre com nomes [+humanos] e outro com nomes simultaneamente [+humanos] e [-determinados]). A quantificação dos predicados marcada via duplicação respeita restrições semânticas, ocorrendo apenas com verbos [+télicos].

A apresentação intitulada “Anáfora *ta* em Karitiana: um argumento de terceira pessoa não especificado para número” discute a distribuição e as funções deste morfema anafórico de terceira pessoa, analisando-o como um clítico pronominal que participa tanto da morfologia nominal e verbal, quanto do paradigma de pronomes da língua. Em cada um destes usos, o sentido de terceira pessoa neutra para número permanece inalterado, bem como o caráter anafórico do morfema, que necessita de um antecedente na sentença para ser interpretado. Quando ocorre como clítico nominal, o morfema *ta-* é sempre proclítico e tem o sentido de possuidor do nome ao qual se cliticiza. Quando ocorre cliticizado a um verbo subordinado, o morfema *ta-* também é proclítico, e se refere ao sujeito ou objeto da oração principal. No paradigma pronominal, este morfema se compõe com outros morfemas pronominais como enclítico, formando itens lexicais complexos, em que os sentidos de primeira ou segunda pessoas do plural são derivados da composição de primeira, segunda pessoa, terceira referencial, ou anafórica ( $i+ta = 1+3$  anafórico ‘eu e outros como eu’ (nós exclusivo) ou ( $i+i+ta = 1+3$ referencial+3 anafórico ‘eu, outro, e outros como ele’ (nós inclusivo), e ( $a+i+ta = 2+3$ referencial+3 anafórico = você, outro e outros como ele’ (vocês).

As três apresentações têm em comum análises de duas línguas Tupi em que a quantificação nominal (quantificação-D) aparece como inexistente ou extremamente restrita, sugerindo que estas línguas fazem uso de outro tipo de quantificação,



a saber, a quantificação adverbial (quantificação-A). Alguns tipos de quantificação adverbial apresentadas são as duplicações verbais em Juruna e Karitiana, marcando múltiplos eventos, e as construções subordinadas do Karitiana que ocorrem no lugar da quantificação universal de sintagmas nominais em línguas que têm quantificação-D.

LIMA, Suzi Oliveira de. “Duplicação, supleção, afixação e alternância verbal nas línguas Tupi: pluralidade de sintagmas nominais ou de eventos?”. Apresentação do IX ENAPOL, 2006 (texto enviado para publicação).

MÜLLER, STORTO; COUTINHO. Número e a Distinção Contável-Massivo em Karitiana. *Revista da ABRALIN*, no prelo. STORTO, L. *Aspects of a Karitiana Grammar*. Dissertação de Ph.D. Massachusetts Institute of Technology, 1999.

### Expressão da quantificação nas línguas naturais: pluralidade em Karitiana

Luciana Sanchez-Mendes

lu\_sanchezm@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a investigação que tem sido feita sobre a expressão da quantificação na língua Karitiana que é uma língua indígena brasileira falada em Rondônia do tronco Tupi e da família Arikém. O foco principal dessa investigação está na distinção entre quantificação adverbial - quantificação-A e quantificação nominal - quantificação-D. (Cf. PARTEE *et al.*, 1995 *apud* BACH *et al.*, 1995). Ou seja, trabalhamos neste artigo com as diferenças e semelhanças que há entre a quantificação nominal, expressa através de expressões nominais, e quantificação adverbial, expressa através de advérbios de sentença, afixos verbais e auxiliares. Nessa língua, as expressões da quantificação e de número parecem estar totalmente ausentes das expressões nominais. Essas não são marcadas para (in)definitude, não possuem classificadores, nem marcas de singular/plural, como se pode ver em (1)<sup>1</sup>.

(1)	taso	naka'yt	boroja
	taso	naka-'y-t	boroja
	homem	decl-comer-nfut	cobra
	'(O/Um/Os/Alguns) Homem(s) comeu(eram) (a/uma/as/algumas) cobra(s)'		

O Karitiana parece, portanto, ser uma língua que apresenta apenas quantificação-A, corroborando com a hipótese de Bach *et al.* 1995 que defendem que nem todas as línguas têm quantificação-D, mas todas têm algum tipo de quantificação-A. Os dados do Karitiana têm mostrado que uma das formas pelas quais essa língua expressa quantificação – do tipo adverbial – é através do uso de uma categoria específica de elementos que se convencionou chamar, na literatura, de marcadores pluracionais. Marcadores pluracionais são morfemas, normalmente afixos do verbo (frequentemente reduplicativos) que expressam uma grande variedade de noções. Os marcadores pluracionais têm função de indicar uma multiplicidade de ações, envolvendo múltiplos participantes, tempos e lugares. Esses marcadores não refletem a pluralidade dos argumentos do verbo, mas a ocorrência de

múltiplos EVENTOS (LASERSOHN, 1995). Dessa forma, são quantificadores do tipo adverbial.

Os dados (2) e (3) abaixo, mostram a pluralidade de eventos marcada pela reduplicação do verbo *pon*. Nesses exemplos, observamos que a expressão nominal *sojxaty* ‘queixada’ que ocorre em posição de objeto, mantém-se inalterada nas duas sentenças, independente da sua tradução, isto é, em nenhuma sentença ela possui marca de singular/plural apesar de o nome ser traduzido como singular em (2) e plural em (3). Vemos, portanto, que o único contraste encontrado entre (2) e (3) é a reduplicação do verbo quando o objeto é plural.

(2)	João	naakat	ipon	sojxaty	kyn.
	João	naakat	i-pon-Ø	sojxaty	kyn
	João	decl	part-atirar-nfut	queixada	em
	'João atirou na queixada'				

(3)	Sojxaty	kyn	naponpon	João
	sojxaty	kyn	na-pon-pon-Ø	João
	queixada	em	decl-atirar-redupl-nfut	João
	'João atirou nas queixadas'			

Estes exemplos permitiriam uma interpretação do fenômeno expresso pela duplicação da raiz verbal tanto como pluralidade de argumentos quanto como pluralidade. Isto porque é possível imaginar que a concordância de número entre o objeto e o verbo se dá, neste caso (para esta raiz e não outras), através da duplicação, ou alternativamente, que atirar em várias queixadas pressuponha vários eventos de atirar (pluracionalidade).

No entanto, um verbo duplicado pode ocorrer em uma sentença na qual o objeto é singular, como em (4), tirado de Muller; Storto; Coutinho (no prelo):

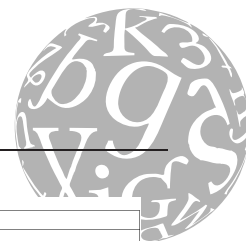
(3)	Taakatym	naponpon	taso	Sojxaty	kyn
	ta-aka-tyym	na-pon-pon-Ø	taso	sojxaty	kyn
	todos	decl-atirar-	homem	queixada	em
	(3anaf-ser-sub)	redupl-nfut			
	'Todos os homens atiraram no porco'				

Assim, somos levados a pensar numa relação entre o fenômeno da pluracionalidade – tipo de quantificação sobre eventos – e a quantificação nominal. Em um contexto em que há mais de um evento de atirar, como o expresso pela sentença (3), é provável que haja mais de um objeto sofrendo ação verbal. Nesse caso, ‘atirar várias vezes em queixada’ descreveria uma situação semelhante à descrita por ‘atirar em várias queixadas’. Dessa forma, vemos que o estudo de uma língua como o Karitiana pode nos ajudar a entender que relação existe entre a quantificação-A e a quantificação-D e de que forma a quantificação é expressa em línguas que não possuem quantificadores nominais, já que essa parece ser uma característica comum das línguas Ameríndias.

<sup>1</sup> A 1ª linha das glosas corresponde à transcrição ortográfica, a 2ª linha corresponde à segmentação morfológica e, na 3ª, há a identificação dos morfemas onde: decl=morfema funcional de declarativa, nfu=morfema de tempo não futuro, sub=morfema subordinante, redupl=reduplicação, anaf=anafórico e part=participio.

BACH, E.; E. JELIEK; A. KRATZER; B. PARTEE (Ed.). Introduction. In *Quantification in Natural Languages*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1995.

LASERSOHN, P. *Plurality, conjunction, and events*. Dordrecht,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Boston : Kluwer Academic Publishers, 1995.

MULLER; STORTO; COUTINHO (No prelo). *Revista da ABRALIN*.

### Pluralidade de eventos e os fenômenos de duplicação e supleção verbal na língua Juruna: aspectos morfossintáticos e semânticos.

Suzi Oliveira de Lima

suzilima@usp.br

Universidade de São Paulo

Nesta apresentação, discutiremos o comportamento sintático da língua Juruna (família Juruna, tronco Tupi), a partir das configurações morfossintáticas possíveis dos verbos da língua. Temos quatro objetivos de base que guiarão nossa discussão: 1) analisar os fenômenos de duplicação e supleção verbal na língua Juruna em comparação com outras línguas Tupi, a partir da descrição que os pesquisadores fizeram das línguas Gavião [família Mondé] (MOORE, 1984), Karitiana [família Arikém] (STORTO, 1999), Karo [família Ramarama] (GABAS JR., 1999), Kamaiurá [família Tupi Guarani] (SEKI, 2000), Mekéns [família Tupari] (GALUCIO, 2001), Munduruku [família Munduruku] (ANGOTTI, 1998) e Xipaya [família Juruna] (R. RODRIGUES, 1995); 2) Discutir restrições semânticas e morfossintáticas a partir dos fenômenos de supleção e duplicação verbal; 3) analisar a pluralidade verbal e o que estes fatos acrescentam para a discussão do paralelismo entre quantificação nominal e verbal (em relação à distinção de contável/ massivo) e, finalmente, 4) contrapor e discutir os argumentos que sustentam tanto a associação de supleção e duplicação a plural de eventos e sua possível relação com os tipos de aspecto – como iterativo, sucessivo, etc – assim como os que sustentam a relação de supleção e duplicação com plural de argumentos. Iniciaremos nossa discussão a partir do fato que, na língua Juruna, os verbos apresentam em sua raiz a marcação de pluralidade através de dois fenômenos distintos: 1) a supleção (exemplos [1.A.] e [1.B.]) e a duplicação ([1.C.] e [1.G.]):

Fargetti (2001) afirma que a duplicação na língua Juruna pode estar associada tanto a plural de argumentos (sujeito ou objeto) como a repetição de processos. Ao testarmos em Juruna o paradigma completo dos verbos, observamos que há exemplos em que um dos argumentos está no plural, mas o verbo não duplica (vide o exemplo [1.C.] no qual o verbo “bater” está duplicado em contraposição aos exemplos [1.D.] e [1.E.] no qual o verbo não está duplicado apesar de o objeto ser plural) assim como também há sentenças em que o sujeito e objeto estão no singular e o verbo aparece duplicado (vide exemplos [1.G.] em contraposição a [1.F.]). Devido a estes fatos, hipotetizamos que a língua Juruna faz uso da supleção e da duplicação verbal para indicar plural de eventos e não pluralidade de argumentos, ou seja, é impossível que esses fenômenos estejam refletindo concordância entre objeto e/ou sujeito e verbo. É fato que tanto a duplicação como a supleção não acontecem em todos os verbos da língua, assim como não são todos os sintagmas nominais que são passíveis de serem quantificados, uma vez que há restrições

1.A.	Una	tahu	
	1s	correr	
	“Eu corri” (LIMA 2006)		

1.B.	senahí-i	da	wānā
	homem-pl	pl	correr
	“(Os) homens correram” (LIMA, 2006)		

1.C.	Una	ese-djidaidaku	ese-be
	1s	2pl- bater(dupl)	2pl-dat.
	“Eu bati em vocês” (FARGETTI, 2001, p. 178)		

1.D.	Anā	ese-djidaku.	
		djidak-u	
	3s	2pl-bater-realis.	
	“Ele bateu em vocês” (LIMA, 2006)		

1.E.	Una	ese-djidaka.	
		djidak-a	
	1s	2s-bater-irrealis.	
	“Eu vou bater em vocês” (LIMA, 2006)		

1.F.	Una	yaekua	tese
	1s	lembrar	3pl
	“Eu lembrei deles” (LIMA, 2006)		

1.G.	João	djuda	yaekua
	João	mãe	lembrar-dupl.
	“João lembrou da mãe (várias vezes)” (LIMA, 2006)		

para tanto, a saber: 1) o morfema i para nomes [+ humano] tanto para sujeitos transitivos ([1.H.]), objetos ([1.I.] e [1.J.]) como para sujeitos intransitivos ([1.K.]); 2) o morfema zero para os casos de nomes [- humano] ([1.L.] e [1.M.]) e 3) o morfema da que só aparece associado a argumentos que ocupam a posição de sujeito [+humano] e [- determinado], podendo aparecer simultaneamente ao outro morfema de plural -i (exemplos [1.N.], [1.O.], [1.P.]):

1.H.)	Idja-i	ali	etaetaeta
	Mulher-pl	criança	banhar-dupl
	“(As) mulheres vão banhar (as) crianças” (LIMA, 2006)		

1.I.)	João	iidja-i	lapiapiku
	João	mulher-pl	engravidar-redupl.
	“João engravidou (as) mulheres” (LIMA, 2006)		

1.J.)	a'e	ali-i	yaditu
	paca	criança-pl	assustar
	“(As) pacas assustaram (as) crianças” (LIMA, 2006)		

1.K.)	Idja-i	imambimambu	
	Mulher-pl	engravidar-dupl.	
	“(As) mulheres engravidaram” (LIMA, 2006)		

1.L.)	Epa	daeku	na
	Árvore	derrubar	1s
	“Eu derrubei (a) árvore” (LIMA, 2006)		

1.M.)	Epa	daraku	na
	Árvore	derrubar	1s
	“Eu derrubei (as) árvores” (LIMA, 2006)		

1.N.)	wí	da	senahí
	chegar	pl.	homem
	“Homens chegaram” (LIMA, 2006)		

1.O.)	epía	upipi	da
	buraco	cavar	pl.
	“(eles) cavaram (o) buraco” (LIMA, 2006)		

1.P.)	senahí-i	da	azahaha
	homem-pl	pl	rir
	“Homens riram” (LIMA, 2006)		

Como vemos, as restrições de quantificação nominal estão severamente associadas a questões semânticas e o mesmo pode ser dito em relação aos verbos que podem ser contabilizados em relação ao número de eventos denotados (ou seja, alguns verbos podem apresentar uma forma ‘singular’



e uma forma 'plural', de acordo com o número de eventos) e aos que não podem ser contabilizados. Argumentamos que a característica semântica que divide os verbos que duplicam ou não na língua Juruna é o traço [télico]. Em Juruna, verbos que podem duplicar em contexto de pluralidade de eventos apresentam o traço [+télico] (e estão associados aos aspectos *accomplishment* e *achievement*), enquanto que os verbos que apresentam uma forma única em qualquer contexto, independentemente do número de eventos e/ou argumentos (singular/ plural) apresentam o traço [-télico] (e estão associados aos aspectos de atividade, estativo e semelfactivos). Vale dizer que apesar de a supleção e duplicação aparentemente estarem associadas à pluralidade, discutiremos as especificidades de cada um desses fenômenos de modificação verbal.

Na nossa argumentação em prol de uma análise destes fenômenos como marcadores de pluralidade de eventos, utilizaremos evidências lingüísticas da língua Juruna e teremos como base teórica a literatura sobre eventos e pluralidade verbal (KRATZER, 2000). Desta perspectiva, afirmamos que, enquanto há eventos que são passíveis de serem contabilizados – e são [+télico] –, há outros que não são passíveis de decomposição em subeventos e que são, aparentemente, sempre cumulativos – os quais são [-télico]. Estes, diferentes daqueles, portanto, não duplicarão na língua Juruna, pois não variam em relação ao número de evento. Ou seja, não estabelecem distinção entre um único evento ou uma multiplicidade de eventos. Devido a fatos como estes, a língua Juruna e as outras línguas Tupi apresentam novas questões para a teoria de estrutura argumental e para as discussões acerca do comportamento morfossintáticas dos verbos.

ANGOTTI, Mary Lourdes de Oliveira. *A causativização em Mundurucu: aspectos morfo-sintáticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998 (dissertação de mestrado).

FARGETTI, C. M. *Estudo fonológico e morfossintático da língua Juruna*. Campinas: UNICAMP, 2001. (tese de doutorado).

GABAS JR., Nilson. *A Grammar of Karo*. Santa Bárbara: University of California, 1999.

GALUCIO, Ana Vilacy. *The morphosyntax of Mekéns (Tupi)*. Chicago: The university of Chicago, 2001 (tese de doutorado).

KRATZER, A. *The event and the semantic of verbs*. Disponível em: <http://semanticsarchive.net>, 2000.

LIMA, Suzi Oliveira de. "Duplicação, supleção, afixação e alternância verbal nas línguas Tupi: pluralidade de sintagmas nominais ou de eventos?". Apresentação do IX ENAPOL, 2006 (texto enviado para publicação).

MOORE, Denny. *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondonia, Brazil*. New York, 1984 (tese de doutorado).

R. RODRIGUES, C. L. R. *Étude morphosyntaxique de la langue Xipaya*. Paris: Université Paris VII, 1995. (tese de doutorado)

SEKI, L. *Gramática do Kamaiurá - Línguas Tupi-Guarani do alto do Xingu*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

STORTO, L. *Aspects of Karitiana grammar*. Massachusetts Institute of Technology, 1999 (tese de doutorado).

## Anáfora ta- em Karitana: um argumento de terceira pessoa não especificado para número

Luciana Raccanello Storto

storto@usp.br

Universidade de São Paulo

Este trabalho pretende discutir aspectos descritivos e teóricos relacionados à distribuição do pronome anafórico *ta* na língua Karitiana. A anáfora de terceira pessoa *ta* ocorre cliticizada a verbos, a nomes ou composta com outros pronomes. Quando cliticizada a verbos, ela ocorre como argumento de um verbo subordinado (sujeito ou objeto) e é coreferencial a um argumento na sentença principal. Como clítico nominal, ela tem a função de possuidor do nome quando esse nome é coreferencial a um sintagma nominal que o antecede. O paradigma pronominal da língua também inclui um morfema *ta*, que analisamos como o sendo o mesmo anafórico supracitado (STORTO, 1999; MULLER; STORTO; COUTINHO, no prelo).

O morfema de terceira pessoa não coreferencial que aparece nos mesmos ambientes cliticizados a verbos e nomes é *i*. Assim, pode-se dizer que a terceira pessoa em Karitiana não está especificada para número, seja ela anafórica ou referencial.

Possessivos:

(a) Sentenças matriz

Taso	na-oky-t	ta-ota
homem	decl-matar-nfut	3anaf-amigo

'[O homem], machucou seu<sub>1,3</sub> amigo'  
(o homem machucou seu próprio amigo)

Taso	na-oky-t	i-ota
homem	decl-matar-nfut	3-amigo

'[O homem], machucou seu<sub>1,3</sub> amigo'  
(o homem machucou o amigo dele – de outra pessoa)

As ordens abaixo também são possíveis:

Taota naokyt taso  
Naokyt taota taso  
Naokyt taso taota

(b) Sentenças subordinadas:

Ora	ta-'it	by-hot	tykiiri	naka-hyryp-O	Botyj
Ora	3anaf-filho	caus-transformar	quando	decl-chorar-nfut	Botyj

'Quando Ora, transformou seu<sub>1,3</sub> filho, Botyj, chorou'

As ordens abaixo também são possíveis:

Ta' it Ora byhot tykiiri nakahyryp Botyj  
Nakahyryp Botyj Ora ta' it byhot tykiiri  
Nakahyryp Botyj ta' it Ora byhot tykiiri

Clítico Verbal

(a) Verbo intransitivo

(b) Verbo transitivo

A quantificação universal no sintagma nominal em Karitiana não é expressa por um quantificador. A expressão que traduz como um quantificador universal é formada pelo clítico *ta-*, o verbo ser/estar *aka* e o núcleo subordinador



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Ta-tat	takit	na-sombak-O	João	Porto Velho
3anaf-ir	antes	decl-olhar-nfut	João	Porto Velho

‘Antes dele<sub>i, rj</sub> sair, João, visitou/olhou Porto Velho’

Ta-hÿryj	tykiri	na-terekteregng-O	i
3anf-cantar	quando	decl-dançar-nfut	3ref

‘Quando ele<sub>i, rj</sub> cantou, ele, dançou’

*tyym*. Literalmente, essa expressão significa algo como ‘os que são/estão’. O anafórico *ta-* é usado quando a expressão quantificadora não está adjacente ao nome que modifica. Nos exemplos abaixo, vemos que *taakatyyym* ocupa a mesma posição e pode aplicar-se tanto ao objeto, como ao sujeito. A última sentença, por outro lado, mostra que a expressão quantificadora pode ocupar outra posição na sentença, no caso, adjacente ao sintagma que determina o domínio sobre o qual se dá a quantificação (a restrição). Nesse caso, ela não necessita do prefixo anafórico *ta-*.

Taakatyyym	naponpon	João	sojxaaty	kyn
ta-aka-tyym	na-pon-pon-O	João	sojxaaty	kyn
todos (3anaf-ser-sub)	decl-atirar-dupl-nfut	João	porco	em
‘João atirou em todos os porcos’		(lit: ‘João atirou nos porcos que estão’)		

Taakatyyym	naponpon	taso	sojxaaty	kyn
ta-aka-tyym	na-pon-pon-O	taso	sojxaaty	kyn
todos (3anaf-ser-sub)	decl-atirar-dupl-nfut	homem	porco	em
‘Todos os homens atiraram no porco’		(lit: ‘Os homens que estão atiraram no porco’)		

Sojxaaty	akatyym	naponpon	João
sojxaaty	aka-tyym	na-pon-pon-O	João
porco	todos (ser-sub)	decl-atirar-dupl-nfut	João
‘João atirou em todos os porcos’		(lit: ‘João atirou nos macacos que estão’)	

Ta-nĩ	tykiri	naka-hyryp-O	õwã
3anaf-bater	quando	decl-chorar-nfut	criança

‘A criança, chorou quando bateram nela<sub>i, rj</sub>’

Y-haj	y-taka-hit-O	yn	boet	ta-ti-m-’a-t
1-irmão	1-decl-dar-nfut	1	colar	3anaf-CFO-caus-fazer-nfut

‘Meu irmão, me deu o colar que ele<sub>i, rj</sub> fez’

Ta-tat	takit	taso	na-oky-t	sojxa
3anaf-ir	antes	homem	decl-matar-nfut	porco

‘O homem, matou o porco; antes dele<sub>i, rj</sub> sair’

Taso	na-oky-t	jonso	opok	ta-so’oot-O	tykiri
homem	decl-matar-nfut	mulher	inimigo	3anaf-ver-nfut	quando

‘O homem, matou a mulher, quando (pro)<sub>i, rj</sub> viu o inimigo’

Sypomp	õwã	ta-taka-nĩ-t
dois	criança	3anaf-decl-bater-nfut

‘As duas crianças bateram em si mesmas’

Sypomp	õwã	na-taka-nĩ-t
dois	criança	?-decl-bater-nfut

‘As duas crianças bateram uma na outra’

Ta-pyr-oky-dn	taso
3anaf-assert-matar-nfut	homem

‘O homem se machucou’

Ta-pyry-’ej-yn	taso
3anaf-assert-pintar-nfut	homem

‘O homem se pintou’

MULLER; STORTO; COUTINHO. *Número e a Distinção Contável-Massivo em Karitiana*. Revista da ABRALIN, no prelo. STORTO, L. *Aspects of a Karitiana Grammar*. Dissertação de Ph.D. Massachusetts Institute of Technology, 1999.

### Propriedades semânticas dos sintagmas nominais

A proposta desta sessão coordenada é discutir a denotação do sintagma nominal, doravante NP (de *Noun Phrase*). Mais precisamente, o objetivo de nossa discussão é estudar (i) a denotação dos nominais em juruna, no que diz respeito à distinção contável e massivo; (ii) as propriedades semânticas dos pronomes e a denotação dos sintagmas nominais em karitiana, e (iii) as propriedades semânticas dos sintagmas indefinidos em PB.

Serão utilizadas como base teórica para a investigação da distinção contável-massivo dos nominais em juruna, as teorias dos nomes massivos de Link (1983) e Chierchia (1998). A hipótese defendida nesse trabalho é a de que, assim como em PB, existe distinção entre nomes contáveis e nomes massivos em juruna; e de que, em juruna, os sintagmas nominais são massivos no sentido de que possuem átomos e indivíduos plurais (Cf. CHIERCHIA, 1998a).

No que diz respeito ao estudo das propriedades semânticas do sistema nominal em karitiana, será discutida a proposta de Harley; Ritter (2002).

Finalmente, em relação aos sintagmas indefinidos, o ponto de partida para o estudo das propriedades semânticas dos NPs contendo ‘um’ e ‘algum’ no português brasileiro são as análises de Alonso-Ovalle (2002) para os indefinidos ‘un’ e ‘algún’ do espanhol e Alonso-Ovalle; Menéndez-Benito (2003) para ‘algún’ (espanhol) e ‘some’ (inglês). O objetivo da discussão proposta aqui é demonstrar que os sintagmas nominais indefinidos contendo ‘um’ e ‘algum’ possuem propriedades semânticas diferentes.

Além da proposta de estudar a denotação do NP entre





as línguas, os trabalhos mencionados aqui têm em comum o fato de discutirem e analisarem textos dentro de uma perspectiva teórica formal, mais precisamente dentro da Semântica Formal e da Morfologia Distribuída. A discussão conjunta desses trabalhos é relevante na medida em que pode contribuir para solucionar questões importantes relacionadas à semântica das línguas naturais, além de poder contribuir para a descoberta de parâmetros semânticos.

ALONZO-OVALLE, L. "Indefinites and Quantification: the case of Spanish". 2002. Disponível em: [http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/sub7/abstracts/sub7\\_a0valleMBenito.pdf](http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/sub7/abstracts/sub7_a0valleMBenito.pdf). Acessado em 01 de maio de 2006.

ALONZO-OVALLE, L.; MENÉNDEZ-BENITO, P. "Some epistemic indefinites". Proceedings of the North East Linguistics Society, ed. por Makoto Kadowaki e Shigeto Kawahara. University of Massachusetts. Amherst: GLSA, 2003, p. 1-12. Disponível também em: <http://unix.oit.umass.edu/~luisalo/>. Acessado em 18 de maio de 2006.

CHERCHIA, G. Plurality of mass nouns and the notion of 'semantic parameter'. In: Susan Rothstein (Ed.). *Events and Grammar*, 1998a, p. 53-103. Dordrecht: Kluwer.

HARLEY, H.; RITTER, E. 2002. Structuring the Bundle: a universal Morphosyntactic feature geometry. In: WEISE, H.; SIMON, H. (Ed.). *Pronouns*, Elsevier Press.

HARLEY, H.; RITTER, E. 2002. Person and Number in Pronouns: a Feature-Geometric Analysis. In: *Language* 78 (3):482-526.

KRATZER, A.; SHIMOYAMA, J. Indeterminate phrases: the view from Japanese. In: The Proceedings of The Third Tokyo Conference on Psycholinguistics, ed. por Yokio Otsu, 2002, p. 1-25. Tokyo: Hituzi Syobo. Disponível também em: <http://semanticsarchive.net/Archive/WewNjcaZ/>. Acessado em 18 de maio de 2006.

LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice-theoretical approach. In: BAEUERLE *et al.* (Ed.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin, New York: de Gruyter, 1983, p. 11-34.

MULLER, A.; STORTO, L.; COUTINHO-SILVA, T. "Número e a Distinção Contável-massivo em Karitiana", a sair.

PARAGUASSU, N. *A distinção contável-massivo no sistema nominal das línguas naturais*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

## A geometria de traços nos pronomes pessoais em karitiana

Thiago Coutinho da Silva

inteiro@gmail.com  
Universidade de São Paulo

Paramentadas com as propostas da Morfologia Distribuída e observando diversos trabalhos sobre universais na fonologia, Harley; Ritter (1998 e seguintes) têm como objetivo atestar e estabelecer uma representação Universal eficiente para as línguas naturais.

Partindo da análise dos traços constituintes dos pronomes e da concordância nas línguas naturais, Harley; Ritter (1998 e seguintes) propõem uma representação universal para dar conta destes casos.

Segundo Harley; Ritter (2002), diferente da sintaxe e da fonologia, a morfologia ainda não possuía uma representação universal, salvo o que se encontrava na tipologia de Greenberg (1963) que, a partir da observação de padrões comuns nas línguas naturais, postulou uma lista de Universais e dentre eles, chamava a atenção para uma organização sistemática de traços de pessoa, gênero e número:

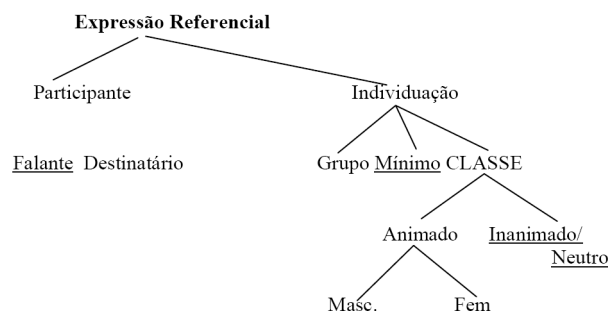
*Universal 21*: Se o verbo concorda em gênero com o Sujeito ou o Objeto, ele concorda em número.

*Universal 36*: Se a língua tem gênero, ela têm número.

*Universal 37*: Há mais gênero no singular que no plural.

*Universal 45*: Se existe distinção de gênero no plural do pronome, então existe também no singular.

A partir desses Universais, Harley; Ritter (2002) perceberam: (i) a dependência da marcação de gênero da marcação de número; (ii) o singular é menos marcado que o plural; e (iii) se a forma mais marcada possui contraste de uma morfema dependente, provavelmente possuirá da forma menos marcada. E assim, elas propõem a seguinte estrutura hierárquica para o que chamaram de expressão referencial:



A partir do trabalho de Hanson (1999) sobre a aquisição dos pronomes, Harley; Ritter (2000) buscaram as formas menos marcadas, e assim, levantam evidências para traços universais *default* e também discutem as possibilidades acerca da subespecificação. Em contraste entre 10 trabalhos de cerca de 6 línguas diferentes, elas apontam a uniformidade no que diz respeito ao primeiro pronome adquirido: ou 1ª pessoa do singular, ou a 3ª pessoa do singular (neutra/inanimada), a 2ª pessoa sempre é adquirida posteriormente à 1ª pessoa e o singular também sempre aparece anterior ao plural e assim concluem que no nó participante o *default* é a primeira pessoa (Falante), no nó individualização o *default* é o singular (Mínimo) e no nó Classe o *default* é o neutro inanimado, pois estes são os que aparecem primeiramente na fala das crianças.

Muller; Storto; Coutinho-Silva (2006), ao constatarem neutralidade de número (ausência de distinção singular X plural) nos sintagmas nominais em karitiana (única língua sobrevivente da família Arikém, Tronco Tupi), propõem a seguinte "construção" para o paradigma dos pronomes dessa língua:

pronomes	morfologia	pessoas	significado
yn	y+n	1s	eu + participante
an	a+n	2s	você + participante
i	i	3	outro (não participante)
yjxa	y+i+ta	1pl (inclusivo)	eu+outro(s)+anafórico
yta	y+ta	1pl (exclusivo)	eu+anafórico
ajxa	a+i+ta	2pl	você+outro(s)+anafórico
i	i	3	outro



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Como podemos observar na tabela acima, os pronomes plurais são analisados como posicionais, sendo formados por combinações entre pessoas.

Partindo da análise de Muller; Storto; Coutinho-Silva (2006) e de mais algumas informações existentes sobre a língua karitiana em Storto (1999), a meta neste trabalho é: (i) efetuar uma análise e discutir as características atribuídas ao paradigma dos pronomes e ao SN, tendo como base teórica a proposta de Harley; Ritter (2002), (ii) descobrir quais os traços relevantes que constituem o sistema pronominal em karitiana, (iii) explicar porque o 'traço' usado para a composição da primeira pessoa inclusiva é o de terceira pessoa, e não o de ouvinte como se espera na literatura e (iv) discutir a validade da proposta de traço *default* em Hanson; Harley; Ritter (2000) e suas implicações frente à análise dos pronomes em karitiana.

ALCÂNTARA, C. C. *As Classes Formais Do Português e Sua Constituição: um estudo à luz da teoria da Morfologia Distribuída*. Porto Alegre. PUC-RS. Dissertação de mestrado, 2003.

EMBICK, D.; NOYER, R. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: G. RAMCHAND, G.; REISS, C. (Eds.), *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*, Oxford University Press. A sair.

HANSON, R.; HARLEY, H.; RITTER, E. Underspecification and Universal Defaults for person and number features. In: *Proceedings of the Canadian Linguistics Association*, UofTWPL, 2000.

HARLEY, H. Hug a Tree: Deriving the Morpho-syntactic Feature Hierarchy. *MIT Working Papers in Linguistics* 21: 289-320, 1994.

HARLEY, H.; RITTER, E. Structuring the Bundle: a universal Morphosyntactic feature geometry. In: WEISE, H.; SIMON, H. (Eds.). *Pronouns*, Elsevier Press, 2002.

HARLEY, H.; NOYER, R. State-of-the-Article: Distributed Morphology. *Glott* 4.4: 3-9, 1999.

HARLEY, H.; RITTER, E. Person and Number in Pronouns: a Feature-Geometric Analysis. In: *Language* 78 (3):482-526, 2002.

MULLER, A.; STORTO, L.; COUTINHO-SILVA, T. "Número e a Distinção Contável-massivo em Karitiana". a sair.

SAUERLAND, U.. "The Late Insertion of Germanic Inflection". MIT, segundo manuscrito. Disponível em: <http://dingo.sbs.arizona.edu/~hharley/\-535Spring2004/sauerland-lateinsertion.pdf>. 1996.

STORTO, L. *Aspects of a Karitiana Grammar*. MIT. Tese de Ph.D. Massachusetts Institute of Technology, 1999.

### A distinção contável-massivo no sistema nominal do português brasileiro e na língua juruna

Nize da Rocha Santos Paraguassu

nparaguassu@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

Este trabalho tem como foco a distinção contável-massivo no sistema nominal das línguas naturais. Em particular, será investigada a distinção contável-massivo em juruna, comparando com o português brasileiro. O juruna é uma língua indígena do tronco Tupi, falada pelo povo juruna (aproximadamente 241 pessoas, censo de FRAQUETTI, 2001) que vive no Parque Indígena Xingu, MT. O objetivo é investigar as possíveis denotações dos nomes comuns em

Juruna. Lima (2006) propõe que, em juruna, a noção de plural está relacionada com os fenômenos de modificação de raiz verbal, tais como:

(i) Supleção: ocorre modificação completa da raiz. Exemplo: *tahu* e *wâna* ("correr", em juruna).

(ii) Afixação: ocorre modificação da raiz via afixo. Exemplo: *taeta* e *etaeta* ("banhar", em juruna. Com acréscimo do afixo "e").

(iii) Alternância de raiz verbal: ocorre modificação da raiz em apenas um ponto, sem que seja este um afixo. Exemplo: *daeku* e *daraku* ("derrubar", juruna).

(iv) Duplicação: ocorre quando o verbo é repetido em forma completa (*enaena*, "vomitar", em juruna e *xipayaya*) ou parte de um morfema dele é repetido, no interior da raiz verbal com eventual inserção de outros morfemas (*idjidaku* e *idjidaidaku*, "bater", em juruna).

A hipótese defendida pela autora é a de que na língua juruna a duplicação dos verbos marca pluralidade de eventos e não de argumentos. Para a autora, a pluralidade de argumentos se dá através de marcação morfológica quando os argumentos estão no plural ou coletivo, havendo portanto, restrições sintáticas e semânticas para a ocorrência desta morfologia.

Para a denotação dos nomes comuns, assumiremos Link (1983) que defende que nomes comuns massivos possuem denotações diferentes de nomes contáveis. Para o autor, nomes contáveis denotam indivíduos atômicos (ex. lago, garrafa, anel, etc.) e nomes massivos, porções de matéria que se dividem sem que nunca átomos sejam obtidos (ex. água, vinho, ouro, etc.). A nossa hipótese é a de que em juruna há distinção contável-massivo no sentido de Link (1983).

Além disso, investigaremos também a denotação dos sintagmas nominais em juruna para saber se, nessa língua, a denotação dos sintagmas nominais com relação à distinção contável-massivo coincide com a denotação dos nomes comuns. Assumiremos que a extensão de sintagmas nominais contáveis singulares é representada por um conjunto de singularidades (ex. João comprou o *carro*), que a extensão de tais sintagmas no plural é representada por um conjunto de pluralidades (ex. João comprou *carros*) e que a extensão de sintagmas nominais massivos é representada por um conjunto de singularidades e pluralidades (ex. João comprou *carro/água*). Em outras palavras, que sintagmas nominais contáveis têm apenas indivíduos atômicos em sua denotação e que sintagmas nominais massivos têm átomos e indivíduos plurais. (Cf. CHIERCHIA, 1998a). A hipótese defendida é a de que, em Juruna, os sintagmas nominais são massivos, nesse último sentido aqui apresentado.

Dessa forma, podemos afirmar que o juruna, com relação à distinção contável-massivo, se comporta da mesma forma que o português brasileiro, na medida em que, ambos possuem distinção entre nomes contáveis e massivos e ambos também apresentam distinção entre sintagmas nominais contáveis e massivos. Isso confirma a nossa hipótese de que a distinção lexical entre nomes contáveis e massivos é um bom candidato a universal semântico e ainda a hipótese de que contabilidade e referência são fenômenos que devem ser investigados separadamente nas línguas naturais.

O *corpus* utilizado na análise, além dos dados retirados de Lima (2006), é composto pelos dados coletados em 13 de abril de 2006, em São Paulo, pela mestrandia Suzi Lima e pela Profa Dra Luciana Storto, ambas do Departamento de Linguística da FFLCH/USP.

Este trabalho se justifica na medida em que ajuda a solucionar questões importantes relacionadas com a denotação dos nomes comuns e sintagmas nominais em juruna e no



português brasileiro, além de colaborar para a compreensão da distinção contável/massivo nas Línguas Naturais.

CHERCHIA, G. Plurality of mass nouns and the notion of 'semantic parameter'. In: Susan Rothstein (Ed.). *Events and Grammar*: Dordrecht: Kluwer, 1998a, p. 53-103.

FRAGUETTI, C. *Estudo fonológico e morfossintático da língua Juruna*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.

LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice-theoretical approach. In: BAEUERLE *et al.* (Ed.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin, New York: de Gruyter, 1983, p. 11-34.

LIMA, S (2006). "Duplicação, supleção, afixação e Alternância verbal nas línguas Tupi". (prelo)

MÜLLER, A.; OLIVEIRA, F. Bare Nominals and Number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Portugal, v. 3, n. 1, 2004.

PARAGUASSU, N. *A distinção contável-massivo no sistema nominal das línguas naturais*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

## Qual é a denotação dos indefinidos "um" e "algum" no PB?

Lidia Lima da Silva

lidialimadasilva@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

A proposta deste trabalho é discutir a denotação dos indefinidos 'um' e 'algum' seguidos de um nome singular (contável ou massivo) do português brasileiro, doravante PB, dentro da perspectiva da Semântica Formal. O objetivo desta análise é estudar as propriedades semânticas desses indefinidos. O ponto de partida da discussão proposta aqui são as análises de Alonso-Ovalle (2002) para os indefinidos 'un' e 'algún' do espanhol e Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2003) para 'algún' (espanhol) e 'some' (inglês). A hipótese deste trabalho é a de que o contraste entre os indefinidos 'um-NP' e 'algum-NP' também existe em PB. Pretende-se fazer a análise testando as propostas dos autores em dados do PB.

Segundo Alonso-Ovalle (2002), há um contraste semântico entre 'un-NP' e 'algún-NP'. Enquanto 'algún-NP' comporta-se como um quantificador existencial nos termos russellianos, o indefinido 'un-NP' do espanhol, assim como 'a-NP' do inglês, não se comportam do mesmo modo. Entre as diferenças citadas por Alonso-Ovalle, algumas são: 'un-NPs' (i) exibem efeitos de variabilidade quantificacional, herdando sua força quantificacional de um operador na sentença (Cf. HEIM, 1982); (ii) podem combinar-se com sentenças relativas não-restritivas (Cf. FODOR; SAG, 1982); (iii) podem escapar de restrições de escopo de ilhas sintáticas (Cf. FODOR; SAG, 1982); e (iv) são permitidos em posição predicativa. Porém, 'algún-NPs' (i) sempre têm força existencial; (ii) não podem combinar-se com sentenças relativas não-restritivas; (iii) têm seu escopo limitado por ilhas sintáticas; e (iv) têm somente usos epistemicamente marcados em posição predicativa.

Para o autor, os fatos mostram que, se 'un' é um quantificador, ele é um tipo especial de quantificador. Por outro lado, 'algún' comporta-se de modo muito parecido a qualquer

outro quantificador.

De acordo com Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2003), existe ainda outro contraste entre 'un-NP' e 'algún-NP': 'algún-NP' é um indefinido epistêmico, porém 'un-NP' não possui essa característica. Segundo os autores, há um grupo de indefinidos que marcam abertamente a falta de conhecimento do falante, ou seja, eles indicam que o falante não está apto a dar qualquer informação sobre o *que* (ou *quem*) satisfaz suas afirmações de existência. Essa falta de conhecimento do falante é denominada por eles como *efeito epistêmico*. Indefinidos que induzem a esse efeito são chamados de *indefinidos epistêmicos*, em contraposição aos indefinidos não-epistêmicos, que não induzem a esse efeito. Ainda segundo os autores, há diferentes modos de os indefinidos marcarem o efeito epistêmico. Por exemplo, com base na análise proposta por eles, o efeito epistêmico de 'algún' difere do efeito de 'some', pois 'algún' indica que qualquer indivíduo no domínio pode ser alguém capaz de satisfazer sua afirmação de existência; esse efeito não pode ser atribuído a 'some', que pode ter um uso referencial.

Com base nas discussões feitas pelos autores, é possível apontar algumas distinções entre os indefinidos 'um' e 'algum' em PB, descritas a seguir.

Segundo Heim (1982), indefinidos (e definidos) são variáveis, ou seja, a força quantificacional que parece ser do 'um-NP' é, na realidade, influência de alguma expressão linguística no ambiente em que ele está (no caso das sentenças (1) e (2) abaixo, os advérbios 'sempre' e 'às vezes'). Todavia, essa variabilidade de leitura quantificacional (ora 'um-NP' é lido como universal, ora como existencial) não vale para 'algum-NP', que está sempre associado à força quantificacional de existência, (Cf. (3) e (4)).

1) Um médico sempre acorda cedo.

Paráfrase: Todo médico acorda cedo.

2) Um médico às vezes acorda cedo.

Paráfrase: Existe pelo menos um médico que acorda cedo.

3) Algum médico sempre acorda cedo.

Paráfrase: Existe pelo menos um médico que acorda cedo.

4) Algum médico às vezes acorda cedo.

Paráfrase: Existe pelo menos um médico que acorda cedo

Fodor; Sag (1982) discutem uma proposta em que indefinidos do inglês do tipo 'a-NP' são ambíguos entre uma leitura quantificacional e uma leitura referencial. O objetivo da discussão proposta por eles é tentar caracterizar essa ambigüidade. Ao analisar dados do PB, podemos concluir que a sentença (5) pode ser interpretada como se referindo a um indivíduo específico ao passo que (6) não pode ter essa leitura.

5) Um paciente no HU foi operado do coração.

6) Algum paciente no HU foi operado do coração.

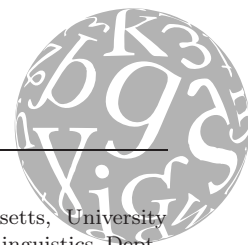
Ainda segundo esses autores, existem fatores que contribuem para uma interpretação referencial. Por exemplo, a riqueza de conteúdo descritivo contribuiria para um entendimento referencial de 'um-NP'. Por outro lado, mesmo com a adição de descrição, 'algum-NP' não pode ser entendido referencialmente (Cf. (7) e (8)).

7) Um paciente que Dr. Margarido conheceu na infância foi operado do coração.

8) Algum paciente que Dr. Margarido conheceu na infância foi operado do coração.

Aplicando a proposta de Fodor e Sag, indefinidos do tipo 'um-NP' podem co-ocorrer com relativas não-restritivas, uma vez que pode ser entendido como referencial (Cf. (9)); entretanto 'algum-NP' não pode (Cf. (10)).

9) Um paciente no HU, que ganhou um livro novo, foi



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

operado do coração. (não-restritiva)

10) \*Alguns pacientes no HU, que ganharam um livro novo, foram operados do coração. (não-restritiva)

Outra característica que os difere é que sintagmas indefinidos contendo 'um' têm propriedades de escopo diferentes de outros sintagmas quantificados. 'Um-NP' pode escapar de restrições de ilhas de escopo (Cf. (11)) e pode ser facilmente entendido como falando de um indivíduo particular, mas 'algum-NP' não pode escapar de restrição de ilha de escopo e não podemos entender (12) como falando de um indivíduo particular.

11) Se um amigo meu de Cajamar morresse no incêndio, eu herdaria uma fortuna.

12) Se algum amigo meu de Cajamar morresse no incêndio, eu herdaria uma fortuna.

Em relação à posição predicativa, comparando ao que apontou Alonso-Ovalle para o espanhol, em PB, 'um-NP' pode aparecer depois da cópula (Cf. (13)), como ocorre com 'un-NP'; entretanto 'algum-NP' não pode (Cf. (14)).

13) João é um professor.

14) \*João é algum professor.

Os dados acima mostram um primeiro contraste entre 'um-NP' e 'algum-NP' no PB. Enquanto 'um-NP', assim como 'un-NP' no espanhol, se comporta como um indefinido nos termos de Heim, 'algum-NP', assim como 'algún-NP', não se comporta do mesmo modo.

No que diz respeito ao efeito epistêmico, podemos dizer que 'algum' faz exigências que 'um' não faz: 'algum' ocorre em contextos em que temos apenas evidências a respeito do que falamos. Devido a isso, a sentença (15) é agramatical quando dita num contexto em que olhamos para a pessoa a nossa frente, contrastando com (16), que é perfeita nesse mesmo contexto. Por outro lado, num contexto em que entramos numa sala, vemos muitas pegadas sobre a mesa e sabemos que houve uma festa no local na noite anterior, a sentença (17) é gramatical.

15) \*Alguns pessoas estão dançando sobre a mesa.

16) Uma pessoa está dançando sobre a mesa.

17) Alguns pessoas dançaram sobre a mesa.

Podemos dizer que 'algum' difere de 'some', pois não pode ter um entendimento referencial (mas 'some' pode); e difere de 'algún', pois seu efeito epistêmico não tem como resultado um alargamento de domínio e um efeito de livre escolha dentro desse domínio, (como é o caso do espanhol). O efeito epistêmico de 'algum' parece relacionar-se à evidência que o falante tem sobre um fato.

Este trabalho, ao estudar as propriedades dos indefinidos 'um' e 'algum' no PB, contribui para uma teoria preocupada com a denotação dos indefinidos.

ALONZO-OVALLE, L. Indefinites and Quantification: the case of Spanish. 2002. Disponível em: [http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/sub7/abstracts/\-sub7\\\_aOvalleMBenito.pdf](http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/sub7/abstracts/\-sub7\_aOvalleMBenito.pdf). Acessado em 01 de maio de 2006.

ALONSO-OVALLE, L.; MENÉNDEZ-BENITO, P.: Some epistemic indefinites. Proceedings of the North East Linguistics Society, ed. por Makoto Kadowaki e Shigetō Kawahara. University of Massachusetts. Amherst: GLSA, 2003, p. 1-12. Disponível também em: <http://unix.oit.umass.edu/~luisalo/>. Acessado em 18 de maio de 2006.

FODOR, J.D.; SAG, Ivan A. Referential and Quantificational Indefinites. *Linguistics and Philosophy* n.º 5, 1982, p. 354-398.

HEIM, Irene Roswitha. The Semantics of Definite and Indefinite

Noun Phrases. Ph.D Dissertation. Massachusetts, University of Massachusetts, reproduced by the GLSA, Linguistics Dept., UMass, Amherst, 1982.

KRATZER, A.; SHIMOYAMA, J. Indeterminate phrases: the view from Japanese. In: The Proceedings of The Third Tokyo Conference on Psycholinguistics, ed. por Yokio Otsu, 1-25. Tokyo: Hituzi Syobo, 2002. Disponível também em: <http://semanticsarchive.net/Archive/WewNjcaZ/>. Acessado em 18 de maio de 2006.

### 3.11.2 Comunicações Individuais

#### Construindo sem tijolos: a relevância da perspectivação na produção do sentido

Aparecida de Araújo Oliveira

[cidaaraujo@terra.com.br](mailto:cidaaraujo@terra.com.br)

Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação trata da construção do significado das expressões lingüísticas, enfocando, mais precisamente, o processo da *perspectivação* e seus efeitos na semântica de preposições da língua portuguesa. Essa discussão é relevante pelo seu impacto na explicação da polissemia como um processo sistemático e cognitivamente motivado e, também, por, mais uma vez, destacar a dependência da linguagem de processos e capacidades cognitivos gerais, que também contribuem para outras formas de cognição (JOHNSON, 1987). A discussão que proponho se apóia no quadro teórico da Lingüística Cognitiva, em especial, sobre a proposta de uma Gramática Cognitiva, de Ronald Langacker, a qual é fortemente influenciada pela maneira como a percepção visual é descrita. Esta é uma visão de língua baseada no uso, o que pode ser entendido de duas maneiras: primeiramente, ao defender a tese da participação do falante-conceitualizador, em sua constituição física e social, na construção do significado, como demonstrado abaixo, e, portanto, indo de encontro à tese objetivista da existência de um significado a priori para as formas lingüísticas; uma segunda interpretação para a descrição do modelo diz respeito à proposta metodológica, que aponta para o emprego de usos atestados da língua. Assumindo a conceptualização como um processo cognitivo comparável à percepção visual (LANGACKER, 2001), em que a *perspectivação* é de crucial relevância, busco demonstrar como três de seus componentes – o *ponto de vista*, a *orientação espacial* e a determinação do *perfil* em uma entidade conceptualizada – atuam na construção do significado emergente e na instanciação de usos metafóricos dessas formas lingüísticas. Para isso, enfoco não apenas a relação expressa pela preposição, mas também, as entidades que esse termo une (o marco, que, na estrutura oracional, obrigatoriamente segue as preposições investigadas, e o vetor, elemento mais destacado na relação, mas não necessariamente precedente àquelas). O funcionamento desses três subprocessos é abordado, primeiramente, na descrição de seus efeitos no que concerne à preposição “sob”, da língua portuguesa. Aqui, proponho uma descrição dos efeitos da mudança de *orientação espacial* do conceptualizador, efeitos esses que permitem o sancionamento de sentidos espaciais distintos para essa preposição como, por exemplo, em “sob



o gelo da Antártida” e “sob a tinta da porta”, e se expande a ponto de permitir marcos tridimensionais: “sob fumaça”. Demonstro, também, como a tomada de um ou outro *ponto de vista*, associada ao conhecimento das dimensões das entidades envolvidas em uma mesma cena, coloca em foco aspectos distintos da situação – por exemplo, destacando, ou não, o efeito de ocultação de uma entidade por outra – e como essa alteração está ligada a usos da preposição em situações não espaciais, como em “sob sigilo”. A perspectivização, como busco evidenciar, é co-responsável por sentidos convencionalizados distintos, quando muitos de seus efeitos acabaram por se consolidar em construções fixas da nossa língua, tais como “sob controle”, “sob pressão”. Nessas expressões, como em outros usos metafóricos da preposição, entra em cena um outro processo, menos explorado nesta comunicação, que é correlação de experiências (GRADY, 1997). O segundo enfoque de análise recai sobre a preposição “em”, e está associado à natureza do verbo presente na construção e àquela da entidade representada pelo vetor, os quais avalio como auxiliares na formação do significado contingente, por influírem na delimitação da faceta a ser destacada na outra entidade convencionalizada, o marco. Tal enfoque específico caracteriza a determinação do perfil, isto é, o aspecto da natureza da entidade que é capturado pela atenção do conceptualizador. Um exemplo disso é a distinção entre “gelo no copo” e “desenho no copo”. Como disposto acima, os trabalhos que deram origem a esta apresentação envolvem a análise de amostras de usos autênticos dessas preposições no português contemporâneo do Brasil, coletadas da Internet (sites do domínio .br), através de ferramentas da Lingüística de Corpus (Kwic Google®), entre maio de 2005 e agosto 2006, e analisadas com o auxílio da ferramenta Concordancer (Wordsmith Tools ©) para comparação de contextos. Tais amostras, cuja extensão é normalmente o período, compõem dois corpora de gêneros variados, bastante representativos da língua portuguesa em uso no Brasil. Três importantes resultados advindos dessas análises são a demonstração da viabilidade de uma explicação cognitiva para usos diferenciados de uma mesma forma lingüística, corroborando o pressuposto da Lingüística Cognitiva sobre a participação do falante na construção do significado contingente; a confirmação da existência de uma sistematicidade a permear a estrutura semântica de itens lexicais polissêmicos, especialmente, demonstrando que a mudança na perspectivização de cenas espaciais podem gerar usos outros que, no caso de nosso idioma, ocorrem, até mesmo, em construções fixas; e, por fim, ao incluir na análise outros elementos da construção, discutir algumas das inter-relações conceptuais em que estes estão envolvidos. Finalmente, tributário da discussão sobre a perspectivização, nos dois casos – quando a mudança no ponto de vista e na orientação espacial altera o perfil semântico da preposição “sob” e quando, ao contrário, a alternância de uma das entidades relacionadas convoca uma modificação na perspectivização, com uma conseqüente mudança no sentido da relação expressa por “em”, evidenciando facetas distintas do mesmo marco – está o alerta sobre a isenção necessária à determinação do sentido básico de itens lexicais, para que esse não seja contaminado por outros elementos do contexto.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRADY, Joseph E. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. Tese de Doutorado. University of California, Berkeley. 1997.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of

Chicago Press, 1987.

KWIC Google - Formatador de resultados do buscador Google - <http://www2.lael.pucsp.br/corpora/google/index.html> - acesso em 30.06.2006 e 25.07.2006.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western society*. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, Ronald. Viewing and experimental reporting in cognitive grammar. In: SILVA, Augusto. *Linguagem e cognição*. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga, 2001.

LANGACKER, Ronald. A dynamic usage-based model. In: BARLOW, M.; KEMMER, S. (Org.). *Usage-based models of language*. Stanford: CSLI, 2000.

LANGACKER, Ronald. *Concept, image and symbol: the cognitive basis of grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1991.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

OLIVEIRA, Aparecida A. *O que há em “em”? O papel do trajector na construção do significado*. Manuscrito, 2005.

OLIVEIRA, Aparecida A. *Esquemas espaciais e extensões metafóricas na semântica de preposições do português do Brasil: um estudo de caso*. Manuscrito, 2006.

---

#### Fatores “Histórico-ocasionais” de geração de sentidos

Zinda Vasconcellos

[zinda@superig.com.br](mailto:zinda@superig.com.br)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A questão dos fatores que asseguram a previsibilidade do significado de novas formações lexicais, ou a dos novos sentidos de uma palavra que tenha várias acepções, é um tema de importância central para os estudos lexicais, já que dessa previsibilidade depende a possibilidade de compreensão da nova palavra ou sentido por outros falantes além daquele que os tenha criado. Já Saussure [Saussure 1969] dizia que a limitação do arbitrário do signo era o que há de mais fundamental na linguagem, para isso tendo estabelecido o conceito de motivação relativa. Depois dele, foram propostos vários tipos de mecanismos para tentar dar conta de tal previsibilidade: formações por analogia; regras de formação de palavras, nas abordagens mais formalistas; estratégias cognitivamente motivadas, como metáforas, metonímias e transposições de esquemas de imagem, nas abordagens cognitivistas. No entanto, como salientado várias vezes por estudiosos do Léxico [por exemplo, BASÍLIO, 1987], no Léxico “o impossível acontece”: com o tempo, como fruto do seu uso nas mais diferentes circunstâncias, as palavras adquirem sentidos que podem ser bem diferentes daqueles que seriam previsíveis por esses mecanismos. A presente comunicação pretende tratar dos fatores que levam ao advento desses sentidos divergentes, focalizando em especial o que a autora chama de “fatores histórico-ocasionais” de geração de sentidos, ou seja, tudo o que é circunstancial, contingente, mas serve de pano de fundo sobre o qual o discurso se dá,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

incluindo não apenas as condições pragmático-discursivas propriamente ditas, mas também a situação e o contexto discursivos vistos de modo amplo, modelos culturais, conhecimentos diversos dos falantes, e até mesmo acontecimentos. Apesar de tal interesse pelos fatores subjacentes ao uso da linguagem no discurso, a análise se baseará sobretudo em sentidos lexicais levantados por dicionaristas da língua, e não em textos extraídos de discursos reais. Isso se explica em parte por razões práticas, por se ter escolhido tratar de itens lexicais não gramaticais, donde de pequena probabilidade de ocorrência em qualquer texto, e pelo fato de ser necessário para as finalidades pretendidas levantar o maior número possível de acepções desses itens, para verificar as relações que as ligam umas às outras e os possíveis motivos que levam à sua geração. Mas se explica também por motivos teóricos. Embora acreditando que as diferentes condições de uso e efeitos de sentido das palavras, que constituem as suas acepções, se originem de fatores discursivos, a autora não crê que elas se resumam a meros efeitos do discurso; se assim fosse, essas condições e efeitos de sentido não se cristalizariam enquanto novas acepções das palavras. Considera que acepções são autênticos fatos de língua, fazem parte da competência lexical dos falantes, que sabem quando aplicar ou não os termos que conhecem, e que efeitos de sentido podem ser obtidos com o uso desses termos em diferentes situações, e isso até mesmo com as palavras ainda “em estado de dicionário”, ou seja, antes do uso efetivo e fora de um contexto real. O que interessa examinar são exatamente as condições em que aquilo que, no início, era imprevisível e acidental, depois é, no entanto, incorporado pela língua, enriquecendo as possibilidades semânticas já de algum modo codificadas no sentido lexical. O apelo aos dicionaristas da língua permite o recurso indireto aos *corpora* já por eles consultados através de mais de um século de uma prática socialmente consolidada, o conteúdo dos dicionários podendo ser visto como a corporificação da competência lexical de um “falante ideal” culturalmente localizado, que tenha acesso a um largo acervo discursivo historicamente constituído. Além de dados extraídos de dicionários, a autora se utilizará também de outros dados usados em análises de casos de polissemia ou de criação de neologismos previamente realizadas, por ela mesma ou por outros autores, e poderá incluir, ainda, exemplos de casos isolados considerados especialmente interessantes.

ALVES, I. M. *Neologismo, Criação Lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.

BASILIO, M. O Princípio da Analogia na Constituição do Léxico: Regras são *Clichês* Lexicais. In *Veredas*, V. 1, N. 1, p. 9-21. Juiz de Fora: UFJF, 1997.

BASILIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASILIO, M. *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MARTINS, H. F. *Irregularidade Semântica em Construções Lexicais: Um Estudo de Verbos Parassintéticos no Português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1991.

MARTINS, H. F. *A Relação entre Metáforas Cotidianas e Metáforas Literárias e seu Impacto sobre a Determinação da Palavra como Unidade da Linguagem*. Rio de Janeiro: Fac. Letras da UFRJ, 1997.

PRETI, D. (Org.). *O Léxico na Língua Oral e na Escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot,

1969.

VASCONCELLOS, Z. *O Processo da Expansão de Sentido e a Questão da (Ir)Representabilidade Semântica*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1995.

### A linguagem publicitária junto aos processos ambíguos na formação persuasiva das publicidades de cerveja

Vinicius Corrêa Bicalho

jornal.vinicius@gmail.com

Universidade Federal de São João del-Rei

Márcia Barreto Berg

Entendendo o processo persuasivo publicitário enquanto relação existente entre o emissor e o receptor da mensagem, este trabalho visa apresentar resultados finais de pesquisa, a partir da análise de Publicidades Impressas de Cervejas, baseadas na fusão entre a iconicidade e a linguagem publicitária na construção do processo persuasivo. A fusão dessas partes, usando como meio lingüístico as diferentes propriedades da ambigüidade, é o caminho pelo qual descobriremos a força persuasiva presente nas publicidades. O lingüístico está presente enquanto força discursiva e argumentativa dos signos verbais, apelando para mecanismos que fazem com que a persuasão se concretize efetivamente. Já o icônico, ou imagético, corrobora os operadores lingüísticos enriquecendo sobremaneira o enunciado da publicidade. Segundo Barthes (1964, p. 31), as imagens são ambíguas e polissêmicas, enquanto as mensagens verbais são (ou podem ser) não-ambíguas e monossêmicas. A combinação de texto e de ilustração se tornará fundamental, pois é a partir desses dois elementos que entenderemos a persuasão publicitária. Elegemos como *corpus* do nosso trabalho as publicidades impressas de cervejas. Elas foram coletadas em Revistas Veja dos 1º e 2º semestres de 2005 e 1º semestre de 2006. As publicidades impressas foram escolhidas pela facilidade na coleta, e por representarem um meio estático de análise, diferentemente da publicidade televisiva ou radiofônica, o que facilita e confere maior estabilidade à análise. A revista Veja foi escolhida por seu caráter de veículo informativo de comunicação de massa, por sua veiculação de âmbito nacional, tendo maior abrangência e influência dos interlocutores que outros meios impressos. A hipótese que defendemos tem base na Teoria da Linguagem Publicitária. Nessa teoria, buscamos estudar o que determina o processo persuasivo que liga o emissor da mensagem publicitária ao receptor, com fim de seduzir e influenciar esse último ao consumo do produto veiculado. Para tanto baseamo-nos teoricamente em Veestergaard; Schoroeder (1988). Deles utilizamos a linguagem publicitária e suas características concernentes aos discursos informativo e persuasivo, com o objetivo de entender o processo persuasivo enquanto informacional e emocional. Em Martins (1997), baseamo-nos nos estudos argumentativos de caráter racional/informativo e subjetivo/emotivo. Martins (1992) distingue propriedades icônicas da imagem em três enfoques que são representados na publicidade: funcional, conceitual e emocional. Da teoria apresentada por Barthes (1964), utilizamos apenas os estudos de publicidade, não nos interessando as questões



relacionadas à literatura ou outras afins. Já em Cançado (2005) selecionamos estudos sobre ambigüidade. Neste trabalho, estamos assumindo que a função persuasiva da publicidade é melhor alcançada quando veicula os dois registros (icônicos e lingüísticos) unificadamente. Assim, se uma publicidade com fins comerciais, como as publicidades impressas de cerveja, pretendam alcançar o público-alvo e fazer com que este consuma o produto ou serviço veiculado, ela terá maior aceitabilidade se apresentar, unificadamente, os recursos icônicos e lingüísticos atrelados. Com esta convicção, partimos para a análise com o fim de defender e justificar o que assumimos. Verificamos na análise das publicidades impressas de cerveja que, nelas, necessariamente, está presente a força da persuasão pela fusão do recurso icônico e lingüístico. A imagem é o primeiro recurso que capta a atenção do interlocutor e a linguagem exerce o papel de ancoragem na decodificação final da mensagem. A linguagem, apesar de não ser percebida inicialmente, é o primeiro recurso a ser interpretado. Assim, a imagem capta a primeira atenção, mas não é interpretada, enquanto o interlocutor busca recursos verbais para interpretar a publicidade. O papel da linguagem é, então, substituir a imagem ou completar seu sentido para agir como orientadora da significação. O processo persuasivo pode também convencer (pelo racional) e pode emocionar (pelo emocional) ao mesmo tempo; isto quer dizer que um texto pode suscitar apelo emotivo forte para a aceitação de determinado produto, mas a decisão de compra dependerá da forma usada de convencimento. Já no que diz respeito ao discurso persuasivo, a presença de pessoas famosas nos anúncios, e conseqüente associação ao produto, faz com que a aceitabilidade do produto seja ainda maior. Outro resultado constatado é que as características reais presentes são expressas para levar às características subjetivas, com fim persuasivo. A característica real, representada pela função informativa, serve de base para a concretização da característica subjetiva, que é representada pela função emotiva. Portanto, toda carga informativa presente na publicidade tem a finalidade de servir de base para a concretização emotiva e envolvimento do destinatário com o produto. Em nossa análise, os argumentos lógico-emocionais foram encontrados com maior facilidade e quantidade do que os lógico-rationais ou mistos. O que depreendemos é que, como um dos objetivos da linguagem publicitária é elucidar pela emoção mais do que pela razão, o caráter latente das sensações sugeridas neste tipo de processo argumentativo emocional é mais forte do que o racional nos anúncios que foram analisados. E para exercer a função de emocionar, a linguagem publicitária apresenta mecanismos, como os “marcadores de tendencialidade”, que apelam para a persuasão lingüística do destinatário da mensagem publicitária, levando-o a crer no benefício do uso do produto. Outro resultado constatado refere-se à presença dos processos ambíguos. A linguagem das publicidades de cerveja faz uso da ambigüidade para alcançar seu objetivo final: persuadir o interlocutor. Isso é possível porque a ambigüidade gera dúvida e inquietação no destinatário que interpreta a sentença ambígua. Assim, ele recorre a outros recursos presentes no contexto veiculado pela publicidade para selecionar o sentido correto do enunciado. Um dado primordial a ser ressaltado é quando a multiplicidade de sentido não é selecionada, e as diferentes interpretações são cabíveis de entendimento. Denominamos esse aspecto de ambigüidade plena, no qual após a assimilação da sentença ao contexto veiculado, esse não seleciona qual dos possíveis sentidos será utilizado. Constatamos, por fim, que

a linguagem publicitária promove uma leitura persuasiva no destinatário, fazendo-o envolver-se na publicidade através da interpretação que ele faz dos elementos que a compõem. A aproximação entre produto e consumidor é a finalidade principal da linguagem que se constitui pelos diferentes processos ambíguos. A multiplicidade de sentidos que dela emana é possível a partir da interpretação da mensagem pelo interlocutor. Ele, por sua vez, torna-se cada vez mais inquietante, o que o faz recorrer sempre ao contexto para buscar elementos que validem sua interpretação. Por ele recorrer sempre ao contexto, sua relação com o produto se fundamenta com maior precisão, e sua ligação com esse último se efetiva quase automaticamente, tanto que o interlocutor nem percebe e se envolve completamente no processo persuasivo. Assim, essa aproximação entre o produto e o consumidor é a finalidade principal da linguagem que apresenta uma constituição ambígua.

- BARTHES, Roland. *Rhétorique de l'image*. *Communications*. Paris: Seuil, n. 4, 1964.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- GASTALDO, Edison. *Pátria, chuteiras e propaganda: o brasileiro na publicidade da Copa do Mundo*. São Paulo: Annablume; São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- MARTINS, Jorge S. *Redação Publicitária: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1997.
- MARTINS, Jorge S. *O poder da imagem: o uso estratégico da imagem criando valor subjetivo para a marca*. São Paulo: Intermeios, Comunicação e Marketing, 1992.
- SANDMANN, Antônio. *A linguagem da propaganda*. 7. ed. São Paulo, Contexto: 2003.
- VEESTERGAARD, T.; SCHROEDER, K. *A linguagem da propaganda*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1988.

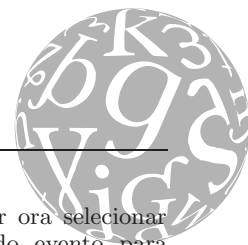
## A flexibilidade dos predicados adjuntos: orientação para o evento ou participante

Maria José Foltran

[mfoltran@ufpr.br](mailto:mfoltran@ufpr.br)

Universidade Federal do Paraná

Este trabalho objetiva discutir propriedades sintáticas e semânticas de advérbios predicativos, adjetivos adverbiais e predicados secundários, todos exemplos de predicados adjuntos. No quadro teórico neo-davidsoniano (Parsons, 1990), adjetivos e advérbios predicativos se distinguem na medida em que os primeiros estão orientados para um participante do evento, enquanto os segundos se orientam para o evento. Nessa perspectiva, os adjetivos introduzem seu próprio argumento e prevêm que participante deve estar no evento. Já advérbios não podem fazer predições sobre argumentos sintáticos.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Há, no entanto, dois fatos que as representações semânticas atribuídas a cada um não explicam. O primeiro diz respeito a advérbios orientados para o sujeito, conforme os exemplos em (1). O segundo trata de um uso específico do adjetivo, próprio das línguas românicas, em que a forma adjetival está orientada para o evento, como mostro em (2):

- (1) a. O João inteligentemente respondeu à pergunta.  
b. O João furiosamente deixou a festa.  
(2) a. O professor falou claro.  
b. Ela fala difícil.

Segundo Himmelmann & Schultze-Berndt (2005), os advérbios do tipo que aparece em (1) atribuem ao agente certas características com base no evento do qual o agente participa. Um exemplo como (1a) pode ser parafraseado como em (3):

(3) Foi inteligente da parte do João responder à pergunta do advogado.

Esse advérbio veicula uma ligação causal, factual com o evento denotado pelo predicado principal, ou seja, a forma como o sujeito se engaja na atividade denotada pelo predicado principal sugere algo sobre o seu estado. Por outro lado, numa construção de predicção secundária, como mostra (4), o adjetivo representa um estado que se aplica a um dos argumentos do predicado principal (sujeito ou objeto direto) durante o tempo de referência do evento matriz. A relação entre eles é de mera sobreposição temporal:

- (4) a. O menino chegou cansado.  
b. Ela comeu a carne crua.

Comparando os advérbios orientados para o sujeito e os predicados secundários, mostro que são similares porque compartilham a característica de poderem ser orientados a um participante do evento. O tipo de orientação, no entanto, é diferente: enquanto o predicado secundário expressa um estado que se sobrepõe temporalmente ao predicado matriz, os advérbios em questão predicam do sujeito via evento, ou seja, a propriedade atribuída ao sujeito é percebida conforme o evento é realizado. Mostro ainda que, dependendo da propriedade em jogo, essas diferenças podem ser anuladas. Já os adjetivos adverbiais se aproximam dos predicados secundários na medida em que, em estruturas como em (5), percebe-se uma ambigüidade entre a leitura de *tranquilo* como adjetivo ou advérbio:

- (5) a. O menino dorme tranquilo.  
b. As crianças dormem tranquilo.

Este trabalho parte das considerações a respeito de advérbios predicativos (em especial os orientados para o sujeito e os de modo) e predicados secundários e discute as propriedades sintáticas e semânticas dos adjetivos que integram essas construções. Mostro que esses adjetivos apresentam mais propriedades de advérbios do que de adjetivos, ao contrário do que afirma Lobato (2005) – a autora assume que são adjetivos que predicam de um traço presente na estrutura léxico-funcional do verbo. Contrariamente a isso, mostro que um exemplo como em (6) não poderia ser analisado dessa forma, já que o único elemento que poderia servir de argumento de comer e que não está presente é um alimento e o adjetivo não pode ser interpretado como modificador desse elemento.

- (6) Ela come escondido.

Investigo, também, o papel da concordância nos fatos linguísticos sob investigação. Encaminho uma conclusão no sentido de que uma explicação apropriada para os fatos em pauta deve levar em conta que a propriedade que os identifica é o fato de serem todos predicados adjuntos. Isso, muito mais do que sua categorização como adjetivo ou advérbio,

pode clarear o seu comportamento de poder ora selecionar o evento ora selecionar um participante do evento para modificar.

HIMMELMANN, N. P.; SCHULTZE-BERNDT, E. *Secondary Predication and Adverbial*

*Modification: The typology of depictives*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LOBATO, L. *Sobre o Suposto Uso Adverbial de Adjetivo: a questão categorial e as questões da variação e da mudança linguística*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional da ABRALIN. Brasília, 2005.

PARSONS, T. *Events in the semantics of English*. Cambridge (MA): MIT Press, 1990.

### A composicionalidade do significado de expressões idiomáticas do português brasileiro

Kariny Cristina de Souza Raposo

kariny-raposo@uol.com.br  
PUC – Minas Gerais

Pode-se dizer que a análise da produção e compreensão do significado das expressões idiomáticas, ou seja, o modo como as partes de uma expressão idiomática se relacionam para formar seu significado global, foi visto, até hoje, de uma maneira bem constante. Sabe-se que o significado de uma expressão não é obtido por meio da soma do significado de suas partes isoladas, mas é o resultado de uma interpretação da mesma vista como um todo.

Assume-se, também, que o significado de uma expressão idiomática é cristalizado (fixo) em um idioma e é justamente essa característica das expressões que permite aos falantes de uma mesma língua usarem-nas de forma eficiente. Nessa perspectiva, as expressões idiomáticas são vistas como uma estrutura linguística ‘fechada’, em que não há espaço para uma intervenção do sujeito, ou seja, por terem o significado fixo, o sujeito não deveria figurar, a princípio, no processo de construção de ‘novos’ significados das expressões e, como consequência disso, a enunciação, que quebra o caráter rígido das expressões idiomáticas, fica esquecida.

Nesse sentido, as expressões idiomáticas apresentam um grau de fixidez, e uma ‘opacidade’ que fazem com que elas não se prestem à composicionalidade, ou melhor, a princípio não derivamos de uma expressão idiomática construções paralelas. As expressões idiomáticas em português teriam como regra geral a impossibilidade de substituições paradigmáticas de suas unidades, ou de alguma de suas unidades. Tais substituições resultariam em um sentido próprio não-correspondente com as unidades de composição. Segundo o princípio da composicionalidade o significado sentencial seria resultante da ‘seleção’ de um significado dentro de um leque pré-definido de significados possíveis das palavras que formam a sentença quando consideradas isoladamente. A partir da aplicação de critérios formais às seqüências pode-se afirmar que uma seqüência de palavras é composicional quando, naturalmente, cada elemento deve poder ser substituído por outros e ‘quando, normalmente, o significado da expressão total resulta do significado de suas





partes componentes – computadas aí relações sintagmáticas e propriedades lexicais’ (Mari: 2006).

No entanto, a fim de demonstrar que podemos analisar muitas expressões idiomáticas em um sentido onde a composicionalidade não é de todo excluída, ou seja, em que se preserva parte do sentido idiomático, já que o falante constrói sentenças que expressem, em contextos específicos, de forma tão direta quanto possível àquilo que deseja comunicar, pretendo demonstrar que o princípio da composicionalidade pode ser aplicado em grande parte destas construções que se fazem presentes na vida dos usuários da língua. Não há, pois, como negar que os idiomatismos e, conseqüentemente, as expressões idiomáticas, como outros recursos lingüísticos, contribuem para a diversidade discursiva tornando-se assim um aspecto importante para os estudos lingüísticos.

O sentido de uma expressão idiomática é não-composicional. Isso é que justifica sua fixidez. Entretanto, em função de uma enunciação motivada, variações podem ser introduzidas e momentaneamente as expressões idiomáticas que sofreram variações se tornam composicionalmente fracas, assumindo o caráter idiossincrático da língua. Em outras palavras, quando, após as modificações, não há comprometimento do significado, pode-se dizer que a expressão idiomática *original* funciona como uma matriz onde figuram diferentes tipos de construções idiomáticas. Essas seriam construções derivadas, ou seja, após as análises, percebeu-se que há uma possível gradiência entre os significados das lexias complexas.

Nesse contexto, o presente trabalho objetivou analisar os fenômenos de sentido, considerando os seus fundamentos cognitivos, a sua manifestação lingüística, bem como algumas formas de sua representação no plano das teorias semânticas. Para isso, foi destacada uma dimensão que tem representado desafios para uma teoria semântica: trata-se de avaliar as condições sob as quais se pode falar em composicionalidade do significado, no presente caso, de expressões fixas. Essa via representacional do significado foi fundamentada pela análise de um *corpus* constituído por expressões idiomáticas extraídas dos ‘enunciados proferidos por políticos’ veiculados nas edições semanais da revista *Veja* na seção ‘Veja essa’.

Enfim, percebe-se através das análises que foram feitas que, o significado não reside na forma, temos o poder de alcançá-lo por meio de grandes ‘redes’ que envolvem vários aspectos de nosso conhecimento cultural e social. As expressões idiomáticas podem ser vertidas segundo soluções contextualizadas e conforme a necessidade do falante.

CHAFE, W. L. *Significado e Estrutura Lingüística*. Trad. de Maria Helena de Moura Neves, Odette Gertrudes Luiza Altman de Souza Campos e Sonia Veasey Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1979, p. 40-50.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006, p.113-127.

MARI, H. Os Sentidos do significado. In: *Correio*. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise do Campo Freudiano, nº 18/19. Belo Horizonte. p. 20-49. jan. 1998.

MARI, H. A segundidade como formação conceitual (2. cap. tese de doutorado) *Entre o conhecer e o representar: para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas lingüísticas*. UFMG, 1998.

PÉCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

TAGNIN, S.O. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989, p. 88.

XATARA, C. M. O campo minado das expressões idiomáticas. *Alfa*. São Paulo. v. 42. nº especial. p. 147-159.1998.

XATARA, C.M. Tipologia das expressões idiomáticas. *Alfa*. São Paulo. v. 42. p.169-176. 1998.

XATARA, C.M. O Resgate das expressões idiomáticas. *Alfa*. São Paulo. v. 39. p. 175-194. 1995.

## O ciberespaço e os gêneros

Valeska Virgínia Soares Souza

valeska@wbrnet.com.br

Universidade Federal de Uberlândia

A análise dos impactos dos avanços tecnológicos para a comunidade feminina faz-se necessária em tempos atuais. Acreditando nessa necessidade, conduzimos um trabalho inserido na vertente da Pragmática que propõe analisar a performatividade dos dizeres. Plaza Pinto (2004) problematiza a heterogeneidade da Pragmática nos palcos brasileiro e internacional, pois esta apresenta diversidade nos periódicos e publicações que se declaram em seu domínio. Como Verschueren (1999), entendemos a Pragmática como uma área de investigação que percorre um processo crítico de análise pelo simples motivo de que tal disciplina estuda recortes de uso da linguagem. Fundamentamos-nos nos trabalhos de Austin (1990), dentre outros, para conduzir nosso estudo. Buscamos, ainda, mostrar que na posição de seguidores desta vertente da Pragmática, supomos que a linguagem não é neutra ou meramente descritiva. Investigamos, pois, dizeres de um grupo de participantes do sexo feminino no que tange à performatividade do dizer androcêntrico globalizado. Tínhamos como pergunta se homens e mulheres equacionam suas oportunidades de sucesso nesta era da informação e tecnologia, e problematizamos as opiniões de nossas participantes acerca desse assunto. Primeiramente, buscamos em publicações acadêmicas aquelas que tratam a questão dos gêneros sociais, no que se refere à relação masculina e feminina com o computador e a *Internet*, para fundamentar nossos pressupostos. As pesquisas de Czubay (2004), por exemplo, reforçam a idéia do *design* androcêntrico no campo das novas tecnologias como fator que reforça a lacuna tecnológica entre gêneros. Essa pesquisadora relata que estudantes do sexo feminino vêm o computador como uma ferramenta para tarefas de casa, porque os jogos de computadores são essencialmente voltados ao público masculino. Como a maioria dos jogos são desenhados em formas de combates, estudantes do sexo masculino aumentam seu letramento digital enquanto se divertem. Em seqüência, focalizamos nossa análise na seara do ensino de língua estrangeira, pois todas as participantes de nossa pesquisa, exceto a professora pesquisadora, são professoras de língua inglesa da Rede Pública do interior de Minas Gerais. Para contextualizar nossa problematização, descrevemos os sujeitos, tempo e espaço de nossa pesquisa. Situamos, então, os dizeres das participantes em resposta a uma mensagem motivadora da professora-pesquisadora em um *continuum* entre “inseridos” ou “não inseridos” em um discurso androcêntrico. Pudemos constatar, analisando as repostas, que dentre essas a maioria demonstra que há desdobramentos do dizer androcêntrico do uso de computador e *Internet*, pois o discurso das próprias participantes corrobora este



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

pressuposto. Algumas participantes contra-argumentaram o dizer androcêntrico globalizado como notamos nos excertos analisados. Outras, ainda, demonstraram o que tomamos por uma atitude mais emancipada e amadurecida, a de redefinir o que nos é colocado pelo dizer androcêntrico. Nossa análise propiciou um entendimento da pluralidade de posicionamentos, mas ao mesmo tempo, apontou para a necessidade de um maior engajamento crítico de professores e professoras em seu próprio processo de letramento digital e aquele de seus alunos e alunas. Seguindo a abordagem de Campbell (2000), que propõe a criação de ambientes colaborativos e auxiliares, que valorizem a holística conectando o afetivo ao cognitivo, a mente ao corpo, e o político ao pessoal, sugerimos equalizar a participação de homens e mulheres nos ambientes virtuais. Os princípios da educação continuada vêm ao encontro de nosso propósito, pois, a partir da aprendizagem em um contexto social que garanta voz e vez a professores e professoras, podemos encorajar o público feminino rumo à emancipação. Ressaltamos essa apenas como uma sugestão, pois entendemos o caráter multifacetado do que hoje tomamos por “presente”, e estamos cientes de que o “futuro” pode guardar para todos nós mais pluralidade do que hoje imaginamos.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.

CAMPBELL, Kate. Gender and educational technologies: relational frameworks for learning design. *Journal of Educational Multimedia and Hypermedia*, v. 9, n. 1, p. 131-149. 2000. Disponível em <http://www.aace.org/dl/files/JEMH/JEMH-09-02-131.pdf>, Acesso em 04 jan. 2006.

CZUBAY, Camilia Anne. Internet review: education concerns regarding cyberspace curricula. *Education*, v. 125, n. 1. 2004. p. 15-19.

PLAZA PINTO, Joana. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística 2: domínios e fronteiras*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 47-68.

VERSCHUEREN, Jef. Whose discipline? Some critical reflections on linguistic pragmatics. *Journal of Pragmatics*, v. 31, n. 7, p. 869-879. 1999.

### Colour labelling: the influence of culture and perception on linguistics

Maria Luisa Blanco-Gómez

marialuisa.blanco@urjc.es  
Universidad Rey Juan Carlos

Everything we see has a specific colour, and nobody can affirm that his neighbour perceives one colour exactly the same as himself. The same happens with the reality that surrounds us: maybe every person perceives the same reality in a different way, which is reflected in the different linguistic structures we make use of. Therefore, we can say that there is a narrow relationship between perception and the use of language. Speakers of the same language, and even within the same culture, can sometimes adopt different criteria when judging the same thing as ‘equal’ or ‘different’. The

study of perception is something which has always aroused an interest in psychologists, philosophers, neurologists, etc. However, the different aspects related with perception is something that linguists also bear in mind in a recurrent way, especially cognitive linguists, since in the last few years a growing interest exists when taking into account perception and its influence in language and communication itself.

Language is a very broad concept, since not only does it consist of words, but we also have to bear in mind that through language we express things in the same way as we perceive them. We *experience* the world that is around us and we use language to express our own perception of that world in such a way that language is basic in our everyday experience. In fact, we can affirm that sometimes things exist more in our cognition than in reality, which is why we have to mention the term ‘qualia’, taken from Dennet (1988); Qualia is said to be ‘an unfamiliar term for something that could not be more familiar to each of us: the ways things seem to us’ (1988: 43). Therefore, not only do we have to take into account reality but the way in which we perceive such a reality.

Moreover, as Fodor asserts, ‘perceptual processes must represent the world so as to make it accessible to thought’ (1983: 68); that is why when trying to understand the world around us, we have to mention categorization, which is crucial in every cognitive activity. When we perceive something, we tend to isolate that unconsciously and to include it into one specific category. The same happens with colours: when we want to express that an object has a specific colour, we need to label it. However, culture is a very important element in this process since we know that colour represents nature and it is universal; nevertheless, colours are cultural: let us think of Eskimos, who can distinguish up to almost 30 different shades of ‘white’ whereas in some African cultures there only exist four basic colours. Then, we can affirm, following Potter (1996) that reality is manufactured in our minds; he uses the verb ‘manufacture’ pointing to the fact that human beings carry out a personal interpretation of reality, which is why Givón goes on saying that ‘(a) number of important features of the human language cannot be understood without reference to such world-view and the ontology which must underlie it’ (1979: 4). In this way, the world is inseparable from language and from meaning.

Cognitive linguistics is directly associated with perception and in particular, with visual perception. The way to perceive colours around us is by means of our eyes. We have mentioned that everything we see has a specific colour; therefore, it is not strange that Kosslyn (1990) affirms that it is not difficult to exaggerate the importance of vision in our lives, since it is constantly working.

In this paper, we are going to analyse the importance of vision and perception as a whole when defining and labelling colours, taking into account distinct cultures and even different persons and their perception of reality within the same culture. We will also focus on the different conceptions of colour and the categories we can find, and how these categories can condition the language we use and the terms we use to describe different colours. Likewise, we will mention the ‘perceiver’, as well as the concepts of salience and pregnancy and how they influence our use of language, in particular when dealing with colours. We are going to establish a gradation of colours in English and Spanish in order to see how the same colour has different meanings when dealing with feelings, for example, which is why Ferrer (1999) refers to the ‘languages of colour’. Another author,



Heller (2004) mentions 'the psychology of colours', which once more points to the fact that colours and their perception is something subjective and depends on every perceiver. On the other hand, we will have a look at many different colours that are being created every day, also depending on the culture we are referring to.

DENNET, D. QUINING Qualia. In A.J. MARCEL & E. BISIACH (Eds.). *Consciousness in Contemporary Science*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

FERRER, E. *Los Lenguajes del Color*. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999.

FODOR, J. *Modularity in Mind*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1983.

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HELLER, E. *Psicología del Color*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.  
KOSSLYN, S.M. Visual Cognition: Introduction. In D.N. OSHERSON, S.M. KOSSLYN & J.M. HOLLERBACH (Eds.) *Visual Cognition and Action*. An Invitation to Cognitive Science. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990. p.3-4.

POTTER, J. *Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction*. London: Sage, 1996.

## Uma visão retórico-pragmática da tríade retórica na argumentação

João Antonio de Santana Neto

joaosantananeo@msn.com  
Universidade do Estado da Bahia

Este trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa "Argumentação, práticas discursivas e poder", em fase de desenvolvimento, e objetiva apresentar uma reflexão teórica sobre a categoria retórico-pragmática do *páthos* e suas relações com o *ethos* e o *lógos* numa perspectiva argumentativa. Para tanto, são utilizados pressupostos teóricos da retórica aristotélica, da nova retórica e da pragmática numa tentativa de propor um modelo de análise para o *páthos*, a exemplo do que se tem realizado com o *ethos*.

A discursividade persuasiva é construída em função do auditório, visto que é pelo discurso que a adesão dos espíritos constituintes do auditório se conquista. Por isso, a argumentação não pode desconsiderar os fatores psicológicos, sociais, ideológicos que interferem na construção do discurso, ou seja, estes fatores são essenciais à eficácia da própria argumentação, pois ela tem de ser construída a partir da definição de como é constituído o seu auditório. O reconhecimento do interlocutor por parte do orador/locutor persuasivo faz do auditório, em grande parte, uma construção do orador. Este define-lhe a identidade e demarca-lhe o limite. Por isso o auditório possui um papel central na argumentação, visto que esta tem por objetivo não propriamente a "verdade", mas a verossimilhança, a qual só é validada naquilo que pensa o auditório, qual seja o seu estado de espírito, a sua convicção ou crença.

Por isso, os três componentes da persuasão congregam os três lugares complementares que concorrem para todo movimento argumentativo. Na realidade, o tipo de argumento utilizado

intervém também na construção e na imagem do orador, na exteriorização de seus sentimentos e em sua capacidade de inflamar o auditório.

A partir de uma representação com base na espiral, a tríade retórica, o *λόγος*, o *ἦθος* e o *πάθος*, operando com o imaginário social, constrói o ato discursivo da persuasão e provoca um amálgama de efeitos no locutor. Logo, o *ethos* está ligado ao ato enunciativo, mas não se pode ignorar que o público se constitui também representantes do *ethos* do enunciador, ainda que não fale. O *ethos* pode ser definido como o "locutor causar boa impressão", pela construção do seu discurso e pela imagem de si, capaz de convencer o auditório e ganhar a sua confiança. A enunciação discursiva contribui para fazer emergir uma imagem de orador destinada a um auditório. O tom de voz, na fala, a escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas, postura etc. Estes são alguns signos, elocucionais e oratórios, vestimentais e simbólicos, para qualquer orador impor uma imagem psicológica e social. O *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral, visto que ele implica uma experiência sensível de discurso e mobiliza a afetividade do destinatário. Convém salientar que o *ethos* pressupõe uma imagem do *páthos*, a qual já inclui a sua aceitação.

O *lógos* pode ser definido como a categoria retórica ligada à razão, ou seja, à palavra pensada, ao raciocínio. O *lógos* é o apelo à razão mediante argumentos verossímeis. Cabe ao orador escolher quais os melhores tipos de argumentos para conseguir o seu objetivo persuasivo.

A categoria retórica do *páthos* também foi estudada por Aristóteles com caráter persuasivo, pois a persuasão ocorre pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que se emite variam conforme se sente tristeza ou alegria, ódio ou amor". E a argumentação objetiva atingir a emoção do auditório e obter a sua adesão à tese apresentada.

Partindo do pressuposto de que um discurso é a operação global de um sujeito que constrói uma representação, uma cenografia, pode-se analisá-lo extrínseca e intrinsecamente. A primeira forma de análise consiste em observá-lo no seio de um conjunto de produções discursivas que lhe são relacionadas por questões sócio-ideológicas. A segunda considera o discurso como produto que, por sua vez, produz uma representação com leis próprias e como local de produção de sentidos.

As duas visões são complementares, pois a atividade discursiva possui leis próprias, as quais lhe asseguram funcionalmente a interação social. Esta se estabelece a partir dos lugares respectivos do discurso e das condições que o motivaram como também dos efeitos que ele suscita na configuração social.

A argumentação é a síntese que congrega o *lógos*, o *ethos* e o *páthos*, uma vez que esses três elementos são utilizados para a construção da argumentação num processo de complementariedade espiralada que objetiva atingir à persuasão e/ou ao convencimento.

Com esse trabalho, visa-se demonstrar que as três categorias retóricas – *ethos*, *lógos* e *páthos* – são complementares no estudo da argumentação. Procurou-se apresentar uma proposta para o estudo do *páthos* a exemplo do que se tem realizado com o *ethos*. A partir da divisão do *páthos* em pré-discursivo e discursivo, na qual o primeiro está ligado às expectativas do auditório/alocutário e o segundo, às emoções obtidas pelo discurso – *páthos* do auditório – através da cenografia – *páthos* encenado, pode-se observar a importância dessa categoria para a argumentação, visto



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que esta é construída a partir do auditório/alocutário ao qual o discurso objetiva atingir através da persuasão ou do convencimento.

ADAM, J. M. *Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 93-118.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [IV aC]1998.

GRICE, H. P. *Lógica e conversação*. In: DASCAL, M. (org.). *Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística – bibliografia*. Campinas: [s.n.], 1982.

LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MAINGUENEAU, D. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MEYER, M. *As bases da retórica*. In: CASCARDI, Anthony; HINTIKKA, Jaakko; PORCHAT, Oswaldo et al. *Retórica e comunicação*. Trad. Fernando Martinho. Porto: Asa, 1994. p. 31-70.

PERELMAN, C. *O império retórico: retórica e argumentação*. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. 2. ed. Porto: Asa, 1999.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996

ROCHA, M. J. C. *Um olhar sobre a retórica*. In: SANTANA NETO, J. A. de, MACÊDO, J.; ROCHA, M. J. C. (Org.). *Discursos em análise*. Salvador: UCSal, 2003. p. 294-300.

SANTANA NETO, J. A. de. *Processos argumentativos: estudo retórico de textos didáticos medievais*. Salvador: Quarteto, 2005.

exigem conhecimento de mundo, levam em conta processos intertextuais e convocam os interlocutores às atividades inferenciais específicas para a sua interpretação e manipulação. Na interpretação de um enunciado qualquer, há processos lingüísticos, cognitivos, discursivos e socioculturais que participam da construção da significação; e na interpretação de um enunciado metafórico, são exigidas estratégias e operações que têm suas características na língua voltadas para o reconhecimento do sentido implicado.

Numa perspectiva enunciativa, o estudo das expressões formulaicas possibilita a análise dos processos meta no contexto das afasias. As expressões formulaicas podem ser consideradas como formas meta-enunciativas, pois articulam duas dimensões da heterogeneidade enunciativa: a metalinguagem e a enunciação. De acordo com Morato (1999), podemos entender que a meta-enunciação está também relacionada com a intersubjetividade, e não apenas com a metalinguagem; está relacionada com as atividades (o “trabalho”) que os sujeitos fazem *sobre* e *com* a linguagem, e não apenas *na* linguagem.

O estudo da interpretação das formas meta-enunciativas nas afasias (cf. Donzeli, 1998; Morato, 1999; Busato, 2001; Cazalato, 1998/2003), ao salientar o movimento do sujeito e suas “manobras lingüísticas” em relação ao dizer próprio e alheio, tende a confirmar a hipótese de que os modos de funcionamento do componente ‘meta’ não são subsumidos pela língua ou pela cognição.

O conjunto de competências multifuncionais lingüística, comunicativa, pragmática e discursiva compõe o funcionamento da linguagem e, em situações em que a metalinguagem e a reflexividade enunciativa estão em jogo, como no caso da manipulação e interpretação de expressões formulaicas, essas competências podem se tornar “observáveis”, ou seja, um lugar privilegiado de mediação entre as várias competências, já que são indispensáveis no reconhecimento de sentidos metafóricos ou implicados que as expressões formulaicas veiculam.

Não sendo reduzida à língua em sentido estrito, a metalinguagem invoca, para a realização da interpretação de expressões formulaicas, conhecimentos partilhados, conhecimentos de mundo, cálculos inferenciais ligados à interpretação de elementos metafóricos e processos lingüístico-cognitivos (mnêmicos, perceptivos e pragmáticos). Assim, problemas metalingüísticos *stricto sensu* – como os relativos à relação paradigmática entre palavras –, que seriam característicos das afasias, não parecem capazes de destruir uma espécie de capacidade de reflexão sobre a língua e sua relação interpretativa com o mundo.

Neste trabalho, são analisados dados lingüísticos retirados de situações interlocutivas entre sujeitos afásicos e não-afásicos que participam das práticas discursivas do Centro de Convivência de Afásicos (CCA), em que os sujeitos interpretam ou usam expressões formulaicas, sentidos metafóricos ou implicados.

Foi possível verificar nos dados que há um trabalho lingüístico, além da manipulação de estratégias enunciativas e pragmáticas, como a intertextualidade, a polifonia e a argumentação no uso das expressões formulaicas. Observa-se a capacidade de reflexividade enunciativa dos sujeitos sobre a língua e seu funcionamento e a presença dos aspectos da enunciação e das ações reflexivas dos sujeitos interligados discursivamente nas práticas discursivas observadas nas interações entre afásicos e não-afásicos que freqüentam o Centro de Convivência de Afásicos.

A análise enunciativa do trabalho sobre a linguagem reali-

### As operações meta-enunciativas na interpretação e manipulação de expressões formulaicas por afásicos: uma competência relativamente à linguagem

Sandra Elisabete de Oliveira Cazalato  
scazelato@yahoo.com  
UNICAMP

Camila Polon Donzeli

Este trabalho propõe-se a analisar as operações meta-enunciativas realizadas pelos sujeitos afásicos na interpretação e manipulação de expressões formulaicas, nas práticas discursivas do Centro de Convivência de Afásicos (CCA), o que possibilita o estudo da competência relativamente à linguagem que vai além do que é lingüístico e cognitivo, pois coloca em relação os processos lingüístico-cognitivos envolvidos nas ações simbólicas.

As expressões formulaicas arbitram um trabalho que o sujeito faz com a língua (saber lingüístico) e com seu exterior (saber pragmático, saber de mundo); são expressões cristalizadas com sentidos metafóricos ou implicados, que



zados pelos sujeitos afásicos, os quais apresentam dificuldades próprias das afasias com alterações de aspectos lingüísticos e cognitivos, mostra que os sujeitos trabalham com e sobre a linguagem, e os problemas metalingüísticos *stricto sensu* não são capazes de destruir uma espécie de “postura meta-enunciativa” (Morato, 1999), em gestos expressivos e interpretativos dos sujeitos afásicos, por se encontrarem mais instáveis cognitivamente.

Nas situações enunciativas e nas práticas discursivas que observamos com os dados de expressões formulaicas e sentidos metafóricos ou implicados, há marcas de subjetividade e de heterogeneidade dos sujeitos afásicos (e também dos não-afásicos), e se observam as manobras lingüísticas realizadas pelos sujeitos na busca da significação como “inferência prática no mundo”, na determinação ou indeterminação dos sentidos, na relação com o outro e em relação ao outro (Morato, 2004). Portanto, são ações reflexivas realizadas pelos sujeitos sobre a linguagem e seu funcionamento, na construção do sentido e na sua explicitação, tendo em vista efeitos de sentido pretendidos, uma competência pragmático-enunciativa, ou seja, uma competência relativamente à linguagem (cf. Morato) dos sujeitos frente aos discursos já ditos e “ainda por dizer”.

AUTHIER-RÉVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

BUSATO, V. *A noção de “Metalinguagem” no campo da Neurolingüística: um Estudo Enunciativo*. Dissertação (Mestrado) – IEL, Unicamp, Campinas, 2001.

CAZELATO, S. E. de O. *Estudo de formas meta-enunciativas em sujeitos afásicos: a enunciação proverbial*. 1998. Projeto de Iniciação Científica (FAPESP).

CAZELATO, S. E. de O. *A interpretação de provérbios equivalentes por afásicos: um estudo enunciativo*. Dissertação (Mestrado) – IEL, Unicamp, Campinas, 2003.

DONZELI, C. P. *Análise de recontagem de piadas: um estudo de formas meta-enunciativas na linguagem de sujeitos afásicos*. 1998. Projeto de Iniciação Científica (FAPESP).

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MORATO, E. M. Rotinas significativas e práticas discursivas: relato de experiência de um Centro de Convivência de Afásicos. *Revista de Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 10, p.5-15, 1999.

\_\_\_\_\_. *A construção meta-enunciativa na linguagem de sujeitos afásicos: subsídios para um protocolo de investigação neurolingüística*. 2001. Relatório Parcial de Pesquisa (CNPq).

\_\_\_\_\_. *Análise da competência pragmático-discursiva de sujeitos afásicos que freqüentam o Centro de Convivência de Afásicos*. 2004. Relatório parcial de pesquisa (FAPESP).

MOURA, H. de M. Linguagem e cognição na interpretação de metáforas. *Revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v.6, n.1, 2002.

## O processamento de estratégias argumentativas no modelo da integração conceptual em textos publicitários

Maria Regina de Carvalho Caseiro Oliveira

pagerio@uai.com.br  
PUC – Minas Gerais

Numa perspectiva que integra cognição, semântica e linguagem, o objetivo desta comunicação é focar os processos e/ou operações subjacentes, à luz da Teoria da Integração Conceptual, capazes de indiciar como se dá a produção de texto/sentido num modelo que envolva as formas da linguagem, o contexto, o conhecimento prévio estruturado e outros fatores pragmáticos. Parte-se, então, do pressuposto básico de que o sentido não é algo imanente, mas se constrói discursivamente na interação comunicativa e que um texto nada mais é do que a manifestação externa de mecanismos cognitivos envolvidos no processamento discursivo.

Para isso, pretendo articular pressupostos de algumas teorias lingüísticas mais recentes, embora, à primeira vista, pareçam não ter nada em comum. Uma delas se detém sobre a questão da enunciação (Benveniste (1989)), a outra – Teoria dos Espaços Mentais/Integração Conceptual – pertence mais especificamente ao campo da Lingüística Cognitiva e foi desenvolvida por Fauconnier (1984, 1996, 1997, 2002) juntamente com seus colaboradores e, finalmente, temos uma teoria da argumentação que foi desenvolvida por Perelman (1987) e Perelman e Tyteca (2002).

Concebendo linguagem como atividade sócio-interativa, Benveniste (1989) propõe um modelo de enunciação segundo o qual os interlocutores instituem-se como enunciativos e enunciatários, em um determinado tempo e espaço discursivos, em função da produção/recepção de textos, no e pelo estabelecimento de uma relação com o mundo e com o outro. Articulando-se a partir das capacidades da mente humana, a Teoria dos Espaços Mentais, proposta por Fauconnier (1984,1997) e Fauconnier e Sweetser (1996), surge como um modelo baseado na conexão entre semântica e cognição, que busca explicar regularidades identificadas na relação cognição/linguagem, na tentativa de mapear a organização do pensamento. Segundo essa teoria, os espaços mentais são ativados por expressões lingüísticas e organizam, de maneira inconsciente, os processos que ocorrem quando falamos ou pensamos. Eles se multiplicam discursivamente em rede, oferecem suporte para que haja mudanças em perspectiva/foco e mantêm uma elaborada conexão com a memória.

Em sua obra mais recente – *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities* –, escrita em parceria com Mark Turner e publicada em 2002, Fauconnier reformula alguns pressupostos da Teoria dos Espaços Mentais, desenvolvendo o conceito de Integração Conceptual (*Blending*). Segundo eles, a mente humana constrói sentido através de operações complexas e quase sempre inconscientes, conhecidas como “Os Três Is da Mente - Identificação, Integração e Imaginação”. A primeira realiza operações de reconhecimento de identidades, igualdades, semelhanças, diferenças, contrastes etc., entre dois domínios cognitivos indiciados pelo item lexical ativado. A segunda realiza a conexão entre esse dois domínios, em busca de algum tipo de relação que justifique a escolha desse item lexical. A terceira – a Imaginação –, simultaneamente às



outras duas, realiza, com base na conexão entre os dois domínios cognitivos, operações de inferência do sentido pretendido pelo locutor na situação de interação. Dessa forma, a mente humana faz a conexão entre espaços mentais diversos, realizando uma operação chamada de Integração Conceptual (*Blending*) ou Processo de Mesclagem. Não obstante a aparente simplicidade na descrição dessas três operações, o que aqui denominamos integração remete-nos à articulação de redes de significado conceitual bastante amplas, que produzirão novos espaços referenciais, distintos daqueles que lhes deram origem, porém mantendo com eles alguns traços de semelhança. E cada novo espaço referencial constitui-se num plano base ao qual outros novos espaços referenciais podem ser articulados.

Junte-se a isso um conceito de argumentatividade segundo o qual ela é uma propriedade, ora mais ora menos detectável, de determinadas operações léxico-sintático-discursivas que, na e pela enunciação, indiciam a criação e/ou promovem a articulação de espaços referenciais, orientando o processo de referenciação, fornecendo pistas que indiciam todo processamento discursivo. Do quadro teórico de Perelman (1987) e de Perelman e Tyteca (2002), interessa-me a visão de que o ato de argumentar implica sempre no engajamento do interlocutor, seu consentimento, sua participação mental. Dessa forma, torna-se importante considerar, nesse processo, o que é presumidamente admitido pelos ouvintes, o que constrói a relação entre enunciador e enunciatário, condição para a argumentação que se fundamenta pelos objetos do acordo (fatos, verdades, presunções, valores, lugares-comuns), expressos discursivamente de modo estratégico.

Uma vez concebida a argumentação como atividade estruturante de todo e qualquer discurso, selecionei algumas peças publicitárias de caráter não-comercial, veiculadas pela revista *IstoÉ* nas edições de número 1567 e 1568, nos dias 13 e 20 de outubro de 1999. Trata-se de peças com um forte apelo social, que têm o objetivo de combater o abuso infantil e a violência contra a criança. Dessa maneira, à luz das teorias aqui apresentadas, pretendo corroborar a hipótese de que todo o texto se estrutura a partir de um sistema lingüístico/semiótico utilizado no processamento de estratégias argumentativas.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães...et al. Campinas: Pontes, 1989.  
FAUCONNIER, Gilles ; SWEETSER, Eve. *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles, TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1999.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. In: *Veredas: revista de estudos lingüísticos*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p.81 – 95, 1999.

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.11. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987. p.234-265.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação A Nova Retórica*. São Paulo: Martins fontes, 2002.

## A representação do tempo para os idosos institucionalizados

Geralda Maria de Carvalho Zaidan

gerazaidan@uol.com.br

Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho apresenta uma reflexão lingüística que aborda, a partir da gramática normativa, as denominações sobre espaço e tempo, com base nas teorias da Semântica da Enunciação e da Análise de Discurso (francesa). Considerando, empiricamente, a pesquisa sobre os sujeitos inseridos no espaço asilar – Lar dos Velhinhos de Campinas – propôs-se trabalhar as dimensões discursivas e semânticas do discurso como prática histórica de linguagem.

Nesse sentido, evidenciaram-se alguns aspectos que envolvem a representação da temporalidade e do espaço para o sujeito idoso inserido no ambiente asilar, devido ao fato de essa representação oferecer uma peculiaridade que aponta para um tempo e um espaço específico aos internos. Considerou-se como elemento relativo a essa representação a intenção do locutor, com características específicas da semântica, e, desta maneira, estabeleceu-se uma disposição que trata o sentido como explicável a partir das exposições que levam em conta os elementos da situação de discurso. Não se levou em consideração apenas a situação da enunciação enquanto relação de locutor e destinatário como parte do objeto da semântica, mas também, situações particulares, as quais incluiu-se como objeto da semântica, de tal forma que seja possível explicar a variação de sentidos dos diversos enunciados diante das enunciações recortadas para esta análise.

Como parte desse mecanismo, o estudo semântico se insere no conjunto de uma gramática que deve ser capaz de ligar um enunciado à sua interpretação. Em vista disso, recortaram-se, de início, os advérbios de tempo e lugar, considerados capazes de modificar o verbo (de modo) – fato ao qual não se detirá na presente análise – mas, não de circunstância (tempo e lugar), mesmo que outros funcionamentos possam ocorrer. Assim, a definição que as gramáticas normativas trazem de advérbio também podem admitir o caráter subjetivo da linguagem do ponto de vista de quem observa o processo verbal, pois, o advérbio deixa de ter o papel descritivo e passa a traduzir a subjetividade da linguagem. Assim, Infante (1996: 277) afirma que o advérbio “é a palavra que caracteriza o processo verbal, exprimindo circunstâncias em que esse processo se desenvolve”. O autor ainda define o advérbio de tempo como elemento classificado como advérbio de tempo. Estão nesse grupo: *hoje, ontem, anteontem, amanhã, atualmente, sempre, nunca, jamais, cedo, tarde, depois, logo, agora, etc. Já o advérbio de lugar traz os sentidos para: aqui, aí, ali, longe, perto, dentro, adiante, onde, acima, alhures (em outros lugares), de fora, etc.*

Nesse conjunto, aparentemente homogêneo, é possível observar alguns traços particularizantes que distinguem umas formas de outras, pois, a produção de sentidos é também composta pela historicidade que é representada a partir de um espaço de significações, que delimita o que pode e deve ser dito, bem como as formações ideológicas que, por



sua vez, expressam as lutas em jogo de uma determinada formação social. Ao trabalharmos com Guimarães (1995), a enunciação deve ser vista como um acontecimento histórico, ou seja, “um acontecimento de linguagem” afetado pelo “interdiscurso” que se manifesta como “um espaço de memória do acontecimento”. Assim, Guimarães (2002:12-15) afirma que:

“A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

É com base nesses sentidos que buscar-se-á enfatizar a temporalidade para o sujeito idoso inserido no contexto asilar. Uma vez que esse sujeito atua e também é regulado pela *práxis* política das leis e da religião e, em nosso caso, pelo Estatutos da instituição, bem como, pelas normas. O que caracteriza, então, a submissão desse indivíduo a uma determinada conjuntura histórica, portanto, processual e sujeita a transformações.

Assim, ao delimitarmos a nossa observação, especificamente no tempo e lugar do sujeito institucionalizado, podemos compreender que essa ação dentro do espaço asilar tem uma representação diferente, porque o sujeito inserido nesse contexto nos remete a sentidos em que a força produtiva não tem mais atuação, uma vez que essa força de trabalho já foi consumida pelo sistema capitalista. Vale dizer que o sistema capitalista considera o sujeito com mais de 60 anos um sujeito que não tem mais-valia porque já não tem mais capacidade de produção, conseqüentemente, perde a sua função social.

Dessa forma, o sujeito, fruto desse processo, nos evidencia um discurso dominante que nos remete a essa temporalidade específica do passado e produz, assim, através do advérbio de tempo, apenas o que passou e viveu evidenciado pelas suas lembranças e saudades. Entretanto, a característica mais notável que se pode observar ponto de vista do que passou é que esses advérbios podem apresentar o caráter dêitico. Pode-se considerar que esse funcionamento dêitico se constitui num fenômeno de referenciação, através do qual se usam palavras, cujo sentido é sempre renovável, porque remete a cada situação de enunciação, de modo que se observa que em *hoje* o tempo do enunciado ajusta-se ao tempo de sua enunciação, enquanto que o *ontem* pode ser compreendido como um tempo anterior a este e um “amanhã” posterior. Por meio do advérbio de lugar pode-se observar o espaço e perceber a representação da exclusão do sujeito com mais de 60 anos do meio social e a atuação das relações de classes sobre ele, conduzindo-o ao confinamento no espaço asilar como a única saída para sua vida. Ao se referir a esse aspecto adverbial de lugar, logo se remete aos sentidos de espaço e à pergunta: “onde?”. Entretanto, como na ocorrência dos advérbios temporais, nesse aspecto adverbial de lugar, também acontecem subdivisões, definidas de forma mais clara nos grupos daqueles elementos que

estão ligados ao emissor e ao receptor da mensagem, como por exemplo: *aqui* e os dêiticos, bem como aqueles que se relacionam com outro ponto de referência, que pode ser interno ao enunciado ou não.

Então, a partir do exposto acima, pretende-se fazer um estudo das referências de tempo e lugar representados nos discursos dos sujeitos asilados de modo a evidenciar o funcionamento lingüístico dos sentidos adverbiais. Enfim, a construção dessas competências possibilitará observar não apenas as condições que se entrelaçam para que esses sujeitos signifiquem de um certo modo e não de outro, seja ele inserido no contexto asilar ou não, mas também as particularidades históricas numa relação específica com os sentidos organizados em filiações de redes de memórias.

GUIMARÃES, E. J. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

INFANTE, Ulisses. *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*. 4. ed. SP: Scipione, 1996.

## Marcadores de conclusão no PB falado

Eli Nazareth Bechara

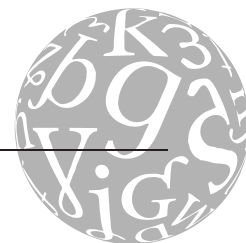
bechara@ibilce.unesp.br

Universidade Estadual Paulista

Erotilde Goreti Pezatti

Os marcadores de conclusão, principalmente *então*, têm recebido a atenção de vários estudiosos, de várias tendências. Van Dijk (1979), ao discutir as funções pragmáticas de conectivos, classifica-os em dois tipos: conectivos semânticos e pragmáticos. Os primeiros expressam relações entre *proposições* e representam relações entre os fatos denotados (i.e. possibilidade, probabilidade de sua ligação condicional). Os conectivos pragmáticos, por outro lado, expressam relações entre atos de fala, o que não impede que eles retenham traços de seus valores semânticos, isso porque são as condições semânticas que podem sustentar as condições de adequação pragmática. Tanto é que fatos denotados podem ser condições normais para a execução possível de *atos de fala* subseqüentes. Para o autor, *então*-pragmático liga dois *atos de fala*, em que o segundo funciona como uma conclusão em relação ao primeiro. Esta função pragmática, claramente, pode estar baseada na relação semântica de *causa-conseqüência*, tal como em uma condicional (i.e. implicação estrita) ligando *proposições*, ou, quando se têm regras de inferência definindo provas válidas (derivabilidade). Há exemplos em que *então* tem, preferivelmente, função pragmática, como em “João está doente. *Então*, vamos começar.” – uma situação comunicativa contextual relacionada a uma reunião (de negócios, etc.).

Para Fraser (f.c.), os marcadores discursivos são expressões lexicais (EL) que funcionam como conectivos de segmentos de discurso S1 – S2, cada qual contendo uma mensagem completa, de tal forma que, quando o marcador ocorre na posição inicial de S2, tem-se S1 – EL + S2, em que EL “sinaliza” que uma relação semântica se sustenta entre S2 e S1, que pode ser de inferência (conclusão) ou de outros tipos. O termo “sinaliza”, para o autor, significa que a relação semântica entre os segmentos discursivos pré-existe



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

à colocação do marcador, de tal forma que, mesmo na ausência do marcador, a relação semântica de S2 para S1 (de conclusão, por exemplo) é facilmente reconhecida pelo ouvinte, como em “O filme acabou, [então] nós bem que poderíamos ir direto para a festa”. Dessa forma, Fraser considera que, uma vez que o marcador é um tipo de relação – sendo S2 e S1 seus argumentos –, ele não contribui com o valor semântico da *proposição* S2 que o recebe, mas apenas torna-o mais claro sem ser redundante; e, por isso, ele não exerce nenhum papel nas condições de verdade do segmento S2.

Dentre os estudiosos que tratam do PB falado, destaca-se Risso (1996) que, sob a perspectiva da organização social interativa, trata do articulador *então* como um marcador conversacional relacionado com a organização da informação, ou seja, com a estrutura ideacional do discurso. É nessa estrutura que estão as unidades seqüenciadoras que estabelecem relação coesiva entre partes do texto, indicando aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechamentos de tópicos. Martelotta & Rodrigues (1996), por outro lado, tratam desse elemento gramatical, sob a perspectiva histórica, postulando que os diferentes usos de *então* têm origem espacial/temporal que se explicam por um processo de gramaticalização espaço *i* (tempo) *i* texto. Já Pezatti (2001), de uma perspectiva funcionalista, fornece uma descrição detalhada do comportamento sintático-semântico desse juntor e verifica que, por não apresentar os traços definidores de conjunção, esse marcador ainda não se gramaticalizou como conjunção no PB falado.

Este trabalho toma como suporte a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), conforme proposta por Hengeveld (2004). Esse modelo teórico apresenta uma arquitetura modular organizada de cima para baixo (do discurso para a gramática e da gramática para a expressão lingüística) e constituída de quatro componentes: o conceitual, o contextual, o gramatical e o acústico. No componente gramatical, que nos interessa neste estudo, distinguem-se níveis interatuantes na seguinte ordem hierárquica: o interpessoal, o representacional, o estrutural e o fonológico. Dessa forma, o componente conceitual orienta o gramatical na formulação tanto do nível interpessoal quanto do representacional; a representação subjacente resultante dessa operação é codificada no nível estrutural; as escolhas do nível interpessoal juntamente com as configurações estruturais determinam as propriedades fonéticas do enunciado. No componente gramatical, o nível interpessoal trabalha com unidades mais altas, denominadas Move (M), que contém um (ou mais) ato discursivo (A) que, por sua vez, é organizado sobre um esquema ilocucionário (ILL), que contém dois participantes, falante e ouvinte, e o conteúdo comunicado, composto, por seu turno, de atos referencial e atributivo (ingl. *ascriptive*). No nível representacional, a unidade mais alta é o episódio (ep), composto por unidades descritas em termos de tipos de entidades que elas designam: entidades de terceira ordem (conteúdo proposicional), de segunda ordem (estados de coisas), de primeira ordem (indivíduos) e entidades de zero ordem (propriedades). O nível estrutural, por sua vez, contém as representações das estruturas dos níveis de oração, sintagma e palavra.

O objetivo deste estudo é, pois, investigar os marcadores de conclusão (*então*, *ai*, *por isso*), procurando mostrar que “conclusão” é, na verdade, uma “função”, atribuída a uma proposição dentro de um episódio ou de uma seqüência de proposições, no nível representacional, como exemplifica a ocorrência (1).

- (1)  
Doc.: certo e seu pai e sua mãe eles estão juntos há quanto tempo?  
Inf.: vinte anos/ vinte e um anos...  
Doc.: e você?:  
Inf.: eles casaram e logo depois eu nasci... *então* há vinte e um anos que eles estão juntos...

A relação conclusiva pode também ocorrer entre Atos, no nível Interpessoal, como em (2), entre o Ato interrogativo (tá do meu gosto?) e o assertivo (é assim que vai ser).

- (2)  
Doc.: e qual o ponto dele [do brigadeiro]?  
Inf.: ah::: *num tem um ponto... eu mexo mexo mexo e experimento tá do meu gosto? então' é assim que vai ser... é meio tudo a olho sabe?*

Nesse caso, há um par dialógico de pergunta/resposta, já que a pergunta é retórica, com Move de iniciação (*tá do meu gosto?*) mais um Move de reação, que seria uma resposta implícita de concordância, como “tá!”, antes de oração iniciada por *então*. Desse modo, a sentença iniciada por *então* constitui um outro Move de conclusão. A seqüência *então é assim que vai ser... é meio tudo a olho sabe?* é um Move, em que *então* estabelece uma relação semântica (portanto do nível Representacional) entre a proposição que segue e as idéias que precedem (amenizadas no componente contextual).

Já, na ocorrência (3),

- (3)  
Doc.: *é chato né?*  
Inf.: *ah::: é muito triste essa história e eu tenho muita história de... de câncer na minha família... minha mãe me contou que meu pai também/ meu avô... ele teve câncer já três vezes ele teve que operar... então é muito triste...*

entendemos que a seqüência *é muito triste essa história e eu tenho muita história de... de câncer na minha família... minha mãe me contou que meu pai também/ meu avô... ele teve câncer já três vezes ele teve que operar* é um Move e a seqüência *então é muito triste*, constitui outro Move, que traz uma conclusão avaliativa, ou coda, que encerra o discurso. Do mesmo modo que no exemplo anterior, *então* exprime uma relação semântica entre a informação precedente e a proposição introduzida por *então*.

Nesse sentido, concluímos que *então* é um marcador de função que se posiciona antes de uma proposição (S2) relacionada a outra (S1), estejam elas em um único Ato, em Atos distintos, em um único Move, ou entre proposições pertencentes a Moves distintos.

FRASER, B. Towards a theory of discourse markers. In: FISHER, K. (Ed.). *Approaches to discourse particles*. Elsevier, 2006.

HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L., GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.), *A new architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, 2004. p. 1 - 21.

HENGEVELD, K. e MACKENZIE, J. L. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In: GÓMEZ-GONZÁLEZ e MACKENZIE, J. L. (Eds.). *Studies in Functional Discourse Grammar*. (Linguistics Insights, 26). Bern: Peter Lang, 2005.

MARTELOTTA, M. E., e RODRIGUES, L. Gramaticalização de *então*. In: MARTELOTTA, M. E., VOTRE, J. S. e CEZARIO,





M. M. Gramaticalização no português do Brasil. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.

PEZATTI, E. G. O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção? In: Revista D.E.L.T.A. (São Paulo). v. 17: 1, 2001. p. 81-95.

RISSO, M. S. O articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, A.T. & BASÍLIO, M. Gramática do Português Falado. v. IV: Estudos Descritivos. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1996. p. 423-451. Van Dijk (1979)

VAN DIJK, T. Pragmatic connectives. *Journal of Pragmatics*. (North-Holland). v. 3, 1979. p. 447-456.

## O papel dos dêiticos aqui e aí na configuração da cena comunicativa

Carmen Rita Guimarães Marques de Lima

crguimaraes66@yahoo.com.br  
Universidade Federal Fluminense

O trabalho que apresentamos trata do fenômeno da distribuição da atenção ou, mais especificamente, da forma como os falantes negociam a configuração das cenas de interação face a face de que participam. Nosso estudo focaliza o uso das expressões dêiticas espaciais *aqui* e *aí*, que, tradicionalmente, têm sido tratadas como instrução verbal para orientação da atenção no contexto físico da ação linguística, contribuindo para mostrar que essas expressões também são utilizadas no acesso a diferentes domínios cognitivos, localmente definidos através de negociações que se processam no decorrer da interação.

Nossa pesquisa adotou como matriz teórica a hipótese sociocognitiva, apoiando-se em duas correntes dos estudos da linguagem – a interacionista e a cognitivista. Este trabalho é, portanto, herdeiro das concepções teóricas presentes em Salomão (1997), Duranti e Goodwin (1992), Clark (1992), Tomasello (1999) e Kendon, (1992). Buscamos, também, apoio em Hanks (1992), Rubba (1996) e Fillmore (1971/1997) ao analisarmos o comportamento das expressões dêiticas, e em Fauconnier (1994, 1997) e Lakoff (1993) na discussão sobre os processos cognitivos da projeção figurativa.

Nosso trabalho inscreve-se num campo teórico que concebe a linguagem como modo de ação, isto é, como um instrumento por meio do qual as relações humanas acontecem. Desse ponto de vista, as pessoas usam a linguagem para realizar as mais diversas ações caracterizadas como atividades conjuntas, ou seja, para que possam contar suas histórias, expressar seus contentamentos e insatisfações, refletir sobre problemas e tentar resolvê-los, enfim, viver em comunidade. Este trabalho também pressupõe uma concepção da linguagem como instrumento cognitivo e da significação como uma operação social, visto que o sentido não é algo independente da compreensão humana e é sempre construído para alguém. Entre os objetivos que orientaram nossa investigação, destacamos a compreensão da forma como as expressões dêiticas contribuem para a configuração do contexto interativo em diferentes planos atencionais hierarquicamente organizados, isto é, buscamos responder o que a escolha de determinado item dêitico (*aqui*), em detrimento de outro (*aí*), pode sinalizar aos participantes de uma dada situação comunicativa.

Convictos de que a coordenação das ações humana é ponto central de semiologização do contexto, optamos pela análise de dados provenientes de eventos de interação face a face, caracterizados como reuniões pedagógicas entre “professores-formadores”, que atuam no ensino superior, e professores do Ensino Fundamental de escolas públicas. Trata-se de situações comunicativas de papéis bem definidos, em que cabe ao formador o encaminhamento das questões a serem discutidas ou, mais especificamente, a direção dos encontros. Tal assimetria se revela, de antemão, no *status* atribuído a cada um dos papéis representados: o representante do saber acadêmico – e por isso mesmo autorizado – de um lado e os demais professores de outro.

Entre algumas conclusões permitidas por nossa investigação, destaca-se o fato de as relações estabelecidas entre as expressões dêiticas e o contexto comunicativo ultrapassarem os limites do espaço considerado como entidade física e de serem inúmeras as situações que evocam domínios acessíveis apenas através de operações de projeção. O que há de interessante e inovador nesses casos é o fato de – assim como podemos pensar metaforicamente o *tempo* ou o *discurso* em termos de *espaço* – podermos, também, usar noções espaciais para organizar os eventos no *campo atencional*. Vimos também que os dêiticos *aqui* e *aí* fornecem a configuração da cena comunicativa, podendo, inclusive, sinalizar a hierarquização de objetos e eventos no campo atencional dos participantes. A respeito do comportamento desses dois itens dêiticos, nossa pesquisa verificou que:

(1) Por conter o EGO em seu escopo, o dêitico *aqui* assinala o espaço de máxima relevância perceptual, discursiva ou conceptual, inserindo o elemento indexado no plano principal da atenção.

(2) O dêitico *aí* sinaliza objetos e eventos que desejamos enquadrar no plano secundário da atenção ou, ainda, incluir em uma espécie de *reserva atencional*.

(3) Os dêiticos espaciais *aqui* e *aí* acumulam funções como operadores de focalização: a sinalização de objeto ou evento focais e a focalização da própria cena de atenção compartilhada. No primeiro caso, caracterizam-se como *satélites nominais*, promovendo o fechamento do triângulo referencial e maximizando a identificação dos objetos referidos; no segundo caso, caracterizam-se como *circunstanciadores*.

Entendemos, dessa forma, que este trabalho seja relevante não só por agregar fatos e percepções analíticas que exigem uma descrição mais abrangente do fenômeno da dêixis em Português, mas também por subsidiar empiricamente as reivindicações teóricas em favor de um tratamento unificado das dimensões semânticas e pragmáticas da interação.

CLARK, H. *Arenas of language use*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

DURANTI, A. & GOODWIN, C. (Eds.). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FAUCCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FILLMORE, C. J. *Lectures on deixis*. California: Center for the Study of Language and information Stanford, (1971) 1997.

HANKS, W. F. The indexical ground of deictic reference. In: DURANTI, A. & GOODWIN, C. (Eds.). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 43-76.

KENDON, A. The negotiation of context in face-to-face interaction. In: DURANTI, A. & GOODWIN, C. (Eds.). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge:



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- Cambridge University Press, 1992. p. 323-334.
- LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and thought*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 202-251.
- RUBBA, J. Alternate Grounds in the Interpretation of Deictic Expressions. In: FAUCONNIER & SWEETSER (Eds.). *Space worlds and grammar*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1996. p. 227-261
- SALOMÃO, M. M. M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora, n.1, 1997. p. 23-39.
- TOMASELLO, M. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

### O aspecto pragmático da linguagem: elemento precípuo para o desenvolvimento da competência comunicativa do discente

Fabiana Andrade Leite

fabianaandradesantos@yahoo.com.br  
Universidade do Estado da Bahia

Muito se tem debatido sobre os objetivos do ensino de Língua Portuguesa e, sem dúvidas, quando os professores da referida disciplina são questionados sobre o porquê de se ensinar a língua materna para falantes nativos desta, são unânimes em responder que o principal objetivo do ensino da Língua Portuguesa é o domínio da norma culta por parte do falante. Para que tal intento se concretize, os docentes são quase uníssonos numa única diretriz que norteará a sua prática: uso efetivo da Gramática Tradicional, único manual capaz de ensinar o falante a dominar a norma culta. Assim, partindo dessa premissa, a Gramática Normativa passa a ser o elemento desencadeador de todas as suas aulas de Língua Portuguesa. Diante desse procedimento didático, parte-se do pressuposto de que a utilização desse compêndio objetiva proporcionar ao aluno o desenvolvimento da sua capacidade textual e que, conseqüentemente, após onze anos de escolarização formal, o mesmo seja capaz de produzir diversos tipos de textos coerentes e coesos e com diferentes superestruturas. Essa seria a única explicação convincente que levaria a entender o motivo pelo qual os professores insistem em ter a Gramática Tradicional como o único manual capaz de iniciar, desenvolver e finalizar as suas aulas, pois, apesar do real fracasso no ensino de língua materna que pode ser comprovado através das produções textuais dos alunos, das reflexões feitas sobre a incompletude, incoerência, inconsistência e contradições presentes na GT, da necessidade de uma prática que respeite o discente enquanto sujeito, ser social, pessoa com vivência, cultura, conhecimento, infelizmente os professores fazem-se de “surdos” e “cegos” e continuam apregoando um ensino que não tem proporcionado o respeito à vida do aluno – sua linguagem, sua cultura, seu contexto, suas crenças – um ensino que não faz do sujeito um ser crítico, reflexivo, questionador e sim, um ensino que faz do discente um elemento passivo capaz de esquecer o que ele é, o que ele tem, o que ele acha e o que ele traz, enfim, apto a esquecer a sua identidade e com um único dever: dizer “amém” a tudo que

se ensina e a todos que ensinam. Face ao exposto e após uma pesquisa desenvolvida com alunos e professores da oitava série do Colégio Getúlio Vargas em Brumado, município que dista 630 Km da cidade de Salvador, observou-se que, apesar da ineficácia dos procedimentos didáticos, bem como da utilização de conteúdos gramaticais infrutíferos, os docentes continuam apregoando um ensino de Língua Portuguesa que desconsidera o aspecto pragmático da linguagem, não levando em conta o conjunto de características que o discente possui – informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, intertextualidade e situacionalidade – para o desenvolvimento da sua competência comunicativa e, ainda por cima, sem priorizar situações reais de produções textuais. A existência da pragmática lingüística não só se efetiva quando se considera que a utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um interlocutor num contexto determinado, não acrescenta de fora a um enunciado de direito auto-suficiente, mas quando a estrutura da linguagem é radicalmente condicionada pelo fato de ser esta mobilizada por enunciações singulares e produzidas com um certo efeito dentro de um certo contexto, verbal e não-verbal. Logo, partindo desse pressuposto e de reais constatações acerca da improdutividade das aulas de Gramática Normativa, é inevitável não só uma ressignificação do ensino de Língua Portuguesa através da mudança dos procedimentos didáticos propostos pelos professores, a fim de se propiciar o contato do aluno com uma maior variedade possível de situações de interação comunicativa por meio de um trabalho de análise e produção de enunciados ligados aos vários tipos de situações de enunciação, proporcionando ao discente um estudo da linguagem dentro do contexto onde ele está inserido, como também a disponibilidade da parte dos docentes na apropriação e acréscimo de leituras que embasarão a sua metodologia e o seu conhecimento acerca das concepções de linguagem e gramática.

- CUNHA, C. F. & CINTRA, C. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira., 1985.
- FAVERO, Leonor L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FONSECA, Fernanda I. e FONSECA, J. *Pragmática lingüística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1977.
- KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Pontes, 1989.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus*. São Paulo: Cortez, 1996.



## Notas sobre polaridade negativa

Luisandro Mendes de Souza

mendesouza21@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

O presente artigo tem como primeiro objetivo investigar a distribuição e a semântica de itens de polaridade negativa (IPN) no Português Brasileiro (PB), embora discuta casos de livre escolha (*free choice items*), considerados também itens de polaridade. A polaridade caracteriza-se por exibir certas restrições de uso e apresentar uma semântica que envolve o conceito de alternativas ou escala.

A despeito da literatura já robusta sobre polaridade negativa em outras línguas, em particular para o inglês (ver KRIFKA, 1994 para uma revisão), muito pouco se sabe sobre o tema no PB, sendo Ilari (1984) talvez a única exceção. No entanto, Ilari se ocupa de locuções negativas, como *não levantou um dedo, não abriu a boca*, e nada diz sobre itens de polaridade negativa, nosso objeto de estudos.

Este artigo procura responder três questões:

1. Quais itens no PB são IPN?
2. Como explicar a sua distribuição?
3. Qual é a semântica desses itens?

Na primeira seção, avaliamos alguns itens para verificar se eles podem ser seguramente caracterizados como IPN, diferenciando-os, num primeiro momento, dos chamados sintagmas-n (como *nenhum*), que se caracterizam por serem licenciados apenas em contextos de negação explícita (ou em contextos negativos). Aplicamos uma série de testes e concluímos que: *qualquer* não é um IPN, mas um item de livre escolha; *sequer, algum* na posição pós-nominal, *N algum*, e *ainda* temporal (distinto de *ainda* “discursivo”) são IPNs. Analisamos também a expressão *o que quer que seja* que, segundo os tradutores de Chierchia (2003), é um IPN. Nossas conclusões não corroboram essa hipótese. O comportamento dessa expressão a aproxima dos itens de livre escolha. Finalizaremos essa seção mostrando que é possível diferenciar tipos de IPN: fortes, fracos e super-fortes, termos da literatura, e classificando os itens levantados segundo esse novo parâmetro.

Na segunda seção, apresentamos o problema da distribuição dos IPN, ou seja, em que tipo de contexto linguístico tais itens podem ocorrer. A título de exemplo, considere-se o contraste entre as sentenças abaixo:

- (1) João não encontrou sequer um amigo.
- (2) \* João encontrou sequer um amigo.
- (3) Se João encontrar sequer um amigo, me avise.

A sentença em (3) é uma sentença afirmativa, no sentido de que não há negação implícita, mas ela licencia o IPN. A literatura apresenta duas soluções já clássicas para explicar a distribuição desses itens: eles são licenciados apenas em contextos de acarretamento para baixo (a partir de LADUSAW, 1980) e eles são licenciados em contextos não-verídicos (ZWARTS, 1996). Primeiramente, apresentamos essas teorias para, em seguida, mostrar que elas apresentam vários problemas. Por exemplo, a sentença em (3) é considerada de acarretamento para baixo por Ladusaw (1980), mas nem todos aceitam essa análise; de fato a maior parte da literatura sobre condicionais aponta que o antecedente de um condicional (em particular dos contrafactuais) não é um contexto de acarretamento para baixo (trata-se do famoso problema da “falha do reforço do antecedente”). Além de

apresentar essas críticas, mostramos que nenhuma das duas teorias explica satisfatoriamente a distribuição dos itens de polaridade no PB.

Na última seção nos defrontamos com a pergunta sobre a semântica/pragmática desses itens. Nessa seção, exploramos a hipótese aventada inicialmente por Fauconnier (1975) de que eles carregam escalas, concluindo que essa não pode ser a semântica para todos os itens de polaridade. Investigamos, então, a hipótese de que eles ampliam o domínio e geram, com isso, implicaturas escalares.

A discussão que apresentaremos mostra a quantidade de problemas que o estudo da semântica de tais itens envolve. Buscamos neste trabalho uma primeira aproximação e caracterização do fenômeno no PB, almejando o desenvolvimento de uma hipótese que possibilite uma resposta satisfatória para as questões gerais colocadas.

FAUCONNIER, G. Pragmatical scales and logical structure. In: *Linguistics and Inquiry* 4, 1975. p. 353-375.

ILARI, R. Locuções negativas polares, reflexões sobre um tema de todo mundo. In: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. (Org.). *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba: FISTA, 1984. p. 83-97.

KRIFKA, M. Some remarks on polarity items. In: Zaefferer, D. (Ed.), *Semantic Universals and Universal Semantics*. Berlin: Foris. 1994. p.150-189.

LADUSAW, W. On the notion affective in the analysis of negative-polarity items. In: *Journal of Linguistic Research* 1, 1980. p. 1-16.

ZWARTS, F. Three types of polarity. In: HINRICKS, E. & HAMM, F. (Eds.), *Plural Quantification*. Kluwer: Dordrecht, 1996.

## Relações predicativas das preposições

Márcia Barreto Berg

mberg@ufsj.edu.br  
Universidade Federal de São João del-Rei

Este trabalho é uma continuidade da minha dissertação de mestrado (Berg, 1996) e tem como objetivo responder se as preposições são itens lexicais que têm a propriedade de predicar argumentos, estabelecendo relações predicativas com seus argumentos, relações essas que chamamos aqui como “relações temáticas”, de acordo com Franchi e Cançado (1997).

Acreditamos que há consenso entre alguns autores em afirmar que algumas preposições estabelecem uma relação predicativa com seu argumento. Entretanto, existem outros contextos em que isso não ocorre. Por exemplo, em ‘The destruction [of the city]’ de Chomsky (1986), é o nome *destruction* que seleciona um complemento e portanto é o nome que atribui papel temático a *city* e não a preposição *of*. Essa preposição, nesse ambiente, é considerada vazia de sentido. Concordamos que em alguns ambientes, algumas preposições não atribuem papel temático, mas queremos salientar que essas preposições denominadas funcionais podem ter sentido.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Propomos, aqui, que há dois tipos de função para as preposições: funcionais e predicadoras, de acordo com as relações predicativas que elas estabelecem. As preposições predicadoras são aquelas que têm argumentos que não acarretados pelos verbos e são elas próprias que atribuem papel temático ao seu argumento, como, por exemplo, *João viajou entre as bananas*. O N *bananas* não é acarretado pelo verbo viajar, pois podemos afirmar que o verbo viajar não acarreta a noção de que o agente desta viagem tem que viajar necessariamente entre alguma coisa. Assim o SN *as bananas* não é um argumento do verbo viajar, mas é um argumento da preposição *entre*. O papel temático do argumento (as bananas) só pode ser estabelecido a partir da composição do predicador (*entre*) com seu complemento (as bananas) mais a composição desse predicador complexo (*entre as bananas*) com o verbo predicador da sentença (*viajou*). Só assim se pode estabelecer exatamente o conteúdo semântico do papel temático atribuído ao complemento da preposição *entre*. Nos valem aqui de composição segundo Franchi (1997a). Assumimos que as preposições, nesses ambientes, são predicadores numa relação complexa de sentidos, isto é, o conteúdo semântico do papel temático vem da predicação componencial ou composicional, segundo a proposta de Franchi (1997b).

As preposições que desempenham a função de funcionais são aquelas que encabeçam os argumentos lógicos acarretados pelos verbos. Essas preposições não atribuem papel temático, entretanto, assumimos que elas têm sentido e que seus sentidos têm que ser compatíveis semanticamente com o papel temático dos argumentos acarretados pelo verbo. Em *João jogou a bola para a cesta*, o papel temático do argumento *a cesta*, um alvo, é atribuído pelo verbo *jogar*, pois podemos afirmar que o verbo jogar acarreta as propriedades semânticas de que existe necessariamente um agente que joga, alguma coisa que é jogada e um alvo (locativo) para onde esse objeto é jogado. Nesses ambientes, as preposições funcionais não atribuem papel temático, sendo o verbo o predicador responsável pela atribuição de papel temático. De forma geral, exceto em certos ambientes específicos, na sintaxe do português, não é usual que mais de um argumento interno seja explicitado na sentença sem preposição. Quanto ao sentido da preposição que desempenha a função de funcional, é necessário que ele seja compatível com o sentido temático do argumento acarretado pelo verbo.

Finalmente, temos ainda uma outra categoria de preposição funcional, conhecida na literatura como preposições inerentes (Neeleman, 1997). Essas preposições parecem ser incorporadas ao verbo e apresentam as características de não poderem ser trocadas por outra (\**Rosa concorda a/ante/em/de o casamento de seu filho*).

É importante ressaltar que a classificação das preposições funcionais e predicadoras não se trata de dois grupos mutuamente exclusivos. Uma mesma preposição pode ser funcional em um ambiente e predicadora em outro. Por exemplo, *Maria gosta de doces* (*de* tem a função de funcional); *Maria viu Julieta de binóculos* (*de* tem a função de predicadora).

BERG, Márcia B. *A natureza categorial da preposição*. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_, Márcia B. *O comportamento semântico-lexical das preposições do Português do Brasil*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.

FRANCHI, C.; CANÇADO, Márcia. Teoria generalizada dos papéis temáticos (manuscrito publicado) In: CANÇADO (Org.). *Predicação, relações semânticas e papéis temáticos: anotações de*

Carlos Franchi (1997). In: *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 83-123, jul/dez. 2003.

CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and use*. New York: Praeger Publishers, 1986.

NEELEMAN, A. D. PP-complements. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, Netherlands, v. 15, p. 89-137, 1997.

### O tratamento de expressões lexicalizadas dar + SN em algumas obras Lexicográficas

Giselle Aparecida Toledo Esteves

giselle\_estevesufrj@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Objetiva-se, com esta comunicação, demonstrar resultados de uma investigação sobre os predicados complexos lexicalizados formados por *dar + SN* em alguns dicionários brasileiros e portugueses. Neste trabalho, focalizou-se a forma de apresentação de expressões idiomáticas com *dar + SN* em obras lexicográficas, examinando-se os graus de lexicalização de tais predicados bem como os parâmetros que colaboram para identificar essa gradação. Ademais, a análise desse tipo de predicado complexo em uma amostra de enunciados produzidos por brasileiros e portugueses também colaborou para esse estudo.

Os dicionários, de cunho semasiológico, que serviram de análise foram: (i) os dicionários brasileiros Freire (1954), Michaelis (1998), Fernandes (1998), Borba (1990), Houaiss (1991) e (ii) os dicionários portugueses Caldas Aulete (1925) e Bivar (1948). A análise de como essas obras elaboram as entradas das expressões idiomáticas constituídas por *dar + SN* baseou-se em critérios léxico-semânticos e de organização propostos por Dapena (2002).

A amostra de dados provenientes de um *corpus* com textos orais e escritos, que também estão presentes nos dicionários consultados, foi extraída de entrevistas com brasileiros e portugueses de três faixas etárias<sup>1</sup> e três níveis de escolaridade<sup>2</sup> (dos projetos APERJ, PEUL, NURC-RJ e CRPC-Lisboa)<sup>3</sup> e de textos jornalísticos brasileiros e portugueses (editoriais e notícias do acervo do projeto VARPORT<sup>4</sup> e dos acervos de periódicos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). A análise dessas ocorrências fundamentou-se: (i) em orientações da Teoria da Gramática Funcional de Dik (1997) referentes à formação de predicações e à derivação de predicados complexos, (ii) na concepção de lexicalização proposta por Lehmann (2002), (iii) no conceito de categorização radial (TAYLOR, 1995) e (iv) nos testes e critérios de identificação de unidades lexicais complexas propostos por Neves (2002), Zuluaga (1975) e Dapenna (2002).

Acredita-se que nos tipos de construções investigadas o verbo *dar* perde seu estatuto de verbo predicador pleno<sup>5</sup>. Apresenta significação mais genérica do que a que revela como verbo predicador. Muitas vezes, em expressões altamente cristalizadas, ele possui o sentido primário de transferência irrecuperável, apresentando-se esvaziado semanticamente. Exerce papel instrumental (carrega as categorias verbais de tempo, modo, número e pessoa) por conta do comportamento



léxico-gramatical que assume no discurso. Deve, portanto, ser caracterizado como verbo-suporte, ou seja, uma extensão de uso daquele, de comportamento semi-gramatical, cuja função é a de servir de apoio para a formação de unidades verbais a partir de elementos não-verbais.

O verbo-suporte, chamado de “*operandum* auxiliar de verbalização de elemento não-verbal” (MACHADO VIEIRA, 2001), opera sobre um elemento não-verbal com o papel de lhe conferir função predicante ou, em certos casos, atualizar sua função predicante<sup>6</sup>. O predicado complexo formado com verbo-suporte configura-se conforme a seguir:

{Verbo-suporte DAR [elemento não-verbal]}<sub>-</sub>{Predicado Complexo} (Arg1) ... (Argn) [(Argn) ≥ 0]<sup>7</sup>

“o proeiro é que vê o peixe que dá ordem pra poder cercar” (PB oral, APERJ, inq. MAC169A).

O verbo-suporte partilha com o elemento não-verbal a função de atribuir papel temático ao(s) argumento(s) do predicado complexo. Porém, a força léxico-semântica do predicado complexo resultante dessa operação está no componente não-verbal. É este o responsável pela definição do evento, do estado de coisas expresso.

Além do estatuto de centro semântico do predicado complexo (da mesma maneira que o verbo auxiliado, em locuções verbais), é possível destacar algumas outras características que o elemento não-verbal incorporado ao verbo-suporte *dar* passa a manifestar em um predicado complexo típico: (i) função de determinar uma grelha argumental (“*sugestão de X a/para Y por Z*” – “*Z dar sugestão de X a/para Y*”), já que sua função referencial<sup>8</sup> (típica dos nomes) se reduz, ou não é focalizada; (ii) função de especificar o estado de coisas geral indicado pela forma verbal, pelo verbo-suporte; (iii) valor mais abstrato/genérico, diferenciando-se do valor mais concreto/específico do elemento-argumento interno que complementa o verbo predicador; e (iv) ausência de qualquer determinante/modificador adjacente a ele.

A ocorrência de diferentes graus de integração entre o verbo-suporte *dar* e o elemento-nominal pode ser explicada pela alteração dessas propriedades típicas e pelo caráter semi-gramatical que esses itens verbais revelam em alguns enunciados.

Os resultados da investigação permitem corroborar as hipóteses de que as obras lexicográficas apresentam divergências quanto à concepção de *expressão idiomática/cristalizada* e reúnem sob *expressões idiomáticas/cristalizadas* estruturas de comportamento diverso, em níveis distintos de integração e de lexicalização. Apesar de o trabalho atingir uma delimitação de alguns níveis de lexicalização aos quais se vinculam os predicados complexos do *corpus* da pesquisa, a dificuldade encontrada nessa tarefa fez com que se pensasse na necessidade de elaborar testes de atitude para que o *continuum* de lexicalização seja estabelecido com mais segurança.

<sup>1</sup> Faixa A: 18 - 35 anos. Faixa B: 36 - 55 anos. Faixa C: a partir de 56 anos.<sup>2</sup> Nível 1: analfabetos ou pouco escolarizados. Nível 2: com o 1º grau (5ª à 8ª série) ou 2º grau. Nível 3: com terceiro grau completo.<sup>3</sup> APERJ (Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), PEUL (Programa de Estudos Lingüísticos), NURC-Rio (Norma Urbana Culta), CRPC (*Corpus* de Referência do Português Contemporâneo).<sup>4</sup> A equipe VARPORT (Projeto de Intercâmbio Binacional *Análise de Variedades do Português* – ([www.lettras.ufrj/varport/](http://www.lettras.ufrj/varport/))) conta com professores da UFRJ e da Universidade de Lisboa.<sup>5</sup> Verbo predicador: um verbo autônomo de comportamento lexical na configuração semântica e sintática

da predicação. O verbo predicador *dar* tipicamente apresenta um evento ativo do tipo transferencial que relaciona três participantes/argumentos (Arg1 DAR Arg2 a/para Arg3). Ex.: Um processo de [*dar*] VERBO PREDICADOR [-lhes]ARGUMENTO OBJETO RECEPTOR – GERALMENTE ANIMADO [um bocadinho de limão]ARGUMENTO OBJETO TEMA – GERALMENTE INANIMADO para eles picarem com o garfo no limão” (PE oral, CRPC-PF, inq. 0041).<sup>6</sup> Esse é o caso de nomes predicadores (nomes deverbiais, por exemplo), cujas funções são respectivamente: referencial (função primária) e predicante (função secundária).<sup>7</sup> (Argn) é o número de argumentos do predicado complexo que pode ser maior ou igual a zero.<sup>8</sup> Ter função referencial reduzida significa não ser usado em determinada predicação para designar entidades específicas do mundo biossocial ou do contexto discursivo e, sim, para especificar/subclassificar o evento geral expresso pelo verbo-suporte.

CARBALLO, Maria Auxiliadora Castillo. El concepto de unidad fraseológica. In: *Revista de Lexicografía*. Universidade da Coruña, v. IV, p. 67-79, 1997-1998.

DAPENA, José Álvaro. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Acro/Libros, 2002.

DIK, Simon C. *Theory of Functional Grammar*. Ed. por Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, 1997.

LEHMANN, Christian. New reflections on grammaticalization and lexicalization. In: WISHER, Ilse; DIEWALD, Gabriele. *New reflections on grammaticalization. Typological studies in language*, v. 49, p. 1-19, 2002.

MACHADO VIEIRA, Marcia dos S. *Sintaxe e semântica de predicações com verbo fazer*. 2001. Tese de Doutorado - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

NEVES, Maria Helena de Moura. A delimitação das unidades lexicais: o caso das construções com verbo-suporte. In: \_\_\_\_\_. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002, p.189-206.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. 2. ed. Oxford: Calderon Press, 1989.

## Competência semântica e comunicacional na sociolingüística interacionista

Lucrecio Araújo de Sá Júnior

lucrecio.sa@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

A presente análise tem por escopo assinalar a importância de se abordar questões de falhas e acertos na comunicação dentro de uma perspectiva da sociolingüística interacionista, vale dizer, com uma atitude filosófico-metodológica do *pragmatismo lingüístico*, interessado no uso da fala como instrumento de comunicação e interação entre indivíduos. Nesse sentido, busco focalizar a conversação dentro de uma perspectiva cooperativa, em que falante e ouvinte dispõe (ou não) das mesmas regras na conversação. Em Garcez (1998) é possível perceber como a sociolingüística interacionista tem dado atenção especial ao uso da linguagem na comunicação, investigando sua constituição, suas regras e convenções, os contextos em que se realiza e as condições segundo as quais os indivíduos agem em determinadas situações de fala. O diálogo tem, também, uma importância



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

central do ponto de vista filosófico. Isso é pressuposto teórico em toda análise conceitual realizada na filosofia da linguagem comum (VANDERVEKEN, 1988). Tendo em vista as dimensões deste trabalho, através de exemplos serão observados alguns casos específicos de não cooperação e por meio dessa análise será possível assinalar que *competência semântica* e *competência comunicacional* não são a mesma coisa, seguindo Chomsky (1965). Dito de outro modo, numa conversação possível, falante e ouvinte não devem dispor apenas da ordem semântica dos enunciados, mas, sobretudo da capacidade de uso e emprego adequados das enunciações; disso depende a compreensão e significação dos proferimentos em um possível diálogo em que os falantes usam atos de fala diversos para se comunicar. O diálogo é o paradigma de qualquer situação de discurso possível. Tem um caráter normativo no uso lingüístico, uma vez que a natureza cooperativa é a característica definidora da linguagem (GRICE, 1975). Um dos pontos centrais dessa discussão é precisamente a concepção de linguagem vinculada a uma natureza basicamente cooperativa, e em que sentido e até que ponto pode-se considerá-la assim. A natureza dialógica da linguagem está em cada ato de fala, enquanto parte de um discurso; é como um lance em um jogo, de modo que cada falante supõe uma resposta como lance do interlocutor e caracteriza-se, assim, como uma tomada de posição do falante em relação ao ouvinte. Nesse sentido, cada ato de fala deve conter ao menos potencialmente os elementos de sua validação da possibilidade de justificar-se. Deve ser possível que se tornem explícitas as práticas às quais os atos de fala pertencem, assim como aos jogos de linguagem dos quais fazem parte. Se cada ato de fala é como um lance em um jogo, é a referência às regras do jogo que permite validá-lo. Sobre os jogos de linguagem, a respeito da natureza cooperativa do diálogo, este estudo levará em conta algumas questões gerais: porque consideramos que algo sai errado em certos casos de falha na comunicação? O que exatamente fracassa quando há uma falha no diálogo? Até que ponto a cooperação é fundamental para o entendimento dos falantes em uma conversação? É perceptível de maneira imediata, ao tentar encontrar respostas para essas questões, que a falha e o fracasso na conversação são caracterizados por referência a critérios que se originam em um conjunto de normas, convenções, regras e paradigmas que regulam o discurso e o uso da linguagem; no entanto, regras e convenções normalmente pressupostas são obedecidas de modo bastante vago, não cooperativo e por vezes são simplesmente transgredidas, mas ainda assim a comunicação é possível, embora desviando o modelo ideal, de acordo com Searle (1969). Há, entretanto, alguns casos em que se torna possível afirmar que a comunicação falha, em diferentes graus, talvez, e são estes que podem oferecer um caráter revelador aqui, particularmente. A pretensão deste estudo é examinar de uma maneira bastante geral o que ocorre quando há falha no diálogo, para melhor compreender a variação na percepção da relação falante/ouvinte, os mal-entendidos, os erros lingüísticos e também observar quando, como e por que em outros casos, mesmo quando os falantes não cooperam entre si, a comunicação torna-se possível. Regras e convenções são pressupostas e antecipadas, mas, também podem ser distorcidas (MARCONDES, 2000). Há casos em nosso uso concreto da linguagem em que o diálogo, ou em um sentido mais amplo, o jogo lingüístico, parcialmente satisfaz nossos critérios de conflitos simultaneamente. Nesses casos, podemos fazer uma distinção de níveis estabelecendo os tipos de falhas que ocorrem, uma vez que erros lingüísticos

e mal-entendidos podem estar apenas restritos a certos níveis (ex.: fonético, sintático, semântico, etc.) e a uma distinção em termos de fins e objetivos dos participantes no diálogo, estabelecendo até que ponto coincidem ou divergem – isto é, quais as causas ou motivos do fracasso ou falha. No uso comum da linguagem, existem casos sobre os quais é possível dizer que há um campo comum de inteligibilidade semântica, falante e ouvinte compartilham das mesmas regras convencionais; no entanto, não há sequer a possibilidade de entendimento mútuo em nível pragmático, não há compreensão das regras conversacionais; isto é, a comunicação é possível em um nível puramente lingüístico: o falante domina regras e convenções fonéticas, sintáticas e semânticas, mas não as pragmáticas. Dessa maneira, para falante e ouvinte não há o reconhecimento das convenções sociais e convenções de uso que regulam um jogo de linguagem específico. Há, então, comunicação em um nível puramente *locucionário* (de modo que o ato *ilocucionário* falha), o objetivo ou propósito do que é dito pura e simplesmente não faz sentido nenhum. Para Koch (2004) não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção. Pode haver casos em que a comunicação se dá em nível semântico, porque o que é dito é compreendido, mas não há comunicação (ou há comunicação apenas parcial em nível pragmático, porque não há uma cooperação efetiva entre os interlocutores). As intenções e os objetivos lingüísticos do falante e do ouvinte são diferentes, opostos ou contraditórios. São casos que podem ser analisados como jogos mistos de coordenação e de conflito.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of theory of syntax*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1965.

GARCEZ (Org.) *Sociolingüística interacional: Antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998.

GRICE, Paul. *Logic and conversation*. In: *Studies in the way of words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONDES, D. *Filosofia, linguagem e comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

VANDERVEKEN, Daniel. *Les Actes de discours: Essai de philosophie du langage e de l'esprit sur la signification des énonciations*. Bruxelles: Mardaga, 1988.

---

### Em que a semântica pode contribuir para o estudo da aquisição do aspecto?

Tharen Teixeira de Souza

tharenbr@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Roberta Pires de Oliveira

Não é difícil encontrar na literatura em aquisição da linguagem (ver entre outros Hodgson (2003) e De Lemos (1981)) a afirmação de que há, na fala de crianças em



processo de aquisição da linguagem, uma correlação entre, de um lado, perfectividade e telicidade, e de outro, entre imperfectividade e atelicidade. Este trabalho irá investigar tal correlação.

Na literatura em semântica, perfectivo e imperfectivo pertencem ao domínio do aspecto, enquanto as noções de telicidade e atelicidade são propriedades da acionalidade (*Aktionsart*), que, grosseiramente, diz respeito à estrutura temporal expressa pelo predicado verbal. Não há, no entanto, nenhuma correlação entre esses domínios, como pode ser atestado nas sentenças abaixo:

(1) Ontem João correu.

(2) Ontem João correu até a padaria.

Na sentença em (1), temos um predicado atético, dado que 'correr' é, segundo a classificação vendleriana, uma atividade, no aspecto perfectivo, dado pela morfologia do pretérito perfeito '-eu'; em (2), um predicado télico, já que 'correr até a padaria' é um *accomplishment*, no aspecto perfectivo. Uma questão que iremos mostrar é que o imperfectivo não pode ser entendido como associado a evento não terminado. O aspecto imperfectivo indica a apresentação do evento em sua estrutura interna, o que não significa que ele não tenha terminado. Em (3) temos um exemplo de evento télico no aspecto imperfectivo, mas que foi terminado.

(3) João corria até a padaria quando ele viu o acidente. Ao chegar lá, ele telefonou para a polícia.

Investigam-se, na primeira seção neste trabalho, os conceitos de im/perfectivo e a/tético, porque tanto na aquisição quanto na semântica esses conceitos recebem diferentes interpretações. O objetivo dessa seção é fixar uma única interpretação para esses termos. A grosso modo, im/perfectivo delimitam a maneira como o evento é apresentado: com ou sem estrutura interna. Já a/tético dizem respeito ao evento ter ou não um ponto final não arbitrário, ou seja, o *télos* é parte constitutiva do evento. É preciso, ainda, separar essa noção do conceito de evento terminado ou não (sobre o tema, ver Ilari & Basso (2004)).

Na segunda seção faremos uma análise qualitativa e longitudinal dos dados de uma criança adquirindo o Português Brasileiro (PB) entre as idades de 1;8 a 3;7<sup>1</sup>, com o intuito de avaliar a hipótese da correlação entre perfectivos e télicos vs. imperfectivos e atéticos, agora munidos de uma teoria semântica forte. O exemplo abaixo não confirma a correlação:

(4) a. Mamou tudo ó. (AC 3;7)

b. Tá mamando essa boneca ainda? (AC 3;7)

O predicado 'mamar a mamadeira' é télico. Em (4 a), se combina com perfectivo e a presença de 'tudo' indica que o evento foi concluído, isto é, o *télos* foi alcançado; enquanto em (4 b) se combina com imperfectivo, indicando que o evento está em curso. No contexto em que (4 b) é proferido, trata-se de uma situação em que a criança faz a pergunta olhando para a boneca que está "tomando a mamadeira".

Já o exemplo em (5) mostra que a criança também faz a correlação:

(5) a. Ela tá andando de bicicleta. (AC, 2;8)

b. Eu comi o mel. (AC, 2;8)

Em (5 a), o predicado 'andar de bicicleta' é atético e o aspecto é imperfectivo; em (5 b), 'comer o mel' é télico e o aspecto é perfectivo.

A hipótese básica deste trabalho é que a criança adquirindo o PB produz a morfologia aspectual muito cedo, mas restringe o aspecto gramatical ao lexical, ou seja, faz a correlação entre formas perfectivas com predicados télicos e formas

imperfectivas com predicados atéticos. Nosso estudo mostra que a frequência em que a criança adquirindo o PB faz a correlação é estatisticamente mais relevante do que a frequência em que não há a correlação. Esse trabalho dá suporte, portanto, à literatura em aquisição.

Resta, ainda, indagar por que acontece essa correlação e se essa frequência se altera ao longo da aquisição, o que faremos a título de conclusão.

<sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer ao CEAAL/PUC-RS (Centro de Aquisição e Aprendizagem da Linguagem) por ter nos cedido os dados de produção infantil que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

DE LEMOS, C. Interactional processes in the child's construction of language. In: DEURSCH, W. (Ed.) *The child's construction of language*. London: Academic Press, 1981.

HODGSON, M. The acquisition of Spanish perfective aspect: a study on children's production and comprehension. *ZAZ Papers in Linguistics*, v. 29, p. 105-117, 2003

VENDLER, Z. Verbs and times. *Philosophical Review*, 56, p. 143-160, 1967.

ILARI, R. *A expressão do Tempo em Português*. São Paulo: Contexto/EDUC, 1997.

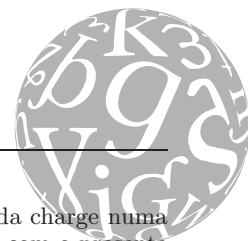
## Quando os contextos lingüístico e situacional não resolvem a relação pronomes / charge / reportagem

Rosiane dos Santos Ferreira

rosifale@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Este debate objetiva repensar o que se entende pela presença de pronomes em charges, questão pertinente não só ao ensino da Língua Portuguesa nos gêneros textuais, mas também aos meios midiáticos e a outras esferas sociais que, consciente ou inconscientemente, estejam envolvidas com o texto chárstico. A especificidade do debate consiste em abordar a relação de sentido dos pronomes com as charges e a relação entre esse texto e seus entornos de publicação, normalmente reportagens ou editoriais. Não raro, pronomes como o 'eu' são diretamente associados à caricatura de um político – dispostas na textualidade chárstica – bem como às informações a seu respeito – apresentadas em reportagens. Nessa medida, o 'eu' corresponderia a uma verdade sobre um político, uma vez que esse último gênero é normalmente considerado uma transmissão o mais fiel possível de fatos ocorridos numa "realidade" pública. Talvez isso se justifique pelo imaginário que parece haver nas instituições midiáticas e em outros setores sociais de que uma reportagem pretende um compromisso de "fazer saber" o factual em sua exatidão, conforme deixa entrever Charaudeau (1997, p. 87). Tendo em vista isso, a questão que norteará, pois, esse debate é a seguinte: Entender os pronomes em charges é necessariamente traçar uma relação direta com caricaturas que compõem a tessitura desse gênero? E quanto às informações apresentadas em reportagens? Os pronomes nas charges recaem de forma direta sobre esses dizeres? Pensaremos a



questão a partir das premissas teóricas de uma Semântica que considera a historicidade de cada dizer. Essa historicidade implica que a constituição do(s) sentido(s) de uma palavra ou expressão em um texto, bem como o texto propriamente, não encontra limites na relação entre as palavras. Tampouco se restringe ao ‘quem disse’, ‘para quem disse’ ‘onde’ e ‘quando’ das práticas languageiras. Assim, perguntas como “Qual fato gerou a charge x” ou “A quem o pronome x se refere?” acabam limitando o estudo de um gênero. Por outro lado, ir além da imediatez lingüístico-factual de um gênero para entender os pronomes que nele figuram seria preocupar-se com uma relação de dizeres constituídos em outros momentos, lugares e de outras formas. Dito de outra maneira, seria preocupar-se com dizeres anteriormente formulados, dispersos e entrelaçados numa dimensão abstrata que entendemos por Memória Discursiva (ORLANDI, 1993). Ao contrário do que se possa pensar, entretanto, esses dizeres anteriores não se resumem num conjunto de informações pertinentes ao conteúdo temático de uma charge. Com fins ilustrativos, consideremos uma charge que versa sobre a possibilidade de reeleição presidencial de Lula apresentando-o propondo a seguinte seqüência de expressões: “*Issai: eu sou candidato*”/ “*Boca fechada? Qual boca? A minha?*” / “*Foi mal! E pensar que eu já tive a língua presa*”. O ‘eu’ da primeira expressão, bem como os demais pronomes – *qual, minha* – não estarão ancorados apenas em dados fornecidos nas reportagens e em outras charges sobre o assunto. Para nós, essas expressões existem na medida em que puderam significar pela existência de uma interdiscursividade (Memória de dizeres), ou seja, de uma relação de outros dizeres em que essas expressões figuraram. Vale corroborar que esses dizeres podem se situar no e fora do gênero chárstico, e não se pode alcançá-los em sua totalidade. Assim, os pronomes assumem relação com (e são eles próprios) referentes que teriam, antes de tudo, historicidade, porque são definidos na relação com o que se produziu sob certas perspectivas ideológicas, sustentadas em práticas discursivas que, por sua vez, se apresentam de forma entrecruzada na memória discursiva. É desse entrecruzamento de regiões discursivas que recortes são feitos para se configurar cada dizer chárstico e cada referente que nele figura. Dependendo do recorte, os referentes podem, no gênero em questão, apontar certos efeitos de sentido como a ironia, o humor ou mesmo a crítica. Exemplo disso seria pensar o caso anteriormente citado, em que o pronome ‘eu’, a princípio coincidindo com o presidente enquanto pessoa – no – mundo, seja, em contrapartida, um efeito do recorte da memória, resultante de uma confluência de dizeres anteriores sobre Lula. A título de ilustração, que dizeres seriam esses? Conforme vislumbrado, não se pode alcançá-los totalmente, nem é esse o objetivo de um estudo que considera a historicidade de uma palavra. Pode-se, contudo, esboçar o entrecruzamento de informações a respeito de atitudes do presidente socialmente reprováveis – envolvimento com a corrupção, nepotismo – com algumas informações legitimadas e institucionalizadas a respeito de Lula – não envolvimento com a corrupção, combate ao nepotismo – e assim por diante. Condizente a esse modo de entender a significação, amparamos nosso trabalho na proposta de Rastier (1998) para gênero textual, que nos permite considerar a constituição de cada charge justamente na relação com outros dizeres que possam situar-se no ou fora do gênero. O teórico propõe, com isso, que não se perpetuem as bases de uma concepção de texto como unidade; ou nas palavras de Indursky (2006, p.56), de texto como “a ilusão de um presente sem memória”. Nossa

posição pensa, portanto, a significação de cada charge numa relação constitutiva da memória desse gênero com o presente de cada charge e ainda com dizeres chársticos iminentes, cuja formulação deverá se dar sempre nos movimentos de ancoragem e deslocamento da memória. Isso implica a noção de Acontecimento Histórico de linguagem (GUIMARÃES, 2002), a partir da qual pretendemos sustentar, portanto, que os dizeres chársticos e os pronomes que os constituem têm bases interdiscursivas, e não só lingüístico – factuais, como é de costume entender nos saberes a respeito dos gêneros.

DIAS, Luiz Francisco. A aula de gramática e a realidade discursiva do vocábulo. In: \_\_\_\_\_. *Texto, escrita, interpretação: Ensino e Pesquisa*. João Pessoa: Idéia, 2001.

\_\_\_\_\_. Modos de enunciação e gêneros textuais: em busca de um novo olhar sobre gêneros de texto. In: FONSECA, M.C. *Em torno da língua(gem): questões e análises*. Vitória da Conquista: UESB, 2004. (no prelo).

FERREIRA, Ana Cláudia F. *O conceito de interdiscurso na semântica da Enunciação*. Unicamp. s/d.

GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. Língua e Enunciação. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, v. 30, p. 99-103, jan./jun. 1996.

\_\_\_\_\_. Interpretar Língua e Acontecimento. *Revista Brasileira de Letras*, v. 1, n. 1, p.19-23, 1999.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

MACHADO, Rosemeri P. B.; SOUZA, Maria Irene P. O verbal e não – verbal na produção dos efeitos de sentido no gênero charge. In: CRISTOVAO, Vera Lúcia L.; NASCIMENTO, Elvira L. (Org.). *Gêneros textuais: teoria e prática II*. Vitória, PR.: Kaygangue, 2005.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

### “A expressividade em aulas para os ensino médio e superior”

Paulo de Tarso Galembeck

ptgal@uel.br

Universidade Estadual de Londrina

#### 0. PRELIMINARES

0 ponto de partida para este trabalho é a verificação de que a expressividade constitui um componente intrinsecamente ligado à língua falada e faz parte da natureza desta, seja no registro formal, seja no registro informal. A esse respeito, Bally (1967, p.222) afirma que a língua falada não se limita à expressão de idéias e conteúdos, uma vez que nela ecoam, de forma direta, a imaginação e a sensibilidade.

Dada a proximidade entre os interlocutores e ao espaço comum por eles partilhado, a língua falada é particularmente expressiva, sobretudo em situações informais e espontâneas. No entanto, mesmo em situações formais (ou que tendem a sê-lo), como em aulas e palestras, a carga afetiva e expressiva





é considerável, pois os participantes (o professor e os alunos) são igualmente ativos.

#### 1. OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é estudar as manifestações de expressividade e afetividade em aulas para o ensino médio e superior com a finalidade de mostrar que essas marcas estão presentes até mesmo em situações formais, nas quais o interesse central reside na transmissão de informações e conteúdos. A hipótese que flui desse objetivo é o fato de que, na interação falada, o expressivo tem prevalência sobre o referencial e o cognitivo.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O próprio conceito de expressividade se torna difícil de ser precisado e, nesse sentido, Urbano (1999, p. 117) afirma que os termos *afetividade*, *emotividade*, *sensibilidade* e *subjetividade* são tomados como sinônimos. Na busca de um conceito que seja a um só tempo abrangente e operacional, incluem-se entre os elementos expressivos aqueles ligados às funções emotiva e apelativa, as quais, de acordo com Câmara (1972, p. 136), “têm em comum o fato de não serem de fundo intelectual, mas emocional”. Cabe lembrar, a esse respeito, as idéias de Monteiro (1987, p.22), segundo as quais “a característica fundamental da expressividade reside na ênfase, na força de persuadir ou transmitir os conteúdos desejados, na capacidade afetiva, no poder de gerar elementos evocatórios ou conotações”.

Em que pese a notória presença dos elementos expressivos, cabe reconhecer que eles não podem ser desvinculados da transmissão de informações (sobretudo em aulas). Com efeito, cabe a eles reforçar ou enfatizar os conteúdos expostos e, ao mesmo tempo, estabelecer um vínculo efetivo entre o professor e os alunos. Esses elementos são inerentes à própria interação (seja ela formal ou informal, simétrica ou assimétrica), de modo que os recursos expressivos são socialmente padronizados, embora também possam situar-se num nível puramente individual.

A presença dos elementos expressivos decorre da tensão coloquial, conceito estabelecido por Criado de Val (1980, p. 19 e ss.). Segundo o mesmo autor, a tensão é determinada pela própria finalidade da conversação, qual seja, o intercâmbio de mensagens com fins de comunicação social, o que permite definir três tipos de tensão: a informativa, que se manifesta em grau mínimo de intensidade e está ligada aos conteúdos referenciais; a dialética, que atua sobre a estruturação lógica do diálogo ou a ideologia que cada participante representa; a afetiva, que reforça as anteriores e tem sua origem nas causas emocionais. Esta é a tensão que se manifesta com maior intensidade, pois constitui uma nota constante e dominante da fala. Ainda segundo o mesmo autor, não se pode desconhecer nem desconsiderar a tensão afetiva, embora sua análise revele-se problemática, dada a dificuldade de estabelecer parâmetros que regulam essa tensão e ordenar suas variadas manifestações.

Nesse mesmo sentido, cabe lembrar as idéias de Eggins e Slade (1997, p. 48 e ss.), que mencionam três espécies ou camadas de significação: a ideacional, a interpessoal, a textual. Na primeira encaixam-se os significados acerca do mundo e as diferentes representações da realidade; a segunda consiste na negociação acerca dos papéis e relações sociais (status, intimidade, filiação); o significado textual relaciona-se com a própria mensagem (coesão, ênfase, conhecimentos prévios). Essas camadas são simultâneas e interdependentes, pois cada uma delas sempre pressupõe a outra e podem ser encontradas em unidades de diferentes níveis (palavra, sintagma, frase, texto). Além disso, unificou-as o fato de

serem funcionais (pois em todas se considera a conversação como uma atividade com finalidade e propósito definidos) e semânticas (a interação falada é um processo ao produzir significados).

As marcas de expressividade ligam-se, genericamente, às três camadas de significação, porém seu vínculo mais nítido é com a interpessoal. Esse fato decorre de existirem dois tipos de traços e efeitos expressivos: aquelas relacionadas à expressão da afetividade e da expressividade, e as ligadas à interação entre os participantes da interacional. Em outros termos, há marcas ligadas à expressão da subjetividade, assim como há aquelas que se voltam para as relações intersubjetivas. O problema é que, na prática, esses tipos são difíceis de serem separados, pois as marcas têm, a um só tempo, essa dupla vinculação: com a entoação exclamativa o falante exprime admiração (ou espanto, repulsa) em relação ao que foi dito, mas também manifesta a admiração ao seu interlocutor.

Acrescente-se que as marcas de subjetividade são igualmente funcionais (definem formas de participação dos interlocutores e de relações com os interlocutores) e semânticas (ênfaticam os significados criados na interação verbal).

#### 3. METODOLOGIA E CÓRPUS

O corpus do trabalho é constituído por gravações de aulas para o ensino médio e superior, pertencentes ao corpus dos Projetos NURC/SP e NURC/RJ.

As marcas de expressividade foram classificadas quanto ao tipo (prosódicas ou verbais) e quanto ao participante para o qual se voltam (subjetivas ou intersubjetivas). Na análise dessas variáveis teve-se o cuidado de evitar classificações apriorísticas e estanques, uma vez que as subcategorizações com frequência aparecem sobrepostas. Por isso mesmo, buscou-se interpretar os dados a partir das ocorrências mais representativas como forma de compreender o papel da expressividade na estruturação do texto falado no estabelecimento e manutenção das relações entre os interlocutores.

Para a consecução da tarefa proposta, foram selecionados os trechos em que há maior tensão afetiva: aqueles em que o locutor defende um ponto de vista ou enfatiza o assunto em andamento ou, ainda, os segmentos em que o locutor busca a participação do interlocutor. Essas duas funções aparecem sobrepostas, fato que foi considerado na análise.

Acrescente-se, ainda, que as marcas de expressividade de natureza cinésica não foram consideradas, uma vez que as gravações foram efetuadas apenas em áudio.

#### 4. MARCAS DE EXPRESSIVIDADE

As marcas de afetividade ou subjetividade, bem como aquelas que assinalam as relações interpessoais, são representadas por recursos de natureza variada:

- cinésicos: gestos e expressões faciais;
- lingüísticos: elementos verbais e prosódicos.

Como já se disse, os elementos cinésicos não serão considerados neste trabalho. Os elementos lingüísticos, por sua vez, compreendem:

- elementos prosódicos: são próprios da produção e dividem-se em suprasegmentais (entoação enfática, realce do vocábulo ou de parte dele, duração e alongamento de vogais e consoantes, silabação, ritmo) e os co-segmentais (ordem, pausa, deslocamento à direita e à esquerda);



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- elementos verbais: de natureza ampla e variada, compreendem elementos morfológicos (derivados ou compostos de valor expressivo), procedimentos sintáticos (anteposições ou inserções de valor enfático), lexicais (sinônimos expressivos, gírias, arcaísmos, onomatopéias, eufemismos, metáforas, repetições), discursivos (vocativos, marcadores de envolvimento do ouvinte, marcas de subjetividade).

Na análise efetuada, enfatizou-se que a presença das marcas de subjetividade decorre das condições de produção da língua falada. Com efeito, em qualquer consideração acerca da expressividade na língua falada cabe considerar que essa modalidade de realização lingüística é produzida numa situação determinada, na qual existe a interação direta entres os participantes e a criação de um espaço por eles partilhado. Os elementos de expressividade fluem da própria situação de interlocução e da intersubjetividade que nela se estabelece. A expressividade são marcas da presença dos interlocutores, e só assim pode ser compreendida.

### 5. COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

O exame das marcas de expressividade revelou que as mesmas fluem da própria situação de interlocução e da participação dos interlocutores. Trata-se de elementos de natureza variada, cujo objetivo é manifestar emoções e despertar sentimentos análogos nos interlocutores. Cabe a eles, pois, reforçar o componente intersubjetivo da língua falada e assinalar a presença direta dos interlocutores.

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. 3.ed. Paris: Klincksieck, 1967.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CRÍADO DE VAL, Manuel. *Estructura general del colóquio*. Madrid: Soc. General Española de Librería, 1980.

EGGINS, Suzanne; SLADE, Diana. *Analysing casual conversation*. London/Washington: Cassel, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. *Fundamentos da estilística*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1987.

URBANO, Hudinilson. *A expressividade na língua falada de pessoas cultas*. In: PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 115-139.

(1981) com base em Burge (1973), tem sido difundida nos últimos anos por diversos autores que estudam o comportamento semântico e/ou sintático dos nomes próprios (cf. JONASSON (1994), GARY-PRIEUR (1994), LEROY (2004) e especialmente a revista *Langue Française* de junho de 2004, dedicada especialmente à modificação dos nomes próprios). De acordo com a definição inicial formulado por Kleiber (1981), um nome próprio modificado “apresenta-se acompanhado de determinantes que fazem com que ele perca o caráter “único” ou “singular” freqüentemente assimilado à marca específica que o opõe aos nomes “comuns”. Entretanto, uma análise dos trabalhos de autores contemporâneos revela que não existe consenso no que se refere aos critérios para definição da noção de *modificado* e muito menos no que se refere à oposição *modificado / não modificado*. Por esse motivo, alguns autores inclusive rejeitam o rótulo de *modificados* para certos usos que são classificados como tais (GARY-PRIEUR, 2005).

Neste trabalho, que constitui parte de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, procura-se discutir critérios possíveis para uma classificação semântica dos diferentes empregos de nomes próprios. Interessam a esta pesquisa somente os nomes próprios de pessoa, ou seja, os antropônimos (sejam eles prenomes, sobrenomes, patronímicos, apelidos, hipocorísticos ou pseudônimos). Para os objetivos propostos, foram selecionados dados do espanhol escrito contemporâneo, extraídos da seção *Entretenimientos* do jornal argentino *La Nación*, e publicados na internet durante o mês de julho de 2005. São exemplos do *corpus*:

(1) Ustedes están ante una Mercedes Sosa que canta mejor que nunca. Totalmente descansada. (<http://www.lanacion.com.ar/720129>)

(2) Sin lugar a dudas, este Bach podría haber estado, y muy feliz, en la fiesta de Babette. (<http://www.lanacion.com.ar/719083>)

(3) En el primer capítulo, “Monja”, se contó la historia de dos Martas, una religiosa que intenta redefinir sus vínculos con su vocación en busca de mayor independencia (Eugenia Tobal) y una manipuladora aspirante a actriz (Inés Estévez) cuya falta de éxito en las tablas es sólo comparable al que sí ha tenido encontrando personas frágiles en quienes fomentar sus debilidades para así alimentar las suyas. (<http://www.lanacion.com.ar/723045>)

(4) El personaje de Elsa es muy China porque se trata de una mujer de 35 años que habita el cuerpo de una mujer de 80. Igual que China que tiene 35 años no más. Me costaba muchísimo imaginarme otra actriz en ese personaje. (<http://www.lanacion.com.ar/725233>)

(5) Es que los Juanito Laguna de sus pinturas se siguen multiplicando por toda la Argentina. (<http://www.lanacion.com.ar/719721>)

A análise dos dados coletados até o momento permite comprovar que a delimitação entre nome próprio modificado e não modificado não só é difícil de ser traçada a partir dos critérios já propostos (conforme apontado, por exemplo, por Leroy (2005, p. 4)), como também precisa ser alterada. Ou se buscam critérios mais sólidos para a noção de modificação, que dêem conta de todos os empregos dos nomes próprios – o que tem se mostrado cada vez mais complicado – ou se abandona essa classificação binária. Neste último caso enquadra-se este trabalho. Por outro lado, se essa distinção normalmente pressupõe por parte dos autores uma noção de modificação mais semântica ou uma mais sintática, os dados do *corpus* e as conclusões de outros trabalhos já apresentados pelo Autor revelam que, para uma análise e classificação dos

## Nomes próprios modificados: análise preliminar de antropônimos do espanhol escrito

Eduardo Tadeu Roque Amaral

eduamaralbh@uol.com.br  
Universidade de São Paulo / Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Embora os nomes próprios sejam há muito tempo objeto de estudo de diferentes áreas, como a Lógica, a Filosofia, a Antropologia, a Literatura etc., somente nas últimas décadas tem havido uma preocupação maior dos lingüistas em estudar os aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos etc. dessa classe de nomes (cf. LEROY, 2004). Nos trabalhos lingüísticos que se dedicam ao tema, a noção de *nome próprio modificado*, proposta inicialmente por Kleiber



diferentes usos de antropônimos, também é preciso levar em conta aspectos discursivo-textuais. Assim, faz-se necessário observar, por exemplo, como o referente (ou seja, o portador do antropônimo) é nomeado e também de que maneira é introduzido e retomado no discurso.

BURGE, Tyler. Reference and proper names. *Journal of Philosophy*, 70, p. 425-439, 1973. Disponível em <http://cavehill.uwi.edu/bncdde/PH38D/burge.html>. Acesso em 11 out. 2005.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. *Grammaire du nom propre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. Où il est montré que le nom propre n'est (presque) jamais « modifié ». *Langue Française – noms propres : la modification*, Paris, n. 146, p. 53-66, 2005.

JONASSON, Kerstin. *Le nom propre: constructions et interprétations*. Lourain-la-Neuve: Duculot, 1994.

KLEIBER, Georges. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris: Klincksieck, 1981.

LEROY, Sarah. *Le nom propre en français*. Paris: Ophrys, 2004.

LEROY, Sarah. Présentation. *Langue Française – noms propres : la modification*, Paris, n. 146, p. 3-8, 2005.

## Um estudo sobre a identidade do transexual a partir da argumentação no texto jurídico

Fátima Catarina Fernandes

facatarina@yahoo.com.br  
Universidade Federal de São Carlos

Nesta pesquisa, estudamos como se dá o processo de identificação do transexual em um texto jurídico, no espaço enunciativo de São Carlos, em que o locutor-requerente solicita a retificação de seu prenome. Para tal, baseamo-nos na Semântica do Acontecimento e Análise do Discurso Francesa, especificamente na argumentação e na designação que se vale o locutor-juiz para autorizar a mudança do prenome de um transexual. Nesse processo, analisamos a relação entre línguas.

A Semântica trata a questão da significação ao mesmo tempo como “lingüística histórica e relativa ao sujeito que enuncia”. É nessa perspectiva que a questão do sentido é tratada como uma questão enunciativa, considerando tanto a enunciação quanto a significação como históricas, não no sentido de tempo, cronologia, mas no sentido de que ela (a significação) é determinada pelas condições sociais de sua existência.

Para nortear nossa reflexão, consideramos que a linguagem é uma prática política e adotamos a noção de político desenvolvida por Guimaraes que constitui-se “como fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem”. O político é caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos; o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. E aqui vamos considerar o transexual e o seu nome próprio, tomando-o como sentido e acontecimento.

Por não existir lei específica sobre esse assunto em questão em nosso país, e o modo de nomear ser imposto por uma determinação jurídica, sendo que o nome é a forma de identificar-se a pessoa, e o prenome imutável, cabe apenas duas possibilidades para se mudar ou retificar o prenome de uma pessoa. A mudança de um nome somente é possível quando a partir de uma instância jurídica e isso se dá porque o processo enunciativo de dar nome não é uma relação de ato de fala do pai; “identificar um indivíduo para o Estado e para a Sociedade recorta uma memorialidade no processo social de subjetivação do nome” (SCHREIBER DA SILVA). No Brasil, em relação a alguns direitos que permeiam e/ou devem permear a vida do transexual, temos a jurisprudência. Esse tema tem ganhado espaço na mídia e em nosso dia-a-dia não é mais passível de ser ignorado, pois temos visto circular a questão da identidade do transexual, tanto no que se refere à sua identidade como em relação à mudança do nome e também à mudança de sexo. Isso implica em entrecruzamento de discursos para se poder dialogar efetivamente sobre esse assunto.

Contudo, para a mudança do prenome do transexual, exames médicos e psicológicos põem a contradição entre a identidade sexual e a pertinência de gênero e, conforme pode-se observar em nossa análise a partir do nosso dispositivo teórico, os processos de reescritura e a argumentação identificam o transexual na relação com o memorável que expõe o biológico, o médico, o psicológico e o social, considerando-se o agenciamento enunciativo determinante, pela sua relevância, para autorizar a alteração do prenome do transexual em diferentes países. No entanto, o locutor-juiz ancora-se no memorável científico, pois é necessário o parecer de um profissional médico e também de um profissional psicólogo, para se comprovar a contradição real entre a identidade sexual e a pertinência de gênero, mas não é nesse único memorável, pois o que é decisivo é ter vínculo social. Dessa forma, a mudança dá-se pela relação de determinação do social, que preponderou nas relações argumentativas que orientam favoravelmente para a alteração do prenome.

Observamos, com isso, que o locutor-juiz só pode autorizar a mudança do prenome do transexual nesse espaço enunciativo de São Carlos, não só porque está autorizado a falar a partir de uma determinada posição social, enquanto autoridade no Jurídico, mas porque está fundamentado em dizer científico e principalmente, porque remete a um discurso universal, e pela relação de determinação do social, que preponderou nas relações argumentativas que orientam favoravelmente para a alteração do prenome.

Então, o memorável social e o científico, considerando-se os diferentes recortes que analisamos, se entrecruzam e sustentam a orientação argumentativa. Aí o político é o modo de resistência do transexual à normatividade do nome na contradição com o real. Tanto o locutor-juiz como o locutor-requerente entram em conflito com a normatividade para o pertencimento do prenome do transexual.

A posição-sujeito liberal na relação com os memoráveis social, psicológico, tanto do locutor-juiz, de São Carlos quanto do Recife (em uma jurisprudência), e também a relação com o interdiscurso liberal, foram argumentos decisivos para tornar possível esse procedimento para mudança do prenome do transexual.

Podemos dizer que o acontecimento e o litígio no processo que analisamos põem em movimento a fala do locutor-requerente no memorável do convívio social, estética, constituição psicológica, para mudar de nome e isso o inclui na identidade de transexual.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Não se trata de contornar a materialidade da língua nem de pôr a sexualidade como não marcada na língua, ou, de falta de uma língua perfeita (Seriot, 2000). Trata-se de uma divisão onde o conflito do desejo de mudar de nome independe da sexualidade biológica. E aí o locutor-juiz afirma o pertencimento do transexual na relação com os memoráveis, alterando seu prenome.

Convém enfatizar que, por se tratar de processo de Segredo de Justiça, empregamos nomes fictícios de modo a preservar a identidade do locutor-requerente.

---

### Análise das funções semânticas das formações *dar uma x-da* no português do Brasil.

Josyele Ribeiro Caldeira

josyelee@universiabrasil.net  
Universidade Federal de Ouro Preto

Este trabalho objetiva estudar as funções semânticas desempenhadas pelas expressões *dar uma X-da* no português do Brasil. Para tanto, serão enfocados os seguintes aspectos, a saber: (a) a semântica dos verbos análogos constituintes da base X da formação *dar uma X-da*; (b) o fenômeno da gradação, tão produtivo nas formações *dar uma X-da*, e sua relação com a semântica das formações; (c) as funções que desempenham as formações, de forma comparativa às demais formações *dar+SN*, na tentativa de identificar suas peculiaridades.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de se trabalhar, com relação às expressões *dar uma X-da*, possíveis regularidades de significado e de uso e razoável teor de rentabilidade, na tentativa de descrever quais são os significados mais recorrentes das referidas formações, uma vez que são intensamente utilizadas em situações informais de linguagem. Além disso, e de forma absolutamente especulativa, poder-se-ia até mesmo pensar que o alto grau de produtividade dessa formação teria relação com questões sócio-culturais da sociedade brasileira, devido à sua marcada função semântica atenuadora/superficializadora, uma vez que o falante se utiliza dessas expressões com objetivos variados, tais como: amenizar o teor do evento verbal, com o objetivo de se esquivar de uma tarefa; amenizar o teor do evento verbal, com motivação de polidez, na tentativa de que um pedido ou solicitação sejam aceitos; superficializar a ação do evento verbal, com a finalidade de atingir o interlocutor de forma menos incisiva, no caso de situações em que ele não se encontra no papel de executar obrigatoriamente a ação, dentre infinitas outras funções. Acrescenta-se, ainda, a necessidade de se abordar outras funções semânticas menos recorrentes, como a função enfática, e, além disso, analisar as motivações de sua baixa recorrência.

Além disso, como se objetiva trabalhar as formações *dar uma X-da* na perspectiva que ora se apresenta, torna-se pertinente este trabalho, porque, segundo Basilio (1999),

terão que ser adiadas até que se efetuem estudos mais abrangentes sobre as condições de produtividade e condições de produção, as relações destas expressões com as demais expressões *dar+SN* e, sobretudo, o impacto deste tipo de formação na teoria lexical.

Desta forma, dada a necessidade de se descrever as funções semânticas da formação *dar uma x-da*, devido à intensa recorrência de uso em situações diversas, e, acima de tudo, tendo-se em vista a inexistência de pesquisas que abordem de forma aprofundada esta questão, torna-se notada a pertinência da proposição desta pesquisa.

Segundo Basilio (1999, 2001), as formações *dar uma X-da* são de extrema utilização na linguagem coloquial oral no português do Brasil. O fato é que, seja com objetivo atenuador, seja com objetivo superficializador do fato expresso pelo verbo, cuja forma é análoga, as expressões *dar uma X-da* são freqüentemente usadas por falantes dos mais variados níveis sociais, nas mais variadas situações de uso.

De acordo com Basilio (2001), estas formações seriam “*um tipo particular de expressão, que merecem ser destacadas de expressões V+SN de cunho mais geral ou inespecífico*”.

De forma mais aprofundada, as formações *dar uma X-da*, segundo Basilio (*idem*), apresentam as seguintes peculiaridades:

a- Função semântica, de caráter avaliativo e atenuador, sistematicamente ligada à seqüência *dar uma X-da*, onde X é o tema verbal, de sorte que podemos interpretar de modo unívoco a expressão *dar uma X-da* correspondente a um verbo V; b- alto teor de produção do processo formador; e c- utilização freqüente da expressão na linguagem coloquial falada, a par de virtual ausência na língua formal. Estas propriedades afastam as expressões *dar uma X-da* do bojo geral das demais expressões.

Ainda segundo a autora (1999, 2001), mesmo que apresentem regularidade de significado/função e alto teor de produção, as formações *dar uma X-da* não podem ser consideradas como parte da conjugação dos verbos, pois não apresentam o grau de sistematicidade que encontramos em expressões de cunho aspectual do tipo dos tempos compostos, característico dos sistemas flexionais, que se estendem a todo e qualquer tipo de verbo. Além disto, as formações têm mais proximidade com recursos expressivos da língua do que com exigências gramaticais.

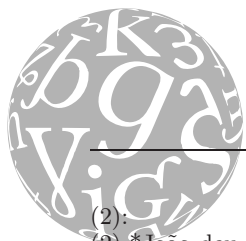
De forma contrária, percebe-se a existência de restrições semânticas, morfológicas, lexicais, sintáticas e discursivas à formação de expressões *dar uma X-da* correspondentes a determinadas classes de verbos (BASILIO, 1999, p. 208)

Dentre as referidas restrições, segundo Basilio (1999, 2001) pode-se apontar, em primeiro lugar, restrições de cunho semântico, porque, nas formações, são expressões de verbos de ação, dependentes da vontade de um agente, não ocorrendo, portanto, com correspondentes de verbos que não apresentam esta semântica. Por exemplo, verbos de estado repelem esta formação, como se vê em (1):

(1) \*Joana dá uma conhecida em Paulo.

Acrescentado a isto, ainda dentro das restrições semânticas, tem-se também o fato de que verbos com marcação aspectual pontual, concluso, de ação ininterrupta, ou de traço de ação imediata, não duradoura ou reiterativa, como *matar*, *suicidar-se*, *quebrar* e *cair*, repelem esta formação, porque apresentam impossibilidade de atenuação, como se vê em

Quaisquer decisões mais conclusivas sobre a natureza e especificação das expressões *dar uma X-da*



- (2):  
(2) \*João deu uma terminada no trabalho.  
Maria dá uma matada na galinha antes de cozinhá-la.  
José deu uma suicidada.  
O garoto deu uma quebrada na vidraça do vizinho.  
O avião deu uma caída na sexta-feira, matando 155 passageiros.  
Outra restrição se deve ao fato de que expressões *dar uma X-da* correspondem a uma espécie de gradação avaliativa, indicando atenuação ou superficialidade na referência do evento expresso pelo verbo, com um tipo qualquer de ação; tornam-se indisponíveis para verbos de semântica ou contexto de utilização incompatíveis com a noção de superficialidade, como se vê em (3):  
(3) \*O presidente deu uma prometida de que iria cumprir seu programa de governo.

A realização desta pesquisa compreende duas etapas. Na primeira, localizada no nível da formação de palavras, será verificada a ocorrência, nas expressões *dar uma X-da*, de um processo de formação segundo o qual se deriva, a partir de um verbo, a forma feminina de seu particípio passado regular, formando-se, assim, nominalizações *X-da* enquadráveis na expressão *dar uma X-da*, que apresentam enorme teor de produção. Na segunda etapa, será verificado se esta forma é utilizada na formação *dar uma X-da*. Dentro desta perspectiva, verificar-se-á se a formação ocorre nesta ordem, como demonstrado abaixo.

- a. [X]V → [ [X]V-da]S  
b. [X]V → [ [ dar [ uma[[X]Vda]]]]

Depois dessa verificação, serão abordadas as recorrências de significação e discutidas as significações menos recorrentes. Dessa forma, inclui-se também como objetivo deste trabalho analisar a relação das restrições semânticas da formação com sua funcionalidade semântica dentro de possíveis enunciados, dada a variedade de propriedades semânticas assumidas pela referida formação no português do Brasil.

BASILIO, M.; DIAS, M. C. P.; MARTINS, H. F. Expressões DAR+SN: um estudo da representação lexical. In: ENCONTRO DA ASSEL-RIO, 3., 1994, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BASILIO, M. *Padrões de configuração estrutural de unidades lexicais*. 1999. Manuscrito.

BASILIO, M. *Expressões dar uma x-da: uma verificada informal*. 2001. Manuscrito.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick A., ROSENBAUM, P. S. (Ed.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Gynn, 1970.

## Discriminação, pressuposição e MCIs

Adrete Terezinha Matias Grenfell

adrete@superig.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo

Raquel Camargo Trentim

Nosso trabalho para esta comunicação está sendo desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em Texto e Cognição, sediado em duas Universidades Federais, a do Rio de Janeiro e a do Espírito Santo. Esse núcleo tem primado por produzir

suas pesquisas relacionando-as ao ensino/aprendizagem, principalmente no que concerne à língua materna, pois seus pesquisadores têm manifesta preferência por tais estudos. Desta vez nos debruçaremos sobre livros didáticos de História, do primeiro grau, a partir do que se pretende avaliar, uma questão que perpassa transversalmente o ensino, não só de língua materna, como também de outras disciplinas: a *discriminação* em suas diferentes manifestações no material didático em questão. Mecanismos ideológicos, políticos e simbólicos inculcam nos falantes de língua certas formas de dizer que propiciam a introjeção, não só de imagens, quanto de outros dizeres que acabam por tornar “naturais” certos mitos, certos preconceitos e certas discriminações. Nestes tempos de políticas afirmativas e de PCIs, a transversalidade desse tema se justifica por si.

Para o desenvolvimento da tarefa, elegemos o fenômeno da *pressuposição* como a questão linguística a que nos ateremos com o fim de identificar a suposta presença de elementos ou de construções passíveis de portarem em seu bojo sentidos tisonados pelo preconceito.

Tradicionalmente, a pressuposição foi tratada como um fenômeno de origem filosófica, cuja significação deveria ser tratada como condições de verdade, nos moldes propostos por Frege. E, de fato, essa abordagem consegue explicar uma ampla gama de dados, tendo como base expressões referenciais, sem ser capaz, contudo, de abarcar todas as variadas filigranas do processo de significação. Soma-se a essa a abordagem semântica que supõe distinguir *pressuposição* e semântica, buscando estabelecer os modos como ambas se relacionam. Mais recentemente, a Pragmática veio a contribuir com a teoria dos Atos de Fala e de suas condições de felicidade, bem como com os recursos das Implicaturas para descrição do fenômeno da *pressuposição* em variados tipos de sentenças. De acordo com Marmaridou (2000), a análise de tal fenômeno naquelas duas vertentes deixou deprender que: i) as *pressuposições* são sensíveis à negação; ii) tanto em Semântica, quanto em Pragmática, tais proposições condicionam-se ao contexto; iii) a *pressuposição* é importantíssima no desenvolvimento do discurso, por ser responsável por sua dinâmica no evento de fala; iv) a *pressuposição* cobre um amplo campo linguístico que abrange itens lexicais, construções gramaticais e até mesmo tempos verbais.

Além disso, a Semântica Cognitiva propõe, com base no experiencialismo (também chamado de realismo experiencial), uma abordagem da *pressuposição*, associando-a a alguns enquadres linguísticos e a experiências vividas pelos produtores de linguagem. O experiencialismo prevê o processamento cognitivo envolvendo toda a estrutura do sistema conceitual (ao invés de operar com símbolos isolados), sendo, portanto, gestáltico e imaginativo e baseando-se na corporeidade humana e em suas experiências físicas e sociais. Nessa perspectiva, a *pressuposição* será estudada com base nos modelos cognitivos idealizados (MCIs), estabelecendo-se relações entre *backgrounds* de conhecimentos e *foregrounds* da mesma natureza. É sob esse ponto de vista que avaliaremos nossos dados.

No exame dos textos de livros de história usados em ambiente escolar, dividimos o *corpus* em duas partes, a saber: a primeira reúne os textos expositivos e está sendo o objeto de análise da professora Adrete Grenfell; a segunda subsume o material relacionado às propostas apresentadas nas obras pelos autores dos livros, tais como questionários, proposições de tarefas, resumos, etc., tarefa que cabe, neste momento, à estagiária de Linguística Raquel Trentim.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

O pressuposto no qual nos apoiamos para a tarefa reside no fato, já comprovado pela teoria, de que, aos enquadres lingüísticos de uma dada língua, correspondem certas cenas calcadas na experiência, tais como cenas visuais, transações interpessoais (de compra e de venda, de sala de aula, etc.), cenários padrões, estruturas institucionais, bem como imagem do corpo, crenças, experiências, imagens e ações próprias de uma dada sociedade ou de uma cultura, que se expressarão por meio de determinadas construções. Nessa medida, será de crucial importância a noção de MCI, proposta pela Lingüística Cognitiva.

LAKOFF, George. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

\_\_\_\_\_. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Trad. de Michel Defornel. France: Les Éditions de Minuit, 1980.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

MARMARIDOU, Sophia. *Pragmatic Meaning and Cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000.

SALOMÃO, Maria M. Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

\_\_\_\_\_. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas: revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 23-39, 1997.

TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

---

### A metáfora da escala na polissemia do até. Um estudo sócio-cognitivo dos operadores escalares.

Patricia Teles Alvaro

patriteles@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente busca tratar o elemento gramatical *até* como um caso de polissemia, ou seja, um item lexical com uma família de sentidos relacionados<sup>1</sup>.

No entanto, os estudos tradicionais vêm tratando o *até* como uma preposição, ou seja, *um elemento que não exerce nenhum outro papel que não seja ser índice da função gramatical de termo que ele introduz*<sup>2</sup>. Chamam a atenção para a necessidade da distinção entre a preposição *até* e a partícula de inclusão *até*, sendo essa usada *para reforçar uma declaração com sentido de "inclusive", "também", "mesmo", "ainda"*. Afirmam, também, que a *preposição pede pronome pessoal oblíquo e a palavra de inclusão pede pronome pessoal reto*<sup>3</sup>. Assim, teríamos, em (1), a ocorrência de preposição e, em (2), uma partícula de inclusão:

(1) Ele chegou *até mim* e disse toda a verdade.

(2) *Até eu* recebi o castigo.

Essa visão agrupa o *até* em categorias diferentes, como exemplos de homonímia, palavras com a mesma forma, mas significados totalmente diferentes. Além disso, exclui considerações semântico-pragmáticas que motivariam suas diferenças morfo-sintáticas.

Como dissemos, inicialmente, propomo-nos a tratar o *até* como um caso de polissemia.

Tomamos o quadro teórico cognitivista, para o qual convergem os estudos de Lakoff, Kay, Sweetser, Fauconnier, entre outros. Sob essa ótica, temos esquemas conceituais, adequados a nossas crenças e experiências, com os quais acessamos mapeamentos referenciais entre domínios.

Perfazemos nossa análise com base nos conceitos de esquemas imagéticos, espaços-mentais, MCIs, mesclas conceituais, princípios constitutivos e governadores da compressão das Relações Vitais e Escala e outros pressupostos implicados na compreensão do fenômeno da linguagem, sancionando os fatores cognitivos e interacionais na negociação de sentidos. Em se tratando de uma rede polissêmica, devemos apreender seu eixo prototípico. Dessa maneira, também, nos são relevantes as noções de categorias prototípicas e radiais.

O *até* se enquadraria numa (macro) categoria de operadores escalares, ou seja, elementos gramaticais que promovem a escalarização de valores. Esses valores podem ser, nesse caso, espacial, temporal e pragmático. Vejamos exemplos<sup>4</sup> de escalarização espacial e temporal, respectivamente:

(3) *A BR 10 vai de Porto Alegre até Belém do Pará.*

(4) *Até ontem o feijão custava 2500 cruzeiros o quilo.*

O uso do *até* dispara um esquema de deslocamento em que o *até* representa o ponto-limite. Esse deslocamento é concebido em uma escala linear de início-meio-fim, advinda da nossa experiência espacial concreta. A mesma concepção escalar é projetada, agora abstratizada, na situação temporal.

Apesar das molduras sintático-semânticas específicas em que o *até* está sendo usado, existe um sentido comum de escalarização preservado entre as suas ocorrências espacial e temporal. Esse seria o eixo prototípico da chamada categoria dos operadores escalares.

Temos, ainda, a escalarização de valores pragmáticos, como podemos ver no seguinte exemplo:

(5) *Até a L'oréal criou uma escova progressiva.*

Nesse caso (como nos usos espacial e temporal), o elemento *até* dispara o enquadramento da situação em uma escala, sinaliza um ponto-limite. Além disso, promove um rearranjo dos elementos das categorias em questão. Isso quer dizer que não estava previsto que a L'oréal desenvolvesse uma escova progressiva. Então, se uma empresa, reconhecida no mundo pela sua qualidade, faz uso da tal técnica, provavelmente a "progressiva" não é tão ruim assim. Com isso, há uma redefinição das características do elemento em questão (a escova) em função do valor do escalarizador ATÉ-X (a L'oréal).

Em termos de uma descrição baseada na teoria dos espaços-mentais (FAUCONNIER, 1997, 2002.), podemos dizer que, no Input 1, está o X (ponto-limite das propriedades da categoria) que tem sua inclusão provocada pelo *até* e conseguinte expansão da escala do evento Y. A propriedade X compõe uma outra categoria, não estando prevista sua inclusão na categoria Y.

No espaço mesclado, a escala pragmática expandida reconceptualiza o valor do evento Y em termos do valor de X. Acreditamos, então que dizer

*Até X realizou Y.*

implica provocar a suspensão de barreira pragmática, com



a inclusão de X na realização de Y, havendo, também, a expansão da escala de expectativas do ego, comprimida na mescla emergente.

O *até* pode ainda ser usado num caso que chamamos de “instância de condicionalidade escalar”, como no exemplo:

(6) A: Você sabe se os diretores foram ao jantar de confraternização?

B: *Até* o presidente foi.

Nesse exemplo, o interlocutor B argumenta que *Se até X fez Y, consequentemente Z também fez.*

No entanto, esse conteúdo argumentativo é disparado pelo uso do *até*, com um espaço de Expansão desdobrado do Espaço-Fonte escalarizado. Referimo-nos, nesse caso, às noções de estabelecimento de *Matching* (Correlação) (FAUCONNIER, 1997, p. 131-148).

Nas questões supra-citadas, assumimos a perspectiva cognitivista, em que se postula a hipótese de que a gramática é essencialmente simbólica, não sendo possível tratar forma e significado separadamente. Estamos diante de algumas suposições:

1. O item lexical *até* faz parte do grupo de operadores escalares, com características sintático-semântico-pragmáticas específicas, que se sustenta numa escala de degramatização do item, indo de preposição a angulador.

2. Em virtude de 1, postulamos que as diferentes classes gramaticais do *até*, na verdade, constituem uma rede polissêmica, partindo da noção espacial (mais concreta), à noção de valor pragmático (mais abstrata).

3. O uso do operador *até* comporta um certo grau de previsibilidade sintático-semântico-pragmática, uma vez que se operacionaliza nas construções gramaticais:

*Até X realizou Y.*

*Se até X realizou Y, então Z realiza Y.*

4. O elemento *até* se comporta como construtor de espaço mental de escalarização.

5. O uso do *até* ativa a expansão da escala de realização do evento da proposição.

6. O operador propuliona a compressão de Propriedades – em contextos não espaciais e não-temporais –, expandindo o limite da escala categorial do evento.

7. O *até* promove a inclusão de uma Propriedade pragmaticamente não esperada, redefinindo, categorialmente, o evento.

<sup>1</sup> LAKOFF, 1987, p. 416. <sup>2</sup> BECHARA, 2001, p. 296. <sup>3</sup> Ibidem, p. 311. <sup>4</sup> Exemplos usados em Ilari (2003, p. 78).

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Constructions in Natural Language*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think*. New York: Basic Books Group Press, 2002.

ILARI, R.; GERALDI, J. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

KAY, P. *Words and the grammar of context*. Stanford, CA: CLSI Publications, 1997.

LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

## A organização informacional de narrativas orais no português brasileiro

Juliana Antunes Nasser

juliana.nasser@gmail.com  
Universidade de São Paulo

O objetivo desta pesquisa é investigar e descrever as tendências apresentadas por falantes do português brasileiro para a organização do discurso oral, a partir da noção de figura e fundo, levando em conta as possibilidades oferecidas pela gramática da língua.

Este trabalho parte do princípio de que, ao estruturar ideacionalmente (*construe*) as situações a respeito das quais vão falar, os falantes dão a um dos participantes da ação uma posição de destaque. Esse participante é o que está mais saliente na consciência do falante, como sugerem Chafe (1980, 1994) e Bernardo (1980). De maneira geral, a literatura sobre organização de informação propõe que é o sujeito da sentença que carrega a informação mais saliente. Em outros termos, o falante realiza, na posição de sujeito, o sintagma nominal que faz referência ao participante da situação narrada que está mais saliente em sua consciência. Prototipicamente, o participante mais saliente de um evento e, portanto, o referente do sintagma nominal que ocupa a posição de sujeito de uma sentença é aquele que tem o papel temático de agente. Entretanto, a gramática das línguas naturais coloca à disposição dos falantes meios para possibilitar que os participantes da ação com papéis temáticos diferentes de agente sejam expressos na posição de sujeito. No estudo das línguas românicas, em particular, no estudo do português, a passiva é uma construção que exemplifica um caso em que o agente da ação não é o participante saliente na consciência do falante. Nessas construções, é o objeto afetado pelo verbo (ou o resultado da ação do verbo) que vem expresso na posição de sujeito.

O português brasileiro é uma língua interessante para esse tipo de estudo, na medida em que vem apresentando uma tendência para a ergativização, como apontado por Franchi ([1997]/2003), Whitaker-Franchi (1989) e, mais recentemente, Negrão e Viotti (a sair). A gramática dessa língua tem possibilitado alterações na diátese de um grande número de verbos transitivos-ativos, de maneira a excluir o argumento agente de sua estrutura argumental. Com isso, a gramática abre a possibilidade de outros argumentos do verbo virem a ocupar a posição de sujeito. Ou seja, o falante do português brasileiro parece ter, à sua disposição, um processo gramatical que lhe permite expressar, por meio da posição de sujeito, a saliência dada a vários outros participantes do evento, além do objeto afetado, ou do resultativo.

Apesar de alguns autores já virem apontando essa particularidade do português brasileiro há algum tempo, a relevância deste trabalho consiste em aliar tais estudos aos de Linguística Cognitiva, como elaborada nos trabalhos de Chafe (1980, 1994), Langacker (2000), Fillmore (1979), Taylor (2002), entre outros.

A Linguística Cognitiva assume que a língua faz parte do aparato cognitivo humano, e como tal, reflete seu modo de organização. Uma das características gerais da cognição humana é a relação entre *figura* e *fundo*. Na percepção visual, por exemplo, a relação *figura e fundo* é facilmente identificada. De maneira simplificada, a visão organiza-se



por um foco central de atenção, portanto, a *figura*; e uma área periférica, o *fundo*, na qual o foco se situa e sobre a qual a acuidade visual é mais limitada.

O mesmo acontece na língua. Como já foi dito, ao estruturar ideacionalmente uma situação, o falante dá maior saliência um dos participantes do evento, em detrimento de outros. Em outros termos, um dos participantes vai ser a *figura*, enquanto os demais vão ser conceitualizados como *fundo*.

O *corpus* deste trabalho é formado pela transcrição de narrativas orais baseadas no filme *História da Pêra*, feita por dez falantes do português brasileiro. O filme<sup>1</sup> foi produzido pela equipe de Wallace Chafe na década de setenta, na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

O filme, colorido, com duração aproximada de seis minutos, não apresenta língua, mas há uma trilha sonora. A *História da Pêra* foi apresentada a vários falantes de idiomas de famílias distintas: chinês, japonês, malaio, tailandês, persa, grego, alemão, crioulo do Haiti e sacapulteca, uma língua maia da Guatemala. Os resultados das pesquisas em algumas dessas línguas estão em Chafe (1980).

No filme, há um momento em que as pêras caem no chão. Abaixo estão transcritos alguns exemplos de como os falantes do português brasileiro verbalizam de maneiras diferentes o mesmo evento, salientando diferentes participantes da enunciação na posição de sujeito:

(1) (informante 2): “o chapéu dele caiu e tinha uma pedra na frente dele e ele caiu com a bicicleta e com as pêras as pêras espalharam no chão...”

(2) (informante 6): “esbarra numa pedra que está no caminho... ele derruba todas as pêras no chão e ainda machuca a canela...”

Em (1), *as pêras* (ou o objeto afetado) estão salientadas, pois ocupam a posição de sujeito. Em (2), o que foi salientado foi o agente da ação de derrubar, *ele*. Assim, analisando de maneira minuciosa todas as narrativas que compõem o *corpus*, o objetivo de minha pesquisa é verificar como os falantes de português brasileiro organizam o discurso oral, em termos do que é *figura* e o que é *fundo*, levando em consideração as possibilidades oferecidas pela língua.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.linguistics.ucsb.edu/~faculty/chafe/pearfilm.htm>

BERNARDO, R. Subjecthood and consciousness. In: CHAFE, W. L. (Ed.) *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation Norwood, 1980.

CHAFE, W. L. *Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1994.

CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation Norwood, 1980.

FRANCHI, C. Predicação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11 (2), p. 17-81, [1997]/2003.

LANGACKER, R. W. *Grammar and conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.

MARIANO, C. C. *Transcrições de narrativas orais, em língua portuguesa, sobre o filme Pear Story*. Projeto de pesquisa (Iniciação Científica) – Departamento de Linguística, USP. Em andamento.

## A (des)construção do adjetivo em uma perspectiva enunciativa

Fábio de Lima Wenceslau

fabioliwen@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O adjetivo é definido, tradicionalmente, como a palavra que qualifica ou caracteriza o substantivo ou o “ser”. Ocorre que, em enunciados como “A *falsa gravidez* de Maria assustou-nos”, “*Ninguém triste* consegue simpatia dos outros” ou ainda “O juiz não se preocupou com os *jogadores inocentes*”, essa definição não pode ser aplicada sem prejuízo teórico. Assim como esses exemplos, existem outros tantos em que as relações gramatical (orgânica) e semântico-discursiva que se estabelecem entre adjetivo e substantivo, demandam maiores esclarecimentos, pois nem a noção tradicional e nem mesmo noções propostas em outras perspectivas lingüísticas são definitivas quanto ao emprego dos adjetivos.

De uma breve seleção de estudos de diferentes perspectivas, listamos sobre os adjetivos: são palavras que qualificam/caracterizam o ser (ALMEIDA; ANDRÉ; CEGALLA; CUNHA e CINTRA; LIMA); distinguem-se pelo uso atributivo e referencial (DONNELLAN); qualificam ou subcategorizam e distinguem-se em qualificadores ou classificadores (MOURA NEVES); são ou não predicadores (CHIERCHIA; FRANCHI; MOURA NEVES; RAPOSO); atribuem papel temático (FRANCHI; CANÇADO); incluem ou não em conjuntos (CHIERCHIA; ILARI); são modificadores do nome (CHIERCHIA); parecem confundir-se com os substantivos (PERINI); definem-se por um conjunto de traços (PERINI); são empregados extensional e intensionalmente (BORGES NETO; ILARI; SOUSA e DIAS); são categoremáticos e/ou sincategoremáticos (BORGES NETO; ILARI; SOUSA e DIAS); são objetivos ou subjetivos, afetivos ou avaliativos, axiológicos ou não axiológicos (KERBRAT-ORECCHIONI; MAINGUENEAU); são classificadores ou não classificadores, relacionam-se à referência (ILARI; MAINGUENEAU; PERINI *et al.*; SOUSA e DIAS); relacionam-se à enunciação (ILARI; MAINGUENEAU; SOUSA e DIAS); atualizam um pré-construído ou marcam posição enunciativa (SOUSA e DIAS). Essa variedade de conceitos, que se aproximam e se diferenciam, confirma certamente o quanto ainda temos que estudar sobre adjetivos. E entendemos que principalmente nisso está a relevância desta pesquisa, pois nos propomos a contribuir para o avanço nesse tema, defendendo que, na perspectiva da enunciação, formulamos bases para uma melhor compreensão do funcionamento dos adjetivos.

Para isso, observamos especialmente as condições de determinação (e articulação) entre adjetivo e substantivo. Trabalhamos, no entanto, com um deslocamento na noção de determinação, que é geralmente tratada pela gramática desta forma: o adjetivo se agrega ao substantivo porque é atraído pelo núcleo do sintagma. Nesse sentido, entendemos que está embutida a idéia da primazia da substância, sendo os determinantes elementos que circunscrevem (seja qualificando, seja especificando) a idéia do núcleo, que é central. Defendemos que a relação entre adjetivo e substantivo ocorre de diferentes formas e, por isso, propomos descrevê-la com o termo “agregabilidade”, diferenciando-nos da noção tradicional. A análise comparativa de sintagmas como “educação britânica”, “deputados cassáveis”, “delação





premiada”, “jogadores inocentes”, “pizza zero”, “voto família”, “plataforma eleitoral”, “falsa gravidez” e “ninguém triste”, por exemplo, evidenciamos a diversidade de relações de agregabilidade entre adjetivos e substantivos.

No desenvolvimento desta pesquisa, na perspectiva enunciativa, filiamos-nos ao pensamento de Benveniste, de Ducrot, de Bally e de Bakhtin, de maneira mais geral, e adotamos as teorias de enunciação como propostas em Dias (2006a,b,c; 2005a,b; 2003; 2002; 1996), principalmente, e em Guimarães (2002a,b) e Achard (1999). Entendemos, ainda segundo Dias (2005, p. 115), que “a linguagem se produz na relação entre a dimensão material e a dimensão simbólica”. Dizemos, portanto, que a enunciação resulta de um processo de historização do simbólico e de articulação do material. Ao abordarmos o processo de historização do simbólico, remetemos à noção de exterioridade e à de interdiscurso, encontradas em Dias (2005a, 2003, 2002). Por interdiscurso entendemos a memória de enunciações que formam uma rede de discursos com os quais convivemos e aos quais nos filiamos, quando somos sujeitos de uma enunciação. Por exterioridade, tudo aquilo à que a língua se refere, mas que lhe é exterior, mantendo com ela uma relação constitutiva.

Metodologicamente, procedemos a um deslocamento na noção de *corpus*, porque adotamos a proposta de constituição de exemplos-colméia, de Dias (2006). Opondo-se à constituição do exemplo-ilha, ocorrência que vale por ela mesma em relação a uma teoria, o exemplo-colméia consiste na formação de um “aglomerado de ocorrências que mantêm relações entre si” (p. 7). Assim, formamos conjuntos de exemplos, para cada adjetivo selecionado, em que enunciados e mesmo sentenças elaboradas pelo pesquisador constituem uma unidade de análise, pois, segundo Dias (2006, p. 7), “exemplos elaborados para um fim específico de demonstração ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados”. Dessa forma, podemos analisar um mesmo adjetivo em diferentes enunciações, como o adjetivo “bom” em “bons companheiros”, “companheiros bons”, “bom senso”, “boas lembranças”, “esquerda boa” e outros.

Finalizamos propondo “agregabilidade” como a palavra que designa a força que induz o adjetivo a guardar uma relação específica com o substantivo – entendendo que isso ocorre de diferentes formas. E observamos que o emprego do adjetivo em um enunciado constitui marca explícita da relação entre sujeito e linguagem e também que o adjetivo tem importante papel na constituição da referência.

DIAS, L. F. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S. E.; SANTOS, J. F. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006a. No prelo.

\_\_\_\_\_. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, n. 33, Santa Maria, 2006b. No prelo.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos de uma abordagem semântica orientada para a gramática*. Projeto de pesquisa apresentado à FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2006c.

\_\_\_\_\_. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Org.) *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos da Língua em Uso, Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, 2005a. p. 101-122.

\_\_\_\_\_. Enunciação e gramática: avaliações e perspectivas do campo de produção de gramáticas no Brasil contemporâneo. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *Um dialogue atlantique*. Paris, ENS Editions, 2005b. No prelo.

\_\_\_\_\_. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, Cláudia S. (Org.) *Questões de lingüística*. Passo Fundo: EPF, 2003. p. 57-69.

\_\_\_\_\_. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (Org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

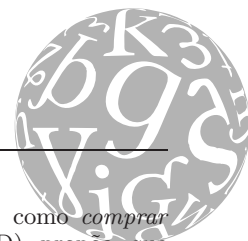
## Os verbos relativos ao combate em crônicas de Fernão Lopes: uma abordagem semântica

*Eliana Correia Brandão Gonçalves*

elianabrand@bol.com.br

Universidade do Estado da Bahia/ Universidade Federal da Bahia

Pretende-se apresentar uma análise semântica dos verbos relativos ao combate, presentes em Crônicas de Fernão Lopes. As crônicas escritas por Lopes narram os acontecimentos históricos que circundam o reinado de D. Fernando, D. Pedro e D. João, reis de Portugal, e apresentam, conforme T. Amado (1993), entre outros assuntos, a luta pelo poder político e econômico, a hierarquia medieval e constantes referências a guerras, sobretudo entre Portugal e Castela, que revelam o espírito de luta presente no povo português. O tema abordado está relacionado à história de uma dada sociedade, a portuguesa, em uma dada época, e por isso, antes de abordar os sentidos que revelam esses verbos, é importante se enveredar pela história da constituição da sociedade medieval portuguesa e sua relação com os aspectos que circundam os combates bélicos, dando ênfase ao período que envolve os fatos narrados. Segundo Ricardo da Costa (1998), o imaginário dos homens em relação à guerra apresenta várias simbologias, considerando que a guerra é uma instituição permanente, uma sólida tradição da humanidade arraigada no imaginário dos homens. Segundo Lapa (1965), Lopes pinta seus quadros de guerra marcados pelo realismo de sempre, apresentando vários trechos que tratam de combates, visto que são narradas, por exemplo, na Crônica de D. Fernando, as três guerras que opuseram Portugal à Castela. Desse modo, é imperativo e esperado que o estudo dos verbos atinentes ao combate em obras de Fernão Lopes nos apresente um manancial significativo de exemplos relativos ao combate na época medieval portuguesa. Nossa proposta reitera a necessidade de compreender o sentido como algo relacionado às estruturas mentais que revelam o homem, contextualizando-o dentro de um sentido histórico e filosófico que marca cada época. A análise desses verbos evidencia importantes elementos que constituem a mentalidade medieval: a coragem no combate, o cerco, algumas figuras como o cavaleiro, intermediário entre o rei e o povo, além de outros personagens, como homens de pé e besteiros, deixando claro que a luta que motiva o combate é uma questão de sobrevivência e está presente na índole dos povos, fato que revela uma relação entre língua e cultura e língua e história, conforme atestam Ludtke (1974) e Rolfs (1966). O mecanismo de combate, em particular, aquele de lanceiros com armaduras, envolve uma confrontação que objetiva chegar perto do inimigo, derrubá-lo e empaná-lo.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Propõe-se uma aplicação da teoria dos campos semânticos, trabalhada por autores como Pottier, Coseriu e Trujillo, aos verbos atinentes ao combate. Os pressupostos teóricos que norteiam o desenvolvimento deste trabalho tratam da semântica lexical e de seus métodos de análise. Nesta abordagem, partiremos do estabelecimento de oposições simples entre dois termos, para a identificação de traços pertinentes que os definem e os opõem, a fim de se chegar à totalidade dos elementos que compõem o paradigma do campo, com o objetivo de determinar os semas que integram uma unidade e estabelecer as relações que se verificam no paradigma. Para o estudo desses verbos tomamos como ponto de partida dicionários, vocabulários, obras técnicas e estudos léxicos que foram consultados com a finalidade de complementar a nossa investigação. Segue-se a análise sêmica, a partir de considerações que foram encontradas em diversos trabalhos históricos e lingüísticos, de cunho bélico. Posteriormente, temos os procedimentos que nortearam o trabalho: estudamos as definições dos verbos, oferecidas pelos dicionários, vocabulários e diversos; organizamos as unidades e depreendemos os semas genéricos e específicos; e citamos os exemplos que servem para abonar as lexias analisadas, levando-se em conta a palavra-entrada, abonação, propriamente dita, que serve para contextualizar a acepção de cada um dos termos analisados e que, por sua vez, terá a lexia analisada em destaque, seguida da indicação, entre parênteses, do capítulo da Crônica e da página e da linha do texto em que se localiza a lexia. Entre os procedimentos que compõem a análise, selecionamos as lexias atinentes à temática e dela depreendemos os semas constantes e variáveis, a fim de dar uma amostragem de parte do sistema funcional dos verbos relativos ao combate na Idade Média portuguesa.

### A semântica na falta do evento: a eletrofisiologia da derivação de verbo leve

Aleria Cavalcante Lage

alerial@terra.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em sua grande maioria, os experimentos neurolingüísticos de extração de potencial relacionado a evento (ERP)<sup>1</sup> desenvolvidos nos anos 90 testavam incongruências semânticas entre o verbo e seu argumento interno. Tipicamente, o fenômeno pesquisado era a incongruência semântica estabelecida pela impossibilidade de o verbo atribuir papel temático ao seu argumento interno, como, por exemplo, na sentença *Ele vendeu nuvem*. Nestes testes, observou-se um efeito elétrico denominado N400, uma onda de polaridade negativa que, por ter uma amplitude bem mais acentuada, contrastava com a onda relativa a sentenças congruentes, como *Ele comprou frutas*.

Segundo o modelo teórico da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997, 2001), uma versão recente da Gramática Gerativa, mas não lexicalista, os verbos leves (*vezinhos*), aqueles sem conteúdo semântico expressivo, como *ser* e *ter*, têm uma história derivacional

muito diferente daquela dos verbos pesados, como *comprar* e *vender*. A Morfologia Distribuída (MD) propõe que verbos leves não envolvem a seleção de um *lugar para Raiz*, da Lista 1. Eles são implementados na morfologia (Lista 2), durante a inserção vocabular nos nós terminais das categorias puramente funcionais. *Ter*, por exemplo, seria originado a partir dos nós terminais [n [p n]], onde, depois do *Spell-out p*, funcionaria como um conector que determinaria a relação *possuidor-possuído* (*sala com lareira*; *\*bebê com neblina*) ou *parte-todo* (*parque com lago*; *\*idéia com água*). Contrastivamente, um verbo pesado deriva da seleção de [*lugar para Raiz + v*] na Lista 1 e, na fase do vP, ele seleciona ativamente seu argumento interno. O vP em *O porteiro carregou a bolsa* encerra um conteúdo semântico com um dado valor de plausibilidade: neste caso, congruente. Este vP não depende da sua concatenação (*merge*) ao sujeito, embora o conteúdo do sujeito possa vir a afetar a congruência básica estabelecida pela seleção do verbo quanto ao seu argumento interno.

Levando em conta estas previsões do modelo teórico que adotamos, a MD, desenvolvemos dois experimentos em português do Brasil, com extração de ERP em que as incongruências semânticas com verbos leves e pesados pudessem ser comparadas, com o objetivo de melhor compreender as diferentes eletrofisiologias da concatenação verbo-argumento interno. Para tanto, avaliamos as atividades eletrocorticais de 29 voluntários normais, que foram adquiridas durante a estimulação lingüística. Depois disso, foram aplicadas técnicas digitais de processamento de sinais (filtragem e *grand-averaging*), para que fossem estimados os ERPs. Analisamos dois tipos de pares de sentenças: sentenças S-V-O congruentes e incongruentes com verbos pesados (*A modelo vestiu a blusa*/ *\*A caneca beijou o homem*) e com o verbo leve *ter* (*A sala tinha uma lareira*/ *\*O bebê tinha uma neblina*). Uma vez que as diferenças derivacionais foram estabelecidas à luz da MD, comparamos, então, as estruturas neurofisiologicamente.

A segunda hipótese analisada foi o curso *bottom-up* da derivação sintática, um empréstimo de achados padrões da argumentação da Gramática Gerativa. Procuramos pistas fisiológicas que pudessem sustentar ou rejeitar a hipótese de que a concatenação do sujeito seria posterior à concatenação verbo-objeto, tanto em frases com verbos pesados, quanto em frases com um verbo leve como *ter*. Assim, manipulamos a congruência semântica do sujeito nas frases.

Foram detectados ERPs negativos aproximadamente aos 200 ms, 400 ou 500 ms e 700 ms. Os ERPs aos 700 ms foram os únicos entre os quais foram encontradas diferenças de amplitude estatisticamente significativas, entre combinações NP-VP congruentes e incongruentes. Tendo em vista que a única manipulação no teste dizia respeito à semântica do sujeito, concluimos que estes ERPs, os últimos na linha do tempo, estariam relacionados à concatenação do sujeito ao vP, muito embora o sujeito seja o primeiro constituinte na ordem linear externa. Quanto ao verbo leve *ter*, o N400 aparece 100 ms depois, o que é consistente com a teoria, que postula a derivação deste verbo através de um PP e dos traços do TP.

A seqüência de eventos no cérebro evidenciada pelos ERPs estudados seria, então: aos 200 ms, concatenação de traços semânticos básicos do sujeito (animado, humano); aos 400 ms (ou 500 ms), concatenação verbo-objeto; aos 700 ms, concatenação do sujeito ao vP. Esta seqüência pode ser compreendida como uma evidência que confirma o curso *bottom-up* da derivação.



Nos experimentos com extração de ERP (*event-related brain potential*: potencial relacionado a evento), a latência das ondas é referenciada ao instante da apresentação do estímulo-alvo; a sua amplitude, que descreve a intensidade da atividade cortical, é uma medida dos esforços cognitivos para a integração sintático-semântica (KUTAS; HILLYARD, 1980; FRIEDERICI, 1999).

FRIEDERICI, A. D. The neurobiology of language processing. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Language comprehension: a biological perspective*. 2. ed. Berlin: Springer, 1999. p. 265-292.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Ed.) *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1993. p. 111-176. (Current Studies in Linguistics, 24)

KUTAS, M.; HILLYARD, S. A. Reading senseless: brain potentials reflect semantic incongruity. *Science*, Washington, v. 207, n. 4427, p. 203-205, Jan. 1980.

MARANTZ, A. Words. In: WEST COAST CONFERENCE ON FORMAL LINGUISTICS, 20., 2001. *Proceedings* University of Southern California, 2001. 29 p. Disponível em: <http://web.mit.edu/~marantz/Public/WCCFL.doc>

\_\_\_\_\_. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: ANNUAL PENN LINGUISTICS COLLOQUIUM, 21., 1997, Pennsylvania. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics* (PWPL), Pennsylvania, v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.

## Analizando mal-entendidos na relação consultor organizacional-cliente à luz da teoria dos atos de fala

Guilherme Lima Moura

glmoura@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

### 1. Apresentação

Este artigo pretende apresentar resultados de uma pesquisa que analisa a relação consultor organizacional-cliente, estabelecida em atividades de consultoria organizacional, tomando-a como uma relação de conhecimento e como um fenômeno lingüístico. Seu referencial teórico é a "Teoria dos Atos de Fala", de J. L. Austin.

O problema de pesquisa são os mal-entendidos na compreensão epistemológica desta relação, em particular devido às expectativas que o cliente tem por um "tipo específico de conhecimento" que, para ele, deveria resultar – mas não resulta – de sua relação com o consultor.

É da não realização dessas expectativas que, freqüentemente, o cliente conclui ter recebido um serviço de conhecimento insatisfatório, porque dele não resultou uma solução, em termos de produto "concreto" ou de internalização de novo conhecimento. Teria havido apenas a adoção de algo que, exposto pelo consultor, incorporou-se ao discurso dele, cliente. Incorporou-se como certa "linguagem" (termos, expressões, jargões, etc.) graças à credibilidade do consultor, em função da sua autoridade de especialista, ou graças a injunções políticas na organização, inclusive à de uso do

consultor como legitimação da ação do próprio cliente. O "conhecimento" que se esperaria obter através da consultoria vem a ser, por exemplo, um calhamaço de papel encadernado, posto em uma prateleira qualquer (conhecimento de faz-de-conta; solução de faz-de-conta; ou, talvez, simples registro da legitimação da ação do cliente).

Há, portanto, com freqüência, uma frustração da expectativa do cliente quanto à construção de conhecimento a resultar de sua relação com o consultor organizacional.

Justificativa e Objetivos

Justifica-se sua realização por duas razões. Primeiro, apesar da presença marcante da consultoria nas organizações, só eventualmente a academia brasileira se refere, em suas pesquisas sobre trabalho, frontalmente e como tema, às empresas de consultoria e aos consultores. Não obstante, tal atividade tornou-se em 2000 um negócio mundial da ordem de 100 bilhões de dólares, época em que "[...] entre as dez maiores empresas é comum encontrarmos um contingente de empregados que supera 50.000 consultores e uma receita de 5 bilhões de dólares." (DONADONE, 2003, p.8).

Em segundo lugar, o tema "conhecimento" tem sido tratado, pela mesma academia, numa perspectiva predominantemente funcionalista (ele tem uma função, um propósito, que deve atender à evitação de conflitos); behaviorista ou comportamentalista (ele é mensurado pela mudança que é observada no comportamento de quem o internaliza); e representacionista (ele é a representação unívoca da realidade). O conhecimento é, portanto, freqüentemente entendido de uma forma duplamente objetivista: primeiro, como representação de uma realidade de objetos independentes do observador; segundo, ele próprio como um objeto que, desse modo, pode ser medido e, principalmente, gerido. Um tipo de objeto concreto que está, ora aqui, ora acolá, e que, assim, passa de um a outro indivíduo, e destes à empresa. Que, além disso, precisa ser útil; precisa possuir uma finalidade para o mundo da ação chamada prática e, acima de tudo, ser viável aos olhos do mercado, aquele que o patrocina e o consome.

Destas duas razões chega-se naturalmente a dois objetivos específicos:

1. Contribuir para a compreensão sobre o conhecimento, a partir de campo conceitual ainda pouco explorado (teorias pragmáticas), o que pode ajudar a abrir novos horizontes de entendimento do assunto no campo de pesquisas sobre organizações e trabalho. Neste sentido, aponta-se para um diálogo interdisciplinar e para a necessidade dos estudos lingüísticos no enriquecimento da compreensão da questão do conhecimento.

2. Ajudar na ampliação da base de informação sobre um campo empírico pouco explorado (atividade de consultoria organizacional), particularmente sobre os aspectos da construção de conhecimento na relação consultor-cliente.

Referencial Teórico

As novas reflexões sobre linguagem propostas pelo segundo Wittgenstein são fundamentais na consolidação da crítica ao que pode ser chamado, *grosso modo*, de uma semântica tradicional (OLIVEIRA, 2001, p. 149-151). Representada pelo realismo lingüístico, em tal tradição a linguagem serve para descrever o real, sendo essencialmente descritiva e declarativa. As sentenças declarativas afirmam, registram ou copiam um fato qualquer. É assim que a linguagem é reduzida à sua função designativa.

Para o segundo Wittgenstein, o critério decisivo para a determinação do sentido das expressões é o próprio uso das palavras, seu aparecimento nos diferentes jogos de linguagem, expressões de diferentes formas de vida (OLIVEIRA, 2001,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

p. 149). A unidade mínima da comunicação humana não é a frase ou qualquer outra expressão/sentença/enunciado. É a realização (*performance*) de alguns tipos de ato. (ARMENGAUD, 2006, p. 99; SOUZA FILHO, 1990, p.11).

Mas, que significa dizer que o uso determina o sentido das palavras? (OLIVEIRA, 2001, p. 149). É nesse contexto que surgem as contribuições de John L. Austin, em sua “Teoria dos Atos de Fala”, representadas especialmente na obra *How to do things with words*.

Para Austin, os enunciados podem ser classificados como: constatativos, aqueles que constata fatos ou ações (AUSTIN, 1990, p. 23), e performativos, aqueles em que a própria declaração das palavras, realizada em certas condições, significa a execução de uma ação. Com essas expressões, não descrevemos o que pensamos ou fazemos, mas fazemos realmente alguma coisa (AUSTIN, 1990, p. 24-25).

Diante das dificuldades em distinguir os atos performativos dos constatativos, Austin retoma a pergunta “que significa dizer que dizer algo é fazer algo?” (AUSTIN, 1990, p. 85). Ele tenta sistematizar o conceito wittgensteiniano, no qual a significação das expressões lingüísticas consiste em seu uso, perguntando-se “que se pode fazer com uma expressão lingüística?”, ou seja, “que é um ato de fala?”. Qualquer ato de fala, para ele, é uma realidade complexa e multidimensional (OLIVEIRA, 2001, p. 157-159).

Austin denomina ato locucionário à totalidade da ação lingüística em todas as suas dimensões, e “pesquisa das locuções” à teoria que trata desses atos sob essa perspectiva. Cada procedimento lingüístico é um tipo de ação humana, ou seja, um ato locucionário.

Considerando o ato locucionário, Austin define ato ilocucionário: no ato de dizermos algo, fazemos também algo. O ato ilocucionário é aquele que se executa na medida em que se diz algo, isto é, na medida em que se executa um ato locucionário. Para saber qual é o ato ilocucionário, temos que nos perguntar como o ato ilocucionário é usado: para se informar, fazer um juízo, ameaçar, etc. Como o ato ilocucionário nem sempre é explícito, sua força só pode ser explicitada por meio da consideração de todo o contexto. Trata-se da determinação, não do significado, mas do papel exercido pela expressão na linguagem.

Executando atos locucionários e ilocucionários, realizamos também o ato perlocucionário, que consiste em provocar, por meio de expressões lingüísticas, certos efeitos nos sentimentos, pensamentos e ações de outras pessoas (convencer, levar a uma decisão, etc.) (AUSTIN, 1990, p. 89-90).

Austin retoma o ponto de partida, perguntando “que ligação há entre os procedimentos performativos e os atos ilocucionários?”; “é válida a distinção inicial entre procedimentos performativos e constatativos?”. Se toda vez que dizemos algo realizamos atos locucionários e ilocucionários, e aquela distinção pretendia diferenciar dizer e fazer, agora reconhecidos como inseparáveis, teria tal distinção ainda algum sentido?

Quando se faz uma constatação, executa-se um ato ilocucionário como qualquer outro, semelhante a ameaçar, advertir, prometer, etc. Por isso, está sujeita a todos os “malogros” próprios dos atos performativos e, com ela, podemos realizar os mais diferentes atos perlocucionários. A diferenciação feita (por ele mesmo) se revela insustentável. Austin considera essa distinção inicial ultrapassada e substituída pela teoria da pluridimensionalidade dos atos de fala.

ARMENGAUD, Françoise. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola,

2006.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DONADONE, Júlio César. O mercado internacional de consultorias nas últimas décadas: crescimento, diversificação e formas de disputa. *Cadernos de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 10, n. 2, abr.-jun. 2003.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

SOUZA FILHO, Danilo M. de. Apresentação. In: AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

### A evidencialidade em diferentes tipos de discursos

Marize Mattos Dall’Aglia Hattner

marize@ibilce.unesp.br

Universidade Estadual Paulista

Tendo em vista que a expressão da evidencialidade não é obrigatória em língua portuguesa, a análise de suas formas de manifestação não pode se dissociar da análise dos efeitos de sentido efetivamente obtidos pelo seu emprego. Assim, a análise das estruturas evidenciais aqui empreendida, obedecendo aos princípios básicos de uma abordagem funcionalista, leva em consideração a integração de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Em trabalho anterior, alguns comportamentos dos evidenciais foram identificados: por meio dos evidenciais, o falante indica a fonte do conhecimento empenhado para a sustentação de sua afirmação; o tipo de conhecimento (individual ou partilhado) e o modo como esse conhecimento foi adquirido têm influência direta na confiabilidade da informação veiculada pelo falante.

Assumindo esses comportamentos como prototípicos, este trabalho pretende analisar os diferentes efeitos de sentido decorrentes do emprego da evidencialidade em dois tipos de discurso persuasivo: o discurso científico e o discurso político. Tal escolha se justifica pelo fato de, nesses textos, as indicações da fonte do saber expresso pelo falante e da avaliação que ele faz sobre o conteúdo comunicado assumirem um papel argumentativo capital. De acordo com Coracini (1991, p. 46), esses dois tipos de discurso “são altamente subjetivos na medida em que se apresentam como argumentativos e se servem de uma série de convenções partilhadas pela comunidade interpretativa”. A escolha desses discursos justifica-se, também, pela relativa facilidade de reconstrução das suas condições de produção, uma vez que os enunciadores são conhecidos e os enunciatários são definidos genericamente: o grupo de especialistas que integram a mesma comunidade científica do enunciador, no caso do discurso científico primário, e o povo, no caso do discurso presidencial.

Para a descrição formal e funcional dos evidenciais em língua portuguesa, são analisadas amostras de discursos científicos primários publicados em revistas especializadas das três grandes áreas da ciência (Exatas, Humanas e Biológicas) e de discursos políticos proferidos pelos três últimos presidentes



do País. A classificação dos evidenciais aqui adotada é a mesma proposta para línguas em que a evidencialidade é uma categoria expressa gramaticalmente (cf. DEHAAN, 1997; FLOYD, 1999; GIVÓN, 1982; WILLET, 1988, entre outros).

Tendo em vista as diferentes condições de produção que subjazem aos discursos políticos e aos discursos científicos, alguns empregos diferenciados da indicação de evidencialidade podem ser descritos.

Para reforçar a confiabilidade da informação veiculada e facilitar a aceitação de suas idéias, o falante freqüentemente se apóia em evidências inferidas, tanto no discurso científico, como no discurso político. O que diferencia o emprego dessa estratégia nesses textos é o fato de, no discurso político, essas inferências serem preferencialmente expressas por verbos de opinião, como *achar*, *acreditar*, *crer* e *supor*, enquanto no discurso político as inferências são marcadas preferencialmente por advérbios como *evidentemente*, *obviamente*, *aparentemente*. Nos discursos políticos, o emprego dos verbos de opinião permite que se indique a autoria da inferência, ao passo que o uso dos advérbios evidenciais permite veicular a avaliação como independente do falante. A proximidade que interessa ao discurso político é a mesma que se pretende neutralizar no discurso científico.

Ainda com relação ao reforço da confiabilidade da informação, observa-se que a indicação de uma evidencialidade assumida como de domínio comum também é empregada com diferentes efeitos. No discurso científico, essa evidencialidade apresenta a informação como um conhecimento consolidado na comunidade científica. Sendo o interlocutor virtual desses textos um membro de tal comunidade, cabe a ele a autoridade final para qualificar a informação como confiável ou não. Já no discurso político, esse tipo de evidencialidade é usado como uma estratégia de persuasão para fazer parecer que é coletivo um saber que, muitas vezes, é estritamente pessoal.

A evidência relatada também apresenta comportamento diferenciado no *corpus*. No discurso político, a indicação de que o falante obteve a informação que veicula a partir de uma outra fonte é freqüentemente utilizada para transferir a responsabilidade sobre a confiabilidade de tal informação. Dessa forma, o efeito resultante é o de descomprometimento do falante. No discurso científico, a mesma estrutura é utilizada, não para transferir responsabilidade, mas para emprestar credibilidade, já que, via de regra, não interessam ao discurso científico as afirmações de validade limitada ou indefinida.

Os resultados atingidos, além de permitirem estabelecer uma relação direta entre a natureza do evidencial, a confiabilidade da informação veiculada e o tipo de discurso, permitem caracterizar a evidencialidade como uma categoria de expressão lexical extremamente produtiva em língua portuguesa.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. São Paulo: FAPESP, 2001. (Relatório de pesquisa).

DEHAAN, F. *Evidentiality and epistemic modality*. 1997. Inédito.

FLOYD, R. *The structure of evidential categories in Wanka Quechua*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1999.

GIVÓN, T. Evidentiality and Epistemic Space. *Studies in Language*, v. 6, p. 23-49, 1982.

WILLET, T. A Cross-Linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality. *Studies in Language*, v. 12, 1, p. 51-97, 1988.

## O problema da referência nos estudos sintáticos

Luiz Francisco Dias

diazim@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Na nossa perspectiva, a referência se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse acontecimento (GUMARÃES, 1995). A enunciação é concebida, nessa abordagem, a partir da relação entre o presente do acontecimento do enunciado e as condições históricas que o sustentam. O fato de assumir um lugar de sujeito nesse domínio histórico permite a ele (sujeito) igualmente assumir perspectivas de constituição de recortes de significação. Assim, a entidade referida é, antes de tudo, uma entidade constituída no gesto de significação, isto é, uma entidade historicamente delimitada no acontecimento enunciativo.

Nessa direção, vamos abordar a constituição da referência na ocupação dos lugares sintáticos *sujeito* e *objeto* no âmbito da sintaxe.

A noção de lugar sintático que preside a nossa abordagem apresenta traços que a torna diferente das noções correntes em abordagens formalistas e funcionalistas. Nessas vertentes, os lugares sintáticos são sustentados, seja pelas marcas flexionais (no caso do sujeito), ou pelos traços sintáticos infundidos no verbo, enquanto item lexical (no caso do objeto), seja pelas projeções de natureza argumental oriundas da significação do verbo. Na nossa abordagem, os lugares sintáticos seriam sustentados pela constituição orgânica da sentença, projetada a partir das regularidades de domínios de referência, e pelas condições enunciativas de ocupação desses lugares (cf. DIAS, 2002, 2003 e 2005).

Especificamente, o trabalho procura abordar as condições de ocupação desses lugares a partir da distinção de diferentes domínios de referência. Os resultados indicaram que a ocupação do *lugar do sujeito* obedece a três condições:

- a) definitude do núcleo do sintagma (núcleo paradigmático: substantivo);
- b) determinação de um suporte textual/discursivo/pragmático de ancoragem (núcleo paradigmático: pronome);
- c) tipificação de um perfil universal (núcleo paradigmático: *aquele que*).

Já a ocupação do *lugar do objeto* só é afetada pelas condições (a) e (b). Da relação entre elas, nasceram os conceitos de predicação dirigida e predicação centrada. Com isso, o trabalho pretende cumprir uma de suas metas básicas: solidificar a tese de que as relações entre as unidades lingüísticas na gramática seriam sustentadas pela constituição orgânica dos lugares sintáticos e pelas condições enunciativas de ocupação desses lugares.

Tendo em vista esse quadro, trabalhamos com a idéia segundo a qual a constituição do lugar sintático denominado de objeto direto se desenvolve numa dimensão mais ampla do que aquela constituída pelo campo lexical do verbo. Dentre os elementos que compõem o fenômeno da ocorrência de objeto numa sentença, o verbo tem certamente um papel



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

importante, pois é a partir dele que se projeta um lugar para esse objeto. Mas há um outro lado importante do fenômeno: os domínios de referência na ocupação desse lugar. Na nossa concepção, o lugar de objeto é um dos lugares de configuração de referência. O sujeito gramatical também se constitui num lugar de referência<sup>1</sup>. No entanto, diferentemente do lugar do sujeito, uma das especificidades do lugar do objeto está no fato de que ele é projetado pelo verbo. Mas é preciso ressaltar aqui que a idéia de configuração de referência não significa que esse lugar de objeto tenha como contraparte uma entidade extralingüística, vale dizer, isto não significa que a constituição de um lugar de objeto é produzida por uma orientação a um objeto do real. E como se constitui então a referência? O verbo projeta um lugar, ou seja, um espaço, no interior do qual se constitui um domínio de referência. O objeto, enquanto forma lingüística, é um recorte de significação historicamente delimitado, que ganha uma forma na língua através desse lugar projetado. Assim, o domínio de referência é algo da relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma lingüística.

<sup>1</sup> Em Dias (2002), trabalhamos uma distinção paralela: a formação do lugar do sujeito e as condições de materialização desse lugar.

DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (Org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Coleção Ensaios. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

\_\_\_\_\_. A sintaxe em novas dimensões. In: STUMPF, C. T. (Org.) *Questões de lingüística*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 57-69.

\_\_\_\_\_. Problemas e desafios no campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F. & MARINHO, J. H. S. R. C. *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Poslin, 2005. p. 101-122.

GUIMARÃES, E. J. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

### O lugar de sujeito gramatical: investigando a sua especificidade enunciativa

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda

p7brasil@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Neste trabalho, apresentamos uma discussão acerca do lugar de sujeito gramatical, centrada em elementos que identificam a sua especificidade e o diferenciam do lugar de objeto. Ao estabelecermos uma comparação entre as propriedades associáveis a cada um desses lugares, inserimos um aspecto semântico-enunciativo em nosso escopo de trabalho. Segundo Dias (2006), o lugar de sujeito gramatical e o lugar de objeto são lugares de configuração de referência. A referência, de acordo com a perspectiva de uma semântica do acontecimento (GUIMARÃES, 2002), não se constitui estritamente com a localização de um objeto no mundo, mas por meio de um recorte relacionado ao presente da enunciação e constituído por um entrecruzamento de sentidos, delimitado

na rede constituída pela memória de dizeres. Ou seja, de acordo com a perspectiva teórica que adotamos, a referência se constitui na relação entre a atualidade do acontecimento enunciativo e o domínio histórico em que o dizer se inscreve (DIAS, 2005). Assim, o semântico-enunciativo apresenta-se em nossa reflexão, na medida em que é a perspectiva de ocupação que os lugares de sujeito e de objeto comportam, em termos de constituição de referência, que serve de prisma para a especificação das propriedades categoriais ou da associação categorial (MILNER, 1989) de cada um dos referidos lugares sintáticos. Nesse aspecto, os lugares de sujeito e de objeto guardam semelhanças pelo fato de ambos produzirem associação categorial com grupos nominais. Investigando as perspectivas de ocupação do lugar de sujeito e de objeto, no que se refere à constituição de referência, podemos verificar que ambos os lugares são passíveis de serem ocupados por elementos que constituam uma base referencial determinada, aceitando diversas gradações de definitude. Tomemos como exemplo as sentenças: *Pedro roubou a carteira de Paulo*, *Um menino quebrou a janela da casa de Clarice* ou *Todas as crianças amam seus animais de estimação*. Tanto o lugar de sujeito como o de objeto aceitam ser ocupados por elementos que circunscrevem uma referência determinada que aponte para um elemento entre muitos como *Um menino*, ou para um conjunto como *todas as crianças e seus animais de estimação* ou que produza um efeito de singularidade como *Pedro*, *a carteira de Paulo* ou *a janela da casa de Clarice*. Outra perspectiva de ocupação compatível com esses lugares sintáticos é a que constitui referência por uma ancoragem na enunciação pelo subsídio de seu aparelho formal, como em *Nós votamos nos candidatos do PV*, cujo lugar de sujeito é ocupado pelo pronome pessoal reto *Nós*, ou *O Lucas me irritou muito*, cujo lugar de objeto é ocupado pelo pronome pessoal oblíquo *me*. A possibilidade de constituição de uma referência indefinida descreve mais uma compatibilidade categorial entre os lugares sintáticos em questão. Atestamos essa possibilidade, por exemplo, nas sentenças: *Quem roubou a carteira de Bruno?* e *Luisa quebrou algo*, nas quais o pronome interrogativo *Quem*, ocupante do lugar de sujeito na primeira sentença, e o pronome indefinido *algo*, ocupante do lugar de objeto nessa última sentença, projetam uma indefinição referencial. Contudo, a constituição de um perfil de referência, ou seja, a instalação de uma referência genérica, é associada apenas ao lugar de sujeito. Consideremos os exemplos: *Quem [Aquele que] teme a derrota, já está derrotado* e *(?) Deus não teme quem [aquele que]*. Podemos perceber que o pronome *Quem*, intercambiável com *Aquele que*, sem determinação no sintagma, somente integram sentenças na língua, ocupando o lugar de sujeito. Tendo essa especificidade em vista, colocamos a seguinte questão: quais as propriedades do lugar de sujeito que o diferenciam do lugar de objeto e fazem com que ele aceite a ocupação realizada por elementos que configuram um perfil de referência, constituindo uma sentença genérica, enquanto o lugar de objeto a recusa? Consideramos que o fato sintático se constitui na interface entre o formal (orgânico) e o semântico-enunciativo. A enunciação instala-se no âmbito da sintaxe, tendo em vista que a ocupação dos lugares sintáticos, que compõem a estrutura lingüística dos enunciados, é determinada por fatores de ordem enunciativa. Em outros termos, consideramos que a sentença tem um potencial enunciativo impresso na ocupação dos seus lugares sintáticos. Nesse sentido, temos como objetivo elucidar as determinações ou restrições específicas do lugar de sujeito a fatores de ordem enunciativa



que perpassam a sua ocupação, isto é, em linhas gerais, trabalhamos com a relação entre a organicidade da sentença e a enunciação, tomando como ponto de partida a análise de sentenças genéricas.

Podemos afirmar que o elemento ocupante do lugar de sujeito na sentença *Quem curte reggae curte a paz!*, estabelece uma relação com a temporalidade da sentença e exerce uma determinação preponderante na configuração do modo de enunciação dessa sentença. A onitemporalidade da sentença, além de estar marcada no presente do indicativo (TRAVAGLIA, 1993), apresenta-se impressa também no pronome sem precedente *Quem*. No que diz respeito ao modo de enunciação, que estabelece a abrangência do escopo de referência da sentença, podemos admitir que o elemento ocupante do lugar de sujeito exerce uma determinação preponderante na inscrição da sentença *Quem curte reggae curte a paz!* em um modo de enunciação mais generalizador. Podemos comprovar essa relação do elemento ocupante do lugar de sujeito com a temporalidade e a sua preponderância no que se refere ao modo de enunciação da sentença, ao observarmos que tanto a temporalidade, quanto o modo de enunciação da referida sentença seriam diferentes se o lugar de sujeito tivesse sido ocupado pelo nome *João* ou pelo pronome *eu*. Teríamos, respectivamente, *João curte reggae, ele curte a paz!* e *Eu curto reggae, eu curto a paz!*, sentenças cujo tempo seria presente, configuradas em um modo de enunciação mais especificador.

DIAS, L. F. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola. In: OLIVEIRA, S. E. de; SANTOS, J. F. dos. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006 (no prelo).

\_\_\_\_\_. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: MARINHO, J. H. C.; SARAIVA, M. E. F. (Orgs.). *Estudos da língua em uso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2005a. p.101-122.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002. p. 11-31.

MILNER, J-C. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989. p. 357-358, 362-365.

TRAVAGLIA, L. C. Tempo verbal: um problema gramatical ou discursivo – Tempo verbal e tipo de texto. *Letras & Letras*, ano 9, v. 1. Uberlândia, 1993. p. 51-57.

## French free choice items and discourse semantics

Thomas Guillaume

guillaume.py.thomas@gmail.com  
CELIN-UFPR

Universal Free Choice Items (FCI), like *n'importe qu-* in French, are known to occur in possibility and generic sentences (Cf. 1 a. and b. resp.) and to be ruled out of episodic sentences (Cf. 3):

1.a. *N'importe quel étudiant peut résoudre ce problème.*

*Any student can solve this problem.*

b. *N'importe quel lion a une queue touffue.*

*Any lion has a bushy tail.*

c. *\*Hier soir, Michel a embrassé n'importe quelle fille.*

*Yesterday evening, Michel Kissed any girl.*

However, it has been noted (Cf. DAYAL, 1998) that universal FCI are not always felicitous in necessity sentences: 2.a. *?Tu dois cueillir n'importe quelle fleur.*

*You must pick any flower.*

The goal of this article is to show that, given some constraints on the information shared by the participants to a discourse where a universal FCI is used, this FCI can occur felicitously in necessity sentences like 2.a. We model discourse information using Stalnaker's (1978) notions of contextual background and context set. As we redefine the lexical entry for *n'importe qu-* and universal FCI, we are able to articulate discourse information and truth conditional semantics for FCI in a completely compositional way. As a result, not only do we predict the class of discourses that allow a FCI to occur felicitously in a necessity sentence, but we also explain compositionally the distribution of universal FCI in possibility sentences, generic sentences and episodic sentences. Following Quer (2001), we come to the conclusion that universal FCI can only occur in modal contexts.

Assumptions and motivation

Analyzing a corpus of French data, we show that the FCI *n'importe qu-* can be described as a determiner which lexically introduces a universal quantifier at LF, in accordance with Dayal (1998) and *pace* Giannakidou (2001).

Focusing on the use of *n'importe qu-* in necessity sentences, we show that Menendez-Benito (*unpublished*) is wrong in assuming that FCI can occur in a sentence along with a necessity modal only if the sentence is interpreted generically. We provide a natural context in which the French sentence 3 can be used as an order to pick all the cards whatever which are present in the context of utterance:

3. *Vous devez prendre n'importe quelle carte!*

*You must pick any card!*

Describing the conditions on which 3 can be uttered felicitously, we make use of Dayal (1998)'s notion of "domain vagueness". 3 is felicitous only if the set of cards which is talked about is vague. But whereas Dayal (1998) just make an intuitive use of this notion, we strive to give it an exact, elegant and compositional formulation in a truth conditional semantics.

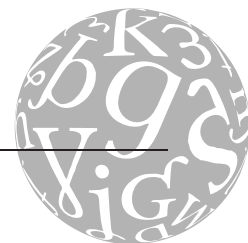
We further assume that a FCI determiner like *n'importe qu-* has to associate with a modal operator. Universal FCI are thus defined as complex functions which selects for two properties arguments, one modal operator split in two arguments (a quantifier over possible worlds and an accessibility relation) and a possible world argument. The output of the function is a truth value.

Proposal

The meaning of the universal FCI *n'importe qu-* is defined as the function:

$$4. \lambda P_{\langle e, st \rangle} \lambda Q_{\langle e, st \rangle} \lambda M_{\langle \langle st, st \rangle, \langle st, st \rangle \rangle} \lambda R_{\langle e, st \rangle} \lambda w_{\langle st \rangle} [\forall x [P(x)(w) \rightarrow [M(R)(\lambda w'. Q(x)(w'))(w)]]]$$

Where P and Q are respectively the NP and VP arguments of *n'importe qu-*. Let  $S^W$  be the set of individuals which have the property P in a world w. We model domain vagueness as a condition on the variation of the extension of  $S^W$  for different values of w taken in a set W defined as in 5. Let C be the context set (cf. STALNAKER (1978)) at the point of the discourse when a sentence  $\phi$  is asserted. Thus, C is the set of worlds which might be the actual one, for all that the speaker and his addressees know. Let  $C(\phi)$  be the update of C by  $\phi$ , *the sentence which contains the relevant FCI*. We define  $d_{sthe}$  as  $\phi$ , given the accessibility relation R that the FCI takes



as a argument. Hence:

$$5. W = \{w': \exists w \in C(\phi) \& R(w)(w')\}$$

Domain vagueness can then be defined as the requirement that the extension of  $S_w$  vary for different values of  $w \in W$ . Taking sentence 3 as an example, this means that the set of cards that is being talked about has to vary in different worlds of a set  $W$  which consists of these worlds that, according what we know about what the actual world might be, comply with the desires of the speaker of 3 - intuitively, they are all the possible continuations of some world in the context set, where the order produced by the speaker is followed. We show the constraint on domain vagueness can be respected only if the speaker and his addressees in 3. do not know which cards are present in the context of utterance. The fact that we define domain vagueness against a two layered set of worlds  $W$  (cf. 5.), allows us to account for the existence of two kinds of domain vagueness. One occurs when the addressees and the speaker don't know which individuals actually possess the property  $P$  (vagueness is then guaranteed by a variation of  $[(\lambda)x.P(x)(w)]^{g,w}$  for different values of  $w \in C$  - i.e. the participants to the discourse consider that there are different worlds that might be the actual one, and the set of  $P$ -individuals has different extensions in these different alternatives). This is the case for instance when sentence 3. is uttered in a context where the speaker and his addressee ignore what cards are available in the context. The second kind of vagueness occurs when the speaker and his addressees, whether or not they know which individuals actually possess the property  $P$ , consider different possible worlds  $R$ -accessible from the actual one, where different  $P$ -individuals might have the property  $Q$ . This happens for instance in possibility sentences like 6., where the addressee is allowed to pick different cards, i.e. where we consider different continuations of the situation of utterance, in which different cards ( $P$ -individuals) are picked ( $Q$ -individuals):

6. Tu peux prendre n'importe quelle carte.

*You can pick any card.*

Our proposal entails that universal FCI like n'importe can only occur in modal sentences. We remind the reader that generic sentences can be relevantly formalized as modal sentences. Formalizing the idea that universal FCI have to associate with a modal operator also allows us to explain why they can't occur in episodic sentence: those environments simply lack the required modal. A more polemic conclusion of our study, which confirms the proposal of Quer (2001), is that so called "subtrigging" sentences (LEGRAND, 1975), i.e. episodic sentences that host a universal FCI which is accompanied by a post-nominal modifier, are actually hidden modal sentences.

DAYAL. *Any as inherently modal. Linguistics and Philosophy* 21, p. 433-476, 1998.

LEGRAND. *Or and Any, The Syntax and Semantics of two Logical Operators*, PhD Dissertation, University of Chicago, IL, 1975.

MENENDEZ-BENITO, P. *The Grammar of Choice*. PhD Diss UMass Amherst, (unpublished).

QUER. *Licensing Free Choice Items in Hostile Environments: The Role of Aspect and Mood*. Ms Universiteit van Amsterdam, 2001.

STALNAKER. Assertion. *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*,

P. Cole (Ed.), p. 315-322, 1978.

### 3.11.3 Mesas-redondas

#### Linguística e cognição: processos metafóricos e metonímicos

Esta mesa debaterá as reflexões de três pesquisadores sobre processos metafóricos e metonímicos, na articulação entre linguística e cognição.

O primeiro pesquisador propõe como representação das predicções metafóricas uma estrutura semântica do tipo função e argumentos, tal como formulada na teoria conceptual de Jackendoff (1990, 2002), cujo modelo não é voltado para a análise de metáforas. Sua proposta é a de que a análise da composicionalidade da metáfora deve levar em conta tipos (*types*) de metáforas, e não ocorrências específicas (*tokens*) de usos metafóricos. Tal proposta insere-se na tradição de analisar a metáfora como combinatória de sentidos, não de conceitos mentais ou de referentes. Essa proposta explica por que certas metáforas são aptas e outras não, como são exemplos, *Sócrates era um parteiro de idéias* (metáfora apta) e *O genoma é um filósofo* (metáfora não apta).

Como contribuição da neurolinguística, o outro participante procura destacar os aspectos linguístico-pragmáticos envolvidos na interpretação e manipulação de enunciados proverbiais e de expressões idiomáticas por sujeitos com Doença de Alzheimer em fase inicial como forma de questionar a dicotomia entre o linguístico e o cognitivo, e assinala a presença da linguagem na semiologia das demências de tipo Alzheimer em fase inicial, tomando como evidência a análise do caráter sócio-cognitivo da metáfora. A pesquisadora pontua que, no campo dos estudos neurolinguísticos, ainda é grande a polêmica em torno do estatuto da linguagem em meio à semiologia das demências, em especial das demências de tipo Alzheimer. Ao contrário das afasias - tidas essencialmente como perturbação (meta)linguística -, as demências seriam caracterizadas como um problema de ordem essencialmente cognitiva. Em geral, a discussão que se projeta nessa distinção pauta-se sobre a dimensão semântica da linguagem, a partir de uma dicotomia entre o linguístico e o cognitivo.

O terceiro participante ilustrará o debate teórico sobre o estatuto da metonímia desde o enfoque computacional (FASS, 1988) até a proposta de Lakoff e Johnson (1980), com o percurso desenvolvido na construção dos sistemas alfabéticos, recente na trajetória humana para a fixação da escrita. Desde os primeiros desenhos nas grutas em Lascaux, há 20.000 anos, caracterizados pela descrição do *aqui/agora*, num processo lento de aproximação do registro da fala, vamos acompanhando o surgimento da escrita cuneiforme sumério-acadiana (entre 4.000 a 3.000 a.C.), da ideográfica na China (há 3.000 anos a.C.) e da hieroglífica no Egito (há 3.000 a.C., 1ª dinastia tinita), até os sistemas alfabéticos de que nos ocuparemos nesta mesa.

Diferenciam-se os sistemas não-alfabéticos dos alfabéticos, fundamentalmente, pelo fato de apresentarem apenas uma articulação: cada signo, em sua totalidade, representa um conceito básico, enquanto os sistemas alfabéticos se caracterizam por operarem com três articulações, ou seja, cada grafema, realizado por uma ou mais letras, representa





um fonema ou som (segunda articulação), enquanto cada letra articula um, dois (o mais freqüente) ou mais traços, inclusive a rotação, em torno de uma linha imaginária; a articulação dos grafemas (1ª articulação) resulta nos itens lexicais.

Em conseqüência desse salto cognitivo, a produtividade lingüística, por um lado, multiplicou-se e a economia para o léxico mental permitiu que o homem pudesse ler e registrar quaisquer estados de consciência e experiências pensáveis lingüisticamente, autônomas das contingências espaciais e temporais.

FASS, D. Metonymy and metaphor: what's the difference? *Proceedings of the 12th conference on Computational Linguistics*, v. 1. Budapest: John von Neumann Society for Computing Sciences, 1988. p. 177 – 181.

JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Foundations of Language*. Brain, meaning, grammar, evolution. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Londres: Chicago University Press, 1980.

## O percurso sócio-cognitivo da metáfora: reflexões sobre linguagem e cognição nas neurodegenerescências

Edwiges Morato

edwigesmorato@hotmail.com  
UNICAMP

No campo tradicional dos estudos neuro-cognitivos, entende-se em linhas bem gerais que a Doença Alzheimer evolui em três fases: (a) a forma leve, na qual os problemas mnésicos são constantes; (b) a forma moderada, na qual os problemas mnésicos passam a ser incapacitantes, seguidos de desorientação têmporo-espacial. Os problemas de linguagem, ainda não presentes na forma leve, segundo os manuais de Neuropsicologia, passam a ser freqüentes e notados agora rapidamente. Problemas práxicos e gnósicos são associados a essa fase, chamada por muitos autores de síndrome afaso-apraxe-agnósica; (c) a forma severa, na qual a memória encontra-se gravemente alterada e a linguagem apresenta-se sensivelmente reduzida.

No campo dos estudos neurolingüísticos, é grande ainda a polêmica em torno do estatuto da linguagem em meio à semiologia das demências, em especial das demências de tipo Alzheimer. Postula-se em geral nesse campo que, ao contrário das afasias – tidas essencialmente como perturbação (meta)lingüística –, as demências seriam caracterizadas como um problema de ordem essencialmente cognitiva. Em geral, a discussão que se projeta nessa distinção pauta-se sobre a dimensão semântica da linguagem. Com base nessa perspectiva, estudos que se realizam nas duas áreas aludidas acima têm procurado celebrar uma distinção entre as duas entidades nosológicas, afasia e demência, a partir de uma dicotomia entre o lingüístico e o cognitivo.

Como estudos inscritos em uma perspectiva sócio-cognitiva têm procurado apontar, os enunciados formulaicos (como os enunciados proverbiais e expressões idiomáticas), bem como as formas meta-enunciativas (modalizações, discursos

relatados, ironias, etc.), chamam a atenção para dois aspectos lingüístico-cognitivamente interligados: o da enunciação e o das ações reflexivas dos sujeitos.

Em estudos realizados anteriormente, Cazelato (2003) e Boldrini (2004) observaram que, instados a interpretar e a empregar contextualmente um conjunto de expressões idiomáticas e de enunciados proverbiais reunidos num protocolo de estudo, sujeitos afásicos (à maneira de sujeitos não afásicos, também estudados num grupo controle de perfil sociolingüístico, semelhante ao grupo alvo) raramente se ativeram a um significado composicional das expressões ou se perturbaram de forma expressiva com o grau de metaforicidade dos enunciados (atendo-se, antes e preferencialmente, à familiaridade semântico-pragmática que demonstravam com eles).

O objetivo desta comunicação é destacar aspectos lingüístico-pragmáticos envolvidos na interpretação e manipulação de enunciados proverbiais e de expressões idiomáticas por sujeitos com Doença de Alzheimer em fase inicial com forma de questionar a dicotomia entre o lingüístico e o cognitivo e assinalar a presença da linguagem na semiologia das demências de tipo Alzheimer em fase inicial. Para tanto, pretende-se analisar o caráter sócio-cognitivo da metáfora (metaforicidade) a partir de um corpus constituído de situações enunciativas envolvendo sujeitos com neurodegenerescência.

BOLDRINI, M. *As expressões formulaicas na linguagem de sujeitos afásicos: um estudo dos idiomatismos*. (Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica - Fapesp). 2004.

CAZELATO, S.E. *A interpretação de provérbios equivalentes por afásicos: um estudo enunciativo*. Dissertação de Mestrado. IEL/Campinas, 2003. Inédito.

CUMMING, J. L.; BENSON, D.F.; HILL, M. A.; READ, S. Aphasia in Dementia of the Alzheimer's type. In: *Neurology*, 35. DÉFONTAINES, B. *Les démences*. Paris: MED-Line Éditions, 2001

GOODWIN, C. A Competent Speaker Who Can't Speak: The Social Life of Aphasia. *Journal of Linguistic Anthropology*. v. 14, n. 2. Los Angeles: University of California, December/2004. p. 151-170.

LURIA, A.R. *Basic problems of Neurolinguistics*. The Hague: Mouton, 1976.

MARCUSCHI, L.A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade cognitiva. *Veredas*, 13. Juiz de Fora, MG, 2002. p. 43-62.

MONDADA, L. Cognition et parole-en-interaction. *Veredas*, 10. 2003. p. 131-39

RIVAS, J. C. & Gaviria, M. Demências vasculares. *Psiquiatria Biológica*, 6 (4). 1998. p. 221-239.

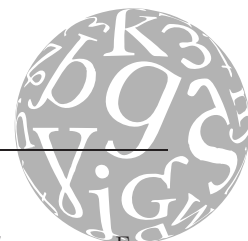
SCHEGLOFF, E. Conversation Analysis and communication disorders. In: GOODWIN, Charles (Ed). *Conversation Analysis and Communications Disorders*. Oxford Press, 2004.

## Metáfora e composicionalidade

Heronides Moura

heronides@uol.com.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

Em trabalhos anteriores (MOURA, 2002; 2005; 2006),



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

tenho defendido uma análise composicional da metáfora. Isso implica dizer que a interpretação da metáfora não é nem aleatória, nem derivável inteiramente de um contexto específico. A composicionalidade da metáfora corresponde à interação entre tópico e veículo (BLACK, 1993). Diferentes modelos têm tentado representar a forma pela qual se dá essa interação (GLUCKSBERG, 2001; LEEZENBERG, 2001; BOWDLE & GENTNER, 2005), seja a partir da identificação de relações sistemáticas entre tópico e veículo, seja a partir da proposição de categorias *ad hoc*. A minha proposta é de que a análise da composicionalidade da metáfora deve levar em conta tipos (*types*) de metáforas, e não ocorrências específicas (*tokens*) de usos metafóricos. Proponho como representação das predicções metafóricas uma estrutura semântica do tipo função e argumentos, tal como formulada na teoria conceptual de Jackendoff (1990, 2002), cujo modelo não é voltado para a análise de metáforas. Faço uso do formalismo de Jackendoff com objetivos diferentes dos dele. Por exemplo, para uma metáfora como *Essa universidade é um hospício*, proponho a seguinte representação: [metáfora SER (Tópico [instituição], Veículo [instituição])]. Cada fórmula desse tipo está associada a uma interpretação. No caso, a fórmula acima define que a dimensão do veículo da metáfora é, convencionalmente, a função associada à instituição. Assim, a metáfora *Essa universidade é um hospício* tem como representação semântica uma estrutura que projeta sobre universidade a função de um hospício, que é abrigar pessoas com problemas mentais.

A natureza específica da metáfora não está em que ela se comporta de uma maneira não-composicional, e como tal não sistemática. A especificidade da metáfora reside em que essa composicionalidade funciona ao criar analogias entre os sentidos do tópico (alvo) e do veículo (fonte) da metáfora.

Essa proposta insere-se na tradição de analisar a metáfora como combinatória de sentidos, não de conceitos mentais ou de referentes. Além disso, ela pressupõe a idéia de que a metáfora identifica similaridades de uma forma analógica, ressaltando certas dimensões de sentido e obliterando outras (GENTNER, 1983). No entanto, essa proposta agrega a idéia de que essa combinatória de dimensões relevantes dos sentidos pode ser captada de forma regular, não item a item, mas a partir de funções abstratas. O item lexical específico apenas dá conteúdo a essas representações. Isso explica também a aptidão de metáforas. Por exemplo, se temos uma representação do tipo [metáfora SER (Tópico [profissão], Veículo [profissão])], à qual está associada, por convenção, a interpretação de que a função associada à profissão expressa no veículo é projetada, analogicamente, sobre a função associada à profissão expressa no tópico. Essa função abstrata gera diferentes metáforas aptas, como *Esse cirurgião é um açougueiro*, *Sócrates era um parteiro de idéias* e *O poeta é um arquiteto*, entre tantas outras. Os sentidos lexicais específicos de *cirurgião/açougueiro*, *Sócrates/parteiro* e *poeta/arquiteto* dão conteúdo às funções abstratas. Por outro lado, uma metáfora como *O genoma é um filósofo* não parece apta, simplesmente porque não dispomos de uma função abstrata a partir da qual possamos interpretá-la.

BLACK, M. More about metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.): *Metaphor and Thought*. Cambridge University Press : Cambridge, U.K, 1993.

BOWDLE, B. & GENTNER, D. The career of metaphor. *Psychological Review*, v. 112-1, 2005. p. 193-216.

GENTNER, D. Structure-mapping: A theoretical framework for

analogy. *Cognitive Science*, 7, 1983. p 155-170.

GLUCKSBERG, S. *Understanding figurative language*. From metaphors to idioms. Oxford: Oxford University Press, 2001.

JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Foundations of Language*. Brain, meaning, grammar, evolution. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LEEZENBERG, M. *Contexts of Metaphor*. Amsterdam : Elsevier, 2001.

MOURA, H. Lexicon and context in the production of meaning. *Révue de sémantique et pragmatique*, 12, 2002. p 17-35.

\_\_\_\_\_. Metáfora: das palavras aos conceitos. *Letras de Hoje* 40 (139), 2005.

\_\_\_\_\_. The conceptual and the linguistic factors in the use of metaphors. *DELTA*, 22, Especial, 2006. p. 81-94.

### Processos metonímicos na evolução do alfabeto

Leonor Schiar-Cabral

lsc@th.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

O debate teórico sobre o estatuto da metonímia desde o enfoque computacional (FASS, 1988) até a proposta de Lakoff e Johnson (1980) será ilustrado com o a construção dos sistemas alfabéticos. A construção dos sistemas alfabéticos é recente na trajetória humana para a fixação da escrita.

Desde os primeiros desenhos nas grutas em Lascaux, há 20.000 anos, caracterizados pela descrição do aqui/agora, num processo lento de aproximação do registro da fala, temos acompanhando o surgimento da escrita cuneiforme sumério-acadiana (entre 4.000 a 3.000 a.C.), da ideográfica na China (há 3.000 anos a.C.) e da hieroglífica no Egito (há 3.000 a.C., 1ª dinastia tinita) até os sistemas alfabéticos de que nos ocuparemos nesta mesa.

Diferenciam-se os sistemas não-alfabéticos dos alfabéticos, fundamentalmente, pelo fato de apresentarem apenas uma articulação, a saber, cada signo, em sua totalidade, representa um conceito básico, enquanto os sistemas alfabéticos se caracterizam por operarem com três articulações, ou seja, cada grafema, realizado por uma ou mais letras, representa um fonema ou som (segunda articulação), enquanto cada letra articula um, dois (o mais freqüente) ou mais traços, inclusive a rotação, em torno de uma linha imaginária; a articulação dos grafemas (1ª articulação) resulta nos itens lexicais.

Em conseqüência desse salto cognitivo, a produtividade lingüística, por um lado, multiplicou-se e a economia para o léxico mental permitiu que o homem pudesse ler e registrar quaisquer estados de consciência e experiências pensáveis lingüisticamente, autônomas das contingências espaciais e temporais.

Os proto-sistemas alfabéticos originaram-se da escrita sumério-acadiana e dos hieróglifos, evolução essa que resultou nos alfabetos proto-sinaico (1.500 a.C), proto-fenício (1.300 a.C), fenício arcaico (1.100), fenício ou páleo-hebraico (1.000 a.C), grego (800 a.C); etrusco (800 700 a.C); latino (600 a.C). O alfabeto moderno data do século III.

Demonstraremos que a passagem dos hieróglifos para o proto-sinaico, proto-fenício, fenício arcaico, fenício ou páleo-hebraico, grego, etrusco e latim vai ocorrer por dois processos



## Sociolinguística e Dialetoлогия

### 3.12.1 Comunicações Coordenadas

paralelos: por um lado, um processo metonímico em que vão sendo eliminados pedaços do todo dos desenhos, até restarem traços arbitrários que se resumem a retas e arcos; por outro lado, o desmembramento da sílaba, cuja unidade será fixada na escrita pela letra. Como adendo a essa construção, ocorre a fixação da direção da escrita, no alfabeto ocidental, da esquerda para a direita, com repercussão no traço de rotação, conforme veremos e a representação das vogais, fixada pelos gregos.

Observemos, por exemplo, os hieróglifos que representam a casa (*Beth*), que dará origem à letra B; o *mem* (corrente de água), que dará origem à letra M e o *ayn* (olho), que dará origem à letra O.

Quando os judeus fogem da escravidão no Egito e atravessam o mar, instalam-se na península do Sinai. No Egito, eram os escribas que dominavam a escrita hieroglífica, que já possuía alguns símbolos que representavam as sílabas. A grande invenção foi desmembrarem o sinal inicial das palavras, ao qual atribuíram a representação do desenho de um referente cujo nome se iniciava por aquele som.

Vejam a evolução da primeira letra do alfabeto hebraico, *aleph*, que significa touro e que deu origem à letra alfa do grego e à letra A, do alfabeto latino. Lembremos que o hebraico não registra as vogais na escrita: o *aleph* funciona como um diacrítico.

Observa-se a seguinte evolução: por processos metonímicos, primeiro ficou somente a cabeça do touro. Posteriormente, ficou apenas um traço horizontal, com um ângulo agudo, vestígio das guampas. Vão ocorrendo rotações em que o ângulo passa a ser cortado pela reta, até assumir a posição de hoje, a partir da escrita etrusca. Uma outra variante que se assemelha a um F inclinado vai dar origem ao *aleph* hebraico.

Um outro exemplo é o da letra *beth* (casa), *beta* em grego. O ponto dentro do quadrilátero representa a lareira em muitos deles. O quadrilátero se abre e aparece uma porta. A evolução a seguir mostra o equilíbrio entre o interior e o exterior, com o acréscimo de um ângulo superior que representa o átrio. Com as rotações, teremos o desenho de um nove invertido, como aparece no proto-sinaico. A parte superior duplica, os ângulos se arredondam e a direção da letra muda no alfabeto etrusco.

Outro exemplo é o *gimel* (no grego, *gama*), que significa camelo e vai dar origem à letra C. Por metonímia, ficaram somente as corcovas e, por último, apenas uma corcova, um ângulo reto semelhante a um L maiúsculo. Esta letra representava o fonema /g/, que não existia no etrusco, onde a letra K passa a representar o fonema /k/ antes de /a/ e C antes das vogais [-post], tal qual ocorre hoje com o grafema c, no português, e utilizavam o grafema Q antes de /u/.

#### Contato lingüístico e línguas de imigração no Brasil

Nos últimos anos, o âmbito de estudos sobre o contato lingüístico cresceu muito com o impulso novo ou renovado a diversas frentes de trabalho: além do sempre vivo interesse pelos estudos diacrônicos, apareceram ou conquistaram maior espaço disciplinas mais ou menos recentes, como a erosão lingüística (*language attrition*), alimentada metodologicamente por estudos sistemáticos e atentos à dimensão lingüístico-cognitiva e não somente àquela sócio-lingüística, e pelo crescimento dos estudos sobre a aquisição; a política lingüística, cuja importância é cada vez mais reconhecida, como mostra também o grande debate a respeito que envolve a formação da União Européia; a atenção pelos aspectos identitários, que intervêm na avaliação dos fenômenos lingüísticos e das conseqüências sociais; a implementação do ensino de segundas línguas e do ensino em contextos multilíngüe.

O Brasil, como grande país de imigração, além de ser um país de grande variedade lingüística contraposta a um bloco monolingüístico, oferece um imenso campo de trabalho para explorar diferentes objetos de estudos e metodologias de abordagem. Essa sessão visa discutir alguns aspectos do contato lingüístico no Brasil tomando como referência as línguas de imigração e juntando três estudos diferentes sobre o contato de alemão ou italiano, as duas línguas mais representativas do fenômeno migratório, com o português do Brasil. Através dos três trabalhos será possível abranger uma gama ampla de problemas que vão da dimensão histórico-lingüística e social, àquela identitária e cultural, àquela contrastiva, até os fenômenos de erosão lingüística, numa abordagem que visa reduzir, ao máximo, a variação diacrítica entre as variáveis que influenciam os fenômenos para ressaltar processos cognitivos, como, efeito do contato. Isso permite focar a pluri-dimensionalidade dos fenômenos de contato em contextos migratórios e alimentar um debate a partir da exposição dos resultados de pesquisas consolidadas. A diferença da abordagem nas três comunicações não exclui importantes aspectos em comum: se o estudo sobre a erosão aparentemente se distancia das outras duas comunicações, tem, porém, a língua de contato (o italiano) em comum com uma das outras duas apresentações e a atenção para a dimensão sincrônica com a outra; essas últimas focam a mesma área diatópica, mas duas línguas diferentes, alemão e italiano, em contato com o português do Brasil; se ambas essas comunicações consideram o aspecto diacrônico, uma se concentra na análise e na discussão da situação atual, vista como resultado de vários fatores sócio-lingüísticos, enquanto a outra dá mais ênfase ao processo que levou à formação da realidade atual.

É exatamente essa alternância entre focos ou metodologias em parte distintas e partes convergentes que, além da solidez das pesquisas, assegura uma oportunidade de confronto e debate sobre um grande tema comum alimentado através de olhares distintos.

FASS, D. Metonymy and metaphor: what's the difference? *Proceedings of the 12th conference on Computational Linguistics*, v. 1. Budapest: John von Neumann Society for Computing Sciences, 1988. p. 177 - 181.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Londres: Chicago University Press, 1980.



## Um caso de contato lingüístico no nordeste do RS

Florence Carboni

fcarboni@via-rs.net

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Esse trabalho aborda a questão dos contatos lingüísticos numa vertente macro-sociolingüística e diacrônica, a partir do exame da evolução de duas categorias intrinsecamente dependentes, o “repertório lingüístico” e a “diglossia”, estudadas no contexto das relações dialéticas existentes entre as diferentes camadas sociais e as diversas línguas ou variedades lingüísticas, aqui consideradas intrinsecamente instáveis e, em muitos casos, situadas num contínuo. Interessa-se igualmente à questão da identidade cultural, decorrente de toda situação de contato lingüístico, na medida em que em tais contextos, a função comunicativa das línguas do repertório pode ser ofuscada por uma nova função de demarcação de uma identidade étnica, podendo as próprias línguas tornar-se símbolo de pertencimento étnico-cultural. O caso estudado é a chamada Região Colonial Italiana, situada no nordeste do RS, onde, de 1875 a 1914, estabeleceram-se dezenas de milhares de famílias de imigrantes, camponeses na sua maioria, provenientes sobretudo do norte de uma Itália apenas unificada politicamente, mas ainda dominada por uma grande diversidade lingüístico-dialetal. A comunidade estudada caracterizava-se por grupos dialetais italianos, sobretudo setentrionais [vênetos, lombardos, trentinos e friulanos], ao lado de outros, germânicos e eslavos, do italiano unitário e de variedades do português brasileiro.

Mais especificamente, o trabalho evidencia a complexa evolução do número de línguas e de dialetos presentes no repertório assim como das relações e dos conflitos existentes entre esses códigos lingüísticos. Ao mostrar a transformação do valor funcional de cada língua e dialeto presente no repertório, assinala as mudanças nas práticas micro-sociolingüísticas, mais especificamente na escolha da língua em função da situação de comunicação. É mostrado que, atrás de uma estabilidade aparente da alternância funcional das línguas do repertório, existe geralmente um conflito lingüístico, latente ou manifesto. Na sociedade colonial italiana, essa dimensão glotofágica da diglossia foi muito evidente, tendo havido uma rápida evolução para a predominância de certos dialetos do grupo vêneto [trevisano e vicentino], especialmente em domínios sócio-econômicos; um quase que total desaparecimento de alguns dialetos numericamente pouco representados [padovano, por exemplo] e um enfraquecimento funcional de outros, apesar de sua não tão desprezível representação numérica [cremonês, por exemplo, mas também friulano ou trentino]. O presente trabalho examina igualmente fenômenos estruturais dos códigos envolvidos nessas dinâmicas: mais especificamente, o enfraquecimento estrutural que acompanhou a diminuição do valor funcional e, sobretudo, a mescla lingüística, que pode ter dado origem à formação de línguas veiculares, de tipo coínés.

Devido à nossa convicção da existência de relação dialética

entre as dinâmicas lingüísticas e sócio-ideológicas, a evolução temporal e espacial das variáveis sociolingüísticas – consideradas pertinentes – diglossia e repertório lingüístico – é apresentada no contexto das principais mudanças econômicas, sociais e culturais das novas comunidades mistas formadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes no nordeste do RS, desde os primeiros assentamentos em 1875 até os dias de hoje. É evidenciado, por exemplo, o relativamente rápido acultramento dessas populações, com a valorização e adoção de práticas culturais tradicionalmente *gaúchas* e o abandono de hábitos pertencentes às culturas de origem.

Considerando-se igualmente os vínculos que uniam as formações sociolingüísticas da sociedade colonial à península itálica, por um lado, e ao Brasil – e, mais especificamente, ao Rio Grande do Sul –, por outro, são igualmente investigados aspectos sociolingüísticos dessas sociedades, sobretudo na época da grande imigração italiana para o RS.

Além da documentação histórica, o trabalho utiliza-se de dados retirados de pesquisas de campo, que, entre outros, permitem avaliar o atual nível de diglossia da população ítalo-gaúcha, assim como o vigor dos dialetos e das eventuais línguas mistas veiculares de origem peninsular ainda usadas na região. Os questionários procuram igualmente investigar as representações lingüísticas das comunidades riograndenses de origem italiana, a fim de compreender se os dialetos itálicos atualmente falados na região, ou até mesmo o italiano unitário, que se encontra hoje entre as línguas estrangeiras mais estudadas no RS, são utilizados como critérios de pertencimento a um grupo étnico itálico – nacional ou regional –, distinto dos grupos gaúcho e brasileiro.

CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris : Plon. 1999.

CORTELAZZO, Manlio. “Lo studio dei dialetti veneti in Brasile”. *Presenza, cultura, lingua e tradizioni dei veneti nel mondo*. 207-213. Parte I America Latina. Prime inchieste e documenti. Venezia : Giunta Regionale Regione Veneto. 1987.

DE MAURO, Tullio. *Storia linguistica dell'Italia unita*. Bari : Laterza. 1993.

FERGUSON, C. Diglossia. In: GIGLIOLI, P. P. *Language and social context*. Harmondsworth: Penguin Books, 1977, p. 232-251.

FRANZINA, Emilio. *L'immaginario degli emigranti*. Miti e raffigurazioni dell'esperienza italiana all'estero fra i due secoli. Treviso: PAGVS Edizioni. 1992.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetti italiani*. Caxias do Sul : EDUCS. 1983.

HOBBSAWM, Eric J. *Nazioni e nazionalismi dal 1780*. Torino: Einaudi. 1996.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra*. A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF. 2000.

MARCELLESI, Jean-Baptiste. “Bilinguisme, diglossie, hégémonie : problèmes et tâches” In: *Bilinguisme et diglossie*. Org.: Jean-Baptiste Marcellesi. LANGAGES. Mars 1981. p. 5-11.

PELLEGRINI, Giovan Battista. “La ‘koinè’ veneto-brasiliana di Rio Grande do Sul. *A catar fortuna*. *Storie venete d’Australia e del Brasile*. (Ulderico BERNARDI, org.). Vicenza : Giunta Regionale del Veneto; Neri Pozza. 1994.



## A erosão lingüística dos italianos cultos em contato prolongado com o português do Brasil (PB): resultados e perspectivas

Tommaso Raso

tommaso.raso@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Em final de 2004, depois de um trabalho exploratório, iniciamos uma pesquisa sobre a erosão lingüística de italianos cultos (ou seja, indivíduos que tenham completado o segundo grau na Itália e os estudos universitários na Itália ou no Brasil) em contato prolongado (de pelo menos oito anos) com o PB. Depois de dois anos de pesquisa, os primeiros resultados vêm emergindo.

Em primeiro lugar, o grupo de pesquisa, que iniciou seus trabalhos estudando um *corpus* de entrevistas preparado pela equipe de italianistas da USP na metade dos anos noventa, ampliou o *corpus* para análise através de coleta de dados, variando as situações comunicativas, codificando as transcrições no formato Childes-clan, e disponibilizando gravações e transcrições na Internet.

Em segundo lugar, foram concluídas as primeiras pesquisas lingüísticas. Os parâmetros dessa primeira série de estudos foram direcionados pelos seguintes critérios: quisemos cobrir tanto o nível fonético, quanto o morfológico e o sintático; procuramos testar a hipótese jakobsoniana de que o que se adquire mais tarde é o que se perde primeiro, e a hipótese de que traços mais marcados da língua materna (L1) sejam mais vulneráveis à perda quando em contato com uma segunda língua (L2) que não apresenta esses traços, enquanto traços especialmente marcados da L2 não alimentariam o processo de erosão. Portanto, os primeiros parâmetros escolhidos, e os resultados a eles relativos, foram os seguintes:

1.a erosão na sufixação nominal: ficou clara a tendência à erosão baseada em critérios de simplificação, e principalmente a preferência por sufixos mais produtivos, com perda daqueles menos produtivos, e a necessidade de marcação com um sufixo claramente nominal dos nomes com sufixo zero (este último aspecto mostra a relevância da tipicidade formal, assim como acontece na aquisição);

2.a perda dos clíticos (a pesquisa se concentrou nos clíticos objeto direto de terceira pessoa singular *lo, la, le, li*) e nos pronomes *ci* (tanto com valor locativo quanto com valor atualizante) e *ne* (tanto com valor locativo quanto com valor argumental): é notória a complexidade do sistema de clíticos do italiano e a sua aquisição tardia, tanto na L1 quanto na L2. Os resultados foram claros: no *corpus* de bilíngües, a porcentagem de clíticos é entre 20 a 30% daquela presente em *corpora* monolíngües, com exceção do pronome *ci* com valor atualizante, que nos bilíngües parece ser até maior que nos monolíngües. Foram evidenciados também os contextos sintáticos de maior perda (com uma concentração na área de interface entre sintaxe e pragmática) e as estratégias substitutivas, assim como a função do *ci* atualizante e as razões da sua conservação e implementação;

3.o efeito de fenômenos fonéticos tipicamente ligados a uma língua tendencialmente isoacentual como o PB (principalmente na sua variedade mineira) sobre uma língua claramente isossilábica como o italiano: para testar esses traços foram desenvolvidos alguns experimentos com gravação de falantes monolíngües e de falantes bilíngües originários da mesma

região italiana. Às duplas de falantes foi pedido que lessem um grupo de frases escolhidas com o objetivo de provocar determinados fenômenos típicos do PB mineiro (como haploglia, desvozeamento final pós-tônico, redução das átonas etc.). As frases deviam ser lidas primeiramente em velocidade normal e, depois, em velocidade muito rápida. O teste mostrou uma tendência nos bilíngües a aplicar fenômenos do PB também na L1;

4.o efeito da aquisição de um traço extremamente marcado do português, qual seja, o pretérito perfeito composto, nas estratégias de marcação aspectual do italiano: o objetivo era testar se o fato de que a L2 morfologiza (única entre todas as línguas românicas) um valor aspectual gerava mudanças de algum tipo (especialmente lexicais) na marcação aspectual dos bilíngües. Como se esperava, não foram evidenciadas estratégias diferentes daquelas dos monolíngües.

No momento, estão sendo analisados outros fenômenos, dos quais os que se encontram em processo mais adiantados são: -as estratégias de switching nos bilíngües, para verificar se há regularidades sintáticas ou pragmáticas, e se as fases discursivas imediatamente anteriores ou posteriores ao switching apresentam uma concentração de fenômenos de erosão maior que a média do *corpus*;

-os contextos sintáticos e as funções pragmáticas em que estão presentes os pronomes tônicos, para testar os efeitos de uma L2 com sujeito parcialmente obrigatório sintaticamente sobre uma L1 com presença de sujeito livre totalmente.

BERRETTA, M. *Morfologia in italiano lingua seconda*. In: BANFI, E.; CORDIN, P. (Ed.). *Storia dell'italiano e forme dell'italianizzazione*. Roma. Bulzoni: 1990.

CAGLIARI, L. C. *Fonologia do português: Análise pela geometria de traços*. Campinas: Ed. do autor, 1997.

COOK, V. (Ed.). *Effects of the Second Language on the First*, Multilingual Matters, Second Language Acquisition Series: Clevedon, 2003.

GAETA, L.; D. RICCA. *Aspetti quantitativi della produttività morfologica*. In: MAURO, T. de; CHIARI, I. (Ed.), *Parole e numeri*. Analisi quantitative dei fatti di lingua, Roma, Aracne, 2005a, 107-124.

MYERS-SCOTTON. *Duelling Languages: Grammatical structure in codeswitching*. Oxford University Press. Oxford: 1993.

RASO, T. *L'italiano parlato a S. Paolo da madrelingua colti. Primi sondaggi e ipotesi di lavoro*. In: "Revista de Italianística", 8, 2003, p. 9-50.

SELINGER, H. W.; VAGO, R. M. (Ed.), *First Language Attrition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

SCHMID, M; KÖPKE, B.; KEIJZER, M.; WEILEMAR, L. (Ed.). *First Language Attrition: Interdisciplinary Perspectives on Methodological Issues*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 2004.

TSIMPLI, I.; SORACE, A.; HEYCOCK, C.; FILIACI, F.; BOUBA, M. Subjects in L1 Attrition: Evidence from Greek and Italian Near-Native Speakers of English. In: BEACHKEY, B.; BROWN, A.; CONLIN, F. (Org.), *Proceedings of the 27th Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville MA: Cascadilla Press. 2003, II, p. 787-797.

Projeto "Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo". Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/dlcv/neo/Dados\\_quantitativos.htm](http://www.fflch.usp.br/dlcv/neo/Dados_quantitativos.htm).



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Pluridimensionalidade dos contatos lingüísticos vista por meio da comparação dos contatos das línguas alóctones (alemão e italiano) com o português no Brasil

Cleo V. Altenhofen

cvalten@pro.via-rs.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dentre as cerca de trinta línguas de imigração faladas no Brasil, o alemão e o italiano sobressaem-se tanto pela presença numérica de seus falantes (dimensão demográfica), quanto pela área geográfica onde é possível registrar a sua presença (dimensão diatópica) – vejam-se Altenhofen (2005, mapa 6), IBGE (1950). Ambas as línguas ocorrem prioritariamente como variedades dialetais fortemente modificadas pela história social no meio brasileiro e pelos diversos contatos lingüísticos, sobretudo com o português e com outras variedades dessas línguas. Como resultado do contato intralingual e interdialetoal, envolvendo as variedades dialetais dessas línguas, oriundas de áreas distintas na matriz européia, costuma-se reconhecer, em ambos os casos, a existência de uma coíné específica, no caso do alemão, o Hunsrückisch (ALTENHOFEN, 1996; KOCH, 1974, p. 96), e no caso do italiano, o talian (vêneto brasileiro, v. FROSI, 1983; CARBONI, 2002). Por outro lado, o português de contato com o alemão e o italiano, falado pelos respectivos bilíngües (dimensão dialingual), apresenta, como mostram os dados do ALERS (*Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*), traços característicos, muitas vezes estigmatizados pela escola. Não obstante isso, embora no nível fonético se observem graus variáveis de manutenção e superação de traços de transferência da língua materna minoritária no português dos falantes bilíngües de diferentes segmentos sociais e faixas etárias (MARGOTTI, 2004), verifica-se, principalmente na morfossintaxe, uma tendência a traços do padrão do português transmitidos via escola, assim p.ex. na marcação do plural em todos os componentes do sintagma nominal, ou na opção pelo pronome pessoal *you*, em áreas do Rio Grande do Sul onde se esperaria o emprego de *tu* (LEÃO; ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2003). Se, por fim, no plano diacrônico, os imigrantes teutos vindos a partir de 1824 constituem o grupo pioneiro, de outro lado, costuma-se afirmar que, no caso do italiano, cuja imigração inicia em 1875, o processo de substituição lingüística pelo português estaria mais avançado.

É, por isso, objetivo da presente comunicação traçar um quadro comparativo das principais questões lingüísticas ligadas ao alemão e ao italiano como línguas de imigração em contato com o português, considerando resultados de dissertações e teses mais recentes, bem como de estudos ligados ao ALERS e ao ALMA (*Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata*, v. ALTENHOFEN 1996, 2004). Este último projeto, recém-iniciado, busca constituir um amplo banco de dados dos aspectos sociológicos e lingüísticos do Hunsrückisch em contato com o português (e o espanhol) e fornecer, através da cartografia desses diferentes aspectos, uma visão macrolingüística e pluridimensional do uso e comportamento dessa variedade alóctone. Pretende-se, com isso, contribuir para uma compreensão melhor da pluridimensionalidade do contato lingüístico, no que se refere aos principais temas abordados pela pesquisa

do plurilingüismo e dos contatos lingüísticos, envolvendo, sobretudo, questões como: a manutenção e substituição lingüística (*language shift*); o ensino de línguas em contextos multilíngües; a política lingüística para as línguas de imigração brasileiras (como prevê o projeto do Livro das Línguas, em discussão no âmbito do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); as interrelações e interinfluências com o português, considerando a maior ou menor semelhança lingüística das línguas em contato; assim como também o contato entre falantes de alemão e italiano nas chamadas colônias mistas. Vale ressaltar que, apesar dos aspectos em comum, alguns dos quais já foram mencionados, são as diferenças entre as duas comunidades de fala que podem ajudar a compreender as variações de comportamento lingüístico presentes no contato entre as línguas alóctones e a língua oficial majoritária. Citem-se, aqui, a maior ou menor semelhança lingüística entre as línguas em contato, os graus de presença da norma-padrão da respectiva língua-teto, o tempo de contato e a ordem de ocupação do espaço, os fatores sócio-culturais e históricos distintos e, entre outros aspectos, o papel da religião no uso da língua, considerando que 60% dos imigrantes alemães foram protestantes, sendo o restante católico (assim como, via de regra, o grupo imigrante italiano). Através da comparação das situações de contato de ambas as línguas, buscar-se-á, dentro do que é possível no tempo disponível de apresentação, avaliar a relevância de cada um desses aspectos para a pesquisa na área da lingüística contatual (*Kontaktlinguistik*).

ALERS = *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*.

v. 1: *Introdução*; v. 2: *Cartas fonéticas e morfossintáticas*. ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter (Org.). Co-autoria de AGOSTINI, Basílio; FURLAN, Oswaldo; MARGOTTI, Felício Wessling; MERCER, José Luiz da Veiga; VIEIRA, Hilda Gomes. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart: Steiner, 1996.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *A constituição do corpus para um "Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata"*. In: Martius-Staden-Jahrbuch, São Paulo, n. 51, p. 135-165, 2004.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do ALERS*. In: AGUILERA, Vanderici (Org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005. p. 177-208.

CARBONI, Florence. *Eppur si parlano! : Etude diachronique d'un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil)*. Passo Fundo – RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialeto italiano: um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

KOCH, Walter. *Gegenwärtiger Stand der deutschen Sprache im brasilianischen Gliedstaat Rio Grande do Sul*. In: ENGEL, Ulrich; VOGEL, Irmgard (Hrsg.). *Deutsch in der Begegnung mit anderen Sprachen. Beiträge zur Soziologie der Sprachen*. Bearb.



v. Heinz KLOSS. Mannheim : Institut für deutsche Sprache; Tübingen : Narr, 1974. p. 79-117.

LEÃO, Paula Biegelmeier; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLAS-SMANN, Mário. *Variação de "tu" e "você" no português falado no Sul do Brasil*. In: CRUZ, Tânia Rodrigues da; ROCHA, Marinha Aranha (Org.). *Jovens pesquisadores: diversidade do fazer científico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Pró-Reitoria de Pesquisa, 2003. p. 133-147.

MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. Tese Doutorado. Porto Alegre : UFRGS, 2004.

BYBEE, J. *Phonology and Use*. New York: Cambridge University Press, 2001.

PIERREHUMBERT, P. Probabilistic Phonology. BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Ed.). Probabilistic Linguistics. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003.

CHAMBERS, J. *Sociolinguistic Theory*, Oxford, Blackwell, 1995.  
HENRY, A. Variation and Syntactic Theory. In CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Ed.) *The Handbook of Language Variation and Change*, Oxford, Blackwell. p. 267-282, 2002.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

## A emergência de padrões fonológicos e morfológicos variáveis na aquisição do PB

Crianças adquirindo uma língua estão expostas a um input heterogêneo, e a hipótese é a de que as crianças não abstraem um conhecimento invariante. Dentre os diversos tipos de heterogeneidade observados, destaca-se a variação socialmente estruturada. Se a variação é inerente ao sistema e estruturada, conforme definido em Labov (1972), os padrões variáveis são adquiridos assim como as estruturas categóricas (Cf. CHAMBERS, 1995). Esta sessão apresenta resultados sobre a aquisição de estruturas variáveis do português brasileiro por crianças da comunidade de fala do Rio de Janeiro, tendo como base pressupostos teóricos dos Modelos baseados no Uso e da Linguística Probabilística (PIERREHUMBERT, 1994, 2003; BYBEE, 2001). Os resultados sobre a aquisição de padrões fonológicos variáveis – onset complexo e ditongos orais crescentes e a flexão verbal variável de 3<sup>a</sup> pessoa do plural – evidenciam a necessidade de se incluir a perspectiva da variação linguística nos estudos sobre aquisição. Além disso, demonstram também sua importância para a compreensão das diferenças desenvolvimentais, observadas através da frequência de ocorrência das variantes ao longo das faixas etárias. As evidências aqui apresentadas demonstram a gradualidade da aquisição linguística, observada na aquisição gradual de condicionamentos variáveis (o caso da saliência fônica para a flexão verbal), na influência da distribuição das variantes no *input* em função da variável sociolingüística (variantes do ditongo 'ei' e alternância nos grupos consonantais), e na relação entre léxico armazenado e frequência de tipo e de ocorrência de itens lexicais (realizações categóricas dos ditongos orais decrescentes). Os trabalhos fornecem indícios de que as crianças não só adquirem formas variáveis cedo no período aquisitivo como também refletem a proporção de distribuição em que as variantes ocorrem no input a que estão expostas. Isso significa, de acordo com Henry (2002) e também dos postulados dos Modelos baseados no Uso, que as crianças adquirem propriedades estatísticas das estruturas linguísticas como parte do processo aquisitivo. Acreditamos, no entanto, que o tipo de proporção de distribuição das variantes durante o período aquisitivo e ao final esteja ligado não só à distribuição das variantes no *input*, mas também ao fato de a variável sociolingüística constituir-se em variação estável ou mudança em progresso. Henry (*Op. cit.*) conclui que o dispositivo de aquisição da linguagem da criança não só deve estar apto a incorporar a variação como também é sensível à frequência.

## Emergência de padrões fonológicos variáveis: a aquisição do onset complexo

Christina Abreu Gomes

christina-gomes@uol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Os Modelos baseados no Uso e a Linguística Probabilística propõem que o léxico mental é organizado multidimensionalmente de acordo com similaridades fonéticas e semânticas (BYBEE, 2001; BOD; HAY; JANNEDY, 2003; PIERREHUMBERT, 2001). A representação dos itens lexicais estocados contém informação fonética redundante e efeitos de frequência de ocorrência do item e de tipo estrutural afetam a representação, a percepção, a aquisição e a mudança linguística (PIERREHUMBERT, 2003). Assumem-se, pelo menos, dois níveis de representação das formas das palavras: uma representação fonética fina das realizações dos itens, que constituem generalizações sobre a fala, e uma representação mais abstrata, que consiste de generalizações sobre as formas fonéticas no léxico (PIERREHUMBERT, 2003, p. 180). Nessa abordagem, a variação sociofonética é representacional, e não um processo, conforme a tradição dos estudos sociolingüísticos. Como as variantes são formas fonéticas em competição do mesmo item lexical e, em alguns casos, refletem também competição de padrões fonológicos, a variação sociofonética tem um papel na modelagem dos dois níveis de representação. A aquisição pode ser entendida como um processo de ajuste das representações nos dois níveis. Estudo sobre a aquisição de grupos consonantais por crianças do dialeto carioca revelou diferenças de desenvolvimento em função do tipo de variação sociofonética. Observa-se a existência de dois processos variáveis correntes na comunidade de fala do Rio de Janeiro: a alternância [l] [r], como em [globu] [grobu] e o cancelamento da vibrante, como em [outru] [outu], conforme detectados nos trabalhos sobre a comunidade de fala. Estudos sobre a manifestação dessas alternâncias em adultos indicam, como em Mollica; Paiva (1991), condicionamento lingüístico em função da 1<sup>a</sup> consoante do grupo e da ocorrência de outra líquida na palavra, ao passo que Gomes (1987) e Cristóforo-Silva (2002) apontam para forte correlação com condicionamento lexical no caso da alternância entre (l) e (r). Existem evidências de que, no processo aquisitivo do PB (LAMPRECHT, 1991), a estrutura CCV é uma das últimas estruturas silábicas adquiridas. No final do processo, as crianças deverão apresentar dois tipos de grupo: um com alternância entre lateral e vibrante alveolar e outro com alternância entre realização e



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

cancelamento da vibrante alveolar (C/l/ -plástico prático, C/r/ -prato). A autora não menciona o aspecto variável da estrutura silábica em questão, mas observa que, no processo aquisitivo, as crianças escolhem uma das líquidas como estratégia para a fixação do padrão CCV. De acordo com Ribas (2004), não há ordem de domínio dos diferentes grupos de onset complexo. A distribuição da ocorrência da sílaba CCV por faixa etária em função do alvo – grupo consonantal formado por lateral (globo grobo) ou formado pelo tap (livro livu) – revelou que os itens lexicais com grupo alvo com lateral são realizados mais freqüentemente com a estrutura CCV do que os que têm o tap como o alvo. Há tanto a possibilidade de ocorrer a lateral como o tap nos dois tipos de alvo. A acuracidade na realização da palavra com a segunda consoante do grupo consonantal, observada nas taxas percentuais mais altas de ocorrência dessa estrutura, se dá antes de as crianças obterem os mesmos percentuais para as palavras que têm o tap como alvo. A interpretação é a de que a variação lingüística detectada na comunidade de fala que envolve manutenção do type silábico CCV na alternância globo grobo, mas que implica alternância de type em livro livu, interfere na abstração do padrão CCV. O resultados para a realização do grupo somente em sílaba tônica confirmam o que foi encontrado para os dados observados em conjunto. Esses resultados apontam para uma explicação das diferenças desenvolvimentais observadas em função de aspectos lingüísticos específicos da ocorrência das formas no *input* ao invés de restrições universais, que seriam gerais para a estrutura CCV. A acuracidade progressiva na realização da estrutura silábica em questão está relacionada às variantes disponíveis no *input*, que envolvem competição entre realizações fonéticas diferentes da mesma palavra e competição entre tipos estruturais diferentes, como no caso da alternância CCV – CV das palavras que têm o tap como alvo.

BYBEE, J. *Phonology and Use*. New York: Cambridge University Press, 2001.

GOMES, C. A. *Rotacismo em grupo consonantal: uma abordagem síncrona e diacrônica*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 1987.

LAMPRECHT, R. A teoria da Fonologia Natural nas pesquisas sobre aquisição da linguagem. *Boletim da ABRALIN* 12, p. 129-137, 1991

MOLLICA, M. C.; PAIVA, M. da C. Restrições estruturais atuando na relação entre [L] *li* [R] e [R] *li* [ø] em grupos consonantais em português. *Boletim da ABRALIN* no. 11, Junho, p. 181-189, 1991.

PIERREHUMBERT, P. Probabilistic Phonology. BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Ed.). (2003). *Probabilistic Linguistics*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

RIBAS, L. P. In: LAMPRECHT, R. R. (Org.) *Aquisição Fonológica Português*. Porto Alegre, Artmed, 2004

### A concordância verbal variável de 3<sup>a</sup> pessoa do plural na aquisição do PB

Márcia Cristina Pontes Vieira

pvieira@unisys.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo do trabalho é investigar a emergência do padrão flexional de 3<sup>a</sup> pessoa do plural na aquisição, que constitui

uma variável sociolingüística no português brasileiro. As bases teóricas que nortearam esta pesquisa foram: a) a variação lingüística é inerente ao sistema lingüístico (Cf. WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968). A língua, segundo Labov (1972) é concebida como um sistema heterogêneo, tanto há estruturas categóricas, aquelas que se realizam sempre da mesma forma, como também há as formas variáveis condicionadas por fatores estruturais e não-estruturais, a fim de descrever e explicar a ocorrência da variante nula e explícita de plural em formas verbais, sendo ambas as formas adquiridas pelas crianças, o que pode revelar que a facilidade do aprendizado lingüístico não esteja isolada de aspectos sociais. Tal fato nos faz postular um segundo pressuposto: b) de que a variação lingüística, então, também fará parte do processo aquisitivo (Cf. CHAMBERS, 1995, ROBERTS, 2002); c) e a terceira base teórica é a proposta de uma nova organização do conhecimento lingüístico a partir dos Modelos baseados no Uso (BYBEE, 2001; PIERREHUMBET, 2001), que contribuíram para um novo entendimento dos casos de variação. O ouvinte, nesse modelo, não necessita excluir a variabilidade para construir uma forma canônica e abstrata na memória. Os itens lexicais são organizados em redes de conexões e categorizados em função das similaridades fonéticas e semânticas, que se fazem e refazem através dos processamentos mentais. O comportamento lingüístico, então, será *continuun* e não mais discreto, probabilístico e não mais categórico, dinâmico antes de estático, uma vez que a língua é um instrumento social de uso constante (BYBEE, 1995). A partir, então, desta teoria, consideramos que a gramática que a criança adquire é emergente, ou seja, a flexão verbal não é vista como um processo no qual a faculdade da linguagem possui uma entrada lexical, na qual se armazenam as formas irregulares, e uma outra entrada, formada por um sistema computacional de operações, que gerará as regras aplicadas às formas regulares, mas a flexão verbal passa a ser concebida como resultado do estocamento de formas que a criança vai gradualmente adquirindo e de emergência de padrões de diversos tipos (fonológicos, morfológicos e sintáticos) como resultado do tipo de armazenamento em redes. Os dados foram coletados de amostra de fala de crianças em fase de aquisição do português falado na cidade do Rio de Janeiro, constituindo a amostra AQUIVAR/PEUL – Amostra para estudo da aquisição da variação estruturada – a qual abrange crianças entre 1;11 a 5;0 anos de idade. Os dados relativos ao fenômeno analisado, a concordância verbal da 3<sup>a</sup> pessoa do plural, foram codificados e submetidos aos programas da série VARBRUL, Versão Susan Pintzuk. Para o cálculo, colocamos como aplicação a presença da marca explícita de plural. Tais dados apresentaram um percentual global da presença da marca de concordância de 56% (141/252).

Dentre os grupos de fatores analisados, o programa selecionou na ordem as seguintes variáveis independentes: efeito gatilho, posição do sujeito, saliência fônica e idade, tendo como *input* de concordância .57. Foi adotado inicialmente o procedimento metodológico de fazer uma rodada com todos os dados de todas as faixas etárias juntamente em função da quantidade de dados e com o objetivo de verificar a pertinência dos condicionamentos para o período aquisitivo. No entanto, uma vez que um dos objetivos é verificar a aquisição gradual dos condicionamentos da concordância verbal no período aquisitivo, foram realizadas rodadas subsequentes com cruzamento de determinados fatores (faixa etária x efeito gatilho; faixa etária x saliência fônica).





A partir da análise dos dados, verificamos que há uma aquisição gradual da flexão verbal variável de 3ª pessoa do plural, com a última faixa etária, a de cinco anos, tendendo a refletir mais o comportamento da comunidade de fala. Logo, tanto a concordância verbal como também seus condicionamentos são adquiridos gradualmente. A preferência da forma não-marcada não configura um processo aquisitivo de curva em U, uma vez que não se verificou uma fase inicial em que as crianças produzissem exclusivamente a desinência de 3ª pessoa. O efeito gatilho demonstrou que a presença freqüente da marca de concordância está ancorada na fala do adulto.

Vê-se, portanto, que desde o começo do período aquisitivo, já há uma manifestação do efeito dos condicionamentos observados na comunidade de fala adulta. Pode-se, então, também, deduzir que como as crianças estão adquirindo gradualmente os padrões de distribuições das variantes em função dos contextos lingüísticos, elas também estarão adquirindo as variantes em função dos contextos extralingüísticos, ou seja, adquirindo um dialeto, um socioleto.

BYBEE, Joan L. Regular Morphology and the lexicon. *Language and cognitive process*, v. 10 (5), 425-455. 1995.

BYBEE, Joan L. *Phonology and language use*. New York: Cambridge University Press. 2001.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Oxford: Blackwell. 1995.

LABOV, W. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.

PIERREHUMBERT, Janet B. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOOPER, P. (Org.) *Frequency and emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001, p. 137-157.

ROBERTS, J. Child language variation. In: CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell, p. 333-348. 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical foundations of a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed) *Directions for historical linguistics: a symposium*, Austin: University of Texas Press, 1968, p. 95-189. 1968.

## O papel da freqüência de type e de token na aquisição do núcleo complexo no PB

Aline Rodrigues Benayon

aline.benayon@click21.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objeto deste estudo é a aquisição de núcleos silábicos complexos, especificamente de ditongos decrescentes orais do português brasileiro a partir dos postulados da Fonologia de Uso (BYBEE, 2001) e da Fonologia Probabilística (PIERREHUMBERT, 2003). De acordo com esses modelos, o léxico mental é organizado através de uma rede de conexões lexicais, em que as palavras armazenadas se relacionam entre si via rede de conexões baseadas nas similaridades fonéticas e semânticas. Quando o conjunto destas palavras aumenta, a conexão torna-se forte, ocorrendo, assim, a emergência de um padrão estrutural, descrita como esquema

(BYBEE, 2001). Diversas evidências apontam para o fato de que a experiência afeta a representação: o uso e os padrões de produção e percepção afetam a representação fonológica. As freqüências de tipo (*type*) e de ocorrência (*token*) exercem um importante papel nas representações mentais (BYBEE, 2001). A freqüência de tipo é importante na determinação da regularidade e produtividade de padrões específicos (BYBEE, 1995). Os tipos mais freqüentes apresentam conexões lexicais e esquemas fortes, enquanto os tipos menos freqüentes possuem conexões fracas. A freqüência de ocorrência é importante e se reflete nos graus variados de força das conexões lexicais. Palavras que têm alta freqüência de ocorrência apresentam autonomia lexical maior e tais palavras, então, formam conexões fracas com outros itens. Assim, itens que possuem alta freqüência no input poderão ser adquiridos em seus próprios termos, enquanto itens com baixa freqüência de ocorrência são adquiridos de acordo com conexões estabelecidas com os itens já existentes (Cf. BYBEE, 1985). Ainda de acordo com o modelo, as categorias lingüísticas estariam representadas na mente por uma nuvem de ocorrências memorizadas dessas categorias e, portanto, muitas ocorrências seriam variantes. Assim, se o conhecimento lingüístico envolve categorias variáveis, suas representações devem ser probabilísticas (PIERREHUMBERT, 2003).

A pesquisa dividiu-se em três etapas ou três objetivos: verificação da proposta de Bonilha (2003), desenvolvida dentro da teoria da otimalidade, que propõe um ranqueamento de restrições fonéticas para aquisição dos ditongos; análise da freqüência dos tipos de ditongos e da freqüência de ocorrência dos itens lexicais, observando a possível influência do status morfológico das palavras durante o processo aquisitivo; verificação de como se dá a aquisição da variabilidade entre [ey] [e] e [aj] [a] durante o período aquisitivo estudado. Para tal, constitui-se uma amostra da fala de crianças em idade pré-escolar, que foi dividida em oito faixas etárias (2; 2:3; 2:7; 3; 3:3; 3:7; 4; 4:6).

Os dados indicam os seguintes resultados: a aquisição dos diversos tipos de ditongos não é explicada apenas por aspectos silábicos, mas também pela freqüência de tipo e, principalmente, pela freqüência dos itens lexicais. Os ditongos com freqüência de ocorrência alta, como /aw/ e /ew/, são adquiridos primeiro que os de freqüência mais baixa, como /ey/ e /ay/. A freqüência de tipo, por sua vez, parece não ser determinante no início período aquisitivo.

O status morfológico das palavras parece influenciar a aquisição de certos ditongos. Assim, a aquisição /iw/ está diretamente relacionada com a aquisição da marca verbal de tempo passado. Isto é, a generalização desse padrão fonológico parece ocorrer juntamente com generalização de /iw/ como desinência verbal.

Em relação à aquisição dos ditongos variáveis, observou-se que as crianças realmente adquiriram a variação existente entre [ey] [e] e [ay] [a]. Na verdade, parece-nos que as crianças dão preferência à variante mais freqüente do input: o núcleo simples (CV). De acordo com a proposta de arquitetura de gramática dos Modelos Multirepresentacionais, tanto os ditongos quanto a vogal base serão armazenados no léxico. A representação do núcleo simples, no entanto, seria central e a representação do núcleo complexo seria periférica devido a sua baixa recorrência no input.

BATES, E.; GOODMAN, J. On the inseparability of grammar and the lexicon: Evidence from acquisition, aphasia and real-time processing In: ALTMANN, G. (Ed.), Special issue on the lexicon,



*Language and Cognitive Processes*, 1997.

BECKMAN, M. E. Input representations (inside the mind and out). In: GARDING, G.; TSUJIMURA, M. (Ed.) *WCFFL22 Proceedings* Somerville, MA: Cascadilla Press, p. 70-94, 2004.

BONILHA, G. F. G. Aquisição da estrutura silábica do Português: uma análise dos ditongos orais decrescentes. In: MATZENAUER, C. L. B.; BONINHA, G. F. G. (Org.). *Aquisição da Fonologia e Teoria da Otimidade*, Pelotas: Ed. da UCPEL, p. 67-95, 2003.

BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam, Benjamins, 1985.

BYBEE, J. *Phonology and language use*. New York: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, J. From usage to grammar: the mind's response to repetition. LSA Presidential Address, 2005. Disponível em: <http://www.unm.edu/~jbybee/>.

FOULKES, Paul. DOCHERTY, Gerard; WATT, Dominic. Phonological Variation and Change in Contemporary Spoken British English Full report to the ESRC, project R000237417, 2002 (mimeo)

PIERREHUMBERT, J. B. Probabilistic Phonology: discrimination and robustness. In: BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Org.). *Probabilistic Linguistics*, Cambridge, Mass, MIT Press, p. 177-228, 2003.

PIERREHUMBERT, J. B. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOOPER, P. (Org.) *Frequency and emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, p. 137-157, 2001.

ROBERTS, Julie. Child language variation. In: CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell, p. 333-348, 2002.

Press, 1995.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: internal factors*, Oxford, Black Well., Vol. 1, 1994.

\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change: social factors*, Oxford, Black Well, Vol. 2, 2001.

\_\_\_\_\_. *Driving Forces in Linguistic Change*. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/>, 2002.

LEE, S.; OLIVEIRA, M.A. Variação inter- e intra-dialetal no português brasileiro: um problema para a teoria fonológica. In: HORA; COLLISCHONN (Org.). *Teoria Lingüística – Fonologia e outros temas*, Editora Universitária/UFPB, 2003.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*, São Paulo, Martins Fontes, 1997 (Trad. de Celso Cunha).

VIEGAS, M. C. *Alçamento de vogais médias pré-tônicas: uma abordagem sociolingüística*. Belo Horizonte, UFMG, Dissertação de Mestrado, 1987.

VIEGAS, M. C. Elevação das vogais médias pré-tônicas na região de Belo Horizonte - harmonia e redução : contribuições para a caracterização do Português do Brasil. In: *Anais do VI Seminário do Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro/2004*, Ilha de Itaparica, UFBA, no prelo.

### Atuação lexical na implementação do apagamento da vogal átona final em Itaúna/MG

Maria do Carmo Viegas

mariadocarmo.viegas@gmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

### Variação e mudança: atuação lexical

Os trabalhos desta sessão apresentam os resultados da primeira etapa do Projeto de Pesquisa VARFON/Minas – Variação e Mudança: Aspectos fonético-fonológicos e lexicais. Esse projeto integra o NUPEVAR – Núcleo de Pesquisa da Variação da FALE/UFMG – e os Grupos de Pesquisa nacionais PHPB – “História do Português do Brasil” – e PROBRAVO – “Descrição Sócio-histórica das Vogais do Português (do Brasil)”.

Estudos mostram que existem variações em itens lexicais que não se enquadram nas explicações dadas somente por meio de processos fonético-fonológicos e morfológicos (no português, VIEGAS, 2001; LEE; OLIVEIRA, 2003, dentre outros). Temos como objetivos principais: descrever e analisar os aspectos fonético-fonológicos e morfológicos de processos em variação no português do Brasil; descrever e analisar os aspectos sociolingüísticos envolvidos; descrever e analisar a atuação lexical em processos de variação e mudança. Adotamos o modelo teórico-metodológico variacionista. Consideramos as hipóteses levantadas em Bybee (2001) na análise da atuação lexical, bem como a adequação e a compatibilidade dos modelos em questão.

ALBANO, E. “Criatividade e gradiência num léxico sem derivações”, In: CABRAL; MORAIS (Org.), *Investigando a Linguagem*, Florianópolis, Editora Mulheres, p. 35-54, 1999.

BYBEE, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge, 2001

KIPARSKY, P. The Phonological Basis of Sound Change. In: *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge, Mass., MIT

Este trabalho trata da seletividade lexical na implementação, no município de Itaúna/MG, do apagamento da vogal átona final precedida de /l/, como em *amarel*, por *amarelo*; *el*, por *ele*; *fal*, por *fala* (v.). Segundo Câmara Jr (1970), a neutralização da vogal átona final, envolvendo as vogais /e, o/, constitui mudança de um subsistema de cinco vogais para um subsistema de três vogais, /i, u, a/, na posição átona final no português do Brasil. Análises vêm revelando que o processo nesta posição apresenta variações em algumas variedades do português brasileiro, ou seja, não chegou (ainda) a se completar. Em Itaúna, o processo é geral, sinalizando uma mudança em direção ao subsistema mais simples.

Além dessa neutralização, há o apagamento variável da vogal final conforme Oliveira, A. (2006). Esse processo de apagamento poderia ser descrito como uma “mudança sonora maior”, nos termos de Kiparsky (1995); ou como uma “mudança sonora regular”, nos termos de Labov (1994); ou, ainda, como um processo de etiologia articulatória, conforme Bybee (2001). As “mudanças sonoras maiores” são de etiologia articulatória, baseadas em similaridade fonética – fenômenos da produção. Essas mudanças têm como característica serem foneticamente graduais. Os dados de Itaúna nos permitem dizer que o fenômeno em questão é gradual, pois a análise acústica das variantes mostra que há casos de redução gradativa da vogal, o que evidencia a gradualidade do processo de apagamento. O efeito dos contextos seguintes à vogal, assim como a vogal da variável aqui analisada indicam um processo baseado em similaridade articulatória. Segundo Bybee, a atuação do processo através da fronteira de palavra é uma característica dos processos de etiologia articulatória, a co-articulação não é barrada por



fronteira de palavra. O apagamento da vogal, que é um processo bem geral, atua através da fronteira de palavra, preferencialmente quando a palavra seguinte se inicia por vogal, característica do processo de elisão.

Na sua implementação, observamos que o processo não atinge o léxico aleatoriamente. Segundo Bybee (2001), os processos de etiologia articulatória atingem primeiro as palavras mais frequentes. Essa foi a nossa hipótese de trabalho para o estudo da seletividade lexical atuante no apagamento. Para a avaliação dos efeitos da frequência de ocorrência da palavra, foram computadas as ocorrências no corpus oral de Itaúna, no corpus escrito de Itaúna e também as frequências do corpus oral do Lael. Utilizou-se o coeficiente de Spearman para avaliar a correlação entre a frequência de ocorrência das palavras nos corpora, a fim de medir a chance de casualidade na mensuração da frequência de ocorrência no corpus oral em Itaúna. A possibilidade de casualidade foi descartada, pois houve correlação na frequência de ocorrência das palavras no corpus oral de Itaúna e no corpus oral do Lael.

Na análise da frequência de ocorrência das palavras, verificou-se que as palavras frequentes foram atingidas mais significativamente pelo processo, conforme Bybee (2001), como uma tendência geral. No entanto, se analisarmos item a item, conforme a metodologia utilizada em Labov (2003), observamos que alguns itens foram atingidos pelo processo mais significativamente que outros, sem uma relação direta com a sua frequência de ocorrência, por exemplo: *favela* – 10 % de apagamento e frequência de ocorrência 184 no corpus oral de Itaúna; *novela* – 30 % de apagamento e frequência de ocorrência 92 no mesmo corpus. Possivelmente há uma relação com a “familiaridade”, e conseqüentemente maior previsibilidade do item, conforme Fidelholtz (1975), Viegas (2001), D’Introno; Sosa (1986, apud BYBEE (2001)). Propomos aqui uma análise dos dados para a caracterização de “familiaridade”.

Existem, portanto, aspectos perceptuais atuando, desde o início, nos processos de etiologia articulatória, não só nos processos nomeados por Bybee como acústico-perceptuais. Talvez a distinção entre esses processos não seja tão discreta. Concluímos, com Albano (1999, p. 37), “que o fonético não é tão mecânico, automático, quanto parece, e o fonológico não é tão categórico, discreto, quanto parece”.

ALBANO, E. Criatividade e gradiência num léxico sem derivações. In: CABRAL E MORAIS (Org.). *Investigando a linguagem*, Florianópolis, Editora Mulheres, p. 35-54, 1999.

BYBEE, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge, 2001.

CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.

D’INTRONO, F. e SOSA, J. M. Elisión de la /d/ en el español de Caracas: aspectos sociolinguísticos e implicaciones teóricas. In: NÚNEZ CEDEÑO, R. A., PÁEZ URDENETA, I.; GUITART, J. (Ed.). *Estudios sobre la fonología del español del Caribe*, Ediciones La Casa de Bello, 1986.

FIDELHOLTZ, J. Word Frequency and Vowel Reduction in English. *CLS* 11, 1975.

KIPARSKY, P. The Phonological Basis of Sound Change. In: *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1995.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford, Black Well, Vol. 1, 1994.

LABOV, W. Word Floating on the Current of Sound Change. *NWAV* 32, 2003.

OLIVEIRA, A. *Variação em itens lexicais terminados em /l/ V na cidade de Itaúna/MG*. Belo Horizonte, FALE/UFMG,

Dissertação de mestrado, 2006.

VIEGAS, M.C. *Alçamento de vogais médias pré-tônicas e os itens lexicais*. Belo Horizonte, FALE/ UFMG, Tese de doutoramento, 2001.

### Análise do uso dos sufixos -ista e -eiro na região de Itaúna/MG

Hilda de Sousa Melo

hilgi@uol.com.br

Secretaria Municipal de Educação de Itaúna

Este é um estudo morfológico a respeito da formação dos substantivos agentivos com os sufixos -eiro e -ista numa abordagem difusionista, mais especificamente, no modelo de léxico em rede de Joan Bybee. Para a realização deste trabalho e para facilitar a análise dos corpora, é considerada como agentivo a palavra que obedece a três aspectos: 1) indica profissão, ofício ou ação habitual; 2) é passível de se empregarem os dizeres: aquele que + verbo (ação); 3) é formada por uma base (substantivo) + sufixo -eiro ou sufixo -ista.

Os objetivos deste trabalho são: analisar se os sufixos -eiro e -ista são concorrentes; observar qual é o type mais frequente (sufixo -eiro ou -ista) para formar o agentivo na língua portuguesa; observar qual é o sufixo mais usado para formar agentivos no corpus oral e no corpus escrito de Itaúna; e verificar se o sufixo mais frequente é também o mais produtivo na formação de substantivos agentivos, na região de Itaúna. Nesta pesquisa, é feita a análise da frequência dos sufixos com objetivo de se verificar se a afirmação de Bybee (2001) acerca da frequência dos types fonológicos também se aplica às questões morfológicas; e de analisar se o type mais frequente também é o mais produtivo na formação dos novos agentivos, na região de Itaúna, conforme está previsto no modelo proposto por Bybee.

Para analisar a frequência do type, são usados os seguintes corpora: levantamento de agentivos com -eiro e -ista no Dicionário Eletrônico Houaiss (2001); levantamento da frequência de type (sufixos -eiro e -ista) em edições de quatro jornais de Itaúna no ano de 2005; levantamento da frequência de Type (sufixos -eiro e -ista) no corpus oral de Itaúna de Oliveira (2006); e para analisar a produtividade dos types (-eiro e -ista) foram aplicados testes de produção e identificação em 40 informantes da cidade de Itaúna/MG. Para selecionar os informantes que responderiam os testes, foram observados dois fatores sociais: as faixas etárias de 18 a 30 anos e de 31 a 55 anos; os gêneros masculino e feminino. Foram apresentadas evidências de que os sufixos -eiro e -ista ainda podem ser considerados concorrentes; o -eiro é o type mais frequente e foi considerado o mais produtivo. Visto que, o sufixo -eiro é o type mais frequente no levantamento feito no Dicionário Houaiss (2001) e é também o type mais frequente no corpus oral de Itaúna. Já no corpus escrito, o type mais frequente é o sufixo -ista. Oliveira (2006) testa a frequência de ocorrência de itens nos dois bancos de dados (oral/escrito) da cidade de Itaúna, utilizando o coeficiente de Spearman. Nesse teste, ele verifica que a frequência dos dados da fala, isso indica, portanto, que o uso do -ista é marcador de prestígio. Essa constatação de prestígio do



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

sufixo -ista pode ser reforçada se for observado o aumento da frequência de uso desse type no sexto teste, principalmente, se essa frequência for comparada à verificada no primeiro teste produção. Parece que o número de agentivos com -ista aumenta à medida que os informantes tomam consciência do processo de formação de substantivos agentivos no decorrer dos testes. Apesar de muitos informantes demonstrarem não perceber o prestígio do sufixo -ista, ao serem confrontados ou questionados.

ortanto, a afirmativa de Joan Bybee a respeito do type fonológico parece se aplicar parcialmente a questões morfológicas, pois o type mais frequente é o type mais produtivo para formar substantivos agentivos na região de Itaúna. No entanto, outros fatores como o prestígio ou não atribuído ao sufixo ou à palavra também influenciam na produtividade do sufixo e na formação de novas palavras.

BASÍLIO, Margarida. O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In *Flores Verbais*. Org. HEYE Jürgen -PUC RIO.; Rio de Janeiro: dist. Nova Fronteira S.A., 1995. p. 177-192.

BASÍLIO, Margarida. Questões clássicas e recentes na delimitação de unidades lexicais. *Revista Palavras*. Departamento de Letras PUC-Rio. N°5. Rio de Janeiro: Vozes. 1999, p. 9 -18.

BYBEE, Joan. Morphology: a study of the relation between meaning and form. Philadelphia: Benjamins, 1995.

BYBEE, Joan. *Phonology and Language Use*. Cambridge Studies in Linguistics: Cambridge University Press, 2001.

GONÇALVES, Carlos Alexandre; YACOVENCO, Lílian Coutinho; COSTA, Raquel G.R. Delimitando as formas x-eiro no português do Brasil. In. *Revista Palavras*. Departamento de Letras PUC - Rio. N° 5. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 115-139.

HOUAISS, Antônio - *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. Editora Objetiva Ltda, 2001.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MELO, Maria de Fátima Benício de. Possibilidades de Formação das palavras em português com o sufixo -eiro. In: *Flores Verbais*. Org. HEYE Jürgen -PUC RIO.; Rio de Janeiro: dist. Nova Fronteira S. A., 1995. p. 293 - 304.

OLIVEIRA, Alan Jardel. *Variação em itens lexicais terminados em /l/ + vogal na região de Itaúna/ MG*. 2006. 211 f. Dissertação (Mestrado em Estudos lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

### Variação em itens lexicais com sílaba final /l/ + vogal na região de Itaúna/MG

Alan Jardel de Oliveira

alanjardel@gmail.com  
Faculdade Pitágoras

Este trabalho apresenta os resultados do estudo realizado em Oliveira, A. J. (2006) sobre o fenômeno variável ocorrido em itens lexicais terminados em sílaba átona formada por /l/+vogal na região de Itaúna/MG. Nesses itens, foram identificadas 4 variantes, sendo elas: 1) uma variante no qual a sílaba /l/+vogal ocorre de forma plena, como no exemplo

“quando não era [eli] (ele) (...)”; 2) uma variante no qual ocorre um apagamento da vogal seguinte ao [l], como no exemplo “minha mãe nunca foi na [iskul] (escola) por minha causa.”; 3) uma variante no qual, além do apagamento da vogal, ocorre uma velarização do segmento lateral, como no exemplo “era mais [tr ãkwil] (tranqüilo)” e 4) uma variante no qual ocorre um apagamento total da sílaba, como no exemplo “teve [ake] (aquela) virada”. O estudo foi feito à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista, conforme Labov (1972), segundo o qual as línguas humanas são inerentemente variáveis e sujeitas a mudanças. Além disso, foram considerados os pressupostos da *fonologia de uso*, conforme Bybee (2001), com atenção especial à interferência da frequência de ocorrência do item lexical nos processos de variação e mudança lingüística, aspecto normalmente não considerado nos estudos em sociolinguística variacionista.

A partir da identificação das variantes em entrevistas realizadas com 16 falantes na cidade de Itaúna, distribuídos entre jovens/adultos e homens/mulheres, compôs-se um banco de dados de 6.616 ocorrências, coletadas a partir de entrevistas e testes. O objetivo principal do estudo foi a identificação e análise da influência de determinadas variáveis independentes na variabilidade encontrada na fala da comunidade pesquisada. Como variáveis independentes sociais, foram considerados o *gênero*, a *faixa etária* e o *estilo*. Como variáveis internas, foram considerados o *contexto seguinte*, o *contexto anterior*, a *vogal da variável*, a *tonicidade*, a *classe do item*, a *classe do item seguinte* e a *presença de /S/ na sílaba*. Além destas variáveis, foram consideradas também as variáveis *indivíduo*, *freqüência de ocorrência* e o *item lexical*. A identificação das variantes em análise pôde ser feita a partir da análise acústica dos dados de fala coletados em Itaúna. A análise acústica, além de permitir tal identificação, trouxe-nos indícios de que os processos variáveis analisados podem ser caracterizados como foneticamente graduais, dada a presença de variantes intermediárias, cuja produção encontrava-se entre duas variantes categorizadas.

A análise quantitativa foi feita com apoio do software SPSS 13 utilizando-se, principalmente, o modelo de *regressão logística*, conforme Hosmer; Lemeshow (2000) (tal modelo corresponde ao modelo implementado nos softwares *Varbrul 2S* e *GoldVarb* (v. 2001 e v. 2005), amplamente utilizados nos estudos variacionistas). Uma análise comparativa entre os softwares *SPSS 13* e *GoldVarb 2005* permitiu demonstrar que os resultados obtidos por ambos os softwares são bastante semelhantes. A opção pelo SPSS se deu, entre outras coisas, pela possibilidade de identificação da significância entre os fatores em uma variável, possibilitada pelo teste de *Wald* (Cf. HOSMER; LEMESHOW, 2000); pela possibilidade de utilização de outros métodos de análise quantitativa, como o *CART* (Cf. BREMAN, 1993) e o *coeficiente de correlação de Spearman*; pela facilidade de identificação da interação entre variáveis independentes e pela possibilidade de incluir variáveis independentes com muitos fatores, como no caso da variável *item lexical*, que apresentava 150 fatores.

Com relação ao efeito das variáveis sociais *gênero* e *faixa etária*, os testes mostraram a ocorrência de interação entre tais variáveis. Devido à ocorrência de efeitos em interação, foi realizada uma análise simultânea a partir do agrupamento de tais variáveis. A análise indicou favorecimento de variantes mais inovadoras entre homens jovens e favorecimento de variantes mais conservadoras entre mulheres jovens. Os falantes adultos manifestaram comportamentos mais centrais, com tendência à utilização de variantes mais



inovadoras por homens adultos. Os resultados indicaram que apesar de o grupo social ser determinante, o comportamento individual também determina o uso das formas em variação na cidade de Itaúna, conforme já estudado em Oliveira, M. A. (1995, 1997, entre outros). A análise dos comportamentos individuais por reagrupamentos gerados pelo método CART mostrou resultados diferenciados dos obtidos a partir de uma estratificação social. Isso indica a interferência de outras características sociais ou individuais que não as mensuradas no estudo.

Com relação às variáveis lingüísticas, identifica-se a influência do contexto fonético seguinte, dada por distribuição complementar, na ocorrência das variantes observadas. O apagamento da vogal final é favorecido por um contexto vocálico seguinte; o apagamento total da sílaba é favorecido por um contexto seguinte consonantal; e a variante velarizada é favorecida pela pausa seguinte. A análise da variável *classe do item* mostrou que o processo de apagamento da vogal final é um processo mais geral na língua, na medida em que atua indistintamente nas diferentes classes. Diferentemente, os processos de *velarização* e de *apagamento da sílaba* são mais favorecidos em itens pronominais. Entretanto, tais processos parecem também estar se alastrando para classes não-pronominais, como pode ser comprovado, por exemplo, em ocorrências como *escó*, para escola, e *fá*, para fala, entre outros. Com relação à variável *vogal da variável*, foi possível mostrar que a altura da vogal influencia no seu apagamento, já que vogais mais altas (e, portanto, mais reduzidas) são mais apagadas. Com relação à variável *presença de /S/ na sílaba*, os resultados indicam que a presença do /S/ favorece o cancelamento da sílaba e desfavorece o cancelamento da vogal final.

Além das variáveis sociais e lingüísticas, apresentam-se indícios da interferência da frequência de ocorrência do item na variação. Os testes realizados indicam que a chance de um item de alta frequência sofrer processos de apagamento corresponde a 3 vezes a chance de um item de baixa frequência sofrer tais processos. Esse resultado corrobora a hipótese da *fonologia de uso* (BYBEE, 2001) de que, em processos foneticamente motivados, os itens de alta frequência de ocorrência estão mais sujeitos a processos de mudança do que os itens de baixa frequência.

Além da análise das variáveis independentes, foi realizado um *teste de avaliação*. Os resultados deste teste indicam que, nos fenômenos de apagamento da vogal e de velarização, não há associação entre a produção das variantes e a escolaridade de quem as produziu. Isso pode indicar que tais fenômenos não sejam socialmente estigmatizados e que, além disso, podem estar abaixo do *nível de consciência social* (Cf. LABOV, 1994). Com relação ao *apagamento da sílaba*, ao contrário das demais variantes, pôde ser identificada uma associação entre a variante e a baixa escolaridade do falante, o que revela estigma social para o *apagamento da sílaba* e a possibilidade desse fenômeno estar acima do *nível de consciência social*.

Este trabalho apresenta contribuições para o estudo dos processos de variação e mudança sonora no português do Brasil, especialmente relacionados ao processo de variação ocorrido nos itens terminados em sílaba átona formada por /l/+vogal. São apresentadas evidências de que características associadas ao uso, como a frequência de *token*, parecem também atuar, assim como fatores internos, nos fenômenos de etiologia fonética, caracterizados como “*regular sound change*” nos termos de Labov (1994); o que evidencia uma seletividade lexical. A identificação dos efeitos atribuídos às variáveis

sociais e lingüísticas, bem como influências atribuídas ao *indivíduo* e à *frequência de ocorrência do item*, permitiu uma análise ampla do que de fato atua no processo variável.

BREIMAN, Leo. *Classification and regression trees*. New York, N.Y.: Chapman & Hall, c1993.

BYBEE, Joan. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley. *Applied logistic regression*. 2nd ed. New York: Wiley, 2000.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford: Black Well, 1994.

OLIVEIRA, Alan Jardel. *Variação em itens lexicais terminados em /l/ + vogal na região de Itaúna/ MG*. 2006. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, Marco Antônio. O léxico como controlador de mudanças sonoras. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 36, p. 75-92, 1995.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Reanalizando O Processo de Cancelamento do ( R ) Em Final de Sílaba. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 70-97, 1997.

## Línguas em contato: novos caminhos

Nesta sessão coordenada, serão discutidos e avaliados recentes avanços na área da lingüística de contato. A sessão será organizada na seguinte forma:

1. Introdução. Apresentação resumida da trajetória da área de línguas em contato nas últimas décadas com ênfase nas pesquisas no Brasil. Destaca-se a importância desta área da sociolingüística para outras áreas da lingüística, tais como variação e mudança, aquisição da linguagem, ecolingüística e política de línguas.
2. Bilingüismo e bilingüidade. A partir da distinção essencial entre línguas em contato e línguas de contato será discutida a relevância, no âmbito de línguas em contato, do aspecto dinâmico do uso individual de duas línguas, i. e. da bilingüidade (HAMERS; BLANC, 1989; SAVEDRA, 1993; HEYE, 1997, 2003). Serão definidos vários aspectos desta distinção, tais como funções de uso, manifestações de (in)segurança lingüística, domínios de prevalência e trajetórias individuais e coletivos. Embora a distinção acima se manifeste também na área de línguas de contato (principalmente línguas francas pidgins e crioulas), este lado não será discutido nesta apresentação.
3. Medidas de bilingüismo e bilingüidade. Partindo de propostas de medição de diversos aspectos do desempenho bilíngüe (KELLY, 1969; HEYE, 1975) ficou claro que a maioria das medidas usadas no passado não são muito confiáveis. Procuramos, assim, outros caminhos para lidar com dados imprecisos e desenvolver um modelo mais adequado. Quer-se responder à pergunta: ‘X fala bem inglês?’ não com um ‘acho que sim’ mas com resposta quantitativamente adequada ao contexto da pergunta. Encontramos na lógica ‘fuzzy’ um modelo que possa servir potencialmente para respostas como a de cima. A lógica fuzzy tem sido usada com muito sucesso em diversas áreas da engenharia elétrica e na informática. A adaptação do modelo à medição do desempenho de falantes



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

bilíngües em situações comunicativas definidas pode fornecer novas ferramentas para que se responda à perguntas de grau de bilingüidade.

4. Codeswitching e línguas em contato. A troca de uma língua para outra dentro de um mesmo discurso pressupõe não somente que o ouvinte possui um grau de bilingüidade comparável ao do falante, mas também que o falante possui um conjunto de regras internalizadas que, por sua vez, determinam os pontos no discurso onde a troca é permitida pelo sistema lingüístico. Avalia-se uma série de propostas, algumas com abordagens gerativistas, outras cognitivistas, ainda outras funcionalistas (MYERS-SCOTTON, 1987; ROCHA, 1985; RICHARDSON, 2000). Embora ainda sem uma resposta definitiva, como mostra Porto (2006), a análise de diversas manifestações de codeswitching pode fornecer pistas importantes sobre o processamento e a manutenção de línguas em situações de contato.

GROSJEAN, F. *Life with two languages*. CUP, Cambridge, 1982.  
HAMERS, J.F.; BLANC, M.A. *Bilinguality and bilingualism*, CUP, Cambridge, 1989.

HEYE, J. *A sociolinguistic investigation of multilingualism in the Canton of Ticino, Switzerland*, Mouton, Haia, 1975.

HEYE J. Considerações sobre bilingüismo e bilingüidade: revisão de uma questão, *Revista "paLavra"*, 11, 30-39, PUC-Rio, 2004.

KELLY, L.G. *Description and Measurement of Bilingualism: an international seminar*. Toronto: University of Toronto Press, 1969.

### Avaliação de bilingüismo e bilingüidade

Jurgen Heye

jhey@terra.com.br  
PUC - Rio de Janeiro

Nosso objetivo é mostrar que o bilingüismo é um fenômeno relativo e deve ser analisado como tal. Em nossos estudos sobre bilingüismo, buscamos um posicionamento claro quanto à situação lingüística do bilíngüe, levando em consideração o ambiente e as condições em que o bilingüismo se desenvolve. A coexistência de línguas em espaços diferentes deve ser analisada segundo a condição particular dos indivíduos bilíngües. Esta condição é caracterizada pelo contexto e a idade de aquisição das línguas em questão, e pela variação de uso – função tópica – e ainda pela manutenção ou abandono das línguas em decorrência de fatores sociais e comportamentais (família, grupo social, escolaridade e ocupação profissional). Nessas condições específicas, os bilíngües adquirem dois códigos lingüísticos usados normalmente dentro de determinadas comunidades de fala. Como usuários de dois códigos, manifestam sua *bicompetência* lingüística, comunicativa e cultural. A nossa proposta é considerar a condição particular de indivíduos de forma *dinâmica*. A condição de bilíngüe se modifica na trajetória de vida dos falantes e assume diferentes contornos em relação aos domínios e à variação de ambas as línguas. A coexistência de duas (ou mais) línguas, num mesmo espaço social, deve ser analisada de acordo com os diferentes contornos (estágios) de bilingüismo que se definem em diferentes momentos da vida dos falantes.

Esses estágios são estabelecidos pelas funções de uso das

línguas em contextos e situações distintas (familiar, social, escolar, profissional, etc.)

Com essa perspectiva em mente, propomos uma distinção terminológica entre bilingüismo e bilingüidade. Pelo primeiro, entendemos a situação em que coexistem duas línguas em um mesmo espaço social (comunidade de fala), i.e. o uso de duas línguas é compartimentalizado situacionalmente. Por bilingüidade, entendemos os diferentes estágios distintos de bilingüismo pelos quais os indivíduos bilíngües passam na sua trajetória de vida. Estes estágios são percebidos como situacionalmente fluidos e definem de forma dinâmica a bicompetência lingüística, comunicativa e cultural em diferentes épocas e situações de vida. As dimensões de bilingüismo foram descritas em Hamers; Blanc, (1989,12-15) e em Heye (1979, p. 213-215).

Alguns fatores são considerados características de situações bilíngües: a própria comunidade de fala, os papéis e funções sociais, o status relativo dos falantes e das línguas em pauta, o tópico e o domínio social. Partimos das dimensões de bilingüismo para chegarmos aos estágios de bilingüidade que são responsáveis pela fluidez das situações de bilingüismo. Fatores ligados à aquisição, ao domínio e à variedade de cada língua usada em diferentes situações determinam o grau de bilingüidade. Para avaliar os diferentes graus de bilingüidade em fases distintos de vida são considerados, entre outros, dimensões como: idade e contextos de aquisição das línguas e domínio funcional de uso de ambas as línguas em ambientes e situações comunicativos diversos.

De um modo geral, a situação apresentada pelo contexto de aquisição (aquisição simultânea [Lab], aquisição consecutiva [La+Lb], aquisição consecutiva posterior via ensino [LM+LE]) não apresenta estabilidade na trajetória de vida dos falantes. Ela muda de acordo com a variabilidade de uso funcional de cada uma das línguas e isto pode indicar, em certas épocas de vida do falante, uma dominância de uma língua sobre a outra. Esta variabilidade de uso não é uniforme em todos os domínios comunicativos, varia conforme fatores sociais e de comportamento. Assim, propomos a identificação destes domínios para que se possa analisar e medir os diferentes graus de bilingüidade nas diversas situações comunicativas em falantes bilíngües.

Como uma possível abordagem à medição de graus de bilingüidade tem-se considerado a lógica "fuzzy" que, embora desenvolvida para resolver outros tipos de questões, se mostra bastante promissora.

GROSJEAN, F. *Life with two languages*. CUP, Cambridge, 1982.

HAMERS, J. F.; M. A. BLANC. *Bilinguality and bilingualism*. CUP, Cambridge, 1989.

HEYE, J. *Multilingualism and language maintenance in the Canton of Ticino, Switzerland*. Mouton, Haia, 1975.

HEYE, J. Considerações sobre bilingüismo e bilingüidade: revisão de uma questão. *Revista 'paLavra'* 11, 30-28, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

KELLY, L.G. *Description et mesure du bilinguisme*. University of Toronto Press, Toronto, 1969.

MACNAMARA, J. How can one measure the extent of a person's bilingual competence? In: KELLY, 1969, 79-97.

### Coder-switching: perspectivas multidisciplinares

Renata Sobrino Porto de Oliveira



reporto@let.puc-rio.br  
PUC - Rio de Janeiro

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma sistematização e avaliação bibliográfica da literatura internacional em *code-switching* através da apresentação e caracterização de suas principais linhas de pesquisa, ressaltando as obras de referência e os caminhos apontados por cada abordagem. A necessidade da apresentação estruturada dos diversos aspectos do *code-switching* encontrados na literatura sobre línguas em contato se deve ao fato de que a pesquisa sobre este fenômeno é incipiente no Brasil e o acesso ao material é ainda restrito à academia brasileira. Neste trabalho, busca-se mostrar o deslocamento necessário que a pesquisa sobre este fenômeno tem passado desde seus primeiros pesquisadores, cujo objetivo principal era elaborar tipologias funcionais exaustivas sobre as funções do *code-switching*; até o momento atual, em que se tem relacionado este fenômeno às intenções pragmáticas do falante, considerando-o uma estratégia comunicativa de alta relevância no discurso.

Os sociolinguistas em geral descrevem o uso individual da linguagem no *code-switching* através da classificação dos enunciados de acordo com suas diferentes funções lingüísticas e/ou pragmáticas. Muitos pesquisadores da área de línguas em contato se voltaram ao estudo das funções sócio-pragmáticas a que o *code-switching* pode vir a servir no discurso. Nesta abordagem, encontramos uma vertente mais expressiva que tem buscado elaborar tipologias funcionais do *code-switching* (GUMPERZ, 1982; GROSJEAN, 1982; APPEL; MUYSKEN, 1987; KOZIOL, 2000; RICHARDSON, 2000). É importante ressaltar, contudo, que este tipo de enfoque é descritivo, ou seja, refere-se a um determinado *corpus* encontrado em cada um destes estudos, podendo ser, deste modo, sempre expansível.

Tais tipologias, ainda, têm sido questionadas por alguns pesquisadores, como por exemplo, Auer (1984, p. 3), para quem nunca será possível escrever uma lista exaustiva das funções do *code-switching*. Auer afirma que “é uma empreitada fútil dar um esquema classificacional fechado para o *code-switching*, pois se pode chegar a um número indeterminado de interpretações”. O próprio Gumperz (1982, p. 82), consciente das limitações de tais tipologias, aponta que “uma lista de funções não pode por si mesma explicar quais as percepções lingüísticas dos ouvintes e como elas afetam o processo de interpretação”. Regras generalizadas não são suficientes para dar conta das funções do *code-switching*. Portanto, o autor sugere: “Mais que tentar refinar nossa classificação de funções, para ser capaz de prever a ocorrência de códigos, parece mais útil adotar uma abordagem mais semântica ao *code-switching* e examinar como o *code-switching* restringe os processos de inferência pelos quais nós acessamos a intenção comunicativa” (GUMPERZ, 1982, p. 83-84). Em consonância com o autor, acreditamos que, dentre as diversas funções apresentadas na literatura em línguas em contato, algumas delas se repetem, são desnecessárias ou mesmo inadequadas para descrever o emprego do *code-switching*, como mostraremos neste trabalho. Com base em nossos dados próprios e na análise das propostas destes autores, acreditamos ser possível uma reclassificação e enxugamento destas funções, embora sintamos necessário ressaltar que tal tipologia ainda apresentaria lacunas, por se aplicar somente a uma abordagem descritiva aos dados lingüísticos já encontrados.

Ao mesmo tempo, enfatizamos que uma abordagem tal como a iniciada por Myers-Scotton (1993) se propõe a preencher a lacuna deixada pela pesquisa anterior, de base estritamente classificatória. Ao elaborar um modelo teórico para explicar as motivações sócio-psicológicas da alternância entre códigos com base na noção de marcação, a autora adotou o que Gumperz (1982, p. 83) chamou de “uma abordagem mais semântica ao *code-switching*”. Ainda, ao enfatizar que escolhas particulares de código são dirigidas principalmente pelas motivações dos falantes, ela voltou seu foco para a intenção comunicativa do falante, como propusera o pesquisador.

Segundo Myers-Scotton, cada código relaciona-se a um grupo particular de direitos-e-obrigações, ou seja, aos traços situacionais salientes para cada interação, que dizem respeito às atitudes e expectativas dos falantes em relação uns aos outros. Assim, o código associado mais freqüentemente a um grupo de direitos-e-obrigações representa a escolha não-marcada para aquela interação particular. O falante leva em conta aspectos da situação, mas a escolha final depende da relação que se deseja codificar. Assim, enquanto descrições anteriores buscavam relacionar as escolhas dos falantes diretamente a fatores situacionais, podemos afirmar que o modelo de Myers-Scotton dá um passo adiante ao centrar-se no falante.

Inspirada no Princípio de Cooperação de Grice (1975), a autora postulou o *Princípio de Negociação*, que reflete a escolha do falante a respeito do grupo de direitos-e-obrigações adequado para a relação que se deseja estabelecer. Myers-Scotton propõe cinco máximas decorrentes deste princípio, que, por sua vez, prevêem quatro tipos de *code-switching*. Cada um dos tipos de *code-switching* propostos pela pesquisadora engloba grupos mais gerais de motivações, e sua escolha está sempre centrada no falante. Deste modo, a autora preencheu as lacunas da proposta classificatória iniciada por Gumperz, e centrou sua análise no falante e no ouvinte, seguindo à risca seu conselho de “examinar como o *code-switching* restringe os processos de inferência pelos quais nós acessamos a intenção comunicativa”. Myers-Scotton fundamentou a análise do *code-switching* como um fenômeno interacional que traz informação contextual relevante para o discurso, caminho prenunciado por Auer (1984) e seguido por Zentella (1997) e Woolard (2004), entre outros. Acredita-se que esta é a tendência que a pesquisa sociolingüística sobre o *code-switching* deve tomar a partir de agora, buscando a elaboração não somente de uma lista descritiva de suas funções, mas de um modelo teórico explicativo e principalmente preditivo das instâncias de *code-switching* no discurso bilíngüe.

APPEL, R.; MUYSKEN, P. *Language contact and bilingualism*. London: Edward Arnold.; 1987.

AUER, P. *Bilingual conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Ed.) *Syntax and Semantics III: Speech acts*. New York: Seminer Press, 1975. p. 41-58

GROSJEAN, F. *Life with two languages: an introduction to bilingualism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1982.

KOZIOL, J. M. *Code-switching between Spanish and English in contemporary American society*. Monografia (Inglês e Língua Estrangeira). St. Mary's College of Maryland. Maryland, 2000.

MYERS-SCOTTON, C. *Social motivations for codeswitching: Evidence from Africa*. Oxford: Clarendon Press, 1993.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

RICHARDSON, V. C. H. *Portu-English: análise de code-switching português-inglês no discurso coloquial de uma família bilíngüe*. Dissertação de Mestrado (Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

WOOLARD, K. Codeswitching. In: DURANTI, A. (Ed.) *A companion to linguistic anthropology*. Malden, MA: Blackwell, 2004. p. 73-94.

ZENTELLA, A. C. *Growing up bilingual*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 1997.

### Medir bilingüismo com lógica fuzzy

Ana Claudia Peters Salgado

ana.peters@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Os primeiros estudos sobre bilingüismo tratam desse fenômeno como se fosse um fenômeno absoluto. Surgem propostas teóricas e metodológicas que divergem em suas classificações e definições do que seja “competência lingüística”, domínio e função de uso das línguas, e apresentam diferentes tipos e conceitos de bilingüismo. Heye (2003) propõe a análise do bilingüismo como fenômeno relativo “buscando um posicionamento claro quanto à situação do bilíngüe, levando em consideração o ambiente e as condições onde o bilingüismo se desenvolve”.

Ainda segundo Heye (2003), os estudos isolados sobre bilingüismo “começam a escassear com o trabalho de Mackey (Cf. FISHMAN, 1968), quando fica reconhecida a necessidade de análise do bilingüismo numa perspectiva interdisciplinar, a fim de que se possa compreender a complexa relação psicológica, lingüística e social do bilingüismo”. Surgem, então, estudos em nível ‘macro’, com a integração de outras disciplinas (Psicolingüística, Neurolingüística, Sociolingüística, e Lingüística Aplicada). Na área de Psicolingüística, afloram os estudos quanto à relação linguagem e pensamento e os questionamentos acerca das teorias de aquisição da linguagem.

Kelly (1969) discute que quando o bilingüismo entra na atividade humana, os problemas não são somente lingüísticos, ou sociais, ou psicológicos; eles podem interessar a muitos campos do conhecimento relacionados à atividade humana – a qualquer uma das ciências humanas. Isto porque quando o bilingüismo “entra nas atividades do homem” estamos falando de bilingüidade. E é por estar relacionada às atividades humanas que “a condição de bilíngüe se modifica na trajetória da vida dos indivíduos e assume diferentes contornos em relação ao domínio e à variação de uso de ambas as línguas.” (SAVEDRA, 1994, apud HEYE, 2003, p. 35). Assim, temos que tomar o bilingüismo em sua expressão particular nos indivíduos bilíngües de forma dinâmica.

Nossa proposta aqui é analisarmos teórica e numericamente a bilingüidade. E “para determinar o estágio de bilingüidade dos indivíduos, nas diferentes fases da sua vida, propomos a análise das seguintes dimensões: a) o contexto e a idade de aquisição de ambas as línguas; e b) o domínio funcional de uso de ambas as línguas, por ambiente comunicativo.” (HEYE, 2003, p. 35). Para esse estudo, tomaremos a situação de aquisição formal de L2, ou seja, quando uma língua (L2) é adquirida posteriormente a outra, depois de a primeira ter sido maturacionada, teremos pois

a situação de bilingüismo do tipo LM+LE (língua materna + língua estrangeira). Dentro desta perspectiva, estamos definindo como elementos diferenciadores do contexto de aquisição de duas línguas: *a idade e a maturidade lingüística*. Ao optarmos por medir a manifestação dinâmica do bilingüismo – a bilingüidade – que é mutável, flexível e instável, e apresenta um grande número de variáveis, nos defrontamos com uma nova questão: como medir? Como “capturar” ou fixar numericamente, pela estatística ou por conceitos matemáticos tradicionais, esse conceito que por si só já é bastante fluido e variável?

A nossa proposta é utilizar a *Fuzzy Logic* (ZADEH, 1965) como ferramenta para medir bilingüidade porque: i) coordena aspectos do conhecimento objetivo e aspectos do conhecimento subjetivo; ii) oferece possibilidades de uma análise combinatória de diferentes aspectos e categorias que possam levar a um modelo de medição de bilingüidade; iii) leva a diferentes mapeamentos desse fenômeno; e, iv) considera, ou introduz “incertezas” nesses mapeamentos.

Tanscheit (2003) explica em seu Tutorial *Sistemas Fuzzy*: “nós, seres humanos, somos capazes de lidar com processos bastante complexos, baseados em informações imprecisas ou aproximadas. A estratégia adotada pelos operadores humanos é também de natureza imprecisa e geralmente possível de ser expressa em termos lingüísticos. A Teoria de Conjuntos Fuzzy e os Conceitos de Lógica Fuzzy podem ser utilizados para traduzir em termos matemáticos a informação imprecisa expressa por um conjunto de regras lingüísticas”. Se um operador humano for capaz de articular sua estratégia de ação como um conjunto de regras da forma *se ... então*, um algoritmo passível de ser implementado em computador pode ser construído. O resultado é um sistema de inferência baseado em regras, no qual a Teoria de Conjuntos Fuzzy e Lógica Fuzzy fornecem o ferramental matemático para se lidar com as tais regras lingüísticas.

A Teoria de Conjuntos Fuzzy foi concebida por L.A. Zadeh com o objetivo de fornecer um ferramental matemático para o tratamento de informações de caráter impreciso ou vago. A *Fuzzy Logic*, por coordenar aspectos do conhecimento objetivo e aspectos do conhecimento subjetivo, provê um enorme número de possibilidades para que um fenômeno ocorra. Assim, de acordo com a *Fuzzy Logic*, um indivíduo pode ser considerado, ao mesmo tempo, bilíngüe e não bilíngüe, dependendo dos aspectos contextuais a serem considerados. Para esse estudo, tomaremos o contexto em que crianças, falantes de português, estão em processo de aquisição de uma L2 (inglês).

HEYE, J. *Considerações sobre bilingüismo e bilingüidade: revisão de uma questão*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Revista Palavra, 2003, v 11, p. 30-38.

KELLY, L. G. *Description and Measurement of Bilingualism: an international seminar*. Toronto: University of Toronto Press, 1969.

MACKEY, W. F. *The description of bilingualism*. in: FISHMAN, J. A. (Ed.) *Readings in the sociology of language*. Haia: Mouton, 1968, p. 555-584.

SAVEDRA, M. M. G. *Bilingüismo e bilingüidade: o tempo passado no discurso em língua portuguesa e alemã*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, Tese de Doutorado, 1994.

TANSCHHEIT, R. *Sistemas Fuzzy*. VI Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente

(SBAI '03), Minicurso (35 p.), Bauru, SP, setembro, 2003.

ZADEH, L.A. “*Fuzzy Sets*”. *Information and Control*, v. 8: p. 338-353, 1965.





## A inversão sujeito-verbo e a concordância verbal no PB

Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott

monguilhot@ufam.edu.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

## Estudo diacrônico da inversão sujeito-verbo no PB: fenômenos correlacionados

Nosso objetivo, nesta Sessão Coordenada, é discutir três fenômenos sintáticos, aparentemente, correlacionados com a ordem do sujeito no Português do Brasil (PB): concordância verbal, preenchimento ou não do clítico se e marcação de foco sentencial. Para tanto, articulam-se pressupostos de dois quadros teóricos: de um lado, os pressupostos da teoria da variação e mudança (Cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968 e LABOV, 1982, 1994, 2001) assim como a proposta de gramáticas em competição, formalizada por Anthony Kroch (1989, 1994, 2001); de outro lado, os pressupostos da teoria gerativa, mais especificamente aqueles atrelados ao Programa Minimalista (Cf. CHOMSKY, 1998, 1999). De posse da descrição e análise de cada um dos fenômenos, pretendemos verificar se o português do século XIX e o do século XX podem ser considerados sistemas diferentes, no que diz respeito à inversão sujeito-verbo, como um caso de competição de gramáticas, nos termos de Anthony Kroch (1994, 2001).

BERLINCK, Rosane. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Campinas, 1988. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1988.

BERLINCK, Rosane. *La position du sujet en Portugais: étude diachronique des variétés Brésilienne et Européenne*. Un Leuven / Campinas, 1995. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1995.

KROCH, Anthony. Morphosyntactic variation. In: BEALS et al (Ed.) *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society* (Vol 2): The Parasession on Variation in Linguistic Theory. 1994.

KROCH, Anthony. Syntactic Change In: BALTIN; COLLINS (Ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts. USA: BlackWell. 2001.

COELHO, Izete Lehmkuhl. *A posposição do sujeito em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Florianópolis, 2000. Tese de Doutorado, UFSC, 2000.

CHOMSKY, N. *The minimalist Program*. MIT Press, London, England, 1995.

KATO, M. A. The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese. *Revista do GEL*. N. Especial, 2002a, p. 157-186.

LABOV, W. *Principles of linguistic change - Internal factors*. Cambridge: B. Blackwell, 1994.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. Florianópolis, 2001. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2001

WEINREICH, U; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN; MALKIEL (Ed.) *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press, 1968.

Pretendo, neste trabalho, investigar o percurso diacrônico da concordância verbal correlacionando-o à inversão sujeito-verbo no PB em uma amostra de peças de teatro de autores catarinenses dos séculos XIX e XX. Baseando-me nos resultados de fala de Monguilhott (2001), espero encontrar evidências que confirmem minha hipótese de que a marcação da concordância verbal está atrelada à ordem anteposta SV(O), ordem que vem ficando cada vez mais enrijecida no PB (Cf. BERLINCK, 1988, 1995; ZILLES, 2000; COELHO, 2000). A concordância, neste caso, passa a ser obrigatória, pois o argumento se desloca para a posição de especificador, lugar onde os traços de concordância são checados. Por outro lado, a não marcação da concordância verbal se correlaciona à VS inacusativa, no PB atual. Neste caso, a concordância se mostra variável, pois o argumento permanece na posição de complemento. Para testar a correlação entre concordância verbal e inversão sujeito-verbo, pauto-me nos resultados de Monguilhott (2001). Neste estudo, Monguilhott verifica que a inacusatividade se apresenta como ambiente favorecedor da não-marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural. Além do tipo categorial do verbo, os grupos traço humano no sujeito e posição do sujeito em relação ao verbo também foram selecionados como relevantes para a concordância verbal, com os resultados apontando que SNs com traços menos humanos e pospostos tendem à não marcação da concordância. A partir de alguns cruzamentos estatísticos entre as ordens SV/Vs e o traço humano no sujeito, a autora constatou uma hierarquia bastante clara para estes grupos de fatores em que os SNs antepostos são ambientes favorecedores de marcas explícitas de concordância no verbo, ao contrário dos SNs pospostos que apresentam maior probabilidade da marca zero de concordância, independente do traço semântico do SN. Entretanto, na oposição [+humano] versus [-humano], a autora observa que o SN que apresenta traço [+humano], tanto na anteposição quanto na posposição, apresenta também maior incidência de marcas de concordância e, quando apresenta traço [-humano], a incidência de marcas zero de concordância é que aumenta. Ao relacionar esse resultado com as possibilidades de seleção argumental dos verbos, a autora constata que verbos inacusativos admitem tanto o sujeito com traço [-humano], quanto o sujeito com traço [+humano] para figurar como argumento, já o verbo intransitivo admite apenas o argumento [+humano]. Diante disso, verifica-se a relação existente entre inacusatividade e traço [+/- humano] no sujeito: enquanto os intransitivos selecionam apenas argumentos com traços mais humanos, os inacusativos selecionam argumentos com traços mais ou menos humanos, o que também se mostrou fator relevante para a variação na concordância verbal. Além desta co-variação, foi observada a relação entre inacusatividade e posposição do sujeito. Os verbos inacusativos, diferentemente dos intransitivos, apresentam grande possibilidade de terem seus sujeitos pospostos; contexto também favorecedor da não concordância. Os resultados da autora indicam uma co-variação entre seleção argumental dos verbos estudados,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ordens SV/VS e traço semântico do SN: argumento interno gerado na posição de complemento do verbo (que poderia ser mais ou menos humano), diferentemente dos intransitivos que selecionam também um só argumento, no caso um argumento externo, figurando na posição de especificador do verbo, mas que, necessariamente, apresenta traços mais humanos. A autora evidencia, ainda, que as possibilidades de posposição e de seleção argumental estão diretamente relacionadas à transitividade do verbo: uma questão de co-ocorrência. Diante destes resultados, espero poder explicar a distribuição entre concordância obrigatória em SV(O) e não obrigatória em VS a partir da força dos traços dos SNs que figuram como argumentos externos e internos (Cf. COELHO, 2006).

BERLINCK, Rosane. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Campinas, 1988. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1988.

BERLINCK, Rosane. *La position du sujet en Portugais: étude diachronique des variétés Brésilienne et Européenne*. Un Leuven / Campinas, 1995. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1995.

COELHO, Izete Lehmkuhl. *A posposição do sujeito em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Florianópolis, 2000. Tese de Doutorado, UFSC, 2000.

COELHO, Izete Lehmkuhl. *Variação e mudança da inversão sujeito-verbo no PB: a ordem linear*. Florianópolis, 2006 (mimeo).

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. Florianópolis, 2001. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2001

ZILLES, Ana Maria Stahl. *A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS. v. 35, n. 1, p. 75-96, março de 2000.

### A inversão sujeito-verbo e a posição de foco sentencial no PB

Izete Lehmkuhl Coelho

izete@cce.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Neste trabalho, pretendo descrever e analisar a variação e mudança de dois fenômenos sintáticos, aparentemente, correlacionados: ordem e foco sentencial. Os objetivos específicos são complementares, a saber: (i) caracterizar e explicar as motivações que condicionam as ordens sujeito-verbo-complemento e verbo-sujeito-complemento (SV(O)/VS(O)) em dois diferentes momentos do Português de Santa Catarina (séculos XIX e XX), buscando observar, a partir do levantamento de grupos de fatores, se há indícios de mudança em tempo real; (ii) correlacionar o fenômeno da ordem do sujeito com a posição de foco sentencial, com o intuito de discutir as ordens derivadas de SVO ao longo dos séculos; (iii) verificar, através da frequência de uso, se as diferenças sintáticas encontradas nos diferentes séculos são indícios de competição de sistemas (ou de gramáticas), nos termos de Anthony Kroch (1994, 2001). Os resultados estatísticos a respeito das (im)possibilidades de ordens SV(O)/VS(O) em textos de autores catarinenses, ao longo dos séculos XIX e XX, apontam para as seguintes direções:

1) A ordem do sujeito, no século XIX, é variável e no final do século XX, uma restrição de natureza lexical estaria impe-

dindo a variação: (i) construções com verbos (in)transitivos apresentam uma ordem SVO basicamente fixa. Essa ordem poderia ser explicada através do axioma da ordem linear (LCA), considerando a restrição de c-comando entre sujeito e de complemento; (ii) construções com verbos inacusativos permitem variação das ordens sujeito-verbo/verbo-sujeito (ou verbo-complemento), por ser a posição de complemento a posição de base de um argumento interno (único argumento de um verbo inacusativo).

2) No século XIX, o português admite construções V1 e V2, sem restrição. Já no final do século XX, o PB prefere V2 a V1, com a posição à esquerda do verbo preenchida. Uma explicação para as construções V2, muito frequentes no PB atual, poderia vir de Kato (2002b). A autora diz que deve haver uma espécie de filtro prosódico, na interface PF, licenciando construções com um argumento preenchendo a posição à direita do verbo (e não dois). É essa a explicação que a autora dá para construções transitivas ainda possíveis (mas raras) como *Me disse o João*. Estes fatos também estariam relacionados à condição de o PB estar evitando construções V1. Para Kato, o PB prefere o padrão XVY, podendo X e Y figurarem como constituintes gramaticais, ou na sua ausência, como elementos discursivos. Quando um verbo seleciona dois argumentos, um deles deve se mover, necessariamente, para uma posição à sua esquerda.

3) Com relação às construções de foco identificacional e informacional, o português do século XIX permitia ambos na ordem VS, mas o português do século XX, quando o foco recai no sujeito (foco informacional), prefere a ordem SV. Essa diferença pode ser explicada através da marcação de foco. Quando o foco recai no sujeito, o chamado foco informacional, a ordem SVO é a preferida, em especial quando os verbos são (in)transitivos. Entretanto, quando o foco é apresentacional, isto é, quando é apresentada uma situação (foco na sentença inteira), a construção admite as duas possibilidades de posição: a ordem VSO, do português do século XIX, e a ordem SV(O).

4) Sabe-se que, no percurso de uma mudança, as formas antigas não desaparecem imediatamente de uma língua, mas são substituídas pelas formas novas gradualmente. Esse percurso parece mostrar diferentes gramáticas ou sistemas. Formas representativas de uma gramática do século XIX (com possibilidades de VSO em V1 ou V2) e formas de uma gramática do final do século XX (com uma ordem SVO rígida, e restrição V1) podem ser consideradas sistemas diferentes, como um caso de competição de gramáticas, nos termos de Anthony Kroch.

COELHO, I. L. A ordem V NP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica. *Letras de Hoje*. V. 35, n. 1, março de 2000, p. 47-73.

CHOMSKY, N. *The minimalist Program*. MIT Press, London, England, 1995.

KATO, M. A. The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese. *Revista do GEL*. N. Especial, 2002a, p. 157-186.

KATO, M. A. La gramática del portugués hablado: reflexiones sobre el uso de la lengua. In: CURCÓ, C.; COLÍN, M.; GROULT, N.; HERRERA, L. (Ed.) *CONTRIBUCIONES A LA LINGÜÍSTICA APLICADA EN AMÉRICA LATINA*. p. 363-378. México: CELE-UNAM, 2002b.

KATO, M. A.; TARALLO, F. Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects. Trabalho apresentado na *Georgetown RoundTable in Languages and Linguistics*, 1988.



KAYNE, R. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Massachusetts, London, England, 1994.

KROCH, A. Morphosyntactic variation. In: BEALS *et al.* (Ed.) *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society* (Vol 2): The Parasession on Variation in Linguistic Theory, 1994.

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN; COLLINS (Ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts, USA: Blackwell, 2001.

LABOV, W. *Principles of linguistic change - Internal factors*. Cambridge: B. Blackwell, 1994.

WEINREICH, U; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN; MALKIEL (Ed.) *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press, 1968.

## A inversão sujeito-verbo e a ordem linear do clítico se no PB

Marco Antonio Martins

marcobarcellos@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Há muito vem se falando que o Português do Brasil (PB) passa por um período de mudança (paramétrica) em sua estrutura mais abstrata (cf. ROBERTS 1993; assim como os demais textos do agora clássico *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*; entre outros, ROBERTS; KATO 1993). O objetivo deste trabalho, dentro dessa perspectiva, é contribuir para a descrição dessa mudança evidenciada a partir do estudo sintático-diacrônico do clítico *se*, no que se refere ao processo de alternância próclise/ênclise (mesóclise) desse clítico na(s) gramática(s) do português. Minha comunicação se desdobra em duas direções: (1) de um lado, apresentar um estudo diacrônico da alternância próclise/ênclise (mesóclise) do clítico *se* numa amostra extraída de um corpus de peças de teatro de autores catarinenses dos séculos XIX e XX; (2) de outro lado, verificar as possíveis correlações entre a posição do clítico *se* em relação ao verbo da estrutura e o fenômeno da inversão sujeito-verbo no PB. Muitos estudos vêm apontando para o fato de que o PB parece não mais aceitar o Verbo em primeira posição em sentenças finitas; ou, em outras palavras, parece que a gramática do PB vem perdendo as propriedades de uma língua V1. Segundo Torres Moraes (1993), o português do século XVIII apresentou os mesmos padrões de colocação do pronome complemento: próclise nas estruturas V2 e ênclise em V1 e nos dois casos preferia colocar o clítico em segunda posição (V2: XclV e em V1: Vcl, respectivamente). Em relação às estruturas V2, parece que o português prefere próclise, derivando a ordem XclVS enquanto que em estruturas V1 a ênclise é obrigatória. Para investigar essa correlação entre a ordem linear do clítico *se* e a inversão sujeito-verbo parto dos pressupostos da teoria gerativa, mais especificamente em sua vertente minimalista (cf. CHOMSKY 1998; 1999), a fim de atestar se a frequência de uso destes fenômenos superficiais pode evidenciar (ou ser evidência de) gramáticas em competição (dentro da proposta de Anthony Kroch 1989; 1994; 2001). Norteadado pela hipótese teórica de que em estruturas *verbo + se* o clítico e o verbo funcionam como uma unidade morfológica indissociável, diferentemente das estruturas

*se + verbo* (cf. GALVES 2001; GALVES & SÂNDALO 2004), buscarei delinear na diacronia evidências empíricas de que o *se* enclítico e o *se* próclítico possuem propriedades morfosintáticas distintas. Tais propriedades, por hipótese, no curso dos séculos, podem refletir um processo de variação e mudança entre a(s) gramática(s) do português: um sistema gramatical vigente no século XIX e um atual. No que se refere à proposta de gramáticas em competição, de acordo com Kroch, a diglossia e o bilingüismo são evidências de que um falante possui uma competência que abarca o domínio de diferentes sistemas lingüísticos. Dito de outro modo, o falante possui o domínio de mais de um sistema, ou de mais de uma gramática. Nesse sentido, a variação lingüística pode ser entendida, muitas vezes, como o reflexo de “escolhas” que são somente probabilisticamente influenciadas por fatores tais como o contexto e a situação. Conforme as asserções de Kroch, o conjunto de contextos que mudam ao mesmo tempo na estrutura de um sistema lingüístico não é definido pelo agrupamento de uma propriedade superficial, como o aparecimento de uma palavra ou de um morfema particular, mas pela estrutura sintática, cuja existência pode somente ser o produto de uma análise gramatical abstrata independente dos falantes. Nessa perspectiva, a reflexão sobre o processo de mudança lingüística é um convite à “garimpagem” de tais fenômenos “superficiais” em busca da origem, ou da fonte, de tal “desvio” no curso do sistema. Deste modo, a análise gramatical que define o contexto de uma mudança lingüística é bastante abstrata. Sumarizando, apresentarei nesta comunicação alguns resultados parciais de uma pesquisa que visa a “garimpar” (para retomar Kroch), numa mesma amostra diacrônica, a ordem linear do clítico *se* em relação ao verbo e o enrijecimento de uma ordem sujeito-verbo na(s) gramática(s) do PB, com vistas a evidenciar uma mudança mais geral (paramétrica) na gramática dessa língua.

CHOMSKY, Noam. *Derivation by Phases*. Cambridge; Mass: MIT Working Papers, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Minimalist Inquiries*. Cambridge; Mass: MIT Working Papers, 1998.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2001.

GALVES, Charlotte; SANDALO, Filomena. Clitic Placement in Modern and Classical European Portuguese. *MIT Working Papers in Linguistics* 47, p.57-85, 2004.

KROCH, Anthony. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variations and Change*, 1: p. 199-244. 1989.

KROCH, Anthony. Morphosyntactic variation. In: BEALS *et al.* (Ed.) *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society* (Vol 2): The Parasession on Variation in Linguistic Theory. 1994.

KROCH, Anthony. Syntactic Change In: BALTIN; COLLINS (Ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts: BlackWell, 2001.

ROBERTS, Ian. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp. 1993.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp. 1993. p. 263-306.



### Geo-sociolingüística no estado do Pará: variação fonética e mapeamento digital

O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados de pesquisa a partir de dados oriundos de estudos geo-sociolingüísticos implementados no Estado do Pará. O primeiro trabalho a ser apresentado dá ênfase à variação fonética do (r) no Estado do Pará, a partir de dados coletados para a construção do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), mais precisamente das seguintes cidades: Belém, Almeirim, Altamira, Bragança, Jacareacanga, Marabá, Óbidos e Soure. A metodologia utilizada para a coleta de dados, em todas as cidades citadas acima, está de acordo com o ALiB (2002). Isso favorece uma comparação mais segura dos resultados obtidos em cada cidade, visto que se utilizaram dados para cuja coleta se adotou o mesmo procedimento metodológico quando da coleta de dados. Não raro pesquisadores reclamam a necessidade de se sistematizar os dados de pesquisas produzidas no Brasil. Para alguns, isso se torna difícil visto que os procedimentos metodológicos adotados são diversificados. O uso dos dados do ALiB deve, de alguma forma, favorecer esse empreendimento há muito desejado pelos lingüistas brasileiros. O segundo trabalho apresenta a descrição da variação, mais especificamente da palatalização, a partir dos dados dos Atlas Lingüísticos já publicados no Brasil. Tem como objetivo, a partir da sistematização dos resultados obtidos, ensaiar uma hierarquia de palatalização para o Português do Brasil tomando por base a escala de soância. A esses resultados, são somados resultados dados de pesquisa implementada na cidade de Itaituba-PA. O recurso a esse último estudo se deve ao fato de essa localidade apresentar uma variação muito restrita no Português do Brasil, de acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, o que fortalece a hierarquia que se quer propor. Aqui os dados da pesquisa variacionista são articulados com pressupostos da teoria fonológica, mais especificamente da Fonologia de Geometria de Traços. Para finalizar, apresentam-se resultados relacionados à produção de recurso tecnológico que tem em vista facilitar a disposição de informações de pesquisas geo-sociolingüísticas, bem como otimizar o acesso a essas informações. Trata-se do programa denominada GeoLing, produzido na Universidade Federal do Pará em parceria com a Université de Toulouse. Esse programa se constitui uma proposta original no contexto brasileiro, pois não existe hoje, no Brasil, um programa computacional capaz de responder às metodologias geo-lingüísticas no sentido de mapear uma base de conhecimento da variação fonética ou lexical com a possibilidade de realizar uma estratificação social que leve em consideração um número significativo de informantes e variáveis sociais adotados nas diferentes localidades investigadas. O programa auxiliará o pesquisador em todas as etapas da confecção do mapeamento lingüístico. Também contribuirá na geração de mapas lingüísticos digitais com uma base de dados de texto e uma fonoteca de arquivos sonoros. O programa GeoLing se constituirá um instrumental útil para todo pesquisador da área de geo-lingüística que pretende otimizar o trabalho manual de organização, triagem, mapeamento, cruzamento de dados sociais e lingüísticos, geração de relatórios de base e socialização de conhecimentos. Essa socialização, por sua vez, trará contribuição inclusive para empreendimentos de políticas lingüísticas no sentido de que se poderá mostrar,

socializar, de forma atraente e inovadora, a riqueza da variação lingüística no Brasil por meio de ferramentas disponibilizadas pela tecnologia.

BHAT, D. N. S. A general study of palatalization. In: GREENBERG, J. S. (Ed.) *Universals of human language*. Stanford, C. A: Stanford university Press. 1978 (Phonology, v. 2), p. 47-92.

CAGLIARI, Luis Carlos. *A Palatalização em Português: uma investigação Palatográfica*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1974.

CLEMENTS, George N. *Place of Articulation in Consonants and Vowels: a Unified Theory*. Cornell University, 1991.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania. Press, 1972.

LIMA, Alcides. A pronúncia do /r/ pós-vocálico na cidade de Cametá-PA. In: RAZKY, Abdelhak (Org.). *Estudos Geo-sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém: Edição do autor, 2003, p. 55-178.

OLIVEIRA, Marilucia Barros de. *Manutenção e apagamento na fala de Itaituba-PA*. 2002. 130f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.

RAZKY, Abdelhak (Org.). *Estudos geo-sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém: s/ed., 2003. ISBN 85-903190-1-6.

VIEIRA, Hilda Gomes. Sistema de transcrição e elaboração de cartas lingüísticas. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. (Org.). *Seminário Nacional: caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*. Salvador: UFBA/Instituto de Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Um balanço crítico da geografia lingüística no Brasil. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (Org.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. ISBN 3-925203-75-3, p. 15-31.

### Palatalização e soância: interação entre variação e teoria fonológica

Marilucia Barros de Oliveira

mariluci@ufpa.br

Universidade Federal do Pará

A escala de soância tem sido freqüentemente utilizada para se compreender alguns fenômenos fonológicos. Guy; Bisol (1991), ao tratarem da relação entre teoria variacionista e teoria fonológica, utilizam a escala de soância para exemplificarem a interação entre dados empíricos e teoria lingüística. Neste trabalho, a escala de soância será retomada no sentido de se ensaiar uma hierarquia de palatalização para o Português do Brasil a partir de dados dos Atlas Lingüísticos Brasileiros e para se mostrar a interação entre dados empíricos e teoria fonológica. A palatalização já foi objeto de vários estudos no Português do Brasil, entretanto, até o momento, parece que nunca se propôs uma hierarquia de aplicação para essa regra. Os atlas utilizados para a referida pesquisa foram: Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), Esboço de Atlas Lingüístico para Minas Gerais (1977), Atlas Lingüístico de Sergipe (1987), que caracterizam os falares baianos, segundo Nascentes (1953), Atlas Lingüístico da Paraíba (1985), Atlas Lingüístico do Paraná (1994), Atlas Etno-lingüístico da Região Sul (2002), Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (2003) e Atlas Lingüístico de Sergipe II (2005). O breve levantamento bibliográfico



sobre a palatalização, a partir dos dados desses atlas, revelou que a palatalização ocorre mais produtivamente com as oclusivas alveolares /t d/, aplicando-se mais freqüentemente à oclusiva alveolar surda. Esses documentos revelaram também a ocorrência de palatalização com a nasal alveolar /n/. Raríssimos registros de palatalização com a lateral alveolar /l/ foram documentados, exceto no falar paraense. Eles se restringiram praticamente à forma família. Foram encontradas ocorrências de palatalização com as oclusivas velares /k/ e /g/, mas esses segmentos não se constituem objeto de interesse neste trabalho. A pesquisa se restringe às coronais. Os dados que se somam a esse levantamento são oriundos da cidade de Itaituba-PA. Nessa cidade, procedeu-se ao estudo da palatalização de /l/. Foram utilizados, ao todo, dados de fala de 36 moradores de Itaituba; homens e mulheres estratificados socialmente por sexo, idade e escolaridade. A palatalização de /l/ já foi atestada no latim, de acordo com pesquisa bibliográfica realizada, mas parece apresentar variação bastante restrita no espaço brasileiro. A despalatalização de /k/ e a preferência pela realização alveolar [l] para /l/, diante de [i], já foram amplamente atestadas no Português do Brasil. Assim, enquanto em alguns espaços brasileiros a palatalização de /l/ é freada devido à atuação de algumas restrições, talvez no sentido de se obedecer ao Princípio de Contorno Obrigatório, encontra-se em estágio bastante avançado no falar itaitubense, ou seja, a variação de /l/, em posição prevocálica, parece fazer o caminho inverso do que se percebe no restante do Brasil quando se leva em consideração o falar itaitubense e outros falares paraenses. De acordo com a pesquisa realizada, os obstáculos à palatalização são superados devido à atuação de fatores sociais em Itaituba. O *input* obtido para a aplicação da regra foi igual a .86. Eles revelam também uma mudança em progresso visto que os pesos relativos correspondem a uma linha crescente em direção aos mais jovens. Outros dados sobre a vida social de Itaituba corroboram esse ponto de vista. Não foi encontrado nenhum estudo, com exceção de Cagliari (1974), sobre a palatalização de /l/ no Português do Brasil. Esse autor não tratou especificamente da palatalização da lateral alveolar, mas deixou pistas muito importantes sobre a relação da palatalização com a energia articulatória. A pesquisa aqui implementada corrobora a sugestão de Cagliari (*Op. cit.*). Parece que são os segmentos que apresentam menos soância e, assim, maior constricção, que se combinam mais produtivamente para a palatalização em Língua Portuguesa. Os dados estatísticos obtidos para o falar de Itaituba também corroboram esse ponto de vista. Os segmentos vocálicos menos soantes, como [j,i], foram os que mais se combinaram com /l/ para a aplicação da palatalização. Para a análise desses segmentos, foi levado em consideração o *continuum* entre os segmentos, a escala de soância e a estruturação silábica. Bath (1978) assinala que a palatalização das laminais está diretamente relacionada a contextos altos e inacentuados. Note-se que esses contextos são caracterizados por segmentos que apresentam baixa soância. Isso, nos termos, de Guy; Bisol (1991) e de Wetzels (2002), apontam, de outra parte, a interação entre teoria variacionista e teoria fonológica. Adotou-se, neste trabalho, o referencial da Teoria da Variação e o da Fonologia de Geometria de Traços para o tratamento dos dados de Itaituba e para a construção da hierarquia de palatalização em Língua Portuguesa. Os resultados estatísticos e a interpretação fonológica indicam os segmentos consonantais e vocálicos que apresentam maior número de valores negativos na escala de soância como os que se combinam mais produtivamente

para a aplicação da regra.

- BHAT, D. N. S. A general study of palatalization. In: GREENBERG, J. S. (Ed.) *Universals of human language*. Stanford, C. A.: Stanford university Press. 1978 (Phonology, v. 2), p. 47-92.
- CAGLIARI, Luis Carlos. *A Palatalização em Português: uma investigação Palatográfica*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1974.
- CALABRESE, Andréa. Palatalization Processes in the History of Romance Languages: A Theoretical Study. In: CALABRESE, Andréa (Ed.). *Romance Phonology*. 1996, p. 65-83.
- CLEMENTS, George N. *Place of Articulation in Consonants and Vowels: a Unified Theory*. Cornell University, 1991.
- CLEMENTS, George N.; HUME, Elizabeth. The Internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, John (Ed.). *The Handbook of Phonology Theory*. Cambridge: Blackwell, 1995, p. 246-306.
- GUY, Gregory R.; BISOL, Leda. A teoria fonológica e a variação. Porto Alegre. *Organon*. n. 18, 1991, p. 126-136.
- HALL, T. Alan. *The Phonology of Coronals*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. Amsterdam Studies in Theory and History of Linguistic Science, Serie IV, current issue in linguistic theory, v. 149. University of Ottawa, 1997.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania. Press, 1972.
- WETZELS, Leo *et al.* Um balanço de Dados e Teoria no estudo da Variação e da Mudança Lingüística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 35, n. 1, mar., 2002, p. 7-46.
- WETZELS, W. Leo. The lexical representation of nasality in Brazilian in Portuguese. *Probus*, 1997, p. 203-232.

### Variação do (r) posvocálico em oito pontos do ALiB no Pará

Alcides Fernandes de Lima

alcides@ufpa.br  
Universidade Federal do Pará

Este trabalho apresenta um perfil da realização variável do (r) posvocálico, em contexto interno e final, em oito pontos de inquérito do Projeto ALiB no Pará. As considerações são feitas a partir da análise da fala de 36 informantes: oito de Belém e quatro de cada uma das outras cidades, que são: Almeirim, Altamira, Bragança, Jacareacanga, Marabá, Óbidos e Soure. As variáveis sociais controladas são: sexo, idade e escolaridade, em Belém; e sexo e idade, nas demais cidades. Considerando-se os resultados obtidos em outros trabalhos realizados em outras cidades do Brasil, faz-se a inserção da variação do (r) posvocálico no Pará num quadro geral da variação diatópica do (r) no Brasil. Procurou-se, na medida do possível, uma *interação* entre uma abordagem sociolinguística e o método geográfico da dialetologia: a geografia lingüística (ou simplesmente, geolingüística). Como é sabido, a dialetologia está voltada para a heterogeneidade lingüística que acontece na dimensão horizontal (espacial, geográfica), isto é, para heterogeneidade distribuída no espaço territorial de uma nação ou região; ao passo que a sociolinguística preocupa-se com a variação lingüística entre os estratos sociais em determinada comunidade (Cf.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

HINSKENS *et al.*, 2000, p. 21).

Portanto, a adoção, neste trabalho, da metodologia sociolinguística e o aproveitamento da abordagem geolinguística, possibilitou, por um lado, descrever a variação do (r) na fala no Pará e, por outro, permite inserir essa descrição no contexto da variação do (r) no Brasil.

Talvez nenhuma outra variável fonológica do Português tenha sido tão estudada, e seja tão controversa, quanto o /r/ posvocálico. Essa variável fonológica – que gera oposições em palavras como: corta/cota/costa; farto/fato/falto/fasto; marca/maca/masca; porte/pote/poste – apresenta em sua realização grande número de variantes fonéticas. Nas palavras de Callo; Moraes; Leite (1996, p. 465): "O fonema /r/ apresenta, em posição de coda silábica, um elevado grau de polimorfismo, prestando-se, exemplarmente, à caracterização da variação no português do Brasil". Todavia, não só no Pará, mas em toda a Região Norte, essa variável permanece à espera de estudos que, sem abrir mão do mínimo de rigor metodológico, possam oferecer uma descrição da realização variável do (r) no Português falado no Norte do Brasil.

Com efeito, os estudos descritivos do Português da Amazônia (o "falar amazônico", nos termos de Antenor Nascentes) são ainda incipientes.

O Brasil foi durante mais de 450 anos um país de população essencialmente rural. A primeira Região a apresentar uma população urbana superior à rural foi a Sudeste, a partir de 1960; todas as outras, só a partir de 1980 começaram a ter a população urbana superior à rural. A Região Norte, no censo do IBGE de 1982, mostrava a população urbana um pouco superior à rural, sobretudo porque Belém e Manaus, na época, passaram a ser centros de atração para emigrantes de zonas rural e urbana, do Norte e de outras Regiões do Brasil. No Pará, ainda hoje, alguns municípios do interior apresentam a população rural superior à urbana.

É ponto pacífico, entre sociolinguistas e dialetólogos, que, independentemente da localidade ou concentração (urbana ou rural), um coletivo linguístico (para evitar *comunidade linguística*) é sempre "um complexo social em permanente mutação". Contudo, não há dúvida de que as forças de conservação sejam mais fortes na zona rural, onde, de modo geral, a constituição dos estratos sociais é menos diversificada, as oportunidades de mobilidade social são limitadas, as exigências e oportunidades à educação formal são menores.

Assim, dentro da circunscrição topodinâmica em que se apresenta a Região Norte, o estudo descritivo do Português da Amazônia parece ser, indiscutivelmente, de grande importância para um melhor conhecimento do Português Brasileiro. É neste contexto geral (nacional, regional, local) que se insere a grande área de pesquisa do Laboratório de Linguagem da Universidade Federal do Pará, cujo título é "Documentação, descrição e análise do Português da Amazônia". O presente trabalho faz parte do ALIPA (Atlas Geosociolinguístico do Pará) e ALIB (Atlas Linguístico do Brasil).

Portanto, pretende-se com o estudo da realização variável do (r) posvocálico não só integrar os estudos sobre o (r) no Brasil, mas também (ou concomitantemente) contribuir, dentro dos limites que se impõem a este trabalho, com a descrição e documentação do, ainda pouco estudado, Português da Amazônia.

CALLOU, Dinah. *Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento; Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1979.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. *Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no Português do Brasil*. In: KOCH, I. (Org.) Gramática do Português falado; v. VI: p. 465-493. Campinas: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real*. In: Revista DELTA, v. 14: p. 61-72. São Paulo: EDUC, 1998.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CASTILHO, A. Apresentação do Projeto da Gramática do Português Falado. In: Castilho (Org.). *Gramática do Português Falado*; v. I: 7-27. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1990.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (Brasil). *Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001*; Ed. UEL, 2001. 47 p.; 29 cm.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. *O apagamento do /R/ implosivo na norma culta de Salvador*. Dissertação de mestrado. Salvador; UFBA, 1999.

OLIVEIRA, Marilucia Barros de. *Manutenção e apagamento do (R) final de vocábulo na fala de Itaituba*. Dissertação de mestrado; UFPA, 2002.

RAZKY, Abdelhak. O atlas geo-sociolinguístico do Pará: abordagem metodológica. In: AGUILERA, Vanderi de Andrade (Org.). *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: ed. UEL, 1998, p. 155-164.

## O Programa computacional GEOLING

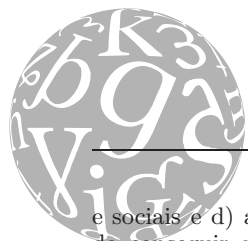
Abdelhak Razky

razky@ufpa.br

Universidade Federal do Pará

Neste trabalho, trata-se da apresentação da versão Beta do programa computacional GeoLing. A proposta é original no contexto brasileiro, pois não existe hoje, no Brasil, um programa computacional capaz de responder às metodologias geo-linguísticas no sentido de mapear qualquer base de conhecimento da variação fonética ou lexical com a possibilidade de uma estratificação social ampla em número de informantes e variáveis sociais nas diferentes localidades investigadas. O programa auxilia o pesquisador em todas as etapas da confecção do mapa. Também contribui na geração de mapas linguísticos digitais com uma base de dados de texto e uma fonoteca de arquivos sonoros. O programa GeoLing se constitui um avanço considerável para todo pesquisador da área de geo-linguística que pretende otimizar o trabalho manual de organização, triagem, mapeamento, cruzamento de dados sociais e linguísticos, geração de relatórios da base do conhecimento. O atlas gerado, gravado em CD-ROM, permite maior facilidade de acesso, consulta e pesquisa, além de favorecer a economia na socialização dos dados linguísticos no país e até fora dele. Essa socialização, por sua vez, traz contribuição inclusive para empreendimentos de políticas linguísticas no sentido de que se poderá mostrar, socializar, de forma atraente e inovadora, a riqueza da variação linguística no Brasil usando-se os recursos da informática.

O Programa GeoLing tenta responder as seguintes questões: a) a pergunta metodológica sobre a amostra da população a ser considerada pelo programa, b) o tipo de pesquisa de campo a ser integrada, c) a natureza de dados linguísticos



e sociais e d) a natureza do cruzamento desses dados, a fim de conseguir uma qualidade cartográfica que projete uma representação real da população submetida à investigação lingüística:

a) amostra da população: o número de informantes e de localidades é limitado. O GeoLing terá a capacidade de criar um arquivo-texto e arquivo-som para cada informante num diretório para cada localidade. Essa, por sua vez, pode ser integrada dentro de um outro diretório (região, estado, país, etc.);

b) tipo de pesquisa de campo: seguindo-se a tradição da dialetologia e da geografia lingüística, dá-se preferência à pesquisa via questionário lingüístico. Mas o programa pode responder a outros tipos de pesquisas desde que apresentem uma organização homogênea para cada informante de uma dada localidade;

c) natureza dos dados lingüísticos e sociais: o GeoLing tem a possibilidade de gerar um atlas com cartas lingüísticas de cunho fonético, morfossintático e/ou lexical e ainda contemplar diferentes variáveis sociais;

d) natureza de cruzamento dos dados: o GeoLing terá a possibilidade de integrar oito variáveis, a serem definidas pelo pesquisador, e permitirá ainda o cruzamento entre elas. Por limitações de espaço físico dentro do mapa apenas quatro variáveis de cada vez poderão ser cruzadas e mapeadas.

O programa Geoling tem como objetivo final:

a) auxiliar os pesquisadores brasileiros, da área da geografia lingüística, no processo de organização de dados lingüísticos e sonoros;

b) permitir ao final da organização dos dados uma pesquisa dinâmica no banco de dados lingüístico e sonoro a partir de questionário lingüístico;

c) permitir a criação automática de mapas fonéticos, morfosintáticos ou lexicais com respectivos arquivos sonoros;

d) auxiliar a criação de condições para que os resultados dos estudos geo-lingüísticos (os atlas) se tornem acessíveis à compreensão de um estudante do ensino fundamental ou de qualquer usuário de uma biblioteca pública, bastando a esses indivíduos saberem manusear um *mouse* de um computador comum.

O programa GeoLing se constitui uma maneira mais eficiente de organizar dados lingüísticos e digitais dentro de uma interface computacional. A pesquisa fundamental na área da geografia lingüística será a primeira a se beneficiar desse programa.

O impacto do programa GeoLing na educação pode ser considerável. Os pesquisadores podem colocar os dados lingüísticos regionais coletados no referido programa. Esses dados poderão ser distribuídos nas escolas, no formato de CD-ROM, a fim de que os educadores possam demonstrar durante as aulas, por exemplo, a realidade lingüística brasileira, apresentando e discutindo de forma inovadora e agradável questões relativas à diversidade lingüística no Brasil.

AGUILERA, Vanderci de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 1v., 1994.

AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira*. 3. ed. São Paulo: HCITEC, 1976.

ARAGÃO, Maria do S. S.; MENEZES, Cleuza P. B. de. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq. 2 v., 1984.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe. 1 v., 1987.

\_\_\_\_\_. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. 2 v. Tese (Doutorado em

Letras). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

KOCH, Walter et al. *Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre: co-edição UFRGS/UFSC/UFPR. 2 v., 2002.

RAZKY, Abdelhak (Org.). *Estudos geo-sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém: s/ed., 2003. ISBN 85-903190-1-6.

\_\_\_\_\_. *Atlas Lingüístico sonoro do Estado do Pará (ALiSPA 1.1)*. Belém: s/ed. 2004 (Programa em CD-ROM). 85-904127-1-7

ROSSI, Nelson et al. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL. 1 v., 1963.

SILVA NETO, Serafim. *História da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

\_\_\_\_\_. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. (melh. e ampl.). Belém: Conselho Nacional de Pesquisa/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio et al. *Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

VIEIRA, Hilda Gomes. Sistema de transcrição e elaboração de cartas lingüísticas. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. (Org.). *Seminário Nacional: caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*. Salvador: UFBA/Instituto de Letras, 1996.

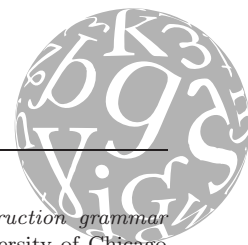
\_\_\_\_\_. Um balanço crítico da geografia lingüística no Brasil. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (Org.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. ISBN 3-925203-75-3, p. 15-31.

### Processos de gramaticalização / sintaticização de construções em uma perspectiva de análise lingüística centrada no uso

Os trabalhos que compõem esta sessão coordenada tratam de três fenômenos diferentes que tomam lugar no Português do Brasil: (i) as construções de Dativo com Infinitivo, (ii) os usos não concretos do verbo *pegar* e (iii) os processos de gramaticalização metaforicamente motivada das conjunções adversativas. Entretanto, adotam uma perspectiva de olhar comum sobre seus objetos, aquela das Teorias Lingüísticas Centradas no Uso, as quais têm como máxima a afirmação de que

as estruturas da língua emergem dos usos da língua. [...] As teorias baseadas no uso defendem que a essência da linguagem é a sua dimensão simbólica, enquanto a gramática é derivada desta. A habilidade de nos comunicarmos com outros indivíduos da espécie é uma adaptação biológica específica da espécie. Porém, em contraste com a gramática gerativa e com as outras abordagens formalistas, nas abordagens baseadas no uso, a *dimensão gramatical da língua é um produto de um conjunto de processos históricos e ontogenéticos chamados, coletivamente, de gramaticalização*. (*grifo nosso*) (TOMASELLO, 2003, p. 5)

Partimos, assim da noção de que os processos de gramaticalização e/ou sintaticização<sup>1</sup> assumem um papel fundamental na constituição da gramática de uma língua, entendida aqui como um inventário de construções – ou pareamentos de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

uma forma e um sentido não-preditível a partir da soma das partes que compõem a forma (Cf. GOLDBERG, 1995) – organizadas em redes.

De acordo com Fauconnier; Turner (2002), tais processos são contínuos, se desenvolvem historicamente e se devem à não-especificação das redes de integração conceituais. As formas lingüísticas apenas deflagram os vários aspectos das integrações conceituais por elas ativadas, surgindo, portanto, um espaço para variações que, ao longo dos anos, podem produzir uma mudança lingüística específica. Pode ser que uma certa acepção se convencionalize associada ao uso da forma em questão: em outras palavras, que se *idiomatize* ou *gramaticalize*. A flutuação entre multideterminação do significante e a pressão estabilizadora em prol da eficácia comunicativa é constitutiva da natureza da linguagem e, por conseqüência, de sua mudança.

Afirmam também que os processos de integração, mesmo sendo centrais em nosso processamento mental, não criam uma relação direta e unívoca entre forma e significado. O pareamento destes dois elementos cognitivos pode se dar de formas diversas, dada a riqueza de nossa capacidade projetiva. Portanto, é possível que novos significados sejam integrados a formas já existentes e que estas se tornem cada vez mais especializadas, gramaticalizando-se.

A gramaticalização não é vista, nesta perspectiva, como um caso excepcional, exclusivo de classes de palavras específicas, tais como conjunções e marcadores discursivos. Em última instância, é vista qualquer processo de sintaticização, ou seja, qualquer regra de gramática aprendida por um falante como tal foi um dia uma simples conseqüência da criatividade lingüística de um dado falante em um dado discurso. Porém, esta conseqüência se tornou muito produtiva, ao ponto de constituir-se em uma maneira muito eficiente de indicar um dado evento no nível conceptual. Este pareamento então passou a ser transmitido culturalmente ao longo da história e se tornou convencional, gramatical, sintático.

Adotada essa perspectiva, buscamos esclarecer nos trabalhos que compõem esta sessão os processos de natureza cognitiva e histórica que se desenvolveram de modo a resultar nas construções sintaticizadas que nos propomos analisar. Para tanto, iremos nos apoiar não só naqueles estudiosos que se preocupam com a gramaticalização – Hopper, Tomasello etc –, mas também naqueles que tratam da natureza figurativa e simbólica da linguagem, buscando, para nossas análises, contribuições advindas da Teoria da Metáfora – Lakoff; Johnson (1980) –, da Teoria dos Espaços Mentais – Fauconnier (1997) – e da Teoria da Mesclagem – Fauconnier; Turner (2002), entre outras.

<sup>1</sup>Nos trabalhos que compõem esta sessão, os termos *sintaticização* e *gramaticalização* são utilizados de forma intercambiável, referindo-se a processos de cristalização de estruturas morfossintáticas a partir dos usos que foram e continuam sendo feitos das mesmas.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, Adele. *Conceptual Structure, Discourse and Grammar*. Stanford, Ca.: CSLI, 1996, p. 113-30.

GOLDBERG, Adele. *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional – typological introduction*. Volume II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HEINE, B. *et al.* (1991) *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

HOPPER, Paul J.; TRAUOGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Trad. Vera Maluf. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002 [1980].

TOMASELLO, Michael. *Constructing a Language: A usage-based theory of language acquisition*. Harvard: Harvard University Press, 2003.

### “Peguei e fui de carro” – a sintaticização das construções com pegar como introdutoras de espaços-mentais de agentividade

Natália Sathler Sigiliano

nataliasigiliano@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

O verbo *pegar* apresenta diversas instanciações que podem indicar desde o ato concreto de usar as mãos para segurar algo até noções abstratas, como a introdução de uma cena de agentividade. Propomos que, semanticamente, a realização desses verbos tem um ponto comum que é um espaço básico, concreto, do qual as demais estruturas derivar-se-ão. Já no tratamento sintático, temos realizações diferentes e distintas atribuições de papéis temáticos, como poderemos observar nos dados:

(1) Parece uma vez, uma vez lá onde eu morava, fiquei doente. Aí, minha vó é mineira, sabe? Aí ela pegou, pegou uma colcha, mas é uma colcha grossa, assim, eu estava com uma febre... (PEUL/UFRJ – Informante 01)

(2) Naquele dia eu nem fui de carro porque eu digo: “bom, vou fazer economia de gasolina”. Peguei e fui de carro até o lado de lá da serra e parei. Deixei o carro lá. (PEUL/UFRJ – Informante 03)

Dada tamanha produtividade semântica, duas são as possibilidades de explicação para a questão: (a) afirmar que temos aqui um caso de homonímia, ou seja, que há várias entradas diferentes no dicionário mental dos falantes para o verbo *pegar*; ou (b) assumir uma perspectiva sócio-funcional-cognitivista e tentar explicar, partindo de dados reais de fala, os processos figurativos de herança entre construções que possibilitaram essa polissemia. No nosso caso, optamos pela segunda possibilidade.

Assim, visamos desenvolver um estudo fundado na Hipótese Sociocognitivista para a Linguagem, conforme definida por Salomão (1997), em que serão propostas a rede das construções com o verbo *pegar*, bem como uma explicação para sua polissemia, baseada nas relações metafóricas existentes entre os seus diversos significados e na necessidade humana de reduzir eventos abstratos para uma escala física tangível (LAKOFF; JOHNSON, 1980; FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Nossa proposta de trabalho se enquadra na tentativa de diálogo entre as abordagens cognitivistas e funcionalistas americanas para o tratamento da linguagem, utilizando-nos de dados de amostras do Programa de Estudos Sobre Os





Usos da Língua (PEUL/UFRJ). Para tal, lidamos com a noção de construções conforme definida por Goldberg (1995), ou seja, como sendo pareamentos de forma e sentido, tais que há no sentido aspectos não preditíveis da soma das partes que compõem a forma. Nesse sentido, nos é de muita valia também a Teoria da Metáfora, proposta por Lakoff; Johnson (1980). Isso porque podemos buscar nas metáforas propostas por estes lingüistas pistas que apontem para os processos figurativos que operaram na polissemia do verbo *pegar*.

Neste trabalho, enfocaremos o tratamento do *pegar* como *space builder* (FAUCONNIER, 1997), ou seja, como uma expressão gramatical que fornece um substrato para a abertura de um novo espaço-mental ou mudança de foco para um espaço-mental existente. Assim, como afirmado por Rocha (2000), “dentro da Teoria dos Espaços Mentais, os *space-builders* desempenham função relevante. São marcas lingüísticas que sinalizam a existência de constructos mentais específicos, permitindo a conexão pragmática entre domínios epistêmicos diferentes e a descrição da relação entre elemento e contraparte, seja em termos de imagem, crença, hipótese, tempo, drama ou volição”.

Sendo assim, abarcaremos dois tipos de construções com *pegar*, consideradas como “construtoras de espaços”. Propomos, primeiramente, que a construção “PEGAR (E) (X) (E)”, em que (E) e (X) representam, respectivamente, a conjunção “E” e um verbo, os quais podem ou não estar presentes na construção, pode se cristalizar como o construtor de um espaço-mental que introduz uma cena de agentividade prototípica, ou seja, aquela em que um agente humano age sobre um paciente.

(3) E você? Tem alguma simpatia, assim?

Tenho. Porque minha mãe fez comigo de asma. Que eu tinha muita asma, bronquite demais. Aí minha mãe pegou feiz, mas eu não sei com que que ela fez. Aí sumiu a asma. (PEUL/UFRJ – Informante 06)

Dado o uso acima descrito, propomos que a construção em estudo possa se especializar como um *space-builder* de troca de turno no discurso reportado, uma vez que estruturas como a que apresentamos em (4) são recorrentes na língua:

(4) Mas ele não viu que era uma menina, né, eu ri, mas ri sem graça. Aí ele pegou ele me perguntou, aí eu expliquei pra ele que queria um menino homem. (PEUL/UFRJ – Informante 06)

Nossa análise constrói-se em contraste com aquela proposta por Rodrigues (2006, p. 31), em que a autora afirma que enunciados como “eu peguei e sai”

possuem uma função discursiva na medida em que V1 parece dramatizar ou enfatizar o estado de coisas expresso em V2. É preciso, no entanto, que não haja dúvida que esse valor discursivo não está relacionado nem com a composicionalidade dos elementos individualmente envolvidos nessas construções, e muito menos com o sentido lexical de *pegar*.

No entanto, tendo em vista a consideração mostrada de que o verbo *pegar* ou, mais especificamente, a construção “PEGAR (E) (X) (E)”, introduz uma cena prototípica, afirmamos que esta impressão de Rodrigues de que a V1 enfatiza ou dramatiza V2 tem suas raízes no fato de o *pegar* ser um *space builder* de uma cena de agentividade. Não concordamos com a idéia de Rodrigues de que o valor discursivo do verbo em questão não esteja nem um pouco relacionado a seu sentido lexical. Pelo contrário, acreditamos que a estrutura conceptual do verbo é mantida, afinal, com o uso da construção, temos a “abertura” de um espaço mental, o qual introduz a idéia de um sujeito que age sobre algo, assim como o que ocorre com o sentido “pleno” do verbo,

em usos como do exemplo (1). Esta pode ser descrita como a cena agentiva básica do verbo *pegar*, o que indica que esse item lexical se desenvolveu assumindo novas formas, mas está ainda arraigado ao seu sentido concreto.

Por meio da análise dos dados, percebemos que os usos de *pegar* com sujeito explícito tanto em V1 quanto em V2 (exemplo 4) e sem sujeito explícito em V1 e com sujeito marcado em V2 (exemplo 5) está presente na fala cotidiana dos brasileiros. Propomos, então, em segundo lugar, outra construção com *pegar* que também funciona como um construtor de espaços mentais, porém, ligeiramente diferente do anterior. Neste caso, a construção com o verbo *pegar* introduz cenas que seqüencializam uma narração, sem a presença necessária de um agente. É interessante destacarmos que estruturas deste tipo podem indicar um maior grau de sintaticização (Cf. TOMASELLO, 2003). Observemos:

(5) Já caiu algum barraco por aqui?

Já. Ali onde tem uma casa nova, morava uma colega minha. Aí, pegou a casa dela caiu. (PEUL/UFRJ – Informante 06)

Como vemos, muito ainda ficará a ser analisado e aprofundado no que diz respeito à polissemia do verbo *pegar* e suas contribuições para o arcabouço teórico do sociocognitivismo e do funcionalismo. Este é apenas um rápido estudo que busca elucidar, em especial, os sentidos assumidos pelo verbo em duas construções com *pegar* destacando seu valor discursivo, seja como construtor de cenas de agentividade ou como seqüencializador de narrativas. Não se pode deixar de ressaltar, entretanto, o caráter polissêmico de sua rede de significados, alguns dos quais tornaram-se cristalizados pelo uso, sem deixar, porém, de manter relações semânticas com os significados mais básicos do verbo em seu uso pleno.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Trad. Vera Maluf. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002 [1980].

MANDELBLIT, Nili. *Grammatical Blending: Creative and Schematic Aspects in Sentence Processing and Translation*. Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia, San Diego, 1997.

ROCHA, Luiz Fernando Matos. *Processos Cognitivos de Mesclagem no Discurso Reportado: O caso do discurso direto em textos jornalísticos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2000.

RODRIGUES, Angélica. “Eu peguei e sai”: uma construção nos limites da coordenação. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e n. 2, p. 29-40, jan./dez.2004.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 1, p. 23-39, jul./dez. 1997.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a Language: A usage-based theory of language acquisition*. Harvard: Harvard University Press, 2003.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

**“O homem vai botar uma casa pra mim morar.” vs. “Eu já era pra ter vendido esse apartamento.”: A hipótese da dupla origem do Dativo com Infinitivo em uma perspectiva de análise linguística centrada no uso.**

Tiago Timponi Torrent

timponitorrent@terra.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho parte da proposição, por Torrent (2005), da existência, na Variedade Brasileira do Português, da Construção de Dativo com Infinitivo (doravante DCI). O termo Construção é usado aqui conforme definido por Goldberg (1995), ou seja, um pareamento de forma e sentido, sendo que determinados aspectos do seu sentido não podem ser preditíveis a partir da análise dos sentidos das partes que a compõem.

O tratamento construcional da gramática é enriquecido pelas propostas de Mandelblit (1997) e Fauconnier; Turner (2002) a respeito dos processos de mesclagem de estruturas formais, a qual parte da idéia de que, assim como o que ocorre com os elementos conceptuais, as unidades formais também podem ser mescladas em nosso processamento cognitivo. Tal processo se dá de forma semelhante ao que ocorre com a mesclagem conceptual, ou seja, nos espaços-fonte, encontra-se a estrutura dos dois elementos a serem integrados e, no espaço-mescla, surge o resultado dessa integração conceptual. Por ser produto de uma integração dos espaços-fonte, o espaço-mescla possui elementos de ambos combinados de forma diferente, o que o distingue dos outros espaços da rede. Essa mesma combinação dos diferentes elementos faz surgir na mescla um esquema de significado que Fauconnier e Turner chamam de estrutura emergente, a qual não se encontra em nenhum dos espaços-fonte.

Assumido este ponto de vista, trata-se o DCI como sendo uma construção que é caracterizada (a) morfossintaticamente, pelo esquema “*para x infinitivo*”, em que o elemento *x* representa um nominal qualquer, seja ele um pronome, um nome, um SN ou um zero morfológico e (b) semântico-pragmaticamente, pelo estabelecimento de um Beneficiário Agente ou Experienciador em um espaço mental que representa a resultante virtual de uma dada ação ou do contexto, e pela noção de Finalidade emergente em seu esquema de significado. Ainda, acredita-se que o mesmo, por ser uma construção, funcione como uma espécie de núcleo sintaticizado (Cf. TOMASELLO, 2003), o qual pode mesclar-se a outras construções da língua de maneira oportunista. Isto significa dizer que, a partir de uma semelhança sintática ou semântica, ele pode se encaixar em outros esquemas sintáticos.

Através de um levantamento de cerca de 100 ocorrências retiradas do *corpus* de audiências do PROCON de Juiz de Fora – MG, fizemos uma análise preliminar do tipo semântico dos verbos-núcleo das construções às quais o DCI pode se ligar. Encontramos, findadas as análises de frequência, um padrão interessante, uma vez que 82% das ocorrências se dividiam, quase de forma equânime, em dois grupos: (a) um formado pelos casos em que o DCI se encontrava mesclado a verbos transferenciais (*dar, mandar, enviar etc*), proposicionais (*dizer, perguntar, pedir etc*), modais (*precisar, ter que etc*) ou de movimento (*ir, vir etc*),

representando 39% das ocorrências, e (b) outro formado pelos casos em que a mesclagem se dava entre o DCI e verbos estativos, majoritariamente o verbo *ser*, representando 43% das ocorrências.

A alta taxa de mesclagem do DCI ao primeiro grupo de verbos pode ser explicada pela idéia de mesclagem oportunista, ou seja, pela idéia de que quanto mais semelhantes às outras construções – em seus aspectos fônicos, morfossintáticos ou semântico-pragmáticos – forem em relação ao núcleo que se mescla a elas, no caso, o DCI, mais freqüente será esse processo. No primeiro grupo, temos uma inegável semelhança entre os esquemas conceptuais que subjazem aos verbos em questão. Todos eles – transferenciais, proposicionais, modais e de movimento – apresentam uma idéia, mesmo que metafórica, de deslocamento em direção a um destino e esta idéia é altamente compatível com a noção de finalidade presente no DCI.

Quanto às ocorrências compreendidas no segundo grupo – o dos verbos estativos – a alta freqüência da mesclagem, logo, seu oportunismo, se explica por razões históricas. Desde suas origens latinas, construções envolvendo verbos estativos e beneficiários são recorrentes em Língua Portuguesa, haja vista o fato de uma delas ter se gramaticalizado como expressão modalizadora, conforme podemos ver em enunciações como: *‘Eu já era pra ter vendido esse apartamento’*.

Seguindo por este caminho, propomos a hipótese de que o DCI tenha duas origens distintas que, em algum ponto da história do Português, a ser verificado, se mesclam em uma só construção, devido a uma coincidência formal que oportuniza este processo.

Uma das origens derivaria dos usos feitos, já em Latim, das cláusulas de finalidade, inicialmente introduzidas pela conjunção *ut*, a qual também poderia introduzir cláusulas completivas, consecutivas, condicionais e concessivas. A maneira de diferenciação destas cláusulas se baseava no uso de *consecutio temporum*, na presença ou não de elementos correlativos e na grade temática do verbo núcleo. As finais eram identificadas pelo uso do subjuntivo, pela ausência dos correlativos e pela não previsão de sua ocorrência na grade temática dos verbos. Entretanto, o uso de preposições como elementos introdutores de orações já era comum em Latim, entre eles, o uso acumulado de *per* e *ad*.

Acreditamos, portanto, que a substituição de *ut* por *para* (derivado de *per ad*) se dê devido a uma necessidade de diferenciar, de forma mais eficaz, os processos de vinculação de orações presentes nas línguas românicas. Com as mudanças operadas no sistema verbal latino, o uso dos tempos do subjuntivo como forma de marcar essa relação tornou-se precário. Além disso, as possíveis mudanças nas grades semânticas dos verbos, tornaram inviável a manutenção de uma única conjunção. Assim, aproximou-se a noção de finalidade àquela indicada por *per+ad*, já que a ambas subjaz a idéia de transferência.

A outra origem estaria relacionada à construção latina do *dativus auctoris*, a qual Ernout e Thomas definem da seguinte maneira:

a) Dativo complemento do adjetivo verbal em – ndus: trata-se de um dativo de interesse indicador de a quem uma dada obrigação se destina: Pl. Am. 891: *faciendum est mihi illud... quod illaec postulat* “ele me faz fazer aquilo que ele pede”, literalmente “há para mim uma coisa a fazer” [...] O dativo é literalmente um dativo de pessoa interessada. Mas



a pessoa interessada era também, ao mesmo tempo,  
o Agente. (ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 74)

## Gramaticalização das “conjunções adversativas” em português: um caso de mudança lingüística motivada metaforicamente

Ana Paula Rocha

rochaap\_letras@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Viçosa / PUC - Rio de  
Janeiro

Nota-se que os gramáticos em questão já reconhecem haver no Latim a acumulação de funções de Beneficiário e Agente em um único elemento formal. Os exemplos citados poderiam facilmente ser traduzidos como um caso de DCI. Ao invés de dizermos que ‘há para mim uma coisa a fazer’ podemos dizer que ‘é pra mim fazer o que ele pede’. Acreditamos, inclusive, que tal tradução respeita mais a estrutura original latina, uma vez que a construção em questão construía-se com Gerúndio, forma nominal que, conforme Faria, substituíra o Gerúndio quando este deveria acompanhar o Dativo. O mais interessante, porém, é o fato de que, em Latim, o Gerúndio era uma flexão do Infinitivo, empregada quando este não estava acompanhando formas nominativas (FARIA, 1958, p. 458). Sendo assim, temos que, em última instância, era o Gerúndio uma forma de expressão do Infinitivo, tendo permanecido, no Português, esta última.

Resta-nos agora empreender análises de frequência que nos permitam comprovar estas hipóteses, entre as quais se destacam as análises diacrônicas da ocorrência do Dativo com Subjuntivo como construção concorrente ao DCI. Acredita-se que os usos do DCI com verbos transferenciais tenham sido, a princípio, usos de DCS e que o aumento da frequência do uso do infinitivo tenha acarretado a sintaticização desta forma e sua mesclagem a outros tipos verbais.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1953.

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FAUCONNIER, Gilles; MARK, Turner. *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind’s Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. 1995.

MANDELBLIT, Nili. *Grammatical Blending: Creative and Schematic Aspects in Sentence Processing and Translation*. Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia, San Diego, 1997.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 1, p. 23-39, jul./dez, 1997.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. *Estruturas argumentais no Português do Brasil: uma explicação sociocognitiva das relações gramaticais*. Juiz de Fora / Rio de Janeiro: UFJF / UFRJ / UERJ – CNPq (Projeto Integrado de Pesquisa – Grupo Gramática e Cognição), 2004.

SWEETSER, Eve. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a Language: A usage-based theory of language acquisition*. Harvard: Harvard University Press, 2003.

TORRENT, Tiago Timponi. *O homem vai botar uma casa para mim morar – Uma abordagem sociocognitivista e diacrônica da construção de Dativo com Infinitivo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

Neste trabalho, trata-se da gramaticalização sofrida, ao longo do tempo, pelos itens *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* e *no entanto*, que são geralmente englobados, em português, em um mesmo conjunto, sob o rótulo de conjunções coordenativas adversativas.

Apesar de ser passível de discussão a classificação desses elementos como conjunções, neste trabalho, parte-se da premissa de que, no caso, é possível sim falar em gramaticalização. Uma vez que se entende, segundo Hopper *et al.* (1993), gramaticalização como sendo parte do estudo da mudança lingüística referente à forma pela qual tanto itens lexicais e construções formam-se em certos contextos lingüísticos para exercer funções gramaticais quanto itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais, pode-se considerar que os itens em estudo sofreram gramaticalização, principalmente pelo fato de que, do ponto de vista semântico, encontram-se quase totalmente opacos. A questão da perda da transparência semântica por parte desses itens ao longo do tempo será tratada com base em Sweetser (1988).

Vogt; Ducrot (1989) analisam, do ponto de vista histórico, as semelhanças existentes entre a estrutura comparativa em que se empregava o advérbio latino *magis* – do qual se originou a conjunção portuguesa *mas* – e as estruturas adversativas tanto na forma de hipotaxe quanto na de parataxe. Com base na mesma linha teórica – a da Semântica Argumentativa – Neves, analisando estruturas diversas encontradas em um *corpus* do português literário do século XX, concluiu que a expressão básica do elemento *mas* é a da desigualdade, ou seja, a mesma presente na estrutura comparativa.

A análise de *corpora* que engloba do português medieval ao atual (século XXI) permite concluir que, do ponto de vista semântico, o elemento *mas*, de fato, assinala uma relação de diferenciação, que pode ir de um simples contraste entre dois segmentos – como em (a) *Maria é bonita, mas Paula é feia* – até uma quebra de expectativa – como em (b) *Estudei muito, mas não passei* –, em que, na maioria das vezes, a diferenciação se dá não entre dois segmentos presentes, mas entre uma conclusão esperada e não ocorrida e um fato ocorrido.

Ao contrário, porém, do que se vê nos trabalhos anteriormente citados, o objetivo principal deste trabalho não reside em identificar as questões argumentativas e enunciativas presentes nas ocorrências em que se encontra o *mas*. Ele se volta para entender a motivação conceptual que leva o mesmo elemento a assinalar diferença tanto em estruturas simples como (a) quanto em estruturas muito mais complexas como (b), em que falante e ouvinte operam cognitivamente sobre uma rede de informações, entre as quais muitas são implícitas. A base teórica principal em que se apóia tal análise são Lakoff; Johnson (1980) e Fauconnier; Turner (1996). A conclusão que se tira é que a motivação conceptual que presidiu o processo em pauta foi eminentemente metafórica, e não metonímica, como sugerem trabalhos como



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

o de Barreto (1999).

A partir daí, passa-se para a análise da gramaticalização sofrida pelos outros elementos do grupo – *porém, contudo, todavia, entanto, entretanto* –, tomando-se a hipótese da motivação metafórica também para esses casos. Para *todavia*, a hipótese comprova-se, como se pode ver em Rocha (2005), trabalho no qual advogo, com base em Sweetser (1991), que foi a metaforização do sentido de via que permitiu uma expressão originariamente significando “pelo caminho todo” passar a significar “de qualquer maneira”, da mesma forma que se deu com o inglês *anyway*.

Já no caso dos demais elementos, a hipótese também se comprova se se reconhece que, como elementos essenciais à constituição da coesão das unidades textuais em que se encontravam no português medieval, eles se prestavam, então, a assinalar a organização que se dava às diversas partes do texto. A presença desses elementos assinalava a separação entre duas partes informativas que se caracterizavam, de algum modo, pela diferenciação, como acontecia nas ocorrências de *mas*.

A motivação metafórica é tida, então, como a responsável pelo fato de elementos etimologicamente tão diferentes terem vindo a se reunir, no português, sob um mesmo rótulo: o de conjunções adversativas. Além das referências citadas, são utilizados também os trabalhos de Heine *et al* (1991), Hopper *et al* (1993) e Sweetser (1991). As referências teóricas são utilizadas para elucidarem pontos inicialmente obscuros na análise dos dados tanto quanto os dados são utilizados como forma de (in)validação dos pressupostos básicos desses trabalhos.

BARRETO, Therezinha M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de doutorado, UFBA, Salvador (Bahia), 1999.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, Adele. *Conceptual Structure, Discourse and Grammar*. Stanford, Ca.: CSLI, 1996, p. 113-30.

HEINE, B. *et al*. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. *et al*. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993/2003.

LAKOFF, G.; JONHSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Coord. de trad. de Maria Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras, 1980/2002.

ROCHA, Ana Paula. A gramaticalização de “todavia” em português. In: *Memórias do XIV Congresso Internacional ALFAL*, vol. I. Monterrey, México, 2005.

SWEETSER, Eve. Grammaticalization and Semantic Bleaching. In: *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Eds. Axmaker, S., Jaisser, A., Singmaster, H., 1988.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991/1995.

VOGT, C.; DUCROT, O. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. 2. ed. aum. São Paulo: Hucitec, 1989.

desses princípios remete à movimentação de categorias cognitivas subjacentes à base pré-verbal. Uma questão importante a ser investigada com relação a esses princípios é justamente sua validade com relação ao comportamento dos itens adverbiais em mudança no português. Sob a ótica da teoria da gramaticalização, espera-se que essa movimentação parta de um pólo mais concreto para um mais abstrato. Dessa forma, os itens adverbiais passariam a assumir funções mais gramaticais. Esse é o alvo de investigação de cada um dos trabalhos incluídos nesta comunicação coordenada. Defendi, Vicente e Spaziani checam a atuação dos princípios da teoria multissistêmica e a validade dos mesmos para o processo de gramaticalização dos itens-fonte *atrás, afinal* e *fora* no português. A partir de dados de *corpora* variados do dialeto carioca, analisa-se o comportamento de categorias adverbiais numa movimentação orientada pelas categorias cognitivas: pessoa  $\zeta$  objeto  $\zeta$  espaço  $\zeta$  tempo  $\zeta$  qualidade  $\zeta$  discurso.

### Fatores de gramaticalização do advérbio ‘fora’ nos princípios sociocognitivos.

Lídia Spaziani

lidialis@usp.br  
Universidade de São Paulo

Os aspectos de uso do item-fonte ‘fora’ são aqui analisados à luz das teorias de Gramaticalização a partir de produções orais de usuário naturais (DIK, 1989). Pode-se observar que esse item se distancia da lista de normatização gramatical, em que era visto apenas como um ‘advérbio’ ou uma ‘preposição’. Os suportes teóricos admitidos neste trabalho referem-se às propostas de Meillet (1912 *apud* SWEETSER, 1988), Lakoff também é notado em Sweetser (1990) ao se referir à importância da metáfora como um fator que dá forma às línguas, e estas formas são variantes das nomenclaturas pré-estabelecidas e constantes de reanálise funcional, revistas por Heine; Claudi; Hünemeyer (1993), a respeito da descategorização de itens lexicais que são modificados para itens gramaticais numa progressão que torna palavras autônomas em dependentes. Para Hopper (1991, p. 17-35), há cinco estágios identificáveis no processo de gramaticalização, conhecidos por princípios de gramaticalização: estratificação, divergência; especialização, persistência, descategorização. Sweetser (1990) argumenta que novos sentidos de um item emergem de forma inconsciente ao usuário e muitas vezes só podem ser entendidos contextualmente, ou seja, presos a um contexto discursivo-pragmático específico. Em muitos casos, podem ocorrer sobreposição semântica, mudança léxico-pragmática e ambigüidade pragmática. O processo de gramaticalização, a partir dos itens-meta, demonstra-se unidirecional, especialmente se levarmos em conta o *continuum* concreto  $\zeta$  abstrato (CAMPBELL, 2001), motivado por mecanismos metafóricos tal como pode ser conferido com o item ‘fora’, que teria a função mais gramatical ao se tornar preposição; essa é a visão do produto final proveniente da expressão oral. Entretanto, na visão de processo pré-verbal, incluída na Linguística Cognitiva, a qual se baseia na percepção e conceitualização humana do mundo, no esclarecimento dos modos como as estruturas e os objetos

### Análise multissistêmica de advérbios

Sustentam a teoria Multissistêmica (CASTILHO, 2006), os princípios de ativação, desativação e reativação. A base



lingüísticos refletem a maneira como os seres humanos percebem, categorizam e conceitualizam o mundo ao seu redor, dentro do seu fato social, então há de se levar em consideração as propostas feitas pela Teoria Multissistêmica desenvolvida por Castilho (1998, 2004, 2006), que permite, por meio da Lingüística Cognitiva, que entendamos os processos criativos à luz de preceitos de uma ciência de sistemas complexos. São princípios cognitivos os de ativação de um item, desativação e reativação deste mesmo item dentro da expressão oral no fato social, levando-se em conta a possibilidade de análise de uma unidade como palavra ou como sentença. No caso específico desta pesquisa, atemo-nos à palavra 'fora' como o fenômeno imbricado nas variações de posição dentro da sentença.

Esses princípios têm como efeito a movimentação de categorias cognitivas subjacentes à base pré-verbal, a partir da organização e administração das escolhas lingüísticas. O princípio da ativação prevê a projeção pragmática dos itens a partir de seus traços pré-verbais, podendo haver a reativação de traços ou elementos anteriormente empregados na cadeia de fala. A essa movimentação Castilho denomina de princípio de reativação. Neste processo, entram o silêncio ou mesmo o abandono de itens dos quais o princípio de desativação daria conta. Cada ativação de propriedades pode ser feita no âmbito lexical, discursivo, semântico e gramatical.

Para essa análise, levaremos em consideração a realização do item 'fora' na produção oral do falante usuário da língua. Um dos objetivos é examinar outros padrões funcionais que compõem o domínio funcional de *fora* e analisar os contextos sintáticos de usos. Com isso, mostramos que o item-fonte 'fora' é empregado em contextos específicos a depender do padrão funcional que está realizando e que a seqüência informativa sucedente é relevante para compreender essa função. Posteriormente, analisamos esses padrões à luz de uma ponte dística que une a Teoria da Gramaticalização e a Teoria Multissistêmica previamente expostas.

A amostra selecionada para análise foi constituída a partir do *Corpus* PEUL (Projeto de Estudos e Usos Lingüísticos) do dialeto carioca, em que falantes de variados graus de escolaridade são entrevistados em situação informal, seguindo o método laboviano sociolingüístico.

### **Análise de afinal sob os princípios de ativação, desativação e reativação. Análise de afinal sob os princípios de ativação, desativação e reativação**

Renata Barbosa Vicente

renatabarbs@ig.com.br  
Universidade de São Paulo

O processo de gramaticalização ocorre devido às necessidades de comunicação não satisfeitas pelas formas existentes no sistema lingüístico e a existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações lingüísticas adequadas (HEINE *et alii*, 1991, p. 19-30). Assim sendo, ao considerar a dinamicidade da língua e a idéia de emergência lingüística (HOPPER, 1991) é que buscamos analisar o comportamento funcional do fenômeno escolhido para esta análise: *afinal*. Em prévio levantamento do item-fonte, verificamos que a

classificação morfológica do fenômeno é de advérbio, como consta nos dicionários consultados. Entretanto, além de advérbio, este fenômeno pode ter as acepções de conjunção, interjeição e locução '*afinal de contas*' (→ *afinal das contas*), raramente visto como substantivo masculino, mas possível. Estas acepções já caracterizam um processo de mudança, que ocorre a partir da criação lingüística pré-verbal, e, ao se exteriorizarem, assumem funções diversas das determinadas pela prescrição normativa. Somente uma teoria dinâmica sobre a língua poderia dar conta de uma grande quantidade de fenômenos. Então, Castilho (2003) propõe a teoria Multissistêmica que tem como base os princípios de ativação, desativação e reativação de vários domínios em que o item analisado pode ser observado por meio da produção oral. À luz desses princípios, pretendemos analisar o fenômeno *afinal*.

O *corpus* cujas ocorrências são analisadas constitui-se de textos transcritos a partir do português falado. Trata-se de entrevistas gravadas na década de 70 e 90 com informantes de nível superior completo, nascidos no Rio de Janeiro e filhos de pais cariocas. A primeira fase da pesquisa consistiu na busca do fenômeno "*afinal*" nestes textos transcritos do NURC da cidade do Rio de Janeiro na leitura e separação deste dos demais fenômenos do texto. Ao término dessa primeira etapa, colocamos o enfoque no fenômeno "*afinal*" como objeto que tem ocupado nossa atenção, direcionando o olhar para os princípios da teoria Multissistêmica, unindo esses princípios ao fenômeno estudado e analisando-o com o intuito de verificar se, de fato, o seu pinçamento e uso podem ocorrer simultaneamente com auxílio dos princípios de ativação, desativação e reativação dos domínios cognitivos que administram nossa pré-produção verbal.

A ativação lexical é o movimento mental de seleção das categorias cognitivas e de seus traços semânticos que se agrupam nas palavras. A ativação das propriedades gramaticais é responsável pela construção dos sintagmas e das sentenças, pela ordenação dos constituintes, pela concordância, pela organização da estrutura argumental (CASTILHO, 2003). O princípio da ativação já nos permite, em um dos momentos de nossa análise do fenômeno, observar o que se dá quando o falante expõe a idéia de conclusão, organizando e encerrando a estrutura argumental do texto, dado os diversos contextos e situações que identificamos no item-fonte.

A reativação é o movimento mental por meio de que rearranjamos as propriedades lexicais e as palavras que as representam, retomando por assim dizer a construção do enunciado. Já de posse do conhecimento desse princípio, verificamos que há ocorrências do item-fonte que podem exemplificar esse princípio, provocando a paráfrase de textos já produzidos.

A desativação é o movimento que ocasiona o abandono das propriedades e das palavras que antes haviam sido ativadas. Também esse princípio assenta nas práticas conversacionais, quando ocorre a chamada "despreferência", a qual consiste em verbalizar o que não é esperado, violando-se o princípio de projeção pragmática. O princípio de desativação promove no Léxico a morte das palavras (CASTILHO, 2003). Com a ajuda dos dicionários de Língua Portuguesa, bem como os especializados em etimologia e os dados do *corpus*, poderemos analisar o que de fato ocorreu com este fenômeno desde o seu surgimento até os dias atuais, verificando se houve ou não "despreferência" pelo termo, bem como se esta "despreferência" ocasionou a morte do fenômeno analisado. Enfim, neste trabalho ora apresentado, tecemos discussões a respeito de encaminhamentos gramaticais assumidos pelo



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

item *afinal*, tocando em questionamentos ainda não plenamente respondidos e revendo as rotas de gramaticalização do item adverbial à luz de um novo roteiro investigativo, qual seja, o da teoria multissistêmica e de seus princípios sociocognitivos.

### Checagem dos princípios sociocognitivos

*Cristina Lopomo Defendi*

crislopomo@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

O conceito de gramaticalização não é algo recente. Há indícios de que essa noção já tenha aparecido no século X, com os chineses que afirmaram que há símbolos lingüísticos plenos e vazios e a defesa de Zhou Bo-qí (da dinastia Yuan) de que os símbolos vazios derivam dos símbolos cheios (HARBSMEIER, 1979). As pesquisas mais recentes dão maior importância à pragmática. O processo de gramaticalização pode ser apreendido por meio da mudança em que um item lexical passa para um item gramatical e, também, trabalhamos com a noção de abstratização que, de um item de sentido concreto, passa-se para um item de sentido abstrato. É possível apreender o citado processo por meio de algumas transformações que ocorrem na língua e que têm efeito na gramática. Alguns autores, a exemplo de Givón (1970), enfatizam a atuação desse processo na morfologia, e nesse sentido afirmam que a morfologia de hoje seria a sintaxe de ontem ou, ainda, que a sintaxe de hoje seria o discurso de ontem. Assim, ele elabora a seguinte relação: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero. Para vários autores, as explicações de mudanças não estão nem na sintaxe nem na semântica e, sim, na cognição, no tipo de pensamento elaborado. Esse é o caso de Sweetser (1988), que centraliza na cognição a explicação para a mudança motivada por gramaticalização. Para a autora, são a cognição, a percepção e o entendimento humanos as bases para a estrutura da língua humana. Outro autor que centraliza, no processo de gramaticalização, a cognição é Castilho (2006), que acaba formulando uma teoria em que entende a língua como um sistema complexo e dinâmico – componentes pré-verbais atuando em simultaneidade. Essa é a base para a Teoria Multissistêmica que nasce articulada com a pressuposição de que a língua é um conjunto de categorias agrupadas em quatro subsistemas: Léxico, Discurso, Semântica e Gramática e que esses subsistemas são autônomos, sem hierarquia nem derivação entre eles. Eis o objetivo deste trabalho, checar a validade dessa pressuposição, agora levando em consideração a atuação dos princípios sociocognitivos que dão sustentação à Teoria citada, quais sejam, princípio da ativação, da desativação e da reativação. São eles, segundo o autor, capazes de articular os processos e seus produtos (CASTILHO, 1998). Há duas motivações para esses princípios: social e cognitiva. Sua motivação social deve-se à proveniência dos dados ideais para a análise: dados oriundos de situações reais de fala. Em complementação, sua motivação cognitiva deve-se à subjacência de operações mentais. Em relação aos princípios, a ativação consiste na eleição de palavras ou traços necessários para a

verbalização de um evento; a desativação é o abandono de uma palavra ou de propriedades lexicais durante a atuação da fala; e a reativação é o recrutamento de palavras e/ou propriedades em momentos anteriores da cadeia de fala já ativadas. São simultâneos e gerenciam os subsistemas lingüísticos. Neste trabalho, checamos a validade da atuação desses princípios durante a rota de gramaticalização do item-fonte adverbial *atrás*. Para tanto, constituímos amostras de fala no *corpus PEUL* - Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (contato e recontato) e analisamos as ocorrências identificadas à luz do seguinte *continuum* proposto por Heine *et alii* (1991): PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE. Subjaz, a esse *continuum*, a idéia de que a mudança lingüística apóia-se na representação do concreto (corpo e partes dele) em direção a um nível elevado de abstratização. Identificada a rota a partir do *continuum* de Heine *et alii* (1991), estabeleceremos os vários padrões funcionais que foram analisados levando em conta as freqüências *token* e *type* propostas por Bybee (2003). Por fim, verificaremos a aplicabilidade dos princípios propostos por Castilho.

### Análise multissistêmica de estruturas complexas

Alguns juntores derivam de funções mais concretas no português. Muitas dessas estruturas são cristalizadas por motivações pragmáticas e passam a ser interpretadas com valor mais abstratizado. Muitas dessas estruturas cristalizadas passam a assumir funções mais gramaticais, enquanto outras passam a assumir funções mais discursivo-pragmáticas. Eis o cerne desta comunicação coordenada: discutir e apresentar evidências de que, na evolução das estruturas, motivações de diferente natureza atuam para a abstratização dos usos. Como forma de evidenciar os pequenos deslizamentos funcionais operados, lançamos mão dos princípios norteadores da Teoria Multissistêmica (CASTILHO, 2006), quais sejam: desativação, reativação e ativação. Os trabalhos de Sartin, Cacciaguerra e Bernardo tratam, respectivamente, de estruturas atípicas no português denominadas: estruturas infinitivas encabeçadas por *para*, estruturas complexas vinculadas por *onde* e estruturas serializadas aditivas.

### Gramaticalização da combinação de orações: estruturas inovadoras

*Elisangela Baptista de Godoy Sartin*

lisaugusto@hotmail.com.br  
Universidade de São Paulo

É possível associar o processo de gramaticalização ao nexos sintático que se estabelece entre duas ou mais orações subordinadas (HOPPER; TRAUGOTT, 1991). Nessa concepção de gramaticalização, quanto maior o grau de coesão, maior será seu grau de gramaticalização. Isso se deve ao entrelaçamento cada vez mais intenso entre unidades,



fazendo com que um falante interprete a estrutura toda não como duas unidades, mas como apenas uma. O que invariavelmente se tem mostrado é que o verbo da oração matriz ou principal sofre decategorização, podendo inclusive gerar uma leitura de auxiliaridade. Ocorre que este postulado nem sempre se mostra tranqüilo quando lidamos com orações não-finitas.

Eis a motivação deste trabalho: temos o objetivo de analisar o grau de coesão entre as orações combinadas. O foco de análise se detém nas orações tipicamente classificadas como orações finais com a seguinte composição: a subordinada é não-finita e tem a preposição *para* encabeçando a oração. Essa oração é combinada a uma oração matriz. Esta estruturação pode, de antemão (e equivocadamente), sugerir ao interlocutor seu valor funcional de finalidade, embora nem sempre esse tipo de oração codifique de fato a finalidade da matriz. Numa abordagem sincrônica, estaremos pesquisando o comportamento funcional dessa estrutura na modalidade falada por meio de critérios formais de controle com o fim de apreender a motivação de cada interpretação. Os resultados nos levaram ao reconhecimento de uma abstratização funcional com aparente coesão subordinativa.

Percebemos que a estrutura, a despeito de manter a mesma configuração, tem seu sentido original erodido e, em alguns casos, esse sentido mostra-se enfraquecido. Esse enfraquecimento tem como efeito a ambigüidade interpretativa.

Como forma de evidenciar os pequenos deslizamentos funcionais operados e explicá-los em suas motivações, lançamos mão dos princípios norteadores da Teoria Multissistêmica (CASTILHO, 2006), quais sejam, *ativação, reativação e desativação*.

A partir do momento que algumas dessas estruturas passam a assumir funções mais gramaticais, outras passam a assumir funções mais discursivo-pragmáticas. Neste sentido, o falante pode ativar, reativar e/ou desativar propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação de seus enunciados, constituindo deste modo, as expressões que deverá “pôr no ar” (CASTILHO, 2006). Devemos esclarecer que esses princípios ocorrem, invariavelmente, de forma simultânea e um não é condição *sine qua non* para que o outro ocorra, portanto, configurando sua autonomia. A simultaneidade e a autonomia estão na base teórica castilhana, uma vez que o autor lida com o processo pré-verbal, portanto, mental que antecede a atualização das estruturas. Num ato discursivo, o falante deve prever os movimentos verbais do interlocutor e o momento de entrada em cada turno conversacional. Com relação às estruturas *para+infinitivo*, nem sempre as sentenças com as quais o falante ativa ou constrói seu turno se mostram completamente claras quanto às suas funções sintáticas. Não é incomum que encontremos estruturas de que se depreende uma sobreposição interpretativa, como já mencionamos anteriormente. Isso se deve ao seu caráter totalmente abstratizado.

Analisando uma amostra oriunda de *corpus* de língua falada, estabelecemos o objetivo de verificar como os princípios da teoria Multissistêmica (ativação, reativação e desativação) atuam em se tratando de estruturas complexas, como é o caso da combinação de orações hipotáticas encabeçadas pela preposição *para*, as quais, por serem livres quanto à ordem, trazem diferentes efeitos, tanto semânticos quanto pragmáticos.

Assim, após a seleção dos dados *para+infinitivo*, procederemos à explicitação dos critérios de análise baseados em hipóteses levantadas já a partir dos dados de língua falada. Posteriormente, apresentaremos a análise das ocorrências,

justificando com os traços ativados, desativados e reativados nos padrões funcionais. E, por fim, investigaremos a repetição e rotinização de usos por meio da quantificação. Para a gramaticalização, a frequência favorece o esmaecimento funcional e a emersão de usos inovadores motivados pela criatividade.

CASTILHO, Ataliba T. de. Abordagem da língua como um sistema complexo, USP, CNPq, 2006.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Vol. I: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991. p. 17-35.

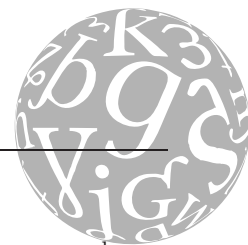
### A formação de predicados complexos: estruturas atípicas do português brasileiro

Kelly Viviane Bernardo

Keluxa2002@yahoo.com.br  
Universidade de São Paulo

A orientação funcionalista (DIK, 1997) vem sendo muito marcada nas análises discursivas pelo fato de serem observadas como peça central da comunicação real. Isso porque o processo discursivo é resultado dos mecanismos cognitivos que são capazes de marcar a relevância dos diferentes tipos de eventos e entidades produzidos no ato de interação verbal e organização sintática. Com base no princípio de que a motivação cognitiva perpassa todos os níveis da gramática de uma língua e que suas regularidades naturais se desenvolvem socialmente atendo-se à percepção e ao entendimento humano, este trabalho tem como objetivo analisar o modo como tais estruturas manifestam-se na língua, tendo em vista que, de acordo com a teoria da gramaticalização, as formas gramaticais originam-se e desenvolvem-se de material léxico, atravessando vários estágios, durante os quais perdem, progressivamente, suas características lexicais e adquirem simultaneamente, cada vez mais, funções gramaticais. Essas variações acontecem porque na admissão da relação entre cognição e gramática também se assenta a iconicidade, isto é, a consideração de uma motivação icônica para a forma lingüística ou a consideração de que a extensão ou complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade da natureza conceptual. Conforme o contexto em que está inserida, tal palavra vai adquirindo novos significados, sendo fortemente motivada por pressões externas.

Mediante uma análise multifuncional do discurso, é observável que em estruturas serializadas aditivas há princípios que ativam, reativam e desativam processos de ligação de orações serializadas. Tais processos mostram-se muito usuais, tendo em vista que identificamos, no Léxico, um conjunto de itens que evidenciam, dentre as estratégias discursivas de construção de instâncias enunciativas, a ação do enunciador de reconstruir o(s) discurso(s) de outro(s) enunciador(es) e/ou o seu próprio, incorporando-o(s) no fluxo do texto. Representantes de abordagens funcionalistas, Heine (1993), Sebba (1993), dentre outros, definem serialização verbal como uma seqüência de dois ou mais eventos, caracterizada por uma seqüência mínima de V1 e V2, interligados por “e”



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(objeto de estudo desse trabalho) ou justapostos, os quais flexionam tempo, pessoa etc., por meio de um verbo auxiliar e um principal. Frequentemente, o auxiliar é um verbo de movimento, embora possa ser também um estático.

Nesses tipos de estruturas, a ordem dos verbos é tipicamente icônica. A ação, evento ou estado designados pelo primeiro verbo precede, tipicamente, o segundo; e a ação ou estado expressos pelo segundo verbo é um desenvolvimento adicional do primeiro item lexical analisado. O que se verifica, nesses tipos de construções identificados também na literatura lingüística como construções perifrásticas, é que o primeiro verbo (V1) é um verbo aspectualizador, isto porque carrega a informação de aspecto no interior da sentença (CASTILHO, 2002; HEINE, 1993).

Em vista disso, utilizo para descrição de tais processos a teoria Multissistêmica que Castilho (2006) propõe. Ela permitirá analisar a enunciação em todo o seu conjunto, considerando o fato de que em toda e qualquer interação lingüística, os indivíduos que dela participam, durante todo o processo discursivo, tomam decisões sobre como administrar o Léxico: que palavras se adequam à situação discursiva, que propriedades dessas palavras devem ser ativadas, reativadas ou desativadas. Assim, o autor identifica três operações básicas: ativação, reativação e desativação, que “se constituem em mecanismos suficientemente fortes para revelar a maquinaria de constituição do texto e da sentença” (CASTILHO, 2006, p. 39). A configuração dessas operações envolve fatores que operam, simultânea e concomitantemente, no processamento de textos. De acordo com Castilho, os três domínios – o Gramatical, o Semântico e o Pragmático (Discursivo) – são articulados pelo Léxico. As propriedades inerentes a esses domínios estão alojadas e “são ativadas num mesmo ato de fala” (CASTILHO, 1997, p. 9).

Sendo assim, o presente trabalho propõe uma pesquisa sincrônica do estatuto funcional sobre a categorização do estatuto multifuncional de verbos serializados e sobre a configuração semântica e sintática de predicadores complexos constituídos de verbos auxiliares em textos orais produzidos nas variedades brasileiras do português. Para tanto, baseei-me em amostras de fala real do Projeto de Estudos Lingüísticos (PEUL) para a constatação dos fatos. O desenvolvimento da pesquisa conta com um arcabouço teórico-metodológico baseados na teoria da Gramática Funcional de orientação holandesa (DIK, 1997), com enfoques funcionalistas dos fenômenos de gramaticalização e polissemia lexical (HOPPER, 1991).

CASTILHO, Ataliba T. de. *Abordagem da língua como um sistema complexo: Contribuições para uma nova Lingüística Histórica*, USP, CNPq, 2006. Inédito.

\_\_\_\_\_. *Análise Multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro*. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/>.

### A teoria multissistêmica aplicada ao relativo “onde” no português paulistano culto

Vanessa Cassiaguerra

vcacciaguerra@uol.com.br  
Universidade de São Paulo

Este trabalho tem como objetivo apresentar as mudanças que vêm sofrendo o pronome relativo ‘onde’ quando conector de orações complexas, descrevendo as variações que o termo vem sofrendo desde sua origem como advérbio locativo concreto até ser empregado em usos mais inovadores como operador discursivo. Os dados coletados de um *corpus* sincrônico foram analisados com base na recém-formulada Teoria Multissistêmica (ATALIBA, 2006), que descreve a mudança lingüística como sendo um sistema complexo de processos, em detrimento dos estudos tradicionais que vêm sendo feitos do processo denominado Gramaticalização, em que a variação lingüística é tratada como um único epifenômeno.

As especulações sobre a origem da gramática vêm sendo feitas desde o século XIX e o termo “Gramaticalização” foi empregado já no começo do século XX. No entanto, apesar de haver princípios e etapas que são freqüente e amplamente aceitos na maioria dos estudos, as etapas destes processos não são universais aos casos de mudança até aqui estudados nem tampouco são consensuais entre os lingüistas.

O principal destes princípios diz que as mudanças lingüísticas são fomentadas por associações metafóricas, e que, desta forma, os campos semânticos [+ abstratos] são advindos das estruturas [+ concretas] do léxico, em um continuum evolutivo unidirecional. A gramática das línguas, da mesma forma, evoluiria também através do mesmo continuum unidirecional, de modo com que os termos [+ gramaticais] seriam advindos dos termos [+ lexicais] através de uma série de subprocessos relacionados, dentre os quais se destacam: a) a cristalização dos termos mais freqüentemente usados, b) a reanálise de sua função sintática e c) a conseqüente erosão fonética, que juntos fariam com que os termos da língua migrassem através das categorias sintáticas no sentido que parte do substantivo pleno em direção ao morfema zero, considerando naturalmente que esta trajetória descreve a totalidade do processo, que não é obrigatoriamente realizado por todos os termos em mudança, havendo diferentes níveis de realização para a variação. A Gramaticalização, portanto, dispõe: 1) Léxico, 2) Gramática e 3) Discurso em uma linha evolutiva, tomando, portanto, o Léxico como ponto de origem das línguas.

Ataliba (2006) refuta a hierarquização das categorias lingüísticas, já que este modelo assumiria a não-existência de traços gramaticais, por exemplo, nos substantivos plenos, e a não-existência de traços semânticos, por exemplo, nas conjunções, o que não é uma verdade. Em detrimento do que vem sido tradicionalmente estudado como Gramaticalização, Ataliba (2006) propõe que a mudança lingüística é estabelecida por um sistema complexo, ao modelo conhecido como “ciência dos sistemas complexos” ou “teoria do caos” (ATALIBA, 2006 apud GLEIK, 1988), que através de múltiplas variáveis revolucionou a descrição de fenômenos de diferentes áreas científicas que até recentemente não dispunham de descrição satisfatória, tais como a Meteorologia, a Economia e a Antropologia, entre outros. Com isso, 1) Léxico, 2) Semântica, 3) Gramática e 4) Discurso são tomados na Teoria Multissistêmica como sistemas autônomos que, em conjunto, configuram a mudança das línguas, sendo que cada um destes fenômenos são conectados por derivação e isoladamente sofrem evoluções através dos princípios de Ativação, Reativação e Desativação de suas propriedades.

Foi à luz desta teoria, portanto, que se pesquisou o emprego do “onde” como conectivo de orações complexas no português atual escrito culto da cidade de São Paulo, tomando





o *corpus* que se apresentou mais relevante: os resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na Universidade de São Paulo. Sobre este *corpus* foram feitas análises quantitativas e qualitativas, através das quais foi possível ilustrar e efetivar a Teoria Multissistêmica em seus conceitos e princípios, além do objetivo principal de descrever os empregos efetivos do pronome relativo que já se cristalizam mesmo nos níveis mais formais da língua em seus empregos mais inovadores.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Abordagem da língua como um sistema complexo: Contribuições para uma nova Lingüística Histórica*, USP, CNPq, 2006. Inédito.

\_\_\_\_\_. *Análise Multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro*. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport>>.

\_\_\_\_\_. A Gramaticalização. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*. Universidade Federal da Bahia, 1997, p. 25-63.

\_\_\_\_\_. Proposta funcionalista de mudança lingüística. Os processos de lexicalização, semanticização, discursivização na constituição das línguas. In: LOBO, Tânia (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VI, no prelo.

GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. Nova Iorque: Academic Press, 1979.

HEINE, Bernard; CLAUDI, Ulrich; HÜNNENMEYER, Friederike. *Grammaticalization - A Conceptual Framework*. Chicago/London: University of Chicago, 1991.

HOPPER, Paul. J. On some principles of grammaticization. In: *Approaches to Grammaticalization*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1991, p. 17-35.

\_\_\_\_\_; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. The History of Grammaticalization. In: *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Os caminhos do "onde": uma contribuição da semântica ao ensino de língua materna. In: CABRAL, Loni Grim; GORSKI, Edair. (Org.) *Lingüística e Ensino: Reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, 1998, p. 146-164.

TRAUGOTT, Elizabeth C.; KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: *Approaches to Grammaticalization*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1991, p. 17-35.

## Estudos sociolingüísticos do tratamento "você": uma questão de interação social

A Sociolingüística Variacionista Laboviana estuda os dialetos sociais ou socioletos e se concentra na descrição da língua em uso, buscando estabelecer correlações entre fatos lingüísticos e fatores de diferentes naturezas: lingüística, social, estilística e discursiva. Para o estudo das formas de tratamento no português oral brasileiro – *você/ocê* e *cê* –, os trabalhos reunidos nesta Comunicação Coordenada partem do princípio laboviano da variação estilística, ao considerarem que o falante não usa a língua da mesma forma em todas as ocasiões, o que implica a escolha de diversas possibilidades de expressão. Isto é, para Labov, há um "continuum" que vai da máxima informalidade até a máxima formalidade.

A variação estilística não deve ser entendida como uma

mera escolha individual, visto que é, em grande parte, dependente de fatores contextuais, tipos de relação entre os interlocutores, classe social, gênero dos interlocutores, idade, meio ambiente físico e tópico discursivo. Escolhas dessas consideradas por Labov (1972, 1983), como sendo variação estilística. Segundo Silva-Corvalán (1989), as escolhas lexicais e sintáticas estão condicionadas por vários aspectos da situação: a relação de intimidade entre falante e interlocutor e o grau de formalidade que o contexto pede.

A pesquisa no Brasil sobre as formas de tratamento tem merecido uma atenção especial nos últimos anos, por parte dos estudiosos da língua(gem) de diferentes escolas teóricas. Como exemplo, Wilhelm (1979) entende que as formas de tratamento são pronomes com os quais se exprime a distância entre os interlocutores. Por sua vez, Ramos (2001) defende dois pontos que vêm norteando os estudos sobre o tema: um de natureza sócio-histórica, que leva em consideração o uso amplo de *você* como uma opção por um tratamento igualitário, e outro que trata o problema como um processo de mudança baseado na implementação da forma *você* com estatuto pronominal, que, dessa forma, vem alterando a concordância e acarretando muitas mudanças no sistema pronominal, a partir de meados do século XIX. Para Bechara (2004), a forma *você* se classifica como uma forma substantiva de tratamento indireto de 2ª pessoa, no tratamento familiar.

Nesta Comunicação Coordenada, apresentam-se trabalhos que apontam alguns dos caminhos trilhados pela Sociolingüística Variacionista e revelam tendências sobre o estudo do uso e dos papéis sociais da forma de tratamento *você*, procurando-se: a) avançar com os estudos já realizados sobre o uso da forma pronominal de segunda pessoa em estudo; b) reconstituir o caminho de evolução de *vossa mercê*; c) analisar a situação das formas consideradas obsoletas; d) explicar a influência dos aspectos fonéticos e fonológicos da língua portuguesa sobre o uso das formas em questão.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

\_\_\_\_\_. *Modelos sociolingüísticos*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística: teoría y análisis*. Madrid: Alambra, 1989.

## A influência dos aspectos fonéticos e fonológicos do português sobre o uso de *você*, *ocê* e *cê*

Edenize Ponzo Peres

edenizeponzo@uol.com.br  
Centro Universitário São Camilo

As formas *você*, *ocê* e *cê* têm merecido, há alguns anos, a atenção de diversos estudiosos da língua portuguesa, os quais as têm analisado em diferentes contextos, sob diversos pontos de vista e enfocando os vários níveis lingüísticos. Como exemplo dessas análises, temos a evolução histórica e lingüística da forma de tratamento ao rei *Vossa Mercê*, no século XIII, até chegar ao *você* atual; os aspectos semânticos – mais especificamente, o uso das formas com relação à



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

expressão da referência definida ou indefinida (Alves, 1998); a importância do paralelismo discursivo para a ocorrência das formas (Andrade, 2004); os aspectos sintáticos aí envolvidos etc.

Dentre as análises de que se falou acima, as voltadas para os aspectos sintáticos relacionados ao uso das três formas se destacam, quer pelo considerável número de trabalhos voltados ao tema, quer pela importância da questão. E esses trabalhos são unânimes em apontar a relação entre a ocorrência dessas formas e o contexto sintático em que elas aparecem. Por sua vez, os estudos sociolinguísticos sobre as formas *você*, *ocê* e *cê*, realizados em algumas localidades de Minas Gerais, como Belo Horizonte, Ouro Preto e São Francisco (Ramos, 1997, 2000; Coelho, 1999; Peres, 2006), também atestam a distribuição irregular das formas. Mesmo em situações mais tensas e, portanto, um pouco mais formais de fala, como é o caso de entrevistas sociolinguísticas, esses estudos demonstram que, na função de sujeito, a forma inovadora *cê* é a preferencialmente usada, vindo, em segundo lugar, *você* e, em terceiro, bastante atrás das outras, a forma *ocê*. Porém, nas funções de objeto de verbo e, principalmente, de preposição, essas posições se alteram, sendo que a forma *ocê* cresce acentuadamente, com probabilidades de ocorrência muito superiores às das outras duas.

Como foi mencionado, diversas análises têm sido feitas para explicar esse comportamento, enfocando diferentes níveis linguísticos, como o sintático (Vital, 1996; Ramos, 1997, 2000) e o sintático-discursivo (Andrade, 2004). Este trabalho, por sua vez, abordará a influência dos aspectos fonéticos e fonológicos da língua portuguesa para explicar esse uso, lançando mão, para isso, de dados de fala de Belo Horizonte e, principalmente, de Vitória/ES. Os dados dessa cidade corroboram os resultados encontrados em outras cidades, como as citadas acima, quanto a essa distribuição irregular, com a predominância do uso da forma *cê* e, em seguida, de *você*. Com relação à forma *ocê*, os dados de Vitória mostram um fato curioso: sua ocorrência é inexistente na função de sujeito de oração principal, ou seja, não ocorre depois de pausa, e, sim, nas posições de sujeito de oração coordenada ou subordinada – embora com pequena ocorrência –, de objeto de verbo e, principalmente, de objeto de preposição, desde que terminados em vogal átona. Assim, alguns dos falantes capixabas, nesse contexto, deixam de usar a forma padrão *você*, para usar a não-padrão – e não muito comum na cidade – *ocê*.

Esse fato nos remete à importância dos fatores fonéticos e fonológicos da língua sobre a escolha lexical de seus falantes: com a rapidez natural da fala, os indivíduos utilizam de processos como a redução e o apagamento de fonemas e sílabas, visando ajustar seus enunciados ao padrão rítmico e acentual da língua. Assim, a variação no uso de *você*, *ocê* e *cê* também pode ser explicada por processos fonológicos dos quais os indivíduos lançam mão, quando falam, procurando obter formas ótimas da língua.

Enfim, este trabalho tem por objetivo discutir a influência dos aspectos fonéticos e fonológicos da língua para a ocorrência dessas três formas, além de descrever seu uso na cidade de Vitória/ES. Como já foi dito, os dados foram obtidos através de entrevistas sociolinguísticas, sendo entrevistados 48 informantes, divididos em gênero, duas classes sociais e quatro faixas etárias, seguindo-se os pressupostos da Teoria da Variação, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1972 e 1994).

ALVES, Nilton A. *As formas *você* e *ce* e a indeterminação do sujeito no português brasileiro*. 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ANDRADE, Adriana L. V. S. *A variação de ‘você’, ‘cê’ e ‘ocê’ no português brasileiro falado*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

COELHO, Maria do Socorro V. *Uma abordagem variacionista do uso de formas de tratamento no norte de Minas*. 85 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 1999.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change; internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.

PERES, Edenize P. *O uso de você, ocê e cê em Belo Horizonte: um estudo em tempo aparente e em tempo real*. 235 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

RAMOS, Jânia. *O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro*. In: DA HORA, Demerval (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 43-60.

\_\_\_\_\_. *O surgimento de um novo clítico no português brasileiro: análise quantitativa e qualitativa da forma cê*. In: GÄRTNER, Eberhard, HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (Eds.). *Estudos de sociolinguística brasileira e portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 181-189.

VITAL, Lorenzo. *A forma cê e a noção de gramaticalização*. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 115-124, 1996.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Empirical foundation for a theory of language change*. Austin: University of Texas Press, 1968.

### Um estudo comparativo do uso das formas de tratamento *você*, *ocê* e *cê*: dois “corpora” em análise

Clézio Roberto Gonçalves

clezzio@uai.com.br  
Universidade de São Paulo / PUC - Minas Gerais /  
CEFET - Ouro Preto

O sistema pronominal do Português Brasileiro tem merecido, há anos, uma atenção especial de alguns estudiosos da língua. O uso das formas de tratamento *você*, *ocê* e *cê* – a primeira, considerada padrão e as outras duas, a ela correspondentes, consideradas não-padrão – tem sido, também, objeto de estudo de vários pesquisadores, como Vital (1996), Coelho (1999), Chaves (2006), Modesto (2006), Peres (2006) e outros que, na maioria das vezes, focalizam esse uso somente no português brasileiro falado em áreas urbanas. O presente estudo tem como objetivo geral avançar com os estudos já realizados sobre o uso da forma pronominal de segunda pessoa *você* (padrão) e suas variantes *ocê* e *cê* (não-padrão), fazendo uma análise comparativa de dois corpora: dados de Ramos (1997), em Belo Horizonte (MG), e dados de Gonçalves (2002), em Arcos (MG). E, como objetivos específicos, os listados a seguir: i) descrever os fatores externos – idade e gênero – que condicionam o uso



das formas *você/ocê/cê*; ii) descrever a posição sintática na sentença das três variantes *você, ocê e cê*.

Este artigo se propõe a investigar os dados de dois *corpora*, conforme mencionado anteriormente. O primeiro, de Ramos (1997), tem o objetivo de testar a hipótese de cliticização do *cê* e também de descrever o uso de *você, ocê e cê*, explicitando os fatores lingüísticos e extralingüísticos que o condicionam, e analisa 342 dados obtidos através de entrevistas sociolingüísticas com informantes belo-horizontinos. O segundo é o de Gonçalves (2002), cujos dados foram obtidos através de gravações individuais, em fita cassete, de narrativas orais do português brasileiro, com falantes da cidade de Arcos (MG), zona urbana e rural (distritos de Arcos: Ilha, Corumbá, Calciolândia, Boca da Mata.). Um *corpus* constituído de 101 fitas-cassete com gravações de narrativas orais de falantes da região do centro-oeste mineiro, Arcos (MG). Destas fitas, 49 são da zona urbana e 52 da zona rural. Foram encontradas ocorrências das formas *você, ocê e cê* em 62 narrativas (33 da zona urbana e 29 da zona rural). Fez-se um levantamento do uso das formas do pronome *você* e foram registradas 286 ocorrências na zona rural e 228 na zona urbana, num total de 514 ocorrências. Esse *corpus* faz parte de um projeto de pesquisa, financiado pelo FIP – Fundo de Incentivo à Pesquisa – da PUC Minas. Todas as narrativas foram registradas sem a presença de outros indivíduos que não o documentador e o informante. A opção por esse procedimento visou, sobretudo, a permitir que as narrativas fluíssem o mais espontaneamente possível. Já do ponto de vista do desenvolvimento temático, foi concedida aos participantes uma total liberdade de escolha dos temas tratados no decorrer das interações. A única orientação que lhes fora transmitida foi para que o assunto fosse uma situação real, em que o informante tivesse sido emocionalmente envolvido e que o documentador ainda não tivesse conhecimento, para evitar, assim, pressupostos, referência às informações compartilhadas anteriormente etc. Seguindo-se a proposta de Labov (1972), no *corpus* de Gonçalves (2002), pediu-se que os informantes narrassem filmes a que tivessem assistido e de que tivessem gostado muito (e, conforme já se disse, do qual o documentador ainda não tivesse conhecimento algum), ou situações de risco de vida, tristes e/ou cômicos, em que os falantes tenham se envolvido emocionalmente. À medida que os informantes iam se envolvendo emocionalmente com os fatos narrados, eles se tornavam mais espontâneos, utilizando uma modalidade de língua mais próxima da coloquial espontânea. Tendo essas orientações, os narradores contaram fatos dos quais, em geral, participaram e que julgaram importante narrar. Não houve qualquer orientação referente ao tempo máximo de gravação, ficando o informante totalmente despreocupado e com total liberdade de utilizar o tempo que julgasse necessário para narrar o(s) fato(s). Esperou-se obter, no final da coleta dos dados, um conjunto vastíssimo de dados, constituindo-se uma base sólida e produtiva para o desenvolvimento da análise.

A análise deste trabalho parte da hipótese de que a ocorrência das formas pronominais *você, ocê e cê* não vem acontecendo de maneira idêntica nas duas áreas, urbana e rural, da comunidade arcoense e que, nessa comunidade, a evolução de formas/fatos da língua portuguesa aponta para mais de uma direção. Essa hipótese encontra suporte no estudo de Faraco (1996), que chama a atenção para a ocorrência de várias formas não-padrão, correspondentes à forma padrão *você* no português de Portugal e do Brasil, e no estudo de Biderman (1972), que mostra a ocorrência de formas não-padrão, ao

lado da forma padrão *usted*, no espanhol.

BIDERMAN, Maria T.C. *Formas de tratamento e estruturas sociais*. Marília: Alfa, 1972/1973.

CHAVES, Elaine. *Implementação do pronome você: contribuição das pistas gráficas*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

COELHO, Maria do S. V. *Uma abordagem variacionista do uso da forma você no norte de Minas*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

FARACO, Carlos A. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. 13. ed. Curitiba: UFPR, 1996.

GONÇALVES, Clézio R. *Um estudo variacionista do uso da forma você no centro-oeste mineiro*. Arcos: PUC Minas, 2002. Projeto de pesquisa.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MODESTO, Artarxerxes T. T. *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu/você na cidade de Santos (SP)*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PERES, Edenize P. *O uso de você, ocê e cê em Belo Horizonte: um estatuto em tempo aparente e tempo real*. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

RAMOS, Jânia M. O uso das formas *você, ocê e cê* no dialeto mineiro. In: HORA, Demerval da (Org.) *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 43-60.

VITRAL, Lorenzo. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 115-124, 1996.

## De vossa mercê a cê no português brasileiro: da gramática ao discurso

Maria do Socorro Vieira Coelho

soccoelho@hotmail.com  
Universidade de Montes Claros

Conforme se sabe, a forma de tratamento de 2<sup>a</sup> pessoa, *você*, considerada padrão, apresenta, no português brasileiro atual, formas não-padrão como *ocê e cê*, já fixadas na nossa fala do dia-a-dia, e que dão continuidade a uma cadeia sucessiva de mudanças, cujos resquícios ainda hoje são encontrados em lexemas arcaicos como *vancê, ancê, oncê, sucê, vacê, amecê, ancê*, de uso restrito às áreas rurais.

Nessa linha de evolução, o pronome *cê* se caracteriza como a forma de um *continuum* iniciado com o pronome de tratamento *Vossa Mercê*, que servia para marcar, lingüisticamente, no medieval ibérico, a distância social entre senhores e vassallos. Pereira (1915) nos relata o momento histórico em que os pronomes pessoais no latim clássico passam a desempenhar também a função de *reverência ou irreverência*, além da de indicar a pessoa gramatical do nome por ele evocado. Segundo este autor, no latim clássico, os pronomes pessoais tinham seu valor próprio sem qualquer outro significado e foram os imperadores romanos, a partir de Deoclesiano, que iniciaram o uso de nós em lugar de ego, passando assim, o pronome plural nós, a indicar



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

uma pessoa “proeminente”, isto é, que representava uma coletividade. Os príncipes e os bispos reclamaram para si o mesmo emprego desse plural, que passou a significar plural de majestade. Levado pela analogia, o pronome tu começou a ser substituído pelo pronome vós, nas línguas românicas, sempre que a intenção era mostrar deferência ao interpelado. Wilhelm (1979), em seu livro *Pronomes de distância em português actual em Portugal e no Brasil*, faz menção da forma *Vostram Mercedem*, de origem latina, que considera origem da qual derivaram as variadas formas encontradas hoje no português. Preocupado em apresentar e analisar os pronomes indicadores de distância vigentes no português europeu e brasileiro, o autor reconhece a grande dificuldade de realizar esse trabalho, tão grande é o número de formas encontradas. Além da extensa variedade de formas de uso, detectam-se outras tantas que fogem às prescrições da Gramática Normativa, cujo emprego nem sempre é descomplicado para os falantes nativos e menos ainda para os estrangeiros. Comprovam-nos isso as seguintes derivações da forma *Vossa Mercê* registradas por esse autor: *bacê/bacês, bancê, bassamacê, baucê, bocê/bocês, bôcencê, bomcencê, bomecê, bonsencê, bôssencê, cê, mecê, mincê, mômecê, ocê/ocês, ocês, oncê, semecê, sucê, suncê, vacê, vâcê,vaçuncê, vainicê, vam'cê, vamecê, vancê/vancês, vancês, vansmincê/vansmincês, vassmecê, vassucê, vassun'cê,vassumecê, vasssuncê, vaucê, você, vôcê, vôcê, vôcei, vocemecê, voicê, vom'cê, vomecê, vômecê, vômecêi, vômecia, vomincê, voncê, vonsencê, vormincê, voscê, vosm'cê, vosmecê, vos'mecê, vosmicê, vosmincê, vossamercê, vossa mercê, vossancê, vossê, vossecê, vôssecê, vossem'cê, vôssem'cê, vossemecê, vôssemecê, vôssemecêa, vossemincê, vôssencê, voss'm'cê, voss'mecê, voss'micê, vossucê, vossuncê, voucê, bassamacê, voss'amecê, oscê, ucê*. Voltando a atenção para as transformações sofridas por *Vossa Mercê*, ao longo de seu uso, analisamos, neste trabalho, o seguinte: a) os níveis lingüísticos – gramatical, semântico, pragmático e discursivo – envolvidos no processo; b) a situação de uso das formas já obsoletas; c) o roteiro percorrido por *Vossa Mercê* em espaços distintos do Brasil. Em face do foi analisado, podemos dizer que o pronome de tratamento do Português, *Vossa Mercê*, originado de uma forma análoga a *Vostram Mercedem*, do latim, passou por processos de transformação de natureza fonológica, morfológica, semântica e pragmática, contando no seu período atual com três formas em variação no português oral brasileiro (*ocê, ocê e cê*), num percurso diferenciado, segundo o seu espaço – geográfico e social – de uso. Esse espraiamento em direções variadas nada mais é do que uma amostra, uma evidência da possibilidade de variação e mudança em contexto intraterritorial. A expansão e fixação das várias formas – de tratamento ou de valor dêitico – oriundas de *Vossa Mercê* se deve a causas históricas e socioculturais, que costumam mobilizar, ou, então, inibir a variação e mudança nas línguas. Desse modo, a continuidade do trabalho aqui iniciado, que nos leva à tarefa de reconstituir o caminho de evolução de *Vossa Mercê* em outras localidades brasileiras e nos países lusófonos, só pode ter sucesso se levar em conta os fatores externos que co-atuaram com os internos nas transformações ocorridas. Para realização dessa tarefa, tomaremos, como ponto de apoio, os estudos realizados por autores como Lapa (1991), Said Ali (1966), Biderman (1972-73), Cintra (1986), Faraco (1996), Amaral (1955), Luft (1957), Nascentes (1953), Bastos (1931), Wilhelm (1979), procurando complementar suas lições com princípios e pressupostos de correntes teóricas que

levam em conta o modo da produção da linguagem e de seu uso real.

- ALI, Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1955.
- BASTOS, Cláudio. Formas de tratamento, em português. *Revista Lusitana*, Lisboa, n. 29, 1931.
- CINTRA, L. Lindley, F. *Sobre as Formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1972.
- FARACO, Carlos Alberto. *O Tratamento você em português: uma abordagem histórica*. Fragmenta, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Fontes, 1991.
- NASCENTES, Antenor. Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX E XX. *Revista Portuguesa de Filologia*, Rio de Janeiro, n. 3, 1953.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo, 1915.
- SAID ALI, M. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1950.
- WILHELM, Eberhard Axel. *Pronome de distância do português actual em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1979.

### Variação sintática em Minas Gerais

Os trabalhos apresentados nesta comunicação coordenada ilustram dois tipos de variação sintática observados em diferentes cidades de Minas Gerais. O primeiro deles relaciona-se à ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos. Esse tipo de variação, relatada em trabalhos anteriores, MOISÉS (1995), MENDES (2000), AMARAL (2003), será descrito sob dois diferentes prismas em diferentes municípios. No primeiro caso, contrastam-se os usos de duas cidades limítrofes – Abre Campo e Matipó, que ilustram, cada qual, um tipo de estrutura. No segundo caso, estuda-se a variação na fala de informantes jovens, que, deixando a cidade de Barra Longa, são expostos a novo padrão de uso do artigo definido diante de antropônimos.

O outro fenômeno lingüístico que integra a comunicação coordenada é a variação da forma pronominalizada em certas estruturas implementadas pelos verbos experienciais, quais sejam, aquelas em que o experienciador exerce a função sintática de sujeito. O trabalho guia-se por conclusões de trabalhos anteriores, cuja análise orienta-se por dados intuitivos (CANÇADO, 1996), ou por dados de uso (MADUREIRA, 2002). Nesta comunicação, os resultados parciais a respeito dos verbos experienciais são extraídos da fala de informantes de Santa Luzia. Esses resultados serão comparados a resultados anteriores obtidos em Belo Horizonte e no Serro (DOGLIANI, 2004).

Os três estudos que serão apresentados representam direta, ou indiretamente, extensões dos trabalhos realizados no âmbito do projeto *Pelas Trilhas de Minas: as Bandeiras e a Língua das Gerais*, que, com o apoio da Fapemig, identificou diversos fenômenos que são recorrentes em diferentes cidades de Minas Gerais, cuja origem relaciona-se ao movimento das bandeiras.

A metodologia da pesquisa é outro fator comum aos três



trabalhos: todos se orientam pela metodologia variacionista (LABOV, 1972) e incluem, variavelmente, faixa etária, escolaridade e grupo socioeconômico entre os fatores que orientam a análise quantitativa.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais*: Campanha, Minas Novas e Paracatu. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CANÇADO, M. Análise descritiva dos verbos psicológicos do português brasileiro. *Revista de Estudo da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v.5, p. 89-114, 1996.

DOGLIANI, Evelyne. *A relação forma-sentido entre os verbos psicológicos no falar do Serro*. Belo Horizonte, 2004 [comunicação apresentada na SEVFALE de 2004].

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MADUREIRA, Evelyne Dogliani. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. In: COHEN, Maria Antonieta A. M.; RAMOS, Jânia M. (Org.). *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, p. 109-130, 2002.

## A ausência de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de Barra Longa: um estudo sociolingüístico de sua manutenção na geração jovem

Ana Paula Mendes Alves

alvesapm@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Este estudo trata de aspectos relevantes da variação lingüística, inerente a todas as línguas naturais humanas que, com o passar do tempo, sofrem mudanças condicionadas por fatores lingüísticos – relativos à estrutura interna da língua – e extralingüísticos ou sociais – relativos ao indivíduo e ao modo de organização da sociedade em que se encontra inserida a comunidade lingüística observada. Entende-se por comunidade lingüística um grupo de pessoas organizadas socialmente e que compartilham os mesmos valores culturais, as mesmas crenças e, conseqüentemente, os mesmos traços lingüísticos.

Para ilustrar o fato de que as línguas apresentam um dinamismo inerente condicionado pela inter-relação existente entre língua e sociedade, toma-se como base o fenômeno variável ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos – nomes próprios de pessoas, um caso de variação lingüística no nível morfossintático, que foi estudado anteriormente por SILVA (1982), CALLOU (1992), MOISÉS (1995), MENDES (2000) e AMARAL (2003).

O objetivo deste estudo é viabilizar, através de um estudo sociolingüístico, a análise quantitativa dos fatores lingüísticos e extralingüísticos que interferem e/ou condicionam a variação relativa à presença do artigo definido diante de antropônimo no falar dos moradores de Barra Longa. Os falantes visados são os jovens que saem de lá para trabalhar e/ou estudar e vão para Belo Horizonte, onde o padrão lingüístico difere,

como se sabe, do de Barra Longa, ou seja, enquanto em Barra Longa predomina a preferência pela ausência, uma realidade heterogênea e multifacetada, pois após analisar o contexto de artigo diante de antropônimos, em Belo Horizonte, predomina a preferência pela presença. Investigam-se, portanto, as alterações produzidas pelo contato com Belo Horizonte na fala dos jovens.

A metodologia utilizada para a investigação de análise do problema apresentado fundamentou-se primeiramente em um levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo que norteou e continuará norteando todas as fases da pesquisa. Em um segundo momento a análise se dá a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística Variacionista ou Teoria da Variação. Esse modelo foi proposto por Labov na década de 60, quando a língua passou a ser vista como algo eminentemente social, caracterizada como social em que a língua é utilizada, ele percebeu que muitos elementos da estrutura lingüística implicam na variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto os processos sociais. Segundo Labov (1972), o empreendimento de uma pesquisa sociolingüística requer uma pesquisa fundamentada, sobretudo, no levantamento de dados do discurso real em seu contexto social, através de gravações de entrevistas com falantes de uma amostra que busca representar, da melhor forma, a comunidade lingüística analisada. Tais entrevistas organizam-se em uma série de questões cuja ordenação visa ao favorecimento de momentos específicos da entrevista nos quais o informante usará o vernáculo, isto é, a fala distensa, em que o falante presta o mínimo de atenção à própria fala. Foram selecionados, então, informantes entre 18 e 30 anos, nascidos em Barra Longa e, preferencialmente filhos de pais nascidos na região, mas que estão em Belo Horizonte há pelo menos cinco anos.

Nesse sentido, a coleta de dados está associada à caracterização da realidade histórica e socio-cultural da comunidade de Barra Longa bem como das redes de relações sociais existentes entre os membros de suas diferentes gerações com a finalidade de se conhecer melhor a organização social do local em que os dados se manifestam.

Esses dados (parciais) foram submetidos a uma análise quantitativa realizada com a utilização do sistema VARBRUL 2, criado por SANKOFF (1975), que permitiu verificar que a ausência de artigo definido diante de antropônimos constitui um traço lingüístico passado das gerações mais velhas para as gerações mais jovens, em Barra Longa. No que diz respeito ao grupo sob análise, o trabalho desenvolvido até o momento permite apontar que os fatores tempo e rede social são relevantes na análise das alterações observáveis no uso do artigo definido diante dos antropônimos pelos jovens que passam a morar em Belo Horizonte. Na próxima fase da análise, será interessante contrastar a fala dos jovens que continuam em Barra Longa com a daqueles que saíram, bem como observar o grau de contato que estes últimos mantêm com a referida cidade.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais*: Campanha, Minas Novas e Paracatu. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

ALKMIM, T. Sociolingüística – parte II – In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística – domínios e fronteiras*. SP: Cortez, 2001.

CALLOU, Dinah; SILVA; Giselle M. e. *O uso do artigo definido em contextos específicos*. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa-PB, 1997. p.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

11-27.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística – parte I – In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à lingüística – domínios e fronteiras*. SP: Cortez, 2001.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic Theory*. Oxford/Cambridge, Blackwell, 1995.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MENDES. Soélis Teixeira do Prado. *A ausência de artigo definido antes de nomes próprios no português mineiro de Barra Longa: um caso de retenção?* 2000. Dissertação (Mestrados em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: FALE/UFMG.

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. 2. ed. Massachusetts, Blackwell, 1984.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

### A ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos na fala das cidades de Matipó e Abre Campo: casos de inovação e retenção?

Andréia Almeida Mendes

andreailetras@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Este estudo tem como objetivo investigar a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na zona rural das cidades de Matipó e Abre Campo. A hipótese inicial se baseou no fato de que os habitantes da cidade de Abre Campo têm como característica de sua fala a ausência de artigo definido; enquanto os habitantes de Matipó possuem registrada em sua fala a presença do artigo definido neste contexto de antropônimo – nome próprio de pessoa. Este fato lingüístico torna-se curioso por estas cidades serem localidades limítrofes, que se situam a apenas 22 Km uma da outra. A presença do artigo numa localidade e a sua ausência na outra exibem um processo que pode ser analisado como retenção ou como inovação lingüística.

O artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o entre os objetos de mesma classe, como aquele que já foi ou será imediatamente conhecido do ouvinte quer pelo discurso, pela “dêixis” ou pelo contexto idiomático (CÂMARA JÚNIOR, 1984). Segundo BARROS (1971), “todo nome próprio se rége sem artigo, e o caso genitivo muitas vezes se rege desta posição de”; apesar disso, em algumas regiões do Brasil e de Portugal, o uso do artigo diante do nome de pessoa confere um certo tom de familiaridade ou afetividade; outros gramáticos nos dizem que “a pertinência do artigo definido pode depender, portanto, de que ele ative no conhecimento do interlocutor um dado previsível no contexto de comunicação” (AZEREDO, 2002). O que se percebe é que tanto em outras línguas como no português, existe um comportamento diferenciado a respeito da ausência/presença de artigo. Em trabalhos anteriores – como o de MOISÉS (1995), em que se constatou que no

português culto de Belo Horizonte há uma tendência ao emprego do artigo definido; o de MENDES (2000) em que se percebe que os falantes idosos de Barra Longa tendem a utilizar o artigo zero antes do antropônimo; e o de AMARAL (2003), no qual foram realizadas entrevistas nas cidades de Paracatu, Minas Novas e Campanha mostrando que o fenômeno estudado parece configurar áreas lingüísticas no espaço mineiro diferentes daquelas em que estão os falares propostos por Zágari –, nota-se que a ausência/presença do artigo diante do nome próprio parece constituir um caso de variação dialetal em Minas Gerais.

Ciente de que este fenômeno já foi pesquisado em outras localidades de Minas Gerais como Belo Horizonte, Barra Longa, Paracatu, Minas Novas e Campanha e também na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo e de que a presença / ausência do artigo reflete a atuação de fatores tais como retenção lingüística, familiaridade entre os falantes (tipo de contato), faixa etária, escolaridade, entre outros, este trabalho teve como objetivo reconhecer as diferenças sintáticas existentes na fala dos habitantes das cidades de Matipó e Abre Campo no que diz respeito a esse fenômeno, comprovando, como já foi citado, ser este um caso explícito de variação dialetal. Para tanto, foi iniciada a análise quantitativa dos fatores lingüísticos e extralingüísticos que interferem e/ou condicionam este fenômeno de ausência / presença de artigo definido diante de antropônimos.

A pesquisa está sendo desenvolvida tomando por base teórico-metodológica os pressupostos da Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação proposto por Labov na década de 60. Dentro dessa perspectiva, a língua passou a ser vista como algo eminentemente social, susceptível de variação e até de mudança. Cabe lembrar que esta idéia de heterogeneidade não corresponde a um caos, sendo sujeita à sistematização e análise. O emprego ou não de determinada variante é influenciado por grupos de fatores ou variáveis independentes que podem ter natureza social ou estrutural (externa ou interna à língua), sendo justamente o uso realizado pelos falantes que determinará a frequência de sua ocorrência.

Os *corpora* estão sendo constituídos por gravações de narrativas em língua oral realizadas na zona rural das respectivas cidades, considerando duas faixas etárias. Utiliza-se o programa de análise de dados variáveis VARBRUL 2, criado por SANKOFF (1975) para realizar a análise quantitativa dos dados. Essa análise possibilita a identificação dos fatores favorecedores e os desfavorecedores de fenômeno lingüístico em questão.

A presença/ausência do artigo é categórica, nas duas localidades. Essa constatação permite estabelecer fronteiras entre as duas localidades, o que vai de encontro a trabalhos anteriores, segundo os quais as mesmas pertencem a uma única zona dialetal.

No que concerne aos objetivos gerais, o trabalho pretendeu realizar um “inventário” das variantes que abarcam este fenômeno sintático, “fotografando” através das entrevistas obtidas, a linguagem simples e despreocupada dos habitantes dessas duas cidades.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos da Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.



BARROS, João de. Dos artigos. In: *Gramática da Língua Portuguesa – Cartinha, Gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução faz simulada por BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Lisboa, 1971.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1968.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2000.

## Análise do comportamento dos verbos experienciais

Gabriele Cristine Carvalho

bibasic2@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação trata do estudo do comportamento dos verbos experienciais na fala dos moradores da cidade de Santa Luzia, Minas Gerais, dentro de uma perspectiva variacionista. Os verbos experienciais são verbos que “expressam eventos psicológicos de sensação, emoção, cognição e experienciamento de uma comunicação” (COOK apud FRANCHI, 1989, p. 116). Portanto, nessa classe, podemos encontrar verbos de percepção como *ver*, epistêmicos como *saber* e os psicológicos como *preocupar*.

Desse grupo, destacam-se os verbos psicológicos que são aqueles “que denotam um estado emocional e têm obrigatoriamente um argumento experienciador” (CANÇADO, 1996, p. 90). A literatura aponta interessantes propriedades dessa classe, sendo que uma delas é o fato de o experienciador poder aparecer na posição de sujeito e de objeto do verbo, como podemos ver nos exemplos abaixo:

(1) João preocupa Maria.

*Exp.*

(2) Maria se preocupa com João.

*Exp.*

Como podemos ver no primeiro exemplo, *Maria*, que se encontra na posição de objeto, é o experienciador e no segundo exemplo, no qual aparece o mesmo verbo, temos que *Maria* segue sendo o experienciador, mas encontra-se na posição de sujeito do verbo.

Analisando o comportamento dos verbos psicológicos,

CANÇADO (1996) os divide em quatro grupos classificando-os de acordo com as seguintes propriedades sintáticas: ergatividade, causatividade, inversão dos dois últimos argumentos, passiva adjetiva, passiva sintática, *pro* arbitrário como sujeito e oração causativa encabeçada. Além disso, também organizou essa divisão tomando como base os seguintes papéis temáticos: agente, causa, objetivo e experienciador.

Em análise guiada por dados de uso, MADUREIRA (2000, 2002) conclui que parte dessas propriedades é virtual, apenas. Constata que a de ergativização e a de passiva adjetiva apresentam alta frequência. No que concerne à propriedade de ergativização, constata variação quanto à forma pronominalizada.

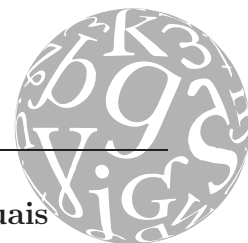
Analisando textos dos séculos XIV ao século XX, MADUREIRA observa que a) alguns verbos só admitem a construção ergativa com o pronome *se*, b) outros não a admitem com o pronome *e* que, em outros verbos, c) o uso do pronome é opcional. Observe-se o comportamento desses três grupos de verbos, através dos exemplos abaixo (MADUREIRA, 2002, p.110):

- (1) a) *Pedro assusta João com seu gênio violento.*  
b) *João se assusta com o gênio violento de Pedro.*  
c) *João assusta com o gênio violento de Pedro.*
- (2) a) *João aborrece o amigo com suas lamúrias.*  
b) *O amigo se aborrece com as lamúrias de João.*  
(?) c) *O amigo aborrece com as lamúrias de João.*
- (3) a) *João pasma os amigos com seus relatos.*  
(\* ) b) *Os amigos se pasmam com os relatos de João.*  
c) *Os amigos pasmam com os relatos de João.*

No primeiro exemplo, a ergativização pode ocorrer com o pronome ou sem ele, devido a fatores dialetais. Já na segunda frase, sentimos que a construção sem o pronome é estranha. E no terceiro exemplo, a estranheza da frase está no uso do pronome.

A hipótese de MADUREIRA é que se a forma pronominal aparece largamente em textos escritos e na fala formal, então essa forma é mais antiga. Logo, as hipóteses propostas para os verbos do tipo *pasmam* são “a) o processo de mudança desses verbos é muito antigo, de forma que a realização com o pronome já não é aceitável; b) esses verbos nunca tiveram uma realização pronominal” (MADUREIRA, 2002, p. 113). Buscando a origem desses verbos, Madureira os divide em dois grupos: os que eram originalmente inacusativos e os que eram acusativos não causativos. A pesquisadora faz essa divisão, porque acredita que o comportamento atual desses verbos “no que concerne às realizações ergativas relaciona-se às distintas origens” (MADUREIRA, 2002, p. 113).

A partir da análise diacrônica, observou que os verbos do tipo acusativo não causativo, em uma determinada época, sofrem um processo de causativização e isso cria um período de ambigüidade na língua, que se resolve com o uso do pronome *se* e com o uso de preposições. Por exemplo, o verbo *aborrecer*, originalmente acusativo não causativo, significava “ter horror” até o século XVIII, causativiza-se e, a partir daí, seu sentido muda para “causar ódio, horror”. A ambigüidade que se instalou resolveu-se com a introdução da preposição e com o uso da forma pronominal. Além disso,



“causativizando-se, o verbo especializa a forma sintética para as estruturas ExpO e a forma preposicionada (analítica ou pronominal) para as ExpS” (MADUREIRA, 2002, p. 115).

A autora observa também que “os verbos recém causativizados vão copiando as estruturas ExpS dos verbos originalmente causativos, recurso através do qual marcam suas estruturas originais (e, ainda, preferenciais) tornadas ambíguas” (MADUREIRA, 2002, p. 123).

O processo de causativização descrito acima, também vai ocorrer com os verbos originalmente inacusativos. Esses, sem a acepção causativa, aparecem na forma perifrástica e quando se causativizam aparecem na forma sintética.

Esse processo de causativização parece que segue ocorrendo com os verbos. Madureira (2002, p. 120) notou que o verbo *admirar*, por exemplo, possui uma ambigüidade no português contemporâneo. Na frase *João admira Pedro*, não sabemos se João “sente admiração” por Pedro ou se “causa admiração” em Pedro.

Em uma análise parcial dos dados de DOGLIANI (2004), os resultados das pesquisas anteriores se confirmam, ou seja, há uma especialização da forma para cada sentido: quando há uma ênfase na causa, os falantes usam o verbo na forma sintética e quando há uma ênfase no experienciador, o verbo é realizado na forma analítica.

Nesta comunicação, analisar-se-á o comportamento dos verbos psicológicos e os demais verbos experienciais, dando continuidade às pesquisas anteriormente mencionadas. Os resultados parciais da pesquisa indicam que há, de fato, variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos. Outro objetivo da pesquisa diz respeito ao grau que essa variação atinge em outros verbos experienciais dos falantes de Santa Luzia.

É importante destacar que a pesquisa se orienta pelo modelo variacionista laboviano, de forma que serão utilizados dados de informantes de ambos os sexos da cidade de Santa Luzia, divididos em dois grupos etários.

CANÇADO, M. Análise descritiva dos verbos psicológicos do português brasileiro. *Revista de Estudo da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 5, p. 89-114, 1996.

DOGLIANI, Evelyne. *A relação forma-sentido entre os verbos psicológicos no falar do Serro*. Belo Horizonte, 2004 [comunicação apresentada na SEVFALE de 2004].

MADUREIRA, Evelyne Dogliani. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. In: COHEN, Maria Antonieta A. M.; RAMOS, Jânia M. (Org.). *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, p. 109-130, 2002.

WHITAKER-FRANCHI, Regina Céli Moraes. *As construções ergativas: um estudo semântico e sintático*. Dissertação de Mestrado. IEL, Unicamp.

### 3.12.2 Comunicações Individuais

#### A realização da 3ª pessoa na fala culta carioca

Angela Marina Bravin dos Santos

bravin.rj@uol.com.br

FAMA

Estudos sociolingüísticos com base na fala culta carioca (DUARTE, 1995, 1998, 1999a, 1999b) demonstram que, enquanto na variedade européia do português predomina a opção pela expressão vazia do pronome, na brasileira, a preferência recai sobre o sujeito pronominal pleno em todos os contextos, o que sinaliza uma mudança em curso na marcação do *Parâmetro do Sujeito Nulo*. Em todas as investigações de Duarte, ficou evidenciado o comportamento diferente da 3ª pessoa em relação às demais. A autora notou que o avanço do preenchimento do sujeito pronominal nesse contexto não se dava no ritmo intenso verificado na primeira e segunda. Dessa constatação veio a motivação para este trabalho, cujo objetivo principal foi investigar, num estudo em tempo real de curta duração, nos moldes desenvolvidos por Labov (1994), o comportamento do sujeito anafórico de 3ª pessoa na fala culta do PB, mais especificamente no dialeto carioca, tomando por base teórico-metodológica os pressupostos da Sociolingüística, aos quais foram associados alguns pressupostos da *Teoria de Princípios e Parâmetros* (CHOMSKY, 1981).

Dois tipos de estudos foram realizados: um estudo de painel, que examina o desempenho do indivíduo em dois momentos distintos, e um estudo de tendência, que investiga duas amostras de fala da mesma comunidade, colhidas no mesmo intervalo. As amostras utilizadas fazem parte do Projeto NURC-RJ, gravadas nos anos 70 e 90, separadas por um período de 20 anos, aproximadamente. A perspectiva do trabalho foi a de olhar para o fenômeno da mudança na 3ª pessoa no PB, buscando fazer uma análise variacionista que leve em conta a implementação e o encaixamento da mudança lingüística. Pretende-se com esse procedimento verificar, na fala culta do PB e no período em análise, se houve mudança no indivíduo e na comunidade, no que tange ao comportamento da 3ª pessoa.

Ao mesmo tempo, objetivou-se refletir sobre o PB no contexto das línguas românicas, dentro do quadro de *Princípios e Parâmetros*, para interpretar o comportamento do sujeito anafórico de 3ª pessoa inter e intra-sistemas, bem como proceder a uma leitura parametrizada de tal fenômeno, o que significa levar em conta realidades gramaticais de uma língua ou de línguas diferentes. Para tanto, desenvolveu-se uma análise comparativa entre as variedades portuguesa, brasileira e moçambicana do português. Os resultados obtidos para o PB, referentes à amostra mais recente, foram comparados a resultados do PE e PM (português moçambicano), com o objetivo de verificar se o sujeito anafórico de 3ª pessoa nessas duas variedades se realiza da mesma forma que no PB.

Acredita-se que, no PB, a mudança de língua de sujeito nulo para língua de sujeito pleno se dá mais lentamente na 3ª pessoa, um contexto mais favorável ao sujeito nulo, e que





isso pode indicar um estágio em que o PB nem tem um comportamento de língua de sujeito nulo prototípica, nem de língua de sujeito preenchido. A hipótese é a de que essa variedade do português está em processo de se tornar uma língua negativamente marcada em relação ao *Parâmetro do Sujeito Nulo*.

Embora as taxas de uso de sujeito nulo sejam sempre inferiores às de sujeito pleno, os resultados para o desempenho do indivíduo revelam instabilidade: alguns diminuem esse uso, outros aumentam e outros ainda se mantêm estáveis. Quanto à comunidade, nota-se uma estabilidade no período, atestada não só na aplicação da regra, mas nos fatores selecionados para ambas as sincronias: a estrutura e a posição do antecedente, a animacidade do referente e o verbo que aparece na estrutura. Um antecedente na oração adjacente e com a mesma função, um referente com o traço [-animado] e o verbo *ser* constituem os contextos de resistência do sujeito nulo nas amostras analisadas. A distância entre os pesos relativos obtidos para os fatores em cada grupo, entretanto, diminui na segunda sincronia, o que sugere que sua força pode estar se reduzindo. A comparação com o PE e o PM exibe comportamentos opostos e permite concluir que o PB pode não ser (ainda) uma língua de sujeito pleno (ou negativamente marcada em relação ao *Parâmetro do Sujeito Nulo*), mas certamente não é (mais) uma língua de sujeito nulo prototípica.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Foris: Dordrecht, 1981.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio "evite pronomes" no português brasileiro*. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas: Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. O sujeito nulo no português do Brasil: de regra obrigatória a regra variável. In: GROSSE, S. Z.; ZIMMERMANN, K. (Org.). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, 1998. p.189-201.

\_\_\_\_\_. Sociolinguística e Teoria de Princípios e Parâmetros. In: *Anais do VIII Congresso da Assel-Rio*. 1999a. p. 803-810.

\_\_\_\_\_. A Sociolinguística Paramétrica: perspectivas. In: HOR, D. da Z.; CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999b. p.107-114.

LABOV, William. The study of Language in progress: observations in real time. In: *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994. p.74-112.

sintaxe/prosódia. Os resultados percentuais obtidos, em relação à escrita, revelam que a posposição se fixou como ordem não marcada no século XX – o que fica nítido com o contraste com o século anterior – a ocorrência da anteposição ficando restrita quase sempre aos adjetivos avaliativos e menores que o núcleo.

Para a análise, vêm sendo utilizadas três amostras do Projeto NURC: a primeira, oriunda de entrevistas feitas na década de 70; a segunda, proveniente de entrevistas realizadas, na década de 90, com locutores já entrevistados anteriormente (Amostra Recontato); e, a terceira, constituída de gravações com novos informantes (Amostra Complementar), sempre respeitada a distribuição por faixa etária e gênero, num total de 40 entrevistas, para o que Labov (1994) denominou de *panel study* (estudo em painel, que dá conta do comportamento do indivíduo em momentos distintos) e *trend study* (estudo de tendência, que dá conta do comportamento do grupo, também em períodos distintos). A metodologia adotada é a da sociolinguística quantitativa laboviana que permite, através do programa computacional VARBRUL, depreender quais os elementos, de natureza lingüística e extralingüística, que estão relacionados a um determinado uso.

Pretende-se ainda verificar (a) quão reveladores de propriedades de uma gramática internalizada podem ser os padrões de distribuição, na fala e na escrita, de formas em variação, e (b) em que medida a observação desses padrões pode contribuir para precisar se a variação constitui um efeito proveniente de uma mesma gramática ou de gramáticas distintas. Sobre o padrão de distribuição dos adjetivos no sintagma nominal, a hipótese inicial é a de que a ordem é basicamente a mesma na escrita e na fala, no português brasileiro, uma que não existe qualquer prestígio ou estigma de uma forma sobre a outra que justifique um uso diferenciado nas duas modalidades.

A questão da ordem, no que tange à combinação do adjetivo e do substantivo no sintagma nominal, é enfocada também sob o ângulo de seu condicionamento prosódico. Essa hipótese remonta a João de Barros, que afirmava em sua *Gramática*, no século XVI, de que *"não temos muito mais regra que o consentimento da orelha"*. Essa afirmação levou-nos a propor a análise dos parâmetros – frequência, intensidade e duração – a fim de verificar, de forma mais rigorosa, se a alteração na posição dos adjetivos teria uma marca prosódica. A hipótese a ser testada busca verificar se a prosódia é determinada apenas pela sintaxe, isto é, se a anteposição ou posposição do adjetivo não interfere no padrão prosódico subjacente, ou se, ao contrário, ela reflete também essa variação de ordem.

A metodologia a ser seguida prevê que sejam medidas, com base no programa computacional PRAAT, os valores de frequência (Hz), duração (ms) e intensidade (dB), após segmentação das sílabas tônicas, pretônicas e postônicas, tanto do adjetivo, quanto do substantivo com o qual se combina. Essa análise permitirá demonstrar que a interface fonologia/sintaxe se atualiza na prosódia e que o fenômeno da ordem de palavras e de constituintes, assim como outros fenômenos, não pode prescindir de uma análise nos dois níveis, como já comprovado por Serra (2004), com *corpora* controlados. Na elaboração dos *corpora* para os estudos prosódicos, especial atenção tem sido dada à questão da distinção que se observa de *corpora* elaborados *ad hoc*, lidos e gravados no laboratório (método tradicional na Fonética Experimental), em detrimento de *corpora* naturais, ditos espontâneos, como o do NURC, já referido anteriormente. Um dos objetivos é tentar distinguir e caracterizar cada um desses dois "estilos vocais" e testar a *hipótese da prosódia marcada*.

## Sobre a variação na ordem dos adjetivos: fala e escrita

Dinah Callou

dinah@letras.ufrj.br

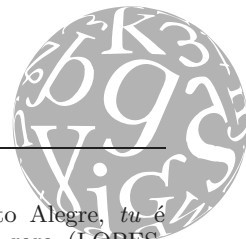
Universidade Federal de Minas Gerais

Luana Machado

Arlima dos Santos

Vítor Campos

Desenvolve-se há algum tempo pesquisa sobre a posição dos adjetivos no sintagma nominal, antepostos ou pospostos ao núcleo. O objetivo atual é comprovar as hipóteses já formuladas nos trabalhos anteriores, em função da extensão da pesquisa à fala culta carioca, e trabalhar na interface



### Você, tu, nós e a gente em Santo Antônio de Jesus

Ludinalva Santos do Amor Divino

lilidivino@hotmail.com  
Universidade Federal da Bahia

Muitos estudos têm demonstrado as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu, particularmente no que se refere ao quadro pronominal, considerando-se que os critérios que condicionam os usos de diferentes formas de tratamento evidenciam crenças e valores de uma determinada cultura. Sendo assim, a variação lingüística que encontramos no português brasileiro, a cada dia, remete à pesquisa de itens lingüísticos passíveis de investigação e análise.

A forma *você* foi originada do pronome de tratamento *Vossa Mercê* e hoje percebemos que no português do Brasil, esse pronome já está integrado aos pronomes pessoais, em algumas regiões, substituído pelo pronome tu ou convivendo com o mesmo sem a marca de 2ª pessoa.

Nesse estudo, utilizaremos como amostra o *corpus* da cidade de Santo Antônio de Jesus, uma das mais importantes cidades do Recôncavo Baiano, situada na Micro-região de Feira de Santana. O *corpus* foi constituído de 12 amostras de fala, resultantes das respostas a um questionário pré-elaborado. Utilizamos informantes de 3 faixas etárias (jovens, medianos e velhos), faixa I (15-35 anos); faixa II (36-55 anos) e faixa III (acima de 56 anos), todos nascidos e moradores de Santo Antônio de Jesus, ou que tenham se afastado da cidade por um período igual ou inferior a 6 meses. A escolaridade foi um fator controlado, levando-se em conta que foram documentados informantes analfabetos, informantes com escolaridade de ensino fundamental e informantes portadores do ensino superior. A variável sexo também será controlada, levando-se em consideração que alguns estudos já salientam o comportamento inovador por parte das mulheres e o comportamento conservador por parte dos homens.

Este estudo é resultado de um trabalho-piloto em que analisamos a co-ocorrência das formas de tratamento tu/você e nós/a gente na cidade de Santo Antônio de Jesus. Embora ainda em andamento, a pesquisa permite antever que o uso do pronome a gente é de grande frequência em elocuições informais, com o verbo na 3ª pessoa do singular.

Pesquisando nas gramáticas tradicionais sobre os pronomes de tratamento encontramos as seguintes definições: determinadas palavras que equivalem a pronomes pessoais; formas cerimoniais de tratamento. O pronome de tratamento: você foi encontrado designando tratamento familiar. Já o pronome tu (pronome reto), de acordo às gramáticas normativas, funcionam geralmente como sujeito da oração e o mesmo aparece, sempre, com a 2ª pessoa verbal. Ex: Tu aprendeste meu nome? E, sobre o pronome nós, lemos em observação a parte, que na linguagem coloquial ele aparece freqüentemente substituindo a expressão a gente.

Pesquisas realizadas nas três capitais do sul mostram a ausência de *tu* em Curitiba, sua concorrência com você em Florianópolis e Porto Alegre. Em Florianópolis, o *tu* é menos usual que *você*, porém tende a aparecer mais com

a flexão verbal marcada, enquanto em Porto Alegre, *tu* é mais freqüente, mas a flexão verbal é mais rara (LOPES, 2003). Ainda assim, torna-se necessário uma pesquisa mais detalhada dessa variação nas regiões norte e nordeste.

Como discutido em Lopes (2003), assim como ocorreu com a *gente*, a gramatização, ou mais especialmente, a pronominalização de *Vossa Mercê* *ç* você provocou perdas e ganhos em termos de suas características formais e semânticas devido à transformação de *Vossa Mercê* não ter sido um processo isolado, mas resultado de uma mudança encaixada lingüística e socialmente. Dessa maneira, esse processo está correlacionado a um processo de hierarquização da sociedade. *Vossa Mercê*, tratamento utilizado para o rei em 1460, e mais tarde é usado no tratamento de duques, depois a infantas, a fidalgos e passa a ser utilizado, no século XVI, por Gil Vicente no tratamento de patrões burgueses. O tratamento de *Vossa Senhoria*, também sofre de forma mais amena, a perda da reverência. Por fim, *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria*, tratamento nominal direcionado ao rei, passou a ser empregado entre iguais na aristocracia e, aos poucos, são utilizados por pessoas de status social inferior ao se dirigirem às pessoas da aristocracia.

Quando pensamos nas formas de tratamento no Brasil, as opiniões convergem para a afirmação de que os tratamentos reduzem-se a dois: *você*, como forma de intimidade, usado no tratamento familiar, e senhor(a), como tratamento de respeito, usado de forma cerimoniosa. Em relação ao tratamento *tu*, vários estudiosos afirmam ser de uso exclusivamente restrito, mais encontrado no norte, no estado do Maranhão e no sul, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Alguns fatores devem ser considerados para explicarmos o uso do *tu*, tuteamento, em algumas áreas do Brasil e não em outras, a saber: o povoamento tardio e maciçamente luso-açoriano do Sul e do Maranhão; no Sul, a presença do *tu* nas falas dos alemães e dos italianos, com um longo período de isolamento dos imigrantes; uma subsistência bastante forte dessa forma no português europeu.

Como resultado desta pesquisa, vale destacar os seguintes fatos: em relação aos pronomes tu e você, constatamos os usos dos mesmos em situações informais entre pessoas íntimas. O pronome tu não concorda com a segunda pessoa do singular nas ocorrências. As formas de tratamento senhor/senhora acarretam respeito e formalidade e o uso do pronome a gente como indeterminador do sujeito foi predominante.

As reflexões sugeridas aqui mostram que ao contrário do que pode parecer a “primeira vista”, o problema colocado sobre a variação nas formas de tratamento no português brasileiro é complexo e requer muito tempo e trabalho para que se possa chegar a uma resposta eficaz.

CADORE, Luiz Agostinho. *Curso prático de português*. São Paulo: Ática, 1994.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, v. 13. p. 51-82, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. *Introdução à lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

FREITAS, Judith. Os pronomes pessoais na norma culta e nos textos pedagógicos. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Editora da UFBA, v. 11. p. 133-145. 1991.

INFANTE, Ulisses. *Cursos de gramática aplicadas aos textos*, São



Paulo: Scipione, 2001.

LABOV, W. *Modelos sociolingüísticos*. Traducción y versión española de Júlio Borrego Nieto. Madrid: Cátedra, 1983.

LOPES, Célia Regina dos Santos; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. "De vossa mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas". In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; MOTA, Maria Antônia (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português*. Primeiros estudos. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003. p.61-75.

MENON, Odete Pereira da Silva. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/você o senhor em Vinhas da Ira. Porto Alegre: *Letras de Hoje*. v. 35, n. 1, p. 121-164, 2000.

MAURO, Ferreira. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo:FTD,1992.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Org.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.p.160-169.

RAMOS, Myriam Pereira Botelho. Formas de tratamento no sul do Brasil. Disponível em [www.google.com.br](http://www.google.com.br). 2005.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições melhoramentos.1965.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, I. M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2005.

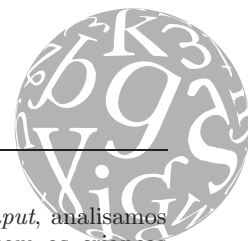
## A influência de fatores lingüísticos no uso das formas de indeterminação do sujeito em comunidades rurais da Bahia

Neila Maria Oliveira Santana

neila.santana@ig.com.br  
Universidade do Estado da Bahia

Neste estudo propomos uma análise de algumas estratégias de indeterminação do sujeito no discurso de falantes de comunidades rurais do semi-árido baiano. Partimos do pressuposto de que as Gramáticas Tradicionais (GT) não definem de forma satisfatória a indeterminação do sujeito em português. De modo geral, o sujeito indeterminado é apresentado por elas através de duas formas: a) por um sujeito não preenchido lexicalmente acompanhado de verbo na terceira pessoa do plural, e b) pelo pronome "se" junto a verbos na terceira pessoa do singular. Ao comparar as prescrições das GT e o uso do sujeito indeterminado em diferentes modalidades da língua portuguesa, tanto oral quanto escrita, tanto popular quanto culta, podemos constatar que há uma grande diferença entre o que estas gramáticas prescrevem e o que realmente ocorre no português brasileiro, particularmente o falado. Os estudos sobre a indeterminação do sujeito no português falado por indivíduos de diferentes regiões do Brasil (Cf. Milanez, 1982; Cunha, 1993; Menon, 1994; Setti, 1997; Cavalcante, 1999 e Godoy, 1999) têm revelado um quadro de estratégias de indeterminação bem maior do que o apresentado pela GT, como o uso das formas pronominais eu, tu, você, a gente, nós e eles, enquanto é cada vez menos freqüente o uso de "se" e do verbo na terceira pessoa do plural. Diante disso, esse trabalho tem como objetivos: a) analisar as

possibilidades de indeterminação do sujeito usadas no dialeto de comunidades rurais afro-brasileiras do semi-árido baiano: Piabas, localizada no município de Caém, e Bananal/Barra dos Negros, comunidades gêmeas localizadas no município de Rio de Contas; b) verificar quais os fatores lingüísticos que condicionam o uso de diferentes formas de indeterminação do sujeito no dialeto pesquisado. Para observação do fenômeno em estudo, analisamos as formas pronominais *a gente*, *nós*, *você* e *eles* e as formas sem sujeito lexical Ø+V3PP, Ø+V3PS, Ø+INF e Ø+V+SE a partir de 24 entrevistas, 12 de cada comunidade acima referidas, que compõem os corpora do Projeto "A Língua Portuguesa no Semi-Árido Baiano". Nossa hipótese é que estão sendo usadas no português, no caso específico desta pesquisa, em comunidades rurais afro-descendentes, diferentes estratégias de indeterminação que não são apresentados na GT e que fatores lingüísticos como tempo e modo verbal, tipo de verbo, tipo de oração, preenchimento do sujeito, grau de indeterminação, forma antecedente e mudança/manutenção do referente influenciam na escolha do recurso utilizado pelo falante para indeterminar o sujeito de seus enunciados. Na análise dos dados, fizemos uma abordagem variacionista, nos moldes desenvolvidos por Labov (1983), seguindo os passos da pesquisa sociolingüística (Cf. Tarallo, 1990). Os dados foram submetidos ao pacote de programas estatísticos VARBRUL e, a partir dos resultados, verificamos quais os condicionamentos lingüísticos que podem inibir ou favorecer o uso dos recursos de indeterminação do sujeito analisados neste trabalho. Os resultados mostraram que há uma grande distância entre o que é posto nas Gramáticas Tradicionais e o que ocorre na língua falada de comunidades rurais. Primeiramente, constatamos que está em uso um número muito maior de formas de indeterminação do sujeito do que descreve a tradição gramatical. Os resultados mostraram ainda que as formas apresentadas pela GT não são as mais utilizadas pelos falantes, as formas *a gente* e Ø+V3PS são as mais empregadas. A indeterminação também mostrou-se um fenômeno sensível a condicionamentos lingüísticos, a forma antecedente, o grau de indeterminação e o tempo verbal são os mais importantes, sendo selecionados como favorecedores ao uso de todas as variantes da indeterminação. Em síntese, destacamos as tendências quanto ao uso dos recursos de indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano: 1) A forma antecedente mostrou-se o grupo mais significativo, sendo assim, quando o falante opta por usar um recurso de indeterminação, numa seqüência discursiva, a tendência é o desencadeamento de uma série de repetições da forma empregada na primeira referência. Entretanto, quando o falante muda o referente, a forma escolhida também se altera. 2) Quanto ao tempo verbal, os tempos do indicativo são os mais freqüentes, principalmente o presente. Este fato está diretamente ligado ao contexto discursivo dos falantes. 3) Em relação ao grau de indeterminação, o falante utiliza preferencialmente *você*, Ø+V3PS, Ø+V3PP e Ø+INF quando a indeterminação é completa, envolvendo indistintamente as três pessoas do discurso; o falante utiliza as formas *nós* ou *a gente*, quando a indeterminação é parcial com referência implícita, pois ao usar estas formas, de modo geral, ele está se referindo a ele mesmo e as pessoas da comunidade; a forma *eles* é utilizada quando a indeterminação é parcial com referência explícita, pois ao usar esta forma, é possível identificar, através de elementos do texto, o grupo a que o falante está se referindo. Os resultados obtidos ratificam a necessidade de se diminuir a distância existente entre a prática pedagógica e a utilização efetiva da língua. Estes



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

podem fornecer elementos para a compreensão dos usos das formas utilizadas pelos falantes para indeterminar o sujeito, possibilitado, desse modo, o estabelecimento de práticas pedagógicas mais condizentes com a realidade circundante. Esta abordagem da indeterminação não contempla todas as nuances deste fenômeno numa comunidade rural, até porque, diante de uma questão tão complexa como a indeterminação, nossa intenção não foi a de propor uma abordagem exaustiva e definitiva. Mas cremos que os resultados apresentados podem servir de ponto de partida para a elaboração de trabalhos que se aprofundem em outros níveis. Além disso, sugerem a importância de continuidade e aprofundamento da análise de alguns fatores lingüísticos e extralingüísticos em pesquisas futuras, como, por exemplo, refletir características discursivas.

CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX*. Dissertação de mestrado em Lingüística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

CAVALCANTE, Vilma Maria Reis. *A indeterminação do sujeito no português oral culto de Fortaleza*. Dissertação de mestrado em Lingüística. Universidade Federal do Ceará, 1998.

CUNHA, Cláudia de Souza. *Indeterminação pronominal do sujeito*. Dissertação de mestrado em Lingüística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

GODOY, Maria Alice Maschio. *A indeterminação do sujeito no interior paranaense: uma abordagem sociolingüística*. Dissertação de mestrado em Letras e Lingüística. Universidade Federal do Paraná, 1999.

LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Tradução e versão espanhola de Júlio Borrego Nieto. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.

MENON, Odete Pereira da Silva. *Analyse sociolinguistique de l'indetermination du sujets dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP*. Tese de doutorado em Lingüística. Universidade de Paris VII, 1994.

MILANEZ, Wânia. *Recursos de indeterminação do sujeito*. 1982. 143 f. Dissertação de mestrado em Lingüística. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 1982.

### Percurso do artigo definido diante de N próprio na fala de crianças em fase de aquisição

Patrícia Vargas Alencar

pat.vargas@hotmail.com

Instituto Superior de Educação de Itaperuna (ISE - FAETEC)

Esta tese focaliza a emergência do uso variável de artigo definido frente a N próprio por crianças que estão adquirindo o Português como L1. Procedemos a uma análise de situações reais de uso da língua, conjugando um estudo longitudinal e um estudo estratificado. No estudo longitudinal, analisamos o *continuum* aquisitivo, compreendido entre 1;2 e 4;10, da fala de uma criança e, no estudo estratificado, uma amostra composta de dez crianças distribuídas de acordo com os seguintes pontos etários: 1;06, 2;00, 2;06, 3;00 e 4;00. Com o objetivo de verificar até que ponto os padrões de variação

da fala das crianças refletem influência do *input*, analisamos também a fala dos adultos que interagem com as crianças nas situações comunicativas que constituem nosso *corpus*. Partimos de uma perspectiva teórica que leva em conta, como ponto de partida, que a criança adquire os padrões de variação dos adultos com quem interage, de tal modo que, numa dada etapa aquisitiva, passa a refletir a variabilidade do sistema dos adultos. Nossa hipótese pressupõe que o uso do artigo definido frente a N próprio ocorre de forma gradual, controlada por um conjunto de variáveis lingüísticas e se inicia nos contextos de maior freqüência na fala do adulto. Um tratamento estatístico nos moldes da Teoria da Variação nos permitiu verificar a validade de algumas hipóteses colocadas no trabalho. Nossa análise evidenciou que a aquisição da variação do artigo definido se organiza em determinados padrões que são paralelos, em alguns aspectos, à fala do adulto. Entretanto, há evidências de que a ação do *input* é limitada no processo aquisitivo. A falta de correspondência entre os padrões da criança e os padrões do adulto em algumas variáveis sugere haver influência de outros fatores que estão ligados a etapas do processo aquisitivo. Verificamos que algumas categorias, no início da aquisição da linguagem, são mais salientes, de modo a se tornarem contextos mais favoráveis para o uso do artigo diante de N próprio. Entretanto, convergências entre a fala da criança e a do adulto podem ser observadas principalmente nos resultados referentes aos aspectos morfo-sintáticos investigados. Assim, a variável 'Estrutura do SN' é a mais decisiva na compreensão do padrão de variação que vai se instalar na fala da criança já que os sintagmas nominais encaixados em sintagmas preposicionais são os que mais favorecem a ocorrência do artigo, refletindo o padrão observado na fala dos adultos. Seguindo a mesma tendência, as funções sintáticas regidas por preposição se mostraram relevantes para a aquisição do artigo definido no contexto variável analisado, confirmando, em parte, os resultados para os adultos. Os aspectos semântico-discursivos parecem ser pouco relevantes na fala dos adultos. Na fala das crianças, por outro lado, os fatores mais favoráveis para a ocorrência do artigo foram a referência exofórica, a introdução de um N próprio com *status* informacional 'novo' e o nome próprio classificado como unitário. Em relação aos aspectos ligados à interação, nossa análise mostra que os sintagmas nominais cujo referente é introduzido pela própria criança são os que mais favorecem o uso do artigo definido. Os resultados de nossa pesquisa puderam evidenciar, portanto, que há uma expansão gradativa na fala infantil, conforme o avanço da faixa etária, das funções do artigo encontradas no discurso do adulto. Tal reflexo parcial da fala adulta no percurso aquisitivo mostra que a interferência do *input* no processo de aquisição não se limita a uma representação exata da fala do adulto, confirmando conclusões de outros trabalhos que investigaram a aquisição de fenômenos variáveis. O paralelismo entre os contextos de uso do artigo na fala da criança e os contextos de uso da fala do adulto confirma apenas parcialmente a hipótese da atuação do *input* já que o *continuum* de expansão do artigo parece ser determinado também por fatores maturacionais, como já foi assinalado em pesquisas que se inserem no referencial teórico adotado neste trabalho.

CALLOU, Dinah. *A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo*. Faculdade de Letras da UFRJ. Série Conferência. v. 9. Rio de Janeiro, 2000.

— e OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. O uso do artigo



definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa, Idéia, 1997. p.11 – 27.

GOMES, Christina Abreu. *Aquisição e perda de preposição no Português do Brasil*. Tese de Doutorado em Lingüística. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1996.

— Aquisição lingüística em contexto de *input* variável: a emergência das variantes de dativo. *Revista de estudos da linguagem*. Faculdade de Letras. Belo Horizonte. V. 12. N. 1 p. 1 – 198. Jan/jun. 2004.

KLEPPA, Lou-Ann. *Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem ou 'Vamo de a pé no carro do vovô?'*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem: UNICAMP. 2005

LABOV, William. Stages in the acquisition of standard English. In: R. Shuy (Ed), *Social Dialects and Language Learning*. Champaign, Ill.: National Council of Teachers of English, 1964.

—. *Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular*. University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 1975.

—. The Child as linguistic historian. *Language Variation and Change* I. Cambridge University Press, 1989. p. 85 – 98.

ROBERTS, Julia Lee. *Acquisition of variable rules: (-t,d) deletion and (ing) production in preschool children*. Tese de Doutorado. Faculty of the University of Pennsylvania, 1994.

—. Child Language Variation. In: CHAMBERS, J. K.; SCHILLING – ESTES, N.; TRUDGILL, Peter.(Orgs.). *The handbook of Language Variation and change*. Australia, Blackwell Publishing Ltd: 2002. p: 333 –348.

centro da situação, dentro do modelo teórico proposto pela Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982; Tannen, 1984, 1989; Ribeiro, 1994; Erickson e Schultz, 1998; Goffman, 1998).

Em uma pesquisa que busca dar conta do ‘empreendimento’ de que nos fala Geertz (op. cit.), várias atividades foram desenvolvidas durante os anos de pesquisa de campo dentro da instituição psiquiátrica, dentre elas, i) conversas informais com pacientes no pátio e notas registradas sobre o comportamento deles quando dividem o espaço com outras pessoas que freqüentam por motivos variados o IPUB; ii) observação participante: supervisões, sessões clínicas e grupos de recepção; iii) sessões de visionamento; iv) análise de prontuários; e v) entrevistas com o supervisor da equipe e com a médica do paciente.

Durante a entrevista, a partir de um trabalho discursivo de co-construção, o médico promove a construção de estórias de vida do paciente, procurando, com delas, conhecê-lo e ajudá-lo em seu sofrimento mental. Essa proposta de valorização do paciente enquanto sujeito de sua vida e de sua doença está inserida em um modelo de entrevista centrado no paciente, que valoriza as contribuições daquele que muito tem a dizer sobre si mesmo. Os resultados apontam que, em um dos enquadres – enquadre de co-construção de experiências de vida – estabelecidos pelo médico, o paciente recapitula suas experiências, sua estória de vida: família, trabalho, doença – temas comuns nas entrevistas, sujeitos diferentes na doença.

No enquadre de co-construção de experiências de vida do paciente, a assimetria foi minimizada, isto é, o paciente desempenhou por mais tempo o papel de falante, cabendo ao médico o papel discursivo de sustentar o que é dito. Nesse enquadre, o mundo da medicina deu lugar ao mundo das experiências dos pacientes. Ao falar sobre sua vida, o paciente construiu narrativas sobre sua vida (Linde, 1993). Nesse enquadre, o médico se comportou discursivamente: i) ouvinte atento/engajado na interação, sinalizando envolvimento com o outro e com o tópico, mostrando empatia em relação ao que é dito; ii) participante interessado no tópico e no outro; e iii) participante opinativo/avaliativo, com a utilização de estratégias conversacionais sinalizam os diferentes alinhamentos: a) *go-on* (sinal de retroalimentação), b) repetição parcial/integral do turno do paciente (ritmo compartilhado; sintonia entre médico e paciente - Tannen, 1989), c) perguntas exploratórias de tópico – sinalizando interesse com o foco mais na relação do eu na informação, e d) sentenças declarativas: comentários/avaliações/críticas.

Como as interações entre médico e paciente são importantes para a construção de checagem de hipóteses a respeito da patologia e do encaminhamento terapêutico, como o objetivo de melhor atender àqueles que sofrem, analisar como tais interações se efetivam pode contribuir para melhor compreender como o discurso é construído e em que medida a (co)construção desse discurso pode auxiliar na compreensão dos sofrimentos mentais, quando ao paciente é permitido assumir o papel de sujeito da sua estória. Sendo assim, esta pesquisa sobre a interação no contexto psiquiátrico, cujo foco está no comportamento lingüístico-discursivo dos participantes, revela-se extremamente relevante para a prática assistencial aos pacientes na medida em que lança novos olhares para a compreensão das interações que são realizadas rotineiramente pelos médicos enquanto profissionais de saúde mental.

ERICKSON, F. *Ethnographic Microanalysis of Interaction*. In:

## ‘Recapitulando experiências’: estórias co-construídas em entrevistas psiquiátricas

Tânia Conceição Pereira

tpereira@let.puc-rio.br

PUC - Rio de Janeiro / Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativista (Gumperz, 1982; Erickson, 1992), de natureza etnográfica - observação participante - (Malinowski, 1976; Geertz, 1989), considerando a fala contextualizada em interações entre médico e paciente e entre médico e pesquisadora. Os dados foram gravados em vídeo no Instituto de Psiquiatria da UFRJ em 2002. Os principais objetivos são:

- i) estudar o comportamento verbal dos participantes no contexto específico de interação – a entrevista psiquiátrica;
- ii) identificar, a partir dos enquadres institucionais estabelecidos pelo médico-supervisor, quais e como as diferentes estórias foram construídas durante uma entrevista psiquiátrica;
- iii) compreender em que medida, a partir dos enquadres institucionais estabelecidos pelo médico, a ‘recapitulação de experiências’ feita pelo paciente, poderão ser construídas identidades ou retratos com os quais ele, o paciente, quer ser reconhecido; e
- iv) propor que seja aberto um espaço para um outro paradigma – o paradigma interacional – em que ‘o outro’ seja o



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- The Handbook of Qualitative Research in Education*. Edited by LeCompte, Margarete D. e outros. Academic Press, Inc. 1992.
- ERICKSON, F. & SCHULTZ, J. O 'quando' de um contexto. Questões e métodos na análise da competência social. In: *Sociolinguística Interacional. Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Ribeiro, Branca. T e Garcez, Pedro M. (Orgs) Porto Alegre: Editora AGE. 1998.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1989.
- GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: *Sociolinguística Interacional. Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) Porto Alegre: Editora AGE. 1998.
- GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press. 1982.
- LINDE, C. *Life Stories: The Creation of Coherence*. N. Y.: Oxford University Press. 1993.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné - Melanésia*. São Paulo: Editora Abril. 1976.
- RIBEIRO, B. T. *Coherence in Psychotic Discourse*. N. Y.: Oxford Press. 1994.
- TANNEN, D. & WALLAT, C. Doctor/mother/child communication: Linguistic analysis of pediatric interaction. In: FISHER, S. & TODD, A. D. (Eds.) *The social organization of doctor-patient communication*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, p. 203-19. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Talking Voices: repetition, Dialogue and Imagery in Conversational Discourse*: Cambridge: CUP. 1989.

### Registro cartográfico da divisão dialetal de Antenor Nascentes

Ana Regina Torres Ferreira Teles

anaregi@ufba.br  
Universidade Federal da Bahia

No Brasil, as divisões dialetais propostas por Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, Rodolfo Garcia e Antenor Nascentes combinaram, não necessariamente todos em conjunto ou mesmo nessa ordem, critérios geográficos, históricos e linguísticos. A divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes é a mais citada, comentada e tem servido como base para quase todos os estudos de natureza geolinguística. Durante os trabalhos do Projeto ALiB - Atlas Linguístico do Brasil, houve a necessidade de substituir algumas localidades originalmente selecionadas. Além de manter os critérios de escolha previamente definidos, buscou-se contemplar as zonas sugeridas por Nascentes na segunda divisão apresentada em 'O Linguajar Carioca' (Nascentes, 1953). Embora o mapa da divisão dialetal não apresente a escala no qual está representado, estima-se que esta seja, aproximadamente, 1:33.000.000, o que significa que um milímetro corresponde, aproximadamente, a 33 km. Além disso, é um mapa que não apresenta, também, qualquer outra informação de cunho cartográfico que permita resgatar, reproduzir e identificar informações (indicativos de direção, localidades e acidentes geográficos) não viabilizando o uso das muitas ferramentas disponíveis hoje para reprodução e edição em meio digital. Diante

da situação, decidiu-se por fazer o registro cartográfico da divisão dialetal de Antenor Nascentes a partir da descrição das linhas de limites propostos por ele a qual foi feita usando como referências localidades e acidentes geográficos (especialmente rios e serras), além das divisões política e regional do Brasil à época. Tal iniciativa justifica-se pelo fato de que a única versão do mapa da divisão dialetal de Nascentes é aquela publicada em 'O Linguajar Carioca' (Nascentes, 1953) e reproduzida, a partir de então. Iniciada a pesquisa, encontraram-se inúmeras dificuldades na identificação das localidades e confirmação dos topônimos e acidentes citados. As dificuldades podem ser resumidas em três aspectos: a multiplicidade de localidades com mesmos topônimos, a alteração dos topônimos e dos nomes dos acidentes geográficos (com a extinção - conforme constatado posteriormente - de vários deles) e, principalmente, a falta de referência para a localização dos mesmos (coordenadas). Usando-se os recursos da Informática, reduz-se consideravelmente o tempo de produção de novos mapas, bem como dos processos de atualização, com grande redução da margem de erros e, conseqüentemente, com a garantia de uma melhor qualidade. O mapa de papel, deteriorável, dá lugar a arquivos digitais obtidos através de programas computacionais cada vez mais avançados, nos quais o planejamento de ações é feito com o máximo de exatidão em termos de localização e de tempo. A Cartografia automatizada tornou-se um verdadeiro sistema de informação geográfica, compreendendo seus próprios bancos de dados, suportes lógicos de aplicação e equipamentos. Os SIG (Sistemas de Informações Geográficas) revolucionaram os conceitos e as técnicas de pesquisa, de análise e de manipulação dos dados. Os SIG, portanto, são sistemas que têm recursos de análise e funções de busca no espaço a partir de dados alfanuméricos, relações topológicas (relações espaciais entre os objetos geográficos: vizinhança, proximidade e pertinência) e operações de sobreposição temática. Levando-se em conta a proposta de elaboração de um mapa no terceiro milênio, quando já se dispõe dessas e outras ferramentas computacionais e, até mesmo os conceitos básicos de cartografia foram e vem sendo revistos ao longo dos últimos quarenta anos, decidiu-se por usar como base cartográfica o Mapa Digital da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo do IBGE. Este mapa, na realidade, é um arquivo em meio digital que apresenta as várias categorias de informações geográficas (feições) estratificadas em níveis de informação distintos, denominados *layers*. Por ser uma fonte moderna, está apresentado em formato de SIG, o que significa que todas as feições cartográficas registradas (mapa) constam de tabelas (bancos de dados) a elas associadas. Além disso, e o que é mais importante, cada feição é identificada por suas coordenadas geográficas (latitude e longitude) o que garante o caráter individual de identificação de cada uma delas, descartando-se desse modo, qualquer problema de ambigüidade o que será, para uso desta e de futuras gerações de linguistas, o grande diferencial entre este mapa e todos os demais até então publicados. A observação à Cartografia oficial permitirá que, a partir da edição deste novo mapa, em qualquer época, qualquer localidade ou acidente físico possa ser identificado e tenham associadas a ela (ou ele) informações de cunho geográfico, histórico e sócio-econômico.

CARDOSO, Suzana, MOTA, Jacyra (Orgs). *Documentos 2 - Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto Editora, 2006 [no prelo].

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Projeto do Atlas*



*Linguístico do Brasil*, Salvador: UFBA, 1999.  
NASCENTES, Antenor. *Bases para elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958 e 1961.  
\_\_\_\_\_. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

## Mobilidade e focalização do conector “por exemplo”

Rafaela Domingues Costa

rafadomingues@hotmail.com  
Universidade Federal de Juiz de Fora

A aposição se realiza como a segunda unidade (unidade apositiva) de um enunciado apositivo, estabelecendo uma relação de correferencialidade com a primeira unidade (unidade base). Essa relação de correferencialidade apresenta-se como uma retomada, uma exemplificação, uma especificação ou, em proporções menores, uma avaliação de um sintagma nominal ou sintagma preposicionado e adverbial, uma oração ou mesmo todo o enunciado anterior.

A unidade apositiva pode ser introduzida por conector  $\emptyset$  ou por conectores discursivos, que são geralmente oriundos de verbos. No primeiro caso, podemos encontrar uma certa ambigüidade entre aposição e coordenação se a unidade B funcionar numa relação sinonímica com a unidade A. No segundo caso, encontramos os conectores discursivos: *ou seja*, *quer dizer*, *isto é*, *vale dizer* e *por exemplo*.

Os conectores *ou seja*, *quer dizer*, *isto é* e *vale dizer* são procedentes de verbos, assim, o processo de gramaticalização se resume na mudança do paradigma de verbos para o paradigma de conectores. Já o conector *por exemplo*, que ocupa o plano argumentativo, parece participar de outro processo de gramaticalização.

O conector discursivo “por exemplo” ocorre entre a unidade base e a unidade apositiva, estabelecendo, geralmente, uma relação semântica de “todo-parte”. Após a análise de uma maior contingência de dados, colhidos prioritariamente de amostras de fala de inquiridos do PROCON/JF, PEUL/RJ e do projeto NURC, e ainda de textos escritos das seções “Em foco” e “Ponto de Vista” da Revista VEJA, observamos ainda, em menor escala, as relações “geral-específico” e “usual-incomum” entre as unidades apositivas. O conector estudado ainda possui a função de focalizar informação contida anteriormente a ele na unidade apositiva ou posteriormente, quando não-apositiva.

O conector *por exemplo* possui uma característica peculiar: a mobilidade, assunto de maior interesse neste trabalho.

Ao introduzir unidade apositiva, *por exemplo* pode se encontrar em duas posições distintas: inicial (posição recorrente nos dados), quando encabeça a unidade apositiva, e medial, quando o conector apresenta-se após um sintagma introdutor da aposição.

(1) Qualquer nota depende tanto da excelência dos alunos como da dificuldade das provas. *Por exemplo*, as notas baixas dos cursos de matemática podem ser devidas a expectativas irrealistas dos que redigiram as provas. Se a prova é difícil demais, as pontuações são baixas. (VEJA 20/08/02)  
Esse exemplo demonstra o conector *por exemplo* em posição

recorrente, ou seja, em posição inicial, iniciando a unidade apositiva em negrito.

(2) E: Você tem hábito de fazer comida pra você? (PEUL/Mar.)

M: É? Não, eu costumo botar assim: para duas xícaras, *por exemplo*, de arroz, eu ponho uma xícara de água, por exemplo.

No exemplo (2), *por exemplo* está em posição medial, deslocado. Neste caso específico, o conector discursivo é utilizado para focalizar o tipo de medida da receita e o ingrediente selecionado (as duas xícaras de arroz). Ao mesmo tempo, toda a unidade B, apositiva, especifica o que seja *assim*.

Com uma análise mais refinada dos dados, encontramos amostras em que esse conector ocorre em uma posição final, em negrito no exemplo abaixo, ou nas fronteiras de constituintes, sublinhados ainda no mesmo exemplo. Notamos que nessas ocorrências, o conector perde as características apositivas, como a correferencialidade e a relação todo-parte tornando-se não-apositivo, sendo apenas um focalizador da situação imediatamente anterior ou posterior, como é possível observar a seguir:

(3) Doc. [vocês acham que o brasileiro se alimenta bem em geral?]

L1 depende, que área, brasileiro do norte ou brasileiro do sul? Por exemplo, que o brasileiro pra, eu acho que de um modo geral, nem o do sul que eu acho que tu come(s) bem na tua casa, eu como bem na minha casa porque a gente já (es)tá, eu acho que não é, isso vai muito numa, uma questão de, de educação, de nível, se procura exatamente uma alimentação certa, não digo que em relação desses aspectos assim tão, tão específico(s) de, a gente diria de, envolve(r) assim mais técnico, não técnico, científico, que seria o caso de uma alimentação

L2 uma ração isso balanceada

L1 balanceada

L2 mas eu vejo, aqui por exemplo, de vez em quando tem uma verdurinha etecétera e tal, por exemplo

L1 hum, hum

L2 na minha casa por exemplo, se come verdura, eu como, minha mulher não come, meus filhos adoram, principalmente o guri, agora o brasileiro, em princípio eu acho que come muito mal, acho que come muito mal, não é, às vezes muitas vezes talvez seja o, o aspecto do, do poder aquisitivo de cada um né, tem pessoas...

eu acredito que não só, não é, não, acho que isso não influencia muito, eu tenho impressão que, questão de orientação mesmo, né que ele tem acesso a, a, de um modo geral (PROCON/JF)

Percebe-se nos conectores *por exemplo* no exemplo acima, casos de focalização. Na primeira ocorrência, *por exemplo* ocorre na fronteira de constituintes – Verbo...Complemento (Tarallo e Braga, 1996) junto com o adjunto adverbial *aqui*, focalizando, pondo-o em destaque (neste exemplo, o conector é anafórico, mesmo estando nesta fronteira de constituinte, que geralmente é representada pelo conector com função catafórica – ver exemplo 4). Na segunda ocorrência, *por exemplo* enfoca todo o sintagma que o antecede; ele ocorre na posição final da oração. Na terceira ocorrência, *por exemplo* focaliza, evidencia a informação do que ocorre “na minha casa”, que se realiza sintaticamente como um adjunto adverbial deslocado, em posição de tema.

Através de nossas pesquisas, percebemos que, quando o conector aparece na fronteira de constituinte Verbo...Complemento, geralmente parece-nos que há predominância da função catafórica, ou seja, o conector não



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

aponta mais para o verbo e sim para o seu complemento. Analisemos o exemplo abaixo:

(4) Rte1 [a minha irmã comprou um e: levou .. em Leopoldina ..levou na assistência arrumou até hoje num deu o defeito

Rte2 =da gradiente que custou mil e poucos reais .. e até hoje .. nunca foi no concerto=

Mário =é .. mas isso é sorte .. o senhor falou mesmo. cê quer fazer alguma proposta, Pedro?

Rdo xô falá: eu tô ouvindo aqui mais .. a gente quer servir bem. eu assumi a loja lá no mês sete, a senhora não gostaria por exemplo de ir na loja .. e escolher um aparelho. nós temo lá .. gradiente, outro modelo, outra potência .. pra gente resolvê. a gente faria por exemplo uma troca, a senhora pagô- os os valores que a senhora pagô consideraria como entrada na nova compra, e você escolhe outro produto .. (PROCON/JF)

O primeiro *por exemplo* focaliza a ida à loja; o segundo, uma troca de mercadorias na loja, o que é muito relevante por ser PROCON.

Decat, Maria Beatriz N. Por uma abordagem da (in) dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. In: *Scripta*. Belo Horizonte, vol.2,no. 4, p.23-28, 1o. semestre de 1999.

Hopper, Paul. J. On some principles of grammaticization. In: Heine, B.; Traugott, E. (eds.) *Approaches to grammaticalization*, vol. I. Amsterdam: J. Benjamins, 1991.

Neves, M. Helena Moura (org.) *Gramática do Português Falado*. vol VII. São Paulo: Fapesp/ Unicamp, 1999.

Taralo, Fernando, Braga, M. Luiza e Silva, Giselle. Preenchimento discursivo em fronteiras sintáticas. In: *Gramática do Português Falado*, volume IV. SP. Fapesp/Unicamp, 1996.

### História e variação lingüística: um estudo em tempo real do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica

Carolina Queiroz Andrade  
carollwith@gmail.com  
Universidade de Brasília

Fernanda Gláucia de Moura Melo  
Maria Marta Pereira Scherre

Analisamos, neste trabalho, o uso do imperativo associado à forma indicativa ou à forma subjuntiva, em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* escritas nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX e na década 00 do século XXI. A análise se pauta pelos pressupostos teóricos e metodológicos da sociolingüística laboviana e o objetivo central é entender por que razão há um salto percentual da ordem de 64 pontos da década de 70 para a década de 00.

A gramática normativa registra que *deixA*, *partE* e *faZ*, por exemplo, são formas do imperativo afirmativo, derivadas do presente do indicativo no contexto do pronome *tu*, sem o -s final. Registra também que *falE*, *abrA* e *faÇA* são formas imperativas supridas pelo presente do subjuntivo em construções afirmativas e negativas no contexto do pronome *você*. No português brasileiro atual, *deixA*, *partE* e *faZ*, por um lado, e *deixE*, *partA* e *faÇA*, por outro, são variantes do

imperativo, que podem expressar pedido, solicitação, convite, súplica, aviso, conselho, sugestão, exortação ou ordem, em orações sem sujeito expreso, com pouca ou nenhuma relação com os contextos de ocorrência dos pronomes *tu* ou *você*, que, no português europeu, codificam uma relação discursiva de, respectivamente, mais e menos proximidade entre os interlocutores. As orações imperativas do português brasileiro em uso, falado e escrito, evidenciam, assim, processo de variação que se afasta da norma codificada, por ser possível a alternância entre formas associadas ao indicativo ou ao subjuntivo, mesmo em contextos exclusivos do pronome *você*. Os dados analisados foram extraídos de revistas da *Turma da Mônica*, do cartunista Maurício de Sousa. Analisamos 161 estruturas imperativas variáveis de número singular da década de 70, 614 da década de 80, 667 da década de 90 do século XX e 2.233 da década 00 do século XXI. O fundamental da análise levada a cabo é que há evidência de aumento claro de imperativo associado à forma indicativa: observam-se 7% na década de 70, 52% na década de 80, 55% na década de 90 do século XX e 71% na década de 00 do século XXI. A diferença entre os extremos revela aumento expressivo de 64 pontos percentuais num intervalo temporal de apenas 35 anos, o que se configura como mudança em progresso, ou seja, mudança rápida, que se observa no espaço de uma a duas gerações. Ao observar o eixo temporal em função das décadas, verificamos que o salto mais expressivo ocorreu da década de 70 para a de 80, sendo 1985 o ano que mais contribuiu para este salto, a saber: temos, em 1971 e 1972, o imperativo associado ao indicativo na ordem de 7%; em 1983, na ordem de 18%; em 1985, na ordem de 56%. A partir desse momento, a análise evidencia um aumento progressivo, sem saltos expressivos.

Chamou a nossa atenção o aumento de 38 pontos percentuais no intervalo de 1983 a 1985. Ao buscar entender os motivos deste salto, encontramos três possibilidades que podem tê-lo influenciado. Uma delas é o fato de ter entrado em cena nas revistas o personagem Chico Bento, cuja fala é caracterizada por traços de oralidade. Outra possibilidade é o fato de o ano de 1985 ter sido o marco do fim do regime ditatorial iniciado em 1964, com eleições indiretas do primeiro presidente civil em 20 anos, Tancredo Neves. O aumento de uso do imperativo associado ao indicativo pode ter sido incrementado como reflexo deste momento político, uma vez que, na região Sudeste, o imperativo associado à forma subjuntiva desperta nos ouvintes uma sensação de maior autoridade, enquanto a forma indicativa é recebida como sendo de maior proximidade e solidariedade. É como se dizer “sentE-se aqui” remetesse a um maior distanciamento e tivesse um tom maior de autoridade que “sentA aqui”. Levanta-se a hipótese de que, com o fim da ditadura e em função das profundas marcas por ela deixadas, a população tenha passado a repugnar condutas e formas de expressão que remetessem a um maior autoritarismo, como um manifesto inconsciente de desaprovção ao regime extinto. É interessante observar que, em estudo desenvolvido por Paredes Silva et alii (2000) em peças teatrais escritas no intervalo do período de 1844 a 1992, ocorre um pico de variação do imperativo, principalmente no ano de 1922, ano da Semana da Arte Moderna, período em que se destacaram no Brasil as expressões culturais tipicamente brasileiras, numa espécie de exacerbação de condutas relativas à identidade nacional, em todas as áreas de nossa cultura. Paredes Silva et alii (2000) localizam neste período o que denominam de abrasileiramento do imperativo, a saber, o uso de formas do tipo *deixA*, *partE* e *faZ* no contexto discursivo do pronome *você*.





No trabalho de Mattos & Wickert (2003) sobre o imperativo nas músicas de Chico Buarque de Hollanda, explicita-se também a importância de acontecimentos históricos na influência de atitudes lingüísticas, indicando, assim, relação entre ruptura política e variação lingüística, com aumento do imperativo associado à forma indicativa. O terceiro fator que consideramos ter influenciado o referido salto nas revistas da *Turma da Mônica* foi uma carta enviada pela Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN) ao escritor Maurício de Sousa e à Editora Abril em 14 de Março de 1985. No início da década de 80, o Conselho Nacional de Cultura cogitou proibir a publicação das revistas do "Chico Bento", em cujos diálogos encontram-se traços de oralidade mais evidentes, sob a alegação de que elas eram um péssimo exemplo para as nossas crianças, que poderiam imitar as personagens e falar "errado". Diante desta ameaça, a ABRALIN se pronunciou em defesa do personagem Chico Bento, do multiculturalismo brasileiro e, de forma mais abrangente, das diversas falas do nosso país, admitindo-o em seu corpo associativo na qualidade de sócio-honorário.

Em síntese, levantamos como hipótese interpretativa do salto ocorrido em 1985 três razões de natureza externa: a caracterização de personagens rurais por meio de traços de oralidade, a situação sócio-política do país nesse período e o respaldo dado pela própria ABRALIN, constituída por intelectuais da área de Lingüística. Verifica-se, portanto, que, para o pleno entendimento da variação que envolve a expressão gramatical do imperativo, necessário se faz entender movimentos de natureza externa que envolvem os fenômenos lingüísticos variáveis, o que equivale a identificar seu encaixamento na matriz social ao lado do encaixamento na matriz lingüística, verificada pela relação das variantes deste fenômeno com o paralelismo discursivo, com a polaridade da estrutura, com a colocação pronominal e os processos de cliticização, com o tipo de verbo da construção e a presença de âncoras discursivas nas estruturas de diálogos analisadas.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Lucerna, 1999.

FARACO, Carlos A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. In: *D.E.L.T.A.*, Vol. 2, no 1, p. 1-15. 1986.

LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. 3. ed. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1975.

Mattos, Ana. & Wickert, Andréa. *A expressão do imperativo na obra de Chico Buarque*. Brasília: UnB, 2002. Inédito.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia et alii. Variação na segunda pessoa: o pronome sujeito e a forma o imperativo. In: *Grogoatá: línguas e variação lingüística no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, n.9, p.115-123, 2.sem, 2000.

PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. 1988. Inédito.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (eds.) *Sociolinguistics - An international handbook of the science of language and society*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1988. p. 984-98.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. O imperativo gramatical no Português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos. *Actas do XX encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: APL, 2004b. p. 699-771.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Norma e uso – o imperativo no português brasileiro. In: Wolf, D.; Volker, N. (Orgs.) *O Português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual*. (Lingüística luso-brasileira, v.1). Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana

– Vervuert, 2004. p.231-260.

Weinreich, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006.

## A etnia, o contacto entre línguas e a variação no inglês de Toronto

James Anthony Walker

jamesw@yorku.ca

Universidade York - Toronto

Toronto, cidade canadense, é considerada a mais multicultural do mundo (Anisef e Lanphier, 2003), onde se falam mais de 50 línguas diferentes. A coexistência de tantas línguas num contexto urbano denso implica altíssimo grau de contato. No entanto, tal contato é mitigado, até certo ponto, pelo fato de que diferentes grupos étnicos tendem a estabelecer-se em bairros distintos (Bauder e Sharpe, 2002). Tal fato conduziu à formação de "enclaves étnicos", nos quais é quase sempre possível comunicar-se na língua minoritária e interagir quase que exclusivamente com falantes de uma mesma etnia. Essa "segregação voluntária" poderia dificultar a aquisição do inglês como segunda língua e permitir a emergência de suas variedades (Chambers, 1998: 266). Os cidadãos de Toronto fazem comentários sobre sotaques e modos de falar que identificam membros de grupos étnicos. Tais "etnoletos" (Carlock e Wölck, 1981), supostamente, poderiam modificar o inglês canadense (Chambers, 1998: 271). Contra essa predição, está a tendência apresentada pelos imigrantes de adquirir o inglês alguns meses depois de chegar. Além disso, as línguas minoritárias tendem a declinar depois da segunda ou terceira gerações (Berry, 1998). Com o "princípio do fundador" ("Founder Principle", Mufwene, 2001), que afirma que a população que funda a comunidade de fala estabelece as normas que os recém-chegados adquirem, essas tendências sugerem que os efeitos dos etnoletos na língua maioritária são mínimos.

Nesta comunicação, apresentamos um novo projeto, que enfoca sistematicamente as manifestações sociolingüísticas do contato entre línguas em Toronto e que tem, como meta principal, testar as predições antagonicas acima. Comparamos o inglês dos falantes da primeira geração com o daqueles de segunda e terceira gerações. Se os etnoletos resultam da transferência da língua minoritária, isso seria mais evidente na primeira geração, para cujos falantes o inglês é segunda língua. Essa comparação nos permite determinar se tal transferência persiste. Comparamos também falantes de segunda e terceira gerações nas situações de enclave étnico com aqueles de fora dos enclaves. Se o status *enclave* é um fator na retenção dos etnoletos, o inglês dos falantes dos enclaves seria mais semelhante ao dos falantes da primeira geração que ao dos falantes de fora dos enclaves. Finalmente, comparamos os grupos étnicos com um grupo de controle população fundadora britânica/irlandesa, também estratificado por geração. Essa comparação nos permite eliminar a possibilidade de que diferenças observadas entre gerações refletem mudanças mais gerais no inglês canadense. Dada a relação sistemática entre variação lingüística e prática



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

social (Eckert, 2000), essa comparação também nos permite identificar a existência dos elementos lingüísticos que são usados para marcar identidade étnica.

Entrevistamos 80 moradores de Toronto, estratificados por geração (primeira *versus* segunda/terceira) e por origem étnica. Concentramo-nos nas comunidades mais numerosas na cidade a chinesa e a italiana. As línguas associadas a essas comunidades oferecem pontos de contato lingüístico que poderiam manifestar-se como etnoletos. Estratificamos os falantes adicionalmente conforme seu grau de percepção de “orientação étnica” (OE), determinado pelas suas respostas a um questionário administrado durante a entrevista sociolingüística (cf. Keefe e Padilla, 1987).

Examinamos o condicionamento lingüístico de duas variáveis fonológicas. A primeira é o apagamento de /t, d/ em final de palavra (TD; Guy 1980), uma variável relevante para a observação da pertinência à comunidade de fala e para a identidade étnica. A diferença em taxas de apagamento de TD entre falantes britânicos e italianos de qualquer geração não é grande, mas há uma diferença grande entre os falantes chineses e todos os outros grupos. Os falantes chineses de segunda/terceira geração não apagam tão frequentemente quanto os falantes chineses da primeira geração, mas suas taxas de TD são mais altas que as dos italianos e britânicos da mesma geração. O condicionamento lingüístico de TD é paralelo através dos grupos que estão fora dos enclaves e, considerando aqueles de dentro dos enclaves, apesar de as taxas serem bastante diferentes, os falantes italianos e chineses mostram resultados paralelos aos dos outros grupos. A segunda variável fonológica examinada é a mudança vocálica canadense (MVC; Clarke, Elms e Youssef, 1995). Nessa mudança em curso no inglês de Toronto, as vogais /I/ e /E/ são baixadas a [E] e [æ], respectivamente, e /æ/ retorna a [a]. Os resultados revelam uma estratificação perfeita no abaixamento da vogal, conforme a orientação étnica: os britânicos favorecem-no ao máximo, em seguida, os italianos de fora de seus enclaves, os italianos dos enclaves, os chineses de fora de seus enclaves, e finalmente os chineses de enclaves. Os resultados relativos à outra vogal são semelhantes, mas um pouco mais complicados. [a] é favorecida pelos italianos e desfavorecida pelos chineses. Os italianos de enclaves favorecem tal vogal mais que os italianos de fora de enclaves, e chineses de enclaves desfavorecem mais que os chineses de fora de enclaves.

Essas diferenças lingüísticas são refletidas nos índices da OE, que contrastam fortemente entre os grupos étnicos. Os índices da OE dos chineses são mais altos que os dos italianos, e essa diferença é mantida através das gerações. O alcance dos índices entre os italianos é maior que entre os chineses, e isso persiste quando os falantes são agrupados não somente conforme a etnia, mas também conforme a geração. Os nossos resultados oferecem evidência para a transferência lingüística entre os falantes da primeira geração, revelada pelo seu condicionamento lingüístico do apagamento de TD e pela sua falta de participação na MVC. As diferenças entre as gerações sugerem que essa transferência não persiste; em vez disso, os falantes mais jovens assemelham-se ao grupo de origem britânica. Por outro lado, alguns resultados sobre a variável MVC sugerem que alguns falantes se servem das mudanças em curso para expressar sua identidade étnica. De modo mais geral, podemos perguntar: como explicar as diferenças entre os grupos étnicos? Tanto os italianos quanto os chineses têm representação demográfica robusta em Toronto, mas as histórias de seu estabelecimento na cidade são diferentes. A imigração italiana começou de fato

depois da segunda guerra mundial, enquanto que a imigração chinesa em grande escala é mais recente. Assim, parece que os falantes na comunidade étnica mais estabelecida (a italiana) têm uma variedade mais ampla de identidades étnicas.

Desenvolvida num contexto urbano marcado pela diversidade, nossa pesquisa e seus resultados não apenas aumentam nosso conhecimento acerca do inglês, mas também nos permitem compreender melhor o contexto em que o contato entre línguas, a acomodação e a identidade étnica se desenvolvem.

Anisef, P.; Lanphier, M. (Orgs.). *The World in a City*. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

Bauder, H. e Sharpe, B. Residential segregation of visible minorities in Canada's gateway cities. *Canadian Geographer*, 46, p. 204-22, 2002.

Berry, J. Official multiculturalism. In: Edwards, J. (Org.). *Language in Canada*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Carlock, E. e Wölck, W. A method for isolating diagnostic linguistic variables: The Buffalo ethnolects experiment. In: Sankoff, D.; Cedergren, H. (Orgs.). *Variation Omnibus*. Edmonton: Linguistic Research, 1981. p. 17-24.

Chambers, J.K. English: Canadian varieties. In Edwards, J. (Org.). *Language in Canada*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 252-72.

Clarke, S., Elms, F. e Youssef, A. The third dialect of English: Some Canadian evidence. *Language Variation and Change*, 7, p. 209-28, 1995.

Eckert, P. *Linguistic Variation as Social Practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

Guy, G.R. Variation in the group and the individual: The case of final stop deletion. In: Labov, W. (Org.) *Locating Language in Time and Space*. New York: Academic Press, 1980. p. 1-36.

Keefe, S.E. e Padilla, A.M. *Chicano Ethnicity*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

Mufwene, S.S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

### O ensino de línguas estrangeiras no Estado do Rio de Janeiro: uma questão de política pública e lingüística

Telma Cristina de Almeida Silva Pereira  
tcaspereira@uol.com.br  
PUC - Rio de Janeiro

Jürgen Heye  
Mônica Maria Guimarães SAVEDRA

O processo da globalização trouxe mudanças econômicas, políticas, culturais e, conseqüentemente, essas mudanças têm repercussões na educação lingüística, sobretudo em regiões diretamente afetadas por esse processo. O acesso a uma formação de qualidade em línguas estrangeiras no Estado do Rio de Janeiro reflete, em parte, uma das conseqüências do processo de globalização, a saber, aquele que acentua a dinâmica da exclusão. No entanto, podemos observar que o valor atribuído ao domínio de uma língua estrangeira precede e se perpetua no fenômeno da globalização, assemelhando-se, em sua relação com as classes menos favorecidas, às relações



entre o colonizado e o colonizador (Memmi, 1985), ou entre os estágios da glotofagia propostos por Calvet (2002). O fato é que, à medida que o ensino público foi se expandindo, a política para o ensino de línguas nas escolas públicas foi se retraindo.

No Brasil, as ações, em matéria de política lingüística, preocupam-se com o reconhecimento dos direitos dos falantes de línguas minoritárias no país, reconhecendo-as como patrimônio cultural brasileiro, como bens constitutivos da memória e da identidade dos diferentes grupos sociais formadores da nacionalidade. A política para o ensino de línguas alóctones e autóctones, sobretudo em regiões de contato lingüístico, encontra aí sua razão de ser. Outras linhas de ações com resultados positivos estão relacionadas à promoção da língua portuguesa e aos acordos lingüísticos no âmbito do Mercosul (promoção do espanhol como língua estrangeira (LE) e das escolas bilíngües de fronteira, conforme Savedra, 2003). No entanto, o ensino de línguas estrangeiras, sob uma ótica plurilíngüe, não se apresenta claramente definido como uma prioridade no ensino público. Nas grandes metrópoles, acreditamos que um dos principais argumentos para a promoção de tal ensino é a inserção profissional.

Na cidade do Rio de Janeiro, assinalamos que o desenvolvimento de um plurilíngüismo de elite, através de escolas bilíngües e de cursos privados, é um exemplo de como uma parcela da população resolve a questão do aprendizado de línguas. Por se tratar de uma região referenciada como a “capital cultural do país”, com uma forte vocação turística, uma grande concentração de universidade e centros de pesquisas, sem uma história de línguas em contato como aquela observada no sul do país, e, ao mesmo tempo, uma região com flagrantes desníveis sócio-econômicos, perguntamo-nos qual o papel das línguas estrangeiras nesse resumido perfil sociolingüístico; que política lingüística para o ensino de línguas é a mais pertinente para promover a inserção social. Neste trabalho, apresentamos uma análise da situação lingüística de determinadas comunidades geográficas do Estado do Rio, sua relação com a política lingüística nacional para o ensino de línguas, estabelecida pela LDB e pelos acordos estabelecidos no contexto do Mercosul (Lei Federal no 11.161) (Pereira, 2006). O objetivo central deste estudo é o de inserir o tema ‘política lingüística de ensino de línguas estrangeiras’ na agenda das definições de políticas públicas para o Rio de Janeiro.

O referencial teórico baseia-se nos estudos desenvolvidos na área de sociolingüística, mais precisamente, nos trabalhos desenvolvidos nas áreas de sociolingüística urbana e de política lingüística. A sociolingüística urbana aborda as questões lingüísticas seguindo a perspectiva de que o espaço representa uma dimensão fundamental da construção social, não sendo absolutamente um suporte neutro e, sim, um produto social (Bulot, 2004). Quanto à política lingüística, ela permite que estabeleçamos uma ponte entre a reflexão teórica e a ação propriamente dita.

Adotamos uma metodologia de investigação de base qualitativa, com análise documental e aplicação de entrevistas sobre o ensino de línguas, nos municípios escolhidos para a pesquisa, e de questionários sobre representação lingüística, no município do Rio de Janeiro. As entrevistas foram realizadas junto aos responsáveis pelo setor de ensino de línguas estrangeiras das secretarias de educação e, os questionários, junto a um público universitário na cidade do Rio de Janeiro. Os resultados apontam para a insipiente formação em línguas estrangeiras por parte daqueles que, em teoria, tiveram acesso a pelos menos duas línguas estrangeiras

durante sua formação escolar.

BULOT T. La double articulation de la spatialité urbaine: “espaces urbanisés” et “lieux de ville” en sociolinguistique. In: BULOT, T. *Lieux de ville et identité* (perspectives en sociolinguistique urbaine. Paris: Harmattan, 2004. p. 113-146.

CALVET, L-J. *Linguistique et colonialisme*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2002.

\_\_\_\_\_. Les voix de la ville revisitées. Sociolinguistique urbaine ou linguistique de la ville?. *Revue de l'Université de Moncton*, v. 36, n1., 2005.

COOPER R.L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HEYE, J. Considerações sobre bilinguismo e bilingüidade: revisão de uma questão. *Revista Palavra*, n.11, p. 30-38, 2003.

MEMMI, A. Portrait du colonisé, portrait du colonisateur. Gallimard, 1985.

PEREIRA T. C. A. S. *O ensino de línguas estrangeiras como um fator de inclusão social: o desafio da francofonia no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Departamento de Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

SAVEDRA, M.M.G. Política lingüística no Brasil e no Mercosul: o ensino de primeiras e segundas línguas em um bloco regional. *Revista Palavra*, n.11, p. 39-54, 2003.

WOLTON, D. *Salvemos la comunicación*. Editorial Gedisa, Barcelona, 2006.

## A Realização do pronome “eles” no PB: um novo recurso de indeterminação do sujeito.

Elizete Maria de Souza

leesouza@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

A necessidade de se descrever uma gramática do português falado no Brasil tem levado os lingüistas brasileiros a estudar criteriosamente inúmeros fenômenos em nossa língua, dentre eles a indeterminação do sujeito, principalmente porque os recursos mais típicos, que seriam o uso do pronome ‘se’ e o não preenchimento de sujeito, estariam hoje em processo de desaparecimento ou, pelo menos, apresentando uma tendência de queda em seu uso.

As gramáticas Tradicionais mostram que a Língua Portuguesa admite cinco recursos de indeterminação de sujeito: (i) uso do *-se* e verbo ativo na 3ª pessoa do singular; (ii) verbo na 3ª pessoa do plural, sem sujeito gramatical exposto; (iii) deixando-se o verbo no infinitivo pessoal; (iv) construção com pronome indefinido; (v) uso de *a gente* e verbo na 3ª pessoa do singular. Um sexto recurso – o uso de verbo na 3ª pessoa, sem pronome – é descrito em apenas algumas gramáticas, tal como Bechara (1988). Há, porém, um sétimo recurso, embora as gramáticas não lhe façam menção. Trata-se da forma pronominal de 3ª pessoa no masculino plural em sua forma plena – o pronome ‘eles’. Esse uso foi documentado em trabalhos que analisam *corpora* de língua falada, a saber: Duarte (1995), Micheletti e Franchetti (1996), Corrêa, (1998), e será meu objeto de estudo neste trabalho.

Nos estudos mencionados, porém, a comparação se faz entre as diferentes realizações lexicais, i.e., não nulas, dos sujeitos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

indeterminados, e não entre a forma plena, contendo o pronome 'eles' e a forma vazia, o que me levou a analisar as ocorrências da variante 'eles' e da variante 'Ø', na posição de sujeito, com o intuito de responder à seguinte questão: Em que medida o pronome *eles* constituiria um novo recurso de indeterminação do sujeito?

Uma vez que estaremos usando a noção de indeterminação como uma propriedade de variantes lingüísticas, adotamos a definição proposta em Rollemberg et alii (1991:57), segundo a qual possuir referência indeterminada significa "possuir uma identidade que não se pode especificar nem nominal nem numericamente no contexto discursivo".

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística Laboviana e através do Programa de Regras Variáveis *Goldvarb 2001* (Robinson, Lawrence e Tagliamonte, 2001), passamos, então, às primeiras considerações acerca do uso do pronome 'eles' como novo recurso de indeterminação: (1) a partir de uma análise preliminar dos dados obtidos de entrevistas sociolingüísticas com 36 informantes naturais de Belo Horizonte, ou residentes na cidade há pelo menos 20 anos, selecionados a partir de três faixa-etárias – jovens, adultos e velhos, dois níveis de escolaridade – superior e não-superior e sexo – homens e mulheres, encontramos 37% de ocorrências da forma vazia e 62% da forma plena, além de verificar um aumento de 7% no uso do pronome pleno no período de 10 anos; (2) conforme Duarte (op. cit.), o uso do pronome 'eles' poderia figurar ao lado dos pronomes *você, a gente, nós*, entre outros, como estratégia de indeterminação. Ressaltamos, porém, que diferentemente de *você*, 'eles' não pode ser tomado como indeterminado simplesmente pelo critério de que seu uso não estaria relacionado ao interlocutor, como pode ser feito com o uso de *você* indeterminado, pois, de fato, 'eles' já remete para o âmbito fora da interlocução. Talvez por esse motivo, o pronome 'eles' estabeleça, com diferentes NPs antecedentes, sejam eles um nome comum, um coletivo, um genérico, um locativo, ou indefinidos, uma relação que aponta para a possibilidade de haver diferentes graus de indeterminação que se estabelecem através do uso do pronome 'eles', graus que vão do [+definido] ao [-definido]; (3) nossos resultados apontaram diferenças percentuais muito pequenas para o fator faixa-etária dos informantes, mas ainda não podemos afirmar se o fenômeno aponta para uma mudança em progresso, ou se sinaliza apenas uma variação estável na língua, pois precisamos refinar a análise, cruzando os fatores *ano das entrevistas* e *idade dos informantes*; (4) por outro lado, o fator *tipo de oração* mostrou-se relevante. Encontramos pesos relativos iguais a: .30, .50 e .83 para a realização do pronome pleno em orações principais, encaixadas e coordenadas, respectivamente. Esses resultados mostram que o uso do pronome de 3ª pessoa no masculino plural, em sua forma plena, ocorre principalmente fora das orações principais, o que nos permite dizer que o fenômeno em estudo se encontra em um estágio bastante adiantado no português falado.

Diante destes primeiros resultados, vamos discutir, nesta comunicação, os condicionamentos internos da variação em análise.

BECHARA, E. *Lições de Português pela análise sintática*. 15. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1992.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 39. ed. São Paulo: Nacional, 1994.

CORRÊA, L. T. *A forma clítica de pronome pessoal no dialeto mineiro: uma variante sociolingüística*. Dissertação (Mestrado em

Lingüística) FALE, UFMG, Belo Horizonte, 1998.

CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1978.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERT; KATO, M. (Orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Lingüística) - Unicamp, Campinas, 1995.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MICHELETTI, H.; FRANCHETTI, S. A Indeterminação do Sujeito: um estudo Sociolingüístico. In: XXV SEMINÁRIO DO GEL. 1996, Taubaté. *Anais...* p. 629-635.

SILVA, G. M. de O. Coleta de Dados. In: MOLLICA; BRAGA. *Introdução à Sociolingüística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas, 1968.

### Variação lingüística e liderança na comunidade

Raquel Márcia Fontes Martins

raquelfontesmartins@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Inúmeras têm sido as contribuições oferecidas pelos trabalhos com abordagens sociolingüísticas (LABOV, 2001). Hoje sabemos, por exemplo, da relevância de variáveis sociais, como sexo, classe social, origem geográfica, faixa etária e escolaridade na implementação das mudanças lingüísticas (CHAMBERS, 1995). Na avaliação de fatores sociais, Labov (2001, v.2) oferece evidências de que há indivíduos líderes e não-líderes nas comunidades lingüísticas. A classificação de um falante como líder ou não-líder reflete os índices estatísticos obtidos para aquele falante em relação a uma variável inovadora que reflete uma mudança lingüística. Assim, dentre outros, um líder apresenta maiores índices de realização de uma variável inovadora do que um falante não-líder. Este trabalho pretende oferecer contribuições para a discussão da liderança na implementação de mudanças lingüísticas, ao analisar tanto variações no comportamento do indivíduo (variações inter e intra-individuais) quanto diferentes fenômenos fonológicos do português brasileiro contemporâneo.

Os resultados desta pesquisa refletem dados da cidade de Belo Horizonte (MG). Os participantes foram classificados em dois grupos: líderes e não-líderes de mudanças sonoras. Esses informantes já haviam participado de pesquisas anteriores, realizadas também em Belo Horizonte, sendo classificados como líderes ou não-líderes de acordo com os índices atestados naquelas pesquisas. Essas três pesquisas realizadas anteriormente, e que foram utilizadas na seleção dos informantes, investigaram os seguintes fenômenos fonológicos:

1) cancelamento de "r" final em nominais, por exemplo:



calor → calô (HUBACK, 2003);  
2) cancelamento das líquidas /l/ e /r/ intervocálicas, por exemplo: óculos, espírito → ócus, espíto (FONTES MARTINS, 2001);  
3) cancelamento de encontro consonantal tautossilábico, por exemplo: refrigerante → refigerante (CRISTÓFARO-SILVA, 2003a).

A coleta de dados com os mesmos informantes que já haviam participado de pesquisas anteriores teve como objetivo central avaliar se um líder de um determinado fenômeno fonológico atuaria também como líder nos demais fenômenos. Avaliação análoga se aplicou aos participantes classificados como não-líderes nas pesquisas anteriores.

Os dados foram coletados em três modalidades: entrevista de fala espontânea, tarefa de nomeação por figura e tarefa de leitura. Essas três modalidades visaram avaliar o comportamento do indivíduo em estilos de fala que requerem habilidades cognitivas diferenciadas na articulação da linguagem.

Os resultados obtidos em nossa pesquisa indicam que um indivíduo líder não se comporta sempre como líder com relação aos diferentes fenômenos estudados. Sendo assim, observamos que um indivíduo pode ser líder em relação a um determinado fenômeno, por exemplo, cancelamento de "r" final em nominais (calor → calo), mas não em relação a um outro fenômeno analisado, como por exemplo, cancelamento das líquidas /l/ e /r/ intervocálicas (óculos, espírito → ócus, espíto). O mesmo pode ser dito para os indivíduos não-líderes. Isso problematiza a noção de líder de Labov (2001, v. 2), uma vez que os resultados desta pesquisa indicam que um líder de mudanças lingüísticas, como concebido por Labov, não atua sempre como líder. Sendo assim, a própria noção de liderança é questionada.

Outro resultado importante desta pesquisa é que, nas diferentes modalidades analisadas, ou seja, entrevista de fala espontânea, tarefa de nomeação por figura e tarefa de leitura, observou-se um comportamento diferente entre os líderes e os não-líderes. Os participantes classificados como líderes apresentam maior variabilidade em suas produções lingüísticas do que os participantes classificados como não-líderes, ao passarem, por exemplo, do estilo fala espontânea para o estilo tarefa de nomeação por figura. Assim, em relação às três modalidades de coleta consideradas, os participantes não-líderes apresentaram um comportamento mais homogêneo, mantendo valores de realização dos fenômenos muito parecidos em todas as modalidades. Já os indivíduos líderes apresentaram valores diferenciados na realização dos fenômenos estudados em cada uma das modalidades consideradas.

A partir dos resultados apresentados, argumentamos que o estudo do comportamento do indivíduo, ou do falante, é muito relevante para uma compreensão mais ampla da organização do componente lingüístico e do correlato social da linguagem (OLIVEIRA, 1992; SANGSTER 2002; NARO, 2003; PAIVA; DUARTE, 2003). Nesse contexto, compactuamos com teorias que sugerem que as representações lingüísticas contêm informações redundantes com categorias gradientes, com um léxico dinâmico que opera com plasticidade, alinhavando representações múltiplas (em redes) reguladas por critérios probabilísticos (BOD; HAY; JANNEDY, 2003). Tais teorias permitem acomodar a variabilidade observada no comportamento de indivíduos específicos, em contrapartida com tendências gerais observadas na comunidade.

BOD, J.; HAY, J.; JANNEDY, S (Eds.). *Probabilistic Linguistics*. Cambridge: MIT Press, 2003.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistics Theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. *Difusão Lexical: estudo de casos do Português Brasileiro*. Manuscrito. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2003a. Relatório de Pesquisa CNPq número: 202422-86-3.

FONTES MARTINS, Raquel M. *O cancelamento das líquidas /l/ e /r/ intervocálicas no português de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2001.

## Cartas fonéticas do ALMS: estudos sociolingüísticos

Adriana Viana Postigo

viana.postigo@gmail.com

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Este trabalho propõe apresentar os fenômenos fonéticos vocalização do [l] e rotacismo [l] > [r] em grupos consonantais e final de sílaba, a partir de pesquisas realizadas in loco, com o propósito de descrever e interpretar as variações resultantes de entrevistas gravadas nas localidades de Água Clara, Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Cassilândia, Dourados, Inocência, Paranaíba, Rio Brillante, Rio Negro e Três Lagoas, que fazem parte da rede de pontos lingüísticos pertencentes ao ALMS (Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul), para que se compreenda parte da realidade lingüística do Estado.

Utilizamos princípios teóricos e metodológicos da Geolingüística e Sociolingüística. Primeiramente, inquirimos quatro informantes de acordo com requisitos preestabelecidos por critérios convencionais, sendo as variantes extralingüísticas sexo (masculino e feminino), faixa etária (18 a 30 anos e 45 a 70 anos), grau de instrução (analfabeto ou ter cursado até a quarta série do ensino fundamental) e naturalidade (nascidos e/ou moradores da localidade desde os oito anos de idade).

Seguimos o guia de respostas do Questionário Fonético-Fonológico do ALMS, composto de diversos assuntos biossociais, que envolvem temas sobre o cotidiano do informante, como família, vestuário, religião, partes do corpo, utensílios domésticos, clima, fauna, flora etc., distribuídos em quarenta e sete questões diretas e objetivas. O questionário adotado sugere respostas de fácil compreensão como *fo ovo frito, há uma parte branca e outra amarela. ¿ue nome têm elas?, práticas como se chama o órgão que enche de ar quando a gente respira? e específicas ¿ual é a arma de fogo com uma peça que gira e se maneja com uma mão só? (neste caso a inquiridora faz o gesto com a mão, identificando um revólver)*. Para completar a entrevista, preenchemos duas fichas, sendo uma para o informante inquirido (com dados pessoais, profissão, estado civil, viagens realizadas, outros contatos lingüísticos etc.), e outra sobre a localidade (nome, município, distrito, nomes anteriores, nome dos habitantes do lugar, quantidade de habitantes, principais atividades econômicas, meios de comunicação etc.). As



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

transcrições e processamento dos dados foram realizados usando o programa computacional SPDGL (Sistema de Processamento de Dados Geolinguísticos).

Esta pesquisa centrou-se na heterogeneidade lingüística da fala. Monteiro (2000: 9) afirma que a 'sociolingüística tem sido uma área de ampla investigação nos últimos anos, com resultados que se refletem não apenas nas descrições da língua enquanto sistemas, mas também nas decisões políticas e educacionais'. Mollica (2003: 13) diz que as questões lingüísticas voltadas para a modalidade falada tem sido preocupação dos sociolingüístas e que 'os estudos sociolingüísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir os preconceitos lingüísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real'.

Sobre os fenômenos lingüísticos estudados, de acordo com Silva (2001:162), a consoante /l/ pós-vocálica, quando ocorre em posição final de sílaba, possui duas possibilidades de realização fonética: como lateral alveolar ou por vocalização (transformação de consoante em vogal, ou seja, uma semivogal), com características articulatórias de uma semivogal, transcrita como [w]. Já no rotacismo, troca do /l/ por /r/, Castilho (2006: 249) afirma que Head (1985) examinou esse fenômeno na Bahia e concluiu que l e r são alternantes.

Na sociolingüística, a diferença entre a fala de homens e mulheres é objeto de permanente discussão, pois os gêneros masculino e feminino são categorias procedentes de uma construção histórica, cultural e social. Sobre a generalização da linguagem, Leite & Callou (2002: 37) afirmam que se trata de uma identidade (homem/mulher) cultural e social, 'não podendo ser vista isoladamente', sendo assim, 'a interação gênero/faixa etária desempenha papel de importância na análise do processo de mudança lingüística'.

O trabalho, como foi realizado, poderá contribuir para conhecermos melhor a língua falada no estado de Mato Grosso do Sul, observadas suas diferentes regiões.

BESSAT, H. & GERMI, C. Balme: dans les dialectes et les toponymes de l'arc alpin occidental et à sa périphérie. In: *Géolinguistique 6*. Grenoble: Université Stendhal-Grenoble III, 1995. p. 111.

CASTILHO, Ataliba T. de. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática, 2006.

LEITE, Yonne & CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luíza, (Orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José L. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MOURA, D. Diversidade lingüística e preconceito social. In: *ABRALIN 17*. vol.1. Recife: Universitária, 1995. p. 49-51.

OLIVEIRA, Dercir P. de & ISQUERDO, Aparecida N. A nova dialetologia: investigações e resultados. In: RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

CRISTÓFARO SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 2001.

## A variável social gênero condicionando a ocorrência do sujeito pronominal nulo em dados de fala de uma comunidade lingüística

Elisângela Gonçalves da Silva de Andrade

angellsilva@hotmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A primeira referência à correlação entre variação lingüística e o fator gênero/sexo encontra-se em um trabalho desenvolvido por Fischer (1958 – apud MOLLICA, 1992), intitulado *Influências sociais na escolha de variantes lingüísticas*. A esse trabalho, somaram-se outros que apontaram para a importância dessa variável extralingüística nos estudos de linha variacionista, constatando-se que as mulheres preferem utilizar as variantes lingüísticas mais prestigiadas socialmente. A razão de o gênero feminino possuir uma consciência maior quanto ao *status* social das formas lingüísticas pode dever-se ao maior formalismo que está atrelado aos papéis desenvolvidos pela mulher e ao fato de sua posição na sociedade estar menos assegurada do que a do homem. Isso se reflete na manifestação de um comportamento lingüístico que garanta sua aceitação social. Labov (1972) afirma que o fato de a influência feminina ser decisiva nos primeiros estágios da aquisição da linguagem lhe confere uma sensibilidade especial. Porém, chama a atenção para o fato de, no estágio atual das pesquisas variacionistas, a maioria das explicações dadas para a influência do gênero na variação lingüística serem especulações, já que os padrões de correlação não são fixos nem inteiramente consistentes. Ao considerarmos a inter-relação entre as variáveis gênero e classe social, por exemplo, poderemos constatar que tem sido muito freqüente, sobretudo em nossa sociedade, mulheres assumindo a direção familiar, logo, difundindo suas relações e contatos sociais. Nos estudos sociolingüísticos, atualmente, ao levar-se em consideração o papel de homens e mulheres no condicionamento de variáveis dependentes, tem-se optado pelo uso do termo *gênero* (por nós adotado neste estudo), em vez de *sexo*. O emprego do termo *gênero* surgiu atrelado aos estudos feministas, que questionavam “a dominação masculina, constitutiva das práticas discursivas e não-discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras” (RAGO, 1998, p. 95). Todavia, a sustentação teórica da categoria *gênero* ultrapassa os limites do feminismo, conforme Moraes (1998). O trabalho com a categoria *gênero* possibilita a reunião das dimensões culturais com as psicobiológicas das diferenças entre sexo masculino e feminino. Nessa categoria, estão inclusos os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade/masculinidade. Inclui-se ainda o sexo biológico, permeado dos valores e atributos culturalmente determinados. A noção de *gênero*, nessa perspectiva, é preferida à de *sexo*, ficando o termo sexo para os componentes biológicos, anatômicos e para indicar as relações sexuais propriamente ditas. Cremos que foi nesse sentido que o emprego da categoria *gênero* se introduziu nos estudos sociolingüísticos variacionistas. Vários trabalhos sobre processos variáveis do português têm apontado para o que se pode chamar de “uma maior consciência feminina do *status* social das formas lingüísticas” (PAIVA, 2003, p. 35). Dentro dos estudos variacionistas, as mulheres apresentam dois comportamentos no que diz respeito a variantes lingüísticas: (a) são conservadoras com relação ao uso de formas que estão de acordo com a



norma ou julgadas por elas como “mais corretas”, “mais elegantes”, entre outros motivos; (b) são inovadoras quanto à implementação de formas lingüísticas que, para elas, condizem com o padrão. Assim sendo, uma mudança que ocorre na língua a partir do *gênero* feminino é tida como resultado de uma atitude lingüística *consciente*. Ao contrário, os homens, que possuem um papel privilegiado nas sociedades, onde ocupam os melhores empregos, a quem se destinam especificamente algumas atividades, não se preocupam, de um modo geral, com o seu comportamento lingüístico, assumindo uma postura “descuidada” quanto a seu modo de falar. Logo, a mudança que se dá em uma língua motivada pelo *gênero* masculino é considerada como fruto de uma atitude lingüística *inconsciente*. Constitui-se nosso objetivo, neste trabalho, verificar qual dos dois *gêneros* (ou ambos) favorecem o uso do sujeito pronominal nulo no português falado pela comunidade lingüística de Vitória da Conquista – Bahia, em um *corpus* composto por 30 (trinta) informantes, selecionados segundo os critérios empregados na Sociolingüística Variacionista. Na análise dos dados, baseamo-nos em alguns pressupostos da Teoria Gerativa, mais especificamente no Modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981). Verificamos, a partir da quantificação e análise dos dados, que as mulheres utilizam em sua fala tanto sujeitos nulos quanto plenos. Levando-se em consideração que o português brasileiro é tido como uma língua de sujeito nulo, esperar-se-ia que as mulheres realizassem uma grande quantidade de sentenças com o sujeito nulo; como isso não acontece, pode-se supor, sobretudo pelo fato de estas usarem menos nulos que os homens, que estejam sendo o “pivô” do emprego de sujeitos preenchidos. Na presente pesquisa, o *gênero* masculino apresenta peso relativo de 0,54, que, comparado ao peso relativo do *gênero* feminino (0,46), não apresenta diferença expressiva: somente 0,8. Isso vem corroborar nossa afirmação de que o emprego do sujeito pronominal nulo é visto como forma de *status social*, tampouco o uso do sujeito pronominal pleno é estigmatizado pelos falantes.

- CHOMSKY, N. Principles and Parameters in syntactic theory. In: HORNSTEIN, N.; LIGHFOOT, D. (Ed.). *Explanations in Linguistics*. New York: Longman, 1981.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MOLLICA, M. C. (Org.). *Introdução à sociolingüística variacionista*. Rio de Janeiro: Cadernos Didáticos/UFRJ, 1992.
- MORAES, M. L. Q. de. Usos e limites da categoria gênero. In: BESSA, K. A. M. (Org.). *Trajetórias do gênero, masculinidades*. *Revista do Núcleo de Estudos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998. p. 99-105.
- PAIVA, M. C. de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33-42.
- RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. In: BESSA, K. A. M. (Org.). *Trajetórias do gênero, masculinidades*. *Revista do Núcleo de Estudos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998. p. 89-98.

## O léxico do município de Águas Vermelhas - Norte de Minas

Vander Lúcio de Souza  
valuso@bol.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Estudar o léxico do norte de Minas, mais especificamente do município de Águas Vermelhas, apoiando-nos na história e cultura local, é a nossa proposta de trabalho, já em andamento, como dissertação do Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Situada no norte de Minas Gerais, fazendo divisa com o Estado da Bahia, a cidade de Águas Vermelhas mostra-se singular para um estudo lingüístico-histórico-cultural, pois se encontra inserida em duas rotas ligadas ao desbravamento do território mineiro, a saber: 1) a rota de uma das bandeiras mais antigas que passou pelo Estado de Minas (século XVI), conforme aponta Vasconcelos (1944) em mapa do seu livro *Bandeirismo*; 2) a rota do caminho do boi – picada por onde chegava o abastecimento em Minas, ou seja, o caminho por onde transitavam, sobretudo, baianos e pernambucanos que sulcavam as nossas terras com suas boiadas para abastecer as populações das regiões mineradoras do centro-sul. Nesse contexto, principalmente a partir dos currais de gado, surgiu a cidade de Águas Vermelhas, como muitas outras cidades do norte de Minas. Procurando, pois, contribuir com as pesquisas lingüísticas do Projeto Pelas trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais, ancorando-nos, ainda, na história e cultura local, definimos como objetivos desse trabalho: 1) Realizar um estudo lingüístico-histórico-cultural do município de Águas Vermelhas, região norte de Minas; 2) Analisar o léxico local a partir de entrevistas orais com pessoas acima da faixa etária de 70 anos, a fim de coletar palavras antigas da Língua Portuguesa, já em desuso no século XXI – fato que se torna possível uma vez que o município em análise está muito distante dos grandes centros urbanos, o que contribui para um maior isolamento lingüístico; 3) Fazer um estudo descritivo desse léxico; 4) Analisar os dados lexicais coletados à luz da Antropologia Lingüística, procurando encontrar visões de mundo com características locais bem definidas. Para atingir tais objetivos, adotamos como referencial teórico para esta pesquisa: 1) uma teoria lingüística que contemplasse: 1.1) o léxico: a) Maria Tereza C. Biderman (1998), b) K. Baldinger (1966), 1.2) a Sociolingüística, a variação e mudança lingüística: a) W. Labov (1972); 2) estudos históricos: a) Mafalda P. Zemella, b) Salomão de Vasconcelos, c) Capistrano de Abreu; 3) estudos culturais: a) Alessandro Duranti, b) Dell Hymes c) Diegues Junior. Nesse primeiro ano de pesquisa, realizamos entrevistas com 18 pessoas, homens e mulheres, da zona rural e urbana do município em estudo. Para isso, seguimos as orientações de Labov em *Sociolinguistic Patterns* (1972). Todos os nossos entrevistados têm idade igual ou superior a 70 anos, são analfabetos ou quase sem escolaridade. A opção por esse perfil dos entrevistados se deu pelo fato de essas pessoas terem um repertório lingüístico mais próximo ao vernacular e ainda poderem nos revelar casos de retenções lingüísticas. Outro ponto considerado é o fato de conseguirmos uma maior contribuição em relação à



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

cultura da comunidade em épocas passadas. As transcrições das entrevistas já estão concluídas e estamos na etapa de seleção do corpus para posterior análise lingüística. Pelo fato de estar em uma região de quase nenhuma urbanização, com seu meio físico (clima, vegetação, recursos naturais) muito presentes no dia-a-dia da comunidade, de ter uma organização social simplificada e valores culturais dos seus habitantes muito parecidos, esperamos encontrar uma certa homogeneidade lingüística na região, ou seja, esperamos encontrar campos semânticos que privilegiam a conquista do território e também a lida do homem nesse seu espaço de vivência e convivência. Baseando-nos no que observamos, podemos dizer que essa região do sertão mineiro oferece-nos uma rica cultura lingüística, com um léxico português, indígena e africano que merecem destaque, retratando a cultura pastoril mediterrânea.

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BALDINGER, K. Semasiologia e Onomasiologia, in ALFA, 9. Marília: FFCL de Marília, 1966.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Regiões Culturais do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

DURANTI, Alessandro. Antropologia Lingüística. Trad. Espanhola: Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

HYMES, Dell. Language in culture and society. A Reader in Linguistics and Anthropology. New York: Harper and Row, 1964.

LABOV, W. Sociolinguistic Patterns. Philadelphia: Pennsylvania University Press; Oxford: Blackwell, 1972.

VASCONCELOS, Salomão de. Bandeirismo. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

### A variação nós e a gente no dialeto mineiro: investigando a transição

Francisca Paula Soares Maia

fpaulasmaia@uaimail.com.br

Pref. Municipal de Belo Horizonte

O presente trabalho, utilizando o modelo da Teoria da Variação, tem como objeto de estudo o uso das formas pronominais *nós* e *a gente* na Língua Portuguesa falada no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais.

Esse fenômeno já fora estudado em alguns dialetos do Português – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – por autoras que usaram dados do projeto NURC (ALBÁN *et alii*, 1991; MENÓN, 1994, 1995, 1996; MACHADO, 1995; LOPES, 1999).

Faltava um aprofundamento sobre o comportamento dessas variantes pronominais no dialeto mineiro. Este trabalho procurou suprir essa lacuna.

Visei aos seguintes objetivos gerais:

- Verificar se a variação entre as formas *nós* e *a gente* é de caráter funcional ou mecânico;
- Verificar se a subespecificação de número gramatical da

1ª Pessoa do plural está diretamente relacionada ao fator *referência* pronominal;

- Comparar os resultados aos de outras regiões brasileiras.

Quanto aos objetivos específicos, fiz as seguintes indagações:

- Que fatores lingüísticos e sociais estariam condicionando o uso das variáveis *nós* e *a gente* no português falado em Minas Gerais?

- A implementação da forma pronominal *a gente* precede a *simplificação do paradigma verbal*?

A fim de atingir os objetivos acima mencionados, esta pesquisa apoiou-se na Teoria da Variação (modelo laboviano), segundo a qual a língua é um sistema heterogêneo e a variação faz parte do sistema, sendo condicionadas por fatores lingüísticos e extralingüísticos. Ao usar *nós* e *a gente*, os falantes do Português Brasileiro (PB) estão usando duas variantes, isto é, duas maneiras de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade (LABOV, 1972 a).

A análise variacionista, de acordo com o modelo laboviano, consiste na identificação dos condicionamentos sob os quais se realiza uma determinada variação; essa análise decorre do fato de se considerar que há influência mensurável e contínua de fatores estruturais e sociais sobre a variação lingüística. Por sua vez, a variação pode representar uma *mudança em progresso* ou tratar-se de uma *variação estável*. No primeiro caso, a variação tem maiores índices de realização nos grupos centrais, apresentando padrão curvilíneo, além disso, os falantes mais jovens a realizam mais freqüentemente que os falantes mais velhos (evidência do *tempo aparente*). A essas duas evidências associa-se a observação das transformações ocorridas ao longo do tempo, então denominada evidência do *tempo real*. No segundo caso, uma variante ocorre mais nas classes mais altas e a outra variante ocorre mais nas classes mais baixas, podendo ser representada graficamente por uma linha com vários picos e não tendo nenhuma relação com a faixa etária (OLIVEIRA, 1982).

A análise quantitativa foi realizada mediante utilização de dois *corpora*: (i) *corpus* constituído de entrevistas sociolingüísticas feitas com informantes de Pombal, um lugarejo pertencente ao município de Mariana (MG); (ii) *corpus* também constituído de entrevistas sociolingüísticas feitas com indivíduos da capital mineira, Belo Horizonte. Foram contabilizadas 672 ocorrências com *nós* (313) e *a gente* (352). Após quantificação dos dados, utilizando o programa GOLDBARB 2001 (TAGLIAMONTE & LAWRENCE, 2001), foram apontados como estatisticamente significativos os fatores IV, VII, I e III, respectivamente: Realização Fonológica da Desinência de Número e Pessoa; Localização Geográfica; Pessoa Verbal e Referência. Os fatores V, II e VI foram eliminados; a saber: Saliência Fônica, Tempo Verbal e Faixa Etária.

Através dos fatores testados, ficou revelada a força da morfologia na variável analisada, o que contribui para o debate referente ao papel da alteração na Gramática do Português Contemporâneo. A análise em *tempo aparente* constatou *mudança em progresso*, portanto, a forma *a gente* é uma inovação. A mudança apresenta ritmo lento em Minas Gerais, quando confrontada à situação do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, dentre outras localidades.

ALBÁN, *et alii*. Nós e a gente: uma sondagem da norma culta brasileira, *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: UFBA/Instituto de Letras, 1991. p.103-116.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Conduct and Communication. n. 4, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.





LOPES, C. R. dos S. A inserção de *a gente* no quadro pronominal do português: percurso histórico. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1999.

MACHADO, M. dos S. *Sujeitos pronominais "nós" e "a gente": variação em dialetos populares norte-fluminenses*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1995.

MENON, O da S. *Analyse sociolinguistique de l'indetermination du sujet dans le portugais parle au Bresil, a partir des donnees du NURC/SP*. Université de Paris VII, Département de Recherches Linguistiques. 1994.

\_\_\_\_\_. *O sistema pronominal do português do Brasil*. n.44. Curitiba, Faculdade de letras, Editora da UFPR, 1995. p. 91-106.

\_\_\_\_\_. A gente: um processo de gramaticalização. *Estudos lingüísticos*, XXV Anais de Seminários do GEL. Taubaté: UNITAU/CNPq/GEL, 1996. p. 622-628.

OLIVEIRA, M. A. Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso. *Ensaio de Lingüística*, ano IV, n. 7. 1982. p.71-89.

WEINREICH, U., W. LABOV. & M. HERZOG. Empirical Foundations for a Theory of Language. In: Malkiel (Eds.) *Perspective on historical linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1968. p.97-193

## Trajetória de gramaticalização do item AGORA nas interações do personagem Gatão de meia idade

Maria da Penha Pereira Lins  
rivacapistrano@terra.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo

Rivaldo Capistrano de Souza Junior

Estudos desenvolvidos numa perspectiva lingüística, como os de Rizzo (1993) e de Lins (2004), demonstram que o item *agora*, primitivamente um dêitico temporal, cujo papel é situar eventos em um dado período de tempo, vem sendo utilizado, sobretudo na língua oral, ora com um valor juntivo, já que lhe cabe unir proposições, estabelecendo relações semânticas entre elas, ora com um valor discursivo, uma vez que atua na organização do discurso.

Em relação aos significados assumidos, esse item segue uma trajetória, que parte de um sentido mais concreto para um sentido gradativamente mais abstrato. Nesse estágio, passa a desempenhar não só uma função não-adverbial, apontando para um referente que não apresenta mais noção locativo-temporal, mas também uma função típica de marcador discursivo.

Em vista disso, a fim de investigar a extensão dos novos usos do item *agora* e a relação desses novos usos, como o gênero do discurso em que figura, decidiu-se averiguar o seu comportamento em tiras de quadrinhos do *Gatão de meia idade*, de Miguel Paiva.

O corpus, formado por 15 tiras, caracteriza-se pela utilização das linguagens icônica e verbal. Produzido na interface oral/escrita, o texto das tiras busca reproduzir a conversação espontânea, pelo uso do diálogo e pelo uso de estratégias interacionais, mas seu texto é fruto de um planejamento prévio tanto do tema quanto dos aspectos lingüísticos. "É um texto para ser lido, mas com objetivo de se fazer escutar,

o que inclui dentro dessa questão do *continuum* fala-escrita". (LINS, 2004)

Objetiva-se, portanto, realizar uma análise, com base no paradigma da gramaticalização, no âmbito da lingüística funcional contemporânea, das funções de AGORA em tiras de quadrinhos. A perspectiva teórica adotada parte do princípio de que a língua, a fim de atender às necessidades sócio-comunicativas de seus usuários, é dinâmica e se adapta a pressões internas e externas.

Entende-se *gramaticalização* como processo de mudança lingüística que consiste na passagem de um item lexical para um gramatical, associada à progressão na direção de uma maior vinculação sintática, na passagem de uma construção gramatical para uma forma ainda mais gramatical. Para orientar a análise, foi tomada como principal base teórica a noção sobre gramaticalização proposta por Heine *et al.* (1991), Hopper e Traugott (1993) e Martelotta *et al.* (1996). A análise, feita a partir de uma abordagem funcionalista, leva à constatação de que o elemento *agora* atua na construção do texto das tiras de Paiva, principalmente dentro de três configurações: com valor temporal, com valor juntivo e com valor discursivo.

Em seu valor dêitico temporal, veicula relação de proximidade temporal do fato evocado com a fala dos personagens, assinalando o tempo da enunciação, e tende a marcar uma abrangência temporal que inclui não só o traço de [+referência presente] como também traços de [+referência passada] ou de [+referência futura]. Nessa função, ocorre a permanência dos traços [+circunstanciação verbal] e [+mobilidade].

Em seu uso juntivo, há perdas de traços prototípicos, como [+circunstanciação verbal] e [+mobilidade], e o item *agora* apresenta função de [+conector de seqüencialização], estabelecendo relações de causa/conseqüência e de contrajunção.

Como marcador discursivo, parece atuar na organização do discurso e apresenta as seguintes variações: conector intratópico e redirecionador de tópico. Na função de conector intratópico, nas tiras analisadas, o item *agora*, além de contribuir para a organização do tópico discursivo, propicia ocorrência de um contexto ambíguo, que sugere uma relação de oposição no tempo, assinalando o princípio da Persistência, proposto por Hopper e Traugott (1993).

Quanto à influência do gênero do discurso, pode-se verificar que o maior número de ocorrência foi de AGORA exercendo função juntiva, o que parece evidenciar uma maior aproximação do texto das tiras da escrita mais planejada, haja vista, nessa função, a presença dos monólogos.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HUNNEMEYER, Friederke. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

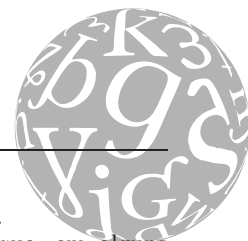
HOPPER, Paul & TRAUOGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LINS, Maria da Penha Pereira. *Organização típica do discurso de tiras diárias de quadrinhos*. Tese de Doutorado em Lingüística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Gramaticalização de agora*. Trabalho apresentado no 10º SILEL. Uberlândia, 2004.

MARTELOTTA, Mario Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué & CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PAIVA, Miguel. *Gatão de meia idade*. v. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

\_\_\_\_\_. *Gatão de meia idade*. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. RISSO, Mercedes Sanfelice. Agora... o que eu acho é o seguinte: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*. v. 3. Campinas: UNICAMP / FAPESP. 1993. p. 31-60.

### Variação na expressão do passado imperfeito no português falado: pretérito imperfeito do indicativo e passado progressivo

Raquel Meister Ko. *Freitag*

rkofreitag@uol.com.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

No português, o *pretérito imperfeito do indicativo* (IMP) é uma forma verbal caracterizada pelas diferentes funções de tempo, aspecto e modalidade que pode codificar, em diferentes contextos. Assumindo a proposta de classificação aspectual de Castilho (2003), testada e adaptada por Wachowicz (2003) para o progressivo, analiso os valores aspectuais de IMP no português, comparando-os com os expressos pela forma de passado progressivo (PPROG) – *estar + Vndo* –, tecendo consideração sobre a possibilidade de as duas formas funcionarem como variantes. Os dados que subsidiam a análise foram retirados da amostra de Florianópolis, do Banco de Dados VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil).

Relativamente ao aspecto, a morfologia de IMP é caracterizada por codificar a imperfevidade, que está relacionada à impossibilidade de se determinar os pontos inicial ou final da situação, com foco voltado ao desenvolvimento da situação, em contraponto à perfectividade, que enfatiza os pontos inicial ou final da situação.

(1) Eu lembro, durante o período que *estudava*, hoje no local onde é a Imprensa Oficial do Estado, não na Imprensa Oficial, mas onde tem doze salas de aula do Colégio, foram construídas na época do Governador Esperidião Amin, um prédio de dois pavimentos, ali nós *tínhamos* a nossa horta da Escola (SC FLP 21).

O uso de IMP, codificando aspecto imperfeito, ressalta a extensão da propriedade na estrutura temporal, como em (1). Embora IMP seja associado ao aspecto imperfeito, é possível observar outras nuances aspectuais (WACHOWICZ, 2003), dentro da imperfevidade, como nos casos destacados em (2)-(4).

(2) Era dez da noite, a mãe *fazia* a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou (SC FLP 23).

(3) Quando o Flamengo *perdia*, ele *quebrava* o rádio (SC FLP 19).

(4) O ônibus *quebrava* toda hora, toda hora (SC FLP 18).

A ênfase aspectual da situação destacada está no seu caráter durativo. Mas, em (2), a situação de ‘fazer a janta’ aconteceu em um momento específico, ‘dez da noite’, e uma única vez, e tem caráter *episódico*. Em (3), a situação de ‘quebrar o rádio’ ocorre, possivelmente mais de uma vez, em um momento específico, ‘quando o Flamengo perdia’, e tem caráter *iterativo*. E em (4), a situação de ‘quebrar o ônibus’ ocorre, com certeza, mais de uma vez, em um intervalo de

tempo indeterminado, e tem caráter *habitual*.

Travaglia (1981) e Matos (1996) apontam que, em alguns contextos, o IMP é aspectualmente ambíguo. Segundo Matos, uma frase como

(5) O Rui trabalhava muito.

pode remeter a uma interpretação *habitual* (O Zé sempre foi um preguiçoso. O Rui trabalhava muito) ou *episódica* (No ano passado, o Rui trabalhava muito). Travaglia (1981) também aponta a ambigüidade aspectual do IMP, pois a forma pode codificar situações episódicas ou habituais, muitas vezes tornando a frase ambígua aspectualmente. Para Travaglia (*op. cit.*),

(6) Ele falava às 10h.

tanto pode ter uma interpretação episódica, em (7), como habitual, em (8).

(7) Ele *estava falando* às 10h.

(8) Ele sempre *falava* às 10h.

Travaglia sugere que, em (8), a interpretação mais intuitiva para o falante é a habitual; caso o falante deseje marcar o caráter episódico da situação, tende a utilizar a forma de passado progressivo, a construção *estarIMP + Vndo* (PPROG), como em (7). Castilho (2003) dedica atenção especial às construções aspectuais de gerúndio, salientando que *estarIMP + Vndo* não pode ser comparado a uma espécie de “presente composto”, mas quando o verbo *estar* está no IMP, a correspondência é quase perfeita; (9) é parafraseável por (10).

(9) meu pai *estava morando* em Piracicaba.

(10) meu pai *morava* em Piracicaba.

A tendência de uso de PPROG para desfazer a ambigüidade do IMP é apontada por Epiphanyo Dias (1970, p. 186):

querendo-se designar explicitamente o que se estava passando no momento em que uma causa aconteceu, de modo que não haja confusão com a designação do que costumava acontecer, emprega-se a conjugação periphrastica – comporta com o verbo estar com o particípio em –ndo, ou com o infinitivo presente precedido de a: não lhe falei porque estava a jantar/estava jantando.

A intuição de Dias em identificar uma estratégia – o uso de PPROG – para diferenciar a leitura episódica da habitual não está em uma gramática normativa atual; trata-se da *Syntaxe histórica portuguesa*, fundamentada em textos de autores dos séculos XIII a XVII, o que sugere que a tendência de especialização de uso das formas de IMP e PPROG possa ter origens mais anteriores, e que, curiosamente, não é mencionada nas gramáticas normativas da língua portuguesa. Na fala, porém, essa tendência não parece ser seguida sistematicamente:

(11) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais *precisava* de um apoio, foi quando a minha mãe morreu (SC FLP 03).

(12) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *estava precisando* economizar pra começar nossa vida (SC FLP 01).

A frase (11) expressa uma situação episódica (*na época que eu mais precisei dele*) e, de acordo com Travaglia (1981) e Epiphanyo Dias (1970), seria esperado o uso de PPROG, como em (12). Já (13) refere-se a uma situação recorrente dentro de um período de tempo (iterativa), e seria esperado o uso da forma de IMP, e não PPROG.

(13) Voltei lá para o hospital e durante um, dois, três, no quarto dia, tá? a menina já tinha voltado, a barriga, ao



normal, já estava evacuando normalmente, e foi indo, foi indo, até que ela saiu do hospital (SC FLP 23).

Aparentemente, as formas IMP e PPROG podem codificar os mesmos valores aspectuais. Neste sentido, cabe questionar:

(i) Qual é a origem da ambigüidade aspectual entre IMP e PPROG?

(ii) As formas PPROG e IMP podem ser consideradas variantes?

(iii) Existe tendência à especialização das formas em determinados usos?

A forma de IMP tem sido utilizada para codificar diferentes valores modo-temporais, relacionados ao distanciamento e ao não-comprometimento do falante, conforme aponta Travaglia (1987). A forma de PPROG parece estar disputando com a forma de IMP na codificação dos valores relacionados ao plano temporal-aspectual. E esta tendência não é tão inovadora quanto aparenta, uma vez que aparece em textos do século XIII ao XVII. Em contextos de referência temporal passada e não afastamento da realidade, o pretérito imperfeito do indicativo e o progressivo passado (*estar + Vndo*) apresentam os mesmos valores aspectuais, o que indica a possibilidade destas formas funcionarem como variantes de uma mesma variável lingüística.

CASTILHO, A. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M.; RODRIGUES, A. (Orgs.). *Gramática do português falado: novos rumos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 83-121.

EPIPHANIO DIAS, A. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Ed., 1970.

MATOS, S. Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo. In: *Revista da Faculdade de Letras "Língua e Literaturas"*, n. 8, p. 435-473, 1996.

TRAVAGLIA, L. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1981.

\_\_\_\_\_. O discursivo no uso do pretérito imperfeito do indicativo no Português. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: v. 12, p. 61-98, 1987.

WACHOWICZ, T. *As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro*. 2003. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

quando atua como um item esvaziado semanticamente que opera sobre um elemento não-verbal, funcionando como um *operandum auxiliar*, um recurso léxico-gramatical, de verbalização de nomes.

Logo, a expressão de estados de coisas encontra na língua duas possibilidades de codificação: um predicador complexo resultante da integração de um verbo-suporte a um elemento não-verbal (*dar queixa, levar em consideração, ficar encantado, pôr freio, fazer menção, ter destaque*) ou um verbo predicador simples (*queixar-se, considerar, encantar-se, frear, mencionar, destacar-se*). Supõe-se que, em alguns casos, há relação de equivalência semântica entre essas possibilidades de codificação e que, em outros, essa relação ou inexistente ou, pelo menos, não se revela com a mesma intensidade.

Tencionam-se, então, delimitar os casos em que é pertinente considerar que predicadores complexos e predicadores simples cognatos aos *SNs* daqueles têm o “mesmo sentido básico” dos casos em que os predicadores complexos não possuem exatamente o mesmo sentido dos seus verbos predicadores cognatos. Com relação aos casos de equivalência semântica, pretende-se depreender os condicionamentos lingüísticos, discursivos e sociais que interferem na alternância entre perífrases com o verbo-suporte e verbos plenos cognatos. Com relação aos casos em que não há o mesmo grau de correspondência semântica, busca-se explicitar a natureza da diferença semântico-discursiva entre as duas formas. Com a pesquisa tem-se o intuito de oferecer contribuições para um tratamento didático-pedagógico do tema condizente com o papel das perífrases verbo-nominais na configuração de textos, que, em alguns “manuais de redação”, não têm sido devidamente exploradas.

Para o estudo dessas formas, conta-se com pressupostos da Teoria de Variação e Mudança (LABOV, 1994) e orientações da Teoria da Gramática Funcional (DIK, 1997) relativas à formação de predicadores complexos e à constituição de predicções. Analisam-se, qualitativa e quantitativamente, dados coletados em amostras do Português Brasileiro e Europeu, oral e escrito.

Destaca-se, neste estudo, a premissa de que o emprego de perífrases com verbo-suporte em lugar de verbos predicadores corresponde ao equilíbrio das necessidades sócio-comunicativas dos usuários da língua. Toda vez que construções equivalentes se encontram em alternância, há fatores de cunho lingüístico, estilístico e/ou social que interferem na escolha do falante, obtendo-se, com uma das opções, um efeito particular intencional. Assim, assume-se o pressuposto de que a escolha de uma dessas possibilidades de estruturação por parte do falante dependerá fundamentalmente de sua intenção comunicativa.

Com base em Neves (2000), o falante pode optar pelo emprego de perífrases com verbo-suporte quando desejar: (a) gerar efeitos pragmáticos não obtidos com os verbos predicadores correspondentes (ex. “*vamos ter uma conversinha de pai para filho*”); (b) tornar o predicado mais genérico (ex. “*vamos fazer compras*”); ou, exemplo (b), adequar lingüisticamente o enunciado ao contexto de enunciação. De acordo com Kato (1996), no paradigma de 3ª pessoa a supressão do pronome clítico é tão produtiva que os falantes tendem a se esquivar do clítico *se* dos reflexivos inerentes mediante o emprego de “verbos leves” / verbos-suporte (empregando, por ex., “*As pessoas ficaram assustadas / levaram um susto com a nova onda de violência*” por “*assustaram-se*”). Ao que parece, o emprego de perífrases com verbo-suporte revela-se muito mais um mecanismo com

## Formas predicantes simples ou complexas?

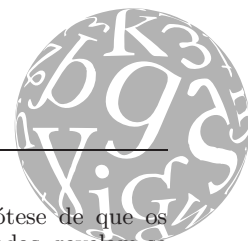
Marcia dos Santos Machado Vieira

marcia@letras.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Objetiva-se neste trabalho focalizar a alternância entre perífrases com verbo-suporte e verbos predicadores simples com sentido (relativamente) equivalente àquelas.

Entende-se que uma forma verbal pertence à categoria de verbo predicador quando atua como núcleo, lexical e autônomo, da predicção, determinando o número de argumento(s) envolvido(s) no estado de coisas expresso, atribuindo-lhe(s) papel temático e impondo-lhe(s), além de relações gramaticais, restrições semânticas. Diferentemente, uma forma verbal pertence à categoria de verbo-suporte



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que se pode contar para variar a sintaxe do texto e/ou obter efeitos semântico-comunicativos na própria configuração do discurso do que uma estratégia para evitar o pronome clítico. O emprego de perífrases verbo-nominais é fato em diferentes registros, modalidades de expressão e gêneros de texto. Não é à toa que já se encontra, em livro didático do Ensino Médio, referência à categoria de verbo-suporte. Por outro lado, há alguns manuais didáticos que insistem em propor atividades para substituição de perífrases verbo-nominais por verbos plenos correspondentes, ignorando os contextos e os fatores que levam o falante a optar por uma ou outra forma predicante. Logo, é importante que, no trabalho escolar com redação, não se ignore o tema da alternância entre construções com verbo-suporte e predicadores simples e não se reproduzam preconceitos quanto ao uso daquela variante estrutural.

DIK, Simon C. *Theory of Functional Grammar*. Editado por Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, 1997.

KATO, M. A. O Português Brasileiro Falado: Aquisição em Contexto de Mudança Lingüística. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (Orgs.). *Congresso Internacional sobre o Português: Actas*. Lisboa: 1996. p. 209-237.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Oxford, Cambridge: Blackwell, vol. 1, 1994.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

### A toponímia sul-mato-grossense: um estudo dos nomes de fazendas

Raimunda Madalena Araujo Maeda

rmmaeda@terra.com.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A atividade de linguagem e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade lingüística, são condições de possibilidade de plena participação social. Por ela os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. A Toponímia, disciplina que estuda os nomes de lugares, serve-se dessa circunstância de base para aí deitar suas raízes, uma vez que por meio do estudo dos topônimos pode-se conhecer não apenas a língua falada na região em estudo, como também aspectos da ideologia, da cultura, dos valores, das crenças de uma comunidade em uma dada época e, assim, buscar uma melhor compreensão do homem que nela vive, bem como o seu modo de ver e de representar a realidade que o cerca. Assim, este trabalho tem como objeto de estudo o levantamento, a classificação taxonômica e a análise dos topônimos, objetivando a motivação toponímica, ou seja, os motivos predominantes na denominação das propriedades rurais localizadas no Pantanal Sul-mato-grossense – portanto, uma microtoponímia que apresenta particularidades bastante distintas, em razão das especificidades dos aspectos antro-po-culturais, econômicos, históricos, geográficos, o processo de ocupação, estrutura fundiária; enfim, o modo de ser e de encarar o mundo segundo a óptica

do homem pantaneiro. Partindo-se da hipótese de que os locativos, incluindo-se aqui os nomes de fazendas, revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois permitem a identificação de fatos lingüísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e a própria trajetória do homem na formação do grupo, chegando-se às causas ou motivos da denominação, adotou-se como base teórica dados da Lingüística Geral, na perspectiva de SAUSSURE (1970), FREGE (1978) e BENVENISTE (1991), associando-o ao signo toponímico segundo os fundamentos de DICK (1990) e de obras que focalizam aspectos geográficos e histórico-culturais do Pantanal, além de outras constantes da bibliografia. O método utilizado para o levantamento do *corpus* relativo à pesquisa foi o da consulta documental realizada junto ao Banco de dados da Embrapa Pantanal/CPAP e no Mapa “Fazendas do Pantanal”, elaborado pelo Laboratório de Geoprocessamento dessa instituição de pesquisa, na escala de 1:750000. A metodologia de análise dos topônimos levantados pela pesquisa seguirá os critérios utilizados por Dick (1996, p. 2392), no qual considera dois aspectos: o taxionômico, que envolve as vinte e sete classificações, e o lingüístico, que envolve os campos etnodialetológico e o histórico-cultural. Inicialmente, far-se-á a apresentação da classificação taxionômica dos dados e, posteriormente, a partir dessa classificação, a análise da questão etno-dialetológica, que se refere às influências dos estratos lingüísticos falados no Pantanal Sul-mato-grossense: o indígena, o africano e o português. A análise, a discussão e a comparação dos topônimos de natureza humana (os nomes de fazenda) serão efetuadas seguindo-se a ordem das categorias de maior frequência para as de menor frequência, partindo-se da análise da macrotoponímia da região, constituída pelos oito topônimos que denominam as sub-regiões em estudo, para a microtoponímia, que são os acidentes humanos levantados pela pesquisa. As taxionomias mais ocorrentes no Pantanal de Mato Grosso do Sul, por ordem de maior para menor ocorrência são: os *hierotopônimos*, com oitenta e cinco topônimos; os *fitotopônimos*, com trinta e seis topônimos; os *animotopônimos* com trinta topônimos; os *hidrotopônimos*, com vinte e seis topônimos; os *corotopônimos*, com vinte e um topônimos; os *zootopônimos*, com quinze topônimos; os *antrotopônimos*, com dez topônimos; os *ergotopônimos* e os *geomorfotopônimos*, com nove topônimos; os *cronotopônimos*, com oito topônimos; os *ecotopônimos*, com sete topônimos; os *etnotopônimos* e *numerotopônimos*, com cinco topônimos; os *sociotopônimos*, com quatro topônimos; os *astrotopônimos* e *litotopônimos*, com três topônimos; os *axiotopônimos* e *historiotopônimos*, com dois topônimos e os *somatopônimos*, *cardinotopônimos*, e *poliotopônimos*, com um topônimo. Os *cromotopônimos*, *dimensiotopônimos*, *meteorotopônimos*, *morfotopônimos*, *dirrematopônimos* e *hodotopônimos* não foram encontrados dentre os topônimos coletados. Registram-se, ainda, dez topônimos na categoria *sem classificação*. Os resultados preliminares da análise dos dados, no conjunto dos topônimos examinados, revelam a predominância dos topônimos de natureza antro-po-cultural e, dentre esses, os hierotopônimos, que demonstraram ser uma tendência bastante disseminada entre a população, fato esse devido, talvez, às crenças e à religiosidade da população, que busca nessas entidades forças e proteção necessárias para vencer os obstáculos advindos do tipo de vida próprio do ambiente pantaneiro. Os topônimos de natureza física também se fazem representar, sobretudo os fitotopônimos, que fornecem uma amostra da diversidade da flora local; além



dos hidrotopônimos, que valorizam a presença da água como uma das riquezas do ambiente pantaneiro. Merece registro, ainda, os topônimos de origem Tupi, sendo que muitos deles já se revestem de opacidade, razão por que foi necessária a consulta a diferentes obras lexicográficas, na tentativa de reconstrução do significado dessas lexias, a fim de se abstrair uma possível motivação para o surgimento desses nomes que, no estágio atual da língua, convencionaram-se como nomes próprios designativos de propriedades rurais.

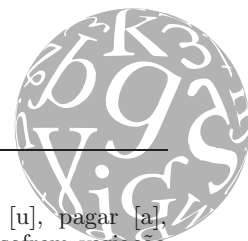
## Fatos e boatos sobre o gerundismo

*Patrícia Tavares de Almeida Santos*

patriciatavaress@hotmail.com  
Universidade de Brasília

O português do Brasil faz uso de diversas formas para a expressão do futuro. Além do futuro do presente, marcado morfológicamente [“Se houver preço acima do mercado, VIREI aqui e DENUNCIAREI”]; do futuro perifrástico, formado por ‘ir + infinitivo’ [“Só VOU FISCALIZAR se ele VAI COMPRAR o melhor equipamento e se os preços serão justos”] e do presente usado como futuro [“Assim que estiver pronto, eu ENTREGO”], há uma forma aparentemente nova e que tem sido alvo de constantes ataques na mídia. Trata-se do fenômeno que ficou conhecido como “gerundismo”, que consiste numa perífrase verbal formada por ‘ir + estar + gerúndio’ [“Eu VOU ESTAR me POLICIANDO mais”]. O ‘aparentemente nova’ deve-se ao fato de que em 1959, na 4ª edição da *Syntaxe Histórica*, Epiphanyo Dias já falava do futuro imperfeito usando o seguinte exemplo: “Amanhã a estas horas estarei a jantar ou estarei jantando”. De acordo com Menon (2004), em um trabalho que investigou as ocorrências do gerúndio do século XV ao século XXI, a questão do gerundismo pode se resumir ao fato de que o futuro simples [“Se houver preço acima do mercado, VIREI aqui e DENUNCIAREI”] está desaparecendo do português brasileiro, enquanto o futuro perifrástico [“Só VOU FISCALIZAR se ele VAI COMPRAR o melhor equipamento e se os preços serão justos”] tem se tornado a forma preferencial na expressão do futuro. Desse modo, em um exemplo como “Amanhã a estas horas estarei jantando”, quando ‘estarei’ se desdobra em ‘vou estar’ é que se constitui o gerundismo, embora o gerúndio permaneça exatamente o mesmo, já que a real mudança se dá com o verbo auxiliar. Pelo fato de que uma forma como ‘estarei’ abriga ‘vou estar’, estamos considerando nessa análise que ‘estarei jantando’ tem o mesmo valor que ‘vamos estar jantando’. Observamos que o traço [+durativo], que, segundo Costa (2002), diz respeito à constituição temporal interna de um evento, ou seja, o tempo que o evento ‘gasta’ para ocorrer, de alguns verbos é totalmente compatível com a imperfectividade (a cursividade, o decorrer) expressa pelo gerúndio. Assim, não há incompatibilidade entre as perífrases gerundismo formadas por verbos que semanticamente já indicam duração. Entretanto, parece haver de fato uma ‘novidade’ em relação ao gerundismo. Tal novidade diz respeito à tipologia aspectual do verbo constituinte dessa perífrase. Verbos de processo

culminado, que, segundo Mateus (2003), são verbos cujo argumento interno exprime o resultado ou a entidade criada ou afetada pelo processo [“João comprou o quadro”], e verbos de culminação [“A revista saiu ontem da tipografia”], que são “predicados unários de movimento (...) em que o argumento seleccionado para sujeito é, geralmente, tema”, têm constituído as perífrases gerundismo. Mas há uma diferença importante a considerar, que é um ponto crucial na nossa análise. Há dois tipos de gerundismo. Um deles concorre com as outras formas de futuro. O outro também indica futuro, mas, aspectualmente, indica uma outra possibilidade para o evento. Em “Hoje à noite, a gente vai tá subindo no palco de Brasília”, o gerundismo está concorrendo com as outras formas de futuro, já que, semanticamente, essas formas diferentes referem uma mesma idéia [cf. ‘Hoje à noite, a gente vai tá subindo no palco de Brasília’ X ‘Hoje à noite a gente sobe no palco de Brasília’ X ‘Hoje à noite a gente vai subir no palco de Brasília’ X ‘Hoje à noite a gente subirá no palco de Brasília’]. Mas confrontando “Esse ano eu vou tá viajando” com ‘Esse ano eu vou viajar’, temos idéias diferentes. Neste último exemplo, trata-se de formas diferentes para idéias também diferentes. Mencionamos aqui que Sírio Possenti, considerando o aspecto, também fala em dois tipos de gerundismo: um normal (com verbos portadores do traço [+durativo]) e outro não normal (com verbos não portadores do traço [+durativo]). Embora sua intenção fosse defender o gerundismo tentando explicar o que ele é, Possenti lhe atribuiu a menor nota (considerando as outras formas de expressão de futuro) na escala de certeza num compromisso firmado. Segundo ele, se alguém diz que ‘vai estar entregando’, é porque nunca vai entregar. Refutamos essa análise porque entendemos que o gerundismo é uma forma alternativa, mas não menos séria, de indicar futuro. A rejeição em relação a ela deve-se ao fato de que podemos estar diante de uma mudança no momento em que ela está acontecendo e que, portanto, ainda não está codificada nas gramáticas. Em resumo, não só o futuro simples está dividindo seu espaço com os ‘futuros perifrásticos’, como há dois tipos de gerundismo: um que concorre com as outras formas de expressão do futuro (formas diferentes para a mesma idéia) e outro que tem a mesma forma do gerundismo que concorre com as outras formas de expressão do futuro, mas que indica evento diferente. Nos casos em que o gerundismo concorre com outras formas de expressão de futuro, percebe-se a leitura perfectiva do evento, segundo a qual o fato é “enunciado como global (...) sem se marcar de alguma forma a sua temporalidade interna” (COSTA, 2002). Porém, quando o gerundismo indica uma possibilidade diferente, imperfectiva, o que se destaca é a cursividade do evento, o seu decorrer (duração e imperfectivização), e não seus limites (Cf. “Você vai tá dando seqüencialidade na sua vida”). Verbos de processo culminado e verbos de culminação podem estar favorecendo a leitura perfectiva das perífrases gerundismo. Para essas análises temos colhido dados das mais variadas fontes, sejam eles escritos ou orais, formais ou informais. Temos usado principalmente programas de rádio nacionais, os discursos disponíveis no site do Senado Federal e os boletins informativos da Universidade de Brasília. Este estudo tem o objetivo de verificar a expressão do gerundismo no quadro total da expressão do futuro no português do Brasil e verificar, também, se o futuro do presente está de fato perdendo espaço para os futuros perifrásticos, e, no caso de essa hipótese se confirmar, precisamos saber se essa substituição se dá apenas quantitativamente ou também em função, já que o futuro simples é favorecido por situações



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

formais, ao passo que nossos dados de gerundismo são favorecidos por situações informais. Analisamos 396 dados com a seguinte distribuição: 5% de gerundismo [“Eu VOU ESTAR me POLICIANDO mais”]; 41% de outro futuro perifrástico [“Só VOU FISCALIZAR se ele VAI COMPRAR o melhor equipamento e se os preços serão justos”]; 48% de futuro simples [“Se houver preço acima do mercado, VIREI aqui e DENUNCIAREI”] e 5% de presente usado como futuro [“Assim que estiver pronto, eu ENTREGO”]. Tendo em vista que estamos submetendo os dados a uma análise quantitativa, com o uso do programa Varbrul na sua versão 2005 para ambiente Windows, estamos controlando a formalidade da situação em que o dado é colhido; se ele é oral ou escrito; se há presença de um adverbial de tempo e em que posição em relação à perífrase; em que tipo de oração (principal, subordinada ou interrogativa) ele ocorre; a tipologia aspectual do predicado e a origem do dado.

COSTA, S. B. B. *O Aspecto em Português*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS, A. E. da S. *Syntaxe Historica Portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1959.

GUY, G. R. Varbrul: análise avançada. In: NEUSA, Matte (Org.). *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre: UFRS/Instituto de Letras, 1998. p. 27-49.

POSSENTI, S. Defendendo o gerúndio. *Discutindo Língua Portuguesa*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 8-11.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MENON, O. P. da S. *Gerundismo?* (ILAPEC). Vol. Esp. s/ Variação e Mudança Lingüística. Macapá, jul.-dez/2004.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.

### Investigação sobre o comportamento das vogais pretônicas médias nas variedades brasileira e portuguesa

Sergio Drummond Madureira Carvalho

sdmc@uol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O estudo sobre a flutuação das pretônicas é produtivo em português, já com indícios no século XVI, quando Fernão de Oliveira investigava, embora seguindo uma linha de estudo fora dos moldes da lingüística contemporânea, fenômenos como a flutuação entre médias e altas

Daí em diante, estudos vêm sendo produzidos e destacam-se autores que se ocuparam do fenômeno, como Révah (1958), Silva Neto (1986), Câmara Jr. (1977), Bisol (1981, 1989), Moraes et al. (1996), Callou et al (1991), Teyssier (1997), Schwindt (2002), Oliveira (2006), dentre outros.

O quadro das pretônicas em PB (português do Brasil) difere do quadro apresentado em PE (Português europeu), que tende à redução. Alguns exemplos de produções típicas de PE, com base em Mateus et al. (2003, p.991), como mirar [i], morar [u], pagar [e], pegar [ê], têm diferenças visíveis quando confrontados com os de PB, em que poderia haver

normalmente: mirar [i], morar [o], murar [u], pagar [a], pegar [e]. Porém, essas realizações vocálicas sofrem variação tanto em PE quanto em PB. Com relação às médias, tal quadro pode variar, ora tendendo à manutenção das médias, ora ao alteamento; podendo, inclusive, ocorrer apagamento dos segmentos em questão.

Sobre esse tipo de variação, observam-se, em trabalhos sobre o tema, condicionamentos diferenciados para esse tipo de variação: em PE, evidencia-se maior influência de condicionamentos morfológicos/difusão lexical e em PB, influência mais nítida do processo de harmonização vocálica. Tem-se como hipótese principal que o quadro de vogais pretônicas se modifica no decorrer do tempo e no uso de diferentes gerações de falantes e evolui de maneira diferenciada entre as variedades brasileira e européia: a primeira tende à manutenção das médias e a segunda, à redução do quadro das médias.

Portanto, acredita-se que: a) na linha do tempo pode estar havendo evolução diferenciada do processo por variedade do português; b) os mais jovens no Brasil tendem a alrear menos do que os mais velhos, ou seja, pode estar havendo uma redução e/ou manutenção da baixa produtividade do fenômeno no Brasil e que o inverso esteja ocorrendo em Portugal; c) fatores lingüísticos atuam para a aplicação da regra, sendo que o comportamento das vogais ocorre de forma heterogênea, ou seja, os fatores que influenciam a vogal média anterior podem não ser os mesmos que atuam para a média posterior.

Tem-se como objetivo realizar um estudo, com base na Sociolingüística Variacionista Laboviana, sobre o uso das vogais pretônicas médias em PB (na fala da cidade e estado do Rio de Janeiro) e em PE (na fala de Lisboa), observando as décadas de 70 e 90 do século XX, resultando em uma investigação em tempo aparente e em tempo real.

O distanciamento entre PB e PE é um fato lingüístico natural e previsível, pois tanto o fator geográfico quanto características sócio-históricas particulares (com relação ao quadro de vogais, por exemplo, PB mantém-se mais próximo do português clássico) colocariam a língua em contextos de variação. A questão que se levanta atualmente é se, nos estágios atuais das duas variedades do português, há apenas variação lingüística natural ou há instauração de processos de mudança que atuam diferentemente em cada uma delas. Pretende-se observar como as diferenças detectadas no quadro das pretônicas médias das duas variedades da língua tendem a se encaixar nesse campo de discussão.

Silva Neto (1986), um dos defensores da tese da “unidade dentro da diversidade”, classifica a diferenciação entre PB e PE como *deriva*, interpretando-a de maneira *natural*. Já Kato (2005) defende a existência de mudanças lingüísticas estruturais ao trabalhar com o conceito de *Língua-I*. Aponta para o fato de que a criança brasileira recebe uma Língua-I em seu processo de aquisição diferenciada da que aprende na escola brasileira, ou seja, segundo a autora, a marcação dos parâmetros para a língua oral em PB está se dando de maneira diferenciada do que ocorre no português escrito, o qual segue, na modalidade culta, regras mais ligadas à PE.

Para a análise dos dados, as amostras de fala serão retiradas do site do projeto Análise Contrastiva de Variedades do Português (VARPORT<sup>1</sup>) e correspondem a 36 gravações de entrevistas do tipo DID, com duração média de 5 minutos cada (conteúdo em torno de 700 palavras), referentes a falantes do sexo masculino, distribuídos por três faixas etárias (1 – de 18 a 35 anos, 2 – de 36 a 55 anos e 3 – de 56 em diante), em 2 períodos diferentes: décadas de 70



e 90 do século XX, estratificados também em 2 níveis de escolaridade: culto (nível de 3<sup>o</sup> grau) e popular (analfabetos ou relacionados aos primeiros níveis da educação básica). Dos 36 falantes, 18 são brasileiros e 18 portugueses.

A análise será realizada com o auxílio do pacote de programas VARBRUL, controlando-se 8 variáveis independentes: 4 de natureza lingüística e 4 de natureza extralingüística.

Com a pesquisa procura-se aferir: a) a produtividade do processo de alteamento das vogais médias pretônicas nas regiões analisadas; b) os fatores lingüísticos e extralingüísticos que influenciam para a ocorrência do fenômeno; c) a correlação entre os resultados das análises em tempo aparente e em tempo real; d) o *status* da diferenciação entre PB e PE no tocante ao uso das vogais médias pretônicas, observando se tende a se configurar como simples variação causada por fatores geográficos e sócio-históricos particulares ou se aponta para mudança estrutural em uma das variedades.

Ressalta-se que o estudo é realizado com base em um *corpus* limitado, que focaliza regiões específicas do Brasil e de Portugal. Logo, suas conclusões referem-se a tendências regionais, que podem ser avaliadas de forma global em estudos posteriores mais abrangentes.

<sup>1</sup> <http://www.lettras.ufrj.br/varport/index.htm>

CÂMARA, J. Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

KATO, Mary A. (2005) A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: Marques, M. A. et al. (Org.). *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM, 2005.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. Aspectos fonológicos e prosódicos da gramática do português. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003.

MORAES, J.; CALLOU, D. I.; LEITE, Y. O sistema vocálico do português do Brasil: caracterização acústica. In: KATO, Mary (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996. v. 5.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975. [introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu].

OLIVEIRA, Sandra M. *As vogais médias pretônicas em situação de contato dialetal*. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RÉVAH, I. S. L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI<sup>e</sup> siècle à nos jours. Tradução de Márcio Ferreira da Silva/Faculdade de Letras da UFRJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1., 1958, Rio de Janeiro. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. edição. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SCHWINDT. A regra variável de harmonização vocálica no RS. In: BISOL; BRESCANCINI (Org.). *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

## Breve análise do processo de ditongação na fala soteropolitana

Lucinda Conceição da Hora

lucihora@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Seguindo a definição das gramáticas tradicionais, *ditongo* é o nome dado ao encontro, em uma mesma sílaba, de uma vogal e uma semivogal ou vice-versa. Quando as vogais /i/ e /u/ não funcionam como centro da sílaba, elas são chamadas de *segmentos assilábicos*, unindo-se, portanto, a um segmento silábico, a vogal, para formar a sílaba. Esses segmentos assilábicos podem ser denominados de *semivogais* ou *glides*. A definição encontrada nas gramáticas tradicionais só satisfaz as convenções ortográficas, pois, na fala, a semivogal geralmente é suprimida. O que desaparece na fala ainda é registrado na escrita e o que aparece na fala leva longos períodos para que seja aceitável na escrita. Este é o caso da inserção do glide em determinados contextos. Esta realidade é percebida quando falamos 'cacha' e escrevemos 'caixa'; falamos 'carangueijo' e escrevemos 'caranguejo'. O processo de inserção de um glide já foi tema de análise de inúmeros trabalhos, porém cabe salientar que, em sua grande maioria, os trabalhos tratam desse processo considerando apenas os contextos em que o glide surge diante do arquifonema construtivo. Procurou-se, neste trabalho, avaliar quantitativa e qualitativamente o aparecimento do glide em sílabas que não estão inseridas nesse contexto específico; ou seja, analisar-se-ão as sílabas não travadas, pelo menos por esse tipo de segmento. Para esta análise foram utilizados 16 (dezesseis) inquiridos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB) e os informantes estão distribuídos de acordo com os critérios seguidos por este projeto, a saber: faixa etária (I – 18 a 30 anos; II – 45 a 60 anos); sexo e escolaridade (nível fundamental e superior). Foram entrevistados, na sua totalidade, duas mulheres e dois homens situados na faixa I (18 a 30 anos) e duas mulheres e dois homens da faixa II (40 a 65 anos) com nível fundamental; duas mulheres e dois homens situados na faixa I e duas mulheres e dois homens da faixa II com nível superior. Para as entrevistas foram utilizados os questionários ALiB 2001, organizados pelos membros do Comitê Nacional do projeto. Para a análise deste fenômeno foram selecionadas ocorrências dos questionários Fonético-fonológico (QFF), Semântico-lexical (QSL), Morfossintático (QMS) e Temas para discurso semidirigido. Baseando-se, principalmente, nos resultados de pesquisas anteriores sobre a variação na fala soteropolitana, foram definidos os seguintes grupos de fatores lingüísticos: tipo de vogal, contexto fonológico precedente, contexto fonológico seguinte, tonicidade da sílaba em que se encontra a variável, posição da sílaba em que se encontra a variável, classe gramatical. No caso das variáveis sociais, a escolha foi baseada nas características do *corpus* utilizado, o do Projeto ALiB. Como já mencionado anteriormente, o Projeto ALiB distribui seus informantes em relação à localidade, faixa etária, sexo e grau de escolaridade. Como será analisada apenas a fala de uma localidade – a cidade de Salvador –, o grupo localidade não será contemplado nesta pesquisa. Após a coleta dos dados, todos foram codificados seguindo a chave anteriormente apresentada e as ocorrências foram submetidas à análise quantitativa do pacote de programas VARBRUL. Entre as variáveis lingüísticas, a posição da sílaba em questão



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

foi considerada a mais significativa pelo programa, tendo em vista que a ditongação é quase categórica no contexto inicial de vocábulo, quando a vogal não está precedida por uma consoante ([ e'tra]; porém, não há tal regularidade quando, no contexto inicial de vocábulo, a vogal média anterior está precedida de consoante [m enɐ'pawzɐ]. A qualidade da vogal é um dos fatores que podem influenciar diretamente na questão da ditongação (exemplo: [ko'rowɐ] ~ [ko'rowɐ], [bõbɐ] ~ [ ' o wbɐ]. Outro fator selecionado pelo programa é a natureza da consoante que sucede o segmento em questão. Nesta breve análise, com o *corpus* reduzido, as variáveis sociais não se mostraram fatores com um grande grau de influência no aparecimento do glide vocálico. Observou-se que a posição de sílaba, a nasalidade da vogal e a consoante inicial da sílaba seguinte são os fatores que mais favorecem o aparecimento do glide palatal.

BISOL, Leda (Org.). *Introdução a estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. Aspectos da Fonologia Atual. *D.E.L.T.A.*, v. 8, n. 2, 1992, p. 263 – 283.

\_\_\_\_\_. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, v. 5, n. 2, 1989, p. 185-168.

\_\_\_\_\_. Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.*, v. 10, n. especial, p. 123-140, 1994

BRESCANCINI, C. R. A análise da regra variável e o programa VARBRUL. In: BISOL, L.; BRESCACINI, C. R. (Org.). *Fonologia e variação: recortes do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 13-76.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João. Processos de mudança no Português do Brasil: variáveis sociais. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, I. (Org.). *Razões e Emoção* (miscelânea de Estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. v. 1, p. 87-114.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João. Processos em curso no Português do Brasil: a ditongação. In: HORA, Demerval da; COLLISHCHOM, Gisele (Org.). *Teoria Lingüística: fonologia e outros temas*. Paraíba: UFPB, 2003. p. 232-250.

CAMPOY, Juan Manuel Hernández; ALMEIDA, Manuel. *Metodología de la investigación sociolingüística*. Málaga: Comares, 2005.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. v. 1 – Internal Factors. Cambridge: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change*. v. 2 – Social Factors. Massachusetts/Oxford: Blackwell, 2001.

\_\_\_\_\_. *Modelos sociolingüísticos*. Tradução de José Miguel Marinas Herrera. Madrid: Cátedra, 1983.

mais características da Língua Portuguesa.

Acreditamos que há elementos de Língua Africana nos dialetos dessas comunidades, deixados no desenho da Língua Brasileira, e, como partimos do pressuposto de que ao se conhecer a língua de um povo, também se conhece a identidade desse povo e de que somente através de dados concretos de situações reais de fala é que se pode tratar cientificamente a língua e sua relação com a sociedade, determinamos o modelo teórico-metodológico da Teoria da Variação Laboviana, que entende a língua como um sistema de regras variáveis, em que a atualização dessas regras dependerá das circunstâncias lingüísticas e não-lingüísticas em que o falante de uma comunidade estiver inserido.

LABOV defende que a variação é inerente ao sistema lingüístico e é passível de sistematização; quer dizer, a coexistência de formas numa dada língua é motivada e permite, inclusive, detectar processos de mudanças. Em vista disso, os dados de fala fornecidos pelos usuários de uma determinada língua passam a ser considerados como de fundamental importância para o conhecimento dessa língua.

Para isso, este estudo será composto por uma amostra controlada de quarenta e oito informantes naturais de cada comunidade, que tenham sempre vivido nessas comunidades. De um total de 88 comunidades quilombolas mineiras já identificadas e mais algumas em processo de identificação, pretendemos investigar os aspectos históricos, sociais, culturais e lingüísticos apenas das comunidades rurais quilombolas situadas no Norte de Minas, a saber: Boa Vistinha (02 comunidades); Brejo do Amparo; Brejo dos Crioulos (02 comunidades); Buriti das Mulatas; Buriti do Meio (02 comunidades); Buriti das Neves; Catulé; Cercado; Furado Modesto (02 comunidades); Gorutubanos (06 comunidades); Ilha da Ingazeira (02 comunidades); Ilha da Capivara; Maravilha; Matrona; Monte Alto; Puris; Serra das Araras; Sentinelas; Terra Dura e Vale do Peruaçu, com o objetivo de descrever relações entre as variáveis externas selecionadas e suas atualizações lingüísticas.

Os informantes dessas comunidades cederão as entrevistas previamente e esse acordo se dará através de consentimento formal. Os dados serão coletados através de gravação de entrevistas, algumas informais, sem qualquer limitação de tema ou assunto, outras serão direcionadas para temas sobre festas religiosas, costumes e antepassados, pois acreditamos revelarem pontos sobre a história local; entrevistas orais, tendo como base questionários estruturados, devido à necessidade de registrar aspectos fonético-fonológicos, morfo-sintáticos, lexicais e semânticos. Para conhecer a história (origem, desenvolvimento - ainda não registrados) e coletar arcaísmos das comunidades em estudo, entrevistaremos um grande número de pessoas idosas e, se possível, verificaremos documentos antigos, como certidões de nascimento, batismo e óbito e registros de propriedades. Nenhuma informação que cause constrangimento ou prejuízo a qualquer pessoa será divulgada por esta pesquisa, mesmo porque este não é seu intuito; almejamos, sim, analisar a fala espontânea dos falantes dessas comunidades quilombolas. Após a coleta de dados, será feita a transcrição dos dados da oralidade com base nas normas do Projeto NURC/SP e, por último, analisaremos quantitativamente tais dados.

Essa análise quantitativa seguirá o modelo teórico-metodológico proposto por LABOV (1972), que permitirá uma fotografia da fala das comunidades em estudo.

Por fim, os dados serão selecionados, catalogados e organizados, levando-se em consideração critérios específicos, para formação do banco de dados.

### A língua portuguesa nas comunidades quilombolas norte-mineiras

Liliane Pereira Barbosa

lilianepb@hotmail.com

Universidade Estadual de Montes Claros

Maria do Socorro Vieira Coelho

O Projeto Origem e Desenvolvimento da Língua Portuguesa nas Comunidades Quilombolas do Norte de Minas<sup>1</sup> (afro-descendentes), precisa ter seus dialetos conhecidos, compreendidos e interpretados para que, assim, desvende-se





A partir de então, investigações específicas serão desenvolvidas de acordo com os fenômenos lingüísticos observados nos dados e cada uma se sustentará pela abordagem sociolingüística.

Tais descrições e análises evidenciarão: a) a origem e o desenvolvimento da Língua Portuguesa nas comunidades quilombolas do Norte de Minas Gerais; b) os arcaísmos de natureza fonético-fonológica, morfossintática, semântica e lexical da língua nessas comunidades, para que possamos verificar se há percursos distintos tomados pela Língua Portuguesa; c) traços gramaticais, em sua língua falada, oriundos de influência africana; d) os níveis gramaticais (fonéticos, fonológicos, morfossintáticos, semânticos) e lexicais da língua efetivamente falada pelos habitantes dessas comunidades; e) o mapeamento lingüístico – dialectológico – das comunidades selecionadas.

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa desenvolvido pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

COELHO, Maria do Socorro V. *Uma abordagem variacionista do uso da forma você no norte de Minas*. 1999. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

HORA, Demerval da. *Teoria da Variação: uma retrospectiva lingüística*. In: HORA, D. (org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

NETA, Ana Alves. *O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1986.

VEADO, Rosa M. Assis. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. 1980. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empirical foundation for a theory of language change*. Austin: University of Texas Press, 1968. p.97-195.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

ZÁGARI, M. R. et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, UFJ, 1997.

## Inacusatividade, ordem e concordância verbal

Maria Marta Pereira Scherre  
mscherre@terra.com.br  
Universidade de Brasília

Caroline Rodrigues Cardoso  
Anthony Julius Naro

Em uma análise comparativa de duas amostras, Scherre, Naro e Cardoso (2005) demonstraram que o tipo de verbo – inacusativo, inergativo e transitivo – não tem efeito sobre a concordância verbal, embora haja verbos do tipo *chegar*,

*aparecer*, *acontecer* - inacusativos prototípicos nos termos de Ciríaco e Cançado (2004) - que podem exibir de forma natural argumento na posição à direita, como se exemplifica em [1a/1b/1c] e [2a/2b/2c], com concordância variável:

[1a] *Olha, até aqui chegaram os duzentos pneus.*

[1b] *Daí a pouco chegou as três gerações.*

[1c] *E nisso me chega três rapazes.*

[2a] *Apareceram trinta velhinhos.*

[2b] *Aparece umas verbinha de professor.*

[2c] *Acontece determinadas coisas tipo essa.*

A análise levada a cabo por Scherre, Naro e Cardoso (2005) reforça que a *posição* e a *animacidade do SN* é que influenciam probabilisticamente a presença ou não de concordância plural, ao lado de outras variáveis igualmente relevantes, como *saliência fônica*, *paralelismo discursivo* e *paralelismo oracional*. Concluem esses autores que características intrínsecas do verbo que influenciam a concordância plural dizem respeito apenas à *saliência fônica* da oposição singular/plural.

Assim, a sintaxe que envolve a concordância verbal no português brasileiro não é influenciada pela inacusatividade do verbo, especialmente nos termos explicitados em Mioto, Figueiredo Silva & Lopes (2004, p. 119-164), a saber, como uma classe ampla e natural de verbos que não selecionam argumento externo.

O objetivo deste trabalho, à semelhança do trabalho de Coelho (2000) e Duarte e Silva (2004), é evidenciar que os verbos inacusativos não formam uma classe homogênea nem com relação à ordem, nem com relação à concordância verbal.

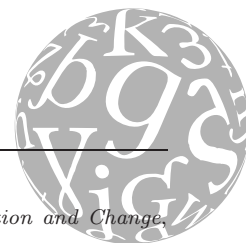
Uma análise detalhada do tipo de verbo com base em 1255 dados de 16 falantes do Rio de Janeiro e em 500 dados de uma só falante nascida no Maranhão e residente em Brasília, à luz da Sociolingüística Variacionista, revela, entre outros aspectos, que:

1) os verbos inacusativos prototípicos (a) *chegar*, *acabar*, *aparecer*, *começar*, *acontecer*, *passar* na aceção temporal, por um lado, e (b) *subir* e *cair* (no sentido de movimento inerente), *entrar* e *sair*; *nascer* e *morrer*, por outro lado, revelam comportamento diferenciado com respeito à ordem VS/SV e, conseqüentemente, com respeito à concordância verbal. Enquanto os verbos do grupo (a) tendem a apresentar SN à sua direita e à sua esquerda e, relativamente, exibem desfavorecimento da concordância verbal, os do grupo (b) tendem a apresentar SN à sua esquerda e, então, exibem favorecimento da concordância verbal;

2) as construções impessoais predicativas (*são poucas pessoas*; *são doze horas de folga*; *são informações sigilosas*; *num é cem quilos*; *é risos*; *é três reais*) apresentam concordância variável (54% com verbo na forma plural; 46% com verbo na forma singular) e os efeitos por ora mais nítidos neste conjunto de dados, evidenciados por meio de tabulações cruzadas, são o da *saliência fônica* e o do *paralelismo discursivo*, nos termos, respectivamente, de Naro (1981) e de Scherre & Naro (1991);

3) as construções copulativas e as com locuções modais – também inacusativas nos termos de Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2004) – não têm efeito diferenciado das construções transitivas diretas, transitivas indiretas e das inergativas sobre a concordância verbal.

É fato que, nos dados com SN sujeito plural, a ordem VS é baixa. É fato também que a ordem VS é praticamente inexistente com construções transitivas: os dois únicos dados de ordem VS com verbos transitivos são casos de transitividade indireta, a saber: *eu consegui também voltar*



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

*meus olhos pro lado de como pensam os orientais na questão da religiosidade; então bateu na porta da minha casa dois mormanzim.* É possível, porém, a ordem VS com outros verbos, entre os quais se destacam os copulativos - também classificados como inacusativos no sentido mais amplo do termo (*são todos os dois casados; onde eram centrados os pedidos; é caro, né? as revistas; mas eram lindos os filmes*) - e os verbos ir/vir - não uniformemente classificados de inacusativos pela literatura pertinente (*vieram só os dois; foram embora os três; que não vão cem velhos*), em que também se observa de forma clara o efeito da saliência fônica sobre a concordância verbal.

Os fatos obtidos com a presente análise, além de permitirem rediscutir a inexistência do efeito do tipo de verbo sobre a concordância verbal numa perspectiva sintática, apontam para a necessidade de verificar se nuances semânticas dos argumentos ou dos sintagmas desencadeadores de concordância variável têm algum papel no favorecimento ou desfavorecimento da concordância verbo/sujeito, analisadas binariamente nas pesquisas existentes pelos traços [+ ou - humano] da variável animacidade. Pesquisas futuras devem se voltar para uma codificação mais detalhada desse aspecto, observando a hierarquia dos papéis temáticos, mais especificamente os papéis de agente (*Eles ABRIRAM minha geladeira; eles FAZEM tema para filme*), fonte (*é difícil conciliar a educação que as crianças RECEBEM em casa, eles VIAJAVAM muito*), experienciador (*Eles GOSTAM do assédio dos fãs. Eles VIVEM das pessoas, né?*) e tema (*E nisso me CHEGA três rapazes*), aqui exemplificados com argumentos com traço [+humano]. Isso é o que pode, talvez, estar por trás da hipótese inacusativa que, de forma mais ampla, poderá auxiliar a compreensão do encaixamento sintático da variação da concordância de número e também da neutralização da concordância de gênero em estruturas do português brasileiro.

CARDOSO, Caroline R. *Variação da concordância verbal no indivíduo: um confronto entre o lingüístico e o estilístico*. 2005. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Instituto de Letras/Departamento de Lingüística, línguas clássicas e vernácula, UnB, Brasília, 2005.

CIRÍACO, Larissa; CANÇADO, Márcia. Inacusatividade e inergatividade no PB. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 46, n. 2, p. 207-225, jul./dez, 2004.

COELHO, Izete Lehmkul. *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. Tese de doutorado. UFSC, Florianópolis, inédito.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; SILVA, Humberto Soares da. From VS to SV order with unaccusative verbs in Brazilian Portuguese. *NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION*, 34., 2005, New York.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth Elizabeth. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

NARO, Anthony Julius; LEMLE, Miriam. Syntactic diffusion. In: STEEVER, Sandord B. et al. (Ed.). *Papers from the parasession on diachronic syntax*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1976. p. 221-241.

NARO, Anthony J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, LSA, v. 57, n. 1, p. 63-98, mar. 1981.

NARO, Anthony J.; VOTRE, Sebatião Josué. Discourse motivations for linguistic regularities: Verb/subject order in spoken Brazilian Portuguese. *Probus*, n.11, p.73-98, 1999.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. Marking in

Discourse: Birds of a Feather. *Language Variation and Change*, v. 3, n. 1, p. 23-32, 1991.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius; CARDOSO, Caroline Rodrigues. (2005). Evaluating the role of verb type in subject/verb agreement in Brazilian Portuguese. *NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION*, 34., 2005, New York.

### A linguagem criptológica dos “Laranjas” em Foz do Iguaçu, fronteira: Brasil - Paraguai - Argentina

Vera Lúcia Dias dos Santos Augusto

veraugusto@terra.com.br

Universidade Estadual de Goiás

A presente pesquisa objetivou inventariar, descrever e analisar o léxico utilizado pelos *laranjas*, tendo em vista verificar e constatar em que medida ele retrata a realidade física, histórica, econômica, social e cultural da região fronteiriça - em especial os municípios de Foz do Iguaçu, Brasil e Ciudad del Este, Paraguai - e do grupo que se constituiu durante e após o término da maior hidrelétrica do mundo - ITAIPU BINACIONAL. Pretendeu-se, com isso, investigar, mais especificamente, a relação entre o tipo de linguagem modificada, renovada e usada pelos *laranjas* e a situação sócio-econômica cultural do grupo, evidenciada no nível lexical. Nesse processo, foi possível detectar as influências língua/sociedade extralingüísticas, com destaque para a constituição, configuração e assimilação do léxico local, de natureza criptológica. A importância do contexto extralingüístico no processo de produção, atualização e renovação das unidades lexicais de uma língua está diretamente relacionada às variações lingüísticas e sociais existentes numa determinada comunidade. A língua, por ser o elemento que realiza o processo de interação entre o indivíduo e seu meio social, está permanentemente exposta às contínuas alterações e inovações que ocorrem na sociedade. O reflexo dessas modificações é sentido, por sua vez, e se amolda para acompanhar o ritmo frenético do progresso nas diversas áreas do conhecimento humano, cumprindo assim o seu papel: expressar a realidade através de signos lingüísticos. Nesse processo de adaptação, língua e sociedade unem-se de maneira indissociável, sendo uma o reflexo da outra. Podemos facilmente constatar que numa comunidade não existe homogeneidade lingüística, pelo contrário, existem variações lingüísticas, quer no plano estrutural da língua (fonético, morfossintático e léxico), quer no plano extralingüístico (contexto geográfico e social). Apesar disso, detectamos na língua um cerne comum, que fica imune a variações, através do qual os falantes realizam a intercomunicação. Coseriu (1979) já nos afirmava que uma língua histórica não é um sistema lingüístico, mas um diassistema, de cuja constituição participam dialetos, níveis e estilo de língua. Partindo então desse caráter diassistemático da língua, a rede de subsistemas, portanto, comportará variações de natureza fonético-fonológica, morfossintática, semântica e lexical, de acordo com a sucessão histórico-cronológica dos tempos, através das variações diacrônicas; em conformidade



com a especialização geográfica por onde essa língua encontrar falantes, através das variações diatópicas; segundo a estratificação social, através das variações diastráticas e relativos à situação discursiva ou de estilos, através das variações diafásicas. O vocabulário em uso desse grupo sócio-profissional investigado – os *laranjas* – revela uma feição interessante, na medida em que se faz constituir de unidades lexicais pertencentes à língua comum e de unidades lexicais pertencentes a outras línguas (principalmente o inglês e o espanhol), visto que o grupo mantém contato direto na fronteira com diversas culturas e raças, quando do exercício da profissão. Considerando-se que o sistema de signos e regras de uma língua é empregado com um fim particular e restrito, como nomear objetos, instrumentos, ações, comportamentos, situações ou atividades próprias de grupos sócio-profissionais existentes numa determinada comunidade lingüística, ou, quando empregado por grupos marginais, com a intenção de criar uma barreira comunicativa entre os demais membros dessa comunidade, a fim de não serem entendidos, acabam por gerar uma *linguagem de cunho criptográfico*. Por isso, entende-se que uma pesquisa dessa natureza não só traça um perfil delineado da relação língua/cultura/sociedade, como constitui um efetivo campo de estudos sobre os usos do sistema lingüístico empregado por um determinado agrupamento sócio-profissional. Dada a natureza do trabalho, adotaram-se como arcabouço os pressupostos teórico-metodológicos que embasam a sociolingüística, os princípios teóricos da semântica, com destaque para a questão do significado, e especialmente a teoria sobre os campos léxicos e campos semânticos. O inventário das unidades léxicas, constituído pelo grupo investigado, demonstrou a presença de lexias com significativos deslocamentos de sentido, de caráter neológico, que ocorrem tanto no aspecto formal, quanto conceitual, criadas em virtude da necessidade de ocultar o desempenho da atividade de transportar, do Paraguai para o Brasil, mercadorias de forma legal e, na maioria das vezes, de forma ilegal. Tais constatações caracterizam a capacidade de expansão do léxico, visto que as novas unidades léxicas, quando criadas com o intuito de nomeação de elementos da realidade, procuram retratar a forma de constituição de grupos e são lançadas, segundo Biderman (1978), dentro da grande corrente vital de evolução da língua. O material lingüístico coletado foi analisado segundo as concepções teórico-lingüísticas de Coseriu (1979), Vilela (1979), Barbosa (1989), Biderman (2001), entre outros; e, quando se tratar de estudos sobre léxico, lexicologia, lexicografia e campos lexicais, Guilbert (1972), Alves (1994) e outros. A relação entre o léxico e o grupo que dele se utiliza é, assim vista por Isquierdo (1993):

*É justamente no nível lexical que as formas se articulam, de maneira a possibilitar a representação e a configuração das experiências do grupo, visto ser o léxico o elemento que revela a história social e cultural do grupo, sua experiência de vida e o modo como organiza simbolicamente o mundo.*

Por isso, entendeu-se que uma pesquisa dessa natureza, não só traça um perfil delineado da relação língua/cultura, língua/sociedade, como constitui um efetivo campo de estudos sobre os usos do sistema lingüístico empregado por um determinado agrupamento sócio-profissional.

## Variação em coda silábica na fala popular fluminense

Silvia Figueiredo Brandão

silvia.brandao@terra.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Embora, no âmbito do português do Brasil, já haja um número bastante significativo de pesquisas sobre variação, ainda pouco se sabe sobre a fala de diversas áreas do país, entre as quais a da quase totalidade do Estado do Rio de Janeiro, que, de acordo com a proposta de Nascentes (1953) de divisão do Brasil em áreas lingüísticas, constituiria, juntamente com parte de Minas Gerais e com o Estado do Espírito Santo, o *Subfalar Fluminense*.

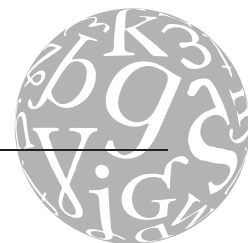
Coexistem no Estado diferentes realidades sócio-econômico-culturais e, naturalmente, diversificadas realidades lingüísticas. Na zona central litorânea, encontra-se a paradigmática cidade do Rio de Janeiro, ex-capital do país, ao mesmo tempo irradiadora e aglutinadora de padrões de toda ordem. Nas demais zonas, comunidades litorâneas e interioranas de pequeno e médio portes, de perfil rural ou semiurbano, umas, historicamente marginalizadas, outras, em franco progresso.

Conhece-se bem os falares cariocas culto e o popular, largamente focalizados, desde os últimos anos 70. O mesmo, no entanto, não se pode dizer da fala das demais regiões, que só mais recentemente têm sido objeto de estudos lingüísticos sistemáticos.

Frente a esse quadro, impõem-se, entre outras, indagações tais como: (a) que há de comum e/ou diferente entre a fala do carioca e a de outros fluminenses (e a de outros brasileiros)? (b) Marcas consideradas tipicamente cariocas se mantêm, no restante do Estado, com os mesmos índices de produtividade? (c) Os limites dessas marcas circunscrevem-se à região metropolitana, ou se espraiam por outras áreas? (d) O falar carioca seria uma *ilha dialetal* no quadro do *subfalar fluminense*? (e) Quais as implicações (ou motivações) estruturais e extralingüísticas das variações observadas fora da capital do Estado?

Embora tais indagações, no momento, só possam ser respondidas em parte, ou por hipóteses, no que se refere à Região Norte-Noroeste, já se conta com resultados de pesquisas sociolingüísticas realizadas com base no *Corpus APERJ*. Quanto a outras áreas do Estado, o *Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara* (LIMA, 2006), recém-divulgado, e o *MicroAtlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro*, pesquisa em curso, poderão fornecer evidências mais concretas, ou melhor, novos dados para a formulação de hipóteses e, conseqüentemente, elementos para a elaboração de estudos mais aprofundados.

Assim, neste trabalho, objetiva-se analisar em novas bases e em termos comparativos, numa perspectiva geosociolingüística, a variação de –L, –S e –R em coda silábica na fala popular do Estado do Rio de Janeiro, com base em resultados de pesquisas na linha sociolingüística variacionista, realizadas com o *Corpus APERJ* (cf. Referências Bibliográficas, abaixo). Indicam-se os fatores que concorrem para a concretização das variantes observadas, abordando-se, em especial, as variáveis *faixa etária* e *área geográfica* (em



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

que se opõem áreas interioranas +/- rurais a áreas litorâneas \$+\$/-\$- rurais), de modo a melhor caracterizar o estatuto da variação observada no âmbito de cada um dos segmentos e, ainda, discutir algumas das indagações acima formuladas. Privilegiaram-se os referidos segmentos em coda silábica porque (a) possibilitam contrastar a fala da área dita carioca com a de outra(s) área(s) fluminense(s), apontando semelhanças e diferenças entre elas; (b) se têm mostrado fundamentais para a caracterização das áreas dialetais brasileiras, como o indicam estudos realizados nas mais diferentes regiões do país; (c) apresentam grande polimorfismo de concretizações, dentre as quais encontram-se variantes socialmente prestigiadas ou estigmatizadas, algumas das últimas sendo atribuídas à origem rural dos indivíduos ou a seu baixo nível de escolaridade, o que as torna, conseqüentemente, marcas identificadoras de tais grupos de falantes; (d) permitem detectar e aferir processos de variação estável e de mudança em curso, concorrendo, de um lado, para o estabelecimento de áreas mais inovadoras ou conservadoras, de outro, para a discussão de questões de ordem teórico-metodológica.

O estudo comparativo das pesquisas sobre -L, -S e -R em coda silábica possibilita esboçar algumas normas de pronúncia nas comunidades em foco, devendo-se salientar que as variantes registradas, apesar de motivadas por fatores de natureza extralingüística, apresentam forte condicionamento estrutural.

Assim, na fala de treze comunidades dos municípios de São João da Barra, Itaocara, Cambuci, São Fidélis, Campos, Itaperuna e Macaé, que integram a Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: (a) constitui norma a concretização de -S em coda silábica como fricativa alveolar, a exemplo do que se verifica na fala de Cordeiro, Cantagalo, Duas Barras e São Sebastião do Alto (GRYNER, H.; MACEDO, A., 2000), embora se observe também o processo de palatalização, condicionado por fatores estruturais e extralingüísticos; (b) a palatalização de -S é mais freqüente nas localidades mais urbanizadas, quer litorâneas, quer interioranas, sendo mais produtiva entre falantes mais jovens; (c) predominam as variantes [-ant] de -R em coda silábica -fricativa velar e glotal -, embora, sobretudo entre falantes mais velhos de comunidades rurais, as variantes [+ant] - tepe, vibrante alveolar, aproximante retroflexa - se mostrem bastante produtivas; (d) pode-se traçar uma isoglossa geoetária das variantes [+ant] de -R pós-vocálico que congrega os falantes mais velhos da área litorânea, desde Barra do Itabapoana, na divisa com o Espírito Santo, até Farol de São Tomé, no município de Campos, e que se interioriza abarcando os indivíduos de todas as faixas etárias de Ponta Grossa dos Fidalgos; (e) a vocalização da lateral anterior em coda silábica predomina em todas as áreas, embora se registre sua permuta por segmentos consonantais, o que é mais freqüente na fala de indivíduos com mais de 56 anos e analfabetos.

O estudo compreendido deixa claro que: (a) poucos são os fenômenos variáveis, no âmbito fonético-fonológico, que apresentam apenas motivações de natureza estrutural, sendo de grande importância para o conhecimento da opção por uma ou outra variante, o controle de variáveis como *faixa etária*, *nível de instrução*, e, ainda, *área geográfica*; (b) as normas de pronúncia de grande parte do Estado do Rio de Janeiro não se identificam integralmente com as observadas na cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, pelo menos no que diz respeito a -R e -S em coda silábica; (c) é imprescindível realizar pesquisas no âmbito da fala popular para melhor conhecer a realidade lingüística fluminense e, com base nelas, buscar as macromotivações sócio-político-culturais

determinantes das variações registradas.

BRANDÃO, S. F. O /R/ implosivo no Norte do Estado do Rio de Janeiro. In: PEREIRA, Cilene C.; PEREIRA, P. R. D. (Org.) *Miscelânea de estudos lingüísticos e literários* in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 49-58.

\_\_\_\_\_. Aspectos sociolingüísticos de um dialeto rural. In: HORA, Dermeval da (Org.) *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 61-69.

GRYNER, H.; MACEDO, A. A pronúncia do s pós-vocálico na região de Cordeiro-RJ. In: MOLLICA, C.; MARTELOTTA, M. (Org.) *Análises lingüísticas: a contribuição de Alzira Macedo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 26-51.

LABOV, W. *Sociolinguistique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994. v. 1.

LIMA, L. A. *Atlas fonético do entorno da Baía de Guanabara*. 2006. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

QUANDT, V. O. *O comportamento da lateral anterior na fala do Norte-noroeste Fluminense*. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Mimeografado.

RODRIGUES, S. H. A. O -S pós-vocálico na fala da região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. 2001. 100 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Mimeografado.

TRUDGILL, P. *On dialect: social and geographical perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

### Prestígio e estigmatização da fala na RCI

Vitalina Maria Frosi  
frosi@terra.com.br  
Universidade de Caxias do Sul

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno  
Carmen Maria Faggion

Uma língua muda no tempo e no espaço com as instituições, com os usos e costumes, com as exigências e com os interesses dos indivíduos que a empregam. No seu percurso histórico, a linguagem da Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (RCI) passou pelas vicissitudes e formas de vida dos homens que a falaram e ainda a falam. Constitui-se em um universo lingüístico rico e complexo, do qual muito se perdeu e ainda se perde, na dinamicidade própria das línguas faladas que acompanham o caminho dos homens e da sociedade. Num dado período, a fala dialetal italiana perdeu seu prestígio em favor da língua portuguesa, sofrendo estigmatização. Porém, um movimento de retorno às origens étnicas italianas, que se iniciou com as comemorações do Centenário da Imigração, em 1975, parece agora lhe devolver o *status*. Este estudo centraliza-se no fenômeno da estigmatização e do prestígio sociolingüísticos, tendo em conta a fala dialetal italiana da RCI, a variedade de fala do português regional e a variedade do português padrão (representado na fala dos locutores do *Jornal Nacional* da



TV Globo).

Do ponto de vista da comunicação, uma determinada língua, uma vez cumprida a função de comunicar, isto é, efetuado o entendimento entre falante e ouvinte, não é melhor, nem pior em relação aos sistemas de outras línguas. O desprestígio ou preconceito lingüístico é, pois, de outra natureza, tem caráter extralingüístico, é social. Mas, na vida real, às vezes, o social e o lingüístico se confundem. Pela fala, o indivíduo não apenas transmite determinadas mensagens; a fala é, por si mesma, reveladora, portadora de informações múltiplas, vale dizer, ela não é neutra. As características de fala de um indivíduo, dentre outras informações, podem indicar a qual categoria sociocultural ele pertence, qual é a sua origem étnica, qual é a sua profissão, qual é o seu nível de instrução. Ainda, o indivíduo, além de se revelar através de sua fala, tem, ele próprio, atitudes positivas ou negativas em relação à variedade lingüística da língua que está usando, ou atitudes que podem ser diversas em relação a uma ou a outra língua, no caso de ele ser bilíngüe. A uma determinada língua pode ser atribuído prestígio, em detrimento de outra, que é ou se torna estigmatizada.

Estigma quer dizer marca. É uma marca que o indivíduo carrega e o torna inabilitado para a aceitação social plena. Assim, um indivíduo portador de estigma distingue-se dos outros pela marca que lhe é peculiar. As marcas podem ser corporais, visíveis aos olhos, prontamente percebidas por todas as pessoas por elas marcadas ou não-marcadas. Uma pessoa pode ser marcada desde o seu nascimento, ou pode tornar-se marcada no decorrer de sua vida, pelo atrofiamento de seu corpo ou parte dele, pela amputação de um membro ou pela deformidade física de qualquer um de seus órgãos. O estigma pode ter origem genética ou pode ser produzido por outrem. Erving Goffman (1988), dentre outras questões, aborda a questão do estigma e a da identidade social e individual, em uma perspectiva sociológica.

Do ponto de vista social, cada variedade lingüística correlaciona-se com valores simbólicos. Para a sociolingüística, os falantes vêm refletidas em uma variedade lingüística determinadas características da comunidade social que a fala. Essas características são, muitas vezes, o fruto das atitudes que os utentes têm em relação à própria língua. Essas atitudes podem ser positivas ou negativas. Gaetano Berruto e Monica Berretta (1980) afirmam que, em decorrência de certos mitos e valores, predominantes em uma determinada sociedade, em uma dada época, uma variedade específica de uma língua adquire prestígio e passa a ser percebida como portadora de uma cultura superior ou de costumes a serem imitados. De certa forma, este fenômeno sociolingüístico caracteriza a RCI ao longo de sua história com variações significativas peculiares aos vários períodos de sua evolução.

Esta investigação, assim, busca identificar, descrever e explicar a estigmatização ou o prestígio sociolingüísticos e estabelecer, na análise do fenômeno, relações com os fatos socioculturais do passado e aqueles que caracterizam os últimos trinta anos da história da RCI. Não consiste, portanto, em identificar e descrever a linguagem dessa Região considerada no seu todo lingüístico-dialetológico. Essa é uma questão, de fato, muito ampla e complexa. Trata-se aqui do estudo de um dos aspectos deste fenômeno sociolingüístico, tendo em consideração a variedade lingüística de um grupo étnico minoritário, já que, em competição com as variedades de língua portuguesa, se encontra em via de extinção. O foco central deste estudo é a presença ou não de estigma no dialeto em questão, fazendo um confronto

entre passado e presente de sua história sociolingüística e estabelecendo relações entre elementos lingüísticos que confirmam a existência do estigma ou a superação do mesmo. Para investigação desse fenômeno, procura-se identificar, em entrevistas realizadas com informantes do município de Caxias do Sul, divididos em grupos, por gênero, escolaridade e faixa etária, impressões e sentimentos relacionados a fatos alusivos ao tempo passado e ao presente, manifestados através de marcas sociolingüísticas, tais como referências temporais, adjetivação e ativadores de pressuposição. A metodologia empregada foi a de Lambert, especificamente com aplicação da técnica dos pares ocultos, para a pesquisa de caráter quantitativo, e a da entrevista semi-estruturada, no caso da pesquisa qualitativa. Procurar-se-á, também, fazer uma comparação de resultados obtidos na aplicação do instrumento quantitativo e do qualitativo, para maior confiabilidade das conclusões.

BERRUTO, Gaetano; BERRETTA, Monica. *Lezioni di sociolinguistica e linguistica applicata*. Napoli: Liguori, 1984.

DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; SANTINI, Mara Suzana. Reações subjetivas à fala com sotaque italiano na região de colonização italiana (RCI) do Rio Grande do Sul. In: MANTOVANI, Giselle; ZINANI, Cecil; PRESSANTO, Isabel. *Coletânea cultura e saber*. Caxias do Sul, v. 2, n. 1, p. 35-45, 1998.

DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. Conseqüências de atitudes lingüísticas negativas para com grupos lingüísticos: da estigmatização à solidariedade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL LINGUAGEM E INTERAÇÃO. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2005.

FAGGION, Carmen M. Estigma, cultura e atitude: investigações preliminares sobre o binômio prestígio/estigmatização na linguagem da Região de Colonização Italiana da Serra Gaúcha. In: CONGRESSO INTERNACIONAL LINGUAGEM E INTERAÇÃO. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2005.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. Comunicação lingüística na região de colonização italiana: os dialetos italianos e a língua portuguesa. In: DE BONI, Luis Alberto; SULIANI, Antônio (Org.). *Imigração Italiana: estudos*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979. p. 97-104.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

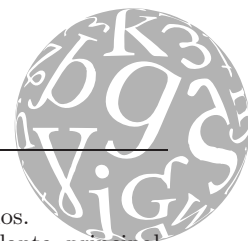
LAMBERT, W. E. *et al.* Evaluative reactions to spoken language. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 67, p. 617-627. In: APPEL, René y MUYSKEN, Pieter. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: Ariel, 1996, p. 30-31.

### Família e identidade social: construções identitárias de um casal de imigrantes mineiros de retorno dos Estados Unidos

Maria das Graças Dias Pereira

mgdpereira@terra.com.br  
PUC - Rio de Janeiro

O estudo insere-se em um projeto de pesquisa (PEREIRA, 2006) em que focalizo as identidades de projeto (VELHO,



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

1980, 1999, 2003; CASTELLS, 1999) de imigrantes mineiros de retorno (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002) dos Estados Unidos. Uma das perguntas principais da pesquisa atual diz respeito às diferenciações de perspectivas de migração de casais e de homens e mulheres que migram sozinhos e a relação com as identidades coletivas, sociais, pessoais (SNOW, 2001).

Neste estudo, focalizo co-construções identitárias de um casal de imigrantes mineiros, buscando verificar como se dão tais construções no âmbito dos projetos da família, em uma entrevista de pesquisa de abordagem sociolinguística (SCHIFFRIN, 1993) e etnometodológica (HUTCHBY; WO-OFFITT, 1988) realizada com o casal. Focalizo a construção colaborativa das experiências entre o casal (COATES, 2005), que compartilha e vivenciou a experiência dos períodos de migração (à distância ou juntos) com os entrevistadores que, pertencentes à mesma região em que reside o casal, também são conhecedores das experiências coletivas de emigração para os Estados Unidos.

A natureza da pesquisa é qualitativa e interpretativa. A entrevista é semi-estruturada, com um roteiro prévio de tópicos a serem abordados. Schiffrin (1993) e Hutchby e Wooffitt (1998) destacam que, quando os participantes de uma entrevista de pesquisa são encorajados a atuar a partir de uma agenda flexível, tanto o entrevistador, quanto o entrevistado introduzem tópicos, fazem e respondem perguntas, contam histórias, fazem descrições e desenvolvem argumentos.

Os dados foram gravados em fita de áudio, com duração aproximada de 50 minutos. A entrevista foi realizada em 2005, na cidade de origem dos migrantes. O casal migrou em breves e diferentes períodos, com o Sr. José como o migrante principal. Em 1986, Sr. José, com 42 anos, deixou, no Brasil, quatro filhos e a esposa e ficou nos Estados Unidos durante 1 ano e 6 meses. Em 1997, com 53 anos, retornou aos EUA, onde ficou durante 5 meses. Em 1999, com 55 anos, voltou novamente, desta vez com a esposa, e ficou por um período de 1 ano e poucos meses; a esposa ficou apenas 5 meses. Na quarta vez, em 2004, o casal passou 5 meses nos Estados e retornou; desta vez foram visitar os filhos. As migrações do casal incluem-se nas migrações de curto prazo (BRITO; GARCIA; CARVALHO, 2002); eles vão sempre com visto legal, ficam por breves períodos e retornam ao Brasil.

Analisando, no contexto da entrevista, os relatos de experiências (POLANYI, 1989), crônicas (DE FINNA, 2003; LINDE, 1993), explicações e avaliações (LABOV, 1972; LINDE, 1993), perguntas e respostas co-construídos no contexto da entrevista. Relatos diferenciam-se das narrativas clássicas do modelo laboviano (1972), por serem elicitados e não conterem o impacto dramático das narrativas (POLANYI, 1989 *apud* HOLMES; MARRA, 2005). Crônicas, gênero concebido por Linde (1993), no contexto de relatos sobre migração, trazem relevância, não apenas para a temporalidade, mas também para a organização espacial, já que o processo envolve pontos de partida e de chegada diferenciados (DE FINNA, 2003).

Na análise da entrevista, há três momentos diferenciados: no primeiro, o Sr. José participa como falante principal, junto às entrevistadoras, e D. Zélia, embora presente, não se apropria dos turnos. No segundo momento, surge o tópico da migração dos filhos do Sr. José, a partir de uma pergunta de uma das entrevistadoras; D. Zélia passa a ter participação, com falas de complementação às informações dadas por Sr. José sobre os filhos. No terceiro momento, mediante pergunta da entrevistadora, D. Zélia tem maior participação na entrevista, com foco voltado principalmente para a última

viagem, de visita aos filhos nos Estados Unidos.

No primeiro momento, Sr. José, como falante principal, relatando o processo de migração, destaca o fato de ter ido com visto legal “Fui... legal como... sempre vô legal. Eu tenho visto, sempre tive visto, já tive duas vezes, já renovei duas vezes”. No detalhamento da viagem “fui: primeira vez em 1986...”, o destaque de seu projeto como “aquele sonho de: fazer América né?”. O retorno se dá em função das saudades da família. O foco na família é permanente na entrevista com o casal. Ao responder a uma pergunta sobre ter atingido os objetivos que queria, o Sr. José diz que “num atingi: tudo que eu me propus a fazer não... porque (...eu sempre optei mais por... pela unidade familiar”.

A migração dos filhos é introduzida no desenrolar da entrevista. Quando uma das entrevistadoras faz um comentário sobre o sofrimento de Sr. José com a distância da família, surgem as lamentações do casal sobre o distanciamento dos filhos. D. Zélia é quem introduz o tópico (“Agora foi o contrário”). Sr. José complementa “É horrível...”. Os quatro filhos é que agora migram para os Estados Unidos. Uma das filhas tinha ido há três anos e os outros dois foram em 2005. O tópico sobre os filhos traz respostas mais curtas de Sr. José, que evita desenvolver o assunto. A partir das perguntas e respostas, vê-se que os filhos entraram ilegais no país, via México, o que traz sofrimento e angústia para o casal. Sr. José parece não concordar com a opção de migração ilegal: “foram vias normais mesmo, se é normal ir por México mas, foram vias menos perigosas”.

As viagens de D. Zélia têm sempre a finalidade de visitar os filhos. Ela constrói a identidade de cuidadora dos filhos e dos netos: “Fui ver meus filhos...”. E é ela que avalia o distanciamento da família: “(rindo) Nós dois lá e os filhos aqui; agora os filhos lá...”. D. Zélia destaca que, em sua segunda viagem, foi para cuidar da neta, para ajudar a filha. O Sr. José também passa ao papel de cuidador dos filhos nos Estados Unidos e diz que vai enquanto tiver o visto oficial. Mediante uma pergunta da entrevistadora, sobre ir para ficar com os filhos definitivamente, D. Zélia ri e Sr. José responde que existe a possibilidade, depois da aposentadoria.

Vimos, assim, que há mudanças e fluidez nas identidades de projeto do casal. Suas avaliações nem sempre são positivas sobre o processo de migração, mas no final as viagens têm o objetivo de continuar a cuidar dos filhos, que migraram para os Estados Unidos. Há fragmentação e busca de unificação nas construções identitárias na família. Por um lado, estão os projetos dos casais na vertente coletivista de benefício da família como um todo. Por outro lado, há as opções de vida, com os ‘sonhos’ de cada geração de imigrantes, longe fisicamente.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, [1997] 1999. v. 2.

COATES, Jennifer. Masculinity, collaborative narration and the heterosexual couple. In: THORNBORROW, Joanna; COATES, Jennifer (Ed.), 2005. cap. 5, p. 89-106.

DE FINNA, Anna. *Identity in narrative: a study of immigrant discourse*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Company, 2003.

PEREIRA, Maria das Graças Dias. *Imigrantes brasileiros de retorno dos Estados Unidos: identidades de projeto*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras da PUC-Rio, ago. 2006.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Aspectos demográficos do espaço mineiro. In: BARRETO, Tadeu *et al.* (Org.). *Minas Gerais do século XXI* –



Reinterpretando o espaço mineiro. Belo Horizonte: Governo de Minas/Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, 2002. v. 2, cap. 3. p. 95-124. Disponível em: [http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/minas21/v01\02\cap\\_03.pdf](http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/minas21/v01\02\cap_03.pdf).

SCHIFFRIN, Deborah. "Speaking for another" in sociolinguistic interviews: alignments, identities, and frames. In: TANNEN, Deborah (Ed.). *Framing in discourse*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 231-263.

SNOW, David. *Collective identity and expressive forms*. University of California, 2001. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/csd/01-07j>.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

\_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

## A indeterminação do sujeito no português falado em comunidades rurais baianas

Norma Lucia Fernandes de Almeida

norma@uefs.br

Universidade Estadual de Feira de Santana/Ba

Diversos estudos têm apontado diferenças significativas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE). Uma das mudanças ocorridas no PB que tem levando a essa diferenciação é a mudança na forma de expressão do sujeito pronominal, fenômeno relacionado ao Parâmetro do Sujeito Nulo. No geral, nas línguas românicas, uma propriedade aparece relacionada ao sujeito nulo, a morfologia verbal. O PE, por apresentar uma morfologia verbal rica, tem como característica a identificação da categoria vazia na posição de sujeito a partir de morfemas. No entanto, como se sabe, o PB sofreu e vem sofrendo uma redução e/ou reestruturação no seu paradigma verbal. Essa redução, para estudiosos, como, por exemplo, Tarallo (1993) e Duarte (1995), vem levando essa língua a apresentar um maior preenchimento da posição de sujeito, com tendência de mudança na direção não *pro-drop*. Outros, no entanto, dizem que esta redução fez com que o PB passasse a apresentar sujeito nulo diferente do encontrado em outras línguas românicas (FIGUEIREDO SILVA, 1996; GALVES, 2001; KATO, 1999a).

Esse preenchimento, além de ocorrer com os sujeitos de referência definida, tem afetado também os sujeitos de referência arbitrária. Segundo Duarte *et al.* (2001), as formas preferidas de indeterminação no PB urbano são os pronomes *você* e *a gente*. Assim, neste sentido, este trabalho, utilizando a metodologia da sociolinguística quantitativa laboviana (cf. LABOV, 1972), procura fazer uma descrição das formas de indeterminação do sujeito numa variedade de língua pouco estudada: o português popular falado em comunidades rurais baianas.

O *corpus* utilizado na análise foi constituído no final da década de 90 e início de 2000. São inquéritos gravados na zona rural do município de Rio de Contas, Chapada

Diamantina, e na zona rural do município de Feira de Santana. São 36 entrevistas realizadas com pessoas de baixa escolaridade (no máximo, primário completo), de três faixas etárias, a saber (faixa 1: 18-38; faixa 2: 39-48; faixa 3: acima de 59 anos). Tentou-se alcançar os seguintes objetivos: a) descrever sócio-historicamente as comunidades; b) identificar os contextos de manutenção de formas conservadoras de indeterminação; c) descrever as formas inovadoras, comparando-as com as existentes no português urbano.

A análise implementada a partir do objetivo *a*, acima, mostrou que as comunidades possuem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas. As duas comunidades da Chapada foram formadas em contexto de contato lingüístico, pois surgiram em finais do século XVII e início do século XVIII, por conta da mineração. A comunidade da região de Feira de Santana foi formada em um período em que o contato lingüístico já não mais imperava, final do século XIX e início do século XX. Os resultados encontrados mostram que, nas variedades rurais analisadas, diferentemente do que ocorre nas variedades urbanas cultas e semi-cultas, o pronome nulo é a estratégia preferida para a indeterminação do sujeito. No entanto, essa categoria vazia já não é mais acompanhada pelo clítico *se*, como prevê o padrão gramatical normativo. Em toda a amostra, 1.256 dados, em apenas seis casos o *se* aparece, sendo que em uma das vezes ele é duplicado, exemplo abaixo:

Ex.: *Se chamava-se lavagem, mas hoje não tem mais.* (Matinha/Feira de Santana, informante 01).

Além dessa forma nula de indeterminação, há ainda em alguns contextos o uso da terceira pessoa do plural.

Ex.: *me chamaram e tudo aqui era comigo...* (Matinha, informante 11).

A forma plena de indeterminação preferida foi o pronome *você*:

Ex.: *Tira a tapioca e depois cua, depois tu torna mexer ela de novo, a tapioca, torna devolver ela. É logo... daí a pouco ela sentar aquele pó, né? Aí você torna devolver ela e torna coar, aí agora leva pro sol a tapioca. É assim que faz a tapioca.* (Bananal/Barra dos Negros/Rio de Contas, informante 01).

A comparação entre os dados das três comunidades evidenciou que as diferentes formações sócio-histórico-demográficas não levaram à formação de gramáticas diferenciadas, pelo menos no que diz respeito ao comportamento dos sujeitos.

DUARTE, E. *et al.* Sujeitos indeterminados em PE e PB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2. Fortaleza, 2001.

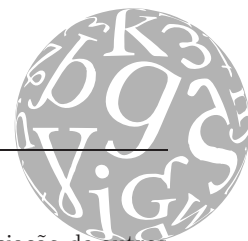
DUARTE, E. *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*. 1995. Tese (Doutorado) – Unicamp, 1995.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição do sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1995.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.

KATO, M. Strong and weak pronominal in the null subject parameter. *PROBUS*, 11-1-37, 1999a.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Processo de padronização lingüística no Brasil: enfoque sociolingüístico

Candice Navarro Fernandez

candiceuai@ig.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Um dos temas de grande interesse da área lingüística é o que diz respeito ao processo de padronização da língua portuguesa. Numa pesquisa-piloto, na qual se perguntou sobre a existência de um padrão lingüístico no Brasil, evidenciou-se a ausência de uma opinião segura sobre a existência desse padrão. Tal fato apresenta-se em alguns trabalhos de especialistas brasileiros.

Diante disso, uma pesquisa vem sendo realizada com cinco objetivos: (a) investigar o motivo da existência dessa dúvida; (b) investigar o processo de padronização da língua portuguesa no Brasil; (c) comparar o processo de padronização estabelecido no Brasil com o de outros países e com teorias sociais; (d) investigar os traços lingüísticos que levam uma variante a ser reconhecida como padrão; (e) realizar testes sociolingüísticos para verificar o reconhecimento das variantes em (d).

Nesta comunicação, serão abordados os resultados, ainda que parciais, referentes aos objetivos (a) a (c). Quanto aos objetivos (b) e (c), o ponto de partida são os trabalhos realizados por Milroy e Milroy (1999), Trudgill (1999), Leith (1983) e os *Anais do Primeiro Congresso de Língua Falada no Teatro* (1956). Estes trabalhos procuram traçar ou trazem evidências das etapas pela qual uma língua passa em seu processo de padronização. Isso incluiria: implementação, manutenção, fixação, conforme Milroy e Milroy (1999). A seguir são descritas brevemente as etapas do processo de padronização lingüística ocorrido na Inglaterra.

Segundo Leith (1983), o processo de padronização obedeceu à seguinte direção, no caso do inglês: seleção de um dialeto que fizesse parte do segmento dominante da comunidade; aceitação desse dialeto; elaboração das funções desse padrão; codificação do padrão, na tentativa de fixá-lo em dicionários e gramáticas. Também Trudgill (1999) apresenta as etapas do processo de padronização: a determinação, que se refere à seleção de uma variedade com objetivos específicos, dentro de uma nação; a codificação, que é o processo no qual uma variedade adquire reconhecimento público e se fixa; estabilização, na qual a variedade é difundida. Esses processos propostos por Leith e Trudgill são análogos aos fatores de implementação, de manutenção e de fixação, conforme se vê em Milroy e Milroy (1999). Segue-se a proposta de Milroy e Milroy (1999) para as etapas do processo de padronização, por acreditar que a mesma seja mais sistemática, para efeito de descrição do processo.

Apresenta-se, então, os fatores de implementação, manutenção e fixação da variedade padrão em uma comunidade. É importante salientar, na implementação, o “Primeiro Congresso de Língua Falada no Teatro”, realizado em 1956, por Mário de Andrade; na manutenção, as ações governamentais, dicionários, mídia impressa e televisiva; na fixação, o papel das escolas e a publicação de gramáticas normativas.

A comparação do processo de padronização estabelecido no Brasil com a teoria social parte do princípio de que a avaliação social das variantes é mais uniforme que suas freqüências de uso, segundo Labov (1972). Pode-se aplicar à lingüística a noção de normalização social, dentro do quadro

teórico da sociologia.

As distinções entre normas, bem como a associação de outros termos relevantes a ela, como autoridade, lei, ação social, julgamentos, podem ser relacionados com a teoria sociolingüística, com o objetivo de se verificar a aplicabilidade da sociologia, no que diz respeito à padronização lingüística.

A ação social, os julgamentos de valor e os diferentes tipos de avaliações dos indivíduos são fatores decisivos na manutenção, implementação e/ou fixação de uma norma, especialmente a norma lingüística, que segue tais etapas em seu processo de padronização, conforme pontuam Milroy e Milroy (1999). De acordo com isso, a norma poderá propagar-se, estagnar-se ou ser repudiada pela sociedade, por meio do processo de socialização.

Ainda com relação ao objetivo (c), na comparação do processo de padronização lingüística na Inglaterra com o processo de padronização lingüística ocorrido no Brasil, mesmo que seja ainda uma comparação embrionária, buscam-se subsídios na história do português brasileiro, a fim de recompor esse processo. Na medida do possível, foi estabelecido um paralelo com a história da língua inglesa e a história da língua portuguesa.

O eixo Londres-Oxford-Cambridge, seguindo a proposta de Leith (1983), evidencia a tendência da escolha de grandes centros, como aqueles em que se estabelece um padrão lingüístico. A realização de alguns Congressos no Brasil, como já foi dito anteriormente, parece sustentar a hipótese de que o eixo Rio-São Paulo – assim como o eixo Coimbra-Lisboa, em Portugal, ou o eixo inglês – foi o escolhido como zona de pronúncia culta. Pretende-se arrolar evidências que aproximam o processo de padronização ocorrido na Inglaterra com o do Brasil, bem como quais fatores foram levados em conta na escolha de tais eixos, e não de outros.

Nota-se, então, que, no percurso da padronização, a urbanização, *a priori*, é um fator chave no estabelecimento de um padrão lingüístico. O processo de padronização parece seguir o eixo urbanístico das grandes cidades, certamente pela manifestação de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais de uma nação.

Quanto aos objetivos (d) e (e), vêm sendo colhidas as variantes que comporão os testes, por meio de entrevistas realizadas com profissionais.

CONGRESSO BRASILEIRO DE LG FALADA NO TEATRO, 1., 1956, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEITH, Dick. *A social history of English*. Nova Iorque: Routledge, 1983, p.7-57.

MILROY, J.; MILROY, L. *Authority in language*. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 1999.

TRUDGILL, Peter. *Standard English: what it isn't*. 1999. Disponível em: <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/dick/Setrudgill.htm>.





## O estatuto do tu no português do Brasil

Nívia Naves Garcia Lucca

nivia.lucca@gmail.com  
Universidade Paulista

Por algum tempo vigorou no Brasil, entre leigos e lingüistas (BEARZOTI, 2005), a noção de que o pronome *tu* havia praticamente desaparecido da variedade brasileira da língua portuguesa (PB), uma vez que seu uso teria sido suplantado pelo uso do pronome *você*. Mostramos neste trabalho que, a despeito do pronome *você*, recorrente como forma de tratamento solidária no português padrão e em algumas variedades regionais, o *tu* é amplamente empregado nas variedades regionais do PB.

O trabalho deriva dos resultados a que chegamos em uma pesquisa sobre a variação *tu/você* na fala de jovens brasileiros que, a partir da revisão bibliográfica das pesquisas já desenvolvidas sobre o assunto no Brasil, possibilitou a comparação dos resultados quantitativos obtidos em cada análise. As pesquisas lidam, tanto com dados de língua oral, quanto de língua escrita, entretanto, buscamos fazer essa diferenciação na comparação de um trabalho e outro.

A pesquisa da fala brasileira teve o enfoque da Teoria da Variação Lingüística (LABOV, 1975) e consistiu em analisar a fala de jovens de três regiões administrativas do Distrito Federal (Ceilândia, Taguatinga e Brasília), todos estudantes do ensino médio de escolas públicas, principalmente do gênero masculino e em interações solidárias. A pesquisa mostrou que a variação *tu/você* é muito mais social que lingüisticamente motivada. Por este motivo, discutimos os resultados com base na noção de prestígio encoberto (TRUDGILL, 1995), de variação estilística (LABOV, 2001; BELL, 2001) e de poder e solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960). Os resultados quantitativos revelaram alto índice de uso do *tu* na amostra analisada (72%) e apontaram para o fato de que a variação *tu/você* na fala dos jovens brasileiros é determinada pelo gênero do falante (com pesos de .55 para rapazes e .09 para garotas), pelo tipo de relação entre os pares (.57 entre pares e .22 entre não-pares), pelo tema discursivo (.52 para temas mais familiares ao falante e .17 para temas menos familiares) e pela região administrativa de onde o falante provém (com pesos de .68 em Ceilândia, .43 em Taguatinga e .43 em Brasília). Fatores lingüísticos como o paralelismo e o tipo de estrutura quanto à entonação também condicionam a seleção dos pronomes, porém mais fracamente.

A revisão bibliográfica divide os trabalhos em amostras de língua oral e língua escrita, subdividindo-os pelas regiões geográficas brasileiras. O trabalho mais completo divulgado na área é o de Loregian-Penkall (2004), a qual faz um mapeamento da variação *tu/você* nos estados do Sul, em cada uma das três capitais e em algumas cidades interioranas. Em Curitiba, entretanto, não se verificou o uso do *tu* entre os falantes nativos. A pesquisadora mostra que, tanto em Porto Alegre, quanto em Florianópolis, falantes do gênero feminino têm efeito favorecedor sobre o uso do *tu* (com pesos de .92 e .85, respectivamente), enquanto falantes do gênero masculino têm efeito desfavorecedor (com pesos de .03 e .10, respectivamente), ao contrário do que apontam nossos resultados, nos quais os rapazes favorecem e as garotas desfavorecem (com pesos de .55 e .09, respectivamente). Além disso, falantes da faixa etária entre 25 e 49 anos tendem

a usar mais o *tu* que os falantes acima dessa faixa (.64 em Porto Alegre e .80 em Florianópolis para os mais jovens e .26 em Porto Alegre e .09 em Florianópolis para os mais velhos). Os resultados de Paredes Silva (2003) sobre a fala carioca também apontam para um favorecimento do *tu* entre falantes homens (.57 contra .43 entre as mulheres) e o uso mais marcado na faixa etária entre 20 e 29 anos (.60 contra .50 dos mais jovens e .28 dos mais velhos). Analisamos ainda outros trabalhos feitos sobre a fala paraibana, cearense, paraense, baiana e mineira, os quais mostram, em linhas gerais, que o uso do *tu* parece ter se intensificado nos últimos anos, principalmente entre falantes com ensino médio e na faixa dos vinte anos. Há lugares em que o *tu* ocorre sem a concordância verbal canônica, como no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, outras em que ocorre com concordância variável, como em Fortaleza e Belém. Em Porto Alegre o *tu* sem marca de concordância é amplamente empregado, ficando o pronome *você*, bem como as formas verbais marcadas de 2ª pessoa, restritos a estilos lingüísticos mais formais. Em Florianópolis, o *tu* é menos usado que o *você* e, quando ocorre, tende a ser seguido por verbo flexionado na 2ª pessoa. Em Belém, o *tu* concorre com o *você* em relações não-íntimas, com concordância verbal variável. Em algumas cidades, os homens empregam mais o *tu* que as mulheres, como no Rio de Janeiro, e em outras as mulheres usam mais o *tu* que os homens, como em Porto Alegre e Florianópolis. O mais importante é termos percebido que, mesmo com usos tão diferenciados, o pronome *tu* é largamente empregado entre as variedades lingüísticas do PB, tendo representatividade em todas as regiões, em maior ou menor grau.

## O estatuto de *cê* como clítico fonológico

Adriana Lília Vidigal Soares de Andrade

alilia@terra.com.br  
Universidade de Brasília

Pesquisas anteriores estudaram o comportamento diversificado, no português brasileiro, da partícula reduzida *cê*, classificado-o como um “novo clítico”, em razão das particularidades sintáticas e fonológicas apresentadas por esse item pronominal (RAMOS, 1997, 2002; VITRAL, 1996, 2002).

Adotando os pressupostos teóricos da teoria da variação, procedi a uma análise estatística que considerou os efeitos de diversas variáveis no fenômeno de variação entre *você* e *cê*, com o objetivo de investigar o comportamento deste último item. A partir dos dados analisados, verificou-se que este pronominal reduzido ocorre na posição de sujeito e, em decorrência de sua atonicidade, tende a apoiar-se em outro elemento proeminente prosodicamente, como um verbo. O fato de não apresentar adjacência estrita em relação ao verbo seria uma evidência contra o caráter clítico de *cê*. Mesmo em situações nas quais não há contigüidade estrita entre *cê* e o verbo que lhe segue, constatou-se que há um favorecimento da ocorrência de *cê* em oposição a sua contraparte plena *você*, nos dados em que há interposição de elemento de caráter clítico. Isso pode indicar que, não obstante o fato de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

não se comportar exatamente como um clítico do ponto de vista sintático, *cê* demonstra ser um elemento que está em processo de gramaticalização.

Partindo do pressuposto de que clíticos são elementos que apresentam natureza híbrida, por se situar nos limites entre a sintaxe e a fonologia (GALVES; ABAURRE, 1996), este estudo busca atestar as particularidades de *cê* como item em processo de transformação, que parece comportar-se no português brasileiro como um clítico, do ponto de vista fonológico. A presente pesquisa também busca subsídios em estudos comparativos entre o português brasileiro e o português europeu, como o de Abaurre e Galves (1998), atestando que essas línguas obedecem atualmente a padrões rítmicos diferentes. Valendo-se dos pressupostos da fonologia métrica, Carvalho (1989) afirma que, no português europeu, as sílabas pretônicas se comportam como partículas enclíticas, enquanto, no português brasileiro, atuam como proclíticas. As sílabas pretônicas que não estão integradas aos pés construídos lexicalmente passam, no nível pós-lexical, a fazer parte de um grupo rítmico.

A proposta de Carvalho afirma que o português brasileiro e o português europeu diferem em termos da direcionalidade do processo de integração das sílabas pretônicas. Esse processo ocorre para a esquerda, no português europeu, e para a direita, no português brasileiro. Dessa forma, as sílabas associadas à direita são integradas a um pé contido na mesma palavra, enquanto as sílabas associadas à esquerda são ritmicamente integradas à palavra precedente. No português brasileiro, os grupos rítmicos correspondem exatamente às palavras fonológicas, enquanto no português europeu isso não ocorre, pois a pretônica vai se acoplar ritmicamente (de forma enclítica) à palavra precedente.

Segundo Abaurre e Galves (1998), a direcionalidade deriva da relevância das fronteiras de palavras na definição do ritmo nas duas línguas consideradas. Isso significa que, se a integração da sílaba pretônica se faz dentro das fronteiras da palavra, como ocorre no português brasileiro, a direcionalidade se define necessariamente para a direita. Por outro lado, se a integração não é limitada pelas fronteiras das palavras, ela ocorre para a esquerda, como se verifica no português europeu.

Os fatos expostos são condizentes com a proposta de Bisol (2005, p. 165) de que a prosodização do clítico junto ao seu hospedeiro se processa no pós-léxico, sem informação de categoria morfológica ou de função sintática. Como a autora propõe, não importa qual a função sintática o clítico venha a assumir junto de seu hospedeiro, ou isoladamente, em caso de pronome pessoal, o que tem relevância é a relação dominante-dominado, forte-fraco, que se estabelece entre os dois termos. Isso confere ao grupo formado pelo clítico e seu hospedeiro, entre outras propriedades, o estatuto de constituinte prosódico, independentemente de fazer parte da escala prosódica.

As propostas da fonologia métrica e os estudos prosódicos podem fornecer evidências para explicar como fatores rítmicos influenciam o comportamento dos elementos átonos das estruturas lingüísticas, principalmente no caso do item pronominal reduzido *cê*, que tem sido rotulado como “clítico nominativo especial”. Essa nomenclatura deve-se ao fato de ele estar sujeito a regras de redução fonológica e apresentar determinadas peculiaridades, embora não esteja sujeito às regras sintáticas de clíticos considerados verdadeiros.

A pesquisa tem o intuito de buscar explicações relevantes para a caracterização do processo de cliticização de *cê*, a partir de constatações feitas sobre as diferenças de padrões

rítmicos entre o português brasileiro e o português europeu.

ABAURRE, Maria Bernadete; GALVES, Charlotte. As diferenças rítmicas entre o português europeu e o português brasileiro: uma abordagem otimalista e minimalista. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. 2, p. 377-403, 1998.

ANDRADE, Adriana Lília V. S. *A variação de você, cê e ocê no português brasileiro falado*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BISOL, Leda. Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica. *D.E.L.T.A.*, 20, especial, p. 59-70, 2004.

\_\_\_\_\_. O clítico e seu hospedeiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 163-184, set. 2005.

CARVALHO, J. B. Phonological conditions on portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics*, 27, p. 405-436.

GALVES, Charlotte; ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba; BASÍLIO, Margarida (Org.) *Gramática do Português Falado: estudos descritivos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996. v. 4.

RAMOS, Jânia. O uso das formas *você, ocê e cê* no dialeto mineiro. In: HORA, D. (Org.) *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

\_\_\_\_\_. *Clíticos nominativos no português brasileiro*. Comunicação apresentada na Universidade de Brasília, mar. 2002. Inédito.

VITRAL, Lorenzo. A forma *CÊ* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, ano 5, v. 1, n. 4, p. 115-124, jan./jun. 1996.

\_\_\_\_\_. A interpolação de *se* e suas conseqüências para a teoria da cliticização. *Revista da ABRALIN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 161-197, dez. 2002.

### Variação no indivíduo e na comunidade: o caso da concordância verbal no português brasileiro

Caroline Rodrigues Cardoso

carolrcsecret@gmail.com

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

O trabalho ora apresentado é fruto de uma parte da pesquisa realizada por Cardoso (2005) e traz reflexões acerca do fenômeno morfossintático da concordância verbal no português brasileiro, com o intuito de lançar luzes sobre questões concernentes ao estudo da variação na comunidade e no indivíduo.

Essa discussão faz-se pertinente justamente para verificar o status da variação da concordância verbal em português brasileiro, já que muitos estudiosos acreditam que há, na língua, uma estrutura invariante em seus aspectos abstratos – a sintaxe – e uma parte responsável pela diversidade – a morfologia e a fonologia.

A pesquisa de Cardoso (2005) consistiu em análise da variação da concordância verbal na fala de uma mulher de 40 anos de idade, nordestina, do interior do Maranhão, radicada na periferia de Brasília-DF, com pouca exposição ao ambiente escolar, em seis situações de interação diferentes,



classificadas em graus de formalidade, de acordo com as teorias de variação intrafalante de Labov (1972, 2001) e Bell (1984, 2001).

Foram coletados mais ou menos 600 dados, em seis horas de gravações labovianas típicas, os quais foram submetidos a tratamento estatístico pelo programa Goldvarb 2001, conforme preconiza o modelo teórico-metodológico da Teoria da Variação (LABOV, 1972; SANKOFF, 1988). De acordo com esse modelo, a variação lingüística é imanente ao sistema, não-aleatória e governada por um conjunto de restrições – de ordem interna ou externa – aplicadas quando duas ou mais formas estão em competição em um mesmo contexto (LABOV, 1972; SANKOFF, 1988; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

A aplicação deste modelo à comunidade parte do pressuposto de que ela seja homogênea, no sentido de que o efeito das restrições sobre o uso das variantes de um dado fenômeno variável – no caso, a concordância de número – é constante para todos os falantes daquela comunidade.

A despeito dessa apresentação, serão apresentadas comparações entre os resultados de Cardoso (2005), pesquisa com a fala de uma única pessoa, e os de trabalhos com corpora de comunidades de várias regiões do Brasil (ANJOS, 1999; MONGUILHOT, 2002; NARO, 1981; NARO; SCHERRE, 1999, 2000, 2003; SCHERRE; NARO, 1991, 1998, 2004).

O intuito é compreender o efeito de variáveis internas, como saliência fônica do verbo, paralelismo lingüístico, traço semântico e posição do sujeito na variação da concordância verbal, e demonstrar que os resultados são diretamente comparáveis e perfeitamente análogos aos de pesquisas com dados de comunidades de várias regiões do País.

Os resultados apontam a tendência, na fala individual (CARDOSO, 2005), de usar a concordância verbal padrão – mais de 50%, num universo de 507 dados, excluídos os casos de sujeito a gente –, assim como falantes com mais de quatro anos de escolarização das regiões Norte e Nordeste o fazem.

Anjos<sup>1</sup> (1999), com amostra da Paraíba, demonstrou uma porcentagem de 35% de concordância verbal padrão na fala de pessoas que freqüentaram a escola entre um e quatro anos; e de 55% na fala das que freqüentaram a escola entre cinco e oito anos. Rodrigues<sup>2</sup> (1987), com amostra de São Paulo, mostrou que, com o sujeito de primeira pessoa do plural, nós, há 44% e 62% de concordância verbal padrão, na fala de analfabetos e pessoas com até quatro anos de escolarização, respectivamente. Com o sujeito de terceira pessoa do plural, o uso de concordância verbal padrão abaixa para 28% e 30%, na fala de analfabetos e de quem tem até quatro anos de escolaridade, respectivamente. Já com amostra do sul do país, mais especificamente de Florianópolis, Monguilhot<sup>1</sup> (2001) encontrou índices altos de uso da concordância verbal padrão – 81% e 79% – em falantes com quatro e com onze anos de escolarização, respectivamente.

As variáveis selecionadas no estudo de Cardoso (2005) – saliência fônica do verbo, traço semântico do sujeito, paralelismo oracional e discursivo, posição do sujeito em relação ao verbo e pessoa gramatical do sujeito – são praticamente as mesmas selecionadas em outros estudos sobre o fenômeno em jogo, e os resultados, resguardadas as devidas diferenças de análise, praticamente idênticos: os verbos com oposição [+saliente], o SN sujeito [+humano], SN sujeito com marca formal de plural à esquerda mais próximo do verbo favorecem a concordância verbal padrão, enquanto os verbos [-saliente], SN sujeito [-humano], SN sujeito sem marca formal de plural, SN sujeito à direita e os mais distantes do verbo

desfavorecem a concordância verbal padrão.

Assim, esses resultados demonstram que o funcionamento da regra variável da concordância verbal é o mesmo na comunidade e no indivíduo, ou seja, se as variáveis selecionadas nas pesquisas com amostras de comunidades das regiões Nordeste, Sudeste e Sul se interseccionam de alguma forma com as variáveis selecionadas a partir do corpus de Cardoso (2005), com uma única pessoa, há argumentos suficientes para constatar que existe um mesmo sistema sintático em variação, e não sistemas diferentes que só manifestam variáveis em uso.

<sup>1</sup> Os resultados de Anjos (1999) são do Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba - VALPB. <sup>2</sup> Os dados de Rodrigues (1987) são de comunidades que vivem nas favelas de São Paulo.

ANJOS, Sandra Espínola dos. Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses. 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BELL, Allan. Language style as audience design. *Language in society*, v. 13, n. 2, p. 145-204, 1984.

CARDOSO, Caroline R. Variação da Concordância Verbal no indivíduo: um confronto entre o lingüístico e o estilístico. 2005. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras/Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, UnB, Brasília-DF.

LABOV, W. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MONGUILHOT, Isabel O. S. Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos. 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language: LSA*, Baltimore, v. 57, n. 1, p. 63-98, mar. 1981.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. A influência de variáveis escalares na concordância verbal. *A cor das letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana*, Feira de Santana, n. 3, p. 17-34, dez. 1999.

RODRIGUES, Ângela C. de S. A concordância verbal no português popular em São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

SANKOFF, D. Variable rules. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIER, Klaus J. (Org.) *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1988.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: [http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV\\_index.htm#ref](http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref);

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA (APL), 20. Lisboa: 2004.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Empirical foundations for a theory of language change*. Austin: University of Texas Press, 1968.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Atlas lingüístico do espírito santo: resultados parciais

Catarina Vaz Rodrigues

vazrodrigues@terra.com.br  
Universidade Federal do Espírito Santo

O Espírito Santo ainda não teve suas variantes diatópicas descritas. Até o momento, foram efetuados alguns estudos monográficos, mas nenhum estudo mais abrangente foi desenvolvido. Considerando que o Estado apresenta características étnicas, culturais e econômicas específicas, parte-se da hipótese de que compreende áreas lingüísticas diferenciadas. O ALES tem assim como objetivo descrever e analisar as principais variantes lexicais e fonomorfológicas utilizadas pelos capixabas.

Ao registrar as variantes em uso, o ALES propiciará a pesquisadores, educadores, gramáticos, autores de livros didáticos, lexicógrafos e demais interessados nos estudos lingüísticos um material amplo, coletado seguindo critérios metodológicos precisos.

Seguindo princípios de Geolingüística, foi estabelecida a rede de pontos, foi definido o perfil dos informantes e foram elaborados os questionários. A seleção das localidades levou em consideração a rede de pontos proposta por Antenor Nascentes e os pontos propostos no Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), os quais foram reavaliados, uma vez que os pontos adequados para o atlas brasileiro poderiam não ser os mais representativos para o atlas estadual. A rede apresenta trinta e um pontos, à qual foram acrescidos mais seis com o propósito de incluir grupos lingüísticos minoritários.

A seleção dos pontos foi feita a partir do estudo das microrregiões definidas pelo IBGE, visto reunirem características físicas, econômicas e sociais relativamente homogêneas. A seleção dos municípios que compõem a rede incluiu, entre seus critérios, a distribuição, para evitar que algumas áreas ficassem sem representação. O Estado foi dividido assim em células de 5.000 km<sup>2</sup>, seguindo-se aqui um critério já utilizado no Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul (ALERS). Outro critério foi o histórico: procurou-se selecionar localidades mais antigas, representativas histórica e culturalmente. Esse critério, aparentemente simples, nem sempre foi fácil de aplicar. Primeiro, porque o Norte do Estado é de colonização recente, incluindo a noroeste localidades que, em 1927, eram descritas nos livros como 'terrenos desconhecidos'. Assim, quando em dúvida sobre qual município escolher visto que todos eram relativamente novos, optou-se por aquele que se previa, dadas suas características étnicas e culturais, maior diversidade lingüística. Além disso, alguns distritos com data de criação recente são, na verdade, localidades antigas, desmembradas das sedes há pouco tempo. Tal fato exigiu uma pesquisa cuidadosa quando havia, lado a lado, um município aparentemente novo e outro antigo. Dados os objetivos da pesquisa, deu-se preferência aos municípios que apresentassem população rural e densidade demográfica de baixa a média. Ambos os quesitos apresentaram problemas em poucas células, pois no Estado há predomínio das características definidas. A taxa de analfabetismo, um fator preocupante, dado os índices que apresenta, também foi considerada. Assim, se duas localidades apresentassem características semelhantes em todos os quesitos, a escolha se dava em favor daquela que apresentasse o maior número de analfabetos. Conhecer

a realidade lingüística dessas regiões mostra-se o primeiro passo para uma reformulação do processo de alfabetização.

Obtiveram-se assim os seguintes pontos para os inquiridos do Português: 1. Mucurici; 2. Montanha; 3. Ecoporanga; 4. Pinheiros; 5. Conceição da Barra; 6. Vila Pavão; 7. Barra de São Francisco; 8. Nova Venécia; 9. São Mateus; 10. Águia Branca; 11. Vila Valério; 12. Pancas; 13. Rio Bananal; 14. Linhares; 15. Colatina; 16. Aracruz; 17. Laranja da Terra; 18. Santa Teresa; 19. Serra; 20. Afonso Cláudio; 21. Domingos Martins; 22. Iúna; 23. Muniz Freire; 24. Ibitirama; 25. Alfredo Chaves; 26. Vargem Alta; 27. Muqui; 28. Itapemirim; 29. São José do Calçado; 30. Mimoso do Sul; 31. Presidente Kennedy. Seguindo-se os princípios dialetológicos, os inquiridos serão efetuados na zona rural de cada município.

Em relação ao perfil do informante, também foram seguidos critérios dialetológicos tradicionais. Os informantes devem apresentar preferencialmente as seguintes características: serem nascidos no local ou terem ali chegado ainda pequenos; serem os pais e o cônjuge da mesma localidade; serem analfabetos ou terem no máximo 4ª série; não serem muito viajados; não terem vivido muito tempo fora da localidade; terem aparelho fonador em boas condições; terem idade entre 30 e 55 anos. Considerando-se a viabilidade financeira e a disponibilidade de tempo, estão previstos dois informantes (um homem e uma mulher) por ponto. Não foram incluídos informantes mais idosos, porque a pesquisa não tem por meta investigar aspectos diacrônicos. Sendo o ALES um atlas rural, também não foram incluídos informantes com escolaridade diferenciada.

Na elaboração dos questionários, foram incluídas questões já formuladas em outros atlas, inclusive no ALiB, garantindo-se assim um balizamento do alcance das variantes. A essas questões foram acrescidas aquelas que são específicas para o Estado e incluídos temas para discursos semidirigidos. O questionário lexical inclui 220 questões (onomasiológicas e semasiológicas) distribuídas pelos seguintes campos semânticos: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, flora, atividades agro-pastoris, fauna, convívio e comportamento social, ciclos da vida, corpo humano, religião e crenças, jogos e brincadeiras, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios. O questionário fonético-fonológico apresenta 25 questões que averiguam a realização de consoantes e vogais em ambientes previamente estabelecidos.

As questões morfológicas nem sempre apresentam diferenciação dialetal significativa e, como não havia pesquisas prévias que pudessem orientar o planejamento de um questionário focalizando itens com provável variação, o questionário morfológico investiga apenas seis itens. Entre eles, há questões referentes à utilização de pronomes, gênero, número e grau. Esta parte será complementada com os dados dos discursos semi-dirigidos, que investigam o uso dos tempos presente, passado, futuro e condicional. Espera-se obter nos discursos semidirigidos, como ocorre com as pesquisas sociolingüísticas, dados morfológicos que permitam delinear e, posteriormente, ampliar, as pesquisas nessa área.

Até o momento, foram concluídos os seguintes pontos: Mucurici, Montanha, Ecoporanga, Pinheiros, Vila Pavão, Barra de São Francisco, Águia Branca, Laranja da Terra, Muniz Freire, Ibitirama, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Itapemirim, São José do Calçado e Itapemirim. Os dados do questionário lexical, aqui apresentados, são parciais e compreendem o norte e o sul do Estado. Além disso, embora



as transcrições estejam adiantadas, a elaboração das cartas está em fase inicial.

ALMADA, Vilma F. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória, SPDC/UFES, 1993.

## O uso da língua no cotidiano e o bilingüismo entre pomeranos

Ismael Tressmann

uujatuu@terra.com.br  
Faculdade da Região Serrana

Os pomeranos são um povo de imigrantes europeus e rico em tradições orais. Os primeiros pomeranos chegaram ao Espírito Santo em 1859, época anterior ao processo de unificação da Alemanha do século XIX. Provenientes, em sua maioria, da Pomerânia Oriental, as maiores levas, porém, chegaram no início dos anos 1870, quando a imigração também cessou. A língua pomerana é falada no Brasil pelos descendentes de pomeranos em comunidades no Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O pomerano é uma língua baixo-saxônica e da família Germânica Ocidental. Estima-se que a população pomerana no Espírito Santo atualmente gire em torno de 120 mil e, em termos de Brasil, talvez, ultrapasse 300 mil indivíduos (Cf. TRESSMANN, 1998).

A pesquisa foi realizada no município capixaba de Santa Maria de Jetibá. O referido município está localizado a uma latitude Sul de 20° 01' 45" e uma longitude de 40° 44' 33" de Greenwich. Limita-se, ao Norte com os municípios de Itarana e Santa Teresa; ao Sul com Domingos Martins; a Leste, com Santa Leopoldina; a Oeste, com o município de Afonso Cláudio. De acordo com o último censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2000, o município de Santa Maria de Jetibá tem 28.690 habitantes, sendo que 5.103 pessoas residem na zona urbana e 23.587 na zona rural. Os habitantes, tanto no campo quanto na cidade, são predominantemente de origem pomerana. Em termos populacionais e de manutenção da língua nativa, o município é considerado o 'mais pomerano do Brasil'. Os camponeses (cerca de 80 por cento da população) vivem em propriedades de base predominantemente familiar. As propriedades rurais têm, em média, 20 hectares. A estrutura fundiária é formada por agricultores familiares com grande diversidade de produção agrícola.

Na comunidade estudada, verificamos a presença de três línguas: pomerano, português e alemão, cada uma delas acionada em diferentes situações sociais. Há diferenças no uso das três línguas entre mulheres e homens. Ambas as línguas possuem modos distintos de serem usadas no cotidiano dos pomeranos e têm peso significativo em vários aspectos dos rituais que marcam os ciclos vitais do grupo e no processo de acusação de bruxaria. O alemão, mesmo não sendo falado e entendido pela grande maioria, é valorizado no sentido de demarcar uma identidade coletiva em determinadas situações rituais. Se a língua pomerana se encontra mais próxima ao ambiente familiar, o uso do alemão está mais próximo à esfera religiosa, especialmente à participação dos pomeranos

na Igreja Luterana. Este fator se torna mais evidente no apego do grupo estudado às palavras sagradas da Bíblia, aos escritos do reformador Lutero e demais escritos de cunho religioso redigidos em alemão. As línguas pomerana e alemã são de suma importância na transmissão da tradição oral e na elaboração da identidade lingüística, social e étnica.

A discussão abarcando o uso da língua e o bilingüismo é relevante, pois abrange temas importantes para a Lingüística e para a Antropologia. Ademais, o pomerano é uma das 20 línguas de imigração (ou alóctones) faladas no Brasil e ameaçada de extinção; na antiga Pomerânia e na Alemanha, não há mais comunidades de fala de língua pomerana.

Neste trabalho, pretendemos verificar a origem e o grau de bilingüismo, distribuição, domínio e o uso das três línguas e as variáveis gênero, escolarização e idade entre os pomeranos do Espírito Santo, em especial da comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá. Pretendemos demonstrar ainda que aprender a falar uma língua que não é a sua e deixar de falar o próprio idioma não é algo espontâneo.

A leitura de clássicos como Gumperz (1964) mostrou a importância de se retomar o conceito de comunidade de fala. No Espírito Santo, temos uma comunidade de fala de língua pomerana que se estende da zona serrana ao norte do estado. O fato de os seus membros manterem contatos estreitos entre si mantém a unidade da língua.

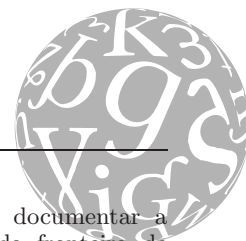
Uma complementação teórica do assunto, encontramos em Leopold (1972). Segundo o autor, quando ocorre a migração em massa de uma comunidade de fala não como comunidades transplantadas, mas como indivíduos isolados ou famílias, esse processo quebra a estrutura tradicional de vida do grupo e destrói o arcabouço social para a sobrevivência da língua nativa. No Espírito Santo, ao contrário do que ocorreu na Europa, os pomeranos imigraram para a colônia de Santa Leopoldina em número relativamente grande e ocuparam uma mesma área geográfica. Em consequência disso, a maioria da população dos demais grupos germânicos passou a assimilar a língua e a cultura pomerana.

Ferguson (1959) aponta que, onde existem diferenças marcantes de forma e função entre o estilo formal e o informal, falamos de uma situação de diglossia. No caso da comunidade pomerana, encontramos entre o grupo estudado uma situação de diglossia com bilingüismo. O português e o pomerano são línguas utilizadas em circunstâncias distintas e diferenciadas entre si, mas não há uma especialização funcional de cada uma das variedades.

A pesquisa realizada aponta que numa comunidade/sociedade há condicionamentos históricos, sociais e políticos que influenciam e até decidem sobre o uso ou não de uma língua em detrimento da outra. É viável uma comunidade de bilíngües tanto coordenados ou mesmo de bilíngües, em que uma das línguas é primária em relação à outra. Não se trata apenas de uma transição entre dois monolíngüismos, mas o bilingüismo pode perdurar. Verificamos, ainda, que na sociedade pomerana o papel da mulher tem grande peso na preservação do idioma nativo e na transmissão da germanidade.

BAHIA, Joana. *O Tiro da Bruxa". Identidade, Magia e Religião entre os Camponeses Pomeranos do Estado do Espírito Santo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

BURGER, G. Die Pommern-Gemeinde Jequitibá. In: WÜSTNER, Fr. *Lutherische Kirche in Brasilien - 1905-1955*. São Leopoldo. Ed. Rotermond & Co, 1955.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

- DREHER, Martin N. *Kirche und Deutschum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien*. Göttingen. Vandenhoeck & Ruprecht.
- FERGUSON, CH. 1959. Diglossia. *Word*, 15: 325-40, 1978.
- FRANCHETTO, Bruna. *Falar Kuikúro. Estudo etnolingüístico de um grupo Karibe do Alto Xingu*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986.
- GRANZOW, Klaus. *Grün ist das Tal am Rio Itajaí. Pommeranos in Brasilien*. Lübeck. Ed. Eugen Radtke, 1972.
- GUMPERZ, J. J. Linguistic and Social Interaction in Two Communities. In: J. J. Gumperz and D. Hymes (Ed.), *The Ethnography of Communication*. *American Anthropologist*, vol. 66, no. 6, part 2, 1964.
- LEOPOLD, Werner F. The Decline of German Dialects. In: FISCHMAN, J. A. *Readings in the Sociology of Language*. p. 341-364, 1972.
- TRESSMANN, Ismael. *Bilingüismo no Brasil: O caso da Comunidade Pomerana de Laranja da Terra* - ES. Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL-Rio). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.
- TRESSMANN, Ismael. *Da Sala de Estar à Sala de Baile. Estudo Etnolingüístico de Comunidades Camponesas Pomeranas do Estado do Espírito Santo*. Tese de Doutorado. Museu Nacional e Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

### Atlas lingüístico do município de Ponta Porã - MS (ALiPP): variações lexicais numa região de fronteira

Regiane Coelho Pereira Reis

regiareispereira@yahoo.com.br  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Várias ciências ocupam-se do estudo da relação entre o homem e sua linguagem. À Lingüística cabe o papel de descrever as línguas humanas e de demonstrar como elas se configuram no âmbito de uma comunidade, além de documentar a importância que esta confere à língua que fala. Dentre os diferentes ramos da Lingüística, situam-se a Dialetoлогия e a Geolingüística, que voltam seus estudos para a descrição das diferenças regionais da modalidade oral da língua, mapeando-as em cartas lingüísticas que integram os Atlas lingüísticos, resultados finais das pesquisas geolingüísticas. A importância dos Atlas, enquanto *álbum de fotografias* de redutos lingüísticos investigados numa dada época, tem sido divulgada e demonstrada por estudiosos brasileiros dessa área, especialmente, na última década. Sobre o assunto, assim se pronunciaram FERREIRA *et al* (1996, p. 488): “um Atlas lingüístico vale, assim, como registro documental da língua viva e como produto de uma reflexão sobre ela. Porém, como instrumento de trabalho, ele pode ser ponto de partida para novas investigações, multiplicando-se, assim, o seu valor”. Este trabalho, centra-se no Atlas lingüístico do município de Ponta Porã, MS – ALiPP (REIS, 2006), que descreveu particularidades lexicais da língua falada no município de Ponta Porã (MS), fronteira seca com Pedro Juan Caballero, Paraguai. A pesquisa

foi orientada pelos seguintes objetivos: 1) documentar a modalidade oral do homem do município da fronteira de Ponta Porã com Pedro Juan Caballero, no nível lexical, por meio de um Atlas lingüístico da faixa de fronteira; 2) registrar a variedade diatópica da fala do município de Ponta Porã; 3) identificar marcas de conservadorismo e de bilingüismo no vocabulário do homem do município investigado; 4) registrar possíveis influências das línguas em contato na região pesquisada no vocabulário do homem da fronteira. A escolha da localidade considerou a importância histórica e geográfica de Ponta Porã, que foi cenário da Guerra do Paraguai (1864-1870), haja vista que a situação de fronteira gera intensas trocas culturais e lingüísticas nessa faixa de território, dando-lhe, especialmente na língua falada, fisionomia própria, distinta de outras regiões do estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, a localidade é ponto de inquérito de dois outros projetos: Atlas lingüístico do Brasil e Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul. A base teórico-metodológica da pesquisa pautou-se nos fundamentos da Dialetoлогия e da Geolingüística. A rede de pontos reuniu oito localidades – sete no interior do município e a sede –, distribuídas de norte a sul e de leste a oeste do município. Para a definição da rede de pontos foram considerados os seguintes critérios: i) a densidade demográfica do município; ii) a importância histórica e geográfica da localidade; iii) a situação de línguas em contato que se manifesta na fronteira. As entrevistas foram realizadas com o auxílio do questionário lingüístico semântico-lexical, que contém 260 perguntas e 02 narrativas, com dois informantes em cada localidade – um masculino e um feminino –, de faixa etária entre 45 e 70 anos, analfabetos ou com baixa escolaridade, com ascendência paraguaia, falante bilíngüe e residente na localidade há mais de vinte anos. O produto final da pesquisa resultou no Atlas Lingüístico de Ponta Porã- MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai – ALiPP, que contém 232 cartas léxicas. As cartas lingüísticas do ALiPP, além de mapearem a distribuição diatópica das variantes registradas, evidenciaram as marcas de bilingüismo documentados e o índice de produtividade de cada língua na forma de nomeação referente que motivou a carta. Neste trabalho, além de fornecer uma visão geral sobre o ALiPP, discutiremos, a partir das cartas 7 – Margem; 15 – Roda em volta da lua; 42 – Cavalo usado em corridas; 114 – Zambeta; 118 – Grisalhos; 137 – Dar à luz; 193 – Pote; 229 – Rinha de galo do ALiPP, a questão das línguas em contato – português, espanhol, guarani – na área investigada, com destaque para a questão do bilingüismo e das marcas de conservadorismo lingüístico evidenciados pela pesquisa.

AGUILERA, V. de A. (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da UEL, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Editora da UEL, 2005. p. 431-462.

CARDOSO, S. A. M.. A Geolingüística no Brasil: meio século de contribuição à ciência da linguagem e ao ensino da língua materna. In: *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. v. 23. Florianópolis, 1999. p. 1-123.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *La Dialetoлогия*. Madrid: Visor Libros SL, 1994.

CINTRA, L. F. L. *Estudos de Dialetoлогия portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.

ELIZAINCIN, A. e THUN, H. El Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay: un proyecto Bilateral en Marcha. In: *Revista Diálogo Científico*. v.1, n. 1. Tübingen, 1992. p. 127-132.



EZQUERRA, M. A. Dialectología y Lexicografía. In: ALVAR, M. (Dir.) *Manual de Dialectología hispánica: el español de España*. Barcelona: Ariel, 1996. p. 49-54.

FERNÁNDEZ, F. M. *Princípios de Sociolingüística y Sociología del lenguaje*. Barcelona: Editorial S. A., 1998.

FERREIRA, M. B. *et al.* Variação Lingüística: perspectiva dialetológica. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M. (Orgs). *Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1996. p. 479-502.

REIS, R. C. P. *Atlas Lingüístico do município de Ponta Porã -MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai*.

THUN, H. La pluridimensionalidad del Atlas Lingüístico Diatópico e Diatrático Del Uruguay (ADDU). In: *Congreso Del español de América*. Bruxelas: 1995. p. 1-35.

TUAILLON, G. *Comportement de Recherche en Dialectologie Française*. Paris: Editions du CNRS, 1976.

### 3.12.3 Mesas-redondas

#### Falares regionais: estudos fonéticos e fonológicos

A presente Mesa-Redonda é o resultado de projetos de pesquisa realizados e em realização na Universidade Federal do Ceará e tem como objetivo principal mostrar as pesquisas e as análises que estão sendo feitas de alguns aspectos fonéticos e fonológicos do português falado nos estados da Paraíba, Ceará e Pará.

O primeiro Trabalho: Os Estudos Fonético-Fonológicos nos Estados da Paraíba e do Ceará é o resultado de diferentes pesquisas da autora sobre os falares da Paraíba e do Ceará. Nesses trabalhos, tenta-se descobrir se as variações fonéticas da língua portuguesa falada nesses estados são realmente regionais – diatópicas – hipótese esta aventada pelos estudiosos do assunto, ou se são muito mais sociais – diastráticas, não marcando, assim, os estados ou mesmo a região, mas uma classe social, a dos menos escolarizados.

A pesquisa para o Atlas Lingüístico do Brasil – Projeto ALiB, no Estado da Paraíba – ALiB-PB e no Ceará – ALiB-CE, nos inquéritos experimentais realizados em Fortaleza e João Pessoa, vem confirmando uma série de fatos fonético-fonológicos já detectados em trabalhos anteriores, com *corpora* diferentes.

Neste trabalho, analisaremos as diferenças diatópicas, marcas do falar da Paraíba, representado pela capital João Pessoa e do Ceará, representado pela capital, Fortaleza, quanto ao fenômeno da despalatalização, iotização e apagamento dos fonemas /λ/ e /ɲ/; bem como a ditongação e monotongação, mostrando exemplos desses aspectos nos *corpora* analisados. O segundo trabalho, A Monotongação no Falar Culto dos Fortalezenses, trata da monotongação, bastante presente no português oral culto de Fortaleza. Para este trabalho, foram utilizadas 1154 ocorrências do ditongo [ow], 915, isto é, 79% aparecem monotongadas, enquanto 239 (21%) não aplicam a regra.

Entre os fatores que mais determinam a variação, tem-se o contexto fonético posterior, a tonicidade, o contexto fonético anterior, a natureza morfológica, o tipo de registro e a variável sexo é a última variável selecionada. A variável faixa etária não foi selecionada pelo programa, o que segundo Tarallo (2001, p. 65) é um indício de que a regra variável

não representa uma mudança em progresso.

O terceiro trabalho, Os Fonemas [λ] e [ɲ] no Falar de Marabá-Pa: Aspectos Extra-Lingüísticos, que é o resultado de uma pesquisa com 42 informantes da zona urbana da cidade de Marabá, Sudeste do Pará, descreve e analisa as realizações das palatais nasal e lateral, levando em conta 5 grupos de fatores estruturais (contexto intervocálico; estrutura da palavra (radical/sufixo); tonicidade da sílaba; estrutura silábica; classe gramatical) e não-estruturais (escolaridade; faixa etária; renda; sexo).

A análise do comportamento variável dos fonemas palatais lateral e nasal demonstrou que as realizações [ɲj], [lj] e [j]; /ɲ/, [ɲj] e [j] são determinadas, em termos probabilísticos, tanto por condicionamentos estruturais quanto por condicionamentos sociais que concorrem simultaneamente para a variação desses fonemas.

Em relação à atuação dos fatores sociais, foi possível constatar que estes possuem influência significativa para o fenômeno de variação dos fonemas analisados. O fator escolaridade exerce uma considerável influência sobre as ocorrências, a inserção dos falantes nos níveis mais altos de escolaridade, 5<sup>a</sup>-8<sup>a</sup> séries e 2<sup>o</sup>-3<sup>o</sup> graus. A influência do fator renda indica que falantes de baixa renda dão maior preferência ao uso das variantes [λj]- [j] e [ɲj]- [j], enquanto os de renda média dão preferência para [λj]- [lj] e [ɲ]. A faixa etária apresenta influência significativa para cada uma das variantes.

Apesar de esses resultados igualarem os usos dessas variantes em termos de aceitação social, parece-nos que algumas ressalvas devem ser levadas em conta, considerando os dados brutos. Os nossos dados indicam ainda que os usos das variantes podem estar relacionados à distinção padrão X não-padrão.

AGUILERA, Vanderci. O Fonema [lh]: Realizações Fonéticas. Descrição e sua Comprovação na Fala Popular Paranaense. In: Encontro Nacional de Fonética E Fonologia, III. *Anais*. João Pessoa. UFPA, 1988.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A Despalatalização e Iotização no Atlas Lingüístico da Paraíba. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, I. *Atas*, v. II, Dialectologia e Sociolingüística. Salvador: UFBA, 1997.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A Despalatalização e a Iotização no Falar de Fortaleza. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO GELNE, XIV. *Resumos*. Natal: UFRN, 1996.

ARAÚJO, A. A. de. A monotongação de [ay] e [ey] na norma culta de Fortaleza. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN- IV. *Anais*. Brasília: [s.n.], 2005.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Sobre a Nasal e a Lateral Palatais no Português do Brasil*. UFRJ, 1996. (inédito)

CARUSO, Pedro. A Iotização de LH Segundo o Atlas Prévio dos Falares Baianos. *Alfa*. São Paulo, N<sup>o</sup> 27, p. 47-52, 1983.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

SOARES, Eliane Pereira Machado. *Variações dos Fonemas Palatais Lateral e Nasal no Falar de Marabá-Pa*. Belém, 2002. Dissertação (Mestrado) - UFPA.

TEYSSIER, P. *Histoire de la langue portugaise*. Paris: PUF, 1980, p. 100.

#### Os estudos fonético-fonológicos nos Estados da Paraíba e do Ceará



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Maria do Socorro Silva de Aragão

acaragao@terra.com.br  
Universidade Federal do Ceará / Universidade  
Federal da Paraíba

Estudar os falares regionais nordestinos, sob o aspecto fonético-fonológico, tem sido, desde alguns anos atrás, nossa principal preocupação. Tal escolha não se deve, apenas, à nossa origem, mas, ao desejo de descobrir se as variações da língua portuguesa falada no nordeste são realmente regionais – diatópicas – hipótese esta sempre aventada pelos estudiosos do assunto, ou se são muito mais sociais – diastráticas –, não marcando, assim, uma região, mas uma classe social, a dos menos escolarizados.

Pois, muitas vezes concordamos com Teyssier quando ele afirma:

[...] na realidade as divisões ‘dialetais’ são no Brasil menos geográficas que socioculturais. As diferenças nos modos de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem cultivado e seus vizinhos analfabetos que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia deve ser menos horizontal que vertical.<sup>1</sup>

O português falado no Ceará e na Paraíba vem sendo analisado não só por especialistas nordestinos, como, também, por pesquisadores de outras regiões que chegaram ao nordeste com o propósito de dar continuidade a esses estudos. Tais trabalhos seguem uma longa tradição de professores e estudiosos da área de letras, todos com o objetivo dos mais proveitosos, de coletar dados e informações para a análise dos falares cearense e paraibano nos seus aspectos fonético-fonológicos.

A pesquisa para o Atlas Lingüístico do Brasil – Projeto ALiB, no Estado do Ceará – ALiB-CE e na Paraíba – ALiB-PB, nos inquéritos experimentais realizados em Fortaleza e João Pessoa, nos confirmando uma série de fatos fonético-fonológicos já detectados em trabalhos anteriores, realizados por nós e por outros pesquisadores locais e nacionais, com *corpora* diferentes. As pesquisas estão ainda em fase preliminar e, somente com o desenvolvimento dos inquéritos, os fatos encontrados e aqui analisados poderão ser confirmados, caracterizando, ou não, variantes regionais dos falares cearense e paraibano.

Neste trabalho, analisaremos as diferenças diatópicas, marcas do falar do Ceará, representado pela capital, Fortaleza e da Paraíba, representado pela capital, João Pessoa, quanto ao fenômeno da despalatalização, iotização e apagamento dos fonemas /λ/ e /ɲ/; e a ditongação e monotongação, mostrando exemplos desses aspectos nos *corpora* analisados. Os estudos fonético-fonológicos na região nordestina, até a segunda metade dos anos sessenta e início dos anos setenta, são poucos e em grande parte levados a efeito sem objetivos específicos bem definidos e metodologia adequada. Muitos trabalhos, além de imprecisos quanto à delimitação do *corpus*, apresentam problemas metodológicos relativos à própria análise do material coletado. Sob o aspecto fonético-fonológico, por exemplo, não foram estabelecidas as variantes de cada sub-região, e suas motivações diatópicas, diastráticas

ou diafásicas. Vale ressaltar que os primeiros trabalhos, de modo geral, focalizaram mais o aspecto diacrônico, registrando-se apenas as alterações fonéticas sofridas pela língua, sem maiores análises ou explicações para as causas dessas mudanças.

Isto não quer dizer, entretanto, que todos os trabalhos até então efetuados no Nordeste pequem por absoluta ausência de rigor científico. Há trabalhos realizados com base em pesquisa de campo, com *corpus* bem delimitado, em que são considerados não só os aspectos puramente lingüísticos mas, também, os aspectos sócio e etnolingüísticos.

Outro problema quanto aos trabalhos realizados no Nordeste é sua pouca divulgação. Muitas vezes, são conhecidos apenas na instituição onde são realizados, não passando, sequer, para outras instituições do mesmo Estado.

Contudo, felizmente, a partir de meados dos anos sessenta, com a obrigatoriedade da disciplina Lingüística nos cursos de Letras e, na década de setenta, com o surgimento dos cursos de Pós-Graduação em Letras em nossa região, essa situação vem mudando radicalmente, como veremos a seguir. Com a criação dos Mestrados e a exigência cada vez maior do MEC para que as instituições qualificassem seus professores, foram sendo implantados e fortalecidos cursos de Pós-Graduação em quase todo o Nordeste e mesmo aquelas Universidades que não têm cursos *stricto sensu*, já possuem seus cursos *lato sensu*, que têm preparado, com bastante eficiência, pessoal para concorrer ao Mestrado não só no Nordeste, mas no Sul e Sudeste do país.

Porém, a grande revolução desencadeada pelos cursos de Pós-Graduação no Nordeste foi a criação de Grupos de Pesquisa e, como conseqüência, o grande número de trabalhos apresentados em Encontros nacionais e estrangeiros, publicados por pesquisadores nordestinos, embora em comparação com o Sul e Sudeste estejamos em minoria, pelos motivos político-acadêmicos que todos conhecemos e que não vale a pena explicitar.

No estado da Paraíba, os estudos fonético-fonológicos surgiram na década de 70 com as teses e dissertações de professores paraibanos que se qualificaram em outras regiões do país e com as dissertações surgidas no curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba. Tais professores e pesquisadores a partir daí constituíram seus próprios grupos de pesquisa, que vêm desenvolvendo excelentes trabalhos no campo da fonética e da fonologia. Vale destacar, neste aspecto, os trabalhos desenvolvidos pela equipe do Projeto ‘Variação Lingüística no Estado da Paraíba’ – VALPB, que vem apresentando sistematicamente os resultados dessa pesquisa.

No Ceará, com exceção dos trabalhos de Martins de Aguiar, com seu trabalho ‘Fonética do Português do Ceará’, Antônio Sales, com ‘O Falar Cearense’, Florival Serraine, com vários trabalhos sobre a linguagem regional popular e José Rebouças Macambira, lingüista cearense que estudou o falar cearense sob vários aspectos, os demais trabalhos dessa época levaram em conta o léxico regional cearense, com excelentes estudos.

Atualmente, projetos como o do Atlas Lingüístico do Ceará, o da Norma Urbana Culta de Fortaleza, o do Português Não-Padrão do Ceará e o dos Dialetos Sociais Cearenses, entre outros e as novas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado de professores e alunos das Universidades Federal e Estadual do Ceará, têm estudado aspectos específicos do falar cearense, sob a ótica da fonética e da fonologia do português culto e do português popular do Ceará utilizando as mais diferentes correntes da lingüística moderna.





AGUIAR, Martins de. Fonética do português do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo LI, anno LI, Fortaleza, 1937, p. 271-307.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.

ARAGÃO, M. do Socorro Silva de. A despalatalização e a iotização no falar paraibano. I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. *Resumos*. Salvador: UFPA, 1994.

ARAGÃO, M. do Socorro Silva de *et al.* A despalatalização e conseqüente iotização no falar de Fortaleza. XIV JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO GELNE. *Resumos*. Natal: UFRN, 30/10 a 01/11 de 1996.

ARAGÃO, M. do Socorro Silva de.; MENEZES, Cleusa P.B. de. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: CNPq/UFPA, 1984, v.1 e 2.

ARAÚJO, A. A. *A monotongação na norma culta de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 2000 (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, M. F. R. de. Considerações sobre a monotongação do ditongo decrescente [Ey] no dialeto de Caxias (MA). *Revista Letras PUC-Campinas* 19 (1/2) 121-137, dez. 2000.

MARROQUIM, M. *A língua do nordeste*: Alagoas e Pernambuco. São Paulo: Nacional, 1934

SALLES, A. *O falar cearense*. Fortaleza: Almanach do Estado do Ceará, 86-90, 1927.

SERAINE, Florival. Relações entre níveis de norma na fala atual de Fortaleza. In: SERAINE, Florival. *Linguagem e cultura - estudos e ensaios*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1985.

## Os fonemas / lh / e / nh / no Falar de Marabá -Pa: aspectos extra-lingüísticos

*Eliane Pereira Machado Soares*

elianema@ufpa.br

Universidade Federal do Pará

A partir de uma amostra obtida de 42 informantes da zona urbana da cidade de Marabá, Sudeste do Pará, descrevemos e analisamos as realizações das palatais nasal e lateral, levando em conta 5 grupos de fatores estruturais (contexto intervocálico; estrutura da palavra (radical/sufixo); tonicidade da sílaba; estrutura silábica; classe gramatical) e 6 não-estruturais (escolaridade; faixa etária; renda; sexo). Os dados foram analisados de acordo com a metodologia quantitativa, sendo utilizado o pacote de Programa Varbrul.

<sup>1</sup>A análise do comportamento variável dos fonemas palatais lateral e nasal demonstrou que as realizações [ɮj]/, [lj] e [j]; [ɲ], [ɲj] e [j] são determinadas, em termos probabilísticos, tanto por condicionamentos estruturais quanto por condicionamentos sociais que concorrem simultaneamente para a variação desses fonemas.

Em relação à atuação dos fatores sociais, foi possível constatar que estes possuem influência significativa para o fenômeno de variação dos fonemas analisados. Verificamos que as variantes são usadas por diferentes grupos sociais, porém há tendências claras de uso, de acordo com a estratificação social dos falantes e a aplicação da narrativa e do questionário, formas pelas quais os dados foram obtidos, o que demonstra que as variantes gozam de *status* social

diferenciado.

Os estudos mencionados no tópico anterior demonstram que os grupos de fatores sociais possuem influência significativa para o fenômeno de variação dos fonemas analisados neste trabalho. À semelhança do que ocorre em outros falares brasileiros, as variantes desses fonemas no falar marabaense são usadas por diferentes grupos sociais, porém há tendências claras de uso, de acordo com a estratificação social dos falantes e a aplicação da narrativa e do questionário, pelos quais os dados foram obtidos, de forma que as variantes gozam de *status* social diferenciado.

O fator escolaridade exerce uma considerável influência sobre as ocorrências: a inserção dos falantes nos níveis mais altos de escolaridade, 5<sup>a</sup>-8<sup>a</sup> séries e 2<sup>o</sup>-3<sup>o</sup> graus, revela que suas escolhas tendem para as variantes [lj]- [ɮj], [ɲj] - [ɲ], enquanto os falantes com pouca ou nenhuma escolaridade (0-3<sup>a</sup> série) dão preferência ao uso da semivocalizada.

A influência do fator renda indica que falantes de baixa renda dão maior preferência ao uso das variantes [lj] - [j] e [ɲj] - [ɲ], enquanto os de renda média dão preferência para [ɮj] - [lj] e [ɲ]. A baixa quantidade de dados para [ɲ] (5%) em relação à quantidade das demais variantes da nasal palatal fez-nos supor que, embora as realizações [ɲj] e [j] sejam preferidas na renda baixa, elas não possuem o mesmo tipo de aceitação social.

A comparação entre os resultados do grupo de fatores sexo fez-nos perceber que não há grande diferença, entre falantes homens e mulheres, quanto ao uso das variantes, no entanto, constatamos que as mulheres tendem mais à conservação das variantes [ɮj]- [j] e [ɲj], enquanto os homens dão maior preferência ao uso de [lj] e [j]. As diferenças de linguagem entre homens e mulheres são um fato já há muito atestado em estudos sociolingüísticos; isto se deve não somente a diferenças fisiológicas (ritmo, tom, velocidade), mas também a diferenças de comportamento social. Nas sociedades em geral, as mulheres estão sujeitas a pressões de ordem social que impõem uma *condição feminina* e que regulam seu comportamento lingüístico, fazendo-as utilizarem formas consideradas mais adequadas, polidas e corretas, em contraste com o comportamento lingüístico dos homens. Considerando nossos dados, vemos que as variantes palatalizadas são preferidas pelas mulheres, isto indica que essas variantes podem ser as variantes de prestígio e padrão, uma vez que as mulheres são mais sensíveis a essas variantes. A faixa etária apresenta influência significativa para cada uma das variantes, da seguinte forma: entre os mais jovens (15-25 anos), há predominância do uso de [ɮj] e [lj] e de [ɲj]; entre falantes da faixa intermediária (26-45 anos), há tendência ao uso de [lj] e [ɲj]; entre os falantes da terceira faixa (acima de 46 anos), há preferência pela semivocalizada. As diferenças lingüísticas condicionadas pela idade dos falantes demonstram que os indivíduos adquirem novos hábitos lingüísticos relacionadas ao tempo

Constatamos que as preferências pelas variantes também se relacionam ao uso da narrativa e do questionário, formas pelas quais os dados foram obtidos. A narrativa é caracterizada pela fala espontânea sobre assuntos diversos, sem maior preocupação com a correção da fala. O questionário, voltado para o levantamento de termos com as variantes, atrai um maior grau de atenção quanto à forma. De fato, os dados mostram que narrativa atua de forma a desfavorecer o uso das formas [ɮj] e [ɲ], apresentando tendência favorecedora para [j], ao passo que questionário revela o maior favorecimento ao uso de [ɮj] e [ɲ] e não favorecimento ao uso de [lj] e [j].

A descrição e a análise dos fonemas palatais lateral e nasal



deixam-nos entrever alguns aspectos, os quais retomamos aqui levando em conta sua pertinência para uma investigação mais aprofundada sobre as realizações desses fonemas.

Os maiores índices de conservação relacionam-se às variantes [λj] e [ɲ] entre mulheres, jovens, escolarizados, de renda média, o que é indicado pelos índices probabilísticos no falar estudado. Apesar de esses resultados igualarem os usos dessas variantes em termos de aceitação social, parece-nos que algumas ressalvas devem ser levadas em conta, considerando os dados brutos, como fazemos a seguir.

Os resultados probabilísticos demonstram que, em termos de valorização social, as variantes da palatal lateral se aproximam das variantes da nasal palatal. Se considerarmos, porém o percentual de frequência das variantes, veremos que a variante mais produtiva para [λ] é a variante [λ] (61%), ao passo que para [ɲ] a mais produtiva é [j] (69%).

A semivocalização mostra-se muito mais produtiva para o fonema nasal palatal do que para o fonema lateral palatal. O contraste entre os números para cada uma é bastante expressivo: para o primeiro, como já dissemos, a variante [j] corresponde a 69% e, para o segundo, corresponde apenas a 9%, no total geral das variantes. Isto pode indicar que a semivocalização seja mais significativa no âmbito da palatal nasal, sofrendo menor pressão social do que em relação à palatal lateral. Pode também indicar que o processo de implementação da semivocalização esteja num estágio adiantado para [ɲj], ao contrário do que ocorre com [j]. Ao nosso ver, a variante [j] pode ser a forma mais usual para /ɲ/, a aproximação dos resultados foi influenciada, de forma decisiva, pelo questionário.

Os nossos dados indicam ainda que os usos das variantes podem estar relacionados à distinção padrão X não-padrão. O uso de testes de percepção e sensibilidade lingüística poderia revelar quais são as variantes padrão, conservadoras e de prestígio, em oposição às não-padrão, inovadoras e estigmatizadas. A partir da análise de nossos dados, as variantes palatais e palatalizadas parecem gozar do *status* de variantes padrão, conservadoras e de prestígio, levando em conta os fatores sociais, ao contrário da semivocalizada. As primeiras são preferidas pelos mais jovens, mulheres e com maior escolaridade, ao contrário da última.

Algumas variantes parecem estar em processo de extinção, como [l] e [n], já que os percentuais relacionados a cada uma são baixíssimos, 3 e 1% respectivamente. Também é muito baixa frequência das variantes [j] e [λ], correspondendo ambas, coincidentemente, a 4% da amostra.

Todas estas considerações levam-nos a supor que cabe ainda verificar outras hipóteses que podem contribuir para uma análise mais abrangente sobre a variação destes fonemas, a qual poderá ser objeto de estudo num próximo trabalho.

<sup>1</sup>Os estudos resultaram na dissertação de Mestrado '*Variações dos fonemas palatais lateral e nasal no falar de Marabá-Pa.*'(2002). De um total de 4.645 dados (2.352 para /lh/ e 2.293 para /nh/), foram identificadas cinco variantes para a palatal nasal, das quais foram analisadas [ɲ], [ɲj], [j] e sete variantes para a palatal lateral, das quais foram analisadas as variantes majoritárias [λ], [l], [j].

AGUILERA, Vanderci. *O Fonema [lh]: Realizações Fonéticas. Descrição e sua Comprovação na Fala Popular Paranaense*. In: Encontro Nacional de Fonética E Fonologia, III. Anais. João Pessoa. UFPB, 1988.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *A Despalatalização e Iotização no Atlas Lingüístico da Paraíba*. In: CONGRESSO

INTERNACIONAL DA ABRALIN, I. Atas, v. II, Dialetologia e Sociolingüística. Salvador: UFBA, 1997.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *A Despalatalização e a Iotização no Falar de Fortaleza*. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO GELNE, XIV. Natal: UFRN, 1996.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Sobre a Nasal e a Lateral Palatais no Português do Brasil*. UFRJ, 1996. (inédito)

CARUSO, Pedro. *A Iotização de LH Segundo o Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Alfa. São Paulo., n° 27, p. 47-52, 1983.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MADUREIRA, Evelyne Dogliani. *Sobre as Condições da Vocalização da Lateral Palatal no Português*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

SILVA, Flávia R. Santoro; MOREIRA, Valéria Regina de O. *O Comportamento das Palatais Lateral e Nasal na Fala de Comunidades Pesqueiras Fluminenses*. Jornada de Iniciação Científica da UFRJ, XIX. Rio de Janeiro: Fac. de Letras, UFRJ, 1997.

SILVA, Marinalva Freire. *As Sequências 'LH' e 'NH' em Português*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS. V. 22, p. 91-99, 1987.

SOARES, Eliane Pereira Machado. *Variações dos Fonemas Palatais Lateral e Nasal no Falar de Marabá-Pa*. UFPA, 2002. Dissertação de Mestrado.

### A monotongação no falar culto dos fortalezenses

Aluiza Alves de Araújo

aluizaa@hotmail.com

Universidade Estadual do Ceará

Esta pesquisa trata do fenômeno fonético da monotongação – que consiste na passagem de um ditongo a uma simples vogal, como em *textipa[oru]* *textipa[ouru]* (touro), bastante presente no português oral culto de Fortaleza – à luz da Teoria da Variação Lingüística, defendida por Labov. Nesta investigação, utilizaram-se todos os sessenta e dois inquéritos coletados pelo Projeto PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza), sendo que destes, trinta são diálogos entre informante e documentador (DID), treze são diálogos entre dois informantes (D2) e dezoito são elocuições formais (EF).

Todos os quarenta homens e trinta e quatro mulheres que constituem a nossa amostra estão distribuídos igualmente em função do sexo (masculino e feminino), faixa etária (22-35, 36-50 e 51 em diante) e tipo de registro (D2, DID e EF) e apresentam as seguintes características: são fortalezenses natos; são filhos de pais cearenses; mantêm residência fixa em Fortaleza e possuem nível superior completo.

Das 1154 ocorrências do ditongo [ow], 915, isto é, 79% aparecem monotongadas, enquanto 239 (21%) não aplicam a regra. Este ditongo é o que apresenta a maior frequência de uso da variante monotongada, se comparado aos ditongos [ay] e [ey] analisados por Araújo (2006).

O programa VARB2000 selecionou, como estatisticamente mais relevantes para a monotongação do ditongo [ow], as seguintes variáveis: contexto fonético posterior, tonicidade, contexto fonético anterior, natureza morfológica, tipo de registro e sexo.



A variável contexto fonético posterior foi selecionada como o primeiro fator condicionante do processo de monotongação do ditongo [ow] pelo programa estatístico. De acordo com os resultados probabilísticos, a pausa (.64), a lateral [l] (.64), a oclusiva [k] (.83) e a fricativa textipa[f] são os segmentos de maior peso na aplicação da regra, ao passo que os fones: [t] (.33), [s] (.22), [v] (.31), [b] (.09) e [f] (.03) são fortes inibidores da monotongação. A fricativa [z] (.49) atua de forma neutra no processo de supressão do glide. Com exceção da oclusiva textipa[g] em que não houve aplicação da regra nas duas únicas ocorrências na palavra folgado [fow'gedu], todos os demais contextos mostraram-se categóricos no sentido de reduzir o ditongo a simples vogal.

Atribuem-se as altas probabilidades de supressão de [w] encontradas para esta variável à natureza da vogal de apoio (posterior, média e fechada), e não às características fonéticas dos segmentos considerados favorecedores do processo. Dessa maneira, pode-se dizer que condicionamentos de caráter fonético não exercem qualquer peso na redução do ditongo [ow].

A segunda variável selecionada pelo programa é a tonicidade. A monotongação é favorecida quando o ditongo se encontra em sílaba tônica (.56). Em sílabas pretônicas, o processo tende a ser inibido (.26). Tal resultado é muito semelhante ao da análise do ditongo [ey], como se vê em Araújo (*Op. cit.*), em que a aplicação da regra é mais encontrada em sílabas tônicas do que nas pretônicas.

Segundo Guy (1986), aprendem-se mais rapidamente os traços mais salientes por serem mais perceptíveis. Isto é, quanto maior a saliência, mais fácil a sua percepção. Por isso as novas formas são inicialmente introduzidas nestes ambientes para somente depois atingirem os ambientes com menor grau de saliência fônica.

Os dados obtidos confirmam a hipótese de Guy, já que as sílabas tônicas, aquelas que apresentam maior saliência fônica, são as que mais influenciam a aplicação da regra.

O fator contexto fonético anterior foi a terceira variável selecionada, portanto, menos influente que o contexto fonético posterior e a tonicidade. As oclusivas [g] (.81), [t] (.66), [d] (.80), a vibrante textipa[r] (.85), as vogais (.82) e a fricativa [z] (.67) são os contextos que mais beneficiam a aplicação da regra. Os segmentos [v] (.15), [l] (.23), [p] (.21), [s] (.26), [b] (.05), k (.12) inibem o processo. Já a pausa (.46) apresenta um comportamento neutro. Os outros segmentos [m], textipa[z], textipa[f], [n], textipa[ɹ], textipa[n], [f] mostraram-se categóricos no sentido de aplicar a regra.

Assim como ocorreu com o contexto fonético seguinte, aqui também se consideram apenas os resultados em pesos relativos, já que as elevadas frequências obtidas revelam o comportamento quase categórico deste ditongo, que sofre monotongação, independente de qualquer fator a ele adicionado. Desse modo, não é o ambiente fonético, e sim a vogal do ditongo que faz com que as frequências atribuídas a esta variável sejam tão elevadas.

A variável natureza morfológica é a quarta variável a ser selecionada pelo programa computacional. O ditongo [ow] está mais sujeito à monotongação quando se encontra no morfema flexional (.78) do que quando se encontra no lexema (.40) da palavra. O morfema derivacional foi registrado apenas oito vezes nos nossos dados, mas com a eliminação dos fatores *knockouts* no contexto fonético posterior e anterior, este subfator acabou desaparecendo dos dados submetidos ao VARB2000.

O comportamento destes morfemas pode ser explicado quando se verifica o ambiente silábico em que se encontra

cada morfema. O morfema lexical ocorre em sílabas tônicas e átonas de modo discreto, enquanto o morfema flexional que, só ocorre em sílabas tônicas (favorecedoras da regra), apresenta um efeito praticamente categórico (96%) no sentido de suprimir o glide.

A penúltima variável selecionada pelo programa é o tipo de registro, mas, dentre os fatores sociais, aparece em primeiro lugar. O D2 (.58) e o DID (.55) favorecem a supressão de [w], ao contrário do EF (.37) que tende a inibi-la.

Nesta análise, a variável tipo de registro apresenta, segundo Araújo (*Op. cit.*), o mesmo tipo de comportamento observado na análise do ditongo [ey]: na fala espontânea, D2 e DID, a probabilidade de ocorrer a monotongação de [ow] é maior do que no registro formal, EF.

A variável sexo é a última variável selecionada pelo programa, portanto, é menos influente que os demais fatores selecionados. Há uma maior probabilidade dos homens (.57) aplicarem a regra do que as mulheres (.44).

Nesta análise, a variável sexo apresenta o mesmo tipo de comportamento observado na análise do ditongo [ey], conforme Araújo (*Op. cit.*): os homens privilegiam mais a variante inovadora do que as mulheres.

A variável faixa etária não foi selecionada pelo programa, o que segundo Tarallo (2001, p. 65) é um indicio de que a regra variável não representa uma mudança em progresso. Os resultados obtidos para o ditongo [ow] podem ser interpretados da seguinte forma: a supressão de [w] é um processo praticamente consumado na língua, tendo já alcançado uma situação de estabilidade.

ARAÚJO, A. A. de. A monotongação de [ay] e [ey] na norma culta de Fortaleza. In: *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*. Brasília: [s.n.], 2005.

GUY, G. R. *Saliency and the direction of syntactic change*. xerox. 1986.

TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

### Uma descrição geo-sociolinguística do português brasileiro: o Projeto ALiB

A mesa-redonda apresenta o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB), projeto geo-sociolinguístico de cunho nacional, desenvolvido com o apoio de 15 instituições, que entre si firmaram convênio de cooperação, representando, assim, a presença oficial de doze estados da federação. Pensado e requerido pela comunidade de dialectólogos brasileiros, desde 1952, quando se formaliza a intenção em decreto do Governo Brasileiro (Decreto 30.643/20, março.1952), não tendo sido implementado, por diferentes razões, até a década de 90, a idéia de um atlas lingüístico do Brasil no tocante à descrição do português é retomada em 1996, por ocasião do *Seminário Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado por iniciativa do grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia. Nesta mesa-redonda, busca-se fornecer uma visão do desenvolvimento alcançado no curso desses dez anos, tratando, especificamente, (i) do estágio atual do Projeto; (ii) da metodologia vista numa perspectiva crítica e (iii) da discussão de questões relacionadas ao mapeamento de dados lingüísticos, à sua informatização bem como à criação de bancos de dados



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

dessa natureza. Para o traçado do estágio atual, retomam-se a história da sua estruturação e os passos dados para a implementação e desenvolvimento, a construção da metodologia, a formalização enquanto projeto interuniversidades; discutem-se aspectos da organização nacional, a criação de um Comitê Nacional de coordenação geral com representação dos atlas lingüísticos já publicados e dos atlas em andamento, e a estruturação de Regionais, coordenados por membros desse comitê; e fornecem-se dados atuais sobre o andamento da coleta de dados, que se encontra com 50% do previsto já concluído, sobre o processo de análise e informatização e sobre a previsão de divulgação dos primeiros resultados. Desses aspectos se ocupa a primeira comunicação. A segunda comunicação trata da utilização da metodologia requerida pela Geolingüística Pluridimensional Contemporânea, pela qual se pauta o Projeto ALiB, a qual inclui outras variáveis além da diatópica, tais como a diagenérica, diageracional, diastrática ou diafásica. Com essa fundamentação teórica, o perfil dos informantes do ALiB contempla indivíduos dos dois sexos, de duas faixas etárias – 18 a 30 anos e 50 a 65 anos – e, nas capitais, de diferentes níveis de escolaridade – quatro informantes com nível fundamental incompleto e quatro com grau universitário. Examina criticamente os caminhos metodológicos seguidos, destacando a pertinência dos passos adotados. A definição de princípios para o traçado cartográfico bem como a discussão de aspectos relacionados à implantação do banco de dados e às versões analógica e digital dos resultados a serem postos à disposição da comunidade acadêmica são objeto da terceira comunicação. Nesse trabalho, são apresentados (i) os itens referentes aos procedimentos adotados para a elaboração de *software* para a implantação dos dados coletados e transcritos e (ii) os critérios adotados para a cartografia com a utilização de sistema de informações geo-referenciais (SIG).

AGUILERA, Vanderci, MOTA, Jacyra, MILANI, Gleidy (Org.) *Documentos 1. Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: ILUFBA: EDUFBA, 2003.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci; KOCK, Walter; ARAGÃO, Maria do Socorro; ZÁGARI, Mário. *Atlas Lingüístico do Brasil*. Questionários 2001. Londrina: UEL, 2001. 47 p.

CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994a.

### Projeto atlas lingüístico do Brasil - Projeto ALiB: estágio atual

Suzana Alice Marcelino Cardoso

suzalice@ufba.br  
Universidade Federal da Bahia

O Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB) é um projeto de caráter nacional e de natureza interinstitucional, congregando instituições universitárias de diferentes áreas do país. Propõe-se realizar um atlas lingüístico geral do Brasil, no tocante à língua portuguesa, atendendo, assim, a uma antiga aspiração de lingüistas e brasileiros que, em meados do século XX, já se empenharam na sua realização. Pensado e requerido pela comunidade dessa área do conhecimento brasileiro, manifestadamente por Antenor Nascentes, Serafim

da Silva Neto, Celso Cunha, Nelson Rossi, entre outros, desde meados do século passado quando se formaliza, em 1952, a intenção em decreto do Governo Brasileiro (Decreto 30.643/20.março.1952), não foi implementado, por diferentes razões, até a década de 90. A idéia de um atlas lingüístico do Brasil no tocante à descrição do português é retomada em 1996, por ocasião do *Seminário Caminhos e perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, realizado por iniciativa do grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, momento em que se reúnem geolingüistas de todo o Brasil, representantes de atlas lingüísticos já publicados e de atlas em andamento. Nessa ocasião, iniciam-se as gestões para a sua concretização, são dados os primeiros passos e cria-se um comitê nacional para a sua coordenação. Decorridos dez anos da sua implantação, o Projeto ALiB está hoje consolidado e em franco desenvolvimento: caminhou solidamente; afirmou-se como um projeto estruturado, definido na letra de sua formulação, mas, principalmente, acolhido pela comunidade científica; estabeleceu a sua metodologia; criaram-se os parâmetros para a definição da rede de pontos, do perfil dos informantes, dos questionários a serem aplicados; estruturou-se como trabalho de caráter nacional, dirigido por um comitê constituído com a representação de oito universidades brasileiras, e tem alargado o comprometimento de instituições com a sua realização com a assinatura de um convênio inter-universidades que conta, hoje, com o compromisso firmado por quinze instituições que asseguram, até agora, a representação de 12 estados da Federação.

Projeto de concretização que demanda tempo, pode, e deve, ser entendido, na verdade, como um conjunto de subprojetos integrados e vencíveis cada um a seu tempo, vinculados a quatro etapas que podem ser vistas como subprojetos: (i) Projeto Atlas Lingüístico do Brasil - 1ª etapa: Concepção do Projeto e definição da metodologia (1996-2002); (ii) Projeto Atlas Lingüístico do Brasil - 2ª etapa: A constituição do *corpus* e transcrição dos dados (2001-2006); (iii) Projeto Atlas Lingüístico do Brasil - 3ª etapa: A transcrição e a análise dos dados (2004-2007); (iv) Projeto Atlas Lingüístico do Brasil - 4ª etapa: A editoração dos dados e publicação dos resultados (2005-2008). O Projeto ALiB responde, assim, a uma necessidade inadiável de descrição do português do Brasil, de identificação e reconhecimento de áreas dialetais brasileiras, para o conhecimento das quais dispõe-se unicamente da divisão dialetal de Nascentes (1953) e se apresenta como instrumento auxiliar no entendimento da história lingüística do Brasil e no processo de ensino-aprendizagem da língua materna. Propondo-se documentar os diferentes usos do português em todo território nacional, a partir do levantamento de dados tomados a uma rede de 250 localidades com um total de 1100 informantes, o projeto encontra-se em adiantado estágio de execução, nada obstante as dificuldades com que se debate o Comitê Nacional para conseguir financiamento específico para a pesquisa. Para o traçado do estágio atual, retomam-se a história da sua estruturação e os passos dados para a implementação e desenvolvimento, a construção da metodologia, a formalização enquanto projeto interuniversidades; discutem-se aspectos da organização nacional, a criação de um Comitê Nacional de coordenação geral com representação dos atlas lingüísticos já publicados e dos atlas em andamento, e a estruturação de Regionais, coordenados por membros desse comitê; e fornecem-se dados atuais sobre o andamento da coleta de dados, que se encontra com 50% do previsto já concluído, sobre o processo de análise e informatização dos dados e sobre a previsão de divulgação dos primeiros resultados.



A história da Geolingüística brasileira tem na implementação de um projeto voltado para a construção de um atlas lingüístico do Brasil um marco significativo, sobretudo pelo que tem significado como motivador de atlas regionais e estimulador de trabalhos científicos, dentre os quais se distinguem teses e dissertações de mestrado, voltados para essa área do conhecimento. Os passos dados para o seu desenvolvimento permitiram a construção de uma metodologia pautada pelos princípios de uma Geolingüística Pluridimensional, juntando a visão diatópica à visão sociolingüística - diagenérica, diageracional e diastrática -, assegurando, assim, que os resultados forneçam uma ampla fotografia do português brasileiro capaz de reproduzir a diversidade de usos com indicação das variáveis responsáveis por essa diversificação. A estrutura organizacional que caracteriza o Projeto, contando com uma direção nacional - o Comitê Nacional -, com Equipes Regionais coordenadas, cada uma delas, por membros desse comitê, e com a participação formalizada por convênio interinstitucional dão solidez ao trabalho que vem sendo desenvolvido. Com essa trajetória, o balanço que apresenta é amplamente satisfatório uma vez que sete Estados já contam com a pesquisa finalizada, 116 pontos dos 250 já têm os seus registros completados e 558 dos 1.100 informantes previstos já foram inquiridos.

AGUILERA, Vanderci, MOTA, Jacyra, MILANI, Gleidy (Org.) *Documentos 1. Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: ILUFBA: EDUFBA, 2003.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci; KOCK, Walter; ARAGÃO, Maria do Socorro; ZÁGARI, Mário. *Atlas Lingüístico do Brasil. Questionários 2001*. Londrina: UEL, 2001. 47 p.

CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994a.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

## Informatização e cartografia: o ALiB no século XXI

Silvana Soares Costa Ribeiro

silvanar@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

No trabalho, serão apresentadas as informações referentes à metodologia adotada para informatização e cartografia dos dados coletados para o Atlas Lingüístico do Brasil. A informatização de dados para projetos de pesquisa em dialectologia tem início, no Brasil, com os grupos de pesquisa que elaboraram Atlas estaduais e regionais e as experiências agregadas pelos grupos serviram de base para os primeiros estudos da Comissão de Informatização e Cartografia (CIC) do ALiB. Com base nos trabalhos para o Atlas *Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) e do Atlas *Lingüístico Sonoro do Pará* (ALISPA), estão sendo considerados os relatos documentais dos grupos de pesquisadores responsáveis pela confecção dos atlas citados. Para a elaboração do banco de dados do ALERS, foi desenvolvido programa computacional específico e já há trabalhos publicados com base no banco de dados constituído. O ALISPA apresenta a inovação de agregar ao dado lingüístico

transcrito a informação em arquivo sonoro, que pode ser consultada durante a busca do fato lingüístico observado. A constituição de banco de dados informatizado tem como vantagem, em relação aos outros métodos anteriormente utilizados, proporcionar a divulgação mais imediata e rápida dos resultados da pesquisa em andamento. É possível iniciar a publicação de mapas e cartas lingüísticas de parte dos dados coletados e transcritos, organizando-se a publicação em volumes. A experiência em cartografia para os lingüistas é pequena. Em geral, os atlas lingüísticos publicados no Brasil foram apresentados em mapas ou cartas que, segundo os geógrafos e cartógrafos, podem ser caracterizados como cartogramas. A preocupação em realizar trabalho interdisciplinar com a área do conhecimento em cartografia não é nova, mas para os atlas publicados não foi utilizada. Durante a 1ª reunião da Comissão de Informatização e Cartografia do ALiB, promoveu-se uma ampla discussão sobre o tema, os resultados foram apresentados em artigo a ser publicado em *Documentos 2 - Projeto Atlas Lingüístico do Brasil* (no prelo) e serão em parte retomados e descritos neste trabalho. Destacam-se os seguintes: conceito de mapa e carta lingüística, referências universais previstas pelos geógrafos (que devem ser explicitadas em mapas), preparação de base cartográfica como ponto de partida para o mapa nacional, definição de base cartográfica específica para outros mapas (regionais, de isoglossas, resumo entre outros) e, sobretudo, vantagens na utilização de um Sistema de Informações Geográficas - SIG. Os SIG são amplamente utilizados pelos pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, desde que se queiram relacionar dados descritivos à posição espacial do objeto de estudo. Ainda durante a 1ª reunião da Comissão, discutiu-se amplamente a natureza dos mapas do próprio ALiB, optando pelas versões analógica e digital. Estão em estudo as possibilidades de incorporar os dados sonoros dos informantes, no que se refere às respostas obtidas para o questionário fonético-fonológico - QFF. Buscam-se também formas de divulgação do produto final, na versão digital. As opções já pesquisadas são: mídia tipo DVD e internet. O *software* que está em desenvolvimento prevê a inclusão de dados por todos os grupos de pesquisadores distribuídos pelo Brasil. O uso da mesma ferramenta pelos diversos grupos de pesquisa no Brasil permitirá a redução do índice de erros e falhas na carga dos dados ou a duplicidade de informação. Atualmente, parte da Comissão de Informatização e Cartografia trabalha no desenho do banco de dados e na forma de entrada dos dados lingüísticos, e outra parte na constituição da base cartográfica a ser utilizada. O trabalho é constituído de dois momentos: no primeiro, serão apresentados os itens referentes aos procedimentos adotados para elaboração de *software* para implantação dos dados já coletados e transcritos e no segundo, serão apresentados os critérios adotados para a cartografia: a definição pela utilização de um sistema de informações geográficas - SIG, o método utilizado e a constituição da base cartográfica para o Atlas. O enfoque do trabalho será descritivo e apresentado em forma de relato de pesquisa em andamento.

CARDOSO, Suzana e MOTA, Jacyra (Org.) *Documentos 2 - Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006 - no prelo.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (BRASIL). V Workshop do ALiB - Salvador - BA 29 a 31 de agosto de 2005.

\_\_\_\_\_. 1ª reunião da Comissão de informatização e cartografia - Salvador - BA - 01 de setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. XX reunião do Comitê do Atlas Lingüístico do Brasil -



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

João Pessoa – PB – 3 e 4 de maio de 2006.

VIEIRA, Hilda Gomes. Fundamentos para organizar, implementar e manter um banco de dados geolinguísticos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.) *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

### O projeto Atlas Lingüístico do Brasil: uma visão crítica da metodologia utilizada

Jacyra Andrade Mota

jacymota@ufba.br  
Universidade Federal da Bahia

A utilização da metodologia requerida pela Geolinguística Pluridimensional Contemporânea, pela qual se pauta o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB), inclui, como sabemos, outras variáveis além da diatópica, tais como a diagenérica, diageracional, diastrática ou diafásica. Em razão disso, o perfil dos informantes do ALiB contempla indivíduos dos dois sexos, de duas faixas etárias - 18 a 30 anos e 50 a 65 anos - e, nas capitais, de diferentes níveis de escolaridade - quatro informantes com nível fundamental incompleto e quatro com grau universitário. Para o estabelecimento da variação diafásica, o questionário do ALiB contém, além de questões previamente redigidas para a obtenção de variantes fonéticas, semântico-lexicais e morfossintáticas, solicitações de comentários, relatos pessoais, descrições e texto para leitura. Decorridos 10 anos do início do projeto, com a realização de mais da metade dos 1.100 inquéritos previstos, e tendo em vista, sobretudo, a amplitude e a complexidade do Projeto ALiB, pretende-se, nesta comunicação, discutir alguns aspectos metodológicos, relacionados à rede de pontos, ao perfil dos informantes - seja quanto ao seu grau de escolaridade, seja quanto à naturalidade de seus pais - e aos questionários lingüísticos utilizados, com o objetivo de aperfeiçoar a metodologia que vem sendo utilizada na constituição do *corpus* e fornecer elementos que possam contribuir para a escolha dos procedimentos a adotar em outros trabalhos de natureza geolinguística, como os atlas hoje em andamento. Quanto à rede de pontos, destacam-se, por um lado, o acerto da escolha da maioria das localidades e, por outro, a necessidade de substituições que o contato direto com as comunidades ou a ampliação do conhecimento sobre algumas áreas exigiram. Observa-se, também, a relação entre o número de pontos e a densidade demográfica de cada estado ou cada região, adaptada às contingências de abarcar todo o território nacional, diferentemente do que ocorre em pesquisas geolinguísticas de cunho regional. O perfil dos informantes precisou ser revisto em função das dificuldades com que se depararam os inquiridores do ALiB em alguns dos 250 pontos previstos, com a quase inexistência, em certas áreas, de indivíduos sem o atual curso fundamental. Ampliou-se, assim, uma das faixas de escolaridade de 4 para 8 anos incompletos. Vale ressaltar que os sete ou oito anos de escolaridade facilitam a busca de informantes, mas, face às deficiências do sistema de ensino no país, nem sempre asseguram a proficiência na leitura do texto que se apresenta, na parte final do inquérito, aos entrevistados. A coleta de amostras diversificadas de fala tem propiciado uma visão mais pormenorizada da variação do português do Brasil, somando-se outras variáveis à diatópica. Citam-se aqui

dois exemplos: o primeiro refere-se à presença, na fala de informantes com maior grau de escolaridade, de variantes estigmatizadas, com valor estilístico, em situações especiais de fala, como em expressões do tipo *minha vea, meu veio*, dirigidas a familiares (*mãe, pai, marido*) ou em discursos reportados, de referência a falantes de outro estrato social, como no trecho em que um informante masculino de faixa etária 2, natural de Maceió, relatou um assalto, atribuindo ao assaltante a frase: '*Quem é que vai querê esse seu carro véio!*'; o segundo relaciona-se à maior frequência, no registro dos informantes da 1<sup>a</sup> faixa etária ou de falantes universitários, de variantes consideradas de prestígio, como as realizações africadas palatais [tʃ, dʒ], em áreas nordestinas em que ainda predominam as articulações dentais [ti, di]. Do ponto de vista do questionário, o fato de se pretender registrar a variação em escala nacional, levou à inclusão de questões que têm demonstrado pouco rendimento nos inquéritos, como as que se referem a 'coisas' desconhecidas ou pouco utilizadas pelo informante - como, por exemplo, *geléia* (questão 177 do questionário semântico-lexical (QSL)), em algumas localidades do Nordeste, ou objetos característicos de áreas rurais (*cangalha, canga, bruaca*, no QSL 055, 056 e 058, respectivamente), em registros realizados em áreas urbanas. Ao lado dessas, no entanto, observa-se a pertinência de algumas questões, como, por exemplo, as do QSL 145 e 146 (*Que nomes dão ao cigarro que as pessoas faziam antigamente, enrolado à mão?* e *Como se chama aqui o resto do cigarro que se joga fora?*, respectivamente) que forneceram uma série de sinônimos para *cigarro de palha* (*pacaio, boró, bagoga, drobó, beata, porrongo*) e para o *toco de cigarro* (*bituca, beata, бага, tóia, biana, góia*), nos inquéritos já realizados na Bahia e em Sergipe, Alagoas e Pernambuco. A redação preliminar de todas as questões tem assegurado o necessário grau de uniformidade na aplicação dos questionários, apesar do grande número de inquiridores (aproximadamente 30) e da extensão da área a ser pesquisada, 'do Oiapoc ao Xuí', no dizer de Antenor Nascentes (1953, p. 24). Tal procedimento não impede que o inquiridor utilize os recursos necessários à obtenção das respostas, quando a formulação inicialmente prevista não atinge seu objetivo, nem que o diálogo informante-documentador se desenvolva de forma bastante próxima de uma conversa informal, de modo a minimizar o famoso 'paradoxo do observador', a que se refere Labov (1972). Além disso, a uniformidade na formulação das questões possibilita o confronto entre respostas que, à primeira vista, poderiam ser consideradas variantes fônicas, mas que se aplicam a referentes distintos. É o que ocorre, por exemplo, com o vocábulo *mulher*, no registro de informantes de nível universitário, realizado com a consoante lateral palatal, como resposta à questão 129 do QFF, assim formulada: '*Eva foi a primeira ...*', e com a realização despalatalizada *mulé*, no sintagma *mulé da vida*, de referência ao QSL 142, em relação à *prostituta*. Observações como as acima sumarizadas podem, portanto, trazer subsídios de interesse para a discussão da metodologia que se considera como a mais adequada para o levantamento e a análise de dados em uma perspectiva pluridimensional, no ALiB ou em outros atlas.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci; KOCK, Walter; ARAGÃO, Maria do Socorro; ZÁGARI, Mário. *Atlas Lingüístico do Brasil. Questionários 2001*. Londrina: UEL, 2001.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.



NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

## Gramática do português afro-brasileiro: universais, contato e aquisição

A mesa tem como objeto de debate os fatores que atuaram na formação lingüística das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. Essas comunidades, que em muitos casos se originaram de antigos quilombos, constituem um verdadeiro laboratório para a identificação dos fatores que atuaram diretamente na formação do português popular brasileiro e indiretamente na formação do português brasileiro como um todo, considerando-se a polarização sociolingüística do Brasil. As análises têm como universo de observação a fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia: Helvécia, os arraiais de Rio de Contas, Cinzento e Sapé. Os aspectos da gramática dessas comunidades de fala analisados são: i) a topicalização; ii) as orações relativas; iii) os pronomes pessoais e a concordância verbal. A análise das construções de tópico fundamenta-se na comparação das estruturas encontradas no português urbano com as encontradas na amostra de fala do português rural afro-brasileiro. Deve-se destacar aí a identificação de uma estrutura de topicalização usada no português rural afro-brasileiro e ausente no português urbano. E, ao identificar a correlação entre certas estruturas de tópico e a fala das pessoas mais idosas e sem escolarização das comunidades em foco, a análise busca lançar luzes sobre a história da topicalização no português brasileiro como um todo. A análise das orações relativas baseia-se no pressuposto teórico de que a gramática de todas as línguas (crioulas ou não-crioulas) é restringida pelos princípios universais inatos da faculdade da linguagem. Os resultados da análise quantitativa e qualitativa dos tipos de sentenças relativas encontrados nas comunidades de fala analisadas (restritivas, não-restritivas, reduzidas e relativas livre) são comparados com dados de aquisição de L2 e com a sintaxe destas construções em pidgins e crioulos, para se chegar a uma indicação sobre a interferência do contato entre línguas na formação da gramática dessa variedade lingüística no contexto das diversas variedades do português brasileiro. Por fim, os resultados são comparados com os do estudo sobre sentenças relativas em escrita de africanos, do século XIX. O último trabalho concentra-se na relação entre mudanças na pauta dos pronomes pessoais sujeito e a concordância verbal, contrastando os processos de desenvolvimento paralelo que teriam ocorrido nas normas culta e popular do português brasileiro. Se na norma culta a substituição dos pronomes pessoais *tu* e *nós* por *você* e *a gente*, respectivamente, teve como consequência imediata a redução na flexão de número e pessoa do verbo, para a norma popular, a análise postula que a drástica redução da flexão de pessoa e número do verbo ocorreu em função do processo de transmissão lingüística irregular desencadeado pelo contato do português com as línguas africanas, independentemente de qualquer mudança na pauta dos pronomes pessoais sujeito. A análise da variação entre *tu* e *você* nas quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas demonstra que ambas as formas se combinam categoricamente com a forma verbal não marcada da 3ª pessoa do singular. Já os resultados da

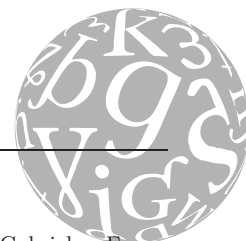
análise da variação entre *nós* e *a gente* demonstram que os falantes mais velhos, que usam a forma *nós* com maior frequência, são exatamente aqueles que menos fazem a concordância verbal. Tais resultados demonstram uma redução da flexão de pessoa e número do verbo na fala dessas comunidades, independentemente das mudanças na forma dos pronomes sujeito. As três pesquisas que compõem a mesa fundamentam-se em perspectivas distintas e apresentam visões alternativas sobre a formação histórica da sintaxe do português rural afro-brasileiro e, cotejando os seus resultados com os de outras variedades do português, procuram avançar na compreensão da formação histórica da realidade lingüística brasileira como um todo.

## Português rural afro-brasileiro: o tópico...

Edivalda Araújo

edivaldaraujo@ig.com.br  
Universidade do Estado da Bahia

Este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento dos tipos de construção de tópico encontrados nos *corpora* do português rural afro-brasileiro, do Projeto *Vertentes*, tomando como parâmetro a identificação das construções de tópico no português brasileiro urbano já realizada por outros autores. A definição dos tipos de tópico na literatura lingüística parte da relação semântica e/ou sintática que esse elemento estabelece com a oração. Dentre os tipos citados na literatura lingüística, são encontrados no português brasileiro urbano: Tópico Pendente, Tópico Pendente com Retomada (Cf. ARAÚJO, 2006), Topicalização Selvagem (este último tipo é sugerido por BRITO; DUARTE; MATOS, 2003); além dos tipos especificamente do português brasileiro, como o Tópico Sujeito e o Tópico com Cópia Pronominal (ou Duplo Sujeito), conforme ressaltado por Pontes (1987) e Galves (1988). A esses tipos, acrescentamos a Topicalização do Objeto Direto e o Tópico Locativo. A análise dessas estruturas na fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas revelou que há uma correspondência entre a realização das construções de tópico do português urbano e a do português rural afro-brasileiro, uma vez que encontramos os tipos acima citados. Há, contudo, uma exceção – tipo de tópico ainda não identificado no português urbano: o Tópico com Cópia, em que o elemento topicalizado é retomado por uma cópia. Na nossa análise, além da classificação dos tipos de tópico encontrados nos *corpora*, também verificamos a relação de sua ocorrência com os dados sociais dos falantes. O resultado é o seguinte: (i) no que se refere à permanência vs. saída da comunidade, considerando a pesquisa realizada por Pontes (1987) sobre o português urbano, esperamos que fosse encontrada uma relação entre saída da comunidade e maior número de realização de construções com tópico, mas a correlação numérica de realização de construções de tópico de pessoas que saíram da comunidade com as de outras pessoas que permaneceram indicou que não há diferença significativa entre elas, com exceção da realização dos Tópicos Locativos, que parece revelar interferência do fator externo, uma vez que o número de realizações desse tipo de tópico por pessoas que saíram da comunidade supera



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

o número de realizações por pessoas que permaneceram na comunidade – embora a diferença não seja muito significativa, principalmente em função do número de ocorrências desse tipo de construção. Em relação às construções de Tópico Pendente com Retomada, Tópico Sujeito e Tópico Pendente, parece haver uma tendência contrária: ou seja, o número de realizações para esses tipos de tópico é maior para as pessoas que permaneceram na comunidade; (ii) em relação à faixa etária e à realização dos tipos de tópico, os resultados indicam que, excetuando-se as construções de Tópico com Cópia Pronominal e de Tópico Pendente que apresentam número alto de ocorrência nas faixas 1 (de 20-40 anos) e 3 (acima de 60 anos), a faixa 3 parece realizar mais tópico do que a faixa 2 (entre 40 e 60 anos), que, por sua vez, também realiza mais tópico do que a faixa 1; (iii) no que se refere à escolaridade e à correlação com a realização dos tópicos, os dados revelam que, em relação às construções de Tópico Pendente com Retomada, Topicalização do Objeto Direto, Tópico Sujeito, Topicalização Selvagem e Tópico com Cópia, existe uma tendência a serem realizadas em maior número por pessoas analfabetas do que por pessoas alfabetizadas. Os outros tipos de tópico, Tópico Pendente, Tópico com Cópia Pronominal e Tópico Locativo, parecem ser mais usados por pessoas alfabetizadas. De modo geral, o cruzamento dos dados lingüísticos com os dados sociais parece indicar que algumas construções de tópico nessas comunidades, como o Tópico Sujeito, a Topicalização Selvagem e a Topicalização do Objeto Direto, estão ligadas à baixa escolaridade e também a uma faixa etária mais velha. À primeira vista, esses dados poderiam fornecer evidências contraditórias com relação às análises realizadas no português urbano moderno; entretanto, do que sabemos, até agora não houve um controle de cruzamento de dados lingüísticos e sociais no que se refere às construções de tópico no português urbano moderno, o que implica que não há informações suficientes que possam refutar ou endossar os resultados encontrados no português rural afro-brasileiro. Além disso, há um outro fato a ressaltar em relação a esta variedade do português brasileiro: os dados dos informantes mais velhos trazem uma contribuição importante aos estudos realizados na área de tópico em relação ao português brasileiro, uma vez que mostram, na fala de pessoas com 103 e 107 anos de idade, construções de tópico semelhantes às encontradas no português brasileiro urbano moderno. Revestem-se de importância esses dados porque podem ser evidências de que no início do século XX (e conseqüentemente, final do século XIX), período de efetiva aquisição lingüística por esses informantes mais velhos, havia a realização dessas construções de tópico na oralidade, fato que até agora não se conseguiu evidenciar a partir da análise do português brasileiro escrito em cartas pessoais e peças de teatro do início do século XX, em Decat (1989) e Araújo (2006). O que não conseguimos explicar até agora, tanto no português brasileiro urbano quanto no rural, é a origem dessas construções de tópico específicas, como o Tópico Sujeito e a Topicalização do Objeto Direto presentes; ou seja, não conseguimos identificar quem influenciou quem: se o português urbano influenciou o português rural ou o rural influenciou o urbano. Se esta última hipótese conseguisse ser provada, teríamos uma indicação da provável crioulização no que se refere às construções de tópico e, conseqüentemente, um indício da influência do contato entre línguas no português brasileiro.

ARAÚJO, Edivalda A. *As construções de tópico do português dos séculos XVIII e XIX: uma análise sintático-discursiva*. Tese de

doutoramento. UFBA/PPGL, 2006.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Frases com tópicos marcados. In: MIRA MATEUS et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003. p. 489-502.

DECAT, M. B. Nascimento. Construções de tópico em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1989. p. 113-137.

GALVES, Charlotte. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. (34). Campinas: Editora da UNICAMP, jan/jun. 1998. p. 19-31.

PONTES, Eunice S. L. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

### As sentenças relativas em dados de fala de afro-descendentes – Bahia

*Ilza Ribeiro*

ilzaribeiro@uol.com.br

Universidade Federal da Bahia

A questão central do texto é discutir a sintaxe das sentenças relativas, como atestadas em dados de fala de informantes afro-descendentes, comparando seus resultados com os de pesquisas já realizadas sobre aquisição de relativa em primeira língua (L1), em segunda língua (L2) e em pidgins e crioulos. Do ponto de vista teórico, assumimos que só há uma forma de construir a gramática de uma língua, através das restrições impostas pelos princípios universais inatos, seja em aquisição de L1, de L2 ou de crioulização. Do ponto de vista empírico, o estudo das sentenças relativas nestas comunidades fornece evidências contrárias à hipótese de que certas características sintáticas do português brasileiro contemporâneo (PB) resultam de um processo anterior de pidginização/crioulização, durante a aprendizagem do português como L2, pelos escravos africanos que aqui chegaram, falantes de diversas línguas africanas (Cf. discussão apresentada em TARALLO, 1993). A pesquisa mostra uma análise quantitativa e qualitativa dos tipos de sentenças relativas encontrados, identificados como: (a) restritivas; (b) não-restritivas; (c) reduzidas; e (d) relativas livres, bem como os tipos de pronomes relativos usados nas suas realizações. Em relação à questão da aquisição, os dados apontam para as seguintes conclusões: (a) no cômputo geral, há mais sentenças relativas com foco no sujeito ( $S_iO$ ) (*Esse gente que tem dinhêro*) do que com foco no objeto (*eu trabaiei na roça...o tostãozim que nós juntava lá*), embora haja diferenças em relação aos grupos de comunidades; (b) mais significativo é o fator encaixamento, desde que a função de objeto é a preferida para encaixar a sentença relativa ( $O_iS$ ) (do tipo: *qu'eu vejo essas mulé que tá chêa de fio*) (Cf. SLOBIN, 1986, em relação à posição de encaixamento da sentença relativa). Quanto à comparação com dados de aquisição de L2 (Cf. ROMAINE, 1988), observa-se que não há “erros” dos tipos observados na produção de falantes de L2, apontando para aquisição plena da sintaxe das sentenças relativas. No que diz respeito a vestígios de crioulização, constata-se que as estratégias de relativização usadas nestas comunidades em nada se assemelham às que caracterizam a sintaxe destas construções em pidgins e crioulos (Cf. DUT-





TON, 1973; SANKOFF; BROWN, 1976). Se consideramos os estágios de desenvolvimento destas construções (não encaixamento, pronome pessoal, pronome relativo), como propostos em Bickerton (1977), chegamos à conclusão de que as comunidades já alcançaram seu último estágio, realizando sentenças relativas plenas, com um conjunto amplo de pronomes, não distinto do que se observa no PB contemporâneo. Observa-se, ainda, o pequeno uso de sentenças relativas com pronome lembrete, mesmo nas funções mais baixas da hierarquia proposta por Keenan; Comrie (1977) (Cf. exemplos: *Sim, essas terra branca aí pra frente que cê passa nessas bazada; naquele tempo era bifase, quando eles botô; essa Rosa que eu tô falano; cê topa uma pessoa lá que cê trabaia dereitin com ele*). Este fato, contudo, não significa que haja um uso amplo de relativização das posições mais baixas da hierarquia, como também não ocorre no português brasileiro, nem no português europeu não culto. Alguns poucos casos de relativa sem complementador, tipo *O homi eu vi onti*, são analisados como possibilidades estruturais disponíveis em diversas línguas, não se caracterizando como estratégias típicas de línguas crioulas. Não foi observado o uso da estratégia de sentença relativa  *pied-piping*, estratégia que tem se tornado rara no PB em geral, como também tende à variação no português europeu, sobretudo na variante não culta, como mostra o estudo de Alexandre 2000 (Cf. dados do português europeu: *É uma realidade que não nos podemos dissociar dela; O trem de cozinha que você e a sua família necessitam*); não se caracterizando, portanto, como uma particularidade do PB. O relativo *onde* recebe uma análise à parte, por características peculiares, também observadas na fase arcaica do português e em dados de aquisição de francês como L1 (GUASTI; CARDINALETTI 2003): (a) exerce funções não só de localização (*lugar onde a gente acha essas oportunidades*) como também de objeto, concordando com o antecedente locativo (*na fila onde ele enfrenta, ele curte sereno*), com valor temporal (*todo mundo aonde nem conhece = quando*), com complementador preenchido (*Aqui é onde que eu convivo*). Por fim, os resultados são comparados com os do estudo sobre sentenças relativas em escrita de africanos, do século XIX, conforme proposta apresentada em Ribeiro; Figueiredo (2006).

ALEXANDRE, N. M. P. A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português Europeu. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.

BICKERTON, Derek. *Change and variation in Hawaiian English*. V. 2: Creole syntax. University of Hawaii: Social Sciences and Linguistics Institute, 1977.

DUTTON, J. J. *Conversational New Guinea pidgin*. Canberra: Australian National University, 1973.

GUASTI, Maria Teresa; ARDINALETTI, Anna. Relative clause formation in Romance child's production. *Probus*, 15: 47-89, 2003.

KEENAN, Edward L.; COMRIE, Bernard. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Language*, v. 8, n. 1: 63-99, 1977.

RIBEIRO, I.; FIGEIREDO, C. As sentenças relativas em Atas escritas por africanos, no Brasil oitocentista (1832-1842). Ms. 2006.

ROMAINE, Suzanne. *Pidgin and creole languages*. New York: Longman, 1988.

SANKOFF, G.; BROWN, P. The origins of syntax in discourse: the case of Tok Pisin relatives. *Language*, v. 52: 631-666, 1976.

SLOBIN, Dan. I. The acquisition and use of relative clauses in Turkic and Indo-European languages. In: SLOBIN, D. I.; ZIMMER, K. (Ed.). *Studies in Turkish linguistics*. Typological

Studies in Language. 8. Amsterdam: John Benjamins, 1986.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 35-68.

## Os pronomes pessoais e a concordância verbal no português afro-brasileiro

Dante Lucchesi

dante.lucchesi@gmail.com  
Universidade Federal da Bahia

A substituição dos pronomes *tu* e *nós* por *você* e *a gente*, respectivamente, tem sido vista como o desencadeador de grandes transformações no português brasileiro (doravante, PB) – Cf. Galves (1993) e Duarte (1995), entre outros. Essa substituição teria reduzido a flexão verbal de número e pessoa de seis formas distintas para quatro (ou três – a depender do tempo verbal), já que as formas *você* e *a gente* se combinam com a forma verbal da terceira pessoa do singular. Em função disso, a frequência de realização do pronome sujeito teria aumentado, a ponto de desencadear uma mudança no parâmetro *pro-drop* do português brasileiro (Cf. DUARTE, 1995). Com base na visão da polarização sociolingüística do português brasileiro (Cf. LUCCHESI, 2001; 2002), questiona-se o caráter geral de tal processo, restringindo-o ao desenvolvimento histórico da norma culta do PB, ou seja, na formação histórica dos padrões de fala das classes mais altas da sociedade brasileira. Na formação das variedades populares do PB, o processo de *transmissão lingüística irregular* desencadeado nas situações de contato entre línguas teria reduzido drasticamente a flexão de número e pessoa do verbo, independentemente de mudanças na pauta dos pronomes pessoais (Cf. LUCCHESI, 2003). Os resultados da análise da variação entre *tu* e *você*, e *nós* e *a gente*, relacionadas à variação na concordância verbal, feita na fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (algumas das quais oriundas de antigos quilombos), oferecem fortes evidências empíricas para tal interpretação. A análise variacionista, fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da sociolingüística (Cf. LABOV, 1972 e 1994), é feita a partir de amostras de fala recolhidas em quatro comunidades do interior do Estado da Bahia, totalizando 28 entrevistas, com informantes de pouca ou nenhuma escolaridade, divididos pelos dois sexos e por três faixas etárias. A variação entre *tu* e *você* não afeta a concordância verbal, pois os falantes sempre usam a forma não flexionada mesmo junto ao pronome *tu*, o que é geral no português popular do Brasil. No caso da variação entre *nós* e *a gente*, também se verifica, em níveis significativos, o uso da forma não flexionada da terceira pessoa do singular junto ao pronome *nós*. Além disso, a análise sociolingüística em tempo aparente, que busca surpreender as tendências de mudança em curso nas comunidades estudadas, revela, por um lado, que essas comunidades acompanham a tendência geral no PB de substituição do pronome *nós* pela expressão nominal *a gente*, gramaticalizada com a função de pronome pessoal (LOPES, 1999). Por outro lado, também se verifica na comunidade uma tendência a incremento da aplicação da regra de concordância verbal, junto ao pronome *nós*.



Vislumbra-se, assim, um quadro em que os falantes mais idosos da comunidade, no geral analfabetos e que sofrem menos influência dos meios de comunicação de massa, são aqueles que mais usam o pronome *nós* e que menos fazem a concordância verbal junto a esse pronome. Isso demonstra que a perda da regra de concordância verbal, nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, aconteceu independentemente da substituição do pronome *nós* pela expressão *a gente*, como ocorreu na norma culta. Esses resultados demonstram que, no português popular, a redução na flexão de número e pessoa do verbo (e todas as demais mudanças a ela correlacionadas), aconteceu independentemente de mudanças na pauta dos pronomes pessoais, como aconteceu na fala da elite sócio-cultural brasileira. Confirmando-se a visão das duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil, devemos pensar em processos paralelos e independentes de formação das duas grandes variedades do PB. No plano da norma culta, pode-se pensar que mudanças estruturais em cadeia seriam reforçadas por pressões de baixo para cima, provenientes do contato entre as camadas superiores, dos grandes proprietários rurais e altos funcionários do Estado, com as camadas inferiores, sobretudo, com os escravos e empregados domésticos. Por outro lado, podemos pensar que os padrões de fala da grande maioria da população brasileira têm a sua formação fortemente marcada pelo processo de transmissão linguística irregular, em que uma variedade de língua segunda, o português adquirido pela grande massa de escravos africanos trazida para o Brasil vai se socializando entre os grupos subalternos da sociedade colonial e do império e servindo como modelo de aquisição de crioulos e mestiços que nasciam nesse contexto. O grande êxodo rural e crescimento desmesurado dos centros urbanos brasileiros vão reunir essas duas vertentes sócio-históricas no quadro de polarização da variação diastrática que caracteriza a realidade sociolinguística brasileira.

GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp, p. 387-408, 1993.

DUARTE, Maria Eugênia L. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, ms, 1995.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LOPES, Célia R. dos S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, ms, 1999.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. D.E.L.T.A. 17: 1. São Paulo: PUC, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, p. 63-92, 2002.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o Processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 272-84, 2003.

### Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história

O percurso do GT de sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), que comemora sua "maioridade" em 2006, é pautado por ações que comprovam o dinamismo e o crescimento da área no Brasil. No âmbito dos estudos linguísticos no país, a Sociolinguística vem se desenvolvendo movida pela necessidade de compreender a complexa realidade linguística brasileira. O GT de Sociolinguística foi criado com o objetivo de associar pesquisadores que atuam em linhas de pesquisa assemelhadas, favorecendo o intercâmbio de informações e de resultados de pesquisas entre os mesmos, bem como entre outros GTs da ANPOLL. Nesta mesa, propomos uma reflexão sobre o estado da arte da Sociolinguística no Brasil a partir dos recortes temáticos das subáreas de contato linguístico, de variação e mudança, de dialetologia e de política linguística representados no GT de Sociolinguística. Focamos a discussão no Português do Brasil, uma vez que os estudos sobre as especificidades do português brasileiro, nos quais destacamos, entre outros, aqueles sobre seu contato com línguas alóctones e autóctones, sua heterogeneidade dialetal, a configuração de sua variabilidade, compartilham entre si a necessidade de uma abordagem sócio-histórica das questões linguísticas. Neste sentido, Vandresen apresenta um panorama da subárea línguas em contato, mostrando as principais linhas de pesquisa, os trabalhos concluídos e em andamento e as perspectivas desta subárea na comunidade linguística brasileira, aventando propostas para o desenvolvimento de pesquisas desta subárea; Hora destaca o perfil do Português Brasileiro a partir dos estudos variacionistas no Brasil, sob uma perspectiva na qual a língua é analisada em função de seu uso em uma dada comunidade; Margotti nos apresenta uma pesquisa sobre o português de contato com o italiano no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina através de uma abordagem dialetológica pluridimensional; e Savedra apresenta a trajetória do grupo de línguas de/em contato sob perspectiva da política linguística no Brasil.

ANPOLL. *Cadernos de resumos*. XXI Encontro Nacional da ANPOLL. São Paulo: PUC-SP, 2006.

RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. (Org.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

VANDRESEN, P. A pesquisa sociolinguística no Brasil: uma retrospectiva dos últimos 25 anos. In: GÄRTNER, E; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.), *Estudos de sociolinguística brasileira e portuguesa*. Frankfurt: TFM, 2000.

### Um panorama da pesquisa na subárea de línguas em contato

Paulino Vandresen

paulinov@terra.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

A subárea de línguas em contato não contou, nestes 21 anos de sua integração no GT de sociolinguística, com grandes projetos regionais ou interinstitucionais de pesquisa a exemplo do que ocorreu com a subárea de variação/mudança



(PEUL, VARSUL, PROPHOR, NURC, ...) ou da Dialectologia (ALERS, ALIB, ...). Isto se deveu à grande diversidade das situações de contato e diversidade de línguas, que exigiria um grande número de especialistas para cobrir todos os cenários em que o português está em contato com línguas indígenas ou africanas, com línguas de imigrantes ou com o espanhol ou francês nas regiões fronteiriças. Vale lembrar, ainda, que há uma diversidade de abordagens para vários aspectos do estudo do bilingüismo ou multilingüismo, em que o pesquisador precisa preencher requisitos de competência comunicativa nas línguas em contato para poder desenvolver sua pesquisa adequadamente. Mesmo a identidade étnica do pesquisador pode afetar a relação com o informante e, conseqüentemente, a confiabilidade dos dados coletados e analisados (WEI, 2000, p. 482). A competência comunicativa do pesquisador é particularmente importante em trabalhos que envolvam alternância de códigos (code switching) análises de interferência lingüística no nível sintático e discursivo (AUER, 1998) e o desenvolvimento lingüístico em crianças bilíngües (MEISEL, 2000).

Pretendemos nesta mesa-redonda apresentar um panorama da subárea línguas em contato, mostrando as principais linhas de pesquisa, os trabalhos concluídos e em andamento e as perspectivas desta subárea na comunidade lingüística brasileira. Abordaremos entre outros tópicos trabalhos na área da crioulistica (a retomada das discussões sobre a origem crioula do português brasileiro), a descrição do bilingüismo em comunidades bilíngües ou multilíngües (MACKEY, 1962; GROSJAN, 1982), a escolarização em contextos bilíngües, a alternância de códigos, a aquisição de segunda língua, sob diferentes enfoques teóricos etc.

Destacaremos, ainda, aspectos importantes do contato de línguas ou de dialetos (situação de diglossia) para os estudos da variação e mudança, colocando como exemplo, a situação dos dialetos portugueses do Uruguai (ESPIGA, 2006; ELISAINCIN, 1992).

Pretendemos também, levantar uma série de questões metodológicas que precisam ser consideradas tanto quando estamos preparando uma pesquisa como quando estamos lendo resultados de outros investigadores. Estas questões estarão voltadas, principalmente, para a identidade do pesquisador, os objetivos ou o que o analista quer descobrir, a escolha dos informantes, o contexto da pesquisa e a relação entre pesquisador e informantes. Estas questões são pertinentes (todos os tópicos citados acima) e de extrema importância para a confiabilidade dos resultados de pesquisas na subárea de línguas em contato.

Numa avaliação da situação atual, verificamos que apesar de haver um número relativamente elevado de trabalhos de pesquisa, dissertações e teses sobre o tema, existem ainda muitas lacunas no quadro descritivo das situações de contato entre línguas minoritárias e o português. Com o estímulo dado pela constituição de 1988 ao ensino bilíngüe nas comunidades indígenas, crescem as oportunidades de pesquisa na área de contato lingüístico. Como houve um crescente número de doutores formados na área indigenista, há perspectivas de projetos de pesquisa sobre o bilingüismo português e diferentes línguas indígenas.

No estudo da influência das línguas africanas sobre o português, continua a polêmica sobre a origem crioula do português popular brasileiro e o interesse pelo estudo do PB em comunidades rurais isoladas. Para implementar projetos nesta subárea, há necessidade de um intercâmbio mais intenso entre os pesquisadores, inclusive de áreas afins. Parece-nos, serem necessárias algumas ações como: fazer

um levantamento dos pesquisadores nacionais e estrangeiros com formação e/ou interesse em pesquisas sobre línguas em contato; e organizar um Workshop ou Seminário para avaliar o que vem sendo feito e para fixar diretrizes e prioridades para projetos nesta subárea. O contato com pesquisadores de áreas afins, como, lingüística aplicada, antropologia, sociologia, história, educação etc.... é também necessário para o desenvolvimento de projetos integrados. Com estas ações, as perspectivas de desenvolvimento desta subárea melhorariam sensivelmente.

AUER, J.C.P. *Code-switching in Conversation: Language Interaction and Identity*. London: Routledge, 1998.

ELIZAINCIN, Adolfo. *Dialectos en Contacto: Español y Portugués en España y América*. Montevideo: Arca, 1992.

ESPIGA, Jorge. O contato do português com o espanhol no sul do Brasil. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Varição, mudança e contato lingüístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006.

GROSJEAN. *Life with two Languages: An Introduction to Bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

MACKEY, William. The Description of Bilingualism. *Canadian Journal of Linguistics*, n. 7, p. 51-85, 1962.

MEISEL, Jürgen. Early Differentiation of Languages in Bilingual Children. In: WEI, Li (Ed.). *The Bilingualism Reader*. London and New York: Routledge, 2000.

WEI, Li. *The Bilingualism Reader*. London and New York: Routledge, 2000.

## A dialectologia pluridimensional: relato de uma experiência de pesquisa

Felicio Margotti

wfelicio@cce.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

A denominada dialectologia pluridimensional, conforme Radke; Thun (1996), é um modelo de investigação que visa superar as deficiências da geolingüística tradicional, incorporando à dimensão espacial as dimensões sociais e estilísticas. Nesse caso, a elaboração das cartas lingüísticas assume características de maior complexidade, pois, além da variação no espaço, tais mapas devem dar conta da variação em diferentes grupos sociais em cada uma das localidades investigadas. Nessa perspectiva, a dialectologia deixa de ser exclusivamente diatópica para ser, também, diastrática e diafásica. Em síntese, deixa de ser monodimensional para ser pluridimensional. Reportando-nos a uma pesquisa que fizemos sobre o português de contato com o italiano no Rio Grande do sul e em Santa Catarina com base no método acima descrito, nosso objetivo é fazer um relato dessa experiência, enfocando, sobretudo, as dificuldades e as soluções na elaboração dos mapas complexos e sintéticos, que contemplam, simultaneamente, a variação lingüística em diferentes dimensões.



## Línguas de/em contato: uma trajetória de planificação e política e lingüística no Brasil

Mônica Maria Guimarães Savedra

msavedra@uol.com.br  
PUC - Rio de Janeiro

Neste trabalho, destacamos uma área da sociolingüística considerada como periférica durante muitas décadas: línguas de/em contato. É claro que estudos sobre este tema, na sua acepção mais ampla, têm sido realizados desde os primórdios das ciências da linguagem, basta que nos remetemos aos estudos dos comparativistas e dos neogramáticos do século XIX que adotaram como ponto de partida questões de contatos lingüísticos.

Durante a segunda metade do século passado, ocorreu uma aproximação gradual e duradoura entre diferentes ângulos da sociolingüística clássica e estudos de contatos lingüísticos, como podemos observar nos trabalhos desenvolvidos por Gumperz, Fishman, Ferguson, entre outros. Os trabalhos mais recentes representativos do campo de estudos de línguas em contato vinculam-se às abordagens de cunho sociológico, histórico, político, e ainda aos fenômenos sociofonéticos.

A trajetória da política lingüística brasileira, considerando que o conceito de política lingüística constitui um binômio com aquele de planificação lingüística (CALVET, 1996), se confunde, desde seus primórdios, com a história das línguas de/em contato. Em relação aos estudos desenvolvidos no âmbito da sociolingüística, verificamos que o tema línguas em/de contato vem sendo desenvolvido nas seguintes áreas: a) bilingüismo e multilingüismo em situações de contato lingüístico; b) formação intercultural; c) política e planejamento lingüístico em países membros de blocos regionais e em comunidades com diversidade lingüística e d) contato lingüístico e globalização (SAVEDRA, 2003). Discutiremos neste estudo, os aportes que estes trabalhos trouxeram para o desenvolvimento da área de línguas em/de contato.

Como referencial teórico para discussão do tema, selecionamos a bibliografia disponível em sociolingüística, em especial naqueles estudos que tratam da problemática do bilingüismo e do multilingüismo e suas repercussões no ensino de línguas alóctones e autóctones; os estudos sobre educação intercultural; a bibliografia recente divulgada sobre política e planejamento lingüístico, quando estes são inseridos como tema de agenda para definição de políticas públicas.

CALVET, L-J. *Les Politiques linguistiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

SAVEDRA, M. M. G. Política lingüística no Brasil e no Mercosul: o ensino de primeiras e segundas línguas em bloco regional. *Revista Palavra*, n. 11, 2003 (b), (39-54).

VANDRESEN, P. O ensino do português em áreas bilíngües: uma perspectiva histórica. Atas do I Congresso Internacional da ABRALIN. Salvador, 1996 (317-320).

de seu significado e da classe gramatical a que se unem. Dessa forma, são deixadas de lado várias características relativas a restrições de uso e a nuances de significado desses sufixos. Portanto, fazem-se necessários estudos lingüísticos que visem a uma descrição mais completa dos sufixos e de seus derivados, quanto a suas características morfológicas, sintáticas, semânticas ou mesmo discursivas.

Esta apresentação objetiva apresentar os resultados de uma descrição sistemática de um grupo determinado de sufixos, a saber, os sufixos nominalizadores: - *cão*, - *mento*, - *agem*, - *da*, - *nc(i)a*. Tais sufixos unem-se a verbos para formar substantivos abstratos, como nos seguintes exemplos de Bechara (1999, p. 358): *coroação* (de *coroar*), *casamento* (de *casar*), *vadiagem* (de *vadiar*), *estada* (de *estar*), *mudança* (de *mudar*). Para o presente estudo, foram analisadas cento e setenta e uma unidades lexicais neológicas, integrantes da *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*. Esta base de dados contém mais de quinze mil unidades lexicais neológicas, coletadas em um *corpus* jornalístico entre os anos de 1993 e 2000. Para a determinação do caráter neológico das unidades lexicais, foi utilizado o princípio metodológico do *corpus de exclusão*, que foi constituído pelos dicionários *Aurélio* e *Michaelis*, bem como pelo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Nesta exposição, são apresentadas algumas das características de tais sufixos que não são tratadas nas gramáticas, dentre essas, algumas relativamente recentes na língua portuguesa do Brasil. Tais características são, dentre outras: o emprego dos sufixos - *cão* e - *agem* em formações familiares ou jocosas (*embananação*, *montação* etc.; *arapongagem*, *cafetinagem*, *peruagem*, *veadagem* etc.), por oposição ao sufixo - *mento*, que é neutro nesse ponto; o uso de - *ção* que vem sendo conhecido como - *cão* iterativo, por denotar 'ação repetida' (*ensebação*, *tocação* etc.); e o emprego do sufixo - *da* em construções derivadas de sentenças com verbo-suporte (*canetada*, *filosofada* etc.). Também interessante é a distinção entre as duas formas do sufixo - *nc(i)a*: - *ncia* em contextos neutros ou formais (*flanância*, *itinerância* etc.) e - *nça* em contextos informais, familiares e/ou pejorativos (*gastança*, *roubança* etc.). Além dos sufixos, também se observa o uso da derivação regressiva como processo de nominalização, que forma, em geral, substantivos com um significado mais concreto do que os formados por derivação sufixal. O modelo teórico empregado neste trabalho para buscar melhor compreender o mecanismo de formação de palavras é o modelo de Bybee (1988), baseado em redes de conexões lexicais. Esse modelo é bastante semelhante ao de Langacker (1987; 1991), e pode ser encarado como uma formalização de idéias já presentes no *Cours de Linguistique Générale*, de Saussure. Para Bybee, o léxico é organizado como uma rede de semelhanças. As unidades lexicais apresentam uma série de semelhanças nos dois planos: o semântico e o fonológico. À semelhança fônica entre *gato* e *gatos* corresponde a semelhança semântica, suficiente para que se detecte o morfema lexical; da mesma forma; a semelhança entre *gatos* e *mesas*, tanto fônica quanto semântica, permite que se reconheça que o - *s* é a marca de plural. Certas unidades lexicais apresentam semelhanças apenas em um dos planos. Por exemplo, os verbos *conceber*, *perceber* e *receber* apresentam semelhanças fônicas, mas não semânticas, o que impede que o elemento - *ceber* seja considerado morfema. Da mesma forma, há semelhanças semânticas sem semelhanças fonológicas correspondentes, como o par *querer* / *vontade*. Esse modelo possibilita, entre outras análises, uma solução interessante para casos em que

### Varição lingüística no português da região Sul

Nas gramáticas do português, os sufixos são apresentados de maneira bastante sucinta, com uma breve descrição



apenas um dos elementos parece segmentável, como *casebre* (em que o elemento *cas-* é reconhecível como radical, porém o elemento *-ebre* não pode ser considerado sufixo) ou *emoção* (em que o elemento *-cão* se parece com um sufixo, porém não pode ser segmentado sincronicamente). Pretende-se, com este trabalho, contribuir para uma descrição mais completa dos processos de formação de palavras no português do Brasil, em especial da derivação sufixal, tanto sob o ponto de vista teórico como em relação à análise de dados concretos.

- BYBEE, Joan. Morphology as lexical organization. In: HAMMOND, Michael; NOONAN, Michael (Org.). *Theoretical Morphology*. San Diego: Academic Press, 1988. p. 119-141.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: Descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1969. (1. ed. 1916)

### Variação em fenômenos discursivos: a influência de variáveis extralingüísticas no uso de marcadores de base verbal

Edair Gorski

gorski@cce.ufsc.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

Os 'marcadores discursivos', entendidos basicamente como elementos que desempenham, simultaneamente e em diferentes graus, funções de natureza textual e interpessoal, têm sido objeto de análise em diferentes amostras representativas do português brasileiro, como as dos projetos NURC, CENSO/RJ, D&G, VALPB (Cf. SILVA; MACEDO, 1996; JUBRAN; KOCH (Org.), 2006; VOTRE *et al.*, 2004; CHRISTIANO; HORA, 2004; entre outros). Também o corpus do projeto VARSUL tem sido rastreado no intuito de mapear o funcionamento dos MDs na região sul. Nesse sentido, está tendo continuidade na UFSC o projeto integrado *Gramaticalização e discursivização de itens de base verbal e adverbial: funções e formas concorrentes*, desenvolvido em bases teórico-metodológicas funcionalista e variacionista. A esse projeto, estão vinculadas pesquisas de iniciação científica, dissertações e teses, já realizadas e em andamento (VALLE, 2001; DÁL MAGO, 2001; ROST, 2002; TAVARES, 1999, 2003, entre outros trabalhos).

Nossa análise se ancora em pressupostos de gramaticalização, especialmente os relacionados às funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem. Consideramos que: (i) os itens em estudo passam por mudanças semântico-pragmáticas e categoriais, que são unidirecionais mas não necessariamente lineares; (ii) fenômenos de gramaticalização envolvendo mudança semântico-pragmática, em estados iniciais, podem ser captados no ponto em que os itens ou construções têm forte caráter interacional; (iii) na função interpessoal da linguagem, aspectos pragmáticos atuam no componente orientado para o ouvinte (interacional/intersubjetivo) e orientado para o falante (expressivo/subjetivo); (iv) a intensificação da recorrência de elementos de natureza pragmática em certos

contextos pode levar a uma rotinização do uso e, conseqüentemente, ao desempenho de papéis desses elementos também no âmbito relacional; (v) os graus de complexidade e de abstração crescente nas relações lógico-semântico-discursivas podem ser relacionados tanto ao componente expressivo centrado no falante como à função textual da linguagem. (Cf. BYBEE *et al.*, 1994; TRAUGOTT, 1995)

O duplo viés interpessoal/textual caracteriza, em maior ou menor grau, todos os elementos em estudo. Os itens analisados são distribuídos em domínios funcionais, nos quais atuam como 'camadas', o que lhes possibilita um tratamento variacionista, já que compartilham contextos e funções/significados. Com base nesse recorte analítico, tratamos, aqui, de duas variáveis discursivas, correspondentes a domínios funcionais distintos identificados como: 'requisição de apoio discursivo' (*sabe entende não tem ta*) e 'chamada de atenção do ouvinte' (*olha veja*). Essas formas podem recobrir variantes morfo-fonológicas. As amostras analisadas provêm de informantes do Banco VARSUL, com controle das variáveis extralingüísticas: região, idade (15 a 24 anos, 25 a 49 anos e acima de 50 anos), sexo e escolaridade (até 4 anos, de 5 a 8 anos, de 9 a 11 anos de escolarização) Vejam-se alguns exemplos ilustrativos:

(1) E: Ah! E o teu irmão, esse outro mais novo, ele também aprontou muita travessura?

I: Aprontou, é. Eu era/ (hes) eu sempre fazia mais... pra provocar ele, não tem? (*sabe?/entende?/ tá?*) (est) Eu sempre dava nele, aí uma/ uma vez eu me lembro que eu empurrei ele, foi com a cabeça, assim, no tanque, até que levou uma(est) como é que é? uma brecha na cabeça. (FLP MJ:51)

(2) E: Tá, agora, assim, mudando um pouco de assunto, Ana, o que que tu achas que é falar bem o português?

I: Falar bem o português? *Olha (veja)*, eu acho que se eu estou conversando com uma pessoa e nós estamos nos entendendo, a gente está falando bem. (POA 08 L772)

Quanto aos resultados:

(1) A análise dos 'requisitos de apoio discursivo' foi feita na amostra de 36 entrevistas de Florianópolis/SC. Os 643 RADs encontrados estão assim distribuídos em termos de frequência: *não tem?* = 32%; *sabe?* = 31%; *ta?* = 20% e *entende?* = 17%. À exceção de *ta?*, que predomina largamente entre os informantes com mais de 50 anos (80%) e é raramente usado entre os informantes mais jovens (3%), os demais itens distribuem-se escalarmente, sendo majoritariamente utilizados pelos mais jovens, diminuindo proporcionalmente ao aumento da idade. Desses itens, *sabe?* é o que mostra uma diferença mais equilibrada entre as três faixas etárias, diferença que aumenta em favor dos jovens na distribuição de *entende?* (51%) e que se intensifica fortemente no uso de *não tem?* (76%) – marcador típico de Florianópolis. Evidencia-se uma distribuição mais complementar entre *não tem?* e *ta?*, o primeiro preferido pelos jovens e o último pelos mais velhos. Quanto à escolarização, apenas *não tem?* é mais usado pelos informantes pouco escolarizados (67%); os demais marcadores são predominantemente empregados pelos informantes com maior grau de escolaridade. Em relação à variável sexo, enquanto as mulheres preferem o marcador *sabe?* (72%), os homens fazem uso preferencial dos demais: *ta?* (76%), *não tem?* (67%) e *entende?* (63%). Os resultados podem ser interpretados via princípio da marcação: enquanto *não tem?* é o item mais marcado, *ta?* é o menos marcado, lingüística e socialmente, corroborando a hipótese de gramaticalização incipiente de *não tem?* em contraponto ao estágio mais avançado em que se encontra



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

a gramaticalização de *ta?* e de *sabe?* (Cf. GORSKI; FREITAG, 2006).

(II) Para o estudo dos marcadores de 'chamada de atenção do ouvinte', foram consideradas 84 entrevistas: 36 de Florianópolis/SC, 24 de Curitiba/PR e 24 de Porto Alegre/RS (nas duas últimas, apenas as faixas etárias a partir de 25 anos). Os 627 dados encontrados estão assim distribuídos: *olha* = 66% e *veja* = 34%. Em termos gerais, em Curitiba, os mais velhos usam menos marcadores (numa proporção de 1/3) em relação à faixa intermediária; em Porto Alegre, as frequências de uso se equivalem nas duas faixas etárias acima de 25 anos; e em Florianópolis, há um uso crescente desses marcadores proporcional ao aumento da idade nas três faixas consideradas nessa cidade. Em termos variacionistas, há uma diferença significativa entre as capitais: em Porto Alegre, a tendência verificada é para o uso de *olha* (0,70) e em Curitiba a preferência recai sobre *veja* (0,63), ficando Florianópolis numa situação intermediária (0,57 para *olha*). Entretanto, é em Florianópolis que a idade se mostra um fator significativo, com uma distribuição curvilínea: há uma tendência acentuada para o uso de *olha* entre os jovens (0,89) e uma inibição bastante forte desse uso pelos informantes de faixa intermediária (0,19), com uma situação variável equilibrada entre os mais velhos (0,49). Quanto à escolaridade, há uma diminuição no uso dos marcadores proporcional ao aumento do nível de escolarização: colegial = 28%; ginásial = 31%; primário = 41%. Em relação à escolha das variantes, não se verifica atuação da escolaridade. Quanto ao sexo, as mulheres mostram um uso um pouco superior (54%) desses marcadores em relação aos homens. São elas também que preferem a forma *olha* (0,62). Os resultados mostram que *veja* é a forma mais marcada, preferencialmente usada pela faixa etária intermediária e raramente aparece na fala dos jovens. *Olha* é a forma menos marcada, aparecendo mais na fala dos informantes acima de 50 anos e altamente disseminada entre os jovens florianopolitanos. É o item mais avançado no movimento de mudança categorial. (Cf. ROST, 2002)

Concluindo, salienta-se a importância de se considerar conjuntamente premissas da sociolinguística laboviana e do paradigma da gramaticalização para melhor retratar fenômenos de variação e mudança no âmbito do discurso.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago-USA, 1994.

DAL MAGO, Diane. *'Quer dizer': percurso de mudança via gramaticalização e discursivização*. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado.

GORSKI, Edair; FREITAG, Raquel M. K. Marcação e comportamento sociolinguístico de marcadores discursivos interacionais na fala de Florianópolis. In: P. VANDRESEN (Org.) *Variação, mudança e contato linguístico no português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006.

JUBRAN, Clélia C. S.; KOCH, Ingedore, G.V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil v.1: construção do texto falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

MACEDO, Alzira T.; SILVA, Giselle M. de O. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: A. T. MACEDO; C. N. RONCARATI; M. C. MOLLICA (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 11-49, 1996.

ROST, Cláudia A. *'Olha' e 'veja': multifuncionalidade e variação*. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação de Mestrado.

TAVARES, Maria Alice. A gramaticalização de *e*, *aí*, *daí* e

então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações — um estudo sociofuncionalista. Florianópolis: UFSC, 2003. Tese de Doutorado.

TRAUGOTT, Elizabeth C. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Manchester: Stanford University, 1995.

VALLE, Carla Regina Martins. *Sabe? não tem? entende?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo*. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado.

VOTRE, Sebastião; CEZÁRIO, Maria M.; MARTELOTTA, Mário. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

### Para além da variação: tu/você vê vs. tu/você veja

Odete Menon

odete@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Afinal, o que os resultados das análises sociolinguísticas têm para oferecer à Linguística, à Sociologia, à História? Em que medida o estudo de fenômenos variáveis da língua pode contribuir com nosso conhecimento, de um lado, da própria língua e, de outro, sobre a história da nossa cultura? Como a noção de dialeto, por exemplo, pôde ser tão diferente no âmbito europeu e a partir da cultura norte-americana? Existe, realmente, uma deriva românica? O quê, na mudança linguística, pode, efetivamente, ser imputado à influência de fatores sociais e o que é desenvolvimento interno, estrutural, inerente à tipologia das línguas? Como se explica a necessidade de marcar pronominalmente o sujeito, já obrigatória para algumas línguas românicas, a partir da criação do pronome sujeito de 3ª pessoa, inexistente em latim? O imperativo, num determinado momento da história da linguística, de se fazer abstração da história da língua, a fim de se estudar a sua estrutura e funcionamento, conduziu a várias correntes teóricas que não levaram em consideração o caráter social da linguagem. Nos anos sessenta passados, o social voltou à baila, com a sociolinguística variacionista que, além disso, recuperou a questão da história, ao desenhar a possibilidade de se estudar mudança em curso (WLH, 1968), pela técnica do tempo aparente. Ao instituir a noção de variável, a sociolinguística laboviana considera que há elementos linguísticos que co-ocorrem com outros, com o mesmo valor referencial. A questão que se deve pôr, então, é como uma forma da língua começa a perder parte do seu significado primário e passa a adquirir traços semânticos de outra forma em vigor na língua, passando a ser sua concorrente. Qual o peso dos fatores estruturais e qual o peso dos fatores sociais nesse processo? Para isso, temos de lançar mão de várias estratégias e processos: (i) (tentar) estabelecer os contextos de ocorrência das formas; (ii) verificar a frequência dos dados, tanto da forma vigente quanto da forma concorrente; (iii) analisar os resultados para constatar se trata de variação ou de mudança incipiente ou em curso e, (iv) acessoriamente, quando disponíveis, comparar com resultados anteriores para constatação de mudança em tempo real. É o que costumamos fazer



com os nossos bancos de dados e ficamos entusiasmados quando conseguimos provar nossas hipóteses de mudança em curso. Entretanto, quando trabalhamos com nossos dados sincrônicos, costumamos encarar os fenômenos ainda isoladamente (embora alguns trabalhos procurem analisar se a mudança é ou não *encaixada*), sem levar em consideração a história e a sociedade. Ora, um dos questionamentos de Labov (1975) era saber se uma mudança é realmente inovação ou se ela consiste na aplicabilidade (*atualização*) de um mecanismo já existente na língua e que já teria sido produtivo em outras épocas: trata-se da questão do princípio *uniformitarista*, emprestado, como a noção de *deriva*, da geologia. Esse procedimento enfoca o processo de mudança de maneira inversa ao que se fez tradicionalmente, ou seja, ao invés de começar no passado para culminar na forma presente da língua, estuda-se o fenômeno sincrônico e se faz uma tentativa de equiparar as condições de sua realização com idêntico fenômeno ou similar, em tempos passados, para saber se as mesmas forças (*mutatis mutandis*) estão atuando no presente. Isso traz implicações de análise pois, de alguma forma, põe em xeque a noção de *variante inovadora*. O que é, realmente, inovador? Para discutir esse ponto de vista, vamos apresentar o caso de variação *tu/você* nos dados do VARSUL (Variação lingüística na região Sul), sob dois aspectos: (i) a distribuição e a alternância dos dois pronomes na região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), no indivíduo e na comunidade; (ii) a distribuição complementar de algo que superficialmente se evidenciava só como variação mas que, com análise mais acurada, se revelou de caráter discursivo e que envolve não só *modo verbal* como *locus* de ocorrência: *tu/você veja* ocorre na abertura de uma argumentação, descrição, demonstração e *tu/você vê* fecha o discurso, como uma espécie de *quod erat demonstrandum*. Até aí não haveria novidade, seria passar da descrição para a análise funcional dessas formas, depois de explicar uma *nova forma verbal* para o *tu*, que seria *veja*, não flagrada em outros contextos de ocorrência do *tu*, mesmo na região sul. No entanto, idêntico tipo de estratégia discursiva se encontra em textos antigos do português, de diferentes épocas. Estaríamos frente (i) a uma inovação; (ii) a uma manutenção de estratégia discursiva, transmitida oralmente (ou por escrito, também); ou (iii) à atualização do princípio uniformitarista? Se nos ativermos unicamente à análise dos dados sincrônicos do VARSUL, podemos responder positivamente com (i); no entanto, se estudarmos a língua como um *continuum*, poderemos concluir com (ii) ou com (iii). Isso muda, certamente, a maneira de conceber variação e mudança.

LABOV, W. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. (Ed.). *Proceedings of the Eleventh International Congress of Linguists*. (Bologna-Florence. Aug. 28 - Sept. 2, 1972). Vol. II. Bologna: Società editrice il Mulino Bologna. 1975, p. 825-851.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change, IN: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-195.

## Aspectos fonológicos do português da região Sul

Gisela Collischon

giselac@via-rs.net

Universidade Federal do Rio Grande Do Sul

Dando continuidade à descrição das manifestações de superfície do sistema fonológico do português em dados do sul do País, o grupo de pesquisa em variação fonológica, coordenado por Leda Bisol, está desenvolvendo pesquisas que têm por meta completar análises precedentes, no sentido de abranger regiões geográficas do Projeto VARSUL ainda não incluídas, assim como analisar temas novos relacionados à teoria fonológica. Um dos temas escolhidos – sobre o qual versa a nossa comunicação – é a variação da lateral em coda. No português brasileiro (PB), laterais em coda são realizadas variavelmente como [l], [ɫ] ou [w]. Dados sociolingüísticos e dialetológicos mostram que a variação depende tanto de condicionantes sociais quanto lingüísticas.

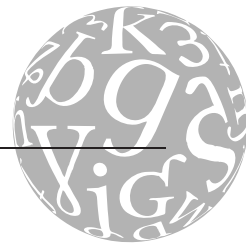
Em geral, interpreta-se que as três variantes representam três estágios de um processo de mudança em curso. Conforme constatam Leite; Callou; Moraes (2003), a vocalização predomina nas cidades abrangidas pelo projeto NURC, a saber, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Salvador; apenas Porto Alegre apresenta ainda um emprego significativo das outras variantes, [l] e [ɫ].

O corpus desse estudo foi coletado na década de 70. Pesquisas mais recentes mostram que a vocalização é praticamente categórica na capital gaúcha. Estas pesquisas mostram, por outro lado, que a lateral velarizada e a lateral alveolar ainda são registradas em outras cidades do sul do país. Dentre essas pesquisas recentes, destacamos as de Quednau (1993), Tasca (1999) e Espiga (2001), as duas primeiras realizadas com dados do Banco VARSUL. Além destas pesquisas de cunho variacionista, a coleta de caráter geolingüístico realizada no âmbito do Projeto Atlas Lingüístico da Região Sul (ALERS) atesta também para a permanência de variantes [l] e [ɫ] no Sul do Brasil.

Com essas 'fotografias sociolingüísticas', já podemos reunir um quadro bastante completo, no que se refere à distribuição das variantes no espaço geográfico e à correlação da variação com outros fatores sociais. A esse quadro, vêm se acrescentar agora análises de amostras das demais localidades abrangidas pelo Banco VARSUL, especialmente do Paraná e de Santa Catarina.

Embora o fenômeno de vocalização seja atestado já no latim vulgar e no português arcaico, não houve uma mudança comparável à do PB nos outros falares portugueses, especialmente na modalidade do português europeu (PE). Dado que o fenômeno variável esteve sempre presente em ambas as modalidades, precisaríamos entender o que desencadeou no PB o avanço da vocalização e o que a freou na modalidade do PE. O presente estudo busca reunir informações para que esta questão possa ser abordada.

Uma das tentativas de explicação apresentadas na literatura (LEITE; CALLOU; MORAES, 2002) sugere que características da estrutura silábica do PB, distintas das do PE, estejam por trás da mudança. Relacionada a esta questão está o problema da rersilabação. Os /l/s em final de palavra podem, como outras consoantes, passar a realizar-se como consoante de uma palavra seguinte, quando esta for



iniciada em vogal. Tanto Mateus; d'Andrade (2000) quanto Bisol (1999) apresentam análises teóricas neste sentido. Retomamos estas análises no âmbito da discussão atual entre abordagens derivacionais e não derivacionais de fonologia.

Outra questão que diz respeito à ressilabação é o papel dos constituintes prosódicos. Em geral, considera-se que processos de sândi sejam limitados a determinados constituintes da hierarquia prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986). O que buscamos investigar é qual o constituinte prosódico – frase fonológica, frase entoacional, ou enunciado – que limita a ressilabação de /l/ final. Resultados de análise anterior apontam que a ressilabação esteja limitada à frase entoacional (COLLISCHONN; COSTA, 2005). Frota (1998) constata resultados semelhantes para fenômenos de ressilabação no português europeu. Outros estudos (BISOL, 1999; TENANI, 2002), entretanto, constataram que fronteiras entre constituintes prosódicos maiores não bloqueiam a ressilabação de consoantes no PB. O estudo que apresentamos estende a análise a uma amostra adicional de Porto Alegre, do Banco VARSUL com o propósito de aumentar o levantamento de dados e o número de informantes analisados para discussão da correlação entre realização de /l/ em final de palavra com os domínios prosódicos palavra prosódica, frase fonológica e frase entoacional. A metodologia empregada é a da sociolinguística quantitativa. No que se refere aos constituintes prosódicos, especialmente quanto a frases fonológicas, a nossa análise baseia-se na proposta original de Nespör; Vogel (1986) e Hayes (1989), acrescentada de considerações de Truckenbrodt (1999) e Sândalo; Truckenbrodt (2004).

BISOL, L. Sandhi in Brazilian Portuguese. *Probus*, 15, p. 177-200, 2003.

BISOL, L. A sílaba e seus constituintes. In: NEVES, M. H. M (Org.) *Gramática do Português Falado. Vol. VII: Novos Estudos*. Campinas: Ed. da UNICAMP. p. 701-742, 1999.

COLLISCHONN, Gisela; COSTA, Cristine F. Ressilabação da lateral pós-vocálica final e sua limitação prosódica. *Letras de Hoje*, n 141. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

FROTA, S. *Prosody and focus in European Portuguese*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa, 1998.

HAYES, B. The Prosodic Hierarchy in Meter. In: KIPARSKY, P.; YOUNG, G. (Eds). *Rhythm and Meter*. Academic Press: Orlando, 1989.

LEITE, Y. F.; CALLOU, D. M. I.; MORAES, J. A. Processos de enfraquecimento consonantal no português do Brasil In: *Gramática do Português Falado*. 1 ed. Campinas : Ed. da UNICAMP, 2002

MATEUS, M. H. M.; D'ANDRADE, E. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

SANDALO, F.; TRUCKENBRODT, H. Some notes on Phonological Phrasing in Brazilian Portuguese. *DELTA*, 2004.

TENANI, L. *Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. Ph.D. dissertation. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

TRUCKENBRODT, H. On the Relation between Syntactic Phrases and Phonological Phrases. *Linguistic Inquiry*, v. 30, n. 2, 1999. p. 219-255.

### 3.12.4 Pôsteres

#### A variação semântico-lexical no português do Brasil: as denominações para arco-íris nos dados do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB).

Milena Pereira de Souza

milenapsouza@yahoo.com.br  
Universidade Federal da Bahia

Este trabalho estuda um dos aspectos da variação semântico-lexical no português do Brasil: as denominações para “arco-íris”. Parte-se, para tanto, da análise de resultados registrados em inquéritos definitivos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil, referentes a quatro capitais brasileiras onde foi feita a aplicação de questionários do Projeto ALiB, bem como de uma análise de dados constantes de Atlas já publicados – *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*, *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)* e *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPb)*. O *corpus* básico constitui-se de dados constantes de trinta e dois inquéritos, referentes a quatro capitais brasileiras – Aracaju, Maceió, Recife e Salvador, sendo oito inquéritos em cada capital. As informações obtidas dos atlas lingüísticos regionais brasileiros publicados foram extraídas das cartas referentes a *arco-íris*, existentes no APFB (cartas 4, 5 e 6), ALS (cartas 3 e 4), EALMG (cartas 1, 2 e 3), ALPb (cartas 30, 31, 32 e 33) e ALPR (carta 18). Embora o *corpus* básico seja constituído dos inquéritos das capitais do Projeto ALiB, tomou-se para confronto o que vem registrado nos atlas regionais publicados que tenham as suas respectivas capitais documentadas e com informações referentes ao fenômeno estudado. Os dados concernentes ao Projeto ALiB obedecem ao controle das seguintes variáveis, e foram obtidos em igualdade de proporção: a) duas faixas etárias – faixa I (18 a 30 anos) e faixa II (50 a 65 anos); b) dois níveis de escolaridade – ensino fundamental incompleto e universitários –, e de ambos os sexos. Quanto aos atlas regionais, os informantes seguem as características tradicionalmente estabelecidas pela Dialectologia. Este estudo apresenta as denominações encontradas para *arco-íris*, procede a uma análise semântico-lexical e ao exame etimológico das formas encontradas com maior frequência. Embora nas capitais estudadas do Projeto ALiB a única forma encontrada tenha sido *arco-íris*, sabe-se que nos atlas regionais citados essa homogeneidade lexical não existe, pois foram encontradas nesses estados formas como, *arco-da-aliança*, *arco-da-velha*, *olho-de-boi*, não presentes nos inquéritos analisados do Projeto ALiB. O estudo de outras localidades do Brasil, como está previsto, revelará a extensão de uso das formas já catalogadas nos atlas regionais e de novas formas que venham a aparecer. Este projeto, então, é de relevância por possibilitar um conhecimento maior do léxico da nossa língua e suas possíveis variações, assim como, por ajudar a suprir uma necessidade de descrição do “português brasileiro” sentida por qualquer pesquisador que direcione seus estudos na área da linguagem.





CARDOSO, Suzana Alice; FERREIRA, Carlota. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARDOSO, Suzana Alice. *Designações para cria de ovelha e a história do português do Brasil*. In: FERREIRA, Carlota et alli. *Diversidade do português no Brasil. Estudos de dialectologia rural e outros*. Salvador: UFBA, 1988.

BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Ática, 1991, p 94 (Série Princípios, 88).

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1967.

MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Introdução à sociolingüística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

língua. Essa avaliação aponta para o fato de a mesóclise ter-se transformado em um estereótipo lingüístico. Segundo Labov (1974), a tendência de um estereótipo lingüístico é de desaparecer da língua. O resultado dos testes de avaliação e a constatação da baixa freqüência da mesóclise nos textos acadêmicos constituem evidências, portanto, de que estamos diante de uma mudança em via de completação.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.

\_\_\_\_\_. Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (orgs.). *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1974. (pp. 49-85).

SCHEI, A. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. 2 ed. rev. São Paulo: Humanitas/USP, 2003.

SILVA, M. da C. H. *A variação na posição dos clíticos em relação ao verbo em textos escritos: uma abordagem sociolingüística*. 2002. (Dissertação) Mestrado em Letras. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, João Pessoa.

## Um relato sobre a construção mesoclítica em textos acadêmicos

Ana Carolina Silva Vilela

carolvilela@yahoo.com  
Atualmente sem vínculo

Estudos recentes sobre a colocação pronominal (Silva, 2002; Schei, 2003) mostram que a freqüência da mesóclise no português brasileiro (PB), em relação à próclise e à ênclise, é baixa. No entanto, tais estudos não se preocupam em oferecer explicações para esse fato. Simplesmente optam por se ater às construções proclítica e enclítica, excluindo, assim, a mesóclise de suas análises. Tendo em vista esse fato, o presente trabalho buscou suprir uma lacuna existente na literatura lingüística que versa sobre a sínclise pronominal. Como objetivos gerais, foram estabelecidos: (i) o fornecimento de um levantamento da freqüência da mesóclise no momento atual do PB; (ii) a formulação de hipóteses para explicar essa freqüência; e (iii) a aplicação e discussão de testes que visavam a capturar a avaliação dos falantes em relação a essa construção. O trabalho se baseou na teoria da variação e mudança lingüística (Labov, 1972a), que busca identificar se determinadas variantes na língua acham-se em variação estável, ou se há indícios de um processo de mudança no tocante a elas. A fim de detectar a freqüência da mesóclise, coletamos dados em textos escritos formais. A opção de se usar o texto escrito decorreu do fato de a mesóclise ser um fenômeno completamente inusitado na fala brasileira. Nove teses de doutorado e uma dissertação de mestrado, escritas entre 1996-2003, serviram-nos de fonte de dados. Ao final da coleta, chegamos a um *corpus* de 435,000 palavras. A fim de se detectar a avaliação dos falantes em relação à mesóclise, foram elaborados alguns testes, que tomaram por base os testes de reação subjetiva desenvolvidos no campo da sociopsicologia e introduzidos por Labov na metodologia sociovariacionista. Os resultados de nossa pesquisa mostraram que: (a) a freqüência da mesóclise, mesmo em textos formais, é baixa. Uma hipótese que busca explicar esse fato é a do emprego de estratégias textuais (como, por exemplo, o preenchimento do sujeito pronominal) que desfazem o contexto em que o uso da mesóclise é prescrito pela gramática tradicional e criam um contexto favorável ao emprego da próclise; (b) os falantes tendem a rejeitar a mesóclise, considerando-a uma construção pedante e formal, e associando-a a períodos mais antigos da

## Análise sociolingüística da colocação dos clíticos pronominais no português europeu no decorrer dos séculos XIX e XX

Maria de Fatima Vieira

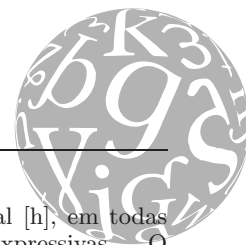
fatimaufrj@yahoo.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tomando por base os pressupostos da investigação sociolingüística variacionista, o presente trabalho tem como principal objetivo ampliar o conhecimento que se tem a respeito da ordem dos clíticos pronominais na modalidade escrita da Língua Portuguesa, no decorrer dos anos 1800 a 1999. Este trabalho assume, portanto, uma perspectiva diacrônica a partir de dados extraídos de textos produzidos na variedade europeia (PE).

Para tornar possível tal investigação, foram extraídos dados dos *corpora* elaborados pelo Projeto VARPORT – Análise Contrastiva de Variedades do Português, o qual dispõe de dados das modalidades oral e escrita, produzidos nos séculos XIX e XX, tanto do Português Brasileiro (PB) quanto do Português Europeu (PE). A modalidade escrita, objeto do presente trabalho, é composta de textos jornalísticos distribuídos em três tipos: anúncios, editoriais e notícias.

A pesquisa baseia-se no arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação Laboviana, segundo a qual não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança lingüística sem que se detectem as restrições estruturais e sociais determinantes da variação. Para o tratamento das ocorrências coletadas no referido *corpus* e a interpretação dos resultados, utiliza-se o instrumental básico para análise oferecido pelo pacote de programas GOLDVARB, o qual possibilita a ponderação estatística dos dados para a determinação das variáveis efetivamente relevantes para o fenômeno.

Com base na análise dos dados, observa-se que a regra de colocação pronominal está condicionada fundamentalmente a duas variáveis lingüísticas: o tipo de pronome e o contexto morfossintático em que ele se insere. A variável presença



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

de “atrator”, em particular, é de extrema importância, tendo em vista que a presença de determinados elementos faz aumentar consideravelmente a realização da próclise. Curiosamente, verifica-se que a variante pré-verbal foi, no cômputo geral das ocorrências, a mais utilizada, resultado que se explica pelo contexto em que os pronomes átonos se inserem, como o das orações subordinativas, o dos verbos seguidos de uma partícula de negação, entre outros. Quanto ao comportamento dos dados em termos diacrônicos, verifica-se que, ao longo do tempo, os índices de próclise e de ênclise também estão fortemente relacionados ao contexto morfosintático em que o clítico se insere.

Espera-se, por fim, que o presente trabalho – que determina o condicionamento lingüístico e extralingüístico das estruturas sob análise, confirmando resultados de pesquisas anteriores (cf. VIEIRA, 2002) e acrescentando informações, principalmente de natureza diacrônica – colabore para a ampliação das informações referentes aos clíticos pronominais na Língua Portuguesa na variedade europeia.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana*: para a definição da natureza do clítico em Português. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ, 2002.

---

### A variação fonética no português do Brasil: diferenças diatópicas na realização do /S/ em coda silábica, em três capitais do Nordeste, a partir dos dados do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)

Cláudia Santos de Jesus  
kaujesus@gmail.com  
Universidade Federal da Bahia

Djanice de Almeida Bessa

O presente trabalho tem por objetivo analisar a variação fônica do /S/ em coda silábica, em capitais do nordeste, segundo dados do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), seguindo os pressupostos da Sociolingüística Variacionista. As capitais do Nordeste estudadas são Salvador, Recife e Aracaju. Para a constituição do corpus foram utilizados o Questionário Fonético-Fonológico e o Questionário Semântico-Lexical de vinte e quatro inquiridos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), sendo oito de Salvador, oito de Recife e oito de Aracaju. Os informantes pertencem a ambos os sexos, distribuídos em duas faixas etárias (faixa I, de 18 a 30 anos e faixa II, de 50 a 65 anos) e em dois níveis de escolaridade (fundamental e universitário), seguindo a metodologia do Projeto. Para a análise dos dados utilizou-se o método quantitativo. Foram analisadas as variantes alveolares [s,z], palatais [ʃ, ʒ] e glotais ou laríngeas [h, fi], em posição medial, como em [ˈkaʃkɐ] e [ˈfɔsfɔɾɔ], posição final absoluta, tendo como exemplos [aˈxɔjʃ] e [ˈtrɛʃs] e final seguida de consoante, como por exemplo, [ˈmezdi] e [ˈluʒdɔ]. Com base no corpus analisado, pode-se dizer que os informantes da cidade de Salvador e Aracaju apresentam uma preferência pelas variantes alveolares, em Recife a predominância diz respeito às variantes palatais.

No que se refere à variante laríngea ou glotal [h], em todas as capitais, as ocorrências foram pouco expressivas. — O nível de escolaridade mostrou-se relevante nas três capitais, servindo de base para uma possível indicação das variantes de prestígio, a alveolar, em Salvador e Aracaju, e a palatal, em Recife. A faixa etária apontou para uma possível mudança em curso na capital soteropolitana e na recifense, mas, quanto a Aracaju ambas as faixas optaram pela realização alveolar. Os fatores lingüísticos indicam que a posição medial e a consoante imediatamente seguinte oclusiva dental /t/ favorecem a variante palatal. Os resultados apontam, portanto, para a existência da diferença diatópica no que se refere ao /S/ em coda silábica, estando Salvador e Recife de um lado, nas quais predominaram as alveolares, e do outro Recife com as palatais, e mostram também a interferência de fatores lingüísticos e extralingüísticos quanto ao fato fonético estudado.

CANOVAS, Maria Irene Francisco. *Variação fônica de /S/ pós-vocálico e de /v,z,ʒ/ cabeças de sílaba na fala de Salvador*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Salvador, Instituto de Letras, UFBA, 1991.

CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (Brasil) Atlas Lingüístico do Brasil: questionário 2001. Londrina: Editora da UEL, 2001.

---

### O evento da variação no fenômeno da ordem dos clíticos pronominais do PB escrito nos séculos XIX e XX

Daniely Cassimiro de Oliveira Santos

s.cassimiro@uol.com.br  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

No que concerne à manifestação da ordem dos pronomes átonos na modalidade escrita do Português do Brasil, pretende-se depreender as normas que operam de modo efetivo no decorrer dos séculos XIX e XX. Diante desse propósito, a investigação cumpre a função de averiguar, de modo detalhado, os contextos lingüísticos e extralingüísticos decisivos ou não para o evento de cliticização (cf. VIEIRA, 2002) nos ambientes de lexias verbais simples.

Este estudo, de caráter variacionista, se fundamenta na égide dos pressupostos da Sociolingüística cunhada por Labov, a qual legítima, dentre outros postulados, que o fenômeno de variação e possível mudança – como fatores inerentes aos sistemas das línguas – não ocorre de modo arbitrário ou aleatório diante da assistência de variáveis lingüísticas e extralingüísticas, sendo, por isso, passível de sistematicidade (cf. WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968).

Para o desenvolvimento da investigação, lançou-se mão de textos jornalísticos dos gêneros *anúncios*, *editoriais* e *notícias* dispostos nos *corpora* compilados no banco de dados do Projeto Varport ([www.lettras.ufrj.br/varport](http://www.lettras.ufrj.br/varport)), o qual favorece a especulação contrastiva das variedades europeia e brasileira da Língua Portuguesa.

A respeito do tratamento estatístico dos dados, aplicou-se o



instrumental do pacote de programas GOLDVARB (2001), o qual disponibiliza o índice de aplicabilidade da regra variável da ordem dos pronomes clíticos, sua frequência, os valores percentuais e pesos relativos de uma variante específica, as variáveis lingüísticas e extralingüísticas relevantes à interpretação do evento de colocação, as variáveis não relevantes ao processo, bem como o influxo entre grupos de fatores.

Conforme os resultados alcançados a partir dessa especulação, pode-se constatar que, de modo geral, a opção pelas variantes proclítica ou enclítica se estabelece mediante a natureza do contexto morfossintático em que o clítico pronominal se manifesta. O tipo de pronome e a estruturação das cláusulas em que o clítico está inserido constituem variáveis relevantes à ocorrência do fenômeno. Quanto ao comportamento dos dados em termos diacrônicos, verifica-se que, ao longo do tempo, não se respeitam estritamente os condicionamentos postulados pela tradição gramatical, na variedade brasileira.

Em decorrência de todas as considerações arroladas, ateste-se que esta abordagem, ao elucidar novas questões ao parco conhecimento que se tem acerca da cliticização no período investigado, contribui para o prosseguimento da investigação científica no âmbito dos estudos lingüísticos.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P & MALKIEL, Y. (Eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin-London: University of Texas Press, 1968.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana*: para a definição da natureza do clítico em Português. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ, 2002.

1991) de *verbo predicador* a *verbo gramatical/instrumental*. Objetiva-se descrever os condicionamentos sociais e lingüísticos da alternância desses verbos na expressão de tempo decorrido. Para tanto, pretende-se investigar variáveis, tais como: variedade nacional do Português, modalidade expressiva (associada a grau de formalidade), gênero discursivo, a ordem dos sintagmas (oracionais ou sub-oracionais) que integram a predicação, a possibilidade de sua substituição por expressão adverbial equivalente (sem verbo), a possibilidade de inserção da preposição *desde* antes da expressão com *haver/fazer/ter*, a configuração formal da expressão (com ou sem conector *que*; nome ou sintagma nominal), a configuração semântica do termo que designa somatório de tempo (contável ou não-contável).

Para o tratamento desses aspectos, conta-se com uma amostra de enunciados coletados em textos orais e escritos do Português Brasileiro e do Português Europeu e com pressupostos da Teoria de Variação e Mudança (LABOV, 1994). Na análise também se levarão em conta orientações da Teoria da Gramática Funcional (S. DIK, 1997, e seus seguidores) relativas à formação de predicações e algumas descrições sobre o comportamento desses empregos dos verbos *haver*, *fazer* e *ter* (BOSQUE; DEMONTE, 1999; MACHADO VIEIRA, 2001; entre outras).

DIK, Simon C. *Theory of functional grammar*. Ed. por K. Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, 1997.

HOPPER, P. J. On some principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, vol. 1, p.16-35, 1991.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change*. Oxford: Blackwell, 1994.

MACHADO VIEIRA, Marcia dos S. *Sintaxe e semântica de predicações com verbo fazer*. 2001. 362 f. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Orgs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Real Academia Española, Espasa Calpe. v. 2, cap. 27, p. 1722-1778, e cap. 48, p. 3128-3210.

## Para expressar tempo decorrido: a variação de haver, fazer e ter

Maíra Silva de Paiva  
mpaivas@yahoo.com.br

UFRJ - Faculdade de Letras

Marcia dos Santos Machado Vieira  
Leila Vasti da Paz e Silva  
Lilian Alves Jandir  
Thiago Giammattey Machado Ricardo

Focalizar-se-á, neste trabalho, um dos empregos dos verbos *haver*, *fazer* e *ter* delimitados em estudo desenvolvido no projeto de pesquisa PREDICAR, "Formação e expressão de predicados complexos: polifuncionalidade verbal", qual seja: o de marcador de tempo cronológico em estruturas como "*haver/fazer/ter + expressão temporal (+ que)*". Entende-se que esses verbos funcionam como elementos semi-gramaticais que operam na formação de expressões com referência cronológica e que pertencem a uma categoria funcional híbrida - *operandum* auxiliar, nos termos de Dik (1997) - que reúne propriedades que os relacionam às categorias de verbo predicador (em uma de suas extensões de sentido) e constituinte gramatical de expressão adverbial. Apresentam-se, portanto, como extensões de uso que se situam no *continuum* de gramaticalização (cf. HOPPER,

## Para o estudo de perífrases com os verbos-suporte dar, fazer e levar: testes de avaliação subjetiva

Thiago Giammattey Machado Ricardo  
giammattey.predicar@gmail.com  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcia dos Santos Machado Vieira  
Leila Vasti da Paz e Silva  
Giselle Aparecida Toledo Esteves

Neste trabalho tenciona-se expor e discutir aspectos dos testes de avaliação/reação subjetiva elaborados no âmbito do Projeto de Pesquisa PREDICAR "Formação e expressão de predicados complexos: polifuncionalidade verbal" e destinados à investigação de dois fatos lingüísticos: (1) a relação de equivalência semântica entre construções com verbo-suporte e verbos plenos cognatos ao nome incorporado àqueles e (2) a situação das construções com verbo-suporte no *continuum* de lexicalização.

Quanto ao primeiro fato, pretende-se explorar os testes de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

atitude para (1.1) a delimitação dos casos em que é pertinente pressupor uma relação de equivalência entre as formas predicantes simples e complexas e (1.2) a determinação dos graus dessa equivalência, bem como dos condicionamentos semântico-discursivos da alternância entre essas formas. Nos testes, os informantes serão levados a manifestarem-se, entre outros aspectos, quanto a estes: (a) a possibilidade de substituição de FAZER, LEVAR ou DAR por outras variantes verbais (por exemplo, “*levar/dar/passar/ter conforto, esperança*”); (b) a viabilidade da substituição, por verbos plenos (relativamente) equivalentes, de perífrases com os verbos-suporte FAZER, LEVAR ou DAR com configuração prototípica e de outras com traços dessa configuração alterados; e (c) as conseqüências dessas substituições.

Quanto ao segundo fato, busca-se explorar os testes de atitude com o intuito de (2.1) delimitar as construções com interpretação lexicalizada das que não têm essa possibilidade de interpretação e (2.2) apurar os critérios/fatores que (mais) pesam na determinação de uma leitura lexicalizada/cristalizada das expressões verbo-nominais. Assim, nesses testes os informantes serão levados a manifestarem-se, entre outros fatores, quanto a estes: (a) a mobilidade do sintagma nominal (SN) incorporado em relação ao verbo-suporte; (b) a possibilidade de inserção de elementos lingüísticos entre verbo-suporte e SN; e (c) o nível de transparência/opacidade do significado dos componentes da perífrase verbo-nominal.

No desenvolvimento do trabalho, recorre-se a orientações teórico-metodológicas da Sociolingüística Laboviana, à perspectiva funcionalista de Lehmann (2002) quanto ao processo de lexicalização e à de S. Dik (1997) quanto à formação de predicadores complexos e predicções. A confecção dos testes de atitude tem inspiração em uma técnica de obtenção de dados prevista em Labov (1972): testes de avaliação/reação subjetiva (“the ‘matched guise’ technique” usada por Lambert e seus seguidores, segundo o autor). Além disso, pauta-se em uma amostra de construções com os verbos-suporte LEVAR e DAR e em resultados das investigações sobre os dois fatos lingüísticos em foco já obtidos no âmbito do Projeto PREDICAR.

Acredita-se que o trabalho contribuirá significativamente para que se obtenham descrições mais objetivas a respeito dos fenômenos de alternância e lexicalização de expressões lingüísticas por meio do confronto entre os fatores morfosintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos detectados pelo pesquisador e os indicados por aqueles cujo único compromisso é usar a língua para comunicar-se.

DIK, Simon C. *Theory of Functional Grammar*. Editado por Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, 1997.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Oxford: Blackwell, 1972.

\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change*. Oxford: Blackwell, 1994.

LEHMANN, Christian. New reflections on grammaticalization and lexicalization. In: WISHER, Ilse; DIEWALD, Gabriele. *New reflections on grammaticalization. Typological studies in language*, v. 49, p. 1-19, 2002.

## O uso do tu no português brasileiro falado

Edilene Patrícia Dias

epdias@unb.br

Universidade de Brasília - UnB

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados de uma análise sobre a variação *tu/você* entre falantes brasileiros, descrevendo quais fatores lingüísticos e sociais condicionam a variação nas diferentes faixas etárias. O estudo verifica se a variação nos pronomes de segunda pessoa acontece porque estes formam um par de pronomes do tipo T/V, segundo a definição proposta por Brown e Gilman (1960), e se o fenômeno em questão revela processo de mudança lingüística em progresso. No português brasileiro, segundo Faraco (1996), o uso de *você* é generalizado em todo o Brasil, enquanto o uso de *tu* fica restrito a variedades regionais. No entanto, estudos recentes, tais como Paredes Silva (2003), no Rio de Janeiro, e Lucca (2005), em Brasília, demonstram que a variação *tu/você* acontece também em regiões cujos dialetos estão entre aqueles em que tradicionalmente não há predominância do *tu*. O estudo foi realizado dentro dos pressupostos da sociolingüística variacionista descritos por Weinreich, Labov e Herzog (1968). São analisadas amostras de fala de pessoas entre 13 e 45 anos nascidas em Brasília ou que tenham se mudado para a cidade com até 5 anos de idade. As amostras foram obtidas por intermédio de gravações de conversas espontâneas. Os responsáveis pelas gravações foram os próprios informantes e, em sua grande maioria, com o consentimento dos demais interlocutores. O uso de entrevistas sociolingüísticas foi evitado porque o pronome *tu* tende a aparecer predominantemente em conversas informais em relacionamentos íntimos. A análise dos dados aponta que os mais jovens apresentam maior frequência no uso de *tu* e que a escolha entre um e outro pronome é condicionada por fatores diversos nas diferentes gerações. Entre falantes com menos de trinta anos, o uso de *tu* aparece com interlocutores da mesma idade como marca principalmente de intimidade, enquanto em falantes mais velhos o *tu* tende a aparecer como indicador de posicionamento superior, que pode ter como objetivo tanto desmerecer o interlocutor como dar ordens, demonstrando “quem manda”. O estilo de vida do falante, entre “alternativo” e “enquadrado”, é também um fator importante. Assim, embora haja evidência de mudança em curso em função do aumento do uso do *tu* nos falantes mais jovens, seu uso pelas diversas faixas etárias é condicionado por fatores distintos. O uso entre os mais jovens indica que *tu* e *você* são usados como pronomes T/V, enquanto os integrantes de gerações mais velhas usam os pronomes como ferramenta de especialização discursiva.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert (1960). The pronouns of power and solidarity. In: BRAT PAULSTON, C.; TUCKER, G.R. (Ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 156-176.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento de você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

LUCCA, Nívia Naves Garcia. *A variação tu/você na fala brasileira*. 2005. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara



(Org.). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 160-169.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Yakov (Ed.). *Directions for Historical Linguistics: A symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

## Estudo sociolingüístico sobre a recepção de raps de protesto

Fráya da Cunha

frayadacunha@hotmail.com  
Universidade Estadual de Campinas

Este projeto de pesquisa tem como principal propósito estudar a recepção de *raps* por adolescentes, mais especificamente, os *raps* que apresentem um caráter de protesto político, caracterizados por conter um discurso de contestação social. Com base em uma perspectiva sociolingüística, pretendemos descrever e analisar as principais formas de recepção desse tipo de música, por parte de jovens adolescentes, por meio de uma metodologia de base experimental e interacional.

O projeto pretende mostrar o que os *raps* de protesto significam para o grupo que majoritariamente os ouve: os adolescentes negros das periferias dos grandes centros urbanos. Portanto, é abordada a questão da identificação desse grupo com o tipo de música em questão.

Fortemente relacionados às resistências sociais, às disputas e aos conflitos, os *raps* de protesto estão carregados de mensagens de descontentamento, principalmente no que se refere à realidade social dos indivíduos marginalizados. Mais do que uma música, o *rap* de protesto é uma das formas que o negro jovem da periferia encontrou para discutir e denunciar os seus problemas sócio-econômicos. Esse tipo de *rap*, portanto, é um importante instrumento de reflexão mobilizado pelos jovens para desenvolver as práticas de (i) reflexão crítica sobre a ideologia dominante, (ii) de construção de posicionamento em relação aos problemas sociais por eles enfrentados, (iii) de produção de identidades. Estudar a recepção dos *raps* de protesto permite que se compreenda os motivos pelos quais esse tipo de música é bem aceito entre os jovens adolescentes. Por que, de modo geral, esse grupo de sujeitos se interessa pelos *raps*? Qual é o perfil sócio-econômico do adolescente que ouve freqüentemente os *raps* de protesto? Como se dá a identificação/não identificação desses jovens com essas músicas? Quais os aspectos lingüístico-discursivos dos *raps* que contribuem para que haja essa identificação? Que tipo de leitura esses ouvintes fazem acerca dos conteúdos da mensagem que essas músicas tentam transmitir? São questões como essas que objetivamos responder ao longo da nossa pesquisa.

O nosso estudo tem um enfoque sociolingüístico. Esse tipo de análise é fundamental para entendermos como se dá a recepção dos *raps* de protesto pelos adolescentes. De fato, é através de uma análise que considere aspectos das identidades sociais e lingüísticas dos sujeitos, que podemos chegar a conclusões seguras sobre os objetivos a que nos

propusemos alcançar nessa pesquisa.

ALKMIM, T. M. *Sociolingüística*. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIN, Fernanda. (Org.). *Introdução à lingüística*. Domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo, 2001. p. 21-47.

BAKHTIN, M. *The dialogic imagination: four essays*. Texas: University of Texas Press, 1996 [1981].

BENTES, A. C. *Linguagem como prática social: a elaboração de estilos de fala por jovens rappers brasileiros*. Plano de estudo de Estágio Pós-Doutoral. Universidade da Califórnia, Berkeley. janeiro a abril de 2006. (FAPESP)

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TELLA, M. A. P. *Atitude, arte, cultura e auto-conhecimento: o rap como voz da periferia*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCSP, 2000.

## The sociolinguistic aspects of assibilated rhotics in Piripiri, Piauí

Michael Taylor

michaeltaylor@nyu.edu  
New York University

The purpose of this poster session is twofold. Firstly, it is to disseminate the findings of Taylor and Eddington 2006, where the dialect of Piripiri, a small city in the Northeastern state of Piauí, Brazil, was shown to have variable assibilated of the phonemic voiceless uvular fricative. In standard Brazilian Portuguese, the voiceless uvular fricative phoneme, found post-vocalically in coda position, has many possible realizations, such as: [alveolar trill, voiceless glottal fricative, voiceless velar fricative, voiced velar fricative, voiceless uvular fricative, voiced uvular fricative] (Parkinson 1988). However, in Piripiri, the pronunciation of the voiceless uvular fricative phoneme in coda position before a voiceless alveolar stop (as in *quarta-feira* 'Wednesday') becomes assibilated and is realized as either a voiceless apical alveolar fricative or a voiceless alveopalatal fricative. Interviews were done with 83 native residents of Piripiri, using a combination of pictures and questions to elicit various token words. Variable rule analyses were performed in order to determine the influence of non-linguistic variables of age, sex, and class, as well as the surrounding linguistic environments on this pronunciation. The results, along with some interesting observations made during fieldwork, show that the pronunciation has acquired negative prestige among the younger generation, as well as those of the upper-class, regardless of age, although it has not disappeared completely. To these residents of Piripiri, which subsequently have more contact with the neighboring capital Teresina, the assibilated variant of the voiceless uvular fricative phoneme has become associated with illiteracy and a lack of education.

Secondly, the author would like to take advantage of the diverse body of knowledge and experience of those participating in the ABRALIN International Conference to discuss the possibility of similar processes occurring elsewhere in Brazil. Before Taylor and Eddington 2006, no documented dialect of Brazilian Portuguese was shown to



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

produce assibilated rhotics. However, it is highly plausible that this and other similar phonetic processes are occurring elsewhere in Brazil, a country known for the robustness of variation between dialects. If indeed it is shown that there are analogous dialects, further research can be planned in hopes of explaining whether this assibilant is an innovation native of Piauí, or a stranded fossil of a more widespread feature that has since been lost.

Parkinson, Stephen. 1988. Portuguese. *The Romance languages*, ed. by Martin Harris and Nigel Vincent, 131-169. New York: Oxford University Press.

Taylor, Michael and David Eddington. 2006. Negative Prestige and Sound Change: A Sociolinguistic Study of the Assibilant of /X/ in Piauí Portuguese. In *Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium*, ed. Nuria Sagarra and Almeida Jacqueline Toribio, 320-325. Somerville, MA: Cascadia Proceedings Project.

## Terminologia

### 3.13.1 Comunicações Individuais

#### Terminografia de gestão ambiental: critérios e problemas de seleção terminológica

Maria da Graça Krieger

mgkrieger@terra.com.br

UNISINOS / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Na continuidade do desenvolvimento de projetos de pesquisa que reúnem e conceituam a terminologia do meio ambiente, o grupo de pesquisas TERMISUL (UFRGS) acaba de elaborar um Glossário de Gestão Ambiental (Krieger et al, 2006).

Com cerca de 550 termos em português, as entradas contam com os respectivos equivalentes em alemão, espanhol, francês e inglês. Apesar da crescente consciência da importância da gestão privada e pública, o Brasil, bem como a grande maioria dos países, ainda não dispunha de uma sistematização dos termos básicos da área e de seus respectivos conceitos.

A gestão ambiental, prática administrativa orientada pela preservação do meio ambiente, é ainda nova em nosso meio, mas também no contexto internacional. Em decorrência, sua terminologia e respectivos conceitos ainda não são estáveis, conforme atestaram as fontes de consulta em português e nas línguas estrangeiras. De igual modo, a área não tem seus limites claramente delineados. Conseqüentemente, a pesquisa terminológica enfrenta uma série de problemas, como a própria configuração organizacional deste domínio emergente.

Toda essa indeterminação explica-se, em grande parte, pela composição multidisciplinar da área, articulada sobre uma série de princípios oriundos de várias faces da gestão. Tais faces reúnem, na base, aspectos pragmáticos e jurídicos da administração ambiental, que articula sua identidade

entre a observância de orientações normativas internacionais de qualidade ambiental, caso das normas ISO 14.000 e de leis ambientais. A série de normas ambientais é voltada, sobretudo, à prática da gestão ambiental das empresas e sua observância é condição para a obtenção da certificação ambiental ISO, a qual se tornou, atualmente, meta empresarial em razão da imagem social positiva e conseqüentes benefícios econômicos trazidos pela certificação de 'empresa verde'. Junto a isto, o cumprimento dos dispositivos legais definidos pelas portarias e leis ambientais é também condição de instalação e funcionamento legal das empresas, mas também de instituições públicas.

Nesta exposição, objetivamos descrever a configuração conceitual e pragmática da área de gestão ambiental que, portanto, cobra sentido na aplicação de normas internacionais e observância de princípios jurídicos nacionais, condicionantes da atuação gerencial bem sucedida. À luz desse desenho, serão apresentados os subdomínios temáticos que integram a comunicação especializada da gestão ambiental e que orientaram a organização do Glossário.

Além disso, serão apresentados os critérios de seleção e tratamento dos termos que compõem a nomenclatura do Glossário. A problemática da seleção está vinculada à heterogeneidade das fontes de coleta dos termos, e conseqüente variação terminológica, a qual reflete diferentes denominações e visões dos sujeitos produtores da comunicação especializada. Pretendemos mostrar essa diversidade constitutiva da terminologia pesquisada, enfatizando as soluções metodológicas adotadas na composição do Glossário, seja no eixo da organização macroestrutural da obra, seja no eixo da organização micro.

No quadro dos problemas de seleção lexical, será também destacado o problema de reconhecimento de terminologias de caráter normativo. Para tanto, são levadas em consideração as relações entre os propósitos da comunicação especializada e o papel de unidades lexicais que assumem estatuto terminológico em função de determinarem entes responsáveis pela condução e aplicação dos programas de gestão ambiental das organizações. Com base nessas relações, que seguem a linha da Terminografia lingüístico-textual (Krieger e Finatto, 2004), pretendemos desenvolver uma reflexão que focaliza a ativação textual e pragmática das terminologias de normas de gestão ambiental. Trata-se, por sua vez, de aspectos vinculados à presença de verbos modais – poder e dever – nos textos normativos (Krieger; Bevilacqua; Padilha, 2005).

Ao modo de conclusão, enfatizamos a importância dos princípios lingüístico-textuais para o reconhecimento terminológico, e de que a Terminografia não se resume a uma atividade compiladora. Ao contrário, ela sempre consiste num estudo sobre os termos que necessita levar em conta tanto as temáticas que integram a constituição de uma área, quanto os 'modos de dizer', incluindo variações e dimensões ideológicas, que perpassam a linguagem dos diferentes segmentos sociais e profissionais que constroem e praticam a comunicação em uma mesma área de conhecimento especializado.

Se a terminografia, em sua face teórica, contribui para o avanço do conhecimento sobre os fenômenos terminológicos; no caso da produção do Glossário de Gestão Ambiental enfocado, ela ensaja e motiva a reflexão sobre a dualidade da dimensão conceitual e pragmática que constitui e caracteriza as terminologias normativas, ainda muito pouco estudadas.

KRIEGER, M. G. e FINATTO, M.J. *Introdução à terminologia: teoria & prática.*



São Paulo, Contexto, 2004

KRIEGER, M. G.; BEVILAQUA, C; PADILHA, J. O papel das modalidades no reconhecimento e tratamento terminológicos: uso de poder e dever em normas ambientais. *ACTAS do IX Simpósio Iberoamericano de Terminologia*. Barcelona, RITERM, 2004.

KRIEGER, M.G. et al. *Glossário de Gestão Ambiental*. São Paulo, DISAL. (no prelo)

## A terminologia da culinária moçambicana como prática sócio-histórica

Fátima Helena Azevedo de Oliveira

fatimavernaculas@yahoo.com.br  
Universidade Estácio de Sá

Esta comunicação apresenta conclusões de pesquisa sobre a situação linguística da República de Moçambique. A investigação, iniciada em 1983, ao lecionar língua portuguesa no referido país africano, resultou em trabalhos apresentados em congressos, simpósios, encontros, debates, entre outras produções acadêmicas. O presente trabalho centra-se nos resultados da Tese de Doutorado, que envolveu duas vertentes: de um lado, o estudo da Terminologia enquanto disciplina autônoma com seus pressupostos e parâmetros. De outro, a análise da situação da língua portuguesa em Moçambique, através do levantamento dos termos presentes no gênero de texto receita culinária. 'A Terminologia é uma área de conhecimento relativamente nova no panorama internacional, bem como em nosso meio' (Kriger, 2001: 13). Compreendida como uma disciplina que estuda o léxico de natureza étnico-científica, a Terminologia não se resume à elaboração de uma obra de referência, como glossários e dicionários técnicos, a uma atividade pragmática fundamentada apenas no reconhecimento da frequência de uso dos termos. Envolve também uma dimensão linguística, cognitiva, sócio-política e cultural das unidades lexicais temáticas. Por sua vez, Moçambique, está entre os países onde o Português tem o estatuto de língua oficial, sendo falada essencialmente como língua segunda (L2) por uma pequena parte da sua população. De acordo com dados do Censo de 1980, no conjunto das línguas faladas em Moçambique – em um total aproximado de vinte línguas, majoritariamente do grupo bantu – era falado por cerca de 25% da população, e constituía a língua materna de pouco mais de 1% dos seus locutores. Atualmente, devido ao prestígio associado à língua portuguesa, esta situação se alterou consideravelmente, e os dados do Censo de 1997 indicam que a percentagem atual de falantes do Português é já de 39,6%. Contribuiu certamente para este aumento o fato de o conhecimento desta língua constituir uma base indispensável à obtenção de benefícios sociais e econômicos, o que faz com que, em nível urbano, esteja em curso um processo intenso de mudança de língua ('language shift') em direção ao Português. Moçambique, país situado na África Austral, tem sido alvo da curiosidade dos brasileiros, motivados pela mídia em geral. De forma indireta, as receitas culinárias, fruto do trabalho coletivo, despertam o interesse do cidadão comum e deixam resvalar o contexto histórico-social em que se formou a atual comunidade de falantes de

Português em Moçambique e, conseqüentemente, servem como objeto de estudo terminológico. Seleccionadas *in loco*, as receitas culinárias de Moçambique, objeto da presente investigação, representam um gênero textual profundamente vinculado à vida cultural e social do povo africano. O estudo terminológico das receitas é relevante, seja para o brasileiro, seja para o moçambicano, uma vez que os termos como unidades complexas têm uma dupla funcionalidade e, com suas particularidades, funciona como parte das línguas naturais. A pesquisa objetiva analisar a situação da língua portuguesa em África e catalogar os termos de especialidade presentes nas receitas culinárias da região de Maputo, capital de Moçambique, à luz dos pressupostos teóricos da Terminologia. A partir dos pressupostos do austríaco Eugen Wüster, considerado o fundador da Teoria Geral da Terminologia (TGT), já nos anos 60, concebe-se a Terminologia como relacionada a todos os domínios da vida e sua conseqüente utilidade. A fim de entender o que ocorre quando termos das línguas africanas de Moçambique e da língua portuguesa são utilizados no texto culinário escrito em português, antes da elaboração do glossário buscou-se alguns parâmetros e princípios teóricos de atuais estudos da disciplina de Terminologia, salientando de antemão que muitas questões ainda não estão bem resolvidas, visto tratar-se de uma ciência relativamente nova. Alain Rey (1977), concebe a atividade terminológica sob um ponto de vista descritivo, redimensionando os estudos terminológicos clássicos no plano conceitual: definição e termo. Cabré (1999) considera que a expressão definitiva deve estar vinculada exclusivamente a um domínio de especialidade. Os resultados da pesquisa deixaram transparecer que cada trabalho terminológico apresenta a sua especificidade, bem como cada verbete, cada prática sócio-histórica e cada uma das línguas.

CABRÉ, M. T. *Terminologia: representación y comunicación*. Una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. IULA (Série Monografies, 3), 1999.

KRIEGER, Maria da Graça & MACIEL, Anna Maria Becker. *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001.

REY, Alain. *Le lexique: images et modèles du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Colin, 1977.

WUSTER, E. *Introduction to the general theory of terminology and terminological lexicography*. Trad. do alemão para o inglês, Vienna: Springer

## Gramática do erro

Carlos Pittella

cpittella@gmail.com  
PUC – Rio de Janeiro

A proposta deste trabalho é estudar um processo: teorias gramaticais mais simples vêm abarcando fenômenos linguísticos que a Gramática Tradicional considerava erro e esclarecendo, a partir de bases simplificadas, o que a tradição apresentava contraditoriamente. Nesse sentido, empregamos



uma noção matemática de simplicidade: consideramos mais simples uma teoria que, com economia de princípios, aborda um grupo de fenômenos mais amplos do que uma teoria anterior. Economia, aqui, significa usar o mínimo possível de elementos estruturais para descrever um fenômeno. Um exemplo é a célebre equação de Einstein (1916), mais simples do que as leis de Newton para explicar, por exemplo, a órbita do planeta Mercúrio:

$$- E = mc^2$$

Com cinco símbolos, Einstein relaciona o que Newton não conseguia equacionar satisfatoriamente com uma série de complexas exceções de sua teoria – a qual, para o caso do planeta Mercúrio, em verdade, se mostrava insuficiente. No entanto, para situações particulares (como em *Condições Normais de Temperatura e Pressão*, as CNTP que aprendemos na escola), as leis de Newton continuam explicando muito bem a aceleração dos corpos. O fato é que a física newtoniana não passava de um caso especial da teoria da relatividade que Einstein formulou – assim como essa teoria de Einstein logo se mostrou mera particularidade de uma outra teoria do mesmo Einstein, a da Relatividade *Geral*, que viria a ser posta em xeque pelas revoluções da Física Quântica, como se fosse apenas mais um caso particular (GUROVITZ, 2003).

A História da Gramática parece seguir processo similar: uma tradição que remonta ao século II a.C. de repente se rompe, por não mais dar conta de *exceções* evidentes demais no século XX, que assiste a mais e mais rupturas, aceleradamente. Estruturalismos e gerativismos se opõem a vinte e dois séculos de tradição (e se opõem entre si), numa revolução conceitual que torna impensável, nos dias de hoje, uma gramática se dizer atualizada por mais de uma década – que dirá por quatorze séculos, como a *Gramática Latina* do Padre Manuel Álvares, inerte de 530 ao século XIX.

Portanto, acompanharemos alguns pensadores exemplares dessa busca por simplificar princípios gramaticais, ampliando nossa conceitualização de linguagem. Nesse sentido, nosso estudo parte do *Manual de Análise* (1947) de José Oiticica, uma gramática (que nem se chamava Gramática) *suis generis* do Português, com abordagem muito diferente do que conhecemos como Gramática Tradicional.

Então, demoramos, quase meio século para encontrar Mario Perini e outros estudiosos que contribuem para uma reviravolta dos modos de pensar esta nossa língua: Perini com a *Gramática Descritiva*, Maria Helena de Moura Neves com a *Gramática de Usos* e Rosa Virgínia Mattos e Silva com sua propostas de ensino não-contraditório da língua que escrevemos e da(s) língua(s) que falamos. O lapso dos 50 anos entre estes e Oiticica é uma opção – porque o que nos interessa aqui são as formulações inovadoras, a partir das quais leremos a tradição (e não o contrário, para não se rechaçar a inovação). Além disso, guiam-nos, não nomes importantes, mas questões às quais se prendem nomes, que aqui importam só na medida em que as enfrentam, perguntando:

– Por que o que longamente foi tido por erro não pode agora ser possibilidade?

Por fim, apresentaremos alguns princípios da semiótica norte-americana, em que se destaca o pensamento de Charles Sanders Peirce. A semiótica peirceana liga-se a esse processo de inclusão do erro, justamente porque se auto-define como uma *Lógica da Errância*, Lógica do *Semear* – verbo com a mesma raiz de *semiótica*. Além de embasar uma leitura geral do processo em que nos encontramos, o conhecimento dos

princípios semióticos, esclarecendo nossa visão, pode servir para nos levar (errar) adiante.

Se a lógica inovadora de Stuart-Mill implicou a inovação da Gramática do Português por Oiticica, numa linha sistêmica de pesquisa que Perini ainda hoje desenvolve, imaginemos – por que não? – o que poderia implicar a semiótica de Peirce. Uma *Gramática do Erro*? Imaginemos. E, talvez, façamos mais que imaginar, pois “o erro faz parte da verdade, pois é esta que incita à correção do erro” (SANTAELLA, 1992, p. 192).

EINSTEIN, Albert. *Teoria da Relatividade Especial e Geral*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999 [1916].

GUROVITZ, Helio. A Chave de Tudo. In: *Super Interessante*. São Paulo: Abril, 2003. ed. 186.

MILL, John Stuart. Sistema de Lógica dedutiva e Indutiva. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1843].

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OITICICA, José. () *Manual de Análise*. 5. ed. refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1947.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2000 [1877-1910].

PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2005 [1995].

SANTAELLA, Lúcia. *A Assinatura das Coisas*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SILVA, Rosa V. M e. (). *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5. ed. col. Repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2002 [1989].

\_\_\_\_\_. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. 4. ed. col. Repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2001 [1996].

### Termos eponímicos do domínio da dermatologia: características e polêmica sobre o uso

Francine de Assis Silveira

francine.silveira@terra.com.br  
Universidade Estadual Paulista

Lidia Almeida Barros

Esta comunicação tem como tema principal os termos eponímicos do domínio da Dermatologia, isto é, termos que designam uma doença, lesão ou estrutura do corpo, tendo em sua formação um nome próprio, ou seja, um epônimo.

O processo de geração de neônimos, utilizando-se de epônimos, é bastante comum em áreas especializadas, especialmente na Medicina, pois esses termos homenageiam cientistas ou fazem alusão a pacientes que se tornaram referência da enfermidade.

Apesar de os termos eponímicos serem frequentes nesse ramo do saber, alguns acadêmicos da área médica, associações de anatomistas e organismos normalizadores têm buscado excluí-los da linguagem médica, por considerarem que esse tipo de unidade lingüística não é descritivo e não evidencia características que possam ser atribuídas ao referente. Desse modo, os termos eponímicos são considerados opacos e não permitem à linguagem médica primar pela objetividade e clareza.





Uma das soluções propostas para suprir a ausência desses termos é a utilização de outros mais descritivos, isto é, termos que tragam, em seus próprios constituintes morfológicos (radicais, prefixos, sufixos), traços de significação que elucidem o conceito designado. Isso não ocorre com os termos eponímicos. Sendo assim, a tendência atual, em todos os ramos da Medicina, é empregar termos que evidenciem características descritivas ou etiológicas, facilitando, desse modo, a compreensão do conceito.

Os termos eponímicos, enquanto unidades lingüísticas, também estão sujeitos à variação de designações para um mesmo conceito. A cada detalhe de uma doença ou estrutura descobertos por pesquisas mais recentes, um novo termo é criado ou uma nova especificação é acrescida ao termo eponímico sintagmático. Esse é um dos aspectos que explicam o fenômeno da multiplicação dos termos eponímicos e da sinonímia que ocorre nesse caso.

A postura da Dermatologia, em relação aos termos eponímicos, é a mesma da Medicina em geral: orienta sistematicamente à não-criação e não-utilização dos mesmos. Contudo, percebemos que algumas autoridades na matéria assumem postura diferente e consideram que essas designações são de importância e utilidade.

Alguns médicos e teóricos da linguagem médica defendem o uso dos termos eponímicos, argumentando que esses: a) podem esconder aspectos constrangedores de uma doença (por exemplo, o termo *mal de Hansen* é bem menos constrangedor do que *lepra*); b) podem evitar designações que sugiram preconceito racial; c) creditam a origem de um novo conhecimento, sendo que essa é a razão usual pela qual o epônimo faz parte do termo; d) dão bases para se argumentar sobre a procedência de um termo, já que, geralmente, o epônimo atribuído refere-se ao descobridor da doença; d) evitam situações embaraçosas, como utilizar um termo descritivo tido como correto e definitivo que, posteriormente, com novas descobertas, verifica-se ser incorreto (Wright, 1991).

Em nossa pesquisa, constatamos uma orientação geral, por parte dos especialistas, à exclusão desse tipo de unidade terminológica, porém, o que verificamos é que, na prática, essa exclusão não ocorre. De fato, na comunicação informal, os dermatologistas, os médicos de várias especialidades, os estudantes e professores de Medicina empregam termos eponímicos. Percebemos, então, que o emprego de termos eponímicos constitui um fenômeno polêmico, porém muito importante para a Medicina.

É necessário ressaltar que excluir os termos eponímicos da linguagem médica é uma proposta da Medicina; enquanto lingüistas, nossa posição pessoal é a de que a existência desses termos constitui uma riqueza. A Terminologia descritiva deve registrar todos os termos nos seus variados usos dentro de uma área de especialidade. Não cabe à Terminologia descritiva a prescrição ou a normalização de termos; essa é tarefa dos órgãos, comissões e comitês científicos que têm essa função. Nosso trabalho é reconhecer as várias possibilidades de designação de um conceito em uma língua de especialidade, cientes de que a variação lingüística é um dos aspectos inerentes às terminologias.

Nossa concepção de pesquisa terminológica faz com que analisemos nosso objeto de estudo termos eponímicos do domínio da Dermatologia sob uma ótica dinâmica, segundo a qual esse objeto é visto em seu funcionamento pleno, dentro de um contexto lingüístico e cultural. Deve, portanto, ser analisado *in vivo*. Assim, seguimos a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), formulada por Maria Teresa Cabré, que

considera os termos em seu aspecto dinâmico, comunicativo e contextualizado e reconhece que as várias designações de um conceito se devem a necessidades pragmáticas. Essa visão permite o estudo dos termos eponímicos em suas diversas facetas, sobretudo no que concerne à sinonímia, visto que esse tipo de termo é raramente a única designação de um conceito.

O objetivo deste trabalho é analisar os termos eponímicos que figuraram em nossa pesquisa terminológica do domínio da Dermatologia. Abordaremos aspectos relacionados ao perfil lingüístico desses termos, contextualizando-os no seio da polêmica que marca o uso dessas unidades lingüísticas no âmbito da linguagem médica.

CABRÉ, M.T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: \_\_\_\_ *La Terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA, 1999. p.109-127.

WRIGHT, V. In defence of eponyms. *British Medical Journal*, v.303, n.6817, p.1600(3), Dez 1991.

## Glossário de gestão ambiental: questões de equivalência

*Cleci Regina Bevilacqua*

[cleci.bevilacqua@terra.com.br](mailto:cleci.bevilacqua@terra.com.br)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Patrícia Chittoni Ramos Rewillard*

Seguindo a linha de trabalho teórica e aplicada que vem sendo desenvolvida desde 1991, centrada em obras terminográficas voltadas para a temática ambiental – *Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meio ambiente*, com equivalentes em inglês e espanhol e publicado em 1998, e *Glossário Multilíngüe de Direito Ambiental Internacional: terminologia dos Tratados*, em português, espanhol, francês e inglês e publicado em 2004 –, o grupo TERMISUL finalizou um Glossário de Gestão Ambiental que repertoria os termos da área em português com equivalentes em alemão, espanhol, francês e inglês. A coleta de termos foi feita a partir das Normas ISO da série 14000, relativas ao Sistema de Gestão Ambiental, da legislação brasileira e estrangeira relativa ao meio ambiente e de textos de referência na área, tais como artigos científicos, manuais, relatórios, obras terminográficas, etc. Dentre os usuários previstos desse Glossário, encontram-se gestores, tradutores e redatores de textos especializados, o que requer uma criteriosa seleção dos termos e de seus equivalentes.

Neste trabalho, discutiremos questões relativas à busca dos equivalentes em língua estrangeira, centrando-nos sobre as dificuldades específicas à língua espanhola e francesa. No âmbito deste trabalho, entendemos por equivalência a correspondência conceitual entre um termo em língua portuguesa e outro em língua estrangeira, utilizados em contextos semelhantes.

Considerando essa perspectiva, acreditamos ser de fundamental importância constituir *corpora* semelhantes em língua estrangeira ao *corpus* em língua portuguesa, seguindo determinados critérios que garantam a confiabilidade do equivalente encontrado. Sendo assim, foram constituídos, inicialmente, *corpora* paralelos formados por dois tipos de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

textos: textos das normas e textos dos tratados internacionais em todas as línguas. Além disso, procedeu-se uma busca criteriosa de contextos em páginas confiáveis da *Web* que constituíram também *corpora* específicos para cada língua, a partir dos quais buscamos os equivalentes não encontrados nos textos normativos e legais. Seguimos, assim, uma metodologia que inclui tanto os critérios de frequência e ocorrência em textos normativos, legais e institucionais, como também os de precisão, confiabilidade e abrangência da temática, do enfoque a partir do qual a temática é tratada, dos termos em português e nas línguas estrangeiras.

Essa metodologia permitiu constatar que nem sempre a equivalência era absoluta entre determinado par de línguas – português/espanhol e português/francês. Nesse caso, foi necessário criar notas explicativas para esclarecer tais diferenças conceituais entre termos do português e as duas línguas estrangeiras em questão. Essas notas constituem um campo do *Glossário* e são apresentadas junto aos equivalentes para mostrar ao consulente as diferenças conceituais. Além disso, encontramos também casos em que não foi possível estabelecer equivalentes, mesmo quando havia, na(s) língua(s) estrangeira(s) um termo próximo ao da língua portuguesa, pois não havia correspondência conceitual entre ambas as línguas. Neste último caso, o campo dos equivalentes não foi preenchido e foi explicada, na introdução do Glossário, a razão de sua não inclusão.

Considerando os aspectos mencionados acima, neste trabalho trataremos especificamente da metodologia aplicada na busca e validação dos equivalentes, apresentando três situações com as quais nos deparamos: a) a equivalência total entre termos de determinado par de línguas; b) a equivalência parcial e c) a inexistência de equivalência. De forma complementar, indicaremos as soluções adotadas para os dois últimos casos. Procuramos, assim, discutir uma problemática de extrema importância para a terminografia, qual seja, a identificação de equivalência, bem como propor uma possível metodologia que auxilie na busca de soluções para as questões a ela concernentes. Estaremos tratando, portanto, de questões ainda pouco discutidas em nosso país, relativas à terminografia multilíngüe. Pensamos poder oferecer, desse modo, subsídios teóricos e práticos que possam ser aplicados não somente aos trabalhos relativos à área ambiental, mas também a outros trabalhos com características semelhantes ao aqui apresentado.

---

### O binômio representação/recuperação da informação em interface com a teoria da terminologia - TCT

Regina Helena van der Laan

rhdvl@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Glória Isabel Sattamini Ferreira

Martha Edy K. K. Bonotto

Este trabalho enfoca o binômio representação/recuperação da informação centrado nas necessidades dos usuários dos sistemas de recuperação da informação (SRI) e busca estabelecer a inter-relação com a Teoria Comunicativa da

Terminologia – TCT. Aborda problemas da construção da linguagem documentária, relacionados à necessidade da coincidência do vocabulário do usuário com o termo atribuído na indexação. Parte do princípio de que o fazer bibliotecário objetiva, primordialmente, possibilitar livre acesso às informações registradas em diferentes suportes. Esse acessar ocorre hoje por meio do acesso totalmente independente às bases de dados das diferentes unidades de informação, aqui especificamente referindo-se às bibliotecas. Atualmente, essas bases de dados, em sua grande maioria, principalmente em bibliotecas especializadas, encontram-se informatizadas e disponibilizadas em rede de acesso remoto – internet. Isso significa afirmar que diferentes usuários podem buscar informações nos sistemas informatizados disponíveis na internet. O perfil heterogêneo dos usuários em ambiente virtual é um fator dificultador para os procedimentos de representação alfabética da informação. Durante muito tempo os usuários eram ensinados a usar as bases de dados, a linguagem que era privilegiada pelo sistema de recuperação da informação, bem como eram esclarecidos sobre os recursos de busca disponíveis pelos sistemas, informatizados ou não. O atual usuário virtual, além de possuir um perfil diversificado, busca suas informações, usando exclusivamente seus conhecimentos, sua competência lingüística e informacional e prescinde do auxílio do bibliotecário de referência. Entretanto, as unidades de indexação nem sempre coincidem com as expressões de busca. Nesses casos, o usuário não obtém respostas às suas buscas, ocorre o denominado “silêncio” na recuperação da informação. Isso pode ocorrer porque as unidades de representação nem sempre são representativas dos termos empregados no discurso especializado. Partindo do pressuposto de que mesmo um usuário de conhecimento mediano de uma área especializada sempre irá montar suas estratégias de busca empregando palavras (termos) de seu acervo lingüístico, as linguagens documentárias alfabéticas deveriam ser elaboradas tendo por base a terminologia das diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, a unidade de representação da informação coincidiria com a unidade de busca, fornecendo um resultado realmente satisfatório ao usuário. Salienta-se a necessidade da determinação dos descritores, tendo por base o discurso do especialista e buscando ancorar nele suas escolhas, a fim de garantir uma uniformidade de representação e uma maior precisão e pertinência nos resultados da recuperação da informação. Destaca-se que o falante, mesmo o especializado, constantemente cria termos e re-significa termos já existentes, o que resulta no surgimento de variantes, que podem ser empregadas nas estratégias de busca e, por conseguinte, não podem ser omitidas na linguagem documentária como não-descritores. A criação lexical especializada é reconhecida pela TCT que entende o termo em três dimensões: a cognitiva, a representativa e a comunicativa. Defende que as unidades de indexação têm estatuto de termo e, por conseguinte, também devem ser trabalhadas e compreendidas na perspectiva dessas três dimensões defendidas pela TCT. Dessa forma, a proposta de uma interface com a TCT e a metodologia de elaboração de linguagens documentárias alfabéticas com a finalidade de qualificar este trabalho visa contribuir com a função do bibliotecário de tornar acessível a informação. Discute-se a importância da estrutura sindética na linguagem documentária e do uso de uma rede de remissivas nas bases de dados, para que não resultem infrutíferas as buscas feitas por termos diferentes daqueles usados para representar o assunto. Enfatiza-se a necessidade da contextualização dos termos, quer pela complementação do sintagma terminológico, quer



pelo emprego dos recursos artificiais, tais como a colocação de qualificadores junto aos descritores. Essa visão metodológica encontra respaldo em pesquisas que vem sendo desenvolvidas abrangendo as áreas de Ciência da Informação e Literatura Infantil e Juvenil, bem como outras áreas especializadas, cujos resultados ratificam o ponto de vista aqui apresentado. Nessa linha de pesquisa também têm sido realizados trabalhos de conclusão do Curso de Biblioteconomia da UFRGS, nos quais o foco é o estudo de linguagens especializadas. Essas pesquisas em áreas especializadas têm demonstrado que o emprego da metodologia terminológica contribui para a construção de instrumentos de controle de vocabulário mais representativos. Assim, este trabalho visa evidenciar a inter-relação teórica e metodológica entre a Terminologia e a Ciência da Informação, principalmente no que se refere ao processo de representação/ recuperação da informação.

CABRÉ, Maria Teresa. *La Terminología: representación y comunicación*. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA; Universitat Pompe Fabra, 1999.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Linguagem Documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói, RJ: EduFF, 2001.

FAULSTICH, Enilde. Variação em Terminologia. Aspectos de Socioterminologia. In: GUERRERO RAMOS, Glória; PÉREZ LAGOS, Manuel F. (Coord.). *Panorama Actual de la Terminología*. Granada: Editorial Comares, 2002. p. 65-91.

KRIEGER, Maria da Graça. A Face Lingüística da Terminologia. In: LEFFA, Vilson J. (Org.) *As Palavras e sua Companhia: o léxico na aprendizagem das línguas*. Pelotas: EDUCAT, 2000.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Diferenças Conceituais sobre Termos e Definições e

Implicações na Organização da Linguagem Documentária. In: *Ciência da informação*. Brasília, v. 33, n. 2, maio/ago de 2004. p. 91-96. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciainformacao/viewarticle.php?id=304&layout=html>

\_\_\_\_\_. Linguagem Documentária e Terminologia. In: *Transinformação*, v. 16, n. 3, set./dez., 2004. p. 231-240.

\_\_\_\_\_. Novas Relações entre Terminologia e Ciência da Informação na Perspectiva de um Conceito Contemporâneo de Informação. In: *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*. v.7, n.4, ago. 2006. Disponível em: [http://www.dgzero.org/ago06/Art\\_02.htm](http://www.dgzero.org/ago06/Art_02.htm). Acessado em 28.09.06.

## “O perfil terminológico dos textos especializados da área da aviação: subsídios para o ensino de ESP”

Ana Eliza Pereira Bocorny

ana.bocorny@pucrs.br  
PUC - Rio Grande do Sul

A necessidade de trabalhar questões relacionadas ao ensino do inglês para a aviação em nosso país começa em 1927, quando é criada a primeira empresa aérea no Brasil e se intensifica com o advento das primeiras rotas internacionais. A carência de trabalhos descritivos que se ocupem dos textos especializados da área ainda hoje torna a tarefa de ensinar

e aprender ESP<sup>1</sup> para a aviação bastante árdua. Nesses textos especializados, um tipo de sintagma nominal, que convencionamos chamar de Unidade Terminológica Poliléxica Nominal<sup>2</sup> (doravante UTPN), é uma das unidades de sentido que mais gera dúvidas.

As UTPNs são unidades muito frequentes nos textos especializados dos manuais de aviação que compõe nosso *corpus* de estudo. Elas apresentam três traços característicos básicos: são terminológicas, ou seja, representam conceitos especializados de uma determinada área do conhecimento técnico-científico, são poliléxicas, ou seja, possuem mais de um elemento constituinte e são nominais, ou seja, têm como base um substantivo. Outros nomes são utilizados para designar unidades com características semelhantes: Faulstich (2003) e Café (2003) utilizam a denominação Unidade Terminológica Complexa (UTC), Estopá (2000) fala de Unidades de Significação Especializada (USE) e de Unidades Terminológicas Poliléxicas (UTP), Quiroz (2005) usa Sintagma Nominal Extenso e Sintagma Nominal Especializado Extenso (2003).

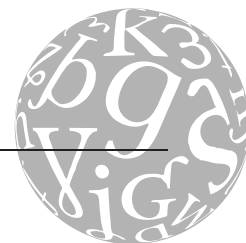
O objetivo desta pesquisa é descrever as UTPNs partindo da hipótese de que o conhecimento de padrões formais e de seu conteúdo semântico permitirá verificar regularidades e estabelecer generalizações que irão incrementar o conhecimento sobre a linguagem de especialidade<sup>3</sup> da aviação.

Tendo em vista o objetivo proposto, o trabalho divide-se em dois momentos. Primeiramente é feita uma descrição morfosintática das unidades em estudo e em seguida são analisados alguns aspectos semânticos das UTPNs. A análise morfosintática é motivada pela dificuldade que os alunos têm em identificar as UTPNs nos textos especializados. Nessa fase da pesquisa pretendemos descrever os padrões formais das unidades em estudo de forma a facilitar a identificação de seus limites nos textos. A análise semântica é motivada pela dificuldade em identificar as entidades que algumas unidades pretendem representar. Nesta fase do trabalho serão estudados os padrões de predicação das UTPNs e as funções semânticas dos componentes das UTPNs entre si.

As unidades são observadas integradas ao seu ambiente textual, utilizando como suporte teórico uma vinculação entre os estudos terminológicos e as teorias funcionalistas de S. Dik, principalmente a partir da reinterpretação feita por Café (2003) e com base nas análises feitas por Faulstich (2003), Estopá (2000) e Quiroz (2005). Esse estudo utiliza como ferramenta de análise o Corpógrafo e um *corpus* da aviação previamente elaborado.

O *corpus* de estudo<sup>4</sup> utilizado em nossa pesquisa<sup>5</sup> é composto de dois manuais de operações e um manual de treinamento de fabricantes de aeronaves de grande porte usadas no Brasil. Os referidos manuais são documentos escritos com grau de especialização alto, produzidos por especialistas e dirigidos a especialistas. Eles são utilizados na fase de treinamento dos pilotos, como fonte de informações e também durante os vôos, para resolução de problemas. Para este trabalho, selecionamos uma amostra de dois capítulos de cada manual que constitui nosso *subcorpus* de estudo. Após um levantamento manual feito no *subcorpus*, foram identificadas 66 UTPNs que são nosso objeto de análise. Todas as 66 UTPNs são submetidas à análise morfosintática, mas apenas as UTPNs com dois ou mais modificadores são submetidas à análise semântica, já que aquelas que possuem apenas um modificador não geram dúvidas nos alunos.

O presente trabalho, apesar de ser apenas um passo inicial na elaboração do perfil dos textos de manuais de aeronaves



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

comerciais, procura oferecer uma contribuição original sob a forma de subsídios para autores de materiais didáticos, professores e alunos de cursos de ESP na área da aviação.

<sup>1</sup> ESP é o acrônimo de “*English for Specific Purposes*” que significa “Inglês para Fins Específicos”. No corpo do trabalho usaremos a sigla em inglês.<sup>2</sup> A título de ilustração apresentamos um exemplo de UTPN retirada de nosso *corpus* de estudo: *overhead door caution annunciator panel*.<sup>3</sup> A linguagem de especialidade ou linguagem especializada apesar de possuir algumas características próprias, não é considerada uma língua à parte, diferente da linguagem natural. Alguns elementos como o uso de léxico especializado, certas construções sintáticas e o uso de determinadas categorias gramaticais e de certas estruturas textuais, revelam essa especialidade. <sup>4</sup> Para definição de tipos de *corpus*, ver SARDINHA, 2000.<sup>5</sup> O presente trabalho é parte da pesquisa que estamos realizando para nossa tese de doutoramento.

BIDERMAN, M.T.C. *Teoria Lingüística*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAFÉ, L. Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dik. In: FAULSTICH, E.; ABREU, S. P. de (Orgs.). *Lingüística aplicada à terminologia e à lexicologia*. Porto Alegre:UFRGS, 2003, p. 59-82.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar, part I: The structure of the Clause*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

ESTOPÁ, R. *Extracción de terminología: elementos para la construcción de um SEACUSE*, 2000.

FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. (1995) In: FAULSTICH, E.; ABREU, S. P. de (Orgs.) *Lingüística aplicada à terminologia e à lexicologia*. Porto Alegre:UFRGS, 2003, p. 11-31.

FAULSTICH, E. Formação de termos: do construto e das regras às evidências empíricas. In: *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, 2003.

FINNATO, M. J. B. (2004) Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva lingüística. In: ISQUIERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, vol. 2, p. 341-357, 2004.

KEIZER, E. Term structure in FG: a modest proposal. In: [http://home.hum.uva.nl/fg/working\\_papers/WPFG78.pdf](http://home.hum.uva.nl/fg/working_papers/WPFG78.pdf), 2003.

KRIEGER, M. G. Relações entre Terminologia e Tradução. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001a, p.155-163.

\_\_\_\_\_. Sobre Terminologia e seus objetos. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001b, p.155-163.

LYONS, J. *Language and linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MACIEL, A. M. B. *Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico*. 2001. Tese de Doutorado – UFRGS, Porto Alegre.

NEVES, M. H. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

QUIROZ, G. *Los sintagmas nominales extensos especializados em inglés y em español: descripción y clasificación em um corpus de genoma*. 2005. Tese de Doutorado – IULA, Barcelona.

SARDINHA, Tony Berber. Corpus Linguistics: history and problematization. In: *DELTA*. [online]. vol. 16, no. 2, p. 323-367, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-4450200000200005&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4450200000200005&lng=en&nrn=iso)

Acesso em 27/09/2006.

<http://www.functionalgrammar.com/>

### Uma palmeira em muitos termos: a terminologia do coco de babaçu

*Josete marinho de Lucena*

[josetemarinho@uft.edu.br](mailto:josetemarinho@uft.edu.br)

Universidade Federal do Ceará – Universidade Federal do Tocantins

As abordagens lingüísticas atuais apontam para a crescente contribuição da Lexicologia e da Terminologia na identificação das línguas em geral e de cada uma em particular. Apesar do engajamento da Terminologia apresentar-se numa perspectiva lingüística só a partir dos anos 80, os trabalhos desenvolvidos nesta área vêm favorecendo o reconhecimento da identidade lingüística de uma área de especialidades e, conseqüentemente, a descrição de processos diversos que ocorrem na língua geral, clarificando vários fenômenos lingüísticos. Entre tais fenômenos destaca-se, no presente trabalho, o fenômeno da variação lingüística, que já se encontra contemplada em disciplina recente que tem pertinência tanto com a Sociolingüística, quanto com a Terminologia: a Socioterminologia.

Segundo Fulstschi (1995, p.281), a denominação Socioterminologia apareceu pela primeira vez num artigo escrito por Jean Claude Boulanger em 1981. A partir de então, os lingüistas corroboram com a existência de variação de termos dentro de uma área de especialidade.

Com o advento da Socioterminologia, os trabalhos terminológicos ganharam novo impulso e as idéias inicialmente defendidas pela Terminologia de que a língua de especialidade deveria ocupar-se apenas da normatização e que afirmavam a não existência de sinonímia, de polissemia e de homonímia nas línguas de especialidades foram revistas, originando uma nova visão para o trabalho terminológico, de cunho bem mais lingüístico, o que tem levado os estudiosos da área a se dedicarem a esse seu novo ramo. O trabalho terminológico ficava, então, restrito e de responsabilidade apenas das áreas de especialidades. A Socioterminologia veio implementar os trabalhos terminográficos, dando-lhes tanto o perfil sócio-cultural como o lingüístico.

É nesse sentido que muito tem sido produzido na área da terminografia e terminologia no Brasil. Merecem destaque o trabalho sobre a cultura do caju, do professor Luciano Pontes; o Glossário da Moda da Prof.<sup>a</sup> Maria Emília de Farias; o trabalho sobre a cata do caranguejo, de Alessandra Martius Vasconcelos; o glossário da economia da professora Ieda Alves, entre outros. Inevitavelmente, muitas dessas produções têm despontado com um caráter mais socioterminológico.

É o que ocorre com a presente pesquisa, na qual se pretende esboçar um estudo socioterminológico dos termos específicos utilizados na cultura agroextrativista do coco babaçu, demarcando, sobretudo, diferenças diatópicas e diatélicas referentes a este domínio discursivo. Para tanto, serão levantados termos diferentes para o mesmo conceito. Há, nesse sentido, uma variação terminológica de relevância para



a elaboração de trabalhos terminográficos: dicionários, vocabulários, glossários, como o que se pretende fazer ao término desta pesquisa. Ao contemplar a variação terminológica, ressalta-se que, ao elaborar um glossário, considera-se que as unidades lexicais ou unidades da língua podem ser inseridas num determinado domínio de uma língua de especialidades, designação preferida por considerar-se mais propícia para indicar a linguagem de uma determinada área, sem que sejam, entretanto, exclusivas desse domínio, o que permite a essas unidades da língua migrarem da língua comum para a de especialidade, tornando-se termo no domínio e passando a ter nova conceituação em outro domínio ou na língua geral. Portanto, é também objetivo confrontar termos envolvidos no universo discursivo do coco babaçu que estão listados em dicionários gerais e termos que pertencem a esse domínio e são usados na língua geral, mesmo que numa frequência menor.

Ao tratar do movimento sógnico, ou, seja, essa passagem de um domínio mais geral para um específico, de uma área do conhecimento para outra, ressalta-se a dissertação de mestrado de Ferreira (1997), que centraliza seus estudos na perspectiva de tal movimento. A partir dos primeiros contatos com as pessoas envolvidas com o coco babaçu e com a literatura da área, observa-se que esse movimento tem uma frequência maior no trabalho manual que no industrial, visto que as pessoas que fazem a exploração do babaçu manualmente geralmente têm baixa escolaridade e, portanto, encontram na própria língua termos que podem nomear conceitos pertinentes à sua realidade. Entretanto, é comum perceber que, como a técnica utilizada é secular, muitos termos usados pelas pessoas que fazem a extração manualmente migram para a exploração mais sofisticada.

Por ser o babaçu atualmente um produto que se restringiu a determinadas áreas do território brasileiro, mais precisamente os Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, a pesquisa está sendo delimitada nos Estados do Maranhão e do Tocantins, nos quais a ocorrência de babaçuais é muito frequente, bem como a extração, industrialização e comercialização do produto. Para tanto, estão sendo visitados comunidades e centros de comercialização do coco babaçu para se fazer entrevistas com pessoas ligadas aos processos, tanto industrial, quanto manual. Além das entrevistas, os termos também estão sendo levantados na produção bibliográfica da área; sobretudo, em material produzido por antropólogos, economistas, sociólogos e ambientalistas que pesquisam sobre o coco babaçu. Portanto, o trabalho consta de um *corpus* coletado a partir da escrita e da oralidade, o que tem permitido observar as variações terminológicas.

Após a coleta do material, os termos serão selecionados em fichas terminológicas, através das quais tem-se o perfil de cada termo, inclusive a(s) ocorrência(s) do termo, com sua devida fonte, a presença de sinônimos. Ao término do preenchimento, verificação e revisão de cada termo, far-se-á a catalogação em ordem alfabética.

O trabalho prefigura, em sua macroestrutura, um caráter onomasiológico, visto que o glossário será organizado em campos conceituais, a saber: extrativismo, produtos e técnicas. Por sua vez, a microestrutura será organizada semasiologicamente, seguindo a ordem alfabética dos signos, partindo dos significantes para os significados.

ALVES, I. M. (Coord.). *Glossário de Termos Neológicos da Economia*. São Paulo: Humanitas, 1998.

FARIAS, E. M. P. *A linguagem da moda no português contemporâneo*. 2001. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) –

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciências da Informação*, Brasília, v. 24, p. 281-288, set./dez. 1995.

FERREIRA, R. R. *Para um vocabulário semi-sistemático da cultura e da indústria da rede de dormir e um estudo dos movimentos sógnicos constitutivos de sua linguagem*. 1997. Dissertação de Mestrado – UFC, Fortaleza, 1997.

PONTES, A.L. *Os termos da cultura e industrialização do caju*. 1996. Tese de doutoramento – UNESP, Assis, 1996.

VASCONCELOS, A. M. M. *Glossário da terminologia do caranguejo: uma perspectiva socioterminológica*. 2000. Dissertação de Mestrado. UFPA, Belém, 2000.

## Verbos modais em manuais da Boeing: uma abordagem baseada em corpus

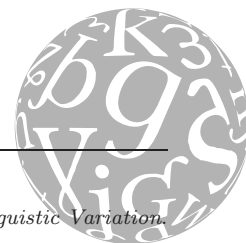
Simone Sarmento

ssarmento@pucrs.br

PUC – Rio Grande do Sul

Tradicionalmente, os estudos sobre inglês para aviação caracterizam-se por seu caráter prescritivo e normativo, assemelhando-se aos princípios da Teoria Geral da Terminologia. O motivo para a tendência prescritiva deve-se ao fato de que pilotos e mecânicos de aeronaves no mundo inteiro necessitam ler os manuais produzidos pelas fabricantes (BOEING, AIRBUS) na língua em que foram redigidos, o inglês, de forma a minimizar problemas na compreensão dos textos. Falhas na comunicação, entre outros problemas, já foram detectadas como as principais causadoras de grandes acidentes aéreos (ICAO, 2004).

Há basicamente duas “linguagens” padronizadas na área: Fraseologia Aeronáutica – utilizada na comunicação entre torre de controle e pilotos – e o Inglês Simplificado (*Simplified English - SE*) – utilizado por redatores técnicos de manuais. Um dos princípios do SE de maior relevância para este estudo diz respeito à busca da univocidade: uma palavra/uma função (quando a palavra é polissêmica, geralmente apenas um significado é selecionado e palavras alternativas são atribuídas aos outros sentidos da palavra) e uma função/uma palavra (quando há diferentes palavras com o mesmo significado, SE decide qual palavra será usada). Ainda no SE, encontram-se instruções quanto ao uso aconselhável ou não de determinadas estruturas sintáticas. Entre elas, de especial importância para o presente trabalho, está o uso da voz passiva, que, de acordo com as regras, deve ser minimizado ao máximo. Um dos objetivos do presente trabalho é verificar se os verbos modais ocorrem prioritariamente em estruturas ativas ou passivas. Como há uma carência de estudos linguísticos descritivos sobre a linguagem da aviação com o objetivo de verificar o que efetivamente ocorre nos manuais, pode haver incongruências entre o que as regras postulam e a realidade linguística dos manuais. Similarmente, materiais didáticos para o ensino desse inglês específico, além de escassos, não são produzidos com base empírica, podendo também apresentar incongruências. Este trabalho visa contribuir para suprir essa lacuna e baseia-se, em consonância com a Teoria Comunicativa da Terminologia



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

(CABRÉ), no postulado de que as linguagens especializadas fazem parte das linguagens naturais, estando sujeitas ao mesmo tipo de fenômenos lingüísticos da comunicação ordinária, tais como ambigüidade e polissemia. Análise a ocorrência dos verbos modais (VM) em um *corpus* de aviação em inglês (AC- aproximadamente 130.000 palavras), composto de três manuais: um Manual de Manutenção (para mecânicos); um Manual de Operações e um Manual de Acesso Rápido (ambos para pilotos). Utilizei o *Wordsmith Tools* para realizar a classificação e verificar as concordâncias dos VM no *corpus*. Os VM são importantes na medida em que assinalam o que é uma contingência, ou seja, o que o autor considera obrigatório, necessário, provável ou possível. Os VM são também considerados unidades polissêmicas, acarretando muitas vezes uma ambigüidade de sentido (COATES, 1983; PALMER, 1990; SWEETSER, 1990; TALMY, 2000). Verifico (i) a freqüência dos VM quanto aos seus significados e seus padrões sintáticos; (ii) se existe uma diferença estatisticamente significativa na freqüência dos VM no AC e em dois grandes *corpora* de inglês geral – FROWN (*Freiburg-Brown Corpus of American English*) e BNC (*British National Corpus*); (iii) a distribuição dos VM nos três diferentes manuais; (iv) se as regras do SE “um significado/uma palavra” e “uma palavra/um significado” são observadas no uso dos VM no *corpus*; (v) se os materiais didáticos existentes no mercado refletem o uso dos VM nos manuais. Para a discussão relacionada à distribuição e padrões sintáticos, utilizo os estudos de Biber *et al.* (1999) e Kennedy (2002). Nas discussões sobre a categorização de sentido dos VM, são utilizadas teorias relacionadas à Semântica Cognitiva (SWEETSER, 1990; TALMY, 2000) e à Gramática Fuzzy (COATES, 1983). Utilizo Maciel (2001) e Finatto, Eichler e Del Pino (2003) como proposições na área da terminologia que extrapolam o estudo restrito a termos. Quanto aos materiais didáticos, confronto os resultados da pesquisa com Shawcross (1992) e seu livro intitulado *English for Aircraft - Documentation Handbook*. Os resultados mostram que há uma diferença, com grande significância estatística (com base na função log-verossimilhança), na distribuição dos verbos modais e nos padrões sintáticos entre o AC e o FROWN, o AC e o BNC e entre os três sub*corpora* que compõem o AC. Essa diferença mostra que os VM carregam um sentido altamente especializado no AC. Apesar de uma uniformidade maior dos VM no AC quando comparados aos outros *corpora*, esses verbos ainda carregam mais de um significado, tanto entre os manuais, quanto intra manual, ou seja, mais de uma função por palavra e mais de uma palavra por função. Finalmente, há diferenças entre os materiais didáticos existentes no mercado e o uso dos VM encontrados nos manuais de aviação.

BIBER, D. *et al.* *Longman Grammar of Spoken and Written English*. London: Longman, 1999.

COATES, J. *The Semantics of the Modal Auxiliaries*. London: Croom Helm, 1983.

FINATTO, M. J. B.; EICHLER, M. L.; DEL PINO, J. C. Sujeitos e agentes de *poder* e *dever* em textos sobre equilíbrio químico: aspectos lingüístico-terminológicos e aspectos conceituais da enunciação científica e o ensino aprendizagem de química. *Organon*, 16(32-33), p. 83-104, 2003.

ICAO. *Manual on the Implementation of ICAO Language Proficiency Requirements*. International Civil Aviation Organization, 2004.

KENNEDY, G. Variation in the distribution of modal verbs in the British National Corpus. In: REPPEN, R.; FITZMAURICE,

S. M., BIBER, D. *Using Corpora to Explore Linguistic Variation*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 73-91.

MACIEL, A. M. B. Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. da Universidade/Humanitas, 2001. p. 436-438.

PALMER, F. R. *Modality and the English Modals*. 2nd Edition. London: Longman, 1990.

SHAWCROSS, P. *English for Aircraft Maintenance*. Paris: Belin, 1992.

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: CUP, 1990.

TALMY, L. *Toward a cognitive semantics: concepts structuring systems*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000. v. 1.

### Novas propostas de definições oracionais em dicionários escolares

Orlene Lúcia de Saboia Carvalho

orlenecarvalho@terra.com.br  
Universidade de Brasília

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como objetivo a avaliação e distribuição de Livros Didáticos e Dicionários de Língua Portuguesa para alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas brasileiras. No último PNLD de dicionários, foi proposta uma classificação para os dicionários escolares de acordo com a quantidade de verbetes que continham e, conseqüentemente, com a série a que eram destinados. Assim, as obras lexicográficas passaram a constituir três tipos: Tipo 1, de mil a três mil verbetes, com proposta lexicográfica adequada à introdução das crianças à obra lexicográfica; Tipo 2, de 3,5 mil a 10 mil verbetes, para alunos de 1ª e 2ª séries, em fase de consolidação do domínio da língua escrita, e Tipo 3: de 19 mil a 35 mil verbetes, voltado para as turmas de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental.

Diferentemente dos dicionários do terceiro tipo, que, em alguns casos, são reduções de obras lexicográficas gerais, encontram-se nos dois primeiros tipos propostas variadas de definições com características distintas e inovadoras, a nosso ver, mais adequadas às faixas etárias em questão, apesar de nem sempre serem satisfatórias.

Apesar da diversidade de definições encontradas nesses dicionários, há dois traços constituintes dos enunciados definitórios que são recorrentes, a saber: o uso de sentenças completas e a inclusão da palavra-entrada no enunciado. Logo, as definições têm estrutura oracional, o que podemos observar nos seguintes verbetes (aqui parcialmente transcritos):

lanche - Um lanche é uma refeição rápida que não chega a ser um almoço nem um jantar.

acelerar - Acelerar é fazer andar mais rápido, aumentar a velocidade.

(Dicionário Houaiss)

Com base nessa estrutura oracional, inicialmente proposta em dicionários para aprendizes de inglês como língua estrangeira (COWIE, 2000), surgem definições de natureza bastante diversa. Como exemplo, podemos citar a predicação



com o verbo *ser*, conforme ilustrado em *lanche* e *acelerar*, o modelo mais freqüente, além de estruturas com *quem*, *se*, *quando*, entre outras. Assim estão estruturadas as definições de *abusar*, *estourar* e *triste* (aqui parcialmente transcritas).  
*abusar* - Se você abusa de alguma coisa, você usa essa coisa mais do que devia ou precisava.

*estourar* - Quando uma coisa estoura, ela arrebenta fazendo um forte barulho.

*triste* - Quem está triste não sente vontade de rir, porque não gosta de alguma coisa que lhe acontece.

(Dicionário Caldas Aulete)

Outro aspecto bastante relevante é o caráter dialógico que apresentam várias definições, o que se verifica pelo uso dos pronomes pessoais *vocês*, *nós*, *a gente*, incluindo, assim, o usuário, como podemos observar na definição de *abusar* (transcrita acima) e de *susto* (com transcrição parcial).

*susto* - Susto é um medo que a gente sente de repente, quando ouve um barulho forte que não esperava, quando vê uma coisa horrível ou quando fica em perigo de uma hora para outra.

(Dicionário Caldas Aulete)

Em *susto*, a sensação é descrita por meio da associação com situações específicas, que podem ocorrer com o leitor, ou seja, trata-se de uma instanciação do significado, o que difere dos padrões tradicionais de definição.

Em termos lexicográficos, há, muitas vezes, a fusão das categorias *definição* e *exemplo*, uma vez que a primeira abrange informações, não somente de natureza semântica e pragmática, como também sintagmática (possíveis combinações, colocações, etc.). Como ilustração, podemos citar os verbetes de *acender* e *apertado*, em que não há exemplos, mas somente definições, que decodificam o significado por meio da explicitação das possíveis combinações sintagmáticas, ou seja, pela especificação do complemento de *acender* e dos nomes que se combinam com o adjetivo partípcio *apertado*.

*acender* - 1 Se você acende a luz, a lâmpada, você aperta ou gira o botão que faz a eletricidade funcionar e trazer claridade a um lugar. 2 Se você acende um fósforo, uma vela, uma fogueira, você põe fogo neles para que apareça a chama.  
*apertado* - 1 Um nó apertado ou um laço apertado são difíceis de desamarrar. 2 Uma roupa apertada é difícil de vestir e de tirar, porque o corpo quase não cabe nela. 3 Quem está apertado para ir ao banheiro, precisa muito ir ao banheiro.

Assim, por considerarmos essas propostas relevantes para o contexto escolar, temos como objetivo neste trabalho explicitar as diversas microestruturas encontradas nos dicionários direcionados para as primeiras séries do Ensino Fundamental, por meio de uma análise lingüística e lexicográfica.

COWIE, Anthony Paul. *English Dictionaries for Foreign Learners: a history*. Oxford University Press, 2000.

*Meu primeiro dicionário Caldas Aulete infantil ilustrado*. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

*Meu primeiro dicionário Houaiss*. São Paulo: Moderna, 2005.

## A redação da definição terminológica para dicionários especializados

*Gládis Maria de Barcellos Almeida*

*gladis\_maria@uol.com.br*

Universidade Federal de São Carlos

*Dayse Simon Landim de Souza*

*Douglas Henrique Perez Pino*

A elaboração da definição é a etapa mais complexa e custosa numa pesquisa terminológica que objetiva a elaboração de dicionários especializados, já que um bom dicionário se avalia, principalmente, pela qualidade das suas definições. Assim como há diferença entre termo e palavra, também há diferenças entre os modos de definir termos e palavras. Enquanto a definição lexicográfica descreve e delimita os sentidos das palavras na qualidade de unidades do sistema, oferecendo todas as acepções possíveis, a definição terminológica (DT) oferece a identificação do termo somente com referência ao sistema conceitual do qual faz parte. É desse segundo tipo de definição, portanto, que trataremos aqui.

Desde 2000, vimos realizando pesquisas junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm/Universidade Federal de São Carlos) com os seguintes objetivos: 1) estudar conteúdos pertinentes à Terminologia/Terminografia; 2) desenvolver pesquisas que gerem produtos terminológicos em língua portuguesa, tais como: glossários, dicionários, enciclopédias e assemelhados, que satisfaçam demandas reais. Nossa experiência na elaboração da DT deve-se, especialmente, aos projetos, em fase de finalização, intitulados *Dicionário de Revestimento Cerâmico* (DiRC) e *Dicionário de Fisioterapia* (DicFisio). O primeiro dicionário compreende uma terminologia que faz parte da área da Engenharia de Materiais e o segundo compreende um conjunto de termos da área das Ciências da Saúde; portanto, nossa análise discorrerá sobre terminologias de áreas distintas, comprovando que os procedimentos a serem arrolados aqui podem ser replicados em diferentes repertórios terminológicos.

Devemos ressaltar que a metodologia que vimos adotando no âmbito do GETerm está em consonância com os postulados de uma Terminologia de orientação descritiva, fundamentada em princípios da Lingüística, cujo exemplo mais consolidado é a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) (CABRÉ, 1999, 2003). Filiar-se teoricamente à TCT significa, fundamentalmente, abandonar “o tratamento prescritivo das terminologias em favor de enfoques descritivos capazes de entender o léxico especializado como um elemento natural das línguas naturais” (KRIEGER; BEVILACQUA, 2005).

Assim, nossa concepção de Terminologia está assentada sobre dois pontos fundamentais: 1) os léxicos de especialidade não constituem línguas artificiais, separadas da língua geral, mas são parte integrante da língua natural e geral; 2) os termos são associações de um significante a um significado, igualando-se à concepção saussureana de signo lingüístico. Portanto, os itens léxicos são signos lingüísticos que podem se realizar como termo ou como palavra, dependendo do contexto ou da situação comunicativa.

Segundo Sager (1993, p. 68), a definição, como produto, é uma descrição lingüística de um conceito, baseada numa lista de características que transmitem o significado desse conceito. O texto definitório possui a forma de uma predicação sobre uma palavra ou expressão. Ressalte-se, ainda, que as definições especializadas, como Sager (1993, p. 68)



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

as denomina, descrevem um conceito dentro de um campo temático especializado.

No âmbito do GETerm, as definições são geradas levando-se em consideração alguns procedimentos metodológicos seqüenciais, quais sejam: pesquisa na base definicional e no mapa conceitual, para a posterior redação da DT; após a redação, inserção da DT na ficha terminológica e edição do verbete. A seguir, descrevemos cada uma dessas etapas.

Parte-se, inicialmente, da base definicional, denominação criada por nós para nomear um repositório de excertos definitórios e/ou explicativos referente ao termo, compilados de diversas e variadas fontes, tais como: livros, manuais, revistas científicas, dicionários de áreas conexas, dicionários de língua geral, sítios da Internet e demais fontes que se mostrarem úteis para a obtenção de informações pertinentes sobre os termos que serão definidos. A partir da leitura desses excertos, redigem-se, então, o texto da definição e o texto da informação enciclopédica (IE).

Para além das questões textuais, um fator extremamente relevante é a seleção dos traços conceituais (ou características) dos conceitos cujos termos serão definidos. Deve-se partir inicialmente do mapa conceitual. O mapa conceitual consiste numa organização semântica da área que se toma como objeto de estudo. Organiza-se uma estrutura constituída de campos nocionais, de forma que essa estrutura reflita os conceitos da área-objeto, bem como as relações entre eles. O mapa conceitual permite a visualização das relações de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia. Por isso, a organização de um mapa é de extrema relevância para a elaboração da DT, visto que a localização do termo facilita sobremaneira a organização da definição.

Assim, selecionam-se os termos de determinado campo nocional e observam-se os traços (ou características) conceituais nos excertos inseridos na base definicional, de forma a verificar os traços recorrentes para, então, estabelecer com segurança quais traços são imprescindíveis para a adequada descrição do conceito e em que ordem devem ocorrer no texto final da DT.

A definição e a IE, depois de redigidas, são analisadas e revistas pela coordenadora do projeto em pauta. Depois dessa revisão, tanto as DTs, quanto as IEs, são submetidas aos especialistas de domínio. Somente após a sua aprovação é que ambas são inseridas na ficha terminológica. A ficha constitui-se num verdadeiro dossiê do termo, contendo toda a sorte de informações que se mostrarem pertinentes para a pesquisa em foco. Daí a razão de ela ser planejada logo no início do trabalho. Importa mencionar que não há um modelo ideal de ficha terminológica, cada ficha deve refletir as necessidades do projeto, isto é: “para quê” e “para quem” se faz determinado glossário ou dicionário. Isso auxilia o terminólogo a prever quais campos deverão constar do protocolo de preenchimento da ficha terminológica. A partir da ficha terminológica, elabora-se o verbete.

Como resultados dessa nossa experiência na redação da DT no âmbito GETerm, encontramos alguns problemas que estavam, em certa medida, comprometendo a qualidade do texto definitório. Além disso, observamos uma série de fenômenos lingüísticos bastante úteis para redação da DT. Assim, um conjunto procedimentos foi adotado, de forma a solucionar os problemas. Acreditamos que esses resultados podem auxiliar demais grupos que elaboram dicionários especializados, pois acreditamos que esses fatores relativos à DT sejam recorrentes em distintas terminologias.

Cabe explicitar, finalmente, algumas conclusões a que chegamos no GETerm sobre a elaboração da DT, as quais

passaram a orientar nossos procedimentos metodológicos:

1. o dicionário terminológico tem a função precípua de facilitar a comunicação, para tanto, o texto definitório deve ser suficientemente claro e completo para que o consulente entenda. Assim, ainda que os tipos de definição sejam utilizados como orientação, eles não devem subjugar o texto. Ao contrário, se tivermos de fazer concessões para que se dê o entendimento do termo-entrada, essas concessões serão feitas.

2. Há um permanente jogo discursivo, pois há um sujeito que elabora o texto definitório e outro representado pelo leitor. Essa interlocução afeta o texto, gerando marcas lingüísticas e discursivas próprias de qualquer situação dialógica. Assim, almejamos sistematizar a redação, mas não é possível apagar o subjetivismo inerente à linguagem, já que a DT, antes de tudo, é um texto.

3. Embora exista a possibilidade de sistematizar os traços conceituais, cujos termos compõem o mesmo campo nocional, isso tem de ser realizado com certa flexibilidade, de modo que os traços mais pertinentes nos sirvam de direcionamento, e não de camisa-de-força.

4. A ordenação dos traços reflete a maneira como se concebe o significado na área-objeto, porém, na DT, isso é mediado pelo terminólogo, que deve considerar os aspectos terminológicos, lingüísticos, as peculiaridades da área, bem como o público-alvo do dicionário.

Entendemos que nossa exposição pode colaborar com a elaboração da DT para diversos grupos que desenvolvem pesquisas terminológicas com fins terminográficos.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

\_\_\_\_\_. Theories of Terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology*, v. 9, n. 2, p. 163-200, 2003.

KRIEGER, Maria da Graça; BEVILACQUA, Cleci. Regina. A pesquisa terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área. *Debate Terminológico*, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.riterm.net/revista/>.

SAGER, Juan C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Tradução de Laura C. Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide, 1993.

### Os termos técnico-científicos do meio ambiente em dicionários gerais

Alexandra Feldekircher Müller

alexandra.f.m@gmail.com

Universidade do Vale do rio dos Sinos

Maria da Graça Krieger

A Terminografia, entendida como produção de obras de referências temáticas, é uma área que vem a favorecer a comunicação entre especialistas, por relacionar termos de um dado campo, delimitando seus respectivos conceitos. Essa sistematização terminológica, hoje, é representada por muitos produtos que estão no mercado consumidor, justamente com a finalidade de acesso, sistematizando a linguagem técnico-científica. Como exemplo, têm-se os





dicionários de especialidade – monolíngües, bilíngües ou trilingües –, os glossários, os bancos de dados terminológicos, etc. Atualmente, há também as ontologias como produto terminológico, mas como produção diferenciada das demais, por serem elaboradas com fins ainda mais específicos e para um público mais restrito, já que não circulam como os outros, entre o público.

Apesar de se ocuparem do léxico geral da língua, as obras lexicográficas, também registram partes de determinados conjuntos terminológicos, os termos técnicos, “entendidos como unidades lexicais com um conteúdo específico dentro de um domínio específico”, que são o objeto de obras terminográficas. Assim, acaba por se acrescentar ao conjunto lexical geral um subconjunto de léxico especializado. Esse processo ocorre pelo fato de a ciência ser, hoje, objeto de divulgação, tornando-se aberta como as obras clássicas de referência.

Dessa forma, as nomenclaturas de dicionários gerais contêm termos técnico-científicos, pois os conceitos circulam na sociedade e, em conseqüência, a terminologia também, não mais ficando restrita aos gabinetes fechados, aos centros de pesquisa, como se imaginava, passando a ser utilizados por falantes de determinadas comunidades. Essa é a grande razão para o registro de especialidades em obras gerais.

Tanto a Terminologia, quanto a Lexicografia, apresentam duas faces: uma teórica e a outra aplicada. Na prática, ambas trabalham, respectivamente, com o termo e com a palavra, com processos de organização diferenciados. A Terminologia fundamenta-se no método onomasiológico para estabelecer a nomenclatura. A Lexicografia, no semasiológico e o critério de seleção do léxico é o da frequência. A nomenclatura é o conteúdo do termo, que vai estabelecer a sua presença ou não em determinado produto terminográfico. Embora a frequência seja de interesse, o foco é observar de que modo a lexicografia trata da terminologia, valendo-se do fato de que a sociedade da informação acaba influenciando no desenvolvimento da lexicografia, fazendo com que haja o avanço da terminologia e a necessidade de seu registro em dicionários gerais, com o passar dos anos.

Isto posto, ressalta-se que, neste trabalho, objetiva-se fazer uma análise detalhada da presença da nomenclatura de especialidade em dicionários gerais, a fim de buscar verificar, na proposta lexicográfica, indícios que identificam os critérios de inclusão desse léxico de especialidade, bem como o nível de definição utilizado. Logo, este trabalho tem também por objetivo contribuir para os estudos sobre o registro e o tratamento de termos técnico-científicos em dicionários gerais de língua.

Por outro lado, busca-se observar, ainda, a evolução cronológica da presença do léxico especial em produtos lexicográficos, especificamente, a evolução dos termos do meio ambiente, uma área de relevo no campo das ciências, que merece um estudo detalhado de sua instituição terminológica. Para tanto, parte-se do postulado de que a definição deve observar o nível de linguagem utilizado e, em especial, o modo de construção das definições de termos técnicos em dicionários gerais.

Para tanto, analisou-se um conjunto de termos do meio ambiente, integrantes de obras terminográficas da área, publicadas no Brasil e também presentes em dicionários gerais de língua do país. Esse conjunto foi dividido, basicamente, em dois grandes grupos para a verificação: a) termos próprios do meio ambiente (ex.: agrotóxicos, ecossistema, etc.); b) termos de léxico geral de apropriação da legislação ambiental (ex.: contaminação, parque nacional, etc.).

As obras selecionadas são consagradas no panorama da lexicografia brasileira. São elas: o *Mini Aurélio Século XXI Escolar*, *Minidicionário da língua portuguesa*, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2004), *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2002) e o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, em duas edições (1943, 1972). Nessas obras, buscou-se identificar a presença dos termos ambientais selecionados e, em particular, no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, a análise das duas edições foi motivada pela observação da evolução da presença da terminologia técnico-científica na lexicografia geral, para que se possa ter subsídios para a verificação da tradição terminológica de dada área do conhecimento – a saber, a legislação ambiental – e os seus usos. Na obra chamada escolar, o foco analisado se dá mais no plano do nível da linguagem utilizado nas definições do léxico de especialidade.

No plano da análise comparativa entre os dados terminográficos e os lexicográficos, foram identificadas diferenças e igualdades em relação aos registros de entradas e modos de construção das definições nos dois tipos de dicionário. Além disso, verifica-se que os termos próprios do meio ambiente não ocorrem, por exemplo, em dicionários da década de 40 e 70, mostrando o processo de surgimento da linguagem das especialidades.

Outra constatação importante refere-se ao tratamento das lexias complexas ou dos sintagmas nominais, os quais são registrados de modo completamente diferenciado em cada uma das obras. Nas obras terminográficas, lexias complexas, como “parque nacional”, têm seu registro como entrada principal, encabeçando o verbete, mesmo que se tenha outra ocorrência graficamente próxima de termo “parques nacionais” (ambas constituem entradas independentes). Já em obras lexicográficas, quando ocorre o registro de tal lexia, este se dá no interior do verbete principal, que, nesse caso, vem a ser “meio”. Logo, tem-se a locução nominal como uma subentrada que deverá ser identificada dentro da microestrutura da composição descritiva do lema “meio”. Em relação ao estudo, foi possível a constatação de dois aspectos fundamentais. Primeiro, que os resultados permitem identificar alguns critérios adotados pelos dicionários de língua em relação à Terminologia. Segundo, que a análise comparativa contribui para o avanço, tanto da Terminologia, quanto da Lexicografia, considerando-se que as obras de cada uma dessas áreas possuem características e finalidades distintas. Este tipo de trabalho interessa aos estudos de ambas, que têm no léxico seu ponto de conjugação.

O resultado desta pesquisa, em momento posterior, deverá ter continuidade comparando os achados com outras áreas de conhecimento, para evidenciar se o processo de registro e tratamento co-ocorrem de maneira semelhante.

#### LIVROS TEÓRICOS:

BARROS, Lídia Almeida. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.

ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. (Org.) *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMG, 2001. v. I.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bicorny. *Introdução à terminologia: teoria & prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

FINATTO, M. J. B. *Elementos Lexicográficos e Enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. Organon 26: Terminologia e integração*, v. 12, n. 26, 1998.

SEABRA, M. C. T. C. (Org.). *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### DICIONÁRIOS:

DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 2002. Editora Objetiva.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, A. M. B.; ROCHA, J. C.; FINATTO, M. J. B.; BEVILACQUA, C. R. *Dicionário de Direito Ambiental: Terminologia das Leis do Meio Ambiente*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. No prelo.

PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1943; 1972.

---

### Variação terminológica e modalidades de tradução em textos de língua alemã e portuguesa na área da tecnologia ambiental

*Cristiane Krause Kilian*

ckkilian@cpovo.net

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A área da tecnologia ambiental não possui um sistema conceitual estável, por ser um domínio emergente e estar em constante transformação, em função dos avanços tecnológicos. De natureza multidisciplinar, envolve profissionais de diferentes áreas: engenheiros, biólogos, geólogos, químicos, administradores, juristas, etc. Dessa constelação, surge a necessidade de organizar e divulgar ferramentas terminológicas (dicionários, glossários, banco de dados), bem como estudos sobre textos especializados nessa área que auxiliem no trabalho dos profissionais, tradutores e redatores técnicos.

Por mais que os produtos terminológicos auxiliem o tradutor, eles não têm como, e nem é seu objetivo, dar conta de todas as formas utilizadas num texto. Nem os mais completos, os que incluem fraseologias ou até contextos, são suficientes para dar subsídios ao tradutor na retextualização do texto original. Essas obras não conseguem explicar o uso real das unidades. Por isso, o tradutor tem que estar familiarizado com o funcionamento dos termos, das fraseologias e outras formas de expressar conhecimento especializado. Tem que saber como inserir as unidades especializadas em segmentos maiores, como orações, períodos, enfim, saber como integrá-las à organização textual.

Textos são a forma de expressão da linguagem em uso, pois não nos expressamos por palavras ou frases, mas sim através de textos. Esse “meio de comunicação” está inserido numa cultura, num contexto, e é influenciado na sua estruturação por vários fatores. Cada cultura e cada língua têm suas convenções textuais. Mas, em um âmbito mais restrito e em se tratando de texto especializado, cada disciplina, cada gênero textual tem suas peculiaridades. As diferentes formas de retomada nas línguas se deve a convenções textuais.

Há vários mecanismos coesivos que contribuem para a progressão textual. Interessa-nos aqui a coesão referencial.

A categoria de retomada, junto com a remissão e a referência, contribuem para a formação das cadeias coesivas e para a progressão referencial.

O objetivo deste trabalho é analisar, por um lado, como as unidades de significação especializadas são retomadas no texto original, apontando os tipos de variação denotativa e conceitual encontrados. E, por outro lado, analisar como essa variação é retextualizada no texto traduzido, já que nem sempre há correspondência nas variantes em uma língua e outra, e apontar as modalidades de tradução mais utilizadas. Este trabalho se insere nos estudos terminológicos de viés comunicativo e textual e nos estudos descritivos da tradução. A Terminologia de perspectiva tradicional defende que deve haver univocidade entre um conceito e sua forma lingüística, para que não haja interpretações ambíguas em discursos especializados. No entanto, a partir dos anos 90, com as correntes modernas em Terminologia, surgiram vários trabalhos que descrevem a variação, tanto denominativa, quanto conceitual, mostrando que os termos e outras unidades de significação especializada também estão sujeitos a esse fenômeno. Uma análise que mostre o funcionamento das variantes só é possível numa perspectiva pragmática e textual, na qual os contextos de uso são levados em consideração. Uma das causas da retomada de conceitos através de variantes é a função estilística de não repetir esses conceitos da mesma forma, fazendo progredir o discurso e contribuindo para a coesão.

O fenômeno da variação em terminologia tem sido estudado de diferentes perspectivas, com parâmetros distintos, o que leva à pluralidade de tipologias existentes. Propomos, aqui, uma tipologia que melhor se adapte ao estudo da variação também nos textos traduzidos. Além disso, propomos uma classificação das modalidades de tradução encontradas para as unidades de significação especializada escolhidas, sendo as principais a tradução literal, a transposição, o acréscimo e a substituição lexical.

Diante da carência de trabalhos descritivos referentes a essas duas línguas, esperamos que nossas conclusões possam ser uma contribuição para a prática e o ensino da tradução técnica que envolve as línguas em questão.

### 3.13.2 Mesas-redondas

---

#### Atlas Toponímico do Brasil: recortes regionais

Atlas Toponímico do Brasil (ATB) é um Projeto que se constitui por uma ampla linha de pesquisa que contempla estudos do léxico sob enfoques etnolingüísticos e antropoculturais em suas diversidades regionais. Inscrito no Diretório de Pesquisa do CNPq, com liderança da Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (FFLCH/USP), o Projeto ATB abrange estudos do homem e da sociedade por meio da linguagem e da investigação onomástica, destacando a relação língua e cultura. O Grupo de Pesquisa tem como objetivo analisar a nomenclatura dos municípios regionais, de seus povoados, rios, córregos, serras, morros e demais acidentes geográficos registrados cartograficamente, previamente selecionados, com a finalidade de detalhar a realidade toponímica das macro e microrregiões em estudo. Com isso se pretende: buscar as línguas em contato no território que



deixaram vestígios na toponímia do Brasil e estudar o padrão motivador dos nomes resultante das diversas tendências étnicas registradas. Seguindo metodologia comum (DICK, 1980, 1990), os trabalhos inscritos no Projeto ATB adotam: 1. o “método das áreas” (DAUZAT, 1926), ou dialetológico, que propõe o remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão; 2. a distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos do Brasil (DICK, 1990). Pretende-se, com esta mesa, expor o estado atual do Projeto Atlas Toponímico do Brasil e de variantes regionais a ele vinculadas, além de apontar as novas diretrizes a serem seguidas pelo Grupo.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos. *Tese de Doutorado*. USP, maio de 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica: Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

## Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

candidaseabra@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

O Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – em desenvolvimento na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, caracteriza-se, inicialmente, como um estudo dos nomes de lugares que abrange todo o território mineiro, ou seja, seus 853 municípios. Sob nossa coordenação, o ATEMIG encontra-se vinculado a um outro projeto maior, aprovado e certificado pelo CNPq como Diretório de Pesquisa, o Projeto ATB – Atlas Toponímico do Brasil, coordenado pela Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (FFLCH/USP). O estudo da Toponímia, como parte integrante da lingüística, envolve, principalmente, o reconhecimento dos estratos dialetais que estruturam, no território, a forma de expressão vocabular. A partir desse reconhecimento etnolingüístico, estudam-se os padrões motivadores dos registros onomásticos, enquanto se destaca a relação língua e cultura. Tal enfoque se torna possível porque o topônimo não exerce apenas um papel signico, ele também identifica, sugere pistas, indica caminhos interpretativos, evidencia comportamentos extintos, resgata memórias de um povo, de uma cultura. De acordo com essa perspectiva, o Projeto ATEMIG – variante regional do ATB – tem como objetivos básicos: 1. catalogar e reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros; 2. classificar e analisar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas; 3. buscar a influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos); 4. cartografar os nomes dos acidentes físicos e humanos do

Estado de Minas Gerais. Seguindo metodologia comum, já utilizada em outros estados, sugerida pela coordenação do ATB, o Projeto ATEMIG adota como referencial teórico: 1. o “método das áreas” ou dialetológico, utilizado por Dauzat (1926) que propõe o remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão; 2. a distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, sugerida por Dick (1990). Tratando-se de uma pesquisa da toponímia oficial recolhida pelo IBGE, portanto, documentada, as fontes primárias utilizadas referem-se às cartas geográficas municipais. A fim de cumprir esses objetivos, ou seja, para se detalhar a realidade toponímica das macro e microrregiões de Minas Gerais, de seus municípios, povoados, rios, córregos, morros e serras, analisam-se cartas geográficas municipais, com escalas 1:100.000 e 1:50.000. Posteriormente a essa coleta, registram-se os topônimos em fichas, conforme modelo sugerido por Dick (2004), para, em seguida, realizar análise morfológica e classificação toponímica. As anotações dos nomes em fichas lexicográficas padronizadas, com identificação dos acidentes que designam nomes do pesquisador e do revisor, fontes e data da coleta, constituem as etapas prévias de um conjunto de fases subsequentes (quantificação dos topônimos e das taxionomias; estudo lingüístico dos sintagmas toponômicos: etimologia, estrutura morfológica, sufixação, derivação; conjuntos antroponômicos e especificações); entradas lexicais; deslocamentos de topônimos de um acidente para outro; história dos municípios e origem dos nomes; estabelecimento de áreas toponômicas locais e regionais. Como documentação complementar dos dados inventariados, até mesmo para elucidação de pontos obscuros da análise lingüística, não suficientemente resolvidos no plano sincrônico de investigação, ganha preponderância o recurso à historiografia local, aos documentos que a própria comunidade produziu e que podem conter referências capazes senão de elucidar, pelo menos de contribuir para amenizar a ambigüidade semântica de certos registros, aumentada pela distância do pesquisador do fato onomástico, do desconhecimento em pormenor da região e do afastamento cronológico da produção toponímica. Para cada microrregião do estado são previstas, pois, as etapas: 1. coleta de dados; 2. análise e tabulação dos dados; 3. organização da matéria; 4. apresentação de resultados parciais. Este trabalho apresenta os resultados parciais do Projeto ATEMIG, focalizando as etapas já cumpridas de um estudo que vem sendo desenvolvido em território mineiro desde novembro de 2004, além de apontar, também, os diversos pontos da pesquisa em desenvolvimento.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica: Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de reconhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: UFMS, 2004. p. 121-130.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Revisitando a nomenclatura dos acidentes geográficos do pantanal: estudo de caso

Aparecida Negri Isquerdo

anegri.isquerdo@terra.com.br  
Universidade Estadual de Londrina

O projeto ATEMS (Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul), variante regional do projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil), em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, objetiva catalogar, classificar, analisar e cartografar os nomes dos acidentes físicos e humanos do estado de Mato Grosso do Sul. Os topônimos das onze microrregiões do Estado foram recolhidos de folhas cartográficas elaboradas pelo IBGE e estão sendo analisados, fundamentalmente, segundo princípios teórico-metodológicos fornecidos por Dick (1990, 1992). A análise dos signos toponímicos procura relacionar o nome do lugar a fatores lingüísticos, socioculturais, históricos e ideológicos do grupo que habita cada microrregião estudada, consubstanciados nos nomes de lugares. O Projeto ATEMS já cumpriu a etapa de levantamento e de análise preliminar dos topônimos, que foi executada por meio de seis subprojetos individuais de dissertação de Mestrado a ele vinculados, trabalhos já defendidos no Programa de Pós-graduação em Letras da UFMS – Schneider (2002), Dargel (2003), Tavares (2004), Gonsalves (2004), Tavares (2005) e Souza (2006). O estágio atual da pesquisa está centrado na revisão dos dados e no preenchimento final das fichas lexicográfico-toponímicas (DICK, 2004).

Dentre as microrregiões que integram o Estado, a do Pantanal apresenta particularidades distintas das demais, quer do ponto de vista físico, quer do antropológico, o que aparece refletido na forma de nomeação dos acidentes geográficos. Este trabalho discute resultados iniciais de estudo em andamento sobre a toponímia do Pantanal, sob os eixos lexicográfico e cartográfico. Assim, focalizando os topônimos do Pantanal sul-mato-grossense, o trabalho discute a nomenclatura de acidentes característicos da região pantaneira, procurando demonstrar que a realidade peculiar do ecossistema do Pantanal manifesta-se tanto na forma de designar os acidentes geográficos da região, como na própria nomeação da microrregião. A maior região inundável do planeta, situada no centro do continente americano, recebeu a primeira nomeação, no século XVI, quando foi visitada pelos navegadores espanhóis quinhentistas. Antes de ser nomeada de Pantanal, até meados do século XVIII, a região era denominada de *Xarayes*, em homenagem a uma tribo indígena com esse nome. No final do século XV passou a pertencer à coroa espanhola pelo Tratado de Tordesilhas e, a partir no início do século XVI, já atraía europeus em busca de riquezas minerais. Assim, expedições atraídas por essas histórias lendárias rumaram para a região em busca da conquista desse território e o rio Paraguai era o canal que permitia o acesso a esse lugar imaginário. Nessa saga rumo ao desconhecido, o homem branco foi descobrindo uma região onde a vida é regida pelos ciclos das águas e, para situar-se no novo espaço, foi nomeando-o. A denominação *Laguna de los Xarayes* é creditada a Antonio de Herrera e foi registrada na sua obra *Historia general de los hechos castellanos em las islas y tierra-firme del mar oceano* (1601-1605). Essa identificação da planície inundável como *lagoa* legou-lhe

definição geográfica, daí começar a ser representada em mapas na primeira metade do século XVII, época em que a mítica *Laguna de los Xarayes* também foi inserida na cartografia jesuítica. Já a designação contemporânea de Pantanal foi atribuída à região pelos *paulistas portugueses*, em meados do século XVIII, que passaram a nomeá-la de *pantanaes* ou *pantanal*. As várias designações atribuídas à região em tela – *Lago de Xarayes*, *Pantanaes*, *Pantanal* – traduzem a forma como a toponímia refletiu os vários olhares dos conquistadores sobre o espaço nomeado, em momentos distintos da história de ocupação da região pelo homem branco (ISQUERDO, 2006).

Além disso, a própria nomenclatura de alguns acidentes geográficos da região pantaneira reflete uma forma singular de interpretação do espaço geográfico. *Corixos*, *baías*, *lagoas*, *vazantes*, *cordilheiras*, *morrarias* são alguns dos ícones da nomenclatura geográfica do Pantanal cujas definições são discutidas neste trabalho.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense*. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2003.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, Tese de Doutorado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *Toponímia e antropológia no Brasil: Coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992, p. 10-22.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Vol. II. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004, p. 121-130.

GONSALVES, Doraci da Luz. *Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*. Dissertação (Mestrado) Três Lagoas: UFMS, 2004.

ISQUERDO, Aparecida Negri. De Laguna de los Xarayes a Pantanal: mito e realidade impressos na toponímia. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 119-135.

SCHNEIDER, Marlene. *Um olhar sobre os caminhos do pantanal sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos*. Dissertação (Mestrado) Três Lagoas: UFMS, 2002.

SOUZA, Carla Regina. *Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna*. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2006.

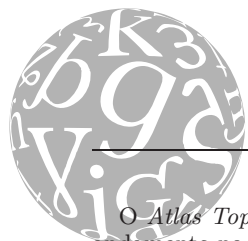
TAVARES, Marilze. *Toponímia sul-mato-grossense: um caminho pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2004.

TAVARES, Marineide Cassuci. *Estudo toponímico da região centro-norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história*. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2005.

## Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

mariade@usp.br  
Universidade de São Paulo



O *Atlas Toponímico do Brasil* (Projeto ATB), projeto em andamento na FFLCH-USP, foi proposto com objetivos definidos: dar visibilidade aos conceitos teóricos da Toponímia, frutos das novas concepções lingüísticas que propomos para a matéria. Mais do que isso, porém, procuramos restabelecer o papel da ciência onomástica como o eixo condutor das disciplinas dos nomes, no seu duplo enfoque, o homem e o lugar, respeitada a sua inserção temporal. O que significou reconsiderar o próprio sistema onomástico em seu todo, a partir do nome (forma de língua em aplicação toponímica, antroponímica, coronímica, p. ex.), como a força centrífuga geradora dos designativos. Dele partem (do sistema ou do modelo), na realidade, como performer do *onoma* (expressão nacional) e dos *logos* (discurso, razão), os conseqüentes da manipulação fenomenológica do sentir, do perceber, do dizer, do nomear. Instala-se, assim, um complexo de ações transmitidas por traços não apenas culturais, mas etno-culturais. Em assim sendo, revestem-se de um poder de atuação-atração muito mais consistente, porque não são apenas de cunho cognitivo mas afetivo. A abertura da realização do Atlas Toponímico a outras regiões, com grupos locais (*Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais* – Coord. Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra – UFMG; *Atlas Toponímico do Estado de Mato-Grosso do Sul* – Coord. Prof. Dra. Aparecida Negri Izquierdo – UFMS; *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado de Tocantins* – Coord. Prof. Dra. Karylleyla dos Santos Andrade – UFTO; *Atlas Toponímico do Estado de Mato-Grosso* – Coord. Dra. Maria Aparecida de Carvalho; além do Projeto Atesp – *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo* – e do projeto *Atlas das Cidades*, ambos coordenados por nós e sob nossa responsabilidade), trouxe, ao que tudo indica, maior amplitude ao objeto de pesquisa. A coleta isolada em pontos mais distantes, ainda que ilustrativa de experiências já teorizadas por nós e que deviam ser dadas a conhecer (o já-dito, por integrar uma memória toponímica vinculada à constância da produção científica nesse campo), levou-nos a ampliar a equipe de participantes regionais. Os fundamentos toponímicos do projeto, porém, continuam respeitando as bases propositivas de análise, a partir do registro cartográfico das ocorrências geográfico-lingüísticas estaduais. As etapas do procedimento de análise são as mesmas, definidas originalmente: a) apreensão do nome em sua funcionalidade expressiva (linguagem intercorrente), lexical, terminológica e taxionômica; b) tratamento semântico da motivação dominante das locuções sintagmáticas tornadas *marcas nominais*, cartografadas administrativamente. Chega-se, desse modo, às principais tendências ou às tendências dominantes nos designativos dos municípios estudados, responsáveis pelo surgimento de modelos de denominações característicos de um espaço em especial. Pela natureza etnolingüística que corporificam, entendemos que representam um microsistema estrutural, de formas coincidentes ou distintas, contrárias ou definidas relativamente, particularizantes ou em repetição mimética. Significativamente, portanto, o Atlas Toponímico que se discute consubstancia a aplicação dos princípios definidores da ciência dos nomes, num *continuum* de interligações eficazes, em que antecedente e conseqüente se fundem na mesma realização de conjunto. Nele, como dissemos, a tipologia das denominações, principalmente quanto à procedência genética diversa dos topônimos, que é a característica do português do Brasil e de sua onomástica, é co-responsável pela instalação de um sub-sistema diferenciado, com formas de língua expressivas, muitas vezes até contrárias entre

si, mas em distribuição opositiva complementar. Pode-se exemplificar o fato com formações adjetivas conhecidas, “grande”, “pequeno”, “alto”, “baixo”, “bonito”, “feio”; ou pelo uso de morfemas gramaticais ou sufixos diminutivos ou aumentativos, tanto em português como na antiga língua colonial: mirim/ -miri/ i:-guasú /-usu; -rana; -eté; -etá; -tyba-tuba; -ndiva -nduva, entre outros. Essa diversidade constatada de formantes permite-nos traçar um paralelo com a língua, de um modo amplo: “(...) palavras escritas são símbolos das palavras faladas. E como a escrita não é igual em toda a parte, também as palavras faladas não são as mesmas em toda a parte, ainda que as afecções de alma de que as palavras são signos primeiros, sejam idênticas, tal como são idênticas as coisas de que as afecções referidas são imagens” (Aristóteles, *Periérmenias*, *De Interpretatione*, 384- 322 a. C.).

Esse trecho corrobora, na essência, o que pretendemos demonstrar com o levantamento dos apelativos, nos atlas toponímicos, ou seja, o topônimo é uma “forma de língua”, como as demais lexias ou palavras nocionais empregada na identificação dos lugares. Está sujeito, portanto, à variação conceptual, vocabulário e sintático-semântica que afetam o conjunto discursivo em suas manifestações.

DICK, M. V. P. do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo, FFLCH, 1992.

DICK, M. V. P. do Amaral. A motivação toponímica. *Princípios teóricos e modelos taxionômicos*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. P. do Amaral. Atlas Toponímico: um estudo de Caso. São Paulo, SBPL – Edit. Pléiade, 1996, v. 6, p. 27-44.

DICK, M. V. P. do Amaral. O problema das taxionomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. 3. ed. São Paulo, FFLCH, p. 23-34.

DICK, M. V. P. do Amaral. A Terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo) – CABRÉ, M. T. et alii – La terminología en el siglo XXI, contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la sostenibilidad. *Atas del IX Simpósio Ibero-Americano de Terminologia - RITERM04*. IULA- Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2006. p. 215-225.

## Tradução

### 3.14.1 Comunicações Coordenadas

#### Tradução, cognição e tecnologia

O desenvolvimento de sistemas de memória de tradução (SMT) é resultado da inviabilidade operacional de ferramentas de tradução automática, nas quais o elemento humano não se faz presente dentro do processo. Com efeito, os SMT têm sido cada vez mais utilizados, em grande parte devido às novas exigências de mercados globalizados, ou seja, prazos menores, custos reduzidos, aumento na qualidade (ALVES, 2006). Nesse sentido, os SMT tornaram-se uma ferramenta, para a qual profissionais da tradução, mesmo a contragosto, não podem fechar os olhos.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Cognitivamente, os SMT representam uma variável de impacto sobre a prática tradutória natural (aqui considerada como a realizada em ambiente sem auxílio tecnológico), bem como sobre o texto traduzido. Dois estudos empírico-experimentais para a investigação desse impacto merecem destaque. O primeiro é o de Dragsted (2004), que trata da segmentação cognitiva realizada em ambiente com e sem auxílio tecnológico. O outro é o de O'Brien (2006), que investiga a tradutibilidade e o processo de pós-edição em textos de linguagem controlada, também nesses dois ambientes. No Brasil, um estudo recente (RIECHE, 2004) concentra-se em questões éticas e contextuais da relação tradutor-cliente dentro dessas novas condições de produção, sem consistir, entretanto, em uma investigação empírico-experimental. Nesse cenário, nosso grupo de pesquisa tem buscado replicar o trabalho de Dragsted (2004) e realizar uma investigação empírico-experimental do impacto dessa tecnologia nas três fases do processo tradutório, a saber, orientação, redação e revisão (JAKOBSEN, 2002; ALVES, 2005), nos pares linguísticos alemão-português e inglês-português.

O SMT adotado para a pesquisa foi o *Trados – Translator's Workbench*. Como qualquer outro SMT, o *Translator's Workbench* consiste em um banco de dados, no qual textos originais e suas respectivas traduções são armazenados em forma de segmentos, os quais, grande parte das vezes, a gosto do próprio tradutor, correspondem à sentença. A principal idéia por trás de um SMT é o fato de ele permitir a reutilização ou reciclagem de segmentos já traduzidos (BOWKER, 2002). Assim, a aplicabilidade e o sucesso da ferramenta dependem de alguns fatores. Um deles é a necessidade de o texto de partida apresentar um grau elevado de repetição ou semelhança com outros textos, pelo menos com aqueles que estejam armazenados na memória, ou seja, textos de linguagem controlada (O'BRIEN, 2006). Um outro seria o próprio olhar crítico do tradutor sobre a memória que está sendo utilizada, no caso de a mesma proceder ou não de uma fonte idônea.

Em vista do exposto, o centro de nossa investigação reside no fato de o programa condicionar o tradutor a trabalhar a nível oracional, através da demarcação visual do segmento, enquanto, naturalmente, o processamento cognitivo do texto de chegada ocorre através de unidades dinâmicas, que podem não somente ultrapassar o limite da sentença, mas consistir em palavras, sintagmas, grupos ou mesmo segmentos não-sintáticos. Essas unidades, no escopo desta investigação, são denominadas unidades de tradução (UT) (ALVES, 2000).

Os dados coletados para a pesquisa são oriundos da realização de duas tarefas de tradução, por tradutores profissionais, sendo a primeira sem o SMT, registrada por meio do software *Translog*, de uso exclusivamente experimental, para obtenção de dados quantitativos, e a segunda realizada no *Translator's Workbench*, associado ao software *Camtasia*, também para obtenção de dados quantitativos. Ao fim de cada tarefa, os tradutores fizeram uma retrospectiva, visualizando uma espécie de *replay* da execução da tarefa, possível graças aos programas *Translog* e a *Camtasia*. Participaram do experimento doze tradutores – seis traduzindo do inglês para o português e seis do alemão para o português. Os dados obtidos foram utilizados para a realização de três teses de mestrado, cujos resultados preliminares serão tema desta comunicação coordenada.

ALVES, F. Unidades de tradução: o que são e como operá-las. In: PAGANO, A., MAGALHÃES, ALVES, F. (Org.) *Traduzir com*

*autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo, Contexto, 2000.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A., MAGALHÃES, ALVES, F. (Org.) *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

ALVES, F. Tradução, Cognição e Tecnologia: investigando a interface entre o desempenho do tradutor e a tradução assistida por computador. *Cadernos de Tradução* 14/2, p.185-209, 2006.

BOWKER, L. *Computer-Aided Translation Technology – A Practical Introduction*, University of Ottawa Press, 2002.

DRAGSTED, B. *Segmentation in Translation and Translation Memory System – An empirical investigation of cognitive segmentation and effects of integrating a TM system into the translation process*. Tese de Doutorado, Copenhagen Business School, 2004.

JAKOBSEN, A. L. Logging target text production with *Translog*. In: HANSEN, G. (Ed.) *Probing the process in translation: methods and results*. Copenhagen, Copenhagen Studies in Language Series 24, Samfundslitteratur, 1999.

O'BRIEN, S. *Machine-Translatability and Post-Editing Effort: An Empirical Study using Translog and Choice Network Analysis*. Tese de doutorado, School of Applied Language and Intercultural Studies, Dublin City University, 2006.

RIECHE, A. *Memória de tradução: auxílio ou empecilho?* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

### Processos de orientação e mecanismos de apoio interno e externo: a interface entre tradutores profissionais e sistemas de memória de tradução

Ingrid Machado

ingridtnm@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação propõe analisar a fase inicial de orientação e os mecanismos de apoio externo e interno presentes no processo de tradução através da análise do desempenho de tradutores experientes no par linguístico português-inglês e sua interface com a utilização de um sistema de memória de tradução (SMT).

De acordo com Pagano (2000), apoio externo é toda consulta a textos paralelos, utilização de dicionários, recurso a especialistas, uso da *Internet* como grande banco de informações e a utilização de recursos computadorizados feitos pelo tradutor. Já o apoio interno refere-se, segundo Alves (2000), ao conhecimento de mundo, conhecimentos enciclopédicos, bagagem cultural e o conhecimento procedimental que nos ensina como utilizar o que já conhecemos. Nesta comunicação, discutiremos como esses dois tipos de apoio são utilizados em ambientes distintos (*Translog* e *Trados*) tanto na fase inicial de orientação quanto no decorrer de atividades de orientação durante a fase de redação.

De acordo com Jakobsen (2002), podemos dividir o processo em três fases: orientação, redação e revisão. As fases de redação e de revisão são bastante investigadas no campo dos Estudos da Tradução, visto que através delas é possível analisar processos de recursividade, pausas relacionadas à resolução de problemas e tomada de decisões, bem como



aspectos da revisão do texto de chegada. Entretanto, com relação específica à fase de orientação, parece não haver na literatura pesquisas que tratem especificamente do que acontece nesta etapa. Jakobsen (2002) considera que os processos de orientação acontecem igualmente no início e no decorrer da fase de redação. Entendemos, em consonância com Jakobsen (2002), que o tradutor pode retornar à fase de orientação mesmo já tendo iniciado a fase de redação, visto que mecanismos cognitivos de apoio interno, mecanismos de apoio externo e o seu próprio ritmo cognitivo contribuem para que o tradutor se oriente e resolva os problemas encontrados durante a tradução.

Refletindo sobre a superposição desses dois tipos de apoio, o PACTE (2005) estabeleceu algumas seqüências de ações observadas durante traduções feitas por tradutores profissionais e professores de línguas, ambos informantes de um experimento que tem por objetivo investigar a competência tradutória do tradutor profissional. No que diz respeito aos mecanismos de tomada de decisão, solução de problemas e principalmente à utilização de apoio interno e externo por parte desses tradutores, a análise do experimento realizado pelo grupo PACTE revelou a existência de uma variedade de seqüências diferentes de ações. Essas cadeias ou seqüências de ações foram classificadas em cinco categorias de acordo com o grau de implicação cognitiva requerida, quais sejam, Apoio Interno Simples (AIS) em que a solução definitiva é alcançada somente pela utilização de apoio interno; Apoio Interno Dominante (AID), combinado com apoio externo, em que buscas de documentação complexas são feitas sem que o tradutor chegue a uma solução definitiva para o problema (uma vez que a solução definitiva é decorrente do apoio interno); Interação Balanceada entre Apoio Interno e Apoio Externo (IBAIE) em que a solução definitiva é resultado da interação balanceada de ambos os tipos de apoio; Apoio Externo Dominante (AED), combinado com apoio interno, em que consultas complexas são a base para uma solução definitiva; e Apoio Externo Simples (AES) para os casos em que a solução definitiva é resultante apenas do apoio externo. Entre as tendências apontadas por PACTE (2005), ressaltam-se as implicações e a importância decorrentes da interação entre esses mecanismos distintos de apoio interno e externo durante o processo de tradução. Por apresentarem um grau de experiência e conseqüentemente uma competência tradutória mais desenvolvida, os tradutores profissionais parecem utilizar o apoio externo, sobretudo para corroborar soluções e decisões já tomadas através do apoio interno no modo IBAIE. Essas cadeias descritas pelo PACTE serviram como ponto de partida para a presente pesquisa em que os dados coletados no contexto brasileiro serão contrastados aos resultados obtidos no contexto europeu pelo grupo espanhol. Apontaremos, portanto, nesta comunicação, as características específicas encontradas nos processos de orientação (na fase inicial e em tempo real) no decorrer do processo de tradução em dois ambientes distintos, quais sejam, a tradução realizada em ambiente *Trados* e aquela pautada por processos naturais de segmentação cognitiva.

PAGANO, A.; MAGALHÃES; ALVES, F. (Org.). *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo, Contexto, 2000.

ALVES, F. Ritmo Cognitivo, Meta-reflexão e Experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO. *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

BOWKER, L. *Computer-aided Translation Technology - A practical introduction*. Ottawa, University of Ottawa Press, 2002.

DRAGSTED, B. *Segmentation in translation and in translation memory systems. An empirical investigation of cognitive segmentation and effects of integrating a TM system into the translation process*. Tese de Doutorado, Copenhagen Business School, 2004.

HANSEN, G. Controlling the process: Theoretical and methodological reflections on research into translation process. In: ALVES, F. (Org.). *Triangulating Translation: perspectives in process oriented research*. Amsterdam, John Benjamins, 2003. p. 25-41.

PACTE, GROUP. Investigating Translation Competence: Conceptual and Methodological Issues. In: META vol. 50, n° 2. *Processus et cheminements en traduction et interpretation/ Processes and Pathways in Translation and Interpretation*. 2005, p. 609-619.

## O impacto de sistemas de memória de tradução no processo de revisão de traduções do inglês para o português brasileiro

Bartira Gotelipe

bartiragotelipe@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação apresenta os resultados preliminares de um estudo sobre o impacto da inserção de sistemas de memória de tradução (SMT) sobre os processos de revisão de tradutores profissionais brasileiros trabalhando com o par lingüístico inglês-português.

Através de uma pesquisa empírico-experimental, buscou-se analisar a interface entre o desempenho de tradutores profissionais e um SMT em contraste com o comportamento destes mesmos tradutores quando não utilizam esse tipo de apoio tecnológico.

A tese de doutorado defendida por Dragsted (2004), apontou para a alteração nos processos de revisão dos tradutores analisados pela autora dinamarquesa. No âmbito desta pesquisa, o trabalho de Dragsted serviu como ponto de partida para a investigação de processos correlatos no contexto tradutório brasileiro. Dragsted ressaltou a importância de se realizarem outros estudos para confirmar a tendência identificada entre os sujeitos da pesquisa tanto na fase final de revisão definida por Jakobsen (2002) quanto nos chamados processos de revisão em tempo real, quais sejam, os processos que ocorrem durante a fase de redação. Desta forma, a metodologia do estudo dinamarquês foi replicada no contexto brasileiro com alteração no perfil dos tradutores – visto que os tradutores brasileiros se diferenciavam dos dinamarqueses por possuírem familiaridade com o STM. Esta alteração visa identificar padrões característicos dos profissionais em tradução e, desta forma, não apenas corroborar os dados obtidos por Dragsted (2004), mas também contribuir com dados empíricos para os estudos sobre competência em tradução. Busca-se ainda, indiretamente, sensibilizar tradutores, pesquisadores e professores de tradução em relação às alterações que a utilização de um SMT acarreta na produção de suas traduções.

A fase de revisão, como definida por Jakobsen (2002), se inicia quando o tradutor digita, pela primeira vez, o ponto final do texto de chegada correspondente ao ponto final do texto de partida e termina quando o tradutor dá por encerrada a tradução. A revisão pode ocorrer também



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

durante a fase de redação (JAKOBSEN, 2002), a ser tratada em uma das outras duas comunicações. A revisão concomitante à redação é denominada revisão *on-line*. Os processos de revisão aqui analisados correspondem àqueles que ocorrem nessas duas fases. Os estudos de Jakobsen (2002) e Jakobsen (2003), além do estudo de Dragsted (2004) citado anteriormente, fundamentam as discussões dos resultados da presente pesquisa. De forma complementar, o trabalho de O'Brien (2006) também fundamenta as análises, focalizando o impacto do uso de SMT especialmente durante a pós-edição do texto traduzido.

No que diz respeito à pós-edição, Jakobsen (2002), Lorenzo (2003) e Alves (2005), entre outros, consideram que fatores como a capacidade de auto-monitoramento do texto traduzido pelo tradutor e a velocidade e fluxo de produção textual nesta fase caracterizam-na como uma etapa diferenciada do processo de tradução. Esta afirmação é corroborada principalmente pela alteração no ritmo cognitivo dos tradutores nesta fase, verificada através da alternância entre pausas e produção textual (SCHILPEROORD, 1996).

Visando garantir a validade ecológica do experimento e o mapeamento do ritmo cognitivo dos tradutores, adotou-se como metodologia de coleta e análise de dados a triangulação de dados quantitativos e qualitativos (ALVES, 2003), fornecidos pelos softwares *Translog* e *Camtasia*, correlacionados à análise de relatos retrospectivos.

Os dados do estudo piloto e os resultados citados em Dragsted (2004) nos levaram a (1) identificar a duração e o percentual de variação nos tempos dedicados à revisão final nos dois ambientes (*Translog* e *Trados*); (2) analisar as diferenças relacionadas aos ritmos cognitivos dos tradutores durante a fase de revisão nestes dois ambientes; (3) verificar os níveis de meta-reflexão dos tradutores em relação à variação nos padrões individuais de revisão de um ambiente para o outro; (4) observar diferenças na recursividade do processo de revisão decorrentes do impacto do uso de um SMT. Os resultados preliminares destas análises, assim como uma comparação entre os dados dos profissionais brasileiros e dinamarqueses, serão o foco desta comunicação.

ALVES, F. Tradução, cognição e contextualização: triangulando a interface processo-produto no desempenho de tradutores novatos. *DELTA*, São Paulo, v. 19, n. spe, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502003000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 Jan 2007.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES; ALVES, F. (Org.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

ALVES, F. Tradução, cognição e tecnologia: investigando a interface entre o desempenho do tradutor e a tradução assistida por computador. *Cadernos de Tradução* 14/2, p. 185-209, 2006.

JAKOBSEN, A. Logging target text production with *Translog*. In: HANSEN, G. (Ed.). *Probing the Process in Translation: Methods and Results*. Copenhagen Studies in Language Series 24. Copenhagen, Samfundsliteratur, 1999.

JAKOBSEN, A. Effects of Think aloud on translation speed, revision, and segmentation. In: HANSEN, G. (Ed.). *Empirical Translation studies Process and Product*. Copenhagen studies in Language Series 27, Copenhagen, Samfundsliteratur, 2002.

JAKOBSEN, A. L. Effects of Think aloud on translation speed, revision, and segmentation. In ALVES, F. (Ed.). *Triangulating Translation*. John Benjamins, 2003.

LORENZO, M. P. Competencia revisora y traducción inversa. *Cadernos de Tradução* 9/1, 2003.

SCHILPEROORD, J. *It's about time - Temporal aspects of cognitive processes in text production*. USI & C, Utrecht, 1996.

### O impacto de sistemas de memória de tradução sobre o processo e o produto - segmentação cognitiva e resolução de problemas em traduções do alemão para o português brasileiro

Júlio César Matias

juliocmatias@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

A presente comunicação apresentará resultados preliminares de um estudo sobre o impacto da inserção de sistemas de memória de tradução (SMT) sobre a segmentação natural de tradutores profissionais durante a fase de redação, bem como sobre o produto tradutório. Replicando a metodologia utilizada no estudo de Dragsted (2004), buscou-se (1) contrastar os resultados obtidos no contexto de produção brasileiro, com aqueles verificados pela pesquisadora no contexto dinamarquês; (2) acrescer a análise do produto, a partir de um aporte sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2004), ao modelo proposto por Dragsted (2004); (3) apontar núdulos de contato entre a prática de tradutores profissionais do par lingüístico alemão-português e inglês-português; (4) contribuir indiretamente para o aperfeiçoamento do modelo de segmentação proposto por SMTs.

Os pilares teóricos da investigação encontram-se na resolução de problemas (KRINGS, 1986), na análise de pausas (SCHILPEROORD, 1996) e no conceito de unidade de tradução (UT) (ALVES, 2000). A metodologia baseia-se na triangulação de dados quantitativos e qualitativos (JAKOBSEN, 1999), fornecidos pelos softwares *Translog* e *Camtasia*, aliados a relatórios retrospectivos.

A fase de redação vai do momento em que o tradutor tecla o primeiro caractere do texto de chegada, até o momento em que o último caractere deste, correspondente ao último do texto de partida, é digitado (ALVES, 2005). Durante essa fase, o tradutor vê-se confrontado com instâncias de resolução de problemas e tomada de decisões, diretamente relacionadas a momentos, nos quais a produção textual precisa ser suspensa, seja porque o tradutor desconhece determinada palavra, seja para reformular expressões ou estruturas (DRAGSTED, 2004). A identificação de categorias lingüísticas problemáticas é proposta por Krings (1986), para quem os problemas de tradução devem ser observados no decorrer do próprio processo, passível de recuperação através da verbalização dos sujeitos por meio de relatos retrospectivos ou concomitantes.

A alternância entre pausas e produção textual define o ritmo cognitivo do tradutor (SCHILPEROORD, 1996), caracterizado através do tamanho e categorização de UTs, para as quais a pausa é a unidade de demarcação. As UTs, conforme Alves (2000), são unidades de processamento cognitivo dinâmicas, que não se deixam delimitar por barreiras sintáticas, ou seja, podem ser menores ou maiores que a oração ou sentença, e ainda ser supra-sentenciais ou não-sintáticas. UTs longas parecem indicar picos de produção textual dentro do processo tradutório (DRAGSTED, 2004),





enquanto pausas longas sugerem processamento cognitivo e processos de focalização envolvidos na recuperação de informações da memória declarativa de longo prazo, bem como manifestações explícitas de estratégias de planejamento (SCHILPEROORD, 1996). A relação entre resolução de problemas, pausas e UTs é expressa por Dragsted (2004) através da constatação de que o planejamento envolvido na resolução de problemas requer maior esforço cognitivo que outras atividades de planejamento.

Para a presente investigação, foi previamente realizado um estudo piloto, cujo objetivo fora, além de recalibrar o experimento, identificar problemas de tradução passíveis de serem observados quando da coleta de dados definitiva, da qual participaram, voluntariamente, seis tradutores profissionais do alemão para o português brasileiro. Em ambos os casos, solicitou-se aos informantes a tradução de dois textos, respectivamente no *Translog* e no *Trados*. O gênero textual selecionado foi manual de instruções, sendo o primeiro o de um medidor de glicemia (*Blutzuckermessgerät*) e o segundo de uma escova de dente elétrica (*die 3D Zahnbürste*).

O estudo piloto permitiu-nos observar algumas tendências, cujo poder de alcance tem sido averiguado em relação aos dados do experimento definitivo. As pausas foram localizadas dentro da produção textual, de modo que as UTs foram identificadas e categorizadas lingüisticamente como palavras, sintagmas, orações, unidades supra-sentencias ou unidades não-sintáticas. Analogamente aos resultados de Dragsted (2004), unidades supra-sentenciais tendem a ser maiores e sinalizam picos na produção textual, enquanto unidades menores, como palavras e sintagmas, podem apontar para a resolução de problemas localizados, a nível micro-textual. Os resultados do estudo piloto levaram-nos às seguintes considerações:

- a inserção do SMT afeta o processamento de unidades supra-sentenciais;
- unidades problemáticas ocorrem ao nível da palavra em ambos os ambientes;
- o produto final obtido em ambiente *Trados* apresenta maior semelhança entre os tradutores, do que o produto obtido em ambiente *Translog*.

Cada uma dessas observações permitiu a formulação das seguintes perguntas de pesquisa, para as quais os dados do experimento definitivo devem fornecer respostas:

- Se o tradutor, em ambiente *Trados*, é condicionado a trabalhar a nível oracional, logo, unidades supra-sentenciais serão afetadas. Poder-se-ia, entretanto, afirmar que as mesmas deixam de existir em ambiente *Trados*?
- Que categorias gramaticais apresentam-se como problemáticas em ambos os ambientes? Seriam elas as mesmas entre os tradutores? Como os tradutores solucionam problemas correspondentes a estas categorias nesses dois ambientes?
- O grau de convergência entre as características processuais nos dois ambientes pode ser encontrado nos textos traduzidos tanto em categorias problemáticas quanto não-problemáticas?

Esta comunicação apontará possíveis respostas para essas perguntas.

ALVES, F. Unidades de tradução: o que são e como operá-las. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, ALVES, F. (Org.) *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo, Contexto, 2000.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A., MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Org.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

ALVES, F. Tradução, cognição e tecnologia: investigando a interface entre o desempenho do tradutor e a tradução assistida por computador. *Cadernos de Tradução* 14/2, p. 185-209. 2006.

DRAGSTED, B. *Segmentation in Translation and Translation Memory System - An empirical investigation of cognitive segmentation and effects of integrating a TM system into the translation process*. Tese de Doutorado, Copenhagen Business School, 2004.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. Londres, Edward Arnold, 2004.

HANSEN, G. Das kritische Bewusstsein beim Übersetzen – Eine Analyse des Übersetzungsprozesses mit Hilfe von *Translog* und Retrospektion. In: HANSEN, G. (Ed.) *Probing the process in translation: methods and results*. Copenhagen, Copenhagen Studies in Language Series 24, Samfundslitteratur, 1999.

JAKOBSEN, A. L. Logging target text production with *Translog*. In: HANSEN, G. (Ed.) *Probing the process in translation: methods and results*. Copenhagen, Copenhagen Studies in Language Series 24, Samfundslitteratur, 1999.

KRINGS, H. P. Translation Problems and Translation Strategies of Advanced German Learners of French. In: HOUSE, J.; BLUMKULKA, S. (Ed.) *Interlingual and Intercultural Communication – Discourse and Cognition in Translation and Second Language Acquisition Studies*. Tübingen, Narr, 1986.

O'BRIEN, S. *Machine-Translatability and Post-Editing Effort: An Empirical Study using Translog and Choice Network Analysis*. Tese de doutorado, School of Applied Language and Intercultural Studies, Dublin City University, 2006.

SCHILPEROORD, J. *It's about time – Temporal aspects of cognitive processes in text production*. USI & C, Utrecht, 1996.

## Tradução e descrição lingüística

Esta sessão abarca três trabalhos em desenvolvimento por pesquisadores-em-formação inseridos no âmbito do projeto CORDIAL (Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias), do LETRA (Laboratório Experimental de Tradução) da Faculdade de Letras da UFMG. Estas três pesquisas têm como objetivo geral contextualizar a tradução no âmbito de abordagens que enfocam a produção multilíngue de textos, tais como a análise contrastiva, a tipologia textual e a lingüística comparada.

Os trabalhos adotam uma perspectiva da linguagem baseada na lingüística sistêmico-funcional e analisam o fenômeno da tradução a partir de análises qualitativas e quantitativas baseadas em *corpus*.

Tomando como ponto de partida a descrição realizada para o inglês (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), as pesquisas indagam aspectos do português do Brasil, especialmente dentro do sistema da transitividade, explorando a configuração de *Processos* relacionais (realizados por verbos como



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

ser, estar) e verbais (realizados por verbos como *dizer*, *perguntar*) dentro de domínios de registros específicos – o científico, o literário e o jornalístico.

HALLIDAY, M.A.K. *Language as Social Semiotics: The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

\_\_\_\_\_. The construction of knowledge and value in the grammar of scientific discourse, with reference to Charles Darwin's the origin of species. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. London and New York: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. Corpus Studies and Probabilistic Grammar. In: WEBSTER, Jonathan (Ed.) *Collected Works of M. A. K. Halliday: Computational and Quantitative studies*. v. 6. London and New York: Continuum, 2005. p. 63-75.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *Constructing experience as meaning: a language based approach to cognition*. London: Cassell, 1999.

\_\_\_\_\_. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; McINTOSH, A.; STREVEN, P. *The linguistic science and language teaching*. London/New York: Longman, 1964.

MATTHIESSEN, C. Register on the round: diversity in a unified theory of register analysis. In: GHADESSY, M (Ed.). *Register analysis: practice and theory*. London: Pinter, 1993.

\_\_\_\_\_. The environments of translation. In: STEINER, E. YALLOP, C. (Eds). *Exploring translation and multilingual text production, beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001. p. 41-124.

### A descrição das orações 'relacionais' em português brasileiro: interface entre o sistema, o registro científico e os estudos da tradução

Cristiano Gonçalves Araújo

cristianoaraujofmg@yahoo.es

Universidade Federal de Minas Gerais

A relação entre a lingüística sistêmico-funcional e os estudos da tradução pode ser entendida a partir de duas perspectivas distintas: a dos teóricos da tradução e a dos sistemicistas. No primeiro caso, a tradução é o objeto de um campo disciplinar autônomo e a lingüística sistêmico-funcional é vista como uma das possíveis teorias para se abordar o produto tradutório (cf. FAWCETT, 1997). No segundo caso, a tradução é entendida como um dos usos da linguagem e a orientação é identificar como esse uso pode ser explicado dentro do construto da teoria sistêmica (cf. MATTHIESSEN, 2001). Essas duas perspectivas implicam em diferentes acepções de tradução; contudo, ambas assumem a variação de usos da linguagem e a análise contrastiva de sistemas lingüísticos como pontos essenciais no estudo de textos em relação tradutória (cf. HATIM e MASON, 1990; TEICH, 2001).

A variação de usos da linguagem resulta das diferentes demandas sociais circundantes aos indivíduos e envolve a consideração de como os significados do "contexto de situação" (HALLIDAY, 1978) são realizados na linguagem. No construto da teoria sistêmico-funcional, essa variação de uso é denominada *Registro* (HALLIDAY, 1978; HALLIDAY,

1991; MATTHIESSEN, 1993), e sua importância para os estudos da tradução é reiterada em manuais de formação de tradutores (cf. HATIM e MASON, 1990) e em compêndios de revisão teórica (cf. FAWCETT, 1997). É interessante observar, entretanto, que nesses trabalhos há uma ausência de estudos descritivos para consubstanciar as observações feitas acerca dos *Registros*, o que indica a utilização instrumental e parcial da orientação sistêmica. Não obstante, dentre os sistemicistas, também são poucos os que trabalham com a descrição sistemática de *Registros* (MATTHIESSEN, 1993). Com efeito, há uma carência de trabalhos descritivos que permitam comparar os *Registros* tanto em uma perspectiva mono quanto multilingüe.

O desenvolvimento de estudos contrastivos embasados na abordagem sistêmico-funcional (cf. TEICH, 2001) é outra área, cujos resultados são importantes para a formação de tradutores e para um maior entendimento sobre a organização da linguagem. Contudo, para que esses estudos sejam realizados, é necessário que haja descrições dos sistemas lingüísticos de ambas as línguas a serem contrastadas e que essas sejam fundamentadas dentro de um referencial teórico comum, no caso, o da teoria sistêmico-funcional. Essas descrições já existem com um maior grau de abrangência para línguas como o inglês, o chinês, e o alemão. Contudo, não há ainda uma descrição sistêmica abrangente dos sistemas que compõem o português brasileiro, o que resulta na impossibilidade de se realizar estudos contrastivos que, fundamentados nesse referencial teórico, tenham o português como uma das línguas de interesse.

Motivado pela necessidade de se realizar um estudo contrastivo a partir de uma descrição, o presente trabalho objetiva descrever o sistema das orações realizadas por processos relacionais em português brasileiro, tendo como referencial a descrição já realizada para o inglês, no escopo da teoria sistêmico-funcional (cf. HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004). A relevância desse tipo de estudo está em, além de aumentar o entendimento sobre o funcionamento da linguagem, prover dados sobre esse sistema passíveis de serem contrastados com os de outras línguas. Nesse sentido, é um trabalho fundamentado na lingüística sistêmico-funcional, cujos resultados podem informar os estudos da tradução.

A descrição das orações realizadas por processos relacionais condiz com um segundo objetivo deste trabalho, qual seja, identificar o papel dessas orações na configuração do *Registro* científico em português brasileiro. Trabalhos descritivos já realizados em língua inglesa (cf. HALLIDAY, 1998; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004) apontam que essas orações são as mais representativas do *Registro* científico e que a sistematização de seu uso nesse *Registro* acompanhou as demandas discursivas advindas do desenvolvimento da ciência moderna. Em relação à língua portuguesa, não há trabalhos de descrição das orações relacionais e, com efeito, ainda não se pode verificar o papel dessas orações na configuração do *Registro* científico. É na congruência dessa dupla necessidade, tanto a de descrever as orações relacionais em português brasileiro para fins contrastivos, quanto a de se identificar a função dessas orações na configuração do *Registro* científico desse sistema lingüístico, que esta pesquisa orienta suas ações. Não obstante, ao se descrever a função dessas orações no *Registro* científico em português brasileiro, abre-se a possibilidade de um estudo contrastivo em nível de *Registro*, o que é um possível desdobramento da pesquisa.

A metodologia deste trabalho adota a orientação de análise de *corpora* dentro da abordagem sistêmico-funcional. Se-



gundo Halliday (1991), esse tipo de orientação tem um papel central na investigação lingüística, sendo importante tanto para a descrição de sistemas, quanto para o mapeamento de *Registros*. Baseando-se na metodologia empregada por Matthiessen (1999), ao explorar o perfil do sistema de Transitividade em inglês, o presente trabalho compilou um *corpus* representativo de três domínios de *Registro* – científico, literário e jornalístico –, com cerca de 40.000 palavras ao todo. Os textos foram selecionados segundo três critérios básicos: primeiro, estarem disponíveis em formato eletrônico; segundo, serem originalmente produzidos em português brasileiro e, por fim, terem sido produzidos a partir da década de 90.

Após a compilação do *corpus*, levantou-se uma lista de ocorrência de palavras com o auxílio do programa de computador *WordList*. Essa lista possibilitou a identificação da porcentagem de ocorrência dos verbos que prototipicamente realizam processos relacionais, como *ser*, *ter*, *estar* e *parecer*. Além disso, ela permitiu identificar alguns padrões que serviram como base para o levantamento de listas de concordância, o qual foi feito utilizando-se o programa *Concordance*. A análise dessas listas de concordância resultou na identificação das orações relacionais e na elaboração do sistema que realiza essas orações.

A próxima etapa da pesquisa é verificar a configuração dessas orações no *Registro* científico em português brasileiro. Essa análise irá contribuir para a identificação da função dessas orações nesse *Registro*. A hipótese é de que essas escolhas são motivadas por restrições impostas pela configuração do *Registro*; contudo, essa é uma área ainda a ser explorada. Nesse sentido, busca-se contribuir para a descrição sistêmica do português brasileiro, para a descrição do *Registro* científico e, nessa confluência, para os estudos da tradução.

FAWCETT, Peter. *Translation and Language: Linguistic Theories Explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.

HALLIDAY, M. A. K. *Corpus Studies and Probabilistic Grammar*. In: WEBSTER, Jonathan (Ed.) *Collected Works of M. A. K. Halliday: Computational and Quantitative studies*. v. 6. London and New York: Continuum, 2005. p. 63-75.

\_\_\_\_\_. Things and relations: regrammaticising experience as technical knowledge. In: MARTIN, J., VEEL, R. (Ed.) *Reading sciene: critical and functional perspectives on discourses of science*. London and New York: Routledge, 1998. p. 185-235.

\_\_\_\_\_. *Language as Social Semiotics: The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

HATIM, Basil; MASON, Ian. *Discourse and the Translator*. London and New York: Longman, 1990.

MATTHIESSEN, Christian M. I. M. The System of Transitivity: An exploratory study of text-based profiles. In: *Functions of Language*. v. 6:1. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 1-51.

\_\_\_\_\_. The environments of translation. In: Steiner, E., YALLOP, C. (Eds.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001. p. 41-124.

\_\_\_\_\_. A unified theory of register analysis. In: GHADDESSY, Mohsen (Ed.). *Register analysis: theory and practice*. London: Pinter Publishers, 1993. p. 221-292.

TEICH, Elke. Towards a model for the description of cross-linguistic divergence and commonality in translation. In: Steiner, E.; YALLOP, C. (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin, New York: Mouton de

Gruyer, 2001. p. 191-228.

## Descrição das configurações de transitividade realizadas por processos relacionais da língua portuguesa visando ao mapeamento sistêmico-funcional do registro científico

Giacomo Patrocínio Figueredo

giacomojakob@yahoo.ca

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho está inserido no âmbito do projeto CORDIAL (*Corpus* Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias) do LETRA (Laboratório Experimental de Tradução) da Faculdade de Letras da UFMG e tem por objetivo descrever os sistemas de instanciação, conforme as variações funcionais da linguagem (*system networks*) das configurações de transitividade que envolvam os processos relacionais no registro científico da língua portuguesa, a partir do arcabouço teórico da lingüística sistêmico-funcional, entendendo assumir tal descrição como papel crucial para a análise de textos pertencentes ao registro científico, em relação tradutória, quando uma das línguas envolvidas é o português.

Halliday, McIntosh e Stevens (1964) afirmam que, em uma determinada língua, além das variações dialetais – sociais e geográficas – existem também variações conforme o uso, as quais denominam registros. Esses autores concebem *registro* como a utilização da língua segundo a função, ligando-a, assim, intimamente, ao contexto no qual é empregada. Matthiessen (1993) afirma que a teoria do registro para a lingüística sistêmico-funcional é a síntese da noção de língua como “monossistema”, no qual a descrição do sistema lingüístico se aplicaria a toda a língua, e da noção de língua como “polissistema”, que segue a tradição firthiana da língua como um sistema abstrato de outros sistemas de línguas restritas (*restricted languages*). Assim, para a lingüística sistêmico-funcional, a teoria do registro procura entender as variações funcionais do sistema lingüístico em virtude das variações de contexto.

Devido ao fato de a lingüística sistêmico-funcional ter desenvolvido um modelo que estabelece a ligação entre os vetores metafuncionais da linguagem e o contexto – metafunções ideacional, interpessoal e textual, respectivamente a campo, relações sociais e modo –, é possível, por probabilidade de ocorrências, entender qual a natureza sistêmica de uma dada instanciação lingüística em face do contexto no qual foi produzida, fato que leva mais adiante, com a observação do conjunto das instanciações, à descrição do *subsistema lingüístico* de um registro específico.

No caso do registro científico, Halliday (1994) afirma que, através dos vários séculos que vem se desenvolvendo, assumiu para os falantes a função de produzir conhecimento, ao mesmo tempo em que restringe o acesso a essa produção, colocando-lhe o uso subordinado às estruturas de poder que o definem. Em outro estudo (HALLIDAY, 1988), o teórico sistemicista afirma que o padrão de transitividade (configuração ideacional de processo, participantes e as circunstâncias que os acompanham) mais comum no registro científico em língua inglesa é a realização dos participantes por grupos nominais, em geral assumindo a forma de



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

metáfora gramatical, ligados pela realização de um processo relacional, realizado por um grupo verbal. Portanto, o padrão de configuração de transitividade com maior probabilidade de ocorrência no registro científico em inglês seria *participante* (grupo nominal/ metáfora gramatical) + *processo: relacional* (grupo verbal) + *participante* (grupo nominal/ metáfora gramatical).

Grande parte dos estudos do registro científico tem se dedicado à descrição da língua inglesa e alguns poucos a outras línguas, como o mandarim (cf. HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999), mas não são muitos os estudos sobre a configuração da transitividade dos processos relacionais em língua portuguesa, em particular no registro científico. Para a análise de textos produzidos em português, ou, conforme o interesse principal deste trabalho, para a análise de traduções que envolvam a língua portuguesa, esta descrição assumiria importância fundamental, visto que representa uma perspectiva viável de se chegar a uma descrição do *subsistema* do registro científico produzido em língua portuguesa.

Especificamente no estudo da tradução, o avanço nas pesquisas das abordagens sistêmicas da tradução aponta ser necessário entender a importância da teoria do registro, para ser possível passar do exame de comparações e descrições de instâncias e levantamento de padrões lexicogramaticais e textuais entre dois sistemas lingüísticos à análise de um conjunto de fenômenos de variação funcional da linguagem, que opera entre sistemas semióticos (cf. MATTHIESSEN, 2001).

Diante desse quadro, a lingüística sistêmico-funcional, que é uma teoria da produção funcional de significados, oferece instrumentos capazes de investigar o contato entre sistemas semióticos, para a formulação de uma abordagem que conceba a tradução como fenômeno de interpretação e produção de significados. Com isso, concebe a tradução não apenas como uma transferência de conteúdo do texto original, mas como uma forma de reconstrução (*reconstruindo*) dos significados presentes no texto fonte em outros significados na forma do texto traduzido, constituindo uma etapa da produção multilíngüe (cf. MATTHIESSEN, 2001). As mudanças semióticas que ocorrem nessa reconstrução são significativas no nível semântico e não meramente no nível lexicogramatical.

Conseqüentemente, a tradução não pode ser mais entendida como o simples ato de transferir significados de uma língua a outra, mas como um fenômeno de produção de significado em diferentes sistemas lingüísticos, que estabelecem entre si alguma relação que, segundo Halliday (1994), seria feita pelo registro, pois a produção textual sempre se relaciona ao contexto e cumpre uma função. A partir dessa noção sobre o fenômeno tradutório, pode-se afirmar que, dentro do escopo da lingüística sistêmico-funcional, entende-se a tradução como produção bilíngüe pautada pelo registro.

Para descrever os processos relacionais no registro científico em português, este trabalho segue a metodologia apresentada na pesquisa de Matthiessen (1999), na qual esse autor investiga padrões de instâncias de processos em diferentes registros. Para tanto, foi necessária, em primeiro lugar, a compilação de um *corpus* composto por textos de diferentes registros, visando a contemplar a maior quantidade possível de ambientes para as ocorrências de sistemas de transitividade. Dessa forma é possível, segundo Matthiessen (1999), determinar probabilidades de padrões para os sistemas de transitividade da língua como um todo, além de probabilidades de combinações específicas nos sistemas relativas a

registros particulares. Em seguida, foi compilado um segundo *corpus*, composto por textos pertencentes ao registro científico. A partir da identificação das instâncias nesse segundo *corpus*, foi possível apontar padrões característicos do registro para os processos relacionais.

Os textos foram analisados com o auxílio do *software SysFan* que, através da alimentação com anotação manual de categorias, é capaz de agrupar as instâncias em padrões e, em seguida, propor o desenho de *system networks*. Para a análise dos processos relacionais do registro científico em português foi preciso dividir os textos em complexos oracionais e analisar, consecutivamente, as configurações de transitividade e ergatividade. É importante destacar que a determinação *a priori* de quais textos eram representativos dos diferentes registros – antes da condução das análises – foi baseada na proposta de tipologia textual de Ure (1969), na qual caracterizam-se os textos segundo sua função semiótica. A vantagem da escolha dessa proposta como entrada é a de que, uma vez que os dados analisados, para os sistemas do registro, revelam-se diferentes da classificação escolhida *a priori*, é possível modificar a localização dos textos nas diferentes categorias tipológicas.

HALLIDAY, M. A. K. The construction of knowledge and value in the grammar of scientific discourse, with reference to Charles Darwin's the origin of species. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. London and New York: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

\_\_\_\_\_. *Construing experience as meaning: a language based approach to cognition*. London: Cassell, 1999.

HALLIDAY, M. A. K.; McINTOSH, A.; STREVEN, P. *The linguistic science and language teaching*. London/New York: Longman, 1964.

MATTHIESSEN, C. Register on the round: diversity in a unified theory of register analysis. In: GHADESSY, M (Ed.). *Register analysis: practice and theory*. London: Pinter, 1993.

\_\_\_\_\_. The environments of translation. In: STEINER, E. YALLOP, C. (Eds). *Exploring translation and multilingual text production, beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001. p. 41-124.

\_\_\_\_\_. The system of transitivity: an exploratory study of text-based profiles. In: *Functions of language*, 6 (1), 1999. p. 1-51.

URE, J. Practical registers (parts 1 & 2). In: *English language teaching*, 1969.

### Papéis funcionais e metafuncionais do verbo dizer no português do Brasil

Silvana Maria de Jesus

silanjios@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Na perspectiva da lingüística sistêmico-funcional (LSF, daqui por diante) os falantes usam a língua para realizar três funções, denominadas pela LSF, por questões terminológicas, de *metafunções da linguagem*, sendo elas a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual* (HALLIDAY e MATTHIESSEN,



2004).

Dentro da metafunção ideacional, situa-se o sistema de representação de nossas experiências, através do sistema de transitividade, que constitui-se de três elementos básicos: os *Participantes*, os *Processos* e as *Circunstâncias*. Sob essa perspectiva, o verbo *dizer* realiza, prototipicamente, um Processo verbal, o que geralmente é referenciado em português como verbo de enunciação ou verbo *dicendi* (NEVES, 1997).

Considerando-se a importância do verbo *dizer* na representação do discurso (ou discurso reportado), tanto em textos ficcionais quanto em textos jornalísticos e acadêmicos (THOMPSON, 1994), este trabalho visa contribuir para uma descrição das funções desse verbo, ou seja, dos significados que ele realiza dentro das diferentes metafunções da linguagem. Esta análise tem por parâmetros a descrição sistêmico-funcional desenvolvida para o inglês, a partir da análise contrastiva do verbo *say*, considerado o equivalente prototípico de *dizer* entre o português e o inglês. Esta análise contrastiva insere-se dentro da interface entre os Estudos da Tradução e a linguística sistêmico-funcional.

A LSF considera o verbo *say*, quando este realiza Processo verbal, como o membro geral deste tipo de Processo; uma análise preliminar do *corpus* mostra que é baixa a ocorrência de *say* fora desse contexto, ou seja, enquanto verbo que não realiza Processo verbal. Entretanto, a análise mostrou que *dizer* tem uma frequência elevada na realização de significados fora do contexto de Processo verbal; constatou-se também que muitos papéis realizados por *say* em inglês não podem ser desempenhados por *dizer* em português, configurando-se assim, contextos em que esses verbos não são equivalentes (JESUS e PAGANO, 2006).

Este trabalho tem, portanto, três objetivos centrais. Primeiro, descrever os papéis linguísticos de *dizer*. Segundo, considerando-se a preponderância de seu papel enquanto verbo que realiza Processo verbal, descrever os elementos envolvidos na realização de Processo verbal, quais sejam, o Processo (neste caso, o *dizer*), os Participantes diretos e indiretos e as Circunstâncias, segundo as categorias apresentadas pela LSF. E terceiro, contrastar os usos de *say* e *dizer* apontando semelhanças e diferenças entre o inglês e o português. Esses três objetivos culminam na contribuição deste trabalho para o desenvolvimento de uma descrição sistêmico-funcional do português do Brasil.

Ressalta-se ainda que a LSF trabalha com a variação de usos da linguagem dentro de um contexto de situação, ou seja, dentro da perspectiva de registro (MATTHEISEN, 1993). Portanto, embora este trabalho não seja uma contribuição direta aos estudos de registro, contribui, indiretamente, através da descrição da linguagem de textos ficcionais (romances e contos), com foco na representação do discurso (discurso reportado), sob a perspectiva sistêmica que considera a criação literária (*recreating*) como processo social e semiótico (MATTHEISEN, Comunicação pessoal, São Paulo, 2006, 33rd International Systemic Functional Congress).

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se no modelo proposto por Teich (2001, 2003) de análises contrastivas a partir de *corpora* paralelo e comparável multilíngue. O *corpus* paralelo é constituído de 40.000 palavras, formado de um texto original em inglês e sua tradução para o português do Brasil. O *corpus* comparável multilíngue também possui cerca de 40.000 palavras, formado de textos originalmente produzidos em inglês e textos originalmente produzidos em português. O *corpus* é tratado quantitativamente com os softwares *WordSmith Tools* e *SPSS*, sendo a análise

qualitativa desenvolvida pela pesquisadora a partir das categorias propostas pela LSF.

JESUS, Silvana Maria de; PAGANO, Adriana. *Representação do discurso e tradução: padrões de textualização em corpora paralelo e comparável*. Dissertação de Mestrado em Letras/Linguística Aplicada. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG/PosLin, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; McINTOSH, A.; STREVEENS, P. *The linguistic science and language teaching*. London/New York: Longman, 1964.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHEISEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

MATTHEISEN, C. Register on the round: diversity in a unified theory of register analysis. In: GHADESSY, M (Ed.). *Register analysis: practice and theory*. London: Pinter, 1993.

\_\_\_\_\_. The system of transitivity: an exploratory study of text-based profiles. In: *Functions of language*, 6 (1), 1999. p. 1-51.

\_\_\_\_\_. The environments of translation. In: STEINER, E. YALLOP, C. (Eds.). *Exploring translation and multilingual text production, beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001. p. 41-124.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Texto e Linguagem).

TEICH, Elke. Towards a model for the description of cross-linguistic divergence and commonality in translation. In: Steiner, E.; YALLOP, C. (Eds.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001. p.191-228.

\_\_\_\_\_. *Cross-linguistic variation in system and text: a methodology for the investigation of translations and comparable texts*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. (Text, translation, computational processing, 5).

THOMPSON, Geoff. *Collins Cobuild English Guides 5: Reporting*. v 32. London: HarperCollins Publishers, 1994. p. 120-135.

## Conhecimento experto em tradução

Esta comunicação coordenada – vinculada ao projeto *Expert@ – Conhecimento experto em tradução: modelagem do processo tradutório em altos níveis de desempenho*, desenvolvido no LETRA (Laboratório Experimental de Tradução), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – visa contribuir com as pesquisas em Estudos da Tradução que adotam um abordagem cognitiva e discursiva do processo e do produto tradutório. Seus dados e resultados integram o subcorpus CORPRAT (Corpus Processual para Análises Tradutórias), no escopo do CORDIAL (Corpus Discursivo para Análises Linguísticas e Literárias). A comunicação apresenta resultados preliminares de uma pesquisa empírico-experimental realizada com vistas à descrição e à caracterização de um determinado perfil específico de *expertise* em tradução, qual seja, o perfil de pesquisadores considerados expertos em uma dada área do conhecimento, que realizam tarefas enquadradas no conceito de tradução como produção textual em língua estrangeira. Sua *expertise* (BHATIA, 2004; ERICSSON; SMITH, 1991) na produção de artigos acadêmicos envolve *expertise* na produção de textos em língua estrangeira, ambas aferidas através de instâncias institucionais de avaliação em função de sua participação em



circuítos de publicação em periódicos internacionais indexados. Esse perfil pode ser considerado como uma configuração específica de competência em tradução. Dado o fato de que as produções textuais desses expertos, aqui entendidas como traduções, são aceitas e publicadas em periódicos internacionais indexados, assumem-se como pressupostos (i) que dados sobre o processamento cognitivo (SCHILPEROORD, 1996; JAKOBSEN, 2002) e a capacidade de metarreflexão (ALVES, 2005) desses sujeitos, durante a produção textual, guardam especificidade, mas são comparáveis àqueles observados em tradutores profissionais, e (ii) que o conhecimento experto desses sujeitos, o qual pressupõe conhecimento de conteúdo e conhecimento genérico (SCARDAMALIA; BEREITER, 1991), apresenta impactos positivos na durabilidade de sua produção textual.

A pesquisa ora apresentada envolve a investigação do papel que o conhecimento de domínio desempenha na resolução de problemas por parte de pesquisadores expertos quando confrontados com uma tarefa de tradução. O desenho experimental implementado parte do pressuposto de que, dada uma tarefa relativa à produção de um texto vinculado a um gênero discursivo específico (no caso, introdução de artigo acadêmico), ao se introduzir o conhecimento de domínio como variável (em congruência ou não com a subárea de atuação do sujeito do experimento), encontrar-se-ão impactos substanciais na realização da tarefa tradutória, sendo esses efeitos mais positivos à medida que o texto de partida envolver conhecimento de domínio mais próximo à subárea de atuação do sujeito. No escopo do projeto Expert@, o conhecimento de domínio constitui não só uma variável dos trabalhos para se delinear o perfil dos pesquisadores expertos, mas também um objeto de estudo cuja compreensão pode trazer significativas implicações para os Estudos da Tradução, principalmente no que tange à modelagem com vistas à formação de futuros tradutores.

As apresentações desta comunicação coordenada analisam, a partir de experimento realizado com dois pesquisadores expertos vinculados à área de ciências médicas, o perfil de sujeitos expertos sob três perspectivas complementares: (i) na primeira perspectiva, procura-se validar a entrevista prospectiva e os relatos retrospectivos empregados nos experimentos, por meio da utilização do *software* NudIst@ para a obtenção de dados quantitativos a partir das entrevistas e relatos; (ii) a segunda examina aspectos do processo, tais como o tempo despendido em cada fase da produção textual (*i.e.*, orientação, redação e revisão), ritmo cognitivo, recursividade e metarreflexão (ALVES, 2005); e (iii) a terceira perspectiva analisa os produtos textuais obtidos ao final da realização da tarefa tradutória a partir do referencial teórico oferecido pela Gramática Sistemico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) e do modelo de introduções de artigos acadêmicos proposto por Swales (2004).

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-função e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: ALVES, F; MAGALHÃES, C; PAGANO, A. (Org.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BHATIA, V. *Worlds of written discourse*. London e New York: Continuum, 2004.

ERICSSON, K. A.; SMITH, J. In: ERICSSON, K. A.; SMITH, J. *Toward a general theory of expertise*. Cambridge: CUP, 1991.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

JAKOBSEN, A. L. Translation drafting by professional translators and by translation students. In: HANSEN, G. (Ed.). *Empirical translation studies: process and product*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2002. p. 191-204.

SCARDAMALIA, M.; BEREITER, C. Literate expertise. In: ERICSSON, K. A.; SMITH, J. *Toward a general theory of expertise*. Cambridge: CUP, 1988.

SCHILPEROORD, J. *It's about time - Temporal aspects of cognitive processes in text production*. Utrecht: USI & C, 1996.

SWALES, J. M. *Research genres: explorations and applications*. Cambridge: CUP, 2004.

### **Análise processual do desempenho de expertos não-tradutores: a metarreflexão através dos protocolos verbais retrospectivos**

*Maria Luisa de Oliveira*

luisa.ufmg@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho vincula-se ao projeto EXPERT@ - *Conhecimento experto em tradução: modelagem do processo tradutório em altos níveis de desempenho*, desenvolvido no LETRA (Laboratório Experimental de Tradução), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Seus dados e resultados integram o subcorpus CORPRAT (Corpus Processual para Análises Tradutórias), no escopo do CORDIAL (Corpus Discursivo para Análises Linguísticas e Literárias), que visa contribuir com as pesquisas nos Estudos da Tradução que adotam uma abordagem cognitiva e discursiva do processo e do produto tradutório. Assim, a presente pesquisa justifica-se por tentar preencher uma lacuna nos Estudos da Tradução baseados em análises processuais, qual seja, a carência de trabalhos enfocando o perfil de expertos não-tradutores e a escassa bibliografia a respeito do conhecimento experto em tradução. Aspectos do processo tradutório, bem como do produto textual, são considerados na presente proposta de análise que busca também contribuir com as pesquisas empírico-experimentais em tradução.

Na década de noventa, foi possível observar o desenvolvimento e a consolidação de algumas subáreas dentro do campo disciplinar Estudos da Tradução. As abordagens empírico-experimentais do fenômeno tradutório são um exemplo de pesquisas embrionárias nesse campo de estudos. Trabalhos enfocando o perfil de tradutores, tais como Alves (2003), Alves; Magalhães (2004) e Alves (2005) apontam para aspectos recorrentes no desempenho de sujeitos tradutores num *continuum* novato-experiente. Recentemente, a integração de abordagens cognitivas e discursivas se mostrou bastante profícua na investigação de metarreflexão (ALVES, 2005) e resolução de problemas relacionados a padrões textuais e gêneros discursivos. Com o recente fortalecimento dos estudos da competência tradutória, fazem-se necessárias a investigação, descrição e análise de características recorrentes na produção de sujeitos expertos diferentemente daquelas encontradas em estudantes de tradução e tradutores profissionais. Os sujeitos analisados são profissionais e pesquisadores reconhecidos como expertos em uma dada área do conhecimento, os quais, devido às exigências de trabalho, exercem regularmente a tradução



como parte de suas atividades de pesquisa, visto que têm que traduzir seus artigos visando à publicação em periódicos nacionais e internacionais. Tais aspectos configuram um perfil específico de competência em tradução a ser analisado. A definição de competência a qual este projeto se afilia é a de *competência em tradução* na qual sujeitos se posicionam mais próximos ou afastados de cada um dos extremos no *continuum* novato-tradutor, sendo esta uma configuração dinâmica. É importante destacar que o conhecimento experto é visto aqui como uma característica adquirida através da prática deliberada (ERICSSON, 2002), não sendo, portanto, uma característica inata. Em consonância com a proposta do projeto EXPERT@, o presente trabalho trata o conhecimento experto como um decorrente de um processo de aprendizagem e aquisição de experiência, que pode ser investigado tanto em termos (i) de desenvolvimento de conhecimentos gerais como (ii) de desenvolvimento de conhecimentos específicos.

Os dados aqui pesquisados foram coletados em um experimento que consistiu na tradução, por meio do *software* TRANSLOG®, das introduções de dois artigos acadêmicos, sendo um deles sobre anemia falciforme, área de especialidade dos sujeitos em questão; o outro sobre doença de Chagas, área fora do domínio dos sujeitos. Dados referentes ao apoio externo através das consultas aos dicionários utilizados na tarefa foram coletados por meio de observação direta e gravações provenientes do *software* Camtasia. É importante ainda notar que os tradutores tiveram livre acesso à Internet, além de não trabalharem com pressão de tempo. Após concluírem seus textos de chegada, um questionário previamente elaborado guiou as retrospectões dos sujeitos que foram indagados a respeito dos possíveis problemas enfrentados durante a produção dos textos, além das estratégias utilizadas para solucionar tais problemas. As verbalizações foram feitas através de protocolos verbais (TAPs), os quais foram gravados e posteriormente transcritos permitindo a obtenção de um corpus de dimensões reduzidas para análise com o *software* NUD\*IST. Esses dados foram triangulados (Cf. ALVES, 2001) com passagens problemáticas recorrentes nas representações lineares colhidas durante o experimento e com o produto textual analisado com base em categorias da LSF de Halliday (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). As entrevistas foram gravadas juntamente com a função *replay* do TRANSLOG®, logo após o término de cada uma das traduções. A função *replay* é usada para que os tradutores possam rever o processo de suas traduções, lembrando assim, de passagens problemáticas com maior facilidade. Os pesquisadores participantes também se beneficiam da função *replay*, visto que podem trazer à tona questionamentos referentes às passagens pesquisadas, ao mesmo tempo em que assistem a reprodução dos movimentos efetuados durante as traduções. Através das falas, é possível descrever alguns dos procedimentos utilizados, a fim de solucionar problemas encontrados durante as traduções. Ao contrário dos tradutores novatos, que apresentam baixo nível de metarreflexão e pouca metalinguagem, expertos tendem a apresentar uma grande capacidade de justificar suas escolhas. A metalinguagem utilizada por eles também é superior àquela apresentada por tradutores novatos. A partir da análise dos dados coletados, o presente trabalho visa investigar o impacto do conhecimento experto na metarreflexão e metalinguagem dos sujeitos. Por outro lado, a metalinguagem e metarreflexão são dados importantes para o mapeamento dos conhecimentos que tais sujeitos possuem, e é através das verbalizações que, muitas vezes é possível

identificar o tipo de conhecimento utilizado na solução de problemas tradutórios.

ALVES, F. A triangulação como opção metodológica em pesquisas empírico-experimentais em tradução. In: PAGANO, A. S. (Org.). *Metodologias de Pesquisa em Tradução*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p. 69-92.

ALVES, F. Tradução, cognição e contextualização: triangulando a interface processo-produto no desempenho de tradutores novatos. *D.E.L.T.A.* (Volume especial: Trabalhos de Tradução), v. 39, p. 71-108, 2003.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-função e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: ALVES, F; MAGALHÃES, C; PAGANO, A. (Org.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ALVES, F., MAGALHÃES, C. Using small corpora to tap and map the process-product interface in translation. *Tradterm*, São Paulo, v. 10, p. 179-211, 2004.

### A tradução realizada por pesquisadores: uma análise processual do perfil de expertos não-tradutores

*Kelen Cristina Sant'Anna de Lima*

kelen@nupad.medicina.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho encontra-se vinculado ao projeto CORDIAL (Corpus Discursivo para Análises Linguísticas e Literárias) e, mais especificamente, ao CORPRAT (Corpus Processual para Análises Tradutórias). Objetiva-se analisar o processo tradutório de pesquisadores expertos brasileiros durante duas tarefas de tradução de introduções de artigos acadêmicos do português para o inglês. Os sujeitos em estudo nesta pesquisa atuam como pesquisadores na área de medicina. Esses pesquisadores apresentam um elevado nível de expertise (BHATIA, 2004; ERICSSON; SMITH, 1991) em sua subárea de conhecimento dentro da medicina, sendo capazes, inclusive, de realizar eles mesmos as traduções de seus artigos acadêmicos. Essas traduções, geralmente do português para o inglês, são aceitas para publicação em periódicos internacionais indexados e reconhecidos no meio acadêmico, apesar de os pesquisadores sujeitos dessa pesquisa (expertos não-tradutores) não terem conhecimento teórico ou formação em tradução. Atualmente, não há na literatura documentação sobre o perfil do experto não-tradutor. Sendo assim, busca-se o mapeamento do perfil cognitivo desses sujeitos por meio de uma pesquisa empírico-experimental. A tarefa designada para esses sujeitos (S1, experto em anemia falciforme; S2, experto em doença de Chagas) consiste na tradução de duas introduções acadêmicas: uma cujo conhecimento de domínio necessário corresponde à subárea de atuação do sujeito, e outra que se distancie dessa subárea específica. Parte-se do pressuposto de que a variável conhecimento de domínio é significativa para a realização de uma tarefa tradutória, apresentando impactos no processo tradutório do sujeito sob análise, sendo esses impactos considerados mais positivos na medida em que o texto traduzido se aproxima da subárea de atuação do sujeito.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

Para a realização da tarefa solicitada aos sujeitos, utilizam-se duas ferramentas que auxiliam na coleta dos dados dos informantes: os programas Translog© e Camtasia©. O programa Translog© foi desenvolvido por Arnt Lykke Jakobsen e Lasse Schou, ambos da Escola de Administração de Copenhague, Dinamarca (JAKOBSEN; SCHOU, 1999). Este programa é utilizado durante a realização da tarefa tradutória por gravar, em tempo real, todos os movimentos do teclado e do mouse, sendo possível o registro de todo o processo de digitação e elaboração de um texto. Este registro é armazenado em um arquivo .log, e, por meio da tecla *replay*, é possível a visualização da reprodução do processo de execução de uma tarefa tradutória. A utilização deste programa torna viável a coleta tanto de dados quantitativos (e.g., tempo de realização da tarefa ou a duração das pausas) quanto o recolhimento de dados qualitativos (e.g., ao ser utilizado como um fomento para a fase de protocolos retrospectivos realizados junto aos sujeitos logo após a realização da tarefa tradutória).

O tempo de realização da tarefa é computado a partir do momento em que o informante pressiona a tecla *go* do programa, e a duração das pausas pode ser verificada a partir das representações do Translog©. As pausas superiores a cinco segundos são indicativas de esforço cognitivo, segundo Jensen (2001, p. 58), e a partir delas é possível analisar as passagens nas quais o sujeito provavelmente enfrentou alguma dificuldade durante a realização da tarefa. Assim, a partir da utilização da função *replay*, o sujeito pode, durante os relatos retrospectivos, informar os seus problemas, as tomadas de decisões e correções. Por conseguinte, a análise das pausas viabiliza a observação do ritmo cognitivo, que, consoante Alves (2005, p. 115), pode ser definido como “um padrão de alternância rítmica entre pausas e redação no decorrer de um tempo total de produção textual”. Essa observação permite concluir que os sujeitos com ritmo cognitivo mais consciente e menos errático produzem um texto final mais durável, ou seja, adequado às exigências da tarefa de tradução. Em suma, a utilização do Translog© torna viável uma observação do processo tradutório da maneira como ele acontece, em tempo real.

Segundo Jakobsen (2002), identificam-se três fases distintas na análise do processo tradutório a partir da análise dos dados representados pelo Translog©, a saber: (i) a fase de orientação, que se inicia assim que o sujeito entra em contato com o texto a ser traduzido e termina com a digitação do primeiro caractere; (ii) a fase de redação, iniciada a partir da digitação do primeiro caractere e finalizada quando o informante chega pela primeira vez ao ponto final do texto-fonte; e (iii) a fase de revisão, que tem seu início com o término da fase de redação e seu término no momento em que o informante pressiona a tecla *stop* do Translog©, considerando a tarefa realizada.

Já o Camtasia© captura e grava a ação de qualquer parte da tela do computador durante a tarefa tradutória. Este programa é utilizado juntamente ao Translog©, permitindo a visualização das ações do sujeito no computador, como, por exemplo, as páginas visitadas, as consultas a dicionários eletrônicos (instâncias de apoio externo). Normalmente, o Camtasia© é utilizado para se obter dados qualitativos.

Diante do exposto, busca-se analisar o processo tradutório desses pesquisadores expertos não-tradutores a partir dos dados fornecidos pelos programas Translog© e Camtasia, enfatizando os parâmetros relativos às fases do processo de tradução (JAKOBSEN, 2002), ao ritmo cognitivo (JAKOBSEN, 2002), além da metarreflexão (ALVES, 2005), que demonstra a habilidade ou capacidade de o sujeito

automonitorar seu processo de tradução e da durabilidade (ALVES, 2005), que se relaciona à utilização da metarreflexão, dentre outros fatores, por parte do sujeito que lhe possibilita produzir textos adequados ao objetivo da tarefa tradutória e ao público-alvo do texto.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-função e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. (Org.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BHATIA, V. *Worlds of written discourse*. London e New York: Continuum, 2004.

ERICSSON, K. A.; SMITH, J. In: ERICSSON, K. A.; SMITH, J. *Toward a general theory of expertise*. Cambridge: CUP, 1991.

JAKOBSEN, A. L.; Schou, L. Translog Documentation. In: HANSEN, G (Ed.). *Probing the process in translation: methods and results*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 1999.

JAKOBSEN, A. L. Translation drafting by professional translators and by translation students. In: HANSEN, G. (Ed.). *Empirical translation studies: process and product*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2002. p. 191-204.

JENSEN, A. The effects of time on cognitive processes and strategies in translation. *Working Papers in LSP*, Copenhagen, 2001/2.

### Expertos não-tradutores: uma análise textual de seu processo e produto tradutórios

Igor Antônio Lourenço da Silva

ials@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho vincula-se ao projeto *Expert@ – Conhecimento experto em tradução: modelagem do processo tradutório em altos níveis de desempenho*, desenvolvido no LETRA (Laboratório Experimental de Tradução), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Seus dados e resultados integram o subcorpus CORPRAT (Corpus Processual para Análises Tradutórias), no escopo do CORDIAL (Corpus Discursivo para Análises Linguísticas e Literárias), que visa contribuir com as pesquisas nos Estudos da Tradução que adotam uma abordagem cognitiva e discursiva do processo e do produto tradutório.

Analisa-se quatro produtos tradutórios em inglês a partir de dois textos de partida em português (uma introdução de artigo acadêmico sobre anemia falciforme e outra sobre doença de chagas, com aproximadamente 250 palavras cada) realizados por dois pesquisadores expertos brasileiros (S1 e S2) que atuam na área de medicina, sendo que S1 atua na subárea de anemia falciforme e S2 tem conhecimento de conteúdo na subárea de doença de Chagas. Esta análise é feita sob dois olhares: (i) numa primeira abordagem, procura-se descrever, à luz das categorias da Gramática Sistemática-Funcional de Halliday (HALLIDAY; MATTHI-ESSEN, 2004) – GSF –, as unidades de tradução (UT) observadas ao longo da execução das tarefas tradutórias; e (ii) numa segunda abordagem, analisam-se, com base na GSF e no modelo de elaboração de introduções de artigo acadêmico proposto por Swales (2004), os produtos finais das tarefas tradutórias.

No que tange à primeira perspectiva, constata-se, na





literatura dos Estudos da Tradução, que são incipientes as pesquisas que estabelecem uma análise do produto tradutório em integração com a abordagem processual, uma vez que há uma tradição de nítida separação entre a vertente processual e a vertente discursiva neste campo disciplinar. Trabalhos já desenvolvidos no âmbito do grupo CORDIALl com sujeitos novatos mostraram ser profícua a integração entre essas duas abordagens. Alves; Magalhães (2004) constataram que, além de ritmo cognitivo errático, o(a)s tradutore(a)s novato(a)s apresentam uma produção de textos traduzidos problemáticos sob o ponto de vista de sua construção, em função da carência de habilidade de leitura crítica e análise textual do original. Campos; Alves (2005) observaram o efeito da pressão de tempo na realização de tarefas de tradução, identificando também ritmo cognitivo errático e pouca durabilidade; desta vez, contemplando o produto tradutório com base em algumas categorias da Gramática Sistemico-Funcional. E Alves; Magalhães (no prelo), também se utilizando da GSF, observaram que a capacidade de metarreflexão dos sujeitos novatos sobre a realização de uma determinada tarefa de tradução é baixa, embora possa ser incrementada pela exposição dos sujeitos a um desenho curricular que promova a metarreflexão e o exercício de análise textual. Dando continuidade às pesquisas já realizadas no escopo do grupo CORDIALl, o presente trabalho visa contribuir para a integração entre o produto e o processo, sobretudo no que tange à abordagem da produção textual registrada em tempo real durante a execução da tarefa tradutória (*i.e.*, fases de redação e revisão) a partir de categorias de produção da linguagem baseadas na GSF hallidayana.

No que toca à segunda perspectiva, propõe-se uma análise textual do produto tradutório ao final da fase de revisão, seguindo-se duas etapas do mapeamento de um gênero propostas por Bhatia (2004), quais sejam: (i) textualização da léxico-gramática (*i.e.*, microestruturas de um texto e seus valores funcionais dentro de um conjunto de aspectos restritos de um dado discurso) e (ii) organização do discurso (*i.e.*, estruturação do discurso e padrões ou regularidades encontradas nessa estruturação). Para a etapa (i), recorre-se a algumas categorias da GSF, salientando-se que, embora não seja apontada por Bhatia (2004) como um substrato teórico para a análise da léxico-gramática, se utiliza a GSF por seu caráter funcional, por sua preocupação com a linguagem em uso e por sua consideração da linguagem como um sistema de escolhas (Cf. HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; PAGANO; VASCONCELLOS, 2005). Para a etapa (ii), utiliza-se o modelo CARS (Create a Research Space), postulado por Swales (1996) e expandido pelo mesmo autor (SWALES, 2004). Neste modelo, descrevem-se os passos e os movimentos que podem ser utilizados por um(a) pesquisador(a) quando da elaboração da introdução de um artigo acadêmico.

Em ambas as perspectivas, parte-se da hipótese de que a competência genérica (BHATIA, 2004) – entendida como a habilidade de responder a situações retóricas, recorrentes e novas, explorando-se convenções genéricas de uma cultura e prática disciplinar específica para se alcançar fins profissionais – constitui um tipo de conhecimento que pesquisadore(a)s desenvolvem no percurso de suas carreiras acadêmicas e que compõe o conjunto de conhecimentos especializados associados ao desempenho experto. Em outras palavras, pressupõe-se que, independentemente do conhecimento de conteúdo demandado pelo texto de partida, os pesquisadores expertos serão capazes de realizar produtos

duráveis em função de sua competência genérica. Além disso, quanto à primeira abordagem, parte-se do pressuposto de que o conhecimento de conteúdo produzirá impactos sobre a segmentação do tradutor, de modo que as UT (ALVES, 2000) possivelmente corresponderão a categorias da GSF distintas quando da tradução de um texto que demanda conhecimento de conteúdo congruente com a subárea de atuação do sujeito e quando da tradução de um texto cujo conhecimento de conteúdo não corresponde à sub-área de atuação do pesquisador experto.

ALVES, F. Unidades de tradução: o que são e como operá-las. In: ALVES, F.; MAGALHÃES, C., PAGANO, A. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2000.

ALVES, F.; MAGALHÃES, C. Using small corpora to tap and map the process-product interface in translation. *Tradterm*, São Paulo, v. 10, p. 179-211, 2004.

BHATIA, V. *Worlds of written discourse*. London e New York: Continuum, 2004.

CAMPOS, T. L.; ALVES, F. O efeito da pressão de tempo na realização de tarefas de tradução: uma análise processual sobre o desempenho de tradutores em formação. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Poslin, 2005. (Dissertação, Mestrado em Linguística Aplicada, inédita).

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M.L. Explorando interfaces: estudos da tradução, lingüística sistemico-funcional e lingüística de corpus. In: ALVES, F; MAGALHÃES, C; PAGANO, A. (Org.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

SWALES, J. M. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge, 1996.

SWALES, J. M. *Research genres: explorations and applications*. Cambridge: CUP, 2004.

### 3.14.2 Comunicações Individuais

#### O efeito da pressão de tempo na realização de tarefas de tradução: uma análise processual sobre o desempenho de tradutores em formação

Tânia Liparini Campos

liparini2004@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Nos Estudos da Tradução, pesquisas voltadas para a sub-área denominada abordagem processual têm apresentado resultados que contribuem tanto para a formulação de teorias como para sua aplicação na formação de tradutores (HANSEN, 1999). Desde a década de 80, quando as pesquisas em tradução começaram a interagir com áreas relacionadas às ciências cognitivas (SHREVE E DANKS, 1997), os aspectos cognitivos relacionados ao processo de tradução passaram a ser considerados foco de pesquisa por vários estudiosos da área. Vários perfis de tradutores têm sido investigados:



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

desde tradutores em formação a tradutores profissionais com grande experiência na atividade de traduzir. Recentemente, a análise do produto final passou a ser considerada em complementaridade aos dados processuais por alguns pesquisadores que investigam o processo de tradução (HANSEN 2002; ALVES e MAGALHÃES, 2004). Dentro dessa perspectiva de interface entre o processo e o produto da tradução, este trabalho teve como principal objetivo investigar o efeito da pressão de tempo no processo cognitivo de tradutores em formação na tradução de textos jornalísticos do alemão para o português brasileiro.

A pressão de tempo é uma variável pouco investigada na tradução escrita. A maior parte dos estudos que levam essa variável em consideração foram realizados em casos de tradução simultânea, onde sua influência é mais evidente. No entanto, como aponta Jensen (2001), a pressão de tempo também é um aspecto importante na vida profissional de um tradutor que trabalha com tradução escrita, em especial quando se trata de traduções de notícias jornalísticas, que, devido ao seu ineditismo, devem ser veiculadas o mais rápido possível. No presente trabalho, foi observado o efeito da pressão de tempo nas fases de orientação, redação e revisão do processo de tradução (JAKOBSEN, 2002), no ritmo cognitivo (SCHILPEROORD, 1996) e na segmentação cognitiva (DRAGSTED, 2004) de cinco tradutores novatos, selecionados entre sujeitos com perfis semelhantes de proficiência linguística e experiência em tradução.

Cada uma das três fases do processo de tradução apresenta características próprias de produção textual. A fase de orientação se caracteriza pela leitura do texto de partida e consultas prévias à tradução do texto, a fase de redação se caracteriza por uma maior produção textual e a fase de revisão costuma apresentar mais recursividade. O ritmo cognitivo se dá através da alternância entre momentos de pausa e momentos de produção textual. De acordo com Jakobsen (2002), tradutores novatos tendem a apresentar ritmos cognitivos mais fragmentos do que tradutores mais experientes. A divisão do texto em segmentos, ou unidades de tradução, está relacionada ao ritmo cognitivo do tradutor, já que o segmento é definido como qualquer trecho de texto que ocorre entre o espaço de duas pausas, cujo valor é determinado arbitrariamente.

A partir do cálculo do tempo despendido pelos tradutores em cada uma das fases de tradução e do tamanho médio dos segmentos, além da análise do padrão de pausas, tentou-se averiguar o efeito da pressão de tempo nesses aspectos listados acima do processo tradutório dos informantes envolvidos no experimento.

Com relação ao produto final da tradução, foram observados aspectos relativos ao fluxo de informação a partir das seguintes categorias da Meta-Função Textual da Gramática Sistemática-Funcional de Halliday (1994): Tema e Rema; Progressão Temática e Coesão. O Tema consiste no primeiro elemento (incluindo o primeiro elemento ideacional) da oração, enquanto o restante é denominado Rema. A progressão temática se dá através do encadeamento de Temas e Remas e está intimamente ligada à coesão do texto. Essas categorias contribuem para a construção do texto como mensagem.

Foi observado em que medida a pressão de tempo afeta a manutenção da progressão temática e dos laços coesivos do produto final da tradução a partir da análise das escolhas feitas pelos informantes.

A metodologia adotada segue a proposta de triangulação de dados de Alves (2003). Dados quantitativos e qualitativos

foram coletados através do programa Translog e de relatos retrospectivos. Cada informante traduziu um texto (T01) sob pressão de tempo de 40 min. e um texto (T02) sem pressão de tempo. O registro de todos os movimentos de teclado e pausas do processo de produção textual foi feito por meio do Translog. Após a tradução de cada um dos textos, o informante realizou um relato retrospectivo enquanto assistia ao próprio processo de produção textual através da função *replay* do programa. Para a análise do produto final, seguiu-se uma metodologia que combina dados sobre a organização e progressão temática com o mapeamento do Sujeito e aspectos coesivos ao longo do texto.

Os dados revelam que a pressão de tempo teve efeito negativo no processo de tradução dos informantes que participaram da pesquisa, já que os mesmos não conseguiram desenvolver estratégias específicas para lidar com essa condição de produção textual. Conseqüentemente, os textos de chegada produzidos sob pressão de tempo apresentaram mais problemas na manutenção da progressão temática e o elo coesivo se tornou mais fragmentado com problemas de mudanças nas cadeias coesivas, pois os tradutores não souberam gerenciar o tempo disponível para a realização da tarefa.

Considerando-se os resultados alcançados na pesquisa, vale ressaltar que seria interessante que cursos de formação de tradutores considerassem aspectos relativos à condição de produção da tradução, e, especificamente, à pressão de tempo, em sua metodologia, para que os alunos aprendam a lidar com esse tipo de situação, que é recorrente no meio profissional dos tradutores. É importante que tradutores em formação aprendam a lidar com aspectos macro-estratégicos de planejamento e gerenciar seu próprio processo tradutório, distribuindo o tempo disponível para a realização da tarefa de maneira adequada, com a finalidade de produzir textos mais consistentes.

ALVES, Fábio. Tradução, Cognição e Contextualização: Triangulando a Interface Processo-Produto no Desempenho de Tradutores Novatos. In: *DELTA*. v. 19. p. 71-118. 2003.

ALVES, Fábio & MAGALHÃES, Célia. Using small corpora to tap and map the process-product interface in translation. In: *TradTerm* v. 10. p. 179-211. 2004.

DRAGSTED, Barbara. *Segmentation in translation and translation memory systems*. Copenhagen Business School, 2004. [Tese de Doutorado, inédita].

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HANSEN, Gyde. Das kritische Bewusstsein beim Übersetzen: Eine Analyse des Übersetzungsprozess mit Hilfe von Translog und Retrospektion. In: HANSEN, G. (Ed.). *Probing the process in translation: methods and results*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 1999. p. 43-67.

HANSEN, Gyde. Zeit und Qualität im Übersetzungsprozess. In: HANSEN, G. (Ed.). *Empirical translation studies: process and product*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2002. p. 29-54.

JAKOBSEN, Arnt L. Translation drafting by professional translators and by translation students. In: HANSEN, G. (Ed.). *Empirical translation studies: process and product*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2002. p. 191-204.

JENSEN, Astrid. The effects of time on cognitive processes and strategies in translation. In: *Working Papers in LSP* v. 2. 2001.

SCHILPEROORD, Joost. *It's about time: temporal aspects of cognitive processes in text production*. Utrecht: USI & C, 1996.

SHREVE, Gregory; DANKS, Joseph H. Preface. In: DANKS, J. H. et al (Eds.): *Cognitive Processes in Translation and Interpreting*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications,



1997, p. vii-ix.

## Recursos de avaliação em um corpus paralelo trilingüe

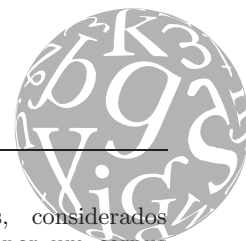
Roberta Rego Rodrigues

betareseau@gmail.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

As abordagens discursivas da tradução estabeleceram-se na década de 1990, principalmente tendo a lingüística sistêmico-funcional de Halliday (doravante LSF) como teoria discursiva de base. Nos estudos da tradução, essa teoria foi revisitada por teóricos tais como Basil Hatim e Ian Mason, Julianne House, Mona Baker e Shoushana Blum-Kulka. A LSF torna-se uma teoria produtiva para pesquisar a tradução, já que ela é válida para o estudo das escolhas léxico-gramaticais e dos processos de tomada de decisão por parte do tradutor. Considerando-se as abordagens discursivas da tradução, Vasconcellos e Konder (1997) pesquisam o conto “Evelyn”, de James Joyce, e três de suas traduções para o português do Brasil, focando as metafunções ideacional e interpessoal. Munday (1998) investiga a organização temática do conto “Espanto de Agosto”, de Gabriel García Márquez, e sua tradução para o inglês. Embora Vasconcellos e Konder investiguem a metafunção interpessoal em um *corpus* paralelo bilíngüe, não se têm verificado muitas pesquisas em que a valoração é utilizada. A valoração é um sistema relacionado à metafunção interpessoal e constitui um instrumento para investigar a maneira pela qual falantes/usuários da linguagem negociam suas atitudes (Martin e Rose, 2003). Tendo isso em mente, esta comunicação individual pretende mostrar como o comprometimento, sub-sistema de valoração, se manifesta em um *corpus* paralelo trilingüe. Levando em conta o objetivo desta comunicação individual, procuro responder à seguinte pergunta de pesquisa: até que ponto as traduções assemelham-se e/ou diferem do texto-fonte sob a perspectiva de comprometimento? Cumpre mencionar que a resposta a esta pergunta de pesquisa é dada parcialmente, uma vez que para esta comunicação individual são considerados excertos do *corpus*. O *corpus* paralelo trilingüe compreende um excerto de aproximadamente 600 palavras do conto “Bliss” (i.e., os 16 primeiros parágrafos do conto), de Katherine Mansfield, e de três traduções desse excerto para o português do Brasil, por Érico Veríssimo (Mansfield, 1969), por Julieta Cupertino (Mansfield, 1991) e por Ana Cristina Cesar (Mansfield, 1999), acrescido ainda de mais três traduções para o espanhol ibérico, por Esther de Andreis (Mansfield, 1959), por Lucía Graves e Elena Lambea (Mansfield, 1998) e por Juani Guerra (Mansfield, 2000). Inicialmente, foram identificadas passagens nas quais houve realização de orações hipotáticas concessivas e adversativas, projeções e instâncias de modalidade. Tais categorias pertencem ao sub-sistema de valoração nomeado “comprometimento”, concernente à metafunção interpessoal, como anteriormente mencionado. A escolha das mesmas como ponto de partida deve-se ao fato de que Katherine Mansfield promove, em “Bliss”, “ambigüidades gerais criadas pela relação

entre autor(a)/narrador(a)/personagem/leitor(a)” (Cesar, 1999:296). Ademais, os trechos nos quais as categorias de comprometimento se realizaram foram também investigados à luz das metafunções ideacional (ideação/*ideation*) e textual (temas/*little waves* e coesão/*identification*). Tal complementação com as metafunções ideacional e textual somente foi considerada nos trechos em que diferenças entre texto fonte e textos alvos foram constatadas. Resultados parciais apontam que, em grande parte dos excertos, o comprometimento se manifesta de forma semelhante, havendo diferenças de cunho ideacional e textual. A título de exemplificação, por um lado, a primeira oração que introduz o conto “Bliss”, “Although Bertha Young was thirty”, é hipotática concessiva e, conseqüentemente, constitui uma instanciamento de comprometimento no primeiro parágrafo do texto-fonte, pelo fato de que tal oração cria uma contra-expectativa nos leitores, uma vez que os mesmos são avisados acerca da idade da protagonista Bertha Young, o que não impede que ela tenha momentos em que queira brincar, que talvez não condigam com sua idade. Por outro lado, Érico Veríssimo, Ana Cristina Cesar, Esther de Andreis e Juani Guerra textualizam a oração hipotática concessiva do texto fonte como uma circunstância de contingência do tipo concessivo, por exemplo, “Apesar dos trinta anos”, “Apesar dos seus trinta anos”, “A pesar de sus treinta años”, respectivamente, sendo que a última circunstância (“A pesar de sus treinta años”) consta tanto na tradução para o espanhol ibérico por Esther de Andreis quanto na tradução por Juani Guerra. O que se observa é a realização semelhante do comprometimento nesses textos, pois a oração e as circunstâncias instanciam uma concessão, conquanto haja alteração no âmbito da metafunção ideacional, ou seja, uma oração é traduzida como circunstâncias, promovendo assim uma variação de representação da mensagem, variação essa que não interfere na instanciamento de comprometimento.

- CESAR, A. C. Escritos da Inglaterra. In: CESAR, A. C. *Crítica e Tradução*. São Paulo: Editora Ática e IMS, 1999.
- MANSFIELD, K. *Felicidade*. Tradução de Esther de Andreis. Barcelona: Libros Plaza, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Felicidade*. Tradução de Érico Veríssimo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1969.
- \_\_\_\_\_. Felicidade. In: MANSFIELD, K. *Felicidade e outros contos*. Tradução de Julieta Cupertino. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Felicidad Perfecta*. Tradução de Lucía Graves e Elena Lambea. Barcelona: Alianza Editorial, 1998.
- \_\_\_\_\_. Éxtase. Tradução de Ana Cristina Cesar. In: CESAR, A. C. *Crítica e Tradução*. São Paulo: Editora Ática e IMS, 1999.
- \_\_\_\_\_. Éxtasis. In: MANSFIELD, K. *Relatos breves*. Tradução de Juani Guerra. Madrid: Cátedra, 2000.
- MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Working with Discourse: Meaning beyond the clause*. London and New York: Continuum, 2003.
- MUNDAY, J. Problems of applying thematic analysis to translation between Spanish and English. *Cadernos de tradução*, Florianópolis, n. 3, p. 183-214, 1998.
- VASCONCELLOS, M. L. B.; KONDER, R. W. *Retextualizing dubliners: a systemic functional approach to translation quality assessment*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) - Centro de Comunicação e Expressão/PGET, UFSC, Florianópolis, 1997.



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

### Análise da tradução de unidades fraseológicas especializadas presentes em contratos sociais

Adriane Orenha  
adrianeorenha@gmail.com  
Universidade Estadual Paulista

Diva Cardoso de Camargo

Este trabalho tem como objetivo abordar a tradução de unidades fraseológicas especializadas (UFEs) a partir de contratos sociais traduzidos no modo juramentado e de documentos de mesma natureza originalmente escritos em inglês e em português. Para uma conceituação preliminar de *unidades fraseológicas*, Corpas Pastor (1997, p. 20) explica que se trata de unidades as quais se caracterizam por “[...] alta frequência de uso e de coocorrências de seus elementos integrantes; por sua institucionalização, no sentido de fixação e especialização semântica; por sua idiomaticidade e variação potenciais; assim como pelo grau [maior ou menor de frequência, de coocorrência, de institucionalização e de idiomaticidade] em que todos esses aspectos se manifestam [...]”.

Essa investigação acerca da tradução de UFEs a partir dos referidos documentos justifica-se em razão de a literatura especializada sobre a tradução juramentada ser bastante escassa e de materiais de apoio nessa área também serem raros. Ademais, apesar de a tradução juramentada caracterizar-se como um possível campo de atuação para profissionais da área em questão, não consta da grade curricular de nenhum curso de formação de tradutores. Dessa forma, após as análises das UFEs, será compilado um glossário de UFEs, dada a demanda de publicações na referida área.

Para realizar esta pesquisa, compilamos um corpus de estudo (passo 2) e dois corpora comparáveis bilíngües: um corpus comparável na língua-fonte (passo 1) e outro corpus comparável na língua-alvo (passo 3), conforme propõe Tognini-Bonelli (2002), a qual afirma que, ao compararmos duas línguas, no que diz respeito à forma e ao significado, bem como às UFEs, é fundamental o estabelecimento de determinados passos a fim de identificarmos a rede de equivalentes, facilitando, assim, a comparação entre as duas línguas estudadas.

Para o estudo de *corpus paralelo*, Tognini-Bonelli (2002, p.89) recomenda que seja formado por “[...] textos que compartilham uma relação de tradução, isto é, cada texto pode ser uma tradução de um original ausente ou um deles pode ser o original e o(s) outro(s) tradução(ões)”. A concepção de corpus paralelo de estudo proposta pela autora serve de apoio a nossa pesquisa, uma vez que muitos dos documentos compilados não estão acompanhados dos respectivos originais.

Com base nessa visão, nosso corpus de estudo (passo 2) constituiu-se de contratos sociais traduzidos para o português ou para o inglês no modo juramentado. Em virtude do requisito de confidencialidade da tradução juramentada, foram retirados os nomes dos tradutores e todos os dados que possibilitassem sua identificação, bem como a de clientes e produtos, conforme sugere Camargo (2005).

Por sua vez, sob a ótica de Tognini-Bonelli (2002, p.89), *corpora comparáveis* são aqueles cujos componentes são escolhidos por tratar-se de amostras similares de suas respectivas línguas no que se refere a critérios externos, tais como língua falada X língua escrita, registro etc. A autora acrescenta que nenhum desses corpora podem ser traduções.

Desse modo, nossos corpora comparáveis, considerados nossos corpora monitores, são constituídos por um corpus composto de contratos sociais originalmente escritos em português (passo 1) e por um corpus formado por documentos de mesma natureza originalmente escritos em inglês (passo 3).

A compilação dos três corpora descritos acima contribuiu, dessa maneira, para a realização de um estudo comparativo sobre semelhanças e diferenças no uso de UFEs mais freqüentes encontradas em contratos sociais traduzidos no modo juramentado em relação aos documentos de mesma natureza originalmente escritos em português e em inglês.

Para este trabalho, deteremos na questão das UFEs possibilitada pela utilização do programa WordSmith Tools por meio de suas três ferramentas: WordList (Lista de Palavras), Concord (Concordância) e KeyWords (Palavras-chave). Após termos gerado e analisado, com a ajuda da WordList, a lista de freqüência e de estatísticas nos três corpora investigados, utilizamos a ferramenta KeyWords, a qual contrastou as listas de palavras dos referidos corpora, duas em português e duas em inglês, respectivamente, com a lista de palavras de um corpus de referência em português (o *Lácio-Ref*) e de um corpus de referência em inglês (o *British National Corpus*).

Por seu turno, com a ferramenta Concord foi possível efetuar listas de agrupamentos lexicais (*clusters*), ou seja, listas de seqüências fixas de palavras recorrentes para a extração de UFEs, a partir dos nódulos mais freqüentes. Com o uso dessa ferramenta, pudemos eliminar os agrupamentos lexicais espúrios, a fim de facilitar a extração de possíveis candidatos a UFEs.

Para realizarmos esse estudo, buscamos subsídios teóricos no campo dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus (BAKER, 1993, 1995, 1996, 2004; CAMARGO, 2005), da Linguística de Corpus (BERBER SARDINHA, 2004; SINCLAIR, 1991; TOGNINI-BONELLI, 2001), da Fraseologia (BEVILACQUA, 2004; CORPAS PASTOR, 1996; RUIZ GURILLO, 1997), e em trabalhos sobre a tradução juramentada (AUBERT, 1998; MAYORAL, 2003).

Nesta fase de pesquisa, obtivemos algumas UFEs extraídas do 1) corpus comparável do português, como *sociedade por quotas de responsabilidade limitada, ações preferenciais resgatáveis, sociedade comercial de responsabilidade limitada*, dentre outras; do 2) corpus de estudo: *certificados de ações ao portador, sócio-fundador de uma sociedade de responsabilidade limitada, receber ações ordinárias* etc.; e do 3) corpus comparável do inglês: *to take the number of shares in the capital of the company, redeemable preference shares, bearer share certificate*, dentre muitas outras.

A tradução de UFEs costuma ser árdua para o tradutor público devido aos vários aspectos de significado que podem transmitir. Normalmente, o significado das UFEs não pode ser inferido a partir dos seus elementos constitutivos. Em decorrência, aumenta a dificuldade para a busca de UFEs com função equivalente na língua de chegada. Essa dificuldade, entretanto, pode ser minimizada com o auxílio de corpora comparáveis em documentos de mesma natureza no par lingüístico em questão.

Mediante o exposto, o estudo proposto possibilitará a compilação de um glossário de UFEs acompanhadas de seu contexto. Esse material poderá fornecer subsídios para que tradutores, principalmente tradutores aprendizes, possam encontrar UFEs mais freqüentes em contratos sociais e seus equivalentes funcionais no par lingüístico.

AUBERT, F.H. *Tipologia e procedimentos da tradução juramen-*



tada. São Paulo: CITRAT/ FFLCH/ USP, v. 1, 1998.

BAKER, M. Corpus linguistics and translation studies: implications and applications. In: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (Ed.). *Text and technology: in honour of John Sinclair*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 1993. p.233-250.

\_\_\_\_\_. Corpus-based translation studies: the challenges that lie ahead. In: SOMERS, H. (Ed.). *Terminology, LSP and translation studies in language engineering: in honor of Juan C. Sager*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 1996. p.175-186.

BERBER SARDINHA, A. P. *Linguística de Corpus*. Barueri: Manole, 2004.

CAMARGO, D. C. *Padrões de Estilo de Tradutores: Um estudo de semelhanças e diferenças em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. 2005. Tese (Livre-Docência em Estudos da Tradução). - UNESP/IBILCE, São José do Rio Preto, 2005.

CORPAS PASTOR, G. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1997.

LÁCIO-Ref. Disponível em <http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/corpora.htm>. Acesso em 23 fev. 2006.

MAYORAL ASENSIO, R. *Translation practices explained*. Manchester: St. Jerome, 2003.

TOGNINI-BONELLI, E. Corpus Linguistics at Work. *Studies in Corpus Linguistics*, Amsterdam, v. 6, 2001.

\_\_\_\_\_. Functionally complete units of meaning across English and Italian: towards a corpus driven approach. In: ALTENBERG B.; GRANGER, S. (Org.). *Lexis in contrast: corpus-based approaches*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p.73-96.

2004; TOGNINI-BONELLI, 2001) e também, em parte, a Terminologia (AUBERT, 1996; BARROS, 2004; KRIEGER & FINATTO, 2004). Nosso interesse específico concernente à Terminologia foi o de examinar quais são os termos médicos comumente utilizados por tradutores experientes nas subáreas de anestesiologia, cardiologia e ortopedia, e também observar se esses termos são semelhantes aos comumente empregados por autores de artigos científicos redigidos por brasileiros e por autores que escrevem originalmente em língua inglesa. A partir do levantamento de termos para as análises, elaboramos três glossários bilíngües na direção português→s, nos quais os termos aparecem inseridos em seu contexto, extraídos de textos originais em português (TOs) e respectivos textos traduzidos para o inglês (TTs) do corpus paralelo de estudo, bem como dos textos originalmente escritos em português (TOPs) e dos textos originalmente escritos em inglês (TOIs) dos corpora comparáveis, conforme a amostra a seguir:

ANALGESIA	ANALGESIA
O cateter foi colocado o mais próximo possível do dermatomo correspondente ao maior estímulo doloroso, tática também utilizada por outros autores e considerada importante. Isto porque proporciona <i>analgesia</i> mais eficaz com menor quantidade de fármacos.	Catheter was placed as close as possible to the dermatome corresponding to higher painful stimulation, tactic also adopted by other authors and considered important because it allows more effective <i>analgesia</i> with less drugs.
<subcorpus paralelo de estudo de TOs>	<subcorpus paralelo de estudo de TTs>
A morfina foi um dos primeiros opióides a ser utilizado para <i>analgesia</i> pós-operatória e para o controle da dor crônica.	<i>Analgesia</i> consisted of 0.3 mg intramuscular buprenorphine to minimize postsurgical pain.
<subcorpus comparável de TOPs>	<subcorpus comparável de TOIs>

## A interdisciplinaridade em um estudo de corpora de traduções médicas

Paula Tavares Pinto Paiva

ptppaiva@terra.com.br

Univesidade do Estado de São Paulo / UNilago

A publicação de trabalhos científicos em revistas bilíngües na área da saúde já é uma prática constante realizada por pesquisadores brasileiros. Tais publicações obtêm maior divulgação e fazem com que a comunidade científica nacional torne-se mais conhecida em outros países, incentivando o intercâmbio com pesquisadores estrangeiros. Em decorrência, essas publicações podem contribuir, de modo indireto, para investimentos de empresas interessadas em financiar projetos e estudos junto a universidades brasileiras.

As considerações feitas acima nos motivaram a realizar uma pesquisa sobre a tradução de artigos médicos publicados em português e traduzidos para o inglês. Além de profissionais da área médica, os resultados obtidos poderão auxiliar professores e alunos de tradução que queiram saber mais sobre a tradução de textos na área médica, fornecendo-lhes um levantamento de termos mais freqüentes em português e seus correspondentes em inglês nas subáreas de anestesiologia, cardiologia e ortopedia.

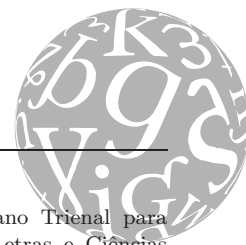
Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, tomamos por fundamentação os Estudos da Tradução Baseados em Corpus (BAKER, 1993, 1995, 1996; CAMARGO, 2004, 2005), a Linguística de Corpus (BERBER SARDINHA, 2000,

Além do glossário, o estudo com corpora eletrônicos possibilitou o exame de características pertinentes à terminologia de cada subárea médica. Na ortopedia, por exemplo, verificamos que alguns termos levantados nos corpora do estudo apresentaram possibilidades diferentes de correspondência na tradução: quanto a “enxerto ósseo”, apareceram com dois equivalentes: *bone graft* e *bone stock*. De acordo com o especialista da área, os dois termos são empregados dependendo do material a ser utilizado no enxerto.

Também pudemos observar a recorrência do uso de siglas, como “anestesia venosa total (AVT)”, que apresentou como equivalente no TT o termo *total intravenous anesthesia (TIVA)*. O emprego de siglas foi observado tanto no corpus paralelo de estudo quanto nos corpora comparáveis, o que mostra a familiaridade dos tradutores em relação aos textos das subáreas médicas.

Outro aspecto importante abordado por Baker (1996) refere-se a traços considerados como sendo característicos e distintivos da linguagem de tradução. Nesse estudo, observamos os traços de *explicitação* e *simplificação*. A *simplificação* é definida como “a tendência de tornar mais simples a linguagem usada na tradução” (BAKER, 1996, p. 180) para facilitar a compreensão do leitor da língua de chegada. A simplificação também pode ser observada nos TTs quanto a quebras de sentenças mais longas, mudanças na pontuação e a razão forma/item (*type/token ratio*) mais baixa, sugerindo um maior índice de repetições empregadas pelo tradutor.

A *explicitação* é definida como uma “tendência geral de explicar termos que estariam implícitos nos textos de partida” (BAKER, 1996, pg. 180). Essa tendência pode ser



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

encontrada em ocorrências como, por exemplo, o tamanho maior do TT em relação ao TO, bem como o uso de evidências lexicais, expressas por meio de conjunções e locuções conjuntivas explicativas e conclusivas, as quais apareceriam mais nos TTs que nos TOs.

Com base nos dois traços citados acima, também observamos tendências apresentadas em traduções de textos médicos por parte dos tradutores escolhidos para nossa investigação: Ismeni Comenali (anestesiologia), Stela Maris Gandour (cardiologia) e Jacques Vissocky (ortopedia), com experiência e atuação nas respectivas áreas há vários anos.

Embora os dados tenham mostrado que os tradutores costumam trabalhar com estruturas nos TTs bastante próximas dos respectivos TOs, as análises também evidenciaram mudanças em relação à pontuação e à maior quantidade de repetição de palavras nos TTs.

A simplificação mostrou-se mais evidente que a explicitação. O exame de pontuação nos três subcorpora de TTs indicou uma preocupação, por parte dos tradutores, em manter a mesma pontuação dos TOs; no entanto, quando houve alguma alteração, a pontuação mais forte foi utilizada nos TTs, como uma vírgula substituindo um ponto e vírgula, ou o ponto final substituindo o ponto e vírgula, quebrando sentenças mais longas.

Considerando-se a variação forma/item de cada subárea analisada, ou seja, a variação lexical entre os TOs e os TTs, pudemos verificar que houve uma menor diversidade lexical nos TTs do que nos TOs, o que apontou para o princípio de simplificação proposto por Baker (1996).

Em relação ao comprimento médio das sentenças, característica analisada para o exame da explicitação, o tamanho das sentenças dos TTs de anestesiologia e de cardiologia mostrou-se bastante semelhante ao tamanho das sentenças dos TOs, tendo, poucas vezes, ocorrido casos de diminuição. A única ocorrência com comprimento menor das sentenças foi no subcorpus de ortopedia, não confirmando o princípio de explicitação.

Desse modo, a proposta interdisciplinar adotada para este estudo permitiu a obtenção de resultados que poderão fornecer subsídios a futuras pesquisas voltadas para a formação do tradutor. Também o nosso trabalho possibilitou uma reflexão teórica sobre os Estudos da Tradução e uma abordagem empírica envolvendo os Estudos da Tradução Baseados em Corpus e a Linguística de Corpus, além de uma observação mais atenta da terminologia específica das subáreas envolvidas, bem como a elaboração dos respectivos glossários.

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia* São Paulo: USP, 2004.

BAKER, M. *Corpus linguistics and translation studies: implications and applications*. In: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (Org.). *Text and technology: in honour of John Sinclair*. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p.233-250.

\_\_\_\_\_, M. *Corpora in translation studies: an overview and some suggestions for future research*. *Target*, Amsterdam, v. 7, n. 2, p. 223-243, 1995.

\_\_\_\_\_, M. *Corpus-based translation studies: the challenges that lie ahead*. In: SOMERS, H. (Ed). *Terminology, LSP and translation studies in language engineering: in honour of Juan C. Sager*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 177-186.

BERBER SARDINHA, T. *Linguística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

CAMARGO, D. C. de. *Padrões de estilo de tradutores – E'Tra: investigação em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. 25/fev/2004. Projeto de pesquisa apresentado

como requisito parcial para a provação do Plano Trienal para o triênio 2004-2006, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP/SJRP, 2004.

CAMARGO, D. C. de *Padrões de estilo de tradutores: um estudo de semelhanças e diferenças em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. 2005. 512 f. Tese (Livre-Docência em Tradução) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Unesp, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2005.

KRIEGER, M.G.; FINATTO, M. J.B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

TOGNINI-BONELLI, E. *Corpus linguistics at work*. Amsterdam/Atlanta: John Benjamins, 2001.

### A influência do fator gênero no estudo da mudança lingüística

Daisy Barbara Borges Cardoso

dbarbara@brturbo.com.br  
Universidade de Brasília

O termo “gênero” é mais abrangente que “sexo”. Enquanto o segundo refere-se às diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, o primeiro traz conotações culturais que evidenciam as diferenças sociais entre homens e mulheres, assim como as relações de poder entre esses grupos, revelando a identidade de cada “sexo” dentro do grupo (cf. CHESHIRE, 2004). Essas posições sociais variam no tempo e refletem momentos históricos, políticos e sociais da humanidade. Os fenômenos lingüísticos também passam por processos de variação e mudança, mostrando o quão dinâmica é a língua. Porém, esses processos nem sempre são avaliados de forma positiva e científica, sendo, por vezes, interpretados de forma preconceituosa, provocando atitudes discriminatórias entre falantes de regiões e classes sociais diferentes.

Baseando-nos no modelo variacionista, nos termos de Labov (1972), tomamos o termo “gênero” para a investigação pretendida neste trabalho por considerarmos que a análise da mudança de um fenômeno lingüístico abrange não só aspectos lingüísticos, mas também questões socioculturais que emergem dos dados investigados. Analisamos aqui a influência do fator gênero na variação do modo imperativo, considerando as diferenças no uso desse modo verbal entre as regiões Nordeste, com dados de Fortaleza, e Centro-Oeste, com dados de Brasília.

Para o português brasileiro, a tradição gramatical considera, nos termos de Bechara (1999, p. 237), que o modo imperativo é formado por meio de um processo de derivação. Segundo esse autor, as segundas pessoas desse modo verbal, em enunciados afirmativos, são derivadas das segundas pessoas do modo indicativo, sem o -s final, e as demais pessoas são derivadas do modo subjuntivo. Cunha e Cintra (1985, p. 465) não fazem referência a esse processo de derivação e afirmam que o imperativo afirmativo possui formas próprias para as segundas pessoas, sendo que as demais pessoas e o imperativo negativo são formados pelo presente do subjuntivo.

Ressaltamos, contudo, que, no português brasileiro, essa correlação entre as formas pronominais e as formas verbais



apresenta-se em variação no uso do imperativo falado e escrito. Esse contexto de variação e mudança apresenta configurações distintas nas diversas regiões do Brasil. Estudos com dados de Salvador e de João Pessoa evidenciam que o percentual médio de uso do imperativo *surrogate* – forma associada ao subjuntivo do tipo *pegue, leve* – é da ordem de 70% (SAMPAIO, 2001; ALVES, 2004). Contudo, nessas regiões, já se observa uma tendência de mudança favorecendo o uso do imperativo verdadeiro – forma associada ao indicativo do tipo *pega, leva* –, refletida pela faixa etária e pelo aumento da escolaridade (os mais novos e os mais escolarizados usam mais imperativo associado à forma indicativa) (cf. JESUS, 2006). Já na região Centro-Oeste e Sudeste, o uso do imperativo está associado ao indicativo em mais de 90% dos casos (SCHERRE *et al.*, 1998; SAMPAIO, 2001).

Apresentaremos resultados percentuais da variação no uso do modo imperativo com falantes de Fortaleza e do Distrito Federal, com o objetivo de compreender o papel do fator gênero no processo de mudança lingüística. As entrevistas foram realizadas até o presente momento com sete falantes, assim distribuídos: uma família, que sempre morou em Fortaleza, formada pela mãe, 42 anos e pela filha, 18 anos; uma família cuja mãe é nativa de Fortaleza e moradora de Brasília há 25 anos e cuja filha, de 18 anos, é brasileira; uma família moradora de Brasília – pai, mãe e filho – que veio de Fortaleza há 14 anos. Por um lado, os dados evidenciam uma tendência à redução na frequência de uso da forma *surrogate* e aumento do imperativo verdadeiro, ou seja, formas como *pegue o livro* tendem a ser substituídas por *pega o livro*. Essas mudanças têm sido evidenciadas nas relações intra-regionais, com a tendência de falantes mais novos usarem o imperativo verdadeiro na região Nordeste, e nas relações inter-regionais, com a tendência de diminuição da frequência de imperativo *surrogate* no falante nordestino que se muda para o Distrito Federal. Por outro lado, considerando o fator gênero, observamos que, nas relações intra-regionais, o homem que vem de Fortaleza mantém mais a forma subjuntiva, refletindo o falar de sua região, com apenas 38% de uso de forma associada ao indicativo. Diferentemente, em relação à posição da mulher, a pesquisa revela que ela tende a assimilar o uso de Brasília, apresentando quase 100% de uso do imperativo associado à forma indicativa.

As relações profissionais e as questões identitárias (cf. LABOV, 1994, p. 2001) estão sendo consideradas como hipótese para explicar os percentuais diferentes de uso do imperativo encontrados na fala de homens e mulheres fortalezenses que moram em Brasília. Outros informantes estão sendo gravados para que confirmemos a hipótese de que o fator gênero tem influência significativa nessa variação. Sendo assim, acreditamos que a pesquisa variacionista pode contribuir para a explicação e compreensão dos fenômenos lingüísticos que ocorrem na comunidade de fala, fornecendo elementos, inclusive, para a valorização das variedades lingüísticas, minimizando, assim, os efeitos do preconceito.

ALVES, Gilson Chicon. A influência da simplificação da conjugação verbal da construção do imperativo. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Estudos Sociolingüísticos* – perfil de uma comunidade. João Pessoa: UFPB, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Lucerna, 1999.

CHESHIRE, Jenny. Sex and gender in variationist research. In: CHAMBERS, J.K. *et al.* *The handbook of language variation and change*. Blackwell Publishing, 2004.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

JESUS, Étel Teixeira. *O uso do imperativo na novela Senhora do destino: estereótipo ou identidade?* REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57., 2005, Fortaleza. *Livro de Resumos*. Fortaleza, 2005.

LABOV, William. The social motivation of a sound change. In: *Sociolinguistics patterns*. 3. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. The functional character of change – The overestimation of functionalism. In: \_\_\_\_\_. *Language and Society. Principles of linguistic change – Internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994. p.545-568.

SAMPAIO, Dilcéia Almeida. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* *Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. Papers in Sociolinguistics. N.WAVE-26 à l'Université Laval* (Québec): Nota Bene. 1998. p. 63-72.

### 3.14.3 Mesas-redondas

#### Contribuições da lingüística computacional, lingüística de corpus e terminologia para os estudos da tradução

Nos últimos anos, a tecnologia informática transformou-se em grande aliada de todas as ciências, dentre elas a Lingüística, a Lingüística de Corpus, a Terminologia e a Tradução, fornecendo inúmeros recursos de exploração.

A Lingüística Computacional, disciplina científica multidisciplinar que se caracteriza pela confluência de várias áreas, como a Lingüística, a Inteligência Artificial, a Computação e a Lógica Computacional, cria instrumentos de composição, extração, análise, manipulação e processamento de dados lingüísticos em texto, ferramentas eletrônicas que auxiliam enormemente o trabalho dos tradutores (BARROS, 2004, p. 262).

Um dos principais resultados da colaboração entre a Lingüística Computacional, a Lexicografia/Terminologia e a Tradução tem sido a elaboração de modelos de dicionários mais eficazes no que concerne à busca da informação lexical. De fato, os dicionários semasiológicos (que partem da palavra para chegar ao conteúdo semântico, expresso lingüisticamente pela definição) dão conta de certo tipo de pesquisa, mas não atendem a uma necessidade muito freqüente dos tradutores, ou seja, a de encontrar uma palavra quando se conhece apenas seu significado (BABINI, 2006, p. 38). O atendimento dessa necessidade só pode ser feito por meio de dicionários onomasiológicos, isto é, de obras lexicográficas ou terminográficas que possuem mecanismos de busca que vão do significado (conteúdo semântico) à palavra.

A Lingüística de Corpus “ocupa-se da coleta e da exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados lingüísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 3)

Essa disciplina científica também conheceu grande desenvolvimento na última década e tem contribuído para os estudos



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

de diferentes áreas, destacando-se os da Lexicografia e da Terminologia, como explica Berber Sardinha:

Ao revelar uma quantidade surpreendente de evidências lingüísticas provindas de *corpora* eletrônicos, a lingüística de corpus questiona os paradigmas estabelecidos dos estudos lingüísticos e mostra novos caminhos para o lingüista, o professor, o tradutor, o lexicógrafo e muitos outros profissionais. A influência mais visível no mundo contemporâneo está na preparação de dicionários. Hoje, todos os grandes dicionários da língua inglesa (de Oxford até Cambridge, Collins, Longman) são feitos com base em lingüística de corpus (BERBER SARDINHA, 2004, p. XVII-XVIII)

No tocante à interface com a Lingüística de Corpus, um novo universo de pesquisas tem-se aberto com o desenvolvimento de ferramentas eletrônicas e o tratamento computacional da língua, com diferentes finalidades e aplicações. O alcance e o impacto dessa nova perspectiva evidenciam-se também na área da Tradução pela quantidade de pesquisas e publicações que utilizam esses recursos e metodologias adequadas para pesquisas em corpus de textos traduzidos (CAMARGO, 2005, p. 58).

Na opinião de Baker (1999, p. 287), os Estudos da Tradução Baseados em Corpus tornaram-se um novo paradigma na área, atraindo, por isso, a atenção de teóricos de valor. Esse novo paradigma possibilita “a identificação de tipos de comportamento lingüístico que são específicos de textos traduzidos [...] os quais são gerados pelo processo de mediação durante a tradução” (BAKER, 1996, p. 178).

Nesse aspecto, os *corpora* têm mais a oferecer aos tradutores do que se imagina, porquanto fornecem evidências de como as palavras são empregadas, das possibilidades de como é traduzido um dado termo ou segmento textual, além de abrir outras perspectivas sobre o processo e a natureza da tradução.

O objetivo desta mesa-redonda é discutir as relações de colaboração entre os Estudos da Tradução Baseados em Corpus, a Lingüística Computacional, a Lingüística de Corpus e a Terminologia, a fim de que possam emergir novas idéias e contribuir para sua maior integração. Serão também apresentados exemplos concretos de projetos que se caracterizam pela interdisciplinaridade entre esses campos do saber.

BABINI, M. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. *Ciência e Cultura*, Campinas, n. 2, p. 38-42, 2006.

BAKER, M. Corpus-based translation studies: The challenges that lie ahead. In: SOMERS, H. (Org.). *Terminology, LSP and Translation Studies in Language Engineering*, In honour of Juan C. Sager. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1996, p. 175-186.

BAKER, M. Lingüística e Estudos Culturais: paradigmas complementares ou antagonísticos nos Estudos da Tradução? In: MARTINS, M. A. P. (Org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 15-34.

BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BERBER SARDINHA *Lingüística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

CAMARGO, D. C. *Padrões de estilo de tradutores: Um estudo de semelhanças e diferenças em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. Tese (Livre-Docência em Estudos da Tradução). São José do Rio Preto: UNESP/IBILCE, 2005.

## A colaboração necessária entre terminologia e tradução: o caso da tradução juramentada

Lidia Almeida Barros

lidia@ibilce.unesp.br

Universidade Estadual Paulista

A ciência avança e a divulgação de suas pesquisas produz uma documentação variada, em diferentes línguas. A transmissão do saber faz-se por meio de textos que possuem características peculiares, em nível semiótico, pragmático, sintático, semântico e, sobretudo, lexical, uma vez que é principalmente por meio de uma terminologia própria que esse tipo de texto veicula os conhecimentos especializados.

A Terminologia, enquanto estudo do vocabulário das áreas técnicas e científicas, desempenha um papel fundamental nesse processo. Suas pesquisas têm-se desenvolvido de modo intenso nas últimas décadas; suas bases teóricas têm sido revistas e novos modelos propostos; diferentes campos de atuação têm-se aberto, apresentando-se novos desafios.

Ao trabalhar textos técnicos, científicos e especializados, o tradutor adentra o campo da Terminologia Bilíngüe ou Comparada, campo da Terminologia que se ocupa das relações de equivalência lexical mantidas entre duas ou mais línguas.

Para bem executar sua tarefa, o tradutor deve conhecer a área do texto que traduz, ter domínio das línguas de partida e de chegada e, especialmente, da terminologia empregada no campo em questão. Uma boa tradução não deve apenas expressar o mesmo conteúdo que o texto de partida, mas fazê-lo com as formas que um falante nativo da língua de chegada utilizaria.

Assim, Terminologia e Tradução mantém, entre si, relações de estreita colaboração, como explica Barros:

Para seus trabalhos, os tradutores se valem de dicionários monolíngües, bilíngües e multilíngües e, nesse sentido, a tradução mantém forte relação com a terminografia e com a lexicografia, visto que essas produzem um dos principais instrumentos de trabalho do tradutor: os dicionários. Os tradutores devem receber formação que lhes garanta condições de atuar como terminólogos para resolver pontualmente problemas com termos que não figuram nessas obras. (BARROS, 2006, p. 23-24)

Um tipo de tradução muito antiga no Brasil, mas que tem sido pouco estudada é a tradução juramentada (TJ), entendida, no âmbito deste trabalho, como “a tradução feita em formato apropriado para ter validade oficial e legal perante órgão em instituições públicas” (ANDRART, 2004). No Brasil, toda documentação em língua estrangeira, para ter efeito legal, deve ser submetida ao processo de TJ; por esse motivo, o Código de Processo Civil reza, em seus Art. 156 e 157, que “só poderá ser junto aos autos documento redigido em língua estrangeira quando acompanhado de versão em vernáculo, firmada por tradutor juramentado”. As instituições públicas de outros países também fazem exigências similares no que concerne a documentos brasileiros. Pessoas individualmente e empresas recorrem freqüentemente à tradução ou à versão juramentada de documentos particulares, societários e outros. Assim, a direção tradutória da TJ pode se dar tanto do idioma estrangeiro para o vernáculo, como no sentido oposto (versão).

A TJ é de extrema relevância para o Brasil, em suas





relações comerciais, sociais e jurídicas internacionais. A tradução feita por Tradutor Público e Intérprete Comercial (denominação oficial de tradutor juramentado) adquire fé pública, como explica Francis H. Aubert:

A situação típica que requer que uma tradução seja juramentada é sugerida pela definição desta modalidade tradutória, ou seja, sua característica de detentora de *fé pública*. Este é um requisito para a aceitação e processamento do texto original – necessariamente apresentado junto com a tradução juramentada – por qualquer repartição ou autarquia governamental de qualquer nível – federal, estadual ou municipal – e pelo Judiciário, as circunstâncias precisas e as possíveis exceções ou isenções sendo geralmente definidas por lei, jurisprudência, regulamentos, instruções e outros textos normativos. (AUBERT, 1998, p. 15)

Por conseguinte, o tradutor juramentado deve estar plenamente capacitado para bem desenvolver sua atividade profissional, visto a grande responsabilidade que carrega.

No Brasil, existem diversos cursos de Tradução, oferecidos por instituições públicas ou privadas, em nível de Graduação, Pós-Graduação e Especialização, que objetivam formar tradutores, mas nem sempre contemplam em sua grade curricular disciplinas que abordem as características específicas da TJ. Existe também uma demanda real, por parte dos alunos e dos profissionais que já atuam no mercado da tradução, mas que não são juramentados, de formação e treinamento nesse tipo de tradução.

Boa parte das dificuldades encontradas pelos tradutores ao trabalharem os textos submetidos à tradução juramentada repousa no léxico, mais particularmente na terminologia especializada e nas fraseologias. Nesse sentido, o estudo do léxico de traduções juramentadas reveste-se de grande importância.

Nesse sentido, o projeto *O léxico da Tradução Juramentada-LexTraJu* dá uma contribuição aos estudos sobre o tema, procurando identificar as singularidades do conjunto lexical e, mais especificamente, do conjunto terminológico mais recorrente em documentos submetidos à TJ, de modo a se obterem subsídios que permitam preparar de modo adequado os profissionais da Tradução para atuarem nesse ramo do mercado de trabalho.

O objetivo deste trabalho é discutir as relações que mantêm entre si Terminologia e Tradução e demonstrar como os estudos sobre o léxico (geral e especializado) podem contribuir com pesquisas no campo da Tradução, destacando, em particular, no campo da Tradução Juramentada. Pretendemos ainda expor alguns resultados concretos obtidos em estudo comparado do conjunto lexical encontrado em textos traduzidos sob a forma juramentada e o conjunto léxico de documentos de mesma natureza originalmente redigidos em português. Desse modo, demonstraremos as aproximações e os distanciamentos existentes entre esses conjuntos léxicos e as possíveis dificuldades de tradução no que concerne a esse nível de análise lingüística.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O LexTraJu é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP e pelo CNPq-Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas

BABINI, M. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. *Ciência e Cultura*, Campinas, n. 2, p. 38-42, 2006.

BAKER, M. Corpus-based translation studies: The challenges that lie ahead. In: SOMERS, H. (Org.). *Terminology, LSP and Translation Studies in Language Engineering*, In honour of Juan C. Sager. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1996, p. 175-186.

BAKER, M. Lingüística e Estudos Culturais: paradigmas complementares ou antagônicos nos Estudos da Tradução? In: MARTINS, M. A. P. (Org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 15-34.

BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BERBER SARDINHA *Lingüística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

CAMARGO, D. C. *Padrões de estilo de tradutores: Um estudo de semelhanças e diferenças em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. Tese (Livre-Docência em Estudos da Tradução). São José do Rio Preto: UNESP/IBILCE, 2005.

## Onomasiologia e tradução: contribuições da lingüística computacional

Maurizio Babini

maurizio@ibilce.unesp.br

Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto

No processo de decodificação de um texto em língua estrangeira, os dicionários monolíngües, bilíngües e multilíngües desempenham papel importante. Há momentos, porém, em que a nomenclatura destes não contempla a unidade lingüística procurada. Nesses casos, cria-se uma lacuna, um vazio léxico-semântico.

Há outros momentos em que, num processo de codificação monolíngüe, o tradutor conhece o conteúdo semântico no todo ou em parte e busca a expressão lexical correspondente. A pergunta clássica que se formula em situações como essa é “como se diz aquilo que é assim, assim, assim?...” Nesses casos, o conceitor da mensagem procede a uma operação de caráter cognitivo que parte do conteúdo semântico para chegar à designação. Segue, portanto, um percurso onomasiológico.

O termo onomasiologia foi utilizado pela primeira vez em 1903, por A. Zauner, em um estudo sobre os nomes das partes do corpo humano nas línguas românicas (“Die romanischen Namen de Körperteile. Eine onomasiologische Studie”, *Romanische Forschungen*. n. 15. p. 339-530). De acordo com Vittorio Bertoldi, autor do verbete onomasiologia da *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*,

Por onomasiologia entende-se um aspecto particular da pesquisa lingüística que, partindo de uma determinada idéia, examina as várias maneiras com as quais ela encontrou expressão na palavra. Quando estuda fatos de vocabulário comparando-os entre si na ordem cronológica e geográfica, a onomasiologia foi chamada também de *lexicologia comparada* e foi, portanto, aproximada, quanto aos objetivos e aos procedimentos à *semasiologia*, ou seja, à pesquisa dos significados. Os dois aspectos se completam. (BERTOLDI, 1935)

Segundo esse autor, a onomasiologia (em lingüística) trata dos aspectos ligados à denominação (da idéia ao signo). Quando esses aspectos são estudados comparando, do ponto de vista cronológico e geográfico, as diferentes “expressões” que uma idéia assume em línguas distintas, a onomasiologia é também chamada de *lexicologia comparada*.

O problema que um dicionário onomasiológico deve resolver é exatamente o inverso daquele de um dicionário “sema-



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

siológico”: dada uma idéia (significado), deve-se encontrar a unidade lexical que a exprime. Um dicionário onomasiológico ou de caráter onomasiológico é, portanto, um repertório em que é possível passar da idéia à unidade lexical. Todos os repertórios lexicográficos e terminográficos podem fornecer a definição, o significado de uma palavra ou de um termo, mas como encontrar essa palavra ou esse termo se não os conhecemos? Como chegar ao signo se conhecemos somente seu significado ou parte dele? (BABINI, 2006, p. 38)

A esse tipo de situação, muito freqüente nos processos tradutórios, os dicionários semasiológicos não são de grande valia. Estruturados com base no percurso que vai da palavra à idéia, estes não oferecem ao leitor elementos que lhe permitam solucionar o problema da busca da palavra tendo como ponto de partida a idéia (conteúdo semântico). De fato, se o tradutor não conhecer a palavra, não terá como obter a informação que deseja nos dicionários semasiológicos, porque lhe falta a chave de entrada na obra.

A lingüística computacional, disciplina científica multidisciplinar que se caracteriza pela confluência de várias áreas, como a lingüística, a inteligência artificial, a computação e a lógica computacional, cria instrumentos de composição, extração, análise, manipulação e processamento de dados lingüísticos em texto, e ferramentas eletrônicas que auxiliam enormemente o trabalho dos tradutores (BARROS, 2004, p. 262). A associação da lingüística computacional com a lexicografia e a terminologia tem dado excelentes resultados no que concerne à elaboração de dicionários eletrônicos que seguem o percurso onomasiológico. Essas obras consistem em instrumentos preciosos para um trabalho de tradução mais ágil, eficaz e preciso.

O objetivo desta comunicação é apresentar os princípios da Onomasiologia e suas aplicações na elaboração de obras lexicográficas e terminográficas monolíngües, bilíngües e multilíngües que permitem resolver o problema de busca da palavra, auxiliando o tradutor a ter melhor desempenho em seu trabalho. Apresentaremos, ainda, exemplo de dicionário bilíngüe onomasiológico elaborado em formato eletrônico, oriundo de pesquisas por nós desenvolvidas nos últimos anos no campo da Lingüística Computacional.

BABINI, M. *Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos*. Ciência e Cultura, Campinas, n. 2, p. 38-42, 2006.

BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BERTOLDI, V. Onomasiologia. In: *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Roma: Treccani, 1935.

ZAUNER, A. Die romanischen Namen de Körperteile. Eine onomasiologische Studie. *Romanische Forschungen*. n. 15, p. 339-530. 1903.

### Tradução e lingüística de corpus

Maurizio Babini

diva@ibilce.unesp.br

Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto

Diante das modificações decorrentes do avanço da informática, a nossa apresentação tem por objetivo tecer algumas considerações sobre a pertinência de estudos que se

baseiam em corpus de tradução bem como tenciona abordar a interface da tradução com a lingüística de corpus. Pretendemos ainda expor alguns resultados concretos obtidos no âmbito do projeto *Padrões de Estilo de Tradutores PETra: Investigação em corpora de características da tradução literária, especializada e juramentada*.

Até o início dos anos sessenta, não era possível prever quanto os estudos da tradução desenvolver-se-iam com a invenção do computador. Já na década de noventa, Sinclair previa que as pesquisas baseadas em corpora iriam causar um impacto considerável no campo da tradução:

Espera-se que os novos recursos fornecidos pelo uso de corpus tenham um efeito profundo na tradução do futuro. Tentativas de tradução automática têm constantemente demonstrado aos lingüistas que eles não têm conhecimento suficiente sobre as línguas em questão para efetuar uma tradução aceitável. Em princípio, os corpora podem fornecer a informação (SINCLAIR, 1992, p. 395).

Na opinião de Baker (1999, p. 287), os estudos da tradução baseados em corpus tornaram-se um novo paradigma na área, atraindo, por isso, a atenção de teóricos de valor. Esse novo paradigma possibilita “a identificação de tipos de comportamento lingüístico que são específicos de textos traduzidos [...] os quais são gerados pelo processo de mediação durante a tradução” (BAKER 1996, p. 178).

Nesse sentido, os estudos empíricos baseados em corpora de traduções têm-se tornado cada vez mais variados e com diversas possibilidades de aplicação, explorando desde o conceito de mudança lingüística (descrito por CATFORD (1965) como desvio da correspondência formal) a investigações de características específicas da linguagem da tradução e seu impacto ideológico (BAKER, 1999).

No tocante à interface com a lingüística de corpus, um novo universo de pesquisas tem-se aberto com o desenvolvimento de ferramentas eletrônicas e o tratamento computacional da língua, com diferentes finalidades e aplicações. O alcance e o impacto dessa nova perspectiva evidenciam-se também na área da tradução pela quantidade de pesquisas e publicações que utilizam esses recursos e metodologias adequadas para pesquisas em corpus de textos traduzidos (TTs) (CAMARGO, 2005, p. 58)

O uso de corpora em formato eletrônico é de grande influência em vários centros. Sobretudo na Europa, a amplitude e diversidade das pesquisas passaram a exigir um aumento considerável do uso de corpora eletrônicos. No Brasil, a pesquisa em corpus ainda se mostra tímida, ocorrendo em centros mais voltados para a lingüística computacional, a lexicologia, e o ensino de línguas. Pode-se citar, dentre outros, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada a Estudos da Linguagem ? LAEL, da PUC/SP, por abrigar um centro pioneiro em estudos da linguagem e, dentre esses estudos, distinguem-se as pesquisas em corpora eletrônicos do projeto DIRECT conduzido por Berber Sardinha (1999), especialista em lingüística de corpus. Sediado no LAEL, o Banco de Português - BP contém TOs em português representativos da língua geral. Sobre as contribuições da lingüística de corpus para o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, destaca-se, pela sua importância, o projeto COMET, liderado por Tagnin (2001), da USP, o qual está sendo elaborado para conter material de ensino para as línguas alemã, espanhola, francesa, inglesa e italiana, e também traduções técnicas nas áreas da informática, odontologia e direito. Também o CORDIAL é um projeto promissor que está sendo desenvolvido por Alves; Magalhães; Pagano (2001), do Núcleo de Estudos da



Tradução? NET, da Faculdade de Letras da UFMG, com vistas ao estudo de características discursivas e cognitivas por meio de uma abordagem interdisciplinar que congrega subsídios dos estudos de corpora, dos estudos da tradução, dos estudos da cognição, da análise do discurso e dos estudos culturais.

Desse modo, a situação das universidades brasileiras tem mudado devido tanto à influência, no exterior, da pesquisa baseada em corpus de formato eletrônico, como ao intercâmbio crescente com centros europeus onde a lingüística de corpus, os estudos da tradução, a lexicologia e a Terminologia já estão mais desenvolvidos.

Dado o avanço que a lingüística de corpus trouxe para a análise de TTs, na opinião de Berber Sardinha, os resultados alcançados com esse tipo de observação têm demonstrado que “a organização da linguagem é muito mais complexa do que o suposto, ficando claro que a utilização de corpora, de certa forma, deixou de ser uma opção para investigações na área” (BERBER SARDINHA 2003, p. 70).

Sob esse aspecto, a lingüística de corpus tem mostrado que a intuição humana é bastante inexata; também tem contribuído para que questões controversas a respeito do conceito de equivalência e do papel da intuição passem a ser repensadas a partir de evidências levantadas em investigações de tradução com corpora eletrônicos. Tradicionalmente, a identificação da rede de equivalentes na tradução teria de apoiar-se na intuição e na experiência prévia do tradutor; por outro lado, a utilização de um corpus de tradução permite verificar o uso real de equivalentes empregados pelos tradutores, o que traz implicações no tocante à maior indicação de traduzir para o vernáculo do que para o idioma estrangeiro.

Na opinião de Tognini Bonelli:

Com a evidência possibilitada pelo uso de corpus, e com uma metodologia para identificar sistematicamente o perfil lexical e gramatical relevantes de uma palavra ou expressão e relacioná-los ao peso conotativo e à função pragmática, esta abordagem reduzirá a lacuna existente entre traduzir de e para a própria língua materna (TOGNINI-BONELLI, 2001, p. 136).

Nesse aspecto, os corpora têm mais a oferecer aos tradutores do que se imagina, porquanto fornecem evidências de como as palavras são empregadas, das possibilidades de como é traduzido um dado termo ou segmento textual, além de abrir outras perspectivas sobre o processo e a natureza da tradução. Em conseqüência do uso de corpora, vão emergir novas idéias a respeito da linguagem e concepções antigas precisarão ser reavaliadas.

O enfoque comparativo ou contrastivo em corpora eletrônicos paralelos ou comparáveis têm contribuído ativamente para a teoria da tradução, ao procurar elucidar a natureza dos TTs e o processo tradutório, objetos esses essenciais para delimitar os objetivos e a área de atuação da disciplina. Dessa maneira, ao invés de exames de TTs voltados apenas para o levantamento de características distintivas do TO, a fim de reproduzi-las na tradução, ou do levantamento de desvios da norma por parte do tradutor, novos horizontes têm sido abertos aos estudos da tradução por meio de contribuições da lingüística de corpus, permitindo que se proponham diferentes investigações sobre o estilo de determinado tradutor, ou grupo de tradutores, ou corpus de material traduzido que pertença a um dado período ou a diferentes tipologias textuais.

Como decorrência, a presença do tradutor no texto ou, mais especificamente, de traços individuais dessa presença

poderão vir a fazer parte da literatura sobre tradução. Em virtude de uma tendência dos estudos da tradução baseados em corpus valer-se de exemplos autênticos, seria uma das possíveis abordagens que poderia, talvez, vir a diminuir um pouco a suspeita de uma boa parte dos tradutores profissionais em relação à teoria da tradução. Nesse sentido, a pesquisa de corpora de TTs também tem trazido importantes contribuições para a prática tradutória ao procurar descrever o que o tradutor realmente faz com a língua de chegada.

BAKER, M. Corpus-based translation studies: The challenges that lie ahead. In: SOMERS, H. (Org.). *Terminology, LSP and Translation Studies in Language Engineering*, In honour of Juan C. Sager. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1996, p. 175-186.

BAKER, M. Lingüística e Estudos Culturais: paradigmas complementares ou antagônicos nos Estudos da Tradução? In: MARTINS, M. A. P. (Org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p.15-34.

BERBER SARDINHA, A. P. Usando WordSmith Tools na investigação da linguagem. DIRECT Papers 40. São Paulo: PUC/SP. 1999. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/tony4/homepage.html>. Acesso em 24 jun. 2006.

BERBER SARDINHA, A. P. Uso de corpora na formação de tradutores. D.E.L.T.A. 19: Especial, p. 43-70, 2003.

CAMARGO, D. C. *Padrões de estilo de tradutores: Um estudo de semelhanças e diferenças em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. Tese (Livre-Docência em Estudos da Tradução). São José do Rio Preto: UNESP/IBILCE, 2005.

CATFORD, J. C. *A Linguistic Theory of Translation*. Londres: Oxford University Press, 1965, 1969. Trad. *Uma Teoria Lingüística da Tradução*, pelo Centro de Especialização de Tradutores de Inglês, do Instituto de Letras da PUC/Camp. São Paulo/Campinas: Cultrix / PUC/Camp., 1980.

PAGANO, A. *Metodologias de Pesquisa em Tradução*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001.

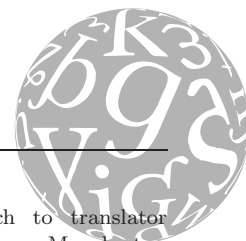
SINCLAIR, J. *Lexicographer's needs*. Pisa Workshop on text corpora. 1992.

TAGNIN, S. E. O. COMET: Um corpus multilíngüe para ensino e tradução. São Paulo: USP, 2001, manuscrito.

TOGNINI-BONELLI, E. *Corpus linguistics at work*. Amsterdam/Atlanta, John Benjamins, 2001.

## Modelagem do conhecimento experto em tradução

No campo disciplinar dos Estudos da Tradução, o conhecimento experto vem sendo investigado desde a década de 1990 por pesquisadores interessados pelo estudo da competência em tradução. Por um lado, alguns teóricos, entendem essa competência como a representação de uma configuração mental estável referente a um estágio consolidado – verificado no desempenho do tradutor profissional – de um processo de aquisição que se inicia a partir de uma competência pré-tradutória e envolve a reestruturação e o desenvolvimento de subcompetências (PACTE, 2003). Esses autores têm se dedicado à definição conceitual da competência tradutória e à modelagem de sua operacionalidade, concebida a partir da integração de subcompetências que abrangem diversos tipos de conhecimentos além do lingüístico, tradicionalmente associado à tarefa de traduzir. Já outros pesquisadores



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

enfocam a competência do tradutor, associada a uma gama de fatores sócio-interativos, geralmente determinados pelas comunidades culturais nas quais os tradutores se inserem (KIRALY, 2000). Um terceiro grupo de pesquisadores têm desenvolvido estudos empírico-experimentais de base indutiva e, com base nos seus resultados, identificado perfis diferenciados de desempenho de tradutores, os quais parecem indicar configurações também diferenciadas de conhecimentos envolvidos na execução da tarefa tradutória (HANSEN, 2002; SHREVE, 2006). Uma quarta posição considera a competência em tradução em termos de um *continuum* que abarca tanto a cognição – com diversos níveis de automatismo, consciência e meta-reflexão –, quanto a sócio-interação, que estabelece padrões culturais para o desempenho do tradutor (ALVES; GONÇALVES, no prelo). Nesta última posição, a competência em tradução é investigada a partir de dados empíricos obtidos em experimentos com sujeitos tradutores em diferentes estágios de desenvolvimento dessa competência, abrangendo estudantes de língua, tradutores novatos, tradutores profissionais e tradutores expertos.

Esta mesa-redonda tem por objetivo examinar a literatura nesse campo do conhecimento e discutir, através de uma abordagem integrada de estudos processuais e discursivos, o perfil dos chamados tradutores expertos, isto é, daqueles indivíduos com destacado desempenho, cuja excelência é acreditada com base na aferição de seus textos traduzidos por parte de instituições que participam da produção, circulação e consumo desses textos. Tais sujeitos representariam um estágio próximo ao extremo mais avançado do *continuum* de desenvolvimento do conhecimento experto e seu desempenho poderia, à semelhança das pesquisas já realizadas com tradutores novatos e profissionais, apontar aspectos de um processamento cognitivo e de uma produção textual com alto impacto, não apenas para aplicações no âmbito da formação de tradutores, como também para a modelagem desse conhecimento experto e possíveis aplicações em sistemas expertos de simulação computacional de tarefas de tradução. Através de uma correlação de dados do processo e do produto tradutório, as três apresentações buscam contribuir para a compreensão do processo de construção de perfis de desempenho experto enfocando, em três momentos, (i) indicadores do processo tradutório tais como tempo de execução da tarefa; tempo de orientação, redação e revisão; demanda de apoio interno e externo, e suas implicações para a durabilidade dos processos cognitivos do tradutor experto; (ii) indicadores do produto, dentre eles, padrões de organização e progressão temática e coesão analisados a partir de uma perspectiva probabilística e (iii) indicadores discursivos compatíveis com aqueles prototípicos do gênero ao qual se vincula o texto, objeto da tarefa de tradução.

As discussões no âmbito desta mesa-redonda almejam fornecer subsídios para o avanço das discussões sobre representações da aquisição da competência em tradução e sua possível modelagem para efeitos de desenvolvimento de aplicações computacionais visando o conhecimento experto.

ALVES, F., GONÇALVES, J. L. V. R. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y., SCHLESINGER, M., STOLZE, R. (Ed.). *Translation Studies: doubts and directions*. (Selected contributions from the IV EST Congress). No prelo.

HANSEN, G. *Empirical translation studies: process and product*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2002. (Copenhagen Studies in Language Series, 27).

KIRALY, D. A social constructivist approach to translator education: empowerment from theory to practice. Manchester: St. Jerome, 2000.

PACTE. Building a translation competence model. In: ALVES, F. (Ed.), *Triangulating Translation: perspectives in process oriented research*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 43-66.

SHREVE, G. The deliberate practice: translation and expertise. In: *Proceedings of the International Symposium in New Theoretical Horizons in Theoretical Translation Studies*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong Press, 2006. p. 154-162.

### Durabilidade em tradução: uma análise do impacto da prática deliberada no ritmo cognitivo de tradutores expertos

Fabio Alves

fabio.ufmg@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Estudos recentes sobre conhecimento experto (ERICSSON *et al.*, 2006) consideram esse tipo de conhecimento como decorrente de aprendizagem e aquisição de experiência, passível de ser investigado sob duas perspectivas integradas: o desenvolvimento de conhecimentos gerais e o desenvolvimento de conhecimentos específicos ou de conhecimento de domínio. Em contraposição a estudos que investigam o conhecimento experto como capacidade inata, passível de ser correlacionada com determinados aspectos da personalidade, a primeira vertente entende que a expertise em um determinado domínio é resultado de um processo de aprendizagem e conseqüente transformação de conhecimento declarativo em conhecimento procedimental (SHREVE, 2006).

Segundo Ericsson (2002), o conhecimento experto é adquirido primordialmente através do engajamento deliberado e reflexivo de um indivíduo no desenvolvimento de uma determinada habilidade, ou seja, através do engajamento na prática solitária (*solitary practice*) com base em instruções para a execução de tarefas especificamente concebidas para o desenvolvimento desta habilidade em particular. A esse tipo de atividade, Ericsson dá o nome de prática deliberada. Ericsson destaca como resultado de suas pesquisas o fato de que sujeitos expertos não extraem automaticamente padrões de um conjunto de insumo. Pelo contrário, é a qualidade superior de suas representações mentais que permite a esses sujeitos, considerados expertos, a se adaptarem rapidamente às circunstâncias momentâneas ligadas ao exercício desta habilidade especial e antecipar eventos futuros. Esta capacidade permite que sujeitos expertos demonstrem uma habilidade especialmente desenvolvida para monitorar, recalibrar e, conseqüentemente, avaliar seus próprios desempenhos.

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o desempenho do tradutor experto a partir do conceito de prática deliberada já aplicado ao estudo do conhecimento experto no que diz respeito à interpretação simultânea (ERICSSON, 2002). Para tanto, o trabalho busca investigar o impacto da prática deliberada no desempenho de tradutores expertos através da análise de seus ritmos cognitivos (SCHILPEROORD, 1996).

Segundo Schilperoord (1996), ritmo cognitivo é definido como sendo padrões rítmicos encontrados na alternância entre pausas no decorrer do processo de produção textual.



Parece haver momentos neste processo em que ocorrem mudanças hierárquicas no processamento cognitivo dos sujeitos participantes de experimentos envolvendo produção textual e essas mudanças podem ser observadas através de pausas registradas no decorrer do processo. Schilperoord observa que há evidências de uma regularidade na forma como esses padrões se apresentam, sendo que sujeitos com níveis mais altos de desempenho tendem a apresentar um processo de produção textual mais recursivo e com intervalos mais longos entre pausas. Em outras palavras, esses sujeitos com nível mais alto de desempenho, costumam trabalhar com segmentos maiores nos seus processos de produção textual e monitorar o próprio processo. Desta forma, conseguem estabelecer ligações de natureza recursiva entre diversas partes do texto. A fim de entender a complexidade dos processamento cognitivo de tradutores experientes, busca-se investigar no campo dos estudos da tradução de que forma os tradutores experientes lidam com o monitoramento do próprio processo, interrompendo processamentos automatizados para refletir criticamente sobre problemas de tradução (ALVES, 2006; DRAGSTED, 2006; ENGLUND DIMITROVA, 2005; PACTE, 2005). A hipótese que norteia o presente trabalho é que essa complexidade cognitiva pode ser explicada por meio de uma correlação entre as noções de prática deliberada, ritmo cognitivo e durabilidade.

Segundo Alves (2005), durabilidade é definida como a propriedade do texto produzido por um sujeito tradutor ao final da fase de redação cujo nível de consciência crítica e de gerenciamento operativo (ritmo cognitivo) e discursivo do processo de tradução lhe permita chegar a uma produção textual que, mesmo demandando ajustes e re-elaborações na fase de revisão, terá as características de uma produção mais adequada às especificidades do texto de partida e às necessidades da tarefa de tradução. Em outras palavras, o conceito de durabilidade deve ser entendido como resultado de uma configuração de desempenho específica que evidencia um padrão de processamento e monitoramento da produção textual passível de ser associado ao gerenciamento cognitivo eficiente e ao exercício de meta-reflexão sob uma perspectiva meta-cognitiva. Ainda segundo Alves (2005), pressupõe-se que essa durabilidade possa ser aferida através de do cruzamento de protocolos de pausa com relatos retrospectivos gerados por meio do software *Translog*.

Correlacionado as noções de prática deliberada, ritmo cognitivo e durabilidade, este trabalho busca aferir experimentalmente em que medida os padrões cognitivos observados no desempenho de tradutores experientes os ajudam a auto-monitorar o próprio desempenho, interrompendo momentaneamente, quando necessário, processos automatizados e retomando-os seqüencialmente após refletir criticamente sobre um dado problema de tradução. Para tanto, este trabalho analisa os processos cognitivos de tradutores experientes traduzindo do alemão, espanhol e inglês para o português.

Metodologicamente, o mapeamento do desempenho dos tradutores experientes é feito através da triangulação de dados processuais utilizando como instrumentos para coletas de dados os softwares *Translog* e *Camtasia* utilizados simultaneamente para captura do processo de produção textual; além de gravações digitais com o registro de protocolos retrospectivos com as meta-reflexões dos sujeitos. De forma complementar, este trabalho pretende ainda refletir sobre o uso do software *Tobii* para fins de rastreamento da fixação ocular (*eye-tracking*) dos tradutores experientes através de uma técnica pioneira que começa a ser utilizada nos estudos da tradução (O'BRIEN, 2006).

Com base em indicadores do processo tradutório, tais como o tempo de execução da tarefa; o tempo de orientação, redação e revisão; a demanda de apoio interno e externo, e suas implicações para a durabilidade dos processos cognitivos do tradutor experiente, este trabalho focaliza a presença de meta-reflexão em relação à resolução da tarefa tradutória, evidenciada pela verbalização dos tradutores. Com base nos estudos de Alves (2005, 2006), o trabalho defende a idéia de que, no caso dos tradutores experientes, os padrões de processamento e monitoramento da produção textual podem ser associados ao gerenciamento cognitivo eficiente e ao exercício de meta-reflexão, correlacionando o grau de durabilidade observável no desempenho do tradutor experiente com seu ritmo cognitivo e, numa perspectiva temporal, com sua prática deliberada.

ALVES, F. A relevance-theoretic approach to effort and effect in translation: discussing the cognitive interface between inferential processing, problem-solving, and decision-making. In *Proceedings of the International Symposium in New Theoretical Horizons in Theoretical Translation Studies*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong Press, 2006. p. 1-12.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Ed.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 90-122.

DRAGSTED, B. Segmentation in translation: differences across levels of expertise and difficulty. *Target*, 17/1, 2005. p. 49-70.

ENGLUND DIMITROVA, B. *Expertise and explicitation in the translation process*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

ERICSSON, K. A.; CHARNESS, N.; FELTOVICH, P. J.; HOFFMAN, R. R. *The Cambridge handbook of expertise and expert performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ERICSSON, K. A. Expertise in interpreting: an expert-performance perspective. *Interpreting*, n. 5/2, 2002. p. 187-220.

O'BRIEN, S. Investigating translation from an eye-tracking perspective. In: *Book of Abstracts of the II IATIS Conference*. Cape Town: University of Cape Town, 2006.

PACTE. Investigating translation competence: conceptual and methodological issues. *Meta*, 50/2, 2005. p. 609-619.

SCHILPEROORD, J. *It's about time: temporal aspects of cognitive processes in text production*. Utrecht: Rodopi, 1996.

SHREVE, G. The deliberate practice: translation and expertise. In *Proceedings of the International Symposium in New Theoretical Horizons in Theoretical Translation Studies*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong Press, 2006. p. 154-162.

## Mapeamentos dos estudos da tradução e tradução como mapeamento

Celia Magalhães

celmag50@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Com base na proposta de mapeamento dos estudos da tradução de Holmes, conforme apresentada em Toury (1995), Munday (2001) e, com contribuições, em Malmkjaer (2005) e nos trabalhos desenvolvidos no escopo do LETRA/CORDIAL, apresenta-se uma proposta de conceito



## CAPÍTULO 3. ARTIGOS

de tradução que informa as pesquisas descritivas orientadas para o produto e para o processo da tradução. Tal proposta apresenta contribuição às reflexões apresentadas em Hatim (2001), de modelos de pesquisa em estudos da tradução, com mapas conceituais. Apresenta, ainda, contribuição à proposta de tradução como processo semiótico, ou mapeamento, e de ambientes semióticos de tradução apresentada por Matthiessen (2001), e a de ambiente cognitivo da tradução, apresentada por Gutt (2000). Finalmente, propõem-se alterações ao mapa do campo de estudos da tradução em interface com outros campos de estudo, de Hatim; Munday (2004).

Inicialmente, toma-se a concepção de divisão de trabalho do mapa de Holmes para os estudos da tradução, conforme reelaborado por Malmkjaer (2005), para se localizar a proposta enquanto: 1) proposta de modelo de pesquisa em Estudos da Tradução (ET) baseada no conceito de tradução enquanto produção multilingual e multimodal de textos, elaborada a partir de insumos das descrições já realizadas no escopo do projeto LETRA/CORDIAL, orientadas por modelos de pesquisa diferentes, para o produto (registro) e para o processo; 2) proposta de interface deste modelo com o modelo de registro e 3) proposta de interface do modelo de registro com o modelo de pragmática/relevância. O novo conceito de tradução e modelo de pesquisa propostos passam a informar a teoria geral de ET e as futuras descrições realizadas no escopo do projeto, que serão feitas dentro da noção de divisão de trabalho, com as especificidades dos modelos de pesquisa utilizados, mas usando também a noção de interface dos estudos da tradução e dos estudos lingüísticos, este último compreendendo teorias e metodologias distintas como os estudos cognitivos ou a Teoria da Relevância ou a Lingüística Sistemico-Funcional (LSF), esta última integrando estudos de Gramática Sistemico-Funcional (GSF) e de Semiótica Social (SS).

São, portanto, quatro, os mapeamentos aqui propostos. O primeiro, teórico, apresenta o conceito de tradução multilingual baseado na semiótica social (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001; VAN LEEUWEN, 2005). O segundo acrescenta e sistematiza um modelo de pesquisa baseado na descrição orientada para o produto, incluindo e usando a metodologia de análise de discursos, gêneros e estilos da semiótica social. O terceiro procura estabelecer interface deste modelo com o modelo de Matthiessen (2001), de registro. O quarto procura estabelecer interface do modelo de registro com o modelo de estudos cognitivos e/ou pragmática/relevância.

A primeira contribuição a ser apresentada é a concepção de produção multilingual e multimodal de textos como tradução, no sentido de um ambiente mais amplo de tradução, conforme Matthiessen (2001), para propor o conceito de tradução multilingual (diferente do sentido que toma MATTHIESSEN, 2001, ver abaixo), acrescentando-o aos conceitos de Jakobson (2000), de tradução intralingüística, interlingüística e intersemiótica. Com base neste novo conceito, propõe-se um modelo de pesquisa de gênero em estudos da tradução diferente do modelo de Toury e dos Estudos Descritivos da Tradução. Nesta proposta, se considera que os modelos de pesquisa orientados para o TC, as convenções do tradutor, ou o estilo do tradutor, na cultura de chegada como foco, embora tenham constituído uma virada nos ET e trazido uma grande contribuição para este campo de estudos, focaliza apenas a noção de tradução interlingüística e tradução literária e considera, por exemplo, os conceitos de gênero e estilo, conforme elaborados no âmbito dos estudos literários. Propõe-se tomar o conceito de gênero da semiótica

social, conforme apropriado de Bakhtin, para resolver este reducionismo.

A segunda contribuição é aos modelos de pesquisa, com mapas conceituais, dos estudos da tradução de Hatim (2001). Tais modelos ainda têm como base das figuras (triângulos e losangos) que os representam o texto-fonte (TF) e o texto-de-chegada (TC), ou seja, ainda parte da existência de um texto-fonte. Talvez por isso considere, até certo ponto, com propriedade, como divisão de trabalho, de um lado, as propostas de análise de registro, com foco no texto, como baseadas no TF; de outro, as propostas de análise de gênero, com foco na semiótica da cultura, como baseadas no TC e, ao centro, as propostas de análise da intencionalidade, com foco na ação pragmática. Os modelos assim representados não prevêm, entretanto, a produção multilingual e multimodal de textos no escopo dos estudos da tradução, que leva à proposta de um novo modelo de pesquisa orientado para o produto, com base na perspectiva de gêneros, discursos e estilos da semiótica social.

A terceira contribuição diz respeito à proposta de Matthiessen (2001). Aceita-se sua proposta de conceito de tradução como mapeamento e transformação (ao aceitá-la, problematiza-se o conceito de tradução como retextualização, conforme apresentado em COULTHARD, 1992, no âmbito de produção textual), e de ambientes de tradução e de natureza da tradução nestes ambientes. Mas ao se propor um novo conceito de produção multilingual de textos, volta-se para o gênero e para as instituições que os produzem, no contexto mais amplo de cultura.

A quarta contribuição, mais desafiadora, diz respeito à interface entre os modelos; entre o novo proposto e o modelo que tem como ponto de partida, no ambiente mais restrito, nos diferentes contextos de situação, os registros (MATTHIESSEN, 2001); entre o modelo de registro e o modelo de processo de tradução.

Finalmente, discute-se o mapa de campos de estudo em interface com os estudos da tradução de Hatim; Munday (2004). Provavelmente baseado em leituras dos textos de Fowler, lingüista crítico que se dedicou ao estudo de textos literários, o trabalho localiza a análise crítica do discurso no âmbito dos estudos literários e as questões de linguagem, poder e ideologias no âmbito dos estudos culturais. Esta proposta localizará a análise crítica do discurso, mais especificamente, a semiótica social cujo foco são as questões de linguagem, poder e ideologias na produção multilingual e multimodal de textos, no escopo dos estudos lingüísticos, em lugar do escopo da lingüística, denominação que recebe em Hatim; Munday (2004).

GUTT, E. A. Textual properties, communicative clues and the translator. In PILAR NAVARRO ERRASTI, M. et al. (Ed.). *Transcultural Communication: Pragmalinguistic Aspects*. Zaragoza: ANUBAR, 2000.

HATIM, B. *Teaching and Researching Translation*. London e New York: Longman, 2001.

JAKOBSON, R. On linguistic aspects of translation. In: VENUTI, L. (Ed.) *Translation Studies Reader*. London e New York: Routledge, 2000, p. 113-118.

KRESS, G.; van LEEUWEN, T. *Multimodal Discourse*. London e New York: Routledge, 2001.

MALMKJAER, K. *Linguistics and the Language of Translation*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.

MATTHIESSEN, C. The environments of translation. In STEINER, E.; YALLOP, C. (Ed.) *Exploring Translation and Multilingual Text Production: Beyond Content*. Berlin, New



York, Mouton de Gruyter, 2001, p. 41-126.  
MUNDAY, J. *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. London e New York: Routledge, 2001.  
MUNDAY, J.; HATIM, B. *Translation: an Advanced Resource Book*. London e New York: Routledge, 2004.  
TOURY, G. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam e Philadelphia: John Benjamins, 1995.  
Van LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. London e New York: Routledge, 2005.

## Uma abordagem probabilística da linguagem no escopo dos estudos do conhecimento experto em tradução

Adriana Pagano

adripag@yahoo.com  
Universidade Federal de Minas Gerais

No âmbito dos estudos processuais da tradução, o conceito de *durabilidade* é proposto por Alves (2005) como indicador de qualidade da execução de uma tarefa tradutória, passível de ser aferido quando se verifica ‘uma configuração de desempenho específica que evidencia um padrão de processamento e monitoramento da produção textual passível de ser correlacionado com o gerenciamento cognitivo eficiente e o exercício de meta-reflexão sob uma perspectiva meta-cognitiva’. Experimentos realizados por pesquisadores do LETRA – Laboratório Experimental de Tradução –, da Faculdade de Letras da UFMG, mostram que um aspecto crucial do conhecimento experto em tradução em altos níveis de desempenho é a durabilidade das tarefas tradutórias, tendo-se em vista a consecução das mesmas em menor tempo, com economia de recursos de processamento cognitivo e com a geração de um produto final que não demanda revisão ulterior (Cf. ALVES, 2003, 2005; ALVES; MAGALHÃES, 2004; ALVES; GONÇALVES, no prelo). Na execução da tarefa tradutória, os tradutores expertos evidenciam identificação de problemas e um padrão de tomada de decisões para resolução dos mesmos, pautado por conhecimentos lingüísticos que revelam percepções sobre os sistemas das línguas com as quais lidam. Em outras palavras, para a produção textual requerida por uma tarefa de tradução, os tradutores apóiam-se em conhecimentos e percepções sobre as línguas em uso, característica que pode ser observada nos relatos desses tradutores, os quais incluem instâncias de meta-reflexão sobre a tarefa e graus variados de uso de metalinguagem para definição de problemas. Com efeito, pode-se afirmar que os tradutores expertos monitoram a elaboração de seus textos, através de parâmetros de previsibilidade de uso da língua num determinado contexto de uso.

Os estudos da tradução têm abordado esse tipo de conhecimento lingüístico através de modelos diversos e com propósitos também diversos. Dentre eles, destaca-se a proposta pioneira de Catford (1965), baseada nas primeiras diretrizes da lingüística sistêmico-funcional hallidayana, de observar probabilidades condicionadas e não condicionadas de equivalências entre sistemas lingüísticos, com vistas à formulação de *regras* de tradução humana e *algoritmos* de tradução automática ou assistida por computador. Mais

recentemente, e utilizando plenamente o arcabouço teórico da teoria hallidayana da linguagem como semiótica social, Matthiessen (2001), Steiner (2001) e Teich (2001) têm desenvolvido essa abordagem probabilística da tradução propondo uma contextualização desse fenômeno em relação a abordagens que exploram a produção multilíngüe de textos, tais como a lingüística comparada, a análise contrastiva e os estudos da tipologia lingüística. Com base em subsídios fornecidos por corpora de textos em formato eletrônico, esses pesquisadores buscam mapear equivalências e mudanças de tradução (*translation shifts*), objetivando não apenas instrumentar o trabalho do tradutor (humano e automático), mas também modelar a produção multilíngüe de textos. Em consonância com o trabalho desses teóricos, a proposta desenvolvida pelos pesquisadores do LETRA, objeto desta apresentação, visa incorporar a perspectiva de descrição e tipologia lingüística como base teórica que possibilita explorar probabilidades condicionadas de equivalência, que, por sua vez, possam informar a análise do desempenho de tradutores orientada para uma indagação do conhecimento experto em tradução. Afiliada à lingüística sistêmico-funcional hallidayana, a proposta expande as considerações de Matthiessen (2001) sobre a necessidade de se explorar a tradução sob a perspectiva da logogênese ou criação de significado na instanciação textual, visando a uma descrição dos padrões gerados pela instanciação de textos traduzidos, seja em casos de preexistência de um texto original, seja em casos de produção multilíngüe simultânea. O impacto pretendido pelos pesquisadores do LETRA está localizado não apenas na descrição lingüística orientada para a instrumentação do trabalho de tradução para fins de formação de tradutores, mas também na modelagem do processo cognitivo de tradutores expertos em alto nível de desempenho.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Ed.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 90-122.  
ALVES, F. Tradução, cognição e contextualização: triangulando a interface processo-produto no desempenho de tradutores novatos. D.E.L.T.A., n. 19, p.71-108, 2003.  
ALVES, F.; GONÇALVES, J. L. V. R. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y.; SCHLESINGER, M., STOLZE, R. (Ed.). *Translation Studies: doubts and directions*. (Selected contributions from the IV EST Congress). No prelo.  
ALVES, F.; MAGALHÃES, C. Using small corpora to tap and map the process-product interface in translation. *TradTerm*, n. 10, p. 179-211, 2004.  
CATFORD, C. *A linguistic theory of translation*. London: Oxford University Press, 1965. (Language and Language Learning).  
HALLIDAY, M. A. K. 2001. Towards a theory of good translation. In: STEINER, E.; YALLOP, C. (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter: 13-18.  
MATTHIESSEN, Christian M. I. M. 2001. The environments of translation. In: STEINER, E.; YALLOP, C. (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter: 41-124.  
TEICH, Elke. 2001. Towards a model for the description of cross-linguistic divergence and commonality in translation. In: STEINER, E.; YALLOP, C. (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter: 191-227.

STEINER, E. Intralingual and interlingual versions of a text – how specific is the notion of translation? In: STEINER, E., YALLOP, C. (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter: 161-190.

### 3.14.4 Pôsteres

---

#### O uso de sistemas de memória de tradução e sua influência no desempenho de tradutores experientes

Aline Alves Ferreira  
alineafe@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Gardenia Barbosa Neubaner Nascimento  
Emanoel Williams Mendes de Alquimin

Este trabalho investiga o impacto de Sistemas de Memória de Tradução (SMT) no processo tradutório de tradutores experientes e de que forma a presença de um SMT influencia quantitativa e qualitativamente o desempenho em nível segmental nos pares lingüísticos alemão-português e inglês-português.

Segundo Alves (2006) a segmentação está diretamente ligada ao ritmo cognitivo do tradutor. Segmentos mais longos parecem indicar que o tradutor direcionou o foco de sua atenção para um trecho maior do texto, enquanto segmentos mais curtos parecem apontar que a atenção do tradutor esteve voltada para aspectos micro-lingüísticos do texto. No escopo do presente trabalho, diferencia-se entre uma segmentação natural e outra assistida por computador por meio do apoio de um SMT. Na segmentação natural, o tradutor processa a unidade de tradução (UT) de acordo com o grau de dificuldade que o segmento apresenta. Nesse sentido, a segmentação natural humana não segue necessariamente sinais ortográficos de pontuação, diferentemente da tradução assistida por computador que utiliza estes sinais como delimitadores de texto.

De uma perspectiva empírico-experimental, uma UT pode ser identificada com bases nas pausas observadas no decorrer do fluxo do processo de produção textual (Alves et al, 2006). Para Dragsted (2004:78), ‘a UT pode ser definida como a compreensão simultânea/consecutiva na língua de partida e a produção na língua de chegada de um segmento textual cujo tamanho é limitado pela capacidade da memória de trabalho e cujas fronteiras podem ser identificadas através de pausas’. Estas pausas indicam onde o tradutor precisou interromper a produção textual ao deparar-se com um problema que exige maior esforço cognitivo.

Para a averiguação das diferenças entre a segmentação natural e aquela assistida por computador, este trabalho utiliza a metodologia de triangulação proposta por Alves (2006), na qual relatos retrospectivos são gravados imediatamente após a execução da tarefa tradutória, a fim de analisar qualitativamente as pausas ocorridas durante o processo. Na coleta de dados em ambiente natural, é utilizado o programa *Translog*. Em ambiente assistido por computador, utiliza-se o *Translator’s Workbench* da TRADOS. Para fins experimentais, os tradutores têm acesso a um SMT, que armazena e recupera traduções anteriores. Cabe ao tradutor decidir sobre o uso ou não da informação fornecida pelo

programa. É possível ter acesso às consultas em tempo real feitas pelos sujeitos por meio do programa *Camtasia*: um software que registra as imagens produzidas pelo monitor de um dado computador.

Tanto em ambiente TRADOS quanto em ambiente *Translog*, a segmentação pode ser analisada de acordo com as três fases do processo de tradução: orientação, redação e revisão. O grupo PACTE (2005) aponta algumas tendências com relação à primeira fase, destacando-se entre elas a preferência por parte dos tradutores experientes de utilizar uma combinação de apoio externo/interno para se orientarem.

Corroborando os resultados de PACTE (2005), o trabalho aponta que o uso de um SMT altera o padrão de segmentação de tradutores experientes nas três fases do processo, mas interfere de forma predominante nos processos de orientação dos tradutores experientes.

ALVES, Fábio. Tradução, Cognição e Contextualização: Triangulando a interface Processo-Produto no Desempenho de Tradutores Novatos, *D.E.L.T.A.* v. 19. 2003.

ALVES, F. Tradução, cognição e tecnologia: investigando a interface entre o desempenho do tradutor e a tradução assistida por computador. *Cadernos de tradução*, v. 14, p. 185-209, 2006.

DRAGSTED, Barbara. *Segmentation in Translation and Translation Memory Systems*. (Unpublished PhD thesis). Copenhagen Business School: Copenhagen, 2004.

JAKOBSEN, A. L. & SCHOU. *Translog documentation*. In HANSEN (Ed.). 1999.



# Índice Remissivo

- Álvaro Antônio Caretta, 122  
Élida Lima, 174  
Íria Marjori Schubalski Reisdorfer, 581  
Ângela Paiva Dionísio, 101
- Abdelhak Razky, 734  
Adeilson Pinheiro Sedrins, 513  
Adelaide Hercília Pescatori Silva, 338  
Aderlande Pereira Ferraz, 546  
Adrete Terezinha Matias Grenfell, 701  
Adriana Aparecida Souza Aguiar, 303  
Adriana da Silva, 620  
Adriana de Paula, 88  
Adriana Fischer, 33  
Adriana Maria Tenuta de Azevedo, 599  
Adriana Nascimento Bodolay, 554  
Adriana Pagano, 855  
Adriana Viana Postigo, 765  
Adriane Orenha, 844  
Adriane Teresinha Sartori, 87  
Aira Suzana Ribeiro Martins, 321  
Aléxia Teles Duchowny, 399  
Alan Jardel de Oliveira, 724  
Alba Verôna Brito Gibrail, 400  
Alcides Fernandes de Lima, 733  
Aleria Cavalcante Lage, 706  
Alessandra Adorni, 67  
Alessandra Fernandes Carreira, 232  
Alessandra Moreno Maestrelli, 61  
Alessandra Regina Guerra, 177, 527  
Alessandro Boechat de Medeiros, 500  
Alexandre Monte, 469  
Aline Alves Ferreira, 856  
Aline Alves Fonseca, 640  
Aline do Nascimento Duarte, 585  
Aline Mesquita, 310  
Aline Rodrigues Benayon, 721  
Alinne Suelen Pereira dos Reis, 432  
Aluiza Alves de Araújo, 794  
Amanda Eloina Scherer, 269  
Amitza Torres Vieira, 78  
Ana Carla Bruno, 445  
Ana Carolina Silva Vilela, 809  
Ana Cláudia Junqueira Chiaretto, 595  
Ana Claudia Peters Salgado, 728  
Ana Cristina Carmelino, 165  
Ana Dilma de Almeida Pereira, 40  
Ana Elisa Costa Novais, 575  
Ana Elisa Ribeiro, 39  
Ana Eliza Pereira Bocorny, 819  
Ana Flávia Lopes Magela Gerhardt, 41  
Ana Paula da Silva Huback, 507  
Ana Paula Ferreira de Mendonça, 129
- Ana Paula Mendes Alves, 749  
Ana Paula Rocha, 739  
Ana Paula Scher, 506  
Ana Regina Torres Ferreira Teles, 758  
Ana Ruth Moresco Miranda, 613  
Ana Silva Moço Aparicio, 280  
Ana Vilacy Galucio, 390  
Anderson de Carvalho Pereira, 63  
Anderson Godinho Silva, 422  
Andréa Lourdes Ribeiro, 552  
Andréia Almeida Mendes, 750  
Angel Corbera Mori, 449  
Angela Marina Bravin dos Santos, 752  
Aniela Improta França, 537  
Anna Christina Bentes, 257  
Anna Maria Grammatico Carmagnani, 121  
Anneliese Maria Bento de Carvalho, 107  
Antônia Vieira dos Santos, 368  
Antônio Augusto Moreira de Faria, 73, 201  
Antônio Luiz Assunção, 182  
Antônio Suárez Abreu, 511  
Anthony Julius Naro, 777  
Antonia Fernanda Nogueira, 390  
Antonia Zago, 156  
Antonio Carlos Xavier, 28, 297, 420  
Aparecida de Araujo Oliveira, 676  
Aparecida Negri Isquerdo, 828  
Arabie Bezri Hermont, 609  
Arlima dos Santos, 753  
Aroldo Leal de Andrade, 520  
Aryon Dall'Igna Rodrigues, 25, 453  
Astrid Nilsson Sgarbieri, 150  
Aurélio Takao Vieira Kubo, 201  
Aurelina Ariadne Domingues Almeida, 369
- Bárbara Olímpia Ramos de Melo, 38, 638  
Bartira Gotelipe, 831  
Beatriz Carretta Corrêa da Silva, 438  
Beatriz Daruj Gil, 590, 591  
Beatriz Maria Eckert Hoff, 168  
Beatriz Raposo de Medeiros, 337  
Beth Marcuschi, 307  
Brigitte Klemz Jung, 594  
Bruna Karla Pereira, 516  
Bruna Wysocki, 200  
Bruno Oliveira Maroneze, 548  
Bruno Rego Deusdara Rodrigues, 81
- Cátia de Azevedo Fronza, 344  
Célia Maria Macedo de Macedo, 99  
Célia Maria Magalhães, 577  
Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva, 298  
Célia Maria Moraes Castilho, 403  
Célia Marques Telles, 386, 410

## ÍNDICE REMISSIVO

---

- César Nardelli Cambraia, 376  
Cândida Mara Britto Leite, 335  
Cíntia Regina de Araújo, 163  
Caio Cesar Costa Ribeiro Mira, 560  
Camila Bozzo Moreira, 342  
Camila Polon Donzeli, 684  
Camila Tavares Leite, 347  
Candice Navarro Fernandez, 784  
Carla Aparecida de Almeida, 152  
Carla Krauss Lima, 60  
Carla Simone Soder Kroth, 110  
Carla Viana Coscarelli, 50  
Carlos Pittella, 815  
Carlos Sodré da Silva Abreu, 497  
Carmelita Minelio da Silva Amorim, 498  
Carmen Maria Faggion, 780  
Carmen Rita Guimarães Marques de Lima, 689  
Carolina Coelho Aragon, 452  
Carolina Lisboa Mezzomo, 349  
Carolina Queiroz Andrade, 760  
Caroline de Araújo Pupo Hagemeyer, 311  
Caroline Rodrigues Cardoso, 777, 786  
Cassia Maria de Souza Leão, 297  
Catarina Vaz Rodrigues, 788  
Celia Magalhães, 853  
Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, 147  
Celso Vieira Novaes, 539  
Charlene Cidrini Ferreira, 70  
Chris Sinha, 27  
Christianne de Menezes Gally, 114  
Christina Abreu Gomes, 719  
Cláudia Cardoso-Martins, 635  
Cláudia Castellanos Pfeiffer, 268  
Cláudia Fernanda Pollonio, 593  
Cláudia Mara de Souza, 568  
Cláudia Nascimento Guaraldo Justi, 635, 649  
Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro, 94  
Cláudia Santos de Jesus, 810  
Cláudio Humberto Lessa, 134  
Clézio Roberto Gonçalves, 746  
Clara Dornelles, 278  
Clara Oliveira Esteves, 648  
Clara Villarinho, 650  
Clarissa Camilo Mariano, 432  
Clarissa Rollin Pinheiro Bastos, 584  
Claudia Aparecida Lemos Leitao, 214  
Claudia Gomes Paiva, 173  
Claudia Maria Garcia Medeiros de Oliveira, 416  
Claudia Mendes Campos, 630  
Claudiana Nogueira de Alencar, 555  
Cleci Regina Bevilacqua, 817  
Cleide Emilia Faye Pedrosa, 578  
Cleusa Maria Alves de Matos, 181  
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, 375  
Cristhiane Ferreguett, 166  
Cristia Rodrigues Miranda, 108  
Cristiane Aparecida da Costa, 131  
Cristiane Cataldi, 137  
Cristiane Krause Kilian, 826  
Cristiane Lazzarotto, 346  
Cristiane Maria Megid, 154  
Cristiane Namiuti Temponi, 428  
Cristiano Gonçalves Araújo, 834  
Cristina Lopomo Defendi, 742  
Cristina Yukie Miyaki Fuchs, 502  
Cynthia Elias de Leles Vilaça, 380  
Décio Rocha, 229  
Daisy Barbara Borges Cardoso, 846  
Daisy Rodrigues do Vale, 596  
Dalmo Vinícius Coalho Borges, 398  
Danúbia Hatoum Seron, 467  
Daniela Cid de Garcia, 462  
Daniela Manini, 565  
Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães, 424, 629  
Daniela Viana de Oliveira Paulino, 433  
Daniella Lopes Dias, 42  
Danielle de Rezende Santos, 483  
Daniely Cassimiro de Oliveira Santos, 810  
Danívia da Cunha Mattozo Wolff, 386  
Dante Lucchesi, 801  
Darcilia Marindir Pinto Simões, 323  
Dayane Celestino de Almeida, 270  
Dayse Simon Landim de Souza, 823  
Deize Vieira dos Santos, 533  
Delaine Cafiero, 313  
Denise Lino de Araújo, 298  
Denise Salim Santos, 118  
Dermeval da Hora Oliveira, 47  
Deusa Maria de Souza-Pinheiro Passos, 169  
Dina Maria Martins Ferreira, 656  
Dinah Callou, 753  
Diogo Oliveira Ramires Pinheiro, 485  
Dioney Moreira Gomes, 456  
Diva Cardoso de Camargo, 844  
Djanice de Almeida Bessa, 810  
Dominique Maingueneau, 24, 256  
Doris de Arruda Carneiro da Cunha, 551  
Douglas Henrique Perez Pino, 823  
Douglas Rodrigues Filho, 198  
Dylia Lysardo-Dias, 140  
Edair Gorski, 805  
Edenize Ponzo Peres, 745  
Ediene Pena Ferreira, 619  
Edilaine Buin, 43  
Edilene Patrícia Dias, 812  
Edir Ramos de Freitas, 45  
Edivalda Araújo, 799  
Edmilson Luiz Rafael, 298  
Edson Rosa Francisco de Souza, 202  
Eduardo Alves Vasconcelos, 448  
Eduardo Benedicto, 62  
Eduardo Calil, 37  
Eduardo Penhavel, 177, 527  
Eduardo Tadeu Roque Amaral, 698  
Edvania Gomes da Silva, 90  
Edwiges Morato, 713  
Elaine Cristina Silva Santos, 360  
Elenice Santos de Assis Costa de Souza, 471  
Eli Nazareth Bechara, 687  
Eliana Amarante de Mendonça Mendes, 146  
Eliana Correia Brandão Gonçalves, 705  
Eliana dos Santos Rangel, 184  
Eliana Sandra Pitombo Teixeira, 391  
Eliane Pereira Machado Soares, 793  
Elias Ribeiro da Silva, 312  
Eliete Figueira Batista da Silveira, 523  
Elis de Almeida Cardoso, 593  
Elisângela Gonçalves da Silva de Andrade, 766

- Elisa Battisti, 326  
 Elisabeth Cury, 650  
 Elisabeth Linhares Catunda, 205  
 Elisângela Baptista de Godoy Sartin, 742  
 Elisson Ferreira Morato, 226  
 Elizabeth Guzzo de Almeida, 293  
 Elizania Fabia de Sousa Azanha, 172  
 Elizete Maria de Souza, 763  
 Elmo José dos Santos, 91  
 Elsa Gomez-Imbert, 446  
 Elzira Yoko Uyeno, 217  
 Emília Helena Portella Monteiro de Souza, 371  
 Ema Marta Dunck Cintra, 440  
 Emanuel Williams Mendes de Alquimin, 856  
 Emanuela Cresti, 29  
 Emilia Mendes, 72  
 Eneida Esteves Martins Latham, 556  
 Erica dos Santos Rodrigues, 603  
 Erick Cristiano Leite Souza, 356  
 Erika Parlato de Oliveira, 639  
 Erotilde Goreti Pezatti, 667, 687  
 Esmeralda Vailati Negrão, 542  
 Estael Aparecida Pereira, 124  
 Evani de Carvalho Viotti, 127, 418  
 Evelyne Dogliani, 409
- Fábio Araújo Oliveira, 192  
 Fábio Bonfim Duarte, 489  
 Fábio de Lima Wenceslau, 704  
 Fábio Izaltino Laura, 396  
 Fátima Catarina Fernandes, 699  
 Fabíola Ap. Sartin Dutra Parreira Almeida, 100  
 Fabi Jesus, 158  
 Fabiana Andrade Leite, 690  
 Fabiana Cristina Komesu, 133  
 Fabio Alves, 852  
 Fabio Sampaio de Almeida, 71  
 Fatima Helena Azevedo de Oliveira, 815  
 Felício Margotti, 803  
 Felipe Costa Clemente, 330  
 Fernanda Beatriz Caricari de Morais, 84  
 Fernanda Canever, 431  
 Fernanda Cunha Sousa, 383  
 Fernanda de Castro Batista Coelho, 106  
 Fernanda Glaucia de Moura Melo, 760  
 Fernanda Magalhães de Araújo, 41  
 Fernando Orphão de Carvalho, 622  
 Fernando Pimentel Henriques, 482  
 Fernando Silva Paula, 65  
 Filomena Elaine Paiva Assolini, 66  
 Flávia Felipe Silvino, 616  
 Flávia Medianeira de Oliveira, 572  
 Flávia Rosilena Poffo, 569  
 Florence Carboni, 716  
 Fráya da Cunha, 813  
 Francine de Assis Silveira, 816  
 Francine Silveira, 355  
 Francis Ricardo dos Reis Justi, 649  
 Francisca Paula Soares Maia, 768  
 Frederico Maciel Fraga, 358
- Gabriele Cristine Carvalho, 751  
 Gardenia Barbosa Neubaner Nascimento, 856  
 Gean Nunes Damulakis, 353  
 Genésio Seixas Souza, 382
- Geralda Maria de Carvalho Zaidan, 686  
 Gesoel Mendes, 341  
 Giacomo Patrocínio Figueredo, 835  
 Gilcélia de Menezes da Silva, 387  
 Gilcinei Teodoro Carvalho, 205  
 Gildete Rocha Xavier, 633  
 Giovana Ferreira Gonçalves Bonilha, 327, 349  
 Giovanna Wrubel Brants, 637  
 Gisela Collischon, 807  
 Gisele Loures, 288  
 Giselle Aparecida Toledo Esteves, 692, 811  
 Giselle Olivia Mantovani Dal Corno, 780  
 Giuliana Bonucci Castellano, 271  
 Gláucia Muniz Proença Lara, 243  
 Glória Isabel Sattamini Ferreira, 818  
 Gladis Maria de Barcellos Almeida, 823  
 Gladis Massini-Cagliari, 374  
 Glauber Romling da Silva, 459  
 Guilherme Lima Moura, 707  
 Guiomar Silva de Albuquerque, 634  
 Gustavo Nishida, 329  
 Gustavo Ximenes Cunha, 135
- Heberth Paulo de Souza, 601  
 Heidi Harley, 19  
 Helcira Lima, 216  
 Helder Rodrigues Pereira, 113  
 Helena da Silva Guerra Vicente, 525  
 Helena Hathsue Nagamine Brandão, 238  
 Heloisa de Oliveira Macedo, 558  
 Heloisa Collins, 316  
 Heronides Moura, 713  
 Hilario Inacio Bohn, 44  
 Hilda de Sousa Melo, 723  
 Humberto Soares da Silva, 518
- Iara Bemquerer Costa, 285  
 Iara Maria Barbosa Lages Albuquerque, 410  
 Ida Lucia Machado, 254  
 Ieda Maria Alves, 547  
 Igor Antônio Lourenço da Silva, 840  
 Ilza Maria Tavares Gualberto, 111  
 Ilza Ribeiro, 800  
 Inês Signorini, 589  
 Ingrid Finger, 631  
 Ingrid Machado, 830  
 Iracema Aparecida Wada Papa, 161  
 Isabel Cristina Rodrigues, 69  
 Isabella Venceslau Fortunato, 393  
 Ismael Tressmann, 789  
 Ivana Brasileiro, 624  
 Ivete Monteiro de Azevedo, 96  
 Ivo da Costa do Rosário, 470  
 Izabel Christina Seara, 530  
 Izabel Christine Seara, 355  
 Izete Lehmkuhl Coelho, 730
- J. Guillermo, 185  
 Jürgen Heye, 762  
 Jaciara ornélia Nogueira de Oliveira, 118  
 Jacqueline Varela Brasil Ramos, 617  
 Jacyra Andrade Mota, 798  
 James Anthony Walker, 761  
 Janaína Behling, 157  
 Janaína de Assis Rufino, 117

## ÍNDICE REMISSIVO

---

- Janaína Rabelo Cunha Ferreira de Almeida, 359  
Jane Quintiliano Guimarães Silva, 247  
Jania Martins Ramos, 491  
Janice Helena Chaves Marinho, 314  
Jerônimo Coura Sobrinho, 319  
Jeter Jaci Neves, 42  
João Antonio de Santana Neto, 683  
João Bosco Bezerra Bonfim, 191  
João Marcos Mateus Kogawa, 95  
João Paulo Soares, 412  
Joelma Rezende Xavier, 143  
John Harris, 20  
Jones Ferreira Vicente, 119  
Jordi Fortuny Andreu, 499  
Jorge Augusto Alves da Silva, 475  
Jorge Viana Santos, 145  
José Carlos Gonçalves, 167  
José Carlos Leandro, 420  
José Olimpio de Magalhães, 640  
José Roberto do Carmo Junior, 196  
José Romerito Silva, 479  
Josane Moreira de Oliveira, 379  
Josete marinho de Lucena, 820  
Josyele Ribeiro Caldeira, 187, 700  
Juciane dos Santos Cavalheiro, 188  
Judith Hoffnagel, 549  
Juliana Alves Assis, 246  
Juliana Antunes Nasser, 703  
Juliana Bertucci Barbosa, 366  
Juliana Esposito Marins, 484  
Juliana Pacheco, 493  
Juliana Pereira dos Santos, 461  
Juliana Ribeiro Lima, 573  
Juliana Sayao, 98  
Juliana Soledade Barbosa Coelho, 367  
Julianna Bezerra Vital, 308  
Julio William Curvelo Barbosa, 531  
Jurgen Heye, 726  
Jussara Abraçado, 497
- Kátia Nazareth Moura de Abreu, 505  
Kanavillil Rajagopalan, 655  
Karen Pupp Spinassé, 302  
Karen Santorum, 627  
Karine Viana Amorim, 298  
Kariny Cristina de Souza Raposo, 680  
Katja Reinecke, 331  
Kazue Saito Monteiro de Barros, 550  
Kelen Cristina Sant'Anna de Lima, 839  
Kelly Viviane Bernardo, 743  
Kristine Stenzel, 446
- Lídia Spaziani, 740  
Lafayette Batista Melo, 218  
Larissa Ciríaco, 663  
Laudino Roces Rodrigues, 348  
Laurete Lima de Guimarães, 410  
Lauro José da Cunha, 189  
Lauro Meller, 209  
Leandro Rodrigues Alves Diniz, 194  
Leda Verdiani Tfouni, 234  
Leila Barbara, 411  
Leland Emerson McCleary, 127, 418  
Leonardo Silva de Almeida, 424  
Leonor Scliar-Cabral, 714
- Letícia Maria Sicuro Corrêa, 632, 636  
Letícia Maria Sicurro Corrêa, 604  
Letícia Stander Farias, 345  
Liana Biar, 199  
Lidia Almeida Barros, 816, 848  
Lidia Lima da Silva, 675  
Lilian Alves Jandir, 811  
Lilian Arão, 178  
Lilian Cristine Scherer, 644  
Liliana Cabral Bastos, 573, 574  
Liliane Pereira Barbosa, 776  
Liliane Santana, 666  
Lincoln Almir Amarante Ribeiro, 457  
Lindinalva Messias Chaves, 350  
Loredana Limoli, 128, 129  
Lorena Adami da Cruz, 272  
Lorenzo Teixeira Vitral, 492  
Luana Machado, 753  
Lucília Maria Sousa Romão, 58  
Lucas Santos Campos, 372  
Lucas Vinício de Carvalho Maciel, 86  
Luciana Beatriz Bastos Ávila, 653  
Luciana de Oliveira Terra, 362  
Luciana Iost Vinhas, 182  
Luciana Mendes Pereira, 647  
Luciana Raccanello Storto, 671  
Luciana Sanchez-Mendes, 669  
Luciana Teixeira, 632  
Luciano Alves Lima, 648  
Luciano Lima Souza, 576  
Lucilene Hotz Bronzato, 652  
Lucinda Conceição da Hora, 775  
Ludinalva Santos do Amor Divino, 754  
Ludmila Ferrarezi, 59  
Luisa Godoy, 662  
Luisandro Mendes de Souza, 691  
Luiz André Neves de Brito, 126  
Luiz Carlos Cagliari, 35  
Luiz Carlos Carvalho de Castro, 324  
Luiz Fernando Matos Rocha, 653  
Luiz Francisco Dias, 709  
Luiz Martins Monteiro de Barros, 501  
Luiz Paulo da Moita Lopes, 589  
Lusine Yeghiazaryan, 517  
Luzinete Carpin Niedzieluk, 301
- Márcia Aparecida Amador Mascia, 204  
Márcia Assumpção, 84  
Márcia Barreto Berg, 678, 691  
Márcia Caçado, 661  
Márcia Cristina de Brito Rumeu, 378  
Márcia Cristina Pontes Vieira, 720  
Márcia Cristina Zimmer, 614, 631  
Márcia Damaso Vieira, 540  
Márcio Martins Leitão, 623, 634  
Mário Alexandre Garcia Lopes, 434  
Mário Eduardo Viaro, 406  
Mônica Cristina Vital dos Santos, 109  
Mônica Hoeldtke Pietruchinski, 136  
Mônica Leite de Araújo Fernbach, 628  
Mônica Maria Guimarães Savedra, 762, 804  
Míria Gomes de Oliveira, 295  
Maíra Avelar Miranda, 179  
Maíra Silva de Paiva, 811  
Magliane De Marco, 352

- Manoel Gomes dos Santos, 454  
 Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, 587  
 María del Pilar Roca Escalante, 276  
 Marília da Piedade Marinho Silva, 277  
 Marília Facó Soares, 541  
 Maralice de Souza Neves, 287  
 Marcel Bittencourt Tavares, 142  
 Marcela Regina Vasconcelos da Silva, 208  
 Marcelo Amorim Sibaldo, 514  
 Marcelo Barra Ferreira, 660  
 Marcia dos Santos Machado Vieira, 771, 811  
 Marcia Dresch, 224  
 Marco Antonio Martins, 731  
 Marcos Antonio Moura-Vieira, 237  
 Marcus Antonio Assis Lima, 576  
 Marcus Maia, 537, 641  
 Marcus Vinicius da Silva Lunguinho, 524  
 Margarida Basilio, 534  
 Maria Alice Tavares, 480  
 Maria Alzira de Carvalho Santos, 128  
 Maria Angélica Furtado da Cunha, 478  
 Maria Antonieta Cohen, 407  
 Maria Aparecida de Faria Gomes, 582  
 Maria Aparecida Leite Mendes Cota, 553  
 Maria Aparecida Silva Furtado, 381  
 Maria Aparecida Torres Morais, 405  
 Maria Augusta Gonçalves de Macedo Reinaldo, 103  
 Maria Auxiliadora Bezerra, 101  
 Maria Auxiliadora Vieira de Lima Arsiolli, 423  
 Maria Beatriz Decat, 463  
 Maria Bernadete Marques Abaurre, 23  
 Maria Cecília de Magalhães Mollica, 49  
 Maria Cecília Lopes, 413  
 Maria Clara Paixão de Sousa, 426  
 Maria Claudia de Freitas, 414  
 Maria Cristina Figueiredo Silva, 530  
 Maria Cristina Giorgi, 80  
 Maria Cristina Name, 610  
 Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva, 477  
 Maria da Conceição Fonseca Silva, 90  
 Maria da Glória Corrêa Di Fanti, 156, 174  
 Maria da Glória di Fanti, 227  
 Maria da Graça Cassano, 224  
 Maria da Graça Ferreira da Costa Val, 284  
 Maria da Graça Krieger, 814, 824  
 Maria da Penha Ferreira de Assis, 95  
 Maria da Penha Pereira Lins, 769  
 Maria das Graças Dias Pereira, 574, 781  
 Maria de Fatima Vieira, 809  
 Maria de Lourdes Marques Moraes, 168  
 Maria de Lourdes Meirelles Matencio, 249  
 Maria do Carmo de Oliveira, 529  
 Maria do Carmo Leite de Oliveira, 574  
 Maria do Carmo Lourenço-Gomes, 641  
 Maria do Carmo Viegas, 722  
 Maria do Socorro Oliveira, 300  
 Maria do Socorro Silva de Aragão, 792  
 Maria do Socorro Vieira Coelho, 747, 776  
 Maria Elias Soares, 38, 205, 638  
 Maria Eliza Freitas do Nascimento, 172  
 Maria Evane Bethonico, 508  
 Maria Francisca Oliveira Santos, 163  
 Maria Helena de Paula, 586  
 Maria Inez Matoso Silveira, 583  
 Maria José Foltran, 679  
 Maria José Rodrigues Faria Coracini, 122  
 Maria Lilia Simões de Oliveira, 291  
 Maria Luisa Blanco-Gómez, 682  
 Maria Luisa de Oliveira, 838  
 Maria Luiza Braga, 465  
 Maria Luiza Cunha Lima, 432, 643, 648  
 Maria Magda de Lima Santiago, 130  
 Maria Marta Pereira Scherre, 760, 777  
 Maria Medianeira de Souza, 207  
 Maria Mendes Cantoni, 359  
 Maria Nazareth Soares Fonseca, 255  
 Maria Olívia de Quadros Saraiva, 392  
 Maria Onice Payer, 262  
 Maria Regina de Carvalho Caseiro Oliveira, 685  
 Maria Risolêta Silva Julião, 458  
 Maria Rosa Petroni, 305  
 Maria Suzett Biembengut Santade, 322  
 Maria Teresa Gonçalves Pereira, 291  
 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, 828  
 Marian dos Santos Oliveira, 334  
 Mariana de Moura Salles Moreira, 357  
 Mariangela Rios de Oliveira, 532  
 Marigia Ana de Moura Aguiar, 252  
 Marilene Tavares Cortez, 600  
 Marilucia Barros de Oliveira, 732  
 Marilyn Vihman, 22  
 Marilza de Oliveira, 402  
 Marina Maria Silva Magalhães, 447  
 Marina Rosa Ana Augusto, 605, 636  
 Marinalva Vieira Barbosa, 165  
 Marisa Grigoletto, 139  
 Marisa Mendonça Carneiro, 618  
 Mariza Vieira da Silva, 267  
 Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, 708  
 Marlúcia Maria Alves, 351  
 Marlene da Rocha Tunes, 129  
 Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti, 309  
 Maura Regina da Silva Dourado, 274  
 Mauriceia Silva de Paula Vieira, 54  
 Maurizio Babini, 849, 850  
 Mauro José Rocha do Nascimento, 487  
 Maximiliano Guimarães, 340  
 Mayara Neres Matos, 526  
 Mercedes Marcilese, 636  
 Michael Taylor, 813  
 Milán-Ramos, 185  
 Milena Maria Sarti, 221  
 Milena Pereira de Souza, 808  
 Miriam Lemle, 536  
 Moab Duarte Acioli, 250  
 Monalisa dos Reis Aguiar, 395  
 Monica Santos de Souza Melo, 149  
 Nívia Naves Garcia Lucca, 785  
 Natália Sathler Sigiliano, 736  
 Neide Cesar Cruz, 343  
 Neila Maria Oliveira Santana, 755  
 Nice Ewald Lenzi, 32  
 Niguelme Cardoso Arruda, 528  
 Nildiceia Aparecida Rocha, 220  
 Nilsa Brito Ribeiro, 162  
 Nilton Hernandes, 203  
 Nilza Barroso Dias, 465  
 Nize da Rocha Santos Paraguassu, 674  
 Noemi Pereira de Santana, 371

## ÍNDICE REMISSIVO

---

- Norma da Silva Lopes, 370  
Norma Lucia Fernandes de Almeida, 783
- Odete Menon, 806  
Orlando Vian Jr, 85  
Otilia Lizete de Oliveira Martins Heinig, 31, 569
- Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, 817  
Patrícia Goulart Tondineli, 570  
Patrícia Tavares de Almeida Santos, 773  
Patrícia Vargas Alencar, 756  
Patricia Teles Alvaro, 702  
Paula Chiaretti, 222  
Paula Tavares Pinto Paiva, 845  
Pauline Freire, 187  
Paulino Vandressen, 802  
Paulo Antonio Pinheiro Correa, 503  
Paulo Chagas de Souza, 336  
Paulo Cortes Gago, 184, 566  
Paulo de Tarso Galembeck, 696  
Paulo Henrique Caetano, 577  
Paulo Henrique de Oliveira Barroso, 361  
Paulo Medeiros Junior, 521  
Paulo Roberto Almeida, 266  
Pedro Farias Francelino, 210  
Pedro Luis Navarro Barbosa, 93  
Poliana Camargo Rabelo, 510  
Pollyanne Bicalho Ribeiro Ziviani, 104  
Priscila Brasil Gonçalves Lacerda, 710  
Priscila Moret Pio Maciel, 41
- Rafael Bezerra de Lima, 522  
Rafael Minussi, 495  
Rafaela Domingues Costa, 759  
Raimunda Benedita Cristina Caldas, 435  
Raimunda Madalena Araujo Maeda, 772  
Raquel Brigatte, 76  
Raquel Camargo Trentim, 701  
Raquel Meister Ko. Freitag, 770  
Raquel Salek Fiad, 283  
Rebeka Ferreira Pequeno Leite, 357  
Regiane Coelho Pereira Reis, 790  
Regina Helena van der Laan, 818  
Regina Maria Ayres de Camargo Freire, 271, 593  
Regina Maria de Souza Moraes, 597  
Regina Ritter Lamprecht, 349  
Reinildes Dias, 299  
Renê Forster, 650  
Renata Amaral Teixeira, 55  
Renata Barbosa Vicente, 741  
Renata Gaspar Nascimento, 144  
Renata Lemos Carvalho, 281  
Renata Mancini, 196  
Renata Oliveira Marques, 53  
Renata Sobrino Porto de Oliveira, 726  
Renato de Mello, 74  
Ricardo Campos de Castro, 454  
Ricardo Cavaliere, 373  
Ricardo Joseh Lima, 607  
Rivaldo Capistrano de Souza Junior, 769  
Roberta Pires de Oliveira, 658, 694  
Roberta Rego Rodrigues, 843  
Roberto Botelho Rondinini, 512  
Roberto Gomes Camacho, 665  
Rocío Serrano Cañas, 273
- Rogério Brito Moraes, 358  
Rogério Vicente Ferreira, 510  
Ronald Beline Mendes, 545  
Rosângela Gabriel, 36, 627  
Rosana Costa de Oliveira, 442  
Rosana do Carmo Novaes Pinto, 645  
Rosane Alencar, 561  
Rosane da Conceição Pereira, 116  
Rosane de Andrade Berlinck, 365  
Rosiane dos Santos Ferreira, 695  
Roxane Rojo, 259  
Ruberval Ferreira, 657  
Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes, 615  
Ruth Maria Fonini Monserrat, 439
- Sérgio Meira, 26  
Sérgio Roberto Costa, 264  
Sônia Maria de Oliveira Pimenta, 245  
Sílvia Rita Magalhães de Olinda, 379  
Sílvia Santos da Silva Gonçalves, 282  
Sílvio Ribeiro da Silva, 564  
Sírio Possenti, 108  
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre, 389  
Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, 377  
Sanderson Castro de Oliveira Soares, 460  
Sandoval Nonato Gomes-Santos, 258  
Sandra Cerqueira Pereira Prudencio, 282  
Sandra Elisabete de Oliveira Cazelato, 684  
Sandra Maria Silva Cavalcante, 56  
Sandra Pereira Bernardo, 486  
Sandra Regina Cecilio, 306  
Sebastião Carlos Leite Gonçalves, 504  
Selene Marinho Machado, 176  
Sergio Drummond Madureira Carvalho, 774  
Sheila Elias de Oliveira, 141  
Silmara Cristina Dela-Silva, 194  
Silvana Maria de Jesus, 836  
Silvana Soares Costa Ribeiro, 797  
Silvia Figueiredo Brandão, 779  
Silvia Regina de Oliveira Cavalcante, 429  
Silvia Rodrigues Vieira, 296  
Simone Sarmento, 821  
Siumara Aparecida de Lima, 136  
Solange Lima, 650  
Sonia Maria Lazzarini Cyrino, 544  
Sonia Rocha, 494  
Sonia Zyngier, 567  
Stella Maris Bortoni-Rcardo, 48  
Suzana Alice Marcelino Cardoso, 796  
Suzana Amarante de Mendonça Cohen, 197  
Suzana Teixeira Neri Resende, 264  
Suzy Oliveira de Lima, 670  
Suzy Lagazzi-Rodrigues, 261
- Tânia Conceição Pereira, 757  
Tânia Ferreira Rezende Santos, 408  
Tânia Liparini Campos, 841  
Tabita Fernandes da Silva, 436  
Tania Maria Nunes de Lima Camara, 290  
Tarcísio de Arantes Leite, 418  
Tarcísio de Arantes Leite, 421  
Telma Cristina de Almeida Silva Pereira, 762  
Telma Domingues da Silva, 212  
Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt, 501  
Thaís Cristófaró Silva, 354

- Thais Cristófaros-Silva, 424  
 Tharen Teixeira de Souza, 694  
 Thati Ane Ribas, 46  
 Thiago Coutinho da Silva, 673  
 Thiago Giammattey Machado Ricardo, 811  
 Thomas Guillaume, 711  
 Tiago Timponi Torrent, 738  
 Tommaso Raso, 717  
 Tony Berber Sardinha, 418
- Ubiratan Garcia Vieira, 556  
 Ubiray Maria Nogueira de Rezende, 451  
 Ucy Soto, 223  
 Ulrike Agathe Schröder, 571
- Vítor Campos, 753  
 Valéria Gil Condé, 592  
 Valéria Vendrame, 159  
 Valdeni da Silva Reis, 289  
 Valeska Virgínia Soares Souza, 681  
 Valter Frias Mariano, 165  
 Vanessa Cassiaguerra, 744  
 Vanir Consuelo Guimarães, 304  
 Vera da Silva Sinha, 444  
 Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna, 230  
 Vera Menezes, 317  
 Vera Pacheco, 333  
 Verli Fatima Petri da Silveira, 180  
 Veronica Lucy Coutinho Lage, 143  
 Wilson Leffa, 315  
 Vinícius Corrêa Bicalho, 678  
 Vincent Taohsun Chang, 211  
 Violeta de San Tiago Dantas Barbosa Quental, 417  
 Violeta Virginia Rodrigues, 473, 526  
 Vitalina Maria Frosi, 780  
 Vitor Takeshi Sugita, 563  
 Vivian Meira, 474  
 Viviane Cristina Carvalho Teles, 219  
 Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho, 123  
 Viviane de Melo Resende, 138  
 Viviane Martins Duarte, 34
- Wânia Terezinha Ladeira, 77  
 Walcir Cardoso, 327  
 Walleska Bernardino Silva, 113  
 Wanda Maria Braga Cardoso, 153  
 Wander Emediato de Souza, 244  
 Wanderli Aparecido Bastos, 468  
 Wany Sampaio, 443  
 Wendy Barile, 646  
 Wiliane Viriato Rolim, 160  
 William Augusto Menezes, 213
- Yonne Leite, 26
- Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, 397  
 Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, 242  
 Zinda Vasconcellos, 677